



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 105, QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de junho de 2017	7
Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de junho de 2017	60
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2017	104
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de julho de 2017	136
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	141
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de julho de 2017	193

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2017	229
---	-----

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2017	275
Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de junho de 2017	342
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017	375
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017	449
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de junho de 2017	511

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2017	750
Ata da Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2017	795
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017	816



Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	842
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2017	860
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2017	866
1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2017	884
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2017	917
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH	
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2017	925
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2017	926
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2017	928
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017	941
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2017	943
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2017	945
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2017	962
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2017	964
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2017	966
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2017	990
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2017	1019
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2017	1021
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2017	1051
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2017	1080
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2017	1081
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de	1147
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1154
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2017	1190
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2017	1192
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2017	1193
1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE	
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2017	1231
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2017	1264



Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2017	1302
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2017	1333
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2017	1385
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2017	1430
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1460
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2017	1468
1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI	
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017	1493
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2017	1536
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2017	1634
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2017	1658
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017	1707
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1732
1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2017	1757
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2017	1795
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2017	1802
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2017	1832
1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2017	1849
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2017	1851
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2017	1866
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1867
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2017	1870
1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2017	1871
1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2017	1886
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2017	1888
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1899



Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2017	1906
1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA	
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2017	1908
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2017	1937
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017	1952
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	1960





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira, José Medeiros, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Serra, Otto Alencar, Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho e Lídice da Mata. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 423 – GP/TCU, de 31 de maio de 2017, encaminhando cópia do Acórdão nº 965/2017 (acompanhado do relatório de fiscalização), que trata do levantamento operacional realizado no Banco Central, com intuito de avaliar os efeitos do crédito sobre a atividade econômica e a taxa de inflação no Brasil, via mudança nos preços relativos da economia, no período de 2007 a 2016. Aviso nº 18 de 2017 (Aviso 35/2017-BCB na origem), de 26 de maio de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Ofício “S” nº 43 de 2017 (Ofício nº 7/2017/GABIN/STN/MF-DF), de 30 de maio de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de abril de 2017. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor GUSTAVO MACHADO GONZALEZ, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor GUSTAVO MACHADO GONZALEZ. Durante a sabatina fazem uso da palavra os Senadores Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Armando Monteiro, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka, José Agripino e Simone Tebet. O





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

indicado responde aos questionamentos dos Senadores. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do Senhor GUSTAVO MACHADO GONZALEZ, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Roberto Tadeu Antunes Fernandes, por 17 (dezessete) votos favoráveis, 2 (dois) contrários e 1 (uma) abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Márcio de Oliveira Júnior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA. Durante a sabatina fazem uso da palavra os Senadores Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Armando Monteiro, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka, José Agripino e Simone Tebet. O indicado responde aos questionamentos dos Senadores. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 17 (dezessete) votos favoráveis, 2 (dois) contrários e 1 (uma) abstenção. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 4 anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA. Durante a sabatina fazem uso da palavra os Senadores Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Armando Monteiro, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka, José Agripino e Simone Tebet. O indicado responde aos questionamentos dos Senadores. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 16 (dezessete) votos favoráveis, 4 (quatro) contrários e nenhuma abstenção. O Presidente informa que os indicados estão autorizados a se retirarem para dar seguimento à 2ª Parte da Reunião. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO Nº 543, de 2015 - Não Terminativo - que: "Insere o art. 100-A no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para dispor sobre a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em todas as instâncias, independentemente de vinculação ao órgão que a editou." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2012 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 17-A na Lei 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal." **Autoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 - Terminativo** - que: "Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas." **Autoria:**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 118 de 2017** que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar os impactos da delação premiada firmada pelos controladores da empresa JBS S.A. e verificar quais medidas estão sendo tomadas para a mitigação dos prejuízos causados ao mercado de ações e aos demais acionistas." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 119 de 2017** que: "Realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Ciência e Tecnologia, a fim de discutir os impactos econômico e social da implementação de um marco regulatório de proteção de dados pessoais pelo Estado brasileiro." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 120 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, no dia 10 de julho do corrente ano, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com participação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 221, de 1998, do Deputado Germano Rigotto, que "Dá nova redação ao inciso VIII do artigo 3º da Lei Complementar n.º 87 de 1996 e insere o parágrafo 7º ao artigo 20 e o paragrafo 9º ao artigo 21 da mesma Lei Complementar" (Altera a Lei Kandir), e apensados, com o intuito de debater o PLS 288/2016 – Complementar (Altera a Lei Kandir) de minha autoria, que trata da necessária mudança na legislação para a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/13>

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 22ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram para aprovação e dispensa de leitura da Ata da 21ª reunião.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento.

Tribunal de Contas da União, Aviso nº 423-GP/TCU, de 31 de maio de 2017.

Banco Central, Aviso nº 18, de 2017, 26 de maio de 2017.

Ministério da Fazenda: Ofício S nº 43, de 2017.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Primeira parte da sessão de hoje: realizaremos agora sabatinas com o indicado para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários e também com os indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Conforme o comunicado na última reunião, em atendimento art. 383, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, no telefone 0800-612211.

Convido, então, os senhores sabatinados: o Sr. Gustavo Machado Gonzalez, para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); também o Sr. Mauricio Oscar Bandeira Maia, para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Sr. Alexandre Barreto de Souza, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Passo a palavra, então, ao Sr. Gustavo Machado Gonzalez, que é indicado para a CVM, para exercer o cargo de diretor da CVM. Com a palavra o senhor. V. S^a tem 20 minutos.

O SR. GUSTAVO MACHADO GONZALEZ – Obrigado, Senador.

Ex^{mo} Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro, Relator do processo que trata da minha indicação para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários; Ex^{mas} Senadoras; Ex^{mos} Senadores, muito bom dia.

É com enorme honra e satisfação que hoje compareço a esta Comissão de Assuntos Econômicos para me submeter à sabatina com vistas à indicação para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

No mês de abril, o Senador Flexa Ribeiro apresentou relatório discorrendo sobre minha experiência profissional e qualificação acadêmica. Sem pretender aqui me estender muito, eu gostaria de iniciar a minha exposição falando um pouco sobre os motivos pelos quais me considero apto a exercer o cargo para o qual fui indicado.

Eu sou advogado, com aproximadamente 15 anos de carreira dedicados ao estudo e à prática do Direito Societário e à regulação do mercado de capitais. Sou formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tenho pós-graduação em finanças pelo Ibmecc e sou mestre em Direito (LLM) pela Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde me formei com honras.

Eu não sou filiado a nenhum partido político. Sou membro da Ordem dos Advogados do Brasil, integrante da Comissão de Mercados de Capitais da seccional do Rio de Janeiro e também sou membro da Ordem dos Advogados do Estado de Nova York.

No plano profissional, em minha carreira como advogado tive a oportunidade de assessorar companhias, seus administradores, seus acionistas, controladores e minoritários, bem como diversas entidades do sistema de distribuição em variadas questões do Direito Societário e de mercado de capitais, com ênfase nas regras editadas pela CVM.

Entre 2009 e 2010, trabalhei em Nova York como associado estrangeiro de um escritório de advocacia americano, com foco na assessoria a empresas brasileiras que desejavam acessar os mercados de valores mobiliários internacionais ou que estavam sujeitos à regulação daquele país.

Em toda a minha trajetória, sempre tive muito respeito e admiração pelo trabalho desempenhado pela Comissão de Valores Mobiliários. E, por esse motivo, tenho muito orgulho da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

minha passagem pela CVM entre os anos de 2012 e 2014, quando ocupei o cargo de chefe de gabinete da Presidência.

Naquele período, tive a oportunidade de me envolver ativamente em discussões relevantes relacionadas à atuação da CVM nos planos da regulamentação, da fiscalização e da sanção.

Eu tenho muita gratidão aos servidores da CVM, com quem tive a oportunidade de trabalhar, que colaboraram de forma muito significativa na minha formação profissional e também pessoal.

Ao mesmo tempo, acredito ter dado contribuição efetiva aos debates então travados, com a experiência que havia adquirido na esfera acadêmica e também na assessoria aos regulados.

Antes de encerrar, eu gostaria de falar rapidamente sobre o atual panorama da regulação do mercado de valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários se sofisticou de modo muito relevante nas últimas décadas. Nós temos hoje no mercado uma gama de produtos muito mais ampla do que tínhamos há alguns anos atrás. Possuímos, por exemplo, instrumentos específicos para financiamento da agroindústria, como os Cras, e do setor imobiliário, como os fundos de investimento imobiliário e os CRIs.

A inovação é positiva e deve ser estimulada, pois aumenta os mecanismos de financiamento do setor produtivo e de diversificação da poupança nacional.

Por outro lado, a inovação aumenta a complexidade dos produtos financeiros, e é fundamental que esses produtos ofertados sejam adequadamente compreendidos, inclusive seus riscos, tanto pelo mercado como também pelo regulador.

Nesse sentido, a crise de 2008 demonstrou a importância de o regulador estar atento a esses novos produtos e à forma como eles também são alocados ao público investidor.

A crise de 2008 também evidenciou os desafios criados pela globalização. Os mercados de capitais hoje são intimamente interligados. Os recursos hoje investidos no Brasil podem, em poucos instantes, ser redirecionados para outros mercados. Assim, é fundamental que o mercado brasileiro continue acompanhando a agenda global de regulação, adotando medidas que aumentem sua transparência e segurança.

A CVM – é importante que se diga – não ficou parada no tempo. Ao longo da última década, tivemos mudanças importantes em diversas regras editadas pela autarquia.

É fundamental que os produtos ofertados no mercado de capitais e os riscos a eles associados sejam adequadamente compreendidos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos hoje um marco regulatório sólido e bem estruturado, reconhecido internacionalmente, mas ainda há questões relevantes que precisam ser adequadamente enfrentadas. Por exemplo, temos hoje discussões importantes decorrentes do impacto da tecnologia no mercado de capitais, como, por exemplo, a possibilidade de oferta de valores mobiliários através de plataformas de *crowdfunding*.

Os princípios básicos que regulam as ofertas de valores mobiliários são essencialmente os mesmos desde a década de 30, pelo menos.

Embora os princípios continuem válidos, é impossível ignorar que tivemos nas últimas décadas uma mudança radical na forma como as pessoas se comunicam.

Se bem adotada, a tecnologia pode fazer que as interações entre poupadores e tomadores sejam mais eficientes, reduzindo os custos associados à realização das ofertas públicas, bem com aqueles relacionados ao cumprimento das obrigações informacionais impostas aos regulados.

Esse é apenas um exemplo da importância da CVM estar permanentemente revendo suas normas de forma a lidar com o dinamismo típico do mercado de valores mobiliários, sempre considerando os custos e benefícios envolvidos.

Caso V. Ex^{as} me concedam a honra de assumir o posto para o qual fui indicado, pretendo contribuir nos trabalhos de modernização das regras da CVM, para que o nosso mercado possa cada vez mais se beneficiar dos avanços tecnológicos que estão disponíveis.

Em outra frente, precisamos continuar investindo no aperfeiçoamento das atividades de supervisão e sanção, buscando fazer com que a CVM seja cada vez mais eficiente na identificação das práticas ilícitas e na sanção dos infratores.

Nesse sentido, a CMV deve continuar investindo em acordos de cooperação com outras instituições públicas e privadas, na capacitação de seus profissionais e na aquisição e desenvolvimento de novas tecnologias.

Em resumo, acredito que CVM, dentro de suas competências, pode contribuir de forma relevante na retomada do crescimento econômico do nosso País. É fundamental que o mercado de capitais seja cada vez mais percebido e utilizado como instrumento de financiamento de atividade produtividade e de diversificação da poupança nacional. Para tanto, precisamos continuar trabalhando na construção de um ambiente que estimule a iniciativa empresarial e a inovação, mas sem se descuidar da proteção dos investidores e da própria rigidez do sistema financeiro nacional.

Por todo exposto, Srs. e Sr^{as} Senadoras, acredito que a minha experiência progressa na iniciativa privada e no serviço público no Brasil e no exterior me permitirá contribuir para que a CVM continue a ser amplamente reconhecida pela sua atuação independente, isenta e técnica.

Estou à inteira disposição para responder as perguntas de V. Ex^{as}.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Gustavo, pela sua exposição, pelo seu poder de síntese, que sempre é apreciado aqui nesta Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Maurício Oscar Bandeira Maia, que vai exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho de Defesa Econômica (Cade).

Com a palavra, por vinte minutos.

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Maurício – Obrigado.

Ex^{mo}. Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Ex^{mo}. Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves, Ex^{mo}. Sr. Senador Ciro Nogueira, Relator do meu processo aqui no Senado, Ex^{mos}. Srs. e Sr^{as} Senadoras, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, meu bom dia a todos.

Nas minhas iniciais, gostaria, primeiro, de registrar a imensa honra que tenho de estar aqui diante de tão seleta audiência e de poder participar desse processo republicano, que é a apreciação de indicações do Executivo pelo Senado Federal.

Vou ser objetivo, para cumprir com brevidade as razões que me habilitam estar aqui.

Tenho 45 anos de idade. Minha formação acadêmica é em Administração de Empresas e em Direito, com pós-graduação neste último. Exerço já há mais de 21 anos cargos no serviço público, com passagens por diversos órgãos e cargos nos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

No Judiciário, trabalhei no STJ, depois servi na Presidência do TSE nas gestões dos Ministros Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Néri da Silveira. Em seguida, tive uma breve passagem pelo Executivo, no cargo de analista de orçamento do Ministério do Planejamento, com lotação no Ministério do Meio Ambiente. Em meados de 2000, ingressei no TCU, no cargo de auditor, no qual permaneço até os dias de hoje. Vim a ocupar diversas funções, de 2002 a 2009. Fui assessor do Ministro substituto Marcos Bemquerer Costa. Em 2009, por cerca de dois anos, tomei posse no cargo de Conselheiro substituto do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, cargo equiparado ao de juiz estadual, por força de lei. Em 2011, retornei ao TCU, por recondução a pedido. Estou, desde 2012, exercendo as funções de assessor com a Subprocuradora-Geral, Dr. Cristina Machado da Costa e Silva.

No plano da docência, tenho atuado na formação de auditores do Tribunal, em cursos de responsabilização de agentes perante aquela Corte.

As funções exercidas no TCU e no TCM consistiram direta ou indiretamente em atividade judicante desempenhada em tribunais administrativos, de modo que, nesses últimos 17 anos, tenho lidado diretamente com processos, elaborando decisões, minutas de decisões e pareceres com conteúdo decisório de casos analisados por essas Cortes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como V. Ex^{as} bem sabem, o cargo de Conselheiro do Cade tem natureza eminentemente julgadora, com a qual estou plenamente afeiçoado pela minha trajetória profissional. Tenho demonstrado, ao longo de minha carreira, nos órgãos em que servi, dedicação, comprometimento, ética, probidade, honestidade, lealdade, além de outros valores caros à judicatura e ao exercício do *munus* público. Sempre busquei exercer as minhas atribuições cultivando o equilíbrio, a reflexão e a ponderação, predicados esses que considero essenciais ao bom desempenho da função de conselheiro.

No que diz respeito ao Cade, a autarquia é instituição extremamente importante para o País, pois busca prevenir e reprimir as infrações à ordem econômica e criar condições para um ambiente competitivo mais saudável, propiciando melhor eficiência alocativa e com reflexos, também, na melhoria do bem-estar da população. Seu fortalecimento é, portanto, uma conquista da sociedade.

Vale observar que o Cade vem sendo reconhecido internacionalmente como instituição de excelência ante o seu destacado desempenho na área. Seu retorno mais evidente e que pode ser mensurado é surpreendente, pois com seu tímido orçamento de cerca de R\$20 a R\$30 milhões anuais, ele gerou, no ano passado, mais de R\$700 milhões de recolhimento para os cofres da União.

Agradeço a atenção de todos e me submeto, com espírito de serviço, ao escrutínio de V. Ex^{as}, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e questionamentos que entendam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Passo a palavra ao Sr. Alexandre Barreto de Souza, para que faça a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de começar a minha exposição propriamente dita, eu queria dizer que, para mim, é uma enorme honra voltar ao Senado Federal. E eu digo voltar, porque estive aqui ao longo de cinco anos assessorando tecnicamente este Senado em duas comissões de inquérito: a CPI do Futebol e a CPMI do Banestado. Foi uma experiência bastante rica tanto pessoal quanto profissionalmente. Voltar agora ao Senado Federal para ser sabatinado para um cargo da importância da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica é um fato, Senador Garibaldi, que me deixa muito honrado e até mesmo emocionado.

Passando à minha apresentação propriamente dita, tenho 43 anos, sou casado e tenho duas filhas. Eu tenho mestrado em administração pela Universidade de Brasília. A minha dissertação de mestrado se deu sobre instrumentos de cooperação e controle entre diferentes agentes estatais. Sou também graduado em administração pela Universidade de Brasília. Além de diversos cursos de extensão e especialização, também tenho formação contábil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A minha experiência profissional é totalmente atrelada à minha experiência acadêmica. Sou servidor público de carreira concursado há 24 anos. Iniciei minha carreira na Secretaria do Tesouro Nacional, onde trabalhei na área de planejamento institucional. Posteriormente, trabalhei na Receita Federal, também na área de planejamento institucional. Desde 2000, trabalho no Tribunal de Contas da União, no cargo de auditor federal de controle externo, à exceção do período de cinco anos em que passei no Senado, como mencionei anteriormente.

No Tribunal de Contas, sempre atuei na frente de trabalho, nas áreas de investigação, auditoria, fiscalização, instrução de processos administrativos. Destaco, nesse período no tribunal, o período de quatro anos em que atuei como diretor na área responsável pelo controle de licitações e contratos, inicialmente, em instituições financeiras estatais e, no segundo momento, controle de licitações e contratos em toda a Administração Pública, ocasião na qual tive oportunidade de investigar diversos ilícitos, entre eles, formação de cartéis em licitações públicas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha carreira tanto acadêmica quanto profissional sempre esteve atrelada ao estudo e à prática da Administração Pública, centrada em dois eixos, por um lado, planejamento e gestão e, por outro lado, processos de investigação, carreira essa que, neste momento, chega ao seu ápice com esta honrosa indicação para Presidência do Cade.

O Cade, Srs. Senadores, é no ordenamento jurídico institucional brasileiro o órgão responsável pela defesa do princípio constitucional da livre concorrência. O Cade, embora seja uma instituição com mais de 50 anos, passou por profundas alterações com a edição da Lei 12.529, fruto de profundas discussões que foram travadas no âmbito do Poder Executivo e neste Congresso Nacional. Como resultado da Lei 12.529, o Cade passou a ter mais atribuições, exercendo um papel mais preponderante na economia nacional, e teve um notável avanço institucional. Os resultados que o Cade tem obtido nos últimos anos mostram esse avanço institucional. Posso citar como exemplos, no que se refere a análises de fusões e aquisições de empresas, o fato de o Cade, no ano passado, ter analisado cerca de 380 atos de concentração, número bastante expressivo, num prazo médio bastante reduzido de apenas 27 dias, o que demonstra não só a efetividade e a importância da atuação do Cade. Diga-se que, no que toca à apreciação de processos de fusão e incorporação, a apreciação do Cade é prévia, necessária e vinculante, realizada num bom resultado para a economia nacional em apenas 27 dias.

No que se refere à atuação repressiva, investigação de condutas anticompetitivas pelo Cade, um bom exemplo a ser dado, como já citado pelo meu colega Mauricio, foi o expressivo número de multas e acordos firmados no ano passado pelo Cade, que representaram uma arrecadação efetiva de mais de R\$700 milhões entre multas e acordos.

Outro dado bastante expressivo no que se refere à atuação repressiva do Cade diz respeito ao exitoso programa de leniência em curso no Cade. O Cade é referência nacional e internacional em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

termos de acordo de leniência. Diversos acordos já foram firmados no âmbito da autarquia, apenas ano passado 17 acordos firmados, além de 54 termos de cessação de conduta.

Essa atuação, Presidente, é efetiva, eficaz, extremamente eficiente do Cade, técnica, transparente, que constitui um importante elemento no seio da economia nacional.

A atuação do Cade tal qual tem se dado garante para o ambiente de negócios a segurança jurídica necessária e também a confiança para os agentes econômicos que atuam em nosso País e também para os investidores estrangeiros que querem investir no nosso País.

Não à toa, o Cade tem reconhecimento internacional extremamente relevante. Cito como exemplo o fato de este ano o Cade, pela terceira vez nos últimos anos, Sr. Presidente, ter recebido o prêmio de melhor agência antitruste das Américas, à frente de países como Estados Unidos e Canadá.

Além disso, uma das iniciativas do Cade no ano passado, a edição de um guia de termos de cessação de conduta, recebeu o prêmio de melhor iniciativa em *soft law* entre todas as agências antitruste do mundo.

Podemos afirmar, portanto, Sr. Presidente, que o Cade é hoje uma das melhores instituições da Administração Pública Federal e uma das melhores agências antitruste do mundo, o que não quer dizer que não existam desafios. Desafios existem e se apresentam para os próximos anos no Cade.

Eu diria que o primeiro desafio consiste exatamente na consolidação das alterações que foram introduzidas pela Lei 12.529. Nos últimos anos, ex-gestores, atuais gestores, o ex-Presidente do Cade, Dr. Márcio Oliveira, que se encontra e foi parte dessa hercúlea tarefa de trazer para o ordenamento do Cade processos de trabalho, regimento interno, resoluções que traduzissem as alterações que foram implementadas pela Lei 12.529. Obviamente, com auxílio do corpo funcional do Cade, que se constitui num dos melhores quadros funcionais da Administração Pública Federal.

Porém, o processo de consolidação da Lei 12.529 não terminou, é um processo dinâmico, e é um desafio que se apresenta para os próximos anos.

Outro desafio, Sr. Presidente, consiste em dotar o Cade das condições necessárias para o cumprimento da sua missão constitucional. Como o meu colega Mauricio também pontua, apesar de o Cade ter expressivos resultados em termos de aplicação de multa: mais de R\$700 milhões em acordos, como mencionei, 380 processos de fusão analisados, dezenas de processos administrativos, dezenas de acordos de leniência em termos de cessação de conduta, esse trabalho é realizado, Sr. Presidente, com apenas 200 servidores e com limitado orçamento, algo em torno de R\$20 milhões.

Já partindo para a parte final, Sr. Presidente, outro desafio que se apresenta, tão ou mais importante, consiste na necessidade do investimento constante na coordenação com outros órgãos de controle e no diálogo com a sociedade. Posso citar como exemplos positivos da coordenação com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outros órgãos de controle o danoso caso de cartéis em licitações públicas, que atinge duplamente a economia, Senador Ciro, porque não só se trata da conduta mais lesiva à economia, como, por se tratar de licitações públicas, atinge diretamente o Erário, os cofres públicos.

Pois bem, investigam o mesmo arcabouço, além do Cade, órgãos como Tribunal de Contas da União e dos Estados, Ministério Público federal e estaduais, Controladoria-Geral da União e dos Estados, enfim, diversos órgãos tratando sobre o mesmo tema. Faz-se necessária a coordenação entre esses órgãos para que haja uma atuação mais efetiva do Estado em dar uma resposta para essa lesiva conduta.

Um outro exemplo que também pode ser dado reside no programa de concessões, no qual o Governo tem investido, sobremaneira, nos últimos meses. E não à toa a legislação que rege o programa de PPI inseriu a participação necessária do Cade nesse programa, de forma a assegurar um maior ambiente de concorrência nas concessões públicas.

Portanto, Sr. Presidente, faz-se necessário que o Cade se abra e dialogue com outros órgãos de governo e com todos os setores da sociedade interessados em sua atuação: o setor produtivo, o setor financeiro, imprensa, academia, terceiro setor e também este Congresso Nacional. Inclusive, Sr. Presidente, quero, desde já, afirmar o compromisso com V. Ex^a e com esta Comissão, caso o meu nome venha a ser aprovado pelo Senado Federal, voltar a esta Comissão de maneira voluntária e regularmente tantas vezes quantas convocado for, para prestar contas da atuação do Cade, para ouvir críticas e sugestões de V. Ex^{as} e para permitir um amplo debate sobre a política de defesa da concorrência no País.

Enfim, Sr. Presidente, neste espírito de busca do diálogo constante, acredito que a defesa da concorrência não pode ser vista como um fim em si mesma, mas, sim, como um instrumento, uma ferramenta importante no desenvolvimento da economia nacional.

Para finalizar, Sr. Presidente, creio ser dever institucional do Cade – e mais uma vez assumo compromisso, obviamente meu nome sendo aprovado por este Senado, de adotar como tônica da minha gestão à frente da instituição – construir essas pontes institucionais com os diversos órgãos e falar para todo o País.

Sr. Presidente, essa é a minha exposição inicial. Coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para as perguntas que se fizerem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo que vou abrir o painel para aqueles que quiserem começar a votar. Podem começar a votar.

Peço à Secretaria para que abra o painel de votação.

Eu vou passar...

Primeiro, os Relatores Flexa, Ciro Nogueira e Dalírio gostariam de dar uma palavra?

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. Sem revisão do orador.) – Gostaria de saudar Dr. Mauricio, Dr. Gustavo e Dr. Alexandre.

Sr. Presidente, os meus questionamentos – eu tive a honra de relatar aqui a indicação do Dr. Mauricio – são aos dois indicados do conselho Cade.

Uma das grandes preocupações que tenho, Dr. Gustavo e Dr. Alexandre, é a grande concentração bancária que vivemos no nosso País, deixando muito pouca margem de escolha ao usuário bancário do nosso País. Essa concentração bancária tem causado uma série de malefícios ao nosso País. Existe hoje um conflito de fiscalização muito grande no que diz respeito ao Banco Central e ao Cade. O Banco Central, por conta da saúde financeira do País, impede uma série de avaliações no Cade. Eu acho que temos alguns projetos aqui na Casa, se não me engano um projeto do Senador Anastasia – ou ele é Relator ou é autor –, que vêm regulamentar. Eu gostaria de saber a opinião dos senhores sobre esse tema, que é muito pertinente para a economia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Ciro.

Senador Flexa, como Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati; Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; senhores indicados, Dr. Gustavo Machado Gonzalez, para CVM; Sr. Alexandre Barreto de Souza e Mauricio Oscar Bandeira Maia para o Cade.

Dr. Gustavo, tive, como indicação do Presidente Tasso Jereissati, a honra de ser Relator da indicação de V. S^a para a Comissão de Valores Mobiliários. Conforme coloquei no relatório, o currículo de V. Ex^a, por si só, já diz e dá tranquilidade a todos nós para que possamos esperar, pelo seu currículo, o trabalho que vai desenvolver à frente da CVM.

Eu perguntaria a V. S^a qual a sua opinião sobre a possibilidade da fusão ou maior integração da CVM com a Susep ou com a Secretaria de Previdência Complementar. Existem alguns conselheiros





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que defendem essa fusão. Eu gostaria de saber de V. S^a qual a sua opinião a respeito dessa questão, até porque, pela fusão, permaneceria com o Banco Central apenas a análise do risco sistêmico, como forma de monitorar, de forma única, os riscos desses mercados, que são cada vez mais interligados, e proteger os investidores.

Qual a sua avaliação, também, sobre a governança da fiscalização desse mercado no Brasil, quando comparada com outros países? O que V. S^a pensa acerca da estrutura do mercado de títulos mobiliários no Brasil? O fato de termos o monopólio em relação à negociação e custódia de determinados valores mobiliários não acaba elevando os custos e diminuindo o acesso das empresas, particularmente as de médio porte, aos recursos do mercado acionário brasileiro?

E por último, Dr. Gustavo, os fatos recentes – e acrescentaria, Presidente Tasso Jereissati, lamentáveis –, particularmente os ligados à empresa JBS, mas também a fixação do *spread* na negociação no mercado de câmbio, isto é, a diferença entre o valor de compra e o de venda por parte de bancos internacionais, inclusive com atuação no Brasil, sugerem que há menos meios ou menos fiscalização quanto ao uso de informações privilegiadas no mercado de câmbio e talvez no mercado de juros do que no mercado de valores mobiliários. Que análise V. S^a faz acerca dos limites e das possibilidades da fiscalização do uso de informações privilegiadas no mercado financeiro?

E perguntaria ao Dr. Alexandre Barreto de Souza e ao Dr. Mauricio Oscar Bandeira, indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica: o inciso I do art. 37 da Lei nº 12.529, de 2011, que regula a atuação do Cade, prevê, no caso de condutas, principalmente de cartel, multas que vão de 0,1% a 20% do faturamento da empresa no ano anterior à abertura do processo, que nunca seja inferior à vantagem auferida com a conduta.

Nós temos ouvido que há uma divisão entre os membros do Tribunal do Cade no que concerne à forma de cálculo das multas aplicadas às empresas que são condenadas pelo Tribunal, principalmente em casos de cartel. Há conselheiros que defendem a aplicação de um percentual sobre o faturamento, e outros que defendem o cálculo da vantagem auferida e a aplicação da multa com base nessa vantagem auferida, que pode ultrapassar os 20% do faturamento anual da empresa. Essa é uma discussão que também vem sendo feita em outras instâncias, como no caso dos acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção. Mas, até agora, nenhuma das instituições envolvidas chegou a uma metodologia de cálculo amplamente aceita. Como os senhores veem essa questão, já que os senhores, uma vez aprovados por esta Casa, terão que votar, tão logo assumam como conselheiro e presidente, em processo que envolve essa questão?

São esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Dalirio, como terceiro Relator.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Apenas para fazer justiça, a relatoria da indicação do Alexandre é do Senador Romero Jucá, eu fui *ad hoc*, mas quero enaltecer o trabalho que o nosso Senador Romero Jucá fez a respeito da qualificação e da competência, que, com certeza, o Dr. Alexandre de Barreto tem para ser Presidente do Conselho do Cade nos próximos quatro anos.

E quero dizer que, de fato, as agências reguladoras e esses órgãos, como CVM e como Cade, são de extrema importância para que o controle da política econômica, os resultados de serviços que são postos à população tenham a qualificação necessária.

Durante esses últimos anos, houve uma preocupação por parte do Congresso Nacional no sentido de fazer com que os integrantes dos conselhos de administração das empresas, das diretorias das empresas tivessem qualificação para o exercício das referidas funções.

Eu vejo no depoimento da sabatina dos três indicados que eles têm qualificação para assumir as funções para as quais estão sendo indicados, e, com certeza, farão um grande trabalho em favor do desenvolvimento do Brasil, com um crescimento de forma equilibrada e justa, mas que aconteça com a maior velocidade para que recuperemos o que perdemos ao longo dos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero cumprimentar os sabatinados e gostaria de endereçar inicialmente aos Srs. Alexandre e Maurício algumas questões pertinentes ao Cade.

A primeira delas diz respeito a esse anúncio que a Petrobras faz de um amplo programa de desinvestimento e de venda de ativos, como parte do plano de recuperação da empresa. Essas vendas de ativos, dado o porte da Petrobras, terão que ser analisadas pelo Cade. Sabe-se que, em vários segmentos, a Petrobras é quase monopolista, de modo que a venda dos ativos pode levar à transformação de um monopólio estatal num monopólio privado – alguém já disse que só há algo pior do que o monopólio estatal, é o monopólio privado –, comprometendo a concorrência, portanto podendo causar prejuízo às empresas que hoje se relacionam com a Petrobras, sejam clientes, sejam fornecedoras.

Na opinião dos senhores, o Cade deveria ter algum cuidado especial para analisar as operações envolvendo a venda de ativos da Petrobras? E quais cuidados seriam esses?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A outra questão diz respeito às multas que vêm sendo aplicadas, e muitos consideram que essas multas não têm produzido o efeito dissuasório para as práticas, vamos dizer, delituosas. Como é que veem essa questão? As multas teriam que ser elevadas para gerar o desejado efeito dissuasório, de modo que isso desestimulasse a formação cartéis? Qual a opinião dos senhores sobre essa questão?

E, ainda, a hipótese de criminalização da conduta do cartel prevista na legislação brasileira e o estímulo à ação privada para reparação de danos por aqueles que foram prejudicados pela ação do cartel são vistos como complementares às multas aplicadas pelo Cade, contribuindo, portanto, para gerar esse efeito dissuasório. Mas eu queria colocar essa questão das ações privadas para reparação de danos um pouco no contexto também da existência dos acordos de leniência, uma vez que essas ações podem necessitar de informações que são trazidas pelas empresas que celebram os acordos de leniência. Mas, sabendo que essas informações podem ser usadas contra elas em ações civis para reparação de danos, as empresas podem não as entregar ao Cade e podem, até mesmo, considerar o acordo de leniência não vantajoso. Isso pode significar uma certa contradição.

Como os senhores veem essa questão? Como tratar a confidencialidade das informações oriundas dos acordos de leniência de modo a não os comprometer e, ainda assim, estimular as ações privadas de reparação de danos, que, repito, são tão importantes para gerar o efeito dissuasório para que as empresas prejudicadas pelos cartéis possam recuperar os danos sofridos?

Gostaria também de ainda acrescentar, na questão do Cade, um ponto que me parece ter um impacto na concorrência no Brasil.

O Brasil tem sido campeão na proposição de medidas *antidumping* na OMC. Foram, entre 2013 e 2015, 112 medidas propostas pelo Brasil. Isso corresponde a 15% das medidas restritivas ao livre comércio analisadas pela OMC. O Governo brasileiro iniciou metade de todos os casos de *dumping* no setor de plásticos e borracha, com 57 ações, e foram ainda 22 no setor de produtos químicos. Essas políticas *antidumping* afetam as empresas que concorrem nacionalmente, assim como ocorre quando há competição desleal.

Como veem essa questão das medidas *antidumping vis-à-vis* a necessidade de estimular a concorrência e, portanto, através de um sistema mais concorrencial, poder contribuir para evitar práticas anticompetitivas?

Então, em relação ao Cade, eram essas as questões que eu gostaria de encaminhar.

Com relação à CVM, eu queria indagar do Dr. Gustavo o seguinte: fala-se muito da necessidade de o Brasil desenvolver o seu mercado de capitais, que é condição fundamental para que tenhamos um capitalismo capaz de canalizar a poupança como fonte de financiamento essencial. As empresas brasileiras precisam de mais sócios e de menos credores. Quando se aponta, por exemplo, esse papel dominante do BNDES como elemento único provedor de financiamentos de longo prazo, isso se dá,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em grande medida, exatamente porque o Brasil ainda não tem um mercado de capitais compatível com as dimensões da nossa economia.

Assim, eu queria saber do Dr. Gustavo o que ele considera fundamental para desenvolvermos o mercado de capitais no Brasil. Que medidas S. Sª consideraria no âmbito regulatório, institucional? Em suma, como vê essa questão do desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil?

Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado.

Senador Caiado, deseja fazer algum questionamento, alguma observação? *(Pausa.)*

Senador Caiado, como estamos fazendo os questionamentos em bloco, pergunto a V. Exª se pretende fazer alguma observação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, especialmente esse assunto do Cade é uma matéria que nos preocupa de longa data, tanto é que tudo isso que está ocorrendo hoje nós já havíamos denunciado.

À época, ainda como Deputado Federal, Presidente da Comissão de Agricultura, nós entramos com uma ação na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça comprovando, mostrando toda a cartelização que estava sendo praticada na área de carnes, principalmente com o monopólio dos frigoríficos. A conversa era: "Olha, nós temos milhares de frigoríficos e, no entanto, não há nenhuma cartelização". Contudo, nós identificávamos, Sr. Presidente, principalmente nos Estados que são os maiores produtores – Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Tocantins – exatamente a ação desse grupo cuja farsa montada hoje se desvenda, a JBS.

Eles já manipulavam os preços, já tinham todas as facilidades para poder ter um estoque de carne capaz de jogar nos Estados onde o produtor poderia alcançar um melhor preço para a arroba do boi e, com isso, eles foram avançando cada vez mais, adquirindo as plantas frigoríficas e fechando todas elas.

Bom; foi um grande momento para nós chegar com esse processo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A classe toda acreditou que teríamos uma medida que fosse corretiva – afinal de contas, é a função do Cade. O que ocorreu? Se não me engano, a multa é de 1% sobre a receita bruta do ano anterior. Nada disso foi aplicado.

Nós, à época, tentamos participar das decisões do Cade para que este pudesse, pelo menos, ouvir os nossos argumentos. Não. O Cade decide e delibera sozinho, e, ao invés de aplicar uma multa pecuniária de 1% sobre a receita bruta do ano anterior, disseram: "Nós vamos fazer aqui um acordo com os frigoríficos e, simplesmente, vamos impor a eles um termo de acordo onde eles vão fazer um trabalho social, vão distribuir cestas básicas, vão contribuir com ações nos Estados..." Enfim, um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conjunto de medidas paliativas que estimularam essa conduta, fazendo, indiscutivelmente, por uma omissão do Cade, com que esse processo, cada vez mais, se expandisse num sentimento de total impunidade. Essa era a sensação do cidadão como produtor ao assistir a sua última esperança, que era o Cade, de poder controlar, coibir, impedir esse processo que hoje está comprovado – está aí!

Hoje, estamos vendo as consequências danosas ao País, com um prejuízo, hoje, que nós não sabemos como superar em decorrência de um processo que, paulatinamente, chegou à escala que chegou. Então, por isso, Sr. Presidente, acho que, realmente, o Cade precisa mudar substantivamente a sua maneira de agir e, ao mesmo tempo, a sua maneira de responder aos setores produtivos do País, para não parecer que é apenas o órgão que está sendo muito mais usado para que os cartéis (monopólios, oligopólios) prevaleçam no País devido à influência que têm junto às decisões do colegiado do Cade.

Esse é, indiscutivelmente, o ponto que quero realçar. O Senador Moka, que acaba de chegar, era membro também da Comissão de Agricultura quando encabeçamos toda essa luta na Câmara dos Deputados, e, desde então, Srs. Conselheiros membros do Cade, nenhuma medida foi tomada. E aconteceu o que aconteceu hoje. Então, vejo que, especificamente, no ponto da JBS, o Cade tem realmente uma parcela grande de culpa por não ter inibido esse processo tão logo conseguimos fazer com que chegasse a denúncia até o órgão competente.

Essa é a posição que tenho. Acredito, Sr. Presidente, que os novos membros do Cade agora terão maior responsabilidade sobre situações que foram tomadas no intuito de atender a algumas empresas que não tinham uma prática republicana e nem respeitavam economia de mercado. Essa é a ponderação que faço. Mito obrigado pelo tempo que me foi concedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado e concedo a palavra ao Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, sr. Presidente,

Cumprimento o Dr. Roberto Tadeu Antunes Fernandes, indicado para a Comissão de Valores Mobiliários. Cumprimento também o Dr. Alexandre Barreto de Souza, indicado para o Cade, bem como o Sr. Márcio de Oliveira Júnior.

Sabemos que estamos nos preparando, Sr. Presidente Garibaldi, para viver um novo Brasil. É sabido que, depois da conclusão dos trabalhos da Lava Jato, do Ministério Público Federal, do nosso Poder Judiciário e da nossa Polícia Federal, vamos viver um novo Brasil. E é muito importante que os nossos indicados tenham essa consciência de que o Brasil mudou. O Brasil mudou.

O executivo da Andrade Gutierrez, Sr. Presidente Tasso Jereissati, disse à *Veja* há uns 30 dias, 40 dias, que o Brasil mudou e todos nós estamos pelados na rua. Isso é verdadeiro. E vou guardar a frase desse executivo para o resto da minha vida, porque o Brasil mudou. Isso é fato. E, então, cabe a todos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nós, principalmente aos senhores, que estão chegando ao Cade e também à CVM, agir com essa mentalidade, de olhar no retrovisor, evidentemente, para ver o que aconteceu com o passado do nosso País.

Há poucos dias, inclusive, Dr. Maurício, coloquei que a minha geração fracassou. Sou empresário, recém-chegado na política. Fracassou, porque eu, principalmente, me preocupei em gerar emprego e ter a minha rentabilidade. Mas nada mais fiz para o meu País. Vimos tudo isso, Senador Ronaldo Caiado, acontecer em nosso País, todas essas falcatruas, esses maus políticos, esses maus empresários roubando o povo brasileiro. Sabíamos que esse desastre estava anunciado e que iria acontecer; que esse barco chamado Brasil, que estava sob a batuta petista, estava muito próximo de se chocar com as pedras. E chocou. E o povo brasileiro está pagando um preço extremamente alto.

Vi o currículo de cada indicado, Dr. Maurício, e o currículo de V. S^a é admirável. Vim da contabilidade, do Direito Tributário, 30 anos administrando empresa, e vi que o currículo de V. S^a é admirável, repito. A CVM tem um papel extremamente relevante em suas atribuições.

Eu, inclusive, chamo a atenção de V. Ex^a com relação às empresas de auditorias externas, chamo a atenção. Por que o Brasil teve que indenizar o povo americano em US\$2,7 bilhões pelos prejuízos causados a ele? A empresa de auditoria que auditou a Petrobras é a PricewaterhouseCoopers, subordinada e fiscalizada pela Comissão de Valores Mobiliários. Por que a CVM não viu esses desmandos na Petrobras, no BNDES, na JBS e outras autarquias? A responsabilidade de V. S^a é muito grande.

Volto a repetir: o Brasil mudou.

Perguntaram-me recentemente se os técnicos do Banco Central deverão responder por possíveis irregularidades de que participaram a mando do Presidente do BNDES. Eu disse: se eu assumir a Presidência da CPMI, evidentemente vamos convidá-los, porque eles não passaram no concurso para atender pedidos de presidentes; passaram no concurso para cumprir suas funções com ética, com honestidade e competência. E essa é a função dos senhores. Já votei "sim" em relação à aprovação do senhor, Dr. Maurício, e também do Alexandre e do Márcio.

Acerca dessa história do monopólio, essa história do Grupo JBS, não tenho dúvidas de que, tanto a CVM como o Cade, poderiam ter evitado esse grande desastre, esse grande dano ao povo brasileiro. Mas infelizmente não o fizeram, e espero que a justiça chegue até a CVM, chegue até o Cade. Desejo aos senhores boa sorte e digo aos senhores: o povo brasileiro não suporta mais! Não suporta mais a desonestidade, não suporta mais a corrupção, não suporta mais interesses pessoais.

O povo brasileiro hoje quer justiça, e V. S^{as} estão assumindo um cargo de muita responsabilidade. Se V. S^{as} não cumprirem suas missões com honradez, com competência, eu não tenho dúvida que um dia os senhores irão prestar conta, não só a Deus, mas, também, aqui na terra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, queria, inicialmente, perguntar... Aliás, o centro das minhas indagações vai em direção ao Dr. Alexandre Barreto.

Pedi aqui aos colegas, Senadores Agripino e Ricardo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nada, em absoluto.

Minhas indagações vão, primeiramente, em atenção ao Dr. Alexandre Barreto de Souza, indicado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Como terei direito à replica, Presidente, antecipo que em seguida utilizarei o direito à replica.

Dr. Alexandre, V. S^a pertence ao corpo dirigente do Tribunal de Contas da União. Considero importante essa preliminar em sua resposta porque é sabido que o Tribunal de Contas da União tem uma política considerada prudente e restritiva na cessão de seus servidores para órgãos da Administração Pública.

A primeira pergunta que lhe faço é se já existe autorização formal do Plenário do Tribunal de Contas da União quanto a sua cessão para a função no Cade?

Em decorrência disso, temos notícia de que, em sessão recente do Plenário do Tribunal de Contas da União, o Presidente daquela Corte, Ministro Raimundo Carreiro, queixou-se de não ter sido consultado sobre a sua cessão e que teria tomado conhecimento da indicação de seu nome apenas pela imprensa.

Gostaria de ouvir de V. S^a se V. S^a confirma isso. E pergunto-lhe: caso o Tribunal de Contas não confirme a sua cessão, após eventual aprovação do seu nome aqui pelo Senado, se V. S^a estaria disposto a romper o seu vínculo funcional com aquele órgão para exercer a Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica?

Pergunto ainda se o senhor poderia nos declinar qual o cargo diretivo que o senhor atualmente ocupa no Tribunal de Contas da União. E, em decorrência, obviamente, dessa resposta de V. S^a eu teria algumas outras indagações a fazer na réplica.

Ainda pergunto a V. S^a o seguinte: de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o tribunal administrativo é órgão julgante, tem como membros um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presidente e seis conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico [grifo nosso] e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal. Ou seja, dispõe a lei sobre o pré-requisito do notório saber jurídico e econômico.

Em vista desse dispositivo – é de conhecimento nosso, está em seu currículo –, V. S^a não tem formação jurídica ou econômica. Eu inquiri V. S^a sobre quais razões V. S^a entende terem sido os fundamentos para que Sua Excelência o Presidente da República o veja como detentor de notório saber jurídico ou econômico, conforme preconiza a legislação.

No mais, destaco aqui que o cenário de escândalos envolvendo o atual Governo e a empresa JBS chegou ao Cade. Aliás, o inquérito aberto contra o Presidente da República dá conta de denúncias e tem como núcleo do escândalo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que teria favorecido a JBS.

Recentemente, informações dão conta de que a Polícia Federal realizou buscas na sede do Cade, no último dia 18 de maio, e apreendeu documentos de um caso citado em delação negociada pela Procuradoria-Geral da República com a cúpula da JBS na operação Lava Jato, em que o empresário Joesley Batista tentava obter do Senhor Presidente da República apoio para a solução de caso investigado desde 2015 na autarquia, a partir de denúncia da empresa produtora de energia (EPE) e da GasOcidente do Mato Grosso contra a Petrobras. De acordo com matéria que foi publicada no *site* Jota, as duas termelétricas questionam a política de preço da estatal para a venda de gás natural, apontando suposto descumprimento pela Petrobras da Lei de Defesa da Concorrência.

Passando diretamente... Essa é a pergunta, porque eu imagino que V. S^a deve ter conhecimento da notícia por meio da imprensa: que princípios, normas ou dispositivos legais V. S^a aplicaria a esse caso?

Veja que não estou pedindo que diga qual seria sua decisão sobre o caso. Obviamente, não cabe a V. S^a fazê-lo aqui. Mas indago, sim, quais os fundamentos legais do direito econômico vigente ou do ordenamento jurídico brasileiro poderiam, em tese, ser aplicados a um caso como esses.

Aos indicados à CVM, pergunto qual tem sido a tradição da CVM ou se tem sido tradição da CVM a indicação de membros de carreira, com gabarito e com currículo técnico para essas funções. E pergunto ao indicado para a CVM se se encontra, se se acha cumprindo esses pré-requisitos.

Sr. Presidente, essas são as indagações aos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Waldemir Moka.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar inicialmente V. Ex^ª, Presidente desta Comissão, o Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves, e os nossos sabatinados, o Dr. Alexandre Barreto de Souza, o Dr. Mauricio Oscar Bandeira Maia e o Dr...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone.*) – Gustavo Machado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... Dr. Gustavo Machado.

Sr. Presidente, essa história – e eu vou direto ao assunto – do Cade é uma história antiga. O Ronaldo Caiado já repetiu a história de uma denúncia que eu e ele assinamos em conjunto a respeito de uma ação, mas o mais estranho foi uma passagem que eu vou relatar aqui.

O Senador Acir Gurgacz, em uma reunião da Comissão de Agricultura, assinou um requerimento denunciando a JBS por formação de monopólio. E ele dizia tão somente que, com recursos ou pelo menos parte de recursos do BNDES, essa empresa ia para Estados menores, periféricos, como é o caso de Rondônia e do meu Estado do Mato Grosso do Sul, comprava três plantas de frigoríficos, frigoríficos próximos uns dos outros – e posso citar um caso concreto em Mato Grosso do Sul: Coxim, Rio Verde e São Gabriel – e fechava duas, deixando uma única planta para concentrar ali o abate.

É claro que isso, do ponto de vista econômico, é interessante para eles, mas eles acabavam com a economia dos outros dois Municípios que tinham, nos frigoríficos, uma fonte de emprego.

Eu fui pelo menos duas ou três vezes *in loco* com o Senador Acir Gurgacz a respeito disso. Isso era uma coisa evidente, porque a JBS, até então, era escolhida pelo Governo anterior como uma das grandes empresas campeãs. Agora, fica muito fácil você comprar planta com o dinheiro público, mandar fechar e ficar praticamente sozinha no mercado, como ocorre hoje no Mato Grosso do Sul. São muito poucos os frigoríficos que não estão na mão de empresas.

Eu não estou querendo reativar... Eu estou citando esse fato pela importância que tem o Cade em um momento como este, de aprofundar as investigações, de ter resultado, de informar, porque a impressão que temos é que fazemos as denúncias e fica por isso mesmo, cai no emaranhado de pareceres, de vistorias e não há um resultado que é satisfatório.

Alguém já disse aqui que essa era uma tragédia anunciada e que chegaria o momento em que isso aconteceria. É lógico!

Então, eu penso que a função do Cade é exatamente proteger isso, proteger fusão, proteger reserva, monopólio de mercado e evitar que essas coisas aconteçam. O melhor seria que o BNDES procurasse destinar recursos, financiando os médios e pequenos frigoríficos, porque você teria, por parte do pecuarista, alternativa de venda do seu produto, não concentrando a venda num único frigorífico. Isso resultaria, num primeiro momento, em um preço mais baixo, até para acabar com a concorrência e, depois, colocaria o preço da arroba do boi onde eles quisessem colocar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, acho que essas coisas precisam ser analisadas, e os senhores, que estão sendo sabatinados, têm de ter muito clara essa responsabilidade. É uma responsabilidade muito grande, porque, sem dúvida nenhuma, a JBS é um dos casos, mas existem outras empresas que tiveram o mesmo tratamento privilegiado em detrimento de um parque industrial inteirinho, aqui no Brasil.

Então, esta não é uma denúncia, mas um fato para relatar, na prática, o que acontece. E o que acontece na prática é exatamente isso.

Eu penso que os senhores, à frente do Cade, podem tomar exatamente, Dr. Alexandre, essa posição de forma a averiguar, a não permitir essa concentração de empresas num Estado em que se acaba com a micro ou com a média economia em detrimento de grandes empresas que, na sua maior parte, acabam ditando o valor do produto, que ainda usam, na maior parte das vezes, para exportação, sem sequer beneficiar a população local.

Então, é apenas e tão somente, Sr. Presidente, para lembrar o papel fundamental que tem o Cade.

E eu tenho certeza, não vou comentar, mas a Comissão de Valores Mobiliários já está agindo. Eu penso que se vai chegar à conclusão daquilo que é óbvio, que a empresa foi beneficiada de compra de dólares antes de oferecer a denúncia, até porque ela sabia que, após a denúncia, esses dólares teriam um valor bem mais alto, sem falar na venda de ações anteriormente por um valor alto, sabendo também que iriam baixar, e muito, o valor.

Então, são essas as minhas colocações no sentido não de prorrogar, porque isso está em toda imprensa, mas de dizer da responsabilidade dos sabatinados aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Alexandre de Souza, indicado para o Cade; Maurício Maia, indicado para o Cade; e Gustavo Gonzalez, indicado para a CVM, eu acho que este é um momento importante na vida dos senhores, porque estão sendo indicados para ocupar funções de muita responsabilidade em um momento muito delicado.

As sabatinas que acontecem nesta Comissão, normalmente, são marcadas por perguntas e respostas, mas esta é uma sessão de advertências.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O passado é conselheiro quando os fatos são considerados na devida conta. E aqui, pelas manifestações dos Senadores, foram relatados fatos recentes que remetem à responsabilidade no posicionamento de dirigentes da CVM e do Cade.

Não se quer dizer que o Cade, que, entre outras, tem a atribuição de examinar a legitimidade ou não de fusões ou aquisições, ou monopólios, deva recriminar os pleitos que lá cheguem. Não. Mas é preciso que os fatos pretéritos nos sirvam de advertência, de ensinamento e de postura correta, à luz do interesse nacional. Nem sempre uma negativa de fusão ou aquisição consulta o interesse nacional – às vezes consulta, às vezes não consulta. E o que está ocorrendo deve nos servir de lição, para que, em nome de interesse público, adotem-se posturas corretas.

Então, o que eu gostaria é que os senhores levassem desta sabatina a preocupação do Senado com os fatos que estão acabando de acontecer e que remetem à responsabilidade de posturas dos senhores em funções que são muito importantes. Quando estiverem em reuniões, lembrem-se do que aqui foi dito, dos fatos que aconteceram e da responsabilidade que os senhores têm diante de interesse do povo brasileiro.

Aqui foram colocadas coisas graves que acabaram de acontecer ou que aconteceram já há algum tempo e que poderiam ter sido evitadas. Não o foram. Antes tarde do que nunca! É preciso tomar o ensinamento dos erros cometidos.

Com relação à CVM, a mesma coisa. Nós estamos acabando de assistir a fatos deploráveis, de lucros indevidos em função de fatos delituosos ocorridos.

Os senhores são todos homens jovens que têm compromisso com o futuro do País. São pessoas em quem o Governo deposita confiança, porque os indicou, e em quem nós precisamos confiar para que, nas suas funções, os senhores defendam o interesse do povo brasileiro, da Nação brasileira.

Então, a minha manifestação é de confiança nos senhores, pelos seus currículos, pela competência, pelas manifestações que aqui foram proferidas, mas a minha solicitação é de que o passado signifique ou a avaliação dos fatos pretéritos signifiquem pontuação permanente na tomada de posição dos senhores nos conselhos dos quais vão participar.

Eu já votei, já dei a minha manifestação de confiança, mas eu não me sentiria confortável se eu não dissesse o que estou acabando de dizer com o voto de confiança, mas a advertência para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento os ilustres sabatinados e os Srs. Senadores.

Acho que muito já foi colocado e algumas perguntas foram devidamente postas para serem respondidas.

Agora, entrando um pouco na linha do que foi colocado pelo nosso querido Senador Agripino, esta sabatina tem realmente uma peculiaridade: nós nada mais aqui estamos fazendo, antes de fazer as perguntas, do que um pedido a V. S^{as}, qual seja, o de que, ao assumirem os postos dentro dessas duas grandes entidades, possam exercê-lo cumprindo o seu papel não só repressivo, como é o papel principalmente do Cade, mas também educativo e preventivo.

Acho que são duas atuações que poderiam estar a evitar essas grandes situações que hoje estampam as páginas dos jornais. Não só de escândalos relacionados a empresas estatais de capital aperto – e, de cara, muitos vão pensar na Petrobras –, mas também da iniciativa privada, de grandes conglomerados – e alguns vão pensar aqui no maior produtor de proteína animal do mundo, a JBS – e em relação a todas as demais entidades.

Bom, feita essa observação, faço uma pergunta ou, pelo menos, duas perguntas aos indicados ao Cade relacionadas a algo que preocupa muito a esta Comissão: essas altíssimas taxas de juros que são tomadas hoje pela iniciativa privada através de empréstimo.

Nós todos sabemos que o setor financeiro é um dos mais concentrados da economia brasileira, e muitos economistas apontam esta como sendo, se não a razão principal, uma das principais razões dessas taxas de juros absurda, ou seja, essa concentração principalmente do setor bancário, com a reduzida concorrência.

Em 2016, o Cade abriu um processo administrativo e verificou realmente esse cartel de bancos internacionais, e, salvo engano, não sei se já fechou o processo administrativo para verificar esse possível cartel em relação a bancos nacionais também. E, nesse caso específico dos bancos internacionais, verificou-se que manipulavam o mercado de câmbio da moeda nacional.

Apesar do avanço – e todos nós sabemos –, o trabalho do Cade parece que não está sendo suficiente para garantir a existência dessa livre concorrência. Continuamos a apagar os mais altos... Temos as maiores taxas de juros bancários do mundo, continuamos tendo esses cartéis, esse controle; e nós temos realmente um verdadeiro oligopólio, constitucional, legal, mas que pode muito bem ser regulamentado, freado e controlado por órgãos controladores.

No caso de vocês, até não é mais um órgão, é uma entidade. E aqui abro um parêntese para lamentar que, enquanto grande parte da população brasileira hoje sabe o que é um Tribunal de Contas da União, como órgão controlador do Executivo e mesmo do auxiliar do Legislativo, poucos sabem da importância, como órgão controlador do sistema financeiro, da atividade econômica que é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o Cade. Tão importante que, há pouco mais de 20 anos, deixou de ser um órgão para se tornar uma entidade autônoma ligada ao Ministério da Justiça, salvo engano.

Então, dentro dessa preocupação em relação à questão das altíssimas taxas de juros, que, segundo os economistas, têm, em grande parte, a sua razão de ser nesse reduzido grau de concorrência no setor bancário, é que faço as minhas perguntas.

A primeira delas: o que o Cade poderia fazer, nesse caso específico, para aumentar a concorrência entre os bancos no Brasil? Deveria ser mais restritivo em relação a operações de fusão e de aquisição envolvendo bancos?

Lembro ainda que, recentemente, em 2016, o Cade aprovou a aquisição – e eu não entro no mérito de se foi certo ou errado –, mas, de qualquer forma, aprovou a operação brasileira de aquisição do HSBC pelo Bradesco.

E ainda, até para que possam exercer bem as suas atribuições – e esta é minha segunda e última inquirição: V. S^{as} veem realmente, de fato, esse conflito que foi levado aos tribunais brasileiros em relação às atribuições do Cade e do Banco Central, especificamente no que se refere ao controle de concorrência no mercado financeiro brasileiro?

Lembro que o Cade entrou com uma ação, perdeu em primeira instância e ganhou em segunda instância. E, mesmo com o voto divergente no Supremo Tribunal Federal – se não me engano, o Relator foi o Ministro Toffoli –, o Cade perdeu em relação a esse modelo de controle de concentração bancária, que seria atribuição do Cade ou atribuição do Banco Central.

A pergunta que faço... É importante esta última pergunta que estou fazendo, porque, se entendermos que ainda há conflito e que a legislação ainda não está devidamente clara, nós podemos, em nome da eficiência e da transparência, para que V. S^{as} possam exercer bem a atividade, cumprir a nossa atribuição legislativa de deixar claro qual é o modelo de concentração bancária que queremos e qual órgão ou entidade que, efetivamente, tem de controlar. A meu ver, parece-me que a Constituição, ainda que indiretamente ou até diretamente, já examina muito bem essa questão. Cabe ao Banco Central o exame da questão regulatória, e caberia ao Cade verificar esses aspectos concorrenciais, ou seja, ao Banco Central caberia uma análise mais geral do risco sistêmico, e a V. S^{as} caberia a questão específica do aspecto concorrencial. Mas, se isso não estiver devidamente claro e se esse for um embaraço, nós somos o Poder capaz de regulamentar ou de melhorar, de aprimorar a legislação.

Então, são essas duas questões que coloco para V. S^{as}.

Agradeço o tempo que me foi dispensado, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Passo, então, a palavra aos sabatinados, para darem suas respostas, começando pelo Sr. Alexandre de Souza, indicado a Presidente do Cade.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, há uma série de perguntas que se referem ao Cade de maneira geral. Pretendo respondê-las, e, se V. Ex^a concordar, o Dr. Mauricio pode complementar as respostas. São perguntas dirigidas a ambos.

A primeira questão levantada pelo Senador Ciro Nogueira, que está muito ligada aos questionamentos feitos pela Senadora Simone Tebet, diz respeito à atuação do Cade na análise de processos de concentração e na análise de conduta no que se refere ao Sistema Financeiro Nacional.

Efetivamente, Senador Ciro, como V. Ex^a apontou, existe hoje um aparente conflito entre a Lei 4.595, que disciplina o funcionamento do Banco Central do Brasil, e a Lei nº 12.529, que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Efetivamente, Senadora Simone, como V. Ex^a apontou, a questão está judicializada, está no Supremo Tribunal Federal, mas ainda não há decisão definitiva. Cabe recurso da decisão do Ministro Toffoli, como V. Ex^a apontou. Então, aguarda-se ainda uma definição, uma decisão definitiva do Judiciário, do STF, sobre essa questão.

Independentemente da lide judicial, acredito, na linha do que defendi na minha apresentação inicial, Senador Ciro, que há possibilidade de coordenação e de diálogo entre o Cade e o Banco Central, como já vem acontecendo em certa medida. Acho totalmente possível que ambas as instituições atuem de maneira coordenada, exatamente da maneira como V. Ex^a apontou, Senadora Simone, no sentido de que o Banco Central se preocupe com a análise de atos de concentração e com as questões referentes à segurança e à higidez do Sistema Financeiro Nacional e de que o Cade atue, dentro da sua competência, no que se refere às questões concorrenciais, lembrando que, além da análise dos atos de concentração, fusão, incorporação dos bancos em si, há também análise de condutas anticompetitivas eventualmente praticadas por qualquer instituição financeira.

Quando V. Ex^a, Senadora Simone, menciona a questão de taxas de juros, é mercado extremamente complexo, regulado pelo Banco Central do Brasil, agora, efetivamente, caso o Cade tenha acesso a informações que demonstrem que os bancos, de maneira concertada, combinem taxas de juros a serem praticadas, estaria configurado crime de formação de cartel, que permitiria uma atuação contundente do Cade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, Senadora Simone, V. Ex^a colocou com bastante propriedade a participação deste Congresso no disciplinamento das autoridades do Executivo que exercem atividade reguladora. Efetivamente, há um projeto de lei em tramitação no Senado, o PLS 350, de 2015, de autoria do Senador Anastasia, como o Senador Ciro apontou, que se encontra nesta Comissão, sob Relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann, e o projeto de lei, Senadora Simone, disciplina exatamente da forma como V. Ex^a pontuou. Ele estabelece as concorrências complementares do Cade e do Banco Central no que diz respeito à análise de atos de concentração no Sistema Financeiro Nacional. Com certeza, após apreciação do Senado, caso o Congresso entenda que essa deva ser a solução legislativa ideal, não tenho dúvida, Senadora, de que retiraria algumas dúvidas que pairam sobre essa atuação do Cade e do Banco Central no que se refere a essa questão.

Um último aspecto que V. Ex^a pontuou, Senadora Simone, diz respeito ao cartel de taxas de câmbio – não são taxas de juros, são taxas de câmbio. Efetivamente, há um processo aberto no Cade: houve um acordo de leniência firmado entre algumas das instituições financeiras internacionais que participaram desse cartel, que, diga-se, operou não só no Brasil, mas operou no mundo inteiro. Isso, aparentemente, por notícias que obtenho na imprensa, trouxe um prejuízo enorme para os exportadores brasileiros, algo estimado em torno de R\$50 bilhões. É um processo que está em investigação no Cade nesse momento. Então, acredito que, muito em breve, o Cade dará para a sociedade brasileira a resposta devida no que diz respeito a essa questão.

Quer complementar, Mauricio?

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Senadora, com relação a esse processo do cartel, das taxas de câmbio, na verdade já houve um TCC, um termo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É que acho que o Dr. Alexandre ainda tem respostas a dar.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Ele está complementando.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Ele vai só complementar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito, obrigado.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – São perguntas que foram selecionadas tanto para mim quanto para o Dr. Bandeira Maia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Desculpe-me. Entendi perfeitamente.

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Com relação a esse processo das taxas de câmbio, já houve até a celebração de um termo de cessação de conduta, acho que com três ou quatro bancos, e houve imposição de multas pelo Cade e pelo Ministério Público, se não me engano da ordem de R\$148 milhões. Estima-se que as multas realmente – e aí talvez se entre na questão de outros Senadores, acredito que do Senador Armando Monteiro – podem não ter sido duras o suficiente. Realmente, parece que, nos Estados Unidos, as multas chegaram a US\$5 bilhões.

Nesse ponto, cabe aqui até trazer a existência do Projeto de Lei 283, de 2016, também aqui, do Senado, do Senador Aécio Neves, com a relatoria do Senador Anastasia, que vem a tornar multa a prática de cartel mais dura. Porque a multa hoje é de 0,1% até 20% do faturamento do ano anterior ao do processo administrativo. E, nesse caso, ele tornaria ela proporcional a todo o período de duração desse processo.

Eram as considerações.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Com relação aos questionamentos que o Senador Armando Monteiro apresentou, Senador – há uma série de questões pontuadas por V. Ex^a –, eu inicio sobre a questão da venda dos ativos da Petrobras. É um processo que se encontra em andamento e irá se submeter à análise de atos de concentração, que é realizada de maneira preventiva e obrigatória pelo Cade.

Qualquer processo de fusão ou incorporação – e é o que está acontecendo agora, quando a Petrobras vende empresas subsidiadas e controladas – irá passar pelo crivo do Cade. E tenho plena convicção de que o Cade irá analisar, com todo rigor técnico que está disciplinado na lei e nas normas internas, esses atos de concentração para evitar que haja uma formação de uma posição dominante que possa vir a prejudicar, de maneira efetiva, a concorrência.

Como V. Ex^a bem pontuou, não se pode admitir...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O senhor me permite...

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É evidente que passará pelo crivo. Eu digo o seguinte: dada a constatação de que a Petrobras tem o monopólio virtual de algumas áreas, há, até na definição do processo de desestatização, um cuidado prévio no sentido de se estabelecerem já Cade e Petrobras uma orientação para que o processo de privatização já se conforme a esse imperativo, que é o de evitar que se converta o monopólio estatal em monopólios privados. Quer dizer, algo que preceda o processo pós-venda.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – É exatamente esse ponto que eu ia colocar, Senador Armando. Como V. Ex^a bem pontuou, não se pode admitir substituição de monopólio estatal para o monopólio privado.

Eu não conheço detalhes do processo de desinvestimento da Petrobras, muito embora tenha abordado, ainda que no Tribunal de Contas, mas, enfim, não conheço em detalhes o processo de desinvestimento da Petrobras.

Quero acreditar que a Petrobras não está se desfazendo de ativos que irão constituir a transferência de um monopólio estatal para o setor privado. Quero acreditar que a Petrobras não está transferindo para terceiros ativos que vão levar uma determinada empresa privada a dominar um determinado mercado relevante. Mas, sem dúvida, dentro do espírito, Senador, que apresentei no início, que fiz questão de ressaltar – o espírito de diálogo, coordenação –, nada impede uma aproximação, uma análise prévia do programa de desinvestimento da Petrobras, até como uma forma de incentivo ao *compliance* concorrencial, em incentivo à cultura da livre concorrência, para se evitar que essa prática venha a ocorrer.

Quero acreditar que não caminha nesse sentido, Senador, mas, de posse de maiores informações sobre o processo, com certeza poderemos ter uma atuação mais efetiva.

V. Ex^a pontuou também a questão das multas e V. Ex^a pontuou que alguns setores têm opinião de que as multas não são suficientemente duras, de forma a ter um caráter dissuasório da prática anticompetitiva.

Senador, existem opiniões no sentido contrário: as multas aplicadas pelo Cade são excessivamente rigorosas, lembrando ainda que, com o advento da Lei 12.529, a atuação do Cade passou por um divisor de águas, e eu diria que hoje é muito mais efetiva, muito mais forte. Observo que as multas e as sanções – não apenas multas, existem outras sanções que estão disciplinadas na Lei de Regência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – podem vir a ser rigorosas, conforme a apreciação dos processos em andamento no Cade. Observe que a sanção de multa, Senador Armando, pode variar entre 0,1% e 20% do faturamento da empresa no ano anterior. V. Ex^a há de convir que uma multa de 20% do faturamento de uma empresa é uma multa bastante substancial.

Além disso, o art. 37 da Lei 12.529 disciplina uma série de outras sanções que eu diria que são tão ou mais rigorosas que a sanção de multa. Cito como exemplo o Cade poder aplicar sanção de impedimento de uma determinada empresa licitar com a Administração Pública, impedimento de contrair qualquer tipo de empréstimo ou financiamento com instituições financeiras estatais, sanção de impedir a empresa de praticar a atividade comercial, entre várias outras. Então, eu diria que o arcabouço legal que disciplina o espectro sancionador do Cade, do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, Senador Armando, é bastante rico e permite, sim, uma atuação rigorosa do Cade. Agora,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

efetivamente, cabe, em cada caso, realizar a dosimetria adequada da multa, conforme a gravidade, as atenuantes e, enfim, as questões que se apresentam a cada caso concreto.

Nesse ponto, Senador Armando, se V. Ex^a permitir, eu iria me referir a um questionamento feito pelo Senador Flexa Ribeiro – que não se encontra mais presente –, que é uma questão muito sensível para o Cade e diz respeito justamente à dosimetria da multa, e isso tem total relação com a pergunta feita por V. Ex^a. Efetivamente, o inciso da lei que disciplina a aplicação da multa e estabelece essa gama de 0,1% a 20% também estabelece que a multa não pode ser inferior à vantagem auferida pela empresa – esse é o sábio espírito do legislador de não permitir que o ganho obtido com a formação da conduta anticompetitiva fosse maior do que a sanção aplicada; num cálculo econômico simples, seria vantajosa, então, a prática da conduta –, porém a parte final desse inciso também disciplina de maneira muito taxativa que a multa não pode ser maior que a vantagem auferida, desde que possa ser medida de maneira efetiva. Então, na operação do Direito, nos seus processos judicantes no dia a dia, o Cade deve agir com extremo zelo pela segurança jurídica de suas decisões, observando todos os normativos e todos os comandos que estão inseridos na Lei nº 12.529 e a cada caso concreto, realizando essa possibilidade, essa dosimetria da multa, verificando a possibilidade de cálculo da vantagem auferida e, se possível, dosando a multa de modo que não seja menor do que a vantagem. Efetivamente é uma discussão que está em andamento hoje no Cade. Pretendo, caso venha a ser aprovado por esta Comissão, estudar profundamente a matéria para me posicionar de maneira clara sobre qual conduta que terei durante os meus julgamentos.

Então é isso.

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Com relação a essa questão da multa também, eu acredito que não seja somente o valor da multa que tenha o caráter dissuasório que V. Ex^a comentou, mas também a certeza de sua aplicação. E, hoje, o Cade realmente não pode, não tem recursos para examinar todas as condutas, sobretudo, que ocorrem na nossa sociedade. Mas, como eu falei, há essa proposta de aumento das multas, no caso, pelos anos de permanência do ilícito e há também, nesse mesmo projeto de lei, um aumento das multas da devolução, da reparação, no caso da ação privada proposta pelos eventuais lesados.

A questão da reparação privada tem um outro componente que é, muitas vezes, a dificuldade de se apurar esse valor e de haver depois a comprovação. Por exemplo, houve aqui no DF o caso dos postos de combustíveis, que tiveram uma multa pesada no ano passado, e houve intervenção e tudo mais. Mas, dificilmente, os consumidores de combustíveis vão ter aqueles recibinhos para mostrar ao final e formar uma ação em que eles possam recuperar o prejuízo. Estima-se que um cartel como esse eleve os preços ao consumidor em cerca de 10% a 20%. Quer dizer, nós somos os maiores lesados e, muitas vezes, não temos condições porque não guardamos a documentação do dia a dia necessária para uma reparação privada. Então, o Cade exerce aí a sua função, aplicando multa pelo faturamento e outras penalidades, como o Dr. Alexandre falou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O importante, também, é que incutam nos jurisdicionados, digamos assim, no corpo empresarial, uma certeza de que haverá atuação e de que haverá punição dura, rigorosa nos termos das leis aprovadas aqui por V. Ex^{as}, mas com esse caráter dissuasório.

Quanto a essa questão do monopólio, também me associo às palavras do Dr. Alexandre. Não acredito... Não sei se todas as vendas entrarão no tíquete mínimo, no patamar mínimo para atos de concentração lá do Cade. São 750 milhões de faturamento de uma empresa e 75 da outra. Eu não sei de quais os ativos ela está se desfazendo, mas, certamente, não acredito que a Petrobras esteja cogitando transferir um monopólio realmente estatal para o setor privado. E, se for o caso, a gente vai ter que estudar a questão: se esse monopólio é um monopólio natural ou se há possibilidade de entrada de outros *players* no mercado, e qual seriam as barreiras, etc.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Sr. Presidente, com relação às questões apontadas pelo Senador Ronaldo Caiado e que estão relacionadas também com as ponderações feitas pelo Senador Moka, sobre a questão de cartéis, frigoríficos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, permita-me... Acho que vocês se esqueceram daquela questão das medidas *antidumping*, como elas se refletem na questão...

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Ah... Sim, sim, Senador. Perdão.

Houve a questão específica, disciplinada na Lei nº 12.529. Um de seus últimos artigos diz taxativamente que não se aplicam os dispositivos da Lei nº 12.529 para os casos de *dumping*, o que não prejudica uma eventual contribuição que o Cade possa vir a dar nas discussões com as autoridades competentes, no que diz respeito à fiscalização dessa questão.

Acho que...

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Essa questão *antidumping* realmente é analisada pela Secex – Secretaria de Comércio Exterior, e o Cade não teria uma competência expressa. Mas nada impede que, num caráter orientador e pedagógico, possa haver comunicações do Cade. Aliás, o Cade tem feito isso, em alguns setores, para a própria Câmara de Comércio Exterior, para facilitar, por exemplo, a importação de produtos e evitar concentrações excessivas em determinados segmentos.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Peço desculpas a V. Ex^a pelo lapso, Senador Armando.

Sr. Presidente, com relação a esses questionamentos, então, que foram feitos pelo Senador Caiado e pelo Senador Moka, vou falar rapidamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Caiado mencionou a questão de formação de cartéis em frigoríficos e uma comunicação feita, em um momento passado, ao Cade.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que a Lei nº 12.529 – que, aliás, é uma lei nova. Este ano ela completa cinco anos de vigência. Exatamente neste mês de junho – foi um divisor de águas para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Inclusive, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu comentei mais cedo, eu mencionei o Dr. Márcio Oliveira, ex-presidente interino do Cade, que teve um papel fundamental na consolidação, e cometi uma enorme injustiça, porque o Dr. Vinícius Carvalho também se encontra presente e foi um dos maiores arquitetos, tanto da elaboração da Lei nº 12.529 quanto da sua implementação prática. Então, justiça feita ao Dr. Vinícius.

Eu diria que os dispositivos que estão previstos na Lei nº 12.529 permitem hoje ao Cade ter uma atuação, como eu já pontuei, incisiva, rígida, de modo a impedir qualquer ato de concentração ou qualquer conduta que venha a significar um atentado à defesa da concorrência.

O Senador Caiado fez menção a multas pequenas e casa com o questionamento feito pelo Senador Armando Monteiro. Eu diria que as multas podem ser muito rígidas – podem ser muito rígidas –, e o demonstrativo de que o Cade tem atuado de maneira bastante técnica e rigorosa, na análise de processos de condutas lesivas à economia, pode ser exemplificado pelo número de R\$700 milhões em multas que foram efetivamente recolhidas. O valor de acordos e multas foi maior. Acho que foi da ordem de R\$900 milhões. Setecentos foi o efetivamente recolhido. Ou seja, o Cade dispõe dos instrumentos que são necessários para uma atuação rigorosa na defesa da concorrência, Sr. Presidente.

Por último, quero ressaltar, porque também é importante, que o Congresso Nacional pode e deve ter um papel importante, tanto para a contribuição na política de defesa da concorrência quanto na própria fiscalização da atuação do Cade. E isso vai na linha, Sr. Presidente, do compromisso que eu firmei, com V. Exª e com esta Comissão, de periodicamente voltar a esta Comissão, para ouvir de V. Exªs quaisquer considerações acerca da atuação do Cade.

Inclusive, um outro ponto importantíssimo que está destacado na Lei nº 12.529. O Congresso, qualquer uma de suas comissões ou o Plenário, pode representar ao Cade, em face do conhecimento de qualquer conduta, e essa representação é automaticamente autuada como um processo administrativo, dispensando o rito preparatório. Então, eu diria que as informações que são levadas pelo Congresso ao Cade têm um tratamento preferencial, em função da dispensa desse rito inicial e, com certeza, as informações que esta Comissão, V. Exªs, outras comissões deste Congresso levarem ao Cade serão analisadas com todo o rigor que se faça necessário.

Nessa mesma linha, as afirmações que o Senador Agripino fez, eu poderia ter feito a consideração junto com as que me referi, do Senador Caiado e do Senador Moka. O Senador Agripino fala com muita propriedade sobre a necessidade de uma atuação rigorosa dos gestores que estejam à





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

frente do Cade. E eu queria pontuar ao Senador Agripino que a participação do Congresso, assim como mencionei antes, é muito importante nesse processo, porque o fato de os dirigentes do Cade terem mandato, por um lado, assegura independência na sua atuação, independente de pressões que eventualmente possam vir a acontecer.

Mas, como tudo na vida, Sr. Presidente, há também o lado negativo. V. Ex^{as} têm mandato eletivo. Então, a cada quatro ou a cada oito anos são submetidos ao escrutínio da população, que vai avaliar o desempenho de V. Ex^{as}. Ao longo de nosso mandato no Cade, não há instrumentos de *accountability*, de avaliação permanente, que permitam que essa avaliação aconteça. Muito embora existam as hipóteses previstas na própria Lei 12.529 de o Senado Federal poder destituir o Presidente ou algum conselheiro do Cade, em função das razões que são elencadas na lei, considero de suma importância que exerçamos continuamente esse papel de transparência, *accountability*. Uma das formas de tentar atingir esse objetivo, Sr. Presidente, reside no compromisso que firmei, caso meu nome venha a ser aprovado por este Senado.

Acredito que esgotamos as perguntas que forma feitas de maneira geral ao Cade.

Você quer complementar, Mauricio?

O SR. MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA – Acredito que respondemos todas as perguntas da Senadora Simone Tebet.

Bom, dos Senadores Ataídes, Waldemir Moka e José Agripino, a gente realmente recebe essa advertência, sabe da responsabilidade do cargo. Temos uma trajetória profissional já no serviço público de longa data, e não é agora que vamos sujar; vamos continuar exercendo com o mesmo denodo, a mesma dedicação, comprometimento e rigor, o rigor que está na lei.

Agradeço as advertências, que as tomaremos para o nosso aprendizado.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Senador Randolfe, com relação às perguntas que V. Ex^a fez exclusivamente para mim, uma série de perguntas, vou tentar respondê-las. Caso V. Ex^a queira fazer algum comentário adicional, ou o senhor, por acaso, tenha deixado alguma questão de lado, peça auxílio de V. Ex^a para tentar respondê-las.

Inicialmente V. Ex^a pergunta sobre a questão de cessão de servidores do Tribunal de Contas para o Cade. E V. Ex^a pergunta se há algum ato formal de cessão.

Ato formal de cessão não há, Senador Randolfe, porque não há ato formal de nomeação. Houve o primeiro ato da nossa indicação, tanto minha quanto do Dr. Mauricio, de indicação ao cargo, porém essa indicação é um ato complexo, que depende desse momento que estamos vivendo agora, de apreciação por V. Ex^{as}. Caso o Senado entenda que estamos aptos a ocupar o cargo, haverá nomeação





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Presidente da República e nesse momento se fará necessária a cessão do Tribunal de Contas. Enfim, caberá ao Tribunal de Contas deliberar sobre essa questão.

V. Ex^a pontua que o Tribunal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Sr. Presidente, só em relação a isso.

Nós estamos, então, deliberando sobre o seu nome sem ter certeza de que o Tribunal de Contas fará a liberação? É isso?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Senador, eu ia pontuar como V. Ex^a pontuou anteriormente, que o Tribunal não faz cessão de servidores.

Na verdade, ele faz cessão de servidores, Senador. Eu mesmo estive aqui, ao longo de cinco anos, cedido pelo Tribunal de Contas da União a este Senado Federal, atuando em comissões de inquérito. Temos casos de colegas, vários colegas do Tribunal de Contas que estão cedidos para diversos cargos no âmbito da Administração Pública.

Respondendo diretamente a V. Ex^a, Senador Randolfe, a questão da cessão é de competência do Plenário do Tribunal de Contas. Não vejo nenhum impeditivo de ordem legal ou regimental que obste a cessão com a contribuição que eu possa vir a dar ao Cade, caso venha a ser aprovado pelo Senado Federal.

Como V. Ex^a pontuou, realmente existe uma resolução do Tribunal de Contas que disciplina a questão de cessão de servidores. Novamente, digo que temos dezenas de servidores que estão cedidos para vários órgãos da Administração Pública.

É importante pontuar também que, segundo a Lei nº 12.529, é obrigatória a cessão de qualquer servidor na Administração Pública direta, autárquica ou fundacional para os quadros do Cade. Obviamente, na hierarquia normativa, a lei se coloca num patamar superior à resolução do Tribunal, mas tenho plena confiança, Senador, de que o Tribunal vai adotar a melhor saída institucional possível. Efetivamente é uma decisão que caberá ao Plenário do Tribunal de Contas, mantendo a coerência com as suas decisões passadas.

V. Ex^a questiona acerca do meu cargo atual no Tribunal de Contas.

Eu sou auditor federal de controle externo concursado do Tribunal de Contas da União. Conforme a minha apresentação inicial, passei por várias atividades no Tribunal, sempre na frente de batalha, Senador, sempre realizando tarefas de auditoria e de fiscalização, coordenando equipes de fiscalização, enfim, atividade que me deixa bastante honrado e orgulhoso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Atuei durante quatro anos como diretor na área de controle de licitações e contratos. Atualmente, nos últimos dois anos e meio, exerço a chefia da assessoria técnica do gabinete do Ministro Bruno Dantas, chefiando uma equipe de cerca de dez colegas, todos auditores federais concursados na assessoria de S. Ex^a.

Outro ponto, Senador: o senhor pontua os requisitos que estão previstos no art. 6º da Lei nº 12.529...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, V. S^a.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...declinou o nome do Ministro Bruno Dantas.

Pelas informações que temos, o Ministro Bruno Dantas irá relatar, no próximo dia 26 de junho, as contas do Senhor Presidente da República referentes ao exercício de 2016. V. S^a pode confirmar essa informação?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – O processo de contas anuais do Presidente da República já veio ao Congresso, Senador Randolfe, já foi tramitado ao Tribunal de Contas. Sim, o Ministro Bruno Dantas é o Relator. Eu não tinha certeza do dia em que serão julgadas as contas. Aliás, julgadas, não; será emitido parecer prévio sobre as contas. Eu me encontro atualmente em férias do Tribunal de Contas da União, afastado temporariamente das minhas funções. Não tinha a informação quanto a essa data que V. Ex^a pontua. Só uma observação: as contas, o parecer será sobre as contas do Presidente Temer e da Presidente Dilma. Serão dois pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas da União e que virão ao Congresso para julgamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, de qualquer forma, é do Presidente Temer?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Também do Presidente Temer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Bom, V. S^a, então, vai emitir o parecer... Ou melhor, o gabinete do Ministro do qual V. S^a é chefe de gabinete vai emitir o parecer sobre as contas do Presidente Temer. Foi o Presidente Temer que indicou o nome de V. S^a para ser sabatinado por esta Comissão. O senhor é o chefe de gabinete do Ministro do TCU que irá relatar as contas. V. S^a não vê algum conflito de interesse nessa questão?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – De modo algum, Senador. Pelo próprio processo de construção da decisão no Tribunal de Contas da União, Senador Randolfe, e isso é um fato que, como servidor do Tribunal, me deixa bastante orgulhoso em poder afirmar. A governança das decisões no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tribunal de Contas, o sistema de freios e contrapesos que existe no TCU – e é interessante pontuar, porque, se tiver oportunidade, falarei sobre o que existe no Cade, e é muito parecido, muito parecido – impedem, Senador Randolfe, que um único agente tenha participação fundamental ou decisiva em qualquer acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União.

No que se refere especificamente às contas de governo a que V. Ex^a se refere, o processo foi instruído em uma secretaria específica do Tribunal de Contas, com uma equipe de cerca de 30 auditores federais de controle externo, colegas que fizeram um trabalho que foi bastante elogiado nos últimos anos, em função da análise que o Tribunal de Contas fez sobre as contas da ex-Presidente da República. Então, é um trabalho técnico, rigoroso e flexível, na busca da melhor solução para a coisa pública e que é levado ao gabinete de um ministro relator. Neste exercício, o Ministro Bruno Dantas é o sorteado; o Ministro analisa o parecer técnico, esse parecer técnico faz parte da decisão do Tribunal, e é submetido ao Plenário do Tribunal e decidido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, formado por nove ministros – oito ministros e o Presidente.

Então, de modo algum, Senador Randolfe, veria qualquer tipo de conflito de interesse, e não só nas contas de governo, em todo e qualquer processo julgado pelo Tribunal de Contas da União, que colocasse em dúvida qualquer decisão tomada por qualquer dos ministros do Tribunal de Contas da União. No que diz respeito, ainda, especificamente, sobre as questões das contas de governo, não participo neste momento, porque esse trabalho está em andamento no Tribunal de Contas, e, como eu ponderei a V. Ex^a, me encontro em férias. Mas diversos outros trabalhos relatados pelo Ministro Bruno Dantas se referiram a atos do governo, deste Governo, do governo passado, do governo anterior. Garanto a V. Ex^a que, de maneira alguma, qualquer fator externo ao Tribunal de Contas da União irá interferir ou causar algum tipo de interferência nas decisões tomadas pelo Tribunal. E fico muito tranquilo para afirmar isso, Senador Randolfe, pelo processo de governança interna das decisões do Tribunal, processo esse que, de alguma forma, ajudei a criar, mediante o disciplinamento e normativos internos do Tribunal.

Passando ao questionamento seguinte, V. Ex^a se referiu aos requisitos que estão previstos no art. 6º da Lei 12.529. A minha formação é em Administração Pública, a minha experiência profissional é em Administração Pública. No Tribunal de Contas, efetivamente, as questões jurídicas, econômicas e contábeis – também tenho formação contábil, perdão – são todas consideradas nas decisões do Tribunal. Então, eu diria que a prática da função de auditor federal de controle externo, Senador Randolfe, confere para os servidores do Tribunal conhecimentos jurídicos em questões relativas a Código de Processo Civil, processo administrativo, Lei de Licitações, Lei de Concessões, eu diria, de forma muito mais aprofundada do que cinco anos no banco de uma faculdade.

Inclusive, Senador Randolfe, também fiz questão de enfatizar na minha apresentação inicial que durante quatro anos eu fui diretor na área responsável pelo controle de licitações e contratos em toda a Administração Pública Federal, uma função extremamente importante que me deixou bastante





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

honrado. Eu diria que, com o auxílio dos colegas que trabalharam comigo ao longo desses quatro anos, tenho um razoável conhecimento sobre a Lei de Licitações, por exemplo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para não perder a pergunta sobre o Ministro Bruno Dantas, V. S^a poderia declinar se tem informação de quando começou o trabalho de análise das contas do atual Presidente da República por parte do Ministro?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Excelência, eu não sei precisar a data para V. Ex^a, mas posso afirmar que o trabalho de análise das contas tal qual ele é disciplinado no Tribunal de Contas da União é um trabalho realizado ao longo de todo o exercício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Quando começou, V. S^a já era chefe de gabinete? Estava na chefia de gabinete?

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Não tomei conhecimento, Senador Randolfe. Poderia ter tomado, poderia ter trabalhado no processo das contas. Como garanti a V. Ex^a, de maneira alguma, qualquer atividade realizada por qualquer ministro, posso falar isso com toda a segurança, do Tribunal de Contas da União seria maculada por qualquer fator externo.

Especificamente nesse processo, Senador Randolfe, eu não trabalhei diretamente nele. Se eu não me engano, peço perdão a V. Ex^a por um lapso de informação a qual não detenho totalmente, o processo não está no gabinete do Ministro Bruno Dantas. Pode ser que esteja, não sei. Estou afastado já há 45 dias do Tribunal, em férias que eu tinha acumuladas ao longo desses anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu fiz essa pergunta a V. S^a porque as informações dão conta de que ainda neste ano começou o trabalho de análise de contas por parte do gabinete do Ministro. Portanto, seria ainda no tempo em que V. S^a estaria no exercício da chefia de gabinete do gabinete do Ministro.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Poderia ter acontecido, Senador. Não aconteceu. Não trabalhei diretamente com o processo de contas no gabinete do Ministro Bruno Dantas, mas poderia ter trabalhado sem o menor problema. E garanto a V. Ex^a que jamais influenciaria qualquer decisão. Eu não tomo decisões no Tribunal. Qualquer decisão do Tribunal, o fato de uma indicação minha para qualquer cargo da Administração Pública e o fato de o Ministro Bruno ser o relator das contas do governo.

Então, não trabalhei, mas poderia ter trabalhado, Senador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao caso da JBS que V. Ex^a pontuou, essa questão, Senador Randolfe, é extremamente oportuna para o momento em que vivemos. E é bastante interessante a maneira como o senhor fez as perguntas. Vou fazer um inter-relacionamento entre a atuação do Tribunal e a atuação do Cade.

Como me referi a V. Ex^a mais cedo sobre o processo de governança das decisões do Tribunal, que é um processo que muito admiro e fico muito orgulhoso por ter participado da sua construção, eu diria que o processo que foi estabelecido na Lei nº 12.529, através de profundas discussões no âmbito do Poder Executivo e neste Congresso Nacional, levou à formação de um processo de governança dos mais belos que eu já vi em termos de processo decisório no âmbito da Administração Pública Federal, até mais do que o do próprio Tribunal de Contas.

No âmbito do Cade, qualquer processo, seja ato de concentração, seja processo de investigação de conduta, é distribuído para um técnico concursado, que irá realizar uma instrução técnica rigorosa com todos os rigores impostos pela lei e pelos procedimentos internos de trabalho do Cade. Esse processo passa por duas instâncias revisoras, também por funcionários públicos concursados, até chegar ao superintendente geral. E digo que a governança da Lei nº 12.529 é até superior à das decisões do Tribunal, porque o superintendente geral também tem mandato eletivo e é completamente independente do tribunal do Cade. É um cargo também nomeado pelo Presidente da República e sabatinado neste Senado Federal.

Pois bem, após a instrução final do superintendente geral, a depender do caso, o processo é levado ao plenário do Cade e sorteado para um conselheiro relator, que irá realizar a sua minuta de voto e submeter a uma decisão colegiada em um plenário composto por sete membros.

Importante enfatizar também a presença constante da Procuradoria especializada junto ao Cade, um braço da AGU que funciona dentro do Cade e que fala nos processos. E também, principalmente, a presença e a fiscalização constante do Ministério Público Federal, na figura de um Procurador da República designado pela PGR para atuar nos processos do Cade como custos legis.

Então, perceba, Excelência, que... Eu não contei, mas talvez cheguemos a dez atores, mais de dez atores que são responsáveis pelo processo da construção da decisão no Cade. Atribuir a um desses agentes, seja um analista, seja o superintendente, seja o superintendente geral, conselheiro ou mesmo o seu presidente, atribuir a um único agente a responsabilidade ou a possibilidade de exercer influência decisiva sobre a decisão do Cade, Senador, é desconhecer o processo de trabalho do Cade.

A última pergunta feita por V. Ex^a, também relacionada ao caso da JBS, no caso, à J&F, da termelétrica em Cuiabá, eu não conheço o processo, Senador Randolfe. As únicas informações que eu tenho são aquelas disponíveis na imprensa. O processo ainda não foi julgado no âmbito do Cade, de modo que tenho, confesso, dificuldades em tecer comentários sobre um processo que só conheço de notícias de jornal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, como o processo se encontra pendente de julgamento, Senador, entendo que se aplica o dispositivo da Lei nº 12.529, que veda a manifestação prévia sobre qualquer caso pendente de apreciação no Cade.

Entretanto, Senador, falando em tese, totalmente em tese, a prática de discriminação de preços para clientes e fornecedores é conduta anticompetitiva que está prevista na Lei nº 12.529. Tenho certeza de que, não obstante os últimos acontecimentos, o Conselho irá fazer uma análise técnica rigorosa e oferecer a melhor solução para a sociedade nesse caso concreto.

Senador Randolfe, acredito ter respondido a todas as perguntas de V. Ex^a.

Caso tenha mais alguma questão...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Sr. Alexandre Barreto de Souza e concedo a palavra ao Sr. Gustavo Machado Gonzales.

O SR. GUSTAVO MACHADO GONZALEZ – Obrigado, Senador Garibaldi.

Vou começar respondendo às questões do Senador Flexa Ribeiro.

A primeira questão dele foi sobre a possibilidade de um projeto de fusão da CVM, da Susep e da SPC.

Eu não conheço o projeto. Entendo que no atual arcabouço é difícil fazer uma fusão dessas três entidades, porque a lógica de regulação da CVM é distinta da lógica de regulação da Susep e da SPC. A CVM é um regulador primordialmente de informação. Ela impõe obrigações informacionais aos emissores de valores mobiliários, certas informações também a outros participantes de mercado e regula a qualidade e a periodicidade da prestação dessa informação. Esse é o pilar chefe da regulação do mercado de capitais. A Susep e a SPC têm formato de regulação que é distinto da CVM. A SPC, por exemplo, tem uma preocupação com a forma de alocação de recursos pelas entidades de previdência. Então, acredito que a menos que seja parte de uma mudança muito mais profunda não faria, a princípio, muito sentido essa fusão entre CVM, Susep e SPC.

Quando falo em uma mudança muito mais ampla é apenas para registrar que certas regulações estrangeiras já têm adotado um modelo chamado de *twin peaks*, no qual temos basicamente dois grandes reguladores: um regulador prudencial e um regulador de conduta. Num cenário como esse, em que de fato se passa a regular não o tipo de indústria, mas a conduta e a regulação prudencial de forma separada, talvez fizesse sentido a unificação de entidades reguladoras.

O segundo ponto do Senador Flexa Ribeiro foi sobre fiscalização do mercado de valores mobiliários, a minha opinião sobre a qualidade da fiscalização do mercado de valores mobiliários.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acredito que a nossa fiscalização é boa. É claro que, como eu disse na minha exposição, há muita coisa que ainda pode ser melhorada. A CVM tem investido cada vez mais em convênios com entidades privadas e públicas, o que tem facilitado, por exemplo, o intercâmbio de informação.

Recentemente a CVM divulgou um convênio com o TCU para o intercâmbio de informações, o que tem facilitado, por exemplo, investigações de *insider trading*. A CVM tem investido, e precisa investir cada vez mais, na atuação conjunta com o Ministério Público Federal. Também são públicas as diversas iniciativas que a CVM tem feito junto com o Ministério Público Federal, principalmente na apuração de ilícitos que também configuram crime.

Eu também queria destacar aqui a atuação que a CVM tem tido junto com privados, quero destacar a atuação junto com a BSM. A BSM – não sei se todos os senhores sabem – é o órgão de autorregulação da Bolsa de Valores e hoje tem um trabalho muito importante na fiscalização do mercado secundário. O mercado secundário hoje é um mercado altamente tecnológico, e a supervisão também é muito dependente de tecnologia. A CVM tem se valido da tecnologia da BSM também para aumentar a sua capacidade de identificação de ilícitos no mercado de capitais.

O terceiro ponto do Senador Flexa Ribeiro trata de estrutura do mercado de valores mobiliários. Eu acho que ela, de certa forma, complementa o que eu falei sobre fiscalização. Eu entendo que a gente tem uma boa estrutura de mercado. Nossa bolsa é reconhecida no mundo todo pela capacidade tecnológica que tem. A CVM tem sido cada vez mais reconhecida internacionalmente pela qualidade de regulação que tem. Recentemente, tivemos a divulgação de um relatório do FSB, Financial Stability Board, no qual ele parabenizou a regulação brasileira, disse que a regulação brasileira, inclusive com relação a esse mercado secundário, é uma regulação que está entre as melhores do mundo... Então, acredito que a gente tem uma boa estrutura de mercado.

O quarto ponto do Senador Flexa Ribeiro trata de acesso ao mercado de capitais. Aqui vou aproveitar, se o Senador Armando me permitir, para também falar um pouco da pergunta dele.

O Senador Flexa Ribeiro falou de empresas de médio porte e o Senador Armando Monteiro falou um pouco da preocupação com o desenvolvimento de mercado e de qual o papel da CVM para o desenvolvimento do mercado.

Eu entendo que a gente está num momento muito importante no Brasil e que a CVM tem um papel muito importante a desempenhar. Por exemplo, o BNDES, adotando uma postura diferente nos investimentos e priorizando investimentos com uma contrapartida social, acaba deixando um espaço vazio e importante do financiamento da atividade produtiva.

A gente vê hoje, por exemplo, que o mercado de valores mobiliários, apesar de toda a volatilidade que tem, continua atraindo novas companhias. Este ano nós já tivemos algumas ofertas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

públicas iniciais de captação de ações e temos outras cujo interesse já foi anunciado, e são processos que atualmente se encontram em registro na Comissão de Valores Mobiliários.

Eu entendo que é muito importante a gente continuar trabalhando para a construção de um mercado transparente, um mercado que seja percebido como um mercado justo. O público investidor não vai investir no mercado de valores mobiliários se não acreditar na qualidade da informação que é fornecida, se não acreditar que os outros participantes do mercado estão atuando no mercado em igualdade de condições com eles.

Então, eu acho que, dentro do pilar de desenvolvimento, a fiscalização e a sanção também têm um papel muito importante.

O Senador Armando falou do caráter dissuasório da penalidade. Como bem mencionou o colega Maurício, para a gente ter um mercado percebido como um mercado sério, é fundamental que a CVM seja capaz de identificar o ilícito, conduzir processos e julgar de forma célere, isenta e técnica todos os processos que ela instaura.

Ainda sobre o desenvolvimento do mercado, também seriam importantes iniciativas que promovam maior liquidez no mercado secundário. Eu me refiro aqui especialmente ao mercado de dívida. Este é um assunto no qual eu tenho muito interesse, e espero poder trabalhar na CVM para o desenvolvimento de um mercado mais líquido de dívida corporativa, que é outro instrumento muito importante para o financiamento da atividade produtiva.

Voltando às questões do Senador Flexa Ribeiro, a última pergunta dele foi sobre a atuação da CVM com o intuito de reprimir o uso da informação privilegiada, a informação que é relevante e ainda não foi tornada pública. Ele fez referência específica a notícias recentes sobre mercado de câmbio e mercado de juros.

O primeiro ponto aqui que eu queria assinalar se refere à competência da CVM. A CVM não tem autoridade sobre o mercado de câmbio, muito embora derivativos de câmbio estejam dentro das competências da CVM desde a Lei nº 10.303, de 2001.

A notícia que temos é de que a CVM tem atuado na investigação dos casos que foram recentemente divulgados. Não sei se todos os Senadores sabem: na CVM, as investigações são conduzidas pelas áreas técnicas ou pela área que é afeita à matéria da investigação ou, em outros casos, pela Superintendência de Processos Sancionadores.

O papel do colegiado, o papel do diretor é um papel de julgador. Eu não gostaria aqui de ficar fazendo comentários com base nas notícias de jornais, que é todo o conhecimento que eu tenho hoje, mas assumo o compromisso de julgar os processos que se transformarem em processos sancionadores de forma isenta e técnica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria agora de passar às perguntas que foram colocadas pelo Senador Ataídes Oliveira.

Eu acho, na verdade... Vou aproveitar aqui para falar um pouco também sobre as advertências que o Senador José Agripino e a Senadora Simone também fizeram aos sabatinados. Acho que vou aproveitar também aqui para endereçar um pouco a questão do Senador Randolfe.

Eu realmente acredito que estamos num momento importante do Brasil e que temos um papel muito importante a desempenhar na fiscalização do mercado. O Senador Ataídes falou em um novo Brasil, e foi com muita alegria que eu recebi o convite no início deste ano para poder participar e contribuir na CVM para o aperfeiçoamento das regras e da fiscalização do mercado de valores mobiliários.

O Senador Randolfe falou sobre os meus requisitos. Eu queria voltar um pouco aqui rapidamente à minha experiência pretérita.

Entrei na faculdade em 1999, na Faculdade de Direito, estagio desde 2001 na área de Direito Empresarial, me formei em 2003, e desde então venho atuando como advogado. Eu senti necessidade, logo após me formar, de entender um pouco melhor não só o aspecto jurídico, mas a realidade dos regulados, e fui fazer uma pós-graduação MBA em finanças. Estudei finanças durante dois anos e me formei em 2005. Em 2008 fui estudar Direito Societário, mais especificamente a regulação de mercado de capitais em Nova York, em Columbia, uma faculdade conhecida mundialmente pela qualidade dos professores que atuam nessa área.

Tenho experiência em operações de fusão e aquisição, em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, em OPAs, em diversas discussões envolvendo a regulação da CVM e me considero qualificado para assumir o cargo para o qual fui indicado, e acredito que esse foi um dos motivos pelos quais, no processo seletivo conduzido pelo Ministério da Fazenda, eu acabei sendo o nome indicado.

Acho que eram estes os meus comentários, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a contribuição de Gustavo Machado Gonzalez e quero agradecer também a contribuição de Mauricio Oscar Bandeira Maia e de Alexandre Barreto de Souza.

No momento, vamos proceder à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

Encerrada a apuração, temos 17 votos SIM para o Gustavo Machado Gonzales e apenas 2 votos NÃO. Para o Sr. Mauricio Oscar Bandeira Maia, tivemos 17 votos SIM e apenas 2 votos NÃO. Já para o Sr. Alexandre Barreto de Souza tivemos 16 votos SIM e apenas 4 votos NÃO.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, tenho a honra de declarar que o Sr. Gustavo Machado Gonzales foi aprovado para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, assim como o Sr. Mauricio Oscar Bandeira Maia, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e o Sr. Alexandre Barreto de Souza para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Quero, portanto, agradecer a participação dos nossos convidados, a exposição de todos eles, que considerei brilhantes e objetivas. Estou dizendo isso porque votei "sim", quebrando o sigilo do voto.

E quero dizer ainda, agradecendo aos convidados... Mas o Presidente chegou, e eu já estava tomando gosto. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero agradecer e passar para a nova fase.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – As matérias agora vão ao Plenário. De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, os pareceres sobre escolha de autoridades serão incluídos, em série, no final da Ordem do Dia.

Parabéns aos senhores sabatinados e indicados. Estão liberados, para que a gente continue a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pediria aos Senadores... Nós temos alguns projetos não terminativos, aos quais queremos dar andamento.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013

- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do Art. 1º e §2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro-desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Já foi lido, Sr. Presidente. Então, acho que podemos partir para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Relator deseja fazer uso da palavra?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, Sr. Presidente. Já foi lido. Então, é só irmos diretamente à votação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes.

As Senadores e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 543, de 2015

- Não terminativo -

Insero o art. 100-A no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para dispor sobre a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em todas as instâncias, independentemente de vinculação ao órgão que a editou.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

O relatório já foi lido.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Temos alguns projetos terminativos, não temos...

Vamos passar para o item 6... Mas ele é terminativo também.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, é só para fazer uma leitura das alterações.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. De acordo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, havia sido concedido vista coletiva desse projeto, e há algumas alterações, aliás oito novas alterações ao PLS, com o intuito de melhorar as regras relativas à transparência e à constituição dos fundos patrimoniais.

Em primeiro lugar, não somente as entidades civis sem fins lucrativos e as instituições públicas de ensino superior poderão instituir fundos patrimoniais sobre regime de patrimônio de afetação, mas também as instituições públicas de cultura, os institutos federais de educação e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas.

Com isso, amplia-se o escopo do alcance dos fundos com o destaque para o fomento ou aumento da participação do setor privado, inclusive associado a projetos específicos. Por exemplo, em 2014, os investimentos privados representaram apenas um terço dos dispêndios totais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Portanto, com esse novo marco, espera-se uma maior aproximação do foco de pesquisa das ICTs públicas da agenda de inovação da iniciativa privada por meio das doações dos fundos patrimoniais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em segundo lugar, são estabelecidos alguns objetivos para os fundos patrimoniais ligados às instituições públicas de ensino superior, aos institutos federais de educação e às ICTs públicas, para facilitar a fiscalização desses fundos por parte dos órgãos de controle. Entre os objetivos inseridos, pode-se citar o financiamento de pesquisas e programas de extensão associados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico de interesse geral, bem como o financiamento de bolsas de estudos e prêmios por destaque acadêmico nas áreas de inovação e tecnologia.

Em terceiro lugar, as regras de constituição do fundo vinculado são aprimoradas. Haverá a necessidade de realização de reunião preliminar, em que será aprovado o estatuto do fundo. Depois o estatuto, juntamente com a ata de reunião preliminar e os instrumentos relativos às transferências para dotação inicial, deverá ser registrado perante o registro civil de pessoas jurídicas. Após isso, em até 30 dias corridos, os administradores do fundo publicarão a certidão da escritura no diário oficial e em jornal com circulação no local de sua sede, havendo a necessidade de publicação desse documento no sítio eletrônico do instituidor.

Em quarto lugar, é determinado que existem três modalidades de doação, a saber: resgatável a termo, cuja utilização ocorrerá futuramente em projetos específicos, com a necessidade de incorporação ao patrimônio do fundo, salvo utilização de 20% dos recursos recebidos no próprio exercício de recebimento da doação, mediante deliberação favorável de todos os membros do Conselho de Administração; permanente restrita a propósito específico, hipótese que vincula os recursos a projetos específicos no futuro e que impõe a incorporação dos valores ao patrimônio do fundo; e permanente não restrita, igual à doação anterior, exceto pelo livre uso dos recursos no longo prazo.

Em quinto lugar, há a proibição de custeio de programas de benefícios assemelhados a programas de previdência com os recursos dos fundos patrimoniais nas entidades públicas apoiadas. Em sexto lugar, há a previsão de divulgação de relatório circunstanciado da gestão dos recursos e sua aplicação no sítio eletrônico do fundo patrimonial. Em sétimo lugar, as demonstrações financeiras anuais dos fundos patrimoniais somente estarão sujeitas à auditoria independente caso os fundos possuam patrimônio líquido superior a R\$20 milhões. A versão original do PLS nº 16, de 2015, não possuía nenhum valor de corte para a realização de auditoria independente.

Finalmente, em função de um apelo do Governo Federal para não incluir no rol das renúncias tributárias ou dos abatimentos sobre a base tributável do imposto de renda (pessoa física ou jurídica) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, propomos uma alternativa que tenta conciliar as restrições fiscais de curto e médio prazo com a efetividade do instrumento de fomentar as doações aos fundos patrimoniais, que, inclusive, pela experiência internacional, está fundado na hipótese de não se onerar tributariamente o doador. Desse modo, estamos prevendo que essas renúncias só passem a valer a partir de 2021, quando as expectativas de mercado apuradas pelo Banco Central no Boletim Focus estão prevendo a obtenção do superávit primário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, não há renúncia tributária até que o Brasil alcance pelo menos superávits primários. Foi algo que negociamos com o Governo, para viabilizar a aprovação desse projeto.

Ante o exposto, votamos, então, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo apresentado.

Era esse, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone pede vista. Fica para a próxima...

Vista coletiva. Senador Wellington, vista coletiva.

Vai para a próxima reunião.

Ficam encerrados os itens da pauta. Vamos ler apenas alguns requerimentos que estão aqui, sobre a mesa.

Requerimento do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 120, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, no dia 10 de julho do corrente ano, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com participação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 221, de 1998, do Deputado Germano Rigotto, que “Dá nova redação ao inciso VIII do artigo 3º da Lei Complementar n.º 87 de 1996 e insere o parágrafo 7º ao artigo 20 e o parágrafo 9º ao artigo 21 da mesma Lei Complementar” (Altera a Lei Kandir), e apensados, com o intuito de debater o PLS 288/2016 – Complementar (Altera a Lei Kandir) de minha





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

autoria, que trata da necessária mudança na legislação para a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Senador Wellington com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, gostaríamos, inclusive, de alterar aí, no requerimento, onde tínhamos colocado inicialmente a data de 12 de junho, para dia 10 de julho, já que hoje que teremos a oportunidade de aprová-lo.

É importante dizer que o Supremo Tribunal Federal já definiu, nós temos o prazo até o dia 30 de novembro para fazer essa regulamentação. Portanto, há duas iniciativas, da Câmara e aqui do Senado. Nós já temos, inclusive, uma Comissão Mista, que propusemos, assim como há uma Comissão na Câmara dos Deputados que já está analisando. E nós gostaríamos, principalmente para os Estados exportadores, como é o caso do Centro-Oeste todo... O meu Estado, Mato Grosso, é o Estado que mais perde hoje com o Fex, porque, em função da Lei Kandir, era obrigatória essa compensação. Mas aí veio o Fex, que é o Fundo de Compensação das Exportações, e o Governo devolve aquilo se quiser e quanto puder.

Então, o que nós queremos fazer é regulamentar e ir para esses Estados. Aqui está a Senadora de Mato Grosso do Sul... Enfim, o Estado do Pará e muitos Estados que produzem, principalmente, as *commodities* agrícolas. Isso é fundamental para o País, principalmente porque no Brasil, hoje, nós temos uma balança comercial que está sendo calcada principalmente no agronegócio. Então, esses Estados produtores acabam perdendo muito.

No caso do meu Estado, nós temos a possibilidade de multiplicar dez vezes, ou seja, este ano passado, nós conseguimos ter de compensação R\$400 milhões e, na verdade, o Estado teria direito a R\$4 bilhões. Inclusive, existem muitos Estados que estão entrando na Justiça até para que o Governo Federal compense, em função das dívidas, aquilo que não foi feito no passado. E nós não queremos gerar essa situação em que ninguém sabe o que será o dia de amanhã, principalmente as contas públicas.

Por isso, é importante, inclusive, essa decisão do Supremo, mas nós não podemos também aguardar, mais uma vez, que o Supremo vá fazer aquilo que é de compromisso nosso aqui, do Congresso Nacional.

Portanto, eu gostaria de pedir aqui o apoio para que a gente votasse esse requerimento a fim de termos essa audiência pública no meu Estado, principalmente porque é o Estado que mais perde, uma vez que é o Estado que mais exporta as *commodities* agrícolas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu queria aqui pedir o apoio do Presidente e de todos os companheiros, os pares.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E, aí, Sr. Presidente, estando aprovado o requerimento, já quero pedir aqui o apoio de V. Ex^a e da Comissão para que a gente possa fazer essa audiência. Inclusive, já está definido que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso também fará audiência em conjunto conosco.

A Assembleia Legislativa tem lá uma TV muito atuante, inclusive já fizemos algumas audiências públicas em parceria com a TV Senado. E eu gostaria também de pedir aqui a esta Presidência que oficializasse a TV Senado, já que a TV Assembleia vai fazer a geração, o *uplink*, tudo por conta da TV Assembleia, e a TV Senado apenas retransmitiria aquilo que estaríamos trabalhando lá, nessa audiência pública.

Então, peço não só isso, mas também, se possível, a presença do Presidente para honrar o nosso trabalho lá no nosso Estado de Mato Grosso.

Inclusive, está programada agora uma visita do Governador de São Paulo, que vai fazer exatamente a BR-163, saindo de Santarém e chegando até Cuiabá.

Eu acredito que, se desse para a gente até aproveitar a oportunidade, seria ótimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado pelo convite, Senador Wellington. Nós vamos encaminhar ofício, providenciando todo o suporte da TV Senado para essa audiência.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 119, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Ciência e Tecnologia, a fim de discutir os impactos econômico e social da implementação de um marco regulatório de proteção de dados pessoais pelo Estado brasileiro.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Com os seguintes convidados: Sr^a Laura Schertel Mendes, da Universidade de Berlim; Sr. Frederico Meinberg Ceroy, Promotor de Justiça e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital – IBDDIG; Sr^a Ana Paula Bialer Ingham, Consultora de Políticas Públicas do Conselho de Indústria e Tecnologia da Informação (ITI); Sr. Vladimir Barros Aras, Procurador da República e Secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República; Sr. Gustavo Artese, Mestre em Direito pela Universidade de Chicago e membro da Associação Internacional de Profissionais de Privacidade; e Sr. Sérgio Paulo Gallindo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último requerimento.

Requerimento do Senador também Ricardo Ferraço.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 118, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar os impactos da delação premiada firmada pelos controladores da empresa JBS S.A. e verificar quais medidas estão sendo tomadas para a mitigação dos prejuízos causados ao mercado de ações e aos demais acionistas.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Considerando-se a motivação da audiência pública requerida, requer a presença dos seguintes convidados: Gilberto Magalhães Occhi, Presidente da Caixa Econômica Federal; Ricardo Ramos, Diretor do BNDES; e Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, Presidente da CVM.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Eduardo Lopes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Telmário Mota. O Presidente comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício "S" nº 45 de 2017 (Ofício nº 11.092/SE-MF), de 08 de junho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de abril de 2017 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Financiamento para Energia Sustentável", a ser celebrado no âmbito do "Convênio de Linha de Crédito Condicional BID-BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. O referido requerimento foi apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho e foi incluído como item extrapauta nº 23. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 94, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 60-A à





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 17-A na Lei 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal." **Autoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 - Terminativo - que: "Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, de 2015 - Terminativo - que: "Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2015 - Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório usou da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e a apreciação da matéria é adiada.

ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 765, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 22-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para instituir o Fundo Nacional de Combate à Corrupção – FNCC." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro e Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.

ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas de sua autoria. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 - Não Terminativo - que: "Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de aprovação legislativa para que o Poder Executivo possa ampliar a dívida mobiliária federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.

ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para limitar em 1 (um) ano a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 6º ao art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de estender os efeitos da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida, quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Dalírio Beber. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o intralimite de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. O referido requerimento foi apresentado pelo Senador Elmano Férrer e foi incluído como item extrapauta nº 24. **ITEM 22 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Disciplina o tratamento a ser dispensado às renegociações de dívidas previstas na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, no que tange às contratações das operações de crédito e concessões de garantia pela União previstos nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Sen. Raimundo Lira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório fizeram uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. O referido requerimento foi apresentado pelos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro e Simone Tebet e foi incluído como item extrapauta nº 25. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 30 de 2017, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Financiamento para Energia Sustentável", a ser celebrado no âmbito do "Convênio de Linha de Crédito Condicional BID-BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis"." **Autoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2017, que "Dispõe sobre o intralimite de concessão de garantias pela





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Autoria: Sen. Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Minuta de Requerimento N° , de 2017** que : "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 22 de 2017, que "Disciplina o tratamento a ser dispensado às renegociações de dívidas previstas na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, no que tange às contratações das operações de crédito e concessões de garantia pela União previstos nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007."." **Autoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho, Sen. Flexa Ribeiro e Sen. Simone Tebet. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o plenário do Senado. A Presidência submete a comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 22ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/20>

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores: Ofício do Ministério da Fazenda nº 45, de 8 de junho de 2017, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa de Financiamento para Energia Sustentável”, a ser celebrado no âmbito do “Convênio de Linha de Crédito Condicional BID-BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis”.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Relatoria do Senador Elmano Férrer, a quem concedo a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler o relatório, em seguida a análise do presente relatório.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Trata-se de um pedido de concessão de garantia da União, de interesse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para realizar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sendo previstos ainda recursos no montante de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares do Estados Unidos da América) de contrapartidas internas.

Esses recursos serão destinados ao 1º Programa do Convênio de Linha de Crédito Condicional BID-BNDES de Financiamento a Investimentos Produtivos e Sustentáveis, ou seja, ao "Programa de Financiamento para Energia Sustentável".

O Programa tem como objetivo geral promover o investimento em projetos sustentáveis e inovadores, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a promoção da competitividade e da sustentabilidade no Brasil.

Pretende-se alcançar esse objetivo mais geral a partir de objetivos específicos: (a) financiamento verde, incluindo, mas não se limitando às energias renováveis e eficiência energética; e (b) financiamento a projetos de micro, pequenas e médias empresas, que contribuam para o aumento da sua produtividade.

Análise.

Foram anexados ao pedido vários documentos, entre os quais merece destaque o Parecer nº 06/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 9 de março de 2017, cujas principais conclusões ressaltamos a seguir.

A contratação de operações de crédito em questão está condicionada à observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal. De acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o 3º quadrimestre de 2016, há margem para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução 48, de 2007.

Por meio da Nota Técnica nº 38, de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 09/09/2016, a Coordenação-Geral de Participações Societárias informa que "a instituição possui capacidade de pagamento para contratar a operação em comento".

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o número TA785483, e obteve manifestação favorável da STN.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Libor de três meses, acrescidas dos seguintes custos:

(I) mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como a média ponderada de todas as margens de custo para o BID relacionadas com a cesta de empréstimos do BID; (II) o valor líquido de qualquer custo e/ou lucro, calculado trimestralmente, gerado por qualquer operação com instrumentos derivados em que o BID participe para mitigar o efeito de flutuações extremas na Taxa Libor; (III) a margem para empréstimos do capital ordinário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A análise de Custo da operação, com data de referência em 13/02/2017 estimou uma Taxa Interna de Retorno de 3,7102% ao ano e uma duração de 11,73 anos, patamares considerados aceitáveis pela Secretaria de Tesouro Nacional, considerando o custo atual de captação do Tesouro no mercado internacional.

A operação de crédito foi recomendada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), por meio da Recomendação Cofix nº 01, de 13/09/2016, assinada pelo Ex^{mo} Sr. Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, interino, em 01/11/2016.

A Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informou que a operação de crédito externo em análise encontra-se amparada no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº 13.249, de 13/01/2016.

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informou que a operação pretendida é compatível com os valores programados do PDG 2017 do BNDES, atendendo, portanto, ao requisito de previsão orçamentária.

Para atender ao requisito da comprovação de adimplência, o BNDES apresentou as certidões negativas requeridas, a saber: certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal; e declaração de inexistência de débito junto a entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Através de consultas ao Sistema de Informações do Banco Central, verificou-se a inexistência de débitos com a União e com entidades controlados pelo Poder Público Federal. Foi realizada também consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que não constatou a existência de pendência relativa à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Cumprido destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES, conforme art. 10, §3º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e do art. 40, §1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

A Secretaria do Tesouro Nacional declarou nada ter a opor à contratação da operação de crédito pleiteada, desde que sejam observadas as condições prévias ao primeiro desembolso previamente à assinatura do contrato.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer nº 338, de 24 de março de 2017, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução 48, de 2007, do Senado Federal e o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte... Aqui há, Sr. Presidente, o projeto de resolução do Senado Federal.

Era esse o nosso relatório, com a devida análise.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Elmano Férrer. V. Ex^a é um catedrático já.

Tendo em vista a falta do quórum desejado no momento, eu solicito ao Senador Fernando Bezerra Coelho que faça a leitura do seu relatório.

É a Mensagem nº 94, de 2016, não terminativo, que encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente.

O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no §3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de tolerância. Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o quarto trimestre e para o ano de 2016 mostra projeções tecnicamente consistentes. Para o ano de 2016, destaque para a ampliação de 3,3% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de ampliação de 4,8% para a base monetária restrita, de 12,4% no conceito de M4 e de 12,9% da base monetária ampliada. A expansão monetária é compatível com a inflação oficial do período, que foi de 6,29% no ano.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2016, nos termos do seguinte projeto de decreto legislativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016, nos termos da Mensagem nº 94, de 2016, do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tendo em vista ainda a ausência do quórum desejado, eu solicito agora ao Senador Fernando Bezerra Coelho que possa assumir a Presidência para que eu possa ler o parecer, e o farei por concessão do Senador Fernando Bezerra aqui da cadeira de Presidente, que já estou usurpando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É com alegria com concedo a palavra ao nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, que fará o seu relatório sobre a matéria que está sob a sua designação.

(Matéria não lida:

ITEM 21

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o intralimite de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Como Relator.) – Relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado de nº 21, de 2017, do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre o intralimite de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios.

O Projeto de Resolução nº 21, de 2017, estabelece regras a serem observadas na definição de intralimites à concessão de garantia da União às operações de crédito de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas empresas estatais, a ser procedida mediante deliberação do Senado Federal.

Nesse sentido, estipula que, observado o limite para a concessão de garantia da União definido no art. 9º da Resolução do Senado Federal de nº 48, de 21 de dezembro de 2007, a fixação dos intralimites, que deverá vigor pelo período de um ano, será realizada com base no comportamento das seguintes variáveis.

Primeira: a meta de resultado primário estimada para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Segunda: o limite da concessão de garantias previsto no inciso III do §1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Terceira: a capacidade de pagamento dos entes da Federação.

Quarta: o valor anual das novas operações de crédito passíveis de contratação junto às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com órgãos e entidades do setor público

O referido projeto, de autoria do Senador Romero Jucá, determina ainda que os intralimites a serem observados na concessão de garantia da União poderão ser fixados ou alterados por proposta do Presidente da República ou por iniciativa desta nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Por fim, estipula que a Secretaria do Tesouro Nacional divulgará, quadrimestralmente, em sítio eletrônico, o nível de comprometimento dos intralimites fixados.

Conforme justificção da proposta, eventuais incertezas quanto ao cumprimento das metas de resultado primário pelos governos regionais constituem obstáculo ao planejamento financeiro de curto prazo da União.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dadas essas incertezas e a falta de uma regulamentação clara quanto à forma como deveria ser repartido o limite para a concessão de garantias da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, a União encontra dificuldades em estabelecer regras claras para a trajetória de endividamento dos entes subnacionais – o que acaba dificultando o planejamento desses entes.

Posto isso, torna-se essencial o estabelecimento de uma regulamentação capaz de impor uma limitação anual à contratação de operações de crédito por parte dos chamados entes subnacionais.

Análise.

A matéria objeto da proposição – intralimite à concessão de garantia da União às operações de crédito de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas empresas estatais – inscreve-se no âmbito da competência desta Comissão, conforme previsão contida nos arts. 99, inciso VI, e 393, inciso III, do Regimento Interno do Senado.

A propósito, é competência privativa desta Casa dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno, conforme definida no art. 52, inciso VIII, da Constituição Federal. Não há, portanto, obstáculos de ordem constitucional para que o PRS nº 21, de 2017, seja de iniciativa de membro do Senado Federal. Nesse contexto, o projeto em exame incorpora, apropriadamente, matéria objeto de resolução.

Em termos de técnica legislativa, convém frisar que a Resolução nº 48, de 2007, é a norma do Senado Federal que regulamenta o exercício da competência privativa a que acabamos de nos referir.

Dessa forma, seria conveniente que o projeto alterasse essa norma e, conseqüentemente, não se apresentasse como resolução extravagante, como pretendido com o Projeto de Resolução de nº 21, de 2017.

Assim procedendo, ao alterar norma própria preexistente, o projeto se adequará às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em síntese, o projeto de resolução em exame não apresenta vício de constitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada.

No mérito, entendemos que a estipulação de intralimites anuais, como pretendido pela proposição do Senador Romero Jucá em exame, para o controle do processo de endividamento dos estados e municípios, traz avanços normativos relativamente aos vigentes.

De fato, da forma como se encontra regulamentada a matéria, com previsão da referida Resolução nº 48, de 2007, apenas para o montante global das garantias a serem concedidas pela União, é de se esperar, Sr. Presidente, o aprofundamento desse controle com a estipulação de limites





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para os fluxos anuais dessas garantias passíveis de concessão pela União, fundada em variáveis estratégicas.

Com efeito, o endividamento recente dos entes subnacionais, tanto o contratado no mercado interno junto a instituições oficiais de crédito, como o externo realizado com Organismos Multilaterais de Crédito, tem sido autorizado, apesar de o ente pleiteante apresentar situação fiscal deteriorada e risco de crédito alto, com implicações desfavoráveis ao controle do endividamento de estados e municípios.

São essas operações que envolvem a garantia da União e que pretende o PRS nº 21, de 2017, ampliar o controle sob o seu processo de contratação, reduzindo, de forma acertada e oportuna, o endividamento contratado nessas condições.

Portanto, daí a conveniência e a oportunidade de que sejam definidos limites anuais para a concessão de garantias pela União, embasados: na observação das metas de resultado primário estimadas para os estados, o Distrito Federal e os municípios; na capacidade de pagamento dos entes da Federação; e no valor anual das novas operações de crédito passíveis de contratação junto às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esses elementos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por si só, conformam a oportunidade e a relevância da matéria contida no Projeto de Resolução.

Em face do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2017, nos termos da seguinte emenda substitutivo, Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2017, que Altera a Resolução nº 48, de 2007.

É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar à Mesa, à Presidência, considerando a relevância e a importância dessa matéria o encaminhamento em caráter de urgência ao Plenário do Senado para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos fazer isso depois de deliberarmos aqui.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Atendendo ao pedido de urgência do Senador Elmano Férrer a matéria segue para...

Vamos colocar em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Elmano Férrer.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria seguirá direto para a Mesa Diretora para constar da Ordem do Dia, se possível, ainda hoje.

Devolvo a Presidência ao Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos retroceder ao item 1.

Está em discussão a matéria que propõe nos termos do art. 52, incisos da Constituição, incisos V, VII, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil.

Autoria: Presidência da República.

A Relatoria foi do Senador Elmano Férrer.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Elmano Férrer.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ELMANO FÉRRER(PMDB - PI) – Sr. Presidente, tendo em vista a relevância da matéria também solicito, através de requerimento de urgência que a matéria possa ser encaminhada diretamente para apreciação na Ordem do Dia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{es} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 2 da pauta:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 94, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Observações:

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

As Sr^{es} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. *(Pausa.)*

Item 12 da pauta:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 765, de 2015****- Não terminativo -**

Acrescenta o art. 22-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para instituir o Fundo Nacional de Combate à Corrupção – FNCC.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Na ausência do Senador Otto Alencar, designo o Relator *ad hoc* Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 765, de 2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que institui o Fundo Nacional de Combate à Corrupção (FNCC). Para tanto, o PLS altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, entre outras coisas, acrescentando a essa lei artigo que cria o referido fundo.

O PLS sob análise possui apenas dois artigos.

O art. 1º acrescenta o art. 22-A à citada Lei 12.846, de 2013, para instituir o FNCC, como um fundo de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte de recursos para financiar as ações da Política Nacional de Combate à Corrupção (PNCC).

O novo artigo contém cinco parágrafos. O §1º lista os objetivos do fundo, que seriam três: a defesa do patrimônio público; a apuração de desvios contra a administração pública; e a promoção da responsabilização de pessoas naturais e jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.

O 2º destina-se ao Fundo Nacional de Combate à Corrupção parte das receitas oriundas do valor das multas aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos à administração pública, sem contrariar a regra de que tais recursos sejam destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos do §3º, serão também recursos do fundo os rendimentos auferidos com a aplicação financeira de seus recursos; as doações de pessoas naturais ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; e outras receitas que vierem a ser destinadas a ele.

O §4º determina que os recursos do Fundo Nacional sejam aplicados exclusivamente no desenvolvimento e fomento de atividades relacionadas a sete áreas: defesa do patrimônio público; controle interno; auditoria pública; correição; prevenção e combate à corrupção; função de ouvidoria; incremento de transparência da gestão no âmbito da Administração Pública; capacitação de servidores e modernização dos órgãos públicos responsáveis pela execução das atividades previstas naquele artigo.

O §5º, por fim, determina que os recursos do fundo sejam geridos e administrados pela Controladoria-Geral da União, que deverá disponibilizar, em seu sítio eletrônico, informações contábeis e financeiras e os resultados econômicos e sociais obtidos pelo fundo.

O art. 2º é a cláusula de vigência. Caso aprovada, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

E agora chegou o Relator oficial e de direito desse projeto de lei do Senador Anastasia.

Portanto, é com alegria, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, que passo a palavra ao Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, vou continuar lendo o seu relatório.

Na justificção, assim diz o Senador Otto Alencar, o Senador Antonio Anastasia afirma que a CGU vive grave crise financeira, pois o Poder Executivo vem, ano após ano, contingenciando recursos orçamentários do órgão. Ele entende que o combate à corrupção não pode ficar a depender do bel-prazer do eventual ocupante da Chefia do Executivo. A solução que ele propõe, com a apresentação deste projeto, é a de instituir a Política Nacional de Combate à Corrupção, bem como o Fundo Nacional de Combate à Corrupção. A finalidade do fundo seria, portanto, dotar a CGU e os demais órgãos integrantes do Sistema Federal de Controle Interno de recursos orçamentários suficientes para o desempenho do seu relevante papel.

O projeto foi distribuído para esta Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A análise. Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do que dispõe o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, entre outras coisas, sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O Projeto de Lei do Senado nº 765, de 2015, propõe a criação do Fundo Nacional de Combate à Corrupção, alterando, para isso, a Lei nº 12.846, de 2013. O fundo seria de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte de recursos para financiar as ações da Política Nacional de Combate à Corrupção.

Iniciando a análise da proposta pelo ângulo jurídico, temos a observar que o PLS foi redigido com base em boa técnica jurídica. A alteração proposta não introduz elementos estranhos aos dispositivos da lei, nem possui o vício da constitucionalidade.

A proposta legislativa se insere nas atribuições do Congresso Nacional, conforme definidas no art. 48, inciso XIII, da Constituição Federal: “[...] matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações”. Em qualquer caso, o aprofundamento da análise jurídica do projeto caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que deliberará em caráter terminativo.

Passando à análise do mérito da matéria, temos a observar que houve uma mudança institucional importante após a apresentação do projeto. A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, transferiu as funções da Controladoria-Geral da União para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Todos os órgãos e as entidades supervisionadas no âmbito da Controladoria-Geral da União foram transferidos para o novo Ministério, de modo que o projeto não perdeu atualidade; a antiga CGU continua existindo, só que com nome novo.

Uma questão essencial que precisou ser investigada, antes de decidir sobre o mérito da proposição, diz respeito aos argumentos do autor da proposta sobre a suposta penúria da antiga CGU: são válidos ou foram talvez exagerados?

Pesquisamos o assunto e descobrimos que a situação da antiga Controladoria-Geral da União é pior do que imaginávamos. Em 2015, ela trabalhava com um efetivo 44% menor do que é exigido por lei. Naquele ano, apenas 2.245 servidores estavam na carreira de finanças e controle, sendo que, anualmente, 150 trabalhadores se aposentam.

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União tem se mobilizado para realizar concurso público de modo a diminuir o déficit de servidores. Porém, no momento, o concurso, previsto para abrir 620 vagas, não foi autorizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e não existe previsão de que a autorização seja concedida em breve. O último concurso foi realizado em 2008.

Além da falta de pessoal, a antiga CGU teve que enfrentar forte contingenciamento orçamentário nos últimos anos. Os cortes, conforme denunciado em dezenas de reportagens





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

jornalísticas, dificultaram a manutenção de sua estrutura e o desenvolvimento de suas atividades no combate à corrupção.

O desaparecimento e a penúria do Ministério são muito danosos ao País, pois ele exerce funções muito importantes no combate à corrupção. Estudos do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle mostram que os desvios com a corrupção podem chegar a mais de R\$100 bilhões por ano: "A cada 15 ou 30 dias, se reproduz uma Petrobras", denunciou Rudinei Marques, Presidente da Unacon Sindical.

Outra questão importante diz respeito à compatibilização do projeto com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Como o PLS propõe a criação de um fundo, é razoável supor que ele crie despesa. Entretanto, uma leitura atenta do projeto de lei deixa claro que ficará inteiramente ao cargo do Poder Executivo, por ocasião de sua regulamentação, a decisão de alocar verbas para ele. A criação do Fundo Nacional de Combate à Corrupção não irá, por si só, causar impacto orçamentário, pois nenhuma verba será obrigatoriamente destinada a ele.

Assim sendo, nada temos a opor à aprovação do PLS, que necessita, contudo, de emenda substituindo o antigo nome da Controladoria Geral da União pelo nome atual.

Voto, Sr. Presidente – é o voto do Senador Otto Alencar.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 765, de 2015, com a emenda que está aqui em anexo, que eu pediria a compreensão para a dispensa da leitura, já que é de conhecimento de todos os Srs. e as Sr^{as} Senadores.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho, mas, já contando com a presença do Relator de direito, pergunto a S. Ex^a se quer acrescentar alguma coisa, alguma palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, eu agradeço a V. Ex^a e também agradeço ao Senador Fernando Bezerra pela leitura do relatório que nós fizemos.

Esse é um projeto de autoria do Senador Antonio Anastasia. Nós conversamos sobre isso bastante, e eu creio que é um projeto importante para o Brasil. Ele não é terminativo aqui. Vai ser terminativo na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu apenas quero apenas acrescentar que essas duas emendas que nós apresentamos aqui ao projeto... É porque, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós estamos estudando essa questão dos fundos constitucionais; e, lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós temos dois fundos: o Fust e o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fistel. Esses são fundos cujos recursos são provenientes da cobrança de tarifas ao usuário, para que, depois, esses recursos sejam aplicados em favor do usuário na ampliação de todos os serviços de telefonia móvel e banda larga. Só que, ao longo de todos esses anos, os recursos que foram enviados não foram aplicados absolutamente em favor dos usuários, que pagam as tarifas de telefonia, uma parcela disso, para a ampliação desse serviço, e não foram aplicados. Então, por isso, eu me atrasei um pouco, pelo que peço desculpas.

E o que eu gostaria de complementar aqui, chamando a atenção aí da Secretaria da Mesa, é que se acrescentasse um parágrafo único para dizer que os recursos que forem arrecadados para essa finalidade não tivessem a possibilidade de ser aplicados em outra atividade que não essa atividade aqui. Pode-se acrescentar essa emenda que eu proponho agora, como um parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Emenda de plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Uma emenda de relatoria para dizer que os recursos não poderão ser desviados para outras finalidades estranhas a essa aqui, essa atividade de combate à corrupção.

É na mesma linha da que agora eu apresentei agora na CCT. Então, eu posso redigir e mandar aqui essa emenda que era para acrescentar, mas não tive oportunidade. E não está no bojo do projeto, se eu não me engano, porque, pelo que eu li aqui, não foi acrescentado, e eu havia dado essa ideia para que fosse acrescida.

Esses recursos desses fundos são levados para fazer superávit. Vão para o caixa único do Governo para fazer superávit e, conseqüentemente, não se aplicam em favor daquele que é o mais interessado no combate à corrupção, que é o povo brasileiro.

Então, concordo plenamente com o projeto do Senador Anastasia.

A CGU perdeu, ao longo dos anos, vários funcionários. Não foram feitos novos concursos. A CGU tem tido uma participação muito importante na fiscalização da aplicação dos recursos federais. Mas o Brasil, com a extensão territorial que tem, com os seus 27 Estados, com o Distrito Federal, com os seus Municípios todos, se não tivermos condição de fazer essa fiscalização, as coisas vão ocorrer de forma mais grave do que está ocorrendo agora.

E eu defendo muito isso, até porque fui conselheiro do Tribunal de Contas do Municípios e, às vezes, eu vejo que se faz alguma proposta de acabar com os órgãos de controle. Com os órgãos de controle, a situação já está como está. Assim, se tirarmos os órgãos de controle, a situação vai piorar por demais.

Então, eu acho que não é que se coloque uma fiscalização permanente atrás daquilo a respeito do que não há nenhuma suspeita de irregularidade, de improbidade, de corrupção, um denunciamento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

talvez exagerado, que tem acontecido até por parte de alguns órgãos de controle. Eu louvo sempre a ação do Ministério Público, mas sei que, às vezes, o Ministério Público pode agir até como parte de acusação e não como órgão de fiscalização da aplicação da lei. Eu critico muito isso e já critiquei várias vezes no meu Estado, quando fui conselheiro do Tribunal de Contas.

Mas vejo que há uma necessidade muito grande nesse sentido, até para atuar como órgão preventivo da aplicação da lei, para fazer a prevenção, para não virem a acontecer os fatos que temos visto por aí afora no Brasil e também aqui no Governo Federal.

No Tribunal de Contas em que atuei na Bahia, Senador Garibaldi Alves, nós fazíamos seminários de apresentação, de discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal com prefeitos, com presidentes de câmaras, para diminuir as irregularidades, porque, às vezes, o gestor erra pelo desconhecimento da lei, que é a irregularidade, e pode haver até improbidade administrativa sem haver o conhecimento.

Eu tenho um caso simbólico na Bahia – e peço até paciência de V. Ex^a, que é reconhecida aqui no Senado, para contá-lo.

Há um caso simbólico de um prefeito de um Município da Bahia, que não tinha uma instrução maior, e ele, ao contrário de pensar, Senador Fernando Bezerra, que estava assinando uma ordem de serviço, assinou a sua renúncia, porque ele não sabia ler direito. O vice-prefeito era advogado – nada contra os advogados – e preencheu o documento dizendo que era uma ordem de serviço, mas não era ordem de serviço; era a renúncia dele. Foi levado para a Câmara de Vereadores, a Câmara aceitou. E, depois, quando ele tomou conhecimento, foi para a sua residência e se enforcou. Isso se passou no Município de Senhor do Bonfim. É uma pessoa que conheci, chamada Sr. Jonas. É um fato real o que estou dizendo aqui.

Muitos Prefeitos se elegem pelo interior afora, com popularidade, mas sem nenhum conhecimento da legislação. Eles podem cometer a irregularidade ou crime sem a intenção. Esse é o grande problema. Daí por que digo que esses órgãos todos poderiam funcionar como órgãos de atuação didática, preventiva, fazendo cursos e reuniões para evitar esses desvios de comportamento, de improbidade administrativa e de corrupção.

Portanto, só quero registrar a minha admiração sempre mais acentuada pelo comportamento do Senador Antonio Anastasia, pelo seu conhecimento jurídico, pela sua capacidade e pelo seu espírito público em apresentar um projeto dessa natureza.

Agradeço ao meu prezado amigo nordestino, Fernando Bezerra, que atuou tão bem como Relator *ad hoc* na leitura do meu relatório, e a V. Ex^a, Presidente Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Otto Alencar, Relator da matéria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está em discussão.

Antes, agradeço a presença de mais alguns Senadores que vieram me prestigiar. Eu estava temeroso de que houvesse alguma discriminação contra o Vice. (*Risos.*)

Já iniciada a discussão, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, fico satisfeito com que, como o senhor vê, está crescendo o quórum, graças à sua presença. Segundo, dizer da minha satisfação com esse projeto e parabenizar o autor, o Relator e o Relator *ad hoc*.

Concordo plenamente que esses recursos devam ser usados para alimentar a luta contra a corrupção. Há um projeto meu que, de certa forma, casa bem com este, na medida em que defende que os recursos da corrupção que são recuperados devem financiar o fundo de educação da Nação brasileira, através de seus diversos fundos. Eu creio que, através da educação, nós lutamos contra a corrupção.

Há duas entidades internacionais que calculam indicadores. Uma é a Transparência Internacional, que põe a lista dos países com uma nota, conforme o grau de corrupção. Outra é a Unesco – e a OCDE também –, que coloca os países em ordem, conforme a qualidade da educação. É muito interessante como há um casamento entre os países com boa educação e com pouca corrupção.

Isso não quer dizer que corrupto não seja educado e que educado não seja corrupto. Não! Mas quer dizer que uma população educada tende a fiscalizar melhor seus agentes públicos, tendem, inclusive, a escolher com mais cuidado seus agentes públicos, até porque não votam por necessidade de receber favores, ajudas e financiamentos.

Então, nesse sentido, apoio totalmente o projeto e digo que a melhor maneira de alocar esse dinheiro, a meu ver, seria na educação, mais do que em cadeias. Porque, se a gente for usar o dinheiro da corrupção tão grande que está aí para colocar nas cadeias, os corruptos vão terminar morando em hotéis cinco estrelas.

Então, eu acho que o caminho melhor para levar adiante esse bom projeto é alocando esses recursos na educação e, de preferência, inserindo na educação orientações sobre o comportamento ético das nossas crianças para que, adultas, elas possam zelar melhor pelo patrimônio público.

Parabéns aos que fizeram a lei e ao seu Relator.

Meu voto é favorável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo a palavra – já que acabou de chegar e, como era esperado – ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Presidente, Senador Garibaldi Alves.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu estava na Comissão de Infraestrutura fazendo um debate numa audiência pública sobre a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho e que, lamentavelmente, tendo sido iniciada há 40 anos, até hoje não foi concluída. Assim como nós temos no Pará a Santarém-Cuiabá, a 163, e a Transamazônica, 230, vão no mesmo caminho.

Mas, ao entrar aqui, ouvi o pronunciamento de alguns Senadores e perguntei à Senadora Simone Tebet qual era o item e fui fazer uma leitura. Então, quis aqui deixar o meu apoio ao projeto, até porque, se for do Senador Antonio Anastasia, já estou apoiando, até porque ele tem realmente essa capacidade de fazer bons projetos, em especial este que tem como Relator aqui o Senador Otto Alencar.

Ao ler o projeto, vi que é um projeto meritório, como já foi dito aqui, no sentido de que todos esses recursos desviados em nosso País, ao serem recuperados, formem um fundo de combate à corrupção. Eu acho que a motivação é nobre para que possamos todos trabalhar, e com recursos, para que possa ser feito um efetivo combate à corrupção, e não vermos o que estamos presenciando no nosso País hoje, onde um "empresário", que se beneficiou da corrupção ao longo desses 13 anos do governo do PT, agora venha se colocar como salvador da pátria, ser o homem que vem cobrar moral de todos os brasileiros, quando, na verdade, o maior criminoso é ele próprio. Ele próprio fez com que tudo isso acontecesse, porque foi – salvo engano – o que mais se beneficiou daqueles quase R\$500 bilhões que nós aprovamos aqui, no Senado Federal. Nós aprovamos no Senado Federal contra o voto da oposição àquela altura, mas éramos um número bem inferior ao necessário para que pudéssemos obstruir aqueles aportes do Governo Federal ao BNDES, que eram feitos tomando dinheiro do Tesouro a taxas de mercado e levando ao BNDES emprestar a taxas subsidiadas, a 5% ao ano. E a diferença quem paga somos nós todos, brasileiros.

Então, é importante que aprovemos o projeto do Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Estamos sempre prestigiando V. Ex^a. Onde V. Ex^a estiver, estaremos nós a ser guiados por vossa sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sou um homem de muita fé. Então, eu estava esperando que os Senadores chegassem para me prestigiar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Muita fé e competência, Sr. Presidente.

Na mesma linha do Senador Flexa, quero dizer que qualquer projeto do Senador Anastasia nesta Casa já é visto com outros olhos. Todos nós sabemos que ele é nosso mestre, mestre de todos nós principalmente em questões que envolvam o aspecto jurídico do trabalho desta Casa.

Eu gostaria de, neste particular, não só parabenizar o Senador Antonio Anastasia pela iniciativa, mas também aqui deixar de público o meu reconhecimento ao trabalho do Senador Otto, que teve a perspicácia de perceber que, no período da tramitação deste projeto, houve uma medida provisória que colocava as atribuições todas da Controladoria ligadas ao Ministério da Transparência. Consequentemente, este fundo que estamos criando a partir de agora de combate à corrupção, vinculado a essa Política Nacional de Combate à Corrupção, tem realmente que ter o seu fundo vinculado ao Ministério da Transparência, que foi a pergunta que fiz ao Relator.

Então, parabenizo o Relator. Acredito que esta Comissão propicia um grande avanço no combate à corrupção, lembrando que políticas públicas não existem sem recursos. A Política Nacional de Combate à Corrupção foi criada, mas faltavam não só recursos orçamentários, porque esses são, ano a ano, contingenciados. Basta haver uma crise mais séria como a que estamos passando há três anos. Assim, a criação deste fundo vai permitir que essa política de enfrentamento e combate à corrupção não pare; ao contrário, nós sabemos que estamos falando de recursos que se esvaem das nossas mãos na ordem de quase – é uma estimativa apenas do Ipea – R\$100 bilhões por ano. Não sei quantas Petrobras, segundo a fala do nosso Relator.

Dessa forma, ressalto que o projeto é meritório, e não vejo por que não aprová-lo. Temos de aprovar e com louvor, parabenizando, novamente, o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o brilhante relatório do Senador Otto Alencar e a sua emenda de plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Com a palavra o Senador Otto Alencar, que foi muito diligente e apresentou a emenda.

Parabenizo o Senador Otto Alencar e o Senador Antonio Anastasia. Pelo momento que estamos vivendo, nós temos de criar mecanismos de combate à corrupção, e este projeto contribui fundamentalmente para isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que retirasse de pauta o item 18, o PLS nº 447, de 2015, do Senador José Medeiros, que versa sobre exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias em reais em valores superiores a 130% do crédito concedido.

Eu fiz um relatório aqui, mas, antes, eu iria discutir com o Senador José Medeiros e não tive oportunidade. Então, relatar sem discutir com ele e ouvir as suas razões seria um tanto quanto precipitado. Assim, eu solicito a retirada de pauta para conversar com ele e, depois, eu pediria a V. Ex^a que o recolocasse a matéria para análise na próxima reunião da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a está sendo atendido. O projeto foi retirado de pauta.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passemos ao

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, permitam-me, antes de ler o relatório, um pequeno comentário para dizer que este é um projeto que chega em boa hora.

Sabemos que um dos grandes problemas que temos é o de sermos um país que está entre os últimos – e certamente é o último entre os países grandes – no que se refere a inovação, a criatividade, a número de patentes. E uma das causas disso, não diria nem que é a maior, é o fato de que o INPI, que é o instituto encarregado de registrar patentes, tem dificuldades profundas para exercer o seu trabalho.

É claro que a principal causa, Senador Fernando, é o baixo número de invenções, é o fato de que as nossas universidades são divorciadas das empresas e as empresas, divorciadas das universidades; não há um casamento. Além disso, as nossas universidades são muito voltadas para pesquisas abstratas, e não para pesquisas tecnológicas, dando respostas aos problemas da economia. Mas é preciso dar o máximo apoio ao INPI para que os pedidos de patentes, que já não são tantos no Brasil, tenham uma velocidade que permita, Senador Elmano, dar o reconhecimento que os nossos inventores precisam.

É nesse sentido que o Senador José Agripino deu entrada nesse Projeto de Lei nº 62, de 2017, que altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Em seu projeto, desde o art. 1º, acrescenta um artigo àquela lei de 1970, para cumprir o objetivo acima descrito, pelo qual os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reinvestidos no próprio Instituto. O parágrafo 2º desse art. 1º estabelece que os recursos oriundos da prestação de serviços pelo Instituto não serão objeto de repasse ao Tesouro Nacional quando da apuração do balanço patrimonial e do resultado econômico no encerramento de cada exercício financeiro. Cabe dizer que, se o dinheiro não vai direto para o Tesouro, fica no INPI, que, trabalhando bem, vai gerar renda que vai aumentar a receita para o Tesouro Nacional.

No art. 2º, há cláusula de vigência na data da publicação, o que é óbvio.

Na justificativa, o autor, Senador José Agripino, argumenta que a prestação de serviços de atribuição do INPI, por exemplo, o registro de marcas e a concessão de patentes, geram significativa receita para a autarquia, sendo, no entanto, inteiramente destinada ao Tesouro Nacional. Informa que, apesar de o INPI ter significativa fonte de receita própria, ele tem recebido recursos orçamentários insuficientes para o desempenho de suas atividades, fato que tem sido agravado pelo qual o Brasil passa atualmente. Com isso, o exercício de suas funções essenciais de concessão e garantia dos direitos de propriedade intelectual no Brasil vêm sendo comprometidas.

A proposição foi distribuída apenas à CAE, em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Na verdade, a proposição foi distribuída e está sendo discutida neste momento.

A análise – curta, Sr. Presidente.

Não há vício de constitucionalidade, pois cabe ao Congresso dispor sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas. Tampouco se verificam problemas de juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

No mérito, que é fundamental, a matéria contribuirá para tornar mais eficaz e eficiente a atuação do INPI, principal instrumento de implementação e garantia da propriedade industrial no País e essencial para o avanço da inovação e do desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2017 e, no mérito, pela sua aprovação, entusiasmadamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Como nenhum Senador pretende discutir a matéria, vamos encerrar a discussão, lembrando que o projeto é terminativo. No entanto, a despeito de os Senadores terem nos prestigiado, não chegamos ao quórum, qualificado – qualificado em termos de número, mas, em termos de presença





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos nomes que estão aqui, é um quórum qualificado. Só o Presidente é que não tem essa qualificação toda. (Risos.)

Mas, com a ajuda dos universitários, vamos continuar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para aproveitar a sabedoria e conhecimento do Senador Cristovam Buarque e, sabendo que S. Exª é membro titular da Comissão de Educação, talvez fazer uma sugestão, Senador.

Analisando o relatório de V. Exª e também a justificativa apresentada à proposta pelo Senador autor do projeto, Senador Agripino, ressalto que, infelizmente, no Brasil, nós avançamos muito pouco naquilo que é fundamental e essencial, principalmente em relação aos serviços públicos. E nós não temos como dissociar essa matéria da questão da ciência, da tecnologia e da própria educação.

Avançamos muito pouco nesse setor e, naquilo que avançamos, quando avançamos, foi no passado. E, aqui, um passado até não tão recente assim, haja vista que a criação do INPI como autarquia foi em 1970. E, agora, nós estamos vendo o esfacelamento, o sucateamento de autarquias e instituições desse porte, que tratam da questão do registro de marcas, patentes e franquias e que, nos últimos anos, estão muito voltados também para a questão da inovação de programas de computador.

Então, diante desse sucateamento, da diminuição do número de servidores, nós vimos aqui, pelo projeto, que o registro de uma patente, ou ainda, o andamento total de um procedimento que acontece dentro do INPI, que, normalmente, levava seis anos, hoje, leva 11 anos. Isso é inadmissível! Isso pode fazer – e está fazendo – com que todas essas inovações tecnológicas, principalmente, não sejam patenteadas e registradas com a marca e o selo nacionais.

Esses jovens, muitas vezes, entram em parcerias com colegas estrangeiros e vão patentear e registrar esse produto, esse programa de computador, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o tempo que se leva para analisar todo esse processo, de acordo, inclusive, com a justificativa do Senador Agripino, é de dois anos e meio. Então, se eu tenho, em dois anos e meio, três anos, condições de patentear, de registrar o meu produto, por que eu vou aguardar 11 anos para produzir esse produto e ter o lucro, mais do que justo, pelo trabalho que tive?

Então, diante disso, talvez coubesse, uma vez avançado e aprovado esse projeto, Senador Cristovam, sob a batuta de V. Exª, a realização de uma audiência pública junto aos servidores, aos técnicos do INPI para ver de que forma nós poderíamos avançar na melhoria legislativa desse instituto, a fim de que nós pudéssemos desburocratizar a análise feita por esses poucos e escassos técnicos e, assim, pudéssemos diminuir o tempo que eles levam para cumprir o processo de registro de marcas, patentes e franquias. Enfim, acho que é uma sugestão que está Comissões pode deixar, talvez até





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

juntamente com outras comissões, porque essa matéria, no que se refere à parte legislativa, a meu ver, não tem dificuldade em desburocratizar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a Senador Simone Tebet.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

O Senador Fernando Bezerra Coelho está apressado e propõe que seja encerrada a discussão.

O Senador Cristovam Buarque, no entanto, queria acrescentar alguma consideração.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Apenas para dizer que concordo com as colocações da Senadora Tebet e dizer que nós deveríamos aproveitar e, talvez, fazer um esforço em realizar uma audiência pública aqui sobre como dar mais agilidade ao INPI, além de mais recursos, ainda porque não podemos correr o risco de esses recursos chegarem lá, graças à lei do Senado José Agripino, e, daqui a alguns anos, descobriremos que não houve melhoria nos processos, no funcionamento. Até porque, como disse a Senadora, aparentemente, mesmo que tenhamos mudado tudo no mundo nos últimos 20 anos, parece que há ainda muitas regras – e não é culpa dos funcionários – que seguem procedimentos compatíveis com as inovações do tempo da mecânica, e não do tempo da eletrônica, como são os tempos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Constatamos novamente a falta de quórum.

Vamos passar ao item 22 da pauta.

ITEM 22

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, DE 2017

- Não terminativo -

Disciplina o tratamento a ser dispensado às renegociações de dívidas previstas na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, no que tange às contratações das operações de crédito e concessões de garantia pela União previstos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007.

Autoria: Senador Romero Jucá.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Raimundo Lira.

Relatório: pela aprovação do projeto.

A Relatoria é o do Senador Raimundo Lira, a quem concedo a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, apenas quero rememorar aos presentes, apesar de todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores já conhecerem muito bem este texto, que a Constituição, em seu art. 52, incisos VII e VIII, confere competência privativa ao Senado Federal para dispor, respectivamente, sobre os limites globais e condições para a realização de operações de crédito externo e interno dos entes da Federação e sobre os limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito dos entes subnacionais.

Passo a ler o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 22, de 2017, que dispõe sobre o tratamento a ser concedido às renegociações de dívidas e às operações de crédito de que tratam a Lei Complementar (LCP) nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e a Lei Complementar (LCP) nº 159, de 19 de maio de 2017. A proposição, de autoria do Senador Romero Jucá, contém três artigos.

O art. 1º trata do alcance das normas contidas no PRS nº 22, de 2017. Nesse sentido, a resolução proposta disciplinará as renegociações de dívidas previstas na LCP nº 156, de 2016, e na LCP nº 159, de 2017, no tocante às contratações de operações de crédito e concessões de garantia pela União, nos termos das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007.

O art. 2º afasta o cumprimento dos limites globais para o montante da dívida consolidada fixados na Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001, desobriga o atendimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito previstos na Resolução nº 43, de 2001, e dispensa a verificação dos limites e condições para a concessão de garantia pela União previstos na Resolução nº 48, de 2007, nas seguintes operações:

- extensão por até 240 meses do prazo de pagamento das dívidas refinanciadas pelos Estados e pelo Distrito Federal junto à União ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;

- renegociação dos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados até 31 de dezembro de 2015 entre, por um lado, instituições financeiras federais e, por outro, os Estados e o Distrito Federal, quando envolverem recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- extensão por até 240 meses do prazo de pagamento das dívidas refinanciadas pelos Estados e pelo Distrito Federal junto à União ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

- repactuação, perante o agente operador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), da totalidade das dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, decorrentes de financiamentos obtidos com recursos do FGTS, vencidas e vincendas, derivadas de operações de crédito contratadas até 1º de junho de 2001, abrangidas ou não pela Lei nº 8.727, de 1993, mesmo que tenham sido objeto de renegociação anterior; e

- contratação de operações de crédito, pelas unidades da Federação que estiverem com o Regime de Recuperação Fiscal em vigor, destinadas ao financiamento de programa de desligamento voluntário de pessoal, ao financiamento de auditoria do sistema de processamento da folha de pagamento de ativos e inativos, ao financiamento de leilões de pagamento, à reestruturação de dívidas com o sistema financeiro, à modernização da administração fazendária, à antecipação de receita da privatização de empresas e às demais finalidades previstas no Plano de Recuperação.

Por fim, o art. 3º do Projeto de Resolução nº 22, de 2017, é a cláusula de vigência, a qual prevê que a resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que o Senado Federal, no âmbito de sua competência privativa assegurada pela Constituição Federal, precisa afastar a aplicação das regras das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, às renegociações e operações de crédito asseguradas pela Lei Complementar nº 156, de 2016, e Lei Complementar nº 159, de 2017, a fim de que os Estados e o Distrito Federal possam usufruir de auxílios financeiros destinados a viabilizar suas recuperações.

Apresentada em 7 de junho de 2017, a matéria foi encaminhada à CAE, cabendo a mim a oportunidade de relatá-la. Não houve a apresentação de emendas no prazo regimental.

Não vou ler aqui a análise, porque é um esclarecimento do que foi dito no relatório, mas gostaria apenas de lembrar aqui que essa concentração de receita por parte da União Federal faz com que Estados e Municípios estejam, a todo momento, em períodos quase que sequenciais, necessitando do socorro da União em relação aos Estados e Municípios. Isso mostra, Senador Fernando Bezerra, com absoluta clareza, que nós precisamos reformular o conceito de receita para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal.

Hoje, o que os Municípios recebem não é suficiente para que mantenham em seus territórios, na sua sede, as pessoas para viverem no Município, e elas são deslocadas para Estados e grandes capitais do País, criando esses grandes inchaços. Tudo isso em consequência da má distribuição de renda da União Federal brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Raimundo Lira.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir...

O Senador Flexa não poderia deixar de discutir... *(Risos.)*

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Antes da discussão, Sr. Presidente, gostaria de declarar o meu voto.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2017.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E agora concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu não poderia jamais deixar de discutir, até para prestigiar V. Ex^a na Presidência da CAE. V. Ex^a, ainda há pouco, disse que a sua qualificação não merecia registro. Pelo contrário, V. Ex^a é o pai de todos nós aqui, sem sombra de dúvida, não pela idade mas pela experiência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sabia que V. Ex^a era bondoso, mas não tanto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade.

Presidente, eu não poderia deixar de debater um projeto da maior importância, em face da crise que vive lamentavelmente o nosso País.

Esse projeto do Senador Romero Jucá vem ao encontro dos interesses dos Estados e, acredito, também dos Municípios, para que seja feita uma readequação dos financiamentos, que estão hoje com prazo de vencimento de 30 anos, prorrogáveis por mais 20 anos.

O meu Estado do Pará... Quando falam comigo que o Estado do Pará está bem, eu digo: Não, o Estado do Pará é o menos pior. É diferente de estar bem para ser menos pior, não é? Está no equilíbrio, instável, não pode fazer maresia porque aí a coisa complica. Mas é um Estado que é usado pela Secretaria do Tesouro Nacional como referência aos demais Estados que vão solicitar o *rating*, não é mais A, agora é B+. Já foi A, mas vai voltar a ser A. Eu brinco lá na Secretaria do Tesouro que tem que acelerar para a gente subir e não para descer. Mas é um Estado que está em equilíbrio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu já conversei com o Governador Simão Jatene sobre essa possibilidade da renegociação das dívidas, que para nós é importante, é lógico, vai melhorar alguma coisa. Mas não é fundamental, porque o Estado do Pará é um dos que tem o menor percentual de endividamento financiamento *versus* receita corrente líquida, algo em torno de 13%, 15%, quando é possível tomar financiamento de até 200% na relação, ou seja, duas vezes a receita corrente líquida. E o Estado só tomou, até agora, 13%, 15%.

Nós estamos com o pedido de financiamento aqui na Caixa Econômica que, se Deus quiser, nós vamos resolver ainda nesta semana ou no início da próxima de um financiamento de R\$670 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

Já está aprovado, quer dizer, já está no final da aprovação para que possa ser então feito o contrato pactuado com a Caixa Econômica Federal.

Mas esse projeto é importante, vai dar fôlego aos Estados e Municípios para que eles possam, com o alongamento da dívida, melhorar o seu *rating*, porque aí o seu compromisso de pagamento mensal vai diminuir, uns mais outros menos.

Há aqueles Estados que, lamentavelmente, como aquela fábula da formiga e da cigarra, no tempo da bonança tomaram financiamentos além da capacidade. E aqui, Senadora Simone, nós aprovamos – não com o nosso voto nem o seu – vários financiamentos fora da norma, que foram encaminhados para cá com exposição de motivos para que eles pudessem sair do limite de endividamento. E deu no que deu, lamentavelmente.

Mas eu pergunto, Presidente: na semana passada, o Presidente Michel Temer chamou todos os governadores para uma reunião, acho que terça-feira, um encontro para tratar exatamente disso, relativo ao BNDES, com alongamento da dívida. Além do convite aos governadores, estava presente toda a equipe econômica da União, o Ministro Meirelles, o Presidente do Banco Central, o Presidente do BNDES, a Superintendente da Secretaria do Tesouro Nacional, enfim, toda a equipe do Governo para tratar dessa questão.

Não sei se a tramitação desse projeto vai ser em tempo hábil para que ele seja realmente usado nessa renegociação, porque o prazo, eu diria, tem que correr muito para que ele surta os efeitos. Senão, nós vamos ter que fazer isso nesses entendimentos com o Governo Federal através de uma medida provisória, que não é o caminho mais lógico para ser feito isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nesse sentido, Senador Flexa Ribeiro, eu quero comunicar que, após a aprovação no plenário, eu vou requerer urgência para que a matéria possa ser apreciada, se possível, ainda na Ordem do Dia de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não vai à Câmara?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, sim; é resolução. Então, vai direto. Portanto, V. Ex^a fará um grande benefício ao Estado e também aos Municípios do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro e dizer que é invejável a situação das finanças do Pará. Infelizmente é uma exceção à regra, porque os outros Estados não apresentam essa situação descrita tão bem por V. Ex^a.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Fui provocada pelo Senador Flexa, perguntando se eu concordava com ele. Quem sou eu para discordar de alguma coisa dos ilustres Senadores desta Casa, eu que tenho muito mais que aprender e que ouvir do que falar?! Então, eu vou ser breve, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que não só concordo com as palavras do Senador Flexa, mas também com o comentário feito pelo nosso Relator, Senador Raimundo Lira. Claro que nós temos que aprovar esta matéria. É da mais alta relevância e urgência diante do quadro caótico em que se encontram as finanças públicas estaduais e até municipais, porque o projeto propõe também a renegociação das dívidas em relação aos Municípios.

Aqui o projeto de resolução nada mais faz do que, dentro dessa nova repactuação, ampliar a retirada de requisitos legais estabelecidos pela Lei Complementar, a Lei de Responsabilidade Fiscal, excepcionalmente para que outros Estados também possam repactuar as suas dívidas.

Mas é o tipo de projeto acridoce, ou seja, nós votamos, entendendo a necessidade e a importância, mas também sabendo que estamos apenas a enxugar gelo, que a grande raiz de todo o problema começa lá na fala do Senador Raimundo Lira, com o novo pacto federativo para estabelecermos que, já 90% dos serviços públicos brasileiros e atribuições e obrigações ficam por conta de Estados e Municípios, não podem esses mesmos Estados e Municípios ficar com um pouco mais da metade da carga tributária, daquilo que é arrecadado, da receita arrecadada pelo Tesouro.

Hoje, 16% das receitas vão para as mãos dos Municípios; 46%, às vezes um pouco mais, 47% vão para os Governos dos Estados, e nós sabemos que 90% das atribuições, tirando segurança nacional, tirando o ensino universitário, tirando um compartilhamento de responsabilidade na área da saúde de alta complexidade e alguma coisa também na educação básica, todo o resto foge do escopo e da responsabilidade da União. Então, essa é a raiz do problema.

E, aí, aqui, não querendo fazer uma defesa do meu Estado, Mato Grosso do Sul, mas fazendo a defesa de outros Estados, eu, que já fui do Executivo Municipal e Estadual, Senador Flexa, ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

parabenizar o seu Estado, registro que nós só não podemos esquecer o quão diverso é o Brasil. Quantos Brasis existem dentro de um único Brasil!

Eu estou aqui à frente de um Senador que é talvez, de todos nós, o Senador que levanta com maior galhardia a bandeira do novo plano nacional de desenvolvimento regional, ou um plano estadual de desenvolvimento regional – acho que é um plano nacional mesmo de desenvolvimento regional –, para entendermos que não temos apenas cinco regiões no Brasil. Nós temos 27 Estados, cada um deles maior do que a maioria dos países europeus. Não estou falando só de tamanho geográfico, estou falando da população desses Estados e das realidades. Nós temos uma grande diversidade cultural, ambiental, econômica, são muitos brasis dentro de um Brasil.

Então, quando nós falamos assim: "Ah, na época da bonança muitos Estados abusaram dos recursos que entravam nos seus cofres", pode até ser verdade, mas muitos tentaram fazer o possível e não conseguiram. Eu falo especificamente de Mato Grosso do Sul e estendo esse exemplo para a maioria dos Estados, talvez até do Nordeste. Mato Grosso do Sul, nos últimos anos, conseguiu sanear as suas contas públicas porque, na época do ex-Presidente Fernando Henrique, quando foi pactuado o gás, os dutos que vieram da Bolívia, atravessando o Centro-Oeste, chegando a São Paulo e Rio de Janeiro, que é o gasoduto Brasil-Bolívia, nós tivemos, graças a isso, um incremento vindo lá de Corumbá e atravessando Mato Grosso do Sul, passando pelo centro do Estado, que é Campo Grande, até o meu Município, Três Lagoas, e indo para o Estado de São Paulo. Só essa política de investimento, de fomento, teve a capacidade de aumentar as finanças estaduais na ordem, no pior momento, de 19% em relação ao ICMS. Durante cinco ou seis anos, esses quase 20% a mais de ICMS foram suficientes para que o Estado pudesse garantir a sua higidez econômica, sua saúde econômica.

Agora, com a nova política da Petrobras de começar a utilizar o gás do pré-sal, seja na Amazônia, seja no Rio de Janeiro, seja no litoral do Estado de São Paulo, como no caso de Santos, nós vimos essa arrecadação cair vertiginosamente, saindo dos 19% e chegando a 6%. O atual Governador, que nem é do meu Partido, viu o incremento da sua receita cair de tal sorte que está tendo dificuldade de pagar os seus fornecedores em dia. Então, está atrasando 30, 40 dias.

Com isso, eu quero, de forma muito objetiva, dizer que muitas vezes se coloca a culpa no gestor quando o problema é de uma crise econômica que assola de forma desigual um país que é diverso e que é desigual por natureza. Isso tudo precisa ser abraçado com responsabilidade pelo Senado Federal. Esta é a Casa da Federação brasileira. Nós somos a Casa dos Estados brasileiros, e talvez o maior projeto a ser aprovado e depois implementado seja o projeto do Senador Fernando Bezerra do novo plano nacional de desenvolvimento regional, para que não precisemos ficar aprovando projetos como este, importante, mas que deixa um gostinho amargo quando aprovamos porque sabemos que estamos empurrando o problema para os próximos gestores se não resolvermos até lá o problema de fundo, de raiz, que é um novo Pacto Federativo, aliado a uma nova política nacional de desenvolvimento regional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Simone Tebet. Cada vez mais cresce minha admiração pela Senadora Simone Tebet. Os homens não ficam enciumados, ciúme de homem é pior de que ciúme de mulher. *(Risos.)*

Eu concedo a palavra ao Relator, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos adicionais.

A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, foi editada com o intuito de estabelecer um plano de auxílio a Estados e ao Distrito Federal. Já a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, instituiu o regime de recuperação fiscal para Estados e Distrito Federal e alterou o art. 3º da citada Lei Complementar nº 156, que não previa nada para os Municípios, incluindo Municípios nas renegociações previstas no mencionado dispositivo.

Segundo o art. 13 da Lei Complementar 159:

A cessão de que trata o art. 12 desta Lei Complementar só poderá ser realizada caso o Estado, o Distrito Federal e o Município, ou a respectiva entidade da administração indireta, celebre concomitantemente, perante agente operador do FGTS, repactuação da totalidade de suas dívidas decorrentes de financiamentos obtidos com recursos do FGTS, vencidas e vincendas, derivadas de operações de crédito contratadas até 1º de junho de 2001, abrangidas pela Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, ainda que essas dívidas tenham sido objeto de renegociação anterior.

Então, vejam bem, é importante que os Senadores fiquem sabendo que esta resolução atende exclusivamente à renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal. Aí abre uma exceção, no art. 13 da Lei Complementar nº 159, podendo também os Municípios fazerem as suas renegociações nesses termos, ou seja, em até 240 meses, naquelas dívidas do FGTS, vencidas ou vincendas, mesmo que já tenham sido repactuadas até 2001.

Este era o esclarecimento que eu tinha a fazer: é apenas uma exceção no que trata do assunto relacionada ao Município, ou seja, as dívidas do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Após o objetivo relatório do Senador Raimundo Lira, eu coloco a matéria ainda em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Raimundo Lira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Solicito, neste momento, através de requerimento de urgência, que a matéria possa ser incluída na Ordem do Dia, se possível no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Fernando Bezerra Coelho, contemplando o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2017.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não só concordo – e acho que todos Senadores e Senadoras aqui –, como louvo a oportunidade do Senador Fernando Bezerra de pedir urgência. Eu, quando fiz o debate, disse que seria necessário que esse projeto fosse acelerado. Então, se conseguirmos votar hoje em plenário, que ele siga para ter sua efetividade a tempo de os Estados e Municípios fazerem a renegociação.

Se o Senador Fernando Bezerra me permite, gostaria de também assinar junto com ele o pedido de urgência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com prazer.

Além disso, queria comunicar que o Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa, informa também que na reunião de Líderes, hoje, às 14h30, ele solicitará ao Presidente da Casa, o Senador Eunício Oliveira, a inclusão na Ordem do Dia desta importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Ainda para esclarecer uma questão aqui levantada pelo Senador Flexa.

Seguinte: no art. 52 da Constituição Federal, nos incisos VII e VIII, o Senado Federal, como eu falei, tem competência... É competência privativa do Senado Federal aprovar o que foi aprovado em lei complementar pelo Congresso Nacional – ou seja, Câmara e Senado – e baixar, aprovar seu projeto de resolução para dar validade a essa lei ou a essas leis complementares. Então, no meu relatório, mesmo podendo... Quer dizer, normalmente num projeto de lei a gente faz uma emenda estendendo, por exemplo, aos Municípios os mesmos direitos que estão previstos aqui para os Estados, mas nós não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

podemos fazer isso. Nós estamos apenas regulamentando o que foi aprovado nas Leis Complementares 156, de 2016, e 159, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O requerimento de urgência foi aprovado.

Eu quero cumprimentar o Senador Raimundo Lira e o Senador Fernando Bezerra Coelho, que está levando à frente esse projeto de desenvolvimento regional.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016

- Não terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas de sua autoria.

Observações:

1. *A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.*

2. *A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.*

Eu gostaria de agradecer ao Senador Armando Monteiro, porque a sua presença era muito esperada por mim. Ele vai relatar um projeto de minha autoria... *(Risos.)*

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – De uma área que tem tudo a ver com o seu projeto, do nosso bioma da Caatinga.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Exatamente.

Então, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, apresenta-se para análise o projeto de lei do Senado, de autoria do nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que visa instituir a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na justificativa à sua iniciativa, o autor argumenta que a Caatinga é um bioma que existe exclusivamente no Território brasileiro, devendo ser a sua utilização de forma racional e sustentável objeto de atenção permanente do setor público.

O autor considera que a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga servirá para orientar a formulação e a implementação de políticas públicas de longo prazo que garantam a atuação articulada entre os entes federados e a sociedade para compatibilizar as atividades econômicas e a indispensável proteção do meio ambiente. A relevância da proposição é evidente por delinear princípios de atuação governamental com vista à proteção dos recursos naturais do bioma Caatinga, o que passaria a constituir a contrapartida ambiental da ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste do Brasil S. A., principalmente na elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste.

Além da fragilidade do bioma Caatinga diante do processo de desertificação, o Semiárido apresenta índices de desenvolvimento humano muito baixos se comparados à média nacional, o que evidencia tratar-se de uma região de elevada vulnerabilidade social.

Do ponto de vista dos impactos orçamentários e financeiros da proposição, não estão previstos recursos outros além daqueles já reservados à aplicação na região por meio dos fundos existentes. Conforme deixou claro o autor na sua justificativa, a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga não cria novas despesas para o orçamento público, mas procura estabelecer princípios e diretrizes de atuação governamental de forma a contribuir para disciplinar o uso e a proteção dos recursos naturais desse bioma.

Sem ampliar os gastos governamentais, a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga deverá orientar a definição das prioridades e o estabelecimento de diretrizes para os planos anuais de aplicação dos recursos tanto do FNE quanto do FDNE.

Dessa forma, as especificidades ambientais locais deverão estar entre os aspectos mais relevantes a serem considerados no processo decisório de alocação dos recursos dos fundos destinados ao desenvolvimento do Nordeste, contribuindo para a utilização mais racional e sustentável da sua riqueza natural e para a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Algumas alterações estão sendo propostas para promover pequenos ajustes no texto. A redação do inciso I do art. 5º e do inciso I do art. 6º privilegia as práticas e atividades agrícolas. No entanto, para que a lei cumpra plenamente com sua finalidade, entendemos ser oportuno promover a sustentabilidade de outras atividades tradicionais, dentre as quais a pecuária e a silvicultura. Por essa razão, optamos por substituir as expressões "práticas agrícolas" e "atividades agrícolas" por "práticas agrossilvipastoris" e "atividades agrossilvipastoris", tornando clara a abrangência ampla da norma.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O desenvolvimento sustentável da Caatinga precisa prever o aproveitamento sustentável dos recursos do bioma. Por exemplo: a pecuária, que é a principal atividade econômica do sertanejo, é também uma das principais causas de degradação ambiental. Porém, é possível o uso de técnicas que permitem que a criação seja feita em bases sustentáveis, usando a vegetação nativa como suporte forrageiro para os rebanhos. Além disso, várias atividades econômicas utilizam a lenha nativa como fonte de energia. Essa lenha pode vir de desmatamentos, que causam degradação ambiental ou pode ser produzida de forma sustentável.

Embora pareça controverso, o uso de lenha nativa produzida via manejo florestal sustentável é uma das melhores alternativas para proteger a vegetação, proteger o solo e os recursos hídricos e garantir a continuidade de várias cadeias produtivas, como a indústria cerâmica e gesseira, que, aliás, tem um polo importante, o mais importante polo do País, lá na nossa região do Araripe, em Pernambuco, que produz 92% do gesso do País, embora detenha menos de 20% das nossas reservas. Essas indústrias garantem emprego para milhares de famílias nos pequenos Municípios do sertão.

Atualmente, a promoção e fomento do manejo florestal sustentável da Caatinga para produção de lenha e carvão e melhoria do suporte forrageiro para os rebanhos é a principal agenda da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal.

Por essa razão, decidimos por acrescentar o inciso VIII ao art. 6º do PLS nº 222, de 2016, de modo que o manejo sustentável da vegetação nativa com finalidade agrossilvipastoril esteja explicitado entre os objetos do fomento previsto na Lei.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 222, de 2016, com as emendas que já foram aqui indicadas.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero agradecer ao Senador Armando Monteiro e dizer que não foi minha a sua designação para Relator, mas, se eu pudesse escolher um relator, teria escolhido V. Exª pelo brilhantismo da sua contribuição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi tão brilhante que eu me dispensei de fazer comentários.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Os Senadores podem discutir. Não é porque é da minha autoria... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Podem elogiar a iniciativa. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Isso. Podem elogiar a iniciativa.

Elogiem, pelo menos, o Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, esse é o tipo de projeto que nós não temos nem que discutir. Um projeto de sua autoria sob a relatoria do Senador Armando Monteiro nós temos que aprovar, e rápido. *(Risos.)*

Porque vai chegar o projeto de desenvolvimento sustentável da Caatinga.

Tem o nosso voto.

Nota 10 com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ao Relator, não é? *(Risos.)*

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ao autor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aos dois, então.

Continua em discussão o relatório do Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o brilhante relatório do Senador Armando Monteiro permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1, 2 e 3-CAE.

A matéria ainda vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu preciso ir à CAE, ou melhor, à CAS, para a discussão e votação da reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não me abandone, Senador!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já vou encerrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Posso estar lá, mas estarei aqui com V. Ex^a, com certeza absoluta. (*Risos.*)

Mas eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, porque eu queria que V. Ex^a pudesse fazer gestões junto à área... Foi encaminhado ao Ministro da Fazenda um pedido de informações feito pelo Presidente da CAE, o Senador Tasso Jereissati, em 4 de abril, que, até hoje, não foi respondido. Peço que V. Ex^a solicite mais agilidade nas informações, porque o Presidente criou dois grupos de trabalho, um sob a coordenação do Senador Ferraço, que trata da questão do Sistema Tributário Nacional, e outro sob a coordenação do Senador Armando, que trata da questão das microempresas,...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Microeconomia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... da microeconomia e do custo Brasil.

No que tange ao Sistema Tributário Nacional, o Senador Tasso colocou o grupo para tratar da Lei Kandir. Então, há urgência urgentíssima, porque estamos premidos por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu um prazo ao Congresso até novembro deste ano para definir a regularização da Lei Kandir, que está aguardando isso desde 1996. Isso não acontece por culpa nossa, por omissão nossa.

O Supremo fez esse voto, numa ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) com que o Estado do Pará entrou, pedindo a regulamentação. Se nós não fizermos isso até novembro – e a matéria tem de passar pelo Senado e pela Câmara –, ele já definiu que quem o fará será o TCU. Então, depois, vamos ficar aqui dizendo que o TCU está querendo legislar ou que o Supremo está querendo legislar. Não, ele nos deu prazo.

Para que possamos avançar nisso, precisamos de informações do Ministério da Fazenda que, inclusive, tratam de ICMS sobre as exportações, com a consolidação dos montantes informados, por Estado, mensalmente, à União sobre as operações relativas aos exportadores, informadas mensalmente pelas Fazendas estaduais, em atenção ao art. 91, §4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao menos no período entre 2013 e fevereiro de 2017.

Então, eu pediria, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, que V. Ex^a pudesse, ainda hoje, fazer um contato com o Ministério da Fazenda. Posso devolver as informações solicitadas, que são várias. São várias as informações. Na realidade, para tratar da Lei Kandir, preciso da informação que fala do ICMS sobre as exportações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou reiterar o pedido do Senador Tasso, como Presidente desta Comissão. Só lembro a V. Ex^a que, se o Presidente não conseguiu fazê-lo, muito mais o Vice não conseguirá!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Olhe, não subestime os vices. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não! Se não me engano, foi a Senadora Lídice da Mata que disse que o Brasil é o País dos vices. E eu estou muito animado com isso. *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Olhe, o Tasso está acompanhando a reunião pela TV Senado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos encerrar a reunião, vamos aprovar a ata da reunião anterior.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu não poderia sair daqui, após o encerramento desta reunião, eu iria ficar num patamar de muita inferioridade em relação ao meu amigo Flexinha aqui. Não é? *(Risos.)*

Elogiou tanto o Vice-Presidente, que eu disse: "Alguma vai acontecer!" Não é? *(Risos.)*

Então, eu também quero dar o meu elogio. Não é? *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Já está enxergando o futuro. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas não vai chegar à teoria da conspiração.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – V. Ex^a é um Senador que honra todos nós,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – ... não só ao Rio Grande do Norte. É um bom companheiro, um bom Senador, um bom amigo. Portanto, eu me sinto muito honrado em ser presidido por V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu agradeço, Senador Raimundo Lira, meu vizinho, do Estado da Paraíba, pelas palavras generosas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou encerrar a reunião, agradecendo ao universitário José Alexandre Girão. E é um agradecimento machista, porque eu deveria agradecer a essas meninas que estão aí, todas elas, e não apenas a José Alexandre Girão. Agradeço a todos, à Consultoria do Senado, aos Senadores que me prestigiaram. Agradeço a presença de todos. Só vou agradecer uma ausência: é a do Senador Tasso Jereissati. *(Risos.)*

A ata está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, José Serra, José Agripino, Otto Alencar e Ciro Nogueira. O Presidente comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício "S" nº 47 de 2017 (Ofício nº 8/2017/GABIN/STN/MF-DF), de 19 de junho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório de Recompras de Títulos da Dívida Pública Federal Mobiliária Externa de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de maio de 2017. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável nos termos do PDS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 2 - OFÍCIO "S" Nº 16, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, a documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, de Concessão Administrativa para a Construção, Compra e Instalação dos Equipamentos Hospitalares, Operação de Serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos." **Autoria:** Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2012 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 17-A na Lei 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal." **Autoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 - Terminativo** - que: "Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, é encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, é encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

767, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usou da palavra o Senador Telmário Mota. **Resultado:** O vice-presidente da comissão no exercício da Presidência, senador Garibaldi Alves Filho, concede vista ao Senador Telmário Mota, nos termos regimentais. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de aprovação legislativa para que o Poder Executivo possa ampliar a dívida mobiliária federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usaram da palavra os Senadores Telmário Mota, Simone Tebet, Otto Alencar, Waldemir Moka, Armando Monteiro e Ronaldo Caiado. **Resultado:** O vice-presidente da comissão no exercício da Presidência, senador Garibaldi Alves Filho, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para limitar em 1 (um) ano a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usaram da palavra os Senadores Cidinho Santos e Telmário Mota. **Resultado:** O vice-presidente da comissão no exercício da Presidência, senador Garibaldi Alves Filho, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 6º ao art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de estender os efeitos da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida, quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em prejuízo da massa de credores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável nos termos do PDS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. A Presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 23ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/27>

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura... Ainda não. Fui advertido aqui pelo universitário.

Comunicações estão aqui?

Comunico o recebimento do seguinte documento: "Ofício do Gabinete do Ministério da Fazenda, de 19 de junho de 2017, encaminhando o relatório de recompras de títulos da dívida pública federal mobiliária externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional, no exterior referente ao mês de maio de 2017."

Será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2017.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável nos termos do PDS que apresenta.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.)
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em conformidade com o art. 6º da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2017.

Acompanha a mensagem a Exposição de Motivos nº 11, de 2017, do Banco Central (BC), encaminhando a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O BC estimou a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do BC, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

Inicialmente, apresenta uma retrospectiva da conjuntura econômica nacional no primeiro trimestre de 2017, com destaque para o ritmo ainda recessivo do nível de atividade interna; taxa de desemprego crescente, atingindo 12,6% no trimestre encerrado em janeiro, com registro de eliminação de 620 mil postos formais de trabalho, e para a continuidade da desaceleração de preços livres e monitorados, caindo de uma taxa anualizada de 6,99%, em novembro, para uma variação de 4,76% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os 12 meses encerrados em fevereiro.

Os juros nominais totalizaram R\$36,4 bilhões em janeiro, ante R\$56,2 bilhões em igual mês de 2016, com destaque para a contribuição do resultado favorável de R\$5,1 bilhões das operações de *swap* cambial, que haviam apresentado resultado desfavorável de R\$16,8 bilhões em janeiro de 2016.

O resultado nominal do setor público, que agrega o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$299 milhões no mês (déficit de R\$28,3 bilhões em igual mês de 2016). Com isso, a dívida mobiliária federal interna atingiu R\$2,94 trilhões em janeiro de 2017 (46,6% do PIB), reduzindo-se 0,27 pontos percentuais do PIB em relação a outubro de 2016. Esses dados apontam uma convergência da trajetória de gastos, à luz do novo teto constitucional de gastos, o que é positivo, a nosso ver.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamento nos conceitos M1 e M4 mantiveram-se dentro dos intervalos de flutuação estabelecidos pela Programação Monetária para o quarto trimestre de 2016. Já no bimestre janeiro-fevereiro de 2017, a base monetária ampliada sofreu ampliação de 12,4% em doze meses, diante da expansão do saldo de títulos públicos federais e dos depósitos compulsórios em espécie.

No campo prospectivo, devem ser consideradas expectativas de retomada gradual da atividade econômica ao longo de 2017. A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. Todavia, indicadores de alta frequência corroboram um cenário mais benigno para a indústria, perspectiva sustentada, ainda, pela trajetória dos índices de confiança do setor.

Para as metas indicativas dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2017, considerou-se o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, consistente com o regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do Governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal.

A relação entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do segundo trimestre de 2017, mantendo-se consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis em doze meses.

Análise.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no §3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância. Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2017 mostra projeções tecnicamente consistentes. Para o ano de 2017, destaque para a ampliação de 6,3% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de ampliação de 6,7% para a base monetária restrita, de 9% no conceito de M4 e de 6,9% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o segundo trimestre de 2017, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2017, nos termos da Mensagem nº 19, de 2017 (nº 111, de 2017, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Srs. Senadores, a despeito do brilhante relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho, não há quórum para deliberar. Então, vamos inclusive pedir aos Srs. Senadores que estejam em outras dependências do Senado ou sem seus gabinetes que acorram aqui ao plenário da CAE para prestigiar esse Vice-Presidente, que tem mais uma chance dada pelo Senador Tasso Jereissati. Então, vamos passar ao item 18.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de estender os efeitos da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida, quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Vamos, então, ao relatório desse projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 191, de 2015, que, na origem, tramitou como Projeto de Lei (PL) nº 5.587, de 2013, de autoria Deputado Carlos Bezerra, possui dois artigos.

O art. 1º pretende alterar o art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para incluir o §6º no sentido de possibilitar a extensão da falência da sociedade empresária à sociedade por ela controlada ou a ela ligada, independentemente de existir participação no capital social, quando constatar, por meio de elementos fáticos, a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na origem, o PL nº 5.587, de 2013, pretendia acrescentar parágrafo ao art. 81 da Lei Falimentar, para prever que “a falência da sociedade não se estende à sociedade por ela controlada ou a ela coligada, exceto se restar provada a efetiva influência de um grupo societário nas decisões do outro, independentemente de se constatar a existência de participação no capital social da sociedade controlada ou coligada”.

Durante a tramitação do PL, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, aprovou-se um substitutivo para incluir tal dispositivo no art. 94 da Lei Falimentar, tal qual se encontra atualmente.

Enviado e autuado no Senado Federal como PLC nº 191, de 2015, o projeto aguarda parecer na Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa prevista no inciso I do art. 22 da Constituição, de acordo com o qual é competência legislativa privativa da União legislar sobre direito comercial. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar. Não há vícios de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade da proposição, seu trâmite observou o disposto no art. 99, inciso I e VII, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, bem como sobre demais assuntos correlatos.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição.

Quanto ao mérito, opinamos que o projeto de lei em exame merece ser rejeitado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De fato, não há na legislação falimentar previsão acerca da responsabilidade solidária ou da extensão dos efeitos da falência às sociedades que eventualmente componham o grupo da falida.

Na realidade, a inteligência dos dispositivos que tratam sobre a matéria, tanto no Código Civil (CC) quanto na Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), são no sentido de que as diferentes sociedades empresárias possuem autonomia jurídica e, em regra, não respondem subsidiária ou solidariamente entre si.

Na Lei de Falências, ademais, há a previsão de que danos sofridos pela sociedade empresarial antes do estágio falimentar pela prática de ato ilícito, nulo ou anulável por sócios ou administradores serão reparados por meio de ação de responsabilidade civil própria (art. 82). Registra-se, que nesses casos, a condenação limita-se à reparação patrimonial do dano provocado, não implicando na extensão da falência às sociedades coligadas.

No mesmo sentido, a desconconsideração da personalidade jurídica constatada por confusão patrimonial e desvio de finalidade (art. 50, CC), não deveria afetar o processo de falência, pois tem finalidade transitória de atingir o patrimônio dos sócios e alcançar o crédito pretendido, sem despersonalizar permanentemente a sociedade empresária.

A extensão proposta, na prática, acarretará em verdadeiro fechamento das sociedades pertencentes do grupo econômico: a) o estabelecimento será lacrado; b) as atividades serão paralisadas; c) os bens e direitos serão arrecadados, custodiados e avaliados; d) os administradores serão imediatamente afastados da direção da sociedade, perdendo o direito de gerir os bens sociais e deles dispor; e e) as dívidas da sociedade vencerão antecipadamente.

Entendemos que a extensão dos efeitos da falência poderia alcançar os bens de sociedades coligadas ou controladas, contudo sem importar em desconconsideração, despersonalização ou liquidação da sociedade empresária. Para isso, já há no ordenamento jurídico instrumentos que permitem a busca dessa reparação quando constatados danos advindos da prática de atos ilícitos, nulos ou anuláveis, tais como: a) abuso de direito (art. 187, CC); b) fraude (art. 166, VI, CC); c) fraude contra credores (arts. 158 e 159, CC); d) fraude à execução (arts. 674, II, 792 do Código de Processo Civil, art. 185, Código Tributário Nacional e art. 179 do Código Penal); e e) simulação (art. 167, CC).

Não obstante as nobres intenções do autor, a alteração pretendida pelo PLC nº 191, de 2015, inspirada parcialmente na jurisprudência produzida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça quanto à extensão da falência de sociedade empresarial às sociedades coligadas ou controladas, acaba por desconSIDERAR os efeitos mais graves da decretação da falência às demais sociedades, gerando dano desarrazoado e muito maior que a mera satisfação do crédito pretendido, inviabilizando, por conseguinte, outra empresa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entendemos, portanto, que o projeto merece ser rejeitado, cabendo ao Judiciário analisar cada caso concreto com suas especificidades.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do PLC nº 191, de 2015.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber.

A matéria está em discussão, já que o quórum foi alcançado, o que me dá muita satisfação.
(Pausa.)

O Senador Cristovam Buarque pede a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Não, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Dalirio Beber.

As Sr^{as} e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Dalirio Beber. O relatório passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tendo alcançado o quórum, nós vamos aqui retroagir para colocar em discussão a Mensagem do Senado Federal nº 19, de 2017, que já foi relatada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores não querendo discutir, passo à votação.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Temos aqui, por solicitação do Senador Armando Monteiro, a Mensagem nº 1, de 2017 (nº 706, de 2016, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2017.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2017.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável nos termos do PDS que apresenta.

Com a palavra, portanto, o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2017.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 55, de 2016, do Banco Central (BC), encaminhando a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.

O BC estimou a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do BC, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamento nos conceitos M1 e M4 mantiveram-se dentro dos intervalos de flutuação estabelecidos pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2016. Já para o bimestre outubro-novembro de 2016, a base





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

monetária ampliada sofreu ampliação de 13,4% em doze meses, diante da expansão do saldo de títulos públicos federais e dos depósitos compulsórios em espécie.

No campo prospectivo, devem ser consideradas expectativas de retomada da atividade econômica mais demorada e gradual que a antecipada previamente, diante de ambiente de retração nos gastos com consumo, consistente com a desaceleração e as condições mais restritivas do mercado de crédito e com as reduções no rendimento médio e na massa salarial real de todos os trabalhos, observadas no período.

Além disso, a elevada capacidade ociosa e o grau de endividamento das empresas sugerem um cenário conservador para retomada dos investimentos.

Para as metas indicativas dos agregados monetários para o primeiro trimestre e para o ano de 2017, considerou-se o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, consistente com o regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2017 mostra projeções tecnicamente consistentes. Para o ano de 2017, destaque para a ampliação de 5,9% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de ampliação de 6% para a base monetária restrita, de 9,3% no conceito de M4 e de 4,8% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está até abaixo da meta central de 4,5% para o ano. Entretanto, com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância. Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Nesse sentido, seria mais promissor que o Congresso Nacional pudesse acompanhar de mais perto a evolução da taxa de juros e seus impactos sobre o mercado de crédito; o nível de juros básicos considerado neutro na economia brasileira, ou seja, o patamar que não provoca pressões inflacionárias e os níveis de *spreads* bancários. Essa apreciação seria muito mais adequada do que apreciarmos, a cada três meses, Sr. Presidente, metas rígidas para os agregados monetários. Portanto, sugerimos a essa Comissão que proponha mudanças legais que fossem mais adequadas e funcionais do que o atual modelo de envio trimestral da programação monetária, que equivale apenas a uma mera formalidade.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2017.

Era esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Se nenhum Senador deseja discutir a matéria, vamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2017, nos termos da Mensagem nº 1, de 2017 (nº 706, de 2016, na origem), da Presidência da República.

Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Armando Monteiro para que pudéssemos discutir essa sugestão dada por V. Ex^a. Inclusive, como sou o Vice, vou levar ao Presidente a sugestão muito pertinente do Senador Armando Monteiro, para que tenhamos uma aprovação mais real, mais consistente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Menos formal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...menos formal, que dê ao Poder Legislativo a dignidade que ele merece na aprovação de matérias como essa.

Item 13 da pauta.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 2013

- Não terminativo -

Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CMA.

Na ausência do Senador Ciro Nogueira, faço um apelo ao Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, *a priori*, esse projeto me chamou a atenção, porque, hoje, o Brasil dá incentivo a diversos segmentos da sociedade, segmentos até muito mais fortes, que talvez nem precisassem, e esse segmento para o qual estão pedindo esse incentivo é um segmento pequeno, sustentável. É um caminho para se fortalecer o menor.

Portanto, eu queria pedir vista desse projeto para melhor analisá-lo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós temos, primeiro, segundo o "universitário" aqui, de ler o relatório, para depois ocorrer o pedido de vista.

Então, concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2013, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposição concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis e resultou da conversão do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2012, na Sugestão nº 1, de 2013, após a aprovação da CDH.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos de seu art. 2º, a proposição pretende estabelecer a concessão de incentivos fiscais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, para fomentar o desenvolvimento das seguintes atividades sustentáveis: geração autônoma de energia elétrica por meio de fontes sustentáveis; construção de cisternas para captação e aproveitamento de água pluvial; conservação e recuperação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Desculpa! O "universitário" está me corrigindo. É outro projeto. Eu recomeço.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2013, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposição legislativa foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O PLS nº 556, de 2013, possui três artigos. O art. 1º descreve o objeto da lei, qual seja, conceder incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. O art. 2º impõe o cumprimento do disposto no art. 1º à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, sendo que o conceito de atividades sustentáveis engloba, exclusivamente, a geração autônoma de energia elétrica por meio de fontes sustentáveis, a construção de cisternas para captação e aproveitamento de água pluvial, a conservação e recuperação de recursos hídricos, a capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais e a capacitação profissional.

O art. 2º divide-se em três parágrafos. O §1º determina que as instituições financeiras concederão, com recursos próprios ou provenientes do setor público, linhas de financiamento subsidiadas para as atividades sustentáveis de que trata o PLS nº 556, de 2013. Já o §2º define que a capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais bem como a capacitação profissional serão realizadas por meio de atividades educacionais, como cursos e seminários, com a finalidade de preservar e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

O §3º estipula que as disposições do art. 2º serão adequadas conforme as características e necessidades de cada macrorregião do País. Por sua vez, o art. 3º impõe a vigência da lei resultante do PLS nº 556, de 2013, a partir da data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental na CMA e na CAE. Contudo, durante a tramitação na CMA, na qual foi aprovada, a proposição legislativa recebeu uma emenda da Relatora, que suprimiu a exigência de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios concedessem incentivos fiscais e econômicos. Essa emenda era necessária, pois a Constituição Federal em seu art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

151, inciso III, proíbe a concessão de isenção de tributos de competência dos entes subnacionais pela União.

Segundo a justificção, o PLS nº 556, de 2013, de autoria da CDH, é oriundo de ideias apresentadas no âmbito do Programa Jovem Senador de 2012. Os subsídios propostos contribuiriam para reduzir importantes carências e problemas da população brasileira, como a deficiência no abastecimento de água e energia elétrica nas zonas rurais e as inundações e poluição dos rios nas áreas urbanas.

A CAE possui competência para opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias a ela submetidas e sobre as proposições que versem, entre outros assuntos, sobre política de crédito, tributos e finanças públicas, nos termos dos incisos I, III e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os assuntos do PLS nº 556, de 2013, encontram respaldo no inciso VII do art. 22, no inciso I do art. 24 e no inciso VI do art. 170, todos da Constituição, que tratam, respectivamente, da competência privativa da União para legislar sobre política de crédito, da competência concorrente da União para legislar sobre direito tributário e da defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica.

Segundo o *caput* e os incisos I e XIII do art. 48 da Carta Magna, o Congresso Nacional está apto a dispor sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sistema tributário e instituições financeiras e suas operações.

A proposição legislativa não é de caráter autorizativo, pois a concessão de incentivos fiscais e econômicos para a promoção de determinadas atividades não pertence à competência privativa do Presidente da República, de modo que qualquer Parlamentar pode propor projeto de lei criando ou ampliando esses incentivos.

No entanto, a proposição legislativa apresenta um defeito insanável, qual seja a sua injuridicidade, pois não inova o ordenamento jurídico. Segundo o art. 150, §6º, da Constituição, a concessão de qualquer incentivo fiscal, independentemente da atividade beneficiada, necessita de lei específica, que trate apenas da concessão do incentivo fiscal ou do correspondente tributo, não havendo a necessidade de lei que estipule que as atividades sustentáveis serão passíveis de recebimento de incentivo fiscal.

Como a autorização já existe e é de natureza constitucional, basta qualquer membro ou comissão do Poder Legislativo criar o incentivo diretamente. Determinar a criação de incentivo fiscal sem a sua especificação é, em suma, desnecessário, pois não produz novos efeitos práticos no mundo jurídico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, as atividades sustentáveis passíveis de incentivos fiscais e econômicos pelo PLS nº 556, de 2013, já possuem algum tipo de incentivo ou ação do Governo Federal, a saber:

- a importação de módulos fotovoltaicos usados na geração de energia elétrica a partir da energia solar conta com redução da alíquota do Imposto de Importação de 14% para 2%, até 30 de junho de 2017, nos termos da Resolução CAMEX nº 88, de 24 de setembro de 2015;

- o Programa Água para Todos, criado pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, tinha por objetivo a instalação de 750 mil cisternas entre julho de 2011 e dezembro de 2014 no Semiárido da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, sendo que até o final de 2014 houve a instalação de mais 780 mil cisternas;

- o Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas, realiza o pagamento de compensações financeiras aos produtores rurais que contribuem para a proteção e recuperação de mananciais, por meio de ações de, por exemplo, construção de terraços e bacias de infiltração, proteção de nascentes e reflorestamento de áreas de proteção permanente e reserva legal;

- o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento firmou, em 2015, convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas para capacitar, pelo menos, cem mil pequenos produtores rurais no País, com base em um programa de assistência técnica e extensão rural; e

- a Instrução Normativa RFB nº 986, publicada em 23 de dezembro de 2009, disciplina o tratamento da exclusão do lucro líquido de despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador para efeito de apuração do lucro real, o que contribui para a redução do consumo de materiais e energia.

Além do mais, já existem linhas de financiamento a fundo perdido ou reembolsáveis destinadas às atividades sustentáveis mencionadas no PLS nº 556, de 2013. Particularmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financia, por meio do Produto BNDES Finem – linha eficiência energética, em geral, até 70% do valor dos itens necessários à geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis, com o prazo total do empréstimo determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento.

O Banco também destina recursos do Fundo Social, composto por parte dos seus lucros anuais, para o apoio de projetos de caráter social nas áreas de meio ambiente e outras vinculadas ao desenvolvimento social.

Diante do exposto, Sr. Presidente, manifesto o meu voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2013.

Esse era o voto, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que foi o Relator *ad hoc* da matéria que foi objeto do parecer do Senador Ciro Nogueira.

O relatório, como disse o Relator *ad hoc*, é contrário ao projeto.

Vale ressaltar que a matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O parecer foi favorável à matéria, com a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente.

A matéria está em discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, eu tinha *a priori* me antecipado e pedido vista desse projeto, porque me pairam dúvidas. Por exemplo, no art. 2º, há três parágrafos, e o §1º determina que as instituições financeiras concederão, com recursos próprios – repito, com recursos próprios – ou provenientes do setor público, linhas de financiamento subsidiadas para as atividades sustentáveis de que trata o PLS etc. Mas, na conclusão do relatório – lido pelo Senador Fernando Bezerra, como Relator *ad hoc*, mas feito pelo Senador Ciro Nogueira –, ele só fala, por exemplo, de um banco, o BNDES, que é de recursos públicos. Quer dizer, não me parece que hoje os bancos privados fazem isso, e a proposta do projeto fala que todos os bancos designem recursos como incentivo.

Por isso, peço vista para fazer uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedido o pedido de vista de autoria do Senador Telmário Miranda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É Telmário Mota. E é porque sou vizinho dele. Mate o homem, mas não erre o nome!

Item 17 da pauta.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para limitar em 1 (um) ano a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu tenho, portanto, a satisfação de conceder a palavra ao Senador Dalirio Beber, como Relator *ad hoc*.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos, então, ao relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 333, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que tem por objetivo limitar em um ano a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor.

O art. 1º do projeto de lei altera o Código de Defesa do Consumidor para incluir no art. 52 os §§4º e 5º. O §4º limita a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor do crédito ou do financiamento a um ano, contado da data da assinatura outorgada pelo garante. O §5º veda a renovação automática do aval ou fiança ofertados em favor de instituição financeira.

O art. 2º do projeto estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, o autor da proposição afirma que “a proposta é motivada pela insegurança jurídica que os dados de garantia em favor de instituições financeiras credoras sofrem em razão de aval ou fiança concedidos, mormente no interesse de terceiros tomadores de crédito”.

O projeto de lei foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior. Ademais, a proposta não contraria qualquer dispositivo do Texto Constitucional.

Quanto à regimentalidade, o trâmite observou o disposto no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acerca da técnica legislativa, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, somos pela rejeição do projeto.

Os gastos do consumidor e de sua família estão a rigor limitados pela soma de sua renda atual. A obtenção de crédito pelo consumidor, contudo, permite a ele realizar seus objetivos patrimoniais em menor tempo do que se optasse por poupar o valor necessário para a aquisição do bem.

Para facilitar a concessão do crédito, o consumidor que não conta com suficiente capacidade financeira pessoal para a aquisição de determinado bem pode conseguir a participação de um terceiro, fiador ou avalista, que concorde em pagar a importância devida no caso em que o consumidor não possa fazê-lo. Com isso, o consumidor aumenta a sua capacidade de se endividar, diminuindo a sua restrição orçamentária.

A redução do prazo da duração da fiança para um ano, já que atualmente não existe na legislação prazo máximo para a sua validade, prejudica a aquisição de bens de valor elevado, que necessitam para sua compra de prazo maior para pagamento das parcelas do financiamento. O impacto econômico da proposta é, portanto, dificultar a obtenção de crédito para bens e serviços de valor elevado, como imóveis, veículos ou viagens ao exterior.

Além disso, o prazo de um ano não leva em consideração se o fiador possui bens suficientes para o pagamento das obrigações. Não há motivo para favorecer o fiador ou avalista possuidor de recursos econômicos somente porque houve o decurso do prazo estipulado na lei, ainda que ele tenha capacidade econômica para suportar a dívida.

Seria mais razoável se fossem avaliados no projeto de lei fatores como a possibilidade de superendividamento do fiador ou avalista, a sua inexperiência negocial, a sua jovialidade, a grande desproporção entre o montante da obrigação e a sua capacidade para cumprimento das obrigações. Por outro lado, pode-se alegar que a validade das obrigações decorrentes da fiança deve ser mantida com fundamento na autonomia privada e no inadequado controle legislativo e judicial sobre o conteúdo dos contratos, haja vista que as partes sopesaram os benefícios e as desvantagens próprios da relação negocial no momento da celebração do compromisso.

O fiador sofre um dilema psíquico no âmbito familiar no momento em que é solicitada a ele a assinatura do contrato, podendo ocorrer nesse caso exploração do laço parental. Do ponto de vista do fiador, pode ser interessante que o legislador restrinja a possibilidade de prestação da fiança entre familiares, preservando-o de eventual desgaste familiar pela negativa em compor com sua renda determinado financiamento que interessa somente ao parente. Por outro lado, levando-se em conta a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

importância de fomentar o mercado de crédito no País, é necessário que o legislador não interfira em situações negociais diversas que digam respeito à prestação de fiança entre particulares.

Há de se atentar também para o caso em que a instituição de crédito minimiza o risco da obrigação em face do fiador ou avalista, alegando que ele cumpre somente uma formalidade e banalizando o âmbito de responsabilidade decorrente da fiança. Desse modo, é necessário avaliar caso a caso o comportamento da instituição financeira para se auferir se houve algum tipo de abuso em relação ao fiador ou avalista no momento da concessão do crédito.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2016.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, pela ordem!

Eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está concedida vista ao Senador Cidinho Santos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, já faça vista coletiva, porque é um projeto ao qual podemos dar celeridade nas próximas votações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Telmário pede vista coletiva.

Está atendido o pleito.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

A relatoria do Senador Otto Alencar será exercida pelo Senador Cidinho, designado Relator *ad hoc*, com parecer contrário ao projeto.

Com a palavra o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Em exame na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 447, de 2015, de iniciativa do Senador José Medeiros, que objetiva alterar a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Essencialmente, a matéria altera o art. 26 da Lei nº 4.829, de 1965, para vedar ao agente financeiro condicionar a contratação do crédito rural à constituição de garantias reais em valor superior a cento e trinta por cento do crédito concedido, e, no caso de execução, a parcela do produto da alienação do bem dado em garantia que caberá ao credor limitar-se-á a cento e trinta por cento do valor principal do crédito rural originariamente contratado, atualizado monetariamente segundo índices oficiais regularmente estabelecidos.

A proposição foi distribuída inicialmente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. No entanto, com a aprovação do Requerimento nº 1.037, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, a matéria foi redistribuída, para ser também apreciada pela CAE.

Não foram apresentadas emendas à proposta.

Análise.

Compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da presente matéria, em conformidade com os termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Uma vez que não se trata de decisão terminativa sobre a matéria, esta Comissão não examinará os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço silêncio aos assessores que estão numa boa conversa ali.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ...técnica legislativa da proposição, tópicos que serão apreciados oportunamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto ao mérito, o autor da proposição justifica que as garantias constituídas em operações de crédito, especialmente as de crédito rural, devem guardar a necessária correlação entre o valor do crédito concedido e o valor da garantia oferecida, de modo a harmonizar o interesse legítimo do mutuante com as possibilidades do mutuário e o objetivo de fomento agropecuário do crédito rural.

Com a finalidade de assegurar a necessária correlação entre o valor do crédito concedido e o valor da garantia oferecida, o PLS nº 447, de 2015, de autoria do nosso Senador e amigo José Medeiros, acresce os §§ 1º e 2º ao art. 26 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para, nas palavras do autor, "vedar a exigência de garantias reais em valores que excedam significativamente o valor do crédito concedido pelas instituições financeiras aos produtores rurais, de forma a coibir abusos por parte dos mutuantes que, por vezes, chegam a exigir a constituição de garantias reais em valores que atinjam 200%, ou mais, em relação ao crédito concedido".

A proposição estabelece o limite de 130% do valor do crédito como parâmetro de exigência de garantias por parte do agente financeiro concedente de crédito rural, e, para desestimular a subavaliação das garantias reais oferecidas, a norma impõe que, em caso de execução de bem oferecido em garantia, a parcela do produto da alienação a ser destinada ao credor não poderá ser superior a 130% do valor original do crédito contratado, devidamente corrigido.

Destaca-se no mérito da proposição o intuito de oferecer proteção do mutuário de crédito rural em sua relação contratual com o agente financeiro. Entretanto, cabe ponderar sobre a eficácia da norma.

A garantia real mais corriqueiramente utilizada nas operações de investimento é a hipoteca do imóvel rural a que se destina o financiamento. Nesse caso, a norma pretendida tenderia a ser aplicada de forma mais abrangente.

Observa-se, contudo, que o valor do imóvel rural oferecido em garantia é, na maioria dos casos, muito superior aos investimentos realizados pelo produtor com vistas à modernização da exploração agropecuária. Decorre deste fato o descasamento entre o valor do imóvel e o valor do financiamento pretendido. Assim, na impossibilidade de fracionar a hipoteca – dado que a hipoteca é indivisível e grava o imóvel na sua totalidade –, a proposição reduziria drasticamente a liberdade contratual do mutuário cujo único bem possível de apresentação em garantia real é a propriedade rural.

Como bem observa o autor, o art. 421 do Código Civil estabelece que a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Adicionalmente, o Manual do Crédito Rural do Banco Central do Brasil institui que a escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, observada a legislação própria de cada tipo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na prática, o valor do imóvel oferecido em garantia não respeita qualquer proporção preestabelecida com o valor do financiamento obtido pelo proprietário, menos em razão da prudência exagerada do credor do que da indivisibilidade da hipoteca.

A proporção de 130% não é inviável por ser o número arbitrário que parece, mas porque dificultará a concessão do crédito ao estabelecer uma relação impossível de se obter nas situações reais. O valor da garantia real só obedecerá a qualquer proporção preestabelecida com o valor financiado por obra do acaso. Para a maioria das negociações, a insegurança jurídica gerada dificultará a tomada de decisão de mutuantes e mutuários, diante da impossibilidade do fracionamento da hipoteca, exceção estabelecida pelo art. 1.488 do novo Código Civil apenas para a situação em que o imóvel, dado em garantia hipotecária, vier a ser loteado, ou se nele se constituir condomínio edilício, quando se admite que o ônus poderá ser dividido, gravando cada lote ou unidade autônoma, se o requererem ao juiz o credor, o devedor ou os donos, obedecida a proporção entre o valor de cada um deles e o crédito.

Evidentemente, a exceção estabelecida pelo novo Código Civil não contempla os imóveis rurais objetos da proposição em exame, razão da expectativa de baixa eficácia das disposições propostas, tendo em vista o risco de dificultar a operacionalização do crédito rural pela ampliação da insegurança jurídica dos contratos nas situações em que o valor do imóvel dado em garantia extrapolar o valor do empréstimo.

Adicionalmente, entendemos que a medida proposta eleva o custo das operações pela necessidade de avaliação criteriosa dos preços dos bens oferecidos em garantia, que, sendo dinâmicos, pela natureza dos mercados, passarão a demandar reavaliações periódicas e até perícias para aferir a adequação do valor real do imóvel ao valor do financiamento. A consequente elevação dos custos para mutuários e credores não contribui para o aperfeiçoamento dos processos de operacionalização do crédito rural.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer que a iniciativa do Senador José Medeiros, do projeto de lei, no meu ponto de vista, é bastante louvável. (...) Existe, hoje, realmente, por parte de algumas instituições financeiras, a prática de, ao conceder o crédito, avaliar se a pessoa tem, com eles falam, aptidão para a atividade. Em tendo aptidão, consideram o valor do investimento em 100% e, para a garantia, a margem de 30%. Mas, se eles entenderam que essa pessoa não tem aptidão, porque quem avalia se ela tem essa aptidão ou não é o agente financeiro...

(Soa a campanha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ...ele exige a garantia dos 100% do investimento e mais 100%, o que dá 200%. Então, torna-se inviável fazer qualquer investimento em uma propriedade rural. A questão da aptidão é muito dinâmica. Existem casos de uma pessoa, por exemplo, viúva, que morou a vida toda na propriedade rural, e, no momento em que seu marido





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

falece, ela vai tocar a atividade rural. Na hora em que ela vai buscar o financiamento rural, o banco vai exigir dela não só os 100% mais os 30%; vai exigir os 200%, que são os 100% do investimento mais os 100% da garantia, porque o banco entende que aquela pessoa não tem aptidão, embora tenha morado durante a vida toda em sua propriedade rural.

O que o projeto do Senador Medeiros precisa fazer é passar por uma melhoria, porque, da forma como está aqui, como vai se dar garantia da cobrança dos 130%? Para dar os 100% do investimento mais os 30% do seu imóvel, teria que, no caso, separar a propriedade para garantir só os 30% de garantia ou fazer uma perícia, uma avaliação, o que demandaria mais custos. O que deveria estar estabelecido em um projeto é que, se você vai pegar um financiamento de R\$1 milhão, será necessário garantia de R\$1 milhão do investimento e mais R\$300 mil, que são os 30% de garantia. Se a propriedade da pessoa valer R\$2 milhões, ele vai estar hipotecado em R\$300 mil, mas terá R\$1,7 milhão de limite disponível para contratar outras operações.

Isso ficaria perfeitamente legal e não haveria custos. Da forma como está aqui, ele teria que separar sua propriedade em várias matrículas para dar uma garantia de apenas 30% daquilo que ele está pleiteando.

Por essas razões, entendo que devemos rediscutir, apresentar um novo projeto. E sou, acompanhando o parecer do Senador Otto Alencar, pela rejeição do projeto de lei.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Ar. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Telmário Mota, para que eu possa me redimir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – ...ainda sobre o projeto, está em discussão, não é? Está corrigido, faz horas.

O Senador Cidinho tem toda razão em sua análise. Esse projeto do Senador Medeiros é um projeto interessante, que vem em prol de facilitar o crédito e proteger o patrimônio, porque, às vezes, os bancos realmente pegam um patrimônio em função da garantia de um benefício, de um crédito, em valor altíssimo. Não é nem porque o cidadão tem ou não aptidão, com todo respeito à proposição do Senador Cidinho, mas, às vezes, é porque é o único patrimônio que ele tem. E ele pega isso, e isso fica, ao tempo em que ele liquida o crédito, comprometido. E, se não liquidar, aquele patrimônio muito maior acaba indo para um leilão ou coisa dessa ordem.

No entanto, esses dias atrás, o Senado – até pedia à minha assessoria, mas ainda não chegou – aprovou uma lei que permite ao homem do campo, ao ruralista, por exemplo e principalmente, fracionar o seu patrimônio, tirar uma parte necessária para ele buscar esse tipo de financiamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, acho que o projeto do Senador Medeiros fica contemplado com essa lei recente que aprovamos no Congresso. Quando o homem do campo, o pecuarista, o ruralista, o agricultor ou sei lá quem for a uma instituição financeira, ele poderá, sim, fazer o fracionamento da sua propriedade, Portanto, concordo com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra (...)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas para colaborar, uma vez que houve pedido de vista e, de repente, nós podemos aproveitar o projeto de forma a aprovar uma proposição que é meritória, mas que, realmente, está a merecer reparos.

Eu gostaria, com a ajuda do Relator *ad hoc*, o Senador Cidinho Santos, e, depois, com o próprio Relator, Senador Otto, de repente, de construir aqui uma emenda que pudesse salvar o projeto. E vou até aproveitar a justificativa do voto do Senador Otto para contraditá-lo, aproveitando, inclusive, argumentos que ele apresentou.

S. Exª cita o Código Civil, que fala da liberdade da contratação, do acordo, que faz lei entre as partes. E é verdade! Nesse aspecto e em razão disso, nós podemos fazer muito pouco, na parte legislativa, no que se refere a um contrato, porque ele faz lei entre elas e, no Direito brasileiro, há que se respeitar essa liberdade de ambas as partes.

Acontece que, mesmo o Manual do Banco Central apontando que a escolha de garantias é de livre convenção entre financiado e financiador, na prática, não é o que se verifica. Nós não temos essa livre convenção; nós não temos esse livre acordo de vontades. Na realidade, as instituições financeiras impõem regras e o produtor rural, se quiser, se tiver coragem, aceita o crédito nas condições preestabelecidas.

Eu entendo, realmente, Senador Cidinho, que nós não temos, pela lei brasileira, condições de estabelecer um limite, um percentual, um teto em relação às garantias que o banco exige, mas acredito que nós possamos estabelecer, sim, que o critério de avaliação da propriedade rural não seja aquele que consta na declaração do Imposto de Renda. E o Senador Armando, de repente, pode nos auxiliar nesse sentido.

É muito comum que as propriedade, principalmente aquelas averbadas há 50, 60, 70, 80 anos, fruto de herança ou mesmo de patrimônio do proprietário, que vive seus 80, 90 anos, esteja registrada por um valor muito menor do que o atualizado. E ele, proprietário, não o atualiza porque a própria lei permite que ele não o faça, uma vez que, ao atualizar, ele tem de pagar um valor a mais de imposto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conseqüentemente, nós temos centenas, talvez milhares, de propriedades rurais avaliadas por um valor 10, 20, 30 vezes inferior. E o banco, quando pega em garantia esse bem, vai pelo valor declarado no Imposto de Renda. Assim, propriedades que estão avaliadas em R\$500 mil, pelo valor de mercado, valem R\$5 milhões.

De repente, Senador Cidinho, seria o caso de se apresentarmos uma emenda que possa estabelecer a exigência da avaliação, por parte das instituições bancárias, pelo valor real ou valor de mercado. Com isso, automaticamente, vai baixar o percentual de garantias que ele vai exigir para o tomador desse crédito.

Essa, a contribuição que eu gostaria de deixar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... eu só gostaria de complementar o que eu acabei de falar, porque só agora chegou às minhas mãos, e até colaborando com o que disse a Senadora Simone.

O PLC nº 212, de 2015, de autoria do Deputado Roberto Balestra, autoriza o produtor rural a submeter o seu imóvel rural ou fração deste ao regimento de afetação, pelo qual o terreno e construções, maquinismos, instalações e benfeitorias nele fixados ficarão apartados do restante...

... benfeitorias nele fixados ficarão apartados do restante do patrimônio do proprietário. Estarão, assim, livres e desimpedidos para garantir créditos a serem levantados pelo agricultor junto ao mercado por meio de emissão de cédula de crédito rural, título também criado por esta proposição legislativa.

Então, ele atende. A hora que ele tiver a chancela, com esse valor, ele atende.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

Em seguida, ao Senador Armando Monteiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Apenas e tão somente para reforçar que a ideia do autor, Senador José Medeiros, é realmente muito boa. Quando o Telmário fala dessa proposição já aprovada, é exatamente isso. Às vezes se dá uma propriedade inteira, Sr. Presidente, para garantir um valor que não corresponde nem a 50% da propriedade, só que a propriedade inteira fica como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

garantia. Então, é necessário poder fracionar. É justo que o banco tenha a garantia, mas ele não pode ter uma garantia duas, às vezes, três vezes maior do que aquilo que ele está emprestando.

Eu acho que o pedido de vista vai propiciar uma emenda, principalmente com base nesta legislação já aprovada, a fazer essa contribuição.

O que pretende, na minha avaliação, o Senador José Medeiros? Ele quer exatamente isto: ele quer que parte da propriedade possa ser usada para tomada de empréstimos para novos investimentos. Eu acho que nisso a ele assiste a razão. A forma colocada, o Senador Cidinho levantou, não me parece clara e não ajuda, mas ajuda essa nova legislação do Deputado Balestra, que diz claramente que é possível fracionar a propriedade, dando parte como garantia, e a outra parte ficando como reserva, para que o produtor possa tomar novos empréstimos e fazer investimentos.

É a contribuição que queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria me associar ao pedido de vista, por entender que precisamos fazer este ajuste, mas quanto essencialmente ao mérito e à preocupação, eu quero considerar inteiramente procedente. Acho que tem de haver uma correlação entre o valor do financiamento e o valor da garantia. Não pode haver, como acontece hoje, uma imensa assimetria entre essas duas referências fundamentais. Então, associe-me às manifestações que foram feitas.

Creio que podemos encontrar aí uma forma de aperfeiçoar a proposição.

Congratulo-me, então, com a manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, realmente o que foi colocado aqui pelo Senador Waldemir Moka procede.

Essa matéria já foi apreciada na Câmara, foi apreciada há duas semanas no Plenário...

Essa matéria já foi apreciada na Câmara e foi apreciada, há duas semanas, no plenário do Senado, onde também foi aprovada por unanimidade, dentro de amplo entendimento que foi feito. A matéria já foi para a sanção.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É uma grande demanda do setor, porque, normalmente, nas dívidas contraídas pelo produtor rural e por outros setores também, a garantia era o imóvel como um todo. Foi feito um entendimento com o Governo, que autorizou que, por uma avaliação feita, aquela fatia responsável por garantir o empréstimo poderia ser comercializada em bolsa, registrada em cartório, com total garantia do empréstimo, e que, de acordo com o pagamento do empréstimo, essa fatia da propriedade poderia ser diminuída de acordo com a diminuição da dívida, gradualmente, e não como está hoje, quando o cidadão fica na impossibilidade de ter acesso a novos créditos, porque a única propriedade que ele tem passa a estar vinculada a uma dívida irrisória, quando, mesmo ele tendo pagado parcelas da dívida, ele não consegue liberar a garantia.

Então, esse tema foi por demais debatido. Essa matéria teve o entendimento de todos os Líderes na reunião de Líderes e foi votada, também por acordo, no plenário. Acredito que já vem, com isso, reparar ou, pelo menos, resolver esse assunto vinculado às exigências das instituições financeiras e das operadoras de crédito rural pelas garantias reais em valores superiores a 130% de crédito concedido, como foi colocado aqui pelo nobre Relator Otto Alencar sobre essa matéria. Vejo como sendo uma boa alternativa, é lógico que com todo o respeito às novas propostas que serão aqui encaminhadas.

Esse assunto foi também debatido na Frente Parlamentar da Agricultura, onde ouvimos várias autoridades na área não só de custeio agrícola como também de financiamento e de investimentos e também do setor do crédito rural, do sistema financeiro.

Então, Sr. Presidente, aplaudo aqui a autoria do projeto. Ao mesmo tempo, acredito que essa matéria já está relativamente resolvida diante daquilo que, se for sancionada pelo Presidente, foi aprovado por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar, que foi substituído pelo Relator *ad hoc*, o Senador Cidinho.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores...

Houve pedido de vista?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – O do Senador Armando Monteiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas não foi literalmente anunciado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Eu me associo ao pedido de vista que aqui foi feito.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Dá tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dá para pedir vista.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Solicito vista da matéria, Sr. Presidente.

Aqui para pedir vista.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedido o pedido de vista solicitado pela Senadora Simone Tebet e pelo Senador Armando Monteiro.

Está encerrada a discussão. Esta matéria institui procedimento para a recomposição de débito de crédito rural. Tendo em vista o pedido de vista do item 5, a matéria será apreciada proximamente. A matéria está, portanto, com a discussão encerrada, e, não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação será realizada numa próxima reunião.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas de sua autoria.

Observações:

1. Em 02/05/2017, foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo aos Senadores e às Senadoras desta Comissão que o relatório já foi lido e foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

A matéria, portanto, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação fica para quando tivermos o quórum desejado.

Vamos propor agora a aprovação da ata da reunião anterior, a ata da 23ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada do *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, cabe-me agradecer, mais uma vez, aos que me auxiliaram aqui, os universitários, tendo à frente Daniel, Talita, Érica, Lisiane e Alexandre, e agradecer aos Senadores presentes, que me prestigiaram nessa interinidade, que acredito possa se alongar. Obrigado.

Quero agradecer penhoradamente a cada um e a todos os membros da Consultoria, da imprensa, assistentes desta reunião,

... agradecer penhoradamente. E, agradecendo a presença, quero, sobretudo, agradecer novamente a ausência do Senador Tasso Jereissati.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e dezessete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, José Pimentel, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, Otto Alencar, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Telmário Mota, Romero Jucá, Waldemir Moka, Fátima Bezerra, Regina Souza, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 1/2017-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018-PLDO/2018, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao coordenador das emendas, senador Fernando Bezerra Coelho. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 1/2017-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Código da Ação – 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Quantidade/Meta – 4.000.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Código da Ação – 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Quantidade/Meta – 1; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 1/2017-CN: **Emenda nº 03** – CAE 3 – Referência: Artigo 4 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 04** – CAE 4 – Referência: Artigo 22 Parágrafo 2 Inciso II – Tipo Emenda: Modificativa; **Emenda nº 05** – CAE 5 – Referência: Artigo 4 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 06** – CAE 6 – Item 64 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 07** – CAE 7 – Artigo 11 Parágrafo 2 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 08** – CAE 8 – Artigo 11 – Tipo Emenda: Modificativa; **Emenda nº 09** – CAE 9 – Artigo 11 Parágrafo 2 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 10** – CAE 10 – Artigo 3 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 11** – CAE 11 – Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea c – Tipo Emenda: Supressiva; **Emenda nº 12** – CAE 12 – Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea a – Tipo Emenda: Supressiva; **Emenda nº 13** – CAE 13 – Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alinea b – Tipo Emenda: Supressiva; **Emenda nº 14** – CAE 14 – Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso II – Tipo Emenda: Supressiva; **Emenda nº 15** – CAE 15 – Artigo 11 Inciso XXV – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 16** – CAE 16 – Artigo 52 Inciso VI – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 17** – CAE 17 – Artigo 11 Parágrafo 2 Inciso IV – Tipo Emenda: Aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre M. da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



<http://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/74510>

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLDO.

EMENDAS DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AO PLDO

Finalidade:

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 1/2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho Foram apresentadas 74 emendas a esta Comissão, sendo 15 emendas ao texto da lei e 59 emendas de inclusão de metas.

Com a palavra o Relator das emendas, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1, de 2017-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO 2018) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 74 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, José Medeiros, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Pedro Chaves, Raimundo Lira, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Telmário Mota, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wellington Fagundes.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Dentre tais propostas, 15 são propostas de emendas de texto e 59 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Pelo exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto, as de nºs 37, 38, 39, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Quero esclarecer que são apenas duas emendas prioritárias. Aprovamos a Emenda nº 61 na ação Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, de autoria do Senador Raimundo Lira. Essa emenda engloba a Emenda 5, do Senador Elmano Férrer; a Emenda 10, da Senadora Kátia Abreu; a Emenda 15, da Senadora Simone Tebet; a Emenda 23, da Senadora Lídice da Mata; a Emenda 29, do Senador Randolfe Rodrigues; a Emenda 33, do Senador Waldemir Moka; a Emenda 41, do Senador Romero



3

Jucá; a Emenda 46, do Senador Telmário Mota; a Emenda 48, de minha autoria; a Emenda 54, do Senador Valdir Raupp; e a Emenda 57, da Senadora Lúcia Vânia.

Aprovamos ainda, como segunda emenda prioritária, a Emenda 47, de minha autoria, na ação Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas, pelas importantes inovações no setor industrial militar que o desenvolvimento desse avião proporciona à indústria militar brasileira.

Essa Emenda 47 engloba a Emenda 19, da Senadora Lídice da Mata; a Emenda 36, do Senador José Medeiros; a Emenda 40, do Senador Romero Jucá; a Emenda 43, do Senador Humberto Costa; a Emenda 50, do Senador Valdir Raupp; e a Emenda 63, do Senador Pedro Chaves.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – As emendas estão em discussão. *(Pausa.)*

Senador Telmário, por obséquio, registre a sua presença, para que possamos deliberar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Telmário.

As emendas estão em discussão.

O Senador Moka está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, as emendas à LDO, em número de duas, têm, necessariamente, de obedecer a um critério. Nesse aspecto, quero elogiar o critério adotado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Por quê? Ele, na verdade, aglutinou o maior número de emendas coincidentes. Isso, por si só, representa o critério mais abrangente possível. Quer dizer, se as emendas tiveram o maior número de Senadores indicando-as, isso significa que essa, no conjunto, é a expressão majoritária desta Comissão.

Dessa forma, quero aplaudi-lo no critério e já antecipar que voto pela aprovação das emendas do relatório apresentado pelo eminente Senador Fernando Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka. Foram bastante pertinentes suas palavras.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito tranquilizador saber que como Relator dessas emendas de bancada foi exatamente escolhido o Senador Fernando Bezerra Coelho, que é um profundo conhecedor das questões econômicas do País e um especialista, possivelmente o melhor especialista hoje das questões relacionadas à Região Nordeste brasileira.

A escolha da nossa Emenda nº 61, na ação de Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, que engloba as Emendas nºs 5, do Senador Elmano Férrer; 10, da Senadora Kátia Abreu; 15, da Senadora Simone Tebet; 23, da Senadora Lídice da Mata; 29, do Senador Randolfe Rodrigues; 33, do Senador Waldemir Moka; 41, do Senador Romero Jucá; 46, do Senador Telmário Mota; 48, do próprio Senador Fernando Bezerra Coelho; 54, do Senador Valdir Raupp; e 57, da Senadora Lúcia Vânia, mostra o critério do Senador Fernando Bezerra, que é um critério agregador. Essa é uma coisa muito boa, porque, em cada emenda, está a digital de todos os Senadores que formam esta grande Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu salientaria nessa emenda que apresentei, a Emenda nº 61, oito pontos de grande destaque.

No mês de junho, mês de São João, na Paraíba, em Campina Grande, sempre o Salão do Artesanato é montado e instalado com o patrocínio do Governo do Estado. Anualmente, o Governo do Estado aluga uma área particular para instalar esse equipamento. Neste ano, fiz questão de não alugar, mas de fazer uma doação do maior e mais bem localizado prédio no centro da cidade de Campina Grande, com aproximadamente seis mil metros de área, dos quais quase cinco mil metros são de área coberta, junto ao principal evento do maior São João do mundo, muito perto, a 50m de onde se realiza o maior São João do mundo.



4

Essa emenda também dá apoio aos artesãos. Diz no item 8: "8) apoio aos projetos de desenvolvimento regional e local de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, de forma a aumentar a competitividade dos produtos e a inserção comercial dessas empresas nos mercados nacionais incipientes, geradores de inovação, de interface direta com o consumidor final (comércio e serviços finalísticos) e de compras públicas, disseminando e apoiando o uso de instrumentos de inteligência comercial; [...]." No item 9, é dito: "9) apoio à estruturação de espaços físicos de produção artesanal, visando ao apoio à organização dos artesãos em associação ou cooperativa, envolvidos em projetos ou esforços para melhorias de gestão do processo do manejo da matéria-prima, da produção, de apresentação e embalagem e de divulgação e comercialização do artesanato local associado a rotas turísticas, buscando-se a geração de trabalho e renda, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento local."

As pequenas empresas no Brasil empregam aproximadamente 52% de todos os trabalhadores urbanos.

V. Ex^a, Sr. Presidente, é um grande conhecedor do que representa o artesanato como amortecedor social da manutenção de empregos, muitos deles informais. Mas, no caso específico do Estado do Ceará, além de refletir a cultura, ele também dissemina pelo País e, muitas vezes, pelo mundo aquilo que a cultura do Ceará, da Paraíba, dos Estados nordestinos tem de melhor através da divulgação do artesanato. Então, ele tem um foco econômico, um foco social e um foco cultural. O econômico é a geração de empresas, o cultural é a transformação da cultura regional em artesanato, e a outra parte, o foco social, é esse grupo de artesãos servindo de amortecedor à questão social da região e do nosso País.

Portanto, Senador Fernando Bezerra, fico agradecido pela escolha dessa emenda e quero repetir que V. Ex^a, como sempre, é um Senador brilhante e, sobretudo, agregador das suas ações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. Eu parabeno V. Ex^a pela iniciativa importantíssima. O artesanato é uma riqueza única da nossa região; como V. Ex^a bem salientou, é não apenas uma riqueza econômica, mas uma riqueza cultural sem igual, apreciada e elogiada não só no resto do Brasil, mas no mundo inteiro. Essa sua iniciativa, realmente, tem o maior valor para a perpetuação dessa atividade na nossa região.

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, parabenizar o Senador Fernando Bezerra Coelho pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Armando.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero dizer que me sinto contemplado com a aprovação da minha Emenda nº 46, Senador Fernando Bezerra. No entanto, sei que é muito difícil, foram diversas as emendas...

Fizemos uma emenda para contemplar a economia solidária, porque, hoje, a economia solidária desponta como alternativa de geração de trabalho e renda no momento em que há alta taxa de desemprego no País. Sem nenhuma dúvida, economicamente, a economia solidária é um jeito de fazer atividade econômica de produção, oferta de serviço, comercialização, finança ou consumo baseado na democracia e na cooperação. Ou seja, a economia solidária, hoje, é muito importante, até porque fica no Ministério do Trabalho e ajuda os artesãos, as cooperativas. Enfim, são vários os projetos que ela contempla. Ela inclui, principalmente, essa mão de obra que hoje está à mercê de um amparo.

Então, eu queria aqui voltar a fazer um apelo a V. Ex^a, embora eu entenda que o relatório de V. Ex^a está concluído. Mas essa nossa proposição daria, no momento em que o País vive hoje, principalmente na questão do desemprego, uma alternativa de contemplar essa mão de obra.

Portanto, muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Não havendo mais quem queira discutir as emendas, coloco em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.



Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, em atendimento às normas regimentais...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, quero dizer que hoje é aniversário da Senadora Regina. Então, vamos fazer esse reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É muito bem lembrado.

Eu queria, em nome da Presidência, parabenizar a Senadora Regina. *(Palmas.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, o ar-condicionado está ligado? Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabéns, Senadora!

Senadora Regina, em nome de toda a Comissão, os nossos parabéns!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O problema é que o senhor já saiu da Paraíba há muito tempo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada a todos e a todas!

Obrigada, Sr. Presidente, pela lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muitas felicidades e muita saúde!

Antes do encerramento dos trabalhos, em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, para que a ata desta reunião seja encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Hélio José e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Acir Gurgacz, José Serra, Omar Aziz e Ciro Nogueira. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 417-Seses-TCU-Plenário, de 16 de junho de 2017, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 1259/2017 proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 024.399/2016-7, na sessão de 14/06/2017, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca de fiscalização no BNDES. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.**

ITEM 1 - OFÍCIO "S" Nº 16, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, a documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, de Concessão Administrativa para a Construção, Compra e Instalação dos Equipamentos Hospitalares, Operação de Serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos." **Autoria:** Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com acolhimento da emenda nº 1 - U e rejeição da emenda nº 2 - U. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Simone Tebet, Lindbergh Farias, Jorge Viana e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2016 -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Após a leitura do relatório pelo relator, encerrada a discussão, colocada em votação, a comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Lido o relatório anteriormente, fizeram uso da palavra os Senadores Lídice da Mata e Ataídes Oliveira. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2012 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 17-A na Lei 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal." **Autoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A Comissão rejeita o projeto por 17 (dezessete) votos contrários, 1 (um) voto favorável e nenhuma abstenção. O Presidente pede para constar da Ata a solicitação da Senadora Lúcia Vânia informando seu voto contrário ao projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 - Terminativo** - que: "Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, fizeram uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lindbergh Farias, Cidinho Santos e José Pimentel. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, de**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2015 - Terminativo - que: "Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o projeto por 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2015 - Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, o Presidente designa relator "ad hoc" o Senador Garibaldi Alves Filho. A Comissão aprova o projeto por 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Por solicitação do Senador Ricardo Ferraço, é apreciado então o Item 10 da pauta.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. Fizeram uso da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas de sua autoria. Lido o relatório anteriormente, fizeram uso da palavra os Senadores Lúcia Vânia e Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CAE, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. Lido o relatório anteriormente, fizeram uso da palavra os Senadores José Agripino, Armando Monteiro e Raimundo Lira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o projeto por 18 (dezoito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria. Após a leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CAE. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de aprovação legislativa para que o Poder Executivo possa ampliar a dívida mobiliária federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. A pedido do Senador Otto Alencar, a seguinte matéria é incluída como item extrapauta: **ITEM EXTRAPAUTA 18 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação. Lido o relatório anteriormente, usaram da palavra para discussão os Senadores Lindbergh Farias, Otto Alencar, Armando Monteiro, Lídice da Mata e Lúcia Vânia. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Substitutivo, com as alterações que propõe. Aprovada, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Minuta de Requerimento** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Substitutivo da Câmara de Deputados nº5, de 2017." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 121 de 2017** que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo País." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 121/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/74511>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº 417-Seses-TCU-Plenário.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Senador Otto, Srs. Senadores, eu pediria a V. Ex^{as} a gentileza de aqui permanecerem por mais cinco minutos, para que eu possa votar alguns itens terminativos da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Faltam dois ainda, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 1 é não terminativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há quórum? O item 3 é terminativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com a chegada do Ataídes... É que eu e o Otto teremos de ir a outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas há só um terminativo, que é este aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Otto acabou de chegar. Com o senhor, dá quórum.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Peço-lhe só um minutinho.

Peço só para não saírem daqui, para dar quórum, porque há dois terminativos.

O item 4 é terminativo. Vamos aproveitar o quórum.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2016

- Terminativo -

Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: 1. Em 25/04/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

Senadora Lídice, desculpe-me, a senhora pediu a palavra e eu não pude dá-la a V. Ex^a naquele momento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, na verdade, eu queria falar antes de iniciarmos a pauta, apenas para fazer um encaminhamento junto a V. Ex^a.

Um requerimento nosso foi votado no ano passado nesta Casa. É um requerimento que propõe a esta Casa uma audiência pública para discutir a alteração à Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com participação dos seguintes candidatos... São duas audiências propostas. Eu sou relatora desse projeto.

Neste ano, o índice de reajuste dos planos de saúde alcançou mais de 12%, a alteração do limite é mais de 12%. Acho que é absolutamente necessário que esta Comissão venha a tratar desse tema. Está acima da inflação, é algo que atinge uma parcela significativa do povo brasileiro. Nós temos já uma solicitação de audiência desde o ano passado, com duas Mesas. Aceito, inclusive, se necessário, reorganizarmos, para diminuir a quantidade de convidados ou de Mesas. Mas acho que é indispensável que o assunto seja tratado nesta Comissão o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice. Vamos levar isso em consideração.

Relator Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu já fiz a leitura do relatório. Da minha parte, está tranquilo, é só votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.!

Coloco em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já foi encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação o projeto. A votação é nominal.

O parecer do Senador Valdir Raupp é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

A votação é nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Abriu o painel.

Comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o painel está aberto para a votação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à votação.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Raupp.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sou eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes! Desculpe-me, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acabei de ver aqui a finalidade desse projeto. Realmente, ele é extremamente importante. Eu vim da contabilidade, no início da minha vida profissional. Hoje demora algo em torno de três meses a um ano a baixa de uma empresa junto às juntas comerciais. Esse projeto é extremamente importante, mas só estou achando que esses dois dias aqui também é muito pouco. Eu quero parabenizar o Senador Hélio José e também o Relator, Senador Valdir Raupp, mas esses dois dias realmente me preocupam. Eu acho que precisávamos aqui pelo menos de 15 dias.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Senador Ataídes, passou para cinco dias. No meu relatório, eu acrescentei mais três dias; passou para cinco dias.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para cinco dias?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Cinco dias.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ótimo! Aí fica um pouco mais flexível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, quero retirar o item 4 da pauta para melhorar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram?

(Continua em processo de votação.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 12? É terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Vamos encerrar a votação.

Vamos ao resultado da votação.

(Procede-se à apuração.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foram 16 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o projeto nos termos do art. 316 do RISF. De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Vamos agora à votação do item 12. Pediram que houvesse a apreciação do item 12, porque já foi lido. O item 6...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – O item 6 já foi lido. É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 2014

- Terminativo

Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 02/05/2017, foi concedida vista coletiva.

3. Em 27/06/2017, foi encerrada a discussão.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Informo que o relatório já foi lido, que foi concedida vista coletiva e, posteriormente, encerrada a discussão.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Apenas quero lembrar aqui que já fiz a leitura do meu relatório. Isso já foi discutido, mas, na realidade, o Banco do Brasil havia pedido para apresentar algumas contribuições que pudessem aprimorar ainda mais o meu substitutivo. Ocorre que o Banco do Brasil não nos procurou em mais de 45 dias. Entrei em contato com a Liderança do Governo na Casa, e o Governo não tem nada a opor a esta iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Acho que é uma iniciativa meritória, porque essa proposição da Senadora Ana Amélia, na realidade, oferece um procedimento ágil e equilibrado, envolvendo as renegociações de dívidas do crédito rural entre os produtores rurais e as instituições que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural. Na realidade, são instrumentos que estão no projeto que ensejam os bancos a renegociarem essas dívidas vencidas. Portanto, não geram impacto fiscal. São apenas sugestões que a Senadora traz para estimular as instituições de crédito a estarem com as dívidas regularizadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, acho que é uma matéria que tem amplo apoio, ampla compreensão, que, portanto, se encontra pronta para deliberação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, Senador Fernando Bezerra, eu queria pedir mais explicações. Estou vendo aqui que estabelece regras para a renegociação de dívidas decorrentes de operações de crédito rural. Nós temos preocupações com as anistias, Sr. Presidente, como V. Ex^a sabe. Eu queria perguntar sobre isso, se há anistia, porque está sendo negociada uma anistia de R\$10 bilhões dos ruralistas com a previdência, com o Funrural. É um dos pontos de negociação do Temer, neste momento, com a Base, para salvar sua cabeça, a anistia de R\$10 bilhões, no momento em que a gente faz a reforma da previdência.

Então, eu pediria ao Senador Fernando Bezerra que, se pudesse, explicasse se há anistia, o que é. Acho que seria importante para que a gente pudesse votar com tranquilidade.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Para não haver nenhuma dúvida quanto a esse aspecto levantado pelo Senador Lindbergh, se V. Ex^a me autorizar, eu passaria a ler o projeto da Senadora Ana Amélia. Vai tomar algum tempo, mas é só para não ficar nenhuma dúvida de que o projeto dela não envolve nenhum tipo de anistia, de redução de valores de dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Eu queria lembrar ao Senador Lindbergh que o relatório já foi lido e que já foi encerrada a discussão, mas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso, mas é só para explicar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem, quero dizer que vejo sempre o Senador Lindbergh falar dessa questão da isenção para os ruralistas. Acredito que falta um pouco de informação a ele sobre o que há no momento no Brasil quanto à questão do ITR. É que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que cassou várias liminares concedidas no passado e que tornou a cobrança do Funrural legal. Isso vem desde o governo dele, desde o governo Dilma. O que acontece agora é que esses produtores rurais que não recolheram durante esse período não têm condições de recolher tudo de uma só vez. O que se está discutindo com o Governo Federal é que se retome a cobrança do ITR na faixa que havia, dando um desconto, e que se cobre o atrasado, porque, quando fala em "grandes produtores rurais", fala no produtor de leite, no avicultor, do vendedor de laranja. Todos os produtores rurais, do pequeno ao médio e grande, são contribuintes do Funrural. Então, está se falando de toda a agricultura, tanto pequena, familiar, até o grande produtor. No Brasil, então, não se está dando isenção para ninguém. Está-se tentando buscar uma solução criada a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que retomou a cobrança do ITR.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É essa discussão que tem sido feita pelo Senador Caiado, pela Frente Parlamentar da Agricultura, com a participação do Senado e da Câmara. Não há ninguém dando nada para ninguém, trocando a troco de nada; está-se buscando uma solução para uma questão jurídica criada pelo STF. É para esclarecer o Senador Lindbergh.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Aqui, José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é bom registrar que a legislação de 1991 é a que determinava... (*Falha na gravação.*)

...do produtor rural, do agricultor familiar e do segurado especial era uma única, que consistia em pagar 2% sobre a produção para o financiamento da previdência social e 0,1% para o seguro de acidente do trabalho. Em 1997, isso foi regulamentado por uma lei simples, que deveria ser uma lei complementar. Por não ser lei complementar, os produtores rurais recorreram ao Poder Judiciário e tiveram, em 2011, uma decisão, dizendo que, por não ser lei complementar, não era obrigatório o pagamento. E os agricultores familiares e o segurado especial continuaram pagando.

Em 2001, essa matéria foi regulamentada e, a partir dali, passou a ser devida. No entanto, como o Supremo Tribunal Federal não tinha decidido esse tema, ela continuou. E, agora, em 2017, o Supremo Tribunal Federal determinou que os produtores rurais são obrigados a pagar a partir de 2001, mas não definiu ainda, no acórdão, esse alcance. O que se está definindo neste momento é se serão cobrados os últimos cinco anos ou somente a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal, que é de março de 2017. Portanto, não se trata do governo anterior. O nobre Senador, por ser recente aqui, não tem obrigação de conhecer todas essas questões.

Portanto, isso vem lá de 1997. E mais: a legislação determina que o segurado especial e o agricultor familiar que vêm pagando, se não houver essa modulação, serão prejudicados. É por isso que essa matéria está em debate.

É bom registrar que tivemos aqui, no auditório Petrônio Portella, uma grande reunião, e o pedido dos produtores que não pagaram de 2001 para cá é que seja anistiado. É público, e não podemos escamotear essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Quero lembrar apenas que a discussão desse projeto já foi encerrada.

Quer fazer algum esclarecimento, Senador Fernando, ou posso colocar em votação? **O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria tranquilizar, dizendo aqui que a proposta contribui com a proteção adequada do mutuário produtor rural, não gera impacto fiscal e desburocratiza a renegociação do financiamento rural. Então, não existe aqui nenhum tipo de redução de dívida, de anistia. Na realidade, o projeto tenta reforçar o cumprimento da legislação, obrigando que a renegociação das dívidas se dê num prazo de 180 dias. E, caso seja justificada, ela possa ser, digamos assim, ampliada por mais 180 dias. O fato é que o produtor rural não pode ficar inadimplente quando tem a faculdade de utilizar o instrumento da renegociação. Aqui apenas se definem os procedimentos para essa renegociação, que é um direito do próprio mutuário,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

no sentido de atualizar a sua dívida, de definir como a sua dívida será atualizada e de quais serão os critérios para a atualização.

Então, a proposta da Senadora Ana Amélia é bastante meritória. Ela já tramitou na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, teve parecer do então Senador Blairo Maggi. E me coube aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Comissão de mérito na qual deliberaremos de forma terminativa, fazer pequenas correções na proposta da Senadora Ana Amélia. Ela encontra aceitação, repito, por parte das autoridades do Governo Federal, porque não identificam nesse projeto nenhum impacto fiscal. É apenas um instrumento que estimulará não só os bancos oficiais, mas, sobretudo, os bancos privados a regularizarem as dívidas do produtor rural.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Coloco em votação o projeto.

A votação é nominal. Quem acompanha o Senador Fernando Bezerra vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Feitos os esclarecimentos, nós vamos acompanhar o Senador Fernando Bezerra, Sr. Presidente.

(Continua em processo de votação.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto o processo de votação se desdobra, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a o seguinte. O item 10 é também um item terminativo. Trata-se de proposta do Senador Valdir Raupp por mim relatada cuja discussão, inclusive, já foi encerrada; trata-se basicamente de votação. Eu queria reivindicar junto a V. Ex^a, na linha de nós evoluirmos na pauta dos projetos terminativos, que nós encarássemos o item 10 e também o item 11, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, por mim também relatado, que estabelece a restituição do FEX. Ambos são terminativos. O quórum está completo. Talvez, pudéssemos fazer a votação desses itens 10 e 11, considerando que os relatórios já foram apresentados e que a discussão já está encerrada.

É a reivindicação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos atender a sua reivindicação, Senador.

O Agripino está aí.

O Raimundo Lira está votando.

O Agripino votou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Agripino!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já votou.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fátima Bezerra não está aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Lúcia Vânia ainda não votou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já votou? Todos já votaram? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Jorge! *(Pausa.)* Raimundo Lira votou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está encerrada a votação. Todos já votaram. Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Votaram SIM 19; e NÃO, zero.

Aprovada.

A Comissão aprova a Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 316 do RISF.

De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Passaremos à votação do item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações: 1. Em 02/05/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria, Senador Ricardo Ferraço, primeiro, cumprimentar V. Exª pela ideia do projeto, que visa a dar maior transparência.

Agora, fui procurado, a nossa assessoria foi procurada pelo pessoal da CVM. A CVM está com preocupações, porque fiscaliza empresas de capital aberto. O incômodo que senti dos membros da CVM é o seguinte: nós vamos colocar no *site* da CVM balanços de uma empresa de companhia fechada que ela não fiscaliza, sobre a qual não tem responsabilidade alguma.

Então, eu ia sugerir, Senador Ricardo Ferraço, sem prejuízo do projeto – eu não votaria contra esse projeto de V. Exª –, que V. Exª pudesse entrar em contato com a CVM para discutir essas questões técnicas que são preocupações deles. Acho que assim ficaria melhor, e a gente votaria na outra quarta-feira. É esse o apelo, a sugestão que faço a V. Exª. Se V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É muito bem acolhida! A Comissão de Valores Mobiliários também nos procurou com esse mesmo propósito. A CVM continua não fiscalizando as companhias fechadas, não há alteração nisso. Apenas ela vai manter no seu *site*...

O que estamos fazendo? Hoje, as companhias abertas e fechadas de grande porte são obrigadas a publicar em jornais de grande circulação a íntegra dos seus balanços. Isso é extremamente oneroso, isso é custo Brasil. O que nós estamos fazendo aqui? Determinando que essas empresas fechadas publiquem em jornais impressos a síntese e possam apenas publicar no *site* da CVM e no próprio *site* das empresas a íntegra dos seus balanços.

Então, a CVM continua não fiscalizando a companhia fechada, apenas vai manter em seu *site* para a transparência, para a consulta de quem quiser. Em que pese a contribuição e a sugestão da CVM, acho que não custa nada a CVM prestar mais este relevante serviço à população brasileira em nome da transparência, o de manter apenas em seu *site* os balanços dessas grandes companhias para a consulta de quem desejar. É basicamente isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu entendo V. Exª e vou votar de forma favorável a V. Exª.

Na verdade, a preocupação da CVM é que parecia que ela teria responsabilidade por aquelas informações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não tem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Acho que V. Exª tem razão. Se está claro isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Está claro!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se ficar claro isso, nós não vamos nos opor ao projeto de V. Exª.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só estou lembrando que a discussão já está encerrada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Independentemente disso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – ...eu queria só dizer o seguinte em relação ao Senador Ferraço: a CVM não tem estrutura para fiscalizar as empresas fechadas do País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas não estou propondo que ela fiscalize, nem poderia.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Não, estou concordando com V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Mesmo que ela deseje isso, ela não tem estrutura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente. A Lei da S.A. não dá essa prerrogativa à CVM.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Estou concordando com V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Raimundo Lira.

Coloco em votação nominal. Quem vota com o Relator vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, enquanto transcorre a votação, eu gostaria de agradecer ao Relator desse meu projeto, Senador Ricardo Ferraço, pelos ajustes que ele fez, aperfeiçoando, melhorando o texto do meu projeto. Agradeço o brilhante relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabéns, Senador Raupp, pelo projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu pediria, pela ordem, Sr. Presidente, que fosse apreciado o item 8, que ficou para trás e que também já está com o relatório lido. É um projeto importante também. O Cidinho foi o Relator *ad hoc*. É o item 8.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, o item 12, que está logo a seguir, é terminativo na Comissão. A discussão está encerrada, e estaríamos em processo de votação. Eu pediria a V. Ex^a que, seguindo a ordem, o colocasse em votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Agripino, estou atento ao seu projeto. Todos os terminativos que já foram lidos e com discussão encerrada eu estou colocando em votação, se possível, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É o caso, Sr. Presidente, desse item 12.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sou Relator do item 17. Eu o relatei *ad hoc* para o nobre Senador Cidinho Santos, mas estou pedindo que seja retirado de pauta, em entendimento com o Senador José Medeiros e com sua assessoria, para discutir melhor o relatório. Então, peço a V. Ex^a que o retire de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador Otto.

Portanto, está retirado de pauta o item 17, de autoria do Senador José Medeiros, que tem como Relator o Senador Otto Alencar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: 1. *A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.*

2. *Em 27/06/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.)*

Todos os Senadores já votaram? Podemos encerrar a votação?

O Dalirio votou? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 17; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhuma.

Está aprovada.

A Comissão aprova a Emenda nº 1, da CAE, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, XVI, do RISF.

De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Passaremos, então, à votação do item 8, terminativo, de autoria do Senador José Medeiros.

ITEM 8





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, DE 2015**- Terminativo -**

Cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: 1. Em 02/05/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Estando encerrada a discussão, vamos colocar em votação o projeto.

A votação é nominal.

Quem acompanha o relatório do Senador Raupp vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente, ao Senador Cidinho, porque ele fez o relatório *ad hoc*. Eu não estava presente no dia da leitura do relatório, e ele fez o relatório *ad hoc*.

Obrigado, Senador Cidinho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 17; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Está aprovado. A Comissão aprova o projeto.

Colocamos em votação... Vamos discutir o item 11, da Senadora Lúcia Vânia.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2017****- Terminativo -**

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: pela aprovação do projeto, com três emendas de sua autoria.

Observações: 1. Em 02/05/2017, foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

2. Em 27/06/2017, foi encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo que o relatório já foi lido, que foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro e que, posteriormente, foi encerrada a discussão.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação nominal.

Quem acompanha o Relator vota "sim".

(Procede-se à votação.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senador Ricardo Ferraço pela relatoria desse projeto. Quero dizer da importância do projeto, uma vez que os Estados ficam sempre à mercê da boa vontade do Governo em editar uma medida provisória para que a gente receba esse incremento à exportação. Portanto, é um projeto importante. E quero aproveitar a oportunidade e agradecer a V. Exª e ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabenizo V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, pelo projeto de alta relevância.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto V. Exª não abre o painel, apenas quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, porque não é a primeira vez que ela toma essa iniciativa para compensar os Estados que têm em sua pauta de receitas governamentais a atividade exportadora como uma relevante atividade, estabelecendo esse teto para 2017. Mas volto a lembrar a V. Exª, assim como aos membros da Comissão, que o Supremo Tribunal Federal julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, estabelecendo prazo para que o Senado regulamente critérios da Lei Kandir até o mês de novembro. Essa decisão do Supremo Tribunal Federal, inclusive, não é uma decisão para o Senado, é uma decisão para o Congresso brasileiro. Se o Congresso brasileiro, até o mês de novembro, não regulamentar a Lei Kandir, de acordo com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão que foi editada pelo Supremo Tribunal Federal, quem fará isso será o Tribunal de Contas da União. Portanto, estou chamando a atenção para a necessidade de a Comissão de Assuntos Econômicos acelerar os debates em relação à regulamentação das compensações da Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Se todos os Senadores já votaram, vamos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 18; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Está aprovado.

A Comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAE.

ITEM 12 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: 1. Em 20/06/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Portanto, coloco em votação.

Quem acompanha o voto do Relator vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para encaminhar.) – Só quero fazer o registro de agradecimento ao Relator e dizer do objetivo deste projeto. O que se objetiva? Agilizar o processo de registro e patentes. Usando o quê? Arrecadação própria do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). No ano passado, esse instituto arrecadou R\$357 milhões ante R\$330 milhões do ano anterior.

Para os Srs. Senadores terem uma ideia, o tempo médio de aprovação de patentes no Brasil passou de seis anos, em 2003, para onze anos, em 2015. Vou repetir: de seis anos, em 2003, para onze anos, em 2015. Evidentemente, isso se deu por conta de falta de estrutura, Senador Pedro Chaves. Nos Estados Unidos, são dois anos e meio o prazo para registro de patente – o prazo não, o tempo que decorre do registro de uma patente.

Num País que carece de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, entendo que a absorção pelo INPI das receitas próprias do próprio instituto significa um avanço em matéria de estímulo à criação de novidades no campo tecnológico que caminhem para registro de patente, e quem ganha com isso é a sociedade e o País.

Por essa razão é que apresentei o projeto, que espero ver aprovado.

Agradeço a competência do Relator e o voto "sim" dos Senadores que possam me honrar com essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Agripino, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Ex^a pelo excelente projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria só dar um...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para encaminhar.) – Eu queria me congratular com o Senador José Agripino, porque eu tive oportunidade de conviver, ao tempo em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que exerci a função de Ministro da Indústria e Comércio, com essa realidade do INPI. O INPI fica vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o que se verifica no agravamento desse quadro de grande estoque de processos no INPI é que, lamentavelmente, quando se busca qualquer parâmetro internacional entre o número de processos e o número de examinadores, há um déficit de examinadores. Lamentavelmente, o concurso que foi feito para a contratação de examinadores não foi priorizado no seu tempo, e, portanto, para se vencer esse passivo que o Brasil tem nessa área, nós temos de combinar uma série de medidas.

Esse projeto do Senador José Agripino, a meu ver, vai na direção correta de utilizar os recursos que são gerados pelo próprio instituto, de modo a poder prover minimamente de estrutura esse órgão.

Eu acrescentaria ainda que precisamos também rever os processos internos, que carecem, a meu ver, de uma modernização e de uma melhor utilização dos recursos hoje de Tecnologia de Informação. E eu ainda acrescentaria a necessidade de maior cooperação internacional. Não há muito sentido reproduzir a análise de processos e de patentes que, de resto, já são realizadas em outros países. Portanto, a possibilidade de estabelecer uma cooperação mais efetiva com outros escritórios de patentes no mundo também se constitui, sem nenhuma dúvida, num importante instrumento para vencermos essa situação, que, de resto, coloca o Brasil, realmente, em situação de grande desvantagem.

Eu me congratulo, portanto, por essa iniciativa oportuna, com o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, quero me congratular com o Senador José Agripino por essa iniciativa.

Apenas quero fazer um adendo às brilhantes colocações do Senador Armando Monteiro, que, indiscutivelmente, é o maior conhecedor desse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos. Quando ele fala em convênios ou em conhecimento do que está acontecendo no mundo, eu sugiro a Coreia do Sul, porque, indiscutivelmente, é o país de maior sucesso no registro de patentes industriais em todo o mundo. Há quatro, cinco ou seis anos, vi uma estatística em que, para cada patente aprovada no Brasil, a Coreia do Sul aprovava mais de 30 patentes. Quanto a esse número, hoje, com o alongamento da análise do INPI, acredito que essa proporção está muito maior. Então, seria muito importante que o Brasil se modernizasse, visando ao que está acontecendo no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

Está encerrada a votação.

Vamos abrir a contagem, para dar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM 18; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

A Comissão aprova o projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos, então...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas estou indo, primeiro, para os terminativos, enquanto há quórum.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...eu queria fazer um apelo a V. Exª e aos Srs. Senadores e Senadoras a respeito de um projeto que não está na pauta. Eu pedirei a sua inclusão extrapauta, pela relevância para os Estados, para todos os Estados, inclusive para o Estado de V. Exª e para o Estado da Bahia. O Relator é o Senador Ricardo Ferraço. É o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 5, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014, complementar, que dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do §2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. É o projeto da convalidação dos incentivos.

Senador Tasso Jereissati, isso é de grande importância para todos os Estados. E já está no limite. Essas empresas estão em condição de... Não havendo uma aprovação imediata, isso vai trazer sérios problemas para os Estados brasileiros, inclusive para a Bahia. Nós fizemos uma luta muito grande para levar para lá a indústria automotiva da Ford, e hoje existe uma ameaça muito grande de se paralisarem, inclusive, os investimentos, o que geraria redução de empregos e até desemprego em massa no nosso Estado. A mesma coisa deve ser no Estado do Ceará e em todos os Estados que estão envolvidos.

O Senador Ricardo Ferraço está com esse relatório pronto para ser lido. Eu pediria a V. Exª, aos Senadores e Senadoras que tivessem a sensibilidade de acolher a sua votação hoje extrapauta, para que o Senador Ricardo Ferraço pudesse lê-lo, porque é de importância fundamental para os Estados e para o Brasil também como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com certeza, V. Exª tem toda a razão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A autoria é da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª tem toda a razão.

Eu consulto a Comissão se alguém se opõe a essa iniciativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu apoio. Eu só queria saber se o texto do relatório do Senador Ricardo Ferraço é o texto da Câmara ou o texto original do Senado. Mas apoio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de pedir licença. Senador Lindbergh, não concorda? É porque tenho certa pressa de votar os terminativos enquanto há quórum.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Ricardo Ferraço. Serei bem breve. Nós concordamos com que ele faça a leitura, sabemos da importância do projeto. Agora, não o conhecemos. Então, não dá para votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não é para votar hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Atendendo ao apelo do Senador Otto, a gente faz a leitura hoje, e isso fica para ser votado na próxima reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos. Pode ser?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lindbergh, apelo a V. Ex^a pelo seguinte: nós temos quórum qualificado para votação, poderemos não tê-lo na próxima reunião. Então, acredito que o relatório do Senador Ricardo Ferraço – já conversei com S. Ex^a e tenho conhecimento – será de grande benefício para todos os Estados brasileiros. Na próxima semana, se não houver quórum, pode ser postergada a decisão, que poderia ser tomada hoje, quando há quórum qualificado. Então, peço a V. Ex^a que tenha flexibilidade e permita a votação hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Otto, é um apelo vindo de V. Ex^a, mas deixe-me falar a V. Ex^a: neste caso aqui, há um debate sobre a guerra fiscal futura. Eu conheço a posição do Senador Ricardo Ferraço sobre o tema, inclusive no Espírito Santo. É um tema polêmico. A gente quer votar logo. Agora, fica muito difícil votar sem conhecer o texto do relatório. Então, não é má vontade com V. Ex^a, muito pelo contrário. Mas esse é um tema muitíssimo importante. Creio que outros Estados, o Governo, inclusive, queiram pelo menos esta semana, para podermos votar na quarta-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas quero contribuir com V. Ex^a, que foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Este projeto foi aprovado aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando V. Ex^a era o Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com o Senador Luiz Henrique à frente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso! É uma proposta que nasceu de uma iniciativa extraordinária da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Luiz Henrique foi designado Relator, fez uma grande concertação em relação a essa construção. Nós votamos na Comissão, votamos no plenário do Senado. A Câmara fez algumas mudanças.

Nós estamos fazendo algumas mudanças pontualíssimas, apenas uma mudança de redação final, de modo que o que está prevalecendo é aquilo que nós já debatemos. Então, não há fato novo. Não estamos abrindo guerra fiscal; muito pelo contrário, nós estamos sepultando a guerra fiscal, convalidando o passado, ou melhor, dando autorização ao Confaz, para que o Confaz possa convalidar, uma vez que nós não temos essa prerrogativa, e criando uma regra de transição, para não quebrarmos unilateralmente os contratos que foram assinados pelos Estados federados.

Portanto, é, de certa forma, um tema bastante pacificado. Não há fato novo, mas eu poderia, se assim entendessem, no momento, fazer uma detalhada explanação sobre aquilo que nós aprovamos e sobre aquilo que a Câmara aprovou. É apenas uma pontual restituição que estamos fazendo, porque entendemos que, neste caso, o Senado, por ser a Casa da Federação, por ser a Casa que representa os Estados federados, pode fazer um melhor equilíbrio entre aquilo que nós fizemos e aquilo que a Câmara fez. Nós estamos votando, eu estou relatando 90% daquilo que veio da Câmara.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu aceito o apelo do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele falou aqui do Estado da Bahia. Podemos prosseguir na votação e fazemos a discussão mais aprofundada, da nossa parte, no plenário. Essa é uma questão federativa, que envolve os Estados. Então, nós vamos ter tempo de debater no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Parabéns pelo seu espírito de cooperação e de flexibilidade de hoje!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação o item 5.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, cada um, nesta matéria, vota, certamente, de acordo com o interesse do seu Estado. Por isso mesmo, acho que é muito pertinente que possamos votar agora. Isso interessa à Bahia e interessa ao Nordeste. O Senador Lindbergh vai poder discutir o interesse do Rio de Janeiro. Por enquanto, ele vota com a Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2012

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acrescenta o art. 17-A na Lei 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que as contas de depósito à vista mantidas em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional serão remuneradas, tendo por base seu saldo médio mensal.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações: 1. Em 02/05/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto, pela rejeição do projeto do Senador Ivo Cassol. Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se não for possível hoje, que seja na próxima reunião, mas eu gostaria de pedir a V. Exª para colocar em pauta o Projeto de Resolução 61, de 2016...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É "não", Jorge! É "não".

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, nós acompanhamos o Relator, e o voto é "não". *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem vota acompanhando o Relator vota "não".

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos já votaram? *(Pausa.)*

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Se todos os Senadores já votaram, está encerrada a votação.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Voto SIM, 01; NÃO, 17. Rejeitado.

A Comissão rejeita o projeto.

Vamos, então, ao item...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 7 é terminativo?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Eu não consegui votar "não". Peço que fique registrado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica registrado na ata, Senadora Lúcia Vânia.

Vamos passar ao item 9, terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2015

- Terminativo -

Altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: 1. Em 02/05/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

O Senador Cristovam Buarque não está presente e foi o Relator. A Relatora *ad hoc* foi a Senadora Gleisi Hoffmann.

O relatório já foi lido, e foi encerrada a discussão.

Estando encerrada a discussão, coloco em votação o parecer do Relator.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Vamos abrir o painel.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(Procede-se à votação.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pelo Regimento, é preciso haver um relator... Como os dois Relatores não estão aqui presentes, o Senador Garibaldi foi como Relator *ad hoc*, para se cumprir o Regimento.

Há algum ainda que não foi lido?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, vamos passar ao item 3, terminativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sim, porque há quórum para votar item terminativo. *(Pausa.)*

Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Todos os Senadores já votaram.

Está encerrada a votação.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 17; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Foi aprovado. A Comissão aprova o projeto.

Vamos ao item 3, terminativo, de autoria do Senador Fernando Coelho, que tem como Relator o Senador Dalirio Beber.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só os terminativos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o item 3.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estava na ordem. O projeto que consta do item 13 é o próximo, então? É o de autoria do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge Viana, só estou aproveitando o quórum e colocando em votação os terminativos. Eu me comprometo com V. Ex^a para, em seguida, colocar em votação o de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, é o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Relatoria é do Senador Dalirio Beber, que vai fazer um resumo do seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Já foi declarado que o projeto é de autoria do Senador Fernando Bezerra. Ele tem o seu mérito.

Na análise, a questão de juridicidade, a questão da legitimidade para legislar a respeito, a constitucionalidade são aspectos já analisados.

Acerca da matéria de fundo, é meritoso o projeto porque afasta discussões recorrentes, evitando-se interpretações conflitantes. Contudo, entendemos que o projeto é merecedor de alguns reparos no §3º, inserido no art. 59, e nos arts. 67 e 84, inciso V, todos da Lei nº 11.101, de 2005. Sugerimos, portanto, emenda substitutiva, ao final apresentada. O autor do projeto justifica essa inserção, levando-se em consideração a conjugação de dois momentos. O primeiro momento dá-se no deferimento do processamento da recuperação judicial, em que se determina a suspensão das ações individuais ajuizadas em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, conforme preceitua o *caput* do art. 6º da Lei nº 11.101. O segundo momento ocorre quando os credores aprovam o plano de recuperação judicial, devidamente homologado pelo Judiciário, cuja decisão opera a novação dos créditos contidos no plano, sem prejuízo das garantias, segundo estabelece o *caput* do art. 59 da lei falimentar.

A tese defendida pelo projeto é a de que, como a decisão judicial enseja a formação de um novo título executivo, as execuções ajuizadas contra o devedor (termo utilizado na justificação) não deveriam continuar suspensas, mas, sim, extintas. O autor na justificação ressalta... Aí há a justificativa.

Ao verificar a multiplicidade de demandas sobre a possibilidade do prosseguimento de ações de cobrança ou execuções judiciais em face do devedor solidário ou coobrigados em geral, depois de deferida a recuperação judicial ou mesmo depois de aprovado o plano de recuperação do devedor principal, em sede de recurso especial de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, aprovou-se a seguinte tese em recurso repetitivo:

A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, *caput*, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, *caput*, por força do que dispõe o art. 49, §1º, todos da Lei nº 11.101/2005.

De fato, um dos principais efeitos da novação civil é a extinção dos acessórios e das garantias da dívida, como previsto no art. 364 do Código Civil. Em contrapartida, a novação decorrente do plano de recuperação traz como regra a manutenção das garantias, as quais só serão suprimidas ou substituídas “mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia”, por ocasião da alienação do bem gravado.

Em outra importante e recente decisão sobre o tema no Superior Tribunal de Justiça, a 4ª Turma, ao julgar recurso especial também de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, entendeu que, após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores e a posterior homologação pelo juízo competente, deverão ser extintas – e não apenas suspensas – as execuções





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

individuais até então propostas contra a recuperanda nas quais se busca a cobrança de créditos constantes do plano.

Por essa razão, entendemos que o §3º que se pretende incluir no art. 59 da Lei nº 11.101 não poderia abarcar toda e qualquer execução individual de crédito constante do plano de recuperação judicial, uma vez que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que a extinção não alcança terceiros coobrigados em geral, mas tão somente o devedor recuperando.

O mencionado posicionamento, inclusive, encontra-se guarida no Enunciado Sumular nº 581, do Superior Tribunal de Justiça.

Concordamos com o autor em sua justificação quando entende que o marco temporal referente deve ser o da data em que se defere o processamento da recuperação judicial. No entanto, o PLS nº 18, de 2016, manteve em seu corpo a expressão "a partir da decisão que concede a recuperação judicial", conflitando com sua própria justificação e com as decisões mais recentes dos tribunais.

Portanto, entendemos que, para a correta definição do momento em que se caracterizam os créditos extraconcursais, faz-se necessário reparo da expressão "a partir da decisão que concede a recuperação judicial" – repetida tanto no art. 67 quanto no art. 84, V – para "a partir da decisão que defere o processamento da recuperação judicial".

Sabemos que o País vive uma de suas piores crises econômicas, que acarretou elevação de custos e restrição de crédito para o empresariado. Por esse motivo, entendemos razoável fixar como marco temporal a data do deferimento do processamento da recuperação judicial, de modo a aclarar a expressão "durante a recuperação judicial" a fim de trazer mais segurança jurídica àquela empresa que já se encontra em dificuldades financeiras e operacionais.

Por fim, o PLS propõe mera adequação do §1º do art. 59 em face da entrada em vigor da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, também conhecida como Novo Código de Processo Civil, substituindo-se a identificação da lei antiga pela atual.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 18, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2016 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 59.

§1º A decisão judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 515, inciso II, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

.....





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§3º A decisão judicial que conceder a recuperação judicial importará na extinção das execuções individuais de créditos constantes do plano e ajuizadas contra o devedor em recuperação." (NR)

"Art. 67. Os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor a partir da decisão que defere o processamento da recuperação judicial, inclusive aqueles relativos a despesas com fornecedores de bens ou serviços e contratos de mútuo, serão considerados extraconcursais, em caso de decretação de falência, respeitada, no que couber, a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.

....." (NR)

"Art. 84."

V – obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados a partir da decisão que defere o processamento da recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência, e tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalírio.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só vi...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar o projeto em votação nominal, conforme o parecer do Senador Dalírio.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Não. Meu Líder não havia me orientado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem vota com o Relator vota "sim".

(Continua em processo de votação.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada a votação, vamos abrir o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 16; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Aprovada.

A Comissão aprova a Emenda nº 1, da CAE, substitutivo, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 316 do RISF.

Observação: de acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Vamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 16, DE 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, a documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, de Concessão Administrativa para a Construção, Compra e Instalação dos Equipamentos Hospitalares, Operação de Serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos.

Autoria: Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Com a palavra o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Tasso Jereissati, eu vou tirar a matéria de pauta, para que seja apreciada em uma próxima reunião, para priorizar e dar oportunidade ao Senador Ricardo Ferraço de ler o relatório da convalidação.

Peço a V. Exª que entenda esta situação, para aproveitarmos o quórum aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, lembro que o relatório do Senador Ricardo Ferraço não é terminativo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei que não é terminativo, mas eu apelaria para V. Exª. Eu estou abrindo mão para o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Entendi perfeitamente, Senador Otto.

Muito obrigado.

O item 2 é não terminativo, de autoria do Presidente da República.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou lendo o item 2. O seu é o próximo.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2017
- Não terminativo -

Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: favorável ao projeto, com acolhimento da Emenda nº 1 - U e rejeição da Emenda nº 2 - U.

Observações: 1. A matéria tem tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 122 e 375 do Regimento Interno do Senado Federal, e está sendo apreciada simultaneamente pela CCJ e CAE.

2. Encerrou-se, no último dia 27 de junho, o prazo único para oferecimento de emendas ao projeto perante a CCJ. (Art. 122, II, b, c/c art. 375, I, do RISF).

3. Foram apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as Emendas nºs 1 e 2 pelas senadoras Simone Tebet e Vanessa Grazziotin, respectivamente.

O Relator, o Senador Fernando Coelho, fará um resumo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à exame deste órgão técnico fracionário do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais.

De autoria do Presidente da República, a proposição tramita em regime de urgência constitucional, ao abrigo do art. 375 do Regimento Interno desta Casa e do art. 64 da Constituição Federal.

Análise.

De plano, registra-se que a técnica legislativa da proposição é satisfatória, não exigindo reparos. Igualmente, não ocorre óbice de constitucionalidade por violação à cláusula de reserva de iniciativa, uma vez que a autoria pelo Presidente da República está conforme os ditames constitucionais incidentes. A constitucionalidade material também resulta incólume, não se divisando, na forma de a proposição reger o tema, qualquer afronta à ordem constitucional vigente.

Nesse particular, convém destacar a constitucionalidade da hipótese de dispensa de licitação para a operacionalização da gestão dos recursos. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 prevê que as hipóteses de dispensa de licitação serão dispostas pela legislação infraconstitucional, sendo a lei a via adequada para tanto.

Quanto ao mérito, temos para nós que a proposição reúne elementos para atrair o posicionamento favorável desta relatoria. Efetivamente, num cenário como o atual, de enorme carência de recursos financeiros pelo Poder Público federal, impõe-se a busca de mecanismos que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

direcionem a gestão de tais recursos públicos a uma eficiência maior e que impeçam a sua indisponibilidade por não utilização.

A proposição que temos em exame pretende, exatamente, essas duas finalidades, autorizando a reversão para o Poder Judiciário dos rendimentos da gestão financeira dos recursos de precatórios e de RPV e, também, o levantamento de valores paralisados por dois anos. Na realidade, queria lembrar que essa iniciativa é análoga, muito semelhante à que este Congresso Nacional, este Senado Federal adotou em relação aos precatórios para aliviar as contas dos Tesouros estaduais.

Relativamente às emendas, temos que ambas merecem acolhimento. Aliás, nós estamos rejeitando as emendas, tanto a Emenda nº 1 quanto a Emenda nº 2.

Por todo o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2017, e conseqüentemente pela sua aprovação nesta Comissão, posicionando-nos também pela rejeição de todas as emendas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em discussão o relatório do Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente

Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto tem por objetivo definir regras para o rito do pagamento de precatórios e das requisições de pequeno valor, federais. O principal objetivo, porém, é o de determinar que os valores pagos e não retirados em dois anos serão cancelados e transferidos à Conta Única do Tesouro. Assim, o projeto, em seu art. 1º, define que o Poder Judiciário vai fazer a gestão dos recursos e, para tanto, contratará, com dispensa de licitação, instituição financeira federal. Além disso, define que a remuneração que ultrapassar a remuneração legal do precatório passa a constituir receita do Judiciário – aqui nós temos uma coleção de jabuticabas, talvez essa seja a primeira delas – e vincula 10% ao pagamento de perícias realizadas em ação popular. É como se nós quiséssemos tirar água de pedra, em função da falta de enfrentamento às questões que objetivamente estão desestruturando a organização das contas públicas em nosso País.

O art. 2º, o mais importante – quero crer – para o Governo, define que os precatórios e as requisições de pequeno valor não movimentadas há mais de dois anos serão canceladas e os recursos serão transferidos à Conta Única do Tesouro. O texto vai além e gera um direcionamento desses recursos, ou seja, cria uma vinculação para a aplicação desses recursos, que são para lá de excepcionais, porque, uma vez sacado esse saldo residual, estimando o Governo em torno de R\$8 bilhões, esses recursos não existirão nos anos subsequentes. Mesmo assim, ele define a vinculação de 20% para a educação e 5% para o programa de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte. Chama-me a atenção aqui o Senador Armando Monteiro a que a Câmara dos Deputados criou essa vinculação, que não fazia parte originalmente da mensagem do Executivo.

No detalhamento do procedimento de cancelamento, há a previsão de que, após o cancelamento, o credor será notificado. Ou seja, só após o cancelamento o credor será notificado. Por que não antes? Não encontramos menção, no PLC, de notificação ao credor de que o seu crédito será cancelado, antes do cancelamento, como dissemos aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por outro lado, o art. 3º define que o precatório cancelado poderá ser requerido novamente pelo credor, que manteria a ordem cronológica anterior.

Há uma série de questionamentos que podem ser levantados acerca dessa proposta.

Em primeiro lugar, uma das justificativas apresentadas para a presente proposta decorre do fato de que a existência de depósitos não levantados representa situação de ineficiência na utilização de recursos públicos para o pagamento de precatórios.

Concordamos que é uma ineficiência para a economia, não gerando qualquer ganho para o credor que buscou na Justiça o ganho, obteve vitória e, portanto o direito de receber determinada importância que lhe era devida. No entanto, a presente proposta não faz nada para resolver a ineficiência que decorre do fato de que, muitas vezes, o credor não sabe que tem recursos a serem retirados em algum lugar. O que se propõe aqui é cancelar o direito transitado em julgado de receber valores devidos pela União.

Além disso, ao determinar que o Judiciário escolha sem licitação um banco público, dificilmente se estará atingindo uma melhor eficiência econômica. O mais lógico e defensável seria proceder a uma ampla concorrência. A proibição de licitar retira do tribunal competente a condição de obter uma melhor remuneração sobre esses valores ali alocados.

Já a previsão de cancelamento do precatório após dois anos sem movimentação merece ser mais bem analisada e, a nosso ver, é de discutível constitucionalidade.

Vejamos: precatórios são pagamentos feitos pela União em decorrência de condenações judiciais transitadas em julgado. Assim, são um direito líquido e certo em favor do credor, do contribuinte que obteve essa vitória, ou seja, é algo que a União já deveria ter pago, não o fez no momento adequado, foi cobrado judicialmente, e a Justiça decidiu que era devido àquele contribuinte. Ao determinar o cancelamento do depósito, o projeto vai no sentido de cancelar a reparação financeira estabelecida judicialmente a que o credor tem direito.

Além disso, o projeto passa a tratar uma dívida da União como se receita fosse, estabelecendo até mesmo uma vinculação, um direcionamento. Esses recursos não são receitas; são valores que foram destinados para pagamento de uma dívida judicial. Assim, uma eventual operação de destinatário deveria preservar a sua natureza. Logo, os recursos destinados aos pagamentos de precatórios, caso cancelados, deveriam ser direcionados à quitação de outros precatórios, seguindo, como determina a lei, a ordem cronológica de preferência para fazer justiça.

O que mais nos surpreende é que, mesmo havendo um sistema bancário extremamente eficiente do ponto de vista tecnológico, o pagamento de precatórios ainda é baseado em um sistema que depende da indicação de uma determinada agência de um determinado banco, a ser feita por um juiz do processo – o projeto nada traz para corrigir isso, que estou convencido de que é uma ineficiência –, o que impede que o credor, no curso do processo, indique uma conta bancária que viabilize o seu acesso aos recursos de forma rápida quando eles forem efetivamente pagos via precatórios.

Além de não trazer qualquer dispositivo que melhore essa situação, o projeto traz a previsão de que o credor deverá ser notificado apenas após o cancelamento do seu precatório. Isso demonstra que seria possível notificá-lo da disponibilidade dos recursos quando do pagamento feito pela União. Mas o projeto não traz nada nesse sentido. É difícil vislumbrar uma razão para que alguém decida não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sacar recursos a que tem direito via precatório, a não ser o seu desconhecimento a respeito dessa disponibilidade.

Por fim, vale registrar que a previsão de que o credor poderá fazer novo requerimento, resguardada a sua ordem cronológica, não é suficiente para a manutenção do seu direito, haja vista que nada garante a disponibilidade orçamentária para novo depósito da União, principalmente devido ao fato de que o projeto trata de recursos como uma receita qualquer. Na realidade, essa é uma medida que faz parte da busca incessante por receitas extraordinárias por parte do Governo.

Isso aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que nós chamamos de contabilidade criativa. Como representante do meu Estado e como membro nesta Comissão, eu critiquei aqui duramente o ex-Secretário Arno Augustin pelas criatividadeas que ele impôs no dia a dia da Secretaria do Tesouro, e não poderia ser diferente aqui a minha posição. Eu acho que isto aqui é de fazer inveja às criatividadeas que foram asseguradas na época do governo afastado.

Portanto, Sr. Presidente, não há como nós concordarmos com uma iniciativa desse objeto, desse escopo, em que pese eu tenha muita dificuldade de discordar do meu querido e estimado amigo Senador Fernando Bezerra Coelho. Por princípios, por coerência, da mesma forma que eu critiquei o governo do PT, quando ele se utilizava desses artifícios, eu levanto a minha voz, a minha palavra e o meu voto de que não posso acompanhar esse projeto, porque considero que ele meio que esconde por baixo do tapete aquilo que nós deveríamos estar enfrentando verdadeiramente, que é a desorganização estrutural das contas do Estado brasileiro.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, eu manifesto aqui o meu voto contrário a essa iniciativa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria acompanhar aqui a manifestação do Senador Ferraço. Mais do que isso, eu creio que o Brasil vive – e essa questão cada vez mais se percebe – uma crise fiscal de imensa proporção. Os resultados das contas, nos últimos 12 meses, nos apontam um déficit de R\$167 bilhões. No mês de maio, nós tivemos o maior déficit da história: quase R\$30 bilhões de déficit consolidado no setor público.

Então, o Brasil vive uma gravíssima crise fiscal, que esse Governo não enfrentou no primeiro momento. E ele fez algo hábil do ponto de vista político, que foi o seguinte: como a foto era ruim já em 2016, turbinaram o déficit no ano passado, jogando na conta de Dilma. E várias bondades foram feitas no ano passado que agora, de forma – eu diria – grave, se refletem nas contas públicas. Por exemplo, analisando o desempenho este ano, o crescimento dos gastos com pessoal alcança 11%, tudo isso como resultado das bondades que foram feitas no ano passado, sem deixar de levar em conta que os gastos previdenciários crescem de maneira quase exponencial: 8% em valor real.

Então, o que fez o Governo? Vendeu à sociedade a ideia de que não faria nada no presente, mas endereçaria todo o ajuste ao futuro, uma vez que, com a medida do teto dos gastos e a reforma da previdência, promoveria o ajuste das contas no futuro. Então, Sr. Presidente, nós trocávamos uma foto ruim por um filme provável. O resultado, hoje, é que esse filme, cada vez mais, fica se revelando um filme que não vai acontecer. E nós estamos, agora, devolvidos à realidade, que é a dessa trágica foto.

O Brasil vive um déficit, um desequilíbrio dramático, a ponto de o Ministro do Planejamento, na semana passada, ter reconhecido e ter dito que era gravíssima a crise fiscal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu creio até, Senador Tasso, que esta Comissão, diante da dimensão desse desequilíbrio, deveria promover um debate aqui, em algum momento, sobre essa questão, que pode pôr em risco, gravemente, todo esse processo de ajuste da economia brasileira. Nós temos um processo saudável, que é o de desinflação, mas, se esse foco de instabilidade, que é o gravíssimo desequilíbrio fiscal, perdurar, nós estaremos, por assim dizer, contratando inflação a médio prazo.

Essa medida se insere num quadro de medidas rigorosamente artificiais, medidas tóxicas que estão longe de resolver esse problema de desajuste estrutural das contas públicas. E é uma medida altamente questionável do ponto de vista jurídico. O art. 5º da Constituição – vou até ler – é muito claro quando diz: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada." No caso, os recursos oriundos de precatórios são um direito já adquirido pelo cidadão por decisão transitada em julgado. Por outro lado, Sr. Presidente, é algo esdrúxulo imaginar que um passivo se transforme em receita extraordinária e gere despesa, porque, na Câmara, de maneira muito criativa, querem vincular uma parcela dessa receita a gastos em educação. Seria uma espécie de pedágio cívico que nós teríamos que pagar para poder aprovar uma medida artificial como essa.

Então eu quero dizer, com todo respeito ao Senador Fernando Bezerra, que, do mesmo modo que votei contra esses precatórios quando eram destinados aos entes da Federação, eu também me coloco contra essa medida por entender que ela não resolve; é um artifício que não nos remete ao verdadeiro enfrentamento dessa grave questão que o País hoje atravessa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu mantenho a minha inscrição, mas queria antes escutar o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Jorge Viana está inscrito depois da Senadora Simone Tebet.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, então... Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª troca com o Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pode ser... Não, então mantenha. Mantenha a inscrição. O nosso Líder fala. Está bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Sr. Presidente. Estou abrindo mão, quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero lamentar o fato de não termos o texto original do Governo. Talvez, nos projetos de iniciativa do Governo, isso fosse interessante, pelo menos em comissões como a CAE e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a CCJ – não sei, o avulso aqui, o meu não consegui acessar. Pode ser que tenha dado algum problema aqui.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu entendo a preocupação dos nobres colegas. Com muito do que falou o Senador Ferraço eu concordo. Não concordo com o Senador Armando Monteiro em relação à questão do direito adquirido do precatório, porque o parágrafo único do art. 3º deixa muito claro que o novo precatório conservará a ordem cronológica. Acredito que o principal, nesse aspecto, nessa justificativa do Senador Armando Monteiro, com que concordo em parte, talvez o grande problema do projeto – não sei se foi da iniciativa do Governo ou de alteração feita pela Comissão – seja quando, no art. 2º, se colocou que ficam cancelados os precatórios.

Nós temos aí, realmente, um gravíssimo erro, porque não havia nem necessidade. Nós poderíamos fazer igual fizemos em relação ao projeto do levantamento de pós-judiciais por parte dos Estados. Não ficam cancelados, simplesmente se utiliza desses recursos, e, quando o credor aparecer – porque, por algum motivo, ele pode não querer ter levantado esse recurso, às vezes por falta de conhecimento, uma vez que o Senador Pimentel disse que hoje se dá por edital essa notificação –, ele automaticamente segue na ordem cronológica e passa a ter direito ao levantamento.

Quero apenas aqui fazer mais um questionamento em relação a esse projeto, que é em relação ao art. 4º, que foi colocado, pelo que fiquei sabendo, pela comissão de finanças, planejamento – não sei como se chama a comissão na Câmara –, depois de ter passado pela CCJ da Câmara dos Deputados, que proíbe o destaque em montante superior a 2% do principal de honorários contratuais em precatórios. Esse, sim, é um artigo gravíssimo. É patente a inconstitucionalidade desse art. 4º.

O Supremo Tribunal Federal, em súmula vinculante, portanto obrigatória para todos os magistrados, estabeleceu que honorários advocatícios têm natureza autônoma da do crédito do seu cliente e, mais ainda, são de natureza alimentar. Consequentemente, está fora da ordem cronológica dos precatórios estabelecidos no art. 100. Um dos parágrafos desse artigo da Constituição é muito claro: os créditos de natureza alimentar – pensão, proventos, aposentadoria, indenização de natureza civil, pouco importa – têm preferência absoluta no levantamento, na ordem dos precatórios. Consequentemente, como disse o Supremo, honorários têm natureza alimentar autônoma da do crédito do cliente. Não pode esse artigo, uma lei, ferir a Constituição e estabelecer que o advogado só vai poder levantar 2%, normalmente, dos 10% a que tem direito.

Então, aqui eu vejo, realmente, uma inconstitucionalidade. Mas, diante do fato de termos que analisar com profundidade a questão do mérito, vendo que é possível, quem sabe, salvar o projeto no compromisso de vetos em relação ao projeto ou mesmo com mudanças por parte de emendas, para que seja devolvido para a Câmara, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Eu quero pedir vista coletiva. Eu, na verdade, estava na esperança de votarmos hoje aqui e derrotarmos esse projeto. Eu só quero justificar um pouco. A gente enfrentou aqui, há um ano e dois meses, todo um debate do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. E a gente escutou tanta coisa aqui, não é? "É proibido gastar mais do que arrecada" – eu vi no relatório do Senador Anastasia. Nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tivemos um déficit primário, em 2015, de 119 bi, mas, nesses 119 bi, estava o pagamento de 50 bilhões referentes a anos anteriores. Nós tivemos um déficit primário, no ano passado, sabe de quanto, Senador Jorge Viana? De 160 bilhões no ano passado. Agora, a meta é 139 bi. O Senador Armando Monteiro falou que, no atualizado de 12 meses, já está 160 bi.

O que eles estão arrumando aqui é uma gambiarra – vamos falar a verdade –, apropriando-se de um recurso que é privado para tentar cobrir uma meta do déficit primário. Estão calculando aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Contabilidade criativa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Contabilidade criativa! Isso aqui, em tese, pode ser até operação de crédito. Isso aqui pode ser, sim! Você está pegando um dinheiro que não é seu para fechar as contas em 8,6 bilhões.

Então, eu quero me associar aqui. Dificilmente eu voto junto com o Senador Ricardo Ferraço, mas o Senador Ricardo Ferraço fez uma importante intervenção sobre o tema, e o Senador Armando Monteiro também. A Senadora Simone Tebet levanta aspectos importantes ligados à constitucionalidade. Eu estou convencido de que isso aqui é inconstitucional. Isso aqui fere o §6º do art. 100 da Constituição Federal e fere também o art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Eu espero que esse debate aconteça aqui na próxima semana com maturidade e que a Comissão rejeite essa proposta. Os senhores conhecem a minha posição. Eu acho que a gente só consegue melhorar a situação das contas públicas retomando o crescimento econômico; não é com aperto fiscal, com uma política de austeridade cega.

O que está acontecendo agora, no mês de maio, é o que falou o Senador Armando: é o mesmo debate de 2015. Em 2015, naquele ano do debate do *impeachment*, diziam que a Dilma fez ganância. E nós dizíamos: como, ganância? Ela fez um ajuste fiscal, ao meu ver, exagerado! O que estava havendo em 2015 era frustração de receitas. Continua, Senador Otto Alencar, a frustração de receitas, porque a gente está fazendo um ajuste fiscal violentíssimo, e não há, concretamente, nenhuma medida para estimular a economia brasileira. Não há Governo. Então, em cima disso, o que o Governo decide fazer? Tugar! Tirar um dinheiro que é privado, de pessoas físicas e pessoas jurídicas, passando por cima da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Eu só queria também manifestar que uma matéria como essa precisa ter uma decisão objetiva desta Comissão. Nós já vivemos esse histórico, Senador Lindbergh. Os argumentos, inclusive, do Senador Ferraço são muito apropriados, mas essa leitura do cenário econômico feita pelo Senador Armando aqui nesta Comissão, com a sugestão que ele apresentou, Sr. Presidente, eu acho muito importante. Eu estava na reunião da CMO quando ouvi do Ministro do Planejamento essa leitura dos números do nosso déficit fiscal, do risco que o Brasil segue correndo e que vai se agravar. Não vi nenhum outro horizonte.

Eu queria não só fazer a leitura do art. 5º, que o Senador Armando já fez, mas também me referir ao art. 100 da Constituição, §6º, levantado inclusive pela Ordem dos Advogados do Brasil, que diz que há inconstitucionalidade nessa medida, argumentando com base no art. 100 da Constituição, que garante que os recursos ficarão mantidos em conta judicial, não podendo retornar aos cofres da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

União. Então, há uma manifestação expressa na Constituição que não permite esse tipo de criatividade de pegar recursos que já saíram da União.

Obviamente, às vezes, algum beneficiário do precatório está vivendo uma decisão judicial, outra decisão judicial, e dois anos não são suficientes. Agora, o grave é o Tesouro querer se apropriar para fazer superávit, para poder tampar alguns dos seus problemas, dos seus rombos, de déficit fiscal especialmente.

Isso está estabelecido de maneira muito clara em pelo menos dois artigos da Constituição: no art. 5º, lido pelo Senador Armando; e eu fiz a leitura do art. 100.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Senadora Vanessa; em seguida, o Senador para...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir.) – Eu serei breve também, Sr. Presidente.

Agora, eu acho que, apesar de eu ser também contrária a essa matéria, não é a primeira vez que estamos a debater precatórios – primeiro, para liberar para os governos estaduais e municipais, e agora para o Governo Federal. Eu acho que é uma grande oportunidade que nós temos de debater a situação econômica do País, não olhando pelo retrovisor, mas olhando o suficiente para não cometer questões que foram cometidas lá atrás.

Em primeiro lugar, acho que precisamos falar honestamente para todos nós, porque, durante o processo de impedimento, o que ouvíamos? Que a culpa da crise econômica tinha nome e CPF, era a Presidenta Dilma, que, aliás, deu continuidade à política econômica e social do governo anterior.

Nós até, muitas vezes, dizíamos: há parcelas de erros, erros muitas vezes significativos? Há. Por exemplo, a bondade que se deu sem se aferir – por exemplo, aquele monte de isenção fiscal que se deu – se aquilo estava sendo revertido no crescimento da produção, no ganho dos trabalhadores, enfim. Não se fez isso. E há uma série de outros aspectos. Agora, a raiz da crise vem lá do próprio sistema, e os números estão aí. Os números estão aí e mais graves, Senador, porque, quando está em queda a arrecadação, a economia está em queda.

Hoje eu ouvi o Líder do Governo na outra Comissão dizer que a economia está crescendo, porque saiu o resultado da balança. O resultado da balança comercial nada mais é que um demonstrativo de que não estamos mais importando equipamentos para produção. Não é resultado de economia em recuperação; pelo contrário. Nós não estamos comprando nada, porque a nossa produção não está fluindo. A nossa produção não está fluindo.

Agora, o grave, quando cai a arrecadação, é o que se faz com a tal da PEC que o Congresso aprovou no ano passado, senhores. O Governo já gastou o dobro do que deveria gastar com a PEC, Senador Armando Monteiro. O dobro! Ele poderia ter um x de aumento e já teve dois x de aumento nos seus gastos. Aí quer vir ilegalmente, inconstitucionalmente tirar oito e poucos bilhões para cobrir? Não é por aí.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, eu fiz questão de manter a minha inscrição, Senador Lindbergh, porque há tempos eu estou fazendo várias contas. A lei do teto é lei do teto só para investimentos e gastos sociais, não é para os gastos financeiros, portanto os juros não estão limitados.

Eu vi uma matéria hoje falando de uma bondade, dizendo que o Brasil vem diminuindo os juros e que... Aqui: "Juro menor dá alívio bilionário nas contas públicas". Sabem qual foi a diferença ou qual será a diferença? De 4,8 bilhões, do que se gastou em juros ano passado para o que se deverá gastar este ano. Somente 4,8 bilhões! Sabem por quê? Porque os juros aumentaram. Não é verdade que os juros estejam caindo no Brasil.

Vamos pegar aqui – e aí eu estou fazendo uma conta muito maior – desde 2013, desde 2011, para a gente ver quando é que começou efetivamente a crise. Os juros, agora em maio de 2017, estão 7%; maiores do que os juros no mesmo período no ano passado. Porque, se há inflação... Nós estamos ouvindo falar em deflação, mas, se há deflação e a inflação cai mais do que a taxa oficial de juros, obviamente os juros crescem. Os juros crescem! Obviamente os juros crescem.

Então, eu acho que está na hora de a gente enfrentar o problema por onde ele deve ser enfrentado. Do contrário, é isso que diz o Senador Armando: vai-se tapar um buraco – é a mesma coisa – em uma estrada toda esburacada, com o asfalto todo comprometido. Tapa-se um buraco aqui, amanhã abre outro ali. Há que se recapear tudo.

Então, eu espero, Senador... Eu não sei se há possibilidade de fazermos uma audiência pública ainda, não só analisando esse projeto, mas o ponto de vista da economia mais geral, para que possamos ter melhores condições de analisar os projetos que aqui estão.

Obrigada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria dar uma palavra, depois de tantas intervenções, em relação ao nosso relatório, nessa proposta de iniciativa do Poder Executivo, que procura se valer de instrumentos de acesso aos precatórios, para, de fato, obter receitas extraordinárias, no sentido de ajudar no fechamento das contas públicas deste ano.

Eu queria apenas aqui rememorar que expediente ou esse instrumento não é utilizado pela primeira vez pelo Congresso Nacional. Em 2015, precisamente em dezembro de 2015, com o agravamento da crise fiscal dos Estados brasileiros, notadamente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, o Congresso Nacional ficou sensível a esses Estados, que não conseguiam mais pagar sequer a folha dos seus servidores, as pensões dos seus servidores. Isso sensibilizou o Congresso Nacional para que ele pudesse justamente aprovar a PEC dos Precatórios, que permitiu o acesso dos Tesouros estaduais a essa importante fonte de financiamento.

Eu quero dizer que concordo com as falas que me precederam, no sentido de sublinhar que vivemos uma grave crise fiscal do Estado brasileiro, talvez uma crise sem precedentes. Agora, acho que, quando a gente enxerga um copo pela metade, alguns querem admitir que esse copo vai se esvaziar, e outros, como eu, acreditam que esse copo tende a encher.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na realidade, Sr. Presidente, nós estamos saindo da crise. Mesmo debaixo da maior crise política, institucional, ética, moral, o País vem saindo da crise. E é fácil perceber isso, porque os números não mentem: em 2014, o PIB desacelerou, fomos para um crescimento próximo de zero; em 2015, houve a maior retração da história econômica deste País. Desde 1930, a maior retração econômica da história deste País foi no ano de 2015, em que nós tivemos uma retração no PIB superior a 3,6% do PIB. Essa crise foi tão aguda, tão grave que se prolongou ao longo do ano de 2016, mesmo com o impedimento. A economia do País voltou a encolher 3,5, 3,6. Nós tivemos um encolhimento da renda *per capita* do País de mais de 10%. Vai levar dez anos para podermos recuperar a renda *per capita* do País.

Quem tinha a responsabilidade de governar não enxergou a aproximação da crise, nem tomou as medidas que deveriam ser tomadas para evitar que a crise se aprofundasse, como foram tomadas em 2008. Quando o mundo mergulhou na maior crise econômica em 2009, o Brasil conseguiu se recuperar da crise. Então, houve falha, sim, de condução da política econômica, o que levou o País ao problema que nós vivenciamos – em 2015, com mais de 12 milhões de desempregados.

Portanto, quero dizer o que eu enxergo desse copo pela metade. A inflação era de mais de dez pontos percentuais, e o imposto mais perverso que existe para o assalariado, para o trabalhador brasileiro é a inflação sem controle. O que nós estávamos vivenciando em 2014 e 2015 era uma inflação crescente. E o que eu vejo hoje é a menor taxa de inflação desde a época do Plano Real. Eu vejo uma inflação abaixo de quatro pontos percentuais até o final do ano, o que é condição *sine qua non* para a retomada dos investimentos. Eu vejo uma taxa Selic sendo reduzida desde 14,25% para menos de 10%, a partir da próxima reunião do Banco Central, que vai permitir, sim, a redução das taxas de juros para o setor privado.

Temos uma proposta já praticamente aprovada pelo Congresso Nacional que vai permitir a redução das taxas de juros de longo prazo para termos, de novo, os empresários voltando a investir em bens de capital, em máquinas para poderem gerar empregos, incentivar e estimular a indústria.

Particularmente – e eu já tive oportunidade de dizer isso a V. Ex^a –, eu não consigo me resignar com o fato de o Governo Federal ainda não ter reconhecido a distinção do *funding* dos recursos do BNDES para com os bancos regionais, notadamente para com o banco da minha Região, que é o Banco do Nordeste do Brasil. Não podemos aceitar que o Banco do Nordeste do Brasil tenha mais de R\$26 bilhões entesourados, e agora se quer até dinheiro para financiar estudante, quando esse dinheiro deveria estar financiando o comércio, a indústria e a agroindústria do Nordeste. Não aceito a insensibilidade do Ministro da Fazenda, que sabe que o *funding* do FNE é um fundo constitucional, vem direto do dinheiro do imposto de renda e do IPI, e que, portanto, cabe, sim, uma taxa de juros diferenciada, o que nós estamos reclamando aqui nesta Comissão e no plenário do Senado Federal desde o início deste ano.

Quero dizer que há sinais, sim, de que a economia vai crescer neste ano. Está aí o boletim *Focus* dizendo que a economia cresce neste ano pouco menos de 0,5%. Estão aí todos os bancos de investimento dizendo, sim, que a recessão está chegando ao seu fim e que o Brasil vai experimentar crescimento positivo neste ano. Estão aí os dados de emprego do Caged, que já apontam para a retomada do emprego.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, é evidente que temos de debelar, primeiro, a crise política que nos consome, mas estão dadas as premissas para que possamos retomar o crescimento econômico e para que possamos iniciar um novo ciclo de prosperidade e desenvolvimento no nosso País.

A nossa balança comercial é um dado expressivo sim, mas ela não se explica só pela produção excepcional da nossa safra agrícola. Ela também se explica pela produção recorde de petróleo. É neste ano que nós estamos batendo recorde na produção de pré-sal e na produção de petróleo pela Petrobras. São mais de 2,6 milhões de barris de petróleo. O Brasil é hoje, depois dos Estados Unidos, o maior produtor de petróleo das Américas pelo trabalho sério de recuperação da Petrobras que está sendo posto em prática. E os dados da balança estão sendo ajudados pelas exportações recordes da conta de petróleo. Nós estamos exportando mais petróleo e derivados para fora. Nós estamos retomando a exportação de automóveis. E aqui quero reconhecer o trabalho do Senador Armando Monteiro pelos acordos comerciais que foram mantidos com diversos países da nossa região da América Latina, que estão permitindo que carros brasileiros, sobretudo os carros produzidos em Pernambuco, sejam exportados para diversos países da América do Sul.

Portanto, eu quero aqui fazer um contraponto a tantas colocações que procuraram ver só um lado desse copo que está pela metade. Eu tenho razões de sobra para acreditar que, se não fosse essa crise política que nos afeta, o Brasil estaria hoje vivendo outro momento. E quero aqui reconhecer o trabalho sério da política econômica – à frente, o Ministro Henrique Meirelles, embora não me escute em relação aos juros do FNE –, uma equipe que vem procurando colocar o País nos trilhos para criar as condições de uma recuperação econômica sustentável.

Quero dizer que vou acolher as diversas sugestões, sobretudo aquelas que dizem respeito aos questionamentos no que tange à constitucionalidade ou não constitucionalidade de algumas questões que envolvem essa proposta do Poder Executivo federal. Tendo em vista o pedido de vista coletiva que foi concedido, eu me reservo a trazer uma nova análise, um novo comentário sobre os diversos questionamentos que foram apresentados pelos meus pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse otimismo vai contagiar esta Comissão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Foi dada vista coletiva.

Passo ao item 13, do Senador Valdir Raupp, que tem como Relator o Senador Jorge Viana.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 767, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Jorge Viana

O Relator, Senador Jorge Viana, tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, essa proposta apresentada pelo Senador Valdir Raupp – que pediu desculpa por não poder estar presente – veio junto com a tragédia que vivemos em Mariana.

Em Mariana, Minas Gerais, houve o rompimento de uma barragem, e se constatou, depois do rompimento – é um Estado que tem centenas de barragens –, que não havia seguro. A empresa alegava que não teria dinheiro nem para o reparo, nem para indenizar as famílias vítimas e muito menos para recuperar o meio ambiente.

Aqui, no Senado Federal, foi constituída uma comissão especial – o Senador Anastasia, o Senador Ricardo Ferraço, eu ajudei –, e a partir desse desastre uma série de medidas foram adotadas ou estão sendo adotadas porque foram sugeridas. Eu sou Relator, inclusive, de uma série delas.

Essa proposta, esse projeto não é terminativo.

Eu fiz algumas modificações nele, porque o que nós temos na legislação hoje é que é facultado à empresa ter ou não o seguro. E eu, de maneira simples, queria dizer que nós apresentamos inclusive emendas colocando que, na apreciação do relatório de impacto ao meio ambiente, o EIA/Rima, dependendo do risco que aquele empreendimento possa causar ao meio ambiente ou à população, o órgão pode estabelecer – aí, sim, o órgão federal – a necessidade e a cobrança desse seguro. Então, o projeto, basicamente, visa garantir, para empreendimentos que põem em risco o meio ambiente ou populações, a obrigatoriedade de seguro.

Obviamente, isso tem que vir dentro de um critério que precisa ser estabelecido pela autoridade que faz a aprovação do empreendimento. Então, esse é o propósito do projeto. Eu, com cuidado, fiz a análise também jurídica dele, dos componentes dele, e acho que é necessário que um país como o nosso adote essa medida e que, dependendo do empreendimento, no EIA e Rima – que são os relatórios, o trabalho feito pelo órgão de licenciamento ambiental – possa ser estabelecida a necessidade do seguro.

Eu faço uma leitura rápida de uma pequena parte da análise sobre esse projeto, para que possa constar inclusive nos *Anais* da Comissão de Assuntos Econômicos.

Determinar que todo e qualquer empreendimento que necessite de EIA/Rima precisa contratar – porque, obviamente, são os empreendimentos de maior porte e que exigem o EIA e Rima, que são duas passagens do licenciamento ambiental muito importantes – seguro para responsabilidade civil por dano ao meio ambiente e a terceiros por ter efeitos deletérios na atividade econômica.

Atualmente, há a previsão de seguro ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – nós sabemos disso –, mas esse instrumento pouco ou nada tem influenciado na efetivação dos preceitos ambientais contidos na própria Constituição, já que ele é facultativo.

Como forma de aperfeiçoamento ao texto do PLS sob análise, sugiro tornar obrigatória a manifestação do órgão licenciador, caso a caso, sobre a necessidade de haver seguro para cobertura de danos ao meio ambiente e a terceiros. Então, eu estou fazendo a alteração para que haja um estudo, caso a caso, pelo órgão licenciador. Essa é uma alteração importante porque fica obrigatório, mas condicionado a um posicionamento do órgão ambiental.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, a exigência de que o órgão ambiental licenciador determine o valor do seguro mínimo pode ter também efeitos deletérios em razão de o órgão não ter o especialista para tomar essa decisão. Então, estou apresentando também a sugestão de que o órgão executivo possa indicar o agente público competente para determinar o seguro mínimo.

Essas são duas observações importantes, Sr. Presidente, que faço, e o meu voto é pela aprovação – aqui não é terminativo – dessa matéria, que certamente ainda vai tramitar na Casa. Mas entendo que o que vivemos em Mariana, com 19 vítimas fatais, danos ambientais quase que irreparáveis, se não for levado em conta o tempo, eu penso que essa proposta de autoria do Senador Raupp traz um aperfeiçoamento para essa questão.

Ela está sendo apreciada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e segue para a Comissão de Meio Ambiente, uma comissão de mérito, e certamente lá terá outro Relator e o debate seguirá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

A matéria está em discussão com o voto favorável do relatório do Senador Jorge Viana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu tenho muita dificuldade em poder me manifestar contrariamente ao Senador Jorge Viana.

Acho que o projeto tem méritos. Agora, creio que ele pode enrijecer bastante o processo de licenciamento, burocratizando a instalação de empreendimentos estratégicos. O seguro ambiental já figura hoje como exigência do plano nacional, mas ele tem um caráter facultativo, e agora torna-se obrigatório. Há um número muito pequeno de seguradoras que prestam esse serviço.

Portanto, como análise final de mérito será feita na CMA, eu vou votar favoravelmente ao projeto, evidentemente ressaltando alguns aspectos que acho que precisam ser aprimorados lá na tramitação final.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a gentileza.

As preocupações do Senador Armando têm sentido, tanto o é que eu estou propondo uma alteração para que não fique obrigatório para todos os empreendimentos, mas que o órgão licenciador, tendo em vista os riscos que aquele determinado empreendimento pode causar ao meio ambiente ou a terceiros, aí, sim, nesse caso, determinaria a obrigatoriedade do seguro. Mas acho que vale a observação dele de fazermos essa discussão – também sou membro da Comissão de Meio Ambiente – na comissão de mérito para ver se há uma garantia de que isso não signifique mais burocracia e também uma dificuldade de custo adicional a mais para os empreendimentos.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, do Senador Jorge Viana.

Passo, então, à votação do item extrapauta, que vem Câmara dos Deputados: substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014 (Projeto de Lei Complementar nº 54-A, de 2015).

ITEM 18

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria, Senador Otto Alencar, Senador Ricardo Ferraço, fazer um apelo aqui. A reunião está muito esvaziada hoje. Nós concordamos que esse projeto, Senador Otto, entrasse extrapauta, que fosse lido o relatório. Mas eu queria fazer aqui um acordo, porque de fato há modificações do projeto da Câmara que nos preocupam muito.

Qual é o acordo que eu queria fazer, Senador Otto Alencar? Até constrangido, porque houve um pedido de V. Exª, e eu quero muito atender.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exª concordou em fazer extrapauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu concordei em fazer extrapauta. O que eu queria acertar aqui? Que o Senador Ricardo Ferraço lesse, e, se houver concordância do Presidente, o Senador Tasso Jereissati, esse seria o primeiro ponto da pauta da próxima semana.

Porque a preocupação nossa, Senador Otto... Em relação à convalidação para trás, nós concordamos. Nós temos que dizer o seguinte: houve uma guerra fiscal violentíssima no País, em que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o Brasil todo perdeu. Houve incentivos dados por Estados à margem do Confaz, ou seja, irregulares. Mas isso está criando um ambiente de grande insegurança jurídica. Então, nós somos favoráveis a convalidar para trás.

Qual a preocupação nossa? É que a Câmara colocou uma trava; colocou uma transição em relação a impostos, à volta da tributação desses impostos para o futuro. Eu fico vendo o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro houve uma farra de isenções. Não dá para a gente aprovar aqui 15 anos. É continuar a guerra fiscal.

Então, eu quero fazer este apelo: que a gente construa aqui um entendimento...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para se aprofundar, porque a gente tomou conhecimento do relatório do Senador Ricardo Ferraço – que trabalha com o tema há muito tempo – agora.

Então, a nossa proposta de entendimento é que fosse lido o relatório, com o compromisso do Presidente de pautar na próxima semana, no primeiro ponto, para a gente discutir com quórum alto uma matéria de tamanha importância.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, o Senador Lindbergh já tinha concordado em votar hoje. Eu espero que ele cumpra a palavra.

Quanto a essa questão do Estado do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, o erro foi de quem elegeu governadores perdulários, envolvidos em corrupção, em vários aspectos, dando incentivo fiscal para joalherias. A culpa não é dos Estados que agiram corretamente, não! A Bahia não teve esse problema, outros Estados não tiveram esse problema. O que é preciso fazer lá é V. Exª fazer uma campanha para não botar mais governador que não presta, como os que saíram e o que está lá até hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não é só lá. A crise fiscal dos Estados é gigantesca.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não, não! O meu Estado não tem esse problema, não! O meu Estado tem, desde 1991, governadores sérios, honrados. Entram e saem pela porta da frente, nunca cometeram nenhum equívoco. Lutamos muito para trazer a Ford para a Bahia, o que mudou o meu Estado. Isso precisa de urgência para ser votado. Há outros Estados que precisam. Não se pode tirar uma questão do Rio de Janeiro pelo Brasil inteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os Estados vão perder arrecadação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª é como eu – espero –, que, quando dou a minha palavra, cumpro-a acima de qualquer coisa. Posso suportar a maior adversidade, carregar o maior fardo, mas cumpro. V. Exª me deu a palavra e vai ter que cumprir, porque palavra dada é para ser cumprida, não é para ser negada. Não é para ser negada.

Acertamos o voto. Vamos votar. Ele vai ler, vamos votar hoje, e ela vai ao Plenário. No plenário, V. Exª pode chegar e discutir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Otto Alencar, eu de fato dei a palavra de não pedir vista ao senhor...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então... Então, eu quero acreditar que...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E eu não vou pedir vista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas ficou para votar hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não vou pedir vista. Eu estou fazendo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ficou para votar hoje. V. Exª me deu a palavra de que votaria hoje aqui; de que seria lido e votado hoje. Então, eu peço a V. Exª que pelo menos tenha um momento aí de que possa cumpri-la para ajudar a Bahia e ajudar os outros Estados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu quero registrar só aqui, então, o apelo.

Eu falei que estava constringido, Senador Otto Alencar, porque há um pedido de V. Exª aqui, por quem eu tenho o maior respeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é... Eu também... Eu atendo todos os seus...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas V. Exª me deu uma enquadrada...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª é quase o meu Líder aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Tasso Jereissati, eu quero registrar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero logo lançar a candidatura de V. Exª a Governador do Rio de Janeiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não! O que é isso, imagina... Isso não é coisa de amigo, não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... para corrigir os erros lá do Cabral.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso não é coisa de amigo, não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O pior Cabral que já apareceu no Brasil é esse Cabral lá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, de fato o Senador Otto Alencar tem razão; ele tinha feito um apelo aqui pela Bahia. Eu só acho que a gente tem que olhar muito a situação dos Estados, tem que consultar governadores, porque na verdade os Estados...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso está aqui desde 2014.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou querendo ajudar a V. Ex^a.

A situação fiscal dos Estados é dramática. Nós vamos estar abrindo mão de receita para os Estados, estendendo essas isenções para o futuro. Eu não vou pedir vista, porque tinha feito esse compromisso com o Senador Otto, mas eu quero que se registre o meu voto contra. E vamos ter o compromisso de discutir no plenário, sem afogadilho e com profundidade...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Claro, sem dúvida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... porque esse é um tema muito importante.

Então, que fique registrado o meu voto contrário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu só queria lembrar ao Senador Lindbergh que essa coisa é opcional. Os Estados podem ou não aderir.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia, o Senador ainda não leu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Lindbergh saiu aqui com sua candidatura ao Rio de Janeiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é um grande presente, não é, Sr. Presidente?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Com o apoio do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com o apoio do PSB e do PTB também, não?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Também.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele já foi lançado aqui candidato a Governador do Rio de Janeiro.

Vou fazer campanha para ele lá no Rio de Janeiro.

Pedir aos baianos que moram lá – Caetano, Gil – para apoiarem você.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ricardo Ferraço. Com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou fazer aqui um sobrevoou muito sucinto, mas que considero adequado, até porque esse foi talvez um dos temas que nós mais discutimos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive no período em que o Senador Lindbergh era o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e era Vice-Presidente o Senador Luiz Henrique da Silveira, de saudosa memória, ex-Governador do Estado de Santa Catarina, que foi o Relator desta proposta. Então, o tema não é novo. E ele é do conhecimento do conjunto das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu não posso, Sr. Presidente, ao iniciar o meu relatório, deixar de fazer um registro sobre a oportunidade do início deste debate, porque é importante na vida que a gente possa resgatar a origem de temas relevantes como este.

Este debate tem exatamente na Senadora Lúcia Vânia a autoria e a iniciativa dessa estratégia, ainda em 2014. Nós estamos, portanto, em 2017. Muito se critica que o tempo da política não é o tempo da economia, e nós estamos aqui exatamente versando sobre esse exemplo. Faz três anos que este debate se dá entre o Senado e a Câmara, entre o período em que a Senadora Lúcia Vânia apresentou a proposta, que depois foi aperfeiçoada pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, com a Senadora sempre sentada à mesa, colocando os seus argumentos, os seus bons fundamentos. Nós construímos uma convergência em torno deste tema aqui no Senado. Isso foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e foi aprovado no plenário da Casa. No plenário da Casa, foi, inclusive, relatado pelo então Líder do Governo à época, Senador Romero Jucá, que ainda do Governo neste momento.

Portanto, foi uma grande concertação que nós fizemos aqui na direção de considerarmos o quê? Primeiro, na ausência, Senador Cyro Miranda, de uma política nacional de desenvolvimento regional – e V. Ex^a foi parte desses debates aqui na Comissão –, os Estados brasileiros se viram obrigados a se esforçar para atrair investimentos que pudessem, de alguma forma, fazer o desenvolvimento econômico e social estar presente em todas as nossas Regiões.

Foi em razão disso, por exemplo, que o atual Senador Otto Alencar conseguiu, à época, levar a Ford para a Bahia, que é hoje um complexo industrial que emprega, salvo melhor juízo, quase 100 mil trabalhadores. Imaginem, se a Bahia não tivesse lançado mão desse atrativo, se a Bahia teria conseguido levar a Ford para lá; ou mesmo Goiás levar a Hyundai ou levar a Mitsubishi; ou mesmo Pernambuco, do Senador Armando Monteiro; ou mesmo o Estado do Ceará levar a Grendene para Sobral, que hoje é uma companhia, uma empresa, um complexo industrial que gera mais de 15 mil empregos em Sobral. Também foi assim no meu Estado. Por isso nós conseguimos levar a Motores WEG; por isso nós conseguimos levar a Marcopolo.

Enfim, isso fez parte da realidade nos últimos anos. Essa competição fiscal foi saudável para que nós pudéssemos produzir a desconcentração do desenvolvimento econômico. Tanto o é que, se nós pegarmos o que representava há 20 anos a Região Sudeste como concentradora do Produto Interno Bruto e o que representa hoje, nós estamos vendo claramente que a Região Sudeste, que já chegou a representar mais de 60%, hoje representa alguma coisa como 50% do Produto Interno Bruto, um pouquinho mais, um pouquinho menos. Isso foi importante para que nós pudéssemos criar oportunidades para além das Regiões Sul e Sudeste. Isso é importante para o Centro-Oeste, é importante para o Nordeste, para o Norte, e assim por diante.

Mas essa competição fiscal, na prática, evoluiu para um nível de guerra fiscal. E essa guerra fiscal, no agregado, precisa, de fato, chegar a um ponto final. E é isso que o projeto trabalha.

Ele trabalha duas questões centrais. Primeiro, não convalida, mas autoriza o Confaz a convalidar, porque não temos nós, Senado Federal, prerrogativa para tanto. Então, nós estamos dando autorização ao Confaz para que o Confaz, em até 180 dias, por quórum de dois terços, presente um terço de cada Região, possa convalidar. E, como lembrou aqui o Senador Armando Monteiro, os Estados não estão obrigados. São os Estados que desejarem. Os Estados que não desejarem convalidar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os seus incentivos, que não convalidem; que operem a quebra unilateral de contrato e que assumam a responsabilidade pela perda de receita governamental e pela perda de geração de emprego.

Portanto, é isto que estamos fazendo aqui: convalidando o passado. Em nome de quê? Em nome de contratos que foram feitos entre Estados federados e empreendedores. Imaginem o que representa hoje, para uma companhia como a Ford, na Bahia, simplesmente se convalidar o passado e não abrir migração para frente. Quando se estabeleceu na Bahia, ela se estabeleceu mediante compromissos previamente assumidos por quem de direito deu esses benefícios, o governador de então, que foi eleito pelo povo da Bahia. Portanto, tinha prerrogativa e legitimidade para tal.

Qual é o Estado brasileiro que não concedeu incentivo fiscal? Não há. Está por nascer. Porque todos os Estados brasileiros fizeram isso para além do Confaz. E por que o fizeram? Porque há um vício de origem no Confaz: o Confaz exige e determina a unanimidade. Portanto, todos sabemos que a unanimidade não é o caminho mais inteligente para se encaminhar um assunto como esse.

O fato objetivo é que este projeto dialoga com a convalidação e com regras de transição para que nós possamos sair de um modelo e migrar para outro modelo. Esse assunto foi discutido aqui, no Senado, foi discutido na Câmara, e nós estamos, portanto, fazendo ajustes pontuais, de redação, em relação àquilo que fizemos aqui.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, para não alongar mais, eu acho, sim, que nós precisamos votar, até porque há uma declaração de inconstitucionalidade, Senadora Lídice. Há uma Súmula vinculante no Supremo Tribunal Federal, de autoria do Eminentíssimo Ministro Gilmar Mendes, que pode a qualquer momento declarar a inconstitucionalidade desses incentivos. E aí a desorganização vai ser muito grande. Portanto, nós estamos convalidando o passado e estamos criando regras para que possamos sair de um modelo para outro.

Esse assunto, portanto, foi demasiadamente discutido aqui e na Câmara, e acho que chegou o momento de nós aprovarmos isso. Inclusive, eu acho que nós podíamos aprovar o requerimento de urgência para que isso possa ir para Plenário. Porque, depois de aprovado aqui, o Confaz tem até 180 dias para deliberar a respeito. Portanto, esta é apenas uma etapa de um processo, que vai exigir uma concertação por parte dos Estados federados.

É como relato, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 5, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014 – Complementar, com as seguintes ressalvas: rejeição dos §§3º e 4º do art. 3º do Substitutivo nº 5, de 2017, com a consequente renumeração dos demais dispositivos e das respectivas referências internas; e substituição, exclusivamente para fins de adequação redacional, da expressão “nos termos do *caput* deste artigo” por “vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstos neste artigo”, na redação do art. 9º do Substitutivo nº 5, de 2017.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está em discussão.

Senadora Lídice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Vamos votar e depois...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu vou seguir o Relator, afirmando o voto "sim" e também afirmando a sua urgência para garantir a convalidação desses acordos para o Nordeste e para a Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero usar a palavra apenas para agradecer ao Senador Ferraço as referências elogiosas ao meu projeto, à minha iniciativa.

Quero também fazer aqui jus ao saudoso Senador Luiz Henrique, que foi o Relator dessa matéria e que, pacientemente, a discutiu durante quase um ano, trazendo o Confaz para dentro do Senado e fazendo essa discussão.

O projeto baseia-se principalmente em três pontos, como foi colocado aqui pelo Ferraço: o primeiro é a remissão dos incentivos passados – essa remissão é importante para dar segurança jurídica às empresas –; o segundo item é a mudança da unanimidade do Confaz; e o terceiro é um processo de transição para que não seja feita a coisa de forma abrupta e que venha a prejudicar o planejamento das empresas.

Portanto, é com muita satisfação que, como autora do projeto, vejo hoje resolvido um grande imbróglio que os Estados enfrentavam.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Encerrada a discussão.

Vamos passar à fase de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Aprovado o relatório, que passa a constituir...

Já vou ouvir V. Exª.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto, com a rejeição dos §§3º e 4º do art. 3º e a substituição, exclusivamente para fins de adequação redacional, da expressão "nos termos do *caput* deste artigo", prevista no §4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, na redação proposta pelo art. 9º do Substitutivo nº 5, de 2017, por "vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstos neste artigo", ou seja, no art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Pela ordem, Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, peço que V. Ex^a coloque em votação requerimento de urgência para a tramitação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em votação o requerimento do eminente Senador Otto Alencar, que solicita urgência para que nós possamos levar essa matéria para o Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos que envie esse processado para a Mesa Diretora do Senado, para que nós possamos diligenciar a votação dessa questão no plenário do Senado.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Antes, porém, vamos ouvir, com muita alegria, evidentemente, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria solicitar a inclusão extrapauta daquele requerimento, para fazermos aqui um debate sobre a grave crise fiscal que nos assola ainda.

Então, há um requerimento, cuja cópia está sobre a mesa, que eu solicitaria pudesse ser apreciado ainda nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com muito prazer, Senador, pela pertinência e pela oportunidade.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 121, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo País.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Para tanto, indica como convidados o Sr. Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente no Senado Federal; o Sr. Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse; e o Sr. Marcos Lisboa, Presidente do Inesper.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Aqueles que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e sete minutos do dia onze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Humberto Costa, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Otto Alencar, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião, que é aprovada. Após propõe, também, nos termos do Parágrafo Único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo estipulado no Inciso III do referido artigo para apresentação do relatório final da avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional pelo tempo necessário para que o Relator possa concluir os trabalhos, o que também é aprovado. Em seguida, o Presidente comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 20 de 2017 (Aviso 41/2017-BCB), de 27 de junho de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN II". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS que apresenta. Após lido o relatório, usaram da palavra os Senadores Paulo Rocha e Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. O referido requerimento foi apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro e foi incluído como item extrapauta nº 21. A senadora Gleisi Hoffmann usou da palavra para solicitar a inclusão de item extrapauta que trata de convocação do Ministro da Fazenda. Usaram da palavra para discussão os Senadores Flexa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Rocha, José Medeiros e Vanessa Grazziotin. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014 - Terminativo** - que: "Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Encerrada a discussão, não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº 354 de 2014 é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Encerrada a discussão, não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº 632 de 2015 é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Encerrada a discussão, não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº 18 de 2016 é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Encerrada a discussão, não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº 150 de 2016 é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 - OFÍCIO "S" Nº 16, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, a documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, de Concessão Administrativa para a Construção, Compra e Instalação dos Equipamentos Hospitalares, Operação de Serviços "Bata Cinza" e Manutenção dos Complexos." **Autoria:** Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** O Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, designa relator "ad hoc" o Senador Armando Monteiro. Aprovado o relatório pelo conhecimento da matéria e posterior





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão, pelo Senado Federal, ao Ministério da Fazenda. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para determinar que as instituições financeiras que realizam operações remuneradas com base na Taxa de Juros de Longo Prazo obedeçam a protocolo de monitoramento e avaliação e publiquem o Relatório de Efetividade de Políticas de Crédito de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1-PLEN na forma da Subemenda nº 1-CCT, e com uma emenda que apresenta. Após lido o relatório, usou da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-PLEN na forma da subemenda nº 1-CCT/CAE e a emenda nº 2-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Relatório favorável ao PLS nº 308, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 485, de 2015. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 661, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, designa relator "ad hoc" o Senador Fernando Bezerra Coelho. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem nº 40, de 2017, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN II". **Autoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal. Foi lido e aprovado ainda o seguinte requerimento: **Requerimento nº 122, de 2017 – CAE**, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer "nos termos regimentais, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda, com vistas a explicar, perante esta Comissão, a eminência do retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas – ONU e as providências que o Governo está tomando para reverter este retrocesso inaceitável".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/11>

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Proponho também, nos termos do Parágrafo Único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo estipulado no Inciso III do referido artigo para apresentação do relatório final da avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional pelo tempo necessário para que o Relator possa concluir os trabalhos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a prorrogação do prazo.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para conhecimento dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras:

- Aviso nº 20, de 2017, de 27 de junho de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de maio de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II)".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela aprovação nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 40, de 2017 (nº 223, de 5 de julho de 2017, na origem), o Presidente da República solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (Promaben II).

Dentre a documentação que acompanha a Mensagem, destacam-se a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda nº 64, de 9 de junho de 2017; o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Parecer PGFN/COF nº 713/2017, de 30 de maio de 2017); o Ofício do Departamento Econômico – Depec do Banco Central do Brasil nº 064/2017-Depec/Dicin/Surec, de 26 de maio de 2015; o Parecer nº 94/2017/CopemSurin, de 22 de maio de 2017, e a Nota nº 83/2017/Corem/Surin, de 19 de maio de 2017, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); bem como as minutas dos Contratos de Empréstimo e de Garantia.

Os recursos da operação de crédito destinam-se a melhorar as condições socioambientais que afetam os habitantes da Bacia da Estrada Nova e da Bacia do Uma, na cidade de Belém. Os objetivos específicos do Promaben II são: I) melhorar as condições ambientais e urbanas da população por meio da reabilitação e/ou construção de sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas; construção e reabilitação de vias de acesso; educação sanitária e ambiental; regularização da posse da terra; controle de doenças tropicais; e adoção de soluções habitacionais adequadas; e II) aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas.

O projeto financiado complementa e completa as obras previstas no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben) e amplia a área de intervenção e o número de beneficiários.

O Promaben foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, conforme Recomendação nº 1.346, de 5 de outubro de 2012, alterada pela Resolução nº 03/2013, de 19 de fevereiro de 2013, homologada pela Sr^a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2 de janeiro de 2013, e a operação foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, tendo suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA684011.

Em conformidade com o disposto no art. 52, incisos V e VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive para fins de concessão de garantia por parte da União.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria está regulamentada pelas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 2007, que trata das operações de crédito e da concessão de garantia da União, e nº 43, de 2001, relativa às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei nº 9.043, de 28 de novembro de 2013, do Município de Belém, autorizou o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 125 milhões e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas relativas aos arts. 156, 158 e 159, incisos I e II, todos da Constituição Federal, nos termos do §4º do art. 167, também da Carta Magna, bem como as receitas próprias do Município de Belém e outras garantias em direito admitidas.

Segundo o Parecer PGFN/COF/Nº 713/2017, o Prefeito de Belém assinou digitalmente declaração no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem), instituído pela Portaria nº 199, de 13 de abril de 2015, da própria Secretaria do Tesouro Nacional, declarando que a Lei Municipal nº 9.267, de 29 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual), contempla dotações dos recursos provenientes da operação de crédito e que o programa foi inserido no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014-2017, estabelecido pela Lei nº 9.026, de 7 de agosto de 2013.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da Nota nº 83/2017/Corem/Surin, de 19 de abril de 2017, concluiu pela capacidade de pagamento do Município, classificando-o na categoria B, o que torna a operação elegível ao recebimento de garantia da União.

Por meio do Parecer nº 94/2017/Copem/Surin, a STN esclarece que o Município atende os requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. O mesmo parecer estabelece, no tocante à verificação dos limites de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e em conformidade com a Portaria STN nº 9, de 5 de janeiro de 2017, o prazo de 270 dias para a validade da análise. A conclusão é, portanto, favorável à concessão da garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, sejam providenciados: (a) a verificação do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo; (b) comprovação da adimplência do Ente para com a União e suas entidades controladas; e (c) a formalização do contrato de contragarantia com a União.

A Procuradoria da Fazenda Nacional constatou que as minutas contratuais estipulam cláusulas usuais de operações do BID.

Em conclusão, entendemos que, em conformidade com as informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Município de Belém, localizado no Estado do Pará, atende os limites e demais condições estabelecidos pelas Resoluções que tratam da matéria, assim como as exigências





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a prestação de garantia pela União, contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo a operação merecedora de autorização por parte do Senado Federal.

O voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

Eu peço a compreensão do Sr. Presidente e dos demais Senadores e Senadoras de me dispensar a leitura do projeto de resolução, porque ele se encontra aqui já disponível na tela dos nossos *notebooks*. Portanto, ele traduz toda a operação que será contratada pelo Município de Belém, capital do Estado do Pará.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

Antes de submeter à discussão a matéria, quero registrar, com satisfação, a presença nesta Comissão de Luciana Vasconcelos, Coordenadora Geral do Promaben, representando o Município de Belém do Pará.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria declarar o voto do Partido dos Trabalhadores, representando aqui a nossa Bancada. Embora nós sejamos oposição ao atual Prefeito, na cidade de Belém, esse empréstimo é muito importante para a nossa cidade, uma vez que a cidade de Belém, com quase dois milhões de habitantes na região metropolitana, é uma cidade muito problemática no que tange à questão ambiental, saneamento etc., porque é uma cidade metropolitana cortada por rios, igarapés – muitos conhecem lá.

E isso transforma a região em áreas urbanas muito precárias, uma vez que 60% da cidade está abaixo do nível do mar. Isso traz graves problemas e exige grandes investimentos para solucioná-los. Por isso, somos favoráveis a esse empréstimo. Dado o relatório diligente e o voto do nosso Senador Bezerra, que, naturalmente, parceirizado com os nossos técnicos da Casa e também com a autorização da Fazenda, fez um estudo criterioso, com exigências criteriosas para cumprir esse tipo de empréstimo, que é fundamental para a nossa cidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encaminhamos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero iniciar agradecendo ao Presidente da CAE, Senador Tasso Jereissati, por ter atendido ao nosso pedido de pautar, na reunião de hoje, esse empréstimo, que é da maior importância para a nossa cidade de Belém. Ele chegou ao gabinete do Presidente na quinta-feira, o Presidente Eunício Oliveira encaminhou o processo para a CAE e imediatamente o Senador Tasso Jereissati indicou como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Quero aqui também agradecer, Senador Fernando Bezerra, pela diligência como V. Ex^a preparou o relatório, para que pudéssemos hoje, na última reunião da CAE, antes do recesso, aprovarmos esse financiamento para o Programa Promaben II.

Como já foi colocado aqui pelo Senador Paulo Rocha, apesar de ele ser oposição ao Prefeito, nós todos trabalhamos pelo Estado e pelo Município de Belém. O Prefeito Zenaldo Coutinho, que administra com competência e seriedade o nosso Município, hoje está licenciado, e o Vice-Prefeito Orlando Reis, que está à frente do Executivo, sabe da importância para a nossa capital da aprovação deste projeto. Ele é a continuação de um programa de adequação da Bacia da Estrada Nova, uma bacia importantíssima, porque, como já foi dito aqui, a nossa capital tem 60% da sua área num nível abaixo do nível do mar. Então, sujeita-se a inundações.

E essa continuação do programa vai atingir o entorno dos canais da Bernardo Sayão, de Caripunas, da Timbiras e da Quintino Bocaiuva, trazendo, com a aplicação desses US\$ 125 milhões americanos, benefícios na micro e macrodrenagem dessa bacia, na infraestrutura viária com construção de vias ao longo dos canais de drenagem, infraestrutura sanitária e sustentabilidade social e institucional. Como já foi dito aqui e bem ressaltado pelo nosso Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, a Secretaria do Tesouro Nacional atribuiu no seu *rating*, a nota B para o Município de Belém. Na crise por que passam os Municípios brasileiros, são poucos aqueles que conseguem ainda estar aptos a receber o aval da União. O Estado do Pará, inclusive, na administração do Governador Simão Jatene, é referência nacional. O *rating* do Estado do Pará era A; hoje é B+ e é o único Estado da Federação com nota B+, também apto a receber aval do Tesouro Nacional.

Então, quero, como fez V. Ex^a, saudar a Luciana, que representa a coordenação do programa, e o José Arimateia Rodrigues, que é consultor do Promaben.

Quero agradecer antecipadamente e pedir aos meus pares que possamos votar pela aprovação desse financiamento do BID para o Município de Belém. E, desde já, Sr. Presidente, aprovado como espero que seja pelos meus pares, peço urgência na tramitação para que possamos aprovar ainda hoje no plenário do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Submeto o pedido de urgência dos senadores Flexa Ribeiro e Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quer mais do que urgência? (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não. Quero negociar com o Presidente para colocar amanhã, porque hoje a pauta é especificamente sobre reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, a urgência não é tão urgente, já que fico para amanhã.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra a Sr^a Senadora Gleisi Hoffmann.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, na realidade, quero fazer algumas considerações antes de entrarmos no próximo ponto de pauta.

Apresentei à Mesa um requerimento de convocação do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Gostaria muito que pudéssemos, ao final dos trabalhos de hoje, ler e votar esse requerimento. E vou explicar por que faço isso e por que gostaria que fosse com urgência, Sr. Presidente.

Fomos não sei se surpreendidos, mas o fato é que foi divulgado nesse último domingo, por um jornal de circulação nacional, *O Globo*, um relatório de entidades da sociedade civil – inclusive vão levar o resultado à Organização das Nações Unidas – sobre a segurança alimentar no Brasil.

Esse relatório dá conta de que o Brasil está entrando novamente no mapa da fome. É muito triste isso, Senador Garibaldi. V. Exª, que foi Ministro da Presidenta Dilma e acompanhou o governo do Presidente Lula, sabe o esforço que fizemos para que o Brasil saísse do mapa da fome. O Brasil foi um dos primeiros países a cumprir uma das condições do milênio para erradicar a fome e a pobreza. Nós tínhamos conseguido terminar com isso e novamente estamos vendo a fome voltar ao Brasil. É vergonhoso para um país que produz alimentos como o Brasil, para um país que tem as riquezas que tem termos pessoas novamente com fome. Eu não preciso nem ir para o interior para dar essa assertiva, que é o que eles trazem nesse relatório, principalmente sobre pessoas que moram em comunidades rurais. Basta pegar um carro, sair aqui em Brasília e parar nos sinaleiros para vermos o número de crianças e de pessoas que estão pedindo dinheiro, que estão pedindo comida. Você vai a um supermercado e encontra mulheres pedindo, por favor, para comprar um saco de arroz, um pouco de feijão para que ela possa alimentar os filhos. Eu não posso me conformar com uma coisa dessa, não depois que subimos um mísero degrau para tirar a fome da conjuntura brasileira.

Então, o Ministro Meirelles tem de vir aqui e explicar por que o Brasil está passando fome de novo, até porque foi esse Ministro que mandou aqui para o Congresso Nacional e foi votada por este Parlamento – e nós alertamos muito os nossos pares Senadores e colegas aqui para que não votassem – a PEC 55, que se transformou na Emenda Constitucional 95. Essa emenda constitucional congelou os investimentos e praticamente cortou os recursos para a área social do Governo.

Aliás, há pouco havia aqui na Comissão de Ciências e Tecnologia uma discussão exatamente sobre isto, sobre a falta de recursos para a área de ciências e tecnologia. Só que é uma perversidade, porque cortou, por exemplo, recursos para o Bolsa Família. Os senhores se lembram, no ano passado e no início deste ano, de quantas famílias foram desligadas do Bolsa Família? Muitas! Fizeram uma auditoria – a bem não sabemos do quê – e retiraram famílias do Bolsa Família.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora o Governo se recusou a dar um aumento para o Bolsa Família, sabe de quanto, Senador Fernando Bezerra? Oitocentos milhões. Oitocentos milhões não são nada perto do que se paga em termos de serviço da dívida e é muito pouco perto daquela dívida do Itaú de 25 bilhões, que foram perdoados pelo Governo – 25 bilhões foram perdoados, 800 milhões para o Bolsa Família não puderam ser dados. Vou repetir: as pessoas estão passando fome no Brasil de novo.

Sabe o que fizeram? Cortaram recursos do PAA. Sabem o que é o PAA, não é? Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. Acho que lá em Rondônia há bastantes agricultores; em Pernambuco, também deve ter; no Paraná, tem. Sabe o que se faz com esse programa? É um dinheiro pequenininho, Senador. Pequenininho, mas compra do agricultor o leite, compra do agricultor o hortifruti, compra do agricultor o pão que o agricultor faz. Para quê? Para servir às escolas, para servir aos hospitais. Então, era um pouquinho de dinheiro que ia, mas que, para quem é agricultor, faz muita diferença, Senador Armando. Você ter R\$300 a mais na sua renda, para quem tem uma renda média de um salário, é muito dinheiro. É que não temos noção, sabe por quê? Às vezes, gastamos R\$300 num restaurante, numa comida, num vinho. É isso o que acontece. Muitos de nós fazemos isso, não temos noção. E sabe o que está acontecendo? Essas pessoas, Senador, estão ficando sem comer. Acho que, aqui, nunca ninguém passou fome. Não sei se algum dos Senadores que está aqui, sentado nesta bancada, passou fome. Eu não passei, venho de uma família de classe média, sempre tive comida à mesa. Nunca tive facilidades maiores, nunca tive grandes recursos, mas comida sempre tive.

Fico pensando no drama de uma mãe que não tem o que pôr na mesa ou de uma dessas, que foi entrevistada por esse programa, e que os filhos pediam leite à noite, e ela dizia assim: "vocês vão dormir porque passa a vontade de tomar, eu não tenho como comprar". E estou falando de um litro de leite, que custa pouco mais de um real. É sobre isto que estamos falando: sobre vida.

Acho que é fundamental que o Meirelles, que já se está articulando para ficar em um próximo governo... Aliás, é uma vergonha, não é? Ontem, quando estavam lendo o relatório que aceitou a denúncia do Presidente Temer, o Meirelles estava na casa do Rodrigo Maia. Olhem que vergonha, o Ministro da Fazenda! Ele deveria se dar o respeito! Mas não se dá o respeito, estava lá se oferecendo para ser Ministro do outro. Então, o mínimo que podemos fazer aqui é convocá-lo.

Mas quero deixar mais um alerta aqui. Alertamos em relação à PEC nº 55, e nossos colegas não nos deram ouvidos, acharam que estava tudo bem, que deveria haver corte no orçamento. Agora, estamos vendo as nossas universidades pararem, o Farmácia Popular não pode continuar, já fecharam as farmácias diretas e estão diminuindo os remédios que vão para as farmácias privadas, está havendo cortes no PAA, cortes no Bolsa Família, é isso que estamos vendo.

Quero só fazer um alerta: hoje vai entrar para votação a proposta de reforma trabalhista, que já discutimos aqui. É outra reforma que vai prejudicar trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Gleisi, faça um apelo...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Já estou terminando, já estou terminando.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vai fazer o debate da reforma?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acho que é muito importante isso. Talvez não aja outro tema mais importante para ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos do que este: a volta da fome no Brasil, a retirada de direitos, os cortes orçamentários, o desgoverno do Henrique Meirelles. É uma tragédia o que está acontecendo. Hoje esta Casa vai para o plenário votar uma reforma trabalhista que retira direito dos trabalhadores? Onde estamos com a cabeça? Onde estamos com a cabeça para fazer o que estamos fazendo com o povo brasileiro? Tínhamos que ter vergonha aqui, vergonha de o País voltar a ter fome. Fome! Não estou falando da falta de dinheiro para ciência e tecnologia como estavam discutindo na CI. Estou falando de fome, de comida. De co-mi-da! Talvez teríamos que aproveitar e ficar aqui uns três dias sem comer para sentirmos na pele o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Gleisi...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero aqui deixar claro o meu repúdio ao Henrique Meirelles, a essa política nefasta de corte dos recursos públicos, a este Governo, que disse que ia melhorar a vida do povo brasileiro e só trouxe desgraça. Deixo logo o meu repúdio aqui a Rodrigo Maia, que já se está articulando para assumir um governo, dizendo que quer servir aos bancos. Uma vergonha nacional. Deveríamos ter vergonha aqui, neste Senado; deveríamos parar a votação até resolver a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Gleisi...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...denúncia na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, depois de ouvirmos por quase meia hora a Senadora Gleisi falar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero meia hora, só falei 15 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...de algo que foi construído pelo partido dela.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando ela diz que R\$800 milhões é pouco dinheiro, realmente é para quem desviou R\$500 bilhões do Brasil ao longo desses 13 anos de governo e colocou o País nessa situação em que se encontra. Temos que tirar o Brasil desse atoleiro que foi colocado pelo PT.

É impressionante como é eles vêm, utilizam a tribuna, utilizam os microfones das comissões para fazer uma cantilena em que só eles acreditam. É uma fantasia que eles criaram. Iniciaram com esse negócio de "É golpe!", "É golpe!", "É golpe!" e, agora, colocaram o Joesley, o maior pilantra que já apareceu neste País, a serviço do Lula e do PT.

É impressionante isso!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O golpe não deu certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O golpe foi dado no Brasil há 14, 13 anos e foi repetido tentando enganar a população. Mas não há noite, por mais escura que seja, que não dê lugar ao dia em que o sol volte a brilhar.

Com relação ao requerimento da Senadora Gleisi, eu quero dizer a S. Exª que, ao longo dos 13 anos e meio em que estivemos aqui como oposição àquele governo... E está tudo registrado nos Anais do Senado, tudo aquilo que nós dissemos que estava acontecendo, quando se dizia que "não", que "tudo está normal".

Aliás, eu nunca mais ouvi ninguém aqui defendendo o governo da Venezuela. Iam todos os dias da semana para a tribuna defender a democracia de Hugo Chávez. Agora...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Explica a fome no Brasil, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas V. Exª aprovou...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro, Senadora Gleisi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu só estou lembrando. É que a memória é curta e a gente precisa também reviver as memórias dessas pessoas que parece que nasceram hoje.

Mas eu só queria dizer a ela que o requerimento que ela encaminha é de convocação. Já existe aqui, Senador Fernando Bezerra, entre nós, Senadores – e isso acontecia quando o PT era governo –, a praxe de que o requerimento não seja de convocação, mas de convite.

Então, a primeira coisa que eu quero pedir à Senadora é que ela reformule, para não ser reformulado pelo Plenário da Comissão e, sim, por proposta dela própria.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Segundo, que nós vamos seguir o ritual que ela criou aqui quando era Presidente, ou seja, lê-se o requerimento em uma sessão e coloca-se em votação na seguinte. E é isso que eu quero propor ao Presidente que seja feito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não criei esse ritual, e...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp...
Senadora Gleisi, colabore com este Vice-Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Inclusive, o empréstimo para o Pará também deveria ter sido lido e ficar para a semana que vem. Então, se é para pôr regras, vamos pôr regras aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Gleisi, colabore com este Vice-Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Está bem. Vou colaborar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só queria dizer, Sr. Presidente, que quem faz o cadastro do Bolsa Família são as prefeituras e, até onde eu sei, o programa está na mais absoluta normalidade.

O PA, pelo menos no meu Estado, agora mesmo nesta semana, parece que vai assinar um convênio de R\$12 milhões para a aquisição desses produtos. Então, pelo menos até onde eu sei, no meu Estado, está normal. Não sei no resto do País.

Nós não podemos negar que apoiamos o Governo do Presidente Lula, que foi um bom governo. Eu sempre falo isso: foi um bom governo. Durante os oito anos de governo do Presidente Lula, o Brasil deu um salto, assim como deu durante o governo Fernando Henrique. Que bom se o Brasil tivesse continuado, por mais 16 anos, da mesma forma que foram os oito anos do Fernando Henrique e os oito anos do Presidente Lula! Mas, aí, faltou um pouco de habilidade da Presidente Dilma, e o Brasil começou a andar de marcha à ré. Durante três anos, nós andamos de marcha à ré em alta velocidade. A ré nunca é veloz, mas nós andamos de marcha à ré em alta velocidade.

E agora, em que pese a crise política que o Brasil está vivendo, uma das mais agudas e profundas do nosso País, a economia dá sinais de fortalecimento. E vamos crescer. Este ano o Brasil





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deverá crescer positivo e mais forte ainda no ano que vem; deveremos passar de dois pontos percentuais do PIB. Isso é uma retomada do crescimento, dadas as políticas que o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, está empreendendo.

Então, não vejo tragédia nenhuma na área econômica. Na área política, estamos vivendo uma tragédia, mas, na área econômica, o Brasil já começa a se recuperar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha. Em seguida, ao Senador José Medeiros.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não quero esticar esse debate, porque o debate com o Meirelles vai ficar para agosto, mas eu quero constatar o seguinte: não dá para encobrir o sol com a peneira; é de golpe em golpe que o Brasil está se afundando. Isso ninguém pode esconder. Acho que é responsabilidade de todo mundo aqui tirar o País deste atoleiro. É crise econômica, crise política, crise social, crise moral, etc. Mas, Sr. Presidente, vamos fazer este debate no Plenário.

Dada a tarefa da minha Presidente e do meu Líder, não vou poder continuar aqui, mas queria pedir vista do item 19, já combinado com o Relator, Senador Medeiros, porque quero apreciar melhor este projeto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senador Paulo Rocha, já há um pedido de retirada de pauta do Relator, Senador José Medeiros, do item 19.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria relatar o item 10, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vai ser dada a palavra a V. Ex^ª.

Para encerrar esta discussão, com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, também era para solicitar a retirada de pauta, mas gostaria de me pronunciar também em respeito do Projeto de Resolução nº 61, de 2016, se não me engano, para que a gente possa colocá-lo em pauta, porque é de muita importância.

Outro tema que não poderia deixar de tratar aqui é que eu fico pasmo de ver – e faço minhas as palavras que o Senador Flexa Ribeiro disse aqui há pouco – o festival de... Eu não quero usar a palavra cinismo e tampouco hipocrisia; são palavras muito pesadas para dizer de um Senador, mas lamento o fato de que pessoas que tiveram o mando, a direção, que podiam ditar o rumo deste País não o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fizeram quando estavam no poder e agora vêm aqui, com a cara de santo, e se põem na defesa dos trabalhadores, defesa que poderiam ter feito em atos. A intenção das pessoas a gente não mede por palavras; a gente mede pelos atos. Tiveram 13 anos para fazer todas essas mudanças que agora propõem e, quando outros vão fazer, começam a criticar.

Estou cansado de ver algumas pessoas aqui ligadas ao PT e aos seus puxadinhos que não leem o texto, inventam uma alternativa. Quando foi colocado o projeto da Petrobras, que era para liberar a Petrobras de ter de aportar recursos que ela não tinha e ter a exclusividade, eles disseram que estavam querendo acabar com o pré-sal, que estavam querendo entregar tudo.

O projeto simplesmente dizia o seguinte: que a Petrobras, se não quisesse, não precisava participar de todas e que poderia ser dada a concessão desses poços do pré-sal a outros. Eles começaram a espalhar pela população: "Vão acabar com o dinheiro da educação." Ocorre que, como diz o Senador Cristovam Buarque, petróleo no fundo do mar não traz R\$1 para a educação.

Agora nós estamos tratando da reforma trabalhista. Ontem eu estava em Cuiabá, numa reunião, numa audiência pública pelo Senado, entrou um desagradável soltando bilhetes contra os Senadores, dizendo que nós vamos acabar com a vida do trabalhador. Olha, eu sempre trabalhei. Nessa divisão que eles fazem entre proletário e patronato, eu sempre fui proletário. E eu não vejo direito mais sagrado do que o direito ao emprego. Este o trabalhador não está tendo, por causa dessa marcha ré em alta velocidade de que o Senador Valdir Raupp falou aqui.

O que me deixa mais indignado é o festival de mentiras. Eles estão dizendo para a população que o trabalhador, após a aprovação da reforma, só terá meia hora de almoço – Isso é mentira –, o trabalhador não vai ter mais 30 dias de férias – Isso é mentira.

Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador, meu conterrâneo, José Medeiros, deixe a discussão para o plenário.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu vou contribuir com o Presidente.

Só estou rebatendo, fazendo o contraponto aqui da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A discussão está encerrada. O encaminhamento...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só estou fazendo o contraponto aqui, Senador, porque, se a gente se acovarda, eles usam todos esses espaços, mesmo esses. Se a gente vai sendo sempre muito cordeiro e deixando, aí vão fazendo e vai ficando a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mentira. E a população brasileira precisa saber que todo esse blá-blá-blá é mentira, que ninguém está querendo acabar com o direito do trabalhador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O que eu estou fazendo é que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mentira.

Já encerro, Sr. Presidente. Mas o senhor está vendo: já está pedindo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou pedindo pela ordem.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... porque dói, a verdade dói, Sr. Presidente.

Então, eu quero dizer para a população brasileira que fique tranquila porque essa mentirada toda não subsiste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço colaboração ao Vice-Presidente.

A Senadora Vanessa Grazziotin pediu a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

É óbvio que, antes de falar, V. Exª tem a ciência absoluta de que eu pedi pela ordem mesmo, mas antes preciso fazer alguma contextualização, obviamente, porque eu aqui quero enfrentar muito esse debate. Aliás, ninguém mais do que nós tem enfrentado esse debate. Quem não tem o que dizer não usa o microfone. Só usa o microfone aqueles que têm o que dizer, e não para discursos vazios.

Nós tratamos, e V. Exª está aqui... O Vice-Presidente desta Comissão acompanhou, porque dirigiu talvez mais do que qualquer Presidente de comissão por onde o projeto tenha passado. Ele





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acompanhou, do início ao fim, as leituras dos votos em separado, os debates, absolutamente tudo e sabe que nós não estamos aqui para jogar ao vento mentiras ou para prejudicar o Governo porque não se precisa disso. O Governo já se autodestruuiu. Não fizemos nada para destruir este Governo, ele se autodestruuiu, a sua Base se autodestruuiu. São os seus aliados que, assim como se juntaram para trair a Dilma, estão o traindo agora. Nós não precisamos disso, o que nós falamos é a mais absoluta verdade. Aliás, é o que está escrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, o trabalhador só vai ter 30 minutos de almoço daqui para frente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o que está escrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vocês mentem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Medeiros, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vou fazer a questão de ordem, Presidente. Vou fazer, vou contribuir com V. Exª. Vou só ler o que está escrito.

Eles criam a figura do autônomo exclusivo e contínuo. Estão transformando todo trabalhador que hoje tem carteira de trabalho assinada, sabe em quê, Presidente? Em prestador de serviços, inclusive as empregadas domésticas, para as quais fizeram tanta festa quando aprovaram. Nada! E está lá escrito na lei, não sou eu que estou dizendo.

Então, Sr. Presidente, eu estou fazendo esta questão de ordem para pedir para V. Exª: são 10h48; o Presidente Eunício Oliveira chamou uma sessão extraordinária para agora, 11h; então, que V. Exª... Já foi pedido o adiamento de votação do item 19...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas que encerrasse imediatamente para que a gente pudesse debater no plenário e contar com o apoio dos senhores. A gente quer falar no plenário. E não é só encaminhamento de Liderança, não: este é um momento histórico para o Brasil. E eu espero que os senhores que estão dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... aqui não é o ambiente do debate – é lá no plenário – que nos ajudem no plenário, permitindo que todos os Senadores falem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa, a senhora já deve ter ouvido falar "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Na hora em que o Presidente chamar, vamos todos para o plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas ele chamou para agora às 11h.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Faço um apelo ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu vou pedir a V. Exª, ouvido o Plenário, que faça uma inversão de pauta para que possamos apreciar o item 10, cuja relatoria é do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah; então, o Senador Valdir Raupp já tem a palavra para relatar o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-Plen na forma da Subemenda nº 1-CCT, e com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 03/12/2013, a matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto e à emenda

n.º 01-Plen, na forma da subemenda CCT.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, na sequência o item 15, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS é composto de seis artigos.

Nos termos do art. 1º, o projeto trata do cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

O art. 2º autoriza o plantio do cultivar nessas áreas, desde que respeitadas as disposições do Código Florestal vigente.

Conforme o art. 3º, a expansão sustentável da cana-de-açúcar nas áreas autorizadas deverá observar as seguintes diretrizes: a proteção do meio ambiente; a conservação da biodiversidade e a utilização racional dos recursos naturais; o uso de tecnologia apropriada; o respeito à função social da propriedade; a promoção do desenvolvimento econômico e social da região; a valorização do etanol como *commodity* energética; o respeito ao trabalhador, à livre concorrência e à segurança alimentar; e a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagens.

O art. 4º da proposição estabelece os objetivos da lei, destacando-se a promoção da concorrência nas atividades econômicas ligadas aos biocombustíveis, bem como nas atividades econômicas de produção e comercialização dos demais produtos oriundos da cana-de-açúcar; o estímulo a investimentos em infraestrutura de estocagem e de transporte de biocombustíveis para atender à demanda da Amazônia Legal e de países limítrofes; o estímulo a pesquisa e desenvolvimento relacionados à produção e ao uso dos biocombustíveis; a redução das desigualdades regionais e a indução à adequada ocupação do solo com base no zoneamento agroecológico-econômico e em outros instrumentos correlatos.

Pelo art. 5º do PLS, caberá ao regulamento estabelecer condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial das atividades previstas como objetivos da proposição.

Finalmente, o art. 6º da proposição estabelece que a vigência da lei resultante inicia-se na data da sua publicação.

Análise.

Compete à CAE, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria submetida ao exame desta Comissão.

O PLS nº 626, de 2011, dispõe sobre o cultivo da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, com vários dos dispositivos tratando de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

medidas para incentivo à produção e comercialização da cana e de seus derivados, em especial os utilizados como biocombustíveis.

Preliminarmente, consideramos que o PLS nº 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente e, também, atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei nº Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No entanto, entendemos que há imprecisão vocabular do uso do termo “biomas Cerrado e Campos Gerais”, localizados na Amazônia ao longo do PLS.

De fato, “Campos Gerais” não é um bioma, e sim uma formação vegetacional, conforme Mapa de Vegetação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os biomas, por sua vez, estão definidos no Mapa de Biomas do IBGE, e entre eles não se inclui Campos Gerais. Propomos que essa inadequação poderia ser saneada por meio de emenda redacional.

Ao mesmo tempo, salientamos que o termo campos gerais é utilizado em vários dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (novo Código Florestal brasileiro) como uma fitofisionomia, assim como o termo cerrado.

De fato, é fundamental adequar o presente PLS para regulamentar o que sejam tais formações, já que a área de Reserva Legal na Amazônia Legal, em regiões de campos gerais, é de 20%, enquanto para cerrado e floresta é de, respectivamente, 35% e 80%, evitando confusões com o Código Florestal.

No sentido de promover segurança jurídica às atividades na Amazônia Legal, é imprescindível definir com exatidão o conceito e a localização dessas formações vegetacionais no PLS.

Com relação ao mérito, o autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do PLS.

A existência, na Região Amazônica, de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool configura uma situação inconsistente com as necessidades de produção de energia renovável no nosso País.

O estudo mencionado na justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente de pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera, em muito, o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado. É importante ressaltar que, durante a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

audiência pública realizada pela CRA em 26 de abril de 2012, o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentou resultados de estudo do próprio Ministério que mostram a necessidade de 6,7 milhões de hectares de terras adicionais, em relação ao ano de 2008, para atendimento das demandas futuras de etanol e açúcar até 2017.

O mesmo estudo apontou a existência de 64,0 milhões de hectares, em todo o território nacional, aptos a serem utilizados para o plantio de diversas culturas, inclusive da cana-de-açúcar, mas que são ocupados com pecuária de baixa produtividade. Ou seja, a produção agrícola pode ser aumentada sem que seja preciso desmatar novas áreas. Esta informação corrobora os argumentos apresentados na justificativa do PLS nº 626, de 2011.

E eu, Sr. Presidente, tenho, nesse sentido, um projeto de lei, que está sob a relatoria do Senador Jorge Viana, estipulando o desmatamento zero, o desmatamento líquido zero. Assim, quando se for autorizar um pequeno desmatamento para a agricultura familiar tem que ser compensado com outra área de reserva. Esse é um projeto importante para frear o desmatamento na Amazônia.

Sr. Presidente, indo para a conclusão, o nosso voto é o seguinte: ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 626, de 2011, e pelo acatamento da Emenda nº 1, de 2013, de Plenário, na forma da Subemenda nº 1-CCT, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CAE (DE REDAÇÃO)

Altere-se a redação:

- i) da ementa, do art. 1º, do caput do art. 3º, do inciso IV do art. 3º e do art. 5º do PLS nº 626, de 2011, substituindo-se a expressão “nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados” pela expressão “nas áreas de bioma cerrado e de campos gerais situadas”.
- ii) do art. 2º e do caput do art. 4º do PLS nº 626, de 2011, substituindo-se a expressão “dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados” pela expressão “de bioma cerrado e de campos gerais situadas”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório de S. Exª permaneçam como estão. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Deixa eu terminar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já aprovou!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já, mas ainda tem mais. Calma! (*Risos.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE e da Emenda nº 2-CAE.

Portanto, a matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu segui o seu conselho. V. Exª disse, ainda há pouco, que quem manda... Como é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Manda quem pode e obedece quem tem juízo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso!

Eu, como tenho juízo, quando V. Exª disse "está aprovado", já pedi logo a palavra pela ordem. Eu só não sabia que havia ainda mais um pedaço de texto aí para ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a obediência de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade. Sou obediente ao meu Presidente.

Eu quero agradecer ao Senador Valdir Raupp pelo seu relatório...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Porque já foi aprovado, Senador. Lá na outra Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... agradecer ao Senador Valdir Raupp pelo relatório e aos meus pares pela aprovação na CAE com encaminhamento à CDR.

Este é um projeto, Senador Garibaldi, de 2011. Estamos em 2017. Ele trata de uma coisa tão simples que não precisaria nem ser necessário fazer um projeto de lei. Como o projeto de lei – e está bem colocado no relatório – trata apenas da permissão de plantio de cana-de-açúcar em áreas já





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

antropizadas, em hipótese nenhuma pode se derrubar uma árvore para se plantar cana. Agora, nessas áreas antropizadas, você pode plantar soja, pode plantar milho, pode plantar mandioca, mas não pode plantar cana-de-açúcar. Eu não sei o que há na cana-de-açúcar que seja diferente dessas outras culturas.

Este projeto já tramitou aqui nas comissões temáticas do Senado, foi para o plenário, em que houve um requerimento, Senador Fernando Bezerra, para que ele retornasse para cinco comissões mais. Ele passou anteriormente na CCT, agora na CAE, vai à CDR, vai, de novo, à Comissão de Meio Ambiente e de Defesa, e à de Agricultura. Mas nós vamos continuar insistindo porque este é um projeto para o Brasil.

Hoje o noticiário está colocando que o Brasil está importando etanol de milho dos Estados Unidos. E, segundo o noticiário – que não sei se é verdadeiro –, é um etanol que não é considerado para uso. Há alguma deficiência, alguma coisa. Então, como nós podemos importar etanol se temos áreas para produzirem?

Aqui eles colocam um bloqueio ambiental, mas não é ambiental; o bloqueio aqui é econômico, é econômico. E eles sabem o porquê. A Esalq, Senador Armando Monteiro, fez um estudo para demonstrar a potencialidade das áreas no Estado do Pará para o plantio de cana. A nossa espécie tem maior teor de sacarose e maior produtividade. Aí começa a haver os empecilhos para que nós possamos corrigir o erro de quem? Do Lula. O Lula, quando pediu para que a Embrapa fizesse o zoneamento econômico e ecológico da cana-de-açúcar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já vou concluir, Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Na conta de Lula também?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Na conta de Lula. Foi ele que baixou a portaria – para você ver que as maldades são feitas e não aparecem. Então, na hora em que ele pediu para a Embrapa fazer o zoneamento econômico e ecológico da cana-de-açúcar, mandou retirar a Amazônia, ou seja, ela ficou de fora antes do zoneamento. Aí não se pode plantar cana na Amazônia.

Mas nós vamos corrigir isso com o apoio dos meus pares aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Item 15, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 15.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 661, de 2015****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público.

Autoria: Senador Raimundo Lira.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a ausência do Relator, Senador Lindbergh Farias, funcionará como Relator *ad hoc* o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Relator.) – Chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 661, de 2015, de autoria do Senador Raimundo Lira, que pretende alterar a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, de forma a especificar as formas de disponibilização de medicamentos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), objeto daquela norma legal.

Ao acrescentar o art. 3º-A, o PLS estabelece como formas de disponibilização: i) convênios firmados pela União com Estados, Distrito Federal, Municípios e hospitais filantrópicos; e ii) farmácias privadas.

A proposição determina que os medicamentos disponibilizados, que serão determinados em regulamento, "serão dispensados gratuitamente ou com preços subsidiados pelo Poder Público".

Por fim, o art. 2º do PLS estabelece que a lei resultante da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

O autor afirma que o projeto visa a "garantir a manutenção da estrutura básica de funcionamento do programa [Farmácia Popular do Brasil], além dos subsídios na dispensação dos medicamentos".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não há emendas à proposição que, após tramitar nesta Comissão, seguirá para deliberação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAE deliberar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

De início, é relevante especificar que o PLS em tela tão somente acrescenta à Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, disposições já constantes do Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que a regulamenta. Pretende o projeto dar maior garantia de continuidade ao Programa Farmácia Popular do Brasil, que, há mais de uma década, fornece medicamentos de forma gratuita ou subsidiada a milhões de brasileiros. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2015, cerca de 9 milhões de pessoas foram atendidas a cada mês.

Não há óbices quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição, especificamente no que tange a criar programa no âmbito do Poder Executivo federal.

Quanto aos aspectos econômico e financeiro da proposição, tampouco verificamos problemas, posto que não há criação de novas despesas. Cabe esclarecer que o Programa Farmácia Popular do Brasil conta com dotações orçamentárias específicas.

Acreditamos, na verdade, que o PLS beneficia tanto a população brasileira quanto a solidez do programa, ao evitar que ocorram os boatos anuais sobre a sua extinção.

Por fim, não foram verificados vícios quanto à técnica legislativa ou redação do projeto.

Voto.

Sr. Presidente, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 661, de 2015.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias lido aqui pelo Relator *ad hoc*, Senador Fernando Bezerra Coelho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2014

- Terminativo -

Institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:

1. Em 04/07/2017, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, de 2015

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:

1. Em 04/07/2017, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatoria: Senador Dalirio Beber.

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. Em 04/07/2017, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2016

Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.

Autoria: Senador Hélio José.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:

1. Em 04/07/2017, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir está encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode ser *ad hoc*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, passemos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 16, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do § 1º, do artigo 28, da Lei Federal 11.079, de 2004, a documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, de Concessão Administrativa para a Construção, Compra e Instalação dos Equipamentos Hospitalares, Operação de Serviços Bata Cinza e Manutenção dos Complexos.

Autoria: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Peço ao Senador Armando Monteiro para ser o relator *ad hoc* desse ofício.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, nos termos do inciso I, do art. 28, da Lei nº 11.079, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de PPP deverão encaminhar ao Senado e à Secretaria do Tesouro, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do limite estabelecido no *caput* do artigo citado.

Tal limite veda a concessão de garantia por parte da União e a realização de transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios cujas despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas tiverem excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

A PPP em exame, cujo contratante é a Secretaria de Saúde do Estado, objetiva, via concessão administrativa, a construção dos complexos Hospital Estadual de Sorocaba, Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher, com o fornecimento e instalação de equipamentos e a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais, conhecidos como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviços Bata Cinza. Sagrou-se vencedora do certame a empresa Construcap Engenharia e Comércio S.A.

A minuta de contrato contém as cláusulas usuais nesse tipo de documento, inclusive as penalidades, hipóteses de intervenção e de extinção do contrato.

Ao exame da referida minuta de contrato, destacamos:

a) objeto da concessão administrativa: serviços Bata Cinza dos complexos já referidos, precedido da realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação;

b) prazo contratual: vinte anos;

c) valor do contrato: calculado pelo somatório do valor do aporte de recursos com as contraprestações mensais estimadas para o período contratual.

E há uma descrição das principais obrigações e direitos das partes, tanto do parceiro privado, quanto do poder concedente.

Além dessas cláusulas, a minuta do contrato de PPP contém em seus anexos detalhamento das obras e equipamentos necessários à construção dos complexos. A minuta do contrato autoriza o parceiro privado a explorar indiretamente receitas acessórias decorrentes de atividades relacionadas ao complexo. Em contrapartida, é expressamente proibido desenvolvimento pelo parceiro de atividades de funerária, farmácia, ótica, venda de equipamentos médicos e venda de bebidas alcoólicas.

Nos termos da minuta do contrato o parceiro privado é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados com a presente concessão administrativa.

A minuta também estabelece as condições a serem observadas na constituição da respectiva Sociedade de Propósito Específico, a SPE, conforme previsto na Lei 11.079.

É prevista ainda a constituição de um comitê gestor a ser formado pelo poder concedente, pelo parceiro privado e, se for o caso, pelo operador do complexo hospitalar que será encarregado pela gestão e fiscalização de todas as atividades desenvolvidas no complexo. A observância dos limites de contratação de PPP estabelecidos no art. 28 é objeto de nota técnica especial.

Passo então, Sr. Presidente, para cada um dos dois conjuntos do projeto, acho que isso é relevante destacar, foram calculados dois cenários na projeção de despesas com a PPP. Em todas as estimativas observa-se uma margem livre de ocupação do limite de razoável magnitude, mesmo na estimativa mais pessimista, considerando a carteira potencial do Estado com o cenário de maior ocupação do limite, a margem livre média, para o período de 2014 a 2024, ou seja, 10 anos, conforme





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

definido no *caput* desse artigo, é de 57%, registrando patamar mínimo de aproximadamente 28% em 2018.

Com base nessas estimativas, em resumo, concluiu-se, com base nos quatro cenários calculados, sem prejuízo da competência da STN para averiguar a capacidade de endividamento e de recebimento de transferência dos entes federados, pelo enquadramento do Programa Estadual de PPP do Governo de São Paulo, nos limites estabelecidos no já mencionado art. 28.

Passamos ao voto.

Diante do exposto, manifesto voto pelo conhecimento do Ofício de nº 16 por esta Comissão de Assuntos Econômicos e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão do Senado Federal ao Ministério da Fazenda.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar, lido aqui pelo relator *ad hoc* Armando Monteiro.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

Rejeitado o relatório...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário aqui hoje está vigilante.

Os itens 8 e 20 foram retirados de pauta para reexame.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2016





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para determinar que as instituições financeiras que realizam operações remuneradas com base na Taxa de Juros de Longo Prazo obedeçam a protocolo de monitoramento e avaliação e publiquem o Relatório de Efetividade de Políticas de Crédito de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas de sua autoria.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

2. Em 27/06/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

3. Em 05/07/2017, o relator, senador Otto Alencar, apresentou relatório reformulado, favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

EXTRAPAUTA



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO Nº 122, DE 2017

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, §2º, item III, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, item III, e art. 397, §1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ex^{mo} Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda, com vistas a explicar a eminência do retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e as providências que o Governo está tomando para reverter essa situação.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Se nenhum Senador quer discuti-lo, está aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como os outros itens da pauta são terminativos e, conseqüentemente, não poderão ser votados, cabe-me encerrar a reunião e agradecer aos Senadores aqui presentes, agradecer aos colaboradores e colaboradoras tanto do Presidente como dos Senadores, agradecer à Consultoria do Senado, à imprensa e agradecer a ausência, mais uma vez, do Senador Tasso Jereissati.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Aírton Sandoval, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Lindbergh Farias, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Otto Alencar, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vicentinho Alves e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 349, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia dos documentos pelos quais o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, informa ao TCU que, nos autos dos Mandados de Segurança impetrados por sociedade administradora de fundos de investimentos e o grupo que administrou o fundo de pensão Postalis, deferiu as medidas liminares requeridas pelos impetrantes, para sustar, até o julgamento final daquelas medidas judiciais, os efeitos da decretação de indisponibilidade de seus bens, pelo TCU. A Presidência comunica também o recebimento das seguintes manifestações: 1º - Ofício nº 110, de 2017, da Câmara Municipal de Bebedouro, São Paulo, que encaminha a Moção de Apelo nº 70, de 2017, para que os Poderes Legislativo e Executivo viabilizem os meios apropriados para elevar o valor das verbas estaduais e federais destinadas às entidades sociais; 2º - Carta do cidadão Francisco Roque Juchem da cidade de Tunápolis, Santa Catarina, que envia questões e sugestões para contribuir com o texto da Proposta de Reforma da Previdência Social; 3º - Ofício nº 152, de 2017, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio à criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para Previdência Social; 4º - Moção de Repúdio nº 1, de abril 2017, da Câmara municipal de Guarará, Minas Gerais, ao Projeto de Lei nº 4.302/1998, conhecido como a "Lei da Terceirização", que permite o uso da terceirização em todas as áreas das empresas; 5º - Ofício nº 71, março de 2017, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que também encaminha Moção de Repúdio à aprovação do projeto de Lei nº 4.320 de 1998, a "Lei da Terceirização"; 6 - Ofício nº 53, de março 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando pronunciamento do Deputado Teonílio Barba, na Vigésima Nona Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, com críticas à Reforma da Previdência e manifestação contrária o PL 4.302 de 1998, sobre a terceirização e as regras do trabalho temporário, hoje Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017; 7º - Ofício nº 328, de 2017, da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Repúdio aos Parlamentares que votaram a favor da Terceirização; 8º - Expediente da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que encaminha, para conhecimento,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Moção de Apelo nº 82, de 2017, para que o Ministério da Saúde tome providências no sentido de viabilizar a importação imediata do princípio ativo asparaginase, utilizado no tratamento da Leucemia. Os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2015** que: "Regulamenta a profissão de protesista/ortésista ortopédico." **Autoria:** Deputado Onyx Lorenzoni. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN apresentada ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado." **Autoria:** Deputado Alceu Collares. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia." **Autoria:** Deputado Jose Stédile. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2017. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Modifica o art. 3º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o adequado dimensionamento do pessoal de enfermagem, em instituições de saúde públicas e privadas." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo." **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, para incluir expressamente a atividade de saboaria artesanal na Lei do Artesanato." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera o art. 134 e acrescenta art. 134-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o fracionamento de férias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Deca. **Relatoria:** Sen. Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de mãe trabalhadora responsável pelo sustento da família." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater a inclusão do equipamento "Laringe Eletrônica", utilizado em casos de laringectomia total, na tabela do SUS, com os seguintes convidados: • Dra. Elisa Vieira – Presidente e Fonoaudióloga da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG); • Melissa Ribeiro – Vice-Presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG); • Inês Gadelha – Coordenadora Geral de Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; • Sandro Martins – Coordenador do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde (DAET)". **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública a fim de discutir o PLC 121/2015, regulamentador da profissão de protesista/ortésista ortopédico, com a oitiva dos (as) seguintes órgãos/entidades: 1. Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional –COFFITO; 2. Associação Brasileira de Fisioterapia Traumatológica- ABRAFITO; 3. Associação Brasileira de Fisioterapia Neurofuncional- ABRAFIN; 4. Conselho Federal de Medicina – CFM; 5. Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT; 6. Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Prejudicado em virtude da aprovação de Parecer sobre a Emenda nº 2-PLN ao PLC 121/2015 (Item 1 desta Pauta). **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28 de 2017** que:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 23/2017, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. THIAGO BLANCO VIEIRA, médico psiquiatra da infância e adolescência, Conselheiro titular do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria; 2. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA, Presidente da SaferNet Brasil." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater questões relacionadas à intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares. Para tanto sugiro que sejam convidados: • Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; • Representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC; • Representante da Associação Médica Brasileira – AMB; • Representante da Rede de Associações de Pacientes Biored Brasil." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 41, de 2015 - CAS, de minha autoria, para instruir o PLC 53 de 2012, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Elmano Férrer, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Otto Alencar, Wilder Morais, Lídice da Mata, Eduardo Lopes e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/24>

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 349, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia dos documentos pelos quais o Ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, informa ao Tribunal de Contas da União que, nos autos dos mandados de segurança impetrados por sociedade administradora de fundos de investimentos e o grupo que administrou o fundo de pensão Postalis, deferiu as medidas liminares requeridas pelos impetrantes, para sustar, até o julgamento final daquelas medidas judiciais, os efeitos da decretação de indisponibilidade de seus bens pelo TCU.

Informo que o requerido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

Ofício 110, de 2017, da Câmara Municipal de Bebedouro, São Paulo, que encaminha a Moção de Apelo nº 70, de 2017, para que os Poderes Legislativo e Executivo viabilizem os meios apropriados para elevar o valor das verbas estaduais e federais destinadas às entidades sociais.

Carta do cidadão Francisco Roque Juchem, da cidade de Tunápolis, Santa Catarina, que envia questões e sugestões para contribuir com o texto da proposta de reforma da previdência social.

Ofício 152, de 2017, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha moção de apoio à criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para a previdência social.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Moção de Repúdio nº 1, de abril de 2017, da Câmara Municipal de Guarará, Minas Gerais, ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, conhecido como a Lei da Terceirização, que permite o uso da terceirização em todas as áreas das empresas.

Ofício nº 71, de março de 2017, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que também encaminha moção de repúdio à aprovação do Projeto de Lei 4.302, a Lei da Terceirização.

Ofício 53, de março de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando pronunciamento do Deputado Teonilo Barba, na 29ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, com críticas à reforma da previdência e manifestação contrária ao PL 4.302, de 1998, sobre a terceirização e as regras do trabalho temporário, hoje Lei 13.429, de 31 de março de 2017.

Ofício 328, de 2017, da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio aos Parlamentares que votaram a favor da terceirização.

Expediente da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que encaminha, para conhecimento, Moção de Apelo nº 82, de 2017, para o Ministério da Saúde tomar providências no sentido de viabilizar a importação imediata do princípio ativo asparaginase, utilizado no tratamento da leucemia.

Os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Agora teremos de aguardar a composição do quórum por alguns minutinhos. *(Pausa.)*

Convido o Senador Caiado a assumir a Presidência, para que eu possa relatar o item 6, conforme preceitua o art. 89, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –

(Matéria não lida:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Dispõe sobre o exercício da profissão de agente de turismo, de autoria do Senador Vital do Rêgo e de relatoria da Senadora Marta Suplicy.

Vem a exame desta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 55, do Senador Vital do Rêgo. O Projeto se destina a regulamentar o exercício da profissão de agente de turismo.

Busca-se regulamentar, de forma compreensiva, a respectiva profissão, estabelecendo os seus requisitos; discriminando as atribuições; dispondo sobre o registro profissional e a jornada de trabalho; fixando o dia 22 de abril como Dia do Agente de Turismo.

A proposição aguarda manifestação desta Comissão, tendo sido objeto de anteriores relatórios que não foram votados.

Até o presente momento, a proposição não recebeu qualquer emenda.

Nos termos do art. 90, inciso I, e do art. 100, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente Projeto de Lei, dado que se trata de tema afeito ao Direito do Trabalho e às condições para o exercício de profissão.

Não se vislumbram impedimentos de índole constitucional ou legal.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Não obstante a facticidade formal da proposição e a justeza de seus propósitos, o projeto de lei enfrenta, para sua aprovação, um óbice insuperável.

Como foi anteriormente apontado no relatório apresentado nesta Comissão pelo então Senador Rodrigo Rollemberg, a Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, tem por objeto a regulamentação da profissão de turismólogo e seu exercício profissional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A leitura desse diploma legal indica que seu conteúdo, mesmo as partes vetadas pela Presidente de República, possui delimitação virtualmente idêntica à do projeto ora em exame.

Tem-se, portanto, que, em grande parte, a apreciação da presente proposição se encontra prejudicada. Não se trata, contudo, de se declarar prejudicado o projeto, nos termos do art. 334, I, do RISF, pois...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Silêncio, por favor, para ouvirmos a leitura da Relatora sobre a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada.

Pois, nesse aspecto, concordamos com o Relator anteriormente designado – Senador Rodrigo Rollemberg – quanto à subsistência do art. 7º do PLS, que dispõe sobre o estabelecimento de seu dia comemorativo.

O art. 6º, que dispõe sobre a jornada máxima do Agente de Turismo e autoriza a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, por outro lado, não nos parece adequado.

Não existem razões suficientes para estender a jornada de trabalho reduzida aos agentes de turismo, dado que a natureza do trabalho não se caracteriza por insalubridade, periculosidade ou penosidade efetiva que impliquem em risco à saúde ou desgaste físico ou psíquico excessivo.

Além disso, eventual redução de jornada, bem como compensação de horários sempre podem ser acordadas em negociação coletiva, dispensando-se autorização específica para isso.

Em minha experiência constato que os agentes de turismo frequentemente trabalham em horários incomuns, por exemplo, recepcionando ou despachando clientes em aeroportos em horários diversos ou os acompanhando em programações que não se enquadram em jornadas horárias pré-determinadas.

A redução de jornada, ademais, acarretaria um aumento do custo trabalhista do agente de turismo, sendo desaconselhável, em uma época de estagnação do nível de emprego, adotar medidas que podem dificultar a empregabilidade dos profissionais de turismo. A situação atual, onde o horário de trabalho é negociado entre empregadores e empregados, conforme a regulamentação já existente, me parece a de maior bom senso e melhor adequada às características do trabalho.

Destarte, introduzimos as alterações necessárias e, no mérito, acompanhamos o relatório anterior, no sentido de apresentar substitutivo que incorpore a disposição do art. 7º à Lei nº 12.591, de 2012.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2011

Acrescenta o art. 4º-A à Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, para instituir o dia do turismólogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A O dia nacional do turismólogo será comemorado no dia 22 de abril.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Temos quórum para votar? Não? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concluída a leitura do projeto de lei do Senador Vital do Rêgo, relatado pela Senadora Marta Suplicy, com uma emenda acrescida, em virtude da falta de quórum para votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Vamos ao segundo item da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2015

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.

Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 2-PLen apresentada ao Projeto.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- Em 23.11.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS.

- Em 1º.12.2016, o Senador Humberto Costa apresentou, no Plenário do Senado Federal, a Emenda nº 2-PLEN.

- Em 03.05.2017, lido o Relatório sobre a Emenda nº 2-PLEN, a Presidência concede Vista à Senadora Ângela Portela nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

Consulta a Senadora Ângela se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista formulado anteriormente.

Senadora Ângela, deseja se pronunciar?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Há um requerimento de realização de audiência pública do Senador Humberto Costa, para discutir o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de discutir isso.

Concedo a palavra ao Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

Essa matéria foi relatada pelo Senador Otto Alencar. Existe uma emenda apresentada em plenário pelo Senador Humberto Costa e, em decorrência disso, a solicitação de uma audiência pública. É lógico que, com o relatório do Senador Otto Alencar sendo votado, não existe motivação para o requerimento de uma audiência pública, já que o texto vem contemplar exatamente aquilo que foi aprovado aqui na Comissão.

Como tal, Srª Presidente, solicito a votação, conforme o encaminhamento do Senador Otto Alencar como Relator da matéria, ou seja, pela rejeição da emenda e, com isso, a manutenção do texto aprovado anteriormente na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concedo a palavra ao Relator Otto Alencar para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, realmente, como disse o Senador Ronaldo Caiado, essa matéria já tinha sido lida aqui, já tinha sido dado parecer pela rejeição da emenda que foi proposta.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, diante do exposto, mantenho o meu voto pela rejeição da emenda e espero que seja colocada em votação a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, vamos à votação.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Otto Alencar, que já foi aprovado aqui na Casa, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 2, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 121.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Meus cumprimentos ao nobre Relator, Senador Otto Alencar, pela sensibilidade que teve em relação a um assunto de altíssima relevância, porque trata exatamente de órteses e de próteses, e nós sabemos o quanto isso causa sequelas caso não seja bem identificado, caso não haja o diagnóstico correto para que elas sejam indicadas.

Agradeço o acolhimento da emenda e a aprovação do texto.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia.

Autoria: Deputado José Stédile.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2017, do Deputado José Stédile, que regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia.

A proposição, nos seus arts. 1º, 2º e 3º, determina que poderão exercer a profissão em testilha aqueles que, cumulativamente:

- a) tiverem diploma de nível médio de Técnico em Biblioteconomia, expedido por instituição de ensino nacional ou estrangeira, desde que, no último caso, haja a revalidação do citado título na forma das leis brasileiras;
- b) forem registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB); e;
- c) estiverem sob supervisão de bibliotecário registrado no CRB.

No seu art. 4º, a proposição define como atividade do trabalhador em comento o auxílio ao bibliotecário e à biblioteca a que estiver vinculado.

No art. 5º, por sua vez, o PLC nº 15, de 2017, dispõe que o aludido conselho fiscalizará o exercício do labor em foco.

O art. 6º da proposição determina que ela entre em vigência na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, não tendo havido, até o momento, a apresentação de emendas.

Análise.

Consoante se depreende do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre direito do trabalho.

Além disso, a competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal de 1988), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, à luz do art. 48, *caput*, da Carta Magna.

Por não se tratar de matéria reservada à lei complementar, a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Compulsando os termos e a tramitação da proposição em tela, não se vislumbra, então, obstáculos constitucionais, jurídicos ou regimentais a sua aprovação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No mérito, o projeto merece ser louvado, pois delimita, com precisão, as condições e as atribuições dos Técnicos em Biblioteconomia.

Impede-se, com isso, que pessoas sem os conhecimentos técnicos pertinentes exerçam tão relevante profissão, em prejuízo dos milhões de frequentadores das bibliotecas nacionais.

A aprovação do PLC nº 15, de 2017, é medida que se coaduna com o valor social do trabalho, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso IV, da Carta Magna

Voto.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2017.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2017.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Havendo agora quórum, podemos votar o projeto do Senador Vital do Rêgo, cujo relatório acabei de ler, e, depois, passaremos para o projeto, também terminativo, nº 334, do Senador Paim, com relatoria do Senador Elmano Férrer.

Então, assume a Presidência o Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acredito que já está bem exposto. De modo que acho que podemos ir à votação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em discussão a matéria.

Consulto se algum dos Parlates deseja, neste momento, discutir o tema. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador inscrito para discussão, encerro a discussão.

Solicito à secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, que tem preferência regimental.

Quem vota com a relatora vota "Sim". *(Pausa.)*

Vamos iniciar a votação.

Vamos liberar o painel, para iniciar a votação.

(Procede-se à votação.)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Sim: 10; Não: nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Quórum: 11 votos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Passo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 09.12.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CDH a 5-CDH.

- Em 19.04.2017, lido o Relatório na CAS, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para suas considerações acerca do relatório lido anteriormente, se julgar necessário.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como disse a nossa Presidente, o relatório já foi lido no dia 19 de abril do corrente ano e teve, como foi dito, o parecer





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

favorável da Comissão de Direitos Humanos. É uma profissão que já existe de fato. Resta-nos, após a leitura que foi feita anteriormente, pôr em votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A matéria está em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma informação: gerontólogo é formação médica? Qual é a formação que tem? E qual o nível de atuação que tem esse profissional?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não estava aqui quando foi apresentado.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Já existe o curso de gerontólogo, principalmente em São Paulo. Parece-me que existe outro em outra capital do Brasil. Agora, é uma atividade profissional que outras categorias ligadas, direta ou indiretamente, à área poderão ser, ainda provando o exercício da profissão, após a aprovação deste projeto de lei, consideradas gerontólogas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Paim.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – O Senador Paim poderia acrescentar algo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O autor da matéria, Senador Paim, gostaria de tecer alguma consideração, o porquê da proposta e da importância do gerontólogo?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não é um curso... Não é Medicina. Aí, não está falando de Medicina, mas de um curso técnico, que pode até ser um curso superior, mas não é um profissional da Medicina.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está esclarecido, Senadora Ana Amélia? Não é um profissional da Medicina. É um curso técnico superior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, mas o que ele vai fazer?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por Gerontologia, subentende-se que vai cuidar de pessoas idosas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, mas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o papel dele, de atendimento, de preparação, de formação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele é um cuidador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...que vai nessa linha de nível técnico. Não é médico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas é um cuidador, então?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas nós aprovamos o cuidador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, mas esse vai além, Srª Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele só vai cuidar das pessoas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu fui relatora do cuidador de idoso. Ele tinha nível fundamental. Esse tem um nível de técnico superior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nível superior.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele é um pouco mais elevado e mais graduado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele pode dar medicamento para a pessoa?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não é médico.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, nada disso.

Eu posso ler todo o relatório de novo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, é só...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 3 é muito claro nesse aspecto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, pode.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer de novo a leitura, porque...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...foi alguns dias atrás, e acho que nem todos estavam presentes.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu me permitiria acrescentar o seguinte. Nós temos o geriatra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, que é médico.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – É médico e trata realmente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com remédio.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Exatamente.

Já o gerontólogo vai mais além, estudando o idoso sob todos os aspectos, quer dizer, sociais, econômicos, enfim, uma série de outras atividades não relacionadas àquela exercida pelo médico especialista em Geriatria. Há uma diferença realmente bem caracterizada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Paim, como autor do projeto, gostaria de ter a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No meu entendimento, o Senador Eduardo Amorim, que é médico, deixou muito claro o pensamento dele e vou na mesma linha.

A assessoria me ajuda aqui me lembrando que, o art. 3º, se quiser ganhar tempo, diz quais são todas as suas atividades.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que seria bom ler, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso ler.

Vamos lá.

Art. 3º São atividades do Gerontólogo:

I - realizar os serviços de atenção ao idoso em seus diferentes níveis de complexidade, incluindo Centros de Convivência, Centros de Referência de Atenção Social, Centros-dia, Instituições de Longa Permanência para Idoso, Programas de Atenção Domiciliar, Universidades Abertas à Terceira Idade e Unidades de Referência na Saúde do Idoso;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

[Em nenhum momento, e o Senador Eduardo Amorim está correto, interfere na área médica.]

II - realizar a avaliação gerontológica e elaborar planos de atenção integral à pessoa idosa que considere as suas necessidades biopsicossociais;

III - planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar programas, serviços, políticas e modalidades assistenciais ao idoso, comunidade e família, com vistas à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos assistidos;

IV - promover a integração de equipes multiprofissionais que prestam assistência a pessoas idosas;

V - criar e conduzir programas socioeducativos sobre o envelhecimento para a população em geral e para profissionais de outras áreas que trabalham com pessoas idosas;

VI - desenvolver intervenções para preparar as pessoas para seu próprio envelhecimento e período de aposentadoria [há um debate que estamos fazendo aqui na Casa], por meio de gestão de casos e intervenções educativas;

VII - formular novas políticas e programas de atenção à população que envelhece;

VIII - prestar consultoria, assessoria, auditoria e emissão de parecer sob o ponto de vista gerontológico;

IX - prestar consulta gerontológica.

X - desenvolver pesquisas em Gerontologia.

Art. 5º Os atendimentos relativos à prevenção e à manutenção da saúde do idoso, a serem realizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, poderão ser prestados por Gerontólogos, em ambulatórios e unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas relativas à gerontologia geral.

É isso, Srª Presidenta. É uma assessoria técnica, eu diria, antes que chegue ao médico.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que ficou bastante clara...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... a diferença entre o cuidador, o médico e o profissional.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mais alguém gostaria de...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Caiado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

Presidente, eu só solicitaria à assessoria que me pudesse esclarecer o que é o art. 6.º: "[...] relativos à proteção do idoso previstos no §1º do art. 6º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 [...]" O que realmente inclui especificamente esse §1º do art. 6º da Lei 8.742? Eu não sei o que rege esse artigo especificamente. É a única solicitação que faço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos esclarecer, por favor.

Estão achando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Estão procurando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É no art. 6º, não é, Senador?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você achou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. A consultoria está vendo ali que é no encerramento do substitutivo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É o art. 6º de V. Exª: "previstos no §1º do art. 6º da Lei nº 8.742."

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria só um esclarecimento aqui do Senador Paim. Há alguma escola de gerontologia no Brasil que forma gerontólogos?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em São Paulo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há em São Paulo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se há, em São Paulo, com quantos anos se completa o curso? Dois, três anos, quatro anos para se formar?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Quatro anos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quatro anos?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Bacharel.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Bacharel?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive já há curso de mestrado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Porque, havendo a formação por curso, com escola credenciada pelo Ministério da Educação, vai. Aí não há nenhum problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Também acredito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, diante da dúvida levantada tanto pelo Senador Amorim como o Senador Otto Alencar, e também de minha parte, eu solicito vista do projeto. Vou-me debruçar sobre ele para que possamos analisar corretamente qual é o objetivo de um curso que tem uma duração de dois a quatro anos e realmente qual é a função que ele exerce em termos de prescrição, encaminhamento de solicitação de exames, enfim, situações outras que são muito mais técnicas do que realmente especificamente na área médica.

Precisamos pelo menos saber qual é a grade curricular a que realmente estão submetidos os alunos do curso de tecnólogo em gerontologia para que possamos avançar em um projeto de lei, diante de tantos itens que aqui são elencados. E, entre eles, este art. 6º aí do projeto de lei citado:

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;
- III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
- VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território [Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011].





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§3º A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Ou seja, nós estamos incluindo mais uma especialização aqui que realmente vai fazer parte de todo esse campo aqui de definição de políticas de saúde. Isto é o que realmente reza esse §1º do art. 6º.

Ao Senador Paulo Paim, que foi o autor do projeto, a pergunta que solicitamos foi essa feita pelo Senador Otto em relação a esses diplomas e se isso é curso a distância, se isso é um curso que é feito realmente com a presença na sala de aula, com orientações também. Porque, ultimamente, nós estamos vendo proliferar tantos cursos. Agora nós temos cursos na área de cosméticos (cosmetologia) e, a partir daí, estamos vendo consequências tão danosas e tão graves. Principalmente os dermatologistas têm nos trazido aqui situações que são realmente criminosas. E, quando o processo avança, aí se recorre ao médico.

Então, nós temos que ter um cuidado para saber como é que é a formação para o exercício dessa profissão de gerontólogo e se amanhã é passada a ele a condição de prescrever, de interpretar exames. Isso nos preocupa, porque, a partir daí, ele poderá ter uma orientação de um gerontólogo para prescrever medicamento, o que realmente pode trazer consequências danosas ao cidadão na fase de envelhecimento. Como ele vai saber uma dosagem hormonal? Quais são as indicações ou contraindicações?

A preocupação que eu tenho é exatamente esta: o esclarecimento se o projeto dá a essa profissão de gerontólogo a condição de prescrever, solicitar e analisar exames. É isso que precisa ficar bem claro. Assessorar o envelhecimento, acompanhar, tudo é perfeito, não há nenhuma condição de restrição ao projeto. O único ponto que precisa ficar claro é que a interpretação de exames, a solicitação de exames e a prescrição de medicamentos têm que ser restritas a quem tenha um conhecimento global e seja capaz de atender a isso. Essa é a solicitação que faço ao nobre autor do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Antes de conceder vista, o Senador Eduardo Amorim quer se pronunciar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Eduardo Amorim, que também é médico...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momentinho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...gostaria de dar o seu ponto de vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ter que me retirar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu respondo, em seguida, às perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou passar a Presidência ao Senador Caiado, que, depois, vai encaminhar a palavra ao Senador Amorim.

Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Caiado, primeiro, quero esclarecer a sua pergunta direta e a do Senador Eduardo Amorim, que também é médico como V. Ex^ª. Ambos naturalmente conhecem esse campo muito mais do que eu e os outros Senadores. Nós todos aqui somos generalistas, mas não somos especialistas nesses temas como os senhores, que são médicos.

Primeiro, recebi a informação – por isso o projeto – de que a USP dá esse curso em São Paulo – é uma das universidades; há mais –, de quatro anos, que tem que ser presencial.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Bacharelado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, o objetivo do pedido de vista – eu entendo o Senador Otto e o Senador Caiado – é exatamente ajudar. A princípio, não sou contra o projeto, mas é melhor detalhar, esclarecer a matéria e até ajudar esse profissional, delimitando mais o seu campo de atuação, se bem que já existem, como já foi dito aqui, universidades que graduam, ensinam. Ele não é um médico, ele não chega a prescrever – ele não vai prescrever, Senador Caiado. Ele é um profissional multidisciplinar, especializado realmente em gerontologia, ou seja, na idade avançada, como se fosse um cuidador de pessoas já com certa idade. Então, ele é um profissional multidisciplinar que entende de diversas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

áreas, de diversos segmentos, mas, em nenhum momento, se fala em prescrição ou em interpretação de exames laboratoriais – nada disso. Mas eu acho que o pedido de vista não significa ser contra o projeto; estou entendendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – É apenas para tirar algumas dúvidas e ajudar, quem sabe, o Senador Paim a melhorar o relatório para que o projeto não seja, depois de aprovado aqui, se for aprovado, engavetado em uma ou outra comissão. Acho que o pedido de vista é exatamente neste sentido: ajudar, qualificar mais ainda, detalhar mais ainda o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Esse é o meu entendimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitem, total concordância com o pedido de vista. Só peço que seja coletivo para que possamos, em outra oportunidade, ajustar melhor, não é, Senador Elmano Férrer? V. Ex^a, com muita competência, construiu um substitutivo melhor que o projeto original e que será aprimorado com a contribuição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concedo vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento. Então, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Passamos então ao próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, de 2015

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.

Autoria: Deputado Alceu Collares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Na ausência...

Não havendo a presença do relator para proferir o relatório, passo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Normalmente, a rotina da Comissão é sempre estar o relator para discutir o assunto. Não há por que indicarmos aqui agora um relator *ad hoc*. Seria até uma descortesia ao nobre colega Senador José Pimentel.

Portanto, passamos ao próximo item da pauta, cujo Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, o PLC 17, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Izar. *(Pausa.)*

Na ausência também do Senador Randolfe Rodrigues, passamos ao item 5, cujo Relator é o Senador Eduardo Lopes. A autoria é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – PLS 448, de 2016. Aprovação com emendas. O Item 5 também não terminativo. *(Pausa.)*

Na ausência também do Relator, passamos ao item 8.

Voltamos ao item 3, já que temos quórum para aprovação da matéria.

É o item que foi aqui lido pela Senadora Regina Souza, de autoria do Deputado José Stédile: Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016, que altera a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, para incluir expressamente a atividade de saboaria artesanal na Lei... *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Biblioteconomia?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, não, é o item 3.

Este aqui é o item 9.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O item 3 é biblioteconomia?

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Então, item 9. Passamos ao item 9.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, bom.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2016****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, para incluir expressamente a atividade de saboaria artesanal na Lei do Artesanato.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Relatório.

Vêm ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 331, de 2016, do Senador Cidinho Santos, que altera a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, para incluir expressamente a atividade de saboaria artesanal na Lei do Artesanato.

A justificação do projeto reside na necessidade de se conferir aos trabalhadores que laboram na fabricação de sabão artesanal o mesmo tratamento jurídico conferido aos artesãos, que não se submetem à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no tocante à comercialização dos referidos produtos.

A proposição foi distribuída à CAS, em caráter terminativo.

Até o momento, não houve apresentação de emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 22, I e XVI, da Constituição Federal, compete à União legislar, privativamente, sobre direito do trabalho e condições para o exercício de profissões, motivo pelo qual a equiparação jurídica entre a saboaria artesanal e o artesanato encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à atribuição da CAS para examinar terminativamente a proposição, os arts. 90, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela conferem a mencionada prerrogativa.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à respectiva inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposição. Isso porque, consoante destacado pelo autor do projeto em testilha, a atividade de saboaria artesanal utiliza apenas componentes primários para a sua fabricação, como óleos e álcalis. Não há, nessa espécie de sabão, o emprego de petróleo, lauril, sulfatos, parabenos, hidroxitolueno, butilado, ácido etilenodiamino tetra-acético – enfim, há essas substâncias aí que entram nos outros sabões e que não entram no artesanal –, estabilizantes, fragrâncias sintéticas, corantes artificiais ou quaisquer outros aditivos ou conservantes químicos utilizados na indústria cosmética.

Por isso, a exigência para que esses trabalhadores se submetam aos mesmos rigores das grandes empresas para o desempenho regular de sua atividade não se coaduna com o disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal, que preconiza ser livre o exercício de qualquer ofício ou profissão. Não há qualquer risco a direitos indisponíveis da sociedade relativos à saúde dos consumidores, por exemplo, que justifique a imposição de barreiras ao desempenho do labor em foco.

A aprovação do PLS nº 331, de 2016, é, então, medida que se impõe.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 331, de 2016.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Projeto em discussão. Não havendo quem queira discutir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas elogiar o Senador pela iniciativa, Presidente.

Parece uma coisa prosaica, mas veja só. No meu Estado, o Rio Grande do Sul – nosso Estado, Senador Paim –, o artesanato para fazer sabão, inclusive com perfumes, com desenhos, tornou-se uma fonte de renda para a agricultura familiar e é uma atividade que, de fato, entra no artesanato.

Então, eu concordo. Quero cumprimentar o Senador Cidinho Santos e a Relatora, Senadora Regina Sousa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, toda vez que a gente fala em valorizar uma atividade, uma profissão, há sempre um mal-entendido aqui na Casa, como se a gente estivesse querendo regulamentar tudo. Veja bem, nós estamos agora tratando de uma atividade da área do sabão, e nem por isso eu vou ser contra, porque eu entendo que o argumento da Relatora e do Senador Cidinho tem uma certa lógica, como também reforçou aqui a Senadora Ana Amélia.

Eu só digo isso porque, às vezes, dizem: “Ah, mas agora querem regulamentar tudo, tudo tem que ir para a lei”. Imaginam se a questão do sabão não poderia ser discutida até mediante um encaminhamento processual dentro do próprio ministério correspondente a essa área. Mas eu entendo a argumentação, porque eles são penalizados hoje. Por isso, votarei com a maior tranquilidade com o autor e com a Relatora, cumprimentando a ambos.

Mas só para desmistificar essa questão, porque, quando a gente fala de alguma atividade específica, sempre alguns acham que a gente está sendo corporativista. Não estamos sendo. Esse caso mostra muito bem a justeza da iniciativa. Meus parabéns ao autor e também à relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, Senador Paim, eu acho que aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... na verdade está se tratando de incluir uma atividade já existente, que é a da saboaria, a atividade de fazer sabões – sabões para limpeza, sabões para higiene pessoal, sabões para dar de presente, de brinde, e tal –, no benefício da Lei do Artesanato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, na verdade, a gente não está regulamentação a saboaria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não é regulamentar a produção, é introduzir na lei um benefício.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas veja bem, Senadora, eu quis fortalecer, inclusive, o autor e o relator. E estou ao lado dessa posição. Mas quis fazer uma reflexão: calcule se nós pegássemos os mais variados setores e fôssemos incluindo um por um na lei, e se isso, de forma administrativa, já não poderia ter sido feito. Poderia ser feito de outra forma.

Mas voto com segurança, voto com tranquilidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu também voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu me preocupo com a repercussão lá fora: "Olha, estavam discutindo hoje se sabão entra ou não numa lei". Não é isso. É um benefício justo.

Parabéns ao Senador autor e também à Senadora relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, com licença, porque o Senador Paim levantou uma questão. Na verdade, eu não estava presente quando foi lido o relatório do Senador Elmano Férrer, de autoria do Senador Paim. E, por não ter participado da reunião, me cabiam as dúvidas que me ocorreram na hora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em nenhum momento eu levantei isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... de fazer a pergunta. O que era?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas isso... Não, Senadora, fique tranquila.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é por isso, Senador. É apenas um esclarecimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tanto que eu concordei com o pedido de vista levantado por todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, é por isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem V. Exª levantou a vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, nada de questionar a iniciativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para esclarecer de que se trata, por que se trata, é só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Foi com a total concordância do Senador Paim...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esclarecido, Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Foi com a total concordância do Senador Paim.

E faço referência, Senador, que, realmente, o projeto que altera a Lei nº 3.180 tem um objetivo único, ou seja, não trata da atividade, trata da inclusão da atividade na Lei do Artesanato. Então...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Mas aí ele sai da Anvisa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em virtude da falta de quórum...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Além do mais, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ah, desculpe. Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu tenho uma dúvida, não sei se a Relatora pode me ajudar. Ao ser incluído na Lei do Artesanato, ele sai do âmbito da Anvisa, não é isso? Ele sai no tocante...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o que está dito no projeto. Eu até gostaria que o Senador Cidinho estivesse aqui, porque ele faz uma defesa brilhante, mas, assim, é o que está dito. Porque eles não usam os produtos que os outros sabões usam. É bem natural. E aí eu faço a propaganda: eu só uso sabonetes artesanais, feitos com as coisas bem naturais, porque eu sei da origem e sei o quanto é bom para a pele. Mas é verdade: ele sai... Porque eles não usam os produtos que os outros sabões naturais usam.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Isso não é motivo de preocupação?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só usam produtos naturais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Já que trata com pele, com... A gente quer ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª coloca como uma dúvida ou uma certeza de que, ao ser colocado na Lei do Artesanato, estaria excluído da Anvisa? Acho que a Anvisa tem uma abrangência, independente de quem está incluído ou não em alguma outra lei, ou seja, a Anvisa deve ter uma amplitude maior para poder fiscalizar todo e qualquer produto que seja utilizado no dia a dia, independente de ser...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, está no próprio relatório:

A justificação do projeto reside na necessidade de se conferir aos trabalhadores que laboram na fabricação de sabão artesanal o mesmo tratamento jurídico conferido aos artesãos, que não se submetem à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no tocante à comercialização dos referidos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Realmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... dentro dessa posição colocada por V. Exª...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Penso que essa... Na verdade... Então, nesse caso, Senador, aqui nós temos – e vou voltar ao Rio Grande do Sul – salame, queijo, esses produtos alimentícios que teriam mais problemas. Mas eles são feitos com muito cuidado por colonos, por trabalhadores. Jamais iriam... É porque família deles consome esses produtos. Vou dizer-lhe: quando eu pequena, lá em Barbacena... (*Risos.*)

Lá em Lagoa Vermelha, nós fazíamos sabão. Quando se abatia um porco, fazíamos sabão com soda cáustica para usar na limpeza. É do uso, da cultura da região de origem italiana, alemã. Então, ele tem a natureza de ser, realmente, artesanal. É um costume e uma fonte de renda. Se for submetido à Anvisa, nenhum salame artesanal, que a gente compra do vizinho que é produtor... É vinho artesanal! A gente dá até um tratamento especial em relação a tarifário. Não há tributação, por conta da natureza que tem. Então, ele limita isso.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que é uma iniciativa que apenas dá o benefício da legalização. Ele está tratando de incluir a atividade na Lei do Artesanato. Ele não está definindo... A questão é só essa: a saboaria artesanal vai para a Lei do Artesanato.

Não tenho dúvidas a despeito de toda a argumentação do Senador Eduardo Amorim suscitada sobre essa questão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não seria impedimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senadora, em virtude da falta de...

Tudo bem. Com a chegada do Senador Humberto Costa nós já temos quórum suficiente para continuar a discussão.

Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Continuando, há mais algum Senador que queira se pronunciar em relação ao projeto que trata da saboaria artesanal?

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu me pronuncio favoravelmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai ser eletrônica a votação?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Posição favorável.

Não tendo mais quem queira discutir, solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Em votação o projeto.

Quem vota com a relatora vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só queria dizer, Sr. Presidente, que voto "sim", elogiando o autor e a relatora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A posição do Senador Paim é a de cumprimentar a iniciativa do Senador Cidinho Santos, como autor do projeto, e a Senadora Regina Sousa, como relatora.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Também quero registrar, Sr. Presidente, que, mesmo fazendo os questionamentos, atendendo ao pedido da Senadora Ana Amélia, também voto "sim".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação. (*Pausa.*)

Resultado: SIM, 10 votos. Nenhuma abstenção. Quórum: 11.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passo ao item seguinte...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu gostaria de pedir a retirada de pauta do Item 5, porque eu vou sentar com o pessoal do Conselho e nós vamos conversar mais sobre o projeto. Portanto, eu pediria a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não. Atendida a solicitação do Senador Eduardo Lopes. Quando lida a matéria, na ausência de V. Exª, nós não demos prosseguimento.

Assim, por solicitação, retirado de pauta o item nº 5, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Passamos, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só cumprimentar o Senador Eduardo Lopes, porque foi, inclusive, um pedido da categoria. Eu apresentei uma emenda de redação, mas S. Ex^a entende que precisa aprofundar mais o debate. Então, meus cumprimentos ao Senador.

É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Acolhendo a solicitação do Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Lopes solicita a retirada.

Vamos agora ao item nº 11, decisão terminativa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de mãe trabalhadora responsável pelo sustento da família.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 443, de 2016, altera a legislação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Lei nº 8.036, de 1990.

O novo dispositivo prevê que, com o nascimento de filho, a mãe trabalhadora que dependa, para o seu sustento, unicamente de si própria poderá sacar de sua conta vinculada seis parcelas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mensais no valor de um salário mínimo, até o limite do saldo em sua conta, nos termos do regulamento.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. A proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Análise.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de prejudicar o projeto. A disciplina da matéria é de competência do Legislativo da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Adentrando-se no mérito, sabe-se que hoje o problema que se vislumbra sobre o FGTS é o baixo rendimento dos seus depósitos. A remuneração das contas vinculadas do Fundo fica inferior à inflação. Isso torna o FGTS um dos investimentos com a mais baixa remuneração do mercado financeiro.

Sendo assim, entendemos meritório permitir mais uma possibilidade de saque, principalmente por se tratarem de mães que precisam sustentar os seus filhos.

Além do mais, trata-se de política que ajuda a incentivar o aquecimento da economia, pois promove a injeção de novos recursos no mercado consumidor.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 443, de 2016, do Senador Garibaldi Alves Filho.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ontem, na Comissão de Educação, fui relatora de pelo menos três ou quatro projetos dessa natureza, no âmbito da educação, para uso no pagamento de mensalidade da universidade, um deles do Senador Paulo Paim, com muita justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Apresentei o relatório favorável à utilização, mas foi um voto vencido, porque o Senador Antonio Anastasia fez um voto em separado para apenas aquilo que disse a Senadora Ângela Portela sobre a rentabilidade do FGTS, que é bem menor, praticamente zero, comparado com a caderneta de poupança ou outros tipos de aplicação financeira. Então, foi aprovado um voto em separado do Senador Anastasia, em substituição ao que eu havia proferido permitindo o uso, apenas para a correção dos recursos do Fundo de Garantia usando a Selic, para beneficiar o trabalhador.

Então, mesmo essa, seguramente, será vetada, porque considera-se que o FGTS é um instituto de proteção para o trabalhador com finalidades de aplicação já definidas.

Estou só levantando essa questão porque poderemos aprovar aqui o projeto, ele é terminativo, e será integralmente vetado. Eu só quero observar isso porque não conseguimos... Na Comissão de Educação, em uma matéria análoga a essa... Só que a destinação não era... Nesse caso do Senador Garibaldi, com muito, digamos, senso de justiça, é para que a mulher que trabalha possa sacar seu Fundo de Garantia para o sustento da família.

Então, é apenas uma advertência, porque a orientação foi exatamente derrubada na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço e passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, só para ajudar no debate.

Essa questão do Fundo de Garantia é uma briga eterna aqui no Parlamento, ao longo desses 30 anos em que estou aqui dentro. Há versões e versões. Por exemplo, recentemente, o Governo atual – e eu não sou contra, eu que tenho tanto contestado o Governo atual – liberou parcelas do Fundo de Garantia para que todo cidadão que tiver algo acumulado possa retirar. Nesse princípio maior da criação do FGTS, nós deveríamos manter de forma permanente.

O Senador Anastasia, de fato, falou comigo, Senadora Ana Amélia, e disse que não era contra o projeto, mas que preferia que fosse só a atualização. E, no fim, nós acabamos chegando a um grande entendimento, eu, V. Ex^a e ele, e avançamos.

Esse projeto, para mim, faz justiça! Ele garante que a mãe que não tem mínima condição de manter o seu filho, nenhuma renda, e tem lá o Fundo de Garantia depositado... Olha, uma senhora nessas condições deve ganhar o quê? Ganha um, dois salários mínimos. E que ela possa, no desespero, para manter a família, pelo menos retirar em seis parcelas o seu fundo de garantia.

Eu sou totalmente favorável à iniciativa do nobre Senador Garibaldi e da nobre Senadora Ângela Portela, como Relatora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Continuando a discussão, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Logo a seguir, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ronaldo Caiado, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

O projeto do Senador Garibaldi Alves vai ao encontro da necessidade da mãe trabalhadora, ao ter o seu filho, de poder sacar não o seu Fundo de Garantia, como colocou aqui o Senador Paim, em seis parcelas, mas seis parcelas mensais de um salário mínimo. Quer dizer, não será todo o Fundo de Garantia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu cumprimento V. Ex^a pela correção adequada, exatamente. É no máximo um salário mínimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, seis salários mínimos, no máximo.

Então, só que se essa mãe receber um salário mínimo, se for essa a sua renda, ela terá um salário mínimo a cada ano, é 8% a contribuição. Então, ela teria que ter seis anos para poder sacar os seis meses.

Eu acho que é justo o projeto do Senador Garibaldi, mas me preocupa só ver qual é a eficácia que ele vai ter em relação a volume de recursos para que possam ser sacados. Mas, como colocou a Senadora Ana Amélia, nos outros projetos que tratam da possibilidade de saque do FGTS para cumprimento de mensalidades para a educação dos seus filhos, também é um outro projeto meritório, mas, como o Senador Anastasia colocou, que seja só pelo valor dos juros acrescidos ao FGTS, e não da parte principal. Não vai dar nunca esse valor, porque, como já foi colocado aqui, realmente, o Fundo de Garantia tem uma correção muito abaixo até da inflação.

Mas vou votar com o projeto porque acho que é meritório. Só temos que ajustar essas condições de saque que estão aqui previstas.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, eu também já antecipo o meu voto. Votarei "sim". Acho justo.

Que garantia é nessa que o trabalhador, no momento em que mais precisa, ou melhor, a trabalhadora, não pode usufruir. Vai usufruir quando? Depois que morreu? Depois, quando não tem mais vida?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim como, Senadora Ana Amélia, se eu estivesse lá também, na Comissão de Educação... Se o trabalhador não pode utilizar aquilo que ele tem para investir em si próprio, sobretudo em educação, em qualificação, de que tanto ele precisa e que o prepara para um futuro melhor, então, em que momento ele vai poder usufruir isso? É após a morte? De jeito nenhum. Eu também acompanharia. E aqui votarei "sim", com muita consciência.

Eu acho que se ele tem é para usufruir nesses momentos de exceção, é para esses momentos difíceis, é nesses momentos que realmente o trabalhador tem que usá-lo mesmo. Pior é aquilo que está acontecendo, como os maus investimentos, a má utilização, os ralos que temos visto e acompanhado. Enfim, por que não deixar isso nas mãos do trabalhador, já que foi ele que construiu isso, que é fruto do seu suor, para que ele possa usá-lo sobretudo num momento tão difícil da sua vida.

Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não preciso invocar o art. 14, porque não se trata disso. Mas como o Senador Eduardo Amorim fez aquela referência, meu relatório foi favorável ao uso do recurso do FGTS para que alunos de ensino superior pudessem pagar a sua faculdade. Meu parecer, minha relatoria foi francamente favorável a isso. Fui vencida por um voto em separado na Comissão de Educação, repito, pelo voto em separado do Senador Anastasia, que não acolheu a questão de pagar, mas aceitou corrigir o valor depositado nas contas do Fundo de Garantia dos trabalhadores.

E ontem, felizmente, a Câmara aprovou a medida provisória que prevê a movimentação das contas inativas do FGTS. Até agora já foram injetados na economia, Senador Amorim, R\$24 bilhões. Isso é dinheiro que estava parado e sem rentabilidade. Os trabalhadores que foram demitidos até dezembro de 2015 poderão movimentar essas contas inativas, o que dará uma estimativa de mais R\$24 bilhões. São cerca de 15 milhões a mais de trabalhadores que terão acesso a esse dinheiro. Muita gente me mandou mensagem dizendo que com isso pagou uma dívida, pagou uma série de outras coisas, e para alguns sobrou até algum dinheirinho para fazer uma aplicação na caderneta de poupança.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Só para reforçar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a V. Exª.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não só ficou muito claro aqui o esclarecimento da Senadora Ana Amélia, como também angariou apoio para o projeto do Senador Garibaldi, relatado pela Senadora Ângela Portela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não havendo mais nenhum Parlamentar que queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Em votação o projeto.

Quem vota com a Relatora vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria que o senhor colocasse o item 10, porque já foi lido o relatório e também é terminativo, para que a gente possa votá-lo. Trata-se do fracionamento das férias. Gostaria que colocasse esse item em votação porque há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Atendendo à solicitação do Senador Wilder Moraes, nós colocaremos o item 10...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não há consenso para essa inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... do PLS 411, de 2016.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria dizer que não há consenso para votação dessa matéria que trata desse fracionamento das férias. Gostaria que V. Exª mantivesse essa ordem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Ele não está invertendo, não. Já passou por ele. Não havia quórum. Agora há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Veja bem, Senador Humberto, nós já estamos no item 11, que foi relatado pela Senadora Ângela Portela, este que nós estamos votando neste momento.

O item 10 é o anterior, que realmente não foi discutido nem votado, pela ausência, no momento, do Senador Wilder Moraes. Chegando aqui, ele solicita, está na pauta, e não tem por que a matéria não ser discutida. Ela cumpre exatamente a pauta da reunião deliberativa.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cabe um esclarecimento à colocação feita pelo Senador Humberto Costa e à solicitação feita pelo Senador Wilder Moraes.

Esta Presidência comunica que o item 10 da pauta recebeu o Ofício 346, da Presidência do Senado Federal, solicitando o encaminhamento da matéria à Mesa, para aguardar deliberação do requerimento do Senador Davi Alcolumbre, de tramitação conjunta com o PLS 91, de 2017.

Pelo fato de o projeto encontrar-se pautado e instruído, e conforme preceitua o art. 266 do Regimento Interno do Senado, esta Presidência, terminada a votação aqui, consultará os Srs. Senadores e Senadoras quanto a darmos continuidade à deliberação dessa matéria antes de encaminhá-la à Mesa. Então, terminada a votação, eu realmente vou consultar o Plenário sobre qual decisão da Comissão será tomada.

Agradeço à nossa assessoria.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: 10 votos favoráveis; nenhum contra.

Abstenção: zero.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2016.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Cumprimento o Senador Garibaldi Alves Filho pela iniciativa e também a Senadora Ângela Portela pelo relatório apresentado aqui, com aprovação por unanimidade dos presentes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero apenas agradecer aos Senadores e Senadoras que aprovaram esse projeto do Senador Garibaldi Alves, que permite que as mães trabalhadoras, no nascimento dos seus filhos, que não têm fonte de renda nenhuma, é a única que sustenta sua família, possa sacar o FGTS e assim sustentar seus filhos com dignidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cumprimento V. Exª.

Passamos então ao item 10, leitura solicitada pelo Senador Wilder Moraes, que é o relator, e, ao mesmo tempo, solicitada pelo Senador Humberto Costa, já que há uma solicitação da Mesa aqui à Comissão de Assuntos Sociais.

Repito: pelo fato de o projeto encontrar-se pautado e instruído, e conforme preceitua o art. 266 do Regimento Interno do Senado, esta Presidência consulta os Srs. Senadores sobre como darmos continuidade à deliberação dessa matéria antes de encaminhá-la à Mesa.

Infelizmente, em virtude da falta de quórum para votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Sinto pela ausência de quórum para a continuidade da votação.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente, eu acho que o jogo pode até ser jogado assim, mas não tentar retardar, sair da sala para não ter quórum. Mas tudo bem, faz parte do jogo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Caiado, me permita, pela ordem. Só para cumprimentar V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já começou na CCJ o debate da perspectiva da PEC das eleições diretas. Eu sei muito bem a posição de V. Exª; fico tranquilo por nós termos encerrado a sessão, para nós podermos, todos, participar daquele debate lá. É isso que move o País neste momento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sendo contra ou a favor, é democrático, e vamos participar do debate lá.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento V. Ex^ª.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senadora.

A SR^ª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu só queria ver um requerimento que está aqui desde o dia...

A SR^ª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os nossos requerimentos. Os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Requerimentos. Dando continuidade à pauta.

Requerimento nº 25, de 2017.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater a inclusão do equipamento “Laringe Eletrônica”, utilizado em casos de laringectomia total, na tabela do SUS, com os seguintes convidados:

- *Dra. Elisa Vieira – Presidente e Fonoaudióloga da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG)*
- *Melissa Ribeiro – Vice-Presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG)*
- *Inês Gadelha – Coordenadora Geral de Doenças Crônicas do Ministério da Saúde*
- *Sandro Martins – Coordenador do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde (DAET)*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria:

Relatório:

Observações:

- Lido em 03.05.2017.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado, por unanimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com os cumprimentos pela iniciativa, porque conhece bem o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente.

Declaro prejudicado o Requerimento nº 26, de 2017, da CAS, sendo que nós já aprovamos o projeto de lei relatado pelo Senador Otto Alencar. Assim, fica prejudicado o requerimento de audiência pública.

Requerimento nº 28, de 2017, da CAS.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 23/2017, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Dr. THIAGO BLANCO VIEIRA, médico psiquiatra da infância e adolescência, Conselheiro titular do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria;

2. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA, Presidente da SaferNet Brasil.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório:

Observações:

- Lido em 17.05.2017.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu posso subscrever também, porque a autora não está presente; para dar apoio. Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Apoio também da Senadora Ana Amélia.

Lido em 17.05.2017.

Em votação o requerimento.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Neste momento faço a leitura de requerimento da Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater questões relacionadas à intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

- *Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;*
- *Representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC;*
- *Representante da Associação Médica Brasileira – AMB;*
- *Representante da Rede de Associações de Pacientes Bioed Brasil.*

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório:**Observações:**

Concedo a palavra à autora para encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, essa é uma área, eu diria, nova na Medicina, Presidente Ronaldo Caiado, que são os chamados medicamentos biológicos e biossimilares, até para uma melhor compreensão das pessoas, dos usuários desses medicamentos, e também para fazer esse trabalho da questão relacionada à intercambialidade dessas duas possibilidades de tratamento.

Então, essa é a natureza desse pedido de audiência pública, e penso bem limitada – apenas quatro palestrantes para a compreensão do problema e, eventualmente, através dessa audiência pública, proporcionar a criação de uma lei própria para essa questão da intercambialidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concluída a fala da autora, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Leitura.

ITEM 17**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, de 2017**

Requeiro, nos termos do artigo 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 41, de 2015 - CAS, de minha autoria, para instruir o PLC 53 de 2012, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.”

Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à autora para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Até eu, particularmente, na minha leiguice acho que é um preciosismo regimental. Estou desistindo da audiência pública. Achava que bastava comunicar, mas o Regimento disse que tem que votar. Estou desistindo, porque foi em 2015 – os interessados já não se interessam mais. Então, vou deixar o projeto andar. Estou desistindo da audiência pública sobre esse projeto, PLC 33, de 2012.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Lido o requerimento, a matéria voltará à pauta para votação.

Não havendo mais item na pauta, não havendo mais nada a deliberar, encerro a 16ª Reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Sociais.

(Iniciada às 09 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lidice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos, Vicentinho Alves. Registram presença os Senadores José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, José Maranhão e Flexa Ribeiro. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23 de 2017 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para Instruir o "PLC 38/2017 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho". Nominata de convidados para audiência pública: Adelaide Alves Miranda Arantes – Ministra do TST; Presidente da Associação Nacional Procuradores do Trabalho – ANPT; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA; Presidente do Ministério Público Trabalho – MPT; Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Dr. Rodrigo Dias – Juiz do Trabalho; Dr. Marlos Melek – Juiz do Trabalho; Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN); Antônio Galvão Peres – Professor da FAAP; Carlos Siqueira – Presidente do PSB; Robson Andrade - CNI" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único, o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, no nosso Regimento, não há questão de ponderação, mas permita-me apresentar, pela ordem, uma ponderação a V. Exª e aos pares da Comissão. Na verdade, é no sentido de suscitar dúvida. Então, faço questão de destacar que não é uma questão de ordem, é um esclarecimento.

Dispõe o art. 108 do Regimento Interno que: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico [...] do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis."

Obviamente, como é de conhecimento de todos, ainda ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado, ou melhor, foi rejeitado o relatório do Senador Ferraço sobre a reforma trabalhista e aprovado, assim, o voto em separado do Senador Paulo Paim. Como testemunhas, os colegas que aqui estão e a própria Senadora Marta, Presidente da Comissão.

A questão que pergunto é a seguinte: se se aplica aqui esse dispositivo do Regimento Interno, qual o procedimento que V. Exª deve cumprir no encaminhamento aqui, na Comissão de Constituição e Justiça? E acrescento, no sentido de ponderação – para termos o melhor debate possível, com as divergências que são de praxe, mas com respeito mútuo, que considero fundamental – sobre a necessidade que teríamos, nesse tema – como é esta Comissão que resolve a questão da constitucionalidade e, no nosso entender, essa matéria tem dispositivos que necessitam de apreciação da constitucionalidade amiúde –, de realizarmos uma audiência pública para o debate desse tema.

Então, na verdade, é uma ponderação, repito, não é uma questão de ordem, sobre o prazo necessário, sobre o interstício regimental de apreciação e sobre a necessidade que aqui pondero de termos uma audiência pública em debate sobre esse tema.

É uma questão que submeto a exame de V. Exª e dos demais colegas, pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe, que solicitou também a palavra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Eminente Senador Randolfe, então, antes de nós decidirmos a questão de indagação – assim colocada de modo muito educado e elegante, como sempre o é V. Ex^a –, manifestou vontade o Senador Jucá de fazer aqui a contradita dessa... Mas, como não é questão de ordem, acho que não há necessidade.

Então, queria só esclarecer que, por se tratar de uma reunião extraordinária e não ordinária e, como o próprio nome diz, a extraordinária foge dos padrões comuns, nós poderíamos, de fato, fazê-lo com esse interstício inferior àquele prazo regimentalmente previsto.

Com referência à audiência, nós estamos exatamente cumprindo um ritual que me foi declarado de acordo entre as diversas Lideranças realizado de que nós teríamos hoje a leitura do voto do Relator, os votos em separado para que, na semana que vem, nós tivéssemos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu estou inscrito, Senador.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu também quero...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ouvir o Senador Lindbergh, em primeiro lugar. Todos falarão com calma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, dizer que o Senador Randolfe não apresentou uma questão de ordem, porque também fizemos um acordo na reunião passada da CAS. O nosso entendimento é de que o prazo é de dois dias para a sessão ordinária ou extraordinária. Esse é o entendimento meu e da assessoria jurídica, mas isso não vem ao caso, porque nós construímos um acordo ali.

O que eu quero aqui é repactuar um pouco os termos daquele acordo, Senador Romero Jucá, até porque fomos surpreendidos hoje. Hoje, no *Drive*, de Fernando Rodrigues, estava lá que o Senador Romero Jucá ia tentar apressar para votar no dia 28, no plenário, e que a ordem do Governo era tentar acelerar. Eu não creio, porque está claro que existe uma fragilidade na base do Governo, no debate desse tema da reforma trabalhista.

O que nós queremos? Nós queremos que hoje seja feita a leitura pelo Senador Romero Jucá, mas queríamos também um compromisso, Senador Anastasia, de fazer, na próxima terça-feira, sem atrapalhar a quarta-feira, uma audiência pública para discutir – porque não houve audiência pública aqui – questões ligadas à constitucionalidade e questões processuais trabalhistas também. Então, nós queríamos fazer essa audiência aqui na próxima terça-feira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, queríamos, Senador Romero Jucá, até porque não tivemos tempo também, que hoje fizéssemos a leitura do relatório, déssemos vista coletiva, e apresentaríamos os votos em separado no começo da reunião de quarta-feira, e votaríamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, mas claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, quem sabe...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadores, um minutinho. Calma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem sabe o senhor ouve todas as questões de ordem e responde no final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos fazer a reunião, todos vão falar, Senadora Lídice, porque o que acontece? No momento em que o Senador fica aflito – e é natural –, pega o microfone, um fala, o outro não escuta, e a coisa tumultua um pouco. Então, vamos ouvir todos com muita ponderação.

Senadora Lídice, depois, Senador Paim... Senadora Vanessa pediu primeiro? Desculpe. Então, a Senadora Lídice, que pediu um pouquinho mais à frente de V. Ex^a, depois, V. Ex^a; então, o Senador Paim, e depois o Senador Romero falará.

Senadora Lídice, por gentileza.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu não posso entender que o acordo possa ferir tanto regimentalmente. Eu não estive na hora do acordo. Sou do PSB, respeito a possibilidade de ter sido feito o acordo com o PT e outras Lideranças, mas não é possível a leitura do voto... Eu tenho, como qualquer Senador, direito de pedir vista imediatamente. Portanto, o voto em separado só pode ser apresentado após o pedido de vista, porque eu peço vista para analisar o projeto e, na medida em que analise o relatório, eu apresento um voto em separado ao do Relator.

Então, não há sensatez, Senador Romero Jucá, e peço a atenção de V. Ex^a. Vou ter que repetir. Não é responsabilidade de V. Ex^a, V. Ex^a e o Senador fizeram um acordo, V. Ex^a e ele. Eu não estava presente, não participei do acordo, e quero ponderar uma questão. Quando se pede vista – e qualquer um pode pedir vista, eu de pronto pedirei vista, é regimental –, eu não posso oferecer um voto em separado antes do pedido de vista, porque o pedido de vista se justifica para analisar o relatório apresentado antes de votar. Eu só posso apresentar um voto em separado na medida em que eu analise, verifique se esse relatório não é condizente com a minha posição e, portanto, apresente um voto em separado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não é lógico, não é racional que hoje se faça a apresentação do relatório e, logo depois do relatório, faça-se a apresentação de três, quatro, cinco, seis, quantos sejam, votos em separado. Acho que isso revela uma intenção, que é a de adiantar o processo de votação, uma intenção com a qual eu não concordo porque é preciso, sim, que nós tenhamos o tempo efetivo do pedido de vista, que é de uma semana, já que haverá vista coletiva, e, na próxima semana, possamos iniciar a reunião com a apresentação dos votos em separado. Foi assim em todos os lugares porque é assim que isso se justifica. E mais: se não foi assim porque foi feito um acordo anterior quanto a isso, eu discordo do acordo, porque esse acordo não tem lógica. O pedido de vista é para que o conjunto da Comissão tome contato com o relatório.

Eu não conheço o relatório do Senador Romero Jucá. Eu não tenho a obrigação de ter um voto em separado contra o seu relatório, que não conheço sequer. Vou passar a conhecê-lo agora. Portanto, vou manter a minha posição. Não concordo que possamos, aqui, hoje, encerrar a discussão. A discussão precisa ser feita à medida que tomamos conhecimento do relatório, que não sei qual é.

Vamos pedir vista e, na próxima semana, iniciamos com a apresentação dos votos em separado, se eles existirem. Quem sabe alguém aqui se convence do brilhantismo do voto do Senador Romero Jucá e desiste, por exemplo, de apresentar um voto em separado?

Portanto, não concordo com esse encaminhamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Lídice.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª pela forma tranquila e serena com que preside a reunião. V. Exª demonstrou já essa capacidade, essa serenidade, durante o processo de *impeachment*, em que ouvia sempre, com muita atenção e equilíbrio, observações com as quais, no fundo, V. Exª se sentia profundamente ferido. Então, cumprimento V. Exª.

Quero dizer, em relação à polêmica que aqui está sendo instalada, que a única e melhor forma de resolver isso, Senador Romero Jucá, é retomar os exatos termos do acordo.

Eu estava presente quando do acordo. O Senador Lindbergh ainda não estava no exercício da Liderança do PT, função que era da Senadora Gleisi à época. Posteriormente, ele assumiu essa função. De fato, a Senadora Lídice não estava ali, como também não estava ali o Senador Randolfe. Mas, desde já, agradeço a todos a confiança. Lá estava o Senador Romero Jucá negociando, bem como a Senadora Marta, em nome de um grupo, e nós estávamos negociando em nome de outro grupo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vamos restabelecer o acordo. E qual foi o acordo? O acordo foi o de que, no dia de hoje, no dia seguinte, ou seja, passando por cima do Regimento, o que só é possível através de um acordo de unanimidade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Tem de haver unanimidade! Acordo é isso. Não existe acordo se um Senador ou Senadora não suportar o acordo.

Então, veja: passamos por cima do Regimento, para que o relatório fosse lido hoje. Nós não discutimos em nenhum momento se hoje também seria feita a leitura dos votos em separado e muito menos se seria encerrada a discussão. Em nenhum momento, Senador Romero Jucá e Senador Anastasia, isso foi discutido! A única coisa que foi discutida é que hoje seria apresentado o relatório, que haveria o pedido de vista e que estaria pronto o projeto para ser votado na semana que vem. Mas, em nenhum momento, nós discutimos ou definimos que a leitura dos votos em separado seria feita hoje, tampouco que se dariam a discussão e o encerramento da discussão.

Acho que aqui não podemos ficar criando confusão onde ela não existe. O tempo regimental que temos é o de uma semana, exatamente o de uma semana, para voltarmos a debater e a aprovar o projeto. Pois bem, daqui a uma semana, no dia 28, estaremos aqui para fazermos a leitura dos votos em separado e o debate e para votarmos o projeto, se for o caso. Não há problema.

Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que, da mesma forma que fez o Senador Lindbergh, hoje já protocolizei junto à Mesa desta Comissão a solicitação para a realização de audiências públicas. E, como o Senador Lindbergh, sugiro que sejam feitas, se for o caso, duas audiências na terça-feira, uma pela manhã e uma pela tarde – porque eu não sei o número de convidados; eu estou apresentando a sugestão de quatro convidados –; que sejam realizadas pelo menos duas audiências públicas, nem que sejam no mesmo dia. Mas têm que ser duas. E podemos trazer para cá juristas que concordam com o projeto, que acham que não fere a constitucionalidade. No nosso caso, nós temos convicção plena: é inconstitucional em vários dos seus aspectos.

Então, que na terça-feira façamos esse debate, sem prejuízo ao Regimento e ao calendário, que também aquele acordo estabeleceu, mas que não se fizesse... Porque, como a Senadora Lídice falou, eu também não estou com o meu voto em separado pronto. Não há como ler algo que não está pronto. Precisamos conhecer, porque é um voto em separado que difere do das outras comissões.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – As outras comissões abordaram muito a questão de mérito. Esta, não. Nós estamos aqui para analisar a constitucionalidade; somente isso. Então, nós estamos fazendo outro voto. Houve algumas poucas modificações da CAE para a CAS, mas aqui, não; é outro voto em separado, por conta do que esta Comissão debate.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é esse o encaminhamento que solicito que V. Ex^a dê. Assim, resolvem-se todos os problemas. Ninguém passa por cima de acordo, todo mundo aceita acordo, e o calendário também não sai prejudicado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia, eu acredito, sinceramente, e acho que o Relator até vai ter que concordar que está havendo aqui um falso debate...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... um debate que não teria nem que acontecer. Eu participei de todas as negociações, desde a da sala do Presidente, do Colégio de Líderes, e de todos os procedimentos que ocorreram em todas as comissões. E não estou nem entendendo o porquê deste debate. Não estou nem entendendo! Sinceramente, não estou.

Qual foi o acordo? O acordo, lá na sala do Presidente, foi que nós teríamos duas audiências em cada comissão. Fizemos, corretamente, na Comissão de Assuntos Econômicos, fizemos na de Assuntos Sociais, fizemos duas também no Senado, reconheço, lá no plenário, tipo uma comissão geral no plenário; uma comissão temática. Aqui não houve nenhuma. Então, olhem bem o cuidado que a Senadora Vanessa teve. Nós sabemos da pressa do Governo. Podemos discordar, mas sabemos. Vamos cumprir o acordo. Se querem fazer duas audiências, é legítimo – eu quero –, se nós queremos, e V. Ex^a poderá marcar, como disse a Senadora Vanessa, até duas no mesmo dia, uma de manhã e uma à tarde, para discutir a questão da constitucionalidade. Ou a gente respeita os acordos, ou vai dar esse imbróglio todo.

Segundo acordo que fizemos...

Eu vou esperar, Presidente, porque é importante para mim a opinião de V. Ex^a.

Segundo acordo que fizemos: nós faríamos o acordo para que não se cumprisse o Regimento – para que não se cumprisse! – e fosse lido hoje. Lembro o argumento do Senador Romero Jucá: "Olha, Paim, se não der o acordo, vai complicar aqui. E tudo bem; eu leio na quinta ou leio na sexta, mas vou ler nesta semana." Nós percebemos que tinha lógica isso. Seria lido de qualquer jeito, e nós pediríamos vista.

Então, eu tinha entendido, quando vim para cá... Até porque o relatório do Senador Romero Jucá muda, eu diria, radicalmente o relatório do Senador Ricardo Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muda, muda, sim. Calma, Senador! Tu vais ler agora, mas eu já li, passei a noite lendo. Eu passei a noite lendo. Não pense que eu vim para cá sem saber o que estou falando. E tenho um resuminho aqui de todas as alterações que V. Ex^a está fazendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que o Romero não leu ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório do Senador Ricardo Ferraço é um, o seu relatório é outro. Então, muda, não é? Só isso. Só estou dizendo que mudou, que ele mudou a redação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que o Romero não leu ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O conteúdo é outro. *(Risos.)*

Eu, como não estou com pressa, até gosto desses apartezinhos, porque vou ganhando mais um tempo, não é? Não estou com pressa, mas quero aqui contribuir com V. Ex^a.

V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a, é um respeito muito grande mesmo, como assim o disse para o Presidente da Comissão de Economia, o caro Senador Tasso Jereissati, que cumpriu na íntegra tudo o que acordamos, tirando alguma dificuldade, confesso, na Comissão de Assuntos Sociais. Mas, no fim, deu certo; no fim, fomos para o acordo, e deu certo.

Tenho aqui um resumo das alterações – das alterações! – em relação ao relatório do Senador, que foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, Senador da Comissão de Assuntos Sociais, Ricardo Ferraço.

Tenho aqui as alterações que ele fez, que não é nada, mas são uma, duas, três páginas. E é legítimo porque ele é o Relator em outra Comissão. Mas ele fez alterações, só que ninguém, até o momento, se apropriou do conteúdo que ele vai ler hoje. Eu fui à internet, pesquisei e achei, porque estava na página do Senado. Mas foi uma preocupação minha porque sou, e serei, Relator aqui de um voto em separado, que foi o voto vencedor na Comissão de Assuntos Sociais.

Por isso, Sr. Presidente, quero só que se respeite o acordo. Nós vamos respeitar, precisaríamos de dois dias de interstício. Isso não existe porque nós acordamos. Foi unânime esse acordo. Então, o que se faz hoje? Lê-se o relatório, pedimos vista, voltamos para as duas audiências públicas em datas a serem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

marcadas por V. Ex^ª, e vamos votar o projeto, sem problema nenhum, no momento que for acordado, cumprindo esse ritual mínimo.

Por isso, não estou nem entendendo a confusão. Não há confusão! A única em que cedemos – até porque o Senador também cedeu lá, o Senador cedeu lá na Comissão de Assuntos Sociais – seria a leitura do seu relatório hoje. Então, não há mais por que espichar esse assunto. Quanto à questão de ser constitucional ou não, vamos debater, claro, no momento adequado, que vai ser na próxima reunião. Hoje, será feita só a leitura.

Pronto, Presidente. Apenas falei do acordo que firmamos até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Paim.

Agora, o Senador Romero Jucá, que vai fazer as suas ponderações, como Relator, sobre aquilo que foi colocado, em razão dos acordos realizados.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Anastasia; bom dia, Senadoras e Senadores, senhores da imprensa, aqueles que nos acompanham pelas redes sociais.

Primeiro faço alguns comentários sobre o que foi dito aqui. Temos, o tempo todo, tratado com muita responsabilidade, com muito equilíbrio e com muito respeito todos nesse processo de discussão. E por quê? Porque entendemos que cada um tem sua história, tem sua posição, tem sua bandeira ideológica, tem sua visão. Posso concordar ou não, mas cada um tem o direito de se expressar livremente.

Fizemos, desde o início, um entendimento para discutir e votar essa matéria. Quando da votação na CAE, terminou havendo um desentendimento que não é positivo para a Casa e nem para o ambiente do Senado. E, quando essa matéria chegou à Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta, com muito trabalho, com muito jeito, com muita responsabilidade, terminou criando um debate. E tiramos desse debate o entendimento de que haveria um calendário para discutirmos e votarmos essa matéria. É preciso dizer que essa matéria, antes de ser discutida e votada nas comissões, teve 16 audiências em que ouvimos 98 pessoas, discutindo esse tema.

A SR^ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nenhuma sobre a constitucionalidade, Senador Romero – nenhuma!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar, Vanessa. Estou só começando. Vocês gostam de falar tanto; deixem-me falar um pouquinho.

A SR^ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tem razão. Eu peço desculpas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, nós fizemos um calendário. Na Comissão de Assuntos Sociais, nós poderíamos ter lido naquele dia a matéria, mas terminamos concordando em adiar por uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

semana a leitura, em respeito ao entendimento, para que tivéssemos, no restante das comissões, a condição de evitar qualquer tipo de desentendimento, o que não é bom na Casa.

Nós cumprimos a nossa posição. Nós tivemos ontem a votação. Eu sabia do resultado na hora em que o Senador Sérgio Petecão não veio. Eu poderia ter parado a votação, mas não parei, porque eu acho que nós temos que cumprir as coisas quando é bom ou quando é ruim. O acordado sobre o legislado tem que valer quando nós acordamos.

Eu estou entendendo, agora, porque a oposição não gosta do acordado sobre o legislado. É porque, quando o acordado sobre o legislado não é bom para eles, eles querem criar outro acordo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não! Vocês falaram; agora eu vou falar. Esperem aí. Calma!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar. Pode falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é verdade!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O que nós combinamos? Nós combinamos que iríamos votar ontem na Comissão de Assuntos Sociais e que seria lido hoje aqui. A reunião é extraordinária exatamente para não acontecer o que já foi colocado aqui, ou seja, que não haveria dois dias de convocação. Está certo? Eu conheço esse Regimento. Então, nós fizemos isso.

O entendimento, no meu posicionamento, é que leiamos hoje o meu voto e que se leriam os votos que já existem. Nós não vamos encerrar a discussão hoje. Não foi combinado isso. A discussão seria dada na próxima quarta-feira. Nós poderíamos dar vista de até uma semana. Poderíamos antecipar, mas não fizemos isso. Combinamos que daríamos uma semana. No dia 28, está acordado de se votar aqui, e a matéria vai para o Senador Eunício pautar quando ele entender que deve pautar.

Não será dia 28...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, dependerá do Presidente Eunício. Eu não crio a pauta da Presidência do Senado. Eu não sou o Presidente do Senado.

O que eu tenho dito – vocês peguem pela imprensa – é que, no dia 28, nós encerramos a fase das comissões. A partir daí, a matéria estará à disposição do Presidente para verificar... Esse é um projeto de lei importante. É preciso que os Senadores estejam presentes; é preciso que haja quórum. Então, o Senador Eunício tem a condição e a competência necessárias para marcar, dentro de um entendimento, o dia que será pautada a matéria em plenário.

Não vamos atropelar para votar aqui no dia 28, levar no dia 28 e votar lá no dia 28. Não será isso! Essa não é a minha posição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Responda sobre terça-feira, a audiência pública.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, deixe-me falar. Então, nós estamos nos posicionando de que forma? No dia em que o Senador Ferraço apresentou na CAE o seu voto, a Senadora Lídice, que é muito preparada, foi muito diligente para entregar o voto dela também no mesmo dia, não esperou o voto do Ferraço para apresentar um voto depois. Por quê? Porque ela já sabe o que ela vai apresentar, ela tem competência, ela tem opinião formada, como todos aqui têm.

Então, o que acho que é sério, o que acho que é um compromisso? Eu leio o meu voto, entrego o meu voto – que está disponível desde ontem às 15h no sistema da CCJ e no sistema do Senado, tanto que o Senador Paim já fez o dever de casa, já leu a matéria –, nós leríamos os votos que já existem... O do Senador Paim já é conhecido, o da Senadora Lídice já é conhecido...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não existe não...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não sei se há mais votos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...não existe nenhum voto, só do Eduardo Braga.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Espera aí, Lindbergh, deixa eu falar!

Nós leríamos, não encerraríamos a discussão – existe um voto do Eduardo Braga já também na mesa –, porque é importante que se discuta no momento da votação e, na quarta-feira, começamos... Se houver outro voto em separado, pode ser apresentado; não encerrando a discussão, pode ser apresentado.

Agora, os votos que já são conhecidos, não há por que quisermos postergar, lê-los na quarta-feira e atrasar o processo. Desculpem-me. Estamos trabalhando aqui numa relação de confiança, então eu acho que temos de ir ao limite de cada entendimento. Leem-se os votos de que já se tem conhecimento... O do Senador Paim é o mesmo voto, o da Senadora Lídice não é, o.k...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem o meu não é, Senador. O meu não é. Eu trato agora da constitucionalidade, se é constitucional ou não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Tudo bem, mas... Paim, veja bem: nós temos o compromisso de discutir e votar na quarta-feira. Eu fui decente com todo mundo aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu acho o seguinte... Falaram aqui da questão do Regimento e da audiência pública. Se vocês lerem o Regimento, vocês vão ver, primeiro: pedido de audiência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pública é feito em sessão ordinária, pedido de audiência pública é feito numa sessão e é votado na sessão seguinte. Então, em tese, vocês teriam que apresentar numa quarta-feira e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Calma! Vanessa, deixe-me falar. Nós estamos numa sessão extraordinária. Então, não cabe votação de requerimento de audiência pública. Vocês tem que... Se houver sessão ordinária, cabe apresentar numa sessão ordinária e votar na seguinte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente adia a votação então.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Esperem aí. Eu estou dizendo a vocês... Vocês não gostam tanto de falar de Regimento? Eu estou falando de Regimento. O que eu posso propor aqui para, levando em conta o acordado e o não legislado, fazermos mais um acordo para atender vocês? É o seguinte, vamos combinar aqui: eu leria o meu voto hoje, e nós concordaríamos em votar aqui, fora do Regimento, o pedido de audiência pública para terça-feira, desde que os votos de vocês sejam lidos na terça-feira e, quarta-feira... Não encerraríamos a discussão e, na quarta-feira, iniciariamos debatendo e votaríamos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Sabe por quê? Eu posso falar?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Vanessa, pediu primeiro o Senador... Senadora Vanessa, ele pediu primeiro, por gentileza. Todos falarão com calma e tranquilidade.

O Senador Romero fez uma proposta, e vamos ouvir agora, então, as ponderações.

Senador Lindbergh.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Romero, primeiro, digo que só há um voto em separado apresentado, que é do Senador Eduardo Braga,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que não está aqui. Por que não há outros votos em separado? Porque nós vamos discutir a inconstitucionalidade.

Então, Senador Anastasia, primeiro, eu queria que V. Ex^a lesse as notas taquigráficas da reunião da CAS, que vai ficar muito claro para o Senador Romero Jucá que o que foi acordado lá foi a leitura no dia de hoje, e a votação na próxima quarta-feira. Não houve no acordo discussão sobre voto em separado.

O que diz o Regimento? O Regimento diz que, depois da leitura, pode ser concedida vista coletiva. Depois da vista coletiva, vem o voto em separado.

E por que nós queremos quarta-feira? Porque é o dia da votação, é o dia em que o País vai parar, e o País vai parar mesmo. No próximo dia 28, em todas as capitais do País, vão existir mobilizações. E nós queremos ler o nosso voto em separado antes da votação. Terça-feira é o dia de fazermos audiência pública. Então, não é razoável, Senador Romero Jucá – não é razoável!

Eu queria só que o Senador Anastasia lesse as notas taquigráficas. Nós vamos cumprir aquele acordo firmado lá. Fora daquilo é o Regimento. E o que diz o Regimento? Depois que V. Ex^a acabar a leitura, eu vou pedir vista e outros vão pedir vista coletiva. Aí vamos para quarta-feira, aí apresentamos o nosso voto em separado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Ele pode dar o dia em que ele quiser.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Com 24 horas de vista.

Quer ganhar no bocão?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos respeitar as inscrições, porque está indo bem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma! Calma! Vamos com calma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a, Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Voto em separado não tem leitura.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando a gente o interrompe, ele protesta. Agora, quando a gente está falando, ele interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero dizer o seguinte: eu estou querendo discutir – por isso que eu peço a leitura das notas taquigráficas – em cima do acordo da CAS. Depois disso, é Regimento. E esse é um ponto central, porque, se V. Ex^ª forçar isso, aí não há mais acordo, está rompido tudo, aí nós vamos para a questão de ordem dizer aqui que o interstício é de dois dias. É isso que V. Ex^ª quer? Eu faço um apelo. Não é nada de mais deixar que comecemos a reunião de quarta-feira com a apresentação dos votos em separado. O Senador Romero Jucá está tencionando de forma artificial. Eu faço esse apelo –...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou ler.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... estou sem voz –, para o Senador Antonio Anastasia ler as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Inclusive, me foram entregues, já grafada em amarelo pela Senadora Vanessa a parte que interessa. Por isso mesmo, eu vou ler.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Para facilitar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É claro. Eu vou ler, mas as senhoras e os senhores vão perceber que, lamentavelmente, o texto não socorre nem a um lado, nem ao outro, porque diz o seguinte, vou ler *ipsis litteris*: "No dia seguinte à terça-feira da votação na CAS, nós leríamos na CCJ. [Leríamos o quê?] E, na quarta-feira seguinte, voltaríamos na CCJ." Eu não sei se é votar. Está escrito voltar, e não votar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu estou lendo o que está escrito aqui. Está escrito voltaríamos, e não votaríamos. Estou lendo *ipsis litteris*. Então, o texto aqui não está ajudando muito.

A SR^ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Qual foi o intuito do texto, evidentemente, pelo que estou entendendo aqui? É que, de fato, depois da votação na CAS, leriam-se, na CCJ, leriam-se os votos, me parece. Agora, claro, que isso vai depender de quem fez o acordo, que não fui eu. E, na quarta seguinte...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não se falam de votos aí. Viu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Fala-se leríamos, leríamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E, na quarta seguinte, voltaríamos...

Me parece que a convergência está por um átimo. Então, vamos ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin, e vamos nos acalmar, que vamos chegar a um...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, primeiro, eu entreguei, porque achei que estava claro. Em nenhum momento, nós falamos dos votos em separado. Isso é fato. Só tratamos da leitura do relatório.

Na página seguinte – porque foram duas páginas encaminhadas, e nós não grifamos –, há várias intervenções da Senadora Gleisi e minhas que resumem tudo. Até a Senadora Marta ficou um pouco impaciente, e nós dizíamos a ela à época, e ela deve se lembrar: "Nós estamos repetindo para ficar muito claro o acordo que estamos fazendo."

Então, Presidente, acho que estamos num bom caminho. Se V. Exª permite, eu acho que aqui não há o que discutir. Nós vamos ler o relatório, há o pedido de vista, e, na quarta-feira da semana que vem... Esta é a diferença apenas. Em vez de a leitura ser na terça... Porque, para terça-feira, estamos sugerindo audiência pública inclusive pelo dia inteiro. Audiência pública de manhã, não é, Senador Paim? E audiência pública à tarde, o dia inteiro, porque é importante. Esta é a Comissão que se diferencia das duas outras. É a única oportunidade para debater a constitucionalidade.

E, mesmo, Senador Anastasia, o Relator, nas outras comissões, não analisando e nem sendo obrigado a analisar a questão da constitucionalidade, ele entrou nesse aspecto. E nós também, nos votos em separado, de forma muito superficial. É isso que vamos ter de discutir à exaustão. Dizem: "Ah! Mas não está tocando na Constituição," De fato, nem poderia, porque não é uma PEC. Só que é o seguinte: quando se prevê o trabalho intermitente, prevendo-se o pagamento por hora, sem deixar claro que o mínimo está garantido, as horas trabalhadas podem ser inferiores ao salário mínimo, e o trabalhador vai receber menos.

Então, Presidente, a proposta é muito simples. Acho que chegamos bem até aqui. Vamos encerrar a parte das comissões bem. Audiências públicas na terça-feira, e, na quarta-feira, a leitura dos votos em separado, com a devida discussão e a votação, se for o caso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá sabe que nós temos razão. V. Ex^a sabe. Eu o ouvi quietinho e gostaria de que o senhor ficasse por um minuto quietinho para eu fazer a minha argumentação. V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a.

Senador, eu tenho aqui o parecer da Consultoria do Senado só sobre a questão constitucional. Está aqui. Por isso, estão preocupados com a leitura. Eu tenho de ler isso, sou obrigado a ler. Tenho aqui da Anamatra e tenho um outro do Ministério Público.

O que vou fazer? Vou pegar os três, naturalmente, e fundir numa peça única para apresentar o meu voto em separado aqui sobre a questão constitucional ou não.

Senador, V. Ex^a sabe que, lendo hoje, depois da sua leitura, há um prazo mínimo para apresentarmos o nosso voto em separado, que todos estão propondo que seja na semana que vem. Por isso que eu digo que estamos criando aqui um falso debate. O acordo, para mim, tem de ser respeitado. Ninguém está preocupado aqui com o interstício de dois dias, como manda o Regimento, porque assim nós já decidimos: respeitáramos o acordo, leríamos hoje, faríamos duas audiências públicas, faríamos o debate...

Pode continuar, não há problema. Pode continuar. Isso faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós estamos tentando... Pode seguir, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso me ajuda, isso ajuda. Se quiserem mais uns cinco minutos, eu dou. Podemos até fazer um intervalo para vocês tentarem construir um acordo, e a gente volta.

É só uma contribuição, Presidente.

Mas, Presidente, como eu estava dizendo aqui, estamos fazendo um falso debate. Ninguém aqui quer deixar de cumprir o acordo. Duas audiências públicas, V. Ex^a lê, a gente pede vista, e, na próxima reunião marcada para ler os votos em separado...

V. Ex^a sabe como foi aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Eu li o voto em quatro horas e meia. Fiquei solito aqui, a bem dizer – um ou outro e alguém presidindo. Os trabalhos na Casa andaram normalmente. E, na hora final, estavam aqui todos para votar. Então, não há problema nenhum em deixar a gente falar na leitura do voto em separado. Claro que não vou usar as cinco horas, porque aqui os argumentos são bem menores em relação a toda a retrospectiva histórica que fiz da luta dos trabalhadores até o momento dessas mudanças.

Por isso, sem debater aqui a questão – nem ideológica, Senador Romero, e muito menos de mérito, por isso vamos apenas fazer... Vamos continuar com o acordo. V. Ex^a lê, a gente pede vista,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pegamos o seu relatório, pegamos os pareceres que tenho aqui de três setores da sociedade, um de 17 Ministros do TST também. Vou apresentar o meu relatório no dia marcado, a gente lê...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – O Senador Lindbergh está atrapalhando o Paim aqui. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – A gente está tentando chegar a um acordo. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o acordo... Para mim o acordo está feito, Sr. Presidente. Eu vou concluir já. Não há motivos mais... A gente faz as duas audiências, com a data marcada por V. Ex^a. Não vejo problema nenhum no que a Senadora Vanessa propôs.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Só para ajudar, nunca para prejudicar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei disso. Eu sei disso.

Pode ser até as duas no mesmo dia. Mas que a gente ouça os juristas, os especialistas no tema, para, cada vez mais, quem sabe, mudar a posição do Relator. Sei que ele é muito flexível. Ele, ouvindo aqui juízes do TST, ouvindo a Anamatra, ouvindo, talvez, até os consultores da Casa, eles todos... O Ives Gandra sabe que é minoria lá. No debate que tivemos, ele admitiu que o voto dele era unitário; não era nem coletivo, nem solidário – nem coletivo, nem solidário com ninguém!

Aí apresentei, no mesmo dia, a visão de todos os Ministros...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De todos, não, mas da ampla maioria do TST, contrária à posição dele. Mas esse é um debate que a gente faz no dia adequado.

Por isso, Presidente, faço, mais uma vez, o apelo a V. Ex^a. Fomos bem até aqui – fomos bem, fomos bem! Tanto que está um a um. O Senador Romero Jucá foi vitorioso numa Comissão, e perdeu na outra; nós perdemos numa, e ganhamos na outra. E, aqui na CCJ, é mais um momento como esse. E sabemos que tudo vai terminar no plenário, nós sabemos. Tudo vai terminar no plenário, não há caminho. Está no Regimento isso, nós vamos respeitar.

Por isso, Presidente, vamos fazer o acordo logo e tocar para frente a bola.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Está inscrita a Senadora Lídice.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Questão de acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ouvir a Lídice primeiro, porque ela já está...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós estamos tentando...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ouvir com calma.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, nós estamos tentando construir o acordo. Estamos apenas com pequenos detalhes para fechar, que é o interesse de todos nós. Nós sabemos...

Eu só vou responder a uma questão do Senador Romero, porque o seu voto é diferente dos demais. V. Exª sabe, o seu voto é voltado para a constitucionalidade. Como todos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exato. O senhor fala de mérito também, mas veja bem: eu não posso ler o meu voto, Senador Ricardo Ferraço, que já fez alguma mudança da CAE para a CAS, mas manteve na essência, porque ficará fora de tom.

Então, todos nós que somos tão caxias quanto V. Exª e que queremos cumprir a atribuição da Comissão vamos tratar também da questão constitucional. Mais do que isso, V. Exª deu exatamente o aspecto de o porquê de o negociado, o acordado sobre o legislado só poder existir para beneficiar, Senador. É por isso que nós somos contra.

Hoje, já existe o negociado sobre o legislado. No entanto, para beneficiar... Só na hipótese de beneficiar, de acrescentar para o trabalhador, acrescentar para o mais frágil. Nós somos a parte mais frágil, porque, em tese, somos a minoria. V. Exª, toda vez em que fala fora do microfone, já ameaça passar o trator por cima com a sua maioria. É por isso que não pode ser o negociado sobre o legislado para prejudicar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele está mais humilde depois de ontem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Então, V. Exª sabia, por antecipação, que iria perder, mas depois que viu que faltou alguém. Antes, não sabia, não. Mas vamos... *(Risos.)*

Mas vamos lá.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que o nosso interesse, Senador... Veja bem: todos sabem que a data será definida pelo Senador Eunício como Presidente da Casa. Todos sabem disso. O que V. Ex^a está buscando é que nós possamos votar, concluir o processo na próxima semana. Nós compreendemos isso e sabemos que a força de V. Ex^a, como pseudomaioria, pode nos levar a aceitar isso. E estamos aceitando.

O que nós estamos querendo negociar apenas é que seja na quarta-feira. Que nós possamos ler os votos na quarta-feira – discutir, obviamente – e votar, portanto, na quarta-feira. É apenas uma mudança de um dia. Eu acho que é razoável. Apesar de todos os pesares, de sua competência em usar da maioria, V. Ex^a é bom negociador, sabe que nós estamos em um momento de dificuldades gerais no País, que a crise é grande e leva à necessidade desta negociação, porque, se não houvesse necessidade de negociar, V. Ex^a já tinha passado por cima. Mas não é da sua característica. Nós sabemos disso. Não é sua marca isso.

Então, nós estamos pedindo, estamos apelando para que V. Ex^a mantenha esta capacidade de negociar e nos permita votar na quarta-feira. Eu sei que não há nisso um rompimento muito grande. É um dia apenas. Não seria razoável propor mais uma semana. Nós estamos propondo apenas mais um dia.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Em relação à proposta dele.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, pois é, o dia é o mesmo. Melhor ainda. É apenas uma mudança de procedimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O que eu quero discutir é o princípio da razoabilidade.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas é isso mesmo que eu estou discutindo. É razoável isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vir para cá na quarta-feira e ficar lido um voto aqui, até de noite, não é o correto, até porque, veja bem, desde o começo...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós topamos acordar quantos votos existirão, por exemplo.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A minha questão não é quantos votos, é o tempo dos votos, porque alguém pode ler aqui, por dois dias, um voto, quando não precisa ler. É preciso que se diga isso.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A razoabilidade...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Regimento não obriga a ler voto em separado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Romero...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigada ao que se apresenta. Nós, aqui, desde o começo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Romero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romero, isso não existe.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para complementar. Nós, desde o começo, em homenagem ao Senador Paim...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vamos avançar, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... em homenagem a todas as pessoas, dissemos que nós vamos concordar na leitura integral dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senhores, calma!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Lídice...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós não tínhamos concordado? O Regimento não diz. Ele diz apresentar; não diz ler o voto em separado. Voto separado... Senão, se alguém passasse três dias lendo um voto, iria obstruir os trabalhos da Casa. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu quero o princípio da razoabilidade para a gente, à tarde, no final do tarde, poder votar a matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Romero, nós estamos concordando. Vamos no mesmo princípio da razoabilidade.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por gentileza. Lídice, um minuto.

Agora a coisa anarquizou um pouco. Vamos ter um pouco de calma. Vamos ouvir as pessoas, todos com calma. Vou pedir ao Senador Romero, por gentileza, como Relator, e ele sempre terá a palavra final, é o Relator.

Então, vamos ouvir a Senadora Lídice, depois vamos ouvir o Senador Randolfe.

Já há aqui uma proposta que eu apresentei ao Senador Lindbergh, que me parece razoável. Vamos ouvir a Senadora Gleisi, que se inscreveu lá também, para tentar convergir, que me parece que estamos a um mínimo passo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Senadora Lídice, V. Ex^a conclua para eu passar para o Senador Randolfe.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Vou buscar terminar.

Veja bem, Senador, não houve isso de alguém ler dois dias o voto. Então, vamos partir do princípio. Não houve. Então, já partimos de um princípio de algo que não aconteceu.

Vamos tentar, eu estou correndo o risco, porque nós não acertamos isso aqui, eles podem me contradizer e eu não tenho problema com isso. Mas eu acho que seria razoável, por exemplo, nós estabelecermos, em vez de qual o tempo para cada voto, até que horas nós leríamos os votos. Poderíamos chegar, por exemplo, iniciar a sessão de manhã e ir até às 16h lendo voto. Só vendo voto.

Veja bem, Senador, estou colocando a proposta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São quatro votos em separado, no mínimo. Só para ajudar.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – São mais. Eu estou colocando a proposta, e V. Ex^a coloque uma contraproposta.

Então, nós poderíamos até 16h... A Vanessa está propondo 18h, mas eu estou propondo 16h. V. Ex^a propõe depois. A minha proposta é esta: 16h, e a gente negocia quantos votos são.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A proposta, Presidente, é razoável, porque daí os autores dos votos em separado, Senador Anastasia,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou fazer uma proposta, por gentileza.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, posso falar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Antes de eu fazer a proposta, Senador Randolfe e Senadora Gleisi, para não atropelar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A questão é a seguinte. Nenhum princípio, com a devida vênia, meu querido Senador Romero Jucá, da razoabilidade pode subverter o direito, principalmente o direito do Parlamentar, é elementar isso. Todos os Parlamentares aqui, todos, da oposição e do Governo, tanto é que o único voto em separado que tem aqui é de um Parlamentar da base de apoio ao Governo, Eduardo Braga, têm direito a apresentar voto em separado.

Então, o que eu acho que nós temos que acordar aqui é o procedimento. E qual seria o procedimento? Quarta-feira se leem os votos em separado e faz-se a discussão. Não podemos estabelecer aqui limite de voto em separado. O razoável não pode ser, pode estar acima do direito do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parlamentar. Mesmo porque a oposição não é um bloco só, a oposição não é uníssona, a oposição tem partidos diferentes, e os partidos diferentes querem ter o direito de se manifestar.

Enfim, concordamos, acordamos na quarta-feira. Mas que a quarta-feira seja o dia de os votos em separado serem apresentados e da discussão. Vamos ver aqui que horário nós levamos para votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Vamos cumprir o que a gente combinou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não combinou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ouvir a Senadora Gleisi.

Depois eu vou fazer um resumo, porque estou ouvindo bem, porque, de fato, Senador Randolfe, isso já é hoje o objeto. Então, ele não trouxe muita novidade.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É só para esclarecer, Presidente, não obstante o seu trocadilho verbal de interpretação da ata sobre votarmos ou voltarmos, depois que nós fazemos uma leitura, nós votamos. Obviamente que a Taquigrafia errou. Então, está claro que era voto.

Nós fizemos um acordo muito claro aqui – eu estava junto –, que era a leitura hoje e a votação na próxima semana. A votação inclui o processo de discussão. E, na discussão, inclui-se o voto em separado. Então, nós estamos discutindo coisas que não precisávamos discutir. Está claro. Nós vamos ler hoje e, na próxima semana, nós vamos votar, inclusive com as leituras dos votos em separado.

E quero lhe dizer, Senador Jucá, se forem cinco votos em separado, nós leremos os cinco votos em separado. Ninguém aqui está querendo protelar nada. É uma matéria importante, de divergência nesta Casa. Vocês perderam ontem. E nós temos o direito de fazer o debate, a discussão.

E o que nós estamos colocando de novo aqui, a única coisa de nova é pedindo audiência pública, que é para terça-feira, inclusive, nem é para quarta-feira, no dia da reunião da CCJ. E não consta, em nenhuma parte do Regimento, que uma reunião extraordinária não pode aprovar requerimento de audiência pública.

Então, eu gostaria, Presidente e Senador Jucá, que a gente cumprisse o que foi acordado, porque, se não for cumprido o que for acordado, nós também nos sentimos com liberdade de fazer outra coisa aqui na reunião. Então, eu gostaria muito que fosse isso.

E não há limitação de voto em separado. Nós temos o direito de debater. O País quer debater esta matéria. Se vocês tivessem tanta certeza da justeza da matéria, os senhores tinham ganhado ontem na CAS, que fez a discussão de mérito da matéria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, não dá para aceitar outra coisa que não seja essa, clarinha, que está aí na ata, mesmo com o erro da Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Gleisi, me permita, então, ler de novo o que está na ata aqui, que a senhora acaba de defender, que diz o seguinte: "Na quarta seguinte, votaríamos na CCJ pela manhã." Está escrito aqui: pela manhã. Votaríamos pela manhã. Está escrito aqui no acordo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela manhã é a reunião, que inicia pela manhã.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Acabou de falar aqui. Votaríamos pela manhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votaríamos na quarta pela manhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer uma...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me só fazer uma observação aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, eu pedi, eu estava inscrito antes de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, fale. Depois, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer aqui uma reflexão, inclusive com os nossos companheiros da oposição. Para mim está claro que há um acordo que se vota na quarta-feira, está certo? E acho que a situação também pode fazer essa reflexão. Nós é que temos que decidir se para nós é mais importante alguém ficar quatro horas lendo um voto em separado ou fazer uma discussão. O que nós temos que querer é que a discussão se faça sem qualquer limitação, porque o que aconteceu na CAS foi que houve uma limitação de tempo para a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, veja: ninguém vai proibir ninguém de apresentar voto em separado. Agora, nós vamos poder aqui, na próxima quarta-feira, decidir quantos votos serão lidos, quantos não serão lidos, porque acho que é inteligente – e a oposição tem sido inteligente –, e é melhor nós discutirmos do que ficarmos lendo o voto em separado, se há o compromisso de votar na quarta-feira.

Então, a gente poderia resolver essa questão da forma como foi proposta. Ninguém está proibido de apresentar voto em separado. Agora, a oposição, se souber usar da inteligência, poderá ler um, um e meio ou dois.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ou resumir e levantar o que é importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E aí nós vamos fazer a discussão. Eu acho que o que interessa é a discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Decidir na quarta-feira isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ontem nós ganhamos pela discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Na quarta-feira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não foi por voto em separado. Então, poderíamos fazer isso. Encerrava-se a discussão, sem qualquer limite. O que é fundamental do acordo é votar na quarta. Se é meio-dia, se é meia-noite, se é às 4h da tarde é outra história. Eu faço essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Bom, eu queria primeiro dizer que eu acho que o Senador Humberto colocou uma coisa que eu acho que é fundamental. Ficar lendo aqui quatro, cinco horas um relatório, um voto em separado, o que não é obrigatório, volto a dizer,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas não é proibido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Espere aí, espere aí.

Não é obrigatório. Não é obrigatório. Exatamente não é obrigatório para não ser um instrumento de postergação de votação ou de discussão, não é obrigatório. Nós teríamos, sim, que debater a matéria e votar.

Eu vejo a oposição contraditória, porque se diz que tem os votos, se ganhou ontem, se está dizendo que tem a condição de parar, então, por que é que não bota para votar logo, já para vocês derrotarem a gente? Não é? Vocês têm voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vocês não têm voto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É proibido argumentar?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vocês não têm voto?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, vocês não têm voto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você está dizendo que é proibido argumentar. Então, fecha esta porcaria.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, o que eu quero dizer é o seguinte... Eu quero dizer o seguinte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, se não pode mais nem argumentar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, pode. Paim, Paim...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ganhar no debate.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Desde o começo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então o seguinte: vamos todo mundo para casa, marca a hora para a gente vir aqui votar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu falei, eu falei desde o começo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora não pode ler voto e relatório, não pode argumentar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Meus amigos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está correto o Senador Paim, exatamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não é possível...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não é possível, por gentileza.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Desde o começo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Espere um minutinho.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Espere um minutinho, Jucá. Eu vou pedir aqui...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Por gentileza, espere aí. Um momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paim, por gentileza. Eu faço aqui agora um apelo aos Senadores, porque do contrário a discussão... Nós estamos a um passo de resolver o assunto. Aí há uma palavra, corta o outro, não há ordem. Vamos ouvir o Relator primeiro, com calma, deixem ele falar o que quiser, depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele não está provocando, eu vou pedir que ele não provoque então, essas provocações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas também há provocação do outro lado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu fui provocado. A Senadora disse: "Olha, se não fizer, nós vamos fazer outras coisas." Outras coisas servem para a oposição e servem para o lado do Governo também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós vamos apresentar questão de ordem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua na linha da ameaça e da provocação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Senador Jucá.

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não leva a nada. Não leva a nada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª tem que ter respeito na discussão, inclusive com o Senador Paim,...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu sei que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... que leu um voto de quatro horas e foi importante para esclarecer a sociedade brasileira.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu sei que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se nós vamos discutir a leitura, vai ser na próxima quarta-feira; não é nesta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu sei que eu sou inexperiente, mas vocês não vão me enrolar, entendeu?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, inexperiente o senhor não é.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campanha.*) – Calma, Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos manter *(Fora do microfone.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o acordado. O acordado é discutir na quarta-feira e votar na quarta-feira. É isso que a gente combinou, entendeu?

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Agora, não quero levar a sessão até meia noite, 11h, para não votar, porque não é o correto, não foi isso que a gente combinou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso não está acordado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí é o Regimento, Senador. Aí é o Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Definem...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não é o Regimento, Lindbergh.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não é o Regimento, Lindbergh. Nós fizemos um acordo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós fizemos um acordo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós fizemos um acordo, entende? Nós fizemos um acordo. Então vocês definam,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu só peço...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... dentro do tempo, como é que vocês querem tocar. Se vocês querem ler voto, se vocês querem discutir...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós não fizemos acordo de tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O que vocês querem fazer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Anastasia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é problema nosso.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Anastasia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não há acordo de tempo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não houve acordo de tempo para a CCJ, não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Gleisi.

Eu gostaria de saber quem está conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por gentileza, senhores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem está presidindo os trabalhos aqui, Senador Anastasia? É o senhor?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vi que o Romero só quer provocar.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pronto, acabou, todo mundo está com calma agora? Calma, calma, calma, calma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadores, é natural que esse tema, Senador Paim, que V. Exª...

Eu peço ao Senador Jucá um minuto.

Senador Paulo Rocha, eu pediria, mais uma vez,...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Estamos discutindo o sexo dos anjos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Humberto, Senador Lindbergh, por gentileza, um mínimo de ordem.

Vejam bem, vamos fazer aqui um breve resumo: há um acordo, que foi feito na CAS, que eu li aqui de maneira muito clara, ainda que houvesse um pequeno equívoco, de que se votaria na terça seguinte. Aqui, leríamos da CAS e teríamos a votação da CCJ na outra semana. Quanto a isso, não há dúvida. Todos estão 100% de acordo.

Há um fato novo que apareceu hoje que é uma solicitação de audiência pública. Isso é um fato novo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um fato novo, por gentileza, um fato novo de uma audiência pública solicitada, tendo como tema a questão da constitucionalidade, já que esta Comissão tem por objeto esse assunto. Por outro lado, resta a indagação se teríamos hoje – e é a dúvida que ficou do acordo – a leitura do voto do Relator e dos eventuais votos em separado que teriam sido apresentados.

A essa altura, só foi apresentado um voto em separado, do Senador Eduardo Braga. Há a pretensão, perfeitamente legítima, constitucional, regimental e devida, de diversos Parlamentares apresentarem também os seus votos em separado. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida, e todos vamos atendê-la.

O próprio Senador Jucá já disse aqui que pode apresentar um voto hoje e, eventualmente, ter surgido outro na própria na quarta-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Para encerrar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O que ele pondera e que me parece adequado, e, por isso, eu peço mais uma vez o equilíbrio, como o Senador Humberto colocou, de nós tentarmos fazer aqui um acordo com todo o respeito à discussão, às ponderações, às diversas posições.

Isso é mais do que natural, até porque o debate na CCJ é importante? É, mas o grande debate dar-se-á no momento oportuno, nós todos sabemos, no plenário onde se vai decidir. E, como há o acordo geral de nós votarmos no dia 28 na CCJ, o encerramento na CCJ – nada de plenário dia 28 –, como está escrito aqui no acordo, e eu já o reli, então, me parece que nós estamos convergindo já para essa possibilidade, ou seja, de hoje nós termos a leitura só do parecer do Relator.

Teríamos, a depender de um acordo geral, que inclui o Líder do Governo, de termos ou não audiência na terça. Em razão disso, uma outra norma procedimental acordada aqui, de um dado de razoabilidade da limitação, não uma limitação com uma camisa de força, quantos votos forem, mas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estabelecer um horizonte, para que, no dia 28, nós tenhamos, no horário razoável, a conclusão e a votação.

Parece-me perfeitamente adequado, perfeitamente ponderado, que isso ocorra. Não há nenhuma dificuldade. Havendo o horário adequado, eu faria o apelo ao Senador Jucá quanto à audiência na terça, que acho que não afeta nada, desde que houvesse, no dia seguinte, um horário razoável para a conclusão da votação, havendo aquiescência de todos.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero fazer uma proposta bem objetiva, que, na verdade, é a repetição da proposta da Senadora Lídice da Mata. Nós vamos votar no dia 28. Nós queremos o tempo para ler os votos em separado. Melhor do que dar um tempo para cada voto é nos dividirmos e ver o tempo que cada um vai falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que eu proponho? Das 10h às 16h...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – 18h.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é 18h, Senadora Vanessa. Minha proposta é das 10h às 16h...

Nós leríamos os votos em separado e, depois, entraríamos na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Eu quero só ajudar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ajude, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Só para ajudar. Sabem o carinho que eu tenho por todos aqui, pelo Presidente, pelo Relator, por todo esse Plenário. A gente às vezes se altera, porque faz parte da própria índole de cada um, uns mais, outros, menos.

Mas eu acho que a proposta do Senador Anastasia está perfeita, porque, quando engessa num horário... Eu acho que podemos terminar até antes desse horário. Mas, quando se engessa num horário, não é adequado. Eu, se fosse para engessar num horário e para votar, claro que eu queria já que fosse às 19, com certeza que iria votar, mas eu não estou fixando horário. Eu acho que nós não deveríamos fixar um horário, com a palavra de todos nós de que nós vamos construir um acordo, para votar no dia 28. E não vai ser às 10 e não vai ser às 9 da noite, não. Vai ser na linha do seu pronunciamento, porque todos aqui, Senadores, têm consciência do que foi a sua proposta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A sua proposta é uma proposta equilibrada, que não diz: "São cinco minutos, são dez minutos, tem que terminar às 13, terminar às 14, tem que terminar às 16!", mas abre o leque para o bom debate. E nós saberemos fazer isso.

Sabemos que temos que votar. Sabemos que temos que votar. E será votado, com certeza, no dia 28, quarta-feira, e não vai entrar noite adentro. Pode ter certeza absoluta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha, quando há muita discussão assim... Eu, que sou Líder do PT, vou ter que tomar uma decisão aqui também como Líder, e a minha proposta é esta: de 10 às 16, ou seja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, ótimo: de 9 às 16, a leitura dos votos em separado, e depois adentramos na discussão, sendo que não há limite de discussão. Aí cada Senador tem seus dez minutos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque há limite e são dez minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei que da Base do Governo vão falar. Nós vamos utilizar o nosso tempo de dez minutos e depois vamos para o encaminhamento e para a votação. E vamos votar no dia 28. É essa a proposta de acordo aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque será até às 16h para a leitura. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lindbergh, então vamos fazer aqui uma contraproposta. Já que ganhamos essa hora das 9, vamos de 9 às 15, e aí começa a discussão, porque aí dá exatamente a sua ponderação. E aí faz a discussão, a discussão é de dez minutos para cada qual...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí V. Exª vai me deixar mal, aqui, com a minha turma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não vou deixar, não,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vai...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... porque o senhor falou dez...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª vai me deixar mal. Eu já estou bancando isso aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Comigo V. Ex^a nunca fica mal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu já estou bancando isso aqui...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nossa proposta era 18h...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A proposta era 18. Aí eu vou ficar mal com a minha turma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então vamos abrir às 10. Vamos abrir às 10, então. Vou abrir conforme a sua proposta: de 10 às 16.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vou falar: de 9 às 15 ou 10 às 16 é o mesmo tempo. Desculpem-me.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De 10 às 16, Senador Anastasia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixem-me falar: vai ser uma reunião extraordinária. Então, pelo amor de Deus, eu não sei qual é a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De 9h45 às... De 10 às 16. Está bem.

E depois fazem a discussão, dez minutos para cada qual, conforme manda o Regimento, e faz a votação.

A Senadora Marta não está concordando não? É duro...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De 10 às 16 horas, Senador Anastasia, conforme o senhor já...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou fazer o resumo de novo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Começam cedo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, temos aqui já um primeiro passo, Senador Paim, Senador Lindbergh, no que se refere à reunião de quarta-feira que vem. Qual é? Vamos deixar bem claro e, desta vez, para não haver o equívoco. Vamos deixar bem minucioso, bem transparente e claro.

Primeiro: nós teremos uma reunião extraordinária na Comissão de Constituição e Justiça, na próxima quarta-feira, às 9h45, e, de 9h45 até as 16h, teremos a leitura dos votos em separado. Hoje será lido o voto do Relator. A partir de então, teremos a discussão e, depois da discussão, a votação.

Então, agora temos a segunda indagação, e eu passo a palavra ao Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só uma pergunta, para esclarecer...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não está acertado ainda. Eu quero o seguinte... Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Deixe só ele falar, e aí...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu quero colocar o seguinte: é o pacote completo, porque senão nós vamos ter uma confusão de novo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Espere um minutinho, Jucá. Vamos ouvir a pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Nós não teríamos limite de voto em separado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós estabelecemos é o tempo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso. Combinado o acordo, vão se adequar entre si.

Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Na CAS, nós acertamos que encaminhamento é um por partido...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Na CAS, foi acertado isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Foi. Pois é. Estou dizendo aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Falou CAE...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Encaminhamento é um por partido. A discussão é até dez minutos. Na CAS, fixamos cinco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sim. Não, não há problema...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Líder...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos cumprir o Regimento. Isso aqui não há jeito, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse acordo foi específico...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nesse acordo, Romero...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse acordo foi para a CAS.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero apelar a você aí. É um momento em que cada Senador... Este é um tema muito importante. Abrir mão dos dez minutos não tem jeito na discussão. E o encaminhamento é de cinco minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E todos podem encaminhar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí é o Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E todos podem encaminhar?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Fora do Regimento?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Todos podem encaminhar, sim.

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O acordo lá não vale para...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Façam as contas aí: vocês querem votar a que horas esta matéria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso vai ser votado às 7h da noite, 8h da noite.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se vocês querem votar, nós vamos votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ah!, é? Então, vamos fixar 7h da noite para votar?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu não estou fixando.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Romero Jucá, aí é Regimento! É Regimento!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Lindbergh, Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Regimento permite a cada Senador encaminhar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Regimento me permite encerrar a discussão também. O.k.?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Permite...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É maioria...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Está certo? O.k.?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O.k.. Vamos nessa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas permite a V. Exª encerrar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Regimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero entender o que é...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Falam três contra, três a favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero entender...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E se vota um requerimento para encerrar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Humberto, calma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou é acordo ou não é acordo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero entender...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Paim, deixe-me falar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, senhores. Já estamos quase resolvendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Paim, vamos fazer uma conta aqui. Se vierem 20 pessoas para discutir a dez minutos, dá quanto tempo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não vai haver, porque V. Ex^a vai pedir para a Base do Governo não falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não... Na Base do Governo... Estou dizendo 20 de vocês, porque pode vir discutir aqui quem não é da Comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serão três horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ou não pode discutir?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não pode discutir? Então, é isso que eu digo. O Regimento diz isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Três horas. Aí, se cada um for encaminhar cinco minutos, é mais quanto tempo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Aí é partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não é partido, não é partido...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Jucá, um apelo aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu já estou com duas horas aí...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Anastasia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Fátima, por gentileza. Calma. O Relator está fazendo aqui a conclusão do nosso acordo. Está quase fechando.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Fora questão de ordem. Vamos jogar correto...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou querendo fazer uma ponderação, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero fazer uma ponderação, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para ajudar, com certeza.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu sei fazer contas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quando do *impeachment* contra a Presidenta Dilma, que, inclusive, teve o senhor como Relator e o Senador Jucá como capitão do golpe daquele *impeachment* fraudulento, vararam-se madrugadas. Aqui, se estendeu o debate madrugadas adentro. Aí, agora, para discutir, Senador Anastasia, uma pauta tão importante, uma matéria tão importante, que diz respeito à questão dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, à CLT, com um relatório que está alterando 104 artigos e 201 dispositivos? Por favor, Senador Anastasia! Nós estamos aqui querendo, à luz do Regimento, garantir um mínimo de debate.

Senador Jucá, aqui, querer, por exemplo, cercear o meu direito de falar, quando ele diz que não, que só vão encaminhar os Líderes ou que só vão encaminhar os partidos?! Não, Senador Jucá, Senador Anastasia. Eu quero aqui, em nome dos trabalhadores e trabalhadoras do Rio Grande do Norte e do Brasil, exercer o meu direito de falar na hora do encaminhamento, colocando-me, portanto, contra essa agenda de retirada de direitos, contra essa reforma amaldiçoada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Fátima, veja bem: a minha função na qualidade de Presidente – acho que V. Ex^{as} estão percebendo isto desde que comecei esta reunião – foi tentar uma convergência, que é o meu papel, tentar um equilíbrio para conseguirmos identificar entre a Liderança do Governo e a relatoria, este é o papel da oposição, que, de fato, tem a sua legitimidade, o *modus operandi*, como nas outras comissões já aconteceu. E aconteceu até de modo um pouco tumultuado, como nós vimos em algumas. Graças a Deus, aqui está mais tranquilo!

Então, nós vamos tentar... Veja bem: o grosso já está resolvido – 80%. Eu volto a fazer um apelo tanto aos eminentes Senadores da oposição como também ao Líder do Governo para nós concluirmos, porque, aparentemente, já resolvemos que teremos o horário até as 16h. Depois, teremos a discussão e o encaminhamento. Isso será visto naquele momento. É claro que cada qual terá as suas normas regimentais para aplicar naquela hora, com todos sabendo que, no dia 28, haverá, de todo modo, a votação, o que é mais ou menos o grande acerto.

Então, indago agora, Senador Jucá, se nós podemos...

Senador Humberto, antes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu teria duas questões a levantar. Veja bem: o acordo é que se vote na quarta-feira. Agora, não dá para se fazer acordo, porque extrapola o que foi acordado lá. É o cumprimento do Regimento. Pelo que o Regimento diz, a discussão só pode ser limitada, se houver, da parte do Governo, algum tipo de aprovação aqui, na Comissão, de suspensão da discussão. Então, tem que se respeitar o Regimento e garantir que seja cumprido. Eu acho que não há mais o que ficar discutindo aqui – a hora que vai votar, que não vai. Isso vai ser fruto da discussão. O compromisso é votar no dia 28.

Segundo, eu queria entender por que está sendo proposto começar essa sessão às 9h45, como sessão extraordinária. Por que a gente não faz a sessão ordinária às 10h da manhã? Nós queremos que seja isso. Qual é a justificativa de V. Ex^a para propor isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A justificativa é que sessão extraordinária...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, respondendo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... não se suspende com a Ordem do Dia. Então, nós não vamos entrar aqui para, às 16h, parar a sessão. Desculpem-me.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu tenho algum tempo aqui, e isso me leva a propor dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lindbergh.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Romero Jucá, quem tem que responder é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso. Mas isso já foi acordado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, perguntou ao Presidente. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lindbergh, veja bem...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero entender a explicação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Como o nosso objetivo do acordo, realizado por V. Ex^a e que nós já lemos aqui, é votar no dia 28...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós teremos de fazer, para garantir que, no dia 28, se conclua esse processo de votação, ainda que vá até as 10h da noite ou 10h30. É exatamente o que vamos fazer. Por isso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por que não se suspende a sessão no plenário, no caso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aí já não cabe a mim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Deixe-me contar-lhe. Não dá para votar, mesmo sendo ordinária... Não dá para a gente votar, havendo votação no plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Não pode falar pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos fazer aqui, Senador Lindbergh... Veja bem: o que nós temos que fazer é tomar as cautelas nossas aqui para cumprir o acordo que V. Ex^a mesmo fez. Por isso, extraordinária, eu acho que não há nenhum óbice quanto a isso.

Agora, vamos...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Há óbice, sim. Há óbice.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas aí é uma decisão da Presidência de fazer, e não há condição, porque,...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... do contrário, nós não vamos ter no dia 28. A convocação é do Presidente.

Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de falar. Eu gostaria que essa matéria fosse discutida em sessão ordinária da Comissão, para que o Regimento fosse cumprido e para que nós tivéssemos o prazo para debate. Esse negócio de fazer em 15 minutos uma extraordinária, que é para burlar a sessão no plenário, não dá para aceitar. Nós queremos debater a matéria.

Se nós estamos dizendo que vamos votar, nós vamos votar. Se V. Exª quiser, lá no meio, atravessar requerimento para encerrar a votação, nós vamos discutir o seu requerimento. Agora, nós queremos cumprir o Regimento e queremos sessão ordinária. V. Exª o fará, e nós vamos brigar pelo direito de discutir uma matéria relevante para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Gleisi, a prevalência sempre é do Plenário. Se houver Ordem do Dia lá, evidentemente se suspende aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, o que tem de mais importante no dia 28 do que isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ah!, mas aí não depende daqui.

Muito bem.

Vamos concluir a discussão para leitura, então, do relatório do Relator, conforme o combinado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos começar a leitura.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Para deixar bem clara a minha posição...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu concordei no dia 28; a gente fez todo esse trâmite até agora; nossa posição é votar no dia 28. Se houver o entendimento da Base do Governo de que está





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

havendo algum tipo de prejuízo para não se votar no dia 28, eu usarei mão do Regimento para poder garantir a votação no dia 28. O.k.? Para não dizerem que eu não quebrei acordo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu vou dizer o que nós vamos fazer aqui também do nosso lado.

Eu só quero dizer, Senador... Primeiro, eu quero insistir no que a Senadora Gleisi falou: não há necessidade de chamar uma sessão extraordinária; a sessão tem que ser ordinária. E, aí, se houver plenário, é claro que o Presidente Eunício vai suspender. Não... Porque é jeitinho...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É só para encher o saco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Chega desse jeitinho; chega desse jeitinho! Não é necessário. Vamos fazer sessão ordinária. Eu insisto nisso.

Enquanto o Senador Romero Jucá faz uma ameaça aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para interromper a discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu não. Foi a Gleisi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Saiba V. Ex^a, se V. Ex^a vier com o seu trator, nós estamos prontos para resistir aqui dentro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Muito bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Saiba disso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Muito bem. Nos enfrentaremos, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos agora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estaremos prontos, não duvide.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lindbergh... Calma...

Item 1.

Senador Lindbergh, calma. Chegamos a um ponto de convergência. É natural que haja sempre algumas ponderações.

Item 1.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto de Lei da Câmara nº 38...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não há acordo na audiência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está faltando a audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O requerimento das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, calma, senhores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como não há?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Jucá, a solicitação da audiência pública.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A audiência pública.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se o senhor deixar o Lindbergh pega o microfone de novo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na terça-feira...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Claro, vocês estão ameaçando, dizendo que vão brigar. É acordo isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª que ameaçou, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu não. A Senadora Gleisi disse que iria usar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos votar, Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Regimento. V. Exª ameaçou...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu estou dizendo que vou usar do Regimento também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E é crime usar o Regimento?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não é ameaça, não; é legalidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não há acordo.

Eu quero dizer o seguinte: nós não participaremos de votação sem audiência pública para discutir constitucionalidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pronto. Então, não vota.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não dá. Falo sério, Senador Anastasia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É ameaça, então?

Vocês estão querendo que eu discorde, que eu abra uma exceção do Regimento e aprove aqui hoje...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Eu não vou... Nós não vamos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... os requerimentos de vocês, é isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero falar com o Presidente. V. Ex^a não é o Presidente. Eu quero me dirigir ao Presidente Anastasia.

O Senador Romero Jucá não é Presidente da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, Senador Lindbergh. Calma, calma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, porque está impressionante. Eu me dirijo a V. Ex^a, e ele fala.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É porque os ânimos estão exaltados, e eu estou pedindo para todos se acalmarem, mas eu pediria, por gentileza, calma, porque, veja bem, Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Só um minuto.

De fato, há previsão regimental – e me foi orientado pela Secretaria isto – de que o requerimento só poderia ser votado na próxima sessão. Então, para aprovação da audiência pública – por que eu pessoalmente, já disse aqui, tenho simpatia; não vejo nenhum óbice; acho até adequado –, para que haja essa votação e aprovação, nós temos de ter também um acordo. E o acordo depende de quem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresenta o requerimento e da Liderança do Governo, que tem os partidos do Governo. Por isso, essa ponderação que eu estou fazendo.

E nós dependemos desse acordo e, como fizemos no anterior, que acabou agora, também da boa vontade dos dois lados. Por isso essas ponderações têm de ser feitas, Senador Lindbergh.

E nós dependemos desse acordo e, como fizemos no anterior, que acabou agora, também da boa vontade dos dois lados. Por isso, essas ponderações têm de ser feitas, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Anastasia, eu quero que V. Ex^a me mostre o dispositivo regimental pelo qual a gente não pode aprovar em uma sessão extraordinária como esta. Não existe, não existe!

Eu queria fazer esse apelo e digo o seguinte: a matéria está nesta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, calma, Senador Lindbergh.

Pode falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só queria dizer – estou sem voz e com dificuldade – a V. Ex^a que para nós é inconcebível participar de uma votação sem haver uma audiência pública para discutir esses aspectos ligados à constitucionalidade.

O Senador Romero Jucá está tensionando aqui desnecessariamente. Para nós não há mais acordo de votação se não houver isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não há, não há! É fundamental para a gente.

Nós somos sérios, queremos discutir com profundidade este tema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já ouvimos o Senador Lindbergh.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para ajudar, Sr. Presidente.

Presidente, eu fico cada vez mais perplexo com para onde o debate descamba. Nós já tínhamos quase firmado um acordo e, de repente, tensionou tudo, e parte-se para uma linha de confronto.

Presidente, se V. Ex^a, com sua capacidade de estadista e de diplomata, só lesse o que V. Ex^a propôs... Foi de uma sabedoria, eu diria, ímpar. E, depois dali, descambou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Ex^a disse com todas as palavras, V. Ex^a propôs – melhor ainda! – sugestão do Presidente da Casa. Aqui é unanimidade o respeito a V. Ex^a. V. Ex^a propôs que se leia hoje, peça-se vista, audiência pública na terça, e vota-se na quarta; sem obstrução nenhuma, vota-se na quarta-feira. Eu, particularmente, defendi 19h, mas o meu Líder, na sua capacidade e inteligência, reduziu logo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho. Eu ouvi até agora. Se estão com pressa, saiam daqui. Vão para casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não proibam as pessoas de falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador, calma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou tentando ajudar, e estão me xingando aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não estão xingando, não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eles falaram até para aprovar, a favor. Estão concordando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, claro, eu entendi.

Presidente, concordando, então – percebi que está muito tumultuado –, a minha proposta é a mesma dos amigos que estavam tentando fazer um aparte. Eu não havia ouvido. Eu só queria concluir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Legal, legal. Minhas desculpas, se entendi mal. Ficam as minhas desculpas aqui, de público.

Presidente, na sua linha, em que há a concordância dos dois Senadores, terça-feira haveria uma audiência pública, inclusive pela manhã e à tarde, para não prejudicam em nada na quarta; quarta-feira, leríamos votos em separado, na linha do que V. Ex^a disse, no campo da razoabilidade, em um amplo acordo; terminadas as leituras – eu disse que não ler todas as argumentações do mérito. Especificava aqui que vou ler as de aspecto constitucional. O Senador Romero ainda me deixou uma brecha, porque disse que o seu relatório entra no mérito também, mas vou ficar só na questão constitucional –, eu propus 19h – o meu Líder disse: "Não. Melhor 16h, para fazer o acordo." Eu disse: "Tudo bem, sem problema nenhum." E, daí para frente, teríamos encaminhamento de votação, dez minutos para cada um, e votaríamos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paim, esta foi a minha proposta. Uma parte já foi aquiescida, que é a primeira parte. Já combinamos. Agora, falta a segunda parte da audiência. É com calma e com tranquilidade que chegaremos lá, da mesma forma que conseguimos no primeiro.

Então, indago ao Senador Romero Jucá, fazendo a ele esta solicitação – porque, de fato, a audiência pública é na terça e não vai alterar o procedimento. E aí, de fato, nós teríamos isso.

Porque nós estamos ouvindo – e ouvi bem a ponderação do Senador Paim – que não haverá obstrução, prazo de obstrução. Ele está dizendo isso ali. Então, a votação que se dará em horário adequado, na quarta-feira, com a aprovação do Senador Jorge Viana, que meneia com a cabeça em sinal afirmativo.

Então, acredito que – da mesma forma, o Senador Lindbergh acaba de fazer o mesmo gesto... Então, Senador Jucá, me parece que nós conseguimos, de fato, ter a conclusão de maneira mais ou menos equânime, salvando agora a ponderação de V. Ex^a, com referência à audiência pública para terça-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, desde o início nós estamos querendo construir o entendimento, minha ação foi sempre essa. Eu não aceito dizerem: "Não, querem tratorar..." Se a gente quisesse tratorar, teria agido de outra forma, nós não agimos assim. Nós respeitamos, nós discutimos, entendermos que é importante discutir, o Governo tem argumento. Então, não há nenhum problema.

Agora, eu não aceito vir com ameaça e vir com colocações desnecessárias. Quero registrar o seguinte: o Regimento diz que sessão extraordinária trata apenas o item que está elencado na pauta. O item que está elencado na pauta é leitura do relatório. Primeiro, não há nenhum ponto que fale de votação de requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar, deixe de confusão.

Não há nenhum item que fala de votação de requerimento, primeiro. Então, está fora da pauta. Segundo, por norma tomada aqui, no plenário da Comissão, por unanimidade, se adequou, se acertou que requerimentos de qualquer forma têm que ser lidos numa sessão e votados em outra sessão. Então, também está fora do Regimento.

Então, o que estou entendendo é que a oposição está pedindo para a gente fazer um acordo fora do Regimento – portanto, fora do Regimento, fora do amparo regimental – para poder ajudar no clima de discussão dessa matéria. É isso que estou entendendo?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só pergunto a V. Ex^a onde está o dispositivo regimental que diz que não pode votar numa sessão extraordinária?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Mas é isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Está em dois.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não estou entendendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Está na pauta do requerimento. Está aqui, olha.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas está bem encaminhado, não?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Espera aí... Pois é... Então, deixe-me te falar. Não está na pauta o requerimento. Não está na pauta o requerimento... Então, nós, da Base do Governo... Recebendo esse apelo da oposição de votar fora da pauta, fora do Regimento, num acordo, numa liberalidade, a Base do Governo concorda que haja a reunião na terça-feira, numa liberalidade. Não é impondo, não é ameaçando, não é nada disso. Não há nenhum condicionante das audiências de terça-feira...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém está ameaçando ninguém.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... para quarta-feira, até porque, das 36 pessoas que vocês pediram, 20 já foram ouvidas em outras comissões. Mas, tudo bem, não há problema. Agora, volto a dizer, o nosso compromisso é de votar, dentro do princípio da razoabilidade, na quarta-feira, dia 28. Eu serei fiador e serei executor desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sem a obstrução, conforme disse o Senador. Foi com a aquiescência do Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Nós concordamos, fora do Regimento...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja, acho que agora nós precisamos estipular o número de convidados, porque penso que é uma audiência que começará...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah!, tanto faz. Então, pronto. Há quantos requerimentos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente acerta isso. Pode acertar depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Está resolvido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quantos requerimentos de audiência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, está resolvido. *Habemus* acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Requerimento aberto, a Secretaria não recomenda. Nós vamos fazer a leitura, tenham calma. Vamos fazer a leitura primeiro e depois votaremos, ainda hoje, esse requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acho que a gente poderia acertar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quantos requerimentos há para audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vinte, há vinte requerimentos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Anastasia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos fazer conforme combinado com o Senador Paim, que estou vendo aqui. Pode ajustar o nome de duas audiências, uma pela manhã e uma à tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ajustamos depois a agenda de terça.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A proposta minha é que a gente ajuste depois com o Senador Anastasia os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está bem. Perfeito.

Vamos agora, então, à leitura, feitos esses acordos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só, por uma questão de consciência minha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero me dirigir aqui, Senador Romero Jucá, ao Senador Cidinho e ao Senador Benedito de Lira: eu não ouvi o que eles disseram. Eu entendo que a participação deles, ao fim, ajudou para a construção do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não há dúvida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que eles aceitem, os dois, as minhas desculpas. Eu sou muito transparente. Eu não tinha entendido. Então, de público aqui: eles ajudaram a construir o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Paim.

É porque quando os ânimos ficam exaltados, e eu sempre tento diminuí-los um pouco, é natural que o mal-entendido ocorra, mas, evidentemente, V. Ex^a em nenhum momento pretendeu qualquer tipo de problema com eles.

Item 1, Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017. Não terminativo. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senhores, por gentileza! Eu vou pedir agora à distinta plateia que faça também silêncio, porque, daqui a instantes, vou dar a palavra ao Relator, e tem sido constante aqui, na CCJ, essa balbúrdia, e é uma balbúrdia que é ofensiva à Comissão. Eu estou aqui na Presidência, vendo as pessoas falando. Não quero, daqui a pouco, identificar as pessoas que estão aqui fazendo o barulho maior.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais.

Em 20/6/2017, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Eduardo Braga, contrário ao projeto.

Em 20/6/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 470 a 492, de autoria do Senador Humberto Costa, 493 a 506, de autoria do Senador João Capiberibe, e 507 a 514, de autoria do Senador Eduardo Braga, que ainda dependem de relatório.

Em 21/6/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 515 a 533, de autoria do Senador Paulo Paim, 534 a 576, da Senadora Vanessa Grazziotin, e 577 a 592, de autoria da Senadora Lídice da Mata, igualmente na mesma dependência.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir a leitura de seu relatório.

Peço, por gentileza, o silêncio e atenção das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

De autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e tendo sofrido aperfeiçoamento na Câmara dos Deputados, a proposição visa, precipuamente, a estimular a negociação coletiva, a atualizar os mecanismos de combate à informalidade, e a regulamentar o art. 11 da Carta Magna, que disciplina a representação dos trabalhadores nas empresas, além de atualizar a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

No Senado Federal, o projeto foi inicialmente distribuído, em tramitação ordinária, à Comissão de Assuntos Econômicos e à de Assuntos Sociais. Devido à aprovação dos Requerimentos nºs 301 e 303, de 2017, incluiu-se também a Comissão de Constituição e Justiça.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o mérito da matéria foi amplamente debatido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Simone Tebet me fez um sinal e pediu: ela não consegue ouvir, e está na segunda fila.

Vou pedir à Secretaria que providencie que todos os corredores sejam esvaziados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Não é o corredor. É o Senador Lindbergh,

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não vou chamar a atenção do Senador Lindbergh.

Mas eu pediria que esvaziassem os corredores, por gentileza, pelo menos para facilitar o trabalho da Comissão e a leitura, para que os Senadores possam ouvir, até porque a própria Senadora Lídice estava aqui dizendo que não conhecia o relatório. Assim, todos podem ouvir e fazer os votos em separado.

Então, por gentileza, vamos ter um mínimo de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Se os Senadores preferirem, posso dar como lido o relatório também. Não há problema.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Não! Pode ler.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, vamos dar por lido, por solicitação da Senadora Gleisi.

Está lido o relatório.

A votação é pela aprovação...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ela disse isso!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Você provoca!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Estou atendendo a Presidente do PT.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não! Eu disse: "Nós queremos que leia."

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ah, então, desculpe-me! Está bom.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu falei o contrário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, desculpe-me! Eu já estava atendendo...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que se você for ficar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Dentro de um ambiente de acordo, eu já estava atendendo o PT.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se você for ficar provocando, nós também vamos provocar, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Na Comissão de Assuntos Econômicos, o mérito da matéria foi amplamente debatido e profundamente analisado pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço, que fez um excelente trabalho, um competente trabalho, e se pronunciou pela aprovação integral do projeto, tendo esse entendimento sido chancelado pelo Colegiado em 6 de junho de 2017.

Na Comissão de Assuntos Sociais, após ter sido rejeitado o relatório do Senador Ricardo Ferraço por 9 votos favoráveis e 10 votos contrários, coube ao Senador Paulo Paim a competência de redigir o relatório do vencido, tendo a maioria da Comissão adotado seu voto em separado, pronunciando-se pela rejeição do projeto.

O referido PLC ampliou, consideravelmente, o leque de matérias tratado no PL nº 6.787, de 2016, motivo pelo qual será exposto abaixo breve relato acerca do conteúdo dos diversos dispositivos incluídos ou alterados pelo projeto.

Um dos maiores méritos da reforma está contido na alteração dos arts. 47 e 47-A da CLT, que preveem a majoração do valor da multa pelo descumprimento da regra de anotação do registro de trabalhadores nas empresas, com as declaradas finalidades de reduzir a informalidade no mercado de trabalho e de proteger os trabalhadores contra a violação do referido direito básico que lhes é devido.

Portanto, um dos pontos importantes desse projeto é ampliar, em muito, a multa para empregadores que não registram seus trabalhadores, porque, hoje, 47% da mão de obra no Brasil são informais, e nós temos de formalizar o direito desses trabalhadores.

No art. 62 e Capítulo II-A, propõe-se a incorporação de regras sobre o teletrabalho na CLT, o que moderniza consideravelmente o conteúdo das normas contidas nessa Consolidação, uma vez que tal regime de trabalho vem sendo amplamente aplicado nas relações laborais na atualidade. Ou seja, o trabalho em casa, o teletrabalho, o trabalho a distância está sendo também formalizado nessa proposição.

Pela nova redação do art. 134 da CLT, permite-se que os 30 dias de férias anuais a que o empregado tem direito sejam usufruídos em até três períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 14 dias corridos. Os períodos restantes, por sua vez, não poderão ser inferiores a cinco dias corridos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, essa regra, que se estende a outras categorias, dependendo do acordo, já prevê o trabalho doméstico, já atende o trabalho doméstico, aprovado por este Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só lembrar que tudo isso é mérito, Senador. É mérito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É mérito! Estou falando de mérito também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Legal, legal!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Inclui-se no art. 482 uma nova hipótese de rescisão contratual por justa causa, para permitir que o empregado que perdeu a habilitação profissional, cujo requisito é imprescindível para o exercício de suas funções, possa ser demitido de acordo com a infração por ele cometida.

Aqui, por exemplo, verifica-se a situação de médicos que têm a licença cassada, mas não são rescindidos os seus contratos, apesar de não poderem mais exercer a profissão – porque, se não podem ser mais médicos, não podem mais exercer a profissão. Advogados, a mesma coisa. Então, isso aqui gera, a partir da rescisão, da falta de condição profissional por cassação do diploma, a possibilidade da demissão por justa causa.

Já o art. 484-A permite a empregados e empregadores rescindirem, em consenso, o contrato de trabalho, caso em que o contrato é extinto e serão devidos pela metade o aviso prévio, se indenizado, e a indenização sobre o FGTS. Estabelece, dessa forma, um meio-termo entre os diferentes efeitos emanados dos diversos tipos de rescisão, de forma semelhante ao que está contido na Súmula 14 do TST – portanto, o TST já prevê essa sistemática de trabalho. Assim, o empregado somente poderá movimentar 80% do valor depositado na sua conta vinculada e não fará jus ao ingresso no Programa do Seguro-Desemprego. Portanto, é uma forma a mais de entendimento entre patrão e empregado, no sentido de procurar uma forma de pacificação nas relações de trabalho.

São alterados também os arts. 545 a 602, que tratam da contribuição sindical devida aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, para estabelecer que essa contribuição será paga e recolhida, desde que expressamente autorizadas pelo trabalhador. Portanto, se dá o direito ao trabalhador de fazer a opção de representação sindical ou não, com a sua contribuição específica.

Outro dos maiores méritos da reforma está no que prevê o art. 611-A, que estabelece a regra da prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho, e no que dispõe o art. 611-B, que especifica taxativamente um marco regulatório com as matérias que não podem ser objeto de negociação, por serem direitos que se enquadram no conceito de indisponibilidade absoluta. Preserva-se, dessa forma, o que se convencionou denominar de patamar civilizatório mínimo dos trabalhadores. Quanto ao que não se enquadra nesse conceito, permite-se a negociação coletiva e a participação direta das partes na formulação das normas trabalhistas que lhes sejam mais benéficas. Ou seja, aqui se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

resguarda o direito dos trabalhadores, se resguardam os artigos da Constituição, se resguardam, enfim, todas aquelas questões emblemáticas que não podem ser nem fruto de acordo ou de diminuição por tratativa coletiva entre patrões e empregados.

A nova redação dada ao art. 620 privilegia a autonomia privada coletiva, dando aos sindicatos maior liberdade de negociação. As condições ajustadas em acordo coletivo de trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho, partindo-se do pressuposto de que, como o acordo é um ato jurídico celebrado entre sindicatos e empresas, as cláusulas que vierem a ser por ele avançadas estarão mais próximas da realidade das partes do que aquelas estabelecidas em convenção, que se destinam a toda uma categoria.

A redação sugerida aos §§3º e 4º do art. 790 da CLT visa dar efetividade ao princípio da gratuidade, transcrevendo os termos da Constituição no §4º do art. 5º, enquanto o §3º exclui a presunção de insuficiência de recursos, admitida na parte final da redação.

O art. 791-A na CLT tem por objeto disciplinar o pagamento dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, conferindo maior estabilidade e previsão legal ao que é entendido pelo TST na Súmula 219. Portanto, trazemos para a lei uma situação já sumulada e seguida pelo Tribunal Superior do Trabalho no que diz respeito ao pagamento de honorários advocatícios. As alterações promovidas no art. 840 têm como fundamento principal exigir que o pedido, nas ações trabalhistas, seja certo, determinado e que tenha o seu valor devidamente indicado. Com isso, confere-se maior segurança às lides levadas à Justiça do Trabalho, reduzindo-se demandas irresponsáveis que não delimitam de forma precisa o seu objeto. A fim de dar maior efetividade a essa exigência, o §3º do mesmo dispositivo afirma que os pedidos que não atendam a esses requisitos serão julgados extintos sem resolução do mérito. Ressalte-se que, mesmo com essa previsão, não fica elidida a possibilidade de aplicação subsidiária do art. 321 do CPC, ou seja, verificada a imprecisão do pedido, pode o juiz determinar que o autor emende a reclamação trabalhista para correção do vício. Portanto, é um dispositivo que visa dar garantia jurídica e visa dar clareza...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... transparência aos pedidos de ações trabalhistas, principalmente as rescisórias.

O art. 2º do PLC 38, de 2017, trata, especificamente, de alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a qual dispõe sobre o trabalho temporário.

A primeira mudança é a alteração do art. 4º-A, para definir o que seja a prestação de serviços a terceiros, permitindo a sua contratação para a execução de quaisquer de suas atividades.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 4º-C garante aos empregados das empresas de prestação de serviços as condições de trabalho relacionadas nos incisos do artigo, desde que elas sejam também previstas em relação aos empregados da tomadora.

Acrescenta, ainda, os arts. 5º-C e 5º-D, estabelecendo uma espécie de “quarentena” para contratação de empregados de empresas de prestação de serviços. Dessa forma, impede que a pessoa jurídica, cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, possa figurar como contratada. Impede também que o empregado da contratante que for demitido preste serviços para esta mesma empresa, na qualidade de empregado da empresa prestadora de serviços, antes de decorridos, pelo menos, dezoito meses contados a partir da rescisão contratual.

Ou seja, coloca-se aqui um limite de quarentena para evitar que se demita o trabalhador do emprego estável e se coloque esse mesmo trabalhador, na mesma empresa, no trabalho temporário, isso exatamente para preservar o direito e a regra de relacionamento de trabalho entre trabalhadores e empresas. Isso dá mais segurança jurídica ao trabalhador.

O inciso II fala da regimentalidade e da técnica legislativa.

Preliminarmente, deve-se ressaltar a peculiaridade da matéria ora em análise. É um caso exemplar do rol de projetos que tramitaram nesse Senado Federal, respeitando de forma precisa e literal todas as normas regimentais aplicáveis.

Durante a tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, todas as normas regimentais foram respeitadas. Em 19 de maio de 2017, a matéria foi incluída na pauta da reunião a ser realizada no dia 23 de maio, cumprindo-se, dessa forma, o §1º do art. 108 do Regimento, que estabelece que a pauta dos trabalhos das comissões será disponibilizada em meio eletrônico com antecedência mínima de dois dias úteis. Após a leitura do relatório, foi concedido pedido de vista no prazo regimental de cinco dias. Divulgada a pauta no dia 1º de junho, a matéria foi deliberada naquela Comissão no dia 6 de junho. Na deliberação, os requerimentos de destaque foram rejeitados em globo, nos termos regimentais, tendo a Comissão aprovado o relatório por 14 votos favoráveis e 11 contrários, cumprindo, assim, o disposto no art. 109 do Regimento. Enviada à Comissão de Assuntos Sociais, em 8 de junho a matéria foi incluída na pauta da reunião realizada em 13 de junho, quando foi votada, tendo o relatório sido rejeitado por 10 votos contrários e nove favoráveis. Nesse caso, segundo o art. 127 do Regimento Interno, cabe ao Presidente da Comissão escolher um Senador que votou junto com a maioria para suceder o Relator, tarefa esta incumbida ao Senador Paulo Paim. Em votação simbólica, a Comissão adotou seu voto em separado, que se pronuncia pela rejeição integral do projeto.

Em relação à competência desta CCJ, destaque-se o disposto no art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que afirma ser incumbência deste órgão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário. Ressalte-se que o inciso II do mesmo artigo também afirma ser competência da CCJ examinar o mérito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

das matérias de competência legislativa da União, que é o caso do projeto ora analisado. Entretanto, por razões de economia e racionalidade processual, os aspectos jurídicos e constitucionais da reforma trabalhista serão o foco da presente análise, uma vez que seu mérito já foi profunda e brilhantemente analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não obstante, impossível realizar uma análise adequada desses aspectos sem tangenciar questões atinentes a seu mérito.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a matéria cumpre todos os requisitos legais e regimentais pertinentes. É escrita em termos concisos, precisos e claros, e dividida em artigos, parágrafos, incisos e alíneas, conforme dispõem os arts. 10 e 11 da Lei Complementar nº 95. Em relação às alterações promovidas na CLT, segue à risca os mandamentos contidos no art. 12 da Lei Complementar nº 95, que regula a alteração das leis. Por conseguinte, mostra-se desnecessária a apresentação de qualquer emenda de redação.

Da constitucionalidade formal.

Analisando o conteúdo dessas leis, verifica-se que se consubstanciam normas de Direito do Trabalho e de Direito Processual, mais precisamente de Direito Processual do Trabalho, o qual, conforme já consolidado, constitui-se em ramo autônomo do Direito. Destarte, praticamente todo o conteúdo do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, está subsumido ao inciso I do art. 22 da Constituição da República, o qual afirma que é de competência privativa da União legislar sobre Direito do Trabalho e Direito Processual. Em relação à alteração da Lei nº 8.212, que dispõe sobre a organização da seguridade social, essa competência está incluída no inciso XXIII do mesmo artigo. Logo, é de competência desse Congresso Nacional deliberar sobre o projeto, uma vez que o *caput* do art. 48 de nossa Carta Magna afirma que lhe cabe dispor sobre as matérias de competência da União.

Em relação à iniciativa do projeto, não há óbices constitucionais para que o processo legislativo de normas trabalhistas e de seguridade social seja deflagrado por intermédio do Presidente da República. Essas matérias incluem-se no rol da denominada iniciativa concorrente, prevista no *caput* do art. 61 da Constituição, não se submetendo, portanto, à competência privativa de nenhum dos órgãos da República. Devido a isso, e respeitando mandamento constitucional (art. 64, *caput*, da CF/88) a matéria teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

Da constitucionalidade material e da juridicidade.

Conforme magistralmente sintetizado pela frase de Georges Ripert, a realidade é inexorável.

Segundo o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos...

A realidade normativa da regulação das relações de trabalho no Brasil, por óbvio, não é a única causa desses dados tão alarmantes. Entretanto, não se pode afirmar também que o ordenamento não possui uma parcela de responsabilidade. A atualização das leis trabalhistas demonstra-se ser uma necessidade premente a ser efetivada na sociedade brasileira, harmonizando os preceitos legais com a realidade fática vivida pelos milhões de brasileiros que laboram neste País. O Congresso Nacional, neste





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

momento de repercussão histórica, demonstra sua total confiança no povo brasileiro e nas relações sociais que ele pode estabelecer. Acreditamos firmemente que as relações estabelecidas entre os trabalhadores e seus empregadores amadureceram o suficiente para que a regulação estatal possa se afastar um pouco, mantendo uma função regulatória menos invasiva. Afinal, a realidade de 1940, ano de publicação da CLT, difere completamente da realidade vigente em 2017.

É nesse ambiente de confiança que se propõe a mudança do marco regulatório do mundo do trabalho no Brasil. É a hora de mudar: de um padrão legislativo de tutela e interferência extremada do Estado nas relações para um ambiente de maior liberdade para que as partes, com segurança, possam, finalmente, estabelecer quais são as regras que melhor satisfaçam suas realidades. Isso é algo que o Estado não pode alcançar.

Pretender que uma lei genérica e abstrata possa atender de maneira uniforme e justa a multifacetada realidade do mundo do trabalho e seus modos de produção em mutação é aprisionar a sociedade em um modelo sufocante, que impede ciclos de crescimento, tanto para trabalhadores quanto para empresas.

Assim, com a modernização empreendida, é importantíssimo destacar que o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, não afronta, em nenhum de seus dispositivos, o regramento constitucional dos direitos sociais consagrados no Capítulo II da Constituição Federal, especialmente nos arts. 7º a 11.

O que se faz é, dentro desse enquadramento, buscar uma legislação trabalhista que melhor atenda à realidade brasileira, considerando interesses de trabalhadores e empregadores. No ambiente constitucional, há espaço para esse ajuste do marco regulatório do mundo do trabalho no Brasil.

O parecer aprovado na CAE, de autoria do Ex^{mo} Senador Ricardo Ferraço, elucida, com maestria, os méritos do PLC nº 38, de 2017, e todos os pontos acima explanados. Trata-se, pois, de peça cujos fundamentos são incontestáveis, sendo mais do que suficientes para demonstrar que a aprovação do PLC nº 38 contribuirá para o aprimoramento das relações entre o capital e o trabalho no Brasil.

Na linha de se combater a informalidade nas relações de trabalho, que hoje assola cerca de 45% dos trabalhadores brasileiros – 45% hoje estão na informalidade, um número absurdo – o PLC atualiza e robustece as multas impostas pelo descumprimento de obrigações básicas, como a anotação da Carteira de Trabalho. Busca-se, com tal medida, efetivar o respeito dos atores econômicos às normas trabalhistas.

No tocante ao fortalecimento da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, verifica-se, na justificativa, que a proposição parte da premissa, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 590.415/SC, cuja relatoria incumbiu ao Ministro Luís Roberto Barroso, de que inexistem, no âmbito coletivo, a disparidade de forças entre empregados e tomadores de serviços.

Nesse ponto, caminha bem o PLC nº 38, de 2017, por fortalecer o papel assegurado pelo art. 8º, III, da Carta Magna aos sindicatos das categorias profissionais de representarem os trabalhadores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileiros. Fortifica, nos arts. 611-A e 611-B da CLT, a negociação coletiva, concretizando, portanto, a vontade do poder constituinte originário.

Quanto à ausência de chancela sindical para a dispensa imotivada de empregado com mais de um ano de empresa, não há, mais uma vez, nenhum prejuízo, de fato, ao interesse em jogo, ou seja, nem do sindicato nem dos trabalhadores.

Os trabalhadores serão protegidos, porque, como antes, fica mantida a obrigatoriedade de especificação da natureza e do valor de cada parcela paga ao empregado no ato rescisório, sendo considerada válida a quitação apenas em relação a essas parcelas.

Com o fim da homologação sindical, bastará a anotação da rescisão do contrato na carteira de trabalho, juntamente com a comunicação da dispensa aos órgãos competentes para que o empregado possa levantar a multa do FGTS e para que possa dar entrada em seu pedido do seguro-desemprego. Portanto, esse mecanismo facilita o recebimento da multa do FGTS e da entrada do acesso ao seguro-desemprego. A medida desburocratiza o processo de rescisão, tornando mais ágil para o próprio empregado o recebimento de suas verbas rescisórias.

Neste ponto, salientamos, mais uma vez, a necessidade de analisar o projeto de forma sistêmica, pois o sindicato não mais será chamado somente ao fim da relação laboral, mas passa a ser um acompanhante da fiel execução do contrato de trabalho durante toda a sua vigência. Afinal, o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, previsto no art. 507-B, se realiza perante o sindicato profissional de cada categoria. Portanto, se fortalece aí o acompanhamento do cumprimento das normas trabalhistas e o atestado anual de que essas normas estão sendo cumpridas.

Vale ressaltar também que muito se tem falado sobre a possibilidade de, por meio de negociação coletiva, reduzir o intervalo intrajornada, até o limite mínimo de 30 minutos, nas jornadas superiores a seis horas.

Importante apontar, aqui, que tal possibilidade não é obrigatória. É apenas a permissão para que se negocie, sempre coletivamente, um intervalo menor que o mínimo previsto atualmente. Não é um comando obrigatório. E mais: somente é possível efetivá-lo por intermédio de negociação coletiva. Considerando que o sindicato dos trabalhadores se encontra em paridade de condições com o empregador ou o seu sindicato, não há, de acordo com a lógica que norteia a proposição, justificativa razoável para que haja prejuízo aos trabalhadores. Trata-se, pois, de mera concretização do disposto no art. 8º, III, da Carta Magna.

É bom lembrar que isso já ocorre na negociação entre patrões e empregados no emprego doméstico, exatamente para possibilitar a empregada doméstica ou o empregado doméstico de sair mais cedo e pegar o transporte mais vazio no seu deslocamento para casa.

O projeto permite, ainda, que os 30 dias de férias anuais a que o empregado tem direito possam ser usufruídos em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos, e os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos. Portanto, esse dispositivo também já é utilizado hoje no trabalho doméstico e tem funcionado bem.

A medida, a toda evidência, não traz qualquer prejuízo ao trabalhador. Ao contrário, garante-lhe maior flexibilidade para o planejamento e gozo de seus descansos. Aliás, a providência é similar ao que já é concedido aos servidores públicos regidos pelo Regime Jurídico Único, que podem parcelar suas férias em três vezes.

O projeto faz menção, ainda, à jornada de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso (jornada de 12 por 36), já presente em convenções coletivas e nos acordos coletivos de trabalho celebrados pelas entidades sindicais dos trabalhadores e em jurisprudências firmadas pelos tribunais trabalhistas, em especial na Súmula nº 444 do TST.

Vale destacar, também, que esse regime de jornada de trabalho já está previsto pela legislação infraconstitucional brasileira, mais especificamente na Lei Complementar 150, de 2015, que regulou as normas trabalhistas aplicáveis aos contratos de trabalho doméstico, que prevê, no seu art. 10, a possibilidade de as partes acordarem o estabelecimento de jornada ora analisada. Portanto, essa já é uma prática utilizada no País, e se permite que outros segmentos, através de acordo coletivo, possam utilizar também.

Nesse regime, a jornada mensal totaliza 180 horas, quantitativo mais favorável do que o limite constitucional de 220 horas, havendo, no particular, melhoria da condição social do trabalhador brasileiro. Além disso, a referida jornada especial não pode ser imposta, devendo ser adotada por meio de acordo individual ou negociação coletiva. A possibilidade de previsão em acordo individual escrito entre as partes desburocratiza as relações de trabalho e não traz prejuízo ao trabalhador. Assim como o banco de horas, o regime de 12 por 36 também atende às especificidades de diversas categorias profissionais.

Nota-se, portanto, que a sua disciplina pelo PLC 38 reduz carga mensal de trabalho do obreiro, permite que o sindicato atue na defesa dos interesses dos trabalhadores e desburocratiza as relações laborais, inexistindo, assim, qualquer prejuízo aos trabalhadores brasileiros e qualquer violação ao texto constitucional.

Novamente, em relação aos arts. 611-A e 611-B, na verdade, não há qualquer inovação no ordenamento pátrio. O que há, de fato, é uma hierarquização, dando ênfase, por regra e não por exceção, como era até hoje, ao que for objeto de convenções e acordos coletivos de trabalho, que passam a ter prevalência sobre o legislado.

A medida traz segurança jurídica e estabilidade às negociações coletivas, uma vez que elas sempre terão a maior força de coesão normativa. De fato, se realmente vamos dar efetividade à importância da negociação coletiva pretendida pela Constituinte de 1988, é preciso que se reconheça que as partes, em sede coletiva, têm plenas condições de se autodeterminar, sem necessidade de interferência, seja do Estado, seja do Poder Judiciário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mais ainda, o art. 611-B especifica taxativamente um marco regulatório restritivo, com as matérias que não podem ser objeto de negociação, por serem direitos que se enquadram no conceito de indisponibilidade absoluta. Preserva-se, dessa forma, o que se convencionou denominar de patamar civilizatório mínimo dos trabalhadores, referenciando diretamente o art. 7º da Constituição Federal, guardião, por excelência, do trabalhador brasileiro.

Em relação às normas processuais contidas no PLC 38, de 2017, deve-se ressaltar que um dos problemas relacionados ao excesso de demandas na Justiça do Trabalho é a falta de onerosidade para se ingressar com uma ação, com a ausência da sucumbência onerosa e o grande número de pedidos de Justiça gratuita. Essa litigância sem risco acaba por estimular o ajuizamento de reclamações trabalhistas temerárias.

Ressalte-se que o objetivo não é dificultar o acesso à Justiça, mas, pelo contrário, torná-la efetiva, evitando-se as ações em que, mediante mero atestado de pobreza, se solicita – e muitas vezes se concede – a Justiça gratuita para pessoas que dela não poderiam usufruir. Com essa medida, afastam-se os litigantes que não se enquadram nos requisitos de pobreza e se garante que o instituto seja utilizado por aqueles que realmente necessitam.

Pelos argumentos apresentados tanto no relatório quanto na análise e utilizando-se dos subsídios fornecidos pela Comissão de Assuntos Econômicos no competente relatório do Senador Ricardo Ferraço, verifica-se que o PLC nº 38, de 2017, não suprime direitos dos trabalhadores. A análise sistêmica, e despida de preconceitos, da proposição revela que ela fortalece os sindicatos brasileiros, confere maior autonomia, sem desproteção aos trabalhadores, reduz os custos de transação gerados pelas normas trabalhistas e desburocratiza as relações laborais, sem violar preceitos constitucionais, merecendo, assim, a chancela deste Senado Federal na forma do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do PLC nº 38, da forma como foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, como veio da Câmara dos Deputados e como pretendo ver aprovado aqui nesta CCJ.

Esse é o voto que está entregue para debate na próxima quarta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Conforme o acordo aprovado por este Plenário, concedemos automaticamente a vista coletiva até a próxima quarta-feira.

Ainda nesta sessão extraordinária, nós temos que aprovar o requerimento da audiência. Indagaria à Senadora Vanessa, que ficou incumbida de trazer aqui o requerimento com os nomes, aonde ele estaria, para que...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O requerimento já está chegando, Presidente, mas já fizemos um acordo. Falta um nome também, uma indicação do Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O requerimento já está na mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ainda não chegou.

Nós mudamos. Falta o nome do Relator, Senador Ricardo Ferraço, que queria indicar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, vou fazer a indicação desses nomes, mas preciso consultar as pessoas, porque foi uma decisão que nós adotamos agora e preciso consultar. Com certeza teremos aqui nomes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na mesma linha, Sr. Presidente. Na mesma linha do Senador Ricardo Ferraço, nós tínhamos chegado a um...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Concluindo a minha intervenção...

Obrigado, Senador Paim.

Concluindo a minha intervenção, nós vamos indicar à Mesa da Comissão de Constituição e Justiça hoje ainda os nomes que estarão aqui, com certeza, na Comissão de Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desculpe, Senador Ferraço. É porque me informa a Secretaria que a determinação e a praxe da Comissão de Constituição e Justiça é que nós temos que deliberar os nomes ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, esta audiência pública nem sequer estava programada. Nós estamos fazendo um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É porque foi objeto de acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não há necessidade de fecharmos os nomes agora. Até o fim do dia eu indico a V. Exª esses nomes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Independente dos nomes, o importante é que nós tenhamos aqui os nomes para fazer a controvérsia e o debate.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem.) – Eu entendo a questão regimental da Mesa, mas nós fizemos um acordo aqui, de procedimentos.

Então, mais uma vez abrindo mão do Regimento, a Base do Governo, para atender à oposição, que não apresentou os nomes ainda, concorda que se faça a aprovação do requerimento, ficando pendentes os nomes de confirmação por V. Ex^ª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque...

A SR^ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Anastasia...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O importante é cumprir o acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque, de nossa parte, não terá qualquer restrição a qualquer dos convidados que estarão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É claro, não há dúvida. É que nós não podemos fazer também...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... para defender as suas teses. Pedimos reciprocidade: os nomes que recomendarmos também não sofrerão qualquer restrição, porque o que nos interessa é o debate, é a controvérsia. E nós estaremos aqui para o estabelecimento desse debate.

A SR^ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Anastasia, se me permite, Senador Jucá, os nomes já estão na mesa com todos os requerimentos, entretanto são mais de 20 nomes. O que nós fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós temos que reduzir, é claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente.

O que nós fizemos foi, em comum acordo com os autores do requerimento, uma redução. Reduzimos para seis nomes o que eram vinte. O Senador Anastasia também reduziu para dois nomes e uma indicação do Senador Ricardo Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós vamos entregar também seis nomes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – É porque eu sou autor de requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim. O autor pode falar, é claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho inúmeros nomes aí levantados. Eu só queria ajustar. Essa história dos acordos eu sou muito de cumprir na íntegra.

Nós tínhamos ajustado, na hora da aprovação do requerimento, que nós depois – e vai na linha inclusive que ao Sr. Ferraço também interessa – ajustariamos os nomes.

É uma audiência pública, uma de manhã e uma à tarde. Aí poderíamos chegar, se vai ser seis da manhã e seis da tarde, por exemplo, ou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concordo, Senador Paim.

Então vamos fazer o seguinte. Vamos considerar aprovado o requerimento conforme o acordo e aí o Senador Ferraço, o Senador Paim e a Senadora Vanessa vão estabelecer, em comum acordo, os nomes das duas audiências, a audiência da manhã e a audiência da tarde. Eu acredito também... Só uma recomendação: seis nomes pela manhã e seis nomes à tarde, porque mais do que isso também nós sabemos que é completamente contraproducente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Corretíssimo, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aqueles que eu indiquei, inclusive, Senadora Vanessa, porventura podem ser sacrificados, não há problema nenhum. Esse é o encaminhamento à Secretaria, o mais tardar hoje, no final do dia, para serem feitos os convites.

Coloco em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem.) – O PSB tem direito em indicar pelo menos um dos debatedores?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim, perfeitamente.

V. Ex^ª também então participará.

Senadora Vanessa e Senador Paim, o Senador Valadares também vai fazer a indicação de um nome pelo PSB.

Perfeito.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para Instruir o “PLC 38/2017 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.”

Nominata de convidados para audiência pública:

- *Adelaide Alves Miranda Arantes – Ministra do TST*
- *Presidente da Associação Nacional Procuradores do Trabalho –*

ANPT





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA*
- *Presidente do Ministério Público Trabalho – MPT*
- *Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;*
- *Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB*
- *Dr. Rodrigo Dias – Juiz do Trabalho*
- *Dr. Marlos Melek – Juiz do Trabalho*
- *Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)*
- *Antônio Galvão Peres – Professor da FAAP*
- *Carlos Siqueira – Presidente do PSB*
- *Robson Andrade - CNI*

Autoria: Senador Paulo Paim

Coloco então em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento das audiências públicas da próxima terça-feira. Uma pela manhã, outra à tarde, cada qual com seis membros, cujos nomes serão indicados pelos Senadores Vanessa, Paulo Paim, Ferraço e Valadares.

Todos de acordo?

Os que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem.) – Há matérias na pauta de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agora eu ainda vou encerrar a extraordinária para abrir a ordinária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas, na ordinária, eu gostaria que V. Ex^a desse prioridade às matérias não terminativas, inclusive àquelas que foram objeto de pedido de vista, como é o caso da PEC de que V. Ex^a é o Relator, que trata sobre o *recall*, a destituição de mandato eletivo pelo voto do povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele é o item 1 da pauta inclusive, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar, encerro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes de encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero ter o cuidado, na linha dos acordos, de lembrar que o nosso Relator na CCJ foi muito claro. Ele fez a análise de mérito, com todas as palavras dele. Na CCJ, análise de mérito, e não só se é constitucional ou não. Consequentemente, no meu relatório, ou no nosso relatório, nós também teremos que responder na questão de mérito.

Eu falo isso, Sr. Presidente, para não chegar no dia aqui e haver um mal-entendido. Eu começo a falar sobre o mérito e alguém diga: Paim, aqui é constitucional ou não. Então nós trataremos no mérito, na linha que o Relator tratou, respondendo a ele e também na questão constitucional.

Era só esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E dentro do horário que foi combinado com todos.

Sendo assim, nada mais havendo a tratar, está encerrada essa reunião extraordinária.

(Iniciada às 09 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram presença os Senadores José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão e Eduardo Braga. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Durante a discussão o Senador Antônio Anastasia acolhe a Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo apresentado. ITEM 2 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2017 - Terminativo - que: "Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado (Ad hoc), substituiu Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2013 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita (PRONIE)." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 - Terminativo - que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1 (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

denúnciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 - Terminativo - que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - OFÍCIO "S" Nº 26, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 17 - OFÍCIO "S" Nº 3, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS nº 21, de 1º de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otávio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - que: "Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 27 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016 que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências." Autoria: Deputado Sergio Vidigal. Relatoria: Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 21, na forma da subemenda de redação que apresenta, e contrário às demais Emendas de Plenário. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para assegurar contraditório relativo no inquérito policial, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Não Terminativo - Complementar - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil". Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal." Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, de 2012 - Não Terminativo - que: " Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal." Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012 - Não Terminativo - que: " Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal". Autoria: Senador Roberto Requião e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2013 - Não Terminativo - que: " Altera a Constituição para determinar novo procedimento de composição do Supremo Tribunal Federal e alterar a idade de aposentadoria compulsória". Autoria: Senador Fernando Collor e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2013 - Não Terminativo - que: " Altera o art. 101 da Constituição





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal, para disciplinar o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar o processo de escolha e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Autoria: Senador Paulo Bauer e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo prazo para sua indicação pela Presidência da República". Autoria: Senador Blairo Maggi e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Autoria: Senador Lasier Martins e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores". Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos. Autoria: Senador Reguffe e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento. Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável à PEC nº 44, de 2012, à Emenda nº 1-CCJ e às Emendas de Plenário nºs 3 e 4, oferecidas à PEC nº 35, de 2015, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Propostas e a Emenda de Plenário nº 2, oferecida à PEC nº 35, de 2015. Resultado: Concedida vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. ITEM 35 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 121 da Constituição Federal, para estabelecer que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função." Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - OFÍCIO "S" Nº 41, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal, a indicação do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Texto com revisão.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 35. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou chamar a Senadora Simone, se S. Exª puder presidir aqui por um minuto, porque eu sou Relator do item nº 1.

Quanto ao Senador Ferraço, o seu item extraordinário será lido ainda nesta reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu peço vênia a V. Exª apenas para fazer a leitura da...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas eu já apregoei o item nº 1. Então, vou somente passar a Presidência...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...para a Senadora Simone, porque o Senador Valadares já tinha feito a solicitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ato contínuo, nós iremos ao de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu aguardo tempestivamente por essa oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Item nº 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2015

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista às Senadoras Vanessa Grazziantin e Ana Amélia e ao Senador Benedito de Lira nos termos regimentais;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 07/06/2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (dependendo de relatório).

Com a palavra o Relator, Senador Antonio Anastasia, para a leitura do seu relatório. É o relatório do Item nº 1, como já foi colocado. Já foi lido o relatório e agora me parece que há uma emenda da Senadora Vanessa Grazziotin dependendo, portanto, da manifestação do douto Relator.

Com a palavra o Senador Anastasia, para se manifestar a respeito da emenda da Senadora Vanessa Grazziotin à PEC nº 21.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou uma emenda alterando o art. 86-A no sentido de incluir, nesse dispositivo, o comando de que o mandato do Presidente da República poderá ser revogado mediante proposta subscrita por eleitores, em número não inferior a 15% do eleitorado nacional, distribuídos por pelo menos 14 Estados, com não menos do que 5% dos eleitores de cada um deles.

Desse modo, a proposta da eminente Senadora tem por objeto principal a alteração da regra que foi proposta no substitutivo, no sentido de que nós tenhamos não tão somente 10% do eleitorado nacional, mas colocando 15%, o que aumenta em 5%, e ao mesmo tempo condicionando 5% dos eleitores em cada um dos 14 Estados; pelo menos 14 Estados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Valadares, nosso Relator, a proposta evita que haja uma concentração do eleitorado de São Paulo e de Minas Gerais, os Estados mais populosos, na visão da autora dessa emenda.

Da análise que fiz da proposta da Senadora Vanessa, é no sentido de acolher a proposta de V. Ex^a no que se refere à presença dos 14 Estados, mantendo os 10% da eleição, porque 15% parece um número muito alto, mas condicionando os 14 em pelo menos 5% em cada qual.

Ficaria desse modo o texto do art. 86-A: "O mandato do Presidente da República poderá ser revogado, mediante proposta subscrita por eleitores em número não inferior a um décimo dos que compareceram à última eleição presidencial, distribuídos por, pelo menos, 14 Estados, cada um deles com não menos de cinco por cento dos eleitores [...]" que votaram no referido pleito."

Desse modo, nosso relatório é pela acolhida parcial da emenda da Senadora Vanessa, mantendo os 10% dos comparecimentos para a primeira subscrição, mas introduzindo, como novidade no texto, a previsão de que pelo menos o eleitorado de 14 Estados deverá também se manifestar, cada qual no mínimo de 5% daqueles que votaram no último pleito presidencial.

Portanto, é a subemenda que sugiro para acolher a proposta da Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Coloco, neste momento, em discussão o relatório do Senador Anastasia, juntamente com a sua manifestação a respeito da emenda da Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a autora da emenda, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero, Sr^a Presidente, falar da convicção que me levou a apresentar essa emenda, porque nós estamos discutindo aqui algo extremamente importante: a possibilidade de questionar o Presidente da República eleito por um determinado percentual do eleitorado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu apresentei a proposta, como bem relatou, de forma sucinta, o Senador Anastasia, preocupada com duas questões. A primeira delas é em relação ao percentual, e a segunda, em relação à representatividade do Brasil, porque, se deixarmos apenas 10%, três ou quatro Estados brasileiros poderiam atingir rapidamente, de forma muito tranquila, esse percentual.

Então, mesmo ainda havendo algumas ponderações em relação ao percentual, eu acho que, neste momento, contempla a proposta alternativa do Senador Anastasia no sentido de que possamos dar continuidade ao debate de uma matéria tão importante.

Então, cumprimento o Senador Anastasia, sempre muito solícito e conseguindo fazer acordos, contemplando todos.

Obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada.

Continua em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Para discutir, o autor da proposição, Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, o Senador Randolfe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para discutir.) – Eu passo a palavra ao Senador Randolfe.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Então, há uma inversão de ordem.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir.) – Srª Presidente, serei breve.

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... ao autor da matéria, ao Relator.

Este, sim, é um dos temas que nós precisaríamos discutir em qualquer reforma política séria neste País, porque é um dos temas que inverte a lógica. A lógica deixa de ser a de discutir o sistema político somente do ponto de vista dos políticos e passa a ser a de discutir o sistema político do ponto de vista do protagonismo da sociedade.

A nossa Constituição fundou, em nosso País, um regime político de democracia semidireta. Não é à toa que o princípio da soberania popular, consoante o parágrafo único do art. 1º, diz que o poder é exercido pelos representantes do povo ou pelo próprio povo diretamente, nos termos da Constituição, remetendo ao art. 14, incisos I, II e III, quando traz os institutos de democracia semidireta do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular de lei.

Nós estamos trazendo e introduzindo no nosso ordenamento constitucional um quarto instrumento de democracia direta, de exercício de democracia participativa, já existente e provado em outras democracias do mundo, já utilizado em alguns dos estados norte-americanos e com sucesso. A Califórnia é um desses exemplos.

Então, esse é um tipo de matéria, permita-me, se couber o termo, em que eu fico com uma inveja saudável por parte do autor e do Relator da matéria, pelo aperfeiçoamento que também trouxe como contribuição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Este é um dos temas que nós exultamos que, quanto antes for aprovado aqui na CCJ, deveria seguir para o plenário do Senado para apreciação, porque é um dos temas de reforma política mesmo, que amplia o protagonismo da sociedade, o protagonismo do povo, detentor maior da soberania, conforme a nossa Constituição, na participação dos destinos políticos da Nação.

Então, meus cumprimentos ao autor e ao Relator da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Com a palavra o autor da proposição, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, é só para cumprimentar o Relator, Senador Anastasia, pela forma como se debruçou sobre a matéria, colocando alguns dispositivos que poderiam ser objetos, por exemplo, como eu esperava, de uma regulamentação da PEC. Entretanto, devido à celeridade com que queremos que haja uma reforma política neste País, eu acho totalmente exequível e em harmonia com a realidade brasileira que essa regulamentação já venha na própria PEC, conforme fez o Senador Anastasia de forma tão brilhante, inteligente e oportuna.

Parabenizo e felicito também a Senadora Grazziotin pela forma objetiva com que agiu, ao não permitir que uma possível distorção pudesse acontecer em relação ao processo de coleta de assinaturas para o início do processo de *recall* no Brasil. Um Estado, por exemplo, poderoso como São Paulo poderia adquirir 10% do eleitorado, sem dúvida alguma, para a introdução, para a movimentação desse processo de *recall*.

E a aceitação por V. Exª de que a manifestação de 10% eleitorado deveria se processar em 14 Estados, pelo menos em 5% de cada um deles, acho realmente uma atitude que se harmoniza com a nossa realidade, volto a dizer.

Por outro lado, eu queria fazer uma sugestão a V. Exª.

Eu sei da forma ética com que V. Exª está agindo, porque, quando nós colocamos a proposta, ela previa que poderia vigorar a partir de sua promulgação. Como ela vai ter uma longa tramitação, ela vai passar no Senado Federal, depois vai passar na Câmara dos Deputados, eu achava que deveria ser como nós colocamos inicialmente, ou seja, que ela vigorasse a partir da promulgação, uma vez que isso não tem nada demais. Se interessar politicamente ao Congresso Nacional que ela vigore imediatamente após a promulgação, isso não vai de forma nenhuma atingir a preocupação de V. Exª em atingir o mandatário atual, que é o Presidente Michel Temer, uma vez que, Srª Presidente, Sr. Relator, o que a Nação espera, neste momento, é que nós apresentemos saídas para a crise. E, se a promulgação imediata, após a aprovação da Câmara dos Deputados for a saída, aí, sim, nós vamos dizer à Nação que estamos apresentando uma saída, mas essa saída só se tornará exequível, válida, oportuna e imediata se o Congresso quiser.

De nada adianta a gente colocar aqui que vai vigorar em 2019. Então, não foi uma saída imediata para a crise que nós estamos vivendo. Nós estamos dizendo aqui ao Congresso: "Se vocês quiserem uma saída imediata, de forma democrática, ouvindo a população, aqui está, mas, se não quiser, fica assim mesmo". Ou seja, a proposta não vai ser votada. Então, o que estou dizendo a V. Exª é o seguinte: que nós vamos apresentar ao Congresso Nacional e à Nação uma saída para a crise. E a saída pode ser esta: consulta popular ao povo se o Presidente deve ficar ou não, inclusive passando a proposta, primeiro, na Câmara – não é? – e, depois, no Senado. E, em seguida, pela população.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a V. Exª e quero parabenizá-lo pela forma correta, ágil e inteligente em relação à matéria tão importante para o destino da nossa Nação.

Quanto aos Governadores, as Assembleias Legislativas que decidam a respeito.

Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Senador Antonio Carlos Valadares, eu o agradeço mais uma vez. E agradei muito ao então Presidente, Maranhão, a minha indicação como Relator deste projeto de V. Exª, que é um projeto, de fato, instigante e que mereceu de nossa parte uma avaliação muito cuidadosa não só pelo tema em si, pela majestade do assunto, que se refere, inclusive, à intangibilidade original do mandato presidencial, mas, por outro lado, também acaba refletindo mecanismos de democracia direta que já hoje existem em outras nações, inclusive, como lembrava o Senador Randolfe, em alguns estados norte-americanos, até mesmo para Parlamentares, já que se aplica em eleição distrital, o que seria possível e, naturalmente, no Brasil é quase inexequível, com eleição proporcional.

Mas a ponderação que fiz, eminente Senador Valadares, com muita cautela e até com certo cuidado, da data de 1º de janeiro de 2019 para vigência, foi exatamente para nós não sermos tomados aqui por uma questão casuística, em razão da crise – e é notória – por que atravessa o Brasil.

Eu entendo, compreendo e acho que V. Exª tem razão também quando pondera que a vigência imediata já poderia ser uma solução para o quadro atual, eventualmente, caso o Congresso assim entenda adequado, mas me parece que poderia ser, ao contrário, mais um fator de dificuldade ou de certa desestabilização. E como, pessoalmente, eu sempre resisti à tese de fazer a legislação para casos concretos, atuais, de modo muito casuista, de modo, vamos dizer assim, a corrigir – como lembra o Senador Armando Monteiro, conjuntural – hemorragias do momento, é que ponderei colocar a data de janeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª me concede um aparte, Presidente?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Relator, é o seguinte: quando eu apresentei essa proposta, essa crise não estava agindo no Brasil ainda. Foi em 2015. Então, ela não foi uma proposta casuística. Ela foi uma proposta lá para trás.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Tínhamos outra crise.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não. Estava, sim, iniciando, mas a crise se evidenciou mesmo em 2016 – não foi? –, quando houve o *impeachment*. Em 2015, não se falava em *impeachment* ainda quando eu apresentei essa proposta.

Em 2015, não se falava em *impeachment* ainda, quando eu apresentei esta proposta. Então, ela não diz respeito a nenhum casuísmo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor tem toda a razão. Quando V. Exª redigiu o texto, evidentemente que V. Exª não teve essa intenção, não era o quadro da época, mas, com o passar do tempo, tornou-se.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quando eu fui apresentar o relatório exatamente com essa cautela de não termos o caso concreto sendo colocado em foco, até porque, na proposta que fazemos também, o *recall* não pode ser aplicado no último ano do mandato. Na verdade, no quadro atual ele já é inexecutável, porque, caso venha a ser aprovado o texto proposto, mesmo se neste ano, até o início da colheita de assinaturas já se dá no ano que vem, evidentemente já há eleição, e a própria regra veda.

Compreendendo muito os argumentos de V. Exª e com o coração partido de não poder, pelo menos na minha concepção... Acredito que poderia, na verdade, criar empecilhos à tramitação do projeto, mas eu pondero para ficar dia 1º de janeiro de 2019.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu compreendo. Tenho certeza absoluta do seguinte: mesmo com a redação dada da promulgação a partir de 2019, se o Congresso quiser, muda tudo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não é? Já houve oportunidade no Brasil em que se estabeleceu até por ato adicional a mudança no regime do Brasil. Imagine através de uma PEC.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade. Agora, o que acontece, Senador Valadares, se me permite a Presidente, só para concluir, eu acho que o ato louvável, a iniciativa fundamental de V. Exª, que ficará registrada na história do Brasil é que, daqui a algumas décadas... Deus queira que crises não ocorram, e, evidentemente, todos os presidentes eleitos tenham os seus mandatos aplaudidos pela população. Mas, se nós tivéssemos pensado nisso no momento da Constituinte de 1988, poderia ser que esta atual crise já tivesse sido resolvida, tanto quanto a anterior, através da figura do *recall* com mais respaldo popular.

Mas agora nós teremos a introdução do instituto, e, no futuro – Deus queira que a longo prazo. Nunca queremos que seja implementado esse mecanismo –, ele ficará à disposição das forças políticas brasileiras e do nosso povo, do cidadão eleitor.

Desse modo, eu mantenho o texto de vigência da minha proposta para 1º de janeiro de 2019.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Até porque me parece que V. Exª está prestigiando o art. 16 da Constituição Federal, que prevê o princípio da anualidade eleitoral. Não tem muita vinculação com isso, mas...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É, não há.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Não é regra eleitoral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não é regra eleitoral, claro, mas guarda uma relação com a previsibilidade das regras para que elas não sejam feitas de forma improvisada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais Senadores e Senadoras que queiram discutir, dou por encerrada e coloco em votação a PEC do Senador Valadares.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta e parcialmente favorável à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2, CCJ, Substitutivo.

A matéria vai a Plenário.

Faço coro com os aplausos devidos e conferidos aqui ao Senador autor, Senador Antonio Valadares, e ao Relator.

Neste momento, devolvo a Presidência ao Presidente em exercício Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Temos agora, por solicitação do Senador Ricardo Ferraço, e havendo a aquiescência do Plenário, um item extrapauta – o Ofício "S" 41, não terminativo.

A nossa pauta não terminativa é pequena, com poucos relatores, mas ficaremos aqui o tempo necessário, Senadora Ana Amélia, para votar todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Passa-se ao

ITEM 36

OFÍCIO "S" Nº 41, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades na Comissão será feito em duas etapas. Na primeira, como é sabido, o relatório é apresentado à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A Ex^{ma} Srª Ministra Laurita Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, submete à apreciação do Senado Federal, por meio de ofício específico, o nome de S. Ex^a o Sr. Fernando César Baptista de Mattos, Juiz Federal da Seção Judiciária de Vitória, do Estado do Espírito Santo, para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nos termos do art. 103-B, inciso VII e §2º, da Constituição Federal, um dos membros do CNJ será juiz federal indicado pelo STJ e sabatinado pelo Senado Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância a esses dispositivos, o indicado encaminhou a este Senado Federal seu *curriculum vitae*, que será brevemente exposto.

O indicado é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde também se titulou mestre em Direito Público.

No que se refere às suas atividades profissionais, o indicado tem larga experiência em atividades jurídicas: foi assessor jurídico da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, advogado da Comissão de Valores Mobiliários, procurador da Fazenda Nacional (1998-1999), juiz federal, membro da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais e da Escola de Magistratura Federal (2008-2010) e membro do CNJ entre 2015 e 2017.

Além disso, participou dos órgãos de direção da Associação dos Juizes Federais do Brasil, como Diretor Coordenador de Comissões, Vice-Presidente da 2ª Região e, finalmente, Presidente.

Em relação às atividades acadêmicas do indicado, destaca-se a produção científica na área do Direito Tributário. É professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Vitória.

Atendendo às determinações do art. 383, do Regimento Interno, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando os nomes de seus parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a suas atividades profissionais. Nesse sentido, informou que o Sr. Luiz Norton Baptista de Mattos exerce o cargo de Juiz Federal da 7ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro desde 1997.

Declarou, ainda, que não participa, como sócio, cotista ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal e distrital, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Declarou, ainda, que não existem ações judiciais em que participe como autor ou réu em qualquer grau de jurisdição e que não responde a processo administrativo disciplinar.

Declarou que atua na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal da Subseção Judiciária de Vitória do Estado do Espírito Santo.

Também apresentou as devidas e pertinentes declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, no sentido de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Superior Tribunal de Justiça, de que não responde a procedimentos criminais ou administrativo-disciplinares e não cumpre sanções dessa natureza, de que não é membro também do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Por fim, apresentou argumentação por escrito a fim de demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando termos fornecido às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Sr. Fernando César Baptista de Mattos para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

É como relato, Sr. Presidente, apelando a V. Ex^a para que nós possamos não na próxima reunião, porque teremos aqui uma reunião específica, quero crer, para o enfrentamento da reforma trabalhista, mas, na reunião seguinte, no dia 5, fazer a sabatina, considerando que o Dr. Fernando Mattos está sendo indicado novamente, para mandato renovado, no Conselho Nacional de Justiça, para que seus trabalhos não tenham descontinuidade, à frente de suas relevantes tarefas. É como relato e é o apelo que faço a V. Ex^a, na condição de nosso Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato. Vamos levar a ponderação do Senador Ferraço ao Presidente Lobão para a possibilidade de designação da data o mais breve possível.

Quanto ao próximo item, a despeito de ser terminativo, nós poderemos votá-lo, porque seu relatório é pela prejudicialidade.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011

- Terminativo -

Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o §1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 16/05/2012, foi apresentada a Emenda nº 1 de autoria do Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Como Relator.)

– Presidente, antes de iniciar a análise deste projeto, indo direto ao assunto, eu gostaria de dizer, ratificando a informação que dei a V. Ex^a sobre a PEC do *recall*, que a primeira proposta que apresentei sobre esse assunto – e eu a repeti em 2015 – foi em 2003. Então, naquela época, não se falava nem em *impeachment* de forma nenhuma, como em 2015, mas eu compreendi e votei favorável à proposta de V. Ex^a de que a validade dessa proposta será a partir do dia 1º de janeiro de 2019. Mas, se o Congresso modificar, é coisa da democracia.

Agradeço a V. Ex^a.

Passemos à análise.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A análise sistemática do PLS nº 73, de 2011, deve ser dispensada, pois ele teve a sua apresentação efetuada após o início da tramitação do PLS nº 166, de 2010, que deu origem ao novo Código de Processo Civil, editado pela mencionada Lei nº 13.105, de 2015.

Nesse caso, a rigor, as sugestões contidas no PLS nº 73, de 2011, deveriam ter sido efetuadas na forma de emendas ao PLS nº 166, de 2010. Como isso não aconteceu, o projeto em análise ao menos deveria ter sido anexado ao projeto que deu origem ao novo Código de Processo Civil, pois, segundo dispõe o art. 374, II, do Regimento Interno do Senado, aos projetos de código em tramitação nesta Casa devem ser "anexadas as proposições em curso ou as sobrestadas, que envolvam matéria com ele relacionada".

Contudo, verifica-se que, por um lapso, o PLS nº 73, de 2011, deixou de ser anexado ao PLS nº 166, de 2010, não obstante a matéria nele versada também ter sido tratada no novo Código de Processo Civil, especialmente nos seus arts. 12, que dispõe sobre a ordem cronológica de conclusão para os juízes e tribunais proferirem sentença ou acórdão, e 1.048, que dispõe sobre a prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, dos procedimentos judiciais em que figurem como parte ou interessados idosos ou portadores de doenças graves.

A solução a ser encaminhada para o caso encontra-se no próprio Regimento Interno do Senado Federal, que reservou um de seus capítulos exclusivamente para tratar da prejudicialidade de matérias em tramitação (art. 334), seja pelo fato de "haver perdido a oportunidade" (inciso I), ou "em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação" (inciso II), devendo, em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade ser "feita em plenário, incluída a matéria em Ordem do Dia, se nela não figurar quando se der o fato que a prejudique" (§1º).

Sendo assim, não nos resta outra alternativa que não a de propor a declaração de prejudicialidade dessa matéria, uma vez que foi perdida a oportunidade de ser apreciada conjuntamente com o projeto do novo Código de Processo Civil, e também pelo fato de esse novo diploma legal conter matérias correlatas ao projeto de lei em análise, que já foram prejulgadas pelo Plenário.

O voto, então, é pela remessa ao plenário do PLS nº 73, de 2011, acompanhado de sua Emenda nº 1, a fim de ser declarada a sua prejudicialidade pelo Presidente após a sua inclusão na Ordem do Dia.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório, que conclui pela prejudicialidade do projeto e da sua Emenda nº 1.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, pela prejudicialidade do PLS nº 73, de 2011, e da Emenda nº 1.

A matéria vai ao plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 34 TRAMITAÇÃO CONJUNTA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, de 2012**- Não terminativo -**

Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012****- Não terminativo -**

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros.**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2013****- Não terminativo -**

Altera a Constituição para determinar novo procedimento de composição do Supremo Tribunal Federal e alterar a idade de aposentadoria compulsória.

Autoria: Senador Fernando Collor e outros.**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2013****- Não terminativo -**

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para disciplinar o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues e outros.**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2014****- Não terminativo -**

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar o processo de escolha e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo prazo para sua indicação pela Presidência da República.

Autoria: Senador Blairo Maggi e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Altera os art. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos.

Autoria: Senador Reguffe e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável à PEC nº 44, de 2012, à Emenda nº 1-CCJ e às Emendas de Plenário nºs 3 e 4, oferecidas à PEC nº 35, de 2015, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Propostas e a Emenda de Plenário nº 2, oferecida à PEC nº 35, de 2015.

A Relatora de todos esses projetos é a Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Caros colegas Senadores e Senadoras, de fato, a cada indicação de um nome para a Suprema Corte há sempre uma movimentação e um debate sobre a oportunidade de mudar os critérios de escolha para os integrantes do STF.

Para se ter uma ideia, como foi lido pelo nosso Presidente, em 2012, foram duas propostas de emenda à Constituição, Senador Cristovam e Senador Requião; em 2013, foram duas propostas dos Senadores Fernando Collor e Antonio Carlos Rodrigues; em 2014, três propostas, da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Paulo Bauer; em 2015, foram cinco propostas de emendas à Constituição com a mesma finalidade, dos Senadores Blairo Maggi, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Reguffe e Marta Suplicy.

Por economia processual, vou direto à análise dessa matéria.

Queria agradecer ao Senador Roberto Requião, que foi à minha página no Twitter para tratar do assunto e não considerar, porque a proposta dele foi incluída no relatório.

Queria agradecer também à assessoria da Consultoria Legislativa do Senado Federal, porque uma matéria dessa natureza requer um conhecimento das questões institucionais e das questões relacionadas às competências dos três poderes.

Vamos direto à análise, portanto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto ao mérito, como eu disse, o tema é muito oportuno e de uma discussão recorrente no Congresso Nacional. Geralmente ocasionado pela nomeação de um novo membro da Suprema Corte, esse debate ressurgue com força em relação à necessidade uma nova norma constitucional acerca desse processo. Prova disso são as inúmeras propostas que tramitam nas duas Casas em relação ao tema.

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da tripartição dos poderes em seu art. 2º: “São poderes da União independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” Por si só, esse princípio deveria nortear a atuação isenta e impessoal dos Poderes da República. Não obstante, é sabido que há dificuldade, na prática, de garantir à sociedade que a impessoalidade ocorra, sobretudo quando se fala da forma de indicação dos Ministros do STF, feita hoje de forma discricionária pelo Presidente da República.

Cabe ressaltar a importância do nosso Supremo Tribunal, a quem compete, além da guarda da Constituição, processar e julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, o Procurador-Geral da República e seus próprios Ministros e, nas infrações penais comuns e, nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, os Ministros dos Tribunais Superiores e os Ministros do Tribunal de Contas da União, além de possuir várias outras competências descritas no art. 102 da Carta Magna.

O Poder Judiciário está hoje tão ou mais exposto à mídia quanto os demais Poderes da República. Como fruto dessa exposição, que – destaque-se – é salutar e consagra o princípio da publicidade, é razoável que se pense numa reestruturação desse modelo, de forma a acompanhar as mudanças sociais e culturais advindas da cidadania brasileira.

Nesse sentido, todas as propostas aqui analisadas buscam aperfeiçoar uma regra considerada obsoleta e pouco transparente. Em linhas gerais, as PECs propõem, entre outros pontos: alterar a forma de indicação dos Ministros por meio de um filtro mínimo composto por algum tipo de colegiado; estabelecer mandatos, que variam de cinco a quinze anos, sem recondução; criar vedações a indicações de pessoas que exerceram determinados cargos; e estabelecer uma quarentena após o término dos mandatos na Corte Máxima.

Embora sejam meritórias as propostas, entendemos que esse assunto deve ser tratado com máximo equilíbrio, justamente para não ofender o já citado princípio da separação dos Poderes, sem ignorar que o sistema necessita ser melhorado.

Assim, não é adequado, a nosso ver, que seja demasiadamente limitada a possibilidade de o Presidente da República escolher o indicado, como previsto nas PECs nºs 3, de 2014, e 44, de 2012, sob pena de estarmos ameaçando a própria legitimidade popular do Chefe do Poder Executivo em fazê-lo.

De igual modo, entendemos que não devem prosperar as propostas que buscam inserir entre os nomes pessoas indicadas por alguma das Casas Legislativas, como sugerido nas PECs nº 3, de 2014, e 50, de 2013. É justamente essa politização da Justiça que se busca evitar na composição do Supremo Tribunal Federal.

Nessa mesma senda, entendemos que o concurso público como único meio de acesso ao cargo de Ministro do STF pode implicar conferir um viés tecnicista à Suprema Corte. Ademais, não são conhecidas experiências internacionais que revelem a pertinência de tal modelo.

Finalmente, entendemos sensível e delicado o tema da ampliação do número de Ministros da Suprema Corte. No limite, a ampliação relevante desse número pode importar – como já ocorreu em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nossa história – maltratar a separação dos Poderes, princípio democrático que nos cumpre respeitar e fortalecer.

Identificamos, no entanto, uma série de convergências entre as sugestões, que podem resultar num texto que avança de modo considerável no objetivo de aperfeiçoamento do sistema, sem deixar de observar o equilíbrio necessário, com vistas a preservar a institucionalidade.

Vemos com simpatia a definição de uma lista a ser elaborada por próceres do mundo jurídico – se é que temos esta preocupação – como forma de qualificar mais objetivamente os futuros Ministros da Suprema Corte. Optamos, no entanto, pela solução que aponta para a elaboração de uma lista tríplice, como sugerido nas PECs nº 35, de 2015, do Senador Lasier Martins, e nº 46, de 2014.

O estabelecimento de um mandato fixo também é medida que se impõe. Essa disposição, apresentada em várias das propostas aqui analisadas, é fator que contribuirá com o processo de renovação e atualização do STF. Deve-se considerar que a Emenda Constitucional nº 88, de 2015, que elevou a idade para aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, privilegiou a maior permanência de pessoas que podem dar grande contribuição ao serviço público. Não nos parece razoável, porém, que um Ministro possa permanecer por mais de duas décadas na Suprema Corte. Em nossa visão, um mandato de dez anos se afigura adequado para essa função tão nobre, tão importante.

Outro ponto que nos parece convergente se refere à vedação de quem tenha exercido nos últimos quatro anos mandato eletivo federal ou cargos vinculados ao Poder Executivo Federal, conforme consta na PEC nº 44, de 2012, reforçada por meio da Emenda nº 4-PLEN. Esse cuidado preserva a institucionalidade dos Poderes e também o próprio indicado, que poderá ser menos questionado sobre eventuais conflitos de interesse durante seu processo de indicação e mesmo durante o seu mandato no Supremo Tribunal Federal. Em paralelo, há que se estabelecer um período de inelegibilidade para aqueles que deixam o Tribunal.

Também nos parece oportuna a sugestão trazida pelo Senador Antonio Carlos Valadares – aqui presente –, por meio da Emenda nº 3-PLEN. A inclusão do Defensor Público-Geral Federal no referido colegiado privilegia a finalidade última do Direito, que é fazer a justiça social. Devido a sua proximidade com as bases da sociedade e sua pretensão à universalidade, nada mais justo que esse personagem integre e contribua para a escolha de alguém que julgará questões de impacto para toda a coletividade.

A propósito, entendemos também que não há pertinência lógica em inserir o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) entre os representantes de órgãos estatais relacionados à prestação jurisdicional, como os Presidentes de tribunais do Judiciário, o Chefe do Ministério Público da União e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

A Corte de Contas é órgão de natureza administrativa, à qual compete auxiliar o Congresso Nacional em sua incumbência constitucional de controle externo, de grande relevância, é verdade, mas que não configura função jurisdicional. Não se trata, portanto, malgrado o nome, de órgão judicante, razão por que entendemos descabida a presença de seu Presidente entre os integrantes do colegiado incumbido de indicar ao Presidente da República a lista tríplice de juristas habilitados a compor o STF.

Nesse sentido, sugerimos, em consonância com a emenda acatada à PEC nº 35, de 2015, em sua anterior análise por esta Comissão, substituir o Presidente do TCU pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Sabe-se que esse cargo é ocupado por um Ministro do próprio Supremo Tribunal





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal, por definição constitucional, nos termos do parágrafo único do art. 119 da Lei Maior. Não obstante, parece-nos mais apropriado o colegiado contar com dois nomes do STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, instituição de cuja organização se trata, do que com um representante de uma corte de natureza administrativa, que não exerce atividade jurisdicional ou a esta ligada.

Em relação à Emenda nº 2-PLEN, manifestamo-nos pela sua rejeição. As mudanças propostas são profundas e precisariam de um debate mais amadurecido sobre o papel das instituições nesse processo. Como já foi explicado, tais mudanças devem ser feitas com o equilíbrio necessário à preservação da saudável separação dos Poderes preconizada na nossa Constituição.

Finalmente, a fim de consubstanciar as convergências apontadas nas diversas propostas, apresentamos um substitutivo à PEC nº 44, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, a mais antiga em tramitação, tendo, portanto, precedência, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, o qual determina que, no caso de tramitação conjunta de proposições, terá precedência a mais antiga sobre a mais recente, quando originárias da mesma Casa.

Dessa forma, e compreendendo que a matéria se acha amadurecida, após tantos anos de debates e quase três décadas de vigência da Constituição democrática de 1988, torna-se possível adotarmos uma nova sistemática de nomeação e aprovação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, buscando nas diversas proposições legislativas aqui relatadas e nos debates respectivos os elementos bastantes para dar forma e conteúdo à emenda integral substitutiva com que concluímos este relatório.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2012, da Emenda nº 1-CCJ e das Emendas nºs 3 e 4-PLEN e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, na forma do substitutivo a seguir, restando prejudicadas, nos termos regimentais, as demais proposições e a Emenda nº 2-PLEN.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2012

Altera o art. 101 da Constituição Federal para dispor sobre o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que comprovem pelo menos quinze anos de atividade jurídica.

§1º A escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será feita pelo Presidente da República, dentre os integrantes de lista triplíce elaborada, no prazo de até um mês a contar do surgimento da vaga, por um colegiado composto pelos seguintes membros:

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- II – o Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
 - III – o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
 - IV – o Presidente do Superior Tribunal Militar;
 - V – o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
 - VI – o Procurador-Geral da República;
 - VII – o Defensor Público-Geral Federal;
 - VIII – o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- §2º É vedada a indicação de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo federal ou cargo de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou Ministro de Estado.
- §3º O Presidente da República comunicará a escolha do nome ao Presidente do Senado Federal, até um mês após receber a lista tríplice.
- §4º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dez anos, vedada a recondução.
- §5º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são inelegíveis para qualquer cargo eletivo, até cinco anos após o término do mandato.” (NR)

Art. 2º. Aos Ministros do Supremo Tribunal Federal em exercício na data da publicação desta Emenda é aplicável o regime jurídico vigente no momento da respectiva nomeação.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vou conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que se inscreveu em primeiro lugar, e depois à Senadora Simone Tebet.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero crer que essa proposta, a PEC nº 44, relatada pela Senadora Ana Amélia, tem inteira pertinência com o sentimento vivenciado pela sociedade brasileira de que nenhum mandato pode ser eternamente exercido por qualquer cidadão, por mais intelectual, por mais preparado, por mais importante que ele seja. Acho que a proposta é totalmente viável de ser aprovada.

No entanto, devido à sua complexidade, devido à sua importância – nós só temos aqui seis Senadores presentes a esta reunião –, seria bom que ela fosse votada em um momento em que esta Casa estivesse cheia para dividirmos a responsabilidade com os 27 Senadores ou, talvez, 20 Senadores que estivessem presentes na reunião. Por isso eu peço vista, não para prejudicar o andamento da matéria, já que eu votarei favoravelmente, quando ela for votada, na próxima reunião, quando ela deve ser a primeira matéria do conjunto daquelas que V. Exª determinará.

Acho importante que nós possamos fazer uma modificação na forma eletiva de como são escolhidos os membros do Tribunal Superior e, inclusive, sobre o Ministério Público, em que também





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

há modificações. Nos Estados Unidos, de onde nós incorporamos esse modelo, o membro morre como membro do Supremo. Não há idade que determine o fim do mandato. No entanto, o Brasil, a meu ver, devido a vários fatores, pode se diferenciar dos Estados Unidos, que foram a inspiração de Rui Barbosa ao adotar esse sistema.

Assim, eu peço vista da matéria, mas antes gostaria de pedir a V. Ex^a que determinasse, que escolhesse um relator, que pode ser um dos Senadores aqui presentes – Senador Lasier, Senadora Simone, Senador Randolfe, Senadora Ana Amélia ou qualquer um que V. Ex^a considere importante para relatar –, para a PEC nº 45, que proíbe que parentes até o terceiro grau – ela foi apresentada em 2015 – dos membros dos tribunais de contas e conselheiros dos tribunais de contas sejam candidatos a cargos eletivos. Eu não entendo, Sr. Presidente, como uma proposta foi apresentada em 2015... V. Ex^a não tem culpa, porque V. Ex^a é Vice-Presidente, e não foi Presidente nenhuma das vezes de 2015 para cá. Mas, devido à celeridade com que V. Ex^a tem agido interinamente neste período, eu peço a V. Ex^a que designe, o mais rápido possível, o mais breve possível, um relator para proibir isso. Porque está havendo, Sr. Presidente, um abuso, nos Estados principalmente, de membros dos tribunais de contas que chamam os prefeitos e dizem: "Olhe, sua prestação de contas está aqui. Em quem você vai votar para Deputado?" É assim que se faz nos Estados. Eu acho que isso é uma pressão indevida, é uma fraude, é uma desfaçatez e um desequilíbrio na disputa eleitoral, que nós devemos coibir de qualquer forma. Por isso, peço a V. Ex^a que designe, o mais breve possível, um relator ou uma relatora para dar encaminhamento a essa matéria tão importante para um período em que a sociedade brasileira está a exigir transparência e, acima de tudo, seriedade no exercício do mandato, seja eletivo ou de membros, do Tribunal de Contas. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Quero, em primeiro lugar, dizer que, se eu tivesse o poder de fazer a distribuição, faria de imediato, mas vou levar ao Senador Lobão, Presidente da Comissão, que faz a distribuição, o seu pleito. Já anotamos aqui com a Secretaria, e no espaço em que a Secretaria fala com S. Ex^a o Sr. Presidente, a ponderação de V. Ex^a estará em primeiro lugar para essa distribuição.

Aproveito também para lembrar, quando V. Ex^a mencionava o modelo norte-americano, a expressão muito feliz de lá, que adotamos: "enquanto bem servir". É uma expressão constitucional norte-americana, "enquanto bem servir", que leva também a uma ponderação, porque muitas vezes um Ministro da Suprema Corte americana já fica mais idoso, tem problemas naturais decorrentes do avançado da idade, e ali, então, há essa ponderação que os próprios colegas fazem: "enquanto bem servir". É um belo conceito jurídico indeterminado, que a jurisprudência norte-americana o completa.

O Senador Randolfe saiu correndo, mas pediu vista coletiva. Acho que é nesse mesmo diapasão que a Senadora Simone Tebet mencionaria. Tem a palavra S. Ex^a, por inscrição.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente, mas não era nem para o pedido de vista coletiva – sei que o pedido já foi feito. Eu gostaria de aproveitar a presença da Relatora, Senadora Ana Amélia, porque vou apresentar pelo menos uma emenda supressiva e gostaria de explicar até para tentar convencê-la, de uma forma muito rápida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não nos podemos esquecer de que estamos fazendo uma alteração drástica, ainda que necessária – não vou entrar no mérito, se vamos votar favorável ou contrariamente, seja aqui na CCJ ou no plenário – em relação à composição de um órgão de cúpula do Poder Judiciário, aliás, a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro, corte essa criada lá no início da República brasileira, na época, com 15 membros. Passou-se para 11, depois foi para 16. Ao sabor dos acontecimentos, mudava-se o número de membros do Supremo, e poucas vezes se alterou realmente, na essência, a composição a não ser quando colocaram um Ministro que não tinha a formação jurídica, e sim médica. Aí, colocou-se "notório saber jurídico", para deixar claro que tinha que ser alguém que tivesse atividade jurídica para exercer a atividade maior de julgamento no País.

Neste momento, estamos fazendo, de acordo com a junção de uma série de propostas constitucionais, uma alteração drástica. Aqui se está estabelecendo, por exemplo, que deve ter, no mínimo, 15 anos de atividade jurídica, que o mandato vai ser de dez anos, sem recondução, ou seja, depois não vai poder ser reconduzido, e, principalmente, aqui se está tentando diminuir – e aí tem o meu aplauso – a interferência política do Poder Executivo, do Chefe do Poder Executivo, do Presidente da República, na indicação.

Embora meritória, acredito que precisamos realmente discutir e aperfeiçoar.

Eu gostaria apenas de ponderar aqui, numa questão de ordem até prática, que, na composição de órgãos colegiados, nunca é bom ou razoável ter número par, porque, em órgãos colegiados com número par, são dados amplos poderes e mais poderes para que o presidente do órgão vote duas vezes.

Nesta composição, pela forma como vai ser escolhido o Ministro do Supremo, em lista tríplice de escolha do Presidente da República, esse órgão colegiado, na composição tal como está aqui, Senadora Ana Amélia, na forma como V. Ex^a está recepcionando, talvez por proposta de algum colega, nós temos cinco membros do Judiciário e três vindos de fora: um do Ministério Público, um da Defensoria e um da Ordem dos Advogados do Brasil. Ainda que fiquemos com uma maioria do Judiciário – quatro a três –, nós não podemos nos esquecer de que, quando colocamos o Presidente do Supremo e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nós estamos falando de membros do Supremo. Então, nós teríamos dois membros do Supremo, um do Superior Tribunal de Justiça, um do Tribunal Superior do Trabalho e um do Superior Tribunal Militar.

A minha sugestão é para resolvermos os dois problemas de uma vez só: tirarmos o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que é um membro do Supremo Tribunal Federal, para não termos dois votos deles, e, com isso, nós não teríamos o problema de empate e teríamos uma paridade de armas, sendo quatro do Judiciário em relação a três membros de fora do Judiciário.

Sei que há uma tese que defende que membros dos tribunais superiores têm de vir da magistratura, mas nós não podemos nos esquecer de que, em outros tribunais, nós temos o quinto constitucional, que permite que, numa composição ainda que minoritária – e muito minoritária –, nós tenhamos membros do Ministério Público e membros da advocacia exercendo a função de magistrado.

Acho saudável para a democracia essa fórmula. Acho importante que, dos 11, pelo menos tenhamos dois ou três membros sempre do Supremo Tribunal Federal com uma outra ótica, com um outro olhar. E nós temos aqui de reconhecer que a forma de pensar de um Defensor Público tende, ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

longo dos anos, pela atividade que desempenha, a ter um olhar diferenciado do de um membro do Ministério Público e, da mesma forma, de um advogado.

Então, em função disso, a sugestão que vou fazer... Não iria pedir vistas; ia até entrar com um destaque para evitar o atraso na tramitação da proposição, mas gostaria que V. Ex^a pensasse a respeito com carinho, porque, volto a repetir, nós estaremos aqui fazendo uma mudança significativa na composição da mais alta Corte do Judiciário deste País. Assim, precisamos ter bom senso, serenidade e legislar para o futuro, sem casuísmos, mas pensando nos aprimoramentos das fórmulas legais e constitucionais.

V. Ex^a fez um comentário que eu repito, finalizando: nada é imutável, muito menos o Direito. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado à Senadora Simone Tebet, que fez, como de hábito, observações de muita profundidade, densidade jurídica e de mérito.

O Senador Lasier está inscrito, mas a Relatora manifestou vontade de falar. Assim, se me permite, Senador Lasier, eu concedo a palavra à Relatora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares. De fato, esta é uma matéria densa, é uma matéria relevante, oportuna e necessária, de modo que a presença de todos os membros da CCJ é fundamental neste debate.

Agradeço à Senadora Simone pela ponderação feita e quero dizer, Senadora, que, antes de apresentar o relatório ou já depois de pronto mesmo, conversei com alguns Senadores, inclusive com V. Ex^a, e colhi um entendimento generalizado de que era preciso mudar realmente. Mas eu conversei também com o Presidente da OAB, que também suscitou a mesma ponderação que V. Ex^a fez.

Fico feliz que V. Ex^a vá fazer, porque, mesmo que eu já tenha preparado, eu acho que o debate... Eu poderia ter feito isso, mas preferi que houvesse uma participação maior do Plenário da CCJ. E qual foi a ponderação? A lista é tríplice. Então, os membros desses colegiados vão entregar três nomes ao Presidente da República, ele vai escolher dos três.

Então, de fato, o peso sobre a área do Judiciário ficará desequilibrado. Então, o que nós teríamos que fazer, possivelmente, é: o Judiciário indica um – ele vai ter vários, mas o mais votado deles –, o Ministério Público, que é o representante da sociedade, e a Defensoria Federal, sugerida pelo Senador Valadares, outro, e a OAB, outro. Aí nós teríamos um equilíbrio bastante mais diluído na representatividade e não haveria a prevalência de um Poder sobre outro ou de um órgão que vai indicar sobre outro. Acho que o equilíbrio social das instituições daria também uma forma bastante mais representativa. Mas isso, penso, vai caber à sua emenda, à emenda que vai apresentar.

Queria também aproveitar, Presidente, para ressaltar aqui uma mensagem que recebi hoje de um juiz do trabalho de Passo Fundo – Senador Lasier, V. Ex^a, que é autor de uma das PECs –, o Juiz Evandro Luís Urnau.

Achei muito interessante a proposta de mandato de dez anos para o Supremo Tribunal Federal. Já imaginei algo parecido para todos os tribunais superiores, porque os desembargadores e Ministros de tribunais acabam esquecendo como é a jurisdição de primeiro grau.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A minha mensagem é motivada por possíveis problemas envolvendo a indicação de magistrados do Ministério Público ou outros servidores para o STF. É possível que acabe o mandato e a pessoa ainda não tenha tempo para se aposentar. [Ele já está avançando, ele já pulou a etapa da escolha, ele já está no exercício.] Então poderia ser acrescentada uma regra no sentido de garantir o retorno ao órgão de origem com preferência para escolher as vagas em aberto e admitindo que ele trabalhe como excedente no caso de não haver vagas no momento, até que surja uma nova vaga.

Isso é para mostrar como a matéria tem os seus interesses corporativos, o que é legítimo. Pareceu-me interessante, porque é um juiz do trabalho que está acompanhando um tema que é de interesse de toda a categoria do Poder Judiciário. É apenas para trazer à luz a filigrana, Senador Anastasia, a filigrana do detalhamento e dos interesses que estão em jogo numa questão como essa, dessa envergadura.

Então, agradeço à Senadora Simone, ao Senador Valadares, a V. Exª e ao Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpem, já estamos discutindo, mas aproveito a fala da Senadora Ana Amélia, Relatora: só me preocupou essa sugestão do presidente da Ordem, que é meu amigo – eu tenho uma deferência muito grande por ele.

Nós não podemos inverter também a escolha da composição. Nós não podemos esquecer que o Supremo Tribunal Federal tem que ter, realmente, na sua maioria absoluta e quase esmagadora, membros vindos da magistratura. É importante que seja assim, é importante porque é necessária essa experiência da arte de julgar, que é, das artes, talvez, a mais difícil, mais difícil mesmo do que a nossa, que podemos, através do Parlamento, usar a tribuna, falar com toda a responsabilidade, mas não temos, na consequência dos nossos atos, a obrigação de julgar a vida de qualquer cidadão.

Nesta sugestão onde Defensoria e Ministério Público indicariam um; e os advogados indicariam outro, e a magistratura, outro, nós teríamos a chance da escolha por parte do Presidente de apenas 30% – numa matemática; claro que não é exata essa conta –, 30% apenas de chance de o Presidente escolher um magistrado, quando a regra tem que ser contrária. Nós teríamos e temos que ter uma composição de, pelo menos, não sei, 70% de magistrados e 30% de membros vindos do Ministério Público, da Defensoria e da Ordem dos Advogados.

Então, é apenas para se pensar, Senadora Ana Amélia. E fico muito feliz de esta PEC estar na mão de V. Exª, não só pela competência, mas pela serenidade, o equilíbrio e pela capacidade que V. Exª tem do diálogo, que isso é fundamental numa proposta como essa. Então, é apenas nesse sentido.

E, em relação à questão da aposentadoria, isso cabe àquele que for urgido ou indicado pesar na hora de aceitar ou não a escolha. É muito complicado até, num texto constitucional, chegar a essa minúcia, a esse detalhamento. Só não podemos esquecer que, para chegar à magistratura no Brasil, é preciso ter no mínimo 25 anos de idade. Então, ele já tem pelo menos cinco anos de contribuição, sete anos de contribuição; ele precisa ter 15 anos de atividade jurídica pela PEC. Então, já tem 20 anos de contribuição. Aliados aos dez anos em que ele vai poder permanecer no Supremo, ele vai ter os 30 anos praticamente quase que todos eles necessários, mesmo com a alteração da reforma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

previdenciária. Mas é para isso que nós estamos aqui, para debater, para avançarmos na proposição, Sr. Presidente.

E eu paro por aqui para não cansar a paciência e aí agradeço a benevolência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Que é total, porque o tema, de fato, é muito instigante.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Antonio Anastasia.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o relatório da Senadora Ana Amélia, que é de uma precisão absoluta no exame de cada uma das outras PECs. E evidentemente que quero agradecer o fato que me desvanece muito, o de a Senadora Ana Amélia ter acolhido 90% da minha PEC, a PEC 35.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E não é proteção regional, Senador. *(Risos.)*

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não tem nada a ver a nossa mesma procedência do Rio Grande do Sul.

Durante o meu longo tempo de jornalismo, sempre fui um inconformado com relação àquilo de que hoje eu não tenho mais dúvidas, a politização da Suprema Corte. E foi com esse objetivo que, ao chegar ao Senado, foi o primeiro projeto que apresentei, logo nos dois primeiros meses, e hoje me sinto recompensado por estarmos aqui discutindo e com boas chances de ser aprovado daqui a pouco, no plenário.

Em rigor, dois itens foram aperfeiçoados, um deles até passou por V. Ex^a. O Ministro Anastasia foi Relator na primeira passagem da PEC aqui pela CCJ, e o Senador Anastasia substituiu uma posição que eu indicava em favor do TCU. E, muito adequadamente, como um grande especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo, o Senador Anastasia substituiu aquele integrante do colegiado que seria do TCU pelo representante do TSE, que agora é contestado também adequadamente pela Senadora Simone Tebet. Eu concordo. Teríamos dois representantes do Supremo. Eu concordo inteiramente.

Só que acho, Presidente e meus colegas, que isso é muito simples de resolver, porque eu também concordo que não é adequado ter o colegiado com oito representantes, eu sou a favor dos sete. Então, bastaria tirarmos o representante do TSE e ficarmos com o representante, que acrescentou na sua emenda o Senador Valadares, que é da Defensoria Pública. Então, é muito simples de resolver. Voltemos a sete representantes, e não oito, como há agora, simplesmente tirando aquele que implicaria em dois votos do Supremo, que é o representante do TSE.

Com relação à acolhida dos dez anos, acho esse um dos pontos principais. Não tem sentido hoje nós termos Ministros do Supremo que podem ficar lá por 30 anos. Isso não oxigena, não areja jurisprudência. Fica a mesma coisa o tempo todo. Então, dez anos no Supremo bastam. E teremos a possibilidade de aproveitamento dessas incontáveis inteligências que estão espalhadas pelo Brasil, nos tribunais regionais, nos tribunais de justiça. Daríamos oportunidade a esse arejamento na jurisprudência e ao mesmo tempo o aproveitamento de gente nova que trará muito acréscimo ao Supremo Tribunal Federal.

Estou de acordo também com o que pediu o Senador Valadares, para que haja um quórum mais numeroso para discutirmos o encaminhamento para o plenário depois, porque essa é uma matéria





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito importante. Nunca na história do Supremo Tribunal Federal se falou tanto no Supremo como atualmente, seja para o bem ou para o mal, como se tem ouvido.

Nós estaremos marcando um feito histórico se aqui, neste ano, mudarmos a sistemática da indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Em razão da vista solicitada pelo Senador Valadares e pelo Senador Randolfe, concedo vista coletiva desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Obrigada, colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) –

ITEM 32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Vem à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 40, de 2016, de autoria do ilustre Senador Dário Berger, que altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e promove modificações em diversas leis especificadas na ementa.

O PLS sob análise é composto de dois artigos.

O art. 1º promove as alterações desejadas no corpo da Lei nº 12.513, de 2011, que institui o Pronatec. Vale consignar que o referido programa, executado pela União, objetiva "ampliar a oferta de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira".

A primeira alteração é a que almeja incluir no rol das pessoas a serem atendidas prioritariamente pelo Pronatec os agentes de educação sanitária vinculados a Estado ou Município. Para tanto, o art. 1º do PLS nº 40, de 2016, propõe a inclusão de inciso V ao art. 2º da Lei nº 12.513, de 2011.

A segunda alteração pretendida pela proposição é incluir, mediante o acréscimo de inciso IV ao art. 5º da Lei nº 12.513, de 2011, o curso de formação e capacitação de agentes de educação sanitária vinculados a Estado ou Município na relação dos cursos considerados modalidades de educação profissional e tecnológica.

O art. 2º veicula a cláusula de vigência imediata da lei em que eventualmente se transformar a presente proposição.

Na justificação, o autor do projeto, Senador Dário Berger, ressalta ser partidário "da educação como base para as mudanças necessárias a um projeto sustentável de nação". Nesse sentido, reconhece o valor e prestigia a instituição do Pronatec. Destaca, por outro lado, que alguns Estados e Municípios tomaram a iniciativa de estabelecer quadros próprios de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário. No entanto, as dificuldades para a formação e a capacitação desses agentes retardam o alcance dos resultados planejados. As condições são precárias e o apoio de órgãos federais para o treinamento e qualificação dos agentes estaduais e municipais é esporádico. Essa é a razão que o levou a propor a inclusão dos agentes de educação sanitária vinculados a Estado ou Município e seus cursos de formação e qualificação no escopo do Pronatec.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS), e de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A relatoria da matéria, no âmbito da CCJ, nos coube, por designação de seu ilustre Presidente, em 10 de agosto próximo passado.

Análise.

Compete à CCJ, de acordo com o que estabelece o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a análise quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito das proposições que lhe forem submetidas, observadas, quanto a esse último aspecto, as atribuições das demais comissões.

No que concerne à constitucionalidade formal da proposição, constatamos ser competência privativa da União legislar sobre sistema nacional de emprego, consoante o estabelecido no inciso XVI do art. 22 da Constituição Federal, assim como é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, consoante o inciso IX do art. 24 da Constituição Federal.

Por ser matéria de competência da União, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sobre ela dispor, nos termos do *caput* do art. 48 da Constituição Federal.

Ainda no campo da constitucionalidade formal, cabe uma palavra sobre a iniciativa legislativa da proposição.

A despeito de o PLS nº 40, de 2016, propor a alteração da Lei nº 12.513, de 2011, que versa sobre o Pronatec, programa do Governo Federal que visa, em última análise, viabilizar o acesso ao ensino





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

técnico e ao emprego, não entendemos ser matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos estabelecidos pelo art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da CF.

Trata-se de proposição que, de acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, destina-se a propor aperfeiçoamentos em programa do Governo Federal, no que tange à clientela por ele abrangida e à sua forma de implementação, em parceria com Estados e Municípios, sem, todavia, descaracterizar seu objetivo original. Nesse sentido, não identificamos obstáculos a que a iniciativa da proposição seja de parlamentar, nos precisos termos do *caput* do art. 61 da Constituição Federal.

No campo da constitucionalidade material e mérito, entendemos que a proposição, ao estimular a educação tecnológica e profissional, objetiva qualificar os cidadãos e, dessa forma, torná-los mais aptos a obter o tão desejado emprego.

Dessa forma, contempla os fundamentos da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, incisos III e IV, da CF), assim como busca efetivar os direitos sociais do trabalho e da educação (art. 6º, *caput*, da CF) e o princípio da ordem econômica que consiste na busca do pleno emprego (art. 170, inciso VIII, da CF).

Destaque-se, por fim, que a proposição respeita o ditame contido no §2º do art. 213 da Constituição Federal, no sentido que as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Sobre a juridicidade do PLS nº 40, de 2016, entendemos que ele promove importantes inovações no mundo jurídico, especialmente porque propõe a ampliação do rol dos beneficiados do Pronatec e a diversificação de suas modalidades de implementação, em parceria com Estados e Municípios. Adota a espécie legislativa adequada – projeto de lei ordinária – para modificar a lei ordinária específica que trata do assunto e que se acha em vigor.

Não identificamos quaisquer óbices no que tange à regimentalidade e à técnica legislativa da proposição.

Sobre o mérito da proposição, melhor dirão a CAS e a CE no exercício de suas competências específicas, previstas, respectivamente, nos arts. 100 e 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, votamos pela aprovação do PLS nº 40, de 2016.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Presidente, tenho um requerimento, que protocolei no dia 30/5, propondo audiência pública para a questão do PDS nº 31, de 2017, que susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, e eu gostaria de solicitar que V. Ex^a colocasse em votação o meu requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Relator não está presente, Senador Cidinho, então nós não o podemos fazer neste momento. Mas, certamente, com a presença dele em outra reunião isso será feito com todo gosto.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O.k. Agradeço. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Cidinho.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, José Maranhão, Hélio José, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Acir Gurgacz e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Paulo Bauer, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 23/2017, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares e Antonio Anastasia. Finalidade: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho – Reforma Trabalhista". Participantes: Sra. CHRISTINA AIRES CORREA LIMA, Advogada Especialista da Confederação Nacional da Indústria - CNI (representante de: ROBSON BRAGA DE ANDRADE, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI); Sr. VAGNER FREITAS, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. RONALDO CURADO FLEURY, Procurador-Geral do Trabalho - MPT; Sra. DELAIDE ALVES MIRANDA ARANTES, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Sr. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, Deputado Federal; e Sr. RODRIGO DIAS, Juiz do Trabalho. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço do Senado.

Os convidados de hoje são a Ex^{ma} Sr^a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes; o Deputado Rogério Marinho; o Dr. Robson Braga de Andrade; o Dr. Rodrigo Dias, Juiz do Trabalho; o Dr. Ronaldo Curado Fleury; e Vagner Freitas, que convido a tomarem assento à mesa dos trabalhos. De acordo com o art. 94 do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sr^{as} e Srs. Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Sr^a Christina Aires Correa Lima...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me falar pela ordem, antes de ouvirmos, com muita satisfação, a Dr^a Christina.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falei com V. Ex^a, e V. Ex^a, é claro, gentilmente, com a diplomacia e a sabedoria de sempre... É que há um apelo de mais três centrais sindicais que gostariam de, dentro do possível, poder também usar a palavra entre a manhã e a tarde. Procurou-me, como central sindical, pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, o Ubiraci Dantas de Oliveira; pela Intersindical, o Índio, que é o nome do Secretário-Geral da Central; e, pela UGT, o Presidente Patah. Esses três presidentes de centrais pediram que, dentro do possível, pudessem usar a palavra. V. Ex^a, é claro, é que vai responder, como Presidente desta Comissão, se há essa possibilidade ou não.

Mas tenho um segundo pedido a fazer: como eles estão aqui, eu gostaria de saber se não poderíamos... Sabemos que, em uma audiência pública, não lota o plenário. Nós sabemos que não lota. Os Senadores vêm no dia do debate, da discussão e da votação, mas sei também que todos estão assistindo dos seus respectivos gabinetes, acompanhando, pela importância, esta reunião, presidida por V. Ex^a. Gostaria de saber se não poderíamos liberar as últimas duas filas, para que eles pudessem ficar sentados. Podem ter certeza absoluta de que vamos ouvir todos aqui, com o maior respeito, porque todos merecem, sobre esse tema.

Então, faço este apelo a V. Ex^a para eles usarem as últimas duas filas e ficarem sentados, só ouvindo. Só usarão a palavra, se V. Ex^a assim entender, pela manhã ou pela tarde.

Esses são os dois apelos que faço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Paulo Paim já me havia procurado antes, fazendo o mesmo pleito, ou seja, o de ampliar o número de audiências públicas e dos nossos convidados para atender às centrais sindicais. Naquela ocasião, respondi o que aqui também vou dizer agora: a decisão por dois turnos nesses debates, na manhã de hoje e na tarde de hoje, foi tomada na reunião anterior da Comissão de Constituição e Justiça. O Regimento não ampara o Presidente a tomar uma decisão dessa natureza. Todavia, se houver sobra de tempo, consultarei o Plenário da Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...e, quem sabe, encontraremos uma solução.

O fato é que eu registro, especialmente, o cuidado do Senador Paulo Paim no sentido de que todos tenham a oportunidade de manifestar o seu pensamento, sobretudo, em relação a um tema desta envergadura.

Eu concedo a palavra à Dr^a Christina Aires Correa Lima.

Em seguida, ouviremos o Deputado Rogério Marinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, cumprimento já todos da Mesa.

Sr. Presidente, sem querer ser chato, eles podem sentar nas últimas duas filas? Se os Senadores vierem, eles se retiram de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Podem, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.! Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu encarrego V. Ex^a de conduzi-los até as duas filas com esta condição: se os Senadores chegarem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

A SR^a CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Obrigada, Presidente.

Início cumprimentando o Presidente, os Senadores, os membros desta Mesa e os demais senhores e senhoras que acompanham esta audiência.

Como representante da Confederação Nacional da Indústria, eu gostaria de agradecer a participação nesta audiência, que trata de tema tão essencial à vida de todos os trabalhadores e das empresas brasileiras.

Eu gostaria de começar o debate pontuando alguns aspectos constitucionais, já que estamos na Comissão de Constituição e Justiça, quanto a uma transição de modelos do juslaboral, que foi, inclusive, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Aqui, eu gostaria de ressaltar o aspecto de direito social no qual a Constituição inseriu o direito do trabalho, em especial colocando o direito do trabalho no art. 6º, que se refere ao capítulo "Dos Direitos Sociais", juntamente com os direitos à educação, à saúde e a prestações positivas de assistência e seguridade social. A Constituição, nessa linha de reconhecer o direito do trabalho como um direito social, ainda o coloca como um fundamento da República. E aqui o texto da Constituição é muito claro ao colocar, como fundamento da República, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa no mesmo patamar de importância de princípios constitucionais. Essa leitura constitucional





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

continua ao ir para ordem econômica da Constituição, que coloca a valorização do trabalho também dentro da ordem econômica, ao lado, mais uma vez, da livre iniciativa. E o capítulo "Da Ordem Social", no art. 193, também traz o direito do trabalho, o trabalho como um fundamento social da República.

Por que a gente traz isso, por que a CNI começa com essa sistematização do direito do trabalho como um direito social? Porque o direito social implica uma coletivização dos aspectos e das interpretações do direito do trabalho. E, como o Supremo reconheceu, até no voto do Ministro Barroso no Recurso Extraordinário de Repercussão 590.415, em que tratou de um dos pontos mais cruciais para a CNI nessa reforma, que é a validade dos acordos e das convenções coletivas, ele pontua que há dois modelos justralhistas. Um é o padrão corporativo, autoritário, que predominou antes da Constituição e que depende de normas heterônimas expressamente estabelecidas pelo Poder Legislativo, sem participação alguma dos sindicatos, que tinham, inclusive, a sua autonomia limitada, com intervenções estatais, com intervenções para a criação e com poderes muito limitados na sua ação de representação clássica da categoria, que, a nosso ver, é a principal função e a principal razão da existência dos sindicatos. A CNI, como entidade sindical, também tem essa posição.

E fez a transição para um modelo que ele chama de modelo democrático. No que está o modelo democrático colocado pela Constituição de 1988? Está exatamente nessa percepção da valorização social e coletiva do trabalho, não só mais um direito individual de contratos individuais de trabalho. Nessa medida, para valorizar esse direito como direito constitucional e para dar efetiva garantia a uma posição de direito coletivo, o que a Constituição faz? Ela legitima os sindicatos, tira a intervenção estatal, confere-lhe uma liberdade sindical, pelo menos de não haver ingerências na sua composição, na regulamentação interna e, principalmente, em disposições de negociação coletiva, não deixando o Supremo de reconhecer, até pelo princípio da dignidade da pessoa humana e das garantias que já foram alcançadas no nosso patamar civilizatório, que há direitos mínimos que devem ser preservados e que a legislação deve preservá-los, inclusive de negociações coletivas. Entretanto, tudo mais o Supremo entendeu que deve ser deixado à livre disposição das partes e deve, até como uma efetivação do princípio da cidadania e da autogestão das suas vidas, ser negociado por quem pode melhor representar a categoria e dizer, na atual fase econômica e de realidade social, quais os direitos que importam e que devem prevalecer.

A dimensão social do direito do trabalho também implica outro aspecto muito relevante. Os direitos sociais implicam prestações positivas do Estado para que eles sejam efetivamente garantidos. Nós temos direito à saúde, em que há o Sistema Único de Saúde, e à educação básica e pública, mas, no direito do trabalho, o Estado não consegue prover o emprego, o trabalho em si, que é o que garante dignidade à pessoa humana e dignidade ao trabalhador. Então, o que a Constituição coloca além desses patamares mínimos? Ela dá aos atores dessa relação a possibilidade de autogerirem a sua vida, buscando o quê? A preservação de empregos. E o Poder Legislativo é essencial nessa questão para conferir o quê? A segurança jurídica nas relações de trabalho, para que as empresas e a livre iniciativa, que são quem efetivamente concretizam a determinação constitucional do pleno emprego, possam abrir postos de trabalho. A livre iniciativa e a valorização do trabalho são atividades complementares. Não existe um sem o outro.

Então, nessa ótica é que o Supremo vem e reconhece a autoaplicabilidade e a eficácia dos acordos e das convenções coletivas de trabalho. Portanto, com esses artigos constitucionais de autotutela, de participação democrática, de autocomposição, na virada histórica que a Constituição





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fez trazendo princípios democráticos e de autonomia e autocomposição da vontade a uma área do direito do trabalho sempre vista muito com visão protecionista do direito individual, que ainda permanece, ele coloca os seguintes princípios para a interpretação das convenções coletivas e das vontades coletivas. O primeiro é que não se sustenta, nas negociações coletivas, o princípio da insuficiência. Ele reconhece que há paridade de armas, que há equivalência dos contratantes. Tanto os trabalhadores possuem força e têm várias garantias constitucionais, como o direito de greve, o direito ao obstáculo – os próprios sindicatos, como o Dr. Vagner sabe, têm, hoje em dia, uma perspectiva de força e mobilização sindical e social até para influenciar as políticas públicas gerais, e não mais apenas as trabalhistas do País –, que o Supremo não acolhe pretensões de inexistência de equivalência dos contratantes.

Ademais, a Constituição prestigia a vontade coletiva pelo mecanismo pelo qual o trabalhador e os sindicatos que o representam tenham o princípio da autodeterminação, de formulação das regras que impactarão diretamente a sua vida. Essa autonomia de formulação das regras é muito mais efetiva no mundo real do trabalho, que está sujeito a variações econômicas e sociais. Elas são muito mais prontas a responder tanto aos anseios da sociedade, como às turbulências econômicas e mesmo às bonanças econômicas do que uma regra provinda do Congresso, que depende de debates, ou mesmo uma jurisprudência trabalhista. Quanto tempo demora uma decisão trabalhista, até ser tomada, para vir garantir um direito e por negociação coletiva imediata? Então, o Supremo ainda colocou claramente: o princípio da irrenunciabilidade do direito do trabalho é inaplicável ao direito coletivo do trabalho.

Além disso, ele vem aplicando uma questão que é muito importante. Esta questão é realmente uma questão que deve ser muito levada em conta tanto por nós sindicalistas, como pelo Poder Legislativo, que é a transparência e a boa-fé, que devem ser levadas para as negociações e para o cumprimento de acordos coletivos. O que o Supremo coloca? Aplica-se expressamente aos acordos coletivos e às negociações coletivas o art. 422 do Código Civil, que exige o que se chama de boa-fé objetiva ou o não *venire contra factum proprium*, que é o não comportamento contraditório. O Supremo não aceita que um sindicato negocie coletivamente, obtenha direitos em troca de algumas concessões e depois ingresse na Justiça do Trabalho, para anular apenas...

(*Soa a campanha.*)

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – ...as concessões que ele fez. O que o Supremo colocou é que a adequação dessa boa-fé objetiva não se coaduna com reservas mentais e com violações em que não tenha sido comprovada uma efetiva violação ou algum vício da autonomia da vontade, sob o fundamento de isso vir contra os próprios trabalhadores, uma vez que isso vai encarecer e dificultar os acordos coletivos, porque essas anulações e essas contestações de negociações validamente feitas vão ser contabilizadas nos custos dos empregadores ao se fazer uma negociação coletiva. Muitas vezes, pode-se deixar de conceder direitos e melhorias nas condições de trabalho sob o aspecto de quais riscos que aquele acordo tem de vir a ser invalidado na Justiça do Trabalho.

O Supremo coloca muito bem também outra questão que é muito cara aos empregadores: "A sistemática invalidação dos acordos coletivos de trabalho, exclusivamente pela autonomia da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vontade, viola diversos dispositivos constitucionais que prestigiam as negociações coletivas como instrumentos de solução de conflitos." Além disso – para os sindicatos isto é muito importante –, ele coloca: "[...] sob pena de atrofiar permanentemente as capacidades cívicas de parcela da população do debate público, e ainda compromete o direito dos trabalhadores de serem tratados como cidadãos livres e a própria representatividade do sindicato." Com isso, estar-se-ia duvidando da capacidade dos sindicatos e do modelo sindical como um todo de representarem o interesse dos seus trabalhadores, o que acho que nenhuma organização sindical pode contestar, ainda mais no estágio de evolução da sociedade brasileira.

Portanto, é aquilo: o reiterado descumprimento de acordos coletivos provoca seu descrédito, aumenta a oneração dos acordos, em prejuízo dos próprios trabalhadores.

Também colho do Supremo a questão de que ele trata os acordos coletivos como legítimos contratos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr^a Christina, permita que eu a interrompa por um minuto. Nós precisamos cumprir o tempo estabelecido, que foi de dez minutos. É claro que há sempre uma tolerância, mas, em seguida, entraremos na fase dos debates, quando a senhora voltará a ter oportunidade de falar sobre esses temas e ainda outros.

A SR^a CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Certo. Então, só para concluir, Presidente, eu gostaria de ressaltar a constitucionalidade principalmente do aspecto da negociação coletiva, como colocado na reforma, que traz exatamente como cláusula legal as condições do mínimo existencial colocado pelo Supremo e deixa às partes a negociação coletiva.

Eu também gostaria de ressaltar que o Congresso, ao tomar para si a sua função legislativa sobre esses temas, traz a segurança jurídica para os investimentos, para as relações de trabalho, e que a segurança jurídica impacta diretamente em investimentos e abertura de postos de trabalho.

Eu também gostaria de, por último, ressaltar que a reforma traz à luz do direito, tira da informalidade várias relações de trabalho que existem no mundo fático e que não podem ficar à margem de alguma regulamentação, sob pena de esses trabalhadores não terem acesso à seguridade social, à previdência social, que, ao fim e ao cabo, os protege quando há desemprego.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Dr^a Christina.

Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Dias, Juiz do Trabalho, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. RODRIGO DIAS – Muito bom dia a todos! É um privilégio para mim estar aqui.

Eu queria cumprimentar o Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão, em nome de quem cumprimento todos os Senadores e Senadoras da República aqui presentes.

Sou Juiz do Trabalho há 17 anos, ora exercendo a titularidade da 1^a Vara do Trabalho de Itumbiara, Goiás, uma cidade que fica exatamente na fronteira entre Goiás e Minas Gerais. Tudo que eu venho lhes dizer aqui, toda a contribuição que eu posso dar evidentemente decorre do exercício da judicatura, que vai ser obviamente afetado pela aprovação da reforma trabalhista ora cogitada.

A minha impressão pessoal é a de que é necessário, em alguns pontos, que a Consolidação das Leis do Trabalho sofra, de fato, a reforma, porque, em sua origem, em que pese o fato de ela ser de 1943, em que pese a crítica de que isso seria um demérito à CLT, porque, afinal de contas, são 74 anos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

já... Mas, a rigor, a CLT foi sendo atualizada ao longo do curso do tempo. Na minha percepção, não é exatamente esse o problema. Há vários problemas, mas o fundamental é que a CLT foi engendrada, foi imaginada para a industrialização pela qual o Brasil imediatamente passaria, e isso perpassa por toda disposição da CLT.

Nós temos, na CLT, a ideia de que trabalhadores estejam sempre em um mesmo ambiente – o piso de fábrica – sujeitos à fiscalização direta e até mesmo visual do empregador, de forma tal que o trabalho a distância é algo excepcional – e isto é posto de forma literal no art. 62 da CLT. Há uma série de disposições, portanto, que não se compatibilizam, a meu sentir, com a situação ora vivenciada.

O segundo problema, na minha visão, é que, embora o direito do trabalho, por óbvio, se assente na necessidade de proteção à parte mais fraca da relação de emprego, o empregado – e isso é, de fato, necessário –, todavia, quando, em alguns aspectos particulares, a proteção extrapola o limite do razoável, não raro se converte em norma de real desproteção, o que traz, diga-se de passagem, o principal fator que me faz vir até aqui para poder passar, na medida do possível, a experiência que eu, infelizmente, tenho vivido na 1ª Vara do Trabalho de Itumbiara sobre esse estrito aspecto. Do ponto de vista do direito processual, a impressão que tenho é a de que se busca aqui tornar as ações trabalhistas, levar as ações trabalhistas para um patamar de razoabilidade e principalmente de responsabilidade. Para tentar demonstrar essa assertiva, eu também vou fazer uso da minha experiência nesses 17 anos de magistratura.

Meus caros, por falta de tempo até – são dez minutos para expor uma reforma muito ampla –, escolhi dois ou três tópicos para explicar o que quero dizer com isso. Eu bem sei, Senador Ferraço, a quem cumprimento pelo trabalho, que um dos objetos – entro no primeiro dos temas – da proposta de veto, inclusive, é o da revogação do art. 384 da CLT, que cuida do intervalo destinado, segundo interpretação do Supremo Tribunal Federal, apenas às mulheres. Embora aquele julgado do Supremo tenha sido anulado por questões de ordem processual, enfim, tem-se entendido que apenas as mulheres têm direito àquele intervalo de 15 minutos antes da prestação do serviço extraordinário.

Tenho acompanhado discussões no Parlamento, primeiro na Câmara, depois no Senado, em que, com o máximo respeito, a mim parece que aqueles que vêm defendendo, que vêm se batendo pela preservação dessa disposição, ao fundamento, ao suposto de que estariam defendendo direitos da empregada e trabalhadora mulher estão incidindo, com toda a franqueza e com todo o respeito, em rematado equívoco. No cotidiano trabalhista, de fato, muitas mulheres ajuízam ações buscando o pagamento desse intervalo que não lhes teria sido concedido, mas isso é quando a ação já foi ajuizada. No nosso cotidiano, no cotidiano trabalhista, as mulheres, com absoluta certeza, posso lhes dizer, não têm interesse nesse intervalo – nenhuma delas, nem uma única! Por quê? Porque acontece aqui o óbvio: a mulher tem de parar de trabalhar antes de prestar o serviço extraordinário, e isso não atende, em nenhum caso possível e imaginável, o interesse do empregador. Os senhores parem para pensar um momento: se existem horas extras a serem prestadas, é sinal de que o serviço é urgente; não o fosse, o empregador deixaria para o dia seguinte, porque a hora extra é mais cara, de tal sorte que já é um contrassenso que haja uma paralisação do trabalho justamente nesse momento. Mas pior do que isso é que, evidentemente, quanto a esse tempo de 15 minutos, qualquer mulher preferirá prestar o serviço extraordinário e gozá-lo em casa, saindo 15 minutos mais cedo. Além disso e principalmente, a norma contribui com a discriminação velada da mulher no mercado de trabalho,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque vai acontecer o óbvio desde que o empregador conheça a lei: ele preferirá que o seu empregado homem preste o serviço extraordinário, e não a mulher, sempre e em todos os casos.

Há muito mais a falar sobre isso, mas, por imperativo do tempo, vou me restringir a essa primeira abordagem.

O segundo tópico do direito material, muito contestado, é o das horas *in itinere*, cuja proposta inserta no projeto de reforma é de exclusão do direito às horas *in itinere*. Vou partir do pressuposto de que todos saibam do que estou falando, o instituto das horas *in itinere*.

Meus caros, além de juiz, a única atividade que posso exercer, por imperativo constitucional, é o magistério, e eu o faço há mais de dez anos, dando aulas de Direito do Trabalho, principalmente, tratando de horas *in itinere*. No curso dessas aulas, das abordagens das horas *in itinere*, ou seja, do tempo que o empregado passa para ir e voltar do serviço quando o local de trabalho se situa em uma localidade, uma região de difícil acesso, não servida por transporte público, é abordado que esse tempo integra sua jornada. E é compreensível a disposição legal. Afinal de contas, eu, como qualquer um dos senhores e senhoras, preferirei sempre trabalhar em local próximo de onde resido para que eu leve menos tempo para lá chegar e para dali voltar.

No entanto, existem outros aspectos a serem considerados, especialmente – e lhes confesso que nunca dei maior importância a esse aspecto – um que hoje percebo ser crucial: o estímulo que precisa ser dado ao empregador para conceder esse transporte, já que não é obrigado a fazê-lo.

O principal motivo que me traz aqui hoje, pelo menos da minha parte, é justamente o que tem acontecido na cidade de Itumbiara, cidade de aproximadamente cem mil habitantes. Muitos trabalhadores, talvez a maior parte deles, se ativam na zona rural e, portanto, dependem do transporte do empregador para lá chegar e para de lá voltar. E um dos maiores empregadores que nós temos em Itumbiara, recentemente, infelizmente, deixou de conceder esse transporte. A nova Vara do Trabalho de Itumbiara, por acaso, fica às margens da rodovia praticamente, numa das saídas da cidade, numa das saídas para a zona rural da cidade, por onde passam os trabalhadores que se dirigem ao serviço. Depois que foi cortado esse ônibus que a empresa fornecia, se nós ficarmos às 7h30 da manhã em frente à Vara do Trabalho de Itumbiara, o que nós veremos por 10 minutos, por 15 minutos consecutivos, são trabalhadores que por ali passam de bicicleta, dois ou três em uma mesma motocicleta, em carros lotados, cotizando-se para chegar ao serviço, porque eles têm de chegar, eles precisam daquilo para sobreviver.

Repito: como o empregador não é obrigado a conceder o transporte, se esse transporte, para o empregador, chegar ao ponto de se tornar para ele economicamente desaconselhável, desestimulante, evidentemente o empregador não fará essa concessão. E está fazendo isso. Não é algo cogitado apenas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RODRIGO DIAS – Isso, de fato, está ocorrendo.

Dessa forma, embora esse seja um dos pontos mais críticos, mais sensíveis da reforma, minha experiência pessoal, com toda a franqueza, caminha no sentido de que a norma é bem-vinda.

Esse é o sinal de que o tempo terminou?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RODRIGO DIAS – Ah, sim! Então, em um minuto, quero dizer que, do ponto de vista processual, o que se tem visto é, em grande medida – e isso não é raro, os juízes do trabalho bem sabem –, certo abuso, certo uso irresponsável da ação trabalhista, posto que a gratuidade chegou a um ponto tal, que mesmo pessoas com absoluta deslealdade e má-fé não têm nenhum pejo, absolutamente nenhum, em ajuizar ações trabalhistas. Talvez, de forma distanciada, isso não se perceba claramente. Mas vou lhes dar um único exemplo, dada a escassez de tempo.

Na cidade onde eu atuo, o pessoal que vende picolés – isto ocorre em uma pequena cidade do interior do Estado –, que empurra um carrinho de picolés, postula em juízo o recebimento de adicional de periculosidade, porque, afinal de contas, trabalha sob o sol. E nós, juízes do trabalho, somos obrigados a determinar que seja feita a perícia, mesmo sabendo, ao fim e ao cabo, que dará pela improcedência desse pedido. Mas temos de fazê-lo. E o maior problema, a rigor, é que quem paga o custo dessa perícia hoje – sinceramente, estou olhando para quem paga – somos todos nós.

Dessa forma, é preciso que haja maior responsabilidade no manejo da ação trabalhista, e isso, infelizmente, não está ocorrendo. Por esse motivo, de forma mais ampla – e, se houver possibilidade, eu gostaria de debater a respeito –, também me parece que as disposições contidas no projeto são bem-vindas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Rodrigo Dias.

Concedo a palavra ao Sr. Wagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Tem a palavra V. S^a, para a sua exposição, por dez minutos.

O SR. VAGNER FREITAS – Muito bom dia, Sr. Presidente!

Muito bom dia, companheiros e companheiras da Mesa; Deputado Rogério; Senadores; Senadoras; meus companheiros do movimento sindical, todos que nos estão vendo agora diretamente!

Eu gostaria de fazer uma saudação muito particular ao meu companheiro Senador Paulo Paim, um dos líderes desta convocatória, companheiro Senador e metalúrgico do Rio Grande do Sul. Em nome dele, quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero dizer aqui da presença de companheiros importantíssimos do movimento sindical. Eu gostaria de ter a possibilidade de dividir esta palavra com eles aqui. Na impossibilidade, vou tentar representá-los com a tamanha expressão que eles têm. Estou vendo aqui o meu Presidente Ricardo Patah, da UGT. Estou vendo o Presidente Bira, da CGTB.

Quem mais está aí, Bira e Patah?

Aqui estão os companheiros da Intersindical...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VAGNER FREITAS – ...e os companheiros da CTB. Estou vendo o PV, da CTB.

Enfim, a Intersindical está presente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VAGNER FREITAS – A Pública está presente. Todas as nossas centrais sindicais estão aqui presentes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– A Nova Central.

O SR. VAGNER FREITAS – A Nova Central está aí. É que estou olhando de longe, está difícil ver. A Nova Central também está presente.

Enfim, quero dizer que estou falando em nome das centrais sindicais.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, para início de conversa, um processo de livre negociação como se propõe, como se tenta no bojo desse acordo, dessa proposta – Senador Ricardo, meus cumprimentos –, só é possível construir num ambiente de pleno emprego e de crescimento econômico, numa sociedade em que haja legitimidade nos Poderes constituídos, em que o cidadão e a cidadã confiem e acreditem no processo que estão vivendo. É exatamente, Deputado Rogério, o que não temos hoje. Vivemos uma crise econômica extraordinária, com um desemprego fantástico, e a maior crise social, política, moral e ética da história do Brasil. É neste momento, nesta realidade, que nós vamos propor alterações dessa magnitude, que mudam completamente a relação do mercado de trabalho brasileiro?

E quero expressar aqui que isso é feito sem nenhuma negociação com os trabalhadores, partindo do princípio e da posição da bancada patronal, sem ouvir da representação dos trabalhadores os argumentos e as nossas necessidades! O exercício que se propõe da livre negociação, do tal negociado sobre o legislado, é absolutamente falacioso em relação a este momento! Não houve nenhuma negociação com os setores dos trabalhadores. O pior – não posso deixar de citar isto – é que o Senhor Presidente da República, hoje, acaba de ser indiciado de maneira criminal pela Procuradoria-Geral da República e pode cair a qualquer momento! E vem do Executivo essa proposta, com qual legitimidade, com qual credibilidade? Está a serviço do quê exatamente?

Senhoras e senhores, esse projeto é maléfico não só para os trabalhadores, é maléfico para a sociedade brasileira. O trabalhador e o trabalho organizado com carteira assinada, com começo, meio e fim, constituem possibilidade de consumo no Brasil. A propositura, da forma que está sendo feita, faz com que os contratos de trabalho fiquem alienados, faz com que os trabalhadores não tenham comprovação de renda, porque será trocada a contratação direta pela contratação indireta, sem legislação para proteção. Conseqüentemente, você está trocando emprego formal pela institucionalização do bico e vai fazer com que o mercado de crédito brasileiro decresça muito, porque esse trabalhador não vai ter condição de fazer a compra, uma vez que não tem condição de comprovar a renda. Há mais uma coisa importantíssima para o trabalhador que me está ouvindo, ao se falar da reforma da previdência: esse projeto, aprovado da forma que está colocado, já faz a reforma da previdência, inviabiliza a previdência como política pública, a partir do momento em que desregulamenta o mercado de trabalho. Deixa de haver trabalho formal, o trabalho fica todo informalizado. Conseqüentemente, não há novas entradas no mercado formal de trabalho que garantam a previdência. Sabe o que isso significa, Paulo Paim, você que é um líder dos aposentados? Que mesmo o senhor e a senhora que hoje são aposentados, trabalhador e trabalhadora, podem perder o seu benefício, porque não haverá dinheiro para a manutenção do pagamento, não haverá novos sócios entrando para a manutenção disso.

É, evidentemente, a desconstrução da previdência pública e a criação da previdência privada, em que apenas 15%, 20% da população terão de comprar a previdência nas bancas, nos bancos, nos balcões de bancos, fazendo com que o trabalhador não se aposente nunca mais. Não traz segurança





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

jurídica. Não traz segurança jurídica a partir do momento em que o projeto aponta que o trabalhador, individualmente, a cada final de ano, fará uma assinatura abrindo mão de todos os seus direitos, dando quitação a direitos que ele tem, de maneira individual. Não achem que nós não vamos procurá-los de maneira coletiva! Vai haver ainda mais uma busca à Justiça.

E boa parte dos processos que existem não é porque o trabalhador gosta de abrir processo, gente. O trabalhador, quando abre um processo, é perseguido. As empresas conversam entre si. E, depois, quando ela ou ele vai entrar em outro local, não o faz porque abriu processo. O trabalhador abre processo pura e simplesmente porque uma parte grande do empresariado não cumpre legislação trabalhista, não paga os direitos do trabalhador quando ele é demitido. E o trabalhador abre processo depois que sai da empresa; ninguém abre processo trabalhando, gente. Não é verdade que isso aconteça no setor privado. Abrir processo trabalhando é demissão, o empregador demite. Isso é uma grande mentira! Sinto muito, não é verdade que isso vai trazer estabilidade jurídica.

O que nós queremos na realidade é que o Brasil tenha capacidade de crescimento econômico, com a retomada do desenvolvimento. O que o Brasil precisa é de política de retomada de desenvolvimento, de oferta de crédito, de controle da economia.

A indústria, companheira da CNI, está sucateada, está absolutamente destruída, e este Governo não tem nenhuma política para recuperá-la; conseqüentemente, não tem nenhuma política para gerar emprego e renda. E aí resolve, por sua incompetência, tirar direitos dos trabalhadores para resolver uma crise econômica. É verdade que, retirando direito de aposentado ou de pensionista, transformando emprego formal em bico, nós vamos sair da crise econômica? Ou vamos ter de ter credibilidade política para ter investimento internacional e vamos ter de ter política econômica que nos faça sair da crise? Para isso, tem de haver legitimidade. Sem legitimidade, isso não é possível.

Conclamo os companheiros todos que estão aqui e todos que estão me ouvindo a fomentarem a livre negociação. Sou eu de um ramo, que é o setor de bancos – sou bancário –, que tem uma convenção coletiva nacional de trabalho. E nós achamos que a contratação nacional é extremamente importante, somos defensores do contrato nacional de trabalho. Agora, para isso acontecer, eu queria fazer uma proposta e chamar aqui para o entendimento.

Se é verdade que querem enfatizar a negociação coletiva, se é verdade que querem enfatizar os contratos de trabalho, então, senhores e senhoras, retirem essa proposta neste momento, porque aqui o que está sendo feito é exatamente o inverso da negociação. O que está sendo feito aqui é legislar contra o direito dos trabalhadores, sem o acordo dos trabalhadores e sem ouvir a proposta dos trabalhadores. Não se está fazendo o negociado aqui. E eu nem sou defensor dessa tese diretamente, porque sei que alguns sindicatos no Brasil têm diferenciação em relação aos outros. O que se está fazendo aqui é o legislado contra a opinião dos trabalhadores. Se querem efetivamente acrescentar ao seu discurso da modernização, retirem esse processo...

(Soa a campanha.)

O SR. VAGNER FREITAS – ...parem com essas reformas agora, absolutamente impróprias, no momento em que o Brasil não tem condições de fazê-las.

Nós, da CUT, estamos chamando para uma negociação com a CUT.

Senadores que estão me ouvindo, vamos negociar, depois de passado esse processo, convocando eleições diretas já, fazendo o Brasil ter a legitimidade do voto do povo brasileiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voltando à normalidade democrática, aí sim, vamos instituir uma mesa nacional, Senador Ricardo, de negociação entre as partes, patrões e empregados, intermediada até pelo Legislativo, pelo Poder Público, em negociação, aí sim, com as centrais sindicais, e estabelecer critérios novos que venham a dar modernidade à relação de trabalho. E modernidade não é sucateamento de direitos.

Então, o que se está dizendo é uma coisa, o que se está praticando é outra, completamente errada, completamente diferente do tema!

Nós entendemos que este é o momento de esta Casa, Senado, que é a Casa revisora, e a própria Câmara, Deputado Rogério, terem a chance de se apresentarem para o Brasil como líderes e não pura e simplesmente ficarem ao lado de um Governo que está caindo, de um Governo caído por corrupção, que está caindo por incompetência, mas, sim, terem a capacidade de dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras, apontando soluções para os trabalhadores e para a economia brasileira.

Todo Senador e todo Deputado precisam de voto para voltarem a exercer suas funções. O Temer não precisa mais, porque ou cairá agora ou não estará aí em 2018.

(Soa a campanha.)

O SR. VAGNER FREITAS – Nós chamamos para responsabilidade. Não fiquem para a história como vendedores do direito da classe trabalhadora! Fiquem para a história como proponentes do debate entre capital e trabalho, para que resolvamos os problemas de maneira concreta, para que o Brasil tenha crescimento, para que os trabalhadores não percam seu emprego, para que não transformemos trabalho organizado ou emprego organizado em bico e para que não tenhamos o maior retrocesso da nossa história.

Está nas suas mãos, Senadores e Deputados, serem vistos pela sociedade como líderes que propuseram a negociação ou aqueles que ajudaram a enterrar o direito dos trabalhadores junto com o Temer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Agradeço ao...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – É porque ele está representado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a exposição do Presidente da CUT.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, também por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Agradeço ao Sr. Presidente e às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, em especial ao Relator Ricardo Ferraço.

Cumprimento o representante da CNI; o Vagner, Presidente da CUT; a Ministra Delaíde, aqui presente; o Procurador Fleury; o Juiz Ronaldo; e os assistentes que aqui estão. Inicialmente, é importante ressaltar que o período que antecedeu a chegada do projeto à Câmara foi precedido de rodadas de negociação feitas pelo Ministério do Trabalho com centrais sindicais. É verdade que a central que aqui compõe a Mesa não concordou com o processo de negociação – eu estive, inclusive, em reunião, e isso me foi dito –, mas a maior parte das centrais lá esteve. E o que veio do Executivo foi minimamente acordado. O que resultou do trabalho, é verdade, é muito pouco do que veio do Executivo, mas a espinha dorsal está preservada.

Eu quero aproveitar aqui e ler rapidamente para os senhores um pedaço da decisão do Supremo Tribunal Federal que fala da prevalência dos acordos coletivos e convenções coletivas de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho sobre a lei em nome do princípio da autonomia da vontade coletiva, desde que respeitados os patamares civilizatórios mínimos que nos remetem à Constituição de 1988. No art. 7º da Constituição, com 34 incisos, lá estão os direitos indisponíveis que, ao longo desse período, passaram a ser chamados de patamares mínimos civilizatórios pelos senhores juízes e senhoras juízas em sentenças proferidas.

A constituição desta lei de 1943, a CLT... E foi dito, de forma reiterada por vários participantes, que ela foi modificada em 70%, 80% da sua composição originária. O que não é dito é que, apesar dessas modificações, nós mantivemos a matriz originária. Nós modificamos a lei para manter como ela se encontra.

Quando a lei foi feita em 1943, nós tínhamos pouco mais de 20 milhões de habitantes no Brasil. Existiam profissões que hoje podem causar até certa posição hilária de todos nós, como, por exemplo, despertador humano, leiteiro, arrumador de pino de boliche, acendedor de poste, radar humano, pianista de cinema, transportador de madeira, cortador de gelo, telefonista, datilógrafo, profissões que hoje não existem mais. Da mesma forma, existem profissões hoje que não existiam naquela época, e talvez a metade das profissões que existem hoje, em 2017, não existirá daqui a 30 anos, como, por exemplo, desenvolvedor de aplicações, gerente de mídias sociais, analista de Big Data, *professional triber*, *professional freelancer*, fazendeiro urbano, instalador doméstico especializado em tecnologia, *designer* especializado em impressão 3D, *designer* de realidade virtual, perito forense digital, e por aí vai. Nós não podemos desconhecer que o Brasil mudou e que a forma que existia e que existe hoje não se adapta à pluralidade e à diversificação das profissões e da economia do Brasil e do mundo inteiro.

Quantos às mudanças que foram feitas na legislação trabalhista de países europeus que são colocados aqui, tenho dito que é um copo meio cheio, meio vazio: depende de quem o apresenta. Mas um fato que nós não podemos contrapor é que existem economias que são mais vibrantes ou mais vigorosas do que a nossa, nos últimos anos, em função das reformas que foram feitas. Por exemplo, a reforma trabalhista alemã significou um aumento significativo de empregos, e lá houve o fim da restrição sobre a jornada semanal e sobre o piso salarial, a redução no seguro-desemprego e a conversão em benefício para abertura de negócio, sanções sobre aqueles com recusas repetidas a ofertas de trabalho. Em contraste, a França ainda não fez, mas Macron, quando se elegeu, prometeu fazer uma reforma trabalhista, e se elegeu talvez porque teve coragem de falar nisso durante a campanha eleitoral. A Espanha, que é colocada por alguns aqui como exemplo de que não deu certo, em 2017 terá, pela terceira vez seguida, um aumento na faixa de 3% no seu Produto Interno Bruto, está criando em média 500 mil empregos por ano, e lá houve a flexibilização do mercado de trabalho e várias reformas estruturais, entre elas a do mercado de trabalho.

Eu não vou me deter mais nesses aspectos, até pela exiguidade do tempo, mas quero fazer aqui um contraponto e permitir que o debate possa fluir. Há uma acusação, eu acredito que genérica, de precarização. Eu quero fazer um cálculo aritmético bastante simples. Em 2016, no final de 2016, nós temos pelo IBGE – se ainda não for feita a reforma previdenciária –, de 16 a 60 anos de idade, 138 milhões de brasileiros em idade laboral; 38,3 milhões têm carteira assinada, ou 38,5 milhões, e mais de 11 milhões são funcionários públicos. Se se fizer uma conta, isso dá 50 milhões. Quase 90 milhões de brasileiros não estão sob a égide da CLT nem sob o instituto do funcionário público.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O IBGE, em 2010, identificou, Senador Lobão, 20 milhões de brasileiros que trabalham em casa. Não fui eu, não; foi o IBGE, que foi de casa em casa. São 20 milhões de trabalhadores! Desses, mais de cinco milhões estão em *home office*, que é o trabalho remoto. As instituições importantes do Brasil, como a própria Procuradoria-Geral da República, como a Controladoria-Geral da União, como o Ministério do Planejamento, há muitos anos, fazem o *home office* suportados por portarias, porque não há um marco legal, não há um marco regulatório. E a iniciativa privada, fragilizada em função da falta de regulação, não tem os instrumentos que o Governo tem para se proteger. Então, há uma situação de fato que não é enfrentada pela legislação anacrônica, atrasada, que serviu ao Brasil, mas que precisa ser modernizada.

Quando se fala de precarização no trabalho intermitente, é importante dizer que é justamente o contrário. A Abrasel, que é a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, identifica quase três milhões de trabalhadores informais nesse setor. Estou falando de um único setor da área de serviços. São brasileiros e brasileiras que são convocados para um dia de trabalho no fim de semana, para serem garçons em um bufê, para prestarem serviço em um restaurante num sábado ou num domingo, para fazerem um trabalho de recepcionista em um evento, para serem fotógrafos em um casamento, todos eles precarizados, todos eles informais, todos eles à margem da legislação. O que a legislação traz é justamente permitir que eles venham para a égide da CLT, com um regime diferenciado que já existe em quase todo o mundo onde há uma economia preponderante. Vejam, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, que foram colocados em alguns momentos como exemplo: o *part-time jobs* é de 1938.

Na recuperação da economia, em qualquer lugar do mundo, primeiro se agregam pessoas mais jovens ou mais idosas. Esta é uma característica do trabalho intermitente: ele não retira o trabalho continuado. Aliás, a salvaguarda, na questão da terceirização, está posta: são 18 meses em que se impede que alguém possa demitir e recontratar ou por pessoa jurídica ou através de uma empresa terceirizada. Há uma proposta de medida provisória feita por alguns Senadores onde se estabelece a mesma precaução em relação ao trabalho intermitente, porque a ideia não é mudar a mão de obra, não é trocar a mão de obra de trabalho por tempo indeterminado por trabalho intermitente ou por trabalho terceirizado, mas é permitir que brasileiros e brasileiras que hoje vivem na informalidade – aí, sim, precarizados – possam vir para a proteção da lei, possam perceber a previdência, possam...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ...ter direito ao Fundo de Garantia, à proporcionalidade do décimo terceiro salário, enfim, à proteção que a Constituição lhes assegura no art. 7º, nos seus 34 incisos.

Eu não tenho dúvida de que a discussão nesta Casa é importante, é salutar, é relevante. Esta é a Casa revisora. Nós vivemos no sistema bicameral. Tenho visto aqui intervenções importantes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Confesso que desta eu gostei, desta eu gostei. Eu só queria cumprimentá-lo. Esta é a Casa revisora, este é o Senado. Olha, V. Exª aqui nos ajudou muito.

(*Soa a campanha.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste ponto, nós estamos fechados.

É uma contribuição ao debate, e é bom que o Relator e os Senadores ouçam isso.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu agradeço, Senador Paim.

Peço apenas mais uns 40 segundos, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Já está concedido.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Posso continuar?

Pois bem, dito isso, é evidente também que nós estamos vivendo um momento excepcional.

E, para concluir, Sr. Presidente, aqui vim, em outro momento – inclusive, não pude continuar no debate por razões outras, mas fazia uma afirmação... Quero só concluir aquele raciocínio que não consegui fazer.

O Presidente da CUT – que representa muito bem a sua categoria, numa das centrais mais importantes do Brasil, que merece o nosso respeito e esteve representado nas nossas audiências públicas na Câmara Federal – afirma aqui que este não é o momento de se fazerem modificações numa legislação tão importante quanto a legislação do trabalho. Eu dizia anteriormente – fui interrompido e por isso gostaria de conseguir concluir – que as modificações que ocorrem no Brasil tanto da Constituição quanto da economia acontecem em graves momentos de ruptura ou democrática ou social ou econômica, e é inegável que nós estamos vivendo um enorme problema desde 1901, quando se começou a aferir o PIB no Brasil. Não há referência histórica de um período recessivo tão pronunciado. E, se a CLT serviu, nas décadas de 50, de 60 e de 70, para fazer com que o Brasil fosse o País que mais cresceu no mundo em termos proporcionais, a verdade hoje é outra. Este é o momento da mudança, é um momento de que o Parlamento não pode abrir mão, é o momento em que o Parlamento não pode ficar silente, porque, se as instituições não funcionarem, certamente nós viveremos um problema de instabilidade institucional muito grave, com consequências imprevisíveis.

Agradeço a paciência e a benevolência do Sr. Presidente, das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu é que agradeço ao Deputado Rogério Marinho pela contribuição que traz a este importante debate.

Concedo agora a palavra ao Sr. Ronaldo Curado Fleury, que é Procurador-Geral do Trabalho, para sua exposição, também por dez minutos.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Só peço um minuto para preparar minha apresentação.

Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, na pessoa de quem cumprimento todas e todos os integrantes da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos e todas presentes, primeiramente, agradeço a oportunidade do debate. É sempre muito gratificante estar aqui no Senado Federal para fazer o debate democrático sobre os projetos de lei que dizem respeito ao futuro do nosso País.

Quero, primeiro, fazer algumas considerações preliminares acerca do PLC nº 38, de 2017. Primeiro, na tramitação no Senado Federal, tanto na CAE quanto da CAS, a discussão foi extremamente acelerada, o que, com certeza, não permitiu o aprofundamento da matéria. Até, na reunião da CAE, bati muito na função revisora desta Casa. Lembro-me de que exortei o Senado a que exercesse o seu poder/dever de legislar e de debater. E, de fato, como foi bem colocado aqui pelo Deputado Rogério Marinho, esta é a Casa revisora, não é a Casa homologadora. O Senado tem que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

exercer o seu poder legislador, tem que exercer o seu poder dentro do debate democrático e não se eximir de legislar, fazendo sugestões de vetos e medidas provisórias. Isso é deixar de legislar, isso é deixar de cumprir o seu papel.

É importante ressaltar também que o texto do PLC nº 38, de 2017, viola normas internacionais ratificadas pelo Brasil, como no caso do negociado sobre o legislado. A Organização Internacional do Trabalho já, por duas oportunidades, se posicionou. O Comitê de Peritos, em fevereiro deste ano, já afirmou que a possibilidade do negociado sobre o legislado para retirada de direitos, para diminuição do patamar mínimo civilizatório, fere, sim, a Convenção nº 98, da OIT. E, recentemente, em maio deste ano, respondendo a uma consulta formal feita pelo Ministério Público do Trabalho, que aqui represento – falo aqui pela instituição –, afirmou também que o negociado sobre o legislado para retirada de direitos fere a Convenção nº 98, de OIT, ratificada pelo Brasil.

O reconhecimento da necessidade de ajustes, mesmos entre os defensores do projeto, remetendo para uma incerta e suposta medida provisória, é, no meu modo de vista, muito grave. O Poder Legislativo estaria deixando de exercer o seu papel, sugerindo um veto e se garantindo talvez – confesso que não ouvi ainda sequer formalmente do Presidente da República – um compromisso de regulamentação por medida provisória. Ainda que houvesse, seria retornar para esta Casa e para a Câmara dos Deputados uma discussão que esta Casa já dever fazer neste momento.

Por fim, há algumas questões que são extremamente graves como, por exemplo, o projeto tomar por base dados equivocados, e aqui eu trago alguns desses dados.

A alegação de que o PLC nº 38 não retira direitos. Como eu coloquei na Comissão de Assuntos Econômicos, um exemplo muito claro da retirada de direitos é a possibilidade da pejetização, a criação da microempresa individual. Da forma como está escrito no projeto, eu posso transformar a minha empregada doméstica em uma empresa, em uma microempresária individual e, com isso, retirar todos os seus direitos trabalhistas: férias, décimo terceiro, FGTS; enfim, todos! O projeto permite isso.

Foi muito bem colocada pelo Juiz Rodrigo Dias a questão das horas *in itinere*. Eu não concordo com a sua conclusão, porque, na hipótese, retira-se o direito às horas *in itinere*.

Então, não há se falar que o projeto não retira direitos. Ele retira direitos, sim, Senador Lasier Martins.

A questão, que também foi muito colocada durante o processo todo – inclusive, o Senador Ricardo Ferraço faz menção a uma fala do Ministro Barroso –, de que 98% das ações trabalhistas do mundo seriam do Brasil. Esse é um dado que não bate com dados oficiais. Por exemplo, a Espanha, no ano de 2015, teve 1,669 milhão ações trabalhistas. O Brasil, no mesmo ano, teve, segundo dados do CNJ... Esses dados são oficiais. Todos os dados que trago aqui são oficiais. O Brasil teve 2,619 milhões, ou seja, mais ou menos, 65% se a gente considerar que só existem no mundo o Brasil e a Espanha. Imaginem se nós colocarmos todos os outros países! Eu tenho certeza de que o Brasil não chegará a 15%, 10%, no máximo a 5% do total das ações trabalhistas propostas no mundo. Isso sem contar que o próprio Direito do Trabalho tem formas de visualização diferentes conforme é organizado nos países.

Há uma série de outras questões importantes como, por exemplo, a visão dos próprios empresários. Ali, o terceiro item demonstra que cerca de 73% dos empresários paulistas entendem que a reforma trabalhista não é incentivo à contratação. Da mesma forma, empresários americanos, em momento algum, colocam os custos trabalhistas ou a legislação trabalhista como fatores impeditivos do investimento no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há uns pontos de inconstitucionalidade. Eu já determinei a distribuição às Sr^{as} e aos Srs. Senadores da Nota Técnica nº 8 do Ministério Público do Trabalho, que aborda 12 pontos de inconstitucionalidade no PLC nº 38. Inclusive, as versões impressas da nota técnica já serão encaminhadas.

E trago uma informação importante, Senador Paulo Paim, Senadora Vanessa: ontem, o Procurador-Geral da República ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.735 contra a Lei nº 13.429 (terceirização). Se aquela lei é inconstitucional, imaginem agora, em que a inconstitucionalidade atinge, inclusive, o serviço público, uma vez que permite a terceirização ilimitada no serviço público, como uma forma de burla ao concurso público e de burla ao impedimento do nepotismo.

Então, são inconstitucionalidades: o desvirtuamento inconstitucional do regime de emprego; a inconstitucionalidade da terceirização; a flexibilização inconstitucional da jornada de trabalho; a violação do direito fundamental a uma jornada compatível com as capacidades físicas e mentais do trabalhador; a violação de direito fundamental ao salário mínimo, à remuneração pelo trabalho e ao salário equitativo; a inconstitucionalidade da prevalência do negociado sobre o legislado, para reduzir a proteção social do trabalhador.

No item anterior, há uma coisa interessante: o PLC chega a dizer que o que é salário não é salário, em absoluta contradição com o previsto no art. 211 da Constituição, que fala sobre ordem econômica, não fala nem sobre direitos sociais. Diz-se no art. 211 que todas as verbas recebidas de maneira costumeira pelo trabalhador inserem-se na sua remuneração para todos os efeitos. E vem o projeto e diz que não, que nem tudo é salário. Então, isso está, obviamente, em contradição com a Constituição Federal.

Prossigo: derrogação inconstitucional da proteção jurídica trabalhista aos empregados com maior remuneração e com diploma de formação superior.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – É algo que não dá para entender. Quem tem diploma pode fazer acordo direto com a empresa, tirando toda e qualquer proteção, pelo simples fato de a pessoa ter um diploma de curso superior.

Prossigo: fragilização do direito à representação no local de trabalho; inconstitucionalidade da exclusão ou redução de responsabilidade; restrições inconstitucionais de acesso à Justiça do Trabalho; afronta à autonomia funcional do Poder Judiciário trabalhista; e o último item.

O último item que eu queria colocar é acerca da tarifação do dano extrapatrimonial. É algo tão surreal, que fui buscar na legislação de onde foi tirado isso. Não encontrei no Direito Comparado nada parecido, que criasse castas em que a vida valesse mais e, o que é pior, que criasse um subser humano, que é o trabalhador. Se ele estiver passando ao lado da empresa num domingo, se cair uma chapa e se ele morrer, ele é um pedestre, ele vai ser indenizado como um cidadão. Agora, se ele estiver do outro lado da cerca como trabalhador e cair a mesma chapa, a vida dele vai ter um limite fixado pela lei. É matéria já decidida pelo Supremo, no caso da Lei de Imprensa, como inconstitucional a tarifa do dano extrapatrimonial.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nessa pesquisa que eu fiz, encontrei finalmente a origem dessa ideia. Está aqui o Código de Hamurabi, de 1776 antes de Cristo. Lá há tarifação dos cidadãos superiores comuns e dos escravos: 60 siclos, 30 siclos e 20 siclos de prata. Talvez, seja essa a origem.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Agradeço a participação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os convidados não podem se manifestar. É uma norma regimental. São bem-vindos todos, porém, têm de ficar adstritos à legislação interna da Casa.

Vamos ao último convidado nesta manhã.

Concedo a palavra à Sr^a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, também por dez minutos.

A SR^a DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, na sua pessoa, cumprimento a Mesa e todos os Parlamentares desta Casa.

Senadoras Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e Ângela Portela, em seus nomes, cumprimento todos os Parlamentares e todos os presentes, o Senador Paim, o Senador Ferraço e todos os Parlamentares presentes. Bom dia a todos e a todas. Agradeço a honra do convite. Muito obrigada.

Sou uma testemunha viva do papel do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho há mais de quatro décadas. Tive no emprego doméstico a minha primeira profissão. Passei por diversos empregos no setor privado, exerci a advocacia trabalhista por mais de 30 anos e há quase sete assumi a função de Ministra do TST pelo quinto constitucional da Advocacia. Represento aqui, Sr. Presidente, milhares de cidadãos brasileiros que, de modo firme, com dados concretos e abalizados fundamentos, representam posições contrárias ao projeto de reforma trabalhista, consubstanciado no PLC 38, de 2017.

Além da abordagem das inconstitucionalidades, tema central ao qual devemos nos ater aqui nesses dez minutos, se faz necessária uma breve contextualização sobre as graves consequências da aprovação da reforma trabalhista. A minha fala será fundamentada inclusive em documento assinado pela maioria dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – 17 dos 27 Ministros – e entregue, no plenário desta Casa, ao Presidente Eunício, em 24 de maio deste ano, documento que integra a minha fala e que será entregue, com a permissão de V. Ex^a, a todos os membros desta Comissão.

A reforma trabalhista em discussão neste Senado representa, Sr^{as} e Srs. Senadores, brutal retrocesso à ordem liberal do século XIX. Aliás, foram necessárias duas grandes guerras mundiais para a humanidade se dar conta de que é necessária a construção do Estado Social. Essa reforma altera radicalmente o sistema de relações de trabalho, atingindo o Direito do Trabalho em seus fundamentos e fragilizando as instituições públicas como a Justiça do Trabalho e as organizações sindicais.

Mas não é só isso. Estudos desenvolvidos por centros de pesquisa reconhecidos, como a OIT, evidenciam que não é flexibilizando os direitos sociais do trabalho que se criam empregos e se amplia a competitividade. Aliás, nós vivenciamos um período relativamente longo de crescimento econômico, de quase pleno emprego, com o mesmo Direito do Trabalho, com a mesma CLT e com a mesma Justiça do Trabalho. A geração de emprego se dá com a dinamização da economia. O México, por exemplo, em 2013, fez uma reforma muito similar a esta em discussão. E qual foi o resultado? Mais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

precarização e mais desigualdade, com prejuízos não apenas aos trabalhadores, mas à economia e à sociedade como um todo. Nos Estados Unidos, modelo para os defensores da reforma, a precariedade hoje atinge 40% dos trabalhadores.

Por que fazê-la, Srs. Senadores? Tenho claro que este Senado não a aprovará.

O PLC 38 institui várias restrições à garantia constitucional de acesso à Justiça, violando os arts. 5º, 35 e 74 da Constituição; impede o acesso à Justiça do trabalhador autônomo e impõe a condenação em honorários periciais ao trabalhador sucumbente e em honorários; institui a quitação no curso do contrato, violando o acesso à Justiça, na contramão das conquistas sociais da humanidade; inverte o princípio da proteção aos trabalhadores, razão de ser do Direito do Trabalho há mais de 70 anos, estabelecendo igualdade contratual, incompatível com a sua condição de desigual na relação capital e trabalho e, diga-se, sem garantir o emprego para imprimir uma maior igualdade, tanto na assinatura de contratos individuais escritos e tácitos, instituídos nesta reforma.

Aproveito, Sr. Presidente, para registrar que 2017 é o ano do centenário de nascimento de Arnaldo Süssekind, que participou da comissão da CLT.

Esta reforma impede o juiz de promover a execução trabalhista de ofício contra a celeridade processual e o princípio constitucional da razoável duração do processo, do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição; afasta a responsabilidade do grupo econômico, possibilitando o trabalho em condições análogas à de escravo; cria a prescrição intercorrente, dificultando o recebimento dos créditos da execução, violando os art. 7º, XXIX da Constituição.

Aqui faço um breve parêntese para citar os dados do *Justiça em Números*, do CNJ, de 2016, que dá conta de que 67% das sentenças transitadas em julgado não se transformam em pagamento ao trabalhador, ou seja, há uma altíssima inefetividade da execução trabalhista. Aí comecei a entender por que é tão importante para esta reforma trabalhista a instituição da prescrição intercorrente.

O art. 2º da Constituição estabelece sobre a corrente tripartite e a independência entre os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si. O PLC 38 viola a Constituição e limita a atuação do Poder Judiciário ao estabelecer que a Justiça do Trabalho, ao analisar acordos e convenções coletivas, observará apenas elementos essenciais. A disposição viola o acesso à Justiça, assegurado na Constituição e na Convenção 87 da OIT, que estabelece que sindicatos e empregadores, no exercício de negociação, devem observar a lei; há inconstitucionalidade do tabelamento para o cálculo da indenização, aqui já abordado; e valora a indenização a partir do salário, em violação ao princípio da igualdade.

No que se refere às inconstitucionalidades, eu quero aqui respaldar as inconstitucionalidades apontadas na nota técnica do Ministério Público, a Nota Técnica nº 8, e também no documento jurídico firmado pela maioria dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, com o que eu resumo nesta parte a minha fala.

E o projeto propõe o rebaixamento de condições de trabalho, com a possibilidade de retirada de direitos por negociações coletivas prejudiciais. Nem a Organização Internacional do Trabalho nem a ordem constitucional vigente admitem a negociação para prejudicar. E nesse cenário já se iniciaram as conversas sobre a convocação de uma Constituinte para se alterar a Constituição Federal, porque a Constituição Federal atual, vigente não admite tamanhas violações tal qual é proposto no presente projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria, ainda, de elencar aqui os atentados aos princípios fundamentais do Direito do Trabalho – eu vou apenas elencá-los, em razão do tempo: violação da norma mais favorável, da condição mais benéfica, da primazia da realidade, da continuidade da relação de emprego, da imperatividade das normas trabalhistas, da indisponibilidade dos direitos do trabalho e o princípio da proteção.

O princípio da proteção é também invertido: ele se desloca da pessoa do trabalhador para o empreendimento.

Em conclusão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, as inconstitucionalidades que aqui respaldo estão nesses dois documentos que já mencionei. E, nesse um minuto e meio que me resta, eu gostaria de trazer algumas colocações que considero importantes.

A sociedade brasileira é marcada por profunda desigualdade social e econômica, traço histórico dos 388 anos de escravidão e dos apenas 130 de trabalho livre. Nesse contexto, eu trago um retrato do trabalho do trabalhador brasileiro. O Brasil é a 7ª economia mundial, mas a 75ª no IDH.

(Soa a campainha.)

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – O País tem quase 100 milhões de trabalhadores – 90,3 milhões de acordo com o IBGE. Desses, 71,9% ganham até dois salários mínimos e apenas 0,9% ganham acima de dez salários mínimos; 52% dos trabalhadores do setor privado são contratados por micro e pequenas empresas.

Eu aqui faço uma colocação aos Senadores e ao Deputado Rogério Marinho de que as micro e pequenas empresas, embora sejam as maiores empregadoras, não estão inseridas no diálogo que dá ensejo a essa reforma. Nós bem conhecemos as grandes empresas, os grandes conglomerados que respaldam a reforma e que, inclusive, não oferecem grande número de empregos, principalmente o setor financeiro.

Apenas um parêntese: em plena crise – eu quero ler aqui um pequeno trecho do *Valor Econômico* – "o lucro combinado de Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander atingirá R\$14,9 bilhões nos primeiros três meses [...] [de 2017], alta de 21% em relação [...] [a] 2016" (*Valor Econômico*, Opinião, 20/04/2017).

Continuo: mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham em condições de exploração de trabalho infantil. O Brasil é o quarto país do mundo em número de acidentes do trabalho – 600 mil acidentes em 2015 – e tem 167 mil trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Eu concludo, em razão do meu tempo, falando sobre a judicialização. De acordo com o *Justiça em Números*, do CNJ, a Justiça do Trabalho responde por apenas 6,8 dos processos pendentes de julgamento; a Justiça comum tem 59 milhões de processos pendentes de julgamento; e a Justiça Federal, 12 milhões. O problema do excesso de litígios não é da Justiça do Trabalho, é um problema do Brasil que precisa ser discutido.

Eu faço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um apelo para que esse projeto seja melhor discutido com a sociedade e com o mundo do trabalho. Nós temos o Código Civil, que ficou mais de dez anos em discussão com a sociedade, e temos o Código de Processo Civil de 2015, com mais de cinco anos em discussão com a sociedade. Não é isso que eu estou pedindo. Eu estou pedindo que seja aberta uma ampla discussão com o mundo o trabalho e com a sociedade para que as reformas sejam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aprovadas. E eu digo que eu não sou contrária a reformas trabalhistas nem sou contrária ao aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho, eu sou contrária à reforma na forma posta no PLC 38.

Muito obrigada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só uma pergunta... É sobre um dado que a senhora colocou sobre média de salário – a senhora pode repetir? A média salarial do setor privado.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Setenta e um vírgula nove por cento dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos, e trabalhadores que ganham acima de dez salários mínimos se limitam a 0,9%.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso dos empregos formais?

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Dos empregos formais do setor privado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srªs e Srs. Senadores, chegamos ao final das manifestações iniciais dos senhores convidados. Passaremos agora à fase da interpelação, inicialmente com a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a primeira inscrita. Parece-me que só temos três...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Nós fizemos um acordo: o Paim falaria em primeiro lugar, e eu, em segundo, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – O Senador Paim fala em primeiro lugar, e eu falo depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Primeiro, o Senador Paim; em segundo lugar, V. Exª; em terceiro lugar, o Senador Ferraço; em quarto, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, uma questão pela ordem.

Presidente, para nós é importantíssimo... Como nós vimos aqui, o Dr. Ronaldo, a Drª Delaíde e o Presidente Wagner têm posição totalmente oposta à dos outros três que aqui falaram. Eu pergunto, e podemos ter o tempo necessário para o debate: será que o Dr. Rodrigo, o Deputado Federal Rogério e a Drª Cristina têm alguma coisa a contestar em relação a tudo o que disseram, que é diametralmente oposto à fala deles? É possível que haja entre eles uma troca de opinião?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Isso não é do Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma pergunta que estou fazendo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pergunta inteligente do seu ponto de vista.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Porém, não podemos admitir isso, pois estaríamos alterando completamente os critérios de funcionamento das nossas comissões permanentes no que diz respeito às audiências públicas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... embora tenhamos aqui grande liberdade: acabamos de ouvir, por exemplo, o Presidente da CUT derramar suas ideias contra o Presidente da República – esta é a Casa da liberdade! –, o Procurador-Geral da Justiça do Trabalho contestar um juiz de Direito. E assim nós vamos, e é bom que seja assim: a Constituição brasileira e a democracia preveem plena liberdade dentro de certas regras.

Começemos, então, pelo Senador Paulo Paim, que tem três minutos para suas indagações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três minutos, Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos cinco!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco minutos, está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a foi ajudado fortemente pela Senadora Gleisi. Então, cinco minutos – eu não consigo resistir à Senadora Gleisi naquilo que ela pondera.

Cinco minutos, então, para as Sr^{as} e os Srs. Senadores...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, peço minha inscrição também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... e cinco minutos para os convidados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, vou tentar usar ao máximo os meus cinco minutos.

Primeiro quero dizer que saio alegre desta reunião. Confesso que saio daqui satisfeitíssimo! Nunca estive uma reunião em que houvesse duas visões totalmente diferentes e todos pensassem de forma igual – olha, isso tem que ser parâmetro para o voto dos Senadores. Eu vi aqui que ninguém concorda com essa proposta como está, ninguém, inclusive o Relator, porque ele foi muito claro quando disse que "esta Casa tem de cumprir o seu papel" – não é, Relator? –, com todo respeito a V. Ex^a, Deputado Rogério.

É a Casa revisora. Esta Casa não pode dar uma de Pôncio Pilatos, que lavou as mãos e encaminhou, por outra decisão, Cristo para ser crucificado. Este é o Senado da República, composto de homens e mulheres que têm história: ex-Governadores, ex-Deputados Federais, muitos daqui são juizes, procuradores. Como o Senado da República cumprimenta a Mesa? Vai fazer esse crime? É quase se acovardar, como Pôncio Pilatos fez. Pôncio Pilatos foi um covarde, e o Senado da República não é covarde.

Por isso, meus queridos convidados, que bom ver que há unanimidade nessa Mesa. E digo mais, olhando para o meu amigo Relator: é unanimidade, inclusive, com o Relator. O Relator levanta seis itens – quero ganhar tempo, não vou ler os seis itens, porque já li dez, cinquenta vezes. O próprio Relator diz: há seis pontos que são inaceitáveis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Deputado Rogério, eu ouvi a sua fala, mas quero ficar nesta frase sua, que foi magistral, entra para a história: V. Ex^a está pedindo que o Senado não se acovarde, cumpra a sua função com o povo brasileiro. Quando chegou lá para V. Ex^a, se eu não me engano, havia sete artigos, e sai com 117? Eu tenho que dizer para V. Ex^a que discordo radicalmente de todo o processo, mas V. Ex^a teve posição. V. Ex^a foi lá, discutiu com sua base, enfim, e encaminhou para cá. Agora, o Senado é que não pode ficar de joelhos perante a Câmara e perante o Executivo.

Há uma fala hoje na imprensa do Líder do Governo. Sabe o que ele diz, Senador Ricardo Ferraço? Ele, sabendo da bomba que está na mão do Governo também, disse: "O Governo não tem nada a ver com isso; o problema é da Câmara, que fez." Está aqui escrito, eu tenho a matéria. O Líder do Governo saltando fora do problema e dizendo que não tem nada a ver com isso; o problema é do Congresso. Está aqui escrito. Se o Governo diz que não tem nada a ver com isso, a Câmara fez o que bem entendeu e mandou para cá, e o Senado? O Senado tem grandes momentos na história deste País. Chegou a inventar o Parlamentarismo, mas teve posição. O João Goulart veio do exterior, assumiu e depois foi golpeado de novo. Mas o Congresso teve posição.

Eu poderia aqui falar de cada um dos que aqui falaram, mas eu quero ficar nessa visão maior, porque é isso que para mim interessa: ou nós aqui, do Senado, ouvindo, inclusive, os senhores que hoje vão vir à tarde, assumimos o nosso papel de Senadores, ou vamos para casa. Renunciem ao mandato, Srs. Senadores e Senadoras, se assim V. Ex^{as} entenderem! Renunciem ao mandato! Uma mudança de quase 200 pontos – 117 artigos; em incisos e parágrafos, são, mais ou menos, 200. Eu li esse relatório dez vezes!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só aqui eu cheguei um dia a ler por cinco horas, e estou preparado para ler por mais três horas amanhã. Mas a questão nem é essa, porque nem dá... Podem ver aqui. Eu nem entrei em nenhum ponto de mérito aqui.

Agradeço a todas as entidades que me ajudaram a construir o relatório, mas a minha fala, Presidente, concluindo, vai nesta linha.

Eu me lembrei, outro dia, quando estava lendo um pouco da história, da Batalha das Flores, que a sociedade travou em relação a se havia possibilidade ou não de termos a abolição da escravatura. As camélias foram o símbolo da liberdade e da justiça, e todos os Senadores receberam camélias. Oxalá a gente faça aqui a Batalha das Flores; que não tenhamos nem vencidos nem vencedores.

Ninguém é contra fazer nenhum tipo de reforma, como aqui foi colocado por todos, mas pontuais, com equilíbrio, com bom senso, e não esse sectarismo. Veja bem, Deputado Rogério Marinho. Sectarismo eu digo do Senado, porque o Senado será o mais sectário. Vocês, mal ou bem, apresentaram uma proposta, e digo: Senadores, assumam a sua posição perante a história, votem contra ou a favor. Mas o que está sendo proposto aqui é não votar, é lavar as mãos.

Eu me sinto pequeno. Confesso que a minha vida foi mais ou menos isso. Alguém diz que não adianta chorar, ou rir, ou falar, mas, enquanto os homens e mulheres tiverem um sentimento, o coração bater e o sangue circular forte, perseguindo a justiça, vale a pena. Chego às vezes até a chorar. Vale a pena. O que não vale a pena é se acovardar. Eu tenho certeza de que isto aqui não é uma Casa de homens e mulheres que chegarão à sua cidade, dirão para o seu povo, na sua cidade... O que dirão?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O povo vai perguntar: como você votou lá, Senador ou Senadora, nessas duas reformas? "Ah, o chefe lá em cima mandou, e eu votei". Mas você é favorável? Ele vai dizer: "Não, mas não sou favorável".

Cento e dezessete artigos, até duzentos – repito –, e o Senado não tem coragem de mexer em um, dois, três, quatro, cinco ou dez. Duvido que um dos senhores que concorde com isso. Nenhum dos senhores concorda. Nenhum! E sei que a Mesa da tarde também dirá a mesma coisa. O Relator diz a mesma coisa, mas não querem votar. Não querem votar! Querem carimbar o que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A quem é dirigida a sua pergunta, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai, então, a minha pergunta. Agradeço a V. Ex^a, que me dá um corte necessário, porque, claro, há a emoção de um tema que interessa a milhões de trabalhadores.

Fizemos diversos debates aqui, na CPI da Previdência, que eu presido, e a gente acaba abrindo o debate da trabalhista e da previdenciária, que estão ligadas. As duas reformas juntas trarão prejuízos diretos para 100 milhões de brasileiros – diretos! – e indiretos.

Mas essa é a pergunta que eu tenho que fazer. É só uma pergunta que está aqui, a última. Eu tenho aqui 20 ou 30 perguntas, se fosse o caso, mas é só uma. Eu vou ler a pergunta. Não precisaria, porque sei de cor, mas vou ler assim mesmo, para não avançar mais no tempo.

Há quase dois meses, nos debates que ouço aqui – e ouvi hoje, de novo –, os exemplos são dados. Casualmente, foram dados hoje, França, Itália, Alemanha, Espanha, Holanda, Estados Unidos, enfim. Dizem que lá as leis são mais flexíveis. Daí eu pergunto: qual é o salário mínimo nesses países? Pode ser que não saibam. Eu sei, porque eu fui pesquisar. Não pensem que eu sabia de cor também. Então, vamos lá. Com a mesma carga horária – eu fui pesquisar a mesma carga horária: França, US\$1.463; Alemanha, US\$1.685 – a Alemanha, que foi citada aqui; Espanha, US\$1.071; Austrália, US\$2.098; Grécia, com toda aquela crise que está lá, US\$972. Se quiserem pegar aqui a Argentina, a América Latina, vocês vão ver também. E terminamos no Brasil, em que deve estar o quê? Um pouquinho mais de US\$200.

Aí eu pergunto: se nós concordarmos... Não com essa proposta, porque ela é indefensável, tanto que, entre os senhores aqui, ninguém defendeu. Ninguém defendeu! Nem o Relator defende, nem o Líder do Governo defende. Nem o Líder do Governo defende...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me concluir! Eu ouvi pacientemente. Mas, como eu não tirei 40 segundos, o senhor tem 40 segundos. Vamos lá!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Só para dizer que eu defendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Ex^a disse que a Casa revisora é aqui.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – É óbvio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que ela assuma o seu papel!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – É evidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa frase é chave para mim.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas não significa que vá exercer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, V. Exª acha que ela tem que exercer o seu poder, não tem?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – V. Exª está colocando palavras na minha boca.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você acha que o Senado deve ou não deve ser a Casa revisora?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – O Senado é a Casa revisora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, então, está bom. Pronto, acabou!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não acho, não acho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não há debate com V. Exª, porque V. Exª está concordando comigo, e eu concordando com V. Exª.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu estou considerando o que está na lei, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Exª concorda que o Senado é a Casa Revisora?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Claro, é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, muito bem.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não significa que vá exercer esse papel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah! Olha aí! Viu?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pode homologar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Piorou ainda!

Obrigado, obrigado!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pode homologar o que veio da Câmara.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Não significa que vá exercer o seu papel."

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pode homologar o que veio da Câmara, como existem projetos de lei que vão para o Senado e são homologados na Câmara também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro, mas não com 200 artigos.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – A Câmara é revisora do Senado também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nenhuma vez no Parlamento... Nunca foi daqui uma proposta com 200 mudanças...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Em vários momentos, a Câmara homologou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nunca! Com 200 mudanças, não!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ... projetos de lei oriundos do Senado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga um com 200 mudanças! Um com 200 mudanças!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Ah, Senador, aí V. Ex^a está indo num detalhe que realmente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Com cem mudanças, me diga um!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bem, então, vamos procurar o vade-mécum aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com 50 mudanças, então. Vamos resumir para facilitar!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Há centenas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nenhum, nenhum!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Vou mandar para V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a sabe que eu tenho razão. Olhe aqui no meu olho, olhe aqui para mim! V. Ex^a sabe que eu o respeito muito, V. Ex^a sabe, e V. Ex^a é coerente no que diz: o Senado é a Casa revisora.

V. Ex^a não é dono da verdade, eu também não sou, e não estou nem dizendo que é a minha posição que tem que prevalecer. Eu só estou pedindo que o Senado exerça o seu papel revisor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Meu conterrâneo, a pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos terminar a pergunta. Vamos lá, então.

Eu dei os exemplos aqui do salário mínimo. O salário mínimo no Brasil é de duzentos e poucos dólares. Nesses dias, alguém disse: "Ah, mas na China..." – porque tudo aqui é *made in* China. Todo mundo diz isto: "não; porque isso aqui é feito na China". Aqui, no debate da previdência. A aposentadoria na China é com 60 anos para o homem, 55 para a mulher, e basta recolher 15 anos. Lá são 15 anos. Está aqui, depoimento oficial. Estão os documentos aqui na CPI, nesta mesma sala. E daí? Como é que se faz? Vamos fazer isso, já que a China é o grande concorrente nosso? Quanto é o salário mínimo na China? Mais de US\$700. E, aí, como se faz agora? Qual é a explicação que vocês me dão?

Enfim, termino, Presidente. É esta a pergunta: se nós ajustarmos... Eu sou um homem do entendimento. Eu me lembro que, na reforma da previdência do Governo Lula, nós propusemos a PEC paralela e construímos um grande acordo. O governo aceitou as mudanças e fizemos um grande acordo. Se nós concordarmos, como disseram aqui... Eu diria que quase todos são favoráveis. Aí é a minha opinião, naturalmente, pela forma como defenderam, um pouco encabulados. Eu sei que estão encabulados. V. Ex^a pegou dois artigozinhos, porque sabe que, no conjunto, é inaceitável. Pegou dois artigozinhos lá que... Mas tudo bem.

V. Ex^a falou na livre negociação. Quanto à livre negociação, todo mundo sabe que esse processo enfraquece o sindicato, joga muito mais para o acordo individual. V. Ex^a sabe que nisso eu tenho razão também.

Mas, fechando, Sr. Presidente, o apelo que eu faço é só este: vamos parar, como foi colocado aqui; vamos retirar essa proposta, vamos fazer o bom debate, vamos alterar aquilo que for necessário. Volta para a Câmara dos Deputados, e a Câmara vai dizer se concorda ou não com as mudanças que o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senado apresentou. Isso é a Casa revisora, não é, Deputado? O senhor concorda com que o Senado cumpra a sua parte, que não se omita, que não lave as mãos, que não se coloque aqui como carimbador de um processo, já que há uma discordância total.

Ninguém vai entender, Presidente – e eu termino. Como a sociedade vai entender que o Senado é contra o projeto? Estão propondo uma série de alterações... Só a Base do Governo, como V. Exª colocou, 85 emendas... Só a Base do Governo. E o Presidente da República, pelo seu Líder – espero que ele esteja falando a verdade –, disse que não tem nada a ver com esse projeto aí, não! Isso é coisa que a Câmara inventou. E o Senador vai dizer... Bem, quem é o pai da criança, afinal? Ninguém quer ser mais o pai da criança.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está fechado, Sr. Presidente. Está fechado. Eu fiz minhas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Houve uma proposta de cinco minutos para perguntas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. A pergunta está feita. Eu fiz só...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, imagine como este Presidente provisório vai controlar a partir de agora?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro. Mas V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pois é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª é um diplomata. Sei que saberá administrar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E teremos prosseguimento à tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A pergunta é dirigida ao...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pergunta final...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... ao Deputado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A quem quiser responder. É tão singela, é uma pergunta só.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não, V. Exª indica alguém, para objetivar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quer que eu indique alguém?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser o Dr. Ronaldo, porque ele apresentou números e dados. Ele poderia demonstrar se isso tudo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A palavra está com o Dr. Ronaldo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... tem sentido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu pergunto a V. Exª: a cada questionamento, vai haver resposta? Ou V. Exª prefere fazer grupos de três ou quatro?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A praxe aqui é sempre ouvirmos três a quatro perguntadores. Não quero ser aqui autocrático. Qual é a opinião dos senhores? Vamos responder pergunta a pergunta ou...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Pode ser de três...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Blocos de três.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Blocos de três.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Bloco de três.

Então, com a palavra, para perguntar, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu também vou tentar não abusar da paciência de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Evitar 13 minutos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas, usando um direito que nos passou a ser de fato, eu queria fazer, primeiro, algumas breves observações, antes de entrar no debate da matéria.

Primeiro, há muita confusão no seio da sociedade em relação ao que significa essa reforma trabalhista, porque o que a gente vê, nos discursos geralmente dos "defensores" deste projeto – defensores entre aspas, porque o Senador Paim tem razão: não há uma alma aqui no Senado Federal, nem Senadora, nem Senador, que aprove o projeto, que concorde com o projeto tal qual ele veio da Câmara dos Deputados. Não há um Senador, não há uma Senadora que não tenha quatro, cinco, seis ponderações graves, observações graves. Não são aspectos pequenos; são questões graves que se referem, inclusive, a direitos, mas também à constitucionalidade.

Mas, aí, Brasil afora, as pessoas dizem: "Não, mas olha aí... O Relator, em vez de explicar o que significa mesmo autônomo exclusivo, em vez de explicar o que significa essa quitação anual, procurar mostrar a legalidade do negociado sobre o legislado, fica falando aqui em datilógrafo, em não sei o que, não sei o que lá..." Não é esse o debate. O debate é muito mais profundo do que isso, é extremamente mais profundo do que isso.

E, sobre esse projeto, eu costumo dizer que ele não apenas retira direito dos trabalhadores e trabalhadoras; ele não apenas destrói uma parte importante da Justiça brasileira que é a Justiça do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trabalho – porque ele destrói a Justiça do Trabalho; ele não a enfraquece, mas destrói a Justiça do Trabalho. Ele acaba com a possibilidade de a Justiça do Trabalho exercer suas funções, o que significa, na prática, acabar com a Justiça do Trabalho. Quando discutimos aqui a Lei do Abuso de Poder, qual foi a maior polêmica? O crime da hermenêutica. Pois bem, agora, o esparadrapo já foi colocado na boca dos juízes, nas mãos dos juízes, que não vão mais poder interpretar a lei. É disso, Dr. Rodrigo, que o projeto trata. E pensei que o senhor, como juiz do trabalho, viesse aqui para tratar desse aspecto. Como V. Ex^a, como juiz, se sente nessa possibilidade de não poder mais analisar um conteúdo de um acordo coletivo, não poder analisar o conteúdo de um acordo coletivo, e analisar apenas as formalidades? De ter que definir, por indenização, diferenciadamente, de acordo com a situação social do ser humano – da mulher ou do homem? Isso é gravíssimo! Isso não é pouco grave, não; isso é gravíssimo! Isso é um incentivo para que aqueles operários, trabalhadores mais humildes, mais simples, esses sim, sejam e estejam mais suscetíveis a ações de violência do que o servidor, o trabalhador mais graduado. São esses 72%, Ministra Delaíde, que estão mais suscetíveis. Isso aí é voltar ao passado, não é modernizar. Isso é voltar ao passado!

Enfim, as pessoas acham que é, mas não é. Precisamos debater item a item e por isso estamos aqui agora pela manhã, ou seja, para debater a constitucionalidade e estaremos aqui à tarde também.

Então, vejamos. Eu acho que o apelo... Às vezes, acho que sou um pouco dura com o Relator na Comissão de mérito, que teve seu relatório rejeitado. Às vezes eu sou um pouco dura, mas não encontro outras palavras. Já coloquei minha cabeça no travesseiro e pensei: "como posso falar sobre isso?" Não há como falar. Quando um Relator apresenta um relatório, apresentando um item com recomendações, eu achava que o item de recomendações seria para o relatório das Comissões Parlamentares de Inquérito, porque não podemos mandar o Ministério Público fazer nada...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não podemos mandar o Poder Judiciário e outras esferas fazerem nada; só podemos recomendar. Mas aqui, não: abre-se mão de legislar para recomendar ao Presidente da República, em decorrência das críticas construtivas apresentadas durante as várias audiências públicas, em decorrência das importantes emendas apresentadas por Parlamentares, inclusive V. Ex^a, Senador Lasier – inclusive V. Ex^a... Mesmo assim, não. Sugere-se aprovar o projeto com ele está; o Presidente que vete parte e que faça medida provisória para corrigir outras partes.

Então, veja, o Poder revisor é Poder revisor. Não podemos abrir mão da nossa função jamais, em hipótese nenhuma, porque isso significa não apenas uma traição à Constituição Federal, uma ilegalidade; isso significa uma traição àqueles e àquelas que depositaram seu voto de confiança em todos nós que aqui estamos. Nós não chegamos aqui por recomendação do Presidente da República! Chegamos aqui por voto popular e chegamos aqui para votar. Para aprovar, para rejeitar, mas para votar. Não somos assessores do Presidente da República. Não! Nós somos assessores da população brasileira no aspecto de construir a legislação brasileira. É isso.

Então, até por conta da observação do Presidente Lobão, quando aqui estava, que disse o seguinte: "é inusitado do fato: um procurador contrário ao projeto e um juiz do trabalho favorável", creio que o Dr. Ronaldo estava falando aqui individualmente a sua posição. E eu pergunto, então, ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dr. Ronaldo: qual é a posição oficial... Desculpe-me, Rodrigo, é que a luz aqui está atrapalhando. Dr. Rodrigo, qual é a posição oficial da Anamatra, que é quem representa os juízes do trabalho?

Aqui também, no Senado, e em qualquer categoria, nem sempre a opinião é unânime, mas, quando é assim, faz-se uma assembleia e se tira uma posição oficial. Não há nenhum problema com relação a isso. Eu só estou fazendo essa observação por conta do que disse o Senador Lobão. Não há nada de inusitado.

Então, é muito grave o que nós estamos discutindo aqui: abrir mão de legislar.

Mas eu quero citar alguns artigos e perguntar a todos, até porque nós estamos aqui, especialmente, para debater a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade.

Dizem que nós somos atrasados, Paim, porque nós não defendemos o negociado sobre o legislado. Nós defendemos, sim; nós defendemos, mas quando é para maior. E isso a lei brasileira permite.

Eu pergunto: seria constitucional negociar a menos do que a legislação brasileira prevê? Isso se adapta ao art. 7º da Constituição? Esse é um questionamento que faço.

O segundo questionamento, ainda no que diz respeito ao negociado sobre o legislado: no art. 611-B está dito o que não pode ser negociado, e, ali, são repetidos itens da Constituição. Mas eu perguntaria sobre os incisos II, IV, XVI e XXX.

O inciso II, por exemplo, fala do seguro-desemprego. O seguro-desemprego é um direito que o trabalhador tem, mas essa lei aqui, essa lei que o senhor fez, Deputado Rogério Marinho, prevê a demissão amigável. Na demissão amigável, o empregado recebe a metade da indenização a que teria direito e não tem direito ao seguro-desemprego.

Aí a gente entra na relação de trabalho. O senhor, pelo menos, reconheceu que ainda há uma situação de hipossuficiência. Mas o senhor diz assim: "até determinado limite". De que limite o senhor fala? Porque, quando eu trabalho num lugar... O Presidente da CUT aqui falou o que todas as centrais fariam: ninguém...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... entra na Justiça do Trabalho, ninguém recorre a um direito subtraído no exercício do trabalho. E por que, Senador Lobão? Porque ele (ou ela) seria demitido se o fizesse. Então, geralmente, recorre-se à Justiça após sair da empresa. E, muitas vezes, as pessoas não saem porque querem; são demissões involuntárias mesmo, até porque há um rodízio muito grande no mercado de trabalho brasileiro.

Sobre a questão do autônomo exclusivo também eu pergunto.

Então, fica esse questionamento aí: se o seguro-desemprego não é afetado indiretamente.

O salário mínimo. A jornada intermitente criada não estabelece limite de categoria, de tipo de função, de trabalho, nem quando, nem onde, nem nada. É possível ser autônomo exclusivo, mas não gera... Só há o patrão, mas não se gera relação de trabalho. Essa não é também uma forma de burla indireta à Constituição Federal? E o trabalhador não recebe nem o salário mínimo no final do mês.

O aviso prévio é a mesma coisa.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A tal da demissão amigável não contempla aviso prévio. É constitucional isso? Eu perguntaria: é constitucional?

Então, vejamos: dizer que não são considerados normas de saúde, higiene e segurança do trabalho os intervalos e a jornada de trabalho? Isso é constitucional? É constitucional isso?

Estou concluindo, Sr. Presidente. Eu só vou agora citar os artigos.

No art. 8º, nós temos que tratar... Eu falei aqui sobre a forma como estão querendo acabar com a Justiça do Trabalho, amarrando. Proíbem os membros da Justiça do Trabalho de analisar o conteúdo, apenas a formalidade. Mas não precisa! Coloca no computador que o computador vê se está tudo formal, tudo direitinho. A análise da formalidade não precisa de juiz, não! O juiz é necessário para analisar se a Constituição está sendo cumprida. Por isso pergunto sobre a constitucionalidade.

Sobre o dano extrapatrimonial, que está no art. 223-G, também perguntei.

O salário... Acaba com a Previdência, Senador Lobão! Eu sei do seu compromisso com o Brasil. Falam tanto que a Previdência está deficitária. Ela não o é, mas vai ficar. Vai ficar deficitária se esse projeto for aprovado do jeito que está. Porque, além do auxílio-moradia, do auxílio com deslocamentos, com viagens, com diárias e tudo mais, eles colocam o quê? Bônus e prêmios, que podem ser percebidos ou recebidos todos os meses, mas não são salário. Não se paga nenhum tributo sobre isso. Não é salário. Não há limite, não há nada! Isso é legal? Isso vai ajudar o Brasil? É isso que é moderno? Ou isso é bom para o mau empregador? Nem digo que o seja para o bom empregador, mas para o mau empregador.

A quitação anual não existe! Está no art. 507. Os dois tetos da Previdência estão previstos aqui. Quem ganha acima de dois tetos no Regime Geral da Previdência Social, ou seja, R\$11 mil, está fora da lei, inclusive. Este aqui vai pactuar individualmente. São novas regras. Esses são os superpoderosos!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sem garantia, sem nada, ele pactua. Isso é constitucional?

Então, veja: o que nós queremos aqui, Senador Lobão? Pelo amor de Deus! Estou concluindo. O que nós queremos aqui? Nós não queremos procrastinar nada. Nós queremos ter a oportunidade de debater, de convencer os Senadores, de mostrar aos Senadores que está errado aprovar um projeto ruim não só para o trabalhador e para a Justiça do Trabalho, mas para o País – é ruim para o País! –, confiando a um Presidente... Logo, logo, os Deputados estarão lá, de novo, naquele mesmo episódio do tal dia 17, indo para o microfone para dizer como é que vão fazer com o Presidente da República, se vão aceitar ou não, em nome de Deus, da família, do filho e tudo mais! É a esse Presidente... Que Presidente, que Presidente? Isso é uma desmoralização da Casa, do Senado Federal, do Poder, não só dos Senadores e das Senadoras que aqui estão, mas do Poder!

Então, não somos contra. Estamos dispostos a negociar. Das centrais que estão aqui, nenhuma não está disposta a negociar, todas querem negociar, todas! Vamos tirar esse monte de profissão que não existe mais! Ouviu? Não se preocupe, não, Deputado Marinho. Tudo vai se tirar! Vamos negociar! Mas vamos votar. Votando aqui, volta para a Câmara! E, votando na Câmara, pronto, vira lei! Agora, confiar no Presidente? Que Presidente? É o primeiro na história do País – é o primeiro! – a ser denunciado, e não por razão simples, mas por razões graves!

Então, é um apelo que faço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho – para concluir, Presidente – que o Deputado Marinho, neste caso, ajudou muito. Na sua simplicidade e sinceridade, diz: é um dever, é uma função do Senado como Casa revisora, agora, nem sempre precisa exercer isso. Mas precisa! Em casos graves como este, principalmente, precisa!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou conceder a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Porém, faço um apelo, mais uma vez, aos Srs. Senadores.

Senador Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Regimentalmente, são três minutos para as perguntas e três minutos para as respostas. Com a concordância de todos, nós elevamos para cinco minutos.

O Senador Paim falou por 13 minutos. Se nós continuarmos tolerantes desse modo, não chegaremos a ouvir... Não podemos esquecer que temos seis convidados, ilustres convidados, hoje pela manhã, e seis à tarde. E já foram feitas noventa e tantas audiências públicas sobre este mesmo tema em outras comissões!

Então, o apelo que faço é no sentido de que todos se atenham a um tempo razoável. A Presidência tem sido tolerante, mas não se pode chegar a esse ponto também.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Espero que V. Exª tenha a mesma condescendência que teve com os colegas que me antecederam, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois é, V. Exª tem razão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro!

Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e, por óbvio...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nessa insubordinação, o Senador Paim... Acatar o Senador Paim é a locomotiva para a insubordinação. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Paim é a locomotiva do precedente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Cumprimentando V. Exª, Presidente, cumprimentando os nossos convidados, agradecendo, porque todos estão aqui, naturalmente, de forma voluntária para darem as suas opiniões... E não importa a direção das convicções; qualquer das convicções precisa ser absolutamente respeitada, em que pese a divergência, que é absolutamente natural em um debate como este em que todos nós reconhecemos que a mudança do paradigma traz controvérsia, traz polêmica, porque estamos alterando um diploma que é dos anos 40 e que, ao longo dessas décadas todas, viveu e enfrentou mudanças. Mas, a meu juízo, não houve a mudança central, que é a mudança da substituição da cultura do conflito pela cultura da conciliação, um grande desafio que nós temos também na Justiça comum do nosso País, porque todos, desde os bancos universitários, são treinados e capacitados para a cultura do conflito. E me parece que a cultura da conciliação está na essência dessa proposta que estamos aqui discutindo e amanhã votando na Comissão de Justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria chamar atenção para uma manifestação feita recentemente, Ministra Delaíde, pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Disse S. Ex^a o honrado e digno Ministro Ives Gandra: o Supremo Tribunal Federal tem reduzido a jurisdição do Tribunal Superior do Trabalho; já perdemos a jurisdição sobre servidores públicos, sobre pensões complementares e sobre greve de trabalhadores públicos. A conclusão é óbvia: o reconhecimento de que existem excessos e de que esses excessos têm produzido, por parte do Supremo Tribunal Federal, um conjunto de decisões que contrariam... Por óbvio, a Suprema Corte brasileira ainda é o Supremo Tribunal Federal, e não o Tribunal Superior do Trabalho.

Eu trago as manifestações de três Ministros do Supremo Tribunal Federal em um tema sobre o qual versaram aqui os nossos debates, do acordado sobre o legislado, ficando a impressão de que nós estamos inventando a roda, como se isso não estivesse consagrado na Constituição Federal, no art. 7º, no inciso XXVI, desde sempre. O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho é, portanto, um direito fundamental da pessoa que trabalha na área rural e da pessoa que trabalha na área urbana.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, não estamos inventando a roda, até porque sabemos todos que o que estamos fazendo aqui é por legislação ordinária, portanto, infraconstitucional, e seria, de certa forma, patético que nós fizéssemos este debate, este conflito ou mesmo esta batalha – como diria o Barão de Itararé, aquela que nunca houve –, para afastarmos tudo aquilo que está protegido na Constituição Federal. Qualquer ação direta no Supremo Tribunal Federal vai, por óbvio, derrubar aquilo que estamos fazendo, porque nenhum de nós está acima da lei.

Mas quero trazer algumas conclusões em algumas manifestações.

A primeira delas do Ministro Luís Roberto Barroso, ao relatar recurso extraordinário, afirmando que foi um marco a legislação de 1988, ao fazer a transição de um modelo corporativo-autoritário para o modelo justrabalhista, de caráter mais autônomo e democrático.

Afirma S. Ex^a o Ministro Barroso:

Assim, se a rigorosa limitação da autonomia da vontade é a tônica no direito individual do trabalho e na legislação infraconstitucional anterior à Constituição de 1988, o mesmo não ocorre no que respeita ao direito coletivo do trabalho ou às normas constitucionais atualmente em vigor.

A Constituição de 1988 restabeleceu o Estado Democrático de Direito, afirmou como seus fundamentos a cidadania, a dignidade humana, o pluralismo político e reconheceu uma série de direitos sociais que se prestam a assegurar condições materiais para a participação do cidadão no debate público.

Segundo o Ministro Barroso em seu voto, o modelo mais autônomo e democrático é o modelo tipicamente usado em democracias consolidadas e defendido até mesmo pela Organização Internacional do Trabalho. Não sou eu quem estou falando, é o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. São democracias em que há maior liberdade dos particulares em produzir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as normas que regem suas relações de trabalho, especialmente por meio de acordos e convenções coletivas.

Vai adiante: destaca que a Constituição é marco, transitando para este modelo, ao reconhecer os acordos e convenções coletivos como instrumentos legítimos de prevenção e de autocomposição e prevenção de conflitos, ao tornar explícita a possibilidade de seu uso e ao atribuir aos sindicatos e à representação da categoria, impondo sua participação nas negociações coletivas.

De igual forma, o Ministro Gilmar Mendes: é preciso destacar, desde pronto, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, salvo melhor juízo, precisa continuar tendo repercussão geral, porque não há civilização onde o meu direito não termina onde começa o do meu semelhante. Então, é preciso destacar, desde pronto, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tende a valorizar a autonomia coletiva da vontade e da autocomposição dos conflitos trabalhistas, nos termos do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal. Ou seja, o princípio e a orientação das nossas leis trabalhistas, que não apenas foram mas são fundamentais, são de um tempo em que o Governo ou o Estado se achava no direito e até na obrigação de tutelar as relações individuais, as relações coletivas e – por que não? – as relações do trabalho.

Esse tempo não existe mais. Se nós olharmos para o mundo que continua tutelando as relações trabalhistas neste nível, é só observarmos se esses países e essas sociedades estão evoluindo no limite de produzir ou construir prosperidade compartilhada. Eu acho que não.

Mais adiante, eu trago também aqui manifestação do sempre saudoso Ministro Teori Zavascki, que também se manifestou sobre o tema. Da mesma forma, o ilustre Ministro Teori Zavascki, ao relatar o Recurso Extraordinário nº 895.759, reiterou que essa Corte "conferiu especial relevância ao princípio da autonomia da vontade no âmbito do direito coletivo do trabalho". Portanto, é isto que estamos fazendo: regulamentando o que está consagrado na Constituição Federal.

E o art. 611-A e B, define o que é lícito e o que é ilícito. E o que é ilícito é o que está consagrado na Constituição Federal como direito fundamental.

Portanto, eu queria um comentário de V. Ex^{as} sobre essas manifestações de S. Ex^{as} os Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre esse tema e também a manifestação do honrado e digno Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Ives Gandra.

É a consideração que faço, de que o que estamos fazendo aqui nós estamos fazendo por lei ordinária. Lei ordinária afasta o que está consagrado na Constituição Federal?

Dirijo-me ao Vagner Freitas. Sobre o impacto, Sr. Vagner, disso que estamos fazendo com relação à previdência... A previdência não é um problema ideológico, não é um problema partidário; é um problema aritmético, é matemático. E sabemos todos que temos problemas na previdência dos servidores públicos e temos problemas na previdência dos trabalhadores do setor privado. Os dados consolidados afirmam que o déficit da previdência do setor público, nos últimos 15 anos, somou R\$1,3 trilhão para atender a um milhão de pessoas, enquanto que o déficit dos trabalhadores do regime geral foi de 450 bilhões para atender a 29 milhões de pessoas. Portanto, nós estamos aqui diante do maior programa de transferência de renda do mundo e da história, só que dos pobres para os ricos. Essa é uma realidade que nós precisamos enfrentar. Se não a enfrentarmos agora, em algum momento outros terão de enfrentá-la. Por óbvio, também no setor privado nós temos problemas no déficit previdenciário, e eu não acredito que esse projeto dialogue com essa realidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como o senhor disse, cada um tem a sua verdade, tem a sua convicção, e nem por isso nós precisamos ser inimigos. Podemos ser bons adversários, cada qual com a sua convicção, no seu quadrado; esse é o campo democrático. Mas saiba o senhor, como importante líder da Central Única dos Trabalhadores, que, mesmo no período em que nós crescemos 7,5%, um período de quase pleno emprego, ainda naquela conjuntura, naquela circunstância, nós enfrentávamos deformações estruturais do mercado de trabalho do nosso País, sendo o mais perverso deles, a meu modesto juízo, a informalidade.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Relator, o eminente Deputado Rogério Marinho, afirmou aqui: somos 140 milhões de brasileiros em idade laboral, em idade para trabalhar. Desses, 50 milhões estão protegidos, 11 são servidores públicos – grosso modo, estou aproximando os números – e 39 são trabalhadores do setor privado, mas 90 milhões de brasileiros estão desempregados ou estão precarizados! Esses, a meu juízo, são os verdadeiros precarizados do mercado de trabalho em nosso País, Dr. Ronaldo, porque esses não têm direito a nenhum dos benefícios que estão consagrados na nossa Constituição Federal: carteira de trabalho, décimo terceiro, trinta dias de férias e tantos e tantos outros direitos listados naqueles 34 incisos. Mas, esses, quem os defende? Quem levanta sua voz para defender esses verdadeiros e legítimos precarizados das terras brasileiras?

Este projeto é uma bala de prata? Por óbvio que não! Este projeto vai resolver o problema do desemprego em nosso País? Óbvio que não! Até porque – sejamos sinceros – nós estamos mergulhados na maior crise econômica com maior reflexo social da nossa história. Mas isso não é por gravidade, isso é por uma coleção de equívocos econômicos que pautou o nosso País nos últimos anos, sobretudo por grandes e fortes inclinações ideológicas que não dialogavam com a realidade do nosso País. Ou a crise que estamos enfrentando é produto da gravidade? Não.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A orientação econômica nos últimos anos só faltou querer fazer chover de baixo para cima, e sabemos nós que fazer chover de baixo para cima é muito difícil. O País foi submetido a orientações econômicas absolutamente equivocadas que produziram como consequência essa realidade.

Então, Sr. Presidente, eu estou convicto de que nós estamos dando um passo certo, mas é uma convicção que vem acompanhada de muita humildade. Eu estarei votando favoravelmente, como relatei nas comissões anteriores, e estarei dando um voto por convicção aqui, nesta Comissão, amanhã, porque estou convicto de que este projeto não viola qualquer direito de qualquer pessoa, seja ela da área urbana ou da área rural.

Além do mais, ele incorpora importantes conquistas para as pessoas que trabalham, como, por exemplo, o fim da contribuição sindical obrigatória – eu considero isso uma conquista das pessoas –; a possibilidade de o trabalhador que pede conta sacar até 80% do seu fundo de garantia; a ampliação em quase 8 vezes da multa para o empreendedor que contrata o trabalhador sem carteira assinada. Nós estamos interpretando e dialogando com a realidade do mercado de trabalho – ou vamos desconhecer que o teletrabalho é uma realidade?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Disse aqui o eminente Relator, Deputado Rogério Marinho, que são pelo menos 5 milhões de brasileiros sem segurança jurídica. Será que não vamos interpretar aquilo que acontece no mundo do trabalho mundo afora com a questão da jornada intermitente? Vamos deixar de reconhecer que isso pode, sim, ser gerador de emprego e trabalho se bem regulamentado, se bem balizado?

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mundo afora, os países praticam essas regras há décadas.

Então, eu acho que nós não podemos ter medo do novo. Agora, qual é a humildade, Wagner? A humildade é que se nós aprovarmos esta matéria e lá na frente houver uma constatação de que há uma coisa para corrigir aqui e acolá, por que não corrigir? Essa humildade nós precisamos ter, porque nenhum de nós é dono da verdade, até porque a verdade tem mais de uma face, Presidente – e já encerro –, tem a minha, tem a sua e tem a própria verdade.

Então, se algum passo, Dr. Ronaldo, Dr^a Delaíde, Dr. Rodrigo, se algum passo for dado aqui e na prática produzir alguma consequência fora daquilo que estamos imaginando, nós podemos retificar. Por que não? Agora, não podemos ter medo do novo. E eu acho que, sinceramente, quanto a esse aperfeiçoamento, me perdoem, não há déficit democrático, porque há décadas – há décadas! – o Brasil discute a necessidade de aperfeiçoar a sua legislação. Esse não é um projeto de propriedade do Presidente da República, tampouco do seu Governo. Esse é um projeto que interessa ao Estado brasileiro para melhorar a eficiência da economia brasileira. Portanto, essa é a minha impressão, a minha convicção.

E eu agradeço, Sr. Presidente, a condescendência de V. Ex^a em permitir que eu pudesse me expressar muito além do tempo que V. Ex^a inicialmente estabeleceu. Muito obrigado a V. Ex^a e aos nossos convidados, que por certo trazem aqui as suas contribuições. Elas são importantes para a formação e para a massa crítica. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, vou iniciar agora as respostas dos senhores convidados, a começar pelo Dr. Rodrigo Dias, da esquerda para a direita, cada qual ao seu tempo, respondendo àquilo que lhe foi perguntado por um ou outro Sr. Senador. Portanto, com a palavra o Dr. Rodrigo Dias.

O SR. RODRIGO DIAS – Bom, foi uma série de perguntas dirigidas aleatoriamente aos integrantes da Mesa, algumas presumo que especialmente dirigidas a mim, porque, salvo engano, evidentemente temos uma Ministra que muito me honra aqui com a presença, minha conterrânea, mas acho que juiz de primeiro grau creio ser o único na Mesa.

Olhe, eu sei que não foi dirigida a mim nem me cabe responder a isso a respeito dos argumentos que de um lado o Senador Paulo Paim desferiu e a seguir o Senador Ricardo Ferraço. Sobre o processo legislativo em si, como o Senado deve ou não se comportar, francamente quem sou eu para dizer qualquer coisa a respeito disso, tal qual também não entrarei no juízo de mérito de conveniência e oportunidade relativo ao que venha ou não a ser aqui aprovado. No entanto, em primeiro lugar, eu fiz questão de anotar aqui, há o argumento de que o projeto, de que este projeto, caso aprovado, seja permeado pelo chamado – vou usar a expressão que aqui ouvi – déficit democrático; se está buscando reformar a CLT, que, sim, é verdade e eu resaltei, no curso dos anos, foi reformada aqui e ali, mas manteve sua espinha dorsal... E a CLT, sim, é um instrumento oriundo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um regime ditatorial, foi aprovada numa época em que, feliz ou infelizmente, o Presidente da República, com todo o respeito, porque fez muito, mas era àquela altura um ditador. A CLT não foi votada no Parlamento; nos foi outorgada.

Mas, de toda sorte, com relação a algumas questões que me foram, penso eu, expressamente dirigidas... O Senador Paulo Paim mencionou que eu teria tratado, na minha exposição inicial, de dois artiguinhos, mas é que se cada um puder dar a sua contribuição daquilo que melhor conhece, eu acho que é ali que a gente pode efetivamente auxiliar os Senadores na avaliação de juízo, oportunidade e conveniência sobre a aprovação dos projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo com V. Ex^a. O tempo é tão pouco para duzentas mudanças numa CLT.

O SR. RODRIGO DIAS – De tal forma que me parece importante que aquelas duas exposições sejam tratadas.

Eu, honestamente, discordo, com todo o respeito, da alegação aqui posta pela Senadora Vanessa Grazziotin de que o projeto, em geral, caminha em sentido contrário aos interesses de empregados, do País e da Justiça do Trabalho. Considerado o tempo e o que eu faço na minha atividade profissional, vou falar da Justiça do Trabalho. Em primeiro lugar, é absolutamente impossível, inviável – e eu creio que com isso todos concordem – que o juiz, desembargador ou ministro não confira interpretação ao que vai na lei. Isso é absolutamente impossível. Mas todos nós sabemos também que a intenção daquela disposição referida é de colocar uma interpretação, algum freio, digamos assim, à jurisprudência criativa, que, não raro, emerge de alguns julgamentos de tribunal superior.

Posso dar vários exemplos, mas ficarei em um apenas – há vários nesse sentido, inclusive objeto deste projeto de reforma – que é a extemporaneidade de aplicação dos acordos e convenções coletivas do trabalho claramente à margem da lei. E, para que isso fosse feito, foi preciso torturar uma série de princípios, quando a lei tem uma disposição franca, direta em sentido contrário. Eu não tenho tempo para me estender mais em relação a isso.

As contradições daqueles que combatem o projeto também, a meu ver, emergem...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DIAS – ...escandalosamente. Ao mesmo tempo, diz-se que o projeto prejudicará o acesso ao Judiciário. Portanto, deveria haver menor demanda, mas, ao mesmo tempo, diz-se que, com o projeto, vai aumentar a litigiosidade e o número de ações trabalhistas. Qual das duas coisas é a verdadeira? Vai diminuir por conta das exposições ou vai aumentar porque isso não traria segurança jurídica?

E, por último, respondendo diretamente a um questionamento que me foi feito a respeito da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A pergunta da Senadora... Ela conhece evidentemente a resposta. A Anamatra é contrária ao projeto. A Anamatra é contrária ao projeto, mas os senhores terão a oportunidade, hoje à tarde, de questionar o Presidente da Anamatra, Guilherme Guimarães Feliciano, se as associações e os associados da Anamatra foram ou não consultados para que eles adotassem essa posição. E a resposta é negativa. Não fomos. Tanto não fomos que duas associações de juízes já foram criadas para buscar verdadeira representação, que a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Anamatra atualmente não faz. Ela se guia por objetivo única e exclusivamente ideológico infelizmente.

Eu teria muito mais a falar, mas é absolutamente impossível com o tempo que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Rodrigo Dias.

Dr. Fleury.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado.

Eu vou tentar também colocar todos os questionamentos dentro dos cinco minutos. O Senador Paulo Paim questionou acerca da comparação com outros países. E até foi colocado aqui pelo Deputado Rogério Marinho o exemplo da Espanha, que, coincidentemente, foi o exemplo que eu trouxe na audiência pública tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados. Foi abordado que a reforma trabalhista espanhola teria trazido aumento do emprego na Espanha.

A reforma trabalhista da Espanha foi feita em 2011 para 2012. Começou em 2012, mas somente agora em 2017, cinco anos depois, houve aumento do número de empregos na Espanha, e esse aumento veio posteriormente a um crescimento econômico na Espanha, que é o que sempre defendo: o que cria emprego é desenvolvimento econômico. O que cria emprego é demanda, ou seja, eu só vou contratar mais se eu vender mais, e não porque está barato. Se estiver apenas mais barato, formas alternativas, vou fazer o quê? Vou trocar empregos protegidos por empregos desprotegidos, formas alternativas. Foi exatamente o que ocorreu na Espanha, no México, na Argentina e em vários outros países.

Uma questão muito importante trazida pelo Senador Paulo Paim refere-se ao salário mínimo. E, aqui, junto ao questionamento feito ao Senador Ricardo Ferraço, sobre a jornada intermitente: quanto é o valor hora do salário mínimo no Brasil? Quanto é nos países citados como, por exemplo, na Austrália, como foi colocado aqui? Na Austrália, eu sei, porque meu filho mora na Austrália: são AU\$25.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por semana?

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – É o salário mínimo hora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por semana?

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Por hora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, é bom esclarecer. É por hora, então?

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Por hora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom isso.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Talvez seja, no Brasil, por mês ou por semana, não sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Semana.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Por semana.

E a jornada intermitente não é algo moderno na Europa e até nos Estados Unidos. Ao contrário, vem sendo extremamente contestada. Em todos os países nórdicos, já foi vedada. Na Itália, foi vedada recentemente, na Nova Zelândia foi vedada, na Austrália existe um projeto, que deve ser aprovado agora, que veda a jornada intermitente, Na Inglaterra, durante agora o processo eleitoral, todos – todos! – os partidos defendem o fim da jornada intermitente. E inclusive nos Estados Unidos. O prefeito de Nova York tem um projeto para acabar com a jornada intermitente. É claro, o sistema lá é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

absolutamente diverso. Mas estaremos caminhando contrariamente ao Primeiro Mundo, chamado assim, caminha.

Agora, querem nos comparar aos Estados Unidos? Vamos ousar: *class action*. Municípios empregado entra com uma ação, atinge todos os empregados da empresa. O exemplo da Boeing recentemente é de que um empregado entrou com uma ação sobre questão de hora extra. Dezenove mil empregados foram beneficiados, em um acordo de dezenas de milhões de dólares, porque um entrou com uma ação. Se usamos um parâmetro, temos que usá-lo sempre, e não usar um parâmetro dos Estados Unidos para uma coisa e o de Bangladesh para outra coisa, ou o Código de Hamurábi, como citei.

Algumas outras questões foram colocadas, como a da Senadora Vanessa, a da constitucionalidade do negociado sobre o legislado. O art. 7º, em seu *caput*, é muito claro em falar: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social [...]". Melhoria! Assim está disposto no art. 7º.

E outras questões também, como a da prorrogação de jornada. Está muito claro no inciso XIII do art. 7º que a jornada de trabalho é de oito horas diárias e 44 semanais, salvo disposição em convenção coletiva. O projeto permite acordo individual. Isso é inconstitucional, porque a Constituição deixa muito claro "disposição coletiva" – inciso XIII do art. 7º.

E várias outras questões, como uma que é importante ser colocada: por favor, vamos parar com esse discurso de que a CLT é velha! O marco regulatório dos direitos do trabalho, todos aqui sabemos, é 1988, é a Constituição Federal. E se nós queremos, por exemplo, falar sobre desconto assistencial ou imposto sindical, melhor dizendo – e eu, particularmente, até acho que deve acabar, sim, só que eu entendo que tem de ser feita a reforma do sistema sindical –, não é simplesmente quebrarmos uma perna de um dos lados e falar: "Agora, você vai negociar comigo".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Sim; ou quebrar as duas.

E, só para terminar, Senador Lasier, uma informação importante: é colocado aqui que essa reforma vai trazer o desenvolvimento do País. Agora, é interessante que a CNI fez uma pesquisa entre os próprios filiados, com 16 itens colocados como problemas para o investimento – isso, recentemente, agora, no primeiro trimestre de 2017 – e os custos trabalhistas ficaram em último, ou seja, foi o 16º item.

Infelizmente, eu tentei colocar aqui, mas não consegui. Eu estou com a imagem no celular e a minha... Eu chamo computador de V. Exª. Então, não consegui colocar. Mas essas são palavras dos próprios empresários. Não é o Ministério Público que está falando...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – ... não é o Judiciário, não é mais ninguém.

Então, só para terminar, Sr. Presidente: foi colocado aqui por alguns que o grande precarizado hoje é o informal. Eu concordo: é o grande precarizado. E o que o projeto prevê? Transformá-los todos em microempresários individuais, ou seja, institucionalizemos o precarizado, porque ele continuará sem férias, sem décimo terceiro, sem FGTS, sem nada, Senador Ferraço. Ele será um microempresário prestando serviços exclusivamente a um empregador da mesma forma como faz hoje, isto é,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

informalmente. A diferença é que, dependendo do empregador, o informal ainda tem direito a férias, ainda ganha uma gratificação no final do mês. Mas, como microempresário, acabou!

É o projeto – aí está a minha grande divergência – não cria limites. A jornada intermitente, por exemplo, em todos os exemplos que V. Exª colocou, se o trabalhador chega na hora marcada e não houver trabalho, ele recebe. No Brasil, a proposta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Não! A proposta é que, se ele chegar às cinco horas da tarde, como combinado, e não houver trabalho, ele não vai receber. Ele vai ficar até a hora de ser chamado e, se for chamado por apenas 20 minutos, vai trabalhar só 20 minutos. Então, é a falta de limites. Ele pode chegar ao final do mês devendo.

Então, eu não posso concordar, me perdoem, com a proposta como ela está.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ministra Miranda Arantes.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Sr. Presidente, eu quero iniciar complementando uma parte da fala do Dr. Ronaldo.

É que nós, no Brasil, já tivemos um exemplo de contrato intermitente, com atuação do Ministério Público. Foi uma Ação Civil Pública, em Recife, em que o McDonald's contratava trabalho intermitente. Isso reduzia a possibilidade de emprego, além de gerar precarização. Aqueles meninos bonitos e aquelas meninas, contratados, muitas vezes, pelo primeiro emprego, no McDonald's eram submetidos a trabalho intermitente. E, recentemente, há o exemplo da Inglaterra. A Inglaterra, com o chamado contrato zero hora, empobreceu milhares de trabalhadores, que não sabem se o que ganham no final do mês é suficiente para pagar a luz ou para pagar o talão de água de casa.

Quero responder à Senadora Vanessa e dizer que, nesta noite, fiquei até quatro horas da manhã preparando minha fala e fazendo um elenco das inconstitucionalidades. Por fim, adotei o elenco do Dr. Fleury, pela exiguidade do tempo.

Todos esses dispositivos citados são inconstitucionais. E quero dizer também aqui para a Senadora Gleisi, para a Senadora Vanessa e para as mulheres presentes que as mulheres são as mais prejudicadas com esse projeto de reforma trabalhista, assim como são prejudicadas com a terceirização e com todas as grandes chagas, como o trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil.

Quero dizer ao Senador Ferraço, antes de responder aos seus questionamentos, que faço até um contraponto ao que a Senadora Vanessa disse em relação ao seu relatório. O seu relatório, apesar de eu discordar inteiramente, quase inteiramente – só não discordo dos seis pontos que V. Exª indica que deveriam ser vetados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Já é alguma coisa.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Eu quero elogiar a transparência de V. Exª. Não foi preciso cogitarmos da negociação feita com o autor do projeto, que é o Poder Executivo, porque V. Exª colocou isso no relatório. Fizemos uma concertação com o Governo Federal a fim de que nenhum





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seja votado, ou seja, a fim de que seja aprovado o mais rápido possível e, de preferência, sem discussão. Nós não precisamos cogitar.

Determinadas coisas nós vamos precisar cogitar. Ontem, por exemplo, a *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria: "Empresariado prefere continuar com Temer e evitar turbulência, diz CNI." Aí nós vamos cogitar que existe uma negociação para que a reforma seja aprovada rapidinho, e, em contrapartida, os empresários vão batalhar para que o Governo fique, apesar de qualquer denúncia que for feita.

Essa é uma cogitação, Senador Ferraço. A de V. Ex^a, não! V. Ex^a foi transparente ao trazer para o relatório que houve uma negociação.

Com relação ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Presidente já esteve aqui numa audiência pública e declarou que não representava o TST. Por que ele não representa o TST? Porque ele é minoria lá em relação à reforma trabalhista. Vou entregar novamente – já levamos para o Plenário, para o Presidente do Senado – um documento assinado por 17 Ministros do TST apontando concretamente as inconstitucionalidades e os pontos prejudiciais aos trabalhadores e prejudiciais às empresas também, porque vamos retornar ao liberalismo e corremos o risco da barbárie. Segundo o Ministro Philippe Vieira de Mello Filho, num debate em audiência pública na OAB, aprovado o projeto, a Justiça do Trabalho se extingue em cinco anos.

Com relação à negociação coletiva, quanto à posição dos Ministros do Supremo, Senador Ferraço, nós também defendemos a negociação coletiva, a ampliação da negociação coletiva, mas nos termos preconizados na Constituição Federal e na OIT, para o *plus*.

(Soa a campanha.)

A SR^a DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Por que é importante a negociação coletiva? As micro e pequenas empresas, que oferecem 52% dos empregos, às vezes não podem oferecer as vantagens que os bancos podem oferecer ou as vantagens que as grandes empresas podem oferecer. Então, nós precisamos mesmo investir.

E quero aqui, neste pequeno espaço de tempo que me resta, fazer uma ponderação ao meu colega juiz do trabalho Rodrigo. O Rodrigo é goiano, eu sou goiana, e o Dr. Fleury também – nós somos três goianos na Mesa. Eu discordo inteiramente das colocações do juiz Rodrigo e quero aproveitar este contraponto para fazer uma homenagem a três juizes do trabalho que integram, junto com a maioria do Tribunal Superior do Trabalho, a defesa contrária às reformas – Valdete Severo, Jorge Souto Maior e Hugo Melo. E a defesa da Anamatra não é ideologia. Se fosse, seria também a da CNBB, a da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, cujo presidente, Roberto Parahyba, está aqui presente, junto com o Luís Carlos Moro e com Magda Biavaschi. Quero homenagear esses três colegas e todos os que, neste momento, fundamentadamente, e com dados concretos, pedem que a reforma seja mais bem discutida – não pedem que não façam reforma. *(Palmas.)*

E ainda coloco...

(Soa a campanha.)

A SR^a DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – ...ao meu colega Rodrigo Dias, que fala que é a ideologia da Anamatra... O que não é ideologia? Quando o juiz Rodrigo coloca que a CLT foi dada em um período ditatorial e faz essa digressão, essa é uma afirmação ideológica. E nós somos cidadãos,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

temos ideologia. Temos ideologia, defendemos essa ideologia, defendemos a cidadania, defendemos o Direito do Trabalho, defendemos a Justiça do Trabalho e defendemos os 70% de brasileiros trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Alguém dos senhores aqui pode imaginar o que é sobreviver o pai de família e a família com dois salários mínimos? E a partir de agora, se aprovado esse projeto, sem a proteção da CLT e sem a Justiça do Trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu queria um pouco de paciência aqui, porque não consegui anotar tudo, foram muitas coisas ao mesmo tempo, mas vou tentar aqui sintetizar.

Primeiro, vou falar aqui da OIT. Acho que é importante falar da Convenção 98 rapidamente, até porque houve certo debate a respeito do tema.

A OIT, todo mês de novembro, reúne os seus especialistas, os seus peritos e define uma espécie de lista de países infratores da legislação do trabalho em função de denúncias que ocorrem dos países signatários – centrais sindicais, associações não governamentais, Ministério Público do Trabalho. Em novembro do ano passado, o Brasil foi acusado de infringir a Convenção 98 da OIT, que trata justamente de convenções e acordos coletivos, ao lado de três outras transgressões que já existem há 17 anos. A última vez que o Brasil entrou em uma lista mínima foi no ano 2000. Então, três outras que são reintegradas, que é a questão, parece-me, da greve do serviço público. São três outras, mas o que interessa é a Convenção 98.

Nós estivemos em Genebra, conversando com os peritos da OIT, conversando com o Diretor-Geral da OIT, conversando com técnico da OIT, com embaixadores de países que são signatários, com representantes de empregadores. Tentamos falar com o representante dos empregadores; infelizmente, durante quatro dias, não houve agenda. Lamento não ter tido esta oportunidade. O fato é que, em junho, no período que antecede a convenção anual, por volta do dia 12 ao dia 15 de junho, é feita uma lista mínima, chamada de *short list*. São 24 países, e esses países são declarados países que precisam ser sabatinados e instados a cumprir a legislação trabalhista e cumprir as súmulas das quais são signatários na OIT, e o Brasil, neste ano, não fez parte desta lista mínima. Poderá até fazer no futuro, mas neste ano não fez parte, apesar das denúncias que foram feitas. Isso é um fato.

Vamos adiante, para as outras coisas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque o projeto não foi aprovado no Brasil.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas a denúncia foi feita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é debate.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – A denúncia foi feita.

Bom, concordo, Senador. Era uma tese realmente esdrúxula discutir uma norma que sequer estava vigente. Veja a que nível chegou a questão ideológica: sair do Brasil, reclamar do Brasil de uma questão que estava sendo discutida no Parlamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O risco é ser aprovado. Ai, vamos ser denunciados.

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Senador Paim, tanto é verdade que a OIT não acordou e não concordou com essa situação.

Em relação à questão do aumento do PIB na Espanha, eu deixei claro – acho que não houve aqui dificuldade em se entender – que há três anos consecutivos há um crescimento na Espanha, fruto das reformas estruturais, inclusive da trabalhista. Eu não disse que foi a reforma trabalhista que causou o crescimento. Vejam, resgatem a minha fala. Ela também faz parte desse processo. Ao contrário do que se disse em vários momentos, só neste ano estimam-se 50 mil novos empregos com a legislação flexibilizada lá.

Outra questão que é importante é que o Ministério Público fez a Súmula nº 2 – e quando a gente fala de trabalho intermitente e de questão de referência de países, quero lembrar que a legislação dos Estados Unidos é completamente diferente da nossa. A gente traz algumas comparações aqui porque são colocadas pelos debatedores. Mas, por exemplo, na Nota Técnica nº 2, afirmou-se que a questão da precarização e dos empregos intermitentes e precários foi responsável pela vitória de Trump. Lembro-me, pesquisando a respeito, de que isso, parece-me, é de 1938. Veja, na hora em que se coloca uma nota, o excesso que é colocado. Então, quando se fala de precarização, é importante se colocar qual é o conceito de precarização. Quanto a dizer que no mercado da Inglaterra ou dos Estados Unidos grande parte da mão de obra é precarizada, basta ver o nível de renda e de qualidade de vida dos trabalhadores naqueles locais. Não é o nirvana, não é um paraíso, mas certamente é bem melhor do que a situação que o Brasil tem.

Terceirização e a questão da meia. O projeto permite que todo mundo seja meio. Ora, o projeto inclusive estabelece salvaguarda na terceirização, que não havia na lei que foi aprovada na Câmara Federal.

Então, qualquer trabalhador brasileiro, após a vigência da lei, que for demitido por qualquer motivo, precisará passar por uma quarentena de um ano e seis meses para ser recontratado por aquela empresa, ou como pessoa jurídica, que é o caso do MEI, ou como alguém que faz parte de uma empresa terceirizada. Essa salvaguarda sequer existia na lei que foi aprovada. Então, eu acredito que é um avanço e impede a troca de mão de obra de contratação por tempo indeterminado por, eventualmente, um MEI. Eu não entendi onde se quis chegar com essa afirmação.

Quanto à questão do dano patrimonial, eu vou dar apenas dois exemplos. A norma... E aí, Senadora Vanessa Grazziotin – uma das interpelações que V. Exª fez –, nós não queremos aqui cercear a vontade do Judiciário nem a hermenêutica do juiz. A nossa intenção é deixar a norma clara, porque a criatividade do Judiciário é hoje notória e absolutamente dispar. Vejam o que aconteceu – eu vou dar dois exemplos, um no meu Estado e outro no Rio Grande do Sul, Estado de V. Exª, Senador Paim. No Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Trabalho impetrou uma ação de danos morais contra o Bradesco – porque é rico, e a gente tem raiva dos ricos, de quem ganha muito dinheiro. Vamos ter raiva deles! Entrou com uma ação de R\$8 bilhões contra o Bradesco, alegando que dois funcionários haviam sido demitidos porque o pai deles havia impetrado uma ação trabalhista contra o banco. Bem, há assédio, há uma discriminação do banco, é verdade. Mas R\$8 bilhões? A Justiça lá disse: "Não; é muito. Vamos dar só R\$800 milhões."

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deputado Marinho, eu acho que é interessante nesse debate que a gente o faça pontualmente. O art. 8º, §3º, do seu relatório, do projeto que veio da Câmara diz o seguinte: "No exame de convenção coletiva ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico [...]". A formalidade, a conformidade...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu volto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não podendo analisar o conteúdo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu vou concluir o meu raciocínio e volto à pergunta de V. Exª, se o Presidente anuir.

No caso do Rio Grande do Sul, qual é o efeito colateral dessa ação que está sendo arguida – ainda não se sabe se vai para frente ou não – no segundo grau? Os bancos não contratam mais no seu Estado. Então, é o típico efeito do excesso do medicamento, que faz mal ao paciente.

No meu Estado – aí, vem uma questão que diz respeito à terceirização –, recentemente, uma empresa que é incorporadora no ramo imobiliário foi condenada porque contratou um pedreiro para fazer uma obra de acabamento em um prédio, e o dano moral foi de R\$700 mil.

Bem, aí vem outra discussão: qual é o país do mundo – pergunto aqui para a Mesa, pois certamente os senhores vão poder falar depois, fazer os seus apontamentos finais – qual é o país do mundo, fora o Brasil, e vamos excetuar a Espanha, para fins de tributação, onde exista distinção entre atividades meio e fim? O mundo, desde o final do século XIX, princípio do século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, trabalha a especialização. Tudo é construído de forma articulada. A verticalização na indústria é absolutamente impossível. São raros os exemplos; apenas confirmam a regra.

E a terceirização é suportada por uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho, que, aliás, nesse caso, pelo vácuo deixado pelo Legislativo, extrapola o poder do Legislativo, usurpa o poder do Legislativo. Então, o que fizemos foi regular uma situação que é suportada por uma súmula. Ora, se nós como legisladores não pudermos levar em consideração a possibilidade de, como legisladores, enfrentar uma situação que existe de fato e de tentar normatizá-la, então – pegando as palavras do Senador Paim – vamos para casa. É importante que enfrentemos o problema.

A questão clara...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senado e Câmara em eleições gerais. É isso?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eleições gerais? Mas V. Exª gosta de colocar palavra na boca dos outros, não é, Senador Paim?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu apenas estou concordando com V. Exª...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas concorde parcialmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até quando concordo...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Concorde parcialmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou gentilmente concordando.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu agradeço a V. Exª, mas concorde parcialmente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Volto à Senadora Vanessa Grazziotin, que pergunta sobre o art. 8º, onde a gente define que o juiz deve entrar na análise de acordos e convenções coletivas nos aspectos formais.

Se a senhora observar o rol do art. 611, tanto o que pode como o que não pode... Falamos "pode, entre outros". Por quê? Porque cada empresa tem uma característica distinta, um estaleiro naval é diferente de uma padaria, um banco é diferente, por exemplo, de uma indústria de construção civil. Nós colocamos aqui exemplos do que pode ser pactuado e, claramente, o que não pode.

E, mais adiante, nós dissemos, no mesmo art. 3º dessa lei – chamo a atenção dos Srs. Senadores –, que, apesar de haver um dispositivo constitucional permitindo a pactuação de jornada e de salário... Inclusive há uma MP da época ainda da Presidente Dilma, na qual eu votei favoravelmente, que é o PPE – a senhora deve lembrar –, por meio da qual se fazia um trabalho para se segurar empregos no ABC paulista.

Então, nós colocamos aqui que "sendo pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo." Isso não está na Constituição. Nós estamos, aqui, dando uma proteção que não existia na Constituição, estamos dizendo que, caso haja uma transigência na negociação de salário e de jornada durante a vigência daquele acordo ou convenção coletiva, o empregador se obriga a manter aquele emprego. Quando se faz uma negociação de um lado e do outro, é evidente que há uma transigência e, quando digo que o juiz tem de observar o direito formal, é para evitar o que denominamos insegurança jurídica.

Historicamente, de 40 a 50 mil acordos e convenções coletivos são celebrados no Brasil pelos sindicatos que atuam, que são legítimos. Esses sindicatos patronais e de empregados pactuam esses acordos para melhorar a condição do trabalho, para melhorar a produtividade, para fazer com que a economia gire, e uma boa parte desses acordos, milhares desses acordos, têm sido questionados depois judicialmente. Por isso é que há a inspiração da lei. A lei é para dar segurança jurídica a uma situação que acontece praticamente todos os anos, numa quantidade substancial. E, quando você diz que o juiz vai se deter nos aspectos formais, é para que ele verifique o que a senhora está colocando: a constitucionalidade, a pertinência, para verificar se há alguma infração legislativa, se o trabalhador está abrindo mão de algum direito indisponível que é previsto na Constituição...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, esse é o *métier* do juiz. Nós queremos aqui, realmente, segurar um pouco o que nós entendemos ser uma certa criatividade jurisdicional que gera insegurança na nossa economia.

Bem, há outras.

A questão do trabalho intermitente: eu pediria ao Procurador que lesse o projeto, porque ele disse que, quando o trabalhador é convocado para trabalhar, mas chega lá e não tem trabalho, ele vai receber nada. Vai, ele vai receber 50% do que foi pactuado – depois eu mostro a V. Exª o artigo.

São tantas coisas...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu entendo até que, pelo tamanho do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço ao meu colega Rogério Marinho,...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...embora tenha sido interrompido algumas vezes pelo senhor...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas foram muitas perguntas. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, mas nós temos que...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu vou responder só mais uma, por favor, porque acho que a Senadora Vanessa Grazziotin fez um outro questionamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos marcar outra audiência pública para amanhã. O que o senhor acha?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já vou abordar esse tema.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Os senhores que sabem. Se quiserem, eu estou aqui à disposição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, permita-me só uma consideração. Em favor do debate que aqui se trava e da informação, há algum questionamento sobre a procedência dessa informação que foi trazida pelo ilustre Deputado Rogério Marinho, ou seja, está ou não está no projeto, porque ouvi algo aqui que é completamente diferente? Então, eu queria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não, foi dito que não há remuneração, que o trabalhador que fica à disposição, e não tem o trabalho, nada recebe; foi dito, de modo categórico, pelo Procurador. Agora, o Relator do projeto, o Deputado Rogério Marinho, afirma que há remuneração. Então, eu gostaria de, no interesse da compreensão que nós precisamos ter aqui, um esclarecimento sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os dois Relatores, o Senador Ricardo Ferraço e o Deputado Rogério Marinho, afirmam que está no projeto. Bom, eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – No §4º do art. 452-A.

V. Exª pode ler o §4º e encerramos aqui.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – "Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo."

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Deputado Rogério Marinho.

E passo a palavra...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu teria só mais uma... Mas fique à vontade para respondê-los.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Responda só mais uma.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Só sobre a questão do distrato, só uma última...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Só sobre o distrato, Senador Paim, que foi uma pergunta também da Senadora Vanessa, porque ela fez várias perguntas objetivas. Pode ser?

Bom, sobre a questão do distrato, Senadora, o que nós fizemos? Foi encarar uma situação de fato. Eu vou lembrar aos senhores: 2014 é colocado como o período em que houve o menor percentual de desemprego formal do País, chegou a menos de 5%, 4,8%, 4,7%. Aquele foi o ano em que paradoxalmente se pagou a maior quantidade de seguro-desemprego. Por quê? Porque havia uma oferta maior de emprego no mercado, e o trabalhador procurava o patrão para fazer um acordo: "O senhor me demite..."

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É fraude, isso é fraude!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – É fraude, é verdade!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É fraude! Não é isso que nós estamos discutindo.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas era isso que estava acontecendo de fato, Senadora. Então, nós enfrentamos uma situação de fato. E com um agravante, quando você não fazia o acordo, você empregador não fazia o acordo, o empregado normalmente fazia corpo mole para ser admitido. Então, nós enfrentamos uma situação que existe de fato, eu estou falando de uma situação que chegou a mais de R\$40 bilhões de pagamentos de seguro-desemprego.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sei que há fraude, porque há acordo. Inclusive, muitas denúncias se receberam de que, entre patrão e empregado, ele continuava trabalhando, e era demitido formalmente apenas para receber o seguro-desemprego.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Para receber o seguro-desemprego..

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas isso aqui não está sendo atacado.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ... e devolver os 40% da multa de fundo de garantia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas onde que esse projeto ataca isso?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Nós enfrentamos uma situação de fato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Onde que enfrenta?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Fizemos o distrato amigável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O distrato amigável? E o senhor acha que existe, que pode existir distrato amigável?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Existe, de fato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como existe?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bom, a senhora pode verificar no dia a dia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Justiça do Trabalho, enfraquecida, Deputado.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Justiça do Trabalho, enfraquecida, e ele vai aceitar? Ele vai ter duas opções: ou ele aceita receber a metade, ou ele não vai receber nunca.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou pedir a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso não existe, não existe!

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – É tão forte que se pagaram 40 bilhões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª vai disponibilizar a palavra para todos os Senadores, Presidente?

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Temos que ir adiante.

(Intervenção fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não pode interromper a palavra do convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concluiu, Deputado?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO *(Fora do microfone.)* – Ficou bom.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu passo a palavra ao Dr. Vagner Freitas, que é o Presidente da CUT.

O SR. VAGNER FREITAS – Eu queria precisar algumas informações colocadas aqui.

Primeiro, as centrais sindicais não têm concordância com esta proposta, todas elas. Essa proposta não tem o cunho de nenhuma central sindical brasileira. Podem ter participado de uma ou outra conversa, mas que não é o resultado final do relatório. Que isso fique claro.

Outra coisa importante, Senador Ricardo: isso não é uma reforma, mas um desmonte da legislação trabalhista brasileira. Não tem nada a ver com reforma. E ela está muito longe de querer regularizar os 11, 12 ou 13 milhões de trabalhadores hoje informais. O que ela vai fazer, na prática, é transformar em informais os outros 40 milhões de trabalhadores formalizados. É exatamente o contrário. É verdade que nós temos de tomar cuidado com os excessos de um ou outro juiz. Eu queria dizer para vocês para falarmos dos excessos dos empresários, então.

Eu sei que nós temos de fazer a livre negociação, Senador. O senhor sabe disso, Senador Monteiro. Nós estamos preparados para trazer toda essa discussão relativa ao mundo no trabalho para a livre negociação entre as representações empresariais e sindicais fora do âmbito dessa reforma, numa mesa que seja constituída depois disso, retirada essa proposta, com possibilidade de nós fazermos a discussão sobre o tema.

Não é verdade a ideia de que esse tema foi exaustivamente construído e discutido entre nós. Estou dizendo que enfatizar a negociação coletiva é uma necessidade para o Brasil, mas com a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presença dos sindicatos e das centrais sindicais. Nesse caso, não houve isso. Há um erro de origem, se foi dada essa informação aos senhores. Não houve isso. E a solicitação da negociação deveria ter sido feita inclusive pelo Poder Executivo, que é o proponente da proposta, não é?

Existe um equívoco de origem muito em relação a isto também, quando se fala da questão do acompanhamento sindical. O que se está fazendo aqui é mudar o modelo de uma discussão sobre os acordos de trabalho e sobre a regulamentação do trabalho entre sindicato e empresa, para trocar, para ser individual entre o trabalhador e a empresa. É uma mudança completa e absoluta que traz para o trabalhador um problema gravíssimo. Está se propondo aqui a possibilidade de você "eleger" – entre aspas – em cada localidade de trabalho, em determinadas localidades de trabalho, comissões à revelia do sindicato. O trabalhador nem precisa ser associado ao sindicato para que ele possa negociar diretamente com o patrão questões que estão regulamentadas por lei e que podem ser alteradas. Se queremos ter efetivamente democracia nas relações, não podemos ter dois pesos e duas medidas dessa maneira.

É importante que modernizemos as relações sindicais brasileiras, eu também acho; é importante, por exemplo, que os sindicatos estejam no local de trabalho; é importante que os dirigentes sindicais não sejam assassinados nos campos e nas cidades; é importante que os trabalhadores não sejam demitidos...

(Soa a campainha.)

O SR. VAGNER FREITAS – ...quando se associam a sindicatos; é importante fortalecer, realmente, a atividade sindical para que ela tenha condição de representar o trabalhador em todos os espaços. Não é isso que se propõe aqui; o que se propõe é exatamente o contrário: é fragilizar a atuação dos sindicatos no instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores. E isso não é bom para ninguém, não foi bom para lugar nenhum do mundo.

Finalizando, duas coisas: não adianta querer entender que estamos discutindo ou trocando direito dos trabalhadores por imposto sindical. Não estamos condicionando nenhuma discussão a imposto sindical. Temos acordo de rediscutir a questão desde que haja fortalecimento dos sindicatos na sua ação de defender os trabalhadores. O que não se pode fazer é o que foi dito: uma perna só, ou seja, pura e simplesmente acaba-se com todo o financiamento sindical dos sindicatos, não se coloca nada no lugar, sem discussão com os trabalhadores. Achamos é que esse financiamento tem que ser discutido diretamente com os trabalhadores, aprovado em assembleia pelos trabalhadores, discutido amplamente em assembleias de categorias, para que efetivamente o recurso seja utilizado em prol do interesse da defesa dos trabalhadores.

Então, sempre que falamos nesse tema, Rogério, da reforma trabalhista, no final das contas vira essa questão de que os sindicatos são contra porque está tirando o imposto sindical, mas, se deixar o imposto sindical, somos contra da mesma maneira, porque essa reforma desregulamenta total e completamente todo o mercado de trabalho no Brasil.

Em relação ao que aconteceu na OIT, realmente a OIT postergou a aceitação da nossa denúncia. Ela postergou porque temos a possibilidade de impedir essa reforma. Se efetivamente impedirmos essa reforma, não tenho dúvida nenhuma de que ela não aceitará a denúncia no ano que vem também. Se essa reforma for aprovada, o Brasil será o campeão, entre os 24 países da OIT, no ano que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vem não tenho dúvida nenhuma, em relação a isso. Ela só não foi aceita por ação direta do Governo e direta o meio empresarial.

Outra coisa, Senador Ricardo, ela também não aceita porque o mundo tem tanto problema, há muitos problemas, e 24 países é uma quantidade muito pequena de países para a quantidade de países que o mundo tem. Agora, Rogério, pode ter certeza de que, se a avaliação na OIT fosse feita após a reforma, o Brasil teria entrado não em 24º, mas seria um dos primeiros em relação a isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Sª me permite um aparte, para contribuir? É muito rápido.

Não há enfraquecimento e nem perda de espaço no papel do sindicato, até porque isso é constitucional. Vu ler aqui o art. 8º da Constituição Federal:

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

.....
III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Esse espaço do sindicato...

O SR. VAGNER FREITAS – Então, podemos tirar do projeto a constituição da comissão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...Presidente, esse espaço...

O SR. VAGNER FREITAS – ...que fala que é fora do sindicato e o direito de representação individual do trabalhador, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vou ler, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o sindicato poder acompanhar a rescisão de contrato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou ler, então, Presidente Vagner...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou assegurando que está na Constituição Federal o espaço dos sindicatos. Mas vou ler o art. 11 da Constituição, para não acharem...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, o Senador Ferraço, depois, poderia se inscrever novamente. Nós estamos aqui aguardando para falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, Senadora Gleisi. A Senadora Vanessa usou da palavra; o Senador Paim também...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, Senador Ferraço, eu, de fato...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

- A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor!
- O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, quem mais interferiu foi a Senadora Vanessa Grazziotin.
- O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero falar e já são 13h10. Às duas horas...
- O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, Senador.
- O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, o art. 8º continua absolutamente consagrado. Esse direito é do sindicato e ninguém pode tomar. Agora...
- O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas a reforma...
- O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Espera aí, Senador Paim!
- O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... distorce tudo que está no princípio.

(Soa a campanha.)

- O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que está escrito no art. 11? "Nas empresas com mais de 200 empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores". Ou seja, nós não estamos inventando nada...
- O SR. VAGNER FREITAS** – Senador, a quantidade de empresas com mais de 200 empregados no Brasil é mínima.
- O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Está na Constituição, Presidente Wagner.
- O SR. VAGNER FREITAS** – A grande maioria das empresas tem menos de 200 empregados e são elas que dão a maior parte dos empregos. Esse artigo é inócuo.
- O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não tenho discordância com V. Sª em relação a isso.
- Obrigado, Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agora, concedo a palavra à Srª Christina Aires Lima.

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Obrigada.

Eu gostaria de pontuar que a CNI, de acordo com o que já foi decidido pelo Supremo, entende que essa opção pela negociação coletiva, a validade dos acordos, a retirada da intervenção da Justiça do Trabalho no que foi negociado legitimamente pelos trabalhadores, já foi decidida há 30 anos pelo Constituinte.

O que o Supremo reconheceu agora foi a validade, a autoexecutoriedade disso. O que o Supremo reconheceu agora foi que a Justiça do Trabalho, indevidamente, com todas as vênias – e anulou as decisões da Justiça do Trabalho –, vem se arvorando, sob o princípio da hipossuficiência, que não se aplica ao direito coletivo, a invalidar cláusulas de acordos sinalagmáticos que só podem ser entabuladas pelos trabalhadores. E, aí, eu peço a atenção para o fato de que tanto os atos jurídicos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

perfeitos como as decisões judiciais estão no mesmo artigo de proteção da Constituição, que é o inciso XXXVI do art. 5º. A mesma proteção constitucional judicial é dada a eles.

E o próprio Supremo – e me refiro ao Supremo para nós sairmos de posições ideológicas ou individuais – disse que o negociado sobre o legislado, garantidos apenas os patamares mínimos que ele coloca, ou seja, a dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial, é constitucional e está de acordo com todas as normas da OIT e das convenções do trabalho sobre isso.

Mas o Supremo vai além: ele coloca que essa frequente anulação dos acordos coletivos de trabalho, na realidade, o que faz é desestimular, tirar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ficar claro: a anulação por quem? Quem anula?

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Pelo Judiciário, pelo TST.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, o próprio Judiciário anula.

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Exatamente.

Então, não há uma diminuição...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom saber.

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Então, não há uma diminuição do papel do Judiciário. O que o Supremo disse é que o Judiciário, aqui, tem que se autoconter. É a aplicação do chamado *autorestraint*, a autocontenção do Judiciário quando há legislação expressa. Ao Judiciário não é dado inovar no ordenamento jurídico. Esse é um papel do Senado, da Câmara, do Poder Legislativo, que não pode se recusar a fazê-lo.

Aí, Senador Paim, eu achei muito bom o exemplo do senhor sobre o salário mínimo. O senhor coloca: "O nosso salário mínimo é o mais baixo." E ele é dado por quem? Pela lei! Porque a lei... Hoje em dia, você dá um salário mínimo por lei, e você tem um efeito cascata, inclusive, nas contas. O déficit da previdência é tão grande, que não se consegue chegar a um patamar de melhoria da condição social. Agora, os acordos coletivos, sim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço só uma perguntinha, para ajudar o seu raciocínio.

(Soa a campainha.)

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Não, quero só concluir. Os acordos coletivos, sim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas ela está respondendo à minha pergunta, e achei elegante da parte dela.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paim...

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Por acordo coletivo, a pretensão do senhor é muito factível, porque não é um, nem dois, nem três, mas são vários acordos coletivos que aumentam o patamar do salário mínimo para as categorias econômicas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, você recomendaria, então, aos empresários que passassem a pagar o mínimo de US\$1 mil, como propus?

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Em acordo coletivo, isso é possível, mas, em legislação, não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas acima de US\$1 mil, como é no mundo todo?

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – É claro, se houver efetividade no mundo real, na ordem econômica! Mas isso é possível. O aumento do salário mínimo legal é possível via acordo coletivo, mas via legislação não.

O Supremo é muito feliz – comecei minha fala com isto –, como também o Senador Jucá, ao dizer que o que o Supremo fez...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tanto faz! Em análise do projeto, tanto faz! É claro que eles são diferentes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou sair em defesa do Ferraço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma questão até ideológica.

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – Disse que o que a Constituição fez, ao reconhecer esses acordos, foi mudar o parâmetro. Aqui, é muito difícil realmente nós mudarmos parâmetros que vinham sendo seguidos da CLT. O que ele fez foi mudar o modelo autocrático, com tudo disposto na lei, para um poder democrático. A negociação coletiva e os acordos coletivos trazem os indivíduos centrais das relações para o poder. Isso dá ao sindicato o poder, junto com as empresas, de dispor rapidamente, de solucionar conflitos de forma efetiva, na realidade econômica que o País atravessa, para poder vislumbrar soluções muito mais adequadas a cada relação de trabalho, seja uma solução legislativa em algum caso, seja uma solução judicial. E as soluções judiciais, o senhor tem de ver, como todos colocaram, são póstumas, são apenas para reparação de danos, são para o desempregado; elas não mantêm emprego.

Eu queria só contestar a afirmação do nobre Procurador do Trabalho de que a CNI teria dito que isso não é importante. O que a CNI disse é que os custos trabalhistas não são... São sete. Mas a insegurança jurídica... É disto que nós tratamos neste projeto: a insegurança jurídica de os empresários terem regras estabelecidas e claras que são, por interpretações criativas, deturpadas. Estas, sim, inibem investimentos! E, como coloquei também no começo, o direito do trabalho, como um direito social, demanda prestações positivas do Estado. No caso, não é que o Estado cria postos de trabalho, porque o Estado não os cria. Mas ele cria condições efetivas para a atividade econômica...

(Soa a campanha.)

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – ...que é fundada também na valorização social e está no mesmo patamar do direito ao emprego, também valorizado com a dignidade da pessoa humana, para que ela crie condições de adequação aos postos de trabalho da realidade e incentive a economia a investir em postos de trabalho.

Então, nós não estamos discordando. Todos estamos querendo a mesma finalidade. A única coisa que se coloca aqui é qual o meio para se chegar a isso. O que o Supremo colocou é que a Constituição dá que o meio mais adequado é a validade dos acordos coletivos, respeitado, é claro, o mínimo essencial, que são aquelas garantias constitucionais que o projeto destaca. Outra questão importante que eu gostaria de colocar é que essa insegurança jurídica não é só para o empresariado, não. Porque o que o TST faz, ao anular as cláusulas apenas em benefício do trabalhador, mantendo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todos os encargos para os empregados, além de um desestímulo a que o trabalhador venha a conseguir benefícios sociais através da negociação, que, em situações economicamente viáveis, é o que todos pretendem, ele faz com que aumentem os custos da negociação para o próprio trabalhador. E, com essa decisão do Supremo em repercussão geral, essas decisões do TST podem ser novamente questionadas pelos empregadores. Eles podem entrar com ações rescisórias questionando tudo o que a Justiça do Trabalho deu indevidamente.

Então, nós estamos em um quadro, em um momento que o desenvolvimento das relações trabalhistas depende, sim, de uma revelação de segurança jurídica. E a CNI poderia estar muito confortável com essa decisão do Supremo e dizer que já é autoaplicável e pronto se não fosse o TST, logo depois, em duas decisões, expressamente descumpri-la, o que levou, inclusive, alguns Ministros do Supremo a darem liminares para cassar as decisões.

Então, não é uma questão ideológica, é uma questão de segurança jurídica. Se a Constituição e o Constituinte adotaram uma linha que segue a autonomia, a democracia, a livre disposição das partes, respeitados, é claro, os direitos e a dignidade da pessoa humana nos patamares mínimos, o que ninguém, nem a CNI nem o empregador quer desprezar... Não se quer diminuir os direitos aqui. O que se quer é que se façam negociações onde se pode. Por quê? Porque está em jogo o princípio maior, que é o da preservação do emprego.

O senhor bem colocou... Acho que, quando o senhor coloca a vinculação com a assistência social, é exatamente isso. Tanto que a assistência social... O primeiro artigo, em Da Ordem Social, é relativo ao trabalho. O que acontece ali? Se o trabalhador não tem o emprego, que é o primeiro passo na cidadania, ele não contribui para uma assistência social...

(Soa a campanha.)

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – ... para uma divisão solidária dos encargos em uma sociedade, e ele também não entra no sistema, ele fica apartado do sistema. E esse é o segundo enfoque importantíssimo dessa reforma, com que a CNI está de pleno acordo, que é a formalização dos trabalhos. Sem uma formalização e sem um enfrentamento direto desses problemas de informalidade nós não teremos trabalhadores que ingressem em sistema de assistência social e nem teremos uma efetiva dignidade e cidadania do trabalhador brasileiro. E a posição de fechar os olhos a que essas realidades acontecem...

(Soa a campanha.)

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – ... e de o Congresso não regulamentar essas questões da forma que obviamente os legisladores entenderem melhor deixa o jurisdicionado, vamos dizer, o cidadão ao relento, sujeito a interpretações, sujeito a insegurança jurídica e sujeito a uma não assistência por parte do Estado. Eu acho que esse é o pior cenário possível.

Então, eu acho que esse projeto realmente resguarda o Poder Legislativo, resguarda a função legislativa. Inclusive, apesar do enorme respeito que temos, na interpretação da lei, ela não pode extrapolar. O Supremo tem uma súmula que trata... É a Súmula 339, que é em direitos trabalhistas, mas para o âmbito do funcionário público. Ele não pode, porque não tem função legislativa...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª CHRISTINA AIRES CORREA LIMA – ... conceder aumentos por equiparação ou por isonomia.

O que o Supremo está dizendo? Estou prestigiando o princípio da legalidade ao Poder Legislativo. E isso, se o Supremo fala, tem de valer para toda Justiça.

Então, eu gostaria, só para concluir, de dizer que a CNI vem aqui só trazer esse fundamento e dizer que o que ela quer realmente é que a Constituição seja cumprida em todos os seus aspectos e que não há violação à Constituição nem no negociado sobre o legislado, nem em medidas que busquem trazer à formalidade situações de trabalho que estão totalmente desprotegidas, em uma situação de inconstitucionalidade por indignidade da pessoa humana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, os nossos convidados Rodrigo e Ronaldo, Juiz e Procurador, foram parcimoniosos no seu tempo. E o Dr. Ronaldo pede 30 segundos para fazer um esclarecimento, a quem, portanto, concedo a palavra.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado, Presidente.

São apenas dois esclarecimentos muito rápidos. O primeiro é que, quando o Deputado Rogério Marinho se refere a uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho ajuizada no Rio Grande do Sul contra o Bradesco, na verdade não foi só por conta de discriminação em razão do acesso à Justiça. A situação dos dois empregados do Bradesco é que foram demitidos porque o pai entrou contra ação contra o Bradesco, mas também por sonegação, por cinco anos, de qualquer reajuste e de promoções devidas aos empregados. Então, coisa é um pouco maior. E a redução da condenação é algo absolutamente normal dentro do regime democrático. Aliás, é para isso que existem juízes, para que a gente possa realmente fazer essa regulação. Isso é normal. E a condenação foi de 1% do lucro do Bradesco, o que nos Estados Unidos seria considerado risível, por ser pouco, mas no Brasil é algo visto como excessivo.

E, segundo, apenas para fazer um esclarecimento com relação à questão da jornada intermitente. A melhor interpretação do Direito é a interpretação sistemática, ou seja, uma norma não pode nunca ser interpretada excluída do conjunto normativo.

O §4º do art. 452-A, de fato, coloca que:

§4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

O que eu disse foi que pode ocorrer, como acontecia no McDonald's, se a pessoa convocada para trabalhar de 5h às 22h chegar lá, bater o ponto às 5h e sair às 5h01, porque não há cliente na loja, e ficar lá esperando até ser chamado.

O parágrafo seguinte, o §5º, diz o seguinte:

§5º O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ou seja, a interpretação sistemática da norma pode, sim, levar a esta interpretação. Se há dúvida, vamos arrumar e não esperar para depois, que o Judiciário demore cinco, dez, quinze anos para esclarecer. Que a gente solucione logo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço pelos esclarecimentos o Dr. Ronaldo.

Srs. Senadores, estamos diante da seguinte circunstância: já são 13h30, e nós temos uma outra parte da sessão marcada para as 15h, ou seja, daqui a uma hora e meia. Acho que aqui ninguém almoçou ainda, exceto o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não saí daqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a almoçou aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu comi um pedacinho...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faisão com laranja e outras coisas. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Assim fosse verdade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ainda estão inscritos nessa fase a Senadora Gleisi, o Senador Lasier e a Senadora Regina.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E o Senador Lindbergh, que não se inscreveu a tempo, mas está inscrito.

Bem, eu acho que nós deveríamos interromper a reunião agora...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Calma, Senadora.

Voltaríamos às 15h, iniciariamos com os três Senadores, os quatro Senadores inscritos agora e prosseguiríamos até que horas? Até as 16h ou as 17h se o Presidente do Senado chamar a Ordem do Dia. Regimentalmente, nós teremos que interromper a nossa reunião aqui para atender à sessão do plenário. Então...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... estamos diante disso.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de falar agora porque eu quero falar para esses convidados. E gostaria que V. Ex^a marcasse o tempo. Eu acho que a Mesa foi muito condescendente com as falas. Não estou aqui tolhendo ninguém. Eu me proponho a falar em cinco minutos, mas eu gostaria de falar agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, a gente podia ir até as 14h.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Até as 14h pelo menos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Só um minuto...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se V. Exª passar a palavra para mim, já vamos adiantar em vez de ficar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Mesa realmente foi muito condescendente, sobretudo com essa Bancada aqui.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não; lá também. Com aquela Bancada lá também...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em razão...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... com a Mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, isso em razão do início. Quando um não procede regimentalmente de maneira correta, os demais não querem obedecer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª terá os cinco minutos. Tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, eu também não vou ultrapassar cinco minutos e farei a pergunta para apenas um dos integrantes da Mesa. Eu sairei daqui insatisfeito se eu não tiver a resposta dele hoje.

Eu acho que nós estamos sendo testados para um dos dispositivos da lei: o almoço não pode passar de meia hora. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Muito bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero cumprimentar o Senador Lasier, porque é isso mesmo. Vamos testar aqui meia hora de almoço.

Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras convidadas que estão aqui, eu queria começar por um dado que a Drª Delaíde deu. Por isso que eu pedi para a senhora repetir o dado. A senhora fala que 71% do mercado formal de trabalho hoje, 71% dos trabalhadores e trabalhadoras ganham até dois salários mínimos e que 0,9% ganham acima de dez salários mínimos. Então, nós temos noção aqui, como os Senadores e os convidados que estão na Mesa, sobre de que estrato social nós estamos falando, certo? Os senhores têm noção sobre o estrato social de que nós estamos falando. E nós vamos fazer uma reforma para precarizar direitos de quem ganha dois salários mínimos. Essa é a realidade. Setenta e um por cento.

Aí, o Senador Ferraço vem e diz assim: "mas 90 milhões nem isso ganham; está fora". Só que o que nós estamos fazendo aqui não é estender direitos para 90 milhões; é tirar direitos dos que têm e precarizar o daqueles que ganham pouco. É uma loucura isso! É inconcebível nós estarmos nesta sala





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discutindo como nós vamos precarizar o trabalhador que ganha até dois salários mínimos e termos que ouvir dos senhores, principalmente de quem está bem de vida, que isso é importante para a economia brasileira. Importante para quem? Para o povo é que não vai ser. Eu queria saber para quem é importante. A legislação é protetiva e a Justiça do Trabalho é protetiva justamente para proteger os mais pobres, os que não têm as mesmas condições de relação com aquele que negocia ou com quem trabalha, e para você ter um mínimo de justiça social, senão nós estaríamos ainda na época da escravidão. Por isso nós criamos a Justiça do Trabalho, criamos regras, senão nós estaríamos ainda com o trabalho escravo, o que talvez fosse o ideal para quem defende tanto aqui essa reforma trabalhista.

Eu fico aqui pensando, Dr. Rodrigo... O senhor é juiz do trabalho. Quando vejo alguém que ganha mais e que está bem na vida defender o outro, eu acho que... Não precisa ter consciência de justiça social não, mas, pelo menos, solidariedade. Agora, quando eu vejo alguém que ganha bem e que tem os seus direitos estabilizados defender que o outro tenha os seus direitos precarizados, para mim é crueldade, e é isso o que eu estou vendo. Eu quero perguntar ao senhor e aos que estão aqui: topam o trabalho intermitente? Topam ser avulsos exclusivos? Topam abrir mão de um período de suas férias? E nós aqui, topamos?

Quer dizer, é um absurdo, Senador Lobão, o que estamos fazendo com este País! Em nome de qual estabilidade, de qual crescimento econômico? Nós geramos 22 milhões de empregos no Governo Lula – V. Exª foi Ministro, sabe disso – sem mexer na CLT. Sabe por quê? Sabe como a gente gera emprego e garante direito? Com crescimento econômico, com atividade, com desenvolvimento. Sabe como a gente faz isso? Não é retirando dinheiro de circulação. O que os senhores estão propondo – quem está defendendo a reforma – é precarizar e fazer com que o trabalhador ganhe menos, é essa a realidade. E como é que se vai promover desenvolvimento econômico? Não se vai promover não, Deputado, não há condição de fazer isso.

E V. Exª mesmo falou: "Esse projeto é muito grande, eu não consigo falar tudo o que eu preciso sobre ele nesse tempo." É necessário fazer esse debate! Como é que nós vamos aprovar um projeto dessa magnitude, dessa dimensão, que retira os direitos que retira e precariza o trabalho nesse afogadilho? Teria que estar aqui o pessoal da micro e da pequena empresa, Drª Delaíde, que responde mais pelo trabalho do que a CNI! É claro que não é a indústria que emprega mais neste País: quem emprega mais é micro e pequeno empresário.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, nós estamos invertendo...

Há a questão da Justiça do Trabalho, por exemplo. O Dr. Rodrigo falou do uso irresponsável da ação trabalhista.

V. Sª sabe que, no novo texto, parte do pagamento da perícia é transferido para o trabalhador. Aí aquele que é reconhecidamente pobre não vai poder ter acesso à Justiça do Trabalho porque não tem dinheiro para pagar a perícia? E a discriminação no recurso para revista do TST, que só se faz com valor de causa alto, significa o quê? Que, então, o empregado que reivindique um percentual sobre o seu salário alto poderá recorrer, mas o que tiver salário baixo não poderá recorrer. Então, o pobre vai ficar assim... Art. 896 do PLC.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Justiça do Trabalho, que sempre foi para proteger, agora vai falar o quê? O trabalhador que perder a audiência vai ter que pagar custas. Só que nós estamos falando daquele que não tem motorista, daquele que pega o busão – entendeu? – para chegar à Justiça do Trabalho, da mulher que tem filho e que não tem com quem deixar a criança para ir a uma audiência. Aí atrasa meia hora e vai perder o direito? Em que país nós estamos vivendo, gente? Eu queria saber! E, junto com isso, há a reforma da previdência...

E não está tudo aqui, Dr^a Delaíde, há a questão de você ter uma indenização em função de assédio sexual ou moral precificada pelo seu salário. Então, ação penal, tudo bem, mas ação civil, não. Ação civil, se eu tiver um patrão que me assedie sexualmente, e eu ganhar bem, eu vou conseguir ter uma boa indenização; se eu ganhar pouco, eu vou ter pouca indenização. É brincadeira, nós estamos brincando aqui com um brasileiro e ainda fazendo caras e bocas, ao dizer que isso vai desenvolver o País. Pelo menos, tenham a decência de dizer que isso vai desenvolver um pedaço do País, vai ser bom para um extrato social do País, mas não para o País? Isso não vai ser bom para o País? Não há como ser bom, não há como ser bom, se você joga a sua população pobre no gueto. Não há como ser bom, desculpem!

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vocês podem fazer as peripécias que quiserem para defender isso. Sejam, pelo menos, claros, digam o que vocês estão defendendo! *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

Saúdo os integrantes da Mesa.

Eu pretendia abordar, mas não vou fazê-lo para colaborar com o tempo – já estamos muito adiantados – as cinco emendas que ingressei e também o voto em separado que protocolei hoje pela manhã, com relação a cinco itens desse projeto, um projeto apressado na minha definição, que mereceria bem mais tempo para o debate. Mas, como está havendo aqui uma avaliação muito abrangente e muito já foi dito, escolhi, Presidente e senhores convidados, um dispositivo que é aquele que entendo que é muito cruel para o trabalhador, é uma espécie de símbolo da extravagância de vários outros itens dessa proposta, que até pode ter alguns dispositivos bons, até admito, mas há alguns muito ruins.

O que acho mais grave é o do trabalho intermitente. Com este não me conformo. Para dizer pouco, é um grave equívoco dessa proposta, até porque fere o art. 468 da CLT, que admite flexibilização, desde que não piore a condição do trabalhador. E este item piora, porque este item do intermitente permite o contrato sem horário fixo, estabelece que o empregado deverá ser convocado com o mínimo de três dias corridos de antecedência.

Ora, qual é a decorrência? Onde é que está o caráter benévolo? Não existe, porque o trabalhador não pode se programar nos dias, horários; não saberá quanto vai receber no final do mês. Além disso, há o reflexo na previdência, porque, se, lá adiante, aquele outro projeto que está aí por ser





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discutido – e nós estamos na CPI presidida pelo nosso estimadíssimo conterrâneo Paulo Paim – precisa o mínimo de 25 anos de contribuição, este que presta o trabalho intermitente, de vez em quando trabalha, de vez em quando paralisa, quando é que ele vai somar os 25 anos de contribuição para se aposentar? Isso é uma contradição, é um absurdo.

Então, essa pergunta eu quero dirigir ao Relator, ao nosso Deputado Federal Rogério Marinho, para que explique, porque até agora se pulou muito de um dispositivo para outro, mas não houve um aprofundamento não se mergulhou profundamente em nenhum dispositivo com a abrangência que eu gostaria de ver em relação ao trabalho intermitente, que, como eu disse, é uma extravagância, é um absurdo. Então, eu quero que o Deputado Rogério me convença de que esse preceito, esse instituto é bom para o trabalhador.

Objetivamente era isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Parabéns a V. Exª pela objetividade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpe-me, mas não funcionou ali e tive de mudar de lugar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu que peço desculpas a V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Presidente, os convidados, as convidadas. O tempo realmente não dá para falarmos todas as questões, então eu vou...

Primeiro, fico muito preocupada quando ouço alguém dizer que a CLT é velha, porque são as mesmas pessoas que elogiam os países que possuem leis seculares e que não vivem mudando suas leis ao sabor do vento. São essas mesmas pessoas que fazem isso. (*Palmas.*)

A outra coisa é que é muito claro o objetivo deste projeto: diminuir o custo do trabalho. Portanto, alguém perde. Então, ele é cruel para o trabalhador e ele é muito bom para o empregador. Essa verdade ninguém pode refutar.

E aí eu vou direto às perguntas, aos pontos que destaquei. Para a Drª Delaíde, quero que a senhora como mulher fale sobre dois pontinhos simples, que parecem que passam despercebidos aqui, que é a questão de a mulher trabalhar em local insalubre, a mulher grávida. Eu não sei de que cabeça pode sair uma coisa dessa, é muita desumanidade achar que a mulher grávida pode trabalhar em lugar insalubre. Da mesma forma, a questão dos horários de amamentação; será negociada com o patrão a hora de amamentar. Não é a hora em que o menino tiver fome, não? Vai ser na hora em que o patrão aceitar que a mulher amamente? Esses são dois absurdos que envergonham, que mancham essa lei.

Quero que a senhora fala esse comentário para falar diretamente para as mulheres do nosso País.

Para o Dr. Fleury: passa na cabeça de alguém que uma pessoa vai negociar a sua demissão, a sua saída para receber metade do aviso prévio? Para receber metade da rescisão da multa do FGTS? Como a cabeça de alguém de bom senso vai fazer uma coisa dessa? Se há fraudes? Há. Ninguém vai se livrar delas assim fácil, não. Há aquelas pessoas que negociam por fora, sei lá quanto, dividem o valor e, depois de um tempo, chamam de novo para trabalhar. As sacanagens sempre existem, mas não é por isso que a gente vai, agora, legalizar a sacanagem, porque é uma sacanagem isto aqui: dizer que o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhador vai receber metade do aviso prévio, metade do FGTS. Ninguém de bom senso, no seu juízo... Nenhum trabalhador faria isso.

Ainda para o Dr. Ronaldo – e aí os outros defensores do projeto refutam, se quiserem –, a questão da rescisão de contrato, a ausência de proteção na hora da rescisão. Eu fui sindicalista, diretora e Presidente do Sindicato dos Bancários e sei como se dá a rescisão de contrato. Não é à toa que, na estatística das causas trabalhistas, das reclamações trabalhistas, disparadas estão as verbas rescisórias, estatística dada pelo próprio tribunal. Disparadas estão as ações de verbas rescisórias, porque o patrão nunca faz direito. Eu cansei de voltar gente de lá do sindicato para corrigir, fazer as contas de novo. O preposto dos bancos ia lá, e dizíamos que estava errado isso e aquilo. Aí vêm me dizer que não precisa de ninguém para assistir essa criatura na hora a rescisão? Ainda mais com a história de quitar todo ano os direitos... Na hora, não vai haver nada para receber. Todo ano ele vai dar a quitação lá na empresa, sozinho...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...coitado, vai dar a quitação de que está tudo o.k. na empresa dele.

Aí alguém aqui fala que tem de evoluir do conflito para a conciliação. É, vai ter conciliação mesmo. Patrão de um lado, empregado do outro, cara a cara, e a última palavra vai ser do empregado: "Sim, senhor". É a palavra que ele vai dizer, tudo o que o patrão disser.

Ainda nesse segundo, há mais um ponto que é a questão da – não é nenhuma pergunta, mas só uma constatação – terceirização. De certa forma, esse projeto todo desresponsabiliza as empresas: pela terceirização, porque é a outra que vai ser responsável; pela pejotização, porque há uma história... Por exemplo, no canalial, nos laranjais, há um famoso "gato", que enche o ônibus de gente e vai vender a força de trabalho dele lá no laranjal, lá no canalial. Agora ele vai se pejotizar, vai ser uma empresa e vai lá, de novo, vender a força de trabalho. Só quem já botou o pé num canalial ou num laranjal sabe como se dão as condições de trabalho. Não é à toa que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a pagar uma indenização para trabalhadores em situação análoga à escravidão – inclusive, a maior parte dos trabalhadores que foram resgatados de trabalho escravo era lá do meu Estado. O Brasil resgatou 52 mil trabalhadores de trabalho escravo em 20 anos...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... sem ele ser permitido. Imagine agora que vai ser permitido, não é? Porque isso aqui... Deixando o patrão à vontade para negociar diretamente com o trabalhador, ele vai aceitar todas as condições para não perder o emprego.

Por último, há uma história de "entre outros" no art. 611. Quando diz que pode flexibilizar, há lá "(...) pode ser flexibilizado entre outros (...)", e nem neste "entre outros" a gente pode mexer aqui, Que Senado é este que está abrindo mão de sua prerrogativa? Há muita gente fazendo campanha "Para que Senado?", e vai continuar, vai avançar essa campanha se o Senado não modificar nada nessa lei. Então, há um "entre outros" aí. E não precisa nem responder porque o Ministro Meirelles respondeu. Rapaz, essa é uma proposta para o FGTS pagar o seguro-desemprego. Está no "entre outros".

Era isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O último orador, Senador Lindbergh, desistiu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não...
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou ser breve, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria me dirigir ao Deputado Rogério Marinho. Na última vez aqui, tivemos uma discussão em cima de um ponto que eu considero importante. Eu trouxe até as notas taquigráficas aqui, em que o Deputado disse o seguinte: "Diz-se [...] que este Governo não deveria fazer as mudanças, porque elas deveriam esperar pelo próximo governo eleito." Quero lembrar aos senhores que as mudanças que aconteceram em nosso País, a começar pelas questões constitucionais, nossa lei maior, aconteceram com a ruptura de um processo democrático. Aí V. Ex^a fala da Constituição de 1967. Está aqui, está aqui. Eu até discuti porque, na hora, eu disse: "Poxa, é muita sinceridade no caso". E estava falando da Constituição de 1967, depois do golpe militar. Depois, houve um bate-boca e V. Ex^a insistiu e disse: "É verdade, é ruptura democrática". Concordo. Agora, eu diria, Deputado Rogério Marinho, esse golpe, Presidente Lobão, está desmoralizado. Os seus principais autores, quem são? Eduardo Cunha, que está preso; Aécio Neves está afastado; e o Temer denunciado, o primeiro Presidente da República da história denunciado por crimes cometidos no seu mandato! Eu até dizia, no processo de *impeachment* que o Temer ia ser blindado porque Presidente da República não pode ser investigado por fatos anteriores ao mandato. Mas ele conseguiu fazer um crime no seu mandato.

Então, Presidente Lobão, sinceramente, esta Casa, este Senado e esta CCJ não têm condições de votar a reforma trabalhista nestes termos, neste momento. O Congresso Nacional tem que parar a tramitação dessas reformas. Estamos na maior crise política desse último período, e digo uma coisa, tenho convicção: este Governo acabou! O Temer não sustenta, na minha avaliação, Senador Paulo Paim. Há Senador que fica aqui, acreditando no acordo de que este Governo vai vetar pontos dessa reforma trabalhista. Esse Governo acabou! O Deputado Rogério Marinho sabe que, na hora em que se abriu o placar, transmitido pela televisão, ele não vai ter 172 votos. Este Governo acabou.

E não podemos, Presidente Lobão – chamo a atenção de V. Ex^a, tenho muito respeito – dar ar de normalidade a tudo isso que está acontecendo aqui. Mas, como falou o Deputado Rogério Marinho sobre ruptura democrática, para nós, esse foi um golpe de classe.

Há um termo que parece um palavrão, plutocracia, que é governo dos abastados, dos ricos, que governa para os ricos. É isso que está acontecendo hoje no País. Temos um ajuste fiscal todo em cima de quem? Do aposentado, que ganha um salário mínimo; da pessoa com deficiência e do idoso, que recebem o Benefício de Prestação Continuada; tirando recursos da educação e da saúde com a Emenda Constitucional nº 95.

Agora, pergunto: no ajuste fiscal, qual a contribuição das grandes empresas, do sistema financeiro? Nenhuma. Ninguém fala em tributação de grandes fortunas, é tudo em cima dos mais pobres. E há um ajuste no mercado de trabalho violentíssimo. O que os senhores querem com isso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui é redução do custo do trabalho. Em momento de crise econômica, infelizmente, o setor empresarial brasileiro decidiu que vai resolver seus problemas apertando salários, retirando direitos.

A Senadora Gleisi tem sempre falado aqui dos altos salários do funcionalismo público. Acho que ela entra no debate com muita precisão, porque não há taxação de grandes fortunas, das grandes empresas. E aqui, senhores, parece que esse ponto está fora do debate, assim como os salários aqui, do Parlamento, do Poder Judiciário, do Ministério Público. A Gleisi se dirigiu ao Dr. Rodrigo Dias, mas falo também de nós, Senadores, que temos dois meses de férias, Senador Lobão. Apresentei um projeto para diminuir para um mês. Até agora não foi votado. Os Srs. Juízes têm dois meses de férias. Agora, querem que os trabalhadores dividam seu mês de férias em três.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Querem que dividam em três! Tem mais, Sr. Presidente.

V. Exª sabe que o trabalhador, quando tem férias, recebe um adicional de um terço a mais do salário. E V. Exª sabe o que eu descobri? Ao mesmo tempo em que nós estamos discutindo essa reforma trabalhista, há uma Loman, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, sendo discutida no STF. E sabe o que eles colocam para as férias dos juízes? Em vez de um terço, um salário a mais!

Eu fiquei tão impressionado com tudo isso, Dr. Gustavo, V. Exª que é juiz do trabalho, que v. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpa; Dr. Rodrigo.

Estão querendo acabar com o tempo de deslocamento do trabalhador. Mas você sabe o que estão instituindo na Loman? Um tempo de deslocamento do juiz, que receberia 5% a mais do salário!

Auxílio-transporte: 5% a mais de salário. Auxílio-alimentação: 5% a mais de salário! Olhem só!

E, aí, os senhores querem ter a figura do autônomo exclusivo. Você acaba com o décimo terceiro, férias e FGTS.

Quer saber mais, Dr. Rodrigo, do que está nessa Loman? Porque estou achando que há um descolamento gigantesco da realidade.

Além, de plano de saúde, os senhores querem sabe o quê? Dez por cento do salário a mais a título de auxílio a plano de saúde para o magistrado, para a companheira e, se tiver um filho, mais 5%.

Ajuda de custo para mudança: um salário a mais. Se fizer mudança, um salário a mais. Se tiver um dependente, são dois salários a mais!

Tem de tudo!

Auxílio creche para juízes que têm filhos de zero a seis anos: 5% a mais do salário durante todo esse período. Se ele tem um filho de seis a 24 anos, eles querem 5% a mais de salário durante todo esse período.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senhores, eu fiz as contas. Isso dá mais de R\$100 mil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, os senhores querem essas mudanças para os senhores; agora, no caso dos trabalhadores, é só apertar.

Trabalho intermitente é uma loucura.

Eu encerro dizendo que há um descolamento da realidade e que isso só vai agravar a situação econômica.

Estou convencido que o que nós estamos fazendo com isso aqui é o contrário do que o Lula dizia. O Lula sempre diz: "Colocar dinheiro na mão do pobre estimula a economia, a economia cresce". E nós criamos esse grande mercado de consumo de massas no País porque fizemos isso: demos crédito, aumentamos em 77% o salário mínimo em relação à inflação. Esses recursos tiveram impacto na previdência social. Agora, essas reformas da previdência e trabalhista estão enxugando completamente isso. Vão piorar, vão deprimir mais a economia. Cerca de 60% da nossa economia, hoje, está ligado ao consumo das famílias.

Eu encerro com três perguntas bem objetivas, Presidente Lobão.

A primeira é sobre o art. 7º, inciso XIII, que diz, de forma muito clara – e a minha pergunta se dirige ao Dr. Rodrigo: "duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

Está na Constituição de forma expressa! Aqui, não. Pelo texto, você pode modificar por acordo individual. Isso aqui é uma inconstitucionalidade, para mim, mais do que clara.

Eu queria que o senhor respondesse em cima desse ponto.

Eu também queria ir para o art. 7º, incisos XXX e XXXI, que dizem o seguinte: "XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário [...]";. E por aí vai. Este ponto aqui é muito importante, porque, com a terceirização... Eu queria fazer essa pergunta dele aí. Isto aqui já está expresso na nossa Constituição, no art. 7º.

Eu acabaria falando do autônomo exclusivo, perguntando justamente ao Dr. Ronaldo Curado Fleury: quais as consequências desse autônomo exclusivo? O trabalhador autônomo todo mundo entende o que é: ele trabalha para várias pessoas. Agora, um autônomo trabalhando exclusivamente para uma empresa...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...é querer mascarar uma fraude, fazer de conta que ele é pessoa jurídica, que é um empresário de papel, no caso perdendo direitos como 13º salário, férias, FGTS.

São essas as minhas perguntas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Senadores, a Senadora Gleisi fez suas indagações e se dirigiu aos convidados, à Ministra Delaíde, ao Dr. Rodrigo Marinho, ou melhor, Rogério Marinho, e ao Dr. Rodrigo; o Senador Lasier, ao Dr. Rogério; a Senadora Regina, à Drª Delaíde, ao Fleury e ao Rogério; e o Senador Lindbergh, ao Dr. Rogério e ao Dr. Rodrigo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E ao Dr. Ronaldo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E ao Dr. Ronaldo.

Peço, então, a esses, apenas a eles, que respondam objetivamente, em razão até da hora e do fato de que já tratamos de todas essas questões muito aqui e fora daqui. Reconheço que o mais objetivo no tempo, no horário, que fez indagações foi apenas o Senador Lasier.

Com a palavra a Ministra Delaíde.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fará todas as considerações, inclusive as considerações finais.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Vou me ater ao tempo e ser bastante objetiva, respondendo à Senadora Gleisi Hoffmann a respeito dos prejuízos, com a aprovação da reforma, para a gestante e para a mulher.

Quero, Senadora, referir-me a uma nota técnica recentemente publicada na imprensa, à nota técnica sobre o PLC 38 firmada pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho); pela Anamatra, que é a associação dos magistrados; e pela Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas).

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – A Senadora Regina também perguntou sobre isso.

A SRª DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES – Respondo à Senadora Regina também.

Se V. Ex^{as} me permitirem, vou fazer chegar até os gabinetes de V. Ex^{as} a nota, o documento dos Ministros do Tribunal Superior Trabalho e mais esta nota técnica, que são bastante explicativos, no item 4, sobre a inconstitucionalidade do trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres e também com relação ao trabalho da mulher, às horas extras e aos intervalos no trabalho da mulher. Realmente, não passa pelo crivo da constitucionalidade e é uma violação aos direitos da mulher e aos direitos do nascituro, da criança, e à sociedade, em razão da importância do tema.

Nas considerações finais, eu quero deixar aqui registrado que é louvável a atitude do Senado Federal de fazer as audiências públicas. E quero observar muito rapidamente, para a nobre representante da CNI, que nós temos no Judiciário uma preocupação grande com a segurança jurídica também. Mas esse projeto não traz segurança jurídica, pelo contrário, nós precisaríamos discutir exaustivamente a questão relacionada com a segurança jurídica.

Eu fui advogada trabalhista durante 30 anos e tenho essa preocupação. No Judiciário também eu tenho essa preocupação. O TST tem em torno de mil verbetes – a CNI já fez essa observação em uma audiência pública lá na OAB de Goiás –, a CLT, 922 artigos. Se há esse indicativo no Brasil de que 52% dos empregos são oferecidos pelas micro e pequenas empresas, estas não têm condição de ter um advogado para orientá-las, como têm as empresas que são representadas pela CNI. Então, é uma situação que realmente precisa ser discutida. Na Justiça do Trabalho, há vários pontos que nós podemos discutir para trazer mais segurança jurídica.

Deputado Rogério Marinho, nós já discutimos também em audiência pública, na Câmara. Eu fiz essa discussão, recentemente, na Universidade de Oxford, em um chamado Fórum Brasil, que foi uma discussão bastante interessante, e estamos interessados em discutir. Mas volto a fazer a minha





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

consideração de que esse projeto precisa ser mais bem discutido, ele não pode ser aprovado desta forma. É a minha consideração final.

Se deixei de responder a alguma indagação, peço desculpas. Mas vou fazer chegar os documentos a que eu me referi ao gabinete de todos os Senadores que compõem a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Rodrigo.

Muito obrigado, Ministra Delaíde.

O SR. RODRIGO DIAS – Caminhando diretamente para as respostas, relativamente ao discurso – que é muito claro aqui, a meu ver – de que aqueles que apoiam, genericamente falando, a reforma são aqueles que desejam o mal ao trabalhador, são pessoas que querem a precarização absoluta, e os que são contra a reforma são aqueles que defendem os trabalhadores, querem que a situação melhore, esse discurso pode ter até apelo popular, mas não é exato na medida em que faço uma pergunta óbvia, do dia a dia, aqui. Eu convido qualquer um para ver, a qualquer dia, inclusive sábado e domingo, os empregados que deixaram de receber o transporte para ir para o local de trabalho... Porque ele custa determinado valor ao empregador. Para eles, esse discurso de que as horas *in itinere* que caíram representa precarização... Isso vale para eles? Aqueles que têm que ir de bicicleta, a pé, dividindo a moto com mais duas pessoas, vale para eles esse discurso de precarização?

Falou-se sucessivas vezes aqui sobre quão precarizante seria a previsão da quitação anual. Basta ler o artigo. Lá diz que a eficácia liberatória é restrita às parcelas consignadas no recibo, igualzinho consta da Súmula 330 do TST hoje. Igualzinho! É a mesma redação.

Não vou falar sobre isso, porque sei que a pergunta foi feita ao Deputado Rogério. Mas como a Senadora Gleisi destinou a mim a pergunta se eu trabalharia de forma intermitente, trabalharia e trabalhei no Gate's, aqui em Brasília, um bar que fechou. Quando eu era universitário da Universidade de Brasília, a aula era o dia inteiro e só dava para trabalhar à noite, e trabalhei. Acho que ninguém pretende trabalhar de forma intermitente a vida inteira; é por um momento específico da vida. Mas isso eu deixo para o Deputado Rogério Marinho.

Sobre os honorários periciais. Se alguém entrasse aqui nesta sala agora, neste instante e quisesse vender a qualquer um de vocês um bilhete da Sena que vai correr no fim de semana, quase ninguém compraria, mas, se ele desse de graça, todo munda pegaria; o único risco é ficar rico. Os honorários periciais na Justiça do Trabalho hoje, os pedidos que levam a honorários periciais na Justiça do Trabalho hoje são exatamente assim. Não se cogita absolutamente nada, não se investiga absolutamente nada; ajuíza-se a ação, porque se sabe antecipadamente: é impossível perder. Pode até não ganhar, mas é impossível perder. Daí a necessidade de alteração aí.

Mas a pergunta que me foi feita mais diretamente foi a pergunta do Senador Lindbergh. Eu acredito que ele não se recorde disto, mas nós estivemos, absolutamente, literalmente, fisicamente lado a lado, em 1991, 1992, por ocasião do processo de *impeachment* do Presidente Collor, o que, diga-se de passagem, como simpatizo com uma série de teses, é mais uma amostra do quanto é falsa essa ideia maniqueísta de que há bons e maus aqui. Todos querem, presumo eu, a mesma coisa ao fim e ao cabo.

Mas infelizmente, Senador Lindbergh, a referência ao art. 7º, XIII, da Constituição, com todo respeito, labora em equívoco, porque, na redação, há "acordo". Lá fala acordo ou convenção coletiva, e esta palavra "acordo" é o acordo coletivo, mas é também o acordo individual. Sou eu quem estou falando isso? Não. É o Tribunal Superior do Trabalho em súmula, Súmula nº 85, inciso I.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou ler, já que o senhor, aparentemente, duvida: "I – A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva". Portanto, não há inovação nenhuma. O TST já diz isso.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DIAS – E não é em uma decisão qualquer; é em uma súmula de jurisprudência. Portanto, essa referência é equivocada.

Por último, quanto às férias, que podem ser divididas em três vezes. Os servidores públicos da União, inclusive deste Legislativo, podem dividi-las em três vezes. Na vara que eu titularizo, são 14 servidores; no ano passado, nove, e ninguém os obriga a isso. Os 14 quiseram dividir em três vezes. Isso, a meu ver, está longe de precarizar.

Mas aproveitando até o ensejo da manifestação do Senador Lindbergh, a proposta de Loman tem uma série de exageros, mas é uma proposta. Eu imagino que o Senador Lindbergh não vá votar a favor de tudo aquilo. Aquilo não é a lei. Eu sou juiz, mas eu votaria contrariamente à imensa parte do que foi dito pelo Senador Lindbergh aqui. Agora, essa é uma discussão com que não vou gastar, porque é paralela, mas é evidente, esse argumento fica parecendo aquelas reclamações trabalhistas em que se pedem R\$200 milhões e se ganham R\$200 mil no final das contas. Há um exagero enorme, que não reflete a realidade. A Loman em trâmite, em cogitação no STF, evidentemente não representa a realidade.

Mas retorno: a súmula do Tribunal Superior do Trabalho já consagra aquilo que boa parte dos Senadores contrários à reforma vem argumentando como se fosse algo taxável de precarizante. Isso já existe, e quem o diz é o TST em súmula, não em uma decisão isolada.

Muito obrigado pelo convite. Fico à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passo a palavra ao Dr. Fleury.

Antes faço uma observação, Senadora Gleisi: como o nobre Senador Paim já almoçou, deveria estar aqui, e está lá no plenário fazendo outro discurso. *(Risos.)*

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso. Ele foi falar lá e pediu para avisar. Nós já o estamos vendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Fleury.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele é rápido.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado. Eu vou tentar ser breve para responder todas as colocações.

Sobre a colocação da Senadora Gleisi, eu sempre tenho repetido e aqui eu já disse: o que gera emprego é o aumento da demanda. Uma empresa que dá conta da sua demanda com dez empregados só vai contratar mais um ou mais dois se tiver mais demanda, se tiver que aumentar a sua produção, e não porque está mais barato. Eu não sou economista, mas isso é o óbvio ululante.

Foi colocada também a questão da inversão de valores na Justiça do Trabalho. Realmente assusta como o projeto trata o trabalhador como hipersuficiente e o empregador... Ela trata o empregado, o trabalhador, como hipersuficiente e o empresário como o hipossuficiente. Um exemplo claro disso é praticamente o fim da revelia na Justiça do Trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pelo Senador intermitente... Perdão! Senador Lasier, mil perdões! É que eu já fui na pergunta aqui, que foi sobre contrato intermitente, que foi taxado... Eles tentam colocar outros nomes para ver se melhora, mas a jornada intermitente, na verdade, é salário intermitente. Ou seja, ninguém sabe o quanto vai ganhar. É simples.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone.*) – Nem quando vai ter salário.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Ninguém sabe quando vai trabalhar, se vai trabalhar, se vai ganhar o salário ou não. Essa é a realidade da jornada intermitente, que o McDonald's implantou no Brasil. Ele fez um acordo judicial – acordo judicial! – na ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho e, em razão da impossibilidade, pelo acordo, de manter a jornada intermitente, agora quer impor ao País a alteração da legislação. O Senado vai se curvar aos interesses dessa indústria de alimentação?

A Senadora Regina colocou algumas questões muito interessantes, como a da rescisão por acordo. Realmente, eu tenho certeza absoluta de que acabou qualquer tipo de rescisão... A partir do momento da promulgação, acabou a rescisão sem justa causa; ou vai ser por justa causa ou rescisão por acordo. E é assim ou não recebe nada. É simples.

Com relação ao trabalho da mulher, dói muito em 2017 a gente ainda ouvir no Senado Federal que não se pode dar nenhuma proteção à mulher, senão, ela vai ser discriminada no mercado de trabalho. Infelizmente, a gente ainda ouve isso. Na última audiência eu ouvi e aqui também. São colocações que eu prefiro nem comentar.

Com relação à quitação anual, de que o Juiz Rodrigo Dias falou, de fato, a súmula do TST fala que a quitação é restrita àqueles valores, a quitação da rescisão do contrato, não a anual, porque a anual não existe. Ela vai permitir, por exemplo, que eu tenha um trabalhador e, durante dez anos, todo ano vá fazendo a quitação. Fiz em dezembro e, em janeiro, eu o mando embora. Acabou; ele não tem direito a nada! Porque está lá previsto no termo de rescisão, que ou ele assina do jeito que está ou eu vou mandá-lo embora. Por fim: o Senador Lindbergh falou sobre a questão da discriminação. Eu coloquei aqui, Senador, que a inspiração do projeto... A única legislação que eu encontrei paralela no mundo, que trata o valor de uma vida de forma diferente, de acordo com a renda da pessoa, foi o código de Hamurábi, de 1776 a.C. Posteriormente eu não encontrei nenhum diploma. Pode até existir, mas eu confesso que desconheço.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – E o pior: esse projeto cria um subser humano, que é o ser humano trabalhador.

Volto ao exemplo. Se o empregado de uma empresa, num domingo, está passando ao lado da empresa e cai uma peça na sua cabeça, não há limite para a indenização, quem vai decidir vai ser o juiz, o Judiciário. No entanto, se acontecer exatamente o mesmo acidente com esse trabalhador, mas do outro da cerca, na segunda-feira, quando ele estava trabalhando, aí a vida dele passa a ser tarifada. Ou seja, enquanto trabalhador, ele é um subser humano que tem sua vida limitada por uma legislação.

Volto a lembrar a Lei de Imprensa: o Supremo já decidiu pela inconstitucionalidade da tarifação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, essa aberração jurídica do autônomo exclusivo, o que sempre foi considerado fraude, é uma fraude óbvia: eu tenho um trabalhador que só trabalha para mim, só eu o remunero com regularidade, mas agora ele vai ser autônomo. O projeto de lei fala que, mesmo se ele for exclusivo, remunerado só por esse empregador, ele não é empregado. Isso é retirar do Judiciário o poder de constatar uma fraude. Isso é a lei sendo usada para fraudar a própria lei, para fraudar um princípio de proteção da relação de emprego que está previsto na Constituição Federal.

Senador Lindbergh, a Nota Técnica nº 8 do Ministério Público do Trabalho, que hoje está sendo distribuída – já foi por *e-mail* para todos os Senadores –, pontua as 12 inconstitucionalidades, sendo uma delas essa do microempresário individual.

Eu agradeço mais uma vez e exorto o Senado Federal a exercer seu poder legislador, o seu poder de legislar, o seu poder revisional no caso deste Projeto de Lei da Câmara nº 38.

Muito obrigado.

O Ministério Público do Trabalho está à disposição sempre do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Ronaldo.

Com a palavra o Dr. Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bem, primeiro quero agradecer ao Presidente, aos Srs. Senadores, àqueles que nos assistem até agora e aos convidados, que, junto comigo, colocaram suas verdades – como disse o Senador Ferraço, a verdade tem muitas faces, e isso está muito claro aqui.

Eu começo dizendo, objetivamente... A Senadora Gleisi – ela já saiu, não é? – fez uma afirmação que eu quero repelir: essa questão do "nós contra eles". Ela colocou aqui, por exemplo, que quem defende a reforma trabalhista é a favor da escravidão. Menos! Eu acho que é importante, no debate, os lados serem colocados, os argumentos também, mas a adjetivação normalmente deixa o debate menor.

Então, apenas esse gancho aqui sobre tudo o que foi dito.

Ela fala da 896-A especificamente, é o único item do projeto de que a Senadora fala, em que se trata da transcendência. O Tribunal Superior do Trabalho é um órgão majoritário na Justiça do Trabalho. Então, nós queremos, com a transcendência, fazer com que ele se dedique ao seu mister. Hoje ele está atulhado de uma série de situações que poderiam e deveriam ser resolvidas com o princípio da transcendência.

Antes de passar para o Senador Lasier, o Fleury faz uma afirmação, com todo o respeito que eu tenho a ele, nós estivemos juntos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas vai ser. *(Risos.)*

Até pela sua atuação política.

Nós estivemos muito tempo juntos, conversamos muito a respeito e você fez uma afirmação de que a McDonald's que quer o trabalho intermitente. Eu repilo essa afirmação. O trabalho intermitente, Procurador, é uma reivindicação antiga de um setor forte da nossa economia que se encontra precarizado, e vou falar a respeito, inclusive respondendo o Senador Lasier, do Rio Grande do Sul. Então, por favor, essa é uma afirmação que eu gostaria de repelir de forma veemente!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, Senador, o trabalho intermitente é um trabalho que já existe há dezenas de anos, em vários países do mundo. Eu sempre coloco como uma figura... Primeiro, não tenho a pretensão de tentar convencê-lo, por favor; apenas de explicar o nosso ponto de vista. V. Ex^a certamente tem o seu juízo de valor, e o fará oportunamente por ocasião da votação. Mas eu sempre faço uma comparação de que todos nós, em algum momento da nossa vida, assistimos a algum filme, até na sessão da tarde, sobre aqueles jovens americanos ou europeus que estão nas suas férias de verão e trabalham numa lanchonete, trabalham em um ambiente que, na verdade, complementa a renda para que possam ter uma atividade diferenciada. Há estimativas, inclusive, de que mais de 50% da população adulta americana, em algum tempo, trabalhou, por algum período, num trabalho intermitente. Então, eu acho que essa é a figura de imagem que eu gostaria de resgatar nesse processo.

O trabalho intermitente é uma realidade e não pode ser confundido com o trabalho por tempo indeterminado da CLT ou o trabalho do servidor público. Você não vai contratar um servidor intermitente para, por exemplo, estar numa linha de produção de uma empresa, até porque ele precisa ter a especialização adequada para estar naquele local e ter a produtividade que a empresa espera dele. Você não vai contratar um trabalhador intermitente...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ... para fazer, por exemplo, um trabalho na área de recursos humanos, ou na área de contabilidade, enfim, há milhares de situações distintas.

Mas hoje, por exemplo, Senador, quando você contrata um aplicativo de *software* na indústria da informática, via de regra, você pede para o cidadão desenvolver um determinado produto em um determinado tempo e com determinadas condições. Eu falei há pouco da Abrasel, e esse é um setor em que nós todos podemos fazer essa referência. Se você for, por exemplo, a qualquer restaurante de Brasília – para a gente não ir para uma outra cidade do nosso País –, vai verificar que há um período em que há uma intensidade maior de necessidade de mão de obra que é a sexta, o sábado ou até o domingo, em que há um fluxo maior de público. Esses estabelecimentos não contratam por tempo indeterminado, por exemplo, 30 trabalhadores, que é a necessidade que têm no final de semana. Eles contratam dez, porque essa intensidade de mão de obra só acontece num determinado período da semana. Então, normalmente, esses trabalhadores são contratados de forma precarizada, eles recebem por fora e, via de regra, sua remuneração é, em média, duas vezes maior do que a de um trabalhador normal. Se você contrata, por exemplo, alguém para fazer uma faxina na sua casa uma vez por semana, você vai pagar algo entre R\$150 e R\$200 por uma diária – pelo menos é essa a média aqui em Brasília. Se você for contratar essa pessoa por 30 dias, você vai pagar a ela R\$2 mil. Multiplique os R\$150 por 30 e você vai verificar que o valor isolado é bem maior.

Então, quando nós enfrentamos a situação que existe de fato, quando damos uma normatização a uma situação que existe e é precarizada, nós estamos justamente tentando trazer para a égide da CLT esse trabalhador.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Note: há uma preocupação dos Srs. Senadores, que é justa, que é a seguinte. O trabalhador não sabe, ao final do mês, quanto vai perceber, mas ele pode ter 20 patrões, 10 patrões, 15 patrões. Cabe a ele, de forma discricionária, aceitar esta ou aquela proposta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de trabalho durante o dia ou durante a semana ou durante a jornada. Ele não é obrigado, ele não está à disposição de forma compulsória. É necessário haver um contrato de trabalho entre ele e o empregador, e a modificação é que ele passa a ser intermitente em vez de ser indeterminado: é dado a ele um período, após doze meses, em que ele não pode ser chamado; ele recebe, ao final do período trabalhado, décimo terceiro proporcional, férias proporcionais com um terço; se for o caso, horas extraordinárias; e, ao final do mês, aquele empregador se obriga a depositar na conta daquele trabalhador a proporcionalidade do fundo de garantia e da previdência. O Senador Ferraço, inclusive, está propondo que haja um limite mínimo para verificar justamente esse percentual de 25 anos de contribuição – dentro do limite que é estabelecido, inclusive, pela Previdência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Permita-me uma única intervenção.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Vamos supor o garçom: ele assina um contrato para prestar trabalho num fim de semana, sexta, sábado e domingo. Ele trabalha sexta e sábado e, no domingo, ele recebe uma proposta melhor, mas ele não pode ir porque ele vai pagar uma multa de 50%.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então ele não tem essa liberdade.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, a liberdade foi dada na opção de ele aceitar ou não o trabalho.

O senhor se coloque do outro lado também. O senhor imagine que eu sou o empregador e vou fazer um bufê. Aí, ofereço a três ou quatro pessoas a possibilidade de serem contratadas. O senhor se compromete comigo sexta, sábado e domingo. Aí, no domingo, o senhor diz que achou um trabalho mais interessante e vai me deixar na mão. Então, a situação, evidentemente, tem duas vias, tanto é que nós colocamos, na questão da indenização, que ela é recíproca, vale para um lado e vale para o outro.

Bem, eu acredito, Senador... Eu não tenho aqui a pretensão de tentar convencer V. Ex^a, mas o que nos inspira, na verdade, é atacar o que está precarizado. A alternativa que nós temos hoje...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Seria muito mais lógico que o dono do restaurante fizesse um contrato com ele, até por um salário mínimo – vamos supor –, para ter a garantia... Do jeito que está, não: ele fica ao sabor das disponibilidades. Se, por exemplo, há uma greve, o patrão telefona e diz: "Olha, há uma greve. Você não venha porque não tem trabalho."

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mas, se ele fizer o contrário, ele se obriga a pagar 50% do que ele estabeleceu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Mesmo que haja greve?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mesmo que haja greve. Está lá expresso, parece, no art. 4º ou 3º do projeto de lei.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com todo o respeito, eu acho que precariza muito o trabalho desse...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – A alternativa, Senador, é o que existe hoje, é a precarização completa. Nós estamos minimamente tentando normatizar, mas, de qualquer forma, como eu disse, no início da minha palavra, eu não tenho a pretensão de convencer V. Ex^a. V. Ex^a fique à vontade, inclusive para fazer as...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim, obrigado.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ... modificações e as propostas que V. Ex^a está fazendo, que, não tenho dúvida nenhuma, vão ser sempre num bom sentido.

Bom, Senadora Regina, antes de V. Ex^a, Senador Lindbergh. Calma!

A Senadora Regina faz aqui algumas considerações. Eu não vou entrar no mérito, até porque já foi respondido, é apenas uma situação sobre leis seculares, países que têm leis seculares. Senadora, é importante colocar que os países que têm leis seculares a que V. Ex^a se refere normalmente não têm essa regulamentação que nós temos no mercado trabalho; há mercados absolutamente flexíveis, e aqueles que tinham fizeram as suas reformas, que é o caso da Alemanha, que é o caso da Espanha.

Por exemplo, se pegar a Inglaterra, há uma lei realmente de 800 anos, que é a Lei do João Sem Terra, que é a primeira Constituição inglesa, que tem um Direito diferente do nosso Direito romano tradicional, e aqui os senhores que trabalham no Direito sabem mais do que eu. Mas é um país liberal, absolutamente desregulamentado, em que o acordo entre as partes é muito mais importante do que a norma. Então, nós temos realmente uma mudança extraordinária em termos de concepção.

E, rapidamente, sobre a questão do trabalho de lactantes e gestante, antes de passar para o Senador Lindbergh, é o último ponto. Quando nós apresentamos o projeto – e eu queria até aproveitar este momento para falar a respeito, mais uma vez –, nós o fizemos justamente com a perspectiva de evitar a discriminação contra a mulher no mercado trabalho. Por quê? Porque imaginem um ambiente como um hospital. O hospital é 100% insalubre, da recepção à sala de radiologia – 100% insalubre! E a lei, do jeito em que se encontra, diz que a lactante ou a gestante não pode trabalhar em ambiente insalubre ponto.

Nós fizemos uma gradação e apresentamos, inclusive, houve uma discussão na Câmara muito intensa, a respeito do tema, com a Bancada Feminina, representada por 42 Deputadas. E esse texto é da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, com um documento assinado subscrevendo. Por quê? Porque vamos fazer um cálculo simples: vocês imaginem que uma médica com 25 ou 26 anos de idade, de repente, está em um hospital e se encontra grávida. Ela está casada, tem um companheiro, e se encontra grávida, com dois meses de gravidez. Ela anuncia que está grávida e se afasta do ambiente de trabalho por sete meses. Após os sete meses, já que ela está gestante, não pode trabalhar em ambiente insalubre, em nenhum lugar do hospital, porque ele é 100%. Em seguida, ela poderá pedir a licença gestante e em seguida vai precisar amamentar o seu filho pelo menos por um ano. Então, imaginem dois anos fora do mercado de trabalho. O que está acontecendo? Típico do excesso de medicamento que prejudica o paciente: as mulheres estão sendo discriminadas no mercado trabalho, esse tem sido o efeito colateral, dito por donos de hospitais que não estão mais contratando.

Então, foi essa motivação. Não há dificuldade. É claro que alguém vai ter que parar para passar dois anos sem trabalhar, e o empregador vai se sentir pouco à vontade de contratar aquele profissional, esse é um fato. Então, foi isso que nos inspirou; não foi querer colocar mulher em ambiente insalubre, até porque nós colocamos que, para trabalhar, precisaria de um laudo médico, e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

teria que ser médio ou mínimo o grau de insalubridade. E m médio de confiança da pessoa; não é do padrão – está escrito na lei.

Bom, Senador Lindbergh, primeiro quero agradecer V. Ex^a, porque pacientemente me aguardou.

Eu, quando falei aqui, e nós tivemos aquele debate um pouco mais áspero do que deveríamos ter tido, eu disse, na oportunidade, que V. Ex^a, até no afã de falar o que queria falar, não deixou que eu concluísse o raciocínio que fiz há pouco. V. Ex^a não havia chegado ainda. Perdoando a sua ausência, o que eu disse? Eu disse que as mudanças que existem num país, todas elas acontecem em momentos de ruptura – democrática, econômica, social. E me referi aqui à questão social, econômica, porque o Brasil passa pela pior recessão na nossa história da República. Em 116 anos não há referência de um período econômico tão grave. E esse é o momento – e eu reafirmo – importante para se fazer modificações que são necessárias.

Sem adjetivar ninguém, V. Ex^a faz um discurso – aliás, no final dele, eu concordo – contra as corporações, mas eu quero lembrar que V. Ex^a foi governo durante 13 anos. Quem não taxou as fortunas durante 13 anos, quem não fez os projetos de lei importantes que V. Ex^a hoje defende, certamente, agora, mesmo que tardiamente, vai contar com o meu apoio. Eu tenho dito, Senador Lindbergh, e tenho defendido onde estou – e, aliás, votei em vários projetos de lei oriundos do governo da Presidente Dilma que iam nessa direção e votei contra o que ia a favor do corporativismo, de aumentos salariais exacerbados – que o Brasil hoje é presa de corporações, várias corporações. E quem fala pelos 90 milhões de trabalhadores brasileiros são poucos. E é uma responsabilidade coletiva do Parlamento.

Acho que sim, que se tem que taxar as grandes fortunas; acho que sim, tem que se fazer um trabalho para se retirar uma série de sinecuras que existem aí, dentro ou fora da lei. Concordo integralmente. Agora, é importante lembrar que o Partido dos Trabalhadores de V. Ex^a passou 13 anos no poder.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte, porque V. Ex^a está falando do Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a sabe que há várias iniciativas aqui – juros sobre capital próprio. A Relatora foi a Senadora Gleisi. Não conseguimos aprovar aqui essa medida tributária extremamente importante, porque hoje juros sobre capital próprio é uma jabuticaba que existe aqui que só beneficia os grandes bancos – foi uma proposta da Dilma que este Congresso não aprovou, como a questão da CPMF também. Na discussão da CPMF, tiraram naquele período do governo do Presidente Lula. Então, não é bem assim.

O que eu acho, Deputado Rogério Marinho, já que o senhor concorda contra isso, tem o limite do teto, porque hoje de fato tem juiz, procurador ganhando R\$100 mil. A gente conseguiu aprovar aqui o teto. Está lá na Câmara. Por que não suspender essa reforma trabalhista enquanto não votar isso? Mas não vota! Só vota em cima do pobre, só vota em cima do trabalhador. Esse é o problema. Nesta Casa aqui, os *lobbies* empresariais tomaram conta.

V. Ex^a foi Relator lá. Tem uma matéria do *The Intercept* que V. Ex^a devia responder, porque ele – o jornalista dos mais premiados do mundo, o Glenn Greenwald, que cobriu o Snowden, foi quem descobriu, não é qualquer pessoa – foi atrás das emendas apresentadas nesse projeto de reforma trabalhista do senhor e verificou que, dos computadores das entidades patronais, saíram um terço das emendas apresentadas. Foram feitas em federações empresariais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o problema é este: é que os senhores correm, são apressados, ligeiros quando é para tirar do trabalhador. Mexer em corporações, interesses de grandes empresários, o senhor sabe que não, tanto é que esse Governo do Temer, para aprovar essa reforma trabalhista e previdenciária – veja bem, da previdência – está discutindo uma anistia de R\$10 bilhões dos ruralistas à previdência, ao Funrural, no mesmo momento em que aperta o trabalhador, e um Refis de 25 bi para todo mundo, para bancos, para grandes empresas.

Então, infelizmente, Deputado Rogério Marinho, só avança, e os senhores botam para votar, quando é contra o povo trabalhador.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bom, para concluir, Sr. Presidente, é importante colocar, Senador Lindbergh, primeiro responder a provocação bem feita que V. Exª faz e aproveitar aqui o momento, em relação à entrevista do Snowden. Os trabalhadores, os empresários, as corporações, todas elas aqui andam pelos corredores do Senado, e procuram seus representantes para apresentarem emendas. Aliás, tinha 30 ou 40 emendas oriundas de Ministério Público do Trabalho, também de outras instituições. Agora, o problema essencial e principal é que muita gente fez um trabalho de negativa, não quis participar do processo. Os Deputados do PT, do PCdoB, via de regra, fizeram emendas supressivas.

É bom lembrar, Senador, que, nesses 13 anos, estamos aqui comemorando R\$200 bilhões de desoneração. Quem fez isso não foi um fantasma, não, foi o governo do PT. Duzentos bilhões de reais certamente poderiam equacionar o problema da previdência, e não esse discurso de esquerda: "Vamos cobrar a dívida de quem deve." Dívida de quem deve? Dos dez primeiros maiores devedores são seis empresas falidas; o resto está no Judiciário, está sendo cobrado desde o governo de V. Exª. Eu não estou aqui afirmando que o governo de V. Exª não foi precavido em fazer a cobrança. Foi. Agora, ninguém vai conseguir cobrar em tempo hábil. Agora, nós temos R\$200 bilhões em desoneração para os grandes empresários, e nunca na história deste País banco ganhou tanto dinheiro como na época do governo de V. Exª. Esse é o fato.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que o senhor deve ter votado...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...a favor dessas desonerações com certeza.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – V. Exª pegue o meu histórico de votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, agradeço aos nossos convidados, trouxeram informações importantes, ajudaram a esclarecer dúvidas que ainda remanescem aqui, na Comissão de Justiça.

E vou encerrar a presente sessão, convocando outra para daqui a 20 minutos.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Hélio José, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, Acir Gurgacz e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, Jorge Viana, Paulo Bauer, Antonio Anastasia, José Serra, Benedito de Lira, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Usam da palavra os Senhores: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Edson Carneiro Índio, Secretário-Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Arthur Bueno de Camargo, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; e Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT). Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 23/2017, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares e Antonio Anastasia. Finalidade: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho – Reforma Trabalhista”. Participantes: Sr. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO, Presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB; Sr. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Sr. ANTÔNIO GALVÃO PERES, Doutor em Direito do Trabalho pela USP; Sr. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Sr. ULISSES BORGES DE RESENDE (representante de: CARLOS SIQUEIRA, Presidente do Partido socialista Brasileiro - PSB); e Sr. MARLOS AUGUSTO MELEK, Juiz do Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 30ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de maio de 1943.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania.

São convidados da Comissão de Constituição e Justiça os Srs. Adilson Gonçalves de Araújo, Ângelo Fabiano Farias da Costa, Antonio Galvão Peres, Carlos Siqueira, Guilherme Guimarães Feliciano e Marlos Augusto Melek, que convido para participar da Mesa. *(Pausa.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Lobão, enquanto os convidados se acomodam, eu gostaria de encaminhar a V. Exª uma questão de ordem, porque o Senador Paim já falou na abertura da reunião anterior da possibilidade de algumas centrais sindicais usarem da palavra. Nós temos aqui a Intersindical, que está entre nós, a UGT, a CGTB, enfim, acho que se V. Exª pudesse abrir um pedacinho, nós todos nos comprometeríamos em falar estritamente os cinco minutos. Podemos até economizar. Se V. Exª puder garantir, assim, os cinco minutos para cada um que seja, seria muito importante também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, o Regimento não prevê uma situação dessa natureza. Já na parte da manhã tratamos dessa questão. O que não nos impede de, ao final, se houver ainda tempo, consultarmos o Plenário da Comissão e, com a sua autorização, fazermos essa exceção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Presidente Lobão tem sido uma pessoa muito sensível aos reclamos populares.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, V. Exª.

Eu quero pedir a atenção dos Srs. Senadores, da Senadora Vanessa, do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Paim. Ferraço, eu já falei pela manhã e vou repetir agora: nós, dentro de uma hora, duas horas, poderemos ter que interromper esta reunião para atender às determinações regimentais com a sessão que poderá haver do plenário do Senado em caráter deliberativo. Enquanto isso, devo ler, para o conhecimento dos Srs. Senadores – que já sabem, é apenas para reavivar a memória de todos –, que o §2º do art. 94 estabelece: "Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpellar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos". Eu quero, portanto, pedir aos Srs. Senadores que fiquem limitados aos três minutos que estabelece o Regimento – cinco minutos nós concedemos pela manhã, e já é uma exceção –, sem o que não chegaremos ao final do nosso tempo regimental para que todos possam ter a possibilidade de falar e responder às indagações dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra, portanto, por três minutos, ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra). *(Pausa.)*

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Três minutos ou dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dez minutos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Uma boa tarde a todos. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Três minutos na interpelação e nas respostas.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Lobão, agradeço imensamente, em nome da magistratura do Trabalho, o convite que foi feito à Anamatra. Cumprimento todos os companheiros da Mesa, cumprimento os Senadores presentes, a audiência.

Como o meu tempo é bem restrito, eu, desde logo, apresento a V. Ex^{as} e aos que aqui estão o teor de nota técnica que recentemente produzimos, juntamente com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, com o Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho e com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas: um estudo que foi realizado com a estrita finalidade de demonstrar as inconstitucionalidades deste PLC.

Como estamos na Comissão de Constituição e Justiça, o mais relevante é exatamente discutir isto – haveria mais a se discutir –: qual é a oportunidade legislativa de se discutir isto neste momento, diante das preocupações que assomam o País? No entanto, me atendo à finalidade desta Comissão, eu vou tentar apontar o que para mim são evidências insuperáveis de inconstitucionalidades formais e materiais que viciam este projeto. De modo que, independentemente da visão de mundo que se tenha, independentemente das cores ideológicas que se queira tomar para si, o fato é que, a meu ver, o Parlamento não pode permitir que o texto seja aprovado com tais vícios.

Começo pela alma do projeto. Na verdade, o objetivo original, quando o Poder Executivo encaminhou este projeto ainda à Câmara dos Deputados, era basicamente trazer de volta discussão do legislado e do negociado ou da prevalência do negociado sobre o legislado, ainda que para piorar a condição social.

Isso está ainda no PLC, embora tenha havido um crescimento, que eu diria, inédito do texto. Tínhamos pouco menos do que 20 laudas, chegamos a quase 200 laudas após o voto do Deputado Marinho, mas o fato é que neste espírito primeiro do projeto, que continua no pretendido art. 611, "a", e, depois, no 611, "b", nós temos uma série de possibilidades de flexibilização do Direito do Trabalho, ou seja, hipóteses em que a negociação poderá fazer com que a condição do trabalhador, abrangido por aquele acordo coletivo, por aquela convenção coletiva do trabalho, seja piorada em relação à lei.

Do ponto de vista da Constituição isso é possível? Isso é possível em restritas hipóteses.

Diz o art. 7º que "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a sua melhoria de condição social". Ou seja, eu tenho um vetor claro, no *caput*, na cabeça do art. 7º, que é o que os juristas chamam de princípio da norma mais favorável ou hierarquia dinâmica das fontes formais do Direito do Trabalho. Sempre haverá a opção por aquela fonte formal, que melhorará a condição social do trabalhador, independentemente da sua hierarquia estática no ordenamento.

Abriu-se exceção a isso em três incisos e, na verdade, em basicamente dois temas. Um tema reciprocamente relacionado, que é jornada e salário. Então, eu posso ter eventualmente até mesmo redução de salário com correspondente redução de jornada, mediante negociação coletiva e com compensações, porque não é uma renúncia, é uma negociação. Então, jornada e salário. Isso está lá nos incisos VI e XIII do art. 7º. E ainda nos chamados turnos ininterruptos de revezamento, inciso XIV. Apenas, três hipóteses constitucionais, portanto.

Se os senhores examinarem o que está no projeto, no art. 611, "a", vão perceber que as possibilidades de flexibilização para pior são muito mais extensas do que isso: teletrabalho, remuneração por produtividade, modalidades de registros de jornada, troca do dia de feriado,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

enquadramento de grau de insalubridade – que é algo que, a rigor, exigiria um laudo técnico de um engenheiro do trabalho, especialista em saúde e segurança do trabalho, neste caso, segurança do trabalho, paralelamente um médico para as questões de saúde do trabalho. Esses profissionais é que dirão qual é o grau de insalubridade. Pelo que está no texto, isso poderá ser feito por negociação coletiva, sem sequer a intervenção do técnico –, prêmios de incentivo – e por aí vai –, planos de cargos, salários e funções, bem como identificação dos cargos que se enquadram em funções de confiança.

Eu posso ter um determinado banco que celebrará um acordo coletivo de trabalho, dizendo que, a rigor, todos os caixas ocupam função de confiança. Isso significará que, a rigor, nenhum deles tem a sua jornada limitada, nenhum deles tem direito a horas extras. De uma categoria que tem direito a seis horas como limite de jornada, passamos a ter uma categoria que, diante daquele acordo coletivo, simplesmente não tem limite, porque basicamente todos os caixas são ali identificados como exercentes de função de confiança.

Nada disso, nos termos da Constituição, poderia ser objeto de negociação para pior. Volto a repetir as hipóteses constitucionais: jornada, salário e turnos ininterruptos de revezamento.

Lição dos hermeneutas clássicos, entre nós, desde Carlos Maximiliano: previsões restritivas de direitos interpretam-se estritamente de tal maneira que o projeto não poderia ir até onde foi. Temos aqui uma inconstitucionalidade, eu diria, formal, porque se estende para assuntos que não estão autorizados na Constituição.

E se vai mais além – eu faço questão de dizer isto: o art. 611-B dirá o que não poderia ser objeto de negociação, mas ele termina dizendo o seguinte, no parágrafo único – vejam os senhores: "Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo."

Eu preciso contar uma breve história, que é a história do Direito do Trabalho, que tem, para esse efeito, mais de 200 anos. Os livros de Direito, os manuais de doutrina apontam, como a primeira lei trabalhista, o chamado Peel's Act, quando era Primeiro-Ministro britânico o Lorde Peel, que tratava basicamente de aprendizes de trabalhadores menores que eram expostos a jornadas de 15,16, 17 horas em fábricas têxteis de algodão, em porões, sem nenhuma ventilação e que, portanto, adoeciam endemicamente, especialmente na região de Manchester. Até pelas perdas que os produtores tinham em função de tanto absenteísmo, veio a necessidade de uma lei: a primeira lei trabalhista, segundo os livros, durante o governo de Lorde Peel. Essa lei tinha por nome Health and Morals of Apprentices Act – health: saúde. Dizia basicamente respeito à limitação da idade, à limitação de jornada à altura, 12 horas, e à abertura de janelas para ventilação. A primeira lei trabalhista, cuja denominação começava com a expressão "saúde", dizia respeito à jornada.

Esse projeto vem dizer que moderniza, e o que ele faz é basicamente retroceder 200 anos para dizer que questões de saúde não estão relacionadas à jornada de trabalho. Isso não é modernização. Somos levados a crer que estamos olhando o para-brisas; estamos olhando o retrovisor. Era assim há 200 anos.

Esse é um ponto. Vou explorar, no tempo que me resta, outros.

A Constituição diz dessa possibilidade de flexibilização de jornada, mediante negociação coletiva...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... interveniência de sindicatos. O projeto, como está, dirá o seguinte: primeiro, banco de horas, independentemente da compensação, portanto no limite da semana. Banco de horas pode ser acordado por acordo individual; basta a assinatura do trabalhador. Eu não preciso do sindicato para dispor sobre jornada de modo pior do que está na lei, se o assunto for banco de horas.

Mais ainda: jornada 12 por 36. Hoje, a Súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho admite a jornada 12 por 36 mediante negociação coletiva, porque é o que diz a Constituição. O projeto virá a dizer o seguinte: basta um acordo individual; basta que o trabalhador assine, e ele poderá se sujeitar a uma jornada de 12 horas, embora a Constituição diga que o limite é de 8, e a CLT diga que, mesmo com a prorrogação, não pode ultrapassar 10. E eu não preciso de negociação coletiva; basta que o trabalhador assine, a qualquer momento do o contrato de trabalho.

Mais ainda, o projeto cria a figura do hipersuficiente econômico. O hipersuficiente econômico seria aquele trabalhador que recebe mais do que duas vezes o teto do benefício do Regime Geral da Previdência Social – hoje seriam mais ou menos R\$11,5 mil. Há muitos trabalhadores que recebem algo em torno disso ou um pouco mais do que isso. Pelo texto do projeto, todos eles podem negociar quaisquer dos temas do art. 611-A, tudo aquilo que eu mencionei – regulamento, jornada, grau de insalubridade, função de confiança – independentemente da interveniência do sindicato, independentemente da intervenção do sindicato. A Constituição diz que só é possível flexibilizar aqueles três temas mediante negociação coletiva; o projeto diz que basta o acordo individual, a assinatura do trabalhador, que ele pode negociar qualquer tema apenas com a sua presença, individualmente, sem a interveniência do sindicato, qualquer tema do art. 611-A, apenas bastando que ele receba mais do que R\$11,5 mil por mês, absolutamente inconstitucional, literalmente inconstitucional.

Prossigo ainda dentro do tempo que, espero, me reste.

Há uma outra previsão no projeto que diz o seguinte: indenização por danos extrapatrimoniais, danos morais, basicamente, serão tarifadas na Justiça do Trabalho, de tal maneira que em nenhum caso poderá, quanto aos danos extrapatrimoniais, haver uma condenação superior a 50 vezes o salário contratual do trabalhador. Aqui tenho vários vícios constitucionais – aqui já há inconstitucionalidades materiais. O próprio Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 240.450, do Rio de Janeiro, já havia dito, sobre a extinta Lei de Imprensa, que tarifação de indenização por danos morais é inconstitucional. É isso o que o projeto faz. Pior: faz só para uma categoria, a de juízes. Em toda a magistratura nacional, somente os juízes do trabalho sofrerão limites na sua independência técnica para fixar os danos morais.

Aí os senhores podem imaginar o seguinte: imaginem que em uma empresa estejam um visitante qualquer, um operário da linha de produção e o supervisor. Imaginem que o operário da linha de produção receba R\$1.200,00, imaginem que o supervisor receba R\$20 mil, imaginem que os três entrem em um elevador e que, por uma imprudência qualquer da empresa, esse elevador sofra um defeito qualquer em sua ascensão, caia, e os três morram. Os senhores terão a seguinte situação: o cidadão que é mero visitante, pelos danos que sofreu, poderá pedir indenização a essa empresa, para um juiz de direito, um juiz estadual, sem qualquer limite; o juiz, dentro da sua independência técnica,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dirá o que bem compensa aquele dano moral em termos pecuniários. Já o supervisor, porque ganha R\$20 mil, poderá pedir, no máximo, uma indenização de R\$ 1 milhão, 50 vezes o seu salário contratual; e, finalmente, o operário da linha poderá pedir, no máximo, R\$60 mil. Tetraplegia para os três: um pede indenização sem limites; um terá no máximo R\$1 milhão; o outro, porque recebe um salário menor, 60 mil.

Isso, além de ser injusto, é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço ao Dr. Guilherme que conclua.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Concluo, Senador, agradecendo.

Vejam, portanto, que aqui eu tenho uma agressão ao princípio da isonomia, além de ter uma séria agressão ao princípio do livre convencimento motivado do juiz, e isso o Supremo Tribunal Federal já reconheceu. Esse tema exigiria horas e horas de debate. Eu tenho dez minutos. Aponte aqui o que me parecia mais ingente. Há várias outras inconstitucionalidades. É preciso tempo para reconhecê-las e para retirá-las do texto. Sem isso, com açodamento, o que nós teremos fatalmente é um texto inconstitucional nas mãos dos advogados, juízes e procuradores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Guilherme, mas S. Exª teve mais do que dez minutos.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bastante mais. E ainda haverá a fase dos questionamentos.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Agradeço a sua condescendência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Adilson Gonçalves, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Dez minutos.

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero aqui saudar o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ, e, na pessoa dele, saudar os demais companheiros da Mesa.

Senador Paim, Senadora Vanessa, Srs. e Srªs Senadores e Senadoras, representantes do movimento sindical, eu confesso que, ao assistir à palestra do nosso representante da Anamatra, fiquei com a sensação de que eu estava assistindo a uma corrida de Fórmula 1. E é muito difícil, para quem está ouvindo uma reunião como esta, que trata de um tema extremamente relevante, ter que ver que coisas que dizem da importância da vida do povo a gente tenha de discutir de forma muito acelerada.

Parece-me que o retrato do Brasil de hoje exigiria uma postura diferenciada da nossa parte. Eu não tenho dúvida de que essa matéria há de exigir um diálogo com a sociedade. Eu acho que, em nome...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Dr. Adilson, permita-me só uma ligeira intervenção.

Não estamos fazendo esta audiência pública da maneira acelerada como V. Sª se refere, e explico. Sobre essa questão, já houve inúmeras audiências públicas em outras comissões, dezenas de audiências públicas. Por que não se faz aqui audiência pública, permitindo a V. Sª que fale por meia hora, por uma hora? Porque o número de convidados dos Srs. Senadores é muito grande.

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – Certo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, não passe, por favor, a impressão ao povo brasileiro, através da televisão, de que está havendo um cerceamento do direito de debater a matéria. Essa matéria está ultra, superdebatida.

(Soa a campanha.)

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – Sr. Senador, eu o respeito e tenho uma opinião divergente. Considero que a sociedade ainda não está esclarecida e falo isso muito a contento, porque também sou parte da construção dessa sociedade brasileira. Eu não tenho vergonha de dizer isso e luto para que o Brasil seja capaz de ser uma nação soberana, mais humana e menos desigual.

Nós estamos a comemorar, no próximo 30 de julho, cem anos da primeira grande greve, um grande acontecimento político. E me parece que a luz da coloração das páginas policiais, o compromisso da sociedade brasileira, sobretudo neste momento de crise, de profunda instabilidade política, deveria ser repensar de qual reforma o País necessita para sair da crise. A mim parece que essa reforma contribui por demais para o aprofundamento das desigualdades sociais.

O Brasil padece de uma crise profunda. O retrato do Brasil de hoje é o da criminalização da política, da criminalização dos movimentos sociais. Ainda há pouco me senti constrangido, pela dificuldade para ter acesso a esta Casa. Levantei às 4 horas da manhã, com meu filho doente, vim aqui, para discutir uma coisa que é pertinente, que diz respeito à vida do nosso povo, sobretudo ao trabalhador que padece de incongruências, de dificuldades, porque a relação de trabalho, no Brasil, ainda é bastante amarga.

Nós levamos muito tempo para ter o direito à Consolidação das Leis do Trabalho, nós levamos muito tempo para ter uma Constituição cidadã, e nós estamos vendo tudo isso fugir pelo ralo, porque a opção primeira do Governo é achar que o ônus da crise será depositado sobre os ombros da classe trabalhadora. Isso é um equívoco!

O Brasil de hoje é um Brasil que, infelizmente, acumula, apenas 2015, 2016, mais de 7% de retração econômica. O Brasil perdeu o rumo da economia. A indústria está falida.

Eu pergunto: é nos traços e nos marcos da desregulamentação do trabalho que nós vamos resolver o problema do déficit da previdência? Será mesmo que o Governo está preocupado com as gerações futuras, quando congela os investimentos por mais de 20 anos? Eu penso que não.

Nós temos responsabilidade, sim. Essa mudança é desregrada, diferente até da posição primeira do Governo, quando propõe discutir sete pontos e exagera na dose. Dizer que precisa modernizar a CLT... A CLT já teve mais de 500 pontos de alterações! Nós não vamos criar um ambiente saudável para esse povo que adocece, que reclama na Justiça, muito por motivação de que não tem sequer suas verbas rescisórias atendidas.

A proposta indica o fim da CLT e, por tabela, o fim dos sindicatos. Os sindicatos não são movimentos anárquicos. Os sindicatos têm participação importante na construção desta Nação brasileira. Eles a viram se empoderar, viram o Brasil crescer, chegarmos ao patamar chinês... Erramos na rota da economia, mas me parece que, de forma muito apropriada, nós precisamos corrigir os erros da Nação brasileira. Ou nós vamos transformar a Nação num caso de polícia, servir de chacota para a grande mídia internacional? A quem interessa o Brasil chegar aonde chegou?

É a primeira vez que um Presidente denunciado por corrupção. É esse o retrato dos veículos que circularam hoje, da mídia brasileira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É elementar que a gente possa advogar, fazer a defesa daquilo que nós conquistamos, no patamar da instabilidade política de uma população; em média – dados das últimas pesquisas – 47% da população brasileira estão se sentindo envergonhados, Paim, de ser brasileiro, muito decorrente dessa coisa surreal. Nós não vamos resolver o problema do País acabando com a Previdência Social, que presta assistência a famílias de mais de quatro mil Municípios nesse País. Nós não vamos resolver o problema da economia transformando a formalização do trabalho em subcontratação, até porque os retratos do próprio Governo revelam que, dos trabalhos apurados em regime de trabalho análogos à escravidão, 95% é subcontratação. Nós não podemos admitir que seja razoável acreditar que o caminho para resolver os problemas da sociedade brasileira seja querer depositar a conta sobre as costas do trabalhador.

Eu registro, dizendo, portanto, que nós precisamos, sim, fazer esse debate, aprofundar mais, dialogar melhor. Eu acho até que cumpre papel importante – e é verdade, nós tivemos no Senado o espaço para fazer as audiências; gostaríamos de fazer mais. Achamos até que esse é o papel, porque ao Senado cumpre a missão de legislar. Seria bom que a gente pudesse ter uma compreensão diferente da que teve a Câmara dos Deputados e aqui investigar mais e melhor. Nós não queremos fugir do debate da reforma, não. O movimento sindical tem, sim, contribuição a dar. Nós achamos que é preciso, sim, fazer alguns ajustes, mas nós não achamos que o melhor caminho seja inventar a roda. Eu acho que há um esforço exacerbado no sentido de dizer: “Vamos precarizar, vamos flexibilizar, que nós vamos reencontrar o problema para resolver o problema da economia”. Não é verdade. Isso é surreal. É lamentável que o Governo esteja pensando assim.

Nós achamos que há uma outra forma de discutir isso. Há 14 milhões de brasileiros desempregados, 25% da mão de obra juvenil desempregada.

(Soa a campanha.)

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – É o fim do concurso público. É o fim da perspectiva e da expectativa por uma vida melhor, por um sonho digno. E, infelizmente, a gente faz a opção de fazer dos direitos trabalhistas uma oferta de um produto, como se faz nas Casas Bahia. Nós não podemos aceitar de bom grado que os direitos da classe trabalhadora sejam liquidados. Não pode, sob hipótese alguma! A gente não pode vivenciar isso e achar que está tudo normal. Nós estamos diante de uma anormalidade.

O tempo do Brasil há de exigir paciência, há de exigir a participação social, há de ter o envolvimento dos Parlamentares. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Deputadas, nós precisamos construir um pacto para salvar esta Nação ou o Brasil vai para o fundo do poço. E não vai ser sepultando os direitos da classe trabalhadora e a Previdência que nós vamos solucionar esses problemas.

Eu pediria paciência. Seria de bom grado que a gente pudesse sustar esse processo. A gente sabe da insistência do Presidente. O Planalto tem funcionado e tem orientado no sentido de sacramentar essa matéria. Para que tanta pressa? A sustentação do Governo Temer não depende da reforma trabalhista e da reforma da Previdência. Depende de a gente encontrar um caminho para resolver esse problema. Nós precisamos salvar este Brasil ou a gente vai apostar na derrota?

Acho que isso é equivocado e, dessa maneira, penso que cumpre, sim, um papel fundamental a continuidade deste debate. Nós não podemos nos esgarçar; acho que temos, sim, que radicalizar no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

debate, porque o debate é importante. O debate diz respeito ao interesse da sociedade, que clama pela retomada da economia, que reclama da falta de emprego, que reclama da falta de renda, que vive sufocada por uma política exacerbada de juros altos, que se sente sufocada.

Nós não podemos permitir o colapso político. E penso que, dessa forma, advogar a defesa de uma matéria restritiva, regressiva, que visa flexibilizar e precarizar as relações de trabalho é conduzir o Brasil para o tempo da escravidão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Ângelo Fabiano Farias.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Boa tarde, senhoras e senhores. Quero agradecer e saudar o nobre Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores aqui presentes e os companheiros colegas convidados da Mesa.

Como o Presidente da Anamatra, Dr. Guilherme Guimarães, já ressaltou, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, junto com a Anamatra, o Sinait e a Abrat, entregou ao Senador Paim, a outros Senadores e vai entregar a todos os Senadores da CCJ uma nota técnica – fizemos a entrega agora em mão ao Senador Edison Lobão – tratando apenas de aspectos de inconstitucionalidade e de antijuridicidade da reforma trabalhista.

Na nossa visão, na visão dos procuradores do trabalho do Brasil inteiro, nós temos a plena convicção e o pleno entendimento de que essa reforma é frontalmente inconstitucional. Ela traz diversos dispositivos que, além de retirar direitos trabalhistas previstos no Texto constitucional... E sabemos que a Constituição Federal, a Constituição que trouxe os direitos fundamentais a um patamar nunca antes visto, tanto que, até topograficamente, ela os traz primeiramente no Texto constitucional, deixando as questões de poder para um segundo momento. De modo que os Constituintes originários de 1988 trouxeram a ordem constitucional brasileira atual e vigente como uma sociedade de direitos em que houvesse uma implementação progressiva de direitos fundamentais e não, um retrocesso social como este que está se apresentando.

Então, nós temos a plena convicção de que, apesar de haver vozes que defendem que esse projeto não retira direitos, há um esvaziamento frontal de diversos direitos trabalhistas previstos no art. 7º. E eu trago exemplos aqui bem claros.

Não há nada mais inconstitucional do que permitir que gestantes e lactantes possam trabalhar em ambiente insalubre. Isso vai contra a proteção constitucional do direito à vida, contra os direitos do nascituro, contra a proteção no trabalho da mulher. É inconcebível que uma reforma tramitando aqui no Parlamento traga um dispositivo que permita que os nascituros, as mulheres grávidas possam se submeter a algum tipo de risco apenas tendo aquele atestado de um suposto médico de confiança. Para tentar demonstrar aqui aspectos grosseiros dessa reforma, eu trago exemplo do trabalho autônomo. Fala-se muito que um dos motivos, um dos fundamentos da reforma, é justamente criar empregos. Como os senhores sabem, trabalhador autônomo não tem emprego; se tiver muito, é trabalho. Ele não tem qualquer tipo de proteção constitucional daqueles direitos previstos no art. 7º. Ele trabalha por conta própria e assume os riscos do empreendimento.

A reforma é extremamente perversa e inconstitucional ao criar a figura do trabalhador autônomo exclusivo e prestando serviços em regime de continuidade. Continuidade e exclusividade – se isso não for relação de emprego... Claro que em algumas situações pode acontecer de não haver a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

relação de emprego, mas a exclusividade e a continuidade de um trabalhador autônomo prestando serviços a um único tomador de serviços, isso, por si só, já presume a relação de emprego. E ao presumir-se essa relação de emprego, como falso trabalhador autônomo, ele não tem direito a qualquer, ou à grande maioria, dos direitos trazidos no art. 7º. O trabalhador autônomo não tem carteira assinada, por isso ele não tem direito a férias, não tem direito a décimo terceiro, não tem direito a seguro-desemprego; ele não tem limite de jornada, não tem licença-paternidade ou licença-maternidade, não tem a garantia dos direitos mínimos previstos no art. 7º da Constituição. Então, não venham dizer que isso não retira direitos. Esvazia, sim. Nós, se for aprovado, nos debruçaremos no Ministério Público do Trabalho com diversas situações de fraude, do falso trabalhador autônomo. Isso obstaculiza o acesso do trabalhador à Justiça, porque ele vai ficar pensando que, após a aprovação da reforma, ele vai passar, sim, a ser autônomo e que, portanto, não tem nenhum daqueles direitos. Com isso, nós teremos de nos debruçar sobre cada um desses fatos para tentar respaldar e resguardar a proteção social desses trabalhadores, que estarão totalmente alheios a direitos do art. 7º.

Da mesma forma, a questão da pejetização. Aqui o texto traz a possibilidade, com a terceirização indiscriminada, de que qualquer trabalhador possa prestar serviços como pessoa jurídica individual, como falsa empresa. Podem acontecer casos de trabalhadores que montam empresas genuínas, sim, mas nós lidaremos diuturnamente com as falsas pessoas jurídicas, e ocorrerão, sim, situações em que diversas empresas do Brasil, mal-intencionadas, demitirão seus trabalhadores hoje, que são empregados, e farão com que eles abram empresas em seu nome para prestarem os mesmos serviços, com as mesmas condições e com a mesma formação dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego. E esse trabalhador, considerado uma falsa empresa, também não tem nenhum dos direitos previstos no art. 7º: não tem FGTS, não tem seguro-desemprego, não tem limitação de jornada, não tem repouso semanal remunerado. Portanto, há um esvaziamento patente – patente! – e fomentado dos direitos do art. 7º. Isso aqui, por si só, já demonstra a inconstitucionalidade deste projeto.

Avanço um pouco mais, também, para demonstrar a nossa preocupação – do Ministério Público do Trabalho e da ANPT – com relação ao trabalho intermitente, que já foi muito falado aqui, inclusive, de manhã. Não há qualquer previsibilidade para que o trabalhador em trabalho intermitente tenha condição de saber quanto vai trabalhar e quanto vai ganhar por mês. Ele não pode se programar; isso vai contra o salário, contra o emprego de qualidade. A nossa Constituição traz o princípio do pleno emprego. O pleno emprego não é ter a carteira de trabalho assinada, de forma precária, como no trabalho intermitente: é ter um emprego de qualidade, em que ele possa, de fato, ter uma remuneração mínima, um trabalho com as condições mínimas para que ele possa sustentar sua família e prover as despesas mensais. E sem qualquer limitação.

É importante que se diga: aqui se diz que é para atender setores de bares, restaurantes, enfim, turismo; e também, no trabalho autônomo, se fala que é para atender transporte de cargas, mas em nenhum momento o projeto de lei traz qualquer tipo de salvaguarda ou restrição para qualquer tipo de atividade. De forma que, se passar dessa forma, qualquer atividade poderá ser objeto de trabalho intermitente em qualquer percentual, inclusive 100%, e o trabalho autônomo também.

E a terceirização indiscriminada, da mesma forma. Nós temos preocupação também. São diversas as atuações do Ministério Público do Trabalho que demonstram que a terceirização indiscriminada traz diversos males. Estudos do Dieese mostram que, se os trabalhadores terceirizados





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalham muito mais e recebem menos – o que nós sabemos – trabalhassem as mesmas horas que os trabalhadores diretamente contratados, seriam geradas 882.859 mil novas vagas de emprego. Então, não venham dizer que aumentar a jornada, reduzir proteção social, vai trazer geração de empregos. Não vai. Nós vamos aumentar a insegurança jurídica e vamos aumentar, sim, a informalidade com o trabalho autônomo e com o trabalho pejetizado.

Da mesma forma como foi trazido aqui pelo nobre colega e amigo Guilherme Feliciano, nós temos imensa preocupação, sim, com essas questões relativas tanto ao acordo individual quanto ao acordo coletivo. Entendemos que, da forma como está, faz-se com que o trabalhador ou os sindicatos renunciem tão somente a direitos previstos constitucionalmente. E daí se esvaziam direitos fundamentais do art. 7º, do art. 8º, do art. 9º e 11 da Constituição e se fragmenta a representatividade sindical.

E sempre há o argumento de que isso é para diminuir número de processos. E daí o projeto traz a criação de diversas amarras e obstáculos de acesso à Justiça, o que é inconstitucional também. E também sabemos que deve ser livre acesso à Justiça.

E se joga um argumento muito falacioso de que, no Brasil, 98% das ações são trabalhistas. E nós sabemos muito bem. Há um estudo do colega Cássio Casagrande, que estudou profundamente o sistema de Justiça americano...

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Há defensores que dizem que, nos Estados Unidos, só há 75 mil ações trabalhistas por ano. E, no estudo desse procurador, ele desmistifica esse argumento falacioso. Os dados coletados lá foram dados coletados tão somente da Justiça Federal; esqueceu-se da Justiça estadual, dos Estados, dos 50 estados americanos, que anualmente possuem 30 milhões de processos judiciais, que representam 11,18% em ações trabalhistas, algo em torno de 1,7 milhão de processos trabalhistas na Justiça estadual dos Estados Unidos. Se 98% fossem as ações trabalhistas previstas no Brasil, restaria para o resto do mundo tão somente 81 mil ações trabalhistas. Então, sejamos pelo menos honestos com esse argumento. O Brasil possui muitos processos sim, mas é o sistema judicial brasileiro. Nós temos 100 milhões de processos aproximadamente. A Justiça do Trabalho representa tão somente, em termos percentuais, não falo em quantitativo, 6,8%. É muito pouco dentro de um universo de 100%. Não é a nossa Justiça do Trabalho que está trazendo esse engessamento do Judiciário brasileiro.

Então, é com essas questões que eu tento aqui passar a posição da ANPT de que esse projeto é inconstitucional por violar diversos direitos, princípios e direitos constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana, o do pleno emprego, o do não retrocesso social, do valor social do trabalho... Então, n direitos, princípios fundamentais e objetivos fundamentais da República trazidos nos arts. 1º, 3º, 5º e 7º estão sendo afrontados e totalmente vilipendiados por esta reforma.

Então, com essas palavras, finalizo agradecendo ao Senador Edison Lobão, pela condescendência em conceder-me mais alguns minutos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Antonio Galvão Peres.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Senador Lobão, agradeço, mais uma vez, o convite para estar aqui na Casa. É a segunda vez que já venho ao Senado para tratar desta matéria, vim também à Câmara dos deputados e fico muito honrado em poder participar de uma discussão tão importante para o País.

Já estive aqui no Senado e iniciei a minha apresentação, naquela oportunidade, destacando que é um debate pelos extremos. Novamente se viu, pela manhã, alguns questionamentos extremados e até um pedido de um juiz que participou do painel, desta manhã, para que não se coloque, a quem apresenta, opinião a favor ou contra o projeto, como bom ou mal.

Não há uma verdade absoluta em nada que foi dito aqui. O Dr. Guilherme Feliciano, por exemplo, apresentou uma forma de interpretação das normas constitucionais que é questionada também na doutrina trabalhista, de como interpretar o que é possível e o que não é possível negociar a partir do texto que está lá e a partir do que é feito hoje na jurisprudência. Muito do que está no projeto de lei já acontece na prática sem que haja uma regulamentação.

Comecei também aquela apresentação dizendo que é difícil alguém examinar esse projeto e concordar com 100% do texto ou discordar de 100% do texto. Até algumas das críticas que eu fiz foram repetidas hoje: uma, pelo Dr. Guilherme Feliciano, com relação à indenização, e outra, com relação também à ausência e salvaguardas com relação ao trabalho intermitente. A ideia do trabalho intermitente, na minha opinião, é muito boa, mas ela pode ter efeitos perversos? Pode, mas, levando isso adiante, é como se nós já estivéssemos presumindo a fraude na prática. Eu confio nas instituições e confio que é possível corrigir essas distorções no dia a dia, no casuísmo, nas decisões judiciais.

Existe, senhores, muita concordância no diagnóstico e uma divergência no tratamento dos problemas das relações de trabalho no Brasil. Acho que todos concordam que o desemprego é crescente, todos concordam que, do jeito que está, algo deve ser feito. Todos concordam também que a legislação trabalhista hoje protege o empregado, ignorando grande parcela que está na informalidade. Nós, na academia, tratamos o empregado como uma espécie de gênero, que é o trabalhador. A CLT não trata do trabalhador, trata do empregado, e nós vamos ver as consequências disso mais adiante. Vou tentar apresentar isso, Senador Lobão, de forma mais detida mais adiante.

Em regra geral, a contratação, no Brasil, é por prazo indeterminado. A exceção é o prazo determinado. E, na prática, dada a ausência de regulamentação do art. 7º, inciso I, da Constituição, o tempo médio de permanência no emprego é de apenas dois anos. Esse é um dado que me surpreendeu, apresentado em um artigo muito recente de um Ministro do TST. Então, formalmente nós temos, como regra, o prazo indeterminado, mas, na prática, tendo a regra do prazo indeterminado, o trabalhador permanece na mesma empresa, em média, apenas dois anos.

Critica-se muito a criação de novos tipos contratuais, mas o que nós temos hoje é bom? Funciona? O modelo atual não fornece segurança jurídica diante das incertezas e multiplicidades de interpretações. Então, há diversos temas que são objeto de alterações nesse projeto de lei em que há adoção de uma posição, quando há diversas correntes e quando há uma grande polêmica na jurisprudência atual. O projeto adota uma posição restringindo as interpretações. Isso traz, sim, segurança jurídica, ao contrário do que muitos dizem.

Poucos afirmam que o projeto retira direitos trabalhistas, e alguns afirmam que cria condições para a retirada, mas – e isto também ficou claro em exposições anteriores – o argumento sempre é a fraude. O que pode acontecer, se houver a mudança? Não é diretamente ao texto do projeto, mas ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que pode ser feito com esse projeto. Isso, talvez, incentive o mau uso do trabalho autônomo. Agora, vejam: no trabalho autônomo, presentes os requisitos do art. 3º da CLT, pouco importa que haja essa alteração tratando o trabalho autônomo com exclusividade. Se houver subordinação, será empregado. Nada mudou nesse sentido.

Esse projeto, se nós pudéssemos apresentar destaques dos seus escopos, reduz a insegurança jurídica ao adotar posições em questões polêmicas. Está muito claro o projeto com relação ao conceito de grupo econômico, com relação à responsabilidade dos sócios, com relação à sucessão trabalhista, com relação à hora de percurso. São questões polêmicas hoje na jurisprudência, e o projeto adota uma posição.

Também é um traço desse projeto a tutela de boa-fé. É a valorização do acordado, a valorização do negociado, restringindo, em tese, a incidência de conflitos nessas matérias.

Outra questão, também em decorrência disso, é o empoderamento dos sindicatos. Ao definir o que pode ser e o que não pode ser negociado, o projeto reforça aos sindicatos tal possibilidade. Nós vamos ver mais adiante como isso funciona hoje, como decidem hoje os Tribunais sobre essa matéria.

Outra questão relevante diz respeito ao fim do imposto sindical. O sindicato que, efetivamente, representa os trabalhadores não precisa ter a contribuição sindical compulsória. Se ele representa os trabalhadores, cabe a ele se organizar de forma a ter o seu próprio custeio espontaneamente pelos trabalhadores.

Esses são destaques no escopo desse projeto. É outra forma de ler o mesmo texto que os meus colegas que leram e fizeram suas apresentações anteriormente. É o mesmo texto, que tem virtudes, que tem defeitos. Agora, esse texto tem que ser examinado no seu conjunto, tem que ser examinado nas suas intenções. Presumir a fraude na sua aplicação é algo muito perigoso.

Senador Paim, eu li o voto em separado de V. Ex^a. Eu quero cumprimentá-lo pela redação e até pela forma poética como começa a escrevê-lo, mas me parece, Senador Paim, que não há... Eu li o seu voto em separado e também o do Senador Eduardo Braga. Parece-me que todas as questões, com todo o respeito, passam por uma interpretação de princípios constitucionais. Não haveria uma violação direta a esse ou àquele artigo da Constituição, mas, sempre a partir de princípios constitucionais ou presumindo o que pode acontecer se houver alteração. Não ao texto em si, mas a qual pode ser a prática que o mercado de trabalho adote, havendo tal alteração.

No texto do Senador Eduardo Braga, por exemplo, há a tese, em diversos momentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para contribuir com o debate.

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é pergunta, Sr. Presidente.

Tanto a Anamatra como o Ministério Público do Trabalho e a ANPT ajudaram nessa redação.

E eu não sou especialista na área, confesso que não sou; eu sou um operário metalúrgico que aprendeu na faculdade da vida, como a gente fala. Mas a Anamatra, a ANPT, advogados laborais de toda a América Latina, todos eles contribuíram para formular esse meu relatório, no aspecto exatamente de se é constitucional ou não. Então, depois, eu acho que eles poderão, inclusive, responder melhor a V. Ex^a do que este humilde Senador, que aqui é um ferramenteiro no exercício do mandato de Senador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Obrigado, Senador.

No voto em separado do Senador Eduardo Braga, há uma série de referências à violação do art. 1º, inciso IV, da Constituição, a questão do valor social do trabalho. E cita como exemplo a questão do grupo econômico. Hoje, na jurisprudência, Senador Paim, já existem correntes em diversos sentidos. Então, já existe hoje. Hoje, já existe aquela interpretação que está no projeto – já é aplicada na prática. O que faz o projeto é escolher aquela interpretação, dentre muitas outras possíveis. Então, isso já ocorre na prática, na jurisprudência.

A questão do exame, dos acordos e convenções coletivas: a negociação coletiva é incentivada e protegida pela Constituição. Examinando os verbetes do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, a intromissão do Estado na vontade dos atores sociais é que é algo que deve ser coibido, e não o contrário.

A questão do trabalho intermitente: o escopo da norma – conversando, ouvindo as exposições, por exemplo, hoje pela manhã, a do Deputado Rogério Marinho – não é afastar o trabalhador da proteção, mas trazer outros trabalhadores para a proteção. Então, hoje, nós temos pessoas que não estão fazendo parte do mercado de trabalho, e esse projeto faz com que a remuneração desse trabalhador intermitente tenha todas as consequências trabalhistas. Então, hoje, quem faz o bico como garçom passa a receber um salário. Esse projeto permite que haja essa nova forma de contratação para proteger alguém que hoje está à margem da proteção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqueles que estão contratados regularmente com a jornada passarão a ser intermitentes? Terão os seus contratos modificados?

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Senadora Vanessa,...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – ... esse é um dos pontos que eu até apresentei na minha apresentação anterior. Pela ausência de salvaguardas, talvez criar um mecanismo, talvez um percentual, talvez definir quais são as atividades, mas a ideia é boa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Então, o senhor concorda que, da forma ampla como está, não é bom.

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Mas essa correção pode ser feita ou na própria lei ou na própria prática do Judiciário. Mas a ideia é boa.

(Manifestação da plateia.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o Judiciário não está... O projeto diz que o Judiciário não pode interpretar, não pode fazer mais nada, não pode sequer interpretar a lei.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Então, a ideia do trabalho intermitente é trazer quem está à margem da proteção para a proteção.

Então, existem também receios que lembram um pouco aquele momento em que houve a criação do FGTS. A sociedade foi contra a criação do sistema do FGTS. Então, houve muitos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pronunciamentos na década de 60 contra isso, e hoje é algo que se comprovou funcionar. Então, é muito difícil hoje... Até o Constituinte optou por manter o regime do FGTS na Constituição, mantendo até o regime...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, ali não prevaleceu o negociado sobre o legislado. Sabe por quê? Porque todos tiveram que optar pelo Fundo de Garantia, inclusive eu. Não há um único trabalhador no Brasil que não foi obrigado a assinar aquele documento, senão não tinha emprego. Que negociado sobre legislado é esse? Nós somos obrigados a optar.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não... Só para ajudar o raciocínio dele, inclusive. Porque, se eu tinha estabilidade ou dez anos na fábrica, eu fui obrigado a optar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós estamos fazendo um debate paralelo. V. Exª terá a sua oportunidade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é paralelo, Sr. Presidente. Isso enriquece para quem está assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Prossegue o Dr. Antonio Galvão Peres.

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – O único ponto que eu gostaria de destacar é que algo novo sempre cria questionamentos, sempre cria receio, pela própria mudança, mas depois... Esse sistema foi até o escolhido pela Constituição para ser utilizado como o mecanismo de proteção contra a despedida arbitrária. O Constituinte aprovou esse sistema, tornou esse sistema obrigatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque foi obrigado! Ou tu optavas, ou tu eras demitido!

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Em 1988 nem existe mais opção. Na Constituição nem existe mais opção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas por quê? Porque a prática mostrou que não funcionou.

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Enfim... Mas a...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª não pode interromper o orador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... e o faz seguidamente, hiperativamente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que eu tenho muito carinho por V. Exª. O senhor me chama a atenção, com essa diplomacia toda...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... obstinadamente.

Nós temos que manter a regra regimental.

V. Exª discute até com o Presidente! *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, Presidente. Eu me submeto à sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço que conclua também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Pois não.

Hoje há também embates entre a jurisprudência do TST e do STF. O projeto, em muitos pontos, adota posições conforme a jurisprudência do STF. Então, alguns exemplos: sobre a questão das horas *in itinere* e a possibilidade negociação é o entendimento atual do STF. Quanto à possibilidade de quitação, uma transação em plano de demissão voluntária, quando previsto em acordo coletivo, há também um entendimento do STF nesse sentido. Sobre ausência de outras atividades nas normas coletivas, também há um entendimento do STF nesse sentido.

E uma questão que é muito importante também para ser destacada é a diferença entre a proteção no varejo e a proteção no atacado. O que eu quero dizer com essa dicotomia? Muitas vezes, com o intuito de proteger o trabalhador em um caso concreto, em uma determinada situação... Por exemplo: é óbvio que, para o trabalhador, é melhor manter os direitos já conquistados em uma negociação coletiva. Então, o Tribunal Superior do Trabalho criou a regra de que haveria ultratividade dessa norma coletiva. Então, essa norma vale até que haja uma nova negociação. Na prática, o que é que isso enseja? As empresas tendem a não fazer novas concessões nas próximas negociações, porque correm o risco de não conseguir jamais retirar. Então, na prática, o efeito acaba sendo perverso, acaba desestimulando novas concessões.

A mesma questão ocorre com relação às horas *in itinere*, a mesma questão ocorre quando se invalidam as transações em plano de demissão voluntária. A tendência é oferecer menos, então, já que não há nenhuma garantia. Já que o que foi negociado e o que foi ajustado em negociação coletiva não vale, a tendência é que se ofereça menos no próximo plano.

Na realidade atual, com relação à negociação coletiva, as partes negociam em um ambiente de incertezas. Não há uma clareza do que pode e do que não pode ser negociado. E o acordo é examinado pelo Judiciário apenas na hipótese de conflito. Então, os limites da negociação são definidos caso a caso. Então, há divergência de interpretação, Senador Lobão, dentro do mesmo tribunal. E o juiz, quando examina um conflito desses, tem uma visão fragmentada da sociedade. O juiz só tem contato com o conflito, ele não conhece os milhares de acordos que foram celebrados e se perfizeram até o final, sem nenhum conflito. Só chega ao Judiciário o conflito. Então, o juiz sempre vai ter uma visão fragmentada da sociedade.

V. Ex^{as} representam aqui toda a população e têm a possibilidade de definir, de forma clara, o que pode e o que não pode ser negociado, porque, hoje, isso acaba restando ao Judiciário, e é uma decisão casuística. E há uma grande divergência dentro dos próprios tribunais, dentro do próprio Tribunal Superior do Trabalho, entre o Tribunal Superior do Trabalho e o STF.

Então, apenas para dar mais alguns exemplos. O controle de ponto por exceção: há jurisprudência nos Tribunais regionais que admitem, com base numa portaria do Ministério do Trabalho; a jurisprudência majoritária no TST não admite o controle de ponto por exceção.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ANTONIO GALVÃO PERES – Ultratividade das normas coletivas: há uma divergência entre a posição do TST e a posição do STF.

Redução do intervalo intrajornada: havia uma portaria que permitia já essa redução, parte da jurisprudência admitia, depois o Tribunal Superior do Trabalho firmou um entendimento restritivo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Regime 5x – cinco dias de trabalho, um de descanso: há uma portaria que permite esse tipo de regime, porque faz coincidir o domingo uma vez a cada sete semanas. A jurisprudência atual do TST não permite; a jurisprudência dos Regionais permite.

Então, esse casuísmo, essa solução casuística gera insegurança jurídica, e esse projeto tem a virtude de definir o que pode e o que não pode ser negociado.

Senador Lobão, eu teria outras questões a apresentar, mas, em razão do tempo, agradeço mais uma vez o convite e a oportunidade de estar aqui debatendo um tema tão importante para o País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Lobão, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Ulisses Borges de Resende.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exª me permite, antes, é que está aqui acompanhando esta audiência conosco o Deputado Assis, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, e ele me perguntava se poderia fazer uso da palavra. Eu disse assim: "Vamos conversar com o Presidente Lobão". E pedi ao Ednaldo, Secretário desta Comissão, que comunicasse a V. Exª. Infelizmente, ele respondeu o que não cabe a ele responder, e sim a V. Exª, de forma até grosseira, ao Deputado Federal que aqui está, que não tem o direito à palavra, porque o Regimento não permite.

Nós conhecemos o Regimento. Nós sabemos disso, mas sabemos da nossa prática também. Quantas vezes os Senadores vão à Câmara dos Deputados e lá lhes é dado o direito à palavra? E quantas vezes, é recorrente o fato de que inúmeros Deputados vêm ao Senado e também têm o direito à palavra? Essa é uma decisão que cabe à Presidência.

Então, eu encaminho a V. Exª somente esse pleito do Deputado que aqui está, que gostaria, ao final da reunião, se houver oportunidade, de também fazer um pronunciamento, como Parlamentar Federal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa, V. Exª é uma esteta do Regimento. O art. 94 diz que apenas podem falar aqui na Comissão, no plenário, os Senadores e os convidados oficialmente, que é o caso presente, convidado da semana passada, dentro das perspectivas do Regimento.

A aceitação ao Deputado realmente não deveria ter sido feita, mas o outro convidado da parte da manhã mais do que citou, praticamente insultou o Presidente da República, para o extremo desconforto do Presidente da Comissão. De modo que dessas coisas, lamentavelmente, nós só nos damos conta de quando elas acontecem.

Lamento, portanto, em razão do Regimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu lamento, Presidente, porque o Regimento todos nós conhecemos. Agora, é recorrente, eu repito, apenas quero deixar registrado: vários Parlamentares, inclusive a ele, Deputado Assis, que já esteve em outras audiências públicas em outras comissões, foi dado o direito da palavra. Então, eu lamento muito a decisão de V. Exª. Acato, porque é de V. Exª. Jamais, a decisão de Secretário. Jamais, porque ele não pode se referir a um Parlamentar Federal da forma como se referiu. Acato, mas lamento e deixo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

registrado esse meu lamento por não permitir que um Deputado Federal, numa comissão do Senado, tenha o direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que V. Ex^a está propondo que eu faça é ferir o Regimento. É isso que V. Ex^a... Eu não estou de acordo com isso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, se houver unanimidade, é regimental inclusive que se reveja a regra. O Regimento diz isto: se houver unanimidade, podemos, sim, estabelecer uma outra regra. Isso também é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, essa questão foi posta nesses tempos. Eu tenho de cumprir o art. 94, que declara que somente os Srs. Senadores podem falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É só o senhor questionar ao Plenário se todos são contra que o Deputado, se houver tempo, ao final possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Ulisses Borges.

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Foi insultado pelo Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Que secretário?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O meu secretário?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o Secretário da Comissão, o Sr. Ednaldo. Tratou um Deputado com a maior grosseria que eu já vi na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Dr. Ednaldo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele disse: "Aqui é Casa de Senador, não pode falar." Eu falei: "Você que não pode. A decisão cabe ao Presidente e aos Senadores, e não ao senhor."

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ednaldo não é meu secretário, meu assessor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como eu falei, Secretário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a quer falar sozinha, o tempo todo?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Secretário da Comissão, Presidente. Isso é um absurdo. É um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Secretário da Comissão. É secretário de todos os presentes.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu presenciei. Eu presenciei, porque fui eu que orientei, inclusive, que solicitasse ao Secretário que encaminhasse o pleito a V. Ex^a. Não perguntei a ele se podia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a está criando aqui uma autonorma no sentido de que tem o direito de falar sozinha, ainda que contra o Presidente?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ora!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor me conhece, sabe o quanto eu sou disciplinada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lá vem V. Exª outra vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como eu sou disciplinada, Presidente. Agora, eu acho, eu lamento...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª não é disciplinada. Aqui, não é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sou, sim, Presidente. Muito disciplinada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, não é disciplinada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sou muito disciplinada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Secretário da Comissão é Secretário da Comissão, e tem prestado relevantes serviços a esta Comissão técnica do Senado. V. Exª é uma Senadora que merece todo o respeito e até minha amizade, mas também não é por conta disso que vamos desmerecer o trabalho de um servidor de alta capacidade e espírito público.

Dr. Ulisses.

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – Ex^{mo} Senador Edison Lobão, peço licença a V. Exª para falar de pé, porque estou aqui no cantinho da mesa, quase caindo dela. Mas, de qualquer forma, saúdo todas as autoridades da Mesa, na pessoa de V. Exª. Saúdo também as Ex^{mas} Senadoras que aqui estão presentes, saúdo os Ex^{mos} Senadores e também saúdo a todas e a todos os presentes e os que nos ouvem.

Estou aqui, Sr. Presidente, representando o Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Carlos Siqueira. E, atendendo a pedido de S. Exª, digo de antemão que a posição do Partido Socialista Brasileiro é absolutamente contrária a essa reforma trabalhista que é trazida ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça. A posição do Partido, então, é essa.

Diante dessa posição, Excelência, destaco aspectos que são, para mim, extremamente relevantes. A primeira indagação que se há de fazer, minhas senhoras e meus senhores, é aonde vai levar essa proposta. Fala-se numa ponte para o futuro. Será que essa ponte é para o futuro mesmo? Ou é uma ponte para o passado?

Na verdade, o nosso processo civilizatório ocidental já passou por essa experiência. Nós todos aqui sabemos que a Revolução Francesa deixou como herança ao século XIX o liberalismo econômico, e o liberalismo econômico levou ao que Émile Durkheim chamou de verdadeiro caos social, onde o que valia era a livre negociação entre as partes – partes absolutamente desiguais. O primeiro documento, Sr. Presidente, que questionou essa aparente neutralidade do Estado, do Estado do século XIX a que me refiro, foi a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII.

E, por meio dessa Encíclica, o Papa, entrando com a doutrina social da Igreja nesse debate, questiona, sim, se cabe a livre negociação dessa forma. Primeiro, o Papa Leão XIII aponta para o empresariado e diz: "Você empresário deve se lembrar de que todos nós estamos neste mundo de passagem. Aos ateus, eu digo que caixão não tem gaveta. Ninguém leva nada deste mundo, mas você será julgado" – dizia o Papa, conforme a fé católica – "pela forma como você trata os seus semelhantes, pela forma como você explora desmedidamente os seus trabalhadores. Isso vai pesar na balança, sim." E ele também aponta para o trabalhador e diz: "Você trabalhador também abra o seu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

olho, porque seu coração também será pesado. Quando você se permite aqueles sentimentos menores da natureza humana, como ódio e a inveja, isso também vai pesar contra a sua reputação". Depois, o Papa aponta para o Estado: "E você Estado tem que sair dessa neutralidade e intervir nessa relação". Vale lembrar que essa Encíclica é de 15 de maio de 1891, exatamente cinco anos do massacre de Chicago, de que, até hoje, nós todos nos lembramos no dia 1º de maio, quando comemoramos o Dia do Trabalhador. Então, essa neutralidade do Estado, realmente, foi questionada naquela época.

E o que aponta o Papa Leão XIII, com a sua Encíclica *Rerum Novarum*? Esse documento é tão importante, Sr. Presidente, que ele foi lido na sua íntegra, com as suas dezenas de páginas, na inauguração da OIT, em 1919, tamanha a importância, já quase três décadas da sua edição. O Papa Leão XIII mostra que há uma relação desigual nessa balança de empregado e empregador que tem que ser equilibrada pelo Estado.

E não há necessidade de jogarmos aquele jogo de soma zero, qual seja aquele em que, para aumentar a lucratividade, é necessário abaixar o salário. O Papa Leão XIII mostra que esse jogo pode ser jogado com todos ganhando. Se o trabalhador ganha mais, se ele tem uma remuneração satisfatória, o Papa disse que é para que ele possa viver desafogadamente. O que fará o trabalhador com a sua remuneração, com o seu salário? Ele vai ao mercado. Quando ele vai ao mercado, o comércio vende mais; com o comércio vendendo mais, ele tem condição de pagar melhor os salários de seus empregados, ele tem condição de abrir novos postos de trabalho, ele encomenda mais artigos da indústria, ele encomenda mais artigos do campo; com isso, o campo vende mais, a indústria também vende mais, tem condições de abrir novos postos de trabalho, em melhores condições. No somatório, todos podem ganhar.

Essa proposta, Sr. Presidente, na verdade, milita no sentido exatamente inverso. E ela é inconstitucional, sim, porque o art. 7º da Constituição diz, com todas as letras, que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais os direitos constitucionais ali estabelecidos, além de outros que visem à melhoria da sua condição social. Quais são esses outros direitos? São os da legislação infraconstitucional. Portanto, a legislação infraconstitucional tem obrigação, sim, de partir do princípio do Direito Constitucional do trabalho que é o princípio da proteção. E o princípio da proteção impõe que essas condições visem à melhoria para o trabalhador. A proposta aqui é exatamente o inverso, é melhoria para o empregador, como se o custo da mão de obra sendo mais barato o país fosse se desenvolver.

O nosso país tem uma forte vocação para se tornar um país de primeiro mundo. Aqui o sol bate o ano inteiro, aqui nós temos condições climáticas extraordinárias, nós não temos terremotos, nós não temos problemas dessa natureza. Agora, irá o Brasil para o primeiro mundo como aquelas nações europeias do Século XIX, que enriqueceram um absurdo com a profissão em escala industrial, mas mantiveram uma população paupérrima, com acentuado grau de violência, com desemprego, subemprego? Não. O Brasil não tem como, minhas senhoras e meus senhores, ingressar no primeiro mundo sem levar consigo a classe trabalhadora.

Se há informalidade, falta fiscalização. Em que esse projeto trabalha em prol do aumento da fiscalização? Nada! E há algumas coisas que são inadmissíveis, porque mutilam o próprio Direito do Trabalho como fonte de direito. O Direito comum será fonte absoluta subsidiária, quando tradicionalmente há de se consultar se há compatibilidade com os princípios. Princípio, sim, porque é a base de qualquer direito. Princípio, sim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não terei tempo, Sr. Presidente, para me alongar, mas descaracterizar com parcela salarial, prêmio, ajuda de custo, vale-refeição, diárias, abonos, isso não tem, *data maxima venia*, o menor cabimento.

No nosso grupo de pesquisa no Centro Universitário lesb tivemos até dificuldade, Sr. Presidente, para entender trabalhador autônomo exclusivo e contínuo. Ora, isso é a própria destruição do que caracteriza o vínculo empregatício! Aonde vamos chegar?

Vou terminar, Sr. Presidente, destacando as questões coletivas.

Aqui, meu nobre colega bem falou que se apoderam os sindicatos. Também discutimos isso no lesb, quando o Deputado Rogério Marinho nos honrou com a sua presença. E ele disse com todas as letras: "Com a contribuição facultativa, 70% dos sindicatos fecharão as portas".

Ora, é isso que se pretende? É a destruição da estrutura sindical? A contribuição sindical é questionável, sim. No mínimo tem que haver um escalonamento para que no espaço de cinco ou dez anos se possa acabar com ela. Por quê? Senão não estaremos acabando com a contribuição sindical e sim, com os próprios sindicatos e com o direito de organização por consequência.

Vejam V. Ex^{as}, há uma subversão da ordem. O legislado vai ser substituído pelo negociado. Onde está a regulamentação do inciso I do art. 7º da Constituição, que dá garantia de emprego ao trabalhador?

Estive vendo ainda ontem, Sr. Presidente. O menor índice de desemprego do Brasil...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – ... só para concluir, foi em dezembro de 2014. Foi outro dia. No último mês do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff se chegou a 4,3% de desempregados no Brasil. E foi o menor índice que nós tivemos. Hoje temos 13,7%, 14,2 milhões de pessoas desempregadas. Por quê? Porque falta na nossa legislação a proteção ao emprego. Isso, essa proposta não traz, muito pelo contrário.

Isso, essa proposta não traz, muito ao contrário. Então, se exteriorizam os prejuízos. Na sensação de crise, rua para o trabalhador. É essa sociedade que vai construir o País para chegar ao Primeiro Mundo? *Data maxima venia*, não.

Por isso, o Partido Socialista Brasileiro defende a rejeição dessa proposta por esta Comissão, por ser manifestamente inconstitucional, e a rejeição pelo próprio Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Marlos Augusto Melek.

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – Uma boa tarde a todos.

Com muita honra, ocupo esta mesa para trazer alguns contrapontos importantes em relação ao tema da reforma trabalhista brasileira, saudando o Senador Lobão, os meus colegas magistrados, membros do Ministério Público, sindicalistas, advogados, professores, os Srs. Senadores, Deputados Federais e também todos vocês da plateia.

Em primeiro lugar, nós precisamos colocar um contraponto importante: hoje, entre 60% e 70% dos empregos do Brasil, segundo o Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Governo Federal, são gerados por pequenos e microempresários. São empresários que têm no máximo 15 empregados. Nós não estamos falando aqui do grande capital. Nós não estamos falando da Revolução





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Industrial. Nós estamos em outro tempo, em outra época. Nós não estamos mais falando no menino de 15 anos. Não, aliás, a lei não trata desse assunto, a proteção ao menor está aí, vigente, com todos os mecanismos de fiscalização possíveis e imagináveis, embora o nosso País tenha esse problema.

É importante ressaltar que hoje o pequeno empresário e o microempresário trabalha tanto quanto o seu trabalhador, está ali, ombro a ombro. Isso é inegável! E o que o País faz? Ao invés de incentivar esse pequeno empresário a crescer, faz de tudo para manter as amarras, porque, para alguns, nós queremos que o Estado se intrometa na vida, mas, para outros, não, quanto menos o Estado se meter na minha vida melhor. Isso precisa ser levado em consideração para nós falarmos de constitucionalidade deste projeto. Nós não estamos falando aqui de megaempresas, de multinacionais, nós estamos falando de pequenos e microempresários.

A questão do trabalho autônomo. Vamos ser objetivos e muito francos e diretos. Não é nenhuma novidade. O trabalho autônomo existe e está regulamentado, mas, em muitos casos, o juiz do trabalho reconhece um vínculo empregatício. De quem? De um médico que ganhava R\$20 mil por mês no hospital e 15 anos depois saiu, mesmo tendo assinado tudo, sendo PhD em medicina, e foi reclamar uma base salarial de 20 mil por mês em face de uma Santa Casa. Ou eu estou exagerando? E isso gera condenações de milhões de reais.

É por isso que, propositalmente, a Comissão de Redação não colocou na Lei do Autônomo, na CLT, na nova lei que, se quiser Deus, será aprovada. Vajam só, não colocou a palavra "subordinação", porque, se houver a subordinação latente, isso não afasta o vínculo empregatício, mas o que se pretende afastar é aquele contrato de boa-fé.

Os senhores sabem quanto ganha um caminhoneiro autônomo em época de safra? Todo caminhoneiro sonha ser dono do próprio nariz e ter o seu próprio caminhão. Quarenta por cento da frota de quem está sentado dirigindo um caminhão são autônomos hoje, são pessoas que conseguiram comprar um caminhão usado. Os senhores sabem quanto ganha um motorista autônomo? Entre R\$20 e R\$30 mil por mês, com o caminhão dele, bruto. Líquido, vai dar uns R\$15 mil, R\$16 mil, R\$17 mil, pagando a prestação do caminhãozinho dele. E quanto ganha um motorista com carteira assinada? Qual é a convenção coletiva dos caminhoneiros? Estabelece R\$2,5 mil por mês. Perguntem para ele se ele quer ter carteira assinada ou se ele quer ter o caminhãozinho dele, se ele quer ganhar R\$20 mil, R\$30 mil por mês, ou se quer ganhar R\$2,5 mil e pleitear depois algumas horas extras na Justiça do Trabalho.

Perguntem para um representante comercial que tem Core, que tem tudo assinado, que tem tudo escrito e ganha R\$15 mil por mês se ele quer ser um vendedor com carteira assinada ganhando R\$1,5 mil e pagando todos os anos, no mês de março, queira ou não queira, o imposto sindical. Porque nós, senhores brasileiros de boa-fé, não somos obrigados nem mesmo a comprar água da companhia de água, não somos obrigados a comprar luz da companhia de luz da cidade. Se você não comprar água e não comprar luz, você não recebe água e luz, mas ao sindicato você é obrigado a pagar todos os anos. E a lei não acaba com a contribuição sindical, apenas a torna facultativa.

E eu aqui, de bom coração, digo: se o seu sindicato luta por você, trabalha, está presente, está defendendo seus interesses, está mostrando serviço, está trabalhando por você, não pague só a contribuição anual, pague todos os meses para fortalecer o seu próprio salário, a sua própria profissão. E o mesmo vale para o sindicato patronal. Agora, se o seu presidente de sindicato nada faz por você, se o seu presidente de sindicato vai fazer curso no exterior, se o seu presidente de sindicato é um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

omisso, aí você decide se, por exemplo, em vez de deixar de pagar o seu sindicato, vai passar a ser um candidato a presidente do seu sindicato. Por que dizem que a negociação coletiva enfraquece o trabalhador? Como assim? Como enfraquece o trabalhador? Desde quando? Quando é que nós retiráramos um trabalhador dali, do ambiente de trabalho, e o alçáramos a presidente do sindicato conhecendo todas as dificuldades que há na profissão? E ele iria abrir mão de direito para seus pares? Iria abrir mão dos seus direitos para os seus colegas? Isso é melhoria de condição social.

Melhoria de condição social não é o que está no papel, em qualquer direito humano de nona geração. Melhoria de condição social, sabem o que é? É ter uma nova lei que não vai fazer o trabalhador pagar a conta, mas vai fazer os 14 milhões que perderam a conta, que ganharam a conta nos últimos anos, encontrarem uma colocação e passarem a ter carteira assinada, passarem a ter férias, 13º, FGTS, inclusive via trabalho intermitente. Por quê? Porque o trabalho intermitente vai ser uma porta de entrada. Ninguém aqui quer que o cara seja trabalhador intermitente o resto da vida, nem ele e nem ninguém, mas é uma porta importante de entrada, senhores, para aquele que hoje não está com carteira assinada. Mais da metade não tem voz, mais da metade não encontra voz nesta mesa, 54% dos brasileiros, é mais da metade que está na formalidade. E esses não têm nada, não têm nem precarização ou não precarização, não têm absolutamente nada.

E é através de novas oportunidades, é através de novas formas de contratação em que se flexibiliza a possibilidade do trabalho, mas todos com carteira assinada, que vamos trazer essa grande massa para o trabalho.

Colocaram uma pergunta muito interessante aqui, Sr. Presidente, no seguinte sentido: mas que salvaguarda existe para o trabalho intermitente?

Ora, eu comecei a trabalhar com 14 anos, fui empresário com 20 e vendi minha empresa com 30. Vamos pegar a tornearia mecânica em que em trabalhei na Rua William Booth, no Boqueirão. Como é que o dono daquela empresa, que não tinha as duas pernas, o Sr. Ney Rocha, iria trabalhar apenas com trabalhadores intermitentes e ter produção para entregar? Como ia fazer isso? É claro que você tem que ter um quadro técnico minimamente qualificado para tocar a sua linha de produção, seja numa pequena tornearia mecânica na periferia de uma cidade, seja numa grande indústria. Como vocês imaginam que uma Volkswagen vai lidar com trabalho intermitente o tempo todo, 100%? Isso é inviável economicamente, isso é inviável administrativamente, isso é inviável estrategicamente. Só pode falar um negócio desse, com todo o respeito – e não me refiro a A, B ou C –, quem nunca esteve num contrato social, quem nunca administrou coisa nenhuma, quem nunca administrou uma empresa.

O trabalho em tempo parcial é uma maravilha! O trabalho em tempo parcial, trabalho de meio expediente, vai permitir que a pessoa estude meio expediente e trabalhe no outro, como eu fiz a vida inteira, trabalhando de dia e estudando à noite. Poderá trabalhar meio expediente e ter meio expediente. É uma porta de entrada. A pessoa que teve bebê recentemente, que não pode trabalhar o dia inteiro, vai poder trabalhar meio expediente. O jovem no mercado de trabalho e o idoso que não tem forças mais para trabalhar o dia inteiro e quer se sentir útil para a sociedade vão trabalhar meio expediente. Meu Deus do céu! Onde é que padecem as inconstitucionalidades nesse projeto?

Pejotização. A lei atual não permite pejotização. A lei nova não permite pejotização de forma alguma! Permite-se a terceirização, que é um fenômeno mundial. Terceirização é um assunto espinhoso, tem argumentos fortes para os dois lados, mas peguem um *smartphone* deste aqui, que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todo mundo tem um na mão: isto aqui é montado em doze países diferentes, com trabalhadores também terceirizados. Nós não temos como negar a realidade!

Fiscalização. Foi dito aqui que o projeto não aumenta em nada a fiscalização. Como não? Aumentou o valor da multa para quem tem um trabalhador sem carteira assinada, fazendo justiça social também para o pequeno empregador! Minha gente, vocês acham justo que a CLT de 1940 trate a Petrobras da mesma forma que trata uma padaria do seu bairro? Vamos ser sinceros! É por isso que nós estamos nesse buraco! Os senhores imaginam que seja correto...

(Soa a campanha.)

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – ...que a CLT trate o maior banco do País do mesmo jeito que trata a oficina mecânica onde se troca a pastilha de freio do seu carro, na sua cidade, no seu bairro? É isso que está mudando.

Por exemplo, o recurso trabalhista vai custar a metade para os pequenos e microempresários, para que eles possam recorrer, porque hoje, no TST, basicamente se julga processo de empresas grandes. Isso é justo?

Então, vejam, muito se falou – meu tempo está se esgotando, Presidente – em inconstitucionalidade, mas eu não vi até agora nenhuma inconstitucionalidade direta, pontual. Fala-se do princípio, do princípio, mas o princípio da dignidade da pessoa humana se aplica, sim, ao trabalhador – eu já contei dinheiro no caixa para pagar conta no sábado –, mas também se aplica ao pequeno empresário, ao microempresário. Ou o pequeno empresário não tem dignidade nenhuma?

A nova lei vai começar a tirar o Brasil do atraso. O Estado brasileiro trata o pequeno empreendedor com muita hostilidade na área tributária, administrativa, fiscal e especialmente na área trabalhista. Estamos começando essa mudança, estamos começando a trazer o País para o mundo da modernidade.

Nós vamos poder debater mais esse tema com vocês. Estamos de coração aberto para responder os questionamentos dos senhores Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado por sua exposição. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A presença dos senhores aqui foi permitida, mas não para fazer bagunça.

Nós vamos entrar agora na parte relativa aos questionamentos dos Srs. Senadores. Estão desde logo inscritos a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Paulo Paim, o Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Paim, inscrevi V. Ex^a também.

Antes, porém, quero dizer o seguinte. O Dr. Ulisses fez aqui, cristão que é – eu também e esta Comissão toda, suponho eu –, uma referência muito importante à Encíclica *Rerum Novarum*, que é a Encíclica dos direitos sociais. Havia um sacerdote no meu Estado, um sacerdote do mundo, que era o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pe. Antônio Vieira, que dizia que, entre os pecados conhecidos, havia o pecado da omissão. Eu não quero que o Dr. Ulisses seja punido pelas instâncias divinas por ter cometido o pecado da omissão. Tudo quanto ele falou está realmente na Encíclica do Papa, a *Rerum Novarum*. Mas o Papa disse, ao final de tudo aquilo, dissertado aqui por V. S^a, que, de qualquer maneira, lesão à propriedade privada, não, em nenhuma circunstância. Ou seja, vamos defender os direitos sociais, sim, porém sem afetar aquele que é considerado o produtor, que é considerado o proprietário, aquele que gera o emprego. Por isso ele usou esta expressão na *Rerum Novarum*: invasão do direito alheio, não, sob nenhuma circunstância – é apenas para salvar a alma do Dr. Ulisses! (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, do bravo Estado do Amazonas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu acho que o que menos alguns Parlamentares discutem é exatamente o aspecto da inconstitucionalidade de vários itens da lei. O Dr. Marlos, por exemplo, disse: "Olha, não vejo nenhuma inconstitucionalidade direta, que não seja derivada de interpretações e tal".

Nós estamos desde a manhã debatendo. Sobre a jornada de 12 por 36, a Constituição brasileira é claríssima, é claríssima. Ela fala que é possível, sim, essa jornada de 12 por 36 em casos de acordos ou convenções coletivas; não fala em acordo individual, ela não prevê acordo individual. Isso é inconstitucional.

Por sua vez, o Dr. Antônio – e fico feliz –, na sua breve explanação, reconhece que é preciso fazer reparos na lei. Aliás, o Relator reconhece também que há muitos pontos equivocados no projeto de lei que veio da Câmara, muitos pontos equivocados. E aqui o que nós queremos é tão somente ter a oportunidade de legislar, de corrigir, por via própria, parlamentar, esse projeto, e não dar ao Presidente da República para ele, se quiser, vetar ou editar medida provisória para promover as correções.

Aliás, nós temos aqui dois relatórios: o relatório do Senador Ferraço, que foi Relator em duas comissões, que perdeu na comissão de mérito – portanto, o relatório que vai ao Plenário é o relatório do Senador Paim, e não o relatório da CAE, porque a comissão de mérito é a CAS e não a CAE –, e temos o relatório do Senador Jucá, que será apreciado e votado amanhã.

O Senador Ferraço coloca recomendações e se refere a um acordo que teria havido entre parte dos Parlamentares, dos partidos da Base, o que ele deixa claro no segundo relatório, e a Presidência da República. Já o relatório do Senador Jucá, que é o Líder do Governo nesta Casa, em nenhum momento fala na necessidade de correção, por veto ou por medida provisória. Então, eu não sei se o que vale são as palavras do Senador Ferraço e o relatório dele ou o relatório do Senador Romero Jucá.

Mas, vamos lá. Os senhores dizem que esse projeto tem como finalidade trazer para a formalidade aqueles mais de 50% de trabalhadores brasileiros que estão na informalidade. Como? O que gera emprego – nós já estamos fartos de falar e de ouvir isso – não é o que está aqui na lei. O que gera emprego é uma economia dinâmica, é isso que gera emprego. Não à toa, em 2014 e antes disso também, enquanto a Europa sustentava alguns países com 15%, 16%, 20% de desemprego, o Brasil estava quase com pleno emprego, porque a nossa economia estava se desenvolvendo, estava bem. Então, não é isso que vai gerar emprego não! Nós falamos, afirmamos, e depois os senhores venham comprovar. Espero que não tenham essa oportunidade, porque trabalhamos com a hipótese nº 1, de que esse projeto não seja aprovado aqui no Senado Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse negócio do autônomo, de que o senhor fala e que está aqui: o único objetivo de colocar o autônomo aqui neste projeto, na forma como está, não é para favorecer o caminhoneiro não, aquele que teve a felicidade de juntar dinheiro e comprar um caminhão de R\$100 mil. Não! Não é para favorecer esse não, mas para permitir ao empresário que transforme o seu trabalhador em autônomo, tirando-lhe o direito dessa carteira que o senhor mostrou, tirando-lhe o direito da carteira de trabalho assinada, tirando-lhe o direito de ter as suas férias anuais, de ter o seu décimo terceiro. Não há limite para o trabalho do tal autônomo exclusivo.

Olha, é um projeto de lei que diz – art. 442-B – que "a contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não...". O que é isso? O que é isso? Isso é transformar aquele que tem carteira de trabalho assinada em autônomo. É assim que vai ser. O patrão vai chegar e dizer: "Venha cá, o senhor quer continuar trabalhando aqui? Então, crie a sua MEI, a sua microempresa individual.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...e continue trabalhando aqui. Do contrário, não, não vai ter." O que a pessoa vai fazer?

A mesma coisa é o acordo de quitação. Demissão amigável! O que é isso senão o lado mais forte da cadeia, o patronato, dizendo para o trabalhador: "Olha, o senhor vai ser demitido, mas a sua demissão não vai ser imotivada, vai ser amigável. Assine aqui que o senhor vai ganhar pelo menos a metade de tudo aquilo a que tem direito, porque, se o senhor for reclamar na Justiça, vai demorar muito. E como o senhor vai viver até lá?" E ele abre mão... Ele, a partir dessa assinatura, abrir mão do seguro-desemprego? E dizem que não há inconstitucionalidade!

Senador Edison Lobão, nós estamos aqui discutindo algo extremamente sério. Nós não podemos fazer disso um jogo de oposição contra a situação. E eu fico feliz, porque acho que o nosso debate está valendo a pena. Eu vejo vários Senadores e Senadoras já refletindo. Hoje mesmo entrou um voto em separado do Senador Lasier. É digno de aplauso o voto em separado do Senador Lasier, que é a favor da reforma trabalhista, mas o seu voto em separado está claro: o projeto tem que mudar. E essas mudanças têm que ser promovidas aqui, no Senado Federal, e não pela caneta do Presidente da República. Então, o que nós queremos é isto: apenas exercitar o nosso dever, Senador Lobão. Eu tenho convicção plena de que nós vamos conseguir – não procrastinar ou derrotar absolutamente nada – aqui, no Senado Federal, as mudanças que precisam ser promovidas nesse projeto de lei.

Obrigada, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela forma como todos aqui falaram – dez minutos cada um, e nós temos três minutos –, é claro que nós nos preocupamos. Foi pela manhã e pela tarde...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lhe dou o aparte, mas depois o senhor desconta do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, descontado será. Permita-me só uma ligeira informação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Mesa do Senado contatou a Presidência, que disse que precisa iniciar a Ordem do Dia, mas que não quer ser intolerante. A Mesa está pronta para conceder mais um atraso, porém solicita que andemos um pouco mais rapidamente para que se possa iniciar a Ordem do Dia. Se nós não o fizermos – o Presidente está livre, é claro, para iniciar a Ordem do Dia –, teremos que interromper a reunião.

Perdão a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não necessariamente, Sr. Presidente. Nós não poderíamos votar, mas a discussão é normal aqui, na Casa; que a façamos, mesmo que tenha se iniciado a Ordem do Dia. Aí é opção de cada Senador ir ou não ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, há opção, mas o fato é que o Regimento estabelece que, com o início da Ordem do Dia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós não podemos votar nada aqui, mas a discussão não é proibida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...mesmo para reuniões extraordinárias, como é este caso, nós temos que interromper para conceder número lá.

Prossiga V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto ao número: eu já dei presença lá para ajudar na presença.

Sr. Presidente, mais uma vez digo que fico abismado com a fala de alguns dos nossos convidados. O Dr. Marlos falou tudo, mas, com todo o respeito – eu tive um desencontro com ele no plenário já, ele se lembra disso –, não falou nada. Não me disse nada, não me provou nada, a não ser falar um pouco mais alto, pois aqui parece que ele aumentou o tom da voz em relação ao plenário. Foi só isso.

O Dr. Antônio Galvão Peres manteve a mesma coerência do plenário. Eu o respeito, porque V. Ex^a admite que o projeto é ruim. V. Ex^a admite que tem que haver mudanças, como o Relator também admite, como o Líder do Governo também admite, assim como o próprio Presidente da República. Se eu sou Presidente da República, mando para cá um projeto com 7 artiguinhos, e a Câmara faz virarem 117, alguma coisa está errada! É normal alguma diferença: eu mandar com sete e virarem dez, quinze. Agora, de sete... Eu ia pedir para recolher esse projeto, eu diria: "Alguma coisa está errada!" E V. Ex^a, coerentemente, diz que, como está, também não dá.

A pergunta que vou deixar no ar, embora vá falar no meu tempo, é: os senhores acham, sinceramente, mas sinceramente, olhando aqui – eu vou tirar os óculos, porque eu gosto de fazer isso –, nos meus olhos, vocês acham que é correto o Senado da República, uma Casa que, em tese, tem aqui estadistas, simplesmente homologar o que a Câmara mandou sabendo que todos os 81 Senadores não concordam? E aí está incluído o Líder do Governo – vou mostrar isso aqui, numa entrevista que ele deu.

Vocês acham correto que a gente carimbe e mande para o Presidente? Como eu disse pela manhã, seria o seguinte: "Estamos lavando as mãos, Presidente, o problema é teu. Tu estás mesmo na lona já, vais ser afastado daqui a uns dias. O problema é teu, nós não queremos responsabilidade nenhuma." Sinceramente? Eu acho que será um gesto irresponsável e que beira a covardia se assim agirem – beira a covardia! Nós fomos eleitos Senadores. Os senhores, indiretamente, estão na de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vocês. Vocês têm posição, cada um defende a sua posição. Claro que a minha posição é a do Adilson, é a do Ângelo e é a do Guilherme. Digo isso com todo o respeito.

Discordo dos senhores, mas os senhores estão aqui fazendo o seu papel, defendendo aquilo em que acreditam, creio eu. Bom, mas o Senado não defender aquilo em que acredita? Aí é grave. Eu sempre digo que a verdade tem muita força. Quem fala a verdade tem muita força. E o que o Senado está fazendo equivale a dizer o seguinte: "Nós não estamos preparados para sermos Senadores. Por isso, nós não vamos mexer numa vírgula. Vamos pegar aquilo que veio de lá e vamos mandar para o Presidente da República." Isso, para mim, é triste. Eu, que tenho 32 anos de Parlamento, nunca vi um Congresso como este, não vi mesmo. Eu uso a seguinte expressão para os Senadores: Parlamentar, Deputado ou Senador, que vota nesse projeto ou não o leu ou está de má-fé – ou não o leu ou está de má-fé! E a sociedade vai cobrar isso. É diferente dos senhores, que leram e, pelas suas convicções, assumiram posições – no caso, três são contra e dois são a favor. Eu sei que a maioria não leu, porque estou acompanhando isso passo a passo. A maioria de lá e a daqui também: não leram e não participaram de nenhum debate.

Mas há aqui uma entrevista dada ao Poder360 pelo Líder do Governo Romero Jucá. Eis a pergunta: "Qual a perspectiva de votação das reformas da Previdência e trabalhista?" Ele responde:

Previdência eu defendo que vote agora em julho. Se aprovar ou não, é uma posição que a Câmara vai ter que tomar. Aí, se não aprovar, o governo constrói outra solução. Reforma trabalhista não é mais pauta do governo. Reforma da Previdência não é mais pauta do governo. [Está aqui. Eu dou cópia para ele depois]. As instituições estão funcionando com normalidade. Instituições democráticas e independentes.

"Não é mais pauta do governo." Ninguém mais quer ser o pai da criança, como eu disse pela manhã, ninguém mais quer ser. O Temer diz: "Eu não tenho nada a ver com isso. Vou cuidar da minha defesa. Isso é problema da Câmara, que fez essa loucura aí de sete para cento e dezessete."

Eu não vi uma pessoa – uma! –, em todas as Mesas de que participei, defender que esse projeto tem que ser aprovado exatamente como está. Uma eu não vi – uma! Mesmo V. Ex^a – eu sinto no seu olhar –, que por dever de ofício está aí fazendo o seu papel, também não concorda com isto aqui na íntegra. Duvido! Até porque V. Ex^a é um juiz.

Eu tenho o maior respeito por todos os juízes. Juiz do Trabalho, mesmo V. Ex^a não acredita. Eu não acredito que vá ser aprovado. Eu acho que, quando eles fizeram esse monstro, eles pensaram o seguinte: "Vamos fazer terra arrasada, vamos jogar tudo, vamos esculhambar tudo para ver no final o que a gente pode salvar!" Só que uma maioria oportunista e eventual está dando a impressão de que vai querer votar assim mesmo. É de chorar o que está aqui, se você ler com profundidade percebe isso.

Mas, quando eu faço esta introdução, perguntam-me: "Qual a pergunta, Senador?" Então, vai a pergunta, a mesma que eu fiz pela manhã e ninguém me respondeu. A representante da CNI tentou responder: "Então o senhor concorda que devia ser..." Olha, até pode, quem sabe tudo, quem sabe a lei que está aí um dia vai chegar lá. Então, a pergunta é a mesma. Agora, Sr. Presidente, vou diretamente à pergunta, e não é nem meia lauda.

Há quase dois meses eu assisto a esse debate – isso porque eu fiquei mais um tempo na Câmara – sobre a reforma trabalhista. O que eu ouço diariamente: "Paim, mas nosso país é de Primeiro Mundo, como a França, a Itália, a Alemanha, a Espanha, a Holanda. As leis são mais flexíveis comparando com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as nossas." É mais ou menos isso o que os senhores todos dizem – refiro-me àqueles que defendem a reforma. Muito bem, aí eu pergunto sempre o seguinte. Está muito bem, mas como são os programas sociais de lá? Como é a saúde? Como é a educação?

Mas, como não dá, porque o tempo que vocês não têm eu também não tenho é deste tamaninho, o tempo para responder tudo... Como é que querem que respondam sobre tudo isso, sobre 200 mudanças na CLT, em 5, 10 minutos? Mas eu faço só uma perguntinha: quanto é o salário mínimo naqueles países? Só o salário mínimo, só o salário mínimo.

A maioria, é claro, não é obrigada a saber de cabeça. Então, como pesquisei, eu cito apenas como exemplo, e tive o cuidado de olhar carga horária de 44 horas e 220, a oficial: França, US\$1.463; Alemanha, US\$1.685; Espanha, US\$1.071; Austrália, US\$2.098; Grécia, com toda a crise, US\$972.

Mas, daí, vem aquele Ministro: "Paim, país de Primeiro Mundo..." Tudo bem, mas nosso problema é a China. Pois bem, vamos para a China agora. China: aposentadoria com 60 anos, homem; e 55, mulher – há a diferençazinha de cinco anos, mas aqui não a querem –, e basta recolher 15 anos. Isso acontece na China, na China. Salário mínimo na China: peguem o nosso e multipliquem por três, US\$792.

A pergunta que eu faço é só esta: se nós concordássemos – claro que não é com este monstro que está aqui, porque isto aqui é um monstro, não é com este projeto que é um monstro – com uma reforma trabalhista, e até previdenciária, na linha do bom senso, com equilíbrio, com grandeza, com a sensibilidade que todos os senhores eu tenho certeza que têm, e este Plenário também tem, e os milhões que vão assistir pela TV Senado também têm, vocês concordariam que no Brasil a gente tivesse um salário mínimo com base em US\$1 mil – já que aqui ninguém está preocupado em explorar, em ganhar mais –, concordariam com um salário de US\$1 mil? O patamar seria este: o salário mínimo será US\$1 mil e, a partir daí, vamos ver qual é o ajuste que podemos fazer no campo do trabalho e no campo da previdência.

Pela manhã, ninguém respondeu – naturalmente, aqueles que são contra nós e têm uma visão pró-reforma.

A pergunta fica de novo, porque, sinceramente, eu acredito que esse projeto não passa aqui. E, se não passar, nós vamos ter que nos sentar, conversar. Que bom que o Relator está aqui! Veja como é difícil para quem defende essa reforma. O cara pega, e dizem: "Mas qual é a posição do Relator?"

O Relator, hoje de manhã, da Câmara, Rogério Marinho... Eu o fiquei conhecendo agora; eu não o conhecia. Estou aqui há 32 anos, mas eu não o conhecia mesmo. Não é menosprezo por ele, eu não o conhecia mesmo, fiquei conhecendo agora o Rogério Marinho. Eu tenho 32 anos de Casa. Vim para cá e nunca mais saí – culpado é o povo gaúcho, viu? Tenho mantido uma coerência. Independentemente de quem está no governo, mantenho sempre a mesma posição. Fechando esse raciocínio, lembro que o Rogério Marinho disse: "Olha, Paim – em outras palavras, ele disse isto –, o Senado é a Casa Revisora". É como se dissesse: "Bom, se vocês acham que não dá e o Relator também acha que não dá..." O Relator manda seis vetos. Eu tenho certeza de que, se eu me sentasse com o Relator com calma, ele diria: "Paim, dá para alterar dez aqui, no mínimo, para construir um tipo de entendimento" – de dez para mais.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se tudo isso...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Se tudo isso é verdadeiro, por que essa loucura de querer aprovar, aprovar, aprovar no grito e na marra? Por que não se vai para a linha do bom senso e nós todos colaboramos com uma grande concertação em cima de uma reforma trabalhista civilizada? Porque esta aqui não é civilizada, esta é desumana!

Eu lembrava, pela manhã – e termino, Sr. Presidente –, que ainda tenho a esperança de que o Senado da República assumam a sua responsabilidade – assumam a sua responsabilidade! É aquela história do centroavante na hora final: "Quem é que vai bater o pênalti? Agora se decide tudo". O centroavante vai lá e diz: "Eu bato". Bate no peito, mete lá na gaveta, e é gol.

Eu estou desafiando, no bom sentido, o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira. Ele é o nosso Presidente. A história do Senado desta República sempre foi de grandes momentos, e o Senado nunca se omitiu. Se o Senado se omitir neste momento, infelizmente, nós voltaremos àquele dia da votação da Lei Áurea entre os escravocratas e os abolicionistas: Rui Barbosa mandou queimar o nome dos escravocratas, e os abolicionistas viraram os heróis da Pátria.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Senadores e Senadoras, eu sempre vi com uma certa preocupação e com uma certa descrença a publicidade em torno da reforma trabalhista proposta pelo Governo. Isso por algumas razões.

Primeiro, pela extensão das mudanças: são mais de cem artigos da CLT que são modificados pela Câmara dos Deputados num período em que o Brasil está passando por sua mais grave crise econômica, social e ética, crise sem precedentes. E são reformas propostas por um Governo que, ao assumir, não disse nada a quem dele participaria a respeito das reformas. Isto é, quem passou a participar do Governo foi na boa fé.

De repente, o Governo, que nós considerávamos provisório, transitório e que trabalharia no sentido de manter, nesses dois anos, o emprego, de conter o processo inflacionário, de promover o equilíbrio da economia, com um programa que não fosse tão ambicioso, mas que fosse necessário para recompor a confiança do empresariado nacional e atrair os investimentos estrangeiros, utiliza essas propostas como meio único e exclusivo para atração de investimentos e credibilidade dos empresários em relação à economia.

Eu pergunto o seguinte: em relação à reforma trabalhista, qual a informação que o Governo deu que mereça a credibilidade no sentido de que isso vai gerar empregos nesses dois anos? Isso só vai gerar divisão entre trabalhadores e empregados, porque o Governo, nesta reforma, dialoga com os empresários contra os trabalhadores. Se nós temos duas classes importantes no Brasil para o desenvolvimento econômico, os empregados e os empresários, por que dividi-las? Por que jogar uns contra os outros? Temos que uni-los em benefício da Nação, mas, da forma como esta reforma foi proposta, haverá uma radicalização se ela for aprovada, ou um massacre verdadeiro do mais forte sobre o mais frágil. Quem é o mais forte? É o empregado? É isso que a Nação quer? Será que é isso que o verdadeiro empresário quer? O empresário quer igualdade de condições, que ele seja bem tratado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

no BNDES, por exemplo, e que o BNDES não dê prioridade aos corruptos, àqueles que estão sugando o dinheiro da Nação, como a JBS, por exemplo. O que o empresário quer é redução de impostos...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... porque nós temos uma carga tributária que é uma das maiores do mundo. E o que faz o Governo? O que faz o Governo brasileiro, não só este como o passado, para imprimir a necessidade de uma reforma urgente no plano tributário?

Aqui mesmo existem propostas. Uma é de minha autoria, sobre o capital, Sr. Presidente, que é a proposta da taxação das grandes riquezas. Não sou eu que estou inventando, foi a Constituinte que incluiu na nossa Carta Magna a taxação sobre as grandes fortunas. Está aí engavetado o projeto! Foi aprovado pela Comissão de Justiça, mas não se pauta.

Então, se for para aumentar a arrecadação, se for para melhorar para o empresário, não é por aqui. Como é que uma lei... Como é que um acordo, Sr. Presidente – já estou passando, mas termino já –, uma convenção coletiva, pode se sobrepor à lei? É o que está na legislação. Com isso, Sr. Presidente, o que é que diz a lei? Que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho têm força de lei sobre nada menos do que 13 itens da reforma trabalhista, entre eles: parcelamento de férias, adesão ao programa do seguro-desemprego, plano de cargos e salários, regulamentação empresarial e assim por diante – entre outros, são 13 itens que estão aqui no projeto de lei.

Outro: os sindicatos existem na nossa CLT para promover negociações, mas existe um dispositivo no novo projeto que praticamente anula a presença dos sindicatos. Por quê? Em uma empresa com mais de 200 empregados, elege-se um representante, e esse representante poderá dispor sobre vários assuntos que são hoje, na CLT, atribuição dos sindicatos. Ou seja, os sindicatos passam a ser meros assistentes, e os empregados, que terão um representante eleito... Esse representante eleito não terá a menor força para decidir sobre questões importantes, como, por exemplo, negociação salarial.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Por fim, há a jornada de trabalho, que é aumentada de oito para doze horas. Hoje há uma compensação quando se aumentam duas horas: pelo menos 20%. Mas não está previsto que, aumentando as quatro horas, o salário será aumentado. Isto é, trabalha-se... Pode haver um contrato de trabalho estabelecendo, em vez de oito, doze horas, mas o que é que vai ganhar o trabalhador com esse aumento de jornada de trabalho?

Por isso, Sr. Presidente, a minha opinião é que o Governo deveria ter deixado para lá essa reforma, deveria ter deixado para o próximo governo, o governo eleito diretamente pela população – em campanha eleitoral, que tivesse a coragem de assumir quais os pontos da reforma que iria fazer se fosse eleito Presidente da República. Porque o que nós estamos vendo hoje é o seguinte: o cara chega na eleição e pratica um verdadeiro estelionato eleitoral. Diz que vai fazer isso, mundos e fundos, que vai trazer para trazer para o povo o céu e o mar com todos os peixinhos. E depois, quando assume, esquece tudo. Isto é, passa a enganar o eleitor, e essa enganação passa a ser uma lei.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Por isso, Sr. Presidente, é que nós no Brasil precisamos de duas reformas para que este País tenha vergonha: da reforma política, para dar maior representatividade aos cargos que exercemos, e da reforma tributária. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde, Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, aqui era para se discutir constitucionalidade, mas quase todo mundo está discutindo o mérito, e é o que eu vou fazer também. Há uns querendo convencer que a lei é muito boa e outros querendo convencer que a lei é muito ruim. E ambos têm razão: ela é muito boa para o empresariado brasileiro, e ela é muito ruim para o trabalhador brasileiro. Simples assim.

O que me preocupa é quando um juiz do trabalho diz: "Só quem nunca administrou uma empresa é contra a reforma." Eu nunca administrei uma empresa, eu sou trabalhadora. Trabalho desde pequena – pequena eu sou ainda, não é? –, desde criança. Fui quebradeira de coco – não sei se o senhor sabe o que é isso – lá no meu Piauí, professora, bancária e hoje estou Senadora. Então, nunca administrei uma empresa não, mas sei das mazelas das relações de trabalho porque fui sindicalista do Sindicato dos Bancários. A gente sabe das mazelas que acontecem. Sei das mazelas que acontecem no canal – talvez o senhor nunca tenha colocado os pés num canal, num laranjal.

Então, a gente sabe como é que é a jornada de trabalho daquele povo, um trabalho análogo à escravidão. O próprio Ministério do Trabalho resgatou 52 mil trabalhadores da escravidão em vinte anos. Agora mesmo, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a pagar cinco milhões a cento e poucos trabalhadores, inclusive a maior parte lá do meu Estado, o Piauí, por conta do trabalho escravo.

Então, esta é a mentalidade: a memória escravista de boa parte do patronato brasileiro. Então, dizer: "Ah, mas ao menos está protegido, porque aumentou a multa de quem não assina carteira." Grande coisa! Alguém já ouviu falar em "sonogômetro"? Porque o "impostômetro", todo mundo elogia. Está exposto aí o pagamento de impostos, a carga tributária exorbitante. Existe o "impostômetro", mas existe também o "sonogômetro" – é feito pelo mesmo pessoal que faz o "impostômetro" –, que mostra a sonegação: a maior parte do empresariado brasileiro não vai pagar multa não – olhem os devedores –, bancos que têm lucros exorbitantes devem à Previdência. Eles não vão pagar, vão esperar o Refis para poder pagar. Então, não venham me falar da modernidade dessa lei não.

Eu vou para o art. 75-E: acidente de trabalho. Eu queria que um dos senhores, talvez o juiz, o comentasse. Acidente de trabalho... Vai-se treinar o servidor, o trabalhador, e explicar: "Olha, esta máquina aqui corta o seu braço se você não tiver cuidado." Depois o trabalhador vai assinar um termo de responsabilidade. Ninguém diz o que vai estar escrito nesse termo de responsabilidade, mas a gente pode imaginar. Ele vai ser responsável. A empresa vai se eximir dizendo: "Não, ele foi treinado. Assinou o termo de responsabilidade." Então, qual é a intenção disso aqui, desse artigo?

A outra questão é a ultratividade – eu queria também que outro comentasse, porque não dá para todo mundo falar. É praxe neste País, desde que eu me entendo por gente – já tenho 67 anos, trabalhando e entrando no mercado formal –, que, até a gente negociar o próximo acordo, vale o acordo anterior. Então, para que isso? Por que acabar com isso? É para aligeirar a negociação, para não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

haver greve. É o seguinte: "É o acordo e acabou, vocês vão ficar descobertos, vamos embora fazer um acordo, vamos embora fazer um acordo". O que é isso? Se eu já negociei no passado, eu quero fazer um acordo para melhorar; aquilo que já passou é meu, já conquistei. E aí alguém vem me dizer que isso é moderno?

O acordo tácito está lá. Imaginem como é que vai ser isso.

E há a formalização. Isso é uma enganação para os trabalhadores. As mulheres, que são milhares neste País, que vendem Avon e que vendem Natura, estão achando – eu ouvi de algumas – que vão ser formalizadas. Será que a Natura vai formalizá-las? Será que a Avon vai formalizar essas mulheres que vendem para muitos e vendem muito? Algumas até conseguem tirar algum dinheiro, um dinheirinho razoável, mas não têm garantia de nada, elas vendem e pronto. E elas estão achando... A propaganda é bonita; é como disse um Senador: a propaganda é a alma do negócio.

Da mesma forma, se fala: "Não, há proteção ao emprego enquanto durar o acordo." E não é verdade, há um "se". Mas a pessoa só diz isto: "Há proteção". Hoje mesmo, aqui, o Deputado autor falou: "Enquanto durar o acordo, está protegido o emprego." Coisa nenhuma: isso só acontece se no acordo houver uma cláusula de redução salarial. Aí, sim, ele vai estar garantido.

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos falar a verdade. Por isso é que precisamos de mais debate. Por isso é que a gente reivindica mais debate. Porque nós começamos esse debate agora. Isso é uma coisa muito séria para a gente estar debatendo assim, às pressas, como se estivesse fugindo da polícia. Eu acho que é um aperto que o mercado está dando no Governo, e o Governo está achando que, na hora em que aprovar isso aqui, o mercado vai sustentá-lo. Vai não, ele vai cair. Depois que aprovar isso aqui, ele vai cair, porque o mercado quer isso aqui. Isso aqui não é mais do Governo, como até falou aqui o Líder, realmente não é mais do Governo não, é do mercado, e o mercado quer isso aqui. Aprovou? Eles vão querer respaldar um governo corrupto? Não vão.

Está terminando o meu tempo, mas quero falar também da questão da segregação entre os próprios trabalhadores. Tem o supertrabalhador, aquele que ganha dois tetos: ele vai ficar fora de qualquer coisa. Ele é autônomo, pode fazer sozinho a sua negociação. Isso para não falar na ausência da proteção na hora da rescisão do contrato. O que é isso? O patrão "erra mais" – "erra mais" entre aspas – na hora da rescisão. Sempre dava errado. Eu era presidente de sindicato e eu fazia questão de estar presente nas decisões: sempre dava errado, e voltava para corrigir. Agora não vai ter assistência de sindicato nem de advogado, ele vai assinar o que tiver na hora da rescisão do contrato. E não é à toa que a maior parte das ações trabalhistas lá na Justiça do Trabalho, a maior parte, é por rescisão de contrato, reclamação de rescisão – eu vi um relatório feito pela própria Justiça do Trabalho.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pois não, Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Nós tínhamos acertado com o Presidente Lobão que se daria oportunidade para quatro representantes de centrais que não estão na Mesa. Então, que eles possam, antes de responderem, fazer as perguntas. Os quatro estão aqui, eu queria só garantir...

Mas me permita também, Sr. Presidente... A assessoria me chamou a atenção porque eu não tinha falado o nome do Ulisses. O Ulisses mostrou aqui uma oratória brilhante, na linha em que eu estou apelando inclusive, que é nesse aspecto de falar do Papa, do lado social, do lado ecumênico inclusive, para ver se sensibiliza os Senadores.

Então, Ulisses, sem sombra de dúvida, eu estou mais ou menos na sua linha, porque tecnicamente eu estou discutindo com eles há mais de 10 anos. Eu achei que eu estava indo bem, mas tudo piorou – digo isso pela proposta que veio hoje. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Paulo Paim, respondo a sua indagação.

Eu estou recebendo a informação da assessoria de que o pessoal será ouvido logo após os Senadores e Senadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente. Por isso você é meu Líder!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E será uma honra para nós.

Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Tenho muita satisfação em chamá-lo de Presidente neste momento, caro Senador Antonio Carlos Valadares, pela posição que V. Ex^a explicitou aqui, mas, mais ainda, pela carta que divulgou no seu Estado entregando os cargos que tinha indicado no Governo por não concordar em sofrer nenhum tipo de ameaça ou pressão para exercer o seu direito livre de votar, porque foi eleito pelo povo de Sergipe para isto, para votar com a sua consciência. Então, tenho uma enorme satisfação de poder saudá-lo neste momento. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu ia falar quando o Senador Lobão estava aqui, porque ele se referiu ao Dr. Ulisses, à Encíclica citada e ao direito de propriedade privada, de que o Papa falou e a Constituição brasileira garante. Só que, no caso da Constituição, ela também garante e define o caráter social das empresas. A empresa precisa ter uma função social, a propriedade privada precisa ter função social. É assim que é definido na Constituição do Brasil.

Mas deixando à parte essa observação, quero também fazer outra, na direção do Juiz Marlos, que aqui, de forma muito enfática, defendeu o seu posicionamento. Ele, perguntando preocupado, questionava se, neste cenário de Congresso Nacional, havia gente com experiência empresarial para votar uma matéria dessa.

Eu quero tranquilizar o Ministro Marlos dizendo-lhe que o que mais há neste Senado Federal e nesta Câmara de Deputados são empresários, o que pouco há é trabalhador, ou representante de trabalhador – empresário não falta. Aliás, V. Ex^s, pela preparação que têm para serem advogados e depois juízes, sabem que os Parlamentos – e o Parlamento em nosso País de maneira especial – são formados sempre pela maioria de representantes da classe dominante na economia. Portanto, aqui, especialmente neste Senado Federal, não há menino, aqui há grandes empresários, e empresários importantes do País. Não fora isso, se tivéssemos aqui trabalhadores, talvez a reforma não estivesse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui hoje, já tivesse caído antes. Portanto, eu quero deixar V. Ex^a tranquilo em relação a este ponto: aqui, no Congresso Nacional, há muita experiência empresarial; o que há em pouca quantidade é experiência de trabalhador – ainda sim, V. Ex^a tem a felicidade de poder estar presente aqui diante de alguns representantes, raros representantes, desses segmentos do País, como os dois que aqui se pronunciaram, o Senador Paim, a Senadora Regina, e tantos outros de nós, que a vida inteira estivemos ao lado desses interesses.

Mas eu gostaria de destacar duas coisas. Os advogados defendem posições em contrário geralmente e, portanto, o fazem com interpretação que têm da lei. E não é uma questão sem discussão a ideia da inconstitucionalidade da reforma. Isso é levantado não por mim, que poderia ser considerada pouco culta para esse desafio, mas por juristas importantes do nosso País. Por exemplo, refiro-me ao princípio da proibição do retrocesso. Em seu voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.105, o Ex^{mo} Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello afirma que...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Ele afirma:

[...] a cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional, impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos [isso que falou a Senadora Regina], venham a ser reduzidos ou suprimidos, exceto nas hipóteses – de todo inócua na espécie – em que políticas compensatórias venham a ser implementadas pelas instâncias governamentais.

E continua mais adiante:

[...] direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjectivo. A ‘proibição de retrocesso social’ [entre aspas] nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas [...], mas o princípio em análise limita a reversibilidade dos direitos adquiridos [...]. A violação no núcleo essencial efetivado justificará a sanção de inconstitucionalidade relativamente aniquiladoras da chamada justiça social.

Portanto, há, sim, uma discussão, um debate grande em relação ao princípio da proibição do retrocesso na Constituição brasileira.

E, quando nós estamos debatendo essa questão, quero afirmar que, neste Congresso, nesta Casa, no Senado Federal, de homens e mulheres responsáveis, não há ninguém aqui que seja contra reformas, sejam reformas da lei trabalhista, seja reforma previdenciária. Ao que se está contra é a esta reforma em si, até porque diversos especialistas em economia foram aqui chamados... Inclusive, o Relator hoje fez questão de reafirmar – o Relator na Câmara – que jamais, em tempo algum, ousou dizer que esta reforma trabalhista será capaz de devolver os empregos ou a geração de empregos aos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileiros. Do que tratam, todos eles, é de uma série de fatores que atuam na economia para desenvolvê-la e que levam à criação de novos empregos. E, entre esses fatores, alguns acreditam que uma reforma deste conteúdo nas leis trabalhistas poderia levar à geração de empregos. E, aí, ele próprio dizia: "Ah, mas vocês falam em precarização. Mas que precarização? Vamos comparar os trabalhadores que vocês estão chamando de precarizados no Reino Unido, na Espanha, com a vida que levam os trabalhadores brasileiros?"

É claro que nós não podemos comparar, não podemos comparar os salários desses trabalhadores. Lá no Reino Unido, mesmo precarizados, conseguem ter muitas vezes maior a base do salário mínimo em relação a dos trabalhadores no Brasil. Mas não é porque eles foram precarizados agora, é porque existia um nível de desenvolvimento social naqueles países que levou à conquista de determinado patamar civilizatório das relações de trabalho e capital que, mesmo esses trabalhadores sendo submetidos a novas normas, eles ainda assim continuam em condições superiores de desenvolvimento social em relação às dos trabalhadores brasileiros.

Falando nessas novas normas... Eu não ouvi ninguém, entre os que falaram, se referir à opinião dos trabalhadores desses países. Não conheço uma só reforma dessas que foram realizadas nesses países que não tenha tido a veemente oposição dos trabalhadores – nenhum desses países. Aliás, o trabalho intermitente no Reino Unido está sendo revisto, discutida a sua revisão.

O que nós não podemos é, em nome de interesse de determinados segmentos e grupos, fazer... Nós não somos aqui... Não fizemos concurso para chegar ao Senado. Nós não estamos aqui defendendo opiniões filosóficas sobre as questões. Nós estamos defendendo opiniões filosóficas com base no voto do povo, e temos a obrigação e o dever de ouvir esse povo para o qual legislamos a respeito desses assuntos.

Então, nós podemos até ter uma posição semelhante à da Justiça do Trabalho, que tem a função social, digamos assim, de equilibrar as relações entre capital e trabalho no nosso País. No Parlamento, nós temos a função também de fazer leis que possam significar um equilíbrio da relação entre o capital e o trabalho, mas jamais uma lei que possa beneficiar apenas o lado do capital.

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para finalizar, Presidente, me preocupa um pouco que, todas as vezes em que se fala nessa questão da contribuição sindical, muitas vezes, a referência se dê sempre aos privilégios que eventualmente esses sindicalistas dos sindicatos que recebem a contribuição sindical possam estar tendo – certamente privilégios bastante distantes dos que recebem os mesmos sindicalistas representantes do empresariado. Para isso, basta ver que as declarações sobre o fim do imposto sindical representam o fim imediato da maior parte dos sindicatos brasileiros. No entanto, quando nos referimos a essa contribuição para as instituições, como as federações das indústrias no Brasil, elas vão significar 10%. Por quê? Porque está sendo mantida a contribuição do sistema S, que é a principal arrecadação de sustentáculo das representações empresariais no Brasil. Portanto, me incomoda – eu confesso –, me cheira um pouco a preconceito de classe essa história do imposto sindical. Há uma certa ojeriza de classe com os trabalhadores, que estes...

É isso o que, primeiro, quero dizer, em meu benefício e em benefício do PT – não sou do PT. Segundo: na Constituinte, de que participei, o PT não defendia imposto sindical.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terceiro: já havia um movimento, até pouco tempo, na Câmara dos Deputados, de discussão de uma nova legislação para o financiamento dos sindicatos no Brasil.

Portanto, esta não é uma questão que não esteja sendo discutida pelos sindicatos ou pela base sindical. O que há, no entanto, é uma certa raiva, um ódio de classes, que nós vimos e ouvimos nos discursos na Câmara dos Deputados, acusando as manifestações políticas de serem financiadas pela CUT, pela CTB, pelas centrais sindicais, mas ninguém acusa a Fiesp e o seu pato de financiarem as manifestações contra esse pensamento.

Então, são dois pesos e duas medidas! Isso me incomoda.

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu quero discutir um novo tipo de financiamento para os sindicatos no Brasil. Acho que há muito equívoco ainda na legislação que prevê o imposto sindical, mas não é possível que possamos fazer isso tendo um certo asco de classe colocado contra a existência dos sindicatos no Brasil e sempre mais benéfico em relação à organização sindical patronal em nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Muito bem, Srª Senadora Lídice da Mata.

Agora quem tem a palavra é o Senador Lindbergh, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Valadares, primeiro quero parabenizar V. Exª pela posição. Eu acho que V. Exª entra no debate com força, com a sua liderança, e eu tenho muita esperança de que essa reforma trabalhista não seja votada no dia de amanhã.

Quero, primeiro, falar sobre isso. Não adianta Romero Jucá chegar aqui amanhã, Senadora Lídice, querendo passar ares de normalidade, porque não há normalidade nenhuma no País. Estamos vendo uma denúncia do Procurador-Geral contra o Presidente da República, que deu uma entrevista coletiva agora completamente atordoado, esvaziado, sem a presença do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado.

Sinceramente, acabou o Governo. Eu fico pensando: como é possível alguns Senadores acreditarem num acordo com esse Governo em relação a vetos? Esse Governo acabou. Eu, Senadora Lídice, tenho convicção de que, na hora de uma votação em painel aberto transmitida para o Brasil inteiro, ele não vai ter os 172 votos. Estão dizendo que tem 200. Ele perde 40 do dia para a noite numa votação como essa.

É uma situação de muita gravidade. Eu, no processo do *impeachment*, repetia que o Temer ia ser blindado, porque a Constituição diz que o Presidente não pode ser investigado por fatos anteriores ao mandato, mas ele conseguiu cometer um crime neste mandato, naquela conversa com o Joesley. E, dali, houve o monitoramento da Polícia Federal do Rodrigo Rocha Loures, que foi um intermediário. E seguiram e pegaram R\$500 mil, de um processo que era semanal. Eram R\$500 mil por semana durante 20 anos!

Ele vem agora dizer que não há provas. Claro que há provas!

Então, será uma maldade com o povo trabalhador brasileiro a gente colocar um projeto desses para votar assim, numa situação como esta. Então, eu conto muito com o senhor, Senador Valadares,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a gente amanhã fazer um convencimento aqui. Eu sei que o placar não está fácil para eles também não. Há muitos Senadores virando, como há muitos Deputados virando, não estão querendo ficar junto com esse Governo.

Hoje tivemos um debate pela manhã. Eu queria repetir centralmente a mesma intervenção que fiz pela manhã, porque hoje inclusive usei... O Relator na Câmara, Rogério Marinho, veio aqui, Senador Valadares, na última vez, um mês atrás. Inclusive tivemos uma discussão, porque ele começou a sustentar a tese de que as grandes mudanças na Constituição aconteceram quando houve a ruptura do processo democrático. E ele citou a Constituição de 67.

Eu mostrei para ele hoje as notas taquigráficas. Ele teve o desplante de falar isso. Você sabe que, quando houve o golpe do Pinochet e o Chile foi o primeiro país a aplicar o neoliberalismo na América Latina, Milton Friedman fez uma declaração dizendo que se deve aproveitar uma crise, real ou pressentida, para impor todo o novo programa. É o que eles estão querendo fazer aqui, no País, com uma violência gigantesca. Mas, como o Relator Rogério Marinho admitiu que houve uma ruptura do processo democrático, eu, sinceramente...

Hoje a Presidente Dilma fez postagens. Acho que muitos Senadores tinham que pedir desculpas à Presidenta Dilma, porque a irresponsabilidade, Valadares, foi gigantesca. Nós paramos o País desde a eleição da Dilma, em 2014, quando o Aécio pediu recotagem de votos, depois fez aliança com Eduardo Cunha, e criamos essa situação toda no País que estamos vivendo agora, uma crise sem precedentes. Por isso, Senador Valadares, quero entrar nos pontos que para mim são importantes.

Como o Deputado Rogério Marinho falou de ruptura do processo democrático... Para mim o que houve foi um golpe. E um golpe de classe. O que está por trás dessa reforma trabalhista, para mim, é muito claro: redução do custo do trabalho, redução de salários, retirada de direitos.

Não quero teorizar, mas vivemos o momento de uma hegemonia brutal do capital financeiro. Está havendo diminuição de taxa de lucros das grandes corporações capitalistas no mundo inteiro. E a saída tem sido qual? Apertar os trabalhadores, reduzir salários, volto a dizer.

Aqui no Brasil, convivemos com duas coisas: um ajuste fiscal em conjunto com ajuste no mercado de trabalho.

Quais são as principais medidas do ajuste fiscal? Foi a PEC dos gastos, a Emenda à Constituição nº 95, que vamos ter que desfazer porque não se governa o País com essa emenda constitucional, que coloca um limite absurdo nos gastos sociais. Não limita juros, mas limita os gastos sociais. Vamos ter problemas seriíssimos na saúde e na educação nos próximos anos. E há a reforma da previdência.

Sempre digo que o problema do País hoje não é o problema fiscal. A grande questão nossa é uma estratégia para retomar o crescimento econômico. Para isso, teríamos que fazer política fiscal anticíclica, teríamos que aumentar o investimento, teríamos que usar os bancos públicos, as nossas empresas estatais. E, quando a economia crescesse, fariamos superávits maiores. Mas não. Eles dizem que o problema é fiscal apenas, de ajuste das contas públicas.

Pois bem, é aí que eu pergunto: e a contribuição do andar de cima? E a contribuição dos mais ricos, dos bancos, das grandes empresas? Nada, nenhum ponto. Tributação de grandes fortunas, não; lucros de dividendos, não. É tudo aperto em cima do mais pobre, é tudo aperto em cima do trabalhador. Para os mais ricos o que temos é Refis, é a discussão da anistia de 10 bilhões da dívida de ruralistas com a Previdência Social...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Da Previdência Social! Vinte e cinco bilhões de Refis para grandes bancos, para as grandes empresas.

Então, sinceramente... Hoje pela manhã usei o termo "plutocracia", que é governo para os ricos, governo para os mais abastados. É isso o que está acontecendo aqui no País.

Juiz Marlos, a Gleisi, inclusive, fez um questionamento ao senhor quando o senhor foi ao plenário, que acho que é um questionamento pertinente, não só ao senhor mas a nós, altos funcionários públicos, sejam Parlamentares, juízes, membros do Ministério Público. Porque a gente faz um debate descolado da realidade. Lembro-me de que a Senadora Gleisi falou para os senhores: "Poxa, mas o juiz tem dois meses de férias, e os senhores estão querendo parcelar as férias do trabalhador em três vezes. O trabalhador tem um mês de férias!"

Diria mais. Eu descobri que, neste momento, está tramitando tanto a reforma trabalhista quanto a Lei Orgânica da Magistratura. Na reforma trabalhista é só retirada de direitos. Na Lei Orgânica da Magistratura, que está aqui em minhas mãos, é só aumento de privilégios. Então, vejam bem. Diante de um terço de adicional de férias para o trabalhador, sabe, o que estão propondo aqui para os juízes? Férias de juiz é um salário inteiro.

Há muito mais. Estão falando aqui em redução do tempo de almoço, de uma hora para meia hora. Sabe o que é falam para o juiz? De um auxílio-alimentação de R\$1,7 mil – 5% do salário! Estão querendo tirar o tempo do trabalhador que se desloca de transporte para o trabalho. Estão querendo acabar, porque hoje ele recebe, conta para a hora de trabalho. Para o juiz, sabe o que estão fazendo? Um auxílio-transporte de mais R\$1,7 mil – 5%! Tem até adicional de deslocamento!

Estou impressionado com isto aqui. Quem está fazendo isto aqui está completamente distante do mundo real, das pessoas. Na proposta para os magistrados você tem um auxílio sabe para quê? Auxílio-mestrado: você recebe mais 5%; para doutorado são 10%. Tem até auxílio-mudança: se você faz uma mudança, tem um auxílio-mudança que é de um salário e, se você tiver um dependente, são dois salários. Tem plano de saúde e tem auxílio-saúde. Isto aqui é um escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Permita-me interromper V. Ex^a.

Gosto da fluência com que V. Ex^a fala e das justificativas que apresenta em seus discursos. No entanto, quero ponderar que, apesar de serem três minutos, nós já demos mais de seis minutos a V. Ex^a e nós vamos dar mais dois minutos para encerrarmos esta reunião com a oitiva das lideranças sindicais. Estamos recebendo pressão lá do Plenário porque vai haver uma sessão deliberativa. Mas respondi o seguinte: a única reunião de debates que a Comissão de Justiça realizou foi esta, que começou às 15h. Então, é bom que os Senadores saibam que nós temos de cumprir a Ordem do Dia, mas que nós também temos de cumprir esta agenda, em primeiro lugar, que foi anunciada por antecipação. V. Ex^a tem mais dois minutos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Valadares, vou concluir.

Não estou falando só dos juízes não. Sou autor de um projeto aqui para limitarmos as férias a um mês. Aqui também são dois meses de férias. Mas não é colocado para votar nunca.

Tem mais aqui, só para concluir. O senhor sabe que, se um juiz tiver um filho de 0 a 6 anos, ele recebe auxílio-creche de R\$1,7 mil durante seis anos? Se o filho dele tiver de 6 a 24 anos, recebe outro, o auxílio-educação. Agora, enquanto a gente tem isto aqui, esses altos privilégios, o senhor sabe o que é que estão propondo para o trabalhador, o autônomo exclusivo? Uma fraude: ele não vai ter décimo terceiro, ele não vai ter férias, ele não vai ter FGTS.

Trabalho intermitente é escravidão. Eu quero chamar atenção para essa desigualdade, para esse descolamento da realidade dos altos funcionários públicos ou mesmo dos funcionários das grandes empresas. É só massacre em cima do povo mais pobre, do povo trabalhador.

Eu encerro, me dirigindo a Dr. Ângelo e a Dr. Guilherme Guimarães, fazendo uma pergunta muito objetiva...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... sobre o inciso XIII do art. 7º, que diz o seguinte:

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Eu quero que falem aqui sobre o acordo individual. Na minha avaliação, isso aqui é claramente inconstitucional.

Eu queria que os senhores também falassem sobre essa figura do autônomo exclusivo – e encerro dizendo isto –, porque o autônomo exclusivo para mim é uma fraude. Eu queria que os senhores se aprofundassem nesse tema. Por exemplo, uma empregada doméstica hoje poderia virar uma pessoa jurídica nessa figura de autônomo exclusivo? Se pudessem responder dando exemplos, inclusive, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço ao Senador Lindbergh.

Agora vamos ouvir as lideranças do movimento sindical. Vamos combinar aqui que serão três minutos mesmo para cada um. Será o suficiente para vocês manifestarem os seus posicionamentos.

Ubiraci Dantas de Oliveira, representando a CGTB.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos.

Eu queria agradecer ao Presidente, Senador Valadares, e agradecer ao companheiro Paim e à companheira Vanessa, pela justiça das coisas e por nos terem dado esta oportunidade.

Eu queria dizer, pegando um outro aspecto, o seguinte: qual é a lógica geral desses últimos governos? É aplicar a política neoliberal tendo como eixo central a sangria de recursos para o capital financeiro internacional. Senão, vejamos. De 2003 para cá, foram nada mais nada menos que R\$3,54 trilhões destinados para fora. Do Temer para cá, foram R\$550 bilhões enviados para o exterior. Resultado disso? Isso é tudo por causa da taxa de juros elevada, esse mal que destrói a indústria





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nacional, esse mal que acaba com a pequena e média indústria e que vai transformar – a CNI que se cuide – a CNI em escritório de executivo de multinacional, porque estão destruindo as empresas brasileiras. E, com a destruição dessas empresas brasileiras, já chegamos a 26,5 milhões – e explico – de desempregados, sendo 14 milhões que estão procurando emprego e 12,5 milhões que não estão procurando emprego porque já cansaram de procurar e não acharam. A situação é essa.

A destruição do parque industrial nacional está arrasadora. Não existe País, não existe Pátria se não houver uma indústria pujante. Vamos desenvolver pelo nosso País! Essa política de criar multinacional resultou no que resultou: corrupção ativa para tudo quanto foi lado...

(Soa a campanha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ...Odebrecht, JBS, esse pessoal todo aí. Então, nós precisamos, objetivamente, fortalecer...

E não vai ser à custa do trabalhador, tirando seus direitos, que se vai resolver o problema do emprego. Conversa! O que resolve o problema do emprego é reduzir a taxa de juros a níveis internacionais; o que resolve o problema do emprego é fazer a formação bruta de capital fixo chegar aos 25%, como um outro Presidente aí já tinha falado.

Por isso, companheiros trabalhadores, povo que está nos ouvindo, Srs. Senadores e a Mesa, é importante virar o raciocínio. Nós não podemos trabalhar no raciocínio da política neoliberal, que fica discutindo "tira um pouco ali, tira um pouco ali, precisa de reforma aqui, precisa de reforma ali". O que precisa é reformar o sistema financeiro, a política de mandar dinheiro para fora. Aí, não tem saúde, não tem educação, não tem saúde para o nosso povo.

Por isso, eu queria agradecer profundamente esta oportunidade de dizer que os trabalhadores estão atentos. E, no dia 30 de junho, nós paralisaremos o Brasil novamente, juntamente com todos os trabalhadores do País, dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para concluir, Sr. Ubiraci.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Pois não.

Para dizer o seguinte: "Vai parar de cabo a rabo, de Norte a Sul do Brasil, porque a gente não aguenta mais essa situação."

Terminando: tirem o dinheiro daqueles que roubaram o Brasil e devolvam para a nossa Pátria, para os cofres públicos! Tirem o dinheiro daqueles que roubaram a previdência – muito bem colocado – e aí, sim, vai sobrar! Tirem o dinheiro dos juros e aí, sim, vai sobrar dinheiro para o nosso povo, vai sobrar dinheiro para o investimento público e vai sobrar dinheiro para esta Nação!

Muito obrigado, Presidente; muito obrigado, Senador Paulo Paim. A gente vai vencer essa batalha, porque o povo vai parar na sexta-feira. E, na próxima semana, nós vamos derrotar essa proposta que está aqui apresentada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Edson Carneiro, da Intersindical.

V. Sª tem a palavra por três minutos.

O Presidente já começou a Ordem do Dia.

O SR. EDSON CARNEIRO – Boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queria, em nome do Senador Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimentar todos os Parlamentares que apoiam os trabalhadores. Quero também, em nome do Juiz Marlos Melek, cumprimentar todos os bilionários deste País, todos os ricos, aqueles que ganham milhões e milhões explorando o povo brasileiro. Ainda que o juiz não seja um bilionário, ele vem aqui expressar uma posição que só beneficia os bilionários deste País, só beneficia aqueles que lucram bilhões e bilhões, explorando o povo brasileiro, e querem aumentar os seus lucros piorando as formas de contratação da força de trabalho no Brasil.

O que se trata nesse relatório que tramita no Senado Federal a passos largos, sem debate com o povo, é de introduzir novas formas de contratar a força de trabalho mais barata, pagando menos salário com menos direito. No debate que é moderno, a modernização para eles é aumentar os lucros, reduzindo o salário, reduzindo direitos e levando milhões de pessoas ao empobrecimento neste País.

O Juiz Melek diz que a terceirização é uma realidade no mundo e, por isso, nós temos que aceitar. Durante séculos, a escravidão foi uma realidade neste País. Durante séculos, foi uma realidade e foi necessário sequestrar os negros africanos para fazer trabalho escravo aqui, para enriquecer essa mesma elite que ganha dinheiro como hoje. E aquela realidade foi combatida e mudada, porque as pessoas não se acostumam com uma realidade que não lhe é favorável. E o que se quer fazer aqui é a volta da escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Paim, por favor, venha presidir a reunião.

(Soa a campanha.)

O SR. EDSON CARNEIRO – O que querem fazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu vou lá votar; depois, vocês vão votar também. Viu? Já começou uma votação nominal.

A gente vota e volta.

O SR. EDSON CARNEIRO – Essas novas formas de contratação da força de trabalho vão colocar milhões de pessoas escada abaixo da miséria. E queremos saber: é moderno levar milhões de pessoas ao empobrecimento? Queremos perguntar aqui, para os Senadores: vocês são biônicos? Vocês foram indicados pelo Presidente da República ou vocês foram eleitos pelo povo brasileiro? E, se foram eleitos pelo povo brasileiro, têm a obrigação de votar e de dizer o que pensam sobre essa lei. Não foram indicados por Temer; foram eleitos pelo povo brasileiro e, portando, não podem esquivar-se da sua responsabilidade, de votar o projeto do amigo do Rocha Loures, que está na condição em que está porque atende aos interesses dos ricos neste País.

Sabemos que essa reforma trabalhista não vem para gerar nenhum emprego; vem para migrar os postos de trabalho formais, com carteira assinada, para bicos, para ser autônomo, para ser intermitente, para ser PJ, para ser terceirizados. Queremos ver. Os médicos serão terceirizados, os professores serão terceirizados.

Quero saber quando é que esses Senadores que estão aqui votando contra o povo brasileiro vão viver com o salário de terceirizados; quero saber quando é que o Sr. Ricardo Ferraço vai viver com salário de terceirizado; quando ele vai botar os seus filhos em uma empresa de terceirizados, e não jogar o povo brasileiro nessa desgraça, que é esse projeto. Não há outra palavra a dizer acerca dessa desgraça que vem para cometer o povo brasileiro, para aumentar o lucro de uma minoria, que nunca,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nunca, soube o que é sacrificar-se pelos seus filhos. E nós, povo brasileiro, vamos nos unir, no dia 30, vamos parar o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. EDSON CARNEIRO – Greve! Vamos derrotar essa reforma, e o Senador que votar esse projeto aqui... Não vamos fazer como o Aécio Neves, que manda matar quem delata, não vamos fazer como o juiz do TSE que corta o pescoço. O povo brasileiro tem moral, mas o povo brasileiro nunca mais vai votar nesses senadores, nunca mais vai votar em quem vota contra os trabalhadores.

Obrigado, Senador Paim, um grande abraço. Os trabalhadores vão lutar, e vamos impedir, no amor ou na dor, a aprovação dessa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Edson Carneiro Índio, da Intersindical. Antes, falou o Ubiraci Oliveira, como havíamos combinado, da CGTB.

Agora, fala o Arthur Bueno, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne quatro centrais e 18 confederações.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Senador Paulo Paim, que preside esta Mesa. Cumprimento aqui os demais Senadores e Senadoras, todas as lideranças sindicais e todos aqui presentes.

Senador, ouvi atentamente a palavra de cada um que me antecedeu.

É importante dizer que, quando se fala que essa reforma trabalhista vem para acabar com o desemprego, nem mesmo aquele que enviou esse projeto para a Câmara dos Deputados acredita nisso. Tanto é verdade que o Ministro da Fazenda estava inclusive articulando para ampliar o tempo do salário desemprego. Aliás, estava inclusive articulando para que se impedisse o trabalhador de receber cem por cento do seu Fundo de Garantia quando fosse demitido e defendendo que esse dinheiro fosse utilizado para ampliar o salário desemprego. Então, nem mesmo ele acredita. Ainda bem que me parece que desistiram de viabilizar essa ideia absurda.

Não temos nenhuma dúvida, Senador, de que essa reforma trabalhista vai precarizar; vai, realmente, aumentar o número de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. E, aí, é importante dizer que a responsabilidade deste Senado, em especial daqueles Senadores que estão realmente apoiando essa reforma trabalhista é enorme. E também não é menor a responsabilidade daqueles empresários que também estão apoiando essa reforma.

Quero dizer aqui, publicamente, que o nosso fórum já notificou todas as entidades que representam, em terceiro grau, os empresários – CNI, CNC, CNF e CNA – no sentido de que, se essa reforma for aprovada, já que eles estão apoiando essa reforma, não temos nenhuma dúvida de que essas empresas vão se tornar um inferno, sem condições, realmente, de produzir, porque os trabalhadores não vão suportar esses ataques e a retirada de seus direitos.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o movimento sindical, que sempre resistiu, que resistiu à ditadura, que resistiu a tudo que veio contra os trabalhadores, não será agora que vamos deixar de resistir a mais esses ataques que estão acontecendo.

Quero aqui, para finalizar, Senador, dizer a todos os Senadores que o nome de cada um dos senhores e das senhoras será divulgado amplamente em seus Estados, divulgando a forma como cada um votou. Esse é um compromisso que o nosso fórum está assumindo aqui publicamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Um minuto.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos virar esse jogo, que a justiça será feita e que essa reforma será rejeitada.

Lembro ainda que, dia 30, sexta-feira, nós vamos fazer o maior ato de repúdio a essa reforma. Trabalhadores e trabalhadoras, vamos fazer uma greve geral e uma grande manifestação em nosso País contra essa reforma que retira direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senador, e um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi Arthur Bueno, que falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, entidade que reúne quatro centrais sindicais e 18 confederações.

Agora, com a palavra o Sr. Carlos Silva, que falará pela Central Pública e pelo Sinait.

O SR. CARLOS SILVA – Senador Paim, muito obrigado.

Eu cumprimento o senhor ao tempo em que cumprimento os colegas de Mesa, os Senadores presentes e os colegas sindicalistas presentes.

Eu quero dizer que o Sinait assina, juntamente com a ANPT, a Anamatra e a Abrat, uma nota técnica que avalia e, de maneira aprofundada, traz os aspectos formais e materiais da inconstitucionalidade da proposta.

Eu quero, aqui, aproveitar para fazer uma leitura um pouco diferente, Senador, do que a gente discute com relação a essa reforma: a ótica fiscal e a ótica orçamentária. E o que a gente tem observado é a irresponsabilidade fiscal e orçamentária com o texto apresentado, tendo em vista que o autor, o Poder Executivo, e os defensores, aqui no Congresso, não se preocuparam com os aspectos do impacto fiscal e orçamentário da proposta sobre o Orçamento da União.

O modelo orçamentário brasileiro, hoje, é constituído com base em três grandes instrumentos: o PPA, a LDO e a LOA. Dentro desses três instrumentos estão parcelas frontalmente atacadas, atingidas com reduções e renúncias de receitas por ocasião, por exemplo e principalmente, da redução da massa salarial que será imposta ao Brasil, por meio de algumas iniciativas contidas na proposta. Por exemplo: o aumento do trabalho a tempo parcial; o aumento do trabalho temporário; a introdução do trabalho intermitente; o autônomo exclusivo; a terceirização desenfreada sem limite; a prevalência do negociado sobre o legislado, que reduzirá o montante, o valor das parcelas salariais; o fim da contribuição sindical obrigatória, que também vai ferir, no arcabouço orçamentário fiscal, a legislação orçamentária brasileira; e a liberação do registro de jornada, que vai viabilizar uma redução da massa salarial.

Nós conhecemos bem a realidade da previdência no Brasil, e eu já tenho apresentado, em outras oportunidades, o quadro hoje, em que, se eu olhar somente para a contribuição previdenciária dos empregados com a massa salarial que nós conhecemos, já concluo que o Brasil hoje deixa de recolher, deixa de receber, porque os empresários colocam no bolso deles R\$117 bilhões, entre contribuição previdenciária dos empregados e Seguro Acidente do Trabalho.

Dada essa perspectiva de redução da massa salarial, Senador e demais presentes, nós teremos, minimamente utilizando, por exemplo, como parâmetro, a redução salarial que um terceirizado tem comparado a um empregado primeiro, de receber 24% em média menos. Aplicando essa comparação,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

teríamos como impacto da reforma trabalhista, de imediato, apenas sobre essas duas parcelas previdenciárias, uma renúncia de receita de R\$23 bilhões.

Para finalizar, com relação à contribuição sindical, hoje, olhando apenas para o recorte da cota-parte da União, Senador Paim... Eu fiz um levantamento, dado que são os auditores fiscais do trabalho que fiscalizam o recolhimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CARLOS SILVA – ... da contribuição sindical e constatei que, no período de 2011 a 2015, foram recolhidos efetivamente, a título de contribuição sindical da cota-parte da União, R\$3 bilhões. O Brasil tem, hoje, três milhões de empresas devedoras da contribuição sindical; três milhões de empresas com um montante estimado em R\$3,5 bilhões.

Teve, então, algum cuidado o autor dessa proposta de acabar com a contribuição sindical obrigatória com esse panorama fiscal orçamentário que foi e tem sido desde sempre desprezado?

Então, trago essa leitura um pouco mais para o lado econômico-financeiro, Senador, acreditando que os meios colegas da Anamatra e da ANPT trouxeram aqui, porque a assinamos de maneira conjunta, uma nota técnica discutindo a inconstitucionalidade do projeto.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Carlos Silva, que falou pela central pública e pelo Sinait.

O Dr. Antônio Galvão Peres tem um problema de voo. Então, ele falará em primeiro lugar, pelo tempo que entender necessário. Eu, normalmente, nesse momento, dou cinco minutos para cada painelista; se necessários, mais cinco.

Então, V. Sª fique bem à vontade, Dr. Antônio Galvão Peres.

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

Foram deferidos dois minutos para eu me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, você vai ter cinco com mais cinco, dez. Se precisar eu dou a você dez.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele tem um problema de voo, por isso terá de sair agora...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos deixá-lo falar. Em seguida, eu passo para V. Exª.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senador Paim, agradeço a deferência e tentarei enfrentar diversos pontos que foram levantados e questionamentos que foram especificamente dirigidos a mim.

Senador Paim, com relação a esse receio do trabalho autônomo da forma como está previsto no projeto, esse receio – e parece-me que explicou muito bem essa questão o Juiz Marlos – é infundado. Eu separei aqui um outro artigo de lei, porque também se discutiu, à época, que essa alteração poderia levar a esse mesmo tipo de entendimento, que é uma alteração que foi feita em 1994 no art. 442 da CLT.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inseriu-se, à época, o parágrafo único no sentido de que: "Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela." Muito se disse, à época, que esse artigo permitiria uma fraude: substituição de trabalhadores por cooperados. Isso não é verdade, porque, se presentes os requisitos de vínculo de emprego, continua existindo o vínculo de emprego. Não se está negando a redação do arts 2º e 3º da CLT. Agora, quando houver a verdadeira figura da cooperativa, ela está sendo privilegiada pela lei.

É a mesma situação, a situação é muito parecida com a regulamentação do trabalhador autônomo. A redação só acaba com a presunção de que, havendo trabalho, presume-se que há emprego. A única alteração efetiva é essa. Agora, presentes os requisitos, especialmente a subordinação, que é o principal traço distintivo entre emprego e trabalho subordinado, continuará havendo a possibilidade de reconhecimento desse vínculo de emprego. O ataque ao projeto por essa porta, com todo o respeito, é um ataque falacioso, porque o projeto não diz isso.

Com relação a questionamentos, até à questão da postura do advogado, mais uma vez, eu digo – já disse isso em uma reunião anterior que houve no plenário... Eu sou professor e sou advogado. Falo hoje aqui como professor. Como advogado, manter a legislação do jeito que está, é algo muito vantajoso para o advogado. Não saber, por exemplo, o que é grupo econômico, não saber quais são as consequências da sucessão trabalhista, não saber se se aplicam ou se não se aplicam as regras do Código de Processo Civil sobre desconconsideração da personalidade jurídica, não saber os limites da responsabilidade do sócio, essa insegurança que existe hoje, pela multiplicidade de entendimento de correntes, é um campo fértil para a atuação do advogado. E esse projeto adota posições claras sobre temas polêmicos.

Como professor – e faço a exposição nesse sentido... V. Exª disse que eu disse que o projeto é ruim. Eu não disse que é ruim. Eu disse que há pontos que são passíveis de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo com V. Exª. V. Exª disse exatamente isto: que há pontos que precisariam ser alterados, modificados, ajustados.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – E qualquer pessoa que ler o texto vai ter a sua opinião sobre determinados artigos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o respeito e concordo com essa sua opinião, porque é a mesma opinião que eu tenho em relação às alterações. No conteúdo, claro, temos posições divergentes, mas é legítimo.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Claro.

Com relação a uma questão levantada pela Senadora Regina, a questão da ultratividade. A Senadora disse que sempre houve ultratividade. Não; não é verdade. A posição do TST sempre foi no sentido de que não havia ultratividade. Houve essa mudança após a Emenda 45. E essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Estava na lei, mas com exceções. Essa posição do TST alterando a súmula que trata do tema já foi enfrentada pelo STF, e o STF, que é o guardião precípua da Constituição no Brasil, entendeu que essa alteração era inconstitucional, que a ultratividade é algo inconstitucional. No despacho do Ministro Gilmar...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Claro. Foi uma liminar em uma arguição em descumprimento de preceito fundamental da Constituição, uma liminar do Ministro Gilmar Mendes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora aqui fala a hora que entender necessário. Se quiser fazer uma consideração...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para dizer que a gente, as categorias, pelo menos, as que têm mais poder de fogo, como a minha, bancária, que sempre teve – fui bancária também – e a gente conseguia, era a última cláusula das nossas convenções. Então, só valia até o próximo acordo.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senadora Regina, esse é um mecanismo...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, se formos botar na lei que é proibido, aí pronto, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é um mecanismo legítimo, a negociação, e não a imposição.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois é, mas aqui está dizendo que não pode haver.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Não está dizendo que não pode haver; está dizendo que não há...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A ultratividade não vale.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Está dizendo que não há ultratividade, mas nada impede que seja negociado. Não há uma proibição à negociação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você pode negociar...

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senador Paim, o voto em separado de V. Exª revela uma divergência que é uma doutrina trabalhista com relação ao modelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique bem à vontade para...

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – ... que se quer.

V. Exª, em um determinado ponto do seu voto, diz que essas alterações levariam a uma heterogeneidade no tratamento do emprego, e é verdade. Essa heterogeneidade é defendida por grande parte da doutrina no sentido de que há diversos tipos de empregados que merecem um tratamento diferenciado. A expressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me – e vou descontar o tempo. Estão me convidando para ir ao plenário para votar autoridades. Esta aqui é a reunião histórica, é a última do debate. Que me desculpem as autoridades,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mas a maior autoridade está aqui, que é o mérito dessa reforma! Não vou, e vou ficar aqui ouvindo todos os senhores. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senador Paim, mais uma vez, obrigado pela deferência.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor me permite, só para botar os pintos nos is. Olha o que diz o artigo: "Não será permitido estipular a duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade."

É o que está escrito.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senadora, o voto do Senador Paim, em separado, critica o tratamento heterogêneo que se dá ao emprego nesse projeto. A expressão que se tem utilizado para designar esse fenômeno é de uma fragmentação interna do conceito de contrato de emprego, no sentido de tratar de forma diferenciada empregados que estão em uma situação diferenciada. O projeto, por exemplo, regulamenta a questão do teletrabalho; cria a figura do trabalho intermitente; trata, mais uma vez, da questão do trabalho a tempo parcial. Então, são categorias dentro do conceito de emprego que o projeto trata de forma diferenciada.

O que se tem feito também em outros países é trazer essa proteção para fora do contrato de emprego; então, fora do conceito de empregado, estender essa proteção. Por exemplo, na Espanha, a figura do trabalhador autônomo economicamente dependente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Exª concorda que, quanto ao trabalho intermitente – e o próprio Relator é contra, já se diz que há um grande acordo –, ele não aconteça no Brasil.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Eu concordo que é uma boa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com o Relator. Não é nem comigo; é com o Relator, o Senador Ricardo Ferraço. Aí há uma concordância.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Há uma concordância no seguinte sentido, Senador: a ideia é muito boa, a ideia vai trazer, pode trazer quem está na informalidade hoje para uma proteção. O risco é a fraude. O risco é a fraude!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Avançamos! Avançamos!

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – O problema está na fraude, assim como houve fraude na aplicação do art. 442, parágrafo único, que eu acabei de citar. Muitas empresas acharam, naquele momento, que se poderia tudo, que se poderia substituir o trabalhador pelo cooperado. E fizeram isso, e houve a atuação do Ministério Público, houve decisões judiciais reconhecendo o vínculo de emprego. Então, nós não podemos trabalhar com a ideia da fraude; nós temos que trabalhar com a ideia de que a boa-fé deve ser algo ordinário.

Então, Senador, agradeço mais uma vez a atenção de V. Exª, a atenção de todos os Senadores. Agradeço aos colegas que participaram desta Mesa e ao Senador Lobão pela oportunidade de estar aqui novamente.

O temos, o que me causa perplexidade é o fato de se tratar um tema tão importante numa agenda política. Nós ouvimos aqui discursos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E com tanta rapidez, não é? Com pouco tempo para o debate, inclusive para V. Sªs.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Muitas das manifestações que ocorreram hoje foram dirigidas a esse ou àquele partido, muitas vezes não se discutiu tecnicamente o que está no texto da lei. E o texto da lei tem artigos, que, na grande maioria das situações, só favorecem o trabalhador.

Cito, por exemplo, a distribuição dinâmica do ônus da prova, no sentido de que o ônus da prova tem que ser atribuído à parte que tem maior facilidade para produzir aquela prova. De que maneira isso prejudica o trabalhador? Há a questão da jurisdição voluntária: de que maneira isso prejudica o trabalhador?

Há diversos artigos... Só, digamos assim, as questões mais polêmicas são destacadas, mas o projeto é muito grande, tem questões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então V. S^a concorda que, quanto às questões polêmicas, nós deveríamos fazer uma grande conversação, uma grande concertação, e alterar o projeto?

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Não sei qual seria, por exemplo, com relação ao trabalho intermitente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí há outros, como a empregada gestante.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Quanto à empregada gestante, a ideia do projeto talvez tenha sido, usando uma expressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mal redigida.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Talvez tenha sido um pouco ingênua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mal redigida.

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – A ideia apresentada foi no sentido de que, se a empregada quiser e se ela obtiver um atestado do seu médico de confiança dizendo que é possível trabalhar naquela atividade, ela poderia trabalhar – como se fosse uma escolha da trabalhadora. Mais uma vez, o risco é a fraude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a fraude, porque o médico da empresa pode ser o médico dela. O médico da empresa vai dizer que ela pode trabalhar em área insalubre, penosa e periculosa.

Só para ajudar: todas as Senadoras da Casa fizeram emendas contrárias, nenhuma delas deixou de fazer isso, independentemente de fazerem parte da Base do Governo, todas!

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Senador, mais uma vez: o problema não é a redação do projeto, o problema é o risco da fraude. Mais uma vez, voltamos ao mesmo ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se você facilitar a fraude...

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Voltamos ao mesmo ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou lembrando: eu dei para ele 10 minutos, e ele está em 15 já! Ele disse que tinha que pegar o voo...

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Mais uma vez eu gostaria...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou lembrando para abrir o precedente para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está aí: quinze por culpa do Senador Paim, que interferiu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu gostei de ouvi-lo, porque ele, em muitas coisas, concordou comigo. Isso não quer dizer que a gente não possa pensar de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos adiante,

O SR. ANTÔNIO GALVÃO PERES – Agradeço mais uma vez, Senador Lobão, e peço desculpas, mas realmente tenho que sair agora, pois tenho um voo às 20h35. Muito obrigado pelo convite, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Antônio Galvão Peres.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ouço V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, o Senador Paim, a Senadora Regina e todos os nossos convidados e convidadas, e permita-me fazê-lo nas pessoas de Vagner, Presidente da CUT, de Adilson, Presidente da CTB, de Índio, da Intersindical, bem como do representante de Bira, da CGTB, e dos representantes da Anamatra.

Senador Lobão, eu só estou chegando agora porque me encontrava em Montevidéu participando de mais uma sessão ordinária do Parlasul, do qual sou integrante.

E ontem, inclusive lá, no Parlamento do Mercosul, Paim, falei, fiz o registro desta agenda de retrocessos em curso no Brasil, pontuando principalmente os reflexos que ela apresenta para o campo da educação, como, por exemplo, a liberação da terceirização, a chamada terceirização da atividade-fim, que o PLC 38, ora em tramitação no Senado, escancara de vez.

E qual é o rebatimento que isso tem, Senador Edison Lobão, no chão da escola? O rebatimento é muito preocupante, porque, com o advento da terceirização irrestrita, ilimitada da chamada atividade-fim, o que vamos, de repente constatar, com o que vamos conviver? Com o professor do chamado contrato temporário, em detrimento daquilo que foi uma conquista nossa em 1988, que foi o concurso público para ingresso não apenas do professor ao serviço público, mas do ingresso do servidor público como um todo. Na área do magistério, isso é muito relevante, porque nesta área a seleção tem de ser pela via do concurso público pelo quanto esse concurso público exige – tem de exigir – do ponto de vista de títulos, do ponto de vista conhecimento, do ponto de vista de experiência. Afinal de contas, o professor não é um agente público qualquer; ele trabalha com algo essencial, que é a formação, o conhecimento. Portanto, com educação, que é imprescindível para um projeto de desenvolvimento de uma nação que se pretende inclusive, justa, generosa.

Quero, portanto, aqui colocar que, sem dúvida nenhuma, este tempo que estamos vivendo é um tempo de muita revolta, porque é quase inimaginável, Senadora Regina, a gente aceitar que um governo, como o Governo que está aí, moribundo, um governo que não tem legitimidade, um governo que, neste momento, enfrenta uma grande adversidade. Além da rejeição recorde – 97%





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

rejeitam este Governo –, neste exato momento, o Brasil convive com o fato inusitado, que é ter seu Presidente denunciado.

Ele não está sendo denunciado pela oposição; ele está sendo denunciado pelo Ministério Público, pela própria Polícia Federal. E denunciado por quê? Por crime de corrupção. E há mais duas denúncias a serem apresentadas. Ao mesmo tempo, o que a gente está vendo é um governo desesperado, desnordeado. Acabou de fazer um pronunciamento agora, completamente desnordeado. É um governo que ainda insiste em negociatas, em oferecer cargo dali, oferecer cargo acolá. Insiste em se manter, repito, no comando dos destinos do País. Isso é algo inaceitável! Como se não bastasse, é um governo que ainda insiste em levar adiante essas reformas, como a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, reformas essas que têm merecido fortemente a nossa crítica pelo quanto de retrocesso elas apresentam. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores sempre dissemos aqui claramente que não somos contrários a fazer o debate sobre as reformas, etc. Agora, o que nós jamais aceitaremos são reformas com esse conteúdo. Porque a reforma trabalhista veio na medida para atender o interesse do patrão, o interesse do empresariado. Ela está aqui agora na CCJ, e a pergunta que se faz é o seguinte: quais são os aspectos do ponto de vista da constitucionalidade desse projeto? Os senhores aqui já discorreram muito bem. E aqui muito se falou, com muita propriedade, como a Anamatra tem se posicionado, dos aspectos do ponto de vista da inconstitucionalidade desse projeto, pelo quanto essa lei fere direitos sociais, direitos trabalhistas fundamentais que nós conquistamos na Constituição cidadã de 1988.

Porque, Senador Lobão, existe algo mais inconstitucional, mais desumano do que fazer prevalecer a tese do negociado sobre o legislado, que é exatamente a base central do projeto? Existe algo mais desumano e inconstitucional do que, como o projeto prevê, permitir que a mulher grávida trabalhe em local insalubre? Existe algo mais inconstitucional do que a figura da chamada pejotização, que transforma o trabalhador em um autônomo e, conseqüentemente, ele não tem assegurados todos os demais direitos que a própria CLT assegura? Ou seja, Senador Lobão, na verdade, a tese do negociado sobre o legislado, vamos deixar muito claro, é uma tese que vem na direção de permitir a supressão dos direitos dos trabalhadores para favorecer exatamente o quê? Os empregadores e o patrão, não é, Paim? Porque se fosse...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, há um informe que chegou agora importantíssimo. É um segundo, Presidente.

"Janot entra com ação no Supremo Tribunal Federal contra a Lei da Terceirização." (*Palmas.*)

Era só isso. A guerra vai continuar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Então, veja bem, para concluir, a tese do negociado sobre o legislado vem na medida, repito, para atender os interesses do empresariado, pelo quanto ela permite suprimir, diminuir, rebaixar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Com essa tese, todos os direitos, do ponto de vista direto e indireto, dos trabalhadores estão em questão. Por quê? Porque o negociado vai prevalecer sobre o legislado em uma configuração que por si só não é ancorada no princípio da justiça, da simetria, muito pelo contrário.

Na hora que o trabalhador está cara a cara com o patrão, Senador Lobão, como caracterizar uma relação dessa de simetria, de igualdade? Claro que não! É uma relação por si só exatamente já desigual, o patrão com o empregado, repito, na tese de prevalecer o negociado sobre o legislado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, em uma configuração dessa, o trabalhador já sai perdendo. E aí ele pode realmente perder, sem dúvida nenhuma, direitos no que diz respeito ao décimo terceiro, a férias, à jornada de trabalho, a uma série...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... uma série de conquistas que a lei já assegura exatamente ao trabalhador.

Então, eu encerro dizendo não só da nossa esperança, mas da nossa confiança de que essas reformas vão ser barradas, porque, acima de tudo, a gente acredita muito na capacidade de luta da classe trabalhadora neste País.

Dia 30 está chegando. E eu acho que o dia 30 vai ser um dia de maior mobilização do que foi o dia 28, inclusive em função do contexto que nós estamos vivendo: um Presidente denunciado, no exercício do cargo, por atos de corrupção. Isso nunca existiu no nosso País! E este Senado tem que se dar um gesto, Regina, de um mínimo de vergonha e de decência, porque este Senado – pelo amor de Deus! – não pode, de maneira nenhuma, cometer um crime desses. Além do retrocesso que são essas reformas, no contexto que nós estamos vivendo, repito, de um Governo sem legitimidade, um Governo denunciado agora por atos de corrupção, o Senado não pode, de maneira nenhuma...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... repito, convalidar e aprovar essa reforma trabalhista.

Por isso que digo da nossa esperança e da nossa convicção de que essas reformas não prosperarão. Elas vão ser barradas. Assim como não há mais saída para esse Presidente, a não ser deixar o cargo; sair pela mesma porta dos fundos por onde ele entrou, e a gente trazer a democracia e o respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil de volta com a realização de novas eleições diretas.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Dr. Adilson Gonçalves.

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – Bem, Presidente, eu queria agradecer a oportunidade, agradecer aos Senadores, às lideranças do movimento sindical, aos representantes que compõem esta Mesa.

Eu diria que, do ponto de vista da conveniência, se de fato não convém uma escola sem partido, não seria conveniente um Senado sem política. Falo isso – infelizmente não está mais presente – porque nós não podemos ter uma visão legalista deste debate que nós estamos tendo aqui. Eu sei da importância do meu papel como representante da classe trabalhadora. E acho até que cumpriu o papel o debate acerca da inconstitucionalidade, o que demonstra também que de fato o Brasil está dividido.

Quero aqui recordar o que foi dito em 18 de maio deste ano, há 39 dias: "a crise institucional é tão grave que a reforma se tornou secundária". Quem falou isso foi o Senador Ricardo Ferraço. Isso em um tempo...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu liguei para ele cumprimentando-o. No outro dia, ele mudou de opinião.

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – Mas imagine: se há 39 dias, quando da divulgação dos áudios, ele externou essa opinião, com o agravamento da crise, parece-me que isso já não é mais secundário, que isso tem de ser delegado ao terceiro ou quarto plano. O tempo exige sensibilidade.

No calor da ruptura democrática, um representante do empresariado brasileiro, motivado pela pressa de conduzir as reformas, teria dito: "É chegado o mal agora, para que possamos beneficiar poucos." É uma máxima de Maquiavel. O que ele quis dizer com isso? Tem de fazer as reformas para encher a burra dos banqueiros, dos rentistas, de dinheiro. Há uma pressa em se ganhar à custa da desregulamentação. Um custo de mão de obra mais barato enseja aumentar a cesta de lucro das empresas.

Esse problema da instabilidade econômica vai ter de encontrar o seu caminho. Nós podemos até retomar o crescimento econômico, mas pergunto: consagradas essas reformas, em que condição viverá nosso povo?

O Brasil – permita-me dizer com todo o respeito, Marlos – não é um Brasil somente de caminhoneiros. Os caminhoneiros são uma parcela, são trabalhadores autônomos. Os trabalhadores gostariam de perceber um salário de R\$30 mil por mês. Mas o Brasil não compete só aos autônomos. É um Brasil desigual, é um Brasil que concentra muito a riqueza, é um Brasil que tem diferenças importantes. O trabalhador assistido pela CLT, como o motorista de ônibus, gostaria de receber um salário melhor. E é muito decorrente da representação sindical que ele briga para melhorar, na negociação coletiva, muitas vezes, a sua condição de vida. Eu sou bancário também, como a Senadora, e confesso a você: mesmo com a grande concentração e com a alta lucratividade apurada pelos bancos nos últimos anos, nessa negociação coletiva, nós fizemos um acordo com reajuste abaixo da inflação por dois anos. Mas a relação entre capital e trabalho se estabeleceu.

Muitas coisas que se apresentam de forma alvoroçada representam certo ensaio: "Olha, essa matéria nós vamos resolver na queda de braço. Vai ganhar quem tem mais força." Não tenho dúvida de que, se prevalecer essa tendência, perderemos todos.

O Senado cumpre um papel fundamental neste diálogo. Acho que aquilo que está sendo feito aqui tem motivado, inclusive, a atenção dessa sociedade descrente, à luz de um Governo impopular. A imprevisibilidade sugere muitas coisas. Inclusive, há aqueles que acham que o melhor caminho é aprofundar o conservadorismo...

(Soa a campanha.)

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – ... tendente à multiplicação desse ódio doentio, que não leva ninguém a lugar algum!

Então, acho que temos muitas coisas sobre as quais precisamos dialogar entre nós. Acho que o debate do contrato temporário, do contrato intermitente e do contrato autônomo, da pejotização, desse arcabouço, da ultratividade, que põe em xeque as negociações e convenções coletivas... Se prevalecer isso, nós vamos para a falência!

E aí eu penso que talvez tenha sido a opção do Governo fazer a reforma trabalhista porque, por tabela, não precisa mais discutir a reforma da previdência. Para quê? Está consagrada. Nós não vamos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ter como dar sustentação à previdência com a precarização do trabalho, com contratos precários, com a subcontratação, com o trabalho análogo à escravidão...

(Soa a campanha.)

O SR. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO – ... com uma regulação desprovida de regras, de bases, que dê sustentação, que alimente o sonho dessa família brasileira, que sofre ainda em decorrência do atraso secular.

Então, eu penso que a saúde há de indicar que o Senado possa se posicionar. Eu acho que a gente pode fazer o bom e correto diálogo com o nosso povo. Um povo descrente, mas que tem muita fé que a gente possa encontrar uma solução e um caminho que possibilite a justiça social em um Brasil soberano e menos desigual.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Guilherme Guimarães.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado, Senador Lobão, Senador Paim, Senadoras. Este debate foi muito importante, e a Anamatra louva a ocorrência do debate e se apraz em participar dele.

A rigor, apenas uma questão foi dirigida a mim pelo Senador Lindbergh, mas preciso fazer outras ponderações em função do que disse o Senador Lindbergh. Eu começo por dizer o seguinte: as posições que a Anamatra traz aqui não são posições da diretoria da Anamatra, são posições que a Anamatra retira dos juizes do trabalho do Brasil, que se reúnem em uma instância estatutária que se chama Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, que é a instância deliberativa máxima da Anamatra. Ali são votadas teses. Essas teses ancoram as posições da Anamatra neste Parlamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que, com muito orgulho, participei já, como convidado.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – De fato, Senador, V. Ex^a esteve lá algumas vezes.

E quem puder ler a nossa nota técnica, no que diz respeito à Anamatra, verá que muitas das teses que referi aqui derivam do que se defendeu lá e que democraticamente prevaleceu em plenária; são as posições que, com legitimidade, nós trazemos. Mas nós representamos a magistratura do trabalho na sua inteireza, e, sinceramente, Senadores, me causa uma grande espécie que o fato de um juiz vir aqui se posicionar de outro modo, ainda que não seja da maneira como a Anamatra pensa, como é o caso do colega Melek, traduza como reposta um ataque, que não foi pessoal, mas foi à condição profissional. E aí eu me sinto na responsabilidade de fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, o que o Senador Lindbergh leu foi um anteprojeto que em determinado momento surgiu no Supremo Tribunal Federal, realmente, com uma série de direitos, de penduricalhos, que não prevaleceu, que não teve o apoio sequer das associações de juizes e que não está no Parlamento, morreu no Supremo Tribunal Federal. Eu participei da última sessão administrativa em que isso foi votado, os direitos e prerrogativas da magistratura, e esta série de direitos que foi aqui referida não prevaleceu. Então, esta não é uma realidade. Agora, há férias de 60 dias? Há. Agora, permitam-me: o bancário tem uma jornada de 6 horas, e a Anamatra defende que ele mantenha essa condição; o advogado empregado tem uma jornada de 4 horas, e a Anamatra defende que ele mantenha essa posição; o radialista tem direito legal a gratificação de acúmulo de função, e a magistratura defende





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que ele mantenha essa condição; a magistratura tem um direito histórico, que são as férias de 60 dias, e defende esse direito – podemos discuti-lo, mas a Anamatra defende esse direito.

Por fim, acho que é relevante dizer isto: talvez seja melhor discutir, sempre, nas próximas ocasiões que haverá, a constitucionalidade e o mérito, e não a condição de quem fala. Acho que isso não nos leva a nada, nos divide, e a Anamatra aqui registra o protesto, porque acho que não é um bom caminho para se discutir essa matéria.

Volto ao cerne da questão, à pergunta que o Senador me fez. O Senador indagava o que tanto eu quanto o Dr. Fabiano pensamos da literalidade da Constituição com relação ao acordo escrito ou, na verdade, à negociação coletiva para efeito de flexibilização. Isto disse no início: para mim, aqui há, de fato, inconstitucionalidades literais, nada principiológico, as possibilidades de flexibilização estão claramente descritas.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – O participante que me sucedeu, o professor, dizia: "Ah, mas há uma dúvida quanto a isso." Há uma dúvida, há quem diga que o inciso XXVI do art. 7º permite negociação coletiva para pior em qualquer circunstância, para tudo. Mas, aí, me permitam também dizer isto: há aqui até uma grosseria hermenêutica, digamos assim, porque, se fosse esse o caso, o Constituinte originário não teria colocado "ressalvada a negociação coletiva" e "salvo acordo ou convenção coletiva" em apenas três incisos, bastaria o inciso XXVI e estaria tudo abrangido por isso. Então, me parece o melhor entendimento, e aqui já há, a meu ver, pelo número de hipóteses do art. 611-A, uma inconstitucionalidade formal.

Uma outra será a possibilidade de que, por acordo escrito, um hypersuficiente econômico – qualquer trabalhador que receba mais de R\$11,5 mil, dois tetos do regime geral – possa dispor de qualquer direito nos termos do art. 611-A. Isso não é constitucional. A Constituição não abriu essa exceção. Se se trata de empregado, as flexibilizações possíveis naqueles três temas se darão por meio de negociação coletiva, ponto final. Não há alternativa, não há hipótese, não há ressalva e, portanto, a lei não pode fazê-la.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Finalmente, Senador, há ainda outro aspecto que não tive tempo de mencionar. Se a questão é o açodamento, talvez os Srs. Senadores pudessem levar em consideração o seguinte: após a aprovação da Emenda 95, que é exatamente a do teto de gastos, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias recebeu um art. 114 que diz o seguinte:

A tramitação de proposição elencada no *caput* do art. 59 da Constituição Federal [por exemplo, projeto de lei; por exemplo, proposta de emenda constitucional, e por aí vai], [...] quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, [...] para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

Isso está nas mãos dos Senadores, se quiserem, porque é constitucional. Esse projeto implica, inclusive, renúncia fiscal, na medida em que, para o bem ou para o mal... E a Anamatra tem a posição do Conamat contra a contribuição sindical obrigatória, mas acha que isso deve ser progressivo. Da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

maneira como está, prejudicará o funcionamento dos sindicatos e, da maneira como está, será perda de arrecadação, já que parte disso, indevidamente, vai para a União, do dia para noite. Então, aqui há uma renúncia de receita evidente.

Outra, embora indireta, é o fato de que prêmios, ajudas de custo etc., mesmo que habituais, não terão caráter salarial, não incidirá Imposto de Renda, não incidirá contribuição social. Renúncia fiscal.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Nada obsta que estes 20 dias sejam legitimamente requeridos pelos Senadores, com o quórum do art. 114, para se discutir este impacto orçamentário...

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... e esta renúncia fiscal.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Dr. Ângelo.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador Edison Lobão.

Vou me ater aqui aos aspectos que foram debatidos pelos Senadores que trouxeram as ponderações e pelos colegas que nos acompanharam nos debates.

Com o Dr. Antônio Galvão, que já saiu, nós concordamos – e o próprio Senador Paim – que este texto – e ainda bem que ele teve essa ponderação – tem que ser modificado. O Senado não pode ser um mero chancelador, carimbador daquele texto que foi ampliado, de uma maneira desproporcional, trazendo 117 artigos, quase 200 dispositivos, e não fazer qualquer tipo de alteração, com o Senador Ricardo Ferraço tão somente recomendando veto ou edição de medidas provisórias. Esse não é o papel do Senado: propor seis vetos e algumas medidas provisórias.

Entendemos que o Senado deve discutir, fazer as alterações e mandar de volta para a Câmara. Este é o seu papel constitucional.

E aqui faço uma defesa também da nossa nota técnica e do voto do Senador Paim, porque nós sabemos que ele utilizou a nossa nota técnica. Dizer que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nota técnica está na íntegra dentro do meu voto em separado.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Pois é.

E dizer que o voto do Senador Paim não analisou, não adentrou nos aspectos constitucionais, apenas ladeando em princípios, é desmerecer o trabalho dessas associações que representam milhares e milhares de agentes públicos especialistas no Direito do Trabalho, no processo do trabalho e nas causas que são submetidas à Justiça do Trabalho.

Nós enfrentamos ponto por ponto. Foi um trabalho a oito mãos. E, aqui, eu falo de quatro associações. E, além de terem sido debatidos os princípios que devem ser trazidos pela boa doutrina constitucional, do Direito Constitucional, foram trazidos pontos diretamente afetados nisso. Foram quatro entidades: a Abrat, o Sinait, auditores fiscais, advogados trabalhistas, procuradores do trabalho e juízes do trabalho.

Trouxemos pontos diretos de dispositivos, como a questão do trabalho autônomo, que, de fato, como foi perguntado aqui pelo Senador Lindbergh, esvazia por completo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, diferentemente do que o próprio Dr. Marlos Melek alega com relação a essa questão dos caminhoneiros, dos médicos, enfim, se fosse para esses casos, que fosse pelo menos limitado. Em nenhum momento, o projeto de lei traz qualquer limitação para esse trabalho autônomo exclusivo e contínuo. Se a ideia era fomentar os autônomos que têm um caminhão, um médico que ganha R\$20 mil por ser autônomo, que seja literal essa previsão, e não que se deixe de uma maneira aberta, permitindo que qualquer empresa possa demitir os seus trabalhadores e passar a utilizá-los como autônomos exclusivos, com todos os elementos configuradores da relação jurídica. E não venham dizer que o art. 2º e o art. 3º vão resolver essa situação, porque não vão. Sabemos que serão mais e mais fraudes encontradas, e que o Ministério Público do Trabalho, a fiscalização do trabalho e a Justiça do Trabalho terão muito trabalho à frente para descaracterizar essas falsas relações, de falsos trabalhadores autônomos.

Com relação à questão da institucionalização do bico, da questão dos garçons, da possibilidade de que os garçons passem a fazer trabalhos intermitentes, entendemos que o projeto tem que trazer limitações, seja para setores, seja para percentuais. É claro que empresas como a Volkswagen não vão ter trabalhadores intermitentes em sua integralidade, mas outras empresas terão, sim, podem ter certeza disso. Terão sim.

(Soa a campanha.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Nas grandes empresas, por haver sindicatos fortes que representam as categorias, talvez terão, esses sindicatos, maior poder de negociação nessas questões.

Trago também a questão da contribuição sindical e do fortalecimento da negociação coletiva, que foi trazida, salvo engano, pela Senadora Lídice da Mata: retira-se a contribuição sindical obrigatória, mas não se mexe uma vírgula no Sistema S. Sessenta por cento do orçamento das receitas da Fiesp vem do Sistema S, apenas 11% vem da contribuição obrigatória, e 72% da Fierj, do Rio de Janeiro. Então, não vai fazer diferença para os sindicatos empresariais, para as confederações empresariais, se for retirado isso aí.

Aqui parto para as questões dos Senadores, que foram trazidas. Já falei que o Senado é a Casa revisora. Uma discussão com relação ao Senador Antonio Valadares: não há qualquer dado do Governo que demonstre claramente, com dados concretos, com estudos estatísticos, que essa reforma gere empregos. Realmente, não há. Quero que me mostrem um, porque não tem.

A questão do ajuste fiscal foi trazida pelo colega Carlos Silva.

Sobre se a empregada doméstica e pessoa jurídica podem ser transformadas em autônomo exclusivo, claro que sim. Elas podem ser. A diarista, que não vai mais ser diarista, vai prestar serviço quatro, cinco vezes por semana, e vai ser autônomo exclusivo. Pode ser. Por que não poderia ser? Claro que poderá ser. Daí, o trabalhador vai ter a certeza de que vai estar enquadrado naquela situação jurídica e não vai procurar o Judiciário. Muitas vezes, a fiscalização não pode ir ao domicílio, que é preservado pela Constituição. Então, serão milhares de trabalhadores, especialmente no Nordeste, Senador Paim, onde há muito essa cultura, infelizmente. Vários e vários empregados domésticos serão transformados em trabalhadores autônomos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, são essas contribuições, para eu não me alongar muito, Presidente Edison Lobão. Agradeço, mais uma vez a oportunidade e coloco à disposição a ANTP para as tratativas que porventura vierem a ser realizadas no futuro. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Ulisses.

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – Senador Edison Lobão, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer, do fundo do coração, a defesa de V. Exª à minha alma. Tenho certeza de que, no dia do juízo, vou precisar de um santo forte para me defender. Falo com convicção; não falo para fazer graça.

Eu também quero levantar que um aspecto em relação ao nosso Presidente da Anamatra: como advogado, defendo que sala de juiz tem que ser que nem de jogador de futebol a Seleção Brasileira. Sinceramente falando, também, nós precisamos ter uma magistratura fortalecida. É inadmissível que membros da magistratura procurem também atuar como professores para ter uma complementação de renda e, muitas vezes, estarem envolvidos até com agiotas etc. Isso não tem o menor cabimento e só prejudica a sociedade como um todo.

Então, sinceramente, eu acho que são temas independentes e defendo, como sempre defendi, inclusive participando da OAB, em determinadas circunstâncias, que nós temos de ter uma magistratura forte e independente. E este País, neste momento, mais do que nunca, precisa disso, ou seja, de uma magistratura forte e independente.

Também gostaria de fazer uma correção de justiça: acho que essa proposta é brilhante. Ela foi muito bem feita e é uma proposta de pessoas com inteligência e que entendem do riscado; porém, ela está a serviço do desmonte da legislação trabalhista brasileira, e, nesse sentido, considero que ela não vale nada. Contudo, ela é um esforço, realmente, de pessoas que conhecem do assunto e sabem o que estão fazendo.

Talvez, a proposta devesse ser assim: como desmontar a legislação brasileira fazendo-se de conta que não a estamos desmontando? Bom; vamos colocar as nossas cabeças para pensar. Isso é legítimo para um determinado segmento.

O que eu busquei trazer como contribuição para este debate, Sr. Presidente, não foi, de maneira nenhuma, fugir da questão técnica, porque temos todas as condições de enfrentar a questão técnica também, não só na condição de advogado, como na condição de professor e na condição de cidadão. Mas o fato é o seguinte: essa proposta implica um retrocesso que nos faz voltar aos fundamentos que levaram à construção do Direito do Trabalho e ao patamar do Direito do Trabalho que a Constituição de 1988 estabeleceu.

Há coisas que são inacreditáveis. Eu falo isso, como professor, em grupos de estudos das reformas e os alunos dizem: "Mas não é possível, professor, que seja isso!" E a gente vai fuçando, vai olhando e chega à conclusão de que, realmente, é isso.

Vou dar um exemplo para a minha classe. A proposta dispõe sobre honorários recíprocos de sucumbência na Justiça do Trabalho. Isso não existe nem no Direito Civil, onde eles se compensam! Há honorários de sucumbência quando a vitória é total ou quando a derrota é total; não quando há decisão procedente em parte. E, aqui, pelo que estou entendendo, se o trabalhador pedir 10 itens na sua reclamação trabalhista, perder dois e ganhar oito, ele vai pagar os honorários do advogado da empresa em relação ao dois que ele perdeu. Essa é uma situação que me parece totalmente descabida, especialmente para ela partir da Justiça do Trabalho, em que nem honorários havia, salvo em situações específicas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na verdade, o que me parece é que isso só espantará, cada vez mais, o trabalhador da Justiça do Trabalho. E a Justiça do Trabalho já se afirmou como instituição; o Direito do Trabalho também já se afirmou como ramo do Direito como um todo, tanto que, hoje, se nós formos ver as alterações processuais, constataremos que elas copiam, sobremaneira, a CLT e as leis específicas de processo do trabalho.

Só para dar um exemplo, eu me lembro de que, quando comecei a ter as minhas primeiras aulas na faculdade, o professor dizia assim: "Não; a citação é um ato sagrado, tem que vir um oficial de justiça, pegar..." Aí a pessoa saía pela porta dos fundos etc. e tal. No processo do trabalho, com uma simples notificação pelos Correios e está citado, acabou-se. E hoje, o processo civil copia isso. Então, o processo do trabalho amadureceu muito. E o Direito do Trabalho também amadureceu muito, trazendo significativa contribuição para o Direito Constitucional e para todas as demais ramificações do Direito.

Antes, se quem militava na área trabalhista era visto como...

(Soa a campanha.)

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – Só complementando, Sr. Presidente.

Se quem militava na área trabalhista era visto como jurista de segunda categoria, hoje não é não, graças ao amadurecimento da sociedade como um todo.

Portanto, concluo dizendo, para aqueles que acham que vai haver uma redução do custo Brasil, que isso não tem cabimento.

Foi citado aqui o Prof. Cássio Casagrande, que tem um artigo belíssimo – *A Reforma Trabalhista e o "sonho americano"* –, onde ele cita, no direito americano, como há proteção aos trabalhadores sim. Ele fala aqui, só para completar mesmo, Sr. Presidente, que a IBM, em 2006, pagou US\$65 milhões em *class actions*, que são ações trabalhistas, e não há lá um fórum trabalhista específico. O Wall-Mart, em 2014, pagou US\$188 milhões, em indenização vinda da justiça, a 187 mil trabalhadores. Há vários exemplos aqui. Em fevereiro de 2017, a Disney pagou, na Justiça Federal da Califórnia, US\$100 milhões de indenizações.

Então, não é uma situação em que a Justiça do Trabalho esteja simplesmente tornando o Direito do Trabalho uma simples loteria. *Data maxima venia*, a Justiça do Trabalho ainda é uma justiça de desempregados, porque nós não temos, ainda, garantia de emprego nem pela regulamentação do inciso I do art. 7º, nem pela Convenção nº 158, que, justiça seja feita, este Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República da época denunciou como ato unilateral. E o Supremo está nos devendo, há mais de uma década, a resposta se a denúncia a tratado internacional pode se dar como ato unilateral do Chefe do Executivo, sem a participação do Legislativo. Se é necessário o Legislativo para ratificar,...

(Soa a campanha.)

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE – ... é óbvio que há necessidade de o Legislativo também para denunciar.

Então, nós não temos aspectos básicos, o que torna a Justiça do Trabalho, infelizmente, uma justiça de desempregados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a posição do PSB, que aqui represento, é radicalmente contra essa reforma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acabamos de ouvir o Dr. Ulisses. Só queria que ele levasse um forte abraço para o pai dele, que foi meu parceiro durante anos e anos aqui no Parlamento.

Leve um abraço para o Dr. Ulisses, por favor.

O SR. ULISSES BORGES DE RESENDE (*Fora do microfone.*) – Você é sempre gentil, Senador Paim. Muito obrigado.

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – Sr. Presidente, ao tempo em que desejo a todos uma boa noite, a todos os colegas de Mesa, especialmente ao nosso Presidente da Anamatra, todos sem exceção que falaram, Senador Lobão, faço um registro aqui muito especial para dois Senadores da República. Vou falar por ordem alfabética, aqui.

Primeiro, para o Senador Paulo Paim, que demonstrou, nessa caminhada, ser uma pessoa muito autêntica, uma pessoa que quando fala demonstra uma inteligência, e uma inteligência do bem no sentido de que pontua as coisas que precisam ser debatidas. Isso é fundamental, isso enriquece, isso acresce, isso é importante.

De outro lado, o Senador Ricardo Ferraço, que, dentro da sua concepção, também defende com o mesmo brilhantismo as ideias, que são diametralmente opostas, mas dentro do mais lídimo ambiente democrático. Isso que é fundamental. Então, fica o registro da homenagem aos dois Senadores, que, em que pese com ideias absolutamente distintas, conduzem os trabalhos no Parlamento, cada um com a sua ideia, com muita autenticidade e com muita inteligência.

Eu queria dizer também que aqui eu não falo em nome de A, B ou C. Colocaram na placa "TRT 9ª Região". Eu não falo em nome do nosso tribunal; eu falo em meu próprio nome, como Juiz do Trabalho e dentro das convicções que eu tenho do que é o melhor caminho para o nosso País. De forma alguma falo em nome de bilionários. Imaginem vocês! Há tão poucos bilionários neste País! A imensa massa de empresários está toda quebrada, os trabalhadores estão quebrados... Entenderam? Então, nós temos ideias diferentes para chegarmos a um país ideal. É simplesmente isso. E eis a construção do debate democrático, que não é feito de maneira açodada, porque, gente, direito do trabalho se debate neste País há mais de 30 anos: flexibilização, até que ponto.... Eu lembro que, quando eu comecei na faculdade de Direito, fui a um seminário promovido pelo Prof. Dallegrave, e já naquele seminário a tônica era a flexibilização no direito do trabalho. Então, isso vem se construindo ao longo do tempo.

Quero dizer para a Senadora Regina que o termo de responsabilidade que o trabalhador assina, que S. Exª citou, é para o teletrabalho. Está escrito ali que ele está se responsabilizando pela integridade dele. Sim! Dentro da casa dele! O próprio colega disse que não se pode entrar na casa das pessoas para fiscalizar ninguém. Então, esse termo de responsabilidade é exclusivo para quem trabalha em casa, o que a lei passará a regular, se aprovada.

O acordo tácito que a Senadora Regina mencionou hoje é texto de súmula do TST. Se aprovado, apenas vai virar lei o que já é previsto pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A questão das verbas rescisórias. Gente, eu faço 30 audiências por dia. Quando eu pergunto, imediatamente, "você não recebeu as rescisórias?", dizem: "Eu recebi. Estou postulando diferenças





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque, se eu ganhar as horas extras que estou pedindo, vai ter que se recalcular a rescisória". É raríssimo o caso de uma empresa que não paga o acerto final do trabalhador. Então, nós precisamos desmistificar uma série de coisas.

É lógico que nós tratamos aqui hoje dos temas mais polêmicos: nós tratamos do trabalho intermitente, nós tratamos da terceirização, da não pejotização – que, deixo bem claro, não é possível hoje nem será possível amanhã. Eu até permito um aparte ao nobre colega. Não é porque estou falando por último que vou ser o senhor da verdade, de maneira alguma. Mas a diarista jamais poderá ser autônoma, porque a lei tomou o cuidado de escrever "desde que sejam atendidos todos os aspectos legais". Então, o representante comercial tem lei que o regula; aspecto legal.

(Soa a campanha.)

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – O caminhoneiro autônomo tem lei que o regula; aspecto legal. Mas uma costureira não pode ser autônoma, porque não ela não tem lei que a regule. A diarista não pode ser autônoma, porque não tem lei que a regule. Então, "atendidos todos os critérios legais". Só para aquelas profissões que podem ser autônomas, porque têm leis específicas que as regulam.

Então, se vocês analisarem as duzentas e poucas alterações que são feitas, entre incisos, artigos etc., vocês vão perceber que, tirando quatro, cinco aspectos polêmicos, o restante da lei é maravilhoso.

O colega colocou também – e permito-me um aparte: "Ah! Mas, se ele ganhar oito e perder dois..." Ganha! Se ele ganhar oito, vai... Olha que maravilha! Vai ganhar honorário de sucumbência em cima de oito coisas que pediu. Agora, sobre aquilo que pediu e não ganhou é justo que o advogado que trabalhou receba! Ou nós vamos advogar aqui que o advogado trabalhou, mas não vai receber? Não é?

Então, são aspectos que precisam ser debatidos, estão sendo debatidos num ambiente absolutamente democrático, dentro de regras democráticas.

(Soa a campanha.)

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – Não houve urgência dentro desta Casa, está passando por todas as comissões; numa, ganhou; noutra, perdeu.

E olha, eu, como brasileiro, e hoje como magistrado – porque digo para a Senadora que já saiu daqui que já debulhei milho. Ela me perguntou se eu pisei em canavial. Eu já debulhei milho. Está aqui a minha carteira de trabalho com a minha cara cheia de espinha, muito jovem, entenderam? Já fui trabalhador, já fui empresário. Em momento algum, tive a intenção, como a Senadora colocou, de desqualificar esta Casa, que não tem pessoas que assinaram... Não! Eu citei apenas em relação ao trabalho intermitente. É absolutamente impossível você ter uma empresa laborando, rodando com a maioria de trabalhadores intermitentes. Eu, como empresário que fui, jamais conseguiria imaginar a minha empresa trabalhando dessa forma.

Então, fui trabalhador, fui empresário, hoje estou juiz, sou magistrado, e não posso admitir um ataque do Senador Lindbergh, da Senadora Gleisi em relação à magistratura brasileira, como já bem defendeu o nosso Presidente Guilherme Feliciano. Não é razoável, até porque eu, como brasileiro – anotem nos *Anais* desta Casa –, seria o primeiro a defender e mandar um memorial para cada Senador de qualquer partido que, por favor, não votem em nenhum privilégio para a magistratura. Nenhum,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nenhum! Votem apenas os nossos reajustes salariais, da mesma forma como é merecido para qualquer trabalhador brasileiro. É só isso que nós pedimos. Não queremos aumento, apenas reajuste salarial.

(Soa a campainha.)

O SR. MARLOS AUGUSTO MELEK – É o que nós pedimos para o Congresso Nacional, que teve muita sensibilidade em avaliar, lá na Câmara, o projeto de lei e também aqui no Senado Federal.

Que a democracia seja feita; que o Brasil ganhe, seja com reforma, ou, se for vencedora, a não reforma, a alteração da reforma, mas o nosso trabalho foi feito com espírito republicano e com muita responsabilidade, seja para os trabalhadores, seja para os empresários.

Muito obrigado.

Boa noite a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço a contribuição valiosa que nos trouxeram os nossos convidados e encerro a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Paulo Bauer, José Serra, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, José Medeiros, Kátia Abreu e Wellington Fagundes. Usam da palavra o Senador José Medeiros e a Senadora Kátia Abreu. A Presidência registra a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira. Deixa de comparecer o Senador Ronaldo Caiado. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas. Colocados em votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 24, de 2017-CCJ, de adiamento da votação do Projeto para o dia 05/07/2017. REJEITADO. Requerimento nº 25, de 2017-CCJ para votação em globo dos destaques individuais para votação em separado das Emendas. APROVADO. Requerimentos nºs 26 a 42, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Paulo Paim, de destaque para as Emendas nºs 515, 516, 518, 519, 520, 522, 528, 529, 531, 532, 533, 627, 628, 630, 631, 632, 634; Requerimentos nºs 43 a 57, de 2017-CCJ, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, de destaque para as Emendas nºs 535, 537, 538, 540, 542, 543, 544, 545, 547, 552, 553, 555, 574, 575 e 576; Requerimentos nºs 58 a 65, de 2017-CCJ, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, de destaque para as Emendas nºs 671 a 678. REJEITADOS (em globo). Submetidas à votação nominal destacadamente, em decorrência da apresentação dos Requerimentos nºs 66 e 67-CCJ, de iniciativa da Bancada do PT, são rejeitadas as Emendas nºs 512 e 595; e em decorrência da apresentação do Requerimento nº 68-CCJ, de iniciativa da Bancada do PSB, é rejeitada a Emenda nº 605. Aprovado o Requerimento nº 69, de 2017-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24 de 2017 - "Requeiro, nos termos do art. 315 c/c art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PLC nº 38, de 2017 – Reforma Trabalhista, para a sessão deliberativa ordinária desta Comissão que ocorrerá no dia





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

05 de julho de 2017." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 25 de 2017 - "Requeremos, nos termos regimentais, a votação em globo dos requerimentos de destaque individuais para votação em separado apresentados ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 515 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 516 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 518 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 519 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 520 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 522 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 528 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 529 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 34 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 531 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 35 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 532 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 533 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 627 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 38 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 628 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 630 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 631 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 632 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42 de 2017 - "Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 634 de 2017, apresentada ao PLC 38 de 2017." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 535 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 537 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 538 apresentada ao PLC





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 540 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 47 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 542 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 48 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 543 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 49 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 544 apresentada ao PLC nº 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 50 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 545 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 51 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 547 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 52 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 552 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 53 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 553 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão" Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 54 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 555 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 55 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 574 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 56 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 575 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 57 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 576 apresentada ao PLC 38/2017, perante esta Comissão." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 671 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 672 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 673 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 674 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 62 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 675 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 63 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 676 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 64 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 677 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 65 de 2017 - "Nos termos do art. 312 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 678 ao PLC nº 38, de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 66 de 2017 - "Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque de bancada para votação em separado da emenda 512 do Senador Eduardo Braga apresentada ao Projeto de Lei da Câmara 38 de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Senador Lindbergh Farias. ITEM





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 67 de 2017 - "Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque de bancada para votação em separado da emenda 595 do Senador Lasier Martins apresentada ao Projeto de Lei da Câmara 38 de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Senador Lindbergh Farias. ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 68 de 2017 - "Nos termos do inciso II e do Parágrafo único do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 605 ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017." Autoria: Roberto Rocha. ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 69 de 2017 - "Requeremos, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária e da Ata da 22ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram.

A presente reunião destina-se à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

Srs. Senadores...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já concedo a palavra, pela ordem, ao Senador.

Srs. Senadores, eu tive que me submeter a uma cirurgia e fiquei ausente dos trabalhos do Senado Federal e desta Comissão por um período. Estou, desde ontem, interrompendo essa licença médica para, de algum modo, aliviar as costas, ainda que largas, do Senador Anastasia, que vêm sendo muito judiadas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas agradeço a S. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, ele está acostumado. Já foi muito mais... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... por ter prestado mais esse relevante serviço ao Senado Federal.

Eu fiquei em casa, mas, de algum modo, acompanhava os debates e pude ver o quanto S. Exª se houve bem na condução dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Com vossa inspiração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E louvo também os Srs. Senadores todos pela participação que nesse período tiveram.

Eu tive notícia da realização de um acordo que teria sido firmado, foi firmado entre os Senadores da oposição e os Senadores da Bancada do Governo, da maioria. Eu pediria ao Senador Anastasia, que sancionou esse acordo, que nos fizesse um relato para que eu seja atualizado quanto a ele e possa cumprir o que os Senadores e o Presidente deliberaram naquela ocasião.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu me inscrevo depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, exato.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Primeiro, Presidente, eu fico muito agradecido com as palavras de V. Exª. Na verdade, cumprimos o nosso dever, e o exercício da função em exercício da Presidência, sob a inspiração de V. Exª, é sempre uma tentativa de... O Presidente, aqui, na verdade, tenta compor todos os interesses e permitir que as coisas fluam bem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na semana passada, como V. Ex^a disse, nós fizemos aqui uma reunião, que terminou muito bem através de um acordo que foi feito com todos.

O acordo consta das notas taquigráficas e se cinge basicamente em um objeto: que teríamos esta reunião de hoje – na realidade, refletia um acordo que houve na CAS, na semana anterior, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy – a leitura dos votos em separado, já que, na semana passada houve a leitura do relatório do eminente Relator, Senador Romero Jucá. Isso seria em uma reunião ordinária entre 10h e 16h. Claro que, começando mais tarde, o tempo se delonga em poucos minutos necessários para tanto. Até as 16h a leitura dos votos em separado; depois disso, a discussão, na forma regimental; e, depois da discussão, a votação, na data de hoje, na CJJ, do projeto. Foi esse o acordo. Eu acho que todos se lembram bem. Está escrito aqui nas notas taquigráficas.

Então, Sr. Presidente, foi esse, exatamente, o teor do acordo que fizemos com a aquiescência de todos os membros.

É o relato que faço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu entendo, portanto, que o acordo, repetido pelas palavras de V. Ex^a, consiste em apresentação dos votos em separado até as 16h. A divisão do tempo, então, se fará aqui equitativamente. A partir das 16h, a discussão, e, em seguida, a votação, resumidamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, o Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Tivemos uma reunião aqui, na semana passada, em que foi discutido esse acordo de procedimentos, inclusive a leitura dos votos em separado até as 16h. Ficar falando "acordo", "acordo", assim, eu te confesso que nos estranha, porque, para o Senador Romero Jucá, não aconteceu nada no País; para a gente, aconteceu uma coisa muito grave: de quarta-feira para cá, houve uma denúncia do Presidente da República, denunciado por corrupção passiva. Ele indicou o Rodrigo Rocha Loures, que pegou mala com R\$500 mil. Isso foi monitorado pela Polícia Federal. Para o Senador Romero Jucá não aconteceu nada. Ares de normalidade! Então, nós temos acordo de procedimentos, agora nós achamos que é um absurdo haver esta votação no dia de hoje e vamos lutar até o final para convencer os nossos pares de que não é correto fazer uma votação neste momento. É um governo que acabou.

Eu conversava agora com lideranças da Câmara dos Deputados. Não há jeito, Senador Lobão, na hora em que se abrir aquele painel, em uma votação transmitida pelo País afora, não vão existir 172 votos.

O que causa mais indignação à gente, é o fato de o Senado não ser a Casa revisora que tem de ser neste momento. Aqui, o Senador Lasier, por exemplo, apresentou um voto em separado, que, acho, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras deveriam levar em consideração. Não é o que eu defendo. Ele defende a reforma trabalhista com mudanças em pontos importantíssimos. Agora, vejam bem, já seria desmoralizante para o Senado de qualquer forma vir aqui, e a gente não mexer em nada, deixar o mesmo projeto da Câmara. Não há necessidade. Volta para a Câmara, que vota logo depois.

Nós estávamos fazendo isso, agora fazer isso depois da denúncia, com o Presidente desmoralizado, é colocar o Senado Federal de joelhos. Então, eu faço este apelo aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não quero participar de nenhum tipo de acordo com o Líder Romero Jucá em relação a esta matéria, que é uma matéria criminosa contra o povo trabalhador. Vamos respeitar aquilo que foi estabelecido sobre o tempo de leitura, agora eu vou tentar até o final convencer os pares. Lá à frente, a gente vai apresentar, na hora da votação, um recurso para tentar adiar esta votação, para a gente construir algum tipo de acordo em que o Senado seja preservado, em que o Senado tenha uma postura altiva, porque o Senado pode ir em uma linha que não é a minha, porque sou contra o projeto, mas de aprovar o projeto com mudanças. Eu acho que cresce esse sentimento aqui.

Encerro, novamente dizendo isto, Presidente, Senador Lobão: o Senado não mexer em nada neste momento significa ficar de joelhos diante de um Governo completamente desmoralizado. Há a espera de um acordo com quem pode não ser o Presidente da República em agosto. Ele é que diz que vai vetar, mas ele pode não ser Presidente da República em agosto.

Então, vamos trabalhar aqui nesta expectativa de que esta votação não aconteça no dia de hoje. Para isso, vamos tentar convencer os nossos pares.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, como fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – A Senadora...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Como fui citado, Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Jucá, vou um pouco na mesma linha, apenas com uma diferenciação.

Se V. Exª me permitisse, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Em seguida, fala V. Exª.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente Lobão.

Acho que o Senador Lindbergh faz aqui uma ponderação sobre a qual, na realidade, nós já iniciamos um debate, no dia de ontem, no plenário do Senado Federal. Foram vários Parlamentares, Senadores e Senadoras, que ocuparam os microfones, uma parte significativa defendendo que não se votasse a matéria hoje. Ninguém está aqui a desconhecer um acordo feito, mesmo porque nem poderíamos fazer isso, porque participamos do acordo. Entretanto, a vida não é estática. A vida não é estática. Aconteceram mudanças significativas, Sr. Presidente, e, por conta até disso, é que, no plenário, ontem, a matéria foi muito debatida.

Nós não estamos aqui somente, como diz o Senador Jucá, para votar uma matéria, um projeto, que não mais é do Poder Executivo. Concordo, Senador Jucá, com V. Exª. A matéria não é mais do Executivo. A matéria é do Poder Legislativo. Mas veja bem: o que está no relatório contradiz essa questão, porque aponta uma série de problemas, e são problemas graves, não são problemas simples. Ontem, na audiência pública, o Senador Lobão esteve o tempo inteiro aqui. Quero cumprimentá-lo por isso, Senador. Esteve aqui o tempo inteiro! O Senador Lobão mesmo viu que até os convidados que vieram defender o projeto, defender a reforma, levantaram a necessidade de corrigir vários aspectos, de corrigir muitos aspectos.

Então, estamos apreciando aqui o relatório para aprovar como está. Vamos aprovar como está para quê? Para que o Presidente Michel Temer possa corrigir algo. Vai sair daqui tudo errado, cheio de problemas, prejudicando não só os trabalhadores, mas também o próprio Estado brasileiro, para que o Presidente da República corrija a matéria através de vetos e de medida provisória. Então, veja: se a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

matéria é do Parlamento, por que devolvermos ao Presidente, para o Presidente corrigir, se esta é nossa tarefa, se isto, muito mais do que nossa tarefa, é o nosso dever?

Então, compreendo o que o Senador Lindbergh levanta. Não se trata apenas de dizer que vamos ficar daqui até o fim lutando. Obviamente, vamos, mas quero retomar o debate de ontem, Presidente, e encaminhar a V. Exª um requerimento verbal e encaminhar também um pedido muito sensibilizado ao Senador Romero Jucá. Nós já dissemos ao Senador Romero Jucá que não somos contra a reforma trabalhista. Há muitos itens do projeto que podem ser aprovados, mas o que nós não queremos é que, lá adiante, sejamos julgados por omissão. E, mais do que isso, lá para o ano de 2018, para a população, para os trabalhadores brasileiros, nós teremos feito a maldade, para depois o outro corrigir. Que outro? O momento já seria muito grave em tempos de normalidade, essa decisão. E em tempos turbulentos, como este em que nós vivemos?

Então, faço um apelo, Senador Jucá. Sei que V. Exª está com muita firmeza, mas eu acho que a hora agora é de a gente unificar o Parlamento e não de dividir o Parlamento. Cada dia mais as questões, o debate em torno da matéria vai ficando claro. Não é o debate da oposição contra a situação. Não! Não é o debate!

O Senador Lasier – e eu me referi a isso ontem –, do Rio Grande do Sul, tem um voto em separado importante. Importante! Nós estamos à disposição para discutir o voto em separado do Senador Lasier.

Então, esse é um pedido que fazemos, Senador, para que a gente possa adiar essa matéria, para que tenhamos um tempo para concertação...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e possamos chegar, se não à unanimidade, que é muito difícil em uma matéria como tal, mas a um consenso do que poderíamos aprovar, com um número mais significativo de votos, mas trabalhando e corrigindo todos os problemas que o projeto trouxe – e vieram da Câmara todos os problemas – ainda aqui no Senado Federal.

Então, é um apelo, é o requerimento que faço a V. Exª para o adiamento da discussão e da votação, Presidente Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª MARTA SUP LICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu estive presente em todos acordos, obviamente, da Comissão que presido, que é a Comissão de Assuntos Sociais, e aqui também nesta Comissão, à qual pertenço.

O que nós vimos é que os acordos têm sido mantidos. Algumas vezes a oposição tem pedido uma reconsideração, e essa reconsideração, na maioria das vezes, foi dada e, em outras vezes, ficou mais dificultada. Mas acordo é acordo e precisa, para ser desmanchado, das duas partes.

O acordo aqui – eu lembro – foi muito discutido. Nós gastamos – se pudermos chamar assim –, acho, quase uma reunião para fazer o acordo. Então, esse acordo está permitindo a discussão até as 16h. O que o Senador Lindbergh levantou vai mais na área, eu diria, da política, colocando a política misturada com a economia e com o trabalho aqui no Senado. Se vocês perceberam, neste momento, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Casa trabalha; nós aprovamos nas Comissões todos os dias vários projetos, nós discutimos no Plenário. A economia continua funcionando. Ela está um pouco baleada? Está. E vai ficar mais baleada, se a gente aqui não for para frente. Então, nós temos de pensar não no Presidente, na pessoa do Presidente da República; nós temos de pensar no que significa para o Brasil esta reforma.

A reforma é uma reforma que tem de proteger o trabalhador e tem de fortalecer o investidor, para ele não ter insegurança jurídica. O que veio da Câmara o Senado não... Eu mesma tenho 11 emendas, cada um aqui tem de oito a dez emendas. Nós não estamos satisfeitos com o que veio da Câmara. Ao contrário. Agora nós sabemos que, se voltar para a Câmara, o que nós aqui... Sabemos todos que não estamos de acordo que lá vai ficar o da Câmara, o que é muito pior para o trabalhador brasileiro. Então, nós... Não é o rito do Senado; é um desrespeito ao Senado, é um desrespeito a cada um de nós, não há nenhuma dúvida.

Agora, a situação do País é tal, que cada um está tendo de assumir suas responsabilidades. E nós acreditamos que a reforma pode, sim, não a que veio da Câmara... Mas, com os vetos que o Presidente da República...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...pode nos garantir – e irá fazê-lo hoje – e com a medida provisória que vamos elaborar... Estamos pensando a partir de todos os votos em separado que esta Casa apresentou. Eu, como Presidente da CAS, ouvi por horas todos os votos em separado. Há muita coisa boa, há muita coisa relevante. Agora, não há uma sugestão, Senador Lobão. Há crítica. Mas fizemos um trabalho muito grande, com vários funcionários da Casa e com a Casa Civil também, a partir desses votos em separado, de ler o que é relevante e o que é comum nesses votos em separado, para tentar com a Casa Civil fazer com que eles estejam nessa medida provisória. Então, acredito que nós temos condição, da forma menos desejável que teríamos – o desejável era outra coisa –, de fazer uma melhoria nesse projeto. E, a partir disso, acredito que devemos, sim, manter o calendário.

Os meus colegas, que são queridos – as pessoas veem a gente na televisão brigando, mas aqui temos todos uma história de vida, e eles são queridos –, estão numa posição que é não mais uma posição de falar da reforma, mas uma posição de não votar...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...ou de querer outro trâmite de votação, coloquemos assim. Essa posição é que nós não vamos aceitar. Nós vamos fazer o que foi acordado até as 16h. Depois, temos discussão e, depois, temos os encaminhamentos. A que horas nós vamos sair daqui não sabemos. Mas isso foi o acordado, e é isso que esta Comissão vai manter ou, na minha opinião, deveria manter, se V. Exª assim decidir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, hoje é aniversário da Vanessa. Para que a Comissão não comece...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Hoje é aniversário da Vanessa?

É seu aniversário hoje? (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em homenagem à Vanessa, adieemos a votação da reforma trabalhista!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Muito bem, parabéns!

Que homenagem a ela!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vanessa, seu presente vai ser a CCJ derrotar esse relatório hoje, ouviu?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, não votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os cumprimentos coletivos à Senadora Vanessa Grazziotin.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lobão. Também quero parabenizar a Senadora Vanessa e queria fazer um apelo a V. Exª.

Nós recebemos por parte do Presidente da Casa, o Senador Eunício, uma informação sobre as restrições de entrada na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive de servidores da Casa, limitando um por gabinete. As Lideranças não estão conseguindo colocar aqui a assessoria. Mas, para mim, o que é mais problemático é que as lideranças sindicais e o pessoal que acompanha o debate da reforma trabalhista não estão podendo entrar aqui. Presidentes de centrais, presidentes de sindicatos, advogados trabalhistas, todos estão do lado de fora.

Eu queria fazer um apelo a V. Exª. Esta Casa aqui é a Casa onde fazemos debates, é a Casa aonde o povo pode chegar. O povo não pode chegar a outras Casas. O povo não vai para dentro da sala do Presidente da República, não vai para dentro das salas do Supremo Tribunal Federal, mas vem para cá, porque é onde se faz o debate democrático, espera-se, com os representantes da sociedade. Eu queria fazer um apelo a V. Exª para que essas lideranças que estão aí pudessem aqui entrar. Nós não corremos risco nenhum, Senador Lobão. Aliás, porque nós vamos fazer o debate, vamos discutir, não corremos risco nenhum. Eu queria fazer o apelo. É muito feio para o Senado da República fazer esse impedimento. É muito ruim para nós Parlamentares não termos aqui representantes das entidades. É muito ruim nós só termos aqui representantes daqueles que apoiam a reforma, porque, na realidade, quem está entrando aqui hoje e quem está dentro desta sala é quem apoia a reforma trabalhista. Até por uma questão de isonomia, nós precisamos ter quem seja contrário à reforma trabalhista, senão entram aqui os representantes dos patrões, entram aqui os representantes dos bancos, entram aqui os lobistas de empresas, que estão aqui dentro, e nós não temos aqui os trabalhadores. Então, eu queria fazer um apelo a V. Exª.

E a outra coisa que eu queria, aproveitando o meu tempo: eu não pude me manifestar ontem, em plenário, na discussão que se teve sobre se era oportuno ou não fazer essa discussão hoje na CCJ. Sei que o Senador Jucá tem falado de um acordo que foi feito da leitura que nós faríamos e da discussão. Ocorre que mudou muito a conjuntura do País. Nós estamos com um Presidente denunciado, uma instabilidade política grande, e não vejo outro foco para o Congresso Nacional, inclusive o Senado da República, que não discutir a crise que estamos vivendo e a saída para ela.

Aí, ontem, eu ouvi de vários Senadores que essa reforma não era do Executivo, mas do Legislativo, não tinha nada a ver com o Executivo, que era uma reforma nossa. Bom, se é nossa, eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

queria pelo menos, então, poder discutir, apresentar emendas e modificá-la. Porque falar que é nossa e nós não poderemos fazer nenhuma modificação; esperar a benevolência do Poder Executivo, de um Presidente que está caindo em mandar uma medida provisória para alterar questões que são absurdas nessa reforma é a gente reconhecer que não há nada de nosso nessa reforma.

Então, não temos alternativa – desculpe, Senador Lobão –, e queria dizer isso bem claro ao Senador Romero Jucá. Nós não temos alternativa a não ser parar essa discussão; não podemos continuar. Porque, se for nossa a reforma, então nos deixe mudar a reforma. Então, o Relator tem que ter a dignidade – e penso que tenha – para propor as mudanças que ele quer, e não indicar para uma medida provisória, porque é isso que está acontecendo no relatório dele.

Então, vamos fazer a modificação, fazemos o debate, topamos, votamos as emendas que queremos votar. Se é nossa a reforma, então é isso, nós vamos dar conta dela. Agora, como não é, acho que o mínimo que podemos fazer de dignidade aqui desta Comissão, em respeito ao povo brasileiro e à situação política crítica que nós vivemos no País, é suspender esta discussão e trazer para esta pauta... Nós já aprovamos aqui a medida da antecipação das eleições diretas. Acho que nós poderíamos pedir urgência no Senado para hoje...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... mas poderíamos trazer para esta pauta a discussão da antecipação das eleições gerais de 2018. Aí, sim, nós estaríamos dando uma resposta correta à sociedade brasileira.

Eu queria dizer isso para ficar claro. Há uma PEC da Senadora Lídice que está pronta para a gente discutir aqui. Então, é o apelo que faço a esta Comissão, em nome do Brasil, em nome do povo brasileiro, porque não dá para acharmos que estamos em uma situação normal e continuarmos a vida aqui. Não dá para achar isso. Então, quero fazer esse apelo e reforçar o apelo que os representantes dos trabalhadores entrem aqui, não fiquem só os representantes do patronato observando a discussão da reforma trabalhista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa. Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, a minha questão vai exatamente no sentido da que foi apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann, para que ao menos fosse liberada a entrada dos presidentes de centrais sindicais, de associações nacionais, para que pudessem fazer o acompanhamento dessa reunião, que eu acho que é importante para todos, para nós, para os trabalhadores de um modo geral, para a população brasileira. Nós já tivemos duas reuniões da CCJ e tivemos as reuniões da CAS com participação de representantes e não houve nenhuma balbúrdia, nenhuma confusão – a confusão que houve foi lá atrás, na Comissão de Assuntos Econômicos, e não foram as pessoas que estavam aqui que fizeram a confusão, fomos nós mesmos, embora eu não estivesse... Se eu estivesse tentando apaziguar... Mas a confusão foi entre nós mesmos.

Então, eu pediria a V. Exª, acho que isso vai ajudar no bom andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que a Presidente do PT, a Senadora Gleisi, faz uma denúncia aqui extremamente constrangedora para V. Exª e para todos nós: que nós estaríamos sendo seletivos no acesso a esta Comissão; que V. Exª, como nosso Presidente, e nós todos estaríamos admitindo aqui nesta Comissão a presença de representantes do patronato brasileiro e de lobistas. Então, se existe aqui algum representante do patronato brasileiro e de lobistas, que V. Exª dê uma resposta à Senadora Gleisi Hoffmann; se há lobistas aqui, eu acho que V. Exª deve dar a eles o mesmo tratamento que deu aos trabalhadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Um terço das emendas foi feito por lóbis empresariais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Olhando aqui...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Deixa ele falar...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Olhando aqui para a Comissão de Constituição e Justiça, eu não consigo ver lobista nem representante do patronato...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os trabalhadores estão em peso...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª, na condição de nosso Presidente, tem de repelir essas insinuações falsas apresentadas aqui pela Senadora Gleisi Hoffmann...

(Interrupção do som.)

(Intervenções fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho que V. Exª deve pedir que eles não estejam aqui. Então, essa posição, eu acho que a Comissão merece de V. Exª.

(Soa a campanha.)

(Intervenções fora do microfone.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Atenção, Srs. Senadores...

(Tumulto no recinto.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, nós temos que ter ordem na Comissão.

Concedo a palavra a V. Ex^a, que pediu pela ordem também. Em seguida, ao Relator, que também foi citado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não vou nem citar o Relator, eu só quero apelar para o Relator, porque um dos pontos centrais da inconformidade com o nosso processo de andamento nesta Casa está justamente na impossibilidade de modificar o projeto.

Eu vou dar um dado a V. Ex^a, Presidente: foram 679 emendas feitas pelos Senadores. Não é possível que o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Romero Jucá – terminei citando S. Ex^a – sejam melhores do que todos os outros Senadores desta Casa, que fizeram 679 emendas. Eles dois, do alto de seu poder, decidiram não aceitar nenhuma. Isso não pode ser razoável! Não é razoável. Isso significa que este Senado não concorda com o teor total deste projeto e que, por isso, nós devemos modificá-lo.

Se o Senador se dispuser a aceitar uma parte das emendas, é claro que haverá uma negociação para a votação o mais rápido que se possa. Porém, há uma intolerância, há uma estratégia definida. E eu não discuto que ele seja competente como estrategista, mas é uma estratégia de massacre: "É concordar com o tempo de discussão desde que eu garanta que o resultado final seja o meu." E o resultado final dele é ignorar a contribuição de todos os seus colegas, de todos os pares desta Casa, que chegaram aqui com o mesmo voto, com a mesma condição.

Então, nós somos iguais, porque representamos aqui os nossos Estados. E não é possível uma intolerância de decisão do Governo com uma estratégia que ignore todas as nossas possibilidades, e mais, constranja os Senadores da Base, porque muitos deles têm emendas – muitos deles têm emendas! – a se submeterem a esse processo. Não é possível uma coisa dessa, em troca de um acordo feito por eles, só por eles, com o Governo Federal de enviar uma medida provisória e de vetar mais seis artigos.

Então, peço a compreensão do Relator, porque um acordo não pode ter a confiança de apenas um dos lados. Ele não nos consultou sobre esse acordo. Eles fizeram um acordo direto.

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É um acordo entre a Base do Governo e o próprio Governo, ignorando a existência da minoria e ignorando a existência de todos os Senadores que fizeram dezenas que viraram centenas de emendas nesta Casa.

Então, o que nós estamos pedindo não é irrazoável; o que nós estamos pedindo é razoável, é que o Governo possa, diante da fragilidade em que se encontra objetivamente – e não depende da vontade de nenhum de nós, é um dado objetivo da realidade... Que, no nível de fragilidade em que se encontra, imponha a esta Casa...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... um procedimento e um cronograma que não correspondem ao desejo da Casa.

Portanto, eu peço, apelo à compreensão de V. Ex^a, como Líder do Governo, em primeiro lugar,...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e como Relator da matéria, que faça, de maneira diferente, que conceda a este Senado o direito de ser Senado, e aos Senadores o direito de exercerem a sua atribuição de revisão desta lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero aqui reforçar a proposição e, mais do que isso, o apelo que a Senadora Gleisi fez, para que o Senado, a Comissão garantisse aqui, Senador Lobão, a presença, a representação das centrais, das associações, das entidades, porque é o mínimo que a CCJ deve fazer neste exato momento. É uma matéria extremamente polêmica e há um relatório em que, todos nós sabemos, a caneta que assinou e que elaborou esse relatório é a caneta do empresariado brasileiro, é a caneta da Fiesp – nós sabemos disso! Pelo quanto esse relatório aqui em discussão atende os interesses do empresariado, com uma reforma que foi feita na medida para atender, repito, aos interesses das empresas, do empresariado, à custa da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, pelo quanto flexibiliza direitos e, portanto, suprime direitos trabalhistas fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Além do mais, Senador Lobão, nós não podemos aqui tapar o sol com a peneira. Como desconhecer o momento em que o País vive, com um Governo literalmente moribundo, um Governo denunciado pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, fato inédito na história do nosso País? Estamos nós, aqui na Comissão, na CCJ, discutindo matéria tão relevante, matéria tão polêmica quanto essa, e parece que nós estamos fazendo de conta que nada está acontecendo no Brasil. Simplesmente repito: um Governo que já não tinha legitimidade nenhuma e que, agora, em uma situação extremamente grave, é denunciado por crime de corrupção. Minha Nossa Senhora! E a CCJ, o Senado querer ainda levar adiante as reformas deste Governo, reformas essas de que temos consciência do tamanho do retrocesso que trarão para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e para a vida do povo brasileiro.

Portanto, Senador Lobão, encerro, mais uma vez, repito, fazendo um apelo para que as entidades aqui adentrem e possam acompanhar o debate, na perspectiva concreta de que aqui vamos resistir, vamos insistir, até o final, para que a CCJ, a exemplo da Comissão de Assuntos Sociais, rejeite o relatório do Senador Ferraço aqui apresentado, pelo tanto de retrocesso que traz para os trabalhadores e trabalhadoras deste País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu queria destacar que foi feita uma premissa aqui, na semana passada, quando V. Exª não se encontrava, e até por 15 minutos foi discutido aqui, por muito tempo, se esta reunião teria início às 9h45 ou às 10h da manhã. E ficou estabelecido por todos que começaria às 10h da manhã, com a leitura dos votos em separado, até as 16h. A partir das 16h, a discussão e, depois, a votação.

Estamos perdendo tempo nesta discussão que acredito seja inócua porque nem o Governo nem ninguém está impondo nada. Na CAS, nós perdemos e, estando em uma democracia, reconhecemos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que perdemos. A partir do momento em que se apresentarem os votos em separado, vai entrar em votação. Pode ser que a oposição ganhe ou pode ser que nós ganhemos.

Essa reforma, ao contrário do que se diz, não é de interesse do Governo; é de interesse do País. O Brasil não pode mais viver na situação em que está. Ninguém vai querer ser gerador de emprego, ser empregador, ser empreendedor no Brasil na situação em que se encontra: um monte de sindicatos, com alguns advogados só com interesse de extorquir o empreendedor brasileiro com ações trabalhistas. E 80% das ações trabalhistas do mundo estão no Brasil.

As pessoas falam: "Vocês estão oprimindo o operário e o trabalhador". Não. Dessa forma, os empregos estão diminuindo porque, em vez de a pessoa gerar emprego, troca por máquinas. Se tenho, na minha empresa, uma máquina que substituo por dez pessoas, compro a máquina e tiro as dez pessoas. E sou uma pessoa do bem. Antes, eu queria fazer o contrário: eu tinha vontade de ter dez, vinte empregos e não ter uma máquina. Mas, da forma como vai hoje, há uma desilusão tão grande por essa picaretagem que existe entre sindicatos e alguns advogados trabalhistas, que desanima aquele que quer ser empreendedor no Brasil.

Então, essa discussão já está na fase final: vamos votar na CCJ e vamos discutir no plenário do Senado Federal.

Concordo com tudo que a Senadora Marta Suplicy disse: há reparos a serem feitos, mas que serão feitos na medida provisória. Agora, querer mudar para voltar para a Câmara é só para procrastinar e para não aprovar nunca uma reforma trabalhista e ficarmos com uma lei de 1943, que é a CLT, que existe no Brasil hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, ouvi, com a paciência que um presidente deve ter, todos os Senadores que pediram a palavra pela ordem.

Trataram S. Ex^{as} sobre um acordo de procedimentos realizado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu peço a nímia gentileza de V. Ex^a em ouvir a Presidência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com todo o prazer, Presidente. Peço-lhe desculpas. Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acordo de procedimentos é algo que, na vida parlamentar, existe ao longo da República. Eu era estudante no Rio de Janeiro e via como se passavam os trabalhos na Câmara, os acordos entre Afonso Arinos, Vieira de Mello, que era o Líder do Governo de Juscelino, Carlos Lacerda e tantos outros. Portanto, não vamos abjurar aquilo que foi realizado com a sanção do Presidente Anastasia – e realizado livremente pelos Srs. Senadores.

Por outro lado, eu quero pedir aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras um debate, como tem sido feito nesta Comissão, civilizado. Nós não precisamos partir para o paroxismo da discussão. Vamos nos manter no campo das ideias, da inteligência, do direito regimental que cada um tem à manifestação do pensamento.

No que diz respeito à presença de pessoas aqui, na Comissão, durante esta reunião, levantado pela Senadora Gleisi – e quero dizer, antecipadamente, que a Senadora tem muitos amigos aqui na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão; nenhum, porém, mais amigo dela do que eu –, há certas coisas que extrapolam um pouco as fronteiras, os umbrais da prática política.

Não há aqui, nesta Comissão, Senadora Gleisi, representantes de banqueiros, de empresários, assessores lobistas. Mas, se V. Ex^a quer saber, eu direi: atendi ao Senador Paulo Paim, ainda há pouco, e pusemos na sala do Presidente pessoas indicadas por ele e que ontem estiveram aqui como nossos convidados.

Portanto, se há pessoas extra-autorização são essas do Senador Paulo Paim, e não de banqueiros. Não sejamos, portanto, injustos no momento em que nós temos que vencer – quem vencer – pelo voto, como a oposição venceu na CAS. Venceu limpamente pelo voto e haverá de fazê-lo aqui, vencendo ou perdendo. É da prática parlamentar. É esse o jogo da política que nós devemos executar.

Eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator da matéria, para se manifestar sobre as emendas aqui apresentadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, como bem disse V. Ex^a, o Senador Anastasia e muitos aqui, nós fizemos um acordo de procedimento, não fizemos um acordo de mérito, até porque o mérito será decidido pela maioria da Comissão. Essa reforma é, sim, uma reforma do Congresso, do Senado, e o Senado vai falar de que forma quer esse texto: livremente.

Portanto, eu, diferentemente do que disse o Senador Lindbergh, vou continuar tentando entendimento, tentando pacificar as relações. Entendo o contraditório, entendo que as pessoas têm posições diferentes.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – As pessoas têm avaliações diferentes sobre o Presidente da República. Eu penso de um jeito, ele pensa de outro; é natural. Agora, nenhum fato me faz mudar a minha palavra. Se eu dei a minha palavra de procedimento, eu cumprirei a minha palavra de procedimento.

Então, nós vamos tocar a votação, sob o comando do Presidente Edison Lobão, um político experimentado, um Senador experiente. Espero que todos possam colocar aqui suas ideias e que a gente possa votar hoje, como foi definido nos procedimentos.

Quero dizer que o meu parecer é contrário às 279 emendas. E vou debater o mérito na hora que abrir a discussão, inclusive apontando posições minhas, da Base do Governo e de alguns Senadores, no que diz respeito ao encaminhamento futuro dessas matérias.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é contrário, e eu estarei à disposição, aqui, para debater no momento apropriado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, porque foi o primeiro voto em separado entregue na Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Ex^a pode nos dizer a ordem dos votos em separado?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Direi, sim: Eduardo Braga, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin e Lasier Martins.

Chegaram, agora, os da Senadora Lídice da Mata e do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, Senhores...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pedindo a atenção dos Srs. autores dos votos em separado para o que foi combinado, ajustado: que lerão, pelo tempo razoável que eu diria de meia hora, que foi o tempo que teve o Relator,...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... de meia hora, de até meia hora, os seus votos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Claro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de acordo com o que ficou estabelecido...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

Antes, eu gostaria de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com autorização do Senador Eduardo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem.) – Isso. Peço autorização do Senador Eduardo Braga para lembrar ao Presidente que não houve acordo no procedimento de tempo de leitura de cada voto; o que houve, sim, foi um tempo máximo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Seis horas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... de seis horas para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Até às 16 horas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Até às 16 horas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, um tempo de seis horas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Seis horas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente vai começar agora, às...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Até às 16 horas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Iria ser de 10h às 16h. Nós estamos começando às 10h50. São seis horas, em que dividiram o tempo entre todos os votos em separado, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, eu admiro o talento de V. Exª. Se eu hoje fosse da oposição, eu gostaria que V. Exª fosse o meu Líder, porque...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Sr. Presidente... Mas de fato a gente conversou aqui exaustivamente e fechou o seguinte: de 10h às 16h – seis horas –, e os votos em separado foram divididos de acordo com esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, está certo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E nós acabamos atrasando: 10h50. Nós vamos ler até as 16h50. No caso, seis horas entre os votos em separado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, são esses os votos que estão aqui. Vamos tentar a leitura em 30 minutos? Acho que o próprio Relator fez o seu parecer em 30 minutos. Se não for o suficiente, nós iremos até as 16h.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, Senador Lobão, deixe-me só explicar ao senhor aqui. Eu não estou querendo tumultuar. Eu só estou querendo dizer que toda a discussão da reunião passada foi disso. E as pessoas disseram: "Meia hora não dá". O Senador Paulo Paim não ia ler o voto em separado. Toda a discussão foi em cima disso. Por isso que estabelecemos um prazo de seis horas para ser dividido entre todos. A organização seria nossa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Perfeito. Eu já fiz um cálculo aqui que se aproxima muito do que V. Exª preconiza.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos falarem 50 minutos, o que já é muito – é muitíssimo –, nós iremos até as 16h. Portanto, vamos tentar circunscrever a fala de cada um ao máximo de 50 minutos.

Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, apenas peço para repor o meu tempo de 30 minutos, tendo em vista que vou começar a ler o meu voto exatamente neste momento, agradecendo a V. Exª e aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 38, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

De autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e tendo sofrido diversas alterações na Câmara dos Deputados – chamo atenção para isto, Presidente: tendo sofrido diversas alterações na Câmara dos Deputados –, a proposição visa, precipuamente, a estimular a negociação coletiva, a atualizar os mecanismos de combate à informalidade, a regulamentar o art. 11 da Carta Magna, que disciplina a representação dos trabalhadores nas empresas, além de atualizar a Lei nº 6.019, de 1974.

O projeto foi distribuído para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais e desta CCJ.

Na CAE, o PLC nº 38, de 2017, foi aprovado sem alterações. Na CAS, a proposição foi integralmente rejeitada, cabendo a relatoria ao Senador Paulo Paim.

Em relação ao conteúdo da proposição em exame, por já estar sobejamente descrito nos pareceres dos Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Paim, dispensa-se a sua transcrição, por medida de economia processual, neste voto em separado.

Análise.

Conforme disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão discutir o presente projeto, opinando sobre a constitucionalidade, juridicidade e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Nesses aspectos, cabe fazer uma análise geral acerca da constitucionalidade da proposição, após verificar topicamente aspectos particulares do projeto que vulneram o Texto Magno.

Da incompatibilidade do PLC nº 38, de 2017, com as diretrizes traçadas pela Constituição Federal para a disciplina...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, não é possível ouvir o voto nesta confusão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senadora, V. Exª tem toda a razão. Imagine se nós tivéssemos lotado a Comissão como se desejava.

Eu peço a todos os Srs. assessores e aos Senadores também que contribuam com a boa ordem da Comissão.

O autor do voto em separado precisa ler o seu voto para que todos entendam.

Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

O PLC nº 38, de 2017, em sua totalidade, fragiliza, Sr. Presidente, a Carta Magna, assim como os postulados que norteiam o direito laboral brasileiro. Isso porque o valor social do trabalho, ao lado da livre iniciativa, é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso IV, da Constituição Federal, cujo teor é o seguinte:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Ao ladear o labor e a livre iniciativa, o constituinte originário teve por objetivo equilibrar os interesses das partes que compõem a relação laboral.

Tanto é assim que, nos termos *caput* do art. 170 da Constituição de 1988, a ordem econômica é fundada na valorização do labor humano, consoante se depreende de seu teor, abaixo transcrito:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

Por isso, a modernização das leis que regem a prestação de trabalho subordinado no Brasil passa, necessariamente, Sr. Presidente, por ampla discussão neste Parlamento, em que patrões e empregados, após manifestarem as suas opiniões acerca da melhor maneira de disciplinar a prestação de labor no Brasil, possam chegar a um denominador comum, que, harmonizando os seus interesses, permita que o trabalho seja disponibilizado de maneira digna, garantindo ao trabalhador um patamar mínimo de garantias essenciais à preservação dos seus direitos inalienáveis e possibilitando ao empregador auferir o lucro necessário na consecução de seus objetivos empresariais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não é por outro motivo, inclusive, que o titular do direito de propriedade somente a explorará legitimamente, quando a ela conferir valor social (inciso III do referido art. 170).

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – O valor em questão, por sua vez, somente será alcançado quando a exploração da propriedade favorecer não somente o seu titular, mas também os empregados que colaboram para o sucesso da atividade empresarial, consoante se depreende do inciso IV do art. 186 da Carta Magna, de seguinte teor: "IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

Entretanto, o que se tem verificado na tramitação do PLC nº 38, de 2017, é a completa submissão do trabalhador aos interesses do empresariado.

A matéria tem sido discutida de forma açodada. Em que pesem as inúmeras sugestões enviadas a este Senado Federal pelas diversas representações dos trabalhadores e da sociedade civil (em especial, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, Auditores Fiscais do Trabalho e Advogados Trabalhistas), não houve, até o presente momento, qualquer alteração do conteúdo do projeto de lei em exame, como se ele refletisse exatamente os anseios de patrões e empregados.

Aqui, Sr. Presidente, reside a grande questão: nós não estamos contra a reforma; nós estamos contra a metodologia que se quer implementar a esse procedimento, em que emendas apresentadas são consideradas importantes, necessárias, mas não admitidas na mudança do texto e, sim, encaminhadas para possíveis vetos ou para edição de futura medida provisória.

Se assim o fosse, como justificar as reiteradas críticas que a proposição tem recebido justamente daqueles que, por atribuição constitucional, têm a missão de defender o trabalhador (papel que incumbe ao sindicato dos trabalhadores, nos termos do art. 8º, inciso III, da Carta Magna) e a ordem jurídica (missão desempenhada pelo Poder Judiciário e pelo próprio Ministério Público)?

A toda evidência, não se consegue encontrar razão para a completa desconsideração das sugestões dos atores sociais acima mencionados, senão a de que o PLC nº 38, de 2017, atende, tão somente, aos interesses dos empregadores.

Em assim o fazendo, vulnera-se, como anteriormente esposado, o disposto no art. 1º, inciso IV, da Constituição da República, o que não recomenda, por si só, a sua aprovação por parte deste Senado Federal.

Entretanto, a fim de reforçar a argumentação acima esposada, no sentido de que a proposição não se coaduna com o Texto Constitucional, necessário é examinar pontualmente, com base nas emendas apresentadas por este Parlamentar na CAE e, agora, nesta Comissão, bem como nas sugestões apresentadas pelas diversas entidades representativas da sociedade civil, os vários tópicos do projeto que vulneram a Constituição Federal de 1988.

Espera-se, com isso, comprovar o quanto a proposição encontra-se em descompasso com a Carta Magna, prejudicando, portanto, o trabalhador brasileiro.

Grupo econômico (Emenda nº 507-CCJ)

De acordo com o §3º do art. 2º que se busca inserir na CLT, não bastará a mera direção/controlado entre as empresas, que terão de atuar em conjunto no mercado de consumo, a fim de que haja a caracterização do grupo econômico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A alteração promovida no texto consolidado, que, em sua redação vigente, não exige a mencionada atuação em conjunto, enfraquece a proteção conferida ao trabalhador pelo ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque, de acordo com o postulado da primazia da realidade, previsto no art. 9º da CLT, a forma do negócio jurídico deve ser descartada quando não se coadunar com a realidade em que o ajuste se desenvolve.

No caso do grupo econômico, verificada a relação de controle entre as empresas, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que todas elas se beneficiam do labor do empregado, que atua na consecução do objetivo global do grupo empresarial, qual seja, auferir lucro.

Não faz sentido, Sr. Presidente, assim, exigir que as empresas do grupo econômico atuem em conjunto no mercado, pois todas elas, em última instância, auferem lucros do labor do empregado.

Em face disso, a valorização de forma a que se fez referência sobrepõe os interesses do tomador dos serviços aos do trabalhador, não se coadunando, portanto, com o disposto no art. 1º, inciso IV, da Carta Magna.

Da restrição ao exame judicial dos acordos e convenções coletivas de trabalho (Emenda nº 508-CCJ)

O §3º do art. 8º que se busca inserir na CLT restringe o exame judicial dos acordos e convenções coletivas de trabalho aos seus aspectos meramente formais.

Tal limitação contraria o disposto no art. 7º, *caput*, e inciso XXVI, da Constituição Federal.

Isso porque a expressão “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, contida no *caput* do referido dispositivo, impõe que os direitos ali elencados, dentre eles, a negociação coletiva, sejam exercidos de maneira a melhorar a situação do trabalhador no Brasil.

Em face disso, ao Poder Judiciário é constitucionalmente vedado esgueirar-se do exame dos aspectos materiais da norma coletiva. Cabe a ele, por determinação constitucional, verificar se a negociação coletiva atinge ou não o escopo para o qual foi criada, não podendo, de acordo com a vontade da Carta Magna, o crivo judicial ficar restrito aos mencionados aspectos formais.

Insta destacar, ainda, que a norma ofende o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação judicial lesão ou ameaça a direito.

Da atividade insalubre para gestante/lactante e do intervalo para amamentação (Emendas nº 509-CCJ e 510-CCJ)

O art. 394-A que se busca inserir na CLT determina que a empregada deverá ser afastada das atividades consideradas insalubres em grau máximo. Contudo, permite o labor dela em atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, salvo quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher.

Para a lactante, o labor insalubre, em qualquer grau – e eu chamo atenção dos Srs. Senadores, mais uma vez, para este ponto, Senador Anastasia –, será permitido, salvo quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, que recomende o afastamento durante a lactação.

As referidas propostas prejudicam a saúde não só da empregada, mas também da criança.

Isso porque é de conhecimento notório que o trabalhador não é livre para manifestar a sua vontade no ambiente de trabalho.

Pressionada pela necessidade de manutenção do emprego, ainda mais após virar mãe, a trabalhadora aceitará laborar nas mencionadas atividades, bastando, para isso, a existência de um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

atestado médico (possivelmente emitido pelo médico da própria empresa) que lhe outorgue condições para tanto.

A saúde é direito indisponível e indispensável do trabalhador, não se coadunando, assim, com a possibilidade de renúncia dentro do ambiente de trabalho.

Tanto é assim, que o inciso XXII do art. 7º da Carta Magna determina que a lei ordinária proteja o trabalhador contra os riscos da atividade laboral. Ora, a permissão de labor em atividades insalubres, a toda evidência, majora os riscos do trabalho para a mulher grávida ou lactante, não se coadunando, assim, com a disciplina traçada pela Constituição Federal para a matéria.

Além disso, a nova redação do art. 394-A ofende o disposto no art. 227 da Carta Magna, que positiva o postulado da proteção integral da criança contra qualquer circunstância nociva à sua vida, saúde ou desenvolvimento.

As mesmas considerações podem ser estendidas ao § 2º que se busca inserir no art. 396 da CLT (que condiciona a fruição do intervalo para amamentação ao prévio acordo com o empregador), por se tratar de norma que, na prática, certamente inviabilizará a fruição do direito previsto no *caput*, dada a existência de ameaça velada de perda do emprego, caso a mulher faça uso de sua prerrogativa legal.

Em um estado como o Estado do Amazonas, em que 65% dos trabalhadores formais, Sr. Presidente, registrados no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são mulheres, as quais atuam especialmente no varejo e no Distrito Industrial de Manaus, na Zona Franca de Manaus, as propostas sob exame vulneram a saúde da grande maioria da força de trabalho atual e das próximas gerações.

Portanto, absolutamente inconstitucional e absolutamente incompreensível esta Casa não adotar essa emenda como uma mudança no texto.

Do autônomo exclusivo, Sr. Presidente (Emenda nº 511-CCJ).

Com o acréscimo do art. 442-B na CLT, trata-se da contratação do autônomo exclusivo. De acordo com o referido dispositivo, a contratação de trabalhador autônomo, ainda que com exclusividade, desde que cumpridas as formalidades legais, elide a formação de vínculo laboral.

O referido dispositivo, a toda evidência, visa a afastar o reconhecimento de vínculo na contratação de "falsos" trabalhadores autônomos, estabelecendo, em descompasso com a Carta Magna, presunção legal contra o trabalhador.

Isso, porque trata-se de norma que sobrepõe instrumento contratual à realidade em que o labor é prestado. A relação de emprego, quando presentes os seus requisitos (arts. 2º e 3º da CLT), é constitucionalmente assegurada ao trabalhador pelo art. 7º, inciso I, da própria Constituição Federal.

A referida norma, então, cria obstáculo jurídico ao reconhecimento de vínculo empregatício, ofendendo, assim, o disposto no aludido dispositivo constitucional.

Do trabalho intermitente.

No projeto ora sob exame, os arts. 443 e 452-A regulamentam o contrato de trabalho intermitente.

Na forma como foi delineado pelo projeto, esse contrato permitirá a prestação de serviços de forma descontínua, podendo-se alternar períodos em dia e hora – prestem atenção, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras –, cabendo ao empregado o pagamento pelas horas efetivamente trabalhadas, não havendo garantia de qualquer pagamento mínimo ao trabalhador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Institui-se, no Brasil, com isso, o chamado "contrato a zero hora", em que o empregado fica permanentemente à disposição do empregador, sem a garantia de perceber qualquer remuneração durante toda a duração do pacto laboral.

Na forma como disciplinado, o trabalho intermitente equipara o trabalhador aos demais fatores de produção, somente sendo remunerado pelos períodos em que efetivamente estiver laborando em prol do tomador dos serviços. Nos demais períodos, o obreiro será descartado, por não mais atender aos anseios empresariais.

Ofende-se, com isso, o disposto no art. 1º, inciso IV, da Carta Magna.

Além disso, desconsidera-se o item I, alínea "a", da Declaração Relativa aos Fins e Objetivos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o qual o trabalho não é mercadoria, não podendo, assim, ser equiparado aos demais fatores de produção. E o Brasil é signatário do acordo da OIT.

Da representação dos trabalhadores na empresa. Com os arts. 510-A a 510-D, o PLC 38, de 2017, pretende regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, Sr. Presidente, acerca da eleição do representante das empresas com mais de duzentos empregados, o qual tem a "finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores". A ideia é que esse representante, sem necessariamente ser vinculado à estrutura sindical, atue na conciliação de conflitos trabalhistas no âmbito da empresa.

Os dispositivos visam a concretizar o disposto no art. 11 da Carta Magna, segundo o qual, nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um trabalhador para representar os seus colegas perante o empregador.

Entretanto, o §1º do art. 510-C, ao vedar interferências – ao vedar! – do sindicato dos trabalhadores no processo eleitoral, entra em claro choque com o art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, que determina serem as aludidas entidades as legítimas representantes dos obreiros.

Além disso, os contornos da representação em tela não passaram por debates apurados perante a sociedade civil, o que não recomenda a sua inserção, na forma como se encontra no PLC 38, no ordenamento jurídico brasileiro.

Do negociado sobre o legislado, Sr. Presidente.

O art. 611-A que se busca inserir na CLT estabelece – não como exceção, como se entende atualmente – a regra da prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho sobre a lei. O art. 611-B, por sua vez, especifica taxativamente um marco regulatório com as matérias que não podem ser objeto de negociação.

As diretrizes estabelecidas na proposição ora sob exame, para a composição do instrumento coletivo e para o seu exame judicial fundamentam-se na premissa de que, nas relações coletivas, não existe a disparidade econômica presente nos liames individuais de trabalho – o que é uma contradição da natureza da relação capital/trabalho.

Assim sucede, pois o empregado somente atinge o *status*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... de sujeito coletivo, quando representado pelo sindicato da categoria profissional. Portanto, de acordo com a Exposição de Motivos do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que deu origem ao PLC 38, de 2017, em ocorrendo a aludida representação, não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

haveria justificativa razoável para a desconstituição judicial dos acordos e convenções coletivas de trabalho, dada a paridade de armas entre empregadores e empregados.

Nesse sentido, confira-se a justificação que acompanha o PL nº 6.787, de 2016:

O Brasil vem desde a redemocratização em 1985 evoluindo no diálogo social entre trabalhadores e empregadores. A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse processo, ao reconhecer no inciso XXVI do art. 7º as convenções e acordos coletivos de trabalho. O amadurecimento das relações entre capital e trabalho vem se dando com as sucessivas negociações coletivas que ocorrem no ambiente das empresas a cada data-base, ou fora dela. Categorias de trabalhadores como bancários, metalúrgicos e petroleiros, dentre outras, prescindem há muito tempo da atuação do Estado, para promover-lhes o entendimento com as empresas. Contudo, esses pactos laborais vêm tendo a sua autonomia questionada judicialmente, trazendo insegurança jurídica às partes quanto ao que foi negociado. Decisões judiciais vêm, reiteradamente, revendo pactos laborais firmados entre empregadores e trabalhadores, pois não se tem um marco legal claro dos limites da autonomia da norma coletiva de trabalho.

A discussão da hipossuficiência foi recentemente objeto de análise do Supremo Tribunal Federal, quando julgou a ação contra o plano de dispensa incentivada do Banco de Santa Catarina (BESC)/Banco do Brasil, na discussão do Recurso Especial 590415/SC. O Ministro Luís Roberto Barroso em seu voto sustenta que "no âmbito do direito coletivo, não se verifica, portanto, a mesma assimetria de poder presente nas relações individuais de trabalho. Por consequência, a autonomia coletiva da vontade não se encontra sujeita aos mesmos limites que a autonomia individual." Prossegue o Ministro em seu voto, destacando que "embora, o critério definidor de quais sejam as parcelas de indisponibilidade absoluta seja vago, afirma-se que estão protegidos contra a negociação *in pejus* os direitos que correspondam a um 'patamar civilizatório mínimo', como a anotação da CTPS, o pagamento do salário mínimo, o repouso semanal remunerado, as normas de saúde e segurança do trabalho, dispositivos antidiscriminatórios, a liberdade de trabalho etc. Enquanto tal patamar civilizatório mínimo deveria ser preservado pela legislação heterônoma, os direitos que o excedem sujeitar-se-iam à negociação coletiva, que, justamente por isso, constituiria um valioso mecanismo de adequação das normas trabalhistas aos diferentes setores da economia e a diferenciadas conjunturas econômicas".

Ocorre que, em que pese correta a premissa de igualdade entre os atores coletivos, necessário atentar para a circunstância de que, no Brasil, não há, por força do disposto no art. 8º da Constituição Federal, a liberdade de associação sindical indispensável para que o exame de mérito dos acordos e convenções coletivas de trabalho seja afastado do Poder Judiciário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso porque o Brasil, em manifesto descompasso com a liberdade de associação sindical prevista na Convenção nº 87 da OIT, estabelece um sistema artificial de representatividade sindical obrigatória, em que o trabalhador, mesmo contra a sua vontade, é representado pelo sindicato a quem a lei confere tal prerrogativa.

Com efeito, eis o teor do art. 8º, *caput*, incisos II, III e IV da Constituição Federal.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

.....
II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Braga, só para informar a V. Exª que aquele tempo inicialmente previsto já foi ultrapassado. V. Exª prossegue, porém, é só uma lembrança.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu tentarei resumir, Sr. Presidente, mas, como V. Exª tem visto aqui, há efetivamente pontos que ferem a constitucionalidade e a Constituição; e ferem o direito do trabalhador.

Aqui fica claro e demonstrado que muitos de nós, em que eu me incluo, não somos contra a reforma, somos contra aprovarmos uma reforma eivada de inconstitucionalidades que levam o Senhor Presidente da República à obrigação de vetá-las ou não, o que suprime a competência desta Casa Legislativa, que tem uma representatividade popular estabelecida pelo eleitor.

Portanto, eu apenas estou manifestando aqui, por escrito. V. Exª tem percebido o meu comportamento em todos os debates. Procuo não transformar o debate em ato de pirotecnia, mas gostaria apenas de poder resumidamente concluir o meu relatório, para que deixe configurado que não sou contra as reformas, não sou contra a modernização das leis, até porque as leis são dinâmicas como a sociedade também é dinâmica.

Agora, nós estamos, ao aprovar nesta Comissão um texto que é flagrantemente inconstitucional, cometendo uma inconstitucionalidade. Portanto, quero deixar registrado, nos *Anais* desta Casa, o meu ponto de vista e o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garantida a palavra de V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu agradeço a generosidade de V. Exª.

Nota-se, pois, que, em que pese fazer menção à liberdade de associação profissional ou sindical, a Carta Magna veda a criação de mais de um sindicato por categoria profissional; elege o sindicato





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como legítimo representante dos trabalhadores e recebe o pagamento de uma contribuição obrigatória a todos os trabalhadores, mesmo àqueles não filiados à entidade sindical.

Ou seja, a Constituição Federal obsta qualquer outra espécie de organização de trabalhadores que não aquela por categorias profissionais, o que impede, por exemplo, o sindicalismo por empresa ou ramo de atividade profissional.

Além disso, proíbe aos trabalhadores a eleição de outro representante de seus interesses, como associações de classe, por exemplo. Aos trabalhadores brasileiros é juridicamente impossível a substituição da representação sindical por outra que melhor os atenda.

Por fim, mesmo a contragosto, o empregado brasileiro deve verter parte do seu salário, na forma do imposto sindical, ao sindicato da categoria profissional.

Tecidas essas considerações, verifica-se que o trabalhador brasileiro não tem a liberdade de escolher quem o representa na mesa de negociação.

Em face disso, não seria justo que ele (o empregado) fosse prejudicado pela atuação de entidade por ele não escolhida para representar os seus interesses.

Ao contrário do mandato regido pelo Código Civil, não existe, na representação sindical, a voluntariedade que tornaria automática a transferência dos efeitos dos atos praticados pelo mandatário ao mandante, sem que fosse possível o exame de mérito pelo Poder Judiciário.

Ausente, no particular, a autonomia da vontade indispensável para que a pessoa física (no caso, o empregado) tenha a sua esfera patrimonial plenamente disciplinada por outrem (no caso, o sindicato), não há, importante ressaltar, transferência voluntária de poderes de representação do trabalhador para o sindicato. Esta decorre de imposição constitucional, em manifesto descompasso com a liberdade sindical preconizada pela Convenção nº 87 da OIT.

Ciente, então, de que o mandato conferido aos sindicatos das categorias profissionais não é voluntário, e sim constitucional, a Carta Magna impõe, em seu art. 7º, limites à atuação negocial das entidades sindicais, consoante se verifica do disposto no seu *caput* e nos incisos XXII e XXVI, abaixo transcrito:

Art. 7º

.....
XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

.....
XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

Verifica-se da transcrição acima que a negociação coletiva é direito dos trabalhadores, devendo ser exercida visando à melhoria de sua condição social. Além disso, os empregados fazem jus à edição de normas, autônomas ou heterônomas, que objetivem reduzir os riscos laborais.

Tais limites, expostos de forma clara no texto constitucional, justificam o exame de mérito dos acordos e convenções coletivas de trabalho firmados pelas categorias profissionais e econômicas.

Nesses termos, veda-se ao sindicato da categoria profissional a mera disposição de interesses dos trabalhadores, em prejuízo de seus representados. Ou seja, o legítimo representante dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhadores pode, apenas, transacionar, desde que em benefícios de seus representados, direitos titularizados pela categoria profissional.

Assim, a Constituição Federal impõe à negociação coletiva a nobre missão de, equilibrando os interesses dos trabalhadores e empregadores, adaptar as condições laborais às especificidades das categorias econômicas e profissionais, sempre – repita-se – no viés de se melhorarem as condições em que o labor humano é disponibilizado dentro do Território nacional.

Dentro desses aspectos, qualquer matéria concernente às relações laborais pode ser disciplinada na via coletiva, desde que o seja de maneira favorável aos trabalhadores.

Em face disso, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que o rol de matérias passíveis de serem disciplinadas via negociação coletiva, previsto no art. 611-A da CLT, afigura-se desnecessário, pois todas as matérias relativas ao pacto laboral, desde que se permita a melhoria da condição social do trabalhador, podem ser disciplinadas na via negocial.

Da redução do intervalo intrajornada por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Ainda no tema do negociado sobre o legislado, insta salientar que o Tribunal Superior do Trabalho (TST), ciente de que as normas atinentes à preservação da saúde do trabalhador não são passíveis de serem negociadas *in pejus* pelos sindicatos das categorias profissionais e econômicas, editou, com base no art. 7º, *caput* e inciso XXII, a Súmula nº 437, II, de seguinte teor...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu vou pular o teor, porque é do conhecimento de todos, e vou destacar apenas o seguinte.

Tome-se a hipótese em que o empregador concede um intervalo para refeição de trinta minutos. E aí eu chamo a atenção, Sr. Presidente, desse ponto, a V. Exª: tome-se a hipótese em que o empregador concede um intervalo para refeição de trinta minutos aos empregados durante jornadas maiores do que seis horas. Tal regra pode inviabilizar a hora do almoço de milhares de trabalhadores que atuam em linhas de produção, como as centenas de trabalhadores existentes no Polo Industrial de Manaus (PIM). A título de exemplo, numa fábrica com mais de 10 mil metros quadrados de área construída, apenas o caminhar, da linha de produção até o refeitório, a entrada na fila, com o bandeão, o acesso à alimentação, até a conclusão e o retorno do refeitório à sua linha, teria extrapolado o tempo. Ou seja, estaremos, assim, negando o direito ao trabalhador de ter o tempo para o seu almoço. É claro que esse é outro ponto absolutamente incoerente do presente projeto de lei.

Do empregado que recebe o dobro do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

A mudança prevista no art. 444-A que se busca inserir na CLT visa a possibilitar que o empregado com diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social estipule, individualmente, cláusulas contratuais que prevaleçam sobre o legislado, nos termos dos moldes admitidos em relação à negociação coletiva, previstos no art. 611-A do texto consolidado, na forma do art. 1º do PLC nº 38, de 2017.

Ainda, nos termos do art. 507-A, que se pretende introduzir na CLT, o empregado poderá firmar cláusula compromissória, afastando, pois, a intervenção do Poder Judiciário na resolução das





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

demandas oriundas da relação laboral. Tais alterações ofendem, a um só tempo, os arts. 5º, inciso XXXV, e 8º, inciso III, da Constituição Federal.

Por isso, não há como se admitir que seja subtraído o recurso ao Poder Judiciário do trabalhador brasileiro, qualquer que seja o montante salarial por ele recebido. Esta é outra diminuição e outra fragilização do direito do trabalhador.

Do pagamento dos honorários periciais mesmo nos casos de Justiça gratuita. Sr. Presidente, esse é outro tema, é outra inconstitucionalidade que foi muito debatida nas audiências públicas. E nós reafirmamos que contraria o norte traçado pelo Poder Constituinte originário, no sentido de que a assistência jurídica seja integral e gratuita.

Da inscrição em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. É outra inconstitucionalidade que destacamos agora. Como V. Ex^{as} sabem, essa é uma questão em que não há justificativa razoável para se protelar ainda mais a satisfação do crédito laboral, evitando a inscrição de empregador inadimplente nos órgãos de proteção ao crédito ou ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Trata-se, pois, de medida que sobrepõe os interesses do mau pagador àqueles do trabalhador, o que não se coaduna com o disposto no art. 1º, inciso IV, da Carta Magna.

Estou indo para a conclusão, Sr. Presidente.

Da terceirização de atividade-fim.

Sr. Presidente, o art. 4º da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, na forma do art. 2º do PLC nº 38, de 2017, permite que a terceirização incida sobre quaisquer atividades da empresa contratante.

Com isso, há ofensa aos seguintes dispositivos constitucionais:

- a) art. 5º, *caput*, por tratar de maneira desigual trabalhadores subordinados ao mesmo tomador dos serviços. Não há justificativa razoável para discriminar obreiros que laboram preenchendo os requisitos fático-jurídicos dos arts. 2º e 3º da CLT em prol do mesmo empresário;
- b) art. 7º, inciso I, por furtar do trabalhador subordinado o direito ao reconhecimento de vínculo empregatício com a empresa tomadora dos serviços que, de fato, é a sua empregadora. Nesse particular, a norma, em detrimento dos interesses do trabalhador, sobrepõe o instrumento contratual firmado entre as empresas contratante e contratada à realidade em que o labor é prestado; e
- c) 1º, inciso IV, por priorizar a livre iniciativa em detrimento do trabalho.

Além do que, Sr. Presidente, ao fazer essa terceirização, estimula-se a pejotização, tirando o direito do trabalhador às férias e ao décimo terceiro salário garantido pela CLT.

Das recomendações de veto no voto do Ex^{mo} Sr. Relator da CAE.

E aí vou para o encerramento, Sr. Presidente.

Dispõe o art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal – vou repetir aqui o art. 133:

Art. 133. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

- I - pela aprovação, total ou parcial;
- II - pela rejeição;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

III - pelo arquivamento;

IV - pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal, quando originária do Senado, ou de emenda;

V - pela apresentação de: a) projeto; b) requerimento; c) emenda ou subemenda; d) orientação a seguir em relação à matéria.

Verifica-se do dispositivo acima transcrito *in verbis* do Regimento Interno desta Casa que confere ao relator as seguintes opções para concluir a análise de uma proposição: a) a aprovação – obviamente; b) a rejeição; c) o arquivamento; d) o destaque para proposição em separado; e e) a apresentação de proposição ou de orientação a seguir em relação à matéria.

De acordo com o referido dispositivo, não havendo a concordância integral com a proposição, deve o relator aprová-la parcialmente, suprimindo, via apresentação de emendas, as partes do projeto das quais discordar.

Neste particular, o relatório apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, ao reconhecer publicamente que a proposição não merecia integral chancela desta Casa, deixou de adotar as providências recomendadas pelo Regimento Interno do Senado, o que não se coaduna não apenas com a boa técnica legislativa, mas, antes, não respeita o devido processo legislativo, além de declarar a inutilidade – perdoem-me o termo – do Senado Federal.

Das oito emendas que apresentei na CAE e que ora ofereço nesta Comissão, o Ex^{mo} Sr. Relator foi expresso ao afirmar que reconhecia, Sr. Presidente – reconhecia –, a pertinência de cinco delas. Contudo, ao invés de seguir o devido processo legislativo, respeitando, portanto, o art 133 do Regimento Interno, ao invés de dar o fiel cumprimento ao mandamento expresso no art. 65 da Constituição Federal, recomendou ao Senhor Presidente veto, como se assessor fosse do Senhor Presidente da República! Quem recomenda veto ao Senhor Presidente da República são os assessores, são os ministros, como V. Ex^a já o fez quando Ministro de Minas e Energia, e eu já o fiz quando Ministro de Minas e Energia, mas não na condição de relator de uma matéria tão importante para milhões de brasileiros como esta. Não nos cabe a recomendação de veto. Cabe-nos fazer aqui valer a representação, a representatividade do Senado da República. Recomendou ao veto presidencial o mérito das emendas que propus.

Ora, não posso, Sr. Presidente, coadunar com a existência de um tal acordo para veto – procedimento este manifestado sobejamente nos debates públicos, ao qual qualquer cidadão pode ter acesso por meio das transcrições taquigráficas.

Por fim, o voto, Sr. Presidente.

Por tudo acima exposto, em que demonstro a inconstitucionalidade formal e material da proposição, bem como a injuridicidade e a não regimentabilidade da medida, vota-se pela rejeição, lamentavelmente, integral do PLC nº 38, de 2017. E digo lamentavelmente porque, se houvesse a boa prática parlamentar do acatamento das emendas parlamentares para que o texto fosse corretamente adaptado, eu votaria a favor da reforma. Mas, desrespeitando o trabalhador, fragilizando o direito do trabalhador, implicando e aplicando inconstitucionalidades, injuridicidades e atitudes não regimentais, voto pela rejeição do PLC nº 38.

Agradeço a paciência de V. Ex^a, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu convido agora a usar da palavra o Senador Paulo Paim, que também tem um voto em separado. Porém, como o Senador Paim tem a sua vida pública zelada por mim, mas não a vida pública apenas, tem também a sua saúde física velada, eu chamo a sua atenção para o fato de que o Senador Eduardo Braga, tendo usado apenas 40 minutos do tempo, já está rouco, e V. Ex^a vai ficar também se for além de 30, 40 minutos, vai ficar rouco.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu apenas quero aqui aditar que eu estou em pleno processo eleitoral no Amazonas e essa rouquidão vem de horas e horas e horas de debate com a população do meu Estado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, essa minha rouquidão também é de tanto ler voto em separado aqui. Este é o terceiro que eu estou lendo.

Mas, primeiro, Sr. Presidente, dizer que o meu voto entregue é o dobro daquele que eu tenho resumido aqui. É o dobro. E aquele fica valendo oficialmente. E este eu tentei ficar mais no aspecto se é constitucional ou não o debate da reforma trabalhista nos moldes do projeto que à Casa chegou.

E aí, Sr. Presidente, o apelo que eu queria fazer, em primeiro lugar, eu, que estou há 32 anos nesta Casa, que o Senado não abrisse mão de legislar. É grave isso, Sr. Presidente. Eu nunca vi algo semelhante nos 32 anos que estou aqui. Como explicar para a sociedade que todos os 81 são contra o projeto da forma que aqui chegou – e não é pouca coisa: são mais de 200 mudanças, retirando direitos, na ampla maioria.

Não vou dizer, aqui, que não há alguma coisa aqui que não dá para aproveitar. Alguma coisa dá para aproveitar. E como a gente explica que a gente passa uma procuração para o Presidente em exercício? Porque nós não sabemos, todos nós não sabemos se ele ficará mais 15 dias, 10 dias, 20 dias – e esse não é o debate... E abrindo mão, como se estivéssemos renunciando aos nossos mandatos. Como se estivéssemos, porque não foi votado ainda. Eu tenho uma grande esperança de que este projeto não seja aprovado.

Ontem, aqui, o próprio Relator da reforma, Rogério Marinho, disse aqui, Senador Magno Malta: "Olha, o Senado tem de cumprir a sua obrigação, por que ele é a Casa revisora?". Como a gente o criticava, ele deu essa resposta. Eu disse: "Repita, por favor, Relator.". E o Relator repetiu: "O Senado que cumpra sua obrigação, não está na lei? [disse ele] Eu não preciso repetir.". Eu disse: "Não, mas eu faço questão de que repita.".

Eu vi, Senador, Senador Romero Jucá – vou citá-lo com todo o cuidado, porque senão ele já vem correndo aqui para fazer o contraditório pelo art. 14, que não cabe neste caso. Eu li um pedacinho de uma entrevista dele em que ele diz o seguinte: "Essa pauta de reforma da previdência...". Porque perguntaram para ele – eu tenho ela aqui. "Essa pauta de reforma da previdência e trabalhista não é mais do Governo, é do Congresso.". Ele disse bem assim: não é pauta do Governo, é pauta do Congresso. Então, deixe o Congresso trabalhar.

E, aqui, ninguém... O Senador Lasier, inclusive – tenho a liberdade de citá-lo –, apresentou uma proposta alternativa com cinco mudanças. Poderíamos chegar a seis, sete. O Senador Magno Malta eu sei que tem algumas questões...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Dá até para se chegar a oito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dá para se chegar a oito. Mas por que não a gente não fazer essa mudança? E, se há acordo, vai para a Câmara, a Câmara vota. E todos nós sabemos que vota isso num dia, se eles quiserem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Conceda-me só um... Eu sei que não está no Regimento, mas há momentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Mas, depois, o Presidente desconta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... na vida em que a graça é maior do que a lei. Este é o momento da graça. Então, vamos falar da graça. Então, veja...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns a V. Exª! Eu não esperava outra posição de V. Exª, porque eu o conheço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É preciso... Primeiro, nós não podemos abrir mão, não é? A Câmara não é o supprassumo do mundo, que votou lá, chega aqui e volta. Existem assuntos e assuntos. Há assuntos em que dá para se fazer isso, mas esse não, esse mexe com a vida das pessoas. Então, não dá para mostrar forças ou medir forças numa hora como esta. Se é para medir forças, nós vamos medir as forças.

A segunda coisa que eu entendo com relação a isso é que dizer que ele vai vetar ou vai mandar uma medida provisória... Eu já tomei tanto chapéu do Senador Romero no plenário,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... porque ele foi Líder de Dilma, Líder de Lula, e ele é especialista em chapéu. Então, eu não posso, eu não posso... Romero é negociador de sequestro. Entendeu? É o cara que fala com o sequestrado e com a mãe do sequestrador, é o cara que fala com a Polícia, fala com todo mundo. E ele é especialista mesmo, ele nasceu como negociador de sequestro.

Agora, se não vier a tal carta que eu pedi no plenário ontem, assinada, reconhecida a firma do Presidente e dizendo que a medida provisória está pronta em 24 horas, com os pontos que nós agregamos aí no voto em separado do Lasier,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Senador Lasier.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... o filho de Dadá está fora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Em memória de Dadá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só peço a V. Exª, se puder, devido ao meu voto em separado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Gastei cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. E foi uma bela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu solicito ao Senador Paulo Paim, solicito à Secretaria que reponha.

Vamos iniciar agora a leitura do voto do Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

Eu queria, Presidente, por uma questão de justiça, agradecer aqui, em público, o apoio técnico que eu tive neste voto, na questão constitucional, de inúmeras entidades e associações, como, por exemplo...

Nós tínhamos ajustado que era 50 minutos com mais 10 minutos: 50 minutos com mais 10 minutos.

Obrigado, Presidente.

Com o apoio técnico que recebi de inúmeras entidades. Destaco aqui, por justiça, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). E também a contribuição importantíssima do Ministério Público do Trabalho.

Sr. Presidente, como eu sei que temos diversos votos em separado, e, no mérito, os Senadores outros haverão de se aprofundar, naturalmente, eu entro aqui agora no debate da importância da promoção de um amplo diálogo com a sociedade antes de votarmos essa matéria.

O PLC 38, oriundo da Câmara dos Deputados, não foi objeto de debate social com os setores interessados; só ouviu o patronato, como foi dito aqui por todos. O PL 6.787, enviado pelo Governo Federal à Câmara, lá chegou com sete artigos.

Durante dois meses, foram realizadas audiências públicas para debater esses sete artigos. Contudo, o relatório apresentado em 12 de abril, pelo Sr. Deputado Rogério Marinho, apresentou mais de cem mudanças – mais de cem mudanças. Conforme o cálculo que se faz, entre artigos, incisos e parágrafos, dá para dizer que chegam a 200. E é esse relatório que não foi debatido com a sociedade, ele aparece de surpresa e todos nós sabemos onde ele foi construído – foi na sede do patronato.

Entre a divulgação do relatório e a aprovação do PL na Câmara, houve, de acordo com levantamento feito pelo *Nexo*, meras 26 horas de debate parlamentar.

Naturalmente, a legitimidade de uma reforma de tal amplitude, Sr. Presidente, está vinculada a um amplo debate prévio com a sociedade e, especialmente, com os setores atingidos, o que não se verificou na Câmara dos Deputados, tendo em vista que a proposta tramitou com invulgar celeridade, não permitindo que a população sequer compreendesse todas as repercussões que serão geradas nas relações de trabalho. A grande maioria das propostas foi apresentada apenas de surpresa no plenário da Câmara. E os Deputados diziam: "Mas isso eu não li, não vi, não sei." "Votem!". E assim foi votado. Espero que aqui não aconteça isso.

Promover uma ampla reforma da legislação trabalhista, construída e continuamente alterada por mais de 70 anos, sem permitir a completa compreensão e a participação popular, implica em déficit democrático – é um ataque à democracia – que compromete a legitimidade da proposta ora apresentada, em muitos pontos claramente prejudicial aos trabalhadores e só em benefício dos empregadores.

É lamentável. É lamentável que o Senado possa dar uma de Pôncio Pilatos. Lava as mãos como Pôncio Pilatos fez. Mandou Cristo para a cruz. E aqui é o povo que vai para a cruz.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ademais, é importante destacar que, não obstante as audiências públicas realizadas, tanto na Câmara dos Deputados como outras, em que eu mesmo fui... Eu fui a uns 27 Estados, debatendo tudo, porque eu sabia que esta reforma viria.

Eu fui debater terceirização, negociado sobre o legislado, trabalho intermitente e também a questão do horário do almoço. Nada foi levado em consideração. Eu apresentei documento a esta Casa, uma carta de todos os Estados, todos – todos, por unanimidade – rejeitam essa dita reforma nos moldes em que estava sendo anunciada.

Sr. Presidente, não há pontos de consenso ou passíveis de aproximação externados pelos participantes desses eventos, todos foram contra a proposta na íntegra.

A promoção de consultas a toda a sociedade em matérias legislativas referentes ao mundo do trabalho – que além de ser um pressuposto do Estado democrático de direito, volto aqui à democracia, expresso nos arts. 1º e 3º da Constituição Federal, é um compromisso internacional assumido pelo Brasil, nos termos da Convenção 144 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pelo Brasil em 1994 – é relevante para que as leis que regulamentem o mercado de trabalho sejam fruto de amplo diálogo social, realizado de maneira concreta, e não meramente formal, atendendo o interesse de somente um setor, repito, o patronato.

A aprovação de medidas que alteram substancialmente a legislação trabalhista sem que outras perspectivas sejam materialmente levadas em consideração, em nada – em nada – contribui para a construção de um ambiente de pacificação social no País num momento em que o País está sangrando.

Ninguém tem dúvida – ou alguém tem dúvida? – de que vivemos uma instabilidade ética, moral, política, social e econômica na qual a corrupção campeia por todos os campos – não estou fazendo aqui, Senador, ataque pessoal a ninguém –, permeia em todos os campos. E, nesse clima, nós fazermos uma reforma trabalhista e, em sintonia, porque estão coladas, a da previdência. Não é possível.

Nesse sentido, é importante recordar o preâmbulo da Constituição da OIT, quando se afirma: "a paz para ser universal e duradoura deve assentar sobre a justiça social". Aqui neste projeto não há justiça social, há injustiça social.

Vamos em frente.

Ao contrário do alegado inicialmente pelo Governo e por aqueles que defendem a referida proposta em debate, que afirmam que essa reforma trabalhista tem como principais objetivos a criação de empregos, a consolidação de direitos e implementos da segurança jurídica nas relações de trabalho, as entidades signatárias vêm, por meio desta, comprovar que o texto do PLC 38, ora em debate, em diversos aspectos – eu diria inúmeros aspectos –, fere de morte – fere de morte – direitos e garantias dos trabalhadores brasileiros assegurados na Constituição Cidadã – eu estava lá, eu fui Constituinte.

Sr. Presidente, eu estava lá. Lembro e tenho dito isso não só aqui, Presidente, não é porque V. Ex^a, Senador Anastasia, está na Presidência. Liderado, sim, por Mário Covas, por Ulysses Guimarães, por Luiz Inácio, por Fernando Henrique. Porque eles lideravam, e nós éramos os quadros intermediários e fomos sempre para o bom combate. Eu diria que aqueles que estão aqui olham assustados o que está acontecendo, ou preocupados, mas os que estão lá em cima, se é possível, depois de chegar ao alto, chorar, devem estar chorando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Porque fere, como eu dizia, o texto assegurado na Constituição, que ajudei a escrever, seja em seu aspecto material, em que teremos direitos trabalhistas constitucionais completamente esvaziados e descumpridos, seja em seu aspecto processual, em que teremos a criação de inúmeros obstáculos de acesso à Justiça do Trabalho, que tem seus direitos descumpridos, a partir daqui, ou sonogados.

Sr. Presidente, no entanto, é fundamental, nesse contexto, contextualizar aspectos principiológicos básicos do sistema constitucional brasileiro. E vamos ali. O art. 6º da Constituição é norma-matriz dos direitos sociais no Brasil. Os direitos sociais, encampados no Título II da Constituição, possuem natureza fundamental. No art. 6º, o trabalho está explicitamente referido como direito social fundamental, cuja proteção às pessoas que dele necessitam remete à estrutura disposta no art. 7º subsequente.

Com efeito, a atual Constituição, desde 1988, traça um novo horizonte de possibilidades, tanto que, de forma simbólica e inédita, acomoda os direitos fundamentais na parte inicial do texto, antes, portanto, das disciplinas endereçadas às questões do poder. Essa foi a sensibilidade do Constituinte, e repito com orgulho, eu estava lá. E não me digam que eu não assinei: assinei, sim. Sabe ler? Abra a Constituição, olhe na última página, o meu nome está lá.

Os direitos fundamentais deste novo contexto explicitamente incluem os direitos sociais, sendo que, nas ordens constitucionais anteriores, os direitos trabalhistas eram tratados no capítulo pertinente à ordem econômica e social. Embora este não seja um requisito imprescindível, a consagração constitucional explícita de um direito social é um indício relevante do caráter fundamental dos bens ou interesses protegidos pela Carta Maior.

O art. 7º da Constituição, Sr. Presidente, estabelece diversos direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras urbanos e rurais, sem prejuízo de outros, e que visem à melhoria da sua condição social, comportando verdadeira cláusula de abertura para a incorporação de novos direitos.

A dignidade da pessoa humana, que é fundamento explícito do Estado democrático de direito (art. 1º), traduz-se, na questão do trabalho, no direito de acesso a um trabalho decente, e não apenas o direito a ocupar-se.

Observando o plano internacional – volto ao plano internacional – de proteção aos direitos humanos... Porque aqui nós estamos ferindo direitos humanos. Iremos – e o pior é que eu tenho acertado sempre – para uma era em que praticamente a Lei Áurea foi revogada, e brancos, negros e índios voltarão para a senzala se esse projeto aqui se configurar como está aqui. Por isso, tenho uma grande esperança de que a gente possa modificá-lo.

Enfim, como eu falava da OIT, da qual o Brasil é país-membro desde a sua criação, em 1919, tem sua atuação pautada na construção de significados concretos à concepção de trabalho decente, enquanto expressão da dignidade humana.

Quem fala isso, pessoal – eu falo algumas palavras no meio –, são juízes. A maioria é do Tribunal Superior do Trabalho. São juízes ligados à Anamatra, são advogados trabalhistas, são procuradores, são promotores, que nos ajudaram nessa construção.

Para esse organismo internacional, há quatro pilares que a sustentam, quais sejam: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade,...

Sr. Presidente, com todo carinho que eu tenho pelos meus Senadores, se eles ficarem...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu falo de forma respeitosa e carinhosa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª tem toda razão. Claro, claro, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas quando o telefone fala, aqui ao lado, corta-me totalmente o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª tem toda razão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E sabe que eu tenho o maior carinho por todos aqui. V. Exª sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço que todos, por gentileza, mantenham silêncio respeitoso ao nosso eminente Senador Paim, que faz a sua leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque isso mexe na vida de todos nós. É inegável que mexe com a vida de todos nós e de 200 milhões de brasileiros.

A promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social são fundamentais. É isso que diz a OIT. E nós fizemos parte da OIT.

A partir deles, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a necessidade de os países formularem políticas que visem a estimular a criação de mais e melhores empregos, e não precarizar; reduzir a informalidade, combater o trabalho infantil, que existe muito aqui no Brasil, e todos nós sabemos; e o trabalho escravo.

Eu sou Relator de um projeto aqui, Senador Anastasia, que quer regulamentar o trabalho escravo. Eu digo que é fácil: já que sou o Relator, eu coloco ali: no Brasil o trabalho escravo é proibido.

E todas as formas de discriminação no emprego; promover o emprego juvenil; ampliar a melhoria e a cobertura da proteção social; impulsionar a educação e a capacitação para o trabalho; reforçar a produtividade e a competitividade das empresas; e fortalecer – o que? – os direitos trabalhistas, que aqui nós estamos suprimindo.

Além disso, a OIT, na Conferência de Genebra, ocorrida em 18 de junho de 1998, definiu princípios fundamentais que serviriam de norte à sua atuação, quais sejam, a liberdade em primeiro lugar. "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós". Proteja-nos, liberdade. E aí vai. A liberdade sindical e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva. Esse projeto só vai encaminhando tudo para a negociação individual.

Eliminação de todas as formas de trabalho forçado. Aqui no Brasil, recentemente, viu-se, em dados, que libertamos mais de 60 mil trabalhadores que estavam sob regime de escravidão. E eles falam, ainda, que a livre negociação vai ser boa para o trabalhador. O trabalho escravo é realidade aqui.

A efetiva abolição do trabalho infantil; a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Os dados mostram: quem ganha um salário menor, aqui no Brasil, na mesma função, dando a mesma produtividade, com a mesma qualidade? Primeiro, as mulheres. Há um projeto aqui que eu tento aprovar, e não deixam aprovar, que quer apenas assegurar, baseado num princípio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

constitucional, que a mulher na mesma função tem que ter o mesmo salário que o homem. Não deixam aprovar. E quem pediu vista e engavetou? Senador Romero Jucá. Está engavetado já há anos por ele. Eu sou só o Relator. Eu também podia falar da situação dos negros, enfim, que também são discriminados no mercado de trabalho.

Há, portanto, princípios, no plano interno e internacional, juridicamente vinculados a um Estado de direito social e democrático, que encerram preceitos de segurança jurídica e social, necessariamente relacionados às implicações entre trabalho e cidadania. Estamos aqui tirando o direito à cidadania.

Ao reduzir drasticamente a proteção social nas relações de trabalho no Brasil – e estão retirando... Repito: ao reduzir drasticamente a proteção social nas relações de trabalho no Brasil, o que será demonstrado no curso deste relatório, a reforma trabalhista enfraquece totalmente a aplicação e efetividade dos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III e IV, da Constituição).

Além disso, ao criar ou alargar vários contratos precários e reduzir ou permitir a redução de direitos e o aumento da sonegação trabalhista – eles aumentam aqui a possibilidade da sonegação trabalhista. Isso mesmo. Vai sonegar na trabalhista, vai sonegar na previdência, e aí eles vão atingir o objetivo: arrasam o mundo do trabalho e ainda privatizam a previdência. Causará um aumento nos índices de concentração de renda e de pobreza, indo contra a garantia do desenvolvimento social e a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais, objetivos fundamentais do Estado brasileiro (art. 3º da nossa Constituição).

Não bastassem essas afrontas à nossa Carta Magna, a proposição de reforma trabalhista, em seu texto atual, descumpra outros princípios e direitos fundamentais estabelecidos na nossa Constituição, notadamente os princípios da isonomia (art. 5º, *caput*), ao criar graves distinções de direitos conferidos aos trabalhadores, de acordo com o tipo de relação de trabalho; do amplo acesso à Justiça (art. 5º, XXXVI), ao estabelecer vários obstáculos ao trabalhador para buscar seus direitos sonegados – quer dizer, o empregador sonega; se eu for à Justiça, eu serei punido. Parece mentira, mas é verdade, é só ler. Na função social da propriedade e da empresa (art. 5º, XXIII, e art. 170, vocês vão ver isso que eu estou aqui justificando); da busca do pleno emprego (art. 170, VIII), ao criar ou fomentar contratos de trabalhos precários, com poucos direitos, ou a ocorrência de fraudes (autônomos e a famosa pejetização) – que vocês vão ver com o tempo, vão conhecer mais depois desta proposta, que oxalá não se aprove, o que é essa tal de pejetização; para você que está lá, lá na produção no dia a dia; eles vão ampliar tudo que eles puderem –, além do princípio da vedação ao retrocesso social nas relações de trabalho (artigo 7º, *caput* da nossa Constituição). Como é certo, há limite material, inclusive ao poder de reforma constitucional, quanto aos direitos e garantias individuais, que são justamente os fundamentais (vão lá e deem uma olhadinha lá, senhores: art. 60, §4º, inciso IV, também da Carta Magna).

Há se considerar, portanto, que os direitos sociais, incluindo os de conteúdo econômico-social-trabalhista, estão protegidos pelo art. 60, §4º, da Constituição, não estando livremente disponíveis para que retrocessos normativos sejam estabelecidos segundo a discricionariedade do poder constituinte dela derivado. A própria abertura presente no art. 7º da Constituição, relacionada à melhoria da condição social dos trabalhadores, aponta no sentido da não-regressividade. Se há





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

impedimento ao retrocesso por emenda constitucional, com muito mais força o limite se apresenta quando modificações forem estabelecidas através da legislação infraconstitucional.

Por favor, Senadores, leiam o projeto na íntegra. Se lerem, não votam favorável. Isso é um apelo que eu faço. Eu sei que não é fácil, aqui, 200 mudanças para ler na íntegra, com tudo que acontece na Casa. Então, vamos dar um tempo, pelo menos, para que nós todos outros possamos nos apropriar, cada vez mais, dessa dura realidade.

Sr. Presidente, nesse mesmo sentido, durante a I Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho, promovida pela Associação Nacional – não é da CUT, não é da CGT, não é da UGT, não é da Força Sindical, não é nada. Não é Dieese nem Diap. –, vejam bem, promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e, vejam bem, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) – eu estive lá, eram perto de mil pessoas presentes, e eu fiz uma das palestras –, ocorrida em novembro de 2007, foi aprovado o seguinte enunciado sobre o tema, vinculado ao temário geral – entre aspas – da dita "flexibilização", e que ela não retira direitos. O que diz? "Flexibilização dos direitos sociais" impossibilita...

FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS [aí vem, aqui é só o título]. Impossibilidade de desregulamentação dos direitos sociais fundamentais, por se tratar de normas contidas na cláusula de intangibilidade prevista no art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição da República [esse congresso foi contra a tal flexibilização].

Destacado esse panorama de princípios fundamentais da Constituição, desde logo cabe dizer que o PLC 38, da dita "reforma trabalhista" – que não é reforma, é um instrumento de retirada de direitos que vai sangrar a vida do nosso povo –, cujo texto foi elaborado originalmente pelo Deputado Rogério Marinho no relatório para o PL nº8, de 2017, auxiliado por juristas e magistrados alinhados somente com a visão empresarial – por isso a Anamatra, para a construção do relatório, atualmente foi afastada –, por uma visão empresarial, economicista e não humanista do Direito do Trabalho – que, sabe-se, é francamente minoritária no âmbito do próprio Tribunal Superior do Trabalho (quando esteve aqui o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, eu perguntei a ele se a posição dele era a do coletivo ou a do individual e ele disse: "Não. É minha, individual." Em seguida, veio a Anamatra e disse que 90% dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho têm a mesma posição da Anamatra) –, e mantido pelo relator originário da Casa Revisora, o Senador Ricardo Ferraço, sem alteração de uma vírgula sequer... São centenas de emendas! Oitenta e cinco da Base do Governo. Ele não aceitou uma vírgula. E esta Casa vai ficar de quatro? Vai se acovardar? Não vai! Eu confio muito nos Senadores e Senadoras. Esta Casa não vai ficar de quatro. Não vai. Não vai se acovardar. Esta Casa há de manter a sua independência, a sua soberania entre os três Poderes. Não há chefe nenhum do lado de lá que manda aqui.

Repito aqui o que eu disse num outro momento, Senador Antonio Anastasia: o Presidente Lula mandou para cá uma reforma da previdência. Eu disse: "Como está, não passa!" O Presidente, na sua sabedoria, soube ouvir. E construímos aqui uma alternativa, chamada PEC Paralela. Aí aprovamos. E a PEC Paralela saiu daqui e foi para a Câmara. E, lá, a Câmara aprovou. Por que é que nós não podemos fazer isso?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Independentemente de quem está na Presidência da República, se é o Temer ou não vai ser o Temer amanhã, o Senado não depende disso para assumir o seu legítimo direito de legislador. Nós somos legisladores; nós não somos carimbadores. É impossível que um Presidente da República dite uma ordem... Onde estão os Senadores e Senadoras da República, que vão simplesmente dizer "amém, Presidente"?

E eu diria para o Presidente: Presidente, faça a sua defesa, mas deixe o Senado trabalhar. Olha, e não estou fazendo nenhuma crítica, aqui, ideológica em cima do Presidente nem da situação em que ele se apresenta neste momento. Deixe o Senado trabalhar! O Senado pode aprofundar, fazer um substitutivo e remeter para a Câmara, como fizemos no passado. Uma vírgula ele não mexe.

Detêm dispositivos que padecem de inconstitucionalidade formal e outros que padecem de inconstitucionalidade material. Não raro, um mesmo dispositivo padecerá dos dois vícios. Às vezes, o mesmo tem os dois vícios.

Quanto às inconstitucionalidades materiais, dizem basicamente com os limites materiais ao poder de legislar, à vista dos direitos e das garantias sociais fundamentais – arts. 6º a 11 da Constituição Federal –, conforme já destacado precedentemente.

Aliás, mais que limites ao poder de conformação do legislador ordinário, são mesmo limites ao próprio poder constituinte derivado, como decorre da melhor doutrina nacional – vocês podem dizer que o Paim não é advogado. Eu não sou mesmo, mas eu li essa coisa aqui, eu li para entender um pouco – à vista das restrições impostas ao legislador pelo art. 60, §4º, da nossa Constituição.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse particular – o das inconstitucionalidades materiais...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador, só um minuto.

Vou acrescentar mais 20 minutos para dar os 50 e depois mais outros 10. Então, peço mais 20 minutos agora para o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente. V. Exª, como sempre, em matéria de acordo... Quando eu fizer com V. Exª, pode saber que doa a quem doer vou cumprir. E V. Exª está cumprindo, na íntegra, o que foi aqui acordado entre nós.

Nesse particular – o das inconstitucionalidades materiais – sobressai, a toda evidência, a tese do chamado, por exemplo, negociado sobre o legislado, admitir que a negociação coletiva possa indiscriminadamente estabelecer mínimos de proteção jurídico-laboral em níveis inferiores ao que está na lei. A OIT diz que aceita, mas para você construir um ambiente melhor para o trabalhador. Aqui no Brasil, nós vamos inovar: para o trabalhador a lei não vai valer mais.

Calcule você que está na tua empresa, está ouvindo isso que eu estou dizendo e sabe que a verdade, eu sempre digo, tem muita força, como vai ficar a tua situação. Quem é que tem a força numa negociação? É quem tem a caneta ou quem vai pedir o emprego? Quem vai pedir o emprego é que não tem força. O outro tem a caneta na mão. Ele admite e demite na hora em que ele bem entender. Mas você pode fazer acordo abrindo mão dos teus direitos que estão hoje na CLT. Que direitos são esses? Décimo terceiro, férias, horas extras... Não sei, estou dizendo aqui rapidamente. Aqui, pelo que dizem, há casos em que vão perder tudo, como, por exemplo, no trabalho intermitente,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em que vou entrar ainda aqui. Quem é que garante? Hoje já há uma sonegação enorme, a fraude é uma vergonha.

Eu presido a CPI da Previdência e sabe o que há lá comprovado pelos auditores fiscais e pela Procuradoria da Fazenda? Que há um setor do empresariado que embolsa 25 bi por ano, desconta do trabalhador e não repassa. Esses aqui vão fazer o mesmo. Nesses trabalhos chamados... Vamos pegar o intermitente, que é o mais forte, em que o cara vai lá, trabalha algumas horas e vai embora. Ele vai pagar a previdência dele? Não vai pagar, não. Não vai, não vai, não vai. Eu sei que não vai. Mas sei que não vai. E ainda vai dizer: "Se eu pago e o outro não paga, vira uma concorrência desleal e eu é que vou perder mercado." Vai pagar o Fundo de Garantia? Não vai. Vai pagar a ele férias proporcionais, um terço? Não vai. Vai pagar hora extra? Nem se fala. E daí, e se uma pessoa dessa engravidar, como é que fica? Está lá trabalhando, o cara deu para ela 30 horas numa semana, ficou grávida. A senhora engravidou, como é que faz? Ele vai te garantir todos os direitos? Isso é para inglês ver, pelo amor de Deus. É tirar o povo brasileiro para idiota, para burro, e achar que nós somos todos incompetentes, que não conseguimos enxergar isso. Não somos incompetentes. Eu quero ter sempre esse cuidado. E eu aposto muito ainda que o Senado não haverá de aprovar o que está aqui.

De fato, esse aspecto assume grande papel, porque abre brecha legal para que se estabeleçam, em todos os rincões do país, negociações coletivas tendentes a abolir direitos sociais previstos nos artigos acima listados (especialmente no art. 7º), conquanto não fosse possível fazê-lo, como vimos, nem mesmo por proposta de emenda constitucional – nem por emenda constitucional.

Já quanto às inconstitucionalidades formais (entre as quais incluímos as procedimentais), divisam-se, *prima facie* – como se diz aqui –, três eixos críticos, insuperáveis por qualquer linha de argumentação que se tome. Importante percebê-lo porque, se no campo das inconstitucionalidades materiais há sempre alguma margem para debate (e não por outra razão o Deputado Rogério Marinho citava, a cada entrevista sua, o quanto decidido no RE nº 895.759, sobre “negociado *versus* legislado”, conquanto se saiba que ali houve uma única decisão, não uma jurisprudência mansa e pacífica do Excelso Pretório), não ocorre o mesmo com as inconstitucionalidades formais: tais inconstitucionalidades geralmente são evidentes, de *per se* e *prima facie*; e, no caso do PLC nº 38, são notavelmente óbvias. Já por isso, tais constatações de inconstitucionalidade são dificilmente contornáveis, na perspectiva da argumentação jurídica. Afinal, como deriva do secular brocardo latino – que, embora não absoluto, serve bem à hipótese –, *in claris cessat interpretatio* (“na clareza do texto [ou da sua contrariedade literal], cessa [deve cessar] a interpretação”). Aqui eu traduzi porque, naturalmente, não estava em Português. E traduzi porque escreveram a tradução embaixo, Senador, aqui estava *in claris cessat interpretatio*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E aqui eles traduziram.

O que se nota, já dessas considerações preambulares, é que sobressaem eixos de inconstitucionalidade. O primeiro eixo diz com os limites constitucionais literais à chamada “flexibilização” pela via da negociação coletiva.

O segundo eixo diz com os limites constitucionais formais à relativização do direito constitucional à duração do trabalho (oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O terceiro eixo, enfim, diz com a procedimentalidade constitucional-legislativa da PEC nº 38/2017. Nos termos do art. 114 do ADCT, é certo que na tramitação de proposição, ressalvada a medida provisória, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, há necessidade de análise da compatibilidade com o Novo Regime Fiscal, que foi instituído pela EC nº 95/2016. Todavia, esse relatório de impacto orçamentário não foi feito. É isso o que eu citava acima. Em nenhum momento eles analisaram o impacto orçamentário.

Todavia, esse relatório de impacto orçamentário não foi feito, embora o PLC 38 incorpore evidentes hipóteses de renúncia direta e indireta de arrecadação, que estão sendo simplesmente ignoradas pelo Parlamento e esquecidas naturalmente pelo Executivo e olhos vendados por parte dos Relatores.

Da forma aprovada pela Câmara dos Deputados, agora em curso no Senado, o texto do PLC 38/2017 descumpra seguramente fundamentos, objetivos fundamentais e princípios garantidos pela Constituição. Por isso, tem de ser rejeitado.

Estabelecido este cenário inicial, com os levantamentos preambulares de aspectos das inconstitucionalidades, segue-se com a análise, mais pormenorizada, de dispositivos contemplados na reforma que representam violação, todos da Constituição.

Quanto à questão constitucional formal da proposta descumpridos, trazidos em convenções da OIT, não há dúvida alguma de que há um enorme déficit democrático em torno da discussão da proposta, pois ela é fruto da total ausência de um debate social amplo, especialmente entre os trabalhadores brasileiros, que serão os principais atingidos – houve debate, sim, mas com os empregadores. E não foi aqui dentro não; foi lá fora. Nem vou dizer onde, para não complicar mais, onde foi redigido o relatório do Sr. Rogério Marinho – pelas profundas mudanças na legislação trabalhista.

Como já afirmado pelo Ministério do Trabalho, o PL 6.787/2016, Executivo, foi gestado sem a efetiva participação dos trabalhadores na sua discussão, em claro descumprimento às Convenções nºs 144 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambas ratificadas pelo Estado Brasileiro, que preveem a necessidade de discussão entre as representações dos trabalhadores e dos empregadores e os Estados quando da apresentação de propostas que possam modificar o ordenamento jurídico laboral.

E nem se alegue que essas discussões foram feitas perante a Câmara dos Deputados nas audiências públicas realizadas na Comissão, pois o Sr. Relator do PL 6.787, Deputado Rogério Marinho, praticamente não acatou qualquer das inúmeras ponderações e sugestões feitas por estas e outras entidades e pelos Parlamentares, incluindo em seu relatório apenas normas que prejudicam os trabalhadores, sob a orientação do patronato.

Ademais, a maior parte dos temas e dispositivos constantes do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados não foi sequer mencionada, tampouco objeto de debate naquela Casa. Chegou com sete, e, no Plenário, foram apresentados 117. A Comissão só discutiu sete artigos.

Por isso, talvez o que esteja sendo mais violentamente agredido seja o diálogo social verdadeiro. São incontáveis audiências públicas, notas técnicas, falas, reuniões, etc., com a presença das mais diversas autoridades – que fizemos aqui no Senado; que começamos a fazer aqui, sim. Todavia, nada, nada foi aceito, nem uma vírgula foi aceita, só o que os relatores, aqui no Senado, entendem é que tem de aprovar exatamente como está.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A democracia não se contabiliza pelo número formal de audiências ou não, ou de reuniões, mas, sim, substancialmente, pela análise de quanto do contraponto e do contraditório são realmente levados a sério e incorporados por quem tem o dever de relatar, como uma concertação, ouvindo empregado e ouvindo empregador. Não houve.

A mencionada Convenção nº 144 da OIT, aprovada na 61ª Reunião, em Genebra, em 1976, justamente versa sobre a necessidade do comprometimento com as práticas procedimentais que assegurem consultas efetivas aos representantes do Governo, dos empregados e dos empregadores. Aqui isso não existiu.

As consultas precisam ser efetivas, verdadeiras, e não dar uma de avestruz, que bota o povo para falar e enfia a cabeça na areia para não ouvir nada. A "Reforma Trabalhista", ao contrário de representar o consenso possível no diálogo social, até aqui avança como voz única, impositiva, na constituição de um mercado de trabalho sem proteção – eu só posso entender que deve ser a orientação do chefe, não do meu, do que está do outro lado da rua.

O Parlamento deve levar a sério as considerações de todos os envolvidos numa reforma estrutural desse porte, sem açodamentos, e com a prudência necessária, sob pena de violação do diálogo nacional com o qual se comprometeu o Brasil no plano internacional.

Sr. Presidente, eu quero entrar aqui muito no fomento ainda a fraudes e à relação de emprego.

Iniciando nossa argumentação mais específica quanto às várias mudanças que aqui eu já resgatei e aprofundo agora nas fraudes, que estão no 38, é imprescindível consignar que a proposta em comento cria um "cardápio" de contratos de trabalho e de empregos precários, facilitando a redução da proteção social dos trabalhadores brasileiros, garantidas principalmente no art. 7º da Constituição, e fomentando a mera substituição dos contratos de trabalho a tempo indeterminado (com mais proteção e mais direitos) por contratos fraudulentos... É isto: fraude, sacanagem, malandragem... É tirar o povo para bobo. Para o peão entender, é isso mesmo, viu, é sacanagem, é malandragem... Os termos jurídicos aqui são outros. Substituição por contratos temporários e por contratos de trabalho em que o empregado pode receber, inclusive, no fim do mês, um valor menor que o salário mínimo mensal. Isto é sacanagem, não é? Aqui se fala, elegantemente, em fraudes.

O texto atual do PLC 38 fomenta fortemente a prática de fraudes – sacanagem, malandragem, roubalheira – nas relações de trabalho, com objetivo espúrio de afastar o vínculo de emprego em situações onde estão caracterizados os elementos da relação empregatícia, aumentando, assim, a exploração do trabalhador brasileiro, com o esvaziamento e a sonegação de praticamente todos os direitos trabalhistas previstos – olha bem! – no art. 7º da Constituição.

Eles dizem: "não, a gente não mexe no art. 7º". Da forma que redigiram, de forma competente para o mal – para o mal eles são competentes, esse é o objetivo –, isso vai parar numa briga eterna na Justiça.

E isso acontecerá, sobretudo, a partir do incentivo a fraudes na utilização de falsas pessoas jurídicas e falsos trabalhadores autônomos que, em realidade, seriam empregados e que, por isso, deveriam ter preservados os direitos assegurados onde? No art. 7º da Constituição.

Nesta seara, a redação trazida para o novo artigo, o 442-B, da CLT, e para a alteração do art. 4º-A, da Lei nº 6.019/74, permitirá que trabalhadores com carteira de trabalho assinada e vínculo de emprego formalizado sejam demitidos – sejam demitidos! – e recontratados como falsos trabalhadores autônomos e como falsas pessoas jurídicas, prestando o mesmo tipo de serviço e com a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presença de elementos fático-jurídicos caracterizadores da relação de emprego, mas sem vários dos direitos garantidos pela Constituição.

É inacreditável, mas é verdade.

Vejamos, então, a redação do famoso art. 442-B, no PLC 38/2017:

Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.

Vejam bem o que diz aqui.

A proposta possibilita a existência da figura do autônomo prestando serviços em regime de exclusividade, ou seja, a um só tomador do seu serviço, e de forma contínua, o que certamente fará com que empregados sejam dispensados e recontratados como falsos autônomos, com pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação, ou seja, com a presença dos elementos configuradores da relação de emprego.

Referido dispositivo viola frontalmente o art. 7º da Constituição Federal, pois, ao mascarar a relação de emprego sob a forma de autônomo, que praticamente não possui direitos e que trabalha por conta própria e sob os próprios riscos, retira de trabalhadores diversos direitos que são garantidos unicamente àqueles que possuem contrato de emprego com registro em CTPS.

Por isso, nessa linha, o trabalhador, falso autônomo, que na realidade deveria ser empregado, não terá – vou dizer aqui, segundo juízes, segundo advogados trabalhistas, não só do Brasil, aqui, de toda a América –, dizem eles, não terá os seguintes direitos constitucionais previstos nos seguintes incisos do art. 7º da Constituição – eles assumem toda a responsabilidade, são aqui ministros do TST, mas vamos lá:

- I) relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa;
- II) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III) fundo de garantia por tempo de serviço – tudo isso aqui poderá entrar em choque, e está lá escrito;
- IV) salário mínimo, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe assegurem o poder aquisitivo – porque o trabalho intermitente diz isso mesmo, está certo, porque, aí, é salário por hora e quem é que vai garantir que tu vais ganhar um salário mínimo por mês? Não vai ganhar não e não pode chiar não, e não pode nem entrar na Justiça, porque, daí, eles vão dizer "está na lei";
- V) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho – também não. Você também perderá até isso, porque, depois de muita discussão, houve os pisos salariais regionais. Vocês sabem, isso aqui entra em cheque também;
- VI) irredutibilidade de salário;
- VII) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (acabou também);
- VIII) décimo terceiro salário com base na remuneração integral – com base na remuneração integral, não, nunca mais;
- IX) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

X) proteção do salário –vou lendo aqui; nem vou citar os números mais, pois é um atrás do outro;

XIII) duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais –também desaparece; agora está aí: 12 vai virar comum;

XV) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos –fere;

XVI) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal –fere;

XVII) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal –fere;

XVIII) licença à gestante –fere;

XIX) licença-paternidade –fere;

XXI) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias –fere;

XXII) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança – disso eu me lembro, porque eu já fiz um debate aqui; e, agora, dentro da fábrica, você é que é responsável pelo equipamento de segurança;

XXIII) adicional de remuneração para as...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei –fere;

XXIV) aposentadoria –é claro que fere também...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paim, eu vou lhe acrescentar agora aqueles dez finais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foram os dez minutos a mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – XXVIII) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa –fere também.

Aí vai, Sr. Presidente. Além disso, o 442-B, além de contrariar o princípio da primazia da realidade, que informa o direito do trabalho, atinge também o disposto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição, que garante o acesso à justiça, pois o reconhecimento da condição de empregado ao trabalhador contratado como autônomo, ainda que caracterizada, na realidade, a relação de emprego, nos termos do art. 3º da CLT.

Da mesma forma, a proposta possibilita, com a eventual alteração da redação do artigo 4-A – estou lendo um pouco mais rápido, Presidente, porque sei que V. Exª está sendo muito justo, mas estou dizendo a todos que estou ficando dentro do tempo que foi assegurado a todos–, que amplia a prestação de serviços em todos os tipos de atividades da empresa, inclusive a sua principal, que empregados sejam dispensados e outros ou os mesmos – após 18 meses– sejam contratados para prestar os mesmos serviços como falsas pessoas jurídicas, precisando para isso cumprir tão somente os seguintes requisitos: inscrição, Sr. Presidente, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, registro na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

junta comercial e um capital de R\$10 mil, podendo, nesse caso, prestar serviços sociais ou com até dez empregados.

Esse pernicioso dispositivo, claramente inconstitucional, fomentará o aumento do uso de uma fraude muito conhecida nas relações de trabalho, que eu citava antes, a pejetização – por aí é que vai a malandragem mundo afora–, fenômeno que ocorre quando uma empresa passa a utilizar dos serviços de um trabalhador sob a máscara de uma falsa pessoa jurídica, como se essa fosse uma legítima empresa prestadora de serviços, mas presentes, de fato, todos os elementos configuradores da relação de emprego, em especial a personalidade e a subordinação.

Enfim, como o falso trabalho autônomo, a pejetização também retira toda a proteção constitucional do trabalhador, pois, como suposta empresa, o trabalhador não possui também vários direitos, que aqui eu vou citar. Dançam: o seguro-desemprego; FGTS (inciso III); garantia do salário mínimo (inciso IV); décimo terceiro salário – estou repetindo, inclusive, porque eles dizem que não atinge; vamos ver se não atinge! – (inciso VIII); remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (inciso IX); – aí vai – ; proteção do salário (inciso X); limitação da carga horária (inciso XIII); repouso semanal remunerado (inciso XV); adicional de horas extras (inciso XVI) – e aqui vou repetir –; férias; licença-maternidade; aviso prévio; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres; seguro contra acidentes de trabalho... Tudo aqui fica jogado ao léu.

Enfim, Sr. Presidente, o valor social do trabalho (art. 1º, IV), fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como contra a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, objetivos fundamentais do Estado Brasileiro – isso é obrigação do Estado – (art. 3º, II e III)...

Além disso, as normas propostas descumprem também princípios fundamentais da ordem econômica, previstos no art. 170 da Constituição da República, especialmente a valorização do trabalho humano e a justiça social, para uma existência digna, a função social da propriedade (inciso III) e a busca do pleno emprego (inciso IX).

Então, resta cristalina a inconstitucionalidade do PLC 38, pelos os aspectos acima levantados.

Sr. Presidente, avançando.

Do teor do PLC 38 extrai-se também o estímulo à substituição dos contratados por tempo indeterminado, que têm garantias mínimas legais e constitucionais, por vínculos precários e empregos sem nenhuma qualidade, como a ampliação da desmedida terceirização, porque eles desarquivaram lá um projeto de 1999. Nós todos não estávamos aqui quando passou pelo Senado. Tiveram medo de enfrentar o debate aqui, aprovaram lá. O Presidente se comprometeu a vetar uma série de artigos. Vetou quantos, Presidente? Diga-me! Nenhum o senhor vetou. E o senhor agora está passando aqui uma nota fria, uma nota fria para os Senadores, dizendo que vai vetar alguns. Não vetou nenhum. E V. Exª disse que ia vetar. Não disse para mim, porque eu não ia acreditar naturalmente, mas disse para Senadores e Deputados da Base. Não foi nem para Senadores, porque não passou por aqui no nosso tempo. Lá na Câmara. Os Deputados, quando desarquivaram aquele de 1998, 1999, acreditavam que V. Exª ia vetar. Não vetou nada.

Permite a atividade terceirizada em todas as áreas, na área pública, na área privada, sem limite. É a casa da mãe Joana, inclusive no serviço público. Adeus, concursos públicos!

O art. 2º do PLC promove a alteração da Lei nº 6.019/74, fixando no art. 4º-A desta lei a ampla e indiscriminada permissão para a terceirização de serviços em benefício das empresas tomadoras de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviços, em todas as atividades das tomadoras, inclusive na principal. Acabou aquele princípio de que na atividade fim não podia.

O alargamento das possibilidades da terceirização... Está comprovado que, em empresa terceirizada, a cada cinco mortes no trabalho, quatro são em empresa terceirizada e, a cada dez acidentes com sequelas, oito são em empresa terceirizada. O salário é de 30% a menos, em média. Há casos em que chega a 50% e há casos em que chega a 20%.

Enfim, Sr. Presidente, eu já falei tanto da terceirização que vou ampliando aqui e vou para frente, porque todo mundo sabe que condeno essa terceirização há quanto tempo. Então, não vou ler, por causa do tempo, uma série de outros argumentos que os juízes me deram aqui sobre a maldade da terceirização.

Enfim, não se trata de modernização. Trata-se de retirada de direitos. É um enorme retrocesso, nunca visto na história da República. Nem a responsabilidade solidária é garantida a esse trabalhador, que, se sofrer calote, como acontece aqui no Congresso... Nove empresas aqui fecharam as portas, foram embora e não pagaram. Eu brigo para cá, brigo para lá. Não teve jeito. Vai ficar mais dez anos da Justiça, e não se acha nem onde mora o dono da empresa. Então, se ele sofrer o calote, o que é muito normal dentre as empresas terceirizadas, terá de acionar na Justiça do Trabalho primeiro a sua empresa formalmente empregadora para, só depois disso – e o cara desaparece, e você não o acha –, a empresa contratante.

Como aqui trata ainda da terceirização, Sr. Presidente, eu vou avançar para o art. 4º-C:

Art. 4-C São asseguradas aos empregados da empresa prestadora de serviços a que se refere o art. 4º-A desta Lei, quando e enquanto os serviços, que podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, forem executados nas dependências da tomadora, as mesmas condições.....

Aqui, de novo, é terceirização.

Eu estou acelerando aqui, Presidente. É que é tanta maldade que eles fizeram umas dez páginas contra a terceirização, que eu sintetizei dando aqueles exemplos.

Agora, eu vou falar do trabalho intermitente ainda, Sr. Presidente. Nos termos da redação dada ao art. 443, o contrato de trabalho poderá ter como objetivo a prestação do trabalho intermitente. Esse é um dos piores de todos. Eu vou resumir, porque conheço e tema e não vou ler tudo o que está aqui, Sr. Presidente.

Será uma vergonha se adotarmos isso aqui no Brasil. Eu falo com conhecimento de causa. Eu fiz uma audiência internacional aqui no Senado. Chamei o McDonald's, e eles pelo menos vieram para o debate – isso eu tenho de reconhecer. E vieram sindicalistas de 17 países do mundo para debater essa situação. Resumo da história: o McDonald's reconheceu aqui, no Brasil, a gravidade dos fatos. É aquela história de mandar o cara para casa; e, quando a fila dos carros ali naquele posto do McDonald's fosse muito grande, chamava o cara correndo; ele trabalhava, voltava para a casa e ganhava somente as horas trabalhadas. O McDonald's se comprometeu, e me parece que está cumprindo. Eu quero ser muito honesto: cito a McDonald's aqui, mas não cito de forma depreciativa, pois pelo menos eles reconheceram a questão e mudaram o procedimento. Aqui, no Brasil, praticamente não existe esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho intermitente – praticamente não existe. É claro que existe burlando, porque ele não está na lei ainda. E o McDonald's reconheceu, mas, no mundo, onde existe, é considerado trabalho escravo.

Eu fui convidado, Sr. Presidente, a ir a uma grande montadora de automóvel no Mississipi. Não vou dizer o nome da montadora.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os trabalhadores de lá queriam nos mostrar como é o trabalho intermitente lá. É trabalho escravo. A única montadora que há no Mississipi é essa. Lá, eles são obrigados a assinar um documento dizendo que não farão, em hipótese alguma, a sua associação ao sindicato. É proibido participar do sindicato e devem assinar por escrito.

Sr. Presidente, eu já falei do trabalho intermitente.

Aqui citamos todos os direitos que são retirados, sem limite. Pelo texto mantido no relatório do Senador Romero Jucá, várias situações jurídicas poderiam ser objeto de acordo individual entre patrão e empregado, sempre na linha de abrir mão de direitos.

Estou reduzindo, porque sei que meu tempo está estourando, Sr. Presidente.

Enfim, Sr. Presidente, jornada de trabalho 12 por 36, o que eu conheço bem. Calculem, numa linha de produção, obrigar o cara a trabalhar 12 horas. Você vai matar o cara. Quero ver quem vai pagar depois o velório e a indenização. E 12 por 36 é para situações excepcionais, especiais, como a dos hospitais, mas levar isso para o dia a dia, de forma que a livre negociação assegure!?

E levar para a livre negociação que o almoço pode ser por 30 minutos? A empresa vai dizer: "Aqui a jornada é de 30 minutos. Se quer, quer; se não quer, o olho da rua está ali, a porta da rua está ali." E o que você faz? Vai ter que assinar que aceita.

Sr. Presidente, aqui eles – os que me ajudaram nesta construção muito benfeita – provam que o projeto é perverso. Na visão daqueles que aqui me ajudaram a construir, Sr. Presidente, ele é desonesto. E aqui não estou chamando nenhum Parlamentar de desonesto. Tenho sempre esse cuidado, se V. Exª percebe. A construção dos articuladores que montaram este projeto na Câmara é uma construção desonesta. Isso assalta diretamente o seu bolso, meu amigo, minha amiga, prejudica 100 milhões de pessoas de forma direta – de forma indireta, eu diria que vai a mais de 150 milhões. Nós não podemos aprovar isso aqui. Podemos sentar, discutir e até admitir que na Câmara eles votaram sem ler, que não conhecem a matéria, que foram enganados. Quanto a quem não foi enganado, leu e concordou, esse agiu de má-fé, porque não pode, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pode!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou concluir, Presidente.

É tanto que aqui, no Senado, eu sinto que os Senadores não concordam com este texto, mas há uma pressão que vem não sei de onde – parece que vem do submundo – que diz: "votem assim mesmo. Não importa se vocês gostam ou não gostam."

Então, fica aqui, Sr. Presidente, o meu apelo para que não votemos o projeto como está. Vamos construir uma alternativa. Ninguém é contra atualizar as relações do mundo do trabalho; ninguém é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contra atualizar a própria previdência, que tem um problema grave de gestão – eu vejo lá na CPI que o problema é de gestão.

Só vou à última folha para declarar o voto. Eu vou para a última mesmo, Sr. Presidente, até porque V. Exª sabe o respeito que tenho com V. Exª. Talvez, se fosse outro, eu iria incomodar um pouco mais, mas V. Exª é um diplomata, tão gentil, tão equilibrado, que não há como eu ser enquadrado por V. Exª – "enquadrado" no bom sentido. V. Exª elegantemente me pede que eu conclua, porque o tempo terminou. Então, vou ao final, Sr. Presidente.

Embora não tenha lido tudo, está no Voto, que os Senadores podem ler. Esta constatação sozinha, Sr. Presidente, deste pequeno voto aqui deste Senador é mais do que suficiente para que o projeto seja integralmente rejeitado.

Trata-se, neste momento crítico da nossa história, de exercer uma opção entre aprofundar o modelo que foi construído em 1988 – eu estava lá, repito, com orgulho – pelos Constituintes ou substituí-lo por outro, em tudo a ele contrário, tudo ao contrário do que construímos lá em 1988. Em vez de um modelo de generosidade, de solidariedade, de justiça, de amor ao próximo, será um outro fundado na mesquinha, na injustiça, na exclusão e na ganância. Sabem de quem é a ganância? Dos 5% mais ricos, porque são eles que estão por trás desse projeto. Não é a classe média, não; não é micro, pequeno e médio empresário, não, os quais eu respeito muito. E percebo na CPI da Previdência que eles pagam em dia; os grandes é que não pagam.

Sr. Presidente, pode crer que é a última página, em letras grandes. Então, é fácil. Para mim, ler, devido à idade, naturalmente... V. Exª usa óculos e sabe da nossa necessidade de usar óculos.

Qualquer pessoa com um mínimo de decência sabe qual modelo de sociedade devemos escolher. Não se trata, como fazem entender alguns, de congelar as leis no tempo e na história, que não há chuva, pedra, sol, vento que modifique. Leis, como todas as instituições humanas, podem e devem ser modificadas e evoluir com o tempo. E nós queremos isso, mas não voltar ao estado do tempo da pedra.

Trata-se, outrossim, de escolher quais princípios e valores devem nos orientar.

Voto, Sr. Presidente.

O PLC 38, originado de um governo a que falta qualquer legitimidade – essa é a visão de todas as entidades, e está aqui escrito –, aprofundado e agravado, a cada dia e na calada de cada noite, sabe-se lá por conta de quais interesses inconfessáveis, é claramente um projeto atrasado, retrógrado – a palavra conservador aqui é elogio –, baseado em uma concepção estreita e infeliz de sociedade.

Em decorrência de tudo isso, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho a V. Exª e aos nobres Senadores... Eu estou aqui sempre falando no sentido do verbo esperar, porque não é só esperança; quero esperar e saber que pode acontecer de nós rejeitarmos essa proposta.

Aí a última frase.

Voto.

Ante ao exposto, voto pela inconstitucionalidade do PLC 38/2017 e também, no mérito, por sua total rejeição.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço muito a V. Exª. V. Exª foi gentil, como sempre. Eu tentei não abusar, porque, em outra comissão, cheguei a falar cinco horas; na outra, três horas e meia. Nesta, acho que fiquei em torno de uma hora e dez.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Cerca disso.

Eu queria agradecer muito a V. Exª e cumprimentá-lo pelo ardor com que V. Exª defende as suas convicções, que são conhecidas. É uma bandeira de V. Exª já há décadas, e certamente o voto alentado que V. Exª leu em boa parte constará na sua inteireza do processo, até mesmo para pesquisas futuras e o reconhecimento da posição que V. Exª coloca nesse projeto, que ainda está em trâmite, e não sabemos qual será o seu deslinde.

Agradeço muito a V. Exª por ter cumprido aqui o acordo que fizemos na semana passada, como sói acontecer com pessoas com o seu jaez e caráter. Muito bem, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Agora, a próxima leitura.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E esperamos que o voto dele seja aprovado hoje, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com certeza, com o apoio de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – E com o apoio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estando na Presidência, eu não posso me manifestar.

Da mesma forma, Senadora Vanessa, serão 30 mais 20 mais 10, porque aí vai mostrando o andamento do tempo. V. Exª, portanto, tem a palavra para a leitura de seu voto em separado. Senadora Vanessa Graziotin com a palavra. Por gentileza, 30 minutos inicialmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para voto em separado.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Espero que, ao final da leitura, seja eu também merecedora das belas palavras que V. Exª acaba de dirigir ao Senador Paim.

Eu também vou fazer um esforço para não passar o tempo, Sr. Presidente.

E, como o Senador Paim e o Senador Eduardo, privilegiamos muito nesse voto em separado o aspecto da constitucionalidade.

Eu não sei se é possível, Sr. Presidente, mas, desde já, eu queria encaminhar também um requerimento verbal a V. Exª, porque, a pedido do Senador Lindbergh Farias, foi produzido um belíssimo material pelo Consultor Legislativo Dr. José Pinto da Mota Filho, do Senado Federal, que obteve uma grande contribuição de parcela do Consultor Luiz Alberto dos Santos. É um material que também nos ajudou muito, além de todo o conjunto de análises feitas por juizes do trabalho, por juristas, por ministros, por procuradores, enfim. Esse trabalho é fundamental. Então, se for possível, eu gostaria de que ficasse nos *Anais* aqui do debate a íntegra, porque eu acho que nenhum de nós colocou a íntegra do que está aqui no seu voto, mas é algo muito profundo, Sr. Presidente, e seria necessário que todos os Senadores e Senadoras pudessem ter o conhecimento. Então, se V. Exª puder inserir nos *Anais* o estudo completo, isso seria bastante interessante.

Vamos lá.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e tendo sofrido diversas alterações na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara 38, de 2017, visa, supostamente, Senador Paim, a estimular a negociação coletiva, a atualizar os mecanismos de combate à informalidade, a regulamentar o art. 11 da Carta Magna, que disciplina a representação dos trabalhadores nas empresas, além de atualizar a Lei 6.019, de 1974. Reparem que este deveria ser o objetivo: atualizar a legislação nesses aspectos.

O referido projeto de lei foi ampliado consideravelmente na Câmara dos Deputados a partir de uma decisão da Comissão Especial, tendo ampliado o leque das matérias tratadas no projeto original, que era o PL 6.787, de 2016. Em decorrência disso, nós fazemos e apresentamos aqui, no voto em separado, além da análise, uma sucinta explanação e descrição, com base no parecer aprovado na Câmara dos Deputados, do conteúdo integral do projeto que foi encaminhado ao Senado Federal. Portanto, eu já vou pular uma parcela importante, que é aquela explicativa do que é o projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados, porque todos, pelo menos, sabem de uma coisa: o projeto original tinha sete artigos e agora mexe com mais de uma centena de artigos da CLT. Por isso, esse projeto é, sim, um projeto de reforma das relações trabalhistas, um projeto de reforma trabalhista. Infelizmente, não é aquela reforma modernizante, não é aquela reforma que visa igualar ou ampliar o direito dos trabalhadores. É lamentável que isso aconteça. Se nós estamos aqui – o Senador Paim, eu e vários outros Senadores – já na leitura do terceiro voto em separado, é porque nós temos a esperança, num ambiente esperançoso, de que possamos rever essa posição, esse acordo de que tanto falam, Senador Bauer – de que tanto falam, e V. Ex^a, como Líder do PSDB, participou do acordo. Agora, não foi um acordo entre o Senado e o Poder Executivo; foi um acordo entre parte do Senado, entre a Base aliada do Governo e o próprio Governo. Então, o que nós queremos é tão somente ter a possibilidade de promover algumas modificações.

Conforme o disposto no art. 100 do nosso Regimento, é, sim, da atribuição desta Comissão analisar, sobretudo, os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

A análise dos referidos aspectos da proposição deve ter como parâmetro a disciplina que a Constituição Federal traçou para o trabalho prestado no País.

Com efeito, o valor social do trabalho – e isso eu repito nos três votos, Senador Paim, porque eu considero ser a principalidade de tudo o valor social do trabalho, que nós estamos a discutir aqui no entorno deste projeto –, ao lado da livre iniciativa, é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso IV, da nossa Carta Magna.

Tal fundamento irradia não só na normatização dos direitos sociais dos trabalhadores, consoante se depreende dos arts. 6º, 7º e 8º da Constituição Federal, mas, também, na disciplina da ordem econômica, já que ela é, nos termos do art. 170 da Constituição de 1988, fundada na valorização do labor humano, consoante se depreende de seu teor, que transcrevemos abaixo e que eu vou ler:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [Aí segue.]

Tanto é assim que o titular do direito de propriedade somente a explorará legitimamente, quando a ela conferir valor social – isso está no inciso III do mesmo art. 170 da Constituição Federal. O





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

valor em testilha, por sua vez, somente será alcançado, quando a exploração da propriedade favorecer não somente o seu titular, mas, também, os empregados que colaboram para o sucesso da atividade empresarial, consoante se depreende do inciso IV do art. 186 da nossa Constituição, que diz o seguinte:

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Em que pese o referido dispositivo fazer menção à função social da propriedade rural, não se pode negar que, em um sistema constitucional baseado no valor social do trabalho, a sua aplicação também alcança a propriedade urbana.

Em face disso, ainda que se admita a necessidade de se adaptar a legislação trabalhista às novas relações econômicas, fortalecendo, assim, o entendimento entre as categorias econômicas e profissionais, tal reconhecimento não pode ocasionar a sobreposição da livre iniciativa sobre o trabalho humano, equiparando-o aos demais fatores de produção, visando apenas à redução dos custos da mão de obra, com o incremento exponencial da mais-valia decorrente do labor do obreiro.

Todos os votos em separado abordaram muito bem isso – o primeiro voto, do Senador Eduardo, e o voto seguinte, que acaba de ler o Senador Paim. E eu não poderia também fazê-lo de forma diferente.

As mudanças pretendidas na legislação do trabalho por esse projeto contrariam inúmeras disposições constitucionais e legais, assim como desrespeitam compromissos internacionais assumidos pelo Brasil por meio de tratados de direitos humanos. Portanto, o Projeto de Lei 38 caminha exatamente no sentido vedado pela Carta Magna, contrariando também os compromissos internacionais. Trata-se de reforma na CLT, que é a Lei nº 6.019, de 1974, cirurgicamente promovida para retirar do trabalhador direitos historicamente conquistados, aumentando ainda mais a disparidade existente na relação laboral.

Nesse sentido, passamos aqui à análise.

O primeiro item que eu analiso é o grupo econômico. Já dissemos aqui por que somos contra o grupo econômico: porque eles criam aqui com esse projeto uma nova tipificação do que seja grupo econômico. Hoje, o grupo econômico são todas aquelas empresas que fazem parte de um mesmo grupo, de uma mesma *holding*, e todas as empresas são solidárias nos compromissos trabalhistas com os trabalhadores. Eles mudam isso, favorecendo, Senador Bauer, grupos como a J&F, por exemplo. A J&F tem a Eldorado, que eu acho que é madeireira, tem a Alpargatas, tem a empresa de carnes, que é JBS. Digamos que haja um problema grave e que a Eldorado não consiga pagar os seus trabalhadores. Então, a JBS e a Alpargatas, como são do mesmo grupo, deveriam socorrer. Não mais. Por aqui, não mais. Então, isso é que é modernidade? Favorecer o mau empregador? Eu não falo do bom empregador. Nós não estamos aqui demonizando o empresariado, muito menos os investidores, muito menos os empreendedores, os micro e pequenos. De jeito nenhum, de jeito nenhum! Agora, o que nós não podemos aceitar é isto aqui, que não favorece o pequeno. Cadê o pequeno? Cadê que o pequeno tem grupo empresarial? Só falam da preocupação dos pequenos; quando é para favorecer os grandes, nem leem, passam por cima do projeto, Senador Paim. Enfim, eles mudam isso.

Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. A mesma coisa. Eles colocam tudo como se o trabalhador ficasse na fábrica – que fica na fábrica, às vezes, obrigado –, porque quer. E





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conta? Não conta. É só a hora em que ele estiver lá apertando parafuso, apertando parafuso, como fazem milhares e milhares de mulheres e homens na minha cidade de Manaus, lá nas indústrias da Zona Franca de Manaus. Então, isso também é um absurdo.

O item III. Fontes subsidiárias do direito do trabalho e alcance das súmulas do Tribunal Superior do Trabalho. Eu não ia ler inteiro, não; mas eu vou ler esse inteiro, Senador Anastasia, porque V. Ex^a é da área do direito, e eu sei como V. Ex^a preza pela boa interpretação da lei. Isto aqui é inconstitucional do começo ao fim. E V. Ex^a, mais do que ninguém, lembra a polêmica, Senadora Regina, em relação ao crime de hermenêutica, quando discutimos aqui a legislação sobre abuso de autoridade, quando vários juizes, procuradores e tal sentaram-se à mesa...

Na minha visão, não como jurista de formação ou profissional da área do direito ou estudiosa da área do Direito, mas como uma cidadã, até sou daquelas que pensam que você... E um juiz tem que fazer o que está escrito na lei, mas, às vezes, as coisas são tão complicadas que a lei precisa ser interpretada. Então, se não se permite que essa interpretação seja feita, criminalizando a interpretação, você passa a limitar. Então, o acordo que fizemos na Lei de Abuso de Autoridade tirou completamente isso do meio do caminho. Era isso o que tínhamos que fazer agora.

Aliás, nos acordos, nas sugestões de veto, não há nenhuma sugestão de veto quanto a isso aqui, o que mostra que o objetivo deste projeto – me desculpem – não é buscar a agilidade ou a estabilidade jurídica entre as relações. Não! Se aprovar do jeito que está, mesmo que venha medida provisória, mesmo que tenha veto, vai-se criar um caos total no âmbito das relações do trabalho.

Eu vou ler aqui alguns aspectos.

Com a alteração do art. 8º da CLT, e isso está no art. 8º, pretende-se suprimir a necessidade de que o direito comum seja compatível com os princípios inerentes do direito do trabalho, para que possa ser utilizado como fonte subsidiária da legislação laboral. Com isso, podem restar feridos postulados fundamentais ao sistema, como o da proteção, por exemplo, que está no art. 7º da Constituição.

Além disso, nota-se que o §2º do referido dispositivo não contém qualquer novidade jurídica, porque súmulas e enunciados nunca puderam contrariar o texto expresso na lei. O que se busca, portanto, é tão somente restringir a interpretação das cortes laborais em relação aos corretos sentido e alcance da lei trabalhista. Fica claro nesse tópico que a proposição visa amarrar o Poder Judiciário, evitando que ele interprete a lei em consonância com os ditames constitucionais.

Assim, necessária se faz a transcrição do dispositivo constante na proposta em análise. Eu não vou ler a transcrição porque já é de nosso conhecimento.

Resta claro que a alteração pretendida implica em cerceamento à competência do TST, de modo a inviabilizar ainda mais o seu poder normativo. E aí entra a questão da inconstitucionalidade. O poder normativo é atribuído pela Constituição, art. 14, à Justiça do Trabalho, Senador Bauer. E nós estamos proibindo, criminalizando a hermenêutica, proibindo ao Tribunal do Trabalho, e só ele, vários aspectos comuns em outras esferas da Justiça, em que não estão sendo tolhidas. Apenas lá...

Nesse âmbito, a sentença normativa já teve a sua força reduzida por força da Emenda Constitucional 45, que modificou o art. 114 da Constituição Federal para condicionar – vejam – o dissídio de natureza econômica na Justiça do Trabalho ao de comum acordo entre a empresa ou a entidade patronal e o sindicato dos trabalhadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso na prática, Senadores, já reduziu o poder da via judicial como fonte de direito para os trabalhadores. A nova redação atribuída ao §2º do art. 8º da CLT pelo projeto de lei busca reduzir ainda mais o escopo dessa prerrogativa normativa ao impedir que a súmula ou outro enunciado de jurisprudência do TST possa criar obrigações não previstas em lei, sequer interpretando a lei.

Assim, estará limitando irremediavelmente o poder normativo da mais alta instância do Poder Judiciário em matéria trabalhista.

Não menos importante é destacar que o §3º do art. 8º, ao restringir o exame judicial dos acordos e convenções coletivas de trabalho aos seus aspectos meramente formais contraria também o disposto no art. 7º, *caput* e inciso XXVI, da Constituição Federal.

Assim sucede, pois a expressão “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, contida no *caput* do referido dispositivo, impõe que os direitos ali elencados, dentre eles a negociação coletiva, sejam exercidos de maneira a melhorar a situação do trabalho em nosso País. Portanto, é uma inconstitucionalidade flagrante, flagrante.

E, Senadores, nem o Senador Lasier aborda isso em seu voto em separado e muito menos o Senador Ferraço sugere que seja vetada essa inconstitucionalidade que se quer cometer, limitando ou até impedindo a atuação da Justiça do Trabalho.

Repito, a Emenda Constitucional 45 já restringiu. Só que agora não basta estar restrito, tem que acabar de vez com essa possibilidade.

Item IV. Responsabilidade do sócio retirante. Também vou pular essa parte, assim como o item V, que fala das horas *in itinere*. Hoje, é garantido que, quando a empresa fica em local de difícil acesso, quando não há transporte e que a empresa conceda o transporte pessoal, isso conta na jornada. Isso deixa de contar.

E passo a analisar o item VI. Trabalho em tempo parcial. Todo mundo diz – e eu também – que o trabalho em tempo parcial, Srs Senadores, é importante que se preveja na legislação. Eu concordo também. Por exemplo, nós temos no serviço público, Senadora Regina, o professor que atua numa carga horária de 20 ou de 40 horas. Agora, o que falta aqui, Senadores, no trabalho parcial, é a garantia do recebimento do salário mínimo. É como no trabalho intermitente, é a mesma coisa. No trabalho intermitente, dizem que as horas têm que ser pagas, no mínimo, com o valor/hora do salário mínimo; agora, não dizem que, mesmo que não trabalhem horas suficientes que alcancem o valor do mínimo, o mínimo estará garantido ao trabalhador. Não diz isso. Por isso, é inconstitucional, porque burla a Constituição. É uma forma que precariza e que burla. Então, o trabalho em tempo parcial é isso. Ninguém é contra o trabalho em tempo parcial. Não, não somos contra, somos a favor, mas, dentro do trabalho parcial, tem que se dar a garantia de um recebimento mínimo dos trabalhadores ou um proporcional ao que um trabalhador, com o mesmo exercício, com os mesmos afazeres e as mesmas obrigações, recebe. Digamos que, se um trabalhador de 8 horas que recebe um salário de R\$6 mil por oito horas de trabalho, aquele que tem um trabalho parcial deverá logicamente receber R\$4 mil. Agora, isso não está dito aqui em momento nenhum. Não se assegura, não se garante esse direito.

O próximo item, item VII do meu voto em separado, é o regime 12x36, que é uma modificação dos arts. 59-A, 59-B e 60, parágrafo único, da CLT.

Isso é muito grave. O Senador Lasier, em seu voto, coloca isso, e também o Relator sugere o veto, tamanha a gravidade. E não só a gravidade, Senador Anastasia, a inconstitucionalidade. Não há nem o que discutir.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vou ler aqui.

O regime 12x36 atende às especificidades de diversas categorias profissionais (enfermeiras e vigias, por exemplo). Entretanto, tal modalidade de trabalho, por demandar alterações constantes no período em que o empregado é convocado para laborar, pode ocasionar danos à saúde do prestador dos serviços. Por isso, a sua disciplina deve ser cuidadosamente realizada pelos sindicatos representantes das categorias. Por isso mesmo, o art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, prevê que regimes 12x36 têm que ser feitos por acordo coletivo. Assim, a possibilidade de sua previsão em acordo individual escrito entre as partes não se coaduna com o texto constitucional. Aqui no projeto está dito isso de forma textual: o trabalho 12x36 pode ser, sim, pactuado por acordo individual.

A redação proposta para o art. 59-A da CLT permite que acordo individual escrito possa estabelecer essa jornada de 12x36. Tal solução, como já disse, contraria o art. 7º, XIII, da Constituição Federal, que prevê que a jornada de trabalho somente será de 8 horas diárias, acrescida de duas horas extras, exceto no caso de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Está claro. Não venham dizer, achando que aqui só há criança que está no jardim de infância, e querer nos convencer que esse acordo aqui pode ser individual. Não. Acordo ou convenção coletiva – coletiva! Não, não, não! É completamente inconstitucional. Portanto, a expressão "acordo" contempla somente o acordo de trabalho e não o acordo coletivo e não o acordo individual.

Trata-se de tentativa de impor uma interpretação do texto constitucional que nunca existiu, revelando absoluta má-fé. Repito: revelando absoluta má-fé, ou seja, querendo se utilizar de uma gambiarra para aprovar algo completamente inconstitucional. Completamente!

E aí segue. Eu trago uma série de argumentações que dizem respeito a esse item e à inconstitucionalidade dele.

O teletrabalho.

No teletrabalho, eu também vou dar uma boa resumida.

Não somos contra, ele já é previsto na Constituição, na CLT, as relações. A inconstitucionalidade, a injustiça que se promove nesta lei é que diz que os trabalhadores poderão exercer o trabalho fora do local, entretanto, eles são os próprios responsáveis pelos equipamentos do trabalho, assim como pela manutenção dos equipamentos do trabalho. Isso é inconstitucional, porque o risco do trabalho não sobrecai sobre os trabalhadores, e sim sobre os empregadores. Então, Sr. Presidente, é mais uma flagrante inconstitucionalidade que há neste projeto.

Férias anuais – parcelamento.

Também vou falar rapidamente.

O problema do parcelamento: "Não, é muito bom, porque o trabalhador é que vai escolher o período em que vai tirar as férias". Como se fosse, né? Como se fosse. Eu acho que, neste aspecto aqui, não sei, acho que não teríamos como apontar tanta inconstitucionalidade, mas uma imoralidade. Uma imoralidade, porque é óbvio que quem vai determinar ao trabalhador o período das férias é o empregador. É óbvio. Ele vai dizer: "Olha, minha produção caiu aqui" ou "O movimento do meu comércio é menor". Aí ele diz: "Não, mas meus filhos só tiram férias em julho. Eu só posso viajar, com muito sacrifício... Comprei uma passagem de barco para ir lá para Barcelos". Barcelos é uma cidade muito bonita. Pelo gesto, acho que V. Exª conhece. Se não esteve lá ainda, já deve conhecer de nome. Barcelos, assim como São Gabriel da Cachoeira...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na dúvida, vamos para o Rio Grande.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, vamos para o Rio Grande. Mas lá do Amazonas é muito longe. Então, eles compram passagem de barco para ir para Barcelos, porque a São Gabriel da Cachoeira é muito difícil chegar de barco, e de avião é caro.

"Não, eu preciso ir nas férias dos meus meninos". "Não, não, não. É um período de muito trabalho. Então, não vai dar".

Então, é um absurdo esse parcelamento. E ainda dizem que é bom para o trabalhador. É bom nada! É bom nada, porque eles vão impor ao trabalhador essa questão. Eu acho que deveria ter algumas salvaguardas também.

Danos extrapatrimoniais.

Isso aí eu vou ler. A inclusão dos arts. 223-A a 223-G objetiva tratar, na CLT, a questão do dano extrapatrimonial.

Senador Anastasia, eu acho que seu cabelo vai ficar em pé, se o senhor deixar crescer um pouquinho mais. Se o senhor deixar crescer um pouquinho mais, ele vai ficar bem em pé, assim, tão pasmo com o que se propõe aqui. É de assustar. Além de ser desumano, é completamente inconstitucional, porque, se querem estabelecer parâmetros para se pagar indenização em relação a danos extrapatrimoniais, que se faça para tudo e que se busque um parâmetro que não avalie a pessoa de acordo com a sua condição social. Não! O humano, para ser indenizado num dano extrapatrimonial que sofreu, tem que ser visto como um ser humano e não ser visto pelo valor social que ele tem, pelas suas condições sociais. De jeito nenhum!

Ele come só alface.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Faça questão, porque não quero perder o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Puxa vida! O dia em que eu conseguir comer só alface no almoço, eu vou ser muito elegante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe por que eu estou assim? Estou solidário aos trabalhadores, porque, com esse projeto, eles vão comer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só folha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...só folha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E olha que não vai ser nem alface...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é aquela comum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É a comum, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vem de uma hortinha que eu tenho lá em casa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, vamos lá!

O dano extrapatrimonial é isso. Além de estabelecer um parâmetro que não pode ser estabelecido, a forma como eles estabelecem esse parâmetro é algo inacreditável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como as leis do trabalho não disciplinam o tema, os pedidos são formulados com base na legislação civil, a qual também não oferece critérios objetivos para lidar com o assunto. Por isso que ontem, numa das audiências públicas que nós tivemos – não é Senador Paim? –, acho que o Procurador do Trabalho disse o seguinte: se, numa empresa, do lado cai um telhado, e quem está passando pela calçada é atingido pelo telhado, da mesma forma como o que está dentro, trabalhando naquela empresa, é atingido pelo telhado, aquele que está do lado de lá da calçada vai receber uma indenização que pode ser 10, 20, 30, 40 vezes superior à daquele que está dentro, porque, na indenização civil, cível, não há nenhum parâmetro, mas nessa aqui há, na das relações trabalhistas.

Então, veja, a ausência desses critérios objetivos e o alto nível de discricionariedade conferidos ao magistrado na fixação judicial dessas indenizações, de acordo com o relator da proposição na Câmara dos Deputados, trazem insegurança jurídica à matéria, podendo lesar a isonomia de tratamento que deve ser dada a todos os cidadãos.

Então, veja, Senadores, Senador Anastasia, se há essa avaliação de que traz uma insegurança, uma vez que não existem parâmetros definidos e o Congresso brasileiro é chamado a definir esses parâmetros, nós temos que fazer para todas as esferas da Justiça e não para a Justiça trabalhista. E temos que fazer dentro de um critério que não discrimina um cidadão que socialmente já é discriminado. Então, é isso que tem que ser feito, ou, então, que os conselhos... Não existe um Conselho Nacional de Justiça? Que o Conselho estabeleça esses parâmetros. É plenamente possível que isso seja feito, para que se fuja dessa instabilidade que eles dizem acometer as empresas todas.

Entretanto, em que pese a propalada intenção de conferir segurança jurídica a matéria, observa-se que a disciplina do dano extrapatrimonial, na forma deste projeto, vulnera direitos fundamentais dos trabalhadores.

Com efeito, o art. 223-B ofende o direito de herança, já que a indenização a que faz jus o ofendido ostenta natureza patrimonial, incorporando-se, pois, à herança eventualmente transmitida aos seus herdeiros. Assim, necessária a supressão da expressão “exclusiva” do dispositivo em testilha.

O art. 223-C, por sua vez, restringe...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...indevidamente os bens jurídicos tutelados pela norma. A vida sexual e privada do trabalhador, de acordo com o referido dispositivo, não seria indenizada, caso ofendida pelo empregador. Que tal essa? As mesmas ponderações feitas ao art. 223-C podem ser feitas ao art. 223-D, justificando, pois, a supressão de ambos no Projeto de Lei 38.

A parametrização do dano extrapatrimonial, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 223-G, em que pese a intenção de acarretar segurança jurídica à matéria, inviabiliza o pleno ressarcimento da lesão sofrida, além de discriminar o ser humano em função da sua remuneração.

Imagine-se o seguinte exemplo prático. Senador Lobão, imagine o seguinte exemplo prático. Em um ambiente fabril, desaba o teto sobre os trabalhadores de determinada indústria, ocasionando, pois, a perda definitiva da capacidade laboral de todos eles. A indenização moral, a que fazem jus os referidos trabalhadores, pode ser paga em valores diferentes, em virtude do salário deles? A toda evidência que não! São todos seres humanos que foram privados de sua capacidade laboral. Ao contrário dos demais fatores de produção, não se pode atribuir à vida humana, tampouco aos direitos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fundamentais do trabalhador, valor previamente estabelecido, em função da retribuição pecuniária pelos serviços prestados pelo obreiro. Admitir tal distinção, na forma como o dispositivo do PLC 38, de 2017, prevê, é inserir na ordem jurídica a seguinte afirmativa: o ser humano vale pelo que ganha, e não pelo que é. Trata-se, pois, de assertiva manifestadamente contrária ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, III, da nossa Constituição. Não menos importante destacar que a expressão “entre partes idênticas” do §3º do art. 223-G somente permite o aumento do valor da indenização por dano extrapatrimonial quando o empregador lesar o mesmo empregado por mais de uma vez – veja bem. Só pode aumentar ali quando a lesão já é pela segunda vez.

Trata-se de norma que estimula a prática de condutas ofensivas à dignidade do trabalhador. Veja: trata-se de norma que estimula a prática de condutas ofensivas à dignidade do trabalhador, pois somente na segunda ofensa, em relação ao mesmo empregado, é que o tomador dos serviços será duramente apenado.

O empregador que reiteradamente lesa a esfera patrimonial de seus empregados deve ser apenado mais severamente do que aquele que comete a sua primeira infração, motivo por que não se pode coadunar com a exigência de identidade entre as partes da reclamação trabalhista, para fins de majoração da pena.

Tecidas essas considerações, verifica-se que a disciplina dos danos extrapatrimoniais realizada por este projeto não atende aos anseios da sociedade de se garantir que o labor humano seja prestado de forma digna – além de que é completamente inconstitucional.

Item XI – Gestante/lactante – Atividade insalubre e intervalo para amamentação.

Nesse aspecto, tanto o voto em separado do Senador Lasier quanto o relatório apresentado na CAE – porque o da CAS foi rejeitado, e, no da CAS, vale o do Senador Paim, que é, Senador Lobão, o que nós vamos votar no plenário, porque aquela é a comissão de mérito, a CAS e não a CAE –, em relação a isso, todos os votos em separado, inclusive o relatório do Relator Ferraço, falam da necessidade de veto a esse artigo.

Ontem até a gente ouviu no plenário que houve algum mal-entendido, alguma incompreensão e que não seria bem o objetivo dos Deputados inserir este item no PLC 38, Senador Paim. Eu até acho que da maioria dos Deputados, não, porque eu tenho certeza, eu tenho convicção absoluta, tenho falado com vários Deputados do meu Estado; lá nós temos oito Deputados; cinco votaram a favor e três votaram contra. Vários dos cinco que votaram a favor chegaram para mim e me disseram que o projeto era modernizante, que ia acabar com a informalidade, que ia criar emprego: “Eu votei a favor, mas eu não li o projeto. Não deu tempo”. O projeto foi aprovado na comissão dia 25 e dia 26 no plenário. Chegou dia 26 no plenário e, no dia 26, ele foi aprovado no plenário.

Então, veja, permitir o trabalho de mulheres gestantes e lactantes em lugares insalubres! Não, mas não é ilegal, porque pode a mulher, a trabalhadora, apresentar um atestado médico do seu médico de confiança. Ei, trabalhadoras brasileiras, quem é aqui que tem médico de confiança? Isso não existe nas relações de trabalho, nós sabemos perfeitamente disso.

Então, é triste. E ainda vários Senadores aprovarem, porque, se depois vai ser vetado, se vai ter medida provisória ou não, o que vale é o que ficará registrado aqui! Lá, em 2018, nós vamos debater muito isso, porque é nossa obrigação debater com os eleitores tudo o que nós fazemos aqui no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senado. Lá, em 2018, nós vamos fazer aqui. Por eles, a grávida estava trabalhando. Por eles quem? Pelos Senadores que votaram, pelas Senadoras que votaram. Vamos discutir.

Há acordo. Que acordo coisa nenhuma! Que acordo coisa nenhuma! Esta é a nossa obrigação: aprovar ou rejeitar, mas é votar.

Item próximo.

Autônomo...

Depois desses 14, são mais 10 que eu tenho é, Presidente? A divisão? Depois, porque eu tenho 14 aqui. Depois desses, são mais 10, não é? Ou mais 20? Porque eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, mais 10, mais 10.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É. São 20?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, mais 10.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mais 10. Então, vamos lá.

Autônomo exclusivo. Essa é outra parte, Senador Paim, em que eu tenho que ler tudo também, porque, Senadores, o autônomo exclusivo – eu já vou adiantar o outro item, com a possibilidade de não considerar tudo o que o trabalhador recebe como salário –, essas duas questões somadas a outra, mas essas duas assim são flagrantes, são dois itens, Senador Paim, que vão acabar com a Previdência Social.

Os senhores estão comprovando na CPI o que nós já sabemos: a Previdência Social não é deficitária, não é deficitária, mas ela vai se tornar, Senador Lobão, deficitária se isso for aprovado. Vai se tornar. Primeiro porque permite que, além do salário, o trabalhador muitas vezes recebe auxílio-moradia, auxílio-transporte, diárias de viagens. O.k., isso não entrar no cômputo do salário é correto, até eu acho. O.k. que não seja computado como salário, mas prever bônus e prêmios que podem ser recebidos mensalmente e não fazem parte do salário! Está lá escrito nesse projeto que não precisa recolher contribuição disso.

Ora, qual é o mau padrão que não vai chamar os trabalhadores e dizer assim: "Olha, agora eu vou dividir seu salário, 15%, 20% do que você recebe eu vou chamar de bônus". O que que ele precisa para isso? O que que ele precisa cumprir pela legislação? Nada. Apenas pegar a carteira de trabalho e dizer: "O teu salário é tanto e isso é bônus, 20% do que você recebe é bônus". "Mas todo mês eu vou receber bônus?" "Sim, todo mês, e todo mês eu vou deixar de contribuir à previdência social." Isso, se somado a este tal do autônomo exclusivo, que eu vou ler – eu vou ler – é o fim da Previdência Social pública, é o fim. Ainda estão querendo exigir 49 anos de contribuição, porque dizem que, daqui a uns anos, o trabalhador aposentado não vai mais poder receber aposentadoria. Fazem isso lá, e aqui fazem isso. Fazem isso.

Então, o que é que diz:

Com o acréscimo do art. 442-B, que trata da contratação do autônomo exclusivo, segue-se o mesmo raciocínio adotado em relação à descaracterização do vínculo empregatício entre a sociedade cooperativa e o seu associado.

Diz o seguinte: "Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não..."

Ou seja, Senador Lobão, autônomo, mas exclusivo, que só tem um padrão, que trabalha continuamente. Esse não é o autônomo, esse é o empregado. Esse é um trabalhador. Mas como é que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ele vai poder contratar esse autônomo? Em que categoria? Em que profissão? Para realizar que trabalho, Senador Paim? Qualquer um, qualquer um, na fábrica, num comércio, qualquer lugar.

Não, mas aí a Justiça vai julgar. Que Justiça, nada. Está clara a lei e a Justiça não pode ir além daquilo que está na lei, nem interpretar poderá. Nem interpretar... Nem cumprir a lei pode, porque a lei está dizendo aqui. É a burla, sim – é a burla, sim.

Dispõe a norma que, ainda que haja exclusividade na prestação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Quando tem o negociado sobre o legislado, nem a lei vale.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nem a lei vale, porque vale o negociado. Negociou... E a negociação é individual, Senador Paim.

Dispõe a norma que, ainda que haja exclusividade na prestação laboral, não haverá vínculo empregatício, não haverá vínculo empregatício entre o trabalhador denominado autônomo e o tomador dos serviços.

O dispositivo, a toda evidência, visa a afastar o reconhecimento de vínculo na contratação de "falsos" trabalhadores autônomos. Trata-se de norma que sobrepõe instrumento contratual à realidade em que o labor é prestado. A relação de emprego, quando presentes os seus requisitos, é constitucionalmente assegurada ao trabalhador pelo art. 7º, I, da Carta Magna. O objetivo final da norma é tão somente precarizar a relação de trabalho.

Por isso que a gente, às vezes, escuta sabe o quê? "Não, não podemos tratar uma pequena empresa, uma microempresa como uma grande empresa do setor automobilístico." É verdade. Mas espera aí! Para o salário? Não. É óbvio que uma grande empresa vai pagar mais, mas para isso nós temos o piso. Então, a pequena empresa que emprega tem que cumprir o piso. E o piso é um salário de R\$900. É muito isso? Será que os Senadores acham que é demais R\$900, menos de R\$1 mil? Então, a lei, a CLT determina o piso. Esse é o piso. E essa é a diferença. É óbvio que, numa grande, há uma forte organização sindical, um forte poder de barganha e negociação, vai ganhar mais. Então, já não é tratado igualmente.

Mas o que eles querem agora? Que uma empresa menor – ou até a grande possa fazer, porque também não há o limite – não tenha mais empregado registrado. Aí não vai precisar pagar décimo terceiro. E dizem que não retira direito do trabalhador. O senhor já ouviu muito isso. Não é verdade. Que sejam pelo menos honestos, deixem de ser mentirosos, deixem de ser mentirosos, deixem de enganar o povo, deixem de enganar o povo. Ele tira direito, sim, porque, se o empregador contrata um autônomo com exclusividade, é o autônomo que vai pagar a contribuição dele. Ele não vai ter direito a férias, não vai ter direito a décimo terceiro. A gente volta lá à década de 20 do século passado, Senador Lobão. Na década de 20 do século passado era assim. Quando foram aprovadas férias, antes do Getúlio Vargas, antes da CLT, somente para os comerciários – as demais categorias não tinham direito –, isso foi um horror, só que lá, Senadores, havia ainda influência forte do quê? Do período da escravidão. É isso que pesava forte. Pois é a isso que nós queremos voltar, só que com nova roupagem: autônomo exclusivo. Tudo bem. Podia até ser, mas se houvesse uma regulamentação dizendo assim: mas, na questão da relação entre o empregador e o autônomo, quando é contínuo, ele vai ter que ter direito a décimo terceiro, direito a férias. Não tem problema. Remunerado. Aí não tem problema, não é? Até podemos discutir sobre isso, mas do jeito que está... Ou seja, é para burlar a legislação. E, por isso, fere frontalmente a Constituição Federal, frontalmente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É uma prática que, pelo simples artifício da constituição de uma condição de "autônomo", ainda que presentes a subordinação e a regularidade do exercício da atividade e com exclusividade a um contratante, tem como propósito de afastar a relação de emprego e, com isso, os encargos trabalhistas. A simples contratação do trabalhador "autônomo", na forma contínua prevista no dispositivo, seria o suficiente para afastar a qualificação como empregado.

O que caracteriza a relação do empregado são a subordinação e a prestação contínua, que é exatamente o que eles trabalham, para afastar completamente. Eles amarram. E é óbvio que isso é uma forma de burlar a Constituição, as relações e, portanto, livrar-se do pagamento de direitos trabalhistas, o trabalho intermitente.

Da mesma forma, eu não vou ler tudo sobre o trabalho intermitente. O trabalho intermitente, vejam, e a gente recebeu aqui... O próprio relator sugere que seja modificado o trabalho intermitente, mas parece que o Governo aceita tão somente definir áreas para o trabalho intermitente, comércio, algumas áreas de serviço. Negativo. Não é suficiente. Aqui também tem de estar garantido o pagamento do mínimo para o trabalhador ou a trabalhadora. Não está. E é inconstitucional por isso, porque é uma forma de burlar. Há um vínculo empregatício. E, se há um vínculo empregatício, é a Constituição que diz. Se há um vínculo empregatício, é a Constituição que diz que tem que ter direito ao salário mínimo.

Da mesma forma, eles burlam através do autônomo exclusivo. Lá na Constituição diz, e eles repetem aqui no art. 611-B. Eu estou quase decorando, Senador Paim, os artigos. Nós já estamos quase decorando tudo. O art. 611-B, dizendo que não pode ser mexido. E lá diz: décimo terceiro, férias. Mas eles tiram isso, eles burlam, porque criam essas figuras do trabalho intermitente, sem garantir o salário mínimo. Não, mas as horas, o mínimo para cada hora é o mínimo/hora/salário mínimo. E se ao final do mês ele não trabalhar todas as horas que lhe garantem sequer um salário mínimo? Não tem problema. Não ganha um salário mínimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez horas por semana, R\$50.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não tem problema. Não ganha um salário mínimo.

Então, esse trabalho intermitente é algo assim assustador. Assustador. É algo assim assustador. Extremamente grave.

Repito: por mais que o relator, no seu relatório que querem aprovar *ipsis litteris*, do jeito que está, por mais que ele tenha colocado esse item do trabalho intermitente para ser corrigido, o que o Governo quer corrigir é apenas limitar que tipo de atividade pode estar no trabalho intermitente. É apenas e tão somente isso.

Vamos lá.

Empregados que percebam salário superior ao dobro do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social. Outra inconstitucionalidade flagrante. Eles estão decretando aqui, Senador Lobão: o trabalhador ou a trabalhadora que receba mais de R\$11 mil por mês... Esquece a lei, Senadora Lídice. Não há mais lei para ele. Além desse, ainda criam ainda a figura do trabalhador... Como é que chama? Cargo comissionado. Também não há lei. Nem o cargo comissionado. E é livre para se contratar na função, Senador Lasier e Senadora Lídice, do cargo comissionado. É livre.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vejam: o empregado que ganha R\$11 mil e pouquinho, esse empregado não tem mais lei. Para ele, nada, nem essa que a gente está discutindo aqui. Tudo vai girar em torno de um acordo entre ele individualmente e o seu empregador. Imaginem! Isso é inconstitucional, porque abre mão de direitos que tem, não só pela Constituição, mas pela lei também. Inconstitucional.

Ainda ficam aqui dizendo: não há nenhuma inconstitucionalidade. Leiam lá o relatório do Senador Jucá. Eu já li todo.

Aliás, o Senador Ferraço – são dois relatores – sugere e recomenda vetos. O Senador Jucá não recomenda nada, não recomenda coisa nenhuma. Pelo contrário, diz que é tudo legal, tudo constitucional e tudo muito bem, obrigado, que o trabalhador só vai ganhar. Ele pensa que, lá em Roraima, ninguém aprendeu a ler direito, a interpretar a lei. Mas, lá em Roraima, como no Amazonas, como em todos os Estados do nosso País, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em tudo que é lugar, o trabalhador sabe ler, a trabalhadora sabe ler e sabe interpretar também. Então, é inconstitucional isso.

O comissionado é o seguinte: é uma proposta que está vindo, sabem para quem? Para atender interesses de quem? Principalmente do sistema financeiro. Sabe o que vai acontecer? O dono do banco vai contratar caixa. Não, o caixa do banco agora cumpre um trabalho comissionado, que é de minha confiança. Ele mexe com dinheiro; ele mexe com um monte de coisa e pronto. Ele faz a lei que eles quiserem individualmente. Que tal? É isso que está, e é inconstitucional. Além do mais, é inconstitucional.

As parcelas que não se incorporam salário – estou fazendo um grande esforço para cumprir no meu tempo –, as parcelas que não se incorporam ao salário, eu já falei que é um absurdo. Daqui pra frente, vai ser o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faltam dois minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, mas, daí, tenho 10, né?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu acabo em 10 minutos. O senhor vai ver.

Aí, vejam bem, todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras têm carteira de trabalho assinada? Já disse: se ganha R\$2 mil, o patrão, a primeira coisa, depois que aprovada a lei – porque é isto que eles querem: aprova a lei; aí, vem a medida provisória, que é outra lei que vigora até ser votada. Então, ela vai valer imediatamente, Senador Paim. Imediatamente –, o que é que vai acontecer: quem tem a carteira de trabalho assinada hoje e ganha R\$3 mil, o patrão imediatamente chama: "Venha cá, meu filho! Venha cá, minha filha, que eu vou mexer aqui na tua carteira. A partir de agora, o seu salário é R\$2 mil". "Não. O senhor vai baixar o meu salário". "Não vou baixar. A senhora vai receber R\$3 mil, mas R\$2 mil é o salário; R\$500 é um bônus; e os outros R\$500 são uma premiação". Aí, pronto. Lá vai a contribuição da Previdência Social só em cima dos R\$2 mil. Isso é inconstitucional. Isso é completamente inconstitucional.

Próximo item.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Rescisão do contrato de trabalho e homologação sindical. Aqui, parece-me que o relator também concorda. Vou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ler a complementação. O relator também concorda em rever isso, porque, para garantir que todos os direitos trabalhistas sejam pagos, tem de haver uma participação dos sindicatos. Ele acabou, e o relator está dizendo aí que tem que ser revisto isso.

Mas nós queremos rever aqui, não é Senador Paim? Não é confiar em algo que nós não sabemos se virá ou não.

O próximo item.

Dispensa coletiva. Isso é grave! Isso é muito mais do que grave! Isso é gravíssimo, porque o projeto de lei equivale, ele equipara, está no art. 477-A. Vou tentar ler, porque é o tipo da coisa que a gente não precisa nem escrever. Basta a leitura. Basta a leitura, para que se compreenda o que se quer aqui. Senador Lobão, vou ler o projeto.

Art. 477-A. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia da entidade sindical ou de celebração de convenção ou acordo coletivo [...]."

Já pensou? "Equiparam-se". É inacreditável! É inacreditável o que tiveram a capacidade de escrever aqui. Por isso que vou falar do começo ao fim e agradecer ao Presidente Eunício Oliveira, que, pelo menos, Senadora Lídice, está nos dando e permitindo essa oportunidade, o que não deram para os Deputados na Câmara. Não deram para os Deputados!

Então, vão votar? Vão aprovar? Votem e aprovem, mas vão ouvir, como estão ouvindo a gente ler artigo por artigo do projeto, artigo por artigo. E digo: mesmo as indicações, as recomendações de veto não resolvem o problema. Isso não está incluído. Eles equiparam demissão... O que significa isso? É grave numa cidade como São Paulo, Porto Alegre ou Manaus; agora, imaginem numa cidade lá no interior do Maranhão.

Diga-me o nome de uma cidade, Senador Lobão, lá do interior do Maranhão, que, uma vez na vida, conseguiu atrair uma empresa, sei lá, um frigorífico, qualquer coisa que seja, e que tenha 300 trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Imperatriz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Imperatriz é grande. Imperatriz é uma cidade grande. Pega uma cidade...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Porto Franco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Porto Franco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porto Franco.

Já pensou? Uma indústria lá, que tenha 200 trabalhadores, vai demitir 50? Olhe o caos que vai gerar na cidade – para o trabalhador, para a prefeitura, para tudo. Não precisa comunicar ninguém; é igualzinho uma pessoa demitir o João ou demitir mil joões com marias junto. É isso que está aqui. Meu Deus do céu, é inacreditável a gente imaginar que... Mas é, eu li. Tantas vezes eu li, achando que estava errada, que minha compreensão estava errada, mas, infelizmente, lamentavelmente, não está.

A nova figura que eles inventaram e que é uma outra burla... E, olhe, esse projeto, se for aprovado – porque, aprovado, vale imediatamente –, vai parar lá no Supremo, que vai retalhar tudo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em nome de quem e de que eu não sei. Hoje, nós discutimos aqui uma tentativa – não foi, Senador Lobão? – de rever um acordo. Não concordaram. Eu poderia ter pego o Regimento – existe lá o Regimento, que prevê adiamento de votação – e pedir para V. Ex^a botar para votar, porque é regimental. Não pedi por quê? Porque fizemos um acordo, então eu não ia pedir. Nós tínhamos maioria de manhã cedo, aqui, mas vamos respeitar o acordo.

Aqui dizem que houve um acordo, lá atrás, entre a Base do Governo e o Governo. Mas é um acordo que pode ser desfeito amigavelmente. Basta que os senhores digam: vamos mudar esse acordo, porque agora mudou tudo, o Brasil não está bem; vamos melhorar. E vamos fazer um acordo, inclusive, com os Deputados – já que há tanto interesse, um prazo para que, quando voltar à Câmara dos Deputados, lá também seja mudado num certo ponto. Aí não precisa veto, aí não precisa medida provisória. Não vai precisar dos 180 dias para esperar a medida provisória. Não se vai esperar tudo isso. Por que não fazer isso? Por que não mudar esse acordo, não é?

Esta é a figura que eles inventaram: rescisão de acordo entre as partes. Hoje em dia, a demissão é de duas formas: demissão involuntária, que é aquela em que o patrão quer demitir, e aí há a multa de 40% no FGTS e outros benefícios; ou, então, por justa causa, em que o empregado cometeu qualquer tipo de falta e foi demitido, aí sai de lá sem o direito e sem as multas. Eles estão criando uma terceira figura, que é a amigável. A Lídice acho que leu numa reunião o boletim, uma cartilha do Governo – não é, Lídice? Uma graça aquela cartilha, colocando como a coisa mais linda do mundo a demissão amigável.

Qual é a demissão amigável? Obviamente, amigável só vai ser quando for involuntária, porque, se o empregado cometeu qualquer falta, qualquer erro, vai ser demitido por justa causa – por justa causa. Então, essa amigável só vai valer para substituir a involuntária; só.

Aí o patrão vai dizer: "Meu amigo, meu filho" ou "Minha filha, a senhora tem dois caminhos: ou assina aqui a demissão amigável e vai ter a metade de tudinho a que tem direito agora, menos..." – menos, menos o quê? Menos o seguro-desemprego, porque vai poder tirar o seu FGTS e vai viver com o FGTS. Olhe a confusão que fizeram agora com o negócio do FGTS, porque o Ministro da Fazenda... O senhor viu, Ministro Lobão, o Ministro da Fazenda disse que ia reter o FGTS nos primeiros meses, ia reter enquanto estiver recebendo o seguro-desemprego.

Aqui é parecido, e ninguém fala nada. Aqui, é o seguinte: no acordo amigável que eles criam – que de amigável não tem nada, é o acordo da onça – aqui, o que eles dizem? Eles dizem: "Assine aqui que você vai receber a metade e não terá direito ao seguro-desemprego." "Mas como é que eu vou viver sem o seguro-desemprego?" "Com o seu FGTS, que vai ser liberado". Que tal? Com o seu. Aí é que vão acabando, aí que vão acabando os benefícios sociais de que a gente tanto fala. Está escrito aqui. Todos leram, todos têm a noção exata do que está aqui?

Não é à toa, Senador Lobão. O Líder do seu Partido não adotou a posição que adotou porque adora o Paim; porque agora virou do meu Partido... Apesar de ser bastante amigo de vários companheiros nossos, inclusive temos uma convivência longa com ele, porque temos a alegria de ter em nossas fileiras um irmão do Senador Lobão, o ex-Deputado Renildo Calheiros.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Renan. Renildo é irmão do Renan.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Renildo é irmão do Renan. É o que estou falando aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Você disse do Lobão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, do Renan. Verdade.

Mas não é por causa disso, não é pelo carinho que ele nutre pela Senadora Lídice, que é um carinho de longa data. Não é não. Ele está contra esse projeto e está chamando a atenção, para que nós façamos o projeto aqui, já que o Jucá disse que é do Legislativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ele lavou as mãos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É por causa disso que está aqui. É por causa disso que está aqui. É por causa disso que está escrito aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A representação dos trabalhadores na empresa. Este era um dos objetivos principais do projeto encaminhado pelo Executivo: regulamentar esse artigo da Constituição. Aí, quando eles regulamentam, o que eles colocam? Proíbem a representação sindical. Que tal? Aí, dizem que não querem enfraquecer os sindicatos; que não querem.

A quitação anual. A quitação anual, gente, é o contrário de tudo o que prevê a legislação trabalhista, porque ninguém reclama um direito trabalhista estando na empresa. Geralmente, a pessoa reclama quando ela sai, porque, se ela reclama em pleno exercício da função, ela é imediatamente demitida. Ela vai para o olho da rua se ela reclamar estando lá, primeiro porque não pode dar mau exemplo para os outros. Então, ela imediatamente é demitida, mas aqui cria-se um tal termo de quitação anual que, no final de cada ano, vai ter que assinar o documento que o patrão vai dar: "Eu não te devo mais nada, nem de salário, nem de questões trabalhistas." Que tal? É inconstitucional isso também, porque inverte toda a lógica dos direitos trabalhistas.

Negociado sobre o legislado. Esse é o grande problema. O Senador Lasier levanta isso. É possível. Nós concordamos e queremos valorizar. Agora, para cima do que a legislação prevê, e a legislação prevê o piso, um mínimo. Se a gente quer de fato valorizar o negociado, a gente tem que mexer não no direito mínimo, e é isso que está sendo feito. A gente tem que mexer nas regalias, naquilo que está exorbitando muito da média. É isso, e não no direito mínimo, porque aqui está se permitindo negociar e acabando com direitos mínimos, mínimos, dos trabalhadores. Então, esse negociado sobre o legislado, da forma como está, ele tinha que dizer "garantindo-se o mínimo previsto na lei". Pronto. Está feito o acordo. Está feito o acordo, o que a lei garante como mínimo para o trabalhador.

E vamos adiante.

Aí, há várias questões. Fala da súmula... Justiça gratuita. Acaba, na prática, com a Justiça gratuita. Em determinado artigo, ele diz o seguinte: se o trabalhador faltar a uma audiência – e ele não quer saber se o ônibus, o transporte coletivo, furou, se o metroviário fez uma greve e, por essa razão, o trabalhador tenha faltado –, ele vai perder a causa e ainda vai ter que pagar os honorários. E está escrito aqui: mesmo sendo beneficiário da Justiça gratuita.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso é ilegal. Isso é inconstitucional.

A terceirização, minha gente.

Estou concluindo, Senador.

A terceirização – estou pulando muita coisa aqui –, a terceirização é outra coisa ilegal e inconstitucional. O Ministério Público acabou de encaminhar um pedido de que se julgue inconstitucional a lei recente da terceirização, que não foi o Senado que aprovou. A nossa lei era outra. A que a Câmara aprovou, tirou da gaveta uma coisa que já estava arquivada, para aprovar, porque sabia que aqui nós não íamos aprovar.

Por isso, Sr. Presidente, nas considerações finais, por todas essas razões, que estão muito mais detalhadas do que falei aqui, não consegui ler como um todo, mas tive um belo tempo para fazer a apresentação, é que nas considerações finais a gente encaminha o voto contra, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara 38, de 2017. E, também no mérito, pela sua rejeição.

Era isso.

Muito obrigada, Presidente Lobão. E eu fui a mais disciplinada, para o senhor não dizer que sou indisciplinada depois, ouviu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª foi extraordinariamente disciplinada.

Concedo agora a palavra, para a leitura também de seu voto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, Presidente, (*Fora do microfone.*)

...desculpa, desculpa. É que faltou eu colocar um item aqui. Eu vou encaminhar à Mesa, a V. Exª, uma complementação do meu voto em separado apenas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não.

Ao Senador Lasier Martins, para a leitura de seu voto em separado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para voto em separado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Edison Lobão, Senadoras, Senadores.

Eu pretendo entrar nesse concurso da disciplina, Presidente. Eu pretendo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E a Presidência penhoradamente agradece.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu lhe garanto que o meu voto não deverá ultrapassar 30 minutos – 30 minutos, com toda objetividade, porque a matéria vem sendo exaustivamente debatida, e não se tem dúvidas quanto aos seus aspectos ruins, como alguns pontos que são favoráveis ou positivos.

Eu quero começar dizendo que, ao contrário dos votos em separado até agora proferidos, todos eles de críticas, o meu voto não é nem de aplauso, nem de crítica, mas sim com o intuito de melhorias ao projeto, de um aperfeiçoamento naquilo que for possível. E focando principalmente aspectos passivos da maior contundência, como o trabalho intermitente, o acordado sobre o legislado, o imposto sindical, o trabalho da mulher gestante em serviço insalubre, a jornada 12 por 36. São pontos objeto deste meu voto em separado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dispensamo-nos de fazer remissão à legislação que é abordada nesse projeto, porque essa legislação já foi também demasiadamente mencionada nos votos anteriores e nas comissões por onde esse PLC passou.

Então começo dizendo que é notório o objetivo do Governo, que alega querer modernizar os instrumentos de combate à informalidade da mão de obra no País, em especial com a atualização do valor das multas administrativas; regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, porque assegura a eleição de representante dos trabalhadores para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores; e adaptar a Lei nº 6.019/74, que trata do trabalho temporário, às relações de trabalho contemporâneas.

A proposta também introduz mudanças nas normas que regem o contrato de trabalho a tempo parcial, com a ampliação da jornada aplicável a essa modalidade de trabalho e a criação da possibilidade de prestação de serviços extraordinários nesses contratos. Como forma de valorizar as negociações coletivas, oferece uma relação de direitos que podem ser negociados, segundo o projeto do Governo, colocando-se o resultado dessa negociação num patamar superior ao das normas decorrentes da legislação ordinária dos contratos de trabalho, ou seja, dando-lhes força de lei. É o que consta.

Então passo desde logo à análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhes forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recursos de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional, eis que a iniciativa da proposição está amparada no *caput* do artigo 61 da Constituição Federal. Ademais, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitadas.

Então, em suma, Sr. Presidente, não há, portanto, qualquer impedimento de ordem constitucional, jurídica ou regimental à tramitação da matéria.

Não nos deteremos mais sobre a questão do mérito da matéria, que já foi amplamente discutido, e abordaremos dois aspectos de fundamental importância a serem decididos por esta Comissão.

De início, e com a devida vênia, entendemos ser equivocada a recomendação do Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos que, apesar de ter declarado não estar alheio às críticas construtivas apresentadas ao projeto pelos participantes das audiências públicas, pelos representantes sindicais que vieram discutir o projeto e pelas emendas apresentadas naquela Comissão, não promoveu qualquer aperfeiçoamento à proposta em exame. E é o que pretendo neste meu voto, Sr. Presidente.

Também o Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresentou parecer favorável sem, no entanto, fazer qualquer menção a um possível acordo político em relação a vetos de dispositivos considerados problemáticos no texto em exame nesta Casa, como assinalou o relator da CAE.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui cabe uma breve reflexão. A Constituição Federal, no seu art. 65, estabelece que o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra. Havendo discordância em relação à proposição, a Casa revisora pode e deve realizar as modificações que entender necessárias para o seu aperfeiçoamento ou simplesmente rejeitá-la, conforme o caso.

Durante toda a discussão desta matéria na Câmara dos Deputados e agora aqui, no Senado Federal, parece-nos evidente que o projeto necessita de modificações pontuais a fim de refletir a real vontade do legislador. O fato é que o Senado Federal não pode abrir mão do seu papel constitucional de revisar as matérias que lhe são submetidas em virtude de suscetibilidades provocadas pela conjuntura da política do momento.

Ademais, o Poder Executivo dispõe de outros instrumentos constitucionais para garantir a tramitação das propostas de sua autoria sem que se exija do Poder Legislativo que abdique das suas prerrogativas.

Ora, o art. 133 do Regimento Interno do Senado, o RISF, determina:

Art. 133. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

I - pela aprovação, total ou parcial;

II - pela rejeição;

III - pelo arquivamento;

IV - pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal, quando originária do Senado, ou de emenda;

V - pela apresentação de:

a) projeto;

b) requerimento;

c) emenda ou subemenda;

d) orientação a seguir em relação à matéria.

Depreende-se daí que, havendo apenas concordância condicional com a proposta, o relator deve aprová-la, alterando, por meio de apresentação de emendas, aqueles aspectos sobre os quais não está de acordo.

Em consequência, necessário se faz que esta Comissão, por meio de emendas, em obediência ao Regimento Interno, assumam seu papel de aprimoramento do texto do PLC nº 38, de 2017, sobre aqueles aspectos que se tornaram consenso entre a maioria dos Parlamentares desta Casa, mas que não foram modificados pelo Relator.

Em vista disso, propomos:

1) a supressão do art. 611-A, incluído pelo Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, ao Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho.

2) ...

Aliás, ainda com referência ao item primeiro, porque é importante assinalar este aspecto: o art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal dispõe que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho possuem força de lei. No entanto, a interpretação jurisprudencial oriunda da Justiça do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal entende que isso só é possível quando o conteúdo do instrumento coletivo de trabalho previr condições mais benéficas aos trabalhadores do que a legislação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Destarte, no Brasil, já ocorre a prevalência do negociado sobre o legislado, desde que o negociado seja mais favorável ao trabalhador que o legislado. No entanto, o que propõe o projeto em exame é viabilizar a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a, pelo menos, 13 itens presentes nos incisos do artigo 611-A da CLT, independentemente de seu conteúdo. Entendemos que esse procedimento é arriscado, pois permite a fixação de condições de trabalho e remuneração inferiores às asseguradas por lei, o que pode enfraquecer os trabalhadores, principalmente nos setores econômicos em que não se fazem presentes sindicatos sérios e representativos. Então, enfrentamos aqui e há discordância ao projeto do Governo com relação ao acordado sobre o legislado.

2) a supressão do art. 394-A, seus incisos e parágrafos da CLT, na forma do PLC nº 38, de 2017.

Esse dispositivo, que disciplina quando a empregada deverá ser afastada das atividades consideradas insalubres, se apresenta como grave ofensa à saúde da gestante e do nascituro. Não é admissível que se permita à gestante trabalhar em ambiente insalubre. Isso anda na contramão do que dispõe nossa Carta Magna, que determina a permanente redução dos riscos e dos danos à saúde daquele que trabalha.

Como se não bastasse, o atestado médico comprovando que o ambiente não afetaria a saúde ou ofereceria algum risco à gestação ou à lactação pode ser apresentado pelo próprio médico da empresa, o que pode caracterizar um conflito de interesses, face a existência de subordinação.

3) alteração do art. 6º do PLC nº 38, de 2017, para dispor a extinção da contribuição sindical de modo gradual.

O Governo quer a extinção de uma vez, imediata. A nosso ver, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical não deve ocorrer de maneira abrupta, pois os sindicatos devem ter tempo hábil para se adaptar a essa nova situação, sobretudo aqueles que, de fato, prestam um serviço adequado aos seus filiados. Mais adiante vou discriminar como seria essa graduação ao imposto sindical.

4) supressão dos arts. 443 e 452-A, bem como seus parágrafos e incisos, da CLT, propostos pelo PLC nº 38, de 2017, que tratam do regime de trabalho intermitente.

Esse é um grande problema do projeto; é o pior de todos, o trabalho intermitente. Esse, com certeza, é o item mais grave, repito, do projeto de lei: regime de trabalho intermitente. Caso esse instituto seja regulamentado do modo que se encontra na proposta encaminhada pela Câmara dos Deputados, o trabalhador não poderá programar adequadamente nem os dias e horários de trabalho, e nem saberá quanto receberá ao final do mês, o que causa uma instabilidade enorme na sua vida, além de projetar efeitos sobre o recolhimento previdenciário, que sofrerá diminuição na sua arrecadação.

Isso quando se sabe, Presidente, que logo aí adiante vem uma proposta que é ruim, a reforma da previdência, que estabelece que a aposentadoria deverá contar com a contribuição mínima de 25 anos. Ora, quem realizar trabalho intermitente não levará 25 anos para se habilitar: levará 30 ou 40 anos para ter direito à aposentadoria integral. Portanto, esse é um dos defeitos bem nocivos desse trabalho intermitente.

5) supressão do art. 59-A da CLT, na forma do PLC nº 38, de 2017, que trata do acordo individual para cumprir jornada de 12 por 36 horas.

A previsão de que acordo individual estabeleça a chamada jornada de 12 por 36 horas ininterruptas de descanso, até por acordo individual, deve ser regulamentada com mais cuidado e ser objeto de mais discussão no Congresso Nacional. A forma como proposta pelo projeto não protege





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

adequadamente o trabalhador, que pode ser compelido a executar jornadas extenuantes que comprometem a sua saúde e até a sua segurança.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38/2017, com as seguintes emendas:

Primeira emenda, referente ao negociado sobre o legislado: suprima-se o art. 611-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis de Trabalho –, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

Emenda sobre gestante em local insalubre: suprima-se o art. 394-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis de Trabalho –, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

Emenda sobre a extinção gradual do imposto sindical: dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, e acrescente-se a ele o seguinte art. 7º – primeiro o art. 6º:

“Art. 6º Decorrido 1 (um) ano a partir da data da publicação desta lei, a contribuição sindical será:

I - para os trabalhadores:

a) 75% (setenta e cinco por cento) de um dia de trabalho no primeiro exercício subsequente.

Portanto, começa-se a aliviar o imposto sindical, por parte do trabalhador, já no primeiro ano de vigência. Em vez de ser os 100% de um dia, seria 75%.

b) 55% (cinquenta e cinco por cento) de um dia de trabalho no segundo exercício subsequente;

e

c) 35% (trinta e cinco por cento) de um dia de trabalho no terceiro exercício subsequente.

II - para os empregadores, observando a base de cálculo e o procedimento de recolhimento previstos no art. 580, inciso III, §§1º, 2º e 3º, e no art. 581 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452:

a) 75% no primeiro exercício subsequente;

b) 55% no segundo exercício subsequente; e

c) 35% no terceiro exercício subsequente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor:

I - após o decurso dos prazos previstos nos incisos I e II do §1º do art. 6º desta lei, entram em vigor os arts. 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º desta lei, para recolhimento integral da contribuição sindical mediante prévia e expressa autorização de trabalhadores e empregadores;

É a contribuição sindical voluntária.

II - após 120 dias da data de sua publicação oficial, para os demais dispositivos.

Emenda sobre o trabalho intermitente: suprimam-se os arts. 443 e 452-A do Decreto-Lei 5.452, da CLT, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto da Câmara 38, de 2017.

Sobre a emenda da jornada de 12 por 36 horas: suprima-se o art. 59-A do Decreto-Lei 5.452, da CLT, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara 38, de 2017.

Sr. Presidente, Edison Lobão, objetivamente, a nossa proposta, nessa polêmica toda, é de que alguns dos itens mais críticos, mais rejeitados de um modo geral... Sempre em defesa do trabalhador é que nós estamos propondo essas cinco emendas, na expectativa de que o Governo seja sensível e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vete esses itens, em favor de uma sociedade mais pacífica, de uma disponibilidade do trabalhador com mais justiça.

Sucintamente, Sr. Presidente, e cumprindo a promessa de objetividade e disciplina, é o voto em separado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitte-me um aparte, Sr. Presidente, no tempo dele? Faltam oito minutos. Seria esclarecedor para mim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu estou de acordo desde que o aparte seja um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, no tempo dos oito minutos.

Eu queria cumprimentar o Senador Lasier, que apresenta cinco emendas. Um outro Senador da Base, o Senador Magno Malta, apresenta também em torno de oito emendas.

Entendo, Sr. Presidente, que, entre os votos em separado que foram lidos – agora vai ler a Senadora Lídice da Mata –, nós podemos construir um grande entendimento, fundindo os relatórios. Percebo que, nesses cinco itens listados pelo Senador, eu apenas listaria mais um que seria importante, que é aquela questão do horário do almoço. E mais: tudo aquilo que foi colocado pelos dois Relatores – Senador Romero Jucá, Senador Ferraço –, Senadora Lídice da Mata, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Reguffe, que vai ler em seguida o dele, nós podemos fazer uma grande fusão, fazer uma grande concertação e resolver essa questão da reforma trabalhista.

Então, eu só queria cumprimentar o Senador Lasier pela iniciativa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu aproveito, ainda dentro dos três minutos.

É muito agradável ouvir essa disposição de uma liderança que vem tendo enorme destaque nesta discussão, que é o Senador Paulo Paim. De fato, nós estamos abrindo um saudável caminho para um grande acordo, em que defenderíamos aqueles interesses de alguns pontos positivos do projeto e respeitaríamos a proteção devida ao trabalhador. Alegro-me a surpresa dessa manifestação do Senador Paulo Paim, como líder que tem se constituído neste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Lasier pela contribuição significativa que dá neste debate de uma matéria tão importante para a vida social no País.

E o Senador Paim tem uma tradição, uma jornada no combate, no bom combate, a favor dos trabalhadores brasileiros, e que também faz, como mencionou o Senador Lasier, uma proposta bastante razoável. Agradeço, portanto, o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata, que terá 30 minutos iniciais. Porém, seguramente, fará uma leitura sucinta – não gastará mais do que 15 ou 20 minutos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para voto em separado. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meios de comunicação da Casa que nos acompanham, eu quero tranquilizá-los no sentido de dizer que fiz três versões do meu voto: uma, o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

voto completo, que está nos anais da Comissão; e a outra, uma versão compilada para trabalhar na imprensa; e outra, uma versão média, que é esta que lerei, portanto, tentando sistematizar o voto.

No primeiro voto, no voto completo, eu resgato uma parte do meu voto na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos. Nessas duas Comissões, o meu voto foi maior. Nesta, eu vou me ater mais, como já havia anunciado na última reunião, às questões constitucionais, como outros Senadores também aqui o fizeram, buscando comprovar a tese, que acredito bem fundamentada por juristas brasileiros, de que esta reforma é eivada de inconstitucionalidades.

Eu quero, no entanto, destacar, de início – eu não vou iniciar pelo relatório, mas vou direto à análise do voto –, eu quero começar afirmando algo que tem movido um dos relatores, o Relator Ferrazo, insistentemente a afirmar, inclusive ontem no plenário – e eu considero que é uma expressão falaciosa –, que não há perda de direito para os trabalhadores brasileiros com a reforma trabalhista.

Eu vou começar enumerando a perda desses direitos.

Em relação ao conteúdo do PLC nº 38, de 2017, seus dispositivos acabam com o patamar mínimo civilizatório de direitos assegurados para aqueles que estão envolvidos em uma relação de emprego, patamar esse garantido pela Constituição Federal e pela jurisprudência construída ao longo de anos pelos tribunais trabalhistas.

A proposição retira direitos e enfraquece os mecanismos que compensam a diferença de forças existente entre trabalhador e empregador.

Diretamente, o projeto retira os seguintes direitos dos trabalhadores – se os trabalhadores estiverem nos ouvindo nas suas casas ou mesmo na rua, no seu trabalho, anatem os direitos que vocês estão perdendo:

1. O pagamento das horas *in itinere* (horas de deslocamento), principalmente dos trabalhadores rurais – no itinerário, porque a expressão é em latim;
2. O pagamento do intervalo para almoço e descanso não concedido (art. 71, §4º);
3. A possibilidade de controle da jornada de trabalho no caso do regime de teletrabalho (art. 62, inciso III);
4. A equiparação salarial em cadeia (art. 461, §5º);
5. A gratificação por tempo de função (art. 468, §8º) – esse atinge especialmente os funcionários públicos e os bancários;
6. A proteção decorrente da assistência sindical na homologação da rescisão contratual (art. 477) – essa proteção deixa de existir;
7. A proteção contra a dispensa coletiva consistente na necessidade de prévia negociação coletiva (art. 477-A);
8. A ultratividade das negociações coletivas (art. 614);
9. A prevalência de convenção coletiva sobre o acordo coletivo (art. 620);
10. A isenção do pagamento de honorários periciais quando o trabalhador for beneficiário de Justiça gratuita (art. 790-B) – a Senadora Vanessa Grazziotin falou longamente sobre isso, discorreu longamente sobre isso;
11. A isenção do pagamento de honorários advocatícios quando beneficiário de Justiça gratuita – ou gratuita, para os baianos – (art. 791-A, §4º) – também a Senadora Vanessa discorreu sobre essa questão, é um absurdo;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

12. A inclusão das diárias de viagem, dos prêmios e dos abonos no salário de contribuição, que é usado para o cálculo dos benefícios previdenciários (art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991). Portanto, eu listei aqui 12 itens em que diretamente os trabalhadores terão perdas que foram conquistadas ao longo da sua luta como trabalhador, garantido pela interveniência, pela ação da luta sindical e das decisões na Justiça do Trabalho.

Indiretamente, o projeto retira também os seguintes direitos dos trabalhadores:

1. O pagamento de horas extras ao autorizar a compensação direta de jornada no caso do regime de trabalho a tempo parcial (art. 58-A, §5º);

2. O pagamento de horas extras no caso da compensação de jornada relativa a horas extras habituais (art. 59-B).

Estão aqui, Sr. Presidente, alguns dos direitos que o trabalhador perde a partir desta reforma. Então, não é verdade, não é verdade a afirmação do Senador Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Assuntos Sociais, de que não há perda de direito dos trabalhadores. Há, sim! Há, sim! Ele tenta confundir a opinião pública e o trabalhador, dizendo que aquilo que a Constituição assegura como cláusula pétrea não é possível perder, mas sobre isso eu vou falar mais longamente.

Muito bem, Sr. Presidente. Li aqui, portanto, de imediato, iniciando a minha análise do projeto, os direitos que diretamente e indiretamente o trabalhador inicia perdendo e vou agora ler, na minha análise, análise em que V. Exª não estava aqui, e eu expliquei que eu fiz três versões do meu voto: uma que é a versão completa, que está aqui, V. Exª tem aí na sua mão; outra versão que vou ler, depois da negociação feita aqui, para que nós possamos garantir que todos os seis falem; e uma outra menor para auxiliar a minha assessoria de comunicação, para que ela possa transformar isso numa comunicação mais rápida e imediata para os trabalhadores do meu Estado.

Aqui, de início, louvamos a importante contribuição da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e da Procuradoria-Geral do Trabalho, bem como da competente Consultoria do Senado Federal, que nos conduziu aos argumentos ora apresentados, além do debate com diversas centrais sindicais e do uso do argumento dos documentos que essas centrais, como a CUT, como a CTB e outras, nos encaminharam.

Preliminarmente, é fundamental contextualizar aspectos principiológicos básicos do sistema constitucional brasileiro, já que pretendo demonstrar que esta é uma reforma inconstitucional.

Os direitos sociais, encampados no Título II da Constituição, possuem natureza fundamental. No art. 6º, o trabalho está explicitamente referido como direito social fundamental, cuja proteção às pessoas que dele necessitam remete à estrutura disposta no art. 7º subsequente.

Com efeito, a atual Constituição desde 1988 traça um novo horizonte de possibilidades, tanto de forma simbólica e inédita acomoda os direitos fundamentais na parte inicial do texto, antes, portanto, das disciplinas endereçadas às questões do poder. Os direitos fundamentais nesse novo contexto explicitamente incluem os direitos sociais, sendo que, nas ordens constitucionais anteriores, os direitos trabalhistas eram tratados no capítulo pertinente à ordem econômica e social. Na nova Constituição eles são incluídos diretamente nos direitos sociais. Embora este não seja um requisito imprescindível, a consagração constitucional explícita de um direito social é um indício relevante do caráter fundamental dos bens ou interesses protegidos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 7º da Constituição estabelece diversos direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras urbanas e rurais, sem prejuízo de outros, e que visem à melhoria da sua condição social, comportando verdadeira cláusula de abertura para a incorporação de novos direitos.

A dignidade da pessoa humana, que é fundamento explícito do Estado Democrático de Direito, traduz-se, na questão do trabalho, no direito de acesso a um trabalho decente – e não apenas o direito a ocupar-se. A reforma trabalhista enfraquece totalmente a aplicação e efetividade dos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil (artigo 1º, incisos III e IV, da Constituição Federal). Além disso, ao criar ou alargar vários contratos precários e reduzir ou permitir a redução de direitos e o aumento da sonegação trabalhista, causará um aumento nos índices de concentração de renda e de pobreza, indo contra a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais, objetivos fundamentais do Estado Brasileiro (art. 3º da Constituição Federal).

Não bastassem essas afrontas à nossa Carta, a proposição de reforma trabalhista, em seu texto atual, descumpra outros princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Constituição, notadamente os princípios da isonomia (art. 5º, *caput*) – sobre isso eu vou falar mais longamente –, ao criar graves distinções de direitos conferidos aos trabalhadores, de acordo com o tipo de relação de trabalho, do amplo acesso à Justiça (art. 5º, inciso XXXVI), ao estabelecer vários obstáculos, Senador Paim, ao trabalhador para buscar seus direitos sonegados, da função social da propriedade e da empresa (também art. 5º, inciso XXIII, e art. 170), da busca do pleno emprego (art. 170, inciso VIII), ao criar ou fomentar contratos de trabalho precários, com poucos direitos, ou a ocorrência de fraudes (autônomos e pejotização), além do princípio da vedação ao retrocesso social nas relações de trabalho (art. 7º, *caput*).

Como é certo, há limite material, inclusive ao poder de reforma constitucional, quanto aos direitos e garantias individuais, que são justamente os fundamentais (art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição). Há de se considerar, portanto, que os direitos sociais, incluindo os de conteúdo econômico-social-trabalhista, estão protegidos pelo art. 60, §4º, da Constituição Federal, não estando livremente disponíveis para que retrocessos normativos sejam estabelecidos segundo a discricionariedade do Poder Constituinte Derivado. Aqui é clara a referência à inconstitucionalidade dessa reforma.

A própria abertura presente no art. 7º da Constituição, relacionada à melhoria da condição social dos trabalhadores, aponta no sentido da não regressividade. Se há impedimento ao retrocesso por emenda constitucional, com muito mais força o limite se apresenta quando modificações forem estabelecidas através da legislação infraconstitucional, que é o caso do PL 38.

Assim, conforme assinalado, a reforma trabalhista aparelhada pelo PLC nº 38, de 2017, confronta com diversos princípios constitucionais diversos.

Abordando o princípio da isonomia e igualdade, a reforma trabalhista ofende a Constituição, na medida em que os trabalhadores deste País não serão mais iguais, porque se transgride o conteúdo no art. 5º da CF, onde está consignado que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

O princípio da igualdade prevê a igualdade de aptidões e de possibilidades virtuais dos cidadãos de gozar de tratamento isonômico pela lei. Por meio desse princípio são vedadas as





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diferenciações arbitrárias e absurdas, não justificáveis pelos valores da Constituição Federal, e tem por finalidade limitar a atuação do legislador, do intérprete ou autoridade pública e do particular.

O princípio da igualdade atua em duas vertentes: perante a lei e na lei. Por igualdade perante a lei compreende-se o dever de aplicar o direito no caso concreto; por sua vez, a igualdade na lei pressupõe que as normas jurídicas não devem conhecer distinções, exceto as constitucionalmente autorizadas.

Assim, na nova modelagem, onde a negociação pode flexibilizar a lei, Senador Randolfe, desaparece a igualdade de direitos e emerge o estatuto social da disparidade, onde o mesmo trabalho é tratado de forma diferente, o que poderá representar enorme retrocesso social. Nesse sentido, não há ainda uma clara posição do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito à prevalência do princípio do não retrocesso social.

Na ADI nº 3.105, em que o Relator, o Ministro Cezar Peluso, considerou constitucional a Emenda Constitucional nº 41, que autorizou a instituição de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores inativos, o Ministro Celso de Mello analisou o âmbito de incidência do princípio da proibição do retrocesso e, com base nele, votou – não fui eu, foi o Ministro Celso de Mello – pela inconstitucionalidade da tributação naquele caso e disse: "a conquista da garantia de não mais contribuir para o regime previdenciário com o ato de aposentação não poderia ser suprimida para obrigar os aposentados e pensionistas a continuarem como contribuintes do sistema, sob pena de retrocesso ilegítimo desse direito".

Nesse julgado, o Ministro Celso de Mello afirmou que "a cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional, impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser reduzidos ou suprimidos", salvo na hipótese da implementação de políticas compensatórias.

Ou seja, Senador Paim, o que diz o Ministro Celso de Mello, de maneira objetiva, é que, uma vez consignados esses direitos na Constituição, conquistados pelo trabalhador, não pode haver legislação no sentido de retroceder aquilo que foi garantido e conquistado. Ele discorre sobre isso, dizendo:

Refiro-me, neste passo, ao princípio da proibição do retrocesso, que, em tema de direitos fundamentais de caráter social, e uma vez alcançado determinado nível de concretização de tais prerrogativas (como estas reconhecidas e asseguradas, antes do advento da EC nº 41/2003, aos inativos e aos pensionistas), impedem que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive.

Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, *Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha*, "Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988". Todos que citei aqui são juristas que concordaram, em algum momento, com essa afirmação, e citei aqui algumas das publicações que trazem essas afirmações.

Este é o voto do Ministro Celso de Mello:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na realidade, a cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa [já li isso] pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional [...], impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser reduzidos ou suprimidos, exceto na hipótese – de todo inócua na espécie – em que políticas compensatórias venham a ser implementadas pelas instâncias governamentais.

Lapidar, sob todos os aspectos, o magistério de J. J. Gomes Canotilho, cuja lição, a propósito do tema, estimula as seguintes reflexões ("Direito Constitucional e Teoria da Constituição", p. 320/321, item n. 3,1998, Almedina):

"O princípio da democracia econômica e social aponta para a proibição de retrocesso social.

A idéia aqui expressa também tem sido designada como proibição de 'contra-revolução social' ou da 'evolução reaccionária'. Com isto quer dizer-se que os direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjectivo. A 'proibição de retrocesso social' nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas [...], mas o princípio em análise limita a reversibilidade dos direitos adquiridos (ex.: segurança social, subsídio de desemprego, prestações de saúde).

Subsídio de desemprego, Senador Paim: recentemente, já se ousou colocar até a possibilidade de acabar com o seguro-desemprego no Brasil. Mas está aqui dito que isso significaria um retrocesso social, portanto, inconstitucional.

Também está dito:

"Que o Estado não dê a devida realização às tarefas constitucionais, concretas e determinadas, que lhe estão cometidas, isso só poderá ser objecto de censura constitucional em sede de inconstitucionalidade por omissão. Mas quando desfaz o que já havia sido realizado para cumprir essa tarefa, e com isso atinge uma garantia de um direito fundamental, então a censura constitucional já se coloca no plano da própria inconstitucionalidade por acção."

É isso que diz o Ministro Carlos Britto e que é destacado pelo Ministro Celso de Mello nesse voto.

Portanto, Sr. Presidente, o que está em discussão nesta Comissão, além do mérito já rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais, Comissão que trata do mérito... Aqui, nesta Comissão, esse projeto pode ser amplamente rejeitado pelo total descumprimento da Constituição Federal.

Poderá, se aprovada a regra da prevalência do negociado sobre o legislado, ser instado o Supremo Tribunal Federal a se manifestar sobre a aplicação desse princípio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Ministério Público do Trabalho argumenta, em nota técnica, que o conteúdo do instrumento coletivo de trabalho deve prever situações mais benéficas aos trabalhadores do que o disposto na legislação.

Tal entendimento decorre de conclusão lógica da leitura do caput do artigo 7º da Constituição, que prevê a necessidade de se observar que negociação coletiva, assim como os demais direitos dos trabalhadores, serão disciplinados de maneira a melhorar a sua condição social, em consonância com o princípio fundamental do Direito do Trabalho, qual seja, o da proteção e, para o caso concreto, o subprincípio da norma mais favorável. Ou seja, o negociado sobre o legislado, com a intenção de retroceder, de diminuir o direito conquistado não é possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Percebendo que V. Exª tem uns 20 minutos, permite-me um pequeno aparte?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para elogiar o seu voto, só isso. Segundo, quero dizer que esse tema do negociado sobre o legislado é da maior gravidade. V. Exª tem razão em dar ênfase a todas as maldades, (*Fora do microfone.*)

...mas esse diz mais ou menos o seguinte, eu estou reforçando o que V. Exª disse: vale a lei para todos neste País, só não vale para o trabalhador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para o trabalhador. É exatamente aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, vale a livre negociação. Parabéns a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aliás, Senador Paim, afaste-me do texto para comentar a fala de V. Exª. Esta reforma é claramente uma reforma de classe. Em todos os sentidos, o conceito geral da reforma é modificar para prejuízo do trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– E a OIT entende o contrário.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente o contrário do que diz a OIT e do que diz o mundo jurídico, no que diz respeito ao Direito do Trabalho. E mais: ela vai, nesse sentido, de forma tão profunda que fere o direito de organização sindical no Brasil, não apenas porque impede o imposto sindical, é que faz isso de forma tão violenta, sem estabelecer nenhuma regra de transição, sem atingir o sindicato patronal, porque está claro, objetivo, em declarações, em estudos que demonstram que os sindicatos patronais sobrevivem com mais de 60%, 70%, às vezes, do financiamento do sistema S, mas os sindicatos não, eles dependem diretamente...

E eu ouvi, como V. Exª ouviu, no plenário da Câmara dos Deputados, e até mesmo aqui, em alguns momentos, alguns Senadores falarem desse aspecto, comemorando. É como uma vingança: "Vamos nos vingar dos sindicatos, da CUT, da CTB, das diversas centrais sindicais que foram às ruas a favor de Dilma, a favor de Lula." Ou seja, é preciso acabar com o que eles chamam de república sindical no Brasil. "Para começar, vamos acabar com os sindicatos." Isso é a expressão maior do ódio de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

classe que está exposto nesta reforma, que, toda ela, vem eivada de preconceitos contra o valor do trabalho no nosso País.

A lei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– À democracia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É um ataque claro à democracia brasileira, quando impede, em outro aspecto da lei, em outro local da lei, que os sindicatos possam ter participação nas comissões de representantes formadas nas fábricas que tenham mais de 200 trabalhadores.

A lei, nessa interpretação hermenêutica da Constituição, constituiria o piso mínimo e básico das relações de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Lídice, tão somente porque eles tinham errado, estou lhe restituindo até. Começa agora o prazo de 20 minutos. Depois, ainda mais dez. Só para ciência de V. Exª, como fiz com os outros.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Por isso que eu fiz o aparte.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A lei, nesta interpretação hermenêutica, constituiria o piso mínimo e básico das relações de trabalho e os instrumentos coletivos, ou pior ainda, os instrumentos individuais, poderiam somente dispor sobre situações que representem incremento adicional, além do mínimo previsto legalmente aos trabalhadores, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

Desta forma, o projeto privilegia o retrocesso social e fere de morte o princípio da igualdade.

Outro aspecto importante sob análise é o que expressa o art. 5º, em seus incisos XXXV e LXXVIII, da Constituição Federal quando prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito” e, “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

A despeito disso, nenhum desses dispositivos constitucionais foram observados em diversas inovações apresentadas no PLC 38/2017, o que os inquina de inconstitucionalidade. Em verdade, nota-se, claramente, que um dos objetivos contidos em diversas normas do projeto é dificultar o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, trilhando caminho oposto ao indicado pela Constituição Federal.

Sobre isso, todos os que se pronunciaram aqui representando a Justiça do Trabalho estão cientes de que há uma clara ameaça – ameaça, aliás, expressa pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, que disse claramente que era preciso acabar com a Justiça Trabalhista no Brasil, num claro acinte à Constituição Federal. É impressionante como falta a certas figuras públicas, agentes públicos, o mínimo de respeito à Constituição Federal – ele, que jurou cumpri-la.

Inicialmente, deve-se, portanto, pontuar que o processo do trabalho possui autonomia científica e tem como objetivo precípuo permitir que o trabalhador, o qual não recebeu os valores devidos em virtude do contrato de trabalho, tenha meios de receber o que lhe é de direito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao invés de criar instrumentos para reduzir o nível de descumprimento das normas trabalhistas e as lesões que geram aos direitos dos trabalhadores, como medida para reduzir a inflação de processos trabalhistas, alegada no relatório da Câmara dos Deputados, o projeto dificulta o acesso à Justiça do Trabalho para postular a reparação das violações.

Ora, aqui é aquele velho ditado: joga-se a água da bacia fora com a criança dentro. Quer dizer, em nome de diminuir o número de processos trabalhistas no Brasil, joga-se o direito dos trabalhadores fora e, de quebra, também se acaba com a Justiça do Trabalho, porque se dificulta tanto o acesso do trabalhador a ela, que ela provavelmente vai ficando cada vez menos necessária. Nessa linha, as modificações que se pretende introduzir no §3º e 4º do art. 790 da CLT objetivam dificultar a obtenção da justiça gratuita, pois, atualmente, a concessão pode ser de ofício para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos e, para os demais, basta que a parte faça uma declaração de que não possui condições de suportar os custos do processo. Com a nova redação, a concessão de ofício é para os que recebem salário inferior a 40% do teto da previdência, sendo que dos demais passa a ser exigida comprovação da insuficiência de recursos.

Isso destoa até mesmo das normas do Código de Processo Civil, que visa a regular as relações processuais entre pessoas que estejam no mesmo grau de suficiência. Imagine-se, então, criar maiores restrições processuais para o regramento de relações de conflito entre capital e trabalho, naturalmente desiguais entre si.

Com efeito, é no mínimo inconcebível que a sistemática que se pretende introduzir na Justiça do Trabalho crie maiores obstáculos do que aquela prevista no Código de Processo Civil para as causas da Justiça comum em que: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." (art. 99, §3º).

No mesmo sentido, há diversas proposições que dificultam e encarecem a tutela jurisdicional ao trabalhador, dificultando-lhe o acesso à Justiça. Como exemplo, apontamos a possibilidade de o trabalhador ser responsabilizado pelo pagamento de honorários periciais se for sucumbente no objeto da perícia, mesmo que ele seja beneficiário da Justiça gratuita, conforme o art. 790-B da CLT.

Portanto é escandaloso, é inconstitucional, é uma agressão aos que menos podem neste País, ao trabalhador mais pobre deste País. Parece que há um desejo de focar: "Vamos atingir, de maneira absolutamente perversa, aquele que mais precisa. Vamos tirar do trabalhador, que já tem direito ao acesso gratuito à Justiça, que é beneficiário da Justiça gratuita, esse direito, esse acesso mais fácil e vamos dificultar, portanto, o acesso dos trabalhadores." Tais regras se mostram desproporcionais e excessivamente rigorosas com os trabalhadores humildes, que, muitas vezes, enfrentam todas as dificuldades de transporte para chegar ao fórum, notadamente os que residem nas áreas rurais, nas periferias das grandes cidades, ou que precisam se deslocar para outro Município onde situada a Justiça do Trabalho ou que, mesmo chegando ao endereço, precisam localizar a sala de audiência. É assim que se dá o processo para o trabalhador pequeno, o trabalhador que tem pouca renda.

E nem isso sensibiliza os neoliberais da Câmara dos Deputados que, em 26 horas, aprovaram este projeto, que pelo menos aqui, no Senado Federal, passou por três comissões. Mas, parece, Senador Paim, que nós fizemos um acordo. Esse acordo não existiu, mas parece que, na cabeça do Líder do Governo, foi assim: como, na Câmara, nós votamos em 26 horas e não demos tempo a ninguém para ler, aqui, no Senado, em que os Senadores são mais exigentes, nós vamos dar uma enrolada, vamos dar tempo para os Senadores discutirem, vamos dar três comissões para debate,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tempo para debater, audiência pública, desde que, em contrapartida, não se modifique uma só linha do projeto. Ou seja, vamos criar uma ideia, uma sensação de poder para os Senadores, mas que, no final das contas, não vai existir, porque nós não vamos deixar mudar nada, e esses Senadores não vão ter o direito de exercitar a sua condição de Câmara Revisora, de Casa Revisora, melhor dizendo, no caso da Reforma Trabalhista.

Isso é escandaloso. Além de inconstitucional, esta reforma fere, da forma como está sendo conduzida, o direito do Senador que veio aqui através do voto popular e que está sendo garfado desse direito por dois Relatores que se acham acima dos demais. Aliás, quero dizer que, nesta Casa, não é a primeira vez que isso existe. Nesses meus oito anos, Senador Anastasia – V. Ex^a que é mais novo no Senado –, sempre tem, em cada período de cada ano, uns dois poderosos que são mais poderosos que os demais, têm mais relatoria, fazem mais acordos, estão em tudo que há de importância da Casa e, nesses anos todos, tem sempre dois ou três. O segundo e o terceiro variam. Mas o primeiro sempre é constante nesses sete anos o atual líder do governo. Ele sempre está acima dos demais. É o todo-poderoso neste Senado. É tão todo-poderoso que virou Líder do Governo novamente e que conduziu, de acordo com sua vontade própria, tudo o que está aqui sendo conduzido no Senado: cronograma... Ele faz essa história: "Sou um homem democrático. Concedo o debate..." Desde que esse debate não signifique mexer, de fato, no projeto. Isso é um acinte, é uma coisa truculenta, pretenciosa, arrogante, sem a mínima condição de respeitarmos esse tipo de prática aqui dentro do Senado Federal.

Com efeito, se o trabalhador perder audiência, dificilmente terá condições financeiras de pagar as custas previamente ao ajuizamento da nova ação, resultando inviabilizar o seu acesso à Justiça.

O desequilíbrio da proposta é tanto e tão visível nesse passar em relação ao reclamado empregador, o qual não comparece na justiça inaugural, pretende-se alterar a norma para lhe facilitar a defesa ao se propor a possibilidade de juntada de contestação e de documentos, desde que esteja representado por advogado. Vale dizer: dificulta-se o acesso por parte do trabalhador, mas se facilita a defesa do empregador ausente na audiência inaugural.

Ora, sobre esse assunto, não me cabe dizer mais nada, Sr. Presidente, além do que já foi dito aqui.

Considerando, ainda, que fica extinta a assistência e a homologação do sindicato no momento do pagamento das verbas rescisórias, com a revogação do §1º do art. 477 da CLT, a Justiça do Trabalho acabará, Senador Randolfe, convertida em órgão igual ao Senado Federal, homologador de rescisões contratuais – o Senado, homologador da Câmara, e a Justiça do Trabalho, homologadora de rescisões contratuais.

Aliás, um experimentado juiz do Trabalho que me visitou recentemente disse que, quando ele entrou na carreira, existiam aqueles contratos de trabalho, Senador Paim, que eram assim: chegava à Justiça do Trabalho uma página em branco assinada pelo empregado, que era obrigado a, na assinatura do contrato de trabalho, entregar aquela página em branco assinada para que, na rescisão, ele tivesse assegurado tudo aquilo que o empregador resolvesse lhe imputar. Era a troca pelo tempo de trabalho que ele levava. Ele disse assim para mim: "Eu pensei que esse tempo tivesse acabado na Justiça Trabalhista do Brasil. Mas estou vendo que agora, já em outro patamar da minha vida profissional, nós vamos ter que conviver com situações bem próximas dessa ou piorada."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E nisto não se alcançará, por certo, a redução do número de processos trabalhistas, objetivo tão destacado no relatório da Câmara e tão cantado em verso e prosa por alguns momentos pelos dois Relatores nesta Casa. Gerará ampliação do número de processos, que terão por única finalidade quitar os contratos de trabalho sem a indenização aos trabalhadores lesados.

Portanto, é sempre o direito do trabalhador ofendido. É um sistema perverso que tende a inviabilizar o ajuizamento de ações trabalhistas, mesmo quando o trabalhador tenha sido lesado no curso do contrato de trabalho.

Cumpre mencionar que, apesar dos obstáculos para que o trabalhador tenha acesso ao Poder Judiciário Trabalhista, há previsões que facilitam a adjudicação do empregador, como a ampliação do leque de opções para o oferecimento do depósito recursal pelo empregador (art. 899 da CLT), a ampliação desmensurada do tempo entre a citação do executado e a ausência de garantia do juízo, para 60 dias (art. 883-A da CLT), bem como o engessamento da atividade jurisdicional, ao não permitir que o juiz promova de ofício a execução quando o trabalhador estiver representado por advogado (art. 878 da CLT). Sem dúvida, são dispositivos que contrariam o princípio constitucional da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, Sr. Presidente.

Outro aspecto importante é a tarifação do dano extrapatrimonial trabalhista, que implica limitação incompatível com os direitos assegurados no artigo 5º, incisos V e X, da CF/88, de resposta proporcional e indenização integral pelos danos materiais ou morais sofridos.

O projeto cria a regulamentação da “reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho”, estabelecendo uma tarifação do valor que o juiz poderá fixar, caso procedente o pedido.

A norma classifica os danos em quatro faixas, conforme a ofensa seja de natureza leve, média, grave ou gravíssima, para as quais a indenização estará limitada ao último salário contratual do empregado, multiplicado por três, cinco, vinte ou cinquenta vezes, respectivamente, sendo vedada a acumulação (art. 223-G, §1º, da CLT).

A fixação de limites rígidos para a indenização não permite a individualização das situações e impede a reparação integral do dano em muitos casos, violando o direito do trabalhador à justa e inteira reparação do agravo sofrido.

Cabe lembrar que o Supremo Tribunal Federal já decidiu pela inconstitucionalidade da tarifação do dano moral (RE 396.386-4), prevista na Lei da Imprensa, afirmando que “A Constituição de 1988 emprestou à reparação decorrente do dano moral tratamento especial – C.F., art. 5º, V e X –, desejando que a indenização decorrente desse dano fosse a mais ampla. Posta a questão nesses termos, não seria possível sujeitá-la aos limites estreitos da lei de imprensa...”. No mesmo sentido, é a Súmula 281 do STJ.

Assim, a tarifação do dano extrapatrimonial trabalhista é discriminatória e viola a Constituição Federal.

Seguindo, o PLC 38/2017 cria, ainda, modalidades de contratação em condições de subemprego, nas quais não assegura nem mesmo o recebimento de um salário mínimo mensal pelo trabalhador, ferindo de morte norma constitucional sobre o tema.

Essa característica é bastante clara no proposto contrato intermitente, que nós já destacamos aqui, Senador Paim – esse, um grande escândalo. O Senador Lasier, no seu voto, falou longamente sobre isso, pois prevê apenas o pagamento do salário mínimo por hora, sem que seja assegurado um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

número mínimo de horas trabalhadas no mês. Assim, embora o trabalhador permaneça à disposição da empresa durante todo o período, aguardando convocação, poderá nada receber ao final do mês, ou receber um valor ínfimo, proporcional às horas que o empregador lhe deu de trabalho.

Cabe lembrar que as necessidades vitais dos trabalhadores são fixadas, havendo previsão constitucional de um patamar mínimo que assegure a manutenção de uma vida digna.

Não bastasse, caso o trabalhador aceite a convocação e não compareça, terá de pagar multa equivalente a 50% da remuneração que seria devida, de modo que poderá chegar ao final do mês sem nada receber ou – o que é pior – com dívida junto ao empregador, assemelhando-se à figura da servidão por dívidas, que a gente já ouviu tanto falar, dos acampamentos, dos alojamentos, dessas relações de trabalho, principalmente no campo brasileiro, mas que, agora, vão se estender para a cidade também. Era aquela velha situação em que o trabalhador ia ali abatendo a alimentação, a hora não trabalhada por uma necessidade de doença, enfim, por diversas situações e, no final das contas, naquele vale, quem devia era o trabalhador ao empregador.

Além de todas essas questões, pertinente à transcrição de estudo realizado pelos Consultores Legislativos José Pinto da Mota Filho e Luiz Alberto dos Santos, que apontam as seguintes inconstitucionalidades materiais:

1) inconstitucionalidade do §2º do art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, pelo art. 1º: Art. 8º (...)

§ 1º O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.

§ 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

A alteração implica cerceamento à competência do Tribunal Superior do Trabalho, de modo a inviabilizar, ainda mais, o seu poder normativo.

O poder normativo é atribuído pela Constituição (art. 114) à Justiça do Trabalho, para conciliar e julgar dissídios coletivos de natureza econômica, estabelecendo normas e condições para todos os integrantes de categorias empregada e empregadora afins, quando as mesmas, manifestando antagonismos e divergências, recusam-se a resolvê-los mediante negociação coletiva ou arbitragem.

É óbvio que, em tudo isso que li agora e em mais esse aspecto que ressaltai desse primeiro ponto de inconstitucionalidade, está claro o objetivo de desclassificar, desqualificar, diminuir o peso da Justiça do Trabalho e o valor do tribunal do trabalho no Brasil.

2) inconstitucionalidade da redação atribuída ao *caput* do art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

A redação dada ao art. 59-A da CLT permite que acordo individual escrito possa estabelecer a jornada de 12 horas diárias, seguidas por 36 de descanso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tal solução, porém, contraria diretamente o art. 7º, inciso XIII, da CF que prevê que a jornada de trabalho somente será de 8 horas diárias, acrescida de duas horas extras, exceto no caso de acordo ou convenção coletiva de Trabalho, *verbis*:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social [quero destacar: além de outros que visem à melhoria de sua condição social, nunca em condição diferente]:

.....
XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

A expressão “acordo” no art. 7º, XIII, da CF contempla somente o acordo coletivo de trabalho, e não o acordo individual. Trata-se da tentativa de impor uma interpretação do texto constitucional que nunca existiu, revelando absoluta má-fé – absoluta má-fé é o que tem em todo o texto dessa reforma trabalhista.

3) Inconstitucionalidade...

Isso que eu acabei de ler afronta a Constituição Federal, porque o trabalhador, a parte mais fraca na relação de trabalho, fica subordinado a uma jornada de trabalho superior às 8 horas e às 2 horas extraordinárias, com intervalo de 36, sistematicamente, visto que a capacidade negocial do empregado inexistente, servindo apenas como mecanismo de burla ao direito ao pagamento do adicional de serviço extraordinário, além de submeter o empregado à situação de fadiga, com riscos à sua integridade física e saúde.

3) Inconstitucionalidade do *caput* do art. 394-A da CLT, e o seu § 2º. O que diz o artigo?

Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:

(...)

I – atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação.

(...)

Aqui, Senadora Simone, que bom que V. Exª está aqui entre nós. É justamente nesse aspecto, a inconstitucionalidade do *caput* do art. 394-A, que nós mulheres trabalhadoras somos mais atingidas. Quando está claro que aqui está garantido:

§ 2º Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e 15 demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

A nova redação visa permitir que a empregada gestante ou lactante exerça atividade ou trabalhe em locais e operações insalubres. Isso é um escândalo. Como eu disse antes, visa, é escolhido,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

é claro o foco dessa reforma, atingir os trabalhadores mais frágeis, mais fracos, aqueles que têm acesso à Justiça gratuita, aquelas que são as mulheres, que são o elo mais fraco na corrente do mercado de trabalho. Esta terá agora de ser obrigada, ou poderá ser, a trabalhar em local insalubre, fazendo, portanto, um movimento claro de rejeição da Lei Maior, da Carta Maior constitucional.

Indo adiante.

4) Inconstitucionalidade do art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 442-B. Contratação de autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais...

Qual é o objetivo final dessa norma? É precarizar a relação de trabalho e institucionalizar a fraude do contrato de trabalho, obrigando o trabalhador a se inscrever como autônomo na previdência social – na verdade, na condição de contribuinte individual – e, assim, elidir os direitos que a relação de trabalho lhe assegura.

Eu vi aqui, inclusive, um dos juízes que esteve aqui ontem defender ardorosamente isso aqui, citando a autonomia, os motoristas autônomos que se fazem hoje donos do seu próprio caminhão e ganham, segundo ele, até R\$100 mil por mês. Ora, certamente esse exemplo é um exemplo tirado de uma cartola onde se tiraria um coelho se fosse um mágico. É um exemplo escolhido a dedo para relacionar uma possibilidade de favorecimento ao trabalhador porque, em geral, essa norma precariza a relação de trabalho de todos os tipos de trabalhadores deste País, especialmente os mais frágeis.

5) Inconstitucionalidade do art. 443 e o art. 452-A da CLT.

Art 443. O contrato individual de trabalho, que poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.

(...)

§ 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade...

Sobre isso, nós já nos referimos e nos referimos novamente aqui, como exemplo de inconstitucionalidade, que é afirmada neste estatuto que, embora tenha sido relatado pelos Srs. Senadores que afirmam não ferir nem a Constituição nem o direito do trabalhador, isto é uma mentira.

Neste relatório e neste voto em separado, nós estamos provando aqui, eu não estou inventando, eu estou dando exemplos claros da inconstitucionalidade à Carta Maior deste País feita pelos Srs. Relatores nesta Comissão e nas outras comissões para assegurar apenas o benefício para o empregador.

6) Inconstitucionalidade do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz respeito justamente ao salário, à importância fixa estipulada, às gratificações legais e às comissões pagas pelo empregador.

Art. 457





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Esta alteração ao art. 457, combinada com a promovida pelo art. 4º do PLC 38 ao art. 28 da Lei nº 8.216, de 1991, tem como propósito permitir a exclusão do salário de importâncias como diárias e abonos.

Trata-se de norma que afronta o princípio da irredutibilidade do salário, assegurado no inciso VI do art. 7º da Carta Magna.

A legislação atual determina que sejam considerados ...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... como salário.

E aí vamos, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou pedir à Secretaria mais uns dez minutos para crescer, por gentileza, para os 10 minutos finais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Para que eu possa finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Trato, portanto, da inconstitucionalidade, dando seguimento, do §5º do art. 461 da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, pelo art. 1º, a expressão “ficando vedada a indicação de paradigmas remotos”.

Busca afastar a aplicação do princípio da isonomia, contemplado no “caput” do art. 5º da Carta Magna, e cláusula pétrea. O art. 5º diz, senhores:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(.....)

E trata destes termos.

Isto aqui fere este artigo.

8) Inconstitucionalidade do novo art. 477-A da CLT, que diz:

Art. 447-A. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No art. 477-A da CLT introduzido na CLT pelo PLC 38/2017, as dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

Tudo isso é dito, Sr. Presidente – foi dito aqui, foi dito no plenário pelo Relator da CAS –, como uma conquista da autonomia do direito individual. O trabalhador tem o direito individual de se autoprejudicar – esse é o raciocínio. Vamos chegar, no limite, ao entendimento de uma grande polêmica, que é o direito individual que tem o indivíduo de se suicidar, porque, no limite, vamos chegar a isso. Esta norma, que põe o direito individual se sobrepondo aos acordos coletivos de trabalho, os acordos individuais, dá ao trabalhador o direito de fazer acordos individuais para se autoprejudicar. É realmente de uma criatividade extraordinária no direito internacional na área do trabalho.

9) Inconstitucionalidade do art. 507-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ele trata dos contratos individuais novamente, cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido. Eu já tratei disso e reafirmo aqui a sua inconstitucionalidade.

E mais ainda. 10) A inconstitucionalidade dos arts. 611-A e 611-B da Consolidação das Leis do Trabalho. E aí descrevo todos esses artigos aqui, tudo que está dito por esta reforma maldita contra a Constituição e contra o direito do trabalhador.

Nos termos deste novo art. 611-A da CLT, nessa reforma, institui-se a prevalência do negociado sobre o legislado. Caro Senador Paim, esse princípio e mais o trabalho intermitente são a espinha dorsal dessa reforma nefasta ao interesse do trabalhador. A prevalência do negociado sobre o legislado existe na legislação brasileira hoje, é permitida pela Organização Internacional do Trabalho, é jurisprudência nos Tribunais do Trabalho, mas com o princípio garantido de beneficiar o trabalhador. O negociado pode prevalecer ao legislado, desde que para garantir benefícios ao mais fraco, e não o que se pretende aqui, que é permitir que haja acordo para prejudicar a parte mais fraca neste processo de relação entre capital e trabalho.

Esse é um escândalo que nós estamos a assistir desde o início e que não é possível... Não há nenhum contrato entre dois empresários, nenhum contrato comercial ou de qualquer outro tipo que possa ser substituído pelo acordo. O único contrato em que é permitido que o acordado possa se sobrepor ao legislado é o contrato feito pelo trabalhador, cedendo a sua força de trabalho, que é tudo que ele tem, para conseguir a sua sobrevivência, a sua subsistência.

É realmente uma reforma como eu já disse antes: o Deputado Rogério esmerou-se e fez uma reforma com requintes de perversidade, com requintes de crueldade, para ser condenado em qualquer tribunal que tenha um mínimo de relação de direitos de defesa do direito da pessoa humana.

Coloca-se esse reconhecimento como um elemento para a melhoria das condições sociais do trabalho. Já falei sobre isso.

11) Alteração do §3º do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Vou beber um pouco de água, pode descontar do meu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Direito humano fundamental: beber água.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Direito humano fundamental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não pode ser descontado, então.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Art. 614, §3º:

Art. 614.....

§3º Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.

A nova redação mantém a duração máxima de dois anos, mas insere a vedação da ultratividade das cláusulas desses instrumentos.

Trata-se de retrocesso social, inadmitido pelos princípios da Carta de 1988, e que submete o trabalhador a grave instabilidade e riscos de redução de direitos conquistados.

Colocada nos termos propostos, é uma verdadeira Espada de Dâmoles sobre os direitos trabalhistas, impedindo que novas lutas sejam travadas e novos direitos e conquistas sejam reivindicados, pois o foco passará a ser a mera preservação do que já foi obtido em acordos anteriores. Nós estamos voltando aqui à Idade Média, porque a Idade Moderna foi aquela que garantiu a luta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É mais grave, minha querida Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É à Idade Antiga.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ah, verdade!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A disposição de tarifação do dano extrapatrimonial só tem um precedente legislativo no Código de Hamurabi, que estabelecia uma sociedade de castas, como foi dito aqui ontem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas é estabelecido, a partir disso aqui, uma sociedade de castas no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro. Eu acho que esta é a fonte de inspiração: Código de Hamurabi, 1.776 a.C., a constituição de uma sociedade de castas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois é. Infelizmente, é este absurdo que nós estamos vivendo neste momento.

É tão atrasado o conteúdo daqueles que comandam esse relatório da reforma na Câmara... E eu gosto do Deputado Rogério; eu tive o Deputado Rogério como colega de Partido, debatemos muito na Comissão de Educação da Câmara, mas o Deputado Rogério, de uns tempos para cá, retrocedeu. Ele envolveu naquilo que poderiam ser os princípios da social-democracia. Ele não pode continuar no PSDB, porque os seus fundamentos filosóficos estão distantes da social-democracia que fundou o PSDB, que defende o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, aliás, ele me disse tratar-se de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um esquerdista. E é claro, porque essas opiniões estão referenciadas em posicionamentos de partidos conservadores ou ultraconservadores em relação ao direito do trabalho no mundo.

V. Exª deve fazer essa correção em seu Partido. Não é possível alguém dizer-se social-democrata e defender esses fundamentos que são defendidos aqui nessa reforma trabalhista. A social-democracia é uma corrente de pensamento que se alimentava das organizações sindicais, trabalhistas também. Efetivamente, não conseguem mais nem passar na porta de um sindicato com essa reforma – aliás, têm de passar a quilômetros de distância –, até porque o fundamento principal dessa reforma toda tem dois únicos objetivos: tirar o direito do trabalhador e destruir os sindicatos.

Quero lembrar, Senador Paim, que, nos Estados Unidos, no macarthismo, quando se quis desconstruir a liberdade de expressão e de pensamento contra os partidos organizados, não se fez um decreto ou uma lei acabando com os partidos, puniu-se os partidos financeiramente de forma tal que deixaram de existir. É isso o que se está querendo fazer com os sindicatos no Brasil. Ninguém tem coragem de botar na boca, para depois enfrentar uma eleição: "Eu defendo o fim dos sindicatos no Brasil, o fim do direito de organização sindical". Não. Eles simplesmente definem uma forma pela qual os sindicatos poderão ser extintos: a retirada, dessa maneira, do imposto sindical. Digo dessa maneira, porque é possível tirar-se o imposto sindical se estabelecerem uma norma transitória que leve os sindicatos à construção de um modelo de financiamento sindical, de manutenção dos sindicatos de trabalhadores. No entanto, a reforma não permite isso, porque esse é um dos principais objetivos, um objetivo fomentador do ódio de classe. Isso está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Lídice, o tempo de V. Exª já se esgotou, mas, em razão da água, da interrupção, do comentário do Senador Randolfe, mais dois minutos para V. Exª concluir. Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Chegou o Líder do seu Partido aqui, a quem peço socorro para que possa...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não sou mais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é mais Líder. É verdade!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Sou só Vice-Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É verdade, é Vice-Presidente da Casa. Tenho saudade de sua Liderança, que poderia fazer com que o PSDB voltasse às suas origens.

Do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela inconstitucionalidade do PLC nº 38, de 2017, e, como consequência, pela sua rejeição integral. O voto é pela sua rejeição integral, Senador Randolfe, porque não nos deram outra alternativa. Se o voto do Relator fosse um voto que incorporasse 10, 15, 20 das 789 emendas que os diversos Senadores desta Casa fizeram, nós poderíamos votar favoravelmente a esse projeto ou parcialmente, ressaltando, mas não há saída. A única saída é votar completamente "não", é dizer "não" a uma reforma trabalhista que é prejudicial ao trabalhador brasileiro, que é destruidora da Justiça do Trabalho no Brasil, que pune de forma mais profunda ainda o direito da mulher trabalhadora em nosso País, impedindo-a de ter até os 30 minutos de intervalo para a amamentação no trabalho. É uma reforma cruel, uma reforma perversa, uma reforma que nós do Partido Socialista Brasileiro não podemos admitir que o Senado Federal possa votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Não" à reforma trabalhista, à reforma trabalhista imposta por este Governo cada vez mais deslegitimado pela realidade da política brasileira. Não haveria outra alternativa que não a alternativa do bom senso, da racionalidade; a que nos conduziria era a alternativa de continuar debatendo a reforma, sem votá-la hoje, sem votar ainda no plenário, porque este Governo não tem condições de dar sustentação a uma reforma desta natureza. Este Governo e esta reforma levarão a um conflito social neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata pela leitura de seu voto em separado.

Dando sequência à nossa estrutura, o derradeiro voto em separado do eminente Senador Randolfe Rodrigues, a quem dou a palavra, lembrando a S. Exª que são 30 depois mais 20 depois mais 10 minutos, completando a hora inteira, conforme o combinado.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para voto em separado.) – Agradeço a V. Exª, Senador Anastasia, a cordialidade e a elegância com que tem presidido esta Comissão de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, ao iniciar este voto, eu não posso deixar, em um tema tão dramático, de iniciar recorrendo, querido Senador Paim, Senadora Fátima, ao apoio dos poetas.

É em Pão Nosso, de Ivo Barroso, que diz o seguinte:

Amanhã nosso pão terá pedra – e o comeremos.
Ao parti-lo, amanhã, nosso pão será de pedra
e o comeremos.
Ao se partir em dois, o pão que a nossa fome espera,
será pedra,
e o comeremos.
Pois aceitar é o que estamos
fazendo neste dia, pois aceitar
é o que viemos fazendo nos dias
que antecederam mais um, que é este dia;
pois aceitar é o que vamos fazendo sem sentir
como quem come a pedra em vez do pão
pensando o pão.
Partindo-o, partiremos um seixo apenas.
Um seixo, afinal, que em vez de atirá-lo
– comeremos.

É por se resignar a comer a pedra e não o pão que nós, Senadora Lídice, estamos aqui a apresentar este voto em separado contra esta que eu considero ser uma das mais cruéis propostas de reforma que já tramitaram neste Congresso Nacional. E direi isso no decorrer do voto que aqui apresento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trata-se de análise do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017 (PL nº 6.787-B, na Câmara dos Deputados), proposta apresentada pelo Poder Executivo em 23 de dezembro de 2016 e conhecida como reforma trabalhista.

Com o objetivo de adequar o conteúdo do voto que protocolamos ao tempo disponível para leitura, deixaremos de ler a íntegra do voto em separado apresentado, optando por esta versão reduzida e requerendo que, para fins de registro desta Comissão, fique consignado o voto apresentado em sua íntegra. É fundamental esse registro, assim como fizeram o Senador Paim e a senhora, Senadora Lídice, porque é no futuro que a história nos julgará. É no futuro que os membros desta Comissão e os membros deste Senado Federal serão julgados. E é importante que seja aqui registrado que houve aqueles que se opuseram e que resistiram.

Partindo diretamente para a análise.

Neste voto, estando em discussão a constitucionalidade do projeto de lei no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, traremos como fundamento as alegações do Ministério Público do Trabalho emitidas na Nota Técnica nº 08, de 26 de junho de 2017. No entanto, antes de entrar em cada um desses itens apontados pela Procuradoria-Geral do Trabalho, julgamos relevante apontar outras questões de aspecto formal que violam princípios constitucionais.

Em primeiro lugar, a açodada tramitação do PL nº 38, de 2017, na Câmara dos Deputados e agora no Senado Federal viola o princípio do devido processo legislativo, conforme determinado na Constituição Federal e reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal em diversos julgados.

Como salientamos acima, o projeto inicialmente alterava apenas 7 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho; agora, estamos diante de cerca de 200 alterações, que foram objeto de votação no plenário da Câmara dos Deputados apenas vinte e seis horas após a apresentação do relatório, tempo absolutamente insuficiente para que se garanta uma segura convicção sobre um tema tão vasto e tão complexo. Diante desse fato e do conteúdo exageradamente amplo da proposta, fica clara a ofensa ao direito à efetiva participação democrática, que é não apenas dos membros do Parlamento, mas dos próprios cidadãos.

Ainda que tenhamos conhecimento de que tal inconstitucionalidade não poderia ser aferida no curso do processo legislativo, não podemos nos abster de apontá-la, tendo em vista o que está em jogo neste momento. Não olvidemos que o Supremo Tribunal Federal poderá ser provocado a manifestar-se sobre tal procedimento. Ainda há, neste País, instituições prontas para a defesa das prerrogativas e fundamentos de nossa democracia. Assim, o próprio Ministério Público Federal propôs recentemente Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429, de 2017), aprovada por este Congresso ao arrepio do direito ao devido processo legislativo, conforme verifica-se pelas alegações apresentadas pela Procuradoria-Geral da República.

Outro aspecto relativo ao processo de discussão da proposta no Congresso que merece ser ressaltado foi a indevida tramitação em regime de urgência na Câmara que também fere a Constituição. Diante de sua amplitude, este projeto pode ser tratado como uma revisão de Código, haja vista a CLT ser materialmente o código das leis trabalhista brasileiras, o que gera como consequência a aplicação do art. 64, §4º, da Constituição, que prevê que não se aplica aso projetos de código o regime de urgência.

Em último lugar, ressalte-se que todo esse acelerado processo gerou ainda violações específicas ao direito de participação dos trabalhadores nesta discussão, direito esse garantido nas Convenções





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nºs 144 e 154 da Organização Internacional do Trabalho, ambas ratificadas pelo Estado brasileiro, que preveem a necessidade de discussão entre as representações dos trabalhadores e dos empregadores e os Estados quando da apresentação de propostas que possam modificar o ordenamento jurídico laboral.

Tendo apresentado essas preliminares sobre inconstitucionalidades formais do PLC nº 38, de 2017, reproduziremos a seguir a referida Nota Técnica da Procuradoria-Geral do Trabalho que com brilhantismo esmiúça as graves violações aos direitos dos trabalhadores constitucionalmente assegurados.

1. DESVIRTUAMENTO INCONSTITUCIONAL DO REGIME DE EMPREGO. NEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

ANTEVENDO o aumento das pressões pela desregulamentação do trabalho nas décadas seguintes, o constituinte de 1988 deslocou os direitos sociais trabalhistas do capítulo da ordem econômica e social, onde se localizavam nas Constituições anteriores, inserindo-os em seu Capítulo II (Dos Direitos Sociais) do Título II, destinado aos Direitos e Garantias Fundamentais (arts. 7º a 11). Com esse movimento inédito, a Constituição de 1988 alçou os direitos sociais dos trabalhadores à condição de direitos fundamentais, como patamar mínimo civilizatório deferido ao trabalho, verdadeiras cláusulas pétreas (CF/1988, art. 60, § 4º, IV) que os coloca a salvo de qualquer intenção desregulamentadora do poder constituinte derivado e do poder legislativo infraconstitucional.

O PLC 38/2017, denominado "reforma trabalhista", representa, em diversos dos seus dispositivos, esse intento desregulamentador, antevisto pelo Constituinte de 1988 [...]

Esse propósito desregulamentador inconstitucional se inicia no art. 442-B da CLT, objeto do projeto de lei, que tem por conteúdo facilitar o afastamento do regime constitucional de emprego previsto no art. 7º, I, da Constituição, fonte-matriz de todos os direitos sociais fundamentais dos trabalhadores (CF/1988, arts. 7º a 11), pelo só cumprimento de formalidades legais na contratação de trabalho autônomo. [...]

A relação de emprego socialmente protegida, prevista no art. 7º, I, da Constituição, consiste em direito fundamental assentado no princípio constitucional da justiça social. [...]

Nesses termos, a noção de justiça social foi incorporada pela Constituição como norma jurídica, segundo a qual a realização material das pessoas não pode ficar sujeita apenas à sua aptidão pessoal para se posicionar no mercado. Ao contrário, deve ser impulsionada por normas estatais capazes de assegurar aos trabalhadores um mínimo existencial civilizatório.

Para isso, a Constituição adota, no art. 7º, I, o conceito de relação de emprego, universalizado pelo direito do trabalho e conformado historicamente na tradição jurídica de diversos países a partir do elemento-base da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

subordinação, com a finalidade de conferir proteção jurídica e social ao trabalhador subordinado e economicamente hipossuficiente.

Portanto, relação de emprego é direito fundamental que se ampara no reconhecimento constitucional da desigualdade material entre as partes contratantes da relação de trabalho subordinado, com objetivo de afastar a plena liberdade de iniciativa que rege os contratos da órbita civil, para conferir conteúdo mínimo de segurança social ao trabalhador, no contrato de trabalho. [...]

Nesse sentido, viola o conjunto de direitos fundamentais dos trabalhadores, amparados na relação de emprego, norma ordinária que afaste a configuração desse específico vínculo de proteção social em face de simples declarações de vontade das partes, como é próprio da órbita contratual civil. É o que ocorre com a proposição legislativa em análise, que visa afastar a relação de emprego pela mera formalização de contrato de trabalho autônomo, desconsiderando a desigualdade material entre as partes, que vicia as declarações de vontade, mesmo quando presentes os requisitos da relação de emprego.

[...]

2. INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS EMPRESAS.

O PCL 38/2017 ainda prevê a ampliação irrestrita da terceirização de serviços como forte veículo desregulamentador do trabalho, com objetivo de esvaziar a eficácia protetiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Com esse propósito, o art. 2º do projeto insere [importantes] [...] alterações à Lei 6.019/1974 [...]

[...]

[...] [Elas têm] por objetivo autorizar expressamente a terceirização de todas as atividades, inclusive das atividades finalísticas, de empresas privadas e estatais exploradoras de atividade econômica.

A terceirização de atividade-fim das empresas esvazia a garantia constitucional da "relação de emprego protegida" (CF/1988, art. 7º, I) como fonte de todos os direitos fundamentais sociais dos trabalhadores, previstos nos artigos 7º a 11 da Constituição.

Ao promover alta rotatividade de mão de obra, com a fragmentação dos contratos de trabalho, a terceirização frustra o gozo pleno dos seguintes direitos fundamentais dos trabalhadores:

- a) viola a pretensão constitucional de continuidade do vínculo de emprego, reconhecida pelo STF [...]
- b) inviabiliza o direito fundamental ao gozo de férias anuais remuneradas (CF/1988, art. 7º, XVII) dos trabalhadores terceirizados [...]
- c) prejudica a obtenção de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [...];





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

d) reduz drasticamente a possibilidade de gozo de um aviso prévio proporcional ao tempo de serviço[...]

e) reduz [...] [a possibilidade do trabalhador contribuir com a previdência social.]

Ao expulsar o trabalhador da empresa beneficiária final de sua mão de obra, remetendo-o a empresas intermediárias, prestadoras de serviços, a terceirização de atividade-fim ainda afronta a pretensão constitucional de máxima integração do trabalhador à vida da empresa beneficiária de sua mão de obra, em prejuízo aos seguintes direitos:

a) esvazia a defesa dos interesses e direitos da categoria profissional [...]

b) inviabiliza o gozo, pelo trabalhador terceirizado, de direito à participação nos lucros e resultados [...]

c) pressiona a redução de investimentos em medidas de proteção à saúde e segurança do trabalhador [...]

A terceirização ampla e irrestrita viola ainda o princípio constitucional da progressividade social dos direitos fundamentais dos trabalhadores previsto no art. 7º, *caput*, da Constituição [...] A norma que amplia a terceirização promove a redução das condições sociais dos trabalhadores, na medida em que a terceirização:

a) promove o rebaixamento de remuneração do trabalhador terceirizado, o que conduz, por sua vez, ao rebaixamento de todos os direitos trabalhistas incidentes sobre a remuneração, tais como o décimo terceiro salário, FGTS, gratificação de férias, indenizações rescisórias etc.

b) aumenta ainda a incidência de jornada extraordinária, multiplicando os riscos de adoecimentos profissionais e prejudicando a geração de novos postos de emprego [...]

c) eleva ainda a inadimplência de direitos rescisórios (aviso prévio, indenização, férias e décimo terceiro proporcionais etc), aumentando o número de demandas na Justiça do Trabalho, com os custos sociais que isso implica [...]

d) cria ambiente facilitador ao uso de mão de obra em condições análogas à de escravo, em violação frontal ao direito fundamental ao trabalho digno (CF/1988, art. 1º, III) e à Convenção 29 da OIT [...]

A norma que permite a terceirização da totalidade das atividades empresariais, ao viabilizar a figura da empresa sem empregados [...], viola o valor social da livre-iniciativa [...] e a função social da propriedade [...]. A empresa sem empregados tem sua função social violada ao deixar de gerar emprego direto [...].

Ao deixar de garantir igualdade salarial entre trabalhador terceirizado e empregado direto da empresa tomadora, que exercem idênticas funções, [...] ainda viola o princípio constitucional da isonomia [...]





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A terceirização irrestrita, em qualquer atividade da empresa tomadora, ainda viola o art. 7º, V, da Constituição, que garante "piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho" [...]

Por fim, a terceirização de atividades finalísticas, no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal etc) viola a regra constitucional do concurso público [...]

3. FLEXIBILIZAÇÃO INCONSTITUCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO

Vários dispositivos do PLC 38/2017 que autorizam o extrapolamento da jornada de trabalho constitucional, por meio de acordo individual entre empregado e empregador, e que preveem a adoção de jornada em regime de 12x36 (doze por trinta e seis) horas, por acordo individual, violam diretamente o art. 7º, XIII, da Constituição, que institui jornada de 8 (oito) horas, salvo compensação mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

[...]

O art. 7º, XIII, da Constituição, prevê "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho". Portanto, a norma constitucional somente admite a compensação de jornada (extrapolamento do limite de 8 horas em um dia, com redução proporcional em outro dia de trabalho) mediante negociação coletiva.

Pela mesma razão, é inconstitucional o art. 59-A do Projeto, que autoriza a adoção de jornada de 12x36 (doze por trinta e seis) horas, mediante acordo individual entre empregado e empregador.

[...]

Também inconstitucional é o parágrafo único do art. 59-B do projeto, que permite a a prática de horas extras além da jornada elástica por regime de compensação, inclusive em banco de horas.

[...]

Quando o art. 7º, XIII, da Constituição, admite a compensação de jornada por negociação coletiva, faz em caráter excepcional, o que automaticamente afasta o regime de horas extras, previsto no inciso XVI do mesmo dispositivo, somente aplicável à jornada normal de 8 (oito) horas. Essa sobreposição de regimes de extrapolação de jornada de trabalho, permitida pela norma do projeto, corresponde, na prática, à instituição de jornada ilimitada de trabalho, em violação a direito previsto no artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, segundo o qual, "todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias remuneradas periódicas".

Por sua vez, o artigo 7º, "d", do Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, também prevê que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

toda pessoa tem o direito de desfrutar de condições justas de trabalho, que garantam o repouso, os lazeres e a limitação razoável do trabalho. Conforme reconhece o STF, normas de direitos humanos incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio gozam de *status* de supralegalidade, por força do disposto no §2º do art. 5º da Constituição. [...]

Portanto, a norma legal ordinária, objeto do PLC 38/2017, deve obediência aos direitos previstos em tratados internacionais de direitos humanos, sob pena de inconstitucionalidade.

A limitação razoável da jornada de trabalho ainda constitui exigência decorrente do direito fundamental ao lazer, previsto no art. 6º da Constituição. Por sua vez, dispõe o art. 217, §3º, da Constituição, "o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social", o que remete à necessidade humana de tempo livre das atividades profissionais para o trabalhador cultivar relacionamentos com outros grupos sociais, especialmente no espaço familiar, em que se assume a responsabilidade constitucional de prover convivência e lazer aos filhos, crianças e adolescentes, como garantia fundamental prevista no art. 227 da Constituição.

Nesse sentido, ao autorizar a prática de hora extra além do acréscimo de jornada previsto em acordo de compensação, a norma do projeto de lei viola essas normas constitucionais e internacionais, ainda incorrendo em desvio de finalidade da negociação coletiva para compensação de jornada, prevista no inciso XIII do art. 7º da Constituição.

4. Violação de direito fundamental a jornada compatível com as capacidades físicas e mentais do trabalhador.

São inconstitucionais dispositivos do PLC 38/2017 (art. 611-A, I, II e III, e o parágrafo único do art. 611-B da CLT) que têm por objetivo desvincular a jornada de trabalho das medidas de saúde e segurança do trabalhador, com o objetivo de autorizar a livre negociação de jornada e intervalo para descanso. Essas normas violam os arts. 5º, §2º, e 7º, XXII, da Constituição.

As normas violam o direito fundamental à "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança", tendo em vista a influência que a jornada de trabalho e os intervalos exercem sobre o tempo de exposição do trabalhador aos riscos inerentes ao ambiente de trabalho. Essa influência encontra previsão expressa no artigo 5º da Convenção 155 da OIT, que trata de saúde e segurança do trabalhador, ratificada pelo Brasil em maio de 1993.

Nesse sentido, é inconstitucional disposição legal que exclua das regras sobre jornada e intervalo o caráter de normas que impactam a saúde e higiene do trabalho. Em consequência, os limites constitucionais e legais de jornada constituem patamares civilizatórios mínimos inegociáveis, que a sociedade não pode conceber sejam reduzidos, sob pena de afronta à dignidade humana e à valorização mínima.

A livre negociação de jornada de trabalho, nos termos previstos na norma do projeto, viola, pois, os arts. 5º, §2º, e 7º, XII, da Constituição.

Também inconstitucional é o parágrafo único do art. 60 da CLT, inserido pelo PLC 38/2017, que dispensa licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho para prorrogação de jornada em regime de 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas, em atividade insalubre.

A norma permite que trabalhador submetido a atividade prejudicial à sua saúde labore em jornada de 12 (doze) horas, o que corresponde a jornada 50% superior à jornada normal de 8 (oito)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

horas prevista no inciso XIII do art. 7º da Constituição. Na medida em que o intenso aumento da jornada implica elevação desproporcional da exposição do trabalhador aos fatores de risco de adoecimentos presentes no ambiente de trabalho.

5. Violação de direito fundamental ao salário mínimo, à remuneração pelo trabalho e a salário equitativo. Desvirtuamento inconstitucional de verbas salariais

O art. 7º, IV, da Constituição garante ao trabalhador subordinado direito fundamental a um "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família (...)". Essa garantia encontra guarida no art. 23, item 3, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual "quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social".

Por sua vez, o inciso V do art. 7º da Constituição garante ao trabalhador "piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho".

Dessas garantias resultam a natureza salarial da contraprestação pelo trabalho, inclusive como fonte de incidência dos demais direitos trabalhistas previstos no mesmo dispositivo constitucional, tais como FGTS, décimo terceiro salário, adicionais de trabalho noturno e extraordinário, férias anuais remuneradas, dentre outros previstos na legislação ordinária.

Também resulta desses dispositivos constitucionais a impossibilidade de pagamento de salário inferior ao mínimo legal, pressuposto de proteção material à dignidade humana.

O PLC 38 apresenta dispositivos que viabilizam pagamento de salário inferior ao mínimo legal, em contratos de trabalho alternativos e precários, e que desfiguram caráter salarial e/ou remuneratório de verbas pagas como contraprestação pelo trabalho, em violação aos referidos dispositivos constitucionais.

Violam o mesmo princípio de direito fundamental do trabalhador os §§2º e 4º do art. 457 da CLT, inseridos pelo PLC 38, de 2017, que afastam o caráter remuneratório (salarial) de verbas pagas como contraprestação pelo trabalho, tais como abonos e valores pagos em forma de bens, serviços ou dinheiro em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, conhecidos como gratificações de produtividade.

Tais dispositivos desconfiguram o caráter protetivo do salário, instituindo mecanismos facilitadores de fraude salarial. A norma afronta diretamente o enunciado do art. 201, §11, da Constituição, que determina sejam incorporados ao salário, para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios previdenciários, todos os ganhos habituais do empregado, recebidos a qualquer título.

Também violadores da Constituição são dispositivos do projeto que instituem modelo de contrato intermitente, sem garantia efetiva de pagamento de salário mínimo. Ao instituir esse modelo contratual profundamente instável, a norma prevê o pagamento de salário mínimo por hora, mas não assegura um número mínimo de horas de trabalho no mês, de modo que, embora o trabalhador permaneça à disposição da empresa, aguardando convocação...

A conclusão se reforça pelo disposto no inciso VII do art. 7º da Constituição, que prevê como direito fundamental a "garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Da Inconstitucionalidade da prevalência do negociado sobre o legislado para reduzir proteção social do trabalhador.

Mecanismo também utilizado pelo PLC 38, de 2017, para desregulamentar o trabalho encontra-se no art. 611-A, que consiste na imposição de prevalência das normas negociais sobre as normas constitucionais e legais de proteção ao trabalho – o negociado sobre o legislado – em toda e qualquer situação, inclusive para extinguir ou reduzir direitos sem uma correspondente compensação, à exceção apenas dos temas previstos no art. 611-B.

A norma viola a finalidade constitucional da negociação coletiva, prevista como direito fundamental do trabalhador, no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição, que consiste em garantir que, por meio desse instrumento, os trabalhadores coletivamente organizados em sindicatos possam conquistar "outros [direitos] que visem à melhoria de sua condição social". Sua interpretação exige coerência com a finalidade constitucional de promover a evolução do patamar de proteção social do trabalhador, o que contrasta com a tentativa legislativa de submeter a negociação coletiva à finalidade flexibilizadora e redutora do patamar mínimo de proteção social do trabalhador. Assim, a proposta legislativa viola a Constituição, ao prever uma autonomia coletiva redutora de direitos legais, desnaturando a finalidade negocial promocional de direitos que, por isso, exige contrapartidas voltadas a assegurar a melhoria da condição social do trabalhador, respeitados os direitos indisponíveis, que não podem ser objeto de negociação.

Da mesma forma, os dispositivos violam as Convenções 98 e 154 da OIT, ratificadas pelo Brasil, que tratam, respectivamente, do direito de sindicalização e negociação coletiva e de fomento à negociação coletiva, ambas com inegável caráter de direitos humanos, na forma do §2º do art. 5º da Constituição.

De acordo com o relatório, "o Comitê lembra que o objetivo geral das Convenções nºs 98, 151 e 154 é de promover a negociação coletiva sob a perspectiva de tratativas de condições de trabalho mais favoráveis que as fixadas em lei". No mesmo relatório, "o Comitê enfatiza que a definição de negociação coletiva como um processo que pretende melhorar a proteção dos trabalhadores garantida em lei foi reconhecida nos trabalhos preparatórios para a Convenção nº 154".

Finalmente, referindo-se à Convenção 98, o relatório aponta que medidas dessa natureza "seriam contrárias ao objetivo de promover negociação coletiva livre e voluntária, nos termos da Convenção".

Resta evidente, portanto, que também sob a perspectiva do Sistema Internacional de Direitos Humanos, a autorização de redução de direitos legais por meio da negociação coletiva não fortalece as tratativas entre trabalhadores e empregadores; ao contrário, enfraquece, esvazia e coloca em descrédito, diante da sociedade e, especialmente, dos trabalhadores, a negociação coletiva como instrumento de pacificação dos conflitos coletivos de trabalho.

Da Inconstitucional derrogação de proteção jurídica trabalhista aos empregados com maior remuneração e com diploma de formação superior.

Também profundamente violadora do regime de direitos fundamentais dos trabalhadores é a nova figura do empregado hipersuficiente, proposta no PLC 38, de 2017, assim considerado o empregado que receba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e que seja portador de diploma de nível superior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presume-se que a remuneração mais elevada e a formação acadêmica do trabalhador sejam fatores capazes de elidir a desigualdade de forças existente entre o empreendedor e o empregado, individualmente considerado, na relação de trabalho, subordinado.

Trata-se, portanto, de derrogação pura e simples de qualquer proteção jurídico-trabalhista quanto aos principais elementos da relação trabalho subordinado, como jornada, registro de jornada, intervalos, remuneração por produtividade, trabalho em feriados, grau de insalubridade, trabalho extraordinário, inclusive em atividades insalubres, o que, na prática, submete tais condições à regulação do Direito Civil.

Essa derrogação viola toda estrutura normativa constitucional que garante proteção social ao trabalho subordinado, assentada nos princípios da justiça social, da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana.

Portanto, a Constituição submete inteiramente a relação de emprego ao princípio constitucional de proteção social, não comportando derrogações impostas pelo legislador ordinário, seja por critério de remuneração ou de formação acadêmica.

Fragilização do direito à representação de trabalhadores por local de trabalho.

Inserindo o Título IV-A na CLT, que trata da representação dos empregados na empresa, o PLC 38 pretende regulamentar o art. 11 da Constituição, segundo o qual "nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores".

No entanto, imbuída do propósito desregulamentador do trabalho, inclusive no plano coletivo reservado à atividade sindical, a proposição concebe comissões de representantes dos trabalhadores com atribuições que se confundem parcialmente com a representação sindical.

Portanto, sob o princípio constitucional da concordância prática entre as normas constitucionais, a regulamentação da figura do representante dos trabalhadores na empresa, prevista no art. 11 da Constituição, deve amoldar-se, com absoluta harmonia, às normas do art. 8º, que disciplinam minuciosamente a estrutura sindical brasileira, combinadas com as normas internacionais ratificadas pelo Brasil, que versam sobre a matéria.

Não obstante a atribuição de funções coincidentes com as dos sindicatos, as disposições do PLC 38/2017 conferem poderes bastante superficiais à representação dos trabalhadores no local de trabalho, contrariando o art. 2º, inciso I, da Convenção 135 da OIT, segundo o qual, "facilidades devem ser concedidas, na empresa, aos representantes dos trabalhadores, de modo a possibilitar-lhes o cumprimento rápido e eficiente de suas funções".

O PLC 38/2017 assegura grau bastante reduzido de representação e de poder de participação dos trabalhadores no local de trabalho, pois as atribuições cometidas aos representantes (incisos de I a VII do art. 510-B) não são acompanhadas de respectivos meios para adequado desempenho de suas funções.

Destituindo a representação no local de trabalho...

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Só para informar-lhe que V. Exª já ingressou no segundo tempo do horário. Pode prosseguir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

V. Exª só pode declinar quanto tempo eu ainda tenho?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem ainda 17 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Excelência.

O PLC 38/2017 assegura grau bastante reduzido de representação e de poder de participação dos trabalhadores no local de trabalho, pois as atribuições acometidas aos representantes (incisos de I a VII do art. 510-B) não são acompanhadas de respectivos meios para adequado desempenho de suas funções.

Destituindo a representação no local de trabalho de poderes efetivos para manifestar a voz dos trabalhadores perante a empresa, a proposição termina por esvaziar a eficácia do art. 11 da Constituição, ensejando o uso indevido da figura de representação para fragilizar a organização sindical e criando, com isso, ambiente de insegurança jurídica, que fomentará conflito, contrário ao propósito de cooperação e solidariedade que orienta a organização coletiva dos trabalhadores na Constituição.

Da Inconstitucionalidade quanto à exclusão ou redução de responsabilidade do empregador.

As disposições do projeto relativas ao teletrabalho que transferem ou autorizam a transferência de parte dos custos e dos riscos da atividade econômica ao empregado são incompatíveis com os direitos fundamentais previstos no art. 7º, incisos IV, VI e VII, da Constituição. Isso porque não resguardam a integralidade do salário mínimo mensal e implicam possibilidade de redução de salário, na medida em que os custos de equipamentos e estrutura para o trabalho podem sofrer reajustes superiores aos aplicados aos salários, resultando em redução salarial.

A transferência dos ônus da atividade econômica para o empregado, em matéria de saúde e segurança do trabalhador, resulta também em violação ao inciso XXII do art. 7º, que assegura aos trabalhadores "redução dos riscos inerentes ao trabalho". Constitui responsabilidade constitucional do empregador cumprir e custear o cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança exigidas para o desenvolvimento de sua atividade econômica.

Passo para o item 10 e chamo, Senador Paim, sua atenção para esse dispositivo, que trata da Tarifação do dano extrapatrimonial, restrição ao direito fundamental à reparação integral de danos morais.

Sr. Presidente, esse dispositivo eu considero dos mais graves nessa proposta de reforma. Ele foi aqui advertido na audiência pública de ontem por S. Exª o Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho.

Em relação a esse dispositivo, é importante afirmar: são inconstitucionais as normas dos arts. 223-A, 223-B e 223-C, previstas no PLC 38/2017, que limitam as hipóteses de configuração de dano extrapatrimonial e estabelecem tarifação para os respectivos valores das indenizações.

A Constituição Federal garante, em seu art. 5º, incisos V e X, direitos fundamentais à resposta proporcional ao agravo e à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem.

Ao estabelecer que os danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho sejam regidos exclusivamente pelas disposições contidas no título que insere na CLT, afastando, por conseguinte, a aplicação supletiva das regras do Código Civil acerca da matéria, o projeto incide em flagrante inconstitucionalidade. Isso porque limita, restringindo, os bens extrapatrimoniais juridicamente tutelados no âmbito da relação de trabalho, o que contraria sua ampla e irrestrita tutela constitucional, que comporta como gerador de dano moral qualquer ação ou omissão ofensiva à





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dignidade da pessoa humana, em qualquer plano relacional. Dentre os bens protegidos pelas disposições em apreço (art. 223-C), não figuram, por exemplo, o direito à vida privada, expressamente mencionada no inciso X do artigo 5º, ou a liberdade religiosa.

Nessa perspectiva, a proposta legislativa impõe restrição inconstitucional à tutela de garantias fundamentais individuais protegidas individuais protegidas como cláusulas péticas (art. 60, §4º, inciso IV).

Ademais, ao restringir o direito de ação ao titular do direito material, a proposta viola os arts. 8º e 129 da Constituição. Primeiro, restringe a legitimidade constitucional do Ministério Público do Trabalho para promover ação civil pública em defesa de interesses difusos e coletivos no âmbito das relações de trabalho, atribuição que encontra fundamento no art. 129, III, da Constituição, e que compreende os direitos extrapatrimoniais como direitos constitucionais, que são, conforme regulamentação presente no art. 6º, VII, "a", da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993.

A disposição ainda afronta a norma do inciso III do art. 8º da CF, que atribui ao sindicato "a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas", sem delimitar a natureza patrimonial ou extrapatrimonial do direito, não cabendo, pois, ao legislador ordinário impor limite à legitimidade do sindicato para atuar na hipótese.

O tabelamento prévio da indenização por dano moral atrelado ao número de salários contratuais do trabalhador ofendido, Senador Paulo Paim, viola o princípio constitucional da isonomia, cominado com o princípio da dignidade da pessoa humana, articulação da qual resulta que todos são iguais em dignidade e igualmente merecedores de proteção jurídica. Senador Paim, Senadora Vanessa, eu dialoguei ainda há pouco com a Senadora Lídice, que falava de dispositivos aqui desta reforma trabalhista que reportavam à Idade Média. Na verdade, é mais grave do que isso. Eu busquei, Senador Paim, Senadora Vanessa, um paralelo no direito comparado sobre algum dispositivo dessa natureza, qual seja, a diferenciação entre um trabalhador e um cidadão. Conforme pressupõe esse dispositivo da reforma de tarifação do dano extrapatrimonial, um trabalhador, se estiver na atividade de trabalho e sofrer alguma lesão – se uma chapa de ferro cair sobre ele, por exemplo – tem tutelado o valor da vida ou o valor do dano contra ele. Se for um cidadão, esse valor não tem limite, porque, de fato, o valor da vida não tem limite.

Senador Paulo Paim, eu queria aqui destacar o que foi dito ontem pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, que destaca, que ressalta que não há paralelo no direito comparado de um dispositivo que crie castas, ou seja, uma casta de cidadãos e outra casta dos trabalhadores. Ao muito procurar, ele encontrou um dispositivo: o Código de Hamurabi, de 1776 a.C., que criava uma sociedade de castas no Médio Oriente, que estabelecia que o valor de uma indenização a um cidadão era de 60 ciclos e de um escravo era de 30 ciclos. É daí que deve vir a inspiração do Presidente da República e do Governo: a constituição de uma sociedade de castas em que o valor da vida ou de um dano praticado ao trabalhador é bem menor do que o valor de qualquer dano praticado contra qualquer outro cidadão.

Das Restrições inconstitucionais de acesso à Justiça do Trabalho. Violação do direito constitucional de acesso à Justiça.

Para além do caráter desregulamentador do trabalho, o PLC 38/2017, contrariando todos os movimentos constitucionais democráticos que, a partir do século XX, promovem aperfeiçoamento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos instrumentos de pleno acesso à Justiça, contém disposições que afrontam garantias constitucionais fundamentais de acesso do trabalhador à jurisdição trabalhista.

Para isso, o projeto traz um conjunto de dispositivos que afasta o exercício da jurisdição por meio de cláusula contratual de arbitragem privada em empregos com mais alta remuneração, cria modelo de quitação anual do contrato de trabalho, em sua plena vigência, quando o trabalhador se encontra em estado de subordinação, e impõe ao trabalhador o pagamento de custas processuais e honorários periciais, mesmo quando beneficiário de Justiça gratuita.

O art. 507-A novamente se refere à figura do empregado hipersuficiente, prevista inicialmente no parágrafo único do art. 444, assim considerado o empregado que recebe remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Nos termos do art. 444, parágrafo único, constante da proposta, se for portador de diploma de nível superior, esse empregado pode ter seu contrato livremente negociado quanto às matérias previstas no art. 611-A da proposta, medida cuja inconstitucionalidade restou demonstrada.

Segundo o art. 507-A, por sua vez, ainda que não seja titular de formação superior, esse empregado pode ter previsto em seu contrato de trabalho cláusula compromissória de arbitragem, que afasta a solução de controvérsias pela Justiça do Trabalho.

Mais uma vez, o projeto adota premissa de que o trabalhador empregado com maior patamar salarial exerce com absoluta liberdade sua manifestação de vontade na relação de emprego, inclusive na formação do contrato de trabalho, não estando sujeito a pressões econômicas, não obstante seu estado de subordinação jurídica.

Conforme demonstrado no item 7, essa premissa viola o mandamento constitucional de proteção social ao trabalho subordinado (CF/1988, art. 7º, I), em face da situação de fragilidade não apenas econômica do trabalhador, mas também de sua vulnerabilidade volitiva no enlace com o poder econômico. Por isso, a Constituição garante a todos os trabalhadores subordinados, independente do padrão salarial, os mesmos direitos fundamentais sociais assentados no princípio de justiça social (CF/1988, art. 3º, I e III, 7º a 11 e 170, III e VIII).

É inconstitucional, portanto, a proposta legislativa que visa ao afastamento da jurisdição trabalhista (CF/1988, arts. 111 a 116), instrumento de efetivação dos direitos sociais de todos os trabalhadores sujeitos à relação de emprego (art. 114). Além da violação à natureza da relação de emprego merecedora de ampla proteção social (CF/1988, art. 7º, I), a norma incorre em grave violação à garantia de inafastabilidade da jurisdição, prevista no art. 5º, XXXV, da Constituição, segundo o qual, "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

A adoção de arbitragem privada como método de solução de conflitos individuais trabalhistas viola o princípio constitucional do valor social do trabalho (CF/1988, art. 1º, IV), pois desconsidera a premissa de hipossuficiência do trabalhador subordinado (CF/1988, art. 7º, I), negligenciando o patrimônio social protegido pelas normas de direitos fundamentais, dos quais decorrem as normas cogentes de direitos trabalhistas.

Por fim, a norma em apreço afronta o disposto no art. 114, §2º, da Constituição, que destina a arbitragem, no âmbito das relações de trabalho, especificamente aos dissídios de natureza coletiva, em face da presumida condição de igualdade das partes coletivamente consideradas e, ainda assim, sob exigência de respeito às disposições mínimas legais de proteção ao trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Também inconstitucional se revela o art. 507-B, constante da proposta legislativa, que cria a figura da quitação anual do contrato de trabalho, firmada na vigência do contrato de trabalho, com eficácia liberatória de todas as parcelas contratuais.

A norma também desconsidera a particular assimetria de forças entre as partes do contrato de trabalho, individualmente consideradas, premissa da relação de emprego prevista no art. 7º, I, da Constituição, que afasta da regulação do Direito Civil a relação de trabalho subordinado. Despida de fundamento constitucional, a norma submete o trabalhador subordinado a pressão econômica por concessão de quitação anual do contrato de trabalho, sujeitando-o a vício de vontade para preservação do emprego, em violação às garantias constitucionais de proteção social contra abusos do poder econômico (CF/1988, arts. 1º, III e IV, 3º, I a III, 5º, XXXV, 7º a 9º, 170 e 193).

Ademais, as normas que afastam a jurisdição trabalhista violam a garantia fundamental de direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho.

As normas violam direito fundamental à gratuidade judiciária aos que comprovem a insuficiência de recursos para o pagamento das despesas do processo, previsto no art. 5º, LXXIV, da Constituição.

Passo, Sr. Presidente, para as conclusões. Afronta à autonomia funcional do Poder Judiciário trabalhista.

Por fim, o PLC 38/2017 afronta a independência funcional do Poder Judiciário trabalhista, que repousa no princípio constitucional democrático de separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição, ao dificultar extrema e desproporcionalmente a aprovação de súmulas por seus tribunais regionais e pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao restringir o controle jurisdicional de legalidade/constitucionalidade de acordos e convenções coletivas a mera aferição de conformidade formal dos respectivos instrumentos e ao impor como resultado dessa aferição a anulação de cláusulas compensatórias benéficas ao trabalhador, sempre que o juízo reputar nulas cláusulas restritivas de direitos.

A norma parte da premissa de que a Justiça do Trabalho abusa de sua competência jurisdicional ao aprovar súmula de jurisprudência com interpretação legal e constitucional protetiva do trabalhador. Com isso, restringe de forma extrema e desproporcional a competência dos tribunais trabalhistas para aprovar suas súmulas de jurisprudência.

Constitui atribuição constitucional da Justiça do Trabalho, diante dos conflitos que lhe são apresentados, conferir às normas jurídicas interpretação que prestigie a configuração do vínculo de emprego para dele extrair a máxima concretização possível dos direitos fundamentais dos trabalhadores, à luz do primado hermenêutico da efetividade das normas constitucionais.

Por se tratar de órgão jurisdicional atribuído da aplicação das normas trabalhistas, de caráter nacional, à Justiça do Trabalho cabe promover a uniformização da interpretação do Direito do Trabalho, por meio da edição de súmulas de jurisprudência.

Sr. Presidente, só para esclarecimento, me restam dois minutos? (*Pausa.*)

Então, já concluindo.

Portanto, as exigências extremas e desproporcionais para aprovação de súmulas de jurisprudência, impostas pela proposta de lei aos tribunais trabalhistas, esvaziam a efetividade da jurisdição trabalhista no plano da função jurisdicional do Estado, atentando contra a Justiça do Trabalho como instrumento constitucional de promoção dos direitos fundamentais sociais dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhadores. Além disso, viola a autonomia funcional do Poder Judiciário trabalhista, oponível à intervenção dos demais Poderes, inclusive do Poder Legislativo ordinário.

Portanto, é inconstitucional a restrição que se pretende impor ao controle de juridicidade do conteúdo das normas coletivas trabalhistas, assim como é inconstitucional a imposição de nulidade de cláusulas negociais benéficas ao trabalhador, sempre que o juízo entender nulas cláusulas redutoras de direitos contidas no mesmo instrumento negocial, pois tal solução deve decorrer unicamente do livre convencimento jurídico do magistrado, em cada caso concreto, à luz da legislação aplicável.

Da mesma forma, a proposição exige, para aprovação de súmula trabalhista, condições muito mais severas do que as exigidas pelo art. 97 da Constituição para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelos tribunais, que constitui a mais extrema solução interpretativa, na medida em que contraria a presunção de legitimidade dos atos legislativos.

A comparação revela ausência de razoabilidade das exigências propostas, que padecem, por isso, de evidente caráter emulativo, caracterizando legislação abusiva. A norma proposta incorre em desvio de finalidade, pois não se assenta em propósito condizente com o interesse público defensável por meio da atividade legislativa, razão pela qual não passa no crivo do princípio constitucional da proibição de excesso.

Também inconstitucionais, por violação da independência funcional do Poder Judiciário, são as proposições dos art. 8º, §3º e 611-A, §§1º e 4º.

Ambas as previsões constituem indevida intervenção no espaço...

O art. 8º, §3º, restringe o controle jurisdicional de legalidade de acordos e convenções coletivas, exigindo que, no julgamento da validade dessas normas coletivas, o juízo trabalhista se restrinja a aferir a conformidade formal dos instrumentos normativos, sem aferir a juridicidade de seu conteúdo. Por sua vez, o art. 611-A, §3º impõe que, ao apreciar a validade de normas coletivas, o juízo trabalhista sempre anule cláusulas benéficas ao trabalhador, quando reputar nulas cláusulas restritivas de direitos.

Ambas as previsões constituem indevida intervenção no espaço da independência funcional dos magistrados trabalhistas. No exercício da atividade jurisdicional, os magistrados gozam de independência para decidir conforme seu livre convencimento jurídico, devendo ser fundamento de todas as suas decisões.

Sr. Presidente, antes de dizer que essas são as razões aduzidas pela Procuradoria-Geral do Trabalho, que compartilhamos para requerer que seja declarada por esta Comissão a inconstitucionalidade do PLC 38, de 2017, chega-me, neste momento, uma nota técnica da Ordem dos Advogados do Brasil, em relação ao projeto de lei da reforma trabalhista. Na nota técnica, faço questão aqui de destacar a conclusão apresentada pela gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil. Diz a OAB:

A proposta legislativa altera 117 artigos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). O projeto de reforma trabalhista em trâmite perante o Senado Federal, portanto, traduz-se, na prática, em uma nova CLT, na medida em que se propõe a modificar aspectos substanciais desse diploma normativo histórico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituem-se alterações legislativas de grande alcance e relevância, marcadas pela impossibilidade de ampla discussão até o presente momento, considerando-se, sobretudo, ser o Brasil um País com dimensões continentais. Nesse sentido, eventuais reformas no atual estágio social, político e econômico nacional só trazem maior insegurança jurídica ao País, de modo que a Ordem dos Advogados do Brasil, não havendo a possibilidade de apresentação de eventuais emendas, tendo em vista a celeridade imposta, adota a firme posição de se opor à aprovação, sem as devidas ressalvas e adequações do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

Pelo exposto, considerando a necessidade de apresentação e debate de inúmeras emendas substitutivas, bem como supressões de artigos em razão das inconstitucionalidades evidentes e, ainda, de maior tempo para a construção de um debate democrático visando a fiel apreciação de cada dispositivo, respeitando-se, assim, as garantias sociais e os princípios constitucionais do valor social, do trabalho e da dignidade humana, recomenda [recomenda – aqui grifo nosso] a Ordem dos Advogados do Brasil a rediscussão integral do projeto sob análise.

Cláudio Lamachia, Presidente Nacional da OAB.

Solicito, Excelência, que ao meu voto em separado seja acrescentada a nota técnica expedida, ainda há pouco, neste 27 de junho de 2017, pela gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela inconstitucionalidade e rejeição integral do PLC nº 38, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues o seu voto em separado, que constitui, seguramente, uma contribuição aos debates desta Comissão em torno da matéria.

Eu concedo agora a palavra ao Relator, para se manifestar a respeito dos votos aqui proferidos.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria recebeu, além dos votos em separado, 217 emendas. Eu já apresentei parecer contrário às emendas e apresento aqui também parecer contrário aos votos em separado.

Nós vamos aqui debater a matéria, a partir de agora, e eu quero dar também uma informação à Casa. O Presidente Michel Temer encaminhou a Senadoras e Senadores a seguinte carta, que eu vou ler aqui:

Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma e modernização da legislação trabalhista é um fator determinante para que o nosso País possa retomar o nível de geração de emprego e do crescimento econômico.

A Câmara dos Deputados avançou e melhorou a proposta sobre o tema enviada pelo Executivo. Com as Senadores e Senadoras, tivemos diversos debates e importantes contribuições. Durante esses entendimentos, vislumbrou-se a possibilidade de que, devido à urgência das medidas para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

enfrentar o alto desemprego no País, haveria a possibilidade de, através de vetos e da edição de uma medida provisória, agregar as contribuições e realizar os ajustes sugeridos durante todo o debate no Senado.

Essa decisão cabe às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, mas quero aqui reafirmar o compromisso de que os pontos tratados como necessários para os ajustes e colocados ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e à equipe da Casa Civil serão assumidos pelo Governo, se esta for a decisão final do Senado da República.

Reputo esse entendimento como fundamental para melhorar a vida de milhões de brasileiras e brasileiros. E sempre estarei aberto ao diálogo e ao entendimento, vetores fundamentais para o fortalecimento da democracia no nosso Brasil.

Assinado: Michel Temer, Presidente da República.

Eu passo aqui às mãos do Presidente Lobão, para que peça para tirar cópia, agregar ao processado e me devolva, para que eu possa ler, no futuro também, no plenário do Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Depois, pela ordem, para mim, Sr. Presidente, depois desse menino forte lá do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria chamar atenção de que houve um debate sobre a proposta de terceirização ampla e houve um acordo também, envolvendo Michel Temer e essa Casa – quem defendia aquele projeto na Câmara dos Deputados. E o que o Michel Temer disse? Ele se comprometeu publicamente a vetar aqueles pontos da terceirização ampla. Sabem o que aconteceu depois? Ele se reuniu com o Trabuço e mais dez megaempresários brasileiros, que pressionaram, e ele voltou atrás. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, para o Senador Romero Jucá, ele tenta fazer uma cara aqui de paisagem, como se nós estivéssemos vivendo um momento de normalidade. Não tem. Existe uma denúncia contra o Presidente da República. Daqui a pouco vai ser votada pela Câmara. Na minha avaliação, Senador Lobão, ele não resiste, porque, na hora em que abrir os votos, numa sessão televisionada, todo mundo sabe que o Deputado que ficar com o Michel Temer vai estar morto na próxima eleição. Agora, o Senador Jader Barbalho fez uma fala muito importante no dia de ontem. Eu queria chamar a atenção para a fragilização das instituições nacionais – de tudo! Não é só do Supremo. Há exageros da Lava Jato? Há. Há um Estado de exceção? Há. Mas no momento em que nós Senadores abrimos mão do nosso papel, como Casa revisora, de fazer modificações... Porque há um consenso nesta Casa. Toda esta Casa, todos os 81 Senadores querem modificar o projeto. No momento em que nós, num momento de fragilidade do Presidente da República, deixamos de desempenhar nosso papel, nós estamos nos fragilizando cada vez mais.

Eu faço um apelo aos senhores: há uma proposta muito razoável do Senador Lasier Martins. Não é a nossa. Nós somos contra esse projeto quase na sua totalidade. O Senador Lasier Martins levanta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

alguns pontos. Por que não vamos por esse projeto? Por que não aprovamos esse projeto com modificações? Qual o problema de voltar para a Câmara dos Deputados? Nenhum.

Mas, na verdade, existe um por trás escondido, Senador Cássio. Sabe o que é? É porque o que o Senador Romero Jucá quer hoje aqui, além de atender aos *lobbies* empresariais, é passar uma mensagem para o País de que o Temer resiste, de que existe chance de este Governo, com essa dificuldade toda, depois de denunciado, prosseguir com as reformas. É isso que querem passar.

Eu chamo a atenção do Senado Federal neste momento, não como Líder do PT, mas como Senador desta Casa, que quer dialogar com todos os Senadores. Vamos proteger esta instituição! Vamos votar um projeto intermediário, um projeto que tire alguns desses pontos, mas que destaque o protagonismo do Senado Federal. É este o apelo que faço aos senhores.

E volto a dizer: o mesmo Temer que prometeu que ia vetar a Lei de Terceirização e não vetou, porque houve um jantar com o Trabuco e o Bradesco pressionou, não tem autoridade, no alto grau do seu desgaste, para propor algo parecido com esse acordo em relação a uma medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estamos iniciando, portanto, a discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não falei como inscrito, não, na matéria. Eu falei pela ordem, respondendo ao Líder...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem. Eu vou inscrever V. Exª.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um apelo, Presidente. Presidente, só um apelo. Senador Romero, para o bom andamento... Você não pode presidir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas vai tolher a palavra pela ordem? É regimental! O que é isso? O que é isso?

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí não dá!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem. V. Exª sinalizou quem são os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quem decide é o Presidente.

Eu vou conceder a palavra pela ordem a V. Exª, Senador Magno Malta, e à Senadora Gleisi, observando e chamando a atenção dos Srs. Senadores que o Regimento estabelece que a palavra pela ordem se dá para indagação sobre o andamento dos trabalhos. Mas o que nós não podemos concordar é com o discurso paralelo.

Tem a palavra o Senador Magno Malta. Em seguida, V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, este é um momento muito importante. Depois da fala do Senador Romero Jucá, o Senador Lindbergh falou. Esta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão não é de mérito. Comissão de Justiça é para tratar de constitucionalidade ou inconstitucionalidade.

O Senador Lindbergh dá uma exagerada grande quando diz que quem apoiar esse negócio não vai voltar nas próximas eleições. Se for assim V. Ex^a não vai voltar, porque apoiou a Dilma! Ué, todo mundo dizia: quem vai com Lula, quem vai com Dilma, que estão com a fralda cheia, tudo do mesmo jeito, não vai voltar!

Eu não estou preocupado com isso. Urna para mim é um detalhe. Deus, quando não me dá vitória, me dá livramento. Não estou preocupado com isso – se vou voltar, se não vou voltar. Eu tenho que ter convicções pessoais. E esse tipo de pressão não vale. Até que vale, porque eu sei perfeitamente, por conhecer o Senador Lindbergh – e ele me conhece também –, a direção em que ele está discursando. E ele sabe a direção em que estou. Ele está defendendo a posição dele, e toda posição defendida com dignidade merece respeito.

Ontem eu disse no plenário que, a exemplo do que Fernando Henrique fez na privatização da Petrobras, quando o PT, com cinco Senadores, exigiu uma carta dele dizendo que não ia privatizar a Petrobras, e ele mandou essa tal carta, eu pedi ao Presidente, exatamente pela turbulência do momento – e olhe que Fernando Henrique não estava vivendo essa turbulência quando mandou a carta –, por questão de credibilidade, que enviasse a carta, para que todos nós pudéssemos receber uma carta com a confirmação de que as emendas que foram rejeitadas pelo Senador Ricardo Ferraço e pelo Senador Romero Jucá... E a Senadora Marta, hoje pela manhã, me disse que elas já estavam condensadas em oito pontos. Nós queremos ver os oito pontos lidos. E esse debate tem que se dar a partir dos oito pontos lidos, acordados com a Casa Civil.

Pedi só uma coisa a mais, Senador Romero, até porque a carta veio, mas há uma coisa que eu pedi que faltou, e V. Ex^a pode acrescentar. É que essas emendas que estão condensadas no voto de Lasier Martins, que parece que é consensual até para a oposição, que nesses oito pontos esse "condensamento" da redação de V. Ex^a e de Ricardo Ferraço, que está ali, mas rejeitou Ricardo Ferraço, dizendo para dar celeridade ao processo, mas que viria uma medida provisória...

Nós que estamos acostumados a tomar chapéu no Plenário não queremos tomar mais. Então eu gostaria de estabelecer uma data: que a medida provisória e os oito pontos que condensam todas as emendas chegassem aqui em 24 horas e nada fizéssemos, senão votar essa medida provisória em 24 horas.

O Presidente Temer... Tudo na vida não é tão bom, absolutamente bom que não precise de mudança. E a reforma da previdência é necessária, só que nós começamos a discuti-la num momento inoportuno, até porque o Presidente Temer, com as suas duas reformas, conseguiu tirar da sepultura um esquife que estava morto e ressuscitou com arma na mão desnecessariamente.

Nós estávamos num governo de transição. Com o advento de todas essas denúncias que ocorrem e esse *tsunami* que se abateu sobre o Presidente da República, não é colocar na conta dele a desgraça da Nação e fechar os olhos para os 13 anos em que nós convivemos e vivemos aqui.

Então, Sr. Presidente, é verdade que é preciso mudar, dar segurança ao empregador. Não existe emprego sem empregador. Não existe trabalho sem aquele que gera emprego. E quem gera emprego gera dignidade.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Existem pontos muito vulneráveis, dizia o Senador Requião agora no plenário, e todos nós reconhecemos. Ninguém quer dar emprego para o cidadão, morre de medo. O cidadão vai lá, trabalha 60 dias, 90 dias, pega um advogado mal-intencionado, porque gente ruim tem em todo lugar, entra no tribunal: o empregador não ganha nunca. O empregador é sempre esfoliado. Esse tipo de advogado vive desse tipo de coisa.

As pessoas têm medo. Tem coisa para mudar? Tem. Eu acho é que o momento é inoportuno. Se me pedissem um conselho, eu daria: o momento é inoportuno. Vamos discutir, vamos melhorar, mas no momento em que a Nação estiver pacificada. Mas já que estamos agora, quem não tem cão caça com gato, então, é necessário que a Casa acredite, para não poder abrir mão das suas prerrogativas – a prerrogativa de legislar. Afinal de contas, nós somos a Comissão de Justiça do Senado da República e nós não temos, na verdade, que cancelar o que a Câmara diz.

Agora, por uma questão de celeridade, se essas emendas estão condensadas em oito pontos, conforme disse o Senador Romero, e essa medida provisória virá, com a chancela de todos, em 24 horas, certamente nós temos toda a possibilidade de votar. Fora disso, Sr. Presidente, o filho de Dadá não pode votar, porque o filho de Dadá tem uma origem muito simples, mas não é besta.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, estão inscritos, já agora, pela ordem, os Senadores Humberto Costa, Vanessa, Gleisi, e agora o Senador Lasier, mas o Relator, regimentalmente, fala em qualquer instante da reunião. Ele pede a palavra para uma comunicação. Em seguida, retomaremos, então, com os demais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que essas informações que eu darei aqui, fruto do trabalho de diversos Senadores – Senador Ricardo Ferraço, Senadora Marta, Senador Lobão, Senador Tasso Jereissati, Senador Armando Monteiro, Senador Ronaldo Caiado, várias Senadoras e Senadores trabalharam no sentido de construir os pontos que serão objeto desse entendimento colocado pelo Governo, para que os Senadores e Senadoras possam avaliar, como diz a carta do Presidente.

Então, acho que é de bom alvitre, talvez elucidativo, eu registrar os oito pontos, porque, a partir daí, talvez muita coisa que vai ser dita aqui já estará superada, com a posição de nós encaminharmos da forma como está combinado. Ou seja, no dia da sanção do projeto, que o projeto existir, será imediatamente publicada uma medida provisória que vai ajustar alguns textos que, em tese, foram levantados aqui tanto pela Base do Governo quanto pela oposição. É bom que se diga que existem contribuições importantes da oposição. Nós nos debruçamos, a Senadora Marta é testemunha disso, em todos os votos em separado, buscando apontamento de problemas e buscando proposições de solução. Então, a discussão aqui não é só da Base do Governo; é uma discussão do Senado da República, com todas as contribuições possíveis.

Esse documento será colocado à disposição para o Senador ou a Senadora que quiser assinar, como documento do entendimento, como cumprimento do que está escrito aqui. Então, tem que ter um cabeçalho que fala das pessoas e diz o seguinte: firmaram acordo...

Conjuntamente, os Senadores abaixo-assinados firmaram acordo sobre os seguintes temas constantes do projeto da reforma trabalhista, PLC 38/2017:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. Trabalho intermitente. Tendo em vista – depois eu vou distribuir esse material para todos – a necessidade de adotar critérios mais claros e objetivos com relação à abrangência do modelo de contrato intermitente, será necessário regulamentar melhor o tema, estabelecendo mecanismo de quarentena de 18 meses para evitar qualquer risco de migração de contrato por prazo indeterminado para o contrato intermitente. A multa de 50% em caso de descumprimento contratual será afastada por impor inapropriados custos financeiros ao trabalhador. Também serão disciplinados os aspectos previdenciários do contrato intermitente, para salvaguardar a previdência social e, por consequência, o Orçamento público. Por fim, também serão estabelecidos mecanismos de salvaguarda do empregado em caso de não convocação pelo empregador, tal como a rescisão automática com efeito de distrato. Então, esses pontos serão abordados e avançados na medida provisória.

Jornada 12 por 36. Será modificado o art. 59-A, que permite a adoção da jornada de 12 por 36 horas de descanso, para permitir essa forma de contratação apenas por acordo coletivo ou convenção coletiva, respeitadas as leis específicas que permitem a aplicação dessa jornada mediante acordo individual. O que estamos ressaltando aqui? O acordo individual 12 por 36 do trabalho doméstico, que é feito entre contratante e contratado na relação do emprego doméstico.

Terceiro ponto. Salvaguardas à participação sindical na negociação coletiva. Nesse quesito, será explicitada no *caput* do art. 611-A a obrigatória participação sindical na negociação coletiva, contando também menção expressa aos incisos III e IV do art. 8º da Constituição Federal. Será disciplinado que a comissão de representantes dos empregados não substituirá, de nenhuma maneira, a função do sindicato de defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Preserva-se a obrigatoriedade da participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho nos termos dos incisos III e IV do art. 8º da Constituição Federal.

Ponto seguinte. Gestantes e lactantes. Será restabelecida a vedação do labor em locais insalubres. De forma excepcional, será permitido o trabalho de gestantes e lactantes em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo somente mediante a apresentação pela mulher de atestado médico emitido por médico do trabalho, portanto, habilitado para fazer essa avaliação, que comprove devidamente a possibilidade de exercício de atividades laborais nesses locais. Resguarda-se, assim, a proteção à saúde da trabalhadora e, ao mesmo tempo, garante-se a empregabilidade da mulher.

Ponto seguinte. Insalubridade e negociação coletiva. Os incisos XII e XIII do art. 611-A serão reeditados para dispor o enquadramento do grau de insalubridade e prorrogação de jornada em ambientes insalubres, que só poderão efetivar-se por meio da negociação coletiva, desde que respeitadas na integralidade as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei e em normas regulamentares do Ministério do Trabalho.

Dano extrapatrimonial. O *caput* do art. 223-C será modificado para definir de forma mais abrangente os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física. A vinculação da indenização exclusivamente ao salário contratual do ofendido, previsto no §1º do art. 223-G, não será adotada. A metodologia será reavaliada a fim de melhor refletir os princípios da dignidade da pessoa humana, isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, com vistas a conceder reparação justa ao ofendido, punição justa e educativa ao empregador, evitando-se excessos e o enriquecimento indevido. Por fim, entende-se que o agravamento da punição prevista no §3º do art. 223-G deva dar-se não apenas entre partes idênticas, mas entre qualquer das partes, com vistas a coibir abusos reiterados por parte dos empregadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outro ponto. Autônomo em trabalho exclusivo. Será estipulado que o contrato com o trabalhador autônomo, art. 442-B, não poderá prever nenhum tipo de cláusula de exclusividade, sob pena de configuração de vínculo empregatício. Em outras palavras, será expressamente vedado o estabelecimento de qualquer cláusula que restrinja a prestação de atividade econômica a somente um empregador.

Fora esses pontos já acordados, nós fazemos uma recomendação: recomendamos ao Poder Executivo que estude o modelo de extinção gradual da contribuição sindical obrigatória, de forma a assegurar o planejamento financeiro e o adequado funcionamento de entidades sindicais e patronais. Não há um texto, porque isso ainda está em discussão, mas é um princípio que foi colocado por alguns Senadores e Senadoras. E essa recomendação é importante que seja feita pelo Senado da República.

Esse é o documento e esse é o compromisso do Governo, respaldado por uma carta do Presidente aos Senadores. Eu vou tirar cópia e pedir ao Senador Lobão que ingresse com essa matéria e tire cópia para os Parlamentares. Eu estou à disposição para prestar qualquer esclarecimento que seja necessário. Acho que isso aqui atende 90% das colocações que foram feitas por muitos Senadores e Senadoras. Portanto, a contribuição colocada por todos foi levada em conta, será atendida, e nós teremos condição de dar ao povo brasileiro,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... ao trabalhador, condições melhores de empregabilidade e aos empregadores segurança jurídica e condição de contratar quem hoje está desempregado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso não tem validade jurídica alguma, Senador.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para um pedido, Senador Lobão. Só um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não.

Eu só queria pedir que V. Exª pedisse para suspender a sessão de debates no plenário. Eu acho que a discussão mais importante que nós temos hoje, nesta Casa, é a que está acontecendo na CCJ. Não há justificativa de o telespectador do Senado não poder assistir a essa discussão. Eu queria que V. Exª pedisse ao Presidente da Casa para suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que V. Exª propõe é a suspensão da sessão do Plenário do Senado, e não esta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A sessão do Plenário do Senado, a sessão do Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu tenho certeza de que o Senador Eunício vai concordar.

Ontem, o Senador Eunício atrasou o início da Ordem do Dia, suspendeu a sessão para que o debate aqui fosse transmitido. A gente já está tendo uma dificuldade enorme. Lideranças sindicais... O





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

povo não está entrando aqui. Então, ao menos poder acompanhar pela TV Senado é muito importante.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu pediria um telefonema ao Presidente Eunício Oliveira. Eu tenho certeza de que ele vai concordar com as ponderações da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu pedi para falar pela ordem por entender que antes de nós iniciarmos a discussão é preciso deixar alguns pontos absolutamente claros. De certa forma, eu vou repetir alguma coisa do que falou o Senador Lindbergh Farias, mas pela necessidade de assim fazê-lo.

Primeiro, não é verdadeiro que nós aqui não estejamos a discutir mérito. A Comissão de Constituição de Justiça não discute apenas os aspectos relativos à constitucionalidade, à legalidade – vai além, especialmente num processo como esse em que está em discussão o direito processual do trabalho. Portanto, isso é mérito. Além do mais, vários pontos que nós levantamos e questionamos como questões de mérito são questões feitas também pelo fato de representarem artigos ou proposições inconstitucionais.

Acho que todos os Senadores já tiveram oportunidade de receber esse documento da OAB. A OAB, na sua reunião com os representantes nacionais, com o seu Conselho Federal, decidiu aprovar um documento onde são identificadas 18 questões que fazem parte desse projeto e que são inconstitucionais. Não é por acaso que boa parte delas foi aqui falada pelo Senador Romero Jucá nisso que ele quer passar para nós como um bombom que se dá a uma criança para que ela confie naquilo que alguém está dizendo. Então, a primeira questão é essa: nós estamos aqui para discutir mérito também, com certeza.

A outra questão eu quero recordar. Eu me lembro muito bem quando o tema da terceirização foi votado na Câmara, um projeto de 1998 que já era para ter sido retirado, inclusive, de tramitação há muito tempo. Foi recolocado na pauta para que se votasse de imediato a terceirização. O Governo assumiu o compromisso solene de que vetaria uma série de pontos que estavam ali colocados e não cumpriu a sua palavra. Aliás, é uma coisa absolutamente comum neste Governo dizer uma coisa em um dia e, no dia seguinte, dizer outra completamente diferente. Então, se alguém aqui quer ser ingênuo de acreditar na palavra do Presidente Michel Temer que seja, mas pelo menos tenha a consciência de estar sendo ingênuo por deliberação. Na verdade, estão querendo se desculpar diante das pessoas para justificar o voto aqui colocado.

Ora, se o Governo acha que esses temas que o Senador Romero Jucá listou aqui são temas simples de serem aprovados na Câmara dos Deputados, por que é que nós não fazemos isso hoje? Por que é que nós não incluímos, por meio de emendas que já foram apresentadas no relatório do Senador Romero Jucá, essa proposta que ele trouxe hoje, essa proposta de medida provisória? É porque ele sabe que não é bem assim a questão quando chega lá na Câmara. Então, na verdade está se tentando passar aqui gato por lebre, está se tentando gerar o mínimo de conforto para as pessoas votarem contra o que a população deseja neste momento. Eu acho que as pessoas têm de estar alertas para essa questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terceira questão: quem é que vai vetar essa matéria? Quem de nós tem certeza aqui de que esse Presidente da República daqui a 30 dias vai estar exercendo a Presidência da República? Talvez, o Senador Romero Jucá, que está dando muxoxo aí, tenha alguma informação que a gente não tenha aqui, que diga que vão garantir Michel Temer ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muxoxo? Está ali, falando baixo, reclamando.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Reclamando, com cara de ironia, então, por aí vai.

Nós não sabemos nem quem vai ser o Presidente da República, se ele vai ou não vai vetar, se vai ter a mesma posição.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Portanto, por essa razão, eu queria fazer um apelo aqui a todos os Senadores. Sei que tem muita gente aqui que não quer votar essa proposta, não quer votar essa proposta.

Isso que o Senador Romero Jucá...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, Presidente...

Trouxe aqui para os Senadores – tenho ali um minutinho – é uma tentativa de criar um conforto para os Senadores votarem e terem um argumento para falar à população, mas, certamente, é algo em que não se pode confiar, especialmente em se tratando desse Presidente da República que está aí.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, não percebi nenhuma questão de ordem e, a rigor, nem pela ordem, nem pela ordem.

Tudo quanto foi dito aqui poderá ser dito, sim, na discussão da matéria.

Então, eu vou passar a conceder a palavra, não por cinco minutos, mas por dez ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, eu tenho um encaminhamento. Eu quero pedir a palavra pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu só queria fazer uma comunicação, que o Senador Renan Calheiros...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quantos tem inscritos pela ordem?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, eu pedi a palavra.

Sr. Presidente, eu não posso ser responsável por outros usarem equivocadamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está bem. Eu vou conceder a palavra...

Calma, Senadora. Senadora, tenha calma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, claro, eu estou bem tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é tão cândida em sua fisionomia, mas quando fala não é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Oh, meu Deus. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, o Senador Renan Calheiros...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sou sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... vai fazer uma fala.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a V. Exª a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas fazendo um apelo para os demais Senadores, ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem. Serei bem breve, sintética.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... porque eu quero conceder por mais tempo aos Srs. Senadores, dez minutos.

Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha palavra pela ordem se deve a dois fatores.

Primeiro, o Senador Randolfe Rodrigues, aproveitando ainda o tempo que tinha, enquanto lia o seu voto em separado, trouxe para o conhecimento desta Comissão uma nota pública que nos chegou a conhecimento neste momento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma nota que foi discutida no seu conselho e aprovada, de cuja conclusão, Presidente, eu não vou repetir a leitura, porque o Senador Randolfe já a fez, mas é uma nota técnica importante feita por advogados e advogadas do Brasil.

Sr. Presidente, eu peço, portanto, a V. Exª que solicite a inclusão nos *Anais* deste debate, em todo o processado, desta nota técnica, porque é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Da Ordem dos Advogados?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, da Ordem. Eu vou passar a nota, vou passar à Mesa ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foi lida por V. Exª?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, ele leu apenas a conclusão. Ele comunicou a existência, porque a nota...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O documento já está nos autos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, não está nos autos. Ele leu a conclusão da nota e ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por isso mesmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...eu peço...

Por isso que estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está bem, atenderei V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, como de manhã solicitei ao Senador que dirigia os trabalhos, Senador Anastasia, a inclusão de um outro documento e prontamente foi aceito, como V. Exª acaba de aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, questão número dois.

Nós temos aqui na sala de V. Exª, pelo que eu agradeço desde já, a presença de vários representantes de entidades, em torno de oito a dez pessoas, no máximo, Senador Lobão. Entre eles, representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil, que trouxeram pessoalmente esta nota para esta Comissão, para as Senadoras e para os Senadores.

A solicitação que encaminho a V. Exª, Senador Lobão, é que possa permitir a entrada deles neste recinto, porque eles estão na sua sala, muito bem atendidos, entretanto, assistindo pela televisão. Então, eles vieram ao Senado, e acho que isso é o mínimo de deferência. Eles não vão criar nenhum trabalho, nenhum problema a V. Exª.

Nós tivemos, na Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Se abrir precedente, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é abrir precedente. A Senadora Marta está aqui para comprovar, e o Senador Tasso Jereissati da mesma forma. Nas duas Comissões, na CAE e na CAS, vários...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Na CAS, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...vários dirigentes de entidades entraram...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Na CAS, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...entraram e deram os nomes para a segurança. Entraram, e nós nos responsabilizamos por eles. Então, é esse o pedido que faço a V. Exª.

Em relação ao que o Senador Jucá levanta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Indeferido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...Em relação... Não, Sr. Presidente, depois o senhor diz que eu é que trago problemas à Comissão. Eu não estou conseguindo falar, porque não estou conseguindo pensar, Presidente. Para falar, eu preciso pensar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estou pedindo que V. Ex^a não seja interrompida.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Está terrível isso aqui hoje, neste momento. E o Senador, calmo, Anastasia, apenas ri ali, da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E vai piorar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, em relação ao que o Senador Jucá, nós estamos recebendo documento agora, e acho que não há prova mais contundente do que esta. Não há prova mais contundente. Vários dos pontos do Senador Jucá sequer estão nas recomendações do relatório do Senador Ferraço – sequer, sequer estão –, como, por exemplo, o autônomo exclusivo e como a indenização e o dano extrapatrimonial sequer estão.

Então, a prova está aqui, Sr. Presidente. Não é suficiente nem os cinco pontos levantados pelo Relator, os seis pontos, nem os oito pontos levantados pelo Líder do Governo, tampouco os cinco pontos levantados pelo Senador Lasier. Têm mais de vinte pontos.

E V. Ex^a, que teve a paciência de nos ouvir aqui, de ouvir aqui todos os votos – sou testemunha de que o senhor não estava de corpo presente; o senhor estava prestando atenção, como o Senador Anastasia, durante todo o tempo –, V. Ex^{as} viram que nós não fizemos discurso político; nós fomos no mérito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Oh, meu Deus!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós levantamos item a item, item a item. Então, quem diz "Oh, meu Deus!" sou eu. Senador, quem diz "Oh, meu Deus!" sou eu. Quem diz "Oh, meu Deus!", neste momento, sou eu, porque aqui...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...aqui não se trata de estar falando para plateia nenhuma. Se o senhor está falando para a sua plateia, eu não estou falando para a minha plateia, porque eu não tenho plateia. Eu estou aqui falando para o povo brasileiro.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou aqui falando para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa, o seu tempo já...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É nos direitos deles que nós estamos mexendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu quero reforçar o apelo, Presidente Lobão. Reforçar o apelo!

Primeiro, cumprimento V. Ex^a, cumprimento o Presidente Eunício Oliveira por nos permitir fazer o que a Câmara não fez: discutir, conhecer o projeto que os Deputados sequer conhecem. Não são os únicos problemas. Nós queremos salvar a Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, o seu tempo já se encerrou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele está se encerrando. Então, eu gostaria de encaminhar novamente a V. Exª o apelo: vamos promover as mudanças aqui, aqui no Senado! Não quero ficar falando de Temer: que está denunciado, que vai cair. A Câmara está sem se reunir.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Câmara vai passar a semana inteira sem se reunir, porque não em condições de se reunir. Aqui nós estamos aprovando uma carta, um cheque em branco para o Senhor Temer.

Então, é um apelo a V. Exª, Presidente: vamos analisar uma a uma das emendas, das propostas de modificação, e vamos votar, Presidente Lobão.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou ler outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, eu vou ler outra vez o que diz o Regimento Interno. Nós temos que ser balizados, nesta discussão e votação, por uma regra...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a palavra a V. Exª.

O Regimento diz o seguinte: "A palavra pela ordem será concedida para indagação sobre andamento dos trabalhos."

Não é para discussão da matéria.

A discussão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Calma, Senadora.

A discussão da matéria virá em seguida.

Então, ...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... eu concedo à Senadora Gleisi ...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, e é exatamente pelo trabalho.

O Senador Renan Calheiros, Líder ...

Só um pouquinho, Vanessa.

O Senador Renan Calheiros, que é Líder do Partido do Governo, do Relator, está falando agora que vai deixar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Era.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Exatamente.

Então, nós temos uma crise no Partido do Governo, na Base. Nós temos uma crise no Governo, o Senador está fazendo um pronunciamento no Senado, nós queremos assistir e V. Exª deixa fazer, concomitante...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um mínimo de respeito. Vamos deixar ela falar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Olha, eu queria pedir respeito ao Senador Jucá!

Vai lá V. Exª! Se V. Exª tratar assim, vai lá V. Exª!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jucá, tu não preside os trabalhos, Jucá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está pensando o quê? Não, não tem nada não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você não é Presidente!

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está nervoso, Senador Jucá? Vai lá V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você não é Presidente!

(Soa a campanha.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quem decide é o Presidente. Agora, V. Exªs também não contribuem com nada. Só querem...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – É o provocador aqui do lado, que fica provocando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero discordar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garanto a palavra – calma, Senadora – à Senadora Gleisi.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou terminar.

Gostaria só que o Relator pudesse ficar, enquanto eu estiver falando, que ele não interrompa, por favor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero dizer o seguinte, Sr. Presidente, eu acho realmente grave ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, desculpe, eu confirmo o que V. Ex^a está dizendo: o Relator não deve interferir. Como dito, nenhum outro Senador deve interferir na fala de ninguém, muito menos na do Presidente ou na do Relator.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, obrigada.

Eu quero novamente falar que eu acho grave nós, por exemplo, não estarmos transmitindo esta sessão. Nós não temos aqui pessoal que represente as entidades sindicais dentro do plenário, só temos o circuito interno da Casa, no máximo internet. A TV do Senado é sempre muito assistida, e essa é uma matéria de grande interesse popular.

Aí, nós estamos com uma sessão no plenário correndo, que está expressando uma crise política grave que nós temos aqui na Base do Governo, e uma sessão aqui que está discutindo uma das matérias mais importantes que o Senado da República discute, que é uma reforma na legislação trabalhista.

Agora, eu queria aproveitar aqui para conversar com o meu colega, Senador, que pediu a carta ao Presidente Michel Temer.

V. Ex^a fez ...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por isso mesmo.

V. Ex^a solicitou uma carta ao Presidente Michel Temer dizendo que teria segurança de que os pontos levantados aqui, por um grupo de Parlamentares em emendas, seriam tratados em medida provisória.

A carta que veio aqui é genérica, só diz que vai honrar. E aí o compromisso assinado, não tem compromisso assinado do Presidente, nem de Chefe da Casa Civil, apenas dos Senadores que estão nesta Casa.

Esse Presidente, além de não ter popularidade, não gozar de confiança de 83% dos brasileiros, já não cumpriu um acordo que foi feito nesta Casa.

Eu gostaria de falar com V. Ex^a, Senador Magno Malta, que não pode aceitar algo tão superficial assim vindo desse Presidente, que não tem legitimidade. Eu gostaria de saber como que vai se confiar num documento que é genérico, assinado pelo Presidente, e depois um documento assinado pelos Senadores desta Casa. Os Senadores desta Casa não têm a força do Executivo para mandar uma medida provisória; não têm a força do Executivo para assinar um compromisso. Aliás, nem esse Executivo teria força.

Está circulando pela Casa uma proposta de medida provisória que o Governo vazou, que são cinco pontos, e que não tem grande parte dos pontos que aqui o Senador Relator falou. Como é que nós podemos confiar nisso? Aliás, nós não confiamos. Nós achamos que tem que parar, suspender a discussão dessa reforma trabalhista, devido à crise que nós estamos passando no País. Nós temos voto contrário, vamos votar contrário, mas, quando muito, temos que votar pelo menos no parecer de um dos membros desta Casa, desta Comissão, que é o Senador Lasier, que faz mudanças concretas no relatório.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ontem eu escutei do plenário que a reforma trabalhista não é um tema do Presidente da República, mas é do Congresso Nacional. Um tema que nós não podemos mexer? Um tema que nós não podemos alterar? A pressa é por quê? Porque o Temer vai cair, aí tem que entregar a reforma trabalhista antes? Eu queria saber qual é a pressa.

E outra coisa: medida provisória num tema como esse não tem os pressupostos de relevância e urgência, fere a Constituição de cara. Qual é o pressuposto de relevância e urgência para vir uma medida provisória alterando uma lei que alterou a CLT? Gostaria de saber.

Então, o Presidente está se comprometendo junto com o Líder do Governo a fazer algo absolutamente inconstitucional, e esta CCJ, que é a comissão que guarda a Constituição, está dando guarida para isso. Eu quero entender isso. Inclusive de V. Exª, que é o Presidente da CCJ. Nós vamos dar guarida a que ele mande uma medida provisória – que é inconstitucional, porque não tem os pressupostos de relevância e urgência –, para tentar consertar um projeto de lei que também é inconstitucional, pelo que já foi levantado aqui e pela carta, nota técnica, que nós temos, da Ordem dos Advogados do Brasil?

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos esperar o Supremo Tribunal novamente intervir nesta Casa, como vai fazer agora...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... com a ação que o Procurador-Geral da República colocou, de inconstitucionalidade sobre a lei da terceirização? Nós não nos damos o respeito aqui...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... Aí, depois – eu tenho ainda 45 segundos. Aí, depois, nós reclamamos que o Judiciário interfere na Casa. Esta é a Comissão de Constituição e Justiça. A nossa principal função aqui é analisar a constitucionalidade, e nós estamos ferindo, ao votar esse projeto de lei e ao aceitar uma possível medida provisória, que dizem que virá, que vai acertar o acordo, aqui, das emendas a esse malfadado projeto – uma medida provisória inconstitucional, porque não tem os pressupostos de relevância e urgência.

Nós não podemos aceitar isso, Presidente. Isso é um ultraje ao Congresso Nacional e ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Pimentel – não o vejo aqui.
Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

É elementar que este Senado vota às vezes matérias que importam a parcelas dos brasileiros e, às vezes, matérias que dizem respeito a todos os brasileiros. É o caso.

Essa reforma trabalhista, Presidente, é de uma extraordinária importância. Nós estamos aqui discutindo a vida de empresários e de trabalhadores. Com isso, quero dizer que nós não podemos ter pressa. Já houve pressa demais na apresentação do projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, o fato novo é que chegamos aqui, há poucos instantes, o compromisso do Presidente da República. Pelo que entendi, porque não recebemos ainda a cópia – pelo menos à Mesa, à Bancada, não chegou ainda –, a medida provisória condiciona alguns dos pontos a acordos. Chega agora, mas não me dá tempo de ler e de falar ao mesmo tempo.

Bom, repito: pelo que entendi, a medida provisória, nos oito pontos referidos no documento-compromisso, se condiciona a encontros das duas partes, de representantes de patrões e de empregados. Ora, isso nos provoca uma incerteza com relação ao que vem aí, com relação ao detalhamento. E nós não podemos decidir uma matéria de tamanha relevância, de afogadilho.

Eu repito: é muito importante para o Brasil inteiro isso que nós estamos discutindo. Nem estou falando naquela arguição de inconstitucionalidades que foram referidas, porque nós não queremos que, lá adiante, essa matéria, já sancionada, seja questionada no Supremo Tribunal Federal por inconstitucionalidade. Isso não nos convém. Nós temos a responsabilidade, ainda mais numa Comissão de Constituição e Justiça.

Então, o que estou querendo dizer e onde estou querendo chegar, Sr. Presidente, é que, diante deste documento-compromisso, nós precisamos de um pouquinho mais de tempo. E que nós assumamos aqui o compromisso de votar esta matéria antes do recesso. Nós podemos fazer um esforço concentrado em torno da reforma trabalhista e votar até o início do recesso. Nós temos tempo para isso. Porque nós precisamos agora pegar este compromisso, ler calmamente e verificar até que ponto o Presidente está se comprometendo com aqueles oito itens que foram aqui referidos. São cinco daqueles que eu propus, no meu voto em separado, e mais três, se não estou enganado, pelo Senador Magno Malta. E aí se completam os oito pontos, que são, de fato, os mais relevantes.

Então, nós teríamos o quê? Teríamos, a partir de hoje, um tempo – vamos dizer até terça-feira – para examinar o que vem aí. Se possível – e com a intermediação do Senador Jucá, que representa aqui o Governo –, com mais detalhes disso que ele promete atender, para que nos dê garantia com relação ao que vem aí.

E a partir da semana que vem – e, quem sabe, na semana subsequente –, aí, sim, votarmos, mas com mais certeza daquilo que o Presidente está se comprometendo. Inclusive, se possível, não sei se é uma hipótese tola, mas que o Presidente da República, em respeito a esta Comissão, remeta o documento assinado daquilo com que ele está se comprometendo, para que tenhamos mais segurança. Nós não podemos entrar numa fria.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Nós temos que ter certeza daquilo que nós vamos votar daqui a pouco, porque essa matéria, como eu disse no início, é por demais importante.

Era isso, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, não adianta a gente dizer aqui, insistir na história da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

constitucionalidade, apesar de ser a Comissão de Constituição e Justiça, porque todo mundo discute mérito. É o mérito que incomoda. Independentemente de ser constitucional ou não, é injusta essa lei.

E, depois, assim, todo mundo já mandou para cá. A OAB acabou de entregar. Quem sou eu para contestar a OAB? A CNBB mandou documento. Dezesete Ministros do TST mandaram um documento, entregaram à Mesa e pediram que fosse entregue a cada Senador.

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu acho que não o foi, porque eu, pelo menos, não recebi. Quer dizer, não consideram o documento de 17 Ministros do TST, que é a Justiça interessada nesse assunto.

A Anamatra, a ANPT, um monte... Há n documentos aqui mostrando as inconstitucionalidades. Então, não sou eu que vou discutir inconstitucionalidade, se eles não foram nem lidos, talvez, pelos Relatores. Então, eu vou discutir o mérito mesmo.

Primeiro, assim, os objetivos da reforma são muito claros: baixar custo do trabalho. O problema é: para quê? Dizem que é para gerar emprego, mas eu posso dizer que é para gerar lucro. Porque gerar emprego, até hoje, ninguém mostrou, por A mais B, onde é que se gera emprego. Podiam produzir uma cartilhinha aí com um item, com uma demonstração; podiam fazer uma cartilha para o povo, com a propaganda do Governo dizendo onde é que se gera emprego, mas nunca teve. Então, eu posso dizer que é para gerar lucro. Os empresários brasileiros passaram por um longo período de desoneração da folha, e cadê os empregos?

O outro objetivo é esvaziar sindicatos. Todo mundo sabe da relação de cão e gato que há entre o empresariado e o sindicato. O sindicato incomoda, e não é por questão de imposto sindical, não; é porque defende a coletividade, defende os direitos coletivos. Então, como incomoda, tem que afastar o sindicato das empresas, de dentro das empresas. Vamos negociar lá dentro com uma pessoa escolhida pelo patrão, com certeza.

A outra questão é fragilizar a Justiça do Trabalho – já foi dito isso aqui –, dificultar o acesso do trabalhador à Justiça. Está provado, está dito; já foi demonstrado isso. Ainda dizem que é para formalizar os informais e proteger o emprego. Quem quiser que acredite, porque o único item que fala em proteção de emprego é quando se coloca que, se tiver no acordo redução salarial, eles vão garantir o emprego pelo período do acordo. É o único item que fala de garantia de emprego.

Mas há outros itens que, quando a gente vai lendo a reforma, vai descobrindo. Por exemplo, na questão das indenizações, há uma precificação da vida. Na questão dos danos, a vida vale o quanto a pessoa ganha. Se por um acaso acontecer uma tragédia no ambiente de trabalho da Justiça do Trabalho, se morrer um juiz ou uma faxineira, a indenização do juiz é 1,5 milhão e a da faxineira é 50 mil. Ainda diziam que a gente era igual perante a morte. Nem isso não é. A diferença está aqui colocada nessa lei.

A outra questão é o tempo parcial – também ninguém tinha prestado muita atenção nisso. Mas, olha: bancários têm seis horas diárias, trinta horas semanais. Vai virar tempo parcial. Bancários do Brasil, prestem atenção! Eu sou bancária e sei disso. A jornada de trabalho deles é de seis horas, mas, pelo que está dito aqui, seis horas é tempo parcial. Como é que vão ficar as jornadas que já existem de 6 horas? A gente não tinha discutido esse assunto ainda. O autônomo exclusivo ou não: é uma nova terceirização, a terceirização individual. A pessoa vai lá para dentro da empresa trabalhar feito um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

louco, e não tem direito a nada – férias, décimo terceiro, FGTS –, porque ele vai ser um autônomo dentro da empresa. É uma nova forma de terceirização.

A questão da ultratividade. Eu estou falando isso, já falei ontem, mas estou falando de novo, porque um juiz do trabalho ontem me contestou aqui: "Não, ultratividade não existe." Existe dentro dos acordos; ela não existe em lei. É melhor que não exista, porque a gente conquistou a última cláusula de todo acordo coletivo ou de toda convenção coletiva: o prazo de validade.

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Geralmente, dois anos ou até a assinatura do novo acordo. Então, tirando isso. Está lá dizendo: "vedada a ultratividade".

E a última questão é a questão ainda da história que o Brasil é quem tem mais ações trabalhistas. Pegaram uma frase do Ministro Barroso, errada, botaram no relatório. O Ministro disse que leu em algum lugar uma entrevista do presidente da Riachuelo dizendo que no Brasil só 2% da população produz 98% das ações.

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não disse que 98% das ações trabalhistas no mundo são do Brasil, até porque essa matemática não fecha.

Então, pegaram e botaram errado. Botaram que o Ministro disse isso. Então, é preciso corrigir o relatório, Senador Ferraço. Se fosse verdade, se o Brasil tivesse 4 milhões de ações e tivesse 98% delas, só sobrariam 80 mil para os outros países todos, não daria nem 400 para cada país. E a gente sabe que os Estados Unidos produzem 110 mil ações trabalhistas por ano. Então, vamos pelo menos corrigir, e não ficar inventando dados para impressionar o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a minha questão, de fato, é uma questão de ordem mesmo, não é de mérito.

Sr. Presidente, eu não estou entendendo mais nada. Estou assustado, perplexo. Para onde nós estamos indo? Foi lida aqui uma carta do Presidente da República, eu goste ou não goste. Foi entregue aqui um outro relatório, um outro relatório. Isso aqui é um outro relatório.

Temos uma medida provisória circulando aqui na Casa. Está circulando, sim. De algum lugar ela veio. Temos o voto do Relator, Ricardo Ferraço, que diz que há um acordo para aqueles seis vetos. Aparece agora outro acordo aqui, montado pelo Líder do Governo, dizendo que há outros acordos que ninguém sabe como é que surgiram agora.

Isso me lembra – e vou falar corretamente, politicamente correto – o samba de um congresso louco. Não é... É o samba de um congresso louco, politicamente correto. É o samba de um congresso louco.

Lá no plenário, o Líder do Partido do Governo renunciando, ex-Presidente desta Casa. Eu já não sei o que nós vamos discutir, ou não vamos discutir essas duas cartas: uma do Presidente da República – queira ou não queira, ele é o Presidente – e outra, um documento assinado por um grupo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadores sem o respeito? Onde está aqui algum compromisso do Executivo? Nenhum! Na carta dele não há compromisso nenhum. Há aqui a boa vontade de alguns Senadores.

Sr. Presidente, eu estou, desde que a matéria chegou aqui, agarrado nesses relatórios dia e noite. Praticamente não durmo, Sr. Presidente – fico lendo de noite, querendo entender o que está acontecendo; não consigo entender. Olho para aquela placa lá e vejo: esta é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu duvido que alguém esteja entendendo isso. Ninguém está entendendo, Sr. Presidente.

Senador Lasier, para mim, foi muito feliz. Como eu disse para ele, ele foi cirúrgico, ele não enrola. O que ele está dizendo? Bom, agora tem mais dois relatórios, praticamente, chegando nas nossas mãos. Cada um dizendo uma coisa. Como que nós vamos votar assim? É impossível, Sr. Presidente.

Eu estou há 32 anos nesta Casa. Conheço Câmara, Senado. Passei por todos os ex-Presidentes da República, da ditadura para cá, e nunca vi um caos como esse. E me parece que um grupo de Senadores, que eu sei que não é a maioria, está fazendo de conta que isto aqui é uma Casa de brincadeira. Não é de brincadeira; é sério. Mais de 100 milhões de pessoas sentirão o impacto da nossa decisão. Senador Renan Calheiros está chegando agora. E nós vamos votar sem saber.

Olha, eu sou capaz de perguntar para alguns Senadores se se debruçaram sobre isso aqui. Não se debruçaram, não se debruçaram. Poucos se debruçaram. Eu li, porque fui obrigado a ler três, quatro, cinco vezes, porque eu sabia para onde é que nós estávamos indo. Participei de dezenas de audiências públicas, aqui e fui lá na Câmara. E, chega no dia da votação, essa lambança total. É uma lambança, é uma esculhambação isso aqui!

Que Congresso é esse? É quase que uma República de banana! Se alguém em outros países vê o que está acontecendo aqui, não acredita. Uma carta do Presidente da República, que não diz nada. Não diz nada! Um documento assinado por oito, nove, dez, doze Senadores, que eles estão pedindo para que isso fosse aceito. Como é que vamos votar nesse clima, Sr. Presidente?

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero, tenho 36 segundos ainda, se V. Ex^a me permitir.

Eu, nesses 36 segundos, quero fazer um apelo, só um apelo da proposta que o Senador Lasier aqui entregou: vamos parar com essa loucura. Vamos sentar. Aqui são homens experientes, ex-governadores, Senadores, ex-prefeitos, ex-ministros. Isso não é correto. Não pode ser assim, Sr. Presidente. Eu ousaria dizer que é um movimento indecente, não é decente.

E nós sabemos muito bem, toda vez... O Senador Magno Malta me lembrava e sabe o respeito que eu tenho por ele e falo com ele agora de forma muito elogiosa. "Estou cansado de levar chapéu aqui, liderado pelo Líder do Governo", me dizia ele. Isso aqui não diz nada, não diz coisa com coisa. Eu não sei agora o que que eu discuto. Eu vou ter tempo para discutir esses pontos? Porque eu estou recebendo agora. Vamos analisar com profundidade...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a carta do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço a V. Ex^a que conclua.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou recebendo agora. Ou vamos tratar disso aqui? Duzentas mudanças na CLT e que a Comissão de Justiça e Cidadania não vai poder aprofundar. Eu não sei mais o que que vale. Digam-me o que que vale. É isso? É isso? Ou é isso aqui? Pegar os dois relatórios...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Direi a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tudo? O Senador Romero me diz, é tudo, mas tudo o quê? Aqui não tem nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agora peço a V. Ex^a que conclua, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador sabe que eu falo de forma respeitosa. Aqui não tem nada.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isto aqui virou um Congresso de banana; o Congresso vai se tornar irresponsável perante a história se nós caminarmos nesse sentido.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu espero que não a gente não caminhe! Que a gente não caminhe!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Posso afirmar a V. Ex^a que eu não sou um Congressista de banana...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas este Congresso está se tornando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E estou convencido de que nenhum,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da forma como estão fazendo aqui, querendo votar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... nenhum Senador o é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém aqui é banana. Eu digo que poderá se tornar um Congresso de banana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não adianta gritar comigo porque eu sei gritar também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida... Já temos aqui a discussão e já temos alguns inscritos para a discussão.

V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui ir na mesma linha dos Senadores e Senadoras que têm feito aqui reiterados apelos de suspender a votação dessa proposta, porque, Sr. Presidente, é inconcebível





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dentro do momento político que nós estamos vivendo, crise gravíssima. Todos nós sabemos aqui, um Presidente denunciado por ato de corrupção, instabilidade política, é crise no campo da institucionalidade, no campo da economia, e o Senado simplesmente fazer de conta, Sr. Presidente, que nada está acontecendo e levar adiante a aprovação de uma reforma como esta, um conteúdo extremamente polêmico.

Tanto é que, na CCJ, o Relator recebeu mais de 200 emendas. Fez ouvido de mercador. Não acatou nenhuma. Aliás, o Relator só acatou sugestões por parte do empresariado. Por isso que muito bem tem sido colocado que essa reforma tem sido feita na medida, mas na medida mesmo, para atender os interesses do grande empresariado. As custas de quê? Do sofrimento, da exploração do trabalhador e da trabalhadora no Brasil, na medida em que essa reforma tem como âncora central o negociado sobre o legislado, e, com isso, Presidente Lobão, ela inverte exatamente a lógica daquilo que nós conseguimos na Constituição, que é a ação protetiva do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Não é à toa que ela vem para enfraquecer os sindicatos. Enfraquecer os sindicatos é enfraquecer a voz dos mais pobres, é enfraquecer a voz dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, porque os trabalhadores e trabalhadoras têm exatamente no sindicato a principal voz, o principal instrumento de defesa dos seus direitos. É, por exemplo, afetar cada vez mais os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, quando, na prática, inclusive, quase que torna desnecessária a questão da Justiça trabalhista. Ou seja, o negociado sobre o legislado vai permitir que, através do chamado acordo individual, você, por exemplo, possa estar abrindo mão, e os trabalhadores tenham a supressão de direitos, Paim, que vai desde a demissão, férias, décimo terceiro, até, por exemplo, permitir...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que a mulher gestante trabalhe em locais insalubres.

E aqui, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para essa carta que o Presidente envia. E a pergunta que o Brasil faz neste momento é: quem acredita na palavra do Presidente que aí está pela situação exatamente que o País vive de falta de legitimidade e um Presidente moribundo?

Segundo, o Senador Jucá traz aqui um documento assinado por alguns Senadores, dizendo que esse documento vai corrigir, Senadora Kátia, algumas injustiças que são cometidas no relatório do Senador Ferraço. E, mesmo fazendo uma leitura breve, o que se percebe é que, Senador Lasier, em nada o documento aqui lido pelo Senador Jucá altera a estrutura perversa dessa reforma amaldiçoada. Ela é amaldiçoada, sim, porque ela vem na direção exatamente de atentar contra a dignidade e a cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Quero concluir, mais uma vez, fazendo um apelo aos Senadores e às Senadoras – inclusive às Senadoras, mulheres. Mais uma vez, dirijo-me à Senadora Marta Suplicy, pela história que tem de trajetória de luta em defesa das mulheres que a gente reconhece: Senadora Marta, a senhora não pode deixar a sua digital nesse relatório.

Volto a dizer: o documento que o Senador Jucá acaba de apresentar aqui, fruto de um suposto entendimento dos senhores com o Presidente que aí está, simplesmente permitirá que a mulher, Senador Lobão, possa continuar trabalhando em locais insalubres. Está aqui muito claro: será restabelecida a vedação do labor em locais insalubres. Isso com relação a gestantes e lactantes. Mas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao mesmo tempo, está aqui claramente dizendo de forma excepcional: será permitido o trabalho de gestantes e lactantes em locais com insalubridade em grau médio, e por aí vai. Isso é uma desumanidade. Isso é uma barbárie.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso, Sr. Presidente, volto a colocar: nós não podemos, de maneira nenhuma, abrir mão do nosso papel mais do que Casa Revisora, do nosso papel para além das diferenças políticas ou ideológicas aqui dentro, ter responsabilidade e ter respeito para com o destino e a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras neste País. O momento requer, Senador Lobão, repito, para além das diferenças partidárias, um mínimo de bom senso, um mínimo de responsabilidade e a gente suspender a votação deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Entramos na fase agora da discussão. Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, art. 14. Eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu concederei em seguida pelo art. 14 à Senadora Marta Suplicy.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu quero muito falar, mas mais adiante. Eu não pedi a minha inscrição por ora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então eu concedo a palavra...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, eu peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Art. 14 e, em seguida, o Senador Renan Calheiros, a Senadora Lídice e a Senadora Kátia.

Pelo art. 14, tem a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fui citada pela Senadora Fátima. Eu acho que ela não leu bem o que diz esse capítulo sobre o local insalubre.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E está muito claro, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu ouvi a senhora falar. Agora, por favor, ouça.

Eu passei por várias mudanças nessa situação e tive a mesmíssima indignação de V. Exª. E o que aconteceu? Nós discutimos muito com muitos grupos, com muitos advogados da área do trabalho, que tratam com vários tipos de problemas de mulher, e também com uma questão do que é insalubre, do que não é, como fazer.

Fomos conversar sobre o porquê de as Deputadas terem colocado aquilo. O que ocorre? Muitas mulheres, e aí remeteram às mulheres que trabalham, por exemplo, como recepcionistas num hospital, não podem ficar grávidas porque serão demitidas – demitidas não, serão afastadas.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E elas gostariam de poder trabalhar. Então, elas colocaram dessa forma. A forma como foi colocado na Câmara não é adequada, porque começa dizendo da possibilidade. Está errado. É insalubre? Não é negociável. É insalubre.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, atendendo ao pedido das mulheres que falam que uma das questões por que elas não conseguem emprego é essa – e a gente tem que pensar que a insalubridade está acima de qualquer emprego –, pensando nessas que teriam uma condição de salubridade média ou mínima e que vieram conversar aqui – não sei se conversaram com V. Ex^a ou não; pelo jeito, não –, como poderíamos arrumar de uma forma que elas tivessem essa possibilidade? Então, colocando que, se fosse médio ou de outra forma, elas poderiam pleitear isso. Agora, que médico faria isso? Não poderíamos deixar solto para o médico da família, para qualquer médico, porque aí seria um desastre, ou o médico da empresa, Senadora Fátima,...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... seria um desastre absoluto. Então, foi colocado o médico de trabalho. O médico do trabalho, ele que fala sobre a insalubridade e ele que vai ser o responsável. Então, isso melhorou muito, na Câmara, e permite a uma infinidade de mulheres que trabalham em áreas insalubres, que são de condição mínima, poderem, a partir de um laudo do médico do trabalho, ter esse acesso. É isso.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Então, estamos resguardando a proteção da saúde da trabalhadora e, ao mesmo tempo, garantindo a empregabilidade da mulher.

Vou responder só a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Renan Calheiros, para discutir a matéria, por dez minutos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, gostaria de dizer para a senhora que o texto ficou inclusive pior, Senadora Marta.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No texto original...

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É a sua opinião, e eu respeito.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. No texto original, era o médico...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É a sua opinião, e eu respeito.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era o médico contratado pela mulher; agora é o médico do trabalho. O texto, inclusive, está pior, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Renan Calheiros com a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, solicitei a palavra, pela ordem, à época.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, eu solicitei para dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu inscrevi V. Ex^a para discutir.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu solicitei a palavra para dar uma informação. Presumo ter sido um dos últimos que pediu a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faça-o, então.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, informo a esta Comissão que acabei de informar ao Plenário do Senado Federal que eu deixo a Liderança do PMDB e devolvo a Liderança aos companheiros para que escolham. E, para tanto, combinamos uma reunião às 18h, lá na Liderança do PMDB.

Sr. Presidente, ser Líder, para mim, era um incômodo muito grande, em meio à crise econômica, à contração econômica, à opção do Governo pela recessão, o desemprego. E não estou aqui, Sr. Presidente, discutindo responsabilidade pela crise, porque, no meu entender, no meu olhar, todos têm responsabilidade e ninguém tem legitimidade para agravá-la. Ser Líder, para mim, é oferecer sugestões, propor caminhos, colocar agendas; ser Líder, para mim, Sr. Presidente, é fazer críticas. Eu disse outro dia e queria repetir: ajuda mais o governante quem faz críticas. Se eu fosse um governante, gostaria de estar acompanhado por quem critica e menos pelas marionetes e pelos bajuladores.

O Presidente Michel Temer conseguiu, deste Congresso Nacional, a limitação do gasto público. Eu era Presidente da Casa e colaborei para limitarmos o gasto público. E, quando discutíamos o problema lá no Palácio, eu fiz questão de dizer "Presidente, limitar o gasto público, estabelecer regras para o seu crescimento não resolve o problema! Nós temos que, pelo outro lado, resolver o problema da receita."

Ontem, Sr. Presidente, o Ministro do Planejamento, por quem tenho grande consideração, alertou novamente o País sobre a gravíssima crise fiscal que nós vivemos, tal qual em 1954, quando o governo apodreceu. E, naquela fatídica madrugada, o Getúlio fora informado de que o seu irmão ia depor na República do Galeão e que a licença não atendia mais aos militares. O Getúlio recorreu àquela tragédia e, definitivamente, escreveu seu nome na história.

O que temo com o Temer é que ele perca a condição de construir uma saída para o País, de construir uma saída para o País. Eu não defendo a sua permanência pela permanência, nem defendo a sua saída pela saída, Sr. Presidente. A saída ou a permanência tem que significar – queiramos, quer não – algum avanço político ou institucional para o Brasil.

Eu lamentei há pouco aquela canalhice da gravação do Sérgio Machado, do ex-Senador Sérgio Machado, e lamentei que, na gravação, tivesse gravado um interlocutor com quem tenho grande relacionamento, o Senador Romero Jucá, que disse assim:

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – "O *impeachment* só vai sair quando o Renan participar, porque o Renan tem certeza de que o Eduardo Cunha vai mandar no Michel." E arrematou: "O Eduardo Cunha está politicamente morto!". Melhor que fosse assim, Sr. Presidente, como disse o meu amigo querido, Líder do Governo e Presidente interino do PMDB, que ele estivesse morto. Aí não haveria essa influência deletéria que tem feito o Brasil periclitarem na mão do Presidente Michel Temer.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na última semana – não quero me reportar aos fatos que V. Ex^a já conhece e a todos eu fiz questão de, em primeiro lugar, comunicá-los a V. Ex^a –, na última semana o Governo, de última hora, impediu a nomeação do Gustavo Rocha para Advogado-Geral da União. Impediu a nomeação e teve que dar uma nota porque novamente a influência do Eduardo Cunha estava sendo levada a efeito no Governo para colocar lá na AGU quem funciona como seus olhos e ouvidos no Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, eu não nasci para ser marionete. A minha vida não conjuga com isso, eu defendo as reformas. A reforma trabalhista, eu já disse e queria humildemente repetir, é necessária não para revogar direitos. É uma ilusão de setor do empresariado achar que como não tem política industrial, como o crédito diminuiu, como o consumo diminuiu, como há uma contração em função do equívoco da política econômica tem que cortar o custo da produção revogando o direito do trabalhador. Meu Deus, isso é desesperador, Senador Wilder. Desesperador! Nós só vamos tirar o Brasil dessa situação quando tivermos um plano econômico de emergência, quando resolvermos no déficit o investimento público e privado, quando resolvermos a inflação, mas não pela contração, pela recessão e pelo desemprego. Não, não. Isso não vai resolver, isso não vai resolver, isso é um tiro no pé.

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – E o Governo, que se pretendia um Governo de mudança, de reforma, que poderia discuti-las com a sociedade, engajar todos os segmentos sociais, virou um Governo que perdeu generalizadamente a confiança do brasileiro, da sociedade.

Nas primeiras pesquisas com o Presidente Michel, 80% conhecia o Presidente Michel Temer e o rejeitava. Depois, Sr. Presidente, o conhecimento atingiu os 100%, e aí ele passou a ter 100% de rejeição porque não tem uma proposta, é o Governo da improvisação, não se sabe para onde está levando o Brasil. Não se sabe para onde está levando o Brasil!

Sr. Presidente, Sr. Presidente, nós não podemos, eu disse ontem, subestimar o Fernando Henrique. O Fernando Henrique fez um artigo importante na *Folha de S.Paulo* para que não aconteça com o Michel Temer o que aconteceu com o Getúlio. Eu não digo dar um tiro no peito, não é isso. É perder a oportunidade de fazer a travessia, de construir uma solução para o Brasil. Não dá, não dá, não dá, não dá!

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Nós estamos há três anos expostos a uma cretina generalização que quer passar a ideia de que nós vivemos no Brasil uma crise sistêmica de corrupção. Sr. Presidente, não é isso. Ninguém pode medir todos pela mesma régua, ninguém pode medir todos pela mesma régua.

Acho que, para restaurar a vocação do Brasil pelo crescimento econômico – o que já foi observado em vários momentos da sua história — e para restaurar a credibilidade na política, nós todos, mandatários do povo, seja de qual Estado for, não podemos cruzar os nossos braços. Se nós cruzarmos os nossos braços fazendo de conta de que o Senado Federal não pode alterar uma proposta aprovada na Câmara dos Deputados porque isso afeta o calendário do Governo, que não se sabe quanto tempo terá, quanto tempo terá... Talvez seja por isso a necessidade de se votar atropeladamente o mesmo texto que a Câmara votou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero dizer a V. Exª... V. Exª sabe do respeito que tenho por V. Exª e por todos que fazem parte desta Comissão. Sr. Presidente, já encerro. Não entendo o porquê de essa reforma ser levada adiante nessa condição, com a punição de companheiros, Senadores até do PMDB, que estão sendo perseguidos. Sr. Presidente, não é o meu caso e não seria o meu caso porque desde o momento em que a Presidente Dilma chamou o Presidente Temer, como Vice-Presidente, para ser o seu Coordenador Político, fiz questão de dizer que a aliança não poderia se dar pela ocupação de cargos, ela teria que acontecer em função da definição de objetivos programáticos. E desde aquela oportunidade, o hoje Presidente da República, que era Vice-Presidente da República e depois Coordenador Político do Governo Dilma Rousseff, tinha uma dedicação maior pela área de recursos humanos. E isso, Sr. Presidente, era colocado acima de qualquer outra condição.

De modo que lamento que isso aconteça e lamento que nós estejamos vivendo este dia de hoje no Senado Federal. Do ponto de vista do seu papel na história, a República se construiu aqui no Parlamento, Sr. Presidente; a República se construiu no Parlamento. Este País é dessa dimensão e contempla uma diversidade que nos caracteriza exatamente porque o Parlamento cumpriu, ao longo da história do Brasil, esse papel. Não pense, nenhum Senador e nenhuma Senadora, que o Brasil vai respeitar que nós erremos aqui pela omissão. Sinceramente, não vou errar por omissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Renan Calheiros, eu aqui não falo como Presidente da Comissão, mas como um colega de V. Exª num Partido e como seu amigo.

Lamento que V. Exª esteja deixando a Liderança do nosso Partido por todas as razões: por sua competência; por sua legitimidade no cargo de Líder; por sua grande experiência e por tudo o mais. Esta Casa nada perdeu com a sua Liderança antiga nem com a sua Presidência e nem agora com a sua nova Liderança.

Lastimo que V. Exª, portanto, esteja nos deixando do comando da Bancada do Partido.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, quantos são os inscritos? Os cinco primeiros inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice...

Foram inscritos já no encaminhamento da matéria, para discussão da matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim, mas eu estou inscrito e gostaria de saber em que lugar estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu não me inscrevi para a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu sei, mas então nós estamos em fase de discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Leia a lista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, estamos já em fase de discussão. Eu compreendo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu pedi para uma questão de ordem, então eu quero saber como eu estou falando, porque eu não me inscrevi ainda para tratar da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª se inscreveu e não disse que era uma questão de ordem. Nós já estávamos na fase da discussão da matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu respeito muito V. Exª, mas nós não estávamos na fase da discussão, até porque acabou de falar o ex-Líder do PMDB, que não tratou dessa discussão, tratou de um comunicado à Casa e a esta Comissão. A Senadora Marta falou antes dele, como Senadora citada no art. 14, e ele falou. Então, não havia comunicado, por V. Exª, de que nós estávamos em fase de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, guarde o seu talento para a formulação da questão de ordem, que eu admito. O Senador Renan Calheiros, que é membro desta Comissão também, Líder de um Partido, pediu para fazer uma comunicação importante. Fê-la.

Eu concedo a V. Exª a palavra, pela ordem. Esse preâmbulo era absolutamente dispensável.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Respeito muito V. Exª, como Presidente desta Casa. Fico em pé para poder, como o plenário está cheio, enxergar o Relator desta matéria.

Quero fazer o mesmo apelo que fez o Senador Lasier e também o Senador Paim, ao chamar a atenção para que nós estamos recebendo duas matérias novas. Eu digo duas matérias novas porque nós estamos recebendo um documento chamado "pontos acordados" e uma carta do Presidente da República.

Sobre a carta do Presidente, não há nada dito além de que ele vai olhar ou se comprometer a cumprir pontos tratados como necessários para os ajustes. Não diz que pontos são esses.

E o outro... Eu quero pedir desculpas a V. Exª, pedir desculpas ao Senador Romero. Eu tenho um respeito enorme por V. Exª. V. Exª sabe disto, que eu reconheço a sua competência, mas não aceito a superioridade de V. Exª em relação aos demais. Nós somos Senadores todos com a mesma origem, o voto popular. Eu não posso aceitar discutir um acordo de oito pontos que é assinado por oito Senadores, menos... Senadora Marta Suplicy e Senador Edison Lobão, dois do PMDB; o Senador Ricardo Ferraço, como Relator da matéria... E Presidente de Comissão, fazendo essa correção; os Senadores Ricardo Ferraço e Romero Jucá como Relatores da matéria; o queridíssimo Senador que atravessa, neste momento, Armando Monteiro, que adere a esse projeto; e o Senador Eduardo Lopes, do PRB.

O meu Partido não participou desse acordo. O Senador Valadares tem uma proposta de retirada daquele artigo que fala do acordado sobre o legislado. Isso não está incluído. Estão aqui incluídas as emendas que foram feitas pelo Senador Romero Jucá e os outros que apoiaram.

Ora, se nós temos 689 emendas a serem analisadas pelo Relator, e o Relator se dá ao luxo de escolher oito pontos e não levar em consideração os pontos colocados por nenhum dos outros Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Formule sua questão de ordem, Senadora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... ele decide, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Formule a sua questão de ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou finalizar.

... ele decide que só esses Senadores têm direito a participar de um acordo e a fazer principalmente as emendas.

Diante disso, Sr. Presidente, solicito a V. Exª e ao Sr. Relator que suspenda esta sessão de debates para que se possa, aí sim, debater um cronograma de votação na Casa que possa incorporar o novo momento. O novo momento qual é? O momento de um acordo realizado apenas por uma parte dos Senadores que foi escolhida por serem presidentes de comissão e relatores da matéria, para acordarem entre si um texto final dessa matéria do qual eu discordo, porque não atende à minha expectativa.

Segundo, pelo fato também, Sr. Presidente, de a carta da Presidência da República, considerada por alguns como um elemento essencial para a votação, não dizer absolutamente nada a respeito de acordo nenhum.

E, terceiro, Sr. Presidente, porque nós temos uma crise política séria neste País que se agrava. E nós não podemos, frente a essa crise política profunda, impor ao povo brasileiro uma medida dessa natureza sem realmente termos um processo de escuta da opinião pública...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e de acordo dentro deste Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não há questão de ordem a ser decidida. É um assunto recorrente, que não é sequer amparado por qualquer dispositivo do Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, leia a lista dos inscritos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Kátia Abreu, Senador Randolfe, Senador Ricardo Ferraço, Senadora Gleisi... Quem mais...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tinha me inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu não estava em terceiro lugar? V. Exª falou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estava inscrito. Eu era o sexto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exªs falarão depois do Senador Randolfe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu me inscrevi de manhã.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, só para fazer uma colaboração antes da Senadora Kátia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, eu me inscrevi para a discussão. Eu me inscrevi para a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a se inscreveu, culpa do Presidente, que...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu me inscrevi na presença de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É verdade!

... que não anotou. Estou anotando agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, abro mão da minha vez para o Senador Antonio Carlos Valadares, com muito prazer. Fico para depois, até porque precedência é posto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Kátia Abreu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, só para colaborar; bem rapidamente, Senadora Kátia!

Eu pedi ao Senador Romero, com relação a esses oito pontos acordados, que tivesse a assinatura do Presidente da República, com todo o respeito, porque o acordo não é de Senadores. Então não precisava ter vindo de lá. Se o acordo é de Senadores, poderia ter sido feito aqui. Se o acordo é da Presidência, como o acordo é do Presidente sem a assinatura do Presidente?

Com todo o respeito, é um assunto absolutamente enigmático, um assunto forte, é mudança na lei trabalhista, e nós precisamos...

Olha, eu sou uma pessoa... eu sou uma pessoa... Meu apoio sempre foi crítico no Parlamento. Eu sou a minha consciência. E eu estou tentando colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a já se manifestou sobre isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não. Eu estou fazendo o registro de que um acordo que é do Presidente tem que ter a assinatura dele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem. Eu darei uma explicação a V. Ex^a: a leitura que eu fiz da carta, Senador Magno Malta. A carta diz, sim, que o Líder do Governo está autorizado a formular acordo com os Srs. Senadores. Como é que eu não li? Diz, sim.

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Desistiu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu vou esperar aqui a moça, pois eu preciso ver o Presidente e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não entendi, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar o que disse o Senador Magno Malta, porque eu fiquei até animada com esses pontos, para poder encontrar uma luz no fundo do túnel para aqueles pontos principais que a grande maioria do Senado não quer votar e que afrontam a todos os brasileiros, principalmente.

Há pontos que são convergentes; há pontos que são modernos; há pontos que podem ser votados; mas há pontos que são crimes de lesa-pátria ao direito trabalhista. Mas esse acordo, quando eu fui ler, ele... Eu não sei quem que esse acordo, sinceramente, quer enganar. Isso é acordo de quem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para quem? De quem com quem? De quem tem a caneta? Não, não é acordo de quem tem caneta. Então, esse é acordo aqui é para apenas comover algumas pessoas – certo? – e dar uma satisfação e tentar mostrar para seus eleitores que está votando, mas que há aqui um acordo.

Então, eu quero dizer para o Brasil que esse acordo aqui é de ninguém com ninguém. Aqui é um acordo de alguns Senadores, Marta Suplicy, Tasso Jereissati, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá – todos Senadores por quem eu tenho o maior respeito –, que diz o seguinte: conjuntamente firmaram acordo sobre os seguintes temas constantes do projeto da reforma trabalhista.

Acordo de quê, Senador Jucá? Eu gostaria muito de sua resposta. Acordo que o senhor está estabelecendo com quem? Porque, quando a gente assina um contrato, tem que haver duas partes: quem está se comprometendo a fazer e quem está propondo. Nesse caso só tem aqui o contrato com ele mesmo, com vocês mesmos. Então...

Não adianta fazer essa cara sarcástica para mim, porque eu não tenho medo dela. Não tenho, pode fazer essa cara...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu sei por que essa cara de alegria; eu sei por que essa cara de alegria com a qual V. Exª está.

Então, eu quero dizer que agora há pouco...

Eu só exijo respeito; caras e bocas aqui não adiantam. Isso é muito feio para o senhor,...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, eu estou esperando para falar.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... o senhor é Líder do Governo. Ou põe o espelho aí na frente de V. Exª para o senhor ver sua cara de cinismo para cima de nós. Tenha respeito por quem não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão, PMDB - MA) – Prossiga, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Ora, tenha respeito com quem não concorda. Eu tenho culpa de que você é Líder de todo lado, de qualquer um? Não tenho. Você não tem lado. O seu lado é o que está no poder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Verdade.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É verdade, sim.

Então, eu quero dizer o seguinte: falta, está faltando, na classe política brasileira, falta de insônia; está todo mundo dormindo muito bem à noite. Eu não sei como é que alguém consegue dormir com o que está acontecendo no País.

Eu não sou contra essa reforma; há muita coisa boa nela. Mas eu não acho legítimo, eu não acho digno nós fazermos uma mudança tão violenta dessa diante do quadro que nós estamos vivendo. Isso é um suplício para a população brasileira. Isso é um acinte ao povo brasileiro. Nós estamos fazendo de conta aqui que nada está acontecendo.

Senador, ontem, nosso amigo disse, ontem, o Jader Barbalho, que o Ministério Público está mandando no País. Eu só quero complementar o seu discurso, Senador, dizendo que não existe espaço vago na política, e, se o Ministério Público entrou e está mandando, é porque nós políticos demos esse espaço. Nós abrimos o espaço vago e estamos fazendo agora um abismo, não é um espaço, não. Votando essa reforma, com um Presidente que está sendo julgado, condenado, inspecionado, que está sendo, de todas as formas, pela primeira vez no País, e nós votarmos uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reforma dessa gravidade, dessa natureza, é para mostrar para o País que nada está acontecendo? É para segurar ele quantos dias?

Nós precisamos tentar e pedir a Deus um pouco de insônia, para que a gente possa ter vergonha do que nós estamos fazendo. Nós estamos nos distanciando cada vez mais do povo brasileiro. O PMDB, o partido das Diretas Já, o partido da democracia, está perdendo o seu compromisso com o País para um compromisso privado, para um compromisso particular, de um grupo só. E quando Renan disse aqui sobre o artigo de Fernando Henrique, eu disse isso hoje no jornal *O Globo*: Fernando Henrique quis dizer, e dá uma simbologia extraordinária, de um homem culto, de um intelectual da primeira grandeza. Como é um grande sociólogo e professor, ele quis ver se o desconfiômetro desse grupo poderia ser ligado. Ele não estava mandando o cidadão Michel Temer suicidar-se, não. Ele estava lembrando apenas de Getúlio Vargas, que foi ao extremo, mas pela consequência de um crime que um cunhado cometeu. Como é que um Presidente da República pode trazer um criminoso para dentro do governo? Por isso ele se matou. Porque ele concordou e entendeu a simbologia daquele crime.

E ele está querendo dizer para ele que aquele cunhado de Getúlio Vargas é o seu Loures, com aquela mala de dinheiro, é todos os que estão presos, praticaram corrupção. É isso que Fernando Henrique quis dizer com aquela simbologia. Mas não ligou o desconfiômetro de ninguém deste grupo, que já perdeu a eleição quatro vezes e que quer o poder por qualquer poder.

Eu estava junto em três perdas dessas. Mas não é por isso, pelo poder pelo poder, que nós vamos admitir que esta Casa possa continuar, que seja a reforma trabalhista, que seja a outra reforma, fazer cara de paisagem aqui como se nada tivesse acontecido. Gente, na hierarquia do poder, isso é uma lei: quem manda é o chefe. E o chefe trouxe para dentro do Palácio do Planalto uma quadrilha organizada que não fui eu que prendi, não fui eu que mandei eles cometerem crimes. Que o que admira não são os que já estão presos ou que ainda não foram presos; a maior admiração do povo brasileiro são aqueles que ainda estão soltos, andando pelas ruas do Brasil.

Isso é um absurdo, e eu quero aqui deixar registrado que eu sou a favor das reformas, eu sou uma liberal, eu sou uma pessoa que procura se modernizar. Acho que tudo isso é passível de discussão. Mas, nesse momento, usar o mercado, usar o poder que tem hoje, para fazer essas reformas inadmissíveis, que não foram discutidas à altura, num Governo que está caindo de podre, é uma vergonha para todos nós. Um Governo caindo de podre.

E a minha decepção, enorme, no *impeachment*, foi ver tantos combatendo a corrupção. E eu no íntimo pensava: muitos aqui não conhecem a Presidente Dilma, e eu sou tolerante, ninguém é obrigado a conhecê-la como eu tive a oportunidade. E muitos aqui pensam, de fato, que ela roubou, às vezes, por isso estão combatendo a Presidente Dilma.

Qual a minha surpresa? Que foi relativizada por muitos aqui a corrupção. A corrupção do meu lado não é corrupção. A corrupção só é boa e só vale do lado de lá. Estão todos silenciosos, aqueles que subiram à tribuna, que acabaram e quase destruíram um partido político por causa da corrupção. Estão todos amordaçados, silenciosos, calados. Então, a corrupção não era o objetivo daqueles que combateram Dilma. A corrupção é apenas idealismo político, é apenas relatividade. Está relativizando o que é mais grave no País. Por isso, a população, com razão – eu aplaudo –, está tomando um nojo, cada vez mais, da classe política brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, art. 14.

Eu quero aqui registrar – não vou entrar em provocação –, vou falar com muita tranquilidade para dizer algumas coisas.

Primeiro, eu fui Líder de vários governos porque defendi o que eu entendia. E quando eu fui Líder do Fernando Henrique e, depois, fui Líder do Lula, eu fui Líder porque foi o Lula que mudou, foi o PT que mudou. Então, eu quero dizer que, no dia em que eu não defendi e que não concordei com o que estava sendo feito, eu saí da Liderança do Governo.

A carta...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Saiu não, você foi tirado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Saí. Saí da Liderança do Governo e fiquei abertamente contra. E – e – a carta do Presidente Michel Temer diz claramente – diz claramente – que qualquer acordo que eu fizer aqui, o Governo banca, porque, enquanto eu for Líder de Governo, eu falo pelo Presidente da República. No dia em que eu não puder falar pelo Presidente da República, eu deixo de ser Líder. É assim que eu funciono.

Então, eu quero dizer que nós discutimos aqui. O Presidente recebeu diversas Bancadas, a Bancada do PMDB, inclusive a Senadora Kátia Abreu. Recebeu a Bancada do PSDB, conversou com diversas Senadoras e Senadores. Nós conversamos. O Senador Ricardo Ferraço trabalhou, fez um trabalho competente. Nós discutimos. A Senadora Marta fez um trabalho competente, tolerante. Ouvimos todo mundo. Construimos um acordo, construimos um calendário. Cedemos várias vezes no calendário para chegar a uma posição de debate.

O que eu estou trazendo hoje aqui não é assunto novo, não. Desculpem-me. O que eu estou trazendo aqui hoje é assunto repisado, são várias questões que foram discutidas aqui e que nós estamos construindo uma proposta melhor do que a que foi colocada aqui pela oposição; melhor do que a que veio da Câmara dos Deputados. E vai ser colocada numa medida provisória porque é importante aprovar esta matéria logo, porque tem muita gente desempregada lá fora, que não tem emprego garantido. E é isso que nós vamos fazer.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É isso que nós vamos fazer.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É isso que nós vamos fazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso não vai criar, isso vai incentivar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos aprovar uma matéria que é urgente para a sociedade. Quem não quiser votar, vota contra. Cada um tem o direito de votar do jeito que está. A carta do Presidente não diz que é obrigado a aprovar e a fazer uma medida provisória, não. Diz que a posição do Governo é: se houver um acordo, e o acordo eu assinar e estar assinado, esse acordo vale para o Governo – vale para o Governo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu quero dizer, com muita tranquilidade, cada um vai ter direito de discutir aqui, de colocar. Se tiver alguma dúvida, me pergunte. Estou a fim de debater. Agora, não vou aqui entrar numa linha de que a carta do Presidente diz "sim". O acordo foi feito com vários. Este documento quem quiser assinar pode assinar, vai ser fiador do acordo. Portanto, está à disposição. E nós estamos ajustando vários pontos que foram colocados aqui, inclusive pela oposição.

Então, não me venham dizer que "voltar é mais rápido", porque a gente vai aprovar... vai sancionar e, no dia de sancionar, edita a medida provisória. Muito mais rápido do que se voltar para a Câmara dos Deputados.

Portanto, essa é a minha posição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador, não é mais rápido.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Essa é a minha posição. Eu respeito...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – São 180 dias para medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...a de cada um. E a decisão do Plenário aqui e no Plenário do Senado – da Comissão e o do Senado... Vão tomar a decisão pelo Senado da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, a pergunta preliminar que tem que se fazer é onde nos deixou S. Exª, o Líder do Governo. Qual a validade que tem a palavra de um Governo que, daqui a alguns dias, pode não existir mais? A Câmara dos Deputados está prestes a receber a denúncia contra o Senhor Presidente da República. Recebo a informação de que já recebeu. A Comissão de Constituição e Justiça poderá apreciá-la na semana que vem. Na outra, a Câmara aprecia a primeira. É a primeira de uma série de três denúncias. A palavra deste Governo vale tanto quanto uma nota de R\$3 ou, se preferirem, uma nota de R\$1,50, que não existe. É isso quanto vale a palavra deste Governo.

Então, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, não vale acreditar em documento algum deste Governo, com todo respeito e acatamento ao Líder, ao competente Líder deste Governo e de outros governos também – com todo respeito e acatamento a ele. Mas não é a palavra dele; é a palavra de um Governo que está prestes a cair, que pode, daqui a duas semanas, não existir mais. Então, qual é a garantia que se tem nisso que foi aqui dito? Além de que o que foi aqui dito não assegura e não garante nada.

Vamos a alguns pontos.

Em relação ao chamado trabalho intermitente, o que foi dito aqui nesse – abre aspas – "acordo" – fecha aspas –, acordo que nem é referendado pelo Presidente que aí está. E mais ainda, repito, acordo referendado por um Governo que está na iminência de cair. Ou os senhores têm alguma dúvida ou não querem acreditar que a Câmara dos Deputados vai rejeitar três denúncias – três





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

denúncias. E é bom sempre lembrá-las: a primeira, que está lá, de corrupção; a segunda, que deve chegar, de obstrução à Justiça e de integrar uma organização criminosa; e a terceira, de prevaricação. Então, há três denúncias que devem ser encaminhadas à Câmara dos Deputados. Eu não quero acreditar que o Governo sobreviverá a essas três denúncias.

Então, a primeira incerteza é esta, ou seja, o que há de concreto, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é este texto que, de tão maligno que é, até o Governo, para aprová-lo... Na verdade – isto é bom que se diga –, o Governo não quer aprovar aqui reforma trabalhista; o Governo quer aprovar um salvo-conduto para continuar, assim como o Sr. Michel Temer não quer continuar à frente da Presidência da República para governar o País. Nós temos hoje um Presidente da República que utiliza a Presidência como *habeas corpus*. Somente a imunidade material mantém o Sr. Michel Temer na Presidência da República sem ser preso, porque, se ele não tivesse a imunidade do cargo, ele estaria preso hoje pelas razões claras já denunciadas pelo Sr. Procurador-Geral da República.

A questão é se cabe a nós Congressistas deixarmos o Brasil à mercê de alguém que quer se utilizar do argumento e da chantagem das reformas, que quer se utilizar do argumento da manutenção na Presidência da República para não ser processado. É essa a questão. Até o dito acordo aqui apresentado não dá garantia nenhuma.

Sobre o trabalho intermitente, o texto do próprio acordo aqui, que não tem legitimidade, mantém a figura contratual.

Sobre a jornada de 12/36 horas, eu cito o trecho de um *rock* dos anos 80 muito conhecido: eu prestei atenção no que ele disse, mas ele não disse nada. Não alterou nada em relação às 12/36 horas. Mantém.

O mais cruel dos dispositivos, o mais cruel dos dispositivos, Senador Eduardo Braga, que se refere às gestantes e lactantes, não há paralelo. Eu acho... se nós pesquisarmos na história do Congresso Nacional, nunca vi um dispositivo como este, que possibilita que gestante e lactante se mantenham no trabalho em condições insalubres. A alteração que se faz, nesse ponto do acordo que é proposto, é um escândalo, porque o trabalho da gestante e lactante em locais de insalubridade... Eu vou ler aqui o que está proposto no acordo: "O trabalho da gestante e lactante em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo, mediante a apresentação pela mulher de atestado médico de médico do trabalho". Está no acordo que foi dito aí.

Piora, piora em relação ao texto original, porque no texto original era um médico de confiança da lactante e gestante, e agora é o médico da empresa. Ou seja, o que o acordo propõe é pior do que o texto que aqui está.

É esse acordo que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores vão aqui referendar? Além de ser um acordo que não é assinado pelo Presidente da República. E mesmo que fosse, seria um Presidente da República...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... que não se encontra com mais legitimidade nenhuma de liderar a Nação.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, reflitam sobre... reflitam concretamente sobre isso. Não se trata aqui da reforma. Podemos ter consenso ou divergência sobre a reforma. Trata-se de deixar ser liderado por esse senhor, deixar ser liderado por um senhor que, se não estivesse na Presidência da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

República, estaria preso; deixar ser liderado por um senhor que está prestes a ser denunciado por chefiar uma organização criminosa. É disso que se trata neste momento: é a legitimidade que tem esse senhor...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... para liderar as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Eu não me submeto a ser liderado por eles e eu também não colocarei na minha biografia que permiti a aprovação, que aprovei um dispositivo que obriga mulheres gestantes e lactantes a trabalhar em condições insalubres.

Isto eu recomendo às senhoras e aos senhores: não coloquem na biografia de vocês.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, eu gostaria que fosse permitido...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há uma má compreensão do que foi dito. Bom, eu só vou dizer isso, porque não é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Humberto Costa. Desistiu de falar?

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bom, não era a minha vez. Se me permitirem falar. Há uma má compreensão. O texto que veio da Câmara começava... Ele não falava da insalubridade, ele começava falando que a mulher poderia pedir dispensa.

Nós fizemos exatamente o contrário. Nós colocamos: é insalubre. E quando for máxima a insalubridade, não se discute, não tem atestado, não tem coisa nenhuma. Tendo a mulher, que deseje... Porque nós recebemos e conversamos com muitas mulheres que gostariam, com insalubridade mínima ou média, de poder trabalhar.

Bom, partindo disso, vários diziam: o médico da família ou da confiança dela ou da empresa. É ridículo isso, porque o médico da família ou médico da empresa pode fazer um atestado que absolutamente não corresponda à realidade. Então, foi feito: o médico do trabalho. Esse médico não é da empresa, é do trabalho. Esse médico tem um curso que o capacita tecnicamente a poder dizer: isso é médio, é mínimo, a condição dessa pessoa permite ou não permite. E a mulher que vai dizer se quer ou não, não é o senhor que vai dizer, nem eu, nem ninguém.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É dar o direito à mulher que o desejar de conseguir que um médico do trabalho diga que ela pode exercer esse direito. Porque, se for insalubre e ponto, como é hoje, muitas, como vieram falar, têm muita dificuldade e têm muita... ficam absolutamente aborrecidas, porque elas não podem exercer esse direito. Se você colocar do jeito que eu expliquei, eu acho que um número grande de mulheres...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... vai achar bom, e um grande número de mulheres não vai chegar nem perto disso. E vai e é desejo e tem que ser respeitado o desejo da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa, dez minutos. V. Ex^a tem dez minutos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só pedir um pouquinho de silêncio.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Como é que é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, o senhor concedeu, com toda a permissão e com todo o respeito que eu tenho à Senadora Marta, uma réplica à minha fala. Eu queria só o direito de comparar os dois textos, o texto que foi apresentado com o texto do acordo proposto pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe, V. Exª já leu o seu voto em separado, acabou de falar sobre o assunto. Ela fez uma intervenção. Eu peço a V. Exª que aguarde. Ao final, eu ainda concederei a palavra a V. Exª. Mas nós temos que andar com esta sessão. Se nós continuarmos com esse tipo de debate, não chegaremos nunca ao final.

Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, é isonomia de direitos que peço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadora, eu queria que os Senadores, por favor, pelo menos os Senadores e as Senadoras ouvissem o que nós temos para dizer aqui.

Eu acho que nós temos que, antes de mais nada...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sobretudo do PT.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é, pode ser de qualquer partido. É para ouvir.

A primeira questão que eu vejo como relevante é que nós possamos aqui interpretar o que há por trás dessa insistência do Governo em votar um projeto que o próprio Governo reconhece uma série de limitações. Porque, veja, o Governo tem força para que hoje a gente possa fazer as emendas necessárias e ele pode votar na Câmara amanhã ou na semana que vem. Alardeia para os quatro cantos do Brasil que tem essa força para aprovar essa matéria. E a Câmara poderia ou manter o projeto que nós aprovássemos aqui ou manter o projeto que ela própria apresentou. E nós manteríamos a nossa condição de Casa revisora.

Por que é que o Presidente da República quer que nós abramos mão desse direito de sermos uma Casa revisora e sejamos uma Casa homologatória do que quer o Governo? É simples. É a simbologia do que isso representa. O Governo quer passar a imagem ao Brasil e ao mundo de que está tudo bem, de que está tudo bem, que nós não temos uma crise, de que ele continua governando, de que o Governo existe.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso com o apoio, com o respaldo e com a sustentação do PSDB.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso que eu não sou muito crente nessas manifestações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se fossem manifestações sinceras, ele já estaria trabalhando para tirar o PSDB desse Governo, e não dando sustentação a um Governo que não mais governa, Sr. Presidente.

As 24 horas do dia do Presidente Michel Temer é buscar argumentos e fazer ações para se defender. Não se lança um programa novo no Brasil. Não se faz uma avaliação da conjuntura política. Não se tem um projeto para nada. O País está reduzido à situação de um Presidente sitiado por denúncias tentando se manter e se preservar num cargo.

Líder Romero Jucá, eu quero pedir a V. Ex^a, com todo o respeito, já que V. Ex^a tem acesso direito e permanente ao Presidente Michel Temer, que V. Ex^a leve a ele um apelo, porque eu tenho certeza de que não é só o meu. É de que ele seja capaz de fazer um gesto pela reconciliação do Brasil com a democracia, que renuncie, que nós possamos ter eleições para termos um Presidente que tenha autoridade política, administrativa, moral para mandar essa ou qualquer outra reforma para o Congresso Nacional.

Esse Governo já não mais existe. Portanto, não tem autoridade para querer que o Congresso Nacional dê apoio e dê respaldo a esse processo. E essa brincadeira do faz de conta: faz de conta que tem Governo; faz de conta de não acontece nada de mais no Brasil; faz de conta que não há uma crise institucional gravíssima envolvendo Três Poderes; faz de conta isso tudo, e querem que nós sejamos protagonistas também desse faz de conta.

Na verdade, o que o Governo está fazendo, ao pedir que o Líder apresente essa proposta de mudança que viria por uma medida provisória... Medida provisória que vai levar 120 dias para ser aprovada e que nós nem sabemos se será aprovada. Então, isso, na verdade, é justamente e apenas para tentar dar um conforto aos Senadores que estão aqui, para que as pessoas possam votar e tenham o que dizer nos seus Estados. Mas hoje, no nível em que o Brasil está, com o grau de conhecimento que a população tem, ninguém vai ser iludido por isso, pessoal.

Quem imaginar que vai chegar amanhã no seu Estado e vai dizer: "Olhe, eu votei na reforma da previdência porque tem uma promessa de Michel Temer de que isso, que isso, que isso vai mudar". Qual a credibilidade que qualquer um de nós vai ter para fazer, para apresentar esse argumento para a população, sobre um Presidente e um Governo que atingiram níveis recordes de desaprovação em relação à população brasileira?

Mas mesmo, Sr. Presidente, quando nós vamos... É difícil falar assim, é difícil demais. Pelo amor de Deus.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pior que eu sou um dos que ficam calados aqui para ouvir as maiores... Vou ficar calado, até para não dizer. Então, que respeitem a fala dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não me interessa se é do PT, se é do PMDB, do que é, não. Tem que ter respeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, não é isso não. Mas é o que eu estou dizendo. V. Ex^a tem toda razão. Os assessores conversam a tarde inteira, em geral com a cobertura de seus Senadores, e os Senadores também. Então, V. Ex^a está coberto de razão. Já fiz mil apelos aqui a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

isso. Vamos ouvir o companheiro. Eu sou Presidente, ouço todos, tudo quanto os Senadores falam e ouço. É meu dever até de educação política.

V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu quero, inclusive, ir mais adiante e dizer que, se alguém se sente confortável com esse acordo, não deveria se sentir, porque há pontos fundamentais, essenciais dessa proposição que vão continuar. Por exemplo, o trabalho intermitente para bancários, comerciários, ou prestadores de serviços ou prestação de serviços continua existindo dentro dessa proposição. E nós sabemos que essa é uma das alternativas que mais vai produzir trabalho precário no Brasil.

Inclusive essa ideia de que: não, agora serão 180 dias para que haja uma recontração pela mesma empresa. Serão outros que serão contratados, com salários menores ou pelo modelo do trabalho intermitente, que foi condenado aqui por todos, sem exceção. O trabalho intermitente permanece nessa proposta que aí está.

A terceirização irrestrita, que também foi questionada por todos os Senadores, permanece como estava anteriormente. As diversas inconstitucionalidades que essa proposta tem são mantidas também. O que vai ensejar, Sr. Presidente, acontecer o que está acontecendo hoje com relação àquele projeto da terceirização. Nós vamos entrar... outros atores políticos vão entrar com pedidos de decretação da inconstitucionalidade dessa proposta.

Hoje, por exemplo, o Procurador-Geral da República deu parecer da Procuradoria como inconstitucional o projeto da terceirização, a lei da terceirização. É o que vai acontecer com isso que aqui está. E nós estamos insistindo em desenhar um futuro que já é perfeitamente conhecido por todos nós.

Um dos pontos que o Senador Paulo Paim mais falou e defendeu, que é essa questão do repouso e do tempo para o horário do almoço, está mantido, estão mantidos os 30 minutos como prazo máximo para o almoço e o descanso no intervalo do dia.

Está mantida aquela condição em que o trajeto de casa para o trabalho e vice-versa não é contado como tempo de trabalho para efeito das próprias repercussões de um acidente, do que quer que seja.

Então, Sr. Presidente, o papel do Estado, nesse caso das relações trabalhistas, ainda que possam existir abusos, injustiças, mas tem que ser o de buscar o equilíbrio: o equilíbrio entre a força de trabalho – vou concluir, tenho um minuto – e os contratantes, o empresariado. Não é possível que o Estado, nessa relação, assumira uma postura para ampliar o desequilíbrio e não encontrar uma situação equilibrada.

E não podemos aceitar os argumentos sofismáticos de que isso vai gerar emprego. Não vai. O mundo já deu demonstração de que, onde medidas como essas foram adotadas, o que cresceu não foi o emprego com salário justo ou o emprego adequado com respeito aos direitos sociais. Mas, ao contrário, o que cresceu foi o subemprego, o desemprego e todas as suas complicações para a população.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, sobre a carta do Presidente Michel Temer. Eu me recordo, quando aqui cheguei ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senado, em 1995, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 9, de 2015, que propunha a quebra do monopólio do petróleo. E, quando essa matéria chegou aqui no Senado, os Senadores, de um modo geral, se preocuparam com a possibilidade da venda da Petrobras. Como havia emendas proibitivas quanto à possibilidade dessa venda – inclusive uma de minha autoria, que, se fosse aprovada, e tudo indicava que seria aprovada e voltaria para a Câmara a proposta presidencial –, para não perder tempo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou uma carta ao Senado Federal, comprometendo-se: durante a sua gestão, enquanto ele fosse Presidente, a Petrobras não seria objeto de privatização. Foi daí que a maioria do Senado resolveu atender ao apelo presidencial, considerou a sua carta importante e votou pela quebra do monopólio do petróleo, que dava à Petrobras o direito não só de exploração, de extração, de pesquisa, também de refino, de exportação e de importação do petróleo. Tudo isso foi quebrado naquela época.

Mas eu faço esse registro, Sr. Presidente, para dizer que nós não estávamos exigindo, pelo menos na maioria do Senado, uma nova proposta do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estávamos exigindo que ele desse a palavra. Ele deu. Porém, não havia nenhuma redação em jogo. Nesses oito pontos propostos pelo Líder do Governo, que aqui representa o Presidente, não consta nenhum conteúdo das possíveis emendas que surgirão em decorrência desse acordo, e toda emenda é redigida e o seu conteúdo tem várias interpretações. Ora, se não há nenhuma emenda, se não há conteúdo, conseqüentemente, não há interpretação. Como podemos confiar que as medidas provisórias venham ajustadas a um texto que possa obter o consenso do Senado Federal? Portanto, essa carta, por mais bem intencionada que seja, para mim, não tem nenhuma validade, porque ela não é acompanhada do texto da medida provisória para a gente aqui discutir o conteúdo da medida provisória, pelo menos um anteprojeto.

Sr. Presidente, agora passo a ler um documento que eu faço questão de deixar registrado aqui, de cinco páginas apenas, que diz da minha posição a respeito da reforma trabalhista.

Um documento assinado por 17 dos 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho aponta que 25 dispositivos do projeto eliminam ou restringem direitos trabalhistas hoje assegurados à população brasileira que vive do trabalho empregatício. Outros 23 dispositivos contêm regras que reduzem a proteção ou criam situações que fragilizam a segurança desses trabalhadores. Como se não bastasse isso, outros 5 dispositivos simplesmente fecham o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho e 11 dispositivos direcionam o processo trabalhista a favor do empregador e contra o empregado. Somando as questões da terceirização estamos falando de um total de 65 alterações legais que são prejudiciais ao trabalhador.

Como aceitar, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, sequer discutir e defender seus pontos de vista com relação a esses pontos? Reconheço que talvez haja alterações que mereçam prosperar, mudanças que venham promover a modernização de nossa legislação e que possam propiciar o aumento do número de contratações, mas precisamos ter cuidado. Não aceito subtrair direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Medidas de grande impacto não podem ser tomadas de afogadilho.

Ademais, a reforma se baseia no pressuposto de que propiciará sobretudo aumento dos postos de trabalho diante desse cenário arrasador de 14 milhões de desempregados, mas não encontro quaisquer evidências concretas de que essas alterações implicarão aumento de postos de trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pelo contrário, percebo que a redução dos direitos dos trabalhadores por uma reforma que atende somente aos interesses dos empregadores fará aumentar o desemprego ou precarizar o emprego.

Estou convencido de que a expansão do emprego resultará antes da retomada do crescimento com a restauração das condições econômicas e a construção de um ambiente seguro aos investimentos produtivos. Isso é tão claro que, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados (Caged) divulgados na semana passada, em 20 de junho, o País apresentou, no mês de maio, um saldo positivo de 34.253 vagas de emprego. O acumulado nos primeiros cinco meses do ano já supera 48 mil vagas. Isso tudo sem o Congresso Nacional retirar direitos dos trabalhadores.

O crescimento do emprego decorreu do aumento da confiança do empresariado com o rumo de nossa economia, e é essa perspectiva que devemos fomentar contribuindo na perspectiva macro, priorizando reformas que coloquem o Estado brasileiro em uma trajetória de solvência.

Nem entre os empresários há consenso sobre a suposta geração de empregos que essa reforma trabalhista poderá causar. Segundo o Datafolha, menos da metade, 48% dos empresários, acredita que o emprego deve ser beneficiado com a reforma. Já pesquisa realizada em abril pela Federação das Indústrias de São Paulo, entre 495 empresas daquele Estado, mostrou que 73% acreditam que a reforma nada ou pouco incentivar as contratações.

Portanto, que senso de prioridade é esse que coloca à frente de todas as reformas que são necessárias ao País a fragilização das relações de trabalho? Que orientações éticas e políticas estão por trás dessa escolha que faz, no auge da maior recessão econômica por que passa o Brasil, arrebentar a corda do lado mais fraco, o lado do trabalhador?

Chego a me perguntar se caberia a um Governo de transição dar andamento a uma reforma com tamanha extensão? Se esta não é uma proposta que deveria nascer da aprovação pelas urnas?

A proposta de reforma trabalhista que estamos prestes a votar fala em prevalência do negociado sobre o legislado, contrato de trabalho intermitente, terceirização, demissão coletiva, etc. São tantos os pontos que esta reforma traz...

Para não tomar mais tempo, já estou encerrando. As emendas que apresentei, são doze, tocam em muitos desses pontos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Entre elas, destaco a 605, que elimina a possibilidade de o negociado prevalecer sobre o legislado nas relações de trabalho – e vou fazer um destaque –; a 607 acaba com restrições de acesso à Justiça do Trabalho, e a 598 evita a limitação inconstitucional de responsabilidade de sócio que se retira da sociedade com pagamento de obrigações trabalhistas.

Sr. Presidente, para deixar o Governo à vontade, entregamos todos os cargos para que votemos livremente na reforma trabalhista e em todas as reformas que vierem depois desta.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, que cumpriu fielmente o seu tempo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Como a gente pode perceber, o plenário está bastante esvaziado. Inclusive, o Presidente da Comissão não se encontra mais conosco. Tudo bem, pode ter ido, mas toda a Bancada...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu compreendi, entendi. Eu entendi, Presidente. Mas veja, a Bancada do PMDB, que é a maior Bancada do Senado Federal, neste momento está reunida para escolher o seu novo Líder. Então, acho que não é justo privarmos o Presidente da Comissão, o Relator da matéria, de participarem desta reunião. A proposta que encaminho à Mesa, Presidente, é a de que façamos uma breve interrupção, para que voltemos, posteriormente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Jucá, por favor, Senador Jucá, estou me dirigindo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estou ouvindo V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Jucá não é Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Jucá agora é Presidente do Senado, Presidente da Comissão, Presidente da República.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele quer ser tudo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, senhores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, está bom. E o senhor, então, pode falar da presidente Dilma, do PT, do PC do B. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eminente Senadora Vanessa, V. Exª falando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou falando em benefício do seu Partido, inclusive, que está aqui. Cadê os membros do PMDB? Não tem nenhum. É a maior Bancada. São sete membros do PMDB, nesta Comissão. Estão ausentes porque estão em reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu compreendi, eu compreendi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sugiro, Presidente Anastasia, que façamos uma breve interrupção até que seja concluída a reunião do PMDB, da Bancada, para que a gente vote e continue discutindo a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Compreendi perfeitamente a fundamentação de V. Exª. O Presidente está voltando daqui a instantes. Vou dar a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

palavra à próxima inscrita, Senadora Fátima Bezerra. No momento em que ele voltar, vai resolver isso. Estou à disposição.

Senadora Fátima Bezerra, dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, primeiro quero aqui, mais uma vez, reafirmar que essa proposta de reforma é a pior proposta do ponto de vista de mudanças da legislação trabalhista já apresentada no Brasil. E quem tem dito isso são juízes, são especialistas, são estudiosos. Juízes, por exemplo, apresentaram estudos em que mostram claramente que o relatório da Câmara, aqui relatado pelo Senador Ferraço e pelo Senador Jucá, simplesmente altera mais de cem artigos da CLT e modifica mais de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas, com isso trazendo mais de duzentos prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras deste País. E quem serão exatamente os mais prejudicados? Os mais prejudicados serão exatamente os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Cem milhões de trabalhadores e trabalhadoras deste País serão as pessoas afetadas. Desse conjunto – repito –, 80% ganham na faixa exatamente de um a dois salários mínimos.

Essa reforma, ao propor o acordado sobre o legislado, ou o negociado sobre o legislado, inverte exatamente aquilo que nós conseguimos de mais importante na Constituição e na própria CLT, que é a proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras através do processo de negociação coletiva, tendo exatamente como parâmetro, Senador Lindbergh, a lei. Ou seja, a própria lei é quem garante todo o arcabouço do ponto de vista da ação protetiva, que visa a que os trabalhadores e trabalhadoras tenham direitos.

Na hora que se inverte essa lógica, e agora o negociado vai se sobrepor sobre o legislado, portanto, que se traz a figura do acordo individual, o que significa na prática? Flexibilizar direitos, retirar direitos, subtrair direitos, ou seja, vão estar em jogo direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras, como por exemplo a questão do banco de horas, jornada de trabalho de 12 por 36 horas, divisão de férias, demissão e até – volto aqui, mais uma vez, a alertar – a questão da grávida e da lactante trabalharem em ambiente insalubre.

Quero aqui, mais uma vez, reafirmar: o acordo que alguns Senadores aqui estão fazendo com este Governo moribundo – não sei quanto tempo ele ainda dura. Deve durar muito pouco, porque as denúncias contra ele são gravíssimas, apresentadas pelo próprio Ministério Público Federal –, o acordo que alguns Senadores aqui estão fazendo com este Governo moribundo, com este Presidente ilegítimo, diz, inclusive, que a questão da grávida e da lactante trabalharem em locais insalubres – isso no acordo com o Presidente – estaria sendo corrigida. É mentira. Eu volto, mais uma vez, a afirmar: é mentira! O que está aqui nesse acordo que o Relator, Senador Jucá, apresentou... Simplesmente a redação que foi dada aqui piora o que está no texto original. Por quê? Porque simplesmente, no texto original, pelo menos ainda tinha lá que, para trabalhar em local insalubre, o atestado médico que a mulher iria apresentar, Senador Anastasia, seria do médico de confiança dela. Agora, não. Diz claramente: o trabalho da gestante e lactante em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo, mediante a apresentação pela mulher de atestado médico, de atestado do médico do trabalho.

Todos nós sabemos quem são, na maioria das vezes, esses médicos do trabalho. São aqueles que dão atestado com muita facilidade.

De forma que eu quero mais uma vez alertar. Isso aqui é uma barbárie, é um gesto desumano simplesmente tirarmos a vedação que a Constituição coloca com muita sabedoria, porque é uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

questão de dignidade, de respeito para com a vida das mulheres, portanto, a vedação que a Constituição coloca de que a mulher grávida ou lactante possa trabalhar em locais insalubres.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que essa proposta de reforma, da forma como está sendo apresentada, repito, vem na direção de tirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, porque foi uma proposta de reforma pautada numa lógica de favorecer exatamente o lucro dos empregadores, o lucro das empresas, o lucro dos patrões. É nessa lógica que se justifica, por exemplo, a figura do trabalhador intermitente.

Isso é um absurdo! É o chamado contrato zero. É aquele trabalhador que vai ser chamado quando tiver serviço. Portanto, quando não tiver serviço ele não será chamado. É o trabalhador que não tem, de maneira nenhuma, a garantia, como têm os contratados de forma permanente, a todos os direitos que a própria CLT assegura. O trabalho intermitente, o contrato intermitente vem na direção de trocar os empregos protegidos, os empregos de contrato permanente, com todos os seus direitos, pelo quê? Pelo chamado contrato de subemprego. É disso que se trata.

Aliás, esse tipo de contrato de trabalho intermitente foi utilizado, e muito, na Inglaterra e em outros países. E aonde ele foi utilizado o que se viu? O que se constata? É exatamente a precarização das condições de trabalho, é o subemprego. O que isso significa? É uma modalidade de contrato de trabalho para aumentar o lucro do patrão em detrimento do suor do trabalhador, em detrimento, exatamente, dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fico pensando, Lindbergh, por exemplo, no Nordeste, na atividade do turismo como é no nosso Nordeste, uma atividade que tem os seus tempos de muito movimento e os tempos de menor movimento. Imagine isso sendo liberado no Brasil. O que vai acontecer com os trabalhadores que atuam no ramo do turismo no Brasil, que têm o seu emprego protetivo, porque têm lá a sua carteira assinada, portanto têm os seus direitos básicos assegurados, de um terço de férias e demais direitos? O que vai acontecer com essa reforma se ela for aprovada, se passar a vigorar o chamado contrato do trabalho intermitente?

O que vai acontecer é que muitos dos empregos que hoje o turismo gera, o que é muito importante, com carteira assinada, vão ser substituídos, Paim, pelo subemprego.

Eu lamento e espero que os Senadores do meu Estado que têm anunciado posição favorável a essa proposta possam revê-la, porque, repito, isso é um atentado, é um desrespeito para com os trabalhadores e trabalhadoras de todo o nosso Brasil.

De forma, Sr. Presidente, que eu quero concluir no tempo previsto, mais uma vez fazendo o apelo para que o Senado pare com o processo de votação dessa reforma, porque é quase inconcebível. É uma coisa surreal.

Fico às vezes pensando – sei não – que nós estamos vivendo tempos de loucura, porque, por mais obediência que os senhores tenham ao Governo que aí está, à Base Governista, nesse momento, não ter um mínimo, um lampejo de sensatez, de realismo para suspendermos esse processo de votação... Caso contrário, enveredar por esse caminho sob a liderança do profeta Senador Jucá... Ele fez tantas profecias ao longo de todo esse período, algumas delas inclusive têm sido realizadas, não é? Continuar sob a Liderança do profeta Senador Jucá... Eu digo isso porque ele é aquele que dizia: "Olhem, tem que estancar a sangria da Lava Jato... A gente tem que botar o Supremo em tudo." "Olhem, vamos estancar a sangria da Lava Jato. Dilma tem que sair."

Termo dizendo...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, vou concluir.

Termino dizendo que espero... Ainda não perdi a esperança nem a fé na luta nem na vida – a greve geral está chegando –, de que o Senado possa ter sensatez, um mínimo de sensatez para suspender a votação desse projeto aqui e no plenário. Caso contrário, desculpem-me. Os senhores e as senhoras que votarem nessa reforma amaldiçoada estarão assinando o próprio atestado de óbito político. Pensem, pensem muito, com carinho e responsabilidade sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião, deseja falar agora? (*Pausa.*)
Senador Capiberibe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, estou perplexo com tudo o que está ocorrendo no Senado, no Governo Federal e no Judiciário.

Hoje fiz um discurso que, em função do tema trabalhista em debate no dia, foi pouco observado pelos Senadores. Eu resumi no plenário o *Martelo das Bruxas*, que é um manual, redigido lá por 1494, que orientava a Santa Inquisição, mostrava como deviam os juízes se comportar para a condenação liminar dos inimigos do Estado e da Igreja.

Mas eu acho que nós estamos vivendo, na verdade, um processo semelhante. O martelo das bruxas continua vigendo, presente no Judiciário brasileiro.

Eu olhava agora há pouco o relatório do meu amigo Ferraço. Havia uma afirmação de que o Brasil tinha o maior número de processos trabalhistas do mundo, 95. Depois disso, eu vi uma afirmação do Ministro Barroso de que não eram 95, eram 98%.

Isso é de uma insensatez, de uma redução ao absurdo monumental, porque, se nós aceitássemos esses cálculos por exemplo, apenas 81 mil processos trabalhistas restariam no mundo, num cálculo proporcional.

O Professor Casagrande, advogado do Paraná, fez um levantamento dessa questão. Eles se basearam nessas afirmações. Há uma entrevista do do Professor José Pastore, antiga. E o Professor José Pastore se suportou em dados da Justiça Federal norte-americana. Ocorre que nos Estados Unidos apenas 2% dos processos trabalhistas vão para a Justiça Federal; 98% são da competência da Justiça estadual. Portanto, um erro completo, repetido pelo nosso Relator e pelo meu amigo, Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, absurdos não questionados, porque, realmente, não poderia ser assim. E nesses cálculos nós tínhamos que levar em consideração a população trabalhadora de cada país, a população de cada país. Nada a ver. Só a Alemanha tem 600 mil por ano, mas a Alemanha tem uma população extraordinariamente menor do que a brasileira.

Nos Estados Unidos há uma lei antiga, se não me engano, do período do Roosevelt, de que as ações têm que ser julgadas coletivamente. Por exemplo, no trabalho do Professor Cássio Casagrande, há uma referência a uma ação contra a Boeing – uma ação –, e como tal considerada, inclusive na Justiça Federal, que envolvia 195 mil funcionários que acabaram ganhando e rateando alguns milhões de dólares de indenização. Então, esses absurdos vão se somando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas o absurdo maior eu li na revista *Veja*, nas páginas amarelas desta semana. Um chefe de cozinha francês, se não me engano, abriu um restaurante em São Paulo, um restaurante fino e caro, Senador Lobão, numa época de recessão, uma avaliação malfeita, um restaurante mal administrado, mal tocado num momento em que não se aconselharia uma iniciativa dessa natureza. Mas, ao longo daquelas encantadoras páginas amarelas da *Veja*, ele afirma que a única solução para o Brasil é a reforma trabalhista, porque ele fechou o restaurante e teve que pagar trabalhadores. Então, ele parte do raciocínio de que o seu empreendimento só seria viável pela escravização do trabalho. E esse argumento acaba sendo utilizado por um número enorme de pequenos empreendedores que sem entender que nós estamos num processo de recessão, que não existe financiamento razoável para novos empreendimentos e que é praticamente impossível, por falta de demanda e falta de consumo, levar pequenos e médios investimentos se somam a essa oposição aos trabalhadores e a esse encanto absurdo pelas mudanças da CLT.

Já afirmei, Senador Lobão, que uma parte da minha vida eu utilizei como advogado trabalhista.

É claro que precisamos ter algumas modificações na legislação da CLT. Uma delas seria, por exemplo, conter a irresponsabilidade dos advogados que vendem ações para qualquer trabalhador demitido, de qualquer tipo de emprego. É um negócio.

O Porto de Paranaguá, no Paraná, outro dia, tinha uma ação de R\$600 milhões que começou no meu governo. Nenhum trabalhador teria direito a um tostão, porque os advogados já tinham comprado os seus direitos por antecipação. É um negócio, o negócio das ações trabalhistas. Mas não é isso que me deixa mais espantado nesse processo todo.

Nós estamos num processo recessivo. O mundo saiu desses processos recessivos recentemente, na década de 30. Na Alemanha, com a nova política comandada por Horace Greeley e Hjalmar Schacht, o que ele fez? Ele acabou com os juros da rolagem da dívida alemã, jogou radicalmente para baixo. Os rentistas ficaram desesperados. Então, numa ação comum do governo com as grandes empresas alemãs para a reconstrução da infraestrutura da república, ele propõe que quem investisse nas autobahn, nas siderúrgicas, nos projetos de infraestrutura básica teria do Banco Central uma garantia de renda, uma taxa interna de retorno garantida, que se chamou, à época, MOF, porque foi dirigida fundamental e inicialmente para o setor metalmeccânico. As Autobahn foram construídas também. Com isso, em seis meses a Alemanha retomou o crescimento e atingiu uma situação fantástica de pleno emprego.

Nos Estados Unidos foi a mesma coisa. Não só o investimento público das empresas públicas estaduais, municipais e federais, que mexeram na infraestrutura, o Exército cuidando da dragagem de todo o litoral, mas, fundamentalmente, medidas na área do trabalho. Taylor era o economista da época. E Taylor dizia que a produtividade da economia só seria alcançada com a especialização do trabalho. Com o trabalhador especializado e treinado, ele ia produzir no mesmo tempo muito mais do que outro que não tivesse treinamento.

Ora, Ford, à época, se apropria das ideias do Taylor e aplica essas ideias da especialização na linha de montagem. Daí veio, na linha de montagem, o famoso Fordinho, que o mundo inteiro conhece, um sucesso absoluto. A especialização em linha de montagem quadruplicou a produtividade dos empregados da Ford e, por extensão, de toda a estrutura industrial norte-americana que acompanhou a ideia do Taylorismo-Fordista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Franklin Delano Roosevelt, Presidente da República de então, tenta condecorar o Ford, e ele recusa a condecoração. "Mas por quê?", pergunta o Presidente. "Porque – responde o Ford – nós estamos inviabilizando definitivamente a economia dos Estados Unidos, que está em recessão." "Mas o que eu faço, então?" E o Ford aconselha o Presidente: "Presidente, você reduz a carga horária dos trabalhadores e aumenta o salário, porque não adianta aumentar a produção se não existe demanda interna, não existe quem compre."

Ao lado dos grandes investimentos públicos, o contrário dessa recessão provocada por essa medida provisória constitucional que nós aprovamos aqui, essa emenda constitucional, os Estados Unidos reduzem a carga horária, aumentam o salário mínimo, e se inicia a saída do processo recessivo norte-americano.

Outro dia, Donald Trump, o novo Presidente americano, declarou para quem quisesse ouvir: "Não há possibilidade de um país se desenvolver se não proteger a sua indústria..."

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... a sua indústria e os seus trabalhadores."

Nós estamos no caminho contrário. E sem fazer as acusações e as críticas que os meus companheiros já fizeram à exaustão a essa loucura que é essa mudança na CLT, nós estamos no caminho errado. Temos uma oportunidade de fazer uma mudança consequente: paralisarmos esse processo neste momento e estudarmos, com responsabilidade, o que podemos fazer.

Eu, como ex-advogado trabalhista, me somo aos que levantaram considerações, porque há algumas coisas interessantes no projeto. Mas poderia dizer que as coisas interessantes não são novas e que as coisas novas não são interessantes, repetindo uma frase utilizada à exaustão por profissionais da política. O meu conselho, a minha esperança é que nós paralisemos esse processo inteiro.

Por outro lado, Presidente, nós não temos mais Governo. O Presidente Temer é desafiado por procuradores da República, com linguagem pesada e desaforos. A Polícia Federal resolve, unilateralmente, parar a emissão de passaportes,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... prejudicando uma parte da população que quer viajar, num desafio ao Presidente. De repente, não será o Presidente cassado por um processo do Procurador Janot na Câmara, mas a desmoralização e a quebra da hierarquia nacional é tão profunda que ele acaba preso por um guarda de trânsito numa esquina, porque não existe mais respeito algum à hierarquia e não existe, a rigor, Presidência da República!

Nós devíamos dar um freio de arrumação nesse processo e resolvermos o problema da legitimidade, Jader Barbalho, uma legitimidade que nos atinge. Procuradores e juizes afastam Senadores, decretam prisões sem nenhum suporte legal. Eu não estou defendendo ninguém, porque eu acho que a corrupção tem que ser combatida – e essa é uma exigência do País –, mas eu, hoje, no plenário do Senado, com pouca atenção dos meus pares, repetia um resumo do *Martelo das Feiticeiras*, um manual que dava direção para a Santa Inquisição na liquidação de milhares de homens e de mulheres na Idade Média. Nós não temos mais o limite da lei, nós não temos mais Governo, não temos mais hierarquia e não temos mais respeito. E, nessa confusão fundamental e absoluta, seria responsável e inteligente pararmos a discussão desse projeto para redigir, talvez, até a partir daqueles





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sete artigos mandados pelo Presidente da República à Câmara Federal, uma modificação razoável e moderna. É claro que vamos ter modificações, Presidente Lobão.

Eu lembrava hoje, no plenário, que, na década de 90, uma empresa como a Kodak tinha 195 mil empregados e dominava 85% da venda de papéis fotográficos no mundo. Em três anos, com as mudanças tecnológicas, a empresa foi extinta.

A nossa responsabilidade... Mesmo diante dessas possibilidades de rápidas modificações na relação de trabalho com o avanço da tecnologia, nós teríamos a responsabilidade de providenciar meios para defender os que nos elegem – o povo brasileiro – da velocidade dessas inovações, e não de viabilizar uma estúpida e irracional mudança que nos levará, inevitavelmente, a um conflito social.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É a minha posição,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... é o apelo que eu, muito provavelmente de forma inútil, faço à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Capiberibe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

A Senadora Vanessa tinha feito um apelo para suspender os trabalhos, porque estava havendo uma reunião do PMDB. Eu entendi a resposta. Agora, a gente não tem como continuar os trabalhos sem a presença do Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou falando do Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, mas veja: o Presidente Anastasia, que estava no exercício da Presidência, comunicou que aguardaria a chegada de V. Exª para que V. Exª respondesse.

O que eu sugeri, Presidente, foi que fizéssemos uma pequena pausa, até que se concluísse a reunião da Bancada do PMDB, e depois retomássemos, porque o Relator inclusive não está aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O meu apelo é outro. O meu apelo é outro, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acabou?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O meu apelo é outro: é a presença...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu peço silêncio aqui um segundo. Eu peço silêncio, um segundo. O meu apelo é outro: não dá para termos discussão aqui sem a presença do Relator, Senador Romero Jucá, que se ausentou.

Então, eu, sinceramente, nesse ponto, peço a interrupção,...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... até que ele volte e escute.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O Senador não se ausentou. No popular, o Relator escafedeu-se. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin...

Eu espero que a Senadora Vanessa, que fez uma propositura, me dê atenção, que é coisa que ela não quer fazer. Ou seja, não deseja resposta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro que eu desejo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, não parece!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está se dedicando aí à informática.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Agora é que o senhor começou a falar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu agradeço muito os cuidados de V. Exª com o meu Partido. Sucede que o andamento dos trabalhos desta Comissão, em primeiro lugar, é bem mais importante. Em segundo lugar, a reunião começou e já se encerrou há muito tempo. Portanto, transforma-se em despendência a proposta de V. Exª. É educada.

Vamos prosseguir.

Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, Senador Lobão, o Relator é muito importante.

Eu, por exemplo, me recuso a falar na ausência do Relator aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu compreendo. O próprio Presidente se ausenta também algumas vezes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas o Presidente deixa o vice quando vai. O Relator não deixa ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Deixa a cadeira dele aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse aqui é um tema muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ele está de volta já.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Relator vai estar aqui? Também gostaria de falar na frente do Relator.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bom, então muito bem.

Senador Capiberibe.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Depois eu volto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço que não mais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, eu quero falar na...

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrita para falar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou inscrita para falar, e acho que o Relator tem que estar aqui, como disse o Senador Lindbergh, tem que estar nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero falar, porque eu tenho coisa para falar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, eu até posso atender V. Exª, mas não está no Regimento isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu sei, mas, então, eu quero...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, há uma presunção de que a Senadora Gleisi irá convencer o Relator com os seus argumentos. Ela está jogando na inteligência e na racionalidade do nosso oráculo, o Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Capiberibe.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de saber... Não, Senador Lobão, eu quero falar. O Senador Capiberibe vai falar, depois dele eu quero falar, quando o Relator chegar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu não lhe cassaria a palavra nunca, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu sei disso, mas é só para garantir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu estou fazendo aqui um absurdo regimental, praticando... Mas V. Exª vai falar...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu aguardo, então, o Senador Romero Jucá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria saber se V. Exª me inscreveu, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrita.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Capiberibe.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, o que está acontecendo nesta sessão, Sr. Presidente? Eu tenho recebido várias mensagens aqui e as pessoas estão me perguntando. Seria bom que o Relator estivesse aqui também. Mas as pessoas estão me perguntando aqui pelo WhatsApp por que V. Exª não está dando oportunidade àqueles que defendem a reforma trabalhista. Porque só estão falando pessoas que criticam, Senadores e Senadoras que criticam a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ora, V. Exª me faz uma pergunta...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os que defendem não têm coragem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... eu responderei V. Exª. V. Exª vai criticar a reforma porque sempre criticou. Estão incomodados com isso? Eu estou privilegiando V. Exªs.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eles estão perguntando aqui porque. Porque as pessoas que estão acompanhando querem ouvir os argumentos daqueles que defendem a reforma porque a reforma tem coisas boas, não é? Mas ninguém está tendo a oportunidade, com exceção do Relator. Inclusive o próprio Relator criticou a reforma, retirando alguns pontos da reforma.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não tem coragem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, essa é uma questão que me deixa... e não só a mim como as pessoas que estão acompanhando a sessão. Como é possível... Chegou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Chegou assobiando.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O profeta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Chegou o profeta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero... Só um minuto, eu quero... Só para dizer aos que sentiram minha falta, mas eu estou de volta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Espera aí, espera aí. O mandachuva chega, já pega... Ah, não, aí é complicado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Pimentel... Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador, obrigado, obrigado. Enfim, então há...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – É paixão pelo Relator, é paixão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ...esta dúvida nas pessoas: por que só um lado fala? Por que só aqueles que criticam a reforma trabalhista falam e aqueles que defendem estão mudos? Essa é uma questão que merece uma explicação, merece uma explicação.

É necessário que os argumentos sejam balanceados, os prós e os contras, não é? Mas parece-me que a reforma é agressiva. Parece-me que ela intimida até mesmo aqueles que gostariam de vir aqui





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se manifestar em sua defesa. Estão intimidados por causa de alguns dispositivos da reforma, como o trabalho intermitente, que realmente é uma agressão. Ou o trabalho em condições sanitárias difíceis também é outra agressão.

Enfim, a reforma em si não se justifica porque, se ela se justificasse, se ela tivesse... Se fosse, de fato, uma reforma para melhorar – e se entende que reforma é para melhorar – tenho certeza de que aqui nós ouviríamos os defensores da reforma, mas eles estão mudos e calados. E eu espero que, na hora da votação, também eles se abstenham, não é? Eles já estão se abstendo de falar, que se abstenham de votar também.

Outra questão que eu tampouco entendo, e para isto eu queria a atenção dos Srs. Senadores e Sras Senadoras: por que nós aqui temos que carimbar as decisões da Câmara? Por que não podemos mudar uma vírgula? Até o Presidente Michel Temer, que, a essas alturas, deve estar ali preocupado com seus advogados para saber quais são as melhores estratégias de defesa nos processos por que responde, porque ele é o suspeito nº 1 da República, manda uma carta para nós, e, no começo da carta, ele fala em reforma de modernização para gerar emprego. Ora, este País estava crescendo até poucos anos atrás, a economia brasileira estava crescendo, gerando emprego, com todo o mundo empregado, com essas mesmas leis que temos hoje. E nós estamos possivelmente dando um tiro no escuro, porque mudar essas leis com a perspectiva de gerar emprego não me parece sensato. E que um Presidente da República não reafirme isso é mais insensatez ainda.

Eu queria concordar com o Senador Requião. O Senador Requião está nos dizendo o seguinte: nós estamos na contramão da história. É verdade que, na opinião pública internacional, nós somos considerados meio turrões, nós, brasileiros, muito conservadores. Eles nos dizem que a tecnologia tem promovido um avanço muito grande na produtividade do trabalho e há uma substituição sistemática da automação substituindo a mão de obra. Alguns países da Europa já reduziram a jornada de trabalho. Nós aqui estamos propondo ampliar a jornada de trabalho. Ou seja, nós estamos na contramão da história, numa demonstração de que de modernização esta reforma não tem absolutamente nada, porque ignorar os avanços tecnológicos com efeito na produtividade é retroceder no tempo.

Portanto, Sr. Presidente, é hora de colocarmos a mão na consciência. Este Congresso tem uma dificuldade. Nós estamos vivendo a maior crise da representação política da nossa história. Nós estamos no bojo desta crise. Não é a crise dos outros. É a crise que nos envolve, uma crise de legitimidade realmente. Pesam-nos acusações fortíssimas da sociedade. Há uma desconfiança generalizada. Em outras circunstâncias, o Brasil viveu momentos importantes com as lideranças políticas mobilizando o povo para dar saltos importantes na história do País.

Lembro aqui as eleições diretas de 1984, que começou timidamente. De repente, muitas lideranças começaram também a aderir ao processo. Ele se iniciou com grupos muito reduzidos. Naquela época não havia redes sociais, mas de repente a massa tomou conta das ruas, sendo chamada por grandes lideranças da época: Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Mário Covas e tantos outros que clamaram, e a voz dessas lideranças políticas foi ouvida. E o povo levantou a bandeira das Diretas. Nós fomos derrotados no Congresso, porque o Congresso não tirou a cera do ouvido lá em 1984 para votar a Emenda Dante de Oliveira e consagrar as eleições diretas, mas, ainda assim, o objetivo foi cumprido de pôr fim à ditadura civil militar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Derrubamos a ditadura e tivemos um enorme ganho político. Foi o ganho político que se concretizou com a eleição de 1986, a eleição que trouxe para o Congresso, trouxe para o Senado e para a Câmara a maior representação política que este País já teve e que elaborou a Constituição Cidadã de 1988, essa Constituição que garantiu, estendeu os braços do Estado brasileiro para todos os brasileiros, que estabeleceu essa rede de proteção social, que criou a seguridade social, que este Governo e uma parte deste Parlamento está tentando desmontar.

Olhe, acho que, por essas crises que estamos vivendo, de legitimidade e pelo poder invisível que paira sobre o Parlamento, é bom lembrar que 70% deste Parlamento foi financiado por apenas dez empresas, dez grandes conglomerados empresariais. Portanto, esse poder econômico tem decisão aqui dentro e é ele que decide. E a reforma trabalhista me parece algo sob encomenda do poder econômico, porque não é possível que ninguém defenda essa reforma trabalhista. Eu estou incomodado, eu preciso ouvir vozes aqui dentro desta Comissão e, mais tarde, no plenário, em defesa dessa reforma, porque, senão, fica uma coisa invisível.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nós estamos nos digladiando entre nós mesmos, e isso não pode ser, porque estamos passando o sinal, sinais trocados para a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, eu faço um apelo aos nossos pares, aos nossos colegas Parlamentares, para que derrotemos essa medida, que é encomendada por outros que não estão neste Parlamento, que é a vontade do poder invisível que manda aqui. Nós temos que dizer que esse poder invisível não manda nos Senadores e nas Senadoras e que vamos dizer um "não" a essa reforma. Não é possível aceitar que essa reforma se aprove sem debate, porque não tem debate; é só um lado que está falando. Eu espero que, depois desta minha fala, os defensores da reforma venham aqui com os seus argumentos, explicar por que estão defendendo e por que pretendem votar essa reforma.

Sr. Presidente, era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me dirigir ao Senador Romero Jucá e aos Senadores aqui, sobre o Romero Jucá. Romero Jucá não é mais Senador do que ninguém; somos todos Senadores. Mas é claro que o Romero Jucá é o símbolo do momento. Todos nós sabemos que o Romero Jucá é muito inteligente, competente, mas em uma política pragmática de esperteza, sem visão de futuro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O que o PT adorava.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Este Senado, Romero Jucá, precisava, neste momento, olhar para a frente, com visão de Ruy Barbosa e Darcy Ribeiro, de Afonso Arinos. Eu falo isso de respeito, mas é uma política que mostrou os seus equívocos.

O senhor esteve em todo esse processo de articulação do golpe, vimos desde o começo um processo que parou o País completamente. O senhor era muito amigo de Eduardo Cunha, foi um dos responsáveis, é verdade, por aquelas pautas bombas, que paralisaram o País. Esse foi o ano de 2015.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lembro-me de V. Ex^a, nas gravações, falando em estancar sangria. Prometeram de tudo, prometeram para Parlamentares que iriam livrar de investigações. Fizeram a Ponte para o Futuro. Prometeram aqui a empresas do País, ao sistema financeiro, um programa contra o povo. O senhor foi um dos artífices desse processo inteiro. Será que o senhor não coloca a mão na cabeça para perceber que estamos continuando a acelerar esse caminho que deu errado, porque o País está completamente paralisado desde 2014. Enfrentamos 2015.

Aí eu via o senhor na tribuna e o senhor dizia o seguinte: se sai a Dilma, a economia vai se recuperar, porque os empresários vão investir, vão retomar a confiança.

Senador Romero Jucá, V. Ex^a hoje é praticamente o Ministro do Planejamento, o Ministro Diogo está lá, mas recebe ordem do senhor. E aí, são 14 milhões de desempregados, 2,5 milhões só no Governo de Temer. E V. Ex^a, agora, depois de um ano desse processo que V. Ex^a foi um dos comandantes, vejo esse golpe completamente desmoralizado.

E para o senhor não aconteceu nada. Por que, quem são os capitães do golpe? Eduardo Cunha, seu amigo, que está preso; Aécio Neves, que, como falou a Senadora Fátima Bezerra, as profecias malditas do Senador Romero Jucá sobre Aécio Neves, pelo jeito, se realizaram. Está afastado aqui do Senado Federal. Um outro, Michel Temer. Mas com V. Ex^a não aconteceu nada. V. Ex^a vem aqui, dá ares de normalidade ao que está acontecendo no País, bate na mesa, diz que não há prova contra Temer, quando a gente sabe, a gente vê, uma gravação, porque esse Presidente cometeu um crime no seu mandato, o primeiro presidente da história. Eu, no processo de *impeachment* falava muito da minha preocupação em o Temer ser blindado. Mas, não. Ele conseguiu cometer um crime, foi monitorado pela Polícia Federal, e pegaram R\$500 mil para o Deputado Rodrigo Rocha Loures, e o dinheiro era dele, mas para o senhor não aconteceu nada.

Aí o senhor agora quer desmoralizar o Senado e os Senadores, porque, Senador Romero Jucá, essa tese de o Senado deixar de ser Casa revisora, é melhor fecharmos as portas do Senado, num momento como esse. Sabe quanto custa esse Senado por ano? R\$4,5 bilhões, cheio de assessores. Se não modificarmos o projeto da Câmara, é desmoralização.

Mas o senhor quer desmoralizar o Senado sabe por quê? Porque o senhor quer notícia amanhã para os jornais, para dizer: "Temer conseguiu aprovar a reforma trabalhista, o Governo não acabou". É isso que o senhor vai querer.

Senador Romero Jucá, esse governo acabou. Na hora em que houver a votação, eles não vão ter os 172 votos, porque o Deputado vai pensar na eleição. Mas o senhor quer o desprestígio desta Casa para salvar o seu governo. É isso, humilhando o Senado, porque, fazer isso em qualquer governo, se fosse um governo forte, já era humilhação. Dizer que o Senado não pode ser a Casa revisora, que o Senado tem apenas que confirmar o que a Câmara fez já era humilhação com o governo forte, com um governo fraco como esse, é humilhação.

Aí vem o senhor propor um acordo aqui para o Presidente vetar. Esse Presidente da República – e o senhor deve ter participado do acordo, não sei em detalhes – disse que, no caso da terceirização, iria vetar. Sabe o que aconteceu? Foi a uma reunião com o trabuco, com as grandes empresas do País, e decidiu não vetar.

Senador Romero Jucá, é um Governo que funciona só de *lobbies* empresariais. Essa Ponte para o Futuro, o objetivo era esse. Os senhores não estão preocupados com o povo trabalhador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando falei dos grandes nomes do Senado, falei de figuras públicas, que têm espírito público, que pensam grande, que pensam no País, que pensam na geração de empregos. Não! Os senhores estão fazendo isso aqui porque só quem sustenta os senhores hoje é o sistema financeiro, alguns grandes empresários que querem, num momento de crise econômica, reduzir o custo do trabalho, reduzir salário de trabalhador. Essa reforma da previdência... O Senador Romero Jucá sabe: essa reforma trabalhista está desmoralizada.

Nós temos aqui uma matéria do *The Intercept*, do jornalista Gleen Greenwald, que foi um dos que fizeram o filme sobre o Snowden, teve contato com o Snowden desde o começo. Ele pegou as emendas que foram apresentadas na Câmara dos Deputados e viu que 34% das emendas, Senador Lídice, foram com fac-símile, assinado pelas confederações patronais. Ao todo, 292 emendas. Estão aqui os Deputados e as federações patronais que aprovaram isso aqui. Os senhores não estão preocupados com os trabalhadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E qual é o crime?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tivemos uma luta aqui no governo da Presidenta Dilma para defender as empregadas domésticas. Ontem, eu vi, aqui no Senado Federal, um procurador do trabalho dizendo que a empregada doméstica, numa situação como essa, pode virar autônomo exclusivo, pessoa jurídica, e aí ela não tem direito a férias, não tem direito a décimo terceiro, não tem direito a fundo de garantia por tempo de serviço. E não mudou nada com essa proposta do Governo! Essa proposta do Governo aqui é uma farsa! Não mudou nada, continua tudo do jeito que está!

Os senhores querem defender os empresários. Estão pouco se lixando para o trabalhador, que, agora, Senador Paulo Paim, vai ser o trabalhador intermitente...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É muita cara de pau!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que, na mudança de vocês aqui, os senhores não mexem em nada.

Ao trabalhador intermitente, o empresário vai ligar e vai dizer: "Olha, eu quero você amanhã, trabalhando para mim, de 5h da tarde a 9h da noite. No outro dia, eu quero você trabalhando de 8h da manhã ao meio-dia." O trabalhador não tem planejamento, Senador Paulo Paim, a vida fica difícil de organizar, mas, mais grave, ele passa a receber por hora, ele passa a receber por hora! Ou seja, nem o salário mínimo, que está expresso na Constituição como direito do trabalhador, vai valer mais, porque ele pode receber meio salário mínimo.

Terceirização. O que vai acontecer com esse projeto é que nós vamos ampliar de 26%, o número de terceirizados no País, para 75%. E o trabalhador sabe que o terceirizado recebe menos, trabalha mais, não tem direitos se a firma falir. Os senhores querem colocar o negociado na frente do legislado, conquistas históricas.

Encerro, Senador Lobão, falando de emprego, porque a maior cara de pau aqui nesse debate todo é quando se fala de empregos. O que acontece no mundo é o contrário. O que nós estamos fazendo não é gerar empregos, no mundo inteiro. Há um estudo da OIT, feito em 110 países, que diz, de forma clara no seu texto, que, com a flexibilização, não se constatou aumento de emprego em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

lugar algum no País. O que vai existir? Nós vamos acabar com o trabalho protegido e apresentar um cardápio de opções. É a precarização.

No México, fizeram a flexibilização. O que aconteceu? Um milhão e cem empregos protegidos acabaram. Sabe quantos precários foram criados? Um milhão e cem também. No Peru, 65% dos empregos hoje são empregos precários. E tenho hoje a posição do Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, no jornal *El País* dizendo que a Espanha e a Itália...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...não retomaram um crescimento econômico consistente por um problema: porque as reformas liberais e as flexibilizações da legislação trabalhista impediram uma retomada mais consistente do emprego.

Senador Romero Jucá, os senhores querem, de uma vez só num Governo, acabar com os avanços sociais do Governo Lula e da Presidenta Dilma, com a Constituição Federal de Constituição de 88, de Ulysses Guimarães que os senhores acabaram e rasgaram com essa Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos e agora com a CLT de Getúlio Vargas. O nosso Estado de bem-estar social...

Presidente, eu peço dois minutos só para concluir, a V. Ex^a.

O nosso Estado de bem-estar social é um Estado de bem-estar social tardio. O que aconteceu na Europa? O Estado de bem-estar social começou a ser construído com o Relatório Beveridge, em 1942, no meio da Segunda Guerra Mundial, e tivemos ali a construção do grande Estado de bem-estar social por 30 anos, ficaram conhecidos como os anos gloriosos. Aqui, quais são as nossas bases nacionais do Estado de bem-estar social? A CLT, em 1943 e a Constituição de 1988 que os senhores estão rasgando.

Eu chamo a atenção dos Senadores, para concluir.

Sabe que na Segunda Guerra Mundial, na França, em determinado momento ganhou força a tese dos colaboracionistas, à frente o Marechal Pétain que diziam de forma clara: "não tem outro caminho, não adianta enfrentar, vamos colaborar com Hitler". E o Marechal Pétain montou lá um governo que era o único possível. Eu chamo a atenção porque, quando houve a vitória dos aliados da Segunda Guerra, os colaboracionistas foram enforcados em praça pública. Eu chamo a atenção porque isso que está aí representado por Romero Jucá está caindo, está ruindo. Não façamos nós, Senadores, essa opção...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Você vai me enforçar, é?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...pela desmoralização da Casa, das nossas trajetórias.

É um absurdo, Senador Lobão, aprovarmos esse projeto dessa forma. Poderíamos fazer diferente: modificações e ir para a Câmara. Sabe por que não fazemos? Porque o Senador Romero Jucá quer sair daqui para encontrar Temer depois lá no Palácio do Planalto para dizer: "Temer, conseguimos, mostramos para o mercado que é possível fazer reformas.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então é esse o apelo que faço aos Srs. Senadores. Esse é o momento de um Senado grande, de um Senado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

forte. O Senador Jader Barbalho fez um importante discurso no dia de ontem, mas Senador Jader Barbalho, isso aqui de hoje fragiliza as instituições.

Se a gente não se dá o respeito de ser Senador num momento como este para que serve o Senado Federal?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, art. 14, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o art. 14 é duas vezes por sessão. Só V. Exª já falou três.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Eu sou o Relator e falo a hora que quiser. Eu sou o Relator e falo a hora que quiser, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

Mas não é o art. 14, mas não é o art. 14.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Espere aí, espere aí, Sr. Presidente, o que é isso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Fala, mas não é art. 14.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que arrogância é essa?

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Eu quero falar, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, ouviu, Presidente?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que arrogância é essa, Senador?

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa.

Com a palavra o Relator, pelo art. 14 e como Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, o que ouvimos aqui do Senador Lindbergh foi na verdade uma provocação, uma provocação. Eu não vi aqui nenhuma proposta, não vi aqui debater nenhum ponto. Vi aqui ele tentar me tomar por ele. Senador Lindbergh, não me tome pelo senhor, pelo amor de Deus! Não queira me constranger porque não me constrange.

Daquela gravação do Sérgio Machado, fiz uma análise política e ela estava correta. Não fiz nada de errado, não prometi livrar ninguém. Ao contrário! Vou provar isso. Estou muito tranquilo, muito tranquilo. Aí o senhor pergunta por que não aconteceu nada comigo? Porque não fiz nada de errado, Senador Lindbergh. Claro! O senhor disse: "Eduardo Cunha está preso, Aécio está não sei onde e você não está".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – ...nada disso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar: não fiz nada de errado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o senhor não está sabendo mais nem o que está falando. É bom olhar as notas taquigráficas depois. Talvez esteja padecendo realmente.

Na democracia, a gente tem de ouvir muita besteira mesmo. Faz parte. Acho que a gente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente escuta do senhor o tempo inteiro aqui, a gente escuta do senhor o tempo inteiro, besteira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A gente tem de conviver e aceitar os contrários. Não me queira dizer que fui parte da derrocada do País porque saí do Governo da Dilma e não o apoiei. V. Ex^a, em particular, me dizia que estava correto quando eu criticava Dilma, me dizia que estava errada a economia de Dilma. Dizia. Dizia e...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nunca disse a V. Ex^a isso. Sempre foi um crítico de Levy, mas V. Ex^a nunca, V. Ex^a...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – V. Ex^a não está com memória.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a defendia Levy.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Quero dizer que entendo o discurso do quanto pior melhor. Eu entendo, é da política. A gente não o viu aqui falar de crescimento de emprego, a gente ouviu aqui que o Governo não podia votar, que não vai fazer nada, que o Governo tem de sair.

Nós não estamos tratando do emprego do Presidente Michel Temer. O Presidente Michel Temer está lá no dele. Nós estamos falando aqui do emprego de milhões de pessoas que não têm como sustentar suas famílias. Nós estamos falando aqui de 70 milhões de pessoas que são desempregados ou subempregados. Nós estamos aqui trabalhando com responsabilidade. Vou trabalhar aqui, com todas as minhas forças, para que a economia cresça, para que se gere emprego, para que a gente tenha desenvolvimento, independente do discurso do adversário político de qualquer um, que eu respeito. Agora, quero também que me respeitem porque aqui não vou aceitar ignorância nem maus-tratos. Sou cordial com todos aqui. Uma coisa eu disputo no conteúdo, jogo duro na bola, mas não entro na canela de ninguém. Cumpri aqui acordos, fiz acordos e cumpro os acordos. Minha palavra não vale dependendo da situação; minha palavra vale para qualquer situação, estando por cima ou estando por baixo, indo ganhar ou indo perder. Porque isso é o que tem de ser feito na política. Se queremos responsabilidade, nós temos de ter responsabilidade também com os outros.

Então, quero dizer ao Senador Lindbergh que vamos aqui aprovar uma lei moderna. Eu fui Relator da Lei das Domésticas. Eu venci, enfrentei a Presidenta Dilma e aprovei o que o Governo não queria. Não queria e aprovei. Reduzi o INSS, e o Governo não queria. Criei uma sistemática fácil de declaração que o Governo não queria. Então, por favor, vamos falar aqui a verdade, mesmo que seja a verdade de cada um. Repito: considero legítima qualquer colocação de qualquer um. Considero. Aprendi a ser tolerante e a ver o outro. Aprendi a ser Líder, aqui, buscando convergências e respeitando os outros, não foi atacando nem agredindo ninguém. Agora também não aceito que me agridam. Então, para discutir na bola, nós estamos à disposição.

Lamento a colocação de V. Ex^a porque não é essa a condução que espero aqui de um debate desse nível.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só queria, Sr. Presidente, rapidamente, em trinta segundos, dizer ao Senador Romero Jucá que não foi nenhuma...O que fiz confirmo e digo aqui novamente: V. Exª foi um dos responsáveis pelo impasse do País...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não precisa repetir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Continua defendendo esse Governo Temer...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, não precisa repetir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E está levando o Senado à desmoralização. É isso o que estamos fazendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Gleisi, dez minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lobão. Eu queria fazer uma pergunta aqui para os nossos colegas Senadores. Quando os senhores chegam aqui ao Senado, entram no elevador, passam pelos corredores, os senhores cumprimentam o ascensorista, cumprimentam a mulher que faz a limpeza aqui, cumprimentam o garçom que serve o cafezinho?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não, só o PT que faz isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muitas vezes...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só o PT que faz.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muitas vezes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aí, olha. É assim. Não é isso...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu ainda estava presente. Carne de lata, frango, leitoa, lá de Goiás.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Poxa, eu gostaria de falar. Eu estava ouvindo todo mundo aqui. Eu acho que eu mexi com os brios dos meninos. Ficaram muito nervosos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem todo o direito de falar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Deve ser o café.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, deve ser! É porque não é bem isso que a gente vê. Por exemplo, eu vi pouquíssimos Senadores se manifestarem quando nós tivemos o problema do contrato dos terceirizados aqui. Vi Paim, vi Senador Pimentel. O pessoal falou comigo, eu também falei em plenário. A maioria, nem "tchum". Não faz parte da vida das pessoas que estão aqui. Muitas vezes, não veem o outro, porque esse pessoal é invisível. É invisível para a classe dominante, é invisível para quem tem dinheiro, é invisível para a maioria de nós aqui. É





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito triste o que a gente vê. Eu quero dizer que é para essa gente que nós estamos discutindo e que podemos votar uma reforma trabalhista. É para o ascensorista, é para o garçom, é para a cozinheira, é para o balconista, é para pedreiro da construção civil, carpinteiro. Vida dura, difícil. Eles não têm motorista para ir trabalhar. Muitos nem carro têm, têm que ir de ônibus, sacolejam duas ou três horas num ônibus para ganhar, no final do mês, sabe quanto, gente? Dois salários mínimos. Dois salários mínimos é o que a maioria ganha, no máximo três. É para essas pessoas que nós estamos fazendo reforma trabalhista. Os senhores podem dizer que não, os senhores podem fazer pirotecnia, dizer que é para ajustar, que é para melhorar a competitividade. De quem está no mercado formal, só 0,9% ganha perto de dez salários mínimos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E os 14 milhões?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Setenta e um por cento ganha dois salários mínimos. Os 14 milhões que o Senador fica soprando aqui estavam empregados nos governos Lula e Dilma, com essa legislação trabalhista. Foram 22 milhões de empregos gerados.

Sabe por que o Lula tem 40% nas intenções de voto em pesquisas? Por conta disso, Senador Lobão. As pessoas têm memória do que foi o governo dele. Sabiam que podiam entrar no supermercado e comprar uma carne para o final de semana, para fazer um churrasco com a família, que podiam comprar o refrigerante, o iogurte, a sua cervejinha. Hoje não é assim, não. Quem está trabalhando está com medo de ficar desempregado e ganha pouco. Não tem dinheiro, muitas vezes, para comprar carne no final de semana. Mas é contra essas pessoas que nós estamos fazendo a reforma trabalhista. Para quê? Para ter competitividade no País? Para consertar problemas que temos com a Justiça do Trabalho? Ao invés de consertarmos o problema que temos, nós vamos retirar o direito da maioria? O trabalho intermitente é isso. E essa proposta que está sendo feita com o Governo não vai melhorá-lo, não.

Estamos agora tirando do trabalhador o acesso à Justiça do Trabalho. Pobre não tem acesso à Justiça. Se você pegar a Justiça Criminal, pobre só se ferra. Não tem acesso. Aliás, é o que nós temos: a quantidade de pessoas presas, sem condições de sair, muitas vezes em prisão provisória, que já podiam ter sido soltas e não são, por coisas pequenas. Cível, também não tem. Justiça Federal, então, é para o andar de cima. A única justiça a que pobre tinha direito era a Justiça do Trabalho. Agora vão tirar do pobre isso. A pessoa que se atrasar para a audiência na Justiça do Trabalho vai perder a causa e arcar com a sucumbência.

Hoje não é assim. O trabalhador tem até três vezes como alternativa para ir a sua audiência. Por que se faz isso? Porque é uma benevolência imensa? Não, é pela realidade do trabalhador. Pegue um pedreiro que perdeu o emprego numa construtora, que tem ensino fundamental, que mal sabe ler. Ele entrou com uma ação trabalhista e tem que ir à Justiça do Trabalho. Ele tem que pegar ônibus, porque não é que nem o Senador que está à mesa, falando para mim que tem motorista e carro. Ele tem que pegar ônibus. Pode atrasar, pode estar chovendo. Ele chega lá, às vezes não sabe onde é a sala de audiência, tem que perguntar. Quando ele consegue achar, dizem: "Não, você atrasou meia hora. Agora você perdeu." É isso que estamos fazendo.

Sabe quem vai poder fazer recurso na Justiça do Trabalho? Quem ganha alto salário. Se vocês estão duvidando de mim, leiam o art. 896 do PL. Só quem tem alto salário pode fazer recurso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pobre não tem vez neste País! Pobre faz parte do quê? Da paisagem? Se as pessoas morrem de fome é contingência da vida? É porque Deus quis? É um absurdo a cultura escravagista desta sociedade, a incapacidade de se colocar no lugar do outro, de sentir o que o outro sente. Se formos falar de tirar as coisas a que Senador tem direito, todo mundo vai gritar. O que eu ouço nos corredores quando faço discursos aqui, de que temos que abaixar o nosso salário, de que temos que abaixar a verba de representação ou quando apresentei o projeto que extinguiu o décimo quarto e o décimo quinto salários? "Isso é legislar contra a gente, é ódio da política, vai aumentar." Não é! Só estou querendo fazer um exercício conosco do que estamos querendo fazer com o outro. Então o outro pode se ferrar; eu, não.

Nós temos direito a casa. É claro, muita gente mora fora do Estado. Mas pensem! Com o nosso salário, podemos pagar aluguel. Agora nós queremos tirar o direito das pessoas de ganhar pelo deslocamento até o emprego, o *in itinere*. E nós temos motorista, nós temos carro. E não somos só nós, não. Estou falando da aristocracia do serviço público, porque nós não estamos mexendo com os altos salários. Vou dizer de novo: estamos mexendo com o direito do garçom, da ascensorista, da cozinheira, do balconista, do pedreiro, do carpinteiro, do metalúrgico, do bancário. É com esse pessoal, com o pessoal da limpeza, o pessoal que está na fotografia com os jornalistas. É com esse pessoal que ganha no máximo quanto em média? Se pegarmos a base da pirâmide, vai ganhar o quê? Quatro, cinco, seis mil reais?

Como é que nós fazemos isso, gente? Eu fico indignada, porque não é possível! A maioria deste País é pobre. Então, tenhamos a dignidade de, pelo menos, fazer no nosso e dizer: "olha, nós vamos cortar todas as coisas daqui. Não precisa mais de motorista. Vamos pegar o nosso carro para vir trabalhar. Não precisamos mais de auxílio-moradia, não precisamos de mais nada". Como vamos ficar? Vamos dizer: "não, é difícil fazer o nosso trabalho! É difícil desempenhar a função. Nós precisamos disso". Mas somos diferentes do outro? Nós não somos de carne e osso? O outro também não tem vontades? O outro também não tem direitos? O outro também não quer ter uma vida boa?

É um absurdo isso! É o que nós vamos fazer com a reforma da previdência também.

Eu volto a dizer aqui: o Lula tem 30%, 40% nas pesquisas, porque olhou para a maioria do povo brasileiro. E olha que desconstruíram esse Lula, viu? Mas detonaram o Lula. E ainda aqui eu vejo um monte de Senadores, que foram da base do Lula, que pediu um monte de coisa para os seus Estados, que conseguiu levar um monte de coisas para os seus Estados e que beneficiou a população – e está correto – falando mal do Lula, falando mal do PT. Eu fico impressionada. Mas foi o PT que garantiu que 40 milhões de pessoas pudessem tomar café da manhã, almoçar e jantar; foi o PT que garantiu que o filho de pobre pudesse entrar na universidade; foi o PT que garantiu que pobre pudesse ter casa.

Queria perguntar, assim, aqui para os Senadores: quantas unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, de baixa renda, há nos seus Estados? Há muitas. E isso melhorou a vida das pessoas que tiveram acesso à casa e melhorou a vida daqueles que trabalharam para construir a casa; melhorou a vida do pessoal do material da construção civil.

É por isso que Lula tem intenção de voto. É por isso que a direita, os senhores que estão defendendo o Temer e essas reformas não conseguem fazer essa disputa; não conseguem ter um candidato. Aliás, não têm uma plataforma, um projeto de nação. O projeto de nação de vocês é tirar direito; o projeto de nação de vocês é que o mais pobre fique mais pobre, porque não há solidariedade, sequer solidariedade; não há empatia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E das mulheres, que tanto demoraram para ter conquistas na sociedade, para terem um pouquinho mais de direito no mercado de trabalho, os senhores estão rasgando esses direitos. Os senhores sabem o que é criar filho sozinha? Ter dois, três filhos, ser faxineira, cozinheira, ter que pegar ônibus cedo, vir trabalhar e não ter creche, não ter com quem deixar os filhos? Ou, então, sair da casa dela e, como empregada, ir cuidar dos seus filhos, fazer a sua comida, lavar a sua roupa e ganhar um salário de miséria? E vocês querem precarizar o salário dessa pessoa, porque acham que ela está ganhando muito? É isso que vocês estão fazendo.

Nós não podemos admitir um negócio desse. Acho que tem que haver, no mínimo, consciência, decência, vergonha na cara, para nós não fazermos com os outros o que nós não queremos que nos façam.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, V. Exª é tanto mais convincente quando fala com essa candura, e é ouvida por todos.

Eu não quero fazer nenhuma correção na fala de V. Exª; quero apenas ajudá-la quando diz que, neste País, o pobre nunca teve vez. Teve. Que eu me lembre – e sou mais um pouco menos jovem que V. Exª...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Jovem há mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Jovem há mais tempo.

Teve vez na época do ditador Getúlio Vargas, teve vez no regime dos militares e teve vez com o Lula.

V. Exª se esqueceu de falar no Luz para Todos, por exemplo. Quantos milhares e milhares...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do Luz para Todos, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... de brasileiros que não sabiam o que era uma lâmpada. O Lula levou energia elétrica a 15 milhões de pessoas no interior do Brasil.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso aí. E largaram o candeeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E o Lula fez tanta coisa boa... Portanto, esses três períodos foram fecundos no que diz respeito ao atendimento social.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Edison Lobão, ao longo da história da humanidade, todos aqueles que se preocuparam com os mais pobres foram perseguidos.

Se nós observarmos a África do Sul, veremos que Mandela ficou preso por quase a metade da vida, porque queria que o negro pobre pudesse frequentar a mesma escola que o filho do branco rico, na África do Sul, poderia frequentar; para que a mulher negra pudesse ter acesso ao mesmo hospital, para ganhar a criança...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... onde a mulher branca tinha direito. Por conta disso...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Lindbergh...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Lindbergh, o seu colega Pimentel está falando, e está se queixando.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Por conta disso, ele ficou mais da metade da vida preso. Se você vai à Índia, que conseguiu a sua independência após a Segunda Grande Guerra, era colônia da Inglaterra, teve ali o Gandhi, que também foi eliminado.

Para aqueles que são cristãos como eu, temos em Jesus Cristo o maior exemplo, que perdeu a vida, foi crucificado, porque defendia os mais pobres.

E aqui, no Brasil, não é diferente. Se nós formos a Getúlio Vargas, a CLT, que hoje nós estamos rasgando, foi exatamente ali que ela começou a ser construída, para dar o mínimo de segurança aos trabalhadores. E foi aprimorada. O Constituinte de 88 a enriqueceu mais ainda. Mas Getúlio Vargas deu um tiro no peito, porque não aguentava mais a perseguição.

Se nós chegarmos a Lula, veremos que Lula fez tudo isso que nós aqui estamos registrando e a que a Senadora Gleisi fez referência, a que V. Ex^a faz referência. Por isso é extremamente perseguido, porque sempre lutou pelos mais pobres. Aqueles que, lamentavelmente, nunca passaram por isso não sabem o que é ter uma longa seca e não ter um prato de comida para dar ao seu filho. Eram os retirantes, eram os cassacos, que, até 2002, trabalhavam na propriedade do grande proprietário, na feitura de estradas, para beneficiar os grandes por um prato de comida.

Foi a partir de Lula que nós, nordestinos – e V. Ex^a, Edison Lobão, acompanha de perto e viu o que passamos com cinco anos de seca –, não tivemos nenhuma cidade ocupada, não tivemos nenhum comércio saqueado, porque o Lula teve o cuidado de cuidar dos mais pobres porque foi vítima da seca nordestina.

E aqui, o que nós estamos fazendo? A primeira coisa que um país precisa é de segurança jurídica, para que, efetivamente, possa proteger os seus interesses e os interesses dos mais pobres. Nessa reforma, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aponta 18 itens que são inconstitucionais, e nós temos certeza de que, se porventura isso for aprovado, vai exatamente ser objeto de questionamento, como está sendo feito com a lei da terceirização, que foi aprovada por esse Governo recentemente, com o mesmo compromisso de editar uma medida provisória, e não o cumpriu. Não editou a medida provisória, e aí essa matéria da terceirização está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, com o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, porque ela tem uma série de inconstitucionalidades.

É isso que termina trazendo essa insegurança jurídica com repercussão política a que nós estamos assistindo. E, para aqueles que falam do chamado custo Brasil, eu digo que é esse o custo Brasil: a insegurança jurídica, que hoje nós sabemos que nessa matéria existe. E, por isso, tentam sugerir que seja emitida uma medida provisória para corrigir as inconstitucionalidades – ou parte delas – e, particularmente, tentar diminuir a malvadeza que querem fazer com os mais pobres e com os assalariados.

Com esse pretensão acordo, em que aqui se diz que querem retirar o direito do Senado, de cada Senador e de cada Senadora, de legislar, de corrigir as coisas erradas que o próprio Relator da matéria apresenta, estamos abdicando, estamos abrindo mão e apostando que isso será resolvido pelo Poder Judiciário, em face das ilegalidades e das inconstitucionalidades.

Todos nós estamos carecas de saber que a geração de emprego não vem através de retirada de direitos. O que gera emprego é um crescimento econômico, é uma distribuição de renda, é melhor salário para que as pessoas possam consumir. E foi exatamente isso que o Lula fez.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para não cansar: lá em 2007, as micro e pequenas empresas geraram a mais 1,410 milhão de empregos com carteira assinada, comparando-se com o que havia em dezembro de 2006. Se você for para 2010, as micro e pequenas empresas geraram a mais 2,003 milhões de empregos sobre o saldo que havia em 2009. Se você vem para 2011, elas geraram 1,670 milhão de empregos a mais sobre o saldo que havia em 2010. Em 2012, geraram 1,323 milhão de empregos a mais. Em 2013, gerara 1,207 milhão de empregos a mais do que o que havia lá em 2012. Em 2013, 1,207 milhão; e, em 2014, 776 mil empregos a mais.

E durante esse período todo, as médias e grandes empresas fora do Simples apresentaram o saldo negativo. Só em 2014, as empresas fora do Simples apresentaram um saldo negativo de 362 mil empregos sobre o que havia em 2013. Em 2015, foi 1,315 milhão de empregos a menos junto às empresas fora do Simples sobre o saldo de 2014. Em 2016, foi 1,032 milhão de empregos a menos sobre o saldo que havia em 2015. E é essa a realidade. Até janeiro de 2015, o desemprego, no Brasil, era de 4,8%, ou seja, o pleno emprego. Em face da pauta bomba do Eduardo Cunha, em face da desarticulação política para tirar uma mulher da Presidência da República, mergulhamos o País numa crise sem precedente. E esse desemprego hoje chega a quase 14%.

Portanto, é preciso que nós compreendamos que, para tirar o Brasil da crise, nós temos é de trabalhar com investimento; nós precisamos trabalhar com oportunidades; nós precisamos fortalecer a micro e a pequena empresa e não aprovamos uma legislação que é apontada por ter mais de 18 inconstitucionalidades. E nós, aqui, abrimos mão da nossa obrigação de legislar e, ao mesmo tempo, não nos debruçamos sobre os reais problemas do Brasil.

A microeconomia nós precisamos tratar melhor. Nós precisamos olhar para o Brasil. Nós precisamos ter clareza de que só há emprego se houver renda na mão dos trabalhadores, porque, do contrário, eles não têm como consumir.

Mas essa visão de que é preciso prejudicar os mais pobres, de que é preciso retirar os poucos direitos que eles conquistaram nos últimos 12,13 anos é que leva a essa crise política que nós estamos vivendo. Nós não temos mais segurança de que, amanhã, vamos ter um Presidente da República ou não e do que será feito deste Parlamento, porque ele abre mão das suas obrigações.

É por isto que muitos estão discutindo, estão debatendo: para construir uma saída para o Brasil, e não retirar direitos, como aqui nós estamos fazendo.

Eu tenho convicção... Eu fui advogado trabalhista por muito tempo, do final dos anos 70, dos anos 80 até assumir o mandato de Deputado Federal em 1995. Eu sei o que era, naquela época, o desemprego. A nossa agenda era tentar receber, na data-base, a inflação que era galopante. Durante o período do governo Lula e do governo Dilma, não se discutia inflação na data-base; o que se discutia era ganho real, o que se discutia era a participação nos lucros, porque todos ganhavam: o pequeno, o médio e o grande. E é contra esses, Presidente, que o ódio se volta, como foi feito contra todos aqueles que cuidaram dos mais pobres e que têm compromisso.

Eu sei que esta Casa é cheia, principalmente, daqueles que olham exclusivamente para o alto capital...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que não têm o cuidado de olhar para a micro e a pequena empresa. Acompanho, desde 1995, mais precisamente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desde 1979, através do Mipem do Banco do Brasil, as micro e pequenas empresas. É aqui onde nós podemos construir a retirada do Brasil dessa grave crise econômica, gerando mais emprego.

Por isso, Sr. Presidente, voto contra essa matéria, porque ela não vai gerar um único emprego no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Roberto Rocha e, em seguida, ao Senador Paulo Rocha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Presidente, qual é a minha vez de inscrição?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª falou várias vezes. Vai falar ainda, mas já falou várias vezes. Eu tenho que dar oportunidade a quem não falou ainda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, então o Lindbergh não falou... Ah, não, Presidente. Espera lá! Eu me inscrevi pela ordem. Eu quero saber qual é a minha ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrita. Já falou várias vezes e vai falar outra vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o senhor está me deixando por último. Por quê? Eu não estou entendendo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É rodízio, é rodízio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faltam três ou quatro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone.*) – Ora, meu Deus!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É.

Senador Roberto Rocha.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Quem está na fila? O último da fila? Vai o primeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, entendi. É porque o senhor vai dar um tempo a mais para quem ficar por último. Está ótimo. Está aceito. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Disponha sempre.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero dar uma palavra sobre o assunto.

Eu verifico, Sr. Presidente, que há aqui um debate muito mais de natureza política do que propriamente sobre o tema em questão. Eu respeito todas as opiniões. Acho que a democracia é a convivência com os contrários, com os diferentes – até mesmo em nossa família, muitas vezes, temos opiniões diferentes. Eu não sou juiz da consciência alheia nem aceito que ninguém seja juiz da minha consciência. Todos aqui somos independentes para manifestar as nossas opiniões. Eu devo lealdade ao meu partido; obediência eu devo ao povo que me elegeu.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero dizer a V. Ex^a e aos meus colegas que, nos últimos anos, nas últimas décadas, o Brasil teve uma evolução significativa – o Brasil vinha patinando há muito tempo. Tivemos, na década de 80, um momento, digamos assim, da política, em que, sob o protagonismo do Presidente Sarney, nós tivemos a redemocratização do País. Na década seguinte, na década de 90, tivemos o momento do econômico, sob o protagonismo do Presidente Itamar Franco e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na sequência, tivemos o momento do social, um momento sob o protagonismo do Presidente Lula.

Eu diria que um está associado ao outro; é um fruto do outro. Não haveria a revolução econômica, o momento econômico, na década de 90, se não fosse a estabilidade institucional, política, que foi feita na década de 80. Como não haveria, em hipótese alguma, o momento social, na década em que era Presidente o Presidente Lula, não fosse a obra econômica do Presidente Itamar e do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, é preciso dar a César o que é de César. Eu estou aqui no primeiro mandato, respeito aqui muitos companheiros que já estão aqui há mais tempo. A experiência é uma das melhores coisas que temos na vida, mas tem um defeito: vem depois. Acho muito legítimo o debate político, o debate até ideológico aqui no Parlamento. O que eu não acho correto é o debate ideológico do Executivo, porque aqui representamos partes, setores, segmentos. No Executivo, não. Quem está no Executivo tem que representar o todo. Não se pode confundir governo com partido. Quem confunde governo com partido confunde governo com Estado, partido com Estado. Isso é muito pernicioso.

Eu acompanhei aqui o debate, por exemplo, sobre a questão do teto dos gastos. Nós, nessa democracia frágil que nós temos: quatro Presidentes eleitos, dois destituídos. É óbvio que ninguém acha isso razoável, acha isso normal.

Eu considero que o Brasil, nessa República jovem, nessa democracia ainda muito jovem, precisa avançar muito nas nossas instituições. Mas é preciso que nós aqui tenhamos a sabedoria para separar o que é política de governo...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não sei se eu estou atrapalhando aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senhores, o Senador está usando o seu legítimo direito de falar, mas não está conseguindo transmitir o seu pensamento, porque o estrépito da sala continua.

Eu estou até disposto a consultar os Srs. Senadores, em um outro momento, para, quem sabe, proibirmos a entrada aqui dos assessores. Mas eu, se for o caso, concederei o meu gabinete de Presidente para que os assessores fiquem lá, porque falam hiperativamente, falam incansavelmente, atrapalhando os Senadores.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Obrigado, Senador Lobão.

Eu estava dizendo que nós votamos recentemente o teto dos gastos públicos. Muita polêmica, muito calor naquela discussão. Mas verificamos depois que, em razão daquela medida, nós invertemos a curva que nós tínhamos no Brasil, ou seja, o País deixou de ter crescimento negativo, o País... Não se transforma abacaxi em uva do dia para a noite, é verdade. Mas houve uma curva, isso é inegável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Saímos da recessão e estamos aí apontando para um outro caminho. Eu acho que somente aquela medida não leva a canto nenhum. É preciso dar os passos seguintes.

Eu acho que nós tivemos um problema muito grande em nosso País. O primeiro mandato do Presidente Lula foi muito exitoso, como disse V. Ex^a. Somos testemunhas no Maranhão. Muitas obras importantes foram feitas País afora. Qual o problema? Exatamente o segundo mandato. Quando o Brasil tinha que fazer aquele momento seguinte ao momento político, econômico e social, o momento da infraestrutura nacional e do investimento em ciência e tecnologia, o que não foi feito. E exatamente por isso o Brasil entrou nesse atoleiro. Por quê? Porque só se ocupou de olhar para a próxima eleição, em detrimento da próxima geração. E, aí, se conformou com o crescimento só a partir do consumo, não houve investimento, muito menos em infraestrutura.

E, aí, quando chegou no ano de 2010, o País ainda crescia 7% ao ano, a dívida em relação ao PIB ainda era 35%. E o que aconteceu em seguida? O País não conseguiu mais dar respostas pelo consumo e, como não havia investimento, entrou em colapso. Essa que é a realidade.

E aí, a Presidenta Dilma, mesmo com todo o esforço que ela podia querer fazer, já também olhando a próxima eleição, começou a fazer desonerações. Desoneração na folha, na linha branca de eletrodomésticos, de automóveis, e aí começou a quebrar prefeitura, depois quebrou os Estados, depois quebrou a União, quebrou empresas e 14 milhões de empregos foram para o espaço.

Evidente que algo precisa ser feito. Se hoje, no Brasil, houvesse um Presidente da República que fosse candidato em 2018, nada disso aqui estava sendo feito. Ele também teria feito a síndrome da avestruz: fazia de conta que não estava acontecendo nada, botava a cabeça no buraco, e aí não ia propor reformas, porque, com todo o respeito que eu tenho por ele, no alto dos seus mais de 80% de popularidade, não podia se furtar o Presidente Lula de propor as reformas que o Brasil precisava para avançar.

Todos os países do mundo estão fazendo isso. Chegamos esses dias da Espanha. Lá, em 15 anos, foram feitas cinco reformas, cinco reformas trabalhistas. Eu estava lá na França quando houve a eleição para o Parlamento. Todos propondo reforma nas leis trabalhistas.

É evidente que as relações de trabalho mudam. É óbvio! Se você vai ao campo, vê que a mecanização tomou conta do campo. Ou seja, lá na nossa região, no Sul do Maranhão, se houver 30 empregos para colheitadeiras, 20 são mulheres. Por quê? Porque as máquinas viraram computadores. Isso era impensável há 20, 30 anos. Então, é óbvio que a gente tem que mudar as leis, as regras. Nós estamos falando de uma lei que tem um século. É evidente!

Portugal fez isso e todos os países mundo afora. Se no campo é assim, na indústria é a robotização e, nos serviços, é a informatização. A gente opera o banco da gente, a conta, pelo celular. Então, o desafio do século da humanidade é gerar emprego.

É nessa linha que eu quero finalizar a minha fala. Ou seja, eu ouço aqui muito falar em direitos, que nós estamos arrancando direitos das pessoas. É impensável eu imaginar alguém vir aqui para ser Senador ou ser Presidente da República para, de propósito, de mau, perverso, arrancar direitos. Primeiro que não se arranca direitos de uma Constituição por lei ordinária. Seria um absurdo pensar uma coisa dessa.

Segundo eu vejo – e falo aqui com todo o respeito, não quero fazer nenhum tipo de provocação –, alguns colegas se arvorarem a dizer que os direitos que o Brasil tem...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... fossem de um partido. Eu quero dizer claramente que os principais direitos que o Brasil tem vieram muito antes do PT. Eu me refiro à aposentadoria, ao SUS; eu me refiro à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Fundef, ao décimo terceiro salário, férias, seguro-desemprego etc. Muito foi feito, mas muito já havia sido feito. Então, vamos com calma.

Agora, qual é a maior obra social? É o emprego. O que cria emprego é o crescimento econômico, não leis nem regulamentações. Estas, quando desafiam a realidade, podem ser grandes entraves ao crescimento. Esse, na realidade e na minha visão, é o pano de fundo dessa proposta, dessa reforma. Trata-se de criar as condições institucionais para a redução estrutural do custo do trabalho. O Brasil tem 3% da força de trabalho do mundo e 97% das ações trabalhistas do mundo.

O objetivo da reforma, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é permitir que pelo menos 65% dos brasileiros possam trabalhar. Dezenas de milhões de brasileiros estão aí sem conseguir trabalho, em grande parte pelas dificuldades que a lei atual impõe, que protege quem está dentro, mas dificulta enormemente o acesso para quem está fora.

E, por fim, eu digo a V. Ex^a que é isso que nos move e que nos faz buscar mudar a nossa lei trabalhista de um século: permitir que as forças de produção, as forças econômicas deste Estado tenham instrumentos para ampliar a oferta de emprego neste País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, caros colegas, eu vou iniciar a minha intervenção aqui com duas perguntas: por que e para quem?

Meu caro Roberto Rocha...

Roberto, estou falando para você.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por que e para quem?

Estou falando "você", porque tenho intimidade com ele.

Você teceu todo um argumento aí ao longo dos governos, da democratização, de reconhecer o processo, depois Fernando Henrique, depois Lula etc., etc. Mas houve um elemento fundamental aí, que fez com que esses governos fizessem, que foi exatamente o processo da relação capital e trabalho.

Eu te pergunto: quem ganhou mais nesse processo? Quem acumulou mais riqueza ao longo de séculos e de dominação no nosso País, de 500 anos? Quem? Inclusive com o processo de relação, desde o início do nosso País, o processo escravocrata de acumular riquezas. E quem ganha agora? Quem ganha agora são os rentistas, os banqueiros, o capital financeiro.

E, agora, vem este Governo, que tomou o poder do processo que nós construímos, fruto da luta do povo, da luta dos trabalhadores para conquistar a democracia... Até porque só na democracia é que o pobre, o trabalhador consegue o mínimo, que é isso que você está colocando como uma grande defesa: o emprego. E, agora, para a gente conseguir esse mísero emprego, são os trabalhadores de novo que têm que pagar a conta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto aos direitos conquistados, Roberto, nós não estamos dizendo que foi o PT que conseguiu tudo. Não é verdade isso. Isso se deu ao longo de séculos de luta da classe trabalhadora. A CLT, por exemplo, foi um produto da luta cuja principal bandeira era a jornada de trabalho. O governo de então, autoritário na época, de Getúlio Vargas é que foi obrigado a reconhecer um conjunto de avanços que se colocou com o chamado compêndio, que é a CLT.

Depois, foi a luta da classe trabalhadora, inclusive enfrentando o golpe militar. Aliás, essas estruturas de governos autoritários são impostas pela elite quando ela vê os seus espaços ameaçados, os seus controles ameaçados. Foi a partir da luta da classe trabalhadora que conquistamos, na Constituição de 1988, avanços importantes que ficaram consagrados na Constituição, inclusive aquilo que os trabalhadores urbanos já tinham conseguido colocar, em leis ou no arcabouço jurídico, nós colocamos para beneficiar os trabalhadores rurais, as mulheres, bem como outros avanços muito importantes.

E o capital agora, os rentistas continuam acumulando. É só ver o resultado das pesquisas: em um país de pouco mais de 200 milhões de habitantes, oito famílias concentram 50% da riqueza do país! E, se projetarmos isso para o mundo, veremos que é a mesma coisa.

E, agora, para resolver o problema do desenvolvimento, o que acontece? São os trabalhadores de novo, porque a culpa é dos direitos acumulados dos trabalhadores, é aquele um terço de férias, é o décimo terceiro, porque acumulam e dificulta os produtores, os geradores de produção a gerar emprego. Por quê? Para quê? Para quem?

E aí, de novo, são os velhos trabalhadores ou aqueles que os defendem que são culpados pelo processo. E, com a força que a gente tem aqui, não enfrenta os rentistas, os banqueiros, esses que acumulam.

Roberto, desculpe, todo esse discurso, toda essa questão vem aí, inclusive com a minha decepção para você.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Meu caro Paulo... Presidente, permita-me, eu sei que não cabe aparte, mas para contribuir com o debate.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Art. 14.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu te dou o aparte.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu quero dizer ao meu amigo, Senador Paulo Rocha, vizinho do Estado do Pará...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E vocês são amigos, é? (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É, amigos há muito tempo, desde Deputados.

Eu quero lembrar ao Senador Paulo Rocha que o Presidente Lula...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque você colocou que a culpa é dos trabalhadores...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não! Imagina!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que a culpa era dos direitos, que a culpa... Ah, por favor!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não faça isso!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Que, por isso, tem que fazer reforma trabalhista para poder resolver os problemas direito...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não faça isso!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque acumula para a geração de emprego...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu não disse isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque o grande problema é a geração de emprego!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não, não vamos confundir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Este é o discurso do Relator Ricardo – e vou chegar a ele – Ferraço: que vai gerar emprego e que não sei o que mais, que a grande solução... É uma grande falácia!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Paulo Rocha, não confunda conhaque de alcatrão com catraca de caminhão. *(Risos.)*

Eu não disse isso em nenhum momento.

Sr. Presidente, eu quero dizer ao meu caro colega, Senador Paulo Rocha, que o Presidente Lula, por quem eu tenho muito respeito e consideração...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Oh, meu amigo, você pode me ouvir trinta segundos?

... por quem eu tenho muito respeito, foi candidato quatro vezes a Presidente da República. Ele só chegou à Presidência quando uniu o trabalho com o capital, trazendo José Alencar para ser seu vice.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Toma! Parabéns! Está vendo? *(Risos.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ei, Roberto e Malta! Malta, você não pode cumprir o papel de provocador aqui! Estou chamando a responsabilidade de Senadores que têm responsabilidade para solucionar o País.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eu?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu defendo, eu defendi e...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Nós que demos o vice do Lula. Ele não está contando mentira, não!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Cumprir o papel aqui de provocador, rapaz! Você é um Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Magno Malta...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Você é um Senador da República!

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Igualzinho a você, só não tive tanto voto como você...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas não sou provocador como você.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ah! Você não é provocador, porque não sabe provocar.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Tem a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Roberto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Roberto, não! Senador Roberto. *(Risos.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu defendi essa questão da aliança, defendi a aliança Lula e José Alencar, porque exatamente eu acho que foi essa relação de trazer setores progressistas da sociedade, principalmente os empresários, para buscar saída capaz de solucionar o problema... E o fizemos, tanto que você mesmo falou que, no governo Lula, nós avançamos e fizemos conquistas muito importantes, crescemos o País, desenvolvemos, geramos empregos e criamos as condições para solucionar o problema do nosso País.

O que acontece agora? Aí eu queria chamar a atenção da responsabilidade de Partidos como o PSDB e o PMDB, velhos parceiros da luta da democracia do nosso País, que se aliaram para interromper um processo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... da construção de um Estado social capaz de distribuir riqueza para todos, capaz de criar oportunidade para todos. Intervieram nesse processo e, agora, estão construindo um Estado de retrocesso: retrocesso na retirada de direito dos trabalhadores, retrocesso na questão do processo – que só nós sabemos – lá da luta pela terra do Pará. Está havendo agora de novo, volta de novo o ataque aos trabalhadores rurais, volta o ataque aos indígenas. Por quê? Porque o Governo quer de novo retomar o desenvolvimento pela questão da terra na mão de poucos, e agora querem tirar os direitos dos trabalhadores nessa reforma trabalhista. Por isso, companheiros, que nós estamos aqui para resistir.

Meu caro Ricardo Ferraço, é uma falácia de que esta reforma trabalhista vai resolver o problema do emprego no País. Não se resolve emprego no País com leis. Resolve-se problema de emprego no País com crescimento econômico...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... com investimento, com financiamento,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... financiamento de Governo para poder resolver o problema da infraestrutura no País, financiamento para poder emprestar dinheiro...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ao setor produtivo para poder gerar desenvolvimento, criar condições de gerar desenvolvimento. É assim que vai resolver. Não é tirando direito dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Paulo Rocha, por gentileza.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é precarizando – vou terminar – a relação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu ia até lhe dar mais tempo exatamente para concluir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... capital e trabalho. E o Ricardo Ferraço, que é um grande Senador, ainda vem dizer o seguinte: "Nós estamos resolvendo outro problema, que é o da independência dos trabalhadores para resolver essa relação do capital e trabalho". Isso é tirar o poder de barganha dos direitos dos trabalhadores, que foi conquista de luta. Na medida em que você concorda com uma reforma que tira o poder de barganha, de negociação coletiva e põe para que o trabalhador, enfraquecido na questão do desemprego, negocie os seus direitos individualmente... Não concordamos com isso e vamos resistir para derrotar essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu gostaria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Numa coisa você está certo: dividiram as riquezas mesmo com a Odebrecht, com a Queiroz Galvão, com a OAS, dividiu para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta, por gentileza. Haverá a hora para V. Ex^a falar, Senador Magno Malta.

Eu queria pedir a atenção das senhoras e dos senhores, porque recebi aqui um comunicado: "O Presidente do Senado Federal comunica às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que a sessão extraordinária convocada para esta noite está cancelada e que está convocada sessão extraordinária para amanhã às 10h da manhã."

Dando sequência à lista dos inscritos que está aqui, a próxima inscrita é a Senadora Lídice da Mata pelo prazo de dez minutos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu disse ao Relator que ia fazer mudanças no meu voto para me deter nesta Comissão sobre a constitucionalidade e infelizmente falei durante uma hora, levantando aqui, no meu voto – que ele terá a possibilidade de ler se quiser, uma vez que não esteve presente –, as inconstitucionalidades deste projeto, mas não vou me deter nisso, Senador Romero, neste momento, porque quero levantar algumas questões políticas desse processo, e não se trata de questões relacionadas com o Governo.

Primeiro, quando ainda não era Senadora, eu ouvi o Presidente do Senado, o Senador Garibaldi Alves, devolver medidas provisórias ao Presidente da República ou ao governo, naquele momento, considerando que era um abuso de poder o número de medidas provisórias que o Senado estava recebendo.

E, aqui, como Senadora, pude ouvir de diversos líderes do PSDB à época, de oposição ao Governo, especialmente do Líder Aécio Neves, que fez uma PEC, se não me engano, votada por unanimidade no Senado Federal para garantir a mudança do rito das medidas provisórias no Senado, impedindo-nos, Senador Lasier, de conviver com a situação com que convivíamos até aquele momento que era a de chegar aqui uma medida provisória num dia, e, naquele mesmo dia, o Senado ser obrigado a votá-la, porque, senão, ela cairia. O Senado, de forma unânime, se colocou contrário àquela situação, e nós votamos para que isso não mais pudesse se repetir – uma proposta do Senador Aécio Neves.

No entanto, hoje, o Senado Federal se coloca numa posição subalterna à Câmara dos Deputados, apenas decidindo por homologar uma reforma trabalhista, das relações de trabalho no Brasil, que tem uma amplitude imensa sobre a vida do trabalhador, em especial do trabalhador mais pobre – e vou destacar aqui isso.

Eu não vou renunciar – quem quiser que o faça – ao voto que recebi do povo da Bahia para chegar aqui e cumprir a minha função como Senadora que tem nesta Casa o dever de revisar as leis que vêm da Câmara dos Deputados. Eu não farei isso. Quem quiser que o faça, em nome de assinar um acordo feito entre Senadores com o suposto apoio do Presidente da República. Ao invés de fazermos a nossa função, passamos ao outro o direito de fazê-la por nós. Não farei isso.

Segundo. Do ponto de vista político, caro Líder, quero fazer-lhe uma crítica construtiva. Reconheço a sua capacidade e inteligência, já fiz diversas vezes esse registro. Por isso mesmo, o perigo que V. Ex^a representa quando adere a uma posição que não é a que eu defendo, porque sei de sua competência para, de forma política – uso esta expressão –, "tratorar" a posição oposta. V. Ex^a, ao se exceder – talvez porque estivesse numa posição defensiva –, abusou do eu: "Porque eu fiz a legislação do trabalho doméstico". Quero dizer que não foi assim, e V. Ex^a sabe que não foi assim. Eu fui Relatora nesta Comissão da PEC que para aqui veio com o apoio do Senador, à época Líder do PSDB, Aloysio Nunes. Fizemos um acordo e votamos por unanimidade. V. Ex^a deu uma grande contribuição, sim, na regulamentação, mas não foi o único, não foi o único. Houve o apoio de diversos Senadores, dentre eles, esta pobre, coitada e humilde Senadora, que inclusive aprovou as propostas que foram encaminhadas e negociadas, como tantos outros Senadores.

Então, eu gostaria de lhe sugerir a retirada do eu excessivo para assumir uma posição de nós, uma posição coletiva, porque ela é mais concernente, é mais condizente com o trabalho legislativo. Talvez esteja V. Ex^a exatamente nessa posição porque tem tido tarefas do Governo que o colocam em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma postura de parecer, às vezes, que é mais Senador do que os outros Senadores, e é isso que eu afirmo quando falo desse tal acordo que V. Ex^a anuncia aqui, feito com os Presidentes das comissões pelas quais passou a reforma, feito por alguns líderes políticos de partidos, mas que não incorpora nem todos os Senadores, nem todos os partidos. Portanto, é um acordo excludente. Não leva em conta diversas propostas de Senadores; escolhe para acordar e faz isso de maneira insuficiente nesse seu acordo.

A proposta da reforma, caro Relator, fere direitos e precariza as relações de trabalho dos trabalhadores no Brasil; dificulta o acesso à Justiça dos trabalhadores mais pobres; reonera as mulheres trabalhadoras pela gestação e amamentação. E aí eu quero, de maneira especial, me dirigir a todos os senhores. O conceito existente no Brasil em relação ao trabalho da mulher... E por isso a Senadora Marta Suplicy disse aqui que conversou com mulheres que dizem que querem trabalhar mesmo em situação insalubre. Isso pode ser verdade em situação de insalubridade pequena e média. Isso pode ser verdade, sabem por que, Senadores? Porque, no Brasil, a gravidez e a amamentação é de única responsabilidade das mulheres brasileiras. A sociedade brasileira não assume o ônus da geração e da proteção da vida no Brasil. É por isso que a mulher trabalhadora tem 30 minutos apenas de intervalo para amamentar, quando 30 minutos seria o tempo que deveria ela descansar para iniciar sua amamentação, porque, quando uma mulher está amamentando, um grito dentro do trabalho, Senador Magno Malta, pode paralisar imediatamente a produção do leite daquela mulher, porque a amamentação tem uma relação direta – direta, absolutamente direta! – com a relação emocional. Mas vocês, V. Ex^{as}, homens aqui presentes, não discutem isso. Tanto que V. Ex^a nem usou esse acordo para minorar o prejuízo que as mulheres trabalhadoras têm ao ter a possibilidade, nesta reforma, de diminuir o seu intervalo de 30 minutos para a amamentação dos seus filhos. É um absurdo! É um absurdo que nós possamos admitir isso, que nós mulheres efetivamente possamos admitir votar numa questão dessas, porque a mulher de nenhum dos Srs. Senadores nunca se submeteria a uma situação dessa natureza. É a tal da seletividade – entre aspas – "natural" entre pobres e ricos na sociedade, em especial na nossa sociedade brasileira. Eu duvido – duvido! – que os senhores tivessem coragem de impor à mulher de qualquer um dos senhores 30 minutos de tempo para amamentar os filhos de V. Ex^{as}. Certamente que não! Certamente que não! Aquelas que trabalham têm o direito à amamentação confortável nas suas casas, para exercitar e garantir a saúde dos filhos de cada um de V. Ex^{as}.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é essa a situação das mulheres trabalhadoras deste País, e essa reforma não lhes tira a possibilidade de resolver essa questão; pelo contrário, aprofunda, quando V. Ex^a, nesse suposto acordo, insuficiente acordo, nem sequer fala dessa questão da amamentação.

Esse acordo também mantém o tabelamento por dano moral. Limita-se a dizer que não será adotado o salário do trabalhador como referência. Apenas isso. O texto não menciona que critérios serão usados para assegurar a indenização.

Quanto à insalubridade e negociação coletiva, nada muda substancialmente em relação ao projeto original, porque segue permitindo o enquadramento do grau de insalubridade e a prorrogação da jornada em ambientes insalubres mediante negociação coletiva. Limita-se a dizer que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a negociação deve respeitar as regras de saúde e segurança. Hoje quem faz o enquadramento são órgãos de saúde do Poder Público.

Eu não vou, Senador, me estender mais na desconstrução desse acordo. Vou apenas citar que, também quanto à contribuição sindical, o acordo apenas recomenda que o Poder Executivo estude um modelo de extinção gradual da contribuição, mas nenhuma referência faz, em nenhum momento, essa reforma ao financiamento dos sindicatos patronais. V. Ex^{as} sabem que a questão do imposto sindical atinge apenas os sindicatos de trabalhadores neste País, não atende os sindicatos patronais. Os sindicatos patronais todos continuarão com o seu financiamento garantido pelo Sistema "S", que eu tanto defendo aqui, juntamente com o Senador Armando Monteiro.

Para finalizar, quero entrar na outra questão de que tanto se falou aqui como argumento central para que a reforma exista. A reforma não gera empregos. Não é verdade dizer isso. Nenhum economista... O economista Pastore, tão citado por V. Ex^{as}, disse aqui, em alto e bom som, que não poderia, como professor de Economia, dizer uma inverdade dessa, porque a geração de emprego se dá por diversos fatores existentes na economia. E V. Ex^{as} são homens muito instruídos. Aqui, além de advogados, temos grandes empresários que sabem que essa não é uma razão única e direta de geração de emprego. Ela, no entanto, vai rebaixar a renda do trabalhador, que vai, objetivamente, como consequência, ter salários mais rebaixados. Nesse sentido, terá, portanto, um caráter recessivo, porque vai diminuir a capacidade de compra do trabalhador, fazendo com que não haja estímulo ao insumo...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e, portanto, não haja estímulo ao desenvolvimento.

Já vou finalizar, Presidente.

Caros senhores, ouvi falar de um Juiz que esteve aqui, do Trabalho, que disse que talvez este Senado e o Congresso não soubessem pelo que passa o empresário brasileiro. E eu disse a ele que, certamente, se há uma coisa que este Congresso sabe, Senador Requião, é por que passam os empresários brasileiros, porque a maioria, inclusive neste Senado, é de empresários. Nada tenho contra eles, mas poucos são os trabalhadores que têm a oportunidade de estar aqui, representando os seus próprios interesses.

Então, não me venham com essa história de dizer que essa reforma é a salvação da pátria, porque não é. Ela precariza a mão de obra,...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... ela atinge direitos do trabalhador, sim; ela rompe com a Constituição cidadã; e ela age claramente contra a organização social, pelo enfraquecimento da organização sindical no Brasil.

Eu não posso acreditar que alguém, em sã consciência, possa considerar que essa reforma, portanto, traz tantos benefícios com essa caracterização.

Depois, o Senador Requião fez aqui uma intervenção muito comedida, inclusive, e trouxe à baila um documento...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Ex^a que conclua o seu pensamento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou concluir imediatamente.

E fez aqui uma comprovação de que essa história de que o Brasil é campeão em ações trabalhistas é uma balela, é uma mentira que nenhum dos senhores pode provar.

Portanto, eu quero discutir a reforma, sim; quero discutir uma reforma que possa modernizar as relações de trabalho no Brasil. Agora, não uma reforma falaciosa, mentirosa, que ficam dizendo que resolve a vida do trabalho e do trabalhador, e vai aprofundar a miséria em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Pela ordem.*) – Como nós estamos iniciando ainda esta reunião, eu pediria a V. Ex^a que providenciasse com a Secretaria da Mesa, pois foi suspensa, a distribuição de água. E, como nós estamos iniciando ainda esta reunião, que V. Ex^a tomasse essa... Café e água.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a será atendido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Já é a lei trabalhista em vigor... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Pela nova lei trabalhista, não tem esse direito, não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O Lobão está chamando sua atenção lá... Lobão está chamando V. Ex^a lá...

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria parabenizar o Senador Roberto Rocha, porque o Senador Roberto Rocha trouxe à luz parte da história. E de forma muito verdadeira, de alguém equilibrado – não tanto quanto o Requião, mas equilibrado –, na sua fala, coloca alguns pingos nos is.

A verdade é que essa inclusão social tão decantada pelo Partido dos Trabalhadores – que Lula descobriu o Brasil, rezou a primeira missa... Ninguém fez nada; eles fizeram tudo. Só foi possível essa inclusão, que ninguém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Harry Potter, posso falar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Essa inclusão só foi possível, porque as bases da economia foram dadas por Fernando Henrique Cardoso. Não morro de amor por esse arauto





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da legalização da maconha no Brasil – ele não sabe o que é uma mãe que chora porque tem um filho drogado, e é por isso que ele fica divulgando isso aí. Não morro de amores, mas ele deu os fundamentos da economia; foi o governo dele. E com os fundamentos da economia e com a respeitabilidade que o País passou a adquirir a partir daí é que foi possível fazer essa chamada inclusão social, que, inclusive, tornou Lula inimputável. Nenhum crime que ele cometeu vale, porque ele fez essas inclusões.

O fato de ele ter sido retirante do Nordeste – como eu também sou e tantos outros – parece que é um privilégio só dele. Eu quero até esse título também de inimputável, porque ele é inimputável para eles. Qualquer coisa não vale, porque esse homem é um retirante, esse homem fez a inclusão social. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Houve inclusão social? Houve. As bases da economia foram dadas por quem? Fernando Henrique Cardoso, o governo do Fernando Henrique Cardoso, senão, não seria possível.

Lula perdeu quatro eleições? Verdade. Naqueles dias, não era o PR, era o PL, que filiou José Alencar – estou respeitando um Senador que está de gravata vermelha e de camisa azul –, do meu Partido. Na convenção, só eu votei contra a indicação de José Alencar. Fiz um discurso, votei contra. Naquela ocasião, Garotinho era candidato, e eu o apoiava. O primeiro comício foi no meu Estado, na cidade de Vila Velha, na praça da prefeitura, o comício do lançamento da campanha do Lula. Eu estava lá e fiz discurso. Disse que era contra, que meu candidato era outro, que o meu Partido estava com o Lula, mas que, se o candidato que eu apoiava não fosse para o segundo turno, eu seria Lula desde garotinho. Eu disse que, se Garotinho não fosse para o segundo turno, eu seria Lula desde garotinho. E fui apoiá-lo no segundo turno.

Nós todos acompanhamos tudo isso, mas não dá para ouvir discurso aqui de que o Brasil foi descoberto por eles, de que todas as leis e de que todos os avanços foram feitos por eles.

Essa reforma precisa ser feita. Não me apetece a maneira como ela está sendo feita, assim como o momento em que ela está sendo feita. Agora, dizer que isso vai tirar direito de trabalhador e que o mundo acabou é outra inverdade.

É preciso dar respaldo jurídico, segurança a quem gera emprego, porque quem gera emprego gera honra, gera dignidade. O trabalho do homem é a sua honra, é a sua dignidade.

Depositar na conta de Temer 14 milhões de desempregados também não é honesto, porque, quando a Srª Dilma Rousseff saiu cassada, já havia 12 milhões de desempregados no País. Ou nós somos doidos, sofremos de amnésia? Ou a Nação é doida, sofre de amnésia?

Só que no momento em que nós estamos vivendo, no meu entendimento pessoal, isso é inoportuno, por causa do *tsunami* que está colocado. Veja, Sr. Presidente, Senador Anastasia, que seria normal discutir num outro momento essa reforma, que propõe a convergência de entendimento em alguns pontos e em outros, não, até porque... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É em respeito a V. Exª que eu parei. Foi um momento de fraqueza de sua parte, mas eu perdoou V. Exª. *(Risos.)*

Vejam o seguinte: eu estou cansado de tomar chapéu no plenário – e já tomei muito chapéu, muita voadora de frente. Tenho dito por aí, sem esconder – e falo isto desde o meu primeiro mandato aqui –, que o Senador Romero é negociador de sequestro. Romero fala com a mãe do sequestrado e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com a mãe do sequestrador; fala com a polícia e fala com o sequestrador; fala com todo mundo. E, realmente, essa capacidade pouca gente tem. É por isso que ele foi Líder de todo mundo. Eu já votei coisa neste plenário, induzido pelo Senador Romero, que, quando chegou a segunda-feira, eu descobri que não era o que eu estava votando. Ele falou: "Não, mas é porque você não prestou atenção." Eu não quero tomar outro chapéu e não quero que ninguém tome, porque, definitivamente, será o Plenário...

Então, esse acordo, na verdade, não é a condensação de todas as emendas que foram rejeitadas, mas é um encontro, chamado de pontos de concórdia. Eu só não concordo com um ponto de concórdia, Senador Romero. É que um acordo da Presidência da República, para ter credibilidade aqui com esta Casa nos pedindo para abrir mão de uma prerrogativa, tinha que ser assinado pelo Presidente. Com todo o respeito aos nossos colegas, é acordo de Senador com Senador. Eles assinaram isso aqui, os Senadores. O Presidente tinha que... Aqui, a primeira era a dele.

E vou dizer uma coisa: assim, a exemplo de Fernando Henrique, arauto da legalização da maconha, quando mandou, a pedido do pai do nosso glorioso Cássio Cunha Lima, o poeta da Paraíba, que era o relator da privatização aqui, no Senado, e o pai do Cássio atende o PT, uns cinco Senadores, e pede a Fernando Henrique a carta assinada e registrada, dizendo que não ia privatizar a Petrobras. Hoje eu já sei por que eles não queriam privatizar. Mas era para não privatizar a Petrobras. E Fernando Henrique mandou a carta. Atendeu! Foi isto que eu pedi: Presidente Temer, mande uma carta.

Esta carta que o Presidente Temer mandou, com todo o respeito do mundo, não foi ele que escreveu, nem você, Romero. Romero, se você fosse do PT, nós estávamos todos mortos. *(Risos.)*

A Lídice falou que você parece coxinha de rodoviária. É perigoso demais. Coxinha de rodoviária é perigosa. Você já comeu?

Olha, parece que foi escrita por Rolando Lero. Não fala nada.

Então, eu não tenho mais disposição, até porque o cala-boca que nos foi oferecido, quando tiraram o Fundap do meu Estado, cometendo um crime contra o meu Estado, que tinha a sua economia fundada no Fundap há 46 anos – a Dilma prometeu um cala-boca para o Estado do Espírito Santo – ficou na promessa, porque nunca foi... E nós ficamos lá, convivendo com o sofrimento, as prefeituras fechando as suas creches, fechando escolas. O cala-boca nunca foi. Então, eu não quero mais um cala-boca sem que eu tenha a segurança. Eu não teria nenhum problema, Senador Lobão, apesar de entender que esses oito pontos não convergem à rejeição das emendas; o que converge é o substitutivo de Lasier às emendas.

Mas eu gostaria, Senador Romero, de ter uma segurança até o plenário, porque hoje eu não tenho.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Até o plenário. O último voto é no plenário. Se eu tiver essa confirmação de que esta medida provisória já chega aqui no momento seguinte, eu vou votar, votarei no plenário. Mas hoje eu não tenho nem essa segurança e, infelizmente, eu não posso acreditar, porque chapéu eu já tomei demais e não tomarei outro. Carrinho de frente, voadora, quase toda semana. Não vou tomar outro. V. Ex^a está rindo porque sabe que estou falando a verdade.

Então, eu não vou votar, não vou votar porque, infelizmente, a minha posição, a minha confiança naquilo em que eu acredito me conduz a isso. Não estou neste discurso fácil de que "nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fundamos o Brasil", de que os trabalhadores são todos filhos nossos, de que Lula é inimputável, de que Lula é igual a índio, de que é igual a criança, a idoso... Todos são inimputáveis, e ele também. Não é verdade!

Eu disse a um Senador amigo meu aqui – ele gosta muito do art. 14, e eu não vou falar o nome dele, não: "Olha, se você ficar me provocando, eu vou botar Lula para fazer o discurso da reforma trabalhista que está aqui." Estava engatilhado. Eu iria passar a palavra para ele, para Lula, mas não vou passar a palavra para ele, não. Não vou botá-lo aqui, não, porque eu estou aqui, no YouTube, com a fala dele e também da Presidenta.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – "Arroguenta", "honestenta", sei lá o quê; um monte de coisa. Eu iria botá-los para falar, porque eles não têm microfone. Eu iria dar a palavra para eles.

Então, eu não estou nessa falácia, não estou nessa fala fácil. Agora, eu compreendo que nós precisamos ter uma segurança advinda do Palácio por conta do momento que nós estamos vivendo.

O acordo aqui, Senador Romero, que eu lhe pedi – e encerro –, infelizmente só tem a assinatura dos Senadores; não tem a assinatura do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós temos ainda inscritos o Senador Paulo Bauer...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Paulo Paim pede para falar de novo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Fala no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fala no encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não.

Sr. Presidente, eu estou aqui respeitosamente. Cheguei às 9h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Almocei aqui e eu não falei nos meus dez minutos – não falei –, como todos têm direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está bem. V. Exª falará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O carinho que tenho por V. Exª... Eu vou me sentir discriminado se V. Exª fizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pronto. Falará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que o senhor não o fará. Então, estou tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Vanessa antes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas a Vanessa está ocupada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É você, e, depois, sou eu.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou inscrita, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está inscrita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª já falou várias vezes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, deixe-me pedir uma coisa, se V. Exª me permitir falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fala V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permitir, porque eu e o Senador Paim...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, tem que respeitar os outros colegas aí. Nós estamos o dia inteiro esperando também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ao lado de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra a Senadora Vanessa por dez minutos, improrrogáveis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Improrrogáveis. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida, o Senador Paulo Paim e, finalmente, o Senador Paulo Bauer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, o Senador José Serra chegou há poucos instantes comigo, dizendo: "Até agora o debate?". Eu falei: "Sim, Senador. É necessário." Nós gostaríamos muito que o senhor estivesse conosco aqui...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não vai falar mal de mim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou falando bem do senhor. Não vou falar mal; não se preocupe. Que o senhor estivesse aqui para nos ajudar no debate, porque eu falei e repito quantas vezes for necessário: nós estamos tendo uma oportunidade que não foi dada aos Deputados e às Deputadas. Esse projeto é do desconhecimento da grande maioria dos Deputados Federais. Foi aprovado na Câmara...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi aprovado na Câmara na Comissão Especial, que modificou completamente o projeto vindo do Executivo, no dia 25, e, no dia 26, no plenário. Os Parlamentares não sabem o que aprovaram.

Nós estamos diante de uma proposta, de um acordo, de pontos do acordo. Quero repetir o que acabou de dizer o Senador Magno Malta. Senador, eu vou complementar o que V. Exª falou sobre o acordo. Eu assino embaixo, mas vou adiante – a Senadora Lídice já levantou. Eles tiveram a capacidade de piorar as coisas com esse acordo que estão propondo. Em relação ao trabalho insalubre das





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mulheres gestantes, eles tiraram o médico de confiança e colocaram um médico do trabalho. Quem contrata o médico do trabalho? A empresa. É a empresa que contrata o médico do trabalho; é a empresa que contrata. Eles conseguiram piorar. Na parte que fala, eles reconhecem, do autônomo exclusivo... Porque o autônomo exclusivo, Srs. Senadores, vai destruir, vai acabar...

Ah!, eu vou parar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Senadores, a Senadora Vanessa tem toda razão. É preciso que fiquemos em silêncio para ouvi-la, ouvir as suas razões.

Prossiga, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O autônomo exclusivo, o que se propõe modificar aqui? Alguns pontos, e dizendo que não será mais exclusivo, só autônomo. Mas não basta isso. O que diz a lei, o Projeto de Lei 38? Que a contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade – proponho tirar a exclusividade –, de forma contínua ou não. Não tiram a forma contínua! Um autônomo não é autônomo se tiver trabalho contínuo e exclusivo. Não adianta só tirar a exclusividade! Não adianta. Então, também não ajuda, também não resolve esse ponto.

O dano extrapatrimonial, que já foi dito pela Senadora Lídice. O que eles propõem aqui no dano extrapatrimonial? Tirar a forma, ampliar o escopo, concordam. Eles agora concordam com o que nós estamos dizendo há meses aqui no Senado Federal e tiram a forma como será pago, tiram o salário, porque hoje é pelo valor do salário que a pessoa recebe. Está propondo que vai tirar, mas não é suficiente, porque nós não temos condições legais, constitucionais, de definirmos qualquer parâmetro de indenização extrapatrimonial neste projeto, e tão somente para as relações de trabalho – para as relações cíveis não. Não podemos. Não se toca em uma palavra, no fim que estão colocando, à Justiça do Trabalho; absolutamente nada.

O trabalho intermitente – propõe algumas mudanças, mas não propõe o essencial, que é a garantia do salário mínimo. A única coisa que diz aqui é que cada hora não pode ser inferior à hora do salário mínimo. Mas, se chegar ao final do mês o trabalhador no regime intermitente, por hora, se as horas trabalhadas não somarem um salário mínimo, não há problema, porque eles vão pagar menos do que o salário mínimo.

Esse autônomo é um escândalo, porque vai acabar com a Previdência Social. Querem burlar a legislação trabalhista! Porque, se o autônomo trabalha para um patrão seguidamente, continuamente, por mais que se tire a palavra exclusividade daqui, ele não é autônomo, ele é empregado! E por que querem considerá-lo como autônomo? Para não recolher para a Previdência Social. E depois vão ao microfone dizer: "Temos de fazer a reforma da previdência, porque o coitadinho do aposentado não vai mais receber a sua aposentadoria." O dinheiro está sendo tirado aqui! O dinheiro da previdência está sendo tirado aqui!

No acordo não se fala mais nada sobre a divisão do salário. Sabem, senhores e senhoras, o que eles estão propondo? Que o salário não seja todo salário; que poderá o salário ser dividido parte em abonos, parte em premiação – parte em premiação. Para quê? Em prêmios e em abonos, e em prêmios e abonos, Senador Paim, não incidirá Previdência Social. Então, um trabalhador que hoje ganha R\$3 mil, o patrão amanhã vai chamar: "Venha cá, fulano." – com a lei aprovada, é a primeira coisa que faz – "Você agora não vai ganhar R\$3 mil, vai ganhar R\$2 mil." "Opa, o senhor vai diminuir o meu salário?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Não, só que R\$1 mil vai ser em premiação, e eu não vou descontar a Previdência Social aí." Acaba com a previdência.

E o mais interessante é que, lá no finalzinho do projeto, a gente quase não fala aqui, o que eles falam das filantrópicas, das tais filantrópicas, que o Relator da Previdência Social disse que iria tributar as filantrópicas? Disse lá em fevereiro. Apresentou o relatório, a palavra filantrópica sumiu. Sabe o que é que eles fazem? Benevolência às filantrópicas.

As filantrópicas não precisam mais fazer o depósito recursal. Elas não precisam. Não pode ser penhorado, penhorado qualquer bem da filantrópica, não pode. Então, vejam, vejam. Falei das parcelas. A dispensa coletiva, aqui eles igualam. A gente precisava ler novamente. Igualam demissão individual com demissão coletiva.

Aí, vem o Senador Jucá dizer o seguinte, nós aqui não estamos discutindo o Temer. Vocês só falam de Temer, Temer, Temer. Não, vamos falar dos empregos, da geração de emprego. Vamos falar do fim da informalidade. Vamos, Senador Jucá, vamos falar sobre isso. Agora, vamos falar em cima do que está escrito neste projeto, não em cima de um discurso vazio, enganoso, mentiroso, que não é honesto, que não é sincero.

Eu falo sobre isso, sim, do art. 844, 8º, 58, 59, 223, 457, 484, 611, 614, 644 e tantos outros. Não há um artigo aqui que gere um emprego. Nós não estamos gerando emprego aqui. O que isso aqui faz é precarizar as relações de trabalho. E os senhores reconhecem isso, a partir do momento em que aqui na proposta se diz o seguinte: vamos estabelecer uma quarentena, uma quarentena para o trabalho intermitente, uma quarentena. Por quê? Para não chegar imediatamente, após a lei aprovada, o contrato ter o seu contrato de trabalho transformado para trabalho intermitente.

Então, senhores, tudo o que não está acontecendo aqui, o que os senhores não têm é nenhuma preocupação com os desempregados, com os informalizados. Não têm e nós provamos artigo por artigo. Provamos. Além de ser inconstitucional, é injusto com a população brasileira, é injusto com as mulheres, porque continua... E o pior é isso, é a falta de sinceridade, é a falta de honestidade. Isso é que é... É, Senador, eu digo isso e assumo o que eu digo, porque eu digo baseado aqui. Disseram que melhorou. Leia, em relação às lactantes. Elas poderão sim trabalhar em lugar insalubre, mas com atestado do médico do trabalho. Piora, piora. O médico do trabalho é contratado pela empresa. Piora. Eles conseguiram piorar isso aí.

Então, veja, não há nexos, não há nexos. Essa reforma é incompatível, incompatível com a reforma previdenciária. Ela é incompatível com a reforma previdenciária. Não toca no legislado sobre o negociado o acordo. Não somos contra valorizar o negociado. Agora, o negociado...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... não pode passar por cima do mínimo, não pode passar por cima do mínimo.

A terceirização é geral, ampla e irrestrita. Os que não serão terceirizados, Senador Paim, trabalharão pelo contrato intermitente. Os que não trabalharão pelo contrato intermitente serão contratados em hora parcial, sem receber o salário mínimo também. Os que não forem contratados assim serão os autônomos. É isso que nós estamos construindo.

Olhem, Srs. Senadores, que precisa de uma reforma – eu quero concordar com a Senadora Kátia, com o Senador Renan, com o Senador Eduardo – precisamos, mas uma reforma que avance, uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reforma que não leve o trabalhador lá para a primeira década do século passado, quando o Congresso Nacional aprovou a primeira lei de férias, garantindo férias aos trabalhadores do comércio. Foi uma confusão danada, mas o espírito que prevalecia naquele momento ainda era o das relações...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... escravagistas. Agora, não, agora nós temos que mudar é diminuindo a jornada de trabalho, porque a máquina substitui o homem. Aqui não, aqui se precariza trabalho e salário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, dez minutos, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez ou quinze? Estão se propondo quinze ali.

Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, com toda a sinceridade do mundo, se eu pudesse perguntar para cada Senador e Senadora, a esta altura da noite: os senhores acreditam mesmo que este projeto é um avanço para o povo brasileiro?

Eu ouvi aqui, estou desde 9h da manhã aqui, só como exemplo, alguns disseram: "Mas o governo Dilma abriu mão da contribuição do empregador de 20% sobre a folha." Todos os senhores elogiaram. Gerou emprego? Não gerou nenhum. Não gerou nenhum. Lembram? Eu fui contra à época, porque eu disse que estava errado, mas os senhores concordaram.

Depois tiraram os tributos, o senhor tem razão, sobre a linha branca. Era para gerar emprego. Gerou emprego? Não gerou nenhum. Ali começou o desemprego. A avareza, eu diria, dos 5% mais ricos, que têm que ficar cada vez mais ricos. Eu acho que eles pensam que caixão tem alça. Caixão não tem alça, não vão levar lá para cima quando morrerem. Quem disse aqui foi um painelista, inclusive, a frase: "Caixão não tem alça."

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não é alça; é gaveta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caixão não tem gaveta, naturalmente, com a alça, para botar ali dentro o que eles querem. É exatamente. Foi dito aqui, o senhor estava aqui, por um dos nossos convidados: "Caixão não tem gaveta." Então, não adianta essa loucura para ficar cada vez mais rico, mais rico, mais rico, tirando dos mais pobres. Não vão levar, não há como levar. E quem foi lá para cima não voltou para contar, inclusive.

Eu vi aqui que a CLT tem um século. A CLT foi atualizada 85%, 85% dela já foi atualizado. Eu vi aqui que vai gerar emprego. Todos os senhores sabem, com todas as audiências que nós tivemos aqui, que não vai gerar um emprego.

A terceirização, quando aprovaram aquele projeto irresponsável, eu diria, lá na Câmara, que passou aqui antes de nós chegarmos aqui, disseram que iria gerar milhões de empregos. Continuou o desemprego caindo. E a terceirização, que o Presidente da República tinha dito que iria vetar alguns artigos – o Senador Magno Malta está aqui ainda –, não vetou nenhum. Não vetou nenhum, nenhum, nenhum.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Requião aqui desmontou, mas ele me mostrou o artigo. Essa mentira deslavada de que 97% das ações trabalhistas do mundo estão no Brasil. Mentira! Está aí o documento. Quem quiser ler que leia. Alguém chutou esse número e foram repetindo.

Mas vamos em frente, Sr. Presidente. Essa história do negociado sobre o legislado. Eu quero entrar no mérito. Ora, todos nós sabemos que na tal de livre negociação quem tem força é o empregador. Os senhores são empregadores aqui, inúmeros. Até eu tenho empregada doméstica na minha casa. Quem é que define o salário dela? Quem é que define a forma de ela trabalhar? Sou eu, mas há uma legislação mínima que a protege. E, se eu não cumprir aquela legislação, ela me processa, e tem que processar mesmo.

Agora, aqui, contrariando tudo o que é lógico, inclusive o que manda a OIT, os senhores estão dizendo: "Não, a lei não interessa para o trabalhador, só interessa para a parte empregadora." E a parte mais fraca, que é o trabalhador, vai ter que se submeter, senão ele não tem emprego. Com 15 milhões de desempregados, o que que ele vai fazer? O negociado acima da lei, não respeitando a lei, é uma covardia contra os trabalhadores no momento em que nós temos em torno de 15 milhões de desempregados.

Quem está nos assistindo neste momento sabe que é assim. E não é só dentro das fábricas, é no comércio, é no banco, em qualquer lugar. É em qualquer lugar! E, agora, com a terceirização da atividade-fim, inclusive nas prefeituras, estão demitindo e contratando terceirizado a bel-prazer do prefeito de plantão.

Mas vamos em frente. Eu fico perplexo sobre essa visão de que o Senado tem que abrir mão da sua visão e do que manda o ordenamento jurídico, de ele legislar. O Senador Romero apresenta aqui no acordo oito propostas; o Relator anterior apresenta seis; o Senador Lasier, querendo contribuir, apresenta cinco. Não estou falando aqui de nenhum Parlamentar que seja da base da oposição ao Governo.

Todos concordam. Eu quero perguntar para os 81 Senadores aqui presentes e todos os relatores, de voto em separado ou não, se todos eles entendem que o projeto tinha que ser mudado. Mas por que a gente não muda, então? É o medo de quem? Tem que estar com medo de alguém. Tem que ter medo de alguém.

Eu quero saber o que há por trás disso. Como Senador da República, me parece que há algo escondido de que não querem falar. Se todos entendem que tem que mudar, por que não mudar? Ou vamos transformar o Congresso brasileiro em unicameral? É isso. Vamos dizer que a Câmara decide, passa aqui para o Senado, o Senado dá um beijo naquilo que vem de lá, um abraço, e manda para o Presidente de plantão, seja ele quem for. Não estou nem entrando no mérito.

Mas tenho de dizer que um mérito esse Presidente tem: ele conseguiu unir todos contra essas duas propostas, trabalhista e previdenciária, e contra ele. É unânime, os que eram favoráveis ao *impeachment* e os que eram contra os *impeachment*. Pode pegar na internet se não é unanimidade. É 100% – é 100%! – nas redes sociais.

Muita gente que nos criticava diz o seguinte – não é que mudou de opinião ou posição, Senador Hélio José, que está chegando agora –: "Nessa, eu estou com vocês; nessa, eu estou com você, Senador." O Presidente Temer conseguiu unificar o Brasil contra ele e contra essas duas reformas. É fato e é real! Nós todos sabemos disso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O trabalho intermitente, Sr. Presidente, eu tenho que falar nisso. E vai me dizer que o trabalho intermitente não acaba com o décimo terceiro, com férias, com hora extra, fundo de garantia, previdência? Acaba com tudo. Provem-me que não! Vai um cidadão e vão dizer: "Olha, essa semana, vou te dar cinco horas e vou te pagar R\$5, a hora." Ele vai receber quanto? Cinquenta pilas. "Na semana que vem, só vou te dar dez horas." Vai receber, aí, R\$50, porque antes davam R\$25 – cinco vezes cinco dá 25. Primeira semana, R\$25 e, na outra, R\$50. E vocês acham que ele vai pagar a previdência, se não paga hoje, meu Deus do céu? Com toda a lei, que engessa, eles não pagam! Sabe qual é a dívida do setor do empresariado com a previdência, por ano, isso é apropriação indébita –, que tira do trabalhador e não paga? São R\$25 bi; dados oficiais da Receita Federal, que tenho ali na CPI da Previdência, e da qual o Senador Hélio José é Relator.

Se hoje não pagam, o senhor acha que eles vão ter burocracia e vão cumprir lá uma hora, duas horas, três horas, fundo de garantia, décimo terceiro proporcional, férias proporcionais? Não vão! Vão dizer para o cara: "Olha, estão aqui suas cem pilas," e mandar para casa. Vocês sabem, todo mundo aqui sabe que vai ser isso, mas, assim mesmo, querem votar, querem votar.

Indo para os últimos minutos, Sr. Presidente. Terceirização. Eu viajei os 27 Estados para debater terceirização e o tal do negociado, que eu já expliquei. Todos sabem que, em cada cinco mortes por acidente de trabalho, quatro são empresa terceirizada; quatro mortes são de empresa terceirizada. A cada dez acidentes com sequela, oito são de empresa terceirizada. E que eles pagam 30%, em média, a menos.

Vocês acham que eles não vão terceirizar? Até porque, como disse muito bem aqui a Senadora Kátia Abreu, com aquela firmeza, convicção dela de sempre: "Vão aprovar e eu vou ter que aplicar também nas minhas empresas, porque senão vira uma concorrência desleal!" Os senhores querem isso? Querem reduzir o salário miserável que este País paga e que outro dia mostrei aqui? "Ah!, mas a Europa, porque a França, porque a Itália, porque a Alemanha...", como ouvi aqui... Sabe quanto é o salário mínimo nesses países? Todos acima de US\$ 1 mil!

Aí disseram: "E a Índia?" Sabe quanto que é, na Índia, o salário mínimo? Em torno de US\$800 dólares, US\$780 dólares.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E quanto é no Brasil? Duzentos e poucos dólares. Eles pegam o que interessa para comparar, mas não pegam o outro lado. Isso é inaceitável, Sr. Presidente. Nem vou falar aqui da questão das mulheres que, pelo amor de Deus, não é?

Eu fui técnico de segurança do trabalho, eu conheço o médico do trabalho e sei quem paga o médico do trabalho. Ou acham, quanto ao médico do trabalho, o dinheiro vem lá do céu para ele? Vem do empregador, que paga o médico do trabalho!

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para concluir, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E agora ela vai poder trabalhar em área insalubre, penosa e periculosa, grávida! Isso não vai ter efeito na criança? Digam-me que não? Eu tenho cinco filhos, seis netos. Eu gostaria de ver minha mulher numa área insalubre, penosa e perigosa, grávida? E o médico da empresa que dá o atestado – eu presidi Cipa e fui técnico em segurança do trabalho. Eu sei muito bem como é que funciona o ato inseguro em condições inseguras. E 90% dos acidentes é condição insegura, e não é ato inseguro coisíssima nenhuma.

Horário de almoço – para concluir, Sr. Presidente – e termino aqui. Alguns dos senhores, nas suas empresas ou, se pegar aqui quem é sindicalista mesmo, almoça em meia hora? Estou falando de diretor da empresa; não estou falando em trabalhador. Calcule aquele que está lá na fundição que é onde eu trabalhava, que eu tenho que sair da linha de produção, pegar o bandeirão, bater o cartão, ir ao banheiro, almoçar, devolver o bandeirão – descansar nem se fala –, devolver o bandeirão, correr para bater o cartão de novo e aí correr para a linha de produção em tempo. Tudo em 30 minutos? Mas quem decide isso? Quem é? É o empregador e o empregador vai dizer o seguinte: "Aqui na minha empresa o turno de almoço é 30 minutos. Quem quer, quer. Quem não quer, há quem quer. Há 15 milhões na rua."

Sr. Presidente, esse projeto não é sério. É irresponsável. Eu chego a dizer, e sei que não é a posição aqui de Senadores, mas a Câmara agiu com muita desonestidade com o povo brasileiro. Os dados que nós temos, os dados que nós temos é de que vai trazer prejuízo direto para 100 milhões de pessoas e indiretamente para muito mais.

Eu tenho o maior respeito por todos os Senadores, mas como eu gostaria, Srs. Senadores, que isso não constasse no currículo de nenhum dos senhores, mas gostaria mesmo de coração. Vocês sabem do respeito que tenho pelos senhores, e aqui nunca acusei um Senador pessoalmente, nem o farei. Tive o cuidado sempre de não citar um Senador. Cada um tem seus problemas que têm que se resolver pelos atos de cada um naturalmente, mas só botar assinatura nesse projeto...

Eu confesso a vocês, vou dar a minha posição – daí termino, Sr. Presidente. Se eu votasse num projeto como esse e o meu neto chegasse a casa e me perguntasse: "Mas, daí, vô, tu votastes naquilo lá que está todo mundo contra e com os motivos colocados? Ou o meu filho colocasse, ou o meu afilhado me colocasse,..."

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... eu não saberia o que fazer, eu me sentiria desmoralizado. Não tem preço o carinho, o olhar, o beijo, a sinceridade do nosso povo com a gente – isso não tem preço!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os senhores talvez muitos não saibam como é bom, como é bom...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o carinho pelo amor à causa de cada um, porque eu sei que vocês têm as suas causas, mas neste momento é um erro, é um erro, é um erro enorme! Nós nem paramos para sentar para discutir. Eu cheguei a dizer, Senador





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lasier, aqui do meu lado: "Por que não sentarmos e construirmos, como fizemos no passado? PEC paralela, reforma do Presidente Lula que mandou para cá."

(Soa a campanha.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por favor, conclua!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Termine, Sr. Presidente. Com essa frase eu termino. Termine, Sr. Presidente. Fizemos o acordo aqui na PEC paralela, um outro entendimento, e todos saíram bem, porque foi o melhor para o País, foi para um projeto de Nação.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por favor, conclua!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por que não podemos fazer o acordo?

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu termino só dizendo essa frase: vamos para um grande acordo, o que é melhor para todos, para todos!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Edison Lobão, eu acompanhei desde as 10h da manhã, dez e pouco. Nós estamos chegando a 11 horas de debates sobre um projeto que classifico como torturante, pelo menos para mim. Sei que a maioria dos colegas que está aqui já se definiu como oposição e situação. Não me considero nem oposição nem situação, neste caso aqui; eu me considero independente com relação a partidos, embora o meu Partido esteja na base. Mas nós estamos diante de um projeto de lei impreciso com relação ao que vai se concretizar lá adiante.

Apresentei um voto em separado propondo vetos no trabalho intermitente, que eu acho muito ruim, no negociado sobre o legislado, no imposto sindical – em que proponho que a extinção se dê gradualmente, em até três anos –, no trabalho da gestante no serviço insalubre e na jornada de 12 por 36 horas. Nós estamos chegando à hora de votar, e me parece que o Governo já existe maioria a seu favor, mas nós estamos chegando ao final sem nada garantido com relação a mudanças por parte do Governo.

O Senador Magno Malta tachou a carta do Presidente como uma carta de Rolando Lero. Concordo que é indefinida e a leio na parte da completa indefinição do Presidente quando diz: "Haverá a possibilidade de, através de vetos e da edição de uma medida provisória, agregar as contribuições e realizar os ajustes sugeridos durante todo o debate no Senado." Mas essa é uma promessa vaga, Presidente, não diz nada. Veto onde?

Aí vem um documento encimado pela Senadora Marta e acompanhado pelas assinaturas dos Senadores, da sua assinatura, Senador Edison Lobão – que, aliás, nem assinou, veio em branco acima





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do nome dele – , do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Romero Jucá. Aí falam em pontos acordados, mas acordados entre esses Líderes, e não confirmados pelo Presidente: o trabalho intermitente, a jornada de 12 por 36, as salvaguardas, a participação sindical na negociação coletiva, gestantes e lactantes, insalubridade e negociação coletiva, o dano extrapatrimonial e autônomo em trabalho exclusivo. E há uma recomendação: "Recomendamos ao Poder Executivo que estude um modelo de extinção gradual da contribuição sindical obrigatória", o que, aliás, é a minha proposta. Então, Presidente eu não vou votar. Eu não vou votar. Vou esperar pelo que vai trazer ainda o Senador Romero Jucá, quem até eu gostaria, Presidente Edison Lobão, que nos transmitisse uma palavra final que nos mais dê segurança sobre o acolhimento desses pontos tão controversos e tão nocivos, para que se possa ainda ter uma esperança de que o Governo vai mudar alguma coisa, porque até agora não há garantia nenhuma de qualquer mudança. O projeto, nos termos em que está, satisfaz o empresariado e o empreendedor – e merecem respeito o empresariado e o empreendedor, porque a economia depende do empreendedor –, mas não é satisfatório para o trabalhador. São vários os itens ruins para o trabalhador, que merecem uma atenção maior, merecem alguma mudança neste texto original, que foi trazido para cá, na maioria, pela Câmara dos Deputados, porque na verdade o projeto original era de sete artigos, e o projeto da Câmara chega aqui com 117 pontos, 117 artigos, e o Senado, a rigor, até agora não teve garantia de alterar qualquer um deles.

Então, é por isso, Presidente, que eu estou dizendo: eu não vou votar. Vou seguir a doutrina do Magno Malta e aguardar pelos acontecimentos para a semana que vem. E gostaria – repito – que tivéssemos ainda uma palavra final do Senador Jucá, porque tudo que foi dito até agora, e que foi escrito, é vago e caracterizado pela incerteza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu lamento estarmos vivendo um dia como este no Senado Federal. Tenho muito respeito pela divergência de opinião, mas vejam: hoje foi um dia muito importante na Casa. Todos falam da experiência do Líder do Governo, do sempre Líder Romero Jucá, mas eu acho que nós temos um outro Senador aqui que – com todo o respeito ao Senador Romero Jucá – tem uma experiência, tem uma vivência e ocupou funções nesta Casa que nenhum outro Senador – pelo menos com quem eu tenha convivido, a não ser o ex-Presidente Sarney – alcançou. Refiro-me ao Presidente Renan Calheiros. Hoje ele, um dos mais influentes Senadores da Casa, anuncia que não fica mais na Liderança do Partido do Presidente da República. Deu suas razões. Deu razões gravíssimas, de que há um presidiário que manda no Governo. Isso não virou nem notícia na grande imprensa. Ele deu razões de que essa proposta que nós estamos apreciando aqui desmonta, destrói mais ainda um País que está fragilizado, e nós estamos fazendo ouvido de mercador.

Eu lamento, Sr. Presidente, que, na Comissão de Constituição e Justiça, ninguém aqui, daqueles que defendem essa proposta, tenha feito sequer um debate sobre um artigo, sobre um inciso dessa lei. Nenhum! Nós não estamos votando uma lei, nós estamos fazendo uma deliberação política, no pior momento do Senado, no pior momento da política e na pior crise que um governo já viveu, desde o nascedouro da Nova República.

Sr. Presidente, ontem nós fizemos uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, que eu propus. Estávamos discutindo algo atual e moderno e que afeta a vida dos países, dos Estados, das





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sociedades, das empresas e das pessoas. Estamos falando de uma mudança, porque estamos saindo desse mundo físico...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...para a era digital. Lá na audiência nós falamos que mais importante do que discutir da maneira que estamos discutindo reforma trabalhista seria discutirmos como vamos levar em conta e dar ao Brasil a condição de ter alguma competitividade para resolver os desafios da relação de trabalho moderna.

A relação de trabalho moderna não vai ser resolvida com essa proposta que estamos apreciando aqui. Mais da metade das crianças que estão hoje nas escolas, estudando, quando forem trabalhar, será em profissões que nós não conhecemos hoje.

Então é um Senado que não vou dizer envelhecido, não. É um Senado que está na contramão.

Nós podíamos discutir como fazer para o Brasil se modernizar. Há 30 anos, começamos a ter a internet. A nossa lei de telecomunicação é de 1997, uma das mais velhas e atrasadas do mundo. E estamos querendo discutir relação de trabalho que nos empurra para o século passado. Sabem para quê? Para atender ao mercado, que não está nem aí para quem trabalha, para quem está desempregado nem para as famílias que querem empregar os seus filhos.

O que eu lamento sinceramente é o Senado Federal aceitar esse papel de absoluta cumplicidade com um Governo que não se sustenta, e com omissão, que é muito grave. Sinceramente, faço um apelo aos colegas Senadores: não se omitam! Não assinem embaixo de um cheque em branco!

Passou o dia inteiro todo mundo discutindo. O Presidente não teve a coragem de assinar essa carta. Se ele não teve coragem de assinar essa carta... Vocês acham que o Senador Lasier e o Senador Magno Malta iriam falar, iriam tomar a posição que estão tomando hoje se houvesse alguma seriedade nisso que está vindo do Palácio do Planalto? Não está vindo, não. O Palácio, de fato, está moribundo, querendo sobreviver.

Agora, o que me estranha é o Senado, em vez de entender que estamos vivendo a pior crise da República... Nós estamos vivendo a crise do fim da Nova República, que começou com Tancredo Neves. Pode ser até uma marca. Espero que não seja, porque tenho respeito pelo colega Aécio Neves. Não sou daqueles que tripudiam em cima do sofrimento de ninguém, mas a Nova República começou com Tancredo Neves. E vai terminar assim? Agora nós vamos ser omissos?

Que mudança queremos fazer para o País em que o Senado é proibido de alterar qualquer coisa? Isso é uma vergonha! Isso diminui o Senado Federal! Estou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a mais antiga instituição da República. O Líder do PMDB, Partido do Presidente, da maior bancada, renunciou a Liderança por conta das perseguições contra membros do PMDB, contra membros da Base do Governo. Foi, sim, Senador Romero Jucá, com todo o respeito. O Senador Hélio José não foi perseguido por conta de um voto, não? O Senador Eduardo Braga não está sendo perseguido também por conta da posição política?

O País está precisando de cada um de nós, do que temos de melhor. E o Governo está oferecendo o que tem de pior! E quer a chancela.

Eu tenho vergonha, porque tenho muito apreço pelos Senadores e Senadoras...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...que, lamentavelmente, neste momento estão querendo ser coniventes com o Governo. Até pelo bem do próprio Governo, nós temos que trabalhar uma saída para este Governo, para termos um governo que tenha uma nova agenda que pode apresentar essas propostas, mas levando o Brasil para a frente, um governo que possa pacificar o País.

Esta proposta que se está votando hoje divide o País. Tanto é que o governo paralisou a da previdência lá atrás, na Câmara.

Então, é o apelo que eu faço, Sr. Presidente, para todos que estão aqui: eu acho que o Senado é a instituição que pode ajudar o País a pôr fim a esta Nova República, cuja validade venceu, e construir um ambiente novo. Isso vai ter que vir com diálogo, com o Senado se impondo. A gente se acovarda diante do Judiciário, a gente se acovarda na hora em que o povo chama e agora se acovarda diante de um governo que não tem nenhuma credibilidade.

Olha, eu respeito aqueles que falam da opinião pública. A opinião pública, que é frontalmente contra isso, não tem que ser temida; ela tem que ser respeitada.

Então, pelo respeito à opinião pública, pelos desempregados, pelas famílias que querem empregar seus filhos, pelos nossos jovens, pelas nossas crianças, que não sabem nem que profissão vão exercer, não vamos atrasar a legislação trabalhista do Brasil, não. É um atraso; é um atraso!

Vamos assumir, o Senado não pode cumprir esse papel de ficar... No Acre se fala assim e na Amazônia: "calado, ninguém sabe o que calado quer". O Senado está fazendo a opção, no momento em que o País mais precisa dele, de dar o calado como resposta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Bauer, último inscrito.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Depois de ouvirmos por horas as manifestações dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras, eu apenas quero aqui registrar os meus cumprimentos a V. Ex^a pela condução dos trabalhos nesta data. Também quero aqui cumprimentar o Senador Jucá pelo trabalho que fez como Relator.

Nós sabemos que o tema é polêmico, é complexo, mas, com certeza, o trabalho realizado nas Comissões que analisaram anteriormente esta matéria, tanto a CAE, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, como também na CAS, presidida pela Senadora Marta Suplicy, onde foi Relator o nobre Senador Ricardo Ferraço, que fez um grande trabalho também com relação a essa matéria... Devo dizer a V. Ex^{as} e também ao Senador Anastasia, Vice-Presidente desta Comissão, que, sem dúvida alguma, o tempo vai provar e comprovar o acerto dessas medidas e deste projeto de lei.

Eu sou Senador por Santa Catarina. No meu Estado, graças a Deus, nós temos todo tipo de emprego e todo tipo de trabalho. Nós temos o emprego e o trabalho sazonais, na fruta, na pesca; nós temos o emprego industrial, na alta tecnologia e também na produção de bens de consumo e de alimentos; nós temos a alta tecnologia presente em Santa Catarina. E eu devo dizer a V. Ex^{as} que, em muitos momentos, ouvindo manifestações nesta Comissão, eu fico a me perguntar a quem os Senadores ouviram para poderem se manifestar dessa forma e com tal veemência contra esse projeto?

Porque, sinceramente – quem me conhece sabe –, eu não represento nem o empregador, o patrão, nem o empregado e tampouco o sindicato. A minha história pública não tem vinculação nem com um, nem com outro; mas eu convivo com todos, com os dois segmentos. E tenho conversado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com todos a respeito desse projeto e dessas mudanças; e ouço sempre mais, e cada vez mais – exceto, naturalmente, da parte daqueles que, ideologicamente, têm posição contrária ao projeto ou posição contrária politicamente ao Governo – que é absolutamente necessário que façamos uma modernização da legislação trabalhista, como, aliás, estamos fazendo neste momento. Nós precisamos de novas regras para valorizar o trabalho neste País.

É equivocado, errado – permitam-me dizer, e eu digo com autoridade de quem não deve mandato para nenhum empresário ou empreendedor; eu o devo aos cidadãos, sejam eles trabalhadores, sejam eles empreendedores – dizer que o trabalhador está sendo prejudicado, porque não há possibilidade de nós imaginarmos sucesso para o empregador, para o empreendimento, para o empreendedor sem que tenhamos o sucesso do empregado. Em Santa Catarina, posso afirmar a V. Ex^{as}, até porque é um Estado exemplar no Brasil, nós não temos empreendedor, patrão, proprietário e dono de indústria bem-sucedido se não tiver empregados bem-contratados, valorizados e, acima de tudo, bem-remunerados. Não conheço no meu Estado exemplos nesse sentido. Penso que o Brasil precisa ter essa condição em todos os Estados, em todas as Regiões.

Por isso, aqui, em nome do PSDB, Bancada da qual sou Líder, desejo manifestar nosso apoio integral a este projeto que não deve ser visto como um projeto do Governo do Presidente Temer, que não deve ser visto como um projeto do Governo Federal. Ele é um projeto que diz respeito à sociedade brasileira, que interessa à economia do País. Ele não pode ser um projeto do PMDB, não pode ser um projeto do PSDB, não pode ser um projeto do Governo. Ele é um projeto da sociedade brasileira, e é para ela que ele se destina.

Muito obrigado.

Espero que possamos votar com brevidade e aprovar esta matéria na data de hoje.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Lindbergh, tem que pedir encaminhamento de votação. Todos têm direito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Bauer, eu agradeço a V. Ex^a as palavras amáveis dirigidas a este Presidente.

Nós estamos aqui neste debate desde 10h da manhã e prosseguiremos mais por algum tempo. Isto é o que a democracia faz: a beleza do debate, do entrelaço das ideias. Desse entrelaço, imagina-se sair a melhor solução para a sociedade brasileira, para o Estado brasileiro, no caso presente. Cada Senador emitiu seu ponto de vista e proclamou as suas verdades, mas as verdades não podem ser unilaterais. Cada qual, de maneira fundada, tem as suas ideias, as suas verdades.

O que nós vamos fazer agora é uma votação democrática também. Os Srs. Senadores que não aceitam os fundamentos do projeto que estamos votando, obviamente, votarão contrariamente a ele; e aqueles que, na sua argumentação, também, com voto igual, de semelhante valor, entenderem de modo diferente votarão a favor do projeto.

Vou passar, portanto, à fase objetiva desta reunião.

Informo que há, sobre a mesa, os seguintes requerimentos:

Primeiro, do Líder na Bancada do PT, de adiamento da votação para o dia 5 de julho.

Segundo, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para destaque das emendas que menciona.

Terceiro, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, para destaque das emendas que também menciona.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente do PT, ex-Líder desta Bancada, tão aguerrida, para destaque das Emendas nºs 671 e 678.

Da Bancada do PSB, para votação, em separado, da Emenda nº 605.

Da Bancada do PT, para votação, em separado, das Emendas nº 512 e 595.

De iniciativa do Senador Romero Jucá, para a votação em globo dos requerimentos individuais de destaque.

Coloco, em primeiro lugar, em votação o Requerimento do Líder da Bancada do PT de adiamento da votação para o dia 5 de julho.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24, de 2017

Autoria: Senador Lindbergh Farias

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Para sustentar, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o requerimento de adiamento está prejudicado, porque o Regimento diz que qualquer adiamento tem que ser proposto quando é anunciada a matéria. Nós já discutimos, já abrimos discussão. Portanto, é pretérito o tempo. Não há condição. Eu peço que seja considerado prejudicado e não vá nem à votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, primeiro, é dizer que o Senador Romero Jucá não é o Presidente. Esse é um tipo de resposta para ser dada pelo Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Estou levantando a questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não por V. Ex^a. O Presidente, que é um Presidente que conduziu muito bem os trabalhos, é o Senador Edison Lobão.

Nós apresentamos este requerimento no momento exato em que foi anunciada a votação. Nós não vamos pedir verificação nominal, porque a gente está querendo discutir a votação nominal em cima da proposta e dos destaques. Mas eu tenho o direito de apresentar este requerimento de adiamento.

E eu queria sustentá-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Presidente Edison Lobão. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para contraditar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, o Presidente não deu a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Requerimento...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, deixe ele lhe dar a palavra!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vai contraditar o Presidente?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Siga o rito, Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Requerimento de V. Exª é com data marcada para adiamento!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Deixa ele falar!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Espere ele...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem. E quando for falar, Senador Romero, espere o Presidente conceder a palavra a V. Exª. Pare de pensar que manda em tudo aqui!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não estou mandando em nada. Estou levantando uma questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esse debate paralelo não ajuda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos lá.

Primeiro, Sr. Presidente, os senhores viram aqui a fala do Senador Lasier Martins, a fala do Senador Magno Malta. Surgiu agora uma proposta que o Romero Jucá trouxe, da qual os próprios Senadores da Base governista, Senador Magno Malta, não estão seguros.

Qual é o problema – eu faço este apelo aqui aos senhores – de a gente deixar para o próximo dia 5? Pode ser votado no plenário na próxima semana ou na outra. Nenhum! O único problema – daí a insistência do Líder do Governo – é que eles estão querendo anunciar para o País que o Temer ganhou. É isso que eles querem, porque todo mundo sabe que o Governo acabou, depois da denúncia do Procurador contra o Presidente da República. É um Governo que acabou, mas eles querem criar o fato político, o factóide de que Temer, apesar de tudo, sobrevive por aparelhos.

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores. É com muita indignação que a gente está participando desta reunião aqui. Eu, sinceramente, considero um escárnio que, num momento como este da vida nacional, a gente venha retirar direito dos trabalhadores e deixar o Senado de joelhos, Senador Eduardo Braga. Em qualquer situação, mesmo com um Presidente da República forte, é desmoralizante o Senado abrir mão do seu papel de Casa revisora, e mais ainda numa situação como esta, com um Governo desacreditado, desmoralizado. E nós vamos abrir mão do nosso papel? Em nome de quê? Do que vale uma semana a mais?

Eu hoje, aqui, mais cedo, citei um caso em que o Presidente Temer, Senador Jorge Viana, no caso da terceirização ampla, geral e irrestrita, fez um acordo – o Senador Romero Jucá esteve nesse acordo. No acordo, ele dizia o seguinte: "Eu vou vetar." Logo depois, houve uma reunião com os pesos-pesados do PIB e com o Trabuço. Os empresários disseram "não", e ele recuou. Os senhores vão acreditar na palavra de um Presidente que pode não ser presidente daqui a 15 dias? Porque,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sinceramente, Senador Jorge Viana, eu acho que, quando se abrir o placar lá, na Câmara dos Deputados, eles não vão ter os 172 votos. Então, os senhores estão fechando um acordo aqui com um Presidente que ninguém sabe se vai ser presidente daqui a pouco, daqui a 15 dias.

Eu chamo a atenção dos senhores e encerro falando da minha indignação com o pacote de maldades. A minha preocupação é que a gente vai mudar profundamente o mercado de trabalho brasileiro. Há um estudo da USP que fala que os 26% de terceirizados que nós temos, daqui a cinco anos, serão 75% de terceirizados. Conversem com os terceirizados do Senado – eles falam com a gente o tempo inteiro. Aqui há oito firmas terceirizadas. Várias quebraram – não é, Senador Paulo Paim? – e não pagaram os direitos dos trabalhadores. Um trabalhador terceirizado – há um estudo do Dieese que mostra isto – recebe, em média, 24% a menos do que um trabalhador comum que faz a mesma função, Senador Lobão, e trabalha três horas semanais a mais.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essa proposta do Governo mantém tudo do trabalho intermitente. Os garçons do Rio de Janeiro, agora, vão ser contratados desta forma: o patrão liga e diz "eu quero que o senhor trabalhe de oito a meia-noite amanhã"; no outro dia, de meio-dia às 4 da tarde. A pessoa não tem planejamento da sua vida. Nós estamos rasgando a Constituição, porque esse trabalhador vai poder receber menos que o salário mínimo, infelizmente. A Constituição fala de salário mínimo – ele vai receber por hora.

E mais grave, Senador Lobão – eu sei que o senhor tem sensibilidade, haja vista a luta nossa aqui para aprovar a lei das empregadas domésticas –, um procurador do Trabalho veio ontem aqui e disse para a gente: "Do jeito que está a formulação desse autônomo exclusivo, qualquer um pode virar pessoa jurídica, empresário de papel." Agora, não recebe décimo terceiro, não recebe férias, não recebe Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Eu encerro minha fala, trazendo, em nome da nossa Bancada, dos Senadores do PT, dos Senadores de oposição...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... a profunda indignação com o que os senhores estão querendo fazer no dia de hoje, de um governo desmoralizado, de um governo que acabou, que quer passar para a sociedade ares de normalidade. E fazem isso tirando dos mais pobres, porque não existe nenhuma medida aqui que prejudique os mais ricos, que tire dos ricos contribuição deles. Nada! Eu não vejo!

Para os ricos o que tem, Senador Lobão, sabe o que é? Acordos. O Temer está negociando com a Bancada ruralista 10 bilhões de perdão da dívida com a previdência! A mesma previdência que eles querem apertar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Um Refis de 25 bilhões.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então eu encerro a minha fala aqui, pedindo aos Senadores, neste momento, uma semana. Qual o problema de uma semana, de discutirmos com mais profundidade e votarmos no próximo dia 5? É este o meu pedido, é este o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós estamos na fase de votação, e não mais na fase de discussão. O Regimento Interno estabelece: o requerimento previsto nos incisos I, II e III – que se enquadra no que V. Ex^a propõe – deve ser apresentado em qualquer fase da discussão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu contesto, Sr. Presidente. Art. 315 do Regimento Interno. Foi apresentado... Esse requerimento foi apresentado no período correto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É adiamento de votação, Sr. Presidente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, art. 315. Por favor, art. 315 do Regimento, que fala sobre o processo de votação. O adiamento da votação vai ser dado quando a matéria for anunciada para votação; §1º e §2º do art. 315.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a leu o *caput* do art. 315, que eu repito: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão (art. 279)." Vai-se ao art. 279 e declara que...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – §1º, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declara que teria de ser feito no momento da discussão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – §1º.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas, se os Senadores estão de acordo, eu ponho em votação o requerimento de V. Ex^a, de adiamento para o dia 1º, para a próxima sessão ordinária.

Os Srs. Senadores que estão de acordo...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que estão de acordo com o adiamento, com o requerimento do Senador Lindbergh, permaneçam como estão. Os demais... (*Pausa.*)

Rejeitado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, posso fazer um...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Verificação nominal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero encaminhar, Presidente. Quero encaminhar, Presidente. Presidente.

Sr. Presidente, para um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento de iniciativa do Senador...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, Presidente. Para um pedido. Não, Presidente. Para um pedido de esclarecimento, Presidente. Eu acabei de receber a informação de que a TV Senado parou de transmitir esta sessão. Eu acabei de receber...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não! Isso aqui é interno. Isso é circuito interno. Então, eu quero pedir de V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente. Vamos manter a sessão, Sr. Presidente. Vamos manter a sessão.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Tenha a santa paciência! Nós estamos tratando de votação e V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – V. Exª confirma...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Presidente está falando. Nós estamos tratando de uma votação, e V. Exª quer publicidade?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro, isso aqui tem que ser público.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Transparência!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro! Estão querendo esconder isso do povo, Senador!

(Tumulto no recinto.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, o senhor vai conceder a verificação que a Senadora Lídice da Mata solicitou?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tem que acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª não... V. Exªs não querem ouvir, só querem falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Tem de estar ali de olho no painel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não voltou. Exª, não voltou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Voltou não. Estou ouvindo o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Excelência, não voltou. Estava no horário eleitoral...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*)
– Estava não!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estava sim. V. Exª não dona da verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos manter a sessão, Sr. Presidente. Vamos seguir, Sr. Presidente. Há requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento de iniciativa do Senador Romero Jucá para votação em globo dos requerimentos individuais de destaque.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 25, de 2017

Autoria: Senador Romero Jucá

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Coloco em votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sem encaminhamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas em globo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... o requerimento de iniciativa do Senador Romero Jucá para votação em globo dos requerimentos individuais de destaque para votação em separado das emendas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não vai ter direito a encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não há encaminhamento.

Coloco em votação.

Os senhores que aprovam o requerimento do Senador Jucá permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Foram os individuais, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Coloco em votação em globo os requerimentos de destaque de iniciativa do Senador Paulo Paim para as Emendas nºs 515, 516, 518, 519, 520, 522, 528, 529, 531, 532, 533, 627, 628, 630, 631, 632, 634.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, de 2017

Destaque CCJ Autônomo Exclusivo

Autoria: Senador Paulo Paim





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, de 2017***Destaque CCJ - Termo de Quitação***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, de 2017***CCJ Destaques Intervalo de Descanso***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29, de 2017***Destaques CCJ Horas de Deslocamento***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 8****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30, de 2017***Destaques CCJ Ultratividade***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 9****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31, de 2017****Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 10****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32, de 2017***Destaques CCJ Jornada em Tempo Parcial*



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 11****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33, de 2017***Destaque CCJ Trabalho Intermitente***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 12****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 34, de 2017***Destaque CCJ Direito de Greve***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 13****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 35, de 2017***Destaque CCJ Supressiva Total***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 14****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36, de 2017***Destaque CCJ Terceirização***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 15****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37, de 2017***Destaque CCJ Empregado Hipersuficiente***Autoria:** Senador Paulo Paim**EXTRAPAUTA****ITEM 16****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 38, de 2017**



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Destaque CCJ Dispensa Imotivada

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2017

Destaque CCJ Limita o Acesso a Justiça

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, de 2017

Destaque CCJ Negociado sobre o Legislativo

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41, de 2017

Destaque CCJ Equiparação Salarial

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42, de 2017

Destaque CCJ Gestante e Lactante em Local Insalubre

Autoria: Senador Paulo Paim

Os requerimentos de destaque de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin para as Emendas nºs 535, 537, 538, 540, 542, 543, 544, 545, 547, 552, 553, 555, 574, 575, 576.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 535 intinere CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 537 hipossuficiência CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 5538 intermitente CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 540 autônomo CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 47, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 542 negociado X legislado CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 48, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 543 tempo parcial CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 49, de 2017

Requeiro, nos termos do Artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da emenda nº 544 apresentada ao PLC nº 38/2017, perante esta Comissão.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 28****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 50, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 545 quitação anual CCJ***Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**EXTRAPAUTA****ITEM 29****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 51, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 547 grupo econômico CCJ***Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**EXTRAPAUTA****ITEM 30****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 52, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 552 saúde gestante CCJ***Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**EXTRAPAUTA****ITEM 31****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 53, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 553 15 min intervalo CCJ***Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**EXTRAPAUTA****ITEM 32****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 54, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 555 ultratividade CCJ***Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**EXTRAPAUTA****ITEM 33****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 55, de 2017***RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 574 controle judicial CCJ*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

**EXTRAPAUTA
ITEM 34**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 56, de 2017

DVS - PLC 38.2017 Emenda 575 negociado X legislado CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

**EXTRAPAUTA
ITEM 35**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 57, de 2017

RQS DVS - PLC 38.2017 Emenda 576 prescrição do direito CCJ

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

E os requerimentos de destaque de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann para as Emendas nºs 671 a 678.

**EXTRAPAUTA
ITEM 36**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58, de 2017

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

**EXTRAPAUTA
ITEM 37**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, de 2017

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

**EXTRAPAUTA
ITEM 38**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60, de 2017

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

**EXTRAPAUTA
ITEM 39**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, de 2017

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 40****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 62, de 2017****Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann**EXTRAPAUTA****ITEM 41****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 63, de 2017****Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann**EXTRAPAUTA****ITEM 42****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 64, de 2017****Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann**EXTRAPAUTA****ITEM 43****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 65, de 2017****Autoria:** Senadora Gleisi HoffmannOs Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Derrotado.**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Rejeitado.**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Romero engatou o trator.**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Houve um acordo.**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foram muitas as ameaças.**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o relatório do Relator...**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Encaminhamento, Sr. Presidente.**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E os cargos seriam tirados... Os cargos...**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Encaminhamento.

O Art. 308 diz que: "Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador [qualquer Senador da República] usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Todos os Senadores podem falar por cinco minutos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado pelo "toda a razão".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não há nenhuma objeção quanto a isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Ah, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que vamos votar em seguida é o relatório do Relator Romero Jucá, ressalvadas as emendas de Bancada destacadas.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu não vou ser o primeiro a falar não, a encaminhar. Esse...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não temos nenhum inscrito. Portanto, vamos fazer a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu, Sr. Presidente, quero encaminhar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estou inscrita, inscreva-me, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Já encerrou o encaminhamento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não encerrou nada! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, por cinco minutos, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostaria de falar, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Humberto Costa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Renan Calheiros.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Peço encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Randolfe Rodrigues, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Renan Calheiros, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meu comandante, eu estou aí?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu queria aqui mais uma vez apelar à consciência dos Senadores e das Senadoras aqui presentes para a grave decisão que nós vamos tomar agora. Esta é a terceira e última comissão por onde esta matéria passa. E foi nesta Comissão...

Sr. Presidente, eu peço que garanta a minha palavra. Segure o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu garanto a palavra de V. Ex^a. São cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Confira aí para mim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O senhor está dentro dos cinco minutos. Pode falar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava dizendo que estamos prestes a tomar uma decisão muito importante na última comissão por onde esta matéria vai passar.

E, no dia de hoje, tivemos um fato novo, que, em verdade, está servindo de pretexto para alguns tentarem justificar as suas posições: um pseudoacordo que foi aqui apresentado, sem qualquer comprovação de sua legitimidade. E nós sabemos, na verdade, o que pretende o Governo e a sua Bancada de sustentação aqui: votar essa matéria para passar ao Brasil a falsa impressão de que ainda existe Governo, a falsa impressão de que Michel Temer é ainda o Presidente da República e a falsa impressão de que ele tem condição de superar esta grave crise que nós estamos vivendo em nosso País.

Aqueles que quiserem se iludir que se iludam, mas aqueles que quiserem iludir a população tenham a clareza de que serão cobrados, com toda a certeza. Esse pseudoacordo que aí está colocado, primeiro, não será cumprido, porque não há, da parte desse Presidente, autoridade moral, autoridade política e autoridade administrativa que nos façam acreditar na sua palavra, até porque já descumpriu acordo de vetar projetos, como foi o caso da terceirização. Em segundo lugar, porque seria legítima a votação da proposição que aí está, por mais que possamos ter divergências quanto a seu conteúdo, mas desde que tivesse sido iniciativa de um governo democrático, legitimamente eleito, que representasse a vontade da população.

O que temos hoje é um Governo que, fruto de um golpe parlamentar, está implementando a mesma plataforma que por quatro vezes foi derrotada pela população brasileira em sucessivas eleições presidenciais e que, como tal, não tem qualquer condição de representar algo que efetivamente melhore a vida da população brasileira.

Atendo-me ao acordo: pontos fundamentais, como a terceirização indiscriminada e ampla, o trabalho intermitente para importantes categorias e setores da área de serviços, os intervalos para almoço, enfim, tantas e tantas outras coisas, o fatiamento das férias, tudo isso é parte desse acordo que nada tem de positivo para os trabalhadores. O que está em jogo hoje não é tão somente a votação dessa matéria, mas é a legitimação e a continuidade ou não desse Governo que aí está. Sequer sabemos se estará esse Presidente exercendo essa função no momento em que esse projeto esgotar o prazo para ser sancionado, sequer essa certeza nós temos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, pedir a atenção e pedir o bom senso dos Senadores. Estamos hoje abrindo mão do que é nossa função constitucional. Esse Governo alardeia que tem força na Câmara dos Deputados para aprovar até a reforma da previdência, que exige um quórum qualificado. Por que, então, não assume aqui a aceitação das emendas e das propostas que foram feitas e permite que essa matéria volte para a Câmara dos Deputados, onde eles alegam ter uma maioria tranquila? Não. Não querem isso porque querem passar para a sociedade que aqui no Senado conseguiram ter êxito em algo que é uma verdadeira fantasia. Quem pensa que a aprovação dessa matéria aqui vai dar força a esse Governo está profundamente enganado, porque os próximos dias vão comprovar que esse Governo acabou, e só este universo aqui ainda não sabe.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero anunciar a presença honrosa nesta Comissão do Presidente do Senado Federal, o Senador Eunício Oliveira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É bom, aí a gente já sensibiliza o Presidente do Senado para não colocar essa matéria em votação no plenário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não adianta mais eu falar para esta Comissão. Acho que o resultado aqui está dado pela pressão que nós estamos vendo o Governo fazer, pelas votações anteriores. O Governo colocou a máquina, vai tratorar, está em cima dos Senadores, está tirando cargos ou distribuindo cargos, está utilizando a sua força para fazer o convencimento aqui. Eu sinto muito. Nós vamos votar aqui uma reforma contra o povo, sendo que o Senado abre mão da sua prerrogativa de fazer a discussão de uma matéria que é tão importante. Um Governo que está podre, caindo, vergonhosamente usa o restante da sua força para se defender e para retirar direitos dos trabalhadores.

Então, eu quero falar para quem está nos ouvindo em casa, está assistindo à TV Senado, está ouvindo a Rádio Senado. Só tem um jeito de a gente barrar essas reformas aqui: é ter mobilização social. Nós vamos ter uma greve agora, no dia 30, convocada pelas centrais sindicais, pelos sindicatos, pelos movimentos sociais – dia 30, sexta-feira. Nós já tivemos uma greve que paralisou este País no dia 28, parou totalmente, e foi importantíssimo para que a gente tivesse aqui dentro um acúmulo de forças, e o Governo ficasse fragilizado. Nós conseguimos vencer o Governo na Comissão de Assuntos Sociais, que discutiu o mérito da matéria.

Pois bem, depois disso, começaram as ameaças aos Senadores, começaram as ameaças aos partidos que estão formando a Base do Governo, para que o Governo votasse, para que esses Senadores votassem favoráveis à proposta do Governo. O que nós vamos ver aqui hoje, na CCJ, é mais do mesmo do Governo utilizando a sua força, a força bruta para tirar direito dos trabalhadores, coisa que nós já tínhamos anunciado lá atrás, quando estavam tirando a Dilma. Nós dissemos: estão tirando a Presidenta Dilma não é para tirar o PT, não é para tirar a Dilma, não é para nos afastar do Governo, mas para retirar direitos do povo brasileiro, para retirar direito dos trabalhadores. E é isso que nós estamos vendo. Vai ser vergonhoso o resultado da votação nesta Comissão. Infelizmente, o Senado da República escreve uma página triste da história.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, no dia 30, pare, não vá trabalhar, não deixe que seu vizinho vá, converse com as pessoas, faça manifestação. Se puder, ligue para o seu Senador, mande *e-mail*. Você votou nele e tenho certeza de que você não votou no seu Senador para fazer essa reforma trabalhista, a menos que ele tenha dito isso para você quando fez campanha. Eu acho que não, não me lembro de nenhuma campanha, de nenhum político – nem Senador nem Deputado – que tenha dito que iria retirar os direitos da CLT ou que iria fazer a reforma da previdência. Aliás, se fosse para fazer isso, não estariam aqui, porque ninguém ia votar neles. Então, você tem direito. Ligue, escreva, mande mensagem e diga que você não vai se conformar com isso. É o único jeito de você nos ajudar a vencer essa reforma vergonhosa, porque, depois daqui, vai para o plenário na semana que vem. Nós vamos lutar, nós vamos estar lá discursando, vamos estar lá falando, mas nós somos minoria aqui.

Aliás, eles não deixam entrar aqui os representantes dos trabalhadores. Nós não temos, neste plenário aqui, nenhum representante do movimento sindical; nós não temos as centrais sindicais, nós não temos os movimentos sociais, não há povo aqui. Aí nós brigamos muito para ter a TV Senado, porque, até um determinado momento, as câmeras não estavam aqui, estavam no plenário do Senado. Houve um momento também que foi suspensa a transmissão, agora voltou. E sabe por que é importante voltar? Porque você vai ver quem vai votar a favor de vocês e quem vai votar contra você. Fazem o discurso moderno, fazem o discurso bonitinho, mas vão votar contra. É bom deixar isso anotado na caderneta.

Portanto, eu faço mais um apelo, agora não é aqui para esta Comissão, porque não adianta fazer apelo para esta Comissão, é um apelo para você, para você: faça greve no dia 30, mostre que você não quer essas reformas, mostre que você pode pressionar este Congresso Nacional; afinal, todos os que estão aqui dependem do voto de vocês. E vou repetir: ninguém aqui se elegeu dizendo que ia tirar direito do trabalhador. Muito pelo contrário, todos, todos, efusivamente, vieram para cá dizendo que iria melhorar a sua vida.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Portanto, dia 30, vamos nos juntar a todas as centrais sindicais, aos sindicatos, aos movimentos sociais, vamos às ruas, vamos dizer que o Brasil não aceita isso e pressionar os Senadores desta Casa. É isso que vai adiantar, porque aqui não adianta mais falar.

Infelizmente, este Senado vai colocar, numa página triste da história nacional, o seu posicionamento contra os trabalhadores. Lamento muitíssimo estar participando deste momento histórico de retrocesso no nosso País.

E você não esqueça: dia 30, é greve geral, única coisa que vai garantir que este Senado possa votar a favor do povo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para uma questão de ordem, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Pela ordem.) – Como esta é a minha primeira participação na CCJ, quero consultar V. Exª se a manifestação dos Senadores quando usam da palavra deve ser para a Comissão no debate do assunto ou se deve ser para o telespectador?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

*(Intervenções fora do microfone.)**(Tumulto no recinto.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cada um faz o que quiser.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu ouvi...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cada um faz o que quiser, Senador.

Ele quer censurar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O autoritarismo aqui é impressionante!

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu ouvi...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É a censura prévia!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu não terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a primeira vez...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu não estou ofendendo ninguém.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É a censura prévia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Bauer, os nossos colegas do PT...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...gostam de falar o tempo todo, mas não conseguem ouvir a outra parte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E nem criticando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, pelo que ouvi, há uma parte...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, com essa reforma vocês querem voltar o trabalhador aos tempos da escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua a Senadora Vanessa Grazziotin.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quatro minutos?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco minutos. Aqui quem mais tem tempo é V. Exª.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, gostaria que fosse assim, mas infelizmente não é.

Presidente, Srs. Senadores, vejam, eu vou insistir em falar do conteúdo do projeto. Digo a V. Exª, assim como digo a todos os meus pares, que ainda tenho muita esperança, muita esperança, de que a gente possa cair na real e nós mesmos, Senadoras e Senadores eleitos democraticamente pelos nossos Estados, possamos modificar esse projeto... *(Pausa.)*

(Soa a campanha.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não é o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o Líder do DEM que está falando aí.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não é.

(Soa a campanha.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ela está no tempo dela.

Prossiga, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, Presidente, mas é impossível falar com este Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu já reclamei mil vezes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sei. Não é de V. Exª que estou reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E quem mais tumultua são os colegas de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou tentando contribuir com V. Exª e espero que o meu tempo seja recomposto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não vou recompor. V. Exª parou porque quis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa, siga.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador está tão paciente até agora...Eu estou com uma fisionomia tão cândida olhando aqui para V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª quer tirar a minha paciência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu não quero, Presidente. Eu não quero tirar a sua paciência. Pelo contrário...

Agora eu estou gostando: mais bem-humorado, é isso, Presidente.

Eu estou apenas tentando dizer que, mais uma vez, vou me referir, Senador Anastasia, ao conteúdo do projeto, porque o que nós queremos aqui é ter somente a oportunidade de fazer jus, Senador Maranhão, àquilo que o povo dos nossos Estados nos delegou, que é o direito de votar, aprovar, rejeitar, mas votar, decidir. Nós não fomos eleitos para ser assessor de Presidente da República nenhum. Nós não fomos eleitos para recomendar nada para ninguém, nós fomos eleitos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para votar. E, vejam, vamos voltar aqui a debater a proposta que nos chegou hoje, porque a situação para os senhores está muito difícil. A correlação de forças ontem era tão negativa para os senhores que querem aprovar o projeto como está que, de repente, apareceram com uma carta assinada pelo Sr. Michel Temer que não fala coisa com coisa, que não diz absolutamente nada, e com outro documento separado que diz que é um acordo.

E esse acordo foi feito tão às pressas que ele conseguiu, Senador Jucá, apesar da inteligência de V. Ex^a, que está sendo repetida centenas de vezes aqui e com a qual eu concordo... Mas V. Ex^a, nesse caso, não foi nem um pouco inteligente: conseguiu piorar o texto que veio da Câmara dos Deputados.

E eu pego o exemplo das trabalhadoras gestantes e lactantes. Antes era o médico de confiança. Pois bem, agora mudaram o médico – que seria o da confiança da mulher – para o médico da confiança da empresa, do empresário, do empregador. Foi isso o que fizeram entre tantas outras coisas.

Mas, vamos lá.

Agora reservo este meu tempo para falar sobre a tal da demissão amigável. A legislação atual, Senador Jorge Viana, prevê duas formas de demissão: com justa causa e sem justa causa, ou seja, imotivada. Quando é por justa causa, a culpa é do trabalhador, ele não recebe nada de indenização. Agora, quando é imotivada, o trabalhador tem direito a indenização. Pois bem, aqui, a tal da modernidade traz uma terceira figura: a da demissão amigável.

Pergunto aos senhores: qual é o empresário que, diante de um trabalhador que tenha cometido uma falta no trabalho, vai dizer "Vamos fazer uma demissão amigável para você não sair com o bolso vazio"? Nenhum! Essa tal amigável só vai valer, Senador Paim, quando a demissão for imotivada. Aí, o patrão chama o trabalhador e diz o seguinte: "Vamos fazer amigável, assine aqui". Se o senhor assinar, vai receber pela metade (art. 484-A) – leiam, Srs. Senadores, para não ficarem enganando o povo e os trabalhadores. "O senhor vai receber pela metade o aviso prévio e a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia, mas o senhor não vai receber sabe o quê? Sabe a que o senhor não vai ter direito? Ao seguro desemprego. O senhor não vai ter direito." Ai o senhor vai dizer: "Mas vou sobreviver de quê?" "O senhor pode tirar o seu FGTS. É com o FGTS que o senhor vai sobreviver, com o seguro desemprego não." É isso que é melhorar as condições de trabalho? É isso que é gerar emprego? É isso, senhores?

Então, Presidente, concluo a minha fala do jeito que comecei: não podemos aceitar esse acordo, um acordo que nem bem feito foi. Senadora Marta, preciso falar a V. Ex^a, pois sei que teve muito boa intenção e boa vontade e que botaram o seu nome lá: o médico do trabalho piora a situação, porque ele não é da confiança da mulher, é da confiança da empresa e do empregador.

Conclamo os senhores. Não queremos não votar nada, nós queremos votar um projeto construído por nós e não deixar o Senhor Michel Temer fazer uma coisa em nosso nome.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Relatores, Presidente da Casa – que se encontra aqui neste momento –, quero apelar à consciência de cada um dos Senadores e das Senadoras desta Casa neste momento: não vamos abrir mão daquilo que o povo nos deu, que foi um mandato de Senador, para estarmos aqui votando e decidindo sobre questões de interesse, questões importantes para a sociedade brasileira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que este Senado vai fazer aqui, agora, através da votação nesta Comissão? Cada Senador que votar de acordo com o relatório do Sr. Romero Jucá abre mão de fazer o que um Senador tem de fazer: mudar o projeto de lei e contribuir para firmar uma posição diferente daquela que veio da Câmara. Os Srs. Senadores, quando se submetem a um relatório como este relatório perverso da Câmara dos Deputados, estão abrindo mão do poder que lhes foi dado pelo povo brasileiro de cada um dos Estados que S. Ex^{as} representam. Eu não abrirei mão do poder que o povo da Bahia me deu para estar aqui para representá-los.

O Senador Líder do PSDB nos perguntou, a todos, quem nós ouvimos para fazer essa votação aqui e essas afirmações sobre a reforma. Eu quero lhe responder, Senador. Quero lhe responder porque eu não vi o senhor, mas eu participei de todas as sessões de discussão nesta Casa, e nós ouvimos aqui economistas a favor e contra; nós ouvimos aqui o Ministério Público do Trabalho; nós ouvimos aqui a Associação de Advogados Trabalhistas; nós ouvimos aqui desembargadores; nós ouvimos aqui representantes da Justiça do Trabalho; nós ouvimos aqui centrais sindicais do País inteiro. Nós fizemos uma sessão temática no plenário para ouvir a sociedade, e ouvimos inclusive empresários que aqui falaram sobre isso.

Agora, o Senador acha que a sociedade é só quem concorda com ele, é só quem concorda com ele. E o Senador acha mais ainda: acha que vai poder dizer ao povo brasileiro que o PSDB nada tem a ver com essa reforma. Tem sim! O relatório feito pela Câmara dos Deputados é um relatório assinado por um Deputado do PSDB, que transformou uma reforma que tinha sete artigos em uma reforma com mais de cem artigos, rompendo e tirando direitos do trabalhador brasileiro. Então, eu sinto muito, mas o PSDB vai ter que assumir a sua responsabilidade diante do povo brasileiro, inclusive de apoiar este Governo moribundo até o seu final – não vai poder fugir disso não, mesmo que o senhor queira.

E eu quero fazer um último apelo, Sr. Presidente, além de apelar para a consciência de todos os Srs. Senadores. Eu quero apelar, de maneira especial, a um amigo, a um companheiro de Partido, a um Senador da minha Bancada, que é o Senador Roberto Rocha.

Senador Roberto Rocha, eu quero me dirigir a V. Ex^a com todo o carinho e respeito que V. Ex^a merece. O nosso Partido tomou uma decisão em sua Executiva Nacional, com participação de toda a representação da Executiva, e essa decisão foi de votar e ter um posicionamento contra a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Inclusive, foi adiante: fechou questão...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...na direção da garantia desse preceito e princípio partidário. O nosso congresso de 2014, o movimento sindical e o congresso, depois, com a participação, inclusive, de Eduardo Campos, decidiu contra a reforma trabalhista, e se mantém absolutamente atual essa decisão.

Por isso, eu quero apelar a V. Ex^a, apelar para que V. Ex^a vote com o seu Partido, vote com os seus companheiros e militantes que, no Brasil inteiro, aguardam esse posicionamento de V. Ex^a, fiel a nossa tradição de luta e fiel aos ideários do nosso Partido.

Peço, portanto, Sr. Presidente, aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras neste momento que votem contra o relatório do Senador Romero Jucá, que votem contra um relatório que não absorve 589 emendas feitas pelos diversos Senadores e Senadoras desta Casa, que ignora a posição de todos esses Senadores e repete o seu relatório integralmente, aquilo que veio da Câmara...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e faz um projeto de acordo insuficiente, um acordo de ponta de esquina...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...para nos garantir que vai ser melhorada essa reforma.

Não vai! Você que é trabalhador, você que sabe o peso e os problemas que está vivendo neste momento, pare no dia 30!

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não se preocupe com a reclamação do Senador Paulo Bauer não! Aqui cada um fala o que quiser e é garantido...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senadora, conclua. Conclua, Senadora. Conclua!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas estão muito incomodados...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª ultrapassou o tempo!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu vou finalizar, se V. Exª me permitir, fechar o meu pensamento. Quero dizer que o Senado Federal tem uma TV para garantir que o povo acompanhe todas as decisões que este Plenário tome, assim como suas Comissões. Não é para ser escondida a nossa decisão não. É aberta, é transparente, é assim que o povo brasileiro deseja. E o povo brasileiro já disse, inclusive em pesquisas diversas: é contra...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...essa reforma trabalhista do PMDB e do PSDB.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra o Senador Roberto Rocha...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ...pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...que pede pelo art. 14.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Quero me pronunciar pelo motivo exclusivo de ter sido citado pela Senadora Lídice da Mata.

Senadora Lídice da Mata, minha colega Senadora e companheira de Partido, companheiro é quem divide o pão. Eu quero desde já cumprimentá-la pela atitude democrática de agora pedir o meu voto, algo muito diferente do que fez hoje, às 14 horas, quando foi com dois Senadores lá para, sem o meu conhecimento, retirar o meu nome para votar em meu lugar na condição de minha suplente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Art. 14! Art. 14!

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero dizer que agora a Senadora Lídice merece os meus cumprimentos por estar democraticamente pedindo o meu voto. A atitude mais elegante é assim.

Quero dizer que voto com muita convicção, e já me pronunciei aqui.

Quero fazer minhas as palavras do ex-Governador, o saudoso Eduardo Campos, que disse em sua última entrevista: "Não vamos desistir do Brasil!"

Lamento profundamente que o meu Partido, o PSB, esteja hoje tendo coragem para continuar preso a uma ideologia carcomida. Nós aqui estamos para votar não é pelo partido A, B ou C. Estamos aqui para votar de acordo com o interesse do País, que é o que me move.

Devo dizer, por fim, algo que disse há pouco: devo muita lealdade ao meu Partido, mas obediência eu devo ao povo que me elegeu e ao povo brasileiro. Portanto, não estou aqui para ser juiz da consciência de ninguém e não aceito que ninguém venha querer tutelar o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso, Presidente? É que eu vejo um rodízio de...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª, o tempo está correndo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu queria...

Não vou dizer o nome do Senador, mas queria dizer o seguinte. Esse tema... Ele perguntou quem nós ouvimos. Eu fui aos 27 Estados, Senador, duas vezes ao seu Estado de Santa Catarina, de onde saiu carta contra essa proposta por unanimidade. Fui duas vezes ao seu Estado. Eu fui ao Estado de todos os senhores, todos. E, em todos, tiramos a carta contra essa proposta. Então, não me diga que nós consultamos... Há quem tenha perguntado só para os empresários. Para os eventos que eu fiz, eu convidava empresários e líderes de trabalhadores. Quem consultou só os empresários sabe, naturalmente, que não ouviu o outro lado.

Queria dizer: "Que bom, mas que bom o depoimento; gostei do depoimento". E estou falando de forma carinhosa, Senador. Quando V. Exª fala que no seu Estado "está tudo muito bem, obrigado", parece até que o projeto que alguns defendem passou. "Está muito bem, obrigado" com esta legislação! Como V. Exª disse... Quero cumprimentá-lo pelo depoimento honesto e sincero ao dizer que em seu Estado está tudo as mil maravilhas: não há desemprego, há tecnologias, avanços – baseado na legislação que há hoje. Então, ao me dirigir àqueles que dizem que esta legislação não permite o avanço e a modernidade, eu me socorro da voz do Senador de Santa Catarina, que diz "melhor impossível". Que bom, que bom, que bom!

Perguntado também sobre quais são as informações... Pesquisa, meu amigo. Nas eleições, todo mundo faz pesquisa, ou pelo menos fala para o partido fazer. Pois 95% – o *Correio Braziliense* publicou, o DataSenado publicou – do povo brasileiro é contra essas reformas; 95% são contra a trabalhista e 95,6% contra a previdenciária.

Vamos em frente, Sr. Presidente.

Eu queria citar mais um item somente, Sr. Presidente, daquele rol. É que é tanta coisa... Até entendendo que 90% dos Parlamentares não tenham lido: são 200 mudanças! Mas vamos pegar a rescisão de contrato.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para o senhor e para a senhora que estão me ouvindo neste momento, que estão assistindo a esta reunião pela TV Senado – Senador Eunício, parabéns; aqui não há censura, aqui é ao vivo mesmo –, sabe como é que vai ser sua rescisão de contrato agora quando você for demitido? Do lado de cá da mesa vai estar o patronato com toda sua equipe, e você, sentadinho ali, com o chapeuzinho ou o capacete na mão, com sua botina ou com seu macacão. E ele vai dizer: "Olha, assina aqui que está tudo garantido ou, senão, você vai ficar na Justiça esperando dez, quinze, vinte anos." O que fará o trabalhador? Vai acabar assinando, vai acabar assinando! Ele quer resolver a situação dele.

E há ali artigos, nessa lei, que dizem que você pode abrir mão de parte da sua rescisão. E eles dizem: "Não, mas tudo é livre negociação." Eu pergunto para os brasileiros que estão me ouvindo agora: existe um brasileiro – um, um – que não foi obrigado a optar pelo fundo de garantia na tal de livre negociação? Um! Se me achar um, eu mudo minha posição aqui. Todos foram obrigados. Ou eram obrigados ou... Inclusive eu, eu assinei. O que eu ia fazer? Eu precisava trabalhar. A tal de opção da livre negociação já vem lá de trás, quando tínhamos estabilidade depois de dez anos no emprego.

Então, essa livre negociação é uma farsa, pois o projeto, no seu conjunto, desmonta os sindicatos, desmonta-os no seu conjunto, fortalece a negociação individual em detrimento da negociação coletiva.

Um projeto que chega ao absurdo de dizer que a mulher pode... Agora pioraram, não é, Vanessa? Chega a dizer que... Sabe que o seu filho – você que está gestante – poderá agora ficar no trabalho em área insalubre, penosa e periculosa? Basta que o médico da empresa assim entenda. Isso não é correto, não é adequado. Não há nenhuma norma nacional ou internacional que permita que mulher grávida atue em área insalubre, penosa ou periculosa.

Por isso, meus amigos do Brasil todo que estão nos assistindo neste momento, o que está acontecendo hoje, no Brasil, é da maior gravidade. Eu tenho uma grande esperança ainda de que a pressão democrática, de fora para dentro, sensibilize os Srs. Senadores...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...se não aqui, lá no plenário.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Paim.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero primeiro começar falando aqui do famoso acordo, que veio hoje para a CCJ. É um acordo que, pelo que nós vimos aqui, nada muda este projeto de lei, esta reforma amaldiçoada; esta reforma que, se aprovada, vai significar a mais brutal e cruel retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso País.

Os que defendem a reforma cantam, em verso e prosa, a história da modernidade. A modernidade, para os que defendem esta reforma, é a tese do negociado sobre o legislado. E o que significa isso, na prática? Significa, na prática, flexibilizar direitos, retirar direitos, reduzir direitos, porque, na hora em que o negociado vai prevalecer sobre o legislado, o trabalhador e a trabalhadora do Brasil vão perder, sim, direitos, desde férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, até o absurdo,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

inclusive, como já foi ressaltado aqui, de se admitir que a mulher, na fase gestante, trabalhe em local insalubre. Isso é uma infâmia! Isso é um ato desumano! Isso é barbárie!

Segundo, o Relator desta reforma, na CAS e na CAE, ele próprio reconheceu, Senador Anastasia, que esta proposta tem problemas graves, tanto é que fez uma série de recomendações. Esse próprio Relator, por exemplo, hoje defende que o seu Partido, o PSDB, que é o principal fiador dessa agenda de retirada de direitos – haja vista que o Relator aqui, no Senado, é do PSDB, e, na Câmara, também, é do PSDB –, pois bem, o Senador hoje é um dos principais defensores do PSDB da Base do Governo Temer, por reconhecer, como o próprio Relator tem dito, as denúncias devastadoras contra este Governo que aí está. Como é que o Relator, que diz isso para todo o Brasil escutar, quer que agora nós acreditemos, nós confiemos num acordo assinado pelo Presidente que aí está? Isso é um escárnio, Sr. Presidente!

Além do mais, este acordo, Senador Lobão, nada mais é do que um álibi, um álibi para alguns Senadores e Senadoras aqui usarem para justificar o seu voto perante o seu eleitorado, como se, na verdade, o que não estivesse muito claro nesta votação – repito – fosse a perda de direitos, a supressão de direitos.

Eu lamento profundamente, mas profundamente mesmo, porque, para além de diferenças partidárias ou ideológicas, me dá uma tristeza e uma revolta muito grande ver o Senado da República abdicar do seu papel constitucional de Casa revisora; o próprio Relator reconhecer que há problemas graves, e a gente abrir mão disso e, de repente, passar um cheque em branco a um Governo moribundo, podre pelo quanto de denúncias graves a que, hoje, este Presidente está exatamente respondendo, denúncias que partem da Procuradoria, que partem da própria Polícia Federal.

E digo mais: me dá uma tristeza enorme de repente ver aqui este cenário, em que a Base do Governo golpista que aí está...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com o primeiro Presidente denunciado por corrupção no exercício do mandato, aprova uma reforma que elimina direitos, que rasga a CLT naquilo que ela tem de mais importante, que é a ação protetiva, o papel dos sindicatos, o papel da Justiça do Trabalho, a garantia de direitos básicos, fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil. E os que vão votar nessa reforma maldita estão rasgando exatamente a CLT.

E digo mais: o Senado perde uma chance única de a gente iniciar um processo de resgate da soberania popular, suspendendo o processo de votação dessas reformas para que, aí, sim, em outro ambiente, nós pudéssemos fazer um debate aprofundado e com a responsabilidade e o respeito que uma matéria dessas exige para com os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso País.

Mas concluo dizendo: nada de perder a esperança. A greve geral vem aí: dia 30. E nada de perder a esperança nem a fé na luta e na vida.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A greve do dia 30 vai ser forte, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que o sentimento de indignação que toma conta aqui daqueles que são contrários a essa proposta vai irradiar pelo País inteiro, e, na sexta-





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

feira, o povo brasileiro vai estar, mais uma vez, dizendo que a única saída é o Fora, Temer; as Diretas Já; e Abaixo as Reformas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Está ali atrás.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou cansar mais aqui os nossos Senadores. Quero falar um pouco da história desse processo das conquistas do direito dos trabalhadores.

Foi em 1903 que os trabalhadores resolveram se organizar melhor no Brasil, período da entrada da industrialização em que se criou a Central Operária Brasileira. E a principal bandeira da classe trabalhadora nessa época era a jornada de trabalho, porque a jornada de trabalho, dentro das fábricas, dentro dos locais de trabalho, era de 12, 14, 16 horas. Foi só em 1930, 1932, que se conquistou a jornada de trabalho de oito horas. E prosseguiu a organização. Em 1932, o governo de então interveio nessa relação e criou os sindicatos oficiais, que nós trabalhadores apelidávamos, àquela época, de sindicatos amarelos, porque só os trabalhadores vinculados aos sindicatos oficiais que teriam direito às oito horas, e aqueles sindicatos que não eram oficiais perderiam o direito – os trabalhadores filiados a eles.

E a luta continuou. Foi, então, que, em 1943, se consolidaram as leis trabalhistas, essa aí, a CLT, que estamos discutindo.

E algumas conquistas foram colocadas nesse compêndio de leis trabalhistas. Isso se consolidou na Constituição de 1946; depois, num processo já democrático da década de 50; na década de 60, em 1962, também os trabalhadores se organizaram melhor ainda e se criou a CGT (Central Geral dos Trabalhadores); e toda essa luta que se passou depois com o golpe militar: cassou-se, assassinou-se, expulsaram lideranças sindicais, lideranças dos trabalhadores por este mundo afora. E foi, então, com a reação já dos metalúrgicos, na década de 70, que se criou um movimento forte da classe trabalhadora e que se colocaram, na Constituição de 1988, avanços importantes na relação capital e trabalho, que era a busca incessante dos trabalhadores por um equilíbrio na relação capital e trabalho, para poder valorizar a mão de obra, valorizar o local de trabalho e valorizar as condições de trabalho, etc.

Pois bem, avançou-se. Foi em 1988 que a classe trabalhadora conseguiu colocar na Constituição direitos que só então os chamados trabalhadores urbanos tinham conquistado. Foi na Constituição de 1988 que se colocaram direitos para os trabalhadores rurais avançarem, a trabalhadora rural, etc.

Por isso, o que é que está se fazendo agora? Nós estamos, de uma cajadada só, com a força política aqui de dois aliados importantes nesse processo... Por isso que tem que se registrar para a história, com todo o perdão aos nossos Líderes do PSDB e do PMDB, ou parte desses dois Partidos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esses são os responsáveis, esses dois Partidos, de, numa cajadada só, acabar com essas conquistas e esses direitos que se consolidaram ao longo de uma história de luta dos trabalhadores. É para registrar, portanto,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para ficar para a classe trabalhadora, que, de uma cajadada só, estão se colocando por terra todos esses avanços e essas conquistas.

Por isso, representando essa luta, representando essa história do povo brasileiro e dos trabalhadores, a gente vota contra essa reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que hoje foi um dia intenso, muito intenso, e, pelo que eu vejo aqui nesta Comissão, não há muito para quem apelar. O processo legislativo, Sr. Presidente, caminha mais facilmente pelo acordo e pela negociação. Mas até hoje nós não conseguimos avançar em relação ao que de estratégico significa fazer essas duas reformas, e apenas essas duas reformas.

O Brasil precisa ser reformado em todos os sentidos, Sr. Presidente. Hoje o Ministro Gilmar Mendes apresentou um voto brilhante no Supremo Tribunal Federal, dizendo que esta coisa do acordado sobre o legislado virou moda no Brasil e está chegando ao Direito Penal, chegando ao Direito Penal.

Todas as experiências de flexibilização de direito, Senador Anastasia, que nós tivemos no mundo, todas, todas apontaram na mesma direção, na mesmíssima direção: ela agrava a crise, agrava a crise. A receita continua caindo. Ontem o Ministro do Planejamento fez uma advertência de que nós estamos, do ponto de vista fiscal, vivendo o pior momento. Hoje os jornais estamparam que a Polícia Federal não tem sequer dinheiro para emitir passaportes. E essa ausência absoluta de planejamento prejudica dez mil brasileiros todos os dias, todos os dias, todos os dias.

Essa coisa do acordado sobre o legislado, Sr. Presidente, onde se fez é porque se atingiu um patamar de desenvolvimento econômico e social superior ao do Brasil. É uma tolice o empresariado, não todo, evidentemente, imaginar que, porque não tem crédito, porque não pode fazer investimento, porque não tem política industrial, porque não tem como resolver o problema da demanda, tem que cortar direito do trabalhador – cortar direito do trabalhador.

O Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, Sr. Presidente, criou um personagem que costumava ser benevolente com os poderosos e impaciente com os humildes e com os trabalhadores. Que esta Comissão não reproduza isso no momento em que nós estamos, que esta Comissão não queira passar para o Brasil a ideia de que nós estamos abrindo mão dos nossos mandatos e da competência do Senado Federal para tirar direito do trabalhador – tirar direito do trabalhador – e colocando, no lugar de uma reforma que poderia ser consensual, que objetivasse atualizar a legislação, mas que, paralelamente, tocasse nos problemas estruturais do Brasil, não, nós fazemos tudo diferentemente.

Então, todos, todos que aqui forem votar, todos que aqui forem votar, sem exceção, saibam que amanhã o Senado Federal vai assumir uma responsabilidade muito grande perante o País, porque ele vai ter que demonstrar...

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ... em uma economia decadente, Senador Romero Jucá – decadente! –, com um ministro da Fazenda que, lamentavelmente, passou, passou, que, desde o dia em que tomou posse, acena para a retomada de crescimento no trimestre seguinte, já não sabe mais nem o que diz nem o que faz... E que um Governo, Senador Romero Jucá, que poderia ter como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prioridade fazer uma transição para garantir a reinstitucionalização do Brasil faz exatamente o contrário, prioriza aquilo que o mercado entende que ele deve priorizar e fica até a esta hora da noite querendo produzir um fato goela abaixo do Senado Federal, que abre mão do seu papel constitucional no bicameralismo para aceitar uma reforma feita pela Câmara dos Deputados com beneplácito do Governo.

Uma das coisas que me fez deixar – e o fiz feliz – a Liderança do PMDB foi não compactuar com esta prática, não compactuar. Não ver companheiros da minha Bancada, liderados por mim, sofrerem a retaliação e o que havia de pior de um Governo que eu jamais podia imaginar. Isso é inconcebível, Senador Lobão...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ... isso é inconcebível, isso é inconcebível.

E eu, com a compreensão que sempre procurei trabalhar no dia a dia deste Legislativo, eu compreenderei o papel de cada um. Compreenderei. Mas a população, Senador Romero Jucá, daqui a três meses, daqui a três meses, quando a crise se aprofundar, quando o desemprego aumentar, quando os salários caírem, quando a rotatividade aumentar, quando o trabalhador começar, pela reforma, a adoecer mais, a ganhar menos, a morrer mais, não há como não assumir a responsabilidade que está sendo tomada hoje aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, o que é importante aqui analisarmos é: por que o desespero do Governo para votar essa reforma? É porque, Sr. Presidente, o Governo não está mais nem preocupado com reforma. Não se trata mais aqui de dizer quem é a favor ou contra a reforma.

Nós temos na Presidência da República um senhor que utiliza o cargo de mais alto mandatário da Nação como *habeas corpus*, se esconde atrás da imunidade parlamentar porque, se não fosse a imunidade parlamentar, estaria preso, como já disse aqui anteriormente. E quer tirar a força esta reforma para entregar ao mercado e dizer que existe um clima de normalidade.

Ora, qual a Nação deste mundo, meu Deus, em que o Presidente da República é investigado por obstrução à Justiça, por ser membro de uma organização criminosa e por corrupção? Isso não podemos mais nem comparar com as democracias mais modernas. Comparemos com qualquer democracia chinfrim, não se sustentaria.

Este Congresso se distancia cada vez mais do anseio e da percepção da sociedade. Pesquisa Datafolha do último domingo demonstrou em alto e bom som que o Presidente da República sequer tem uma estatística de aceitação; ele tem é margem de erro. Não tem sequer estatística de aceitação. E como podemos nós, do Congresso, sequer possibilitarmos que essa reforma, que atenta contra direitos elementares, direitos elementares não somente dos trabalhadores, direitos humanos fundamentais... Ora, uma reforma que obrigará mulheres grávidas e lactantes a trabalharem em condições insalubres, e a proposta de acordo que o Líder do Governo trouxe aqui piora nesse aspecto. Piora, basta comparar os dois textos. O texto da reforma, que já era absurdo... A proposta de acordo é pior. No texto da reforma, previa-se que a mulher grávida ou lactante teria o seu médico particular. No





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

texto do acordo aqui proposto, prevê-se que seja um médico contratado pela empresa, um médico do trabalho. Ou seja, a proposta de acordo é pior. Só piora mais.

Essa reforma, o que nós estamos a votar agora, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não é somente retirada de direitos dos trabalhadores; é atentado contra direitos humanos fundamentais – trabalho intermitente, ampliação da jornada de trabalho. E não é verdade, não me venham com a falácia de que isso vai gerar mais empregos. Onde se teve tentativas de reformas próximas a essa aumentou o desemprego. O prognóstico, o diagnóstico e o prognóstico do que virá é pior.

Não se tem... O Governo promete há um ano... Há um ano este Governo promete estabilizar a economia. O número de desempregados só aumentou. Nós estamos há quatro anos seguidos de recessão. O Governo não consegue dar respostas elementares. E o que procura com isso? Procura aqui dar um sinal mínimo ao mercado para se sustentar – um governo que não tem sustentação nenhuma na sociedade, que não tem sustentação nos meios de comunicação, e que busca a sua sustentação aqui, nos Srs. Senadores e nas Sr^{as} Senadoras.

Eu peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que reflitam concretamente o seguinte...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Falo já para concluir, Sr. Presidente.

Que reflitam o seguinte: se vale pagar o preço por um senhor que está na Presidente da República utilizando a Presidência como instrumento de *habeas corpus*; se vale sacrificar o papel do Senado como Casa revisora, engolindo essa reforma, em que é admitido, mesmo pelos artífices dela, que exagera na dose contra os trabalhadores; sem que a Casa revisora do Parlamento brasileiro possa fazer uma alteração sequer. Vale a pena isso em nome do Senhor Michel Temer? Vale a pena isso em nome de um senhor, de um Presidente da República que já foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, quando está prestes a ser dada autorização para ele ser julgado? Senhoras e senhores, não acredito que valha a pena.

E aí falo para concluir, Sr. Presidente, me dê somente dez segundos para a conclusão.

Tenham certeza: nessa sexta-feira, os trabalhadores do Brasil se mobilizarão. Todas as senhoras e os senhores sentirão o peso dessa mobilização em seus Estados. Verão a mobilização e o repúdio a essas reformas. Sinceramente, reafirmo aos senhores: o Senhor Michel Temer não vale o preço de nós atentarmos contra o bicameralismo brasileiro e contra o papel do Senado como Casa revisora.

O Sr. Michel Temer não vale o preço de nós deste Parlamento, das senhoras e dos senhores abrirem mão da sua prerrogativa parlamentar de rever essa reforma, que é a mais cruel de que se tem notícia encaminhada ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu vou seguir a Presidenta do meu Partido, a Senadora Gleisi Hoffmann, e o Senador Paulo Paim, que não quiseram se dirigir aqui para este plenário da CCJ; num gesto simbólico, quiseram se dirigir ao País.

Nós queremos falar com os garçons, com os porteiros, com os trabalhadores rurais, com os terceirizados, com muita gente que está aqui, neste Senado Federal, acompanhando essa votação, ansiosa, porque sabe que isso vai mudar a sua vida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Infelizmente, Presidente, o Senado abriu mão do interesse público, de pensar no conjunto da população. Este Senado hoje aqui representa os interesses patronais, do grande empresariado, do sistema financeiro. Esqueceram completamente o povo trabalhador mais pobre. Nós temos aqui um ajuste fiscal que estão fazendo; querem mexer com a sua aposentadoria. O Temer se aposentou com 55, mas quer que você se aposente com 65. Ele quer tirar um salário mínimo da mão da pessoa com deficiência e do idoso, que recebem o benefício de prestação continuada.

Mas eu pergunto a você que está nos assistindo: o que esses senhores propõem para os mais ricos? Nada! Nenhum projeto! Taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos? Não! Muito pelo contrário: esses senhores aqui estão costurando com Michel Temer uma anistia de R\$10 bilhões dos ruralistas à previdência social, no momento em que apertam a previdência social.

Eu acho que está ficando claro para você que esse foi um golpe de classe que eles deram, porque, no momento de crise econômica, decidiram sair da crise econômica, os empresários e banqueiros, apertando os trabalhadores. O que está por trás dessa reforma trabalhista é redução do salário, redução do custo de trabalho, aqui não há nenhuma sensibilidade com nenhum trabalhador. Agora, quando vêm juízes fazer *lobby* aqui, são recebidos. Há juiz recebendo R\$70 mil, R\$80 mil, R\$100 mil – procurador e Senadores também. Nós temos dois meses de férias. Eu apresentei um projeto para ter um mês só, não é votado. Aí o que eles querem fazer sabe o que é? Dividir as férias dos trabalhadores em três, do trabalhador, que tem 30 dias de férias. Estão querendo mexer na sua hora de almoço – o Senador Paulo Paim fez um depoimento belíssimo, mostrando quando ele era trabalhador –, querem reduzir de uma hora para meia hora o almoço do trabalhador. Ampliar a jornada diária de oito horas para doze horas. Infelizmente, essa é a cara deste Senado, é a cara deste Parlamento, é a cara deste Governo do Temer. É só contra você.

Há um termo que parece um palavrão: plutocracia, governo dos ricos, governo dos abastados. É isso que esses senhores estão construindo. Eu teria vergonha se estivesse do lado deles.

Agora, as principais propostas dessa reforma: negociado na frente do legislado. Sabe o que é isso? É tirar a lei para o trabalhador. E essa lei foi uma conquista do século XX, a constitucionalização do trabalho para impedir a superexploração do trabalhador. Eles querem agora acabar.

O trabalho intermitente. Você que ainda não conhece, olha a maldade: o empresário pode ligar e dizer o seguinte: "Eu quero que você trabalhe para mim daqui a três dias, de 6h da tarde a 10h da noite; no outro dia, pela manhã..." Ninguém se planeja. O salário mínimo, que está na Constituição e que é um direito do trabalhador, ele não vai receber mais, porque ele vai receber por hora, menos do que o salário mínimo. Há a figura do autônomo exclusivo. Sabe para que é, pessoal? Para pegar qualquer trabalhador – pode ser empregada doméstica – e aí dizer o seguinte: "Olha, ela é autônoma exclusiva". Ela passa a ser pessoa jurídica, como se fosse empresária. Aí, ela perde o quê? Décimo terceiro; perde férias, perde FGTS.

Eu queria também chamar o povo brasileiro, porque esse pessoal aqui... Isso é um último suspiro, eles estão mortos. O povo está virando o jogo. Nós vamos tirar Temer do Palácio do Planalto.

Eu não quero que nenhum de vocês encare este momento como um momento de derrota. Essa é uma batalha que nós perdemos na CCJ, mas estamos ganhando na sociedade. Para isso, é preciso ir para as ruas nessa grande greve geral do dia 30, na próxima sexta-feira. Vamos fazer uma mobilização grande...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... porque, mudando o jogo na sociedade brasileira, a gente vence aqui também.

Eu encerro dizendo isso para vocês: vamos continuar a nossa luta. A situação é completamente diferente de um ano atrás, e as pessoas estão percebendo o que significa esse Governo do Temer. E não tem jeito, ele vai cair, porque não vão parar de surgir novas denúncias – delação de Eduardo Cunha, delação do Funaro, delação do Rodrigo Rocha Loures.

É esse o comunicado. Eu encerro a minha fala pedindo a você muita disposição para ir para as ruas, porque, ao final desse processo, nós vamos derrotar esse golpe. E quem ficar aliado a esse Temer e a essa turma vai ser defenestrado das ruas pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Serra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Um segundo antes do Senador José Serra.

Eu, quando pela primeira vez Presidente do Senado Federal, com a Mesa Diretora de então, nós tomamos uma medida, Senador Lindbergh. Desculpe contraditá-lo no seu brilhante discurso. Como Presidente do Senado, eu diminuí o recesso no Congresso. Aquela medida significou uma redução de R\$100 milhões na época – pouco se fala nisso.

Ainda temos um recesso benevolente no Congresso. Mas me permita, Sr. Presidente, discordar do Senador Lindbergh. Não é hora de reduzir o recesso. Talvez fosse a hora de aumentar o recesso, para que, em plena crise econômica, o Congresso não flexibilizasse direitos.

(Soa a campanha.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra o Senador José Serra.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há um Senador com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria, em primeiro lugar, dar meus parabéns ao Senador Renan Calheiros, que, em um dia só, deixou a Liderança do PMDB e assumiu a Liderança da Oposição.

Realmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Fui apoiado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso tudo num dia. É uma coisa extraordinária. Sem dúvida, merece parabéns, como colega, independentemente de estar ou não de acordo com o conjunto das coisas que estão sendo tratadas aqui.

Por outro lado, eu queria lembrar que o Senador Jucá cumpriu um compromisso que eu mesmo havia, na votação na CAE, apresentado, até como exigência de que o Governo pusesse por escrito as questões que editaria numa medida provisória. Ou seja, o Senado não modifica a da Câmara, mas o Governo edita uma medida provisória na base de um entendimento, dentro do possível, sobre o tema.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria sugerir – sei que isso vai contra a corrente do Estado de espírito de hoje – às forças que hoje se opõem que possam, com o Senador Jucá – ele se dispõe, perguntei a ele –, levar em consideração propostas. Certamente, o nosso brilhante Relator, nosso colega do Espírito Santo, pode também participar disso. Podem-se fazer melhoras aqui e ali, pode-se levar em conta opiniões e tudo o mais. Sei que isso não combina com o tom da reunião de hoje, do fim do mundo, mas, sem dúvida nenhuma, poderá ser positivo para adiante.

Faço aqui um apelo até a quem considero um dos Senadores mais sensatos do Senado, não apenas do lado da oposição, que é o Senador Jorge Viana, que é um homem conciliador e inteligente e que, certamente, fará observações importantes que poderão ser acolhidas. Os temas são complexos.

Então, acho que se deve tomar essa iniciativa. Eu pediria, inclusive, ao Senador Jucá que se dispusesse novamente a isso nos próximos dias, até isso chegar ao plenário.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a por ter dito muita coisa de maneira sucinta.

O Senador Valadares é o último orador para fazer o encaminhamento da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que, possivelmente, não estaríamos vivendo aqui, dentro do Senado Federal, e no interior do maior Partido do Congresso Nacional, o PMDB, essas divergências que obrigaram até o seu Líder, o Senador Renan Calheiros, a tomar uma posição corajosa de renunciar a uma posição de destaque no cenário da política do Congresso e do Brasil se o Governo, que considero um Governo transitório, que assumiu o poder não em função das eleições mas em cima de uma crise política que redundou no *impeachment* da Presidenta Dilma... Sou um homem de assumir posições e de dar conta delas. Apoiei esse Governo na suposição de que alterações na legislação previdenciária e na legislação trabalhista... O jeito com que foram feitas não foi combinado quando da nossa participação no Governo. Ninguém chegou para mim, quando da nossa aceitação em participar do Governo, e disse que a reforma trabalhista e a reforma da previdência seriam uma condição *sine qua non* para que ingressássemos no Governo. Aliás, essas duas propostas fazem parte de uma diretriz do PMDB, de um programa aprovado em convenção do PMDB, rumos para um Brasil novo. E isso não faz parte do programa do PSB.

Quando começaram, Sr. Presidente, as ameaças e as retaliações truculentas do Governo na Câmara dos Deputados em função dessas reformas, enviei para o Governo uma carta dizendo que essas retaliações representavam um atentado à democracia, o que nem os prefeitinhos do interior do Brasil estão fazendo mais. Imagine o Governo da União utilizar-se de um processo de pressão desse tipo para dizer "se você não vota, eu tiro o cargo"! Isso, Sr. Presidente, volto a dizer, é um atentado aos mais altos postulados da democracia do Brasil. Eu pensava que já estavam enterrados esses processos de retaliação e de truculência.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Por isso, Sr. Presidente, resolvi falar para dizer que respeito aqueles que votam...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campanha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...favoravelmente a esta reforma trabalhista, mas não me renderei. Não vou me render às pressões nem me rendo às ameaças, porque o mandato de Senador que eu tenho, os três mandatos eletivos foram conquistados com coerência, com muito trabalho, com dignidade, sem abaixar a cabeça para ninguém. Como Senador da República, tenho um mandato legítimo para votar de acordo com minha consciência. É assim que farei em relação a esta reforma. Acompanharei a oposição, votando contra! (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, encerrado o encaminhamento, coloco em votação o relatório do Relator, ressalvadas as emendas destacadas.

Decido que a votação...

Senadora, por favor!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Apesar de vocês, amanhã há de ser outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A votação será nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente, a favor do relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Liderança do PT encaminha o voto "não", Sr. Presidente, contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Liderança do Governo, "sim".

A Liderança da oposição, "não".

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O Líder do Bloco PP e PSD vota "sim", Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A Rede vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB vota "sim", Sr. Presidente, respeitando o voto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...do Senador Roberto Rocha.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Vota "não".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, tem de obedecer aqui a ordem da primeira suplência, da segunda.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Pela ordem.*) – Apenas faço um esclarecimento: nós temos, no Bloco Social Democrata, a presença de todos os seus titulares, que estarão, com certeza, votando, à exceção do Senador Ronaldo Caiado. Acaba de votar o Senador Eduardo Amorim. Eu pergunto se os suplentes votam na sequência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, o sistema seleciona...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O sistema vota.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O sistema vota. O.k.!

Era só um esclarecimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Todos devem votar, e o sistema seleciona pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Serra não votou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Serra. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vota também, Davi.

O Jader também falta votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jader Barbalho. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O José Serra tem de votar. Ele não votou também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador José Serra ainda não votou.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – O Senador Jader Barbalho está com problema aqui na máquina.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB vota "não".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Muda de computador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Serra não quer votar, pessoal. Vamos respeitar!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Corrigindo, o PSB vota "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, só por uma questão de justiça a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Lasier havia anunciado abstenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça a V. Exª, foi dito que as centrais não tinham aqui entrado, mas elas aqui entraram. V. Exª liberou, e ficaram na sua sala a CUT, a CGTB e a UGT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado pelo registro.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Continua em processo de votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, apareceu no painel o voto "sim", mas eu votei "não". Eu votei "não"!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não apareceu ainda não, Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Disseram-me isso aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Mas não abriu, não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, é o invisível que apareceu aqui na minha mente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação, Srs. Senadores.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foram 16 votos a favor do relatório; NÃO, 9.

Houve uma abstenção.

O relatório foi aprovado sem prejuízo das emendas destacadas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os governistas nem comemoram de vergonha!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Votação da Emenda nº 512...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O constrangimento é grande! Os governistas todos estão morrendo de vergonha.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Estão comemorando em cima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apesar de vocês, amanhã vai ser outro dia. A greve geral vem aí! Nós vamos ocupar as ruas!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É bom comemorem, porque o povo vai ver a comemoração.

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, ainda vamos ter...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não vamos ter porque os colegas de V. Ex^a não permitem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, vamos para as três votações de destaques.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – São nominais.

Votação da Emenda nº 512, de autoria do Senador Eduardo Braga, destacada pela Bancada do PT, que recebeu parecer contrário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A orientação de voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Relator manifesta o voto "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, quem vai defender pela Bancada do PT vai ser o Senador Paulo Paim. Vai explicar e defender.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o trabalho intermitente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...tem a palavra por cinco minutos.

Tem a palavra o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, esta emenda do trabalho intermitente é um dos pontos que considero mais grave dessa reforma, tanto que os dois Relatores recomendam a sua derrota. Ambos os Relatores, em seus pareceres, dizem que essa proposta não deve ser aprovada como está.

A experiência nos mostra, Sr. Presidente, que, com o trabalho intermitente, que foi aplicado em outros países, o grande prejuízo foi para os trabalhadores. E só foi aplicado nas empresas com mais de 250 trabalhadores, porque com as menores, percebendo a maldade, porque são pequenas empresas, entenderam que era muita injustiça. É como inúmeros dizem aqui, neste tal de WhatsApp: "Paim, fale aí que o trabalho intermitente é trabalho escravo. Seria o símbolo da revogação da Lei Áurea."

Trabalhador que está me assistindo neste momento, se aplicarem na sua empresa o trabalho intermitente, sabe como é que vai funcionar? O empregador vai mandá-lo para casa, vai chamá-lo na hora do pique da produção, vai pagá-lo por aquelas horas e o manda embora de novo. Tu tens de ficar à disposição dele. E, se você disser que vai, você será avisado com antecedência de três dias. E, se por um motivo qualquer você não for, você vai ter de pagar 50% correspondentes às horas que você ia receber. Pagar! Pagar! Hoje, se você falta, você não ganha as horas e não ganha o sábado e o domingo na proporção.

Aqui, neste projeto, grande parte da população está me orientando. Eu tive o exemplo aqui – e eu falava ontem – do McDonald's. Conseguimos fazer com que o McDonald's deixasse de aplicar o trabalho intermitente, e ele recuou. Aqui, no Brasil, recuou; nos outros países, ainda usa. Eu espero que recue também.

O que significa? Pense você que ganha um salário mínimo, por exemplo. Hoje, pelo menos, eles vão ter de lhe pagar um salário mínimo, mas, como colocaram na lei, se você trabalhar por dez horas – dez vezes cinco –, receberá R\$50; se trabalhar por cinco horas – cinco vezes cinco –, receberá R\$25. No final do mês, trabalhando de bico para cá e para lá, você poderá receber, quem sabe, R\$500, R\$600.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, como eu disse em outro momento e repito, como fica o Fundo de Garantia desse trabalhador que, durante o mês, ficou de bico em bico em diversas empresas? Como fica o décimo terceiro? Como ficam as férias? Como fica se for mulher e ficar grávida? Não fica, não fica! Você vai ser jogado, como no tempo da escravidão, quando, nas grandes lavouras, jogavam o escravo no caminhão e jogavam-no de uma lavoura para outra ou nas grandes fazendas. É isso que nós estamos aprovando aqui hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É justo isso? É claro que não é! Por isso, todos os Relatores estão pedindo que essa matéria não seja considerada e não esteja no corpo da lei.

Esta é a pergunta que fica: se tudo isso é verdadeiro, por que a omissão do Senado? O Senado olha, vê que é um crime e que pode fazer com que isso não aconteça, mas diz: "Façam! Deixem assim mesmo! A Câmara votou. Nós não vamos retirar. Quem sabe o Presidente que estiver no exercício, que não sabemos quem será, poderá vetar ou não?"

Sinceramente, é falta de coragem nossa. Eu digo que é nossa já. É falta de coragem nossa de reconhecer que fazemos um mal enorme! É dar uma de Pôncio Pilatos, repito, aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...que lavou as mãos e permitiu que Cristo fosse crucificado.

Aqui lavam as mãos! Os Senadores lavarão as mãos, porque o resultado vai ser para o Senado. Vão permitir que esse crime possa acontecer nas empresas brasileiras.

Eu fico triste, mas triste mesmo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...por saber que chegamos a este estágio no Senado do nosso País. Que Congresso é este?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª conclua.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Reconhece – todos reconhecem; duvido que haja um aqui que não reconheça – que essa proposta não poderia, em hipótese nenhuma, ser considerada lei. Mas não é assim que vai ser o resultado. Pela vontade da maioria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, Senador Paim. Conclua, por favor!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Já acabou o tempo, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, é minha última fala.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, há mais três para falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas é a minha última fala.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu sei, mas conclua.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª me dá um minutinho?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente. Você é muito gentil.

Meus amigos e minhas amigas que nos estão assistindo pela nossa TV Senado e pela Rádio Senado, vocês sabem o que está acontecendo aqui. Nós teremos grandes movimentos, um deles no dia 30. No dia 30, haverá greve geral. Alguns que nunca fizeram greve acham que greve significa milhões nas ruas, mas não é! Vocês sabem que não é. Greve é o silêncio das máquinas, o silêncio dos motores, o silêncio do metrô, as lojas fechadas, o banco não funcionando. Isso é greve!

Mostre o seu protesto. Fique em casa, converse com os filhos. Mostre a eles – peça uma cópia, que meu gabinete a manda, que o Senado a manda – para eles verem...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...o que foi aprovado aqui nesta noite de quarta-feira.

Faça-se, então, a mobilização. Eu diria: que se faça o grito silencioso do Brasil contra essa reforma, que está vinculada à reforma da previdência. Votando as duas...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...acabam com a previdência, vão entregar para o sistema financeiro. Com isto aqui, só quem ganha é o grande empresário, o grande capital.

No dia 30, estamos juntos, numa grande mobilização. Vai ser uma das greves, porque nós sabemos que outras tantas...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Embora, Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...vamos fazer acontecer em protesto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu encerrei. Calma! Quem estiver com muita pressa vá para casa, não vote. Pode ir, eu não obrigo ninguém a ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o tempo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª eu respeito. Terminei já. Agora, estou falando para quem está urrando aqui atrás. Se estão urrando, vão para casa! Apressem isso! Quem tem pressa se retire! Nós vamos ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas eu peço a V. Exª que conclua.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já terminei, Presidente. Já terminei, em homenagem a V. Exª, mas não pelo grito aí!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São gritos de uma alcateia, que no fundo fica gritando. Só pode ser alcateia isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação a emenda...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o parecer é contrário. A votação é "não", porque nós estamos melhorando o texto do trabalho intermitente na medida provisória que será editada. O voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quem vota "não" vota contra a emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Todas as votações serão nominais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Votação: o PSB, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há uma correção: quem votar "sim" apoia a emenda.

"Sim", PSB.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – A Liderança do PP e do PSD vota "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A REDE vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Volto a lembrar que o voto do PT e da oposição é "sim". *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Repetindo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quem eventualmente possa se equivocar no voto tem o direito de corrigi-lo. *(Pausa.)*

Senadora Maria do Carmo Alves. *(Pausa.)*

Senador José Maranhão. *(Pausa.)*

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência vai proclamar o resultado.

Votaram SIM 10 Srs. Senadores. Votaram NÃO 16 Srs. Senadores.

A emenda foi, portanto, rejeitada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Espere aí! Há um problema.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não há problema nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há um problema, sim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Maranhão não votou, porque sou o Relator. É o meu voto que vale.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Votação da Emenda nº 595, de autoria do Senador Lasier Martins, destacada pela Bancada do PT, que recebeu parecer contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu vou passar para... Essa é uma emenda do Senador Lasier Martins que nós destacamos. E, como é um tema ligado às gestantes e às mulheres, nós vamos passar a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, que vai defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. Srªs Senadoras, esse tema, talvez, seja aquele que mais tem sido citado em todos os debates. Ele tem sido mais citado, Sr. Presidente, exatamente pela crueldade, pela crueldade que apresenta! Veja V. Exª que eles permitem um projeto que eles chamam de modernizante, um projeto que dizem que vai gerar emprego, mas que promove um dos mais profundos ataques aos direitos das mulheres!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É um dos mais profundos ataques e retrocessos, e eu vou mostrar o porquê de ser retrocesso.

Permitir, Srs. Senadores – os senhores estão votando! –, que mulher gestante trabalhe em lugares insalubres, colocando em risco a sua vida, colocando em risco a vida da sua criança? Isso é inimaginável neste período, no momento em que nós vivemos! Mas é isso que está escrito aqui.

Aí fizeram um tal de um acordo apressado para recompor a Base, um acordo apressado, e tiveram a capacidade de piorar! É verdade! Tiveram a capacidade de piorar a proposta. O que veio da Câmara era o trabalho insalubre possível a partir de um atestado do médico de confiança da mulher. Agora, eles substituíram no acordo, Senador Humberto Costa – V. Exª é médico –, dizendo que o atestado é do médico de confiança da empresa, do empregador, porque esse é o médico do trabalho.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Que médico do trabalho?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Esse é o médico do trabalho! Esse é o médico do trabalho!

O Senador fica assim, desrespeita... O Senador Jucá desrespeita.

O senhor me respeite, Senador Jucá! Eu o escuto falar com muita atenção!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra. A Presidência garante a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Além disso tudo, o projeto fere o princípio da Constituição brasileira, que trata da proteção no trabalho e, principalmente, da proteção à mulher. E não só atinge a mulher quando permite que a mulher gestante e lactante trabalhe em ambientes insalubres. Não! Veja como eles estão colocando o lucro, Senador Paim, acima da vida, acima da vida existente e acima da vida futura, que é o filho que está sendo gerado, se já não bastasse a mulher pagar caro pela função mais nobre do Planeta, que é a função da maternidade!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas olhem, senhores, a contradição. Eu sei que os senhores estão conversando muito, eu peço só um segundinho de atenção.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço só um segundinho de atenção para mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Há uma Senadora com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...a barbaridade que está acontecendo aqui hoje.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quando as mulheres falam, é assim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Roberto Rocha, mostro a barbaridade! Isso não é modernizante, isso remete o Brasil à década de 1920, à década de 1910. É isso que está sendo feito nesta noite, que espero que consertemos no plenário do Senado Federal!

Tenho em mão, Srs. Senadores, a Lei 13.287. Sabem de quando? É de 11 de maio de 2016. É de 11 de maio de 2016, do ano passado! Foi aprovada por esta Casa e aprovada pela Câmara dos Deputados. O que diz a lei, Senadora? O que diz a lei, Senadoras? Diz o art. 194-A da CLT: "Art. 194-A. A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre." Essa foi a lei que nós aprovamos ano passado, senhores. Ano passado, aprovamos essa lei e foi publicada no *Diário Oficial* no dia 11 de maio de 2016.

E agora os senhores vêm, usando o discurso falso, usando o discurso desonesto da geração de empregos, de combate à informalidade, os senhores vêm e mudam, não bastasse mudar tantas outras coisas: trabalho intermitente, autônomo exclusivo, rescisão de contrato amigável, que nunca existiu na história e nem vai existir. É para tirar direito. É para tirar o FGTS. E me vêm com essa.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Os senhores estão na maior cara de pau, mas tudo bem, cada um vai voltar para o seu Estado.

Senador Eduardo, nós vamos voltar para o nosso Amazonas e vamos olhar de frente os trabalhadores e as mulheres trabalhadoras, porque a nossa digital não estará nessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço que V. Exª conclua.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não estará – estou concluindo, Presidente –, não estará nessa lei, mas os senhores vão falar com as mulheres, as mulheres Senadoras, inclusive. Vão falar com as mulheres e vão dizer por que passaram por cima de uma lei que foi aprovada no ano passado.

Senhores, vamos cair na real, vamos olhar para o povo sofrido lá de fora, para as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E vamos mudar aqui a lei, porque eu sei que os senhores não concordam, mas vão dar um voto de confiança a quem? Àquele que está denunciado na Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aliás, a Câmara dos Deputados está parada.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não vota, não discute, não faz nada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque a Câmara dos Deputados só tem uma atribuição daqui para a frente: analisar se aceita ou não o processo contra o Presidente.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Enquanto a Câmara faz isso, os senhores estão dando um cheque em branco contra os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – O parecer é contrário.

A medida provisória, registro, vai melhorar o texto e vai proteger ainda mais as mulheres.

Portanto, o voto é "não".

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é verdade!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", pela rejeição da emenda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar.) – A Liderança do PT vota "sim", vota a favor das mulheres grávidas, para que não trabalhem em lugares insalubres.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Para encaminhar.) – A Liderança do Bloco PP e PSD vota "não".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar.) – O PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para encaminhar.) – A Rede vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy e Senadora Vanessa. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Cidinho e Senadora Simone faltam votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador... *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator.) – Senador Cidinho, a orientação de voto é "não". *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Encerrada a votação. *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

SIM, 10; NÃO, 16.

Portanto, está rejeitada a emenda em causa, 595. *(Pausa.)*

Votação da Emenda 605, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, destacada pela Bancada do PSB, que recebeu parecer contrário.

Em votação a emenda destacada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – A orientação de voto é "não", contra a emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Posso... Posso justificar a emenda, Relator?

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Tenho o direito de justificar a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – V. Exª quer justificar a emenda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Porque o Relator-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª deseja...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... já falou.

Eu posso falar, Presidente? Então, marque os cinco minutos que vou falar só cinco mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, a legislação trabalhista, a CLT de 1943, que recebeu tantas modificações ao longo de tantos anos, e a Constituição Federal garantem os direitos fundamentais do trabalhador e é isso que a nossa emenda, o nosso destaque procura resguardar. Querer que um acordo coletivo de trabalho supere a vontade da lei é uma violência, é um retrocesso, é um castigo aos trabalhadores, conforme reza o art. 611-A do projeto de lei relatado pelo Senador Romero Jucá.

Para dourar a pílula deste artigo, adiante, no art. 523, o projeto traz uma novidade: a eleição de representantes na empresa, de representantes do trabalhador, que têm direito a ter assento nas negociações coletivas com voto predominante, sem ter, Sr. Presidente, nenhuma segurança sobre aquilo que vai decidir, uma vez que esse representante dos trabalhadores não tem qualquer imunidade e vai votar...

O pessoal da Mesa está cochichando, achando que estou perdendo a minha lábia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Tiro o chapéu para você.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A Mesa...
Vou te contar!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Prossegue V. Exª com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Relator já dá como favas contadas o voto contra...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Desconte o tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estou descontando o tempo, Sr. Presidente.

Acho que essa legislação é uma violência. Além do mais, do jeito que nós estamos fazendo... O modelo, que o Senado Federal sempre foi uma Casa revisora, dentro do sistema em que nós vivemos.... Agora se tornou uma Casa igual à Câmara dos Deputados. Amanhã pode não ser necessário o bicameralismo no Brasil, o sistema bicameral no Brasil. Estamos assinando embaixo daquilo que seria impossível acontecer quando da primeira Constituição republicana idealizada por Rui Barbosa.

Quero dizer a V. Exª, Presidente, que lamento muito. Das várias emendas aqui – foram apresentadas mais de 600 emendas – nenhuma foi levada em conta. Pelo menos uma, essa, por exemplo, a que estou defendendo, do acordado sobre o legislativo, que é uma violência mesmo, poderia ter sido aceita. Nem essa foi aceita, nenhuma foi.

O Relator, que é um homem sorridente, um homem que engole sapo-cururu com perna e tudo, um homem que aceita desaforo e não leva para a casa, é um homem que tem uma decisão sobre a qual não volta atrás. Tomou a decisão e acabou. Age como um verdadeiro monarca, e não em nome do monarca. Age como um verdadeiro monarca e não aceita qualquer alteração no seu projeto.

Por isso, Sr. Presidente, votarei "sim" a esse destaque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – O parecer é contrário, a orientação de voto é "não", Sr. Presidente, contra a emenda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar.) – A liderança do PT encaminha voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Voto "sim" do PT.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, o Líder do Bloco PP e PSD vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

Quem vota a favor da emenda, obviamente, vota "sim"; os que seguem o Relator votarão "não".

Ainda temos uma votação. Não é nominal, será simbólica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para encaminhar.) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos esperar um pouquinho. Cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Espere um pouco, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco minutos mais. *(Pausa.)*

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Votaram SIM 10 Srs. Senadores.

Votaram NÃO 16.

A emenda, portanto, foi rejeitada.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às emendas.

A matéria vai ao Plenário, mas há um requerimento...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Há um requerimento da minha autoria para a urgência, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

Urgência, não. Não, não, não. Não faz parte do...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Tem urgência, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, não.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós fizemos acordo!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É urgência para ir para o Plenário.

(Tumulto no recinto.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não houve acordo, Sr. Presidente! Não houve acordo!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Humberto Costa, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Telmário Mota e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Evento. Finalidade:** Lançamento da Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Convidados: - Mendonça Filho, Ministro de Estado da Educação; - Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União; - Silvio Pinheiro, Presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **Resultado:** Realizado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 5/2017, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e RCE 11/2017, de autoria do Senador Humberto Costa e da Senadora Lúcia Vânia. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão. **Participante:** Mendonça Filho, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/16>

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal realiza a cerimônia de lançamento da Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Elaborada pelo Tribunal de Contas da União, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a publicação é uma ferramenta para apoiar a atuação dos Conselheiros, que são responsáveis por fiscalizar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A cartilha traz informações sobre o programa e orientações práticas para que os Conselheiros acompanhem o repasse de verbas e de compras governamentais.

Compõem o dispositivo desta cerimônia a Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Sr^a Senadora Lúcia Vânia; o Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ministro Raimundo Carreiro; o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Sr. Silvio Pinheiro; e a Secretária Executiva do Ministério da Educação, Sr^a Maria Helena Guimarães de Castro. Ainda está presente o Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Sr. Senador Pedro Chaves.

Neste momento, passamos a palavra à Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Sr^a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu cumprimento o Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, cumprimento a Secretária Executiva do Ministério da Educação, Dr^a Maria Helena, cumprimento o Presidente do FNDE, Dr. Silvio, e cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão.

Eu gostaria de dizer aos convidados que são todos bem-vindos. É um prazer enorme para esta Comissão poder hoje contar com tão ilustres presenças, principalmente para lançar um programa, uma cartilha da mais alta importância, do maior alcance social. Portanto, agradeço aqui ao Sr. Ministro Presidente do TCU, que nos honra com sua presença e principalmente honra esta Comissão, ao escolhê-la para que possamos aqui publicar e explicar essa cartilha, da mais alta relevância para os Conselheiros do Programa de Alimentação Escolar.

Todos nós sabemos que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma resposta ao desafio de oferecer a estudantes da rede pública uma alimentação de qualidade. O programa conta com mais de 60 anos de existência e evoluiu de uma campanha restrita ao Nordeste para uma ação de nível nacional, alcançando mais de 40 milhões de alunos e se tornando uma das maiores políticas públicas do nosso País.

Esse programa é sustentado através de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal em que o governo federal atua através de um repasse de recursos que hoje somam cerca de R\$4 bilhões. Uma de suas diretrizes, é importante destacar aqui, é essa diretriz que determina que 30% das verbas recebidas deverão ser utilizadas na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Essa medida é uma medida importante porque ela permite o aumento da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

renda dos pequenos produtores, estimula práticas agrícolas de menor impacto ambiental e conduz à preparação de cardápios mais condizentes com a cultura alimentar dos estudantes.

O sucesso do Programa Nacional de Alimentação Escolar está fundado principalmente no controle social exercido pelos Conselhos de Alimentação. Esses Conselhos são estaduais e municipais e são órgãos formados por representantes, que contam também com a presença da sociedade civil, e são responsáveis por acompanhar e fiscalizar o uso dos recursos recebidos pelos governos estaduais e pelas prefeituras.

Portanto, é essencial que os integrantes desse Conselho estejam preparados para exercer o seu papel com competência, obviamente. Quanto mais bem preparados forem os Conselheiros, melhores estarão os resultados desse programa. Nesse sentido, a Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que será lançada hoje nesta Comissão, mostra-se uma ferramenta excepcional, digna de sem-número de elogios.

Publicada pelo Tribunal de Contas da União, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a obra se vale de uma linguagem simples e direta e deverá servir de bússola aos integrantes do Conselho de Alimentação Escolar. A cartilha explica o funcionamento do programa e mostra as atribuições de cada um dos órgãos do programa. Além disso, ela mostra aos Conselheiros, por meio de um passo a passo extremamente didático, como proceder em cada etapa de sua atuação como fiscais. Uma publicação com tal grau de excelência trará, sem dúvida nenhuma, aperfeiçoamentos relevantes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Essa cartilha será uma grande aliada na missão de fornecer uma melhor alimentação e um aprendizado mais proveitoso aos alunos da rede pública de ensino.

Assim, eu quero aqui me congratular com o Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Raimundo Carreiro, com o Ex^{mo} Sr. Ministro da Educação, Mendonça Filho, e com o Sr. Silvio de Sousa Pinheiro, Presidente do FNDE. Eu não tenho dúvida de que, sem esse trabalho conjunto desses líderes e de suas equipes, não existiria esse importante avanço para o sistema de ensino.

Por esse serviço inestimável ao País, peço que aceite, Sr. Ministro do Tribunal de Contas Raimundo Carreiro, os mais sinceros agradecimentos desta Comissão de Educação. Nós, os Parlamentares aqui presentes, sentimos-nos profundamente honrados de recebê-los aqui e principalmente de ver a nossa Comissão escolhida para tão importante evento.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a todos a presença, aos Secretários de Educação, às equipes dos diversos ministérios que aqui se encontram.

Quero passar a palavra ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora, portanto, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ministro Raimundo Carreiro.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu cumprimento a Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia; o Senador Pedro Chaves, que é o Vice-Presidente; a Dr^a Maria Helena Guimarães, Secretária Executiva do Ministério da Educação, e o Dr. Silvio Pinheiro, que é nosso parceiro no lançamento dessa cartilha hoje aqui, nesta Comissão.

Também cumprimento os demais convidados: a Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do FNDE, Sr^a Karine Silva dos Santos, e a Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sr^a Maria Inês Fini. Também estendo nossos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cumprimentos ao Dr. Ismar, Secretário de Controle Externo da Educação do Tribunal de Contas da União, que foi o coordenador da publicação dessa cartilha, ao Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Cláudio Castello Branco, que está aqui comigo, e a meu Chefe de Gabinete, Cláudio Souto Maior, aos demais servidores do Tribunal, do Senado Federal e aos Senadores e Senadoras membros desta Comissão. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Peço desculpas ao Presidente do TCU, mas fizemos uma pausa aqui para receber o Ex^{mo} Sr. Ministro da Educação, Deputado Mendonça Filho.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO – Encerrando os cumprimentos, saúdo nosso Ministro da Educação, Deputado Mendonça Filho, que nos honra com sua presença.

Inicialmente, Senadora Lúcia Vânia, eu quero agradecer a V. Exª a sensibilidade de nos ter cedido este espaço para o lançamento dessa cartilha. Foi o melhor lugar que eu pude encontrar para nós lançarmos a cartilha, exatamente a Comissão de Educação do Senado Federal, que é o espaço em que ela vai ter maior transparência e divulgação, uma cartilha que é tão importante, como V. Exª já teve oportunidade de destacar no seu pronunciamento.

Também quero agradecer ao Dr. Silvio, que foi, junto com o Tribunal de Contas da União, o parceiro fundamental na feitura e no lançamento dessa cartilha. Eu entendo, Srs. Senadores, que o caminho da Administração Pública para que as coisas deem certo é trabalhar em conjunto, e foi isso exatamente que nós fizemos com o Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para o lançamento dessa cartilha, que é tão importante na vida de tantos brasileiros que necessitam da alimentação escolar.

Como eu já disse, é motivo de satisfação estarmos hoje aqui para promover o lançamento da 6ª edição da Cartilha para Conselheiros de Alimentação Escolar. A elaboração da cartilha constitui uma profícua ação estratégica de parceria entre o Tribunal de Contas da União e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Essa publicação tem como intuito precípuo incentivar, aprimorar a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar no acompanhamento do referido programa, que se estende por todo o Território brasileiro.

O orçamento do programa para 2016 foi de aproximadamente R\$3,6 bilhões. Desse valor, 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, priorizando a aquisição de alimentos orgânicos de base agroecológica e de sociobiodiversidade das comunidades locais.

Devido a sua magnitude, o PNAE mostra-se de grande importância para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compromisso assumido pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas, sobretudo em dois pontos que eu vou destacar aqui.

Um é o Objetivo 2 da ODS. A ONU estabeleceu 30 pontos a serem atingidos até 2030. Dentre esses pontos, eu vou destacar dois que estão relacionados com a educação. O primeiro é: "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável." O outro objetivo relacionado a esse assunto é: "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Mais de 42 milhões de alunos das escolas públicas brasileiras dependem do bom funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar para receber uma alimentação em quantidade e qualidade suficientes em todos os dias do ano letivo. O recurso federal aplicado pelo PNAE é fiscalizado pelos Conselhos de Alimentação Escolar, designados em cada Estado e em cada Município por esse Brasil afora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Conselheiros, cuja atuação está regulamentada pela Lei nº 11.947, de 2009, e pela Resolução do FNDE nº 26, de 2013, são importantes agentes do controle social desse programa, sendo, muitas vezes, a principal fonte de informação em relação à ineficiência e/ou irregularidade na utilização dos recursos destinados à alimentação escolar. Tão grande é a relevância dos Conselhos, que os recursos do PNAE somente podem ser repassados às entidades executoras que possuem Conselho de Alimentação Escolar em funcionamento.

Além de fiscalizar e monitorar os recursos destinados à alimentação escolar, os Conselheiros são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes tarefas: analisar o relatório de acompanhamento de gestão do PNAE antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo; analisar a prestação de contas do gestor; fornecer e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE e comunicar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle responsáveis quaisquer irregularidades identificadas no PNAE.

Para desenvolver essas atribuições tão importantes, os Conselheiros necessitam de informação e orientação. Nesse contexto, a edição da cartilha que ora lançamos atualiza a fundamentação legal, traz novos conceitos e ferramentas e incorpora mudanças na execução do PNAE, em especial aquelas relacionadas à sustentabilidade nas aquisições de alimentos para o programa e a verificação das condições higiênico-sanitárias das escolas que oferecem alimentação escolar. Ademais, inclui informações relacionadas ao sistema de gestão dos Conselhos.

No TCU, a necessidade de um instrumento que facilite a atuação dos Conselheiros do Programa de Alimentação Escolar foi diagnosticada em diversas ações de controle empreendidas no PNAE nos últimos anos. Fiscalizações demonstram claramente a delicada situação dos Conselhos. Por um lado, eles possuem a importante atribuição de fiscalizar o programa, visitando escolas, acompanhando licitações e emitindo parecer sobre a aplicação dos recursos do PNAE. Por outro lado, em boa parte dos Municípios, os Conselhos não possuem condições favoráveis a sua atuação. Refiro-me tanto às questões de infraestrutura como à qualificação dos Conselheiros, cidadãos que se dedicam voluntariamente a essa missão, mas nem sempre possuem os conhecimentos e instrumentos necessários a sua plena consecução.

A propósito, cito um exemplo, que foi a fiscalização realizada no ano passado, 2016, que foi objeto do Acórdão 141, de 2017, em que foi relator o nosso colega, Ministro Augusto Sherman: o aludido trabalho da Corte de Contas revelou que o acompanhamento da execução do PNAE pelo Conselho de Alimentação Escolar de determinado Estado brasileiro foi deficitário. A auditoria apontou que o Conselho não elaborou o plano de ação para suas atividades nem fez o acompanhamento dos processos licitatórios para a compra de gêneros de alimentação escolar. Além disso, o Estado não cumpriu também a determinação legal de realizar a divulgação oficial das atividades do Conselho. Foi identificada ainda inconsistência entre os reais membros do Conselho de Alimentação Escolar e aqueles registrados no FNDE.

Diante dessa realidade, o Tribunal de Contas vem desenvolvendo matérias pedagógicas tanto para os Conselheiros do PNAE quanto para outros agentes de controle social, como, por exemplo, curso a distância voltado aos conselheiros de assistência social e eventos, como o Diálogo Público que o Tribunal realiza mensalmente por todo o Brasil para mostrar para os gestores públicos como deve funcionar com eficiência a Administração Pública.

Movidos pelo propósito de fortalecer a participação cidadã no controle das políticas públicas, lançamos, em conjunto com o FNDE, a 6ª edição dessa cartilha, que espero passe a ser o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

livro de cabeceira dos Conselheiros, onde encontrarão orientações práticas e simples, roteiros e listas de verificação para desempenhar suas atividades de maneira correta e efetiva.

Ressalto que o TCU considera os Conselheiros parceiros estratégicos na fiscalização dos recursos públicos. Por isso, faz-se necessário fortalecer a participação daqueles que fiscalizam os recursos lá na ponta, no momento em que estão sendo aplicados. A orientação e a capacitação dos agentes do controle social representam investimento com retorno certo, tanto para o Tribunal, como para toda a sociedade.

Assim, em complemento ao lançamento da cartilha, o TCU tem realizado e continuará fazendo eventos para conscientização e treinamento dos Conselheiros do PNAE. Está programado, Srs. Senadores, Sr^a Presidente, que os Secretários nos Estados façam visitas surpresas a determinados Municípios para verificar como está sendo feita a alimentação escolar, como ela está sendo preparada, as condições de higiene das escolas, como ela está sendo servida. Isso é uma estratégia que nós estamos lançando para identificar exatamente onde estão os maiores gargalos no problema da alimentação escolar.

Tais iniciativas terão, com certeza, reflexo direto na qualidade de vida dos estudantes brasileiros e, por consequência, no desenvolvimento do País. Com efeito, a atuação adequada do Conselho de Alimentação Escolar é fundamental para o bom funcionamento do PNAE, já que o Conselheiro pode acompanhar mais de perto todas as etapas do fornecimento da alimentação escolar. Em vista disso, nós temos a forte expectativa, e o desejo, de que a cartilha hoje entregue ao público, disponível também no Portal do TCU, propiciará condições a esses Conselheiros para o seu desempenho.

Ela apresenta sete qualidades. A primeira é a iniciativa, para buscar as informações que permitam conhecer a execução do programa; o equilíbrio, para acompanhar e fiscalizar sem confiar nem desconfiar, ou seja, pautado em fatos e evidências; a participação, para que, com a ajuda de todos os Conselheiros, a atuação do Conselho de Alimentação Escolar seja eficiente; o bom senso, para distinguir as irregularidades menos importantes daquelas irregularidades graves, que precisam ser relatadas aos órgãos de controle e de acompanhamento mais de perto; a dedicação, para a constante melhoria do programa; a responsabilidade, para relatar as irregularidades graves aos órgãos de controle sem dar valor a denúncias vazias; por último, a independência, que também é muito importante, porque o compromisso do Conselheiro não é com o gestor público, mas, sim, com a sociedade e com os alunos que dependem do funcionamento do PNAE para crescerem sadios e terem um aprendizado melhor.

Por fim, faço questão de enfatizar o quanto é importante que os Conselheiros de Alimentação Escolar procurem resolver os problemas detectados em suas próprias cidades com as pessoas responsáveis. Dessa forma, esses Conselheiros também terão oportunidade de conhecer as dificuldades dos gestores públicos. Quando isso acontece, ou seja, quando a coletividade e o governo se unem para resolver os problemas em comum, todos ganham, e a democracia se torna cada vez mais sadia e mais forte. Afinal, a alimentação escolar é um direito e uma conquista do povo brasileiro e, portanto, é crucial que seja preservada.

Essas são as palavras do Tribunal de Contas da União que fiz questão de trazer a esta Comissão, Sr^a Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro Raimundo Carreiro e passo a palavra ao locutor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós queremos informar que também compõe esta cerimônia o Ministro da Educação, o Sr. Mendonça Filho.

Neste momento nós convidamos a Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Sr^a Karine Silva dos Santos, para proceder a uma apresentação técnica sobre a cartilha.

Nós pedimos a gentileza de fazerem com que esse telão a nossa frente seja liberado para que ela possa fazer a sua exposição. Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a KARINE SILVA DOS SANTOS – Bom dia, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu cumprimento a Mesa na pessoa da Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senadora Lúcia Vânia, e cumprimento também as demais autoridades que aqui se encontram.

Eu sou servidora de carreira do FNDE e estou à frente da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sinto-me bastante honrada por participar deste momento, no qual concretizamos com maior amplitude a parceria entre o Tribunal de Contas da União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa institucionalizado, referenciado, e que completa 62 anos no ano de 2017. Essa política de tamanha envergadura é muito importante e é reconhecida, inclusive, internacionalmente. Nesse sentido, a cartilha elaborada em conjunto pelo FNDE e pelo Tribunal de Contas da União é um instrumento valioso de aprimoramento e melhoria para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que conta hoje com mais de 80 mil Conselheiros em todo o nosso País.

A missão do Programa Nacional de Alimentação Escolar é contribuir para a melhoria da educação por meio das ações de educação alimentar e nutricional e por meio da oferta de uma alimentação saudável. Como já dissemos aqui, a base precípua do Programa Nacional de Alimentação Escolar é ofertar uma alimentação de qualidade aos nossos mais de 40 milhões de alunos.

Para o ano de 2017 nós atendemos a mais de 150 mil escolas públicas e conveniadas, aos 26 Estados e ao Distrito Federal, e também aos 5.570 Municípios do nosso País. O número de refeições servidas ao dia aos nossos estudantes é superior a 50 milhões. Por essa razão é tão importante a atuação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar, uma vez que o FNDE é um órgão central de permanência em Brasília.

Os valores *per capita* da alimentação escolar estão dispostos ali, por etapas de ensino.

Neste momento eu gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer pessoalmente ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Educação por, no mês de fevereiro do ano de 2017, ter autorizado o aumento dos valores *per capita* para a alimentação escolar. Desde o ano de 2010 nós não tínhamos aumento em todas as modalidades, e isso é algo que demonstra a importância do Ministério na alimentação escolar, na educação.

Para o ano de 2017, então, nós tivemos um aumento na casa de R\$465 milhões, passando dos R\$4 bilhões destinados à alimentação escolar que são destinados aos estudantes da rede pública da educação.

Ainda em relação ao *per capita*, eu gostaria de mencionar que outros programas do Governo Federal, como o Programa Novo Mais Educação, também participaram e foram alcançados por esse aumento – também foi o caso do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Todos eles foram alcançados pelo aumento do *per capita* publicado no mês de fevereiro do ano de 2017.

As diretrizes do PNAE.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Falar da Cartilha de Alimentação Escolar para os Conselheiros de Alimentação Escolar é falar da execução do programa. A cartilha reflete a execução do programa e traz um caráter orientador em linguagem simples, didática e pedagógica para os nossos Conselheiros.

Dentre as nossas diretrizes, eu gostaria de citar o eixo da segurança alimentar e nutricional, que trata da universalidade do atendimento, porque todos os estudantes hoje da rede pública são atendidos pelo PNAE, e também o direito humano à alimentação adequada e saudável durante o período de permanência do estudante na escola.

Nesse sentido, os regramentos de execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 2009, a Resolução nº 26, de 2013, e as alterações posteriores trazem restrições quanto ao tipo de alimento que pode ser fornecido nas escolas. Há um fomento, um incentivo ao consumo de frutas e hortaliças e uma restrição a alimentos com altos valores de sódio, açúcares, alimentos prontos e bebidas de baixo valor nutricional.

O outro eixo do Programa Nacional de Alimentação Escolar diz respeito exatamente ao eixo pedagógico de educação alimentar e nutricional. O Programa Nacional de Alimentação Escolar entende que o ambiente escolar é o espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas ações e, para isso, nós contamos, além dos Conselheiros – mais de 80 mil Conselheiros no País –, com mais de 6 mil nutricionistas vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Nesse sentido, nós temos um trabalho importante com o Programa Nacional do Livro Didático, que também é fornecido pelo FNDE aos estudantes, sendo que na quarta capa do livro didático, desde 2016, nós trazemos os dez passos da alimentação saudável. No ano de 2016 nós alcançamos as escolas de ensino fundamental dos primeiros anos, dos anos iniciais e, no ano de 2017, dos anos finais. Para 2018, essa atividade de educação alimentar e nutricional contemplará o ensino médio, o que vai exatamente ao encontro de uma das prioridades do Governo Federal, que é o tratamento do ensino médio em tempo integral.

Para concluir, a agricultura familiar, que já foi muito bem colocada pela Srª Senadora Lúcia Vânia.

A obrigatoriedade da agricultura familiar também consta da nossa resolução, da nossa legislação. A base desse fornecimento da agricultura familiar é porque o programa acredita que uma alimentação saudável e adequada precisa, necessariamente, de alimentos mais diversificados, que respeitem a cultura local e que valorizem os hábitos e as tradições das comunidades.

O controle social, que é o motivo de estarmos presentes aqui hoje.

Os Conselhos de Alimentação Escolar são de fundamental importância. São os Conselheiros que acompanham a execução do Programa nos Estados e nos Municípios, são os Conselheiros que fazem visitas regulares às escolas, que participam dos processos de acompanhamento dos processos licitatórios de chamada pública, que participam dos processos de entrega dos alimentos, do fornecimento da alimentação aos nossos estudantes.

Bem, além disso, eu gostaria de destacar que, para o recebimento dos recursos do Governo Federal, se não houver um Conselho devidamente constituído, válido e atuante no Município ou no Estado, o Governo Federal não faz o repasse dos recursos destinados à alimentação escolar. O objetivo maior do nosso encontro hoje, então – para concluir –, seria trabalhar o empoderamento da sociedade civil nesse papel tão importante de acompanhar políticas públicas da envergadura do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Bem, concluindo, eu trago a imagem da Cartilha dos Conselheiros para a Alimentação Escolar, e gostaria de dizer que é com grande satisfação que o FNDE participa dessa parceria e se coloca à disposição para que possamos avançar no empoderamento da sociedade civil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Srª Karine Silva dos Santos e a cumprimento pela exposição.

Passo a palavra ao locutor.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós vamos ouvir agora o Ministro da Educação, Sr. Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bem, eu quero saudar e cumprimentar a Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a Senadora Lúcia Vânia, e, por intermédio dela, quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores aqui presentes, bem como os Deputados que prestigiam esta audiência.

Saúdo o Presidente do TCU, Ministro Raimundo Carreiro, cumprimento a minha equipe, por intermédio da Profª Maria Helena Guimarães de Castro e também de Karine Silva dos Santos, que coordena o PNAE ao lado de José Fernando Uchôa sob a liderança do Presidente do FNDE, Dr. Silvio, que está aqui ao meu lado.

Eu vou ser muito breve na minha fala, Presidente Lúcia Vânia e Presidente Raimundo Carreiro, até porque, logo em seguida, nós teremos aqui a oportunidade de uma audiência pública na qual vamos debater temas relacionados à educação, que, creio, será um espaço aberto inclusive para que possamos discutir o próprio Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é prioridade na nossa gestão e que mereceu, inclusive, uma valorização do ponto de vista de reconhecimento do nosso Governo, da nossa gestão do Presidente Temer, quando o Presidente autorizou o reajuste no valor do repasse para Estados e Municípios cumprirem essa função.

Eu só quero aqui destacar a importância do ato, que foi demandado, inclusive, pelo Presidente do TCU, o Ministro Raimundo Carreiro, no sentido de que pudéssemos oferecer essa cartilha, que já está na sexta edição e que é muito importante do ponto de vista da orientação para atendimento do processo de fiscalização e de controle social no que diz respeito à questão da política de alimentação escolar, que é um dos fatores mais importantes de atração e de manutenção dos jovens e crianças nas escolas do Brasil. Por incrível que pareça, ainda vivemos uma realidade na qual a alimentação escolar tem um peso absolutamente fundamental nesse aspecto, e é muito importante que o Ministério continue fortalecendo o Programa de Alimentação Escolar.

Então, quero aqui agradecer muito ao Presidente Carreiro e dizer da nossa disposição no sentido de colaborar na direção de um programa transparente, no qual se exerça a necessária fiscalização por parte da sociedade e o controle social, que é fundamental para que possamos evoluir do ponto de vista de política educacional.

Política educacional é uma função e um dever do Estado, mas também é algo que necessita de uma participação efetiva da sociedade para que possamos ter êxito e sucesso. O que o Tribunal de Contas faz a partir do lançamento da cartilha é justamente estimular e apoiar esse controle social, que é muito bem-vindo e contará com o apoio do Ministério da Educação.

Para finalizar, destacaria, Presidente, que, por decisão nossa no MEC, nós vamos distribuir essas cartilhas para todos as Secretarias Municipais de Educação para que possamos chegar também aos Conselhos Municipais de Educação, permitindo-lhes exercer as suas funções de atendimento na alimentação escolar com o rigor, com a transparência e com a qualidade que as crianças e os jovens do Brasil merecem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro Mendonça Filho.

Agradecemos a presença de todos e desejamos a todos um excelente dia.

Agradecemos àqueles que se deslocaram para este evento e ressaltamos que esta Comissão se encontra à disposição dos Srs. Secretários de Educação estaduais e municipais.

Agradeço a presença de todos e dou prosseguimento à segunda parte da presente reunião, que atende os Requerimentos nº 5, de 2017, de minha autoria, e nº 11, de 2017, de autoria do Senador Humberto Costa e subscrito por mim, para a realização de audiência pública destinada a receber o Ministro de Estado da Educação Mendonça Filho para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

Portanto, vamos desfazer a primeira Mesa.

Convido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ...o Sr. Ministro da Educação para fazer a sua exposição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria apenas cumprimentar a iniciativa do Ministério da Educação, do Tribunal de Contas da União e de V. Exª de ter trazido esta cerimônia à Comissão de Educação do Senado.

Eu quero dizer que esse tema é muito caro a mim, porque minha mãe, que já faleceu, foi merendeira durante quase quatro décadas de uma escola pública no Município de Lagoa Vermelha, na mesma Escola Professora Delfina Loureiro onde posteriormente fiz meu estágio como normalista – eu fiz o hoje magistério, antigamente era Escola Normal Rainha da Paz.

Então, eu queria dizer que, como Senadora municipalista que apoia a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, a Famurs, vou me empenhar na distribuição da cartilha para orientar a formação de bons Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, porque aí é que está a razão de ser do sucesso maior desse trabalho.

Parabéns, Ministro Presidente Raimundo Carreiro, parabéns Ministro Mendonça Filho, parabéns Senadora Lúcia Vânia por essa iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senadora Ana Amélia.

Declaro encerrada esta primeira parte da nossa reunião.

Vamos, então, à segunda parte da nossa reunião.

Convido o Sr. Ministro da Educação para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Vamos fazer um pequeno intervalo para os cumprimentos ao Presidente do TCU e logo em seguida formaremos a Mesa. *(Pausa.)*

Damos prosseguimento à segunda parte da presente reunião, que atende os Requerimentos nºs 5, de 2017, de minha autoria, e 11, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Humberto Costa e subscrito por mim, para a realização de audiência pública destinada a receber o Ministro de Estado da Educação Mendonça Filho para que apresente as diretrizes e os programas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prioritários de sua pasta com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

Quero aqui ressaltar a presença dos convidados: a Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já nos brindou com sua exposição, a Sr^a Karine Silva dos Santos; a Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Sr^a Maria Inês Fini; o Secretário de Controle Externo da Educação, de Cultura e de Desportos do Tribunal de Contas da União, Sr. Ismar Barbosa Cruz; e os senhores Secretários de Estado.

Ressalto e agradeço a presença dos Secretários de Educação municipais do meu Estado, o Estado de Goiás, que se fazem presentes no meu gabinete, uma vez que não conseguiram entrar aqui. Eu quero me dirigir a eles agradecendo pela presença e dizendo da importância da presença deles neste evento, assim como da importância da presença dos demais Secretários, que nos brindam aqui com suas presenças, nos honram aqui, não só a mim como também ao Sr. Ministro.

Informo que, após a exposição do Ministro, que terá a duração de 40 minutos, abrir-se-á a fase de interpeção pelos Senadores inscritos, dispondo o Senador interpeção de cinco minutos para perguntas; o Ministro, de cinco minutos para as respostas; o Senador interpeção, de dois minutos para a réplica; e o Ministro, de dois minutos para a tréplica.

Dando início à audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Ministro da Educação Mendonça Filho para que possa fazer a sua exposição.

O SR. MENDONÇA FILHO – Primeiro, quero saudar mais uma vez a Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Senadora Lúcia Vânia, e também saudar o Senador Pedro Chaves.

Cumprimentei na etapa anterior desta reunião a Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro e, por intermédio dela, quero mais uma vez destacar a presença de parte significativa da minha equipe do Ministério da Educação, que comparece a esta audiência pública no Senado Federal para que possamos debater o tema educação e, principalmente, a nossa gestão à frente do MEC nesse primeiro ano de gestão.

Peço permissão à Senadora Lúcia Vânia e a compreensão do Plenário, das Senadoras e dos Senadores presentes, no sentido de que a minha exposição será um pouco mais longa do que seria desejável para que a gente pudéssemos ter mais espaço para o debate, mas, tendo em vista inclusive o calor do debate e muitas ocasiões onde se imputa responsabilidade à nossa gestão com relação às políticas públicas no MEC, eu acho que é importante que eu possa resgatar um ano de gestão, o que fizemos e, de certo modo, como encontramos o Ministério da Educação, para que possamos ter clareza efetiva sobre as responsabilidades, o quadro da educação brasileira e, principalmente, a atuação nos últimos anos no Ministério da Educação.

Então, começo com o título: "1 ano de gestão: começo de uma grande mudança".

Evidentemente que essa mudança tem que ter um ponto de partida, e esse ponto de partida é a herança da gestão do Partido dos Trabalhadores na educação. Passo a reproduzir alguns destaques principais, até porque boa parte das polêmicas que foram, eu diria, geradas na educação nasceu em momentos anteriores à minha posse como Ministro da Educação.

"Programas sociais têm cortes de até 87% com Dilma", manchete de *O Globo*; "Educação perde 10,5 bi em 2015", *Estadão*; Dilma corta metade das vagas do Pronatec, promessa de campanha"; "Dilma corta verba para pré-escola e creche; vagas eram promessa eleitoral", *Folha de S.Paulo*; "Governo suspende abertura de vagas no Ciência sem Fronteiras", portal da Revista *Exame*; "MEC diz que esgotou a verba para novos contratos do Fies em 2015", *G1/Educação*; "Pátria





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

educadora": prioridade para o 2º mandato naufraga com governo"; e finalmente "A ruína da pátria educadora", Revista *IstoÉ*.

A educação básica não foi prioridade na gestão do Partido dos Trabalhadores. Investimento do MEC com educação básica *versus* educação superior – temos um quadro do que ocorreu a partir de 2010: a gente tinha praticamente 50% do orçamento do Ministério da Educação dedicados à educação básica e 50% dedicados à educação superior. Ao longo desses anos, até o último ano da gestão anterior à minha no Ministério da Educação, o quadro consagrou pelo menos 60% de prioridade para o ensino superior e 40% de prioridade para a educação básica.

O drama da alfabetização: 56% das crianças do Brasil no terceiro ano do ensino fundamental não sabem ler e escrever. Esse é um quadro que demonstra essa realidade, a partir dos dados da ANA, que é a avaliação realizada pelo Inep, mostrando inclusive um quadro com grande distorção regional, onde as Regiões Norte e Nordeste têm uma realidade ainda mais perversa do que a realidade do Brasil.

Ensino fundamental: desempenho ruim acumulado. A gente tem aí também uma concentração média na proficiência em Língua Portuguesa e Matemática bastante concentrada no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, e as Regiões Norte e Nordeste também com déficit muito forte em termos de desempenho, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Ideb: ensino médio estagnado. A gente tem um Ideb que paralisou a partir de 2011 até 2015, sem que se pudesse cumprir as metas tanto em 2013 como em 2015, abaixo do que foi fixado como meta do Ideb – e metas ainda bem aquém do que seria desejável para o ensino médio razoavelmente adequado para os jovens brasileiros.

A gente fala um pouco de indicadores nacionais e migra um pouco para uma leitura internacional. O PISA, que é o *ranking* que consagra essa avaliação a partir da OCDE, coloca o Brasil, entre 70 nações, ocupando entre a 59ª e 66ª posições, em ciências, leitura e matemática, sendo que o percentual dos estudantes brasileiros abaixo do nível básico, ou seja do nível mínimo, em leitura é de 51%; em matemática, 70%; e em ciências, 56,6%, algo que realmente nos coloca em posição vexatória no contexto internacional.

Alguns cortes que foram consagrados, já que se atribuem à atual gestão cortes na área de educação. E faço a leitura de alguns destaques de jornais: "No ano do lema 'Pátria Educadora', MEC perde R\$10,5 bi ou 10% do orçamento"; "Governo reduz pela metade vagas do Pronatec"; e, finalmente, "Governo corta 13,9 bi da Educação e do PAC".

Ainda uma avaliação, até porque parte do nosso debate se estabeleceu a partir de programas que têm uma simbologia muito grande do ponto de vista político e têm um impacto muito grande na vida dos jovens.

O Pronatec, como nós herdamos em maio de 2016: zero de orçamento para a chamada Bolsa-Formação, quando eu assumi o Ministério da Educação em maio do ano passado; dívidas totais acumuladas da ordem de R\$600 milhões; e promessa, para a qual não havia nenhum acordo, nenhuma base no orçamento do próprio Ministério da Educação, de mais 2 milhões de vagas – só que vagas sem que haja contrato e vagas sem orçamento viram promessa vazia e apenas uma boa intenção que teria sido anunciada pela gestão anterior.

E aí acompanhamos a evolução do Pronatec, que atingiu o pique, coincidentemente, em 2014, com 3 milhões de vagas, reduzindo dramaticamente para quase um terço daquilo que se deu em 2014; 2015, com 1,150 milhão, uma redução de 61%; e, em 2016, orçamento zero para a chamada Bolsa-Formação. Foi o que eu herdei à frente do Ministério da Educação no âmbito do programa Pronatec.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Creches são um caso especial. Em relação a creches e escolas havia cerca de 2 mil obras paralisadas. A Presidente Dilma entregou 7% das 6 mil creches que ela havia prometido durante a campanha eleitoral e, das 3 mil creches da chamada modalidade inovadora, que foram lançadas na gestão da então Presidente Dilma, tivemos o resultado concreto de menos de cem entregues, ou seja, de um total de 3 mil creches contratadas, menos de cem creches foram entregues e estariam ou estavam funcionando ao início da minha gestão. Isso mostra o fracasso tremendo nesse programa de creche na modalidade inovadora. E, naturalmente, hoje ainda é imbróglio a resolver, porque isso envolve contrato com empresas que estavam dedicadas a levar adiante o programa de educação infantil, garantindo o acesso a creches e a pré-escolas, o que, infelizmente, não aconteceu.

Ai uma matéria de um outro veículo de comunicação, neste caso o *Zero Hora*, colocando os "Esqueletos da educação": o Estado do Rio Grande do Sul, com um grande número de Municípios contemplados com essas creches que ficaram apenas no papel, infelizmente.

Ciência sem Fronteiras. É importante a gente destacar aqui porque, na verdade, esse é um tema que inclusive motivou debates acalorados dentro do Congresso e aqui, no Senado Federal. Aqui quero destacar uma matéria da revista *Exame*, que diz o seguinte: "Governo suspende abertura de vagas no Ciência sem Fronteiras". Portanto, a suspensão do Ciência sem Fronteiras, ao contrário do que foi dito e propagado, não se deu no Governo do Presidente Temer; deu-se no governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2015. A última leva do programa Ciência sem Fronteiras ocorreu em 2014, consumindo cerca de R\$3,7 bilhões, atendendo 35 mil bolsas, a um custo médio de R\$105 mil.

Estou colocando isto aqui de forma muito clara: a decisão do Governo Temer não foi no sentido de paralisar o Ciência sem Fronteiras, foi de não retomar o programa Ciência sem Fronteiras, porque um programa que investiu R\$3,7 bilhões para atender 35 mil alunos promove a inversão de prioridades. É o atendimento dos ricos em detrimento dos pobres, porque o orçamento desse programa, de R\$3,7 bilhões, é praticamente o mesmo da merenda escolar, que atende 41 milhões de estudantes, a um custo de R\$90,00 por aluno/ano. Então, sinceramente, não dá para um governo que tem compromisso com a sociedade manter um programa como esse.

Boa parte dos jovens que foram para o exterior sequer falavam a língua da nação a que se dirigiram. E mais do que isso: as universidades que recepcionaram os jovens que foram ao exterior quando retornaram ao Brasil não incorporaram os créditos das matérias que foram pagas em universidades estrangeiras. Esse é um quadro que, para mim, mostra uma iniquidade, um programa de governo que não atende o interesse dos mais pobres; ao contrário, atende os interesses dos mais ricos. Basta dizer que, com R\$105 mil, dá para pagar a mensalidade de dez jovens, durante um ano, de dez faculdades privadas de nível médio. Então, não faz sentido o Governo alocar um volume tão expressivo de recursos para um programa de baixíssimo retorno.

E volto a insistir: quem paralisou o programa Ciência sem Fronteiras foi o governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2015. A última leva ocorreu em 2014, o que desmente afirmações que foram atribuídas a meu respeito. Eu assumo a decisão pública de não ter retomado o programa e sustento que ele não é um programa que atende a maioria da população e, muito menos, os mais pobres, que é o meu dever como Ministro da Educação.

Fies: gestão desastrosa do Partido dos Trabalhadores. E aí faço a leitura de algumas manchetes: "TCU vê rombo bilionário no Fies e convoca ministros de Dilma"; "Tribunal de Contas da União vê má gestão e rombo bilionário no Fies"; "TCU vê descalabro, pedalada e dívida





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escondida de R\$3,1 bilhões no Fies"; e "TCU quer que Haddad e Mercadante expliquem rombo no Fies".

Qual é o custo, o rombo potencial do Fies hoje, o que estou revelando aqui ao público? Foram R\$32 bilhões em 2016, quinze vezes mais do que em 2011. Esse é um dado que eu gostaria de tornar público, até porque, em poucas semanas, nós vamos reestruturar o programa, garantindo o atendimento aos mais jovens, mas garantindo também sustentabilidade ao programa de financiamento educacional. Não dá para levar um programa que produz um rombo dessa magnitude, onde quem paga a conta é justamente o contribuinte brasileiro, sem o retorno adequado. A inadimplência da carteira bateu a casa dos 46,4%. Lembro que declaração do Ministro Renato Janine, em 2015, dizia o seguinte: "MEC diz que esgotou a verba para novos contratos do Fies em 2015". Então, ele já sacramentava a morte do Fies naquele desenho em 2015.

E aí um pouco de um quadro muito interessante, Senador Cristovam, em que a gente tem a evolução da oferta de vagas do programa de financiamento educacional. A gente tem um total ali em cima de 4,2 milhões contratos no total em 2012; 3,9 milhões, em 2013; 4,6 milhões, em 2014; e 4,8 milhões, em 2015. O que aconteceu? Se nós olharmos ali, em 2012, nós tínhamos cerca de 3,6 milhões estudantes matriculados em universidades e faculdades privadas que pagavam a sua mensalidade. Em 2015, o número total de estudantes que pagava as suas mensalidades caiu de 3,6 milhões para 2,9 milhões, o que demonstra claramente que houve uma substituição daquele recurso que era alocado de forma particular por um estudante por financiamento bancado pelo Poder Público.

Nada contra. Eu acho que o Estado deve prover e atender os estudantes que necessitam de financiamento educacional, mas não faz sentido que o Estado, a partir de uma análise de crédito ou de uma análise de risco das próprias organizações que atuam na área da educação privada, substitua aquele que regularmente paga a sua mensalidade por um contrato que é bancado com recursos do Tesouro Nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Exatamente.

Dívidas em programas e programas sem recursos.

Nós tivemos cerca de 1,8 bilhão de dívidas deixadas pela gestão anterior; 700 milhões da Rede Federal; e 627 milhões do Pronatec, que já mencionei anteriormente. E de restos a pagar, só no âmbito do FNDE, nós herdamos R\$10,6 bilhões, o que levará, se porventura esses restos a pagar forem pagos ano a ano, de cinco a seis anos para que a gente possa resgatar só os restos a pagar que foram herdados a partir de 2016. E programas sem recursos ou paralisados: Pronatec, Fies, Brasil Alfabetizado, PNAIC e Mais Educação.

Gestão ineficiente e com desperdício, burocracia. Há cerca de 300 mil processos de prestação de contas parados no FNDE, e cerca de 40 mil processos parados ou tramitando a passos lentos na Seres, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Contratos mal geridos. Cito alguns pequenos exemplos.

Há o de *call center* no Ministério da Educação, cujo contrato anual era da ordem de R\$127 milhões e reduzimos para R\$37 milhões, uma redução de R\$70 milhões. Reduzimos sem que houvesse perda de qualidade no atendimento ao público e mantendo o mesmo serviço, o que mostra, naturalmente, que há espaço para racionalização e aplicação dos recursos da área da educação na atividade fim, no atendimento de crianças e jovens do Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aquisição de materiais em grande quantidade a preços exorbitantes, produtos com 3.000% quase, 2.900% mais caros, como copo de papel; quantidades para 10 anos de uso, como molha dedo, que acho que nem se usa mais; mais de cem mil CDs e DVDs, uma coisa em extinção – eu nem sei o que vou fazer, vou ter de fazer um acordo de distribuição desses materiais com Estados e Municípios, que dão para anos e anos de distribuição –; caixas de papelão em uma quantidade que o estoque vai dar para talvez uma década.

PNE, sempre muito exaltado e cobrado: nenhuma meta foi cumprida na gestão do Partido dos Trabalhadores. Eu digo porque eu sou cobrado, naturalmente, em um ano de gestão. Evidentemente, a gente tem de separar as responsabilidades. Em educação, tudo ocorre no médio e longo prazos. Eu não estou aqui querendo cobrar das gestões anteriores algo que possa se transformar em uma irrealdade, mas, com 13 anos de gestão, eu imagino que daria para, pelo menos, cumprir a maioria das metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação.

Eu herdei e assumi o Ministério da Educação com nenhuma meta cumprida. Para não dizer que não havia uma meta, havia objetivos, como, por exemplo, objetivo sindical. Esse foi o único cumprido. O restante todo no que toca a questão educacional ficou muito distante da realidade que seria adequada. E aí reproduzo as manchetes de dois veículos de comunicação.

Para fechar um pouco o diagnóstico, o resultado dos 13 anos: 39% foi a taxa de crescimento do analfabetismo no Mato Grosso do Sul; de 29% foi o índice no Acre; e de 25% foi o aumento no Distrito Federal. "Analfabetismo em crescimento: Estados brasileiros registraram aumento no número de analfabetos entre 2013 e 2014".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Jovem.

"A ruína da pátria educadora", mais uma matéria de um veículo nacional de comunicação.

Um milhão e oitocentos mil jovens excluídos do ensino médio, os chamados nem-nem, nem trabalham, nem estudam. São jovens que muitas vezes são tragados pelo clima de violência e de drogas que domina as cidades médias e grandes do Brasil, e uma geração que não trabalha nem estuda que aumentou em 2015, mostrando, naturalmente, um quadro realmente bastante triste da área educacional.

Depois desse retrato que nós apresentamos do diagnóstico herdado – era importante que colocássemos isso de forma clara e objetiva –, passamos um pouco para nossa missão e a nossa atuação, olhando o horizonte do futuro do MEC, do presente e desses últimos doze meses.

Resgate do orçamento e regularização de repasses. De um corte que foi decretado pelo Governo Dilma de R\$6,4 bilhões ano passado, nós resgatamos R\$4,7 bilhões – esses 6,4 bilhões são do contingenciamento decretado pela gestão do Partido dos Trabalhadores.

Recursos garantidos para novas vagas e pagamentos das taxas de administração do Fies, que foi a MP do Fies, editada pelo Presidente Temer no ano passado.

A liberação de R\$700 milhões para o bolsa formação no Pronatec e resgate de dívidas.

Evolução do Orçamento do Ministério da Educação.

Gerou-se uma polêmica e uma cobrança muito grande com relação à PEC do Teto e à iminência de redução de orçamento para a área da educação. E eu demonstro claramente que não houve redução no orçamento do Ministério da Educação. Mesmo depois da aprovação da PEC do Teto, temos um orçamento para a LOA de 2017 de R\$142 bilhões – superior, portanto, ao orçamento de 2016 –, mostrando uma evolução crescente.

Retomada de obras.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós tivemos 1.720 obras concluídas de maio a dezembro, obras tocadas e financiadas direta ou diretamente via FNDE; 168 obras concluídas na Rede Federal de Ensino Técnico; 357 obras em execução na Rede Federal de Ensino Técnico; e 528 obras em andamento nas 63 unidades da Federação, com investimento total de R\$2 bilhões.

Retomada e aperfeiçoamento de programas.

PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa). O programa foi retomado e foi lançado o PNAIC em Ação, com aperfeiçoamentos ao desenho inicial e autonomia para os Estados e Municípios, que são nossos parceiros; o Novo Mais Educação, programa que estava paralisado e foi retomado e aperfeiçoado com foco e ênfase no contraturno, para reforço em português e matemática; o Novo Ensino Médio Inovador, programa que também foi retomado e aperfeiçoado com foco no reforço em português e matemática; e o Brasil Alfabetizado, cujo último ciclo tinha sido em 2014: nós saneamos dívidas e retomamos o programa com abertura de novo ciclo.

Lançamos também o MedioTec, na área de formação técnica, para o jovem do ensino médio, liberando R\$700 milhões, atendendo 14 Estados e ofertando 82 mil vagas, em 2017, para jovens da rede pública que estudam nas escolas de nível médio da rede estadual, principalmente, e que terão a oportunidade de fazer cursos técnicos, ajudando na sua formação técnica.

Alfabetização e formação de professores.

Na alfabetização, programa de alfabetização e letramento destinado às crianças, com foco nas crianças do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental. A formação de professores tem um orçamento razoavelmente elevado (R\$1,8 bilhão), que foi integralmente preservado e que vai obedecer à formulação de uma política nacional de formação de professores, já articulada com a Base Nacional Comum Curricular, e à formação continuada, buscando parcerias com Estados, Municípios, ONGs e instituições formadoras.

A ideia da formação inicial e continuada da educação para professores levou sempre em consideração exclusivamente o papel das universidades federais, que é muito bem-vindo, mas precisamos engajar os Estados e Municípios, que são os grandes contratantes de professores nas redes de educação municipais e estaduais.

Rede Federal.

Há dois anos não ocorria 100% de custeio para as universidades federais e as instituições federais de ensino, institutos técnicos, e nós cumprimos isso em 2016 – 100% de custeio liberado. O último ano em que ocorreu isso foi 2014. Houve 100% de repasse da assistência estudantil para universidades federais e institutos federais. Mantivemos e cumprimos o reajuste para professores e técnicos das universidades federais e institutos federais. Houve a expansão de matrículas do Pronatec de 138.606 para quase 169 mil. E também houve uma liberação financeira, de maio de 2016 até o final do ano passado, em um total de mais de R\$8 bilhões para as instituições federais de ensino.

Internacionalização da educação.

Essa discussão toda sobre o Ciência sem Fronteiras não afetou de forma alguma o papel da Capes. Muito pelo contrário, a Capes continua atuando de forma muito vigorosa no fomento e apoio a doutorados e a pós-graduações. Novos editais de bolsa de doutorado foram lançados, com quatro mil estudantes no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Houve a retomada de acordos estratégicos, com mais de 18 mil estudantes, professores e pesquisadores beneficiados. E houve o fortalecimento da pós-graduação, mestrado e doutorado, também com o apoio de recursos da Capes.

Programas e bolsas no País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Implementação de 1.180 bolsas de mestrado e doutorado que tinham sido suspensas no início de 2016, com um total de investimento de R\$5,5 milhões; pagamento de bolsas do Programa Bolsas no País – recursos adicionais R\$172 milhões; e concessão de mais de R\$22 milhões para o Proex, que socorre a questão de equipamentos para curso de excelência nas instituições federais de ensino e pesquisa vinculadas ao Ministério da Educação.

Hospitais universitários.

Investimento de R\$320 milhões com recursos do MEC; contratação de quase 4 mil profissionais concursados; reativação de leitos que estavam desativados; aumento de 11 mil internações; 36 obras concluídas; 34 obras em execução; 650 mil consultas a mais do que no ano anterior.

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Estou chegando ao fim, Presidente.

Gestão democrática e inovadora.

O Enem. O MEC garantiu a execução do Enem 2016 com sucesso.

Para o Enem 2017 fizemos uma consulta pública envolvendo mais de 600 mil estudantes. As mudanças que já foram anunciadas indicam que as provas serão realizadas em dois domingos, o que dará mais folga aos estudantes do Brasil. Separamos a certificação do ensino médio (ENCCEJA) para outra avaliação, e o sistema de inscrição foi incrementado para que tenhamos mais segurança, inclusive com a identificação nominal em cada prova por parte de cada estudante que se submeterá ao Enem na versão 2017.

BNCC.

Nós a levamos adiante. Já entregamos a primeira fase da Base Nacional Comum Curricular, da educação infantil ao ensino fundamental. A Base estabelece conteúdos essenciais e competências que todos os estudantes deverão desenvolver na educação básica e será referência comum e obrigatória para a elaboração dos currículos das escolas de todo o Brasil.

O novo Fies.

Uma das prioridades para este ano de 2017 é a apresentação do Novo Fies, com o aperfeiçoamento do modelo de financiamento e de gestão: em 2016, viabilização da renovação dos financiamentos de aproximadamente 1,5 milhão de estudantes; oferta adicional de 75 mil vagas no segundo semestre do ano passado; e oferta de 150 mil vagas no primeiro semestre de 2017.

Escola em tempo integral.

Nós pretendemos ampliar o acesso à educação em tempo integral no nível médio no Brasil, uma política que foi lançada pelo Presidente Temer. Há previsão de um investimento total de R\$1,5 bilhão, 500 milhões ao ano; de 500 mil novas vagas em três anos – mais que dobrar o número total de matrículas na rede pública; e de um investimento médio da ordem de R\$2 mil por aluno/ ano, repassados do governo federal para os governos estaduais.

O novo ensino médio.

O novo ensino médio é uma grande estrela da nossa gestão, posso dizer que é uma grande referência, após debate de 20 anos – só no Parlamento, cinco anos. Em 2017, a lei foi sancionada pelo Presidente Temer. Ela valoriza o protagonismo do jovem e flexibiliza o currículo, adequando-o e integrando-o ao que ocorre no mundo como um todo. O objetivo é tornar o ensino médio mais eficiente e atraente para os jovens. E ele tem uma aprovação de mais de 70% da população brasileira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para fechar, um vídeo de um minuto. Peço a paciência e a tolerância da plateia para que possamos ter uma síntese, em um minuto, daquilo que está exposto, inclusive, nos meios de comunicação no Brasil.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. MENDONÇA FILHO – Presidente, eu quero só agradecer a sua tolerância e a sua paciência de me ouvir. Agradeço também à plateia e aos Senadores e Senadoras aqui presentes.

Naturalmente, coloco-me à disposição da plateia, fazendo um chamamento. Eu sei que aqui é a Casa dos debates políticos. O tema educação exige que possamos ter um mínimo de convergência, e eu digo sempre que há de se ter unidade, uma adesão da sociedade em torno da educação, sem a qual não vamos chegar a lugar nenhum. Então, é em nome dessa unidade que estou aqui à disposição para debater de forma muito séria o interesse dos jovens e das crianças do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Ministro, a exposição e quero dizer da nossa satisfação de vê-lo expondo aqui as diretrizes do Ministério e a remodelação feita em alguns programas de fundamental importância.

Eu seria a primeira a fazer os questionamentos, mas, como há muitos oradores, eu vou me reservar o direito de fazer questionamentos no final desta audiência. Então, eu passaria a palavra, em primeiro lugar, para o Senador Pedro Chaves.

Eu gostaria de reiterar que o interpelante dispõe de cinco minutos para a pergunta; o Ministro, de cinco minutos para a resposta; o Senador interpelante, de dois minutos para a réplica; e o Ministro, de dois minutos para a tréplica.

Como eu fui a autora do requerimento ao lado do Senador Humberto Costa, eu passaria primeiro para o Vice-Presidente e, logo em seguida, para o Senador Humberto Costa. O Ministro poderia responder e, logo em seguida, eu perguntaria ao Plenário se nós poderíamos fazer de três em três, porque são muitos os debatedores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Primeiro: acho que o bloco de três fica mais adequado. Segundo: eu queria só fazer uma ponderação a V. Exª, levando em consideração a relevância do tema, que V. Exª pudesse ter um pouco mais de flexibilidade com o tempo dos Senadores e Senadoras que assim o desejarem, dentro dos limites razoáveis. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Nós vamos obedecer aos horários primeiro, como está determinado aqui. Posteriormente, os Senadores terão oportunidade de se reinscrever e de fazer novamente os questionamentos. Eu acho que assim é mais razoável para dar oportunidade a todos de debater.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Ministro da Educação Mendonça Filho, Srª Presidente da Comissão de Educação, demais autoridades da Mesa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, educadores, foi com muita alegria que eu vi toda a exposição do nosso Ministro, com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muita clareza, sobre o que era e o que é a educação hoje. Na verdade, houve uma mudança radical em relação à postura do MEC e à preocupação com uma relação custo-benefício.

É bastante importante que os recursos sejam otimizados. Nós tínhamos gastos excessivos sem fazer avaliação dos resultados. Um dos dados importantes neste País é isto: lança-se programa, mas não se faz avaliação. Então, eu enfatizo muito que é importante essa preocupação, que deve ser constante.

Acho que foi fundamental essa colocação do Ministro em relação a todos os programas lançados e inacabados, sem resultados efetivos – pelo menos os resultados não foram avaliados.

Eu, em Mato Grosso do Sul, tenho percorrido diversos Municípios e tenho tido a oportunidade de mostrar realmente a nova reforma do ensino, da qual tive o prazer de ser Relator por deferência do Ministro da Educação Mendonça Filho. Quando há o entendimento perfeito do que é o novo ensino médio, há, na verdade, uma assimilação perfeita e um grau de satisfação muito grande por parte de todos os educadores, diretores, das próprias Secretarias de Educação e das autoridades em geral. Às vezes, a pessoa não assimila bem os detalhes da reforma e se posiciona de forma não positiva. O importante é que haja um esclarecimento geral. Nós estamos formulando uma cartilha juntamente com o MEC para esclarecer ponto a ponto a nova reforma do ensino.

Quero também parabenizar também o Ministro pela nova Base Nacional Comum Curricular, que foi divulgada no Conselho Nacional de Educação e para todas as Secretarias de Educação dos Municípios do Brasil. Foi um documento extremamente rico – já tive oportunidade de enfatizar esse ponto –, é um documento completo. Se não fizermos a reforma do ensino fundamental, aquele documento é suficiente para darmos uma nova orientação ao ensino fundamental.

Muitos me perguntam por que começamos pelo ensino médio. É muito simples: o ensino fundamental conseguiu alcançar a nota mínima exigida pelo Ideb, aproximou-se bastante, e o ensino médio é o nó górdio de toda a educação básica brasileira. Por isso nós começamos rapidamente pelo ensino médio, através de medida provisória. Este foi um dado importante, porque, na verdade, houve urgência e relevância no caso. Nós tínhamos um problema grave, tanto pelo Ideb quanto pelo Pisa.

Então, eu vim aqui muito mais para depor e louvar a atitude do Ministro da Educação, porque sou um dos protagonistas desse processo. E digo que estamos agora no caminho certo. É importante que haja por parte dos educadores uma grandeza, um entendimento de que nós temos que apoiar essas medidas, que são medidas corajosas. Eu acho que o fato de definirmos uma reforma através de medida provisória é uma determinação heroica e importante, que deve ser louvada por todos os educadores. E posso adiantar que, se fizermos uma nova pesquisa hoje, esses 72% passam de 90%. Esse é o protagonismo.

Por outro lado, eu vejo que os institutos...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – ... federais têm sido privilegiados em relação às escolas estaduais e municipais de ensino médio. É necessário que haja mais equilíbrio em relação ao investimento que o Governo Federal vem fazendo nas escolas de ensino médio e nos institutos federais e nas escolas de ensino médio mantidas pelos Estados. Isso é necessário. Eu visitei diversas escolas, institutos, e notei que realmente aqueles que estudam nos institutos federais são privilegiados. Então, é preciso que façamos todas com o mesmo patamar dos institutos federais ou que melhoremos as escolas de ensino médio mantidas pelo Estado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Era só isso, Ministro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa. Posteriormente, passarei a palavra ao Ministro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Ministro da Educação, confesso que, sinceramente, eu esperava outra coisa completamente diferente. Nós assistimos aqui a um Ministro que vem falar à Comissão de Educação com olho no retrovisor, olhando para trás o tempo inteiro, que não traz praticamente nenhuma proposta nova neste que ele chamou de profícuo primeiro ano da sua gestão. E mais: nesse aspecto foi positivo, porque S. Exª teve condição de mostrar exatamente todo o legado de 12, 13 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Mas acho que, intencionalmente, S. Exª se esqueceu de falar algumas coisas. Por exemplo: quando se discute orçamento e se fala dos Governos Lula e Dilma, é importante ressaltar que, entre 2003 e 2010, nós tivemos um incremento no orçamento da área educacional de mais de 200%. De 2010 até 2015, por exemplo, nós saímos de 54 bilhões para 97 bilhões e, no ano passado, 100 bilhões. Parece-me que é uma visão estapafúrdia considerar que um governo que dá uma prioridade aos recursos para educação como essa seria um governo que desmontou a política educacional do nosso País.

Esqueceu-se também S. Exª de falar, aí sim, das coisas do Governo novo. Por exemplo: a Emenda Constitucional nº 95, que congelou durante 20 anos o aumento de recursos para todas as áreas, inclusive as áreas sociais. E como esses planos que estão sendo... São tímidos, mas nem esses tímidos serão cumpridos se o nosso País continuar mantendo na sua Constituição uma proposta como essa que foi colocada.

Se essa proposta, Presidenta, por exemplo, tivesse sido aplicada entre 2003 e 2014, sabe quantos bilhões a menos a educação teria tido? Trezentos e setenta e sete bilhões! E S. Exª, inclusive, não poderá aplicar em educação nem se a arrecadação crescer, porque qualquer excedente será aplicado no pagamento de juros da dívida. Além disso, há a desobrigação de cumprir os percentuais mínimos definidos pela Constituição ao longo desses 20 anos.

E mais: a discussão que se tenta fazer, de dizer que o governo passado não pagou isso, não pagou aquilo... Mas por quê? A Presidenta Dilma mandou uma proposta para o Congresso Nacional para reduzir o contingenciamento, que era de 25 bilhões e que passaria a ser um déficit de 96. E foram a oposição e as mídias – essas mesmas cujos títulos das matérias ele colocou ali – que colocaram que o governo era gastador, que estava levando o Brasil para o buraco, o déficit. No entanto, uma das primeiras coisas que o Governo golpista fez foi elevar a meta de déficit primário para 170 bilhões. Aí é como diz o matuto lá do nosso Estado: também, com dinheiro, qualquer um vai e cumpre a meta que foi colocada.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que nós não podíamos fazer esse Governo que está aí fez com total e integral apoio da mídia. A verdade é essa.

Essas metas não foram cumpridas, Sr. Ministro, porque houve um golpe, porque houve um *impeachment*, porque a Presidente não pôde terminar o seu mandato.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essas metas não foram cumpridas, Sr. Ministro, porque houve um golpe, porque houve o *impeachment*, porque a Presidenta não pode terminar o seu mandato. E agora esse Governo que está aí – que, aliás, mostra muito pouca capacidade, inclusive, de gestão, porque com esse dinheiro todo poderia muito bem ter avançado mais.

Mas a minha pergunta é sobre o Ciência sem Fronteiras. Eu peço a V. Exª que pelo menos me deixe perguntar. Ele falou 40 minutos; nós deveríamos ter um pouquinho mais de tempo – esse Regimento nosso é muito ruim.

Eu quero dizer o seguinte: o Ciência sem Fronteiras foi um programa, inclusive, avaliado pela CCT aqui, considerado um programa estratégico, inclusive na área da graduação. Por quê? Porque 26% dos bolsistas eram de origem negra ou parda; 25% eram de famílias com renda de até três salários mínimos; mais de 50%, renda de até seis salários mínimos. Esses jovens, quando voltaram para o nosso País, a maioria deles, boa parte deles ingressou em cursos de pós-graduação – três vezes mais do que aqueles que não participaram do programa – e teve participação em mestrados e doutorados avaliados em 5, 6 e 7 pela Capes, mais do que aqueles que aqui ficaram, que prevalentemente foram para mestrados e doutorados avaliados em 3 e 4.

Então, eu pergunto se V. Exª considera que esse não é um programa estratégico. Comparar o gasto com o Ciência sem Fronteira para graduação com merenda escolar demonstra qual é a lógica desse Governo. É um Governo de visão liberal, que acha que política pública é para o miserável tão somente. Esse recurso que foi ali gasto e a que V. Exª se referiu...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de 3,7 bi, se não houvesse a Emenda Constitucional 95, podia-se fazer tranquilamente. Porém, as escolhas que V. Exªs fazem são as escolhas pelo setor privado. Não é à toa que V. Exª comparou esse recurso com o pagamento de mensalidade para escola privada.

Eu, sinceramente, estou frustrado, porque eu esperava que aqui viessem coisas novas. Mas os programas todos do governo passado é que vieram para que nós pudéssemos debater e para ser feita essa cantilena de herança maldita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu pediria aos Senadores que se mantivessem nos cinco minutos. Tolerei um pouco mais no caso do Senador Humberto porque ele é o autor do requerimento também, mas eu pediria, para o bom andamento do trabalho, que a gente se limitasse aos cinco minutos.

Com a palavra o Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Primeiro, eu quero saudar e cumprimentar o Senador Pedro Chaves e dizer que a sua intervenção foi muito convergente, portanto não cabe nem uma resposta muito direta. S. Exª, na verdade, discorreu sobre o êxito da medida provisória do ensino médio, cuja relatoria ele teve a responsabilidade de assumir, e cumpriu a sua missão com grande competência. Eu diria que a qualidade do texto melhorou muito com a contribuição do Congresso Nacional e, especialmente, do trabalho do Senador Pedro Chaves.

Eu concordo com a sua afirmação de que hoje a reforma do ensino médio deve ter uma aprovação que supere os 72% da última pesquisa do Ibope, até porque boa parte do medo e da política de inverdades que foi propagada pela oposição se desmanchou quando emergiu a própria realidade. E o jovem começou a perceber claramente que o ensino médio modificado seria algo muito importante para os jovens do Brasil e colocaria – e vai colocar – o Brasil em uma posição contemporânea e integrada com o que ocorre nas principais nações do mundo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O mesmo eu digo com relação à Base Nacional Comum Curricular, uma política pública relevante que nós vamos levar adiante. Já cumprimos a primeira etapa, como destaquei – o Senador Pedro também fez referência a esse aspecto específico –, e esperamos, até o final do ano, entregar a Base do Ensino Médio ao Conselho Nacional de Educação.

Por fim, um comentário adicional foi feito pelo Senador Pedro Chaves no que diz respeito à questão do investimento na estrutura educacional, e ele está correto. A qualidade de uma infraestrutura educacional permite uma educação de melhor qualidade, e é evidente que o ambiente escolar é determinante de uma educação de boa qualidade. Então, concordo, compartilho. E o andamento dos investimentos do FNDE em parceria com Estados e Municípios vai na direção justamente do fortalecimento e da melhora da qualidade da educação básica no País.

Com relação especificamente à intervenção feita pelo Senador Humberto Costa, eu quero dizer que, primeiro, eu nunca neguei – muito pelo contrário – a evolução, até porque, graças a Deus, o fato eu não nego. Eu não uso as palavras para esconder o pensamento nem manipulo a verdade, o que, aliás, é um hábito muito constante em alguns setores da oposição aqui no Brasil, infelizmente. Então, houve de fato mais do que isso: uma triplicação do orçamento do Ministério da Educação em 12 anos, Senador Humberto Costa. Isto é um fato importante: nós triplicamos o orçamento. Agora, isso para mim consagra a incompetência, porque triplicar o orçamento e a educação no Brasil em 13 anos ficar do jeito que ficou é uma demonstração total da incompetência dos governos do Partido dos Trabalhadores.

(Manifestação da plateia.)

Não alcançou resultado. Você bota mais dinheiro, e o resultado não aparece. Quase dois milhões de jovens fora do ensino médio, o desempenho em Português e Matemática pior do que há 20 anos, o Ideb estagnado desde 2011, e V. Exª acha isso lindo, maravilhoso. Eu não acho, Senador. Eu discordo de V. Exª.

Com relação à Emenda Constitucional 95, V. Exª dizia – e repete – a inverdade de que ela ia retirar dinheiro...

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – ... da área social. Isso não ocorreu, porque ela foi votada, e o orçamento de 2017 é maior do que o de 2016, contrariando a tese propagada pelo Partido de V. Exª. V. Exª é inteligente o suficiente para saber que a PEC estabelece um limite para o gasto público como um todo, e não na área de educação e saúde. Em educação e saúde, pode-se até ampliar o investimento nas prioridades em um determinado governo. Mas, como o PT não tem argumento, insiste em manipular a verdade e tentar passar para a opinião pública aquilo que de fato não acontece. Então, não adianta essa política do medo, do terror e da manipulação, porque ela não vai chegar a lugar nenhum; só à desmoralização daqueles que afirmam inverdades e propagam irrealidades.

A oposição e as mídias. Pronto! Encontraram os grandes responsáveis pelo fracasso da educação no Brasil nos 13 anos do PT. Somos nós da oposição no passado, hoje no Governo, e as mídias – os jornais, as televisões – que temos responsabilidade pelos números? Não; os responsáveis são os senhores, que assumiram a educação no Brasil, prometeram uma Pátria Educadora e colocaram o Brasil em uma posição vexatória no cenário da educação do mundo, entre a 59ª e a 66ª posição no PISA. Isso é uma vergonha, Senador! Por isso aí deveria ser feita uma mea-culpa do Partido de V. Exª, que fracassou na área da educação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, o Ciência sem Fronteiras. Eu tenho uma total discordância de V. Ex^a. Primeiro, V. Ex^a deveria ter a hombridade e a responsabilidade de assumir a realidade. Quem encerrou o Ciência sem Fronteiras foi o governo de V. Ex^a – e eu demonstrei isso aqui publicamente – em 2015. A última versão do Ciência sem Fronteiras ocorreu em 2014, portanto quase dois anos antes de eu assumir o Ministério da Educação. Então, não impute a mim a responsabilidade pela paralisação do Ciência sem Fronteiras, porque isso é responsabilidade do governo de V. Ex^a.

O único fato em que a gente pode convergir é o fato de que eu discordo...

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Esse programa não pode continuar. Gastar R\$3,7 bilhões, ao custo de mais de R\$100 mil para enviar alunos da classe média brasileira, enquanto jovens e crianças no Brasil padecem, na educação básica, de uma educação minimamente de qualidade, para mim, é uma inversão de prioridades. E eu vou insistir nessa tecla. Aliás, é uma tese que tem o suporte do meio universitário e científico do Brasil, que apoiou a decisão, com manifestações nos jornais, na imprensa do Brasil, dizendo que esse programa não atende, diferentemente do que diz V. Ex^a, ao interesse do povo brasileiro. Nem a Noruega pratica um programa como esse; imagine um país pobre como o nosso, que necessita de política educacional na área infantil, na área da educação fundamental, na área do ensino médio, onde jovens e crianças infelizmente não têm acesso a uma educação digna, o que deveria ser – e deve ser – missão de todos nós homens e mulheres públicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A réplica!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Antes de dar a réplica, eu gostaria mais uma vez de saudar a presença da Secretária Executiva, que compõe a Mesa, Maria Helena de Castro, e queria ler o art. 184 do Regimento Interno:

Art. 184. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr^a Presidenta, primeiro, em relação à Emenda Constitucional 95, o que o Governo fez, ao dizer que o gasto não pode crescer globalmente, foi abrir uma disputa entre diversos setores e políticas públicas dentro do Orçamento da própria União. Isso é totalmente diferente da vinculação, que é a obrigatoriedade de que naquela política – saúde, educação ou outras – se aplique aquele recurso no mínimo. O que se vai estabelecer a partir deste ano é uma disputa, desde os auditores fiscais, passando por outras categorias de servidores, com recursos para a educação, para a saúde, para a assistência social, para a segurança pública.

Então, não me venham com essa conversa mole de que isso não vai prejudicar a educação. Vai! Vai prejudicar a educação, vai prejudicar a saúde e outras áreas que tinham recursos vinculados.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que foi que houve? Já? Não são cinco minutos?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São dois minutos a réplica?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dois minutos a réplica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Realmente é muito difícil.

Mas eu vou...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Exª dispõe de mais um minuto, como autor do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero dizer que S. Exª o Ministro devia ser um pouquinho mais modesto e respeitoso com o que foi feito neste País ao longo desses anos na educação. Começou dizendo que a educação básica no Brasil é um desastre. Eu só lembro algumas ações importantes: a ampliação da jornada escolar em mais um ano, de sete para seis anos; no ano passado, a partir dos quatro anos; a retomada dos investimentos em escolas, creches e pré-escolas; o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa; o Mais Educação; a Escola Integral – não é criação de V. Exª, não; já existe – em mais de 60 mil escolas; o programa Caminho da Escola; a lei do piso e da valorização salarial dos professores, que permitiu reajustes superiores a 46% além da inflação.

Portanto, um pouco mais de modéstia, um pouco mais de respeito a quem trabalhou por este País para melhorar. Não culpe 13 anos do PT pela desgraça que as elites deste País fizeram no Brasil desde 1500. Nós somos um pequeno hiato que mudou a história deste País. Agora, governos como o de V. Exª, que está aí; governos como esse, que está cada vez mais retirando recursos, direitos dos trabalhadores... Vamos discutir aqui a aposentadoria especial dos professores? Qual é a posição de V. Exª? V. Exª é favorável a isso que está sendo proposto?

Então, não venha fazer aqui um papel de imaginar...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que nós somos bobos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Quero avisar aos interpelantes que, quando a campanha bate, ainda há um minuto à frente, e eu não vou tolerar mais o excesso.

Com a palavra o Ministro para tréplica. S. Exª tem dois minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu queria mais uma vez só ponderar. Esse é, volto a dizer, um tema fundante, um tema dos mais importantes para o País, e – permita-me – eu acho que a Mesa deveria ter um pouco mais de flexibilidade, e não adotar uma metodologia cartorial. O Ministro, é claro, teve os seus 40 minutos. É evidente, ele tem que dar uma visão geral. Mas, ao limitar o tempo dos Senadores à letra fria do Regimento, quem perde com isso é o debate. Então, eu só ponderaria para que V. Exª pudesse flexibilizar um pouco o tempo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A única forma de permitir...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... que todos tenham a oportunidade é a gente obedecer ao Regimento.

Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Obrigado.

Srª Presidente, a vida toda, nós sempre nos submetemos às regras do Regimento. É hora, sem dúvida nenhuma, de a oposição, que se beneficiou disso durante tantos anos e foi tão rígida no Regimento, principalmente na sessão aqui do *impeachment* da Presidente, também se subordinar a essas regras que eles implantaram durante todo esse tempo.

Em segundo lugar, o Ministro Mendonça está mais do que qualificado para trazer os argumentos aqui, que são demolidores.

Eu acho que as regras devem ser de acordo com aquilo que está previsto, senão ficará a bel-prazer de cada um estipular o seu próprio tempo.

Como tal, Presidente, vamos manter o Regimento, que é oficialmente o que nos orienta e rege qualquer reunião.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Caiado.

Com a palavra o Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Na verdade, eu quero apenas repor o que foi dito pelo Senador Humberto Costa. Eu não fui, absolutamente, deselegante. Eu apenas rebati em tom semelhante ao daquilo que foi dito. Inclusive, eu acompanhei vários discursos atribuindo, imputando o encerramento de programas, iniciativas que foram tomadas pela gestão anterior, à nossa gestão. Eu trouxe aqui uma radiografia, um retrato fiel dos números sobre a educação, o que aconteceu, o resultado; os resultados, em termos de políticas educacionais, que são pífios, são dramáticos para jovens e crianças.

E, quando se fala em um horizonte de 13 anos, não é que eu queira imputar toda a responsabilidade à gestão do PT. Mas para quem dizia que tinha transformado o Brasil em uma Pátria Educadora...

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – ... o quadro geral é realmente demolidor e devastador, e as vítimas são os jovens e as crianças do Brasil infelizmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Nós teremos, agora, três Senadores: a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Fátima Bezerra.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Pedro Chaves, cara Secretária Maria Helena Guimarães de Castro; caro Ministro Mendonça Filho, eu penso que V. Exª tem um preparo muito grande, o que revelou agora aqui nessa exposição e, sobretudo, nas respostas à oposição. Digo isso para tentar colocar não a defesa de V. Exª – o que não é minha missão –, mas a defesa da razoabilidade, da racionalidade e das coisas como elas são.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui se pratica muito a repetição de uma mentira tantas vezes que a mentira se torna realidade. Nós sabemos quem ensinou essas práticas, e isso é dramático. Pedir a um Ministro, que aqui se comportou adequadamente, dentro das regras da boa educação e do respeito... Um Parlamentar experimentado não fugiria a essa regra de boa convivência. E V. Exª aqui o fez com grande demonstração de respeito a esta Casa.

Eu também queria reafirmar que, às vezes, não vale a pena. Quer dizer, o gasto de repetir, de tentar mostrar que a verdade deve prevalecer é um esforço exaustivo, mas que precisa ser feito para que não prevaleça a tese de que a mentira repetida tantas vezes se torne a verdade. Então, eu quero cumprimentá-lo por esse exercício de esforço nesse convencimento, o que é difícil. Para quem não quer entender, para quem não quer compreender não adianta a gente tentar explicar.

E falar em modéstia a V. Exª... Eu lamento profundamente. Tivemos um exemplo extremamente dramático. O seu Ministério teve uma rotatividade muito grande no governo passado. Muito grande! E logo numa área estratégica, que é a educação. Um Ministro de Estado foi demitido por telefone! Um Ministro de Estado da Educação, um respeitado Senador da República, um educador apreciado e respeitado no mundo inteiro, reitor de uma universidade, um professor emérito, o Senador Cristovam Buarque. Ele não precisa de uma Senadora para dizer essas coisas aqui, mas eu acho que a gente tem que repor. Então, falar em modéstia... Eu acho que a gente tem que reconhecer também os erros feitos, os erros cometidos. E a arrogância de não reconhecer os erros também chega a esse ponto.

Mas eu quero apenas, além de cumprimentá-lo, dizer que eu, como gaúcha, fiquei com vergonha de ver no meu Estado do Rio Grande do Sul as creches de papel, apenas iniciadas, porque está ali apenas um arremedo do que deveria ser creche. E tenho exemplos de administração do meu Partido que são maravilhosos em relação a creches.

Eu queria voltar a um tema – V. Exª já deve saber qual é a pergunta que lhe farei –: o edital de licitação para o curso de Medicina da Universidade de Ijuí (Unijuí), uma instituição comunitária, que certamente outros postulantes terão. Quando sairá esse edital?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente, Sr. Senador; obrigado pela referência, Senadora Ana Amélia, mas faltou dizer que a demissão não foi por propina na Petrobras, não foi por petrolão, por mensalão, por nada disso. Não sei ainda por que foi.

Sr. Ministro, eu votei pelo teto, e acho que o teto, Senador Humberto, vai permitir politizar-se o Orçamento. A partir de agora, a gente não vai ver quem é a favor da educação apenas porque quer mais dinheiro, mas porque é capaz de comprar briga para tirar dinheiro de outros setores para a educação, como o senhor mesmo falou, dos auditores e outros. Agora, a gente vai ter que discutir realmente quem é ou não a favor da educação, e não apenas quem reivindica pela educação.

Mas há algo sobre o que eu queria de saber a sua posição, Sr. Ministro. Algumas universidades estão sem poder gastar recursos próprios. Isso, a meu ver, fere a concepção e a filosofia do limite de gasto. Ao contrário, devemos incentivar as universidades a buscarem recursos, inclusive por patentes, que hoje é uma das formas de financiarem-se universidades nos Estados Unidos. Eu sou de uma universidade que tem, inclusive, flexibilidade para conseguir mais recursos. Não estão querendo nem pedir; estão querendo poder gastar. Eu gostaria de saber a opinião do Ministério.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Apoiei também a reforma do ensino médio e acho, Ministro, que esse foi um dos grandes feitos do Governo até aqui. Mas há dois pontos sobre isso: um é reconhecer que ainda é um salto muito pequenininho diante do que a gente precisa, como o senhor já disse. Eu gostaria de saber se o Ministério ou o Governo, nesses próximos dois anos, um ano e meio, da mesma maneira com que lançou uma reforma da previdência, uma reforma trabalhista – e talvez até uma tributária venha –, está pensando em uma grande reforma do ensino, da educação no Brasil para os próximos vinte anos, nem que seja para discutirmos como isso será feito, de tal maneira não apenas que a gente melhore, mas que a gente salte. E aí vem uma pergunta: tem havido rumores de que o Ministério estaria pensando em fazer uma proposta de reforma universitária. Aí eu acho que essa não deve ser por medida provisória, Ministro. Essa exige debate. Essa exige que a comunidade se envolva bastante. Acho que a gente precisa, sim, de uma reforma radical na universidade – radical, radical! Não está atendendo ao que o futuro precisa. A nossa universidade hoje, apesar de ter aumentado muito o número de alunos, de tudo, não está em sintonia com o futuro, talvez menos ainda do que a previdência e a CLT. Só que isso vai exigir um bom debate.

Há outra coisa, Ministro, que eu sei que não é a sua área, mas a gente precisa pensar. Eu ontem liguei para o secretário de Educação de uma cidade brasileira, e ele estava me dizendo que hoje a maior parte do seu tempo é dedicada a resolver problemas de segurança para que as escolas possam funcionar, e que ele está fechando escolas porque ao redor não consegue dar tranquilidade aos alunos e professores. O que nós vamos fazer a partir do Ministério da Educação – embora eu saiba que não é o seu papel – para garantir que os alunos nossos tenham condições de ir à aula sem bala perdida, etc.? No Líbano, chegava-se a negociar com as facções para que as escolas não fossem tocadas. Não vou propor isso porque aqui são bandidos; não é uma guerra civil política. Mas o que a gente pode fazer para que haja segurança?

E, finalmente, algo que talvez esteja faltando: eu queria saber se o Ministério está estudando a possibilidade de darmos incentivos especiais a professores cujo desempenho se destaca mais do que o de outros. Sei que é um tema muito polêmico – a ideia do 14º salário, a ideia de outros incentivos. Esse é um tema ou é um não tema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Senador Cristovam.

Passo a palavra agora à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, demais convidados e convidadas, primeiro, eu quero aqui me associar ao Senador Humberto e lamentar profundamente que um Ministro de Estado venha aqui e se comporte muito mais como Líder da oposição, aliás um dos que esteve na linha de frente do *impeachment* fraudulento, no ataque à democracia.

Lamento profundamente que V. Exª venha olhando para o retrovisor e não tenha chegado aqui hoje se comportando como um Ministro de Estado, numa tentativa desesperada de desconstruir todo o legado que foi feito em prol da educação brasileira nesses últimos anos.

V. Exª se trai por suas próprias palavras quando tenta desconstruir todo o legado de avanços e conquistas. V. Exª disse aqui: "Olha, eu liberei tudo de custeio para as universidades". V. Exª não disse que ainda não pagou nada com relação a capital. V. Exª disse aqui que concluiu 1700 obras – são dados da Andifes. Certamente, se concluiu em poucos meses, é porque essas obras estavam praticamente concluídas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas o fato, Sr^a Presidente, é que eu costumo dizer que não adianta teimarmos com a realidade. Nós temos muito orgulho mesmo dos avanços e conquistas que nós, os governos Lula e Dilma, promovemos em prol da educação brasileira. Está aqui, e contra fatos não há argumentos.

Em 2003, de 43 universidades, passamos para 63; de 148 *campi* para 321; de 2.047 cursos de graduação para 4.867 cursos de graduação. E por aí vai...

No campo da educação profissional e tecnológica, houve um dos programas mais exitosos em matéria de inclusão educacional. Levaram cem anos para construir 144 escolas técnicas no Brasil. Nós, em apenas 12, 13 anos, passamos para mais de 500 escolas técnicas.

Aqui já foi mencionado, por exemplo, no campo da educação, a grande conquista que foi o Fundef se transformar no Fundeb, pelo caráter universalizante que essa política tem, porque, antes, os governos dos tucanos, aos quais o seu partido era aliado, achavam que criança pobre neste País só devia ter direito ao ensino fundamental. É sim, o Fundef era exatamente isto: era somente para o ensino fundamental. Nós criamos um Fundeb dizendo, sim, que a todo e qualquer brasileiro e brasileira seria assegurado o direito à educação básica. E, a partir do Fundeb, criamos a política de financiamento para cuidar da creche até o ensino médio. A partir do Fundeb, foi possível ter programas como o Proinfância, o programa das creches, foi possível ter um programa, por exemplo, como o transporte escolar. Avanços extraordinários, como, por exemplo, tirar da Constituição, no capítulo... Em 2006, tirar da Constituição, através da iniciativa do então Presidente Lula, amparado, inclusive, em projeto de autoria do Senador Cristovam...

E, pela primeira vez, o Estado brasileiro assegura ao magistério brasileiro uma política de valorização salarial e profissional. Eu me refiro à Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional para o magistério.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ainda falo aqui da Emenda 59, que universalizou a educação básica da pré-escola até o ensino médio, assim como a ampliação da jornada escolar.

Ministro, o que eu quero aqui dizer de forma muito clara é que esse ciclo de avanços e conquistas importantes em prol da educação brasileira hoje se encontra ameaçado. O senhor aqui deu demonstração de que não conhece o Plano Nacional de Educação. O senhor está culpando o PT, dizendo que o PT não implementou as metas do Plano Nacional da Educação. O Plano Nacional da Educação foi uma grande conquista do governo nosso, pactuado com a sociedade. Esse novo...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir, Senadora Lúcia.

Esse novo Plano Nacional de Educação, Ministro Mendonça Filho, só começou a vigorar a partir de 2015, aliás de 2014. Durante o período anterior, nós tivemos que tentar resgatar o Plano Nacional da Educação do governo dos tucanos, que significou um grande retrocesso para a educação brasileira, e nós tivemos que corrigir isso, repito, por exemplo, transformando...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para concluir, Senadora.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... o Fundef em Fundeb.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Ministro, diante disso, eu quero colocar a nossa preocupação, porque, a meu ver, o Plano Nacional de Educação caminha para a lata do lixo com esta Emenda 95 e com essa agenda de retrocessos dos direitos sociais dos trabalhadores do povo brasileiro, inclusive os dos professores, como é a proposta de emenda à Constituição que visa acabar com a aposentadoria especial do magistério, sobre a qual, aliás, o senhor não se posicionou, e eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Termino perguntando: se é verdade que a Emenda 95 não vai prejudicar a educação, Ministro, por que a obsessão do Governo ilegítimo em ter desvinculadas por 20 anos as receitas para a educação e para a saúde?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Fátima.

Eu quero registrar aqui a presença do Deputado Cacá Leão, do PP, da Bahia. Seja bem-vindo. Com a palavra o Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, primeiro, quero saudar e cumprimentar a Senadora Ana Amélia Lemos, figura de destaque no Congresso Nacional e que sempre agrega ao debate contribuições muito importantes, em especial na área da educação. Ela destacou a necessidade da verdade, que precisa ser dita e, muitas vezes, incomoda. Precisamos debater de forma muito aberta, ainda mais nesse ambiente que debate políticas públicas e também política, porque o espaço aqui é um ambiente de debate público para que possamos ter a oportunidade de ouvir e de sermos ouvidos, para a opinião pública fazer o seu juízo.

O que a Senadora disse foi que a verdade deve prevalecer. E é isto, Senadora, que eu procuro com a minha vinda ao Senado: fazer com que a verdade prevaleça e se restabeleça em alguns pontos, que, muitas vezes, são ditos ou propagados de forma a não reproduzir aquilo que de fato aconteceu. Partilho integralmente do seu sentimento e do seu compromisso com a boa educação no Brasil.

V. Exª fala sobre a questão do edital de licitação de Ijuí, que é muito importante. Remanescem três cidades do primeiro edital do Mais Médicos: Ijuí; Tucuruí, no Pará; e Limeira, em São Paulo. E já se encontra na Conjuntura do MEC a redação final desse edital. Até junho, eu creio que ele será publicado para que possamos concluir essa primeira etapa da expansão das escolas de Medicina no Brasil. Pode ter o meu compromisso de que esse sonho da população do Rio Grande do Sul vai se transformar em realidade, com o nosso apoio, para que a educação médica de qualidade seja ofertada nesse grande Estado do Brasil.

O Senador Cristovam, importante Senador da República, um homem público realmente singular e que tem uma trajetória dedicada, como foi destacado há pouco pela Senadora Ana Amélia, à educação, falou muito bem sobre o teto de gastos e a emenda constitucional que estabeleceu um limite para o gasto público. Foi muito didático na sua defesa de que a disputa se dará dentro do orçamento público, como ocorre, aliás, em qualquer nação desenvolvida ou em desenvolvimento no mundo. O orçamento é o espaço para que as políticas públicas possam competir entre elas. Eu espero, como cidadão brasileiro e como Parlamentar, que a educação ganhe essa luta, e ela ganhará essa luta porque qualquer nação que queira se desenvolver precisa da educação. Eu tenho essa convicção e tenho certeza de que V. Exª está nesse time e estará nessa luta também. Compartilho também da sua afirmação com relação à definição do princípio do teto constitucional e dos reflexos diretos na área orçamentária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Ex^a falou sobre a receita própria das universidades. Eu defendo a mesma tese de V. Ex^a. Inclusive, já orientei a minha assessoria orçamentária e financeira para liberar prontamente os recursos de arrecadação própria das universidades.

Tenho conversado com o Ministério da Fazenda, com o Ministro Meirelles, e com o Ministro do Planejamento, Dyogo, para que criemos um estímulo a mais para que qualquer receita adicional das universidades e instituições federais de ensino – técnicas, tecnológicas e universitárias – possa ser garantida para livre gasto por parte dessas instituições. Acho que isso é uma vitória, dentro do princípio da autonomia universitária, que vai permitir um ambiente mais interessante em termos de liberdade na execução orçamentária por parte dessas instituições. Então, tão logo eu tenha uma notícia mais próxima, eu retornarei para V. Ex^a com o compromisso de fazer cumprir a liberação de recursos originários de receita arrecadada por cada instituição federal de ensino, principalmente as universidades federais.

A reforma da educação no Brasil. V. Ex^a menciona uma suposta reforma universitária. Não existe essa discussão no MEC. Aliás, eu já fui até indagado por dois jornalistas sobre essa tese. Eu não sei de onde saiu essa discussão. A única coisa que nós estamos debatendo dentro do Ministério da Educação é uma política que defina regras de expansão para as universidades federais e institutos federais, já que não há regras; sempre foi feita a expansão de forma política e discricionária, a partir de quem está no poder. Eu acho que não pode não se obedecer a lógica alguma, ou a uma lógica inexistente. Precisamos levar em consideração demografia, número de jovens em idade de cursar universidade, proximidade com grandes centros urbanos e centros de médio porte no interior do Brasil, o princípio da interiorização.

Temos consagrado, na Constituição brasileira, uma lógica que determina como você emancipa um Município, como se cria um Estado, e não há uma regra que estabeleça princípios e regras básicas para a criação de universidades e institutos federais. Termina-se criando uma não regra, algo que deforma o próprio sistema e que prejudica as universidades e instituições mais importantes.

Política de segurança pública nas escolas. O que o MEC pode fazer e com o que o FNDE pode contribuir é ofertar equipamentos de vigilância eletrônica para as escolas a partir das redes estaduais e de propostas formuladas pelas secretarias estaduais de educação. Eu vou estimular que possamos ter essa janela de oportunidade para os prefeitos de Municípios do Brasil, assessorando e apoiando política de combate à violência, que é um flagelo. Grandes e importantes cidades do Brasil realmente vivem essa realidade.

Por fim, a educação em tempo integral, Senador, é algo que vai nessa direção. Jovens fora da escola são jovens vulneráveis, que são presas fáceis para um ambiente violento nas grandes e médias cidades do Brasil. Então, quando incrementamos ou triplicamos ou duplicamos a oferta de matrículas em educação em tempo integral, estamos protegendo jovens, garantindo uma educação de melhor qualidade e tirando-os dos ambientes mais vulneráveis nas grandes e médias cidades do Brasil.

V. Ex^a, para finalizar, falou sobre professores, incentivos para professores, o que é algo fundamental. Uma medida que foi adotada pelo Governo do Presidente Temer de que talvez nem todos tomaram conhecimento e que eu quero destacar aqui foi a medida de antecipar o repasse do Fundeb para os Municípios que precisam de repasse da União para pagamento do piso nacional salarial dos professores. Isso foi feito em dezembro de 2016 para o exercício de 2016. Normalmente e historicamente, isso era feito até abril do ano subsequente. A partir de 2017, o repasse que só seria feito em abril de 2018 nós começamos a repassar para os Estados e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Municípios que recebem a complementação do Fundo ou para o Fundo, ou do Fundo para pagamento dos professores a partir de janeiro de 2017, o que foi um grande passo.

Eu estou aberto a discutir políticas que possam valorizar o papel do professor, até porque, sem que tenhamos professores qualificados, motivados e bem remunerados, não poderemos ter uma educação de boa qualidade. Então, é um compromisso que eu reafirmo publicamente com V. Ex^a.

Por fim, as indagações e intervenções feitas pela Senadora Fátima Bezerra. A Senadora Fátima Bezerra coloca um incômodo sobre o debate que tem uma tintura, às vezes, um pouco mais política.

Mas, Senadora, permita-me dizer que o que eu faço aqui, como Ministro de Estado da Educação, nessa minha missão, é um paralelo e um quadro comparativo do que herdamos e do que foi a evolução da educação nesses últimos anos, principalmente na minha gestão. Acho que é minha responsabilidade, ainda mais diante dos vários questionamentos que V. Ex^a e outros Senadores fizeram aqui dentro do Senado Federal. Se, porventura, eu não trago essa contribuição, evidentemente que as pessoas do Brasil, o cidadão comum não vai ter conhecimento pleno do que é o retrato da educação brasileira, e eu me permito trazer essa exposição para que o Brasil possa acompanhar de fato o que aconteceu na educação no nosso País nos últimos anos, a partir da minha visão, respeitando a visão de V. Ex^a evidentemente.

V. Ex^a questiona o Fundef. Aliás, até hoje, eu não compreendo como um partido que diz que protege e que luta em favor dos pobres possa ter votado contra o Fundef como votou o Partido de V. Ex^a, quando foi colocada em votação a proposta do Fundef, ainda na época do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996.

E V. Ex^a ainda disse que nós defendemos que – entre aspas – "crianças pobres só tenham direito ao ensino fundamental." V. Ex^a não está dizendo a verdade. V. Ex^a sabe que nós temos compromisso. O governo Fernando Henrique teve compromisso, teve um grande Ministro da Educação, que foi o Ministro Paulo Renato. Aqui, ao meu lado, uma executiva e uma colaboradora da educação que trabalhou muito em favor de uma educação que evoluiu e avançou muito na gestão do governo Fernando Henrique, a então Secretária e Presidente de órgãos Maria Helena Guimarães Castro. Então, não é verdade isso. A gente protege e trabalha em favor dos mais pobres, sim. Eu afirmo isso para V. Ex^a com total tranquilidade e fidelidade à verdade.

V. Ex^a falou do PNE e que eu estou querendo cobrar do governo do PT o cumprimento das metas do PNE. V. Ex^a se incomoda que eu faça a exposição sobre as metas não cumpridas durante a gestão do Partido dos Trabalhadores. No entanto, seis meses depois de eu assumir o Ministério da Educação, já estava sendo questionado pelo Partido dos Trabalhadores sobre o cumprimento das metas do PNE. Então, eu apenas trouxe aqui um retrato da realidade de que herdei o Ministério sem que qualquer meta fosse cumprida na gestão anterior.

Por fim, a aposentadoria dos professores. V. Ex^a fez uma pergunta – aliás, tinha sido inclusive uma afirmação do Senador Humberto Costa. Eu quero dizer aqui que eu defendo a proposta do relatório do Deputado Arthur Maia, que consagra uma aposentadoria especial para os professores do Brasil e que, para mim, atende a uma situação que particularmente é importante de valorização para uma carreira que é sacrificada e fundamental para a construção de uma nação decente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro.

Quero ainda registrar e saudar a presença do Presidente do FNDE, Sr. Silvio Pinheiro.
Com a palavra a Senadora Ana Amélia para a sua réplica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olha, eu quero... Sim, desculpe. Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Exª tem direito à réplica, e o Ministro, à tréplica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora Fátima é que está perguntando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Pode seguir a ordem...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Primeiro é você.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu já havia encerrado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Tudo bem.

Então, vamos ao Senador Cristovam, que é o segundo. Não?

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro volto a afirmar aqui a questão do Fundef x Fundeb. O que nós lamentamos é que os senhores e as senhoras, quando estiveram no governo, não tenham tido a visão universalista de criar uma política de financiamento que desse conta da creche até o ensino médio. O Fundef, volto a afirmar... Tudo bem. Foi uma política importante? Foi, mas excludente porque deixou de fora a creche, porque deixou de fora várias modalidades da educação, inclusive o ensino médio.

Vamos aos números! O atendimento da creche neste País era de 0,9. A partir do Fundeb foi que nós conseguimos chegar a 20,7, distante inclusive ainda do que reza o Plano Nacional de Educação. Vamos aos números! Quanto é que o governo repassava para os Estados e Municípios?

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cerca de 300, 500 milhões. O Fundeb hoje repassa mais de 10 bilhões, inclusive o que é insuficiente ainda para garantir aos Estados e Municípios que cumpram as suas prerrogativas.

Por fim, Ministro, eu volto aqui a colocar: contra fatos não há argumentos. Nós saímos de 19 bilhões para quase 100 bilhões, o que permitiu, repito, construir o maior programa de inclusão social na área da educação. Foi a partir dos governos do PT, sim, que o filho do lavrador, o filho do pequeno agricultor, o filho da empregada doméstica, o filho do pobre passou a ter direito a entrar na universidade, passou a ter direito a fazer um bom curso técnico, porque, se dependesse do governo do PSDB – para concluir – e dos seus aliados, essa expansão jamais aconteceria, até porque era proibido no governo do PSDB. Chegaram ao ponto de baixar um decreto, de ter uma normatização dizendo que era proibido expandir a educação profissional e tecnológica no Brasil, pela via da esfera pública. Lula chegou, nós resolvemos esse entulho autoritário e finalmente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... conseguimos trazer a expansão da educação profissional.

Termino lamentando profundamente que um Ministro da Educação diga aqui, com toda a serenidade, que ele concorda com a proposta da reforma da previdência que trata da aposentadoria especial do magistério. Lamento profundamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na verdade, o senhor concorda com a proposta do Arthur Maia, que acaba com a aposentadoria especial do magistério, esquecendo que nós não estamos aqui falando do professor da universidade; eu estou falando do professor da educação básica, aquele que está lá na creche, no ensino fundamental, no ensino médio, ganhando salários irrisórios...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que eles ganham ainda trabalhando num sistema educacional como é o brasileiro, com muita precariedade ainda, submetidos a estresses, tanto é que a Organização Mundial da Saúde assim classifica.

Portanto, Ministro, é lamentável, é revoltante ver o senhor aqui dizer simplesmente que considera a proposta do Arthur Maia razoável. Proposta essa, repito, que acaba com a aposentadoria especial do magistério, que não é um privilégio. Trata-se de um direito de proteção social.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro da Educação.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, felizmente, da primeira indagação ou intervenção de V. Exª para a segunda V. Exª evoluiu. Primeiro condenou o Fundef. Agora já atenuou um pouco a crítica ao Fundef, muito embora V. Exª tenha – pelo menos o seu Partido – votado contra o Fundef quando foi criado, ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não atenuei. Eu apenas ...

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu quero.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... lamentei que não tenha havido o Fundeb.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima.

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu quero dizer que 89% das crianças entre 7 e 14 anos estavam fora da escola antes do Fundef, 25% da faixa de renda mais pobre também estava fora da escola. Então, acho que o Fundef contribuiu de forma muito importante para a inclusão de crianças e universalização das crianças...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO – ... no acesso à educação fundamental no Brasil.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estou discutindo, só estou dizendo que negavam à creche.

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – E como V. Exª há de se lembrar, Senadora Fátima, quando o Fundeb foi apresentado, ele tinha como propósito universalizar também o acesso à educação de nível médio no Brasil. O que se vê hoje aí? Praticamente 1,8 milhão de jovens fora do ensino médio. Então, o propósito final e fundamental do Fundeb, embora eu reconheça o seu mérito – e vou lutar, inclusive, pela PEC que trata da prorrogação do Fundeb que está tramitando na Câmara dos Deputados –, não foi alcançado.

Então, é algo que a gente deve...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, permita-me, não é o Fundeb, é a Emenda 59 que universaliza.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A palavra está com o Ministro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Fundeb é a política, que excluiu, além da creche...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora, a palavra está com o Ministro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... também a educação de jovens e adultos.

O SR. MENDONÇA FILHO – Não. Tramita na Câmara uma emenda constitucional que prorroga o Fundeb, e foi constituída uma comissão especial, que eu estou acompanhando, e vou ajudar na aprovação.

Então, eu não trato a questão de políticas públicas com o viés partidário como V. Exª faz, querendo demonizar o que veio de um governo anterior e não reconhecendo os méritos de um programa fundamental para a educação no Brasil, como foi o Fundeb, criado na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E recolocando os números que V. Exª apresentou há pouco, o orçamento era de R\$43 bilhões, em números corrigidos pelo IPCA, e chegamos a R\$129 bilhões. No entanto, diferentemente daquilo que seria aceitável e desejável, nós não tivemos, apesar de quase triplicado o orçamento, o mesmo desempenho em termos de qualidade na educação; milhares de jovens e crianças fora da escola e um desempenho infelizmente muito longe do que seria razoável e aceitável.

Eu apenas demonstrei, com dados concretos, que a famosa frase da chamada Pátria Educadora era mais uma ação de *marketing*, uma propaganda que usava os argumentos na televisão para iludir a opinião pública brasileira. Os fatos são esses que eu demonstrei.

Estou aberto a ser desmentido por argumentos concretos, não por falatório nem palavra de ordem. Argumento concreto eu aceito. Com palavra de ordem a gente fica no debate estudantil apenas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Ministro.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz; posteriormente, o Senador Ronaldo Caiado e o Senador José Medeiros, que não se encontra presente.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes; saudar o Ministro Mendonça Filho; também saudar o Silvio Pinheiro, Presidente do FNDE; dar os parabéns ao Ministro pela nomeação do excelente gestor, Sr. Pinheiro, e dizer que eu, Senadores, que tenho um espírito mediador, não consigo ver governos que tenham só virtudes ou só pecados.

Eu vejo virtudes e pecados em todos os governos. Eu consigo me lembrar da disputa e da briga que foi para implantar o Fundeb. Estava lá como prefeito, e foi fundamental para que a gente pudesse universalizar o ensino fundamental. Também sei da importância que o Fundeb trouxe para a ampliação desse olhar para educação.

Então, não consigo ficar preso a essa disputa, que é uma disputa menor, que os brasileiros já não desejam mais, Senador Caiado. Acho que, muitas vezes, a gente fica em uma briga que é briga de partidos, e não dos brasileiros. Eu acho que há muitos brasileiros que já estão renegando esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tipo de política. Quero deixar isso claro, porque me incomoda muito não poder chegar aqui e dizer assim: "Que bom que houve o Pronatec. Que bom que houve o Ciência sem Fronteiras. Que bom que existiu o Fies".

Agora, como foi ruim gastar mais do que nós tínhamos. Nós precisamos ter limites. Quais são esses limites? Qual é esse ponto de equilíbrio que pode fazer o Brasil crescer e dar justiça social? Nós precisamos encontrar esse equilíbrio. E é esse equilíbrio que eu quero colocar aqui, porque no nosso Estado da Bahia foi fundamental – apesar do legado em algumas questões que foram colocadas – a possibilidade de termos escolas técnicas no interior da Bahia, de ampliar a quantidade de universidades federais. Só tínhamos uma universidade federal no Estado da Bahia, e conseguimos ampliar com mais cinco universidades federais.

Então, nós baianos vimos com muita positividade os avanços que existiram, em que pese tenhamos que fazer consertos, criar novos modelos para tirar as distorções que foram aqui levantadas, como a de gastar R\$100 mil com uma pessoa em detrimento da alimentação escolar, porque estamos pagando 36 centavos para a merenda escolar.

E aí nesse ponto, Ministro, eu queria colocar já primeira pergunta: o que nós vamos fazer com essas políticas públicas, que são feitas de forma conjunta entre Estados, Municípios e Governo Federal, para melhorar esses valores ínfimos da alimentação escolar? Em que pese... Quero até parabenizar esse esforço de capacitação dos conselhos, que é uma conquista também da sociedade. Muita gente também era contrária a que os conselhos existissem para a avaliação das políticas públicas locais, quando foi discutido o início da participação popular para fiscalizar as políticas públicas. É fundamental que essas pessoas sejam capacitadas.

Então, quero parabenizar, mas, ao mesmo tempo, abro essa questão de como nós podemos ampliar a participação do Governo Federal nessas políticas públicas que têm a partilha dos recursos de investimento feita por Estados e também Municípios, porque os Municípios estão sofrendo muito lá na ponta, e isso tira a qualidade da política pública.

A outra questão é só para relembrar, Ministro... O Senador Walter Pinheiro, hoje Secretário, colocou um PLS aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que está tramitando, em que ele coloca uma questão: para cumprir a lei do piso é necessário flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é uma questão importante porque a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe alguns limites constitucionais, o Fundeb também impõe limites, mas existem obrigações que devem ser feitas e pagas pelos Estados e Municípios para cumprir a questão do piso salarial nacional.

Então, esse é um bom debate que esta Casa deveria aprimorar, aprofundar. E o PLS 335, do Senador Walter Pinheiro, está tramitando. Eu gostaria que o senhor pudesse comentar sobre isso.

A outra questão é que estou com o Senador Cristovam, vai ser muito importante a questão do piso e o debate sobre a meritocracia. Precisamos avançar dentro das escolas públicas para pagar mais para os professores que dão aos alunos a possibilidade de terem um melhor desempenho. Essa é uma questão muito importante porque não podemos ter teto para o bom desempenho. Nós precisamos deixar o piso para o bom desempenho e que o teto seja livre.

E também a questão da reforma universitária, que o senhor já respondeu. Mas acho fundamental trazeremos um novo olhar sobre o funcionamento das universidades públicas, já que têm custos, muitas vezes, acima do custo das universidades privadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E como é que esse debate pode ser mais bem qualificado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra Senador Ronaldo Caiado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Senadora Lúcia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senadora Lúcia Vânia, apenas quero pedir compreensão. Vou ter que me ausentar agora, porque está chegando a minha vez de falar no plenário, e neste momento está em debate o Projeto de Lei 6.787, que trata de mudanças na legislação trabalhista, inclusive com o tema da terceirização, com forte impacto para a educação se essa legislação for aprovada, pelo retrocesso que isso possibilitará, por exemplo, naquela que foi uma das nossas maiores conquistas, a questão do concurso público. Enfim, a terceirização geral e irrestrita é muito perigosa para o projeto educacional.

Então, só para pedir isso a V. Exª. Vou me retirar e, se der tempo, ainda volto para cá. E quero aproveitar, Senadora Lúcia Vânia, para que nós tenhamos a audiência pública, com a presença da Secretária Executiva Maria Helena, para discutir os atos autoritários que, através de portaria e decreto, alteraram o processo de construção da Conae, bem como do Fórum Nacional de Educação. Mas isso não é debate hoje aqui, até porque nós temos que fazê-lo com direito ao contraditório. O requerimento já foi aprovado, e sei que V. Exª está empenhada para que nós realizemos o quanto antes essa audiência.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Ministro Mendonça Filho, meu colega Senador Pedro Chaves, Drª Maria Helena, que com muita competência responde pela Secretaria Executiva do Ministério de Educação, meus caros colegas.

Senador Roberto Muniz, o Ministro Mendonça Filho não deixou de reconhecer o que houve e os pontos também que ele, em sua exposição, colocou explicitamente. Agora, eu quero parabenizar o Ministro Mendonça Filho porque eu acho que todos nós homens públicos que estamos à frente do comando do Executivo, e mesmo em nossa função no Legislativo, temos a obrigação de apresentar à sociedade aquilo que foi feito e de receber, acolher, com muita tranquilidade, as críticas e também os aplausos.

Eu quero deixar clara uma coisa só: a exposição do Ministro foi de uma clareza ímpar, uma radiografia que mostrou tranquilamente o que é que foi recebido por ele ao assumir o Ministério da Educação. Todos nós sabemos que aquilo de que hoje o PT se vangloria, de ter aumentado ou ter lutado para o aumento do orçamento da União na área da educação, não é uma prerrogativa do PT, foi uma prerrogativa de nós Senadores e Deputados Federais. Nós é que avalizamos um orçamento e que demos essa condição para o Governo poder implantar a política.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas vejamos, então, o contraponto. O que é que o Ministro coloca? Tudo bem, você pode ter chegado até a um aumento de mais de R\$100 bilhões. No entanto, qual é o resultado prático disto? Nós temos que analisar hoje... A responsabilidade nossa é analisar o que o povo está pagando em forma de imposto e o que é que está retornando para a sociedade em qualidade, quando nós temos dados como, por exemplo, o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que diz que o Brasil está em 63ª posição em Ciências, na 59ª posição em leitura, na 66ª posição em Matemática. O Brasil, hoje, tem o percentual de 51% dos seus estudantes, na área de leitura, abaixo do nível básico no Ideb; na Matemática, tem 70% dos estudantes abaixo do nível médio; em Ciências, 56,6%.

Imaginem bem, não é o prejuízo que causou à Petrobras, não é o assalto aos fundos de pensão, não é todo esse desmonte que fizeram na máquina pública, vejam bem, o prejuízo é uma geração que hoje em dia chega a 22,5% de pessoas que nem trabalham e nem estudam. Este é o prejuízo maior do Brasil! Esse é um prejuízo irrecuperável. É um dano cujas consequências e sequelas vamos sofrer por muito e muito tempo.

O Ministro trouxe um relato hoje... Claro, ele não tem aqui uma varinha de condão para poder resolver as coisas, mas pode mudar e dar prioridade àquilo que deve ser priorizado. É o momento exatamente da competência de gestão. O gesto do Sr. Ministro deveria ter sido acompanhado por outros ministros, para que se pudesse fazer uma radiografia e explicitar isso claramente.

A maior mudança que se teve nesses últimos 13 anos...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... foi exatamente a mudança que nós tivemos no ensino médio. É uma verdadeira revolução! Quando um Senador aqui diz: "Mas qual é a mudança que teve?" Que mudança? A mudança de voltar a ter o jovem estimulado a fazer o ensino médio, com a oportunidade de possuir também um curso técnico, de concluir o seu ensino e ter uma opção de trabalho, tirando aquela forma engessada, arcaica, que não trazia nenhum retorno para o jovem brasileiro.

Então, o que eu entendo, neste momento, é que esta é a área da educação – desculpem-me os demais colegas da área do Ministério – que mais revolucionou a educação no País nesses últimos anos. Eu não tenho dúvida!

Eu quero cumprimentar o Sr. Ministro e dizer mais: as teses que foram colocadas...

E agora uma comparação aqui que me faz lembrar – só para concluir, Sr^a. Presidente – um fato interessante. Dois grandes gênios da Medicina, Robert Judet e Charnley, um francês e outro inglês, deram conta de produzir uma prótese para substituir o quadril. Uma cirurgia sofisticadíssima e que é o grande reconhecimento que o mundo tem hoje para as artroses. E, de repente, eles publicaram um artigo e disseram: "Cinco por cento de maus resultados, infecção ou óbito; 95% de bons resultados". Um cidadão – não sei se formou pelo PT, mas cirurgião – opera os cinco primeiros. Os cinco primeiros morrem. Chegou o sexto, e ele disse: "Fique tranquilo, os próximos 95 não terão problema nenhum. Todos agora terão um resultado maravilhoso."

Então, dizer que "olha, para frente vai continuar", não. Se nós interrompemos esse processo foi porque realmente o Brasil estava em um processo venezuelano, em um processo de cada vez mais deteriorar o quadro na educação, na saúde, na segurança pública e até na vida do dia a dia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Sr^a Presidente, eu agradeço e concluo dizendo que aquilo que está sendo feito deve ser feito: mostrar as coisas que ocorreram, apresentar as alterações que devam ser feitas e, a partir daí, buscar uma política na educação que mostre que precisamos de...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... bons gestores, independentes e competentes para gerir o dinheiro público e responder à juventude, que hoje espera de nós resultados práticos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro da Educação.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, primeiro, quero saudar o Senador Roberto Muniz, dizer da alegria de poder ter a participação dele nesse debate no Senado Federal, na Comissão de Educação. Entendo a sua preocupação com relação à disputa política, que, muitas vezes, cansa, de fato, como V. Ex^a bem colocou. Mas é importante que a gente tenha a oportunidade de contrapor as argumentações, as afirmações que são feitas colocando uma visão errada do que de fato aconteceu na área da educação.

Foi o que eu fiz hoje aqui no Ministério da Educação. E acho que tenho a obrigação, como Ministro, de trazer a verdade dos fatos, dos principais projetos, dos principais programas, para que o Brasil avalie aquilo que deu certo, aquilo que foi bem e também aquilo que fracassou e que, infelizmente, deu errado.

V. Ex^a destacou a ampliação da oferta de vagas e a expansão da rede de educação universitária federal, algo importante, que conta com o meu apoio. Fala da melhora na gestão para essas universidades, o que será uma missão e uma luta nossa também no Ministério de Educação.

V. Ex^a também questiona o que fazer para melhorar o repasse para a merenda escolar. Eu lembro que o último reajuste ocorreu em 2009, vigorando em 2010. E o Presidente Temer, no seu primeiro ano de gestão, autorizou um aumento de 20% para a merenda escolar, o que se pode dizer que é pouco diante do valor *per capita* para a merenda, mas é muito diante do volume global de um programa que consome mais de R\$4 bilhões de investimento do Governo Federal por ano. E deve ser meta do Governo assistir e atender a alimentação escolar com qualidade e com condições para que as crianças e jovens tenham acesso a uma merenda que colabore, que contribua para uma boa educação. Uma criança bem alimentada, evidentemente, terá outro desempenho dentro da sala de aula.

V. Ex^a também mencionou a lei do piso e, em contraposição, a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limitação de gastos na área educacional – na verdade, global – do ponto de vista de gasto público em termos de servidores, que, muitas vezes, limita a condição de melhorar a remuneração dos professores no Brasil. E citou especificamente uma proposta do Senador Walter Pinheiro, o PLS 335, salvo engano, que trata da questão. Eu estou aberto a discutir, é um tema inclusive que se encontra na Câmara dos Deputados porque há uma proposta que foi feita ainda no governo do Presidente Lula, foi votada aqui no Senado, voltou para a Câmara. E acho que o Congresso tem a responsabilidade de apreciar – não só essa questão, mas outras que digam respeito à valorização do professor e à valorização do salário do professor.

Eu quero dizer, inclusive, pedindo vênias pela ausência da Senadora Fátima Bezerra, que em momento algum eu defendi aqui uma situação que pudesse diminuir a importância dos professores com relação à sua aposentadoria, muito pelo contrário. A defesa que eu fiz foi da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

manutenção de uma aposentadoria especial para os professores do Brasil, diferentemente do que foi dito por ela.

Finalmente, V. Ex^a destaca a questão da meritocracia. Eu creio que qualquer bom gestor, qualquer bom administrador deve buscar o reconhecimento de quem desempenha adequadamente a sua função, as suas missões e a sua tarefa, inclusive na área educacional. E eu concordo integralmente com a afirmação que V. Ex^a fez relativa à questão da meritocracia na área educacional.

Por fim, quero saudar e cumprimentar o meu amigo e Senador da República Ronaldo Caiado, que tem grande atuação aqui na Casa, que defendeu a oportunidade do retrato que nós trouxemos aqui para o Senado sobre a evolução ou não da educação, como nós recebemos a pasta, de que forma as políticas públicas avançaram ou deixaram de avançar, porque é essa a minha responsabilidade. Muitas vezes incomoda a verdade, mas a gente não pode ficar monopolizando uma visão equivocada que é difundida com o propósito apenas de enganar algumas pessoas menos esclarecidas. Eu acho que a verdade às vezes dói, mas ela precisa ser dita, precisa ser exposta, para que as pessoas possam fazer o julgamento adequado com relação à área da educação.

E, muito francamente, caro Senador Caiado, eu acho que a gente conseguiu, sem querer ser imodesto, avançar na área educacional. A reforma do ensino médio foi, realmente, um passo importante nessa direção, um debate que estava estacionado, estagnado havia 20 anos – só no Parlamento havia cinco anos –, e faltava coragem e decisão política.

Muitas vezes, as pessoas se intimidam por conta da visão de que alguma polêmica pode gerar algum prejuízo político ou uma visão mais crítica. Mas quem tem convicção de que está fazendo o certo, está defendendo o interesse público, está defendendo os jovens esquecidos e abandonados nas periferias das cidades do Brasil tem que ir adiante, não pode ficar aí acovardado, amedrontado, imaginando que o grito de três ou quatro ou a manifestação de alguns poucos vai deixá-lo preso a uma situação de imobilismo, muito pelo contrário.

V. Ex^a me conhece. Aliás, V. Ex^a é do time e sabe que quando temos convicções vamos adiante, por convencimento, com propostas bem apresentadas, defendendo aquilo que é fundamental para a educação do Brasil.

Então, eu agradeço muito a sua manifestação e reitero o agradecimento à sua pessoa pelas manifestações variadas e fundamentadas dentro do plenário do Senado Federal. Em muitas ocasiões, o debate se aqueceu, e V. Ex^a foi lá para colocar a nossa visão realista dos fatos e defender o nosso legado.

Não se pode dizer que sou um homem acima de questionamentos, do bem e do mal, mas eu procuro fazer o bem. Eu procuro aplicar-me compondo uma boa equipe e trabalhar o máximo que eu posso para oferecer aos brasileiros uma educação de boa qualidade, aos jovens e crianças mais pobres, que são os que mais precisam. É para eles que nós dirigimos as nossas ações à frente do Ministério da Educação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A réplica, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ministro, quero agradecer a forma gentil com que V. Ex^a respondeu às minhas perguntas. Quero dizer que, da mesma forma que o Senador Caiado está colocando, eu também concordo que nós temos indicadores sofríveis na educação. E não é só na educação, é no saneamento, é na questão da saúde. Então, nós temos indicadores sofríveis por quê? Porque todas as vezes que a gente vai olhar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a política pública a visão é sempre pela quantidade. E a gente estava discutindo com a Presidente Lúcia Vânia e também com o Presidente do TCU, o Ministro Carreiro, sobre uma questão fundamental, Ministro, que é a avaliação de política pública.

Então, acho que se tivesse que mudar alguma coisa no Brasil seria no sentido de que a gente precisaria fazer avaliações de políticas públicas...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... para que não ficasse ao gosto nem do discurso vazio nem da incapacidade de avaliação dos gestores.

Se nós tivéssemos aqui políticas públicas realmente avaliadas, nós teríamos aqui ranqueados todos os investimentos que foram feitos nos últimos anos e saberíamos quais foram, que políticas públicas, que ações, que programas teriam incrementado mais ainda esses indicadores, como o do PISA. Se formos ver... O PISA existe desde 2000, e a nossa flutuação não é muito diferente durante a história. E olha que nós avançamos, tivemos recursos colocados, muitas pessoas passaram, ministros competentes, Senadores competentes, prefeitos – como eu fui, talvez não tão competente. Todos saíram, às vezes, aplaudidos dos seus locais, mas não resultaram em indicadores.

Então, o meu olhar é um olhar mais crítico em relação ao gasto público.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar, Senadora, acho que eu votei pelo teto do gasto público para que nós tenhamos uma discussão sobre qualificação de política pública.

Gostaria de algum dia estar aqui ou lá fora olhando para esta Casa e dizendo: “Olha, nós vamos continuar investindo recursos para a merenda escolar desta forma, porque isso tem um impacto de x por cento. Vamos continuar, vamos melhorar o transporte escolar”.

Só para lhe dar um exemplo, Ministro, cito o Prefeito Gilberto Brito, de Paramirim, uma cidade minúscula. Ele colocou ar-condicionado em todos os ônibus, para que todos os alunos da zona rural sejam transportados em um ônibus com ar-condicionado. Isso é qualidade que é entregue na ponta e isso tem um impacto. E eu gostaria de ver...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para concluir.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para concluir, Presidente.

Eu gostaria de ver o momento em que todos esses investimentos tivessem a possibilidade de ser avaliados, para que nós aqui, ao usar o esforço e a força do Senado Federal e do Congresso para fazer a avaliação do orçamento público, pudéssemos fazê-lo com um olhar mais técnico e menos político.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para a réplica, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estou plenamente atendido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Muito obrigada. Então, vamos agora ao Ministro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, eu só quero aqui dizer ao Senador Roberto Muniz que a sua colocação com relação à questão do Sistema Nacional de avaliação é pertinente, embora nós tenhamos hoje o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia o desempenho da educação básica; temos indicadores como Ideb, que também conseguem avaliar cada etapa da educação básica no País; temos a ANA, que avalia o desempenho em termos de alfabetização.

O que vamos procurar fazer, na linha do raciocínio de V. Ex^a, é aprimorar esse sistema. Inclusive a proposta da Presidente do Inep, que será apresentada brevemente, é criar um sistema ainda mais avançado em termos de avaliação da educação. E os indicadores estão aí para que possam ser monitorados, acompanhados e para que os setores públicos...

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – ... façam, naturalmente, a crítica com relação ao que vai bem, ao que vai mal, ao que se precisa corrigir ou ao que já foi corrigido.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Ministro.

Eu vou ler aqui a participação de algumas pessoas que fizeram a sua colocação através do e-Cidadania.

Participação de Rosana Ribeiro, de Minas Gerais. Ela só faz um comentário "Escola sem partido! Chega de doutrinação! Chega de analfabetos funcionais! Por mais conhecimento!"

Participação de Eldete Almeida, da Bahia: "Educação = Conhecimento são caminhos indispensáveis à construção de cidadãos, que edificam uma nação."

Essas são as participações que chegaram agora, Ministro.

E eu, para encerrar, gostaria... Aliás, chegou aqui o Senador Wellington. Antes de dar palavra ao Senador, eu gostaria de fazer uma única pergunta. V. Ex^a já resolveu, mas eu queria mais clareza do que a gente poderia fazer em relação a esse pleito.

Quanto ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, quando ele chegou ao Congresso Nacional, imaginou-se que as metas de qualidade ali propostas relativamente ao Índice de Desenvolvimento de Educação Básica e ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes eram pouco desafiadoras. Passados seis anos desde então e quase três desde a sanção da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, mediante a qual foi aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, o País apresenta resultados insatisfatórios no Ideb e no PISA, que se encontram praticamente no nível de 2003, como V. Ex^a colocou aqui.

Nesse contexto, eu indago: qual a avaliação da direção da pasta a respeito desses resultados? Qual o motivo? Qual o pensamento dominante na pasta a respeito dessas metas? E quais as eventuais medidas que estão previstas para atenuar esse quadro?

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ao cumprimentá-la, Senadora Lúcia Vânia, quero também fazê-lo cumprimentando nosso companheiro do Bloco, Senador Pedro Chaves, como Vice-Presidente desta Comissão, pelo belo trabalho que V. Ex^{as} têm feito à frente desta Comissão.

Quero cumprimentar também o nosso Deputado e Ministro Mendonça Filho e também a Secretária Maria Helena.

Vou tentar ser breve, até pelo adiantado da hora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Ministro, primeiro, como relator da LDO, no ano passado, nós tivemos o cuidado de manter na LDO os recursos necessários, ou seja, que fosse aplicado em 2017 o mesmo que em 2016 mais o IPCA. Isso garantiu inclusive que o Ministério tivesse mais recursos. Quero parabenizá-lo também pela força de já estar descontingenciando os recursos da educação. Isso, claro, dado exatamente à sua força e articulação política, que tenho certeza de que torna isso possível.

Quero registrar que também na nossa Região Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília também –, nos últimos anos, foi a única Região do Brasil em que não foram criados novos cursos de medicina. Nós temos ali na região do Araguaia, Barra do Garças, que é uma cidade polo que divisa com Goiás, a única cidade polo de Mato Grosso que também não tem curso de medicina, mas que atende mais de 5 milhões de hectares, uma região muito grande, com uma população não tão densa, mas que atende esses dois Estados. Por isso, eu quero deixar aqui a reivindicação para que essa região possa ser atendida na criação de um curso de medicina lá, em Barra do Garças.

Outro aspecto, Sr^a Presidente, Sr. Ministro. Nós tivemos, no ano passado, o envio da mensagem da criação da Universidade Federal de Rondonópolis, minha cidade natal. Rondonópolis é a cidade polo da região sul de Mato Grosso, uma das cidades com maior crescimento no Brasil e com uma representação política muito forte. Temos lá três Deputados Federais, os três Senadores de Mato Grosso são de Rondonópolis – a única cidade, acho, do Brasil do interior que tem os três Senadores da mesma cidade. Com isso, claro, a população nos cobra com uma força muito maior: "Não é possível que a cidade trabalhou, elegeu três Senadores e vocês não vão conseguir aquilo que foi prometido há mais de 30 anos."

Mas conseguimos avançar, porque veio a mensagem para o Congresso e essa mensagem está lá na Câmara dos Deputados, dependendo de um parecer do próprio Ministério da Educação. Eu tenho aqui alguns relatórios. O próprio relatório do Ministério da Educação finaliza dizendo: "Tendo em vista o disposto na LDO de 2016, caso aprovada a criação da instituição, será possível fazer o remanejamento das dotações orçamentárias para implantação e funcionamento a partir de critérios que levem em consideração o quantitativo de alunos equivalente no *campus* UFMT, em Rondonópolis, e remanejamento de dotação referente ao pessoal ativo que já atua no *campus*".

Por final, diz: "Esclarecemos que a criação da Universidade Federal de Rondonópolis guarda compatibilidade com o Plano Plurianual para o período de 2016/2019, sendo que as ações orçamentárias a serem utilizadas pela universidade serão vinculadas a objetivo 10.010, do PPA 2016/2019. Ampliar o acesso da educação superior de qualidade na graduação e pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e aprendizagem ao longo da vida..."

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... fortalecendo a ciência, tecnologia e inovação, apoiando a atividade de ensino, pesquisa e extensão, bem como o aperfeiçoamento das atividades de avaliação".

Com isso, nós entendemos que o Ministério da Educação tem já uma linha de aprovação. Como isso depende ainda, o Ministério da Fazenda está pedindo o relatório final, eu gostaria de fazer esse apelo aqui a V. Ex^a, até porque se criou uma expectativa muito grande. Esse é o *campus* mais antigo, já funciona há 40 anos aproximadamente, tem toda a sua infraestrutura, inclusive dentro do programa de expansão universitária, criação do curso de medicina, enfim.

Quero encerrar, Sr^a Presidente, sei do horário, mas nós temos também um problema, Sr. Ministro, que é a questão da saúde no meu Estado. Nós estamos vivendo lá um momento de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

convulsão social. O Ministro da Saúde esteve há pouco tempo em Mato Grosso e pôde ver a questão do pronto-socorro municipal, filas de mais de cem pessoas em macas, parecendo um campo de guerra. E nós temos uma obra lá que é um convênio que o Ministério da Educação fez com o Governo do Estado para construção de um novo hospital universitário. Essa obra começou, foi licitada, e depois tivemos problema. A obra está parada há mais de dois anos com dinheiro na conta do Estado. O Ministério da Educação repassou 100% dos recursos, temos quase R\$80 milhões parados na conta há aproximadamente três anos.

Eu queria fazer um apelo aqui a V. Ex^a para que fosse lá, talvez a Secretária, convidá-lo, ou que uma equipe técnica fosse a Mato Grosso para tomar uma decisão em relação a isso. As pessoas lá morrendo na fila de espera e uma obra parada há tanto tempo, e com dinheiro na conta! Então, é para isso que eu quero fazer um apelo a V. Ex^a.

Além disso, lá já existe um hospital universitário funcionando há mais de 40 anos em que também foi começada uma obra, dentro da unidade antiga, no centro de nefrologia, um convênio com o Ministério da Saúde, e essa obra também está paralisada, o Governo do Estado devolveu a obra para o Ministério da Saúde.

Então, como se trata de duas unidades de hospital universitário que são fundamentais, porque Cuiabá acaba recebendo a população que vem em busca de saúde da Bolívia, de Rondônia...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ...e do interior de todo o Estado. Eu gostaria aqui, Sr^a Presidente, Sr. Ministro, de fazer um apelo para que o senhor mande uma delegação ao Estado. Eu já enviei, já fizemos uma audiência pública, já enviei uma cobrança tanto ao Ministério da Saúde como ao Ministério da Educação. O Ministro da Saúde já esteve lá, e eu gostaria agora de um posicionamento do Ministério da Educação. É um apelo, Sr. Ministro.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu queria saudar o Senador Wellington e dizer que, com relação aos cursos de Medicina, especialmente em Barra do Garças, eu quero externar que o cronograma do Ministério da Educação é que o segundo edital do programa de oferta de cursos de Medicina, atendendo às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, deve ser lançado até o final do mês de junho. Evidentemente, as cidades como Barra do Garças terão a oportunidade de, a partir da iniciativa de entidades de educação superior, ofertar e concorrer dentro dos princípios do próprio edital. Isso foi retomado depois da paralisação determinada pelo Tribunal de Contas da União, fato já vencido, e encontra-se em andamento.

Eu conheço a reivindicação do Senador Wellington, que diz respeito à Universidade Federal de Rondonópolis. A rigor, várias iniciativas de criação de universidades foram tomadas pelo governo anterior, da Presidente Dilma, ao final da sua gestão, e tramitam aqui no Congresso Nacional. A manifestação do MEC já foi feita. Aguardemos, portanto, a deliberação da Câmara e, depois, do Senado Federal para que possamos debater esse tema.

O que eu discuti aqui há pouco, e defendi perante outros Senadores, antes da sua presença no plenário desta Comissão, foi que a gente precisa ter um norte que defina políticas de expansão da educação superior no Brasil, e não simplesmente criar por criar. Não estou dizendo que é o caso especificamente de Rondonópolis, porque eu sei que é uma grande cidade, uma região importante no Estado de Mato Grosso, mas que a gente precisa ter um regramento mínimo, que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

qualifique e eleve naturalmente as condições de implantação de novos *campi* e de novas universidades no Brasil.

V. Ex^a também fala sobre problemas relacionados à saúde no Estado de Mato Grosso. Esse processo licitatório que teve interrompido o contrato com recursos em conta certamente obedeceu a um problema na própria universidade, que é a quem cabe levar adiante esse tipo de ação, ou...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É um convênio com o Governo do Estado. A obra está a cargo do Governo do Estado.

O SR. MENDONÇA FILHO – Isso. Então, a rigor, a solução desse contrato passará por uma solução que envolve o Estado e a universidade. O que eu puder fazer para ajudar farei, e atuarei nessa direção, sabendo que é uma coisa sensível.

E, por fim, Senadora Lúcia Vânia, a indagação que V. Ex^a faz sobre a avaliação da pasta com relação aos indicadores do Ideb e os indicadores gerais da educação no Brasil – o que pode ser feito? Primeiro, eu acho que a gente precisa ter foco. A pasta da educação tinha uma pulverização de iniciativas, de projetos, de programas muito grande. E quando você pulveriza demais, você não consegue os resultados que deseja para as políticas públicas mais importantes relacionadas à área da educação. Então, a gente tem um foco específico para a área de formação de professores, que é uma questão essencial. Nós temos uma ênfase, também, uma dedicação em parceria com os Municípios para a questão da alfabetização, inclusive com programa de alfabetização de adultos, tocado pela Secadi. Nós temos uma ênfase para concluir a discussão e elaboração da Base Nacional Comum Curricular – a primeira etapa já foi entregue ao CNE; a segunda etapa, que diz respeito ao ensino médio, será encaminhada até o final deste ano. E também as medidas relativas ao ensino médio, que foram bem expostas aqui – a reforma do ensino médio, relatada pelo nobre Senador Pedro Chaves –, que modernizarão e atualizarão o ensino médio brasileiro, gerando um protagonismo muito importante para os jovens que desejam um ensino médio mais flexível, mais atraente e que esteja sintonizado com o que ocorre no mundo como um todo.

É lógico que, se eu fosse discorrer sobre todas as políticas públicas na área da educação, eu tomaria boa parte do tempo da senhora e dos senhores aqui presentes. Eu quero apenas renovar o meu propósito de sempre me colocar à disposição do Congresso e do Senado Federal para que a gente possa ter convergências em torno da questão da educação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro.

Acredito que V. Ex^a já respondeu a todos. Quero cumprimentá-lo, Ministro, pelo seu desempenho, pela exposição feita aqui, que foi bastante esclarecedora. Acredito que esta Comissão será uma grande parceira de V. Ex^a e V. Ex^a pode dispor da Comissão sempre que houver necessidade de qualquer explicação que demande um apoio desta Casa.

Portanto, quero agradecer a V. Ex^a; à Secretária Executiva do Ministério da Educação, Senadora Maria Helena Guimarães de Castro...

O SR. MENDONÇA FILHO – Quase Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quase Senadora. *(Risos.)*

Senhora.

Boa ideia. Gostaram, não é? Eu acho que o MEC aprovou, Maria Helena. Está no caminho.

Quero agradecer ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Senador Silvio... Sr. Silvio Pinheiro. Eu estou fazendo uma paridade aqui entre os dois. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu agradeço a presença, também, de V. Ex^a, dos convidados todos, todos os componentes do Ministério da Educação.

Quero também colocar esta Comissão à disposição dos técnicos, para que possamos juntos construir um novo momento para a educação.

Agradeço ao Senador Pedro Chaves, que é o Vice-Presidente desta Comissão, um especialista na área, que tem colaborado enormemente para o desempenho que pretendemos ter aqui na Comissão durante esse período.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando... (*Palmas.*)

... para o dia 23 de maio, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez ao Sr. Ministro da Educação.

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Roberto Muniz e Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Pedro Chaves e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Definição das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 2017, tendo em vista o disposto no Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Definida a política pública Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec para ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 2017, tendo em vista o disposto no Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. " **Autoria:** Deputada Professora Raquel Teixeira. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional do Zootecnista." **Autoria:** Deputada Júlia Marinho. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE (de Redação). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo** - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada." **Autoria:** Deputado Miguel Lombardi. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho rodoviário da BR-235 compreendido entre a divisa do Estado da Bahia com o de Sergipe e do Estado da Bahia com o do Piauí." **Autoria:** Deputado Daniel Almeida. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado. Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28 de**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação – IFs, com a presença dos seguintes convidados: Prof. Francisco Roberto Brandão Ferreira – Reitor do Instituto Federal do Maranhão – IFMA e Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif; Cátia Cilene Farago – Representante do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – (Sinasefe); José Maria da Luz Palheta Júnior – Representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet); Eline Neves Braga do Nascimento – Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC; Esteves Pedro Colnago Júnior – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 30 de 2017** que: "Senhora Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Lúcia Vânia, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2017 (Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida). Os convidados serão os seguintes: Ministério da Saúde (Quirino Cordeiro Junior, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; e Represente da Secretaria de Vigilância em saúde do Ministério da Saúde); Ministério da Educação (Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação); Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio - ABEPS (Humberto Corrêa, Presidente, Professor Titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG); e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT (Paulo Tonet Camargo, Presidente)." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo referente ao seguinte tema: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater exemplos bem sucedidos da educação pública estadual e municipal e a relação orçamento/custeio por aluno. Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Ana Amélia

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Roberto Muniz

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/20>

(Texto com revisão.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à definição das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Comissão em 2017 tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. A segunda parte da reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 15.

Na primeira parte, em relação à reunião de trabalho, a finalidade é a definição das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 2017 tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações.

Anexas à pauta estão as Notas Informativas nºs 752 e 1.311, de 2017, da Consultoria Legislativa do Senado, contendo estudos sobre possíveis temas a serem fiscalizados, conforme sugerido pelos Senadores membros desta Comissão, em resposta à solicitação desta Presidência.

Importante destacar, no trabalho produzido pela Consultoria, suas percepções sobre o modo como esse trabalho se deve processar para aumentar sua efetividade.

Em primeiro lugar [destaca o órgão desta Casa Legislativa], é preciso entender políticas públicas aprovadas e executadas como programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. São, assim, a resposta dos representantes eleitos às necessidades do País e “traduzem, em alguma medida, a maneira como os mandatários interpretam as demandas sociais e procuraram resolver deficiências estruturais da realidade socioeconômica.

Sob nosso ponto de vista, assim, é preciso que a política pública escolhida tenha foco bem determinado. Temas muito amplos, por exemplo, dificultam a avaliação, pois se desdobram em tantos outros que, por suas características, merecem tratamento específico, que se torna inviável, em função de uma série de limitações. Ainda nesse sentido, sugerimos que, no âmbito da CE, seja avaliada uma política a cada ano (e não três, como foi feito nos últimos dois anos), a fim de que se potencializem os recursos e se possa realizar mergulho em profundidade, sem que apenas se tangenciem as questões, em decorrência, por exemplo, da falta de tempo para realizar audiências públicas, ou sem apreciar no final do ano um ou mais deles.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É ideal também que a política pública escolhida esteja em fase de implementação, para que se confrontem metas a indicadores e se percebam os efeitos da política na vida dos cidadãos.

Diante dessas considerações e de posse do trabalho produzido, concedo a palavra às Srs. e aos Srs. Senadores que queiram, eventualmente, debater as sugestões oferecidas pelos Parlamentares – ou que queiram propor, agora, suas sugestões – e as ponderações produzidas pela Consultoria Legislativa.

Eu queria só lembrar aos Srs. Senadores que, na reunião em que esse tema foi submetido à apreciação do Plenário, o Senador Cristovam Buarque, nosso grande mestre, deu a sugestão de que o tema examinado fosse o Pronatec, a educação profissionalizante; e o Senador Magno Malta sugeriu algo na área da cultura, um tema relacionado a acompanhar projetos de programas de restauração dos monumentos históricos.

Então, à luz dessas duas sugestões feitas, consulto os Srs. Senadores se têm outras sugestões ou se essas já contemplam perfeitamente a relevância e também a proposta da Consultoria Legislativa, que acho muito apropriada, de escolher apenas um tema e aprofundar esse tema. Penso que a questão da educação profissionalizante, o Pronatec, é um tema relevante. Mas, se o Sr. Senador Roberto Muniz e o Senador Anastasia tiverem outras sugestões, podemos aqui apreciá-las e também sugerir outra abordagem que não essas duas já oferecidas pelos Srs. Senadores.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, eu acompanho, mas eu queria colocar uma questão que eu gostaria de ver aqui debatida. Sugiro chamarmos pelo menos uns quatro ou cinco Municípios que tiveram os melhores indicadores do Ideb. Por exemplo, o Município de Sobral. Ele se destacou no último ano como um Município que trouxe bom desempenho nesse indicador, e ele tem as mesmas condições que outros Municípios têm. Então, se nós pudéssemos somar a isso também a apreciação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De bons exemplos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... de bons exemplos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De por que deu certo em Sobral.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... de por que deu certo em Sobral e em outros Municípios do Brasil que têm as mesmas condições financeiras e que conseguem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O padrão socioeconômico também às vezes é igual.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso. E que conseguem trazer desempenho diferenciado em relação à questão tanto dos alunos quanto dos professores e da própria escola.

Então, eu acho que a gente tem de juntar um pouco esse Brasil que dá certo, sabe, Senadora? A gente está tendo um massacre muito grande em relação ao funcionamento do nosso País. Então, eu acho muito importante que a gente possa trazer algumas referências positivas na educação; se a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente puder, trazer os Municípios que têm referência no esporte, na cultura; trazer os modelos municipais que estão dando certo – posso até registrar o esforço que V. Exª tem feito à frente da Fundação do Partido Progressista – para que a gente resgate essa boa gestão municipal, porque é lá que se inicia toda a pirâmide, toda a base dessa pirâmide da gestão do Estado brasileiro.

Então, eu só queria acrescentar isso, para que a gente pudesse trazer para cá bons *cases*, agora não por indicação de nós, Senadores, mas que, tecnicamente, nós pudéssemos avaliar aqui pela Casa, pelos nossos especialistas, para que eles possam dizer: "Olha, através desses indicadores que tornaram esses Municípios exemplos nessa questão sobre educação fundamental...". Há a própria questão que a senhora traz aí, da educação focada no trabalho. Então, trata-se de buscar esses exemplos para a gente poder encontrar uma resposta para o seguinte: por que alguns conseguem com os recursos parcos que nós temos e outros não conseguem chegar ao bom desempenho?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço imensamente ao Senador Roberto Muniz.

Na verdade, nós temos que fazer a eleição de um tema que diga respeito a projetos ou programas que estão em execução por políticas públicas do Poder Executivo. O Pronatec é um deles, mas poderia ser outro tipo de programa. Então, como foi sugerido pelo Senador Cristovam, eu estou apenas sugerindo.

Penso, Senador Roberto Muniz, que a sua sugestão valerá, e eu quero me associar ao senhor, porque nós ouvimos aqui na CAE, na gestão passada, os exemplos da Finlândia e da Coreia do Sul na área do ensino, quando nós temos exemplos aqui no Brasil bem-sucedidos, dando prioridade à educação e com resultados excelentes.

A Universidade de Harvard promoveu até um debate muito grande sobre o Brasil do século XXI, e uma das referências era na área... Em todas as mesas – eu fiz parte desse grupo –, em todas as mesas que lá se reuniram, formadas por Parlamentares de vários partidos, por gente do Poder Executivo, do Poder Judiciário e assim por diante, a conclusão foi que tudo se resumia à educação, que do que o Brasil mais precisava era educação.

Foram estudados casos e casos, e o caso do Ceará, Sobral especificamente, foi focado. Era para que o grupo fosse a Sobral, mas a questão da logística era muito complicada. Acabamos indo conhecer os casos do Rio de Janeiro, que também tem um bom exemplo na área do ensino municipal, com a Cláudia Costin, no Município do Rio, e também no próprio Estado do Rio de Janeiro. Era mais prático, então fomos lá. Eu fui visitar uma escola técnica e fiquei encantada: escola pública estadual, e os alunos com participação, uma escola muito organizada. Uma delas até se chamava Chico Anyσιο, em homenagem a ele. Vi um trabalho realmente muito bem feito.

Penso que a nossa Comissão poderia fazer uma audiência pública aqui trazendo esses professores que começaram lá em Sobral e em outros Municípios. No meu Estado também há escolas que são referência. Poderíamos trazer dois ou três exemplos aqui, para examinar e ver como é que é. Então, independente, porque aí não estaria no foco, porque não é do Poder Executivo a política sugerida por V. Exª, que é o que dá bem, o Brasil que dá certo.

Então, eu ajudo V. Exª para fazermos o requerimento para uma audiência pública, para, neste ano ainda, darmos um refresco de coisas boas que nós temos na educação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu consulto os Senadores se optamos pela sugestão do Senador Cristovam. Definiríamos essa política e a passaríamos à Presidente, o secretário na nossa Comissão a passaria à Presidente Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Então, definida a política pública, que é esse exame do Pronatec.

EXTRAPAUTA**ITEM 16****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo referente ao seguinte tema: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado e será encaminhada a sua execução e implementação.

Entremos na pauta.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2017****- Não terminativo -**

Institui o Dia Nacional do Zootecnista.

Autoria: Deputada Júlia Marinho.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

É um projeto singelo, mas relevante.

A proposição, como V. Ex^a apregoou, é de autoria da Deputada Júlia Marinho e é no sentido de que seja instituído o Dia Nacional do Zootecnista, a ser celebrado anualmente em 13 de maio.

Em sua justificção, a autora da matéria argumenta que o dia 13 de maio corresponde à data em que, no ano de 1966, na cidade de Uruguaiana, no seu Rio Grande do Sul, ocorreu a aula inaugural do primeiro curso superior de Zootecnia do Brasil.

Desse modo, passamos à análise.

Como bem destaca a autora da matéria, a Zootecnia é uma área do conhecimento que reúne um largo espectro de campos dos saberes, onde estão compreendidos o planejamento, a economia e a administração, assim como o melhoramento genético, a ambiência, a biotecnologia, a reprodução, a saúde, o bem-estar e o manejo de animais inseridos nos sistemas produtivos, também englobando a nutrição, alimentação, formação e produção de pastos e forragens, propiciando de forma integral, em sua área de atuação, a qualidade de vida da sociedade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Deputada Júlia Marinho também enfatiza que os zootecnistas têm apresentado relevantes contribuições ao avanço social e econômico do nosso País, através do fomento à nossa pecuária e ao desenvolvimento produtivo dos nossos rebanhos, bem como estudando alternativas de produção racional de diferentes espécies animais, nas mais variadas condições.

Por essas razões, e considerando que a data vem sendo comemorada há mais de quarenta anos em todo o País, por instituições de ensino e associações de zootecnistas, é, sem dúvida, oportuna e meritória a iniciativa de instituir o dia 13 de maio como o Dia Nacional do Zootecnista.

No que concerne à técnica legislativa, cumpre observar que o art. 2º da proposição, ao instituir a efeméride, já define o objeto da lei. Nesse caso, não é necessária a introdução de um dispositivo específico para a definição do referido objeto, como estabelecido no art. 1º. Além disso, também é desnecessário o disposto no art. 3º do texto do projeto, uma vez que a instituição por lei já inclui automaticamente a nova efeméride no calendário oficial de datas nacionais.

Sendo assim, em nome da clareza, da objetividade, bem como da economia processual, julga-se conveniente a apresentação de emenda de redação, no sentido de suprimir os arts 1º e 3º do texto da referida proposição.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 -CE

Suprimam-se os arts. 1º e 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2017, renumerando-se os dispositivos remanescentes.

É o voto, é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Antonio Anastasia, como gaúcha que sou, e ressalto que tudo isso começou lá em Uruguaiana, em uma escola de grande... Hoje já participa da história dessa profissão tão importante, especialmente para um Estado que tem no cavalo crioulo – apenas para citar –, mas também na pecuária de excelência, a sua demonstração de qualidade.

Coloco em discussão o relatório do Senador Antonio Anastasia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão, emenda de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Obrigada, Senador Antonio Anastasia.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2016

- Não terminativo -

Denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho rodoviário da BR-235 compreendido entre a divisa do Estado da Bahia com o de Sergipe e do Estado da Bahia com o do Piauí.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Deputado Daniel Almeida.

Relatoria: Senador Roberto Muniz.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz, para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Srº Presidente, Senadora Ana Amélia, venho aqui para prolatar o relatório que fiz.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2016 (Projeto de Lei nº 7.570, de 2014, na Casa de origem), do Deputado baiano Daniel Almeida, que denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho da rodovia BR-235 compreendido entre a divisa do Estado da Bahia com o de Sergipe e do Estado da Bahia com o do Piauí.

A proposição se compõe de dois artigos. O primeiro institui a nova denominação para o trecho de rodovia acima descrito. O segundo, por sua vez, determina a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor destaca a importância da homenagem a este que é um dos mais emblemáticos símbolos da cultura brasileira – o vaqueiro.

Apresentada na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada e aprovada pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura e também de Constituição e Justiça e de Cidadania em regime de apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão e não recebeu emendas. Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá diretamente para o Plenário.

Análise.

O art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, determina que compete à Comissão de Educação opinar sobre projetos que tratam de homenagens cívicas, categoria em que se enquadra a proposição em análise.

A profissão de vaqueiro é exercida nas zonas rurais de quase a totalidade do Território brasileiro. Marcada pela continuidade e pela aspereza, envolve o cuidado de animais do campo, como bois, cavalos e ovelhas, bem como a vigilância de pastagens e propriedades rurais. Além de ser um importante símbolo da cultura sertaneja, o vaqueiro exerce papel fundamental na economia rural.

O reconhecimento trazido por este registro é, portanto, o resgate de uma dívida da Nação para com esses que exercem a profissão com dedicação, competência, resiliência e afinco. É também uma ode à cultura sertaneja e uma homenagem aos mais de 9 milhões de sertanejos existentes em nosso País.

A escolha da BR-235 justifica-se por ser esta uma rodovia transversal brasileira que atravessa os Estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. No trecho específico de que trata o projeto em análise, ela corta parte da Bahia, o Estado mais sertanejo do Brasil, passando pela cidade de Juazeiro, no norte do Estado.

Entendemos que é importante a iniciativa de atribuir a denominação Rodovia do Vaqueiro ao trecho da BR-235. É uma forma inconteste de homenagear aqueles que exercem essa nobre profissão.

É, portanto, extremamente meritória a proposição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A homenagem por meio da atribuição de denominação a trechos de rodovias encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que trata da denominação de vias e estações terminais do PNV.

Observe-se, por oportuno, que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou nenhuma denominação oficial para o trecho rodoviário em questão.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Projeto de lei ordinária é a escolha apropriada à veiculação do tema, considerando que a matéria não se inclui entre as hipóteses previstas na Constituição para regulamentação por meio de lei complementar.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa, não se identificam óbices à aprovação da proposição.

Verificados o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2016.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em discussão o relatório do Senador Roberto Muniz, que é favorável ao projeto que denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho rodoviário da BR-235 compreendido entre a divisa do Estado da Bahia com o Estado de Sergipe e da Bahia com o Piauí. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Quero aproveitar para informar ao Senador Cristovam Buarque que foi escolhida pelos Senadores presentes a sugestão de S. Exª: constituirá o relatório da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para o ano, das políticas públicas da Comissão, o exame e análise da situação do Pronatec. Todos concordaram. Então, só gostaria de dizer que V. Exª foi o autor oportuno dessa sugestão.

O Senador Roberto Muniz – acho que V. Exª vai apoiar também, porque entendi que seria conveniente – à luz das informações positivas que o exemplo da educação de qualidade em todos os exames de *rankings* de avaliação da qualidade do ensino... O Estado do Ceará, e em particular Sobral, têm aparecido, Senador Cristovam, como referências de qualidade – o Estado do Ceará e Sobral, onde o processo de revolução no ensino começou –, e a sugestão do Senador Roberto Muniz é que se examine por que isso dá certo, por que essas políticas na educação dão certo em Sobral, no Ceará. Já ouvimos, lembra V. Exª, a Finlândia, a Coreia, a Nova Zelândia. Assim, temos de ver também os nossos exemplos, fazer uma audiência pública convidando, talvez, o Secretário de Educação do Ceará.

Gostaria só de passar isso a V. Exª, que conhece muito bem, mais do que nós, essa matéria, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro parabeno a iniciativa, que é muito boa. Agora, acho que deveríamos ter duas perguntas em nossas cabeças, além de tomar conhecimento da experiência que de fato se destaca no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma é se não estamos sendo modestos demais ao reconhecer o resultado como sendo aquilo a que desejamos chegar. Pelo que vejo, comparado com o resto do Brasil, de fato é bom. Agora, comparado com a Finlândia, com a Coreia do Sul e com o lugar que queremos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a Nova Zelândia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está muito longe. É como se nós começássemos a discutir como sermos campeões de futebol no Brasil, entre os nossos times, sem nos preocuparmos em sermos campeões mundiais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E perder de 7 a 1.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E perder de 7 a 1. (Risos.)

Então, essa é uma pergunta.

E a outra: como espalhar isso nos 5.560 e tantos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Municípios.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Municípios.

É possível espalhar pela vontade autônoma do Município? E, mesmo o Município que tiver essa vontade, ele tem recursos? Será que Sobral, além da vontade de mais de um prefeito – e os parabênios por essa vontade boa; não é boa vontade, mas vontade boa –, será que ele não tem mais recursos de que muitos outros, embora tenha menos de que alguns ricos?

Então, são duas coisas que eu gostaria de ver: uma, se esse bom resultado nos satisfaz quando nós comparamos onde precisamos chegar e não apenas com quem está ao redor. A gente tem que comparar com a situação onde a gente quer chegar. E, segundo, é isso. Uma pergunta fundamental é: como fazer com que essas boas experiências se espalhem?

Dito isso, eu queria sugerir também, se for possível, que venha aqui o Município de Palmas, nem tanto pelos resultados globais do Município, mas pelas – da última vez que eu fui lá – sete escolas que eles têm que, essas sim, são de padrão do melhor que a gente deseja, mas são sete. Na época eles tinham 64 escolas, só sete eram assim, e tinham levado 12 anos para chegar lá. Ou seja, se eles fizeram sete em 12 anos, eles vão levar 140 anos para chegar a todos, o que, obviamente, sacrificaria o Brasil definitivamente, a não ser que venham recursos dentro de um programa nacional para fazer isso em todo o Brasil – obviamente não ao longo de um ano ou dois, mas também não de 120.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cristovam, agradeço a colaboração.

Eu penso que todas essas questões levantadas por V. Exª, quanto a como fazer isso com recurso limitado ou mais recurso do que outros, essa comparação nós só teremos quando o Secretário de Educação do Ceará vier nos contar. Eu não tenho informação e penso que a maioria não terá a informação, a não ser que, nessa audiência, ele explique quais são os desafios, por que eles decidiram, se isso foi consequência da liderança de alguém, como Brizola foi em relação aos CIEPs, por exemplo, da educação integral.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, de qualquer maneira – desculpe interromper – há outros Municípios que poderiam também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, nós vamos trazer Sobral. No Rio Grande do Sul há um Município cuja indicação vou fazer; V. Exª sugeriu Palmas, no Estado do Tocantins. Então, faremos isso trazendo três exemplos e, depois, continuaremos também na rodada, apenas para – já estamos quase entrando no segundo semestre – não ficarmos devendo para o ano que vem, um ano mais complicado, a realização de um trabalho dessa natureza, dessa envergadura.

Senador Roberto Muniz, com a sugestão foi sua...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu me agrego a todas essas colocações aqui feitas pelo Senador Cristovam.

Eu acho que, quando a gente parte de um fato existente, a gente pode ampliar e melhorar o desempenho. A gente colocou Sobral porque ele se sobressaiu no Nordeste e também por seus indicadores. Acho que nós deveríamos – mais uma vez reafirmando o que coloquei aqui inicial, Senador Cristovam, o senhor não estava presente – aproveitar os nossos técnicos, os nossos consultores, para que eles, olhando o desempenho, os indicadores de desempenho, pudessem apresentar sugestões para nós também. É claro que a sua experiência é luminar, indica bons caminhos, mas que os indicadores também pudessem nos trazer – claro que não o futuro, o que a gente almeja para o futuro do nosso País – um marco do que nós conseguimos até agora. Esse é um marco e, aí, depois, a gente entra na discussão de por que aquela política pública funcionou em Sobral, por que funcionou no Município de Palmas, funcionou nesse Município lá no Rio Grande do Sul, como disse a Senadora Ana Amélia. Com isso, talvez, a gente fortalecesse a ideia: "Olha, esses programas funcionam, e existem outros programas nos quais não adianta a gente insistir". Já que a gente quer dinheiro novo na educação, a gente vai ter que tirar dinheiro de outros locais para dentro da educação ou tirar da própria educação e colocar na educação. Há muito dinheiro que está na educação, mas que não está gerando resultados para a educação.

Então, eu acho que esse é o grande debate que esta Casa pode fazer para, principalmente, enfrentar esse novo momento que vamos ter aí à frente e sobre o qual nós estávamos, outro dia, discutindo, que é: quem realmente quer a educação e que educação realmente se quer – é uma educação de qualidade ou simplesmente indicadores de gastos do orçamento público, sem gerar a devida qualidade dos indicadores que a gente entende que sejam eficientes para a melhoria da qualidade do estudante brasileiro?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Temos tempo ainda, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, pode falar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu acho que o Senador trouxe para nós uma coisa que pode ser interessante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um desafio bom.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É. Talvez pudéssemos promover uma audiência para descobrirmos onde há vazamento de recursos na educação – ou, se alguém preferir, se há. Eu fiz um texto, na época do debate sobre a PEC do Teto, mostrando, se não me engano, dez vazamentos de recursos que nós temos dentro do sistema educacional.

Por exemplo, professores fora da sala de aula é uma forma de vazamento. Obviamente, se o professor está doente, não, aí existe uma questão natural. Há o não uso de equipamentos tecnológicos, que podem facilitar muito o custo por aluno. Você gasta mais para equipar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O exemplo de Caçador, que o senhor conhece, de Santa Catarina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, seria interessante, Senador, se o senhor estiver de acordo, fazermos um debate aqui sobre o Orçamento de 2018 e a educação. Eu gostaria de trazer uma proposta que tenho para aumentar 10% nos recursos da educação e de onde tirá-los – eu vou mostrar de onde tirar. É possível que a gente não consiga, porque, inclusive, os que lutam por mais recursos não têm nem prática nem apetência de lutar contra dinheiro que vai para outros lugares. Nós nos viciamos em pedir mais sem querer tirar de ninguém. Por isso fizemos estádios em vez de escolas, dizia-se: "Vai dar para fazer estádio e escola." São 30 bi, se não me engano, no Brasil – só aqui, 2, não é?

Na época, bem antes, em 2013, eu fiz um artigo mostrando que, com o dinheiro do estádio de Brasília – na época se considerava 1,6 bilhão; depois se chegou a 2 bilhões – dava para formar, se não me engano, 6,7 mil engenheiros no ITA, da primeira série do primário até o último ano do ITA, ou seja, a formação de um número grande de alunos engenheiros – se não me engano, eram 6,7 mil. Não sei exatamente o número, mas eu sei que, no meu artigo, eu dizia que era um número maior do que o número de engenheiros formados durante os 64 anos do ITA – com o dinheiro de um estádio!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As escolas militares também, por que elas têm sucesso?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por que elas têm sucesso também?

Então, eu acho que poderíamos ter um debate aqui sobre o orçamento da educação para 2018...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Colégio Militar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... onde buscar recursos.

Esta é uma Comissão que tem que trabalhar neste sentido: onde é que vamos buscar esses recursos? Primeiro, quanto é que a gente precisa; depois, como é que a gente reduz vazamentos; e, terceiro, onde é que a gente vai buscar mais recursos.

Outra coisa: tem que ser o custo *per capita*, porque o número de alunos, aparentemente, está diminuindo. Não porque estão se evadindo – isso a gente tem que barrar, essa evasão –, mas porque a fertilidade dos casais brasileiros está diminuindo, então a tendência é diminuir o número de alunos. Temos que analisar o custo por aluno.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho também que é muito importante, Senador. E eu penso também em outra questão que a gente deveria avaliar, que é o sistema de cotas – o senhor falou na evasão –, como o beneficiado pela cota está se comportando. Ele está aproveitando esse benefício da cota em todos os casos existentes, etnia, a questão social? Em todos os casos de cotas, precisamos saber se o aluno beneficiado por elas está frequentando a escola. É relevante você avaliar, porque ela pode ser uma ideia muito boa, mas, na prática, pode não estar atendendo ao objetivo estabelecido, que é a inclusão.

Senador, quanto a essa relação que V. Exª fez com o custo dos estádios: o lamentável é que tanto os estádios como muitas escolas estão vazios, esse é o dramático dessa história.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, só me associando aqui a tudo isso que está sendo debatido nesta manhã: a questão da qualidade do gasto público é tão urgente no País que, se algum dia eu fosse ministro da Educação, a primeira coisa que eu ia mandar levantar era um almoxarifado das nossas secretarias municipais, estaduais e do próprio governo federal. Diante do pouco que conheço – e não é pouco, porque já estive nos três níveis –, posso dizer que é muito grande a quantidade de recursos do cidadão brasileiro mofando nos almoxarifados em forma de livros, de computadores e de tecnologia esquecida – que talvez tenha sido comprada não com o objetivo da educação.

Então, eu acho que este é outro ponto que deveríamos também trazer: o que nós entendemos que é realmente um gasto efetivo? Muitas vezes interpretamos o gráfico assim: estamos investindo cada vez mais em livros. Mas será que é em livros melhores? Será que esse orçamento que estamos alocando para livros e para computadores está mudando a vida do nosso aluno? O aluno está tendo o impacto desse investimento? Então, acho que a gente tem aí um caminho muito bom: a gente tem muitos recursos que podem ser mais bem alocados.

Trazer recursos de volta de outros locais, de outros setores, para a educação? Vamos fazer, vamos lutar por isso. E vamos fazer melhor ainda: não deixar que esses recursos sejam drenados pela ineficiência da própria educação, tendo em mente os objetivos nobres de educar o povo brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Roberto Muniz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mais uma vez, Senadora, mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Esta aqui é a Comissão de Educação. Sempre que se puder usá-la para a nossa educação é bom também.

Um desses dias, não, já faz uns dois, três anos, eu encontrei um prefeito, que muito feliz me disse que tinha, Senadora, aumentado os recursos em educação. E perguntei: "E diminuiu quanto em analfabetismo? Melhorou quanto a situação?". Ele não sabia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós nos viciamos na ideia de que o que faz um bom prefeito é gastar muito. Não, o que faz um bom prefeito é ter muito resultado, se possível com menos dinheiro. Isso vale para tudo, inclusive para a educação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou incomodar muita gente dizendo que, para mim, um dos gestos mais educativos que este Brasil já fez foi a PEC do Teto dos Gastos. Essa PEC vai nos obrigar – nós, brasileiros – a nos educarmos, a sabermos que o dinheiro é limitado e que, toda vez em que se põe R\$1 num lugar, se tem que tirar R\$1 de algum lugar. É como parede: você põe um tijolo numa parede e não pode colocar em outra.

É engraçado que, para tijolo, todo mundo aceita, mas para dinheiro, não. Sabe por quê? Porque os economistas – sou professor deles por aí, sou um deles – criamos a tal da ilusão inflacionária. Só há um tijolo, mas a gente diz que põe em duas paredes. Sabe como? Porque a gente põe R\$1... Só há R\$1, mas põe um numa parede e um em outra. Qual foi o mistério? É que cada um só vale 50%: a inflação. Então, a gente desvaloriza o tamanho do tijolo, corta o tijolo ao meio, aí dá para duas paredes.

Foi isto que o Brasil fez ao longo da sua história: cortou o dinheiro ao meio com a inflação. Claro que não são 50% de um dia para o outro: 10%, 20%... E enganava todo mundo. Botava R\$1 numa parede, R\$1 em outra parede, R\$1 em outra parede, mas esse real não valia o mesmo de antes. Enganamos muito e nos autoenganamos.

A PEC do Teto, com seus defeitos... Ela os tem: por exemplo, deveria permitir o aumento conforme o aumento da receita, da produtividade, mas, como se tem que pagar a dívida, a gente a fez de uma maneira radical, por 20 anos. Mas ela vai permitir um gesto de educação.

Depois dos CIEPs, o maior gesto educativo no Brasil foi a PEC do Teto. Vamos ver se o efeito não vai ser negativo nos recursos para a educação. Aí vai depender da mobilização dos que defendem a educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi o que V. Exª disse quando foi votada essa PEC, eu lembro perfeitamente, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Lembro. Lembro. Eu disse isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O *lobby* da educação para fazer...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não estou certo de que vai aumentar não. Vou trazer a minha proposta, mas não estou certo de que nem quem defende a educação vai apoiar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estaremos lá, vigilantes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... porque, quando a gente disser que vão ter que ser reduzidas as desonerações para a indústria automobilística, vão argumentar que vai aumentar o preço do carro e, aí, quem defende a educação não quer perder um carro barato. Alternativamente, vamos ter que diminuir o salário de alguns setores, quem sabe até dos Parlamentares. Aí ninguém vai querer essa briga.

Então, é educativo você ser obrigado a dizer de onde tira dinheiro para colocar dinheiro em outro lugar. Por isso, talvez valha a pena trazer esse debate para cá. É a Comissão de Educação, mas tem que debater o orçamento da educação.

Só para concluir.

Ontem estive na USP, num debate sobre dinheiro para ciência e tecnologia. Eu creio que a comunidade científica está entendendo que vai ter que brigar para dizer de onde sai o dinheiro. Eles





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reclamaram muito no começo, eu me lembro. Ontem, na minha conversa com eles, já houve uma aceitação – ou convencimento.

Finalmente, em relação a essa palestra de ontem, queria lembrar outro tema aqui – a senhora falou de avaliarmos o resultado das quotas. Temos que fazer um debate aqui sobre se nós queremos uma universidade escada social para quem entra nela ou alavanca do progresso para o Brasil inteiro. Nós nos viciamos em tratar a universidade como sendo uma escada social para quem entra nela – e tem que ser também –, mas é só escada social para quem entra nela? Ela é para beneficiar o aluno ou ela é também para beneficiar o País?

Se nós começarmos a achar que é uma alavanca para o País, e não só uma escada para os indivíduos, vamos ver que uma porção de cursos talvez nem devessem existir, porque estão tirando dinheiro público. Vamos ver que algumas das cotas não estão trazendo o resultado que deveriam. Vamos ver que um programa como o Ciência sem Fronteiras, que é de um benefício imenso para a nossa juventude e jovens, termina não trazendo o resultado que se espera como uma alavanca de progresso. Talvez trouxesse mais progresso importar cientistas que fizessem aqui grandes escolas de pensadores do que mandar nossos filhos para ficar lá fora por pouco tempo. Se fosse por quatro anos, para voltar como grande cientista, e com o dinheiro garantido para ele construir o laboratório dele aqui... Porque há uns que voltam, mas o laboratório não existe.

Esta é uma pergunta: universidade é escada para o indivíduo ou é alavanca para o País?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Presidente, muito obrigado.

Eu estava ouvindo, estava com uma missão externa, mas ouvi na Rádio a fala do Senador Roberto Muniz. Eu quero aqui, embora já tenha sido votado esse PL, me somar a essa proposição, que é um projeto do Deputado Daniel Almeida, que denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho da Rodovia 325 compreendido entre a divisão do Estado da Bahia com o de Sergipe e o Estado da Bahia com o Estado do Piauí. Portanto, tem todo o meu apoio, porque é um reconhecimento daquele que é, como se diz, o homem do campo, que labuta, trabalha com mãos calejadas para nós termos um Brasil melhor. E hoje o crescimento do Brasil vem exatamente da agricultura, que é sazonal, não vai ser perene.

Mas eu queria me referir a essa proposta do Senador Cristovam, porque eu acho uma proposta extremamente viável e oportuna. O Senador Cristovam tem essas tiradas filosóficas, que são muito dele. Ele disse: se tu tens mais corrupção, tu tens menos educação; se tu tens mais educação, tu tens menos corrupção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Espera lá, não o indivíduo, o País.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim, o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todos os corruptos são doutores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – O País, o País, o País. Mas nem todos, há corruptos em todos os níveis da sociedade, é fruto da sociedade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas você se refere, no contexto, à balança da educação, o que prova mais uma vez que todo investimento na educação é bem-vindo e vale a pena.

E o Senador Cristovam fala desse descasamento das universidades com o mercado de trabalho, quer dizer, trata-se de alavancar a economia ou de você crescer na estratificação social? Então aí é que está: realmente não há esse entrosamento, não há esse casamento, não há esse aparelhamento entre universidade e mercado de trabalho.

Acho que por aí se atenderia... Realmente, você às vezes tem muitos cursos, o cara gasta até uma fortuna, a família faz um grande sacrifício, mas, no final, a pessoa não tem mercado de trabalho, porque não a universidade não tem sintonia com o mercado de trabalho. Esse é um destaque interessante, e a proposta dele quanto a essa audiência pública tem todo o meu apoio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Telmário.

Eu queria aproveitar, Senador Cristovam, essa questão. Eu também tive a honra de ter sido convidada pela Politécnica da USP, que é uma das zonas de excelência na instituição em São Paulo, e estive com o reitor da USP, porque eu sou autora de um projeto, já aprovado nesta Comissão, que cria os chamados Fundos Patrimoniais, que é, sim, sem dúvida, uma porta de acesso a recursos que não são os recursos orçamentários – não se deve excluir o orçamento para a educação de ensino superior – para as universidades públicas, para aplicação em pesquisa e também em ensino de qualidade.

Esse projeto tem caráter terminativo. A relatoria é do Senador Armando Monteiro e está no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ontem à noite estive com a Alumni, da UnB, a sua universidade, também fazendo debate, a convite deles, sobre esse projeto em que eles estão interessados. No caso da Alumni e da Politécnica, já são mais de R\$12 milhões disponíveis para aplicar, um caixa apreciável. E, aqui na UnB, os alunos do Direito já têm também uma fonte de recursos para iniciar o comitê gestor do Fundo Patrimonial, quando estiver regulamentado – há que se submeter também à Câmara e, se não houver mudanças, não voltar ao Senado e ser regulamentado. Então, eu penso que essa iniciativa, que segue o exemplo dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, onde existe esse sistema, é um mecanismo importante para aportar recursos ao ensino superior brasileiro.

Eu queria aproveitar para, antes de passar a palavra ao senhor, Senador Cristovam, para leitura do seu requerimento, propor a apreciação extrapauta aos senhores dessa proposta, ou seja, a rapidez. O Senador Roberto Muniz apresentou a sugestão, o Senador complementou, dei algumas sugestões, o Senador Telmário apoiou também. Então, eu consulto se podemos fazer extrapauta a apreciação desse requerimento. *(Pausa.)*

Então, com a concordância dos senhores, requerimento extrapauta.

Consultados os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta de matéria apresentada por mim e pelos Senadores Roberto Muniz e Cristovam Buarque, com a aquiescência do Senador Telmário Mota.

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

**EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32, de 2017
- Não terminativo -**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater exemplos bem sucedidos da educação pública estadual e municipal e a relação orçamento/custeio por aluno. Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, então, o requerimento.

Depois cada um vai fazer a indicação dos participantes dessa audiência pública.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação – IFs, com a presença dos seguintes convidados: Prof. Francisco Roberto Brandão Ferreira – Reitor do Instituto Federal do Maranhão – IFMA e Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif; Cátia Cilene Farago – Representante do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – (Sinasefe); José Maria da Luz Palheta Júnior – Representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet); Eline Neves Braga do Nascimento – Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC; Esteves Pedro Colnago Júnior – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam para a leitura do requerimento feito a esta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação.

Sugiro o convite aos professores: Francisco Roberto Brandão Ferreira; Cátia Cilene Farago; José Maria da Luz Palheta Júnior; Eline Neves Braga do Nascimento; e Esteves Pedro Colnago Júnior.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Concedo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque para a leitura de um requerimento.

Eu peço ao Senador Roberto Muniz, por gentileza, que assuma a Presidência agora, porque eu tenho que ir à CAS, onde está começando a votação da reforma trabalhista. Gostaria de contar com V. Ex^a na Presidência da Comissão para que o Senador Cristovam faça a leitura do requerimento da Senadora Marta Suplicy, que ele subscreveu para efeito regimental.

Muito obrigada, Senador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 30, de 2017
- Não terminativo -

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Lúcia Vânia, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2017 (Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida). Os convidados serão os seguintes: Ministério da Saúde (Quirino Cordeiro Junior, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; e Representante da Secretaria de Vigilância em saúde do Ministério da Saúde); Ministério da Educação (Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação); Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio - ABEPS (Humberto Corrêa, Presidente, Professor Titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG); e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT (Paulo Tonet Camargo, Presidente).

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu tenho a honra de subscrever um requerimento que é da Senadora Marta Suplicy, que, neste momento, está presidindo uma das mais importantes reuniões desta Casa, que é o debate final das comissões sobre a lei trabalhista, sobre a reforma da lei trabalhista. Ela me pediu e eu subscrevo.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requero a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2017, que dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida.

Eu quero especificar que se trata, sobretudo, de um debate sobre jovens que atentam contra a própria vida.

Os convidados serão os seguintes – nossa sugestão. Ministério da Saúde (Quirino Cordeiro Junior, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde e Representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde); Ministério da Educação (Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação); Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio - ABEPS (Humberto Corrêa, Presidente, Professor Titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG); e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert (Paulo Tonet Camargo, Presidente).

Esse é o requerimento que eu assino junto com a Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Alguém quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Então, convoco, para o dia 27 de junho, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30min, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. " **Autoria:** Deputada Professora Raquel Teixeira. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CE (Substitutivo), e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto. **Observação:** Durante a discussão da matéria, a Senadora Marta Suplicy apresentou relatório reformulado, acolhendo sugestão do Senador Dário Berger. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo** - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada." **Autoria:** Deputado Miguel Lombardi. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento, apresentado pelo Senador Dário Berger, de Urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2016, que "Inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/27>

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 11.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira.

A relatoria é da Senadora Marta Suplicy, a quem concedo a palavra.

A SRª MARTA SUP LIC Y (PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Presidente Lúcia Vânia.

Vamos começar aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o relatório sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011 (Projeto de Lei nº 7.500, de 2006, na Casa de origem), de autoria da Deputada Raquel Teixeira, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 557, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PLC nº 76, de 2011, pretende inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – lei conhecida como LDB –, para assegurar a assistência psicológica, provida por profissional habilitado, a educadores e educandos da educação básica. Para a implementação da medida prevista, o projeto estabelece que sejam consideradas, em especial, “as relações referentes ao número de alunos por psicólogo e ao número de estabelecimentos de ensino por psicólogo”.

Nos termos do PLC 76, de 2011 – um da Câmara e outro daqui –, a lei em que se transformar o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, a autora destaca a importância da assistência psicológica no processo educacional, tanto no que se refere à melhoria da relação ensino-aprendizagem quanto na resolução de conflitos no ambiente escolar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por sua vez, o PLS nº 557, de 2013, da CDH, tem origem na Sugestão (SUG) nº 6, de 2013, de iniciativa dos Jovens Senadores Edson Dionizio e Rodrigo Sá e das Jovens Senadoras Dieleem Campos, Jaqueline Moro e Wênia Oliveira.

De acordo com o PLS nº 557, de 2013, os sistemas de ensino devem oferecer atendimento psicológico ou psicopedagógico, individual ou coletivo, para estudantes e profissionais da educação das redes públicas de educação básica. Os profissionais responsáveis pelo atendimento, a serem selecionados por concurso público, devem elaborar seus planos de trabalho em conjunto com as instituições de ensino.

A justificação do projeto da CDH reproduz os argumentos dos Jovens Senadores de que a inserção dos referidos profissionais nas escolas constitui "uma saída viável para contribuir com a solução" de um quadro de desafios para estudantes e profissionais do magistério, que inclui problemas comportamentais, de aprendizagem e de desmotivação, entre outros.

No Senado Federal, o PLC nº 76, de 2011, foi inicialmente enviado para decisão terminativa desta Comissão. Contudo, a aprovação do Requerimento nº 1.216, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, levou o projeto à apreciação prévia da Comissão de Assuntos Sociais, onde veio a receber parecer favorável. Na Comissão de Educação, a seguir, foi objeto de relatórios que não chegaram a ser votados.

Já o PLS 557 foi inicialmente enviado para apreciação da CE e da CAS, que não chegaram a se manifestar sobre a proposição.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 1.194, de 2015, de autoria do Senador Romário, as duas proposições passaram a tramitar conjuntamente, sendo enviadas para a manifestação da CAS e, na sequência, da CE, perdido o caráter terminativo do PLC.

Na CAS, o PLC 76, de 2011, foi aprovado com substitutivo, e o PLS 557, de 2013, obteve voto pela prejudicialidade.

Antes de tudo, vou comentar que achei extremamente interessante – a favor do projeto, me chamou a atenção – a sensibilidade dos Jovens Senadores. São jovens que fizeram o projeto querendo uma assistência psicológica. É como um ato de desespero, Senador Cristovam, em que dizem: "Nós não sabemos como nos ajudar aqui, nessas escolas, diante da violência, do *bullying*, da falta de informação sobre sexualidade, o conjunto todo." Foi como um grito: "Ajudem-nos e coloquem gente que possa nos ajudar nessa situação." Abri parênteses para fazer essa observação, mas agora volto à análise da matéria.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais relativas a educação, a ensino e a instituições educativas, como são os casos do PLC 76, de 2011, e do PLS 557, de 2013.

Os projetos tratam de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, admitindo-se, no caso, a iniciativa de membro do Congresso Nacional. As proposições, salvo os reparos a seguir apresentados, não contêm vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade e encontram-se redigidas em boa técnica legislativa.

No que concerne ao mérito, reiteramos os argumentos iniciais do Senador Wilder Moraes, em relatório apresentado ao PLC 76, de 2011, nesta Comissão em 2015. De fato, os projetos pretendem garantir que alunos e professores da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tenham acesso a assistência psicológica, provida por psicólogo devidamente habilitado. Trata-se de medida tendente a contribuir para a melhoria do processo pedagógico como um todo, uma vez que são indiscutíveis a importância e a abrangência da atuação dos psicólogos no ambiente escolar.

É na esfera da psicologia que se podem trabalhar diversos aspectos emocionais, cognitivos e sociais que intervêm no cotidiano escolar, de forma a atuar preventiva e resolutivamente em problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem e de socialização dos estudantes e a conflitos interpessoais entre alunos e entre esses e o corpo funcional da escola, incluindo o *bullying*.

Além disso, a assistência psicológica pode dar uma contribuição fundamental para a autoestima e a saúde dos profissionais da educação, que exercem uma atividade apaixonante, porém muito desgastante no plano pessoal. Assim, o apoio psicológico atua em aspectos motivacionais que podem resultar na diminuição do absenteísmo docente e dos afastamentos motivados por questões de saúde mental, como a depressão.

No mérito, portanto, é indiscutível o valor dos propósitos contidos nos projetos em análise.

Comparando-se as duas iniciativas, o PLC 76 tem abrangência maior do que o PLS 557, uma vez que inclui as escolas das redes públicas e privadas. O PLS traz sugestões que merecem reparo: não há necessidade da previsão da seleção dos profissionais por concurso público, dado que a Constituição Federal veda o ingresso em cargo ou emprego público sem concurso público (art. 37, inciso II). Já a previsão da obrigatoriedade da elaboração de plano de trabalho pelos referidos profissionais, juntamente com as escolas, parece-nos também assunto para regulamento.

Igualmente nos parece equivocada a sugestão do PLS 557 de propor lei avulsa para a matéria, em descumprimento ao art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

De fato, a LDB constitui o instrumento jurídico para dispor sobre as sugestões apresentadas.

A CAS, por sua vez, fez procedentes reparos ao PLC 76/2011, em boa parte mediante a retomada de soluções sugeridas pelo referido relatório do Senador Wilder Moraes, que acolhemos, em parte.

Nesse sentido, concordamos que o artigo a ser inserido na LDB fica mais bem situado no Capítulo II, que se refere especificamente à educação básica, e não nas suas disposições gerais, como faz o PLC 76. Dessa forma, sua numeração é alterada.

Já a matéria disposta no parágrafo único do novo artigo sugerido para a LDB, qual seja, a necessidade de considerar critérios quantitativos de números de alunos e número de estabelecimentos de ensino por profissionais, na implementação da assistência psicológica na educação básica, não merece prosperar, uma vez que é desnecessária, além de vir expressa de forma imprecisa.

Igualmente apontamos que, por se tratar de projeto de lei de grande repercussão, a Lei Complementar 95, de 1998, determina que se estabeleça período de vacância adequado a sua implementação.

Manifestamos também apoio às sugestões da CAS de prever a possibilidade de que a assistência psicológica seja provida de forma individual ou coletiva (conforme, por sinal, trecho aproveitado do PLS 557) e prestada por profissional habilitado ou por equipe multidisciplinar. Depois, eu vou aprofundar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entretanto, é fundamental que o apoio e o acompanhamento psicológicos sejam prestados no âmbito do sistema escolar. Por quê? Há uma referência no sentido de que essa assistência deva ser prestada pelo SUS. O SUS já tem muita coisa para fazer, já está muito ocupado, não vai prestar esse serviço de acordo com a especialidade de quem é professor e está na escola, de quem é assistente social ou de quem é psicólogo escolar. Cada um desses que eu mencionei tem uma função muito específica na escola.

Por exemplo, um professor mais sensível pode perfeitamente detectar, em atuação diferente da de um psicólogo... E eu vi isso num trabalho extraordinário da Yvonne Bezerra de Mello na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, que obteve resultados fantásticos nas comunidades do Rio. Eles capacitavam alguns professores que espontaneamente se interessavam para conversar com professores e saber quais os alunos que eles sentiam que poderiam ter algum problema, desde aquele aluno que fica zoando na classe e não deixa o professor dar aula – ele não está zoando por nada, há um motivo para ele estar se portando desse jeito – até o aluno que tinha um rendimento escolar bom e de repente cai completamente. Então, esse professor passava a acompanhar mais de perto esse aluno, conversava com ele e encaminhava o assistente social da escola – se houvesse – para visitar a casa do aluno. Descobriram coisas inacreditáveis, e os alunos, muitas vezes, foram resgatados para outro procedimento na escola e permaneceram na escola, em vez de se evadirem da escola por total falta de sensibilidade em uma classe atulhada de gente e sem condição de dar essa assistência.

Volto ao SUS.

Isso não tem nada a ver com o SUS. Pegar uma criança e mandá-la para o SUS... Primeiro, a mãe não vai levar, e não é lá que se vai encontrar a sensibilidade de quem está dentro da escola. Aí, volto ao psicólogo, a quem tem uma formação para dar uma assistência, que às vezes seria coletiva. Por exemplo, em situações de *bullying*, a classe pode conversar sobre *bullying*, o professor pode adquirir os instrumentos para conversar com a classe sobre *bullying*. Não se pode pretender chegar lá na classe e proibir o *bullying*, é preciso haver instrumentos, é preciso ter uma capacidade, um treino mínimo para fazer isso. E não é o psicólogo que tem de entrar lá e fazer isso, mas o professor, que precisa dessa instrução, porque na maioria das vezes não sabe como agir e finge que não está vendo – aí você tem as tragédias depois, mais para frente, com aquele aluno.

Com efeito, a psicologia pode desenvolver nas escolas ações com o fim de facilitar as condições para enfrentar as dificuldades que se apresentam nos processos de ensino e aprendizagem e em outras circunstâncias específicas, oriundas tanto do próprio espaço escolar e das relações que ali se estabelecem, quanto originárias do cotidiano fora da escola.

Cumprе ressaltar que muitas dificuldades vivenciadas pelos estudantes em suas trajetórias escolares podem, sim, ser preventivamente identificadas e trabalhadas pelo psicólogo no âmbito dos sistemas de ensino.

Além do impacto na melhoria na qualidade da educação, as atividades de prevenção podem significar uma redução nos gastos públicos com políticas mais complexas de proteção às crianças e aos adolescentes.

É menos custoso você investir nisto, nessas três áreas que estou colocando, do que, depois, você ter um delinquente que comete crimes que vão do furto ao assassinato e vai para uma instituição fechada, com consequências para a família também – quando um adolescente desses já está





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comprometido na delinquência, a família toda paga um preço muito alto por causa desse adolescente desgarrado.

Efeitos semelhantes, em termos de qualidade da educação e redução de gastos com medidas de reparação, podem ser obtidos por meio de ações de prevenção junto aos profissionais da educação.

Em suma, apresentamos substitutivo, que acolhe as linhas gerais das soluções aprovadas pela CAS, mas com ajustes que julgamos adequados para tornar mais efetiva a assistência psicológica a estudantes e a profissionais da educação.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 76, de 2011, nos termos do substitutivo a seguir, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 557.

Emenda Nº 2 - CE (Substitutivo)

Projeto de Lei da Câmara Nº 76, de 2011.

Acrescenta art. 28-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da oferta de apoio e acompanhamento técnico psicológico a educandos e profissionais da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A:

Art. 28-A. A oferta de apoio e acompanhamento técnico psicológico, individual ou coletivo, provida por psicólogo habilitado ou por equipe multidisciplinar [prestem atenção: é um ou outro ou podem ser os dois; o ideal são os dois, mas sabemos como é a situação] com a presença do profissional de psicologia, será assegurada a educandos e profissionais da educação básica, no âmbito dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Nós temos algumas críticas da parte do Governo.

A primeira é que não há psicólogos suficientes. É verdade, não há, mas os números apresentados pelo Governo para dizer que não há não correspondem exatamente – acho que falaram em 195 mil instituições de ensino e 45 mil psicólogos escolares. Provavelmente não teremos logo esses profissionais, mas, havendo demanda, acredito, em poucos anos, poucos mesmo, as universidades vão aumentar seu investimento na formação de psicólogo escolar. Muitos psicólogos não querem ter essa formação porque não têm onde trabalhar depois. Se isso mudar, esse problema é sanável em pouquíssimo tempo.

Depois, há o argumento de que onera a União. Onera, concordo. Sabemos que muitas vezes fazemos uma lei que não funciona de imediato. Mas a lei está lá, a lei aponta para onde queremos chegar, a lei aponta o que seria o ideal, na nossa concepção, nessa situação em que as nossas crianças vivem. Muitas escolas vão contratar de imediato, outras não vão contratar de imediato. Nós sabemos que isso vai depender do gestor, do Secretário de Educação Municipal ou do Estado. As escolas com maior violência e maior evasão, essas vão fazê-lo e, se não conseguirem fazer...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Meu assessor está dizendo que não podemos esquecer que problemas mais onerosos podem acontecer no futuro. Certamente podem!

Mas eu dizia que o gestor vai ter esse olhar. Se eu não posso fazer em toda a rede pública hoje, eu vou começar com o problema maior, onde a evasão é maior, onde a violência é maior, onde o *bullying* é maior. Isso, gente, não é difícil.

Onde a gente fez os CEUs em São Paulo? Exatamente onde o mapa da violência, o mapa da exclusão social e o mapa do desemprego mostravam que era necessário. E o que tivemos como resultado? Uma diminuição enorme da evasão escolar e um aumento da média das crianças.

Onera? Onera, mas para o bem, onera na direção que nós queremos que as coisas se onerem aqui no Brasil.

Depois, a outra é que os psicólogos devem ser fornecidos pelo SUS, e não no âmbito do sistema de ensino. Isso eu já mencionei, acho que os psicólogos do SUS têm o seu trabalho, há muita gente da população para atender. Eu acho que, inclusive, o atendimento escolar por psicólogo tem um resultado muito mais preciso, alguém com uma formação mais focada, e alguém que está na escola. É completamente diferente.

Depois, acredito que o Governo acredita que o auxílio na atenção à saúde dos educandos realizada por profissionais da psicologia não deve ocorrer dentro das escolas, mas em conjunto com a rede de saúde. Isso eu acabei de falar. Acho que é muito mais efetivo, principalmente em um atendimento multidisciplinar.

Nós estamos falando, muitas vezes, de escolas grandes, escolas onde a situação é difícil. Eu me lembro de uma cidade vizinha de São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, que depois ganhou vários prêmios, em que o Secretário criou uma equipe para visitar as crianças. E havia umas crianças que iam muito engomadinhas, com roupas brancas engomadinhas, mas só que não conseguiam aprender nada, o que era muito estranho. Aí ele fez uma equipe para fazer visitação às casas de crianças com problemas por assistentes sociais, e elas foram. O caso dessa família ficou por mim guardado: era uma família que não tinha comida em casa, mas a mãe fazia questão de que pelo menos as crianças fossem impecáveis à escola. Ela lavava à noite o uniforme, que, de manhã, já estava passado para elas usarem.

Quer dizer, essas coisas você não vai descobrir no SUS em hipótese alguma, mas com uma equipe multidisciplinar em que o psicólogo escolar possa ajudar também os professores, porque todo mundo se esquece do que é um professor trabalhando em uma sala de aula com 45 alunos, sendo ameaçado, xingado, e com medo do aluno. O psicólogo tem que dar um respaldo para essas situações. Eu tenho certeza de que, em determinadas escolas particulares, isso não vai acontecer, não será preciso, mas talvez vocês se enganem.

Eu me lembro de que, quando a gente fez o programa de educação sexual em São Paulo, nas escolas, eles davam uma hora – não me lembro se era uma hora ou duas – com os alunos. E, para a nossa surpresa, nós tivemos que fazer a supervisão, que pensávamos que seria a cada 15 dias... Para cada hora com o aluno, tinha que haver duas horas de supervisão. Por quê? Porque mexia com o professor, era uma questão de sexualidade. Agora, você ser ameaçado por um aluno... Meu Deus, o que deve mexer! O que deve dar depressão! Tem que cuidar, sim. E aí é função única e exclusiva do psicólogo.

É isso o que tenho a dizer. Obrigada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Professor Cristovam.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu pedi também...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... mas, se o Senador Cristovam me franquear a palavra, eu agradeço.

Srª Presidente, eu quero, preliminarmente, cumprimentar a Senadora Marta Suplicy pelo relatório e por toda a exposição que fez a respeito desse projeto, que, na minha opinião, também é bastante importante e meritório, cuja sugestão é assegurar assistência psicológica a estudantes e profissionais de educação básica.

É evidente que toda iniciativa nesse sentido é muito bem-vinda, porque ela tende a contribuir para a formação de um ambiente mais protegido, e, sobretudo, visando à melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, para ampliar essa discussão a fim de que se entenda mesmo, Senadora Marta Suplicy, é preciso estar atento às especificidades do ensino nos pequenos e micromunicípios, sobretudo nas áreas rurais. Nesses dois casos, é significativamente menor a incidência de conflitos que perturbem o bem-estar da comunidade acadêmica. Nesse sentido, os pequenos Municípios também teriam dificuldade de contratação de psicólogos para, assim, atender ao pleito desse projeto de lei.

Entretanto, pelo que pude perceber ali, essa questão do número será decidida no regulamento. E, pelo que pude perceber também, Senador Anastasia, parece-me que seria um psicólogo para cada 1,5 mil alunos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Caiu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso já caiu? Isso era o antigo, então já caiu.

Então, veja bem que a minha preocupação se torna maior para registrar efetivamente que a zona rural e os pequenos e micromunicípios precisam, de certa forma, ter um tratamento diferenciado. Desse modo, eu queria sugerir uma maior flexibilidade à oferta do atendimento psicológico nessas escolas rurais e também nos pequenos Municípios.

Diante dessa minha breve e objetiva exposição, eu gostaria de apresentar aqui uma emenda. Nesse sentido, eu pediria, com a aquiescência da Senadora Marta Suplicy, que é a Relatora, para apresentar essa emenda, para que fique objetivamente esclarecido que pequenos e micromunicípios, como também as áreas rurais, precisam, no regulamento, ser distinguidos de forma diferente de grandes escolas, de grandes colégios, onde os conflitos certamente são bem mais amplos do que nessas regiões.

Então, eu pediria vista – pode ser vista coletiva – só para que eu possa apresentar a emenda, para que isso fique efetivamente registrado nesse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Como o quórum está alto, eu pediria a aquiescência do Senador Dário para a gente poder estabelecer a discussão, e, na próxima reunião, a gente só votaria. Como é uma votação não terminativa, acho que a gente poderia adiantar fazendo a discussão hoje, apesar do pedido de vista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir.) – Senadora, eu quero falar sobre o projeto cujo relatório a Senadora Marta leu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas como o Diário tinha pedido antes...

Eu quero dizer que fiquei muito satisfeito com esse projeto, com o parecer da Senadora e, sobretudo, com a última fala que ela fez sobre por que isso é importante. E vou colocar aqui um parêntese. Ontem, eu fui a São Paulo, a uma reunião dos ex-alunos do ITA. Eu não sou ex-aluno do ITA, mas tenho uma ligação muito próxima com esse pessoal todo. Eles criaram uma associação que auxilia o ITA; eles coletam recursos. Cada turma, desde a primeira, em 1957, tem um coordenador. Esse coordenador busca recursos para o ITA. Eu acho que quem estiver me ouvindo em universidades deveria pensar em fazer o mesmo.

Por que estou falando isso? Porque o Reitor do ITA fez uma apresentação, Senadora Marta, e, na apresentação dele, além de tudo que eles fazem de maravilhoso na ciência e tecnologia, ele mostrou a importância de psicólogos ajudando os alunos do ITA. Se alunos do ITA precisam disso – e ele mostrou como é importante o setor que eles têm para isso; na verdade, não é só para a psicologia, é para a convivência entre eles –, imagine nossas crianças no mundo de hoje, com os lares desfeitos como a gente tem, com a violência ao redor, tendo que se jogar debaixo de carteiras em muitos lugares por causa da violência.

Um secretário de segurança me disse, um mês atrás, que às vezes ele pensa que é secretário de segurança para as escolas. Ele tem que se preocupar tanto com os problemas de segurança que, às vezes, ele acha que é secretário de segurança para as escolas. Isso gera problemas, traumas e todos os outros problemas que a gente enfrenta. Então, esse projeto é fundamental. É uma pena que a gente esteja esperando tanto tempo para fazê-lo. E a Senadora Marta tem toda razão: se não há recursos, façamos em uma escala mais lenta. Eu sou defensor do teto de gastos. Busquemos de outra parte para cá, façamos com mais rigor nos gastos.

Se não há psicólogos – aliás, eu acho, Senadora Marta, que há bastantes –, busquemos apoiar a formação de novos, mas é fundamental. A escola sem acompanhamento psicológico hoje é uma escola tão falha quanto uma escola sem computadores, ou até mais – a falta do psicólogo é mais grave.

Então, quero aqui manifestar o meu apoio, o meu voto favorável, e dizer que a fala final da Senadora Marta, que eu acho que não está no relatório, precisa ser divulgada, porque ela mostrou, pela experiência dela como prefeita, com os CEUs, que eu visitei, e com o conhecimento que ela tem dessa área, profissionalmente, como é importante cada escola ter um acompanhamento psicológico para nossas crianças. É fundamental. Sem isso, nós vamos perder boa parte do potencial das nossas crianças.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Primeiro o Senador Pedro Chaves; posteriormente, o Senador Anastasia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso bom-dia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho uma preocupação como mantenedor de escola de ensino fundamental e médio. Há, na verdade, uma orientação do MEC no sentido de que as crianças portadoras de necessidades especiais estudem em escolas regulares, nas mesmas escolas em que as crianças que não têm problema algum estão estudando. E elas sofrem demais. Eu mantenho na escola realmente algumas crianças especiais, coloco auxiliares, fisioterapeuta, coloco psicólogo ou outros profissionais multidisciplinares, e noto o sofrimento dessas crianças não só em termos de *bullying*, mas também pela dificuldade de aprendizagem. Antes, nós tínhamos, na verdade, Apae, Pestalozzi, diversas instituições que eram especializadas em recuperar essas crianças. E, com essa orientação do MEC de colocar essas crianças especiais junto com as crianças regulares, o problema é bastante delicado. Seria muito importante que nos debruçássemos mais sobre esse assunto, para que pudéssemos oferecer a essas crianças um aprendizado de verdade.

Quando se pergunta às crianças portadoras de necessidades especiais se elas gostariam de continuar ali, sempre elas preferem realmente um ambiente que seja mais próprio delas, para que, a partir de determinado momento, elas retomem realmente a normalidade da atividade do cotidiano.

Então, é uma preocupação que tenho mesmo. Lá, o pessoal, como mantenedor, tem muita dificuldade. Geralmente colocam, em uma sala de aula, duas ou três auxiliares para colaborar nesse sentido. São crianças autistas, enfim, diversas crianças que estão frequentando o mesmo ambiente, e elas realmente sofrem *bullying* forte, o que até talvez seja muito comprometedor para o futuro delas. Eu queria fazer essa colocação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Senadora Marta Suplicy pelo relatório, pela forma que o apresentou, de maneira extremamente inteligente e didática, demonstrando a relevância do assunto.

Eu queria me associar àqueles que me antecedam no sentido de dar o apoio ao projeto. A despeito do fato de eventualmente – eu sempre sou muito conservador em matéria de despesa – poder gerar despesa, e certamente o fará, mas em um processo gradual e gradativo, em uma matéria de tanta repercussão, acredito que, de fato, devemos estudar as formas para este regulamento.

Eu tenho certeza de que a emenda que será apresentada pelo Senador Dário Berger virá permitir uma saída para isso. E queria já dar uma sugestão ao eminente Senador da figura dos consórcios municipais para os Municípios menores, que podem se associar para esse serviço. Então, queria manifestar o meu apoio e os meus cumprimentos aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Eu quero aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de comentar, porque aí a gente já vai ajudando na emenda, não é?

Eu quero fazer uma consideração: peço ao Senador que vá ao art. 28-A do que estou propondo, que foi o que gerou essa preocupação com a zona rural, que eu entendo.

Eu vou fazer aqui um pouco o papel de advogado do diabo. Na zona rural, alguns problemas são, provavelmente, semelhantes aos da zona urbana; outros, inexistentes. Mas *bullying* e outras questões relacionadas à aprendizagem existem igualzinho e ainda com menos formação do professor que atua nessas regiões e que pode ser auxiliado por um psicólogo escolar.

Então, eu pensei... Aí temos que pensar como fazer isso da melhor forma, porque, talvez, se nós criarmos alguma possibilidade muito remota para a zona rural, não vamos incentivar a possibilidade de que eles busquem alguma coisa melhor, porque há violência na escola da zona rural, e muita. Há problema de pai e mãe que não levam criança para a escola. Tudo bem, a prefeitura tem que ver isso, mas não vê. Há muito problema. Então, como nós poderíamos fazer isso de outra forma?

Eu estava relendo aqui, e é uma discussão até mais de "juridiquês" do que da minha competência, porque diz assim:

Art. 28-A. A oferta de apoio e acompanhamento técnico psicológico, individual ou coletiva, provida por profissional de psicologia habilitado [repare: a oferta de apoio e acompanhamento; está "oferta"] ou por equipe multidisciplinar com a presença do profissional de psicologia, será assegurada a educandos e profissionais da educação básica, no âmbito dos sistemas de ensino.

A palavrinha complicada é "assegurada", porque quer dizer que tem que haver. Talvez não em cada escola, mas que se busque essa possibilidade. Aí eu acho interessante também, porque "assegurada" quer dizer que a gente... Se naquela escola está uma confusão, há um menino ou dois que estão insuportáveis, há um menino que você vê que está sofrendo pelo *bullying*, há outro menino que não consegue aprender de jeito nenhum, e a professora é limitada, não consegue entender por que ele não consegue aprender, a escola terá, sim, a obrigatoriedade de buscar alguém, ou no consórcio do Senador Anastasia, que tem um pouquinho de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu sei, é claro que estamos falando de Municípios pequenos. Mas eu me indago, não tenho resposta. A efetividade desse projeto é que a pessoa está na escola, ou que a pessoa está ali naquela situação. Em uma cidade pequena, se aquele menino está na escola aprontando todas, a cidade inteira sabe qual é a condição daquele menino na casa dele.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas me permita, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ótimo, vamos ao debate.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em Minas Gerais, há um Município com 860 habitantes, Serra da Saudade – não há psicólogo lá.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, lá não vai ter muita coisa, o senhor tem toda razão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu posso citar aqui que, dos 853 Municípios mineiros, 500 tem menos de 10 mil habitantes. Então, possivelmente, esses não terão psicólogo. Eu citei o consórcio exatamente para permitir a possibilidade...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Imbatível o seu argumento...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É, o argumento é estatístico.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... porque, em São Paulo, vai ser a mesma coisa. Nós vamos ter a maioria com muito pouca gente.

Então, acho que a ideia do consórcio pode ser um bom caminho mesmo. Não é o ideal, não, porque ele não vai estar dentro daquela escola ou até nem dentro daquela cidade, mas se a gente não tem como fazer...

Acho que talvez, Senador Dário Berger, na sua proposta de emenda, V. Exª pudesse fazer alguma coisa "em busca de", deixando a possibilidade de a gente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Um processo gradativo, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É. Não precisa pôr tempo, mas que todos devemos ter o empenho de buscar o ideal. Não é porque é uma cidade pequena que tem uma escolinha pequena que não podemos ter um profissional que possa ajudar. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senadora Presidente, a minha preocupação, na verdade, não é a eliminação do serviço e do trabalho psicológico nos pequenos Municípios e nas áreas rurais; pelo contrário, a minha preocupação é de criar uma flexibilização diferente dos grandes Municípios, onde residem, vamos dizer assim, os maiores problemas. É única e exclusivamente isso.

Inclusive, a minha emenda tem dois parágrafos e só estabelece isso. Se houver concordância dos demais Senadores aqui em acatar a emenda, nós já poderíamos, de repente, votar o projeto dessa forma, se V. Exª assim concordar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Se os senhores concordarem...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só vou ler os dois parágrafos. Diz o §2º: "§2º Cabe aos sistemas de ensino decidir sobre a necessidade da oferta de assistência psicológica nas escolas da zona rural." E diz o §3º: "§3º Os sistemas de ensino de pequenos Municípios devem decidir sobre a forma mais adequada de oferecer assistência psicológica nos termos do regulamento." É para que fique, Senador Anastasia, nítido, claro e objetivo que os pequenos e a zona rural têm de ter no regulamento um tratamento diferenciado daquele verificado nos grandes Municípios.

É apenas a preocupação que eu tive. É a alteração que proponho. Se ela for aceita por V. Exª, Presidente, Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vamos ver se a Srª Relatora concorda.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... e pela Relatora, estaríamos de pleno acordo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Quanto ao terceiro, eu não teria nada a falar, a discordar, mas, sobre o primeiro, eu gostaria de refletir junto, porque não tenho certeza. É este que diz: "Cabe aos sistemas de ensino decidir sobre a necessidade da oferta de assistência psicológica nas escolas da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

zona rural." Eu não tenho... É um pouco solto isso aí, não é? Eu gostaria que os senhores discutissem também.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou dar uma sugestão, se a Presidente me permitir. Parece-me que o intuito do Senador Dário, que eu já tinha corroborado... De minha parte, acho que é totalmente procedente, e acho que a Senadora Marta percebeu. Se conseguirmos juntar os dois parágrafos da emenda em um só, colocando, na forma do regulamento, tanto a escola rural quanto as escolas menores, porque aí o regulamento...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, não, mas aí se abre uma brecha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, ao contrário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Escola menor, não. É de escola rural que estamos falando.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Quando falo que é menor, quero dizer que é de cidades menores.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, bom! Cidades menores...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Poderíamos juntar os dois dispositivos em um só, colocando ambos sob o pálio do mesmo regulamento. E esse regulamento vai definir: na escola rural... Pode haver escola rural com problema de drogas e com muitos problemas e outra onde não há problema nenhum.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Olha, então, enquanto...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É uma sugestão.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Estou de pleno acordo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero só dar um pitaco também nessa discussão. Acho que, na hora em que dissermos "cidades menores", precisaremos caracterizar o que é uma cidade menor. Uma cidade pequena é uma coisa na Bahia, mas é outra coisa no Paraná. Então, teríamos de definir o conceito de cidade menor, relacionado a x habitantes, para que tenhamos um conceito universal.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se a Presidente não achar inconveniente a gente discutir isso aqui...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Absolutamente!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Está muito rica a discussão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Inclusive, estamos aguardando a formação de quórum aqui, para vermos se votamos alguma matéria terminativa. Acho que é produtiva...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É muito produtiva, porque...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... esta discussão aqui, porque é melhor do que se fazer isso isoladamente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E aqui há especialistas que podem opinar. Acho que isso é fundamental.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acho que isso está sendo muito bom, porque estamos aprimorando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a sugestão da Senadora Lídice eu coloco para os colegas: qual deveria ser o tamanho populacional de uma cidade onde não seria exigido o que o projeto maior exige? Eu não me sinto em condição de dizer isso. Por isso, estou perguntando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se me permite dar uma sugestão...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Cristovam pediu, antes de mim, a palavra. Ele tem toda a precedência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não vou dar nenhuma contribuição para resolver esse assunto. Quero é chamar a atenção – esta não é a primeira vez – para o fato de que insistimos em manter nossas crianças municipalizadas. Criança, ao nascer no Brasil, devia ser brasileira desde o primeiro dia. Mas insistimos em que a criança é municipal, depende do prefeito. Nós estamos ajustando as crianças aos limites de um Município ou de outro.

Que a gente adapte as crianças aos limites dos recursos nacionais, tudo bem! Não estamos em um País onde há dinheiro sobrando. Nossa escola vai refletir a pobreza da ineficiência brasileira. Mas uma criança ser sacrificada porque nasceu em um Município pobre e outra ser beneficiada porque nasceu em um Município rico representa uma tragédia nacional! Temos de começar a tratar todas as escolas com o mesmo potencial. Vai haver a rural e a urbana...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E com a mesma oportunidade, não é, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... por razões sociológicas, mas não por razões financeiras, não por razões demográficas, pelo tamanho da cidade. Entendeu? Tem de ser por razões sociológicas, como a história a gente vai ensinar de maneira diferente de uma cidade para outra. A formação da criança leva em conta, sim, o seu ambiente cultural. Mas não vamos sair da penúria educacional enquanto não fizermos uma adoção das escolas pelo Governo nacional.

Aquela palavra que eu vinha usando reconheço que é péssima. Federalização não é uma boa palavra. Não encontrei outra ainda. Mas a adoção, em si, do conceito de que é preciso haver a mesma qualidade, não importa a renda do pai nem a cidade onde se vive, nem o CEP nem o CPF... Nossas crianças são escravas ou do CEP ou do CPF, ou do CPF do pai e da mãe ou do CEP do endereço dela. Temos de quebrar isso um dia, e esse dia vai chegar quando encontrarmos uma forma de – já vem a palavra "federalização" outra vez, que não é boa – nacionalização.

A Presidente do Chile está desmunicipalizando. Foi um processo feito durante o governo Pinochet. A Bachelet está desmunicipalizando. É assim que ela chama: desmunicipalização da educação. E está adotando isso nacionalmente, obviamente ao longo de processo de anos e anos. Não é uma coisa rápida. O debate mostra isso. Agora, não tenho saída para, no momento atual, fazer isso de forma menos ruim, digamos assim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Senador Cristovam sempre amplia filosoficamente a questão, o que é bem-vindo. Complica bastante, mas está certíssimo no que está dizendo. Nós temos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de pensar grande, de pensar que nossas crianças são iguais. Não é por que elas nasceram com CPF ou com CEP pior que vão ter um atendimento pior.

Inclusive, quanto à história dos habitantes, Senadora Lídice, eu estava pensando que temos cidades bem pequenininhas que têm um PIB gigantesco, como Paulínia, por exemplo, em São Paulo. Então, o número de habitantes não corresponde. Um prefeito doido resolve ficar fazendo fontes ou sei lá o quê, em vez de só ficar nas escolas...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente!

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – ... e você está permitindo com que ele faça isso. Então, nós temos de pensar um pouco.

Eu acredito, Senador Dário, que o terceiro... O que vocês acham? "Os sistemas de ensino de pequenos Municípios devem decidir sobre a forma mais adequada [não estamos dizendo que eles não vão fazer; eles têm de fazer, ou melhor, eles não são obrigados, mas devem decidir a forma como vão fazer] de oferecer assistência psicológica nos termos do regulamento." A lei depois vai ser regulamentada. Quer dizer, atende a sua questão dos pequenos Municípios, mas não necessariamente da zona rural, não é? Não sei.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – A questão aí, Senadora Marta Suplicy, poderia... Temos de confiar que o regulamento possa ter bom senso, para que equilibre, para que traga a serenidade de estabelecer um critério adequado, haja vista que um aparato psicológico, por incrível que pareça, lamentavelmente, hoje, é necessário nas nossas escolas. O ideal seria que nós não necessitássemos disso.

Então, Senadora Lúcia Vânia, temos de ver que caminho nós estamos seguindo, o absurdo que nós estamos seguindo.

Aí o Senador Cristovam Buarque, que é doutor na matéria, amplia essa discussão e a leva para o cenário da nacionalização ou da federalização. Eu sempre entendi que a maior qualidade do ensino está exatamente no ensino municipal, nas escolas municipais. Pelo menos no meu Estado, é assim. Pelo menos nos Municípios onde eu circulei, que eu administrei foi assim. E foram muito mais procuradas as escolas municipais do que as escolas estaduais, muito, muito, muito mais! As escolas municipais são muito mais desejadas, são muito mais bem equipadas, têm um desempenho muito melhor. Em Santa Catarina, o sistema é assim.

Então, esse sistema federativo existente em Santa Catarina não funciona muito bem. Agora, não sei como funciona no resto do Brasil, para que o Senador Cristovam Buarque levante essa situação. Na verdade, nada que é da União, perdoem-me, funciona direito. É um negócio impressionante!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desculpe-me por interromper. O senhor, então, propõe municipalizar a Universidade Federal de Santa Catarina?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, não, não!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – As escolas técnicas de Santa Catarina?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, não!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Colégio Pedro II?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Estou falando do sistema federativo da educação hoje. O que é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas veja, não quer...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O Município é responsável pelo ensino infantil e fundamental. O Estado seria responsável pelo ensino médio, e a União, pelas universidades.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E não está funcionando.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ai tínhamos de entrar em outra discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – No Brasil, não está funcionando. Vamos ver o que ocorre no Nordeste.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas é preferencialmente o que a Constituição diz...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Olha, em Santa Catarina, a situação é absolutamente diferente do resto. Por isso, acho que a ideia de nacionalizar deve ser voluntária. Se Santa Catarina não quer, diga: "Não queremos aqui nada federal, nem universidade, ou só universidade."

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sei.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E os Municípios onde não há condições?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senador Cristovam...

Pois não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É só um instantinho.

A base curricular única já não é um princípio de nacionalização?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, Professora. Não, não. Sabe por quê? Porque a base curricular só se viabiliza se houver um professor bem remunerado, selecionado, de preferência, nacionalmente – localmente, não vamos encontrar professores com preparo nas cidades muito pobres –, em prédios bonitos e bem equipados, com os equipamentos mais modernos. Isso não vem só com a lei do currículo mínimo. Não vem! Isso é uma abstração. Quando se chega à realidade, o prédio tem goteira e não vai ter como fazer funcionar o currículo. As cadeiras são desconfortáveis, os professores não vão. Não vai haver isso. Os professores não são preparados e não têm como sê-lo na pobreza dos Municípios da maior parte das cidades brasileiras, com exceção de alguns lugares, como Santa Catarina, certos Municípios gaúchos, alguns de São Paulo, não todos de São Paulo. Então, é isso. Em Santa Catarina, isso é diferente. Por isso, acho que lá o Brasil não tem de se meter. Santa Catarina é uma República. (Risos.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpa, Senador Dalirio. Voltando ao que a gente está discutindo...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – A Senadora está me chamando de Dalirio?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Lídice da Mata, peço-lhe só um instantinho. A senhora gostaria de falar, Senadora Lídice?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, Marta.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Eu tenho uma sugestão a partir da sua emenda. V. Exª poderia dizer, porque colocou a segunda e a terceira, não é? A segunda, que, na verdade, está aqui como terceira, poderia ficar assim – veja se fica correto: "Os sistemas de ensino de pequenos Municípios [não estamos falando de habitantes nem de PIB nem de nada, mas estamos abrindo uma porta para os pequenos, que, como sabemos, são maioria] ou da zona rural devem decidir sobre a forma mais adequada de oferecer assistência psicológica, nos termos do regulamento." Quer dizer, está dizendo que eles vão ter de decidir, que eles vão ter de encarar a questão. Eles vão decidir o que fazer, nos termos do regulamento. Eles vão ver como regularizar; não seremos nós.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu acho que atende. Não atende? Acho que atende.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se me permite a Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu acho que atende a emenda do Senador Dário. Não atende ao alerta correto da Senadora Lídice.

Aí temos um problema, Senadora Lídice, que eu ia até comentar: não há no Brasil uma lei que defina o que é pequeno Município.

Votaremos – pelo menos, está na pauta hoje – uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria, cujo Relator é o Senador Romero Jucá, já no plenário, que define o chamado *fast track* para os pequenos Municípios, para que haja a votação mais rápida, para que haja uma tramitação mais singela, digamos assim, de convênios com Municípios menores. A proposta é a de se colocar isso, em nível infraconstitucional, em norma regulamentar, em 15 mil habitantes. Mas essa é uma proposta. Podem ser 15 mil, podem ser 10 mil, podem ser 20 mil. É claro que depende muito da realidade de cada Estado. Por isso, colocar no regulamento, Senadora Lídice, abre a possibilidade de que o regulamento defina, em cada caso de cada Estado, o que é pequeno. O que é pequeno para Santa Catarina pode não ser para o Amazonas. A Senadora Marta, mostrando a pujança de São Paulo, citou Paulínia, que tem cem mil habitantes, que é a chamada Hollywood brasileira. Então, é uma pequena cidade rica, graças a Deus! Quem dera se fosse o mesmo em todos os Estados!

Mas, então, o regulamento daria a feição singular, local, regional, a cada realidade e preservaria a obrigatoriedade, como a Senadora Marta coloca, mas também as circunstâncias peculiares, como o Senador Dário propõe.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito bem, eu me dou por satisfeito. Eu só queria pedir a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras... É que uma questão conceitual está inquietando minha cabeça, a que foi levantada com muita naturalidade pelo Senador Cristovam Buarque. Como ele é um professor dos mais reconhecidos da história do Brasil, dá-me a impressão de que preciso fazer uma reflexão a respeito desse assunto também, no seguinte sentido.

Vejam bem a desorganização do sistema educacional brasileiro hoje. Vou dar um exemplo: o aluno pobre estuda no ensino fundamental, no ensino básico, nas séries iniciais e no ensino médio em escolas públicas; o aluno rico estuda em escolas particulares. Quando terminam o segundo grau, os estudantes ricos, que estudaram em escolas particulares, vão para as universidades públicas, e os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pobres, que foram menos preparados, que estudaram nas escolas públicas, se quiserem fazer um curso superior, têm de ir para a universidade privada.

Então, acho que, antes de pensarmos em nacionalizar ou em federalizar etc e tal, nós tínhamos de nos preocupar com essas questões, porque elas, na minha opinião, são muito mais relevantes do que esta questão conceitual de que, se o Município não faz o seu dever de casa, a União vai assumir, quando, na verdade, a União não assume nada.

Sou um municipalista. Percebo, nos três anos praticamente em que estou aqui como Senador, o quanto este País é burocrático, é pesado. A máquina é emperrada, os servidores são desmotivados, não há liderança, não há autoridade sobre essas pessoas. O Brasil até avança, mas avança como aquele carro que tem rodas diferentes, não avança com a velocidade com a qual deveria avançar. Lamentavelmente, essa é uma triste realidade que a gente enfrenta.

Portanto, a municipalização... Eu me recordo, inclusive, do saudoso Senador Luiz Henrique, que foi companheiro principalmente de V. Ex^{as}, mais antigos. Ele sempre mencionava que o grande problema do Brasil está na concentração de renda e de poder na mão da União. Se nós descentralizarmos isso para os Municípios e para os Estados, como acontece em outros países que já se desenvolveram e já eliminaram, vamos dizer assim, parte da desigualdade, das diferenças sociais, quem sabe poderemos construir, através da educação também, um novo Brasil? Estamos precisando discutir muito também essa questão, essa matéria.

Quanto à emenda, evidentemente a Senadora Marta Suplicy encontrou um método salomônico de juntar as duas, sem ter de eliminar, vamos dizer assim, parte das emendas, com o que, efetivamente, eu também concordo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu quero aqui fazer uma observação em relação ao que o Senador Dário e o Senador Cristovam falaram.

Acho que o Senador Cristovam deixa muito claro que a igualdade de oportunidades tem de prevalecer. Essa igualdade de oportunidade ele vê através de uma federalização do ensino. Quando ele e a Marta opinam no sentido de não discriminar a escola rural ou a escola do pequeno Município, eles estão, acredito, tentando mostrar que a oportunidade tem de ser igual para todos, se quisermos uma educação de qualidade.

Recentemente, um especialista disse para mim o seguinte: um aluno de São Paulo vai para os Estados Unidos e entra nas faculdades *top*, Harvard etc; um aluno da Região Centro-Oeste, por mais estudioso que seja, não consegue entrar nas *top*, entra nas universidades de segundo nível. Isso é uma coisa muito triste. Acho que, quando você fala em duas escolas... Nós temos duas escolas: a escola do rico e a escola do pobre. Enquanto não eliminarmos isso, a estaremos cortando as oportunidades das crianças.

Sempre não entendi muito bem quando o Senador Cristovam fala na nacionalização do ensino básico. Eu também sou municipalista. Sempre entendi que o Município tem muita força para poder alavancar, para poder melhorar, haja vista que temos um exemplo no Piauí, que vamos trazer aqui, de professoras que conseguiram que os alunos tivessem a maior nota no Ideb. Um Município pequeno, e elas conseguiram isso.

Então, eu sou municipalista, mas, conversando com esse especialista, ele disse que, dificilmente, por mais estudioso que seja, um aluno que se formou nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste vai





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conseguir entrar em uma universidade como Harvard, Berkeley, etc. Enquanto isso, um de São Paulo não precisa ser bom aluno, excelente aluno, mas ele entra com mais facilidade.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria fazer um comentário. Por que isso existe? Não é por que é São Paulo; é porque as universidades brasileiras têm um *rating*, uma avaliação, de acordo com o número de doutores ou mestrandos e artigos publicados. Então, eu estava vendo com tristeza, por exemplo, as vicissitudes que a USP, em São Paulo, está passando. Acho que ela era – agora, posso falar errado o número, não sei ao certo – das 15 primeiras no mundo, e agora ficou entre as 100 do mundo.

Então, eu lembro que, por exemplo, quando eu estudei fora, eu tinha que preencher o formulário com a universidade em que eu tinha estudado. A minha era a PUC. Ela não tinha uma avaliação igualzinha à da USP; ela era a PUC. Então, depende muito de quanto cada Estado investe na sua universidade nesse critério que eu estava colocando. Não é por ser do Centro-Oeste, do Nordeste ou de São Paulo. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Mas é pela oportunidade de recursos. Isso faz a diferença.

Agora, eu queria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador Cristovam.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acho que dá para encerrar já, porque nós chegamos a um acordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas eu queria aproveitar, porque a Senadora Lúcia Vânia falou que não entende bem o conceito.

Para mim é simples o conceito da federalização: é pegar as 450 escolas federais que nós temos no Brasil e fazer 200 mil, ao longo de 20, 30, talvez 40 anos, onde o Município quiser. Hoje, você não abre uma escola técnica federal se o Município não quiser. Então, não pode ser imposto. Por isso que a palavra federalização não é boa.

Agora, vejam bem. Faz alguns meses, eu consegui dois ônibus e trouxe umas 40, 50 crianças de Municípios próximos, de Goiás, para visitarem o Colégio Militar, que é público, gratuito. Os meninos achavam que estavam em outro país. E não há muitas escolas privadas tão boas quanto o Colégio Militar aqui de Brasília, que é federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O de Goiás também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Os meninos, quando chegaram, viram a banda de música, o balé, quando viram os laboratórios, quando viram a comida – almoçaram lá comigo –, ficaram sem saber onde estavam.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – E a disciplina também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não é só a disciplina, mas também. Por que não também esse lado? Por que deixam um prefeito ter disciplina e outro não? Por que a criança mora, às vezes, na outra rua e tem uma escola diferente?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, quando eu falo em federalização, eu sou muito cuidadoso em dizer: com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Dentro da sala de aula, quem manda é o professor; na escola, é a comunidade. E aí eu sou mais radical na descentralização do que os municipalistas, porque os municipalistas querem que os prefeitos mandem na escola; eu quero que a escola mande na escola – os pais, os alunos já adolescentes e os professores; não o prefeito. Então, eu descentralizo. Não é o Governo Federal.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Mas aí não funciona; fica ideológico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por que ideológico? Todos são de direita ou são de esquerda? Por que ideológico?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Uns são de direita; outros, de esquerda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, isso não ideologiza. Aí, vai ser o debate. E eu estou falando, veja bem...

Aliás, quanto a ideologizar, por exemplo: os colégios militares até hoje dizem que em 1964 houve uma revolução. Depois de 30 anos de PT, de PSDB, ainda há uma liberdade "pedagógica" para que eles interpretem a história diferentemente do que os governos que passaram. E eu até não reclamo, não. Acho que deve haver liberdade conceitual nos debates. Então, a ideia é a qualidade.

Vou resumir mais uma vez o que eu acho que é federalização: uma carreira única do magistério, com um salário padronizado nacionalmente, como são os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Ministério Público, de todos os lugares, que têm uma carreira única; uma qualidade do prédio escolar, não o desenho, não o padrão de arquitetura, uma qualidade igual – não há por que um lugar ter um prédio bonito e confortável, e outro, um prédio feio –; os equipamentos padronizados; e horário integral.

Agora, eu quero concluir dizendo o seguinte: o problema que temos hoje, a meu ver, é que nós comparamos Santa Catarina com os outros Estados. Eu quero comparar Santa Catarina com a Finlândia, com a Coreia do Sul, com Singapura. Não dá para a gente se comparar internamente. E aí Santa Catarina está muito longe. É melhor do que o resto do Brasil, mas está muito longe. E as municipais, mais ainda.

Eu fiz um exercício que dá para mostrar aqui em que eu peguei aquele Pisa e fui analisá-lo, ver como ele fica se todos fossem municipais. O Pisa é isto aqui. Aqui são as posições. Nós estamos aqui, o Brasil – aqui cada um é um país. As municipais estão aqui, as estaduais estão aqui, as federais estão aqui. Ou seja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não; as federais estão aqui. Aqui é a média dos países.

Essas aqui são as privadas brasileiras. As privadas brasileiras estão em um nível quase que da França; para quem pode pagar. Mas as federais estão em um nível acho que da Alemanha, uma coisa assim.

É claro que há uma explicação também: nas federais, como são gratuitas, faz-se um concurso para ver quem entra. Então, já entram os melhores. Mas, na hora em que todas forem assim, vão entrar todos. Agora, isso é um processo longo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas tem de haver descentralização gerencial – isso eu defendo, o Município tem um papel – e liberdade pedagógica. Eu acho que Brasília não tem que se meter em como vai ser a aula em uma escola em qualquer lugar, nem o governador, nem o prefeito. O professor tem que ter liberdade.

Temos que botar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, podemos colocar em...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Temos que botar Santa Catarina no padrão de Finlândia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Singapura...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não se contente em ser melhor do que o resto do Brasil, não. É muito pouco.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Podemos votar, então?

Eu gostaria, antes de colocar em votação, de cumprimentar a Relatora, Marta Suplicy, e fazer uma homenagem à autora do projeto, que é uma goiana, uma professora que dedicou toda a sua vida à educação, que é a Professora Raquel Teixeira. A autora desse projeto já foi Deputada Federal e hoje é Secretária de Educação do Estado de Goiás. Portanto, eu gostaria de fazer essa homenagem a ela. Considero esse projeto extremamente importante.

Voltando à questão da segurança, eu me lembrei, enquanto a Marta falava, de um episódio que foi retratado pela televisão: no Rio de Janeiro, as crianças sendo retiradas da sala de aula para um corredor para se livrarem das balas perdidas. Então, eu imagino como fica a cabeça dessas crianças que todo dia saem das salas e vão para o corredor para se sentirem mais protegidas.

Eu acho que esse projeto realmente é muito importante e quero aqui homenagear a Relatora e a autora do projeto, que sem dúvida alguma colaboram muito com as nossas crianças, dando-lhes um amparo psicológico.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, dando-me a palavra, quero dizer que a emenda sugerida pelo Senador eu aceito. Se ele quiser ler como ficou... Eu que tenho que ler, ou ele? *(Pausa.)*

Eu reformulo o meu parecer, aceitando a emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu aglutino as duas que o Senador sugeriu para uma só.

Vejam se está certo: "Os sistemas de ensino de pequenos municípios ou da zona rural devem decidir sobre a forma mais adequada de oferecer a assistência psicológica, nos termos do regulamento."

Então, está aceita a emenda feita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação o projeto, com a emenda oferecida pelo Senador Dário.

Em votação o projeto, reformulado pela Relatora, aceitando a emenda do Senador Dário Berger.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PLC nº 76, de 2011, nos termos da Emenda nº 2 (Substitutivo), e pela declaração da prejudicialidade do PLS nº 557, de 2013, anexando também o relatório reformulado da Senadora Marta Suplicy.

A matéria, portanto, vai a Plenário.

Vou votar só mais um, porque acho que a discussão foi muito boa; talvez tenha sido melhor do que fazer isoladamente. Nós temos mais um projeto não terminativo. Nós poderíamos votá-lo e, depois, encerraríamos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Permita-me fazer um pedido muito especial a V. Exª e também aos demais Senadores.

V. Exª me designou Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 360, de 2015, do Deputado Edinho Bez, que é de Santa Catarina. Ou melhor, PLC 75.

Esse é um projeto simples, objetivo, tranquilo, que certamente não vai suscitar nenhuma discordância ou discussão, porque ele apenas inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.

O que acontece? A festa será no dia 9 de julho já. Então, o Deputado Edinho me pediu que, se possível, agilizássemos a sua discussão, a sua análise e, possivelmente, a sua aprovação aqui. Eu vou ler isto aqui em três minutos se V. Exª me permitir. Eu queria que V. Exª pudesse, evidentemente, me dar essa prioridade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Havendo concordância do Plenário, eu coloco o projeto na pauta. Há uma determinação aqui de não se colocar nada extrapauta em votação, mas, em havendo, como há, uma urgência na conclusão desse projeto, eu perguntaria ao Plenário se concorda que coloquemos o projeto em votação. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – De acordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Todos estão de acordo.

Então, vamos ler o projeto.

Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2016

- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Edinho Bez

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra o Senador Dário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Como falei, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2016, de autoria do Deputado Edinho Bez, que inclui no calendário turístico oficial a Festa do Vinho Goethe, no Distrito de Azambuja, Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.

O projeto é composto apenas por três artigos. O primeiro especifica o objetivo da proposição. O segundo institui a referida data comemorativa, constando, em seu parágrafo único, que o evento deverá ser realizado na primeira quinzena do mês de julho de cada ano. O terceiro e último artigo estabelece que a lei resultante do projeto deva entrar em vigor no primeiro dia do ano imediatamente subsequente ao da data de sua publicação.

Na justificção, o autor destacou que a Festa do Vinho Goethe é promovida por descendentes de italianos, visando fortalecer a herança cultural de seus antepassados. Salientou, ainda, que a festa, além de colaborar para o resgate e a valorização da imigração italiana, parte integrante da cultura nacional, também fomenta o comércio, o turismo e os serviços na cidade de Pedras Grandes e em toda a região sul do Estado de Santa Catarina.

Análise, Srª Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Educação definir sobre essa questão.

O Distrito de Azambuja, no Município de Pedras Grandes, foi o local onde se instalou a primeira colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina.

Recentemente, os produtores deram prioridade ao aumento da qualidade do processo de elaboração dos vinhos, abrangendo a fermentação, o armazenamento, a sanidade, o envasamento, a tipicidade, a qualidade do vinho e sua melhor apresentação.

Ademais, destaca-se que a inclusão no calendário turístico oficial brasileiro da Festa do Vinho Goethe, em Azambuja, na cidade de Pedras Grandes, será de grande importância econômica para a região, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da produção vinícola local e o incremento do turismo, com geração de renda e oportunidades para a comunidade.

Somos, portanto, favoráveis à proposição no que se refere ao seu mérito.

Com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, ressaltamos que não encontramos nenhum óbice à aprovação do projeto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2016.

Srª Presidente, é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, eu queria solicitar também urgência para a aprovação do projeto de lei. Se eu pudesse contar com a aquiescência dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, agradeceria muito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação o regime de urgência para o projeto.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não havendo nada mais a tratar, convoco para o dia 4 de julho, terça-feira, em caráter excepcional às 11h30min, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores a presença e, principalmente, o debate que pudemos fazer hoje aqui.

Muito obrigada. Um bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do relatório. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a assistência estudantil na educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2016 - Terminativo** - que: "Reconhece a Vaquejada como manifestação da Cultura Nacional." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE a 4-CE. **Observação:** Votam vencidos os Senadores Antonio Anastasia e Marta Suplicy. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo** - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada." **Autoria:** Deputado Miguel Lombardi. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37 de 2017** que: "Requer, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avaliar os indicadores referentes às metas do Plano Nacional de Educação – PNE, durante os três anos de sua vigência. Para a referida Audiência,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

indicamos os seguintes convidados: 1. Priscila Cruz – Todos Pela Educação; 2. Rodrigo Hubner Mendes – Instituto Rodrigo Mendes; 3. Patrícia Mota Guedes – Fundação Itaú Social; 4. Mozart Neves Ramos – Instituto Ayrton Senna; 5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada a inclusão no presente requerimento de representantes de duas entidades a serem definidas pela Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 14. O item 1 e o item 2 foram retirados de pauta a pedido da Relatora, Senadora Maria do Carmo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Quais os itens?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – 1 e 2.

O item 14 é não terminativo. O requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avaliar os indicadores referentes às metas do Plano Nacional de Educação – PNE, durante os três anos de sua vigência. Para a referida Audiência, indicamos os seguintes convidados: 1. Priscila Cruz – Todos Pela Educação; 2. Rodrigo Hubner Mendes – Instituto Rodrigo Mendes; 3. Patrícia Mota Guedes – Fundação Itaú Social; 4. Mozart Neves Ramos – Instituto Ayrton Senna; 5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Em discussão o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia, primeiro parabeno-a pela iniciativa importante, oportuna, até porque a política pública foi escolhida pela nossa Comissão para ser avaliada.

Segundo, para que nós tivéssemos um debate ainda mais rico, gostaria de fazer sugestões, aditivos: que nós pudéssemos também convidar a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelo quanto é uma instituição que tem um papel muito importante na luta em defesa da educação, uma instituição inclusive que participou de toda a luta do Fundeb, bem como do Plano Nacional de Educação. Além da Campanha, sugeriria também a Anped, uma associação nacional, é uma associação no campo da academia, que tem muitos estudos sobre a educação brasileira; também é uma instituição que acompanhou muito todo esse debate do Plano Nacional de Educação a Anped. E a CNTE, pelo fato de representar os professores e professoras do Brasil, e uma representação estudantil, para ouvir a voz também dos professores e a voz dos estudantes, Senadora. Seria isto: a Campanha, a Anped, a UNE e a CNTE.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu solicitaria a V. Exª... Concordo inteiramente, não há nenhum problema. Eu citei apenas as pessoas do observatório, que está fazendo o estudo e acompanhamento direto. Eu não tenho nenhuma dificuldade em acrescentar os nomes apontados por V. Exª. Eu só gostaria de que reduzíssemos a dois, porque já são cinco. Se colocamos muita gente, acaba a segunda etapa sendo totalmente esvaziada. Eu acho que o ideal, se pudermos, é, se V. Exª não concordar, fazemos duas audiências públicas sobre o assunto. Mas eu acredito que, com mais de sete pessoas, nós vamos esvaziar a audiência pública, como foi aquela do Prêmio Nobel.

Eu acho que temos que ter um certo cuidado com os convidados, para que não coloquemos uma mesa com destaque, e a segunda mesa totalmente esvaziada. V. Exª sabe que, neste período que nós estamos vivendo, é muito difícil manter um quórum adequado aqui, na Comissão, em função da votação das reformas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, Senadora, eu posso também, diante dessas ponderações que V. Exª está colocando, apresentar um requerimento para uma outra rodada. E aí, se V. Exª permitir, nós poderíamos talvez só sugerir um ou dois aqui para fazerem parte dessa primeira rodada. Está certo?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O.k.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E prepararemos uma segunda audiência pública, junto com a senhora, para que a gente possa ouvir outras instituições, outras entidades, até porque é obrigação da Comissão fazer isso, uma vez que ela vai ter que se posicionar ao final do ano sobre a questão do PNE. Perfeito.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço a V. Exª a compreensão. Vamos acrescentar os dois nomes. V. Exª poderia redigir o adendo para que a gente possa colocar junto com os cinco já citados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – E vou preparar outro requerimento para gente fazer uma segunda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ok. E uma segunda audiência pública será feita através de um requerimento da Senadora Fátima Bezerra, com os nomes sugeridos por ela e acrescidos por nós aqui.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado, com os dois nomes citados pela Senadora Fátima Bezerra, que encaminhará formalmente a solicitação para a Secretaria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senadora, falei inclusive com V. Exª hoje, mas quero aqui formalmente, no âmbito da Comissão, solicitar, se não for possível hoje, para que aprovássemos, na próxima reunião, o requerimento de minha autoria que propõe a realização de uma audiência pública, aqui no âmbito da nossa Comissão,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para que o Fórum Nacional Popular da Educação, recém-criado, possa trazer aqui as informações com relação à Conferência Nacional Popular da Educação.

Enfim, a Comissão já tem conhecimento de toda essa conjuntura. São as entidades que se desligaram do Fórum Nacional da Educação em virtude dos atos do MEC que, de forma unilateral, autoritária, seja através de decreto, através de portaria, tanto fez intervenção no processo de construção da conferência como, infelizmente, também na própria composição do Fórum Nacional da Educação. A senhora vem acompanhando esse debate; tanto o é que a senhora já recebeu aqui um manifesto do próprio Fórum Nacional Popular da Educação.

Enfim, esses atos do MEC, infelizmente, levaram a essa situação. Essas entidades avaliaram que não tinham mais condições de permanecer num fórum tutelado, um fórum desprestigiado; tanto o é que, nos principais temas da educação, o Fórum oficial não foi convidado. E não restou outra alternativa senão a constituição do Fórum Nacional Popular da Educação.

Quero dizer a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, que hoje já são mais de 20 entidades inclusive que estão compondo esse fórum, e elas vão realizar a Conferência Nacional Popular da Educação.

Eu inclusive, como integrante da Comissão de Educação e Cultura do Mercosul, Senador Anastasia, também dei conhecimento lá, na Comissão de Educação, desses fatos, com a devida responsabilidade. Entreguei inclusive, na Comissão de Educação do Mercosul, um manifesto. O mesmo manifesto que foi entregue aqui à Senadora Lúcia Vânia e aos demais Senadores entreguei lá também.

Mas, é isso, Senadora Lúcia, sem maiores delongas, na verdade, o requerimento é para que a gente possa também aqui abrir as portas da nossa Comissão para que venha aqui falar da Conferência Nacional Popular da Educação. Como nós temos amanhã um seminário para o qual V. Ex^a e todos nós fomos convidados, de iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa do Plano Nacional da Educação e da Comissão de Educação da Câmara, que vai fazer um balanço sobre os três anos do Plano Nacional da Educação, se não for possível hoje, eu gostaria que fosse pautado o mais breve possível.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço a V. Ex^a. Conforme já dissemos, o requerimento de V. Ex^a será colocado na pauta da próxima semana, e faremos a audiência pública como é o seu desejo.

Eu gostaria apenas de comunicar a esta Comissão que o Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Dário Berger, a pedido nosso, solicitou ao Governo do Presidente Michel Temer que alterasse um projeto de lei orçamentário que veio para ser votado. É o projeto de lei que tratava da questão da emissão de passaportes, para o qual a fonte mencionada foi a fonte da educação, no valor de 120 milhões, parece-me.

Ao receber esse projeto de lei, eu acionei, como Presidente desta Comissão, o próprio Ministro e o Presidente da Comissão de Orçamento, para que a gente pudesse solicitar ao Governo a alteração da fonte. Essa alteração foi feita. E quero, nesta oportunidade, agradecer o Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Dário Berger, que é membro desta Comissão e que prontamente atendeu à nossa solicitação, levando ao Governo a nossa preocupação com a utilização dessa fonte.

Portanto, quero aqui ressaltar também a sensibilidade do Governo, ao acatar a solicitação desta Comissão e do Presidente da Comissão de Orçamento.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr^a Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Quero parabenizá-la, é claro; saudá-la por ter tomado imediatamente essa iniciativa, porque a repercussão foi extremamente negativa, e não poderia ser diferente.

Eu confesso que, quando li aquilo, pensei que não fosse verdade. Quer dizer: como é que alguém tem a ideia de – repito –, para resolver o problema da emissão dos passaportes, tirar dinheiro logo e exatamente de onde? Da educação. E exatamente de onde, Senador Anastasia? Dos recursos destinados aos programas de formação inicial e continuada do magistério brasileiro. Isso é um atentado à educação brasileira.

De forma que quero parabenizá-la, porque a educação está passando por um momento muito difícil, Senadora Lúcia Vânia. V. Exª tem conhecimento do contingenciamento bravo na área da educação. As universidades estão ameaçadas. Se não houver uma suplementação orçamentária agora, no segundo semestre, as universidades estão ameaçadas de ter que cortar vagas, diminuindo cursos. Quem está dizendo isso é a entidade, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Quem está dizendo isso é o Conif, o conselho nacional dos reitores e reitoras do Brasil, pedindo inclusive a revogação da Portaria nº 27, que fez o contingenciamento na área da educação. Repito: 60% dos recursos destinados a custeio, Senador Anastasia, foram contingenciados. Para a capital, não há absolutamente nada, nada, nada, de forma que uma iniciativa dessas agravaria ainda mais a situação.

É isso, Senadora. Eu a parabeno pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

Comunico também que o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, juntamente com o assessor desta Comissão, esteve com o Ministro do Planejamento e com o Ministro da Fazenda exatamente tratando do descontingenciamento dos recursos da educação. Acredito que o Ministro do Planejamento ficou bastante sensibilizado e acredito que vamos ter êxito nessa missão.

Item 3 da pauta, que é terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2016

- Terminativo -

Reconhece a Vaquejada como manifestação da Cultura Nacional.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de quatro emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2016, do Senador Raimundo Lira, que reconhece a vaquejada como manifestação da cultura nacional.

De seus três artigos, o art. 1º tem o mesmo teor da ementa, tal como acima transcrita, com acréscimo de um parágrafo único, no qual define a vaquejada como manifestação cultural, com características esportivas, caracterizada pela perseguição promovida a um bovino, por vaqueiros montados a cavalo, com o objetivo de conduzi-lo e derrubá-lo.

O art. 2º assegura ao Poder Público a competência de proteger e promover a diversidade cultural regional brasileira e assegurar o reconhecimento e a valorização da vaquejada como bem cultural imaterial.

O art. 3º, por fim, estabelece a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

A proposição, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, foi encaminhada, em caráter terminativo, para a CE, onde não foram apresentadas emendas. Após ser apreciada por esta Comissão, será encaminhada à Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua apreciação pelo Plenário.

Análise.

O PLS, na sua forma integral, propõe-se a reconhecer a vaquejada como manifestação da cultura nacional, o que consideramos meritório. Avaliamos, porém, que, em seu bojo, devem ser também reconhecidos como manifestações da cultura nacional o rodeio e o laço, expressões esportivo-culturais que mantêm afinidades com a vaquejada.

Julgamos, ademais, que é relevante reconhecer tais manifestações como integrantes do patrimônio cultural imaterial.

Os espetáculos do rodeio, da vaquejada e de laço, que abrangem uma série de manifestações esportivas, recreativas e culturais, consistem em manifestações já há muito cultivadas pela população de diversas regiões do País. Suas origens remontam a antigas práticas de nosso meio rural, relacionadas à pecuária e ao uso do cavalo como principal meio de transporte.

Crescendo de vulto nas últimas décadas, as apresentações do rodeio, da vaquejada e de laço têm atraído um público cada vez mais numeroso, gerando, direta e indiretamente, milhões de postos de empregos, sobretudo em cidades do interior e na zona rural.

A relevância do rodeio foi reconhecida pela Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-a a atleta profissional. De acordo com o parágrafo único de seu art. 1º, os participantes das competições de vaquejada são também alcançados pelas disposições da lei.

Uma correção ao relatório. Aqui está falado "[...] direta e indiretamente, milhões de postos de empregos [...]". Eu diria milhares de postos de empregos.

Prossigo.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade dessas provas, que têm origem em nossa cultura rural ou que foram por ela assimiladas, julgamos necessário definir, na projetada lei, as diversas atividades equestres praticadas no Brasil que devem ser consideradas modalidades esportivas e tradicionais. De tal modo, devem ser nominadas as seguintes atividades: adestramento, atrelagem, concurso completo de equitação, enduro, hipismo rural, salto, volteio, apartação, time de curral, trabalho de gado, trabalho de mangueira, provas de laço, provas de velocidade (cinco tambores, maneabilidade, velocidade, seis balizas e três tambores), argolinha, cavalgada, cavalhada, concurso de marcha,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

judgamento de morfologia, corrida, campereada, doma de ouro, freio de ouro, paleteada, provas de rédeas, polo equestre e paraequestre.

A Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, veio, por sua vez, dispor sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio. Com ela, foi prevista uma série de medidas que protegem os animais participantes das provas, a exemplo da assistência médico-veterinária, transporte adequado e utilização de apetrechos que não causem injúrias ou ferimentos.

Decerto é fundamental a busca da garantia do bem-estar dos animais que participam das competições. Para tanto, consideramos importante que se exija regulamentação específica, aprovada por suas respectivas associações ou entidades legais reconhecidas junto ao MAPA. Além disso, especificamente em relação à vaquejada, deve-se assegurar aos animais ausência de fome e sede, com alimentação suficiente à disposição, assim como ausência de desconforto, por meio de local apropriado e área de descanso confortável. Deve-se assegurar ausência de ferimentos e doenças, mantendo-se instalações e utilizando-se ferramentas ou utensílios adequados, justamente com a assistência médico-veterinária, de forma a minimizar quaisquer riscos. E recomenda-se, por fim, a exigência de utilização do protetor de cauda em todos os bovinos, assim como a garantia de quantidade mínima de areia lavada de 40 centímetros de profundidade na faixa onde ocorre a pontuação.

Diante do exposto, apresentamos emendas ao presente Projeto de Lei do Senado, que se propõem, em seu conjunto, a incluir o rodeio e o laço, além da vaquejada, como manifestações culturais nacionais e o conjunto delas como integrantes do Patrimônio Cultural Imaterial; a definir quais são as atividades equestres praticadas no Brasil que serão consideradas modalidades esportivas e tradicionais; e a exigir, ademais, a regulamentação dessas práticas, com a determinação de regras que garantam o bem-estar dos animais nelas utilizados.

Por entender a relevância do presente projeto, no qual nada constatamos que divirja dos critérios de constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, consideramos que a proposição deve ser aprovada, com as emendas que ora apresentamos.

O nosso parecer, portanto, é pela aprovação do projeto com as emendas que passo a ler.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. Ele tem as emendas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Vou ler, Srª Presidente, ainda as emendas.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda da Comissão de Educação.

Dê-se à ementa do PLS nº 377, de 2016, a seguinte redação.

“Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço como expressões artístico-culturais pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial e dá outras providências.”

Ou seja, reconhece também o rodeio e a vaquejada como laço de expressões artístico-culturais.

Emenda seguinte também da Comissão de Educação.

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 377, de 2016, a seguinte redação:



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

“Art. 1º Ficam reconhecidos o rodeio, a vaquejada e o laço como expressões esportivo-culturais pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, enquanto atividades intrinsecamente ligadas à vida, identidade, ação e memória de grupos formadores da sociedade brasileira.”

Terceira emenda também da Comissão de Educação.

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 377, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 2º Definem-se como modalidades esportivas equestres e tradicionais as que são a seguir nominadas:

- I – adestramento, atrelagem, concurso completo de equitação, enduro, hipismo rural, salto e volteio;
- II – apartação, time de curral, trabalho de gado, trabalho de mangueira;
- III – provas de laço;
- IV – provas de velocidade: cinco tambores, maneabilidade e velocidade, seis balizas e três tambores;
- V – argolinha, cavalgada, cavalhada e concurso de marcha;
- VI – julgamento de morfologia;
- VII – corrida;
- VIII – campereada, doma de ouro e freio de ouro;
- IX – paleteada e vaquejada;
- X – provas de rodeio;
- XI – rédeas;
- XII – polo equestre;
- XIII – paraequestre.”

Emenda nº 4, também da Comissão de Educação:

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao PLS nº 377, de 2016, renumerando-se o atual art. 3º como art. 4º:

“Art. 3º Serão aprovados regulamentos específicos para o rodeio, a vaquejada, o laço e demais provas equestres, por suas respectivas associações ou entidades legais reconhecidas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§1º Os regulamentos referidos no *caput* devem contemplar regras que assegurem a proteção ao bem-estar animal e prever sanções em virtude do seu descumprimento, conforme os ditames legais.

§2º Sem prejuízo das demais disposições que garantam o bem-estar animal, deve-se, em relação à vaquejada:

- I – assegurar aos animais água para dessedentamento e alimentação suficiente à disposição, juntamente com local apropriado para descanso;
- II – prevenir ferimentos e doenças por meio de instalações, ferramentas e utensílios adequados, além da prestação de assistência médico-veterinária;
- III – utilizar protetor de cauda em todos os bovinos;
- IV – garantir a quantidade mínima de areia lavada de 40 (quarenta) centímetros de profundidade na faixa onde ocorre a pontuação.” Esse é o relatório, com as quatro emendas que sugiro, solicitando o voto "sim" dos senhores membros da Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – O voto do Senador Agripino, na verdade, é um manual, uma monografia, com um detalhamento rigoroso sobre a prática da vaquejada ou do rodeio. Eu vou votar a favor, porém, nós, recentemente... Queria cumprimentar o autor, Senador Raimundo Lira, e o Relator, Senador José Agripino, pela iniciativa. Os dois são de Estados – Paraíba e Rio Grande do Norte – que conhecem profundamente a relevância que têm a vaquejada e o rodeio para aquela região.

Eu entendo que, como patrimônio cultural imaterial, está absolutamente pertinente à nossa Comissão, mas nós promulgamos recentemente uma PEC. A minha dúvida é: como conciliar as duas? A PEC vai prevalecer? Como vai ser administrado? Meu voto é a favor, mas isso, regimentalmente, eu queria indagar ao Relator e ao autor se não há incompatibilidade legislativa em relação a esse aspecto de termos já promulgado uma emenda constitucional. Mas meu voto é a favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Só um complemento rápido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Tem a palavra, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Esse projeto do Senador Raimundo Lira, Senadora Ana Amélia, trata da regulamentação. A PEC tem os fundamentos. O Senador Raimundo Lira pode até complementar. O projeto de S. Exª, que eu relato, com as emendas que recebi e que incorporam algumas atividades a mais, regulamenta a matéria aprovada como proposta de emenda à Constituição.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para discutir, Senador Raimundo.

Posteriormente, Senador Anastasia.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Para discutir.) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu quero, neste momento, me congratular com o Senador José Agripino, porque, a partir do Projeto nº 377, de 2016, de minha autoria, ele tornou mais denso, mais complexo, mais detalhado, o que faz com que ele realmente atenda a todas as expectativas, a todas aquelas associações de defesa de animais, ao mesmo tempo sem criar qualquer tipo de empecilho ao desenvolvimento da vaquejada, e agora do laço e do rodeio também, conforme acrescentado pelo Senador José Agripino.

Quero aproveitar a oportunidade também para parabenizar o Senador Otto Alencar, quando foi aprovada a Emenda nº 96. Hoje essa atividade de vaquejada, sobretudo no Nordeste brasileiro, não pode sofrer qualquer tipo de constrangimento jurídico, por qualquer decisão judicial, que venha prejudicar uma atividade que é da maior importância. Nesse mês de junho agora, nos Estados nordestinos – a Paraíba, Pernambuco, a exemplo também do Rio Grande do Norte, do Estado do Ceará e de outros Estados nordestinos –, nós tivemos as atividades do São João, que fazem parte da cultura. No momento em que há um desenvolvimento econômico e social dessa atividade, ela também passa a ser geradora de emprego. Então, hoje, as atividades do São João se desenvolvem durante período





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

superior a 30 dias, porque se transformou num grande evento turístico regional e nacional, transmitindo a todo o País o conhecimento da cultura nordestina.

E a segunda atividade cultural do Nordeste brasileiro é exatamente a vaquejada, que começou, surgiu no Nordeste brasileiro há mais de cem anos. Quando não havia ainda o cercamento das propriedades, o gado ficava solto na Caatinga. Anualmente, esse gado era recolhido, para ser ferrado, ser vacinado, ser recontado, e surgiam, no meio daquelas boiadas, alguns animais mais agressivos, pouco acessíveis à presença dos vaqueiros. E eles aí se embrenhavam com aquela roupa de couro, para derrubar ou laçar aquele boi, aquele animal que eventualmente não tivesse acompanhado a boiada como um todo.

Então, a partir daí, foi-se desenvolvendo, aperfeiçoando-se e transformou-se num grande evento cultural do Nordeste que hoje, segundo as estatísticas, emprega de 700 mil a 1 milhão de pessoas, de forma direta, tanto criadores de cavalo como criadores de gado, cuidadores, estruturas, infraestrutura que são criadas para os parques de vaquejada, milhares de vendedores que vendem também seus produtos durante os eventos. Lá em Campina Grande, por exemplo, há dois parques de vaquejada que, quando fazem os seus eventos anuais, reúnem mais de 60 mil pessoas, transformando-se em evento não só local, mas estadual e regional.

Portanto, eu quero aqui não só parabenizar, mas também agradecer ao Senador José Agripino, por ter mantido a titularidade desse projeto. Ele poderia ter apresentado um substantivo, mas manteve a titularidade com o meu nome; e eu agradeço a ele por isso, pela sua generosidade, sua competência em aperfeiçoar esse projeto e em detalhar, enfim, para ficar um projeto que vai servir, como ele próprio falou, como a regulamentação da Emenda 96. Estamos, portanto, todos nós nordestinos e também Senadores de todas as Regiões do País atendidos, num momento em que o Senador José Agripino colocou o rodeio e o laço também como manifestações culturais do nosso País.

Muito obrigado, Senador José Agripino.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senador Raimundo.

Passo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Srª Presidente, a minha posição é conhecida sobre a matéria, quando discutimos longamente na CCJ, no plenário, a questão da vaquejada. O meu posicionamento sempre foi contrário, primeiro, por não acreditar que essa matéria tenha que ser objeto de norma constitucional, como o foi, e, em segundo lugar, em razão, a meu juízo e de muitos outros especialistas, que há uma crueldade contra os animais. Mas sou democrático, houve a maioria expressiva do Senado favorável a essa regulamentação, por meio da Constituição. Naturalmente, tornou-se uma emenda constitucional, incorporou-se ao nosso Direito Positivo e tornou-se, portanto, um comando eivado do Poder Legislativo. Mas, não por isso, eu tenho a minha obrigação e convicção de manifestar-me aqui, da mesma forma como me manifestei lá, contrariamente também a este projeto, sabendo que serei derrotado, mas faço questão do registro.

E aqui ainda acresço algo que me espanta um pouco uma questão que foi colocada. Imagino que o Senador José Agripino, que é um homem extremamente experimentado, aliás, nosso decano, em razão disso mesmo extremamente experiente, o que ele fez? Sabiamente, pegando a ideia do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Raimundo Lira, que é positiva, daqueles que defendem essa regulamentação, ele, antecipando eventuais dúvidas que o Poder Judiciário poderia ter de outras atividades semelhantes ou que se desdobram da vaquejada, aproveitou o texto infralegal e arrolou aqui diversas hipóteses e casos que se assemelham. De fato, é uma técnica, e eu o cumprimento por isso, mas vai ser preciso, num segundo momento, não aqui na lei, mas num regulamento, um glossário, porque não acredito que, mesmo aqui nesta Comissão, todos saibam o que é argolinha, o que é doma de ouro, o que é trabalho de mangueira, o que é campereada e por aí vai. Então, vamos fazer um glossário num segundo momento.

Mas a minha posição era só este registro. Eu não vou nem deixar a Comissão, para não cair o quórum. Ficarei aqui, mas votarei contrariamente, com respeito a posição, que sei que é majoritária, dos meus pares. E os cumprimentos pela iniciativa e pela defesa dos valores que consideram devidos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr^a Presidente, só para registrar a fidalguia do registro do Senador Anastasia, como é do seu procedimento habitual.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado; posteriormente, a Senadora Marta Suplicy.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero não só cumprimentar a iniciativa do colega querido, Senador Raimundo Lira, pela sensibilidade que teve ao apresentar o projeto de lei de algo que é extremamente forte não só como manifestação cultural nacional, mas também como trabalho do setor rural, que é a regulamentação da vaquejada. Ao mesmo tempo, quero trazer aqui os cumprimentos ao Presidente do meu Partido, Senador José Agripino, que oportunamente incluiu, dentro da regulamentação, uma prática mundial e que, de repente, no Brasil, estava sendo ameaçada com as últimas decisões de alguns promotores ou juizes em alguns lugares, impedindo que nós também tivéssemos a prática do rodeio ou do laço, que são atividades que fazem parte do dia a dia da atividade rural.

Eu quero realçar um ponto a mais: essa atividade, além de ter uma forte ligação cultural, tem uma vinculação direta com o trabalho. É um ponto para o qual quero chamar atenção de todos: é o único esporte no País, ou no mundo, que tem ligação com o trabalho. Nenhum outro foi originário do trabalho; só a doma, o rodeio, a vaquejada, a prova de laço, a habilidade de como se utiliza o tambor e não aqueles obstáculos que o cidadão tem no campo, enfim... O manejo da lança para poder também acertar a argola, com que, neste momento, o nosso Senador não tem uma ligação muito direta, mas, com sua habilidade, sabe definir que isso também faz parte. Ao mesmo tempo, o que é um freio de ouro – a nossa Senadora Ana Amélia está aí: é o maior evento do Rio Grande do Sul, um dos maiores eventos do País hoje. Na Expointer, o maior palco que nós temos hoje é exatamente o da prova do freio de ouro, ensinando como um cavalo pode encostar num animal e imprensar esse animal para que ele seja contido, para que ele possa retornar ao seu local onde deverá, ali sim, receber todo tratamento. Isso é feito no campo, como tudo isso que é a utilização nossa do dia a dia.

E é importante dizer que erram completamente quando querem direcionar maus-tratos ao animal. Pelo contrário: é norma hoje do Ministério do Trabalho chegar, Senador José Agripino, às propriedades rurais e exigir que aquele vaqueiro tenha o certificado de adestramento ou, senão, de que o animal tenha sido adestrado. Essa condição só é possível se nós tivermos essas práticas autorizadas; do contrário, nós não teremos mais atividade no nosso setor rural.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ora, o que é o laço, por exemplo? O que é laçar um animal? É lógico que as pessoas contestam sem conhecimento. O laço tem toda uma prática. E aí falo também como médico, ortopedista. Quando se dá o laço e se dá o estirão do laço, isso pode matar o animal. Então, quando se laça o animal para conter o animal, há toda uma maneira de fazer isso sem que o animal seja traumatizado. O cavalo que é preparado para isso tem todo um tratamento diferenciado. Não existe nenhum instrumento que seja ali... Ninguém é mais acariciado, mais cuidado do que o seu cavalo para o vaqueiro. Aquilo é seu instrumento de trabalho. Ninguém tem mais amor por ele do que o cidadão que faz o manejo, no dia a dia, de um animal.

Então, como é a lida no campo, que o Senador Raimundo Lira colocou aqui? Muitos produtores que ainda não têm uma estrutura de curral para poderem colocar o animal ali, principalmente os médios produtores do Nordeste, para montarem toda uma estrutura de brete para poderem ter ali a seringa para levar o animal para tomar a vacina, para curar uma doença ou uma bicheira que tenha. Então, como é fazer o manejo dos bezerros que nascem no dia a dia, nas propriedades rurais? Se nós não tivermos vaqueiros bem preparados, os animais não serão bem domados; a isso só podemos chegar se nós tivermos essas práticas ensinadas, se nós pudermos transmitir aos mais jovens como se faz o trabalho no campo.

Agora, por mais que se modernize a nossa prática rural, é impossível nós tratarmos de um rebanho, que hoje é um rebanho de 200 milhões de cabeças, o segundo maior do mundo, sem que nós tenhamos o tratamento dos animais também no campo. É impossível o manejo de todos os animais para dentro do curral.

Então, era importante que a gente pudesse, ao aprovar este texto apresentado pelo Senador José Agripino, quebrar esse preconceito com um setor que é tão importante e que tantos resultados tem trazido ao País, tantos empregos tem produzido, mas, além disso, mostrar o carinho com que a tropa hoje é tratada junto a todos os vaqueiros e junto também aos produtores rurais. Não existe essa tese dos maus-tratos.

As exigências numa vaquejada da utilização de um rabo mecânico, de uma cauda mecânica, ou a área apropriada para que o boi possa ser derrubado, são condições, todas... Para se ter uma ideia, seria importante até que eles pudessem assistir. É algo maravilhoso. No freio de ouro, por exemplo, existe um veterinário na entrada do animal na pista e um veterinário na saída do animal da pista. Se houver uma gota de sangue na boca do animal, o peão é desclassificado e é punido. Veja bem, aquilo é dentro de toda uma técnica, de todo um trabalho em que as pessoas são profissionais.

Os brasileiros hoje brilham no exterior como bons vaqueiros, bons adestradores. Quer dizer, é importante que nós tenhamos a regulamentação, porque agora mesmo, Senador Raimundo Lira, eu recebi um telefonema do prefeito de Governador Valadares, uma importante cidade do nordeste de Minas Gerais, sobre o maior evento da cidade, onde havia também vaquejada e rodeio, e até leilão de gado. O juiz mandou interditar a prova em Governador Valadares no dia do evento. O prefeito tentou argumentar com o juiz. O juiz disse: "Olha, não é só vaquejada; quem estiver montado a cavalo no parque eu vou mandar prender." Fechou a festa de Governador Valadares, como tantas outras no Nordeste brasileiro! É uma agressão, é uma irresponsabilidade que não tem tamanho. As pessoas se sentem acima de tudo. Está enclausurado na tese de ser promotor ou de juiz, acha que de repente pode fazer isso que fizeram em Governador Valadares – fecharam uma festa. Uma festa tradicional. E ainda respondeu ao prefeito: "Olha, não é só a vaquejada, não; quem estiver montado a cavalo eu vou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prender." Chega a este ponto a situação em que vive hoje o interior do Brasil. Não se pode fazer mais nada, porque, dependendo da última hora...

Nós estamos vendo ali. Em Jaguariúna, há poucos dias, num grande evento, nós tínhamos mais de 500 crianças. Uma criança do meu Estado de Goiás, de sete anos de idade, da cidade de Rio Verde, é campeã nacional de tambor – campeã nacional. Foi impedida de fazer a prova, porque na última hora também interromperam a prova. Quer dizer, a criança, em vez de estar vinculada à droga, à criminalidade, está trabalhando num esporte que ela adora, ela gosta. Agora, tem gente que gosta de esqui nos Alpes; tem gente que gosta de jogar vôlei na praia, com todo o respeito; tem gente que gosta de jogar tênis em Wimbledon. Tudo bem. Nós gostamos de fazer aquilo que é a nossa cultura.

Então, não é possível mais nós não termos a regulamentação desses esportes e termos a tranquilidade, cumprindo as exigências, Presidente.

Digo a V. Ex^a que a festa de Barretos é referência mundial, dentro daquilo que é feito como regras para se fazer um rodeio, seja de touro ou de cavalo.

Então, eu quero cumprimentar o Senador autor do projeto, Senador Raimundo Lira, e o Senador José Agripino, e, a partir de agora, dar celeridade a este projeto, para que essa sua ação não fique dependente da vontade ou de humores de juízes e promotores no interior do Brasil afora, e o cidadão, sem a menor condição de ter um amparo legal até para poder continuar aquilo que faz parte da vida e do trabalho do brasileiro no interior.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

Antes eu queria comunicar que o painel já está aberto, porque nós temos também uma votação na Comissão de Assuntos Econômicos da convalidação dos benefícios, que é muito importante.

Mas antes eu passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Antes de falar, eu gostaria também de pedir uma inversão de pauta. Há um projeto do qual eu sou Relatora.

Mas eu vou falar: eu votei contra, para ter uma coerência com o que eu já votei, contra a PEC. Isso porque, apesar dos cuidados mencionados e do carinho mencionado pelo Senador Ronaldo Caiado, por quem tenho bastante apreço, eu estou mais do lado das pessoas que têm a posição de proteção aos animais.

Agora, eu quero parabenizar o Senador Agripino e o Senador Raimundo Lira, porque eles defenderam bem o projeto em que eles acreditam. Eu vejo a importância desse projeto para o Norte e o Nordeste, vejo a importância desse projeto para o turismo, para os empregos. Isso não está em discussão: é verdade. Agora eu acho que as questões, inclusive quando foi colocado como... Qual era o nome específico na cultura? Eu não me lembro. Era patrimônio cultural. Acho que é isso, não é? Eu também votei contra, como ex-Ministra da Cultura, porque acredito que, apesar de ser uma expressão da cultura e de nós termos de ter esse olhar voltado para isso, é polêmico ainda.

Inclusive, apesar de toda a menção das associações de proteção aos animais, etc., aqui eu não tive nenhum registro disso em separado. Eu vejo é muita polêmica, vejo-os se manifestando contra. E algo que é tão polêmico nesse sentido, em algum momento, não cabe ser conduzido ao que foi conduzido. Mas este é um voto perdedor aqui; acho nesse sentido. Mas eu tinha que me manifestar, por coerência, e por continuar com a mesma posição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, Srª Presidente, eu quero também, muito objetivamente, expressar o meu reconhecimento e, sobretudo, a valorização da vaquejada como bem cultural nacional. De fato, essa questão ainda suscita alguns conflitos, entretanto, essa é uma atividade talvez milenar. A grande verdade é que uma civilização não se faz só com estradas, pontes, rodovias, energia; se faz também com escola, com música, com cultura, com tradição. E essa é uma tradição que nós não podemos deixar morrer.

Evidentemente, o Senador Caiado já relatou todos os cuidados que nós temos que ter para que os animais não sofram qualquer tipo de abuso, entretanto o meu voto – inclusive, já expressei, já votei – é favorável.

E queria cumprimentar o Senador Raimundo Lira e o Senador Agripino Maia, por ter sido o Relator desta matéria.

Mas eu tenho a obrigação aqui, Srª Presidente, aproveitando esta oportunidade bem rapidamente, de fazer um registro. E esse registro está amparado, sobretudo, em um telefonema que recebi de V. Exª, enquanto Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, que é sobre o projeto de suplementação orçamentária para a Polícia Federal, para a ampliação de passaporte. Até aí, Senadora Marta Suplicy, tudo bem. Não teria problema nenhum. O problema é que o projeto de lei enviado pelo Governo Federal subtraía recursos da educação para suplementar a Polícia Federal para emissão dos passaportes.

Bem, tão logo recebi, Senadora Lúcia Vânia, o telefonema de V. Exª, demonstrando a sua preocupação com relação a esse assunto, eu entrei em contato imediatamente com o Ministro do Planejamento e mencionei a ele que o projeto, como estava naquela oportunidade, eu não poderia aceitar. Eu, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, não poderia aceitar que o Governo Federal suplementasse recursos para a Polícia Federal para a emissão de passaporte subtraindo recursos da educação.

Imediatamente, o Ministro tratou de investigar essa situação, de verificar. E, logo no final da tarde, ele me telefonou mencionando que tinha encontrado outro item orçamentário para fazer, então, a suplementação para a emissão de passaportes da Polícia Federal, que optou pelos organismos internacionais do Ministério de Relações Exteriores.

Dessa forma, eu já tinha me comprometido com a Polícia Federal, com o Governo, de agilizar na Comissão Mista de Orçamento a votação do projeto. Designei imediatamente relator, que já está com o parecer pronto. E nós deveremos votar hoje, por volta de 14h30, esse projeto de lei, então, corrigindo, vamos dizer assim, aquela preocupação que V. Exª teve, de que eu imediatamente corri atrás para resolver essa problemática, que eu acho que foi um descuido do Governo, para não dizer uma incompetência explícita, de retirar dinheiro da educação para suplementar a emissão de passaporte para a Polícia Federal.

Então, queria aqui fazer esse registro e dizer que essa minha iniciativa partiu de um lembrete de V. Exª, que nós, como membros da Comissão de Educação, não poderíamos aceitar. Como não aceitamos, o projeto foi alterado. E assim a vida segue, e nós votaremos hoje lá, por volta de 14h30, esse projeto, que também é muito importante para a população brasileira, porque a cada dia atinge





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cerca de 8 mil pessoas que retiram passaporte todos os dias na Polícia Federal. Imagina se nós demormos aí dez dias, vinte dias, qual não vai ser o nosso problema com relação à população que queira viajar ou que queira, enfim, utilizar do seu passaporte como a sua atividade.

Então, era esse o registro que eu queria fazer, Srª Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidenta, quero, Senador Dário, saudar V. Exª, como já saudei também a Senadora Lúcia Vânia, pela iniciativa, pela agilidade, porque isso é um absurdo, como se não bastasse a crise pela qual passa a educação. Eu já disse aqui e volto a repetir: nada mais, nada menos do que um documento assinado por todos os reitores e reitoras do Brasil – estão fazendo um apelo ao Congresso Nacional, esse apelo já deve ter chegado a V. Exª – acerca de uma suplementação orçamentária, agora no segundo semestre, sob pena de as universidades diminuirmos vagas, cortarem cursos, na contramão do Plano Nacional de Educação. O Conif, que representa os reitores e reitoras das escolas técnicas federais, idem; estão fazendo também o mesmo apelo.

Recursos para investimentos nem pensar. É de custeio que nós estamos falando. V. Exª está sabendo disso. É pagamento de água, de luz; é pagamento de terceirizados. Isso é um absurdo! Quer dizer, como se não bastasse tudo isso, o Governo simplesmente ainda retirar recursos da educação, ainda por cima dos programas de formação inicial e continuada para resolver o problema da emissão de passaportes, se constituiria, repito, em um crime, em um atentado contra a educação.

A emissão de passaportes deve ser solucionada também, pela importância que tem. Agora, jamais a solução para a emissão dos passaportes poderia passar lesando a educação brasileira, causando sérios prejuízos.

Então, era só isso, Senadora Lúcia Vânia e também para mais uma vez aqui também cumprimentá-lo pela iniciativa que ele teve como Presidente lá da Comissão da LDO.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu gostaria, Senador Dário, de cumprimentá-lo e agradecê-lo. Eu não tenho dúvida de que a presteza de V. Exª e a sensibilidade como membro desta Comissão foram de fundamental importância para que a gente tivesse, obtivesse sucesso nessa empreitada.

Eu não tenho dúvida de que a Comissão de Orçamento está entregue em boas mãos. V. Exª será um grande Presidente naquela Comissão, porque tem sensibilidade, tem experiência, tem, acima de tudo, compreensão dos problemas e da crise que o País atravessa. Portanto, receba, em nome desta Comissão, os nossos agradecimentos, o nosso carinho. E quero dizer que fiquei profundamente agradecida com a gentileza e a presteza com que V. Exª atendeu o nosso pleito.

Muito obrigada.

Em votação.

V. Exª vai votar? (*Pausa.*)

Resultado: aprovados o projeto e as Emendas nºs 1 a 4 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Cumprimento aqui o Senador Raimundo Lira, autor do projeto, e o Senador José Agripino, Relator deste importante projeto para o País. Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Convoco para amanhã, dia 5 de julho, às 11h30, reunião extraordinária destinada à discussão e à votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Relator: Senador Anastasia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Uma vez que nós temos uma votação importante na Comissão de Assuntos Econômicos, não vamos dar prosseguimento a esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017.

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, na sala de reuniões nº 15 (quinze), da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, e com a presença dos Senhores Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Humberto Costa, José Pimentel, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Ana Amélia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Eduardo Lopes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e sua aprovação, com o que todos concordam. Em seguida, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, passa a palavra ao Senador Antonio Anastasia, relator das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2018, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2018: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – “20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica”** - Autoria: Senador Wellington Fagundes. Meta: 7.000. **Emenda nº 2 – “20RP – Infraestrutura para a Educação Básica”** - Autoria: Senador Cristovam Buarque. Meta: 10.000. **Emendas de Texto: Emenda nº 3 – Aditiva - Fundeb – Aumento da Complementação da União, Art. 4º** - Autoria: Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 4 – Aditiva - Fundeb – Aumentar Recursos para o Fundeb, Art. 4º** - Autoria: Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 5 – Aditiva - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo III, Item 64** - Autoria: Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 6 – Aditiva - Realocação de Recursos Destinados a Novas Despesas de Capital dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU para MDE (Educação), Art. 4º** - Autoria: Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 7 – Aditiva - Recursos Poupados e Recuperados Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Art. 4º** - Autoria: Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 8 – Aditiva - Capítulo IV, Seção I, Art. 20** - Autoria: Senadora Ana Amélia; **Emenda nº 9 – Aditiva - Universidades Federais, Anexo III, Item 64** - Autoria: Senador Wellington Fagundes; **Emenda nº 10 – Aditiva - Recursos na Área de Educação, Art. 20** - Autoria: Senador Wellington Fagundes; **Emenda nº 11 – Modificativa - Anexo II, Inciso IV – Critérios Utilizados para a Regionalização dos Gastos em Diversas Áreas** - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 12 – Aditiva - Art. 6º, § 11,**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inciso VII – Identificador de Uso para MDE - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 13** – Aditiva - Capítulo IV, Seção I, Art. 20 – PNE – Alocação de Recursos na LOA 2018 - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 14** – Aditiva - Art. 20 - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 15** – Modificativa - Art. 3 – PNE – Prioridade nos Termos do PPA - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 16** – Aditiva - Cap. IV, Seção I, Art. 20 – PNE - Autoria: Senadora Ângela Portela; **Emenda nº 17** – Aditiva - Anexo II, Inciso XXXIV – Demonstrativo de Investimentos Públicos em Educação (PNE) - Autoria: Senadora Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia**, encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÚCIA VÂNIA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

Antes de conceder a palavra ao Senador Anastasia, eu gostaria, Senador, de pedir desculpas, porque faltou atenção da Comissão em marcar esta reunião no mesmo horário em que V. Exª preside a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, quero me desculpar e dizer a V. Exª que isso não vai se repetir.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente. Na verdade, o Senador Lobão está na Presidência, mas eu era Relator de projetos, e não tinha como sair, por isso o meu atraso. Peço escusas, porque esse não é meu estilo, como V. Exª bem sabe. Mas agradeço a indicação de V. Exª e passo à leitura do relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 133 propostas de emenda ao Projeto de Lei sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Dessas, 102 foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades 31 ao texto do projeto.

Conforme aprovado no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada comissão permanente pode apresentar até duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2018. Não há limites para as emendas ao texto do projeto.

Assim, apesar do mérito de todas as propostas ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para aprovação deste Plenário apenas duas delas – com o coração sangrando, mas não havia alternativa. Como linha de atuação, buscamos atender a dois critérios:

- a) privilegiar a educação, considerando que o número de emendas permitidas é diminuto;
- b) atender às propostas que conseguiram mais apoio dos Parlamentares.

Nesse sentido, optamos por sugerir o acolhimento da ação "20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", proposta pelos Senadores Valdir Raupp, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Wellington Fagundes, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Marta Suplicy.

Também sugerimos o acolhimento da ação "20RP - Infraestrutura para a Educação Básica", proposta pelos Senadores Valdir Raupp, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Randolfe Rodrigues.

Sobre as emendas ao texto do PLDO 2018, o critério para acolhimento foi a pertinência temática. Desse modo, consideramos meritórias e sugerimos o acolhimento de todas as





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

propostas relacionadas à educação, à cultura e ao esporte. Para as demais, ou seja, para aquelas não afetas às áreas temáticas da Comissão, sugerimos o não acolhimento.

Desse modo, sugerimos o acolhimento das emendas ao texto do projeto de números: 64, 65, 66, 67, 69, 73, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88.

Essas propostas foram indicadas pelos Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Wellington Fagundes e Ângela Portela.

Voto.

Diante do exposto, opinamos no sentido de que a Comissão delibere pela apresentação de 15 emendas de texto propostas, cujos números são: 64, 65, 66, 67, 69, 73, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, pelo maior valor proposto para as metas: "20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica" (propostas de emenda números: 2, 30, 74, 80, 93, 102 e 144); e "20RP - Infraestrutura para a Educação Básica" (propostas de emenda números: 5, 52, 71, 89 e 123). Srª Presidente, em acréscimo a esse relatório, de fato é uma situação muito delicada a um relator desse tema, porque, com a apresentação de 102 propostas para o anexo, podendo escolher somente duas, é uma situação extremamente difícil, quase que uma escolha de Sofia.

A minha proposta aos pares da Comissão foi exatamente privilegiar o tema educação, ainda que com o sacrifício de esporte e de cultura, volto a dizer, temas também fundamentais. E, na educação, privilegiando aquilo em que houve uma inclinação maior dos Parlamentares: a questão do ensino profissional e da educação básica, que são temas muito importantes.

Na questão do texto, excluindo aquelas de temas que não são afetos a esta Comissão, conforme a orientação da própria CMO, a sugestão é a aprovação de todas as demais emendas ao texto.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizá-la e também o Relator, porque fazer um trabalho como esse e escolher dentro de tantas prioridades no Brasil é um trabalho não só de mágica, mas de competência de escolha mesmo, como V. Exª colocou, aqui dentro daquilo que mais Parlamentares apresentaram dentro daquelas demandas. E aí realmente, o ensino básico – a revolução que a gente precisa fazer cada dia mais no Brasil – e o ensino profissionalizante. No ensino profissionalizante, o Pronatec e os institutos federais de ensino tecnológico no Brasil avançaram muito. Só no meu Estado, de três passaram para dezenove. Então, são dezenove *campi* no Estado de Mato Grosso, que é um estado muito grande: 900 mil quilômetros quadrados, ainda com uma população relativamente pequena. São 3,5 milhões de habitantes. As distâncias são muito grandes.

Eu, também como Relator da LDO, no ano passado, ouvi todos. Muitas dessas escolas estão em construção e muitas, inclusive, demandam contratar professores, profissionais, porque





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os cursos ainda estão no meio, ainda dependem muito da contratação de profissionais. Então, eu creio que atender também ao ensino profissionalizante é extremamente importante para o Brasil.

Inclusive ontem, nós tivemos um almoço aqui no nosso Bloco Moderador, de que eu tenho a honra de ser Líder aqui do Senador Pedro Chaves. E lá estava o Presidente do BNDES. Discutimos, Sr^a Presidente, a possibilidade de o BNDES criar uma linha de crédito para os estudantes, não para que eles possam pagar suas prestações, mas uma linha de crédito empreendedora para que os estudantes possam, dentro do seu aprendizado profissional, montar o seu pequeno negócio, seja através de empresa júnior, seja de outras iniciativas individuais.

O BNDES tem esse papel de ser banco de desenvolvimento. E, no desenvolvimento, você não pode ficar priorizando a garantia, tem que priorizar o talento das pessoas. Às vezes, um aluno que está começando ali algo profissionalizante já tem a ideia, já começa a aprender e a colocar em prática, depois de formado, na sua profissão.

Acho que tudo isso são ideias que a gente precisa criar, porque o Fies já tem o financiamento do Ministério da Educação, mas o banco de desenvolvimento nessa linha de poder financiar os nossos estudantes. Então, eu quero parabenizar o nosso Relator e, claro, a nossa Presidente, por ser sempre assídua aqui, para que a gente possa ter as reuniões todas as semanas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senador Wellington.

Continua em discussão. Não havendo...

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Gostaria também, na mesma linha do Senador Wellington, de parabenizar o Senador Antonio Anastasia pela forma com que ele colocou o relatório, privilegiando o ensino básico. Nós sabemos que países como Japão e Alemanha, pós-guerra, só conseguiram se reerguer através do ensino básico. E agora mais recentemente a Coreia do Sul.

Então, nós temos realmente que investir maciçamente em ensino básico e em ensino profissional, que é extremamente carente. O País, além de dinheiro, precisa, na verdade, do técnico de nível médio. E isso vai ensejar realmente maiores investimentos.

Parabéns ao Senador Relator.

Obrigado. Era isso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Pedro Chaves e também ao Senador Anastasia pela eficiência e competência com que V. Ex^a relatou esse projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação as emendas.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As emendas já relacionadas pelo Relator seguem para a Comissão... Uma vez aprovadas as emendas cujos números já foram mencionados aqui pelo Relator, elas seguem para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 11 de julho, terça-feira, em caráter excepcional às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo ao Senador Pedro Chaves, que hoje representou a Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, em um simpósio sobre a avaliação do PNE.

Infelizmente, a reunião atrasou, e esta Comissão não pôde se fazer presente. Mas, de qualquer forma, nós manifestamos ali a nossa solidariedade à Câmara dos Deputados em fazer essa avaliação. Uma vez que vamos fazê-la aqui também, acredito que não há prejuízo para esta Comissão.

A reunião marcada para terça-feira vai coincidir com a votação da reforma trabalhista. Talvez tenhamos que, no meio da semana, solicitar aos Srs. Senadores uma mudança do horário. Assim que tivermos definido o horário da Comissão, do plenário, o horário da votação da reforma trabalhista, entraremos em contato com os Srs. Senadores.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço ao Senador Pedro Chaves, agradeço ao Senador Anastasia a sua agilidade e, principalmente, a sua competência em relatar esse relatório tão importante para a Comissão de Educação.

Muito obrigada a todos e até terça-feira.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia onze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Telmário Mota e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "F", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora FERNANDA FARAH DE ABREU ZORMAN, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo** - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada." **Autoria:** Deputado Miguel Lombardi. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Denomina Deputado Wellington Landim todo o trecho do canal da transposição do rio São Francisco que se localiza em solo cearense." **Autoria:** Deputado Domingos Neto. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/11>

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22^a Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que os Projetos de Lei do Senado nºs 256, de 2012, que dispõe sobre a implantação de bibliotecas e de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio; 440, de 2012, que dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior; e 217, de 2015, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica para incrementar o valor *per capita* destinado a escolas situadas em Municípios em situação de extrema pobreza, constantes da pauta da última reunião deliberativa da Comissão, foram encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício Senado Federal nº 652, de 2017, da Presidência do Senado Federal, referente ao requerimento formulado pelo Senador Romero Jucá, para que também seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora FERNANDA FARAH DE ABREU ZORMAN, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá etapas: na primeira, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o que será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o Relatório por meio do portal do Senado Federal.

Observações:

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Decisão nº 1 da Comissão de Educação, esta Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, que ocorrerá nesta reunião, a Relatora apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que a indicada apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença da indicada.

Após a apresentação e a discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, a indicada será submetida a arguição dos membros da Comissão. Em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte a Mensagem nº 38, de 2017, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sr^a Fernanda Farah de Abreu Zorman, aqui presente, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Manoel Rangel Neto.

O objeto da MSF nº 38, de 2017, cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui a esta Casa a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Acompanham a mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com as informações apresentadas em seu *curriculum vitae*, Fernanda Zorman graduou-se no curso de Bacharelado em Administração de Empresas pela UFRJ e, em seguida, realizou dois cursos de MBA: um na área de Finanças no COPPEAD, da UFRJ, e outro na PUC, em Management. Em seguida, também na PUC, cursou Mestrado em Finanças, tendo defendido dissertação com ênfase em Governança Corporativa, sob a orientação do Prof. André Carvalhal. Com seu trabalho de conclusão de mestrado, conquistou o Prêmio Nacional Enanpad (2012), na categoria de Finanças e de Melhor Dissertação.

A Sr^a Fernanda Zorman é funcionária concursada do BNDES há quatorze anos, dos quais nove foram no exercício de função executiva, como gerente e chefe de departamento substituta.

Em sua trajetória profissional, destacam-se os seguintes cargos e funções: Gerente e Chefe-Substituta no Departamento de Cultura – Indústria Audiovisual (BNDES), função atual, que desempenha há seis anos; Gerente de Investimentos na Área de Capital Empreendedor (BNDES); Gerente de Controladoria da Área de Mercado de Capitais (BNDES); Analista Técnica no Departamento de Investimentos Diretos (BNDES); Analista na Área de Finanças Corporativas – Fusões & Aquisições e Programação Financeira (Vale).

No *curriculum vitae* da indicada constam, também, os seguintes cursos de capacitação executiva: Treinamento em Liderança na Fundação Dom Cabral, Woman Global Leaders; Cursos de Negociação, Franklin Covey, Metodologia de Harvard; Valuation (IBMEC); IFRS (BDO); Trade Finance (Bank of America); Curso para Conselheiro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Programa de Desenvolvimento Gerencial da Fundação Dom Cabral.

Entre os cursos, participações como palestrante e vivências no exterior, o *curriculum* da indicada traz as seguintes atividades: Associação Brasileira de TV por Assinatura, Feira e Congresso (2012); Rio Content Market, palestrante em evento realizado pela Associação de Produtoras Independentes de Televisão (2012 a 2017); Rio Seminars, palestrante em evento promovido pela Rio Market (2012 a 2015); Anima Forum, palestrante em evento da Animamundi (2012 a 2016); 33th Venture Capital Institute, Atlanta, EUA (2011); Latin American Training Center, Financiamento ao Audiovisual, Los Angeles, EUA (2012).





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entre as publicações de sua autoria, destacam-se as seguintes: "Influência do BNDES na Governança das Empresas Brasileiras Listadas" (2012); e "Governança Corporativa – Discussões sobre os Conselhos em Empresas no Brasil" (2012).

Na argumentação escrita anexada à mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Risf, a indicada apresenta informações destinadas a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo e ressalta sua experiência nos campos da economia da cultura e do audiovisual.

Das atividades apresentadas, podemos destacar a participação da indicada na renovação e remodelagem do Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (Procult), em que foram apoiadas mais de 45 empresas do setor do audiovisual.

Nesse contexto, foram apoiadas 19 produtoras de conteúdo audiovisual, 21 empresas de exibição (salas de cinema) e 4 empresas de infraestrutura, tais como estúdios e locadoras de equipamentos. Quanto às salas de cinema, foram implantadas 331 novas salas, modernizadas outras 881 salas, incluindo o processo de Digitalização do Parque Exibidor Brasileiro. Ao todo foram 77.930 assentos novos ou reformados. Ressaltando que, destinado ao apoio a salas de cinema, foi estabelecido o Programa Cinema Perto de Você em parceria com a ANCINE e com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Eu vou interromper um pouco, porque acompanhei bem essa renovação e remodelagem do Programa para o Desenvolvimento da Economia e da Cultura. Foi muito importante esse apoio ao audiovisual, que agora foi estendido – ia terminar agora em 2017 e foi estendida até 2019 a isenção de tributos –, porque realmente é um trabalho exitoso.

Constata-se, também, que a indicada apresentou outras informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado, nomeadamente, as seguintes declarações: primeiro, de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; segundo, de que foi detentora de quota de sociedade empresarial, com atividades encerradas em 17 de novembro de 2014; terceiro, de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal; quarto, de que não tem conhecimento de existência de ações judiciais em que figure como ré ou como autora; e, quinto, de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

As declarações estão acompanhadas de certidões negativas e demais documentos oficiais, emitidos pelos órgãos competentes.

Voto.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante do exposto, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr^a Fernanda Farah de Abreu Zorman para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

É o voto.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy e concedo vista coletiva a todos os Srs. Senadores determinando que, na próxima reunião, seja feita a sabatina. Então, eu convidaria os Srs. Senadores para que, na próxima reunião, pudéssemos fazer a sabatina.

Pergunto aos Srs. Senadores se alguém gostaria de discutir o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concede-se vista coletiva automaticamente.

A reunião futura fica para a próxima semana, na terça-feira, quando viremos, então, sabatar a nossa indicada.

Vou aproveitar o quórum que temos.

Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da Comissão de Orçamento, que está aqui hoje, o Senador Dário Berger. Nós estamos aqui também com o Sr. Sérgio Sá Leitão, Diretor da Ancine; estamos com Fernanda Farah, que é a nossa indicada; e estamos com o pessoal do teatro, que veio nos fazer uma visita e está muito preocupado com a questão orçamentária relativa ao Fundo Nacional de Cultura. Então, eu gostaria que o nosso Presidente da Comissão pudesse falar um pouquinho sobre o Orçamento e pudesse ver se há alguma sugestão a ser feita nessa área.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, eu estou com essa grande responsabilidade de dirigir os trabalhos na construção da peça orçamentária para 2018.

De fato, este é um momento muito especial da vida nacional, sobretudo pela crise econômica e política que vivemos. A economia não reage, e há um fator agravante: pela primeira vez nós vamos elaborar uma peça orçamentária observando o teto dos gastos, razão pela qual acho que não preciso aqui expressar a ampla dificuldade que teremos com relação à construção de uma peça orçamentária que possa refletir não só os interesses do Governo, mas sim os interesses da sociedade brasileira como um todo, de todas as brasileiras e todos os brasileiros. Entretanto, agora nós estamos em uma fase preliminar ainda, que é a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todo nós sabemos – as senhoras e os senhores sabem melhor do que eu – que essa Lei de Diretrizes estabelece os objetivos, o norte, o destino, as prioridades, as peculiaridades, os detalhes que serão observados para a elaboração efetiva da Lei Orçamentária Anual. Tenho a impressão de que os setores e as pessoas que aqui representam a Ancine, o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pessoal de teatro, o pessoal de cultura, etc., na Lei de Diretrizes Orçamentárias certamente estão contemplados como metas, como objetivos consagrados já ao longo da história dessas atividades. Portanto, eu penso que nós deveríamos conversar, talvez, a respeito desse assunto quando nós aprovarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e partirmos para a Lei Orçamentária propriamente dita. Vamos esperar primeiro receber a proposta do Governo, para ver se essas entidades, ou essas instituições, ou esses setores não estejam contemplados como gostaríamos de ser contemplados e se é possível, dentro na negociação orçamentária, nós ampliarmos, reduzirmos, remanejarmos, alterarmos, etc., dentro daquilo que for possível fazer.

Senadora Lúcia Vânia, eu me coloco à inteira disposição. Essa é uma questão em que nós deveremos ampliar a discussão, junto com os nossos relatores, sobretudo com o Relator Geral do Orçamento, que é o Deputado Federal Cacá Leão, que é uma pessoa também muito acessível, e que, evidentemente, estará aberto a receber todas as justas e legítimas reivindicações para que nós possamos elaborar uma peça orçamentária realista.

Eu carrego comigo o desejo de fazer uma peça orçamentária que possa refletir o máximo da realidade possível, porque ao longo do tempo a gente transforma a peça orçamentária em uma peça de ficção, seja por contingenciamentos, agora em função da crise econômica que nós estamos vivendo, seja porque no passado nós inflávamos as receitas e criávamos uma expectativa na sociedade brasileira, quando a grande realidade era que o Orçamento era realizado muito aquém daquele proposto e aprovado pelo Congresso Nacional. Não é o que eu gostaria de fazer. Não é o que a sociedade gostaria que nós fizéssemos. E acho que nós estamos evoluindo para isso. Eu acredito que um dia nós vamos elaborar uma peça orçamentária da qual deveremos executar cerca de 90%, 95%, talvez 100%. Quem sabe nós podemos, e deveremos chegar a isso. É para isso que existe o Orçamento. O Orçamento existe para nós fixarmos aquilo que desejamos fazer, com que recursos nós vamos fazer.

E o que acontece hoje? Nós fixamos as metas, os objetivos, os projetos, os programas e, por falta de recursos e por falta de elaborar uma peça orçamentária realista, acabamos não tendo efetivamente esse desempenho que nós gostaríamos.

De qualquer forma, eu me coloco à disposição não só desse segmento relacionado por V. Ex^a, como de todos os segmentos que nos procurarem para, dentro da legitimidade possível, observarmos as dificuldades, as peculiaridades e, na medida do possível, evidentemente, atender os justos e legítimos pleitos dessas pessoas.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

V. Ex^a já teria o cronograma da Lei Orçamentária ou não?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não. O cronograma da Lei Orçamentária eu ainda não tenho, mas certamente nós vamos hoje ter uma reunião de Líderes; vamos votar a Lei de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diretrizes Orçamentárias amanhã; e essa Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que ser votada pelo Congresso Nacional, sob pena inclusive de não abrir o recesso. Então, estamos fazendo todo um esforço para que, nesse prazo, efetivamente possamos cumprir com esse objetivo.

Outra necessidade é a seguinte: de nada adianta nós aprovarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias depois que o Governo mandar a peça orçamentária. Quer dizer, ela não teria nenhuma eficiência; seria inócua. Todo o trabalho que nós realizaríamos aqui seria praticamente inconsequente.

Então, o meu pedido – embora eu tenha assumido lá intempestivamente essa condição de Presidente –, a minha solicitação é que nós aprovássemos a Lei de Diretrizes antes que o Governo mandasse a peça, a LDO. Isso está acontecendo, e por isso esse esforço enorme, sobretudo do Relator – a quem eu quero prestar minha homenagem –, que é o Deputado Federal Marcus Pestana, de Minas Gerais. Ele é um economista, uma pessoa que foi escolhida a dedo: acessível, dialoga bem – conversamos bastante –, com disposição de trabalhar nos fins de semana, como aconteceu, para que o relatório ficasse pronto.

Então, nós vamos discutir os entendimentos finais hoje, numa reunião de Líderes – e, é evidente, com o Relator da LDO –, para que possamos avançar. Depois disso, nós vamos estabelecer o cronograma da Lei Orçamentária Anual propriamente dito. E aí eu evidentemente o mandarei para todas as comissões, especialmente para V. Ex^ª.

A SR^ª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

Antes, eu queria dizer que está presente aqui o Eduardo Barata, Presidente da Associação brasileira dos Produtores de Teatro, e a Bianca de Felippes, Diretora.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^ª MARTA SUP LIC Y (PMDB - SP) – Acho que foi bem providencial ter calhado de termos a votação da Ancine hoje e de o povo da cultura estar aqui, bem como a presença do Senador Dário, porque ele colocou a realidade, não é? Nós estamos diante de uma crise seriíssima, nós estamos diante de um orçamento que é limitado pela questão do teto, o que foi uma boa iniciativa, que preserva saúde e educação. Isso, ainda bem, me parece, é o principal sempre.

Mas a gente não pode esquecer que a cultura é educação; elas caminham juntas. Elas até eram juntas, depois foram separadas; mas elas caminham juntas. E toda atividade cultural faz parte da educação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou contar um caso, só para ilustrar. Algum tempo atrás, eu era Ministra da Cultura, e ligou-me um reitor do Rio de Janeiro – eu não lembro qual era a universidade, mas era das importantes, onde foi feita a primeira lei das cotas.

Ele disse: Ministra, eu tenho um problema que talvez o Ministério consiga resolver. Nós temos aqui a lei das cotas, a primeira do País, e nossos alunos de cota são os primeiros da classe, têm excelência. As mulheres, aliás, são as melhores nas notas também. Dedicadíssimos. Realmente deu certo. Só que houve uma coisa que deu errado: eles são muito focados na área em que têm que ter excelência, e eles vêm de lares muito carentes, onde não existem livros, e eles não vão a teatro, não têm acesso a cinema, e isso continua depois, na vida universitária, porque eles não compartilham de nada, pois têm de estudar, e estudar focados. Isso vai ser um enorme *handicap* para eles, quando forem para a vida real, porque na vida real você precisa ter uma visão de mundo, e é a cultura que dá essa visão de mundo; é a possibilidade de conhecer outros pensamentos, filosofias, tudo isso. E eles não têm. O que pode ser feito?

Na época, eu sugeri de a gente fazer uma plataforma digital, em que colocaríamos diferentes aspectos culturais, para que o aluno de matemática ou de medicina – eram geralmente de exatas, que são mais focados – pudesse ter acesso, e isso contaria como crédito. Agora, falando com o Reitor de São Paulo, da USP, onde haverá 50% de cota, eu fiz a mesma sugestão.

Quando eu saí do Ministério, isso foi parado. Eu não sei o que aconteceu. Provavelmente, não aconteceu. Mas para a USP houve a mesma sugestão, porque isso vai acontecer; a gente sabe.

Eu fui estudante, nos Estados Unidos, e quando fui, eu falava mal o inglês. Eles me colocaram, na universidade, para fazer um curso que era o começo da entrada dos jovens negros por cotas nas universidades da Ivy League. Eu falava mal e fui colocada lá com eles para ter seis meses de inglês. Eu falava mal melhor que eles; eles falavam dialeto. Eu não entendia nada do que eles falavam. Mas todos entraram! Entraram em Michigan, em Stanford, em tudo. E recentemente tivemos até um presidente americano negro.

Então, eu sou absolutamente favorável, mas percebo que essas ações afirmativas acabam sendo um pouco restritas se nós não damos a condição, para aqueles que estão chegando, de terem um patamar um pouco mais amplo; e em quatro ou cinco anos do curso, às vezes em seis anos, eles poderão ter.

Tudo isso é para dizer: não se esqueça da cultura! Porque o Ministério da Cultura está abandonado, desprestigiado; o orçamento não chega nem a um bilhão. É um ministério que não existe quando não tem nenhum recurso.

Eu fico muito preocupada, como ex-Ministra, também em relação a museus. Os museus brasileiros, o IBHRAM, as fundações brasileiras, como a Biblioteca Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Palmares – são sete fundações –, todas dependem. Elas não têm autonomia;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dependem. E eu acredito que até essas dependências hoje podem ser bastante diminuídas. Aí, vai ser como não ter dinheiro para emitir passaporte. De algum lugar... Quando fechar um museu, quando fechar a Fundação Rui Barbosa, que, aliás, já tinha na minha época uma carência de funcionários gigantesca. Quer dizer, nós temos que cuidar um pouco.

Então, se V. Ex^a puder, peço para dar uma olhada nisso e ter essa preocupação de ter um mínimo, pelo menos, porque hoje nem isso tem a cultura, que tem tudo a ver com esta nossa Comissão de Educação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente, quero saudar o diretor da Ancine, Sérgio Sá Leitão, saudar também a Fernanda Zorman, saudar a Senadora Marta Suplicy pelo relatório e dizer ao Senador Dário Berger que a sua presença aqui para falar sobre o Orçamento do nosso País é muito importante.

Principalmente agora, Senador Dário, em que nós temos esse teto, nós estamos começando a aprender no Brasil que a receita é uma expectativa; a realidade mesmo são as despesas. Essa frase para mim resume o que as famílias brasileiras vivem no cotidiano. O que a gente percebe é que o Brasil vivia um mundo diferente, um mundo de faz de conta, onde as receitas eram a certeza, que depois virava expectativas, e é óbvio que se frustrava toda uma série de projetos que eram sonhados para os brasileiros.

Eu acho que esse pé no chão não diminui a capacidade de fazer. Ao contrário; vai dar-nos a possibilidade aqui, no Senado, e no Congresso como um todo de revisitar alguns custos, alguns programas governamentais, algumas despesas que, porventura, não tenham a capacidade de gerar os resultados que prometem no papel. Então, eu acho que o teto do gasto público vai possibilitar-nos fazer um debate sobre a importância dos gastos públicos e dos seus resultados.

E a gente pode aqui testemunhar que, se há um grupamento, um setor que tem possibilitado um crescimento muito grande no Brasil, fora completamente da média de outros setores brasileiros, é o audiovisual. Isso é importante, porque o audiovisual está ligado diretamente à questão cultural do nosso País. E é muito importante, como foi colocado aqui pela Senadora Marta, que a gente revise essa questão sobre a cultura brasileira.

Eu acho que houve um erro histórico deste País quando o País apartou a cultura e o esporte da educação. Acho que, quando nós o fizemos – e posso dizer isso dando o meu testemunho, porque quando estava prefeito lutei muito pelo Fundeb, à época, agora Fundef –, nós tivemos um olhar muito restrito do setor da educação. E a gente colocou a cultura à margem desse avanço que houve, sobre o Orçamento público do Governo Federal, da ampliação que tiveram os recursos para a educação, tornando a cultura e o esporte algo irrelevante no Orçamento público brasileiro.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que é o momento de revisitarmos isso, com esse olhar da importância da cultura e do esporte como uma base fundamental para a construção da educação, já que é através desses dois setores que podemos levar às escolas, aos nossos alunos e à juventude essa vontade de participar da sua própria educação, voltando com interesse à escola, principalmente à escola pública.

Então, é importante esse momento. Tenho a convicção, Senador Dário, de que V. Ex^a e o Deputado Federal Cacá Leão, que é lá do meu Estado da Bahia e que, junto com V. Ex^a, vai relatar esse orçamento, de que podemos ter esse espaço e fazer com que a discussão sobre a ampliação da participação dos recursos para a cultura seja tão importante quanto a não diminuição dos recursos para a educação. Acho que esse é um bom momento para que possamos ter esse debate. Que bom que a Senadora Lúcia Vânia trouxe esse debate para a Casa, para que possamos aprofundar essas questões aqui, principalmente na Comissão!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É interessante essa observação, porque lembrei que os CEUs, Centros Educacionais Unificados, do Estado de São Paulo, têm em pé de igualdade a educação, a cultura e o esporte. E realmente, em termos de evasão escolar, em termos de rendimento e de tudo, isso mostra a correção da tese de que não podem caminhar separados. E cada vez mais isso acontece no mundo. Quando se dá a possibilidade um currículo – e nós mesmos votamos aqui – muito diferenciado, é isto, é a pessoa poder se beneficiar de todas as formas de conhecimento e crescimento.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem rapidamente, achei muito oportuno e necessário V. Ex^a levantar esse tema até porque, pelo que tenho conhecimento, o Ministério da Cultura está sem titular.

Então, isso, de certa forma – nós, que já temos uma experiência mais ampla na vida pública, sabemos –, fragiliza ainda mais todo esse setor. O Orçamento é uma peça que, pelo que estou percebendo e estudando hoje, dificilmente vai atender às questões eminentemente essenciais, porque estamos percebendo as dificuldades nos atendimentos na saúde, nos hospitais na própria educação. E, nesses momentos históricos de crise, a cultura passa a não ser a prioridade. Sabemos bem disso.

Não sei se não seria interessante e também oportuno fazermos uma comissão – nem precisa uma comissão – ou nos solidarizarmos com esse tema. Já percebi que V. Ex^a se solidarizou, tendo o apoio maciço da Comissão de Educação, sobretudo porque estamos aqui diante de uma ex-Ministra da Cultura.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho também um carinho muito grande por isso, Senador Roberto Muniz, Senadora Marta Suplicy e Presidente Lúcia Vânia, porque eu fui o Presidente da Comissão Mista que analisou a medida provisória que reconstituiu o Ministério da Cultura. Quando me convidaram, eu prontamente aceitei, porque entendo também que um país se constrói com cultura – aliás, sobretudo com cultura –, e cultura num sentido mais amplo, como já bem definiu aqui a Senadora Marta Suplicy, ou seja, não apenas a cultura dos eventos, mas a cultura do ser humano, do seu preparo, das oportunidades de ele conhecer conceitos, filosofias, métodos e sistemas que possam aprimorá-lo como ser humano como um todo, para ele enfrentar a vida e o mercado de trabalho e poder constituir a sua família.

Mais do que nunca, um país não se constrói apenas com largas avenidas, com arranha-céus, com prédios de tijolo, de concreto e cimento etc.; um país se constrói também com música, com educação, com patrimônio cultural, que, no caso, embora seja extremamente diversificado e forte no Brasil, está sempre abandonado, seja nos Municípios, seja nos Estados, seja na União, coisa que nós não observamos em países já mais desenvolvidos, que dão a essa área a atenção que ela, efetivamente, merece.

Aí, eu fico aqui me perguntando o seguinte: estudando um pouco essa questão do Orçamento, deparei-me com alguns números que são alarmantes, que são extremamente preocupantes. Primeiro, são os juros. Sobre os juros, a gente poderia discutir aqui que eles são altos porque é preciso controlar a inflação, porque se tem de controlar a demanda, pois, se não se controla a demanda, a inflação sobe etc. e tal. Mas é só no Brasil que esses juros são altos dessa forma. Nos Estados Unidos, por exemplo, os juros são de 1%; em Portugal, 1% ou menos de 1% agora. Vejam: a nossa pátria mãe, que nos descobriu. Nós poderíamos tomar o exemplo de Portugal. Ainda: no Japão, são de menos de 1%. Enquanto a nossa dívida em relação ao PIB não é tão grande – é de 70%, embora crescendo todo mês, todo ano, mas está em torno de 70% ou coisa parecida –, nos Estados Unidos, é muito mais do que o dobro disso.

Contudo, o problema não é o tamanho da dívida em relação ao PIB. O problema é o custo que essa dívida representa para nós. Enquanto os Estados Unidos remuneram a sua dívida em 1%, nós remuneramos a nossa em 12%, 13%, 14%, à taxa Selic etc. e tal, o que fica proibitivo.

Então, se nós tivéssemos uma taxa de juros menor, se nós pagássemos juros menores, se nós rolássemos menos a nossa dívida, se fizéssemos uma auditoria nessa dívida, porque, certamente, nós já pagamos isso ao longo da nossa história, nós poderíamos ter um pouco mais de recursos para investimento.

A outra questão que está aí na ordem do dia é a previdência social, que já consome quase 40% do Orçamento. E a reforma da previdência social está na pauta para ser discutida, a fim de vermos que projeto de lei nós vamos aprovar para que, efetivamente, as pessoas possam ter a sua aposentadoria garantida, mas, sobretudo, para destravar essa sangria que nos impede de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

construir novos investimentos, novas rodovias, novos investimentos em saúde, em cultura, em educação, etc.

Portanto, volto a insistir que acho que seria interessante, em função dessa questão peculiar do Ministério da Cultura, e tendo aqui uma ex-Ministra e uma pessoa ligada à área social, como foi V. Ex^a, que foi Ministra do Governo Fernando Henrique... Se não me engano, eu estava começando a minha vida pública naquela época; era Vereador e acompanhava o trabalho de V. Ex^a. Então, coloco como sugestão essa possibilidade, para que nós chamemos o Ministro ou vamos a S. Ex^a ou demonstremos a nossa preocupação com relação a esse tema. Caso contrário, nós conhecemos a realidade: quando o cobertor é curto e o corpo é muito alto, alguma parte vai ficar de fora dessa coberta, e eu espero que não seja efetivamente a cultura.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Dário.

Antes de passar a palavra ao Senador Roberto, quero aqui fazer justiça ao trabalho do Senador Dário. Nós aqui, da Comissão de Educação, detectamos que havia um projeto de lei que retirava da educação R\$100 milhões para a emissão de passaportes. Ele foi acionado pela Comissão e, imediatamente, tomou todas as providências, acionando o Ministro da Casa Civil e o próprio Ministro do Planejamento. E conseguiu mudar a fonte de recurso desse projeto de lei, que foi aprovado com o regime de urgência necessário, mas deixando o orçamento da educação para que seja utilizado na educação. Acho que esse foi o grande mérito do trabalho do Senador Dário e também da Comissão de Educação, que esteve atenta, através da minha assessoria, que está com lupa nos projetos de lei e com lupa estará quando o Projeto de Lei Orçamentária chegar à Comissão de Orçamento.

É nosso desejo, Senador, trazer para esta Comissão todo o orçamento da educação, cultura e esporte e dissecá-lo aqui, para que possamos realmente mostrar à sociedade brasileira que o limite de gastos não afetou a educação, como todos nós preconizamos, por ocasião da votação da PEC. Eu tenho certeza de que hoje, com o limite de gastos, nós teríamos de fazer a priorização necessária para que a educação, a saúde, a segurança pública e a assistência social não fossem prejudicadas pelo limite.

Portanto, quero mais uma vez parabenizar V. Ex^a e dizer que é uma honra para esta Comissão tê-lo aqui como Presidente da Comissão de Orçamento. Teremos a oportunidade de ter esse relacionamento estreito, e V. Ex^a terá sempre a oportunidade de ter esta Comissão à sua disposição para as explicações devidas ao Orçamento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só mais um minuto, Senadora Lúcia Vânia. Um minuto só, para, por justiça, mencionar aqui aos demais Senadores e à população brasileira que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado que o *start* dessa manifestação minha em





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

relação ao Governo, com relação a suprimir recursos da educação, partiu de V. Ex^a, que me telefonou alertando para esse problema. Então, quero parabenizar V. Ex^a e todos os seus assessores, porque, por justiça, devo creditar a V. Ex^a o início desse alerta que fiz ao Governo de que, imediatamente, da forma como o projeto tinha sido remetido, eu não poderia aceitá-lo. Não porque eu não poderia aceitar, mas porque tenho absoluta convicção de que todos os Parlamentares que compõem a Comissão iam ter dificuldades para votar a emissão de passaporte, o remanejamento de recursos para a emissão de passaporte subtraindo recursos da educação. Felizmente, se não foi a melhor medida, inclusive retiramos dos organismos internacionais, mas pelo menos, por alerta de V. Ex^a aqui, nós garantimos os recursos da educação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senador. Aqui a gente alerta muito, e às vezes o alerta desaparece nos corredores. E desta vez nós tivemos um resultado efetivo.

Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É só para solicitar ao Senador Dário Berger que, aproveitando este debate aqui, se fosse possível, depois nós marcássemos com o próprio Deputado Relator Cacá Leão e com V. Ex^a para que os diretores da Ancine pudessem dar um subsídio a V. Ex^{as}, não da importância da cultura como a entendemos necessária na construção da pessoa humana, mas principalmente – especialmente neste momento em que o Brasil precisa de novos empregos – o quanto a Ancine, através do seu trabalho, do Fundo do Audiovisual, ergueu uma nova indústria, que é a indústria do entretenimento, que é a economia criativa.

É muito importante entendermos isso no momento em que outras nações avançam sobre a estruturação da modernização dessa nova indústria do entretenimento e em que nós temos aqui uma matriz cultural que pode refletir uma forma de produzirmos cinema, produzirmos cultura, produzirmos teatro em que nós nos comuniquemos com o mundo todo. Nós podemos ser um celeiro de produção artística para o mundo por causa da nossa matriz. A nossa matriz cultural, a nossa diversidade, eu espero que ela se mantenha como algo prazeroso, de orgulho para o nosso País e que não avancemos sobre o sectarismo que às vezes tem batido à nossa porta. Os sectários aproveitam esse momento, Senador Dário Berger, de crise no Brasil para se colocarem como solução. Precisamos retomar o diálogo como uma base do crescimento nacional e a nossa diversidade como um orgulho deste País. É essa diversidade que pode fazer e gestar uma base de produção nacional, de conteúdo nacional para o setor do audiovisual, que pode nos estruturar uma cadeia nacional produtiva e de conquista também internacional.

Então, é muito importante a gente abrir esse espaço para que os técnicos desse setor possam nos dar a oportunidade de verificar que é, através também da cultura, que nós vamos gerar milhares e milhares de empregos no nosso País, quer dizer, todo o benefício da cultura de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

construção da nossa cidadania aliado a um forte potencial de capacidade de gerar emprego e fazer a economia do Brasil pujante. Esse é um apelo que a gente faz para que a gente possa ter este olhar também econômico e social das matérias relativas à cultura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria acrescentar ao ótimo discurso, com que concordo plenamente, do Senador Roberto que a cultura de um povo é que forma a identidade. Um povo é a sua cultura.

E, aí, em termos de produção de cinema, eu sempre coloquei que um dos instrumentos de um país é o *soft power*. E o *soft power* é usado através de cinema principalmente, que é a tradução da cultura de forma que chega rapidamente ao mundo inteiro.

Então, se nós formos pensar na história recente, como é que a França ficou conhecida? Como é que a Itália ficou conhecida? E os próprios Estados Unidos? Agora menos, os Estados Unidos, mas a gente pensava em Estados Unidos e o que se via era o que Hollywood vendia para a gente. Na França, nós tivemos os intelectuais franceses, as publicações francesas, o cinema francês, a gastronomia francesa. E, na Itália, o cinema, os monumentos e tudo mais. Isso é cultura.

E a nossa identidade, que nós temos também aqui, nós temos conseguido colocar no mundo através do cinema. Por isso, eu achei tão importante essa nova possibilidade financeira para a Ancine. Mas é necessário que a gente não a perca, porque eu lembro que é um setor que, numa crise, sofre muito, primeiro porque patrocinadores ficam mais difíceis – gente para pagar, agora, com a concorrência toda da Netflix, fica mais difícil.

Então, realmente, se há alguma coisa, Dário, em que a gente tem que colocar recurso, para preservar... Porque não é simplesmente a cultura indígena ou um museu. Não! É quem nós somos – é quem nós somos! E o cinema tem condição, assim como o teatro e as outras áreas também, de mostrar quem nós somos. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Marta, V. Exª teria uma sugestão para oferecer aos diretores de teatro que estão aqui, que vieram aqui em busca de um suspiro? V. Exª teria alguma sugestão?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não; eles são bem competentes! (*Risos.*)

Eles sempre conseguem, no fim das contas, alguma solução que não soluciona tudo, mas ajuda.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que talvez seja um momento mais difícil, porque nós temos peças, nós temos atores fantásticos, nós temos teatros, e nós não temos recursos para pô-los de pé. Essa é a questão. E isso já vem de muito tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu agradeço a presença dos Srs. Senadores e dos nossos visitantes.

Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar o Sr. Sérgio Sá Leitão, Diretor da Ancine, e a Fernanda, que nos honra com sua presença e que será sabatinada na próxima reunião.

Quero cumprimentar também e agradecer a presença de Eduardo Barata, Presidente da Associação de Produtores de Teatro, e de Bianca de Felippes, também Diretora, que nos honram com suas presenças aqui.

Agradeço a todos os assessores e a todos os nossos visitantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Ministro de Estado da Fazenda que seja solicitada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada àquela autoridade, as seguintes informações: 1) Foi aberto processo pela autarquia para investigar eventuais falhas das empresas de auditoria externa contratadas pela Petrobras nos últimos cinco anos para averiguar a qualidade e a confiabilidade de suas demonstrações contábeis? Se sim, quais foram as conclusões da investigação? Se não, a dimensão dos problemas descobertos, relativos a desvios de recursos e à sobreavaliação de ativos pelos balanços da Petrobras, não justificaria o procedimento de investigação das responsabilidades da auditoria externa?" **Autoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal, conforme art. 216 do RISF. **ITEM 2 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Ministro de Estado da Fazenda que seja solicitada ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), entidade vinculada àquela autoridade, as seguintes informações: 1) No âmbito de atuação do Conselho, houve, nos últimos cinco anos, a abertura de qualquer investigação relativa à atuação de empresas de auditoria externa? Se sim, quais os resultados da investigação?" **Autoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal, conforme art. 216 do RISF. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

24 de 2017 que: "Requer ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações: relação e disponibilização de documentos relativos a trabalhos de fiscalização e controle e medidas adotadas pelo tribunal nos últimos cinco anos, especialmente sobre os órgãos fiscalizadores, Polícia Federal e Ministério Público Federal, em decorrência das auditorias realizadas pelas empresas KPMG e PricewaterhouseCoopers, suspeitas de irregularidades, em empresas públicas e privadas de capital aberto." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 1608/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente as fiscalizações dos estágios dos financiamentos federais, a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos prevista na Matriz de Responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa do Mundo de 2014. (TC 009.205/2013-6)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo conhecimento e arquivamento do aviso. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico." **Autoria:** Deputado Jefferson Campos. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CTFC. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica." **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2015 - Terminativo** - que: "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores sejam higienizados com regularidade." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Marcos Montes. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre o oferecimento aos consumidores de data e turno de entrega de produtos e prestação de serviços." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 674, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para inserir como direito do usuário de serviços públicos a informação dos subsídios presentes nas tarifas cobradas pelas prestadoras de serviço público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros de elevadores, em caso de falha elétrica." **Autoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Sen. Gladson





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2017 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros." **Autoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 25 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 23 de 2017, desta Comissão, de forma a alterar o convite para participar da audiência pública, para discutir o envolvimento ou até cumplicidade das empresas de auditoria externa e consultoria em possíveis crimes de adulteração de balanços e relatórios contábeis de empresas privadas e públicas, com vistas a encobrir desvios, mal feitos e pagamentos de propinas a agentes públicos, para incluir o seguinte convidado: Idésio da Silva Coelho Junior, Presidente do Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos aos itens da pauta.

Item 1.

ITEM 1

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Ministro de Estado da Fazenda que seja solicitada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada àquela autoridade, as seguintes informações: 1) Foi aberto processo pela autarquia para investigar eventuais falhas das empresas de auditoria externa contratadas pela Petrobras nos últimos cinco anos para averiguar a qualidade e a confiabilidade de suas demonstrações contábeis? Se sim, quais foram as conclusões da investigação? Se não, a dimensão dos problemas descobertos, relativos a desvios de recursos e à sobreavaliação de ativos pelos balanços da Petrobras, não justificaria o procedimento de investigação das responsabilidades da auditoria externa?

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Então, essas são as indagações e o objetivo deste requerimento.

O requerimento é de minha autoria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento.

Aproveito para cumprimentar o Senador Dário Berger. Seja bem-vindo, Senador!

Quanto ao primeiro requerimento, Senador Berger, estamos aqui buscando informações junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sobre as auditorias verificadas na nossa grande Petrobras, nesses últimos anos. Perguntamos se a CVM tinha algumas informações e quais foram os procedimentos que a Comissão de Valores Mobiliários adotou diante de possíveis irregularidades. Então, esta douta Comissão eu percebo que tem o dever de buscar essas informações junto à CVM.

O requerimento do item 2 da pauta também vai, mais ou menos, nessa direção, só que com relação ao Coaf.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2**MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2017**

Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Ministro de Estado da Fazenda que seja solicitada ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), entidade vinculada àquela autoridade, as seguintes informações: 1) No âmbito de atuação do Conselho, houve, nos últimos cinco anos, a abertura de qualquer investigação relativa à atuação de empresas de auditoria externa? Se sim, quais os resultados da investigação?

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

O requerimento é de minha autoria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esse aqui também, Senador Berger, é para o Coaf nos informar sobre se, nessas auditorias externas, havia informação a respeito de alguma investigação em curso. Eu também vejo como bom alvitre que nós, desta Comissão, saibamos o que o Coaf tinha de informação com relação a essas empresas de auditoria. Em especial eu me refiro à Price, que é uma empresa mundial de auditoria, americana.

Logo quando explodiu a Lava Jato, com relação à Petrobras, os americanos chamaram a Petrobras e disseram: "Vamos fazer um acordo que para vocês vai ficar muito melhor, pelos danos que vocês causaram ao povo americano." Aí pediram US\$6 bilhões, na época, e a Petrobras fechou em US\$2,7 bilhões.

Pois bem, até aí eu concordo. Mas quem auditou a Petrobras nos últimos anos foi exatamente essa empresa de auditoria, Price, que disse, nos seus balanços, que a Petrobras era uma empresa extremamente viável e que suas contas estavam devidamente regulares. Então, agora vamos ver se a Petrobras realmente causou esses danos ao povo americano, para ser ressarcido em US\$2,7 bilhões, ou se foi abonado, pelos próprios americanos, tudo isso que aconteceu dentro da nossa Petrobras.

Inclusive eu tenho um requerimento, Senador Dário, convocando essa empresa de auditoria e também outras mais. Interessante que, depois que aprovamos o nosso requerimento aqui, a CVM abriu várias frentes de investigações em cima dessas empresas de auditoria, porque eles são responsáveis, eles que batem o carimbo e assinam embaixo. Eu tenho dito que os números não mentem, quem mente são os homens. Então, vejo que isso é muito importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Dário, numa simples fala de um Senador da República a gente, às vezes, imagina... Principalmente eu que venho da iniciativa privada e cheguei agora, recentemente, na política, às vezes, percebo que a minha pequena fala não representa tanto; mas representa muito! Esse é um exemplo. Depois que eu falei sobre essas empresas de auditoria, chamei a atenção do povo brasileiro e principalmente da Comissão de Valores Mobiliários, que deveria estar muito atenta para isso, mas, lamentavelmente, as coisas no Brasil, principalmente na área pública, não aconteciam. Mas agora estão acontecendo, para o bem do povo brasileiro.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24, de 2017

- Não terminativo -

Requer ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações: relação e disponibilização de documentos relativos a trabalhos de fiscalização e controle e medidas adotadas pelo tribunal nos últimos cinco anos, especialmente sobre os órgãos fiscalizadores, Polícia Federal e Ministério Público Federal, em decorrência das auditorias realizadas pelas empresas KPMG e PricewaterhouseCoopers, suspeitas de irregularidades, em empresas públicas e privadas de capital aberto.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Também estou indagando ao Tribunal de Contas da União sobre o trabalho dessas duas empresas, KPMG e Price, que são de auditoria. Isso é muito grave! E o Código Penal é muito claro ao dizer que qualquer funcionário público que diretamente ou indiretamente mexe com a coisa pública responde criminalmente. Então, essas empresas aqui... Eu imagino que fechem contratos milionários com essas grandes empresas.

No começo da minha vida profissional, eu constituí uma empresa de consórcio, o Consórcio Araguaia. Eu faço questão de dizer que chegou ao oitavo lugar, no País, em termos de números de consorciados. Chegamos a quase 100 mil consorciados ativos. E éramos fiscalizados e autorizados pelo Banco Central do Brasil. Eu digo que ali são técnicos da mais alta competência e de seriedade, evidentemente.

Nós éramos obrigados a contratar auditores independentes e assim fazíamos. Existe uma regra de que a cada dois anos, naquela época, nós tínhamos que mudar de empresa de auditoria, para aquela coisa não ficar com um funcionário a mais dentro da empresa. Ali, então, eu percebi, como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contador que também fui, a tamanha responsabilidade que é para uma empresa dessa de fiscalização, de auditoria.

Portanto, esse requerimento é de minha autoria e aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Dário, aqui há vários projetos não terminativos. Eu pergunto a V. Ex^a, porque hoje há várias Comissões, apesar do processo que está em curso no TSE, se V. Ex^a gostaria de fazer algumas relatorias *ad hoc*? Uma certa vez eu disse para o Otto: "Olha, eu não gosto de fazer relatoria *ad hoc*. Como vou aprovar um requerimento que eu estou simplesmente lendo?" Se V. Ex^a quiser, nós podemos aqui aprovar alguns não terminativos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Posso sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode? Então, vamos lá.

A Senadora Vanessa está chegando.

Excelente. Agradeço antecipadamente a V. Ex^a.

Então, vamos ao item 6, Senador Dário Berger.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico.

Autoria: Deputado Jefferson Campos

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

-A matéria constou na pauta da reunião de 31/05/2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Olhem que projeto interessante.

Agora, *ad hoc*, será relatado pelo Senador Dário Berger, que tem a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Bem, Presidente, com muito prazer, eu assumo essa importante responsabilidade de relatar um projeto cujo Relator é o nobre e eminente amigo Sérgio Petecão.

E o relatório é o seguinte, Sr. Presidente. Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão recebe o projeto de lei, como V. Ex^a mesmo mencionou, que institui o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer como obrigatória a existência nos veículos automotores de dispositivo antiesmagamento na janela cujo vidro é acionado por circuito elétrico.

A proposição tem três artigos, Sr. Presidente. O autor justifica a proposta pela necessidade de evitar a ocorrência de acidente nos quais os ocupantes do veículo possam ser feridos gravemente pela compressão de partes de seus corpos pelo vidro contra a travessa da janela, especialmente quando os envolvidos são crianças pequenas ou bebês. Inclusive, o autor relata na justificação a morte de uma criança de três anos em Santos, nesta circunstância.

A proposta tramitou, inicialmente, e exclusivamente, para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na qual recebeu o relatório, com voto pela aprovação, com emenda do Relator, Senador José Medeiros. Entretanto, a proposição não foi apreciada na CMA e, em razão da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente e desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a matéria foi tramitada para esta Comissão, e aí vem a análise propriamente dita, Sr. Presidente.

Como relatado, a CMA não chegou a apreciar o relatório do Senador José Medeiros. No entanto, ao registrar a concordância com seu voto, passo a adotar seus fundamentos e, principalmente, a sua conclusão, menciona o Senador Sérgio Petecão.

Nos termos do art. 102-A, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, especialmente as medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado entre fornecedores e consumidores.

O PLC nº 14, de 2016, versa sobre norma disciplinada no Código de Trânsito Brasileiro, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, conforme determina o art. 22, da Constituição Federal.

A proposição não avança nas matérias cuja iniciativa é vedada aos membros do Parlamento, por serem de competência privativa do Presidente da República. A Constituição Federal atribui ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Congresso Nacional e a qualquer de seus membros a iniciativa para a proposição de leis relativas às matérias de interesse da União. Ademais disso, o art. 5º, inciso XXXII, determina que o Estado promoverá a defesa do consumidor.

No mérito, a proposição tem a virtude de proteger a vida e a segurança dos usuários de veículos automotores e mitigar os riscos de lesão e morte, ao instituir a obrigatoriedade do dispositivo antiesmagamento nas janelas de veículos automotores que possuem os vidros automatizados eletronicamente.

Observamos, contudo, que o PLC não diferenciou a aplicação da norma entre os veículos para o mercado doméstico daqueles destinados exclusivamente à exportação, razão pela qual emendamos a proposição.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA

O art. 2º do PLC nº 14, de 2016, terá a seguinte redação:

Art. 2º O art. 105, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105.....

.....
VIII – dispositivo antiesmagamento nas janelas dos veículos automotores que possuam os vidros automatizados eletronicamente, segundo normas estabelecidas pelo Contran.

.....
§6º As exigências estabelecidas nos incisos VII e VIII do *caput* deste artigo não se aplicam aos veículos destinados à exportação."

É o relatório, Sr. Presidente, que submeto à sua apreciação e dos demais Senadoras e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Senador Dário Berger.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do projeto com uma emenda.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria segue ao plenário do Senado Federal.

E vamos, então, aqui, Senador Berger, cumprimentar nossa Senadora tão atuante, mas ferrenha. É duro combater, é duro debater com ela.

Vamos, então, ao item 4 da pauta.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1608/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às fiscalizações dos estágios dos financiamentos federais, a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos prevista na Matriz de Responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa do Mundo de 2014. (TC 009.205/2013-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Sr. Presidente, V. Exª já localizou o número do TC, do processo do Tribunal de Contas. Então, eu vou passar logo adiante, à leitura do relatório.

O relatório trata de consolidar as constatações decorrentes de 36 fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas, cujos objetivos foram: as obras de construção, reforma e ampliação das arenas esportivas; de terminais aeroportuários e portuários; mobilidade urbana; ações de melhoria e aumento da capacidade de infraestrutura dos serviços de telecomunicações; ações de segurança pública e de defesa civil; além das ações necessárias à regulação da oferta e demanda de serviços hoteleiros.

Essas fiscalizações ocorreram por conta da realização da Copa do Mundo de 2014 e foram realizadas no mês de fevereiro, Senador Ataídes, do ano de 2014. É algo, assim, que, eu já relatei vários processos nesse sentido e acho que nós precisamos mudar a legislação, a regra ou do Regimento Interno, ou a legislação, porque estamos lendo algo que já está ultrapassado, já houve outras





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fiscalizações. V. Ex^a, como Presidente da Comissão, poderia até ver como é que a gente promove algumas mudanças nesse aspecto.

O trabalho apresentado pelo TCU, que apreciou essas fiscalizações e determinou a fiscalização, trata de verificar a questão da Matriz de Responsabilidade que foi determinada pelo TCU, pelo Tribunal de Contas da União, e, conforme consta do relatório, inicialmente, 94 projetos de infraestrutura, que somaram mais de R\$23 bilhões em investimentos, constavam da Matriz de Responsabilidade.

Com o transcurso do tempo, vários empreendimentos tiveram metas parciais ajustadas e outros foram excluídos da matriz por não serem passíveis de conclusão a tempo de serem utilizados no período da Copa do Mundo. Na minha cidade, Manaus, por exemplo, a mobilidade urbana foi retirada dessa Matriz de Responsabilidade da Copa de 2014.

Como resultado das fiscalizações, o TCU empreendeu e determinou que a maior parte dos projetos de investimento apresentavam atrasos no estágio de execução física, alguns com pouca probabilidade, inclusive, de serem utilizados durante o campeonato, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, e eu aqui fiz uma leitura bem resumida, nós acreditamos que a melhor providência a tomar, quanto ao relatório em questão, é conhecer da matéria para aguardar o desdobramento dos trabalhos do Tribunal de Contas da União, quando deverá ser disponibilizada melhor avaliação do esperado legado da Copa do Mundo.

Repetindo, Sr. Presidente, porque até hoje perduram, por mais que estivessem sendo várias obras concluídas, mas perduram não só análise pelo Tribunal de Contas, mas, inclusive, investigações no âmbito até judicial.

Então, em relação a esse relatório em tela, o que determina a regra legislativa é a tomada do conhecimento e encaminhar para que V. Ex^a determine o seu arquivamento.

Portanto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso CMA AMA nº 6, de 2014, do Tribunal de Contas da União.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

E esta recomendação de V. Ex^a, Senadora Vanessa, com relação a este aviso, vamos colocar, com tardia chegada aqui, na nossa Comissão, antigamente a Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, hoje está nesta Comissão, a qual eu presido, de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. E eu tenho informação de que este aviso chegou aqui um ano atrás, na Casa, mas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mesmo assim, muito tarde. E nós sabemos que o TCU é um órgão de fiscalização externa e submetido evidentemente a este Congresso Nacional.

Eu vou fazer um expediente ao TCU para que nos informe, com a maior brevidade possível, o resultado dessas auditorias, desses acórdãos, como foi muito bem lembrado por V. Ex^a.

Portanto, está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

O aviso será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para que se proceda o devido arquivamento.

Vamos ao item 8 da pauta.

Permita-me, Senadora, dizer que eu queria tanto vê-la aqui mais um pouquinho.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Caiado está presidindo a Comissão de Assuntos Sociais. Eu negocieei com ele que viria aqui rapidinho, e ele colocaria meus requerimentos lá por último para votação, porque, se eu não estiver presente, não serão votados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, não vamos dar o contra. Não é, Senador Dário?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

Então, vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga, amigo de Estado da Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou nas pautas das reuniões de 26/04/2017, 03/05/2017, 10/05/2017 e 31/05/2017.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

-O relatório atual foi apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Eu também vou fazer uma leitura bem resumida, visto que já está publicado há bastante tempo o relatório. E não apenas o Senador é do meu Estado do Amazonas, como também foi Ministro de Minas e Energia. Tem a formação como engenheiro electricista, e certamente um projeto de sua autoria que trata dessas questões obviamente que é um projeto muito sólido.

A proposição apresentada pelo Senador Eduardo Braga, que tomou o número de Projeto de Lei do Senado de nº 505, de 2003, objetiva conferir o subsídio tarifário às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, inscritas no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, sob a forma de um desconto, progressivo e inversamente proporcional ao consumo de água, nas faturas do serviço.

Primeiro, cabe a esta Comissão analisar o projeto. Não identificamos nenhum vício de constitucionalidade ou juridicidade. E trata de uma matéria cuja competência de legislar pode ser, sim, de iniciativa do Parlamentar.

Estamos de acordo, portanto, com o autor da proposição.

Quanto ao seu mérito, é evidente, o Poder Público tem a obrigação de facilitar o acesso da população a bens jurídicos fundamentais e necessários a uma existência digna. Entre esses bens a água potável se destaca, porque ela é essencial à vida. A depender das condições físicas particulares, o corpo humano sobrevive sem água por pouco tempo, em torno de três a cinco dias. E garantir o acesso à água potável é crucial se quisermos diminuir os riscos de desenvolvimento de doenças da população.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dessa forma, devemos apoiar com entusiasmo a proposta de instituir a tarifa diferenciada sobre o consumo de água para beneficiar as famílias de baixa renda, propiciando-lhes a ampliação do acesso a esse bem fundamental.

Outro aspecto positivo que verificamos é o estímulo ao consumo consciente da água, uma vez que o desconto aumenta à medida que o consumo reduz.

Entendemos que a proposição pode contribuir efetivamente para a diminuição do desperdício de água, o que decerto vai ao encontro da demanda mundial por sustentabilidade das ações humanas em interação com o meio ambiente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria.

O projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos para o item 8 da pauta.

Eu solicito ao Senador Dário Berger, se possível, que faça a relatoria *ad hoc* do item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersectorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica.

Autoria: Senador Ruben Figueiró





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou nas pautas das reuniões de 03/05/2017, 10/05/2017 e 31/05/2017.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

-O relatório atual foi apresentado pelo Senador Romero Jucá na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.

Projeto de autoria do nosso querido Senador Ruben Figueiró, do PSDB.

Lembra dele, Senador Flexa? Cumprimento V. Ex^a, cumprimento também o nosso querido Senador Dalirio.

A relatoria é do Senador Romero Jucá, que está em outra Comissão.

O Senador Dário Berger se dispôs a fazer a relatoria *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

V. Ex^a já enunciou perfeitamente o objetivo e o significado do projeto, que se encontra neste colegiado para exame e deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O art. 1º do projeto propõe o acréscimo do art. 8º-A à Lei nº 8.918, como bem mencionou V. Ex^a, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

O art. 2º, cláusula de vigência, fixa que a lei que resultar da aprovação do projeto entre em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Ao justificá-lo, o autor aponta que um dos aspectos menos debatidos sobre o consumo de bebidas alcoólicas é pertinente às suas informações nutricionais, em especial o valor energético dessas bebidas. Salienta, inclusive, que as bebidas destiladas contêm elevado teor calórico, o que corrobora a relevância da proposta para o momento atual, assinalado por crescimento significativo e contínuo das prevalências do sobrepeso e da obesidade.

Posteriormente, o PLS 360, de 2014, será remetido à Comissão de Assuntos Sociais em regime de decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Partindo para a análise propriamente dita, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de temas relativos à defesa do consumidor, consoante o art 102-A, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal.

Para avaliação de mérito, é mister enunciar dois dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC). O seu art. 6º, inciso III, prevê como direito básico do consumidor, além de outros, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição e qualidade, ao passo que o art. 31, *caput*, do CDC impõe ao fornecedor o dever de prestar ao consumidor informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa acerca das características, qualidades, quantidade e composição, entre outros dados.

Observe-se que o fato de o consumidor brasileiro já estar habituado a conferir os rótulos das embalagens de produtos constitui um ganho expressivo. Em nosso entendimento, essa conquista decorre da regra contida nesses dispositivos da Lei nº 8.078, de 1990.

Entretanto, nem todos os consumidores têm ciência de que as bebidas alcoólicas podem conter alto valor calórico. Um copo grande de vinho pode ter cerca de 200 calorias. Assim, ao ingerir bebida alcoólica, o consumidor mais desatento pode não perceber o risco a que está exposto – sobrepeso e obesidade –, porque não é obrigatória a informação do conteúdo energético no rótulo.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Portanto, o mérito da proposição reside em proporcionar ao consumidor informação mais completa, para que ele disponha de mais elementos para um consumo sobretudo consciente.

Como se depreende, a proposta está em perfeita consonância com as disposições da norma consumerista.

A nosso ver, o projeto de lei em apreciação concorre para o aprimoramento da referida Lei nº 8.918, de 1994. E, portanto, concluímos que o PLS nº 360, de 2014, é relevante e oportuno.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª, Senador Dário.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria.

O projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Aproveitando da boa vontade do Senador Dário, vamos também ao outro item não terminativo que é o de nº 7 da pauta.

V. S^a poderia fazer essa relatoria *ad hoc*?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Presidente Ataídes, vou tentar resumir o relatório, uma vez que ele está à disposição, já há algum tempo, em publicação pertinente ao assunto, haja vista que é relativamente extenso, pelo que estou percebendo aqui.

Então, passo a fazer a leitura do relatório. Como bem encaminhou, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 662, de 2011, de autoria da Senadora Ângela Portela, tem por finalidade garantir ao usuário de serviços de telecomunicações o recebimento de informações técnicas e dos preços dos serviços prestados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diz o Senador Acir Gurgacz, a quem tenho o prazer de substituir nessa relatoria. Concordamos integralmente com o relatório anteriormente apresentado pelo Senador João Alberto Souza, cujos termos passamos a seguir a transcrever.

O art. 1º modifica o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e acrescenta parágrafo único a esse artigo. A redação atual do inciso VII prevê a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las nas condições definidas na lei, bem como para homologar reajustes. O projeto inclui ao final do dispositivo a expressão "bem como classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados em regime privado". O parágrafo único acrescentado ao art. 19 pelo projeto estabelece que, entre aspas: "a classificação e organização da oferta de planos e serviços prestados em regime privado de que trata o inciso VII visa a facilitar a compreensão, comparação e seleção, pelo usuário da prestadora, do produto mais adequado ao seu perfil."

O art. 2º acrescenta inciso IV e parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 9.472, de 1997.

O art. 3º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificção, Sr. Presidente, do projeto, sua autora afirma que o excesso de planos de serviço e a omissão de informações relevantes sobre características e preços dos serviços, ou a simples dificuldade em compreendê-los, torna a tarefa de selecionar a prestadora e o produto mais adequado, complexa e, por vezes, impossível para o cidadão comum.

A análise, Sr. Presidente.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União e, portanto, do Senado Federal, que tem iniciativa para essa finalidade.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice nenhum quanto à sua constitucionalidade, tampouco se verifica vício injuridicidade.

No tocante ao regime de regimentalidade, como já mencionei, está evidentemente baseado no disposto no art. 102, "a", do Regimento Interno desta Casa. Portanto, de competência do Senado Federal.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor. Portanto, representa um aperfeiçoamento da legislação e esse é o grande objetivo do projeto.

No concernente à possibilidade de dotar a Agência Nacional de Telecomunicações de competência para classificar e organizar a oferta de planos e preços dos serviços prestados em regime





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

privado, entendemos que essa atribuição poderá prejudicar a inovação e a criatividade das operadoras na prestação dos serviços de telecomunicações, razão pela qual opinamos pela retirada desse dispositivo do projeto, em que pesem as considerações tecidas pela autora da proposição.

Então, Sr. Presidente, acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada, a não ser quanto a pequeno aprimoramento no que se refere à apresentação de um único artigo para proceder às alterações propostas na Lei nº 9.472, de 1997.

Assim, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2011, com as duas emendas a seguir indicadas:

EMENDA Nº 1 – CTFC

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLS nº 662, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'Art. 3º.....

.....
Parágrafo único. A informação a que se refere o inciso IV será prestada em formato que facilite a compreensão pelos usuários e a comparação com as demais alternativas de mercado.' (NR)"

Outra emenda, Sr. Presidente:

EMENDA Nº 2 – CTFC

Suprima-se o art. 2º, renumerando-se o art. 3º como art. 2º.

Esse é o relatório – Sala das Comissões, 30 de maio de 2017 –, que tenho a honra de relatar, que é do eminente Senado Acir Gurgacz, e o qual submeto à apreciação de V. Exª e dos demais Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mais uma vez, agradeço a V. Exª, Senador Dário.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do projeto com duas emendas.

Conforme relatado por V. Ex^a, a matéria vai à CCT.

Nós temos aqui o item 9, que é um item terminativo, porém, com votação simbólica.

O Senador Dalirio poderia relatar *ad hoc*, Senador?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem, então, vamos lá.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2015

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores sejam higienizados com regularidade.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

-A matéria constou nas pautas das reuniões de 03/05/2017 e 31/05/2017.

-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

-O relatório atual foi apresentado pelo Senador João Capiberibe na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.

É um projeto do nosso querido amigo e competente Senador Alvaro Dias.

A relatoria é do Senador João Capiberibe.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Ex^ª, Senador Dário Berger, se dispôs a fazer a relatoria *ad hoc*. Com a palavra o Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – É com satisfação que fazemos a relatoria *ad hoc*. Embora, digamos, que o projeto tenha méritos, ele vai ser declarado prejudicado, ou seja, pela sua prejudicialidade. E o relatório é do Senador João Capiberibe.

Relatório.

É submetido à apreciação deste colegiado, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 180, de 2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que obriga os estabelecimentos comerciais à higienização diária de utensílios (carrinhos e cestas) por eles disponibilizados para a compra de mercadorias.

O PLS nº 180, de 2015, é estruturado em dois artigos.

O art. 1º propõe o acréscimo de art. 11-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O *caput* do art. 11-A impõe aos estabelecimentos comerciais a higienização – a cada 24 horas – dos utensílios (carrinhos e cestas) por eles disponibilizados para o acondicionamento de mercadorias. O seu §1º determina a higienização diária dos carrinhos destinados às crianças. Consoante o disposto no §2º, o processo de higienização deverá assegurar a eliminação dos microrganismos nocivos à saúde humana e dos resíduos acumulados nesses utensílios devido ao uso. O §3º define que, na hipótese de higienização com bactericida de duração prolongada, a nova higienização deverá ocorrer sempre na data da expiração do prazo de proteção da higienização anterior.

O art. 2º fixa que a lei em que eventualmente se converter a proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de temas referentes à defesa do consumidor, consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

De antemão, cumpre-nos informar que tramitou nesta Casa e foi objeto de exame pela Comissão de Meio Ambiente outra proposição legislativa versando sobre o mesmo assunto. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2015, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a sua aprovação pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, e sem que tenha havido interposição de recurso para sua apreciação em plenário, o PLS nº 445, de 2015, seguiu à Câmara dos Deputados.

Dessa forma, desde 26 de outubro de 2015, o PLS nº 445, de 2015, tramita em regime de prioridade, na Câmara dos Deputados, onde passou a ser identificado como Projeto de Lei nº 3.411, de 2015.

Naquela Casa, a proposição foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões, de acordo com o disposto no art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Como se depreende da leitura da ementa da proposição enviada à Casa Revisora, o teor do PLS 180, de 2015, é semelhante ao do PLS 445, de 2015, já aprovado pelo Senado Federal.

Assim, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2015.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Dalirio.

Em discussão. (*Pausa.*)

Mas, como esse relatório lido agora *ad hoc* pelo Senador Dalirio Beber... Nós temos dois DB. E, por incrível que pareça, Senador Flexa, do nosso mesmo querido Estado de Santa Catarina: o Dário Berger e Dalirio Beber. E aqui muita gente faz confusão, e é normal. Duas figuras extraordinárias que esta Casa tem, dois Senadores muito experientes.

Pois bem, então, conforme a relatoria do Senador Dalirio Beber, é pela prejudicialidade da matéria.

A votação será realizada, portanto, simbolicamente, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Não havendo quem queira discutir, em votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela declaração de prejudicialidade da matéria.

O projeto seguirá para o plenário do Senado Federal, para as providências do art. 334 do Regimento Interno.

E aqui nós temos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... o item 14,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... de relatoria de V. Ex^a, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu iria pedir a V. Ex^a, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer a inversão de pauta para os itens 13 e 14, de minha relatoria. O 14 é de autoria do Senador Dário Berger, aqui ao meu lado, competente Senador e experiente também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos, então, pela sequência. Vamos ao item 13 e, depois, então, ao 14.

Mas, quanto ao 13, seria tão somente a leitura. Não é isso? Então, somente a leitura, tanto quanto ao 13 como ao 14, porque nós não temos quórum suficiente, mas já vamos dar um bom andamento a essas duas matérias.

Então, item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou na pauta da reunião de 31/05/2017.

-Matéria apreciada pela CAS com parecer favorável ao projeto.

Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que fará, portanto, somente a leitura, e será levado à votação, imagino eu, se tivermos quórum, na próxima reunião da semana seguinte.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o PLS nº 460, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que acrescenta ao art. 39 do Código de Defesa do Consumidor o inciso XIV, de forma a prever como abusiva a prática, por parte do prestador de serviço de saúde, de exigir, previamente ou com anterioridade à prestação de serviço em atendimentos de urgência e emergência, caução, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, garantia ou depósito de qualquer natureza.

Na justificativa, argumenta o autor que a exigência de cauções e depósitos relativos aos serviços de saúde gera situações de constrangimento e mesmo de risco de vida.

Aduz que os beneficiários de plano de saúde já se encontram protegidos de tal prática por conta de resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar, mas que os pacientes encontram-se desprotegidos. Afirma que a proposição aumentará a proteção dos pacientes e de seus familiares.

A proposição foi originalmente distribuída à CAS e à Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 7 de março de 2012, a CAS aprovou relatório da Senadora Vanessa Grazziotin pela aprovação.

Na CMA, a proposição foi novamente relatada pela Senadora Vanessa Grazziotin, que apresentou, em 28/6/2012, relatório pela prejudicialidade, por conta do advento da Lei nº 12.653, de 28 de maio de 2012, que tipifica o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na ocasião, entendeu a Senadora que a matéria já estaria suficientemente disciplinada. Tal relatório não chegou a ser apreciado pela CMA.

Em 19/3/2014, o PLS foi desapensado do PLS nº 281, de 2012, e do PLS nº 283, de 2012, depois que o voto apresentado na 11ª Reunião da Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor não tratou da questão disciplinada pela proposição.

Uma vez que a matéria já havia sido instruída pela CAS, a proposição foi encaminhada à CTFC, em decisão terminativa.

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

A matéria tratada é de competência legislativa concorrente e inexistente óbice quanto à iniciativa legislativa por parte de Parlamentar.

Não se verifica qualquer dispositivo que afronte a Constituição.

Quanto à questão da juridicidade, nota-se que a alteração introduzida pelo PLS é harmônica em relação ao sistema do Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, é inegável que a previsão trazida pelo PLS nº 460, de 2011, constitui relevante aperfeiçoamento da esfera de proteção jurídica do consumidor brasileiro, já que veda que prestadores de serviços privados de saúde exijam dos pacientes e suas famílias o fornecimento de garantias prévias ao atendimento. Tal exigência muitas vezes pode colocar a saúde e a própria vida em risco e já foi objeto de proibição por parte de decisão da ONS, que vetou que os serviços contratados pelos planos de saúde cobrem o fornecimento de caução, depósito ou qualquer outra forma de garantia antes da prestação dos serviços.

Essa norma, todavia, alcança apenas os pacientes ligados ao plano de saúde, não protegendo aqueles que pagam os serviços diretamente com seus próprios recursos. Nesse contexto, faz bem o PLS ao estender, por meio de acréscimo de norma expressa no Código de Defesa do Consumidor, essa proteção a todos os consumidores.

Noto que não há que se falar em prejudicialidade decorrente da edição da Lei nº 12.653, de 2012, já que esta cuida de matéria penal, enquanto aquela traz normas de natureza civil.

Registre-se, por fim, que a previsão contemplada não gera custos extras significativos na cadeia de fornecedores dos serviços de saúde. Por outro lado, é inegável que se trata de medida que aumentará enormemente a proteção dos consumidores em situação de vulnerabilidade.

Voto, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 460, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Conforme já falei logo no início, Senador Flexa, vamos ficar tão somente com a leitura e aguardando então a reunião seguinte.

O Projeto de Lei 460, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, Relatado por V. Ex^a, é de extrema importância para a nossa população. Apesar de a nossa competente imprensa fazer esse trabalho periodicamente, com esse projeto, torna-se obrigatório que essas empresas, então, mantenham o consumidor informado sobre esses reservatórios.

Assim, os nossos consumidores, de uma forma geral, terão mais responsabilidade no consumo desse produto tão valioso que é a água e evitarão o desperdício. É muito interessante e de bom alvitre, vamos colocar assim, a aprovação desse projeto.

Portanto, foi feita a leitura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Ciro Nogueira foi muito objetivo quando propôs esse projeto, que dá garantia àquilo que há de maior valia, que é a vida das pessoas.

Então, lamentavelmente, ainda existe essa prática de que, quando a pessoa procura, em estado de emergência – não é em um atendimento seletivo –, uma unidade de saúde, para ser atendido, algumas delas, ainda, como eu disse, lamentavelmente, só atendem depois de ter a garantia, ou com cheque, ou com depósito, de alguma maneira, pondo em risco a vida daquele que a procurou em estado de emergência.

O projeto do Senador Ciro torna obrigatório esse atendimento, até depois de ser atendido. Quer dizer, retirado o risco de vida do consumidor, do indivíduo, aí, sim, ele pode ir buscar as formas de ser ressarcido, até porque, se não houver condições de a pessoa pagar pelos serviços e não tiver plano de saúde, Senador Dário, Senador Dalirio, ele pode recorrer ao SUS, porque todo brasileiro tem direito a atendimento de saúde gratuito pelo SUS. Então, a unidade de saúde, a empresa que fizer esse atendimento de emergência faz a solicitação de pagamento ao SUS.

Até do contrário existe, que dizer, aqueles que possuem plano de saúde e são atendidos emergencialmente em uma unidade do Estado, essa unidade pode e deve ser ressarcida pelo plano de saúde dos gastos que teve naquele atendimento. É a mão invertida que dá essa segurança a todos nós, brasileiros, de não sermos barrados em um atendimento de emergência. Até, algumas vezes, você não pode nem... Está fora, desacordado, com alguém que o leva lá. Então, tem que ser realmente atendido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E vamos esperar o quórum para que possamos aprovar o projeto do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a, mais uma vez, porque eu fiz um comentário aqui sobre o item 10, que eu acabei de ler aqui, sozinho, que é o Projeto do Senado Federal nº 444, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana e de minha relatoria, que fala, que institui como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica.

Então, eu peguei a relatoria de V. Ex^a e fiz o comentário em cima da minha relatoria. Então, agradeço, mais uma vez, que eu estou retificando, então, minha falha com relação ao meu comentário com relação ao Projeto nº 460, de 2011.

Portanto, está lido, então, o relatório do projeto de lei ora citado, e vamos, então, aguardar a próxima reunião.

Vamos ao item 14 da pauta, Projeto de Lei nº 636, de 2015, que também é terminativo. E faremos, portanto, Senador Flexa, somente a leitura.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou nas pautas das reuniões de 26/04/2017, 03/05/2017 e 31/05/2017.

-Matéria apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

É um projeto de muita relevância do Senador Dário Berger, aqui presente.

Com a palavra Senador Flexa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 636, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, tem por fim determinar que os produtos dietéticos sejam expostos à venda em gôndola específica dos estabelecimentos comerciais.

O autor defende que a proposição facilita sobremaneira o acesso das pessoas com diabetes aos produtos dietéticos, aspas, "que usualmente consomem, reduzindo o tempo para que encontrem o produto desejado e, com isso, assegurem a sua compra", fecho aspas.

O projeto de lei foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, que emitiu parecer favorável à aprovação do projeto, e a esta Comissão para decisão terminativa.

A análise, Sr. Presidente, diz que o projeto cuida de matéria da competência legislativa concorrente da União e dos Estados. Cabe ao Congresso dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar. Ademais, a proposta não contraria qualquer dispositivo constitucional.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no Regimento Interno.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, somos pela aprovação. A oferta dos produtos dietéticos em local específico facilitará a busca por parte dos consumidores que dependem de alimentos especiais.

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 29, de 1998, aprovou o Regulamento Técnico referente a Alimentos para Fins Especiais, de acordo com o qual os alimentos para fins especiais são alimentos especialmente formulados ou processados, nos quais se introduzem modificações no conteúdo de nutrientes, adequados à utilização em dietas, diferenciadas e/ou opcionais, atendendo às necessidades de pessoas em condições metabólicas e fisiológicas específicas.

A classificação *diet* inclui alimentos para dietas com restrição de nutrientes (carboidratos, gorduras, proteínas, sódio e outros alimentos destinados a fins específicos) e alimentos para ingestão controlada para controle do peso e para dietas de ingestão controlada de açúcares.

A medida beneficiará parcela significativa dos consumidores, haja vista que estudos apontam que cerca de 10% da população nacional sofre de diabetes em algum grau, para os quais se recomenda uma dieta com baixo teor de açúcar.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015, de autoria do eminente Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Para discutir, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para discutir, com a palavra Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para discutir.) – Eu só quero, preliminarmente, cumprimentar e agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, que, além da experiência que já possui, é um dos destacados Senadores que nós temos aqui, no Parlamento brasileiro.

Em segundo lugar, acrescento que esse projeto é um projeto simples, singelo, mas de um alcance social impressionante. Talvez nós não tenhamos conseguido, Senador Flexa Ribeiro nem mensurar exatamente o alcance que esse projeto terá para que quase ou aproximadamente 10% da população brasileira tem algum tipo de doença, vamos dizer assim, relacionada a diabetes, seja diabetes tipo 1, tipo 2 ou qualquer outro tipo de diabetes, e é proibido ao diabético o consumo de açúcar. Então, os produtos *diet*, os produtos zero passam a ter uma importância vital na vida dessas pessoas.

Notadamente, quando você vai, Presidente, Ataídes, a um supermercado, existem lá os produtos *diet*, mas eles não estão acondicionados adequadamente para facilitar a sua visualização pelo consumidor, de tal maneira que ele possa optar ou escolher pelas marcas, pelos produtos, etc. Tem que ficar escolhendo e percorrendo em gôndolas extremamente grandes e com muitas dificuldades de adquirir o produto.

Então diante dessas circunstâncias, nada mais justo do que identificar uma gôndola lá, de acordo com o tamanho do estabelecimento comercial, para que esse tipo de portador de diabetes possa ter essa visualização mais adequada e fazer uso, então, efetivamente desse produto. De maneira que apresentei esse projeto para atender uma justa e legítima reivindicação que, há muito tempo, como prefeito que fui durante alguns poucos anos, recebi também essas reivindicações, e aqui, no Senado, tive essa iniciativa e a felicidade de ter aqui, na Comissão, a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, a quem, evidentemente, eu agradeço pelo relatório e pela sua sensibilidade social, que só acrescentou e não colocou nenhum óbice a essa matéria, conhecedor que é também dessa necessidade.

Portanto, Senador Flexa Ribeiro, agradeço o seu relatório e agradeço também aos demais Senadores e Senadoras pela aprovação do projeto quando efetivamente ele for distribuído para essa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Dário Berger. Passo a palavra ao Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir.) – Presidente Ataídes, é realmente um prazer muito grande participarmos de uma sessão para tratar de uma matéria tão importante para todos aqueles que têm limitações ao consumo de determinados produtos. Essa iniciativa do Senador Dário Berger nos honra muito, até por ter sido essa iniciativa tomada por um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador do Estado de Santa Catarina, onde o setor de saúde tem grande preocupação com o acompanhamento de todos os portadores de diabetes e, efetivamente, diga-se, esse projeto de lei não causa nenhum ônus aos estabelecimentos, porque apenas vai permitir, determinar que o setor se organize a ponto de ter, em gôndolas destacas, todos os produtos que possam ser consumidos por aqueles que são portadores de diabetes.

O projeto de lei vai ao encontro dos interesses comerciais desse estabelecimento. Uma vez organizado o setor, com certeza existirão mais consumidores que vão olhar aquele espaço do seu estabelecimento e passar a conhecer a quantidade de produtos que são comercializados por ele e que ajudem inúmeros brasileiros a terem uma vida normal, porque o fato de ter a limitação ao consumo de açúcar não significa que esse cidadão não possa saborear as mesmas comidas que todos os que não possuem a limitação consomem no seu dia a dia, apenas eliminando do produto, do alimento a carga de açúcar que normalmente existe em todos os demais produtos.

Eu tive a felicidade também, na Comissão de Assuntos Sociais, de ser o Relator, e o Flexa Ribeiro foi o Relator *ad hoc*, porque eu não estava presente. E hoje, digamos, ele se tornou o Relator aqui, nesta Comissão.

Então, digo que nós estamos muito felizes com essa iniciativa, uma vez que surgem, a cada dia, mais pessoas que têm essa limitação. E nem sempre aqueles que vão se dirigir ao estabelecimento comercial são os portadores de limitação, porque esses, com certeza, iriam procurar em todos os escaninhos o produto adequado à sua alimentação com segurança.

No entanto, muitas vezes, o que vai fazer as compras para abastecer a casa é uma pessoa que não é portadora do diabetes, e aí, sim, ela tem dificuldade de ir, gôndola por gôndola, fazer uma análise dos rótulos e tal, para saber se ela pode ou não comprar aquele produto e levar para casa.

Portanto, o projeto vem ao encontro de um grande interesse público. Por isso parabeno tanto o autor, Senador Dário Berger, quanto o Senador Flexa Ribeiro, que incorporou isso com perfeição no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito bom, agradeço a V. Ex^a.

O Senador Dário está querendo falar novamente? Por derradeiro, V. Ex^a, Senador Flexa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É bem rapidinho, Senador Flexa, só porque me passou despercebido o fato de o Senador Dalirio ter sido o Relator dessa matéria na CAS. E houve uma coincidência agora, inclusive grande aqui, de nós três estarmos juntos nesta tarefa.

Então, como nós pudemos observar aqui na intervenção feita pelo Senador Dalirio, que é um Senador, como V. Ex^a mesmo falou, experiente, competente, determinado e que tem pleno domínio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dessa matéria, por isso fez um relatório também que pudesse tramitar e ser aprovado na CAS, e hoje participar desta aprovação aqui nesta Comissão, evidentemente, meu querido e distinto amigo de grandes jornadas, as quais já participamos juntos. E agora estamos juntos aqui também em defesa do nosso querido Estado de Santa Catarina. Os meus sinceros agradecimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Maravilha!

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu quero apenas fazer uma observação final, parabenizando o Senador Dário Berger, ele foi modesto quando disse, na sua fala, que o projeto era singelo. Ele não tem nada de singelo, Senador Dário. Ele é importantíssimo, porque trata de uma doença silenciosa. O diabetes é uma doença silenciosa que pode levar, se não tratada convenientemente, se não houver um cuidado de identificar a doença antes de chegar a um estágio, já que pode levá-lo a um problema renal, à hemodiálise e depois a um transplante ou ao óbito... Então, é importante o projeto, que você tenha, nos estabelecimentos comerciais, um espaço só para os produtos destinados a diabéticos, quer dizer, açúcar zero.

No meu Estado, há uma cadeia de farmácias que já usa isso, há o cantinho do diabético. Está tudo lá. E é impressionante, Senador Dário e Senador Dalirio, como é que, ao longo do tempo, vem aumentando a variedade, o tipo de produtos. Às vezes, até você toma um susto, porque você nem imagina que determinado alimento você vai encontrar sem açúcar, sem glúten, sem... Então realmente, está-se atendendo à necessidade daqueles que precisam de precaução quanto à doença.

Então quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Dário.

E vamos aguardar o *quorum*, porque eu tenho certeza de que o projeto vai ser aprovado, por unanimidade, aqui, dos votos dos Senadores e Senadoras presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado Senador Flexa.

Evidentemente que esse projeto, Senador Dário, é meritório, e temos urgência. Isso já deveria ter se tornado lei há muitos anos no País. Curiosamente, eu estou dando uma pesquisada aqui na internet, essa coisa é fabulosa, se é que o *site* aqui está correto, de 2006 para cá, o índice em 2006 de pessoas com diabetes era de 5,5% da nossa população, e cresceu, então, no ano passado para 6,9%, ou seja, 7% praticamente. Isso representa mais de 14 milhões de brasileiros hoje com essa doença tão sensível, e, como disse o Senador Flexa, silenciosa, mas extremamente perigosa.

Então, parabenizo V. Ex^a, mais uma vez, pela autoria do projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pois bem, em 31 de maio de 2017, numa reunião aqui nesta Comissão, foi aprovado um requerimento de minha autoria, requerendo uma audiência pública com os convidados, para se tratar, para se discutir o envolvimento, até mesmo cumplicidade, das empresas de auditoria externa. Eu retorno novamente a esse assunto interessante. Eu requeri aqui uma audiência pública para convocar esses representantes de auditoria pública, a respeito de possíveis crimes de adulteração de balanços e relatórios contábeis de empresas privadas públicas, no caso da Petrobras e agora, então, no caso da JBS, desse grupo que causou um prejuízo extraordinário no nosso País, e nós estamos, inclusive, com uma CPI a ser instalada.

Nessa Comissão, eu requeri, e foi aprovado, o convite ao Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Convidei também o Sr. Fernando Alves, Diretor-Presidente da PricewaterhouseCoopers (PwC); e o Sr. José Martonio Alves Coelho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Mas, agora, chegou aqui em minhas mãos um pedido do Senador Roberto Rocha, que não é membro desta Comissão, mas eu peço aqui a autorização dos demais colegas para que nós também convoquemos ou convidemos, melhor dizendo, o representante do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil); eu acho que é de bom alvitre também convidá-lo. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, eu vou incluir, nesse requerimento aprovado no dia 31/5/2017, Requerimento nº 23, também o convite ao instituto Ibracon.

V. Ex^{as} concordam? (*Pausa.*)

Está, então, aprovado o nome do representante do Ibracon.

Não havendo nada mais a tratar no dia de hoje, encerro a aludida reunião, agradecendo a todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Ataídes Oliveira e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Humberto Costa, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Gladson Cameli, Ana Amélia, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Paulo Rocha e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa.**

ITEM 1 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, de 2016 - Não Terminativo - que: "Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para realizar atos de fiscalização e controle relativos ao plano de desinvestimentos da Petrobras, estabelecido no Plano de Negócios e Gestão - PNG 2017-2021." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela transformação da Proposta de Fiscalização e Controle no requerimento de informações que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 642/2015 com uma emenda que apresenta e pela rejeição do PLC 124/2015. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir a utilização de mensagens subliminares na propaganda veiculada nas emissoras de radiodifusão." **Autoria:** Deputada Erika Kokay. **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto." **Autoria:** CPI do Futebol - 2015 (CPIDFDQ). **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Marcos Montes. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção." **Autoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado.

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre o oferecimento aos consumidores de data e turno de entrega de produtos e prestação de serviços." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado.

ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 674, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para inserir como direito do usuário de serviços públicos a informação dos subsídios presentes nas tarifas cobradas pelas prestadoras de serviço público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado.

ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo que permita o desembarque seguro e imediato dos passageiros de elevadores, em caso de falha elétrica." **Autoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado.

ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros." **Autoria:** Senador João





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alberto Souza. **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Deliberação das Emendas ao PLDO 2018. Finalidade:** Votação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei nº 1/2017-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências" – LDO 2018. **Resultado:** Designado relator das emendas o Senador Ataídes Oliveira. Após leitura, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado o relatório, passando a constituir o parecer da CTFC. **Foi aprovada a apresentação das seguintes emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO):**

EMENDA DE META. 1) Código Ação: 0509. Descrição ação: Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Quantidade meta: 2.000. 2) Código Ação: 20RU. Descrição ação: Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino. Quantidade meta: 1. **EMENDA DE TEXTO.** 3) Referência: Item 64. Tipo emenda: Aditiva. 4) Referência: Artigo 100. Tipo emenda: Modificativa. 5) Referência: Artigo 103. Tipo emenda: Modificativa. 6) Referência: Artigo 115. Tipo emenda: Modificativa. 7) Referência: Artigo 122. Tipo emenda: Modificativa. 8) Referência: Artigo 4. Tipo emenda: Aditiva. 9) Referência: Artigo 17. Tipo emenda: Modificativa. 10) Referência: Artigo 22, Parágrafo 2, Inciso II. Tipo emenda: Modificativa. 11) Referência: Artigo 17. Tipo emenda: Modificativa. 12) Referência: Artigo 4. Tipo emenda: Aditiva. 13) Referência: Artigo 3. Tipo emenda: Modificativa. 14) Referência: Item 64. Tipo emenda: Aditiva. 15) Referência: Artigo 51 Parágrafo 4, Inciso VI. Tipo emenda: Aditiva. 16) Referência: Artigo 51 Parágrafo 4, Inciso VI. Tipo emenda: Aditiva. 17) Referência: Artigo 6. Tipo emenda: Modificativa. 18) Referência: Artigo 68. Tipo emenda: Modificativa. 19) Referência: Artigo 75 Parágrafo 3. Tipo emenda: Modificativa. 20) Referência: Artigo 99. Tipo emenda: Modificativa. 21) Referência: Item 52. Tipo emenda: Modificativa. 22) Referência: Artigo 124. Tipo emenda: Aditiva. 23) Referência: Artigo 126. Tipo emenda: Aditiva. 24) Referência: Artigo 5. Tipo emenda: Aditiva. 25) Referência: Artigo 122. Tipo emenda: Modificativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos!

Cumprimento aqui o meu querido amigo, competente e atuante Senador, Paulo Paim.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – nome grande e responsabilidade ainda maior – da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso 19, de 2017; Ofício 68, de 2017, da Câmara Municipal de Caraguatatuba; Aviso nº 442, de 2017, do TCU (Tribunal de Contas da União); Aviso 401/2017, também do TCU; Ofício nº 20, de 2017, da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte.

Informo que os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso ao seu conteúdo. De forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Passo, então, à pauta.

Senador Paulo Paim, como nós sabemos aqui, às terças-feiras e quartas-feiras, são várias comissões funcionando no mesmo momento, e isso dificulta muito a presença dos nossos companheiros Senadores e Senadoras. Temos aqui vários projetos não terminativos e também terminativos. Se aparecerem, comparecerem, melhor dizendo, aqui alguns Senadores que possam fazer algumas relatorias *ad hoc*, a gente solta, então, aprova, então, esses não terminativos.

Mas nós temos aqui, Senador Paim, hoje, último dia para apresentação de emendas de texto, como também emendas individuais à nossa LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que encerra hoje. E me passaram, então, a relatoria dessas emendas. Portanto, aqui passamos agora à votação das emendas da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que, aspas: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 [a LDO] e dá outras providências."

Portanto, meu querido Presidente Paim, quando eu cheguei aqui à Casa em 2011 como ainda suplente, eu participava dessa Comissão de Direitos Humanos,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ativamente!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... ativamente. E lá o Presidente Paim, por excelência o Presidente, então, eu aprendi chamá-lo, às vezes, até perante os amigos, como Presidente Paim. Então, eu passo a Presidência desta Comissão ao Senador Paim, para que eu possa, então, ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com satisfação, aqui, assumo a Presidência neste momento, já que o Presidente, Senador Ataídes Oliveira, será o Relator desse tema tão importante.

V. Ex^a está com a palavra, Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Esse relatório, esse projeto dispõe sobre as emendas da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, nos termos da Resolução 01, de 2006, do Congresso Nacional, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, a nossa LDO.

Quanto ao relatório, Sr. Presidente, eu vou tentar resumi-lo para a gente aqui não perder muito tempo, mas sem perder, efetivamente, a eficiência do projeto.

Relatório.

Com base nos arts. 43 e 45 da Resolução supracitada, a 01/2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, o PLN 1/2017, do Congresso Nacional.

Foram apresentadas, Sr. Presidente, três emendas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades e 27 emendas de texto. Tivemos, portanto, apenas três emendas para o Anexo de Metas e Prioridades, todas relacionadas à educação básica. Sobre essas emendas, incide o limite máximo de duas, fixado pelo item 2.2.3 do Parecer Preliminar.

Tendo em vista esse limite, devo priorizar as emendas que não restringem o objeto do auxílio federal à simples, abro aspas, "infraestrutura", fecho aspas. Considero que educação é obra essencialmente humana, cujo sucesso depende essencialmente de pessoas, treinamento e gestão. Muito mais importante que qualquer obra ou equipamento, abro parênteses, (sem prejuízo de sua relevância indiscutível), fecho parênteses, é formar, organizar e custear bem as atividades essencialmente trabalho-intensivas da área educacional. Dentro destes parâmetros, observo que as Emendas 1 e 2 priorizam despesas voltadas à gestão educacional e às atividades pedagógicas, devendo recair sobre elas nossa escolha.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos expostos, proponho o acolhimento das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades de nºs 1 e 2, e a rejeição da Emenda 3, abro parênteses, (tão somente por não ser possível acolhê-la dentro dos limites numéricos fixados pelo Parecer Preliminar), fecho parênteses.

Emendas de texto, Sr. Presidente. A Comissão recebeu alentado número de emendas de texto, demonstrando o interesse de nossos Parlamentares em contribuir com o aperfeiçoamento da legislação. Tive a satisfação de examinar minuciosamente cada uma delas. Entendo que as emendas de texto apresentadas, em sua maioria absoluta, são inteiramente merecedoras do endosso do colegiado. Aplicam-se algumas poucas exceções, que devo descrever abaixo.

Devo esclarecer as razões de acolher duas emendas aparentemente conflitantes, as de nºs 4 e 19. Ambas têm por objeto ampliar a transparência das despesas do chamado, abor aspas "Sistema S" – tão discutido há longa data. A Emenda 4 amplia as informações *ad hoc* que o atual art. 122 do PLDO obriga que sejam publicadas; a Emenda 19 introduz o máximo de transparência, reescrevendo o mencionado artigo de forma a obrigar essas entidades a se submeterem às mesmas regras de publicidade e transparência de qualquer outro ente público ou que seja sustentado com recursos fiscais. É claro que tratam do mesmo objeto. No entanto, a oferta de duas emendas em graus distintos de abertura e transparência dá ao Relator do PLDO maior escolha – sempre no sentido de ampliar as exigências que estão no objeto –, portanto, maximiza a chance de que o objeto da Comissão seja alcançado, avançando-se em algum grau no enfrentamento desse problema tão grave como é a opacidade das contas dessas entidades.

Cabe, ainda, esclarecer que a aceitação da Emenda 10, que dá uma definição mais precisa de, abro aspas, "despesas obrigatórias", fecho aspas, não implica redundância em relação à legislação pertinente, dois-pontos: a Lei de Responsabilidade Fiscal traz, em seu art. 17, uma definição de condição mais restrita, abro parênteses, ("despesa obrigatória de caráter continuado"), fecho parênteses, estando a definição da condição mais ampla, abro parênteses de novo e também aspas ("despesa obrigatória", fecho aspas, e "discricionária"), fecho novamente aspas e parênteses, dependendo exatamente da Lei de Diretrizes Orçamentárias. É plenamente cabível, portanto, a proposta de regulação da matéria.

Quanto às Emendas 22 e 24, representam uma reserva de recursos destinada à educação, criando um piso temporário para os valores da complementação da União ao Fundeb e da manutenção e desenvolvimento do ensino, obrigando a redução proporcional de outras áreas. Trata-se de uma decisão de mérito sobre a alocação global de recursos entre as diferentes áreas de políticas públicas, a qual somente poderá ser proposta em única instância pelo relator da PLDO, que tem a visão do universo das receitas e despesas. Por isso, entendo que essa sugestão pode ser oferecida ao Relator, que dela concluirá sobre o mérito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Disponho-me tão somente a rejeitar no mérito a Emenda nº 21, que direciona, abro aspas, "benefícios financeiros advindos da atuação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União", fecho aspas, à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ora, trata-se de uma vinculação de recursos bastante indeterminada, não guardando correlação com qualquer fato gerador decorrente da ação específica de controle interno. O valor a ser destinado é volátil, abro parênteses (pode ter grandes resultados num ano e depois, até em razão da melhora dos padrões de gestão e controle, ver o seu montante reduzido por menos corrupção e desperdício a detectar), fecho parênteses. E as demandas específicas da política de combate à corrupção podem sugerir, a cada momento, aplicações específicas, vinculadas mais diretamente a esse tipo de intervenção.

Não convém fazer uma vinculação tão genérica, tanto em sua origem, quanto nas suas aplicações. Reconheço a louvável intenção do autor, sempre em busca de mais recursos para a educação básica, mas entendo que a emenda não oferece instrumento adequado a tão nobre objetivo.

Quanto às demais emendas, Sr. Presidente, como dito, subscrevo inteiramente o seu mérito e considero que são contribuição relevante para o aperfeiçoamento do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Da conclusão, Sr. Presidente.

Em razão de todo o exposto, voto: primeiro, pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nº 1 e 2.

Segundo, pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, da Emenda ao Anexo de Metas e Prioridades nº 3.

Terceiro, pelo acolhimento, no mérito, das Emendas de Texto nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 25, tal como apresentadas.

Quarto, pelo acolhimento, no mérito, das Emendas de Texto nº 8, 9 e 12, com as seguintes modificações: letra a, Emendas nº 8 e 9, inserindo-se no sistema como, abro aspas, "Tipo de Emenda", fecho aspas, o valor, abro aspas, "Aditiva", fecho aspas, e como, abro aspas, "Referência", fecho aspas, o valor, abro aspas, "Corpo da lei, art. 51, §4º", fecho aspas; letra b, Emenda nº 12, inserindo-se no sistema como, abro aspas, "Referência", fecho aspas, o valor, abro aspas, "Corpo da lei, art. 75, §3º", fecho aspas.

E, por último, quinto, pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das Emendas de Texto nº 17, 21, 27 e 26.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ataídes, pelo relatório, preciso, rápido, conciso e objetivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, cumprida a nossa missão, devolvo, de imediato, a Presidência ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª, Senador e amigo Paulo Paim.

Temos aqui vários projetos não terminativos e terminativos, mas, como eu disse, *a priori*, estamos com deficiência de quórum. Portanto, encerro a aludida reunião, agradecendo a todos.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 33/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários". Participantes: Maria Lucia Lopes da Silva, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, representante do Conselho Federal de Serviço Social; Flávia Rebecca Fernandes Rocha, Representante da Frente de Luta dos Assistentes Sociais Excedentes - FLASE; Marinete Cordeiro Moreira, Assistente Social do INSS; Júlio César Lopes, Representante da Comissão Nacional dos Assistentes Sociais do INSS/FENASPS; Ana Luísa Dal Lago, Representante da Federação Nacional de Sindicato de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS; Josiane Soares dos Santos, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Edivane de Jesus, Representante da Comissão Nacional dos Assistentes Sociais do INSS/FENASPS; Jorge OG Vasconcelos, Assistente Social do INSS e representante da Comissão de Assistentes Sociais da FENASPS; Bruno Rodrigo Mosmann, Representante da Comissão de Aprovados no Concurso do INSS - CAINSS; Lídia de Jesus, Representante da FENASPS; Patrícia Rodrigues, Representante da Comissão Nacional de Reabilitação Profissional do INSS; Thaize Antunes, Diretora do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social do Estado de São Paulo - SINSPREV/SP. Eliana Pires Rocha, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Distrito Federal. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/22>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Romero Jucá, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Jorge Viana, Raimundo Lira, Vicentinho Alves, Pedro Chaves e Flexa Ribeiro. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 46/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Reforma Trabalhista". Participantes: Rudinei Marques, Presidente da UNACON – SINDICAL; Bráulio Santiago Cerqueira, Representante da UNACON – SINDICAL; Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Vice Coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho; Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST e Presidente da CNTA Afins; Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical; Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Talita Barcellos, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Mauro de Azevedo Menezes, Advogado e Professor de Direito Sindical; Clóvis Sherer, Coordenador Adjunto de Relações Institucionais do DIEESE; Magnus Ribas Apostólico, Diretor de Relações do Trabalho da Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN; Admilson Moreira dos Santos, Chefe de Gabinete, substituto, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Alex Myller Duarte Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Vicente Selistre, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Kléber Vinícius Melo, Defensor Público Federal; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; e Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT. A Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Heitor Schuch. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Às dez horas e trinta e quatro minutos o Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, passa a presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/23>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Romário, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos Senadores não-membros José Pimentel, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Humberto Costa e Ronaldo Caiado. Tendo em vista a falta de quórum todos os itens da pauta são adiados: **Deliberativa.** ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo (Emenda nº 1-CE) e uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 que: "Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada." Autoria: Deputada Perpétua Almeida. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Substitutivo). Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa e Ângela Portela. Às onze horas e cinquenta e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa presidência para a Senadora Ângela Portela. Às doze horas e cinco minutos a Senadora Ângela Portela devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, quero, mais uma vez, insistir com aqueles partidos que não indicaram ainda os seus representantes para esta Comissão. Esta Comissão é de direitos humanos. Direitos humanos é vida, é assistência, é relações sociais, é pensar nos mais vulneráveis, nos mais fracos; é pensar no trabalhador, no aposentado, nas crianças, nos deficientes, nos idosos. Tudo passa por aqui.

Quero lamentar e, ao mesmo tempo em que lamento, procuro já fazer um pedido, com muito respeito e carinho, aos Senadores que pertencem ao bloco socialdemocrata, PSDB, PV e DEM, que indiquem os membros desta Comissão. Estamos na metade do ano, e olhem aí: eles têm quatro titulares e quatro suplentes, e não indicaram nenhum titular e nenhum suplente. Falo do bloco socialdemocrata: PSDB, PV e DEM. Eles têm direito a oito vagas, e não indicaram nenhum, entre titulares e suplentes.

Faço também um apelo àqueles outros partidos que ainda possuem vaga. Percebo que o PMDB tem ainda direito a cinco vagas: dois titulares e três suplentes – cinco vagas. Percebo também que há vagas no bloco parlamentar democracia progressista, há ainda duas vagas. Vejam bem, são em torno de 15 vagas na Comissão. Isso prejudica nossos trabalhos, Senadora. Prejudicou no período em que fui presidente e no seu também, e de outros que aqui passaram. Tem que haver quórum para votar os projetos deliberativos, e são projetos que interessam ao País: interessam às crianças, repito, aos idosos, às pessoas com deficiência, aos que são discriminados.

O mundo do trabalho também passa por aqui, e percebo que há 15 vagas. Na verdade, 16, como me corrige a Senadora. Há mais uma aqui, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. São 16 vagas. Faço um apelo aos Líderes dos partidos. Entendo, Senadora, que a crise por que passa o País é uma crise gravíssima, gravíssima! Temos um Governo ilegítimo, que está despencando. As informações que chegam a todo momento aqui à Casa são de que ele vai renunciar ainda esta semana. Uns dizem que será na semana que vem, outros dizem que, no dia 6 de junho agora – são três sessões: dias 6, 7 e 8 –, o Tribunal Superior Eleitoral vai cassar-lhe o mandato. Talvez a não indicação seja pela insegurança acerca do que fazer mediante a lambança que virou este País.

Quero lembrar ainda, Srª Presidente, depois desse pedido que fiz – é um pedido; não é só um comentário, é um pedido –, que hoje temos um grande movimento aqui em Brasília. Hoje, dia 24, é o Ocupa Brasília.

Nós, que estávamos aqui, eu e V. Exª, envolvidos tanto na Comissão de Assuntos Sociais como também na CCJ, vimos que foi debatido – não foi debatido, mas foi lido – o relatório das Diretas Já. O relatório foi lido pelo Senador Lindbergh, e foi pedido vista coletiva.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso significa que vai ser votado na semana que vem. Na semana que vem, vota-se o relatório das Diretas Já, que é o que quer todo o povo brasileiro.

Esse movimento em Brasília hoje, liderado principalmente pelas centrais, federações, confederações, associações e outros setores da sociedade, partidários, também, mas que têm compromisso com a democracia, como o Povo sem Medo e a Frente Brasil Popular, todos estão participando de grandes eventos lá fora, porque aqui dentro não podem entrar.

O Congresso Nacional está cercado, e acho engraçado porque alguns querem passar a impressão de que está tudo bem. Em qualquer democracia do mundo, quando se cerca o Congresso, é porque algo está mal. Congresso cercado pelas forças do DF, não permitindo que os manifestantes se aproximem dele. Essa é quase uma situação de Estado de exceção. O palácio onde fica o Presidente também está totalmente cercado, sitiado. É nessa situação que estamos vivendo.

E me preocupa ainda que este Governo não teve coragem... Olha, sinceramente, errar é humano, insistir no erro é burrice. O Governo sabe que está sendo denunciado nas instâncias do Judiciário, que um colega seu Deputado, assessor que foi durante longo período, foi pego com R\$500 mil na mala, monitorado pela Polícia Federal, monitorado, já que a Polícia Federal acompanhou tudo, ontem à noite devolveu R\$465 mil. A Polícia Federal quer saber: onde estão os outros R\$35 mil? Para aonde ia esse dinheiro? Qual o destino? De quem você recebeu? Foi pra quem? Ele vai ter que responder. E o Presidente da República sabe que, no momento em que for preso, como fizeram os outros delatores, ele vai ter que falar. E todos sabemos que isso envolve também o Presidente da República. Todos nós sabemos! Alguns, parece, não querem enxergar.

E vi outro delator, e inclusive fiquei perplexo, que disse: "Ora, R\$15 milhões entregamos para o Presidente Temer; R\$14 milhões ele mandou entregar para outra pessoa, mas R\$1 milhão ele botou no bolso". Eu vi isso, está em todas as redes, está em todas as TVs. E ele disse – só vi uma situação semelhante a essa – "estou em um período em que dou propina para uma lista que, segundo eles, só essa, vai a mais de 1,8 mil pessoas." Mil e oitocentas pessoas! Queremos saber quem está nessa lista. É importante saber quem está na lista. O País quer saber. Não vi a lista, mas me disseram que ela já está circulando. Deveríamos pedir a lista não sei se à CPI da Previdência, porque dizem também, Sra Presidenta, que muito dinheiro dado para propina era de empresas que não pagavam a previdência e que tinham um tipo de conluio: não pagavam a Previdência e mandavam o dinheiro para as campanhas. Se é verdade ou não, estamos aqui comentando. Eu não sou daquele que sai acusando pessoas sem ter provas contundentes, mas tudo isso a gente está vendo pela grande imprensa. Eu quero saber a lista dos mil maiores devedores, lá na CPI da Previdência.

Já marcamos uma reunião para ouvir os cinco maiores devedores, para essa próxima segunda-feira. O que nós estamos recebendo? Processo encaminhado pelos advogados de duas grandes, até o momento, dizendo que eles não podem nessa data. Sabem que terão de responder. Sabem que nós vamos fazer perguntas.

Esta CPI, Sr^a Presidenta, é a CPI da Verdade. É a CPI que mostrará que o problema da Previdência é uma questão de gestão, fiscalização, organização; combate à sonegação, à fraude, à roubalheira, e que não é necessária essa reforma irresponsável que colocaram.

Ontem, eu falava, ainda, com uma série de Senadores, e todos disseram que a reforma da Previdência já foi para o balaio. Essa não tem a mínima condição de ser aprovada. A





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhista, estamos vendo. Diversos Senadores. E como tudo, neste País, depois que dois se encontram de uma forma ou de outra, dois, ou três, ou quatro, e conversam, tudo vaza.

Eu estava numa reunião, ontem à noite, com em torno de uns doze Senadores, e tudo o que foi dito lá já está na imprensa. E Parlamentares dos mais variados Partidos. Os nomes estão circulando na imprensa, já. Eu estava lá nessa reunião. E lá foram reafirmadas, sim, as eleições diretas. Acreditamos que é o caminho natural do processo.

E lá também, Sr^a Presidenta, foi levantado que temos de ter um plano B. Isso é uma reflexão, mas o plano A é o plano que unificou todos: eleições diretas já!

Sr^a Presidenta, eu quero também aproveitar este momento que V. Ex^a me dá, essa oportunidade para comentar o que aconteceu ontem na Comissão de Economia. O que aconteceu lá, Sr^a Presidente, é que havia dois requerimentos que estavam sendo colocados a voto. Um requerimento entendia que o relatório não poderia ser lido porque havia outro requerimento da Senadora Vanessa que dizia que outras matérias afins, no caso do mundo do trabalho, estavam já no requerimento no plenário, e que aquele processo teria de ser encaminhado para lá, da reforma trabalhista, para depois votar e ler o relatório.

Não foi esse o entendimento. Houve uma primeira votação de 11 a 13. Dois votinhos só de diferença. A Base do Governo está dividida também na reforma trabalhista, porque a Comissão representa a proporcionalidade da Casa. Se houvesse outros dois Senadores lá com a visão como a nossa, já teria mudado totalmente o resultado.

Sr^a Presidente, eu faço essa reflexão porque, segundo o requerimento que queríamos votar, essa matéria deveria ser, como propôs a Senadora Vanessa, apensada a outros projetos que tratam do mesmo tema. Não foi colocada em votação e aí começou a grande polêmica.

No final de toda aquela história que o Brasil todo viu pelo sistema de comunicação aqui do Senado e pela própria imprensa nacional, no final, depois de empurra para cá e empurra para lá, e gente caindo, gente levantando, evacua a sala, não evacua, retira, não retira, enfim, houve, por parte da segurança aqui da Casa, muito equilíbrio. Não houve lá nenhum espancamento, tanto que eu acompanhei dezenas de homens e mulheres que estavam lá protestando até a saída aqui da Casa, e não houve nenhuma agressão.

No momento final, quando o Presidente da Comissão reabriu os trabalhos, percebendo que não havia clima para a discussão do relatório, foi uma frase dele e uma do Relator. Ele disse: "Estão abertos os trabalhos. Passo a palavra ao Relator". E o Relator disse: "Está lido o meu relatório. Dou por lido". Em seguida, palavra do Presidente da Comissão: "Estão encerrados os trabalhos". Foi só isso, Presidenta. Eu estava lá e tudo foi filmado. Tudo foi filmado.

Então, eu faço um apelo, reconheço os profissionais da Casa. Se sofrerem pressão de Senador para colocar na ata o que não existe, não o façam. Não o façam! Não o façam, isso não é permitido. Não está na ata nenhum pedido de vista, por exemplo. Repito, o Relator disse: "Está lido o meu relatório". E o Presidente disse: "Está encerrada esta reunião". E encerrou a reunião. E todos saíram. Consequentemente, para não virar aqui uma guerra novamente, para não virar processo para todo lado, de quem mandou colocar e quem colocou, porque aí é totalmente ilegal, irregular e imoral, se isso aconteceu, que eu espero que não tenha acontecido. Eu estou apenas ouvindo conversa de corredor.

Nós voltaremos, a semana que vem, e que o Relator, mediante a decisão tomada pela Presidência da Casa de apensar ou não os projetos, possa, então, ler o seu relatório. Nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vamos discutir o relatório e discutir as emendas, porque não vão me tirar o direito de discutir as minhas emendas. Apresentamos mais de 120 emendas a uma matéria tão delicada como essa, que mexe com a vida de mais de 200 milhões de brasileiros, que é o direito ao trabalho decente. Se aprovarem essa reforma, o trabalho vai virar totalmente indecente. Vai ser a força do capital esmagando o trabalhador, que não terá direito praticamente a nada.

Pensando nisso é que eu peço: vamos debater emenda por emenda. E democracia é isso. E que prevaleça a vontade, aí sim, da maioria. Mas respeitem o direito da minoria. Não foi pedido vista. Eu estava lá apaziguando, inclusive, os ânimos, enquanto falaram o Presidente e o Relator. Eu estava, no mínimo, segurando o braço do Ataídes e do Randolfe do outro lado, para que o Ataídes não atropelasse o Senador Randolfe, porque ele iria atropelá-lo se deixássemos.

E foram poucas frases: "Está aberta a reunião." "Está lido o meu relatório." "Está encerrada a reunião." Foi isso. Foi aberta e fechada e está lido o relatório. Foi isso. O relatório que nós não conhecemos ainda, porque não houve leitura. Inclusive, foi alegado que voltou o relatório para a mão do Relator porque há duas novas emendas.

Sr^a Presidenta, esta Casa vai ter que se posicionar com clareza sobre esse tema. E sob esse clima de total intranquilidade, de instabilidade, o País sangrando, é de uma irresponsabilidade total você tratar desses dois temas.

Eu disse lá ontem – meus amigos da Anamatra estão chegando aqui e em seguida vamos conversar – que se fosse na época, na preliminar do *impeachment*, quando estavam provocando o *impeachment*, se a Presidenta Dilma tivesse mandado para cá uma reforma tributária ou uma reforma política eleitoral, esse pessoal colocaria fogo na casa e não deixaria votar! Iriam dizer, inclusive, que nós estávamos obstruindo o *impeachment* e não deixariam votar! Ou fariam diferente? Não fariam! Seria aquela gritaria, como foi lá na Câmara, e fariam aqui também. Seria isso. Querendo ou não, seria isso.

Por isso eu já alertei que essas duas reformas...

Quando eu falava aqui que errar é humano e insistir no erro é burrice, Presidente Temer, entenda que o povo brasileiro não quer as reformas e não quer mais Vossa Excelência na Presidência do País! Retire essas duas reformas e depois, num gesto de grandeza, anuncie que também é favorável às diretas e procure conversar num grande entendimento nacional, indo para as diretas de imediato. Há chance de sair bem na foto, ainda, se fizer isso. Que pelo menos os erros cometidos... Diga: olhem, eu retiro as duas reformas.

Quase 100% da população... Não digo 100%, porque 3% são favoráveis, o grande capital deste País: o sistema financeiro e o grande empresariado. Nem o pequeno pode ser favorável a isso aí, porque eles pensam que têm família, irmãos, parentes que estão no nível da pequena empresa como forma de manter a sua vida.

Ele poderia muito bem renunciar, retirar as duas reformas e dizer que é favorável às eleições diretas e que quer conversar com o Congresso Nacional. Esse seria o caminho: anunciar que está disposto a renunciar, desde que o Brasil possa escolher pelo voto direto o seu Presidente.

Falo com certa autoridade, Presidenta, porque estamos aqui com um bom horário ainda. Eu falo com certa autoridade porque essas propostas – companheiros da Anamatra, eu não citar um por um agora, devido à correria aqui – nós apresentamos para a Presidenta Dilma. Quando vimos que o *impeachment* era inevitável, nós apresentamos essa proposta. Ela





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

chegou a sinalizar que aceitaria as eleições diretas, mas teria que haver a concordância do Vice-Presidente. Enfim, e o Congresso também, na época, não concordou. E somente por isso não houve, já naquela oportunidade, as diretas, com as quais sairíamos dessa crise tão absurda na qual estamos vivendo agora. É uma crise absurda!

Sr^a Presidenta, sei que ainda teremos de votar projetos não terminativos, mas eu queria cumprimentar todos pelo dia de hoje, em que está havendo uma grande manifestação. Àqueles que dizem que nada está acontecendo quero lembrar que, agora, na CCJ, já foi lido o relatório, repito, referente às eleições diretas. Foi pedida a vista coletiva. Então, tem de se votar na semana que vem. Na semana que vem, esta Casa vota. Na Câmara, ocorreu a mesma coisa: o relatório foi lido, foi pedida a vista coletiva, e, na semana que vem, poderá ser votado.

Estamos caminhando para o fim do mês, estamos caminhando para o dia 6 de junho.

Espero que não haja nenhuma conduta inadequada em relação ao que aconteceu ontem. Ontem, repito, ninguém pediu vista. Eu estava lá. Conheço a Casa. Eu estava cuidando só disto, da hora em que ele dissesse que estava lido o relatório e em que o Presidente desse por encerrada a reunião. Eu disse: "Tudo bem, assunto encerrado." Aí convidamos todos para saírem. Repito, está tudo gravado. Depois que encerrou a reunião, não dá para alguém chegar lá e dizer: "Quero pedir vista."

Presidenta, passo a palavra a V. Ex^ª. Sei que aqui usei um tempo acima do normal em matéria de pedido pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas temos tempo, porque não temos quórum para deliberar. Temos as assinaturas, mas aquelas duas ali não valem, porque são do mesmo bloco.

Então, a gente vai encaminhar para finalizar, até porque o senhor vai receber o pessoal. Mas eu só queria comentar uma coisa. Primeiro, quero dizer que esse quadro demonstra a importância que se dá aos direitos humanos nesta Casa. Esses blocos não indicaram seus membros porque os direitos humanos não estão na pauta deles! Basta ver que as duas reformas que retiraram direitos não vieram para esta Comissão. Estamos debatendo por nossa conta, por iniciativa nossa, mas elas não vieram para cá, para serem deliberadas aqui, quando essa era a lógica. Se dizem respeito a direitos, tinham de ter vindo para esta Comissão.

Então, estamos fazendo debates por nossa iniciativa, e são debates muito bons, esclarecedores, com pessoas muito competentes. Estamos trazendo os dois lados. Ontem, havia gente da Febraban aqui. Com isso, mostramos que não estamos fazendo propaganda só da nossa causa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E veio aqui também um representante do Ministério do Trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Veio o representante do Ministério do Trabalho também.

Mas faço um apelo, de novo, aos blocos para que nomeiem os membros da Comissão de Direitos Humanos. Temos uma pauta imensa. Aqui, projetos importantes estão parados porque são terminativos. Nós não podemos votar projetos que são terminativos, pois tem de haver quórum. Convocamos, inclusive, um esforço concentrado. Aprovamos aqui, com um grupo de Senadores, na semana passada, um esforço concentrado para a quarta-feira que vem. Como já foram lidos os relatórios, se houver quórum, votaremos num instante. Nem são temas polêmicos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dá para votarmos num esforço concentrado, para esvaziarmos esta pauta aqui, porque outros projetos estão chegando. Fazemos um apelo aos blocos. Senão, vamos ter de fazer uma propaganda muito grande, mostrando quem não dá importância à Comissão de Direitos Humanos e não nomeia sequer seus representantes. Já estamos no final de maio, e não há representantes de alguns blocos na composição da Comissão. Na hora de se compor a Comissão, não abrem mão. Todo mundo quer suas vagas nas comissões, mas não nomeiam. Essa é uma questão.

Outra questão é a conjuntura, de que o senhor falou muito bem. Não acredito que alguém ache que está tudo normal neste País. Mas esta é a aparência que eles querem dar, que o Governo quer dar, de que está tudo funcionando bem, de que não há nada anormal acontecendo. Acho que o Temer podia ter o gesto de grandeza de ele mesmo nos conduzir para uma eleição direta, porque ele pode fazer isso, como a Presidenta Dilma queria fazer, mas ela não tinha base suficiente. Agora, ele ainda a tem, mas está começando a perdê-la também. Mas ele ainda tem uma base que ele pode reunir, para dizer: "Vamos achar uma saída para este País." Na minha opinião...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ontem mesmo, Srª Presidente – quero só ajudar neste diálogo com V. Exª –, vimos Parlamentares do PMDB e do PSDB dizendo que não dá mais. Vimos que um assessor direto dele, que foi o mentor da terceirização, o Sandro Mabel, pediu demissão, foi embora. E ele foi o mentor da reforma trabalhista também, começando ali o debate sobre a história da terceirização, com o PL 4.230. Ele foi embora. Vimos outros setores ligados ao Governo até anteontem, eu diria, saindo, abandonando o barco, porque estão vendo que eles não têm como sustentar este Governo.

Estamos vendo que o PSDB está sem saber o que vai fazer. É claro que não vou aqui falar pelo PSDB; tenho respeito por cada partido. Mas ouvimos e vimos os representantes do PSDB dizendo que vão se reunir para decidir se saem ou não da base do Governo. O Governo está afundando, e eles estão afundando junto. Basta ver a situação hoje do PSDB em qualquer cenário de pesquisa nacional, independentemente de qual seja o candidato.

O PMDB, grande parte do partido – veja a posição do Senador Renan Calheiros –, ontem, aqui na Casa, em todos os debates e falas em plenário, estava dizendo que não dá mais, que deu o que tinha de dar.

Vimos a posição, Senadora Ângela Portela, que está chegando aqui, de outros. Vimos a posição da OAB. Tem de ser valorizada a posição da OAB. Se não me engano, já é o 16º pedido de *impeachment*, como disseram hoje. Até ontem à noite, eu sabia que eram 12 pedidos. Mas já disseram que é o 16º pedido de *impeachment*.

Vemos aqui a posição da Anamatra, aqui presente. Permita-me, Srª Presidenta, registrar que o Presidente Germano Silveira de Siqueira fez um belíssimo mandato, que se está encerrando agora. Tem uma posição muito clara a Anamatra em relação a essas duas reformas. Está aqui Luiz Colussi, gaúcho, que é Diretor Legislativo. Ambos participaram de inúmeros debates aqui, inclusive ontem. E voltarão aqui quantas vezes isso for necessário.

Quero já me dirigir ao Germano, que vai deixar a Presidência por uma questão regimental. Senão, ele seria – falo tanto de um quanto de outro – um eterno Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estaremos lá no dia de sua despedida do cargo, mas não da luta em defesa das causas, não da militância. Vai passar o cargo para outro companheiro. Ele convidou, oficialmente, esta Comissão, e nós nos faremos representar.

Quero resumir, Sr^a Presidente. Fiz um aparte à fala de V. Ex^a. A Senadora Ângela Portela, com certeza, usará da palavra.

Não há um setor da sociedade, nem mesmo o empresariado, que eu esteja vendo ir para algum ato ou mesmo para a imprensa para defender o Governo Temer. Ele se isolou totalmente. Percebo que grande parte da mídia também viu que não dá mais e está se retirando também. Quem o está segurando? Será que é o Padilha ou o outro do Rio, o Moreira Franco? Será que dois só seguram o Presidente, num País de 210 milhões de pessoas? Não quero entrar naquela hipótese de que há o medo do *the day after*. Coragem ele teria se renunciasse: "Para o bem do meu País, eu renuncio e me somarei às eleições diretas." Esse seria um gesto nobre. Podemos criticar, mas esse seria um gesto nobre. Agora, dois ou três seguram o Presidente? Não seguram!

Quando dizem que o Brasil não é um país sério, ficamos bravos e não concordamos, mas, em qualquer país sério do mundo, já teria acontecido alguma coisa.

Perguntei para um representante de uma entidade internacional – eles estavam aqui num grupo, e fiz a pergunta para um deles: e se isso acontecesse nos países de vocês? Ele disse: "Haveria uma convulsão social! Ninguém ia aceitar isso. O povo estaria nas ruas, e haveria uma convulsão! Não deixaríamos chegar aonde se chegou aqui." E foi unânime! Todos os que estavam ali juntos disseram a mesma coisa. E eram de diversos países.

Neste momento que estamos vivendo, será que Temer quer entrar para a história como o Presidente que sangrou seu País e seu povo até o último minuto, agarrado ao cargo? Como eu disse ontem, ele está como "chamichunga", que é aquele bicho que gruda em nós e que, enquanto há sangue e enquanto ele puder sugar, não para.

Todos nós somos passageiros! Há aquela história do trem: em cada estação, alguém sobe, alguém desce do trem. É o seu momento de descer do trem, até porque, a partir daí, o Brasil poderá apontar para a estação do futuro e, de fato, ficar no trilho correto.

Para vocês que estão conduzindo o País, não dá mais! Nem vou fazer uma crítica aqui pontual. Só estou dizendo: "Não dá mais!"

Presidenta, eu lhe agradeço pelo aparte, por cada aparte que faço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está certo, Senador. Com certeza, estamos numa reunião aberta, em que ainda não há quórum para deliberar. Então, estamos abrindo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser que eles venham ainda, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eles estão em reunião. Os que podem dar quórum estão nas reuniões.

Então, vou passar a palavra para a Senadora Ângela, que quer fazer um comentário.

Quero só finalizar, dizendo o que tenho dito sempre, quando finalizo minhas falas: não há saída democrática que não seja pelas eleições diretas. Não há ninguém neste País que, se eleito por uma eleição indireta, vá ter tranquilidade. No dia seguinte, o povo estará nas ruas. Sobre todos os nomes que estão surgindo aí há questionamentos. O Congresso Nacional está





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cheio de gente que está sendo questionada, que está sendo processada. Então, para que provocar a população? O melhor para todo mundo é a eleição direta.

Como eles dizem, essa é a saída constitucional. Queremos mudar a Constituição. Se a gente quiser, em 15 dias a gente a muda. Acabou de ser lido o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Numa noite, nós mudamos a Constituição aqui dentro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É feito o pedido de regime de urgência. Nós já fizemos tanto isso aqui! Para o bem maior, para o bem da população, a gente pode fazer isso. Com um regime de urgência, podemos votar essa emenda, para garantir que a eleição seja direta.

Então, ninguém aqui está querendo ferir a Constituição, como fazem a propaganda aí. O que a gente quer é uma saída democrática. Tenho medo de que, diante de toda essa confusão, alguém esteja pensando em uma saída autoritária. Não é para descartar isso. Então, temos todo este cuidado de tentar uma saída, para evitar que ela seja autoritária.

Com a palavra a Senadora Ângela. Deixo a senhora falando e conduzindo a reunião, enquanto dou uma saidinha. Estamos numa reunião ainda sem quórum.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Olha só a contradição, Senador Paulo Paim: é conveniente mudar a Constituição para retirar direitos dos trabalhadores, dos aposentados, do povo mais pobre, mas não se pode mudar a Constituição para devolver ao povo o direito de votar e de escolher o seu Presidente da República.

Esse Governo ilegítimo assumiu por um golpe parlamentar, dizendo que ia salvar o Brasil. Olha só qual é a salvação do Brasil! Está envolvido todo esse Governo, o próprio Presidente Temer e seus principais Ministros, em corrupção, em denúncias. O desemprego chega a atingir quase 14 milhões de pessoas. Neste momento de instabilidade política e de crise ética e moral, como vai se comportar a economia do nosso País?

Eu acho que é um momento muito delicado, e a alternativa, a saída é devolver ao povo brasileiro o direito de escolher o seu Presidente da República, porque este Governo Temer está insustentável, sem condições de continuar governando o nosso País.

Como a Senadora Regina se ausentou, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Provisoriamente, a senhora está substituindo a nossa Presidenta e, como sempre, com muita competência. Parabéns a V. Exª! Inclusive hoje, ainda pela manhã, aprovamos um projeto de que V. Exª foi Relatora, um projeto importantíssimo.

Agora, aqui na Comissão de Direitos Humanos, quem está nos assistindo deve se perguntar: "Mas não vai começar a votação?" Só não começou porque eles não vieram! Nós estamos aqui, analisando o momento do País, na expectativa de que cheguem mais dois Senadores, porque, com 11 Senadores aqui, nós podemos votar as matérias.

Para vocês que estão assistindo entenderem, isto aqui é o Senado da República. Nós estamos em uma Comissão, meu querido Germano, que eu considero das mais importantes do Parlamento, que é a de direitos humanos. Estamos com dificuldades de ter 11 Senadores aqui. E ninguém me diga que é porque nós temos muito trabalho nas outras Comissões. Não é! Eu estive na Comissão de Assuntos Sociais, cuja reunião já terminou; estive na CCJ, onde os temas polêmicos já terminaram. E nós, numa Casa de 81 Senadores, não conseguimos ter 11





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui, uma Comissão que tem um total de 22 membros. E, desses 22, nós temos dificuldade de ter 11. E ninguém me diga que é por causa do dia 24. Também não é! As manifestações estão lá na rua. Muitos não conseguiram nem chegar; uns estão lá do lado do Mané Garrincha; outros estão lá no Parque da Cidade; outros estão tentando se aproximar aqui da Rodoviária e da Catedral. Mas e os Parlamentares? Onde estão?

Se for uma obstrução naquela linha de que não se vota nada sem que, primeiro, se resolva a saída política, teria uma certa lógica, mas também não é. Basta, para isso, ver os que estão faltando aqui, em matéria de indicação partidária. Não estou nem falando daqueles que estão indicados ali, porque pode ter acontecido um motivo de força maior que os impossibilitou de estar presentes. Mas, principalmente, como eu dizia ontem, Senadora Ângela, há 16 vagas, porque não foram indicados. Isso mostra um pouco da lambança que virou este País. Este País está virado numa grande esculhambação – e me desculpe, Senadora, dizer isso.

Vocês viram, ao longo de nossas vidas, meu querido Siqueira, Presidente da Anamatra, e Colucci, Diretor Legislativo – e sei que, neste momento, vocês não podem usar a palavra, até para, depois, não complicar nem para vocês, nem para nós, devido a não ser uma audiência pública –, mas vocês viram, ao longo da história deste País, tantas denúncias? Eu nunca vi. Nos 32 anos que estou aqui, depois da ditadura, eu nunca vi tantas denúncias. Não vi mesmo! Estou dando um testemunho aqui: é denúncia para todo lado. Dizem que só essa última empresa, a JBS, tem uma lista de quase 1,9 mil nomes, e ela fala que são todos propina – não sou eu que falo. Se é ou não, eu não sei, porque também não sou daqueles que fazem listas para cá, listas para lá.

Mas, se todas as denúncias que estão surgindo em todo o País, que pegam nove Ministros, Presidenta e minha querida Relatora... Nove ministros estão denunciados! E sempre digo – e tenho a liberdade de dizer isso – que não dou ênfase e não cito o nome de ninguém, porque colocar nome em lista é fácil, não é? Aí, joga a lista para a cá, joga a lista para lá e, muitas vezes, o inocente vira culpado e o culpado vira inocente. Eu quero ver o resultado do processo – é isso que eu quero ver! Mas eu nunca vi tantos processos instalados em tão pouco tempo nesses 32 anos de Parlamento.

E nós, aqui no Congresso, não tomamos a providência número um: afastar o Presidente da República e permitir que, pelo voto direto, a população escolha o novo comandante da Nação. É assim que se começa a arrumar a casa. E tenho falado com muita gente, Senadora Regina, Senadora Ângela e meu amigo Germano, que está aqui, da nossa querida Anamatra, e todos têm este mesmo entendimento: é preciso arrumar a casa.

Não adianta também ficar levantando nomes, como alguns me procuram para saber, como eu acho que fazem para vocês também: "Mas diga o nome". Pedem para nós que digamos o nome de quem poderia ser eleito Presidente da República para arrumar a casa, como eu digo. Sabem o que eu respondo? O foco da pergunta já está errado. Ninguém está aqui procurando um salvador da pátria; ninguém está procurando aqui um nome iluminado que venha a resolver todos os problemas do País. O que nós temos que fazer neste momento, na minha avaliação, é pensar em uma frente ampla pelo Brasil, composta por entidade, homens e mulheres comprometidos com essa mudança de verdade, e fazer um programa mínimo de governo. Em cima de um programa mínimo de governo, um projeto de nação, é que a gente pode, daí sim, dizer que cada partido apresente os seus nomes e que surjam outros nomes da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sociedade civil organizada, que possam ainda, em tempo hábil, se registrar neste ou naquele partido, para disputar as eleições, mas em cima de programas, não em cima de nomes.

Eu já não aguento mais essa história de nomes. Aí vêm para mim e me dizem: "Mas e fulano? E beltrano? E sicrano?" Aí eu digo: "Sim, se você quiser, eu listo aqui 20, 30 nomes. É impossível que, no Brasil, a gente não tenha nomes para assumir o comando, pela via democrática e pelo voto popular".

Nomes não faltam! Tenho certeza de que não faltam. O que falta é projeto de país; o que falta é projeto de nação. Quais são os pontos básicos que esse governo, eleito pelo voto direto, como nós defendemos, deveria apresentar ao País, nesta época que é de transição? É um período que, imagino, seria de praticamente um ano, até porque, logo em seguida, começam as eleições de 2018.

É isso que nós estamos esperando; é isso que eu espero que aconteça, o mais rápido possível, para o bem do povo brasileiro. Não dá para deixar o povo sangrando. Por isso, eu peço, mais uma vez, ao Presidente da República: renuncie! Se você não renunciar, que a Casa comece o processo de *impeachment* ou, mais rápido ainda, que o Tribunal Superior Eleitoral decida pelo afastamento do Presidente da República.

Era isso, minha querida Presidenta. Obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

Aqui, nesta Comissão, todos falam, só não falam aqueles que não vêm.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Aqui é o lugar do bom debate, tanto para dar voz aos que não têm voz, como propiciando aos Senadores um espaço muito grande para que possam expressar as suas opiniões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Paim, Paulo Rocha, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 17/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater sobre: "A Criminalização dos Movimentos Sociais". Participantes: Antonio Maffezoli, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP; Cleber Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Alberto Dias França, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Avanilson Araújo, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; e Rose Meire dos Santos Silva, Representante dos Quilombolas. A Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Rogério da Conceição Silva; Elison Maia de Oliveira; Bruno Cardoso – Conselho Pastoral dos Pescadores; Paulino Montejo - APIB; Luiz Carlos (mancha) – Conlutas; e Ecilea Chermon – CMP. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: a) propor a criação de uma comissão permanente externa para realizar diligências em caso de conflitos que envolvam movimentos sociais; oficial entidades para acompanhar os despejos; e realizar uma diligência no Pará, em cooperação com a CDH da Câmara dos Deputados, a fim de coletar informações e tomar providências acerca do massacre ocorrido no Pará. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra os Senadores Regina Sousa e Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/25>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: “As reformas Previdenciária e Trabalhista, com lançamento do livro ‘O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros’ ”, de autoria do Senador Paulo Paim. Participantes: Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Lourival Figueiredo Melo, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC; Moacir Meirelles de Oliveira, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Clóvis Scherer, Coordenador Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE; Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTS; Artur Bueno de Camargo, Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST; Wilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia - COFECON; Frei David, Diretor Executivo da EDUCAFRO; Edson Índio, Presidente da Intersindical; José Carlos Torves, Diretor Executivo da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais da Unicamp; Nilton Paixão, Presidente da Central Pública do Servidor; Magda Barros Biavaschi, Representante do Fórum contra a Terceirização; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Nariomar Medeiros da Costa, Empresário; Edna Costa, Presidente da Federação das Mulheres de Pernambuco; Assunta Di Dea Bergamasco, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e de Assuntos Especiais do SINDIFISCO NACIONAL; Wilson Pereira, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Brasília, Distrito Federal e Brasil - CONTRATUH; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Miguel Salaberry, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; e Elza Serra, Representante da Confederação das Mulheres do Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra os Senadores Regina Sousa e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/29>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, João Capiberibe, Romário, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva (Emenda nº 1-CE) e uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada." Autoria: Deputada Perpétua Almeida. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 4, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim do Estatuto do Desarmamento" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52 de 2017 que: "Nos termos do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de diligência externa conjunta, com membros desta Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça para verificação, in loco, da real situação dos trabalhadores do campo e da cidade, em relação ao PLC 38 de 2017 – Reforma Trabalhista." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará"" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54 de 2017 que: "Requer, na forma do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na forma de seminário, "14º Seminário LGBT do Congresso Nacional" em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e com a participação das Comissões de Cultura; de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; de Educação; e de Segurança Social e Família, da Câmara dos Deputados." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56 de 2017 que : "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Resolução 23.422/2014 do TSE que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e da outras providencias, com a alteração feita no processo administrativo nº 1326-06.2011.6.00.0000 – Classe 26 – Brasília – Distrito Federal, decidindo que deverá ser extintas zonas em diversos municípios do país, começando pela extinção de 72 zonas em 16 capitais." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57 de 2017 que : "Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de diligência no município de Uruçuí, Estado do Piauí, para conhecer as iniciativas e acompanhar as investigações sobre a ocorrência de um estupro coletivo seguido de assassinato do qual foi vítima uma menina grávida de 15 anos, na noite de 02 de maio de 2017, no município de Uruçuí-PI." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência no município de Pau D'Arco-PA, para acompanhar as investigações e procedimentos referentes ao assassinato de dez trabalhadores rurais, ocorrido na fazenda Santa Lúcia, no dia 24 de maio de 2017." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Regina Sousa, Paulo Paim, Romário e Paulo Rocha. Às onze horas e trinta e quatro minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e um minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/05/31>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª à 31ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão de requerimentos extrapauta.

Então, vamos começar.

Requerimento nº 52, de 2017.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de diligência externa conjunta, com membros desta Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça para verificação, in loco, da real situação dos trabalhadores do campo e da cidade, em relação ao PLC 38 de 2017 – Reforma Trabalhista.

Autoria: Senador Paulo Paim

Prossegue o requerimento:

Sugerimos os seguintes locais para a diligência: um assentamento quilombola, uma propriedade de agricultura familiar, uma propriedade rural que explora atividade agroeconômica, uma fundição, uma indústria de produtos químicos e um frigorífico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Solicitamos que essa diligência seja realizada antes da votação do PLC 38, de 2017, por esta Casa, e que seja conjunta para dar celeridade e economia processual.

A autoria é do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, como eu fiz uma visita *in loco* e achei muito interessante, peço a aprovação do requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadores, em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 53, de 2017.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará”

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a S. Ex^a a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, infelizmente, parece que já virou notícia corriqueira. Os jornais e as TV nem estampam como deviam a crueldade de crimes como esse contra os trabalhadores. Eu vi a foto: dez trabalhadores jogados em cima de um caminhão – agora, recentemente, somando-se aos outros três casos que o antecederam em um período de um mês. Isso é da maior gravidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso, eu sei que há uma comissão que vai àquele Estado, mas, em parceria com V. Ex^a, eu solicito termos uma audiência pública aqui, na nossa Comissão, chamando o Ministério da Justiça, chamando as autoridades do Estado, chamando todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos nesse cruel assassinato de trabalhadores lá no Estado do Pará.

Veja bem, Sr^a Presidenta, eu tomo a liberdade de ler aqui a justificativa.

Na semana passada, foi amplamente divulgado o assassinato de nove homens e uma mulher, trabalhadores rurais sem terra, durante uma ação policial em uma fazenda no Município de Pau d'Arco, no Pará, a 860km da capital Belém.

Conforme informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a fazenda Santa Lúcia, cenário do massacre, era motivo de disputa entre seu proprietário e trabalhadores sem terra. Desde maio de 2015, havia 150 famílias acampadas no local.

Esse episódio e a chacina ocorrida em abril passado na zona rural do Município de Colniza, Mato Grosso, onde nove trabalhadores foram mortos e, no mínimo, vinte ficaram feridos, acendem mais uma vez o alerta geral para o aumento de conflitos de terra no Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente não está percebendo o avanço desses conflitos e muito violentos. Porque conflitos a gente tem, de despejo, e até já propus que esses despejos sejam feitos com o acompanhamento de alguma entidade – OAB, Ministério Público, CNBB –; que alguém acompanhe esses despejos, porque, a pretexto dos despejos, ocorrem chacinas.

Você viu a desfaçatez de dizerem que foram recebidos a bala. Agora, não há ninguém ferido do lado da polícia. E os depoimentos que a gente ouviu nesses dias das pessoas sobreviventes... É incrível como a violência está aumentando. As pessoas estão se sentindo muito poderosas em relação a quem ocupa terra, a quem está na terra há algum tempo.

Nós tivemos notícias, no domingo, também de um despejo de uma comunidade indígena em Paulo Afonso, na Bahia, em que 67 famílias indígenas foram enxotadas para se abrigar numa escola. Imaginem! Queimaram tudo na aldeia. E o que é pior: terra pública. Alguém se dizendo dono de lá, mas está provado, inclusive, que já estava em processo de transferência para a Funai.

Então, não sei como a gente vai dar conta de tanta diligência que a gente tem que fazer, mas é preciso ouvir as pessoas, porque, como se não bastasse, a CPI do Incra e da Funai está criminalizando todo mundo que apoia essas comunidades. O pessoal da Igreja, as pastorais, que são apoio para essas pessoas, agora estão sendo indiciadas por uma CPI presidida por um ruralista. E a gente sabe como pensam os ruralistas em relação à posse da terra. Estamos com muitos problemas para discutir e tentar achar soluções.

Parabéns pelo requerimento, Senador.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há mais dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O outro é o Requerimento nº 55.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, essa audiência é uma sugestão dos servidores públicos federais vinculados ao Sisejufe, que estão alegando que está havendo um desmonte do setor, e nós todos sabemos o quanto é importante todo o setor judiciário, inclusive – por que não lembrar aqui? – da Justiça do Trabalho.

Nós chamaremos os convidados num segundo momento. A intenção é que se convide o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Ives Gandra, e também a Anamatra, por exemplo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão o requerimento (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 56, de 2017.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Resolução 23.422/2014 do TSE, que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências, com a alteração feita no processo administrativo nº 1326-06.2011.6.00.0000 – Classe 26 – Brasília – Distrito Federal, decidindo que deverão ser extintas zonas em diversos municípios do país, começando pela extinção de 72 zonas em 16 capitais.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, eu acho até que os dois requerimentos poderiam ser apensados, no sentido de realizarmos uma audiência única, porque também esse é a pedido do Sisejufe, do Rio de Janeiro, preocupado com a desestruturação não só da Justiça do trabalho, mas também das zonas eleitorais, que teriam o acompanhamento desses profissionais.

Então, eu requeiro que, se aprovado, se faça uma única audiência pública tratando dos dois temas se possível.

Agora, já contamos com a presença aqui do Romário, que é do Rio de Janeiro e, com certeza, estará conosco nessa audiência pública.

Marcando a data, nós vamos ver os convidados e vamos combinar a data.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Romário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. *Fora do microfone.*) – Quando será a audiência?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos pensando em fazer agora, no próximo mês. Aí marcaremos uma data e lhe comunicaremos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Estarei, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, se a senhora me permitir, eu quero ilustrar os dois requerimentos que aprovamos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, eu queria que o senhor viesse aqui presidir, porque eu tenho alguns requerimentos para apresentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí, depois, a gente passa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No encerramento, a gente ilustra, com a chacina do Pará – que foi mostrada já –, o porquê desse requerimento e do outro também, referente à situação dos trabalhadores rurais.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passo a Presidência, neste momento, ao Senador Paim, para encaminhar alguns requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 54, de 2017.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, de 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na forma de seminário, "14º Seminário LGBT do Congresso Nacional" em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e com a participação das Comissões de Cultura; de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; de Educação; e de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Passo a palavra à Senadora Regina Sousa para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse é um seminário tradicional – já é o 14º, se não me engano –, então já acontece sempre, promovido por várias comissões em conjunto, porque todas dizem respeito a esses segmentos, têm alguma vinculação, alguma demanda em relação à cultura, às questões sociais, e a gente sabe que é muito sofrida neste País a população LGBT ou LGBTT. Então, é um seminário tradicional, que se faz todo ano, e a gente propondo agora fazer também em conjunto com a Câmara, que amplia mais o público e os espaços também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor continue presidindo Senador, porque quero fazer a apresentação de dois requerimentos, de forma oral, pois ainda estão sendo elaborados.

Um deles refere-se a um estupro coletivo que aconteceu no Piauí, agora em maio, na cidade de Uruçuí. Eu queria fazer essa visita, mas em forma de diligência – a gente tem que ver como anda o inquérito – e sem custo para a Comissão. Estou indo lá na próxima semana ver como anda o inquérito, como estão as famílias, fazer visita às famílias, porque estupraram a moça e mataram o namorado, que estava com ela. Então, quero visitar também as famílias.

A Câmara aprovou uma audiência pública para tratar do assunto, principalmente na perspectiva da política pública de enfrentamento às drogas, porque os rapazes, as pessoas que fizeram estavam drogadas, e lá é uma região se soja, de uma população flutuante muito grande.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a gente quer fazer essa visita, mas em forma de diligência da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a proposta apresentada pela Senadora. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Eu quero só também deixar registrada toda a minha solidariedade – esse foi um crime hediondo – à iniciativa de V. Ex^a e da Câmara de realizarem uma audiência conjunta lá no seu Estado. Ao ouvir a senhora relatar aqui, eu me lembrei de algo semelhante que aconteceu no Rio de Janeiro, só que aquele veio por vídeo para as redes sociais, e a gente acabou assistindo àquela crueldade por todo o País.

V. Ex^a vai lá e, com certeza, nos trará mais informações sobre o que aconteceu, mas de pronto fica aqui a nossa condenação. Porque não há o que julgar; isso é cadeia mesmo, de imediato, para esses bandidos que cometeram esse crime. E, claro, em todo crime hediondo como esse, tem que haver prisão mesmo.

Parabéns pela iniciativa de V. Ex^a.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada, Senador.

Lá, inclusive, já estão presos os autores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão presos?

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... mas a gente quer fazer o inquérito andar e também ver políticas públicas para a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Após o comentário que eu fiz e que a Senadora fez, agora coloco em votação.

Aqueles que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há mais um também que eu quero apresentar – eu me enganei, achei que o Senador Paulo Rocha tinha aprovado esse requerimento.

Eu pedi a mesma coisa: uma diligência ao Pará, àquele assentamento onde as pessoas foram assassinadas, chacinadas. Que esta Comissão também faça uma diligência àquela comunidade, àquele Município de Pau d'Arco – o Município maior, perto de Redenção –; que a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente vá lá, como Comissão de Direitos Humanos, para verificar e ouvir as pessoas, porque é sempre bom ouvir as versões, as testemunhas, os que conseguiram escapar, os que assistiram a tudo escondidos. Há depoimentos terríveis, e a gente não pode deixar isso continuar neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Está em discussão.

Nós já apresentamos, em parceria com a Senadora Regina, uma audiência aqui para discutir o massacre de nove homens e uma mulher no Pará. E a Senadora Regina Sousa, neste momento, encaminha o pedido, em forma de requerimento, de uma diligência para ir lá, conferir, ver, acompanhar, denunciar esse crime hediondo, assassinato em massa do povo trabalhador, acontecido no Pará.

Está em discussão a proposta da Senadora. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

É bom lembrar que esses dois requerimentos foram na mesma linha dos que S. Ex^a havia anunciado no início, de requerimentos chamados de pauta extraordinária, extrapauta. Que fique bem claro que esses dois requerimentos também entraram naquele viés da primeira votação que a Senadora fez dos requerimentos que entrariam extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Agora a gente pode ver os vídeos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, teríamos dois vídeos.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas o Senador Paulo Rocha está vindo aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Gostaria de apresentar enquanto ele chega? O vídeo é longo?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, são os dois vídeos pequenos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente assiste, e ele chega para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E esperamos a chegada do Senador Paulo Rocha.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o único projeto não terminativo que há aqui, e ele quer relatar logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A relatoria é dele.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E aí a gente vota...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, volto a Presidência para a Senadora Regina Sousa e eu volto ao plenário, e vamos assistir a dois vídeos bem rápidos. Um visa mostrar, já posso informar aqui, a realidade do campo.

Explico eu por que é importante esse vídeo.

Essa senhora se chama Juliane. Trata-se de uma pequena propriedade. Quem administra a propriedade é ela, o esposo, a sogra e o filho de 12 anos. Eles cuidam de toda a lida que vocês vão ver aí. Eles cuidam de tudo isso. O marido da sogra – o sogro, no caso – já está inutilizado, a partir dos 55 anos, por essa lida que vocês vão ver aí. Só por um pedaço dela, vocês vão ver que ele já não consegue mais trabalhar com 55 anos. Ela tem 42.

Aquele senhor que está ali do lado dela – "senhor" eu falei, viu?, "senhor" – é o Senador Paim. Porque ela fez um desafio, via redes sociais, e teve 7 milhões de acessos. Olhem lá: "Juliane Schneider, agricultora". Eu disse: "Eu vou aí". E fui lá para ver como é que é o dia a dia deles. Em um dia de chuva – chovia muito – saí de Porto Alegre em torno de oito da noite, e demoramos para chegar lá, devido à chuva, embora em torno de 400, 500km, quase sete horas. Mas às cinco e meia eu estava já com ela e com a família na lida do campo.

Agora, vamos ver como é de fato... A intenção era passar o dia todo. Confesso que, quando chegou às 11h, eu me entreguei. Disse: "Olha, não dá mais". E não dava mesmo. Eu não conseguia acompanhar. Eu mais acompanhei do que fiz, mas senti. Claro, vocês vão ver que eu vou limpar a merda das vacas, como ela está limpando agora – ela tem que fazer isso toda manhã –; eu vou para a área de tirar o leite; eu vou para a plantação; eu acompanho a ida para levar as vacas e, naturalmente, buscar as vacas lombas acima. Enfim, é um videzinho de poucos minutos, só para ilustrar o porquê do requerimento que apresentei hoje.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela está, na verdade, convidando outros.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquela ali é uma líder rural que vai vir depor na Comissão – eu tenho o nome dessa trabalhadora rural. Eles vão vir depor na Comissão para falar de suas experiências – ela é da Fetrafi, se não me engano – na segunda-feira.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Essas são a Juliana e a Cleonice, a líder dos trabalhadoras rurais que está ali acompanhando.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é só um pedacinho, pessoal, para ilustrar. Depois a gente vai, lombo acima, debaixo d'água, levando as vacas, com as botas, pela metade, de barro.

Eu peço para trocar. Vamos ver o vídeo de fundo, que é mais grave, Senador Paulo Rocha. Agora é sobre o Pará.

Permita, Senadora, que eu possa botar o vídeo sobre o massacre dos dez trabalhadores lá no Pará, terra do Senador Paulo Rocha, que já está aqui neste momento.

Nós aprovamos, hoje, por provocação dele e da Senadora Regina, uma diligência para ir ao local.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Matam dez e não houve exagero? Sinceramente...

Foi mais para ilustrar os dois requerimentos que nós aprovamos.

Quero aqui elogiar o Senador Paulo Rocha, me permita, que fez uma defesa com brilhantismo enorme na Comissão de Assuntos Sociais do requerimento que eu apresentei e que teve o apoio dele para que uma comitiva de Senadores que vão votar aqui a reforma trabalhista e a previdenciária vejam a realidade do trabalhador do campo, do assalariado do campo, do micro, do pequeno da agricultura familiar, como foi o caso que nós mostramos – e dentro de fábricas, numa fundição, numa forjaria, num frigorífico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, Senador Paulo Rocha, apresentamos também, a Senadora Regina aprovou aqui, a ida da nossa Comissão ao Pará, devido a esse massacre. Eu vi alguém ali dizendo – não quero nem dizer quem era, se era policial, se era delegado ou se era um agente de segurança, e fiquei preocupado – se houve exagero ou não. Dez pessoas? Agora é que nós temos que ir lá mesmo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse aí é o Secretário de Segurança Pública, que é um general do Exército.

Eu vou falar algo sobre essa questão da chacina do Pará.

Infelizmente, a minha história toda desde o movimento sindical foi assistindo a esse tipo de coisa. Ainda na época dos movimentos pós-ditadura militar, cerca de 633 lideranças sindicais dos trabalhadores rurais ou advogados que defendiam esses interesses ou até religiosos foram eliminados. A eliminação também é seletiva. Além desse tipo de chacina, também há a eliminação seletiva nesse processo.

Mas há uma característica que eu queria trazer para dentro da Comissão: além dessa questão da barbárie, da questão humana, o braço do Estado e, no caso, o Governo do Estado, sabe o que eles fizeram agora? Isto está registrado, inclusive, em alguns jornais do final de semana do Pará: ao recolherem os corpos, estes foram para o Instituto Médico Legal para fazer a perícia; depois – pasmem, companheiros e companheiras! –, os corpos foram devolvidos para as famílias em sacos plásticos, aqueles sacos pretos, e já em estado de putrefação. Foram devolvidos para os familiares assim depois da perícia. Quer dizer, um Instituto Médico Legal do Estado do Pará faz isso! Ou seja, além da barbárie, há essa coisa da humanidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Rocha, o senhor tem um projeto aqui, um relatório a apresentar, e a gente pede brevidade, porque estão precisando de nós na CCJ. Então, o relatório...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O debate das diretas, para a gente ir lá votar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sugestão nº 4, de 2017, não terminativo. É daquelas sugestões que vêm pelo e-Cidadania. Fim do Estatuto do Desarmamento. Autoria: programa e-Cidadania, porque são muitas pessoas, uma pessoa inicia e as outras aderem, e o Senador Paulo Rocha foi escolhido para relatar.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Imaginem o Senador Romário lá no Rio... Se nós formos perguntar lá nas bases se o cidadão





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tem que se armar para poder se defender da violência que há principalmente lá nos morros, como também essa violência contra o povo, contra o pobre, contra o trabalhador, etc... Mesmo assim nós aprovamos o chamado Estatuto do Desarmamento.

É a mesma coisa também se você for fazer uma pesquisa sobre quem é a favor da pena de morte no Brasil. Com certeza, esta será a solução saída do próprio povo: a favor da pena de morte. Não é o caso, que todos nós sabemos que quem sofre é o povo, é o trabalhador.

Então, aqui tem uma sugestão, que é quanto à questão do Estatuto do Desarmamento. Inclusive, com os companheiros da assessoria daqui do Senado, aqueles que recebem a voz da cidadania, está cheio de milhares de sugestões nesse sentido, favoráveis a acabar com o Estatuto do Desarmamento. Naturalmente, a gente não concorda com isso, e o meu projeto – para ser rápido, porque estão nos chamando lá –, o meu parecer é que eu voto contra essa sugestão.

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 4, de 2017, do programa e-Cidadania. Trata-se da questão do Estatuto do Desarmamento, que é um mecanismo importante de controle da violência, motivo pelo qual defendemos a manutenção do Estatuto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência eventual do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, José Medeiros e dos Senadores não-membros José Pimentel e Humberto Costa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista". Participantes: Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas; Clóvis Sherer, Coordenador Adjunto de Relações Institucionais do DIEESE; e Paulo Ferrari, Representante da Força Sindical. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Ana Cláudia Bandeira Monteiro, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Moacir Meirelles de Oliveira, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG; Floriano de Sá Neto, da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP; Francelino Valença, representante da Federação Nacional do Fisco – FENAFISCO; Antônio Paulo Santos, da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Rolando Malvásio, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Geraldo Coan, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal – Sinttel; André Luiz Caetano, representante da Federação Nacional dos Enfermeiros; e Reinaldo Martins, representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/01>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nos impactos para Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais. Participantes: Juliane Schneider da Silva, Trabalhadora Rural; Edjane Rodrigues da Silva, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Alexandre Arbex Valadares, Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Jordana Ribeiro de Ávila, Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST; Cleonice Back, Coordenadora Estadual da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-BRASIL/CUT; Iridiani Seibert, Representante da Via Campesina; Antônio Lucas Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR; Jane Lúcia Bervanger, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Guilherme Costa Delgado, Perito da Comissão para a Justiça, a Caridade e a Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Mauro José Silva, Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da UNAFISCO Associação Nacional; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Bruno Pilon, Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Alberto Ercílio Broch, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e Alexandre Caso, Representante da Intersindical. Fazem uso da palavra as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. O Presidente concede a palavra a Senhora Maria José Moraes, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/05>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezessete minutos do dia sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, João Capiberibe, Romário, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Maranhão, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, José Medeiros, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada." Autoria: Deputada Perpétua Almeida. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 8, de 2017 - Não Terminativo - que: "Regulamentação para marcadores de "airsoft" (armas de pressão de uso permitido - ação de gás comprimido) - dispensa do certificado de registro" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 10, de 2017 - Não Terminativo - que: "Liberação da venda de armas e munições importadas, em lojas. (Fim do monopólio Taurus/CBC" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59 de 2017 que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Projeto de Lei do Senado, nº 470 de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família." Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater projetos de lei relativos à população LGBTTI, por ocasião do Dia Internacional do Orgulho LGBT." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Às onze horas e cinquenta e sete minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta e nove minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, João Capiberibe, Paulo Paim e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 32ª à 34ª Reuniões da CDH.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

Nós temos alguns relatórios em que o Relator nos disse que está chegando – temos alguns projetos não terminativos – e o Relator chegando, vamos passar à leitura, mas, antes disso, quero aproveitar aqui a presença do pessoal do Fórum Nacional de Educação, Senadora Fátima.

Antes de passar para os projetos, porque nós temos só dois projetos não terminativos, que são do Senador Paulo Rocha, que está vindo. Eu disse, na Comissão de Educação, que a gente leria aqui o manifesto do Fórum Nacional de Educação, que praticamente foi extinto pelo MEC. O pessoal está com um manifesto, criando um novo fórum popular. Então, a gente vai – como educação tem tudo a ver com esta Comissão – ouvir a leitura do manifesto e depois a gente passa à pauta de requerimentos e projetos.

A Srª Senadora Fátima que vai ler?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Posso ler, Senadora Regina.

Parabênizo também...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a Comissão de Direitos Humanos que, em boa hora, abre aqui as suas portas, a exemplo da Comissão de Educação, para que a gente possa receber uma delegação composta por várias entidades, Senador Capi, que assinam o presente manifesto.

Título do manifesto: "Não aceitamos um Fórum Nacional de Educação definido e controlado pelo MEC".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não reconhecemos legitimidade no Fórum Nacional de Educação constituído pela Portaria 577/17 e da Conae sob sua supervisão do MEC.

1. O Fórum Nacional de Educação é uma conquista histórica e um espaço de interlocução entre a sociedade civil e governo, previsto na Lei 13.005/14, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação, referência para a gestão e a mobilização da sociedade brasileira. Por definição legal é o coordenador e articulador das conferências nacionais de educação, plurais e democráticas, e uma das instâncias de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação.

2. O Fórum Nacional de Educação é formado e constituído por decisões colegiadas, de forma transparente, republicana e democrática e, portanto, sob bases conhecidas e pactuadas. Não é um apêndice rebaixado do Ministério da Educação que, por ele, pode ser modificado a qualquer tempo de forma unilateral e arbitrária, para atender quaisquer interesses conjunturais e políticos.

3. Para fazer frente aos inúmeros desafios no campo educacional que a Lei do PNE conferiu centralidade ao Fórum Nacional de Educação e à Conferência Nacional de Educação: visando produzir avanços, democratizar o acesso, ampliar investimentos, garantir educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todo cidadão e cidadã do país e para defender o Plano Nacional de Educação como política de Estado.

A Portaria nº 577/17 e o Decreto de abril de 2017, impostos pelo Governo Temer de forma unilateral, restritiva, e antidemocrática, desestruturaram o Fórum Nacional de Educação e a Conae, tornando-os, como já afirmado, ilegítimos.

Nesse contexto, não participaremos mais do Fórum Nacional de Educação, desfigurado pelo atual Governo, do qual saímos coletivamente e anunciamos a constituição do Fórum Nacional Popular de Educação e a construção da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape.

Brasília, 7 de abril de 2017.

Assinam:

Anfope – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação.

Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Cedes – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Conif – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação.

Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

Feja – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos.

Forumdir – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras.

Mieib – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Proifes – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

UBM – União Brasileira de Mulheres.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

Só acrescentando, Senadora Regina, que o Fórum é composto por 50 entidades; 41 representam a sociedade civil e nove o Poder Público. Já existem 20 entidades, portanto, que assinaram o presente manifesto e há outras entidades que estão, neste exato momento, consultando.

Segundo, quero consignar na Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte, e dar o meu testemunho de que o MEC é o grande responsável por essa tragédia. Eu chamo isso de tragédia.

Imaginem um divórcio entre a sociedade civil e a gestão. E o responsável é o MEC, pelo quanto esta gestão que está aí, Temer e Mendonça, desde que assumiu, tratou o Fórum





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional de Educação, desrespeitando a própria lei, porque isso não é um órgão de Estado. Como eles dizem aqui, isso não é um apêndice do MEC. Isso não é um órgão de governo nem um apêndice do MEC. Isso é um órgão do Estado brasileiro, nascido no bojo do Plano Nacional de Educação.

O que este Governo fez desde o início, Senadora Regina – e eu sou testemunha? Desprezou, desconsiderou, desrespeitou o Fórum Nacional de Educação. O Fórum não foi ouvido sobre a discussão da base nacional curricular comum; o Fórum não foi ouvido quando do debate da reforma do ensino médio. E a gota d'água, Senador Paim, foi exatamente essa portaria e esse decreto, que, sem ouvir o Fórum Nacional de Educação, modificam o processo de construção da Conferência Nacional da Educação, ao mesmo tempo em que modificam o critério de composição do próprio Fórum Nacional de Educação, deixando de fora entidades como Fasubra, com Proifes, como Contee, etc.

De forma que, repito, é lamentável. Isso é revoltante. Nós temos muito o que agradecer a essas entidades, porque são elas as grandes responsáveis pela participação da sociedade civil no debate educacional. Costumo dizer que, se não fossem elas, as conferências nacionais de educação não teriam tido o êxito que tiveram nos governos Lula e Dilma, as conferências nacionais de educação resultantes das conferências municipais e das conferências estaduais, porque, afinal de contas, são elas que estão na base, na ponta, articulando, incentivando, mobilizando. E eis que, enfim, nestes tempos de ataque à democracia que nós vivemos... Porque só isso, Senadora Regina, explica, de repente, ter um ministro que, a exemplo do Presidente, não entrou pela porta da frente do MEC, entrou pelas portas do fundo também, em decorrência de todo esse processo que nós vivemos, daquele *impeachment* questionável, fraudulento, que cassou um mandato presidencial legítimo.

Mas quero aqui me associar à Comissão de Direitos Humanos e dizer que a luta em defesa da educação vai continuar cada vez mais forte, não mais através de um fórum nacional somente, mas um Fórum Nacional Popular da Educação rumo à Conape, se Deus quiser.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Eu dou como recebido o manifesto. Não é hábito em reunião ordinária, mas acho que vou quebrar a sessão e dar três minutos para um representante do Fórum falar, porque acho que é bom ficar registrado. Depois eu volto para os Senadores. Pode ser? Uma pessoa do Fórum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidenta. Estamos aqui para quebrar os parâmetros.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São três minutos, porque não é prática em reunião ordinária. Em audiência pública é que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se faz isso, mas, como é um assunto muito importante, vocês estão aqui, um representante se identifique, por favor.

Esqueci de consultar o Plenário, mas acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua decisão é a nossa decisão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra.

A SRª CATARINA DE ALMEIDA SANTOS – Meu nome é Catarina de Almeida Santos. Sou professora da UnB e represento aqui a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Anpae, o Cedes e o Mieib. Esses companheiros não puderam estar presentes, mas estou neste momento falando em nome de todas as entidades que estão aqui.

Primeiramente, quero ressaltar que essas entidades tiveram papel importante não só na organização da conferência, mas na própria discussão e aprovação do Plano Nacional de Educação. E é esse plano que define inclusive o papel que o Fórum tem. Então, ao desmontar o Fórum, desmonta-se também todo um projeto de discussão de implementação do próprio Plano Nacional de Educação. É muito bom ser discutido nesta Comissão que o direito à educação é um direito humano. Então, a nossa saída do Fórum não é a saída da luta pela implementação do plano; ao contrário, é a resistência, a reafirmação de que estaremos, sim, lutando pela implementação do Plano Nacional de Educação como política de Estado. O Plano Nacional de Educação é uma política de Estado e não de governo. Então, nenhum governo tem legitimidade para deixar o Plano Nacional de Educação de fora e para desmontar um Fórum que está previsto na própria lei do Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, a construção da Conferência Nacional Popular de Educação é agora a bandeira principal das entidades que estão se retirando do Fórum na configuração em que está ou na forma como foi desconfigurado. Agora a incumbência nossa é conseguir construir essa conferência, que tenha legitimidade e que seja uma conferência com participação da população, não da forma como está se pensando essa conferência, que não nos representa.

Então, nesse sentido nós agradecemos a oportunidade aqui na CDH e reafirmamos o nosso compromisso com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Catarina.

Dou como recebido o manifesto do Fórum Nacional de Educação.

Algum Senador quer usar da palavra?

Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, só para deixar registrado aqui o nosso total apoio, porque tinham pedido para a gente se manifestar já lá na Comissão de Educação, e, conversando com V. Ex^a, fizemos esse encaminhamento, para que a Senadora Fátima Bezerra lesse aqui o mesmo documento, para ficar registrado também na Comissão de Direitos Humanos.

O documento que recebemos é de estudo. E a Senadora Fátima foi muito feliz tanto lá como aqui. Além de ler o documento, detalhou o motivo desse movimento.

O título é muito claro: "Não aceitamos um Fórum Nacional de Educação definido e controlado pelo MEC".

Vou pegar só a parte grifada, Senador.

E, aqui, já no final:

Nesse contexto, não participaremos mais do Fórum Nacional de Educação, desfigurado pelo atual Governo [Governo que entrou, como aqui foi dito muito bem, pela porta dos fundos], do qual saímos [então] coletivamente, e anunciamos a constituição do Fórum Nacional Popular de Educação e a construção da Conferência Popular de Educação (Conape).

Eu só quero, aqui, de público e pelo espaço que nos dá a TV Senado, a Agência Senado e a assessoria da Senadora pela internet, dar uma grande salva de palmas para esses guerreiros.

Que outros sigam o exemplo de vocês. (*Palmas.*)

Este Governo não pode continuar. E nós temos grande esperança de que ele caia já, nesta semana, mediante – espero eu – decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Reafirmando a nossa posição – o Senador Capiberibe agora me lembrava de que hoje, às 16h, vamos ter um ato no Salão Negro da Câmara dos Deputados: Diretas Já. Vamos lá para lançar esse movimento mais uma vez.

Então, palmas para as Diretas Já. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mais algum Senador?

Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Veja, na verdade, essa casta que está no poder imagina o Estado para eles. Imagina, não. Eles têm certeza de que o Estado lhes pertence.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu insisto numa análise que faço da formação política do Brasil durante o século XX, no período republicano. Foram poucos aqueles que organizaram o Estado republicano e o organizaram para si.

É muito simples: quando você olha, Senador Paim, quando você vai atrás dos dados demográficos de 1891, o ano da promulgação da Constituição Republicana, você vai encontrar os seguintes dados: havia 86% de analfabetos no Brasil de 1891, e a Constituição Republicana proibiu o voto aos analfabetos.

Basta lembrar que a escravidão no Brasil oficialmente se encerrou em 1888. Em 1889, a proclamação da República; em 1891, a promulgação da primeira Constituição Republicana, proibindo o voto dos analfabetos. Se nós tínhamos apenas 14% de alfabetizados, considerando-se que 7% eram mulheres, o Estado republicano brasileiro, portanto, foi organizado por 7% de homens brancos.

Eu me lembro de que, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, ele nomeou um Ministério exclusivamente de homens brancos, muito parecido com o do século XIX; ou seja, nós tivemos um retrocesso brutal.

E, agora, com essa decisão do MEC de passar por cima da lei e de desfazer esse colegiado que discutia a educação no Brasil, mostra-se que, de fato, eles são donos do Estado brasileiro. Eles fizeram o Estado brasileiro para eles e não abrem mão disso, tanto que, a cada momento em que a democracia em nosso País avança, a gente sofre retrocesso. E esse momento que estamos vivendo é de brutal retrocesso das instituições e das conquistas obtidas pela sociedade brasileira ao longo desse mais longo período democrático que nós vivemos.

Portanto, apoio a decisão. Conte com nosso apoio. A educação precisa incorporar a sociedade brasileira no seu conjunto, não apenas a elite brasileira, como eles pretendem.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e solicitar o acolhimento na pauta do Requerimento nº 59, de 2017, uma audiência pública para discutir o estatuto das famílias.

Solicito que seja incluído extrapauta e, se possível, colocado em votação ainda nesta reunião.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Nós vamos...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É para reforçar o convite para as entidades que estão aqui, porque essa é uma frente ampla, que une políticos, entidades, centrais sindicais, organizações da sociedade civil, o mundo artístico, o jurídico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A nossa ideia é ampliar esse movimento para chegar aos locais de trabalho, aos bairros, enfim, para que o Brasil, esses 90% que querem eleições diretas, possa se manifestar e para que o Senado e a Câmara possam se sensibilizar com esse apelo das ruas e aprovar as eleições diretas.

Portanto, convido os movimentos para participar, logo mais, às 16 horas, na instalação da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Diretas Já.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – No Salão... Qual é o local na Câmara?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No Salão Negro da Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – No Salão Negro da Câmara?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – No Salão Negro da Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Infelizmente, ele tem esse nome.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Salão Nobre.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Salão Nobre. Vamos mudar o nome desse salão também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Salão Nobre é pequeno, mas a gente vai expandir.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não é nenhuma homenagem. Com certeza...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas Salão Negro é até uma homenagem. Felizmente, o Congresso Nacional tem um Salão Negro, porque o piso é escuro, e normalmente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não é uma homenagem à população negra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que se lembra a cor negra como se fosse negativo. Eu queria mais que chamassem o Congresso Nacional hoje de uma Casa suja, isso, sim. Agora, o Salão Negro não tenho nada contra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Obrigada, Srs. Senadores.

Senador Capiberibe, o seu requerimento entrará em pauta daqui a pouco.

Nós vamos para a pauta.

Nós temos processos terminativos, e não temos quórum.

Mas temos dois, três não terminativos. Um o Relator, Senador Valdir Raupp pediu para retirar. Então, nós temos dois, o item 13 e o item 14. Os dois são relatados pelo Senador Paulo Rocha, que se encontra aqui.

Então, ele vai relatar, e, logo em seguida, os requerimentos.

ITEM 13
SUGESTÃO Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Regulamentação para marcadores de "airsoft" (armas de pressão de uso permitido - ação de gás comprimido) - dispensa do certificado de registro

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Rocha

A autoria é do Programa e-Cidadania, que é aquela sugestão que vem pela internet, pelo canal e-Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do relatório.

Eu só queria levantar um problema aqui, Senadora Fátima: o problema que está caindo aqui na Comissão e acabou ficando para mim a relatoria.

É difícil discutir este tema perante a sociedade, porque aumenta a violência claramente no País, por exemplo na questão da luta pela terra. Lá no meu Estado voltam as chacinas e, em todas as áreas metropolitanas, há matança, principalmente causada pela violência provocada pelas drogas nas cidades, o que acaba trazendo problemas sérios para a nossa população. Falo das drogas e da violência que atingem a população jovem das regiões metropolitanas. Acho que morrem mais jovens no Brasil nos finais de semana do que, se somarmos todos, nas guerras.

Aqui cai um tema de que sou Relator. É o terceiro tema. Através do e-Cidadania, o cidadão manda sugestões para cá. E a tendência da sociedade é se armar contra a violência. Se você for fazer uma pesquisa para saber quem é a favor da pena de morte no Brasil, com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

certeza, ganha essa visão. Então, a tendência é o pessoal pedir para se armar, o que vai ao encontro da nossa posição política, humana, na questão das armas.

E aqui caíram duas sugestões. Você sabe, Paim, que é um instrumento muito importante do Senador essa questão de o cidadão dar sugestões para a atividade parlamentar aqui, transformar em lei, etc. É o caso dessas sugestões. As três sugestões são no sentido de se armar, facilitar o cidadão a comprar armas, a se armar.

Senadora Regina, Presidente, quem sabe não seria o caso de fazermos uma audiência pública com este tema: violência x defesa da sociedade, da população, porque as sugestões vêm sempre no sentido de se armar, facilitar a compra de armas, etc. Vocês sabem que, para entrarem na pauta, as sugestões têm que ultrapassar 20 mil cidadãos.

Eu relatei uma semana passada, acho, um projeto que era para acabar com o Estatuto do Desarmamento. E aqui vem no sentido de facilitar. Inclusive, eles indicam qual é a arma que deve ser comprada. Parece até uma coisa de *lobby* de indústria de armas, etc.

Então, estou levantando esta questão aqui porque estou vendo que está aumentando esse tipo de sugestão para a sociedade se armar e facilitar a compra de armas. Eu vou no sentido contrário. Meus pareceres são sempre contrários, são pela rejeição a esse tipo de indicação. Eu estou trazendo esta questão porque parece que observo a resposta da sociedade contra a violência, contra a chacina,

Quero passar essa ideia aos companheiros para repartir a minha preocupação, mas também no sentido de que vou contra o senso comum de que, na defesa da violência contra a sociedade, a solução é se armar e enfrentar o bandido com arma. Então, eu só queria levantar essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, só para esclarecer: o senhor vai fazer o requerimento de audiência pública, mas vai ler os relatórios?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Eu vou ler os relatórios.

Eu estou já resumindo dizendo que é pela rejeição os dois, mas quero repartir essa preocupação. Mais do que dar um voto aqui de "sim" ou "não", de rejeição, quero trazer a ideia de a Comissão se debruçar sobre essa questão que me parece que aumenta. Já que vem via sugestão da sociedade a possibilidade de se armar, indicando até qual arma é melhor, acho que tínhamos que aprofundar esse debate aqui sobre aumento da violência *versus* defesa da sociedade, da nossa juventude.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o senhor encaminha depois um requerimento para aprovarmos, mas o senhor lê os relatórios para constar como lidos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, quero, inicialmente, Senador Paulo Rocha, propor a V. Exª e me colocar à disposição para que pudéssemos, com base nesta discussão, fazer um requerimento em conjunto. Eu iria mais além: acho que, ao invés de uma audiência pública, Senadora Regina, podíamos fazer um seminário de um dia, fazer umas três Mesas de debate porque, de fato, esse tema, evidentemente, só se agravou.

Saiu o Atlas, divulgado pelo Ipea nesta semana, Senador Capiberibe, que, infelizmente, mostra que os índices de violência aumentaram de forma assustadora em todo o País. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, é uma calamidade. Para vocês terem uma ideia, no mesmo período, ou seja, de janeiro a junho de 2016 e janeiro a junho, agora, de 2017, nesse mesmo período, houve um crescimento de 27% de assassinatos no Rio Grande do Norte. Foram 837, no ano passado; e, agora, já vai com mais de mil assassinatos.

Outro dado grave: o assassinato de mulheres também está crescendo fortemente. Tinham sido 32 mulheres assassinadas, nesse mesmo período; agora, já vai para 60.

Então, sem maiores delongas, Senadora Regina, coloco-me inclusive à disposição para que pudéssemos pensar juntos, fazer aqui um seminário de um dia, ou duas Mesas de debate, ou três Mesas de debate, trazendo a sociedade civil, trazendo especialistas, trazendo representação dos Estados, para que atualizemos esse diagnóstico e, ao mesmo tempo, envolver a sociedade civil, envolver os mais diversos segmentos, cobrando do Poder Público, seja do Governo Federal ou dos governos estaduais, inclusive. Acho que os governos pecam demais em não convocar a sociedade, em não ter um diálogo permanente com a sociedade como um todo. Os governos, na sua grande maioria, não fazem isso de maneira nenhuma. Nós temos um Ministro da Justiça agora, que, quando instado a falar sobre segurança pública, o que foi que disse? Ele disse que conhecia de segurança pública, porque duas irmãs dele tinham sido assaltadas e porque ele tinha sido assaltado recentemente.

Onde anda o tal do Plano Nacional de Segurança Pública, Senador Paim?

Então, termino, Senador Paulo Rocha, me colocando aqui à disposição.

Como esta é a Comissão de Direitos Humanos e esse tema é sobre a questão do armamento, a questão do descontrole carcerário, a questão do tráfico de drogas, sobre a mortalidade atingindo principalmente os negros e a juventude, sobre a questão também da impunidade, acho que, com esse quadro, poderíamos, junto com a assessoria, pensar na realização de um pequeno seminário, Senadora Regina, que faríamos num dia só.

É essa a sugestão que quero apresentar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

A senhora apresenta com a forma de requerimento, com o Senador Paulo Rocha ou com quem mais quiser, para depois marcarmos a data.

Então, o Senador Paulo Rocha está com a palavra, para ler os seus relatórios. Pode ler só as suas análises. Os dois relatórios são sobre o mesmo assunto, praticamente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Trata-se da Sugestão nº 8, de 2017, do Programa e-Cidadania, que sugere a regulamentação e a dispensa do certificado de registro para armas de *airsoft*.

O parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, dispõe que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

De acordo com o Memorando da Secretaria de Comissões nº 18, de 16 de março de 2017, a Ideia Legislativa nº 64.137 “alcançou, no período de 28/11/2016 a 14/3/2017, apoio superior a 20.000 manifestações individuais”.

No mérito, cabe esclarecer, inicialmente, que o *airsoft* é um esporte supostamente surgido no Japão nos anos 70, que simula situações de combate armado entre os jogadores.

As armas de *airsoft* são feitas de metal, plástico ou madeira, funcionam por meio de molas, mecanismos elétricos ou gás comprimido e disparam projéteis esféricos de plástico de três, seis ou oito milímetros de diâmetro, que pesam algo em torno de 120 a 600 miligramas.

Acontece que, para aumentar o realismo do jogo, as armas de *airsoft* são imitações bastante fiéis de fuzis, submetralhadoras, pistolas, etc.

O art. 26 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências) traz uma limitação a réplicas de armas de fogo:

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para tentar contornar essa vedação, foi baixada a Portaria do Exército Brasileiro de nº 2, de 26 de fevereiro de 2010, que aprova as normas reguladoras da fabricação, da venda, da comercialização, da importação, da exportação, do tráfego e da utilização de réplicas e simulacros de armas de fogo e de armas de pressão, cujo art. 18 prevê que: "Art. 18. As armas de pressão por ação de gás comprimido ou por ação de mola tipo airsoft fabricadas no País ou importadas devem apresentar uma marcação na extremidade do cano na cor laranja fluorescente ou vermelho "vivo", a fim de distingui-las das armas de fogo."

O grande problema é que o cidadão comum, leigo, não conhece essa diferença entre uma arma real e uma arma de airsoft. E mesmo que conhecesse, poderia estar escuro, a ponta do cano poderia ser adulterada etc.

Assim, um criminoso pode usar uma arma de airsoft em assaltos para neutralizar a reação da vítima.

Além disso, a prática do airsoft oferece um risco à integridade física do jogador, que é o de ser atingido no olho por um projétil. Por isso, é obrigatório o uso de proteção ocular.

Por esses motivos, somos favoráveis à manutenção do controle exercido pelo Comando do Exército sobre a atividade nos moldes atuais.

VOTO

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 8, de 2017, do Programa e-Cidadania.

Esse é o meu voto, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Sugestão nº 8.

Vamos à Sugestão nº 10.

ITEM 14
SUGESTÃO Nº 10, de 2017
- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Liberação da venda de armas e munições importadas, em lojas. (Fim do monopólio Taurus/CBC)

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Pois bem, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 10, de 2017, do Programa e-Cidadania, que sugere a liberação da venda de armas e munições importadas em lojas e o fim do monopólio da Taurus e da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC).

A minha análise é inicialmente a mesma. É aquela questão da ideia legislativa.

No mérito, quero esclarecer que, de acordo com o art. 24, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a importação de armas de fogo e munições.

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembarço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

No nível infralegal, a importação de armas de fogo e munições é regulada pelos vários atos normativos:

Basicamente, a importação de armas de fogo e de munições controladas em três etapas:

- a) registro da pessoa física ou jurídica importadora junto ao Comando do Exército;
- b) autorização do Comando do Exército, por meio do Certificado Internacional de Importação (CII);
- c) licenciamento de importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX).

Em especial, o art. 5º da portaria procura apenas estimular a indústria nacional de defesa, evitando a importação desnecessária, se comprovada a existência de produto nacional que atenda às necessidades.

A liberação pura e simples da importação de armas de fogo e munições e o afrouxamento de seu controle são contrários ao interesse público, pois prejudicariam a indústria nacional de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

defesa e inundariam o País com armamentos e munições, contribuindo para o aumento desenfreado dos homicídios praticados com arma de fogo.

Se, com o controle, já é difícil combater o tráfico de armas e a violência, o que aconteceria com nosso País se facilitássemos a entrada de armas de fogo e munições?

No mais, vale lembrar que não há monopólio constitucional ou legal na venda de armas de fogo e munições e que o Poder Legislativo não pode revogar dispositivo de portaria normativa de Ministério, órgão do Poder Executivo.

Por esses motivos, somos contrários à liberação da importação de armas de fogo e munições e favoráveis à manutenção do controle exercido pelo Comando do Exército nos moldes atuais.

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 10, de 2017, do programa e-Cidadania.

Esse é o voto, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Em discussão o tema. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulta o Plenário sobre se podemos aprovar dois requerimentos extrapauta. Podemos aprová-los?

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Capiberibe.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 59, de 2017
- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Projeto de Lei do Senado, nº 470 de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Como Relator.) – Sr^a Presidente, na verdade, há um problema na grafia. É Estatuto das Famílias.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estatuto das Famílias.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O objeto dessa audiência pública é exatamente discutir e debater o Estatuto das Famílias.

O PLS 470, de 2013, dispõe sobre a caracterização e entidade das famílias. Houve uma mudança muito grande, nos últimos anos, em relação à composição da família brasileira, e é fundamental que esta Casa discuta esse tema, que já esteve na agenda da CDH. Houve algumas divergências, mas agora essas divergências estão superadas. Então, nós pedimos apoio para aprovar esse requerimento para promover essa audiência e continuar debatendo um tema fundamental, importantíssimo para as famílias brasileiras.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 59.

Eu gostaria de convidar o Senador Paim para assumir aqui, porque o próximo requerimento é de minha autoria.

É o último...

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, passamos a palavra à Senadora Regina Sousa, autora do requerimento, para que faça a defesa e a devida explicação do motivo do requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Trata-se da população LGBT, e agora tem LGBTI. É um requerimento para que se faça uma audiência no dia 28 de junho, que é o Dia do Orgulho LGBTI.

Esse pedido vem do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que solicita que essa audiência pública seja feita junto com a CDH para discutir – não é para homenagear, porque chega de tanta homenagem sem nada de concreto – o projeto de lei. Nós vamos resgatar o que há de legislação tramitando sobre a população LGBT e discutir para embasar para podermos tentar levar esses projetos adiante.

Dia 28 de junho é o dia mundial do orgulho LGBTTT, e essa audiência pública deverá acontecer nessa data. Depois informamos os convidados e convidadas que participarão da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento defendido e devidamente justificado pela Senadora Regina Sousa.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Seguindo orientação da Presidenta, está com ela a coordenação dos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria fazer uma consideração, antes que a senhora encerrasse, se possível.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria fazer uma rápida consideração, dizendo que aqui na Casa, ao longo desses anos, aprendemos a cumprir acordos. E acordos são pautados no Regimento.

E foi assim que votamos, na Comissão de Economia, num primeiro momento, a versão do Relator da reforma trabalhista. Discordamos, ele mesmo admite que no mínimo seis itens não deveriam estar lá. Ele inclusive propôs o veto, só não sabe para quem, porque não sabe quem será o Presidente da República na próxima semana, nos próximos 15 dias ou até amanhã, ninguém sabe quem será. Porque o Tribunal Superior Eleitoral está reunido neste





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

momento para ver se afasta ou não o Presidente por improbidade, enfim, pelos crimes denunciados. E também o Brasil todo sabe que no mínimo seis assessores diretos dele, pelo mesmo caso que aqui se tem, já foram afastados e, inclusive, se não me engano, alguns presos.

Mas eu queria, mais uma vez, aproveitar a Comissão de Direitos Humanos para fazer um apelo à Comissão de Assuntos Sociais. Acordo é para ser cumprido e o Regimento também.

No caso de um projeto que tem essa envergadura, descumprirem o Regimento e quererem já fazer a leitura do relatório, não passando pelas 48 horas exigidas entre uma comissão e outra, é forçar a barra, é desleal, é truculento, é desrespeitoso para com aqueles que procuram construir um clima de diálogo, de discussão. Bom, a vida é assim, que prevaleça a vontade da maioria. Então, eu, mais uma vez, faço um apelo para que não queiram, na marra e no grito, fazer a leitura desse relatório amanhã. O correto é fazer a leitura na próxima quarta e, aí, marcarmos o dia da votação, como fizemos na Comissão de Assuntos Sociais em um grande entendimento que uniu a todos, o Governo e o Presidente daquela Comissão, Tasso Jereissati, que manteve o acordo até o último minuto – ele manteve o acordo, inclusive com a leitura dos relatórios, tanto que apresentei em nome da Bancada, assim como a Senadora Vanessa e a Senadora Lídice da Mata, e, ainda, os quatro destaques. Então, querer atropelar neste momento... Depois não vão dizer que nós é que estamos sendo truculentos!

Eu já falei, hoje de manhã, com o Senador Romero Jucá, e ele também – pelo menos assim deixa entender – acha que o melhor é um acordo de procedimento. Vou falar com a Senadora Marta Suplicy. Espero que a gente caminhe nessa linha. Vamos votar na Comissão de Assuntos Sociais, depois o mesmo procedimento será feito na CCJ e, aí, faremos o mesmo procedimento no plenário, tudo dentro do Regimento. Fora disso é truculência, é desrespeito.

O Senado já está abrindo mão da sua visão de Casa revisora. Se o Senado é a Casa revisora, como é que ele abre mão de fazer os ajustes em uma reforma trabalhista que sai do Executivo com sete artigos e já está com cento e dezessete? Se foi votada ontem na Comissão de Economia, como é que vão votar em uma reunião extraordinária na quinta? A Casa não se reúne na quinta. Isso é praticamente forçar a barra e romper aquele acordo de que não haveria essa urgência atropelando a vontade da maioria lá fora – hoje, 90% da população são contra essas reformas e 99% são favoráveis às diretas já, 90% pelo menos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...e o atual Presidente não tem o apoio de 1% da população.

Senador Paulo Rocha, por favor, a Presidenta é que coordena.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, claro que está concedido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É fundamental ouvir o Senador Paulo Paim para que a gente possa marcar e determinar uma posição bem firme perante a população e perante os trabalhadores deste País.

Estão fazendo não só o desmonte do Estado social que a gente construiu ao longo de tempo: também estão colocando por terra a história de luta da classe trabalhadora. O que fazem com essa chamada reforma trabalhista é colocar por terra a CLT, que foi uma conquista em um período do governo autoritário do Getúlio Vargas, no qual ele foi obrigado a criar a CLT, que é um compêndio de leis, um conjunto de leis que foram conquistadas ao longo de décadas de luta da classe trabalhadora e que se consolidaram em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Já na nossa geração, houve um conjunto de avanços e de conquistas na relação capital e trabalho e na proteção do direito do trabalho – produto já da nossa história, da nossa luta no País – que nós conseguimos colocar na Constituição brasileira. E, com a conquista de governos populares e democráticos, como o Governo Lula, nós conseguimos fazer políticas públicas para a inclusão social, para a conquista de cidadania do nosso País. É o caso de políticas públicas muito importantes, como, por exemplo, a ampliação de acesso a estudos superiores para o interior do nosso País, ou o próprio Bolsa Família, que dá oportunidades para aquela mãe que não tem condições de manter o filho na escola, enfim, avanços importantes como o programa de creches, que dá condições à mãe de ter seu filho bem tratado no período em que ela tem de trabalhar. Enfim, criamos políticas públicas importantes.

Tudo isso está colocado por terra. E a reforma trabalhista coloca por terra toda essa história de luta da classe trabalhadora do século. Então, companheiro Paulo Paim e companheira Regina, nós somos dessa geração, nós viemos da luta sindical, do *front* da luta política, inclusive no período autoritário, enfrentando o governo autoritário militar. Mas foi no processo de consolidação da democracia que nós conquistamos esses avanços, por meio da luta combativa dos nossos sindicatos, das centrais que nós criamos, como a CUT, e dos movimentos dos trabalhadores rurais, que nós conseguimos colocar na Constituição brasileira. Tudo isso está colocado por terra. Nós temos que dizer em alto e bom som, como V. Ex^a disse, que nós estamos de acordo, nós processamos os nossos avanços com democracia.

Portanto, a lei aqui estabelecida tem que ser aprofundada, discutida com a população, discutida com os interessados. Acabamos de aprovar aqui audiências públicas, que é a forma de a gente dialogar com a sociedade interessada para poder, por meio de uma lei, assegurar os interesses dessa sociedade ou desses setores da sociedade. Então, essa reforma, que está





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

posta aí e que mexe, como disse, com a história secular da conquista da classe trabalhadora, não pode ser feita de afogadilho, dessa forma. É vergonhoso o que o Senado da República do Brasil está fazendo com isso, submetido a uma visão de um governo ilegítimo, que não tinha legitimidade para fazer essas reformas, e não tem, e que manda para cá... Querem aproveitar a maioria eventual que têm aqui e fazer a toque de caixa, sem um processo de aprofundamento. E, mais, é vergonhoso o que os Senadores estão fazendo: admitem que é preciso fazer mudanças naquilo que veio da Câmara, mas abrem mão do seu papel de Senadores da República de fazer, como V. Ex^a disse, as modificações, as mudanças.

Por isso, nós temos que dizer para a sociedade, para aqueles que nos ouvem e para aqueles que nos assistem, o seguinte: Paim, o nosso mandato só vale se a gente representar essa nossa história, esse nosso povo. Por isso, nós vamos radicalizar no enfrentamento. Vamos exigir que se cumpra o Regimento, vamos fazer todo o possível para nós aqui estarmos sintonizados com as ruas, porque a classe trabalhadora e a rua não querem nem o Governo e nem as ações que ele está querendo fazer a toque de caixa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Antes de terminar, eu queria mostrar aquele quadro ali para evidenciar que os direitos humanos não são pauta de muita gente. Para alguns partidos, direitos humanos não são pauta, porque estamos no mês de junho e não indicaram os titulares nem os suplentes das suas vagas. E olhem que, na hora da discussão, todo mundo briga por vagas nas comissões. Então, hoje vou cobrar dos partidos, pessoalmente, porque não é possível... Há muitos projetos terminativos prontos para serem votados, lidos os relatórios, mas a gente não consegue votar, porque tudo se concentra na quarta-feira. E há os outros dias da semana, quando a gente podia também... Até já consultei alguns Senadores para ver se a gente pode mudar a Comissão de Direitos Humanos, mas também há resistência. A verdade é que na quinta-feira não fica quase ninguém aqui, mas a gente precisa fazer funcionar a nossa Comissão. Há momentos em que penso que é de propósito, que é um boicote aos direitos humanos no Senado, porque a gente percebe que não são pauta. Direito só se discute aqui para tirar. Então, eu vou fazer mais uma tentativa para a gente votar os projetos que estão aqui parados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, se me permite, eu poderia dar uma sugestão para ajudar, a sua preocupação é de todos nós.

Vamos fazer um requerimento ao Presidente do Senado no sentido de que, se os partidos não indicarem, eles cedam as vagas para aqueles partidos que têm compromisso com esta Comissão. Se eles cederem as vagas, nós vamos ter, tranquilamente, o quórum





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

necessário de titulares para fazer as votações. Se V. Ex^a concordar, eu assinarei junto com V. Ex^a, naturalmente, assim como o Paulo Rocha e outros Senadores. Que eles liberem as vagas, que não fiquem trancando as vagas. É grande a dificuldade nossa, que estamos aqui com esse compromisso, de votar qualquer matéria terminativa, quando, se não me engano... Ainda faltam quantos? Outro dia nós calculamos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dezesseis ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faltam dezesseis. Então, que eles cedam. Tenho certeza de que os que são suplentes poderiam virar titulares, e outros partidos indicariam para a vaga correspondente daqueles que deixam claro que não têm compromisso, como V. Ex^a disse muito bem, com os direitos humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acatada a sugestão, vamos preparar o requerimento para encaminhar ao Presidente da Casa.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Vicentinho Alves e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Regina Sousa, José Medeiros e Magno Malta. Tendo em vista a falta de quórum, todos os itens da pauta são adiados: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o processo de identificação,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62 de 2017 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A garantia ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego, FGTS, entre outros". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na regulamentação"" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Paulo Paim e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/14>



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como nós não temos quórum para deliberar, nós não vamos colocar em votação nem os requerimentos nem os projetos. Mas vou aproveitar este momento para comunicar à Casa e a todos a nossa programação da semana e para dar alguns avisos.

Nesta segunda-feira, esta é a tabela atual?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a das próximas audiências?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enquanto eles vão atualizar a tabela, eu só queria lembrar a todos que, na próxima reunião deliberativa, nós teremos a apreciação de requerimento desta Comissão, o de nº 62, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa. Vamos ter uma audiência pública nesta Comissão para debater o tema "A garantia ao servidor em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração de direito ao aviso prévio, ao seguro-desemprego, ao FGTS, entre outros".

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, DE 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A garantia ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro-desemprego, FGTS, entre outros".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Peixe, já que você está presente – não vamos votar hoje naturalmente, porque não há quórum –, você poderia falar rapidamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu assino o requerimento, que foi proposto pelos servidores não concursados da Casa, entre eles os terceirizados.

É meu convidado para usar a palavra.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Alô! Oi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual o pleito dos terceirizados em relação a essa regulamentação?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Em primeiro lugar, bom dia a todos que estão aqui!

A questão do pleito, Senador, é que nós temos essa luta, que vem desde 2007, referente aos direitos deles. Todas as outras classes já foram regulamentadas, e os comissionados não têm isso ainda. É um sonho que tenho desde 2007. Nós estamos propondo, junto com o senhor, que nós possamos realmente colocar tudo isso dentro dessa PEC, porque é a única classe que ainda não obteve esses direitos. Eles acompanham os Parlamentares, acompanham todos os lados e não têm esse reconhecimento. E é direito deles também. Nós temos de colocar a régua por igual, porque a régua está muito desigual. Entendeu? Essa régua não pode ficar desigual. Essa régua tem de ter igualdade.

Não adianta a gente ver algumas classes e não ver outras classes. E são pessoas do nosso convívio no nosso cotidiano. Nesse cotidiano em que passamos com eles, vemos que há comissionado que passa de um ano a vinte ou trinta anos sem ter esse tipo de reconhecimento. Ele dedica a sua vida ao Parlamentar, mas não tem a contraproposta, que é o Parlamentar ver que ele também merece ter todos os direitos igual a outros. O Estado não deu condições para todo mundo ser concursado. Se tivesse o Estado dado isso para todo mundo, ninguém queria ser comissionado. Aí todo mundo ia ser concursado.

Então, vejo por esse lado essa luta. Nós vamos levar essa PEC adiante junto com o senhor e com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o Peixe, que é o líder aqui dos trabalhadores na Casa e do sindicato.

Nesta semana mesmo, fui procurado por inúmeros trabalhadores que foram demitidos. Muda a Mesa, mudam os diretores, mudam os secretários, e, quando há mudança naturalmente também dos Parlamentares eleitos ou não, a situação desses trabalhadores deixa muito, de fato, a desejar. Se nem a Casa assegura aviso prévio, seguro-desemprego, Fundo de Garantia, entre outros direitos que estão na CLT, calculem lá fora. Por isso, faremos essa audiência pública, faremos esse debate.

Neste momento, infelizmente, a reforma trabalhista está aqui, e, se ela for aprovada, muitos trabalhadores perderão direitos básicos, como estes que estão aqui colocados. Eu dizia





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outro dia e repito: se prevalecer o negociado sobre o legislado, inclusive em matéria salarial, aqueles que ganham duas vezes o piso da previdência terão prejuízos enormes também. Se aplicarem para todos os trabalhadores, inclusive para os Parlamentares, Senadores e Deputados, que eles sintam também o efeito da reforma trabalhista!

Vocês estão pedindo aqui o mínimo, o mínimo, tipo aviso prévio, seguro-desemprego, FGTS, enfim, no ato da demissão. Houve funcionário aqui com 20 anos de Casa que me procurou chorando, dizendo que o tinham demitido e que ele não tinha direito a nada.

Então, procede o seu pedido, e por isso eu o assinei. Vamos marcar hoje já o dia da audiência pública. Só não vamos votar hoje, porque é véspera de feriado. Vocês sabem que este painel aqui, em véspera de feriado, é difícil, não é? Mas, assim mesmo, conseguimos a presença de sete Senadores. Precisávamos de dez Senadores, faltaram mais três. Mas o maior problema aqui não são os Senadores que estão com o nome ali, embora muitos estejam viajando. A Senadora Regina Sousa, por exemplo, está numa missão em nome desta Comissão. Outros estão ali, mas apresentaram seu nome para serem convocados. O pior de tudo é eu ver ali escrito, por exemplo, Bloco Social Democrata (PSDB, PV e DEM), mas não há um indicado, não há um suplente. Aí é brabo, não é? Como é que você vai conseguir assegurar o quórum, se os partidos não indicam para cá o Parlamentar?

Vou fazer um apelo – já o fiz outro dia – para que esses partidos abram mão da vaga e a cedam para outros. Por exemplo, se dessem as vagas para o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nós teríamos quórum hoje aqui. Então, já que não a querem, eu me comprometo aqui, na semana que vem, embora eu vá estar aqui, porque estou estudando com profundidade as reformas trabalhista e previdenciária – na sexta-feira, estarei aqui no plenário também –, na segunda-feira, em falar com o Presidente da Casa. Eu acho um absurdo prenderem a vaga e não indicarem ninguém. Aí você não consegue trabalhar. A Comissão hoje aqui está com a presença de, no mínimo, 30 ou 40 pessoas, que estão querendo saber o que é que a Comissão vai deliberar, e a Comissão não delibera, não por aqueles que estão ali indicados e tiveram um problema de viagem – eu respeito todos. Mas minha preocupação se dá pela não indicação, pela não indicação. Se não me engano, entre titulares e suplentes não indicados, são 16. Nós precisamos de dez Parlamentares, e falta a indicação de 16 Parlamentares.

Então, faço um apelo aqui, se existe aqui um assessor nesta Comissão vinculado a esses partidos que não indicaram, porque isso não é legal, não fica bem. Isso não fica bem. Pode até obstruir e pode até não vir dar quórum, se assim entender, porque faz parte do Regimento. Mas não indicam sequer o nome, o que é lamentável. Dá-se a impressão para a população de que esses não têm nenhuma preocupação com o tema tão importante de que esta Comissão trata, que são os direitos humanos. Trata de direitos humanos e de legislação participativa. Nós recebemos aqui dezenas de propostas – dá para se dizer que, durante o ano, são centenas de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

propostas – que vêm da população, dos internautas, e que podem se tornar, ou não, mediante deliberação desta Comissão, projetos de lei.

Então, fica aqui um apelo para os assessores, para que falem com suas respectivas bancadas. Eu, de pronto, como vou estar aqui – e aqui procuro estar mesmo de segunda a sexta –, quero dizer que vou procurar o Presidente, no sentido de que eles abram mão da vaga que estão ocupando, já que nem sequer indicaram alguém. Nem estou cobrando a presença aqui hoje, porque até entendo que há motivos registrados e falados, inclusive, no plenário. No próprio plenário, hoje, não houve quórum para votação nominal, houve só votação simbólica.

Mas informo também que, na próxima reunião, teremos a apreciação de outro requerimento, o de nº 63.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador José Medeiros

Temos também outro requerimento, o de nº 64.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na regulamentação”.

Autoria: Senador Paulo Paim





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse requerimento, como o primeiro, é de minha autoria, como é de minha autoria também a lei. Depois de 15 anos de debates, transformamos em lei o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e agora temos de debater a regulamentação de muitos dos artigos, que até hoje não foram aplicados.

Esse debate nós já fizemos também em relação ao Estatuto do Idoso, ao Estatuto da Igualdade Racial e também ao Estatuto da Juventude. É claro que são muitas normas que estão ali que são autoaplicáveis, mas outras não são autoaplicáveis. E temos de aproveitar para debater.

Quero informar também – estou com a agenda aqui atualizada – que, na segunda-feira, dia 19, haverá audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma trabalhista e a previdenciária, com foco na Convenção 87 da OIT. Então, na segunda, teremos aqui um debate, para debater as reformas trabalhista e previdenciária.

E já também aproveito para dizer que, na segunda, à tarde, na CPI da Previdência, que presido, nós teremos uma importante reunião, em que vamos ouvir os grandes devedores. Já ouvimos os do setor da educação, já ouvimos os do setor dos frigoríficos e, nesta segunda – acho que é uma das maiores em matéria de dívida –, vamos ouvir os devedores do sistema financeiro. Estão convocados – lembro-me aqui de cabeça – o Banco Itaú, o Bradesco, o Banco do Brasil, enfim, são cinco bancos que estão convidados para depor na CPI.

Informo também que, naquela CPI, tenho procurado não convocar ninguém. Faço sempre o convite, como é de praxe, inclusive, nesta Comissão. E todos – por isso, rendo aqui meus elogios –, a não ser raras exceções, todos os convidados sempre se fizeram presentes tanto nesta Comissão, como também na CPI. Mas dois do sistema de frigoríficos não se fizeram presentes. Já foi aprovado o requerimento de convocação, e eles serão intimados pela Justiça a se fazerem presentes para depor naquela CPI.

Aproveito também o momento para lembrar a todos que, como são do interesse geral a reforma trabalhista e a previdenciária, conseguimos, até o momento, fazer um debate sobre a reforma trabalhista qualificado, um debate que obrigou alguns a fazerem um esforço maior, mas isso faz parte do bom combate. Li o voto em separado na Comissão de Economia, durante três horas; depois, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, durante quatro horas e meia, li outro voto que apresentei, também em separado, sobre a reforma trabalhista. Quem viu e ouviu pelo sistema de comunicação do Senado deve ter percebido a crueldade que está embutida nessa reforma trabalhista, a crueldade que está embutida na reforma da previdência.

Eu estou há 32 anos no Congresso Nacional. Aqui entrei na Constituinte e, de lá para cá, estou aqui até hoje. Nunca vi um desmonte do direito dos trabalhadores, nunca vi, via lei ordinária, inclusive, um ataque à Constituição cidadã, como dizia Ulysses Guimarães. Querem até que mulher grávida ou lactante trabalhe em área insalubre. É algo descomunal! A expressão mais dura que eu possa usar aqui é pouco ainda. Nós estamos falando de crianças





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que vão nascer, estamos falando de uma mãe trabalhando em área insalubre. Lá há artigos que dizem, por exemplo, que o trabalhador não precisa de nenhuma assistência na hora de fazer a rescisão de contrato. Lá há artigos que dizem que a reforma trabalhista não é bem-vinda. Estou resumindo aqui minha opinião sobre o que se diz lá. Quer dizer, o trabalhador poderá ser multado, conforme a ação que ele entrar. Há uma série de requisitos. Se ele perder, poderá ser até multado. Se, por um motivo ou outro, ele perder ou não se fizer presente, ele poderá ser multado. Lá há artigos que dizem que o trabalho intermitente, por exemplo, que é o trabalho por hora...

Lembro-me de que aqui fiz uma grande audiência pública internacional, liderada pelos trabalhadores do McDonald's. Vieram aqui trabalhadores de todo o mundo reclamando desse tal de trabalho intermitente. Lembro-me de que me convidaram, inclusive, para ir ao Mississipi para ver como é o trabalho lá em uma grande montadora, nos Estados Unidos. Não pude ir. Agora eles estão vindo aqui apavorados, porque, aqui no Brasil, querem adotar o mesmo sistema.

O que é trabalho intermitente? É o trabalho por hora. Alguém diz: "Mas não ganhará menos do que o salário mínimo." Não ganhará menos do que o salário mínimo por hora. Tu divides o número de horas do mês pelo salário mínimo, se der R\$5 a hora, tu vais ganhar uma hora, e o teu salário vai ser de R\$5 no fim do mês. Se trabalhas por 20 horas, o teu salário vai ser de R\$100 no fim do mês. E é pago de forma picada, como a gente fala no linguajar popular, de forma intercalada. Tu podes trabalhar num dia por duas horas; no outro dia, por três horas; no outro dia, por dez horas; na outra semana, nada. Aí eu pergunto: como é que ficam as contribuições para a previdência e para o Fundo de Garantia? Como é que fica o 13º salário? É tudo proporcional. Ele vai ganhar proporcionalidade por horas trabalhadas? Só nos resta essa análise.

Chego a dizer – e olhem que faço oposição – que acho que nem o Presidente Temer pode ser favorável a isso. Nem ele pode ser favorável, pela lambança que veio da Câmara para cá. Aí eles dizem que ele, como não é favorável, poderá vetar seis, sete ou oito artigos; já falam em dez artigos agora. Mas, se isso é verdade, por que o Senado não se posiciona? Para que existe o Senado? Se for simplesmente para a Câmara votar e eu encaminhar... Se o projeto passa pelo Senado correndo e vai para o Palácio, o Presidente decide se veta ou não, que artigo veta ou não veta.

Então, como já fiz, vou desarquivar... Quando eu era Deputado, apresentei um projeto do Congresso unicameral. Eu vou desarquivar esse projeto. Se essa proposta passar, o Senado terá perdido a razão de ser. Teremos mais é de fechar este departamento do lado de cá! E vamos fazer o Congresso unicameral, como existe na maioria dos países do mundo, onde é unicameral. Pelo estudo que fiz na época, a maioria é unicameral.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senado, quando lava as mãos, dá uma de Pôncio Pilatos, abre mão da sua obrigação de Casa revisora. Ele deveria se debruçar, sim, sobre a reforma trabalhista e votar. A própria Base, ao falar comigo – e falaram isto aqui no debate na Comissão; casualmente, foi realizada nesta sala a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos –, disse: "Há oito, nove ou dez artigos com os quais nem nós concordamos." Mas eles se negam a votar. Isso me lembra o Tribunal Superior Eleitoral, o circo montado, três a favor e três contra, e deram para o advogado do Presidente atual decidir se ele devia ou não ser afastado. Aqui está igual, aqui está igual! Então, a bagunça está no Judiciário, no Executivo e no Legislativo!

Eu fui Constituinte, e o centrão da época era lambari perto do que hoje a gente vê no Congresso Nacional. Aqui, há um monte de tubarão. Houve um dado que me deram hoje que me assustou: as dez maiores empresas financiaram 70% dos Parlamentares, dez empresas financiaram a campanha de 70% dos Parlamentares. Por isso, essa revogação da Lei Áurea está acontecendo. É a revogação da Lei Áurea, pois há até projeto que diz que, se trabalhador tiver o direito de morar numa casa de lona – falo dessa lona preta que os sem-terra usam – e tiver um prato de comida, estará bem pago, não precisará receber salário. Veja aonde nós chegamos!

O Senador Telmário Mota, por exemplo, tem dado uma grande contribuição no debate da CPI da Previdência. Presidiu, inclusive, uma reunião, quando eu estava no debate trabalhista. Depois, fiquei um pouco lá. Conseguimos nos aproximar, estávamos na negociação, mas depois houve um acordo. E foi Relator, porque o Senador Hélio José estava viajando. V. Ex^a também relatou os trabalhos com brilhantismo na última reunião.

Eu estava analisando um pouco aqui, aproveitando este momento em que a Casa nos permite, o quadro geral da reforma da previdência e da reforma trabalhista neste Congresso. Eu tenho um dado que me passaram hoje pela manhã – e não é o seu caso nem o meu, graças a Deus! –, de que 70% dos Parlamentares aqui foram financiados por dez grandes empresas. É por isso que estamos buscando muito as eleições diretas. A gente percebe que o Congresso está apodrecendo, que o Executivo está apodrecendo, que o Judiciário está cheirando muito mal. Estou pegando leve, estou pegando leve! Estou pegando muito leve! Eu acho que, nos palanques, a gente joga mais pesado. Estou pegando muito leve.

Eu assisti a um discurso seu nesses dias que achei muito interessante. V. Ex^a não é como eu – vou dar um exemplo de que não é como eu, mas V. Ex^a é como eu em muitas coisas –, porque tenho somente mais um ano e meio de mandato, mas V. Ex^a, não, V. Ex^a tem cinco anos e meio de mandato. V. Ex^a dizia, na tribuna do Senado – estávamos dialogando, V. Ex^a estava na tribuna; e eu, no aparte: "Senador, se precisar, eu renuncio aos meus cinco anos e meio de mandato, se formos fazer eleições gerais em todos os níveis e entregar essa decisão a quem de direito, ao povo brasileiro." Sei que poucos farão isso, mas achei que V. Ex^a foi ousado ao dar esse depoimento, numa contribuição às eleições diretas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu falava hoje com o Senador Capiberibe e propus a ele que, nesta Comissão de Direitos Humanos, a gente fizesse um grande debate sobre a democracia, a crise no País e as eleições. Estamos ajustando o dia, vamos convidar os Presidentes de todos os partidos, vamos convidar a sociedade civil organizada, porque essa crise tem de ser debatida. A impressão que dá, quando vou ao plenário ou quando estou nas comissões, é que nós não estamos no Brasil, nós estamos em outro lugar qualquer que não é o Brasil.

Toda essa crise se aprofunda a cada dia que passa. O desemprego já atinge 15 milhões de pessoas. Não adianta me dizer que são 11 milhões, 12 milhões ou 13 milhões, pois já há 15 milhões de pessoas desempregadas. Aí vão dizer: "É de outro governo, é desse Governo." Não sei! Nem quero dizer isso! Só quero dizer que é grave o fato de 15 milhões de pessoas estarem praticamente passando fome. E, com essas reformas, está comprovado que o desemprego vai aumentar, que a fome vai aumentar, que a miséria vai aumentar, que a violência vai aumentar. Podem crer! Aqueles 5% mais ricos terão de se isolar, daqui a pouco, em grandes prisões, eu diria, prisões de luxo, devido à convulsão que pode acontecer neste País.

Nesta segunda-feira, fizemos uma audiência pública sobre a violência no campo. Vi, naquele telão que está aqui à minha direita, dez corpos de sem-terra sendo jogados como saco de lixo. O saco era aquele saco preto de lixo. Os corpos nus estavam sendo jogados em cima do caminhão e, depois, estavam sendo jogados de volta, dali a dois dias, já meio decompostos, e foram entregues para as famílias. E me parece que todo mundo acha que isso é normal. Digo de todo mundo aqui dentro, pois o Parlamento não se posiciona, o Congresso não se posiciona.

Senador Telmário Mota, eu faço questão de passar a palavra a V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a contagia as pessoas. Sem dúvida, há hora em que fico pensando que V. Ex^a é bandeirante e quer ser desbravador. Quando este Congresso já está totalmente paralisado, V. Ex^a está tocando o Congresso. V. Ex^a faz acontecer de segunda-feira a sexta-feira, com muita responsabilidade, com muito compromisso.

Esta Comissão tem a cara de Paulo Paim, porque Paulo Paim é a essência da defesa, é o escudo da defesa do ser humano como um todo. Defende o trabalhador. Disparadamente, é o que mais abraça as causas do trabalhador aqui, e o faz com muito amor, com muita responsabilidade e com muita maestria, até porque V. Ex^a atravessou todos esses avanços que houve, ao longo dos seus 30 anos aqui como Parlamentar, bem servindo a esta Casa e à sociedade brasileira. Vejo Parlamentar com muito menos tempo aqui que V. Ex^a e que aqui só quer usar a carteira do Parlamento para abrir outras portas, para tocar seus trabalhos, e V. Ex^a usa o Parlamento como um verdadeiro Parlamentar, na essência da palavra. V. Ex^a aqui faz um trabalho como se fosse um calouro. V. Ex^a amanhece o dia na segunda e anoitece na sexta aqui, sempre dando o melhor de si para as pessoas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sem dúvida, o Brasil passa por um momento... Como V. Ex^a diz, não sabemos se é o Brasil. Eu digo assim: não sabemos se é um sonho, se é uma realidade tudo o que se está passando, em todos os sentidos. Para vocês terem uma ideia, no ano de 2015, houve quase 60 mil assassinatos no Brasil. Imagine isso! O meu Estado tem 500 mil habitantes; 60 mil representam 10%. Imagine 10% do Estado mortos num ano! A mesma coisa são os assassinatos, que já se acumulam neste semestre – o índice é maior do que o de seis atentados terroristas – no Brasil.

Então, a gente fica muito preocupado, porque o Brasil perdeu o controle absoluto da criminalidade. Nosso País não está tendo uma política que possa, realmente, controlar a criminalidade. E não justifica a metodologia adotada. Não é aumentando o contingente de policiais que se vai resolver isso, porque essa é uma questão emblemática, que nasce de uma sociedade que está diferenciada, em que o rico está mais rico e em que o pobre está mais pobre. A nossa luta parece uma luta sem fim. Dá-se um passo na frente numa conquista e dez passos atrás, para se reconquistar o que já foi conquistado. É muito difícil! Você nunca ultrapassa a barreira do mais, mas sempre a do igual. Quando você avança muito, você chegou aonde já tinha chegado um dia desses.

Eu ouvi aqui o Senador Paulo Paim, na altura da autoridade que ele tem, dizer que estava pasmo diante das modificações que sugeriam fazer neste País, em todos os sentidos, para a classe trabalhadora, na área previdenciária etc. Até no imaginário, era impossível conceber isso, mas, na prática, de fato, isso estava aqui acontecendo.

Então, Senador Paulo Paim, quando digo que V. Ex^a é um balizador nesta Casa, tiro isso pela minha própria pessoa. Desde quando cheguei aqui, sempre tive este olhar de que realmente esta Casa precisa ser totalmente modificada pelo povo brasileiro. Por isso, a razão de eu abrir mão deste mandato, que é tão pequeno, efêmero, diante dos problemas brasileiros.

Eu acho que era hora de esta Casa ter grandeza. Eu falo isso muito à vontade, porque eu só tive um patrão, que é o povo. Não sou ligado a grupo político no meu Estado, não sou ligado a grupo financeiro, não sou ligado a grupo empresarial, nem devo satisfação. Ao contrário, derrotei todas essas oligarquias lá, em cima de uma pampa. Sempre digo, em Roraima, que minha camisa tem de ser branca. Todo político pode maculá-la na corrupção. Eu não posso fazê-lo, porque represento o sonho, a esperança, uma mudança até de paradigma.

Então, neste contexto, eu acho que o Brasil, mesmo agora... Até defendi isso inicialmente, porque, se houver uma eleição direta só para Presidente, 513 Deputados vão para a reeleição, e 53 Senadores vão para a reeleição. Esses homens estão como um passarinho, esperando o mantimento para a sua reeleição. Qualquer Presidente, agora, mesmo que saia das urnas, aparentemente, sairia fortalecido, mas ele vai se ajoelhar perante um Congresso que está totalmente comprometido, na sua grande maioria, e que não tem nenhuma sensibilidade. Não tem sensibilidade! O Senador Paulo Paim acabou de citar aqui: esta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão aqui, talvez, fosse a Comissão que deveria estar mais cheia, mais do que a CCJ e do que a de Economia, para apurar a dor, o sofrimento, o assassinato, a infração às leis neste País. Não, ela está esvaziada. Nós não estamos conseguindo votar projetos que estão prontos há dias, porque esta Comissão tão importante, a de Direitos Humanos, não está recebendo o tratamento devido dos nossos Parlamentares.

Eu vou viajar agora às 13h, mas eu ainda estou aqui, porque é inacreditável que a gente poderia não estar aqui. Vou viajar não às 13h, mas às 14h30. Então, até chegar a casa e ir para o aeroporto... Daqui para Boa Vista, são 3 horas e 15 minutos.

Então, eu aqui queria fazer esta fala, para estabelecer o que realmente está acontecendo nesta Casa. Eu acho que a eleição deveria ser direta, sim. Nesta hora, o povo está consciente, está doído, está maltratado e vai saber colocar aqui seus verdadeiros representantes. Aqui a grande maioria é de representantes dos poderosos, dos mesmos que estão tirando as unhas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota! Quero aproveitar a sua presença para terminar. Eu só queria dizer, já que V. Ex^a falou tanto das Diretas Já, que recebi este cartaz no meu Rio Grande, onde houve um grande evento sobre as eleições diretas. Lá ando muito de boné, com este bonezinho na cabeça, com o qual já cheguei aqui muitas vezes. É o movimento chamado Frente Ampla pelo Brasil, suprapartidário, intersindical. Eu diria até que ele pode se tornar um espaço onde estarão todas as religiões, todos os segmentos. Eles pedem "Diretas Já", mas, ao mesmo tempo, botam: "Contra a reforma trabalhista e a previdenciária". O boneco até ficou bonitinho. Disseram até que o cara me deu uma baita mão lá, o que desenhou: "Paim, o cara é teu amigo, esse que desenhou para ti aí." Eu recebi isso nesse fim de semana.

Recebi também do Senador Capiberibe algo que faço questão de mostrar. O Senador Capiberibe falou de um movimento que unifica nesta Casa: "Diretas Já! Queremos votar". Eu achei também muito criativo este material que chegou. Pediram que eu mostrasse com mais calma este aqui.

O pior é que lá estão fazendo bonequinhos, agora. Quem gostou está fazendo este boneco aqui. Pode ser já uma sugestão para você no futuro, para as Diretas Já. Esse bonequinho está sendo já produzido pela moçada.

É bom que se diga de passagem que nada foi feito por mim. Tudo foi feito por outras pessoas, que me deram esta forma de mostrar que estamos todos na luta pelas Diretas Já.

Aproveito este momento – permita-me ainda, Senador –, porque muitos dizem que não está na rua o movimento. Eu não preciso falar aqui. Só vou mostrar algumas fotos de movimentos que aconteceram nas capitais agora – não são fotos do passado – pelas Diretas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já, como este aqui. Aqui já há outro, aqui atrás, para economizar papel. Aqui há outro. Aqui, é a Bahia, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul. Enfim, isso demonstra que o movimento está avançando pelas Diretas Já. Eu ia mostrar na tribuna, mas, como lá a sessão terminou muito cedo, aproveito para mostrar aqui a importância das eleições diretas. Os movimentos estão crescendo em todo o País.

Aproveito também para dizer que os eventos das Diretas Já avançam. Eu recebi também um pequeno informe que diz:

O movimento pelas Diretas Já está em pleno andamento nas ruas do nosso País, depois do Rio de Janeiro e de São Paulo, com a participação direta dos artistas, liderados principalmente pelos artistas. Neste fim de semana, foi a vez de Porto Alegre, de Salvador e de outros [que aqui mostrei]. Multidões, sob o sol, entoaram canções e gritos pelas Diretas Já, por novas eleições para Presidente da República e por um novo Congresso Nacional.

Não fui eu que escrevi. Eu recebi. Há uma indignação muito grande também com este Congresso.

Em Porto Alegre, a manifestação ocorreu no Parque da Redenção. Artistas, poetas, cantores levaram seu grito, deram o seu recado contra as reformas trabalhista e previdenciária e exigem Diretas Já. Quero destacar, em Porto Alegre, nomes como Bagre e Ernesto Fagundes, Hique Gomez, Antônio Villeroy, Negras em Canto, Bebeto Alves, Nani Medeiros e Raul Elwanger.

Em Salvador, uma multidão de mais de 50 mil pessoas tomou o Farol da Barra. Está aqui a foto de Salvador. Esta é de Salvador. Mais de 50 mil pessoas estavam no Farol da Barra. Poderíamos lembrar aqui que o movimento das Diretas Já, em Salvador, além de mais de 50 mil pessoas, contou com a presença de Daniela Mercury e de Margareth Menezes. Conheço as duas. Tenho muito carinho e respeito pelas duas. Margareth Menezes está mais vinculada, é claro, ao canto, à poesia, mas é uma grande militante contra todo tipo de preconceito, como também Daniela Mercury. Ambas são militantes que lutam contra todo tipo de preconceito, com quem, naturalmente, eu me identifico.

O movimento pelas Diretas Já é uma realidade em todo o País, de norte a sul, nas grandes, médias e pequenas cidades. De uma forma ou de outra, a população grita, fala, canta "Diretas Já!". Os últimos acontecimentos têm fortalecido essa ideia. Senhoras e senhores, o País não pode mais continuar sangrando, com suas instituições afundando como se fossem areia movediça.

Quero também dizer que tenho participado muito desse debate em universidades. São tantas as universidades que convocam não só a mim, mas a nós todos, para o debate sobre as diretas e sobre a crise que o País atravessa, que, nesse fim de semana, eu fiz, pela internet,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma palestra para os alunos da Faculdade Palotina de Santa Maria. Eu, em Canoas, ao lado de Porto Alegre, pela internet, pelo chamado Skype, fiz a palestra para uma universidade, com a presença de outros debatedores, sobre essa realidade. As perguntas que recebi diziam respeito ao cenário nacional, via Comissão de Direitos Humanos. Já informo que, às 14h30, eu abro a CPI da Previdência, que vai ouvir o movimento social. Tenho a certeza de que todos afirmarão lá que a previdência não está falida, que é uma questão de gestão e de combate à impunidade e à corrupção. Também não foi diferente, as perguntas que mais recebi e respondi foram sobre as reformas da previdência e trabalhista, sobre a CPI da Previdência. E, naturalmente, falei da conjuntura nacional. Agradeço aqui aos diretores, aos professores, aos funcionários e aos alunos pelo convite e pelo carinho expressos por eles, mesmo a distância, na figura do Reitor. Eu digo que eu não consigo estar em todos os lugares, mas que bom que agora, pela internet, a gente pode fazer palestras, mesmo a distância! Não é tão bom como estar no local, sentir o calor, o abraço, o beijo de cada homem e de cada mulher, o carinho da população em relação ao trabalho que nós todos fazemos aqui.

Já na tarde de sábado, participei de um debate que reuniu o litoral norte do meu Rio Grande, e foi na mesma linha: as pessoas querem saber o que está acontecendo naquele Congresso, por que querem tirar nossos direitos, Senador. Aí é desde criança a idoso. Há uma preocupação e quase um clima de terror, percebi eu. Eu explicava para eles: são só três Senadores por Estado. Converse com seus Senadores. É importante essa conversa. Eu, democraticamente, aqui, estou fazendo um apelo, pelo sistema de comunicação do Senado: converse com seus três Senadores. É legítimo e é bonito. É o diálogo. Ninguém está falando aqui em ser desrespeitoso, mas converse. Eu faria a seguinte pergunta para Senador e Deputado: quando os senhores foram eleitos, os senhores se comprometeram a fazer essas reformas ou se comprometeram a defender os interesses dos trabalhadores e os seus direitos, tanto no campo trabalhista como no campo previdenciário?

Enfim, além de cumprimentar todos que estavam presentes nesses eventos, que foram diversos, eu quero cumprimentar aqui a Presidente do Sindicato dos Municípios de Capão da Canoa e Xangri-Lá, Fernanda Grassi Veloso, além dos líderes que estiveram lá, de toda a região. Quero cumprimentar o Prefeito de Capão, Amauri Magnus Germano, e todos os que estiveram presentes.

Estive em um grande evento da Casa do Gaúcho. Fui lá para dar um abraço no aniversariante e Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, Edegar Pretto, e no ex-Governador Olívio Dutra. Ambos faziam, naquela noite, aniversário. Na minha fala – por isso, eu a trago para este cenário –, o que a população pediu que eu falasse? "Fale do Congresso e da CPI, fale da reforma trabalhista e fale da reforma da previdência." Eu, que gostaria de lá falar sobre como estou vendo a questão da saúde, da educação, da violência, da segurança, da reforma política, eleitoral e partidária, da reforma tributária, para onde vamos, tive de falar exatamente, como é tema desta Comissão nesta segunda-feira, da reforma trabalhista e previdenciária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muitos perguntam por que eu estou triste. Ora, só posso estar triste! Como é que eu vou ficar alegre percebendo... Esta foto é a mais simbólica, porque não ataca ninguém, mas mostra milhares e milhares de pessoas nas ruas em todo o País. E vão se multiplicar nesse fim de semana, e vai ser assim no próximo fim de semana, e vai ser assim na greve geral do dia 30. O povo está dizendo "não, chega!".

Esta minha fala hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, eu disse que faria. Ou a faria no plenário, ou a faria aqui. Ela vai na linha do bom senso, do equilíbrio. Não é um ataque a ninguém. Eu sempre digo que o homem público não deve se preocupar em atacar. Ele deve se preocupar em defender as grandes causas, porque é isso que nos dá energia, é isso que nos dá vida, é isso que faz com que eu diga: é feriado amanhã, mas eu fico em Brasília e, na sexta, estarei na tribuna de novo, a não ser que o quórum não permita, porque sei que a Casa vai, democraticamente, permitir.

Eu podia mostrar mais uma vez aqui o cartaz das Diretas, porque é isso que, neste momento, está movendo mais a população. É isso que a está movendo mais.

É claro que tenho muita esperança de que este Congresso, este Senado, principalmente... Da Câmara não espero muita coisa. Sou franco em dizer. Olho para aquela Câmara dos Deputados, e não dá para esperar muita coisa. Quem aprovou essa reforma trabalhista, que é um circo... Eu já li três vezes o relatório ao vivo a pedido. Uma leitura demorou três horas; a outra demorou quatro horas e meia. Mas, no meu Estado, pediram que eu o lesse também. Eu o li e demorei quase seis horas, porque eu comentava cada um dos artigos. Quanto mais eu leio o relatório, mais eu me assusto.

Foi feito aquele relatório, pessoal, e não tenho nenhuma dúvida de que não foi um Deputado que o fez. E os Deputados que votaram não o leram. O relatório foi feito pela elite empresarial do País, pela grande cúpula. Se você ler nas vírgulas, quem entende o mínimo de Direito verá que é tudo para fortalecer o interesse daqueles que estão no poder, dos 5%, porque esses é que mandam. Não pensem que é o Temer que manda, não pensem que é ministro que manda, não pensem que é Líder de Governo aqui que manda ou que somos nós que mandamos. Não mandamos em nada! Quem manda hoje neste País são os 5% chamados mais ricos. Eles mandam lá, mandam aqui no Congresso, mandam no Senado e mandam na Câmara. Por isso, essas duas reformas estão aí. Quando falo com alguns Parlamentares, eu noto todos cabisbaixos. Eles são contra as reformas, mas vão votar.

Não há razão nenhuma! Eu chego a dizer que essas duas reformas... Sabem aquela história do cavalo de Troia, que a gente chama de presente de grego, não é isso? Cavalo de Troia é um presente de grego. O cavalo de Troia entra na cidade no meio da noite, e eles tomam a cidade. Essas duas reformas são um cavalo de Troia, são um presente de grego que estão dando ao povo brasileiro. O povo vê o cavalo, bonito assim. Está escrito "reformas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reformas". Entende-se que reforma é para melhorar, para ampliar, mas não sabem que dentro há uma bomba que serve só para retirar aquilo que foi obra desde Getúlio Vargas.

Eu dizia outro dia que, lá no alto, Getúlio Vargas, Brizola, João Goulart, Ulysses Guimarães, Mário Covas e muitos outros que já faleceram, como a Margarida, por exemplo, aquela camponesa que foi assaltada e assassinada, devem olhar para baixo incrédulos: "O que estão fazendo com meu País?" Getúlio deve dizer: "Absurdo! Será que não há um gaudério ou alguns gaudérios para dizer 'basta, não façam isso?'" Brizola dirá, com certeza, porque era linguajar dele: "Isso é coisa das oligarquias, das elites." Covas vai dizer: "E a Constituinte, que construímos com tanta força?" João Goulart e Brizola vão dizer: "E a CLT, que era obra do trabalhismo? O que estão fazendo, inclusive, os trabalhistas?" Fazem isso, inclusive, os trabalhistas aqui dentro.

Eu poderia lembrar de muitos que já faleceram e que fazem falta. A minha fala aqui é uma homenagem a eles. Como vocês fazem falta! Estou falando de homens que já faleceram, de forma respeitosa e carinhosa. Tancredo Neves faz falta. Faz falta, sim! Faz falta. Todos fazem falta, porque eles eram homens que tinham posição firme, mas eram estadistas. Sabiam construir. E como eu sinto falta deles!

Eu me lembro de que, na Constituinte, a Lei de Greve... Sabem quem defendeu a Lei de Greve? Faço aqui uma homenagem aos dois, que já faleceram. Da tribuna daquela Câmara dos Deputados – eu estava lá, e foi dada a mim a missão de falar com eles –, falaram Mário Covas e Jarbas Passarinho. Fui num teco-teco até Minas. O Ronan Tito era o Relator. Conversamos com eles: "Olha, de minha parte, está bom. Voltem e falem com os Líderes!" Conversamos com os Líderes na Constituinte, com Ulysses, com Lula. Também estavam ali o Olívio e muitos outros. "Paim, já que foste lá, agora fale com Covas e com Jarbas Passarinho!" Falei com Covas, que disse: "Olha, eu defendo." "Agora, fale com Jarbas Passarinho." Ele representava outro setor. Cheguei para o Jarbas, mostrei a redação, e ele me disse: "Pode dizer para o Covas que defendo também." Foi aprovado por unanimidade. Esses homens fazem falta. Esses homens fazem falta! Eu olho aqui para o plenário do Senado e olho para a Câmara e procuro até encontrar a alma, o espírito deles orientando os Senadores.

Eu estava falando aqui, Lindbergh, da nossa chateação com essa situação, com a reforma trabalhista, com a reforma previdenciária. O Congresso está praticamente apodrecendo, o Executivo está apodrecendo, e o Judiciário cheira mal, por tudo que estamos vendo que está acontecendo. Eu falava dessa minha chateação e mostrava aqui os eventos em torno das eleições diretas que aconteceram no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, na Bahia. Você participou diretamente, eu sei disso tudo. Falei o nome dos artistas, falei do cartaz que eu recebi das Diretas Já. Fizem até um boneco nosso aqui. Falei das Diretas Já, que é o que interessa aqui, e da Frente Ampla Todos pelo Brasil. A Frente Ampla une todos nós. E eu terminava dizendo que nós precisávamos, neste Congresso, reunir lideranças que tivessem o porte de um estadista, para apontarmos um caminho para a Nação, um projeto de nação, para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não ficarmos nesta situação em que nos encontramos. Falei bastante aqui. Mas falei o que eu iria falar no plenário. Como lá a sessão encerrou, eu vim para a Comissão e, antes de encerrar, faço esta fala.

Com muita alegria, agora, quero ouvir V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a é um batalhador, Senador Paulo Paim. Eu estava no gabinete quando vi V. Ex^a aqui utilizando este espaço para denunciar o que está acontecendo no País. De fato, a gente tem de pensar, primeiro, no Brasil agora.

O grau de irresponsabilidade cometido é gigantesco, Senador Paulo Paim. Veja só: não temos com não voltar lá atrás, à eleição de 2014. A Presidenta Dilma ganhou a eleição, e, três dias depois, o Senador Aécio Neves, Presidente do PSDB, entrou na Justiça pedindo recontagem de votos. De lá para cá, nós paramos o País. É uma loucura o que houve! Irresponsabilidade total! Mergulhamos o País numa crise política, institucional e econômica violentíssima, com 14 milhões de desempregados! Aí, depois, vieram aqueles episódios: Eduardo Cunha assume a Presidência da Câmara dos Deputados; os tucanos fizeram alianças com ele; a Presidenta Dilma não conseguiu governar; e foram para as ruas, com passeatas de verde e amarelo, pedindo a saída da Presidente da República. Inventaram que o problema era a Dilma e que, tirando a Dilma, tudo ia se resolver, que a economia ia melhorar.

Eu fico, às vezes, indignado, porque quem está sofrendo é o povo, é o povo trabalhador brasileiro. É esse que está sofrendo. E, na hora de esse pessoal... Eu, sinceramente... O Senador Aécio pensou só nele, no projeto político ali deles. Acho que os tucanos... Se há gente arrependida hoje, são esses tucanos, porque eles estão vendo que o PSDB praticamente desapareceu nesse negócio todo. Eu me lembro que, em 2015, nas pesquisas, aparecia Aécio Neves com 35% de intenções de voto para Presidente da República. E era uma coisa dirigida ao PT, havia os discursos aqui contra o PT: "Organização criminoso!"

E, quando falo da irresponsabilidade, aí quero falar dessa classe dominante brasileira, que não merece ser chamada de elite, porque esse pessoal, Senador Paulo Paim, sempre soube o que era essa turma do Temer. Não venham dizer que eles não conheciam Temer, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha. Eles sabiam quem era essa turma. Essa turma não tinha condições de estar à frente do País. É uma turma completamente desqualificada!

A gente está agora, um ano depois do golpe... Eu hoje falei no plenário que sempre tive a certeza de que esse *impeachment*, esse golpe, isso ia ser desmoralizado perante a história. Mas confesso, Senador Paulo Paim, que pensei que ia ser desmoralizado em 10 anos, em 15 anos. A história ia nos dar razão. Em um ano, está completamente desmoralizado. Tiraram a Dilma para colocar essa quadrilha que está aí no poder. Quem foram os capitães do golpe? Os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

capitães do golpe foram Eduardo Cunha, que está preso em Curitiba; Aécio Neves, que é Senador afastado; e Michel Temer, que está nessa situação.

No período do *impeachment*, eu dizia: "Olha, pessoal, o Temer vai se blindar se virar Presidente da República, porque a Constituição diz que o Presidente da República não pode ser investigado por fatos anteriores ao mandato." Mas não é que ele cometeu um crime no mandato? Foi isso o que ele fez! Cometeu um crime no mandato. E, na próxima semana, vai haver uma situação em que o Procurador-Geral, Dr. Rodrigo Janot, fará uma denúncia contra ele, uma denúncia em cima de formação de quadrilha, de prevaricação, de corrupção e de obstrução de Justiça. E, pelo que se fala, é uma denúncia detalhada sobre tudo isso. Aí o que vai acontecer? O País vai parar. Já parou, pois o Temer só vai querer saber de livrar seu pescoço, porque, depois da denúncia, a Câmara tem de votar. O Temer tem de ter 172 votos. Eu não sei se vai ser fácil, porque vai haver um processo. Vai ser igual àquela votação do *impeachment* da Dilma. Vai ser televisionado para todo o mundo. O Deputado que votar a favor do Temer vai ficar complicado para ser reeleito. Vai ficar complicado ser reeleito. Agora, o que o Temer vai querer fazer? Vai querer comprar todo mundo. Vai querer assegurar seus votos. Não há mais Governo. O País está parado! Ele não está preocupado com a crise econômica, com o desemprego! Ele vai querer saber de salvar sua pele.

Ontem, houve reunião com os governadores. Reunião com os governadores é bom fazer para discutir BNDES e empréstimos, porque os Governos estaduais estão quebrados. Agora, ele só chamou essa reunião sabe por quê? Porque quer livrar a pele dele. Ele está preocupado, pois governador influencia os votos de Deputados. Então, a gente vai começar a ver, Senador Paulo Paim, um festival aqui de uso de máquina pública para ele salvar a pele dele. Já há uma negociação para aliviarem R\$10 bilhões dos ruralistas, de dívida com o Funrural, que é previdência. Esse pessoal quer fazer reforma da previdência em cima dos mais pobres! E estão aliviando R\$10 bilhões de ruralistas! E há o "Mega-Refis", de R\$24 bilhões, para as maiores empresas do Brasil, para os bancos, para o sistema financeiro!

Então, a partir de agora, infelizmente, o País estará completamente parado em cima desses pontos.

Aí também não podemos aceitar que eles só façam andar aqui projetos contra o povo trabalhador! Eu, sinceramente, acho que, quando essa denúncia chegar aqui – ninguém sabe se isso ocorrerá na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira –, temos de parar a tramitação dessa reforma trabalhista.

V. Ex^a é o nosso líder. V. Ex^a sabe, Senador Paulo Paim, que fui escolhido como Líder do PT, mas quero, nesta discussão da reforma trabalhista, sempre, nesses temas, passar a liderança para V. Ex^a, porque não há ninguém aqui que conheça tanto esse tema! V. Ex^a é um trabalhador, um operário de fábrica, que conhece, que estuda esse assunto, que tem essa pauta a vida inteira, essa pauta ligada à reforma trabalhista e à reforma da previdência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Defendeu os trabalhadores nisso aí. Mas acho sinceramente que temos de parar. Não há clima! Temos de discutir essa crise política.

E digo que temos de olhar para o povo, Senador Paulo Paim, porque o Brasil não aguenta até 2018. O Brasil vai continuar sangrando enquanto esse Governo estiver aí. É hora de pensarmos nos brasileiros que estão desempregados. Você precisa de um Presidente que tenha a força do voto popular, seja para qual lado for. Nós vamos ter o nosso candidato, que é o Lula. Eles que apresentem o deles! Pode haver vários candidatos. Quem ganhar vai ter força. É um projeto que vai ser legitimado pelo voto popular, seja para o nosso lado ou para outro lado.

O que não podemos é continuar no impasse, e eu acho que, sinceramente, os partidos da Base desse Governo... E o PSDB está tendo um papel horrível. Com o PSDB eu fico impressionado! Eles gostavam de fazer aqui um discurso de ética, um discurso... É impressionante! Cadê o discurso? Esqueceram completamente esse discurso! Na hora de avaliar a permanência ou não no Governo do Temer, nada! Eles estão indo para a lata do lixo da história. Esse Partido... Estou cobrando a responsabilidade do PSDB, porque isso tem de ser cobrado, porque, para mim, são dos grandes responsáveis por essa crise toda que estamos vivendo!

E só há uma saída para mim, que é a eleição direta. Volto a dizer que, se eles acham que afastar o Temer... A Constituição diz o seguinte: se a Câmara dos Deputados autorizar o Supremo a processar o Presidente da República, ou seja, se a votação lá der autorização, o Temer é afastado da Presidência da República por até seis meses. É uma situação parecida com a que sofreu a Dilma, mas a Dilma foi julgada aqui pelo Senado Federal. No caso dele, não, porque é um crime comum. Teria de ser julgado, no caso, no Supremo Tribunal Federal. Mas assume Rodrigo Maia.

Eu já percebi que esse é o novo caminho do golpe, o golpe dentro do golpe. No começo, a gente defendia eleições diretas, e a Rede Globo e os seus comentaristas defendiam a eleição indireta o tempo inteiro. Eles mudaram o discurso, porque já enxergaram esse caminho. Eles já estão sabendo que, se se convocarem eleições indiretas, com a convocação de eleições indiretas, haveria um choque muito grande do povo brasileiro, que não iria aceitar. Eu estava prevendo que as mobilizações pelas diretas iriam crescer num momento como este, em que eles dissessem: "Vamos fazer eleições indiretas." O povo ia se levantar. Mas agora eles estão percebendo que o caminho é esse do Rodrigo Maia.

Eu só quero dizer uma coisa aqui: Rodrigo Maia não tem legitimidade, assim como Temer também não tem legitimidade de continuar na Presidência da República. Vai ser um Presidente fraco. Seria um Presidente fraco. O povo brasileiro não aceitaria, de forma alguma, ele conduzindo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quero dizer aqui para esse pessoal que isso não resolve a crise. É preciso que a gente tenha responsabilidade.

Agora, por que eles não querem eleições diretas, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela pesquisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por causa do Lula, por causa da pesquisa, porque, na última pesquisa do Vox Populi, o Lula apareceu com 40% de votos espontâneos. O Bolsonaro é o segundo, com 8%; depois, vem Marina, com 3%. Botaram o Aécio, e o Aécio apareceu com 0%.

Então, o que as pessoas estão vendo? "Está aumentando o desemprego, estão querendo retirar meus direitos, estão querendo acabar com minha aposentadoria." E olham para o período em que Lula foi Presidente da República e lembram: "Naquela época minha vida melhorou." Houve ascensão social, a vida do povo era outra, houve ampliação e criação de universidades, fez-se mais escola técnica do que em toda a história do País. As pessoas vão percebendo os dois momentos, e o Lula vai subindo.

Essas elites deram um golpe no País, para retirar direito do trabalhador. Deram um golpe, porque, no momento de crise econômica que a gente estava vivendo, eles acharam o seguinte: "Para eu resolver meu problema aqui, tenho de apertar em cima do trabalhador, retirar direitos, diminuir salário." E os salários estão diminuindo, Senador Paim. No ano de 2016, os salários cresceram muito abaixo da inflação, ou seja, há perda real do poder aquisitivo do povo trabalhador.

Então, acho que a gente tem de ir para as ruas, para continuar essa batalha, defendendo as diretas.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a, pelo seu trabalho, pelos votos em separado. Inclusive, eu o estou levando agora, no fim de semana, no feriadão, para ler. O voto em separado que o senhor apresentou é uma peça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só permita que eu elogie a assessoria do PT, a Anamatra, o Ministério Público do Trabalho e a assessoria, é claro, dos nossos gabinetes. Todos ajudaram a construir essa peça que está com V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, o que acho que é importante e que o senhor conseguiu mostrar no seu voto em separado é a injustiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a Consultoria da Casa – eu me esqueci de falar – também foi fundamental na construção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas é a injustiça de tudo. Eles só estão pegando os mais pobres, os trabalhadores, aqueles que ganham um ou dois salários mínimos. Ninguém fala aqui, num momento como este... Eles fazem a reforma da previdência com o discurso da situação fiscal do País, da situação econômica. Eu pergunto: o que estão cobrando dos mais ricos? Nada. É um aperto fiscal todo em cima dos pobres, nada para o andar de cima! Há tributação de grandes fortunas? Não! Há tributação de lucros e dividendos? Não! Pelo contrário, há só anistias, perdões, como esse agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Refis, Refis e Refis.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Refis e Refis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não paga. Fica mais 20 anos, não paga; fica mais dez anos, não paga, e a Previdência tem de segurar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a é o Presidente da CPI da Previdência. Quem são os grandes devedores?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chamamos já, para segunda-feira agora, os bancos – desde o Bradesco, o Itaú; começa-se ali –, depois os frigoríficos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A JBS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A JBS é a número um, depois vem todo o setor empresarial também, pela tal da apropriação indébita. Estou falando da indústria. Depois vem o comércio, depois vem a área rural também. Sabe como é: talão de nota. O trabalhador paga direitinho, e o que compra não repassa para a previdência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eles estão querendo, na verdade...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os empresários dessa área.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os empresários dessa área, os ruralistas, aqui, que têm um *lobby* grande – há muitos Senadores e Deputados –, estão negociando essa anistia de R\$10 bilhões. São R\$10 bilhões! É o que o Temer está usando como moeda de troca, para salvar a pele dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não engoli ainda aquela dos R\$25 bilhões do Itaú. Deram a anistia de R\$25 bilhões, numa crise como esta!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, digo o seguinte: é impressionante como está desmascarado o caráter de classe do Estado brasileiro – desse Governo e do Parlamento, inclusive. O Parlamento tem se comportado aqui como se fosse um Parlamento patronal, que representa os setores empresariais, contra o povo trabalhador. A votação daquela reforma trabalhista na Câmara foi uma vergonha. O jornal *The Intercept*, o *site* *The Intercept* trouxe uma matéria, mostrando que mais de um terço das emendas apresentadas saíram de computadores das entidades patronais, de diversas federações.

Agora, você veja, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O fechamento foi num sábado à tarde. O Chico Vigilante me trouxe... Estou dando até o nome, porque ele permitiu. O Deputado Distrital Chico Vigilante me trouxe os documentos, feitos na CNI, com o fechamento de todo o relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu fico impressionado porque, como falei, parece que essas classes dominantes não têm projeto de país, porque estão matando até a lógica do capitalismo brasileiro. Veja, é de uma maldade tão grande! Este País cresceu justamente quando houve distribuição de renda na ponta. É aquilo que o Lula falava, sobre colocar dinheiro na mão do pobre. O País criou aquele grande mercado de consumo de massas aqui justamente por isso. E fez isso como? Com a política de valorização do salário mínimo, com o crédito, com o impacto da política de salário mínimo na previdência social.

Eu já falei muito no estudo do Ipea aqui que foi divulgado e que fala... Esse dinheiro da previdência, o aposentado, a aposentada que ganha um salário mínimo não guarda nada. Aquele dinheiro vai todo para a economia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para o consumo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aquele dinheiro gira a economia. Mas eles estão com... O raciocínio dessa classe dominante é pensar no imediato. Eles ficam pensando só ali. Agora estão pensando o seguinte: como eu reduzo salário de trabalhador? E o objetivo da reforma trabalhista é o seguinte: precarizar. Nós temos, querendo ou não, uma legislação em que há uma jornada de tempo integral. O trabalhador hoje trabalha 44 horas por semana, oito horas por dia, tem direito à hora extra. Eles querem acabar com isso. O trabalho intermitente é isso, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que eu explicava antes aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No trabalho intermitente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Recebe-se por hora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...recebe-se por hora. É o padrão que diz... E você não consegue planejar a vida. É o padrão que diz o seguinte: "Eu quero amanhã que você trabalhe de 6h às 10h da noite." Pronto, você vai lá. "No outro dia, você vai trabalhar de 8h da manhã ao meio-dia." E você recebe por aquela hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, se se comprometer em ir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E, se não for...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...e não avisar com antecedência...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...paga uma multa de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de 50% daquilo que iria receber.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu digo, os garçons do Rio de Janeiro... Há muito garçom no Rio de Janeiro. Vai virar trabalho intermitente. Por que o cara vai pagar 44 horas para o garçom, se pode chamá-lo de acordo com a demanda? Isso quem começou a fazer, aqui, no Brasil, sabe quem foi? O McDonald's. Mas o Ministério Público do Trabalho entrou, e eles foram proibidos. O funcionário do McDonald's ficava lá. Havia uma salinha em que ele ficava.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos uma audiência pública nesta Comissão lotada sobre esse tema do McDonald's.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Havia uma salinha em que ele ficava, e, quando chegava cliente, quando chegavam muitos clientes, diziam: "Opa, venha agora!" Aí eles queriam contar só aquilo ali. Você fica à disposição do empresário, do patrão, para trabalhar. Então, você desorganiza a vida.

Eu falo de uma coisa, na qual tenho batido muito. Tenho repetido até essa história do autônomo exclusivo. Na verdade, quer se transformar o trabalhador em pessoa jurídica, para não pagar 13º salário, férias, FGTS. Todo mundo sabe o que é trabalho autônomo. Se sou autônomo, trabalho para várias pessoas, trabalho de acordo com minha conveniência, de acordo com os serviços que aparecem. Isso aí já existe, já há esse direito, mas eles botam autônomo exclusivo, que é um autônomo que trabalha exclusivamente para uma empresa. Aí não é autônomo! Se ele trabalha exclusivamente para uma empresa, ele não é autônomo. Um eletricitista, por exemplo, tinha de trabalhar as 44 horas, oito horas por dia. Agora, ele vira pessoa jurídica, um empresário que, na verdade, não é empresário, mas é um empresário de papel, e que não recebe 13º salário, não recebe férias, não recebe FGTS.

Então, é uma reforma desumana, Senador Paulo Paim. Eu acho que a gente tem de resistir muito aqui. Eu tenho esperança de que a gente consiga barrar. Eu acho essa reforma pior do que a reforma da previdência. A reforma da previdência também é um escândalo, mas essa é muito brutal, é uma reforma que escancara a natureza de classe desse golpe. O que eles estão fazendo aqui? Volto a dizer: é o momento que as instituições assumem o seu caráter de classe, representando um lado, o setor empresarial, a grande burguesia brasileira, contra o povo trabalhador.

Eu tenho muito medo dessa reforma porque o impacto no mercado de trabalho é muito violento, e a gente, talvez, não consiga voltar. Vai haver muitas coisas que, entrando um governo legítimo e popular neste País, vamos ter de reverter. Nós vamos ter de acabar com essa emenda constitucional que estabeleceu o teto dos gastos, porque com ela nenhum Presidente da República vai conseguir ampliar recursos na educação e ampliar recursos para a saúde. O Lula não teria feito o que fez se existisse a PEC dos gastos. Ele não teria feito essas universidades, esses investimentos em escola técnica.

Então, muita coisa a gente vai ter de desmontar. Nós vamos desmontar o que estão fazendo com a Petrobras: estão entregando o pré-sal a preço de banana para as grandes multinacionais. A gente vai ter de desmontar isso. Agora, esse da reforma trabalhista é difícil de desmontar porque vai ter um efeito imediato no mercado de trabalho. Há gente prevendo, Senador Paulo Paim – hoje 26% dos trabalhadores brasileiros são terceirizados –, que, em cinco anos, o percentual pode subir de 26% para 75%. E todo mundo sabe aqui que os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhadores que são terceirizados – eles sabem da diferença – recebem menos. O Dieese diz que recebem 24% a menos de salário.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Quando recebem!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando recebem! E trabalham três horas por semana a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há o exemplo nesta Casa, no Congresso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aqui, no Senado, houve um caso do pessoal que trabalhava nos elevadores. A empresa quebrou, faliu – não sei como foi –, e eles simplesmente não pagaram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São oito empresas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só que a legislação antes dizia que, no caso, o Senado teria de ser responsabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havia a responsabilidade solidária, que agora sumiu, até isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que agora sumiu, vira subsidiária a responsabilidade. Você tem de, primeiro, processar aquela lá. Então, digo isso para não falar em trabalho análogo ao trabalho escravo. Noventa por cento das descobertas no País de trabalho análogo ao trabalho escravo se deram em empresas terceirizadas. A maior parte dos acidentes de trabalho se dá em empresas terceirizadas.

Então, Senador Paulo Paim, eu vim aqui só porque vi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Ex^a está convidado também, às 14h30, a participar da CPI da Previdência, agora, à tarde.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Qual é a pauta de hoje da CPI da Previdência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pauta de hoje vai ser o movimento social e o movimento sindical dizendo por que eles entendem que a previdência é superavitária e que não precisa fazer a reforma. Eles vão apresentar propostas, que vão na linha da gestão, da fiscalização e do combate ao desvio e à corrupção. Essa é a pauta de hoje, às 14h30.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vale dizer sobre o debate da reforma da previdência – V. Ex^a, como Presidente, está desnudando esses números todos – que, quando eles dizem que a previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai ter surpresa quem acredita que não vai ter um resultado positivo a CPI.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

E quem diz que a previdência é deficitária só leva em consideração a contribuição dos trabalhadores e dos empresários. Mas, em lugar nenhum do mundo, o sistema é assim. Ele é tripartite, há a participação do Governo! A Constituição nossa coloca lá os impostos. Tudo que tem de ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui o Governo só desvia.

O que nós colocamos na Constituição? V. Ex^a tem razão, e eu fui Constituinte. Estavam ali Cofins, tributação sobre lucro e faturamento, PIS/Pasep.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Loterias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois, colocamos até a CPMF, loterias. E agora eles vieram aqui fazer um depoimento e disseram: "Não, é só a contribuição do empregado e do empregador." Estavam lá os especialistas na área, que fizeram o contraponto, e eles ficaram sem condição de explicar o que aconteceu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nos países da OCDE, a participação do governo é algo em torno de 40% a 42%. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Não há como sustentar isso, mais ainda agora, quando estamos indo para a quarta revolução industrial, em que vai haver a diminuição do emprego. Achar que é só empresário e trabalhador não se sustenta; tem de haver a parte do Governo, que é a que eles querem tirar.

Então, encerro a minha participação aqui, Senador Paulo Paim, preocupado com os dias que estamos vivendo e enfrentando. Espero que este Senado Federal tenha responsabilidade e maturidade e que este Congresso Nacional entenda o que o povo está querendo. O povo quer a saída de Michel Temer e quer eleições diretas. Noventa por cento da população brasileira querem eleições diretas. A gente não tem condições de empurrar este Governo até 2018. Eu peço responsabilidade aqui dos Senadores e dos Deputados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A crise não acaba. Hoje, saíram os números da arrecadação de maio. É uma nova frustração! Por quê? Porque a economia continua em recessão. Eles tentaram, já que houve crescimento do PIB de 1% no primeiro trimestre, dizer: "Acabou a recessão. O Brasil saiu da recessão." Não! Infelizmente, não! O crescimento de 1% sabe porque foi, Senador Paulo Paim? Infelizmente – eu queria que isso fosse verdadeiro –, isso se deu porque, primeiro, mudaram a metodologia do IBGE no cálculo do setor de serviços e comércio. Essa foi uma questão. A outra questão é que esse crescimento foi todo da safra agrícola, do setor agropecuário, que cresceu mais de 13%, pela exportação, também por isso. Sabe quanto foi o investimento? Infelizmente, continuou caindo 1,6%. O consumo das famílias, que representa mais de 60% do PIB hoje, caiu 0,1%, porque está aumentando o desemprego, está havendo queda de salário. O consumo do Governo caiu 0,6%, ou seja, o mercado interno continua profundamente desaquecido.

A minha tese é a de que eles estão fazendo um caminho que agrava a crise: um plano de austeridade, de corte de gastos, que piora a situação da recessão econômica, e essas reformas. Essas reformas significam, na verdade, fazer o contrário do que o Lula dizia, que era colocar dinheiro na mão dos pobres. Nós estamos tirando dinheiro das mãos dos pobres, e isso tem um impacto na economia gigantesco.

Espero que a gente tenha juízo aqui dentro e que a gente consiga construir aqui dentro uma maioria que expresse a maioria das ruas ou 90% das ruas, que é a de saída do Temer e convocação de eleições diretas para Presidente.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, tenho de convidar vocês todos, porque sei que vocês nos acompanham.

Se fôssemos cumprir o que manda a reforma trabalhista, Senador Lindbergh – vou encerrar –, eu não teria hora para almoçar. (*Risos.*)

Às 14h, já começa a CPI da Previdência. Vai atrasar, porque não vou conseguir sair daqui, ir até meu gabinete, pegar minha marmita, pegar minha saladinha, lavar as mãos, ir ao banheiro e chegar à CPI da Previdência às 14h. Não vou conseguir fazer isso. Já não vou cumprir a lei. Como é que faço? (*Risos.*)

Então, temos de rir, não é? Temos de rir para não chorar.

Mas vamos lá! Vamos tentar sair correndo daqui agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada a nossa reunião de hoje.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e seis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDH 39/2015 e RDH 3/2017, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As Reformas Trabalhista e Previdenciária, com foco na Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical". Participantes: Renan Bernardi Kalil, Vice-Coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho - MPT/CONALIS; Francelino das Chagas Valença Junior, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; Paulo Reis, Representante da CSP-Conlutas; Álvaro Egea, Secretário Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Antônio Lisboa, Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Luiz Carlos Motta, 2º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC; Rudinei Marques, Vice-Presidente da Central Pública do Servidor; José Nivaldino Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito Federal - SINPRF/DF; Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Miriam Dienstmann Stein, Representante do Portal dos Aposentados. Alexandre Caso, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/19>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, José Medeiros, Sérgio Petecão, Romário, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Paulo Paim e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Aírton Sandoval, Wilder Moraes, Humberto Costa, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, João Capiberibe e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 13 - OFICIO "S" Nº 13, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha Relatório Final do Grupo de Trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana." Autoria: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pelo arquivamento da matéria. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros." Autoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador José Medeiros. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 3, de 2017 - Não Terminativo - que: "Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens." Autoria: Cidadão. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação da Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62 de 2017 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A garantia ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego, FGTS, entre outros"." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na regulamentação"" Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65 de 2017 que: "Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –CDH, para debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016). Para tanto devem ser convidados o presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, o Subprocurador Geral da República Dr. Franklin Rodrigues da Costa, representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), representantes de Associações de Condomínios e de Moradores de Condomínios horizontais do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Dr. Francisco Nilo Gonsalves Júnior, Superintendente Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), e outros que os senhores e senhoras senadores indicarem." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "EBSERH - Uma ofensa a autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde"" Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para ouvir, em caráter de urgência, a menor moradora da cidade de Rondonópolis no estado do Mato Grosso." Autoria: Senador Magno Malta e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a participação dos convidados relacionados a seguir, para tratar da questão relativa à "criminalização do funk", objeto da Sugestão (SUG) no 17, de 2017: Anitta; MC Marcinho; Cidinho e Doca – compositores do Rap da Felicidade; MC Koringa; Valeska Popozuda; Tati Quebra Barraco; Bochecha; MC Bob Rum – compositor do Rap do Silva; Hermano Vianna – Autor do Livro "O mundo funk carioca"; Mylene Mizrahi – Antropóloga; Marcelo Alonso – Criador da Proposta para criminalizar o funk; Carol Sampaio – promotor idealizadora do Baile da Favorita." Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69 de 2017 que: "Requer, na forma do disposto no art. 90, III, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, compareça para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito das informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, relativas à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot." Autoria: Senador Randolfe





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70 de 2017 que: "Requer, nos termos do inciso III, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Sr. Janér Tesch Hosken Alvarenga, para prestar os devidos esclarecimentos acerca do noticiário propagado em diversos veículos de comunicação brasileiros entre os dias 10 e 11 de junho, que denunciam a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71 de 2017 que: "Requer VOTO DE SOLIDARIEDADE às comunidades quilombolas brasileiras que estão com seus direitos territoriais ameaçados." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Rocha, Regina Sousa, Randolfe Rodrigues, Romário, José Medeiros, Hélio José e Paulo Paim. Às onze horas e vinte e oito minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às onze horas e quarenta e um minutos o Senador Paulo Rocha devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos e para constar; eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/21>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 35ª e da 38ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem.) – Srª Presidente, há dois requerimentos extrapauta em que considero urgente a sua apreciação, ou melhor, a apreciação desta Comissão. Eu queria solicitar a V. Exª a apreciação desses dois requerimentos, pela urgência, inclusive, que o caso requer, antecedendo a Ordem do Dia desta reunião da CDH. Ambos já estão sobre a mesa.

O primeiro requerimento é de convocação do Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, para que compareça a esta Comissão para prestar esclarecimentos a respeito das informações noticiadas pela imprensa entre os dias 10 e 11 de junho, relativas à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar Ministro do Supremo Tribunal Federal, notadamente o Ministro Edson Fachin.

O requerimento seguinte é no mesmo sentido, só que, desta forma, de convocação do Sr. Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Janér Tesch Hosken Alvarenga, para prestar os mesmos esclarecimentos.

São esses os requerimentos que encaminho à Mesa e de que solicito a apreciação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Primeiro, eu tenho que consultar a plenária se aceita a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, os requerimentos... Agora, o encaminhamento legal, Senador. O senhor quer fundamentar ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, são dois requerimentos. Aliás, é um requerimento convocando duas pessoas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – São dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São dois requerimentos.

Matérias não lidas:

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, de 2017

Requer, na forma do disposto no art. 90, III, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, compareça para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito das informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, relativas à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, de 2017

Requer, nos termos do inciso III, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Sr. Janér Tesch Hosken Alvarenga, para prestar os devidos esclarecimentos acerca do noticiário propagado em diversos veículos de comunicação brasileiros entre os dias 10 e 11 de junho, que denunciam a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em discussão os requerimentos do Senador Randolfe, que ele já apresentou. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os dois requerimentos extrapauta que o Senador Randolfe acabou de apresentar.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria dar a sugestão para que a gente priorizasse, então, os requerimentos, para depois entrar no processo, porque, como está havendo sessão no plenário, pode esvaziar rápido aqui.

Há um requerimento do Senador Magno Malta e um pedido dele para que se aprove, mas com caráter reservado, porque é para ouvir, inclusive, uma pessoa e envolve também o depoimento de criança. Então, poderia ser reservado esse depoimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está aqui, já se encontra na pauta. O requerimento do Senador Magno Malta está na pauta.

Então, vou começar com os requerimentos – já havia deliberado isso –, porque, além da CCJ, estamos com sessão plenária convocada, e, a qualquer momento, podemos interromper aqui.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, de 2017

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –CDH, para debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016). Para tanto devem ser convidados o presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, o Subprocurador Geral da República Dr. Franklin Rodrigues da Costa, representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), representantes de Associações de Condomínios e de Moradores de Condomínios horizontais do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Dr. Francisco Nilo Gonsalves Júnior, Superintendente Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), e outros que os senhores e senhoras senadores indicarem.

Autoria: Senador Hélio José

Passo a palavra para o Senador Hélio José encaminhar.

Já há os nomes dos convidados todos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar.) – Sr^a Presidente, senhores ouvintes, esse é um requerimento muito importante, porque nós estamos debatendo e vamos continuar debatendo, porque ontem o Barroso, inclusive, definiu que o projeto volta para fazer a análise aqui na Casa sobre a Medida Provisória 759 e o PLV 12. Então, é muito importante a gente marcar essa audiência pública, porque ela envolve aqui o Distrito Federal como um todo, 1,5 milhão de pessoas, na regularização fundiária.

Os nomes a serem convidados para essa importante audiência pública – que dá continuidade a outra audiência já realizada no ano passado, muito concorrida nesta Casa – estão lincados aqui no requerimento, que é altamente explicativo.

Muito obrigado, Excelência. Eu gostaria da aprovação desse requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Hélio José.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 23: Requerimento nº 67, de 2017, do Senador Magno Malta, subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

ITEM 23





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 67, de 2017**

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para ouvir, em caráter de urgência a Sra. THAIS FERREIRA ALVES moradora da cidade de Rondonópolis no estado do Mato Grosso.

Senador Paulo Rocha, para encaminhar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Só para acrescentar que, além da urgência, (*Fora do microfone.*) que seja reservado, para poder...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Caráter reservado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos outros requerimentos – o Paulo Rocha já saiu? Nós poderíamos subscrever o do Paulo Paim, porque ele não está aqui. (*Pausa.*)

Item 15, do Senador Paulo Paim.

ITEM 18**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 62, de 2017**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A garantia ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego, FGTS, entre outros”.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

É de autoria do Senador Paulo Paim, subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Senador Paulo Rocha, quer encaminhar? (*Pausa.*)

Ele é autoexplicativo, não é? Discutir um benefício ao servidor de cargo em comissão.

Senadores, em discussão.

O Senador Medeiros quer discutir?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) –
Senadora, eu queria só fazer uma sugestão: a gente tem tido por praxe, quando se trata de vir
Ministro aqui, fazer convite, e não convocação.

O que acha de a gente transformar para...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT
- PI) – O autor não está mais aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT
- PI) – Isso aqui não tem nada... Foi o do Senador Randolfe, não é?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É que
foi aprovado, antes de vocês chegarem, a convocação do Ministro da Abin, que o Randolfe
pediu. Mas já foi aprovado como convocação, não foi?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT
- PI) – É convocação?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É, já
foi aprovado como convocação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT
- PI) – Ele botou: "o comparecimento do Sr. Fulano de tal"; não há, assim: "convocação".
Solicitar o comparecimento do Sr. Fulano de tal. Agora está como votado, e ele não está mais
aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É
convite, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT
- PI) – Eu entendo que é. Não há o termo "convocar" aqui, não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É, vamos para convite, então.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acho que não tem problema, não.

Estamos no do Senador Paulo Paim, ainda.

Senador Paulo Paim, em discussão a questão do debate sobre o cargo em comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há mais um do Senador Paim, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. O Senador Paim está lendo o relatório dele lá na CCJ.

Com fundamento no art. 93, do Regimento Interno, requer a realização de uma audiência pública nesta Comissão para debater a garantia... Não, esse aqui já foi lido e foi aprovado. É um outro do Paim ainda.

Requerimento nº 66, de 2017.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, de 2017

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "EBSERH - Uma ofensa a autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde"

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

A EBSERH é aquela empresa de hospitais das universidades.

A audiência é uma sugestão do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília.

Em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda há um do Paim.

É o item 20. Requerimento nº 64, do Senador Paulo Paim.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, de 2017

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na regulamentação"

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes. Bom dia a todos.

Eu gostaria que V. Exª incluísse um requerimento meu como extrapauta, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente já aprovou inclusão de requerimento extrapauta. Então, pode dizer o assunto?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É uma sugestão sobre a probabilidade... Existe um grupo com mais de 20 mil assinaturas para criminalizar o *funk*, e eu, como carioca nato e eterno funkeiro, faço questão de defender essa bandeira aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Dança?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Também. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está em minhas mãos o requerimento, Senador. Já tinha sido aprovada a inclusão extrapauta.

Então, o Senador Romário está apresentando um requerimento sobre a questão da criminalização do *funk* – há especialmente no Rio de Janeiro, mas o Brasil todo tem – e já indica aqui os convidados.

Matéria não lida:

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, de 2017

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a participação dos convidados relacionados a seguir, para tratar da questão relativa à “criminalização do funk”, objeto da Sugestão (SUG) no 17, de 2017: •Anitta; MC Marcinho; • Cidinho e Doca – compositores do Rap da Felicidade; • MC Koringa; • Valeska Popozuda; • Tati Quebra Barraco; • Bochecha; • MC Bob Rum – compositor do Rap do Silva; • Hermano Vianna – Autor do Livro “O mundo funk carioca”; • Mylene Mizrahi – Antropóloga; • Marcelo Alonso – Criador da Proposta para criminalizar o funk; • Carol Sampaio – promoter idealizadora do Baile da Favorita.

Autoria: Senador Romário

O senhor quer ler os nomes dos convidados? Quer dizer quem são?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aqui a ideia é convidar o maior número de pessoas que fazem parte desse segmento no nosso País. Eu começaria com: Anitta; MC Marcinho; Cidinho e Doca, compositores do Rap da Felicidade; MC Koringa; Valesca Popozuda; Tati Quebra Barraco; Buchecha; MC Bob Rum, compositor do Rap do Silva; Hermano Vianna, autor do livro *O Mundo Funk Carioca*; Mylene Mizrahi, antropóloga;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Marcelo Alonso, criador da proposta para criminalizar o *funk*; e Carol Sampaio, *promoter* idealizadora do Baile da Favorita.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Romário para discutir a criminalização do *funk*.

Item 16: Requerimento nº 63, de 2017.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, de 2017

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros para fundamentar o seu requerimento sobre o desabastecimento da penicilina.

É o seu requerimento agora. O senhor pode encaminhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É para debater o desabastecimento da penicilina no Sistema Único de Saúde.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para encaminhar.) – Sim, Presidente. É um requerimento extremamente meritório, porque a saúde hoje no Brasil é um gargalo, em tudo que é Município, e a falta desse importante remédio causa inúmeros problemas. Por isso a discussão.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 61, item 14.

Senadora Fátima Bezerra, subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, de 2017

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

A Senadora Fátima Bezerra é a autora; o Senador Paulo Rocha subscreve.

Quer fundamentar, Senador Paulo Rocha? V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – É autoexplicativo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É autoexplicativo.

Então, aprovação de requerimento de audiência pública em discussão.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para discutir.) – Senadora Regina, por coincidência eu estive agora na sexta-feira – quinta-feira ou sexta-feira – num quilombo lá no Estado de Mato Grosso. Eles estão lá desde a época da libertação da escravidão, em mil oitocentos e lá vai pedrada. E, por incrível que pareça,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

primeiro eles tiveram um avanço sobre suas terras, com ações judiciais por parte de alguns fazendeiros, e tomaram boa parte das terras deles; agora os posseiros invadiram também a terra. Está ficando cada vez menor o território deles. E já houve violência.

Então, é importante a gente discutir esse tema, porque são pessoas que estão lá há muito tempo. Inclusive houve um deles que foi preso, certa feita, e ficou famoso esse caso porque prenderam o líder lá – era analfabeto, não tinha instrução nenhuma –, e o delegado falou: "Mas o senhor não tem vergonha de ficar invadindo a terra alheia?" Ele falou: "Olha, meu bisavô nasceu aqui, meu avô nasceu aqui, meu pai nasceu aqui e eu nasci aqui. O senhor que está falando que eu estou invadindo as terras dele nasceu em São Paulo. Quem está invadindo terra de quem?" Então, eu acho importante a gente discutir esse tema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós temos, dentro da Ordem do Dia, vários projetos terminativos que teremos de fazer um esforço na primeira semana de julho para votar, porque esses dias têm sido ocupados pela questão da reforma trabalhista. Mas nós temos itens não terminativos que poderíamos votar rapidinho aqui. E, como eu sou Relatora de dois deles, eu gostaria que o Senador Paulo Rocha assumisse a Presidência.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pauta, item nº 13.

ITEM 13

OFICIO "S" Nº 13, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha Relatório Final do Grupo de Trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Autoria: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Regina Sousa, para a leitura do seu relatório.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Esses relatórios que vêm de outros órgãos vêm no sentido de a gente ler e dar o destino; normalmente vão para o arquivo. É um relatório de outro Poder.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos produziu um relatório sobre a questão da defesa de direitos humanos do Brasil. Eu vou ler só a análise e o voto, que é pelo arquivamento.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre pareceres e sugestões legislativas como as apresentadas pela então Comissão de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos.

O relatório consubstancia algumas recomendações ao Poder Legislativo.

A primeira delas diz respeito ao direito de resposta, que foi finalmente regulamentado pela Lei nº 13.188, de 2015. Registramos que, embora a disciplina do instituto por lei já fosse uma necessidade amplamente reconhecida pela sociedade, o texto da Lei nº 13.188, de 2015, inspirou questionamentos por parte da Associação Brasileira da Imprensa sobre suas possíveis interferências na liberdade de expressão e no trabalho investigativo exercido pelos jornalistas. A polêmica foi direcionada ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.415 e 5.418.

Outro tema é pertinente ao aprimoramento do Incidente de Deslocamento de Competência, mecanismo inserido na Constituição da República pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que é tema das Propostas de Emenda à Constituição nº 61, de 2011, e nº 80, de 2011. Com essas iniciativas, pretende-se ampliar o rol de legitimados a suscitarem a medida, o que decerto contribuirá para uma maior disseminação do mecanismo. Na mesma linha, o Projeto de Lei nº 6.647, de 2006, em tramitação na Câmara dos Deputados, intenta disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos perante o Superior Tribunal de Justiça.

Já o PL nº 1.078, de 2011, que dispunha sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houvesse omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística, foi arquivado no início de 2015, nos termos do art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

105 do Regimento Interno daquela Casa. No entanto, foi sucedido pelo PL nº 191, de 2015, que incorporou integralmente a ideia do projeto arquivado.

Finalmente, quanto à perspectiva de descriminalização dos crimes contra a honra, tipificados nos arts. 138, 139 e 140 do Código Penal, anotamos que está em discussão no Senado o PLS nº 236, de 2012, que institui o novo Código Penal. A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Destacamos a emenda proposta pela então Senadora Ana Rita, de nº 27, que visa a suprimir o Capítulo IV (Crimes contra a honra) do texto do PLS em questão. O crime de desacato, atualmente previsto no art. 331 do Código Penal, por sua vez, deixou de constar no texto do projeto de reforma do código.

Então, todos os encaminhamentos, as sugestões que vieram já têm projeto de lei em andamento.

Voto.

Ante o exposto, tomamos ciência do conteúdo e concluímos pelo arquivamento do relatório encaminhado pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, recebido nesta Casa como Ofício "S" nº 13, de 2014.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam com o arquivamento da matéria permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tenho outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ainda como Relatora a Presidenta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2016





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Relatora.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Como já foi dito aqui, é da Senadora Rose de Freitas, um projeto muito significativo, que pretende instituir um benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, a partir de três embriões; três crianças nascidas.

Em conformidade com os arts. 2º e 3º, o benefício será pago à família que comprovar renda familiar mensal *per capita* de até R\$220 e será devido a cada nascido com vida de gestação múltipla com três ou mais crianças, até os seis anos de vida.

Na justificação do projeto, a autora argumenta que os casos de gravidez múltipla têm aumentado nos últimos anos e representam um verdadeiro desafio para as famílias, pois envolvem um alto custo emocional e financeiro, sobretudo nas famílias mais vulneráveis aos movimentos econômicos. Por esses motivos, a proposição objetiva oferecer uma ajuda a famílias que venham a vivenciar a gestação múltipla, assistindo-lhes financeiramente, por meio de valor que será definido em posterior regulamento.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH e será remetida, em caráter terminativo, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção à infância. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Estamos de acordo com a autora da proposição. Seu mérito é inegável: por mais que seja um motivo de felicidade sem parâmetros, o nascimento de um filho é um fator de sobrecarga na renda familiar. Se a estrutura e o planejamento familiar já são normalmente modificados com a vinda de um filho, o impacto do nascimento de três ou mais gêmeos sobre a condição de vida de famílias economicamente vulneráveis é ainda mais contundente.

Atualmente, Santa Catarina é o único Estado da Federação que conta com uma lei que concede benefício assistencial de caráter financeiro em casos similares. Entendemos que a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

experiência deve ser reproduzida pela União nos demais Estados, como forma de aliviar um pouco a pressão exercida sobre o orçamento das famílias brasileiras situadas na base da pirâmide social, diante da possibilidade de agravamento de sua condição econômica em virtude do nascimento de três ou mais gêmeos.

Por outro lado, estima-se que a concessão do benefício não comprometerá de forma significativa as contas públicas. São baixos os números de partos de gêmeos em nosso País. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve apenas 1.418 partos de três ou mais gêmeos no ano de 2015.

Por fim, sugerimos duas emendas à proposição com o objetivo de substituir a palavra "nascituro" – que designa aquele que ainda vai nascer – por "criança", a bem da precisão, e de ajustar a redação do art. 3º, pois o texto atual do dispositivo mostra-se contraditório.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda Nº – CDH

Substitua-se, no Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2016, o termo "nascituros" por "crianças".

Emenda Nº – CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 259, a seguinte redação:

"Art. 3º O benefício será devido até a data em que as crianças completarem seis anos de vida."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu queria pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pedir vista?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista concedida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concedida vista ao Senador José Medeiros.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista ao Senador José Medeiros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sugestão nº 3, de 2017. Item nº 16.

A matéria é não terminativa.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.

Autoria: Cidadão

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A autoria é do Programa Jovem Senador.

Relatora: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vou direto à análise do projeto, a partir da sugestão.

Conforme o disposto no art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por entidades organizadas da sociedade civil. O parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, estabelece que a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada pelo Programa deve receber o tratamento de sugestão legislativa.

A SUG nº 3, de 2017, derivada do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2016, cumpriu apropriadamente esses trâmites. Assim, sob a perspectiva regimental, portanto, acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A presente apreciação não constitui juízo terminativo sobre a matéria. De fato, o presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, conforme o disposto no parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Cumpre-nos apontar, aliás, que também não se vislumbra inconstitucionalidade material à conversão da Sugestão nº 3, de 2017, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que é da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre a proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal.

Assim como fizeram os Jovens Senadores, nós também julgamos que a proposta é merecedora da atenção desta Casa e deve ter a chance de ser por ela avaliada.

Em vista do exposto, entendemos que a Sugestão nº 3, de 2017, deve passar a tramitar como Projeto de Lei iniciado por esta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da SUG nº 3, de 2017, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH:

Projeto de Lei do Senado nº , de 2017.

Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os alimentos, ingredientes alimentares e cosméticos destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de substâncias comprovadamente cancerígenas, listadas e periodicamente atualizadas pelo Ministério da Saúde, deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento.

Parágrafo único. Os rótulos e embalagens dos produtos discriminados no *caput* conterão a advertência mencionada, assim como os cartazes e materiais de divulgação em caracteres com destaque, nítidos e de fácil leitura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Matéria aprovada.

Há uma matéria extrapauta, da Senadora Fátima, que eu estou subscrevendo.

Eu retorno a Presidência à Senadora Regina Souza.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento extrapauta. Consulto o Plenário se concorda com a inclusão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento extrapauta da Senadora Fátima Bezerra, subscrito pelo Senador Paulo Rocha:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Voto de Solidariedade, às comunidades quilombolas que estão com seus direitos territoriais ameaçados em virtude das tentativas de revogação do Decreto 4.887/2003 que buscam desconstruir a Constituição brasileira e a legislação que garante os direitos territoriais das comunidades quilombolas.

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, de 2017

- Não terminativo -

Requer VOTO DE SOLIDARIEDADE às comunidades quilombolas brasileiras que estão com seus direitos territoriais ameaçados.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Senador Paulo Rocha.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É aquele mesmo assunto que já foi discutido, levantado aqui, no caso de Mato Grosso, pelo Senador Medeiros. Isso ocorre em todos os recantos do País que têm essas terras ocupadas por nossos proprietários naturais. Está havendo ameaças desse tipo, e a Senadora está pedindo um voto mais de preocupação até do que de solidariedade para poder... Acho que a audiência pública já aprovada vai levantar de novo o assunto.

Peço a aprovação, portanto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Senador Paulo Paim tem um projeto de lei não terminativo, o relatório. Inclusive, o projeto é da minha autoria.

O senhor gostaria de ler? Está com o relatório, não é?

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr^a Presidente, eu farei a leitura do projeto muito bem elaborado por V. Ex^a, que, mais uma vez, vai na linha de atender tanto a criança como a mãe.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 53, de 2017, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer garantia de transporte asséptico das mães e de seus filhos recém-nascidos entre o local do parto e sua residência, e da residência ao serviço de saúde, para complementação de exames. Para tanto, altera a redação do §3º do art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 90 (o Estatuto da Criança e do Adolescente) – que eu tive a alegria de votar e defender ainda quando era Deputado –, de modo a arrolar, entre os deveres do serviço de saúde, o da oferta de transporte adequado para as mulheres e seus filhos recém-nascidos, entre os serviços de saúde e a residência dos interessados. Em seu art. 2º, estabelece que a norma entre em vigor 90 dias após sua publicação, de modo a que as instituições encarregadas possam se preparar para as novas atribuições.

Em suas razões, a autora, com a competência de sempre, justifica o projeto, no plano geral, como um novo capítulo de processo ainda longo da equalização das relações sociais no Brasil; e, em particular, como um bom meio para que recém-nascidos e suas mães não se exponham a riscos desnecessários em período muito delicado de suas vidas, justamente aquele em que são lançados os alicerces para toda sua existência.

Após seu exame pela CDH, a proposição seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Conforme os incisos IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve opinar sobre proposições versando sobre direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o exame do PLS 53, de 2007 – cujo relatório está sendo aqui lido –, projeto apresentado por V. Ex^a, que será discutido e votado no momento adequado, quando assim V. Ex^a entender, devido ao quórum regimental.

No mesmo sentido, não se divisam óbices constitucionais formais ou materiais, visto ser competência comum da União, dos Estados, do DF e dos Municípios cuidar de assuntos de saúde e da integração social de setores marginalizados (Constituição Federal, art. 23, incisos II e X, e art. 24, inciso XII – excluída, nesse último caso, a competência dos Municípios), bem como caber ao Senado a iniciativa legislativa, como manda a Constituição Federal, no seu art. 61.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tampouco há óbices de juridicidade: a proposição inova o ordenamento, não o contradiz, resulta do processo legislativo constitucionalmente definido e, portanto, caracteriza-se por organicidade e reveste-se de cogência.

No que diz respeito ao mérito, não há como não concordar com todos os argumentos lançados e com os meios utilizados para dirigir-se ao problema. Há que se louvar a iniciativa da nobre Senadora e a maneira relativamente singela com que são prevenidos eventos de consequências tão imperceptíveis quanto desastrosas para as vidas de nossas famílias.

Mediante isso, nobre Senadora, Presidente desta sessão e autora deste belíssimo projeto humanitário, que olha para as nossas crianças, os bebês recém-nascidos e as mães, em razão do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu vou pedir vista, nobre Srª Presidente. Vou pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato, eu peço então aqui, na mesma linha de V. Exª, que a vista seja coletiva. É um direito regimental do nobre Senador Medeiros.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu sei que V. Exª pediu vista, não cabe discussão, mas eu queria só explicar o que é, porque às vezes o título não diz.

É a mãe que sai da maternidade, com 24 horas que deu à luz e vai pegar ônibus, com bebê no braço, com sacola, o que é um risco. Ou, então, na garupa de uma moto. E eu presenciei isso em uma visita à maternidade, no meu Estado. Inclusive, quando fui secretária, eu instituí esse transporte. Eu fui secretária não de saúde, mas de administração, e instituí isso. A gente gastava R\$600 por mês, porque é uma Van de manhã, outra de tarde, para deixar as parturientes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E vai na linha do Marco Legal da Primeira Infância, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vista coletiva ao Senador Medeiros e outros, e todos.

Agora, os próximos projetos são todos terminativos.

Não havendo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr^a Presidente, só para ficar bem claro. Tínhamos acordado aqui que ia ser por convite. Se a senhora pudesse colocar em deliberação para ficar bem claro, para não dizerem que fiz só verbal.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas aí há a questão do autor, o Randolfe. Ele teria que estar presente para concordar, porque o requerimento é dele. Eu entendi que a palavra "comparecimento" não é obrigatória, porque ele não botou...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se fosse pela questão regimental... É que ele colocou aqui a questão constitucional, ele colocou "comparecimento", mas acabou colocando o artigo de convocação, e ninguém teve acesso prévio a esse requerimento dele.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, Senador, o senhor pode apresentar um requerimento, na próxima reunião, para transformar em convite. Aí, teremos esse tempo todo, porque assim vai ser votado independentemente do Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se eu puder colocar um requerimento extrapauta de forma verbal, a gente votaria e formalizaria logo em seguida. A gente formaliza logo em seguida.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, proposição do Senador Medeiros de requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, só para reflexão, não seria importante o Senador... Nós aguardaríamos que ele viesse aqui. Porque eu não estava aqui. Sabem que eu não tenho problema nenhum nessa questão de convite e não convocação, porque o ato político em si, no convite ou na convocação, é o mesmo. Apenas percebo que o Senador não está aqui; ele deve estar na CCJ. Se nós pudéssemos chamá-lo até aqui para ver que posição poderíamos adotar, seria para mim o ideal, em respeito ao Senador Randolfe e a sua história. Porque foi votado da forma que ele apresentou. E nós votarmos outro agora desmanchando... Acho que sempre é bom o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acordo e o entendimento da trajetória que ele traçou para esse projeto. Acho que seria bom, Sr^a Presidenta. É possível garantir que ele venha até aqui?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A gente não está obstruindo o requerimento dele. É só a questão do convite mesmo, que tinha sido acordada.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele disse, inclusive, que está vindo aqui. Uma pessoa me falou aqui que ele está vindo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está vindo? Pronto. Vamos acertar aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele colocou aqui: "comparecimento do Sr. Fulano de tal".

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso já foi deliberado, não é, Presidente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, o que poderíamos fazer... Eu estou tentando aqui, pode saber, Medeiros, achar um caminho. Não sei nem quem são as pessoas citadas, mas para vinda aqui dos citados não está marcado dia nem hora no requerimento. Isso já é um bom sinal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. O que o Senador está propondo, e eu acho que isso, sim, está num bom caminho, é que se faça a leitura e só se vote na próxima. E, até lá, vamos construir um acordo.

Tenho certeza de que o Senador Randolfe há de caminhar nessa linha, e o próprio Governo pode assegurar o dia de eles virem aqui. Podemos construir esse acordo e, aí, sim, marcar o dia da vinda deles.

Então, lemos em tese agora, mas votamos na próxima semana. E, até lá, a gente procura construir o acordo de uma data para que eles venham. Sempre digo o seguinte: o importante é que eles venham.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para registro, o senhor diz o que é o requerimento. Só para poder ficar registrado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É transformarmos, de acordo com o Regimento, de "convocação" para "convite", a vinda da autoridade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para o Diretor-Geral da Abin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está lido, e se vota na próxima.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, na próxima reunião, a gente vota.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 48/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Paulo Paim. Finalidade: "Ouvir o Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI". Participante: Antônio Fernandes Costa, Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Regina Sousa. A presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Dameres Alves, Movimento Atini – voz pela vida; Paulino Montejo – APIB; e Vitor Laércio. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/26>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 48, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senador Fátima Bezerra, para ouvir o ex-Presidente da Funai Antônio Fernandes Costa.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para tomar assento aqui o Sr. Antônio Fernandes Costa, ex-Presidente da Funai, que, na qualidade de convidado, poderá prestar alguns esclarecimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se V. Exª puder me conceder pela ordem antes da fala do nosso convidado, mas V. Exª que decide o momento adequado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou só fazer uma leitura para justificar a audiência. Depois eu passo para o senhor e depois para o Dr. Antônio Fernandes.

A gente vem tratando, há muito tempo, aqui da questão indígena, da questão quilombola, de outras questões relacionadas à terra, mas, com os indígenas, tem sido mais intenso, a gente tem sempre feito audiências públicas, mas a gente tem tido pouco êxito nas questões. Então, os ataques aos povos indígenas se intensificaram no último governo, os inimigos históricos dos índios assumiram o Governo e colocaram em prática tudo que pleiteavam nos governos populares, e não conseguiram.

Um exemplo aterrador foi o ataque à comunidade Gamela no Maranhão, no dia 30 de abril deste ano, no povoado Baías, no Município de Viana, quando os indígenas decidiram se retirar de uma área tradicional retomada. Antevendo a violência eminente e enquanto saíam, sofreram a investida de dezenas de homens armados com facões, paus e armas de fogo. Pouco puderam fazer em defesa própria, a não ser correr para a mata. A Polícia Militar do Estado acompanhou o grupo de fazendeiros e seus capangas antes da ação violenta.

Os ataques acontecem com variadas intensidades contra povos indígenas em todo o País. A maior sinalização de que o caminho estava liberado para os inimigos dos povos indígenas foi a nomeação do Deputado Osmar Serraglio, o Relator que deu o parecer pela aprovação da PEC 215, de 2000, o maior ataque legislativo aos direitos indígenas de todos os tempos.

A PEC 215 transfere, para o debate político do Parlamento, o direito à terra definido na Constituição Federal. A confiança da maioria ruralista no Parlamento é muito maior depois do sucesso do golpe do qual foram os principais atores. Principalmente no Governo Temer, prometeu e iniciou o processo de revisão dos atos da Presidenta Dilma, que demarcaram as terras indígenas e de quilombolas, além de criar área de preservação ambiental. Temer se esforça para entregar as encomendas para os apoiadores do golpe. A mesma Bancada





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ruralista que apoiou o golpe instalou, na Câmara dos Deputados, a CPI da Funai e do Inbra, presidida e relatada por ruralistas, Deputados ruralistas.

A CPI criminalizou lideranças indígenas, indigenistas, organizações que apoiam povos indígenas e até mesmo procuradores. Transformaram em crime a defesa dos direitos dos povos indígenas. Não bastassem esses ataques, tentaram colocar militares como Presidente da Funai antes de indicarem o nosso convidado, Sr. Antônio Costa.

O segundo general, cogitado pela imprensa, ocupa hoje, interinamente, a Presidência do órgão indigenista com a mesma impotência para resolver os problemas que assolam os povos indígenas do Brasil, um interino sob o mesmo Governo que demitiu o Sr. Antônio Fernandes Costa.

Ao ser informado que sairia da Presidência da Funai, o Sr. Antônio Costa agiu com a integridade dos cidadãos que honram o Brasil e trouxe a público os desafios que enfrentou e pelos quais foi retirado do Governo. Entre esses desafios, negar-se a nomear, para a gestão das administrações regionais, pessoas sem qualquer ligação com os povos indígenas e, pior, seus inimigos declarados. Suas declarações confirmaram a suspeita dos povos indígenas e colocaram, definitivamente, ao seu lado na história.

Esse é o motivo do convite a V. S^a, Sr. Antônio, feito pelo Ex^{ma} Sr^a Senadora Fátima Bezerra, subscrito pelo Senador Paim. E esta Comissão quer ouvi-lo e está pronta para atuar para garantir o direito dos povos indígenas.

Seja bem-vindo! O senhor está na qualidade de convidado, então, haverá algumas perguntas que o senhor responderá se lhe convier. O senhor aqui não é representante do Governo, mas as pessoas que estão aqui são representantes – ainda vão chegar também – de entidades indigenistas. Então, a intenção é de que a gente esclareça algumas coisas – principalmente como está a Funai no momento – e ouça, inclusive, sugestões, se o senhor tiver para dar, de como deveria ser, o que precisa, porque a gente sabe que houve um desmonte aí também de tirar... Lá no meu Estado mesmo, as regionais estão desmontando, inclusive, o setor de saúde em torno da Funai que havia nos Estados. Então, a gente precisa esclarecer isso para a gente poder embasar os nossos documentos, as nossas reivindicações em favor dos povos indígenas.

Então, o senhor terá inicialmente 30 minutos. Mas, se precisar de mais também, não há problema. O senhor é o nosso único convidado. Depois, teremos a participação de algumas entidades aqui.

Antes, o Senador Paim pediu pela ordem aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, Senadora Regina Sousa; nosso Nobre convidado, Dr. Antônio Fernandes Costa, ex-Presidente da Funai, que, uma vez provocado, de imediato, colocou-se à disposição para os esclarecimentos devidos, depois da sua fala, farei algumas perguntas que vão na linha daquilo que V. Ex^a tem já explicitado acerca das suas preocupações com a nossa Funai e pela importância dela.

Mas, se V. Ex^{as} me permitirem, eu queria, antes mesmo de iniciarmos nossos debates sobre a Funai, que é tão muito importante não só para a nação indígena, não é? Porque quem não tem preocupação com índio, com quilombola, com sem-teto, com sem-terra, com os pequenos agricultores, com a agricultura familiar, não tem preocupação com a vida, porque se preocupa somente com ele mesmo e com o universo do poder econômico que ele representa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu lastimo muito isso, porque percebo que essa visão humanitária, tão defendida por todos nós que estamos aqui, cada vez mais desaparece.

Por isso, eu queria, Presidenta, aproveitando este momento, dizer que esta semana é uma semana muito importante no Parlamento Brasileiro. Nós vamos ter amanhã um debate com 12 representantes da CCJ, que vão discutir a reforma trabalhista. Como eu disse para o Relator, no relatório o que ele leu, ele não discutiu só se é constitucional ou não, mas discutiu também o mérito. E nós também vamos aprofundar, tanto amanhã como na quarta, a questão do mérito; e, na quarta, o acordo para votar na CCJ. E nós vamos cumprir o acordo, a não ser, é claro, que haja outro tipo de entendimento e se jogue a votação para outro dia. Mas nós vamos cumprir o acordo.

É claro que nós não gostaríamos de votar. Mas acordo é acordo. A não ser que haja um acordo outro de procedimento que envolva, por unanimidade, as duas partes, nós vamos ao voto. Nós estamos trabalhando muito para que os Senadores que têm visão humanitária, que têm sensibilidade votem contra essa reforma trabalhista, que é perversa.

Vejam que eu tenho um documento, que estou mostrando aqui, na mesa, neste momento, Sr^a Presidenta. Este documento é importantíssimo. Olha só quem assina o documento: ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho); Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho); Abrat (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas); Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho); Alal (Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas); Jutra (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho).

É unânime no campo do direito, e eu diria que é unânime até entre os juízes. Mesmo aqueles que, por uma questão ideológica, falam da reforma, eles não a defendem na íntegra. Quando perguntamos para eles: "Mas e o trabalho intermitente?" "Ah!, nisso nós achamos que há problema." "Mas e a mulher trabalhar com insalubridade, penosidade e periculosidade?" "Ah!, nisso não achamos problema." "E aquela história de 12 por 36?" Porque, em casos especiais, tudo bem. Mas bote uma linha de produção em que o cara tem que trabalhar 12 horas corridas! Morre. Morre ou se acidenta. "Ah!, mas e o sindicato não poder acompanhar nem a rescisão do contrato?" "Ah!, nisso há problema." Então, mesmo aqueles que são favoráveis à reforma se posicionam contra.

E, nesse documento que está no meu relatório, que eu fiz em nome não só da oposição, mas, também, em nome do Partido dos Trabalhadores, não só do PT, mas também da oposição, eu mostro inúmeros artigos que os juízes me subsidiaram para que eu faça o debate, fiquei o final de semana lendo aqui em Brasília, o que o torna totalmente inconstitucional. E os Senadores admitem que é inconstitucional, que é ilegal, que é imoral, que é irresponsável, mas querem votar uma dita maioria assim mesmo. Já não há em uma dita maioria, porque na Comissão de Assuntos Sociais nós revertemos esse quadro e ganhamos por um voto, mas ganhamos.

Não é questão de ganhar essa ou aquela posição, mas ganhou o povo brasileiro, ganhou a verdade. E que bom que nós estamos vendo nas pesquisas, mediante a opinião pública, que, conforme o órgão que faz, vai de 85 a 95% da população brasileira que é contra esta dita reforma trabalhista.

Eu insisto nesse tema, vou falar também amanhã, vou falar à tarde no plenário, vou participar no debate que será uma audiência pública amanhã, lá na CCJ. Nós ajudamos na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

construção, serão 12 pessoas que falarão, seis de manhã e seis à tarde, sempre três de um lado e três do outro, uma composição para aprofundar essa questão da reforma trabalhista que nos preocupa muito, muito, muito, muito, muito! Há quem diga que trará prejuízo para mais de 100 milhões de pessoas, porque não é só quem tem ou não tem carteira assinada, que hoje deve haver em torno de 40 milhões de pessoas, mas se refere a um outro universo de homens e mulheres que estão trabalhando de uma forma ou de outra, ou na área pública ou na área privada, e que estariam avançando para ter os seus direitos reconhecidos, e todos agora, os direitos, vão desaparecer, pois você poderá ter o trabalho por hora, por exemplo. Claro, o empregador bobo não é, nem poderia ser bobo mesmo. Como eu digo aos Parlamentares: "Bobo não chegou aqui, não está entre os 81, nem muito menos entre os 513."

No dia em que eu cheguei aqui, eu disse para um segurança da Casa: "Eu venho lá das fábricas, do campo e do trabalho." E ele disse: "Deputado [cheguei aqui como Deputado], o mais bobo que chegou aqui pega um pedaço de pau, faz um relógio e vende para mim ainda. Então, eu tenho certeza de que, se o senhor chegou aqui, é porque deve haver uma razão de ser."

Mas há uma preocupação muito, muito grande. E as duas reformas caminham juntas, igual a história dos trilhos dos trens que o conduz e vai parando nas estações, uns descem e outros sobem. Eu sempre digo que quem está descendo é o trabalhador, e estão ficando somente os 5%, o chamado, o que comanda este País, poder econômico.

Mas é esta introdução, Presidente, que eu queria fazer, alertando ao nosso povo que está nos assistindo pela TV Senado, neste momento, para todo o Brasil, que é fundamental, tenho insistido muito, só são três Senadores: falem com os três Senadores do seu Estado, mostrem para eles tudo isso. É um projeto criminoso. Eu digo o seguinte: quem vota neste projeto ou não leu, ou está obedecendo ao chefe.

Aí eu recorro à capa da revista *Época*: não leu, mas, se leu, é pior ainda, eu diria. Por isso que eu digo: não leu, está acreditando que o chefe tem razão, mas ele não leu. Agora, se ele leu e ainda deu razão para o chefe, ainda é pior, porque daí ele é favorável mesmo, praticamente, ao trabalho escravo. Por isso que eu tenho muita esperança ainda de que a gente consiga reverter na CCJ, como também, se for o caso, no plenário. O bom mesmo é que tirassem os dois projetos de pauta. O Presidente que vá se defender dessa pilha de acusações que há sobre ele – cada dia chega mais. Agora esta semana, vai chegar ao Supremo, mais uma vez, o pedido do afastamento dele. Claro que vai ser remetido aqui para a Câmara dos Deputados. Se ele vai ser afastado ou não, ele que vá se defender e suspenda essas duas reformas que só trazem um prejuízo enorme para o povo brasileiro.

A última agora, Presidente, me permita e eu termino: o fundo de garantia. Resolveram confiscar o fundo de garantia. Lá no dito projeto se diz que até 80%, mediante aquele acordo individual, porque ali há um monte de malandragem no meio, ele vai abrindo mão dos seus direitos, ele poderia retirar. Agora resolveram que não. Então, ele mesmo está se contradizendo em relação à própria reforma maluca e irresponsável. Não há sentido o que eles estão apresentando aqui na Casa.

E agora o fundo de garantia eles vão confiscar e vão usar o dinheiro do fundo garantia para pagar o seguro-desemprego. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Seguro-desemprego é seguro-desemprego; fundo de garantia é meu e, quando eu sair, fui demitido, eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vou lá e o retiro, ainda com uma multa de 40%, como a lei me permite. Agora, não. Eles vão confiscar o fundo e vão usar para pagar o seguro-desemprego.

É um desastre um atrás do outro. Acho até que eles vão recuar, mas, se não recuarem, eu espero até que tenhamos uma conversa com o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, que deveria chamar para si essa responsabilidade de encontrarmos um caminho decente, não esse que é indecente, pautado nessas duas reformas.

Se mandar para cá uma medida provisória nesse sentido, tem que se devolver de imediato, porque é totalmente descabida e vai na linha das outras duas reformas. Eu espero que, nessa conversa com o Presidente da Casa, a gente possa achar uma saída, porque o Senado é a Casa do entendimento, é a Casa da revisão, é a Casa que tem obrigação de, quando receber da Câmara as matérias, como essa reforma trabalhista, se posicionar, e não dar nem uma de Judas nem de Pôncio Pilatos: de Judas, porque, se votar como veio de lá, estará traíndo o povo brasileiro; de Pôncio Pilatos, se ele nem votar, porque em tese não vai votar, porque é uma matéria que está circulando na Casa. Deixar tudo como está e mandar para o Presidente: aí é Pôncio Pilatos; está lavando as mãos, sem assumir a sua responsabilidade, tal qual Pôncio Pilatos fez, e, infelizmente, participou, no fundo, de mandar Cristo para ser crucificado. Judas recebeu o que tinha que receber da História e da própria vida, que ele perdeu. Mas eu não queria que o Senado ficasse para a História, e eu tendo feito parte deste Senado, como aquele que revogou a Lei Áurea, que traiu o povo brasileiro, aprovando reformas como estas, a trabalhista e a previdenciária.

E agora estamos vendo uma contradição em cima da outra, um desespero, parece. E vendem a imagem ao País, mentindo – é mentira! – ao povo brasileiro de forma vergonhosa. E os Senadores não podem assinar embaixo disso; é como se dessem um cheque em branco para o Presidente, dizendo que essas duas reformas vão salvar o País. Todos nós sabemos que não tem nada a ver uma coisa com a outra. A questão é política, é econômica e é social. E não é, retirando direitos dos trabalhadores, que se vai buscar uma solução.

Era isso, Presidenta, que eu queria rapidamente lembrar, pela importância desta semana, lembrando que teremos um grande movimento, no dia 30, de paralisação e protesto em todo o País, contra as duas reformas.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Bem lembrado: amanhã estaremos juntos combatendo o bom combate lá na CCJ. Gostaria de aproveitar e pedir-lhe uma cópia desse documento para o meu gabinete, para a gente estudar e mostrar que não é só a oposição aqui. Eles acham que é uma coisa só nossa essa resistência, mas a sociedade também rejeita a reforma.

Então, agora, sim, Sr. Antônio Fernandes Costa, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Bom dia, Senadora Regina, Presidenta desta importante Comissão, Senador Paulo Paim, assessores, demais participantes desta importante audiência pública!

Estou aqui à disposição, Senadora, da forma mais democrática possível e transparente para que possamos responder às perguntas que me foram encaminhadas.

Gostaria de fazer, inicialmente, um breve histórico. Praticamente, este ano completei 26 anos de trabalho com políticas indígenas, a maioria deles na área da saúde indígena. Participei, há quase três, quatro anos, como assessor na Câmara dos Deputados, em cargo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

natureza especial, um cargo mais baixo (CNE-15), podendo desempenhar, dentro do trabalho técnico, uma assessoria ao Partido que me convidou, que na oportunidade era o PSC, mas sempre de forma técnica. Não sou político.

Quero dizer a V. Ex^a, Senadora, que, ao ser convidado para a Presidência da Funai, meu nome era um dos últimos e foi um longo caminho de vai não vai que muitas pessoas amigas puderam acompanhar. Jamais tive a disposição de pleitear esse cargo, chamando as lideranças indígenas e segmentos outros que pudessem me apoiar.

Quando houve a minha indicação, fui para a Funai de forma técnica. Percebi que a instituição passava e que passa por um momento trágico diante do quadro que recebi, como Presidente da Funai, a partir de um orçamento de 110 milhões, que foi aprovado pelo Congresso Nacional para despesas discricionárias. Nos meus quatro primeiros meses de gestão, de acordo com a disposição orçamentária, com gastos e despesas nas áreas administrativas e finalísticas, nós já chegávamos à ordem de 26,8 milhões já gastos com despesas assumidas.

A partir daí, veio um corte do Governo Federal de cerca de 50% do orçamento da instituição. Passamos a ter, até o final do ano, apenas 22 milhões para administrar uma instituição fragilizada ao longo desses anos todos, uma instituição que não teve, por parte do Estado brasileiro, uma política de Estado. A partir de certo momento, a Funai passou a ser objeto político de trocas e favores políticos. A partir daí, a instituição vinha caminhando com muitas dificuldades.

Encontrei também um quadro funcional bastante deficitário, um quadro de pessoas desmotivadas justamente por essas inclusões que a instituição vinha recebendo ao longo desses anos, um corpo funcional bastante desmotivado e que, com a edição do Decreto 9.010, de 2017, que remanejou 80 cargos aproximadamente em comissão e 347 cargos foram extintos, desmantela de vez todo o sistema funcional da instituição no que tange principalmente ao corte das 50 CTLs, que são as Coordenações Técnicas Locais, localizadas em área estratégica, que servem de apoio às coordenações regionais.

A partir daí, além desse enfrentamento, nesses quatro meses, passei por quatro Ministros da Justiça. Fui empossado pelo Ministro Alexandre de Moraes, com o qual, na sua pouca gestão diante da Presidência da Funai, tive um bom relacionamento; depois tive um bom relacionamento com o Ministro interino Levy. Mas, a partir do desastre da indicação do Deputado Osmar Serraglio, corta-se de vez toda a relação da instituição Funai com o seu projeto político de obediência à Constituição brasileira, à legislação indígena, porque a agenda do Ministro passa, contrariamente, a atender os segmentos que não eram favoráveis às políticas indigenistas. E, com isso, dificultou-se muito a nossa relação.

Além disso, como Presidente da Funai, e já disse isso declaradamente, sofri, nesses meses, um assédio muito forte para que eu pudesse colocar na instituição, já com cargos definidos – e tenho provas disso: "Tire fulano e coloque fulano", em torno de 21 cargos, principalmente, Sr^a Senadora, na área financeira da instituição. Não podia permitir isso, até porque haveria um desmantelamento total da instituição diante do que já estava passando. Resisti e, por causa disso, fui objeto da minha exoneração.

Mas, hoje, estou desempregado, e o desempregado mais tranquilo, com a consciência tranquila, porque, se eu fizesse isso, eu teria rompido um compromisso com as políticas indígenas de mais de 26 anos. E a Funai foi para mim um sonho, mas também me mostrou um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outro lado: que nem tudo se pode fazer, quando você sonha, com seu sonho, quando ele se concretiza. É necessário manter, acima de tudo, o seu moral, a sua condição ética, e disso não poderia abrir mão por conta de uma vaidade de ser Presidente.

O fechamento de 50 coordenações locais, Sr^a Senadora, Sr. Senador Paulo Paim, nos faz efetuar, nos últimos momentos, como Presidente da Funai, a criação de uma força-tarefa, de um gabinete de crise que se instalou no momento daquela violência que sofreu o povo Gamela no Maranhão, uma violência que já tinha acontecido em 2016 e que se agravou em 2017. E tivemos que instalar, então, um gabinete de crise, buscando, nas coordenações, alguns recursos, porque, por parte do tesouro da Funai, não havia mais nenhum financeiro para atender essa demanda lá do Maranhão. Há uma situação crítica e econômica em que a instituição foi colocada por este modelo, que não deveria jamais ter atingido a Fundação Nacional do Índio, com cortes orçamentários e fechamento de coordenações locais.

Ao mesmo tempo, Sr^a Senadora e Sr. Senador, nesse gabinete de crise, nós tivemos que atender as frentes de proteções, que são frentes que praticamente dominam e controlam todo o sistema dos índios isolados. São 21 postos hoje, no nosso País. E, se ficasse sem essa proteção qualquer indivíduo, nesse período de abril a junho, que é um período de víruses gripais e outros tipos de doenças, ao penetrar nessas aldeias ou nesses territórios, seria possível dizimar centenas e centenas de índios isolados. Então, foi um sacrifício muito grande, nós conseguimos pelo menos assegurar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, só para ilustrar.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, meus cumprimentos, já, pela sua fala. E a minha intenção, ao fazer o aparte, é cumprimentá-lo por tudo o que estou ouvindo aqui. Nem eu tinha essa dimensão.

V. Ex^a agora dizia uma frase que eu achei marcante, a de que o Brasil tem que destacar. V. Ex^a foi contra uma política que poderia levar à execução, à morte de centenas de índios, que já foram, infelizmente, neste País, tão massacrados, eu diria, torturados e assassinados no longo da História. V. Ex^a, ao mesmo tempo, disse que, a partir da saída do último Ministro, V. Ex^a se rebelou, porque houve um desastre total a partir disto.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a. Que bom que V. Ex^a está aqui, porque o Brasil precisa de saber tudo isso! E V. Ex^a, na verdade, foi retaliado, porque não concordou com a política que mudava radicalmente de rumo.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E iria para um lado agora, queiramos ou não, de favorecer o poder econômico, em detrimento dos povos originários.

É só um aparte para cumprimentar V. Ex^a. E continuarei aqui assistindo. Quem está assistindo com certeza está sendo contemplado com verdades que neste País não são ditas.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Obrigado, Senador.

E, nas vezes em que eu – poucas vezes – fui chamado para agendas com o Sr. Ministro, havia agendas totalmente ruralistas. Inclusive com pressão em cima deste Presidente, para que pudesse apoiar o marco regulatório, que eu jamais poderia ir contra o pensamento dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

povos indígenas, porque o marco regulatório ainda não foi definido juridicamente pelo próprio Supremo Federal. E a ideia do Sr. Ministro anterior era a de que: "Não, eu só irei demarcar terras diante do marco regulatório!"

E a partir daí toda a assessoria do Sr. Ministro são pessoas oriundas da CPI da Funai, o que agrava cada vez mais o relacionamento. E passaram a comandar dos seus gabinetes ordens ao Presidente da Funai para que fizesse isso, fizesse aquilo. Além do poder de enfraquecimento, que já vinha desde 2016, a Presidência da Funai, com a Portaria 611, que cortou todas as prerrogativas de nomeações, de definições de gestão da fundação, foi pega por esse momento que eu confesso que não esperava. Esperava um Ministro da Justiça que fizesse justiça, e não um Ministro injusto. Mas, da mesma forma com que ele me exonerou, ele foi exonerado também, porque, aqui neste País, quem mexe com o justo e com a Justiça paga.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deus não mata, mas castiga.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a sai como herói, pode ter certeza.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Então, eu não poderia também, naquele momento, ir contra os servidores da instituição, porque quem é servidor da Funai é servidor, Senadora Regina, por conta da sua dedicação, do seu comprometimento com as políticas indígenas.

Essa tese do marco temporal foi amplamente defendida no período em que esse Ministro ocupou esse Ministério. E nós também fomos pegos de surpresa com o desmatamento da CNPI, que é o conselho formado por entidades governamentais e também, de forma paritária, com representação das lideranças indígenas, que, na nossa gestão e até hoje, não pôde ser acionado.

Ao verificar e entrar como Presidente da Funai, já com a experiência que já tínhamos de 26 anos, Senador Paulo Paim e Senadora Regina, nós separamos alguns Estados prioritários para iniciar o nosso trabalho. Mato Grosso do Sul foi o primeiro, que é um Estado que passa por um perigo enorme de violência, devido aos contraditórios do agronegócio e também do próprio governo instalado naquele Estado, que não defende a política indigenista. Separamos também o Estado da Bahia, que é um Estado em que além das etnias Pataxós, também os Tupinambás e outras etnias sofrem com a questão das suas terras. Santa Catarina e também Rio Grande do Sul, Estado do Deputado, que é uma área de fragilidade muito grande. E, finalmente, nós definimos o Vale do Javari, por uma questão estratégica de fronteira e onde se localiza a maioria dos povos isolados, como prioridade do nosso trabalho. Infelizmente, avançamos apenas no Mato Grosso Sul, avançamos na Bahia e começamos a avançar um pouco no Maranhão, mas, devido ao pouco tempo que ficamos como Presidente da Funai, não pudemos avançar de forma geral naquilo que nós nos propusemos a fazer.

Deixamos a instituição com um gabinete de crise. Reunimos servidores da instituição e pedimos a ele que os cortes que fossem necessários se fizessem de maneira básica, para que não pudesse faltar o apoio às frentes de proteção ambiental. E saímos de lá da instituição com a cabeça tranquila, a cabeça erguida, porque, no que se passou nesses quatro meses, há coisas que eu gostaria de posteriormente revelar; não agora nesta Comissão, a não ser que haja uma necessidade jurídica para que eu possa revelar. Mas eu jamais poderia ter me





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

curvado ao que me foi proposto – jamais! –, porque eu tenho um passado, estou com 66 anos, tenho uma história com esses povos indígenas e com a minha própria mente. E pude também, Senador Paulo Paim, manter uma boa relação com os servidores da instituição, uma boa relação com a própria associação dos servidores, porque eu acho que é com eles que este País tem que caminhar nas políticas indígenas.

E eu lamento que, nos 50 anos da Funai, que se comemoram agora em dezembro, essa instituição não tenha obtido por parte do Governo Federal um olhar diferenciado, e que, no dia 19 de abril, as terras que nós encaminhamos, para serem demarcadas, tenham sido literalmente rejeitadas pelos assessores do Sr. Ministro que faziam parte da CPI da Funai. Então, há uma agenda de um governo que apenas se balança a ter uma maioria no Congresso Nacional e deixa de lado políticas tão importantes, como é a política indígena.

Eu tive também uma surpresa grande, Srs. Senadores, porque, no momento em que pude receber embaixadores da Alemanha, da Noruega, dos países do Parlamento europeu, percebi que eles têm muito mais sentimento com as políticas indígenas do que o próprio Estado brasileiro, e isso é muito triste – muito triste! Crianças continuarão morrendo, porque a Sesai hoje também virou ambiente de troca política infelizmente, e, quanto à Funai, só Deus sabe como ela vai poder chegar agora em julho, porque o seu orçamento já está finalizado; não há como tocar as políticas que ficam lá na ponta.

Nós utilizamos, com a saída do nosso Diretor Walter Coutinho, que era um membro do Ministério Público, que prestou excelentes serviços à Fundação, nós chamamos os servidores e pedimos a eles: "Olhem, indiquem o Diretor, porque vocês são da Casa, vocês sabem como que deve ser o Diretor de Proteção Territorial!" E assim foi feito, eles indicaram o servidor, e, infelizmente, no final da minha gestão, o Sr. Ministro indicou uma pessoa que tem um passado que não é muito produtivo para as demarcações de terras também.

Então, essa ingerência política prejudicou e continua prejudicando terrivelmente a instituição. É muito triste, quando se vê uma fundação que é uma fundação, mas que não tem prerrogativa de gestão; ela é hoje um modelo ditatorial. Eu disse isto na minha saída, que o Ministério da Justiça não tem um cuidado especial com as políticas indígenas, é objeto de troca hoje, infelizmente, do Congresso Nacional, quando se indicam para as coordenações, por parte da Bancada que tem a maioria no Congresso Nacional, pessoas simplesmente que não defendem as políticas indígenas, e com isso eu não pude concordar. Tenho a minha consciência tranquila, estou dormindo o sono dos justos, desempregado, mas um desempregado mais feliz, porque eu sou um desempregado que não cometi malfeitos.

Então, é essa a introdução que faço e coloco-me à disposição para qualquer outra pergunta, Senadora e Senadores. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Sr. Antônio Fernandes.

Agora abrimos para os Senadores.

O Senador Paim já vai e depois a gente também vai abrir para as entidades presentes para também poderem fazer alguma pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, Senadora Regina Sousa, nosso convidado, ex-Presidente da Funai, Dr. Antônio Fernandes Costa, primeiro meus cumprimentos pela sua firmeza e pela forma como V. Ex^a falou aqui. Eu sempre digo, querido – permita, amigo –, que a verdade é muito forte e a arma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais poderosa de todas é a verdade. E, olhando aqui para V. Ex^a, como eu digo sempre, eu sinto na sua fala e no seu olhar que V. Ex^a falou só a verdade. E V. Ex^a foi além disso, V. Ex^a disse: "Se necessário for, eu tenho muito mais para falar."

E, aí, Presidenta, de pronto eu queria deixar um pedido a V. Ex^a – e naturalmente com a concordância dele, porque eu sei que isso é jogo muito pesado, eu sei que é jogo muito pesado, quem está nos ouvindo sabe do que eu estou falando –, para que, se V. Ex^a puder, em uma reunião fechada, com a responsabilidade de todos nós outros, termos um diálogo mais aprofundado sobre aquilo que acontece na Funai.

Mas só aquilo que V. Ex^a falou vai muito na linha daquilo que a gente ouve dentro deste Parlamento. Virou uma vergonha a troca, a venda de direitos do nosso povo em cima de cargos, como aqui foram enumerados; em cima da negociata; de vender a alma, se for necessário, para os interesses materiais desse ou daquele setor da sociedade. É algo vergonhoso! E V. Ex^a diz que, inclusive, as indicações queriam que se fizessem na marra e no grito, atendendo somente ao interesse dos poderosos em detrimento do setor mais vulnerável, que, queiramos ou não, é sem-teto, sem-terra, quilombola, povo indígena e cigano.

Primeiro, eu faço essas considerações antes das perguntas que farei a V. Ex^a, para permitir, é claro, que as entidades também façam seus questionamentos. Mas quero dizer que eu fiquei muito feliz. Às vezes, a gente, quando vem para uma audiência pública, não sabe aquilo que vai ouvir, e eu saí daqui, só por esse primeiro momento da sua introdução... V. Ex^a, na verdade, a exemplo do que fez um Senador aqui, nesta semana também... Só porque ele votou contra a reforma trabalhista, trataram-no como se trata – desculpa a expressão – um tapete que está com problema. Você pendura e bate, bate, bate, para tirar o pó que possa haver ali. Assim trataram o Senador, que fez denúncias com a mesma gravidade das que fez V. Ex^a e manteve sua posição.

Como é bom a gente poder chegar a casa, olhar para os familiares, para os amigos e andar na rua com a consciência como a sua: consciência tranquila do dever cumprido. Como V. Ex^a diz, eu sei muito bem o que é o desemprego. "Estou desempregado, mas estou com a consciência tranquila, porque defendi causas e não coisas, como alguns fazem neste País e uma dita maioria, como V. Ex^a frisou muito bem aqui", porque se alega que há uma maioria aqui dentro. Não há mais essa maioria, porque essa maioria, se continuar endossando este Governo da forma como o fez até um tempo atrás, cometerá um suicídio político e moral, moral, moral.

O relato de V. Ex^a aqui é da maior gravidade. Não viu e não ouviu quem não quis ouvir, mas quem está ouvindo, neste momento, tudo o que V. Ex^a falou e deixou a janela aberta ou a porta aberta – se precisar, falaremos e vamos aprofundar muito mais – sabe que, de fato, estamos atravessando, neste País, um momento muito, muito, muito, muito difícil. Se na Funai fazem isso, calculo o que não fazem no Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde e por aí vai. Nem vou falar no da Previdência, porque acabaram com o Ministério – não existe mais o Ministério da Previdência. E, no do Trabalho, é isto: o próprio Ministro, em debates que tive com ele, renega essa reforma. Mas ela está aí, e há um *lobby* do Palácio para aprová-la de qualquer jeito.

Eu tenho aqui algumas perguntas que recebi. Vou lê-las, mas deixo V. Ex^a bem à vontade para responder da forma que entender melhor. V. Ex^a sabe que eu vou respeitar, porque percebi, no seu olhar, a verdade, a seriedade e a responsabilidade com esse momento. Eu vou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ler as cinco perguntas e, depois, vou encaminhar a V. Ex^a a cópia delas. V. Ex^a pode ouvir as entidades, se assim a Presidenta entender, e responder no momento que entender mais adequado.

Para que a população saiba – digo isto com muita satisfação, como eu o faço sempre –, assim como o meu voto em separado, que tem o apoio de seis, sete grandes entidades do campo, da constitucionalidade ou não, essas perguntas aqui também foram construídas pela nossa assessoria. Naturalmente, eu fiquei satisfeito por me encaminharem para que eu possa dirigir-me a V. Ex^a.

Então, vamos lá: oitiva do ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio, Dr. Antônio Fernandes Costa. Em grifo feito, por meio de sua entrevista concedida à EBC na data de 5 de maio deste ano, o senhor afirma: "Minha exoneração está se dando pelo fato de não aceitar ingerência política." Isso é importantíssimo. O senhor poderia nos descrever que tipo de ingerência política sofria frente à Funai? Em parte já disse, mas, se quiser complementar.

Na mesma entrevista, o senhor afirma: "Há uma incompreensão por parte do Estado, que não entende que o papel do Presidente da Funai é defender as políticas indígenas." V. Ex^a afirmou. Está corretíssimo. Então, está lá para quê? Sei lá, vai dirigir um banco, uma empresa da área privada. "Foi isso que eu fiz desde o primeiro momento no cargo", palavras suas. Creio que isso deve ter contrariado alguns setores. Por isso, o seu afastamento. A quais setores do Governo Temer o senhor se refere nessa entrevista? Quais são os líderes desses setores? Aí o senhor fala da forma como quiser, ou pontualmente ou de forma mais ampla.

Esses líderes têm o apoio do Presidente da República para atuar na construção das políticas que são contra os povos indígenas? O que, pela sua fala, V. S^a já afirmou.

O senhor poderia afirmar se o objetivo do Governo Temer seria de trabalhar para acabar com a Funai, tendo em vista o corte de mais de 50% do orçamento da instituição?

Em sua opinião, o Presidente Temer indicou o então Ministro Osmar Serraglio – que V. S^a aqui já criticou – ao cargo de Ministro da Justiça e, portanto, ele seria conivente com as ingerências, ingerências políticas que o senhor afirma serem as responsáveis por sua exoneração? E V. S^a, como homem sério, responsável, não dobrou a espinha pelo interesse deles, nem ficou numa situação deplorável, como eu vejo que está o Senado hoje, em relação às reformas. Parabéns a V. S^a!

Terminando, é sabido que, aproximadamente, 116 processos de demarcação de terras indígenas encontram-se parados. E V. S^a já destacou aí na sua fala. Estava ouvindo aqui com muita atenção. V. S^a disse que era para parar tudo: "Para tudo, para tudo!" Um absurdo.

O senhor acredita que esses processos e essa visão são de conhecimento do Presidente Temer e que não contam com o seu apoio para serem homologadas, ou seja, que, por trás dessa posição do Ministro, está a posição do Presidente Temer também para que não haja a homologação das terras que nós estamos aqui debatendo?

Última pergunta: em sua breve passagem pela Funai, qual era a orientação do Ministro e da Presidência da República em relação à CPI do Incra e Funai, que criminaliza várias lideranças e instituições que atuam no campo do indigenismo, ou seja, no campo dos povos indígenas? São essas as perguntas, mas eu faço questão de deixá-lo escolher se V. S^a quiser responder em bloco ou via entidades, eu peço aqui – Augustinho, por favor – que deixe na mão dele, para que ele possa olhar e responder com tranquilidade. A Presidenta, naturalmente,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

concede a todos nós. Às vezes, eu falo demais, e, assim mesmo, ela segura firme lá e deixa falar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele prefere responder primeiro as suas perguntas. Depois, a gente abre para as pessoas que se inscreveram aqui.

Com a palavra, Sr. Antônio Fernandes.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – A ingerência política, Senador, começou com o Líder do Governo nesta Casa, o Deputado André Moura, que me chamou ao seu gabinete e me entregou um pacote de aproximadamente 21 indicações para que eu pudesse executar. Eu disse a ele que, na oportunidade, havia a Portaria nº 611, que não me permitia fazer aquilo, até porque as nomeações estavam ocorrendo todas pela Casa Civil, e também pelo Ministro da Justiça. E eu reparei que aquelas nomeações – a maioria delas, o que me preocupou muito – atingiam o Departamento de Gestão Financeira, trocando cargos de coordenadores na área de finanças, licitações, etc. Isso me preocupou muito, porque esses cargos são ocupados por servidores que vêm há bastante tempo, com dedicação, servidores públicos cumprindo com seu dever. Eu criaria, naquele momento, naquele departamento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para a população entender bem, isso mexe com o pouco dinheiro que a Funai teria.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Com o pouco dinheiro que a Funai teria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso todo mundo sabe o que estava acontecendo, o que poderia acontecer, por isso a preocupação de V. Exª;

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Preocupou-me muito. Eu não quero aqui fazer nenhum julgamento, mas, como Presidente da instituição, eu teria que preservar a primeira coisa... Quando você assume a Presidência, o seu CPF passa a ser o CNPJ da instituição. Então, qualquer malfeito que poderia, ao longo desse tempo, vir a acontecer, não viria sobre a pessoa, e, sim, sobre o Presidente da Funai.

Então, nós trabalhamos no apostilamento, Senador, com os servidores da casa. E, ao encaminhar o apostilamento, que era fruto da Portaria nº 9.010, nós colocamos todos os cargos desse departamento financeiro como funções que somente poderiam ser ocupadas por servidores públicos. A partir daí, eu acho que o Estado brasileiro tinha que ter esse modelo na parte financeira, porque o servidor tem um compromisso com a legislação que o nomeou. O cargo de livre exoneração não tem. A pessoa ocupa o cargo e depois pode provocar algum malfeito, e depois, com este País e com essa Justiça que nós temos, estão todos soltos. Não vejo nenhum que cometeu esse malfeito que esteja preso. Mas o servidor, sim: ele perde o cargo, ele é processado, porque, ao fazer a entrada no serviço público, ele faz um juramento, e tem que cumprir a lei do servidor público.

Então, nós transformamos isso. Isso deu uma tranquilidade muito grande, que o Deputado nem acompanhou, porque eu percebi que não há por parte do Parlamento brasileiro um entendimento do que é a Funai. Poucos conhecem o que é a Funai, tanto é que a bancada indigenista na Câmara dos Deputados é mínima – pessoas que defendem os segmentos indígenas –, enquanto a bancada do agronegócio é a maioria. Então, há falta desse comprometimento de cumprir esse fato da ingerência política, que passou até a partir da Casa Civil também. As nomeações atravessavam a Casa Civil, como acabou criando uma crise no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estado do Ceará, quando, através da Casa Civil, atendendo um Deputado, nomeia-se uma coordenadora que não tinha nenhuma ligação com os povos indígenas, e a coordenação simplesmente foi fechada, uma das coordenações mais importantes do Nordeste, que envolve quatro Estados.

Então, a partir daí, essa ingerência me preocupou muito, porque o Presidente da Funai tinha que ler no outro dia o *Diário Oficial* para saber o que estava acontecendo, porque ele não tinha o controle dessas nomeações. No Estado de V. Ex^a também, o Rio Grande do Sul, um Estado sensível, o senhor sabe muito bem, diante das questões indígenas, um Deputado nomeia e encaminha uma nomeação de uma pessoa ligada ao sentimento dos ruralistas naquele Estado, e isso iria criar um conflito muito grande; eu fui contra. No Mato Grosso do Sul também, um Estado em que há uma bomba efervescente, que está prestes, a qualquer momento, a explodir, há ingerência política de um Deputado para nomear um coordenador que nunca teve conhecimento das populações indígenas; eu não pude permitir, tive que lutar, resistir.

Então, essas ingerências foram criando um clima desfavorável à minha pessoa, porque o Ministro ruralista, um dos autores da CPI com um Presidente da Funai indigenista? Não se combinam. Não é? E um partido político que, apesar de ter na sua sigla o ser humano em primeiro lugar, não colocou a população indígena como prioridade e perdeu uma oportunidade ímpar de ter alguém indicado por ele, que pudesse fazer realmente uma política pública a favor do seu Partido humanista. Isso não houve, porque não conhece. Na verdade, o Partido não conhece a política indigenista.

Então, essa ingerência política houve, sim, e, por várias vezes, fui chamado aqui, no gabinete do Líder, duas ou três vezes, e ele me disse, em bom-tom: "O cargo é meu e, se você não cumprir, eu te tiro!" Eu disse para o Deputado: "Eu não tenho nenhuma vaidade de ser Presidente, mas tenho um compromisso com os povos indígenas e com os servidores da Funai. Faça o que o senhor quiser!" E foi o que ele fez, aproveitou a oportunidade, com o Sr. Ministro Osmar Serraglio, que também de política indigenista não entende nada, e acabou fazendo a minha exoneração.

Agora, alegaram incompetência do Presidente da Funai. Que incompetência? O que fiz de incompetência? Fui incompetente por não aceitar um malfeito? Serei incompetente o resto da minha vida, porque jamais, em tempo algum, eu terei competência para fazer os malfeitos.

E, aliás, esse Deputado Líder do Governo é ligado, foi sempre ligado ao Deputado Eduardo Cunha. Isso me preocupou também um pouco. Então, de forma que eu tomei a atitude correta de não aceitar.

A incompreensão das políticas indigenistas, Sr. Deputado e Sr^a Senadora, vem já de bastante tempo, porque nós não temos aqui, por exemplo, no Senado, uma bancada indigenista que defenda os direitos. Temos a bancada dos negros, dos quilombolas, dos trabalhadores, a bancada ruralista, mas nós não temos alguém que possa defender este quase 1 milhão de pessoas que são os povos indígenas hoje, as crianças indígenas morrendo por falta de uma política consistente que possa dar ao Estado brasileiro não uma política de partido político, porque hoje virou partido político.

Um Deputado ser dono da Funai é o fim da picada! É o fim do mundo! Porque vai que seja um Deputado... E esses Deputados, na maioria das vezes, não conhecem a política indigenista, e isso é muito grave.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão de o Congresso Nacional de trazer a CPI da Funai, trazer a PEC 215, como arma de pauta, isso é muito sério.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Antônio, sobre a proposta da CPI, só uma pergunta: o senhor chegou a ser convidado ou convocado para ir lá?

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Não, infelizmente eu não cheguei. Eu gostaria até de ter sido convidado.

Mas, falando da CPI, ela foi ingrata, uma CPI que foi somente de um segmento. A maioria dos Deputados que defenderam a CPI eram Deputados que estavam defendendo os interesses deles, e isso contribuiu de forma muito séria.

E aqui eu quero deixar um relato pelo que senti nos momentos em que estive como Governo: que o Presidente da República, na verdade, a pauta dele era atender qualquer tipo de Bancada. Ele mesmo declarou que está vivendo um Governo semiparlamentarista. Houve essa declaração esses dias.

Então, é assim: te dou isso, mas me traga isso. E a política da Funai acabou sofrendo isso, Deputado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o dando que se recebe na visão deles.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – É dando que se recebe na visão deles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não causas, como defende V. Exª.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Agora, eu não creio que o Presidente tenha essa visão – apesar de ser um Parlamentar antigo – da política indigenista, porque, se ele tivesse, não teria nomeado um ministro ruralista. Não é? Então, isso foi um erro fatal que acabou criando uma série de problemas para o próprio Presidente da República.

Acabar com a Funai, isso já vem acontecendo há vários tempos. A Funai teve seu tempo áureo com o governo Lula, quando houve demarcações de terra, houve o apoio; mas, no governo Dilma, o Ministério da Justiça comete um erro – o Sr. Ministro José Cardozo, que reconheço como competente, como excelente Ministro –, em detrimento, Senador Paim e Senadora Regina... Para o apoio dos projetos do Governo, especialmente na Câmara dos Deputados, passa a ceder para essa Bancada e, a partir daí, a Funai vem sofrendo retaliações, retaliações, retaliações. Mas, apesar de tudo, o Ministro José Cardozo ainda foi melhor que o pouco tempo que este Ministro, Osmar Serraglio, teve à frente do Ministério da Justiça. Se ele ficasse mais tempo, eu creio que teríamos um conflito muito maior.

Então, sobre essa falta de apoio e compreensão do Estado brasileiro com as políticas indígenas, vou dar um exemplo, Senador: se o Estado brasileiro tivesse criado o fundo de demarcações de terra em parceria com o Incra – porque o Incra ainda detém muitas terras –, esse problema, ao longo dos governos, com uma política de Estado, já estaria resolvido. Hoje, nós temos uma demanda reprimida de indenizações que vai acima do orçamento da Funai, mais de R\$100 milhões que têm que ser pagos. E como vai-se pagar isso? Aquelas terras que deveriam ser indenizadas não o foram até hoje porque o Governo não tem, no seu orçamento, um fundo que possa, ao longo do tempo, vir acertando esses conflitos; e, como não acerta, o conflito vai só aumentando, em especial no Estado do Mato Grosso do Sul.

Então, o Governo não tem essa compreensão. É preciso criar um fundo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Governo não acerta, o conflito aumenta e, com certeza, quem perde é a parte mais fraca.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – A parte mais fraca.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é a parte mais fraca?

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Eu sou a favor de que as terras sejam indenizadas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu também.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – ... mas que o Governo tenha o dinheiro para pagar, porque aquele que cedeu a terra não pode ficar com seu prejuízo, agora isso vem, ao longo dos anos, criando uma demanda reprimida.

Apesar das dificuldades que os nossos servidores têm, este é outro problema também: hoje, a equipe da Funai é mínima para o Estado demarcar as terras. E isso nos preocupa muito. Temos um concurso público que já está homologado, que foi negociado, mas o Ministro da Justiça possivelmente deve ter trabalhado contra, porque era para sair na Semana do Índio, para 287 servidores, que poderiam compor. O fato mais gravíssimo é que, a cada dia, servidores da Funai estão sendo aposentados por conta dessa política maluca que estão querendo implantar com a reforma da previdência. No meu período, cerca de 150 a 100 servidores já se aposentaram. Então, esses duzentos que vão entrar já não vão cumprir a demanda. Já existe a necessidade de mais cem. Isso é muito sério.

Dos 116 processos de terra, muitos estão avançando e só não avançam mais por conta da dificuldade de recursos humanos, Senador, e de ir até os locais.

Outra coisa que assustou muito na CPI é que se acusam os antropólogos de estarem beneficiando nas demarcações de terra. Eu duvido agora que a gente possa buscar antropólogo que queira trabalhar para a demarcação de terra. Ele não vai querer, diante do que foi condenado na CPI, de criminalidade.

Além disso, é uma CPI que penaliza o Ministério Público que está cumprindo o seu papel. Um Governo do Estado que penaliza o Presidente da Funai por estar cumprindo a lei isso só no País, no Brasil, que acontece. Por estar cumprindo a lei, ele vai ser exonerado, a ponto de o Sr. Ministro, Osmar Serraglio, me questionar sobre por que fui no Estado de Mato Grosso do Sul para fazer o cumprimento de um TAC, que existe lá, com o Ministério Público, e há mais de onze anos não se cumpria. E o Sr. Ministro veio me questionar por que estou cumprindo o TAC. Estou cumprindo o TAC porque sou a favor da lei. E o que existe de multa já passa de R\$90 milhões desse TAC não cumprido.

Então, é essa a política para com o Presidente da Funai. E qualquer um que ocupar lá vai ter como enfrentamento, enquanto não se mudar essa ingerência política do Estado brasileiro, que, por falta de ter um programa de governo, faz um programa político desastroso – desastroso! – e que pode criar um conflito sem procedência.

Hoje, eu acredito muito mais na força dos índios para mudar este País do que propriamente na dos brasileiros, que estão anestesiados diante da situação que nós estamos vivendo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Sr. Antônio Fernandes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, vamos às perguntas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu queria só pedir a V. Ex^a – não é um pela ordem, nem nada –, pois vou ter que atender, por cinco minutos, aqui, na porta, e já volto para cá, porque não quero perder nem as perguntas nem as respostas das entidades.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certo.

Vamos passar para os convidados que queiram usar da palavra.

Há três inscritos. O senhor anota as perguntas e as responde.

Então, o primeiro deles é a Damaris Alves, do Movimento Atini...

A SR^a DAMARES ALVES – Atini – Voz pela Vida.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpe-me! Atini – Voz pela Vida.

Então, Sr^a Damaris Alves, traduza o que é Atini, esse nome.

A SR^a DAMARES ALVES – Eu até gostaria de explicar, Senadora.

Primeiro, parabenizar por esse momento e cumprimentar o Dr. Antônio, meu amigo querido, antes de tudo ele é um amigo querido.

A Atini, Senadora, nasceu nos corredores desta Casa e nos corredores da Câmara. De um grupo de assessores da Câmara e do Senado indignados com tudo que estava havendo surgiu com esse movimento.

E aqui eu quero fazer uma homenagem aos assessores do Congresso Nacional. E na pessoa do Dr. Antônio eu faço essa homenagem.

Quando o Dr. Antônio senta aí e fala da sua história, é muito importante que o Brasil ouça o Dr. Antônio falando, porque esta Casa é destaque no Brasil como um esgoto. O Brasil todo vê a Câmara e o Senado como um grande esgoto, mas, quando o Dr. Antônio senta e fala desse jeito, é bom que o Brasil veja que no esgoto nascem lírios, e lírios perfumados. Nesta Casa, há um exército silencioso, Senadora, de assessores tão valorosos como esses; é um exército silencioso que o Brasil não vê, que o Brasil não conhece. São assessores valorosos, pessoas que ficam nos bastidores e que fazem esta Casa acontecer, que fazem esse Brasil acontecer. Os Parlamentares vêm e vão, mas a gente fica. Há pessoas que eu conheço há anos, pessoas que doam as suas vidas por causas. E o Dr. Antônio é um exemplo disso.

E o movimento Atini nasceu assim: eram assessores que já estavam indignados com a questão da criança indígena, que são sacrificadas por motivação cultural, pessoas que estavam entendendo que estava na hora de a gente fazer um diálogo com os povos. E esses assessores começaram a conversar com os povos. Era uma coisa muito silenciosa, até que eu e alguns dos assessores que trabalhavam com os povos indígenas começamos a ser denunciados por estarmos acolhendo mães que estavam sendo obrigadas a sacrificar suas crianças por motivação cultural. Houve uma audiência pública na Câmara, porque uma das instituições que cuidava de crianças estava com uma criança acolhida e essa instituição estava sendo acusada. Nesse dia em que essa instituição estava ali depondo porque estava acolhendo uma criança, estavam no plenário pessoas do Brasil inteiro, pessoas que estavam cuidando de crianças e de indígenas que estavam querendo avançar e não mais sacrificar as suas crianças. Nesse dia, ali nos corredores da Câmara, nasce o movimento Atini para ajudar os povos a avançarem e não mais precisarem sacrificar suas crianças, mas obrigar o Estado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileiro a ajudar os índios a avancarem nesta questão. Esse movimento nasce com muitos assessores do Congresso, e eu sou uma dessas assessoras.

O Dr. Antônio estava lá nesse momento, na Funasa, quando a Funasa cuidava da saúde indígena. Eu conheci o Dr. Antônio do outro lado, cuidando de crianças. O Dr. Antônio é premiado internacionalmente e no Brasil, por gestão na área de saúde indígena. Eu o conheci na saúde indígena e pelo quanto ele fazia pelas crianças indígenas na área da saúde indígena. Daí vem toda uma relação com ele.

Então, entendendo que a garça caminha na lama e não se suja, o Dr. Antônio caminhou muito tempo na lama e não se sujou. Parabéns, Dr. Antônio.

A minha preocupação, Senadora, é a seguinte: não é a primeira vez que um ex-Presidente da Funai senta em uma audiência pública para denunciar a Funai. Lembro-me que, em 2004, eu, como assessora, redigi um requerimento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, convidando o ex-Presidente Eduardo Almeida, porque ele dava entrevistas, quando ele deixou a Funai, dizendo que a Funai era uma grande máfia. E nós tínhamos matéria também do Marcio Santilli falando, quando ele deixou a Funai, que a Funai era uma grande máfia. Agora a gente está diante de um ex-Presidente da Funai também falando que a Funai é uma grande máfia. São três ex-presidentes da Funai falando a mesma coisa.

Aí a gente tem, em 17 anos, duas CPIs da Funai. Em menos de 17 anos o Congresso Nacional faz duas CPIs da Funai. O que acontece com essa instituição que nos deixa tão preocupados, uma instituição que lida com temas tão delicados?

Quando nós falamos da Funai, Senador Paulo Paim, nós não estamos falando só de índio não; nós estamos falando de soberania nacional, nós estamos falando de meio ambiente, nós estamos falando de segurança nacional, nós estamos falando de minérios, nós estamos falando de madeira, nós estamos falando de nióbio, nós estamos falando de fronteira, nós estamos falando de educação, nós estamos falando de saúde. A Funai é um dos órgãos mais delicados desta Nação; não é só área indígena. Nós estamos falando de ser humano, nós estamos falando de crianças, nós estamos falando de idosos.

E me parece que a Funai, nos últimos 30 anos, tem sido um órgão qualquer. É um órgão qualquer. Não é um órgão qualquer! A Funai, para mim, é um dos órgãos mais delicados desta Nação. E nos últimos governos – eu não estou falando só do governo PT, do governo Temer, eu estou falando dos últimos 30 anos – tem sido um órgão negligenciado, ao ponto de que três presidentes, quando deixam de ser presidentes, falaram: a Funai é uma grande máfia.

Nós vamos ter que começar a entender o que está acontecendo, por que se negligencia tanto um órgão que inclusive lida com soberania nacional, segurança nacional, fronteiras. Eu acho que este Congresso vai precisar entender o que está acontecendo, por que se negligencia tanto um órgão tão sério quanto a Funai.

Eu gostaria, Dr. Antônio, se o senhor pudesse ainda falar sobre uma questão muito séria que é a supremacia das ONGs na Funai. As duas CPIs que aconteceram aqui falaram sobre essa questão das ONGs na Funai. O senhor falou de Parlamentar que manda na Funai, mas a gente ouviu falar também de ONGs que mandam na Funai. Se o senhor pudesse falar sobre isso também...

Essa gestão que a Funai tem nos últimos anos está dando certo, Dr. Antônio? Será que o Senado não poderia rever essa questão de ONGs também mandando na Funai? Rever essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

questão de como a Funai trabalhou nos últimos 20 anos, de terceirizar funções que deveriam ser próprias da Funai para ONGs?

E, por último, Dr. Antônio, a Funai realmente tem visto o índio como pessoa, a Funai realmente tem visto o índio como ser humano? Eu me lembro de que, em 2012, como uma simples assessora, eu estava aqui numa audiência pública e me foi dada a palavra. Eu trouxe a esta Comissão denúncias como, por exemplo: lá nos povos zoe, há um hotel 5 estrelas dentro da área zoe, para que estrangeiros fossem ver os índios zoe como um grande zoológico humano. Índio zoe negligenciado, e estrangeiro pousando de forma indevida dentro da área zoe para ver os bichinhos em grupos, mandando índios isolados no Brasil. E eu sei que isso acontece dentro da Funai, enquanto crianças são sacrificadas.

E não é por falta de dinheiro. A gente sabe que, no ano passado, para a saúde indígena, o orçamento era mais de R\$1,2 bilhão. Existe orçamento mal gerenciado na saúde indígena. Foi cortado o orçamento da Funai, mas existe dinheiro.

Então, se o senhor pudesse colocar, doutor, com compromisso que o senhor tem: o índio está sendo visto como ser humano realmente? Não existe tanta ideologia em torno do índio como índio, mas se esquecem dele como ser humano? Mulher indígena sendo agredida, criança indígena sendo agredida. Se o senhor pudesse colocar dessa forma.

E, terminando como comecei, parabéns Dr. Antônio. Quando o senhor senta aí, o senhor mostra para o Brasil que há esperança para esta nação, há esperança para esta nação. E que Deus te abençoe pelo que o senhor é.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Damares. Vamos ouvir agora o Paulino Montejo, da Apib.

O SR. PAULO MONTEJO – Obrigado, Senadora, Senador Paim, Toninho.

Bom dia a todos e a todas que estão na sala.

Em primeiro lugar, agradeço a iniciativa dos Senadores, dos requerentes, da Presidente. Em segundo lugar, a vontade de o Toninho de comparecer, apesar da situação em que está, como ele disse, desempregado, mas queria parabenizá-lo por essa disposição. Querendo ou não faz um serviço aos povos indígenas e à democracia do País.

Foi curioso ouvir, inclusive a última fala, em que, nas premissas, sem querer, querendo, solta falácias e visões neocoloniais. Mas esse não é o assunto da discussão aqui hoje. Quem sabe, em outro momento, a gente possa debater essa questão, até porque, de fato, os movimentos indígenas já contestaram inúmeras vezes, tanto na Câmara como no Senado, o papel da tal de Atini, porque comete uma falácia de generalização e cientificamente infundada, como já foi aprovado por antropólogos sérios que, por acaso, foram criminalizados na última CPI. Um absurdo o que a gente viu, nos últimos tempos, com a CPI da Funai, a criminalização da ciência. Não foram criminalizadas pessoas, nem apenas essa ala, mas, a ciência.

É tão escandaloso que a própria Conferência Nacional dos Bispos, que apenas se pronuncia em estados, em situações gravíssimas – como nos tempos da ditadura, quando ela protagonizou a vanguarda da resistência junto aos emergentes partidos da época, aos movimentos sindicais e às organizações sociais e populares –, recentemente – vocês viram o manifesto – os cliques de final de semana só falaram da CNBB contestando a CPI, se solidarizando com o Cimi e, ainda, apontando o que é vergonhoso: só foram indiciados aliados ou pessoas vinculadas à questão indígena com posicionamento mais favorável, como o Toninho, e nenhum ruralista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É curioso, mas acho que o Toninho teve coragem de dizer que a relação do órgão do Governo com o Presidente da Funai, portanto com a Funai, foi caracterizada por ele como uma relação autoritária ditatorial.

Eu queria, em função disso, fazer alguns questionamentos, Toninho. Primeiro, se você de fato verificou essa convergência. Primeiro lugar, a gente já tinha apontado pessoalmente para o Toninho, porque ele sempre fez questão de ter relação democrática com o movimento indígena.

Nós sempre acusamos, sempre afirmamos que a indicação do Antônio Costa para a Funai fazia parte da cota de poder dos partidos, que se articularam e se movimentaram para provocar o *impeachment*. Então, a nomeação do Toninho fez parte da cota do PSC. O PSC, vulgarmente, se chama de cristal. Não tem nada a ver. Lembro aí quem são os porta-vozes: fora o André Moura, outros oriundos da ditadura.

Então, em função disso, Toninho, percebia-se, de fato, uma convergência entre o projeto do latifúndio, do agronegócio, com a militarização da Funai. Isso é algo que não só nós questionamos; conseguimos impedir, em duas ocasiões, nomeação de militar na presidência da Funai, mas, quando vimos, foi indicado um substituto, um diretor, que automaticamente viraria substituto – e continua substituto não interino, porque não há portaria de indicação de interino na Funai. Isso já é histórico. Se há, de fato, essa convergência entre interesses do agronegócio e a militarização reafirma isso que você caracterizou como ditatorial, portanto, um regime de exceção no País.

A segunda questão é que, a partir dessa premissa, você percebe de fato que o que se verificou é para ficar assim mesmo – o desmonte do Conselho Nacional de Política Indigenista nem constava no organograma do Ministério da Justiça. A perspectiva de modificar os procedimentos de demarcação das terras indígenas, uma nova regulamentação de demarcação das terras indígenas inclusive o Zé Cardoso cogitava, mas os ruralistas defenderam muito na CPI. Essa perspectiva de regulamentar os procedimentos de demarcação implica de fato, como é o intuito da CPI, o fim das demarcações das terras indígenas? Prova disso é o desmonte total financeiro e de servidores do órgão indigenista, inclusive a perspectiva e a proposta de se criar uma secretaria nacional de assuntos indígenas, talvez vinculada à Casa Civil ou a qualquer órgão secundário do Governo.

E concordamos, embora você não tivesse afirmado nesses termos, Toninho, acho que, Senador Paim, Senador Regina, o Toninho tem razão quando diz que nem política de partidos nem política de governo. A política indigenista no Brasil tem que ser política de Estado, para parar com todas essas barganhas e essa quebradeira que há no órgão indigenista e, portanto, dos direitos indígenas e, portanto, da vida e continuidade dos povos indígenas.

Não é com acusações, como o projeto do infanticídio, que se vai resolver; mas com as condições de demarcação efetiva das terras indígenas, as condições de sustentabilidade dos territórios indígenas e o respeito à diversidade étnica e cultural que fazem do País uma megadiversidade em todos os aspectos, não só socioculturais, mas também de patrimônio genético, com tudo quanto é riqueza que nós temos, e não apenas minério e outros recursos madeireiros, que são objeto inclusive de cobiça de toda essa pressão, dessa barganha que há sobre a Funai e sobre os povos indígenas, principalmente, vítimas de tudo isso, no final das contas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele vai responder aos dois. Depois, a gente passa para um terceiro e, se houver, para mais uma quarta pessoa. Ele vai responder essas duas perguntas agora.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Acompanhando toda a história da política indigenista, ao longo do tempo, quando o Estado brasileiro não se faz presente e se enfraquece no cumprimento de suas atividades constitucionais e legais, a instituição se enfraquece, e se apoderam dela outras instituições não governamentais para suprir aquilo que o Estado brasileiro não faz. Isso é o que ocorre.

Algumas dessas instituições, Drª Damares, cumprem um papel interessante quando a maioria dos recursos dessas instituições, as chamadas ONGs, não fazem contratos diretamente com a Fundação Nacional do Índio, mas o fazem com organismos internacionais para desenvolvimento de determinados projetos.

Quando assumi a Funai, o que eu solicitei, principalmente à Diretoria de Desenvolvimento Ambiental, foi que a gente pudesse rever esse modelo, para que as parcerias feitas com as ONGs, com os organismos internacionais pudessem ser refeitas e para que esses empreendimentos pudessem se voltar mais para a questão da sustentabilidade de forma direta e também para aquilo de que a fundação hoje mais necessita que são as definições de sua estrutura, os projetos estruturantes.

Percorrendo parte do Brasil nesses quatro meses, percebo a maioria das viaturas da instituição sucateadas; prédios que não têm a mínima condição de salubridade para que os trabalhadores possam ali trabalhar; tratores, muitas das vezes de parcerias jogadas nos campos dos projetos para desenvolvimento indígena, parados por falta de uma definição de recursos para que eu pudesse fazer funcionar, conforme aquele pensamento que eu tenho de desenvolvimento sustentável nas terras indígenas. Mas isso tem que ser um projeto de governo, do Estado brasileiro, e não de parcerias internacionais, para que o Estado brasileiro possa ter um maior controle. Esse é o erro que deve ser revisto.

Quando o Estado brasileiro... Vejo agora a consequência do meu pensamento, que é um pensamento correto, acontecendo no Ministério do Meio Ambiente, quando a Noruega corta 50% dos investimentos no Fundo da Amazônia por conta da falta de cumprimento, por parte do Governo, de uma política do Estado brasileiro na questão ambiental.

Quando se reporta isso para as questões indígenas, eu tenho ouvido dos governos internacionais: "Queremos investir no Estado brasileiro, mas ele não tem uma política.". O que o Ministério da Agricultura, dentro da sua política do agronegócio, faz para o desenvolvimento das terras indígenas que são produtivas para que haja a sustentabilidade naquelas terras? É zero de investimento. O que ocorre muitas vezes são as emendas parlamentares.

E, nos encontros que tive com Parlamentares – porque nos primeiros momentos, eu entendi que a Funai também, Senador Paulo Paim e Senadora Regina, se afastou do Parlamento, ela ficou enclausurada dentro de um modelo e por isso apanhou até dentro da própria CPI, porque a Funai não conversava com o Parlamento brasileiro. –, eu procurei ter uma boa relação até com os membros da bancada chamada ruralista – acho esse nome muito forte; é uma Bancada do agronegócio que defende seus interesses. Então isso facilita, na fragilidade do Estado brasileiro, que essas entidades venham trabalhar da forma efetiva.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No sentido de Funai, na política indigenista, não só na Sesai, mas também na Funai, só passará a tratar o índio com pessoa a partir do momento em que der maior participação a eles na gestão e nas oportunidades que devem ter.

Eu fico pensando que o Estado brasileiro, um Deputado se diz dono da Funai, mas, quando há a indicação de um índio para qualquer coisa, ela é vetada porque não pode. Mas como que eles podem interferir na política indigenista? Essa é a grande questão. Então, como pessoa, o desenvolvimento dessas pessoas só poderá ocorrer quando eles puderem ter, de forma ativa, uma participação maior nesse processo, porque na Funai os usuários são dos índios, não são dos Deputados. E um Deputado não compreende isso, assim como, às vezes, um Senador não compreende. E o Presidente da Funai tem que defender isso e tem que ser exonerado porque está defendendo. Então, isso é incrível em um país em que o malfeito é que está valendo.

Eu acredito que esse afastamento e o enfraquecimento do Estado permitem uma maior participação. Nós temos entidades sérias, comprometidas, mas não há por parte da Funai e nem por parte do Estado brasileiro um acompanhamento melhor dessas aplicações, desses projetos. Por isso surgem a violência e o aumento da mortalidade infantil, como está agora no Mato Grosso do Sul. Na visita que fiz aumentou acentuadamente a mortalidade infantil naquele Estado, e isso preocupa.

Quanto ao Paulo, meu querido Paulinho, o que percebi é que houve uma grande negociação. Eu não sou político, não posso definir isso, mas sou um leitor da mídia. Para acontecer o que aconteceu neste País foi preciso fazer acordos e, dentro dos acordos para a maior Bancada, que prevalece especialmente na Câmara dos Deputados, participou, sim, a Funai como um projeto de desmatamento, de desmoronamento da instituição. E isso fez parte de uma negociação que ficou evidente com a indicação do Ministro que defendeu a CPI da Funai.

A questão da militarização eu não vejo como uma grande importância nesse momento e como agravamento da crise que está na Funai, porque há um outro tipo de militarização: a militarização Parlamentar. Essa é que está mais preocupante, porque essa influencia mais do que o gestor.

O fim das demarcações de terra neste Governo está evidenciado pela falta de vontade política de querer demarcar, principalmente agora que está em votação – se o Procurador-Geral da República assim o fizer – a denúncia ao atual Presidente da República. Aí que não vai haver demarcação mesmo, porque a Funai hoje, infelizmente, não é uma política de Estado brasileiro; ela é uma política de barganha de negócios no Congresso Nacional. É isso que eu vejo.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Dr. Antônio.

Nós temos mais um inscrito. Há mais alguém que queira se inscrever? (*Pausa.*)

Há o Vitor Laércio. Quem é? (*Pausa.*)

Há mais alguém que queira?

Depois, podemos encaminhar para o encerramento.

Então, com a palavra o Vitor Laércio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VÍTOR LAÉRCIO – Bom, eu represento aqui a associação dos aprovados no último concurso da Funai, que tem lutado aí para ver se pode recompor, pelo menos um pouco, de uma forma ínfima, o quadro tão devastado da Fundação.

Antes de mais nada, eu queria já pedir desculpa porque talvez eu não consiga falar tão bem ou me expressar tão bem por aqui. É minha primeira vez no Congresso.

Primeiramente eu queria fazer um alerta aos produtores rurais, porque essa Bancada ruralista que se encontra no Congresso não representa nem mesmo os produtores rurais, uma vez que ela não se preocupa com a política que a União Europeia está prestes a tomar da adoção de barreiras humanitárias à importação de *commodities* do agronegócio brasileiro.

Essas barreiras humanitárias foram propostas por associações da sociedade civil brasileira e europeia e apresentadas à União Europeia e também ao corpo diplomático brasileiro, e nenhuma menção a isso foi publicada na grande mídia.

Como funcionariam essas barreiras humanitárias? De onde houver conflitos com indígenas, entre produtores rurais e indígenas, a União Europeia não mais vai importar as *commodities* dessa região. Ou seja, Mato Grosso, a região do Matopiba, como é chamada também. Onde houver conflito ou morte de indígenas.

Então, essa Bancada ruralista não representa nem mesmo os produtores rurais; essa Bancada Ruralista representa apenas os seus próprios interesses. E esses interesses são bem vistos agora com essas reformas, até fazendo uma alusão ao que o Senador Paulo Paim falou. O que acontece? Com a reforma da previdência, esvazia-se o quadro de servidores. Vão colocar isso apenas na Funai, mas pode ser estendida a todo o funcionalismo público.

Com a reforma da previdência, quem pode se aposentar se aposenta, antes que perca seus direitos de uma vida de trabalho. E, com a reforma trabalhista, eu, como cidadão, já faço até uma reclamação aqui. Sei pouco da reforma trabalhista, mas do que sei, há dois pontos importantes: um é que as grávidas, mulheres gestantes poderão trabalhar em condições insalubres. A CLT, que as protege, não vai mais proteger. Então, a sua mulher ou você mulher que trabalha com raios X, e você tem direito às suas férias, duas vezes de vinte dias e mais no período da gestação, isso não vai importar. O seu bebê pode nascer com deformidades. Esse é o Congresso votando a reforma trabalhista para você mulher gestante. E o que eu sei também é que, do jeito que está, essa reforma trabalhista não veda a privatização do serviço público.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte, eu queria fazer esta pergunta sobre o serviço público: eu queria saber se o esvaziamento da Funai, esse resultado da CPI – que falou em mudar a Funai, em reestruturá-la, em fazer dela uma secretaria – e essa recusa, essa demora, protelação, enrolação para nomear os 220 aprovados no concurso são justamente para que se dê um tempo e já se arme um circo ali para, após essa aprovação da reforma trabalhista, se terceirizar de vez todo o funcionamento da Funai? Aí, não seriam mais 21 indicações políticas, mas o quadro todo. Eu queria saber se o ex-Presidente Toninho concorda com essa colocação e se pode informar melhor sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há mais alguém? (*Pausa.*)

Eu quero fazer uma perguntinha bem rápida, Dr. Antônio.

A gente sabe que a principal reivindicação dos indígenas é demarcação, mas eles também têm outras necessidades. Eu tenho recebido muito aqui, nesta Comissão e no meu gabinete. Uma comissão de caciques visitou meu gabinete uma vez e falou uma coisa que eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nunca esqueci. Eles disseram: "Homem branco levou muita coisa ruim para os índios: doença, cachaça, cigarro. Podia levar coisa boa". E eles falaram na energia. É o pessoal lá do Xingu. Eles têm uma hora por dia de energia no motor movido a óleo combustível. Aí eles deram, inclusive, o exemplo da energia solar.

Depois, eu andei conversando com alguns Senadores sobre como fazer, porque energia solar não é uma coisa tão cara. Ainda é cara, mas não é tão cara como seria rasgar as matas para colocar poste. Agora como é que a gente consegue um fundo, um conjunto de emendas de Parlamentares? Mas é difícil. A gente não achou receptividade nem nos Parlamentares dos Estados onde ficam as aldeias.

Então, quais as demandas que há lá na Funai nessas áreas de educação, de saúde e da questão da energia? Essa foi uma coisa nova que surgiu, que eu achei, que acho ainda que é uma coisa possível. É o que o senhor falou: não há um fundo, não tem nada que possa... E o orçamento, claro, não dá. Mas o que a gente pode pensar nesse sentido de atendimento? O que pensa o senhor, como uma pessoa que é indigenista, com 26 anos de trabalho? O que a gente pode fazer nessa linha de atender a algumas reivindicações desse pessoal?

Nós temos, por exemplo, um prefeito, não me lembro de que cidade, que é indígena. Como se ajuda essa criatura a ter uma gestão que possa estar voltada para o povo dele? Senão, ele vai fazer uma gestão igual a dos outros todos, só voltada para a parte urbana, porque a maioria dos prefeitos trabalha só a questão urbana e esquece a área rural, que tem uma área rural, que tem outras comunidades que precisam. Ele, como um índio eleito prefeito, o único no Brasil, lá no Norte, não me lembro em que Município...

Lembra, Ronald? (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São Gabriel da Cachoeira.

O que poderia ser feito também para que esse prefeito pudesse ter uma gestão voltada para a comunidade dele? É mais no sentido de que o senhor diga sugestões como conhecedor da causa.

Há mais alguém? (*Pausa.*)

Então, a gente vai agora para as respostas do Dr. Antônio, e, depois, a gente faz os encaminhamentos finais.

Quer falar ainda, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Com referência ao Vítor, o que foi tratado anteriormente na Funai, com o advento da Portaria 9.010, que fez todos esses cortes, o que estava previsto junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento era que, ao fazer a edição deste decreto, automaticamente chamariam os concursados. Foi isso que foi combinado. Nós tivemos uma reunião lá, no Ministério do Planejamento, e abriu-se uma possibilidade na Semana do Índio de fazer isso. Tanto o é que eu recebi um telefonema do interlocutor que estava comigo, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. José Levi, pessoa que eu quero aqui, nesta oportunidade, elogiar, porque, se houve algum avanço, se houve alguma conquista, foi quando ele participava dessa interlocução. Aliás, o Governo cometeu um erro enorme de não o manter como ministro, porque ele me disse, ao sair do Ministério do Planejamento, uma frase que eu guardei: "O Ministério da Justiça precisa ouvir mais as





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

questões indígenas do que falar, porque o próprio Ministério da Justiça não compreende as políticas indigenistas".

O primeiro ato do Ministro Osmar Serraglio foi exonerar a Coordenadora do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas. Então, por aí, você vê o que é que estava vindo pela frente.

Então, como não houve essa combinação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, me desculpe, Presidenta e nossos convidados, a frase que marcou muito eu acabei perdendo aqui, eu queria pegar.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – O Ministro José Levi, então Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, disse para mim, na saída do Ministério do Planejamento, uma frase que eu guardei, que o Ministério da Justiça precisa ouvir mais vocês, da Funai, do que falar.

Então, isso, infelizmente, não aconteceu.

Então, com o advento da Portaria 9.010, era automaticamente o chamamento desses concursados. Eu cheguei a tratar disso no Ministério, 217, porque teria que ter o apostilamento e, a partir daí, a gente abrir um concurso interno na Funai para que as pessoas pudessem ser remanejadas. Essa é a regra que deveria ter sido cumprida e, infelizmente, não se cumpriu.

Senadora, sobre a questão desses empreendimentos em áreas indígenas, é aí que eu falo da falta da política do Estado brasileiro. Por exemplo, na agricultura, nós não temos um plano de agricultura familiar indígena que pudesse financiar os projetos indígenas na parte de agricultura familiar, para a própria subsistência. Na questão da energia, hoje, os maiores empreendimentos que o Estado brasileiro faz estão nas terras indígenas, porque lá é que sobrou ainda o manancial hídrico, o manancial de floresta e a área de mineração, mas o Governo brasileiro, o Estado brasileiro não tem uma política que possa, por exemplo, contemplar no Ministério das Minas e Energia um projeto que vá direcionar o aproveitamento da energia solar nas terras indígenas. Nós não temos isso. Quando há, é através de algumas emendas Parlamentares.

Quanto à área da pesca, nós não temos por parte do Governo brasileiro uma área de financiamento que possa, por exemplo, bancar projetos na área da Amazônia para a exportação de peixes, e os próprios indígenas estão lá, naquelas terras. Aí, envolve a área da agricultura, envolve a área do açaí, envolve a área da castanha, que lá, no Estado de Rondônia, com muito sacrifício, algumas populações indígenas estão desenvolvendo por conta própria e por conta de algumas parcerias que ocorrem, porque faltam ao Estado brasileiro essas políticas. Fica tudo para que a Funai possa executar e, como houve no orçamento da Funai esse corte de 50%, na área finalística, ela não tem condições de ter esses projetos.

Isso vai também para a área de educação. O MEC tem uma política de construção de escolas em áreas indígenas, mas, quando chegam às prefeituras, esses recursos às vezes não são executados por dificuldades das próprias prefeituras de fazer licitações desses projetos.

Então o que falta neste momento... E isso só vai acontecer se este Brasil tiver um presidente da República que seja ligado à área social. Fora disso não há nenhuma perspectiva nesse final de Governo, até 2018, e eu estou dizendo aqui não como profeta, que eu não sou, mas como um realista. Este País só vai cuidar dos seus índios quando o Presidente da República for socialista, quando ele for ligado à área social. A partir daí ele terá uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

compreensão melhor para executar as políticas públicas que esse mais de um milhão de povos precisa.

Nós temos uma Europa dentro do Brasil e não reconhecemos isso. São 230, duzentas e trinta e tantas línguas falantes. Isso é uma Europa. Nenhum País do mundo tem o que o Brasil tem. Os maiores defensores do meio ambiente são os indígenas, são os índios que estão lá, cuidando da floresta, e estão abandonados por falta de uma política de Estado. Não à política de partido político!

Eu fico muito assustado quando um Deputado declara que ele é dono da Funai. É o fim dos povos indígenas, não é? Mas a luta continua.

Nós estamos fora dela, mas não estamos deixando de articular. Eu acredito que este País só vai mudar quando o povo indígena for para a rua, como foram agora os quatro mil que tiveram aqui em Brasília. E foram muito mal recebidos. E é assim... Infelizmente não são tratados como povos brasileiros.

Senadora, estou à disposição, se houver mais alguma pergunta e pelo tempo que for necessário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria muito cumprimentar V. Sª, cumprimentar o Plenário pelas perguntas que foram encaminhadas a V. Sª, que as respondeu com diplomacia, com equilíbrio e com tranquilidade. E fiquei feliz, eu fiquei feliz de estar aqui. Feliz pela fala de V. Sª, triste com a realidade de tudo que V. Sª falou. E V. Sª aponta caminhos. V. Sª, além de questionar o que fizeram, o que estão fazendo, V. Sª aponta caminhos.

Nós precisamos ter um Governo que ouça os quilombolas, que ouça os ribeirinhos, que ouça a nação indígena. A nação indígena na sua sabedoria milenar aponta caminhos.

Por isso que eu insistir com aquela frase, quando alguém lhe disse que os Governos, o Ministério da Justiça tem que ouvir mais a Funai e os seus líderes e as lideranças indígenas.

Parece-me que de fato, nós estamos numa linha, meu amigo – eu vou chamá-lo de Presidente. Para mim você é o presidente honorário da Funai, independente de quem esteja lá.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Sª foi feliz na sua forma simples e tranquila, mas com sabedoria de falar.

Parece que nós estamos desumanizando a forma de agir. É como se o ser humano fosse em último lugar, seja índio, seja negro, seja cigano, seja imigrante, enfim, seja quem for. O ser humano não interessa. Interessa só o lucro, o lucro, o lucro, a avareza. Eu vou levar para frente o que V. Sª disse aqui, porque um Deputado disse que era dono da Funai. Onde é que nós estamos? Trocam cargos por votos. No fundo, é isso. É uma maioria oportunista e eventual, dando-se o direito de esculhambar o País e a nossa gente.

Esse jovem me deu um material que vou usar na tribuna. Como é o seu nome? (*Pausa.*)

Vitor.

Barreiras humanitárias à importação de *commodities* agrícolas brasileiras pela União Europeia: necessárias e urgentes.

Eles acham que sabem tudo, e, no fundo, não sabem nada, porque, a partir das barreiras humanitárias, no caso indígena, no caso do racismo... Está aqui: racismo ambiental, racismo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ambiental, racismo ambiental. Está aqui. O mundo está olhando para cá, para aquilo que eles estão fazendo. Eles estão, praticamente, revogando a Lei Áurea na questão da CLT. Eles nem vão acabar com o Ministério da Previdência, porque já acabaram. Não existe mais. É um pedacinho ali do Ministério da Fazenda, porque a questão não é mais social. No Governo não existe mais previdência social. É uma secretaria da previdência. O social desapareceu.

Mas, voltando à questão indígena, eu acho que é de uma ignorância, de uma maldade, de uma crueldade nunca vista, por tudo o que o senhor relatou aqui. O cara pegando os 20 cargos: os cargos são meus; eu faço o que quero e demito você. E o pior é que o demitiu mesmo. Aonde nós chegamos neste País?

Olha, acho que eu cheguei ao extremo do extremo com o Presidente Temer, porque o conheci. Eu estou há 32 anos no Parlamento, graças ao povo gaúcho: quatro vezes Deputado Federal e duas para o Senado. Independentemente do que for o Governo... E V. S^a falou aqui... Pode ver que em nenhum momento eu discordo; pelo contrário, eu fiz "sim" com a cabeça. Se houve erros neste ou naquele Governo – do passado e, principalmente, do presente –, em vez de apontarem caminhos para resolver, não, eles simplesmente acham que, massacrando a nação indígena, vão resolver. Não vão. E V. S^a deu o exemplo da Noruega, né?

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que cortou, praticamente, a metade dos investimentos no Brasil. E aí eu vi o Ministro do Meio Ambiente dizendo que não, que não foi retaliação. Não quer usar o tema retaliação, não o use, mas foi o mundo dizendo: parem de sacrificar o meio ambiente, enfim, o povo brasileiro e o povo indígena.

Houve aquele caso do Pará – e nós fizemos uma audiência pública aqui – em que dez trabalhadores sem-terra foram assassinados pela polícia, abertamente, e jogados em cima de uma caminhonete velha para ir para o IML. E os corpos já meio apodrecidos foram devolvidos naqueles sacos pretos de lixo para as famílias poderem velar. Quer dizer, fazem isso com todos. E estão fazendo agora com a classe média, porque essas reformas da previdência e trabalhista pegam toda a classe média.

Por isso, um especialista veio à CPI da Previdência – que estou presidindo por indicação desta Casa; e a Senadora Regina ajudou nesse sentido –, trouxe um documento dizendo que a reforma trabalhista e a da previdência atingem diretamente 100 milhões de pessoas. Cem milhões de pessoas!

E com esses atos aqui em relação ao povo indígena, que V. S^a aqui mostrou muito bem, o que é que eles querem? Atingir 150, 200 milhões? E fazer com que somente os 5% que mandam neste País e mandam nesse Governo e mandam neste Congresso...

Para reflexão eu deixo isto que vou dizer agora. Sobre essa reforma da previdência, sabe o que é que eles dizem? Sabe o que é que eles dizem? "Achamos que é ruim mesmo, mas vamos votar. Achamos que não presta, achamos que é absurda, mas vamos votar". Mas o que é isso? Aí é um Congresso de quatro mesmo.

E V. S^a disse: "Comigo, não!" Doutor – me permita que eu diga –, Dr. Antônio Fernandes Costa, presidente da Funai, V. S^a disse: "Comigo, não! Comigo, não! Aqui, não, não vou dobrar a espinha, não, para esperto nenhum." E se posicionou, como se posicionou hoje aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estou muito triste com o Senado da República. Eu vi momento na história em que o Senado se posicionou com altivez. Senadores foram cassados aqui. E este Senado de hoje está desta forma? Acha que gostaria de ouvir meu nome...

Como V. Ex^a denunciou aqui. V. S^a não, não se encolheu. V. S^a teve coragem e falou até alguns nomes. Disse, "não, é esse Deputado, é esse Ministro que está fazendo isso, isso e isso, porque só quer favorecer os grandões que atuam na área rural". Mas que Congresso é este? Que Executivo é esse? O que V. S^a denunciou aqui hoje deveria ser manchete dos jornais amanhã. Acho que não será, mas deveria ser.

Mas eu vou levar tudo que V. S^a falou aqui. Eu vou pedir uma cópia inclusive – se V. S^a me permitir – da sua fala, eu vou levar para a CPI da Previdência, vou levar para o debate amanhã nas duas reformas, vou levar na quarta-feira e vou levar para o Plenário. Não pode, porque se todos nós fizermos de conta que nada disso está acontecendo, nós estamos nos acovardando também. Temos que dizer que somos todos covardes.

V. S^a, não. V. S^a, não, V. S^a pode ter o orgulho de dizer, olhar para netos, filhos, sua família, os amigos, e dizer: "Eu, não. Fui lá ao Senado e disse o que tinha que dizer." E disse mais: "Se querem uma reunião fechada, façam comigo, que eu digo mais." Quando V. S^a diz isso, de pronto o Senado todo deveria dizer: "Vamos chamar uma reunião fechada com ele." Nós tentaremos fazer aqui, claro, com a Senadora Regina, nesta Comissão. Mas isso deveria ser assunto para o Senado, reunir os Líderes: "Olha o que ele tem para dizer lá." Mas fecham os olhos.

Eu sempre digo, é a teoria do avestruz, não é? Enfia a cabeça na areia para ver a tempestade passar. Acham que tudo vai passar. Não vai passar.

Eu quero só terminar, muito mais cumprimentando V. S^a.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se mais homens de coragem como V. S^a tivéssemos neste País, em nome até dos nossos – me permita que eu diga – cabelos brancos, se mais homens de cabelos brancos e essa juventude que está aí olhassem para isso: "O que é que estão fazendo com o nosso País?"

Para mim, a sua fala aqui foi brilhante, firme, de um brasileiro, de um brasileiro que quer defender os brasileiros, seja do campo, da cidade, sejam negros, brancos, índios, ciganos, enfim, aqueles que aqui habitam.

E nada melhor que o povo indígena. Não têm um mínimo de respeito com o povo indígena! V. S^a está pedindo só isso. Deixem-os respirar, deixem-os defender o meio ambiente, deixem-os defender os rios, as florestas, deixem-os pescar!

O senhor deu um exemplo que eu achei muito bonito. Por que não fazem programas para fortalecer que eles pesquem e vendam o peixe para nós, que estamos na cidade? Nada! Por que eles não podem plantar como plantam? A vida toda plantaram. Nada!

Enfim, vou terminar só pedindo a este Plenário que está aqui que dê ao senhor uma grande salva de palmas, porque o senhor merece!

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As palmas não são para a minha fala, são para o senhor. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO FERNANDES COSTA – Obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estamos caminhando para o final, mas quero destacar também algo dentro da temática. Ele falou rapidinho, a questão da reforma da previdência: como será a velhice dos índios? Vão querer que eles contribuam também por 25 anos, para poderem ter uma aposentadoria? É uma reflexão que a gente precisa começar a fazer, porque temos falado muito do trabalhador formal. Mais uma vez falamos do trabalhador rural, mas a questão do índio a gente precisa também discutir. Como será a previdência para esses índios? Vão esperar completar 70 anos? E logo depois será 75? É também uma questão que se coloca.

Queria agradecer o Dr. Antônio, porque a sua fala foi muito esclarecedora, encorajadora também para muita gente que vem atuando. Quero dizer, deu elementos para atuarmos mais ainda, termos mais coragem para enfrentar essa questão indígena.

E digo para o senhor que se há alguma coisa que o senhor precisa falar, mas se preservou, a gente pode promover, se o senhor quiser, uma reunião fechada só para conversar sobre isso. Depois a gente marca uma data. Você mora aqui, e a gente pode fazer essa conversa, porque acho que interessa muito a esta Comissão saber até onde as questões são comprometedoras.

O senhor já fez revelações muito importantes aqui. Então, se há mais alguma coisa, a gente precisa também ouvir. Mas eu sei que você tem razão de se preservar, de não falar aqui publicamente, juntamente com a imprensa. A gente vai promover essa conversa mais privada, mais fechada.

Agradeço a todos que compareceram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e José Medeiros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Paim, Telmário Mota e do Senador não membro, José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 40/2017, de autoria dos Senadores José Medeiros e Telmário Mota. Finalidade: Debater sobre: "Crimes Virtuais". Participantes: Rodrigo Nejm, Diretor de Educação da SaferNet Brasil - Doutor em psicologia social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Pablo Barcellos, Chefe Adjunto do Setor de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal; e Mário Volpi, Representante da Unicef. Fazem uso da palavra os Senadores José Medeiros e Regina Sousa. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador José Medeiros. O Senhor Presidente eventual concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Paulo Fernando, representante da Associação Nacional Pró-vida; Damares Alves, representante do Movimento Brasil Sem Dor; Paulo Lomba, Psicanalista; e Humberto Lúcio, representante do Instituto Arvoredo. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/29>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quinze minutos do dia três de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 64/2017, de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Paulo Rocha. Finalidade: Debater sobre: "O Estatuto da Pessoa com Deficiência, com foco na regulamentação". Participantes: Willian Ferreira da Cunha, Advogado e Secretário de Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos da Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB; Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos - MDH; Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE; Lívia Barbosa, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB; Kalid Nogueira Choudhury, Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, Auditora Fiscal do Trabalho - Coordenadora Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho - MTE; Fredson Oliveira Carneiro, Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS; Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das Apaes - FENAPAES; Márcia de Carvalho Cristóvão Silva, Chefe de Divisão de Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Odília Brigido de Sousa, Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. O Senhor Vice-Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Tânia Márcia Oliveira De Andrade; Igor Carvalho – Associação de Deficientes Visuais – ADV; Francisco Djalma de Oliveira – Diretor da APABB; Luciano Ambrosio Ribeiro de Campos; Eva Leite Ferreira; Luís Maurício; e Karina Ramos. O Senhor Vice-Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Sugerir a revisão da Instrução Normativa nº 2/2014 da Secretaria da Previdência Social e da Orientação Normativa nº 16/2013 do Ministério do Planejamento, para estabelecer os direitos previdenciários do servidor público com deficiência, conforme entendimento reiterado do STF, em mandados de injunção, aplicando diretamente as regras do Regime Geral de Previdência; 2) Sugerir ao Comitê de Regulamentação da LBI que estabeleça um período de transição entre a avaliação atual biomédica e a nova avaliação biopsicossocial, para que não haja atraso na concessão dos benefícios devidos às pessoas com deficiência em função de eventuais dificuldades





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

financeiras do governo na implantação das equipes multidisciplinares; 3) Remeter ao GDF documento da OAB-DF, recomendando a revisão do Protocolo da Bexiga Neurogênica, visando o aumento para 150 unidades mensais de sonda uretral; 4) Realizar nova Audiência Pública, ainda em 2017, para avaliar os avanços na regulamentação da LBI; e 5) Encaminhar ao Ministério da Saúde a Resolução nº 507 do Conselho Nacional de Saúde, com recomendação para sua adoção. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos; eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/03>



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Declaramos aberta a 42ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 64, de 2017, de minha autoria e de outros, para debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a questão da regulamentação e, claro, também falaremos aqui sobre o impacto que atinge as pessoas com deficiência em matéria de reformas.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link w.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De imediato, nós vamos convidar para a Mesa os nossos painelistas. Convidamos William Ferreira da Cunha, advogado e Secretário de Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). Seja bem-vindo, William! (Palmas.)

Convidamos Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Seja bem-vindo! (Palmas.)

Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). (Palmas.)

Convidamos Livia Barbosa, professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). (Palmas.)

Convidamos Kalid Nogueira Choudhury, Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Seja bem-vinda! (Palmas.)

Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, Auditora-Fiscal do Trabalho e Coordenadora Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho. Seja também bem-vinda! (Palmas.)

Agora, só para informação, teremos ainda uma segunda Mesa, com Fredson Oliveira Carneiro, Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs; Márcia de Carvalho Cristóvão Silva, Chefe de Divisão de Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Odília Brigido de Sousa, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de passar a palavra aos convidados, quando todos terão o tempo de dez minutos com mais cinco, se necessário – é possível dar 15 minutos para cada um expor o seu ponto de vista sobre o tema em questão –, eu vou fazer uma pequena introdução. Como a nossa audiência nesta Comissão – as audiências públicas são pela manhã de toda segunda-feira – é transmitida ao vivo para todo o Brasil, é de praxe que eu faça uma pequena introdução, mediante o documento feito pela Assessoria, para situar todos sobre o tema que vamos debater hoje.

A presente audiência pública destina-se a dar conhecimento ao que está sendo feito pelo Poder Executivo a respeito da regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com a finalidade de regulamentar o Estatuto, foi instituído, no âmbito do Poder Executivo, o Comitê do Cadastro de Inclusão e da Avaliação Unificada da Deficiência. O Comitê do Cadastro de Inclusão foi criado pela Portaria 85, de 2016, e tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos relativos ao Cadastro de Inclusão e criar instrumentos para avaliação unificada das deficiências. O Cadastro de Inclusão foi criado pela Lei 13.146, de 2015, em seu art. 92. O Cadastro de Inclusão é um registro público eletrônico que tem a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência. Além disso, serão identificadas ainda as barreiras que impedem a realização dos direitos dessas pessoas.

O trabalho desse comitê resultará em benefícios, isenções em serviços federais e benefícios mais adequados e menos burocráticos às pessoas com deficiência, tais como aposentadoria do servidor público e da iniciativa privada, auxílio-inclusão, Benefício de Prestação Continuada (BPC), cota no ensino técnico e de nível superior, cota no trabalho para serviço público e privado, moradia acessível, isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na compra de carros, preferência no recebimento do Imposto de Renda, meia-entrada, gratuidade nos meios de transporte, serviços de reabilitação em saúde, reabilitação funcional, saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para compra de órtese e prótese, vagas em estacionamento, entre outros serviços.

A finalidade do comitê será estabelecer parâmetros e procedimentos para a padronização, coleta, processamento, sistematização, análise e disseminação de informações constantes do Cadastro de Inclusão. O cronograma prevê que até agosto deste ano as equipes pesquisadoras sejam montadas para começar a fase de testes e avaliação do instrumento de classificação, a chamada fase de campo.

Ainda no mês de julho acontecerá um seminário internacional, no qual as experiências internacionais de aplicação desse modelo já estejam sendo feitas. A fase de teste, com aplicação do modelo unificado de avaliação de deficiência e aplicação das políticas e concessão de benefícios, está prevista para começar em todo o Brasil no mês de agosto, e terá a duração de dez meses.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senhoras e senhores, assim a gente conclui essa introdução, mostrando a importância... O modelo de classificação da deficiência trazido por esse instrumento é de interesse de todos. Mas, como aqui vocês agora vão aprofundar o debate, vocês todos que são especialistas na área, o Estatuto precisa, efetivamente, ser regulamentado e ser instrumentalizado para a realização, de fato, de um novo modelo de avaliação da deficiência. Eu tenho diversos exemplos, que não há necessidade de citar, porque os senhores é que vão aqui nos atualizar sobre como está esse processo.

De imediato, a não ser que os senhores da Mesa tenham uma preferência especial, eu vou como eu recebi aqui da Secretaria-Geral. Para mim é indiferente quem vai começar e como vai terminar, mas, pelo que eu recebi da secretaria dos trabalhos, começaria com o William Ferreira da Cunha, advogado e Secretário de Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). Tudo bem?

É com você, então.

O SR. WILLIAM FERREIRA DA CUNHA – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento todos aqui presentes à Mesa, em nome do Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil e do Senador Paulo Paim.

Estamos aqui para falar da regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão, a Lei 13.146, de 2015. Sem dúvida, a LBI traduz o conceito de democracia, pelo seu processo de elaboração e participação da sociedade civil. Ao pensarmos que desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado democrático de direito... É assistir, na prática, a LBI em vigência hoje.

Temos diversos avanços: um instrumento que tem como base uma convenção internacional que versa sobre os direitos da pessoa com deficiência, promulgado pelo Decreto 6.949 que, entre as inúmeras inovações, trouxe a mudança do conceito de deficiência. A deficiência na LBI sai do ponto estático e biológico da pessoa e passa para uma avaliação da interação da pessoa com deficiência com as barreiras impostas pelo meio em que ela vive. E, quando o §1º do art. 2º, que é o foco nosso hoje, aqui nesta Comissão, diz que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser com critério biopsicossocial, por meio de uma equipe multiprofissional, a grande dúvida é a seguinte: como se dará essa avaliação? As pessoas com deficiência, para terem acesso aos programas e políticas públicas, deverão passar por esse processo de avaliação? Se sim, vai na contramão do que a LBI nos traz, porque a LBI é bem clara ao colocar entre vírgulas duas palavras: quando necessária. Se quando necessária, a regra é não fazer a avaliação.

Do ano 2000 para cá, o modelo social adotado pela Organização Mundial da Saúde, a CIF... O Brasil vem migrando para uma avaliação de acordo com esse novo modelo social. De forma embrionária, em 2014, na concessão da aposentadoria especial à pessoa com deficiência, por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

meio de uma portaria da Secretaria de Direitos Humanos à época, criou-se um modelo dessa equipe multiprofissional, que seria composta por peritos médicos e por profissionais do serviço social. Mas não é sabida a forma pela qual... Se está em andamento ou se já obtivemos resultados que essa equipe multiprofissional teve nesse tipo de avaliação da deficiência.

O outro ponto é o Cadastro de Inclusão. Quais informações deverão constar nesse cadastro? O que muito se pensa lá fora – e é uma realidade – é que esse Cadastro de Inclusão será um cadastro para identificar as pessoas com deficiência, e é um conceito errado. Sem dúvida, a LBI... Esse Cadastro de Inclusão servirá... O próprio caput do art. 92 diz: sistematizar, processar os dados da pessoa com deficiência. Mas a grande indagação é: para ter acesso às políticas públicas e aos programas voltados para as pessoas com deficiência, estes terão que passar por uma avaliação, avaliando os critérios biopsicossociais por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar? Esse é um ponto em que a regulamentação deve, com muito diálogo, com uma construção ampla, se pautar, porque os legitimados usuários dos direitos da pessoa com deficiência que já fazem parte das macrodefinições na legislação não podem ficar à margem dessas políticas, porque, pelo fato da deficiência, isso já me dá direito. Então, se a regulamentação vai trazer uma obrigatoriedade para essa avaliação, isso pode restringir direito, por exemplo, à não discriminação da pessoa com deficiência.

Então, acreditamos que com a LBI, um grande instrumento de legitimidade, de participação da sociedade civil, que colocou mais de 45 milhões de brasileiros e brasileiras em visibilidade, não podemos aí ter falhas, nesse processo de regulamentação.

É essa a mensagem que, como representante da Organização Nacional de Cegos, eu queria deixar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, William Ferreira da Cunha, que, de forma objetiva e com muito poder de síntese, já expressou seu ponto de vista.

Depois nós vamos ter o debate, vamos até dar a possibilidade de o Plenário também participar, e a gente vai avançando.

Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Por favor, V. S^a está com a palavra. Dez minutos.

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – Bom, bom dia a todas, a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e dizer que, para a Secretaria, que tem sobretudo como uma de suas prioridades, um dos principais trabalhos, neste momento, o processo de regulamentação da LBI, sobretudo no que diz respeito à avaliação da deficiência e ao Cadastro de Inclusão, para a gente é uma oportunidade estar aqui e trazer atualizações sobre como tem sido esse trabalho





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do comitê, que é um trabalho hercúleo, que envolve grande parte dos gestores das políticas – no âmbito, pelo menos, do Governo Federal – voltadas para as pessoas com deficiência.

Então, o que eu vou trazer aqui na minha fala é um conjunto de atualizações, novidades e atividades relacionadas ao Comitê do Cadastro de Inclusão e da Avaliação Unificada da Deficiência.

Como já adiantado, esse comitê foi instituído pelo Decreto sem número de 27 de abril de 2016. Esse decreto passou por uma atualização, do ponto de vista da composição ministerial, em janeiro deste ano, e é o Decreto, portanto, 8.954, de janeiro deste ano de 2017.

Os trabalhos desse comitê se iniciaram em novembro do ano passado, e nós nos reunimos mensalmente. Então, nós acabamos de realizar, na última semana do mês de junho, a nossa sétima reunião – desse comitê. Nós já estamos indo, portanto, para a oitava reunião.

Esse comitê é composto por todos os órgãos do Poder Executivo federal que têm, em suas pastas, atribuições relativas à política, serviços e programas para as pessoas com deficiência. Até este momento do resultado já construído coletivamente, no âmbito desse comitê, nós temos um levantamento de que em torno de 28 políticas públicas do Governo Federal, na avaliação do comitê, necessitam, como diz a lei, no art. 2º, da avaliação da deficiência para a sua execução. Então, imaginem aí o trabalho do comitê, um comitê que é formado por, se eu não estiver enganado, duas autarquias federais – que é o INSS e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) –, além de nove ministérios que têm, nas suas pastas, políticas, serviços e programas para as pessoas com deficiência.

Como também colocado aqui pelo William, da ONCB, o momento em que nós estamos é exatamente o da migração de um modelo de avaliação da deficiência que considera, em sua grande medida, o que se chama modelo biomédico da deficiência ou modelo mais estático, que leva em consideração a avaliação apenas do ponto de vista biológico do corpo, das alterações corporais, e nós estamos migrando para um modelo que leva em consideração essas características, mas também o contexto em que a pessoa vive, o conjunto de barreiras que ela enfrenta... Inclusive, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – a Lei Brasileira de Inclusão – trouxe seis tipos principais de barreiras. Nomeia e dá a classificação do que são essas barreiras e, inclusive, dá exemplos, pelo menos, de seis principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Então, essa mudança para esse conceito que leva em consideração condições de saúde em contextos específicos às barreiras que as pessoas enfrentam é importantíssima de ser levada em consideração. Tanto é que a LBI é uma espécie de aplicação desse conceito da convenção. E agora nós precisamos levar esse conceito, essa forma de avaliação, para todas as políticas públicas brasileiras.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente poderia dizer que, desse rol de 28 políticas que eu citei, apenas duas, talvez, levam em consideração esse conceito, de acordo com a convenção, que é exatamente o benefício de prestação continuada. Ele se utiliza da Classificação Internacional de Funcionalidade, desde julho de 2009, e também já se utiliza do conceito da convenção, desde 2011. E aí, como já colocado aqui também, a aposentadoria do trabalhador que é filiado ao Regime Geral da Previdência Social, a Lei Complementar 142, de 2013, ela também, no seu processo de regulamentação, trouxe aí uma avaliação, um instrumento, que é o Índice de Funcionalidade Brasileiro, que é baseado também na Classificação Internacional de Funcionalidade, nesse diálogo com o conceito da convenção.

Então, qual é a nossa tarefa? Levar esse modelo desses dois benefícios para os demais benefícios, e nessa perspectiva do que traz o art. 2º, que é a avaliação biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar. Então, para isso foi formado esse comitê, que é o comitê gestor de organização e coordenação de todos os trabalhos relativos a essa regulamentação.

Nós temos no Brasil, portanto, desde 2013, um índice de funcionalidade brasileiro, que é um instrumento que avalia a deficiência com base nesse conceito de funcionalidade. Ele é um instrumento que foi elaborado por meio de um longo trabalho, conduzido, na época, pela Secretaria de Direitos Humanos, e dentro dela estava a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E, depois de um longo trabalho de avaliação dos modelos de avaliação da pessoa com deficiência, foi elaborada uma proposta de como caracterizar, como valorar a deficiência nessa perspectiva da convenção e da Classificação Internacional de Funcionalidade. Até esse momento, portanto, apenas a Lei Complementar 142, da aposentadoria da pessoa com deficiência do Regime Geral da Previdência Social, se utiliza desse índice de funcionalidade brasileiro.

O §2º do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência traz, então, que o Poder Executivo criará instrumentos para a avaliação da deficiência, e é exatamente nesse §2º que foi estabelecido o prazo de 24 meses após a entrada em vigência da lei.

Então, o que o Governo Federal está trabalhando? Repito: um trabalho que se iniciou há muito tempo de construção desse modelo unificado. Só para que vocês tenham uma ideia, a ideia inicial, o primeiro passo de construção desse modelo unificado, no Brasil, no âmbito do Governo Federal, data de 2007, quando, por meio de um decreto presidencial de 2007, foi formado um grupo de trabalho intersetorial que começou a discussão de como as avaliações da deficiência ocorrem, para que a gente conseguisse migrar para esse modelo, baseado na convenção que acabava de ter sido aprovada no ano anterior, em 2006, e para que a gente leve esse modelo de avaliação para todas as políticas públicas.

Então, para que vocês tenham uma ideia, aqui é um trabalho longo, é um trabalho árduo, e, neste momento, agora, como nós estamos? Após as sete reuniões do comitê, nós estamos exatamente no momento em que as equipes de pesquisadores de cada um dos ministérios que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

farão a validação desse instrumento e que têm como coordenação a Universidade de Brasília, via um convênio estabelecido entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Universidade de Brasília, para fazer a coordenação técnico-científica desse instrumento, porque ele, hoje, está validado apenas para a aposentadoria da pessoa com deficiência pela Lei Complementar 142. Nós precisamos levar esse instrumento, para ser validado para todas essas políticas.

Então, nós estamos, neste momento... Na semana passada, na quinta-feira da semana passada, nós tivemos uma oficina na Universidade de Brasília, com todas as equipes dos órgãos ligados – e algumas equipes já montadas –, e esse trabalho de validação do instrumento é dividido em três fases: há a fase de pré-validação, que nós estamos encerrando agora, neste mês, que é esse trabalho de preparação da validação dos instrumentos. Como colocado aqui pelo Senador, nós teremos um trabalho de dez meses da fase de validação...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – ... do instrumento, que é o trabalho exatamente de campo, de validação desses instrumentos, e depois nós teremos a fase de pós-validação, que é exatamente colocar em funcionamento, já, esses instrumentos validados.

Só para falar brevemente aqui sobre o Cadastro de Inclusão, o Cadastro de Inclusão também é discutido no âmbito desse comitê. Nós temos dois subcomitês dentro desse comitê, e, como também colocado, o trabalho, neste momento, do subcomitê do Cadastro de Inclusão, é exatamente avaliar todas as bases de dados existentes no Brasil que coletam, registram e processam informações sobre a pessoa com deficiência. Neste momento, agora, estão sendo avaliadas uma por uma dessas bases, avaliando os critérios, avaliando as características, as nomenclaturas, para que a gente consiga construir uma interface entre todas as bases de dados existentes.

Então, um primeiro grande passo é esse, avaliar quais são as bases de dados existentes. Aí, já foram levantadas 19 bases de dados que têm informações sobre a pessoa com deficiência, e o trabalho, agora – hercúleo também –, é fazer com essas bases se comuniquem umas com as outras, do ponto de vista dos mesmos conceitos, dos mesmos critérios, das mesmas informações. Obviamente, elas não estão assim. Cada uma tem uma linguagem própria, inclusive um conceito diferente das informações que compõem o conceito de deficiência, e o nosso objetivo é fazer essa avaliação para migrar para essa comunicação e o que se chama aí – um termo mais técnico – de interoperabilidade entre esses bancos de dados.

E, no futuro, o que a gente imagina é que tanto a avaliação da deficiência quanto o Cadastro de Inclusão se comunicarão. O que é que eu estou querendo dizer com isso? Tanto as informações geradas pelo Cadastro de Inclusão podem subsidiar o processo de avaliação da deficiência, para a concessão de benefícios, serviços e outros programas, dentro desses 28 que eu comentei com vocês, mas também o resultado da avaliação pode conter informações





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que ainda não estariam presentes em nenhuma dessas quase 20 bases de dados que nós temos, e, portanto, essas informações resultantes da avaliação podem também compor o Cadastro de Inclusão. Então, é uma via de mão dupla: o Cadastro de Inclusão subsidia o processo de avaliação, com as informações ali condensadas e organizadas; por sua vez, os dados e as informações levantadas na avaliação podem também compor o Cadastro de Inclusão.

Só que esse é um segundo momento. É necessário primeiro articular as bases de dados. Ao mesmo tempo em que estão sendo articuladas essas várias bases de dados, o processo de regulamentação da avaliação da deficiência está ocorrendo. Num futuro, aí, próximo, essa integração entre o Cadastro de Inclusão e a avaliação da deficiência vai permitir uma melhor caracterização da pessoa com deficiência no Brasil. Isso, para termos de formulação e reformulação de política pública, é o que é mais importante, do ponto de vista da aplicabilidade prática do Cadastro de Inclusão.

E, aí, eu só gostaria de registrar que esse trabalho de validação dos instrumentos, por mais que pareça complexo – e é complexo, e é trabalhoso. Imaginem: validar cientificamente, com amostras representativas em todo o território nacional, instrumentos para 28 políticas –, esse, na verdade, não é o nosso maior desafio. Pelo que nós estamos discutindo no âmbito do comitê, o nosso maior desafio será dispor de equipes multiprofissionais para poder realizar essa avaliação da deficiência, conforme estabelece o art. 2º.

Há alguns representantes aqui do comitê, nesta plenária, e sabem que essa é uma grande discussão nossa, no âmbito do comitê, porque, hoje, no que se refere às políticas públicas que já têm equipes multiprofissionais, como é o caso do INSS, dos serviços de saúde, das equipes do Ministério do Planejamento que fazem a avaliação da deficiência para os benefícios do servidor público com deficiência, essas equipes existentes já são insuficientes. Imaginem quando nós trouxermos todos os benefícios cuja avaliação é feita com base apenas num diagnóstico médico, com base na CID, portanto, por um único profissional? Imaginem o que será levar essa avaliação multiprofissional.

Então, nós não temos dúvidas de que o nosso principal desafio é dispor das equipes multiprofissionais para realizar essa avaliação. Portanto, nós vamos precisar de um amplo debate com a sociedade, um amplo debate, inclusive, com o Poder Legislativo, para que nós encontremos as soluções, num cenário econômico inclusive de restrição de concurso público e tudo o mais.

Dispor dessas equipes multiprofissionais vai ser um grande desafio para todas as políticas públicas, mas nós precisamos encontrar essas soluções, para levar a sério o conceito...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – ... de deficiência e da convenção.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, de modo geral, de modo muito breve, o que eu estou resumindo aqui para vocês é um trabalho de oito meses que nós já iniciamos em novembro do ano passado, mas eu tenho várias outras informações e, no momento do debate, eu posso trocar aqui.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Claro que isso é só uma abertura que cada um está fazendo. Depois, no debate, vai ficando clara para a população a importância dessa regulamentação, porque nós mesmos temos notado que inúmeros Parlamentares estão entrando com projetos, e são projetos que estão, na verdade, atropelando ou ficando dependentes da regulamentação. E acabam não andando. Então, essa regulamentação é muito importante e é bom que vocês esclareçam o que é que está sendo feito.

Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Muito bom dia, senhoras e senhores!

Quero, inicialmente, com muita honra, cumprimentar o Exmo Senador Paulo Paim, cumprimentar todos os demais integrantes dessa Mesa, as senhoras e os senhores que estão presentes nesta plenária, nesta audiência pública, e os que nos acompanham também pelos meios de comunicação.

Quero dizer que para nós, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, participar de momentos como este, quando estamos debatendo a importância de um modelo único de avaliação, a importância da efetivação do Cadastro de Inclusão, é motivo de bastante esperança, diria eu.

Senador Paulo Paim, a sociedade brasileira, em especial as pessoas com deficiência, no nosso País, esperaram aí longos 15 anos para que tivéssemos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, trabalho que o senhor, de forma brilhante, provocou, iniciou esse debate, ouvindo muito a sociedade, muito as pessoas com deficiência, e chegamos então a 2015, com a aprovação, a sanção dessa lei, que, sem dúvida, poderia ser ainda melhor, mas ela é o melhor possível, depois de 15 anos de muito debate.

Eu não tenho dúvida de que, desde a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, aqui no Brasil, com a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – a Lei Brasileira de Inclusão –, em 2015, um dos pontos de maior importância e de maior inovação no nosso ordenamento jurídico é o conceito de deficiência. E esse conceito, como a própria convenção diz, é um conceito em plena evolução.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós já conseguimos avançar bastante, ao conseguir esclarecer, pelo menos para um grande grupo de pessoas – ainda não para toda a sociedade, infelizmente. Essa é a nossa luta –, que a deficiência, na verdade, não está mais só na pessoa ou principalmente não está mais na pessoa. A deficiência está na sociedade. Essa é a grande mensagem que a convenção nos traz.

Ao afirmar, no art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que a deficiência é um impedimento de longa permanência ou de longo prazo que o indivíduo possui e que, em interação com o ambiente, encontra barreiras que impedem sua plena participação, nós estamos trazendo um olhar, um foco para o ambiente, para a sociedade, para as barreiras que esse indivíduo, com impedimentos de longo prazo – que até então era, por si só, a deficiência –, vai enfrentar.

Então, são nas exigências dessas barreiras – e a Lei Brasileira de Inclusão relacionou pelo menos seis – que nós vamos identificar uma maior ou menor participação, ou inclusão, da pessoa com alguma deficiência na sociedade. E é essa relação indivíduo/ambiente, encontrando ou não mais ou menos barreiras, que nós vamos identificar uma situação de deficiência.

Nós conseguimos avançar, dessa forma, de um modelo meramente médico, uma CID, para um modelo novo que a Lei Brasileira de Inclusão especificou, que deve ser uma avaliação biopsicossocial. E eu, particularmente – essa é uma afirmação minha –, ousou dizer que é uma avaliação que exige o olhar de pelo menos três profissionais diferentes, de pelo menos três conhecimentos ou atenções diferentes. Primeiro a bio, que eu entendo aqui que é uma avaliação médica, uma avaliação do corpo, pelo menos; a psico, que é uma avaliação da mente dessa pessoa; e a avaliação social, que é uma avaliação do ambiente, do contexto socioeconômico e cultural da pessoa avaliada. Então, esses três olhares vão nos dar uma dimensão realmente de ter ou não uma deficiência a ser avaliada.

Eu penso que o debate está sendo conduzido de forma bastante adequada, no âmbito do comitê. Lamentamos muito – e falo isso como pessoa com deficiência, principalmente – a morosidade que houve entre a publicação da lei, que foi em julho, está fechando dois anos esta semana, de 2015, até a constituição, a criação formal de um comitê, que foi em abril de 2016, e até a entrada em exercício de funcionamento desse comitê, que foi em novembro de 2016. Só aí nós perdemos quase um ano, da vigência até o funcionamento do comitê. E a lei nos deu dois anos para construirmos esse trabalho.

As explicações para isso são o que hoje menos importa, porque é passado, nós tivemos transições de governos, transições de equipe. O importante é que nós temos apenas mais seis meses para cumprir estritamente o que diz a lei.

Como muito bem relatou o nosso Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa lá da Secretaria da Pessoa com Deficiência, Wederson Rufino, o comitê já está indo para a oitava





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reunião. O comitê, na verdade, no tema da avaliação, está dando seguimento a um trabalho que foi desenvolvido já há muito tempo, no âmbito do INSS. O Governo Federal e o comitê contam com o apoio técnico importantíssimo da UnB – depois a Prof^a Livia vai falar mais desse trabalho –, e o comitê tem buscado o diálogo mais amplo possível com os diferentes ministérios envolvidos e com a sociedade civil. Por isso, o Conade tem, entre seus representantes da sociedade civil, dois conselheiros que integram o comitê da avaliação.

Há interesse de Parlamentares para integrar esse comitê, o que tem sido atendido. A Assessoria do Senador Paim mesmo, o Luciano, com frequência está nas nossas reuniões do comitê. É um trabalho que procura ser o mais transparente possível. Na medida do possível, quando temos viabilidade técnica, de sala e necessidade de transmissão, as reuniões têm sido transmitidas pela Internet.

E eu entendo que estamos muito perto de cumprir a lei, perto tanto pelo prazo – que está perto mesmo, só mais seis meses –, quanto pela evolução do trabalho. Claro, pelo que temos acompanhado, por meio da nossa atuação no Conade e dentro da própria Secretaria, que também integra a Secretaria da Pessoa com Deficiência, muito possivelmente em janeiro não vai estar tudo pronto, tudo lindo e todas as pessoas podendo ser avaliadas já num aspecto multiprofissional, biopsicossocial, mas o trabalho de validação do instrumento, de aperfeiçoamento dos instrumentos para se ter um modelo único de avaliação vai estar, senão pronto, bastante perto de estar pronto.

Eu entendo, Senador Paim, que temos nesse tema dois desafios muito distintos e tão importantes entre si. Um é o desafio técnico, científico de validação, de desenvolvimento, de implementação desse instrumento, desse modelo único de avaliação. Eu acho que esse desafio técnico-científico a UnB, com todo o seu empenho, a equipe de seus pesquisados junto aos técnicos da nossa Secretaria, junto aos diversos representantes ministeriais, junto a outra séria de consultores que estão sendo chamados para ajudar nesse processo de validação e testagem do instrumento, embora desafiador, sim, ele está em bom termo na minha avaliação.

O outro grande desafio, Senador Paim, que já foi citado aqui pelo Wederson, mas eu gostaria de aprofundar um pouco mais, é a operacionalização colocada em prática...

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – ... desse instrumento de avaliação pelas equipes multiprofissionais. Temos uma ideia de como isso pode se dar, mas o consenso de qual é a melhor forma ainda está um pouco distante. E mais, eu tenho clareza de que serão necessários investimentos de recursos públicos, o que, no cenário atual, nos preocupa bastante; em qualquer cenário já seria preocupante, mas, no nosso cenário atual, isso é mais preocupante ainda. Em tempos em que a gente vê uma série de contingenciamentos de orçamento, uma série de situações precárias da economia do nosso País, falar em necessidades de mais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

investimentos de recursos públicos para a pessoa com deficiência é algo que certamente deixa todos nós bastante preocupados, bastante ansiosos por ver isso acontecer.

Eu não tenho dúvida de que, para que as pessoas com deficiência possam, de forma adequada, digna, em tempo adequado, passar por uma avaliação multiprofissional nos aspectos biopsicossociais, nós vamos ter que mudar e avançar em políticas públicas mais efetivas, inclusive no que diz respeito à estrutura de avaliação. Esse é um debate que estamos provocando aqui também, porque por certo, em algum momento, o Congresso Nacional, esta Casa, o Senado Federal, vai precisar avaliar projetos de lei que tratem de uma política de Estado efetiva para as pessoas com deficiência para muito além dos direitos já garantidos na Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Essas são as reflexões iniciais que eu trago, os meus apontamentos. E me coloco à disposição também para o debate no momento oportuno.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que sintetiza, com as suas preocupações, o que foi motivo da provocação desta reunião. Já se passaram dois anos. E, como ele falou aqui, a questão não é de olhar só para o retrovisor, mas de olhar para frente. É isso, não é Moisés? E de como é que a gente, a partir desta reunião, contribui para que haja a efetiva regulamentação, o mais rápido possível.

Por favor, passamos a palavra à professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Prof^a Lívia Barbosa.

A SR^a LÍVIA BARBOSA – Bom dia a todos e todas!

Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim e queria agradecer, mais uma vez, o convite para estar falando nesta Casa, sobre esse tema precioso que é o direito das pessoas com deficiência e neste momento a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão ou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como queiram chamar.

Vejam, eu estou neste momento, eu sou professora da Universidade de Brasília, mas neste momento eu estou com um grupo que está coordenando a validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro para as políticas públicas, para todas as políticas públicas brasileiras, que inclusive estão presentes no comitê, já mencionado várias vezes previamente a mim. Mas eu pensei que, como contribuição para esta Mesa hoje, talvez fosse mais interessante falar sobre o próprio sentido da Lei Brasileira de Inclusão, o sentido do conceito de deficiência, muito embora o tempo seja muito curto. Eu acredito que, a partir dessa recuperação, um pouco histórica, um pouco teórica, um pouco metodológica também da Lei Brasileira de Inclusão e da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a gente lança um pouco de luz, eu imagino, sobre todos os artigos da lei, que é uma lei extensa para aqueles que já conhecem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Lei Brasileira de Inclusão vem regulamentar em grande medida a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ela dialoga inclusive diretamente com a convenção em vários momentos. O próprio conceito de deficiência que a Lei Brasileira de Inclusão traz, ele é decorrente, ele é idêntico na verdade à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, e tem que ser assim, porque a convenção ela tem status constitucional hoje no Brasil, o que foi uma conquista sobre a qual houve um grande envolvimento de muitas pessoas presentes aqui, o próprio Senador, o próprio Dr. Moisés, eu vejo várias pessoas na plateia também que participaram desse processo.

Então, vocês têm ouvido os colegas aqui da Mesa falarem incessantemente que está havendo uma mudança, uma mudança na perspectiva da deficiência, uma mudança no conceito de deficiência. Mas que mudança que é essa? De onde que ela vem? Parece que cai no colo da gente.

O Wederson já nos antecipou que, desde 2007, nós já temos movimentos no sentido de mudar a avaliação da pessoa com deficiência, especificamente a avaliação da pessoa com deficiência. São dez anos. Então, não está caindo no colo de ninguém. Isso é algo que tem uma história dentro do cenário nacional, mas tem uma história ainda maior se a gente considerar o cenário internacional também.

Essas mudanças – no sentido do conceito de deficiência que provocou o surgimento de uma convenção, que provocou o surgimento de uma lei específica, no contexto nacional, que mobilizou os esforços políticos, tanto dos movimentos sociais como da classe política e acadêmica brasileira – decorrem de quase 40 anos agora do debate que a gente costuma chamar de estudo sobre a deficiência. Se a gente olhar para a história da deficiência no mundo, a gente percebe que a descrição da deficiência sempre foi uma descrição das pessoas sem deficiência sobre a deficiência. Por volta dos anos 60 e 70, muito mais os dos anos 70 em diante, a gente teve uma reviravolta nessa descrição e um protagonismo das pessoas com deficiência pode ser observado; elas assumiram o discurso sobre a própria condição de deficiência, sobre a própria experiência da deficiência nos espaços em que estavam inseridas.

Isso provocou, sim, uma redescricao da deficiência, uma redescricao, que hoje a gente consegue observar tanto na convenção como na Lei Brasileira de Inclusão, que justifica este momento de nos sentarmos todos nós e pensarmos: como vamos regulamentar essa lei, esse sentido, essa mudança, esse novo paradigma – eu diria, para ser um pouco enfática – sobre a deficiência. E que mudança é essa? Como as pessoas com deficiência passaram a se descrever?

Vejam que a descrição das pessoas sem deficiência sobre a deficiência, historicamente, sempre foi a desqualificadora da deficiência, de que a deficiência é ruim, de que é ruim viver com deficiência, de que você possuir um corpo com impedimento corporal, com uma lesão ou com alguma diversidade, fora do esperado, seria uma experiência condenada à desigualdade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nessa compreensão sobre a deficiência, as pessoas com deficiência não se viam nela. Mas: "Esta é a minha forma de estar no mundo. É assim que eu funciono. Eu estou no mundo assim. Só é desigual para mim, só é ruim ser pessoa com deficiência, quando eu não consigo entrar nos espaços, quando eu não consigo estar nas escolas, quando eu não consigo participar dos momentos que as outras pessoas participam." A desigualdade é imposta por barreiras, sejam elas de comunicação, sejam elas de mobilidade, sejam elas barreiras atitudinais, seja a própria discriminação em si. Então, a deficiência passa a ser descrita como uma imposição social.

Quando a gente fala em modelo social da deficiência, a gente está dizendo que a deficiência como um conceito que descreve a desigualdade, ele é resultado de uma sociedade desigual, de uma sociedade que não se organiza, que não espera, que não se prepara para a diversidade humana. Descrever a deficiência como um desvio, como uma falta de sorte, como um azar ou como queiram descrever, é uma posição política sobre como os corpos têm que ser; uma posição política, obviamente, no sentido mais amplo – entendam – de poder, de distribuição de poder, de hierarquia de quem é que tem de estar aqui e quem é que não tem.

E, pela redescritção da deficiência pelos movimentos sociais, pela academia e pelos debates em geral dentro dos estudos de deficiência, a deficiência é parte da diversidade humana, e classificar os corpos entre normais e patológicos, para recuperar alguns conceitos do debate, é um discurso que não descreve mais a deficiência. Se forem consideradas as perspectivas das pessoas com deficiência sobre elas próprias, sobre a própria deficiência, esse modelo não vai descrever mais a deficiência. É um modelo que alguns chamaram de modelo individual da deficiência e que outros chamaram de modelo médico ou biomédico da deficiência, o que não quer dizer nada sobre a categoria profissional médica, diga-se de passagem; é uma terminologia para descrever um modelo que localiza a desigualdade ou o próprio conceito de deficiência no corpo. Eu estou dizendo aqui, em nome de 40 anos de debate sobre a deficiência, que ele não serve mais para qualificar a deficiência, ele não serve mais para descrever a deficiência. Agora nós temos, constitucionalmente, um suporte. É uma vitória das pessoas com deficiência de todo o mundo e que chega ao Brasil com um peso constitucional de um novo conceito para descrever a deficiência.

Entendam que todos os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão dialogam com essa perspectiva da deficiência. Vejam, por exemplo, a tomada de decisão apoiada. Eu já falei muito sobre conceito de deficiência em vários lugares, mas vejam a tomada de decisão apoiada. É um dispositivo jurídico que pretende substituir as outras formas de representação jurídica – estou aqui correndo o risco de uma imprecisão conceitual, porque eu não sou jurista; sou assistente social de formação. Entendam que a expectativa é que se considerem outros níveis, outras possibilidades de autonomia para se fazerem escolhas, para se tomarem decisões. A tomada de decisão apoiada prevê dois sujeitos apoiando, informando a pessoa com deficiência e auxiliando-a na decisão e nas escolhas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é um dispositivo que sofre ainda muita resistência. É claro que ele precisa de mais debates, de uma melhor regulamentação, mas, do ponto de partida, ele sofre resistência dentro dos tribunais, do Ministério Público. Eu tenho conversado com profissionais desses espaços, e eles dizem: "Não, entenda, o promotor, o juiz acha que a curatela protege o sujeito mais do que a tomada de decisão apoiada." Então, é uma nova compreensão, porque é muito confortável para uma sociedade preparada para um tipo específico de autonomia continuar apostando nisso. Provocar essa noção de autonomia e provocar as possibilidades de fazer escolhas e tomar decisões é um caminho difícil. A sociedade precisa agora se apropriar dessa perspectiva de deficiência, dessa nova forma de entender a deficiência, que foi uma conquista, eu repito, do movimento de pessoas com deficiência de todo o mundo e do Brasil, que foi muito ativo, muito presente nesse debate para uma nova construção coletiva, para novas possibilidades de construção coletiva.

Agora, por que é importante recuperar isso para pensar, por exemplo, o conceito de deficiência e a avaliação que é decorrente da pessoa com deficiência? Eu estou no grupo de validação do IF-Br (Índice de Funcionalidade Brasileiro) – para quem ainda não está acostumado com a sigla – não apenas porque é uma tarefa científica importante ou relevante ou porque tem visibilidade; eu realmente acredito nesse modelo. Entendam que pensar que a avaliação biopsicossocial da deficiência vai ser um novo modelo é conseguir operacionalizar essa perspectiva de que o que descreve a deficiência é muito mais do que o corpo; são elementos sociais, são elementos psicológicos, são elementos diversos.

A deficiência é um conceito multifacetado. Olhar para o corpo única e exclusivamente pode descrever um desvio em alguma terminologia, pode descrever uma expectativa de normalidade que não foi suprida, mas não descreve mais a deficiência. A deficiência é uma condição, é um conceito que descreve desigualdade neste momento, para o nosso ordenamento jurídico e para a nossa Constituição Federal.

A LBI decidiu ir mais além nesse sentido do que a convenção. A convenção não é tão específica nesse sentido, mas a LBI é, porque ela diz que a avaliação tem que ser multiprofissional, interdisciplinar e biopsicossocial. Muito honestamente, da forma como os nossos saberes foram organizados nesta sociedade pronta, feita, preparada apenas para pessoas sem deficiência, eu diria que é muito fundamental esse aspecto da multiprofissionalidade, da interdisciplinaridade, para conseguir dar conta desse conceito, neste momento pelo menos. Nós precisamos pegar os nossos olhares fragmentados e dialogar entre nós, para olhar para a deficiência, para conseguir identificar o conjunto das exceções de participação no qual as pessoas com deficiência estão inseridas.

Por último, a gente está falando muito das mudanças, do modelo, dos sentidos, mas é importante falar qual é o conceito. Qual é o conceito? Para a convenção e para a LBI, pessoas com deficiência são aquelas com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, sofrem restrição de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

participação na sociedade. É a restrição de participação que está em foco. O impedimento corporal entra como um qualificador dessa redução de participação, porque há outras marcas corporais e outras descrições políticas do corpo que geram restrição de participação.

Todas as bases de dados nacionais mostram, por exemplo, que ser negro é uma característica corporal que piora a sua entrada no mercado de trabalho. Piora não como causalidade, entendam, não é? Se expressa de forma desvantajosa a partir das bases de dados que nós temos. É desvantajoso você ser negro no mercado de trabalho, é desvantajoso você ser mulher no mercado de trabalho.

Então o impedimento corporal na convenção entra como um qualificador da restrição de participação, muito mais do que uma necessidade de diagnóstico do corpo. É o tipo de opressão que descreve a deficiência, não é o diagnóstico, não é a descrição. Como eu poderia dizer? Não estabelece uma relação de causalidade. Não é o corpo que está causando a restrição de participação. Pelo contrário. A não ser que se queira fazer uma leitura talvez oportunista, com algum "juridiquês," desse conceito. Esse conceito atende a 40 anos de debate no mundo inteiro. Vamos olhar para esse debate.

Assim sendo, eu encerro minha fala. Eu agradeço a atenção e me coloco à disposição para conversar com vocês depois. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, professora do curso de serviço social da Universidade de Brasília (UnB), Profª Lívia Barbosa, que, além de aprofundar o debate sobre o conceito, de forma muito precisa, falou das discriminações que atingem mulheres, negros, índios, ciganos e o eixo deste debate, que são as pessoas com deficiência.

Passamos a palavra agora para Kalid Nogueira Choudhury. Está certo? Mais ou menos isso, Choudhury, que é analista de planejamento e orçamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O SR. KALID NOGUEIRA CHOUDHURY – Bom dia a todas e todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer em nome da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento à Comissão pelo convite que nos foi feito. Gostaria também de cumprimentar o Senador Paulo Paim, parabenizá-lo pela sua luta, de todos conhecida, sobre a questão de direitos humanos, especialmente na questão da pessoa com deficiência. Cumprimentando o Senador, aproveito para cumprimentar todos os integrantes desta Mesa, as demais autoridades, a sociedade civil organizada e os que estão aqui presentes assistindo a esta audiência.

A minha fala vai no sentido de demonstrar, no instrumento de planejamento do Governo Federal, que é o Plano Plurianual, como a pessoa com deficiência aparece e como o Estatuto





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Pessoa com Deficiência e a questão da avaliação unificada estão inseridos nesse instrumento de planejamento.

Para isso, eu dividi a minha fala em três momentos: no primeiro momento, falar de uma forma breve, sobre o que é o Plano Plurianual; no segundo momento, falar sobre um programa específico de governo que trata da questão de pessoas com deficiência; e, no terceiro momento, falar de forma mais amplificada, perpassando pelo conjunto de programas do Governo Federal que tenham alguma relação com a questão da pessoa com deficiência.

Então, o instrumento do PPA, o Plano Plurianual que cada ente da nossa Federação possui, é um instrumento que está previsto na Constituição Federal, no art. 165, junto com outros dois instrumentos de planejamento e alocação de recursos, que são a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Ele é um instrumento de planejamento que está composto pelo conjunto de políticas públicas, no caso do Governo Federal, que aqui é o objeto de análise, bem como ele é instrumento de médio prazo para implantação de políticas públicas.

É importante ressaltar que, além de servir de diretrizes e estabelecer objetivos para os orçamentos anuais no período de quatro anos, ele também acaba tendo uma forte referência e influência nos planos nacionais, setoriais e regionais.

O nosso PPA atualmente vigente é o PPA 16-19. Ele é composto por duas dimensões: uma dimensão estratégica e uma dimensão programática. Na primeira, que é a dimensão estratégica, ele é composto por quatro eixos: um eixo que fala sobre a educação, a qualidade do ensino e a preocupação em servir de instrumento de cidadania, desenvolvimento social e econômico; um outro eixo estratégico, que fala sobre a questão de inclusão social e de redução de desigualdades sociais; um terceiro, que trabalha a questão econômica – macro, microeconômica –, de produtividade e competitividade; e um quarto, que está relacionado à questão de fortalecimento das instituições, combate à corrupção e assim sucessivamente.

Um outro elemento da dimensão estratégica é a questão das diretrizes estratégicas. Nós temos um total de 28 no PPA vigente. E aí eu acho que uma coisa que é importante frisar é que a pessoa com deficiência tem aparecido nos últimos PPAs, pelo menos nos três últimos PPAs ela esteve presente, com programa específico de governo, mas o PPA 16-19 é o primeiro PPA em que a pessoa com deficiência aparece em sua dimensão estratégica.

E isso tem uma relevância ímpar, lembrando que a gente pode, de certa forma dizer que a pessoa com deficiência tem cada vez mais ganhado espaço nos instrumentos de planejamento de governo e podemos constatar, devido ao seu aparecimento em diversos PPAs, que sai de uma ideia de política de governo para ser uma política de Estado. Então, existe uma diretriz específica que trabalha a questão de cidadania e de direitos fundamentais e cita expressamente a questão da pessoa com deficiência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entrando no segundo ponto, que é mostrar como está estruturada a pessoa com deficiência em um programa específico que trata a pessoa com deficiência com o título de "Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência", nesse programa que tem a maioria dos seus elementos de metas e de iniciativas de responsabilidade do ministério de direitos humanos, por meio da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência, num primeiro olhar, ele comparece com o conjunto dos indicadores.

A ideia dos indicadores é demonstrar como as políticas públicas e a sociedade têm evoluído naquela amplitude que é a política pública. Apenas para título de exemplo, nós temos percentual de escolas públicas acessíveis, percentual de escolas públicas com salas multifuncionais, taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – são alguns indicadores que demonstram como a política pública da pessoa com deficiência tem evoluído.

Em termos de objetivo – e o objetivo tem a função no programa temático de demonstrar quais são as táticas de governo para poder atacar os problemas que existem na realidade –, nós temos dois objetivos: um focado principalmente na questão de acessibilidade e, nesse objetivo, eu vou encontrar por exemplo metas, em que elas nos permitem verificar se o objetivo está ou não está sendo cumprido. Então, existem metas de acessibilidade de prédios públicos, acessibilidade de bibliotecas públicas, a questão de adequação dos sistemas metroviários, por exemplo, a questão de construção de residências habitacionais no programa Minha Casa, Minha Vida também acessíveis.

E existe um segundo objetivo, que está mais focado na efetivação de direitos, na questão da autonomia da pessoa com deficiência, na questão da dignidade desse público. E, nesse objetivo específico, a gente verifica que existe uma meta específica para a questão da avaliação unificada, o que demonstra a preocupação do Governo Federal em evoluir na regulamentação do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Inclusive, nessa meta, é colocada claramente a importância desse instrumento como concessão de benefícios e de serviços pelos diversos ministérios que compõem a Esplanada.

Também é importante citar, já em nível de iniciativas, o aparecimento ou a disposição do Governo Federal de regulamentar e de aperfeiçoar os marcos regulatórios, em conformidade com a Conferência Internacional sobre a Pessoa com Deficiência. Então, é possível verificar que expressamente o Governo Federal está comprometido tanto em regulamentar o Estatuto como em implantar a avaliação unificada da pessoa com deficiência.

Mas, se olharmos apenas o programa de pessoas com deficiência, a gente acaba tendo uma visão reduzida de como é a atuação do Governo Federal, já que o tema da pessoa com deficiência é tratado pelos diversos Ministérios. Então, na Secretaria, a gente já vem trabalhando, desde o PPA 12-15, com a ideia de agendas transversais, que é um olhar sobre os diversos programas do PPA. No PPA atual, são 54 programas temáticos, em que a gente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pode verificar como a pessoa com deficiência é tratada e está expressa em políticas públicas do Governo Federal.

Apenas a título de exemplo, vou apresentar algumas estatísticas. A agenda transversal de pessoas com deficiência é composta por 28 programas temáticos. Ela contém 38 objetivos, enquanto o programa específico, apenas dois. Em termos de meta, 28, enquanto o programa específico possui 12. Em termos de iniciativas, 74, enquanto o programa específico, 23. Então, olhando as estatísticas, é possível observar quase o triplo de entregas de bens e serviços por meio da Esplanada, para além do programa da pessoa com deficiência.

E, para fechar, apenas citar alguns exemplos de entregas de bens e serviços que estão em outros programas temáticos. Por exemplo, na questão da aviação, no programa de aviação civil, nós temos a questão da acessibilidade de aeroportos; no programa de turismo, existe uma iniciativa para a acessibilidade dos destinos, produtos e serviços para pessoas com deficiência; no programa de assistência social, a questão da proteção social básica em domicílios para a pessoa com deficiência, e a preocupação de beneficiar os BPC em idade escolar que estão fora desses estabelecimentos; na questão da educação, a preocupação em universalizar as pessoas com deficiência no ensino comum da rede regular; na saúde, a previsão de metas específicas para os centros especializados em reabilitação, oficinas ortopédicas, e centros especializados odontológicos; e, na mobilidade urbana, a questão da acessibilidade universal nas intervenções de mobilidade urbana.

Enfim, o que eu queria colocar na minha fala...

(Soa a campainha.)

O SR. KALID NOGUEIRA CHOUDHURY – ... é que há uma preocupação do Governo Federal com as pessoas com deficiência. Não é uma política de governo, uma política momentânea; ela já perpassa alguns PPAs em que a pessoa com deficiência tem programa específico e entregas em outros programas temáticos de governo.

Acho que a preocupação, em conjunto com o Anderson, em conjunto com o Moisés, que aqui foi relatada, é: nós temos hoje um planejamento governamental de quatro anos, um planejamento constitucional, que prevê a pessoa com deficiência, que prevê um conjunto de entregas em consonância com o Estatuto, na grande diversidade que é fazer política pública para pessoa com deficiência. Mas como efetivar isso? Isso, em algum momento, vai demandar recursos públicos, vai demandar recursos humanos e também a questão de recursos informacionais. Então, como vencer esses obstáculos dentro de uma realidade que a gente tem vivenciado atualmente? Acho que esse é o grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (Palmas.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Kalid Nogueira Choudhury, que é Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, toda a sua fala foi importante, mas, no final, entra, para mim, onde está o x da questão: orçamento para políticas públicas e estrutura.

Quando se fala em regulamentação de uma lei tão importante como essa, que é a Lei Brasileira de Inclusão, é um verdadeiro estatuto. O Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tudo depende também, para a sua aplicação no dia a dia, de investimento nas chamadas políticas públicas nessa área. Por isso, a sua presença aqui, como de todos, é importante para a gente aprofundar esse debate.

Nós vamos agora para a Auditora Fiscal do Trabalho, Coordenadora Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, por favor, Dr^a Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – Bom dia a todos.

Eu quero, em nome do Ministério do Trabalho, agradecer o convite ao Senador Paulo Paim e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos que estão à Mesa na pessoa do Senador.

Acho que é importantíssimo esse tipo de audiência. Várias audiências públicas que a gente teve aqui no Senado resultaram em trabalhos importantes, às vezes para barrar alguns retrocessos.

A gente sabe que o Senado reverbera o que está na população. E a gente sabe que a pessoa com deficiência palpita por um lado, das empresas, que têm a preocupação da contratação. Aqui eu vou falar mais na questão da lei de cotas, que é o meu objetivo de trabalho. E a gente tem feito, ao longo desse tempo, uma parceria muito importante com o Senador, com o Luciano, assessor dele. Quando a gente vê alguma coisa que está passando aqui pelo Senado que vai impactar negativamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luciano é esse moço aqui. Apresenta-te aí, Luciano.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – Eu ligo para o Luciano, mando e-mail para o Luciano: "Luciano, está passando um absurdo aí. Avisa ao Senador Paim para não deixar, por isso, por isso, por isso."

A gente vai falar mais especificamente aqui sobre a regulamentação tanto do cadastro de inclusão como da avaliação da pessoa com deficiência. Eu sou a representante do Ministério do Trabalho no Comitê, mais especificamente no Subcomitê de Avaliação da Deficiência, porque nós, com a questão da cota, somos mais familiarizados com esse tema. O Ministério do Trabalho tem uma outra área de atuação, que é da estatística do trabalho, que traz





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

informações sobre a pessoa com deficiência. Então, o outro colega, que é o Renan, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, trabalha no Subcomitê do Cadastro de Inclusão.

Eu, às vezes, sinto-me um pouco responsável por todo esse trabalho que o art. 2º da LBI está dando, mas eu acho que, ao mesmo tempo em que eu me sinto responsável, é um avanço que a gente não poderia se furtar de fazer. Quando a LBI – quer dizer, que não era LBI ainda, ainda era o estatuto do Senador Paim – foi para a Secretaria de Direitos Humanos, à época foi formado um grupo e saiu um projeto de lá. Imediatamente, eu juntei sete auditores fiscais do trabalho e passamos uma semana inteira sentados, criticando que tinha saído de lá, porque na nossa visão, da auditoria-fiscal do trabalho, algumas coisas superimportantes, primeiro, para o mercado de trabalho não estavam sendo vistas, que era o nosso objetivo. E a outra coisa era o conceito da pessoa com deficiência, que a gente achou que não estava condizente com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU.

Eu tenho a sensação de que o pessoal colocou aquele conceito porque era o mais fácil de se fazer naquele momento, que era só o conceito biossocial, porque é essa estrutura que a gente tem hoje em dia no nosso Ministério, no INSS. Então, era uma forma... A gente não se contentou com isso, e propusemos esse art. 2º do jeito que está: biopsicossocial, por equipe multidisciplinar e interdisciplinar... Esqueci aqui como são os nomes. Mas nós, da auditoria-fiscal do trabalho, somos responsáveis por todo esse trabalho.

Mas eu acho que foi importante, porque a gente não poderia retroceder naquele momento. A gente tinha uma convenção e não podia ter uma lei nova que garantisse menos para as pessoas com deficiência do que a convenção dava, que tinha status de emenda constitucional. A gente reconheceu aquele artigo como inconstitucional.

E também colocamos ali "quando necessário", porque a gente sempre bate que as pessoas com deficiência não têm que ter rótulo. Já basta o estigma que ela carrega do preconceito da sociedade, que não a vê como uma pessoa como qualquer outra. Tanto que a gente tem um qualificador "pessoa com deficiência". Elas são pessoas que são capazes, e elas precisam demonstrar isso no dia a dia delas. Elas precisam de uma oportunidade. E é nisso que a gente bate no dia a dia com as empresas.

Você não vai fazer nenhuma benesse para a pessoa com deficiência. Não é caridade; você vai tê-la para contribuir com o crescimento da sua empresa. E a gente colocou esse "quando necessário", porque a gente acha que a pessoa com deficiência, se ela não quiser se submeter a nenhuma avaliação, ela tem todo o direito de não se submeter a nenhuma avaliação.

Mas, dentro das políticas públicas do Brasil, algumas políticas são universais e não precisariam da avaliação, a não ser para se saber que medida melhor o Governo garante, quer dizer, o Poder Federal garante à realização dos direitos dela, como, por exemplo, educação e saúde. Ela não precisa ser qualificada como pessoa com deficiência para ter acesso ao SUS, nem para ter acesso à escola, mas talvez precise para saber de que apoios ela precisa, de que tipo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de modificação – a Odília vai falar depois aqui – ela precisa para ser bem atendida pelo Poder Público. No entanto, outras políticas são restritivas, a exemplo da política de cotas, a exemplo da aposentadoria, a exemplo do Benefício da Prestação Continuada.

A política de cotas é restritiva, porque, se você não tiver uma política restritiva e não classificar bem e qualificar, avaliar bem a deficiência e os impedimentos, você vai perpetuar no mercado de trabalho a desigualdade que há. Hoje, vendo os números do mercado de trabalho, as deficiências consideradas leves estão todas empregadas. Quando a empresa diz para a gente que não há pessoa com deficiência no mercado de trabalho, para entrar no mercado de trabalho é porque não tem mais deficiência leve e, aí, ela precisa fazer alguma adaptação do seu ambiente de trabalho, o que significa gasto.

A gente sabe que a empresa trabalha com lucro, então o ideal seria que todas elas fossem fiscalizadas ao mesmo tempo, porque o prejuízo seria de todo mundo ao mesmo tempo, mas a gente, assim como não vai ter recurso para fazer a avaliação que a gente está planejando, perfeita, vai levar um tempo, a gente também não tem auditores-fiscais do trabalho em número suficiente para fiscalizar a cota como ela deveria ser fiscalizada. Então, em razão disso, a gente tem essa restrição e precisa da avaliação. Então, eu acho que é importante a gente colocar na cabeça.

A gente sabe que o Congresso Nacional reverbera toda a pressão das pessoas com deficiência, inclusive algumas deficiências que no modelo atual médico estão fora do mercado de trabalho, porque estão fora da cota. Realmente essas pessoas têm o preconceito contra elas para serem empregadas, mas, em compensação, não há meio legal agora para elas serem incluídas. E a gente tem batido sempre na mesma tecla, de que o Brasil está construindo um modelo de avaliação que, eu acho, que vai passar por aperfeiçoamentos, mas vai ser o mais perfeito possível que a gente vai criar.

Então, eu espero, eu sou positiva nesse ponto, de achar que a gente pode dar um jeito em todas essas deficiências. A minha proposta, inclusive, é a gente pesar cada deficiência, para não deixar fora do mercado de trabalho nenhuma deficiência: as leves entrarem com um peso menor, as moderadas entrarem com um peso maior, e as graves entrarem com um peso maior ainda, que é para poder você privilegiar as empresas, também o gasto que ela vai ter a mais com a deficiência mais severa que ela não tem com a deficiência leve e, por isso, ela prefere a pessoa com deficiência leve.

O mercado de trabalho é preconceituoso, assim como a sociedade. A gente está tendo um grande desafio, nove ministérios e duas autarquias, porque a gente tem uma diferença, inclusive, de concepção da deficiência dentro de nós mesmos, dentro do Comitê. É impressionante, porque todos trabalham com a política, mas alguns não tão diretamente como a gente no enfrentamento dos direitos, das desigualdades, do preconceito com que a gente lida dia a dia das empresas com relação às pessoas com deficiência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E eu digo sempre, não é porque a empresa é má não. É porque a sociedade é preconceituosa, e o empresário, por fazer parte da sociedade, é preconceituoso. Ele nunca olha a pessoa com deficiência pela capacidade dela.

E eu tenho muita esperança de que esse novo conceito vai melhorar e muito. E a gente pede encarecidamente que o Senado barre qualquer proposta de deficiência por lei. A sociedade brasileira evoluiu muito. A gente está quase entregando um modelo unificado da deficiência. A gente quer um modelo em que a pessoa com deficiência, para cada política que for acessar, não tenha que recorrer a um novo laudo. Tudo isso é gasto e normalmente sai do bolso da pessoa com deficiência, que tem uma sociedade muito grave com a pobreza. Deficiência e pobreza andam muito paralelamente.

E, só para aproveitar meus últimos minutinhos, o Cadastro-Inclusão: a gente tem batido também, permanentemente, que nenhuma pessoa com deficiência vai ter rótulo, nenhuma pessoa com deficiência vai ser usada individualmente no Cadastro-Inclusão.

(Soa a campainha.)

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – O Cadastro Inclusão é para acabar a burrice dos sistemas federais para poder fazer com que os sistemas federais conversem e a gente melhore a política para poder entregar o melhor possível para as pessoas com deficiência.

A gente tem um desafio imenso. O Wederson e a UnB estão fazendo um trabalho muito bom, e eu estou muito esperançosa. A gente pode não resolver todos os problemas, mas boa parte dos problemas das pessoas com deficiência a gente vai resolver com esse Cadastro-Inclusão e com a avaliação unificada.

Obrigada e agradeço muito por estar aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Dr^a Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti. Ela é Auditora-Fiscal do Trabalho, Coordenadora Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Aqui ela enfrentou um debate que nós sentimos muito aqui, da política de cotas. Há todo um movimento para fragilizar.

Eu gostei do apelo que V. Ex^a fez aqui. Eu lembrarei em cada projeto, porque há uma maneira de tentar burlar o princípio maior de assegurar a política de cotas às pessoas com deficiência, sempre alegando, de uma forma ou de outra, que não há no mercado pessoas com deficiência para atender toda a demanda, e a senhora sabe muito bem que não é bem assim.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI (Fora do microfone.) – Não é bem assim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, vem sempre a visão somente do lucro.

Eu achei que a sua fala foi muito interessante, porque, às vezes, quando a gente fala alguma coisa, as pessoas ficam já achando que a gente é contra o empresariado. Ninguém é contra o empresariado. Pelo contrário.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI (Fora do microfone.) – Se não fosse o empresário, não existia a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

Nós todos, eu mesmo, anos e anos, trabalhei em fábricas e tenho boas lembranças tanto do Grupo Tramontina, em que trabalhei e do qual sou funcionário até hoje, como o Grupo Abramo Eberle e Wallig, que foram as empresas em que eu trabalhei, e sempre tive uma relação do mais alto nível.

Isso não quer dizer que não há empresários que não têm nenhuma responsabilidade social, como há políticos de quem não precisa eu falar aqui; vocês estão assistindo, todo dia, aos escândalos, aí, no mundo da política. Mas, quando a gente fala e faz alguma crítica, o pessoal já acha que somos contra os empresários. Ninguém é contra empresário coisa nenhuma. Há bons empresários, outros que só pensam no lucro e outros, como hoje, do setor de transporte, numa operação da Polícia Federal, que estão sendo presos. E são grandes empresários desse setor.

E sobre esse debate da política de cotas eu fico feliz, sabendo que o Ministério está pensando dessa forma que V. Ex^a expressou aqui. Todos aqui, acho, falaram com grandeza sobre o tema.

Nós vamos agora para a segunda Mesa. Eu convidaria os senhores a retornarem para o plenário e terão oportunidade de falar ainda no debate.

Nós vamos agora para o debate, mas eu agradeço, de pronto, a todos os Ministérios que mandaram representantes. E fico chateado quando não mandam. Aqui é uma sessão de debate e como é bom ver todos aqui presentes e podermos dialogar sobre um tema tão importante.

De imediato, o representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Sr. Fredson Oliveira Carneiro. Seja bem-vindo, Fredson.

Sr^a Odilia Brigido de Sousa, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr^a Márcia de Carvalho Cristóvão Silva, Chefe de Divisão de Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Seja bem-vinda.

E, por fim, Sr. Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes). Seja bem-vindo também, Erivaldo Fernandes Neto.

E vamos, de imediato, para a segunda Mesa.

Passo a palavra – lembrando a todos que são dez minutos, com mais cinco, se necessário for, claro – ao representante do Conselho Nacional de Saúde, o Sr. Fredson Oliveira Carneiro.

O SR. FREDSON OLIVEIRA CARNEIRO – Bom dia a todas e todos.

Em nome do Conselho Nacional de Saúde, externo agradecimento ao convite a S. Ex^a o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento, também, todas as presentes, todos os presentes, os membros da Mesa que nos antecederam, a gente aqui também neste novo momento e também aqueles que nos assistem pela tevê e pelas redes sociais.

A minha fala vai ser um pouco no sentido de falar sobre o que o Conselho Nacional de Saúde vem fazendo nesse momento da nossa história, da nossa conjuntura e apontar algumas preocupações que o conselho traz e alguns pontos que o conselho gostaria de debater mais profundamente sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Bem, o Conselho Nacional de Saúde é uma instância colegiada, é a segunda maior instância colegiada do SUS junto às Conferências Nacionais de Saúde. É composto hoje por cerca de 148 entidades, movimentos sociais, federações nacionais e representantes do Governo em condição de titularidade e suplência. É um espaço que, obviamente, pela sua própria estrutura, preza pela democracia participativa, pela construção popular e social das políticas públicas e, especificamente, trabalha com a ampliação, a necessidade da ampliação da legitimidade das decisões governamentais, da fiscalização das contas e do planejamento e das diretrizes da saúde nacionalmente.

O conselho hoje é composto por 18 comissões intersetoriais, entre as quais a Comissão Intersectorial de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Deficiência, entre outras também, como a Comissão Intersectorial de Políticas da Promoção da Equidade, a Comissão de Saúde da Mulher, de Saúde Indígena, de várias pautas da equidade, bem como as comissões mais específicas de garantia do funcionamento e do atendimento constitucional e legal do papel do Conselho Nacional de Saúde como a Comissão de Orçamento e Financiamento, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e a Comissão Nacional de Recursos Humanos e Relações de Trabalho.

Neste ano, o Conselho Nacional de Saúde tem centrado seus esforços em três grandes processos de debate público, que são três Conferências Nacionais de Saúde.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A primeira conferência já aconteceu, a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde, que debateu entre os seus temas a necessidade dos processos de democratização dos meios de comunicação, a necessidade da construção e disputas de narrativas em torno do SUS e da necessidade de trabalhar a saúde como um direito e o SUS como um patrimônio da população brasileira, que deve ser conhecido e que deve ser pautado no seu processo de consolidação.

O outro grande processo de debate público que o Conselho Nacional de Saúde tem feito já nas esferas municipais e estaduais é a 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres. Essa conferência vem preencher um espaço de 30 anos entre a primeira conferência, que aconteceu em 1986, e essa segunda conferência agora, que vem trazendo ao debate algumas preocupações com a implementação da Política Nacional de Saúde das Mulheres e das políticas nacionais de equidade, já que o debate também aqui é sobre a implementação de uma dessas políticas, que é a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

E o terceiro processo de debate público que o conselho vem produzindo já nacionalmente também nos Municípios e nos Estados é a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Esta conferência vai ter por tema o debate sobre os direitos e as conquistas e a defesa do SUS público e de qualidade e propõe acontecer a sua etapa nacional aqui, em Brasília, em novembro desse ano.

Além desses três processos de debate público e mobilização social em torno dos temas da comunicação e saúde, dos direitos das mulheres e da equidade e da vigilância em saúde, o Conselho abriu recentemente uma consulta à sociedade para atualização da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que é um documento que tem uma tarefa árdua e difícil de tentar, por meio da educação popular e da educação continuada nos serviços de saúde, consolidar os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País, sensibilizando gestores, profissionais de saúde, movimentos sociais, todos os sujeitos que estão envolvidos no campo da saúde à garantia e promoção desses direitos, à garantia e promoção da saúde pública e de qualidade.

Além desses três grandes processos de mobilização social e de debate público, o conselho hoje, em suas reuniões plenárias, tem debatido de modo mais central dois grandes temas que estão no nosso debate conjuntural e que são de grande preocupação para o conselho, que envolvem e põem em risco todas as políticas de equidade, na avaliação dos movimentos e das entidades que compõem o Conselho: o debate em torno dos modelos de atenção básica que vêm sendo desenhados de um modo na contramão do que o controle social vem defendendo nos últimos anos e o debate em torno do financiamento do SUS, ou do subfinanciamento como vem sendo também pautado há alguns anos e que hoje apresenta alguns indícios que preocupam o conselho, como, por exemplo, a recente desestruturação do programa Farmácia Popular, em especial da sua rede própria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, no caso do subfinanciamento, não é demais lembrar que o Conselho Nacional de Saúde foi um dos grupos dos movimentos sociais e das entidades que compuseram, em 2012, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, que era o Saúde+10, que, junto com 44 outras entidades, como a OAB e o Cebes, entregou à Câmara dos Deputados, em 2013, um projeto de lei de iniciativa popular com mais de dois milhões de assinaturas, pautando a necessidade de garantia de pelo menos 10% de investimento do recurso bruto da União na saúde, projeto que infelizmente ainda não foi apreciado por aquela Casa, embora tenha sido desarquivado em 2015 e tramitado em regime prioritário.

Em sentido contrário a esse contexto, o que a gente tem visto com preocupação, e eu falo em nome do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira, é que a redução dos gastos na saúde, a paulatina redução e a proposta de redução dos gastos na saúde põem em xeque todas as políticas de equidade, todas as políticas de construção do SUS que nós temos enfrentado há alguns anos, desde 1988 pelo menos, quando o SUS se desenha. Nesse sentido, o Conselho tem-se posicionado contrariamente também a algumas iniciativas, como a mudança dos blocos de financiamento proposta pelo Ministério da Saúde, que prevê a mudança dos seis blocos anteriores por dois novos blocos de financiamento. A gente se posicionou contrariamente a essa medida por meio de uma recomendação enviada ao Ministério da Saúde em março 2017.

A matéria mais específica sobre a saúde das pessoas com deficiência começou a ser tratada no Conselho Nacional de Saúde em 1996, com a instituição de um GT destinado a debater a política nacional da pessoa com deficiência no conselho. Esse GT foi transformado em uma comissão intersetorial em 2003, e essa comissão começou, inicialmente, a trabalhar na temática em um mutirão nacional que foi feito em torno da dispensação de órteses e próteses que visava, à época, atender a uma demanda reprimida e emergencial. Essa comissão foi recomposta no ano passado e hoje ela conta com 20 representantes de diversos movimentos e entidades sociais, como a Abra, a Abrato, MORHAN, entre outros, de representações de ministérios.

Em termos de debate em torno da regulamentação do estatuto, o encaminhamento mais concreto do Conselho foi a finalização do relatório final...

(Soa a campanha.)

O SR. FREDSON OLIVEIRA CARNEIRO – ...da 15ª Conferência Nacional de Saúde, a Resolução 507, de 16 de março de 2016, em que nós apresentamos um conjunto de propostas – nós, o curso da conferência, que foi um processo que aconteceu em quase todos os quatro mil Conselhos de Saúde que nós temos no Brasil e que veio, num modelo ascendente, como todas as conferências, para os Estados e para a etapa nacional.

Desses, eu gostaria de destacar alguns que são, a nosso ver, propostas de regulamentação do artigo, sobretudo do Capítulo do Direito à Saúde do Estatuto da Pessoa com Deficiência, os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

arts. 18 a 26. São quatro propostas, uma das quais visa fortalecer a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, garantindo o direito à prioridade, ao transporte adaptado e à garantia de acesso com segurança aos estabelecimentos, a ampliação de disposição de profissionais de saúde capacitados para o atendimento e a abordagem desses usuários, a ampliação dos centros de referência em reabilitação física e psicomotora adulto e infantil em todos os níveis de complexidade, e criação de um canal de comunicação entre os departamentos de fisioterapia e os setores de órteses e próteses.

Uma outra proposta é a de fortalecimento e garantia da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência com expansão dos centros de reabilitação e a implantação da interface do programa Viver Sem Limite para a área da saúde.

Uma terceira proposta é efetivar a implantação da rede de cuidados à saúde da pessoa com deficiência, incluindo retaguarda hospitalar, com a garantia e acessibilidade às unidades de saúde de acordo com a política de acessibilidade e da capacitação de profissionais de todos os pontos de acesso, de atenção para atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência, incluindo profissionais capacitados em libras e guia-interpretação, por meio da implantação de estratégias de educação permanente, bem como do empoderamento das famílias usuárias e comunidades. É um ponto muito caro ao controle social. Em todas essas políticas e no debate da regulamentação do estatuto, a gente pensa no empoderamento das famílias, dos usuários e da comunidade.

A última proposta que a gente gostaria de trazer aqui, mas de um conjunto de outras propostas, é a de aprofundar e de efetivar os processos de regionalização do SUS, criando estruturas de governança que incluam o fundo regional de saúde tripartite e garantindo o controle social por meio de Conselhos Regionais de Saúde paritários, de forma a garantir instrumentos efetivos de gestão territorial e regional que reduzam as desigualdades regionais de acesso à rede de serviços e que otimizem os recursos disponíveis, adequando a oferta de leitos hospitalares, urgência e emergência, atenção especializada de média e alta complexidades, saúde mental, criação de centros de referência à pessoa idosa e de cuidados com a pessoa com deficiência, além da normatização do transporte humanizado de acordo com a patologia do usuário, garantindo que todas as mudanças de fluxo realizadas a grupo de risco sejam discutidas e pactuadas entre sujeitos que compõem a rede regional.

Essas são algumas das propostas apresentadas na 15ª Conferência Nacional de Saúde, mas que estão dispostas em inúmeras propostas que foram publicadas pela Resolução nº 507, de março de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, e que estão um pouco na frente de luta dos movimentos e das entidades que estão no conselho e que vêm debatendo esses assuntos todos e registrando esta preocupação em todos os espaços de debate aos quais fomos convidados: a preocupação com essa mudança dos modelos de atenção à saúde e o subfinanciamento do SUS que pode colocar em questão o desenvolvimento de todas essas políticas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Era o que eu tinha para trazer do Conselho Nacional de Saúde.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fredson Oliveira Carneiro, representante do Conselho Nacional de Saúde, que faz uma explanação sobre o tema.

Lembra que são quatro, mas são inúmeras propostas que eles deixam para a Comissão naturalmente como uma contribuição para a implementação para melhorar o sistema de saúde e, claro, com olhar aqui, devido a nossa agenda de hoje, à pessoa com deficiência. Destaquei as quatro principais aqui.

Por favor, agora, a Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Odília Brigido de Sousa.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Bom dia a todos. Eu cumprimento a todos na pessoa do Senador Paulo Paim e a todos da Mesa também.

O Ministério da Saúde está trabalhando muito no Cadastro-Inclusão e no Índice de Funcionalidade Brasileiro. A gente vê que é um trabalho muito importante, só que é um trabalho de formiguinha, porque muda conceitos e muda também ao interagir ações, diversas políticas. É que esse cadastro vai envolver todos nós, nove ministérios e mais duas autarquias, se eu não me engano. Então é um trabalho muito árduo, de muita conversa, muito debate, mas é um trabalho muito importante. Por quê? Porque nós temos realmente de fazer uma avaliação da pessoa com deficiência de acordo com o que se considera hoje a pessoa com deficiência nesse modelo biopsicossocial.

Na saúde, nós não temos benefícios, todo mundo tem direito à saúde, mas nos outros ministérios nós temos um BPC, tem a questão das cotas. Enfim, a gente perpassa por outras ações que realmente precisam fazer uma avaliação mais criteriosa dessa pessoa, até pelo novo conceito do que é pessoa com deficiência. A gente tem feito um trabalho muito importante – eu acho –, que é um trabalho de chegar a um consenso para todo mundo e todas as ações e serviços que realmente as pessoas com deficiência têm o direito de conquistar para exercer seu pleno direito de cidadania.

A gente fez uma nota técnica em relação à esterilização compulsória, a gente fez no sentido de fazer com que a pessoa com deficiência expressasse a sua vontade. Nessa nota técnica, a gente colocou que a pessoa com deficiência tem direito de se manifestar, tem a manifestação da vontade e, nos casos em que for necessário, é facultado à pessoa com deficiência a adoção do processo de tomada de decisão apoiada. O Ministério da Saúde fez essa nota técnica para estar realmente enfatizando essa questão de toda pessoa com deficiência ter direito de expressar a sua vontade na hora dos direitos sexuais, reprodutivos, na questão da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esterilização, de querer ter filhos ou não, enfim. Caso isso não seja possível, ela pode lançar mão da decisão apoiada.

Em relação à habilitação e reabilitação, a gente tem trabalhado muito com as secretarias estaduais e municipais no sentido de qualificar a nossa rede, nossas ações e serviços de saúde. A partir de 2012 nós temos uma política que fala sobre a rede da pessoa com deficiência. Desde então, a gente teve a habilitação de 187 serviços, Centros Especializados em Reabilitação (CER), 33 oficinas ortopédicas, com um custeio anual de R\$413 milhões. Nós também temos a construção de 80 novos serviços especializados em reabilitação e 20 novas oficinas ortopédicas com um valor de R\$290 milhões.

Também temos a qualificação. O que seria a qualificação? Seria a reforma, a ampliação e aquisição de equipamentos para essas unidades, além de novas habilitações, que é um repasse de recursos: todo mês, quando o Ministério habilita um serviço, são repassados recursos para esse serviço ser mantido. Então, é um recurso que vai, mês a mês, para esses serviços. A gente tem uma qualificação de 269 CER e 17 oficinas ortopédicas, num investimento de R\$165 milhões; a aquisição e doação a Estados e Municípios de 108 veículos adaptados para o transporte das pessoas com deficiência; a doação de 10 oficinas ortopédicas itinerantes, totalizando um valor de 26 milhões.

Além disso a gente tem aumentado a nossa cobertura da triagem auditiva neonatal, a gente tem qualificado profissionais de saúde para atendimento à pessoa com deficiência, temos trabalhado também com a intervenção precoce, principalmente em relação à síndrome congênita do zika vírus – lembrando que a intervenção precoce é para qualquer criança com deficiência, não só no caso das crianças com síndrome congênita. Intervenção precoce é para crianças que nascem com algum problema, principalmente síndrome de Down e paralisia cerebral, que também se beneficiam da intervenção precoce, mas não só essas crianças com síndromes congênitas. Então a gente tem trabalhado muito nesse sentido de qualificar esses profissionais para o atendimento precoce a essas crianças.

Há outras ações também. A gente tem a publicação de 12 diretrizes voltadas à capacitação dos profissionais de saúde que estão na nossa rede, a ampliação do rol de doenças triadas. Hoje nós observamos seis doenças quando se faz a triagem neonatal, e essas ações já estão implantadas nos 27 Estados; temos a qualificação de 490 centros especializados de odontologia; temos investimento para a compra e qualificação de centros cirúrgicos odontológicos para o atendimento à pessoa com deficiência. E há outras ações que estão sendo feitas também nesse sentido, mais investimento no sentido de ampliar os nossos serviços de saúde por meio de habilitações, de novas construções. Nós temos tudo isso no nosso PPA, de 2016 a 2019. Então, cada vez mais, a gente tem ampliado a oferta de serviços à pessoa com deficiência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria deixar bem claro que o Ministério da Saúde vem realmente qualificando a sua rede, cada vez mais, realmente tentando fazer com que essa pessoa chegue mais precocemente não só aos centros especializados de reabilitação, mas que também possa ser atendida, tanto na atenção básica, como na atenção de urgência e emergência. A intenção é que, quando ela entre na atenção básica, possa ser encaminhada para uma atenção especializada o quanto antes para que possa ser atendido, o mais precocemente possível, por essa equipe multiprofissional.

No serviço de saúde, não só os serviços são construídos com uma ambiência para o atendimento, para que realmente a população possa ser atendida por toda uma equipe multiprofissional, que vai desde médico até enfermeiro, terapia ocupacional, fisioterapeuta e assistência social. Além disso, a gente tem qualificado os serviços, tem tentado trabalhar conjuntamente com os outros serviços que estão na ponta: atenção básica, Nasf, para acolher essa pessoa com deficiência e encaminhá-la o quanto antes para os serviços de reabilitação.

Eu queria me colocar à disposição para qualquer pergunta que vier e queria agradecer mais uma vez a nossa participação.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Sr^a Odília Brigido de Sousa, que me falou, se eu não me engano, no início de um documento...

Você falou de um documento, uma carta, uma manifestação, que tinha prescrito, que vocês tinham feito...

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Chegou um documento ao Ministério, e nós o respondemos por meio dessa nota técnica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, essa nota técnica.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – O senhor quer que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se puder remeter par nós...

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Ah não, tudo bem. Está bem, a gente encaminha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre ajuda para o debate aqui na Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Está bem, eu mando para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Muito bem, a Odilia falou da integração, do sistema de recuperação. Naturalmente tudo também vai na linha do investimento, que precisamos ter, cada vez mais. Eu, particularmente, em relação aos centros de recuperação das pessoas com deficiência, e acidentados também, eu sinto que seria preciso nós todos trabalharmos para que fosse semelhante ao que foi no passado. Quando digo no passado, é no meu tempo; não estou aqui fazendo comparação deste ou daquele governo. Parece-me que, com o tempo, eles foram perdendo os investimentos nos centros de recuperação – isso no tempo da história, cinco, dez, quinze, vinte anos.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Só um adendo.

Eu queria falar que a gente tem metas no nosso PPA, mas é uma coisa que preocupa, porque o Orçamento realmente está menor, não só no Ministério da Saúde, como em vários outros. A gente está vendo o cenário político e sabe que esse corte veio para todo mundo, esse corte no Orçamento. E é uma coisa que preocupa, porque a gente tem metas a cumprir, só que depende de Orçamento para estar realmente realizando essas ações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agora vamos para a Chefe de Divisão da Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr^a Márcia de Carvalho Cristóvão Silva.

A SR^a MÁRCIA DE CARVALHO CRISTÓVÃO SILVA – Bom dia, bom dia a todos, bom dia Senador.

Eu agradeço, em nome da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, pela oportunidade de estarmos aqui.

Eu vou dividir em dois momentos a nossa fala.

Está projetado ali: é uma questão bem legal que nós vamos pontuar para vocês, e eu achei que fica mais elucidativo nós trazermos a avaliação da deficiência para o reconhecimento de direitos e benefícios do servidor público federal – então enfatizo que o nosso recorte aqui é para os servidores públicos federais.

Essas avaliações são realizadas nas unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, unidades SIASS, que estão hoje distribuídas em todos os Estados. São hoje 147





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

unidades do SIASS, que fazem avaliação do servidor para todos os benefícios, seus afastamentos, aposentadoria por invalidez e incluindo também a avaliação da deficiência para o reconhecimento dos direitos do servidor com deficiência e para aquele servidor que tem um familiar ou um dependente que também seja uma pessoa com deficiência.

Ao longo da apresentação vocês verão que nós fazemos lá essas avaliações e, num segundo momento, verão a importância dessa avaliação unificada, quão importante, quão esperada ela é por essas unidades do SIASS.

A nossa legislação é a 8.112. O Decreto 3.098, de 1999, e o Decreto nº 5.296 ainda são os decretos de referência, esses decretos são utilizados para a avaliação, para a constatação de deficiência. Há também o Decreto 7.613 e o Decreto 977. Nós vamos passar, então, os artigos que se referem a essa legislação.

Inicialmente, a avaliação da pessoa com deficiência para fins de pensão, prevista no nosso art. 217. Ela é realizada por perícia singular. Quando é possível, a avaliação é feita por junta, e é para a constatação de deficiência intelectual ou mental de filho, enteado ou irmão do servidor falecido. Então, haverá essa constatação de deficiência intelectual ou mental. Como é de dependente econômico, será submetido a avaliação e, se comprovada, poderá ser utilizada para fins de concessão de pensão a filho, enteado ou irmão. A comprovação da dependência deve ser feita diretamente na área de recursos humanos. Todas essas avaliações são feitas via processo, elas são requeridas via processo no órgão do servidor.

O segundo instituto previsto a partir dessa avaliação do servidor com deficiência é o horário especial para o servidor portador de deficiência e para o servidor com familiar portador de deficiência. O art. 98, §2º, refere-se ao servidor. Essa é uma avaliação realizada por junta, e as deficiências serão, então, comprovadas por meio de exames especializados e indicados para cada caso.

A perícia vai ser solicitada e vai ser feita, então, a avaliação para a constatação de deficiência, nas seguintes situações: para que o servidor tenha o horário especial e para aquele servidor que tenha um cônjuge, filho ou dependente com vistas à concessão de horário especial. O que seria o horário especial? É a redução da jornada do servidor sem compensação do horário. Ainda é feita a constatação por esses dois decretos de que nós já falamos inicialmente: o 5.296 e o 3.298.

Bom, a terceira atuação dessas unidades SIASS é para aqueles candidatos aprovados em concurso público nas vagas de pessoas com deficiência. Então, são utilizados aqueles dois decretos, e isso é avaliado por uma equipe multiprofissional, incluindo um médico investido em cargo público.

Então, vai ser feita ali a qualificação do candidato aprovado como pessoa com deficiência. Ele fará a inspeção médica oficial – é assim que está escrito na legislação – e, se comprovado, ele





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vai fazer também uma avaliação por uma equipe multiprofissional quanto à acessibilidade, recomendação de equipamentos, à natureza das atribuições e tarefas, e compatibilidade do seu exercício com a deficiência constatada. No estágio probatório, ele também vai ser acompanhado por essa equipe multiprofissional para que se faça essa correlação e adaptação desse servidor às suas atribuições de cargo.

A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre a deficiência diagnosticada pelo médico oficial e as atribuições do cargo e emitirá um parecer – isso tudo está bem descrito lá naqueles decretos que já citamos. Serão observadas: as informações do candidato; a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo, função ou emprego a desempenhar; a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas; a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente. A equipe multiprofissional também vai avaliar a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório.

Outra avaliação é a avaliação do servidor com deficiência para a comprovação da necessidade de acompanhamento de viagem a serviço.

Aquele servidor que tem a sua expertise e que irá viajar para ministrar um treinamento, uma palestra, um curso de capacitação: ele será avaliado por uma perícia singular, apenas um perito, dentro da unidade SIASS. É um decreto que já remete a essa avaliação dentro das unidades do SIASS. Ela, então, irá avaliar se há necessidade de que esse servidor seja acompanhado. Esse acompanhamento, então, será às custas do Erário. Ele terá esse apoio para que ele possa, então, ministrar a sua palestra e exercer a sua capacidade em plenitude. A ideia é que ele não fique limitado porque não há alguém que possa acompanhá-lo. Então, já está previsto aqui esse acompanhamento de viagem a serviço.

Também fazemos a avaliação da idade mental de dependente para a concessão de auxílio pré-escolar. Todos os servidores que têm filhos em idade pré-escolar, até cinco, seis anos, fazem jus a um auxílio pré-escolar. Quando o servidor tiver um dependente com deficiência mental grave e for constatado que ele tem idade mental inferior a seis anos, ele fará jus também a esse auxílio pré-escolar.

Esse modelo de avaliação unificada da deficiência é ansiosamente esperado por essas equipes do SIASS. Inicialmente porque ele será um modelo interativo.

(Soa a campainha.)

A SR^a MÁRCIA DE CARVALHO CRISTÓVÃO SILVA – Essa equipe multiprofissional e essa perícia hoje precisa ser qualificada. Elas precisam estar mergulhadas nos conceitos da deficiência, desse tema tão importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós acreditamos que, quando esse modelo já estiver implementado, ele vai fomentar isto: esse mergulho dentro da temática, trabalhar em equipe. Trabalhar em equipe não é cada um dentro de uma sala, é estarmos todos juntos. Cada um dentro de uma sala não é equipe. Nós temos de estar juntos; nós temos de estar integrados. Então, isso é de uma importância muito grande, porque a demanda por essa avaliação tem crescido. Ela precisa ter norteadores e capacitação de equipe. Essa é a expectativa da regulamentação. Ainda estamos com essa regulamentação, o decreto é muito incipiente para a avaliação da deficiência.

Então, nós ansiamos por essa regulamentação, ansiamos por esses instrumentos, e nós temos certeza de que as unidades do SIASS só vão ganhar. Com essa equipe multiprofissional, com esse instrumento, a perícia vai ficar mais qualificada, porque as equipes se ressentem justamente de um norteador.

Então, é essa a fala que nós deixamos aqui. Hoje, as unidades do SIASS anseiam por essa regulamentação e por esse instrumento unificado da avaliação.

Eu me coloco à disposição e agradeço a oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr^a Márcia de Carvalho Cristóvão Silva, Chefe da Divisão de Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que também clama pela regulamentação, para que inclusive eles possam, a partir daí, pelo que eu entendi, ter mais instrumentos para desenvolver o trabalho em relação às pessoas com deficiência no serviço público.

Vamos em frente.

Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs, que eu tenho acompanhado em todo o Brasil. Eu sou um daqueles que reconhece o trabalho das APAEs – pode ter certeza disso.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Muito bom dia a todos.

Eu agradeço ao Senador Paim e, cumprimentando-o, eu cumprimento também os demais integrantes da Mesa.

Para nós é uma satisfação muito grande estarmos sendo chamados para discutir esse tema, porque nós colaboramos muito nas audiências públicas da Lei Brasileira de Inclusão, inclusive por mais de uma década tramitando na Câmara e no Senado Federal, e nós sempre estivemos presentes, com muito interesse nesse tema.

Consideramos que houve diversos avanços legais e conceituais na lei. No entanto, as nossas expectativas, durante esse ano que passou de vigência, não foram, talvez, satisfatoriamente conduzidas, satisfatoriamente implementadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria trazer aqui algumas questões. Como movimento social, nós nos posicionamos neste sentido mais de obter um diagnóstico em relação ao que nós precisamos em termos de expectativa para implementar e realizar e uma avaliação também do que percebemos no País.

Hoje, as APAEs estão em 2.165 unidades no Brasil inteiro. Então, nós temos, na realidade, unidades tanto nas capitais mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro, quanto no interior do Pará, por exemplo.

Vim recentemente de quatro viagens pelo interior do Pará. Houve alguns congressos regionais das APAEs em que pudemos sentir o que de fato está acontecendo em relação à pessoa com deficiência intelectual em lugares mais afastados. São aquelas pessoas que não têm condições de estar aqui, no Congresso Nacional, para fazer suas manifestações. Então, nós, como federação nacional, colocamos essas preocupações.

Primeiro, a questão da avaliação biopsicossocial, como foi muito bem referida aqui pelos demais integrantes da Mesa, que é, talvez, a primeira preocupação nossa hoje. Foi um avanço o reconhecimento dessa perspectiva de avaliação da pessoa com deficiência na lei, porque isso tira o foco da questão médica, clínica, que é uma coisa que as APAEs enfrentam há mais de 60 anos. Em 1956, quando nós começamos, nós lutávamos contra a institucionalização da pessoa com deficiência intelectual em hospitais psiquiátricos – havia ala de doença mental. Portanto, as APAEs surgiram com essa bandeira primeiramente. Depois, a questão dos internatos para a pessoa com deficiência intelectual – as APAEs também levantaram uma bandeira contra isso. O fato de começarmos a organizar serviços especializados foi justamente para demonstrar que a pessoa com deficiência intelectual tinha potencialidades e poderia se desenvolver.

Então, a APAE do Rio de Janeiro, em 1958, montou a primeira oficina de marcenaria para pessoas com deficiência intelectual no Brasil, acreditando que essas pessoas poderiam ser qualificadas para o mercado de trabalho, abandonando essa perspectiva médica da incapacidade, da deformidade, da doença e passando para uma perspectiva de desenvolvimento de suas potencialidades e funcionalidades.

Em 1962, a APAE do Rio de Janeiro implementou a primeira equipe multidisciplinar para avaliação de deficiência que competia em outras áreas, maciçamente da saúde ainda – psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia –, mas havia também os pedagogos, havia também uma equipe de assistentes sociais envolvidos nesse trabalho.

Então, nós temos muito experiência com isso e nós acreditamos que esse modelo único de avaliação na perspectiva biopsicossocial finalmente vai concretizar esse histórico pelo qual vimos lutando há tanto tempo, que é o de retirar aquela questão de classificar a deficiência por um número que coloca, então, a deficiência na pessoa – um número classifica a sua incapacidade. Isso vai ser renovado com a dinâmica de fazer uma avaliação das





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

potencialidades que podem ser desenvolvidas no sujeito, e não da sua incapacidade. Então, esse é um ponto fundamental para nós.

Há outro ponto que nós temos discutido muito. Temos visto, Senador, que, nos interiores principalmente, os Municípios têm feito uma regulamentação diferente daquela em que pensamos quando discutimos a lei: a questão do profissional de apoio na sala de aula. Por mais que a lei especifique quais são, inclusive, as competências desse profissional dentro da sala de aula, muitos Municípios estão regulamentando no sentido de colocar estagiários para fazerem esse apoio na sala de aula. Nós entendemos que esse apoio, principalmente para deficiência intelectual, muitas vezes é um apoio contínuo, e nós não entendemos que um estagiário em processo de formação está apto, dentro das competências que a própria lei adverte, coloca, para exercer essa função dentro da sala de aula. Então, seria premente haver uma regulamentação nacional que desse diretrizes claras, inclusive classificando quais são esses tipos de apoio, quais são os paradigmas desses apoios e que tipo de profissional, que tipo de formação seria exigida como critério para a atuação desse profissional dentro da sala de aula. Nós entendemos o porquê do estagiário: para minimizar custos dentro da ordem pública do Município, mas nós aí perdemos, talvez, em qualidade.

Outra coisa que também pensamos que seria premente trabalhar é a questão do auxílio-inclusão. Eu acho que isso não depende de uma regulamentação específica do Executivo, mas parece que está amarrado a uma lei que precisa prever de onde sairá o recurso e uma série de coisas. Mas isso também para nós é muito caro, porque a pessoa com deficiência intelectual, principalmente, uma vez que ela entra no mercado de trabalho, deixa de receber o BPC e tem outros custos para poder estar no mercado de trabalho. Ela gasta com a passagem de ônibus, já que 6% são descontados de sua remuneração, e ela não pode ir trabalhar com qualquer roupa; ela tem que investir nela mesma para estar com uma roupa adequada, para estar com outro posicionamento. Então, ela tem gastos a mais quando entra no mercado de trabalho. Então esse auxílio seria fundamental, pelo menos no início dessa passagem do BPC para o mercado de trabalho, para ela poder ter uma garantia a mais, para poder investir em si mesma, para ocupar um cargo em alguma empresa no mercado de trabalho.

Uma outra coisa que nos é muito cara também é a questão das residências inclusivas, em que houve um avanço aí nos últimos anos, mas que deu uma estagnada. A lei prevê a expansão dessas residências inclusivas. O que a gente discute muito nos congressos e nos fóruns é sempre a angústia dos pais: estão envelhecendo, ou então o cônjuge já faleceu, ficou só a mãe com o cuidado com a pessoa com deficiência, já idosa, em processo de envelhecimento. Há o envelhecimento precoce, e ela não consegue ter uma perspectiva de quando ela falecer – com quem vai ficar o filho? Isso é uma insegurança muito grande. Então isso também nos é muito caro.

A lei traz uma série de questões em relação à habilitação, à reabilitação, ao acesso à saúde, ao acesso à educação. No papel é tudo muito bom, os direitos estão todos ali assegurados, mas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quando a gente vai aos interiores, a gente vê que isso não é garantido. Os serviços especializados em saúde praticamente são inexistentes. Se as associações não organizam, no posto de saúde você não acha – no máximo nos centros de reabilitação, que são regionais.

E aí há, por exemplo, em Campo Grande, pessoas que viajam quatro ou cinco horas de ônibus para poder fazer um atendimento no centro de reabilitação em Campo Grande. E aí, quando voltam, a mesma coisa. E aí têm que fazer isso duas vezes por semana. Então, quer dizer, uma mãe que tem que se dedicar a fazer todo esse trajeto para que o filho tenha um atendimento acreditando no desenvolvimento do seu filho não pode trabalhar, por exemplo, Senador. Fora isso, ela desenvolve também uma série de dificuldades de saúde para ela mesma, porque às vezes tem que pegar a cadeira, botar na cadeira, botar no ônibus, e é ela que faz.

Então outra coisa é isto: nós não temos nenhuma seguridade para esses pais, que às vezes têm que sacrificar uma renda extra, ir para o mercado de trabalho, e seus próprios sonhos, para poder cuidar daquela pessoa, do seu filho, e desenvolvem uma série de dificuldades de saúde também em razão disso. E o Estado também nunca olhou para isso. Inclusive, no BPC, no relatório do BPC na Câmara, houve referência ao art. 229 da Constituição Federal, que fala que os pais devem assistir os filhos menores,...

(Soa a campainha.)

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – ...e os filhos devem assistir os pais no envelhecimento. Ou seja, a gente até tem medo de que se mude a Loas – está falando lá que, no prazo de dois anos, vai mudar, no parecer do Relator – e só tenha acesso ao BPC quem for órfão, por exemplo. Qual seria o outro sentido de citar o art. 229 como critério de acesso ao BPC? Então é toda uma lógica com que a gente vem se preocupando, essa lógica de relegar a responsabilidade pelos filhos com deficiência simplesmente aos pais e às famílias.

Concretizar uma política de habilitação e reabilitação, principalmente na deficiência intelectual, exige necessariamente metodologias, dinâmicas de processo, inclusive que estejam em conformidade com essa avaliação biopsicossocial que a gente está remetendo, para que não sejam políticas protecionistas ou incapacitantes em relação à pessoa com deficiência. E isso só pode ser alcançado a partir das experiências que se tem, da construção que se tem, por exemplo, das APAEs e das outras entidades que fazem um serviço especializado para a pessoa com deficiência e que muitas vezes são excluídas dos processos.

A gente vê que, em Municípios menores, a APAE tem maior representatividade, porque é a única instituição especializada que há muitas das vezes. Mas a gente não vê isso na maior parte do País. Quando encerraram a possibilidade de se fazer convênios diretos da União com as associações – isso aí a gente reconhece que foi por conta de vários escândalos, por conta de pessoas que se aproveitavam desse mecanismo para se favorecerem –, outras entidades que faziam um trabalho sério foram prejudicadas. Então, hoje, muitas das vezes, as APAEs





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ficam na mão dos prefeitos: o prefeito, se quiser conveniar, convenia; se não, ele abre uma instituição própria dele lá, convenia com a instituição dele e repassa o Fundeb e tudo para a instituição, e não repassa para a APAE, que está ali há 50, 30 anos prestando serviço especializado. Há tudo isso também.

Dentro dessa perspectiva também da Lei Brasileira de Inclusão, a gente entende que há de haver necessariamente uma revisão da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, porque nós entendemos que o atendimento educacional especializado, como está hoje na política – apenas duas vezes na semana no contraturno –, é insuficiente para o desenvolvimento das pessoas deficientes. Nós entendemos que essa avaliação e o tempo de duração dos apoios têm que ser individualizados. Individualmente, as pessoas têm necessidades específicas de desenvolvimento. Então, o tempo de duração e os apoios necessários têm que ser também planejados de forma individualizada, e não como está na política: já prevendo o tempo de atendimento, o horário. Não é assim. Nós entendemos que cada pessoa especificamente tem uma necessidade, e essa necessidade tem que ser entendida dessa forma.

Então era isso, um pouco das ansiedades que eu queria trazer, Senador. Agradeço a oportunidade de falar aqui em nome das APAEs, em nome da nossa presidente Aracy Lêdo.

Deixamos um grande abraço para o senhor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs.

Uma frase sua me marcou: no papel, tudo bonitinho, mas, no mundo real, é tudo diferente. É muito diferente para quem está na ponta, como a gente fala, para quem está lá no interiorzão; há a realidade de cada um.

Às vezes eu vejo algumas críticas à APAE. Confesso que eu saio em sua defesa, como saio em defesa do Sistema S. Não vou dizer que a APAE é perfeita, como digo que o mundo político não é perfeito, e o Sistema S também não é perfeito. Mas eu vejo por mim mesmo: para a minha vida, o Senai foi fundamental. O Senai, o Sesc e outras entidades dão formação para os que mais precisam – pelo menos no meu tempo foi fundamental.

E a APAE... Eu tive também uma irmã, que já faleceu, totalmente cega. Só quem a apoiou foi a APAE. Então, eu vi na vida real: foi via APAE que ela foi colocada, que ela tinha espaço, porque ali não era uma questão de poder pagar ou não pagar; a questão era como ter um acompanhamento para o dia a dia dela. Ela aprendeu a pintar e fazer escultura junto à APAE. Foi fundamental para a vida dela. Já faleceu agora.

Meus cumprimentos pela contribuição que você dá para este debate.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, neste momento, eu vou passar a palavra a três pessoas do plenário que se inscreveram: Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Igor Carvalho e Francisco Djalma de Oliveira. Primeiro a Tânia Márcia Oliveira de Andrade. São cinco minutos para fazer alguma pergunta aos painelistas ou expressar o seu ponto de vista.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Senador Paim, falo aqui como servidora pública concursada com deficiência e gostaria de fazer uma pergunta para qualquer um dos integrantes do comitê de regulamentação da LBI e duas sugestões.

A pergunta é em relação a essa regulamentação, a esse conceito que envolve avaliação biopsicossocial. Não me sai da cabeça a frase do rapaz lá da ponta, que disse que o principal desafio ia ser botar isso em prática. E eu, como disse o senhor, que vivo a situação da pessoa com deficiência na prática, entendo que é preciso pensar concretamente no período de implementação disso e numa forma de transição.

A pergunta é... A avaliação biopsicossocial vem no sentido de acrescentar direitos, de ampliar o direito das pessoas com deficiência, eu suponho, não no sentido de, eventualmente, alguém que hoje é, pelo critério médico, considerada uma pessoa com deficiência, deixar de ser pelo critério biopsicossocial. Então, se isso não for possível, se ele vem no sentido de ampliar e de agregar, entendo que seria necessário, e a pergunta é essa... É possível que alguém deixe de ser considerado pessoa com deficiência a partir de um critério de avaliação biopsicossocial ou não? Ou esse critério vem para ampliar o critério médico e incluir novas pessoas que, pela condição psicossocial, passam a ser consideradas também pessoas com deficiências, para além do critério médico? Então, essa é uma pergunta.

A segunda. Se for verdade que é apenas agregador, se apenas acrescenta direitos para as pessoas com deficiência, se amplia essa inclusão, então me pergunto se será necessário que todas as pessoas com deficiência, pelo menos em um primeiro momento, tenham que passar por essa equipe multidisciplinar. Gostaria de saber se não seria possível haver uma faixa de transição em que aquelas que, já no primeiro critério, no critério biológico, no critério médico, já são consideradas pessoas com deficiência possam usufruir de imediato dos benefícios a que tenham direito. Evidentemente, ninguém se submete a uma avaliação de pessoa com deficiência se não for para usufruir de benefícios e de políticas públicas.

Então, que elas passam usufruir de imediato enquanto se constrói esse sistema múltiplo de avaliação da pessoa com deficiência, para evitar que haja prejuízos, paralisação e demora na concessão de benefícios por conta de uma falta de estrutura que nós sabemos que o Estado tem e assistimos se agravar a cada dia na atual política.

Então, esta é a primeira sugestão: que se crie uma faixa de transição, um período de transição...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só faço um apelo aí a quem é da área para que se prepare para responder, porque não estão tomando nota de tudo não. Vocês estão ouvindo, depois respondam. Todos terão direito se quiserem falar sobre as perguntas.

Está no seu tempo, pode continuar.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Portanto, que essa faixa de transição, que esse período de transição admita uma passagem gradual da avaliação, que hoje é exclusiva médica, para uma avaliação multidisciplinar como forma de evitar prejuízos às pessoas com deficiência. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão vem em relação à aposentadoria do servidor com deficiência. Existe hoje o projeto de lei, o PLS 250, de sua autoria, que parou, que foi inconstitucional, que voltou, que não é mais, que está na Câmara, que agora é objeto da ADO 32, que está na mão da Ministra Rosa Weber, por vício de iniciativa.

Em primeiro lugar, é um absurdo que o Governo não tenha mandado, nem agora nem antes, um projeto de lei de regulamentação da aposentadoria para o servidor com deficiência, e a gente tenha que se submeter a uma discussão que passa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que na área privada já existe, está resolvido.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Que na área privada já existe.

Portanto, a questão que eu venho trazer é que, não obstante esse projeto estar em tramitação, hoje, pela portaria...

Deixa eu pegar o número aqui porque eu não sei de cor.

Pela Instrução Normativa SPS nº 2, de 13 de fevereiro de 2014, o Ministério da Previdência Social estabelece as condições para que o servidor com deficiência possa usufruir das regras da lei do Regime Geral da Previdência. Mas o absurdo da questão é que ela só atende ao servidor que tenha entrado com mandado de injunção.

Quer dizer, exigem que o servidor, pessoa com deficiência, amparado pela Constituição, atualmente amparado pela LBI, tenha que acessar nada mais nada menos do que o STF para conseguir ser enquadrado na condição de pessoa com deficiência para fins de aposentadoria, em uma situação em que existem inúmeros mandados de injunção sendo ajuizadas e providos pelo STF.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a sugestão é no seguinte sentido. Por que o Ministério da Previdência não faz como fez lá atrás, quando se reconheceu a união homoafetiva e, por conta de haver decisões judiciais reiteradas, com base em súmula da AGU, com base em decisão conjunta, com base no que quiser que seja de instrumento jurídico, estabeleceu a aceitação de que haverá o provimento do mandado de injunção? É absurdo você ter uma portaria para dizer que a pessoa que entrar com mandado de injunção vai ter o direito a se aposentar nas regras da previdência se isso já é a ordem do mandado de injunção. Essa portaria é inócua! Essa portaria é cruel, porque ela finge que estabelece um direito e, na prática, ela exige...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quem entra na Justiça é quem tem chance de ganhar.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Ela exige que a gente contrate um advogado para entrar no STF – é uma coisa caríssima isso –, para conseguir...

(Soa a campanha.)

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – ... que um dos ministros que esteja lá, sabe-se lá com que espaço de tempo entre uma prisão e outra da Lava Jato e do que mais que tiver que acontecer, possa se debruçar sobre a pessoa com deficiência, se ela tem ou não tem um direito que vem sendo reiteradamente assegurado.

Então, eu gostaria de sugerir isto: que o Ministério da Previdência revise essa portaria para já estabelecer, para todos os servidores, a contagem de tempo independentemente de ter que ajuizar um mandado de injunção.

Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu vou pedir que vocês respondam em bloco, o.k.? Para as considerações finais, todos terão cinco minutos e responderão em bloco as perguntas.

Agora eu passo a palavra para o Sr. Igor Carvalho, da Associação de Deficientes Visuais – ADV. Cinco minutos também.

O SR. IGOR CARVALHO – Primeiramente, bom dia a todos.

Peço desculpas se eu me prolongar um pouco aqui, mas estava ansioso...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo.

O SR. IGOR CARVALHO – Muito obrigado.

Primeiramente quero parabenizar aqui o Paulo Paim pela CPI aberta, da previdência. Foi algo extremamente benéfico – é e será, com toda a certeza.

E quero agradecer também a linda fala da nossa amiga, minha amiga aqui de trás, da qual não me recordo o nome, no que se refere ao regime de previdência complementar dos servidores públicos, da União, dos Estados e dos Municípios. Isso é muito importante, porque, em jurisprudência e em decisões judiciais... Inclusive é bom a gente até fazer aqui um adendo: estavam tentando aplicar o que está firmado no regime geral de previdência social no regime próprio. Só que você vê que as condições de trabalho são diferentes, o esforço para entrar num cargo público é diferente, é maior – fora outros fatores que eu não tenho propriedade técnica para expor a todos vocês.

Então, parabéns à minha colega aqui, que expôs muito bem. Parabéns mesmo, e vamos continuar a luta.

A segunda coisa que quero expor é sobre o que disse a Fernanda, que expôs muito bem também. Ela é do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho, Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti.

O SR. IGOR CARVALHO – Isso.

Fernanda, agradeço e dou uma sugestão. Qual é a sugestão? Você falou, e eu vou só complementar aqui. A sugestão é no quesito de fazer uma avaliação, uma auditoria dentro das empresas para ver a exclusão das empresas para com as pessoas com deficiência no que se refere a leves ou não tão leves. Você falou, mas eu estou dando um exemplo.

Vou dar um exemplo bem rápido aqui a vocês. Eu tenho uma amiga que é engenheira de software. Ela fez curso superior e é engenheira de software. Outrora ela fez uma entrevista de emprego, enviou o currículo, tudo certinho, dentro dos trâmites que exige a iniciativa privada, e, chegando lá, a pessoa que estava cuidando do desenvolvimento humano, no RH, disse: "Olha, eu não vou poder te contratar porque você não sabe mexer no computador." Peço a atenção de todos, meus caros: a gestora do RH de uma empresa X, de que não me recordo, mas cujo nome não falaria, disse: "Não vou te dar o emprego porque você não sabe mexer no computador."

Olha, eu, Igor, sou técnico em informática, e essa minha amiga é engenheira de software. E como a pessoa tem coragem de abrir a boca e falar que a pessoa não vai poder trabalhar num cargo de assistente administrativo porque não sabe mexer no computador? Mas como funciona





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

isso? Ela pode, inclusive, programar e revitalizar o sistema de acessibilidade da empresa dentro dos termos técnicos da informática.

Então, há que se cuidar dessas questões trabalhistas.

Quando se fala em direitos, temos de falar em direitos e também, Senado Paulo Paim, em deveres. Fico feliz por um lado e fico triste por outro quando falamos que temos de fazer diretrizes e instrumentos legais para questões trabalhistas para as pessoas com deficiência. Eu acho que está faltando o Governo Federal se mobilizar no que se refere à publicização da capacidade laboral da pessoa com deficiência. Aí, existe uma palestra... "Não, vamos fazer uma palestra". Coloca-se uma venda no olho, por exemplo, de uma pessoa que trabalha, e aquela pessoa sente uma dificuldade imensa porque não vive aquilo. Não. Você tem de pegar a pessoa com deficiência no exercício laboral, mostrar o exercício da pessoa na sua prática. Coloca um computador na frente dela...

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR CARVALHO – ...coloca qualquer instrumento que permita a atividade laboral. Então, quando se fala em saúde, em tudo o que nós falamos, eu acho que uma das coisas que está mais em déficit dentro da Política Nacional da Pessoa com Deficiência é a questão trabalhista.

Nós precisamos trabalhar, nós precisamos ser dignos e ter todas as nossas políticas garantidas de cidadania, como seres humanos comuns que somos.

Agradeço a oportunidade mais uma vez.

Parabéns, Paulo Paim. Mais uma vez, respeito muito o seu trabalho.

Muito obrigado a todos.

Tenham um ótimo dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Igor Carvalho, da Associação de Deficientes Visuais, ADV, que mostra que conhece com profundidade este tema, e ainda tem poder de síntese – achei que você ia falar mais. Ele, de forma objetiva, deixou a pergunta para que os nossos convidados a respondam.

Meus cumprimentos, Igor.

A mesma coisa para Tânia, que, brilhantemente também, fez a sua exposição, assim dando espaço para que os nossos convidados possam responder.

Passo agora a palavra ao Sr. Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da APABB.

O SR. FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria de, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim por mais esta iniciativa de trazer uma discussão sobre este tema, agora muito focado na própria regulamentação, que é como colocar em prática o que foi aprovado na LBI.

Esse tema da avaliação é muito caro para a APABB, que é a Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência do Banco do Brasil. A APABB tem 30 anos e, durante esse tempo, nós fizemos várias lutas para conseguir internamente alguns direitos para os funcionários com filhos com deficiência. Então, por meio do plano de saúde, da Cassi, temos um tratamento diferenciado. As pessoas que têm filhos ou filhas com deficiência têm direito a acompanhamento fisioterápico, psicológico, alguns atendimentos.

E, vez por outra, nós nos deparamos exatamente com a avaliação da deficiência, que ainda é feita no modelo biomédico. Então, a possibilidade de passar para o modelo biopsicossocial, portanto, é extremamente relevante, e nós estamos acompanhando de perto como esse processo pode evoluir para também implementarmos isso no âmbito do Banco do Brasil e da Cassi.

Bom, mas eu gostaria de fazer uma pergunta, uma pergunta que diz respeito ao estágio dos trabalhos nos dois subcomitês, tanto no de avaliação como no da inclusão.

Eu ouvi certa vez de um médico perito do INSS que o médico tinha condição de fazer uma avaliação biopsicossocial, porque, no curso de Medicina, haveria uma formação – parece que há uma disciplina na área de extensão que permite que eles tenham um pouco dessa abordagem. Isso me preocupou, e isso preocupa também parte do movimento das pessoas com deficiência, porque vai de encontro ao que preconiza o modelo biopsicossocial, que é esse olhar interdisciplinar. Então, por mais bem formado que seja o médico, me parece que faltam-lhe condições de fazer uma avaliação mais profunda do ponto de vista social, do ponto de vista econômico econômico-social.

Então, eu gostaria, se possível, dos colegas que estão participando dos comitês, que fizessem uma avaliação sobre como está o estágio atual de adoção do Índice de Funcionalidade Brasileiro como instrumento para fazer avaliação biopsicossocial. A Prof^a Livia lembrou, na fala dela, que é um modelo desenvolvido pela universidade, validado. É um modelo científico e, portanto, com condições próprias de ser adotado no âmbito dessa avaliação.

Portanto, eu gostaria, se possível, que vocês, nas considerações finais de vocês, pudessem falar um pouco sobre como está o grau de unidade para aceitação do modelo no momento atual da implementação da avaliação única.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da APABB. (Palmas.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós voltamos agora para a primeira mesa para as considerações finais, também cinco minutos para cada um, e cada um aborda como entender melhor, respondendo ou comentando como foi o nosso encontro de hoje. Todas as contribuições ficarão, naturalmente, aqui na Comissão.

Então, Willian Ferreira da Cunha, advogado e Secretário de Direitos Humanos e de Assuntos Jurídicos da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). (Pausa.)

Ele teve que sair. Muito bem, não há problema. Acho que foi aquele que me avisou.

Wederson Rufino dos Santos, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – Bom, eu acredito que tanto o importante ou os importantes questionamentos da Tânia quanto os últimos também do Francisco, relativos às preocupações, atualizações e mais informações... Desculpe eu ficar um pouco de costas para o Francisco e para a Tânia, é só para eu conseguir falar bem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está falando também, o que sempre digo, para, no mínimo, 2 milhões de pessoas via TV, aí tem que ficar de frente mesmo.

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – É verdade. Desculpem-me, mas o mais importante é que eu vou trazer as respostas e as reflexões para todos e, mesmo assim, se não for suficientemente esclarecido, fico à disposição para a gente conversar e esclarecer o quanto for possível.

Em primeiro lugar, Tânia, um primeiro pressuposto importante que o comitê passa é... A própria convenção traz de um modo bastante claro que nenhuma daquelas novidades, princípios, diretrizes – e dentro ali afiançados nos seus 50 artigos –, nenhuma daquelas novidades trazidas na convenção pode ser implementada para restringir direitos. Esse é um primeiro aspecto que a gente tem que levar a sério. Isso do ponto de vista da LBI, que sempre caminhou nessa perspectiva. Então, por mais que seja nova, por mais que seja desafiante, a gente precisa levar essa perspectiva a sério. Todas essas novidades, naquilo que é novidade, não podem retroceder, não podem trazer prejuízos para aquilo que já é garantido para pessoas com deficiência. Esse é um primeiro ponto que a gente precisa de levar absolutamente a sério em qualquer das atividades nossas não só aqui do cadastro, dos comitês, mas qualquer processo de regulamentação, seja da LBI, seja qualquer outra política pública que assim for criada. Esse é um primeiro aspecto.

O segundo: é, sim, Tânia, uma preocupação nossa. E faz parte, ou já fez e continua fazendo parte de longos debates nossos como que esse índice de funcionalidade brasileiro, ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

caracterizar a deficiência, agora, nessa perspectiva, não pode desconsiderar algo que estava sendo aí já reconhecido: o direito dessas pessoas com deficiência.

O desafio maior é exatamente esse momento em que nós estamos agora – e aí já dialogo um pouco com a pergunta do Francisco Djalma – na validação do IFBR para todas as políticas públicas que eu mencionei, é exatamente partido que já foi validado para a Previdência e levar para os aperfeiçoamentos necessários para as outras políticas públicas. Então, o que foi validado, do ponto de vista técnico-científico, é para a aplicação específica da Previdência Social, e o trabalho que nós estamos fazendo exatamente neste momento é validar para aquilo que pode ter de necessidade, de sutileza e exigências específicas para as políticas públicas. Então, é exatamente neste momento que nós estamos cuidando de levar em consideração algo... Só a título de exemplo mesmo, a Lei Complementar 142, pela sua regulamentação e pelo já disposto na própria lei, diz que se tem que caracterizar a experiência da deficiência no passado da vida do trabalhador com deficiência. Essa avaliação da deficiência no passado não está clara, de forma explícita, nas várias outras políticas públicas brasileiras. Então, a gente precisa de ter ajustes técnico-científicos, epidemiológicos e de funcionamento do instrumento para esse tipo de especificidade da lei, porque a gente também tem que levar em consideração essas especificidades das leis que trazem aí algumas nuances específicas para a materialização do direito.

Sobre as questões relativas ao quanto que nós poderíamos criar uma regra de transição em que apenas somaríamos...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – ... outros profissionais, o comitê tem trabalhado nessa perspectiva – o quanto a gente precisa de criar condições objetivas para essa regulamentação ocorrer – e, porventura, a gente pode ter, sim, algumas regras do ponto de vista da gestão e implementação das políticas, em que a gente vai ter que escalonar no tempo o modo como essa integração do modelo vai ocorrer.

Então, Tânia, em alguma medida, a sua sugestão trazida já está em constante debate no âmbito do comitê nesse sentido. Mas só reforço que nós estamos falando de um novo modo de considerar a deficiência. Não é só agregando mais perspectivas; é outra perspectiva, é uma perspectiva interacional ou de interação ou de inter-relação entre os saberes para poder caracterizar essa restrição de participação...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – ... como aqui já colocado. Então, é mais do que isso e, de fato, é um grande desafio. Mas a gente também tem que tomar cuidado para levar a sério o conceito da convenção em consideração, que é mais do que soma. A perspectiva da interdisciplinaridade, colocada no art. 2º, é exatamente... Se a gente for ao pé da letra do que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

significa interdisciplinar, é muito mais do que apenas soma de saberes, é quando os saberes se interconectam para produzir um novo saber, e isso está colocado no art. 2º. Então, além da perspectiva biopsicossocial, a gente tem esse modo de avaliar que é a interdisciplinaridade.

E toco brevemente no questionamento do Francisco Djalma sobre como nós estamos vendo aí as perspectivas, seja dos setores, seja das categorias profissionais.

Francisco, eu acredito que as profissões, na constituição de saberes específicos...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – ... à sua formação, vão trazer aquilo que se alega como capacidade ou não para poder avaliar. Então, pode ser que tenhamos alguns profissionais que se alegam capazes de realizar essa avaliação. Mas novamente gostaria de lembrar que não é só a perspectiva biopsicossocial que está na lei, como algumas categorias profissionais podem alegar: "Não, eu consigo fazer uma avaliação biopsicossocial". Nós temos, ainda, a multiprofissionalidade; então, além da perspectiva biopsicossocial, o art. 2º fala em multiprofissionalidade. Então, pela lógica, não há como um profissional ser multiprofissional; um profissional é um profissional com o seu saber. Ele pode até ter habilidade para realizar uma avaliação biopsicossocial, mas a lei fala em multiprofissional e interdisciplinar. Não há como você ser interdisciplinar só dentro de uma disciplina. Nós precisamos ter essa regulamentação.

E por que a lei está assim? Porque, no processo de construção, foi dito que, para materializar esses conceitos...

(Soa a campainha.)

O SR. WEDERSON RUFINO DOS SANTOS – é preciso essas complexidades.

Muito obrigado. Estou correndo contra o tempo aqui para apresentar, mas posso ficar disponível para os esclarecimentos.

Desculpe-me, Senador, por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wederson Rufino dos Santos. (Palmas.)

De imediato, Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conade.

O SR. MOISÉS BAUER LUIZ – Senador, é só para agradecer a oportunidade em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Acredito que todos os aspectos aqui abordados foram muito importantes para seguirmos no caminho que estamos, potencializando sempre o nosso trabalho.

Então, deixo aqui, mais uma vez, os nossos cumprimentos ao seu trabalho, ao trabalho desta Casa parlamentar, sempre nos colocando à disposição para futuros debates.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Moisés Bauer Luiz, do Conade. (Palmas.)

Por favor, Professora do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Professora Lívia Barbosa.

A SR^a LÍVIA BARBOSA – Obrigada, Senador.

Eu teria muito pouco a acrescentar ao que o Wederson disse, especialmente à Tânia, porque a preocupação dela é muito pragmática, muito concreta de: "Ora, as pessoas vão perder direitos? É disso que se está falando?"

Tânia, eu não sei qual é a referência da avaliação médica que você tem, mas, se você olhar, por exemplo, para os decretos que estão em vigor, que listam as deficiências, são bastante restritivos, e eu diria que, ainda que algumas instituições médicas tenham resistido a esse modelo, muitos profissionais médicos ajudaram a construir esse modelo de avaliação biopsicossocial, inclusive um dos maiores autores mundiais é um médico, professor da Universidade Oxford. E eu diria que esse modelo biopsicossocial já vem contaminando, ele já vem entrando mesmo em ambientes essencialmente médicos.

Eu tenho estudos, por exemplo, com a perícia médica, com mais de 450 médicos, publicados, que mostram que eles já não partiam mais tanto de uma perspectiva biomédica exclusiva. Eles já tinham se aproximado desse debate.

Entenda que, do ponto de vista conceitual, eu não tenho como te dizer que agrega, que só soma. Realmente o Wederson está certo, muda a perspectiva e amplia, inclusive, para outras possibilidades de pessoas com outros tipos de impedimento, porque o foco está na restrição de participação. Se o sujeito não tem uma deficiência clássica, mas ele tem uma doença crônica ou um impedimento corporal, que não é descrito como deficiência clássica, como lesão medular, ou cegueira, ou coisa do tipo, mas que ele sofre a restrição de participação por conta dos ambientes pouco sensíveis ao funcionamento corporal dele, ele pode ser enquadrado como pessoa com deficiência, a partir desse novo modelo. Se fosse só uma medida do corpo, da acuidade, dentre outras coisas, ele não entraria.

Do ponto de vista empírico – só um minutinho, deixe eu só te dar também –, os estudos que a gente tem feito mostram, sim, uma ampliação; eles mostram uma ampliação para além do que é considerado clássico ou deficiência clássica. Mas eu entendo a sua preocupação, inclusive quero lhe sugerir um período de transição... Eu não tenho nenhuma ingerência sobre isso, eu não tomo decisões governamentais, mas eu acho, por exemplo, que faz muito sentido... Por exemplo, as pessoas que estão incluídas na Lei de Cotas, que passaram inclusive pela auditoria do trabalho, não faz nenhum sentido elas estarem na Lei de Cotas e chegarem a uma avaliação, conseguirem adaptar bem os ambientes, terem acessibilidade dentre outras coisas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e, na hora da aposentadoria, não serem consideradas pessoa com deficiência, porque conseguiram reduzir a restrição de participação ao longo da vida, das intervenções.

Então, é uma expectativa de direito que é frustrada. Nisso, você tem toda a razão, faz muito sentido essa sua sugestão, essa sua proposta, e eu imagino que o Comitê está considerando – eu espero que sim.

Eu acho que é isso. Você queria complementar alguma coisa? Desculpe-me, gente está mudando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, está dentro do seu tempo ainda. Como está no seu tempo, você abriu espaço para ela.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Era só para esclarecer o objetivo da pergunta. Eu participei, durante um período, eu sou servidora do Senado hoje, mas, durante um período, eu fui servidora na Câmara, trabalhei lá na consultoria e, logo que foi aprovada a LBI, eu participei de alguns fóruns de debates, inclusive com consultores que são aqueles que orientam os Deputados na elaboração de projetos de lei, em que eles entendiam coisas como: "Ah, então, hoje, uma pessoa que tem uma deficiência leve, na medida em que ela ganhe bastante dinheiro e possa comprar a prótese ou sei lá o quê, desde que isso elimine a tal barreira que ela tinha antes, ela pode não ser mais considerada pessoa com deficiência." Isso para mim parece um contrassenso em relação ao objetivo mesmo da lei.

(Soa a campainha.)

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – Então é nessa direção a pergunta...

A SR^a LÍVIA BARBOSA – Entendi.

A SR^a TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE – ... de se poderá haver um reenquadramento de pessoas que, hoje, do ponto de vista exclusivamente médico, já são consideradas.

Você, de certa forma, já respondeu.

A SR^a LÍVIA BARBOSA – Teoricamente isso é uma possibilidade, mas é difícil isso acontecer na prática porque você não elimina todas as barreiras com uma prótese, a não ser que essa pessoa tenha um impedimento muito discreto, por assim dizer. Mas é uma possibilidade.

O que está por trás? A sociedade tem que reparar, tem que restituir uma desigualdade que ela provoca, que ela produz para aquela pessoa. Não é o corpo. Porque você dizer que: "Eu mereço reparação só porque eu tenho um corpo pior..." Isso é um modelo que as pessoas com deficiência têm recusado. Eu não tenho um corpo pior, essa sociedade que não me inclui, essa sociedade que me deixa de fora. É isso que está por trás.

Tenho tempo ainda?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto ainda.

A SRª LÍVIA BARBOSA – Tenho?

Para o Francisco: eu também já escutei essa fala.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍVIA BARBOSA – Eu, como assistente social, Francisco – é Francisco, não? –, eu passei quase.... Os nossos estudantes passam, no mínimo, quatro anos estudando desigualdade social dentro da faculdade, e, do ponto de vista da desigualdade, eu consigo olhar... Eu não fiz, obviamente, uma faculdade médica, eu não sei ao que a formação dos médicos os direciona, mas este modelo eu estudei muito, o modelo social da deficiência ou modelo biopsicossocial da deficiência. E todas as pessoas envolvidas nesse modelo, das mais variadas profissões, que estudam, que produzem e que levantam dados, se declaram desafiadas no que diz respeito a elas sozinhas fazerem isso – isso, olhando para toda a produção desde o início do debate do estudo sobre deficiência.

Como assistente social, por exemplo, eu não acho que o serviço social avaliaria sozinho a deficiência dentro deste modelo que está sendo construído.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍVIA BARBOSA – Então, eu fico impressionada com alguma categoria dizer que ela sozinha vai fazer isso.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (Palmas.)

Professora do curso de Serviço Social da UnB, Professora Lívia Barbosa.

Kalid Nogueira Choudhury, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aqui.

O SR. KALID NOGUEIRA CHOUDHURY – Bom, Senador Paulo Paim, gostaria apenas de agradecer em nome da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento.

Para a gente, fica claro que se, num primeiro momento, o desafio era consensualizar e positivar, por meio de instrumentos legais, a importância de um novo olhar para a pessoa com deficiência, e o fizemos por meio da convenção internacional e pelo estatuto, acho que o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

grande desafio, talvez o maior desafio, é efetivar essas políticas e, de fato, mudar a realidade de inserção das pessoas com deficiência. Portanto, levamos este dever de casa de, como Secretaria e como servidor público, como podemos colaborar com isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Kalid Nogueira Choudhury, que falou pelo Ministério do Planejamento.

De imediato, Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti, Auditora Fiscal do Trabalho.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – Tentando responder a todas as perguntas sob a perspectiva das cotas, Tânia, acho que o Wederson e a Prof^a Livia já responderam muito bem, mas há uma coisa também que foi o mesmo parâmetro que nós da cota usamos quando veio o Decreto 5.296, que alterou os parâmetros da surdez e da cegueira para fins de cota, colocando um nível de surdez maior, porque, se levássemos em consideração o mercado de trabalho, havia vários surdos, inclusive produzidos pelas próprias indústrias, que entravam na cota. Quem já estava classificado e dentro da cota como pessoa com deficiência já tinha direito adquirido, ela não poderia ser reavaliada. Agora, se ela fosse demitida, aí ela teria que novamente passar por uma nova avaliação dentro dos critérios atuais do que é deficiência. Eu acho que é mais ou menos isto que vai seguir: o direito que a pessoa adquiriu naquele momento é adquirido; se ela precisar de uma nova avaliação para uma nova coisa, talvez ela tenha modificado. Mas a convenção é a garantia de não diminuição de direito, eu acho que tudo isso é importante.

Eu acredito que, apesar de esperarmos da sociedade que um dia não haja a menor barreira de participação das pessoas com deficiência, temos ainda um longo caminho, porque temos uma barreira que é quase intransponível, que é a do preconceito e da discriminação contra a pessoa com deficiência. As outras são mais fáceis de fazer, mas essa é importante.

Djalma, meu companheiro de Conade – eu também sou representante do Conade –, eu acho que pode até ser que haja algumas categorias que se achem mais brilhantes ou mais capazes do que outras – ou pessoas –, que possam elas mesmas integrar todo o conceito do que a avaliação está propondo – o que eu acho que o Wederson já analisou muito bem. Mas uma coisa é importante colocarmos na cabeça: uma lei pode ser mudada por outra lei, mas esse conceito está na convenção. Então, é uma coisa a que temos que estar alerta para não deixar passar, porque não é isso que a Convenção dos Direitos Humanos, que tem status constitucional, preconiza, exatamente a avaliação biopsicossocial, a intersectorialidade e a multidisciplinaridade.

Para o Igor: Igor, sabemos muito bem o que acontece com as pessoas com deficiência quando elas procuram a vaga no mercado de trabalho. Inclusive temos um pedido interno no Ministério do Trabalho. Temos o Sine, que é o Sistema Nacional de Emprego, em que a empresa pode escolher a pessoa com deficiência pela deficiência. E já colocamos – e o Sine vai mudar isso – que não se tem que escolher a pessoa pela deficiência, mas sim pelo currículo da pessoa. Não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

é porque a pessoa é cega que ela não pode trabalhar com computador. Eu tenho colega auditor fiscal do trabalho que é cego e enxerga muito mais do que muita gente que é auditor fiscal do trabalho e não tem a clareza de enxergar como ele enxerga.

Além disso, temos outros absurdos. Temos absurdo de as empresas colocarem o setor da "asinha quebrada", onde junta todo mundo com deficiência. Quando pegamos esse tipo de situação, autuamos por discriminação no trabalho. A pessoa com deficiência está integrada no ambiente de trabalho. O ambiente de trabalho dela tem que ser acessível, inclusivo e livre para a pessoa com deficiência. É uma luta árdua, mas é muito importante. Então, temos sempre esse feedback. A primeira coisa que tentamos conversar, quando começa a fiscalização na empresa, é exatamente a diretoria de recursos humanos, o pessoal de recursos humanos, apesar de que, se um empresário não mudar a cabeça dele, os recursos humanos também não mudam, porque os recursos humanos fazem o que vem de cima, infelizmente. E infelizmente, apesar de todos os prazos que damos para as empresas para elas poderem mudar o olhar com relação à pessoa com deficiência, fazemos palestras, fazemos sensibilização, apesar de não ser o papel da Auditoria Fiscal do Trabalho – a Auditoria Fiscal do Trabalho...

(Soa a campainha.)

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – ... é para encontrar irregularidade e punir, porque é isso que a lei manda, mas temos uma sensibilidade maior, porque sabemos que é uma dificuldade a mais para um empresário que não está muito familiarizado com a temática –, infelizmente, só depois do primeiro auto de infração é que os empresários começam a se movimentar. Não são todos não, gente. Encontramos empresários muito bons que abarcam logo a causa e propõem coisas maravilhosas e conseguimos cumprir a cota muito bem com as pessoas com deficiência se sentindo incluídas no mercado de trabalho e na vida profissional.

Sabemos que, no modelo capitalista de Estado que temos, o trabalho é um dos direitos mais fundamentais do ser humano, é por onde ele é reconhecido na sociedade. É isso que defendemos no nosso dia a dia para a pessoa com deficiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Sr^a Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti, que falou pelo Ministério do Trabalho.

Eu, esses dias, botei, em um dos meus votos, uma música do Gonzaguinha que diz:

E sem o seu trabalho

O homem não tem honra

[...]





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não dá pra ser feliz,

Não dá pra ser feliz.

É do Gonzaguinha, não é minha.

Quero dizer que concordo plenamente com V. Ex^a pela experiência que eu tenho. Meu chefe de gabinete no Rio Grande do Sul, estou no Parlamento há 32 anos, aqui no Congresso, é totalmente cego, Santos Fagundes, que muitos conhecem. Ele é meu chefe de gabinete. E o Luciano, que está aqui, é um poeta, faz poesias lindas, quer que eu leia e diga que são minhas. Eu sou um poetinha, eu gosto de escrever e não admito isso. Quando eu leio, ele pensa que vou dizer que é minha, eu digo: "Ali está o autor da poesia e escreve os meus pronunciamentos também".

E só concordando com V. Ex^a, eu sinto que eles precisam de oportunidade – eles e elas –, deem oportunidade que eles mostram toda a sua capacidade.

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – E os empresários conhecerem a capacidade deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é.

Tem que dar oportunidade para eles poderem conhecer, senão eles ficam já, de antemão, como V. Ex^a disse muito bem, não pelo currículo, discriminando.

Mas ele não falou, foi o primeiro que eu falei, vou passar para você.

Está aqui o Dr. Willian Ferreira da Cunha, advogado e Secretário de Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB). Quando eu falei, ele tinha se retirado por alguns minutos.

Seus cinco minutos.

O SR. WILLIAM FERREIRA DA CUNHA – Primeiramente, eu quero, em nome da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, agradecer, Senador, pela oportunidade e dizer que o senhor serve como inspiração para nós jovens com deficiência pelo seu protagonismo, por sempre colocar em pauta essa temática tão peculiar, tão imensa, que é uma política transversal, porque engloba todos os ministérios.

Então, eu quero deixar a mensagem de que, quanto mais acessos e oportunidades nós, pessoas com deficiência, tivermos, menores serão nossas dificuldades e maiores produtividades, tratando-se da questão laboral, nós teremos.

É essa mensagem que eu quero deixar. (Palmas.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Willian Ferreira da Cunha, que falou pela ONCB (Organização Nacional dos Cegos do Brasil).

O Luciano, já que eu o citei, alegou o art. 14. O art. 14 é quando citamos um Parlamentar...

Fale, Luciano.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO RIBEIRO DE CAMPOS – É que, quando foi falado da oportunidade que as pessoas com deficiência necessitam para demonstrar capacidade de trabalho, eu ia dizer que é exatamente isso que o senhor fez conosco, tanto com o Santos quanto comigo. E quero aproveitar a oportunidade para agradecer-lhe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diplomático. A diplomacia do meu amigo poeta e escritor.

Vamos agora à segunda mesa. Começamos com o Sr. Fredson Oliveira Carneiro, representante do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. FREDSON OLIVEIRA CARNEIRO – Em nome do Conselho Nacional de Saúde, na pessoa do Ronald Ferreira, gostaria de agradecer o convite para participar deste momento, e fazer eco também à voz de algumas pessoas que já disseram do nosso agradecimento pelo seu trabalho, desse período todo desse trabalho eletivo no seu mandato, das pautas que você tem levado adiante, que nos representam. É uma amplificação de vozes sociais que vêm de vários espaços, assim como o Conselho Nacional de Saúde busca ser esse espaço de amplificação de vozes sociais sub-representadas socialmente, de construção da democracia participativa, de ampliação da intensidade democrática nas instituições brasileiras, e de defesa e luta pelo direito à saúde e por todos os direitos humanos das populações que sofrem iniquidades sociais neste País.

Eu convido a todos e todas a participarem dos processos de produção das políticas nacionais de saúde em curso este ano, como a Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, a segunda, que vai acontecer aqui em Brasília, em agosto deste ano, e a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, que vai acontecer em novembro, e também coloco o Conselho à disposição da Comissão e dos debates para a regulamentação do estatuto, de modo que também eu me comprometo a levar à Comissão Intersectorial de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência do Conselho esse debate, como sugestão de pauta.

Fica então o agradecimento e os votos de continuidade dos trabalhos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fredson Oliveira Carneiro, representante do Conselho Nacional de Saúde.

Odilia Brigido de Sousa, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Queria agradecer também a participação aqui neste evento tão importante. Acho muito importante a gente discutir essas questões, a Convenção, a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão. Eu também concordo com os meus colegas quando se fala da avaliação biopsicossocial, porque eu acredito que não vai haver perda de direitos, e sim vai ser uma oportunidade de as pessoas com deficiência serem avaliadas de uma maneira multidisciplinar, interdisciplinar. Na saúde, quando ele chega ao centro especializado em reabilitação, ele passa por toda a equipe. Então, eu acho que isso vai ajudar a pessoa com deficiência também a reconhecer as barreiras que tem que transpor, que vencer. As barreiras são muitas, desde sair de dentro de casa, ou às vezes até na própria casa, porque às vezes a casa não é acessível. Então, é desde sair de casa, até chegar ao seu trabalho, à sua escola, aonde ela precisa realmente realizar as suas ações, as suas atividades.

Eu acredito que, como os colegas colocaram, não vai haver – a Convenção é bem clara – perda de direitos. Eu acho que vai ajudar também a que essa avaliação seja uma avaliação mais fidedigna de tudo aquilo que ela realmente precisa alcançar.

Então, eu queria agradecer mais uma vez a participação e me coloco à disposição para conversar em outros momentos.

Muito obrigada! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Odília Brigido de Sousa, que falou pelo Ministério da Saúde.

Vamos, de imediato, a Márcia de Carvalho Cristóvão Silva, Chefe de Divisão da Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por causa do tempo, rapidamente.

A SR^a MÁRCIA DE CARVALHO CRISTÓVÃO SILVA – Eu vou ser breve também.

Respondendo ao Francisco, à sua preocupação sobre aquela centralização do médico, neste momento, a nossa legislação, a Lei nº 8.112, para o servidor, realmente faz esse link com a perícia oficial em saúde. A perícia oficial em saúde é de médicos e de cirurgiões dentistas, cada um no seu âmbito, mas respondendo especificamente sobre a avaliação da deficiência, que acaba sendo a avaliação do médico, na legislação está, sim, descrito; mas a despeito disso, nós temos a orientação dada a todas essas equipes do Siass, por meio do Manual de Perícia Oficial em Saúde. Vocês podem consultar manual, que está disponível lá no SIAPENet, aba "saúde". Vocês vão entrar no Portal Siass, e lá ele está disponível, na aba "documentos". Nesse manual, desde o início do Siass, desde o início da política de atenção à saúde do servidor, a avaliação é sempre orientada para que seja uma avaliação multiprofissional. Então, sistemicamente, também nós temos previsto isso no Siape Saúde. Então, a despeito de ser só a perícia oficial, e se falar em vários momentos em perícia médica, em inspeção médica, essa orientação já é feita, desde 2008, quando começou a política de atenção à saúde do servidor,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos nossos documentos e nos nossos treinamentos. Então, essa é sempre a ênfase. E nós aguardamos a regulamentação. Como dito pela colega ali, a Fernanda, a legislação muda. Então, nós estamos esperando a regulamentação e estamos preparados para isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Chefe de Divisão da Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr^a Márcia de Carvalho Cristóvão Silva.

Por fim, Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Para finalizar, eu gostaria de colocar também um pouco da nossa preocupação em relação à formação dos profissionais, porque a lei traz uma série de serviços especializados e garante direito a uma série de prestação de serviços, mas que a gente vê que só vão de fato ser efetivados com a profissionalização adequada e as especialidades dos profissionais que estão envolvidos com esse serviço.

Eu tive a oportunidade, pela Escola Aberta do Brasil, de fazer algumas formações sobre educação na rede municipal do Município de Carinhanha, e nós constatamos isso: na maior parte das salas já havia pessoas com deficiência intelectual, pessoas com deficiência múltipla, surdos. No entanto, por exemplo, os surdos tinham um grave problema de alfabetização, porque você tinha um profissional de Libras no Município inteiro, que atendia. Então às vezes o aluno surdo tinha apenas uma aula, no dia, que ele conseguia pegar com o intérprete de Libras. No resto, ele ficava ali, e a professora, ainda muito bem intencionada, procurava métodos no Youtube, coisas para como conseguir formar, mas aí a gente claramente vê que esse profissional foi colocado dentro da sala de aula para trabalhar com pessoas com deficiência, no entanto não recebeu nenhuma formação prévia para isso. Essa é uma preocupação nossa, por exemplo.

Vemos a questão da capacidade legal e da tomada de decisão apoiada como um grande avanço que a lei traz. O movimento das APAEs, quando atende na questão jurídica, já encaminha e cobra que isso seja realizado dessa forma. No entanto, o que nós vemos é que há ainda um grande desconhecimento do Judiciário em relação a essa nova perspectiva, mesmo com um ano de vigência da lei. Ainda é complicado esse processo no âmbito do Judiciário, ainda é difícil, obviamente porque é uma coisa nova, mas é também premente que haja alguma regulamentação – eu não sei em que instância isso se daria – de informação em relação aos juízes e ao próprio sistema judiciário como um todo em relação a essas decisões nos processos de curatela e de tomada de decisão apoiada.

Em 1999, na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que é de 21 a 28 de agosto – todos os anos, as APAEs promovem essa semana no Brasil inteiro, desde a década de 50 –, o nosso tema foi direitos na prática. Isso foi em 1999. Então, estamos discutindo aqui hoje novamente como transformar o direito assegurado legalmente na prática.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A nossa perspectiva, no que nós temos investido desde 1986, quando houve o primeiro congresso da Liga Nacional de Pais de Pessoas com Deficiência Intelectual no Brasil, é o empoderamento dessas pessoas para cobrarem os seus direitos, tentando abrir espaço para que elas efetivamente façam isso. Um dos espaços interessantes que nós conquistamos nos últimos tempos são os Conselhos de Defesa dos Direitos. Hoje, nós estimulamos que as APAEs coloquem pessoas com deficiência nesses conselhos para representarem suas próprias causas. Então, é o empoderamento da própria pessoa na defesa de seus direitos. Nós entendemos que este talvez seja o principal caminho de efetivação dos direitos que estão na lei: fazer esse empoderamento, levar esses direitos à pessoa, principalmente a pessoa com deficiência intelectual. Então, hoje, por exemplo, o movimento das APAEs está elaborando uma lei brasileira de inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência, acessível à deficiência intelectual. Então, estamos fazendo numa linguagem... Criamos uns fóruns de autodefensores que nós temos, que são pessoas com deficiência intelectual que representam o movimento, e, a partir desses fóruns, nós criamos algumas discussões dos artigos da lei, propondo que eles colocassem uma nova redação, uma redação que eles achassem melhor. A partir desse trabalho, nós estamos fazendo uma sistematização.

(Soa a campainha.)

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Isso ocorreu no Brasil inteiro. E, agora, nós estamos fazendo uma sistematização disso. No congresso nacional das APAEs, que vai ser agora de 8 a 10 de novembro, nós vamos fazer o lançamento dessa publicação, que nós queremos disponibilizar para o País inteiro. Inclusive, contamos com as instâncias de Governo para serem parceiras na distribuição disso, porque nossa intenção é, de fato, fazer esse empoderamento da pessoa e, a partir do empoderamento da pessoa, fazer valer o seu direito na ponta.

Era isso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das APAEs.

Meus cumprimentos a todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou abrir uma exceção para ele ali, porque ele é muito simpático. Fale, pegue o microfone.

O SR. IGOR CARVALHO – Paulo Paim, na verdade, minha amiga aqui, Eva Leite, Presidente da Associação de Deficientes do Varjão... Desculpem a minha impertinência, pessoal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fale.

O SR. IGOR CARVALHO – É só porque ela quer se manifestar. Não sei se o microfone vem até ela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só ela se sentar ao seu lado. Ela é cadeirante?

O SR. IGOR CARVALHO – É. Ela é. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, desloca aqui para a ponta. Esse da ponta dá para você, esse é especial para esse caso. Pronto. Ela está de cadeira, não está?

O SR. IGOR CARVALHO – Só que ela é tetraplégica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, mas o pessoal a traz para aí. Dois toques. Não há microfone solto aqui, mas esse aqui é usado...

O SR. IGOR CARVALHO – O.k.. Peço a todos, mais uma vez, desculpas pelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Agora, alguém segura para ela aí. Pronto.

A SR^a EVA LEITE – Bom dia.

A gente está aqui falando de assuntos referentes a pessoas com deficiência. Eu já estava me sentindo cutucada a fazer um comentário e, agora, com as últimas palavras do Presidente nacional da APAE, eu pensei: "Puxa vida, eu preciso falar".

Há 30 anos, quando eu tive o acidente, eu saía nas ruas, nos shoppings e não via tantos cadeirantes nas ruas. Hoje, aqui, eu estou tendo essa mesma sensação. Cadê os deficientes? Quando ele falou de APAE estar botando pessoas com deficiência para representar essas mesmas pessoas, lógico, a gente se pergunta... Esta Mesa, por exemplo. A gente não vê os deficientes compondo uma Mesa. Eu não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso ajudar?

A SR^a EVA LEITE – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há pouco tempo, saiu daqui um cidadão que está nessa militância há décadas e que é totalmente cego. Ele usou aqui a palavra; usou do plenário outro que é cego; usou outro que é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cego. Todos são bem-vindos aqui. Quem indica quem fala não é a Comissão, são as entidades que indicam. Aqui, no plenário, eu abri a palavra para todos, tanto que você também está falando. Quem quiser falar fala. Agora, você tem razão, e, como aqui foi dito – acho que foi o senhor da APAE que falou –, as pessoas com deficiência têm que, cada vez mais, se empoderar e se manifestar, assim representando suas entidades ou mesmo num evento. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, todos falam: negro, índio, cigano, presidiário, policial. Todos falam. Alguns têm a mania de dizer que Comissão de Direitos Humanos só defende preso. Bobagem! Não sabem o que estão falando esses. Mas V. Ex^a tem toda a razão. Eu acho que o seu apelo é que, cada vez mais, as entidades peçam às pessoas com deficiência que venham também falar em eventos como este. O seu recado está dado e merece uma salva de palmas. (Palmas.)

A SR^a EVA LEITE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente para os encaminhamentos agora.

Meus cumprimentos pela participação de todos. Como é seu nome mesmo?

A SR^a EVA LEITE (Fora do microfone.) – Eva Leite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Eva Leite. Fica nos Anais a sua recomendação importantíssima. Pessoal, tudo que foi dito é importante. E a Eva aqui complementou agora.

Está aqui outro companheiro cadeirante. Se ele quiser usar a palavra, ele poderia usar a qualquer momento. Se quiser, pode usar também. Quer usar ainda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, use, antes de eu ir para o final, para mostrar que a Eva tem razão. Vamos dar sempre mais espaço.

O SR. LUIS MAURICIO SANTOS – Na verdade, eu não estava sabendo o modelo de inscrição. Aí fui pego de surpresa. Havia três pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá lá, vá lá. Isso.

O SR. LUIS MAURICIO SANTOS – Tudo bem. Obrigado pela oportunidade, Senador.

Mais uma vez, parabênzo o senhor pelo entendimento do senhor do nosso empoderamento. Isso é muito importante.

Será bem rápido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu represento o Faped, eu sou da coordenação do Faped, que é um fórum nosso aqui do DF das pessoas e das entidades de pessoas com deficiência. Eu sou Conselheiro de Saúde, eu sou do Conselho de Saúde do DF, somos de uma comissão da pessoa com deficiência dentro do nosso Conselho.

Pelo que estamos brigando é a ampliação do protocolo da bexiga neurogênica. Aqui, nós estamos muito defasados. Só dando um exemplo específico desse protocolo, o SARAH recomenda que a sonda uretral tem que ser descartável, e aqui, no DF, recomendam que a sonda seja reaproveitada. Com isso, corre-se o risco muito grande de infecções de urina...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS MAURICIO SANTOS – ... de internações nos hospitais públicos e tudo mais. Então brigamos por essa recomendação do próprio SARAH, que é de 120 sondas por mês. Aqui, por uma questão de economia... Não entendo que economia é essa, porque o Governo perde com isso. Com a internação de um paciente, o Governo gasta. E com essa recomendação do SARAH a coisa até diminui.

Estamos brigando por esse protocolo. Não sei o que o Ministério da Saúde ou o Conselho Nacional de Saúde entendem disso, até de ampliar esse protocolo para todo o Brasil, já que estamos falando aqui, no Senado Federal, sobre ver essa situação.

Além disso, a questão da política de órteses e próteses. Entendemos que o valor da tabela SUS em relação à compra de equipamentos é muito baixo para as empresas que oferecem esses equipamentos. Cito como exemplo a cadeira de rodas, a cadeira motorizada. E foi um grande avanço o SUS entender que é necessária uma cadeira motorizada também. A compra desses equipamentos é muito pequena. Os governos que entendem que deve haver um complemento do seu orçamento para a compra pegam a tabela do SUS junto com o orçamento, se tiverem, e complementam esse valor para ter um equipamento um pouco melhor.

Então queria saber se o Conselho Nacional ou o Ministério da Saúde têm esse entendimento do aumento da tabela SUS para a compra de equipamentos melhores para as pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero deixá-los bem à vontade. Se alguém tiver condição de responder... Se não tiver, eu pediria que respondesse por escrito. Eu passo para você. E você pega aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Alguém tem condição de responder? Ah, bom! Melhor. Responde na hora.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – O que acontece? Lá na Coordenação, já fizemos várias conversas sobre a tabela. Temos recebido vários e-mails e ofícios em relação à tabela do SUS.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sabemos que a tabela está muito defasada realmente, mas temos feito um esforço muito grande junto ao nosso Secretário e ao Ministro para fazer uma avaliação sobre se pode ou não haver um aumento da tabela. Temos que pensar que, quando se mexe em valores, isso será alterado no Brasil inteiro. Então o impacto é muito grande.

Devemos lembrar que a gestão municipal e estadual também tem que realizar as suas ações de saúde. Então ele tem que realmente fornecer as órteses e próteses por meio de transferência de recursos, para os serviços comprarem esses equipamentos. Não só o Ministério da Saúde faz a sua parte. Os gestores estaduais e municipais vêm cada vez mais colocando recursos, sendo que na maioria das vezes vemos que não acontece ou que acontece em menor volume.

É isso que eu queria colocar. Se vocês tiverem mais alguma consideração nesse sentido, depois eu posso informar o nosso e-mail. Se vocês quiserem enviar e-mail ou um ofício para a nossa Coordenação, nós poderemos responder com maior clareza.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Você se sente contemplado?

A SR^a CARINA – Eu quero fazer só uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SR^a CARINA – Meu nome é Carina, sou advogada, membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB do Distrito Federal e trabalhei durante 14 meses na Coordenação de Pessoas com Deficiência do DF. Durante esse tempo de trabalho, elaboramos um documento sobre a necessidade da mudança desse protocolo da bexiga neurogênica.

Eu queria saber se a Coordenadora pode nos ajudar no sentido de levar esse documento para a pessoa certa, para conseguirmos mudar esse protocolo aqui, no Distrito Federal. Em outros Estados, as pessoas com deficiência que necessitam da sonda uretral conseguem as 120 sondas entrando na Justiça. Inclusive o protocolo já destina as 120 sondas e o SUS disponibiliza. Aqui no Distrito Federal, nós temos essa dificuldade. É muito complicado. Como uma pessoa com deficiência, que usa 30 sondas durante todo o mês, tendo que trabalhar, vai esterilizar, limpar isso fora de casa? Então, queria saber como a Coordenadora pode nos ajudar no sentido de levar esse documento para a pessoa certa. Nós temos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bom, Carina. A questão é bem objetiva.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu proporia que vocês entregassem o documento para a Coordenadora e para nós, que vamos remeter. Que fique entre as decisões de hoje da Comissão de Direitos Humanos o compromisso de remetermos para o DF o questionamento de vocês. Se você também puder receber e remeter, vai reforçar.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Na verdade, se já existe um protocolo que diz que são 120, vamos ter que... Se já existe isso, eu posso levar, mas vamos remeter para o GDF. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, para o GDF.

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – É o GDF que tem que realmente seguir o que está no protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, esse é o entendimento que eu tive. Eu remeto e você também remete. O.k.?

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA – Está ótimo. Não tem problema.

A SR^a CARINA – Na próxima reunião da Comissão da OAB, eu vou pedir que façam o documento já assinado pelo próprio Presidente da OAB e remeterei para cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Remeta para a Comissão de Direitos Humanos e para ela, porque nós vamos encaminhar para o GDF.

A SR^a CARINA – Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., pessoal. Além disso, há outro encaminhamento no sentido de que nós entrássemos em contato com o Ministério da Previdência Social para que revisem a Instrução Normativa nº 2, de 2014, para estabelecer os direitos previdenciários do servidor público com deficiência, aplicando as regras do Regime Geral da Previdência, conforme entendimento reiterado pelo Supremo Tribunal Federal.

Temos aqui uma segunda. Espero que possamos ajudar. É claro que vou encaminhar. Estabelecer um período de transição entre a avaliação exclusivamente biomédica e a efetiva avaliação biopsicossocial para não haver atraso na concessão de benefícios devidos às pessoas com deficiência, levando em conta as dificuldades financeiras do Governo para proceder a todas as avaliações de imediato.

Então, pessoal, com esses três encaminhamentos eu agradeço a todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi muito bom o debate, um debate de alto nível. Ficamos todos centrados no tema, sem desvirtuação do objetivo final. Quem ganha com isso, com certeza, são as pessoas com deficiência.

E, claro, como agosto, pelo que percebi, é o prazo para este grupo de trabalho – infelizmente ele saiu –, nós poderemos voltar a fazer uma outra audiência para ver se avançamos na regulamentação. Pode ser?

A SR^a ODILIA BRIGIDO DE SOUSA (Fora do microfone.) – Acho que o prazo é até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é até agosto? Até agosto era a formação do grupo de trabalho...

A SR^a FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – É, eu acho que é até o final do ano. Em agosto, há a previsão do seminário internacional, mas as reuniões vão até...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso, foi isso que eu falei: seminário internacional em agosto.

Então, antes do fim do ano – porque fim do ano é Natal e nós não estaremos mais aqui –, nós faremos uma outra audiência pública para ver no que avançamos. Pode ser?

O.k., pessoal! Uma salva de palmas a vocês pelo brilhantismo de todos! (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Magno Malta, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Romero Jucá e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Capiberibe e Romário. Passa-se à apreciação da pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 1 de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências")**, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Às onze horas e cinquenta e um minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da CDH, para que possa relatar a matéria. O Senhor Vice-Presidente passa a palavra à Senadora Regina Sousa, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Vice-Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Regina Sousa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 1/2017 – PLDO 2018:

a) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, conforme quadro a seguir:

Nº	Ação Orçamentária	Subtipo da Emenda	Alteração/Inclusão de Meta
1	210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	Inclusão	4.000
2	210Y Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	Inclusão	1.500

b) Emendas de texto (conforme sugestões números 14, 15, 16 e 27).

Nº	Tipo	Referência	Ementa	Texto proposto
3	Modificativa	corpo da lei - Artigo 99	Autoriza o Reajuste de auxílio-alimentação pelo IPCA	Art. 99. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2018, em percentual acima da variação, no exercício de 2017, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2017.
4	Aditiva	Anexo III - item 64	Limitação de Empenho ações	65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei maria da Penha nº



			Enfrentamento violência Doméstica Contra Mulher	11.340, de 07/06/2006).
5	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 11 Inciso XXV	Transparência para despesas destinadas so enfrentamento da violência doméstica	XXVI - resumo das políticas públicas de Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.
6	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 35	Reajuste dos Aposentados GFIP	Acrescenta após o artigo 35, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de serviço e Informações à Previdência Social - GFIP. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário.

As doze horas e dezesseis minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Magno Malta, José Medeiros, Telmário Mota e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/04>



3

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta 43ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 1, de 2017

do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

Foram apresentadas 27 sugestões de emendas perante esta Comissão.

Como eu sou a relatora das emendas, convido o Senador Paim para vir aqui presidir, enquanto eu leio o relatório. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srs. e Srªs Senadores e Senadoras, eu fui convocado pela Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório, mas também fui informado aqui... É uma coisa que chega pelos bastidores, não é? Eu não sabia que a Senadora Regina Sousa está de aniversário. Então, eu queria que a moçada toda que está aqui nos ajudasse, é uma Senadora muito querida de todos nós, e que nós cantássemos aqui Parabéns a Você para ela, porque ela merece.

Vamos lá, então? Não precisa levantar não.

(Procede-se à execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa à nossa querida Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada coletivamente, para não ter que agradecer a um por um. Muito obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então, de imediato, concedo a palavra à Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Regina Sousa, para a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como sempre, as coisas bem atropeladas.

Quando chegou aqui a notícia de que havia um prazo, hoje, já havia passado a reunião da Comissão. Então, fica difícil elaborar emendas, mas houve uma correria, e acho que em todas as Comissões aconteceu a mesma coisa.

Conseguimos ver as emendas que foram apresentadas, todas dentro da nossa competência, da Comissão, mas tínhamos que escolher duas. Então, fica difícil, porque algumas eram muito específicas, e outras, mais abrangentes. Então, nós optamos pelas abrangentes, para ver se isso possibilita que vários segmentos sejam atendidos.

Então, vou ler o relatório.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018.

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166, da Constituição Federal, e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de



Lei nº 1, de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 (PLDO 2018).

Compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, fixar as metas e prioridades para a Administração Pública federal, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Presentemente, está aberto o prazo para a apresentação de emendas à PLDO 2018. De acordo com as pertinentes normas de tramitação previstas na supracitada Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, e no parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), são dois os gêneros de emenda possíveis apresentados: emendas ao anexo de prioridades e metas, de cancelamento, acréscimo ou inclusão, e emenda de texto ao texto principal e a alguns dos anexos do PLDO.

Esta Comissão tem competência para emendar o projeto, observado o limite máximo de duas emendas, no que se refere a proposições que visem à inclusão ou ao acréscimo de metas no Anexo de Prioridades e Metas.

Não há limite quantitativo no que se refere a emendas de cancelamento de metas e a emendas ao texto do PLDO. Assim regulam os itens 2.1.1 e 2.2.2 do parecer preliminar.

Vale destacar que o parecer preliminar exige, no item 2.3.1, que as emendas de comissões permanente restrita às respectivas competências regimentais estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidir por sua apresentação.

Nesta CDH foram apresentadas, no prazo estabelecido, 27 sugestões de emendas a serem apresentadas ao PLDO 2018 pela Comissão, sendo 23 ao Anexo de Prioridades e Metas, uma de acréscimo, as demais de inclusão, e quatro ao texto, conforme detalhado no anexo.

Nas sugestões alusivas ao Anexo de Prioridades, foram contempladas 15 ações orçamentárias diferentes, vinculadas a nobres e distintos programas.

É o relatório.

Análise.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem, ao nosso sentir, às disposições constitucionais, legais e regimentais incidentes, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista o mérito das proposições e a existência de restrições quanto ao seu número, consideramos devam ser todas apresentadas.

Já em relação às emendas de acréscimo ou de inclusão de meta no Anexo de Prioridades e Metas dado a esta Comissão, cabe apresentar apenas duas emendas dessa espécie. Fizemos uma escolha, tomando em conta a relevância das ações orçamentárias indicadas nas sugestões trazidas ao exame desta Comissão, considerando também a frequência das propostas em prol de dada ação e ainda a conveniência de se atender a diferentes áreas relacionadas às competências desta CDH.

À luz desses parâmetros, foram selecionadas, entre as 15 ações sugeridas, as duas a seguir relacionadas:

Ação 210-A: promoção de política de igualdade e de direito das mulheres. E aí vêm as propostas. Os autores são Marta Suplicy, Ângela Portela e Paulo Paim.

E a 210-Y: apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos de comunidades tradicionais. Senador Telmário Mota e Paulo Paim.



5

Nessa primeira, a 210-A, foram três sugestões, e na outra, duas. Então, também se considerou o número de pessoas que apresentaram emendas no mesmo sentido.

O voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das seguintes emendas ao PLDO 2018: de emendas ao texto, as Emendas nºs 14, 15, 16 e 27. De emendas ao anexo de prioridades e metas, conforme o quadro a seguir:

Ação Orçamentária 210-A: promoção de políticas de igualdade e de direito das mulheres;

Ação Orçamentária 210-Y: apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos de comunidades tradicionais.

e todas de inclusão, e o número da alteração da meta: 4 mil na primeira; 1,5 mil na segunda.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificção das emendas tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida para o sistema de elaboração de emendas.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu só quero fazer um registro para ficar marcado, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante o seu registro, até porque está faltando um para dar o quórum, para podermos colocar em votação o relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É claro que a escolha de duas emendas... O meu registro não altera o relatório da Senadora Regina, até porque a briga não se dá aqui especificamente, vai se dar lá mais adiante.

Eu quero dizer, Senador José Medeiros, que, sobre política de direitos sexuais, as emendas da Senadora Marta Suplicy, leia-se imbutidamente aborto, o tempo inteiro... Quando você fala de políticas de adolescentes e crianças, vem bem claro e específico que, quando é para mascarar, diz que é só política de direitos humanos. Isso é muito amplo.

O 1, 2, 12, 13, 22 são muito bons, porque versam sobre violência contra a mulher. E o 5 e 24, até porque eu já tinha conhecimento, que são emendas também que envolvem a Senadora Marta Suplicy, versam sobre direito GLBT. Mas como isso aqui é orçamento, não é específico, a briga vai se dar um pouco lá na frente.

De qualquer maneira, quero fazer o registro para a Presidente da Comissão, que é Relatora dessa proposição para o orçamento. Quero parabenizá-la pela maneira como está conduzindo a Comissão desde que assumiu. Discordar dela hoje seria falta de cortesia no dia do aniversário dela, José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é uma novidade. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador José Medeiros.



6

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quero dar meus parabéns também a nossa Presidente. Olha só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Pronto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora os meus parabéns ficaram no chão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora sim.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Deu quórum e ele ainda chegou...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Fora do microfone.) – Você me permite, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Fora do microfone.) – Hoje é o aniversário da minha querida Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Telmário com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero aqui, com essas flores, passar para você todo o meu carinho, todo o meu respeito por você, e dizer que você honra esta Casa, com muita dignidade, representa muito bem o Estado do Piauí.

Sem nenhuma dúvida, Regina, você está hoje presidindo uma das comissões mais importantes desta Casa. Infelizmente o Senado roda em torno das economias, mas você cuida do ser humano, olha o humano. Aliás, você não vê, você realmente olha com todo amor, com todo carinho e sempre tem se manifestado aqui nesse sentido, defendendo o mais necessitado, o mais carente. Você é uma pessoa muito coerente e comprometida com o Brasil e com o Piauí.

Que essas flores sejam a extensão da sua vida. Que você viva muitos e muitos anos, com muita paz, muito amor, muita felicidade, muita sabedoria e muita tolerância para trabalhar politicamente.

Meus parabéns. (Palmas.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos dependendo de um voto para encerrar a sessão e iniciarmos a outra, precisamos de um.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Dá para considerar o meu voto e o do José Medeiros, não? Nós temos uma reunião ali, porque é igual ao plenário, começa a votar e deixa em aberto. Hélio José registrou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu, agora, deu. Pronto. Vamos lá.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório que conclui pela apresentação das seguintes emendas ao PLDO 2018: a) Emendas de Texto nºs 14, 15, 16 e 27; b) emendas ao anexo de prioridades e metas, conforme quadro a seguir, ação orçamentária, 210-A, promoção de política de igualdade e de direito das mulheres, e 201-Y, apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.



7

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Retorno a Presidência à Senadora Regina Sousa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr^a Presidenta, antes de V. Ex^a conduzir os trabalhos, eu quero aqui agradecer a V. Ex^a pelo acolhimento da nossa emenda e também a do Senador Paulo Paim, que dá o apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

V. Ex^a sabe mais do que ninguém que essa comunidade, essa população, essa sociedade precisa realmente ser atendida pelo Governo Federal. Portanto, eu fico contente por V. Ex^a ter acolhido a nossa emenda, a nossa proposição.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr^a Presidente, se possível, depois eu gostaria que V. Ex^a fizesse a inversão de pauta

se possível, depois eu gostaria de que V. Ex^a colocasse, fizesse inversão de pauta do item 17. (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros, só terminar essa primeira fase, que é a primeira reunião, aí eu abro a outra e o senhor encaminha.

Então, obrigada, Senador Paim, por ter ajudado aqui na condução da votação e proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e dezenove minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e da Senadora Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores João Capiberibe e Romário. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados." Autoria: Deputado Marx Beltrão. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, conforme Emenda de redação que apresenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, o aditamento dos Requerimentos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para que sejam transformadas em convites as convocações do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI e do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN." Autoria: Senador José Medeiros e outros. Resultado: Aprovado, com o acordo de que a vinda das autoridades será no dia 8 de agosto de 2017. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o inciso I do art. 102-E, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a Sugestão (SUG) nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Minuta de Requerimento de 2017 que: "Requer, com fundamento no inciso II do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLC nº 38/2017, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho", para aguardar a decisão da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia contra o Presidente da República Michel Temer, formulada pelo Procurador-Geral da República, acusando-o de ter cometido o crime de corrupção passiva." Autoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento em Plenário. A Senhora Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Fernanda Kaingang, Advogada do Povo Indígena Kaingang; Cacique Odirlei Kaingang; Ângela Inácio Kaingang; e ao Cacique Antonio Erog Kaingang – RS, que denunciam assédio moral e sexual e outras violações de direito, bem como solicitam o afastamento do Sr. Gaspar Paschoal de suas funções no DSEI Interior Sul. A Senhora Presidente faz o seguinte encaminhamento: oficial ao Ministro da Saúde para que tome conhecimento das denúncias de assédio moral e sexual, conforme depoimento de representantes dos Povos Indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng, dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e do pleito de afastamento imediato do Sr. Gaspar Paschoal de suas funções no DSEI Interior Sul. Fazem uso da palavra os Senadores Magno Malta, Paulo Paim, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e as Senadoras Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa e Vanessa Grazziotin. Às doze horas e vinte e seis minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e trinta e cinco minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/04>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Parece-me que não há quórum para deliberação. Obviamente teremos que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas, se o Senador Randolfe registrar, dá quórum, não dá não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não quando o Senador Randolfe está em obstrução.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Você está obstruindo o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Fora do microfone.) – Estou evitando que vocês impeçam a vinda do General Comandante da Abin...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não. Nós queremos que ele venha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vocês quem, cara-pálida?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Fora do microfone.) – ... que grampeou o Ministro Fachin.

Eu quero que eles venham aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Vocês quem? Mas vocês quem? Responda a minha pergunta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Aqui queremos que se transforme em convite, Senador Randolfe. É que foi sempre uma praxe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Fora do microfone.) – Estou de pleno acordo com a transformação em convite, desde que esteja deliberada e definida a vinda deles.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Fora do microfone.) – Se eles concordarem em vir na semana que vem, por exemplo...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Então, está estabelecido o debate. Eu só fiquei aqui... Eu acho que, quando Dilma estava no poder e a oposição convocava os Ministros para fazer aquele lava-pés todo, eu dizia: "Olhe, só quem tem poder de convocar..."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com essa agenda, eu tenho identidade, porque eu convocava antes e convoco hoje.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Não, veja. Não, eu acho que está correto, mas eu acho que o mais cortês é que você convide, até porque o poder da convocação está com a CPI, não está com Comissão. A CPI tem poder disso, porque tem poder de Justiça e de polícia, mas uma Comissão convida. Eu sempre defendi... Telmário estava lá quando a Base se dividiu... Eu dizia: "Olha, vamos transformar isso para convocar o Ministro. Convide-o, porque ele é o mais interessado em ter a palavra."

Então é o seguinte: eu faço coro com o Senador José Medeiros. Acho que deve se transformar em convite, até porque o convite fica mais cortês. E acho, Senador Randolfe, que ele deve ter mais interesse do que qualquer outra pessoa em ser convidado para vir.

Faço coro e, se tiver que votar, eu voto para que ele seja convidado e, sendo convidado, que se comprometa a vir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Caríssimo e querido Senador Magno Malta, em relação à convocação, art. 50 da Constituição:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado (...)

Portanto é um dispositivo constitucional. É uma prerrogativa nossa, de Parlamentares, a possibilidade de convocação. Estou utilizando-a, porque se trata de algo de gravíssima importância. Trata-se de algo gravíssimo. A notícia dá conta de que, pela primeira vez na história do País, um Ministro do Supremo Tribunal Federal que estava investigando um Presidente da República foi grampeado por um órgão de segurança nacional que tem a função institucional de garantir a segurança do Senhor Presidente da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Faço coro com V. Ex^a. É grave, é gravíssimo, é extremamente grave se um órgão de segurança nacional está gravando um Ministro de tribunal superior que está investigando seja lá o que... Quer dizer, na verdade não está nem investigando, porque não é o Supremo Tribunal Federal que investiga.

Isso, de fato, merece explicação, merece que venha aqui, mas eu acho que é cortês... Virou uma praxe. O fato é que servidor público pode ser convocado. É servidor público. Mas eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gostaria que V. Ex^a fizesse esse coro, até porque fiz outras vezes, juntamente com todos vocês, para que Ministros do Governo anterior fossem convocados, ou qualquer outro Ministro que seja convidado. Acho que ele é o mais interessado em dar explicações, porque a gravidade é latente.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Vou encaminhar aqui para ver...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, pelo que percebo, é um debate em que podemos avançar.

Na fala do Senador Randolfe, ele diz o seguinte: não há problema algum transformar em convite. Eu só quero a segurança de que efetivamente ele virá.

Acho que podemos construir nessa linha proposta pelo Senador Randolfe de que se transforme em convite. E entendo que o Senador Medeiros e o Senador Magno Malta podem tranquilamente garantir a vinda dos nossos convidados, no caso, convocados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, eu não posso garantir, porque Medeiros está falando como Vice-Líder do Governo. Se ele cometeu qualquer tipo de erro, ele precisa ser ouvido, precisa tratar do assunto. Ele deve ser o mais interessado.

Defendo a vinda e que Medeiros, como Vice-Líder, deve ir lá e acertar isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Fora do microfone.) – Está acertado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Está acertado? Até porque, Senador Paim,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Melhor ainda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... eu não tenho bandido de estimação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. O Senador Medeiros...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros, por favor, para explicar como é essa garantia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, como Vice-Líder do Governo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... para ver se a gente combina com o Senador Randolfe, porque, se ele não sair da obstrução, a gente tem que encerrar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não, isso está garantido. Fica aqui a...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas de que forma? Quando?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... garantia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Fora do microfone.) – Presidente, só um pequeno adendo para colaborar com a discussão...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... e com a proposta, com as sugestões do Senador Paim e do Senador Medeiros.

Reitero, Sr^a Presidente, que se trata de um caso da mais alta gravidade. Portanto, obviamente, nós estamos na iminência de realizar a reunião pela presença de um Parlamentar. Como é de conhecimento de todos, eu estou em obstrução, e, por conta disso, não registramos a presença. O meu registro de presença, obviamente, reverterá a conversão da convocação em convite.

Eu assim concordo desde que, pela gravidade do caso, nós tenhamos data certa para a presença de S. Ex^a o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, assim como a do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência. Se for por...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – V. Ex^a está dando um voto de confiança para José Medeiros. Dê um voto de confiança para ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, para o Senador Medeiros eu não dou um voto de confiança; eu dou o Senado todo. Dou 81 votos de confiança.

Veja só, o problema é que eu não estou aqui dialogando somente com o Senador Medeiros. Eu quero que o Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional assegure a esta Comissão, informe agora a esta Comissão – pode ser através do Senador Medeiros – qual a data determinada que eles estarão à disposição para virem à Comissão, tanto ele quanto o Diretor-Geral da Abin.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Convidará, e ele determinará a data e informará aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É isso. É isso. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente. Exatamente. Nós podemos votar aqui...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem como viabilizar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... e a Comissão convida para tal dia. Quando a gente faz um convite, a gente põe uma data.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parece que o Senador Randolfe não abre mão da obstrução, pelo que eu estou percebendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, o acordo... Já apresentei os termos da proposta de acordo para encaminharmos e votarmos. (Pausa.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu tenho uma sugestão também. O Ministro já virá à CCAI, que é a Comissão de Inteligência. A gente poderia fazer conjunta então. O que vocês acham?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não há problema, Senador Medeiros, mas parece-me que, regimentalmente e constitucionalmente, a Comissão de Inteligência do Senado é restrita aos membros que dela participam, e, se não me engano, a participação na Comissão de Inteligência do Senado é de um representante da Maioria na Câmara, um representante da Maioria no Senado, um representante da Minoria na Câmara e um representante da Minoria no Senado. Isso impossibilita, pelo caráter estratégico da Comissão, a realização de audiência conjunta com a CDH.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – São membros lá os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa, Roberto Requião, Jorge Viana e Antonio Anastasia. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, Senador, é uma Comissão do Congresso. Há um impedimento regimental devido ao fato de ser Comissão de Inteligência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Entendi. Entendi.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser no mesmo dia, por exemplo?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim, creio que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sem problema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Fazemos por...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por mim, não teria problema ser em conjunto, viu, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O problema é que há um impedimento regimental em relação à reunião ser em conjunto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, façamos o convite no mesmo dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual é o dia?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eles vão se reunir. Não sei bem a data. Ele está convidado para vir. Eu não sei qual é a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não há problema.

Eu queria só recomendar o seguinte: não tenho problema em converter para essa data. Vamos assim: nós aguardamos a data determinada em que a Comissão de Inteligência vai fazer e nós marcamos para a mesma data em que a Comissão de Inteligência fizer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Acho que podemos votar agora, porque a Senadora Marta registrou, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos que encaminhar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – É bom você votar também, Senador Randolfe, porque você fez o acordo, entendeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Seria nesses termos?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta. Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou só fazer a abertura...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora me permite?

É importante que haja o acordo porque, se não houver acordo, qualquer um pede verificação e cai de novo. Se, nesses termos, o Senador concorda, é um acordo; daí votamos simbolicamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está bem. Eu só vou fazer a abertura porque é uma nova...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A gente transforma em convite e deixa para o dia em que...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... e, depois, a gente vê qual é o texto a encaminhar.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 41ª e 42ª Reuniões da CDH. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O Requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Fora do microfone.) – O dele.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Aí a senhora faz a inversão de pauta, Senadora, fazendo o favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Proponho a inversão de pauta que o Senador Medeiros está propondo... Encaminho a inversão de pauta para votar o Requerimento nº 72, de 2017. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

Vou fazer a leitura do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só uma questão, porque me foi passado que, pela informação que temos, não há data ainda para a reunião da Comissão de Inteligência. O Senador Medeiros poderia informar para nós se há alguma data?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Fora do microfone.) – Não, também não temos. Só ouvi falar que viria aqui, não é? Viria aqui, mas não me falaram também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Seria aqui, ainda, nos termos do que nós podemos e tentamos fazer. Porque é o seguinte: não havendo data, para não ficar ad infinitum a definição disso, seria possível – é a proposta que faço – nós definirmos uma data aqui na Comissão de Direitos Humanos, já que a Comissão de Inteligência não tem data definida?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – Pode, mas...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Fora do microfone.) – Na segunda semana de agosto pode ser?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Segunda semana de agosto. O reinício do recesso é na primeira semana de agosto. Então, seria na semana de...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Fora do microfone.) – Na quinta-feira da segunda semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na verdade, na terça, não é isso?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Terça, dia 8, se não me engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Terça-feira, 8 de agosto.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Podemos encaminhar isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por mim, tudo bem.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acordo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por mim, tudo bem.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O requerimento, eu vou ler, mas todo mundo já o conhece.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o aditamento dos requerimentos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para que sejam transformadas em convites as convocações do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Autoria: Senador José Medeiros e outros

Precisa encaminhar ainda, Senador? Posso continuar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Fora do microfone.) – Sr^a Presidente, pode.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi encaminhado em outro momento.

Em votação o requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com a data, Sr^a Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente vota já a data.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Em votação a data encaminhada, de comum acordo, dia 8 de agosto, para acontecer essa audiência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, com data definida: 8 de agosto.

A Secretaria encaminha.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há projeto não terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos projetos não terminativos. Vamos aproveitar para votar. E há requerimentos também mais o Requerimento do Senador Medeiros.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o inciso I do art. 102-E, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a Sugestão (SUG) nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador José Medeiros

Concedo a palavra para encaminhar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para encaminhar.) – Srª Presidente, conforme bem V. Exª já explicitou, há uma necessidade de discutirmos esse tema, e, assim que possível, defendemos que seja realizada essa audiência.

Muito obrigado.

Se possível, gostaria também de fazer a retirada do 12, do 15 e do 16, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Do 12, do 15 e do 16. A retirada dos Requerimentos 12, 15 e 16.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Medeiros.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento 73, de 2017. (Pausa.)

Convido o Senador Paim para novamente presidir, porque há alguns requerimentos de minha autoria. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos à leitura de requerimento da nobre Senadora Regina Sousa, Presidente desta Comissão.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Daniel Cara, Coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Marianna Dias, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Gilson





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Luiz Reis, Coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Autoria da Senadora Regina Sousa, a quem concedo a palavra para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Bom, o próprio texto já diz. A gente teve um impasse na questão da Conferência de Educação. O MEC praticamente destituiu toda a comissão, todo o Fórum da Educação e está com problemas para admitir que a Conferência Nacional de Educação aconteça nos moldes em que acontecia. Aí o pessoal da CNTE e outros componentes do fórum resolveram fazer a conferência paralela, uma conferência popular. E a gente quer fazer o lançamento dessa conferência nas Comissões de Educação e Direitos Humanos para que as pessoas tomem conhecimento de que a conferência vai acontecer como sempre a gente a fez, independentemente de o MEC apoiar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para o item 14.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do seu parecer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para proferir parecer.) – Na verdade, este projeto já foi objeto aqui de discussão. E, na época, eu fiz um parecer rejeitando, porque ainda era uma disputa que se estabelecia na questão do Enem. O Senador queria ainda que se reservasse metade das vagas para vestibular e metade por adesão ao Enem, mas esse assunto está superado. Por isso, tive que refazer o parecer, que vou ler aqui rapidamente, porque, neste momento, a gente sente que ele está prejudicado já





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que todas as universidades aderiram ao Enem. Não há mais por que a gente estar com um projeto desse tipo aqui.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2014, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de introduzir critérios democráticos de acesso ao ensino superior.

Eu vou direto para a análise, lembrando que, na época, foi o próprio Senador que pediu que eu não votasse, que eu o retirasse. Aí saiu de pauta e passou esse tempo todo. Se não me engano, foi em 2015 ainda. Saiu de pauta. Agora, a gente está tentando limpar a pauta, vendo o que está arquivado. Aí tive que mudar o parecer, porque passou um tempo, e os problemas apresentados já tinham sido superados.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é competente para o exame de proposições que versem sobre proteção à juventude, o que torna legítimo o exame do PLS nº 165, de 2014.

Em adição, não se vislumbram no projeto óbices de injuridicidade ou de inconstitucionalidade que impeçam sua aprovação, dadas as competências concorrentes de Estados federados, Distrito Federal e União, conforme o art. 24, inciso IX, da Carta Magna. A autonomia universitária, prevista no art. 207 da norma constitucional (verbis: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial..."), não é diretamente afrontada pelo projeto.

Não obstante, veremos, adiante, como uma interpretação ampla da referida autonomia tem sido consensualmente construída entre o Governo Federal, os Estados federados e as Instituições de Ensino Superior, e que tal noção de autonomia era, sim, atingida pelo projeto.

O acesso ao ensino superior é tema de grande importância para o País, e sua solução justa há de ser formidável mola para o desenvolvimento social nas próximas décadas.

Nesse sentido, a combinação da Lei nº 9.394, de 1996 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) com a entrada em vigor da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, terminou por formar um conjunto normativo bastante satisfatório para a regulação da matéria.

A adoção do Enem como critério de exame democratizou, nacionalmente, o acesso às instituições de ensino superior. Ademais, como a adesão ao Enem como critério de seleção não é obrigatória, mas, antes, uma decisão negociada entre as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação, instituições de ensino superior continuaram a poder equilibrar, conforme lhes parecer melhor, o ingresso de alunos de todo o País com o de estudantes do local ou da região em que elas se localizam.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição em exame rompe o equilíbrio que presidiu a adoção do Enem como critério de ingresso. O Governo federal, em nome da autonomia universitária, negociou com as instituições, caso a caso, a adoção do Enem. Diversas escolas superiores usam os dois mecanismos, a saber, o exame nacional e o vestibular, voltado para a população local.

Neste ano de 2017, 63 das 70 universidades federais brasileiras admitiram ou admitirão alunos pelo Enem.

A presente regulação da matéria, que não impõe o Enem nacional ou o vestibular local às instituições de ensino superior, parece-nos ser a melhor forma de a União desincumbir-se do dever de promover o acesso de todos à educação superior, ao mesmo tempo em que respeita o direito constitucional que têm as universidades de administrar as condições de acesso a seus serviços. Esse direito só é limitado pelos princípios inscritos nos oito incisos do art. 206 da norma constitucional, que não se referem a aspectos do modo de acesso ao ensino superior, mas tão somente comandam às universidades que respeitem a igualdade de condições para o acesso.

O projeto ainda se refere, nas alíneas a e b do inciso III do art. 56-A que acrescenta à Lei nº 9.394, de 1996, à reserva de percentuais de vagas destinados a candidatos pertencentes a grupos familiares de baixa renda ou que tenham frequentado todo o ensino médio em escolas públicas.

Ora, trata-se de matéria regulada nesse mesmo sentido pela Lei nº 12.711, de agosto de 2012, mas em termos precisos e operacionais e acrescidos de atenção a pessoas com deficiência pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Sendo assim, tem-se que a regulação da matéria proposta pelo PLS nº 165, de 2014, está marcada pela prejudicialidade, visto haver “perdido a oportunidade” face ao tratamento legal já existente sobre o assunto, conforme os termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Em razão das ponderações apresentadas, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2014.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Coloco em votação o relatório pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade do projeto.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, há um projeto de que sou relator. É o Projeto nº 370, de 2016. O autor é o Senador Aécio Neves.

Se V. Ex^a puder colocar em discussão e votação, eu posso fazer o relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se concordam com a inclusão do PLS 370/2016, extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão extrapauta do Projeto 370, de 2011.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidenta, vou direto ao relatório.

Vem a exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2016, do Senador Aécio Neves, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência.

Especificamente, a proposição insere o art. 46-A no ECA, para explicitar que a falta de justificativa para desistência de adoção poderá ensejar a cassação da habilitação do pretendente, sem prejuízo de eventual responsabilização cível.

Na justificação, argumenta-se que na, legislação atual, inexistente regra prevenindo que os adotantes desistam da criança ou adolescente no curso do processo de adoção, enquanto estiverem com a guarda, ou obrigando que essa desistência ocorra justificadamente.

O autor afirma, ainda, reconhecer que há casos em que a desistência se dá por efetiva incompatibilidade entre a família e o adotando. Mas enfatiza que há casos, no entanto, que constituem verdadeiro abuso por parte dos adotantes e podem causar até mesmo dano irreversível à criança, que muitas vezes é levada a acreditar que já pertence à família. Isso pode resultar na vivência de um segundo trauma de ruptura, já que, em muitos casos, não será a primeira vez que a criança ou adolescente terá sido abandonado.

A matéria foi distribuída a este Colegiado e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Cabe à CDH a análise de matérias que tratem da infância e da adolescência.

Veja que estamos aqui com um menino e uma menina, crianças indígenas, que a gente recebe aqui. V. Ex^a me permita, Presidente, já que estamos falando de crianças, com muito carinho e muito respeito, pedir uma salva de palmas à nação indígena e a todas as crianças do Brasil e do mundo. (Palmas.)

Vamos em frente no nosso relatório.

No que se refere ao mérito, a proposição tem como objetivo evitar comportamentos frívolos no processo de adoção de crianças e adolescentes que aguardam o amparo de famílias substitutas. Não são poucos os casos em que pessoas levam para a casa crianças abrigadas em instituições e, depois de alguma desavença, simplesmente devolvem-nas, sem qualquer apreço pelos seus sentimentos. A matéria ora em exame tem o objetivo de que esse passo seja dado de modo refletido, de maneira a não repercutir ainda mais negativamente na vida de uma criança que necessita de um lar.

Desse modo, a matéria estabelece que a desistência injustificada da adoção, durante o estágio de convivência, poderá ensejar a cassação da habilitação do pretendente à adoção, sem prejuízo de eventual responsabilização civil. E, ainda, dispõe que a justificativa para a desistência de adoção seja avaliada pela equipe interprofissional ou multidisciplinar a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, a qual deverá levar em consideração, dentre outros





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fatores, a idade da criança ou adolescente e o tempo transcorrido no estágio de convivência até a desistência.

Nesse ponto, consideramos importante ressaltar que tais medidas não prejudicam a eventual responsabilização cível por danos morais causados ao adotando, razão pela qual adicionamos emenda ao texto original da proposição.

Assim, caso o juiz venha a constatar a inexistência de justificativa ou, considerando a avaliação da equipe multiprofissional, decidir pela insubsistência da justificativa apresentada, poderá cassar a habilitação do pretendente à adoção.

Ademais, a fim de melhorar nossas estatísticas nessa área, o projeto estabelece que todos os casos de desistência de adoção durante estágio de convivência, justificados ou não pela família substituta, assim como a respectiva avaliação da equipe multiprofissional, deverão ser comunicados pelo juízo ao Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, para efeito de acompanhamento.

Ante o exposto, Sr^a Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2016, com a seguinte emenda:

Dê-se ao caput do art. 46-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2016, a seguinte redação:

Art. 46-A A desistência injustificada da adoção durante o estágio de convivência poderá ensejar a cassação da habilitação do pretendente à adoção, sem prejuízo de eventual responsabilização cível por danos morais causados ao adotando.

Assim, com essa emenda singela, Sr^a Presidente, cumprimentando o autor pela grandeza do projeto, o meu parecer é pela aprovação.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim, pelo relatório.

Parabéns pelo relatório muito bem elaborado. Acho que é um projeto bem pertinente.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise na CCJ em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos ainda algum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permite só para ajudar, pela ordem. (Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tive um lapso aqui porque, quando o Senador Medeiros pediu para retirar de pauta os requerimentos, eu me esqueci de colocar em votação, o que faço agora.

Os itens 12, 15 e 16 são da autoria do Senador Medeiros, e ele pediu para retirá-los de pauta.

Faço a votação agora.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Retirados de pauta esses itens do Senador Medeiros.

Vamos agora para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos aqui a visita...

O Senador Paim vai encaminhar.

Nós temos aqui a representação da população indígena, com duas crianças segurando uma faixa, que já diz mais ou menos qual é o assunto, que é o assédio à saúde indígena. O Senador Paim apresenta a proposta, e a gente encaminha no final.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, nós estamos recebendo aqui uma delegação dos povos indígenas e a frase aqui, liderada por essas duas crianças, diz tudo.

E esta Comissão de Direitos Humanos, claro, recebe com tristeza o motivo da vinda, mas com a alegria a vinda de vocês aqui. Exigimos o fim do assédio à saúde indígena.

Srª Presidente, se V. Exª me permitir – e esse é o pela ordem – nós poderíamos, quebrando um pouco o protocolo, mas num gesto de grandeza desta Comissão, porque a audiência pública não estava marcada, permitir que representantes dessa comunidade possam usar a palavra, explicitando para nós outros e para o Brasil, pela TV Senado, o porquê da vinda aqui. E vocês, mais do que ninguém... Eu sempre digo que somente quem é índio sabe o peso da discriminação e somente quem é negro sabe também o peso da discriminação que nós sofremos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso, eu faria questão de ouvi-los para que possamos, sob a sua Presidência, encaminhar aquilo que estiver ao nosso alcance para combater esse verdadeiro crime contra a nação indígena.

Seria isso.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. Eu sei que eles têm uma denúncia oficial para formalizar.

Depois, a Senadora Vanessa também virá aqui, porque ela é a Procuradora da Mulher no Senado. Ela deve estar vindo.

Concedemos a palavra a quem vai falar sobre a... Você se identifica, faz a sua denúncia, e aguardamos a Senadora Vanessa para recebermos juntas aqui.

A SR^a FERNANDA KAINGANG – Muito boa tarde. O povo kaingang, o povo guarani, o povo xokleng, dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estão aqui representados por esta comissão.

Meu nome é Fernanda, eu sou do povo indígena kaingang, e sou advogada. Viemos com um mandato e agradecemos à Comissão de Direitos Humanos do Senado por quebrar o protocolo e permitir que os povos indígenas falem na Casa do povo.

Nós felicitamos a Presidente da CDH, a Senadora Regina Sousa, pela passagem do seu aniversário. Infelizmente, não trazemos boas notícias, mas, no final, a nossa representante quer deixar uma lembrança do povo kaingang. Viemos narrar nesta Casa a violação sistemática dos direitos humanos dos povos indígenas na área de saúde. Temos sofrido todo tipo de violação, desde o mau uso das verbas, desde a malversação das verbas públicas direcionadas à atenção à saúde dos povos indígenas por pessoas que não têm nem formação e nem compromisso com a saúde indígena de qualidade...

Nós viemos denunciar a violação do direito das nossas lideranças a tomar parte das decisões na formação dos quadros de direitos humanos. Viemos denunciar o assédio moral às nossas profissionais indígenas de saúde, o assédio sexual às nossas profissionais indígenas de saúde. Isso é sistemático. Isso acontece nas cinco regiões do Brasil, mas no Sul do País as nossas meninas tiveram a coragem de denunciar e as nossas lideranças vieram a Brasília, porque, passado um mês do protocolo de denúncias formais, com a presença do Ministério Público Federal e com a presença da Fundação Nacional do Índio perante as autoridades da Secretaria Especial de Saúde Indígena, a Sesai – porque nós estamos sob o Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, cuja sede é em Florianópolis, e estão ocupados agora pelos povos indígenas kaingang, guaranis e xokleng. Tanto Florianópolis quanto Passo e Fundo e Porto Alegre estão ocupados. A BR-386 está fechada, porque nós não vimos providências. Nós viemos a esta Casa pedir a apuração dessas irregularidades, pedir o afastamento imediato dos assediadores. Não queremos mais ser reféns de pessoas cujo currículo é duvidoso, cuja





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

formação não é adequada, e que estão promovendo violação sistemática dos nossos direitos humanos. A morte das nossas crianças e dos nossos velhos foi o que nos impeliu a vir a Brasília, a vir de tão longe sem recursos, para pedir, para clamar por apuração, pelo afastamento dessas pessoas, imediatamente, da saúde indígena.

Muito obrigada! (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já estamos aqui também com a presença da Senadora Fátima Bezerra.

Alguém mais da comitiva, da representação? Alguém mais do grupo representativo quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

Eu quero dizer para vocês que vocês não têm que agradecer nada. Eu que agradeço os presentes, mas vocês não têm que agradecer, porque esta Comissão é para isto: dar voz aos que não têm voz, dar visibilidade aos invisíveis, porque nós temos uma população invisível muito grande neste País. Esta Comissão tem esse trabalho, tem essa missão de fazer isso, de encaminhar alguma coisa que puder em relação a isso. Por isso, vamos receber a denúncia de vocês quando a Senadora Vanessa chegar.

Enquanto isso, quem mais quer fazer uso da palavra?

O SR. ODIRLEI FIDELIS – Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de podermos chegar aqui e falar, porque só nós sabemos o nosso problema. Vocês estão aqui, e nós lá na base. Quando nós sofremos esse tipo de atentado contra nossas mulheres, contra nossos profissionais de saúde, nós, como liderança, temos o dever de levar essas denúncias adiante e cobrar dos que dizem que nos representam na questão da saúde e em tantas outras demandas nossas.

Nós acreditamos que um profissional da saúde tem, por ética, que respeitar os nossos profissionais, porque nós, indígenas, quando vamos conversar com um não indígena, quando nos sentimos na confiança de dizer os nossos problemas, nós abrimos, conseguimos confidenciar as coisas que jamais falaríamos para outras pessoas. E, quando essas pessoas assediam as nossas profissionais, imaginem o que acontece com um paciente. Então, para não chegar a essa situação, a gente denuncia, e a gente pede que tomem providências imediatamente, porque não tem mais condições de essas pessoas que foram denunciadas trabalharem conosco. Então, nós queremos a saída imediata, custe o que custar, nós não vamos arredar o pé, porque isso é um direito nosso, de denunciar. Diálogo teve. A denúncia a gente fez para o nosso coordenador. Como um coordenador vai tomar providência sobre os denunciados, se ele também é um acusado?

Então, fica muito difícil nós, indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sermos subordinados a essas pessoas, não respeitando nosso modo de nos organizar, não criando um plano de trabalho com os indígenas. Parece que é fácil chegar para nós e tentar impor uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

coisa, mas nós jamais vamos aceitar isso. Pode apresentar o melhor plano de trabalho do mundo, mas, se não for como nós queremos, não tem como.

A gente pede para os senhores tomarem providências imediatas, porque nós já tomamos a nossa decisão: o coordenador da Região Sul não nos representa mais. O que está faltando para nós é que coloquem outro, porque essas pessoas não são capacitadas e muito menos têm moral para nos representar em relação à nossa saúde. São pessoas sobre as quais eu poderia citar várias coisas, mas os senhores, que têm acesso ao CPF, ou o que quer seja das pessoas que cercam o coordenador, vão perceber que são pessoas de má-fé. E nós, indígenas, infelizmente, também chegamos aqui para denunciar: temos indígenas envolvidos nisso, mas essas pessoas não nos representam, e nós exigimos punição tanto para os indígenas como para os não indígenas, porque com a nossa saúde não se brinca. Nós precisamos de pessoas que trabalhem junto conosco, e as nossas ações, por sermos tão leigos no sistema dos senhores, a nossa reação é essa, mas, primeiro, nós comunicamos às autoridades que nós não queremos.

Quando nada é feito, nós somos obrigados a tomar as nossas atitudes, e a nossa atitude é esta: não reconhecemos a coordenação que representa a nossa saúde nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. E faremos tudo o que for possível, porque o nosso movimento é pacífico, não é desordeiro, como estão tentando denegrir o nosso movimento. Os polos, o DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) funciona normalmente. Então, nada está sendo baderna, como eles estão falando. E tudo o que for possível para que a nossa saúde funcione de verdade, não apenas uma saúde de tapa-buraco... Ela tem que funcionar, porque as nossas crianças, os nossos idosos e nós mesmos sofremos isso na pele, porque, para vir do nosso Estado para cá custa muito caro, e nós não temos esse recurso para chegar aqui. Então, quando nós chegamos aqui, não importa se nós falamos o dia todo, mas vocês sabem a nossa verdadeira intenção. Não estamos brigando por cargos. Queremos que a saúde funcione e funcione de verdade.

Há muito tempo isso deixou de ser feito, de nos tratarem com respeito e dignidade, porque nós somos seres humanos e exigimos que nossas mulheres, no seu ambiente de trabalho, sejam respeitadas. Não é preciso assediar. As nossas profissionais jamais cederão o seu corpo por um emprego, tanto que elas denunciaram, e nós, como liderança, temos o dever de denunciar aos senhores. E precisamos que os senhores tomem atitudes imediatas. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria que você se identificasse e dissesse a etnia.

O SR. ODIRLEI FIDELIS – Ordilei Fidelis. Sou cacique de uma aldeia de Porto Alegre, mas aqui estamos representando os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Fátima Bezerra, com a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, quero também me associar aos demais, trazendo aqui meu afetuoso abraço de parabéns, de muita vida, para que continuemos aqui a nossa luta, como a senhora mesmo tem dito, dando voz exatamente àqueles que mais precisam, como são as comunidades indígenas.

Meus amigos, companheiros e companheiras, eu quero dizer que esta denúncia grave que vocês trazem hoje aqui de assédio sexual dos servidores públicos se soma a todos os ataques que vêm sendo desferidos contra as comunidades indígenas em todo o País – em todo o País: no Nordeste, no meu Rio Grande do Norte, no Piauí, no Sul, no Sudeste...

Primeiro, esses ataques vêm com o desmonte completo da Funai. É um absurdo, por exemplo, o Governo ter tomado a iniciativa de acabar com as coordenações técnicas locais espalhadas por este País afora. Sequer há escritório regional, vocês sabem disso, em todos os Estados. Havia, repito, Paim, unidades que eles chamam de coordenações técnicas locais. E, alegando dificuldade de pessoal, enxugamento da máquina, simplesmente partiram para extinguir e acabar com essas coordenações técnicas locais pelo País afora.

Depois, há a luta central que é a questão da demarcação das terras indígenas. Mais uma vez, com a PEC 215, a Bancada ruralista aqui dentro, com apoio do Governo, com a conivência do Governo ilegítimo que está aí, tenta avançar aprovando essa PEC, que significará um brutal retrocesso, porque vai tirar exatamente das mãos de quem devia avaliar e dar o parecer sobre isso que são os estudiosos, a Funai, os antropólogos... Enfim, eles querem tirar das mãos da Funai, do Governo, e passar para o Congresso Nacional. Nós temos que continuar resistindo para que essa PEC – repito, a PEC 215 – não seja aprovada, pelo quanto ela fere a cidadania das comunidades indígenas pelo País afora naquilo que elas têm de mais importante na sua luta, que é a defesa do seu território, a defesa da sua terra.

Por fim, aproveito aqui para denunciar os ataques às comunidades indígenas através da CPI da Funai aqui. É uma CPI extremamente manipulada. Mais uma vez, a Bancada ruralista aqui tomou conta dessa CPI. Afinal, o que foi que nós tivemos? Nós tivemos ataques, nós tivemos uma CPI em que, ao simplesmente propor abrir processos contra mais de 60 pessoas, antropólogos, indigenistas, pessoas que lutam pela causa indígena em todo o País, ao propor o indiciamento dessas mais de 60 pessoas, isso resultou na criminalização da luta dos povos indígenas em todo o País não só pela terra, mas pelas políticas públicas, por aquilo que lhes garante dignidade e cidadania. É isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fica aqui o nosso abraço, junto com o Senador Paim, junto com a Senadora Regina e a Senadora Vanessa. Lá no Rio Grande do Norte eu sou professora. Estou exercendo o meu primeiro mandato de Senadora aqui, representando o Rio Grande do Norte, e lá temos, como sempre, atuado muito junto das comunidades indígenas lá do nosso Estado, que, junto com vocês, resistem em todo o País nessa luta para fazer valer, repito, a dignidade e a cidadania dos povos indígenas do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Eu vou me apresentar, sou a Senadora Vanessa, sou do Estado do Amazonas, o Estado que tem o maior contingente indígena do nosso País, e, como vocês que estão no Sul, sofre igualmente. Talvez até um pouco mais lá, pelas distâncias e pela dificuldade do atendimento que tem, sobretudo na área da saúde. Mas eu estou aqui com a Ticiano no colo, e ela está me contando um pouco da história, dizendo que o avô dela é...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Vanessa, desculpe-me atrapalhar, mas é que eu me esqueci de anunciar que estamos aqui com a nossa Senadora Gleisi Hoffmann também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, está certo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Presidente do Partido dos Trabalhadores está ali com a gente... (Palmas.)

Sente com a gente aqui, Gleisi!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sente aqui, Gleisi, para falar e fazer uma saudação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pessoal, tire essas flores aqui também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, ela me dizia que o avô dela é o vice-cacique lá da Serrinha, não é, Ticiano?

Olha, primeiro dizer que nós estamos aqui, vocês estão na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, tão bem presidida pela Senadora Regina, que hoje completa anos, está de parabéns, mas comemora desta forma: lutando, não é? E o Senador Paim é o Vice-Presidente,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que por tanto tempo preside esta Comissão e a tem transformado num palco em favor da população brasileira, de todos os segmentos, de todas as raças, de todas as etnias.

Mas nós temos aqui no Senado também a Procuradoria da Mulher. Então, primeiro é preciso que... Tudo isso que vocês estão levantando aqui, obviamente que nós vamos dar todo o apoio, não é, Paim, Regina, Fátima, Gleisi? Todo o apoio político necessário. Mas é também um caso de justiça, gente, e nós não podemos perder a perspectiva de exigir que a justiça seja feita no nosso País. Sabemos que vivemos momentos conturbados, mas nem por isso devemos nos intimidar. O caso de assédio e de violência contra os mais humildes é grave, mas ele se agrava ainda mais quando se trata de mulheres, mulheres negras ou mulheres indígenas.

Então, primeiro saudar a coragem de vocês, que vieram até aqui para fazer essa denúncia, e dizer a vocês que vocês não estão sós, que naquilo que for preciso, naquilo que for necessário, a gente vai contribuir com vocês, porque a geração como a da Ticiane tem que ser uma geração que viva melhor do que viveu a nossa geração e a geração dos nossos pais. É por eles e por elas que a gente deve continuar muito a nossa luta.

Parabéns a vocês pela coragem. Sintam-se amparados, vocês não estão sós. Há gente com vocês nessa luta.

Um abraço! Obrigada.

Obrigada, Regina. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina.

Quero cumprimentar todos e todas que estão aqui na Comissão e saudar especialmente V. Ex^a, que faz aniversário hoje. Meus parabéns, muitas felicidades, muitos anos de luta ainda pela frente, não é, Regina? E também queria aqui fazer minhas as palavras da Senadora Vanessa de solidariedade. Nós vamos acompanhar através da Comissão de Direitos Humanos e também de outras Comissões aqui do Senado da República.

A questão da saúde indígena sempre foi algo muito discutido no Governo, com muita dificuldade para se resolver. Lembro que, quando foi implantado o Mais Médicos no Brasil, a gente não tinha, com médicos brasileiros, condições de suprir todos os DSEIs, todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. E quando veio o Mais Médicos, com os médicos cubanos, a Presidenta Dilma disse: "A prioridade é para os DSEIs, para os Distritos Indígenas". Não sei como é que está lá hoje, se a gente tem médicos cobrindo todos os distritos, se já saíram, se não tem, se os cubanos estão lá ainda ou não. Não sei também lá no Norte,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vanessa, como é que está a situação. Como eles não estão renovando os contratos, os médicos estão indo embora, não estão ficando. Tinha sido um fato importante.

Agora, esse tipo de denúncia que vocês trazem aqui é estarrecedor. Como é que a autoridade pública, que é a responsável por um programa público, que é a responsável por dar condições dignas de vida, de saúde, de respeito, é a autoridade que pratica assédio? Isso é muito grave, é muito grave um negócio desse. Acho que, além do trabalho, tínhamos de acionar o Ministério Público, acionar a polícia. Já acionaram? Precisamos acionar todos esses agentes porque como é que se justifica um negócio desse? Principalmente a população indígena, que precisa da proteção do Estado, muito mais ainda, ser vítima de uma situação dessas é muito triste. Realmente fiquei sabendo disso agora. Não sabia. Vim até conversar com o Senador Paim sobre uma situação da reforma trabalhista. Enfim, não sabia dessa situação. Falaram-me agora, e eu acho que é algo estarrecedor. Temos de denunciar. Vou procurar fazer isso também pelas mídias sociais que nós temos, vou colocar também na mídia social do PT, sou Presidente do Partido. Vamos começar a mobilizar e a dar foco nacional para isso porque só a publicização de um negócio como esse é capaz de enfrentar essa situação. Era o que faltava de um Governo que é o que nós temos, não é? Fazer isso agora. Olhem a situação em que o Brasil está.

Eu quero manifestar a minha solidariedade. Vamos fazer essas denúncias também nos meios de comunicação que temos aqui e vamos procurar levar mais ao conhecimento, acho que até ao plenário, não é Senadora Fátima, Senadora Vanessa, Senador Paim, Senadora Regina? Temos de falar sobre isso hoje, fazermos um comunicado, no plenário do Senado, sobre essa situação. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada Senadora Gleisi.

Temos mais uma indígena querendo falar, a Sr^a Angela Kaingang. Vamos ouvi-la.

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Bom, eu quero cumprimentar a todos. Uma boa-tarde!

A gente veio aqui não com uma boa notícia, infelizmente. Mas nós não podíamos continuar calados. Depois de ter denunciado, sabe? Esperar mais de trinta dias! A gente não conseguiu entender por que o Coordenador da Saúde Indígena não tinha tomado providências. Só então a gente ficou sabendo que também ele é um assediador. Então, isso se tornou mais difícil ainda. O nome desse sujeito é Gaspar Luis Paschoal. É uma pessoa que, até então, a gente achava que estaria do nosso lado. Como uma pessoa que trabalha na saúde – imaginem! – é o primeiro a assediar funcionárias? Isso é inaceitável! Esqueci de cumprimentar vocês... Até pelo pouco que a gente está tendo vocês aqui na nossa frente, eu já pude perceber que vocês vão ser pessoas que Deus colocou no nosso caminho para nos ajudar, porque é tão difícil a gente chegar aqui e encontrar pessoas como vocês. Olhem, desde já eu agradeço e conto com a ajuda de vocês.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Dr^a Regina...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – ... Senadora.

Senador Paulo Paim, quero poder contar sempre com o senhor.

Senadora Vanessa Grazziotin, o meu abraço, e espero ter a senhora como uma companheira, como uma defensora dos nossos direitos porque a senhora também é mulher. A senhora é mulher, tem a sua mãe, acredito que tem sobrinhas, filhas – quem sabe? – e, então, entre nessa pelega junto com a gente.

Senadora Fátima Bezerra, eu percebi que a senhora conhece a nossa luta, a nossa dificuldade. Mas eu quero dizer para a senhora que não é agora, depois que a Funai apareceu, que a gente sofre esse tipo de coisa. Pensando aqui na história brasileira, quando se fala da Carta de Pero Vaz de Caminha, que já na sua primeira carta – não sei se vocês se lembram –, ele colocou e falava das índias se banhando, já falando das lindas pernas das índias. Então, é desde sempre que a gente sofre esse assédio, sabem?

Se nós fôssemos fazer um DNA, eu acredito que nós iríamos descobrir muitos cabrais no meio indígena infelizmente, porque, se hoje a gente sofre assédio e já fica indignada, vocês imaginem as nossas índias naquela época, que nunca tinham visto uma embarcação? E aí, de repente, elas veem aquela enorme embarcação, descendo homens que elas nunca viram. E a nossa história que não está registrada – porque era só falada – dizia que eles cheiravam mal porque não tomavam banho. Acho que vocês sabem que o banho é uma coisa boa que os índios passaram para vocês. Então, as índias da época falavam que eles eram fedidos. Vocês já imaginaram, vocês mulheres sendo agarradas, sendo estupradas por homens fedorentos, gente? Não dá para a gente continuar aceitando.

E também quero deixar cópia das denúncias que não foram até então apuradas – boletim de ocorrência na Polícia Federal sobre esses assédios. E o nosso Presidente do Condisi chegou a me dizer: "Mas por que elas não me procuraram?" E eu disse: "E você ia fazer alguma coisa? Você estava lá no dia em que as meninas se colocaram na frente de todo mundo, e você sabe que mulher sofre quando é assediada". Eles as colocam na frente, acho que, de mais de umas 200 lideranças, para fazer essa denúncia, chorando (nós temos vídeo). Eu disse: "Você fez alguma coisa?" E ele: "Vocês vão responder pelo que estão fazendo!" Aí eu disse: "Pois eu quero responder, com muito prazer". Está aqui o boletim de ocorrência, porque eu estava junto com as meninas quando a gente foi fazê-lo. Nós vamos deixar cópia com vocês. E a gente pede que vocês nos ajudem a tomar providência.

Gente, o meu tempo passou, eu falo demais – não gosto de escrever, mas, para falar, não é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Um dos assediadores, que é o Coordenador do DSEI nosso, da Região Sul, interior sul, se chama Gaspar Luis Paschoal. Queremos que ele seja afastado imediatamente. A gente já esteve falando ontem... Com quem?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Com o Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Ele falou que não pode – vocês sabem que a lei é muito devagar –, que ele não pode, ele precisa de mais subsídio para poder afastá-lo. A gente disse: "Bom, se o senhor não pode, então, o nosso pessoal vai ficar lá barrando ele, e nós não vamos deixá-lo entrar. E também vamos estar colocando o nosso pessoal para trancar as BRs". Porque eu acho que não teria motivo se nós tivéssemos sido atendidos. Agora, a gente vai ter que – imaginem – parar o País inteiro para poder ser ouvido, para poder ser atendido?

O meu muito obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito bem! Obrigada, Angela Kaingang.

Quero dizer para você que você não fala demais, não; você fala o necessário, o que é preciso falar. Precisamos de muitas vozes como a sua.

Nós vamos receber agora o documento, todas nós, e depois nós continuamos aqui, porque há um requerimento para votar, Senadores. Vamos receber os documentos e vamos encaminhar a quem de direito.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah! Ela vai entregar daí mesmo. Chame-a para fazer uma foto, Regina.

Venham para cá para fazer uma foto com a gente.

Deixe-a ficar aqui, Paim, entre você e Regina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As mulheres dominam aqui. Venha, vou ficar ao lado dela. As mulheres dominaram aqui: eu me entrego, eu me rendo. (Risos.)

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

(Procede-se à foto)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual o seu nome?

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Angela Inácio Braga, sou kaingang, sou a Primeira-Cacique lá da minha região.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sua região é Santa Catarina?

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Não, é Rio Grande do Sul.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah! Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto!

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Gente, eu esqueci...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora tenho que dar mais um abraço nela. Tirem uma foto aqui com a gaúcha. Olhe lá.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Abraço com a nossa gaúcha aqui. (Pausa.)

Pronto. Valeu!

A SR^a ANGELA INÁCIO BRAGA – Gente, eu esqueci de falar uma coisa ainda e eu não posso deixar de falar – não precisa de microfone porque eu estou aqui bem pertinho de vocês.

Ontem me cortou o coração porque as nossas crianças não são acostumadas a comer esses lanchinhos e essas bobaginhas de vocês. Aí eu estou com bastante coisa na sacola, porque eles não podem ficar muito tempo sem comer, e eu falei aqui para o meu neto: "Amor, você quer alguma coisa que a vó tem aqui na sacola?" E ele disse: "Não, vó, eu não quero mais nada; eu só queria um pedacinho de salame". Porque as nossas crianças só comem... Olha, gente, me cortou o coração. Depois eu vou sair daqui e vou ter que ir a algum lugar atrás de um salame para o meu neto. (Risos.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos conseguir, vamos conseguir. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos votar agora o requerimento da Senadora...

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Antonio, quer dar uma palavrinha rápida? Porque nós temos que encerrar e ainda votar um requerimento.

Vamos ouvir o Sr. Antonio, gente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CACIQUE ANTONIO – O meu nome é Cacique Antonio, eu sou do Rio Grande do Sul. A gente está trazendo essa denúncia para essa... Nossos trabalhos que nós vimos enfrentando, nós caciques, as nossas mulheres são violadas, nossas crianças são violadas, então atentados por pessoas indicadas. Mas nós queremos dizer que nós somos caciques para tomar as nossas providências da forma que nós sentimos. Mas eu quero dizer que a lei brasileira está tirando todos os nossos direitos da forma que nós estamos vivendo na nossa aldeia.

Eu quero dizer para vocês, agradecendo já, que vocês têm que tomar as providências da forma que nós estamos violados, nossas mulheres, que nós, somos as terras mães que nós vivemos juntos nas nossas terras indígenas. Mas nós queremos que a bancada ruralista, que está vendo que estão eliminando nosso viver diferente, mas queremos dizer que nós somos indígenas e continuamos sempre indígenas. E a nossa forma de brigar é nós continuarmos a brigar, com a coisa pacífica, aquilo que nós colocamos para o nosso País, dizendo que tem que acabar com isso. A indicação para nós cuidarmos de nossa saúde, porque nós sabemos cuidar da nossa saúde. Não trazer de cima, indicado pelas pessoas, indicado pelas pessoas para determinar as coisas da forma que eles pensam. Nós sabemos que a nossa saúde, nós também temos as pessoas hoje estudando, para que nós cuidemos da nossa saúde indígena, no nosso Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Onde tiver, no nosso País, indígena, nós queremos que nossa saúde seja melhor, a nossa saúde, que tem que ser aquilo que hoje a nossa vida tem que ser diferente daquilo que hoje o povo branco pensa. Só porque nós estamos no meio do mato, mas a nossa mata é uma preservação da nossa saúde. Não é que vem de cima a saúde de melhorar. Nós sabemos o nosso trabalho, nossa vida, internamente nós vivemos da forma como nós pensamos. Não violados pelas pessoas não indígenas nas nossas terras indígenas.

Por isso que hoje nós precisamos que a Funai tome essas providências também que são do Governo, tomar essas providências da forma que nós temos, na forma que nós vivemos com as nossas mulheres, com as nossas crianças, estamos vivendo desta forma, agredidos pelas pessoas não indígenas. Essa é a minha palavra. (Palmas.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Cacique Antonio.

Nós vamos agora proceder à votação. Se vocês quiserem permanecer, são bem-vindos, podem permanecer. Há um requerimento extrapauta. Eu consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta da Senadora Gleisi Hoffmann.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 21

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requer, com fundamento no inciso II do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLC nº 38/2017, que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho”, para aguardar a decisão da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia contra o Presidente da República Michel Temer, formulada pelo Procurador-Geral da República, acusando-o de ter cometido o crime de corrupção passiva.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffman

Passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para encaminhar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para encaminhar.) – Senadora Regina, na realidade, V. Exª, ao ler o requerimento, já deixou claro do que se trata. Ele é autoexplicativo. Não há como votarmos a matéria requerente à reforma tributária antes da decisão da Câmara sobre a denúncia apresentada contra o Presidente Michel Temer. Então, nós estamos pedindo sobrestamento dessa matéria com fulcro no art. 335 para ser feita a diligência em relação a esse fato.

Eu gostaria de pedir o apoio da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos neste dia 4 de julho.

(Iniciada às 12 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e três minutos do dia dez de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e dos Senadores não membros, Humberto Costa e José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 19/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem". Participantes: Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Diretor Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; Daysi Amarílio, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Brasília; Claudia Ribeiro da Cunha Franco, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT e Diretora do Sindicato dos Enfermeiros de Porto Alegre; Luciano da Silva, Conselheiro, representante do Conselho Federal de Enfermagem - CONFEN; Valcir dos Santos Bezerra, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal; Shirley Marshal Diaz Morales, Presidente em exercício da Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE; Jorge Viana de Sousa, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais de Enfermagem - FEBRAPEN; Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho da 4ª região – Coordenador da CONAFRET; Edson Índio, Secretário da INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora; Elaine Aparecida Leoni, Secretária de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL; Renata Coelho, Procuradora do Trabalho - Ministério Público do Trabalho; Dejamir Soares, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de MT e Vice-Presidente da FEBRAPEN; Valdirlei Castagna, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS; Luis Carlos Costa Tocantins Júnior, Representante da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN; Magno Barbosa de Souza, Representante da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – ANATEN; Ednilson Mira dos Santos, Técnico de enfermagem do Sistema Socioeducativo do DF; Rafael Guerra, Diretor de Relações Internacionais no Brasil – Sindicato dos Metalúrgicos – Estados Unidos; Norberto La Torre, Presidente Regional Latino Americano da UITA – União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação; Gerardo Iglesia, Secretário Geral da América Latina da UITA - União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação.; Artur Bueno de Camargo, Coordenador do FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores; Vicente Selistre, Vice-Presidente da CTB Nacional; Alexandre Caso, Representante da Intersindical; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário Geral da Contratu; Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Carlos Humberto Rodrigues, Coordenador Geral do Sitraemg; Wilson Pereira, Diretor Secretário Adjunto da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; e Cícero Pereira da Silva, Diretor da Contratu. O Senhor Presidente eventual faz o seguinte encaminhamento: 1) solicitar agendamento de reunião entre o Presidente do Senado e representantes da categoria dos enfermeiros, a fim de esclarecer e fazer incluir em pauta o PLS nº 349/2016. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra as senhoras Senadoras Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann e Regina Sousa, e os Senhores Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Humberto Costa e José Pimentel. Às treze horas e cinquenta e um minutos o Senhor Presidente suspende a reunião. Às dezoito horas e dezenove minutos o Senhor Presidente reabre a reunião. Às dezenove horas e trinta e cinco minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Regina Sousa. Às dezenove horas e trinta e oito minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião à meia-noite e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/10>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia onze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, José Medeiros, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Lídice da Mata e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater a Reforma Trabalhista. Participantes: Virgínia Berriel, Representante da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Edson Índio, Secretário da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Eurídice Ferreira de Almeida, Representante da FASUBRA Sindical; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; e Alexandre Caso, Representante da Intersindical. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). A Senhora Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB e Ailma Maria de Oliveira, Presidente da CTB Goiás. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/11>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezenove minutos do dia doze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores José Medeiros, João Capiberibe e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados." Autoria: Deputado Marx Beltrão. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, conforme Emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 1, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, e institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural, e dá outras providências." Autoria: Cidadão. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação dos trabalhadores da JBS e das demais empresas da Holding J&F Investimentos"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

10 de agosto de 2017, em atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Lido o requerimento, é adiada a votação. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Romário e Paulo Paim. Às doze horas e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e quarenta e um minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/12>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 47^a Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura.

Para deliberar, nós não temos condições, mas nós podemos abrir para manifestações de Senadores. Então, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, eu aproveito esta oportunidade, hoje é o dia depois da votação, aqui no plenário do Senado, da reforma trabalhista, e esta Comissão, que é a de Direitos Humanos, é natural que fale sobre o tema, porque, como disseram inúmeros especialistas nesta Comissão e também na CPI da Previdência, as duas reformas conjugadas trazem prejuízos diretamente para mais de 100 milhões de pessoas. Estamos falando de seres humanos, e esta Comissão não poderia deixar de comentar o que aconteceu.

Primeiro, Sr^a Presidenta, eu até acreditava que o rompimento dos acordos que eles fizeram – nós não fizemos – poderia acontecer, mas não já na madrugada do dia da votação. Eu acreditava, sim, que não seria cumprido nenhum daqueles acordos que eles fizeram entre eles. Então a mim não traíram, porque eu não fiz acordo nenhum. Eles estão traindo a eles mesmos, mediante os acordos firmados, e já anunciado, no dia de hoje, que não vão cumprir – não vão cumprir. Dito assim, com a maior tranquilidade. Aí eu me preocupo: a que ponto nós chegamos no Congresso Nacional? E a relação com o Executivo...

Que o Líder do Governo vem ao Senado, induz os Senadores – todos eles adultos, na maioria de cabelos brancos, maioria, não todos, eu sou um de cabelo branco, sabiam que não seria cumprido –, e o Líder do Governo vai à tribuna, diz: "Não, porque oito pontos, no mínimo, e o Líder do Governo vai à tribuna e diz: "Não, porque oito pontos, no mínimo, que são os mais crucias... Nós também entendemos que é um absurdo...[patiti-patatá] e que não será sancionado pelo Presidente, que vetará e encaminhará uma medida provisória'."

Quando a imprensa me procurou no dia de hoje, para ver se eu não estava perplexo ou surpreso... Eu não! Infelizmente nós sabíamos que isso ia acontecer. E eu acho que todo mundo sabia, mas, na hora ali de justificar o voto, faz de conta que eu acredito. Como diz o outro: engana-me para eu ver; engana-me só para eu ver, e, no fundo, eu também não concordo e não acredito.

O Presidente da Câmara, candidatíssimo ao lugar do Presidente que está no exercício – ambos vão chegar lá pela via indireta, porque, pela direta, nenhum chega, eles sabem disso... Um deve estar saindo, segundo dizem, nos próximos 15, 20 dias, e aquele que está de olho na cadeira já está botando, como se diz no linguajar popular, as garras bem de fora –, deu uma declaração há poucos dias, dizendo o seguinte: "Quem manda na agenda da Câmara é o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mercado". Isso é da maior gravidade se fosse um Congresso responsável e mais sério – por que não dizer? Mas passou despercebido. Mas, hoje, eu diria no raiar do sol, ele foi mais fundo. Ele disse o seguinte: "Não aceitarei nenhuma emenda. O projeto deverá ser, na íntegra, como a Câmara dos Deputados o aprovou. O que a Câmara aprovou será cumprido. Não tem nada de medida provisória. Se vier, não voto."

Sr^a Presidente, eu tenho dito que nós estamos entre a fogueira e a guilhotina, voltando ao tempo da inquisição – entre a fogueira e a guilhotina. Temos de escolher qual é a forma que a gente prefere ser assassinato – eu não vou usar nem a palavra morto, é assassinado –, olhando para o Presidente Temer e olhando para o Presidente Rodrigo Maia.

Já tem uma onda aqui no Congresso: se está ruim, espere que vai piorar agora com outro Presidente. Ah, essa a onda que eu ouço aqui diariamente. E aí a pergunta que vem, que me fizeram pela manhã: "Quem paga o tal de pacto?" Claro que não é a Fiesp, porque já está contemplada com essa reforma e está de olho na outra – Fiesp, CNI e os bancos. É o povo brasileiro que, mais uma vez, está pagando toda essa conta!

Mas quero deixar muito claro: por esses aí eu não fui traído, não! Eu não fui, não, porque eu sabia o que eles estavam fazendo e que o iam fazer. Trinta e dois anos no Parlamento me dá um pouco de experiência para poder afirmar isso.

E perguntaram: "Você vai cobrar o cumprimento do acordo?" Eu não, eu não fiz acordo nenhum com eles; quem tem que cobrar é quem fez o acordo com eles. A população vai cobrar de quem votou e vai dizer: "Você foi inocente útil ou usou de má-fé naquela votação?" E a pessoa que diga depois... Talvez diga: "Não sei, não li, não vi, não ouvi, mas votei contra. Talvez diga: "Não sei, não li, não vi, não ouvi, mas votei contra vocês. E daí?"

Essa explicação, aqueles que fizeram esse acordo de infiéis, eu diria, é que vão ter de responder. Eu não tenho de responder nada, e nem vou cobrar o cumprimento de acordo nenhum, porque não fizeram acordo nenhum com a gente.

Se não fizeram acordo com a oposição aqui, no Senado, quem tem que responder por essa bandalheira, essa lambança cada vez pior... O Brasil ficou na expectativa: onde vai estourar a maior bomba? Na Câmara? No Senado? No Executivo? Onde? Ou vem mesmo do Judiciário? Aí envolve os três Poderes.

Senadora, eu confesso: eu estava há dois meses sem dormir. Ontem, quando cheguei em casa, parece que a alma deslocou do corpo me dizendo: durma o sono dos justos esta noite, porque amanhã vem mais. Amanhã vem mais. Descanse esta noite e te prepare porque... Olha, eu chego a dizer: ainda bem que tem o recesso, porque, pelo menos, por 15 dias não tem maldade aqui dentro, por 15 dias não tem maldade! Dentro, eu digo, é do Congresso. Quinze dias sem o Congresso estar atuando, para o povo brasileiro é quase uma alegria – sou obrigado a dizer isso –, porque, pelo menos, por 15 dias não haverá ataque de retirada de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos deficientes, dos idosos, porque aqui o ataque é a todo mundo, não escapa ninguém.

Presidenta, ao longo da minha vida aqui, dentro do Congresso Nacional, eu enfrentei o Centrão – eu e naturalmente os parceiros nossos de combate e de batalha. O Centrão não é nada perto disso que está aqui. O Centrão, pelo menos, questionava, brigava, xingava e sentava para negociar. Com esse time que hoje manda no Brasil, não tem negociação nenhuma, tanto que mandaram para cá um projeto, com 200 mudanças, e proibiram o Senado – e os Senadores ficaram de joelho –, proibiram o Senado de mexer numa vírgula, em cima do dito acordo que eles fizeram... Com Deus não foi. Deve ter sido com o diabo, porque com Deus não foi, tenho certeza. Um acordo que eles fizeram e, agora, hoje, pela manhã, já dizem: "Não, não é bem assim, não sei, eu acho que não... Porque não dá para cumprir mesmo..." Ah, pelo amor de Deus! Aonde nós chegamos?

Pior que tem uma frase, que estou lembrando aqui, porque eu convivi, nesses meus anos aqui, com Ulysses, com Mário Covas, com Cabral, com Lula, com Fernando Henrique, tudo aqui dentro, tudo Parlamentares... Olívio Dutra, de grandes lembranças... E Ulysses dizia uma frase: "Se está pior, te prepare que pode piorar mais ainda!" Por isso ele insistiu tanto na Constituição cidadã; por isso ali nós colocamos, porque eles dizem que ele é muito detalhista, o máximo que sabíamos, que, se estivesse ali dentro, sabíamos nós, seria difícil de eles arrancarem de dentro, porque precisam de três quintos para fazerem uma emenda constitucional.

Mas, assim mesmo, nessa reforma que aprovaram ontem, eles ferem inúmeros artigos de forma indireta. Quando eles criam o tal autônomo exclusivo... Autônomo exclusivo tem décimo terceiro? Qualquer empresa pode adotar agora. tem décimo terceiro? Qualquer empresa pode adotar agora, sem limite. Não tem. Autônomo exclusivo tem férias? Não tem. Tem Fundo de Garantia? Não tem. Tem previdência? A não ser que ele pague, ele é autônomo. Não tem.

Então, o setor do empresariado, eu tive esse cuidado quando falei da tribuna ontem, que não tem responsabilidade social, poderá tirar sim. Demite aquele que está hoje como celetista e contrata no lugar um autônomo exclusivo. Não contente ainda, ele pode contratar pela forma chamada intermitente, que diz que ele vai te dar as horas, paga as horas e te manda embora. Você vai lá trabalhar, trabalha duas horas, e ele te paga duas horas. Te dá o quê? R\$10,00? R\$ 20,00? E te manda embora. No fim do mês, você vai fazer a contabilidade e você não recebeu sequer um salário mínimo, que, antes, desde que você tivesse ido ao emprego três vezes por semana, já gerava o contrato de trabalho. Agora não, você pode ser chamado todos os dias e fica no trabalho intermitente. Pode te dar uma hora num dia, dez no outro, trinta no outro... Vai ser uma lambança! Olha, o empresariado que apostou nesta proposta, vai chegar o momento em que – e vocês cercaram também no projeto a força da Justiça do Trabalho – o trabalhador poderá pagar uma multa de 50% em caso de perder uma ação. Isso não tem volta!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vocês exageraram na dose. Vocês foram além daquilo que poderíamos nós todos imaginar. Eu falo com alguns Parlamentares, e eles chegam a dizer o seguinte: "Nós reconhecemos que tem um monte de bobagem ali dentro, mas, como ia passar pelo Senado, nós até votamos, acreditando que o Senado ia fazer uma limpeza, mas a essência [diziam eles para mim] nós tínhamos certeza de que passava." Mas o Senado, não. Olhou, cheirou mal, não teve estômago para enfrentar... Talvez se um dia fossem para dentro das fundições, das fábricas, de um frigorífico, tenham mais estômago, não tiveram estômago para enfrentar de tanto que cheira mal esse projeto e votaram, sem limpar o projeto. Com a mesma podridão que veio da Câmara eles aprovaram.

Esse é o mundo real, que muitos não gostam de ouvir. Eu posso criticar a Câmara, como eu tenho feito muitas vezes pela maldade desse projeto, mas eles apresentaram uma proposta, mal ou bem. Como dizem: para o bem ou para o mal. Foi para o mal, mas o Senado se omitir totalmente, Presidenta... Não querer ler. Eu li, porque eu li aqui em público. Um dia fiquei cinco horas lendo aqui, desta tribuna. O outro foi por três horas, e sei que alguns Senadores estudaram, prepararam-se e, por isso, leram e são contra, e foram contra, não é, Senadora Regina? Por isso esses que leram foram contra! Quem não leu vai continuar dizendo: não li, não vi, não sei, não ouvi e votei favorável.

É lamentável que a gente tenha que fazer esse balanço dessa dita reforma trabalhista, e como muitos disseram aqui: "Não é nem reforma isso." Isso é mutilar, é rasgar, é arrancar o coração dos trabalhadores

o coração dos trabalhadores.

Olha, chega aqui mais atual. Agora, são 11 e 34. Às 10 e 44, Presidenta: "Em linha com Maia, Eunício diz não ter feito também acordo nenhum por MP do Trabalho."

Eu até acho que o Presidente Eunício está certo. Ele não fez acordo nenhum. Ele preside isto aqui. Desculpe-me o "isto aqui". Ele preside o Senado. Ele preside. Quem fez acordo – vamos dar nome aos bois. Ou agora, não querem nem que eu diga isso? – foi o Sr. Romero Jucá, pelo amor de Deus, que é quem lidera esta Casa hoje. Esta Casa é liderada pelo Romero Jucá. E não estou criticando o Presidente Eunício, não. Ele preside. Agora, se os Senadores se submetem a isto, a serem liderados por Romero Jucá, pelo amor de Deus, onde nós estamos? Parece que não veem televisão, não leem jornal.

Mas eu não gosto nunca de citar nomes. Só falei isto. Aqui fala quem fez o acordo. Quem avalizou o acordo, quem fez o acordo foi o Senador Romero Jucá. Isso ele falou aqui, na tribuna, dez vezes, quinze vezes. E eu digo: mas que acordo é esse? "Não, nós fizemos com o nosso campo e tal." E foi lendo. Eram os oito pontos. Ele leu na tribuna ontem. Ele disse: "Eu avalizo." Então, o Romero Jucá deveria renunciar hoje à Liderança do Governo, mediante isso que está saindo aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu, se fosse ele, e não estou entrando aqui no mérito da história dele. Cada um tem a sua história e que responda para a história, pois isso tudo fica na história. Mas eu renunciaria de imediato. Eu renunciaria. Como é que...E falava ali, naquela tribuna ali: "Eu falo em nome do Governo." Se falava em nome do Governo, ele tinha que assumir agora uma resposta. Ele sim. Nós não. Eu digo que, infelizmente, os escorpiões – eu tenho até uma charge que recebi – estão transitando por Brasília, de dia e de noite. O escorpião é o símbolo da traição.

Eu sempre conto aquela história do elefante.

O elefante ia atravessar o rio – e vou repeti-la tantas vezes quantas forem necessárias – e o escorpião estava do lado de cá e dizia: "Olha, me dá carona nas suas costas, porque você é grandão, não afunda e tal." E o elefante diz: "Mas, escorpião, eu te conheço. A sua índole é a de traição e a de ferrar amigos e inimigos. Você vai subir nas minhas costas e se, no meio do rio, você me ferrar, morremos os dois." O escorpião sobe nas costas do elefante. Quando estão no meio do rio, o escorpião não aguenta e ferra o elefante. Os dois estão afundando. Então, o elefante diz: "Mas por que você fez isso comigo? Agora vamos morrer os dois afogados." E o escorpião responde: "É da minha índole. Eu não resisto. Não resisti e te ferrei, nem que eu morra junto."

É mais ou menos isso.

Querido Romário, eu fiquei muito feliz com o seu voto ontem, Romário. Pode saber que o povo brasileiro ficou feliz.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado, Senador. Não tinha como votar diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou te dizendo de coração mesmo, Romário. Você sabe que eu aprendi, como nós estamos nos olhando aqui, olho no olho. Quando me diziam que você poderia votar diferente, porque eles diziam, eu dizia: "Eu não acredito." Mas nem tive, em respeito a você, como te pedir o voto. Eu dizia: Ele votará diferente. Eu tenho certeza que ele votará. Nas tabelas que vinham, eu dizia: Bota o nome do Romário aí. Pode botar o nome do Romário, porque eu duvido que ele vote diferente." O Romário é um cara sensível.

Pode botar o nome do Romário, porque eu duvido que ele vote... O Romário é um cara sensível, pessoal. Não é de graça que ele virou um líder do povo brasileiro. É um dos Senadores que mais tem voto nesta Casa. Como é que ele ia trair a sua história, a sua vida?

O povo brasileiro te adora, Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou dizendo em nome do povo gaúcho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E você não é gaúcho.

O povo gaúcho te adora. Isso é no Brasil todo. Calcule a decepção que seria...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu também tenho um carinho especial pelo povo gaúcho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de todos nós, Romário, se fosse diferente.

Eu vi ali o seu voto e disse: "Está aí."

O Telmário Mota foi outro que – eu quero dar este depoimento – me garantiu que votaria. Não vota. Esse aqui, nessa hora, há de votar com a gente.

Mas você é um caso, Romário... Você é um símbolo nacional. Você é um símbolo. Você um símbolo. Pode saber que você é um símbolo. Qualquer partido gostaria de estar próximo de você, de ter essa amizade que eu tenho com você – e digo com orgulho isso. Vê-lo agora, na Comissão, e poder dizer-lhe isso... Eu confesso, Romário, que gostaria de dizer isso para os 81 Senadores – eu não tenho problema nenhum de disputa partidária, não tenho mesmo –, mas não posso dizer. Porém, para você eu posso.

Ao observar aquela telinha, eu olhei inúmeros Senadores e vi o seu nome lá. Fiquei muito feliz, viu? Fui para casa assim. A gente sabe... Muitas vezes, você me disse aqui uma palavra que me marcou muito e que repercuti no Grande Rio. Você disse: "Senador, você me representa." Eu digo: "Você também me representa." E ontem não seria diferente.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Romário!

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Parabéns para você também!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu falei bastante. Esse é um assunto que envolve, é claro, todos nós.

Permita só que eu leia esta notinha, que é bem pequena, Presidenta – daí eu passo para V. Ex^ª: "Em linha com Maia, Eunício diz não ter feito acordo [nenhum] por MP do trabalho."

Eu acho que o Presidente está na dele. Quem fez o acordo foi... Isso eu também ouvi... Ontem, quando estávamos lá construindo o acordo para que o processo garantisse a ampliação dos nossos espaços no debate e para que as galerias fossem liberadas, nós caminhamos muito, e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o Presidente Eunício dizia: "Eu não tenho compromisso nenhum com essa proposta. Quem decide é o Plenário". Aí o debate dos destaques foi nessa linha. E avançamos.

Eu confesso à senhora, Senadora, que eu me preparei para entregar, no momento em que as Senadoras descessem de lá, um buquê de rosas para cada uma – as cem rosas estão lá, na Liderança do PT –, e as Senadores as entregariam para os Senadores. Mas houve aquele desencontro, naturalmente, quando eu fui lá para baixo e, depois, o Senador assumiu. Quando as senhoras desceram, eu já estava no plenário. Foi uma questão de desencontro de dez minutos, mas, num momento como aquele, acontece.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É claro, mas valeu. Como dizia o Henfil, valeu a intenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas as flores estão aí.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – "Valeu a intenção da semente", como dizia Henfil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As rosas estão aí. Vamos entregá-las a vocês, nem que seja hoje – um buquê de rosas para cada uma.

Só lendo a notinha, Presidenta:

O presidente do Senado, Eunício Oliveira [...] afirmou ao Valor [...], serviço de informações em tempo real do Valor, que não tem qualquer compromisso ou participou de qualquer acordo para a edição de uma medida provisória para promover ajustes na reforma trabalhista, aprovada na terça-feira.

Em linha com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM [...]), que disse que vai engavetar uma eventual MP sobre o tema, Eunício foi incisivo em dizer que não conduziu qualquer negociação para futuros ajustes na proposta. [Entre aspas:] "Não tenho compromisso com nenhuma mudança..."

Aí – entre aspas – "não tenho compromisso com nenhuma mudança ou MP. Não tratei disso com ninguém nem na Casa e nem no Palácio do Planalto. E muito menos com a oposição ou situação ou entidades sindicais."

Questionado pelo valor, se estava lavando as mãos com o problema, Eunício respondeu: "Lavando as mãos? O que tenho com isso? Nada. Se não fui parte, se não negocieei, como lavando as mãos?"

Eu acho que o Presidente tem razão. O Presidente é Presidente da Casa, ele não tinha mesmo que negociar nem com Pedro nem com Paulo e nem com João. Ele tinha, sim, claro, que comandar os trabalhos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi feito um protesto. No fim, houve sensibilidade por parte das Senadoras, que saíram, no caso, lá para às 5h30 da tarde, mais ou menos, desceram e ele coordenou os trabalhos e permitiu – inclusive eu o agradeço de público, Romário, porque o meu tempo era de cinco minutos, ele abriu uma exceção e me deu 15 minutos, de 12 a 15 minutos – que eu pudesse expressar meu ponto de vista sobre esse tema.

Mas o que ele disse aqui não é novidade: quem avalizou esse acordo, fez o dito acordo que leu aqui e na CCJ para convencer os Senadores naquele dia em que nós estávamos fazendo o debate – e tínhamos ganho, no dia anterior, na Comissão de Assuntos Sociais –, foi o Líder do Governo.

Eu repito aqui: se eu sou Líder do Governo, com aquilo que estou vendo agora... Os Senadores estão todos preocupados por aí, os que fizeram o tal do acordo – ainda bem que nós estamos fora desse bolo todo, não é, Romário? Estamos de cabeça erguida aqui tranquilo... Tem que pedir renúncia, não adianta. Pede renúncia de Líder do Governo. E, se não me engano, você disse aqui que, se não fosse cumprido, você iria pedir renúncia. Parece que eu ouvi isso, vou olhar na nota taquigráfica. Ou alguém achava que Temer ou Maia iam cumprir algum tipo... E por que eles não falaram antes da votação isso aqui? O Eunício, eu entendi que falou; o Eunício, para mim, falou. Falou, no Colégio de Líderes: "Olha, eu não tenho compromisso nenhuma com essa proposta, quem tem aqui são os Líderes". Mas por que o Sr. Maia não falou isso ontem antes da votação?

É isso que está faltando nos homens públicos! E ele diz: "Chega de mentira!" Chamando os Senadores de mentirosos e chamando o Presidente da República atual de mentiroso. "Chega de mentiras, não vai ter nada disso!" Mas ele só disse depois da votação. Então, indiretamente, ele fez parte desse pacto. Eu repeti antes e vou repetir agora: com Deus não foi, só pode ter sido com o diabo, porque com Deus não foi, nem com os anjos.

Presidente, esse debate vai render hoje, com certeza, mas quero deixar muito claro que eu não estou cobrando, não. Eu não! Porque eu, em nenhum momento, negocie uma vírgula, porque eu não acreditava no acordo que vocês estavam fazendo. Estou me dirigindo ali para o Líder do Governo e aqueles que entraram nessa canoa furada ou sabiam que o acordo não seria cumprido – daí é má-fé e é pior. Mas aqueles que fizeram o acordo que expliquem. Essa nota aqui e outras que sairão durante o dia vão ser o debate no dia de hoje, já que quem falou isso, queiramos ou não, está na fila para virar Presidente da República. Isso poderá acontecer nos próximos 15, 20 dias.

Era isso, Presidente. Obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só para colaborar ainda com a sua fala, é claro que houve um acordo com o Maia também: "Vou mandar e depois você diz que não vai passar." Então, quem acreditou foi porque quis, porque aquele Senador Então, é todo... Quem acreditou, foi porque quis, porque aqueles Senadores que assinaram aquele documento hoje vão ter que se explicar, dizendo... O Jucá não vai se explicar não, porque o Jucá já é acostumado a não cumprir acordo. Então, o Senador Jucá já fez vários acordos,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram os Líderes das principais comissões. A sua, V. Ex^a não assinou.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... e ele não cumpre. A gente faz acordos de plenário, e logo em seguida ele descumpre. Então, já está... Para ele já é banal não cumprir acordo.

Então, que os outros Parlamentares se expliquem, porque quando nós fizemos ontem aquele gesto era para tentar mudar alguma coisa, para não deixar o Senado abrir mão de ser Casa Revisora. E o Maia está certo. Ele está dando um recado: o Senado teve chance de mudar, não mudou porque não quis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se o Senado não mudou porque não quis, por que o Maia vai mudar, vai acatar? Então, ele está certo. Ora, se o Senado não mudou, é porque tem que ficar como está. Se ele acha que é tímida – ele diz aqui que a reforma é tímida –, então ele quer mais, quer tirar mais do trabalhador ainda.

Então, ele não está errado. Quem está errado é o Senado, que abriu mão da sua prerrogativa de Casa Revisora. E as pessoas vão começar a fazer uma campanha aí: para que Senado? Não quer cumprir o seu papel de revisão. Vem uma coisa esdrúxula dessa, e ele não muda uma vírgula. Tudo o que nós fizemos ontem foi para um destaque, foi para negociar um destaque.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos um.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pelo menos um. E o destaque que a gente escolheu foi exatamente da questão da mulher, porque a gente achava que aqueles discursos do 8 de março eram verdadeiros, quando todos eles ocuparam a tribuna para fazer aqueles discursos em relação às mulheres, em homenagem à mulher.

A gente achava que ia sensibilizar, porque não é possível um Senado aprovar que mulher grávida e lactante possa trabalhar em local insalubre. O Senado tinha que ter aprovado era que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as empresas não podem retirar gratificação da mulher enquanto ela estiver grávida, mesmo afastada do local de insalubridade. Ela vai para outro setor, mas continua ganhando a gratificação, que é uma mixaria.

Muitas empresas fazem isso. Nós temos muitas empresas neste País que já fazem isso. Agora já vão se sentir livres para tirar. Mas muitas empresas, por acordo coletivo com os sindicatos, tiram a mulher do setor insalubre, mas continuam pagando a insalubridade dela. Então, agora está livre todo mundo para tirar.

Dizer que as mulheres querem. É claro que elas querem, elas não querem mexer no bolso. Então, coitadas, já ganham pouco, e 10%, 15%, fazem falta. Então, se você consultar, claro. Agora, a gente é que tem que ter a sensibilidade de legislar aquilo que é melhor. Assim como os sindicatos negociam aquilo que é melhor.

Então, o melhor... E eles dizem que é para modernizar. Se eles fossem modernos, eles proporiam não retirar, afastar a mulher do local insalubre, mas não retirar a gratificação até que ela volte. Mas foi o que aconteceu. E hoje nós vamos ter bons debates naquele plenário.

Havendo número regimental, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 44ª e 46ª Reuniões da CDH.

Quem concorda... Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Nós temos projetos não terminativos para votar, então a gente tem que aproveitar, porque os terminativos estão difíceis hoje. Todas as comissões hoje estão com problema para votar.

A gente vai começar com o Item 13, que é do Senador Romário, ele é Relator. Autoria do Deputado Marx Beltrão.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.

Autoria: Deputado Marx Beltrão

Relatoria: Senador Romário





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Favorável ao Projeto, conforme Emenda de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Deputado Marx Beltrão

Relatoria: Senador: Romário

Eu concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia, bom dia a todos.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2017, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.

Análise. Quanto à juridicidade, a proposição não contraria princípios gerais do Direito, e, assim, adentra organicamente a ordem legal.

Após ampla análise em Consultoria Legislativa do Senado, foi redigido um relatório que se encontra à disposição de todos para leitura. Por isso, eu me detenho aqui ao resumo da matéria.

O relatório conclui que a proposição realmente inova a ordem jurídica. Como Relator da matéria, cheguei à conclusão da necessidade de criar uma emenda redacional que confere automaticamente critérios para os tipos de banheiros, visto que existem determinações a serem seguidas, abre aspas, "as especificações das normas técnicas da ABNT", fecha aspas.

No mais, não podemos fazer qualquer reparo, mas sim, ao contrário, louvar a iniciativa do autor, com a qual estamos totalmente de acordo.

Voto, Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2017, nos termos da seguinte emenda redacional:

EMENDA Nº 1 – CDH - (de Redação)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2017, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 6º





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§1º Os eventos organizados em espaços públicos ou privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§2º O número mínimo de banheiros acessíveis corresponderá a 10% (dez por cento) do total, garantindo-se pelo menos uma unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a um.

E, finalmente, conto com o voto favorável de todos os meus Pares para aprovarmos este PLC.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não poderia deixar de elogiar tanto o autor quanto o Relator da matéria, Senador Romário, que se tem destacado, Srª Presidenta, em inúmeros temas. Quero reafirmar, como ontem no plenário: ficou do lado do povo, do lado dos trabalhadores.

Mas, nesta situação específica das pessoas com deficiência, eu já me acostumei. Embora tenha sido o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a lei brasileira, LBI, o Romário foi o Relator. E nós combinamos, não é, Romário? Romário disse: "Não, deixa comigo. Eu vou trabalhar no plenário para que o projeto agora vá para frente".

O Romário cumpriu um papel fundamental. É preciso reconhecer, e a sua Liderança ajudou. Este dedo aqui é aquele dedo...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – A sua também, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...que diz o seguinte: esse é o cara. (Risos.)

Não pense que é apontando o dedo de forma negativa.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romário ajudou muito no plenário. Ele foi falando de Senador em Senador, e trabalhamos juntos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romário ajudou muito no plenário. Ele foi falando de Senador em Senador, e trabalhamos juntos. E o resultado é que a lei está aí, fruto de um trabalho coletivo, não só nosso, claro, mas dos outros relatores na Câmara e de toda a sociedade que trabalhou nesse sentido.

Ainda bem que aprovamos naquela época. Se fosse agora, não aprovávamos mais.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Seria quase impossível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Impossível. Se fosse agora, pode saber que seria impossível.

E foi sancionado pela Presidenta.

E, mais uma vez aqui, Senador Romário, V. Ex^a, com a sensibilidade de sempre, assume essa relatoria para garantir a obrigatoriedade e a disponibilidade de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Aqui diz tudo. Então, eu quero só fazer esse rápido comentário, cumprimentando V. Ex^a, que foi o Relator, e valorizando o autor, que foi...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – O Deputado Marx Beltrão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado Marx Beltrão. Então, eu quero também cumprimentar o Deputado Marx Beltrão pelo projeto a que V. Ex^a deu o parecer favorável. Meus cumprimentos a ambos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Senadora. Presidente, gostaria de subscrever o requerimento que está sobre a mesa, nº 75, do Senador José Medeiros, por favor. (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Romário está subscrevendo o requerimento do Senador Medeiros, que passo a ler, e depois voltamos aos projetos.

ITEM 20





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 10 de agosto de 2017, em atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017.

Autoria: Senador José Medeiros

Foi subscrito pelo Senador Romário.

Eu gostaria de submeter esta questão aos Senadores, de a gente fazer a leitura e aprovar numa próxima reunião, porque esse assunto foi fruto de um acordo entre os dois Senadores e que demorou bastante. Então, eu gostaria muito que os dois estivessem presentes também, para continuarem no acordo, porque foi muito polêmico.

Então, gostaria de submeter a questão de a gente deixar – está feita a leitura, acatado o requerimento – para ser votado numa próxima reunião.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Senadora, eu particularmente só estou aqui cumprindo o pedido que foi feito. Acredito que, por minha parte, não vejo nenhum problema de a gente esperar aí os dois Senadores para a gente poder...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permitir também.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveitando este espaço em que estamos, com o Romário prestigiando a nossa reunião, quero dizer que também participei desse acordo amplamente. Ajudei a fazer a costura inclusive junto com o Senador Medeiros e o Senador Randolfe. Foi um momento daqueles grandes, eu diria, de nós outros aqui no Congresso, porque, agora, parece que é proibido fazer acordo. Daí acontece o que aconteceu ontem e que hoje está todo mundo... Já digo todo mundo, porque isso desmoraliza a Casa, desmoraliza o Senado. Está todo mundo sendo desmoralizado.

Então, esse acordo foi construído por nós todos, o Medeiros estava aqui, o Randolfe

Então, esse acordo foi construído por nós todos, o Medeiros estava aqui, o Randolfe estava ali. Eu acabei contribuindo, e V. Ex^a também contribuiu para a mediação. Eu acho legítimo que o Senador Medeiros e o Senador Romário, que está subscrevendo, proponham, por questão de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

agenda, uma mudança de data. Eu percebo que é isso, no fundo, a questão. E, com certeza, vamos construir o acordo.

Já foi lido. V. Ex^a corretamente leu, e nós vamos – eu me proponho, e o Romário tenho certeza de que também – conversar com o Senador Randolfe, com o Senador Medeiros para construirmos aí um grande entendimento, porque assim é a Casa. Alguns aqui dentro estão esquecendo: é falar, é falar. Senão, não tem razão de estarmos aqui. Chegar aqui e dizer: "Vota na marra, aproveitando que fulano não está. Então, vamos aprovar neste momento". Se quiséssemos, votaríamos – tenho certeza. Se eu e o Romário quiséssemos – nós estamos no plenário –, nós votaríamos, e V. Ex^a também diria que poderia colocar em votação, mas que não tinha quórum. Aí, viria alguém correndo para dizer para não votarmos porque não tem quórum. É isso que a Casa não pode fazer.

V. Ex^a, com a sabedoria de sempre, está fazendo, mais uma vez, essa mediação.

É legítimo? É regimental? É. Pedir que seja feita uma alteração no Regimento. Primeiro, nós vamos dialogar e construir.

Eu estou aproveitando este momento, porque acho que nós temos de reerguer o Senado. O Senado, para mim, está de joelhos, quer seja para o Judiciário, quer seja para o Executivo. E não pode o Senado continuar assim. E só tem um jeito: é dialogar, é conversar.

Quando aqui faço um elogio ao Romário, de público, não é do meu Partido. E daí? Se eu estou elogiando o que ele fez, votando do lado dos trabalhadores, qual é o problema? Vão dizer que eu não posso? Faço e quero ver quem vai dizer que eu não posso. Estou dando um exemplo, Romário, usando a sua liderança.

É como neste momento: o Medeiros votou diferente de nós, mas isso não quer dizer também que ele não possa apresentar o requerimento. Ao mesmo tempo, o Senador Randolfe, que é um grande Líder, com certeza – lidera a Rede –, gostaria de estar presente para entabularmos o acordo, até de agenda, para esse momento acontecer.

Então, quero cumprimentar a grandeza do Senador Romário, a grandeza de V. Ex^a e a grandeza dos outros Senadores que souberam, neste momento... O Senador Randolfe deve ter ligado para V. Ex^a, comunicou à minha assessoria, que me passou as informações, de que não há problema nenhum. Vamos construir o acordo no momento adequado. Aí, vamos votar o mérito do requerimento, que já foi lido hoje e ficando pronto para a próxima pauta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já está lido.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Segundo informações que chegaram para mim, a única divergência que está havendo é sobre a data, que era dia 8 e passou para o dia 10.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tinha sido aprovado aqui...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Dia 8.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dia 8.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dia 8.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – E é do mesmo mês.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso!

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Estão querendo colocar no dia 10.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Por isso, eu acho que está certo já. O mais difícil era eles terem construído o acordo, porque foi um debate muito longo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Evitando que haja algum problema.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Mas V. Exª entende que não poderíamos já sair daqui com essa data marcada? Ou temos de esperar realmente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acho que deveriam estar os dois de comum acordo.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – O. K.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É porque esse processo já vem de longe, e eles vem construindo. Às vezes só está um aqui, e a gente chama o outro. E a gente construiu. Acho que o senhor estava até presente num desses debates. Não me lembro, mas foi construído assim muito... Foram pelo menos umas duas reuniões.

Então, eles chegaram a esse acordo de data, inclusive, e foi aprovado aqui. Então, como são poucos dias de diferença, vamos ver se eles chegam... Vamos conversar com um e com outro e, na próxima reunião, votamos. Aí, não dá prejuízo...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Se não me engano, a próxima reunião será no dia 3 de agosto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso, mas aí dá tempo, porque, se eles concordarem com o dia que está marcado lá, não tem problema.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Perfeito. Está O. K.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque já foi votada uma data.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, e, na mesma linha de V. Ex^a, mas concordando também com o Senador Romário, os senhores da assessoria – tenho quase certeza... V. Ex^a está tendo a precaução adequada, de dialogar com ambos, que são os autores dos requerimentos, mas eu diria que, de forma muito tranquila, acho que o Senador Randolfe haverá de concordar, na minha avaliação

diria de forma muito tranquila. O Senador Randolfe haverá de concordar, na minha avaliação, com o dia 10, e já aferiu toda a equipe que virá para esse debate, tendo já a data indicativa do dia 10. Mas, enquanto eu não mudar o requerimento, claro que é o dia 8.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o requerimento está lido. Na primeira reunião a gente vota porque tem exatamente uma semana depois para fazer: ou no dia 8 ou no dia 10. Eles vão chegar a um acordo porque a gente tinha aprovado aqui uma data. Então, também temos de considerar isso.

As Senadoras e os Senadores que concordam com esse encaminhamento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos aproveitar mais projetos não terminativos.

Projeto de Lei do Senado Nº 53, de 2017.

Não terminativo

Altera a Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências para prever a oferta de transporte à mãe e aos seus filhos recém-nascidos.

Autoria: Regina Sousa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Paulo Paim.

Relatório: O relatório foi lido em 21.06.2017, concluindo pela aprovação do projeto. Em seguida, foi concedida vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para as considerações que julgar necessárias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romário é rápido, já está divulgando tudo o que nós dialogamos aqui hoje nas redes. Peço ao meu gabinete que também faça a mesma coisa que ele fez. É bom para nós todos, para V. Exª, para mim, para ele, claro, e para a democracia, mostrando o alto nível do debate que a gente pode construir nesta Casa.

Presidenta, esse projeto eu já li. Só para situar quem está, neste momento...Só na ementa V. Exª já atualizou. Ele dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá providências para prever a oferta de transporte à mãe e seus filhos recém-nascidos. É de sua sua autoria. V. Exª, ontem, com muita competência, defendeu já a situação das mães em situação de risco, atuando em áreas insalubres e penosas. Diria que o seu pronunciamento, na tribuna...Alguns ali, quando a gente está falando, procuram tumultuar, mas faz parte do jogo. Nós não estamos preocupados com o tumulto que alguns criam. E aqui V. Exª, mais uma vez, dá uma demonstração clara. Vou falar, só para atualizar, Srª Presidente, porque a grandeza do seu projeto tem de ser valorizada.

Veio ao exame desta Comissão só a primeira parte.

O projeto de Lei do Senado, da Senadora Regina Sousa, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer garantia de transporte asséptico das mães e de seus filhos recém-nascidos entre o local do parto e a sua residência e da residência ao serviço de saúde para complementação de exames. Para tanto, altera a redação dos §§ 3º e 8º da Lei 8.069, de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu, casualmente, estava lá. Ajudei, inclusive, e votei nesse Estatuto que aprovamos por unanimidade, na época. De modo a arrolar entre os deveres do serviço de saúde a oferta de transporte adequado para as mulheres e seus filhos recém-nascidos, entre o serviço de saúde e a residência dos interessados. E seu art. 2º estabelece ainda que a norma entre em vigor 90 dias após a sua publicação para dar tempo das devidas adaptações.

Por isso, cumprimento V. Exª. V. Exª tem uma sensibilidade que muitos não percebem. Eu

Eu percebi, desde o primeiro dia em que V. Exª assumiu aqui no Senado. Vou contar, Romário. Ela pode não gostar, mas eu vou contar. Numa reunião boa, grande, só capa – nós somos os pequenos, mas estavam lá os grandões – pela escala, acabei falando depois dela. Claro,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sempre dando preferência às mulheres. E a Senadora fala. Ela terminou de falar eu disse: ô, Senadora, o que vou dizer agora? Parecia transmissão de pensamento. Naquela reunião ela falou tudo o que eu estava querendo falar sobre a situação do mundo do trabalho, sobre as relações capital e trabalho, sobre o nosso papel aqui no Senado. Nessa linha do diálogo, do entendimento e da grandeza. Por isso, quero rendar aqui as minhas homenagens à senhora. Parabéns, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com muito orgulho que dou parecer favorável ao seu projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos identidade porque viemos do mesmo mundo, da mesma base sindical de trabalhadores, da luta. Por isso é que temos ideias tão parecidas.

Queria só explicar mais ainda, para quem não entendeu. Às vezes a pessoa pensa: "Ah, estão criando despesas". Essa ideia nasceu quando fui Secretária de Administração. Eu era Secretária de Administração, não era nem de saúde. Mas tive a sensibilidade, pelo que vi. Fui fazer uma visita à maternidade e vi – a maternidade central lá de Teresina – mães saindo, 24 horas depois do parto, com um bebê no braço, sacolinha na mão, para pegar ônibus. Um ônibus, às vezes, muito alto em que ela tinha de fazer um esforço para subir. O motorista arrancava antes dela se sentar, se tivesse cadeira ou se alguém cedesse. Ou então saírem na garupa do moto do marido, que vinha buscar. Achei aquilo terrível!

Eu mesmo tive o cuidado de conversar com o diretor da maternidade e instituir...Eu tinha o poder de liberar. O custeio dele não dava. Eu liberava...Aumentei o custeio dele para ele poder fazer isso. Para a minha surpresa, a despesa, no mês, foi de R\$600,00. Eram R\$600,00 por mês. Essa ideia perdurou enquanto ele foi diretor. Depois outro diretor entrou e como não é lei...Então, é para mostrar que vale a pena. Não é para todo o tempo. Saiu da maternidade para casa tem de deixar. É só em dois momentos do dia. Não precisa ter um transporte permanente. Ele contratava uma van para as 10h e outra para as 16h, que eram as horas em que se davam alta para as mulheres. E eles iam deixá-las em casa.

Essa questão do retorno é porque, às vezes, a criança sai sem um teste: o teste do pezinho, da orelhinha, porque naquele momento a maternidade não está fazendo. Então, se ela tiver de voltar, também vai ficar a obrigação de trazer para fazer o exame. Mas, normalmente, já sai com o exame feito. Mas se, por acaso, sair com alguns exames faltando, que a maternidade tenha de buscá-la para fazer aquele exame.

Então, o projeto é esse, não tem despesa tão grande. É custeio. Qualquer instituição pública pode incluir no seu custeio esse serviço, as casas que fazem parto. Então, o projeto é esse.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muita gente vai dizer: "Ah, você vai criar despesas". Mas é uma despesa tão pequena que acho que vale a pena em relação à questão tanto da mulher quanto da criança, que a gente quer tanto proteger.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Parabéns, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise na Casa em decisão terminativa.

Item 14.

Como sou Relatora desse item, passo a Presidência ao meu Vice-Presidente, Senador Paim. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 14.

Já que a Presidenta é Relatora da matéria, passou a Presidência para nós. Ela vai, então, dar o seu parecer no Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2016, não terminativo, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

É Rose de Freitas ou Rose de Freiras mesmo? Depois cobram de mim. Está escrito Rose de Freiras. Tenho o maior respeito às freiras, naturalmente, aos padres e aos pastores. Mas é Rose de Freitas. Só para correção.

A Relatora é a Senadora Regina Sousa, a quem passo a palavra neste momento para que faça os devidos esclarecimentos, já que conforme me informa aqui a Secretária, o relatório foi lido no dia 21, concluindo pela aprovação do Projeto com duas emendas, que apresenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em seguida, foi concedida vista ao Senador José Medeiros.

Concedo a palavra à nossa Presidente e Relatora Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – V. Ex^a já falou, inclusive. O relatório já foi lido e foi pedida vista. É meritório esse projeto. Sempre na questão da família, na questão das mães, na questão dos pais. A gente sabe que criar um menino é complicado, imaginem dois ou três ao mesmo tempo, com a mesma idade.

Então, quero parabenizar a Senadora Rose por ter tido essa ideia. Não é uma coisa que vá gerar tanta despesa porque não é toda hora, não é em toda família, que nascem gêmeos. Há um percentual, tem uma frequência de nascimento de gêmeos que dá perfeitamente para se conceder essa bolsa. É para o pessoal que tem necessidade. Não é todo mundo que tem gêmeos que vai receber esse benefício. Então, é um projeto muito importante, meritório. Acho que o Brasil só tem de aplaudir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Só me permito, Presidente, cumprimentar V. Ex^a pelo relatório e também a Senadora Rose de Freitas. Como eu sempre digo, nessa linha de falar, de falar, de dialogar muito, também tenho conversado muito com a Senadora Rose de Freitas sobre inúmeros temas.

Esse projeto, independente de nossas posições de votos em alguns momentos, porque isso é democracia, isso é liberdade de expressão, de opinião e de decisão na hora de votar, é inegável, tem uma grandeza social e mostra a sensibilidade dela, que também é mãe, sobre esse tema. Por isso, cumprimento tanto a autoria quanto a nossa querida Relatora, Senadora Regina Sousa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, colocando em votação o relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. As duas emendas – conversadas já entre a autora e a Relatora – só aprimoram a redação final. Por isso,

já entre a autora e a Relatora, só aprimoram a redação final, por isso meus parabéns a ambas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 dessa Comissão. O projeto aprovado segue para análise da CAE em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seguindo, aqui, a orientação da Mesa, a Senadora também é Relatora de um outro projeto, que é o item 16: Projeto de lei do Senado nº 277, de 2016, não terminativo. Altera o art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.

Autoria: está aqui no plenário, o Senador Romário. Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Vamos conceder a palavra de imediato à Relatora e depois também ao autor, que está aqui presente, para explicitar com clareza, naturalmente como sempre, o motivo da apresentação do projeto, e o parecer está com a Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

Relatório. Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2016, de autoria do Senador Romário, que altera o art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar como cinquenta empregados a quantidade mínima em uma empresa a implicar o preenchimento de cotas com empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social.

O art. 1º da proposição altera o art. 93 da Lei 8.213, de 1991, dispondo que, em empresas com cinquenta a 99 empregados, ao menos um terá de ser pessoa com deficiência ou reabilitada. O dispositivo ainda prevê um prazo para o início da fiscalização da referida cota.

Na sequência, o art. 2º do PLS revoga o atual inciso I do art. 93 da referida Lei nº 8.213, de 1991.

O art. 3º do PLS, por fim, determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificção da proposta, o autor observa que, quando da sanção ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi aposto veto a dispositivo que trazia conteúdo equivalente ao do presente PLS. Entretanto, segundo entende, os motivos que justificaram o veto não se coadunam com vários princípios constitucionais. Aponta, ademais, que a aprovação da proposição não alcançará micro e pequenas empresas dos setores secundário e terciário.

Assim, embora o alcance da proposição seja sabidamente limitado, é, por outro lado, um passo importante para a inclusão da pessoa com deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Análise. De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção e integração social da pessoa com deficiência. É, portanto, regimental a apreciação do PLS por esta Comissão.

Ademais, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, tem a União a competência privativa para legislar sobre direito do trabalho. E, nos termos do inciso XIV de seu art. 24, a União detém competência legislativa concorrente para dispor sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A proposição em exame não altera os estratos já hoje estabelecidos pela lei das cotas

– a Lei nº 8.213, de 1991. Na verdade, apenas acrescenta um novo estrato. Pela redação hoje vigente na lei, estão sujeitas a preencher cotas com pessoas com deficiência ou reabilitadas as empresas com ao menos cem empregados. E, no caso, o primeiro estrato determina o preenchimento de 2% de vagas para empresas com funcionários em quantidade de cem a duzentos.

Assim, o que o PLS faz é determinar que empresas com quantidade de funcionários de cinquenta a 99 terão de contratar ao menos um empregado com deficiência ou reabilitado.

Mostra-se a proposição em tela, assim, a um só tempo, meritória, humana e cuidadosa.

Entretanto, alguns reparos de técnica legislativa devem ser feitos, de forma a deixar o PLS consentâneo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. De igual modo, é importante salvaguardar a proposição do risco de impor obrigações ao Poder Executivo, o que poderia ser entendido como inconstitucionalidade.

Voto. Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2016, na forma da seguinte emenda: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2016. Expande a reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 1º Esta Lei expande a reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas estabelecida na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º O art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do § 5º:

“§ 5º As empresas que tenham de cinquenta a noventa e nove empregados preencherão ao menos um cargo com beneficiário reabilitado ou pessoa com deficiência, habilitada.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos três anos da data de sua publicação.

É o relatório. É o voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Romário, se quiser complementar, fique à vontade.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente Paim, no momento, desta Comissão. Eu quero primeiramente agradecer a Senadora Regina Sousa, e parabenizá-la pelo brilhante relatório e dizer que não tenho nem muitas coisas para dizer em relação a isso. Esse número a gente entende que é um número razoável, interessante, número de 50 pessoas com deficiência, já que a gente não está tirando nem colocando nada diferente do que já estava na LBI e que, infelizmente, acabou sendo vetado pela Presidente anterior.

E eu acredito, e todos que fizemos esse projeto, que nada mais do que justo que isso realmente possa acontecer, que é interessante e favorável às pessoas com deficiência. Gostaria do apoio de todos dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Senador Romário e vejo como importante a discussão e os esclarecimentos. Eu mesmo não tinha claro que esse projeto que V. Ex^a apresenta, na verdade V. Ex^a está recuperando algo que construímos todos nós juntos e que foi vetado.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Inclusive veio da Câmara assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veio da Câmara assim e foi vetado, e V. Ex^a e sua equipe, com a sensibilidade de sempre, disse: não, isso aqui foi vetado, vamos reapresentar.

Então, eu cumprimento V. Ex^a. Eu, claro, estou já discutindo a matéria, indiretamente estou discutindo, e cumprimento a Senadora Regina Sousa, que apresenta uma emenda que ajusta de forma definitiva o projeto apresentado por V. Ex^a, que já é fruto de uma construção coletiva de todos aqueles que trabalharam na construção do Estatuto

da Pessoa com Deficiência.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – E de muitos anos, né, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muitos anos, quase 15 anos de conversa, muita discussão, quando V. Ex^a era Deputado e eu também quando era Deputado. Depois eu vim para cá e V. Ex^a continuou. Mas veio para cá depois para ser Relator ainda. Só por isso já...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Estou seguindo V. Ex^a. (Risos.)

Isso se ele fosse centromédio, né? Ele é atacante e eu era centromédio, jogando lá no juvenil do Flamengo e do Juventude, no juvenil só.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – V. Ex^a passa a bola e eu finalizo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faz golo aí, então. Ele é ligeiro na resposta. Diz: "Faça aí o teu meio de campo, mas quem faz o golo sou eu". Daí fica lá: Romário, milhares de golos, Paim ajudou.

Já fico feliz. Só isso já fico feliz.

Senadora, eu, se ninguém mais tem nada a declarar sobre esse projeto, eu o encaminho, então, a votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda apresentada. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a emenda que é apresentada pela Senadora.

Volta a Presidência...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor continua, porque eu ainda tenho um relatório que é meu também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, vamos lá então.

Não, faço questão.

Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016, não terminativo. Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Regina Sousa, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Relatório. Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016, que fixa, em seu art. 1º, o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória das autoridades mencionadas no art. 4º da Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Em seu art. 2º, a proposição estabelece que a lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O projeto é do Senador Elmano Férrer.

A proposição foi distribuída a esta CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre ela decidirá de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise. O inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui competência à CDH para opinar sobre matéria referente a direitos da mulher, o que torna regimental o seu exame da proposição.

Não se divisam óbices de inconstitucionalidade na proposição, que é vazada na espécie legal adequada; que é proposta quando do exercício, pelo Senado, de suas competências; e que, em termos substantivos, não contraria qualquer valor defendido pelo texto constitucional.

Tampouco se enxergam problemas de juridicidade. Nas razões da proposição já se podem observar as características que a tornam inovadora (argumenta-se que a notificação mencionada já era prevista em lei, mas que não possuía, o comando visado, destinatário nem prazo para ser obedecido); ademais, a norma proposta, por assentar-se organicamente no ordenamento jurídico pátrio, possui,

proposta, por assentar-se organicamente no ordenamento jurídico pátrio, possui, naturalmente, necessidade e imperatividade.

No que respeita ao mérito, não há como se negar que a proposição é bem-vinda. Trata-se, em verdade, de aperfeiçoamento de

instrumento normativo (a obrigatoriedade da notificação) a respeito do qual há amplo consenso entre nós. As notificações, além de permitirem o trabalho mais eficiente das autoridades de segurança e de saúde públicas, ensejam ainda que se conheça mais a fundo o problema e, principalmente, expõem-no à percepção da opinião pública.

Foi notado pelo legislador, contudo, que as notificações obrigatórias nem sempre ocorriam; também foi notado que o comando legal da notificação obrigatória continha lacunas, o que ajuda a entender, em alguma medida, a insuficiência das notificações. Isto posto, o autor da proposição saneia as duas lacunas: para quem e quando deve ser feita a notificação. Ainda acrescenta o como: pela notificação imediata da autoridade e pelo encaminhamento, a essa mesma autoridade, da ficha de notificação, em até cinco dias da ocorrência do atendimento em serviços de saúde públicos ou privados.

A boa técnica legislativa não faz senão levantar um pequeno óbice à redação da ementa. Ao informar que a lei obriga à notificação do atendimento em serviços de saúde públicos e privados, a ementa faz com que só seja obrigatória a notificação quando houver atendimento em serviços de saúde públicos e privados. A proposição não comanda isso em momento algum, de modo que cabe emendar a redação da ementa. E só.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto. Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016, com a seguinte emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2016, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Discutir... Em discussão a matéria. Não estava ligado o som. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda, que apresenta. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1, desta comissão.

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

Seu ainda. V. Ex^a está ganhando de mim já porque normalmente sempre digo é meu, é meu, é meu.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim, continue porque tem mais um projeto... A produção aumentou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto simples.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Estabelece como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, e institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural, e dá outras providências.

Autoria: Programa Jovem Senador

Relatoria: Senadora Regina Sousa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a quem eu passo a palavra neste momento.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É muito importante que de autoria do projeto que funciona aqui, do Jovem Senador. Assim como têm chegado muitos projetos de iniciativa popular. Internautas estão mandando. Tem crescido muito a participação popular, o envio de sugestões. Isso é muito importante para a gente. Então, o relatório.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, e do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Sugestão nº 1, de 2017, oriunda do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2016, que “estabelece como crime inafiançável os atos de discriminação

de 2016, que “estabelece como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, e institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural, e dá outras providências”.

Na justificação do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2016, argumenta-se que a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, criminaliza os atos preconceituosos e discriminatórios praticados por razões de procedência nacional, porém é silente quanto aos motivados pela procedência regional ou identidade cultural das vítimas. Pondera-se que no Brasil, País com riqueza e diversidade cultural, em vez de cordialidade, não raro são praticados atos preconceituosos por razões de procedência regional e identidade cultural.

A proposição foi encaminhada à Comissão Cecília Meireles, onde foi designado o Jovem Senador Marcos Paulo Jesus dos Santos para relatar a matéria. No parecer apresentado, cujo voto foi pela aprovação do Projeto com as Emendas nos 1 a 4, ponderou-se que a proposição é meritória e que o preconceito de procedência regional e identidade cultural é conduta que deve ser combatida, a fim de que haja respeito entre os nativos de diferentes regiões.

As emendas apresentadas pelo Relator foram as seguintes:

- i) a primeira, visando equiparar o novo tipo penal aos similares já existentes, propôs que o novo crime não seja inafiançável;
- ii) a segunda, com o mesmo intuito, reduziu a pena do novo delito para um a três anos de reclusão e multa;
- iii) a terceira criou uma modalidade qualificada para o novo tipo penal, para os casos em que o preconceito seja praticado por intermédio dos meios de comunicação; e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

iv) a quarta propôs que o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural seja comemorado em 16 de junho, data de aniversário de Ariano Suassuna, autor brasileiro que sempre atuou na defesa e divulgação dos valores regionais.

A proposição seguiu para o Plenário, onde foram apresentadas e aprovadas as emendas nos 5 e 6, para, respectivamente, permitir que o juiz determine o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material utilizado em publicações preconceituosas ou a cessação das respectivas transmissões, e para obrigar que pessoas condenadas pelo novo tipo penal participem de ações de conscientização relativas ao preconceito de procedência regional e identidade cultural.

Análise. Conforme o disposto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por entidades organizadas da sociedade civil. O parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, que criou o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, estabelece que receba o tratamento de sugestão legislativa a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada pelo Programa.

Esse é exatamente o caso da Sugestão nº 1, de 2017, derivada do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2016, que se viu aprovado e publicado durante a sexta edição do Projeto Jovem Senador, programa realizado anualmente e que proporciona aos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, de até dezenove anos, conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil. Sob a perspectiva regimental, portanto, acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão legislativa.

Não se trata, porém, ainda de juízo terminativo sobre a matéria. O presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da comissão e encaminhadas à mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Cumpre-nos destacar, aliás, que também não se vislumbra óbice de ordem constitucional à conversão da Sugestão nº 1, de 2017, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que é da

nº 1, de 2017, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que é da competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, legislar sobre Direito Penal.

Além disso, convém recordar que os integrantes da 6ª Legislatura do Projeto Senado Jovem entenderam ser meritória a iniciativa em questão, que visa a criar condições para o enfrentamento da discriminação em razão de pertencimento ou proveniência de determinada





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

região geográfica, unidade federativa ou comunidade tradicional; ou, ainda, por associação a determinada identidade cultural. A proposição atua no sentido de tipificar essa conduta criminalmente e, por outro lado, criar uma política educativa que permita o reconhecimento da diversidade regional e cultural como uma riqueza do País e não um demérito capaz de causar perdas e sofrimento às pessoas atingidas eventualmente pelo estigma.

Como fizeram os jovens Senadores e Senadoras, nós também julgamos que a proposta é merecedora da atenção desta Casa e deve ter a chance de ser por ela avaliada.

Antes disso, porém, impõe-se efetuar alguns ajustes do texto para adequá-lo às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O mais importante desses ajustes é, sem dúvida, posicionar a novidade legal sugerida dentro do escopo da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Com esse deslocamento, evita-se a elaboração de regulamento avulso para tratar de matéria cujo tema – o enfrentamento à discriminação – já se encontra previsto em outra norma, acolhendo-se dessa forma a determinação do inciso IV do art. 7º da mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, pelo qual o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei.

Assim, consolidamos num único regulamento o repúdio à discriminação das pessoas em razão de suas características mais inerentes.

Excluimos, entretanto, dispositivo que previa a instituição do Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural, a ser comemorado, anualmente, em 16 de junho, data do nascimento do escritor brasileiro Ariano Suassuna.

Tal procedimento se sustenta na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, ao determinar que o oferecimento de projeto de lei que objetive a instituição de datas comemorativas seja precedido da comprovação de realização de consultas ou de audiências públicas com a participação de “diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira”, a fim de consubstanciar-se o “critério da alta significação” da efeméride proposta.

Voto. Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2017, derivada do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2016, na forma do seguinte projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. E aí, vem o projeto de lei:

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito em razão de procedência regional ou identidade cultural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

“Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou regional ou identidade cultural.” (NR)

Art. 2º Os arts. 1º, 3º, 4º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou regional ou identidade cultural.” (NR)

“Art. 3º

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou regional ou identidade cultural, obstar a promoção funcional.

obstar a promoção funcional. Art. 4º Incorre na mesma pena, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou regional ou identidade cultural.” E o “Art. 20 Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou regional ou identidade cultural. [...] Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Então, é o projeto de lei que agora vai tramitar, se aprovado, que é sugestão do Jovem Senador, o programa do Senado Federal chamado Jovem Senador, da turma de 2016.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Eu fico muito tranquilo e alegre. Esse programa Jovem Senador, Presidenta, tenho a alegria de dizer que fui o mentor desse programa. E digo isso com orgulho. Aqui, no Senado da República é uma experiência que começou em uma cidade, inclusive no interior do Rio Grande. Eu fui lá visitar e trouxe aqui para o Senado, na época, a diretoria acatou e, de imediato, encaminhou, em um trabalho coletivo, claro, com os Senadores e Senadoras e a direção da Casa, e instalamos o programa Jovem Senador, que, se são inúmeras leis já que existem no País fruto dessa moçada, ou seja, nossa juventude.

E este aqui é da grandeza, eu diria, do próprio programa, porque ele vai na linha de combater todo tipo de discriminação, como crime inafiançável, e, com isso, nós vamos avançando na linha de combater os preconceitos que ainda são tão fortes em nosso País. Mas eu tenho muita esperança de que um dia nós não vamos precisar mais de leis, que, pela educação do nosso povo, pelo conhecimento, pelo aprendizado, pelo convívio, pela solidariedade nas relações humanas, nós não tenhamos que aprovar leis de combate à discriminação. Ainda temos que aprovar. Eu sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, e na época me diziam se eu achava





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que por lei resolvia. Olha, se com a lei já é difícil, sem a lei piorou. É a história do negociado sobre o legislado, que agora aprovaram, ontem, aqui. Então, não precisava da lei também para relacionar a vida entre capital e trabalho, e nós sabemos, a OIT inclusive recomenda, inclusive nessa linha dos preconceitos, que é obrigação de todos os seres humanos decentes – que há muita gente que é indecente – combater todo tipo de preconceito, seja de classe, de cor, de raça, de etnia, de origem, de procedência, de gênero, sexo. É nosso papel.

Por isso mesmo, cumprimento por mais uma lei que vai na linha desse combate. Perguntaram-me um dia: "Mas a política de cotas é para o resto da vida?" A política de cotas é um meio, não é atividade fim. Nós sonhamos também que um dia, neste País, a exemplo do que aconteceu em outros, não se precise mais de política de cotas, que a integração, a solidariedade, os espaços para todos sejam garantidos de forma bem natural.

Por isso, Senadora, estando na Presidência neste momento, é com enorme satisfação que, não havendo mais quem queira discutir, eu vou colocar em votação.

Em discussão ainda a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão do Programa Jovem Senador, na forma do projeto de lei do Senado, que aqui apresentou a Senadora Regina Sousa.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado, que apresenta para que passe a tramitar como proposição de autoria desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vamos para o último item. Consulto aos Srs. e Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. (Pausa.)

Coloco em votação a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Paim. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, de 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação dos trabalhadores da JBS e das demais empresas da Holding J&F Investimentos".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidenta, nós estamos recebendo... E foi principalmente na vigília que fizemos aqui, aquela vigília que fizemos de segunda para terça, e V. Ex^a esteve lá presente, participou de quase todo o período que iniciou às 18h de segunda e terminou próximo à 1h da manhã da última segunda-feira, uma vigília que teve uma simbologia importante para a população tomar conhecimento do que significa esse projeto da dita reforma trabalhista. E lá alguns dirigentes sindicais que trabalham nessa área dos chamados frigoríficos, enfim, trouxeram uma denúncia da situação de inúmeros trabalhadores que são da JBS e de todo o outro rol que acompanha e investimentos, que eles fariam algumas demissões sem a devida cobertura, e inclusive as condições de trabalho nessas empresas pertencentes à JBS.

E por isso nós, então, decidimos naquela noite que encaminharíamos um requerimento para que fizéssemos uma audiência pública para discutir e, claro, embalado na JBS, esse setor, porque nós sabemos muito bem que, com a Operação Carne Fraca – que muitos falaram "carne podre", mas é "carne fraca", esse é o título que foi dado pela própria Polícia Federal – tivemos uma situação no País de inúmeras demissões, porque, a partir do momento em que você perde todo o respaldo no aspecto formal, jurídico, comercial e da própria divulgação da carne produzida no Brasil, houve uma queda na nossa exportação, porque inúmeros países passaram a não querer aceitar a carne produzida no Brasil. Por isso que houve demissões.

Acho que a Polícia Federal fez o que tinha que fazer mesmo e fez outras operações em relação a essa questão. Agora, nós temos que ver, com a responsabilidade de quem está no Parlamento, como é que fica a situação dos trabalhadores. Eles não tiveram culpa nenhuma e, como sempre, o ditado é popular, a corda estoura do lado da parte mais fraca.

E esse é o objetivo, então, do nosso requerimento, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permitir, queria só a última, é uma frase só, é só uma frase que eu queria ainda deixar registrada nos Anais, ainda é sobre a votação de ontem.

Eu queria dizer isto ao Brasil: ninguém serve a dois senhores ao mesmo tempo. Não tem como, temos que ter lado na vida. E, como nós temos lado, nós defendemos o lado dos trabalhadores, dos aposentados – eu vou terminar já –, pensionistas e discriminados, nós temos uma posição muito clara. E aqueles que atendem só o mercado, que atendam o mercado, mas não tentem aprovar projetos mentindo, porque o que foi dito hoje pelo Presidente da Câmara foi mentira. Parem de mentir. Não tem acordo nenhum. É só isso que eu queria dizer, ninguém serve a dois senhores ao mesmo tempo.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2017.

Às dezoito horas do dia cinco de junho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Ana Amélia, Hélio José e José Pimentel. Registra presença o Senador Elmano Férrer, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicado. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 6º Painel: O Século do Dragão? A China e a Nova Globalização. O avanço chinês na economia e na política internacionais. Atuação no Mar do Sul da China e as relações com Taiwan. As implicações da nova política econômica chinesa de privilegiar o mercado interno. Investimentos em países em desenvolvimento. Relações comerciais com o Brasil. Participantes: Embaixador Luiz Augusto Castro Neves; Professor Henrique Altemani de Oliveira, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; e Professor Oliver Stuenkel, Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Sra. Maria Edileuza Fontinelle Reis, Cônsul-Geral do Brasil em Paris; Sra. Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; Brigadeiro-do-Ar Vincent Dang, Subdiretor de Contratos e Convênios da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica; Sr. Ahmed Alasaad, Ministro Conselheiro da Embaixada do Estado da Palestina; Sr. Luciano Macieira, Ministro Conselheiro do Brasil em Bruxelas; Coronel Aviador Avelar Konrad Hegermann, Vice-Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comandante da Aeronáutica; Sr. Zhu Yue, Segundo Secretário da Embaixada da República Popular da China; Sr. Zhang Nan, Adido Civil da Embaixada da República Popular da China; e Tenente-Coronel Aviador Leonardo Guimarães de Souza, do Centro de Inteligência da Aeronáutica. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Elmano Férrer. O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal *e-Cidadania*. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares e aos internautas. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às vinte e uma horas e quatro minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Hoje cumprimos mais uma etapa do ciclo de debates, denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". O tema desse nosso 6º Painel é intitulado "O Século do Dragão? – interroga-se – A China e a Nova Globalização". Antes de darmos início ao painel propriamente dito, permito-me fazer a leitura, ou o relato, da nossa última audiência, do 5º Painel, que tratou do tema: "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio". Participaram como palestrantes o ex-Ministro Embaixador Marcílio Marques Moreira; o Prof. Carlos Roberto Pio da Costa Filho e o Prof. Samuel de Abreu Pessôa.

Houve duas experiências da globalização, afirmou o Prof. Samuel Pessôa, que foi o primeiro palestrante. A primeira delas, iniciada no fim das guerras napoleônicas, era a periferia exportando bens primários e o centro exportando para a periferia bens manufaturados; teve implicações sobre a distribuição de renda e gerou o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, do sudeste brasileiro, do Chile e do Peru, terminando de maneira catastrófica com a Primeira Guerra Mundial, disse ele.

Em meados dos anos 70, iniciou-se um novo processo. A diferença é que, na segunda globalização, a mobilidade de trabalho foi muito menor, e, em função da forte queda do custo de transporte, aconteceu não só o comércio de bens finais, mas também o comércio de bens em processo.

Em função desse perfil de globalização em que temos comércio de bens em processo, houve a incorporação de um contingente imenso de trabalhadores, inicialmente com baixa qualificação, com a reemergência da Ásia no cenário econômico internacional. Esse processo tem, nos países centrais, um impacto muito grande sobre a renda dos trabalhadores qualificados, com uma piora na distribuição de renda, afirmou o Prof. Pessôa.

Se é verdade que a globalização aumentou muito a desigualdade nos países centrais, considero o palestrante que ela reduziu a desigualdade no mundo como um todo e produziu, provavelmente, a maior queda de pobreza da história da humanidade.

A desigualdade da propriedade do capital é um problema, admitiu ele. Mas o fenômeno da desigualdade, em particular nos Estados Unidos, não é de capital, é de trabalho – uma desigualdade de remuneração muito elevada das altas rendas do trabalho dos CEOs, dos artistas, dos esportistas, dos profissionais da área médica, da área do direito, etc..

Esse processo, afirmou o professor, gerou, em alguns países, uma dinâmica política, uma certa tendência xenófoba, levando à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e ao Brexit na Grã-Bretanha. O problema, disse ele, é que as instituições políticas são nacionais, não são supranacionais. E aí acontece uma dissintonia entre a política e a economia, sendo natural que apareça nos países centrais uma força que responda ao anseio dos perdedores.

O povo brasileiro se pronuncia repetidamente a favor de um Estado grande e de uma carga tributária elevada, considerou ele. O Texto Constitucional de 1988 registra a decisão de construir, talvez um pouco antes do tempo, um amplo e abrangente Estado de bem-estar social. A taxa de poupança, no Brasil, é muito baixa e até no período de bônus demográfico ela caiu. Por isso, frisou ele, "precisamos de capitais internacionais". O período pós-crise tem sido muito benéfico para o Brasil – afirmou o Prof. Pessôa – porque um dos resultados da crise foi uma queda estrutural, produzindo um custo de capital muito baixo por todo o mundo.

Por um lado, o custo de capital continua e deve se manter por um bom tempo muito baixo. Por outro lado, a economia mundial mostra uma força maior, devendo crescer 3,5% neste ano, o que facilita a nossa vida de País exportador de *commodities*, concluiu o Prof. Samuel Pessôa.

Há necessidade de repensarmos o modelo de integração da economia brasileira à economia mundial, afirmou o Prof. Carlos Roberto Pio. Desde 2012, temos, na América Latina, um processo de integração sob um viés muito diferente. México, Colômbia, Peru e Chile consolidam uma integração muito aberta não só na região, mas para o resto do mundo. E desde 2004 temos as negociações do *Trans-Pacific Partnership*, o TPP, envolvendo 11 países.



O comércio – e o comércio internacional em particular – é uma atividade eminentemente privada em que as partes envolvidas, independentemente de onde estejam localizadas, trocam porque consideram que saem ganhando, lembrou o palestrante.

A regulação política das atividades comerciais, no afã de promover um desenvolvimento mais rápido do que adviria naturalmente nas interações entre os agentes privados, muitas vezes, alegou o professor, gera entraves às atividades econômicas que possibilitariam ganhos, tanto estáticos quanto dinâmicos, gerando o crescimento de renda. Ganhos estáticos são essencialmente uma relação de balanço, explicou ele. Eu vendo mais do que compro e economizo ao comprar mais barato um produto que custa mais no mercado doméstico. Ganhos dinâmicos são os efeitos que essa economia, ao importar, têm sobre a minha atividade, a minha capacidade de produzir mais com menos e, eventualmente, baixar preços.

Há, no Brasil político e no Brasil econômico, afirmou o palestrante, um relativo consenso de que proteger a economia é dever do Estado. O Brasil é um dos países mais protecionistas do mundo e foi, durante dez anos, até o ano passado, o País que mais aplicou medidas *antidumping* na OMC.

Apresentando gráficos e tabelas, o Prof. Carlos Pio mostrou que o crescimento econômico tende a reagir positivamente à liberalização comercial. Mostrou ainda que o Brasil se destaca negativamente em aspectos como produtividade do trabalho, formação bruta de capital fixo, total de comércio, como percentagem do PIB e nível das tarifas de importação. Em produtos manufaturados estamos muito acima da média de proteção mundial, mostrou o professor, e isso tem um impacto muito negativo sobre o nível geral de produtividade, o acesso a máquinas e a equipamentos, e o acesso a bens finais, que são insumos para as famílias e também para diversos setores da economia.

Desde 2000, a produtividade do trabalho brasileiro está 75% aquém da verificada nos países em desenvolvimento. Ocorre também uma relação cada vez mais forte entre acordos de livre comércio realizadas por um país e a atração de investimentos externos diretos. Menos acordos assinados, menos grau de internacionalização, menos grau de segurança jurídica, menor atração de investimentos, asseverou ele.

O Mercosul veda a possibilidade de fazermos acordos individualmente. Então, ou fazemos uma abertura unilateral, reduzindo as barreiras às importações, ou fazemos isso por meio de acordos regionais bloco a bloco, como o Mercosul-União Europeia ou Bloco País, como Mercosul-Canadá, que é algo que se tem vislumbrado, finalizou o Prof. Carlos Pio.

Segundo o último palestrante, Embaixador Marcílio Marques Moreira, a globalização transformou muito tanto a sociedade quanto a economia e a política, e não houve tempo para se reorganizar isso. A dissolução dos valores antigos ocorreu muito rapidamente sem dar tempo a que novos valores surgissem e que se reconstruísse uma nova hierarquia de valores, disse ele.

Algumas pessoas se adaptaram, outras não, ficaram realmente sem uma base de sustentação. E aí, criaram esse ressentimento, que pode levar a uma destruição, a uma vontade de destruir tudo aquilo que é moderno, que é clássico.

No começo do século XX, citou o Embaixador, o grande institucionalista francês Maurice Hauriou dizia que qualquer sociedade tem de ter, sobretudo, uma ideia clara da obra a realizar. Realmente, nós precisamos ter um rumo. No Brasil, falta essa ideia, o que está muito ligado ao problema de falta de lideranças. O que nós queremos realmente? O que nós desejamos? Qual é o rumo a tomar? – questionou o Embaixador Marcílio.

As importações são extremamente importantes, considerou ele, porque um produto importado traz embutido as novas tecnologias. Não nos fechamos apenas às importações, nós nos fechamos às ideias novas, às ideias modernas. A competição é algo extremamente importante, e esse fechamento nos impede de competir, o que diminui a produtividade.

O ambiente internacional, para nós, é positivo, afirmou ele. Os Estados Unidos se recuperaram muito bem, crescem a 3%. A Europa também se recuperou, cresce talvez a 2%. Na Ásia, a China e a Índia se destacam, mas também Indonésia, Tailândia, Vietnã e Filipinas têm crescido a 5% ou mais.

Nós também estávamos começando uma recuperação, que não era dramática, mas era muito séria. Cresce no primeiro trimestre deste ano 1%, um pouco mais, um pouco menos. Não é uma grande recuperação. No entanto, ressaltou ele, comparado com os -3,6% ou -3,4%, é uma melhora de 4%, de modo que é algo bastante significativo.



Bom, assim concluiu aqui, dessa forma, o Embaixador Marcílio, e aí passou-se aos questionamentos feitos pelos nossos internautas. E, em resposta a questionamentos, o Prof. Carlos Pio, o primeiro a responder, e asseverou que o protecionismo gera alguns ganhadores à custa de toda a sociedade. "Nenhum país precisa ter uma indústria 100% nacional", afirmou ele, e a tendência é a integração em cadeias produtivas globais, com especialização na base do que existe de vantagens comparativas em cada país.

Há, nas nossas escolas e na nossa formação das Ciências Humanas e da Economia, uma prevalência muito grande de visões para as quais o tempo passou, mas elas permaneceram, afirmou agora o Prof. Pessoa. Exemplo disso é essa visão estruturalista, segundo a qual desenvolvimento econômico está associado ao que se produz. Hoje, há um entendimento institucional do processo do desenvolvimento econômico e se sabe que ele passa por outros caminhos: passa por regras, por instituições.

No ciclo político passado, que começou muito bem em 2003, com uma gestão econômica de muita qualidade, com o passar do tempo, essa visão antiga foi recuperada e gerou muitos dos problemas que estamos vivendo hoje. Fechar a economia e reduzir a competição, o que abre espaço para a corrupção e para a criminalidade, não é o caminho, concluiu ele.

O Brasil consegue pegar uma criança sem formação e colocá-la na escola, mas não consegue fazer com que ela saia da escola com apropriação de conhecimento e de técnicas. Isso, observou ele, tem um impacto crucial no mercado de trabalho, no futuro dessa criança e da sociedade como um todo. Enquanto o governo coreano, que fez uma revolução brutal na educação, nunca gastou mais do que 3,5% do seu produto interno, este ano, nós, no Brasil, investimos em educação 6% do PIB. O maior desafio da sociedade brasileira é construir redes públicas de educação eficientes, guerra que estamos perdendo, não por falta de investimento ou de dinheiro, mas por falta de modelo de governança, enfatizou, concluindo o Prof. Samuel Pessoa.

Segundo o Embaixador Marcílio, a política econômica no decorrer da primeira década deste século foi piorando, não por problemas intrínsecos, mas por causa do sucesso que teve. Ela teve enorme sucesso, porque surfou em um quinquênio (2003 a 2008) absolutamente fora da curva, com os preços das *commodities* e toda a conjuntura favorável. E, concluindo, disse o Embaixador Marcílio Marques Moreira: "Não há caminho mais natural para uma derrota e para o fracasso do que o sucesso, sobretudo o sucesso não esperado e muito rápido".

Concluindo, portanto, o relato da nossa última audiência, peço à Secretaria desta Comissão que dê como lido na íntegra o relato, já que ele foi feito apenas nas partes principais.

Passamos à pauta.

Como já divulgado, no painel de hoje, teremos um tema envolvendo a China: "O Século do Dragão? A China e a nova globalização", e participam como palestrantes o Embaixador Luiz Augusto Castro Neves, ex-Embaixador do Brasil na República Popular da China; o Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira, da Universidade Estadual da Paraíba; e o Prof. Dr. Oliver Stuenkel, Coordenador do MBA em Relações Internacionais, da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e no Rio de Janeiro, os quais tenho o prazer de cumprimentar e convidar para que façam parte da nossa mesa. *(Pausa.)*

O senhor pode começar?

O SR. OLIVER STUENKEL – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Os nossos palestrantes terão 20 minutos para fazer a sua explanação e, naturalmente, uma prorrogação de tempo para concluir os seus pensamentos.

Iniciaremos, então, o nosso painel da noite de hoje, passando a palavra ao professor Oliver Stuenkel, para a sua explanação. Ele, que é Coordenador do MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O SR. OLIVER STUENKEL – Boa noite. É um grande prazer estar aqui. Muito obrigado mais uma vez. Estive aqui seis anos atrás, conversando já sobre a China. Então, realmente, novamente, é um prazer também estar aqui numa mesa de especialistas, realmente, sobre esse tema importante.

O que eu quero fazer com os meus poucos minutos é apenas apontar algumas questões gerais, porque temos dois especialistas excelentes que depois podem se aprofundar, mas nessa relação que certamente marcará não só as relações exteriores, mas também a política doméstica do Brasil.



Uma coisa aqui que eu acho que a gente esquece muito e que a gente não consegue explicar é a ascensão brasileira na primeira década do Século XXI nem a queda dos últimos cinco anos sem a relação e a atuação chinesa. O Brasil cresceu em função da crescente demanda chinesa na primeira década do século XXI, e a gente não consegue explicar a criação do formato BRICS, toda a capacidade do Governo Lula de se projetar com mais facilidade e, de fato, nos tornarmos um país mais visível, mas é preciso entender tudo aquilo em função da demanda crescente chinesa por matéria-prima brasileira, por produtos brasileiros, e a transformação da economia chinesa, que levou a uma queda na demanda também explica parcialmente a crise econômica que a gente vive hoje.

E, nesse sentido, a gente não consegue mais discutir a política nem a economia doméstica brasileira sem ter um especialista em assuntos chineses na mesa. E aí vem o nosso grande problema, eu diria – e talvez isso seja a minha principal mensagem aqui: o Brasil talvez seja um dos países menos preparados para um mundo que, cada vez mais, é sinocêntrico, um mundo que funciona cada vez mais em função do que ocorre dentro da China. Quando, sobretudo, viajo para os Estados Unidos, para a Europa, dá para ver, já nas universidades, nos congressos, na mídia, uma grande presença de sinólogos, de especialistas em China. Aqui, os nossos principais especialistas se concentram no Itamaraty. Isso é um grande problema, obviamente, porque essas pessoas não podem falar livremente, eles não podem escrever colunas, eles não podem assessorar empresas etc. O Brasil, talvez, é a única grande economia que não tem correspondente permanente na China.

A gente lê notícias sobre a China 24 horas depois do resto do mundo em tradução. Nossos principais jornais traduzem os artigos sobre o que ocorre na China. Isso, obviamente, é um grande problema, porque a gente não tem a capacidade de articular ou de promover uma discussão para chegar num ponto sobre qual é a visão brasileira sobre a ascensão da China, quais são os interesses brasileiros em função disso, quais são os riscos e as oportunidades e como a gente vai chegar a gerenciar nossa crescente dependência da China.

Carecemos, certamente, de um conhecimento neste momento. Quando eu estive aqui, a gente já conversou sobre isso e, desde então, muito mudou. A gente tem vários centros, em várias partes do Brasil, de pessoas que fazem trabalhos sobre a China de maneira sofisticada, mas eu devo confessar – eu, como professor – que me preocupo muito, porque meus alunos não reconhecem ainda... A gente precisa trabalhar duramente na Fundação Getúlio Vargas para convencer os alunos, que ocuparão, espero, cargos políticos importantes daqui a 20 anos, e eles ainda preferem passar um intercâmbio em Madrid, em Lisboa ou nos Estados Unidos, porque para eles não é tão atraente passar uma temporada na China. Isso, geralmente, parece-me ser o principal desafio de como de fato articular essa reorientação estratégica pela qual o Brasil precisa passar.

Eu vou, daqui a 10 dias, a Roraima para acompanhar a situação dos refugiados venezuelanos. E vajaham: nem isso a gente consegue entender sem estudar a China profundamente. A China, hoje, é o principal financiador do Governo Maduro, emprestou em torno de US\$60 bilhões ao longo dos últimos anos, e a gente não consegue fazer o sentido da dinâmica doméstica na Venezuela sem levar em consideração, sem entender os interesses da China. Até que ponto, por exemplo, o Governo chinês dará apoio ao Governo venezuelano? O que que a gente faz para analisar isso? A gente vê *Financial Times*, *New York Times*, que têm uma forte presença na Venezuela e também na China, e, nesse sentido, nos faltam as ferramentas e certamente será preciso passar por esse processo de adaptação.

Existe uma, talvez uma crença de que, como o Brasil está longe da China, a gente não precisa se preocupar muito com isso. Obviamente, aqui todos sabem que a China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, e essa relação só aumentará, certamente.

A discussão também sofre porque ela é fortemente politizada. Ainda temos um Fla-Flu na política externa. Algumas pessoas de esquerda acham que a crescente presença da China na América Latina é excelente, porque é um contrapeso à presença dos Estados Unidos. Pessoas da direita acham que isso é péssimo, porque enfraquece a relação com os Estados Unidos. Isso é uma discussão muito superficial e o que, obviamente, é preciso é a gente entrar numa discussão muito mais sofisticada sobre como lidar novamente com essa nova realidade de haver também uma competição crescente entre os Estados Unidos e a China aqui, na América Latina.

A gente vê, claramente, que vários outros países têm-se adaptado a essa nova realidade muito melhor já. E eu diria que países como Chile, como Peru e Colômbia já estão um pouco mais



avancarmos nesse processo. Mesmo assim, eu acho que este Governo tem sido bastante pragmático. Eu lembro que, logo antes de assumir, havia muita crítica, muita dúvida em relação a se o atual Governo iria reconhecer a importância do grupo BRICS, por exemplo, e a gente viu que o Presidente Temer fez as suas duas primeiras grandes viagens para a Ásia, e, nesse sentido, houve até um reconhecimento dessa nova situação em que a gente se encontra e também o reconhecimento da importância de grupos como o BRICS, por exemplo, que permitem que o Brasil tenha acesso institucionalizado à China, que, sem esse agrupamento, não teria.

Isso não tem nada a ver, obviamente, com ser a favor da China ou se alinhar com a China, mas simplesmente é importante na função de assegurar que, por exemplo, o Ministro da Defesa tenha um contato institucional constante com o Ministro da Defesa da China, o da Saúde, o da Educação. Nesse sentido, esse grupo será cada vez mais importante, independentemente do que a gente ache sobre a política externa chinesa. É preciso estar presente para promover uma discussão mais sofisticada.

Muitas vezes, as barreiras que impossibilitam uma interação maior são apenas burocráticas. Ainda é extremamente difícil para turistas chineses, por exemplo, virem ao Brasil – o número de turistas é bastante baixo. Para nós, é bastante difícil nas faculdades contratar chineses, porque o processo de reconhecimento de diplomas é muito complexo. A gente às vezes contrata estrangeiros, e o processo de reconhecimento é tão difícil que a gente brinca que seria mais fácil a pessoa fazer outro doutorado aqui no Brasil, mais rápido, porque o processo demora tantos anos.

Enfim, me parece que o tema da China é fundamental, e também é preciso incluí-lo cada vez mais na discussão da política doméstica e também regional. Não existe ainda uma estratégia regional sobre como lidar com a influência crescente da China. Existe uma competição, em alguns casos, entre países da América do Sul, para atrair investimento chinês, e seria muito vantajoso, certamente, institucionalizar uma discussão entre as capitais da região para melhor lidar com essa questão.

Vamos avançar mais um.

Eu queria apenas aqui reforçar que, para aqueles que acham que o grupo BRICS, o mundo BRICS acabou, porque certamente o Brasil está numa crise econômica, é preciso reconhecer que certamente devido ao crescimento indiano e chinês, o tamanho crescimento dos cinco países BRICS em conjunto tem sido maior do que foi pensado por Jim O'Neill quando ele criou esse agrupamento pela primeira vez.

Podemos avançar.

Então, nesse sentido, a crise brasileira pode nos fazer pensar que esse deslocamento histórico para países emergentes acabou, mas de fato esse movimento continua, e a gente caminha cada vez mais para um mundo em que a Ásia atua como o principal centro econômico e, em algum momento, político também.

E aqui a gente vê que a gente fala muito sobre a ascensão da China, mas aqui a gente vê a porcentagem da China e dos Estados Unidos, o PIB global, e a gente vê que, na verdade, o que a gente está vivendo hoje não é normal. Nesse sentido, será visto daqui a cem anos como uma aberração, uma curta janela na qual a China não dominava a economia global.

A gente vê aqui que a China de fato já era a principal economia até o fim do século XIX. É o chamado século da humilhação nos museus chineses, nos livros de escolas da China. Aos poucos há uma tentativa de apagar essa época da qual poucos querem se lembrar. A gente vê aqui também, ao longo dos últimos 2 mil anos, as principais economias dentro das fronteiras de países atuais. E a gente vê que, por grande parte dos últimos séculos, a Ásia ocupava o lugar como o centro da economia global. E o próprio nome chinês, China em chinês, obviamente, é o "reino do meio", representa isto, uma certa, vamos dizer, uma longa tradição de se enxergar como um país que tem um papel central nas relações internacionais. E a própria teoria das relações internacionais ainda não reconhece isso. Nós ainda enxergamos, vamos dizer, o centro do mundo no norte Atlântico, que tem, obviamente, tido um papel fundamental na criação da ordem pós-Segunda Guerra Mundial, mas nós vemos agora que está, abro aspas, "voltando à distribuição normal".

Sim. Podemos avançar.

Um elemento importante que precisa ser levado em consideração aqui é que o crescimento chinês, hoje, é mais baixo do que era há alguns anos, mas em função do tamanho total crescente da China, um crescimento de 5% ao ano é praticamente equivalente a um crescimento de 10% ao ano no



passado, e nós vemos isso aqui, ou seja, o crescimento em termos percentuais cai claramente, mas o que a economia chinesa agrega à economia global mantém-se basicamente estável.

Podemos ir ao próximo?

Aqui nós vemos que, em 2007, quando a China crescia 14%, ela agregava uma economia holandesa por ano, a economia global. E, como nós vemos no próximo eslaide – sim, podemos avançar –, em 2014 o crescimento chinês caiu para 7%, e, mesmo assim, a China continua agregando uma economia holandesa, a economia global. Então, nesse sentido, apesar de um crescimento mais baixo, esse processo de deslocamento continua, apesar, obviamente, de muitos riscos que a China enfrenta. Certamente vamos ouvir aqui também dos fatores que podem desestabilizar politicamente a economia chinesa, mas vale a pena ressaltar que, mesmo com um crescimento de 4% ao ano, esse processo de deslocamento continuará e, com isso, também a capacidade chinesa de ter uma influência política cada vez maior.

De novo: a Venezuela é apenas um exemplo. Nós vemos que, em cada vez mais países, nós não conseguimos mais dar sentido às suas dinâmicas regionais, seja na África, seja na própria Europa, sem levar a China em consideração.

Sim.

E nós vemos que isso é obviamente normal, porque aqui nós vemos que temos uma forte concentração no mundo. Há mais pessoas vivendo dentro do círculo do que fora. Então, nesse sentido, a ascensão da China é completamente natural. Ou seja, ela não deve ser encarada como algo inédito ou algo que nós precisamos combater, e, certamente, há um consenso crescente nos Estados Unidos de que esse é um desdobramento inevitável. Não existem mais políticos sérios que dizem que é preciso conter a ascensão chinesa, parcialmente porque a dependência mutual entre todos os grandes países e a China tem chegado a níveis em que ninguém quer mais que a China fracasse, porque todos dependem, cada vez, do bem-estar econômico do país.

Então, aqui nós vemos que, apenas se a China chegasse a 30% do PIB *per capita* do resto do mundo, ela já supera, com muita facilidade, os Estados Unidos como principal economia do mundo.

E isso tem implicações em todas as áreas. Aqui, apenas como exemplo, as emissões da China. A China já é o principal emissor. Isso nós vemos em todas as áreas, e isso transforma a China em um ator fundamental para todos os temas de governança global ou todos os grandes desafios internacionais. E, nesse sentido, a abdicação da liderança dos Estados Unidos pode ser vista também, talvez, num contexto maior, em que a China, cada vez mais, naturalmente, terá que assumir essas responsabilidades.

Então, outro exemplo aqui: nós não conseguimos discutir o futuro do regime global de meio ambiente sem ter um profundo conhecimento sobre a atuação, a opinião, a visão chinesa sobre esses assuntos.

Sim, podemos ir adiante.

Devido à centralidade dos países desenvolvidos na articulação da ordem, a gente tem, muitas vezes, uma visão predominante de que, em função do declínio relativo da Europa e dos Estados Unidos, a gente está caminhando para uma situação de mais instabilidade. Mas isso deve-se, acima de tudo, à convicção de que países como a China ou outros países em ascensão não vão assumir responsabilidades. Mas a gente vê, claramente, agora, que a China está num processo de criar novas instituições. Ao longo dos últimos anos, a gente vê dezenas de novas instituições que estão sendo criadas, justamente porque a China tem ou percebe que a demanda global por bens públicos globais cresce, e a expectativa de que ela assumirá um papel mais importante cresce com isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OLIVER STUENKEL – Ah! Ótimo. Eu aponto para lá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OLIVER STUENKEL – Perfeito.

Qual, então, é a estratégia chinesa? Não é derrubar a ordem atual. Ela tem um interesse em manter as regras e normas atuais, mas, certamente, ela percebe que não tem o espaço suficiente para ganhar os privilégios que os Estados Unidos têm tido dentro dessas instituições. E, nesse contexto, ela



apoiará as instituições existentes, ao mesmo tempo em que cria o que eu chamo de ordem paralela. A gente vê bancos de desenvolvimentos, uma série de instituições lideradas pela China, que é uma maneira de se colocar mais no centro e de transformar o poder econômico também em poder político; e, nesse sentido também, conseguir pautar a discussão nas relações internacionais muito mais do que tem ocorrido até hoje, porque, novamente, a nossa área – toda a teoria das relações internacionais, toda a discussão – ainda é fortemente pautada por teóricos, acima de tudo, nos Estados Unidos. Então, também essa área precisa passar por esse processo de adaptação.

E a gente vê aqui – apenas para finalizar – uma série de iniciativas chinesas. A gente precisa pensar de maneira estratégica sobre qual será o papel brasileiro em relação a essas instituições. A gente vê, à esquerda, as instituições novas que a China está criando – bancos de desenvolvimento, aqui na área de finanças, complementando, aos poucos, as instituições como o Banco Mundial, como o Fundo Monetário. Há uma tentativa de complementar o dólar, ou seja, de desafiar, em algum momento, o dólar como a principal moeda de reserva, o que, obviamente, é um processo de muitos anos.

A estratégia brasileira, até agora, tem sido de participar de ambos os projetos. O Brasil é o único membro das Américas fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Parece-me que essa é a estratégia correta, porque também não sabemos para onde vão essas... Ou seja, não há garantia para o sucesso dessas instituições, mas, certamente, a gente vê que a governança global também está se tornando, cada vez mais, "asiacêntrica".

Aqui a gente vê, por exemplo, *China Union Pay* e, às vezes, a gente pensa que isso não tem nada a ver com relações internacionais. Mas, na percepção chinesa, o fato de os Estados Unidos – ou do Ocidente – controlarem Visa e Mastercard, algo que pode ser utilizado para impor sanções em algum momento, é visto como uma prova de que a ordem internacional ainda não se adaptou a essa nova realidade, com a China tendo um papel fundamental.

Então, existe um projeto estratégico de longo prazo da China de promover o *China Union Pay*, que vai desafiar aos poucos os cartões de crédito que, de novo, podem ser utilizados para bloquear bens, para impor sanções etc.; podem ser utilizados como uma ferramenta geopolítica.

A gente tem uma série de outras: uma agência de *rating*, um projeto dos países BRICS também baseado na visão de que essas instituições ainda se baseiam, acima de tudo, no Ocidente, e isso causa, obviamente, uma insatisfação na China.

O grande presente dado pelo Donald Trump à China dará espaço para que a China possa articular, com muito mais facilidade, seu projeto de hegemonia regional. O comércio como uma ferramenta geopolítica é fundamental nesse caso. Todos os chineses com os quais eu converso dizem que têm medo de acordar desse sonho em que o Donald Trump chegou e retirou praticamente os Estados Unidos; eles têm medo de que isso seja apenas um sonho maravilhoso. Então, nesse sentido, a gente pode até ver a chegada de Trump facilitando ainda mais e reduzindo as possíveis resistências que podem existir na Ásia em relação ao projeto de ascensão chinesa. Obviamente, há ainda várias resistências devido também a uma preocupação com um possível projeto hegemônico chinês.

Na área de segurança, a gente tem isso também. Vários encontros que a China promove para criar confiança entre Pequim e seus vizinhos. Há um encontro anual entre os *National Security Advisors*, os assessores de segurança presidencial dos países do BRICS. O Brasil não tem esse cargo, mas é um sinal importante, uma plataforma importantíssima que dá ao Brasil a oportunidade de ter acesso a essas pessoas, que são muito poderosas na China e nos outros países do BRICS.

Na diplomacia, a gente tem, obviamente, a Cúpula dos países membros do BRICS, que vai ocorrer agora na China, em setembro. Vários fóruns que têm como objetivo promover a visão chinesa nas relações internacionais, e, talvez, o ponto mais importante – isso vale muito a pena acompanhar –, o chamado novo *silk road*, a Nova Rota da Seda, um projeto gigantesco de investimento da China, que é comparado muitas vezes ao Plano Marshall dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial.

A minha expectativa é de que a Cúpula do BRICS ocorrerá também dentro dessa nova política chinesa de se projetar mais.

Houve um encontro da Nova Rota da Seda três semanas atrás em Pequim, o que foi uma grande notícia nos principais jornais do mundo. O Brasil, infelizmente, não teve uma representação expressiva



nem do Governo, nem dos grandes jornais. Então, essa nova realidade ainda passa longe da opinião pública brasileira. É muito importante acompanhar isso mais de perto.

Para finalizar, aqui eu coloquei o Canal da Nicarágua, um projeto importante chinês, apesar de o governo não abertamente assumir a autoria desse projeto, é uma prova de que, cada vez mais, a realidade, o peso chinês se fará sentir também no contexto latino-americano. E o grande desafio, de novo, é conseguir tirar benefícios dessa nova presença nova chinesa – e eu coloquei aqui a Ferrovia Transoceânica –, que possa conectar o Brasil com o Pacífico, mas sem cair numa dependência que também terá consequências negativas para o interesse nacional brasileiro. Ou seja, a discussão de como gerenciar essa dependência me parece o principal desafio da política externa ao longo dos próximos anos. Então, nesse sentido, vou concluir aqui apontando, de novo, que esse tema da China não deve ser um tema separado das discussões, mas deve fazer parte de praticamente todas as outras discussões políticas que a gente tem na articulação da nossa política doméstica regional e também a política externa do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito grato ao Prof. Oliver Stuenkel pela sua exposição.

Passo a palavra ao nosso próximo orador.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença entre nós da Sr^a Maria Edileuza Fontenele Reis, Cônsul-Geral do Brasil em Paris; da Sr^a Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; do Brigadeiro-do-Ar Vincent Dang, Subdiretor de Contratos e Convênios da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica; do Ministro Ahmed Alasaad, Ministro Conselheiro da Embaixada do Estado da Palestina; do Ministro Luciano Macieira, Ministro-Conselheiro do Brasil em Bruxelas; do Coronel-Aviador Avelar Konrad Hegermann, Vice-Chefe da Assessoria Parlamentar de Relações Institucionais do Comandante da Aeronáutica; do 2º Secretário Zhu Yue, da Embaixada da República Popular da China; do Adido Civil Zhang Nan, da Embaixada da República Popular da China; e do Tenente-Coronel-Aviador Leonardo Guimarães de Souza, do Centro de Inteligência da Aeronáutica.

Agradeço a presença prestigiosa de V. S^{as} a este nosso debate.

Passo a palavra ao Dr. Henrique Altemani de Oliveira, da Universidade Estadual da Paraíba, para as suas colocações.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Boa noite.

Muito obrigado. Agradeço o convite, a oportunidade de conversarmos um pouco sobre China – ou, na verdade, sobre política externa brasileira também voltada à China.

Bem, como nós temos pouco tempo, então vamos direto ao assunto, se eu conseguir mexer aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Mas, antes de conversarmos, acho que há umas questões básicas ao pensar a China que me incomodam, principalmente... A inicial é assim: nós temos uma ansiedade, um imediatismo de querer respostas. Eu gostaria de lembrar que a China é secular; com seus cinco mil anos de cultura etc. Tudo bem! Mas a China que estamos tratando de sua inserção internacional e a China que nós estamos tratando, exatamente, ampliando a sua presença na economia e na política internacional é uma China nova. Nós podemos pensar que é uma China nova que começou ali em 1911, quando estava começando, no final do ano, a república. Uma república que vai demorar exatamente para se consolidar. Então, acho que nós vamos pensar que, a partir de 1925, nós tivemos duas guerras civis na China – uma entre o Partido Comunista e o Kuomintang, o Partido Nacionalista; e uma outra que é exatamente das forças nacionalistas tentando, realmente, unificar a China.

Bem; é uma China que, em 1949, muda. É dessa China nós estamos tratando; e dessa China, claro, que vai realmente se voltar à comunidade internacional ali em 1971 e, em 1978, realmente começa a pensar exatamente na sua inserção no comércio, mas é uma China que, na realidade, vai ter o apoio, agora sim muito mais maciço, do partido comunista chinês e principalmente o apoio dos governadores das províncias costeiras a partir de 1992. E com esse negócio de nós pensarmos



governadores nos faz lembrar que China é um Estado muito descentralizado, com autonomia das províncias. Então, se os governadores não apoiavam, a política de Deng Xiaoping não avançava e teria restrições.

Então, é a partir de 92 que essa China que estou pensando está se projetando no mundo. Na verdade, não é só de 92; é de 92 até, aí sim, adentrar exatamente na Organização Mundial do Comércio que a China realmente se liberta, principalmente retirando as amarras, pois, na década de 90, a China perguntava: até quando vão me deixar crescer?

Por que o Brasil tinha que ser democrático? Por que o Brasil tinha que abrir o mercado e a China, não? Mas a China também não era membro do GATT. A China precisava, aí sim, que os Estados Unidos, anualmente, concedessem a cláusula à nação mais favorecida. Aí todo mundo seguia.

Então, a China começa realmente a ter possibilidade de atuação internacional a partir exatamente de 2002, quando realmente ela entra no GATT. Se nós relembrarmos 2004, quando tivemos a visita de Hu Jintao, e Hu Jintao falou em investimentos, no outro dia nós estávamos cobrando os investimentos. A China começou realmente a ser um país investidor a partir de 2007, 2008, e muito mais claramente a partir de 2010.

Assim, nós temos aqui a China como um ator com capacidade de investimento há cerca de uma década. De outro lado, nós temos muito mais indefinições, dúvidas e podemos pensar em tendências. Na verdade, nós temos dificuldade de respostas, porque é uma China realmente que... O Oliver mesmo citou que nem a teoria das relações internacionais consegue explicar a ascensão chinesa.

Com essa ressalva inicial de como estou pensando a China – e podemos discutir isso –, eu teria também duas ponderações que me importam exatamente para poder pensar a inserção internacional.

A primeira é a velha questão de quem faz as regras, o que remete ao que Oliver começou a se referir, ou seja, exatamente a questão da governança global. E regras são todo esse conjunto de normas, de regras em si, de regimes e procedimentos decisórios etc. que vão regular as relações mundiais. E, segundo, também uma ponderação sobre economia asiática.

Essa questão de regras é o que é da minha idade ou até mais velha do que eu. O mundo que surgiu da Segunda Guerra, que entrou numa nova tendência, numa nova reestruturação, com ênfase em organizações multilaterais, em acordos mundiais etc., começou exatamente com um grande problema no que seria o Acordo de Bretton Woods, principalmente na sua dimensão comercial.

A Organização Mundial do Comércio não funcionou porque os Estados Unidos não ratificaram. Entra o GATT como provisório; e um provisório que vai durar até 94. Mas não podemos nos esquecer de que, em 1950, os Estados Unidos, com as suas leis domésticas, se opõem a discutir no GATT a questão agrícola, que é uma novela até hoje.

Vou lembrar aqui, não é exaltando o terceiro mundo ou um terceiro mundismo, mas a Conferência de Bandung, que tem "n" linhas e "n" formas de ser interpretada se posicionava também, de acordo com aquela declaração do Secretário-Geral da Conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia, exatamente na perspectiva de que eles, países que estavam recém-descolonizados, estavam adentrando no mundo, principalmente pensando que a Conferência de Bandung é muito mais asiática, sem países da América Latina e com pouquíssimos países africanos. A representação é asiática, e a questão estava muito mais em discutir o futuro da Ásia, mas que, de qualquer forma, eles pensavam em contribuir exatamente para a formulação, o estabelecimento de normas para condutas das relações internacionais atuais e, principalmente, instrumento para aplicar isso, para uma aplicação prática dessas normas.

Então, vamos pensar assim: eu tenho um negócio aqui, que já está presente, que é pensar, reacerar ou redefinir regras no comércio internacional e, principalmente, face a países que estavam se descolonizando e estavam entrando em um mundo sem regras muito claras sobre o comércio e na dependência desses países para terem receitas, receitas para poderem patrocinar os seus respectivos desenvolvimentos.

Eu só relembro aqui uma questão: em 1957, para a criação da Comunidade Econômica Europeia, que reforçou o protecionismo, principalmente via política agrícola, nós já temos aqui uma figura que eu acho linda e que se chama rescisão voluntária de exportações, pela qual os Estados Unidos impõem ao Japão, que tinha, nessa mesma década, começado a se recuperar, que restringisse as suas exportações de têxteis para os Estados Unidos. Isso vai gerar, depois, o Acordo Multifibras, na década



de 70. Começou com têxteis e, depois, vai também haver rescisões voluntárias do Japão, ao longo do tempo, de automóveis, de *chips*, de produtos avançados tecnologicamente, mas indicando assim: quais são as regras do comércio?

Década de 70, mais uma vez, só para relembrar, claro que temos aqui a bipolaridade estratégica abalada e, principalmente, o surgimento da multipolaridade político-econômica, algo que Celso Lafer vai denominar como sendo uma disjunção entre ordem e poder no momento em que se tem dois novos Estados que passam a ter poder econômico – Japão e Alemanha –, mas que não têm presença, não têm capacidade decisória para definir regras, e aí, claro, uma série de outras coisas: lançamento de uma nova ordem econômica internacional na ONU, e o Japão crescendo assustadoramente, a partir da década de 80.

E aí, com o fim de Guerra Fria, entramos no novo mundo, entramos na universalização, na globalização e toda essa parafernália, mas Huntington tem um artigo, exatamente de 1991, em que ele escreve sobre os interesses estratégicos dos Estados Unidos nesse novo mundo, e ali ele deixa bem claro que o primeiro interesse estratégico dos Estados Unidos seria exatamente preservar a sua posição como principal potência global, o que significava a necessidade de conter o desafio econômico japonês; e, dois, evitar o surgimento de um poder militar hegemônico na Eurásia.

Bom, isso era a década de 90. Se nós pegarmos hoje, 26 anos depois, acho que realmente podemos dizer, claro, que o Japão, que era a ameaça na década de 90, foi substituído pela China, que é a ameaça do século XXI, menos nessa visão estratégica de manutenção da capacidade de potência dos Estados Unidos; e a prioridade dos interesses hoje no Golfo Pérsico – os Estados Unidos se envolveram tremendamente – vai ser substituída pela política de retorno à Ásia; e permanece, de qualquer forma, a necessidade dos Estados Unidos de preservarem a sua hegemonia global e evitarem a ampliação de um novo poder na Eurásia.

Estou mais fazendo essa aparente... Estou divagando, mas acho que é só um pouco para retomar uma coisa que aqui nós temos ao longo do tempo – e, aqui, já volto até um pouco a retornar ao passado –, que é uma disputa de poder regional na Ásia, contínua, entre Estados Unidos, China, Japão. É quase assim: eu tenho uma disputa ali que é desde o início do século XIX, ou, principalmente, o que eu quero pensar hoje, exatamente uma ascensão chinesa no mundo passa, inicialmente, pela redefinição da ordem regional. E, ao passar pela ordem regional, exatamente está se projetando para se pensar a ordem internacional.

Mas, hoje, nós temos um ator exatamente que são Estados Unidos, que, claro, projetam e sempre veem ameaça possível das Américas. E aí, então, o seu empenho em manter as Américas sob sua área de influência e a necessidade de manter também sua presença na Ásia, e, por isso mesmo, essa oscilação ao ator mais proeminente da Ásia no momento.

E não só isso: quero lembrar também, claro, que uma potência emergente, Estados Unidos, que deu início, via Woodrow Wilson, à Liga das Nações, no pós-Primeira Guerra, tinha o presidente... Claro que negava e tomava uma oposição exatamente de dizer: "Olha, esse negócio de Liga das Nações é o sonho de Wilson, não é a política dos Estados Unidos". E, aí, então, ele exatamente vai estabelecer a Conferência de Washington de 1921, 1922, onde, na verdade, tem ali todo um papel de exatamente definir uma ordem regional não para o mundo, mas para a Ásia, cujo objetivo não era nada mais do que exatamente conter o papel do Japão.

E aí, então, exatamente pensando, claro que esse é um ponto de tensão que nós temos na Ásia: a necessidade de os Estados Unidos refrearem uma China que está cada vez mais ascendente. E, talvez, nós possamos pensar também que TPP nada mais era do que isso, ou seja, uma parceria transpácífica, exatamente como o Obama afirmava exatamente no dia da assinatura dessa parceria, em outubro de 2015, que não poderia deixar que exatamente países como China escrevessem as regras da economia mundial.

Segundo ponderações, é exatamente a ideia de pensar, claro, que hoje nós sentimos a pressão, a presença dos produtos chineses. Mas a minha dúvida é assim: é produto chinês ou é um produto asiático? Ou, de qualquer forma, nós temos na Ásia exatamente uma tendência, que já vem exatamente da década de 70 e que foi se aprofundando na década de 80, de ter a agregação da China nisso, a partir dos 90, que, na verdade, conforma uma economia integrada, uma sinergia exatamente entre essas economias. Hoje, nós podemos chamar isso de uma cadeia global de valores. E acho que é



exatamente o raciocínio de que Japão foi a economia disso, Japão agregou os primeiros tigres, até agregou a Ásia, vamos dizer, o Sudeste Asiático, agregou a China. E, hoje, sim, há locomotivas nas duas pontas do trem, cada um puxando para um lado. Claro que a China realmente supera, mas também nós podemos pensar que a Ásia tem uma economia integrada, e uma economia integrada que, principalmente a partir de 1997, 1998, durante a crise asiática, reconheceu e aceitou a necessidade absoluta de trabalhar exatamente com a definição de um bloco asiático.

É a aceitação exatamente que vai levar à iniciativa de... *(Ininteligível.)*

... no entendimento de que o FMI vem, mas atrás do FMI vêm exatamente os valores e a correlação exatamente com a economia americana, a necessidade de ter algo que representasse os interesses da Ásia.

Então, eu acho que a questão que nós temos aqui é exatamente de pensar, é claro, que essa interdependência asiática marca atualmente de uma forma muito profunda a relação entre os países, principalmente a relação com a China. Ou vamos pensar que nós temos aqui uma realidade um tanto quanto confusa em que nós temos exatamente uma, vamos dizer assim, aproximação muito íntima na dimensão econômica quando nós não temos uma aproximação muito íntima ou muito ao contrário na dimensão política e na dimensão da segurança. Mas isso não afeta a economia. É quase assim: há um pragmatismo asiático aqui, só que ele mantém as relações, são mantidas as relações econômicas, apesar das desconfianças, dos ódios, dos ressentimentos históricos e atuais, apesar exatamente da aparente insegurança ou das ameaças que surgem exatamente principalmente com o crescimento da China. Mas o negócio se mantém exatamente na ideia dessa, vamos dizer assim, interdependência entre esses diferentes Estados.

Eu não estou acompanhando o horário.

Ah, é aquele lá. Ótimo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Aquilo é o que eu já falei?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Não, o que eu tenho ainda. Ah, então eu tenho bastante tempo.

E aí acho que podemos estar chegando exatamente, avançando na ideia de pensar que é claro que há hoje uma relativa consciência regional e internacional de que a China tem um projeto político e, evidentemente, está reunindo condições de assumir um papel de liderança regional e internacional, mas há a disposição norte-americana de expandir sua presença na região asiática. E a dúvida realmente é de qual é a reação chinesa a isso: algo muito mais claro, muito mais assertivo, ou realmente a China vai manter-se cautelosa ao longo do tempo.

Claro que há indícios, evidentemente, de uma postura mais ativa, mais assertiva, tanto quanto mais demonstrada exatamente no que é o mar do sul da China. E aí acho que, se nós formos pensar na posição chinesa, a posição chinesa é de que não há disputa.

Aquilo é da China, sempre foi. Está disputando. Mas, de qualquer forma, eu acho que há, sim, movimentações de diferentes Estados em realmente querer ocupar, ou foram levantadas exatamente duas questões. Uma é a do trânsito, o livre trânsito ali, a liberdade de navegação.

A outra questão é exatamente a exploração dos recursos presentes, principalmente o fato de que todos os países ali têm uma dieta muito calcada exatamente em frutos do mar, em peixes. Hoje há a possibilidade de novas explorações exatamente em razão da presença de hidrocarbonetos nesse espaço.

De qualquer forma, a minha visão é no sentido de que o Mar da China do Sul é uma preocupação, mas não é um espaço realmente de forte tensão. É um espaço exatamente em que a China marca presença, assim como os outros Estados estão marcando presença, querendo aumentar as suas possibilidades, mas que também, *pari passu* exatamente à tensão e aos aparentes conflitos, há um processo de negociação, de exploração conjunta desses espaços. Mais claramente, as ilhas não são de importância tal que mereçam levar a um conflito em si. Eu acho que se nós formos pensar realmente na possibilidade de conflito interno dentro da Ásia, a questão realmente é Taiwan, em



especial no que se refere à China. Claro, e Coreias no que se refere exatamente à Ásia. Eu não vou dizer que a questão da Coreia é chinesa. A questão é asiática, japonesa, assim como é russa, assim como também é americana.

Além também da questão do Mar da China do Sul, nós temos a continuidade, claro, cada vez que os Estados Unidos vendem armas a Taiwan ou mesmo que o Dalai Lama tenha convites, as críticas chinesas sobem. Eu acho que a grande novidade hoje nessa posição da China que indica uma maior assertividade é que não é só um discurso, mas também a tentativa, o início de aplicações de sanções em função dessas movimentações em relação a Taiwan e ao Dalai Lama. A questão do Dalai Lama é muito mais retórica, quando, na prática, voltamos a pensar, claro, que Taiwan é a grande questão. Mas, no fim, a ideia é que a China realmente tenha esse interesse, esse objetivo de ampliar o seu papel dentro da região.

Nessa perspectiva de disputa de poder e de ascensão chinesa, novamente econômica e principalmente na política internacional, o que se ressalta é a estratégia americana de conter o crescimento da China, buscando isolá-la, vamos dizer assim, de seus vizinhos no mundo. Mas isso aparentemente não deve funcionar. Infelizmente, aí o Trump ... a ideia da presença dos Estados Unidos no TPP. Acho que a grande questão do TPP era exatamente esta: é viável sem a China? Assim como a parceria proposta lá com a Europa ... transatlântica é a mesma questão, ou seja, é viável? A China é o segundo principal parceiro de todos os possíveis membros do TPP. É viável? E quando a gente pensa em viabilidade, e novamente voltando à economia asiática, a economia asiática chegou a um ponto em que hoje realmente sem sombra de dúvida ela é a principal economia do mundo, vamos pensar assim, em paridade, poder de compra inegavelmente, em PIBs, em dólares correntes, principalmente se somarmos, então, Japão, mais Coreia, mais Indonésia, mais Índia – aí agregando Índia também a esse leste asiático –, isso também já está superando os Estados Unidos em PIB.

Agora, quero pensar assim: a Ásia chegou a isso sem ter uma instituição de área de livre comércio. Há uma instituição ali que está muito mais no informal, que é exatamente o que se chamaria, em relações internacionais, de comunidades epistêmicas, que é exatamente buscar uma coordenação de políticas econômicas, e, principalmente, uma coordenação de políticas econômicas se alicerça em organizações informais, como as de economistas inicialmente – hoje, de intelectuais –, outra de empresários e a outra que realmente tem indivíduos, pessoas físicas, empresários e pessoas de governo sem estar representando o governo. E é onde está a ideia exatamente de coordenação das políticas econômicas, que não uma instituição formal exatamente numa área de livre comércio, porque não funciona.

Então, a questão aqui é exatamente... Quer dizer, funciona essa pressão dos Estados Unidos de conter a China? Será que isso é viável?

E aí vão nos levar a pensar, claro, que, primeiro, os Estados Unidos têm uma dependência, que estamos chamando aqui de interdependência, em relação à China. E a relação da China com a comunidade internacional como um todo é uma interação benéfica, é quase que a ideia de que todos ganham; ou, quer dizer, todos têm uma dependência forte da China.

Segundo, a Ásia evita essa questão de ter que escolher entre Estados Unidos ou China. Envolve exatamente a interdependência e, principalmente, a dependência que tem da China e, vamos pensar também, a dependência que tem dos Estados Unidos no que se refere à segurança.

Então, exatamente, é difícil.

Terceiro, nessa interdependência, na verdade, temos que pensar numa forte relação entre China e Estados Unidos, e, principalmente, dizer assim: "Bom, essa contenção, que os Estados Unidos visam ou tentam implementar em relação à China é totalmente diferente da contenção que tivemos experiência na perspectiva de conter a União Soviética". O objetivo em relação à União Soviética era claro: destruir, eliminar. A contenção com relação à China não é exatamente em função da dependência que todo mundo tem hoje da China; é exatamente no sentido de contê-la de forma que não me supere. Mas, não posso contê-la de uma forma que eu a destrua e que afete exatamente a economia internacional ou afete exatamente a política internacional. Então, aqui há uma indefinição muito clara de como tratar essa questão de conter a China.



Aqui, utilizando um outro teor das relações internacionais, nessa interdependência, tenho um pensamento, claro, de que a China dependeu e ainda depende da ordem liderada pelos Estados Unidos exatamente para a estabilidade mundial.

Então, vamos voltar exatamente assim: China volta à comunidade internacional, não por uma ação de solidariedade ou magnânima, dos Estados Unidos, mas pela necessidade trazer a China para, aí sim, conter a União Soviética na sua destruição.

A China realmente entra no comércio internacional e tem todos os avais dos Estados Unidos, e que engolem a ação da China, diferenciada da ação dos outros aos quais ele pressionava, porque precisava da China também para derrotar os Estados Unidos.

Depois, na década de 1990, precisava da China exatamente para conter a expansão japonesa. Então, vamos dizer, eu tenho aqui o reconhecimento chinês de que a sua presença dependeu – e ainda depende – desse aval americano. Evidentemente, a China, de qualquer forma, evita – e nisso, sim, ela é tremendamente pragmática, como é pragmática em praticamente tudo – a ser elevada exatamente ao conflito com os Estados Unidos. E o seu raciocínio é exatamente pegar a experiência da história, como Japão e Alemanha tentaram. Potências emergentes tentaram e foram realmente, nesse sentido, destruídas. Então, ela não quer é entrar nessa mesma linha ou nessa fria, falando bem claramente.

Mas, claro, que a China tem, sim, uma oposição em relação aos Estados, ou seja, principalmente a manutenção da hegemonia, de uma liderança americana, a manutenção, exatamente, de uma estrutura unipolar. O que a China quer é exatamente coparticipar daquele seletivo grupo de quem faz as regras. Essa é a questão. Por isso mesmo, a pressão da China está exatamente em pensar algo que seja multipolar. Ao pensar em algo que seja multipolar, na verdade, nós estamos aqui introduzindo um tema que já foi abordado pelo Oliver: BRICS.

Vamos pensar que temos aqui não só a China, mas um grupo de outros países também denominados potências regionais e potências emergentes. Países que, como o Brasil e a Índia – em especial desde a década de 1960 e com mais ênfase na década de 1970 –, estiveram exatamente nesse processo de pressões, não para se oporem aos Estados Unidos, não para derrubarem os Estados Unidos, limitarem os Estados Unidos, mas para poderem exatamente coparticipar do processo decisório das regras, principalmente econômicas e comerciais e, hoje, crescendo ainda as financeiras. Acho que é aqui, exatamente, que nós temos a grande posição da China.

Evidentemente, por essas indefinições. Há uma série de elementos que nos levam a pensar, claro, que se chega a um consenso entre os dois, o que é mais fácil. De outro lado, há outras questões que podem nos levar a pensar, exatamente, em um agravamento das tensões, principalmente a ideia de pensarmos, é claro, que as regras trazem embutidos – e essa é a crítica que se leva ao bloco asiático – valores. Hoje, inegavelmente, as regras que nós temos, criadas no pós Segunda Guerra ou mesmo reformadas ao longo do tempo, representam ainda muito a comunidade ocidental, aí já se pensando numa aliança atlântica.

Então, a gente vai crer que, claro, aqui há a questão de se pensar uma multipolaridade, num papel especial para a China e, principalmente, com a China assumindo um poder maior ainda, como é que vai ser a relação à presença de valores nesse novo mundo?

(Soa a campanha.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Então, acho que nós temos alguns pontos específicos.

Primeiro, há uma semelhança muito forte entre Estados Unidos e China: os dois se julgam diferentes, os dois se julgam tendo uma excepcionalidade nacional. E, dificilmente, um aceita o que o outro diz que é excepcional, que é diferente do dele, da visão dele. E ela era exatamente a questão dos regimes diferentes, dos sistemas políticos diferentes presentes no pensamento dos dois. E, aí, levando, então, a ideia da transição do poder global e as desconfianças estratégicas.

Então, eu acho que nessa questão nós temos assim umas questões fundamentais para poder pensar a China no mundo. Primeiro, é poder. Aí, realmente, claro, a China nega. Dificilmente, dificilmente não, nunca nós vamos poder ver um representante do governo chinês, embaixador ou não, dizendo que China aspira poder. Mas, inegavelmente, quer dizer, em interpretações, pode-se pensar, claro, que China não quer, mas evita chegar ao que ela passou exatamente no século das



humilhações. E o raciocínio é muito direto, linear: não ser humilhado leva à necessidade de não estar em posição de inferioridade. Então, a China, sim, almeja poder, e poder exatamente para evitar o que passou exatamente durante o século das humilhações.

Mas esse processo, aí sim, é um processo que leva à excepcionalidade e ao ritmo chinês. É sem pressa. Será muito mais nítido no período de Deng Xiaoping, mas é o princípio de dois passos à frente e um para trás. Isso é vamos avançando, o que dá certo vamos continuar e o que dá errado vamos mudar. Vamos retroceder e reartar, mas vamos à frente; vamos dar tempo ao tempo. Ou, aqui, no nosso linguajar popular, exatamente é "cuidado com o andor porque o santo é de barro". Então, a China não tem pressa de buscar poder, mas tem exatamente essa busca de poder.

E isso nos leva exatamente a pensar que, na década de 1990, se Japão se apresentava exatamente como ameaça, nós vamos lembrar que o Japão era um estado que tinha uma capacidade econômica; não tinha exatamente capacidade de influência, não tinha capacidade política ou um relacionamento político internacional, nem dentro da Ásia, nem fortemente com as Américas, nem fortemente dentro Europa, quer dizer, era um país que tinha baixíssima inserção política internacional, assim como a própria Alemanha. Vamos dizer, tinha poder econômico e ponto final.

E aí, então, as teorias, que começaram na década de 1990, de exatamente pensar em poder civil. E acho que hoje não se raciocina muito mais com isso, apesar de ter algumas continuidades. Acho que se pensa que, além do poder dito civil – civil que leva muito mais ao econômico –, é preciso ter um poder político, ter essa capacidade de influenciar; e, segundo, precisa ter poder estratégico militar.

Então, eu acho que aqui nós temos, exatamente nessa ideia de vamos devagar, a China – e hoje, sim, e agora, principalmente neste século, ou muito mais no final da década passada e neste século – atuando fortemente em diferentes frentes, buscando ampliar assim a sua presença, os seus laços políticos, seja com a Ásia. No sudeste asiático, a China realmente avançou e passou à frente dos competidores, principalmente do Japão, da Coreia, da Índia, exatamente nos seus vínculos com o Sudeste Asiático ou com a Ásia na formação inicial do Asean mais um.

A China, exatamente uma organização de cooperação de Xangai, avança cada vez mais em relação à Ásia Central. A China está presente exatamente na África via Focac; presente na América Latina e mesmo na União Europeia. E, evidentemente, é uma aproximação política que hoje está ganhando muito mais realce exatamente também com a diplomacia do cheque exatamente com a sua capacidade.

Há uma declaração aqui de um diplomata singapurense – uma declaração de 2007 –, em que ele dizia que, na última década – então mais ou menos pegando aí de 1995 a 2005 –, os chineses não tinham feito nada de errado no Sudeste Asiático, que os japoneses não fizeram nada certo e os Estados Unidos foram indiferentes. Claro, isso, para mim, seria exatamente uma demonstração de uma aproximação política maior, de uma aceitação política maior, por exemplo, do Sudeste Asiático em relação. E acho que nós podemos também considerar que há uma maior aproximação também em relação à África e em relação à América Latina como um todo.

E, principalmente, no que está calcada essa aproximação chinesa, que leva exatamente ao discurso, que não é só o discurso, que não é só retórica, mas que é uma realidade, de pensar em um crescimento harmonioso, respeitando e preservando as...

(Soa a campanha.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – ... diferenças ou simplesmente que há hoje uma maior aceitação pela África, pela América Latina da presença da China.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Professor, pediria a sua licença, é porque nós teremos, em seguida, perguntas que serão formuladas. Se o senhor achar conveniente, poderíamos encerrar porque já estamos com 35 minutos da sua exposição, que tem sido muito boa e muito interessante, mas nós poderíamos, com a sua aquiescência, deixar para a fase das respostas às perguntas que serão formuladas, a finalização da sua exposição, se concordar.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Não, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao professor.

Passamos a palavra agora ao Embaixador Augusto Castro Neves, que é ex-embaixador do Brasil na República Popular da China, para as suas palavras sobre o tema.



O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, antes de tudo, agradecer o honroso convite. Para mim, é um privilégio estar mais uma vez falando nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Bom, muito já foi falado – e com muita competência – pelos dois oradores que me precederam. E eu gostaria de dar um enfoque um pouco talvez mais genérico em relação ao papel da China, um breve histórico e o que está acontecendo hoje e quais são as possibilidades, quais são os cenários que a gente pode vislumbrar em relação ao nosso futuro previsível.

Em primeiro lugar, a China promoveu uma inversão estratégica, em meados da década de 1970, mais precisamente com as reformas econômicas de 1978, lideradas por Deng Xiaoping. E, até aquela época, a China buscava autarquia, buscava a sua independência em relação ao resto do mundo. Essa era a visão que prevalecia, enfim, nos anos de Mao Tsé-Tung e nos anos seguintes à sua morte, em 1976.

Deng Xiaoping inverteu isso, passou a dizer que o objetivo estratégico da China era promover a sua correta inserção no sistema internacional. Na verdade, os chineses perceberam antes de todos que o mundo estava entrando num processo de maior integração econômica e comercial, processo esse que acabou tomando o nome de globalização; quer dizer, os chineses foram os primeiros a perceber a natureza do processo de globalização, que tinha no plano econômico comercial como característica principal a internacionalização dos processos produtivos.

Então, na verdade, o que antes era o objetivo de muitos países, que buscavam, inclusive, industrialização, que era independência de produtos importados... Aqui no Brasil mesmo, a industrialização brasileira dos anos 50 e 60 foi essencialmente baseada na substituição de importações. O que queria dizer isso? Queria dizer que nós queríamos substituir produtos industriais importados por produtos fabricados aqui mesmo. Estava implícito que esses produtos eram para o mercado interno. Então, não tinha nada a ver com a maior participação do Brasil no comércio internacional.

E, para isso, foi feito um tripé, que era subsídio – criaram o BNDES para isso –, reserva de mercado e protecionismo. E, evidentemente, o processo foi bem sucedido, só que a indústria brasileira, finalizado esse processo, revelou-se não competitiva em termos internacionais.

Os chineses tiveram mais ou menos o mesmo *approach*, só com um requisito adicional, o requisito da competitividade internacional. E, assim foi feito, e a China começou a participar: em vez de importar bens de capital para fazer uma indústria sua, própria, eles passaram a inserir-se nos processos produtivos cada vez mais internacionais, utilizando as vantagens comparativas que existiam em termos de custo de mão de obra e várias outras. Então, começaram, pouco a pouco, a fazer parte daquilo que veio posteriormente a ser conhecido como "cadeias globais de valor".

Então, essa foi, talvez, a chave do crescimento chinês, essas reformas econômicas, que tinham como objetivo estratégico a sua correta inserção no sistema internacional e que, como tal, buscavam a competitividade internacional, buscavam participar cada vez mais do comércio internacional. Esse modelo permitiu que o Produto Interno Bruto chinês crescesse 25 vezes em pouco mais de três décadas e que a China passasse de um produto interno menor que o brasileiro para a segunda maior economia do mundo.

Isso é importante ressaltar porque, talvez aí, haja algumas lições a serem observadas aqui no Brasil quando a gente estuda o que foi o processo chinês, quais foram as soluções que eles deram para uma série de questões e problemas deles, e em relação ao nosso processo de expansão econômica e inserção do Brasil no mundo.

Bom, o outro ponto que tem a ver... Em primeiro lugar, o crescimento chinês levou a China a ser um ator de primeira grandeza, pelo menos nos fóruns econômicos internacionais. Evidentemente, uma situação dessas acaba se transformando automaticamente num pré-requisito, para que seja também um ator de primeira grandeza nos fóruns políticos internacionais.

A China já era, por razões diferentes e diversas, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um subproduto da guerra fria permitiu um espaço para que a China adquirisse armamentos nucleares próprios, e, como tal, ela passou a acumular os pré-requisitos para ser um ator internacional de primeira grandeza. Bom, isso num plano, digamos assim, histórico.

Uma outra questão é que nós estamos vivendo uma questão de hoje. O Altemani mencionou aí, e o Oliver também, enfim, a questão do papel da China no mundo de hoje, um mundo onde os Estados



Unidos, embora ainda sejam a maior economia do mundo, a nação mais poderosa do mundo, já não têm mais o mesmo poder relativo que tinham ao final da Segunda Guerra Mundial, e então, a que mudanças isso vai levar.

Nós vivemos, no passado, uma *pax britannica*; após a Segunda Guerra Mundial, vivemos – o mundo ocidental – uma *pax americana*, mas, aí, a hegemonia norte-americana tinha como uma de suas referências a Guerra Fria, o conflito com a União Soviética. E esse conflito com a União Soviética tinha a China, obviamente, do lado socialista, mas cada vez menos engajada na sua jogada com a União Soviética, porque, na verdade, os chineses priorizavam, antes de mais nada, promover o seu próprio desenvolvimento, enquanto que a União Soviética limitou-se a promover o seu desenvolvimento militar na disputa de uma liderança com os Estados Unidos, onde certamente a vitória de um lado levaria à destruição do outro lado.

Houve uma destruição, não diria, pacífica, mas tranquila, relativamente tranquila, do lado da União Soviética, que simplesmente desapareceu. Hoje foi fracionada em numerosas Repúblicas, embora a Rússia seja a dominante. Mas o que se vê hoje e o que se discute hoje, num mundo marcado por siglas e acrônimos como G7, G20, enfim, G4, e vários outros Gs, é se hoje nós estamos vivendo num mundo do G-Zero, num mundo onde os Estados Unidos, que tinham, como também apontou o Altemani aqui – ele não mencionou a expressão, mas a expressão é que tinham a percepção do Destino Manifesto –, e que hoje têm uma percepção curiosamente muito mais voltada para uma espécie de neoisolacionismo.

Na verdade, uma das conotações, uma das consequências, um dos corolários da *bring America first*, do Presidente Trump, é um neoisolacionismo, é o abandono de uma série de foros multilaterais, onde os Estados Unidos, por sua própria posição, tinha um papel de liderança. E eu me refiro, por exemplo, ao abandono dos Estados Unidos do TPP, do *Trans-Pacific Partnership*, que era um mecanismo, como já apontado, de promover um comércio internacional em novas bases, mas que era na, verdade, um mecanismo de contenção da China, de um lado.

Eles abandonaram o TPP, e o TPP poderá vir a ser viável sem os Estados Unidos, mas provavelmente com, quem sabe, um novo ator, que é a China, entrando no TPP. E os chineses, que perceberam isso com clareza, lançaram a sua iniciativa da Nova Rota da Seda, da *One Belt, One Road*, que é um esforço, digamos assim, que tem como meta criar uma plataforma de integração econômica da Ásia com a Europa.

Aliás, o mesmo está ocorrendo agora em relação ao Acordo de Paris, quer dizer, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris teve como contraponto as declarações do Presidente da China, Xi Jinping, de reforço, de apoio ao protocolo, ao Acordo de Paris. E eu mencionaria também que, na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, que foi marcada pela ausência americana, que a grande estrela foi o Presidente da China, Xi Jinping, que fez uma defesa do livre comércio, uma defesa de tudo aquilo que a gente podia imaginar num partido conservador da Inglaterra. Quer dizer, o Xi Jinping parecia muito mais a Margaret Thatcher do que um líder socialista no Fórum de Davos.

Bom; o crescimento da China, por seu lado, tem uma forte base econômica e comercial. A China, ao contrário da União Soviética, não persegue uma política hegemônica como tal. Aliás, não foi tradição chinesa ao longo dos cinco mil anos. O interesse chinês sempre esteve confinado nos seus arredores, na Ásia, enfim, Tibete, a Mongólia. Esse foi sempre, a própria questão que hoje está na agenda também, que é a questão das ilhotas dos mares do Sul. Quer dizer, é um interesse muito local de preservar as rotas de comércio dos estreitos do Sul, que são essenciais para o comércio internacional da China. Tanto é assim que eu vi, já, na imprensa, nos últimos dias, que está sendo criado um foro com todos aqueles países que têm reivindicações territoriais nas ilhas dos mares do Sul para chegarem a um *modus vivendi*. Isso inclui a China, inclui as Filipinas, inclui, enfim, aqueles países dos mares do Sul da China que têm algum tipo de reivindicação territorial.

A China como grande parceiro comercial é outra questão também absolutamente fantástica a ser examinada. Quer dizer, hoje, a China é o maior parceiro comercial da maioria dos países do mundo e superou os Estados Unidos como maior parceiro comercial desses países. Isso é um dado importante, um dado interessante.

A China busca agora... E eu me lembro de quando morei lá, de 2004 a 2008, que o desenvolvimento chinês, o crescimento chinês era baseado no binômio investimentos e exportação



com uma forte abertura econômica, com a inserção da China nas cadeias globais de valor e com a China procurando atrair capitais e tecnologia para participarem do seu próprio desenvolvimento. Muito bem. Isso criou, obviamente, como todos sabem, um modelo extremamente bem sucedido de crescimento econômico, levou a China a se transformar na segunda maior economia do mundo, mas, ao mesmo tempo, introduziu na sociedade chinesa uma desigualdade que não se via antes.

Na década de 1970, o Coeficiente de Gini, que mede desigualdade, era 0,20 – quanto menor for, mais bem distribuída é a renda. Hoje em dia, já está superando a marca de 0,40.

Então, eu me lembro, em seminários em universidades e na Academia Chinesa de Ciências Sociais, que se verificava que esse modelo não era sustentável a longo prazo e que, em algum momento, a China teria de repensar o modelo de crescimento que era voltado para fora e que levou a uma prosperidade, sem precedentes, na costa e nos centros urbanos chineses e voltar a interiorizar esse crescimento, incluindo segmentos da enorme população chinesa que, de certa maneira, ficaram mais ou menos à margem desse processo.

Tratava-se de fazer uma inversão do modelo: buscar interiorizar essa capacidade que eles tiveram de penetrar os mercados externos, de tratar de criar o mercado interno de consumo de massa, que seria, evidentemente, a saída para a China.

Não é uma tarefa fácil, por uma série de razões. Isso envolve uma série de reformas da economia chinesa, que envolve, por exemplo, uma reforma da previdência chinesa – a mão de obra chinesa é muito pouco previdenciada, porque a tradição milenar na China era literalmente guardar dinheiro dentro do colchão para sua aposentadoria. Então, a tendência cultural chinesa do interior, do campo chinês, é uma tendência muito mais voltada para autossuficiência, para a subsistência do que para a inserção em grandes mercados. Então, trata-se de uma mudança que vai ser também cultural, mas é inevitável.

Isso tem feito, neste momento de transição, que o mundo começa a se perguntar quais serão as implicações, as consequências para o mundo dessa inversão da estratégia chinesa de crescimento. Enfim, a China abasteceu, invadiu o mundo com produtos baratos; primeiro, produtos de baixo valor agregado – basta ver que não há camelô nas grandes cidades brasileiras que não venda *made in China*. Depois, passou para produtos mais sofisticados, bens de capitais importantes, máquinas pesadas, computadores. A Lenovo, por exemplo – estou vendo que os computadores aqui são Lenovo –, começou fabricando bolsa de náilon para os computadores da IBM, os computadores da IBM eram embrulhados em uma bolsa chinesa. Depois, eles passaram a construir o gabinete, e, com imensa habilidade, passaram a copiar os *blueprints* americanos e fazer computadores IBM na China, até que um belo dia resolveram comprar da própria IBM a área de computadores pessoais.

É um modelo, inclusive, que não é original chinês. Havia uma madeireira na Finlândia que explorava madeira e resolveu investir em tecnologias de outros ramos e acabou se transformando na maior produtora, àquela época, de telefones celulares do mundo. A madeireira chamava-se Nokia. E os chineses entraram um pouco por esse caminho também.

O mundo de hoje, por seu turno, é um mundo marcado pelo fim de uma época. Essa época foi a Guerra Fria ou, se a gente quiser estender um pouco mais as suas origens – alguém mencionou aqui o Presidente Wilson como sendo a inauguração do papel internacional dos Estados Unidos ou poder-se-ia citar o Eric Hobsbawm com o breve século XX. O século XX acabou com a União Soviética, acabou com o fim da Guerra Fria, acabaram as premissas que sustentavam as relações internacionais durante a Guerra Fria e houve uma certa perplexidade no mundo em relação a isso.

No plano americano, a inequívoca vitória americana na Guerra Fria levou ao desejo – no fundo, no fundo, no fundo, não deixava de ser um desejo – de achar que nós tínhamos chegado ao fim da história, que haveria um mundo unipolar, e essa unipolaridade seria basicamente americana.

Assim foi a década de 90, que foi uma década, inclusive, que permitiu uma série de reformulações na arquitetura das relações internacionais. Quer dizer, foi a época em que finalmente se conseguiu criar a Organização Mundial do Comércio. No eslaide que nós vimos ali, o Senado americano vetou a criação da Organização Internacional do Comércio em 1947. Vivemos um acordo provisório, que era o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), durante todo o período da Guerra Fria, mas, na década de 90, sob a égide americana, criamos a Organização Mundial do Comércio. E criou-se uma enorme expansão do TNP – inclusive o Brasil aderiu ao TNP, porque não havia mais



alternativa de ficar de fora. Enfim, foi uma década muito americana nesse sentido de unipolaridade. Só que essa unipolaridade chegou ao fim, simbolicamente, com os atentados de 11 de setembro de 2001, quando foi explicitada, pela primeira vez, a vulnerabilidade do poder norte-americano. Quer dizer, os Estados Unidos foram agredidos em casa. De certa forma, isso criou, digamos assim, a percepção de que mesmo a maior e mais poderosa potência do mundo tinha limites para o seu poder, e esses limites foram explicitados com os atentados de 11 de setembro.

E aí passamos a viver um mundo cada vez mais estável. Os Estados Unidos, sem saber o que fazer, como reagir aos atentados de 11 de setembro, resolveram destruir aquilo que eles supunham ser a fonte desses atentados, com a intervenção no Afeganistão, a intervenção no Iraque e, mais tarde, por uma série de outras razões, no âmbito da luta ao terror, a desestabilização da Líbia e o estímulo a uma suposta Primavera Árabe. Nada disso funcionou. O que funcionou foi a destruição de lideranças importantes – desagradáveis, mas importantes – no Oriente Médio, que levou a uma estabilidade crescente. Hoje, o Oriente Médio está, digamos assim, implodindo, na verdade, pela falta de liderança e pela falta de percepção do que pode ser feito lá. Quer dizer, o conflito árabe-israelense, palestino-israelense passou para o segundo plano, e, hoje, o grande problema é a guerra civil na Síria e o chamado exército islâmico, que age também com terror no mundo inteiro em situações inesperadas, como acabamos de ver na semana passada.

Neste mundo em transição, neste mundo em que se pode criar aquilo que Ian Bremmer, da consultoria Eurasia, chamou de G-Zero, a China está navegando com grande competência, está procurando ocupar todos os espaços vazios que foram criados pelos Estados Unidos e que foram acelerados com a eleição de Trump para a Presidência dos Estados Unidos, com base numa retórica populista de desglobalização e de recomposição de um esquema que não funciona mais, que é o esquema de procurar a velha indústria americana e tornar a dar a ela viabilidade. Nesse sentido, como já vimos aqui, pelos oradores que me precederam, a China tem procurado seletivamente ocupar cada um dos espaços deixados pelos Estados Unidos. Quer dizer, o grande desafio da China hoje é criar uma ordem alternativa. Ela não tem – não percebo pelo menos isso da parte chinesa – uma veiedade hegemônica, mas ela quer promover aquilo que eles chamam de desenvolvimento harmônico, cujas raízes podemos encontrar nos escritos de Confúcio. Querem buscar o desenvolvimento harmônico e uma Ásia que não lhes seja hostil.

Falo isso porque, na verdade, a Ásia tem uma tradição dos séculos IX e XX, uma tradição de ser ocupada não só por atores não asiáticos, como foi o caso da China com as concessões de Xangai, por exemplo, mas, sobretudo, pelos japoneses, que realmente exerceram, no seu mais alto grau, o imperialismo na região e que ocuparam todos países. Não há país asiático que não tenha em algum momento levado alguma bordoadada do Japão. Quer dizer, criaram um reino fantoche na Manchúria, invadiram a China diversas vezes, invadiram todos os demais países asiáticos praticamente, colonizaram Taiwan, colonizaram a península coreana. Evidentemente, existe um enorme ressentimento na Ásia, como um todo, e na China, em particular, porque hoje a China é mais poderosa que o Japão, em relação ao papel japonês, que eles acham que ainda não foi complementado. Enfim, eles até hoje... Basta ver o museu dos horrores de Nanjing, onde há documentos, gráficos e fotografias sobre o massacre japonês em Nanjing na Guerra Sino-Japonesa. Mas, de qualquer maneira, o grande desafio de hoje para a China é, a meu ver – este é um ponto de vista bem pessoal, não sei se as pessoas estão de acordo com isto –, promover em algum momento as pazes com o Japão. Quer dizer, os chineses acham que o Japão tem um passivo histórico a resgatar, que seria, digamos assim, um pedido de desculpas formal e completo, que eu acredito que não vai acontecer pelo menos enquanto o atual Imperador viver.

Cito só um detalhe: depois de ser Embaixador na China, fui ser Embaixador no Japão. Então, pude comparar as duas sociedades de forma até privilegiada. E vejo que, hoje, essa pendência japonesa em relação à China e a pendência da China em relação a Taiwan são um problema cada vez mais em vias de solução, porque os taiwaneses são chineses também e veem na China hoje uma oportunidade de continuarem o seu progresso material na Ásia. O problema da península coreana ainda está pendente, com um protegido rebelde dos chineses, que é o regime norte-coreano. Mas esses três aspectos são aspectos que servem de pretexto para justificar a presença norte-americana na



Ásia do Leste. Portanto, por isso é que a consolidação de uma paz asiática é fundamental para tornar menos relevante o papel dos Estados Unidos naquela região.

Nesse sentido, os chineses têm buscado, embora sem o dizer dessa forma, uma espécie de Doutrina Monroe para a Ásia. O que eles estão sempre dizendo, o que está sempre implícito nas iniciativas, no mecanismo de cooperação de Xangai e em vários outros mecanismos asiáticos que são feitos com grande entusiasmo por parte dos chineses é que, na Ásia, os problemas asiáticos devem ser resolvidos pelos asiáticos, e não por potências externas – leia-se Estados Unidos. Isso acontece no momento em que a China hoje se fortalece economicamente cada vez mais. E a projeção desse poder econômico no poder político e no poder militar é inegável, embora a gente veja, do ponto de vista chinês, muito mais uma estratégia defensiva em relação à própria China e ao seu entorno asiático do que uma estratégia imperialista, de expansão do poder chinês. Basta dizer que a China, só agora, está tendo seu primeiro porta-aviões, que é essencialmente um instrumento de projeção de poder para muito além de suas fronteiras, enquanto os Estados Unidos, no dia de hoje, por exemplo, têm três porta-aviões nucleares perto da península coreana. Foi o terceiro para lá.

Então, percebo nisso tudo que a China é um ator, sem dúvida, importante, mas um ator que deve ser encarado, como foi salientado por Altemani aqui, no seu contexto asiático. Quer dizer, a China não buscará, digamos assim, ser um polo único de poder como tal, senão num contexto muito mais asiático, para evitar que todos fiquem contra ela.

Curiosamente, no mundo de hoje, sobretudo nas desavenças recentes na reunião do G7 e na retirada americana do Acordo de Paris, a gente vê a Europa procurando reunir-se, recompor-se – ela estava num processo de decomposição, sobretudo com o Brexit –, e a Alemanha assumindo uma liderança europeia, mas com o cuidado de dizer que a liderança alemã tem de ser feita num contexto europeu, para evitar, evidentemente, repetição do passado recente.

Então, a China se encontra, mais ou menos, nessa situação. Não é de interesse da China fazer qualquer desestabilização da ordem internacional. Tudo que a China quer é tranquilidade, para continuar crescendo, para continuar se fortalecendo, o que não quer dizer que, depois, alguma geração futura, se a China for bem-sucedida em ser o país mais poderoso do mundo, não tenha outras percepções. Mas não me parece que isso vá ocorrer, porque, hoje em dia, num mundo globalizado, a malha de interesses entrelaçados é tão grande, que certas agressões acabam por se transformar em tiro no pé.

Eu me lembro de que eu estava na China, quando houve uma moção no Senado dos Estados Unidos acusando a China de fazer manipulação cambial, de fazer uma sobretaxa em relação às importações da China naquilo que pudesse ser devido apenas à subvalorização do *yuan*, moeda chinesa. Os mais árdios defensores de não fazer nada com a China foram os industriais americanos estabelecidos na China: a General Motors da China, a Hewlett-Packard da China, a Apple da China. Enfim, todos que ganham muito dinheiro...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – ...na China, no fundo, estavam aconselhando os Senadores a dizerem: "Parem com isso, porque isto aqui vai ser um tiro no pé." Realmente, eu estava lá quando uma comissão de Senadores foi visitar a China, quando eles foram intensamente "brifados" pelos industriais americanos baseados na China, que salientavam os laços econômicos muito vívidos entre a China e os Estados Unidos. Para terminar, eu podia dizer também que os grandes saldos comerciais chineses em relação aos Estados Unidos são aplicados na compra de bônus do Tesouro dos Estados Unidos. Quer dizer, é uma forma de interdependência absolutamente inequívoca.

Finalmente, já que o Brasil aparece nessa tela de radar, num momento em que temos de modernizar nossa infraestrutura, fazendo passar reformas econômicas – este é o grande desafio com que V. Ex^{as} aqui estão às voltas –, verificamos que a China está em uma situação em que tem um saldo gigantesco na sua balança comercial, um saldo na sua balança de pagamentos, uma capacidade ociosa em parte de sua indústria, porque houve uma retração da economia mundial e porque uma economia baseada na exportação crescente teve de parar. Hoje em dia, por exemplo, a capacidade ociosa do setor siderúrgico da China é maior do que a capacidade total instalada do setor siderúrgico brasileiro. Quero só dar uma ideia disso. Então, eles não têm alternativa senão a de investir pesadamente em



outros países. E aí o Brasil surge – acho que surge bem –, na tela de radar chinesa, como provedor de alimentos, não só de agronegócio, mas também de outras *commodities*, eventualmente para participar, finalmente, com nossa inserção, das cadeias globais de valor em parcerias com a China, por exemplo. É uma das possibilidades.

Bom, dito isso, estou à disposição do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores para tecer quaisquer comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Luiz Augusto Castro Neves.

Passo agora a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, a primeira Senadora inscrita para fazer suas indagações.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor; caros convidados desta audiência especial, que o Presidente teve o senso de oportunidade, como em outras vezes, de convocar ou de marcar e de agendar, para trazer aqui uma série de conhecimentos e de informações, na minha terra há um ditado que diz que "dois tigres não cabem na mesma toca". É elementar, primário até, mas um Tigre Asiático, a China, hoje um dragão chinês, e os Estados Unidos me pareceram, na transversalidade das três exposições, o mesmo.

A preocupação da China é com a liderança no seu entorno, na Ásia. O Sr. Embaixador, no final, fez uma incursão que me pareceu contraditória, a de que a China, mesmo cuidando do seu quintal, no bom sentido, fez muitos investimentos... O Prof. Oliver falou de investimentos da ordem de US\$60 bilhões na Venezuela e de investimentos na Argentina, com obras fantásticas, e no Uruguai, aqui perto, ao lado do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Quando fizeram um acordo automotivo, o Uruguai impôs uma mudança de regras para o Brasil, porque ela faz apenas uma montagem de veículos chineses no Uruguai. Então, a China está muito mais empoderada economicamente nos investimentos que tem, por dispor de capital, que é o que falta na região.

E me parece – não sei se estou sonhando – que Trump, quando se junta à Rússia... A China é inesgotável. Nós não temos noção do que a China pode ainda fazer. Nós estamos no começo de uma nova era. A China tem muito mais coisas que nós ainda não percebemos. Não sei se faço uma coisa meio lunática ao imaginar que Trump, com todas as suas idiossincrasias, com seu jeito ainda não compreendido de ser, nessa aproximação com a Rússia, usou uma forma de juntar duas potências para enfrentar uma que será, daqui a pouco, maior do que as outras duas juntas. A China será, eu acho, uma potência.

Então, quero saber se há mesmo uma contradição nisso, porque ela está fazendo tantas coisas não só na América Latina, mas também na África do Sul, que é um país dos BRICS.

Então, era essa questão que eu queria colocar.

Eu me dirijo ao Embaixador Castro Neves, que teve a experiência de ter vivido lá. Ainda mantém a China um modelo de gestão centralizada, em que um partido manda e define as políticas econômicas, a política externa. Quero saber se ela vai também ter força para sobreviver a essa estrutura, mesmo que ela não queira aparentemente ser hegemônica e ter a liderança que os Estados Unidos sempre fizeram questão de ter e demonstrar. Querem não só parecer, mas também ter o poder, no caso dos Estados Unidos. Eu gostaria de saber, quanto à questão que o senhor falou do primeiro porta-aviões, também na área militar, o que a China ainda tem para oferecer.

O Prof. Oliver e o Prof. Henrique não falaram muito da questão que me interessa – e o senhor a ela fez referência –, que é a relação Taiwan/China. Como é essa convivência? Taiwan é muito forte. Também como a China, é uma fábrica do mundo, é um grande fornecedor de produtos manufaturados de toda natureza.

No caso da China, há também uma questão que foi mencionada na OMC, a questão da pirataria, que, do ponto de vista da economia global, é um tema muito sensível nas relações que têm sido feitas na abordagem da China na OMC. O que isso vai representar em função da produção que eles têm lá, que é ilimitada?

Obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Quero cumprimentar, inicialmente, o nosso Presidente Collor; os nossos palestrantes, embaixadores e professores; as demais autoridades que aqui se encontram e a nobre Senadora Ana Amélia.

Presidente, eu não queria fazer nenhuma formulação aos nossos palestrantes. Entretanto, lembro que, em 1973, com o patrocínio de uma instituição ligada à ONU, fiz um curso de planejamento e desenvolvimento econômico promovido pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Naquela época, 43 anos atrás, na programação desse curso, havia o milagre ou o fenômeno dos Tigres Asiáticos. Os Tigres Asiáticos são países como Singapura, a própria China, Taiwan, Coreia do Sul. E, 43 anos depois, eu me encontro no Senado – e vim aqui por curiosidade. Quarenta e três anos se passaram, e vejo hoje o grau de desenvolvimento da Coreia do Sul e da China, enfim, daqueles países que estudávamos há 43 anos. E o Brasil? Quais foram os acertos deles e os erros nossos? Por que não atingimos o mesmo grau de desenvolvimento?

Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que, quando caiu o muro de Berlim, V. Ex^a era Presidente do Brasil e abriu as fronteiras deste País. A partir daquele instante – o nobre Embaixador falava daquele novo momento no mundo –, também nós passamos a viver um novo momento naquela época, a partir de 1990. Foi uma coincidência muito feliz.

Mas eu queria saber: na visão dos três nobres palestrantes, por que nós não conseguimos atingir os patamares que eles, em tão pouco tempo, conseguiram alcançar? Quais foram os acertos dos Tigres Asiáticos, da China, por exemplo?

Vejo que a China vai dominar o mundo. Com uma população de 1,4 bilhão, ela se inseriu no mercado à época, no mercado global. Nós do Nordeste queríamos buscar como o Nordeste podia se inserir no mercado nacional.

Então, isso me faz lembrar dessa passagem há 43 anos. E, 43 anos depois, vejo aqui uma exposição sobre esse crescimento, sobre esse milagre da China.

Eu gostaria que, se pudesse, um dos palestrantes fizesse uma comparação, dizendo por que nós não avançamos. Eu sei que avançamos muito, mas não no grau que esses países que chamávamos, à época, de Tigres Asiáticos alcançaram.

Faço apenas essa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Elmano Férrer, pela sua participação neste nosso debate.

Eu gostaria também de passar aos senhores palestrantes perguntas que nos chegam. Algumas já foram objeto da palavra dos senhores palestrantes, outras ainda não. Mas eu gostaria de agradecer a participação de Dionizio Joaquim da Cruz, de São Paulo; de Wemercina Maria Rocha Moreira, do Pará; de Everson Tuan, de São Paulo; de Bruno Roberto Garcia, também de São Paulo, que fez várias indagações. Enfim, agradeço a todos os outros que, pelo telefone do Alô Senado, também participaram desta nossa audiência pública de hoje.

Entre essas perguntas que chegaram, eu passaria a ler algumas para a apreciação dos senhores palestrantes.

Uma delas diz: "Se o Brasil é uma das três nações que podem ser uma potência, então temos de ter um Vale do Silício para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico e estimular vários centros de formação de matemáticos nas cem maiores cidades do Brasil, pois a China e a Índia têm esses centros de formação." Naturalmente, ele está defendendo aqui maiores investimentos na área de educação, sobretudo no campo tecnológico.

Depois, é dito: "Mantendo as fronteiras com vigilância, mas mantendo também pontes abertas para novas mudanças culturais, sociais e tecnológicas [...], devido a isso muito mais rápido acontece isto devido ao fato de grande parte do mundo [onde acontece um desenvolvimento] estar conectada pela internet." Aqui é feita mais uma afirmação.

É dito ainda: "Houve um grande desenvolvimento social e cultural quando a China teve de lutar militarmente contra o império britânico na Guerra do Ópio. O império britânico levou a melhor, e o pior foi o povo chinês se acostumar à mudança cultural e ao grande choque cultural."



Depois, há outra fala aqui: "[...] exemplo a China do século XV, na sua inovação marítima e comercial [...], tudo isso porque havia certo intercâmbio do período, mas tudo isso se perdeu devido à mudança política e cultural, pois quer ficar isolada para o mundo, e com isso o Ocidente [...]." Está demonstrando exatamente isto o Bruno Roberto Garcia: que ela está querendo se inserir, ou melhor, que inserida ela já está no sistema internacional.

Por fim, é dito: "O melhor para o Brasil é sempre buscar cooperação com todas as nações do mundo, sempre buscado construir várias pontes com todos os povos, pois o Brasil é uma nação sempre solidária aos outros, sempre em cooperação em todos os níveis, deixando-o sempre sintonizado com o mundo."

São essas as ponderações e considerações. Uma ou outra indagação os nossos internautas fazem aos nossos palestrantes.

Passo a palavra, portanto, agora, para responder às indagações formuladas, ao Prof. Oliver Stuenkel.

O SR. OLIVER STUENKEL – Muito obrigado.

Senador, confesso que tenho certa divergência com os outros palestrantes em relação à estratégia chinesa, que, a meu ver, não se restringe apenas à sua região. A meu ver, o foco chinês está na sua vizinhança, por necessidade, porque o privilégio que os Estados Unidos tiveram na sua ascensão de não terem nenhum obstáculo ao seu redor é um privilégio que a China não tem e nunca terá. Ela é rodeada por países fortes e, com isso, terá de investir muito mais tempo na consolidação do seu projeto regional do que os Estados Unidos, que, nesse sentido, perto do Canadá, do México e da América Central, nunca enfrentaram uma resistência forte.

O plano dos Estados Unidos, obviamente, é fortalecer aqueles vizinhos da China, para evitar que a China possa começar a prestar atenção no mundo e, de fato, investir tempo e energia na articulação de um projeto global. É notável que, nos Estados Unidos, há grupos de americanos que se dedicam ao Oriente Médio, à Ásia Central, à América Latina. Por quê? Porque, nos Estados Unidos, não é preciso se preocupar com ameaças que venham dos vizinhos, porque não há ameaças nesse sentido. Então, há uma liberdade enorme para desenvolver um projeto global.

No sonho americano, a China sempre, por décadas, terá de lutar contra a resistência na sua região. E, nesse sentido, não há um interesse americano em resolver, por exemplo, a crise ou a situação na Coreia do Norte. É excelente haver lá sempre um país que gera problemas que absorvem muito a atenção da China. E se percebe que a grande parte dos diplomatas e analistas chineses estuda o seu entorno imediato. Portanto, o tempo e a energia que a China tem para estudar a América Latina e a África é menor.

Porém, apesar disso, a China já desenvolveu um pensamento e uma estratégia global que é bastante sofisticada, na verdade. Eu diria que os investimentos chineses na Venezuela e na Argentina, tudo isso faz parte de um projeto bastante sofisticado de usar a política externa para defender a integridade territorial, para evitar que qualquer crise econômica possa afetar o crescimento chinês. Em função disso, por exemplo, há uma diversificação de parceiros, para que, se, por exemplo, houver um bloqueio de alguma parte, um bloqueio de algum canal que sirva para importar bens importantes, a China tenha outras opções nesse sentido. A criação e o possível financiamento do Canal de Nicarágua, economicamente, não faz o menor sentido, mas é um projeto para que, se um dia, em um momento de confronto, os Estados Unidos decidirem bloquear o Canal do Panamá, a China tenha o seu próprio canal. Da mesma maneira, a criação de uma rodovia que conecta o Brasil ao Pacífico faz parte da criação de um pensamento a longo prazo – aliás, o prazo é muito mais longo do que o que ocorre no Brasil ou nos Estados Unidos. Ou seja, há planos de décadas para criar e construir um sistema, uma estrutura econômica que sustente o crescimento chinês.

Lembro que o PIB *per capita* chinês ainda é muito menor do que aquele dos Estados Unidos. Ou seja, neste momento, a economia global não sustentaria uma China com um PIB *per capita* parecido com o dos Estados Unidos. Não existe produção de alimentos e produção de matéria-prima suficiente para sustentar uma China que, nesse caso, seria quatro vezes maior do que os Estados Unidos.

Ou seja, isso faz parte de todo um processo de criação de uma estrutura para sustentar esse projeto e para se defender contra possíveis crises. E, de novo, a criação do grupo BRICS e de uma



agência de *rating*, tudo isso já é uma preparação para uma ordem mais sinocêntrica. Mas essa é uma questão teórica.

Eu não acho que há países que têm uma vocação inerente para se tornarem potências hegemônicas e outros não. Os Estados Unidos nunca foram uma cultura que quis se impor. Na verdade, foi uma questão que aconteceu porque havia interesses econômicos e havia uma ameaça na Europa. A Alemanha estava se consolidando como uma potência regional, e os Estados Unidos intervieram na Primeira Guerra Mundial para evitar que a Alemanha pudesse ameaçar os Estados Unidos. Da mesma maneira, a China, em algum momento, se verá forçada a intervir militarmente em países que são importantes do ponto de vista econômico.

Então, nesse sentido, na minha visão, o projeto hegemônico americano foi uma resposta a demandas econômicas que surgiram em função do seu crescimento econômico. E, da mesma maneira, em algum momento, a China será forçada a também, por exemplo, intervir na Venezuela, porque a Venezuela é um dos dez principais fornecedores de petróleo da China. Na verdade, isso já está acontecendo. A gente percebe isso pouco, mas a China tem um batalhão no Sudão hoje, tem assessores militares no Iraque, não porque quer impor. Ela não quer instalar o Partido Comunista no Sudão nem no Iraque, mas precisa que esses países forneçam petróleo de maneira previsível.

Nesse sentido, parece-me que o principal objetivo na política externa é a defesa do território, é a integração dos países da fronteira, de Xinjiang, ou seja, a nova fronteira, como é chamado em chinês, Tibete e Taiwan, nesse sentido, que é visto como uma província chinesa que faz parte do país. E qualquer interferência por outro país será vista como uma ingerência indevida. Para mim, parece-me que, ao longo da próxima década, talvez, a tentativa chinesa de integrar Taiwan será o ponto realmente de inflexão, porque o governo americano, em algum momento, terá de decidir: "Vamos ou não vamos defender esse país?" Na verdade, não é um país independente. E, a partir desse momento, se os Estados Unidos decidirem não intervir num caso de integração forçada por parte da China, esse será um sinal para o Japão e para outros países de que realmente os Estados Unidos estão aos poucos se retirando da região. Mas vejo que existe, sim, um projeto bem mais amplo de desenvolvimento neste momento.

Em relação à sua pergunta, é a maior pergunta que todos nós temos, e eu acho que o Embaixador apontou para a resposta correta, que é a questão de produtividade. A gente viu, por exemplo, durante a chamada ascensão brasileira, durante o governo Lula, que o PIB brasileiro cresceu, mas a produtividade dos trabalhadores não. Ou seja, a divergência da produtividade do trabalhador chinês e brasileiro aumenta a cada ano e aumentou mesmo durante os anos de *boom* das *commodities*.

Então, acho que, sim, resumiu muito bem a questão. É que as estratégias da Coreia do Sul, da China e do Brasil parecem até um pouco parecidas, mas, diferentemente das empresas chinesas e coreanas, as empresas brasileiras nunca foram forçadas a competir internacionalmente, e, até hoje, esse é o caso, ou seja, há a tentativa do Governo de investir em novas indústrias, mas essas indústrias não são competitivas. E aí temos custo Brasil, temos toda uma série de questões de falta de investimento em educação e em infraestrutura, sobretudo, que dificultam esse trabalho.

A China hoje tem uma rede ferroviária maior do que a do resto do mundo em conjunto. Ela constrói mais estrada por ano do que o resto do mundo em conjunto. Ou seja, existe um vasto investimento em infraestrutura, o que faz parte de uma tentativa também de se tornar um país mais competitivo. Então, esse me pareceu o ponto crucial, que é a grande diferença entre o projeto brasileiro e o caso chinês nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Oliver Stuenkel.

Passo agora a palavra ao Prof. Henrique Altemani de Oliveira, para dar suas respostas, por favor.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Vou começar também com a questão levantada pela Senadora Ana Amélia.

Vejo que a China busca o poder regional, mas busca também o poder internacional. Então, concordo exatamente com o Embaixador quando ele diz que a China não é expansionista. É o que realmente ela afirma, e acho que ela está contente com o que ela tem. Agora, ela não quer perder nada. E, para não perder nada, vem a questão, então, que a senhora coloca de Taiwan.



Então, primeiro, visa ao poder internacional, mas, evidentemente, com todas as considerações de que é preciso haver uma estabilidade internacional, e isso hoje só se garante com a presença dos Estados Unidos. A China não tem condições de assumir isso, ninguém tem. Então, acho que esse é um cenário bem para o futuro, para se avançar. E se volta à necessidade exatamente de a China aumentar sua capacidade política e sua necessidade em capacidade estratégica.

É claro que a China, em termos de armas, está buscando exatamente esquecer o que é o básico e ir para a alta tecnologia, o que, na verdade, é o que move hoje a capacidade americana. Mas, de qualquer forma, hoje, temos ainda uma relação de investimentos em armas anualmente de quase US\$700 bilhões nos Estados Unidos e, na China, pelos últimos dados, de mais ou menos US\$180 bilhões. E temos de pensar em todo o acumulado e em toda a distribuição de armas e de presença física, bem citados pelo Embaixador.

Terceiro, o porta-aviões foi para lá. A China tem um e é reformado, é uma sucata. Não sei se é o novo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – É o novo. Agora, já é o novo, mas é um só. Então, faz muito tempo. Realmente, demanda tempo para isso.

Agora, a questão crucial, à qual volto, é Taiwan. Se a gente tivesse o mapa da Ásia aqui, a gente ia ver que a China está voltada para a linha dos mares, para o Pacífico, mas antes há uma cordilheira, composta pelas ilhas ou pelos países. Fecha embaixo, fecha aqui com Japão e com Taiwan. Taiwan está bem em frente. É um ponto fundamental para o Estados Unidos manter Taiwan, o que, na verdade, é uma forma exatamente de conter a China. O Japão não aceitaria Taiwan também retornar à China, porque aí se vai duvidar exatamente do que é que passa pelo Estreito de Malaca, passando pelos piratas etc., e de como vai chegar até o Japão. Sente exatamente uma ameaça da China.

Então, acho que há um ponto crucial. Concordo com que as pressões taiwanesas para a independência estiveram mais presentes na década de 90. Hoje, realmente, o empresário taiwanês está trabalhando e investindo na China. Até é uma figura meio caricata. Na realidade, antes, o empresário taiwanês teria duas casas, duas famílias, uma na China e outra em Taiwan. Hoje, não! Hoje, sua família, que também é taiwanesa, está na China. Essa é uma forma muito forte de expressar exatamente a interdependência ou, principalmente, a presença ou o interesse que hoje Taiwan tem.

Mas aí há uma questão de que, talvez, a gente sempre se esqueça: o que a população de Taiwan, o que a sociedade taiwanesa – há a primeira geração, há a segunda geração; hoje há uma população taiwanesa –, realmente, pensa enquanto isso.

Mas agora o senhor esqueça a sociedade taiwanesa. Vou pensar exatamente em relações internacionais e em interesses de potência. Assim, os Estados Unidos teriam, talvez, uma tendência a não patrocinar ou não possibilitar o retorno de Taiwan.

Volto à questão de que há uma disputa da China com o Japão pelas Ilhas Senkaku, exatamente as ilhas que estão entre Taiwan e Okinawa. E não se pode esquecer de que Okinawa, que são as ilhas Ryukyu, está em disputa. Há um movimento independentista. Não podemos esquecer, é claro, que isso também foi assumido pelo Japão no final do século XIX, quando ele realmente se transforma em uma potência. Mas hoje há a reivindicação chinesa. As ilhas Ryukyu eram do sistema tributário chinês, e há uma tendência separatista. Então, há ali essa questão, que, penso, é a única coisa que poderia provocar qualquer tipo de...

A senhora levantou uma tese interessante sobre a aproximação entre Estados Unidos e Rússia. É claro que não temos elementos para avançar e pensar, mas talvez... De outro lado, acho que se deve pensar também que há uma aproximação muito forte entre Rússia e China há um bom tempo, via exatamente Organização para Cooperação de Xangai, via BRICS, principalmente pelo fato de a Rússia ter um espaço no Conselho de Segurança. Fora do Conselho de Segurança, ela não decide nada. Então, é onde ao menos temos um ponto de elo com os BRICS. Quer dizer, ela começa a coparticipar também desse processo decisório sobre o comércio, sobre as finanças. Haveria as duas coisas a pensar.

Por fim, realmente, para a questão do Senador Elmano, falta muita resposta.

Há um ponto que acho importante, podendo até se fazer uma analogia. Quero lembrar que os Tigres, principalmente Singapura, Taiwan, Hong Kong e Coreia, tiveram exatamente todo um



empurrão via Japão. Não se pode esquecer que o Japão vai ter o seu primeiro empreendimento no Brasil em 1954. Veja bem que o Japão começou a ser reconstruído em 1951, quando os Estados Unidos falaram "agora você pode retomar sua vida", quando se assinou o acordo de cooperação e de paz, também em função da Coreia, porque eles começam a produzir.

No governo de Juscelino, sim, tivemos um grande investimento aqui, principalmente quando da criação da Usiminas. Nesse momento, o Japão está investindo aqui, mas está investindo muito mais nos Tigres. Então, você tem aqui a ideia de que se começa a agregar a região, não porque o Japão é um santinho. Vê-se que o Japão não tem nada de espaço, o Japão precisa se expandir. Por isso mesmo, sempre teve uma cobiça expansionista, sempre teve cobiça pela Coreia, pela Manchúria, por um espaço para possíveis produções. Então, nesse caso, entrou num processo de cooperação, não mais em uma expansão militar.

Vamos pensar também que uma base... Essa importância reflete um pouco a colaboração da região. E a China, principalmente quando se compara com a União Soviética, mesmo comparando com a Rússia e com o Brasil, também entrou nessa. E a China tem um fator a mais, que é a importância da diáspora chinesa. Nós sempre pensamos em investimentos americanos, em investimentos japoneses, em investimentos europeus etc. Não, o que sustentou o crescimento inicial da China, na década de 80 e mesmo na década de 90, foi o investimento da diáspora, foram os investimentos da comunidade chinesa no sudeste, na Indonésia, mesmo em Taiwan, pois entrava tudo via Hong Kong, e mesmo, talvez, investimentos no Canadá, que vinham também via Hong Kong, que não vinham diretamente do Canadá ou mesmo dos Estados Unidos, mas que estavam sob a denominação da diáspora.

Acho que é importante pensar principalmente na capacidade política. Fazendo uma analogia com o futebol e com quem é flamenguista, uma vez chinês, sempre chinês. Isso é importante exatamente porque há um esforço da comunidade chinesa fora da China exatamente para a recuperação chinesa. Eu acho que isso é importante, é claro, principalmente agora, sim, também agregando a economia, no momento liderada pelo Japão.

Um dos problemas do Brasil é a falta de sinergia dentro da região. Nós nunca tivemos aqui – esta não é uma crítica, mas esta é a realidade – um apoio do que seria a âncora ou a base para o nosso desenvolvimento, que seria a relação com os Estados Unidos. Ou, ao contrário, os Estados Unidos, sim, patrocinaram o crescimento do Japão e a recuperação da Alemanha e da Europa. Aí, sim, houve o Plano Marshall ou a ação direta com o Japão. Infelizmente, não temos isso.

É claro que não é só isso, sem sombra de dúvida. Aí volto àquela história bem apontada inicialmente pelo Oliver: a China, além do mais, tinha um passado, tinha uma capacidade. É claro que vai começar aqui do zero, mas tinha uma capacidade. Nós, não. Nós temos outros problemas que são típicos do Brasil, da nossa sociedade. Também já foi tocada aqui a questão, muito forte, do nosso protecionismo e da satisfação do nosso empresário, que tem sempre esta sensação: "Eu produzo e ganho o que quero. Por que vou ter de produzir mais?" Acho que o nosso protecionismo foi negativo enquanto evitou...

Estou ocupando muito espaço, mas temos de pensar em dois pontos que tocamos aqui, como as críticas feitas hoje à primarização da nossa produção, principalmente à desindustrialização. Mas acho que culpar a China por isso é demonizar o que não é a realidade. A realidade é que exatamente nós não temos capacidade, não temos interesse. O nosso processo de desindustrialização realmente começou na década de 80, quando nós não tínhamos relações com a China.

Rubens Barbosa soltou dois artigos recentes no *Valor*, falando exatamente dessa questão da desindustrialização, em que ele aponta exatamente isto, que é também o que outros economistas apontam: nós começamos a desindustrializar nos anos 80, quando aderimos ao liberalismo, na ideia exatamente de trazer a competição e de a indústria ter de se modernizar. O que nós fizemos é o que fazemos até hoje. O que nós compramos da China? São exatamente produtos para produzir outros produtos. Nós não produzimos esses produtos. Então, houve a desindustrialização porque, na verdade, nós não desenvolvemos a base e preferimos comprar e montar aqui.

Só para concluir mesmo, refiro-me a uma questão posta por um internauta, uma questão muito bem ponderada, que é a questão de investimentos em ciência e em tecnologia. Essa é uma questão crucial. Aí acho que temos de remeter um pouco à sociedade, porque há exatamente ausência de investimentos por parte de nossos empresários. E eu poderia dizer também que houve um pouco de



ausência de investimentos por parte do nosso Governo ao longo do tempo. Nós não temos isso. Acho que aí é um problema nosso. O Oliver começou exatamente falando que, além do mais, nós precisamos investir também em conhecimento e em relações internacionais. A China avançou, para desenvolver especialistas nessas regiões, e nós aqui capengamos até hoje, porque, na verdade, podemos dizer que não há no País especialistas realmente – vamos exagerar um pouco, não é? – em nada. Quer dizer, temos dificuldade, porque temos de atacar e trabalhar com diferentes frentes. Não temos aqui... Vamos dizer que, se eu pegar a Academia, não posso dizer que há professores que possam se dedicar exatamente a serem sinólogos e a investirem nisso ao longo do tempo. Nós não temos condições disso. É outra realidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Henrique Altemani de Oliveira, da Universidade Estadual da Paraíba.

Passo a palavra ao Embaixador Luiz Augusto Castro Neves.

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Muito obrigado.

A Senadora Ana Amélia mencionou uma possível contradição entre a China ser um país mais centrado e voltado para si e, ao mesmo tempo, ter certo expansionismo no plano econômico, comercial e de investimentos. Eu diria o seguinte: a China tem um grande desafio, que é o desafio de atender à demanda de 1,4 bilhão de pessoas cada vez mais prósperas, em um país cada vez mais urbano, mais consumista e menos dependente da sua subsistência; quer dizer, eles têm de importar cada vez mais para tal. Então, uma das prioridades fundamentais da China é a garantia de suprimento de tudo, de alimentos, de todos os produtos de que eles precisam para alimentar ou atender à demanda da sua população, cada vez mais urbana e cada vez mais próspera em termos de renda.

Nesse sentido, é interessante notar a evolução dos investimentos chineses no Brasil. A China, a partir de 2015, passou a ser o maior investidor estrangeiro no Brasil em termos de fluxo, não de estoque. Evidentemente, os Estados Unidos e a Alemanha têm séculos de tradição e têm um estoque de capital investido aqui muito grande, mas, em 2015 e em 2016, por exemplo, o investimento chinês foi o que mais entrou no Brasil, inicialmente, em setores ligados à produção de bens de interesse da China, bens importados pela China. Depois, já começou a investir em setores voltados para o mercado interno brasileiro e, hoje, investe em setores acopláveis e integráveis à cadeia produtiva chinesa. Então, nós os vemos investindo pesadamente em energia, em campos de produção, em parceria com a Petrobras, comprando Belo Monte, comprando linhas de transmissão, comprando a Companhia Paulista de Força e Luz, que é a maior distribuidora de energia do Brasil, enfim, comprando uma empreiteira, como foi o caso da Concremat, recentemente comprada pela CCCC, que é uma empreiteira chinesa que é a sétima maior do mundo, porque eles querem participar da construção da infraestrutura brasileira, da nova infraestrutura brasileira.

Eles, de certa maneira, no Brasil, em particular, porque é um País de dimensões importantes para a China, querem participar de uma integração e da formação de uma cadeia produtiva com o Brasil, que é a melhor forma de assegurar o suprimento para eles, chineses, e, evidentemente, de assegurar também que continuaremos a ser importantes compradores da China para o Brasil. A China é o nosso principal parceiro comercial tanto em compra como em venda. Embora as nossas importações tenham caído substancialmente, as nossas exportações estão crescendo pouco a pouco, e o nosso saldo comercial com a China continua sendo bastante razoável.

Outra questão diz respeito à posição de Taiwan. Acho que tanto o Oliver como o Henrique já abundaram aqui. Os taiwaneses são um dos principais investidores na China. Não se pode dizer que são investidores de investimento externo, porque, na concepção da China, Taiwan é parte da China. Aliás, na concepção de ambos os lados do Estreito, só existiu a China. A diferença está em saber quem representa como e qual é a natureza da relação dos taiwaneses com os chineses. Estes ofereceram *status* semelhante ao que foi feito com Hong Kong e Macau, que criaram uma região administrativa especial, com um prazo bastante longo, bastante generoso.

Outra questão diz respeito à pirataria, que, realmente, existe. Realmente, esse foi um caminho percorrido antes dos chineses pelos coreanos, pelos japoneses e pelos americanos, que, na fase do seu grande crescimento econômico, pirateavam tudo o que eles podiam dos ingleses, na virada do século XX.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Posso até contar um episódio curioso: a China, naquela época em que eu estava lá, ainda permitia que os funcionários brasileiros que estivessem na China, quando viessem para o Brasil, trouxessem um carro importado, desde que esse carro não pudesse ser revendido localmente em condições de mercado, que era o caso da China – hoje em dia, nem tanto; hoje em dia, já não pode mais. Mas, então, um colega meu foi comprar um SUV, aquela caminhonete, de uma marca chinesa. Estávamos vendo lá que a caminhonete era muito boa, muito bem equipada, com estofamentos de couro, com ar-condicionado, e custava US\$12 mil, uma bagatela em relação ao preço de um veículo similar em qualquer outra parte do mundo. Ele comentou com o revendedor chinês que só tinha uma preocupação: se esse veículo desse algum problema, como ele iria encontrar assistência técnica no Brasil?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como encontraria peças de reposição?

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Eles disseram que não haveria o menor problema. No Brasil, se ele tivesse algum problema, que fosse a um concessionário Toyota, que ele veria uma extraordinária coincidência: todas as peças iriam servir. (Risos.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bom!

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Quer dizer, a China está trilhando o caminho que já foi trilhado por todos os demais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas com um pouco mais de competência, talvez.

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Talvez.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – O senhor tem de responder ao Senador Elmano sobre a questão da Cepal.

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – A questão da Cepal, Senador Elmano Férrer, é importante. Quer dizer, todos nós fomos influenciados – estudei economia na década de 60 – sobretudo pelo papel seminal de Raúl Prebisch, de 1951, sobre a famosa deterioração das relações de troca. O caminho para o desenvolvimento era a industrialização, porque os produtos primários valeriam cada vez menos em relação aos produtos industriais. Muito bem, a ascensão da China comprovou que esse tipo de raciocínio não era axiomático. Quer dizer, a ascensão da China levou ao crescimento brutal dos preços das *commodities*, sejam elas agrícolas, sejam elas minerais. Inclusive, as agrícolas, sobretudo as agrícolas, têm uma carga de tecnologia e de investimentos tão pesada, que não podemos dizer que são produtos primários como tal.

Mas, enfim, a China desmistificou muito o pensamento cepalino, o pensamento de que a gente deveria se industrializar a qualquer preço, que, inclusive, inspirou a substituição de importações e a criação da indústria brasileira. O grande exemplo foi a indústria automobilística, que recebeu bens de capital e tecnologia do exterior para fabricar um carro e para o mercado interno brasileiro, mas não era eficiente a produção, e não havia nenhum estímulo para se investir na qualidade tecnológica dos carros fabricados no Brasil, o que levou alguém a dizer que os carros brasileiros eram carroças. (Risos.)

Enfim, a diferença dos chineses foi que eles fizeram exatamente isso, só que eles acrescentaram, como já foi dito mais de uma vez, o item produtividade: você vai ter subsídios, você vai ter alguma proteção, mas você tem tantos anos para ficar competitivo no mercado internacional. E isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pergunto ao Senador Elmano Férrer se está satisfeito ou se há mais alguma questão a fazer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Falo só uma curiosidade: Estado, sociedade, democracia e política. Veja, Presidente, vivemos em um Estado, o Estado brasileiro, que acho que se esgotou, e nós temos de reinventá-lo. Dentro da estrutura do Estado, há a deterioração da Federação, dos Estados-membros da Federação. Então, eu perguntaria sobre a questão da organização do Estado, porque nisso não se tocou. Falou-se de investimentos, de desenvolvimento, mas não se falou na questão relacionada ao Estado, à sociedade e à democracia ou à burocracia, entrando aí a política ou o capitalismo de Estado. Nesse assunto, nesse aspecto não se tocou.



Veja, Presidente, V. Exª governou o Brasil. Eu sempre fui servidor público e vejo, digamos, que o nosso Estado, como organização, vindo da nossa Constituição, esgotou-se, ou seja, na minha visão, temos de reinventar o Estado. Daí por que a minha pergunta: no Estado chinês, na economia chinesa, na sociedade chinesa, sob esses aspectos, há um capitalismo de Estado na China?

São questionamentos que fazemos às vezes, porque vejo a China, nobres professores e Embaixador, como um caso que merece estudo profundo, porque está dando certo, mas não sei até quando. É uma coisa que a gente, às vezes, questiona. Eu, pelo menos, vejo o sucesso da China, um país com uma população de 1,4 bilhão de pessoas. Como é a estrutura desse Estado? O Estado é forte? Como é a democracia, que nós advogamos tanto? É preciso o Estado ser forte para atingir, digamos, esse grau de desenvolvimento? E o direito? Enfim, há uma série de questões que, acho, o Embaixador poderia responder de forma sintética.

Eu sei também que há o problema do tempo, não é, meu grande Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu só estava comunicando ao Embaixador que ele será o primeiro a responder a indagação feita por S. Exª o Senador Elmano Férrer sobre a questão do capitalismo de Estado em relação à China.

E nos chega também uma última pergunta – perdoem-me os senhores palestrantes –, que é de João César de Freitas: "Até que ponto o Brasil se beneficia com suas exportações de minério de ferro e soja para a China? Não seria melhor trocar inovação tecnológica? Muito obrigado."

Com a palavra o Embaixador Luiz Augusto Castro Neves.

O SR. LUIZ AUGUSTO CASTRO NEVES – Muito obrigado.

Obviamente, do ponto de vista político, não só a China, mas também a maior parte dos países asiáticos têm uma história política inteiramente diferente da história do mundo ocidental ou daqueles que são, digamos assim, marcadamente influenciados pelo mundo ocidental. A própria democracia japonesa foi algo implantado pelo General MacArthur quando o Japão foi ocupado, e o Japão é uma democracia, sem dúvida alguma, com partidos de oposição e outros, mas há uma série de particularidades da organização da sociedade japonesa que são incompatíveis com a democracia ocidental.

A China é um Estado autoritário, sem dúvida alguma, e curiosamente é um Estado muito descentralizado, pois as províncias têm uma autonomia muito grande em relação, por exemplo, aos Estados brasileiros. Uma das percepções que tive na China é que as províncias competem entre si numa guerra fiscal a mais deslavada possível. Eu recebi uma vez a visita de um prefeito chinês para falar das vantagens de se investir na sua municipalidade. Sabendo que algumas indústrias brasileiras estavam se estabelecendo na China, ele oferecia a sua própria municipalidade, porque ele daria isenção de IPTU por dez anos e colocaria um terreno financiado a perder de vista, perto de uma estrada de ferro, com água e com eletricidade à vontade. Semanas depois, recebi outro prefeito de uma municipalidade adjacente, dizendo: "Olha, eu lhe dou muito mais do que o que aquele cara que veio visitá-lo na semana passada prometeu." Quer dizer, eles têm um pouco esse tipo de Estado autoritário, de controle, mas extremamente descentralizado, curiosamente.

No campo do desenvolvimento político, sem dúvida alguma houve um desenvolvimento econômico muito grande, houve um desenvolvimento social, quer dizer, os chineses tiraram centenas de milhões de pessoas da linha da pobreza. Esse é um dado importante. A inclusão social, ainda que incompleta, foi enorme na China.

Por várias vezes, perguntei: "E a questão política?" Disseram: "A questão política é algo de que nós não falamos agora, mas, inevitavelmente, estaremos a braços com ela." "Por quê?" "Porque a China hoje é cada vez um país urbano e, cada vez mais, um país de classe média." A pessoa se virou para mim e disse assim: "Como o senhor sabe, Embaixador, a classe média é muito palpadeira. Então, temos de nos preparar para um dia em que haverá 500, 600 ou 700 milhões de chineses de classe média urbanos, que vão querer dar palpite na organização política da China."

"Até que ponto o Brasil se beneficia com suas exportações de minério de ferro e soja para a China? Não será melhor trocar inovação tecnológica?"

O Brasil tem uma grande vantagem comparativa nas exportações de soja, com uma grande produtividade por hectare, e nas exportações de minério de ferro, porque há um teor extremamente elevado de ferro puro, o que permite ao Brasil ser competitivo com a Austrália, que fica muito mais



próxima da China e que é o segundo maior fornecedor de minério de ferro da China. Acho que temos de exportar tudo aquilo em que temos vantagem comparativa.

Na questão da inovação tecnológica, na questão do desenvolvimento de tecnologias que permitam a produção de bens de mais alto valor agregado, de tecnologias de ponta, cabe a nós fazer o nosso próprio dever de casa. O problema não é exportar minério de ferro ou exportar soja ou produtos do campo, como carne, por exemplo. A questão é saber o que que a gente faz com a receita dessas exportações. A gente exportava para a China também aviões, aeronaves. Começamos, inclusive, a montá-los na China em algum momento. Depois, tanto a Embraer como os chineses perderam o interesse, a sociedade foi desfeita, e a Embraer fechou sua fábrica em Harbin. Mas a gente exportava aviões, aeronaves para a China. Aliás a fabricação de aeronaves é um bom exemplo de globalização, pois não há uma aeronave feita, exclusivamente, estritamente, em um só país. Tudo é feito... O projeto é que é importante, a tecnologia desse projeto é que é importante, e depois a gente faz a compra dos equipamentos, o *procurement*, onde ele é mais bem feito e é mais barato.

É isso, quer dizer, não adianta a gente tentar exportar aço para China, porque as nossas siderúrgicas não são competitivas em relação às siderúrgicas chinesas, mas nós somos competitivos no minério de ferro. Então, vamos exportar minério de ferro e investir no aumento do valor agregado da produção nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Embaixador Castro Neves.

Passa agora palavra ao Prof. Oliver Stuenkel.

O SR. OLIVER STUENKEL – Obrigado.

Em relação à China, quero apenas apontar que pode ser perigoso a gente talvez olhar para a China como modelo, porque, querendo ou não, é um país que se destaca, acima de tudo, pelo seu tamanho. Há muitos países menores que conseguiram avançar economicamente de maneira muito mais sustentável.

Imagine, Senador, se a China tivesse conseguido o que a Coreia do Sul conseguiu ao longo das últimas quatro décadas. Hoje, ela estaria cinco vezes maior. A gente viveria num mundo completamente sinocêntrico. Ou seja, o grande salto para a frente, na verdade, atrasou a liderança chinesa, eu diria, por umas duas décadas, talvez. Sem aquela ideia, sem a revolução cultural etc., a China hoje talvez teria duas vezes o tamanho que tem de fato. Ou seja, pode parecer um modelo atraente, mas também é preciso reconhecer que o Partido Comunista cometeu muitos erros ao longo do caminho. Pode-se dizer que, sim, é notável o que a China conseguiu, mas, ao mesmo tempo, é notável que ela só tenha conseguido agora. Ou seja, houve muitos problemas ao longo do caminho.

Nesse sentido, vale a pena destacar que é bem possível que a liderança chinesa seja curta, porque quem vai superar a China economicamente, na segunda parte deste século, será a Índia, que tem um modelo econômico completamente diferente, que é um país democrático. Então, acho que ainda é preciso olhar o PIB *per capita*, que, na China, ainda é bastante baixo também e tem problemas seriíssimos.

Também vale a pena lembrar que a China investe mais em segurança interna do que em segurança externa, acompanhando o que os seus internautas fazem, bloqueando *sites*. Meu *site* pessoal é bloqueado na China. Ou seja, há um apoio muito forte ao partido, mas ao mesmo tempo existe uma repressão forte.

Eu diria que existe o risco também – e a gente precisa se preocupar muito com isso – de haver uma possível instabilidade política, o que causaria uma recessão global. Vários fatores limitam a legitimidade do Partido Comunista aos olhos dos chineses. Lá a poluição – o senhor já a visitou, certamente, com frequência – chega a níveis inimagináveis no Brasil. Cada vez que volto da China, ando pela Paulista respirando e dizendo: "Isto aqui é ar puro." Ou seja, a gente vive outra realidade. Lembro que, no ano passado, as escolas públicas em Pequim ficaram fechadas por 50 dias. Durante 50 dias ao longo do ano, as crianças tiveram de ficar em casa. Ou seja, é um modelo que causou muitos problemas. Só há aquele céu azul quando há uma cúpula global, quando o governo chinês pede para as fábricas fecharem por uma semana. Aí há aquele céu claro, que, às vezes, vimos nas Olimpíadas, nas grandes cúpulas.



Lembro que houve um *show* na televisão chinesa, em que os chineses cantavam músicas e podiam votar. É um *show* que existe no Brasil também e que se chama *The Voice*. O governo chinês não gostou muito desse *show* porque os chineses se animaram muito, porque podiam votar. Ou seja, milhões e milhões de chineses começaram a ligar para votar no cantor. Isso gerou uma angústia enorme, tanto que se substituiu o modelo, e agora é um comitê que seleciona quem ganha.

É um modelo que dá muito certo do ponto de vista econômico, sim. Na verdade, a gente deve o nosso bem-estar, em grande parte, ao longo dos últimos anos, às demandas chinesas. Não conseguimos mais vislumbrar uma economia sem o apoio chinês. A China, hoje, é o motor da economia mundial, tanto que, no ano passado, 38% do crescimento econômico do mundo se deveram à China. Ou seja, a gente chega, cada vez mais – e o mesmo se dá também com relação à estagnação em outras partes do mundo –, a um mundo em que a China é responsável por quase a metade do crescimento global. Nós todos vamos depender cada vez mais disso.

Mas, de novo, acho que é perigoso olhar para aquele modelo e dizer "vamos repetir aquilo", porque é um sistema cheio de problemas, com uma assimetria demográfica profunda. É cheio de problemas que vão criar uma tensão social. Discordo disso, acho que o Partido Comunista é capaz de se adaptar a esses desafios, mas há grandes especialistas, grandes sinólogos nos Estados Unidos que preveem uma revolução em breve. Shambaugh, um sinólogo famoso americano, por exemplo, diz que o Partido Comunista vai encarar uma instabilidade profunda.

Então, parece-me apenas importante apontar que existem todos esses problemas que a gente não percebe tanto, porque obviamente não existe a mesma... O Brasil lava sua roupa suja abertamente. Então, o mundo olha para aquilo e diz: "Nossa Senhora, o Estado está mal!" Mas há muitas coisas positivas também, ou seja, há um Judiciário independente, uma democracia vibrante, uma participação livre, em que todo mundo pode postar o que quiser. Nesse sentido, a gente até pode dizer que a China é muito mais vulnerável do que o Brasil, que tem um sistema político que a gente pode criticar – podemos dizer da instabilidade etc. –, mas ninguém acha que aqui vai haver uma revolução. Ou seja, acho que aqui existe uma estabilidade nesse sentido, uma previsibilidade até maior do que na China, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Prof. Stuenkel.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Altemani.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Acho que realmente já foi tudo respondido, mas só vou acrescentar um pouquinho alguma coisa.

Acho que o desenvolvimento chinês representa exatamente a China, mas representa o Partido Comunista chinês. Acho que essa é uma questão umbilical muito grande. E, vamos dizer, o partido também está sendo ágil. Acho que o partido realmente conseguiu reprimir, principalmente Falun Gong, algumas tentativas exatamente de como se podiam mobilizar populações que poderiam se transformar em movimentos políticos.

Eu acho que o Partido Comunista chinês – quando falo isto, o pessoal me goza depois – é o partido mais democrático do mundo, porque ele agrega diferentes correntes. Inclusive, ele trouxe a representação dos empresários. Pensaram: "Os empresários se desenvolveram e começaram a ter capacidade. Daqui a pouco, eles podem se interessar por política e vir a obter outro partido, a influenciar. Então, traga-os para o partido." E eles entraram exatamente para o partido, como a vanguarda do proletariado. Mas eles estão ali. Então, vamos pensar o seguinte: as correntes estão ali.

Talvez, a questão maior da China, inclusive para a continuidade, está na descentralização, porque esta é exatamente a resposta do Partido Comunista à sociedade: "Não dá para continuar assim se eu não distribuir a riqueza." Quando começou o processo, a China sempre falava assim: "Nós não vamos ser outra América Latina". Referia-se exatamente à distribuição. E está piorando. Então, a resposta foi essa aí.

É claro que ainda há uma aceitação e um reconhecimento do resultado positivo. Aí eu discordaria um tanto de David Shambaugh. Acho que pode, evidentemente, mais para frente... Não se consegue ter o domínio da sequência, mas acho que, no momento, principalmente volta a questão da base filosófica, que não é aristotélica, que é confuciana. O respeito à autoridade se mantém, bem como o respeito exatamente ao coletivo. Isso vai continuar *ad aeternum*? Também não sei, mas acho que isso ainda é algo que não leva... Principalmente devemos pensar assim: todos esses países da Ásia de que



estamos falando eram autoritários; todos se transformaram quase em países democráticos a toque de caixa, na década de 90. Foram obrigados a isso. Agora, é uma democracia. Então, criou-se lá uma representação, criaram-se as eleições etc., mas é coisa recente.

A Coreia cresceu como ditadura. Em 1988, exatamente quando ela se lança ao mundo, apresentando-se internacionalmente, entrando no mundo, é que ela vai começar... Mas está mais para os anos de 1990 a mudança. Foi deposta agora a Presidenta deles lá, que era exatamente a filha do ditador da década de 1970. E o desenvolvimento veio com uma ditadura. Não quer dizer que precise ser uma ditadura, que precise ser um governo autoritário, mas os Estados asiáticos, principalmente no nordeste, mas também com reflexos no sudeste, com os reflexos exatamente da perspectiva confuciana, não veem isso como impedimento.

Acho que o senhor levanta, realmente, Senador, uma questão muito grande, muito importante: acho que estamos no momento de repensar a democracia – aí estou pensando não na Ásia, estou pensando exatamente no Ocidente – nos planos dos Estados e de, principalmente, repensar o que leva à crise internacional da redefinição do sistema e da ordenação, que também é repensar a dita democracia, que, inclusive, a China reivindica, na relação entre os Estados. Realmente, as organizações não funcionam quando há 200 Estados e quando todos têm o mesmo poder, a mesma capacidade. Então, realmente, as instituições não funcionam, e se cria o que determinava, por exemplo, a economia internacional, que é o G7, que é um órgão informal e seletivo. Evidentemente, o BRICS também é um organismo até certo ponto informal e seletivo, que só participa agora... Não é mais o Terceiro Mundo como um todo, mas exatamente os cinco maiores países – outros podem entrar – que têm, sim, maior expansão, maior presença econômica e comercial, maior presença política etc.

Nós precisamos, realmente, repensar isso. Estamos numa fase em que temos de repensar exatamente as formas de organização, na qual a China, de um lado, sim, impõe muito a ideia do Estado como órgão regulador. O modelo liberal quis retirar exatamente o Estado. Exatamente na crise de 2008, o que vai tentar recuperar, o que vai levar à recuperação da economia americana é o Estado. Aí ele vai assumir o papel de regulador. Agora é regulador no tempo ou só no momento de crise?

Boa noite! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Prof. Altemani.

Antes de encerrarmos a nossa audiência de hoje, eu lembraria que hoje é o dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nós tivemos, nessa semana que passou, uma notícia nada agradável, que foi a retirada dos Estados Unidos, pela palavra de seu Presidente recém-eleito, do Acordo de Paris. Esse é um prenúncio que beira a catástrofe, mas que abre um espaço muito importante para a China, porque deixa um vazio na liderança do combate ao aquecimento global. A China vem se esforçando, ao longo das últimas décadas, no sentido de reduzir as suas emanações, mas precisamos todos nós, habitantes deste Planeta, que a China faça mais. E, talvez, essa seja a oportunidade que lhe é dada, para que tome a liderança desse processo, para que se esforce para que as metas sejam cumpridas, aquelas estabelecidas em Paris, e para que, pela força do seu exemplo, faça com que também outros países, como a Índia e até mesmo o Brasil, possam seguir esse bom exemplo.

Em certo momento, muitos anos atrás, houve uma conversa entre uma autoridade chinesa e uma autoridade brasileira que tinha muito interesse em se aproximar da China, em estreitar e aumentar seus laços comerciais, que, naquela época, eram praticamente inexistentes. A autoridade brasileira demonstrava certa pressa para que fosse feita e iniciada essa aproximação comercial mais efetiva, e a autoridade chinesa respondeu, dizendo o seguinte: "Um pouco de paciência! Vocês ocidentais têm o relógio, mas nós, chineses, temos o tempo." Ela queria dizer que nós ocidentais queremos sempre ver as coisas resolvidas rapidamente e que os chineses têm a prudência, a paciência de projetar isso no tempo. Para nós ocidentais, tudo tinha de correr rápido, porque o ano ia terminar. Os chineses não raciocinam em anos, mas raciocinam em décadas, em centenas de anos, pois a China é um país com cinco mil anos de existência.

Lembrando-me desse fato e me associando ao que aqui coloquei no início sobre a questão do meio ambiente, eu diria que agora a situação se inverte: a China agora não tem o tempo a seu favor na questão ambiental, ela agora está com o relógio na mão e deve dar muita atenção a esse relógio para



colocar em prática, rapidamente, todas as medidas previstas no Acordo de Paris e, mais ainda, para que o nosso Planeta não seja levado a uma devastação.

Às vezes, converso com várias pessoas, cada um de nós conversa com vários interlocutores, tratando da questão do clima, e fico impressionado, porque as pessoas dizem não acreditar que isso seja possível de acontecer ou dizem que isso tudo é uma manipulação, uma fabricação de notícias por interesses quaisquer que sejam, e que não vão mudar seus hábitos, porque simplesmente não acreditam. É impressionante, exatamente num século como o nosso, que vem sendo marcado como um século da informação em função da inovação tecnológica, que tem permitido a este Planeta tomar instantaneamente conhecimento das notícias e ter acesso a pesquisas, que essas pessoas não acreditem que isso seja verdadeiro, mas é.

Nós estamos às vésperas, se colocarmos o ano de 2030, de uma hecatombe, caso isso não seja levado muito a sério, sobretudo, pelas lideranças mundiais. Estamos a lastimar aquela decisão, no meu entender, absolutamente equivocada do Presidente americano, algo incompreensível, e a esperar que a China passe a ter essa proeminência que adquiriu, em função dessa decisão americana, no processo de combate ao aquecimento global.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença dos nossos debatedores na noite de hoje. Agradeço ao Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, ao Prof. Oliver Stuenkel e ao Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira pelas suas explanações, exposições, explicações, que nos colocaram todos dentro de um contexto, nessa ordem mundial, em que a China é, sim, proeminente. Ela é hoje em relação ao Brasil o nosso principal parceiro comercial. As autoridades brasileiras, pelo que percebo, têm procurado manter no mais alto nível as nossas relações bilaterais, em função dos interesses mútuos que essas relações estão nos trazendo, para estreitar os nossos laços.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos aqueles que participaram, sobretudo aos nossos internautas, com suas perguntas, indagações e afirmações.

Informo que o nosso 7º Painel ocorrerá no dia 19 de junho, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "Brexit – quantos mais? O crescimento dos nacionalismos e o futuro da União Europeia". Isso aí já é algo que vai coincidir, na semana seguinte, com a eleição marcada para quinta-feira na Grã-Bretanha. O Partido Conservador, da Primeira Ministra Theresa May, chamou as eleições há alguns meses, quando ela estava em posição muito vantajosa, mas esses últimos e lamentáveis, terríveis, abomináveis eventos que os ingleses sofreram ao longo desses últimos 30 dias podem fazê-la perder as eleições. Talvez, seja um momento muito importante para que nós tratemos também dessa questão que inclui o Brexit.

Para expor e debater esse tema, nós teremos como convidados o Ministro Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil; o Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes, da Academia Brasileira de Estudos Estratégicos; e o Prof. Dr. Klaus Baumgart.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srs. Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, que está agendada para o dia 8 de junho de 2017, quinta-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Agradecendo a todos pela presença, mais uma vez fazendo um agradecimento muito especial aos nossos palestrantes, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 04 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2017.

Às nove horas do dia oito de junho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Romero Jucá, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, José Agripino, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Hélio José, Fátima Bezerra, José Pimentel, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Registram presença os senadores não membros Marta Suplicy, Cidinho Santos e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÕES DE AUTORIDADES: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2017, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)”. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com 13 (treze) votos favoráveis. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2017, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUCIANO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize”. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor LUCIANO HELMOLD MACIEIRA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize, com 13 (treze) votos favoráveis. Usam a palavra os Senadores José Agripino e Flexa Ribeiro. O Presidente agradece a presença de S. Exª Vicente Rojas Escalante, Embaixador do Peru no Brasil; Sr. Hugo Napoleão, Ex-Senador; Sr. Mauricio Lyrio, Assessor da Secretaria-Geral do Itamaraty; Sr. Iván Rodríguez Benzaquen, Primeiro-Secretário da Embaixada do Peru; e Sra. Marlova Noleto, Diretora da Área Programática da Unesco. O Presidente convida os indicados a tomarem assento à mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos indicados, para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Jorge Viana, Armando Monteiro e José Medeiros. O Presidente faz a leitura de comunicado sobre o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. O Presidente concede a palavra aos indicados para resposta aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário da apuração dos votos das sabatinas o Senador Jorge Viana. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de novembro de 2013”. Designado Relator “ad hoc” o Senador Jorge Viana, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. Usa a palavra o Senador Armando Monteiro. EXTRAPAUTA: ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de



2017, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto da Decisão MERCOSUL/CMC nº 12/10, que estabelece a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2010”. Designado Relator “ad hoc” o Senador Armando Monteiro, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2017, de autoria do Senador José Agripino, que “REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que os Comunicados, realizados semanalmente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sejam encaminhados em forma de Boletim Informativo aos Senadores, integrantes e não integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional”. Aprovado. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2010”. Designado Relator “ad hoc” o Senador Jorge Viana, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. Usam a palavra os Senadores Armando Monteiro e Cristovam Buarque. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), aprovado por meio de resoluções emanadas da VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928”. Retirado de pauta para reexame. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16 de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que Nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal, combinados com o artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal de convocar as Forças Armadas para “garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal” no período de 24 a 31 de maio de 2017. ADITAMENTO: Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja aditado ao Requerimento RRE 0016/2017, ajustando seus termos para a forma de convite “ao Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal de convocar as Forças Armadas para “garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal” no período de 24 a 31 de maio de 2017”, para incluir dentre os temas abordados pelo Ministro, esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal em permitir aos Estados Unidos, dentre outros países, o uso do Centro de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de foguetes ao espaço”. Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17 de 2017, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa Raul Jungmann, com a finalidade de explicar, aos integrantes desta Comissão, a dinâmica e os procedimentos da cooperação bilateral em matéria de defesa, estabelecida entre Brasil e EUA”. Aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e onze minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Leitura de ofício recebido de S. Exª o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, em caráter urgentíssimo.

Brasília, 7 de junho de 2017.

[Dirige-se à Presidência desta Comissão.]

Permito-me trazer à atenção de V. Exª o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2007, que aprova o texto da decisão Mercosul CMC nº 12/10, que estabelece a estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Como é do conhecimento de V. Exª, o Relator da matéria, Senador Roberto Requião, apresentou na noite de ontem, 6 de junho, parecer favorável à aprovação do texto.

O IPPDH foi criado com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes e a consolidação dos direitos humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do Mercosul. Hoje é presidido pelo Embaixador brasileiro José Augusto Lindgren Alves.

Atualmente o Brasil é o único Estado Parte do Mercosul que não realiza contribuições financeiras ao IPPDH. Desde 2012 o Brasil acumula passivo com aquele órgão no valor de mais de US\$680 mil, o que dificulta sobremaneira a administração do instituto, que se tem visto forçado a cobrir seus seguidos déficits por meio de empréstimos junto à Secretaria do Mercosul e ao alto Representante Geral do Mercosul.

Além dos evidentes inconvenientes administrativos e jurídicos, bem como do desgaste político com os demais parceiros do Bloco derivados dessa prática, o não pagamento das contribuições brasileiras, pendentes desde 2012, tem gerado desequilíbrio orçamentário-financeiro sistêmico em toda a estrutura institucional do Mercosul.

Nesse contexto e tendo em vista a urgência da matéria, rogo especial obséquio de V. Exª para incluir extraordinariamente o referido projeto de decreto legislativo na pauta de amanhã [ou seja, hoje] da Comissão de Relações Exteriores.

Atenciosamente, Aloysio Nunes Ferreira, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Diante desse ofício, considerando ser ele de caráter urgentíssimo, da lavra de S. Exª o Ministro de Estado das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira, nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 17, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para a inclusão, na pauta da presente reunião, do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2017, que aprova o texto da Decisão Mercosul/CMC nº 12/10, que estabelece a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Comunicados.

O chamado Russiagate: o testemunho do Sr. Comey no Senado.

O ex-Diretor do FBI James Comey confirmará hoje, na reunião da Comissão de Inteligência do Senado norte-americano, que o Presidente Donald Trump, referindo-se à investigação sobre o envolvimento de seu ex-assessor de Segurança Nacional Michael Flynn com autoridades russas, disse-lhe – aspas: "Eu espero que você possa deixar isso para lá, deixar o Flynn para lá. Ele é um cara legal." – fecho aspas.

Segundo a CNN, citando fonte da Comissão, o testemunho, por escrito, de Comey foi publicado intencionalmente ontem, no *site* da Comissão de Inteligência do Senado, a pedido do próprio Comey. Ele deve testemunhar hoje perante o colegiado.

Em seu testemunho, Comey afirma ter conversado particularmente com Trump nove vezes – três delas em encontros apenas entre os dois – e que fez anotações detalhadas dos encontros em memorandos.



No seu testemunho, Comey descreve uma ligação telefônica ocorrida em 30 de março, na qual Trump enfatizou que – aspas – "a nuvem" – fecho aspas – das investigações sobre a Rússia estava – reabro aspas – "interferindo com a sua capacidade de fazer negócios para o país" – fecho aspas – e disse que tinha esperanças de que Comey, então diretor do FBI, pudesse encontrar uma forma de divulgar que Trump não estava sob investigação.

Segundo Comey, Trump disse-lhe – abro aspas: "Eu preciso de lealdade, eu espero lealdade", durante o primeiro jantar dos dois, em janeiro. Comey afirma na declaração que "eu não me movi, falei ou mudei minha expressão facial de maneira alguma durante o silêncio desconfortável que se seguiu." – fecho aspas.

Comey disse a Trump – abro aspas: "Você sempre terá a minha honestidade." – fecho aspas. E o Presidente respondeu – abro aspas: "É isso que eu quero, lealdade honesta." – fecho aspas. Comey declara também que Trump lhe pediu, em várias ocasiões, que confirmasse que ele não estava sob investigação.

O ex-diretor do FBI confirmou a inexistência de investigação sobre Trump, corroborando o que foi escrito pelo Presidente na carta que justificava a demissão do próprio Comey.

Comey declara que considera o pedido de Trump sobre Flynn – abro aspas – "muito preocupante, dado o papel do FBI como uma agência de investigação independente".

Segundo comunicado.

Atentados e eleições no Reino Unido e na França.

Depois de uma semana dominada por questões de segurança desde o ataque terrorista islâmico no fim de semana em Londres – um dos três já neste ano –, incluindo um atentado suicida na saída de um concerto pop em Manchester no fim de maio, o Reino Unido vai às urnas, tendo a Primeira-Ministra Theresa May se concentrado, nos últimos dias da campanha, em sua mensagem central sobre o Brexit, razão pela qual ela convocou eleições gerais há 50 dias.

O partido conservador da Premiê perdeu terreno em pesquisas de opinião desde quando ela convocou as eleições, mas ainda está na liderança. As pesquisas mais recentes sugerem que sua vantagem sobre o Partido Trabalhista, o principal da oposição, oscila entre quatro e onze pontos percentuais.

Porém, a última pesquisa divulgada pelo Instituto YouGov realizada nesta terça-feira prevê a possibilidade de o Partido Conservador perder a maioria absoluta no Parlamento, caindo das atuais 331 cadeiras – cinco a mais do que as 326 necessárias para a maioria absoluta – para 302 cadeiras. Como os trabalhistas devem conseguir apenas 269 cadeiras, segundo a mesma pesquisa, a Premiê estará diante de um sério problema: tentar um governo de minoria ou de coligação com outras agremiações, o que dependerá do resultado obtido pelos partidos menores.

O sistema eleitoral do Reino Unido é o distrital puro. O país é dividido em distritos eleitorais, e os partidos apresentam um candidato por distrito. Quem tiver mais votos no distrito é eleito deputado. O partido que tiver maioria no Parlamento elege, então, o seu Primeiro-Ministro.

A Premiê britânica disse que está disposta a enfraquecer a proteção aos direitos humanos, se isso facilitar o monitoramento de movimentos ou mesmo a deportação de suspeitos de terrorismo. May utilizou um de seus últimos discursos da campanha eleitoral para tratar de segurança nacional e aumentar o tom contra o extremismo islâmico. Disse ela: "Se nossas leis de direitos humanos nos impedem de fazer isso, nós devemos mudar as leis para podermos fazê-lo".

A retórica mais dura surge dias depois do atentado que deixou sete mortos em Londres no sábado passado. Opositores culpam a Premiê por ter feito cortes nas verbas de segurança e inteligência entre 2016 e 2010, quando ela era Ministra do Interior. Os cortes teriam levado a inteligência britânica a deixar de monitorar um dos três autores do atentado.

Theresa May disse que as negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia terão início em menos de duas semanas e que a questão colocada aos eleitores hoje é sobre em quem eles confiam para conseguir o melhor acordo para o país.

Por sua vez, as eleições legislativas na França, cujo primeiro turno terá lugar no próximo domingo, deverão dar a maioria absoluta ao movimento do novo Presidente Emmanuel Macron: *La République en marche*. De um total de 577 cadeiras em disputa, as últimas sondagens dão aos "macronistas" um total entre 390 e 415 deputados na Assembleia nacional, a mais expressiva maioria



parlamentar desde o governo Charles de Gaulle, em 1968. Já os socialistas podem ter a pior votação da história. Os votos dos franceses no exterior já foram computados e deram vitória avassaladora aos candidatos do partido *La République en marche* – ou é um movimento? – que obtiveram dez das onze cadeiras em disputa num eleitorado de 1,3 milhão despatriados franceses.

Segundo o comentarista do jornal *Le Figaro* Guillaume Tabard, a maioria absoluta na Assembleia Nacional dará uma liberdade absoluta para Macron, que não teria necessidade do apoio de outras forças, como desejavam os centristas da direita ou da esquerda.

Segundo o jornal, *La République en marche* está a um passo de enfraquecer duramente o principal partido de esquerda, o Socialista, e também o de direita, *Les Républicains*. Mesmo assim, a clivagem direita-esquerda está longe de se extinguir: 61% dos franceses ainda se classificam ou à direita ou à esquerda, e 27% nem à direita nem à esquerda.

Em relação à crise diplomática no Qatar.

Nesta semana, como é do conhecimento de todos, a Arábia Saudita e outros oito países impuseram sanções diplomáticas ao Qatar, bloqueando vias de acesso ao país e proibindo o uso de seus espaços aéreos. As medidas foram motivadas por alegações de que o Qatar financiaria grupos terroristas, acusações que o governo catarense chamou de "injustificadas" e "sem fundamento".

Cidadãos e diplomatas do Qatar receberam notificações para deixar a Arábia Saudita e também o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos dentro de 48 horas, e as companhias aéreas Etihad, Emirates, Fly Dubai e Gulf Air cessaram todos os voos para Doha, capital do Qatar. Os voos da Qatar Airways, uma das maiores companhias aéreas do mundo, estão fazendo desvios longos para evitar o espaço aéreo da Arábia Saudita, prejudicando voos para a África e América do Norte.

O repórter da BBC Andrew Walker ressaltou que grande parte da comida do Qatar é transportada pela fronteira com a Arábia Saudita, o que pode levar à escassez de alimentos naquele país.

Mas o Ministro das Relações Exteriores do Qatar, o Sheikh Mohammed bin Abdulrahman Al-Thani afirmou em entrevista à emissora Al Jazeera que o país estava pronto para suportar esse bloqueio e expressou insatisfação com a tentativa dos países vizinhos em impor suas vontades ao Qatar e intervir em seus assuntos internos.

Analisando as motivações da medida, a repórter Katie Hunt, da CNN, cita o apoio do Qatar ao grupo chamado Irmandade Muçulmana, que é considerado por muitos de seus vizinhos como radical e terrorista, mas afirma ela que a ruptura também foi motivada pela aproximação que o Qatar procura com o Irã, rival econômico da Arábia Saudita.

Há apenas duas semanas, a Arábia Saudita, Emirados Árabes, Bahrein e Egito bloquearam as transmissões de várias emissoras do Qatar, inclusive a rede de TV Al Jazeera, por conta de uma notícia divulgada pela agência estatal do Qatar que creditava ao soberano catarense, o Emir Sheikh Tamim bin Hamad Al-Thani afirmações de que o Irã era uma potência islâmica e críticas à política americana com relação à Teerã.

O Qatar afirmou que o *site* da agência havia sido "hackeado". E, na terça-feira, a CNN divulgou que autoridades americanas suspeitam que a notícia poderia ter sido plantada por *hackers* russos com o objetivo de "criar uma divisão entre os aliados dos Estados Unidos".

Mesmo assim, o Presidente americano Donald Trump pareceu celebrar os acontecimentos. É interessante ou no mínimo esquisito celebrar esse acontecimento quando os americanos têm uma das suas principais bases militares naquela região localizadas no Qatar, uma base aérea ainda mais importante do que os americanos têm na própria Arábia Saudita e na Turquia. Não sei como se pode festejar algo assim. Em publicações feitas no Twitter, Trump atribuiu o boicote à sua recente visita a Riade, capital da Arábia Saudita, e o interpretou como um sinal de que começava "o fim do horror do terrorismo".

Em análise para a BBC, a correspondente em Washington Barbara Usher julga que o Pentágono provavelmente não compartilha do tom triunfal de Trump, já que no Qatar está a maior base aérea norte-americana.

Atentado no Irã.

Em um agravamento da crise na região, a Guarda Revolucionária, um braço do exército do Irã, insinuou em uma declaração pública que o governo da Arábia Saudita ajudou no atentado ocorrido



ontem na capital iraniana, Teerã. O atentado, reivindicado por iranianos que se juntaram ao Estado Islâmico, deixou 12 mortos em dois ataques simultâneos: ao Parlamento e ao mausoléu do Aiatolá Khomeini.

Em declaração, a Guarda Revolucionária iraniana afirmou ser muito "significativa" a ocorrência do ataque "pouco depois do encontro do Presidente dos Estados Unidos com os líderes de Estados que [...] sempre apoiaram o terrorismo", referindo-se claramente, mesmo sem citar nomes, à Arábia Saudita.

Dina Esfandiary, pesquisadora junto ao departamento de estudos de guerra do King's College de Londres, avalia que o Estado Islâmico está intensificando sua atividade em outros países porque está sendo derrotado no Iraque e na Síria. Para ela, o ataque pode até mesmo suscitar uma resposta mais autoritária de alguns grupos no país, mas não vai incentivar o governo iraniano a se dedicar mais ao confronto. A pesquisadora afirma que, no Irã, a intervenção na Síria é muito impopular, tanto por não beneficiar o país quanto por resultar em tantas mortes de soldados iranianos.

Por fim, o Acordo de Paris, a saída dos Estados Unidos.

Foi generalizada a condenação internacional da decisão do Presidente americano de abandonar o Acordo do Clima, assinado em Paris, em dezembro de 2015. A Chanceler Angela Merkel definiu a atitude como "extremamente lamentável", acrescentando que "nada vai parar aqueles que apoiaram o Acordo". Trump alegou que o acordo "punia" os Estados Unidos e custaria milhões de empregos em seu país, ao reafirmar: "Fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, não de Paris."

A crítica que mais repercutiu na imprensa internacional foi a do Presidente da França, Emmanuel Macron. Ele iniciou seu discurso em francês, mas logo mudou para o inglês (a primeira vez na história que um Presidente francês fez um discurso em inglês no Palácio do Eliseu), e dirigiu-se diretamente a Trump ao fazer blague de seu slogan de campanha *Make America Great Again*, trocando a frase para *Make Our Planet Great Again*, acrescentando que, na questão do clima, não há plano B, porque não há um planeta B. "Esse é um erro tanto para os Estados Unidos quanto para o nosso Planeta" – ressaltou Macron.

Enquanto a decisão do Presidente Donald Trump enfurecia a comunidade internacional e frustrava funcionários da Casa Branca favoráveis ao pacto, havia forças formidáveis dentro da administração em favor da medida.

O ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg enviou, na segunda-feira, uma declaração às Nações Unidas dizendo que mais de mil governadores, prefeitos, empresas e universidades dos Estados Unidos continuarão a cumprir os objetivos do Acordo de Paris abandonado pelo Presidente.

Os 12 estados norte-americanos que geram mais de um terço do Produto Interno Bruto, além de 187 cidades americanas, comprometeram-se até 2025 a reduzir suas emissões em 26% a 28% abaixo dos níveis de 2005, como o país prometeu no governo de Barack Obama. No entanto, por mais desejável que isso seja, não substitui um compromisso do país, Estados Unidos, como argumenta o ex-Secretário do Tesouro, Hank Paulson.

Os Estados Unidos são o maior emissor mundial de dióxido de carbono – sempre é bom lembrar. Suas emissões são 50% maiores do que as da União Europeia e suas emissões *per capita* são duas vezes maiores do que as do bloco desses países ou do que as japonesas.

Destacou o colunista Martin Wolf, do *Financial Times*, que, longe de serem explorados por outros, como sugeriu Trump, os Estados Unidos emitem exorbitantemente. A cooperação americana não é uma condição suficiente para a gestão dos riscos climáticos, mas é necessária. Esse repúdio não é uma questão risível.

Disse Martin Wolf também que "os Estados Unidos não podem se tornar grandes rejeitando suas responsabilidades mundiais e abraçando o carvão". Para ele, essa é uma atitude não civilizada, e, na sua opinião, o apelo à irracionalidade, xenofobia e ressentimentos é assustador. O mundo precisa lutar confiando que os americanos, mais uma vez, serão tocados pelas palavras de seus ancestrais.

E, com uma nota extremamente curiosa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte condenou o Presidente Trump pela saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, classificando essa saída como uma "decisão míope e estúpida".

O comunicado publicado nesta terça-feira em Pyongyang pela agência estatal de notícias da Coreia do Norte, atribuído a um porta-voz não identificado no Ministério, disse que "o aquecimento



global é um dos mais graves desafios que a humanidade enfrenta hoje" e elogiou o Acordo de Paris por sua tentativa de interrompê-lo. O mesmo porta-voz atribuiu a decisão do governo norte-americano à política de Trump de *America First* e à ignorância – aspas – “do fato de que a proteção do ambiente global é do seu próprio interesse” – fecho aspas.

Agradeço, mais uma vez, a presença entre nós de S. Ex^a o Embaixador do Peru no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Hoje teremos na nossa pauta a apreciação e a deliberação sobre um importante acordo entre o nosso País e o país amigo Peru, aqui tão bem representado na figura de S. Ex^a o Sr. Embaixador.

Iniciando a pauta...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – É uma sugestão.

Há umas quatro reuniões, eu fiz uma manifestação de cumprimento à Presidência da Comissão por esses relatos que começam todas as quintas-feiras às 9h em ponto. Se chegar às 9h e três segundos, já chegou atrasado; começa às 9h em ponto. Eu cheguei às 9h08. Daqui para frente, vão começar a chegar os Senadores.

Mas a súmula que V. Ex^a prepara é preciosa e deve consumir de V. Ex^a e de sua assessoria um bom tempo. Eu acho que essa súmula traduz os fatos que são marcantes na diplomacia internacional ao longo da semana, e eles têm de ser objeto de reflexão e de conhecimento. Eu quero sugerir que isso produza – não custa nada – um boletim impresso para ser distribuído a cada reunião.

Se o mundo estivesse em paz, se o Brexit não fosse notícia no Bom Dia Brasil, dos jornais inteiros, se a eleição do Macron não fosse um fato que despertasse a atenção da Europa e do mundo, se a beligerância do Presidente da Coreia – que, curiosamente, manifesta uma opinião que causa espécie. Logo quem, logo quem dizer que a atitude do Presidente Trump causa vexame internacional! São coisas que merecem apreciação. Se o mundo não estivesse, como está, conturbado e cheio de questionamentos dentro de cada país, a discussão em torno das manifestações, das opiniões e das atitudes do Presidente Trump seria um fator permanente de preocupação internacional. É incrível! Não é porque a França está preocupada com seus problemas; a Inglaterra está preocupada com seus problemas; a Alemanha, com os seus problemas; o Brasil nem se fala; a Argentina nem se fala; o Japão; a Coreia; enfim o mundo inteiro, assim como a China. Os países estão voltados para si próprios.

Agora, essa reflexão que V. Ex^a traz à consideração da Comissão com esses tópicos que são muito apresentados e devem ser de muito boa fonte, de muita boa origem, fidedigna, eu acho que eles merecem... Eles são singulares. Não há Comissão nenhuma que faça isso, nem a Comissão de Assuntos Sociais, nem a de Assuntos Econômicos fazem uma súmula de assuntos internacionais, quer inclua o Brasil, quer não inclua o Brasil. Mas uma notícia do panorama internacional, eu acho que é elemento de formação até de opinião dos Senadores. É importante que V. Ex^a leia e que não fique só para a televisão, que fique distribuído para todos os Senadores, além dos membros da Comissão.

Eu quero fazer essa sugestão para que essa súmula, que deve consumir boas horas de trabalho, de compilação de dados e elementos, vá para um boletimzinho, não custa nada, um boletim de três, quatro páginas bem editado. É uma colaboração preciosa que a Comissão de Relações Exteriores pode dar à formação da consciência dos Senadores no plano internacional.

É a sugestão com os comentários que faço a V. Ex^a com os cumprimentos renovados pelo trabalho, pelo ineditismo da iniciativa e pela contribuição que pode dar à formação da opinião dos Senadores com relação ao contexto internacional das nações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Agripino, pelas suas palavras sempre generosas em relação os trabalhos desta Comissão, da qual V. Ex^a é um dos mais ilustres integrantes.

A sua sugestão eu acolho de pronto e indagaria apenas se a sua ideia é de que seja distribuída aos integrantes desta Comissão ou ao conjunto dos Senadores?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Aos Senadores todos. Eu acho que são informações preciosas e muito atuais, são coisas que interessam.



Senador Fernando Collor, as atitudes aqui comentadas pelo Presidente Donald Trump com correlação ao Qatar, com relação a Clube de Paris são preciosas. As posições da Angela Merkel com o Macron, que a Premiê britânica possa emitir, que o Primeiro-Ministro do Japão... São coisas que interessam até à própria reflexão nacional.

Então, eu acho que deve ser distribuída ao conjunto dos 81 Senadores. É claro que o debate nasce aqui, mas não é propriedade dos membros da Comissão de Relações Exteriores, é para ser de domínio do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador José Agripino. Eu apenas não sei se seria pedir muito de V. Ex^a, mas, como extrapola os limites desta Comissão, se V. Ex^a pudesse fazer a gentileza de apresentar um requerimento neste sentido, pedindo que uma súmula desses comunicados que são apresentados na Comissão de Relações Exteriores seja distribuída para todos os Senadores, para não parecer que seja a Comissão de Relações Exteriores querendo avançar um pouco em outras áreas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Eu farei requerimento à Mesa Diretora do Senado,

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não, pode fazer agora, aqui, à Presidência desta Comissão, solicitando...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Se a Secretaria da Mesa puder me ajudar na...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Na feitura do requerimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... na feitura do requerimento, já posso fazer, apresentar e V. Ex^a poderia colocar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... a voto ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Hoje, ainda hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Posso fazer também, até para... E vou dar conhecimento da iniciativa no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ótimo. Eu ficaria muito grato a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Muito obrigado, mais uma vez, pelas suas palavras.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero me acostar às palavras do Senador Agripino. Acho da maior importância que esse resumo que V. Ex^a faz tão competentemente ao início das reuniões da Comissão de Relações Exteriores...

Eu quero aqui, Senador Agripino, dizer que já tive o momento de aprender com o Presidente Collor em várias comissões e a postura de S. Ex^a sempre foi essa. Quando estava na Comissão de Infraestrutura, ele iniciava a reunião fazendo um resumo da questão da infraestrutura no nosso País.

É, como disse o Senador Agripino, um momento importante porque, ao darmos conhecimento a todos os Senadores, nós vamos poder formar opinião, como disse o Senador Agripino, em relação a esse turbilhão que está acontecendo no mundo todo – onde a gente foca a vista, nós temos um problema. E é importante que os Senadores todos, não só aqueles que participam da Comissão de Relações Exteriores, mas todos nós tenhamos a possibilidade de termos essa súmula que nos é transmitida todas as quintas-feiras.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, da mesma forma, a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, pelas suas palavras gentis e estimuladoras. E nós estaremos, dentro em breve, portanto, apreciando o requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador José Agripino. Se V. Ex^a também puder subscrever, nós ficaremos muito satisfeitos.

Muito obrigado.

Iniciando a pauta da sessão de hoje, primeira parte, indicações de autoridades.

ITEM 1 MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2017



- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 01/06/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Relatoria *ad hoc* de S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O segundo item.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUCIANO HELMOLD MACIEIRA,

Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 01/06/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Relatoria *ad hoc* de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria, antes de fazer o convite, para tomarem assento à Mesa, aos Srs. Embaixadores indicados, de, mais uma vez, agradecer a presença de S. Exª o Embaixador Vicente Rojas Escalante, Embaixador do Peru creditado junto ao Governo brasileiro. Muito obrigado a S. Exª, mais uma vez, por sua presença.

Agradeço a presença do Senador Hugo Napoleão, que brilhou esta Casa durante vários e vários anos e a cada vez em que a ela torna nos dá uma alegria inaudita. Muito obrigado pelo prestígio de sua presença na reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual o senhor fez parte e a presidiu de uma forma elogiada por todos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

Agradeço também a presença do Embaixador Maurício Lyrio, Assessor da Secretaria-Geral do Itamaraty, indicado para a Embaixada do Brasil no México; e o Sr. Iván Rodríguez Benzaquen, Primeiro-Secretário da Embaixada do Peru.

Convido, para que tomem assento à mesa, a indicada, Srª Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, e o indicado, Embaixador Luciano Helmold Macieira. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana.

Então, passo a palavra, para sua exposição, ao Embaixador Luciano Macieira. O Embaixador Luciano Macieira tem uma particularidade que diz respeito um pouco a nós todos, Senadores que tanto elogiamos os nossos consultores legislativos. O pai do Sr. Embaixador foi funcionário desta Casa e consultor legislativo durante 35 anos. Agora, eu imagino a emoção dele de estar aqui, no Senado,



tendo acompanhado, ao longo dos anos, o trabalho que seu pai, em nível de excelência, prestou aos Senadores, no período em que aqui esteve.

Nós Senadores sabemos do quanto dependemos dos nossos consultores legislativos e da capacidade que os nossos consultores têm. Realmente é um grupo de pessoas de extrema qualificação profissional e de um espírito de carreira de Estado. Portanto, peço licença para dizer isso, Sr. Embaixador, e dizer da alegria de tê-lo aqui, hoje, sendo sabatinado pelos integrantes desta Comissão.

Tem o Embaixador a palavra, por um período de quinze minutos.

O SR. LUCIANO HELMOLD MACIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras amáveis nessa pequena homenagem ao meu pai. Realmente, seria uma grande emoção se ele pudesse estar aqui, hoje, presente nesta reunião de sabatina.

Bom dia a todos os Srs. Senadores e às Sras. Senadoras. Não há Senadoras no momento. É com grande honra que compareço a esta reunião que aprecia a proposta de submissão do meu nome para a Embaixada em Belize. Agradeço a confiança em mim depositada com essa indicação e espero estar à altura e honrar plenamente essa confiança no meu trabalho em Belize, caso efetivamente essa indicação venha a ser aprovada por esta Casa.

Agradeço o trabalho do Senador Valdir Raupp, que relatou a indicação, e igualmente o trabalho do Relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro.

Ingressei no Itamaraty em 1984. Tenho, portanto, quase 33 anos de experiência dedicada ao serviço público na Casa, sempre no Itamaraty. Tive experiências na área cultural, na área consular, na área econômica. Atualmente, trabalho na Embaixada na Bélgica, bilateral. Trabalhei no Consulado do Brasil em Barcelona. Trabalhei na Embaixada do Brasil no Marrocos, em Rabat. E trabalhei também na Missão do Brasil junto à União Europeia, em uma experiência econômica. A minha experiência, portanto, é relativamente variada, e espero que ela seja, naturalmente, útil para o trabalho que eu venha a desempenhar em Belize.

Belize é um país jovem, ficou independente em 1981 – um dos mais jovens países do mundo. É um país pequeno, com uma população de aproximadamente 350 mil pessoas, com um Produto Interno de US\$1,8 bilhão. Portanto, é uma economia ainda muito incipiente; é uma sociedade ainda em consolidação. É um país que depende bastante da ajuda externa ainda e um país, por outro lado, viável, porque tem abundância de terras aráveis, tem uma pequena produção de petróleo – ainda há uma expectativa de que essa produção possa ser ampliada. Portanto, é um país viável, mas que, naturalmente, ainda está naquele estágio de consolidação das suas instituições.

Belize tem uma tradição antiga de *self government*. Embora só tenha ficado independente em 1981, desde o período ainda colonial, quando se chamava Honduras Britânicas, desde 1853, tinha uma tradição já de eleições regulares. Portanto, é um país dentro de uma tradição democrática, que foi naturalmente mantida, vem sendo respeitada. Temos eleições regulares. O atual Primeiro-Ministro foi eleito em 2015. Temos eleições previstas para 2020. Portanto, é um país que funciona dentro de uma normalidade democrática, o que é sempre muito apreciado.

De fato, a independência de Belize foi toda ela negociada em fóruns políticos, porque o país tem uma grande questão ainda pendente que é justamente o seu território. Há uma questão pendente, hoje mais ou menos bem encaminhada, mas ainda não completamente resolvida, com a Guatemala, que é o seu vizinho a oeste. A questão deriva do processo histórico.

Para contextualizar um pouco, Belize nasce como sociedade a partir da ocupação da sua costa por piratas, bucaneiros, que utilizavam o território como base para fustigar as naves, enfim, os navios, as naus espanholas. Na época, havia uma grande rivalidade – rivalidade bélica mesmo – entre Inglaterra e Espanha. Então, a partir do território belizenho, os piratas fustigavam as naus espanholas.

Mas, aos poucos, essa atividade foi cedendo espaço à própria consolidação de um assentamento, um povoamento de ingleses que passaram a explorar madeiras – basicamente *logwood*, uma madeira chamada campeche, da qual se extraía uma tintura. Nessa época, essas tinturas – o pau-brasil também servia para isso – tinham um grande valor para a produção de têxteis. Então, aos poucos, essa ocupação da costa foi passando de uma atividade de pirataria para uma atividade produtiva, de extração de madeiras.

Essa região estava na franja do império colonial espanhol, e nunca houve propriamente uma definição da linha divisória entre os interesses ingleses e os interesses da Coroa Espanhola. Quando



começou o esfacelamento do império colonial espanhol nas Américas, entre 1819 e 1821, os acordos deram lugar à criação, à definição, primeiro, da Confederação Centro-Americana, que durou até 1839, quando também ela se desfez e deu origem aos diversos países centro-americanos... Mas a delimitação do território de Belize sempre ficou pendente de uma confirmação.

Então, essa questão territorial persistiu até o século XX, e até agora, já no século XXI, ainda não está completamente resolvida. A ONU aprovou uma moção, uma resolução exortando ao reconhecimento do direito de autodeterminação de Belize, e havia um acordo chamado *Heads of Agreement*, que previa diversos tópicos, mas a expectativa era de que este *Heads of Agreement* fosse concluído antes ou, pelo menos, juntamente com o processo de reconhecimento da autodeterminação de Belize. No entanto, esse acordo já entre o Reino Unido e a Guatemala nunca foi concluído, de modo que a independência veio, e ficou pendente essa questão do acordo de reconhecimento de fronteiras.

Não obstante, as relações entre Guatemala e Belize progressivamente evoluíram. A Guatemala é um dos países que reconhece Belize. Aliás, hoje, Belize é parte da ONU, é parte de quase uma cinquentena de organismos e acordos internacionais, é um país de forte atuação internacional, e a Guatemala, portanto, o reconhece. Enfim, já há uma normalidade em relações. É um dos países que mantém embaixada residente em Belize.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, sem querer interromper... Desculpem-me, Embaixador Luciano e Embaixadora Maria Edileuza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É que os Senadores que têm presença necessária em várias comissões estão desejando depositar o voto. Se V. Ex^a concordasse em abrir o painel, até por respeito ao Embaixador Luciano e à Embaixadora Edileuza, seria conveniente. É um apelo que faço a V. Ex^a.

Desculpe-me, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Ex^a o Senador José Agripino faz a solicitação de colocar à deliberação do Plenário a abertura do painel, a abertura do processo de votação.

As S^{rs} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com que já iniciemos agora o processo de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria desta Comissão que providencie a abertura do painel, essa parafernália eletrônica, para que nós Senadores possamos já fazer valer o voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passo a palavra novamente ao Embaixador Luciano Macieira, para complementar a sua explanação.

O SR. LUCIANO HELMOLD MACIEIRA – Obrigado, Presidente.

Concluindo agora apenas com uma breve apreciação das relações bilaterais, a característica básica, a vertente principal da relação do Brasil com Belize será sempre a da cooperação, pelo menos em curto e médio prazo. É um país onde a cooperação brasileira é muito valiosa, seria muito valiosa, justamente porque é um país que tem suas carências, ao qual o Brasil poderia suprir valiosos esforços, valiosos meios de formação de quadros em projetos em áreas diversas, como, por exemplo, na agricultura, onde justamente eles têm um potencial importante na produção de cana. Eles têm uma produção de cana importante; hoje, é a segunda ou a primeira, variando com o petróleo. Eles têm uma produção importante, que pode vir a se beneficiar da *expertise* brasileira, reconhecida mundialmente.

Há outras áreas possíveis de cooperação, como o oferecimento de bolsas. Venho de uma experiência de ter trabalhado com temas africanos. Tenho alguma experiência em temas de cooperação e vejo como isso pode fazer diferença para essas sociedades. É uma cooperação valiosa que o Brasil oferece, com bolsas nos programas PEC-G e PEC-PG, com outras formações, com estágios na Embrapa. Enfim, há um vasto número de iniciativas que podem vir a ser exploradas. Eu espero, sendo confirmada a oportunidade, vir a investir nessas perspectivas.



Dada a minha experiência também em temas culturais, espero ter, numa eventual missão no país, a oportunidade de ampliar a presença e a visibilidade do Brasil nas atividades culturais. É uma área da qual eu gosto: a diplomacia cultural. Espero poder vir a ter chances de exercê-la e de tornar o Brasil mais conhecido. É uma das coisas que está apontada no relatório do Embaixador que deixou o posto. Ele detectava justamente uma lacuna, uma ausência do Brasil, que, efetivamente, pode vir a ser bem suprida sem maiores recursos, sem maiores investimentos. É uma coisa que está ao alcance de ser feita com um pouco mais de esforço. Basicamente, é isso. Estarei à disposição para responder as perguntas que V. Ex^{as} vierem a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Luciano Helmold Macieira.

Passo a palavra, em seguida, à Sr^a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, indicada para a Unesco.

A SR^a MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Bom dia a todos.

Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente, pela delicadeza e fidalguia com que nos recebe a todos.

Srs. Senadores, cumprimento a todos muito respeitosamente. Agradeço a atenção dos senhores e gostaria de sublinhar que considero este exercício extremamente enriquecedor no processo de preparação dos Embaixadores para representarem o Brasil no exterior em defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Uma palavra muito especial ao Senador Cristovam Buarque, a quem agradeço por ter me distinguido ao atuar como meu Relator. Saiba que tê-lo como Relator é não só uma imensa honra, mas também uma grande responsabilidade, tendo presente a sua experiência acadêmica, a sua experiência profissional em grandes temas de interesse da Unesco, inclusive a sua atuação no Comitê Gestor do Instituto da Unesco para Aprendizagem ao longo da vida. Li os seus artigos publicados nos *Courriers da Unesco*. Com isso, quero dizer que a sua profunda e vasta cultura humanística realmente faz com que eu me sinta muito orgulhosa de ter contado com a sua relatoria.

Gostaria também de registrar uma palavra especial de agradecimento ao Senador Antonio Anastasia, que atuou como Relator *ad hoc*. Não pudemos nos encontrar, mas ele teve a delicadeza de me ligar ontem e conversamos um pouco sobre o assunto.

Peço-lhes que me permitam também registrar uma palavra especial de agradecimento ao Senhor Presidente da República, que muito me honrou com a indicação de meu nome a V. Ex^{as} como candidata a ocupar o posto de Delegada Permanente do Brasil junto à Unesco, caso venha, naturalmente, a contar com a aprovação de V. Ex^{as}.

Gostaria também de registrar os meus agradecimentos ao nosso Chanceler Senador Aloysio Nunes Ferreira, bem como a seu antecessor, Senador José Serra, pela confiança que em mim depositaram.

Saúdo também muito afetuosamente meus colegas do Itamaraty aqui presentes e também amigos de longa data que me honram com sua presença nesta reunião, como o ex-Senador, ex-Governador e ex-Ministro Hugo Napoleão, um amigo muito querido.

Também saúdo a representante do escritório da Unesco em Brasília, a Sr^a Marlova Noletto.

Senhoras, senhores, creio que é sempre bom recordar que a Unesco foi concebida sob os escombros de uma devastadora guerra, a partir da percepção de que a paz tem fundamentos muito frágeis se lastreada apenas em acordos econômicos, políticos ou em alianças circunstanciais. E essa percepção já está expressa nas primeiras palavras da Constituição da Unesco, que assim afirma: "Já que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devemos erguer os baluartes da paz".

E, assim, a Unesco vem à luz, com o compromisso de promover um novo humanismo para uma cultura de paz, com base na solidariedade moral e intelectual, por meio da promoção da cooperação internacional nas áreas da educação, da cultura e da ciência.

Quando a Unesco foi fundada, ainda não havia sido cunhado o conceito de *soft power*, mas quanto mais eu conheço da agenda da Unesco, mais eu me convenço de que esse conceito é certamente tributário do nobre trabalho da Unesco no sentido de exercer influência, de firmar paradigmas através da força suave da educação, da cultura e da ciência.



Ao longo desses seus quase 72 anos de existência, a Unesco já ofereceu à comunidade internacional notáveis exemplos da sua contribuição para a criação desse novo humanismo. Ainda em 1948, a Unesco lançou campanha no sentido de tornar a educação primária, compulsória e universal. Portanto, o que hoje nos parece óbvio não era assim no pós-guerra.

A Unesco também viabilizou a elaboração de estudos científicos e antropológicos voltados para comprovar que teorias sobre superioridade racial, vigentes ainda à época da criação da Unesco, eram moralmente e cientificamente infundadas. E foi também, a partir de então, precursora no combate à discriminação de raça.

Ainda na década de 60, a Unesco lançou a campanha da Núbia, graças à qual foi possível, a partir da Unesco, a mobilização de 50 países para realocar os templos de Abu Simbel, no Egito, evitando a sua inundação pela represa de Assuã. Na sequência dessa monumental empreitada, a Unesco lançou-se na elaboração da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, que foi concluída em 1972.

A Unesco também teve um papel central na elaboração da coleção da história do mundo, que é uma valiosa obra para a correção de percepções sobre o continente africano, até então lastreadas apenas na visão do colonizador.

Ao longo das décadas, a Unesco também ampliou as suas atividades na área de comunicação e informação, onde têm destaque a promoção da liberdade de expressão e o lançamento do Programa Memória do Mundo.

Em novembro próximo nós vamos ter a realização da 39ª Conferência Geral da Unesco. É uma conferência muito importante porque deliberará sobre a eleição, a indicação do próximo Diretor-Geral da Unesco. Há nove candidatos ao cargo, e o Brasil está neste momento analisando as candidaturas, buscando conhecer melhor as plataformas desses nove candidatos, de forma a definir o seu voto.

Outro tema importante nessa próxima Conferência Geral – a Conferência Geral é o equivalente à Assembleia Geral da ONU, só que ela se realiza a cada dois anos apenas, com a participação de todos os seus 195 membros – é a questão orçamentária.

A Unesco, hoje, enfrenta uma severa crise orçamentária decorrente não só do atraso no pagamento de contribuições por parte dos seus membros, inclusive o Brasil, que tem um atraso desde o biênio de 2014/2015, mas também em decorrência da suspensão de pagamentos pelos Estados Unidos e por Israel, em função da incorporação do Estado da Palestina à organização em 2011.

Essa situação orçamentária é preocupante especialmente neste momento em que a Unesco deverá ter um papel muito importante na implementação das metas de desenvolvimento sustentável, a assim chamada Agenda 2030, acordada por todos os líderes mundiais em 2015. À Unesco caberá um papel do mais alto protagonismo na implementação, por exemplo, da Meta nº 4, relativa à educação de qualidade; da Meta nº 5, sobre a promoção da igualdade de gênero; da Meta nº 6, que trata da água e do saneamento; e da Meta nº 14, dedicada aos oceanos e à vida marinha. Todos esses temas têm lugar de grande destaque na agenda da Unesco.

Mas a situação orçamentária é preocupante muito especialmente no que diz respeito à área da educação e da cultura, porque hoje nós temos um grande número de refugiados sem acesso à educação, um grande número de jovens sem acesso à escola especialmente em zonas de conflito. Temos 760 milhões de adultos ainda analfabetos no mundo de hoje, entre os quais 60% são mulheres. Esse número representa 10% da população mundial. Pode-se considerar muito grande, mas é sempre bom lembrar que, no pós-guerra, quando a Unesco foi criada, o número de analfabetos no mundo representava 25% da população global.

Na área cultural, todos nós presenciamos estarecidos os ataques feitos ao Patrimônio em diferentes lugares. Eu me refiro à destruição de Palmira; à destruição das estátuas do Buda em Bamiyan, no Afeganistão; a outros ataques em Timbuctu, no Mali; a ataques ao Museu de Bagdá. Enfim, é uma lista bastante grande que requer uma atenção maior por parte da organização.

O Brasil é membro fundador da Unesco, esteve entre os 34 países que assinaram a sua carta constitutiva em 16 de novembro de 1945 e entre os 20 países que ratificaram a Constituição da Unesco, que colocou em vigor esse instrumento mor da fundação da organização, que se deu em 1946.

Nós projetamos na Unesco a riqueza da nossa cultura, o pluralismo da nossa sociedade, a solidez das nossas instituições, o caráter democrático e vibrante da Nação brasileira. Refletimos na Unesco o



empenho no combate à discriminação racial, na promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável com justiça social. Esses são elementos muito importantes da concepção do novo humanismo no século XXI e tendem a ter um tratamento cada vez mais importante na agenda da Unesco.

Nós, no momento, integramos também o Comitê da Diversidade Cultural, e devo dizer que também fazemos parte do Conselho Executivo da Unesco, que é composto por 58 membros, reúne-se duas vezes por ano e é o órgão diretivo principal da organização, logo abaixo da Conferência Geral. Integramos o Comitê da Diversidade Cultural, diversos outros conselhos da Unesco em temas de grande interesse para o País nas cinco áreas de atuação da Unesco: educação, ciências naturais, ciências sociais, cultura e comunicação e informação.

O Brasil tem também uma atuação de bastante destaque na Comissão Oceanográfica Intergovernamental. A Marinha brasileira e o Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolvem agenda de grande relevo nesse contexto. E temos também uma atuação destacada no âmbito do Programa Hidrológico Internacional, por meio do trabalho da Agência Nacional de Águas, que, inclusive, está encarregada da organização, em Brasília, ano que vem, do VIII Fórum Mundial da Água. Estou certa de que receber esse evento, organizar esse evento no Brasil repetirá o êxito que tivemos na organização, em 2013, do Fórum Mundial de Ciência.

A nossa agenda na Unesco é muito ampla, muito diversificada. A amplitude dessa agenda pode ser exemplificada pelo fato de que o escritório da Unesco no Brasil é a maior unidade da Unesco fora da sua sede. E nós temos na nossa agenda várias ações que serão objeto de atenção muito especial no curto prazo. Eu não serei exaustiva ao mencionar essas ações, mas, apenas a título de exemplo, eu direi que, entre essas ações, está o acompanhamento da nossa candidatura ao Comitê do Patrimônio Mundial, o acompanhamento da indicação de Paraty, do Sítio Burle Marx e do Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial e a inscrição do acervo de Carlos Gomes no Programa Memória do Mundo, entre outras ações que talvez seja cansativo enumerar neste momento.

Mas, caso eu venha a merecer a aprovação de V. Ex^{as}, tenciono pessoalmente engajar-me no sentido de ampliar a participação de brasileiros nos quadros do Secretariado da Unesco. Nós temos apenas cinco, quando poderíamos, pelo menos, dobrar essa participação, considerando não só a contribuição do Brasil e o fato de que, para a Unesco, o Brasil é um exemplo e uma referência em todas as áreas de atuação da Unesco, como também o fato de sermos o sétimo contribuinte da organização – mas temos de quitar nossas contribuições até 30 de outubro, pelo menos a parcela referente ao biênio 2014/2015.

Tenciono também dar continuidade à coordenação no âmbito do Grupo E9, que reúne os nove países mais populosos do mundo e com uma agenda dedicada a área de educação. O Brasil já é uma referência nesse grupo, e nós podemos nesse grupo também conceber várias iniciativas de cooperação sul-sul.

Darei atenção especial à defesa dos nossos interesses na negociação de uma convenção sobre o reconhecimento de títulos de educação global, uma convenção global sobre educação superior, que é um tema de muita importância para todo o universo acadêmico. Todos nós que temos, inclusive, filhos que estudaram no exterior sabemos as dificuldades que enfrentamos ao buscarmos o reconhecimento de títulos.

Também dedicarei atenção especial à indicação de personalidades brasileiras para os vários prêmios da Unesco, que homenageiam pessoas que se distinguem por sua contribuição para a paz através da educação, da cultura, do esporte e das ciências. E buscaremos priorizar na Unesco, especialmente no contexto da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, muito especificamente no que diz respeito à Meta 4, relativa à educação: a formação docente, o ensino técnico profissionalizante, a reforma curricular, o ensino e a formação em matéria de direitos humanos.

A nossa agenda é realmente muito ampla e, caso eu venha merecer a aprovação de V. Ex^{as}, pretendo aproveitar essa minha vinda a Brasília para, imediatamente, em coordenação com o Itamaraty e com o escritório da Unesco em Brasília, manter encontros no Ministério da Educação, no Ministério de Ciência e Tecnologia, no Ministério da Cultura, no IPHAN e no Ministério dos Esportes, que inicia agora uma agenda importante junto à Unesco no sentido de valorizar o nosso legado olímpico. Pretendo buscar várias outras instituições e me colocar à disposição delas para contribuir



para a implementação da nossa agenda junto à Unesco, bem como para a concepção de eventuais novas iniciativas na agenda da Unesco de interesse da sociedade brasileira.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu me coloco à disposição dos senhores para complementar quaisquer áreas ou quaisquer temas que o tempo não me permitiu aprofundar nesta primeira apresentação.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado à Srª Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, indicada para a Unesco.

Há Senadores inscritos para fazer arguições aos sabatinados. Primeiro Senador inscrito, S. Exª o Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, sempre digo que essas nossas sabatinas são pontos dos mais agradáveis que nós temos no nosso trabalho do Senado, especialmente quando o Presidente traz essas falas iniciais sobre a situação que nós enfrentamos no mundo. Eu, por estar chegando atrasado, ouvi pela Rádio.

Gostaria de, antes de fazer as perguntas, fazer um comentário sobre um dos itens em que o senhor tocou, sobre essa crise que está havendo no Golfo Pérsico. Eu quero falar nisso porque eu tenho relações pessoais para mostrar interesse e também brasileiras.

A primeira coisa a dizer é que eu tenho uma relação muito próxima, não com o Qatar, mas com o Bahrein, que é um dos que rompeu relações. Mas a minha posição é de que o Qatar precisa ser respeitado de uma maneira mais cuidadosa pelo Brasil, e vou falar isso.

Minha relação com o Bahrein é porque, já por duas vezes, o Rei Hamad al Khalifa me coloca no júri que escolhe quem vai vencer um prêmio que ele oferece, a cada dois anos, para uma personalidade mundial que tenha dado uma grande contribuição à humanidade. É um prêmio de US\$1 milhão, quase o valor do Nobel. E eu já tive essa oportunidade duas vezes – aliás, só eu e outro tivemos duas vezes; os outros, uma vez. Não terei a terceira, provavelmente. Mas esse respeito que ele teve, indicado por algumas pessoas – claro, ele não me conhecia –, cria em mim uma relação. Creio que seis vezes fui ao processo de seleção de quem recebe esse prêmio, que não é um prêmio pequeno.

Mas, ao mesmo tempo, a relação com o Qatar – que não tem essa proximidade, que não conheço, de que nunca recebi nenhum, vamos dizer, reconhecimento desse tipo – exige que a gente pense um pouco. Primeiro, o Qatar talvez seja o único país do mundo, dos produtores de petróleo, que está há 20 anos trabalhando para substituir a energia do petróleo pela energia da inteligência. Eles sabem que o petróleo vai acabar, e o gás – eles têm mais gás. Sabem que vai acabar o gás, e estão se preparando.

Criaram uma cidade universitária onde há as universidades melhores do mundo; cada uma colocou um prédio onde funciona o *campus* daquela universidade. Tudo num processo, em que, dentro de alguns anos mais, aquilo vai virar uma universidade nacional. É um fenômeno que só um país com muito, muito dinheiro é capaz de fazer. Mas estão aplicando bem o dinheiro. E isso daí merece que a gente reflita pela inspiração que vem de um país que só tem como riqueza um pouco da história nova e o combustível fóssil, e que está aplicando para isso.

Além disso, a cada ano – e nisso aí, sim, eu já estive duas vezes –, ele faz um encontro para discutir inovação e educação no mundo. O encontro chama-se Wise e deve ser em dezembro. É um encontro com centenas de pessoas convidadas do mundo inteiro, para discutir. E daí saíram coisas muito importantes – que um dia, Senador, poderei até lhe passar – para a educação no mundo inteiro. Eles investem. Inclusive no Brasil, havia programas, até muito pouco tempo, voltados para a educação, no Rio de Janeiro, entre grupos indígenas. Colocam dinheiro no Brasil.

Terceiro, é um país de todos esses com quem temos uma relação muito forte em termos de pessoas. Com a Arábia Saudita, temos mais comércio, mas são dezenas de milhares de brasileiros. Por exemplo, poucos sabem que a empresa Qatar Airways, que é uma das maiores do mundo, tem como um dos maiores grupos nacionais o brasileiro. São centenas de pilotos, aeromoças, mecânicos – centenas!

A Fundação Qatar teve como seu executivo um brasileiro, que foi o segundo da Unesco durante muito tempo, que foi o Prof. Márcio Barbosa. Era o segundo da Fundação Qatar – essa que a gente vê



na camisa do Barcelona, que é uma fundação que está no mundo inteiro –, e era um brasileiro. Hoje, não é o principal, mas é o segundo ou terceiro. É um brasileiro, aliás, de Brasília.

Então, nós temos relações que nos forcem a olhar com certo cuidado para as coisas que estão acontecendo ali.

Além disso, o senhor falou nas relações de que estão sendo acusados com o terrorismo islâmico. Na verdade, relação islâmica – como o senhor citou, no terrorismo – todos esses países têm. É natural. Como nós temos relações com todos os católicos do mundo.

No que se refere a financiar terrorismo, acho que ninguém pode colocar a mão por ninguém, ali. Então, eu não vou aqui dar salvo-conduto para nenhum desses países. E qualquer que seja a relação com o terrorismo, deve ser denunciada, criticada e cortada. Mas os outros também têm. Ali são brigas entre grupos diferentes com o mesmo tamanho de sectarismo. Não esqueça o que aconteceu no Irã, que o senhor também citou hoje. O Irã já acusou a Arábia Saudita de estar por trás daquilo, financiando. São os sunitas e os xiitas, de um lado e do outro.

Eu creio que o Brasil deveria ter uma preocupação e uma atenção especial. Nós temos uma relação muito grande com toda aquela região. Com o Qatar é pessoal, de gente; com a Arábia Saudita, no tamanho dos negócios – deve ser um dos maiores importadores de frango do Brasil. Então, valeria a pena nós conversamos com o Ministro para saber o que o Governo brasileiro está pensando. O mundo inteiro está se manifestando sobre isso.

Volto a insistir que, por um lado, a relação pessoal ali eu tenho mais com o Bahrein. Mas, do ponto de vista de respeito ao trabalho que eles fazem pela educação, a estratégia de rumo para substituir o petróleo pela inteligência – é assim mesmo que eles dizem –, eu tenho com o Qatar. E a briga entre eles não interessa, a meu ver, a ninguém.

Por isso, eu queria, antes de fazer a minha participação na sabatina, chamar atenção para que não estive presente, mas sou admirador da sua fala inicial. Acho que é uma boa coisa. Até brinco com as pessoas dizendo que é uma espécie de discurso sobre o estado do mundo, feito a partir da sua cadeira de Presidente.

Fica isso dito e à disposição para conversarmos um pouco, talvez com o próprio Ministro, sobre o assunto, dentro das possibilidades e do tamanho do Brasil, porque, se não podemos fazer nada, pelo menos não erremos. Às vezes, em Diplomacia, não errar tem um valor tão grande quando acertar. A Diplomacia joga muito como o goleiro, que o que tem de fazer é não errar; quem acerta é artilheiro. Os Estados Unidos deveriam estar acertando, mas, lamentavelmente, têm um artilheiro que só está tropeçando e errando, chutando errado. No Brasil, não precisamos ficar pensando em sermos artilheiros em problemas do mundo. Devemos ter consciência da nossa dimensão. Mas, pelo menos, façamos aquilo que Rio Branco, a meu ver, foi quem começou, e o Brasil, graças a pessoas como ele, assim tem feito, ao longo da história. Erramos muito pouco. O Brasil, em política externa, tem uma tradição de não errar. Às vezes até irrita, porque parece que nossos diplomatas jogam de goleiro sempre. Mas é uma posição correta para a Diplomacia.

No que se refere à sabatina, primeiro, quero repetir aqui o que eu sempre falo: um País como o Brasil deve procurar ter embaixadas em todas as partes. Muita gente diz que a gente só deve ter embaixada em país onde há grande comércio. Diplomata não é caixeiro-viajante. Diplomata é representante da Bandeira, da cultura, da história do povo. Por isso, só colocar a Bandeira em Belize justifica, Embaixador. Além disso, é um voto nas Nações Unidas quando nós precisarmos. É ali o Embaixador que consegue a influência para amanhã termos posição sobre qualquer problema, como precisamos ter sobre todos os problemas.

Quero dizer que tenho uma frustração por nunca ter ido a Belize, embora tenha morado dois anos em Honduras, pertinho. Mas eu sou um tanto maníaco pelo trabalho e não consegui, no fim de semana... E olha que eu era bastante jovem então. De repente é a chance.

Mas eu queria só perguntar uma coisa, se o senhor tiver informações: por que o governo antecipou as eleições para primeiro-ministro lá? E, a meu ver, ganhou as eleições. Fez, um ano ou dois antes, o gesto que a Primeira-Ministra do Reino Unido está fazendo agora, e deu certo. Ao mesmo tempo, isso é para lembrar o Brasil de que talvez seja hora de a gente pensar aquilo que sempre fui contra, o parlamentarismo. Pelo menos eu já me dou o direito hoje de pensar se não é uma alternativa. Em uma crise, a gente consegue sair com uma eleição simples, sem a complexidade de romper



mandato de presidente, que é uma coisa sagrada na história, embora haja a margem de podermos ferir a Constituição sem destruí-la. Então, é esta a pergunta: o que houve?

Quanto à Unesco, eu gostaria era de ter muitas conversas com a nossa Embaixadora, porque insisto e já tentei até influenciar na ideia de que a crise que nós vivemos no mundo – eu creio que tive, uma vez, uma conversa com o Presidente Collor, no meu gabinete, e eu trouxe esse assunto –; tenho a impressão de que a crise que nós vivemos, Medeiros, hoje, é mais por falta de bons filósofos do que por sobra de maus políticos. Até porque, sem filosofia, é muito difícil ser bom político. Sem um rumo, é difícil fazer coesão no País, e político faz a coesão. A gente está sem coesão hoje, por maus políticos, e me incluo, sou um deles.

Nós somos também quem constrói o rumo, mas quem imagina o rumo está antes de nós, é quem reflete, quem pensa. Seja pelo lado da esquerda, seja pelo lado da direita, estamos carentes. E aí é que a Unesco não está sendo usada internacionalmente com o poder que ela deveria ter hoje para pensar, não para declarar guerra. Como a senhora mesma disse, a gente precisa de Unesco é para que não haja guerra, mudando a mentalidade. Hoje a crise é de mentalidade, e a Unesco é a única instituição das Nações Unidas cuja finalidade é influir na mentalidade, no pensamento. As outras influem no comércio, no trabalho, na guerra; a Unesco é da reflexão.

Não sou otimista de que vamos conseguir isso nos próximos anos, porque tem havido certo descaso internacional, sobretudo pela posição dos Estados Unidos. Mas, de qualquer maneira, é lá, Embaixadora, que talvez esteja o melhor lugar para estar quem quiser pensar o futuro do mundo. Não é em Nova York, onde está a sede das Nações Unidas; não é em Genebra, onde está a Organização Mundial do Comércio; deveria ser lá.

Eu fico feliz de ter uma mulher substituindo uma mulher como nossa representante na Unesco. E a senhora vai substituir uma grande embaixadora, que nós temos ainda e vai agora para a Irlanda.

Mas as minhas perguntas simples, sugestões, são no seguinte sentido: primeiro, se o Governo brasileiro já está pensando em tomar posição em relação a algum dos candidatos a diretor-geral da Unesco. Nós temos hoje uma lista muito grande de candidatos, inclusive um do Qatar, que eu conheço – mas agora vai ficar difícil, pois nem a região vai se unir em torno dele –, um grande intelectual do Qatar. Grande intelectual! Mas temos um chinês, que tem a força da China e que é um funcionário de longo tempo lá na Unesco. Eu quero saber se o Governo brasileiro já está pensando em tomar posição.

Segundo, pergunto como vai se desenvolver, daqui para frente, algo que mais dificulta o funcionamento da Unesco – que foi um gesto certo, mas eu próprio às vezes me pergunto se foi no momento certo –, que foi a forma de trazer a Palestina para dentro das Nações Unidas, com isso excluindo os Estados Unidos e Israel. Como está sendo trabalhado na Unesco – se a senhora tem conhecimento, pois não está lá ainda – o desdobramento e como vamos trabalhar para que, obviamente, se garanta o lugar da Palestina, mas sem perder a influência desses outros países tão importantes?

Aqui, uma coisa mais concreta: pergunto se a senhora está a par da chance de Brasília conseguir ter uma posição na Rede de Cidades Criativas, que a Unesco está patrocinando. Brasília está interessada em fazer parte disso.

Finalmente, há duas sugestões que eu gostaria de dar para a senhora levar para lá. Uma eu já falei até com dois dos candidatos a diretor da Unesco, que é – eu acho que o Presidente Collor podia ajudar e acho que ele tem interesse –, a partir da Unesco, tentarmos criar um movimento mundial para garantir bolsas de estudos para jovens refugiados. Eu já tentei para crianças, com apoio onde elas estão; é mais difícil. Mas, por exemplo, o Brasil pode oferecer bolsas de estudos para sudaneses, sírios. Nós estamos conseguindo que eles venham para cá e arranjem emprego, mas por que não bolsas de estudos – e aqui estou falando de jovens, já universitários, que saem dos seus países e abandonam os seus estudos? Poderíamos trazer; não custa muito. E não seria o caso de a Unesco pagar, mas a Unesco seria uma espécie de animadora desse programa. Eu gostaria de dar essa sugestão.

E a outra sugestão, que também já tentei há algum tempo, é criarmos o Movimento Parlamentares sem Fronteiras pela Defesa do Patrimônio Histórico da Humanidade. O Patrimônio Histórico da Humanidade é uma coisa da Unesco, e ele está sendo destruído – a senhora mesma falou de Palmira. Nós precisamos criar um movimento de Parlamentares que possa defender esses Patrimônios, de maneira que, onde houver uma guerra em que se destrua um Patrimônio, como foi o



caso de parte de Palmira, nós possamos ter uma voz que fale. Nós já temos hoje o Movimento Parlamentares sem Fronteiras pelos Direitos das Crianças. Eu gostaria de ver se a Unesco se interessaria.

Tudo isso são apenas sugestões, Embaixadora. E digo aqui – repito – que fico satisfeito de tê-la como nossa Embaixadora no órgão que eu considero o que mais poderia construir, neste momento de perplexidade mundial, de falta de filósofos bons e de sobra de políticos ruins. Isso acontece não só no Brasil; é um fenômeno que se espalhou. E insisto que isso ocorre por falta de rumos filosóficos, de concepções, que nós não temos hoje.

Parabéns aos Embaixadores e parabéns ao Governo brasileiro, que vem repetindo essa tradição de enviar sempre diplomatas de carreira para ocuparem as funções de nossos representantes.

Parabéns aos dois, parabéns ao Brasil e parabéns ao Senador Collor, que, muito rapidamente, trouxe a sabatina para o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, Senador inscrito para fazer as perguntas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar os colegas Senadores e, especialmente, a Embaixadora e o Embaixador que hoje estão sendo sabatinados. Ontem, tive a oportunidade de conversar um pouco com eles. São muito importantes e eu valorizo muito estes momentos que temos aqui. E, hoje, especialmente – com todo o respeito pelo Senador Luciano Macieira –, temos uma indicação para a Unesco, que traz outros elementos além da representação do Brasil nesse órgão. Por isso, talvez, o Senador Cristovam tenha se alongado. Ele é profundo conhecedor do tema. Mas acho que isso qualifica ainda mais esta sabatina, esta audiência que estamos fazendo aqui.

Eu queria, antes de tudo, cumprimentá-lo também pela leitura, pelo relatório, que faz sempre, do cenário mundial. Hoje, de maneira muito especial, falou do que estamos vivendo no mundo, dos atentados que se repetem, inclusive, na Inglaterra, influenciando o resultado da eleição, que será feita hoje, por acaso; falou também da situação, como o Senador Cristovam trouxe, do Oriente Médio, que pegou todos nós de surpresa; e houve esse episódio da semana passada, que nós debatemos aqui, da posição do Governo americano de ruptura com o mais importante acordo mundial assinado até hoje. Houve outros importantes acordos, mas esse ganhou uma dimensão global. Até mesmo V. Ex^a, apropriadamente, fez um relato.

A Coreia do Norte fez uma crítica à posição do Governo do Presidente dos Estados Unidos, o que mostra claramente o isolamento dele, inclusive, em relação ao seu próprio país. O que me deixou mais surpreso, Sr. Presidente, foi que a reação mais forte veio de dentro dos Estados Unidos: dos governadores, dos prefeitos, da sociedade civil e dos grandes empresários. As grandes corporações, inclusive aquelas que trabalham com combustível fóssil e que já estão buscando novas tecnologias, reagiram fortemente.

Ontem, participei de um encontro na Câmara dos Deputados com o grupo parlamentar que trata da defesa do meio ambiente e que trata da questão do clima também e falei que, talvez, tenha havido um efeito contrário. Acho que é um combustível que falta para todos nós darmos uma chacoalhada na implementação do Acordo de Paris e, quem sabe, nessa posição do Governo Trump, pela reação que veio de toda parte, inclusive da China, da Europa. Enfim, acho que devemos ficar muito atentos a essa questão.

Eu queria aproveitar, mais uma vez cumprimentando a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, para fazer uma rápida referência, já que ela agora vai nos representar na Unesco, a um processo que envolve uma área de conservação, nestes tempos em que, lamentavelmente, o Congresso diminuiu o tamanho das Unidades de Conservação e em que está havendo uma reação muito forte da sociedade civil. Semana passada eu procurei o Procurador-Geral da República, fui pessoalmente entrar com representação pedindo que ele possa contestar e buscar a inconstitucionalidade do que está ocorrendo no Brasil. Está na mão do Presidente vetar ou não a redução de 600 mil hectares em Unidades de Conservação no Brasil.



Isso nunca houve, e isso acontece num momento próximo ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós nunca tivemos... V. Ex^a, Presidente Collor, inclusive, inaugurou uma fase muito importante, quando era Presidente, com a Rio 92 e com uma série de medidas que nos deram prestígio internacionalmente, mudaram a agenda do Brasil internacionalmente, porque houve uma sequência que nos permitiu chegar a reduzir o desmatamento. E agora estamos vivendo uma contramão.

Na semana que vem, graças à interferência de V. Ex^a, no dia 12 de junho nós vamos ter uma sessão à tarde no plenário do Senado na qual vamos lembrar os 25 anos da Rio 92. Eu espero que V. Ex^a presida essa sessão, que possamos ter os convidados adequados. Pela manhã, deve haver um encontro no Palácio do Planalto do fórum que trata da mudança climática, que envolve toda a sociedade civil, empresários e convidados internacionais. Na parte da tarde a ideia é que essas pessoas possam participar dessa sessão aqui no plenário do Senado Federal para lembrar os 25 anos da Rio 92 – V. Ex^a era Presidente da República –, mas também para discutir um pouco esse ambiente que temos agora, inclusive a posição do governo americano.

Trago essa informação para compartilhar com os colegas porque sei que são pertinentes à Comissão.

Mas eu queria levantar um ponto específico. Há algum tempo começou um processo tentando transformar o Parque Nacional da Serra do Divisor em Patrimônio da Humanidade, e isso se dá na Unesco, obviamente. Esse processo estava bastante adiantado, mas há pouco mais de um mês o Governo brasileiro tomou a decisão de não dar prosseguimento a ele. Eu, que estava acompanhando isso, assim como o Ministro Herman Benjamin e outras pessoas, como dirigentes de organizações não governamentais e pessoas que têm proximidade com a temática ambiental, ficamos perplexos com a posição do Governo brasileiro – ainda era Chanceler o nosso colega Senador Serra.

Tentei me informar: é que houve uma posição das Forças Armadas contra esse processo de tornar Patrimônio da Humanidade o Parque Nacional da Serra do Divisor, que fica no Acre, na divisa com o Peru, uma área muito interessante que conheço pessoalmente. Eu a estive visitando, inclusive, com o próprio Comandante do Exército, com quem vou procurar ter uma audiência. Mas o certo é que entrou na segurança nacional.

Nós estamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e eu estou trazendo o tema porque estamos aqui diante da sabatina da Embaixadora indicada para a Unesco e acredito ser esta uma oportunidade para esclarecer pelo menos o público que nos aprecia, que nos assiste. Eu tenho uma visão completamente diferente daquela que o Governo adotou ao dizer: "Nós não vamos seguir com esse processo de tornar Patrimônio da Humanidade porque isso pode significar a internacionalização de parte do Território ou pôr em risco a segurança". Mas é o contrário: por tudo o que nós sabemos, a Unesco começou a tratar de questões desse tipo, salvo engano, na década de 80 aqui no Brasil, com Ouro Preto em primeiro lugar. Então, há vários Patrimônios, inclusive cidades são Patrimônios da Humanidade, dezenas de espaços brasileiros, e isso ajuda a preservar, conservar e tornar mais brasileiro ainda, para esta e para as próximas gerações, esse Patrimônio.

Então, acho que existe aí um descompasso de entendimento porque, mesmo em se tratando de uma área que tem características muito importantes do ponto de vista da biodiversidade, é uma área realmente muito rica e endêmica, ou seja, muitas espécies ocorrem só ali, naquela região. Mas eu também, como engenheiro florestal, sei que uma Unidade de Conservação como Parque Nacional é muito adequada inclusive para aquela área, porque ela preserva – nem digo que ela conserva; ela preserva – a biodiversidade, mas ela ajuda a conservar a área – aí é um outro conceito –, permitindo o turismo, permitindo o estudo científico, permitindo a presença humana, obviamente dentro de critérios, exatamente por se tratar de uma Unidade de Conservação dessa natureza.

Houve um reclame geral de muitos cientistas, da comunidade ambientalista, que pensava na criação do parque como uma proteção a mais para essa área, porque ela ganharia uma repercussão grande, internacional inclusive, como uma área que o Brasil resolveu estabelecer ali. E o Brasil fez isso: no nosso País, essa área foi criada, Sr. Presidente Collor, em 1989, pouco antes da sua eleição, em julho, salvo engano, de 1989, no governo Sarney, uma área de quase um milhão de hectares. E ela tem características de relevo e geológicas completamente diferentes. É a única área que tem pedra no Acre, um Estado que tem 162 mil quilômetros quadrados e não tem nada de pedra, mas nessa área existe. Foi feita, inclusive, prospecção de petróleo algum tempo atrás, identificando um pouco. Então, existem



características que precisam ser conservadas. É uma tipificação, do ponto de vista conceitual, e uma unidade adequada também, porque permite o estudo, a presença, inclusive, econômica, com o turismo ecológico, mas houve esse processo.

Eu gostaria de algum comentário, porque é uma oportunidade. Eu sei que a senhora é estudiosa do assunto, e queria um comentário do que significa a transformação de uma Unidade de Conservação ou de uma cidade ou de um patrimônio em Patrimônio da Humanidade; se isso leva algum risco para o país que consegue ter esse privilégio de ver reconhecido um sítio arqueológico ou um sítio regional, territorial, como Patrimônio da Humanidade ou não, ou se isso reforça a soberania do próprio país. Esta é a minha percepção, mas acho que vir de alguém que está indo para a Unesco pode nos ajudar para que, num outro momento, possamos, quem sabe, retomar isso com ajuda do Presidente, discutindo com as autoridades, esclarecendo um pouco mais. Se há uma maneira de reforçarmos a territorialidade brasileira, o domínio brasileiro, quem sabe é pegando uma área como essa e transformando em Patrimônio da Humanidade. Ajudaria, inclusive, a recebermos recursos para conservar essa área e para o Brasil implementar programas importantes de conservação.

Eu acho da maior importância que, de alguma maneira, a gente possa ouvir algum comentário da Sr^a Embaixadora Maria Edileuza sobre esse assunto que trago.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O próximo Senador inscrito é S. Ex^a o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar a Sr^a Embaixadora Maria Edileuza e o Embaixador Luciano.

Eu queria, inicialmente, dirigir à Embaixadora uma questão que diz respeito ao tema da formação técnico-profissional. Eu acho que esse é um dos principais eixos da contribuição que a Unesco dá ao Brasil, um dos principais eixos. E sabe bem a Embaixadora que o Brasil realiza um esforço imenso para conectar, de forma cada vez mais efetiva, o ensino médio com o ensino técnico-profissional.

No entanto, nós estamos ainda muito longe de alcançar um padrão que seja compatível com o dos países mais desenvolvidos. Está aqui o nosso Prof. Cristovam. Há dados que indicam que apenas 20%, ou pouco menos de 20%, do contingente de alunos do ensino médio no Brasil, concomitantemente, fazem também a formação técnico-profissional. Por exemplo, nos países mais desenvolvidos, esse número alcança 60% – 70% no caso, por exemplo, da Alemanha. Então, temos um longo caminho, e eu creio que a Unesco tem um papel muito importante para nos ajudar a incrementar esse esforço na área da formação técnico-profissional.

Nesse sentido, eu indago como a Embaixadora vê essa possibilidade não só de cooperação, porque a Unesco é uma extraordinária plataforma de geração de projetos, de capacitação institucional através de mecanismos de treinamento, e ainda também uma plataforma de cooperação internacional, que se dá nessa interface com o setor público, mas não apenas com ele. Por exemplo, no campo da formação técnico-profissional, eu lembro que o nosso Senai é um dos centros da Unevoc, que é a unidade da Unesco voltada para a formação técnico-profissional.

Eu queria que a Embaixadora pudesse nos dizer como poderíamos incrementar essa cooperação, de modo a promover um maior esforço, o que eu considero fundamental, nesses próximos anos para que o Brasil possa ajudar a incrementar a empregabilidade dos jovens e, sobretudo, o desenvolvimento de competências, que é algo tão fundamental para o País poder crescer.

Quanto ao nosso Embaixador Luciano, eu queria saber como ele vê dois temas.

A economia de Belize vem sofrendo um processo de desaceleração nos últimos anos e também tem problemas sérios de endividamento. O setor público tem um endividamento muito expressivo e um déficit também em conta-corrente muito elevado. Nesse contexto, como ele vê a possibilidade de incrementar as nossas relações, tendo em vista também que há uma presença muito forte do México no comércio, dos próprios Estados Unidos, dos chineses? Que espaço ele identifica para que o Brasil



possa incrementar esse relacionamento comercial, que hoje é modestíssimo? Nós temos uma corrente de US\$5 milhões ou pouco mais do que isso e, portanto, precisamos incrementar essa relação.

O outro tema é o conflito de Belize com a Guatemala. A Guatemala reivindica mais de metade do território de Belize; quer dizer, é uma disputa antiga que remonta ao acordo feito com o Reino Unido na época do reconhecimento. E o fato é que isso, o não reconhecimento dessas fronteiras pela Guatemala, é um fator, evidentemente, de tensão. Como o Embaixador vê essa perspectiva de resolução desse conflito ou como imagina que o Belize possa resolver essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente Fernando Collor, Embaixador Luciano Macieira, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele, todos que nos acompanham pela TV Senado, Senadoras e Senadores presentes.

Sr. Presidente, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a sua fala inicial, tendo em vista que esse assunto tem permeado a imprensa ultimamente e, às vezes, não se fala muito disso. E é importante que, nesta Comissão – e aproveito para dizer que V. Ex^a deu um degrau a mais a esta Comissão –, tenha-se começado a tratar de grandes temas, temas realmente de importância em nível internacional, que, lógico, têm a ver com o Brasil, porque somos parte dessa aldeia global.

Eu gosto sempre de me remeter um pouco à parte histórica de certos acontecimentos, porque, de repente, a gente vê algumas pessoas escrevendo na imprensa como se fosse simplesmente uma coisa local, imediata o que está acontecendo no Qatar e na Arábia Saudita. Isso me faz lembrar de como começou a relação dos Estados Unidos ali com aquela região. Faz-me lembrar de quando Franklin Delano Roosevelt, já na cadeira de rodas, convidou Ibn Saud, em 1945, para aquele encontro histórico. Conta a lenda que Ibn Saud disse que ia levar ovelhas porque não gostava de comer comida congelada. Mas o certo é que aquilo frutificou; em um encontro rápido, eles se identificaram. Ibn Saud depois chegou a dizer que descobriu que ambos eram agricultores e que ambos eram homens doentes – Ibn Saud estava de bengala e Roosevelt, em uma cadeira de rodas. Inclusive dizem que ele presenteou o rei com uma das cadeiras de rodas dele. E ali começou uma amizade. Embora Roosevelt tenha morrido três meses depois desse encontro, o certo é que aquela amizade que ele fez com o rei frutificou, e os acordos passaram a se suceder. Lógico, isso tinha por fundo o interesse na questão do petróleo.

E volto à nossa época de agora, em que vejo que, talvez, seja o petróleo também, Senador Cristovam, por trás dessa confusão que está ali. Se a gente pegar os números, a gente vai ver que, cada vez menos, os Estados Unidos importam petróleo. Eles têm começado a ter uma extração local maior, e, se pegarmos os números, nós vamos ver que está bem menor.

Desde os acordos que começaram com Ibn Saud, os Estados Unidos constantemente levavam muito, carregavam muito dinheiro ali, inclusive para segurança da Arábia Saudita e de todos. E, lógico, em contrapartida, o apoio a Israel, que é protegido dos Estados Unidos.

Pode ser que eu esteja muito errado – corrijam-me se eu estiver falando besteira –, mas eu tendo a desconfiar que, na verdade, o Trump já está tirando o corpo fora da região, ali, e está simplesmente pressionando para quê? Para que as coisas que interessam a ele ali, a defesa de Israel lhe fique mais barata, dada a questão do terrorismo. Está pressionando para que se isole o Qatar. Vejo muito essa mão grande norte-americana com interesses por trás.

Então pode ser que falem: "o Medeiros está com a teoria da conspiração". Mas eu acho que está de novo a questão... Naquela época, os interesses de aproximação eram por causa do petróleo, e agora também, por causa do petróleo, eu vejo um certo distanciamento.

Quanto à questão do terrorismo ali, eu vejo que nenhum daqueles países é democrático. E vejo que a oposição que eles resolveram fazer ali, como V. Ex^a diz, é fundada num sectarismo imenso. Faz-se oposição através do terrorismo. Nota-se que as pessoas ali às vezes dão a vida... Ninguém dá a vida por nada, quer dizer, eles acreditam numa causa que, para nós, é uma coisa horrenda, maluca.

Penso que estamos próximos a grandes mudanças, porque aquela região – se for confirmada a minha suspeita – passará a ter mais dificuldade ainda com a questão da diminuição da sua principal renda. Obviamente, creio que todos os países agora vão começar uma corrida para usar outras fontes



de energia. Acabamos de abrir um seminário no Interlegis, Presidente Collor, falando justamente sobre isto, sobre energias renováveis. Vários cientistas estão discutindo, aqui no Senado brasileiro, a participação do Brasil nesse novo cenário.

Esse era um ponto que eu queria colocar porque acho que contribui para essas reflexões todas que nós estamos fazendo. Parableno-o por trazer o assunto à baila, Senador.

Em relação aos nossos sabatinados, também concordo com o Senador Cristovam Buarque: são momentos engrandecedores e, inclusive, pedagógicos para nós e para quem nos assiste. Eu diria que parece até chavão, mas o corpo diplomático brasileiro é o *top* da cadeia alimentar do serviço público, pela competência, pela forma com que se porta. Não é à toa que nosso Barão do Rio Branco ficou eternizado na História. É lógico que nós temos – sem demérito algum aos outros servidores públicos; aqui no Senado temos servidores competetíssimos... Mas todas as vezes em que encontro os embaixadores, quando tenho oportunidade, Presidente Collor, mesmo fora do Brasil, fico encantado e orgulhoso de ver a capacidade do nosso corpo diplomático. Também vou concordar novamente com o Senador Cristovam. Por vezes a gente – principalmente eu, que ainda estou um pouco com os arroubos da juventude – quer que se avance um pouco mais, e, na verdade, a temperança tem se mostrado uma virtude muito grande do Itamaraty, desse corpo diplomático.

Eu queria colocar um tema e gostaria que a Embaixadora Maria Edileuza pudesse tratar dele. Eu sei que a ONU tem participado de vários programas, é lógico, através da Unesco, mas há um tema que eu acho de extrema relevância. Aliás, eu acho que essa seria a chave mestra para a resolução dos grandes problemas que nós temos hoje em nível mundial.

Aqui nós temos no Brasil – o Senador Cristovam sempre trata da questão de educação, mas eu vou além –, nós temos... Eu tive a oportunidade de participar de um curso, inclusive com a participação da Mary Young, da ONU, sobre a primeira infância. E eu gostaria que V. Ex^a pudesse fazer uma explanação sobre se a Unesco está com algum programa em nível mundial para a primeiríssima infância. Eu tive a oportunidade de ouvir de vários cientistas da área que nós temos uma janela de oportunidade, desde a gestação, nos três primeiros mil dias de vida da criança, que seriam a formação do alicerce daquele futuro adulto. Esse momento, seria quase que, mal comparando, como a programação daquele *hardware*. A criança nasce, o *hardware*, e nós teríamos a oportunidade de colocar os *softwares* nesse momento, o que se estenderia até os seis anos e tal. E, se, nesse momento, não houvesse nenhum obstáculo ao desenvolvimento normal do cérebro, de certa forma, esse adulto teria uma grande possibilidade de sucesso.

Tive a oportunidade de ver um estudo que fizeram na Universidade de Oxford, junto com Harvard, um estudo de duplo-cego, em que eles, numa comunidade de alta vulnerabilidade, pegaram dois grupos de crianças – aliás, desde a gestação – e as acompanharam. Um grupo eles acompanharam, monitorando a criança semanalmente para que não sofresse nenhum obstáculo ao seu desenvolvimento e cuidando também da questão de saneamento, saúde, essa coisa toda. O outro grupo eles só observaram. E, após 18 anos, eles constataram que... Eles monitoraram até os 6 anos e, após 18 anos, constataram que os gráficos, os indicadores eram totalmente inversos. Os que foram monitorados e acompanhados tiveram baixo índice de criminalidade, de drogadição, bons índices de aprendizagem, e o outro grupo foi totalmente contrário. Esse estudo já passa dos 40 anos, e eles continuam observando. Mas, daquele outro grupo que não foi monitorado, que não teve um bom terreno para desenvolvimento cerebral, existem poucos vivos hoje, enquanto o outro grupo continua com os indicadores melhorando.

E a pergunta que eu faço é se a Unesco tem algum programa, se está observando esse cenário, porque eu vejo que, assim como o Brasil, nós temos vários países pelo mundo inteiro que talvez pudessem ser extremamente beneficiados com esses programas. Aqui no Brasil, nós adotamos já – o Ministro Osmar Terra sugeriu e o Presidente Temer acatou e lançou –, embora timidamente, no início agora, o Programa Primeira Infância, que busca fazer um programa de Estado.

Essa é a reflexão que eu gostaria que V. Ex^a fizesse para que a gente pudesse... No mais, quero só dar os meus parabéns a vocês pela explanação e pela competência demonstrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Medeiros, pela sua sempre oportuna participação.



Gostaria, antes de passar a palavra aos senhores sabatinados, de fazer um rápido comunicado aos integrantes desta Comissão.

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, criado, na presente Legislatura, por meio do Projeto de Resolução nº 5, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, atual Chanceler, foi transformado na Resolução nº 4, de 2016, do Senado Federal. Esse Grupo Parlamentar Brasil-Argentina foi reativado ontem.

Em reunião realizada na sala desta Comissão, às 15 horas, inicialmente foi aprovado o estatuto do referido grupo parlamentar. Na oportunidade, foi eleita a seguinte chapa para a Comissão Executiva: como Presidentes de honra, S. Ex^{as} o Senador Eunício Oliveira e o Deputado Rodrigo Maia; Presidente, Senador Fernando Collor; 1ª Vice-Presidente, Deputada Bruna Furlan; 2ª Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia; 1º Secretário, Deputado Renato Molling; 2º Secretário, Senador Jorge Viana; 3º Secretário, Deputado Milton Monti; 4º Secretário, Senador Armando Monteiro.

Igualmente foram eleitos os membros do Conselho Consultivo, com a seguinte composição: Presidente, Senador Lasier Martins; Vice-Presidente, Deputado Rômulo Gouveia; e os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República e da Câmara dos Deputados, respectivamente, Senador Fernando Collor e Deputada Bruna Furlan.

Por fim, importa mencionar que a reunião foi prestigiada por vários Parlamentares e contou com a presença do Sr. Embaixador da República da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Magariños.

Desse modo, revigora-se esse importante grupo parlamentar, que tem por finalidade incentivar e promover as nossas relações bilaterais, especificamente entre os Poderes Legislativos dos dois países.

Voltando ao nosso item da pauta que trata da sabatina dos senhores indicados, passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Luciano Macieira, para oferecer respostas às indagações formuladas pelos Srs. Senadores.

O SR. LUCIANO HELMOLD MACIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado aos Srs. Senadores pelas perguntas.

Eu começo de trás para frente, com relação aos itens levantados pelo Senador Armando Monteiro. No que respeita ao diferendo territorial de fronteira entre Belize e Guatemala, como eu adiantei na minha exposição, é uma questão ainda pendente, não completamente fechada. Embora bem encaminhada, por assim dizer, ela não está definitivamente fechada; estaria hoje num momento, num processo que a gente poderia dizer que é de definição de marcos. São questões mais pontuais, uma vez que a Guatemala já reconhece o Governo de Belize, o Estado de Belize e, portanto, já reconhece o direito à autodeterminação daquele Estado.

Houve, recentemente, em abril de 2016, um pequeno incidente, pontual, numa região do sul de Belize. Madeiros ilegais estavam numa área de um parque nacional e foram surpreendidos pelas autoridades policiais de Belize. Era noite, houve uma troca de tiros. O governo de Belize alega que houve uma resposta ao fogo, e, no dia seguinte, viu-se que havia uma vítima fatal, uma criança de nacionalidade guatemalteca. Isso imediatamente causou certo estresse entre os dois países, já que essa questão é sensível. E a questão teve certo desdobramento na época. Mas isso foi em abril de 2016; depois, mais ou menos a situação voltou à normalidade. Mas o que existe hoje ainda é uma definição de pontos específicos da fronteira, que já é reconhecida. O Estado, repito, já é reconhecido na sua extensão territorial, faltando, portanto, alguns pontos específicos, marcos da fronteira, que naturalmente ainda dão margem a esse tipo de situação.

O Departamento de Estado, quando soltou uma nota a respeito desse episódio, qualificou-o de *dispute zone* entre Belize e Guatemala, justamente mencionando que talvez tenha dado alguma repercussão, até fazendo parecer que há um diferendo maior, mas, na verdade, é uma questão muito pontual, que vem sendo encaminhada.

As negociações entre Reino Unido e Guatemala datam de um tratado de 1859. Foi o primeiro tratado que estabeleceu as fronteiras. Por esse tratado, ficava definido que o Reino Unido deveria construir uma estrada que ligasse a Guatemala à costa atlântica, ao Golfo. E os guatemaltecos alegam que o Reino Unido nunca efetivamente cumpriu com essa disposição e que por isso o tratado não tinha validade. Daí as negociações prosseguiram. Em 1961, houve uma nova tentativa de restabelecimento de um acordo. As negociações também não progrediram, a ponto de Reino Unido e Guatemala cortarem relações diplomáticas em 1965. E, depois, com o processo na ONU, na década de



80, quando finalmente foi aprovada a resolução da ONU que exortava ao reconhecimento do Estado belizenho, houve, digamos, uma normalização da situação com a Guatemala, que, finalmente, dez anos depois, em 1991, reconheceu o Estado de Belize.

Desde então, como dito, as relações vêm se normalizando, enfim, se aperfeiçoando. Há diversos acordos assinados. Em 2014, foram assinados mais de uma dezena de acordos entre os dois países. E esse tipo de incidente ainda pode acontecer, o assunto é sensível, mas aparentemente caminha para uma normalidade.

Com relação ao processo econômico, a situação econômica de Belize é uma situação um pouco difícil, porque é um país, como todos os países com economias pequenas, muito dependente de exportações. O mercado externo é muito importante, tem uma forte influência sobre a situação interna.

Belize chegou a ter, em algum momento, um volume importante de exportações de óleo cru, de petróleo. Infelizmente, as descobertas que aconteceram em 2005 tiveram um efeito inicial muito favorável, muito positivo, as exportações rapidamente escalaram, houve um pico de exportações e de produção em 2011, mas a partir daí essa produção declinou, vem declinando, já que não houve novas descobertas. Ainda há uma expectativa no País de que novas descobertas possam vir a ser feitas, mas a realidade é que, neste momento, a produção é declinante.

Isso se refletiu na situação interna naturalmente. Já que a renda proveniente das exportações de petróleo caiu, baixou, isso teve impacto direto na renda nacional, e o déficit público cresceu. Eles, que haviam confiado um pouco na renda futura do petróleo, naturalmente se viram vítimas desse declínio, e – para usar a expressão – foram pegos de calças curtas. Portanto, o déficit público cresceu rapidamente, e o país teve que passar por um processo de ajustes.

Estamos agora em uma situação de crescimento zero, previsto para o próximo ano, depois de o país ter experimentado uma década de um processo econômico bastante saudável, com taxas de crescimento razoáveis e, sobretudo, com a perspectiva de uma possível produção futura de petróleo, o que para eles faria uma enorme diferença. Em uma economia pequena como é, qualquer produção de petróleo da ordem de cinco mil barris por dia, como chegou a acontecer, faria uma enorme diferença.

Isso leva, então – com relação ao processo econômico, é um pouco isso –, à questão levantada pelo Senador Cristovam, da antecipação das eleições. Naturalmente, o processo de ajuste provocou ruídos internos na situação política, e o governo, como muitas vezes acontece nos regimes parlamentaristas, buscou na convocação de eleições oferecer resposta, oferecer um novo estímulo para o processo interno do País.

O governo da UDP (United Democratic Party) vem tendo um sucesso, enfim, vem repetidamente sendo eleito desde 2008 – o que, aliás, rompe também com uma tradição longa, desde 1940, quando foi criada o PUP. O sistema é bipartidário, e a UDP conseguiu romper o monopólio que o partido da oposição mantinha até então.

É bem-vista pela população a administração. Apesar da crise, é reconhecido que há uma situação externa à qual o país tem que apresentar respostas, e por isso a antecipação de eleições – o que, aliás, vinha sendo uma prática, desde 2008; os mandatos nunca chegavam a termo. Mas é uma tradição também de Belize a realização de eleições pacíficas. É um país que tem realmente uma tradição democrática consolidada e, enfim, do ponto de vista político, mantém uma linha de evolução bastante interessante e apreciável.

Acho que, basicamente, foram essas as questões levantadas.

Agradeço aos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Sr. Embaixador Luciano Helmold Macieira.

Passo a palavra à Srª Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis.

A SRª MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Eu gostaria de iniciar, com sua permissão, Sr. Presidente, respondendo às questões do meu Relator, Senador Cristovam Buarque.

Eu disse ao senhor, de início já, que tê-lo como Relator era não só uma honra como também uma grande responsabilidade. Dessa maneira, tentarei estar à altura de suas ponderações.

A primeira questão que o senhor colocou, que o senhor formulou, mais objetivamente, diz respeito à definição do apoio brasileiro no processo de eleição do novo diretor-geral. Como eu disse



em minha explanação inicial, nós estamos ainda na fase de receber as visitas dos diferentes candidatos, que estão vindo ao Brasil. Na semana passada, veio aqui o representante do Catar. Acho que já esteve aqui também o representante da China, a representante da França. Há certa dificuldade, porque são muitos os candidatos de países árabes. Isso já cria certa dificuldade em termos de representação regional, de distribuição ou de rotatividade regional. São muitos. Enfim, acho que, neste momento, isso cria dificuldade para os próprios candidatos e para nós também, que teremos de fazer a escolha. Mas, no momento, ainda não há nenhuma definição de nossa parte. Estamos estudando as plataformas de todos. O senhor fez referência ao chinês, que, inclusive, tem um currículo muito importante e uma experiência como funcionário da Unesco, como diretor de departamento dentro da Unesco. A candidata da França é ex-Ministra de Cultura da França, uma candidata de grande renome. Mas temos outros candidatos também muito importantes. Desse modo, ainda estamos avaliando essa candidatura e temos até o início de novembro para tomarmos essa decisão.

Sobre a questão da Palestina, eu gostaria de observar que, a despeito da natureza eminentemente humanística da Unesco e do seu caráter essencialmente técnico, a organização não está isenta de injunções políticas. Quando a Unesco, por exemplo, deu início aos seus estudos destinados a comprovar que as diferenças raciais eram infundadas do ponto de vista científico, a África do Sul, no então regime *apartheid*, retirou-se da organização, na década de 80, e só voltou à organização em 1994, com Nelson Mandela. Em 1985, os Estados Unidos também se retiraram da organização, e não foi uma questão apenas, digamos, de bloqueio de pagamento das suas contribuições. Os Estados Unidos, o Reino Unido e, se não me engano, Singapura também, nos anos 80, retiraram-se da organização, sob o argumento de que ela era manipulada por uma agenda pró União Soviética e tinha um predomínio muito grande do terceiro-mundismo, criado ou formado a partir do processo de descolonização.

Hoje nós temos essa questão da Palestina sobre a mesa. Temos também, volta e meia, protestos por parte do Japão, quando a China sinaliza a intenção de incluir o massacre de Nankin no programa Memória do Mundo ou quando a Coreia sinaliza que poderá incluir o tema das "*comfort women*" também nesse programa, e o Japão reage negativamente, inclusive com o argumento de que suspenderá as suas contribuições caso isso ocorra.

Então, como eu lhe disse, a organização não está isenta desse tipo de injunção política. Hoje nós temos a questão... O ingresso da Palestina na organização contou com o voto da maioria dos membros da organização. O Brasil votou favoravelmente ao ingresso da Palestina, muito em sintonia com as posições que defende em outros fóruns multilaterais, inclusive nos foros aos quais compete o tratamento político da questão Palestina. Sempre defendemos a solução de dois Estados: os Estados de Israel e o Estado da Palestina, vivendo lado a lado. Eu me recordo bem de que, quando estive aqui o nosso colega Paulo César Meira de Vasconcelos, nomeado para assumir a nossa Embaixada em Tel Aviv, ele fez questão de ler pausadamente a nossa posição, que é repetida como um mantra para evitar usar uma palavra fora dessa posição e dar interpretações errôneas.

A nossa posição nessa questão é sempre no sentido de defender que todas as religiões monoteístas, tanto o Islamismo quanto o Cristianismo e o Judaísmo, tenham acesso aos sítios que estão lá em Jerusalém velha, e defendemos também uma posição muito equilibrada no sentido de que as resoluções não tenham acusações desequilibradas sobre uma das partes em detrimento da outra; não sejam acusatórias apenas de um lado. Continuaremos a defender uma posição equilibrada.

Os Estados Unidos. O senhor me pergunta especificamente como, digamos, contornar essa situação em que, por um lado, temos o Estado da Palestina admitido e os Estados Unidos não pagando contribuições com prejuízos para a organização. Há maneiras de se trabalhar isso por meio do aumento de contribuições extraordinárias, por exemplo, por meio do financiamento de programas específicos. É muito possível. Como eu lhe disse, é um tema que poderá ainda estar na agenda. A cada seis meses, esse tema da Palestina ressurgue com protestos por parte de Israel, com uma ofensiva diplomática muito grande. De maneira que, de nossa parte, buscaremos sempre defender posições equilibradas, que levem em consideração o direito de todos – eu diria, das três religiões – de visitarem os sítios, os santuários religiosos situados na Cidade Antiga.

Outra posição que nós também defendemos diz respeito à autorização, por parte de Israel, do envio de missão de monitoramento à Cidade Velha de Jerusalém, que é uma praxe no caso de sítios



inscritos no patrimônio mundial. O envio dessa missão da Unesco para verificar esses sítios que estão inscritos na lista do patrimônio em risco tem sido sistematicamente objetado por parte de Israel. De modo que nós continuaremos defendendo que Israel receba essas missões. São missões técnicas, a Unesco não tem mandato político, essas missões estão dentro do estrito mandato técnico da Unesco. Senador, continuaremos a defesa de posições equilibradas quanto a esse assunto.

O senhor mencionou a questão das bolsas de estudos para refugiados. Eu lhe agradeço muito mencionar o assunto, inclusive, por tê-lo mencionado no relatório da sua sabatina. Inclusive, o senhor faz referência a que o ex-Presidente de Portugal dirige hoje uma entidade que oferece bolsas de estudos em universidades portuguesas para jovens refugiados. É um projeto muito bonito, um projeto conhecido dentro da Unesco, um projeto que deve ser imitado por vários países, por países europeus, por nós também. O Brasil oferece várias bolsas de estudos para países de língua portuguesa. Eu mesma visitei a Unilab, no Ceará, quando tive oportunidade de fazer uma palestra sobre as nossas relações com os países de língua portuguesa. Nesse caso, era uma homenagem ao Timor, era um tema de minha área de responsabilidade como Subsecretária-Geral Política para a Ásia.

Já oferecemos algumas bolsas, oferecemos várias bolsas. Luciano é um especialista nisso porque tem vasta experiência em cooperação técnica na área educacional. Temos esse tipo de cooperação bilateral com vários países. É um bom exemplo, ficarei muito atenta a esse assunto na pauta da Unesco.

O senhor também fez referência à criação desse grupo de monitoramento parlamentar. Eu acho que ele é extremamente bem-vindo. Gostaria de continuar o diálogo com V. Ex^a sobre o futuro dessa iniciativa. De minha parte, saiba que tem todo meu apoio. Estarei ao seu inteiro dispor para apoiá-lo no que for necessário.

Quanto à inclusão de Brasília na Rede de Cidades Criativas, eu gostaria de dizer ao senhor que, por sorte, nós temos conosco a representante do escritório da Unesco, aqui, em Brasília, o que me dá muita alegria. Gostaria de dizer a ela que vamos arregaçar mangas para concretizarmos esse projeto no curto prazo.

Gosto muito de Brasília, passei aqui parte da minha infância, da minha adolescência, eu me formei aqui, entrei para o Itamaraty aqui, de modo que terei pessoalmente um orgulho muito grande de ver esse projeto concretizado, e pretendo dar atenção muito especial a ele.

Uma parte da minha resposta à sua pergunta já me leva à questão colocada pelo Senador Jorge Viana que diz respeito ao Parque Nacional da Serra do Divisor. Eu li, Senador, o dossiê da Serra do Divisor sobre a sua candidatura para integrar o Patrimônio Mundial da Unesco. E, até onde a leitura que eu tinha estava atualizada, a situação era exatamente esta: o assunto ainda não tinha sido decidido internamente no Brasil, porque havia diferenças de posições em decorrência do Parque Nacional. Portanto, o sítio a ser inscrito estaria situado na zona de fronteira, na área de fronteira. Enfim, de acordo com a Constituição, nós temos o respeito a tudo o que está nessa área.

Eu tive muita dificuldade, quando fui diretora do departamento na Europa e me tocou a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, que é uma obra na área de fronteira, no meio da Floresta Amazônica, com comunidades indígenas. Então, eu sou muito familiarizada com essas posições do Ministério da Defesa sobre esse tema.

No entanto, eu gostaria de dizer ao senhor que, quanto ao processo, todos nós do Brasil temos muito interesse em ampliar a inclusão de bens e itens nas listas do Brasil no Patrimônio Mundial. O Brasil está muito bem representado, mas, se compararmos com certos países europeus, nós temos um número muito pequeno de itens, mas estamos num nível semelhante ao nível dos Estados Unidos. Nós temos 20 sítios inscritos; os Estados Unidos têm 22. A Austrália, por exemplo, tem muito mais, curiosamente. A França, a Itália, com esses países, enfim, não dá para competir. Na Itália, só Roma inteira é praticamente tombada.

Mas nós temos espaço e lutamos na Unesco para isso, para ampliar a participação de inscrição de sítios de interesse dos países em desenvolvimento. Inclusive, a própria Unesco elaborou um guia – e o Brasil traduziu esse guia com o apoio do escritório da Unesco aqui, traduziu para o português – que é um guia prático sobre como construir uma candidatura de modo que ela seja exitosa. A Sr^a Noleto vai nos passar uma versão impressa desse guia. Eu li na internet, mas acho que é muito importante.



Uma vez que nós tenhamos decidido internamente a questão, porque, para que o sítio seja inscrito, ele deverá constar também... E tenho a impressão de que os parques são administrados pela Fundação Chico Mendes...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Pelo Instituto Chico Mendes.

A SRª MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Isso, pelo Instituto Chico Mendes. Precisamos de uma autorização também ou de uma interação com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Cultura, o Ministério das Relações Exteriores. E gostaria que o senhor soubesse que, no que depender do Ministério das Relações Exteriores, no que depender da Missão junto à Unesco, teremos todo o orgulho, todo o prazer de dar encaminhamento a essa candidatura.

Respondendo muito especificamente a sua questão, eu gostaria de dizer que – repito – o mandato da Unesco é técnico, não é político.

É possível, quando um sítio está em risco, como é o caso dos sítios na Cidade Velha de Jerusalém, que a Unesco precise fazer uma visita para constatar o estado de preservação desse sítio. Nesses casos, a Unesco pede autorização ao governo. Jamais entrará... Não há – digamos – uma autorização automática para que a Unesco venha aqui quando quiser e fiscalize, etc. Isso tudo se dá por um processo negociador, uma comunicação, e só quando o sítio está para ser inscrito em qualquer lista, por estar em situação de perigo.

De maneira que vamos passar para V. Exª esse manual com todas as orientações quanto à construção de um dossiê. A tramitação pode durar entre um ano e dois, mas no momento nós estamos com algumas outras candidaturas, como o Sítio Burle Marx, Parati, o Cais do Valongo, enfim. Mas não há limite para candidatura, não há nenhuma regulamentação que diga que cada país só pode ter até tantos sítios. Não é o caso. Temos esses outros que estão, no momento, em processo de apreciação e nesse meio tempo poderemos ir construindo o dossiê do Parque Nacional da Serra do Divisor, uma vez que esteja superada essa questão interna nossa.

Obrigada, Senador, mais uma vez.

Senador Armando Monteiro, com a permissão do Sr. Presidente, eu responderia ou reagiria às duas colocações feitas pelo Senador Armando Monteiro e também pelo Senador José Medeiros, já que ambas se relacionam especificamente à educação. No caso do Senador Armando Monteiro, ao ensino técnico profissionalizante, e no caso do Senador José Medeiros, à educação na primeira infância.

Para responder a V. Exªs, eu peço ao Senador Cristovam Buarque que me permita recordar as suas palavras, eu acho que talvez até antes de ser Ministro da Educação, em que o senhor dizia que as cinco maiores prioridades do Brasil devem ser, número um, educação; número dois, educação; três, educação; quatro, educação; e cinco, educação. Não sei se é correta a citação, mas isso me marcou profundamente, porque eu compartilho plenamente dessa sua prioridade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Tem uma sexta: o resto. (*Risos.*)

A SRª MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – A sexta é o resto.

Privilegiamos, na Unesco, realmente a nossa cooperação. Nesse setor de educação temos inúmeros projetos sendo implementados. São projetos de interesse do Ministério da Educação que são implementados através do escritório da Unesco em Brasília, muito na área de educação e ensino técnico profissionalizante, que é uma prioridade absoluta para nós e para a Unesco também. E essa prioridade se insere também no contexto da necessidade da Unesco de trabalhar, por ser – digamos – o único foro, no sistema Nações Unidas, que tem competência exclusiva sobre a área de educação. Então, à Unesco competirá o papel do maior protagonismo no cumprimento da Meta nº 4 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, das Nações Unidas.

De modo que o tema será privilegiado, bem como o tema relativo à primeira infância, enfim, a todas as vertentes do ensino, também do ensino superior, e merecerá uma atenção muito especial e um acompanhamento muito detido por parte da delegação brasileira, refletindo também os interesses das áreas do Executivo que tratam substantivamente da matéria.

Não sei se haveria mais alguma observação, mais algum comentário.

Muito obrigada a todos.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado à Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a honrosa presença na nossa reunião de hoje do Sr. Embaixador Vicente Rojas Escalante, Embaixador do Peru no Brasil, bem como do Primeiro Secretário da Embaixada, Sr. Iván Rodríguez Benzaquen. Muito grato, mais uma vez. Agradeço a presença do Senador Hugo Napoleão, que sempre nos dá alegria quando nos visita; do Embaixador Maurício Lyrio, assessor do Secretário-Geral do Itamaraty indicado para a Embaixada do Brasil no México; e da Srª Marlova Noleto, Diretora da Área Programática da Unesco. Muito obrigado a todos pela presença.

Finalizada a lista de inscrição dos Senadores para indagações aos sabatinados, eu pergunto se falta algum Senador votar. Todos já votaram? Se todos já votaram, declaro encerrada a votação.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para apuração dos votos dos indicados ou se a transformaremos em reunião fechada.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem que continuemos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A reunião continua aberta, com a aprovação dos senhores integrantes desta Comissão.

Peço à Secretaria da Comissão que abra o resultado da votação de hoje no painel eletrônico, designando, ao mesmo tempo, S. Exª o Senador Jorge Viana como Secretário, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico agora o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

Aprovados, por unanimidade dos votos desta Comissão, a Srª Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, indicada para Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, e o Sr. Embaixador Luciano Macieira, indicado para Embaixador do Brasil em Belize.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto os meus cumprimentos, desejando, em nome de todos os integrantes desta Comissão, pleno êxito na missão que lhes é agora confiada.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Dando continuidade à nossa reunião, passamos à segunda parte da reunião de hoje.

Sessão deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de novembro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para a apresentação em caráter *ad hoc* do relatório, Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional de Mudanças Climáticas.

Tem a palavra V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, atendendo à determinação de V. Exª, eu o faço com muita satisfação, tendo em vista que sou parte desse interesse, porque se trata de um acordo. Nós acabamos de receber uma delegação de alto nível, coordenada pelo Sr. Embaixador do Peru aqui no Brasil. Isso é parte importante de um trabalho que estamos fazendo na fronteira há muito tempo.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº16, de 2017, que aprova o texto do Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de novembro de 2013.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 16, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.



Por meio da Mensagem Presidencial nº 380, de 13 de novembro de 2014, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima em 11 de novembro de 2013.

Na exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e das Comunicações, é destacado que o acordo em apreço, ao estabelecer projeto piloto nas cidades de Assis Brasil (AC), pelo lado brasileiro, e de Iñapari e Ibéria, pelo lado peruano, tem por objetivo concertar soluções técnicas, econômicas e regulatórias com vistas a evitar o chamado *roaming* inadvertido. O documento esclarece, ainda, que se trata de situação comum em localidades fronteiriças, nas quais, frequentemente, ocorrem interferências de ondas eletromagnéticas de operadoras de diferentes países, gerando má qualidade do serviço e custos inesperados aos usuários.

O acordo em análise é, como destacado, projeto piloto que tem por objeto implementar sistemas de telecomunicações fronteiriças entre Brasil e Peru, nas cidades que especifica. Ele busca integrar a oferta de serviços de telecomunicações, permitindo a livre circulação de informação, com confiabilidade, segurança, baixo custo e elevada velocidade na comunicação de dados.

Nesse sentido, o texto estabelece que as partes se comprometem a avaliar em conjunto os resultados obtidos e a acordar sua expansão a outras zonas fronteiriças.

Eu não vou descrever o detalhamento, mas só quero dizer que eu sou testemunha disso. Estamos em área de fronteira, há apenas um pequeno rio. Na época em que eu estava no governo, com apoio do governo do Presidente Fernando Henrique, depois com o do Presidente Lula, conseguimos fazer a ponte e fazer a estrada. E são cidades próximas, a 200m, 300m de distância uma da outra, e não há como não haver interferência. E fica uma situação muito precária para principalmente quem vive. Há uma interferência direta, você está numa operadora, entra outra operadora de outro país, o custo é elevado, a qualidade cai.

Então, eu entendo que é um acordo da maior importância que estamos apreciando aqui. Pena que ele é de 2013, e só agora – eu sei da presteza com que V. Exª trabalha – chega para a apreciação do Senado Federal. E felizmente está aqui e estamos fazendo análise e deliberando sobre ele.

Análise.

Compete à Comissão apreciar matérias referentes aos atos e relações internacionais, conforme o Regimento Interno do Senado Federal.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2017.

E fazemos isso também, não tenho dúvida, em homenagem ao povo também do lado peruano, que está aqui representado pelo Sr. Embaixador.

Esse é o voto, Sr. Presidente, favorável ao acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto Decreto Legislativo nº 16, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Meus cumprimentos a ambos os Governos, o Governo brasileiro e o Governo peruano, pela ratificação agora pelo Senado Federal do Brasil de tão importante acordo, que vai aprofundar e incrementar ainda mais as nossas relações já prodigiosas no campo bilateral.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de S. Exª o Embaixador Escalante aqui entre nós, neste dia tão importante para os nossos dois países.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se V. Exª permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – É mais nesse sentido de, mais uma vez, me congratular e parabenizar o Embaixador Vicente Escalante,



porque há ainda um conjunto de medidas a serem adotadas com taxas aeroportuárias, alfandegárias, pois nós construímos a Estrada Bioceânica do Pacífico. Lamentavelmente, algum tempo atrás, a Rede Globo de televisão fez uma matéria terrível, por conta de questões da Odebrecht que têm que ser apuradas, que são caso de polícia, mas uma matéria que não tinha nenhum sentido, falando que a estrada não faz nenhuma conexão.

A estrada é fundamental, ela materializa a integração. Foi um esforço do Governo do Presidente Fernando Henrique, depois do Presidente Lula, vários governos peruanos, eu era governador na época. E, mais ainda, no planejamento da rodovia, que é pedagiada do outro lado, antecipou-se em três anos a movimentação de veículo. Então, veja bem, não só ela é adequada, como o número de veículos que passam na rodovia é três vezes maior do que estava programado para o período atual. Está antecipando aquilo que deveria ocorrer algum tempo depois.

O lamentável mesmo, e o Sr. Embaixador Vicente Rojas sabe bem o que estou falando e trabalha junto com o Governador Tião Viana nesse sentido, é que nós temos muita dificuldade – e aí entra a vigilância sanitária, de um lado e de outro; entram autoridades federais, de um lado e de outro – em facilitar que haja a realização do comércio. Carretas ficam dois, três dias esperando uma liberação de um lado e de outro. Isso, sim, é que são as barreiras postas, e não a integração, que já está materializada com a estrada.

Eu faço esse percurso várias vezes, às vezes para fugir dos altos custos de passagem aérea. Fiz isso este ano. Tinha uma viagem para fazer pelo Senado e fiz a conta: se eu saísse do Acre e viesse para São Paulo e fosse para os Estados Unidos, porque eu tinha uma agenda nas Nações Unidas, no começo do ano, gastaria R\$18 mil. Se eu fosse via Iñapari, depois Puerto Maldonado, de carro e de lá pegasse um avião, fosse a Lima e fosse a Nova York, o Senado gastaria R\$3 mil. Então, entre R\$18 mil e R\$3 mil, eu fui por R\$3 mil, economizando para o Senado. Deu um pouco mais de trabalho, tive de dirigir 500km, mas nada que também não faça parte da vida da gente.

Então, é uma estrada muito importante, faz a integração, facilita e, obviamente, já tem um avanço importante de alguma relação comercial, mas o não avançar é mais em função de termos acordos como este que agora vem, que estamos fazendo aqui na Comissão. Outros têm de vir, para que possamos ter relação alfandegária facilitada, desburocratizada e, com isso, certamente o comércio vai crescer exponencialmente entre Brasil e Peru naquela área de fronteira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só registrar a satisfação que tenho de, neste momento, também celebrar este acordo na área de telecomunicações, de comunicação, que eu acho que se constituirá num poderoso incentivo para estimular os investimentos públicos e privados nessa zona de fronteira.

Quero também, neste momento, assinalar, cumprimentando o Embaixador do Peru, que o Brasil celebrou importantíssimos acordos com o Peru nestes últimos 18 meses. Eu tive a honra, ao tempo em que estava no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de promover essas negociações, que resultaram no mais amplo acordo temático já realizado com um país aqui da América do Sul.

O Brasil tem, hoje, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos; o Brasil promoveu um inédito acordo na área de compras públicas, Senador Jorge Viana. Hoje há um acordo na área de compras públicas entre o Brasil e o Peru. O Peru compra mais de US\$10 bilhões por ano nessa área de compras públicas, e, a partir desse acordo, as empresas brasileiras terão acesso a esse mercado em condições isonômicas em relação a países como, por exemplo, os países da Aliança do Pacífico, com os quais o Peru já tem acordos preferenciais.

Por outro lado, fizemos um acordo automotivo; os cronogramas de desgravação tarifária – estes no âmbito do acordo com a Aladi – foram também acelerados.

Portanto, esse acordo que hoje nós celebramos se constituirá na ampliação desse marco extraordinário, que eu tenho certeza de que irá dinamizar e fortalecer a relação entre os nossos países.

Eu me congratulo, mais uma vez, com o Embaixador.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

Voltando às palavras aqui ditas por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que é conhecedor profundo dessa questão que está sendo tratada também no momento, especificamente, Senador Jorge Viana, V. Ex^a tem toda razão quando cobra, sobretudo, das autoridades brasileiras, porque o Peru está muito mais avançado do que nós nessa questão. As palavras de V. Ex^a e a sua veemência, com o conhecimento que V. Ex^a tem, servem também como um aviso, um alerta e uma solicitação efetiva, que esta Comissão endossa, para que essas providências sejam tomadas pelo lado brasileiro para que nós possamos concluir rapidamente essas questões. Muito obrigado, portanto, a V. Ex^a.

Quanto ao Senador Armando Monteiro, ele, como Ministro da Indústria e do Comércio Exterior, teve oportunidade de patrocinar esse avanço na nossa agenda bilateral com o Peru. Cumprimentos a V. Ex^a.

Vou colocar agora em pauta dois itens – o que, no início da reunião, foi por mim exposto aos senhores integrantes da Comissão – de duas matérias em regime de extrapauta. Nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, amparado nisso, coloco-os em regime de extrapauta.

O primeiro deles é o item 6.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto da Decisão MERCOSUL/CMC nº 12/10, que estabelece a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico como Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Armando Monteiro.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Armando Monteiro para apresentação do relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, esse acordo diz respeito à estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercosul, como já referido por V. Ex^a.

Esse texto, depois de receber parecer da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o presente projeto de decreto legislativo, foi apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Finanças e Tributação; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal, onde foi encaminhado a este Colegiado e distribuído ao nobre Senador Roberto Requião.

A decisão foi aprovada durante a XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), como já disse. O texto do ato internacional conta com apenas oito artigos, sendo que consta, em anexo, a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos.

Portanto, Presidente, eu me permito passar diretamente à análise da matéria.

Cuida-se aqui de decisão do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul, composto pelos Ministros de Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes do Mercosul, conforme o art. 4º do Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul.

O referido instituto foi criado por meio da Decisão CMC Nº 14/09, no âmbito da Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul, com o objetivo de contribuir "para o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes e a consolidação dos direitos humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do Mercosul", segundo esclarece a Exposição de Motivos interministerial que acompanha a Mensagem nº 548 da Presidência da República.



Segundo determina o art. 6º da Decisão nº 14/09, caberia à RAADH apresentar ao Grupo Mercado Comum proposta de estrutura definitiva do Instituto, que lhe permita desenvolver as importantes funções a ele atribuídas.

Nesse sentido, o instituto deverá cooperar com os Estados Partes do Mercosul na formulação e aplicação de políticas públicas que visem a promoção dos direitos humanos por meio da prestação de assistência técnica, da oferta de um espaço de diálogo e de troca de ideias, da promoção da harmonização normativa entre os países no que tange aos direitos humanos e do desenvolvimento de atividades de capacitação.

Assinale-se que o instituto já se encontra em atividade em sua sede, localizada na cidade de Buenos Aires. Cabe ao Congresso Nacional incorporar a decisão em apreciação ao ordenamento jurídico brasileiro, em cumprimento ao que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, para garantir o seu pleno funcionamento, uma vez que este depende das contribuições financeiras dos Estados Partes do Mercosul.

Passo ao voto.

Com base no exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2017, que aprova o texto que estabelece a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Também há o segundo item extrapauta: o requerimento que foi apresentado oralmente e agora por escrito por S. Exª o Senador José Agripino, que passo a ler:

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que os Comunicados, realizados semanalmente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sejam encaminhados em forma de Boletim Informativo aos Senadores, integrantes e não integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senador José Agripino

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da nossa pauta deliberativa, voltando à pauta deliberativa.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Indico S. Exª o Senador Jorge Viana como relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana para apresentação do referido relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, é com satisfação que atendo à determinação de V. Exª.



Eu só queria fazer um breve comentário, aproveitando a presença do colega Armando Monteiro e do colega Senador Cristovam. Veja V. Ex^a, que foi Ministro até recentemente, Senador Armando: esse acordo é de 2010; nem Senador eu era nessa época, e já estou agora terminando o meu mandato. Houve um esforço enorme do nosso saudoso Luiz Henrique de procurar resolver essa situação, esse desencontro que existe entre aquilo que o Executivo da República Federativa do Brasil assina e aquilo que o Parlamento do Brasil delibera.

Então, não faz sentido. Um governo firma um acordo em 2010; nós estamos em 2017 e agora vamos apreciar o acordo. Se ele tinha algum interesse de partes, esses interesses já ficaram para trás, ou já foram superados por outros interesses. E houve uma decisão nossa – eu me lembro bem do trabalho e da dedicação do Senador Luiz Henrique – no sentido de dar caráter de urgência para acordos como esse, o que eu acho uma boa medida, tanto numa Casa como na outra. Eu não sei, mas eu vejo um esforço aqui desde o nosso colega Presidente Senador Aloysio e do Presidente Collor.

Talvez... Ontem estava aqui a Presidente da comissão na Câmara, mas, salvo engano, diferente do Senado, na Câmara passa por várias comissões. Eu já tentei ver isso. Um acordo internacional passa por várias comissões na Câmara dos Deputados. Do nosso ponto de vista, quando debatemos essa matéria, deveria passar inclusive... Acordo internacional deveria ser só no Senado Federal, sinceramente, pelas características da Casa. Mas, enfim, que passasse na Câmara. Então, talvez um esforço nosso pedindo que haja alguma alteração no Regimento da Câmara dos Deputados, no Regimento Comum das Casas, que a tramitação fosse só na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Se nós tivermos isso, Presidente – é uma sugestão –, numa articulação sua, que tem autoridade para isso, com a Sr^a Deputada Bruna, que tanto tem também prestigiado e procurado colaborar, se os acordos internacionais passassem só na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e como no Senado passa só aqui, certamente nós iríamos evitar vexames.

Eu acho que fica muito mal para os países que firmam acordo conosco ficarem esperando *ad aeternum* que haja uma deliberação. O Senado tem sido muito rápido; quando aqui chega, não dorme nas gavetas. Mas não é isso, nós estamos falando do País. A representação é o conjunto.

Então, eu vou fazer a leitura. É muito importante, é pela aprovação, mas eu lamento que estejamos sempre nos deparando com situações como essa – e acho que é possível ter essa solução.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Jorge, permita-me. Acho que V. Ex^a toca num ponto muito importante, e aí acho que, nos valendo da experiência do Presidente Collor, do nosso Senador Cristovam, eu não sei se não caberia, no Regimento do Congresso, estabelecer um rito especial para acordos dessa natureza no sentido de que pudéssemos ter um processo em que houvesse uma indicação de que os acordos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – *Fast track*, não é?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Da anualidade, algo que correspondesse a um *fast track*.

Portanto, eu creio que valeria a pena examinar essa questão, porque é realmente algo que desprestigia o nosso País explicar lá fora que um acordo fica oito, dez anos aqui tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Verdade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Portanto, eu me associo a esse justo protesto de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu acho que V. Ex^a tem autoridade, tem conhecimento, foi Presidente da República. E, salvo engano – minha assessoria estava falando –, existe um projeto do então Senador Eduardo Azeredo neste sentido de haver, na Câmara, apenas o parecer da Comissão de Relações Exteriores. Para isso ocorrer eu acho que tem de haver um entendimento entre o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, mas acho que V. Ex^a pode pegar isso como uma questão central.

Nós trabalhamos nesta Comissão com muita dedicação, o senhor é um exemplo, mas nós ficamos numa situação vexatória – em muitas situações o termo é esse. O País fica numa situação vexatória, firmando acordos que não ganham eficácia porque não têm a chancela do Legislativo, que é constitucionalmente exigida.

Então, eu passo à leitura, mas queria dar essa sugestão de colocarmos isso na nossa agenda, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vamos fazer isso, Senador Jorge Viana, Senador Armando Monteiro. De acordo com a sugestão dos senhores, eu entrarei em contato com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Deputada Bruna Furlan.

Eu acho que, partindo de um entendimento que haja das duas Comissões, das duas Casas, levaremos o que ficar decidido, que seria passar somente por uma Comissão lá da Câmara, a de Relações Exteriores. Levaremos, então, a questão ao Presidente da Câmara, com a anuência do Presidente do Senado, para nós realmente resolvermos esse nó, que chega a ser vexatório. É vexatório nós estarmos aqui, como agora, deliberando sobre um acordo de 2010.

Eu me lembro de que, quando cheguei aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O senhor já aprovou coisas mais antigas aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Já aprovei coisas minhas do primeiro mandato. Quer dizer, quase dez anos depois.

O Senador Cristovam também já deve ter se deparado com fatos assim.

Então, realmente, é necessário nós criarmos esse sistema, que foi citado pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Armando Monteiro, de um *fast track*. Quer dizer, uma pista rápida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ou para rejeitar ou para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ou para rejeitar ou para aprovar, sem dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu tenho um exemplo pior de que todos esses aqui na mão. Eu confesso que fui o Relator e na hora não me dei conta.

O Senador Flexa sentou-se aqui ao meu lado e perguntou se um número aqui era verdadeiro. E, diante disso, eu, inclusive, quero pedir para retirá-lo de pauta, para explicar por que é que acontece essa demora. Sabe por quê? Porque esse é de 1928. (*Risos.*)

Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH). O Presidente devia ser Washington Luís, eu creio. (*Risos.*)

Foi feito em Havana o acordo. Fidel tinha um ano de idade. (*Risos.*)

Ou seja, eu fiz um parecer, correto, sugerindo a aprovação, até porque, como eu coloco aqui no parecer, o Brasil é um dos países que mais participa dessa entidade, que é o Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Nós contribuimos todos os anos com recursos, que entram no Orçamento, na Lei Orçamentária Anual. No entanto, não foi até hoje aprovado o ato. Ou seja, ou não é necessário aprovar esse texto – talvez seja desnecessário – ou...

Eu não entendo. Eu falhei aqui ao não fazer uma referência a isso. O Senador Jorge fez referência, mas eu não fiz aqui. Quem me despertou para isso foi o Flexa quando se sentou ao meu lado. Eu estou querendo ver por que é necessário aprovar esse texto de 1928. Um dos países que participa hoje como observador, Israel, não existia ainda, só foi criado 20 anos depois.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E agora temos que celebrar o centenário... (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Basta esperar aqui 21 anos, e faremos a celebração do centenário desse instituto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – São 11 anos apenas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, 11 anos apenas. Senador, como já faz quase 80 anos, eu acho que se pode esperar uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E eu quero fazer um parágrafo chamando a atenção para isso. Eu fiz parecer sem chamar atenção para esta coisa esquisita que é aprovar um texto de quase cem anos atrás, da criação de uma instituição de que participamos, pagamos, usamos. Então, eu vou pedir a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador.

A pedido de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, fica retirado de pauta o item 3.



(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), aprovado por meio de resoluções emanadas da VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação da Matéria.)

Apenas para informação: a Secretaria da Comissão me faz chegar às mãos que esse projeto de decreto legislativo chegou aqui em...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... em 2014, assinado por...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então não é um atraso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não é um atraso aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Somente essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ele chegou à Câmara dos Deputados em 2014, como dito aqui pelo Secretário da Comissão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ..., e ao Senado, agora, em 2017.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Menos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Realmente, tem que se saber...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Onde é que estava perdido isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vamos esperar o seu libelo nessa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu vou atrás para ver onde estava perdido, porque o presidencial também é de novembro de 2014, ou seja, o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ficou perdido em algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ficou perdido em algum lugar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vale a pena fazer uma pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vale a pena, vale a pena. Isso servirá, inclusive, de subsídio para que nós possamos conseguir, junto ao Presidente da Câmara e à Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputada Bruna Furlan, a agilização de processos de acordos e tratados internacionais que tramitam naquela Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por coincidência, trata-se do ato constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que tem tudo a ver com uma pesquisa histórica para saber por que esse ato constitutivo ficou por aí perdido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida, sem dúvida. É verdade.

Fica retirado de pauta o item 3 a pedido do Relator, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.



Retorno a palavra a S. Ex^a o Senador Jorge Viana para a apresentação do relatório do item 2.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 45, de 2017

(Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 440/2016, na Casa de origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2010.

Eu vou, inclusive, já pedi à minha assessoria... Eu acho que, como legislador, nós também podemos identificar... Eu sei que acordos e tratados normalmente têm dois lados, três lados – depende –, são multilaterais alguns, mais complexos ainda, e os executivos têm o seu tempo necessário. Mas, quem sabe se, do ponto de vista da legislação, também, depois de assinado pelo Presidente da República, estabelecamos prazo, senão perde a eficácia, para que chegue à Casa Legislativa. Se nós não fizermos isso... Eu estou vendo que esta daqui chegou à Câmara em 2016. Ora, então há também problema lá no outro Poder, que é o Executivo.

Eu vou tomar iniciativa de estudar com a Consultoria do Senado e ver se nós podemos interferir e dar um prazo razoável para que o Executivo, depois de assinado pelo Presidente da República – que é um ato muito importante do Chefe do Poder –, tenha um prazo limite também para encaminhar para cá. Quem sabe encontramos aí uma maneira de colaborar com esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em tese, o maior interessado é o Chefe do Poder Executivo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quem assinou.

E eu estou vendo que, com este aqui também, é no Executivo que há uma dormência de decisões tomadas pelo próprio Chefe do Executivo.

Mas, enfim, com fundamento no disposto nos arts. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal, tratamos desta Mensagem.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, conforme eu descrevi. Não vou tratar dos detalhes. Ele trata da questão aduaneira.

Vou direto – já foi consumido muito tempo na apreciação desta matéria – para a análise.

A Mensagem está instruída com a exposição de motivos interministerial, assinada em Brasília, em 24 de abril de 2015, pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Luiz Vieira, e pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Então, vejam que há aí uma tratativa demorada dentro do Executivo – que temos que respeitar dependendo do tipo de acordo, é verdade.

Fica, então, a análise atendendo ao Regimento da Casa, do Senado Federal.

Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente, pois é um relatório bem feito pela Senadora Ana Amélia – eu tive a honra de ter sido designado Relator *ad hoc* por V. Ex^a.

Pelo exposto, por atender aos interesses dos dois países signatários, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2017.

Este é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2017.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências naturais.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2017 - Não terminativo -



Nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal, combinados com o artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal de convocar as Forças Armadas para "garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal" no período de 24 a 31 de maio de 2017.

ADITAMENTO:

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja aditado ao Requerimento CRE 0016/2017, ajustando seus termos para a forma de convite "ao Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal de convocar as Forças Armadas para "garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal" no período de 24 a 31 de maio de 2017", para incluir dentre os temas abordados pelo Ministro, esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal em permitir aos Estados Unidos, dentre outros países, o uso do Centro de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de foguetes ao espaço.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Observação: Em 1º de junho de 2017 foi lido o presente requerimento, que coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa Raul Jungmann, com a finalidade de explicar, aos integrantes desta Comissão, a dinâmica e os procedimentos da cooperação bilateral em matéria de defesa, estabelecida entre Brasil e EUA.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Observação: Em 1º de junho de 2017 foi lido o relatório.

Coloco agora em discussão o relatório que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria podem se apresentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras", convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião no dia 19 de junho, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o sétimo painel de debates sobre o tema "Brexit, quantos mais? O crescimento dos nacionalismos e o futuro da União Europeia".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Sr. Embaixador Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores, o Professor Doutor Guilherme Sandoval Góes, Membro da Academia Brasileira de Estudos Estratégicos, e o Professor Doutor Klaus Dalgaard, Professor de Política Internacional e Comparada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos aqueles que nos prestigiaram com sua audiência, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.



(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2017.

Às dezoito horas do dia dezoito de junho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Hélio José e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 7º Painel – Brexit: quantos mais? O Crescimento dos Nacionalismos e o Futuro da União Europeia. Ponderação sobre o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e a eleição do Presidente Donald Trump como sinais de uma nova era. Desafios e oportunidades para o Brasil. Participantes: Embaixador Celso Amorim, Ex-Ministro das Relações Exteriores; Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Público da Universidade Estácio de Sá (RJ); e Prof. Dr. Klaus Dalgaard, Professor de Política Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra questões apresentadas pelo Senador Hélio José e por internautas, recebidas via portal e-Cidadania. Usa a palavra o Senador Lindbergh Farias. O Presidente concede a palavra aos expositores para considerações finais. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson Manuel Cosme, Embaixador da República de Angola; Sra. Maria Edileuza Fontenele Reis, Delegada Permanente do Brasil na Unesco; Sra. Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; Brigadeiro-do-Ar Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; Sra. Analía Borba, Segunda Secretária da Embaixada da República do Paraguai; Sr. Denis M. Shimanchuk, Terceiro Secretário da Embaixada da Federação da Rússia; Dr. Konstantine Sabiashvili, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Geórgia; e Sr. Bruno Mendelski de Souza, Professor e Coordenador do Curso de Relações Internacionais, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. O Presidente agradece a presença de todos os presentes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e trinta e sete minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Hoje estaremos realizando mais um painel dentro da série "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". O tema do nosso painel na noite de hoje será "Brexit: quantos mais? O Crescimento dos Nacionalismos e o Futuro da União Europeia".

Inicialmente, faço uma leitura resumida do último painel, que contou com a participação do Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, do Prof. Henrique Altemani de Oliveira e do Prof. Oliver Stuenkel, cujo tema foi "O Século do Dragão? A China e a Nova Globalização".

Segundo o Prof. Oliver Stuenkel, não é mais possível discutir nem a política nem a economia doméstica brasileira sem ter à mesa um especialista em assuntos chineses. O grande problema, segundo ele, é que nossos principais especialistas se concentram no Itamaraty, o que os impede de falar livremente e de escrever colunas ou assessorar empresas.

Disse também que não temos capacidade de articular ou de promover uma discussão sobre a ascensão da China, de ver quais são os interesses brasileiros em função disso, quais os riscos e oportunidades, e de como gerenciar nossa crescente dependência da China.

Continua ele dizendo que precisamos discutir essa nova realidade de haver também uma competição crescente entre os Estados Unidos da América e a China aqui, na América Latina; que não existe uma estratégia regional sobre como lidar com a crescente influência chinesa; que, em alguns casos, existe uma competição entre países para atrair investimentos da China, processos que, em nações como o Chile, Peru e Colômbia, já estão um pouco mais avançados; e que certamente será mais vantajoso institucionalizar uma discussão entre as capitais da região para melhor lidar com essa questão.

Diz ele que nós ainda enxergamos o centro do mundo no Norte Atlântico, que, obviamente, teve papel fundamental na criação da ordem pós-Segunda Guerra Mundial, mas, historicamente, não é o normal. Foi uma curta janela na qual a China não dominou a economia global, mas caminhamos, cada vez mais, para um mundo em que a Ásia volta a atuar como o principal centro econômico e, em algum momento, também político. O crescimento em termos percentuais caiu, mas o que a economia chinesa agrega à economia global mantém-se basicamente estável. Não há mais estadistas dizendo que é preciso conter a ascensão chinesa, porque a dependência mútua entre todos os grandes países e a China chegou a tais níveis que ninguém quer mais que ela fracasse, já que todos dependem do seu bem-estar econômico.

A China, citou o palestrante, já é o principal emissor, infelizmente, de poluentes, o que a transforma em um ator fundamental para todos os temas de governança global. Nesse sentido, a abdicação da liderança dos Estados Unidos pode ser vista também num contexto maior, em que a China cada vez mais terá que assumir certas responsabilidades.

"Qual é a estratégia chinesa?" – questionou o palestrante. Em vez de confrontar diretamente instituições existentes, potências emergentes lideradas pela China estão discretamente elaborando os primeiros estágios do que podemos chamar de uma ordem paralela, que inicialmente complementarará e mais tarde, possivelmente, desafiará as instituições internacionais existentes hoje em dia.

Entre as iniciativas e instituições lideradas pela China, visando se colocar mais no centro e transformar o poder econômico também em poder político, o Prof. Stuenkel citou a criação de bancos de desenvolvimento, o China UnionPay, que vai desafiar aos poucos os cartões de crédito ocidentais; a criação de uma agência de *rating*; os acordos comerciais Regional Comprehensive Economic Partnership e o Free Trade Area of the Asia-Pacific; a Shanghai Cooperation Organisation, na área de segurança; e, na área de infraestrutura, o Canal da Nicarágua e a nova Rota da Seda.

"Como principal economia do mundo, a China conseguirá criar alianças com mais facilidade do que pensamos hoje" – argumentou o palestrante. Para o Brasil, isso implicará, deixando questões ideológicas de lado, aprender a beneficiar-se da emergente cooptação ou competição global entre Washington e Pequim, dinâmica que tende a marcar a década que está por vir.

"Ao passo que países do Pacífico já se adaptaram à nova realidade, a região como um todo terá de passar por um processo de reorientação estratégica para se adequar a um mundo menos centrado nos Estados Unidos", concluiu o Prof. Stuenkel.

Resumindo a trajetória recente chinesa, o segundo palestrante, Prof. Henrique Altemani de Oliveira, lembrou que a "China é um Estado muito descentralizado, com autonomia das províncias", o que, só em 1978, iniciou a busca por inserção no comércio internacional, processo que teve impulso a



partir de 1992 com o apoio maciço do Partido Comunista chinês e, principalmente, dos governadores das províncias costeiras.

O "interesse estratégico dos Estados Unidos" – afirmou o palestrante – é "preservar a sua posição como principal potência global, o que [na década de 90] significava a necessidade de conter o desafio econômico japonês; e [...] evitar o surgimento de um poder militar hegemônico na Eurásia".

O Japão, que era a ameaça, foi substituído pela China – ameaça do século XXI –, mas a disputa de poder regional na Ásia, entre Estados Unidos, China e Japão, continua.

"A China tem um projeto político e, evidentemente, está reunindo condições de assumir um papel de liderança regional e internacional, mas há a disposição norte-americana de expandir sua presença na região asiática". A questão que realmente pode gerar um conflito interno na Ásia, em especial no que se refere à China, é Taiwan – afirmou o Prof. Altemani. A economia asiática – continua ele – é hoje, sem sombra de dúvida, a principal economia do mundo.

"A relação da China com a comunidade internacional como um todo é uma interação benéfica, é quase que a ideia de que todos ganham; [...] [ou seja,] todos têm uma dependência forte da China", inclusive os Estados Unidos.

Há quase a ideia de que todos ganham, ou seja, todos têm uma dependência forte da China, inclusive os Estados Unidos.

A China, segundo ele, tem uma oposição em relação ao Estado quanto à manutenção de uma estrutura unipolar, mas evita ser levada ao conflito. O que quer é exatamente coparticipar daquele seletivo grupo de quem faz as regras. A criação dos BRICS, explicou ele, insere-se nesse contexto, algo que seja multipolar, com outros países também denominados potências regionais e potências emergentes.

A China almeja poder, diz ele. Sua busca, no entanto, é sem pressa, com base no princípio de "dois passos à frente e um para trás". Nesse sentido, relacionou o palestrante: com a Organização de Cooperação de Xangai, avança cada vez mais em relação à Ásia Central; via Focac (Forum on China–Africa Cooperation) está presente na África; está também presente na América Latina e mesmo na União Europeia.

O Embaixador Luiz Augusto Castro Neves, último palestrante, explicou que a política chinesa de busca de autossuficiência, de independência em relação ao resto do mundo, em 1978, foi invertida por Deng Xiaoping, que promoveu profundas reformas econômicas e estabeleceu o objetivo estratégico de promover a correta inserção da China no sistema internacional. Os chineses, afirmou o Embaixador, perceberam antes de todos que o mundo estava entrando num processo de maior integração econômica e comercial, o processo de globalização, que tinha no plano econômico e comercial, como característica principal, a internacionalização dos processos produtivos.

A industrialização brasileira dos anos 50 e 60, observou ele, foi essencialmente baseada na substituição de importações, com produção voltada para o mercado interno. Não tinha nada a ver com a maior participação do Brasil no comércio internacional.

Os chineses tiveram mais ou menos o mesmo *approach*, afirmou o Embaixador, só que com o requisito adicional da competitividade internacional, chave do crescimento chinês.

Os Estados Unidos, que tinham a percepção do "Destino Manifesto", hoje têm uma percepção curiosamente muito mais voltada para uma espécie de neoisolacionismo, abandonando uma série de fatos multilaterais, onde, por sua própria posição, tinham um papel de liderança, observou o Embaixador. O TPP (Trans-Pacific Partnership), criado teoricamente para promover o comércio internacional – em realidade, mecanismo de contenção da China –, poderia vir a ser viável sem os Estados Unidos, mas, provavelmente, com um novo ator que é a própria China.

A China, ao contrário da União Soviética, prossegue o Sr. Embaixador, não persegue uma política hegemônica. O interesse chinês sempre esteve confinado nos seus arredores, na Ásia.

A inequívoca vitória americana na Guerra Fria levou o Ocidente a achar que tínhamos chegado ao fim da história, que haveria um mundo unipolar e que essa unipolaridade seria basicamente americana.

Essa unipolaridade, asseverou o Embaixador, chegou ao fim, simbolicamente, com os atentados de 11 de setembro de 2001, quando foi explicitada, pela primeira vez, a vulnerabilidade do poder norte-americano.



Assim, passamos a viver num mundo cada vez mais instável, com os Estados Unidos sem saber direito o que fazer. Neste mundo em transição, a China está navegando com grande competência, procurando ocupar os espaços vazios que foram criados pelos Estados Unidos e que foram acelerados com a eleição de Trump para a Presidência.

O grande desafio da China hoje, afirmou o palestrante, é criar uma ordem alternativa. Ela não tem uma veleidade hegemônica, mas quer promover aquilo que eles chamam de desenvolvimento harmônico e uma Ásia que não lhes seja hostil. A consolidação de uma paz asiática é fundamental para tornar menos relevante o papel dos Estados Unidos nesta ou naquela região.

Em resposta a questionamentos, o Prof. Oliver Stuenkel asseverou que o foco chinês está na sua vizinhança por necessidade, pois a China é rodeada por países fortes e, com isso, terá de investir muito mais tempo na consolidação do seu projeto regional do que os Estados Unidos, mas que a estratégia chinesa não se restringe apenas à sua região. Nesse sentido, avaliou ele, não há um interesse americano em resolver, por exemplo, a crise ou a situação na Coreia do Norte. Continua ele, dizendo que os investimentos chineses na Venezuela e na Argentina, o Canal da Nicarágua, o grupo BRICS, a criação de uma agência de *rating*, tudo isso faz parte de um projeto bem elaborado de usar a política externa para defender a integridade territorial e para evitar que qualquer crise econômica possa afetar o crescimento chinês.

Na opinião do Prof. Henrique Altemani, a China busca o poder regional, mas busca também o poder internacional. A questão crucial é Taiwan, pois o Japão não aceitaria seu retorno à China, e sua manutenção é fundamental para os Estados Unidos exatamente como forma de conter a China, concluiu ele.

Segundo o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, também respondendo a perguntas que foram formuladas na oportunidade, o grande desafio da China é atender à demanda de 1,4 bilhão de pessoas, cada vez mais prósperas, em um país cada vez mais urbano, mais consumista e menos dependente de sua subsistência.

Com o Brasil, em particular, os chineses querem participar de uma integração e da formação de uma cadeia produtiva, que é a melhor forma de assegurar para eles o suprimento do que precisam e de assegurar também que continuaremos a ser importantes compradores de seus produtos, finalizou o Embaixador Castro Neves.

Quero agradecer, mais uma vez, a presença entre nós das autoridades, dos representantes do Corpo Diplomático e de S. Ex^a a Deputada Bruna Furlan, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que vem com sua presença prestigiando todos esses nossos encontros e a realização dos nossos painéis.

Obrigado a V. Ex^a, Deputada, em nome de todos os integrantes que compõem esta Comissão.

Como eu disse anteriormente, vamos agora convidar, para fazer parte da Mesa, os nossos convidados da noite de hoje.

O tema do nosso painel: "Brexit: quantos mais? O Crescimento dos Nacionalismos e o Futuro da União Europeia".

Participam como palestrantes o Embaixador Celso Amorim, ex-Ministro de Relações Exteriores; o Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes, Coordenador do curso de pós-graduação em Direito Público da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; e o Prof. Dr. Klaus Dalgaard, Professor de Política Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os quais tenho o prazer de cumprimentar e de convidar para tomar seus assentos à mesa.

Iniciando, portanto, o nosso painel da noite de hoje, mais uma vez agradecendo a honrosa presença de todos os nossos convidados, nossos palestrantes, passo a palavra ao Prof. Klaus Dalgaard, Professor Doutor de Política Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais, para fazer sua exposição, dispondo V. S^a dos 20 minutos tradicionalmente concedidos a cada um de nossos palestrantes.

O SR. KLAUS DALGAARD – Obrigado.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Ex^{mas} Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^{mo} Ministro Celso Amorim, Dr. Guilherme Sandoval Góes, meus colegas de Mesa, membros do Corpo Diplomático, senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu



gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, o honroso convite para participar desta audiência pública.

Este tema não poderia ser mais atual, pois exatamente hoje tiveram início as negociações entre o Reino Unido e a União Europeia.

A propósito, acabo de voltar de Londres, onde participei de um seminário sobre o Brexit. Cheguei lá no dia da eleição e voltei ontem. Por isso, devido ao *jet lag*, prefiro ler meu depoimento. Eu gostaria também de deixar claro que minhas considerações são pessoais e que não falo em nome da UFMG.

Apesar de muitos analistas considerarem o referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit, como sendo parte de uma tendência maior no mundo contra a globalização, refletida na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e no crescimento de diversos partidos de extrema direita ou de esquerda nas eleições pelo continente europeu afora, o Brexit é um caso à parte. O Reino Unido sempre teve, em alguma medida, uma postura isolacionista perante o resto da Europa.

Sem dúvida, as preocupações dos chamados perdedores da globalização tiveram alguma influência no referendo sobre a permanência ou a saída do Reino Unido da União Europeia. Porém, é bom lembrarmos que esse não foi o primeiro referendo sobre a saída do Reino Unido do bloco europeu. Em 1972, o Reino Unido, sob o governo conservador de Edward Heath, tornou-se membro da Comunidade Europeia, junto com a Irlanda e com a Dinamarca, na primeira expansão do Mercado Comum Europeu. Atraído pelo promissor mercado europeu, o ingresso no então Mercado Comum era uma política do Partido Conservador, dado o seu liberalismo econômico. Naquela época, quem era contra a participação do Reino Unido no bloco era o Partido Trabalhista e os movimentos sindicais, ambos contra a abertura de mercados e a concorrência vinda da Europa, sobretudo da Alemanha e da França. Pouco depois, em 1974, o Partido Trabalhista, liderado por Harold Wilson, venceu as eleições britânicas, prometendo em seu programa de governo perguntar à população se ela desejava permanecer ou sair das comunidades europeias e do Mercado Comum. Apesar de dois terços dos membros do Partido Trabalhista terem sido a favor da saída do Reino Unido da Comunidade Europeia, na época os demais partidos e a maior parte da imprensa eram a favor da permanência. Então, em junho de 1975, todos os Municípios do Reino Unido, com apenas duas exceções, votaram a favor da permanência no bloco.

A postura eurocética dos trabalhistas continuou até 1983, quando, em sua campanha eleitoral, o partido prometeu certa comunidade europeia sem a necessidade de um referendo, caso obtivesse maioria no pleito. Porém, o Partido Trabalhista foi amplamente derrotado pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher, reeleita para um segundo mandato. Desde então, os trabalhistas mudaram sua postura, passando a apoiar a permanência do país na Comunidade Europeia. Mas à medida que o projeto de integração europeu se aprofundava durante o governo Thatcher, nos anos 80, passando de uma simples união aduaneira com o Mercado Comum para um projeto de integração de cunho cada vez mais político e intervencionista, o descontentamento com a Comunidade Europeia surgiu dentro do Partido Conservador, sobretudo na ala mais próxima à Primeira-Ministra Margaret Thatcher. O comportamento cada vez mais eurocético de Thatcher criou uma forte divisão interna entre os conservadores. Desde então, o partido tem uma forte ala eurocética, representada por cerca de um terço de seus Parlamentares, que veem como uma questão mais ideológica do que prática a saída do Reino Unido da União Europeia e a recuperação da soberania nacional, transferida para o nível supranacional.

Ademais, ao longo dos anos 90, surgiram diversos novos partidos pregando a saída do Reino Unido da União Europeia. Dentre eles, o mais importante é o Partido da Independência do Reino Unido, o UKIP, formado em 1993, mas que só começou a conquistar popularidade na década seguinte, sendo o terceiro partido britânico mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu em 2004, o segundo mais votado em 2009 e o primeiro lugar nas eleições europeias em 2014, com 27,5% dos votos. Nesse período, houve um crescimento expressivo do euroceticismo, definido em termos do desejo de limitar ou reduzir os poderes da União Europeia, crescendo de 38% em 1993 para 65% em 2015, segundo a pesquisa do instituto British Social Attitudes.

Mas voltemos agora a tempos um pouco mais recentes. Após a derrota nas eleições gerais de 2005, a terceira consecutiva do Partido Conservador, a nova disputa interna pela liderança do partido



envolveu quatro candidatos. David Cameron ficou em segundo lugar no primeiro turno da disputa. Porém, ao prometer que incluiria um referendo sobre a permanência da União Europeia na proposta de governo do partido, caso eleito, Cameron conquistou o voto de boa parte da ala eurocética dos conservadores e foi o pré-candidato mais votado no segundo e terceiro turnos da disputa pela liderança do partido, elegendo-se líder em dezembro de 2005. Nas eleições seguintes, em 2010, com o Partido Trabalhista enfraquecido pela liderança impopular de Gordon Brown e no auge da crise financeira global, os trabalhistas perderam sua maioria parlamentar, e os conservadores conquistaram um maior número de cadeiras no Parlamento. Porém, não obtiveram a necessária maioria absoluta e se viram forçados a formar um governo de coligação com o Partido Liberal Democrata, historicamente pró União Europeia.

Como exigência do Partido Liberal Democrata durante a negociação para se coligar aos conservadores, o futuro Primeiro-Ministro David Cameron não convocaria um referendo sobre a permanência ou a saída do Reino Unido na União Europeia. Portanto, durante todo o mandato, de 2010 a 2015, o compromisso assumido com os liberais democratas inviabilizou o cumprimento da promessa de Cameron para a ala eurocética de seu partido, que é o de convocar um referendo sobre uma possível saída de União Europeia. Porém, em janeiro de 2013, com a sua popularidade em baixa e com as pesquisas de opinião indicando uma possível derrota nas eleições seguintes, a fim de apaziguar os dissidentes dentro de seu partido e conter o crescimento do UKIP, David Cameron fez a promessa eleitoral de um referendo sobre a permanência ou a saída do Reino Unido, após renegociar novos termos de participação do país com a União Europeia.

É importante ressaltar que David Cameron tinha a expectativa de perder essa eleição e, portanto, não teria de levar a cabo essa promessa. Porém, como tem sido cada vez mais frequente nos últimos anos, as pesquisas de opinião erraram feio: não só David Cameron se reelegeu, mas dessa vez o conseguiu com uma pequena maioria do Parlamento, não precisando mais da coligação com o Partido Liberal Democrata para governar. Assim, sem os liberais democratas para impedi-lo, David Cameron não teve outra opção senão a de cumprir sua promessa de campanha.

Então, no cargo de Primeiro-Ministro, David Cameron, sabendo da importância da parceria com a União Europeia, fez campanha para permanecer no bloco, focando sua campanha nos impactos econômicos desastrosos de uma saída. Por sua vez, a campanha a favor de sair da União focou na migração desenfreada vinda do resto da Europa e no custo para o contribuinte britânico em ter o seu país como membro do bloco.

O referendo ocorreu no dia 23 de junho de 2016, resultando em 51,9% dos votos a favor da saída da União Europeia e em 48,1% a favor da permanência. Houve alta participação de eleitores acima de 60 anos, cuja tendência foi votar a favor da saída, e foi relativamente baixa a participação de jovens entre 18 e 24 anos, que tendem a favorecer a permanência na União Europeia. O mapa das regiões do Reino Unido mostra que os únicos lugares onde a maioria votou para permanecer no bloco foram a capital, Londres, a Escócia e a Irlanda do Norte, e o resto do país votou majoritariamente pela saída.

Após seu fracasso político, David Cameron renunciou como Primeiro-Ministro e, após uma breve disputa pela liderança do Partido Conservador, a sua Ministra do Interior, Theresa May, assumiu o cargo de Primeira-Ministra do Reino Unido em 13 de julho de 2016.

Apesar de ter acompanhado Cameron em sua campanha a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia, Theresa May ficou conhecida por suas políticas duras de imigração como Ministra do Interior e subsequentemente adotou uma postura dura nos preparativos para as negociações com a União Europeia, favorecendo um chamado Brexit duro, isto é, uma saída completa do Reino Unido de todos os acordos de integração da União Europeia, para angariar o apoio da ala mais eurocética de seu Partido, sem o qual ela não tem força para governar, dada a sua pequena maioria no Parlamento.

Em 29 de março de 2017, Theresa May entregou para o Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, uma carta acionando o art. 50 do Tratado de Lisboa, iniciando formalmente o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, com o prazo máximo de dois anos para se completar, ou seja, 29 de março de 2019.

É importante ressaltar que, não tendo sido eleita, Theresa May não tinha um claro mandato da população para negociar o Brexit nos termos duros que ela propunha, a ponto de pregar que nenhum



acordo é melhor do que algum acordo ruim. Entretanto, a sua maioria no Parlamento era pequena, e, por isso, ela estava à mercê da ala eurocética do seu partido, que representa cerca de um terço de seus Deputados eleitos e sem os quais May não conseguiria governar. Por isso, com sua popularidade em alta, segundo as pesquisas de opinião, Theresa May decidiu convocar eleições no meio do mandato, apostando que aumentaria consideravelmente a sua maioria no Parlamento, o que não só lhe daria um claro mandato dado pela população para continuar com sua linha dura nas negociações do Brexit, mas também lhe daria maior flexibilidade nas negociações com a União Europeia, não sendo mais refém da vontade da ala eurocética do seu Partido. Entretanto, sua aposta não deu certo, com o tiro saindo pela culatra. Após ter feito uma campanha desastrosa, que não incluiu seus ministros, e aconselhada apenas por dois assessores próximos a ela, no dia 8 de junho de 2017, Theresa May perdeu sua já pequena maioria, apesar de os conservadores continuarem sendo o maior partido no Parlamento.

Um dos fatores mais importantes por trás dessa derrota política e eleitoral, além da péssima campanha, é claro, foi a alta participação de jovens entre 18 e 24 anos – cerca de 70% dessa parcela da população –, que, cansados de anos de austeridade sob o governo conservador, votaram predominantemente no Partido Trabalhista, que conquistou cerca de 40% dos votos no país.

Faltando apenas oito Deputados para conseguir a maioria absoluta, May fez uma aliança com o Partido da União Democrática – a agremiação protestante ultraconservadora da Irlanda do Norte, que elegeu dez Deputados –, a fim de formar um governo de minoria.

Agora, May encontra-se consideravelmente enfraquecida e ainda mais encurralada e à mercê das vontades não só da ala eurocética do Partido Conservador, mas também do Partido da União Democrática, cujas exigências com relação ao Brexit incluem manter aberta a fronteira com a Irlanda – contrariamente à vontade daqueles que querem sair da União Europeia – e receber de Londres todo o apoio econômico que a Irlanda do Norte atualmente recebe de Bruxelas.

Isso demonstra a enorme fragilidade do governo de Theresa May, que, possivelmente, não terá estabilidade suficiente para durar até o fim deste ano, além de ficar extremamente vulnerável a um voto de desconfiança, o que provocaria a queda de seu governo e a consequente realização de novas eleições.

Todo esse cenário de incerteza apenas traz mais pontos de interrogação sobre as negociações do Brexit, cujo prazo final para se atingir um acordo continua sendo 29 de março de 2019. Se não houver um acordo até essa data, o Reino Unido saíra completamente da União Europeia e de todos os seus mecanismos de integração regional.

Nesse caso, quais seriam as consequências para a Europa e para o Reino Unido?

Do ponto de vista europeu, existem dois pontos que precisam ser resolvidos, numa fase inicial de negociações, antes de ir adiante para a segunda fase, que determinará a futura relação entre o Reino Unido e a União Europeia: primeiro, a situação legal de moradia e de trabalho tanto dos cidadãos da União Europeia vivendo no Reino Unido, cerca de 3,2 milhões, quanto a dos cidadãos britânicos vivendo e trabalhando no resto da União, cerca de 1,2 milhão; segundo, a chamada "conta do divórcio", isto é, os compromissos fiscais do Reino Unido com a União Europeia, como o orçamento de sete anos da União Europeia, o atual dura de 2014 a 2020, para o qual a contribuição do Reino Unido deve ser mantida até o fim da sua vigência. Os negociadores europeus estimam essa conta entre €80 bilhões e €100 bilhões.

Enquanto isso, diversos líderes europeus já deixaram claro que, com sua saída, o Reino Unido não poderá ter acesso ao Mercado Comum se não aceitar a livre circulação de bens, de serviços, de capital e de pessoas dentro do mesmo. Este é o caso da Noruega, que não é membro da União, mas que tem acesso ao Mercado Comum, porque aceita todas as regras do bloco.

Caso o Reino Unido saia completamente do Mercado Comum e da União Aduaneira europeia, haverá consequências negativas para a Europa também. Por exemplo, o orçamento da União Europeia perderá seu segundo maior contribuinte, com uma participação líquida de €11,5 bilhões anuais. O maior é o da Alemanha, com €14,3 bilhões; e o terceiro é o da França, com €5,5 bilhões. A saída do Reino Unido, portanto, significaria ou um aumento da contribuição dos maiores países europeus ou um orçamento reduzido para o bloco.

Enquanto isso, o comércio entre o Reino Unido e o resto da União Europeia equivale a €600 bilhões anuais e representa 16% do mercado de exportação dos países europeus. Só na Alemanha,



cerca de 750 mil empregos dependem de exportações para o Reino Unido, equivalentes a €120 bilhões por ano, representando 8% de todas as exportações alemãs, sem mencionar os inúmeros bens cuja cadeia de produção passa, em algum momento, pelo Reino Unido.

Por outro lado, previsões de que o voto pelo Brexit fortaleceria os demais movimentos eurocéticos no resto da União Europeia se mostraram falsas. As pesquisas de opinião imediatamente após o referendo britânico mostraram uma expressiva queda de apoio aos movimentos eurocéticos no resto do continente Europeu. Ademais, partidos populistas na Europa que disputaram eleições desde então – o Partido para a Liberdade, de Geert Wilders, na Holanda, e a Frente Nacional, de Marine Le Pen, na França – não foram tão bem nas urnas quanto esperavam.

Mesmo assim, os negociadores europeus deverão adotar uma linha dura nas negociações com o Reino Unido. O objetivo é mandar uma mensagem para os demais movimentos eurocéticos da Europa que sair da União Europeia será algo extremamente desvantajoso para seus respectivos países.

Já as consequências para o Reino Unido são muito mais complicadas. As prioridades de Theresa May são acabar com a livre movimentação de pessoas vindas da União Europeia e revogar a jurisdição da Corte de Justiça Europeia. Já que a primeira dessas significaria a saída completa do Mercado Comum, o objetivo de May é firmar apenas um Acordo de Livre Comércio com o bloco. Porém, a União Europeia, provavelmente, não aceitará um Acordo de Livre Comércio sem que o Reino Unido atenda às leis e exigências do Mercado Comum.

Um estudo do Institute for Fiscal Studies prevê uma redução de crescimento econômico equivalente a £70 bilhões anuais se o Reino Unido sair do Mercado Comum, com pouca chance de novos Acordos de Livre Comércio compensarem essa perda. Ademais, ao sair da União Europeia, o Reino Unido também deixará de ser signatário de 759 acordos internacionais do bloco com 168 países, que terão de ser renegociados.

O setor financeiro de Londres também corre o risco de perder até cem mil empregos, caso decida migrar para outras capitais da Europa. Vale ressaltar também que esse setor contribui com cerca de £10 bilhões em impostos, anualmente.

O Brexit também coloca um ponto de interrogação quanto ao futuro da relação entre a Inglaterra e as outras nações que compõem o Reino Unido, principalmente a Escócia, mas também a Irlanda do Norte.

A Escócia já teve um referendo sobre sua independência, em 2014, no qual 55,3% dos eleitores votaram para permanecer no Reino Unido. Porém, o fato de 62% dos escoceses terem votado a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia foi usado como justificativa pela Primeira-Ministra da Escócia e líder do Partido Nacional Escocês, Nicola Sturgeon, para realizar um segundo referendo sobre a independência escocesa antes do fim das negociações do Brexit. A ideia é que uma Escócia independente possa se tornar membro da União Europeia. Entretanto, apesar do pedido de Nicola Sturgeon por um novo referendo para a independência da Escócia ter sido aprovado pelo Parlamento escocês em março deste ano, seu partido foi o que mais perdeu cadeiras nas eleições gerais deste mês. Agora, o Partido Nacional Escocês, com sua causa da independência, encontra-se fragilizado.

A Irlanda do Norte também votou majoritariamente pela permanência do Reino Unido na União Europeia, porém com menor maioria que a da Escócia: 55,8%. Mesmo que alguns partidos da Irlanda do Norte tenham sido a favor do Brexit, como o Partido da União Democrática, hoje aliado do novo governo de minoria de Theresa May, todos os demais são contra fechar a fronteira com a República da Irlanda, o que faz parte do plano de Theresa May para controlar a imigração. Por um lado, fechar essa fronteira pode colocar em risco o Acordo da Sexta-Feira Santa, de 1998, responsável pela paz entre os católicos e protestantes, que lutavam entre si há 30 anos na Irlanda do Norte. Porém, a necessidade da aliança com o Partido da União Democrática, que fará questão de manter a fronteira aberta como condição de seu apoio ao governo minoritário de May, deve garantir que essa fronteira permaneça aberta. Por outro lado, o simples fato de Theresa May ter se aliado a um partido que representa um dos extremos no antigo conflito norte-irlandês, por si só, pode reacender as tensões entre católicos e protestantes, uma vez que o Acordo da Sexta-Feira Santa requer neutralidade dos governos do Reino Unido e da República da Irlanda.

Um dia após o referendo do Brexit, o partido nacionalista e independentista católico, Sinn Féin, sugeriu um referendo sobre a reunificação da Irlanda do Norte com a República da Irlanda. Em março



deste ano, o Sinn Féin aumentou seu número de deputados na Assembleia da Irlanda do Norte, apesar de continuar sendo a segunda maior bancada, após o Partido da União Democrática, que é favorável ao Brexit.

Além disso, o Conselho Europeu decidiu, em abril, que caso haja uma reunificação da Irlanda, a Irlanda do Norte fará parte da União Europeia. Ou seja, as condições estão propícias para que as tensões e os conflitos da Irlanda do Norte sejam reanimados.

Em suma, Theresa May saiu bastante enfraquecida da eleição, sem um forte mandato popular para ir adiante com as negociações de um Brexit duro, para o qual ela fez campanha, além de ser refém das vontades e exigências, de um lado, da ala eurocética de seu partido e, do outro lado, do Partido da União Democrática norte-irlandês, sem mencionar o fato de que o serviço público britânico não está preparado para negociações tão complexas.

Enquanto isso, o negociador-chefe da União Europeia, o ex-Ministro das Relações Exteriores da França, Michel Barnier, que tem um forte mandato para as negociações após extensivas consultas com todos os demais Estados-membros da União, quer que as negociações se encerrem até outubro de 2018, para que haja tempo suficiente para os 27 países-membros da União Europeia ratificarem o tratado da saída do Reino Unido. Somente se um deles não ratificar o tratado, a saída do Reino Unido será completa.

Portanto, a grande ironia dessa tragédia britânica é que a melhor solução possível para o Reino Unido é um acordo interino, pelo qual o país assumiria o mesmo *status* que a Noruega – isto é, participação do Mercado Comum sob exatamente as mesmas condições econômicas, legais e regulatórias que o Reino Unido se encontra agora, mas com a importantíssima diferença de não ter representação nas decisões tomadas no nível supranacional –, enquanto se ganha tempo para negociar um acordo mais detalhado que não seja tão nocivo ao Reino Unido quanto a saída total da União Europeia. Ou seja, tal solução representaria, no curto prazo, o pior dos dois mundos, mas pelo menos daria tempo para se negociar uma saída melhor no longo prazo. Mas se as partes decidirem optar ou não por essa alternativa só o tempo dirá.

Com essas considerações, conluo minha exposição.

Agradeço a atenção. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Klaus Dalgaard, Professor de Política Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais, pela sua exposição.

Tenho a satisfação de passar a palavra, agora, ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Público da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro.

O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Boa noite a todos!

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Collor, ao Ex^{mo} Sr. Ministro Embaixador Celso Amorim, à Ex^{ma} Sr^a Deputada Bruna, ao ilustre Prof. Klaus e a todos os presentes a honra que tenho de poder compartilhar algumas ideias sobre tema tão importante e tão atual nesta atual quadra do cenário geopolítico mundial.

Eu também gostaria de expressar que aqui não falo em nome da Escola Superior de Guerra, escola da qual sou Chefe da Divisão de Assuntos de Geopolítica. Também não falo em nome da Escola da Magistratura, onde sou professor de Direito Internacional e de Direito Constitucional, e não falo em nome das outras universidades em que ministro. Então, estou falando aqui em caráter estritamente pessoal, sem nenhuma correspondência com essas instituições em que ministro aulas, especialmente a Escola Superior de Guerra, que vai estar mais afeta a essa temática.

A minha abordagem procurou dar um viés geopolítico sobre essa questão do Brexit e também sobre a questão da doutrina Trump. Então, a nossa ideia aqui, pelo pouco tempo que temos, seria basicamente a de tentar fazer essas conexões para entender se o Brexit e a própria doutrina Trump estão desconectadas do jogo geopolítico das relações internacionais. É mais ou menos com essa ideia que a gente vai tentar compartilhar reflexões importantes, para que a gente possa realmente traçar elementos mais importantes para a nossa análise.

Eu vou, pelo tempo, pular algumas exposições. Professor tem mania de sempre usar PowerPoint, e eu não poderia fugir disso.



Eu queria começar com essa questão muito importante das relações internacionais. No jogo de poder das nações com mais força geopolítica, há sempre um discurso kantiano-wilsoniano, um discurso de cooperação internacional, de direitos humanos. Então, esse debate é muito importante, porque, muitas vezes, por trás desse debate, nós temos ali uma perspectiva maquiavélico-hobbesiana, o interesse geopolítico por trás daquele jogo, daquela retórica. E isso se dá muito nas relações verticalizadas entre centro e periferia. Nós identificamos muito essa perspectiva num discurso kantiano-wilsoniano, muitas vezes encobrendo uma perspectiva maquiavélico-hobbesiana.

Dentro dessa perspectiva, eu queria tentar mostrar a nossa situação com esta imagem aqui. Nós temos três grandes paradigmas, se me permitirem falar de forma muito sintética. Se nós olharmos toda a evolução da ordem geopolítica mundial, nós vamos ver que temos três grandes paradigmas. É impressionante! O mundo eurocêntrico, que nasce lá em Vestfália, em 1648, vai até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo deixa de ser eurocêntrico, e nasce aí a perspectiva de *Pax Americana*. Talvez, esse seja o primeiro ponto importante para a nossa reflexão, que vai, inclusive, trazer elementos para a nossa compreensão até hoje sobre o Brexit. Nessa perspectiva, quando acaba a Segunda Guerra Mundial, quando acaba o mundo eurocêntrico, vem a Guerra Fria, e nós entendemos muito bem que a Guerra Fria simboliza exatamente a extensão geopolítica dos Estados Unidos. E, finalmente, com a queda do Muro de Berlim, vem esse cenário pós-moderno, que é o cenário que estamos aqui a discutir.

Ora, nós estamos aqui a discutir, senhoras e senhores, um cenário internacional geopolítico que diz o seguinte: com o final da Guerra Fria, estamos vivenciando um sistema de *Pax Americana*, de predominância geopolítica dos Estados Unidos, ou estamos vivenciando um mundo multipolar? Essa é uma questão que ainda não tem resposta nas relações internacionais nem na geopolítica. Ora temos elementos de democracia neoliberal, na perspectiva da *Pax Americana*, ora temos elementos de multipolaridade da democracia cosmopolita, a democracia de David Held, e do metaconstitucionalismo. Então, é importante entendermos bem esse quadro, que é o que nos interessa.

Os elementos que eu queria trazer eram exatamente dessa perspectiva americana. Na Guerra Fria, o que acontece? Observem bem! A ideia de Donald Trump do *America First* não é nova. Quer dizer, os Estados Unidos criarem geopoliticamente uma estratégia que se volta para si próprio não é novidade. Essa era a estratégia dos Estados Unidos no período entre guerras. Nesse período, era exatamente essa a estratégia da potência americana, só que era um *America First* completamente distinto do *America First* de hoje. É preciso compreender que essa perspectiva estratégica já existe e foi, inclusive, o elemento motor da geopolítica americana.

Outro elemento importante para tentarmos entender é o sistema yaltiano de poder, que é a retirada do Estado Nacional de fazer a guerra, passando isso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse é um elemento importante nas relações internacionais. E, finalmente, há a ideia da tríade capitalista americana. A *Pax Americana* vai se perfazer sempre a partir dessa perspectiva da tríade, desde o Plano Marshall, passando pelo Clube de Roma, depois passando pelo Clube de Paris, pela OCDE, pelo G7 e pela formação da Alca.

Então, essa perspectiva sempre acompanhou a geopolítica dos Estados Unidos e da União Europeia, a famosa relação atlântica. Esse é um elemento importante para trazermos para a nossa reflexão, para discutir o Brexit e a doutrina Trump propriamente dita.

Quanto a esses elementos, chamamos isso de *iceberg* estratégico. No *iceberg*, a parte visível é a sua menor parte. A Guerra Fria, a questão ideológica, isso é bem visível. Não se percebe que, muitas vezes, por trás disso, já havia estruturas de poder interligando a geopolítica dos Estados Unidos e a geopolítica da Europa. E o Reino Unido está aí, diretamente associado. É a estratégia número um dos Estados Unidos. E há o Japão.

O que vemos aí? Primeiro, em Bretton Woods, houve a criação do Banco Mundial e do FMI, que são elementos hegemônicos de controle do sistema internacional, e o dólar passa a ser referência do sistema financeiro internacional. Todos esses são dados importantes que temos de analisar dentro da perspectiva maior dessa geopolítica mais sofisticada de elementos hegemônicos de poder. O dólar é a referência do sistema financeiro internacional, abandona-se o padrão-ouro. Em 1971, Com a Declaração Unilateral, o dólar passa a ser referência do sistema financeiro internacional, pautado



apenas na sua credibilidade. E, depois, vem a criação do G7, ou seja, da chamada Teoria da Tríade, que foi concebida pelo grande estrategista que morreu recentemente, o Sr. Brzezinski, que foi, desde a década de 70, o grande idealizador dessa concepção estratégica americana. Daí a importância da nossa análise, daí a minha preocupação em trazer, primeiro, esse elemento de reflexão mais amplo do que representa a relação transatlântica, do que representa o papel do Reino Unido dentro da perspectiva maior do mundo estratégico global.

Havia exatamente essa ideia da tríade – observem bem! –, do Clube de Paris, do Clube de Roma. Isso era exatamente o quê? A formação do bloco americano, a formação do bloco europeu, a formação do bloco asiático. Nos Estados Unidos, havia a relação atlântica com a Europa. Aí, é claro, há os principais aliados desde o Plano Marshall, a Alemanha, a Grã-Bretanha e o próprio Japão, na área da Pan-Ásia, mas sempre sob o controle da potência dos Estados Unidos. Então, essa é uma perspectiva estratégica que sempre dominou – vamos dizer assim – o *modus faciendi* dessa perspectiva geopolítica dos Estados Unidos. Os Estados Unidos sempre estiveram com esses três elementos, desde o Plano Marshall – insisto nisto: os Estados Unidos, a relação atlântica e a própria relação com o Japão. E é claro que há os elementos de apoio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, que davam respaldo a essas estruturas de poder. Então, essa estratégia americana sempre foi o grande paradigma do National Security Strategy dos Estados Unidos.

Quando acaba a Guerra Fria, o que acontece? Aquela questão ideológica deixa de existir, e passa a predominar a questão econômica. Passa a predominar, dentro da própria matriz estratégica dos Estados Unidos, a questão econômica. E aí o que a gente vai ver? O famoso "O Fim da História", de Francis Fukuyama, que todos nós acompanhamos muito bem: a questão do comunismo, o fim do comunismo, a supremacia do modelo liberal, a vitória da democracia e do capitalismo, a questão da universalização dos valores americanos, toda essa ideia de que não teríamos mais guerra, de que o mundo seria um só. Então, essa perspectiva simboliza muito bem aquele momento de globalização.

Observem bem: agora, quando a gente olha o cenário geopolítico, o que a gente percebe? A gente percebe os mercados globais. Essa nova perspectiva a gente chama de cenário geopolítico pós-moderno. O que a gente vê nessas duas perspectivas? Os Estados Nacionais só têm duas posições nessa perspectiva. Quando a gente vai para essa abertura do mercado mundial, nós só temos duas posições: ou o Estado está na cadeia transnacional de produção, é um *global player* – como a GM ou como a própria Petrobras, que é uma *global player*, que está na cadeia transnacional de produção –, ou ele é um mercado. Isso é muito sofisticado em termos de operacionalização da geopolítica, porque muitas vezes essa imagem de o Estado estar na cadeia transnacional ou de nela não estar vem de forma difusa para a sociedade. A gente não consegue perceber essas duas perspectivas importantes de o Estado estar na cadeia transnacional de produção ou de o Estado virar mero mercado daquele setor. Isso é importante para mostrar isso. Essa construção é importante.

O Prof. Natalino Irti traz uma linha epistemológica muito sofisticada, uma linha epistemológica que traz a relação entre o direito e a geopolítica. Infelizmente, nós ainda não temos essa linha no Brasil. Ele começa a desenvolver como é que a geopolítica vai influenciar a feitura do marco regulatório, como é que a geopolítica vai influenciar a própria alteração constitucional dos países. Então, o que ele faz? Ele defende a ideia de que os centros de poder, aqueles países que detêm tecnologia, que detêm o fluxo comercial, que detêm os fluxos financeiros, pela sua capacidade, pelo seu poder, pela sua cratologia, pela sua dimensão cratológica de poder, ficam praticamente buscando os mercados de ordenamentos jurídicos, ou seja, os países da periferia – observem bem – ficam alterando suas constituições, ficam alterando os mercados regulatórios, as suas leis infraconstitucionais, muitas vezes não voltadas para o próprio interesse geopolítico do país, mas para atrair esses investimentos. Então, muitas vezes, o marco regulatório é feito não para atender a perspectiva própria do país, mas para atrair esses investimentos.

Então, essa imagem é muito importante, e essa figura mostra isto. Se olharmos aqui as maiores empresas do mundo, vamos perceber isso claramente. Aqui estão os centros, que são os detentores dessa capacidade de investir, e os outros países, que estão fazendo o mercado, os seus ordenamentos jurídicos. O que eu queria destacar aqui – observem bem aqui – é o nosso País. Este que está em azul aqui é o Brasil, são as nossas grandes empresas que compõem o chamado núcleo estratégico brasileiro, que estão na cadeia transnacional de produção. Então, essa imagem vale por mil palavras,



porque ela mostra que o País, de certa forma, está engajado nessa perspectiva. Apesar de não ser um ator central, se olharmos ali pela própria figura, ela projeta essa imagem de que o Brasil é, sim, um *player* que pode ser levado em consideração, porque é um dos poucos países que ainda têm essas empresas transnacionais, como estamos vendo ali.

Há uma preocupação que eu queria compartilhar com todos: talvez, essas empresas estejam sendo desconstruídas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Não. Esse mapa é de 2016, mas está sendo desconstruído. Essas nossas empresas, esses núcleos estratégicos que tínhamos... Ou seja, ao invés de aumentarmos o nosso núcleo, estamos reduzindo esse núcleo. É uma constatação melancólica que eu queria compartilhar com todos.

Mas isso mostra a importância do País nessa perspectiva global mais sofisticada que requer, sem dúvida, um pensamento geopolítico autônomo, um pensamento geopolítico mais aprofundado, estudos mais aprofundados, para ver qual é a melhor perspectiva, qual é o melhor marco regulatório, como é que deve ser a minha lei, qual deve ser o meu marco da minha Constituição, como devo regular esse setor.

Então, observe que essa imagem revela *per se* toda essa questão. Volto, senhoras e senhores, com muita melancolia mesmo, a trazer um pouco essa imagem da falta de análise brasileira, da falta de um projeto geopolítico brasileiro. Não percebemos isso, infelizmente. Enquanto esses grandes Estados estão planejando suas estratégias, estamos praticamente sendo levados por essas perspectivas estratégicas que não nos dizem respeito.

E avançando aqui... Temos mais quatro minutos, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Pronto.

Eu queria só avançar aqui.

Falei dos nossos núcleos estratégicos.

Aí eu queria discutir isto: o Brasil, bem ou mal, está participando de elementos anti-hegemônicos.

A ideia de G-Zero, por exemplo, de Ian Bremmer, é muito interessante. O que é o G-Zero, de Ian Bremmer? É exatamente aquela ideia: na crise de 2008, o G7, aquele tradicional G7 que regula o sistema financeiro internacional, não deu conta da crise de 2008, e foi necessário chamar o G20. Então, fica a perspectiva a partir desse momento: é o G20 ou o G7 que está regulando ou que vai regular o sistema financeiro internacional? Ian Bremmer vem e traz essa ideia do G-Zero e diz: nem é o G7, que ele chama de velha ordem, nem o G20, porque o G20 não tem condições hegemônicas de impor a sua vontade. Ele diz que estamos no caos, que estamos na recessão geopolítica. É muito interessante essa construção, esse constructo teórico dele do G-Zero, que é exatamente essa imagem que é mostrada aí.

Há a questão do Segundo Mundo de Parag Khanna. Ele quebra com a tradicional tríade capitalista, retira o Japão do polo de poder e coloca a China no polo de poder. Então, são elementos importantes para a nossa reflexão.

Há o mundo pós-americano de Zacaria. Não é o declínio americano. O que acontece é a ascensão das demais potências, principalmente da China.

E aí a gente vai para a questão do nosso País e para a era Trump. Observem bem o que a era Trump traz. Eu queria trazer isso de forma muito tranquila, porque ainda é uma perspectiva muito nova. Nós não temos elementos epistemológicos para concluirmos isso ainda. É absolutamente nova a perspectiva, a estratégia dos Estados Unidos em termos da doutrina Trump. Por quê? Observem bem o que ocorre desde o Plano Marshall. Houve o Plano Marshall: Estados Unidos, Europa e Japão. É sempre a tríade. Há o *engagement*, a formação do G7 e a formação da OCDE. Não sei se lembram da década de 90, quando veio a Alca, o mercado transatlântico, a Apec, quando veio o *engagement and enlargement* de Clinton – é o mesmo esquema, para fazer a Área de Livre Comércio das Américas.

Observem que sempre houve a tríade, Estados Unidos sempre com a União Europeia, sempre junto na relação atlântica, sempre junto com o Reino Unido, sempre junto com a Alemanha, sempre



junto com a Itália, sempre junto com o Japão, sempre junto na OCDE, no G7 – essa é a estratégia desde sempre –, na Alca. É sempre isso. Quando a gente vem para cá, observem que há a tríade capitalista, o FMI, o Banco Mundial, sempre controlados por estas forças geopolíticas, sempre nessa perspectiva tridimensional.

E o que deságua aqui? As alianças! Isso é o mais importante. A aliança transatlântica e a aliança transpacífica eram o que havia de mais avançado nas relações internacionais dos Estados Unidos com o governo Barack Obama. Era o mecanismo de relações internacionais mais avançado para a geopolítica americana, caracterizando toda essa imagem.

Ora, o que o Donald Trump vem e faz? Ele desconstrói essa perspectiva que vem desde o Plano Marshall. Não sei se eu estou sabendo compartilhar a imagem. A estratégia aqui não é de hoje, a estratégia vem do Plano Marshall, sofisticando-se a cada ano, a cada tempo, ganhando cada vez mais ares sofisticados. E a doutrina Trump vem e faz isto: desconstrói a tríade, abandona as alianças hemisféricas, afasta-se da *Pax Americana*, faz a questão do mercado interno com o mercado mundial, vai fazer a fábrica dentro dos Estados Unidos e faz o *America First*.

Observe que, com isso, praticamente se desconstrói toda aquela estratégia que vem desde o Plano Marshall. Quer dizer, o estrategista fica meio sem entender que estratégia é essa. Agora, a pergunta é a seguinte: será que essa não é a saída que o estrategista americano está vendo pela competência chinesa? Eu gostaria de deixar essa reflexão para todos. Será que essa perspectiva da doutrina Trump não é a única saída para tentar, de certa forma, enfrentar a questão da ascensão geopolítica chinesa? Isso fica para a nossa reflexão, e o tempo vai dizer.

Eu queria encerrar, como pedi vênica para fazer essa análise mais geopolítica, para entender o Brexit nessa perspectiva, dizendo que o Brexit está exatamente dentro dessa perspectiva. Eu quebro a aliança transatlântica, e não me interessa mais. Eu estou desfazendo as alianças tradicionais, estou me desfazendo do meu aliado atlântico e do meu aliado asiático, eu estou desfazendo isso. Essa não é mais minha estratégia; a minha estratégia agora é *America First*. E observem bem, o Brexit vem exatamente nessa perspectiva. O Brexit tem exatamente um dos elementos geopolíticos que vão circunscrever essa nova perspectiva geopolítica dos Estados Unidos. Agora, se essa estratégia dará certo ou não ninguém sabe, mas nós, analistas das relações internacionais, nós, que somos estudiosos da era pós-moderna, precisamos compreender toda a sofisticação que está por trás dessas duas perspectivas.

Eu queria encerrar, trazendo uma questão também fulcral: como é que a Grã-Bretanha vai sair da União Europeia se ela vai se desconstruir? Há a questão do Mercado Comum e a questão da união aduaneira. O Barnier já decidiu que não vai abrir mão do Mercado Comum e da união aduaneira, ou seja, eles não vão poder abrir mão de estabelecer uma tarifa externa comum para negociar com o resto do mundo e não vão poder abrir mão da livre circulação de bens, de capital e de mão de obra, até pelo próprio art. 50 do tratado. Barnier, que é o negociador da saída do Brexit, deixou muito claro isso. Então, esse é um elemento fulcral dentro dessa perspectiva do Brexit.

Eu queria agradecer imensamente a honra que tive em poder compartilhar essas imagens com as senhoras e com os senhores.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Público da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, pela sua explanação.

Passo agora a palavra ao Sr. Ministro Embaixador Celso Amorim, para fazer sua exposição.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Agradeço aqui a presença da nossa Presidenta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e também dos professores, com os quais já aprendi muito. Vou até comentar um pouco sobre o que eu ouvi.

Eu queria cumprimentar o Senador Pimentel, grande amigo, e também o Embaixador, nosso querido amigo.

Se me permitir, Sr. Presidente, vou cumprimentar as duas Embaixadoras, porque são o símbolo de uma das maiores transformações que se passaram na última década no Itamaraty. Fico muito feliz



de ver que isso continua acontecendo, porque, pelo que entendo – não sei se ela já se submeteu à sabatina –, a Embaixadora Edileuza está indo para um lugar muito importante, e a Embaixadora Gisela acabou de ser promovida. Como fiquei ali por muitos anos – e não é mérito nenhum; quer dizer, o diabo sabe das coisas porque é velho, e não porque é esperto –, ambas trabalharam comigo em momentos diferentes da minha experiência.

Eu queria também cumprimentar o General Dalgaard. Em outra dimensão, já no ocaso da minha vida pública, foi-me dado exercer o cargo no Ministério da Defesa.

Presidente, tanta coisa interessante foi dita! Eu tinha aqui preparado uma coisa um pouco estruturada, mas vou preferir fazer alguns comentários, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor!

O SR. CELSO AMORIM – Talvez, partindo de coisas específicas, eu comente algumas coisas mais gerais.

Em relação, por exemplo, ao Brexit, concordo que o Brexit é muito específico em termos de Reino Unido, dos sentimentos que foram aqui muito bem expostos, que são oscilantes entre o Partido Trabalhista e o Partido Conservador no Reino Unido, e também dos sentimentos da Europa em relação ao Reino Unido, que também é algo importante de assinalar, porque é algo que não foi mencionado claramente, embora talvez esteja implícito no que foi dito sobre a posição do Barnier. Fiquei tanto tempo como Ministro, que muitos foram colegas meus assim rapidinho, e Barnier foi um deles, aliás, na época em que foi Ministro do Exterior da França. O sentimento da Europa é um sentimento misto, porque o Reino Unido sempre foi o que, em inglês, eles chamam de *odd man out*, quer dizer, ele é um pouquinho diferente, não só em função da insularidade física, mas também em função da relação atlântica, da relação privilegiada com os Estados Unidos.

Inicialmente, foi o Reino Unido que não quis entrar para a União Europeia. Quer dizer, a Europa começa com dois modelos de integração: um modelo de integração que é o Mercado Comum Europeu, que desemboca na União Europeia, e outro modelo de integração que era o EFTA. Eu vejo que, até agora, o Mercosul está negociando com o que sobrou do EFTA de alguma maneira. Mas havia o EFTA, que era apenas uma Área de Livre Comércio. Há livros importantes escritos nessa época que mostram por que o Reino Unido prefere essa Área de Livre Comércio.

Isso é muito interessante. Na nossa região, muita gente critica o Mercosul, dizendo que era melhor não haver união aduaneira e haver só a parte de livre comércio. As pessoas muitas vezes esquecem que esses projetos de integração não são predominantemente econômicos. O instrumento é econômico. Mas eles são predominantemente políticos. O Presidente Collor assinou o acordo do Mercosul com a união aduaneira ali incluída. É um projeto político de longo prazo. É um projeto de união. É um projeto de afastamento da possibilidade de conflito.

Então, acho que este é um aspecto que vamos ter de examinar: para além das perdas específicas comerciais que podem ocorrer, até que ponto a saída do Reino Unido representa ou não o enfraquecimento de uma estrutura de paz mundial, sobretudo de paz na Europa? É algo que é interessante ver sob esse ângulo.

Como foi mencionado aqui, antes o Reino Unido não quis; depois, em determinada época, o Reino Unido quis, mas a França, de Charles de Gaulle, não queria.

Só para ilustração, estudei na London School of Economics. Não tive uma carreira acadêmica brilhante como a do Professor, por circunstâncias variadas, mas, de qualquer maneira, lá estudei. Eu me lembro de um dos livros importantes que me impressionou muito e que, em português, se chama *Introdução à História Contemporânea*. Esse livro foi traduzido para o português. Ele é de um autor chamado Geoffrey Barraclough, um historiador que estuda o período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial – uma coisa que é muito conhecida; ele não é o único que terá falado disso, mas foi a primeira vez que eu li – considerando a Segunda Guerra Mundial como um prolongamento da Primeira.

Há muitas análises feitas, sobretudo na Inglaterra, dizendo que, finalmente, com a União Europeia, tinha se conseguido o que não se havia conseguido com duas guerras, que era a união da Europa sob a hegemonia de um país, que, no caso, é a Alemanha, porque é o país mais poderoso. Vemos que há todo esse esforço de contrabalançar também dentro da União Europeia – acho que a França e outros ainda tentam fazer –, mas a ausência da Inglaterra cria, de certa maneira, um vácuo. Por um lado, acho que isso favorece a união, porque o Reino Unido sempre votava de maneira um



pouco diferente em várias questões, inclusive em matéria de defesa comum, que vários na União Europeia viam como uma coisa mais europeia, não necessariamente só seguindo a Otan. Enfim, há uma série de indagações que eu acho que devem ser feitas dentro desse contexto geopolítico interessante.

Eu me lembrei do Geoffrey Barraclough quando houve essa discussão, pois houve, recentemente, uma declaração – não com o Reino Unido, mas trazendo outro assunto que não deixa de ser relacionado – ou uma atitude do Presidente Trump nas últimas reuniões de cúpula na Europa, que não lembro se da G7 ou da Otan, quando a Chanceler Merkel foi um misto de reclamação e satisfação ao dizer: "Nós agora não podemos contar com os outros". Quer dizer, podem contar com quem? Com os próprios europeus. Então, essa é uma mudança geopolítica de extrema importância, independentemente do que foi desejado, independentemente das motivações mais imediatas que ocorreram. Não estou fazendo juízo de valor se isso é bom ou mau, mas é algo que tem que ser visto.

Como é uma mudança geopolítica de extrema importância a ascensão da China. Eu fui a Xangai agora, faz 15 dias. E, aliás, eu visitei o banco dos BRICS. Ninguém falou dos BRICS aqui, mas isso é outra coisa que geopoliticamente para mim tem uma grande significação. Inclusive, a existência dos BRICS explica muita coisa que tem acontecido recentemente em várias partes do mundo. Vi lá, Presidente, o banco dos BRICS, que era uma ideia e depois se tornou... Ele ocupa três andares de um prédio moderníssimo em Xangai. Ele já aprovou vários projetos. Ao mesmo tempo, vê-se a China exercendo, até facilitada pela atitude do Presidente Trump, um *soft power* que ela não tinha. Ela podia ser um país grande, importante... Na época do Mao Tsé-Tung, teve seguidores fanáticos etc, mas a China, como país, não tinha o *soft power* que passou a ter.

Hoje, eu estava lendo, há pouco, vários artigos relativos a essa reunião recente que houve sobre o cinturão... É sobre a rota da seda – não sei bem como se traduz isto: *one belt one road*. À reunião, foram – por exemplo, eu cheguei a ver a imagem do Primeiro-Ministro da Itália – vários altos dirigentes. Veem-se várias discussões na Europa não de que eles vão passar a fazer parte de um bloco liderado pela China, por oposição, mas procurando um certo equilíbrio pelo menos no terreno econômico no seu relacionamento. Isso é algo muito interessante.

Presidente, na primeira vez em que estive na China, quando eu trabalhava com o Ministro Renato Archer, Ministro de Ciência e Tecnologia, foi quando começou a discussão do satélite binacional Brasil-China. E eu tenho uma historinha, que não vou contar, porque é muito longa. Mas eu fiz uma viagem entre Xian e Xangai que foi uma epopeia, porque tudo que se pode imaginar aconteceu: o avião atrasou 12 horas; depois, parou em Nanquim, o que não estava previsto; eu tive que colocar a minha mala de mão – que eu tinha comprado com grande interesse na Argentina no começo daquelas discussões que houve na época do governo Sarney – junto com as melancias, único lugar que havia para colocar a bagagem. E, se você vai hoje à China, é algo impressionante. É impressionante Xangai! Não sei se V. Ex^{as} estiveram lá recentemente, mas é algo impressionante.

Então, é uma mudança enorme do ponto de vista geoeconômico e também da geopolítica mundial. E eu acho que, do nosso ponto de vista, digamos assim, isso interessa muito ver também por causa dos BRICS.

Mas o papel que eu estava olhando recentemente era justamente o de um italiano, membro de uma organização italiana, cujo nome eu não me recordo agora – é uma sigla que começa com "euro", "Eurocisp", sei lá – em que eles discutem justamente se a Europa não tem que buscar, e aí foge dessa tríade tradicional, uma relação especial com a China, porque é uma realidade. Não é que vai trocar um por outro, mas vai haver um equilíbrio.

Então, esse é um outro comentário que eu acho que temos que ver, porque as mudanças geopolíticas no mundo são muito intensas.

Outra observação que eu gostaria de fazer – eu fui sendo motivado pelas duas exposições, tão boas que eu saí totalmente da estrutura que eu tinha pensado –, outra observação que eu sou levado a fazer é sobre essa questão do *America first*. Sempre foi *America first!* Eu morei nos Estados Unidos duas vezes. Morei na época do Nixon e morei na época do Clinton, e em ambos os casos servi a organismos internacionais. Sempre foi *America first*, eu nunca tive a menor dúvida sobre isso.

A questão é de como se exerce esse *America first*. Esse "como" é que muda. Por exemplo, quando eu vejo hoje muita lamentação pela morte de uma ordem internacional, essa ordem era uma ordem



também até certo ponto, digamos – como foi, aliás, muito bem mostrado na exposição – para servir também aos interesses americanos, apenas de uma outra forma. Então, eu só acho que é algo a ter presente.

Acho até que esse fato do *America first* – desculpem que eu esteja passando um pouco de uma ideia para outra, mas são as que me ocorrem –, do ponto de vista do Brasil, não é totalmente negativo. A primeira coisa positiva que o Trump – eu não vou defender o Trump, porque sou totalmente contra ele por causa da misoginia, por causa do racismo, por causa da imigração. Aliás, não é preciso grandes epistemologias para sentir o efeito nos imigrantes e em outros setores a população... Mas, enfim, do ponto de vista do Brasil, nem tudo é negativo. Uma das primeiras coisas que ele fez foi acabar com o TPP (Trans-Pacific Partnership), de que o Brasil não seria jamais membro, embora alguns jornais brasileiros, alguns membros da mídia brasileira achassem eternamente que o Brasil devia entrar. Não sei como. Não sei como os nossos vizinhos que estão no Pacífico veriam essa nossa possível aspiração de fazer parte do TPP ou de acordos semelhantes. Mas, independentemente disso, era um acordo muito ruim. Era ruim para a classe trabalhadora norte-americana – eu assisti a isso em uma conferência na New School, em que ouvi vários economistas americanos – e era ruim também para um país tipo o Brasil, com aquelas características de possibilidades de desenvolvimento tecnológico, porque teria que renunciar, por exemplo, a uma política de medicamento genéricos, teria que renunciar a uma política de compras governamentais, enfim, renunciar a várias autonomias, digamos assim, de maneira muito forte.

Então, como ele colocou o TPP para o lado, eu acho que isso acabou rapidamente com a ilusão de que a gente poderia fazer parte de um acordo desse tipo. Quer dizer, não vai renascer nenhuma Alca, porque, se renascer, será em termos tão fortemente e tão evidentemente *America first*, que mesmo aqueles que costumavam defender a todo custo a Alca vão ter um certo pejo de o fazer. Então, acho que isso é algo importante de se ver.

E eu acho até que, digamos, um Presidente como o Trump, que, contrariamente ao Obama nesse sentido, que é total ausência de *soft power*, que é a total ausência, digamos, de carisma, do ponto de vista internacional – lá dentro dos Estados Unidos ele pode até ter para alguma coisa –, total ausência de carisma, favoreceria um momento de esforço pela integração sul-americana, de aprofundar a integração sul-americana. Sei que não é fácil, sei que o momento é muito difícil, agora isso requer uma liderança. E isso é um ponto em que eu também mexo, porque as coisas evoluem, a história vai evoluindo, mas essas coisas, o Brasil tem um papel muito grande a desempenhar nisso.

Há outro comentário que eu queria fazer também, aproveitando a citação do Fukuyama. Eu concordo. E, como eu sempre lembro, as pessoas que ouviram várias palestras minhas já ouviram isso várias vezes, mas é uma frase muito boa, que é o início do Anna Kariênina, do Tolstói, em que ele diz que "todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira". É verdade. O Reino Unido tem as suas questões específicas. Já há muito tempo, você abria a coluna do *New Statesman*, você via que tinha uma coluna chamada *Little Englander*, quer dizer, que eram aqueles, não os trabalhistas, mas os conservadores, que queriam manter os seus hábitos, o seu *tea break*, enfim, várias coisas que são boas e outras talvez não tanto para o Reino Unido.

De qualquer maneira, não podemos esquecer que o Reino Unido era o centro de um grande império, e eles se acostumaram a trabalhar pouco. Eles não tinham que pensar nessa competitividade a que, de repente, eles foram forçados. Então, esse também é um aspecto que é preciso se ter em conta.

Mas, enfim, o que eu acho é que há uma coisa global. Disso não há a menor dúvida. Ao mesmo tempo em que é o que chamei aí de mal-estar da globalização. E é um mal-estar da globalização derivado... Seria muito difícil fazer uma análise muito profunda disso – nem eu tenho competência para isso e nem o tempo permitiria –, mas ele é, digamos assim, o fim de um ciclo. E esse ciclo é o que corresponde, mais ou menos – é um ciclo curto, na realidade –, ao pós-guerra fria, digamos, para a gente usar um pouco de atalho para definir. E é, mais ou menos, o mundo que o Fukuyama definiu, quer dizer, é uma vitória do capitalismo, da democracia ocidental, e tudo, mais ou menos, se ajustaria nisso.

Na época – vou me permitir aqui, professor, colocar uma autopropaganda de um artigo que está perdido no tempo – eu escrevi para uma revista da PUC, se não me engano, no contexto internacional,



um artigo sobre o fim da história. E eu começava com um conto do Anatole France. O conto do Anatole France são dois – desculpe aqui as digressões...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor.

O SR. CELSO AMORIM – São dois patrícios romanos que se encontram numa sauna, assim como dois velhos embaixadores retirados, e que começam a falar da história. Aí você vai lendo e vai deduzindo que um deles é Pôncio Pilatos. Não está dito assim explícito, mas você vai deduzindo. E, no final, o outro, que não é Pôncio Pilatos, diz assim: "pois é, você também esteve lá na Palestina como eu". Enfim, aí faz uma digressão que é não muito, digamos, politicamente correta, sobre a beleza das mulheres da Palestina, e cita uma delas, que obviamente você deduz que é Madalena. E ele diz: "mas a Madalena, depois, se juntou com um grupo de fanáticos, que era liderado por um tal de Jesus, Jesus de Nazaré", e cita a Galileia e outros lugares. E aí o outro, muito herege, obviamente, porque era um romano – aliás, nem era herege; era simplesmente pagão –, disse assim: "Jesus? Jesus de Nazaré? Não me lembro, não".

Por que eu digo isto? Porque o Fukuyama diz que... Quando ele diz que nós não vamos ter mais guerra nem conflitos, ele diz assim: "eu não estou me referindo ao que possa ocorrer num pequeno país, distante, na África". Da mesma maneira que aquele patrício romano achava que o que acontecia lá na Palestina não tinha a menor importância. E o cristianismo hoje tem a força que todo mundo sabe que tem, e, enfim, mudou a civilização ocidental totalmente.

Então, as visões da história são relativas, mas a dele era baseada nessa, digamos aí, não é nem tríade, mas nesses dois elementos, que eram, digamos... São três elementos, na verdade: o capitalismo liberal, a democracia do tipo ocidental e algo muito interessante, que foi o que se chamou durante uma época – a Embaixadora Gisela certamente se lembrará disso – de multilateralismo afirmativo. Multilateralismo afirmativo era, sobretudo, digamos, uma visão em que havia uma potência hegemônica, obviamente, que era os Estados Unidos, que, sempre que possível – não sempre, mas sempre que possível –, procurava exercer a sua influência e a sua vontade através do sistema multilateral.

Eu acho que a grande diferença do Trump para os anteriores é que nos outros o uso unilateral do poder, que existiu... O Clinton usou, o Bush usou de maneira muito mais forte, e o Obama usou na Líbia – também foi unilateral, embora em aliança com a Otan, mas era unilateral no sentido de que não tinha a aprovação da ONU. Então, todos eles procuravam pelo menos. O Obama, por exemplo, no caso da Síria, procurou também evitar um confronto, sair sozinho na frente. E o Trump, pelo menos no discurso, se coloca fora dessa situação.

Então, esses três elementos, que eram, digamos, o capitalismo liberal, a democracia ocidental etc. foram, de alguma maneira, se enfraquecendo e sofrendo desafios diversos. Eu diria que o principal desafio interno é esse, o dos deserdados da globalização, das pessoas que... Eu estava há pouco lembrando. Eu gosto muito de cinema. Quem viu o filme que ganhou o prêmio de Cannes do ano passado, "Eu, Daniel Blake", viu um filme que mostra a situação da classe operária britânica antes do Brexit. Ali você deve ter visto, talvez – se não viu, deveria ver, porque acho que é muito importante ver –, como é a vida das pessoas.

Então, não sei se ele votou mais à esquerda ou mais à direita, mas ele, certamente, não está satisfeito com a ordem que existe lá. Eu tenho feito parte inclusive de comissões e conferências internacionais... Há uma que eu estava mencionando antes aqui ao Presidente de autointitulados progressistas europeus, e o grande problema deles é este: o que fazer? O que os partidos socialistas... O Partido Socialista francês acaba de sofrer uma derrota estrondosa. Por quê? Porque aquela receita que é, digamos assim, "nós administramos o capitalismo melhor do que os conservadores" não está funcionando mais, por uma razão ou por outra. Então, houve os que foram para Marine Le Pen e, no caso da França, algo que também merece atenção, muitos foram para o Mélenchon. O Mélenchon teve uma votação parecida com a do Partido Comunista no auge do Partido Comunista Francês. Então, não é uma coisa também de se desprezar dentro dessa visão. Então, ganhou agora, digamos assim, um europeísta, mas, digamos assim, grande parte eu acho que por rejeição tanto aos partidos antigos quanto aos extremos... Vamos ver o que vai acontecer quando tentar levar na prática.



Mas, enfim, há esse mal-estar da globalização e, sem querer fazer brincadeiras, há também uma globalização do mal-estar, porque não é só nos países ricos que isso está acontecendo. Isso está acontecendo também na periferia porque todos os países, com raras exceções, países em desenvolvimento estão sofrendo muito. Nós temos o exemplo de Angola, temos muitos outros casos, e certamente é o caso do Brasil, na crise econômica; é o caso de vários outros. Os únicos que mais ou menos, dos grandes pelo menos, têm levado adiante um crescimento são a China e a Índia. A Índia até, recentemente, tem crescido mais do que a China, por muitos motivos, que eu não vou aqui comentar, mas isso é importante.

Tudo isso para nós, na minha impressão, reforça também o interesse – e eu acho que eu vou terminar com esse comentário, porque eu teria muita coisa para falar, mas isso eu quero comentar –, porque eu acho que tudo isso tem que ser visto não de um ponto de vista exclusivamente, digamos, não de uma ótica exclusivamente analítica. É claro que é preciso que haja uma análise, é preciso que haja estudo, é preciso que haja, digamos assim, capacidade de ver as coisas objetivamente. Mas nós temos que ver também, do ponto de vista da ordem internacional, o que mais interessa ao Brasil. Essa ordem internacional que havia e que aparentemente faliu com o trumpismo e com o Brexit, essa ordem não era boa. Essa era uma ordem impositiva em muitas coisas, e, quando chegava ao limite, ela apelava também para ações unilaterais, como aconteceu no Iraque, como aconteceu na Líbia. Então, essa não era uma ordem... Enfim, eu não vou entrar aqui em detalhes da política externa brasileira, mas ao mesmo tempo em que havia, digamos, simpatia por uns, havia também resistências.

Então, eu acho que, para o Brasil, a existência dos BRICS é algo fundamental. Não é para você trocar a amizade americana pela amizade de outros países. Não é para você trocar o mercado americano pelo mercado dos BRICS. Bem... Primeiro, em parte isso já ocorreu porque a China é hoje um enormíssimo mercado. Mas não só isso. Eu acho que, digamos, os BRICS oferecem... E esses estudos europeus acho que têm esse sentido. A Itália é um país muito interessante por causa da discussão de ideias também menos dogmáticas. E uma das coisas interessantes é que eles veem na possibilidade até de uma certa associação, de aproximação da Europa com os BRICS, não só a procura por uma alternativa de mercado. Não é só, digamos, uma esperteza momentânea. É também procurar por um outro tipo de ordem internacional menos baseada necessariamente no capitalismo liberal – que na realidade era liberal sob certo aspecto, mas tinha um imenso domínio do capital financeiro, inclusive sobre os outros setores industriais, e isso se torna a raiz da crise de 2008.

Aliás, se eu fosse, digamos... Eu não vou me atrever, mas se eu fosse dizer quando acabou o fim da história, quer dizer, o fim do fim, diria que é 2008. O fim do fim da história é 2008. Já veio antes um pouquinho, ali e aqui, com as resistências, as ações unilaterais dos Estados Unidos e outros aspectos, mas o fim do fim da história é 2008, quando há a grande crise. E até hoje não saímos dela. Quer dizer, até hoje esses movimentos... Eu concordo que houve um certo refluxo, no sentido de não ficarem tão afirmativos quanto parecia, logo na esteira dos BRICS, mas todos esses movimentos demonstram... O próprio crescimento do Partido Trabalhista. Todo mundo dizia... Eu conheço, tenho amigos do Partido Trabalhista, e eles diziam: "com o Corbyn não vamos conseguir nada, porque ele é muito radical". No entanto, ele teve essa votação expressiva que teve. Então, isso não é algo que possa ser deixado de lado.

Então, esse fim de ciclo tem que nos preparar também para a abertura de um outro ciclo. Um outro ciclo talvez em que a competição continue a ser importante, mas que se dê mais atenção à solidariedade, que se dê mais atenção à cooperação entre os países. E, para isso, é preciso que seja um mundo mais equilibrado.

Por isso, eu gostei muito da referência aqui à multipolaridade. E eu sempre digo – parece um mero trocadilho, mas não o é – que é multipolaridade com multilateralismo. Por quê? A multipolaridade é um fato da realidade; você tem mais equilíbrio de forças. Mas o multilateralismo é a norma, é o fato de você se submeter a uma regra internacional, aprovada internacionalmente. Eu acho que nós estamos correndo, hoje em dia, um sério risco – isso sim – de um esvaziamento no multilateralismo. Não é o problema da atitude do Trump com relação à Otan ou com relação ao TPP, porque isto é um problema americano: qual é a melhor estratégia comercial para eles. Agora, é sim um problema quando se refere à Convenção do Clima, um tema caro ao nosso Presidente. Aliás, eu até queria fazer uma referência. Tivemos duas ou várias boas cooperações, mas uma delas, quando eu era



Ministro das Relações Exteriores, que cito aqui foi a Rio+20. Foi "Rio+20" por uma sugestão do então Senador – acho que V. Ex^a não era nem o Presidente da Comissão – que comigo falou: "Por que o Brasil não faz?". Eu disse: "Acho isso uma boa ideia, vamos fazer e vamos levar adiante". E conseguimos; não foi fácil o trabalho diplomático também, não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Foi graças ao senhor.

O SR. CELSO AMORIM – Mas alguém tem que ter a ideia.

Então, nós precisamos conservar o multilateralismo. Isso é algo muito importante. É a combinação dessas duas coisas que mais serve ao Brasil, combinada com a integração sul-americana – porque o Brasil, apesar de grande, não é grande o suficiente – e combinada com uma política forte para a África.

Então, esse seria, digamos assim, o resumo da minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Ministro Embaixador Celso Amorim pelas suas palavras, como sempre muito atinentes a esse momento que nós estamos vivendo e focadas nesse tema hoje do nosso painel.

Em relação ao que modestamente o Ministro Embaixador Celso Amorim colocou sobre a conferência Rio+20, ela foi realizada graças aos esforços que ele empreendeu junto ao então Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon para que o Rio sediasse a Conferência Rio+20, que serviu de uma reavaliação ou de uma avaliação dos avanços e/ou não avanços daquilo que ficou acordado 20 anos antes na Rio+20. Então, em 2012, ela foi realizada no Rio de Janeiro graças aos esforços empreendidos pelo então Ministro das Relações Exteriores Embaixador Celso Amorim. E eu quero, mais uma vez, agradecer publicamente a V. Ex^a por todo o trabalho desenvolvido, inclusive, também, com apoio integral do então Presidente Lula, que se empenhou pessoalmente para que também essa realização pudesse ter o êxito que obteve em 2012.

Nós temos aqui algumas perguntas que foram deixadas por S. Ex^a o Senador Hélio José, que teve que se ausentar para participar de uma outra comissão que está agora trabalhando. E essas perguntas são dirigidas aos três nossos palestrantes.

A primeira delas – eu gostaria que V. S^{as} anotassem – diz: o Presidente Donald Trump hesita em assegurar apoio incondicional aos aliados dos Estados Unidos no âmbito da Otan. Nesse quadro, como fica a defesa da Europa agora também sem a presença do Reino Unido? Essa é a primeira.

Segunda pergunta: o jornalista Mark Easton, da BBC, disse que o plebiscito que aprovou o Brexit revelou uma placa tectônica dividindo o Reino Unido. Essa divisão se expressa na pretendida convocação, pela Escócia, de um segundo referendo para decidir sobre sua independência do Reino Unido, já que, no referendo sobre o Brexit, o país optou por permanecer na União Europeia. Que possibilidades há que isso venha a acontecer? Nesse caso, poderia a Escócia tornar-se membro da União Europeia?

E uma terceira pergunta: que análise V. S^{as} poderiam fazer em vista do sucesso obtido por Emmanuel Macron, que, pertencendo a um partido recém-criado, teve uma estrondosa vitória nas eleições francesas? Seria essa vitória de Macron o fim dos tradicionais partidos fundados com base nas ideologias de esquerda e de direita, que vinham se alternando no poder na França por seis décadas?

Antes de passar a palavra para as respostas, eu gostaria de mais uma vez agradecer a presença das senhoras e dos senhores aqui presentes.

Ao Embaixador Nelson Manuel Cosme, da República de Angola: mais uma vez obrigado a V. Ex^a pela presença sempre constante em nossos painéis. Agradeço à Embaixadora e a cumprimento pela recente promoção – como disse o Ministro Celso Amorim –, a Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; ao Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; à Sr^a Analia Borba, Segunda Secretária da Embaixada da República do Paraguai; ao Sr. Denis Shimanchuk, Terceiro Secretário da Embaixada da Federação da Rússia; ao Dr. Konstantine Sabiashvili, Ministro Conselheiro da Embaixada da Geórgia; e ao Sr. Bruno Mendelski de Souza, Professor e Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Agora passo a palavra, para oferecer resposta às indagações deixadas por S. Ex^a o Senador Hélio José, ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval Goés.



O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Agradeço imensamente as perguntas, que são três.

Eu começaria com a questão da Otan e do próprio posicionamento do Presidente Trump em relação à Otan.

Há um grande teorizador das relações internacionais. Ele é autor de *O Segundo Mundo*, obra fundamental e paradigmática das relações internacionais. Parag Khanna, primeiro, desconstrói a tríade ao colocar a China como um polo de poder no lugar do Japão. Então, ele já faz essa imagem importante dentro das relações internacionais. E, a partir dessa pergunta do Embaixador, eu queria trazer a reflexão de Parag Khanna. Ele vai dizer que a geopolítica do século XXI vai se dar entre a Otan, de um lado, e o próprio Japão, e a chamada – certamente vocês já ouviram falar disso aqui – Organização para Cooperação de Xangai. Então, ele diz que, não apenas no campo militar, mas no campo geopolítico, no campo econômico e no campo das relações internacionais propriamente ditas, o grande jogo do século XXI vai ser entre a Otan – insisto, com o Japão – e essa Organização para Cooperação de Xangai.

O que traria isso? Aproveito aqui a fala do Ministro Celso Amorim quando fala do BRICS. A imagem de Parag Khanna permite a seguinte reflexão, um pouquinho mais difusa e sofisticada. Como o Ministro colocou, as duas grandes alianças – a aliança transatlântica e a aliança transpácífica – eram a grande estratégia dos Estados Unidos para fazer o isolamento da China, para seguir o famoso Spykman, para fazer o Rimland, para cumprir a teoria de Spykman. A ideia era exatamente isolar a China pelas fimbrias – Rimland. O propósito dessas duas grandes alianças era exatamente esse isolamento chinês, da projeção geopolítica chinesa. E o que traz essa reflexão do Parag Khanna? Ela traz os BRICS como uma reação a essa...

Eu tinha até uma transparência, mas nós não tivemos tempo de passá-la aqui.

Mas, Ministro, nós temos essa questão dos BRICS como uma reação à aliança transatlântica. E há – é exatamente a questão que eu queria compartilhar com todos, também fundamental nessa perspectiva da multipolaridade – a doutrina Primakov, que é uma construção muito profunda da aliança estratégica do triângulo nuclear, Índia, China e Rússia. E, se a gente olhar de uma forma mais aprofundada, vai ver que a doutrina Trump não deixa de ser uma tentativa de desconstruir a doutrina Primakov. Se ele se aproxima da Rússia, de uma certa maneira ele está intencionalmente tentando desconstruir a doutrina Primakov, que, na perspectiva da Otan e da própria Organização de Xangai, é um elemento de desconstrução da geopolítica norte-americana. Então, esse é um jogo muito sofisticado, ninguém tem dúvida disso, mas é importante que a gente esteja entendendo e verificando isso. A própria doutrina Primakov... Uma aliança entre Rússia, Índia e China desconstrói a hegemonia dos Estados Unidos e da sua aliança atlântica. Então, de uma forma muito específica, Senador, eu diria que a Otan é, sim, um elemento central na geopolítica dos Estados Unidos e da própria Europa, até para se contrapor à Organização para Cooperação de Xangai.

E não são apenas os BRICS, não são apenas o BRICS, não é? Nós temos também, mais do que os BRICS, o Banco Asiático, Embaixador. A Europa foi ao Banco Asiático. Na formação do Banco Asiático... Dentro da perspectiva da Rota da Seda, a União Europeia participa do Banco Asiático. Então, esta questão é importante: a Otan e o seu papel, que não é mais aquele papel meramente militar, vai envolver essa questão muito mais sofisticada, de uma aliança mais política do que propriamente militar.

Com relação à questão do plebiscito e das placas tectônicas: essa questão está muito atual, não é? Porque a única forma de o Partido Trabalhista tentar alcançar uma maioria é por meio de uma aliança com o Partido Nacional Escocês – para os trabalhistas, não para os conservadores. Eles precisam de 60 cadeiras. Precisam de 60 cadeiras para fazer uma aliança. Então, será preciso fazer aliança com os liberais democratas e com o Partido Nacional também. Ele não vai conseguir fazer aliança somente com... A Theresa May vai poder fazer só com o Partido Unionista, porque, com os dez deputados dela, já se dá maioria ao bloco conservador. Mas, se o bloco trabalhista... Ele vai ter que fazer alianças, inclusive, com o Partido Nacional Escocês, o que eu vislumbro de uma dificuldade imensa nessa perspectiva. Acho muito pouco provável – não estou dizendo que não ocorrerá – que esta possibilidade ocorra: que o próprio Partido Trabalhista, tentando alcançar os 60 elementos de que precisa para atingir a maioria, também iria ao Partido Nacional Escocês.



Finalmente, a questão do sucesso do Emmanuel Macron. Efetivamente, é uma questão muito importante, porque, primeiro, essa eleição da "França em marcha" desconstrói a ideia de desconstrução da União Europeia. Brexit: quantos mais? A gente para para pensar ali: não sei quantos mais, porque a França seria o elemento central nesse alargamento de países que poderiam estar querendo deixar a União Europeia. Acho que foi uma iniciativa estratégica importante: "Estamos, sim, unidos; vamos, sim, permanecer unidos; vamos, sim, cumprir o art. 50 do tratado; não haverá concessões à Grã-Bretanha". Por isso é que eu insisto na questão do mercado e na questão aduaneira. Não sei se eles vão conseguir se libertar disso, da Tarifa Externa Comum, e não sei se eles vão conseguir estabelecer um mercado comum. Então, realmente, é uma questão importante.

E o Macron, na verdade, na minha opinião, pegou a esquerda e tentou levá-la para o centro. Ele tentou centralizar um pouquinho aquela questão que estava tão desgastada. Com isso ele conseguiu, sem entrar no discurso populista – ele vai defender as reformas –, trazer a esquerda para o centro um pouquinho. Ele é realmente uma força jovem e, agora, com bastante potencial para fazer grandes reformas estratégicas e estruturais no Estado francês. Mas, certamente, a Alemanha vai estar por trás disso. Na verdade, o poderio geopolítico alemão vai estar sempre dominando. Alemanha e França: não tem como a gente escapar dessa perspectiva de Alemanha e França.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Professor.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, eu quero agradecer a participação, sempre copiosa, de internautas que assistem a estes nossos painéis e que enviam diversas perguntas e comentários. Muitos deles se sobrepõem, mas vou ler aqui, agradecendo um por um, o nome daqueles que estão participando na noite de hoje. Mais uma vez vou tentar demover uma confusão que alguns estão fazendo em relação ao título do nosso ciclo de painéis. A pergunta – que tem uma certa provocação – é: "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

Eu percebo pelas perguntas que chegam, algumas delas, que vocês internautas estão levando literalmente o fato de "estender pontes ou erguer barreiras", fisicamente, relacionando isso à questão da imigração. Não; isso é uma figura de linguagem. O "estender pontes" significa o seguinte: o que o Brasil deseja? Manter uma relação de fraternidade, de amizade, de solidariedade com os países amigos – e aí entra a questão comercial, entra a questão cultural, entram diversos aspectos que se fundem e fazem com que esta relação seja produtiva para todos os envolvidos – ou pretende "erguer barreiras" no sentido de: não; eu quero me isolar do restante do mundo, eu quero viver dentro da minha própria realidade, sem necessitar estabelecer relações com quem quer que seja?

Esse título foi tirado exatamente em função da eleição do Presidente da maior potência do mundo, o Sr. Donald Trump, que achou por bem erguer barreiras, e aí tanto fisicamente quanto retoricamente. Fisicamente, na questão da fronteira com o México, e também erguer barreiras do ponto de vista comercial. Será que isso interessa ao Brasil ou interessa estender pontes e se abrir ao restante do mundo, sem que a questão da imigração tenha sido o ponto fulcral, tenha sido o ponto primordial, principal no sentido de erguer barreiras?

Muitos de vocês internautas estão entendendo que é o Brasil erguer barreiras para impedir imigrações, e não é isso. Sobre a questão de migração, o Brasil acaba de votar uma lei. E o importante dessa lei é que ela teve uma iniciativa parlamentar; foi iniciativa do atual Ministro das Relações Exteriores, que sucede o Ministro Celso Amorim, que é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ele, aqui no Senado, com o mandato de Senador, elaborou um projeto de lei que foi aprovado e sancionado pelo Presidente da República, com pouquíssimos vetos, tratando da lei de migração.

Se nós participamos de uma comunidade global, nós temos que entender que nós todos somos migrantes – nós migramos pelo mundo – e que o Brasil é o que é, com toda sua pujança, com toda sua força, graças à sua diversidade étnica e cultural. Nós somos um país fundamentalmente de imigrantes. Os Estados Unidos são um país de imigrantes. E é difícil entender que uma potência como os Estados Unidos queira agora fechar essas barreiras, queira fechar literalmente, materialmente, fisicamente, criando barreiras, quando não na fronteira com o México, criando barreiras na imigração, para impedir que imigrantes cheguem. Isso, naturalmente, não pode ser levado de uma maneira tão radical, no meu entender – salvo melhor juízo daqueles que nos assistem –, como vem sendo praticado pelo Presidente recém-eleito nos Estados Unidos da América. Então, o Brasil... Não é do nosso perfil, não é



do nosso desejo estabelecer barreiras, nem físicas nem imateriais, para qualquer tipo de relacionamento com os países amigos. Então, eu gostaria de deixar isso bem explicitado.

E aqui eu vou agradecer, porque muitas dessas considerações vêm sendo feitas nesse sentido, uns dizendo aqui: "Erguer barreiras!", "Não à imigração!". Outros dizendo: "Não; temos que estender pontes, temos que estender a mão àqueles que procuram e que queiram morar no Brasil." Então, a esses de que eu vou ler o nome, obrigado pela participação. É muito importante que todos estejam dando essa colaboração, como o Marcos Aurelio Behr da Rocha, aqui do Distrito Federal; Monica Ebersol, do Rio Grande do Sul; Mario Rodrigues de Moraes, de Minas Gerais, que está falando aqui: "Erguer barreiras!" – ouviu, Marcos? Não é erguer; vamos fazer com que haja um mundo de fraternidade. Prossigo: Thiago Carra Santiago, do Rio de Janeiro; Agnaldo Pereira de Souza, de Minas Gerais; Ahwtayr Vieira, de Santa Catarina; Marcos Angelo, do Acre; Micky Oliver, de Minas Gerais; Gui Freitas, do Rio Grande do Sul; Alessandra Martins Silva Morimoto, do Mato Grosso do Sul; Lair Barboza de Mesquita Caldas, do Amazonas; Sylvio Dias Jacome, de Mato Grosso; Cassio Souza, de Sergipe; Jose Mario Silva Ribeiro, da Bahia; Geraldo Barral, de Minas Gerais; e Ramon Batista Carvalho, do Rio de Janeiro; e, por último, também a Simone Zanella, de Santa Catarina.

Por último, cito uma afirmação aqui colocada por Marcos Aurelio Behr da Rocha, do Distrito Federal. Ele diz – e com isso eu espero que represente todos aqueles que nesta noite participaram do nosso painel –: "O Brexit demonstra o esgotamento do modelo dos blocos econômicos, caros e complexos, e a volta da negociação de acordos bilaterais, muito mais simples e eficientes. O Brasil deveria reavaliar sua posição em relação aos blocos que integra, em especial o Mercosul."

Eu gostaria, com a aquiescência dos senhores palestrantes, de incluir essa colocação do Marcos Aurelio Behr da Rocha para uma consideração por parte de V. S^{as}.

Passo a palavra agora ao professor Klaus Dalgaard, para as respostas.

O SR. KLAUS DALGAARD – Grato pela palavra, Sr. Presidente.

Primeiro, vou começar respondendo às perguntas de S. Ex^a o Senador Hélio José. A primeira delas: "E como que fica a defesa europeia sem o Reino Unido?" Para responder a essa pergunta, eu ofereço uma resposta dialética, porque temos aqui duas questões. Em primeiro lugar, a política de segurança e defesa comum da União Europeia. Sempre se dizia que sem o Reino Unido ela não vai para frente. Da mesma maneira que existe o eixo franco-alemão levando adiante como "locomotiva", entre aspas, a integração europeia, existem apenas duas potências militares na União Europeia, que são essas – a França e o Reino Unido. Por isso sempre se diz que, sem a cooperação desses dois países, uma política comum de segurança e defesa não vai adiante. Então, com a saída do Reino Unido seria possível, em princípio, teorizar que a política de segurança e defesa comum da União Europeia não terá muito peso.

Outra questão são as políticas de defesa dos países individuais da União Europeia. Na pergunta estava incluída a questão do Presidente Trump querendo retirar o financiamento, que é predominantemente americano, da Otan, que sempre se viu como um guarda-chuva de defesa sobre os países europeus, sobretudo durante a Guerra Fria. Se o Trump vier a reduzir o que os Estados Unidos gastam em defesa na Otan para defender os países europeus, inevitavelmente todos os países individuais deverão começar a gastar mais de seus orçamentos nacionais em defesa.

Ironicamente, também sem o Reino Unido, que sempre foi um parceiro relutante na União Europeia, há aqueles que acreditam que a integração europeia possa avançar mais rapidamente sem o freio britânico. E nesse sentido talvez possamos ver um aprofundamento da cooperação na defesa, inclusive, principalmente se essa garantia de proteção da Otan diminuir.

Com relação à segunda pergunta, que fala sobre as possibilidades de uma Escócia independente, tornando-se membra da União Europeia, como eu mencionei na minha exposição, a líder do Partido Nacionalista Escocês, Nicola Sturgeon, pediu um segundo referendo, que foi aprovado no Parlamento escocês. A Theresa May, em princípio, disse não ao *timing* do referendo, que deveria ocorrer antes do fim das negociações para que o Reino Unido saísse, mas uma possível Escócia independente permanecesse, mas não é contra, em princípio, o referendo em si. Porém, o povo está cansado de votar, lá. O povo não é muito fã de votar; já votou, no Reino Unido, três vezes nos últimos dois anos – eleições em 2015, referendo ano passado, mais uma eleição agora e, no ano anterior, 2014, o povo escocês também votou. Então, votou quatro vezes nos últimos três anos. O povo está com um



cansaço, e também lá se respeitam os resultados do referendo. Então, eu não acredito, ainda mais com o seu partido sendo enfraquecido nessas últimas eleições, que haja outro referendo tão cedo.

Pode ser que haja um segundo referendo após o fim das negociações do Brexit, dependendo de que tipo de acordo se firme entre o Reino Unido e a União Europeia, e só depois disso o segundo referendo por independência. E, se a Escócia, nessa ocasião, optar pela independência, só então começaria a sua negociação para tornar-se membra da União Europeia. Então, pelo menos no futuro próximo, eu vejo isso como uma possibilidade remota – mais remota ainda com a Irlanda do Norte, por mais que haja aqueles que queiram reintegrar a Irlanda do Norte à República da Irlanda e torná-la membra da União Europeia, também vejo isso como uma possibilidade remota. Então, são possibilidades remotas demais para nós levarmos a sério, por enquanto.

A última pergunta: se o Macron e *La République En Marche* representam o fim da política tradicional entre direita e esquerda. Isso dependerá do seu sucesso na prática. Ontem ele ganhou uma grande maioria, não tão grande quanto esperava, mas uma maioria expressiva assim mesmo. Pode ser visto como uma revolução, com inúmeros candidatos que nunca se candidataram antes, que nunca tiveram qualquer papel na política antes, mas são inexperientes. Então, o sucesso dessa revolução dependerá da *performance* desse Governo. Se ele tiver muito sucesso, pode ser que venha a representar uma nova frente, um novo grande partido, deixando os partidos tradicionais às margens da política francesa.

Mas isso também é indicativo de uma grande insatisfação pelo mundo afora, não só na França, com a classe política tradicional e com os partidos tradicionais. Basta ver nos Estados Unidos. Mesmo que os dois partidos tradicionais tenham disputado as eleições, um deles escolheu um candidato não tradicional, que é o Donald Trump, e por pouco Bernie Sanders não foi escolhido como candidato pelo Partido Democrata. Então, vemos aí a ascensão de candidatos não tradicionais. Essencialmente, se isso representa uma tendência de longo prazo no mundo, vai depender da habilidade dos partidos e dos políticos tradicionais de se adaptarem às reivindicações de suas populações, que estão cada vez mais insatisfeitas com as políticas dos partidos tradicionais.

Por último, respondendo à pergunta do internauta sobre a queda do modelo multilateral ou integracionista, eu discordo. Como mencionei na minha exposição, o Brexit é um caso à parte. Sim, o Reino Unido vai sair da União Europeia, mas o resto da União Europeia poderá até se fortalecer com isso, como mencionei, podendo aprofundar mais a sua cooperação sem o freio britânico. Portanto, não vejo uma diminuição da tendência de acordos regionais, só por causa do Brexit. E a mesma coisa com o Brasil e seus diversos blocos – o Unasul, o Mercosul.

Acho que há espaço, sim, tanto aqui na nossa região quanto na Europa e no resto do mundo, para favorecer acordos bilaterais onde esses são mais práticos e mais eficientes e onde há necessidade de cooperação multilateral, sobretudo, como mencionou o Ministro Amorim, na questão do clima, em que apenas um País não fazendo parte do acordo coloca todo o acordo em risco. Então, onde há necessidade de acordos com maior participação, seja no âmbito regional ou no âmbito global, há que se apostar nisso. Se voltarmos a só fazer acordos bilaterais, independente da área, o mundo entrará no caos. Então, onde for mais prático, mais eficiente fazer acordos bilaterais, que se façam esses acordos, mas, onde houver a necessidade de cooperação com um maior número de parceiros, esse deve ser o caminho também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Klaus.

Passo a palavra ao Ministro Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Presidente.

Bem, muita coisa já foi dita. Eu vou me concentrar naquilo de que eu discordo um pouco do que já foi dito, porque, no mais, acho que já...

Começando pela última questão, acentuo que eu estou muito em concordância com V. Ex^a sobre a necessidade de abertura de um País como o Brasil, sobretudo do ponto de vista mesmo físico da imigração. Acho que isso tem de ser visto. Claro que haverá situações específicas que requererão soluções específicas, até em certos Estados, em certos locais. Isso é natural que seja assim, mas acho que crescemos e somos o que somos graças à imigração, inclusive a imigração forçada dos escravos.



Não podemos nos esquecer disso. Quer dizer, hoje, muitos dos que querem barreira, no passado, eram aqueles que queriam trazer pessoas para trabalhar forçadamente para eles. Então, é preciso ver as coisas dessa maneira.

Eu acho, aliás, aí não falando do Brasil, mas esse sentimento anti-imigratório, antirrefugiados, na Europa, é não perceber que isso, em grande parte – desculpem a metáfora gástrica, vamos dizer assim –, é o refluxo do colonialismo. Não há como evitar que isso aconteça; quer dizer, o colonialismo foi, tomou, fez o que fez, e, agora, quando as pessoas percebem que há uma possibilidade de ir para um lugar onde elas podem viver melhor, elas vão tentar. Não há dúvida. Isso é uma coisa inevitável, e é preciso lidar com ela com humanidade e também com discernimento. Acho que, além de ser pernicioso tentar criar barreiras, é inútil. Elas apenas aumentam o custo humano, mas as pessoas continuarão a fazer as mesmas coisas, enquanto não houver maior igualdade no mundo, maior justiça, maior equilíbrio.

E aí eu passo para a questão comercial. Acho que todos os acordos são possíveis. É possível acordo bilateral, é possível acordo regional, é possível acordo entre blocos, e são possíveis também, e muito importante, acordos multilaterais. Uma coisa em que um país como o Brasil, que tem um comércio muito diversificado, tem mais a ganhar... Fora o lado regional, porque eu acho que a gente não pode misturar, como eu disse antes. Quer dizer, um acordo regional como o Mercosul... Estou com uma canetinha aqui, por coincidência, da Unasul, e ela não está funcionando. Mas não funcionar não quer dizer que eu tenha de jogá-la fora. Vou botar mais carga nela. A carga é a vontade política – não é, Presidente?...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É isso.

O SR. CELSO AMORIM – ... de a gente fazer funcionar as coisas que podem funcionar.

Então, o caso do Mercosul e da Unasul, como é o caso da União Europeia, aliás, também, eu volto a dizer que não é um caso econômico. A União Europeia existe e foi criada como uma resposta ao grande desafio político das pessoas, do povo, dos indivíduos e das populações que haviam sofrido duas guerras no espaço de uma geração, porque nós nunca sabemos bem onde terminam as coisas. Nós temos, assim, no Brasil talvez de maneira mais acentuada, essa ilusão de que a paz é uma coisa natural, como nós achávamos também que a liberdade era uma coisa natural. Não, essas coisas não são naturais. Elas requerem... Como dizia, se não me engano, Octavio Mangabeira – V. Ex^a sabe melhor do que eu –, a democracia é uma planta tenra que tem de ser regada todos os dias, e a paz também é uma planta tenra que tem de ser de regada todos os dias. Daí a importância do multilateralismo e daí a importância de organizações como a Organização Mundial do Comércio.

Eu não estou de acordo com muita coisa que a Organização Mundial do Comércio fez, que, a meu ver, foi muito a agenda dos ricos. Aliás, a Rodada de Doha não foi para a frente porque, pela primeira vez, a agenda dos pobres subiu. Então, ali, criaram-se problemas: não era o que eles queriam inicialmente. Ela era a rodada do desenvolvimento só no nome. Quando se viu que os países em desenvolvimento se uniram, ou pelo menos coordenaram posições, ficou mais difícil se chegar a um acordo. Não é a única razão, mas é uma das razões.

E, por exemplo, eu tenho grande simpatia sobre muitos aspectos da administração Obama, e eu digo isso com total isenção, porque, em certo momento, nós tivemos tensões também, quando nós tentamos fazer aquele acordo com a Turquia e com o Irã. O tapete nos foi tirado de baixo, só que, cinco anos depois, ele fez o mesmo... Não é o mesmo acordo, naturalmente, porque o tempo muda, etc., mas foi baseado nos mesmos princípios, que ele mesmo depois defendeu, e os editoriais de jornais internacionais defenderam, de que o desarmamento se baseia basicamente em duas premissas: confiar e vigiar. Então, você tem que ter as duas coisas. Não é só uma coisa. Você tem que ter as duas: *rely and verify*. Acho que eles falam *trust and verify*. Então, essa é a necessidade. Quer dizer, ele teria as razões, mas eu acho que não. Acho que o acordo com o Irã foi muito positivo, e o acordo com Cuba foi muito positivo também, no sentido de acabar com os preconceitos, de atuar de outras maneiras. Quer influenciar? Se eles não têm uma economia pujante, não têm uma criatividade, uma cultura forte, então, vamos trabalhar na base da abertura, e não do isolamento, dos muros etc.

O acordo com o Irã também é muito importante, porque eu acho que isso se passa em relação ao Irã e em relação à Rússia, e isso não tem nada a ver com ideologia. Eu acho que certos setores – e isso não é necessariamente o Presidente, não é necessariamente o Congresso, mas certos setores –,



digamos, do *establishment*, vamos dizer assim, do estabelecimento norte-americano necessitam de um inimigo para se justificar, e tem que ser um inimigo específico.

Então, por isso, a gente percebe hoje um choque, inclusive, às vezes, entre o Trump e o serviço de segurança. É uma coisa curiosa que o Trump, que é uma pessoa que tende mais para a direita, esteja em choque com os serviços de inteligência e segurança, porque, para eles se justificarem, não pode ser um inimigo vago, tem que ser um inimigo determinado. Então, é a Rússia, é o Irã. Houve um momento em que era o comunismo, mas depois foi embora o comunismo e ficou o inimigo – a Rússia é sempre ainda vista dessa maneira. É claro que a Rússia tem os seus defeitos, como outros países têm outros defeitos, alguns até maiores, em matéria de respeito aos direitos humanos, de respeito às normas internacionais etc. Então, isso eu acho importante.

Então, eu acho, como V. Ex^a, que é muito importante a abertura para o mundo também em outras áreas, e no comércio também. Mas eu volto a insistir que, digamos, a melhor área é a multilateral, porque as forças se equilibram, quando se está falando de comércio mesmo, não só, digamos, em um esforço regional que tenha outros objetivos, como construir a paz, eliminar a desconfiança.

V. Ex^a sabe que o acordo Brasil-Argentina foi inicialmente feito e, logo em seguida – começou no governo Sarney –, V. Ex^a e o Presidente Menem tiveram a ousadia de fazer tarifa zero em cinco anos. Foi assim? Não foi exatamente, mas foi um grande impulso que ajudou muitíssimo. E isso foi feito juntamente com outro acordo de grande importância entre Brasil e Argentina, que muitas vezes é esquecido, que é o acordo de inspeções recíprocas na área nuclear, que criou a ABACC, que é uma coisa, inclusive, original.

Não se deve ter *copyright*, porque esses bons exemplos devem ser imitados, devem ser estudados e imitados, porque, quando se fala, por exemplo, como muita gente fala, numa área livre de armas nucleares no Oriente Médio, no dia em que houver vontade política para isso, tem uma receita que nós inventamos aqui, no sul, nesse lugar um pouco exótico ou excêntrico no sentido etimológico da palavra, fora do centro das relações internacionais. Então, isso eu acho que é tudo muito importante.

Agora, na abertura, eu lidei muito com a área comercial, Presidente – e é preciso ser aberto agora –, é preciso ter participado de uma negociação da OMC, eu não falo nem da Alca, para saber que o comércio é uma coisa curiosa, porque é cooperação e é disputa. É uma disputa violenta, é uma disputa dura, árdua. Você vai, por exemplo, a uma conferência como a do desarmamento ou mesmo dos direitos humanos, pode haver acusação de países e críticas etc., mas as pessoas se tratam. No comércio não, é muito duro mesmo. Então, é preciso que nós saibamos também que, digamos, é cooperação e é disputa. Por isso, ali, nós temos que saber manejar. Como nós vamos fazer essa abertura, não é? E aí a busca de equilíbrio.

Por isso que essa é uma das razões por que eu sempre defendi que as negociações comerciais maiores fossem na OMC, porque lá há um certo equilíbrio de forças. Na Alca, aqui, no hemisfério, como eu estava... O hemisfério, aliás, é uma coisa curiosa, não é? Porque só existe o hemisfério ocidental, não existe o hemisfério oriental. No norte não, tem o norte e o sul; mas tem o ocidental e não tem o oriental. Ninguém sabe onde começa e onde termina, porque, obviamente, era uma área de influência específica. Então, a Alca, tudo isso está dentro desse contexto.

Eu acho que essa é a questão importante de se lidar num plano multilateral, onde tem Índia, tem China, tem Estados Unidos, tem União Europeia. Frequentemente... Não quero fazer propaganda aqui dos meus livros, não, mas numa parte das minhas narrativas digo que frequentemente, nas negociações da Rodada de Doha, numa hora, a gente estava com a União Europeia e antagonicamente – antagonicamente não! – disputando com os Estados Unidos. Noutras horas, nós estávamos com os Estados Unidos, antagonicamente com a União Europeia. Eu poderia dar os exemplos, mas seria cansativo, mas é esse equilíbrio de forças que faz com que a busca da liberalização do comércio através da OMC seja muito melhor do que qualquer outra forma, tipo TPP ou TTIP, que era aquele transatlântico.

Bom, quanto ao Macron, acho que eu mais ou menos concordo com o que foi dito, que o Macron é um grande ponto de interrogação. Eu acho que, digamos, o que eleitor francês fez, em última análise, é o seguinte: "Eu não gosto desse, eu não gosto desse, eu não gosto desse e não gosto



daquele e tem o ponto de interrogação; vamos votar no ponto de interrogação e vamos ver se vai ser bem-sucedido." Mas isso não depende apenas, digamos assim, de um desejo deles de levar adiante e da habilidade, digamos, técnica ou política. Tem que ver, na hora em que os conflitos sociais – porque vai haver conflitos sociais inevitavelmente – comecem a surgir, como é que esse pessoal que fica, digamos, se é centro, mas é mais centro-esquerda, e como os que são centro, mas são mais centro-direita, vão se comportar, se eles vão continuar unidos ou se eles vão voltar cada um para as alas de origem. Isso é uma grande pergunta.

Agora, de qualquer maneira, foi um respiro de alívio não ter sido o que se temia, porque ninguém podia achar que... Os socialistas sabiam que não iam ganhar. Foi um grande respiro de alívio não ter sido eleita a extrema-direita. Quanto a isso não há a menor dúvida. E isso é uma coisa que fala muito em favor da França, embora também, e isso é um fato que não foi mencionado aqui e que foi muito mencionado nas análises que ontem foram feitas, pelo menos pelo que eu vi, a abstenção nesse segundo turno das parlamentares foi a maior abstenção da história da Quinta República. Isso também é algo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO AMORIM – Cinquenta e sete. O Senador aqui é sempre preciso, Senador Lindbergh, meu conterrâneo, quer dizer, conterrâneo de domicílio. Então, é algo sobre que tem-se que pensar. O que que significa uma abstenção tão grande? Daí que eu acho que é menos pela questão parlamentar, pelo número de Parlamentares, quer dizer, o voto de confiança não foi tão grande assim. Então, vai exigir muita habilidade.

Bom, sobre a Escócia também acho que basicamente o que foi dito é verdade. Eu acho que essa questão do cansaço é relativa. Eu, como eleitor, não me canso de votar. Se chamasse... Eu me lembro de que eu votei pela primeira vez em 1960, e em 1961 houve um plebiscito que eu não me lembro mais do que era, logo depois houve o plebiscito sobre presidencialismo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO AMORIM – ... mas antes houve um outro plebiscito e eu não me lembro mais sobre o que era, mas houve um plebiscito também, não sei se pelo Estado da Guanabara – sei lá –, e eu achava ótimo votar. Eu acho que a maior parte das pessoas gostam muito de votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO AMORIM – Não, não. O inglês pode ser, mas o britânico eu tenho dúvida, porque eu não sei se os escoceses terão... Como eles vão votar eu não sei, mas acho que aí não conta muito o... E, digamos, eu posso estar errado, mas eu acho que, inclusive, nesta eleição houve um comparecimento muito maior às urnas do que na última. Então, o cansaço é relativo, porque às vezes o cansaço com o que está ocorrendo é maior que o cansaço de votar. Só um pequeno reparo.

Como eu disse, eu concordo com quase tudo, mas estou fazendo observações nos pontinhos em que haja alguma diferença.

A OTAN, aqui já foi dito, eu acho que... Eu só queria incluir um outro elemento nisso, porque eu mesmo defendo, até para o Brasil, defendi como Ministro de Defesa e continuo defendendo que a gente tenha um orçamento de defesa compatível com o tamanho do Brasil, quer dizer, com o tamanho, com os interesses, com o fato de ser a maior reserva de água doce do mundo, de ter o maior litoral atlântico do mundo, o que a gente esquece. Eu moro no Rio de Janeiro e você se esquece até de que o Pão de Açúcar, não sei o quê... E acha que isso é normal. Não é normal. Não há nenhum lugar tão bonito quanto o Rio de Janeiro. Não sou carioca de nascimento, mas não há, desculpem-me aqui os outros. Aquilo não é normal. Você diz: "Não, é São Francisco." Não se compara. Com todo o respeito, o Rio de Janeiro é extraordinário.

A gente olha para o mapa do Brasil, a gente sempre olha desde criança e está acostumado, mas não é normal. Os dois maiores oceanos do mundo são o Atlântico e o Pacífico. No Atlântico, o maior litoral é o brasileiro. Ele tem que ser protegido, as riquezas têm que ser protegidas, e isso exige recursos. Por isso eu defendia que o Brasil se aproximasse um pouco da média dos BRICS e chegasse a 2%.



Eu acho que no caso da Europa é diferente. Nós não temos um inimigo declarado, não temos um rival declarado, apenas temos que defender os recursos porque muitas coisas acontecem sem que nós estejamos diretamente envolvidos, mas elas vão nos envolver. Então, é o caso do Brasil. Mas eu acho que há um outro elemento aí, digamos, a contrário senso para os países que tradicionalmente se armaram mais, que se tem que continuar lutando pelo desarmamento, sobretudo pelo desarmamento nuclear. As duas grandes tragédias que podem ocorrer no médio prazo: uma é o clima, o meio ambiente, e a outra é um eventual descuido aí ou....

Eu participei de uma comissão, Presidente, que se chamava Comissão de Canberra, em que havia muitas pessoas, foi criada pelos australianos – aparentemente o governo conservador até tirou do *site* –, mas isso existiu e teve participantes desde do Jacques Cousteau até o McNamara, foi uma coisa divertida e diferenciada, e há lá os passos possíveis. O desarmamento nuclear não é uma coisa: "Ah, mas a gente vai se desarmar" – como foi dito recentemente, inclusive, pela embaixadora americana – "e vai ficar a Correia do Norte". Não. Não é assim. Isso é um processo que todos têm que ir levando naturalmente. E passo a passo. Há passos técnicos. Primeiro, você separa arma nuclear do foguete, depois você... Enfim, há uma série de coisas, se compromete a não modernizar. Tudo é muito difícil, porque depende de verificação etc. Mas não é impossível. E o desarmamento obviamente também tem um custo. Então, quando se leva em conta isso, quando se levam em conta os orçamentos militares, é preciso também pensar nisso. É possível também uma distensão na Europa. Nós não podemos excluir essa hipótese, não há razão. O De Gaulle queria uma Europa... Ele deixava Portugal e Espanha de lado, o que não é muito bonito para o nosso lado, mas, digamos assim, dos Pirinéus aos Urais, não pode ser do Atlântico aos Urais, sei lá. Então, há possibilidade de distensão na Europa. Eu acho que essa... Não vou defender muitas coisas que a Rússia fez, porque muitas coisas estão erradas, isso é outra discussão, mas essa demonização de um determinado país é uma coisa que só interessa a, digamos, setores belicistas.

Bom, então era isso o que eu queria dizer.

Sobre a OTAN, só outra coisa para também desfazer confusões: frequentemente quando se critica uma certa hostilidade ou multilateralismos por parte do Presidente Trump – e eu concordo plenamente –, isso se aplica à ONU. Agora, a OTAN não é multilateral. A OTAN é um acordo de defesa de um determinado número de países até quando eles tinham um inimigo específico. Não só um inimigo específico, mas um inimigo que tinha uma ideologia de transformar o mundo todo à sua imagem. Hoje não existe isso, então há que se perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, eu gostaria, antes de passar a palavra ao Prof. Guilherme Sandoval Góes, de agradecer ao Ministro e Embaixador Celso Amorim pela sua explanação, pelas suas respostas sempre percucientes. Obrigado a V. Sa.

Passo a palavra ao Prof. Guilherme Sandoval Góes.

O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Na questão do Mercosul?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. GUILHERME SANDOVAL GÓES – Na verdade, eu acho que o nosso País vive momentos de muita polarização: ou é internacionalista ou é desenvolvimentista, ou é liberal ou é social. Então, eu acho que há uma questão muito polarizada no País, isso na área econômica, na área política.

E, na verdade, a questão da OMC, eu acho que é fundamental. Concordando com o Ministro Celso Amorim, eu acho que o problema começa ali na OMC, porque em 1994, quando há a formação da OMC, da Rodada Uruguai, a OMC já nasce distorcida. A OMC nasce... Na pauta dela há apenas os produtos industrializados, as compras governamentais, ou seja, tudo que interessa aos países desenvolvidos. Os países da periferia, de modernidade tardia, a pauta da OMC não contempla.

Então, ela já é uma instituição que nasce, de certa forma, distorcida. E quando vem a Rodada de Doha, que foi até uma tentativa de acrescentar ainda mais, de liberalizar ainda mais o comércio internacional, sem ter a contrapartida, foi quando o Brasil – aí, até com o Ministro, o País se posicionou muito bem – criou o G20, o G20 comercial, que a gente não pode confundir com o G20 financeiro. O G20 financeiro atua lá substituindo o G7. Nós estamos falando do G20 comercial, que foi a construção até administrativa brasileira que, de certa maneira, reagiu à Rodada de Doha, e a Rodada de Doha está parada até hoje. Então, a minha preocupação com relação a essas integrações... O estrategista americano, o que ele percebeu? Como a Rodada de Doha está travada, ele procurou levar para esses



grandes arranjos dele aquelas regras que ele colocaria em Doha. Ele tenta levar isso para os acordos dele – tanto para a Alca como para a Aliança Transatlântica.

Então, toda aquela reação que o Brasil fez no G20, de travar as compras governamentais ou ter contrapartida, isso foi levado para as alianças Transatlântica e Transpacífica. Então, os países de modernidade tardia ficam em um dilema muito grande, porque essas grandes alianças não vão ter a questão de opção: ou você vai para a aliança ou você não vai participar da aliança. E, ao ir para a aliança, você vai ter que seguir aquelas regras que praticamente desindustrializam o país, aquelas regras que prejudicam imensamente o desenvolvimento geopolítico do país.

Então, concordando plenamente com essa ideia de que Trump foi até bom neste sentido, foi bom no sentido de desfazer a Aliança Transatlântica, foi bom para nós, porque nós não teríamos muitas opções – ou a gente iria para a aliança ou iria ficar isolado do resto do mundo. Então, é uma questão muito importante.

Daí que eu queria, a partir dessa imagem geopolítica mais ampla, trazer a questão do Mercosul, o tão combatido Mercosul que, mais uma vez, insisto: o Mercosul não é a referência das relações internacionais do Brasil. O Mercosul é o ponto de partida das relações internacionais do Brasil, e só. As relações internacionais do Brasil são muito mais amplas. E nós temos diversas iniciativas reais já; BRICS é uma relação. O Mercosul não se inviabiliza com BRICS, o Mercosul não fica inviabilizado com a ASPA, que é exatamente o acordo do Mercosul com os países árabes. O Mercosul não inviabiliza o ASA, que é o Mercosul com a África. O Mercosul não inviabiliza o IBAS, que é Brasil, África do Sul e Índia.

Então, há uma polarização muito forte, um discurso de ideologia que prejudica a perspectiva geopolítica brasileira de uma forma mais autônoma, de uma forma mais madura, de se fazer essas regras de uma forma muito mais madura, que leve ao desenvolvimento brasileiro.

Então, quanto a se inviabilizar o Mercosul, a questão que se coloca é o seguinte: está bem, inviabiliza o Mercosul, e qual será a solução brasileira? O Brasil vai fazer sua inserção internacional sozinho? Será que nós temos latitude geopolítica para fazer uma inserção internacional sozinhos? Será que os nossos acordos bilaterais serão bons se não forem com o Mercosul?

E aí vem toda aquela questão importante, que aí, sim, eu acho que falta o dever de casa para os nossos estrategistas, falta o dever de casa dos estudiosos, no próprio sistema jurídico. Acho muito importante aquela ideia do geodireito, insisto, é fundamental essa linha epistemologia que, infelizmente, não existe no Brasil: entender exatamente a conexão entre a geopolítica e o direito, isso é fundamental; entender os marcos regulatórios, por que os marcos regulatórios são feitos. Há elementos geopolíticos que estão ali, a chamada judicialização da geopolítica. É um fenômeno que transcende a judicialização da política. Ele já vai para a judicialização da geopolítica. A questão geopolítica está sendo judicializada, e muitas vezes está sendo decidida pelo Poder Judiciário sem a equação geopolítica ser colocada. O Poder Judiciário vai decidir uma questão geopolítica sem levar em consideração a questão geopolítica. Isso é um fato que já está acontecendo no Estado de direito brasileiro.

Daí essa preocupação do estrategista de tentar a ideia do Mercosul fortalecido. Nós temos o Mercosul de um lado, e a gente costuma muito trazer essa reflexão nos nossos estudos na Escola Superior de Guerra e nas nossas outras universidades, nós tentamos compartilhar com todos os grandes desafios da geopolítica brasileira.

Os grandes desafios da geopolítica brasileira perpassam necessariamente pela nossa capacidade estratégica de articular os três grandes conjuntos geopolíticos brasileiros: o Arco Amazônico, o Pacto Andino e o Cone Sul. Nós temos um desafio fantástico em ter a capacidade de articular esses três grandes conjuntos geopolíticos. O Arco Amazônico, universidades bilaterais, biodiversidade, exploração energética são desafios imensos na questão geopolítica. O Arco Amazônico, não temos nenhuma perspectiva geopolítica voltada para isso, como é que vamos integrar os três grandes? Não temos estudo das nossas universidades, não temos estudos dos centros de estudos geopolíticos, não temos o que fazer.

Quais as dificuldades do Mercosul? Infelizmente, é melancólico constatar essa perspectiva. E a crítica ao Mercosul, porque, do jeito que está, realmente, o Mercosul não caminha. Agora, será que não é o nosso caminho? Será que porque não caminha ele não é a solução? Insisto: o Mercosul seria apenas o ponto de partida, o Mercosul não pode ser a geopolítica brasileira. O Mercosul é, sim, o ponto de



partida de outras grandes inserções internacionais do País. Nós temos o Atlântico Sul, nós temos as Zopacas, outro grande elemento de geopolítica brasileira, a aproximação com a África, a questão do pré-sal, tudo isso leva elementos geopolíticos fantásticos que o País tem, mas que não consegue articular, não consegue fazer um plano minimamente coerente para o seu futuro.

Insisto, então, que o Mercosul não inviabilizaria as outras grandes inserções internacionais do Brasil, inclusive com a União Europeia, inclusive com os centros de poder, Estados Unidos e o próprio BRIC. Então, não vejo o Mercosul como um elemento que seja um empecilho à nossa geopolítica. Pelo contrário, talvez seja o ponto de partida dessa geopolítica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes.

Uma informação que eu gostaria de lhe passar, professor, e a todos que aqui estão e nos assistem, é que o Embaixador da União Europeia me informou semana retrasada que os estudos com vistas à assinatura do Acordo Comercial União Europeia e Mercosul está andando rapidamente, está no *fast track* da prioridade e, dentro de oito meses, eles já terão concluído todos os estudos para que essa assinatura seja finalmente formalizada. De modo que isso vai dar certa musculatura ao nosso Mercado Comum do Sul.

Passo a palavra à S. Ex^a o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu vou ser bem breve. Eu queria cumprimentar a Presidente da Câmara dos Deputados, Bruna, os professores.

Eu vim trazer um abraço fraternal para o Ministro Celso Amorim. É claro que um painel como este "Brexit: quantos mais?" é um painel que provoca discussões. Eu queria muito rapidamente entrar no debate, porque a gente teve 30 anos pós Segunda Guerra Mundial, um período considerado 30 anos gloriosos: políticas keynesianas; estado do bem-estar social se construindo; e tivemos depois Reagan-Thatcher, a ascensão do neoliberalismo no mundo. Eu tenho muito interesse na discussão sobre a Europa, porque há uma direita que cresce, mas há um processo de reorganização grande da esquerda também. Na minha avaliação, o Tratado de Maastricht é muito restritivo. E o aumento da desigualdade acontece na Europa e cada vez mais no mundo.

É uma hegemonia brutal do capital financeiro, que se apropria de uma mais-valia global. Está havendo queda da taxa de lucros das grandes corporações capitalistas, e a ordem de resolver o problema, como aqui no Brasil, é redução de direitos, redução de salários, aumento de desigualdade, onde entra um ponto quando eu falo que o Tratado de Maastricht é muito restritivo. Na verdade, os países não têm política monetária, não têm política fiscal, não têm política cambial. Um peso gigantesco da Alemanha.

E você veja: soberania popular. A gente acompanhou aquele plebiscito na Grécia, quando Syriza ganhou a eleição lá, sobre o plano de austeridade, que foi imposto pela Troika. O povo disse "não". De que valeu? De que valeu? A política foi substituída ali. Há soberania popular.

Eu vejo um processo de reorganização também na esquerda. Não é só dizer do crescimento, de um discurso Marine Le Pen. Não. Você veja: o partido socialista francês, que aplicou o receituário neoliberal todo, foi varrido do mapa. Caiu para 35 Deputados. De 280 – eu não sei direito –, caiu para 35 Deputados. Ganhou força na organização na esquerda também um discurso mais duro. Na França, Mélenchon, um discurso que questiona: ou muda a União Europeia ou mudamos.

Na Inglaterra, é muito interessante observar essa última eleição. Ganhou a eleição no partido trabalhista inglês, que é um partido que a gente não pode dizer que é um partido social democrata clássico, um partido com história, mas um partido que, na história recente, fez a guerra do Iraque, com Bush – o Blair participou ativamente da guerra do Iraque –, a ascensão na Inglaterra do Jeremy Corbyn, que era um dissidente de esquerda, que fez um discurso mais duro, que conseguiu conquistar um eleitor que era um eleitor que estava migrando, às vezes, para a extrema direita, quando não tinha alternativa, porque ali era tudo a mesma coisa, como se estivesse ali. E o Jeremy Corbyn ganhou em uma eleição no partido trabalhista inglês e contra uma maioria parlamentar que tentou destituí-lo. Ele novamente venceu a eleição, fez uma campanha com bandeiras antissistemas, até umas anticapitalistas, e quase perde a eleição por dois pontos.



Então, eu não sei. Eu acho que é a discussão que faço da União Europeia, mas o aumento da desigualdade, nesses últimos 30 anos, é gigantesco, que é a retirada da soberania popular.

Eu estou convencido aqui, Presidente, que essa PEC dos gastos que a gente aprovou aqui é inspirada na Europa, porque da verdade aqui nós temos uma limitação. De que vale eleger um Presidente da República? É mais ou menos isso. Nós não podemos mais fazer política fiscal. É uma criminalização da política fiscal. Você não pode fazer política fiscal anticíclica, políticas keynesianas.

Então, eu encerro, porque acho que é o mundo em transformação, mas, na minha avaliação, há uma crise gigantesca do que nós chamamos de neoliberalismo. E é uma hegemonia – o processo é muito acelerado, Presidente – do capital financeiro. É uma hegemonia brutal do capital financeiro, que se impõe e que se impõe sobre a política, sobre a democracia. Então, acho que este é um debate muito rico.

Por fim, só para falar de Mercosul, porque fiz parte do Parlasul em um período da história, acho, sinceramente, que a política externa brasileira nunca esteve tão perdida, porque nós apostamos tudo na mudança, na entrada desse novo Governo, em um realinhamento automático com os Estados Unidos e uma espécie de transformar o Mercosul em uma Alcasul, porque a linha era acabar com a tarifa externa comum com a união aduaneira. Isso virou uma coisa central para o nosso amigo aqui, o Ministro José Serra, porque, na verdade, o Mercosul viraria o Alcasul, pois o Paraguai poderia fazer com os Estados Unidos e... Na verdade, a vitória do Trump deixou esse pessoal perplexo, porque Trump questionou logo o NAFTA e a questão do México. Então, nós nunca... Precisaríamos, num momento como este de uma doutrina Trump surgindo aí, de uma política como a do Ministro Celso Amorim, uma política sul-sul, uma política que dialogasse, uma política que estabelecesse relações com todos os países do mundo, com a África, com o Oriente Médio... Nunca foi tão necessária uma política externa como aquela neste momento. Eu falo isso aqui, porque eu vejo que a posição hoje do Itamaraty é uma posição... Restou discutir a Venezuela, restou Venezuela, restaram os bolivarianos. É isso a que se resume um pouco...

Tentar chamar, inclusive, Presidente, o nosso colega Senador Aloysio Nunes para conversamos também no próximo período, porque tem que haver uma reorientação.

Preocupa-nos também o isolamento do País. Todas as lideranças evitam o Brasil. É tão triste ver isso. Angela Merkel veio aqui e evitou o Brasil; o Presidente da Itália veio aqui e evitou o Brasil; o Obama veio aqui ao final do governo dele e também evitou o Brasil. Então, é uma situação difícil para o nosso País aqui, internamente, mas, nesse contexto internacional, também.

Eu peço muitas desculpas a V. Ex^a por chegar depois. Estávamos numa reunião da Liderança do PT, fazendo essas considerações. De fato, eu vim aqui para dar um abraço no Ministro, mas também eu acho que este tema é muito rico e vai nos consumir por um período longo de discussões aqui, no País, e internacionalmente. Eu quero cumprimentar V. Ex^a por fazer este painel e este debate aqui no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias, pela sua presença, pela sua participação e pelas sempre generosas referências ao trabalho desta Comissão.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos, especialmente ao Embaixador Nelson Manuel Cosme, da República de Angola; à Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Embaixadora do Brasil indicada para a Unesco – estamos aguardando ansiosamente o nome dela ser submetido ao Plenário, o que deve ocorrer em brevíssimo espaço de tempo –; à Embaixadora, promovida agora, Gisela Padovan – parabéns –, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; ao Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; à Sr^a Analia Borba, 2^a Secretária da Embaixada da República do Paraguai; ao Sr. Denis Shimanchuk, 3^o Secretário da Embaixada da Federação da Rússia; ao Dr. Konstantine Sabiashvili, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Geórgia; ao Sr. Bruno Mendeslk de Souza, Professor e Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul; e a S. Ex^a a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan – mais uma vez, obrigado pela sua presença.



Muito especialmente, os nossos agradecimentos ao Embaixador Celso Amorim, ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes e ao Prof. Dr. Klaus Dalgaard, nossos palestrantes da noite de hoje, pela presença e pelo brilho que deram a este nosso painel. Eu gostaria de convidar a todos para o nosso 8º Painel, que ocorrerá no próximo dia 3 de julho, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "Migração e Refugiados: convidados indesejados ou oportunidade de desenvolvimento?". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, especialista nesse tema, e o Sr. Renato Zerbiní Ribeiro Leão, Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), além de mais três outros palestrantes – estamos acertando com eles a questão das datas e possivelmente, pelo menos, mais dois deles aqui estarão presente também.

Antes de encerrar os trabalhos de hoje, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa agendada para o próximo dia 22 de junho, quinta-feira, às 9h, neste plenário. Na ocasião, nessa próxima quinta-feira, estaremos aqui e contaremos com a presença do General de Exército Eduardo Villas Bôas, Comandante do Exército, que participará em audiência pública, na primeira parte da reunião, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nºs 2, 3, 4 e 5, de 2017.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, agradecendo aos nossos internautas, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017.

Às nove horas do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Hélio José, Paulo Paim, José Medeiros, Gladson Cameli e Vanessa Grazziotin. Registra presença o Senador não membro Paulo Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, DE 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de exposição pelo Embaixador do Qatar acerca da crise diplomática que o país atravessa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador do Catar, o Sr. Mohammed Al-Hayki; 2. Embaixadora Lígia Maria Scherer, Diretora do Deptº do Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores - MRE.” Lido. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA para debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos do Exército do Brasil. Convidado: General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército. O Presidente convida o Comandante do Exército a compor a mesa e concede-lhe a palavra. Usam a palavra os Senadores Roberto Requião, Ana Amélia e Lasier Martins. O Presidente registra questões de internautas recebidas pelo portal *e-Cidadania*. O Presidente concede a palavra ao Comandante do Exército para responder aos parlamentares e aos internautas. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Jorge Viana, Lindbergh Farias e José Medeiros. O Presidente registra questões de internautas recebidas pelo portal *e-Cidadania*.

O Presidente concede a palavra ao Comandante do Exército para responder aos parlamentares e aos internautas. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Chefe do Estado Maior do Exército; General de Divisão Márcio Roland Heise, 2º Subchefe do Estado Maior do Exército; General de Divisão Tomas Miguel Miné Riberio Paiva, Chefe de Gabinete do Comandante do Exército; General de Divisão William Georges Felipe Abrahão, 5º Subchefe do Estado Maior do Exército; General de Divisão Guido Amin Naves, Chefe do Escritório de Projetos do Exército; General de Divisão Angelo Kawakami Okamura; General de Brigada Danilo Cezar Aguiar de Souza, 6º Subchefe do Estado Maior do Exército; General de Brigada Ivan Pereira Neiva Filho, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados; Ministro Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Dr. Konstantine Sabiashvili; Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Sr. Giorgi Sirbiladze; Embaixador Nelson Tabajara, Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa do Itamaraty; Sra. Gabriela de Campos Teixeira Fontenele, Especialista em Política da Embaixada dos Estados Unidos da América; Sra. Analía Borba, Segunda Secretária da Embaixada da República do Paraguai; Deputada Jô Moraes; Sr. João Pedro, Ex-Senador; e Tenente Coronel Cleverson, Subcomandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva. O Presidente agradece a presença e a participação de todos. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012”. Designado Relator “ad hoc” o Senador José Medeiros, é aprovado o



relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. O Presidente registra e agradece a presença do Dr. Konstantine Sabiashvili, Ministro Conselheiro da Embaixada da Geórgia; e do Sr. Giorgi Sirbiladze, Conselheiro da Embaixada da Geórgia. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em El Salvador, em 29 de maio de 2008.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente faz a leitura de comunicado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Houve a apresentação do Requerimento nº 20, de 2017.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº
20, DE 2017

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 98, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de exposição pelo Embaixador do Catar acerca da crise diplomática que o país atravessa. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Embaixador do Catar, Sr. Mohammed Alhayki, e a Embaixadora Ligia Maria Scherer, Diretora do Departamento do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Tendo sido lido o referido requerimento, na próxima reunião deliberativa nós o colocaremos em votação.

Comunicados.

França, eleições legislativas.

O segundo turno das eleições legislativas na França, realizado no último domingo, confirmou a maioria absoluta para o partido do Presidente Emmanuel Macron, La République en Marche, e de seus coligados do Movimento Democrático, MoDem. Apesar da abstenção histórica do eleitorado francês, de 57,3% nesse segundo turno, contra outro recorde de 51,3% no primeiro turno, o novo Presidente terá tranquilidade para encaminhar as várias reformas propostas durante sua campanha para o mais alto cargo do país.

Segundo os analistas em pesquisas de opinião, são três as razões para essa histórica abstenção: o "cansaço" do eleitorado após uma longa sequência de campanhas e eleições (dois turnos das presidenciais e dois turnos das legislativas, num curto espaço de tempo); a perspectiva de uma vitória esmagadora para Macron e também o clima estival do último fim de semana, que levou os franceses à praia ou a casas de campo fora de seu domicílio eleitoral.

Tais fatores não contribuíram para mobilizar, em especial, os seguidores de Macron, pois as últimas sondagens antes do pleito previam bem mais de 400 cadeiras para os macronistas. Das 289 necessárias para a maioria absoluta, o partido de Macron, mesmo sem os aliados do Movimento Democrático, conseguiu arrebatar a maioria folgada de 306 cadeiras, sem contar as 42 obtidas pelos democratas, o que dá um total de 348 Deputados governistas. O movimento En Marche! foi fundado por Macron em abril do ano passado.

A avassaladora renovação de três quartos da Assembleia Nacional deixou de fora políticos tradicionais de longa experiência, para dar lugar a um Parlamento mais jovem e repleto de membros da sociedade civil, eleitos para o primeiro mandato político.

Outro recorde refere-se ao número de mulheres eleitas: 233 deputadas – ou seja, 38,65% das 577 cadeiras da Assembleia Nacional –, contra as 155 eleitas no último pleito, em 2012.

A direita e o centro-direita continuam sendo a segunda maior força política da Assembleia, apesar de terem perdido 95 cadeiras. O partido Republicano sofreu um revés histórico, tendo chegado a um nível jamais obtido pela direita desde o início da 5ª República, em outubro de 1958. A tradicional direita francesa vê sua influência diminuir fortemente e três de seus tenores deixaram a cena no espaço de poucos meses: o ex-presidente Nicolas Sarkozy; o ex-primeiro Ministro Alain Juppé e François Fillon, candidato à presidência da república que ficou em terceiro lugar no primeiro turno.

Porém, os partidos de esquerda, liderados pelos socialistas, sofreram uma derrota sem precedentes, que os analistas políticos franceses chamam de uma "sanção bastante pesada", em virtude da impopularidade do governo do ex-presidente François Hollande no seu último mandato. Os comentaristas chegam mesmo a dizer que o PS, o Partido Socialista, e seus aliados foram "dizimados": detentores da maioria, com 302 parlamentares na última legislatura, agora não passam de 45.



O partido da França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, que ficou em quarto lugar no primeiro turno das presidenciais, conseguiu 17 cadeiras, e o Partido Comunista Francês elegeu 10 deputados.

Já o Front National elegeu Marine Le Pen, pela primeira vez, para a Assembleia Nacional – ela foi membro do Parlamento Europeu por dois mandatos, até 2015 – e conquistou oito cadeiras, contra as duas obtidas nas eleições de 2012. Esse número é insuficiente para a formação do que os franceses chamam de grupo parlamentar, que necessita de 15 deputados eleitos.

Quanto ao novo ministério, terminadas as eleições, começou o remanejamento do ministério do Primeiro Ministro Édouard Philippe, anunciado ontem. O jornal Le Figaro destacou cinco pontos na formação do novo governo: a promoção das mulheres a postos-chave no ministério; a nomeação de pessoas próximas ao presidente Macron; a participação do Partido Socialista; o reforço da participação dos Republicanos – de direita – e a manutenção do MoDem no governo. Na opinião do jornal, o executivo cuidou de respeitar um equilíbrio sutil das forças políticas na composição do ministério.

O remanejamento, considerado normal depois da divulgação dos resultados das eleições legislativas, deu-se após os pedidos de demissão da Ministra das Forças Armadas, Sylvie Goulard; da Ministra dos Negócios Europeus, Marielle de Sarnez e do Ministro da Justiça, François Bayrou, do centrista Movimento Democrático, o MoDem. O partido – que apoiou Macron e se coligou ao movimento En Marche! ainda em fevereiro, no início da campanha – é suspeito de criar empregos fictícios de assistentes parlamentares no Parlamento europeu.

Macron e o islã.

Pela primeira vez, um Presidente francês compareceu ao jantar de encerramento do jejum, após o ramadã, organizado anualmente pelo Conselho francês do culto muçulmano, realizado anteontem, terça-feira.

Na ocasião, Emmanuel Macron fez um apelo ao islã da França para que assuma sua parte no combate ao terrorismo, lembrando que os últimos anos foram marcados, segundo o Presidente, por “terríveis ataques terroristas, cujo objetivo evidente era o de criar, entre os franceses de todas as crenças e os de confissão muçulmana, um fosso profundo, e de dar ao islã a imagem de uma religião de fanáticos, afiançando a morte e o terror.”

Para o Presidente, essa é uma perversão da imagem do islã, mas para o combate ao terrorismo jihadista, é necessário, segundo afirmou ele, “o concurso das autoridades muçulmanas, firmes nas suas convicções e sólidas na denúncia desses crimes”.

Alemanha.

Merkel sinaliza apoio a ministro para a zona do euro.

A Chanceler alemã Angela Merkel disse essa semana, dirigindo-se a líderes empresariais alemães em Berlim, que poderia apoiar a criação de um ministério das finanças e de um orçamento para a zona do euro, no âmbito da União Europeia, “se as circunstâncias assim o permitirem”. O Presidente francês Emmanuel Macron já havia defendido veementemente ambas as propostas para reformar a zona do euro.

A Alemanha está cautelosa quanto a qualquer manobra que possa levar a uma transfer union – um orçamento comum que pode ser usado para apoiar os governos endividados dos 19 países-membros da zona do euro. Muitos alemães ressentem-se do gasto com a crise na Grécia.

O governo em Berlim não quer que os contribuintes alemães tenham que se comprometer a gastar em outras regiões da União Europeia sem fiscalização.

Merkel afirmou que mudanças sensatas poderiam ser introduzidas caso garantissem melhorias nas vidas de cidadãos europeus, incluindo a geração de empregos para os jovens. Diz ela: “Nós também podemos considerar um ‘orçamento do euro’ se estiver claro que estamos fortalecendo a estrutura da economia e fazendo coisas sensatas”.

O forte posicionamento pró-União Europeia do Presidente Macron impulsionou a colocação da premiê Merkel na corrida para as eleições gerais alemãs que se realizarão agora em setembro.



Mas reformar a zona do euro ainda é um enorme desafio. A crise financeira de 2008 e a subsequente crise na zona do euro resultaram em altas taxas de desemprego e cortes dolorosos no setor público em grande parte da Europa.

Para a comentarista da BBC Jenny Hill, Merkel atinge o equilíbrio, forjando uma aliança com Macron sem perder de vista o eleitorado alemão. Isso porque a velha aliança Alemanha-França, que já foi o coração político da União Europeia, está voltando à vida, alimentada, em parte, pela decisão britânica de deixar o bloco.

Reino Unido.

A Rainha Elisabeth II anunciou ontem, em discurso na sessão inaugural do Parlamento Britânico, o programa do Governo de Theresa May para os próximos dois anos. Sua Majestade estava acompanhada pelo Príncipe de Gales, Charles, em vez de seu marido, o Duque de Edimburgo, hospitalizado na última terça-feira.

O discurso da rainha é uma tradição que ocorre anualmente, como todos nós temos conhecimento, no início das sessões do Parlamento ou após a sessão inaugural depois da realização de eleições gerais.

O governo cancelou o discurso do próximo ano e, dessa forma, o de ontem cobrirá um período de dois anos. O objetivo é o de dar aos membros do Parlamento mais tempo para debater toda a legislação do Brexit. No discurso de ontem, as leis referentes ao Brexit dominaram a agenda governamental.

Foi motivo de muita especulação o fato de a rainha ter chegado ao Parlamento em um automóvel em vez da carruagem puxada por cavalos, de não ter havido a tradicional procissão real até a Câmara dos Lordes, e de Sua Majestade não ter portado o manto e a coroa. Foi a primeira abertura oficial do Parlamento com elementos cerimoniais reduzidos desde 1974, porém o cerimonial reduzido foi acordado devido ao curto espaço de tempo entre a convocação e a realização das eleições antecipadas e pelo fato de a data ter coincidido com a parada militar da guarda real realizada no sábado passado, no dia oficial das comemorações do aniversário da soberana, no mesmo percurso do deslocamento da rainha até o Parlamento, impedindo a realização de ensaios.

Segundo a editora de política da BBC, Laura Kuenssberg, a cerimônia de ontem fora prevista para ser a coroação política de Theresa May, mas o discurso da rainha confirmou a realidade de sua "caída em desgraça", entre aspas, pois as ambições da primeira-ministra de mudanças significativas no âmbito doméstico foram refugadas, desaparecendo com a sua maioria.

Mas a complexidade do imenso trabalho administrativo que o governo May tem à frente, quando o Reino Unido se prepara para sair da União Europeia, está a olhos vistos, diz a especialista.

No meio da continuada negociação com o partido da União Democrática da Irlanda do Norte para o apoio ao governo minoritário de Theresa May, um porta-voz de Downing Street disse acreditar que o discurso da rainha vai inspirar a Casa dos Comuns na votação da moção de confiança no governo na próxima semana. Em troca do apoio ao governo May, os unionistas irlandeses estão pedindo dois milhões de libras esterlinas para compensar o que a Irlanda do Norte vai perder com o Brexit. Essa soma equivale à ajuda que a União Europeia transfere anualmente aos irlandeses do norte.

Depois de não conseguir a maioria absoluta nas eleições, a primeira-ministra prometeu trabalhar com humildade e determinação. May propôs uma série de novas leis com o objetivo de preparar o Reino Unido para uma saída tranquila e ordenada da União Europeia, mas partes importantes do programa do Partido Conservador ficaram de fora do discurso da rainha ou foram adiadas após a perda da maioria no Parlamento.

O líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, disse que deixar de fora do discurso da rainha tantas promessas de campanha demonstra que Theresa May perdeu sua autoridade para governar.

Com as negociações do Brexit em andamento, o governo determinou as leis que serão necessárias para a saída do país da União Europeia, independentemente do acordo final com Bruxelas.



No centro de tudo, está a chamada Lei de Revogação, que vai anular o Ato das Comunidades Europeias de 1972 e terminar a jurisdição da Corte Suprema de Justiça, além de interiorizar todas as leis europeias até que o parlamento britânico decida quais delas manterá.

Para a editora de política da BBC, o governo não está certo de sua maioria e o partido Trabalhista, “com vento em suas velas” – entre aspas –, está determinado a ser uma oposição de guerrilha, emendando leis onde puder, e criando problemas políticos, por acreditar que o poder está ao alcance.

Os trabalhistas estão preparando uma versão alternativa do discurso da Rainha, sugerindo que o programa dos Conservadores foi um sinal de um governo “fraco e instável”. E os liberal-democratas disseram que o discurso foi “desprovido de ideias para apoiar os serviços públicos”.

Próximo comunicado: visita do Presidente Temer à Noruega.

A Noruega – onde o Presidente Temer e sua comitiva chegaram há menos de duas horas – é a segunda e última etapa da visita presidencial à Europa, que tem como principal objetivo atrair novos investimentos estrangeiros para o nosso País. A visita oficial à Rússia, de terça-feira até ontem, foi a primeira escala da viagem.

Daqui a pouco, às 10h (horário de Brasília), o Presidente Michel Temer participa de reunião com empresários noruegueses. O Presidente chegou à capital, Oslo, por volta das 7h40 de hoje (horário de Brasília). Nos encontros previstos na agenda, o Presidente Temer deve ressaltar o interesse em estreitar a parceria em matéria de comércio e investimentos; energia; meio ambiente; e ciência, tecnologia e inovação.

Amanhã, o presidente da República manterá encontros com o Rei Harald V, com a Primeira-Ministra Erna Solberg e com o Presidente do Parlamento, Olemic Thommessen. O Presidente Michel Temer retribui visita do Príncipe herdeiro Haakon Magnus, que esteve no Brasil em 2015, quando foi recebido pelo então Vice-Presidente da República.

A Noruega é um dos principais parceiros do Brasil, sobretudo nos setores de petróleo e gás e da indústria naval. Das 150 empresas norueguesas presentes no Brasil, 75% atuam na indústria de petróleo e gás e no setor marítimo.

A Noruega também é parceira relevante na área de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. Foi o primeiro doador do Fundo Amazônia e é responsável por seus principais aportes. Entre 2009 e 2016, aportou cerca de R\$2,8 bilhões ao Fundo.

Em 2016, o comércio bilateral alcançou US\$1,3 bilhão, com exportações no valor de US\$733 milhões e importações no montante de US\$539 milhões. No ano passado, a Noruega foi o oitavo maior investidor no Brasil, com investimentos de US\$2,1 bilhões.

Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores, a visita do presidente da República a Oslo ocorre em momento de fortalecimento e multiplicação dos vínculos entre Brasil e Noruega, especialmente no setor de energia, em razão do crescimento das inversões norueguesas no pré-sal (e no setor de petróleo e gás em geral), e da cooperação na área de meio ambiente (o Fundo Amazônia).

Ressalta o Itamaraty que a visita enseja oportunidade, ademais, para fortalecer a relação bilateral nos domínios de: comércio e investimentos (inclusive no concernente às tratativas MERCOSUL-EFTA – a Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein); além de meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; pesca e aquicultura. Em relação à visita à Rússia, ontem, em Moscou, o Presidente Michel Temer reuniu-se por mais de duas horas com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Em declaração conjunta ao final do encontro, os presidentes convergiram na assinatura de 35 artigos.

No documento, os dois presidentes defenderam o acordo de Paris, que é muito importante.

O Brasil aceitou o projeto sino-russo de Tratado sobre a Prevenção da Instalação de Armas no Espaço Exterior e do Uso ou Ameaça de Uso da Força contra Objetos no Espaço Exterior como uma “boa base” para acordos futuros.

O Brasil se comprometeu a “examinar as possibilidades” da construção de novas usinas nucleares. A Rússia se comprometeu a apoiar a pretensão brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.



Entre os objetivos acordados pelos dois países na declaração, um referiu-se ao tema da corrupção. "A Rússia e o Brasil apoiam a intensificação dos esforços internacionais na área do combate à corrupção, no contexto do papel central desempenhado pelas Nações Unidas, sobretudo no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção". "Os dois países entendem que a cooperação anticorrupção deve ter como objetivo a obtenção de resultados concretos."

O documento pede que a cooperação internacional se dê no respeito da autonomia dos países e a partir de sistemas jurídicos nacionais "despolitizados": – "Essa cooperação, baseada no respeito dos sistemas jurídicos nacionais, deve ser despolitizada e isenta de pressão sobre países soberanos." Isso está no texto. Os dois países também convergiram no respeito à autodeterminação síria e na mediação das Nações Unidas para os conflitos do Oriente Médio.

No encontro, foram tratados, também, temas da agenda global. A Rússia é um importante parceiro do Brasil na esfera bilateral, bem como no âmbito das Nações Unidas, do G20 e do BRICS.

No dia 20 passado, primeiro dia da visita a Moscou, o Presidente Michel Temer participou de encontro com investidores russos, ocasião em que apresentou a agenda de reformas e oportunidades de investimentos no Brasil.

A Rússia é um dos principais destinos das exportações de produtos agropecuários brasileiros, e os países têm a meta de elevar o intercâmbio bilateral ao patamar de US\$10 bilhões anuais. O comércio bilateral somou US\$4,3 bilhões no ano passado. Entre janeiro e maio de 2017, cresceu 42% em comparação ao mesmo período de 2016, atingindo US\$2,1 bilhões.

Trump e o muro solar.

O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem a apoiadores em um comício em Cedar Rapids, no estado de Iowa, que seu proposto muro na fronteira com o México pode ter painéis solares fixados em sua estrutura.

Segundo Trump, os painéis proverão energia barata e ajudarão a pagar a construção do controverso muro.

Ele sugeriu ser de sua autoria o plano de instalar painéis solares no muro, dizendo: "Muito boa imaginação, certo? Boa? Minha ideia" – isso entre aspas.

Porém, segundo comentário da BBC nos Estados Unidos, as mais de 200 companhias que submeteram propostas de desenho para o muro já haviam incluído os painéis solares em seus projetos.

Trump disse aos apoiadores no comício que lhes daria uma ideia a qual ninguém havia ouvido ainda: – "Estamos pensando em algo que é único, estamos falando da fronteira sul, com muito sol, muito calor. Estamos pensando em construir o muro como um muro solar, de modo a criar energia e se pagar. Dessa forma, o México terá de pagar muito menos dinheiro, e isso é bom, certo?" – palavras dele.

Segundo a BBC, mais de 200 companhias apresentaram propostas submetendo projetos para a construção do muro, e uma firma de Las Vegas propôs construir um muro de aço, cimento e painéis solares.

Dois acadêmicos também sugeriram a ideia de um muro com painéis solares em um artigo escrito em março passado para o Wall Street Journal.

Defesa Nacional.

Forças Armadas e Previdência Social.

A Suécia adotou a metodologia de um único sistema previdenciário para servidores civis e militares, com reflexos diretos nos direitos trabalhistas. Com isso, viveu recentemente um caso típico das dificuldades administrativas decorrentes dessa decisão.

A Marinha de Guerra daquele país realizou, por longo período, um exercício no mar que, naturalmente, impossibilitava a limitação das horas de trabalho dos integrantes de acordo com o que estabelecia a nova legislação, como, por exemplo, a jornada de oito horas. Quer dizer, iniciaram um exercício no mar e a legislação previdenciária dizia que a jornada só podia ser de oito horas.

Em consequência, ao término da atividade, os militares que dela participaram passaram a fazer jus a uma remuneração complementar relativa a horas extras e período noturno. Como



não havia recursos orçamentários previstos para fazer face às despesas, a solução encontrada foi dispensar por mais de duas semanas todo o pessoal envolvido naquele exercício no mar. Quer dizer, durante duas semanas, o país ficou sem a sua marinha operacional.

Como resultado imediato, a manutenção, o aprestamento e a operacionalidade, no mínimo, dos profissionais e do material utilizado no treinamento ficaram seriamente comprometidos – quem sabe até –, com reflexo para todo o Sistema de Defesa da Suécia.

Trata-se, assim, de exemplo que bem se encaixa no ensinamento de Rui Barbosa, quando disse: “Nada mais desigual do que tratar igualmente fatos desiguais.”

Em relação aos gastos de defesa na nova ordem europeia.

Em virtude da possibilidade de redução do aporte financeiro à OTAN, por parte do novo governo dos Estados Unidos, a Suécia planeja aumentar os gastos com Defesa em seu orçamento de cerca de 1,8% do PIB, para mais de 2,4%. A Suécia aumentando a participação dos investimentos na área militar em relação ao seu PIB de 1,8% para 2,4%.

Esse aumento, de amplo espectro, visa a permitir que suas Forças Armadas possam ter as condições mínimas para defender o país com a segurança que se espera de uma nação forte.

Além disso, a Europa tem sido, historicamente, palco dos grandes conflitos do Ocidente, onde pequenos desencontros podem se transformar, em pouco tempo, em graves confrontos e até em conflitos bélicos de grandes proporções.

As atuais ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas, o contrabando de armas, os ataques cibernéticos, o extremismo religioso e os enclaves territoriais podem reavivar antigos antagonismos e reabrir fendas não totalmente obliteradas.

Daí a decisão acertada da Suécia de fazer do tempo de paz a preparação de seu país pela dissuasão.

Passamos à primeira parte da pauta da manhã de hoje, agradecendo, desde já, a presença das senhoras e dos senhores. E gostaria de agradecer a presença do General de Exército Fernando Azevedo e Silva, do General de Divisão Marcio Heize, do General de Divisão Tomás Miguel Ribeiro Paiva, do General de Divisão Guido Amin Naves, do General de Divisão Angelo Okamura, do General de Brigada Danilo Cezar Aguiar de Souza, do General de Brigada Ivan Ferreira Neiva Filho, do Ministro Conselheiro da Embaixada da Geórgia Dr. Konstantine Sabiashvili, do Conselheiro da Embaixada da Geórgia Sr. Giorgi Sirbiladze, do Embaixador Nelson Tabajara, Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa do Itamaraty, e da Especialista em política da Embaixada dos Estados Unidos da América, Sr. Gabriela de Campos Teixeira Fontenele.

Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores aqui presentes, além de agradecer, como sempre, a participação dos nossos internautas que nos assistem via TV Senado e Rádio Senado, que podem, como sempre fazem, se comunicar conosco pela internet ou pelo telefone Alô Senado.

A primeira parte da nossa audiência pública interativa tem a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos do Exército brasileiro, em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 3, 4 e 5, de 2017, de autoria de S. Ex^a o Senador Roberto Requião e de S. Ex^a a Senadora Gleisi Hoffmann.

Temos a honra de receber o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército, ao qual convido para que tome assento à mesa. Aqui se colocou no plural a referência somente ao General de Exército Villas Bôas, mas convido também para fazer parte da Mesa o General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Sejam muito bem-vindos à nossa audiência pública.

Como eu disse, esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As perguntas, observações e comentários podem ser encaminhados à Mesa Diretora dos trabalhos, que as passará imediatamente ao nosso palestrante de hoje.

Quero dizer mais uma vez a S. Ex^a, o Comandante do Exército General Villas Bôas, que é uma satisfação para esta Comissão tê-lo aqui para tratar de assuntos de tamanha relevância, assuntos que são objeto dos requerimentos apresentados por S. Ex^{as}, os Senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.



V. Ex^a dispõe de 20 minutos para a sua exposição, que será seguida de perguntas que serão feitas pelos Senadores e Senadoras aqui presentes. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sinto-me extremamente honrado e agradecido ao Sr. Presidente Fernando Collor pela oportunidade de retornar a esta Casa, onde trabalhei durante três anos como Assessor Parlamentar do Exército – o General Fernando, meu Chefe do Estado-Maior, também esteve aqui. Eu atribuía a minha maior preparação para o exercício do cargo de General à minha convivência nesta Casa – entendi que, assim como o Exército, ela corresponde a um corte vertical da sociedade brasileira e expressa todas as suas virtudes e idiosincrasias.

Eu não vou me demorar. Nesta apresentação o foco são os projetos estratégicos do Exército, mas eu vou abordar também algumas questões genéricas em relação à conjuntura e em relação ao momento que se vive do ponto de vista do Exército.

Naquela foto ali, a pessoa mais bonita é a Senadora Ana Amélia.

Por favor, Senadora, está lá a senhora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – V. Ex^a esteve, com o Senador Elmano Férrer, em viagem recente à Amazônia. Essa foto foi tirada no Centro de Instrução de Guerra na Selva. A senhora esteve no Pelotão de Fronteira de Maturacá, me parece.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Fora do microfone.) – Vou fazer um requerimento para fazer um treinamento na selva.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Está certo, já está deferido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Passa sim.

Aqui está, e diz respeito à missão do Exército, das Forças Armadas, o art. 142 da Constituição.

Na foto daquelas pessoas, não por acaso, há aquela moça com um sorriso. Ela está com um capacete azul, de força de paz, e o sorriso dessa moça é a nossa mais poderosa arma da força de paz, porque distingue a nossa presença no Haiti – vou voltar a me referir a isso –, que é considerada pela ONU como maior caso de sucesso entre as forças de paz.

No artigo se faz menção – chamo atenção para isso – a "instituições nacionais permanentes e regulares". Permanente: reconhece a condição de instituição de Estado e de um dos entes formadores da nacionalidade brasileira. Quando surgiu o País – a criação do Estado –, ali já estava presente o embrião da força armada.

E vejam que, na maioria dos países, pelo menos sul-americanos, latino-americanos, os pais da Pátria são militares, catalisaram todo esse processo. As instituições armadas são organizadas com base na hierarquia e na disciplina, condições fundamentais para sua existência, porque é por meio de hierarquia e disciplina que se preserva, obtém-se e preserva-se, a coesão, e é por meio dessas condições que se faz a contenção da violência. Instituição armada violenta via de regra é indisciplinada. E sob a direção, sob a autoridade do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, garantia dos Poderes e, por iniciativa de qualquer um desses, da lei e da ordem.

Não se pensa em defesa num país sem alguma consideração de ordem geopolítica. O Brasil tem um passivo histórico. Nós temos metade do nosso território, mais metade, não ocupado e não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional, o que faz com que as Forças Armadas, com muita frequência e em amplas áreas, sejam a única ferramenta de atendimento de necessidades básicas da população. Isso torna necessária a nossa capilaridade e estabelece algumas dificuldades, quando queremos estabelecer algum processo de racionalização, porque não temos, muitas vezes, de onde cortar, de onde retirar alguma unidade. O mesmo acontece, Senador Lasier, no nosso Rio Grande do Sul. Como vamos tirar uma das unidades de Itaqui, Quaraí, Jaguarão, aquelas unidades da faixa de fronteira? Então, por isso, temos que equilibrar qualidade com quantidade no nosso processo.

E, da Constituição, dessa circunstância nacional, tiramos as missões do Exército, dois grupos: em verde, estão as missões, vamos dizer, externas da Força, que seriam as missões



tradicionais de uma Força Armada; e, em azul, as missões a serem cumpridas dentro do Território nacional.

No Exército, temos 640 unidades espalhadas por todo o Território. Na Amazônia hoje, considerando as duas Amazônia, a Oriental e a Ocidental, já temos 30 mil militares. Para terem uma ideia, em 1986, eram 6 mil apenas. Então, temos feito um grande esforço de deslocamento de unidades para aquela região.

Estamos também presentes em extensa área do mundo. Temos hoje 12 missões no exterior, a maioria delas na África; temos ainda a missão no Haiti, a Minustah – vou voltar a me referir a ela – que se encerra este ano. E uma presença importante é na Colômbia, graças a nossa expertise de desminagem. Internamente, este emprego, inclusive, causou recentemente alguma celeuma, de garantia da lei e da ordem, nos últimos 30 anos. Nós fomos empregados 115 vezes. O único Estado onde não houve emprego até hoje parece-me que foi São Paulo. Nós não gostamos desse tipo de emprego, não gostamos. Voltarei a me referir a isso depois. Os mais recentes, do ano passado e deste ano, aí estão.

Esse trabalho de varredura em presídios continua em andamento. Estivemos no Rio Grande do Norte, na Potiguar; em Pernambuco; no Espírito Santo, em uma operação extremamente sensível, extremamente difícil; e no Rio de Janeiro, com a enorme preocupação de que aquela situação do Espírito Santo pudesse se espalhar para o Rio de Janeiro. Então, no Rio ela teve um caráter até preventivo.

Aí está, à esquerda, em cima, o nosso pessoal usando os equipamentos, os detetores, na busca de todo tipo de utensílios, aparelhos, etc. Em cada revista dessa a gente recolhe na ordem de 600 utensílios de toda espécie, até sistema de transmissão radiofônica, rádios, celulares, arma branca, arma de fogo. Enfim, é impressionante como é permeável... E outras situações de emprego.

O último grande emprego nosso foi na favela da Maré, comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. É uma comunidade de 130 mil habitantes. Nós ficamos lá por 14 meses, Senador. O General Fernando, inclusive, foi o comandante de um período. E eu, periodicamente, ia até lá e acompanhava o nosso pessoal, as nossas patrulhas na rua, e um dia me dei conta, Senador Requião... Os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas –, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: "Estamos aqui apontando arma para a população brasileira. Nós somos uma sociedade doente". E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos que realmente repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo.

Acumulamos uma larga experiência de atuação em grandes eventos. Foi feliz, porque ao longo dessa trajetória fomos incorporando uma enorme expertise e também a capacidade de operar num ambiente interagências, com dezenas e dezenas de agências militares e civis, num processo que resultou numa grande integração.

Então, começamos lá à esquerda, embaixo, com os Jogos Pan-Americanos, depois os 5º Jogos Mundiais Militares, no Rio, que é o terceiro maior evento esportivo do mundo. Depois tivemos a Rio+20; tivemos a vinda do Papa, com a Jornada Mundial da Juventude. Aí tivemos a Copa das Confederações e tivemos a Copa do Mundo, finalizando com as Olimpíadas. E aí já estão os japoneses buscando as nossas experiências, com vistas às Olimpíadas de Tóquio.

Esse quadro é o retrato de um dia do Exército. A média de operações nossas é da ordem de 60. Hoje, nós estamos realizando mais de 60 operações de todo tipo, na garantia da lei e da ordem. Isso foi no dia 15 de fevereiro de 2017. Operações de engenharia, de apoio à defesa civil, operações internacionais, às quais já nos referimos, operações na faixa de fronteira, adestramento da tropa – um só, porque era o período de licenciamento, movimentações transferências, férias – e apoio a órgãos públicos.

Vejam que alguém, desavisadamente, pode considerar que o Exército está dentro dos seus quartéis. Quem está no quartel está no retorno de algum tipo de operação e está se preparando para as próximas operações. Então, é bastante intensa a nossa movimentação.

Isso não é contemplado, essas funções da Defesa – eu os convido a um rápido exercício –, porque, em um país como o nosso, em que não há percepção de ameaça nem à soberania nem à integridade, às vezes se torna sem sentido nós estarmos, enfim, tratando de temas relativos à Defesa, e isso torna às vezes também difícil justificar a alocação de recursos,



principalmente em um país com tantas desigualdades regionais e desequilíbrios sociais, econômicos, etc.

A Defesa tem outras funções. À primeira eu já me referi; é aquela questão da instituição permanente nacional, de fortalecer a nacionalidade. As Forças Armadas são um repositório dos valores, dos sentimentos essenciais da Nação.

O segundo é contribuir para a dissuasão. Esta é a função primordial das Forças Armadas: contribuir para a dissuasão. E essa contribuição para a dissuasão se insere em outros campos, que devem também exercer esse papel dissuasório, como o campo político, o econômico, enfim. E essa questão da dissuasão é importante porque, embora difícil de mencionar, ela em grande parte é responsável por nós sermos um país livre de ameaças.

Nós temos um exemplo recente de efeitos negativos decorrentes do descuido com a dissuasão. A Otan vem priorizando tropas leves de projeção, principalmente para intervenção em situações humanitárias ou em situações de conflitos, enfim, como na África etc. E eles perderam a capacidade de dissuasão diante da Rússia, o que permitiu que a Rússia tivesse toda a liberdade de ação para intervir, como interveio na Ucrânia, na questão da Crimeia. E essa intervenção da Rússia tem um caráter reativo em relação à expansão da Otan, dos limites da Otan. Tanto que a Otan recomendou que os países aumentassem de 1,5% para 2% do PIB a fatia do Orçamento destinada à Defesa. Então, essa questão da dissuasão é importante.

Nós temos capacidade dissuasória assegurada – ela é até natural – aqui na América do Sul e, enfim, em todo o hemisfério aqui, na América Latina, mas não temos ainda essa capacidade garantida em relação às grandes potências, a outros países, a outras organizações. Daí a importância de projetos como, por exemplo, os do submarino nuclear, dos caças, do KC, dos projetos do Exército, que depois vou mostrar.

Atender às demandas da Nação, essa é uma tendência que foi se avolumando a partir do final da Guerra Fria. Os Exércitos, as Forças Armadas deixaram de simplesmente se preparar para fazer frente ao inimigo. Eles devem estar em condições de atender a qualquer demanda da sociedade e da Nação. Isso faz com que a gente tenha de adaptar determinadas características e estruturas e de incorporar novas capacidades, com muita flexibilidade, como muita elasticidade, para estar em condições de, rapidamente, atender a essas demandas da Nação.

O Exército distribui água para quatro milhões de habitantes no Nordeste. Há 14 anos, nós fazemos isso. Diariamente, mais de 800 militares estão percorrendo o Nordeste, acompanhando e fiscalizando toda essa enorme estrutura. São seis mil pipeiros, para os senhores terem uma ideia. Esse é um dos exemplos de atividades que nós realizamos.

Por fim, resalto a importância de fomentar o desenvolvimento. Também depois da Guerra Fria, consolidou-se uma visão sistêmica da defesa em que ela deixa de ser prerrogativa exclusiva dos militares. E a estrutura de defesa de um país será tão mais robusta quanto mais forte for a participação da área econômica, das empresas, da área de ciência e tecnologia, da área acadêmica, assim por diante. Até pedi para a Fundação Getúlio Vargas que coletasse dados para nos substanciar este argumento do quanto a estrutura de defesa do País induz o desenvolvimento em outros países e no Brasil. De qualquer forma, temos alguns dados. Senadores, por favor, vejam um dado da Fipe: cada real investido em programas de defesa gera um multiplicador de 9,8 em relação ao PIB. Dados da Embraer mostram que, nos últimos anos, cada real investido em desenvolvimento de sistemas de defesa gerou cerca de dez vezes esse valor. E o faturamento já contratado pela Embraer equivale a 900 anos de funcionamento do ITA. Então, vejam que é altamente potencializadora a defesa em relação ao desenvolvimento do País, além do fato de que as tecnologias hoje, quase todas, são duais e, então, têm um largo emprego na área civil também.

Com base em todos os regulamentos – Constituição, Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional –, elaboramos um programa de transformação do Exército que visa a obter novas capacidades. Temos um portfólio dos programas e projetos. Vou passar por eles rapidamente.

São seis programas estratégicos e doze programas estruturantes, que seriam programas transversais, como, por exemplo, a ciência e tecnologia, sistema de engenharia, educação e cultura, logística, etc.



Próximo.

Este portfólio e os programas abrigam cerca de 50 projetos. Então, aí são os grandes projetos estratégicos: o Sistema Astros, o Guarani, a recuperação da capacidade plena, a defesa antiaérea, o Sisfron e a cibernética.

Rapidamente vou mostrar alguns dados sobre eles.

Por favor.

Aí está o Sisfron, que, eu diria, talvez seja hoje, senão o mais importante do ponto de vista estratégico, o programa mais necessário para o País, para os nossos 17 mil quilômetros de fronteira, com três países vizinhos produtores de coca, com um produtor de maconha, com uma quantidade enorme de contrabando, o que vem afetar diretamente – Senador Cristovam, prazer em vê-lo – a qualidade de vida.

Eu diria que nós temos a liberdade assegurada do nosso povo no nosso País, mas temos de pensar na qualidade dessa liberdade, Senador Requião, que está muito afetada. A população sofre muito no dia a dia, principalmente pelas questões da violência: 60 mil pessoas mortas por ano, 20 mil desaparecem por ano, são mais de 100 mulheres estupradas por dia, fora os danos ao patrimônio. É interessante a nossa passividade, a da população e a nossa, autoridades, em relação a esse descalabro. E, em uma fronteira tão extensa, não há outra maneira de adquirir alguma capacidade efetiva de monitoramento a não ser por meio do uso intensivo da tecnologia.

O Sisfron tem três subsistemas. Para entender, é uma linha de sensores colocada ao longo da faixa de fronteira. Ali onde está decisores é um sistema de comando e controle, meios de comunicação e centros de processamento e tomada de decisão, e os atuadores, que são as unidades operacionais. Então, aí está o Sisfron.

Uma característica dos projetos do Exército é que eles têm altíssimo componente nacional. Nenhum deles tem como principal vetor de implementação empresas internacionais. Então, o Sisfron são empresas subsidiárias da Embraer com 70% de conteúdo nacional, 17 empresas, 12 mil empregos. E ele está inserido no Programa de Proteção Integrada de Fronteira.

Situação atual: estamos concluindo a implantação, que foi feita, em caráter experimental, na região de Dourados, na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai. Daí extraímos muitas experiências, muitas reformulações e já, a partir deste ano ou do próximo, damos início à extensão do programa tanto para o Norte quanto para o Sul.

Pode passar.

Outro grande projeto nosso é o Guarani. Hoje, em operações, tendo em vista o grande avanço tecnológico das armas de destruição coletiva, de artilharia e de aeronave, nenhum soldado mais pode estar exposto; ele tem de estar sempre abrigado por alguma blindagem. Daí a importância desse projeto Guarani, que tem 90% de conteúdo nacional. A empresa é a Iveco, em Sete Lagoas, Minas Gerais. São 50 empresas participantes, quase 3 mil empregos gerados, e a produção anual mínima é de 60 carros. Quando o contrato foi firmado, a previsão era da ordem de 130 carros por ano, mas, com os problemas orçamentários recorrentes, tivemos que refazer o contrato com a empresa, baixamos para 60, mas no ano passado só conseguimos comprar 37, o que deixou a empresa numa situação bastante delicada.

Pode passar.

Outro sistema importantíssimo é o Sistema Astros, sistema de mísseis e foguetes lançadores múltiplos. Nós estamos, inclusive, concentrando em Formosa, vai ser o Forte Santa Bárbara, ali estarão concentrados esses meios. Nós estamos desenvolvendo capacidades de lançar mísseis de cruzeiro, estamos com alcance alimentado a 300km, porque o Brasil, de forma submissa, assinou o convênio de limitação de arma e se submeteu a esse alcance. Esse alcance pode ser coerente num país como a Dinamarca, mas, num país como o nosso, esses 300km mal cobrem a nossa plataforma continental. De qualquer forma, a tecnologia está sendo acumulada. Este é um projeto que terá importância crescente, por sua capacidade de dissuasão e de interdição de área. A China tem como uma força armada a força de mísseis e foguetes, para terem uma ideia. Então, esse é um programa que começa relativamente modesto, mas a tendência será crescer muito.

Próximo.



Defesa antiaérea, importante para a dissuasão, e ela tem um componente importante, tanto no Sisfron quanto aqui, que é o desenvolvimento de radares. Apenas 13 países do mundo têm capacidade de produzir radar. Esse radar ali à direita, o M200, um radar multifunção, somente cinco países detêm tecnologia para sua produção.

Próximo.

E a defesa cibernética também é outro componente da defesa fundamental hoje em dia. A Alemanha criou uma quarta força armada, a força de Defesa Cibernética: tem Marinha, Aeronáutica, Força Aérea e Defesa Cibernética. A Estratégia Nacional de Defesa determinou, distribuiu as áreas estratégicas pelas Forças, então, a Marinha ficou com a área nuclear, a Força Aérea com a área espacial, e o Exército com a cibernética. Nós estamos estruturando um Comando de Defesa Cibernética, e, pela prospecção que se faz, a previsão é de que ele se torne um comando independente e talvez, no futuro, até uma força armada à parte.

Volta, por favor. Ali, à direta, por exemplo, nas Olimpíadas, nós tínhamos 5.034 possíveis alvos identificados e sofremos 1.449 ataques, que foram contidos. Essa área é impressionante, Senador, a gente não avalia. Ocorrem, por ano, 1,6 milhão de incidentes anuais. Vimos agora um grande evento mundial, e viram que está se discutindo, nos Estados Unidos, a possibilidade de que a Rússia tenha interferido nas eleições americanas. Então, interfere diretamente na soberania do país. Então, vejam a importância dessa área aqui.

Próximo.

E essa é uma área de que temos que correr muito atrás, porque a área civil se desenvolve rapidamente. As empresas investem percentualmente muito mais recursos do que nós, Governo, estamos investindo nessa área. Temos uma interação muito grande com o mundo civil em relação a isso, porque é uma área que, por estereótipo, o bom hacker é o rapaz de bermuda, cabeludo, que passa o dia na frente do computador, muito diferente do militar. Então, tem de haver muita interação. E já temos alguns produtos desenvolvidos, que são esses que aí estão.

Próximo.

Aqui é um projeto bem transversal, Obtenção da capacidade operacional plena: reequipar o restante do equipamento do Exército. Essa é uma área para a qual praticamente só adquirimos material nacional, 85%, desde equipamento individual, uniformes, enfim, todo o restante.

Próximo.

Pode passar mais duas.

Então, nós temos, no total, 226 empresas participando de toda essa estrutura, com a geração de 27 mil empregos.

O Governo tem se preocupado, o Ministério da Defesa, desde o Ministro Jobim até o Ministro Raul Jungmann, tem feito um grande esforço de... A própria Dr^a Eva, que aqui está chegando, foi responsável, como Secretária-Geral do Ministério, por alguns encaminhamentos de legislação, projetos de lei, enfim, para dar proteção, condições para a indústria nacional.

Próximo.

Temos feito um esforço na área de ciência e tecnologia, por meio do que se chama de tríplice hélice, integrando a defesa com as empresas e as universidades. É o nosso Sistema Defesa, Indústria e Academia (SisDIA). Estamos avançando muito, principalmente em São Paulo, Santa Catarina, Santa Maria, e estamos abertos a todo o tipo de interação.

Próximo.

Os programas, naturalmente – pode passar os outros –, têm sofrido restrições devido à condição orçamentária. Por exemplo, o Guarani era para estar concluído em 2030 e só estará concluído em 2040. Inclusive, estamos estudando uma redução para tornar esse programa mais factível, e assim todos os programas estão sofrendo atrasos.

Próximo.

O caso do Sisfron nos preocupa, porque, em 2035, as tecnologias atualmente utilizadas já estarão obsoletas. Então, é um programa que também estamos tentando redimensionar para acelerar o seu processo de implantação.

Próximo.



Aí está a necessidade média anual, que seria praticamente de R\$2 bilhões, mas nós temos recebido R\$767 milhões. Alguém pode perguntar: "Mas vocês dimensionaram os programas, os projetos de vocês além da capacidade orçamentária?" Esses programas foram estruturados com esse estímulo de parte do Governo, com a intenção, inclusive, de fomentar, de estruturar a indústria de defesa. Nós assinamos os contratos, na época, com as empresas, e agora ficamos com dificuldades.

Próximo.

Estou terminando, Senador Collor.

Na América do Sul, por exemplo, nosso gasto em defesa, em percentual do PIB, é o sétimo, ou seja, estamos em sétimo lugar.

Próximo.

As necessidades não atendidas anualmente estão aí mencionadas.

Próximo.

O que nos levou a, neste ano, sob a direção do Estado-Maior do Exército, iniciarmos um programa de racionalização do Exército, principalmente depois da PEC de contenção dos gastos. Aquilo foi um choque de realidade. Não podemos continuar vivendo além da possibilidade, porque o Exército vai se esgarçando, vai reduzindo a qualidade. Com dificuldade para manutenção do custeio dos programas, depois eles acabam se degradando.

Então, planejamos fazer uma redução do efetivo – que não é muito expressiva –, enfim, pretendemos baixar dos 225 mil para 200 mil, já em 2022, e reduzir o número de militares de carreira e aumentar o número de militares temporários, até porque o militar de carreira sobrecarrega muito a cauda previdenciária. Então, vamos alterando, principalmente nas áreas técnicas. Em informática, por exemplo, às vezes, é até muito mais vantajoso termos militares temporários – homens e mulheres – do que de carreira. E priorizando sempre a capacidade operacional, que é a atividade fim, a área de educação e ensino, que é a nossa joia da coroa, e o bem-estar da família militar.

Próximo.

Vou entrar agora, rapidamente, Senador Collor, na área internacional, já que esta Comissão é de Relações Exteriores.

É consagrada no mundo, bastante intensamente, uma diplomacia militar. Muitas vezes, em muitos casos, ela se mostra importante, como, por exemplo, naquela crise com o Paraguai, em que os canais que se mantiveram foram os canais militares. Nós, em relação ao mundo todo, estabelecemos prioridades de vetores e integração militar, dependendo da área.

Então, por exemplo, na área dos Estados Unidos, Canadá e Europa, onde nós buscamos capacitação, nós buscamos tecnologia, buscamos novos processos, novos métodos, é a área de capacitação e integração. Nessa área, nós temos mais alunos do que instrutores, embora tenhamos uma quantidade grande de instrutores em algumas escolas nos Estados Unidos. Na América Central, Caribe e México, nós buscamos a cooperação e a integração, buscamos intensificar, cada vez mais, essa cooperação com os países vizinhos.

Coerentes com a estratégia nacional de defesa e com a política externa, abandonamos a preocupação de dissuasão com relação aos países vizinhos. Não tem sentido estar preocupado com o conflito com o Uruguai ou com o Paraguai, enfim. É absolutamente sem propósito. Na África, cooperação; são muitas oportunidades que se abrem. Temos trabalhado com o MRE, porque muitos países africanos têm demandado a presença de conselheiros militares e equipes de instrução para estruturação das suas forças, dos seus exércitos. É um espaço importante que se abre, para ser ocupado, porque a China o está fazendo de forma bem intensa. A China, para garantir o seu acesso aos recursos naturais, trata de oferecer muitas vantagens, inclusive na área militar.

No restante do mundo, no Oriente Médio, Oriente remoto, leste asiático e Oceania, há a busca de novas oportunidades. É uma relação não muito intensa até porque é muito dispendiosa.

Próximo.

Temos, os adidos militares em vários países do mundo. As três forças têm 53 aditâncias.

Quero fazer justiça ao Itamaraty. Fui adido militar na China de 1992 a 1994. Praticamente, a aditância na embaixada era um escritório anexo a que, de vez em quando, o embaixador



chamava. Hoje, o que se verifica é o intenso uso das aditâncias militares por parte dos embaixadores. Temos aqui nosso Embaixador Tabajara, que é o responsável pela área de defesa, no Itamaraty, e estamos com uma integração muito importante.

Vamos imaginar, por exemplo, a nossa presença na África. Não tem sentido estarem as Forças Armadas presentes na África se não estiverem sob o guarda-chuva do Itamaraty também presentes as empresas brasileiras, nessa oportunidade que se abre. Então, esse processo realmente é importante que seja integrado, e estamos caminhando aceleradamente para esse ideal.

Próximo.

Estamos encerrando, neste ano, a missão no Haiti, em outubro. Foram 13 anos. Tivemos, no total, as três Forças, mais de 33 mil militares que por lá passaram. Se fizermos – vou tratar desse assunto delicado – uma análise pós-ação, acho que o Brasil perdeu oportunidades aqui, Senadora. Hoje, é claro, nessa perspectiva é fácil apontar, mas nunca tivemos a preocupação, por exemplo, Senadora Ana Amélia, de trazer haitianos para o Brasil para se capacitarem nas nossas universidades, para formar uma elite que estivesse vinculada a nós.

As nossas empresas também não atuaram de maneira intensa. Desse modo, agora, quando sairmos, deixaremos poucos ganhos. Acho que, além do vínculo afetivo que fica... A população haitiana é extremamente reconhecida a nós, tem um carinho enorme por nós, porque a diferença da nossa atuação como Força de Paz, além daquele sorriso que mostrei, é que o nosso soldado de dia está com aquela configuração ali, ou seja, armado e com capacete, e, à noite, está jogando uma pelada de futebol com os haitianos. Isso, para o americano, por exemplo, é impensável. Então, isso faz uma diferença enorme. E eles procuram muito vir aqui, estudar quais as razões do nosso sucesso etc., mas não há como ensinar a eles esse tipo de coisa.

Próximo.

Deixando o Haiti, a nossa vontade, a nossa intenção é de que sejamos enviados para alguma outra missão de paz, porque, realmente, é muito vantajoso. Uma força armada não pode passar muito tempo sem ser empregada. E nós tivemos oportunidade de emprego em missão real; trocamos tiros muito intensamente, no Haiti, muitas vezes. Quer dizer, os nossos quadros foram testados, em situações reais, na sua capacidade de comando, na sua capacidade de liderança. E, quando eu falo quadros, refiro-me a oficiais e sargentos.

Tivemos uma importante projeção internacional. O Comando da Força de Paz sempre foi de um general brasileiro. Graças a isso, por exemplo, o General Santos Cruz foi comandar no Congo. Enfim, temos uma importante presença na ONU, especificamente no Departamento de Forças de Paz, com oficiais brasileiros.

Integração com outros exércitos. Aperfeiçoamento do sistema de logística em operações e outros sistemas. Aquisição de novos meios. Evoluímos muito a nossa doutrina.

O nosso sucesso aqui, quando empregados, por exemplo, na Favela do Alemão, na Favela da Maré, devemos, em grande parte, ao que nós trouxemos consolidado em termos de aprendizado do Haiti. Nós empregamos aqui. Aliás, é muito mais confortável e seguro ser empregado fora, porque a ONU estabelece menos restrições do que aquelas que nós temos quando somos empregados no Brasil.

Há um problema muito sério, porque nós não temos a proteção jurídica adequada nessas situações de confronto aqui. Não é reconhecida a capacidade do direito de defesa de quem está fardado. Então, há uma série de coisas que nós precisamos reconsiderar e evoluir.

Uma situação: estávamos em uma viela fazendo um patrulhamento, divisamos um elemento armado de fuzil nos olhando. Não podemos fazer nada até que ele aponte o fuzil em nossa direção para atirar. Então, isso nos coloca, Senador, em situação de vulnerabilidade. E tivemos 27 feridos e um morto no emprego na Favela da Maré. Então, essas são coisas que precisamos rever.

E, também, o desenvolvimento de liderança.

Próximo.

Nós temos agora, como perspectiva – estão sendo estudados pelo Itamaraty e discutidos com o Ministério da Defesa –, possíveis empregos na África, Chipre, Líbano, República Centro-Africana, Congo e Saara Ocidental. O mais provável é a República Centro-Africana. Ali já são



conflitos um pouco mais complicados e um pouco mais intensos do ponto de vista do conflito. E, assim, nós temos a expectativa de, no próximo ano talvez, sermos demandados para um outro emprego de força de paz.

Próximo.

Bom; eu falei do Exército. Agora eu vou falar um pouco do militar, da questão salarial.

Esse quadro relaciona, à esquerda, diversas carreiras de Estado. Em vermelho, nós temos o salário inicial e, em azul, o salário final, o topo da carreira. Em último, lá embaixo, estão as Forças Armadas. Então, eu queria mostrar que o nosso salário final, o de um coronel, é, via de regra, menor que o salário inicial de todas as demais carreiras, com exceção de algumas polícias militares.

Esta é uma questão que eu tenho que colocar em um contexto para se compreender essa característica essencial que as Forças Armadas têm que ter, de coesão, de disciplina e de submissão a toda e qualquer condição de emprego, do que for determinado.

Para vocês terem uma ideia, nas Olimpíadas, quando o Fernando já comandava o Rio – ele foi o coordenador –, as polícias e a Força Nacional de Segurança Pública recebiam uma diária de R\$550; o nosso pessoal recebia R\$30 por dia.

E aqui já remete, Senador, para a questão da previdência. O que me preocupa na previdência... E os militares não querem ficar fora do esforço para a recuperação da previdência. Não devemos e não podemos ficar fora, somos da mesma sociedade. Mas nós entendemos que não podemos ser colocados no regime comum, porque algumas prerrogativas nós não temos: limite de hora de trabalho, hora extra, periculosidade, sindicato, greve, assim por diante.

Vamos imaginar a tripulação de um navio que faz uma travessia daqui para o Líbano. Como eu vou condicionar oito horas de trabalho por dia? Já o Fernando, com a tropa dele, passou dois meses em 24x24. Então, essas características das instituições militares têm que ser observadas, caso contrário, o Estado perderá, deixará de contar com uma ferramenta para emprego em qualquer situação, em qualquer lugar, em qualquer tempo, no tempo que for necessário. Então, esses aspectos é que peço que sejam considerados.

O próximo.

Acho que esta é a última transparência. Eu passei do tempo e peço-lhe muitas desculpas, Senador. Eu sei que V. Ex^a parece militar, é rigoroso com o horário. (Risos.)

Mas agradeço a presença e a atenção dos Srs. Senadores. Agradeço por se disporem, em um período tão intenso de atividades, a acompanhar a minha apresentação. Desde já, coloco inteiramente à disposição o Comando do Exército para transmitir informações. E, nas áreas eleitorais dos senhores, se precisarem de algum apoio, estamos inteiramente à disposição. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Comandante do Exército, General Villas Bôas, pela sua explanação.

Como primeiro Senador inscrito para se dirigir ao nosso convidado de hoje, S. Ex^a o Senador Roberto Requião. Em seguida, a Senadora Ana Amélia e, depois, o Senador Lasier.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Eu tenho medo do Senador Roberto Requião, porque ele diz que é um excelente atirador. Ele disse uma vez que acerta o olho de um coronel a mil metros. (Risos.)

Eu espero que o senhor não acerte o olho de um general.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu teria que ser um bom atirador, porque, afinal, eu sou um aspirante a oficial de cavalaria. Mas, General, o que me impressionou, inicialmente, na sua exposição, foi a contenção do alcance do míssil. Eu acho que as forças armadas do mundo hoje se debruçam sobre os mísseis.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – É verdade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É a blindagem de ataque e a possibilidade de um ataque que não pode ser interceptado, não é? Existem os famosos mísseis russos, de última geração, hipersônicos; e cada vez menos nós temos tropas transportadas, mas mísseis que fazem a dissuasão e a capacidade de ataque em qualquer conflito. Então, eu acho



preocupante a limitação do alcance e, fundamentalmente, o desenvolvimento de mísseis de velocidade que pudessem ser mais efetivos.

Por outro lado, General, o salário máximo de um coronel equivale, por exemplo, ao salário de um office boy de carreira da estrutura do Senado da República nos gabinetes. Isso é absolutamente ridículo! E nós temos essas diferenças brutais nas carreiras e nas corporações da nossa República. Eu tenho, no meu gabinete, uma folha de pagamento de juízes federais do Rio de Janeiro, de dezembro do ano passado, e, se não me engano, o salário mais baixo era de R\$255 mil, porque não se atém ao salário da estrutura, mas ele acaba sendo inflado com vantagens conseguidas por sentenças judiciais absolutamente incríveis.

General, a preocupação maior que eu tenho... Ontem, inclusive, nós inauguramos aqui uma Frente Parlamentar Mista de Defesa da Soberania Nacional, e a perspectiva dessa soberania se suporta em algumas análises. Por exemplo, General, na década de 80, nós tínhamos uma produção industrial, no Brasil, superior à dos Tigres Asiáticos – se não me falha a memória: à da Tailândia, à da Malásia, à da Coreia do Sul e à da China. Hoje, nós não produzimos 15% industrialmente do que eles produzem. E nós estamos vendo que isso decorreu do fato de termos entrado de cabeça na guerra fria da financeirização da economia, na paralisação do desenvolvimento de projetos de investimentos em ciência e tecnologia. Mas a minha preocupação maior, hoje, com segurança nacional é o modelo que se está propondo para o Brasil.

Como é que eu vejo esse modelo? Nós estamos propondo uma nova inserção na divisão global do trabalho: nós seríamos o grande produtor de commodities do mundo. É ótimo isso; nada contra a produção de commodities; eu venho de um Estado agroindustrial, onde fui Governador por três vezes. Mas a observação que eu posso fazer é que, hoje, mais de 80% do comércio de commodities não têm mais o controle nacional; estão sob o controle de empresas multinacionais. E, além disso, se propõe a venda, sem limite de área, do Território nacional para empresas, fundos de pensão, para um investimento nesse projeto Brasil Celeiro do Mundo – repito: sem limitação.

Hoje nós somos competitivos, do ponto de vista do agronegócio, de uma forma fantástica. Nós somos tão ou mais competitivos do que os Estados Unidos em diversas áreas – as fundamentais: algodão, milho e soja. É claro que nós vamos conseguir uma produção fantástica, entregando a base da soberania nacional, que é o território. Tecnologia de ponta, mecanização significa um aumento fantástico de produção e significa desemprego também.

Daí vem a proposta paralela, que me preocupa do ponto de vista da manutenção da soberania. O que é que se propõe? Propõe-se a precarização do trabalho. Ao contrário do que fez a Alemanha na nova política alemã, com o famoso Hjalmar Horace Greeley Schacht, que criou a Mefo, a associação do Estado alemão com as grandes empresas na construção da infraestrutura, que viabilizou, depois, o desastre derivado da patologia do Hitler, e não do sucesso do investimento econômico. Jogou-se para baixo o lucro da rolagem da dívida, de forma fantástica, e criou-se a Mefo, que era uma moeda não moeda. O que é que significava isso? Que havia uma garantia do Estado alemão, do Banco Central para investimentos em infraestrutura, uma taxa interna de retorno, uma TIR. Em seis meses, a Alemanha retomou de forma fantástica o seu desenvolvimento, e conta a lenda que a inflação foi contida numa semana, porque a moeda não moeda não influenciava a circulação do dinheiro.

Nos Estados Unidos, foi uma coisa parecida com isso e talvez até inspirada nisso. É o taylorismo somado às ideias da linha de montagem do Ford. O taylorismo é a especialização do trabalho. Então, pretendia-se aumentar a produtividade de uma forma fantástica, com treinamento e especialização dos trabalhadores. O Ford pega essa ideia do Taylor, coloca numa linha de montagem, e a economia americana inteira aumenta a sua produtividade de uma forma fantástica.

Daí o Franklin Delano Roosevelt, que era o Presidente, resolve condecorar o Ford. Ele recusa a condecoração. Não aceita a condecoração. "Mas, por quê?" – diz o Presidente. Ele responde: "Porque nós estamos quebrando os Estados Unidos da América." E o Roosevelt pergunta: "Mas como, com esse aumento de produtividade?" E ele responde: "É exatamente isso, Presidente. Nós estamos aumentando de forma fantástica a produtividade, mas não temos consumo." "O que eu faço então?" E o Ford faz a sugestão que deu início ao New Deal: "V. Ex^a



diminua a carga horária, para que aumente o número de trabalhadores, e aumente o salário." Foi o que o Roosevelt fez, seguindo a ideia do Ford. Diminuiu a carga horária, aumentou o salário, e paralelamente partiu para monumentais investimentos em infraestrutura. Eram as autoridades públicas municipais, estaduais e federais, portos... Hoje até a dragagem do mar estadunidense é feita pelo Exército, não é nem pela Marinha. Não sei por que tiraram a Marinha disso, mas é o Exército que cuida da dragagem. E se retomou o desenvolvimento no famoso New Deal.

Ora, e nós? O que estamos fazendo? Estamos imaginando que, com a precarização do trabalho, a diminuição dos salários, o fim das garantias, nós vamos criar um modelo chinês no Brasil. A China saiu de uma relação laboral de idade média quando os investimentos americanos chegaram às zonas especiais de exportação. Mas era fantástico para um chinês, que nunca tinha tido emprego regular, poder almoçar melhor e pagar um jantar de qualidade para a sua família. Não é o nosso caso. Nós já vivemos o período getulista, a Consolidação das Leis do Trabalho, as garantias sociais, o famoso Estado social se estabeleceu no Brasil.

Então, nós estamos com um projeto de dependência. É o Consenso de Washington e é a teoria da dependência elaborada pelo Enzo Faletto, um italiano naturalizado argentino que escreveu um livrinho em parceria com Fernando Henrique Cardoso.

A teoria da dependência parte do pressuposto de que nós não temos condição técnica no nosso Exército para a nossa defesa; de que nós não temos industriais capazes de levar para frente o desenvolvimento; de que a expertise do nosso povo chegou ao limite; e de que nós só podemos nos desenvolver suportados na direção de outros países e de outras economias mais avançadas. Eu vejo isso com uma preocupação monumental de soberania.

Esse modelo de celeiro do mundo nunca levou país algum ao desenvolvimento. Na recessão, a Alemanha saiu com Sachs; os Estados Unidos saíram com Roosevelt e com as ideias do Taylor e do Ford; mas nós estamos no caminho contrário. Nós estamos no caminho absoluto da dependência. Como é que se pode pensar em soberania nacional sem uma indústria desenvolvida dentro e fora do País, como disse V. Ex^a, agindo em países com o apoio das nossas missões militares e do Itamaraty? Então, nós estamos em um projeto de globalização, que, no mundo, hoje, é suportado pelo domínio absoluto do capital financeiro.

Na Europa, com a queda da referência dos países socialistas, do fracasso do comunismo russo, essa referência criou, enquanto existia o Estado social, o Estado que respeitava o trabalho, que respeitava a sustentabilidade, a natureza, que respeitava o direito das minorias. Quando desaba o muro de Berlim, essa referência desaparece, e volta a ideia da hegemonia absoluta do capital suportada num tripé, que é o tripé que eu vejo funcionar no Brasil hoje. Daí a minha preocupação com a soberania nacional.

O primeiro apoio desse tripé é a precarização do Executivo, que passa a se subordinar a um Banco Central independente, ligado às necessidades do capital financeiro. O segundo ponto de apoio é a precarização do Parlamento com financiamento privado de campanha: os caixas dois, três e quatro. E o último ponto de apoio da destruição do Estado social e da soberania dos países é a precarização do trabalho, o fim das leis sociais, o fim de todas as garantias. E eu vejo isso acontecendo no País. Há a própria precarização do Exército. Eu me contrariei muito com o Ministério da Defesa num determinado momento, porque, idealmente, o Ministério da Defesa me parecia uma ideia genial, mas ele veio num processo de desmonte e vinculado ao Consenso de Washington e à teoria da dependência.

Então, a preocupação é: como é que nós podemos pensar em soberania nacional sem um suporte industrial, um desenvolvimento suportado em tecnologia, em desenvolvimento industrial, e nessa posição do Brasil, celeiro do mundo, absolutamente dependente de outros países? O meu susto maior é quando o nosso Presidente, antes de viajar para a Rússia, diz: "Não, a minha missão agora é a internacionalização da nossa economia". Fala isso no momento em que as grandes empresas nacionais são destruídas, numa barreira de combate à corrupção que é absolutamente necessária. Não existe um brasileiro que não acredite que esse sistema corrupto das empreiteiras da compra do Parlamento tenha que ser encerrado. Mas eu lembro que, quando os Estados Unidos, mais recentemente, entraram em recessão, em 2009/2010, a General Motors, que era o símbolo do desenvolvimento econômico e industrial dos Estados Unidos, ia quebrar, e o Barack Obama estatizou a General Motors, recuperou-a



com dinheiro público e a devolveu posteriormente à iniciativa privada. Nós entramos num projeto de interrupção de despesas públicas por 20 anos. O Barack Obama realizou, a partir de 2009/2010, um déficit público de US\$1,5 trilhão e o manteve nesse nível acima do trilhão até que o emprego voltasse a se estabilizar.

A minha preocupação maior é com um modelo que não leva em conta mais a visão nacional e soberana. Eu vi a sua preocupação na exposição que fez quando se referiu à participação de empresas brasileiras fora do Brasil, mas isso está desaparecendo. Eu acho que nós estamos numa crise de modelo. É um erro brutal, é um desacerto com todas as fórmulas de sucesso na recuperação econômica da história recente do mundo.

E qual é a saída que nós temos nesse processo? Nesse modelo, o Exército desaparece. Com a venda indiscriminada de terras, daqui a pouco nós vamos ver polícias estrangeiras garantindo a estabilidade contra um povo pobre, desempregado, sem salário e sem condição de subsistência, garantindo a posse e a produção de fantásticas propriedades agrícolas com uma produtividade extraordinária. É essa a preocupação, e essa preocupação nos levou ontem – mais de 200 Parlamentares – a constituirmos a Frente Mista de Defesa da Soberania Nacional. Sem um Exército, uma Marinha e uma Aeronáutica equipados e fortes, nós não temos poder de dissuasão e não temos participação em mais nada.

Nós vemos uma crise brutal na perspectiva da soberania e da cidadania e uma espécie de guerra híbrida que vai nos desmontando e nos tirando a dignidade de sermos brasileiros e o orgulho de sermos nacionais. É a preocupação que nós temos, não é uma indagação, é a exposição de uma preocupação de um número enorme de Parlamentares.

O que nós pretendíamos, na realidade, com o convite que fizemos a V. Ex^a, era entender a posição do Exército a respeito dos assuntos que foram brilhantemente expostos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Roberto Requião, autor do requerimento de convite que nos trouxe hoje aqui, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, S. Ex^a o Comandante do Exército General Villas Bôas.

Com a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, segunda Senadora inscrita. Logo em seguida, passarei ao Senador Lasier e, depois, ao Senador Cristovam Buarque.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor; caro Comandante do Exército, General Villas Bôas, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul; General Fernando Azevedo e Silva; caros convidados; colegas Senadores e Senadoras e quem nos acompanha nesta audiência pública, eu queria também concordar em dois aspectos que o Senador Roberto Requião afirmou, como apreensões, que é a questão da limitação do alcance dos mísseis e também a questão dos salários comparativos no setor público das Forças Armadas. Estou inteiramente de acordo com essas apreensões.

Eu queria, Comandante, primeiro agradecer o convite. Aquela comitiva teve a oportunidade de conhecer mais de perto a atuação e o papel exemplar das Forças Armadas naquela parte longínqua do nosso País, na Selva Amazônica, em uma reserva e uma área disputadíssima, cobiçadíssima pelo mundo, porque ali estão as maiores reservas de minerais preciosíssimos, como o nióbio e outros, e também uma biodiversidade extraordinária.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá está o Parque Nacional do Pico da Neblina e também a Reserva Lanomâmi.

E, lá na fronteira, a 30km da fronteira com a Venezuela, no Batalhão de Maturacá, pudemos ver a dedicação desses militares que cuidam da soberania nacional, numa área de alto risco, porque a fronteira não só com a Venezuela, mas com a Colômbia, hoje, continua mantendo riscos e tráfico de drogas, tráfico de armamentos pesados, também riscos de guerrilha na região, porque, mesmo que as Farc tenham feito um acordo de paz, ele não foi disseminado por todo o País. Existem algumas facções na fronteira que representam riscos à soberania.

Então, cumprimento o General Miotto, que o sucedeu lá. A sua lembrança é sempre referida, General Villas Bôas – eu acho que esse reconhecimento é uma coisa gratificante para



um militar da sua estirpe, da sua qualidade e do seu compromisso com o interesse nacional –, a do senhor e também a do Genera Omar, do Batalhão de Infantaria de São Gabriel da Cachoeira, outra região que conhecemos às margens do Rio Negro.

E eu queria também cumprimentar a excelência e a qualidade profissional da Assessoria Parlamentar do Exército nesta Casa e também na Câmara Federal, com as quais tive a convivência durante essa programação. Revelam exatamente a qualidade, Presidente Collor, desses profissionais que zelam pelo aperfeiçoamento.

Querida, General, colocar duas questões para o senhor. O senhor falou até a propósito da questão dos haitianos, só que nós perdemos de ter essa oportunidade de ter trazido para a formação de lideranças, perdemos para os coiotes, que trouxeram os haitianos, mediante exploração dessa população pobre para vir trabalhar no Brasil. Essa visão estratégica que poderia ter sido feita do ponto de vista de geopolítica foi perdida.

Conheci também a Unifil, na fronteira do Líbano com Israel, e vi a avaliação extremamente positiva de forças estrangeiras em relação às Forças Armadas brasileiras. Fiquei, como brasileira também, naquela visita que fiz a Unifil, em que há uma unidade, em que a Marinha está com a Fragata Liberal, fazendo todo o policiamento da fronteira de 300km, da fronteira do Mar Mediterrâneo no Líbano, bem na fronteira com Israel...

Então, também por isso, eu queria colocar duas questões. Qual é o comprometimento da área de defesa nas limitações orçamentárias? Com quantos por cento esses programas serão comprometidos? E a segunda é sobre essa questão do salário, se isso não vai representar um risco da fuga de cabeças pensantes de inteligência do Exército, profissionais da engenharia, da área tecnológica, de todas as áreas para o mercado para o mercado do setor privado.

Agora, eu coloco talvez a questão principal. Ontem à tarde, aqui, General, um grupo de Senadores debateu sobre a crise. Há uma clara preocupação de todos nós, em relação à situação que o País está vivendo. E V. Ex^a... E eu queria reafirmar aqui uma frase que eu tenho repetido na tribuna do Senado. O senhor tem usado essa frase: não há atalho fora do Texto Constitucional. Essa é uma frase que não é apenas retórica. Eu penso e acredito que ela seja a crença das Forças Armadas brasileiras, em particular do Exército.

O senhor disse, numa cerimônia – quero cumprimentá-lo por ter recebido o título de Doutor Honoris Causa do Instituto Brasiliense de Direito Público – o seguinte... Debatia-se, naquele momento, a questão da segurança pública, e V. Ex^a foi muito claro quando disse que não é vontade das Forças Armadas entrar nesses conflitos urbanos, pois, sim, o seu papel é de defesa da soberania nacional e compromisso com o desenvolvimento tecnológico do País, porque defesa é sobretudo a questão do desenvolvimento tecnológico.

O senhor disse o seguinte: "Nossa Carta Magna foi pródiga em fortalecer os direitos e garantias individuais. Privilegiou a liberdade como princípio basilar e a democracia como o regime que, pela expressão popular do voto, garante a manutenção dessa liberdade".

O tema sobre o qual o senhor fez a reflexão não trata do valor intrínseco da liberdade; versa, isso sim, sobre a qualidade da liberdade que queremos usufruir. Refletir é preciso. Podemos conviver com essa ameaça ao nosso futuro? Podemos abdicar da nossa liberdade com os mais de 60 mil assassinatos anuais injustificados, com os mais de 20 mil desaparecidos, ou com a segunda posição no ranking de consumo de drogas?

Queremos referendar a perda do princípio de autoridade admitindo casos de agressão a professores – Senador Cristovam Buarque –, a entes sagrados em outras culturas, ou de desrespeito a agentes públicos? A verdade é que perdemos o sentido de disciplina social. Há excessos de compreensão com direitos e enorme incompreensão com deveres. Há também excesso de diagnóstico e pouca ação efetiva e prática. Sem sinergia e integração de várias instituições, fica difícil estabelecer metas e prioridades.

É necessário que o País tenha objetivos de curto, médio e longo prazos não só na área da segurança, que foi a que V. Ex^a se referiu, mas também para todas as outras áreas, inclusive na economia.

O senhor disse o seguinte: "Senhoras e senhores, eu vos afirmo que há em todas essas dúvidas uma única certeza: que nossas escolhas vão definir o futuro que queremos e somente nós, unidos, poderemos comprar o direito de se viver em uma sociedade livre e justa. Isso não



é um sonho, é o anseio de um povo [e eu acrescento de um País] abençoado pela própria natureza".

Por que eu fiz essa reflexão agora, repetindo a sua frase? Porque, com essa crise, General, há a repetição de que hoje – eu lido muito com rede social – só as Forças Armadas vão resolver a nossa crise. Então, eu quero indagar V. Ex^a sobre essa postura da sociedade. Eu atribuo isso ao respeito que a instituição militar recebe, porque, nas pesquisas de avaliação de respeito e confiança, as Forças Armadas aparecem em primeiro lugar; em segundo lugar, a igreja católica. Eu queria que V. Ex^a avaliasse, nesse momento de dificuldade, essa ansiedade, esse desejo, essa aspiração da população, mas talvez pela via equivocada, por não ser esse o papel das Forças Armadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Lasier Martins, terceiro Senador inscrito.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS (Fora do microfone.) – Eu também tenho medo do Senador Lasier Martins, porque ele é gremista e eu sou Colorado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não, senhor. O senhor está enganado, eu sou Colorado. Eu sabia que o senhor era Colorado, sabia há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, mais um ponto de convergência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Tanto quanto eu sei que V. Ex^a é de Cruz Alta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O time está mal; a torcida é que está bem. (Risos.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Fora do microfone.) – Tem que tomar um pouco de cuidado com a Série C.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não tem problema. É que nós temos a serenidade de quem foi campeão do mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Saúdo também o General Fernando e os demais generais que nos honram aqui.

Eu tenho duas perguntas ao nosso prezado General Villas Bôas. Mas, antes de mais nada, eu quero saudar o General Villas Bôas, quero saudar o seu aguerrimento. V. Ex^a enfrenta dificuldades de caminhar, mas não foge à luta, e isso orgulha a todos nós, particularmente a nós gaúchos. V. Ex^a nos demonstra, mais uma vez, um vigor mental extraordinário quando faz uma longa exposição, como há pouco, demonstrando a diversidade de atividades e ações que o nosso Exército empreende pelo Brasil e pelo mundo. Isso nos tranquiliza. V. Ex^a não foge à luta. Está aí muito disposto e com a capacidade de sempre, a qual o galgou a ser o Comandante do Exército Brasileiro. Essa é a primeira palavra, pelo seu patriotismo, por sua capacidade.

Eu faço duas perguntas, General Villas Bôas, bem atuais. Uma delas é sobre o emprego das Forças Armadas para a manutenção da ordem interna. Nós tivemos, há poucas semanas, aquele evento, aqui na Capital Federal, com destruição, com violências, com incêndio de ministério, e a chamada da força militar do Exército para intervir para proteger o patrimônio público. Mas o evento se prestou à polêmica, a críticas inclusive. Então, eu gostaria que V. Ex^a dissesse, de maneira bem clara, que, se continuarem esses acontecimentos com destruição não apenas do patrimônio público, mas lamentavelmente de patrimônio privado de tanta gente que depois sofre as consequências de longo tempo para recuperação... Porque as nossas forças militares estaduais não têm efetivo e não têm a capacidade para o enfrentamento. Eu lhe confesso que estou de acordo com o chamamento nessas circunstâncias. E nada nos atemoriza, nada nos liga, nada nos faz uma associação de ideias com o que houve com o regime militar. As circunstâncias são bem outras. Estamos vivendo uma crise, uma diversidade de crises no Brasil que acaba extrapolando para essas violências. É evidente que



reconhecemos como constitucionais, como legais os movimentos populares; agora, não a violência, não a destruição.

A minha primeira pergunta, General Villas Bôas, é sobre essa ação interna. E várias já foram demonstradas aqui, inclusive na Copa do Mundo, nas Olimpíadas. Ora, se o Exército serve para manter a ordem nessas circunstâncias, por que não haverá de ser chamado para manter a ordem na hora da destruição, como a que vimos há pouco? Eu gostaria que V. Ex^a deixasse bem clara a conduta, a orientação que V. Ex^a estabelece para o Exército.

E a segunda pergunta é sobre as nossas fronteiras. V. Ex^a lembrou muito bem: nós temos 17 mil quilômetros de fronteiras, mas não estamos conseguindo coibir, General Villas Bôas, essa persistente entrada de armas e drogas.

Eu me lembro de quando V. Ex^a esteve aqui no ano passado. Ficou fixado em minha memória algo que o senhor disse: que o maior problema brasileiro ou, se não for o maior, um dos principais problemas brasileiros é o tráfico de drogas. O senhor afirmou essa sentença aqui com conhecimento de causa. Mas tudo continua igual! A cada semana, os noticiários de televisão, de jornal e de rádio demonstram que continuam entrando muitas armas que não são fabricadas aqui. O contrabando continua muito forte. E de drogas nem se fala! Então, a minha pergunta é: como mudar a estratégia? Como usar mais o serviço de inteligência?

V. Ex^a falou no Sisfron. O Sisfron não está dando conta. Está longe disso. Apesar da remuneração baixa dos militares – e somos solidários neste particular, entendemos que nossos militares merecem e precisam ser mais bem remunerados até como estímulo a um trabalho ainda mais eficiente, porque estamos vivendo desordens a todo momento, como se já não bastasse a intromissão, a entrada de armas, o que é causa da criminalidade impressionante que se dissemina País a fora.

Então, faço duas perguntas. A primeira trata da orientação com relação aos distúrbios que acontecem a toda hora com destruição de patrimônio. E a segunda questão é: como vamos melhorar uma estratégia que impeça a entrada tão intensa de armas e de drogas no Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Lasier Martins.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o General Villas Bôas, Comandante do Exército, devo dizer que várias perguntas dos nossos internautas já começam a chegar.

Rogério Moura, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Sr. General Villas Bôas, como o senhor e as Forças Armadas projetam a chegada, no âmbito da Segurança Nacional, em médio e longo prazos, de estrangeiros, ditos refugiados, de culturas antagônicas à nossa, com permissões de estadia e de naturalização tão ou mais permissivas que as do brasileiro nato?"

Houve a participação de Francisco Arcanjo da Silva, da Paraíba: "Por que as Forças Armadas e a Polícia Federal não trabalham juntas para combater a entrada de armas no País?"

Marcelo Marcon, do Rio Grande do Sul, diz: "Os recursos financeiros têm sido suficientes para atender às necessidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica?" É algo que V. Ex^a já demonstrou aqui.

Ninho Júnior, do Rio Grande do Norte, pergunta: "As fronteiras estão protegidas e devidamente aparelhadas com pessoal, munição, equipamentos e instalações?" Ninho Júnior também indaga: "Existe contingente suficiente aparelhado para defender as nossas fronteiras com outros países das Américas ou as de outros continentes?"

Samuel Ferreira de Lima, de Santa Catarina, pergunta: "General Eduardo Dias, de que forma o Exército tem atuado nas fronteiras de maneira a não permitir, coibir e dificultar a entrada de armamentos e de drogas em Território nacional?"

Há muita preocupação em relação a essa questão de fronteira.

Kelton John dos Passos Ferreira, do Amazonas, pergunta: "Diante de todas as ameaças internas e externas da atualidade, por questões políticas, econômicas e sociais, de que forma o Comando das Forças Armadas se prepara ou se preparou para uma eventual intervenção militar de forças hostis de origem nacional ou internacional?"

"Sr. General, diante do cenário mundial e da necessidade de termos uma tropa eficaz, não seria interessante dotar o Exército de um efetivo mínimo profissional de 200 mil homens? E melhorar a formação do efetivo variável, aumentando seu tempo de instrução para 2 anos?"



"Qual seria hoje nossa maior ameaça à soberania nacional?", essa pergunta é de Washington Luiz Silva Lago, de Pernambuco.

Enfim, e várias outras que deixarei para ler posteriormente, no segundo bloco de perguntas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu queria dar uma sugestão, se V. Ex^a permite.

Nós temos só mais três inscritos. Acho que, até porque são temas muito parecidos, eu queria sugerir que ouvíssemos os outros três Senadores, e o General faria uma explanação no final. Eu acho que seria mais razoável, porque são temas correlatos. Eu vou falar um pouco do que Lasier..., para não ter que ir e voltar de novo.

É uma sugestão que, se o Plenário e V. Ex^a concordarem, quem sabe, faríamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Para facilitar os nossos trabalhos, a consideração que V. Ex^a traz à Mesa é absolutamente pertinente, mas é que nós tivemos antes uma pergunta de um dos autores do requerimento, que foi S. Ex^a o Senador Roberto Requião, que foi uma longa explanação sobre a questão da soberania nacional. Em seguida, veio a Senadora Ana Amélia e, depois, o Senador Lasier Martins. Então, acho que seria conveniente, talvez, neste primeiro bloco, para exaurir esses assuntos, nós darmos logo a palavra ao General Villas Bôas, porque as anotações dele já têm quatro folhas de bloco, pelo que estou vendo.

Então, para facilitar, com a permissão de V. Ex^a, Senador Jorge Viana, nós passaríamos a palavra ao General Villas Bôas e, em seguida, ao segundo bloco de Senadores inscritos.

Obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Muito obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas profundas.

Senador Requião, eu acho... Não vá ao sapateiro além das sandálias, não é? Mas, enfim, acho que a nossa crise é muito mais profunda do que a gente pode assim avaliar. Eu disse, em uma entrevista que dei – até suscitou algumas críticas –, que o País está à deriva, e alguém interpretou que eu estaria fazendo uma crítica ao atual Governo. Não. Nós estamos à deriva já há muito tempo.

O Brasil foi o País que mais cresceu da década de 30 à década de 80 – vamos lá: período Vargas, Juscelino, governos militares –, e cometemos o erro, a sociedade brasileira cometeu o erro de permitir que a linha de confrontação da guerra fria dividisse a nossa sociedade. E aí nós perdemos o sentido de projeto nacional e perdemos a ideologia de desenvolvimento, Senador. E é um país que está sem rumo.

Essa circunstância é perigosa para um país da estatura do Brasil, porque, se fôssemos um país pequeno, poderíamos nos agregar a um projeto de desenvolvimento de um outro país, como ocorre, mas o Brasil não pode fazer isso. O Brasil não tem outra alternativa a não ser potência. E, quando eu falo potência, não estou dando uma conotação negativa de imperialismo, expansionismo, não. É um país que tem de ter uma densidade muito grande. E acho que a crise é profunda, porque estamos, inclusive – tenho muito medo disso –, perdendo um pouco da identidade nossa, da nossa autoestima, que está se estiolando.

Bem-vinda, Senadora Vanessa, amiga amazônica! Tudo bem?

Enfim, na crise que nós estamos vivendo, nós nos debatemos normalmente com as questões políticas, com as questões econômicas, enfim, com os problemas éticos. Eu acho que estão nos faltando agora muitos pensadores, gente com capacidade de nos oferecer novas estruturas mentais e novos caminhos de evolução. Acho que estamos ainda um pouco presos com esquemas mentais, políticos e ideológicos que ficaram para trás, e o senhor bem salientou isso nessa enorme integração que é a das economias mundiais. Então, faltam-nos pensadores, e aí eu remeto ao Senador Cristovam, não é, Senador? O senhor que se debate tanto nessa área, acho que estamos pagando por isto agora, pela negligência de muito tempo com a nossa educação.



Acho que a nossa falta de sentido de projeto nacional tem permitido ou tem deixado de condicionar uma convergência nos vários setores da sociedade, e isso tem feito com que o senhor, eu, enfim, qualquer ator nesse contexto não tenhamos um rumo, uma referência explícita para onde devemos seguir. Então, acho que esse é um grande debate nacional que temos de provocar para recuperar isso. Não temos alternativa, senão, as forças centrífugas vão acabar sobrepujando as forças centrípetas, e a gente se fragmentando, senão territorialmente, mas a sociedade brasileira está num processo de fragmentação muito grande, e esse é o pano de fundo, vamos dizer assim. Inclusive, vê-se, Senador, a preocupação da maioria dos internautas com relação às fronteiras. Eles estão se referindo às fronteiras físicas, mas temos de pensar nas fronteiras virtuais, porque não temos essa densidade de pensamento, o sentido de projeto, ficamos com o ambiente rarefeito, e acaba sendo fácil incorporarmos ações disruptivas aqui no nosso ambiente.

E o Brasil? Há quem diga que isso que está acontecendo é fruto de ação internacional. Eu não concordo com isso, mas concordo que somos hoje um organismo com imunidade baixa; em consequência, ele está vulnerável para ações de fora, de forma a nos inibir e a destruir os pontos fortes que temos aqui no nosso território.

E, quando falo das fronteiras virtuais, por exemplo, quanto à preocupação com o tráfico de armas. Passam pela fronteira – claro, passam pela fronteira. Mas vimos a quantidade de armas que vinham sendo remetidas dos Estados Unidos, entrando pelos aeroportos.

Não vemos os nossos déficits de soberania, como apontei a questão da alimentação do alcance de mísseis. Vejo a nossa passividade com que nos submetemos a injunções vindas de fora, no sentido de neutralizar áreas que abrigam enormes recursos naturais, como no Acre lá do Senador Jorge.

E nós temos a Amazônia já com 40% de terras indígenas e Unidades de Conservação, sem que tenha havido um debate em relação ao necessário. Eu sou um preservacionista – mas sem ter havido um debate da natureza. E nós acabamos permitindo que acontecesse quase uma crise humanitária na Raposa Serra do Sol, por exemplo. Então, além das fronteiras físicas, nós temos que cuidar das fronteiras virtuais e para isso temos que ter um projeto e essa densidade de pensamento.

A sua pergunta é muito profunda, e eu fiz uma abordagem aqui superficial em função do tempo. Mas gostaria até de voltar a conversar com o senhor sobre isso, se o senhor não se incomodar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Ou seja, General, nós somos grandes demais para não termos projeto.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Exatamente. O General Heleno diz que o Brasil é um superdotado num corpo de adolescente. É interessante, o Brasil não tem consciência do seu território, não tem. A Amazônia continua abandonada, praticamente. Ela abriga, Senador, US\$23 trilhões de recursos naturais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Fora do microfone.) – Brincadeira. Olha o estresse da 319.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Pois é. A gente não tem consciência do território. É interessante isso.

Senadora Ana Amélia, quanto à questão dos salários, o índice de evasão está muito baixo, a procura pelas Forças Armadas está muito alta. Agora, neste ano – até não assinaiei –, pela primeira vez as mulheres estão ingressando na Academia Militar e nas Escolas de Sargento. Quantas vagas e quantos inscritos havia, Tomás? General Tomás, preste a atenção, por favor! Que coisa! (Risos.)

(Manifestação da plateia.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou em defesa do Comandante Tomás, porque ele estava explicando para a Vanessa que o Exército apoia o ingresso das mulheres na atividade militar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, não. Presidente Collor, me desculpe.



O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Eu o trouxe só para responder a essa pergunta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – General Villas Bôas, eu quero lhe agradecer por ter feito essa observação. Poderia ter feito diretamente a mim. Poderia ter feito, porque fui eu que procurei.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Tomás...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só quero lhe pedir desculpas, General – é isso que eu estava dizendo,...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Não, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque vou ter que me retirar. Nós estamos em eleições no Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, senhora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estava cuidando de assuntos relativos a isso, e agora mesmo pego o avião para lá.

Então, eu o cumprimento não só pela sua presença aqui, mas pelo grande serviço que V. Ex^a tem prestado ao nosso País com as suas ideias, que, muito mais do que visionárias, são completamente compromissadas com a nossa gente, com o nosso País. Para a gente, é um orgulho ter, Senadora Ana Amélia, um gaúcho amazônida.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Cuide bem do nosso Estado do Amazonas, lá, Senadora.

Obrigado.

O General Tomás foi Comandante da Academia Militar. Fale da relação de candidatos/vagas geral e de mulheres também, por favor.

O SR. TOMÁS MIGUEL MINÉ – No último concurso agora, a gente teve 30 mil candidatos, em média, para 450 vagas. Então, se colocarmos... Nós tivemos 40 mulheres. Foram 7,7 mil candidatas para as 40 vagas, uma proporção muito maior. Então, a gente está com nível de procura para o curso de formação de oficial combatente de carreira equivalente a uma faculdade de Medicina, uma boa faculdade de Medicina.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – E quanto às mulheres?

O SR. TOMÁS MIGUEL MINÉ – Mulheres estão bem mais. Foram 7,8 mil candidatas para 40 vagas. Então, é mais de cento e poucas, quase 200 candidatas por vaga.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Mas, Senadora Ana Amélia, nós sabemos que isso é sazonal. A crise nos favorece nesse aspecto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Fora do microfone.) – Claro.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Houve períodos em que o índice de evasão era considerável. E, realmente, os salários são baixos, o que garante um excelente índice de retenção.

As escolas militares, que eu disse que são a joia da coroa, têm um papel fundamental, porque nelas são inculcados os comprometimentos: comprometimento com os companheiros, comprometimento com o Exército, comprometimento com os valores profissionais e com o País. Então, essa é uma amálgama que, de certa forma, mantém essa vinculação e restringe a evasão, mas sempre, sempre nos preocupa. O salário está atrelado – e reconheço que é uma vantagem – às nossas condições de aposentadoria, vamos dizer assim. Essas coisas estão atreladas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – É. Além da vocação, lógico, além da vocação natural.

A senhora perguntou com relação ao comprometimento do orçamento. O orçamento, no que diz respeito ao custeio, ao funcionamento, está razoável. Nós já ultrapassamos o tempo em que não tínhamos combustível, não havia viatura, não havia comida para os praças.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para os praças.



O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Aquilo era degradante. Eu, para economizar, não trabalhava. Então, esse tempo está superado. Na parte de custeio, está bom. Na parte de projetos, realmente, como eu disse, a gente está percebendo um terço mais ou menos das necessidades para os nossos projetos.

A senhora levantou a questão, sempre muito presente, da intervenção militar. Fez-se uma pesquisa recente no Rio de Janeiro: 55% da população são favoráveis a uma intervenção militar.

Senador Lindbergh, como eu disse, sobre a gente andar na rua apontando uma arma para a população, também é muito triste que a população veja como alternativa uma intervenção militar. As pessoas até já não percebem mais que isso está absolutamente anacrônico, a exemplo do que aconteceu na Turquia. Temos um exemplo recente.

Então, essa hipótese é absolutamente afastada. Quando eu assumi, e começou aquela crise que desaguou no impeachment, e essas demandas estavam crescendo, e algumas inquietações dentro da Força, nós estabelecemos, então... Virou quase um mantra. Nós vamos atuar sempre, estamos atentos, mas com base em três pilares. Primeiro, estabilidade. Nós temos que contribuir para a manutenção da estabilidade do País e jamais provocar alguma instabilidade, para que as instituições tenham condições de encontrar os caminhos, em nome da sociedade, e sair dessa crise que estamos vivendo.

Segundo, a legitimidade. Podemos até ser empregados, até atuar, mas sempre com base no que diz a Constituição por iniciativa de um dos Poderes. E, se formos empregados, será para preservar a democracia, para fazer cumprir a Constituição e para preservar as instituições.

Em terceiro lugar, a legitimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Fora do microfone.) – Não. A legitimidade é a segunda. A primeira é estabilidade, a segunda é legitimidade...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Será que eu troquei? Não, senhora, aí era a legalidade, desculpa. Legalidade, desculpa.

Por fim, legitimidade. Somos instituição de Estado. Temos que ser vistos como tal, absolutamente imparciais, e, jamais, se formos empregados, poderemos ser identificados por estarmos favorecendo um ou outro lado, aí no espectro político.

Então, essa é a atitude. E nós temos uma grande identidade no Ministério da Defesa, os três comandantes de Força, compartilhamos absolutamente... E esse é o ânimo das Forças. Esse é o ânimo. Os militares hoje são extremamente legalistas.

O General Castello Branco tomou uma medida importantíssima logo que ele assumiu, porque os cargos de general eram vitalícios. Então, nós tínhamos generais que ficavam 30 anos, e eram generais, lideranças locais. Então, eram verdadeiros caudilhos. Então, a política estava dentro das Forças Armadas, do Exército, e o Exército dentro da política.

O General Castello Branco tomou duas providências importantes. Limitou em quatro anos o tempo de permanência em cada posto de general e no máximo são 12 anos – até logo, muito obrigado, por melhor que ele seja – e limitou em dois anos o tempo de permanência em cargo civil fora da Força. Com isso, obrigou que paulatinamente os militares tivessem que voltar essencialmente para a profissão. A sociedade mudou também, lógico.

Então, as Forças são absolutamente apolíticas do ponto de vista partidário. E garanto aos senhores que... Esse fantasma existe, acho interessante, de que os militares, a intervenção, enfim... Absolutamente – absolutamente! Eu fico até chateado, quando ouço esse tipo de coisa, porque reflete desconhecimento da natureza da nossa essência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos exorcizar esse fantasma!

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Está na hora – está na hora! Porque ficam gastando energia com coisas que absolutamente não são pertinentes.

Senador Lasier, sobre a sua preocupação com relação à ordem interna. Nós tivemos esse último episódio aqui. Eu assisti, inclusive, ao debate da Senadora Ana Amélia com o Sr. Senador e a Senadora Vanessa. E eu, como já frequentei a Casa, eu assisto a um debate acirrado, e não me preocupo, eu não me assusto, porque sei que isso... Depois a gente vai lá ao cafezinho, e estão os dois tomando cafezinho. (Risos.)



E eu fiquei preocupado.

Mas, sobre a minha avaliação, eu sei que alguém poderá discordar de mim. Aquela situação que houve foi inevitável. Houve alguns pequenos desacertos ali, mas a situação foi se agravando. A gente trabalha – e não sou eu que emprega a força, eu cumpro ordens – sempre condicionado pela pior hipótese. Então, em algum momento, percebeu-se que se estava saindo do controle, os prédios incendiados, pessoas sendo ameaçadas.

O pessoal, por exemplo, do STF, já estava pensando em evacuar o prédio. O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pediu intervenção da Força Federal, mas a...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – A Força Nacional, obrigado.

A Força Nacional tinha, em Brasília, naquela época, somente cem integrantes, quer dizer, seria só para proteger o prédio do Congresso. E aí, como medida preventiva, decidiu-se empregar as Forças Armadas. Acabamos apenas tomando posição, não chegamos a participar de confronto.

Mas, aqui, eu quero entrar em um item – e sinto-me à vontade, porque eu vi o posicionamento do Senador Lindbergh e da Senadora Vanessa –, em relação aos Black Blocs, que criaram problemas para vocês, fugiram ao controle. E, quando eu me refiro à qualidade da liberdade, até nisso, porque eles interferem na qualidade da liberdade de expressão, livre e legítima expressão. Então, eu acho que nós temos que tomar algumas medidas, porque não é possível continuar com essa liberdade de ação e essa impunidade que acaba, em um momento importante de necessidade de a população expressar suas demandas, sendo inibida por conta da atuação desses grupos.

Eu pergunto se eu deixei de atender alguma...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Fora do microfone.) – Quanto às fronteiras.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O problema de fronteiras. Sim, obrigado, Senador.

O nosso dispositivo, a nossa capacidade de vigiar fronteiras é muito aquém da necessidade, muito aquém. Nós não temos, realmente, eficiência.

Nós podemos dizer que na Amazônia o tráfico praticamente é livre. E não é só isso; quanto aos outros órgãos que têm atribuição precípua para isso, como a Polícia Federal, a presença da federal nas fronteiras é irrisória.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Fora do microfone.) – São 1.500 homens no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Fora do microfone.) – É um queijo suíço a fronteira.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Pois é, um queijo suíço.

Para vocês entenderem, em São Gabriel da Cachoeira, lá onde a senhora esteve, que é uma rota de entrada de narcotráfico pelo Rio Negro, há dois agentes da federal, nem delegado. O efetivo da federal é mais do que isso, Senador, acho que está por volta de 7 mil, por aí, mas é absolutamente irrisório.

Indo além, não há nenhuma integração na atuação dos órgãos. Em algumas operações pontuais se combina, é na base, mais ou menos, da combinação, atuando juntos, enfim. Mas uma atuação sistemática, efetiva, que atue em todas as fases desse problema...

E essa questão da droga é extremamente complexa. Nós temos que estudar tudo, desde as origens, de onde ela veio; nós temos que buscar também integração internacional, temos que buscar integração dos órgãos, e é um problema difícil, porque envolve educação, Senador. Eu vi um dado, em São Paulo, que por dia, parece, 36 professores são agredidos por alunos. Então, envolve educação, envolve saúde pública.

E nós não temos isso, não está acontecendo isso no Brasil. É um problema que está sem visibilidade, é uma metástase corroendo a nossa sociedade. As fronteiras, nesse aspecto, estão desguarnecidas. O tráfico é livre, Senador Lasier, na Amazônia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agora, permita-me uma pergunta, a última.



General Villas Bôas, o senhor falou que a Amazônia tem 30 mil militares do Exército?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Tem, sim, senhor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com 30 mil... Olhe, isso é um bocado de gente! Trinta mil não conseguem impedir tanta entrada de drogas e de armas pela Amazônia?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Senador, a fronteira na Amazônia é de 11 mil quilômetros. A fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3 mil quilômetros. Com todo aquele aparato policial, muro e tecnologias, não conseguem vedar. É uma tarefa humana gigantesca, hercúlea.

Outro aspecto importante é que o crime organizado está avançando, está se estruturando, aumentando a capacidade de contaminação de instituições. E está se estruturando muito na Amazônia. Ele não era organizado na Amazônia até pouco tempo. Agora os grandes carteis nossos, associados aos carteis internacionais...

E uma coisa que está ocorrendo é que, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de movimentação de dinheiro, de lavagem de dinheiro, o tráfico está remunerando com droga, não mais com dinheiro. Então, o corredor de passagem se transforma num corredor de consumo também. O Sisfron é a nossa aposta. Então, a situação é realmente crítica. Essa é outra ameaça a nossa soberania.

Deixei de responder alguma das perguntas dos senhores?

Muito obrigado pelas perguntas, foram inteligentíssimas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Comandante do Exército.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, em seguida a S. Ex^a o Senador Jorge Viana e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Lindbergh Farias.

Senador Cristovam, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer um comentário, General, de que eu não sei o que é mais preocupante: quando os Parlamentares temem um General ou quando ficam fascinados demais pela simpatia de um, como estou vendo os meus colegas aqui. (Risos.)

Eu vim aqui para debater sobre a sua competência, que foi boa, mas estou vendo que o pessoal está entusiasmado com o seu carisma. E isso é preocupante, sobretudo vindo de um General gaúcho. (Risos.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Senador Lasier, o senhor que tem imunidade, por favor me defenda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mesmo assim...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Ele não conhece os gaúchos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mesmo assim, eu prefiro a simpatia. Prefiro e fico satisfeito quando ela vem aliada à competência que o senhor tem demonstrado na apresentação e nas suas respostas.

Quero fazer também um comentário sobre a fala do Senador Requião que comparto totalmente, no que se refere aos salários. Um país não tem futuro se os seus militares, os seus soldados, vamos dizer assim, e os seus professores não são bem remunerados, porque um constrói a mente e o outro defende a nossa vida. Temos de resolver isso, essa desigualdade. Eu não falo nem que o salário é baixo, porque uma coisa é analisar salário baixo, outra é a desigualdade. É a desigualdade que faz uma pessoa escolher; não é o tamanho – embora, nisso de tamanho, eu quero fazer uma referência... Não, ainda sobre o Senador Requião. O grave, Senador Requião, é que no caso dos juizes do Rio de Janeiro, não sei se eles já conseguiram ou é apenas uma ideia, além de todos os salários, eles ainda recebem subsídio para pagar a escola privada dos filhos, quando os juizes deveriam estar zelando pela qualidade da escola pública, como nós também, aqui. Felizmente aqui não existe esse subsídio – felizmente, eu disse, para não pensarem que eu disse infelizmente.



Agora, a Senadora Ana Amélia falou uma coisa que eu queria colocar. É que é impossível a gente ter justiça sem eficiência na economia. Houve um tempo, no passado, em que a gente achava que era possível ter justiça social sem necessidade de eficiência econômica. E aí a gente faz justiça condenando todos à pobreza. Os tempos de hoje exigem que saibamos que a economia eficiente é a base de qualquer projeto de segurança e de justiça. Isso é importante.

General, o senhor disse uma coisa que me tocou muito, do ponto de vista de provocação intelectual: é que nós permitimos que as leis da Guerra Fria nos dividissem no passado. É verdade isso. Em vez de buscarmos nossas ideias, nós ficamos divididos entre as ideias dos dois grandes polos do mundo. Mas o pior é que a gente ainda continua muito assim. Até hoje a gente continua muito prisioneiro – não mais do ponto de vista de geopolítica, de estratégia de defesa, mas do ponto de vista das propostas de sociedade. Ficamos atrasados nas ideias, nos pensamentos, nas formulações. E o senhor, de certa maneira, falou isso. Nós não estamos mais apenas errados; nós estamos atrasados nas formulações de caminhos.

Eu tenho uma lista de perguntas, General, mas vou fazer só uma, tanto interesse eu tenho nesta pela qual eu luto há tanto tempo: quanto custaria e como seria possível, não só no Exército – sobretudo no Exército –, mas nas Forças Armadas, colocarmos todos os nossos jovens no serviço militar? Eu creio que o serviço militar de fato obrigatório – obviamente com algumas exceções, mas raras, que é o contrário de hoje – seria um grande serviço ao Brasil. E não falo do ponto de vista nem de segurança, porque cada vez mais o Exército será feito por um número menor de pessoas, com mais tecnologia. Eu falo é do ponto de vista de adquirir pelo menos algumas coisas, como sentimento de Pátria, Nação, como hábitos positivos que se adquirem. Eu sou há muito tempo defensor do serviço militar obrigatório, por razões pedagógicas, nem tanto de segurança. Então, quanto custaria? Alguns dizem que é impossível fazer isso; eu não acredito que seja impossível.

O senhor falou uma coisa muito interessante, que me tocou muito, até porque eu estou propondo isso em escala mundial para os refugiados, que é dar vagas aos refugiados em universidades do mundo inteiro. É um projeto que estamos tentando levar adiante. Aí o senhor falou dos haitianos. De fato, Presidente Collor, teria sido uma grande coisa para nós ter trazido haitianos para estudarem aqui, como os americanos fizeram, formando nossos economistas, nossos professores em geral. Mas, se a gente tem essa ideia de trazer os haitianos, por que não colocamos os brasileiros dentro das Forças Armadas, com um número maior de conscritos? Eu tenho a impressão de que seria um grande serviço que prestaríamos. Falou-se muito aqui em droga; eu acho que isso reduziria o consumo de droga.

Eu, quando Governador, frequentei a Papuda – aliás, no tempo em que governador ia à Papuda como visitante, não como hóspede –...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Explique esse negócio aí, Senador. Senador Cristovam Buarque, explique esse "frequentar" aí... (Risos.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É preciso explicar.

General, eu conversava com os nossos condenados, e raros tinham feito o serviço militar. É claro que é uma amostragem errada porque o número de conscritos é pequeno, mas eu fui começar a analisar e vi que, dentro do serviço militar, você adquire noções de coletividade, de pátria, amigos, disciplina. Então, eu creio que isso é algo que o Brasil precisa trazer.

Essa ideia que tantos países do mundo têm – não por um ano ou dois, até muitos anos; se não me engano, em Israel são três anos porque está em guerra, claro –, aqui não precisava nem de um ano. Quanto custaria? O que é preciso para as Forças Armadas terem um número de conscritos? – caso o senhor ache que o que eu estou dizendo tem sentido, porque talvez não faça sentido, talvez seja um estorvo encher demais os quartéis; eu estou imaginando outros quartéis, maiores quartéis e com mais recursos. Essa é uma pergunta que eu faço.

Em um livrinho que eu fiz, vinte e tantos anos atrás, eu calculei, naquela época, se não me engano, em R\$2 bilhões – posso lhe mandar –, mas um cálculo muito imaginativo de minha parte. Quanto custaria termos nossos jovens fazendo, por um período de oito meses, um serviço militar que talvez, até, não fosse para todos com armas – uma parte com armas, uma parte sem armas até?



As outras perguntas eu vou guardar; um dia eu lhe farei.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS (Fora do microfone.) – Não, por favor. Eu teria o prazer em respondê-las.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então eu vou tentar fazê-las rapidamente.

Uma: se a Operação Lava Jato está trazendo problemas aos projetos estratégicos do Exército. Por exemplo, grandes empresas que estão sendo atrapalhadas e que teriam contratos com o Exército.

Em que grau as comunicações do sistema de monitoramento de fronteiras dependerão de satélite estrangeiros? Na sua fala já houve um pouco de referência a isso.

Se V. Ex^a pode citar exemplos de tecnologias desenvolvidas no âmbito dos projetos estratégicos do Exército que já começaram a ser utilizadas pela indústria civil nacional – que é uma coisa tão comum em outros países, especialmente nos Estados Unidos.

Em que medida o atual estágio do Projeto Estratégico de Defesa Cibernética já torna o Brasil protegido contra ações de inteligência adversas?

E, finalmente, se o objetivo do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea é preparar o Brasil para se defender de ataques aéreos, até que ponto ele está produzindo os meios próprios e suficientes de defesa antiaérea? Ou apenas, em vez de produzir esses meios, está importando esses meios?

Essas eram as perguntas. Mas quero dizer que, para mim, o que interessa mesmo é a primeira que eu fiz.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS (Fora do microfone.) – Sim, senhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Lamentavelmente, o Senador Cristovam vai, com a assertiva dele, ver que eu vou seguir na mesma linha, porque o General Villas Bôas é um amigo da Amazônia, serviu na Amazônia.

Não posso deixar de lembrar as viagens que fizemos, Senador Cristovam. Ele ainda, acho, Chefe do Estado Maior, não era nem Comandante Militar – na época o Comandante era o General Figueiredo –, e nós andamos, fomos à fronteira, fomos à Serra do Divisor, dormimos em aldeias, na Ashaninka, em tábuas, no chão, cada um no seu saco de dormir – eu, Governador; ele, Comandante do Estado-Maior do Exército na Amazônia; e o Comandante Militar da Amazônia.

Esse tipo de ação, de vida do General Villas Bôas é importante ser tornado público, porque ele conseguiu falar algo aqui... Ele consegue humanizar a ação militar do Comando do Exército, o que poucos conseguem. Ele humaniza, fala com naturalidade, sem arranhar, em nenhum momento, a importância que tem a função que ocupa. Eu acho isso importante. Nós estamos vivendo a maior crise econômica, política e até institucional do País, e ele fala aqui com absoluta naturalidade sobre intervenção militar ou não. Por isso, esta audiência foi muito importante. Ela está sendo transmitida pela Rádio e pela TV Senado. Eu acho que é pedagógica a sua vinda aqui. O Brasil precisa ter audiências como esta para lidarmos melhor com alguns temas, sinceramente, e resolvermos bem outros. Essa firmeza misturada com naturalidade ao falar de intervenção militar, de como isso já não faz parte da vida, porque isso é algo que aconteceu no século passado, e nós estamos vivendo uma nova era, é fundamental para quem nos ouve.

Eu fiz um apanhado, por conta do compromisso em que estava, de toda a sua explanação. Eu quero trazer isto, porque alguns dos temas de que nós tratamos são delicados, mas precisam ser tratados, precisam ser traduzidos para os brasileiros. Eu mesmo fiz uma crítica ao Governo naquele episódio de chamar, mas compreendo que houve, sim, um déficit da Força Nacional naquele momento aqui, que tinha ido para o Rio de Janeiro. Agora, quem tem a responsabilidade de planejar a Força Nacional sabia que ia haver um evento daquela magnitude, sabia que a Polícia Militar e a Polícia Civil teriam que estar mobilizadas. Não sei se houve má intenção de alguns para poderem se escorar num chamamento, necessário naquele



momento, para o Exército. Foi isso que eu questionei. O Exército não pode ser usado dessa maneira, porque está sempre pronto a servir o País.

Eu estou falando isso, porque há dois grandes temas que eu queria levantar aqui e que o senhor nos trouxe. Nós estamos vivendo, General, uma guerra. São mais de 100 mil pessoas assassinadas por ano no nosso País. São uma guerra dos homicídios, com mais de 60 mil, e uma guerra no trânsito, que mata outros 50 mil. Nós temos que assumir que estamos vivendo um flagelo. Quanto custam para o orçamento de saúde pública os acidentes nas rodovias, nas cidades, com a matança que estamos vivendo?

V. Ex^a falou algo a que eu quero dar uma dimensão maior. As organizações criminosas estão se instalando nos Estados da Amazônia; elas não estão mais, como estavam antes, encasteladas no Rio de Janeiro e tendo colaboradores, no varejo, nas fronteiras. Não! Elas estão indo para lá. Por que houve as chacinas dentro dos presídios? Onde foram as mais brutais e violentas? Manaus, Porto Velho e Roraima. Temos que identificar que há algo completamente diferente. As execuções... Eu fui Governador, e nós enfrentamos e derrotamos o crime organizado, com a ajuda das instituições. Chegamos ao ponto de que 90% dos homicídios que começaram a ocorrer no Acre...

Eu fui Governador, e nós enfrentamos e derrotamos o crime organizado, com a ajuda das instituições. Chegamos ao ponto de que 90% dos homicídios que começaram a ocorrer no Acre... O Acre tinha quase 60 mortes para cada grupo de 100 mil. Era um recorde no Brasil quando o crime funcionava. Policial matando, policial morrendo. No meu Governo inteiro, em oito anos, cinco policiais morreram e não mais que seis ou sete pessoas foram vítimas da ação policial. Nós reduzimos a números que lamentavelmente têm que fazer parte dessa vida que temos em oito anos.

O que nós estamos tendo agora... Então, a resolução dos homicídios é uma demonstração se nós estamos vivendo normalidade ou anormalidade. Chegamos a ter 90% de esclarecimento dos homicídios. Agora está se invertendo. Quase 90% dos homicídios na Amazônia não têm... São chacinas, são execuções, um corpo encontrado numa beira de estrada, outro encontrado em tal lugar. Nós estamos vivendo isso. Execuções são ações de crime organizado, de grupo organizado, que funciona, manda e desmanda de dentro do presídio. O Governador Tião Viana agora conseguiu fazer bloqueio de celular. Imagine, agora conseguimos fazer algo assim. Então, é muito grave isso.

Eu queria, voltando ao que V. Ex^a está colocando, falar que, de fato, na Amazônia, a situação de entrada de drogas é algo que afronta e que destrói a sociedade. Faz-se um link disso com a Cracolândia, que o Estado mais rico do País não consegue resolver, porque não é um problema fácil. A cidade mais rica da América Latina não consegue resolver o que já é consequência. Então, nós temos consequência e temos causa e origem.

Eu queria aqui falar – o colega Senador Lasier já saiu – que essa coisa de pensar o Exército para pôr ordem, gente, é algo que... Ainda bem que V. S^a foi muito firme e falou: "Isso está para trás." Mas eu leio aqui o que V. S^a botou na apresentação sobre as funções da Defesa: fortalecer a nacionalidade, contribuir para a dissuasão, atender as demandas da Nação e fomentar o desenvolvimento. Eu vou ficar com o terceiro ponto: atender as demandas da Nação.

Eu acho que nós podemos separar completamente o que seria intervenção militar de uma colaboração das Forças Armadas para o Brasil vencer esse flagelo que nós estamos vivendo. Como é que podemos vencer esse flagelo? Lá em Thaumaturgo está o Exército, mas hoje a Polícia Federal, com todo o respeito, parece que virou a instituição, com muita gente qualificada, de combate à corrupção. Ora, temos que combater a corrupção, é fundamental, mas são operações com mil homens, quinhentos homens. Uma das funções dela é estar na linha de frente, na condução desse processo de combate ao tráfico de drogas, porque eles são preparados para isso. Mas se juntarmos instituições, uma dando apoio, outra na linha de frente, com inteligência, nós podemos intervir nisso.

Este é o aspecto que eu pego aqui: atender as demandas da Nação, porque eu acho que nós estamos precisando, sim, ver como é que podemos usar melhor as Forças, dando mais apoio, principalmente na Amazônia. Eu queria deixar isso para pensarmos. Eu acho que o Governo Federal, o Estado brasileiro, deveria fazer isso no sentido de colaborar com todos os



cuidados e limites que precisam ser feitos, mas sem nenhum risco, porque não estamos falando de conflito, de resolver problema de crise política. Crise política vamos resolver aqui no Congresso, vamos resolver com os instrumentos que a Constituição nos dá, mas eu acho sinceramente que o Brasil está hoje precisando refletir um pouco como juntar as instituições todas. Foi assim que nós vencemos o crime organizado no Acre: com a ação de todos.

O Presidente Fernando Henrique, uma vez, ia para o Panamá e desceu do avião, no Acre, apenas para dizer e dar uma entrevista de que estava do meu lado, que era o Governador, que o Ministro da Justiça estava junto, para tentar preservar a minha vida, que também estava correndo risco naquela época. Então, não vejo outra maneira de nós vencermos esse flagelo dos assassinatos, das mortes, dessa destruição da sociedade, com tantas drogas entrando aqui, como bem verdadeiramente V. S^a colocou, se não for dessa maneira.

Concluo dizendo que entendo também que há um desafio novo que está vindo, que é a guerra cibernética. No dia em que estive lá, falei com o senhor. A primeira ação da guerra cibernética foi feita há pouco tempo, no mundo inteiro. Mexeu com dezenas de países, atingiu sistemas de funcionamento de saúde, e tudo... Isso é um tema fundamental que está vindo. Todo mundo fica focado no Estado Islâmico, mas nós temos a guerra cibernética, porque todos nós estamos dependentes de comunicação. Tudo está atrelado a esses sistemas. Isso para mim é algo que tem que ter uma ação não bélica, mas uma ação de inteligência. Aí as Forças Armadas, que fazem a defesa nacional, precisam estar juntas.

Eu fiz aqui um apanhado, Sr. Presidente – e encerro assim –, sobre o orçamento. Se pegarmos o histórico, o orçamento do Exército, em 1995, tinha um percentual de 0,14%. Ele foi caindo, até o começo dos anos 2000. Caiu a 0,06% do que nós tínhamos de orçamento. Era o que ia para o Exército. E começou uma recuperação, durante o começo do governo do Presidente Lula, que foi até 0,13% no topo – 0,13%, quase parecido com o que já tinha sido. Conseguiu-se aí passar do vexame de comida, fardamento, combustível, mas de 2013 para cá ele cai de novo para 0,08%. Eu acho que é uma responsabilidade nossa, aqui do Senado, que cuidamos do orçamento, que temos capacidade de intervir, desta Comissão, ficarmos atentos e não permitir que isso aconteça.

Está explicada na exposição de V. S^a a importância da defesa, e eu estou vendo que equipando, dando mais atenção às Forças Armadas, nós podemos juntos, com civis e até mesmo com uma ação coordenada, vencer essas mazelas, que são o crime organizado se instalando em nosso País, para que a gente depois não tenha as consequências que a gente sabe que virão.

Ao mesmo tempo, nós temos essa visão sobre a Amazônia. Eu queria cumprimentá-lo. O Brasil não vê a Amazônia como um ativo econômico, da maior importância estratégica, como uma vantagem comparativa. É lamentável. No dia em que fizer isso, vai se firmar como uma Nação que disputa o mundo.

É isso que eu acho que as palavras de V. S^a trazem para cá. Eu penso que tratar a questão do orçamento das Forças é uma obrigação nossa para que o Brasil siga tendo a segurança e as Forças Armadas nessa função constitucional tão importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, vou falar baixo porque estou sem voz.

O General consegue aqui dois feitos. O primeiro feito é reunir um número de Senadores bastante significativo em um dia que não há sessão deliberativa. Eu acho que isso mostra a importância, Presidente, desta audiência aqui no dia de hoje. E um outro feito é unir um pouco esta Casa, os Parlamentares de diversos partidos, em uma posição de respeito, de reconhecimento à sua posição, General, como um grande defensor da Amazônia, como um grande defensor da soberania nacional.

E eu concordo com o Senador Jorge Viana: eu acho que foi muito pedagógica sua fala aqui em relação à não intervenção militar, porque há muita gente que admira o Exército, jovens.



E eu acho que essa postura e essa fala aqui são muito importantes no momento em que a gente vive hoje.

Eu acho, General, quando a gente vai discutir a questão da soberania nacional e dos interesses nacionais, quando a gente olha a economia do mundo... Nesta semana, o Presidente Fernando Collor fez uma audiência pública com a presença do Ministro Celso Amorim e outros professores. Foi uma audiência pública extremamente importante, para debater a situação do mundo.

O Senador Roberto Requião fez uma fala aqui, para mim, muito importante: a gente viveu, depois da Segunda Guerra Mundial, trinta e poucos anos que foram considerados os anos gloriosos. O fortalecimento do Estado do bem-estar social no mundo inteiro, políticas keynesianas de proteção e de conquistas de direitos sociais.

Nós começamos, no começo da década de 80, a entrar em outro ciclo da economia mundial, que nós chamamos de neoliberalismo, em que, General Eduardo Villas Bôas, dos anos 80 para cá, há uma hegemonia do capital financeiro. A economia no mundo está se modificando com uma velocidade gigantesca e se descolando de sua base produtiva. A gente viu que a crise de 2008 foi isso. Na verdade, hoje nós temos investimentos de todo tipo, derivativos de todo tipo, e temos uma economia descolada da economia real, toda atrelada aos ganhos financeiros. Isso gera um problema hoje. Hoje, as taxas de lucros das grandes empresas no mundo inteiro caíram substancialmente.

E qual a saída, neste momento, para o investimento produtivo em todo o mundo? É o que estão tentando fazer aqui: reforma da previdência, reforma trabalhista; tentando dar um aperto nos orçamentos, nas políticas sociais e também no mercado de trabalho, para ver se a produção consegue se sustentar; é isso que a gente está vendo no mundo. Só que isso se choca muito com o debate da questão nacional.

Eu falo tudo isso, e vou começar pela Europa para chegar ao Brasil.

Vejam bem, falávamos aqui – eu fiz essa intervenção também na segunda-feira – da Europa. Foi constituída a União Europeia; o Tratado de Maastricht, na Europa, tirou dos governos nacionais a possibilidade de fazer política fiscal, política monetária e política cambial. Não tem jeito: um país está na crise, e ele não tem nenhum daqueles instrumentos. Para onde foi transferido esse poder? Para o capital financeiro, para a troika na Europa, comandada pelo Banco Central Europeu, pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional.

Tivemos o caso da Grécia. Na Grécia, o povo se levantou com a pobreza crescente, com o aumento da desigualdade e disse o seguinte... Houve um plebiscito. No plebiscito, Senador Jorge Viana, o povo grego disse: "Não queremos mais essa política de austeridade." De que valeu? Nada. Não há, ao menos, soberania popular.

Então, nós estamos em um momento em que esse capital financeiro quer substituir o Estado, as nações, a democracia e a soberania popular também.

Qual o link que faço aqui com o Brasil? Aquela PEC dos gastos, que virou a Emenda Constitucional 95, para mim, teve inspiração foi na Europa: estão tirando do Governo nacional brasileiro a possibilidade de fazer política fiscal. Eu pergunto: de que vale eleger um Presidente da República se o Presidente da República não pode ter a decisão de aumentar investimento em educação ou fazer mais investimento na segurança, na defesa? Não pode.

Eu quero chamar atenção aqui para os números relativos ao Orçamento da Defesa Nacional. Se aquela PEC existisse, se essa emenda constitucional existisse desde 2004, o investimento em defesa, que foi de 76 bilhões em 2014 – valor empenhado –, seria de R\$51 bilhões. É um ataque muito grande, General! Eu falo, porque esse é um dos pontos que temos que corrigir. Essa PEC, essa emenda constitucional vai paralisar o País. Não há jeito, tem que ser revisada, foi uma loucura feita por este Congresso Nacional.

Eu tenho aqui estimativa também para 2026 e 2036. Hoje investimos algo em torno de 1,4% do PIB em defesa. Cairá, em 2026, para 1,09% do PIB; em 2036, para 0,85% do PIB. Já houve reflexo agora, no ano de 2016, Presidente. Os investimentos em defesa caíram de 11 bilhões, em 2015, para 7 bilhões em 2016. Então, isto aqui para mim é muito grave e se insere neste novo momento que vivemos no mundo inteiro.

E aqui eu queria entrar também numa discussão, General. Estamos vivendo no Brasil um processo de internacionalização da economia brutal. Há um estudo envolvendo os 13 principais



países do mundo que mostra o seguinte: 23% dos investimentos produtivos no Brasil são externos, são de capital externo – 23%, estamos à frente de qualquer país no mundo. Estamos liquidando o País, é um processo de venda. Não é só do pré-sal – estão entregando o pré-sal também –, mas de tudo, empresas privadas. É um processo muito forte de internacionalização da nossa economia.

Aqui é onde entra a minha preocupação, e eu sei que o senhor é apaixonado pela Amazônia. O senhor falou, inclusive, de recursos minerais da Amazônia, o valor de 11 trilhões, citou essa cifra, que é uma cifra... Aliás, 23 trilhões, que é uma cifra... A nossa preocupação – e queria a opinião do senhor – é sobre algumas questões que estão em curso.

Abertura de mineração a empresas estrangeiras – o nióbio. General Eduardo Villas Bôas, eu não sei se o senhor se lembra, mas eu fui o Relator da Reserva Raposa Serra do Sol, e eu tive uma preocupação, porque eu fui lá ver, com as fronteiras. Eu defendi no meu relatório, que não foi para frente, uma calha em que se desse liberdade para o Exército Brasileiro entrar em toda a área de fronteira. Não existe possibilidade... Era uma loucura o que existia ali. E eu vi ali o interesse e a cobiça internacional em cima dos recursos minerais nossos – o nióbio, a importância estratégica do nióbio. Pois bem, o projeto do Governo é de abertura total, vamos ter leilões agora de recursos minerais principalmente da Região Amazônica.

Eu queria saber a opinião do senhor sobre esse tema, assim como sobre a venda de terras a estrangeiros. São também fundos – quando eu falo do capital financeiro – que ficam tentando aplicar, investir em vários lugares do mundo, em terras na África e na América do Sul. Nós vamos vender as nossas terras na Amazônia, sim.

Eu falo aqui por várias questões: pela segurança alimentar, eu falo pela água – temos 13% da água doce do mundo –, pela biodiversidade – temos 22% da biodiversidade do mundo. E nós vamos vender terras a estrangeiros assim? Qual é o interesse de um fundo desse? Será que ele tem interesse em produzir alimentos? Ou não? Então, a questão da discussão da segurança alimentar é muito importante. Há um relatório da FAO sobre isso, uma alerta onde se mostra a preocupação com o que está acontecendo no mundo inteiro, em especial na África e na América do Sul.

E aqui um outro tema, que é a abertura ao capital estrangeiro do espaço aéreo: também 100%, 100% de capital estrangeiro no espaço aéreo. Qual é país do mundo que faz isso? Então eu tenho uma preocupação, de fato, grande com o momento que estamos vivendo.

Há uma escritora canadense, Naomi Klein, que escreve sobre neoliberalismo e cita Milton Friedman, que foi o pai do neoliberalismo e dizia o seguinte: você tem que aproveitar uma crise para impor o seu programa de uma forma muito rápida. É isso que está acontecendo no Brasil na questão nacional, na questão da retirada de direitos, sejam trabalhistas, sejam direitos previdenciários.

Então eu queria que o senhor se posicionasse sobre estes temas: venda de terras a estrangeiros, abertura do espaço aéreo e mineração.

E há outro tema que é uma preocupação nossa, General. Eu queria uma explicação, porque não conhecemos detalhes sobre essa participação do Exército brasileiro com... Eu não sei se são observadores do exército norte-americano, uma movimentação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essa é uma preocupação que nós temos, justamente pela importância estratégica da Amazônia. Não sei do que nos serve, digamos assim, essa movimentação. E eu cito para o senhor uma outra preocupação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se fosse o Maduro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que foi, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se fosse o Maduro, não tinha preocupação nenhuma.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu disse que o General estava nos unindo aqui, Senador... (Risos.)

Tem até a ver com o que ele falou aqui, viu? Porque, veja bem, nós temos uma preocupação grande também, General – e sei que é uma preocupação de todos –, com a segurança das nossas fronteiras, com o ambiente de paz na América Latina.

Estou falando isso porque essa movimentação de tropas dos Estados Unidos em novembro... Eu frequento muito a universidade, onde já começa um debate sobre uma nova doutrina Trump que vem aí. Naquele discurso que fez sobre Cuba, ele falou da Venezuela. E nós não conhecemos, não sabemos das intenções do Trump para a América Latina. Seria desastrosa qualquer tipo de política intervencionista na América Latina e na Venezuela. E falo aqui muito francamente, porque já vi professores universitários com medo dessa movimentação em novembro, como se fosse uma base, um espaço em que as forças norte-americanas... Em relação à Venezuela. É um movimento justo ali embaixo.

Essa é uma preocupação que, em universidades e nos meios acadêmicos, começa a existir. E me preocupa mais, sabe por que, General Villas Bôas? A política externa brasileira está completamente sem foco.

O Ministro Celso Amorim veio aqui. E o que fizemos quando ele era Chanceler no Governo do Presidente Lula? Ampliamos a nossa relação Sul-Sul envolvendo vários países do mundo, com a África, com o Oriente Médio, diversificamos as nossas relações comerciais, fortalecemos muito as relações comerciais aqui, na América do Sul. E o começo da política deste atual Governo, do Chanceler José Serra, quando começou, era de um ataque muito forte ao Mercosul.

O Mercosul tem uma união aduaneira – já estou finalizando, Presidente –, tem uma tarifa externa comum. O que eles defendiam? Acabar com a união aduaneira, com a tarifa externa comum. Se você acaba com a tarifa externa comum, os Estados Unidos podem fazer um tratado de livre comércio com o Paraguai, e aqui os produtos entram. Então, acabar com a união aduaneira é transformar o Mercosul numa Alca Sul. Essa era a política original do Serra e do Aloysio Nunes, Ministro de Relações Exteriores. Essa é a política original, um alinhamento mais automático com os Estados Unidos.

O que aconteceu? Foi eleito o Trump. Essa política foi para o espaço, porque o Trump endureceu até com o México, no Nafta. E agora vejo, por parte do Ministério de Relações Exteriores, um discurso completamente vazio, porque, neste momento em que os Estados Unidos se fecham, nós tínhamos que ter relações bilaterais com todos os países do mundo, reforçar aquela política de Celso Amorim de dialogar com todos os países. Como aquilo ruiu, a política externa brasileira, hoje, é praticamente de discurso, acho que para o mercado interno, contra os bolivarianos – é só isso. Por isso eu realço ainda mais a minha preocupação com essas movimentações de novembro.

Para finalizar mesmo, sobre garantia de lei e ordem, eu fico muito... Quero aplaudir muito o posicionamento do senhor, que, independentemente dos governos que passaram – estive no governo da Dilma, estive em outros governos... Acho que o senhor está coberto de razão. As nossas Forças Armadas são preparadas para a guerra. É de uma vulnerabilidade extrema quando é colocada em situações de conflito urbano, como no Complexo da Maré, que eu conheço – sou Senador pelo Rio de Janeiro. Então, acho que a gente tem de tirar lições para o futuro.

Nesse episódio aqui de Brasília, inclusive... Sabe, General, eu vim do movimento estudantil, fiz passeatas. De manifestação eu entendo: já fui a muitas neste País. Nós sempre fizemos manifestações muito ordeiras. Aquele incidente do último evento aqui foi terrível para nós, porque era uma movimentação linda, de gente de tudo que é lugar do País, que veio aqui protestar contra a reforma previdenciária e contra a reforma trabalhista. Aí, de fato, surgem 50 que provocam – e a gente está com essa preocupação, inclusive interna, de tentar coibir isso. É importante separar, ou seja, nós fomos ali os mais prejudicados. O que eu sinto é que, naquele caso – e eu não quero polemizar isso aqui, esse não é o tema central –, a Polícia Militar não requisitou, o Governo do Distrito Federal não requisitou porque a Polícia Militar tinha condições. Eu acho, inclusive, que a grande questão ali era ir em cima dos 50, tentar prender ali quem estava fazendo aquilo, e não espalhar todo mundo, soltar bomba para tudo que é lado. De



forma que eu acho que, às vezes, tanto naquele episódio quanto em outros, há um uso meio político até do prestígio das Forças Armadas – governos frágeis, que querem usar as Forças Armadas para se proteger de desgaste político.

De fato, as Forças Armadas têm um grande prestígio na sociedade. Eu fui prefeito de uma cidade, Nova Iguaçu, e houve uma grande calamidade em Nova Iguaçu – foi uma chuva em que várias pessoas morreram, foi uma situação terrível. Liguei, na época, para o Presidente Lula, liguei depois para o Comandante do Exército, e o Exército chegou à minha cidade, lá em Nova Iguaçu. E eu me lembro como foi a chegada do Exército na minha cidade: o respeito, as pessoas se sentiram protegidas. A gente sabe disso, sabe que isso existe. É muito importante que uma instituição como essa, as Forças Armadas, sejam respeitadas dessa forma, General Villas Bôas. Então, eu acho que existe muito uso político, em situações difíceis, urbanas, das Forças Armadas.

No mais, eu quero é cumprimentá-lo. Eu acho que foi uma belíssima audiência pública, Presidente, e é um prazer estar aqui com o senhor – volto a dizer – num momento difícil da vida política nacional. Enche-nos de orgulho ter um General do Exército com tanta responsabilidade cívica, trazendo palavras... Essa palavra – volto a dizer – sobre a não intervenção militar é muito importante, é pedagógica para amplos setores entenderem o que é a vida democrática num momento muito ruim da política nacional.

Então, eu encerro, Presidente, cumprimentando V. Ex^a por esta audiência e cumprimentando o General Eduardo Villas Bôas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias.

Passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo-o de antemão pelos relevantes debates que V. Ex^a tem propiciado ao Senado Federal por meio da Comissão de Relações Exteriores, sempre com palestrantes de alto nível, realmente mostrando que o Senado é uma Casa que debate os grandes temas nacionais.

E hoje temos, talvez, um dos mais ilustres palestrantes que aqui já estiveram até agora, que é o General Villas Bôas, por estar trazendo a visão do Exército, das Forças Armadas, e também por falar de temas tão atuais, não se furtando a tratar de nenhum tema, por mais espinhoso que pareça. E, como disse o Senador Lindbergh, aqui hoje a plateia era para estar praticamente vazia. Isso demonstra o prestígio de V. Ex^a e também do Presidente da Comissão. Alguns adiaram até viagem, que eu estou sabendo, para ficar aqui, pessoas que iam para os seus Estados.

Mas o debate se enriquece mais quando V. Ex^a traz tranquilidade sobre alguns temas e, ao mesmo tempo, faz uma fala pedagógica, no sentido... Gostei muito, porque esses dias V. Ex^a colocou na imprensa a seguinte fala: "O Exército ficará estritamente dentro da Constituição". Isso é muito importante, porque, como disse um Senador aqui, às vezes as Forças Armadas são usadas – e são mesmo – para amedrontar, esse fantasma é criado para amedrontar. E nós temos a nossa história. Cria-se aquele fantasma, como se as Forças Armadas, a qualquer momento, fossem tomar tudo de assalto, fossem... E o senhor traz essa tranquilidade, desmonta esse discurso de que nós temos um bicho papão vestido de verde, azul e branco.

Dito isso, queria também fazer um comentário a respeito da Amazônia. Fiquei muito feliz de ouvir aqui que o senhor também se preocupa com a abdicação de pedaços, vamos dizer assim, tão grandes do nosso Território. O senhor não disse aqui, mas, às vezes, por questões ideológicas, a gente de repente coloca aquilo lá como uma vaca sagrada. E o senhor, ao mesmo tempo em que é pela proteção, também defende o nosso desenvolvimento. Eu também penso da mesma forma: nós não podemos nos furtar a nos desenvolver, a buscar formas de nos desenvolver, e temos ali uma riqueza. Eu acho um absurdo sem tamanho nós a transformarmos numa vaca sagrada e tê-la apenas para contemplação enquanto nós temos um País que está precisando dessa grande fronteira de desenvolvimento daquela região.

Cito, por exemplo, a questão do Pará, do Parque do Jamanxim, porque eu vi aqui uma verdadeira demonização sobre o que foi feito. Esses dias conversava com o Senador Paulo



Rocha: ali foi feito um zoneamento socioeconômico – não sei se quase vinte anos atrás – e, agora, quando se falou que ia passar ali uma ferrovia, parece que o mundo vinha abaixo – "Ah, estão destruindo a Amazônia, estão entregando tudo." Agora vimos que o Presidente vetou isso, provavelmente por essa pressão toda. Isso nos preocupa muito, principalmente no Estado de Mato Grosso, que depende daquele corredor ali para escoar os seus produtos, mas vejo que isso é reflexo de uma pressão.

Eu não gosto do discurso de jogar os nossos problemas para os outros – "Ah, o nosso problema é o capital, o capital internacional" ou não sei o quê. Eu penso que os nossos problemas são nossos. Algum tempo atrás, nós estávamos em pé de igualdade com os Estados Unidos em termos de economia e tudo. Por que é que eles foram, e nós não? Penso que o problema seja nosso. Naquele tempo nós não tínhamos esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Entrou tarde?

Então, eu vejo essa linha... Aí, sim, eu me preocupo com essas questões internacionais, com o povo bonzinho que quer nos salvar. Eu tenho preocupação com tutela. Então, me perdoem as ONGs, mas, em muitas delas, eu não vejo este discurso: "Olha, nós não podemos construir uma estrada aqui; nós não podemos construir uma estrada lá."

Cito, ainda dentro do tema, que, em Mato Grosso, há a BR-158, que, desde o início do século, sempre passou dentro de uma aldeia indígena. De repente, disseram: "Olha, não pode mais passar dentro da aldeia indígena." Então, ficou asfaltado um pedaço da rodovia depois da aldeia e outro pedaço antes da aldeia, e cento e vinte e poucos quilômetros ficaram sem asfalto e não se pode mais passar por lá. Aí se faz o projeto de contorno. A construção da rodovia, que era para ficar em torno de 200 milhões, passou para setecentos e pouco. Agora disseram: "Não, mas não pode aqui no contorno também. Tem que fazer o contorno do contorno." Aí o troço, que era para ficar em 700 milhões, sobe para 800 milhões – como se estivesse sobrando dinheiro!

Então, essas discussões são importantes, e eu me alegro ao ver que V. Ex^a defende que o País possa se desenvolver com soberania e, é lógico, com cuidado com a preservação. O pessoal demoniza muito o Estado de Mato Grosso, mas, no País inteiro – e pode colocar junto também a França, que vive nos criticando sobre questão ambiental –, talvez Mato Grosso seja o local onde mais se preservam as nascentes dos rios. Então, nesse debate todo, eu acho importante a sua colocação, porque mostra que há gente também no País que pensa, eu diria, com clareza, com clareza sobre temas importantes.

Para finalizar, registro o que um dos Senadores que estava aqui perguntou: "Mas 30 mil pessoas... Não dá para fazer aquela proteção das fronteiras?". Eu queria lembrar aos brasileiros que nos ouvem agora e nos assistem pela TV Senado que, só em Mato Grosso, que cabe um bocado de vezes dentro da Amazônia, cabem dez países como Portugal; quase dois como a França, e sete como a Inglaterra. Eu não sei nem quanto... Acho que cabe a Europa inteira dentro da Amazônia. Isso é só para que a gente possa ter a dimensão do que é a Amazônia. É continental aquela coisa lá, e nossas fronteiras ficam abertas.

Veja bem: em Mato Grosso, neste momento – vou falar aqui porque não é novidade; não se trata mais de questão de segurança nacional, porque os bandidos já sabem –, não há dez pessoas na fronteira do Estado se contarmos a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil, a PM – e lá há 700km de fronteira seca!

Então, realmente a sua fala mata a questão. Os Estados Unidos, com a toda a preocupação que existe lá, nos três mil, não conseguem.

Eu queria só agradecer a presença de vocês aqui e dizer que eu tenho contribuído com o que posso – creio que a maioria dos Senadores também tem contribuído muito. Aqui tivemos... Ele não está mais aqui, mas está aqui o General Marcos, que sempre teve uma boa relação conosco, assim como todos os outros que sempre estão aqui conosco – a relação tem sido muito boa. Eu não tenho dúvida de que nós precisamos fazer mais debates, principalmente para desmistificar certas coisas.



Por exemplo, no debate da reforma da previdência, eu ouvi muita gente falando: "Ah, mas os militares vão ficar fora?" Nós temos que separar. Nós precisamos tratar, realmente, os desiguais de forma desigual, porque, se tratar de forma igual, vai ser uma injustiça. Então, nesse debate, é importante que se saiba que o militar não tem feriado. Geralmente, um filho de militar – é bom que quem está nos ouvindo saiba – passa por várias cidades durante a vida inteira. Os pais vão para uma missão e, às vezes, ficam três, quatro meses fora. É realmente diferenciado, e nós não podemos igualar e colocar tudo num balde só.

No mais, só agradecer, Presidente, e dizer que V. Ex^a tem, realmente, sem confete algum, abrilhantado esta Comissão com esses temas de que temos tratado.

E, só para apimentar um pouco o debate, deixar aqui, já que ele não vai poder pedir o art. 14 – eu sou o último a falar mesmo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Fora do microfone.) – Isso é comigo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Houve um Senador aqui que falou sobre neoliberalismo. Eu nunca achei um livro sobre neoliberalismo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Fora do microfone.) – Você está lendo pouco.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não vejo um autor... Existe liberalismo. O resto é conversa, é rótulo.

E sobre a nossa política externa: eu acho que vai muito bem. Nós temos um baita chanceler, alguém que foi presidente desta Comissão aqui, que está preocupado sim. Os nossos mercados estão se abrindo. O Senador Blairo Maggi, que é Ministro, tem aberto mercados para a nossa carne. O País está, diante do que pode... Eu vejo as pessoas se esforçando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É carne. Inclusive trabalhou tão bem que... Se não, não estaríamos vendendo nem um quilo de carne. É só para deixar essa provocação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Medeiros.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Comandante do Exército, gostaria de ler mais algumas das indagações que nos chegam por parte dos internautas.

De Thiago Oliveira da Silva, do Mato Grosso do Sul: "Que limitação é essa de alcance de mísseis?"

Eu entendo que o objetivo dele é saber quem é que determinou a limitação do alcance dos mísseis aqui – V. Ex^a se referiu a isso na sua explanação.

De Ramon Matheus de Moura Bouzo, do Rio de Janeiro: "Com as limitações orçamentárias, qual é a estimativa para o funcionamento pleno do Sisfron?"

Do mesmo internauta: "Qual a expectativa para a implementação do Sisfron na Região Amazônica? Além disso, existe alguma iniciativa, ou projeto, de aprimoramento da cooperação entre o Exército e as agências civis, como a Polícia Federal, no ambiente interagências do Sisfron?"

De Dirceu Fagundes de Marques, também do Rio de Janeiro: "Queremos o Exército na sua função principal de formação de honra e caráter. Sou a favor de maior verba para a incorporação de um maior número de conscritos e por tempo integral, como antigamente."

Ele diz isso como uma forma, pelo que se entende daqui, de tirar das ruas e das mãos dos marginais os nossos jovens.

De Antonio Siqueira, também do Rio: "Eu não sou belicista, mas acho que se deveria investir pesado em segurança nacional e armamento de efeito pacífico."

De Pollinho Drechsler, também do Rio de Janeiro: "General Villas Bôas, se o senhor pudesse reforçar a segurança para evitar problemas futuros de refugiados com má índole, como o terrorismo... Precisamos das Forças Armadas para proteger a soberania nacional."



De Ramon Carvalho, também do Rio: "General Villas Bôas, precisamos urgente de alguma coisa, para termos nossa soberania nacional fortificada, por motivo dos refugiados com má índole".

De Eurismar Oliveira, do Distrito Federal: "Tem alguns vídeos referentes à invasão americana em Roraima, nas terras indígenas [é uma indagação: tem algum vídeo que se refira à invasão americana, eu diria, uma suposta invasão?], onde brasileiros não podem entrar em terras indígenas e americanos têm livre acesso. Procede essa informação e, se sim, o que o Exército está fazendo para que isso seja cessado?"

De Jacob Nadler Blumen, do Rio: Gostaria que, de fato, a soberania seja mantida. Será necessário interpretar a Constituição, apenas sua rígida observação como um dever.

Rilson Silva, de Pernambuco: "O Exército deveria ocupar as fronteiras combatendo o tráfico de armas e drogas".

Osmarina Scarabele Elis Cardoso, do Distrito Federal: "O desrespeito e queima da nossa Bandeira, um símbolo nacional, seria assunto relacionado à nossa soberania?"

Daniel Mendes Filho, de Minas Gerais: "As Forças Armadas Brasileiras precisam receber mais atenção e investimento. Temos uma riqueza mineral e de biodiversidade única no Planeta, que está exposta à pilhagem estrangeira agora e no futuro. Só uma capacidade de dissuasão militar à altura poderia proteger os bens do Brasil".

Juliano Pimentel, do Amazonas: "[...] a intervenção no caos político tornou-se o consenso entre os militares do Exército?"

De Andreia Amorim Campos, do Acre: "Gostaria que o General explicasse o que mudou na Constituição de 1988 que dificulta a entrada de um governo militar provisório que garanta a democracia e o que entende por democracia e anarquia."

Mario A. G. Gomes, do Rio de Janeiro: O Brasil precisa ser protegido dos brasileiros que não estão dentro da sociedade; o Exército precisa agir com contundência.

Dulce Moema Barbosa Monteiro, do Rio de Janeiro: "Soberania nacional preservada. Controle total das nossas fronteiras, principalmente quando a fronteira é de rios, florestas. Controle da aduaneira: aeroportos [estou lendo ipsis verbis], portos. Fiscalização".

E mais algumas que acabam de chegar.

De Rogério Moura, do Rio Grande do Sul: "O treinamento e a operação militar como formação de conhecimento podem ser realizados em vários lugares do Brasil sem necessidade das Nações Unidas. Temos e sabemos de várias áreas em que forças policiais não têm poder equiparado à contravenção, em inúmeros locais."

De Márcia Regina Conceição do Rosário, do Rio: "[...] Estou gostando muito do debate. Gostaria de perguntar qual é a razão de não se aproveitarem os jovens que prestam serviço militar, que, no final do período do serviço, são dispensados, e muitos são aliciados por criminosos, quando poderiam ser empregados de outros setores."

Ramon Matheus de Moura Bouzo, do Rio de Janeiro – mais uma pergunta dele –: "Na sua visão, General Villas Bôas, quais os principais fatores que dificultam a cooperação plena nas operações interagências?"

Cidadão via Alô Senado, de Franciena Swidzinski: "Discordo, quando os Senadores afirmam que as drogas e o tráfico de armas são os maiores problemas de segurança no Brasil. As mordomias e os salários exorbitantes de políticos, militares e do Judiciário é que são os maiores problemas deste País."

Artur Perini, de Minas Gerais: "Sou conterrâneo do senhor [General], da nossa Cruz Alta. Nossa soberania está sendo atacada por um inimigo terrível, a corrupção. E pergunto: não seria um dever do exército combater esse inimigo e devolver ao povo brasileiro a sua soberania?"

Com isso encerramos a participação dos nossos internautas, que, quero informar, bateu um recorde na audiência de hoje, General. Nunca tivemos tanta participação por parte dos nossos internautas, a quem, mais uma vez, agradeço pela participação e pela oportunidade que nos dão de criar essa interatividade e permitir, no caso de hoje, ao General Comandante do Exército, General Villas Bôas, oferecer respostas às indagações formuladas.

Com a palavra V. Ex^a, General Villas Bôas.



O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Muito obrigado, Presidente. Boas-vindas à Deputada Jô Moraes. A Deputada Jô Moraes entende mais do Exército do que eu. (Risos.)

Senador Cristovam, esses dias ouvi uma história que me lembrou do senhor. Alguém esteve no Japão e me contou que aquela reverência que lá se faz inclinando o corpo depende da importância da pessoa e que, quando o Imperador entra no Parlamento, todos têm que se curvar, exceto os professores. Não sei se é verdade isso, mas é extremamente significativo.

E o senhor falou em salários dos militares e dos professores. Sem querer ser demagogo, acho que nós estamos ganhando pouco, os militares, mas acho que o professor deveria ganhar mais, porque é a quem nós entregamos nossos filhos. Então, não haveria outra razão para isso.

Eu vou iniciar pela Amazônia; há muitas preocupações, enfim. A Amazônia saiu da pauta nacional. Raramente se vê notícias sobre a Amazônia, e normalmente são negativas. Uma vez fui visitar o Senador Jarbas Passarinho, há uns cinco anos – já faleceu –, e ele contou-me que, quando era governador do Pará, um embaixador da França percorreu a Amazônia, passou em Belém, foi visitá-lo e disse para ele: “Interessante, percorrendo a Amazônia, me dei conta de que os países europeus, principalmente, têm colônias extraterritoriais. O Brasil tem uma colônia dentro do seu território, que é a Amazônia”. E nós temos tido dificuldades de compatibilizar na Amazônia a visão externa com a visão interna. Normalmente o que se faz na Amazônia é em proveito aqui dos polos de poder. E temos dificuldade de compatibilizar desenvolvimentismo com preservacionismo, e esta é a questão-chave.

Eu não me atrevo a entrar em discussões sociológicas, antropológicas e até econômicas, enfim. O que eu trago da Amazônia é a experiência do que eu lá vivi por oito anos, e eu acho – é a minha opinião – que o que vai salvar a Amazônia é o desenvolvimento; vai salvar o meio ambiente da Amazônia.

Eu cito dois exemplos. O Estado do Amazonas é o Estado mais preservado e é onde se abriga um polo de desenvolvimento intensivo, que foi capaz de atrair e absorver mão de obra. Mão de obra que não precisou viver extensivamente da natureza, desmatando para criar gado, para plantar. E o outro exemplo, não pela presença, é o Senador Jorge Viana, o que ele fez no Acre. Aliás, a minha homenagem. Quando o Senador Jorge Viana assumiu o Acre, era um faroeste, andavam esquetejando gente. O Senador Jorge Viana equacionou os problemas do Acre exatamente nesse sentido, compatibilizando preservação com desenvolvimento. Deu uma identidade para o Acre, com a revolução acreana, enfim.

E os discursos que chegam da Amazônia a nós aqui no Centro-Sul, inclusive principalmente questões indígenas, são muito filtrados por essa coisa do politicamente correto. São ideias estereotipadas, estigmatizadas, e estão muito reféns do discurso das organizações não governamentais.

A nossa Amazônia, assim como o País, carece de um projeto. Não há uma política para a Amazônia. Nós temos política para o Atlântico Sul, temos política para a Antártica, para outras coisas, mas para a Amazônia não há uma política, não há projeto, não há um órgão para coordenar todas as iniciativas em relação a ela.

Como eu disse, a Amazônia oferece grandes oportunidades para o País. Os dados mais abrangentes que eu vi, Senador Lindbergh, são US\$23 trilhões – US\$15 trilhões abaixo da superfície, os recursos minerais, metálicos, não metálicos, energéticos, e US\$8 trilhões decorrentes da biodiversidade. Sendo que uma parcela muito pequena dessa biodiversidade é conhecida em termos de potencial econômico para o desenvolvimento.

A Amazônia é a área central da América do Sul. Quer dizer, um projeto de integração sul-americano vai se dar em torno da Amazônia. E a Amazônia tem um grande apelo na opinião pública internacional, é natural.

Agora, dentro daquelas fronteiras virtuais e do nosso déficit de soberania, me incomodou muito ver hoje a reportagem, o Presidente Temer está indo à Noruega e vai levar puxões de orelha da Noruega, porque a Noruega doou US\$3 bilhões para preservação, o Fundo Amazônia, e o Brasil não está cumprindo as suas tarefas.

Vou contar um dado pitoresco. Nós íamos realizar uma operação Ágata – eu estava no Comando da Amazônia –, e eu mandei a inteligência a campo para levantar os problemas, etc. Aí me liga um comandante do batalhão, que estava numa aldeia na região da Cabeça do



Cachorro – daqui a pouco eu me lembro do nome dela –, e disse: "General, o rei da Noruega está aqui na aldeia Demini." Eu falei: você bateu com a cabeça ou fumou tóxico vencido, o que é isso? Ele disse: "General, o rei da Noruega está aqui." O rei da Noruega estava incógnito na aldeia Demini, enfim, nesse contexto aí.

Então, nós temos que ter um projeto para a Amazônia. Os índios – estou vendo aqui o João Pedro que foi secretário lá do Estado do Amazonas – são as principais vítimas desse processo, porque são ferramenta do ambientalismo. O índio só é levado em consideração quando ele serve para preservar, para justificar a criação de áreas, enfim. Depois eles ficam abandonados. E aí nós temos problemas de alimentação infantil, de desnutrição infantil dos índios; os índios depauperados, os índios abandonados, os índios sujeitos aos ilícitos. Eles próprios tomam a iniciativa, para ter as suas necessidades básicas atendidas, de promover o garimpo ilegal, a extração ilegal de madeira. Os índios, na fronteira com o Peru, participam do narcotráfico.

Então, essa gente está abandonada, os coitados estão abandonados. Então, há que o País se voltar para a Amazônia e compatibilizar desenvolvimento com preservação, porque isso é absolutamente possível. O Senador, Governador, Jorge Viana mostrou isso lá no Acre.

Com relação ao orçamento, houve mais alguns questionamentos. Realmente é preocupante essa tendência decrescente que o senhor apontou da curva orçamentária para a Defesa. Este ano nós estamos com uma preocupação, porque houve um contingenciamento de quarenta e poucos por cento. Com isso, nós só vamos chegar até agosto, setembro. Depois, não sei o que nós vamos fazer. O Governo está atento. Acredito que esse problema seja resolvido.

Mas a questão do orçamento da Defesa... Até mais importante, eu diria, do que o valor do orçamento é a previsibilidade do orçamento. Não é possível: a gente acena com um valor na lei orçamentária em um ano, a gente se estrutura para aquela dimensão, e depois, no ano seguinte, já há uma interrupção. Isso traz um prejuízo terrível para nós e para as empresas, principalmente. As empresas vivem uma situação calamitosa, terrível. Então, eu queria reforçar essa ideia de que a previsibilidade do orçamento seria até mais importante do que o próprio valor em si.

Senador Lindbergh, exercício AmazonLog. Esse é um exercício que nós vamos fazer a primeira vez para fazer face a uma emergência de caráter humanitário. Nós escolhemos fazer lá em Tabatinga, na tríplice fronteira. Vai ter a participação de tropas peruanas, de tropas colombianas. Outros países foram convidados a mandar observadores. Então, os Estados Unidos são um desses países que estão mandando observador.

Nós temos uma relação bastante intensa com os Estados Unidos do ponto de vista militar, de capacitação, enfim. E vou lhe dizer algo que pode ser surpreendente: eles nos dão muito espaço. Há escola militar deles lá em que nós temos o diretor da escola. E geopoliticamente eu lhe afirmo: os Estados Unidos gostariam que nós tivéssemos uma ação mais proativa e ocupássemos mais espaços aqui na América do Sul.

Para eles isso aqui é uma área absolutamente secundária, por enquanto. De qualquer forma, eu concordo que nós vivemos em um mundo de absoluta incerteza, e as ações, por exemplo, do Presidente Trump, nos Estados Unidos, estão aumentando essas incertezas, o que reforça a ideia de nós fortalecermos o nosso poder – nós temos o projeto – e de aumentarmos a nossa capacidade de dissuasão. Eu não estou livre de alguém, amanhã ou depois, querer colocar uma base na Venezuela ou em outro país e nós não termos a contundência e a capacidade de dizer não. Então, esse é o aspecto que realmente fortalece.

Então, voltando ao exercício, não vai haver tropa americana, são observadores. E nós temos nessa relação, nessa troca...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GENERAL DE EXÉRCITO EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – ... nesse intercâmbio – obrigado –, alguma obrigação em relação a eles, porque, por exemplo, no Haiti, quando houve o terremoto, foi graças aos americanos que a situação se resolveu. Eles levaram uma estrutura enorme de ajuda humanitária, colocaram a nosso serviço, nós coordenamos, enfim. Então, nós não podemos fechar totalmente as portas para eles. E essa vinda de



observadores – eu ouvi as palavras do Ministro Amorim aqui – absolutamente não traz ameaça para nós.

O senhor pode ficar tranquilo, porque nesse aspecto nós somos muito vigilantes, muito preocupados. Eu agradeço a sua preocupação, agradeço o senhor ter externado isso. O senhor me deu oportunidade de abordar esse tema.

O Senador Jorge Viana abordou a questão da cibernética. Eu acho que, quando eu falei da cibernética, o senhor não tinha chegado ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GENERAL DE EXÉRCITO EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Pois é, está aí. Eu chamei atenção que a Alemanha criou uma quarta força armada, que é a defesa cibernética. E esse é um tema que... Nós estamos caminhando para isso. Está abrigado no Exército, depois se deve criar um comando de defesa cibernética e, no futuro, talvez até uma força armada. E daí vem talvez uma das maiores ameaças à soberania dos países. O senhor vê que a Rússia parece que interferiu na eleição americana. Então, veja como isso é importante para a soberania nacional.

Senador Cristovam, serviço militar. A nossa situação do serviço militar no Brasil é muito confortável. Houve um período em que se discutiu muito a questão de se manter o serviço militar obrigatório ou se adotar o serviço militar de voluntariado, que é o que a maioria dos países adotaram – e estão arrependidos. Para o senhor ter uma ideia, a Espanha hoje aceita voluntários de países de língua espanhola, porque eles não conseguem atender as suas necessidades.

No Brasil, entram, anualmente, em idade de conscrição, 1,8 milhão de jovens, 900 mil, mais ou menos, são do universo alistável. Nós incorporamos 80 mil. Então, o que nós temos feito? Desse universo, de uma maneira geral, fazemos um voluntariado. Então, normalmente, se um rapaz que chega a uma comissão de seleção diz "eu não quero servir", dizemos: "Está bem, obrigado, não há problema nenhum". Então, é essa a situação que vivemos. Então, veja que o que incorporamos em relação ao universo geral realmente é mínimo.

Eu me lembro de que, ao longo da história, já se pensou em várias modalidades para atender essa demanda sua, até mesmo em criar um serviço civil obrigatório, em que nós contribuiríamos com a nossa estrutura de alistamento, enfim. É um tema que nós precisamos tratar com bastante estudo e bastante projeto.

Eu reforço o que o Senador Jorge Viana diz, que as Forças Armadas têm que atender às demandas da Nação, e, principalmente, nas situações de crise. Mas podemos pensar, sim, Senador, e convido V. Ex^a a conversar, porque nós estamos implantando algumas modalidades de escola militar... Como é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. GENERAL DE EXÉRCITO EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Escola de instrução militar em escolas e universidades, e os projetos-piloto que temos desenvolvido têm tido muito sucesso. Então, essa seria uma forma de nós compatibilizarmos, criarmos essa interface do ambiente estudantil com as Forças Armadas, sem uma grande sobrecarga, porque aí realmente os dados são... Nós temos aqui um custo por recruta anualmente de R\$25 mil. E também teríamos que adaptar estruturas. Então, precisamos tratar esse tema com muito cuidado, mas eu reconheço que é um tema importante e necessário para o País. O senhor tem toda razão.

O senhor perguntou com relação à indústria, à tecnologia, o que já está sendo disponibilizado, utilizado na indústria civil, vamos dizer assim. Eu confesso ao senhor que eu não sei lhe dizer especificamente que aspectos industriais estão sendo utilizados. Eu sei que, por exemplo, na área de mecânica, automóvel, suspensões, enfim, nessa área uma série de coisas tem sido utilizada como tecnologia dual, mas esse é um dado que eu preciso pesquisar para lhe passar mais detalhadamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GENERAL DE EXÉRCITO EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Com relação à defesa antiaérea, nós não temos condições ainda de fabricar o armamento antiaéreo,



os canhões, os mísseis, etc. Os mísseis estão sendo desenvolvidos já. Agora, toda a parte eletrônica de radares e sensores de processamento está sendo desenvolvida aqui, que é o mais importante, o coração do sistema está exatamente na parte de eletrônicos.

O senhor perguntou se a Operação Lava Jato traz algum prejuízo para os nossos projetos. Diretamente, não. É lógico que ela agravou o problema econômico, e nós estamos sendo vítimas disso. Até porque o segmento de defesa das grandes empresas que estão aí envolvidas na Lava Jato, os seus segmentos de defesa mantiveram uma linha de conduta, aparentemente, até agora, absolutamente idônea. Então, por exemplo, não surgiu nada até hoje, absolutamente nada sobre a Odebrecht Defesa.

O Exército acabou não desenvolvendo o projeto com a Odebrecht, a não ser um projeto pequeno da ordem de R\$30 milhões só. Mas nenhuma das Forças, até agora, nesse aspecto de corrupção, foi atingida. Alguma coisa se aproximou da Marinha por causa do programa nuclear, do Almirante, enfim, que foi até preso, mas, diretamente, não sofremos nenhuma consequência, Senador.

Senador Lindbergh, deixei de responder a alguma pergunta sua?

Ah, o senhor perguntou sobre terras...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, perguntei sobre venda de terras para estrangeiros, sobre espaço aéreo e sobre mineração.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Perguntou sobre venda de terras para estrangeiros. Está certo.

Aqui, o senhor está querendo que eu me aventure em artes. (Risos.)

Como eu disse, eu não vou ao sapateiro, além da sandália...

Terra para estrangeiros, isso me preocupa, sim, na faixa de fronteira. Não vou entrar em detalhes no restante, mas, na faixa de fronteira, preocupa, sim, senhor, até porque, por exemplo, ao longo do Rio Javari, que faz a fronteira do Brasil com o Peru, no lado peruano, há muita plantação de cocaína. Nada impediria que um grupo desses cartéis comprasse terra no lado brasileiro para produzir cocaína aqui. Então, isso me preocupa realmente. Quanto ao restante, o senhor me desculpe, mas não vou entrar em considerações.

A mesma coisa, na área de mineração, preocupa-me. Sabe por quê? O grande centro político e ideológico da área de mineração é o Canadá, porque a bolsa de futuro de minérios fica no Canadá. Então, de lá, vêm muitas dessas atuações baseadas no ambientalismo etc., o que tem provocado o congelamento de áreas. Nós temos mapas. É pena que eu não os trouxe. Há uma estranha coincidência: o adensamento de unidades de conservação em terras indígenas com os escudos cristalinos, onde há, enfim, a ocorrência de minerais. Eles trabalham no sentido de neutralizar áreas, de amortecer, já que não têm a capacidade de explorar imediatamente, e ficam esperando, certamente, momentos oportunos para buscar essas oportunidades. Então, acho que isso tem de ser muito considerado.

Uma vez, conversando com o líder ianomâmi, o Davi Ianomâmi, o Davi Kopenawa, que é até da aldeia Demini, onde estava o Rei da Noruega, falei: "Davi, por que vocês não permitem a exploração de recursos dentro das terras indígenas, cobrando o direito de exploração etc.? Vocês se beneficiariam". Aí, ele me disse assim: "E quem vai tomar conta dessas empresas?". Não há estrutura para isso.

Então, realmente, esse é um tema muito sensível. O senhor tem toda a razão, e me preocupa.

Deixe-me dar um olhar aqui na pergunta dos internautas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. Fora do microfone.) – Tratam mais da questão das fronteiras.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – A maioria são questões de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. Fora do microfone.) – Há certa confusão com a atribuição das Forças Armadas em relação às fronteiras.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Deixe-me explicar essa questão de fronteiras.

A nossa faixa de fronteiras é de 150Km. Há a nossa presença na fronteira, com os pelotões, com as unidades etc.



Às vezes, estávamos no pelotão de fronteira de Marechal Thaumaturgo, passava uma carga de cocaína, e nós não podíamos fazer nada. Então, em função disso, houve a Lei Complementar 97, que deu poder de polícia ao Exército para o combate aos crimes transfronteiriços, na faixa de fronteira, mas não é a nossa atribuição primordial. Esse não é papel das Forças Armadas. Nós temos esse respaldo hoje. Procuramos, inclusive, quando atuamos na fronteira, agir de maneira interagência, dando suporte logístico de inteligência, de comando e de controle, dando mais segurança, inclusive, para os órgãos com responsabilidade: Polícia Federal, órgãos ambientais, órgãos indígenas. Nossa estratégia é de presença, não é de substituição. Então, é dessa forma que a gente procura atuar. Não é responsabilidade precípua do Exército, mas estamos participando e nos engajando cada vez mais nisso.

Pergunto – desculpem-me os senhores: deixei de abordar algum tema, algum questionamento?

Muito obrigado. Desculpem-me, eu me alonguei demais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Comandante do Exército, General Villas Bôas, pela sua importantíssima exposição feita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia de hoje.

Particularmente, como Presidente desta Comissão, acolhi, com muitas alegrias e com satisfação, requerimentos apresentados por S. Ex^{as} o Senador Roberto Requião e a Senadora Gleisi Hoffmann.

Quero dizer a V. Ex^a, General Villas Bôas, do apreço e do respeito que todos nós temos pelas nossas Forças Armadas, particularmente pelo Exército Brasileiro.

Lembro-me de que, como Presidente da República, a primeira viagem que fiz internamente, aqui no Brasil, foi uma visita ao Pelotão de Surucucu, lá em cima, na divisa. Quando cheguei a esse pelotão, onde desci de helicóptero, fiquei muito emocionado quando lá encontrei um tenente que chefiava o pelotão, acompanhado de sua esposa, que estava grávida, com a sua casinha lá montada, feita de madeira, com a Bandeira Nacional hasteada. Perguntei ao Comandante da Amazônia, naquela ocasião: "Como é que eles ficam aqui sozinhos? A senhora está grávida. E a escola? Como essas pessoas vão viver aqui?" Ele disse: "Não, isso é missão, e missão tem de ser cumprida. Em relação à questão da senhora que está grávida, ela vai ter a atenção devida." Enfim, o que se demonstrou ali foi o enorme sacrifício que esse contingente de 200 mil homens faz em benefício do nosso País, sobretudo com as palavras tranquilizadoras que nos foram trazidas hoje pelo Comandante do Exército, colocando, de forma precisa, cirúrgica e absolutamente clara, límpida e cristalina, as atribuições atinentes, inerentes, dadas pela Constituição da República às nossas Forças Armadas.

Como um comentário adicional, eu apenas gostaria de dizer aqui da enorme dificuldade que eu sempre sentia em mobilizar as Forças Armadas para qualquer tipo de atividade que não fosse aquela precípua dada pela Constituição. Forças Armadas nas ruas não é exatamente algo que se deva fazer. As Forças Armadas têm de estar sendo preparadas, adestradas, mantidas operacionais, para, nos casos previstos na Constituição, oferecerem combate. As Forças Armadas aprenderam a combater um inimigo, e isso não pode ser transferido para um combate, um embate nas ruas. Isso deve ser dado à Polícia Militar, a outro tipo de Polícia, à Polícia Civil, enfim, que têm essas atribuições. Portanto, espero que não tenhamos de verificar, ver ou presenciar, uma vez mais, a utilização das Forças Armadas brasileiras, para coibir qualquer tipo de manifestação que esteja sendo realizada nas ruas brasileiras.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero apenas cumprimentar V. Ex^a, porque houve aqui um apoio unânime da plateia de Senadores a essa manifestação, mas que ela reafirme aquilo que o General Eduardo Villas Bôas tem repetido: não há atalho à Constituição.



Mas quero apenas e tão somente dizer, porque testemunhamos, com o Senador Elmano Férrer e com vários Deputados e Deputadas, a sua abnegação, que a homenagem maior que nós podemos fazer é a médicos, enfermeiras, enfermeiros, dentistas que estão nos confins da Amazônia, no Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira. Nós testemunhamos e vimos lá: não fosse uma ambulância aérea militar, duas pessoas teriam morrido, porque não teriam acesso à assistência médica. O avião saiu com uma pessoa que estava com 70% do corpo queimado, devido à explosão de uma lancha, e com uma senhora que estava com um AVC muito grave e que teve a estabilização graças ao Hospital de Guarnição do Exército em São Gabriel da Cachoeira. Então, nós testemunhamos isso, essa abnegação dessas pessoas que estão lá sem contato, porque não há internet, não há comunicação. É tudo muito difícil, e essas pessoas estão lá fazendo o seu dever.

Então, acho que a homenagem é também a esse trabalho social das Forças Armadas, que não estão só cuidando da defesa, que é a sua missão constitucional mais relevante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Portanto, antes de finalizar, antes de encerrar a primeira parte da nossa reunião, eu pediria aos Srs. Senadores que pudessem permanecer aqui, porque temos uma segunda parte deliberativa, que será rápida. São três ou quatro matérias que nós devemos apreciar e deliberar. Eu pediria a permanência de V. Ex^{as} após a saída do nosso palestrante de hoje, o Comandante do Exército, General Villas Bôas.

Quero agradecer a presença do General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Chefe de Estado Maior do Exército; do General de Divisão Márcio Roland Heise, Segundo Subchefe do Estado Maior do Exército; do General de Divisão Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, Chefe de Gabinete do Comandante do Exército; do General de Divisão William Georges Felipe Abrahão, 5º Subchefe do Estado Maior do Exército; do General de Divisão Guido Amin Naves, Chefe de Escritório de Projetos do Exército; do General de Brigada Danilo Cezar Aguiar de Souza, 6º Subchefe do Estado Maior do Exército; do General de Brigada Ivan Ferreira Neiva Filho, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados; do Ministro Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Dr. Konstantine Sabiashvili; do Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Sr. Giorgi Sirbiladze; do Sr. Embaixador Nelson Tabajara, Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa do Itamaraty; da especialista em política da Embaixada dos Estados Unidos da América, Sr^a Gabriela de Campos Teixeira Fontenele; da Segunda Secretária da Embaixada da República do Paraguai, Sr^a Analia Borba; da Deputada Jô Moraes, que nos faz a visita no dia de hoje, Deputada por Minas Gerais, que já foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; do Senador João Pedro, que sempre por aqui prestigia todos nós Senadores com sua presença; do Tenente Coronel Cleverson, Subcomandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva, que, por intermédio da Senadora Ana Amélia e do Senador Elmano Férrer, envia a esta Comissão de Relações Exteriores esse volume que trata da guerra na selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva.

A todos vocês que estão em nossa Amazônia trabalhando e lutando para manter a integridade do nosso território e a defesa da Nação brasileira, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o meu muito obrigado.

Faço um agradecimento especial e final a S. Ex^a o Sr. General de Exército, Comandante do Exército Brasileiro, General Villas Bôas, pela sua presença em nossa Comissão e pela brilhante exposição com que nos brindou na manhã de hoje. Muito obrigado a V. Ex^a. (Palmas.) (Pausa.)

Continuando a reunião do dia de hoje, vamos para a segunda parte, deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, DE 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.



Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: pela aprovação da matéria.

Indico S. Ex^a o Senador José Medeiros como Relator ad hoc.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador José Medeiros para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, com a sua permissão, passo direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É claro!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cuida-se aqui do Acordo de Previdência Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

Nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Previdência Social, que acompanha a Mensagem Presidencial, o presente Acordo foi firmado com o intuito de “corrigir situação de flagrante injustiça, qual seja, a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria”. Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, o presente Acordo deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais na medida em que institua mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos do Brasil e de Luxemburgo. Tem sido recorrente a apreciação de instrumentos da espécie por parte do Congresso Nacional, uma vez que tais atos se revelam pertinentes no contexto das relações internacionais atuais, onde, com o aumento dos movimentos migratórios, muitos trabalhadores dividem sua carreira profissional e passam a contribuir para sistemas previdenciários distintos e frequentemente não completam os requisitos para obterem aposentadoria ou outros benefícios em um país isoladamente.

Os acordos internacionais em matéria de previdência social visam a corrigir essa injusta situação ao estabelecerem regras entre os diversos sistemas de previdência, permitindo ao trabalhador contemplado somar os seus tempos de contribuição em cada sistema, impedindo a perda da sua condição de segurado, sendo o custo do benefício a ser concedido rateado entre os países de forma proporcional aos tempos de contribuição respectivos.

O Governo brasileiro tem procurado aumentar a sua rede de acordos de previdência social, privilegiando avenças com países que contam com número significativo de trabalhadores migrantes brasileiros. Em sua Exposição de Motivos conjunta, o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Previdência Social destacam o crescente fluxo internacional de trabalhadores e a transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornando ainda mais relevantes as iniciativas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e a oferecer proteção aos estrangeiros aqui radicados.

Conforme descrito no relatório, o Acordo em apreço conta com as cláusulas usuais em tais instrumentos – observando-se as peculiaridades dos sistemas previdenciários brasileiro e luxemburguês –, que dispõem, dentre outros tópicos, sobre o campo de aplicação, a legislação aplicável, a totalização dos períodos de seguro, o cálculo do valor dos benefícios e a cooperação administrativa entre as partes.

Trata-se de um instrumento que, além de garantir ao trabalhador migrante inserido no contexto do intercâmbio Brasil-Luxemburgo um justo direito socioeconômico, irá certamente contribuir em muito para o aprofundamento das relações entre os dois países.

Considera-se, portanto, que o instrumento em exame encontra-se alinhado com os princípios que regem as nossas relações internacionais, particularmente com os princípios constitucionais de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da prevalência dos direitos humanos, e merece a aprovação desta Comissão.

O voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2017.

Sala da Comissão.

É isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Medeiros, pela apresentação do relatório.

Coloco-o em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Quando der, Presidente, se puder, peço para fazer a inversão do Item 3, porque eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nós temos só os três itens, Senador. Há mais um agora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Depois, vem o meu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Depois, virá o do senhor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O de V. Ex^a, desculpe.

Muito obrigado.

Então, os Srs. Senadores permaneceram como se encontravam.

Foi aprovado o relatório favorável ao Projeto Decreto Legislativo nº 10, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, DE 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: pela aprovação da matéria.

Registro aqui a honrosa presença, entre nós, do Sr. Konstantine Sabiashvili, Encarregado de Negócios da Embaixada da Geórgia, e do Sr. Giorgi Sirbiladze, Conselheiro da Embaixada da Geórgia, homenageando todos nós, integrantes desta Comissão, pela presença de V. Ex^{as}, e trazendo a expressão do apreço e do agradecimento pelas nossas relações bilaterais.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria primeiro, mais uma vez – porque agora estamos em outra parte da nossa reunião na Comissão –, parabenizar V. Ex^a pela audiência que acabamos de ter, uma proposição do Senador Requião e da Senadora Gleisi. Foi muito importante para o País e para todos nós que tivemos o privilégio de fazer parte dela, com a vinda do Comandante do Exército, General Villas Bôas.

Eu queria dizer que, para mim, é uma satisfação – eu sou parte do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia – ser o Relator desta matéria, deste projeto de decreto legislativo.

Como V. Ex^a já fez, eu queria cumprimentar o Ministro Conselheiro Konstantine Sabiashvili e, na pessoa dele, todo o corpo diplomático da Geórgia no Brasil. Estamos na expectativa também da chegada do Sr. Embaixador, que deve ocorrer brevemente.

O decreto legislativo é uma Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, assinado no dia 26 de agosto de 2011 – toda vez, temos que ressaltar isso. Foi assinado em 2011 e prevê que seja renovado a cada cinco anos.



Nós vamos fazer a aprovação dele já passados os primeiros cinco anos. Fica, então, prorrogado – é inacreditável. Ele foi assinado pelo então Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Sérgio França Danese, que hoje é Embaixador do Brasil na Argentina.

Essa proposta, que obviamente vem acompanhada de uma Exposição de Motivos, teve que passar, na Câmara dos Deputados – isso está no meu relatório e eu estou fazendo questão de citar –, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passou também na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal e passou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara Federal. Isso consumiu cinco anos. Era um acordo que tinha um propósito, e agora nós estamos pegando a cláusula que o prorroga, depois de passados cinco anos.

Faço isso porque acho que todos nós temos de estar com esse espírito.

O acordo, basicamente, promove a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas partes. O propósito maior é estimular a relação comercial do País, a cooperação técnica, ajustes para que as relações se aprofundem.

É bom que se diga, aqui na análise, que o Brasil, dois anos depois de reconhecer a Geórgia, já avançava. Então, no que diz respeito às relações bilaterais entre Brasil e Geórgia, cabe assinalar que as relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1993, dois anos após o reconhecimento, pelo Brasil, da independência da Geórgia. Em 2012, tivemos a visita de ministros. Em 2013, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Centro de Treinamento do Ministério de Negócios Estrangeiros da Geórgia.

A relação comercial do Brasil com a Geórgia cresceu bastante, especialmente de 2009 até 2016, quando teve um crescimento de 172%. O Brasil teve um superávit comercial de US\$240 milhões com a Geórgia em 2016.

Entendo, e já concluo, que esse termo de cooperação passa a ter eficácia a partir da deliberação do Congresso Nacional – e esse processo se conclui aqui, obviamente, no plenário da Casa – ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2017.

Cumprimento V. Ex^a pela celeridade que tem dado a essas matérias que, de alguma maneira, criam um desconforto entre a diplomacia da Geórgia, presente no Brasil, e o nosso País. Mas o Senado está fazendo a sua parte, com agilidade, dando eficácia a essa cooperação, que é tão importante para estreitar ainda mais a relação entre nossos países.

Eu fiz o relatório e fiz questão de descrever. E meu voto, como já declarou V. Ex^a, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2017, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, assinado em 26 de agosto de 2011.

É esse o meu relatório e meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, que apresentou o seu relatório, que coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão e inicio o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu, até fazendo uma homenagem à iniciativa do Senador Luiz Henrique – sei que V. Ex^a tem feito assim –, solicitaria um pedido de urgência para que essa matéria chegasse o quanto antes e acompanhada, se fosse possível, de um pedido de urgência para o plenário da Casa, porque nós temos um conjunto de matérias. Essa é uma matéria que certamente não gerará nenhuma polêmica, para que a Mesa Diretora possa apreciar o quanto antes, e não alongar, porque, se não fizermos isso, temos risco até de esse acordo importante ser assinado só no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A solicitação de V. Ex^a será aceita pela Mesa. Determino à Secretaria desta Comissão que faça com que chegue à



Secretaria-Geral da Mesa o pedido de urgência dessa matéria para que seja votada em plenário.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em El Salvador, em 29 de maio de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação da matéria.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Lasier Martins para a leitura de seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Collor.

De fato, enfatizando, trata-se de auxílio jurídico mútuo em matéria penal. Eu vou ler um pequeno parágrafo do relatório e, depois, partirei para a análise.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara em 30 de março do ano corrente, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a este colegiado e a mim distribuído para relatar.

Análise. Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância, representando substancial avanço para a aplicação efetiva da legislação dos países signatários no que se refere ao combate aos ilícitos penais e à prevenção do crime. Trata-se, o presente ato internacional, de mecanismo moderno de cooperação, que visa permitir o ágil intercâmbio de informações e providências judiciais entre os países.

Por meio da comunicação direta entre as autoridades centrais estipuladas pelo tratado, encarregadas da tramitação das solicitações de cooperação formuladas, são aperfeiçoados, pelo Estado brasileiro, os instrumentos de que dispõem para a investigação e a persecução de delitos. Entre tais delitos mencionem-se os crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de pessoas, drogas, armas de fogo, munições, explosivos e terrorismo e seu financiamento.

São protegidos a confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações, contemplando ainda, o tratado, a sua compatibilidade com as leis internas dos países ou das partes.

No entanto, cumpre assinalar que, em seu parecer, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que formulou o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato internacional em pauta, houve por bem acrescentar-lhe dispositivos (art. 2º) no sentido de excluir as medidas de auxílio que importem: a) busca, detenção, prisão ou outra medida coercitiva pessoalmente contra a liberdade de uma pessoa que se encontre no território da parte requerida e seja investigada, processada e julgada penalmente na parte requerente; b) execução, na parte requerida, de sentenças penais impostas na parte requerente; e c) a transferência de pessoas condenadas para cumprimento de pena ou medida de segurança privativa de liberdade na parte requerente. Isso para garantir a compatibilidade do instrumento internacional em exame com o ordenamento pátrio.

Com efeito, segundo opinou o Exmo Sr. Deputado Marcelo Squassoni, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ao formular o seu voto – abro aspas:



[...] a internalização de norma jurídica específica, em patamar de lei ordinária federal, com a previsão de prisão, em modalidade preventiva, com base em pedido de auxílio de Estado estrangeiro, criaria regra processual penal extravagante, a conflitar com os pressupostos e controles do sistema de cautelaridade penal brasileiro, já que baseada em processo penal já que baseada em processo penal estrangeiro, cuja base factual (presunção de veracidade juris et de jure) e legal fugiria, em parte, ao controle de mérito da Justiça nacional, vulnerando garantias do devido processo, contraditório, ampla defesa, entre outras [...]

Fecho aspas. Volto à análise.

O projeto de decreto legislativo em exame determina, por conseguinte, que o tratado em tela será considerado aprovado desde que satisfeita a condição estabelecida no art. 2º por meio de ajuste complementar acordado entre as partes contratantes.

A previsão de apresentação de emendas contida no art. 32 do tratado, pelo qual os Estados signatários podem emendá-lo em qualquer momento, desde que por consentimento mútuo, permite o ajuste complementar aventado.

Em suma, o presente tratado coaduna-se perfeitamente com o momento histórico que vivemos, em um cenário globalizado que requer a mais estreita cooperação entre os países no combate ao crime, visando proteger suas respectivas sociedades e seus valores democráticos comuns.

Voto. Com base no exposto, voto pela aprovação do texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em El Salvador, em 29 de maio de 2008, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação de seu relatório.

Coloco em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2017, a matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Fora do microfone.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de registrar aqui meus cumprimentos a V. Exª e aos nossos nobres Senadores aqui presentes, Senador Lasier, Senador Jorge Viana, e dizer que estive ausente na audiência pública porque estava exatamente no mesmo momento na CPI da Previdência, onde sou Relator, ouvindo os representantes do TRF. Quero cumprimentar V. Exª por essa importante audiência pública que houve com o nosso nobre General Villas Bôas e também os nossos nobres aqui pela sequência da nossa reunião ordinária.

Quero fazer o registro de que estive, na semana passada, na República de Taiwan, na China nacionalista, e também que recebi em meu gabinete o Embaixador do Qatar. Esses dois países, de formas diferentes, estão sendo vítimas hoje de algumas intolerâncias muito grandes com relação a situações de independência e soberania dos povos. Nós sabemos o quanto é importante a soberania dos povos, a amizade entre as nações. O Brasil tem um povo amigo, um povo que sempre recebeu todos de braços abertos. Temos fronteiras, mas somos todos seres humanos e temos de considerar cada um com as suas diferenças e com suas práticas e costumes.

O fato que está ocorrendo hoje, da tentativa – vou dizer assim – de coação, de isolamento, totalmente, da República do Qatar, por exemplo, não é um fato salutar e nem razoável para a democracia, nem para a humanidade. O Qatar vai ser sede da Copa do Mundo em 2022; o Qatar tem a Al Jazeera, que se comunica com todo o mundo e o povo árabe, todas as questões, diuturnamente; e ele está sendo visto por uma série de questões formuladas e encaminhadas de forma muito conturbada, diferenciada. Isso será motivo, creio – quero depois



sentar com V. Ex^a, para a gente ver se aprofunda algum debate sobre essa questão vigente, para ver se a gente conversa com o Itamaraty sobre algumas atitudes e, de repente, faz a nossa recomendação à República do Brasil com relação ao tratamento que está sendo dado, de forma muito diferente, esquisita, estranha, pelo governo dos Estados Unidos e seus aliados, à posição do Qatar hoje.

Com relação a Taiwan, está havendo um grande isolamento do país, que é um país amigo, tem negócio com todo mundo. Pude perceber que é um país democrático, onde as coisas funcionam de forma muito bacana. Lá são quase 15 milhões de turistas/ano – eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo. Nós precisamos melhorar a nossa relação com Taiwan, independentemente da nossa relação a China, que é boa e que tem que continuar sendo boa, assim como temos que melhorar a relação com todos os povos.

Então, quero registrar que fiz essa visita e fui muito bem recebido pela Diplomacia taiuanesa, pelo nosso conselheiro que representa o Brasil em Taiwan. Pudemos conhecer uma série de questões daquele importante país asiático, um Tigre Asiático, que traz experiências e ensinamentos que seriam altamente importantes para o Brasil, principalmente na questão da micro e pequena empresa, na organização empresarial, na organização governamental e na questão também da infraestrutura e do aproveitamento tecnológico.

Eu gostaria, em outro momento... Já deixo registrado aqui nesta fala a V. Ex^a, Sr. Presidente, que eu não estou tendo condições, por causa de ser o mesmo horário da CPI da Previdência, de ter a participação tão presente como eu gostaria de ter nesta importante Comissão, que é a Comissão de Relações Exteriores. Então, momentaneamente, estou prejudicado, porque são no mesmo horário as duas Comissões. Deixo registrado isso aqui. Mas quero, posteriormente, ter uma audiência com V. Ex^a para entrar em mais detalhes sobre o conversado, sobre essas questões, e ver em que nós da Comissão de Relações Exteriores podemos contribuir para que a gente possa avançar no visto eletrônico para Taiwan, para que a gente possa avançar numa relação mais profícua com esse país irmão e para que a gente possa também externar melhor nossas posições com relação ao que está ocorrendo hoje no Qatar.

Então, são esses os dois registros que eu gostaria de fazer, e como sempre deixo aqui meu abraço, minha solidariedade a V. Ex^a pelo trabalho excepcional que vem fazendo aqui nesta Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Hélio José, pelas palavras sempre tão gentis em relação aos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão.

Em relação ao que V. Ex^a solicita, coloco-me à disposição.

Também sei do trabalho que vem sendo realizado por V. Ex^a como Relator da Comissão... É uma comissão mista ou é do Senado?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Fora do microfone.) – É daqui, do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comissão do Senado da Previdência Social. Sei do importante trabalho que V. Ex^a tem lá a desenvolver, juntamente com S. Ex^a o Senador Paulo Paim.

Antes de encerrar, então, os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Convoco ainda as Sr^{as} e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião, que será uma reunião deliberativa, como sempre, agendada para o dia 29 de junho de 2017 – nem tanto como sempre, porque nós temos as audiências quinzenais às segundas-feiras.

Então, ficam convocados as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa, que será realizada no dia 29 de junho de 2017.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.



(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017.

Às nove horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim e José Medeiros. Registra presença a Senadora Lídice da Mata, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de Ofício do Senador Jorge Viana com solicitação de inclusão de item extrapauta para deliberação, nesta reunião, do PDS 114/2017. Fica aprovada a inclusão. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA para discutir as ações, programas, projetos e desafios da pasta ministerial, destacando os seguintes assuntos: 1. Indústria de Defesa e Projetos na área de Defesa; 2. Acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a utilização da Base de Alcântara; e 3. Emprego das Forças Armadas na "Garantia da Lei e da Ordem". Participante: Sr. Raul Belens Jungmann Pinto, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Embaixador Alessandro Warley Candeas, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa; Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento para Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores; General de Exército Joaquim Silva e Luna, Secretário Geral do Ministério da Defesa; Flávio Augusto Corrêa Basílio, Secretário de Produtos de Defesa; Major-Brigadeiro do Ar João Tadeu Fiorentini, Assessor Especial Militar do Ministro da Defesa; General de Divisão Fernando José Soares da Cunha Mattos, Assessor Especial de Planejamento do Ministério da Defesa; General de Brigada Marco Aurélio de Almeida Rosa, Assessor Especial do Ministro da Defesa; Brigadeiro-do-Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional da Aeronáutica; Brigadeiro-do-Ar Augusto César Abreu dos Santos, Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica; Coronel R1 Intendente Rômulo Cezar Pinto Pereira; Capitão Especialista Celso Borges Pinto Filho. O Presidente convida o Ministro da Defesa a compor a mesa e concede-lhe a palavra. Usam a palavra os Senadores Pedro Chaves, Jorge Viana, Ana Amélia, Antonio Anastasia, José Agripino e Cristovam Buarque. O Presidente faz a leitura de comunicado sobre Emendas ao PLDO de 2017. O Presidente concede a palavra ao Ministro da Defesa para resposta aos parlamentares. O Presidente registra a participação de internautas recebidas pelo portal *e-Cidadania*. O Presidente agradece a presença e a participação de todos. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago." O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar, assinado em Nay Pyi Taw, em 29 de julho de 2013". Designado Relator "ad hoc" o Senador Cristovam Buarque, é aprovado o



relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), aprovado por meio de resoluções emanadas da VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação, assinado em Brasília, em 2 de maio de 2011”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20 de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de exposição pelo Embaixador do Qatar acerca da crise diplomática que o país atravessa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador do Catar, o Sr. Mohammed Al-Hayki; 2. Embaixadora Lígia Maria Scherer, Diretora do Deptº do Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores – MRE”. Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO Nº 422 de 2017, de autoria do Senador José Medeiros, que “Requer, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, com a finalidade de receber a “Comenda Embaixador da Paz na Terra Santa” em reunião da Comunidade Internacional Brasil e Israel, a ser realizada entre os dias 21 a 30 de agosto de 2017, em Jerusalém, Israel”. Designada Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 7) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2017, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013”. Designada Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. O Presidente faz a leitura de comunicado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Do Senador Jorge Viana, a Mesa recebe o seguinte ofício:

Conforme entendimento anterior, devido à importância e à urgência do assunto, solicito a inclusão para a reunião do dia 29, quinta-feira, como item extrapauta, do PLS 114/2017, que aprova o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013.

Atenciosamente,
Senador Jorge Viana.

Então, temos a inclusão de item extrapauta.

Considerando a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para a inclusão de matéria extrapauta, não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências necessárias para a inclusão na pauta da presente reunião do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2017, que aprova o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013.

Comunicado.

Audiência com o Comandante do Exército.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Força terrestre, realizou, na quinta-feira, dia 27 de junho, audiência pública com a participação do Ex^{mo} Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro.

O Brasil tem um passivo histórico, observou o General Villas Bôas. Nós temos mais da metade do nosso território não ocupado e não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional, o que faz com que as Forças Armadas, com muita frequência e em amplas áreas, sejam a única ferramenta de atendimento da necessidade básica da população.

O Exército tem as missões externas de defender a Pátria e de apoiar a política exterior e missões a serem cumpridas dentro do Território nacional, como a de garantir os Poderes constitucionais, a lei e a ordem e a de cumprir atribuições subsidiárias. Elencou ainda o Comandante que temos hoje 12 missões no exterior, a maioria na África, com destaque para a missão no Haiti e para uma missão de desminagem na Colômbia. Internamente, nos últimos 30 anos, fomos empregados 115 vezes na garantia da lei e da ordem. Sobre o tema, asseverou o General Villas Bôas: “não gostamos desse tipo de emprego”.

O último grande emprego foi na favela da Maré, comunidade de 130 mil habitantes no Rio de Janeiro. Ao ver nossos soldados patrulhando armados, atentos, preocupados e passando crianças e senhoras, relatou o General, eu pensei: “Estamos aqui apontando arma para a população brasileira. Nós somos uma sociedade doente”. Ficamos lá, continua o General Villas Bôas, Comandante do Exército, por 14 meses, e, uma semana depois de sairmos, tudo havia voltado ao que era antes. Temos que repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo, concluiu o palestrante.

A ONU estabelece menos restrições do que aquelas que nós temos quando somos empregados no Brasil. Há um problema muito sério, salientou o General, porque nessas situações de confronto não temos a proteção jurídica adequada. Não é reconhecido o direito de defesa de quem está fardado.

Continua o General, embora difícil de mencionar, afirmou o palestrante, a questão da dissuasão é importante e é, em grande parte, responsável por sermos um país livre de ameaças. O Brasil tem capacidade dissuasória assegurada, até natural, na América do Sul e na América Latina, mas não tem ainda essa capacidade garantida em relação às grandes potências, a outros países, a outras organizações.

O Exército possui seis programas estratégicos: o Sistema Astros, o Guarani, o Sisfron, a Cibernética, a Defesa Antiaérea e a Recuperação da Capacidade Plena.

O Sisfron, afirmou o General, talvez seja hoje, se não o mais importante do ponto de vista estratégico, o programa mais necessário para o País, afetando diretamente a qualidade de vida. Está



inserido no Programa de Proteção Integrada de Fronteira e envolve 17 empresas, subsidiárias da Embraer, com 70% de conteúdo nacional e criando 12 mil empregos,

Outro é o Projeto Guarani, capitaneado pela Iveco, em Sete Lagoas-MG, com 50 empresas participantes, quase 3 mil empregos gerados e 90% de conteúdo nacional. A previsão contratual era da ordem de 130 carros por ano, mas, com os problemas orçamentários recorrentes, baixamos para 60, quantidade mínima viável. No entanto, em 2016, só conseguimos comprar 37, o que deixou a empresa, no caso, a Iveco, numa situação bastante delicada.

Outro sistema importantíssimo, referiu o palestrante, é o Sistema Astros de lançadores múltiplos de mísseis e foguetes. Estamos desenvolvendo capacidades de lançar mísseis de cruzeiro, mas com alcance limitado a 300 km, porque, de forma submissa, o Brasil assinou o tratado de limitação de armas submetendo-se a esse alcance. Trezentos quilômetros, para o Brasil, para um míssil, realmente é algo absolutamente insuficiente.

Tem razão o general. De qualquer forma, a tecnologia está sendo acumulada, e, embora iniciado de forma modesta, o programa tende a crescer muito.

Importante para dissuasão, o Programa de Defesa Antiaérea, assim como o Sisfron, tem um componente destacado, que é o desenvolvimento de radares.

Outro componente fundamental da defesa hoje, que interfere diretamente na soberania do país, é a cibernética. Nas Olimpíadas, identificamos 5.034 possíveis alvos e sofremos 1.449 ataques que foram contidos, informou o General.

Esses programas foram estruturados com estímulo do Governo, com a intenção, inclusive, de fomentar a indústria de defesa. A necessidade anual seria de aproximadamente R\$ 2 bilhões, mas temos recebido por volta de R\$ 767 milhões, afirmou o General. Causa maior preocupação o Sisfron, que, de 2021, foi adiado para 2035, quando as tecnologias atualmente utilizadas já estarão obsoletas, justificou ele.

Na África temos trabalhado com o Ministério das Relações Exteriores, porque muitos países africanos têm demandado a presença de conselheiros militares e equipes de instrução para estruturação das suas forças, abrindo muitas oportunidades de cooperação. É um espaço importante para ser ocupado, considerou o General, porque a China o está fazendo de forma bem intensa.

Após 13 anos, com um total de mais de 33 mil militares das três Forças participando, estamos encerrando em outubro a missão no Haiti. Acho que o Brasil perdeu oportunidades, avaliou o Comandante, pois nunca tivemos a preocupação, por exemplo, de trazer haitianos para o Brasil para se capacitarem nas nossas universidades, para formar uma elite que estivesse vinculada a nós. Nossas empresas também não atuaram de maneira intensa, de modo que, quando sairmos, deixaremos poucos ganhos, concluiu ele.

O salário de um coronel, posto final da carreira, é, via de regra, menor que o salário inicial de todas as demais carreiras de Estado, mostrou o General.

Não queremos, não devemos e não podemos ficar fora do esforço para a recuperação da previdência, pois somos da mesma sociedade, mas entendemos que não podemos ser colocados no regime comum, afirmou o Comandante. Não ter limite de hora de trabalho, horas extras, periculosidade, sindicato, greve, e assim por diante, são características das instituições militares que têm que ser observadas.

Respondendo a questionamentos, o General Villas Bôas disse que o Brasil cometeu o erro de permitir que a linha de confrontação da guerra fria dividisse a sociedade brasileira. "Perdemos o sentido de projeto nacional e a ideologia de desenvolvimento, nos tornando um país sem rumo. A crise é profunda, porque estamos perdendo um pouco da nossa identidade, da nossa autoestima, e ainda estamos presos a esquemas mentais, políticos e ideológicos que ficaram para trás.

Faltam pensadores com capacidade de nos oferecer novas estruturas mentais e novos caminhos de evolução. Estamos pagando agora pela negligência de muito tempo com a nossa educação", afirmou ele.

Diz o General: "Sou preservacionista, mas temos a Amazônia já com 40% de terras indígenas e Unidades de Conservação, sem que tenha havido um debate em relação ao fato necessário, inclusive



permitindo que quase acontecesse uma crise humanitária na Raposa Serra do Sol." A Amazônia abriga US\$23 trilhões de recursos naturais e continua praticamente abandonada, ressaltou o General.

Intervenção militar é hipótese absolutamente afastada – continua o General –, e é muito triste que a população veja esse anacronismo como alternativa. Nós vamos atuar sempre com base em três pilares, afirmou o Comandante: primeiro, estabilidade; segundo, legalidade; terceiro, legitimidade.

Nossa capacidade de vigiar fronteiras está muito aquém da necessidade, podemos dizer que na Amazônia o tráfico é praticamente livre, lamentou o General. Temos que ter um projeto para a Amazônia, afirmou. Os índios são as principais vítimas desse processo, porque são ferramenta do ambientalismo, somente levados em consideração quando servem para preservar, para justificar a criação de áreas, mas depois ficam abandonados.

O orçamento, quanto ao custeio, está bom. Quanto aos projetos, estamos recebendo mais ou menos um terço das nossas necessidades. A previsibilidade do orçamento é até mais importante do que o próprio valor em si, finalizou o General Villas Bôas.

Eu li alguns trechos apenas da ampla exposição feita pelo Comandante do Exército na última reunião deliberativa desta Comissão. Portanto, a íntegra do que ele aqui nos passou está devidamente inscrita nessas páginas.

Determino à Secretaria que dê como lida a íntegra deste comunicado.

Outros comunicados.

Estados Unidos

Política Externa norte-americana

Os círculos diplomáticos internacionais continuam perplexos com a atual política externa dos Estados Unidos. Os diplomatas, assim como jornalistas e acadêmicos, têm tido dificuldades em analisar as diretrizes norte-americanas, bem como se veem incapacitados de fazer qualquer tipo de previsão.

Aparentemente, há falta de racionalidade e excesso de voluntarismo do atual Presidente, e várias abordagens já foram tentadas. Para a retórica da campanha eleitoral foi aventada a hipótese de que a solidez das instituições do país faria com que os *checks and balances*, ou seja, o sistema de pesos e contrapesos, colocaria limites aos exageros.

Isso foi parcialmente confirmado, na medida em que algumas posições, como no caso das diretrizes migratórias, foram mitigadas. Além dos *checks and balances* institucionais, houve também uma diminuição do ímpeto em algumas situações, como em relação à China, à Coreia do Norte e à OTAN, em que se fizeram presentes realidades internacionais que agiram como pesos e contrapesos informais. Registre-se que o mandatário americano não se acanha em rever posições anteriores, sem se obrigar a pedir desculpas.

Outra razão para a política externa errática teria sido o fato de, com origem e formação empresarial, o Presidente não se adaptar à realidade do sistema político, em que tanto os procedimentos quanto o *timing* são diferentes e específicos. Pensam muitos diplomatas que o chefe do executivo norte-americano não tem uma ideia clara sobre a existência e o funcionamento de instituições do Estado como a diplomacia, a secretaria de Estado, as embaixadas, e sobretudo a existência, além de leis internacionais, de praxes, usos e costumes centenários que regem o relacionamento entre os Estados e outros atores do sistema internacional.

Outra explicação que tem sido aventada diz respeito a uma visão hobbesiana do sistema internacional por parte do presidente e de vários de seus conselheiros. Essa visão identificaria o mundo como arena de luta de todos contra todos, em um constante *zero sum game*, no qual sempre o ganho de um ator causaria perda simétrica de outro, sem levar em conta a possibilidade de jogo de soma múltipla e da existência de alianças e composições que elevem ganhos coletivos ou de grupos.

A exacerbação da política America First apresenta risco de perda de aliados e de oportunidades de articulação de forças estratégicas e econômicas. Ademais, pode levar ao surgimento de um vácuo de poder, que já está sendo percebido e aproveitado como possibilidade de maior influência internacional por potências como a China, a Rússia, a Índia, o Japão. Ao mesmo tempo, os membros europeus da Otan já se preocupam com sua excessiva dependência em matéria de defesa e articulam maior autonomia. Embora ainda embrionária, uma política europeia de defesa começa a tomar corpo.

É assente na disciplina Relações Internacionais a existência de um padrão, que se alterna, de intervencionismo e isolacionismo na política externa dos Estados Unidos. No entanto, a presente



situação não tem permitido a utilização de instrumentos de análise clássicos. Ao mesmo tempo em que adota atitudes isolacionistas, como a retirada do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas (ensejando uma aproximação China-União Europeia no tema) e se afasta da Parceria Transpacífica, que liderava, a política externa americana mostra atitudes belicosas.

Como exemplo, o ataque de mísseis *Tomahawk* à base militar utilizada pela Rússia na Síria e a utilização da bomba mais potente que existe atualmente, embora convencional, no Afeganistão. No caso da Coreia do Norte, insta-se a China a um papel moderador e paralelamente se enviam dois porta-aviões para as costas coreanas. No atual acirramento de disputas entre a Arábia Saudita, os Emirados, Barein e o Egito contra o Catar, os Estados Unidos tomaram posição contra um Estado, também aliado, onde têm a importantíssima base aérea de Al Udeid.

Embora seja tradicional nas relações internacionais o emprego simultâneo de dissuasão armada e de diplomacia, nota-se que não há coexistência e muito menos uma política estratégica externa que possa fazer com que os conselheiros presidenciais corrijam as declarações do Chefe do Executivo.

Entra em vigor, hoje à noite, às 22h, em Brasília, a versão "diluída" e revisada da proibição de concessão de vistos de entrada nos Estados Unidos para cidadãos de seis países do Oriente Médio. São eles Somália, Sudão, Líbia, Iêmen, Irã e Síria. Os cidadãos desses países estão proibidos de entrar nos Estados Unidos, como é de conhecimento de todos, de acordo com a decisão da Suprema Corte, a não ser que possuam uma relação "de boa-fé" com uma entidade, como uma escola ou empregador, ou pessoa vivendo nos Estados Unidos, como um cônjuge.

Uma reserva em hotel, nesse caso, não constituiria tal "relação de boa-fé", mas um convite a um acadêmico para palestrar nos Estados Unidos, sim, teria. Se o cidadão estrangeiro não puder comprovar tal relação, ele está banido por 90 dias, se for desses seis países, ou banido por 120 dias, se for um refugiado de qualquer país.

As novas exigências, que foram enviadas a consulados e embaixadas norte-americanas exigem que os postulantes a um visto de entrada devem provar uma relação familiar: cônjuge, criança, filho ou filha adulta, cunhado, cunhada, ou irmãos, com alguém nos Estados Unidos para entrar no país. Os critérios também se aplicam a todos os refugiados atualmente aguardando aprovação para sua admissão nos Estados Unidos.

Quanto à questão do Haiti, um rápido comentário: autoridades brasileiras, haitianas e das Nações Unidas participaram na última sexta-feira da cerimônia de batismo do Hospital Comunitário de Referência Drª Zilda Arns, em Porto Príncipe, capital do Haiti, que foi construído com recursos brasileiros. A Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, Deputada Bruna Furlan, representou o Congresso Nacional na ocasião.

Venezuela. A pouco mais de um mês para a realização das eleições de uma Assembleia Constituinte, convocadas pelo Presidente da Venezuela, o país viveu nesta terça-feira momentos que Will Grant, correspondente da BBC no México, chamou de "extremos, mesmo para os padrões estabelecidos pela Venezuela". Ele se referia ao ataque do helicóptero roubado pelo inspetor de polícia Oscar Pérez, que sobrevoou e, segundo afirmou o Presidente daquele país, atacou o prédio da Suprema Corte com granadas e tiros. Em matéria veiculada na CNN, a emissora descreve assim o acontecimento, abro aspas: "É um clichê dizer que a cena parecia saída de um filme, mas o que houve em Caracas foi exatamente isso." Fecho aspas.

Para a CNN, o vídeo publicado na internet pelo homem que assumiu o ataque também se assemelhava a cenas de cinema, pois este leu um comunicado, vestido com roupa de piloto, diante de quatro homens mascarados e armados.

No vídeo publicado por Pérez em redes sociais, ele admite a autoria do ataque e afirma fazer parte de um grupo de militares, policiais e civis que luta contra a tirania do governo.

Will Grant, da BBC, comentou que ainda é difícil dizer se essa alegação é verdadeira ou se ele e seus cúmplices trabalhavam sozinhos. A agência de notícias estatal AVM afirmou ontem que o governo havia localizado o helicóptero perto da costa norte da Venezuela, mas não o piloto.

Sobre a questão do Fundo Amazônia, isto em relação ao Brasil, como nós também tivemos oportunidade de acompanhar, houve a visita oficial do Presidente Michel Temer à Noruega. O governo daquele país anunciou que irá reduzir em 50% o repasse para o Fundo Amazônia em 2027. A decisão foi motivada principalmente pelo aumento do desmatamento do Brasil. Há se comentar a esse



respeito, tirando um pouco a ideia de que foi uma descortesia do governo da Noruega ter cortado recursos que normalmente envia para manter o Fundo Amazônia, já constituído, que não foi nada disso. É porque no contrato, no convênio que foi assinado entre Brasil e Noruega existe uma cláusula que diz que serão enviados para o Fundo Amazônia tantos dólares de recursos desde que sejam mantidos tantos por cento da preservação da floresta. Se houver uma queda nessa preservação, um desmatamento, como houve nesses últimos dois anos, então esses recursos serão baixados; se aumentar a preservação, os recursos serão aumentados, e assim por diante. Ou seja, há uma cláusula que fala disso, e não foi, em nenhum momento, uma atitude unilateral ou de descortesia do governo da Noruega em relação ao nosso País.

O Ministro do Meio Ambiente da Noruega, Vidar Helgesen, sinalizou que, apesar do aumento do desmatamento nos últimos dois anos, uma ruptura com a tendência de diminuição observada nos oito anos anteriores, ele estava confiante que o Brasil poderia voltar a reduzir o desmate, declarando após a reunião que os noruegueses gostariam de dar o maior apoio possível ao Brasil para preservar a Amazônia.

Em relação ao Reino Unido, os conservadores chegaram a um acordo com os unionistas democráticos da Irlanda do Norte, que darão apoio ao governo da minoria ou ao governo de minoria da Primeira-Ministra Theresa May. O acordo, fechado duas semanas após as eleições gerais, que tira de May a maioria absoluta no Parlamento britânico, prevê que os dez parlamentares unionistas apoiarão o governo, mas em votações importantes na Câmara dos Comuns, tais como o discurso da Rainha que apresenta o programa do governo e a do orçamento. A não aprovação desses dois itens ameaçaria a sobrevivência do governo.

O partido de Theresa May obteve nove cadeiras a menos que o número necessário para a maioria absoluta, o que resulta numa dependência de outros partidos para aprovar legislação, inclusive as leis relacionadas à saída do país da União Europeia.

, o Ministro das Relações Exteriores do Qatar, condenou

Em relação ao Qatar, o Ministro das Relações Exteriores do Qatar condenou seus vizinhos no Golfo por recusarem-se a negociar as demandas para o restabelecimento das rotas aéreas, marítimas e terrestres de seu país, suspensas após a decisão da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes, do Bahrein e do Egito de romper relações diplomáticas com o Catar.

Al-Thani, que é o Chanceler do Qatar, afirmou que o esse posicionamento era contrário aos princípios das relações internacionais.

A Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Egito acusam o Qatar de apoiar o terrorismo, uma acusação negada por Doha.

Na última sexta-feira, os quatro países árabes entregaram ao Catar uma lista com 13 demandas que o governo tem de acatar para pôr fim à crise. A lista inclui entre outras o fechamento da rede de notícias Al Jazira, o fechamento de uma base militar turca, o corte dos vínculos com a Irmandade Muçulmana e a redução dos contatos com Irã.

O Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, disse que busca resolver a crise, admitindo que algumas demandas seriam difíceis para o Catar cumprir, mas que havia áreas significativas que poderiam servir de base para um diálogo contínuo.

Mas após uma reunião de Tillerson em Washington na terça-feira agora passada, o Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel al-Jubeir, confirmou que as 13 demandas não são negociáveis.

Na opinião de Frank Gardner, correspondente de segurança da BBC, com menos de uma semana restando para o cumprimento das demandas, parece cada vez mais provável que as sanções políticas e econômicas impostas pelos quatro países ao Qatar se tornarão permanentes.

Finalizando, em relação à Síria, pelo menos 15 civis foram mortos e 15 ficaram feridos após o ataque aéreo ontem em uma aldeia controlada pelo Estado Islâmico no leste da Síria. A informação foi divulgada por ativistas locais e o *site* – que tem o nome bastante peculiar – DeirEzzor/24 informou que um jato não identificado jogou bombas de fragmentação na localidade Dablan cerca de 20 km a sudeste da cidade de Mayadin.

Esse DeirEzzor24 é um braço do grupo de resistência civil Sírio 24CR, que surgiu em 2013 na cidade de Aleppo para incitar ações civis contra o Estado Islâmico. Esse braço se define como uma rede



de notícias, porque tenta divulgar o que está ocorrendo nas áreas de conflito, mas os veículos internacionais o chama de "grupo de ativistas", por sua natureza civil e independente.

A organização Observatório Sírio para os Direitos Humanos, baseada no Reino Unido, estima em 30 o número de mortos.

Na terça-feira, a Casa Branca disse que o governo sírio está aparentemente preparando um ataque de armas químicas, alertando que o regime Al-Assad pagará um preço muito alto caso isso ocorra.

Segundo a Casa Branca foram observadas atividades similares àquelas ocorridas no mesmo aeroporto militar sírio de Shayrat, de onde partiram os jatos antes de o gás sarin ter alegadamente sido utilizado na localidade de Khan Shaykhun, em abril passado.

Na ocasião, dezenas de pessoas foram mortas, levando o Presidente americano a ordenar um ataque de mísseis a uma base aérea síria. O Governo sírio nega que esteja preparando tal ataque.

Para o correspondente diplomático de defesa da BBC, Jonathan Marcus, o alerta público ao Governo sírio feito pelo Governo norte-americano contra o uso de armas químicas é bastante incomum. Isso, porque tal atitude, que certamente se baseia em detalhada inteligência, seria normalmente tomada nos bastidores, por meio dos canais diplomáticos.

Finalizando, Jonathan Marcus disse que o alerta claramente tem a intenção de prevenir esse tipo de ataque e de deixar claro que, se o regime sírio utilizar e ultrapassar essa linha, como o fez em abril, os Estados Unidos usarão a força.

Passando à pauta da nossa reunião de hoje, sua primeira parte dela dedicada à audiência pública interativa, com a participação de S. Ex^a o Sr. Ministro da Defesa Raul Jungmann.

Essa audiência pública tem como destaque os seguintes assuntos: indústria de defesa e projetos da área de defesa; acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a utilização da Base de Alcântara; e, terceiro, o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Esses são os pontos principais da audiência interativa pública do dia de hoje, baseada em requerimentos que foram apresentados a esta Comissão por S. Ex^{as} a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Vanessa Grazziotin, além de S. Ex^a o Senador Romero Jucá.

Enquanto aguardamos a chegada de S. Ex^a o Ministro da Defesa, eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores que hoje se fazem presentes a esta audiência pública: ao Embaixador Alessandro Warley Candeas, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa; ao Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento para Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores; ao General-de-Exército Joaquim Silva e Luna, Secretário-Geral do Ministério da Defesa; ao Sr. Flávio Augusto Corrêa Basílio, Secretário de Produtos de Defesa; ao Major-Brigadeiro do Ar, João Tadeu Fiorentini, Assessor Especial Militar do Ministro da Defesa; ao General-de-Divisão Fernando José Soares da Cunha Mattos, Assessor Especial de Planejamento do Ministério da Defesa; ao General de Brigada Marco Aurélio de Almeida Rosa, Assessor Especial do Ministério da Defesa; ao Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional da Aeronáutica; e ao Brigadeiro do Ar Augusto César Abreu dos Santos, Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica, além do Coronel R1 Intendente Rômulo César Pinto Pereira e ao Capitão Especialista Sérgio Borges Pinto Filho.

Mais uma vez, grato pela presença de V. S^{as} a esta audiência pública interativa. E mais uma vez, quero fazer o nosso agradecimento, em nome de toda Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, pela participação, sempre prestigiosa, dos internautas que contribuem com suas perguntas, com suas indagações, com seus comentários, para que essas audiências públicas interativas tenham êxito e alcancem o seu objetivo. Mais uma vez, obrigado a todos. Estamos aguardando as suas colocações aqui, via o Alô Senado. Vocês têm já o endereço. Já têm o endereço pela internet e também pelo Alô Senado. A todos vocês, mais uma vez, muito obrigado.

E apresento agora as melhores boas-vindas à S. Ex^a, o Sr. Ministro Raul Jungmann, Ministro de Estado da Defesa, a quem convido para fazer parte da Mesa.

Passo, então, a palavra ao Sr. Ministro da Defesa, Dr. Raul Jungmann, para sua explanação no dia de hoje, dizendo a V. Ex^a, Sr. Ministro, que dispõe de 30 minutos para sua exposição, podendo, naturalmente, ser prorrogado, de acordo com a sua conveniência e também a conveniência dos integrantes desta Comissão.



Passo, então, a palavra a V. Ex^a.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é tão bem presidida por V. Ex^a, Senador Fernando Collor.

Gostaria de saudar aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Anastasia, o Senador Pedro Chaves; saudar o nosso Secretário-Geral, General de Exército (R1), Silva Luna; nosso Chefe de Gabinete, Embaixador Alessandro; o Secretário da Seprod, Flávio Basílio; o Brigadeiro Fiorentini; o Brigadeiro Cunha Matos e o nosso chefe também da Ascom, aliás, Aspar, General Marco. Aqui presente, saudar a imprensa, senhores assessores e pública aqui presente.

Em primeiro lugar, Presidente, eu gostaria de dizer da alegria de voltar a esta Casa, o Congresso Nacional; ao Senado da República, porque o Congresso é a nossa Casa, é a nossa Casa de origem. E, em que pese eu me encontrar muito satisfeito, feliz ao exercer o posto de Ministro da Defesa, que é altamente honroso para qualquer brasileiro ou brasileira, quero dizer que de fato também sentimos saudade do dia a dia desta Casa, que é tão tranquilo, não é Senador Anastasia? Não é isso? Tão sem corre-corre, tão sem tensões. Eu posso imaginar o expediente... O expediente é sempre devidamente respeitado, seus horários, seus limites.

Mas brincadeiras à parte, eu tenho um grande amor por esta Casa, que é a Casa da soberania popular. E me permita, Sr. Presidente, uma última digressão. Quero repetir – e aqui faço uma profissão de fé – o que eu disse ontem aqui: as crises e as transições no Brasil foram bem resolvidas, virtuosamente resolvidas por dentro do Parlamento – por dentro do Parlamento e através da política. Então, historicamente, nossas transições e crises tiveram boas saídas, bons resultados quando fizemos a boa política, que é aquela que é instituinte de princípios, valores e compromissos com o Brasil.

Agradecendo esse convite, devo dizer que a minha exposição se dividirá, basicamente, em três etapas. Em uma primeira etapa, farei uma espécie *overview*, por assim dizer, a respeito da situação da Defesa hoje, no Brasil. Ela se faz necessária como introdução para a segunda etapa que é, obviamente, abordar os assuntos motivo da nossa convocação para esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A convite.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – A convite, perfeito. Muito obrigado.

E, ao final, aquela que é a melhor das partes, que é o debate. Então, nesse sentido, em que pese a extensão que é inevitável em um ministério que resulta da fusão de quatro ministérios, nós – Senador Jorge Viana, seja muito bem-vindo – vamos procurar seguir o prazo aqui determinado pelo Sr. Presidente para haver tempo de debater.

Então, iniciamos pela missão do Ministério da Defesa.

Como os senhores podem ver ali, o Ministério da Defesa tem três grandes eixos. O primeiro deles está relacionado à defesa do Brasil: patrimônio nacional, interesses nacionais, que lá se encontram e que são o núcleo central da missão do Ministério da Defesa e também das Forças Armadas.

Um segundo eixo tem a ver com a questão democrática: garantia dos Poderes constitucionais. Então, percebam que, nessa formulação constitucional, Senador Jorge Viana, a questão da Defesa e o papel das Forças Armadas têm essa segunda vertente que é de ser um garante, por assim dizer, dos Poderes constitucionais e, obviamente, da democracia.

E um terceiro eixo é aquele que tem a ver, inclusive, com um dos motivos do nosso convite aqui que é a garantia da lei e da ordem. Quer dizer, a *ultima ratio regis*, por assim dizer, do Estado brasileiro quando em situações extraordinárias e de descontrole, é a necessidade constitucional, a partir de decisão do Presidente da República, de contar com ela para restabelecer a normalidade e a ordem.

Ali os senhores têm o organograma do Ministério, rapidamente. O ministro exerce a direção superior das Forças Armadas, o Ministro da Defesa. O nosso braço esquerdo, que está aqui representado pelo Sr... É no terceiro nível. Tirando as assessorias, os senhores vejam que existe a Secretaria-Geral, aqui do lado esquerdo, que é exercida pelo General Silva e Luna; ele é o braço administrativo, gerencial do Ministério. Do lado direito, temos o braço, digamos assim, militar do Ministério, que é exercido pelo Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, que congrega todas as ações militares no âmbito do Ministério, sobretudo as ações tidas como ações conjuntas, que são aquelas ações que são feitas por pelo menos duas ou mais forças singulares. E, mais abaixo, em linha direta com o Ministro, temos o comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Então, sem entrar em detalhes, esse é o grande arcabouço do organograma do Ministério.



Aqui, um pouco da história de como é que chegamos aqui. Na verdade, essa história começa em 1946 quando da criação do Estado Maior. Por que 1946? Porque, evidentemente, havíamos saído da Segunda Guerra Mundial. E a Segunda Guerra Mundial, tragicamente, se transforma em algo muito maior do que anteriormente vinha sendo.

Na verdade ela implica o engajamento de todos os cidadãos e cidadãs. Ela tem uma grande mudança tecnológica, inclusive em termos de letalidade, de massividade. E fica evidente que não é possível mais desenvolver uma guerra em termos modernos sem que se tenha a atuação conjunta das Forças. Então, impõe-se o fim, digamos assim, da singularidade ou da utilização singular das Forças, e passamos a ter um Estado-Maior geral, que, a partir dali, surge no Brasil, mas já anteriormente tinha existido, tinha começado a vigor em outros países.

Em seguida, a criação da ESG, ligada ao Estado-Maior das Forças Armadas. E por que a ESG? Porque a ESG vai condensar o pensamento geopolítico dos militares brasileiros durante um longo período – desenvolveu uma série de abordagens a respeito do Brasil – e de certa forma moldar a doutrina e a concepção de desenvolvimento, de segurança nacional também no âmbito da geopolítica.

Chegamos então ao conceito estratégico nacional, que foi a primeira formulação conjunta, digamos assim, uma protoformulação do que hoje é a defesa, como nós vamos ver mais adiante. É o momento da Constituição de 1988, que reformula os papéis, que reformula, que atribui – aquilo que nós vimos anteriormente – os principais papéis e deveres, tanto da defesa, como das Forças Armadas no Brasil.

Em 1996, vamos ter então a primeira política de defesa nacional. Isso acontece no governo Fernando Henrique, e é um documento, convenhamos, muito preliminar, Anastasia. Naquele momento é um documento preliminar. Na verdade, essa é uma apreciação crítica minha desde 1985, quando nós temos o término, Jorge, do ciclo militar. É como se tivéssemos, Presidente, com o fim do conflito leste-oeste, com a caducidade da segurança, da concepção de segurança nacional, um vazio e é como se tentativamente se procurasse reinserir as Forças Armadas e a defesa dentro de um contexto maior, que era aquele vivido pós Constituição de 1988.

Em 1999, houve a criação do Ministério da Defesa, que, de certa forma, é o resultado ou estuário de tudo isso que nós vimos até aqui. Houve a necessidade de termos uma coordenação que envolvesse, e o entendimento também – isso é muito importante – de que defesa nacional não é apenas um vetor militar. Se a defesa é nacional, ela diz respeito a todas e todos os brasileiros. E daí a necessidade da criação desse ministério.

Em 2005 nós temos, já no governo Lula, a atualização da política de defesa nacional.

E em 2008 – justiça se faça – nós temos realmente um grande salto em termos de concepção, em termos de pensamento na área de defesa, que foi a gestão do Ministro Jobim, que exatamente propôs a estratégia nacional de defesa. Por que reputo de tanta importância essa estratégia nacional de defesa? Por uma razão muito simples: é porque aí se dá a reinserção de defesa e Forças Armadas dentro de um projeto de desenvolvimento nacional. A concepção que deflui do papel da defesa é exatamente de um projeto de desenvolvimento nacional.

Então, temos a reinserção daquilo que, desde 1985, no meu modo de entender, em que pesem as tentativas, não tinha sido completo; mas aí, sim, nós temos. A estratégia nacional de defesa é seminal no sentido de participação e também da inserção dentro de um projeto. Nós vamos ver por que isso se dá.

Em seguida, em 2012, temos a Lei Complementar 136, de que tenho, Presidente, me permita, a honra de ter sido Relator na Câmara dos Deputados, e que foi aprovada quase por unanimidade também aqui neste Senado, e traz algumas mudanças muito significativas, particularmente para este Congresso Nacional. Quais são elas?

O fato é que, se olharmos a Constituição, o papel do Congresso, no que diz respeito a Forças Armadas e Defesa, é quase nada, é muito pouco. Basicamente, pode-se declarar a guerra e fazer a paz; pode-se eventualmente analisar situações extraordinárias, o uso das Forças, como estado de sítio e estado de defesa, passando pelos respectivos nacionais; e a questão orçamentária, nada mais.

Quando verificamos sobretudo países parlamentaristas e países ditos ou, como se dizia então, centrais, vamos ver uma imbricação entre Forças Armadas, Jorge, e Parlamento, que é uma coisa



simplesmente, eu diria, viva, orgânica, diária. Nada se faz em termos de Forças Armadas dos Estados Unidos, na Inglaterra, mesmo na Espanha, Itália, onde for, que você não tenha a presença diária, constante do Parlamento. Isso aqui não acontece entre nós.

Então, a partir daí, quando relator, coloquei uma emenda que determina que a estratégia e a política de defesa nacional passem pelo Congresso Nacional. Isso é uma ampliação, exatamente. Não é nacional? A defesa não é nacional, de todos os brasileiros? E onde é que está a representação de todos os brasileiros, onde é que está a soberania popular? Está nesta Casa. Então, no meio, exatamente para fugir dos extremos, início e fim de mandato, que são muitas vezes contaminados pela disputa política, nós colocamos exatamente no meio do mandato, como, aliás, está aqui nesta Casa, tanto a política, como a estratégia de defesa nacional.

A partir de então, de certa forma, consolida-se e fecha-se um ciclo a partir do momento em que os assuntos de defesa nacional, que dizem respeito à Nação, a todos os brasileiros, passam por esta Casa e pelo crivo desta Casa, ampliando, portanto, a representação, por assim dizer, e legitimidade de um projeto como esse.

E, complementando isso, através de emenda nossa, estabelecemos o Livro Branco da Defesa Nacional, que é voltado para a construção de confiança, tanto para dentro, para os brasileiros e cidadãos e cidadãs, como também para fora, para os outros países. Anteriormente, aqueles que conhecem a história da Primeira Guerra Mundial sabem que os países se envolveram em uma armadilha da qual não conseguiram sair. Por quê? Porque havia a construção da desconfiança e a expectativa de um ataque inicial. E, evidentemente, o desenvolvimento de ferrovias, deslocamento, mobilização, armas, etc. Então, tudo isso levou àquele imenso desastre.

E agora a política é outra, é demonstrar e colocar exatamente para os nossos vizinhos, para os nossos aliados, para os nossos parceiros quais são as nossas intenções e também dar a conhecer a todo o povo brasileiro o que significa defesa nacional e qual o papel das Forças Armadas.

Ali se seguem as atualizações...

(Interrupção do som.)

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Bom, isso aqui eu já falei praticamente.

Ali está, política nacional de defesa que diz o que fazer, quais são os objetivos nacionais de defesa, a estratégia define como fazer, e o Livro Branco é publicidade e confiança mútua.

Aqui uma visão de como hoje a defesa, as Forças Armadas veem a nossa inserção internacional, como é que veem as suas prioridades no mundo. Eu chamo a atenção para aqueles dois círculos que temos: o um e o dois. Ali é o nosso entorno estratégico, ali é onde está o centro das nossas preocupações e por razões muito simples. Em primeiro lugar, na América do Sul, que é a nossa casa, temos aí fronteiras com dez países, mas ninguém pode chamar um caminhão de mudanças e pedir a um país que seja deslocado de um canto para o outro. Isso não existe. Daí nós vamos ter que conviver e viver, e esse é o nosso centro, e aí onde nós queremos exercer, exatamente, em coordenação com os demais países da América do Sul, um elemento dissuasório em defesa do sul continente.

Ampliando esse ciclo, lembro que temos ali no meio o Atlântico Sul, que, numa bela construção do Itamaraty, transformou-se na Zopacas, que é a Zona de Paz do Atlântico Sul. Nós temos a Costa Ocidental da África, de onde vem parte da nossa matriz étnica, cultural e assim por diante

Então essas são as nossas grandes preocupações. Lembrando que, no caso específico, permita-me Presidente uma digressão, dali deflui uma cultura do Brasil, que é extremamente importante trazer a furo aqui neste Senado.

Como a Leste temos um oceano, que é uma barreira natural, e depois a África, ainda infelizmente vivendo numa situação efetivamente de pobreza e de não desenvolvimento, dali não partem ameaças, a não ser no Golfo da Guiné, por questão de pirataria, de petróleo etc.

Quando olhamos a Oeste, temos o quê? A Hileia Amazônica, subpovoada e uma barreira natural, que efetivamente torna o fluxo ou a interação, ou a ligação entre o Brasil e os demais países algo rarefeito.

Então percebam, uma barreira imensa natural e ausência de ameaças a Leste e igualmente a Oeste. Daí deriva a sensação do Brasil, inclusive com a estabilização daquele que seria o nosso principal foco de rivalidade, através do Mercosul; A percepção da elite brasileira hoje, Presidente, e eu queria



chamar a atenção para isso, é de que o Brasil é um País sem ameaças, de que o Brasil é uma potência da paz.

Sem dúvida, somos — Senador Agripino, seja muito bem-vindo! — nós somos, evidentemente, um País que hoje não tem ameaças concretas e reais. E aí vem uma espécie de esquizofrenia na nossa elite. Nós almejamos nos transformar em um *global player* e, ao mesmo tempo, partimos de um princípio de que esse caminho rumo, por exemplo, ao Conselho Nacional de Segurança ou o que seja, não será um caminho que se defrontará com a vontade de outras nações ou com outras possibilidades.

Disso deflui inclusive a baixa atenção que a elite brasileira dá às Forças Armadas e à defesa nacional. E como dizia Rui Barbosa ou era Rio Branco – me ajudem – não se constrói de improviso esquadras, tampouco exércitos ou aviação.

Então, esse é um problema a ser discutido em outra oportunidade, mas que tem a ver com a cultura que temos que rever. Por quê? Se vocês olham, por exemplo, lá para cima – acabo de vir de viagem, estive em Estocolmo, como Ministro da Defesa, com Shoigu, Ministro da Defesa da Rússia, estive com a Ministra da Defesa da França, que infelizmente caiu no dia seguinte, mas eu não tenho nenhuma relação com isso, deixo aqui bem claro, e hoje você vê o crescimento de tensões que estamos vivendo na Europa.

A Europa decidiu, desde novembro do ano passado, elevar o seu orçamento e o de todos os países da Comunidade Europeia em 2%. Todos vão subir. No meu tempo, mais velhinho, a gente chamava isso de rearmamento e isso não terminava bem.

Ao mesmo tempo, ouvi dos europeus que a grande preocupação deles hoje não está tanto a Leste com a Rússia, embora existam zonas de tensões muito fortes no entorno da Rússia e particularmente no Báltico, envolvendo Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia, por exemplo. Aquela é uma região de tensão e de atrito com a Rússia, mas, de fato, hoje a preocupação deles em primeiro lugar, Jorge, tem a ver, veja você, com o Sul e não tanto com o Leste.

O que é o Sul? O Sul é a África. O Sul é a Líbia, o Sul é Marrocos, é o Estado Islâmico, são os *rogue states*, ou seja os Estados vilões que há lá. É o fato de que a Europa tem uma projeção que vem do seu passado colonial e que quer em certa medida mantê-lo. Só que, quando você traz o eixo mais para o Sul e menos para o Leste, se você girar o compasso, tirar aquele círculo ali e você colocá-lo para cima, vocês vão ver que o compasso vai passar sobre o Atlântico Sul. Isso significa possibilidades de instabilidade e de problemas em termos futuros, um dos problemas com que nós temos que nos defrontar.

Eu queria chamar a atenção deste Senado para o fato de que essa situação que vivemos de, há 147 anos, não haver nenhuma guerra interestatal – não temos essa perspectiva – e de vivermos, digamos assim, nessa situação de paz é contingente; isso não é uma dádiva divina imutável. Daí a necessidade de manter a capacidade operacional das nossas Forças Armadas.

Aqui há um exemplo da projeção brasileira no exterior através das missões de paz. Estamos aproximadamente em 80 dessas missões – temos 1291 militares em 74 missões individuais, ou seja apenas um. Temos duas projeções importantes: no Haiti – ali está – em que temos 970 militares. No dia 31 de agosto deixaremos exatamente o Haiti. Eu gostaria de ter, Sr. Presidente, uma representação desta Casa, quando deixarmos o país, depois de 13 anos e depois de cumprir um papel extraordinário, reconhecido no mundo todo hoje.

Para os senhores terem uma ideia, só ao saber que nós estamos deixando o Haiti, temos convites da própria ONU para nos deslocarmos em missão de paz para oito lugares, oito outros lugares. Inclusive, hoje à tarde, há uma reunião com o Sr. Ministro das Relações Exteriores e toda a cúpula das Relações Exteriores – permita-me dizer –, algo inédito na história do Brasil, ou seja você ter toda a cúpula da defesa e toda a cúpula da diplomacia discutindo diplomacia, defesa, comércio e exportações. Estamos fazendo isso através de uma série de encontros e vamos retomar hoje.

Temos também uma presença extremamente importante que é ali na Unifil, que fica naquela região do Oriente Médio, onde nós fazemos a patrulha marítima, lembrando que a única missão de paz marítima do mundo da ONU está sob a coordenação do Brasil, da Marinha brasileira, que é na Unifil. Há aproximadamente 270 militares lá.

Em breve, vamos ter de fazer outra escolha que, obviamente, será submetida ao crivo e à aprovação desta Casa, que é, em última instância, quem vai decidir para onde iremos.



As principais ameaças à defesa nacional. Dependência tecnológica no campo militar. Isso aqui se traduz basicamente no seguinte: o que está acontecendo, Senador Agripino, hoje? O que acontece é o seguinte: os custos humanos da guerra estão caindo. Mas estão caindo para quem? Caem assimetricamente. Enquanto os países não potências, ou hiper ou superpotências desenvolvem tecnologias que permitem uma redução do custo, isso significa a redução do custo da guerra... Exemplo muito claro: o Vant, Veículo Aéreo Não Tripulado. Quando um militar, por exemplo, um americano, no Arkansas ou seja onde for, pilota um Vant, que está a 7 mil quilômetros de distância, dispara contra um adversário, qual é o risco que ele está correndo efetivamente? Mas isso vai acontecer também em termos da Marinha. Isso vai acontecer também em termos de Exército.

Então, esse *gap* tecnológico aumentando faz com que a disposição de potências e superpotências, reduzidos os seus custos de guerra para manter os seus interesses, efetivamente possam bancar certas aventuras. E isso é muito importante, muito importante. Vamos falar sobre isso e sobre base industrial de defesa.

Outra coisa que está para chegar aí – para a qual nós temos que nos preparar, e este Senado tem papel importante nessas decisões – é a militarização do espaço. Nós estamos a poucos passos, acredito eu, de haver plataformas com letalidade, com capacidade e com precisão a partir do espaço. Isso significa para nós sobretudo – e aqui, de novo, uma reflexão para a elite brasileira: os senhores acham que um país que tem uma vocação de ser *global player* não vai ter crescentemente neste mundo onde, infelizmente, cresce a possibilidade de conflitos e, ao mesmo tempo, se reduz a capacidade de governança global...?

Vamos a um exemplo clássico. E peço ao Sr. Presidente aqui, desta Casa, que organize um grande seminário sobre o tratado de não proliferação nuclear. Temo-nos esquecido, deixado de lá. Está fazendo 50 anos: 1948. Nós estamos mais seguros com o TNT? A questão nuclear é uma questão exatamente afastada das possibilidades, ou nós, que vivemos em berço esplêndido, não temos que nos preocupar com isso?

A verdade é que as três pernas do TNT (desnuclearização; transferência de tecnologia e evidentemente a questão da redução na presença ou das possibilidades atômicas, nenhuma delas, funcionaram a contento. De lá para cá, tivemos a nuclearização, entre outros, de Israel, de Paquistão e de Índia. Bom, mas nós dissemos "nós não temos nada a ver com isso". Os artefatos são menores, o controle hoje é muito menor do que você tinha no conflito Leste-Oeste. As possibilidades são muito maiores.

Então, há a necessidade de se ter uma ampla discussão, possivelmente uma revisão, desse que é um tema absolutamente central e de haver alguma medida. Depois do START I e START II, deixamos isso de lado e de nos preocupar com essa questão. Mas essa é uma questão presente, como também é um *gap* tecnológico, com possibilidades para o País.

Escassez mundial de recursos naturais – não precisamos falar sobre isso –, como a água, etc.

Terrorismo presente. Quando uma pessoa vai ao exterior, Senadora Ana Amélia, praticamente nenhum interlocutor deixa de abrir o seu discurso falando em terrorismo. E nós também achamos que não temos nada a ver com isso.

Lembro que, nas Olimpíadas, tivemos que prender um grupo aqui que estava exatamente preparando uma ação nesse sentido. Isso por quê? Porque estávamos uma projeção esportiva de imagem. Não era uma projeção em termos de poder ou econômica. E hoje o chamado neoterrorismo não é aquele terrorismo à *outrance*, que existia com Baader-Meinhof, com Brigate Rosse ou Setembro Negro. Aquele terrorismo tinha uma série de categorias, entre outras, voltar-se exatamente para um determinado. Hoje, não. É difuso!

Os senhores viram, por exemplo, lá em Nice, um árabe, pilotando um caminhão, que é uma coisa inacreditável – passei olhar caminhão de uma forma diferente agora. Quando vejo um caminhão, fico meio preocupado. Vi inclusive, estive lá, por acaso, passando lá na Esplanade Des Anglais, que ele passou por cima de árabe, francês, criança e de quem for. É absolutamente difuso!

Há outra coisa: antes, no terrorismo clássico, você capturava um sujeito, levava-o para treinar num campo, sei lá, no Sudão ou no Mali, seja onde for, e ele se transformava em um terrorista. Hoje, não. Isso é pela Internet. É tudo pela Internet! Um maluco, alguém que tenha uma baixa estima, alguém que sofreu *bullying*, alguém que seja lá o quê, se sente empoderado por participar, por



exemplo, dessas redes que impõem terror. Ele entra naquilo e desenvolve um plano, seja ele qual for, para poder fazê-lo.

Isso é absolutamente difuso, e é preciso ter uma preocupação crescente com esse tema!

Crime organizado transnacional. Essa é uma preocupação de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, e não tenho boas notícias a trazer aqui. A primeira delas, Senador Pedro: o crime se nacionalizou. O PCC, segundo o Gaeco, que é da Procuradoria de São Paulo, especializada em PCC, conforme informações que recebi deles, de 2014 a 2016, pulou de 3 mil militantes para 13 mil presos.

Notem: em dois anos, esse número quadruplicou. Além disso, eles se internacionalizam. Por quê? Porque, como, dos dez países fronteiriços com o Brasil, quatro são produtores de drogas, o que eles estão fazendo? Eles têm o controle exatamente do consumo, da distribuição, e estão partindo para o controle da produção.

Quando isso acontecer, está fechado o cartel. Quando o crime organizado chega a esse nível, Agripino, desafia o Estado. É o caso que temos, por exemplo, no México.

E a verdade hoje é que os nossos presídios e penitenciárias se transformaram em *home office* do crime organizado. Não é por acaso que o Sr. Marcola, que é o líder do PCC – em audiência pública nós fomos lá dentro, CPI de tráfico de drogas e de armas, – está lá há 10, 15 anos. Ele controla, Senador Raupp, com mão de ferro o PCC. A mesma coisa que acontece com o Beira-Mar, que está há 15 anos em Mossoró, no presídio federal de Mossoró, e controla. Por que controla? Porque as comunicações entre o comando do crime e os que estão lá fora continuam.

E aqui existem algumas questões espinhosas que quero trazer para os senhores. A maneira que se tem de conseguir cortar essas comunicações é rever como elas se dão através de familiares e através dos advogados. Os senhores peçam informação ao Gaeco para ver a quantidade de advogados que hoje estão ligados ao PCC, que é realmente impressionante. Nós temos que encarar, Senador Agripino, essa questão.

Indo adiante: Deterioração da segurança pública – desnecessário falar;

Hostilidade contra cidadãos e bens brasileiros no exterior – isso já aconteceu uma vez quando, na Líbia, tivemos que retirar um Embaixador e aconteceu também com alguns cidadãos na Síria;

Capacidade operacional das Forças Armadas – vamos ver isso mais adiante em termos de orçamento.

Sistemas de informação – os senhores viram o que aconteceu em termos de ataque cibernético global. Então, isso é uma taxa de riscos crescente, quer dizer, as guerras civis...

Deixe-me contar uma história para vocês: perguntei – viu, Ana Amélia? – aos suecos: "Por que vocês, tão desenvolvidos, não fazem, como nós, a urna eletrônica? Por que vocês continuam no papel?" Sabe o que foi que eles responderam? "Não, porque os russos podem simplesmente fraudar o resultado" – isso é opinião deles. Para vocês terem uma ideia do que que é a preocupação, vocês viram o que aconteceu na eleição do Trump, agora, contra a Hillary, por exemplo. Então, essa é uma preocupação que nós temos que ter.

Vulnerabilidade do sistema de informação;

Catástrofes naturais e pandemias – desnecessário, depois de Fukushima e outras coisas mais, falar sobre isso.

Instabilidades políticas e sociais na América do Sul – vamos olhar durante alguns segundos a questão da Venezuela. É evidente que se trata de um país irmão, que queremos que supere, em favor da democracia, a crise que está vivendo. Mas hoje nós já temos uma pressão sobre Pacaraima, sobre Roraima, que está difícil de ser mantida. Os sistemas estão saturados lá. Vou dar só um número: em três ou quatro meses, o número de casos de malária naquela região pulou de 46 para 1.150. Ou seja, os sistemas de saúde estão absolutamente saturados. Se alguma coisa que não desejamos vir a acontecer, por exemplo, e se acirrar a disputa lá, demandando, ou debandando, por exemplo, para algo que seria desastroso, nós vamos ter um problema grave, entendem? Não só nós. Mas nós vamos ter. Então, essas questões de instabilidades políticas e sociais também têm que ser pensadas como ameaça.

E a militarização do Atlântico Sul, de que eu já falei aqui anteriormente, por conta da questão que temos.

Aqui uma olhada no orçamento: o que que a gente deflui do orçamento? Isso aí são os valores empenhados, é a senoide: você sobe e desce, você sobe e desce. Isso gera imprevisibilidade. E projetos



estratégicos ou projetos de alta tecnologia para a área de defesa, senhores, exigem longa maturação. E outra coisa: ninguém vai nos dar absolutamente nada de graça. Não existe. Tecnologia avançada, tecnologia sensível, como se diz, ou desenvolvemos aqui, ou encontramos parcerias até um determinado nível, ou não existe essa possibilidade.

Então, vivemos uma espécie de senoidal que complica e joga, como os senhores vão ver, projetos estratégicos muito lá para frente, criando, portanto, dificuldades operacionais.

Aqui os senhores veem o investimento, que está ali: demais discricionárias e PAC. Os senhores podem ver o que foi a LOA, o limite de empenho inicial e o empenho final, que nós temos aí. E os senhores vão ver a mesma situação. Quer dizer, a diferença, às vezes, um pouco mais próxima e, às vezes, um pouco mais longe. Mas a verdade, como os senhores podem ver aqui, é que o Brasil empenha aproximadamente 1,3 do PIB – ali está em bilhões de dólares e, em 2016, está a nossa situação.

O que os senhores verificam? Qual é a diferenciação que nós temos ali entre aquele grupo selecionado? A diferenciação é a seguinte: país que vive com ameaça e com conflitos, sobretudo em termos de fronteira no interior, faz uma aplicação de orçamento infinitamente adiante. Para vocês terem ideia, no caso específico dos Estados Unidos, dados seus compromissos globais, o orçamento corresponde aproximadamente aos 15 próximos orçamentos que vêm a seguir. Então, é um diferencial. Hoje nós temos, segundo o estrategista, uma situação global chamada de 4+1, uma superpotência e quatro potências: China, Rússia, Índia e me falta um. Enfim, eles são efetivamente quatro. Esse é o quadro geopolítico que nós temos. Vocês perguntam: mas por que o Chile faz 1,9? Vejam: ele tem conflitos de fronteiras tanto com a Bolívia quanto com o Peru. Então, essa é a diferenciação que nós temos.

Aqui o efetivo militar das Forças Armadas. No total, 744 mil entre ativos e inativos: ativos, 366 mil; inativos, 152 mil; pensionistas, 219 mil; anistiados, 4 mil. Isso dá aquele total que nós temos ali. E a distribuição regional, onde vamos ver que metade das nossas Forças Armadas se concentra no Sudeste, por razões óbvias; em segundo lugar, nós temos o Sul; em seguida, o Nordeste; e, por fim, o Centro-Oeste e o Norte.

Aí alguém poderia perguntar: mas, escute, não há uma grande preocupação com a Amazônia? Bom, a questão da Amazônia é a seguinte: se os senhores forem a um posto especial de fronteira... Por que ele é especial? Ele é especial, Agripino, porque ele não tem nada em volta. Então, como você alimenta, como você atende, como você dá saúde, como você faz mantimentos para alguém que não tem nada em volta? É floresta e rio, rio e floresta. Então, a decisão estratégica das Forças Armadas foi: eu tenho um posto de fronteira; mais para trás, eu tenho o batalhão, com 300, 400; e mais, eu tenho a brigada, que, na verdade, é distribuída no espaço. Nós temos ao redor das nossas fronteiras, sim, fronteiras. Voltaremos mais adiante para falar bastante sobre isso. Nós temos em torno de, daqui debaixo do Rio Grande do Sul até lá em cima, no Amapá, 35 mil homens – isso pegando um pedaço do Sul, do Centro-Oeste, chegando até lá em cima. Então, floresta é muito difícil em termos logísticos de você manter homens lá. E nós temos militares que, inclusive, escolhem ir para lá, vão com suas esposas e levam uma vida difícil, fazendo o seu papel.

Chegamos agora aos nossos projetos estratégicos. Alguém pode perguntar: por que estratégicos? Porque, lá atrás, se não me engano, ainda no governo Dilma, foi estabelecido que projetos estratégicos não teriam contingenciamento. Não teriam, mas têm.

E ali estão os nossos projetos: submarino de propulsão nuclear. Alguém pergunta: mas para que submarino de propulsão nuclear? Para que o Brasil precisa disso? Bom, vou dar só um dado: nós temos 260 plataformas hoje em petróleo e pré-sal, 260. E é bom lembrar que, na Guerra das Malvinas, em 1982, toda a esquadra, toda a marinha da Argentina não saiu dos portos por causa de um submarino nuclear. E, quando saiu, que foi o cruzador Belgrano, ele foi detonado, afundou em questão de segundos, e mais de 1,5 mil marinheiros morreram em segundos, porque o clima é subártico.

Submarinos convencionais. Eu queria muito que todos os senhores fossem a Itaguaí para verem quão portentosos são e quanto nos traz orgulho ver quatro submarinos convencionais, que são extremamente complexos, a eletrodiesel, desenvolvidos, sendo que o primeiro já estará entrando no



mar em junho de 2018. E isso é muito importante, porque nós precisamos renovar nossa frota de submarinos.

Tecnologia nuclear da Marinha. É exatamente o desenvolvimento e o controle do ciclo de urânio para produção de energia. Aqui, nós não temos ajuda de ninguém. Nós temos obstáculos. Então, quando se diz que a colaboração é com a França, alguém pensa: "Não, eles estão transferindo tecnologia". Ninguém transfere para nós. Anastasia, ninguém nos dá nada. Nesse aspecto aí, não há conversa. O TNP não funciona. O que eles têm de cooperação conosco é a produção do casco. Aí, sim, nós temos a ver.

Estaleiro e base naval, que é infraestrutura. O Guarani, que é o novo blindado e que, como os senhores veem, está muito atrasado por conta das dificuldades orçamentárias. O Astros 2020, desenvolvido pela Avibras, é um míssil de precisão de percurso médio, aproximadamente 300km, que inclusive estamos exportando.

Sisfron. Aqui, nós temos, talvez, o menor desempenho. No Sisfron hoje, de aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras, nós temos 600 quilômetros na área de Dourados. Por quê? Por conta do custo que isso representa. E, sobre isso, voltaremos a falar, até porque estamos revisando e buscando customizar esses projetos. Estamos procurando customizar todos esses projetos e ver se conseguimos fazer mais, com outras tecnologias, para alcançar os nossos fins.

O F-X2 é o Gripen, que teve o voo inaugural na semana retrasada, que vai muito bem. E esse vai bem sobretudo porque o principal do contrato só será pago quando da entrega dos 36. Então, estamos indo bem.

O KC, em desenvolvimento, é uma joia, é uma joia! Eu sou um fã do KC-390. É o melhor cargueiro tático hoje existente no mundo. Não tem Bombardier, não tem Airbus, não tem nada que vocês possam imaginar... É o estado da arte. E ele voltou-se para o nicho do Hércules, porque o cargueiro universal tático é o Hércules americano, que está entrando no processo exatamente de obsolescência. Ele está sendo modernizado através do Hércules-J, mas nós topamos competir com qualquer outro produto que exista no que diz respeito ao KC-390, que, inclusive, já tem a primeira encomenda firme, no caso de Portugal. A aquisição ainda não iniciou, porque temos dois deles que já estão voando em teste e um terceiro para sair, que dá a certificação de produção.

SGDC. Esse satélite – é bom lembrar – é o primeiro satélite totalmente sob controle do Brasil, totalmente sob o controle do Brasil. Isso significa um salto em termos de soberania, Agripino. Isso significa um salto em termos de tecnologia. Até aqui, nós não tínhamos o controle de um satélite. Os principais satélites pertenciam... O mexicano Slim, por exemplo, nenhum problema contra ele, mas, por interesse deles, se eles mudassem a posição daquele satélite, toda a posição das nossas antenas em terra, por exemplo, teriam que mudar, além de que há uma questão das comunicações militares e governamentais, que, agora, têm criptografia verde e amarela. Então, aquilo é um salto. Além disso, o SGDC vai levar – vejam bem – banda larga a todos os brasileiros e brasileiras. Vai terminar, acabar com o *apartheid* digital no Brasil hoje.

O HX-BR são 50 helicópteros de uso geral pelas três Forças, e aí você tem o total do que nós já gastamos, os gastos até aqui realizados e o que nós temos pela frente, que não é pouco diante da realidade fiscal à frente.

Aqui são os resultados. Os produtos de defesa incorporam tecnologias inovadoras. Nós somos, o Ministério da Defesa, o maior contratante de tecnologia e inovação do Brasil em termos individuais. Ninguém tem a carteira de projetos, com capacidade tecnológica e de inovação como nós temos. Amplia o investimento que transborda para outros segmentos. Um exemplo claríssimo disso é o celular que os senhores têm na mão. Nós chegamos a isso através da internet. A internet foi pensada para a hipótese de uma guerra nuclear. Era exatamente isso.

Produtos exportáveis de alto valor agregado, formação de técnicos. Só no caso do Gripen, nós temos 150 engenheiros hoje na Suécia. E gera emprego de alto nível, sofisticado.

Aqui estão os projetos, um a um. Eu vou passá-los, por uma questão de tempo, Presidente, porque já vai avançado, e os senhores podem baixar, ponto a ponto, o que os senhores têm aí. Cada um desses projetos, os senhores podem ver em detalhe.

Aqui uma observação sobre a Base de Alcântara, que é também hoje um tema bastante discutido. Presidente – não sei se o senhor conhece, deve conhecer Alcântara, e outros aqui também –,



quando eu estive lá pela primeira vez, eu tive uma sensação contraditória: uma grande alegria e uma grande tristeza. Alegria em ver que o Brasil produziu, Senador Agripino, talvez a melhor base do hemisfério para lançamento de foguete, totalmente equipada e pronta. Se o senhor quiser, é só girar a chave que ela funciona. E a tristeza: isso está parado. Isso está totalmente parado.

Como é que se admite que um País que tem a possibilidade de gerar US\$1,2 bilhão a US\$1,5 bilhão/ano de ingresso de divisas e que tem um equipamento desse deixe isso aí parado? Por quê? Porque nós não conseguimos nos entender. Nós não conseguimos nos entender.

Em 2001, quando veio aqui a proposta de salvaguardas, ela sofreu tais restrições que foi paralisada. Nós tiramos o texto, porque a grande preocupação eram os Estados Unidos, os Estados Unidos, o imperialismo etc. Na nova concepção, nós vamos trabalhar com chineses, com russos, com Estados Unidos, com brasileiros, seja com quem for. Ninguém será unicamente ou monopolisticamente dono disso que aí está, até porque dono é o Brasil e são os brasileiros. E nós precisamos – quando digo nós, refiro-me tanto ao Governo quanto à oposição – entender que esse é um projeto de Estado, é um projeto nacional.

Os senhores sabem que só o SGDC, que nós lançamos em Kourou e que não é tão bom quanto o Centro de Lançamento de Alcântara, que é o melhor em termos geográficos, custou US\$120 milhões. E eram dois satélites. Havia um coreano menor e havia o nosso. Cento e vinte milhões.

Nós temos o mercado do nanosatélite, do microsatélite e dos satélites, com o que nós estamos fora no mundo inteiro. Como é que isso se justifica, gente? Tudo pronto, montado, excelente. E nós não conseguimos fazer isso.

Nós retiramos o texto daqui, refizemos aquela minuta e vamos mandar de volta ao Congresso Nacional. E que fique bem claro, quando alguém disser "não, estão negociando com os americanos" – permitam-me, essas coisas que me parecem muito mais um subdesenvolvimento, por assim dizer, uma mentalidade que, enfim, não condiz com o tamanho do Brasil –, que estamos negociando com todos aqueles que têm interesse em participar desse projeto, inclusive com brasileiros, através da Embraer.

Aqui está a Base de Alcântara, totalmente reformulada. Aquelas torres ali são as chamadas gaiolas de Faraday, para evitar ondas eletromagnéticas que levaram o problema do VLS.

O problema central que nós temos está ali em azul mais claro. Nós tínhamos uma área de 60 mil hectares. Foram cedidos aproximadamente 42 mil para entidades quilombolas. Nós ficamos apenas com oito mil. Estamos reivindicando... Já há um TAC hoje na Casa Civil de 12 mil hectares. Se nós juntarmos esses oito com doze, vamos ter capacidade e economicidade para trabalhar com quatro, cinco ou até mais países.

Que fique bem claro, inclusive para os senhores da imprensa, que nós estamos negociando com qualquer país que tenha interesse. Qualquer país. Americanos, russos, chineses, israelenses, todos eles, inclusive franceses, têm manifestado interesse em trabalhar conosco.

Base Industrial de Defesa. Ela é melhor definida aqui.

Um terço do PIB, como os senhores viram, destina-se a gasto em defesa. O complexo da Base Industrial de Defesa responde por US\$65 bilhões, 60 mil empregos diretos e 240 mil empregos indiretos. Quase metade delas são de média e alta tecnologia. E nós temos de desenvolver a capacidade de alcançar o mercado externo.

Há 15 anos tentava-se estabelecer uma linha de crédito para que as exportações brasileiras da Defesa pudessem competir em condições de igualdade no exterior. Hoje nós temos essa linha de crédito, Jorge, desenvolvida pelo BNDES, que nos permite, exatamente, disputar em condições de exportação desse mercado, que é fundamental em termos de tecnologia. Estamos fazendo toda uma revisão em termos do regime tributário especial dela, estamos revendo toda a estratégia em termos de *offset*, em termos do que é a definição de empresa estratégica, enfim, estamos revendo toda a arquitetura no que diz respeito a isso.

Chegam, então, as atividades subsidiárias. O que são atividades subsidiárias? Elas são aquelas que evidentemente não estão no núcleo central da preocupação das nossas Forças Armadas. E elas remetem a quê? À cooperação com o desenvolvimento nacional e defesa civil, utilidade pública, interesse social e que também tem a ver com o papel de polícia que as Forças Armadas exercem nas nossas fronteiras, sem prejuízos, evidentemente, das demais autoridades policiais e jurídicas. Mas, na fronteira, temos essa capacidade.



Aí, os senhores têm algum exemplo. Essa é apenas uma operação cívica, social e hospitalar no Juruá, com os números. Fazemos isso pelas três Forças, e não apenas pela Marinha, durante o ano inteiro.

Comunidades indígenas, apoiadas pelos expedicionários da saúde Voluntários do Sertão.

Ações na área da defesa civil estão devidamente listadas. Os senhores sabem que, como sempre, se recorre às Forças Armadas. Aí, algumas das ações que foram feitas e realizadas com respeito a isso.

Essa operação é a menina dos meus olhos. Por quê? Porque é o maior programa de distribuição de água do mundo. Nós distribuímos, Agripino, água – inclusive no seu querido Rio Grande do Norte – para 4,05 milhões de nordestinos, que recebem água em 79 mil cisternas, com aproximadamente 8 mil pipeiros, a um custo de R\$1,1 bilhão – e nos nossos queridos Estados de Alagoas e de Pernambuco também. E isso é feito com a mais alta tecnologia. O roteiro de cada caminhão desse é seguido por GPS, todas as fontes de abastecimento são certificadas, e você faz esse atendimento extraordinário, minorando o sofrimento de uma seca que já chega ao seu sexto ano. São oitocentas e tantas cidades, essa é toda a área alcançada, quase 900 Municípios são alcançados por isso.

Combate ao *Aedes aegypti*. A maior operação em tempos de paz: 200 mil militares são envolvidos anualmente no combate ao *Aedes aegypti*.

Apoio às eleições. Locais distantes e também a questão da violência.

Ministério da Educação. Enem. Atuamos em 58 unidades militares.

Apoiamos órgãos de segurança pública federais.

Este é outro projeto belíssimo: Amazônia Conectada. Estamos colocando cabos de fibra ótica nos rios da Amazônia. O objetivo é chegar a 7,8 mil quilômetros; já entregamos 900km, que vão de Manaus até Tefé. Primeiro, vão quebrar o isolamento daquelas populações e, segundo, vão levar informação, educação e, no futuro, energia, que também irá através desse projeto, que é um projeto realmente belíssimo.

O Projeto Soldado Cidadão. Nós anualmente recebemos 1,8 milhão de jovens em idade alistável, ficamos com 80 a 90 mil, a depender do nosso orçamento, e 20 mil deles por ano recebem algum tipo de formação técnica.

Forças no Esporte é um programa de formação para comunidades, para crianças, para garotos que vão para as unidades militares e recebem atenção médico-odontológica, recebem alimento e, ao mesmo tempo, têm iniciação ao esporte. São 22 mil alunos em 93 Municípios.

Este é o mais famoso, que é o Atletas de Alto Rendimento. Das 19 medalhas olímpicas, faturaram 13 para o Brasil. O Programa Calha Norte todos aqui conhecem. Houve uma grande ampliação, passou de 260 para 415 convênios, e, hoje, para se ter uma ideia, envolve R\$500 milhões através de desenvolvimento de infraestrutura, de apoio, de integração nas cidades. Antes, era só fronteira; agora, envolve todos os Estados.

Transporte de órgãos: 275 órgãos pela Força Aérea. É uma coisa interessante. Eu descobri, Presidente Collor, que a cidade que mais doa órgãos é Petrolina. É um negócio de que eu estou, inclusive, querendo descobrir o porquê, uma vez que Petrolina suplanta Rio e São Paulo. Disseram-me que, por incrível que pareça, é o número de acidentes de motos, mas não deve ser só o número de acidentes de motos, porque tem que haver alguém que recolha, que converse com a família, que faça sei lá o quê.

O Projeto Rondon está fazendo 50 anos em breve. É exatamente a formação do universitário como cidadão e defensor do meio ambiente.

E chegamos a um dos temas agora do nosso questionamento: a garantia da lei e da ordem. A garantia da lei e da ordem está no art. 142, que diz claramente:

Art. 142 As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.



O que isso quer dizer? Isso quer dizer que, esgotadas as capacidades, por exemplo, dos Estados ou em determinados acontecimentos, como, por exemplo, Olimpíadas, há necessidade do emprego em funções policiais das Forças Armadas. Então, quando há uma possibilidade de descontrole, uma greve, um motim, como, por exemplo, houve no caso em Vitória, no Espírito Santo, a *ultima ratio regum* de que o Estado dispõe são as Forças Armadas. Então, é feito um recurso a elas.

Agora, algumas coisas de preocupação. Nos últimos 30 anos, houve 115 garantias da lei e da ordem. Eu acho que, se me permite, há uma certa banalização. E essa banalização, os senhores vão ver, tem crescido, sobretudo por conta da crise da segurança pública. Anastasia, a crise da segurança pública não será resolvida pela Defesa, nós vamos resolvê-la com a segurança pública. Não é fazendo essa transposição que nós vamos resolver esse problema gravíssimo que o Brasil tem. Os senhores vejam aqui que, apenas no período de 2010 a 2017, foram 29 garantias da lei e da ordem.

No caso específico, nós fomos duas vezes ao Rio Grande do Norte, fizemos operação varredura. Os senhores ouviram falar naqueles massacres, que agora caíram bastante. Nós fizemos varreduras em mais de dez presídios, por determinação do Senhor Presidente da República. Inclusive, em alguns deles, houve chacinas, como é o caso de Alcaçuz, Monte Cristo e o Compaj, o Anísio Jobim, em Manaus.

Aí estão os Estados, em aproximadamente 13 períodos. Agora, eu chamo atenção para esses dados. Olhem para aquele ali: o número de armas brancas que foram encontradas dentro desses presídios é de 4.203. Ora, nessas vitórias, o público carcerário foi de 12 mil apenados. Se há 4 mil armas brancas por 12 mil, isso significa que um em cada três está armado. Os senhores entendem como isso funciona como vetor de chacina e de massacre? E outra coisa: como entra tudo aquilo ali? Há rádio transmissor, tesoura, televisão, celular, o que vocês imaginarem está lá dentro. Então, é inafastável a percepção de que sistemas carcerários de alguns Estados são lenientes com o crime organizado. Não há jeito. Não é possível que aquilo tudo entre ali. Não é possível! Ali fica exemplificada essa situação que nós vivemos em termos de segurança.

Operação Capixaba, a mais delicada de todas, porque não se tratava de uma greve, mas, na verdade, de um motim. A PM de lá ficou aquartelada e armada. Foi muito delicado sair dessa situação, mas saímos.

A Operação Carioca durou uma semana, com 9 mil militares da Marinha e do Exército. Agora, chegamos à questão controversa...

(Soa a campanha.)

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – ... que é exatamente a questão da GLO na Explanada dos Ministérios.

Os senhores sabem que o Presidente da República determinou que fossem empregadas as Forças Armadas porque a situação fugiu ao controle. É fácil ver aqui que a situação fugiu ao controle com algumas fotos que estamos demonstrando. Então, a partir de certo momento, 15h, 15h30, nós tínhamos servidores apavorados, isolados dentro de prédios. Em alguns deles, ocorria incêndio, e as pessoas sem condições de fugir. Então, o que os senhores fariam em uma situação como esta, em que ficava claro o descontrole e o crescimento do vandalismo? Nesse instante, há uma troca de telefonemas entre o Presidente da Câmara e o Presidente da República e é tomada a decisão de realizar uma operação de garantia da lei e da ordem. Isso foi feito, e eu queria muito chamar atenção para as diretrizes operacionais.

Diretrizes operacionais... Depois do decreto do Presidente, Agripino, vêm as diretrizes operacionais. Então, basicamente, ali – e há a cópia do lado de cá –, o que está dito é o seguinte: as Forças Armadas foram empenhadas para a segurança patrimonial dos imóveis da União e de uso especial. Elas, na verdade, não tinham autorização para cruzar o meio-fio. Elas ficaram lá para garantir os imóveis federais e a integridade das pessoas e dos servidores que lá se encontravam. Ou seja, as Forças Armadas não foram empenhadas, Raupp, em momento algum, para a repressão, e não há nenhum caso de conflito. Então, foi uma postura absolutamente responsável e defensiva que foi feita naquele momento crítico.

Aconteceu um ruído, que depois ganhou proporções grandes, que foi: afinal, o Presidente da Câmara pediu Força Nacional de Segurança ou pediu Forças Armadas, na verdade? O que acontece?



Quando eu cheguei ao Palácio e nós iniciamos a discussão, ficou evidente que nós não tínhamos Força Nacional de Segurança com efetivo suficiente para dar conta disso. Nós tínhamos, sei lá, 200 e poucos e precisaríamos, segundo os militares afeitos, algo como 1,5 mil ou 1,8 mil homens para cuidar disso aí. Então, ficou evidente que não havia outra saída.

Eu, então, quando comunico... Como me havia sido dito que o Presidente da Casa havia pedido, eu falo de GLO, mas o erro é meu, porque, na verdade, fui eu que cometi uma ilação. Eu achava que o pedido que tinha vindo era aquele. Não, o pedido não foi aquele. O resultado pouco importa; era, de fato, este: você tinha que manter a ordem e não podia permitir aquele vandalismo. Mas, foi, na verdade, um ruído em termos de comunicação.

Então, aí está exatamente a situação como ela aconteceu, e os senhores têm aí algumas imagens do que aconteceu. Esse vandalismo implicou um prejuízo de R\$2,5 milhões. Ali estão os ministérios que foram atingidos, e, evidentemente, os servidores, que ficaram apavorados naquela situação, como aconteceu lá dentro. E a AGU está exatamente cobrando dos responsáveis o ressarcimento.

A questão das fronteiras. Os senhores têm ideia do que é a fronteira brasileira? Então, vamos pegar um avião aqui agora. Nós saímos de São Paulo, cruzamos o Atlântico Sul, cruzamos a África, cruzamos o Oceano Índico, cruzamos a Malásia, cruzamos o Mar do Japão e chegamos ao Japão. Em linha reta isto são as fronteiras do Brasil, das quais 9 mil quilômetros são exatamente de fronteira molhada. Se os senhores pegarem a faixa de fronteira de 150 quilômetros por 17 mil, dá alguma coisa como 800 mil quilômetros quadrados. Poucos países do mundo têm essa extensão. A Venezuela tem um pouquinho mais do que isso, 900 mil, para os senhores terem uma ideia.

Nesse sentido, temos litoral, temos espaço aéreo e temos também o mar territorial para defender. O que estamos fazendo? O Programa Integrado de Fronteiras, que possibilitou – é um decreto, na verdade, de 2002 – uma presença maior das Forças Armadas na fronteira. Além disso, há a Operação Ágata, com mais de 11 mil militares e 33 agências. Eu gostaria de convidá-los a conhecer de perto essa atividade que está sendo feita – não vou me alongar por uma questão de tempo. Há também a Operação Ostium. Os senhores viram recentemente uma avioneta com 634 quilos: é fruto disso. O que faz a FAB, Agripino? Ela deslocou radares, satélites e VANTs para determinadas regiões, sobretudo onde é mais crítico o problema, que é na fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, e criou corredores. O avião que não passa pelo corredor é considerado suspeito. Ele recebe um primeiro sinal, depois sobe um Super Tucano e dá sinal para ele descer. Se ele não desce, é considerado hostil, e é dado um tiro de advertência. Se, mesmo assim, ele não obedecer, virá o tiro de destruição. Quando chega no tiro de advertência, eles simplesmente jogam o avião ao chão em qualquer tipo de lugar e saem correndo. Então, essa é uma das formas que temos usado em termos de tecnologia para enfrentar esse tipo de problema.

A outra coisa foi a questão de tropas americanas que estariam vindo para atuar na Amazônia. Senhores, senhora, todos nós – nós inclusive – somos vítimas daquilo que hoje se chama de *fake news*. Esse é um caso de *fake news*. Esse é um caso escandaloso de *fake news*, e todos nós fomos... Evidente que quando digo "todos" não estou fazendo aqui... Eu mesmo fui atrás para saber que história era essa. Muito simples: é uma operação de realização de seminário logístico e humanitário. E as "tropas americanas"? Serão quatro observadores, senhores, quatro observadores num exercício sobretudo voltado para a logística humanitária.

Eu quero lembrar que o Brasil tem adidos militares no *South Command*, ou seja, no Comando Sul dos Estados Unidos. Eu quero lembrar que a Marinha tem adido militar em Norfolk, a grande base americana que nós temos da Marinha, e que é costume entre as forças militares dos diversos países trocar informações. Para os senhores terem uma ideia: nós temos adidos militares em aproximadamente 60 países, nós temos a segunda maior rede de representação do Brasil no exterior.

Eu acho que todos nós fomos vítimas... Eu entendo claramente a preocupação que assomou a todos, não tenham a menor sombra de dúvida, mas quero afirmar aos senhores, e inclusive convidar aqueles que queiram estar presentes para ver exatamente isso. Ou seja, é uma operação absolutamente usual, voltada para fins de logística humanitária, não há tropa alguma. Aliás, convenhamos, é doutrina da defesa brasileira não aceitar tropas de outros países que não da América do Sul, evidentemente envolvidas aqui, muito menos na Amazônia. Então, seria fazer pouco, inclusive, da doutrina militar e de defesa do Brasil imaginar uma situação como essa.



Sr. Presidente, com isso estou concluindo. Peço-lhe desculpas pela extensão de minha manifestação – acho que extrapolei o tempo –, mas procurei ir com velocidade suficiente para poder abordar os diversos temas.

Agradeço uma vez mais a plateia tão distinta dos Srs. Senadores e me coloco à disposição para os questionamentos que porventura existam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Ministro Raul Jungmann, por sua explanação.

Já estão devidamente inscritos a Senadora e o Senador Pedro Chaves.

Passamos agora aos Senadores inscritos para as indagações que serão formuladas a S. Ex^a o Ministro da Defesa.

O primeiro Senador inscrito é S. Ex^a o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Ministro, segue uma proposta de perguntas sobre o KC-390.

Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo pela brilhante palestra, que esclareceu muitos pontos que eram, realmente, de desconhecimento de muitos Senadores e de todos aqui presentes.

Gostaria de dizer que considero a aeronave KC-390 como sendo a joia como sendo a joia da coroa brasileira. Um projeto desse nível que corresponde à independência tecnológica e à oportunidade de proporcionar uma balança comercial positiva para o Brasil não deveria ser tratado como um programa de prioridade da Nação, uma vez que, no mercado de vendas de aeronaves, existem prazos que não podem deixar de ser cumpridos, sob pena de perdermos contratos comerciais vantajosos? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É uma pergunta somente, Senador?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – É só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

Em seguida, passamos a palavra ao segundo Senador inscrito, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Ministro Raul Jungmann, eu queria cumprimentá-lo. Temos uma amizade já de muito tempo, e confesso que fiquei bastante satisfeito com a exposição de V. Ex^a, porque eu fui um dos que fiquei bastante sobressaltado com a presença do Exército na Esplanada – há toda uma simbologia nessa região da Capital da República.

Eu achei um gesto muito bonito de V. Ex^a ao dizer que houve uma culpa sua de entender e até de externar um entendimento que realmente criou uma confusão danada, porque, logo em seguida, estivemos diante de um documento do Presidente da Câmara, que, de fato, pedia a Força Nacional, e não... O que seria o adequado. Mas o próprio Comandante do Exército, numa recente audiência aqui, fez a mesma justificativa de que, naquele momento, não havia homens suficientes, pois havia sido deslocada uma parte grande para o Rio de Janeiro. Mas, enfim, isso veio e depois foi esclarecido. Eu estou pegando isso para ressaltar a importância da sua vinda aqui.

Mas eu queria me prender à oportunidade, Presidente da Comissão e colegas Senadores. Nós temos até o dia 5, na semana que vem, para apresentarmos propostas de orçamento, emendas das Comissões. E a vinda do Ministro da Defesa para fazer essa exposição, a vinda dos comandantes das Forças, que já estiveram aqui, eu acho que nos impõe uma responsabilidade objetiva. As exposições foram fantásticas. Enche os olhos de todos nós ver que o Brasil tem estratégia, tem um plano para agir e para se consolidar com uma grande nação que não quer se impor contra os seus vizinhos, que não quer se impor no mundo, mas quer passar algum caminho para que os outros países possam até seguir.

E o maior problema com que nós nos deparamos – eu estou falando isso de maneira objetiva – é que, para dar conta de um país continental como o nosso, tudo que nós vimos envolve recursos. Eu vi aqui um gráfico trazendo – lembro-me bem, fiz referência a ele – o quanto que o Exército, por exemplo, consome de recursos relativos ao Orçamento geral, ao PIB, que nós temos no Brasil inteiro, a ponto de, como dito aqui pelo Comandante Villas Bôas, termos passado, lá atrás, por um problema até



de falta de recursos para o custeio da alimentação dos homens e das mulheres, saindo de situação de 0,14 – lembro bem o número – há 15 anos, em relação ao orçamento para o Exército, caindo até 0,06 do mesmo orçamento; depois, no Governo do Presidente Lula, chegando a 0,13. Quer dizer, dez anos depois se volta a um percentual que foi uma consequência de uma série de esforços, e que agora se reduz para 0,08. Estou traduzindo os 15 últimos anos. Isso é muito complexo. Estamos lidando com defesa. Às vezes, não se entende a importância da defesa.

Trabalhei com o Ministro Jobim quando ele era Ministro da Defesa. Eu atuava na Helibras como Presidente do Conselho de Administração, e acho que é uma bela oportunidade que temos aqui, Presidente Collor, de, concluindo esta audiência, termos claramente do Ministro da Defesa, que é responsável pelo conjunto das Forças, o que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado precisa priorizar nas duas propostas que temos de apresentar até terça-feira aqui na Comissão, e levar para a Comissão Mista de Orçamento, de que também sou Vice-Presidente, uma proposta. Acho que é uma oportunidade, e V. Ex^a, ontem, me dava a atribuição, como Vice-Presidente, de trabalhar esse tema.

Acho que hoje nós temos uma questão objetiva: ouvimos os comandantes das Forças, acabamos de ouvir o Ministro da Defesa, e tínhamos de criar um esforço conjunto – já falei com o Secretário – para que até terça-feira, mais tardar, tenhamos uma proposta objetiva da nossa Comissão que possa, de algum jeito, fazer frente a essa situação vexatória que as Forças Armadas vivem, que o Ministério da Defesa vive, que vai de transporte de órgãos até a segurança nacional clássica.

O Acre é o lugar da Amazônia em que mais está havendo transplantes sem mortes – ainda mais isso. Nenhum Estado chega perto. É um esforço nosso. Começou comigo, mas muito mais fortemente com o Governador Tião Viana e de uma equipe de médicos; rim e fígado. Não há, no Nordeste e no Norte, nenhum Estado que tenha um número de transplantados quanto o do Acre. Sem o papel das Forças Armadas, teríamos muitas dificuldades. O senhor falou do ponto da doação de órgãos, e eu estou falando do lugar em que muitos órgãos salvam vidas.

Comecei pelo final. Acho que essa questão do orçamento é central nesta audiência de hoje, porque estamos exatamente na semana do calendário em que temos de definir as duas propostas de emendas – porque agora não são três mais, Presidente. Nas comissões permanentes, passaram para duas. O prazo máximo é até o dia 5. O relatório foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento. E, como o Presidente Collor me deu essa atribuição, já falo aos colegas que eu queria uma manifestação do Ministro. Talvez V. Ex^a, junto conosco, na segunda-feira – eu estarei o dia todo em Brasília tratando disso –, para que possamos fazer algo e aprovar na Comissão, porque teremos de ter uma reunião extraordinária, que o Presidente certamente vai estabelecer no prazo, para apreciarmos as propostas e tomarmos a definição. Mas eu já me disponho a ficar a segunda-feira inteira aqui em Brasília para trabalhar isso porque acho que é da maior importância.

E por que estou pondo isso? Por conta de tudo o que foi falado. O Brasil está perdendo a competitividade, mesmo tendo um ponto quase que perfeito para lançamento de satélite, como foi colocada Alcântara, que viveu o acidente, o drama. V. Ex^a colocou muito bem, e eu fiquei animado de vir. Mas eu acompanhei também isso. Até pouco tempo atrás, a questão de satélite no Brasil não tinha endereço; aliás, tinha vários endereços que não se comunicavam. Vários órgãos trabalhando com isso, e ninguém decidia. Foi um impasse de dez anos que nós vivemos, ou mais, ou mais. E me anima ver de V. Ex^a que agora temos metas bem definidas e um propósito a ser alcançado. Isso é fundamental.

Mas eu ponho números também nisso. Nós ouvimos aqui, numa exposição – não me lembro se foi do Comandante da Aeronáutica, mas foi de uma das Forças que nós tivemos a informação –, que a Argentina gasta 1,1 bilhão no trabalho de satélite por ano; a Índia também; e o Brasil, 100 milhões. Então, veja: nós temos dez vezes menos recursos para tratar a questão de satélite que a Argentina, que a Índia, que é do Brics. E V. Ex^a fala da Bolívia. Então, não é possível que o país que tem Alcântara trate deste tema dessa maneira absolutamente irresponsável. Isso tira o País de qualquer competitividade.

V. Ex^a falou da guerra no espaço, falou aqui que está diminuindo o número de homens no *front*. Os Estados Unidos mesmos, na Síria, não têm um americano no *front*; estão na retaguarda, usando este tipo de equipamento que a gente vê que aumenta o poder bélico e diminui a presença – o que eu acho que fica mais complexo, porque a guerra é vista só do ponto de vista de quem foi destruído; ninguém vê mais quem está destruindo. Isso pode aumentar ainda mais a destruição.



Então, acho que essa é uma questão fundamental. Lançamos o nosso primeiro satélite geoestacionário, mas o Chile está na nossa frente décadas, se for o caso. E o Brasil precisa recuperar esse terreno.

Mas eu queria, Sr. Ministro, falar também sobre algo de que V. Ex^a falou muito rapidamente. O HX-BR, que é o nosso projeto... Em vez de comprar helicóptero de médio e grande porte, o Brasil trouxe uma fábrica – eu trabalhava na Helibras na época –, e essa fábrica está em Itajubá. Alguns colegas aqui já estiveram lá. Nós produzíamos antes o Esquilo; já foram produzidos no Brasil mais de 600 Esquilos nessa fábrica criada há mais de 30 anos. Na época, o Ministro Aureliano Chaves e outros, inclusive das Forças, ajudaram bastante. E o Presidente Lula tomou uma decisão: em vez de fazer uma compra de 50 helicópteros, trouxe a fábrica para o Brasil, para que o Brasil fosse produtor de helicópteros de grande porte. É o que nós temos.

Temos simulador. Os pilotos de helicóptero teriam de ir para a Europa a cada dois anos para fazer simulador; agora, vão para o Rio de Janeiro, em uma parte deste complexo.

Essa fábrica foi montada não para produzir 50 helicópteros, mas para exportar helicópteros para a África, para a América Latina, para a Petrobras, enfim, para civis e militares de grande porte.

Eu queria um comentário: por que o Brasil não trabalha essa questão do ponto de vista estratégico? Todos os países fazem isso, especialmente na produção deste tipo de equipamento.

E faço o mesmo em relação ao KC-390. Eu estive lá. É realmente algo primoroso, mas eu me preocupo e queria um comentário: por que só Portugal até agora encomendou? Eu sei que, quando se tem um projeto de um avião, normalmente as vendas são feitas antecipadamente. Eu não sei se está faltando ao Brasil ter uma ação mais agressiva tanto com os helicópteros quanto com o KC-390. Eu gostaria de um comentário nesse sentido.

A preocupação última que eu trago, Sr. Ministro, é em relação – vou deixar por último a fronteira – a um quadro que vi de V. Ex^a: de todos os projetos que o Brasil está executando, há um conjunto de pagamentos. Se eu não estiver errado no número, foram pagos R\$26 bilhões – eu acho que o número é esse – em um conjunto de programas que são fundamentais para o País. Então, em todos esses programas juntos, os de helicóptero, de avião e de uma série de outros, o Brasil investiu – vou chamar assim – R\$26 bilhões. Mas, na coluna do lado direito, há uma dívida de R\$90 bilhões. Esses são os números. Ou é algo perto de R\$90 bilhões. Acho que isso a Comissão tem de entender, nós temos de entender. Veja só: nós pagamos R\$26 bilhões e temos uma dívida para esses programas de mais de R\$90 bilhões. Nós temos de ter essa noção, porque senão alguns desses programas vão se inviabilizar completamente, se houver atrasos, se não houver o cumprimento de prazos. Eles perdem, às vezes, até o sentido, se houver...

O SR. RAUL BELENS JUNGMANN PINTO (*Fora do microfone.*) – Há muitas contratuais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há muitas contratuais. Perdem o sentido. Nós estamos falando de segurança nacional, nós estamos falando de estratégia, de disputa de mercado internacional.

Então, eu queria que fosse feito um comentário seu, que está vinculado à ideia do orçamento, sobre como o Brasil pagou, nos projetos que tem, R\$26 bilhões, mas tem uma dívida de R\$90 bilhões. É bom fazer esse comentário, para nos auxiliar na posição.

A última questão é sobre fronteiras. Nós ouvimos o Comandante General Villas Bôas falando: "Olha, nós não temos como dar conta da nossa fronteira, pelas características dela, pela extensão dela." É o que V. Ex^a reforçou. E há um consenso nacional de que, através das fronteiras, há a entrada de armas e, mais gravemente, de drogas, que estão destruindo vidas. Eu, particularmente, acho que tudo que temos feito em relação à questão das drogas deve estar errado, porque, nos últimos dez anos, apenas 10% da população carcerária, dos presos, estavam vinculados à questão de drogas, mas, agora, esse montante é de um terço da população carcerária. Se um terço da população carcerária, hoje, está diretamente ou indiretamente vinculado à questão das drogas – houve um incremento de 200% –, é porque tudo o que estamos fazendo não está dando certo. As cracolândias estão se multiplicando não só na mais rica cidade do País, mas também em outras cidades. Duvido que haja uma cidade que não tenha a sua Cracolândia. Às vezes, ela é meio invisível; às vezes, ninguém quer ver, mas ela está presente.



Não sei se não estava na hora de haver uma ação mais bem coordenada entre o Ministério da Defesa, as nossas Forças, as autoridades policiais, civis e militares, e as autoridades federais. Veja o caso do Acre: temos a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil e temos a presença do Exército em alguns pelotões. Eu vi ali... Não estou falando de lei e ordem só. Lei e ordem é uma coisa mais delicada, muito mais sensível. Mas há o interesse nacional atuando na retaguarda. Sei o que significa nas estradas do Acre, na BR-317 ou na BR-364, quando lá está a Polícia Rodoviária Federal ou mesmo a Polícia Militar e a Polícia Civil e também o Exército na retaguarda, tão somente na retaguarda. Não é preciso parar ninguém, mas está na retaguarda. Isso tem um efeito extraordinário, isso funciona muito.

Eu queria deixar aqui uma sugestão. Com o aumento da violência que estamos vivendo e que afronta todos nós, com a multiplicação das chacinas... Concluo com isto: a violência no nosso País está chegando a 60 mil assassinatos por ano. No meu Estado, nós enfrentamos o crime organizado e vencemos. Lá tínhamos uma resolução de assassinatos de mais de 90%, mas, agora, em mais de 80% dos casos, não sabemos o autor. São muitas execuções. Houve um deslocamento dos grupos criminosos organizados para a Região Norte do País, para mais perto das áreas de fronteira. Estão mais presentes nos presídios, senão não tinha ocorrido aquela chacina.

Acho que o Brasil precisa montar um plano estratégico de segurança que possa vincular a presença das Forças na retaguarda. Não estou falando de linha de frente. É como foi feito no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, as Forças garantiram a Rio 92 e a Rio+20, mas agora precisamos fazer uma ação coordenada, diferenciada, com recursos necessários para que possam dar suporte para a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias estaduais, e, em uma ação conjunta, fazemos algo que possa mudar essa tendência de aumento brutal da violência. Vamos ver os números da violência, dos homicídios no Brasil neste ano. Eles certamente vão aumentar mais de 15% em relação ao ano anterior. Os números estão apontando para isso. É uma área que acompanho, uma área que me preocupa. São perto de 50 mil mortes no trânsito e mais de 60 mil assassinatos no Brasil. Acho que essa é a pior das guerras, Ministro, é a pior das guerras. V. Ex^a falou que são 147 anos sem o Brasil ter um conflito formal com alguém, mas estamos, há muitas décadas, em uma guerra contra nós mesmos, nos matando. São 110 mil assassinatos. O trânsito tem muitos assassinatos, mas 60 mil de homicídios acho que é algo que tem que ser considerado com uma guerra, e a pior delas: sem declaração e atingindo os mais pobres, os rincões deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Aproveitando a colocação que V. Ex^a acaba de fazer sobre a apresentação de emendas desta Comissão e a data das reuniões, faço um comunicado a todos integrantes da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional:

Considerando a aprovação do relatório preliminar ao PLN nº 1, de 2017, PLDO 2017/LDO2018, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, no dia de ontem, 28 de junho de 2017, as Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta Comissão ficam cientificados da abertura do prazo para apresentação de emendas ao referido projeto, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências, perante esta Comissão.

A abertura do prazo será no dia 29, hoje, quinta-feira, e o encerramento se dará no dia 3 de julho, segunda-feira próxima, até às 18h, impreterivelmente.

Acrescento que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas no endereço <http://cn/emendas>, e a via impressa assinada pelo Senador membro entregue na Secretaria da Comissão.

Informo ainda que a reunião para deliberação das emendas ocorrerá no dia 4 de julho de 2017, terça-feira, neste plenário, às 15h.

Passo, agora a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, Senadora inscrita para indagação a S. Ex^a o Ministro Jungmann.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor, caros colegas Senadores, agradeço ao Ministro Raul Jungmann pela excelente exposição feita. Também tivemos, na semana passada, aqui nesta Comissão, uma exposição muito



ampla, completa e competente do Comandante do Exército General Eduardo Villas Bôas, em uma abordagem bastante ampla.

Como o Senador Jorge Viana fez uma palestra completa, eu me limito, Senador Jorge Viana, a duas questões: uma diz respeito aos programas e ao Sisfron.

O Sisfron, junto com os demais – Guarani, Astros, Defesa Antiaérea –, são relevantes. Mas, dado o avanço tecnológico e os riscos que temos, como o caso citado por V. Exª em relação às Olimpíadas, na questão de defesa cibernética, ressalto que alguns países têm a defesa cibernética como pasta ministerial, não apenas subordinada às forças armadas ou à defesa, mas um ministério próprio, como é o caso da Alemanha, que tem a Força de Defesa Cibernética.

A tendência é que o mundo globalizado e o avanço tecnológico nessa área cibernética tendem a exigir também de nossa parte, da parte brasileira, uma ação mais enérgica e prudente até, eu diria, em relação a esse tema.

Finalmente, queria que V. Exª, se puder, explicasse o porquê dessa resistência ou desse complexo de inferioridade que temos quanto ao risco do uso da Base Aérea de Alcântara para o lançamento de satélites que nos move, e também de se questionar reuniões que são convencionais. Na Europa, a toda hora, as forças armadas se juntam e conversam. Por que não temos isso?

Eu penso que um complexo de inferioridade, mais até do que uma questão ideológica propriamente dita, prevalece nessa visão, eu diria, um pouco sectária e defasada em relação aos tempos modernos que estamos vivendo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia e, em seguida, a S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também serei muito célere, até porque acabo de receber a informação de que a Ordem do Dia está para ser iniciada na sessão plenária.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª, saudar o Ministro Raul Jungmann e saudar os nossos pares.

Ministro Raul Jungmann, a exposição de V. Exª, por si só, com o brilho que lhe é peculiar, demonstrou o acerto que foi, há 20 anos, a criação da pasta da Defesa. A visão integrada, holística, harmônica do funcionamento das Armas, o planejamento detalhado, as minúcias colocadas aqui, ainda que a voo de pássaro, porque o tempo foi exíguo para a sua exposição, são capazes de demonstrar como acertou o Presidente Fernando Henrique ao criar o Ministério da Defesa, que, à época, foi motivo, como nos lembramos bem, de uma certa celeuma, até porque não era da tradição do Brasil, ainda naquele momento, uma pasta comandada até por um civil. E, a partir daquele momento, com aqueles que antecederam V. Exª, cada qual contribuindo de maneira muito adequada, somado ao profissionalismo das Formas Armadas brasileiras, ao seu alto preparo, fomos levados ao patamar atual de uma pasta extremamente organizada, muito bem conduzida e, sobretudo, como aqui se registrou de maneira clara e translúcida, com um planejamento extremamente bem feito. Lamentavelmente, faltam recursos, mas isso não é privativo, hoje, do Ministério da Defesa.

O Senador Jorge Viana apontou aqui duas áreas sensíveis ao meu Estado, Minas Gerais, que V. Exª bem conhece – e falamos sobre isso quando V. Exª esteve aqui há cerca de um ano, na sua primeira exposição: certamente, a questão da Helibras e da Iveco, ou, mais precisamente, os helicópteros e o Guarani, que são produzidos, cujos contratos o Governo anterior, por questões econômicas, não pôde cumprir. E o resultado disso é que ficou a herança de uma dificuldade, que está sendo administrada, mas que todos lamentamos.

Temos esperanças de que a recuperação econômica, que chegará mais cedo ou mais tarde, juntamente com esse esforço que o Presidente Collor tem colocado aqui a favor de carrear recursos orçamentários para as Forças Armadas e para o Ministério da Defesa, em especial, permitirá



suplantarmos esse período de dificuldades com recursos que sejam suficientes para fazer frente a tantas dificuldades.

E, já por último, Sr. Presidente Collor, só queria fazer aqui uma menção da questão do tema que motivou o convite ao eminente Ministro Jungmann, que foi a questão da operação de garantia da lei e da ordem recentemente ocorrida aqui na Esplanada, que foi também demonstrada na sua exposição, para dizer que a maioria esmagadora da opinião pública – esmagadora da opinião pública – aplaudiu, aplaudiu muito a ação das Forças Armadas naquela ocasião.

Ver pela televisão cenas de baderna, como vimos aqui, de novo, cenas de vandalismo, de barbárie, cenas gravíssimas, quase de terrorismo contra os prédios públicos, que sofrem até hoje – estive no Ministério da Agricultura outro dia e vi as dificuldades lá dentro até este momento –, de dano ao patrimônio nacional com desrespeito até aos símbolos nacionais é inadmissível.

Então, felizmente, a ação foi tomada e, reitero, com o aplauso da maioria esmagadora de todos, porque é necessário. Não podemos permitir que haja baderna no País, que haja barbárie. A nossa bandeira diz muito bem: "Ordem e Progresso", e é exatamente esse dístico que nós devemos levar sempre à frente.

A ação de V. Exª no comando no Ministério só tem a receber o nosso aplauso e o nosso reconhecimento, juntamente com os seus pares, que integram o comando das Forças.

Queria cumprimentá-lo, portanto, por isso e dar parabéns, mais uma vez, pela belíssima exposição que V. Exª acaba de apresentar aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo imediatamente a palavra a S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Ministro Raul Jungmann, V. Exª falou por mais de uma hora, numa exposição, que – permita-me dizer – está muito longe de ser enfadonha. Foi soberba, foi preciosa. Falo com toda a franqueza: foi preciosa! E falou de assuntos variados: de segurança de fronteira, de desenvolvimento tecnológico. O seu Ministério... É impressionante, Presidente Collor, o volume de assuntos que ele encerra. É quase um Ministério de Ciência e Tecnologia dentro dele, com tecnologia de ponta e com grandes feitos.

Eu tenho um pensamento: o Ministério da Defesa engloba o que nós temos de melhor em matéria de serviço público, que são os servidores militares, que são pautados por uma coisa chamada disciplina. Eles são adestrados pela via da disciplina, para serem competentes e para serem retos. E V. Exª toma conta desse Ministério com competência.

Eu quero, primeiro, cumprimentá-lo pela exposição benfeita, que colocou a Comissão de Relações Exteriores do Senado a par de o que o Ministério, desde a sua fundação, vem fazendo – e, com competência, na sua gestão.

Sobre esse assunto, para não fazer comentário sobre o projeto que está sendo levado a efeito de Itaguaí, dos submarinos, inclusive sobre a hercúlea tentativa de se desenvolver, porque ninguém repassa tecnologia nuclear para submarino... O casco, sim. A tecnologia nuclear ou a gente desenvolve ou não consegue. No máximo, o Paquistão conseguiu, por uma artimanha, a transferência de tecnologia, mas a Índia teve que desenvolver. Enfim, todos têm que desenvolver, e nós temos o nosso esforço.

O *gripper* no KC, que é um cargueiro fadado a puxar para cima a Embraer; a ação aqui referida pelo Senador Anastasia dos recentes conflitos, da baderna que se estabeleceu na Praça dos Três Poderes, a ação enérgica; enérgica sem exageros, sem fogos de artifícios, cumprindo o seu papel institucional, levada a efeito pelo Ministério.

Eu faço esses comentários porque eu queria fazer uma pergunta e uma proposta. V. Exª mencionou a questão do PCC. Eu, no meu Estado... E V. Exª sabe, até porque o Ministério da Defesa, através da Força Nacional, atuou fortemente na rebelião de Alcaçuz, etc. O que aconteceu no meu Estado expôs uma chaga muito preocupante. O PCC, infelizmente, o Fernandinho Beira Mar e outros presos que se instalaram ou foram homiziados em penitenciárias federais de alta segurança do meu Estado levaram núcleos do pensamento do PCC para o Rio Grande do Norte. Cada vez que



Fernandinho Beira Mar se instala em Mossoró, um mundo de gente chega a Mossoró e sai de lá – isso é conhecido – por estrada ou avião.

A partir daí, no meu Estado, começaram a ocorrer problemas de segurança e assassinatos. O Rio Grande do Norte, hoje, é campeão nacional de assassinatos. E descobriu-se uma das razões. Eu acho que, por essa razão da presença de comandantes ou de comandos do PCC, nas menores cidades, estabeleceram-se micronúcleos de venda de crack. E uma facção briga com a outra. Às vezes, são duas pessoas contra duas pessoas; às vezes, são dez contra dez; às vezes, são cinquenta contra cinquenta; às vezes, é um contra um, mas está em toda parte. Esse problema está se multiplicando pelo País, envolvendo, em grande medida, jovens, rapazes, moças, e aí vem a preocupação sobre a qual eu lhe falar.

V. Ex^a é mais ou menos da minha idade, e nós nos lembramos, em nosso tempo de adolescente, do serviço militar. Eu tenho a consciência de que o serviço militar, levado a efeito por Exército, Marinha e Aeronáutica, atraía contingentes de jovens que passavam um ano sendo adestrados, fazendo o serviço militar, e depois de um ano saíam ou eram aproveitados. Mas saíam com uma carga de disciplina colocada na cabeça, que carregavam para o resto da vida.

A quantidade de convocados para o serviço militar, ao longo do tempo, e por questões de economia, caiu de um milhão para 500 provavelmente; dizem que hoje são 100 mil. Eu quero lhe fazer aqui uma espécie de *brainstorming*, uma provocação à reflexão. Será que não seria uma grande contribuição ao País a volta da convocação ao serviço militar em larga escala desses jovens que, atraídos para o processo de adestramento, de disciplinamento, saindo das ruas, do convívio com a droga... Não seria uma atitude exemplar do Ministério da Defesa ou do Governo do Brasil? Eu sei que isso custaria dinheiro, eu sei que isso envolveria uma reflexão e uma volta a um procedimento diferente, uma volta a um procedimento que a gente sabe que deu certo.

Senador Anastasia, quem fez serviço militar – eu tenho essa experiência – tem uma cabeça diferente, porque passou um ano sendo adestrado, ouvindo atitudes disciplinares, sendo castigado ou sendo premiado. Tudo é como... Quando eu fui Prefeito de Natal, um padre chamado Padre Tiago, que hoje tem mais de 90 anos, me disse: "Prefeito, vamos investir pesado na pré-escola, porque é neste momento que você forma o intelecto da criança. Se você conseguir organizar os neurônios da criança na pré-escola com a merenda escolar e com a instrução adequada, você abre para essa criança a perspectiva de uma vida decente no futuro." E eu entrei pesado no programa de creches, no programa de jardim de infância, extrapolando até, naquela época – estamos falando de 1979 –, as obrigações da prefeitura no tocante à pré-escola. E me dei bem, porque acho que deixei um bom legado.

Num paralelo, eu quero fazer esta provocação a V. Ex^a para que a discuta com o Comandante do Exército, com o Comandante da Marinha, com o Comandante da Aeronáutica e com o próprio Presidente da República: não seria uma boa ideia a convocação em escala maior de jovens para o serviço militar obrigatório como forma de você voltar a incutir a coisa da disciplina, da organização, e de chamar pessoas que estão expostas ao tráfico para uma ocupação? Eu me lembro de que muitas pessoas se sentiam orgulhosas de serem convocadas para o serviço militar. Por que a gente não tenta isso? É uma coisa que já deu certo e que mudou não sei por que razão.

Com as observações que estou fazendo e com o cumprimento que faço ao meu amigo Ministro, deixo essa sugestão para que me diga se tem futuro ou não tem futuro a ideia, se devemos insistir nisso ou não, porque, se tiver, eu vou me encarregar – estou com isso na cabeça – de preparar um projeto de lei nesse sentido, mas na medida em que exista viabilidade. Eu não vou aqui, agora, querer malhar em ferro frio nem dar murro em ponta de faca, mas, se esse assunto tiver perspectiva, viabilidade – acho que lógica ele tem –, nos avise, porque eu cuidarei de preparar um projeto de lei nesse sentido como forma de contribuir para a questão da segurança e para a questão do encaminhamento de jovens para o futuro do Brasil.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Passo a palavra a S. Ex^a o Ministro Raul Jungmann.

Ah! Desculpe, Ministro.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem.) – Eu quero, primeiro, pedir desculpas por ter chegado atrasado e, por isso, ser o último a pedir para falar, mas eu não queria deixar de falar. Cheguei atrasado porque, lembro, sou Senador pelo Distrito Federal e, muitas vezes, tenho que colocar o chapéu de vereador ou de deputado estadual e fazer tarefas locais, meu caro Ministro, e hoje foi um dia desses – estava até agora numa atividade local.

Mas eu não queria deixar de trazer para cá algumas perguntas – duas – e um tema que trouxe para o General Villas Bôas e que o Senador José Agripino levantou agora, que é o caso do serviço militar.

Eu sou defensor disso há muitos anos, muitos anos. Citei, inclusive, observações simples, como a de que, nas nossas cadeias, não há quase presos que tenham feito serviço militar. É claro que, em parte, é pela amostragem falsa, porque o número dos que o fazem é pequeno, mas há também uma lógica por trás: é que o serviço militar traz amigos – são amigos para sempre no serviço militar, quem o fez sabe disso –; traz disciplina, como falou o Senador José Agripino; traz noções de patriotismo, e pode até trazer um ofício se nós trabalharmos nesse sentido.

Eu, inclusive, mandei para o General Villas Bôas um pequeno livrinho que eu tenho chamado *A segunda abolição – um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*, em que um dos itens é esse. Confesso que, naquela época, Senador José Agripino, o número que eu tinha era menor. O General falou em 25 mil recrutas por ano. Eu trabalhava com muito menos. O livro é de 1991, então, talvez seja um pouco também da inflação nesse período. Mas, de qualquer maneira, vale a pena estudar o quanto custaria. Se tivéssemos 1 milhão, aí ficariam impossíveis 25 bilhões hoje por ano, mas pode, primeiro, ser menos *per capita*; segundo, não precisa começar com essa dimensão tão grande.

Eu sou defensor radical, fanático, eu diria, do serviço militar obrigatório. Eu creio que o custo, Senador José Agripino, é muito menor do que a economia que a gente faria e os benefícios que a gente teria. Na redução da velocidade, quanto custa a velocidade? A gente pergunta quanto custa um recruta, mas não pergunta quanto gasta por não haver o recruta. A mesma coisa ocorre quanto à escola: a gente sempre pergunta quanto custa essa escola, e a gente não pergunta quanto custa não fazer a escola; quanto custa pagar bem a um professor, e a gente não pergunta quanto custa pagar mal ao professor. Mas as finanças e a aritmética estão acima do patriotismo. A aritmética é a gravidade. Não adianta ser patriota e pular do quinto andar, achando que o patriotismo cria asas – não! –, e nem pular do quinto andar, nem do terceiro, nem do primeiro e nem gastar mais do que se pode.

Então, o desafio, Senador Agripino, é a gente descobrir de onde se tiraria esse dinheiro. Esse é o grande exercício a que a PEC do teto vai nos obrigar. Por isso, eu acho que foi uma PEC educativa, para nos educar a saber de onde tirar o dinheiro para fazer as coisas certas.

Eu gostaria muito também de, junto com o Senador Agripino, discutirmos – com a visão do Ministério, que é quem sabe, de fato, como e quanto custaria fazer isso – e trazermos para aqui para dentro esse debate, inclusive, agora, na hora do orçamento. Na hora do orçamento, vamos discutir como é que a gente faz para dobrar, mas o Ministério tem que dizer que tem capacidade de execução disso. Então, fica aqui, Senador José Agripino, a minha simpatia com relação à sua proposta.

Mas duas perguntas... E, antes, eu não queria deixar de dizer – sendo o senhor superior dele – sobre a satisfação que foi, não sei se alguém aqui já falou, de ter aqui o General Villas Bôas. Realmente, ele nos impactou muito positivamente, pelo conhecimento, pela firmeza e pelo sentimento democrático que ele demonstrou. Eu creio que é um exemplo de homem de farda a serviço de um país democrático. Quero que saiba disso como chefe que o senhor é, como superior.

Minhas duas perguntas são, primeiro: constatou-se progresso no que tange à redução da dependência tecnológica externa e aumento da competitividade da indústria nacional graças às desonerações. A gente fala muito que não há dinheiro, mas a desoneração de um setor produtivo é uma forma de gastar dinheiro, porque se deixa de arrecadar, mas pode trazer benefícios, porque, ao desonerar, deixa-se de receber, aumenta-se a produção, e aí vem depois a receita. Eu queria saber se, no caso da indústria de armas, a desoneração trouxe benefícios.

E outra – eu creio que o Senador Jorge Viana tocou no assunto, mas eu queria insistir porque é mais ou menos na mesma linha: o que nós aprendemos com o acordo que tivemos com a Ucrânia? O que nós não devemos repetir e o que nós devemos seguir do acordo que fizemos com a Ucrânia para a



Base de Alcântara, na hora de fazermos acordos desse tipo daqui para a frente? São essas duas perguntas.

E a minha solidariedade ao Senador José Agripino com o meu pedido de conversarmos para saber com alguém do seu *staff* como a gente poderia fazer um serviço militar obrigatório. Aí, a gente vê o quanto custa e vê se tem ou não tem dinheiro, se tem para pouco e de onde tira.

Essas são as minhas colocações, parabenizando o senhor pelo seu trabalho, que fez com que o Ministério da Defesa hoje seja um Ministério absolutamente respeitado do ponto de vista de garantia da estabilidade democrática que nós temos. Ninguém levanta menor risco nem suspeita de qualquer coisa negativa vinda do Ministério. E também de algo novo, que é de o Ministério da Defesa ter que influir na luta contra a violência, deixando claro que, pessoalmente – não sei se isso já surgiu aqui –, discordei da ideia de colocar soldados do Exército na hora de trazer a paz, chamemos aqui, diante de manifestantes. Ali eu acho que foi um erro da polícia local, um descuido muito sério, mas o melhor caminho não seria o uso de tropas das Forças Armadas. Essas só devem pisar em território estrangeiro em casos de guerra. Aqui dentro, creio que a gente deve ficar sem necessidade delas. Portanto, quanto menos aceitar provocações – como foi naquele caso, talvez não intencional, mas foi uma provocação dos grupos radicais que estavam na rua – melhor.

Isso é apenas um apêndice da minha fala. O que eu quero mesmo saber é sobre direitos, sobre serviço militar obrigatório, propondo-me a trabalhar, junto com o Senador José Agripino, para tentar viabilizar isso, e as duas perguntas que fiz.

Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a o Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL BELENS JUNG MANN PINTO – Muito obrigado pelas questões levantadas de altíssimo nível e enriquecedoras do debate. Vou procurar respondê-las, na medida das nossas possibilidades, uma a uma.

O Senador Pedro Chaves coloca a questão do KC-390. Para quem não sabe, o Brasil tem uma indústria aeronáutica de ponta, que começou sendo desenvolvida no âmbito da Força Aérea Brasileira, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e de todo o complexo científico, acadêmico e militar que nós temos hoje na nossa Força Aérea. Isso gerou a Embraer. E a Embraer hoje se encontra numa situação de ser uma das maiores empresas de tecnologia – e não estou falando apenas de questão aeronáutica – do mundo! Para o desenvolvimento do KC-390, foram mobilizados aproximadamente mil engenheiros. Esse cargueiro, volto a dizer, representa a ocupação de um nicho de um outro cargueiro tático de uso universal que é o Hércules, que se encontra em processo de obsolescência. O Senador Pedro Chaves nos pergunta: por que não promovemos isso? A minha resposta é a seguinte: eu fui a Estocolmo tomar conhecimento do nível de produção – inclusive assisti ao primeiro voo – do Gripen, mas fui lá sobretudo para promover o KC-390, que foi para lá também. E nós fizemos uma visita com o Ministro da Defesa da Suécia, com o Comandante da Força Aérea sueca, e com todo o *staff* do Ministério da Defesa, para exatamente apresentar, porque neste momento a Suécia está passando por um processo que ela decidiu de modernização dos seus Hércules.

E nós, então, dissemos para a Suécia, com todo o respeito à soberania daquele país amigo: "Olha, nós temos com vocês grandes projetos de desenvolvimento. Então, o que nós pedimos, respeitando qualquer decisão que a Suécia venha a tomar, é que nós possamos participar do certame, em condições iguais." Não poderia ser diferente. Se nós temos um projeto de US\$5 bilhões, aproximadamente, que é o desenvolvimento do Gripen NG, com a Suécia, e nós não fôssemos considerados nesse processo... É claro que a decisão é soberana. Nós não vamos dizer à Suécia o que fazer. Isso é um absurdo, não se faz. Para isso eu me desloquei para lá e participamos de todos esses eventos, inclusive em reunião com o Parlamento sueco para discutir isso.

Saí de lá e fui para onde? Le Bourget, o maior salão aeroespacial do mundo, fazer o quê? Promoção do KC-390, e também do E-90, que é o novo... É 90?

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – É o 192, aquele novo, que é um avião de última geração comercial, desenvolvido, que gasta muito menos combustível, que trabalha com materiais compostos de última geração, e que é silencioso. É impressionante, Agripino, como ele é silencioso. E nós estávamos lá, inclusive estava o Presidente francês. Tivemos uma reunião, um jantar de uma hora e meia com a Ministra da Defesa para dizer o seguinte: "Olha, o nosso maior parceiro, em termos de defesa, estrangeiro é a França. Então, o que nós queremos? Nós queremos que os produtos de defesa exportáveis do Brasil sejam levados em conta." Esse é o papel que eu fui exercer há duas semanas.

Além disso, se me permite dizê-lo, depois de 15 anos, aliás, repetindo, nós conseguimos pela primeira vez, Senador Anastasia, uma linha de crédito do BNDES, um financiamento de 100%, com prazo de carência de 30 anos, com uma taxa de juros realmente menor e com uma composição em termos de tesouro. Essa é uma das tarefas que a gente tem cumprido.

Eu posso assegurar aos senhores. Poderia até fazer uma outra reunião aqui a respeito disso, para mostrar o trabalho que está sendo liderado por um economista, um doutor em economia, que é o Dr. Flávio Basílio. Nós estamos fazendo, se o senhor me permite, uma autêntica revolução em termos da regulação da base industrial de defesa. São inúmeras as iniciativas que nós temos feito, porque um país, Agripino e Cristovam, só é independente se ele tiver uma base industrial de defesa que permita a ele dizer não, quando tem que dizer não; senão, não vai dizer. Essa é uma relação absolutamente simbiótica que existe. Então, é isso que a gente tem procurado fazer.

O meu amigo e ilustre Senador Jorge Viana nos coloca um conjunto de questões. Eu vou aproveitar para responder já algumas outras que foram colocadas na sequência. A questão da GLO. Veja bem, eu entendo que, quando você diz: "Vou fazer uma garantia da lei e da ordem dentro da Esplanada dos Ministérios", a primeira observação é a seguinte, isso foi uma imposição dos fatos; isso não é uma decisão – digamos – política, se os senhores quiserem. Eu estava lá.

Diante do descontrole – e aí me permita, Senador, dizê-lo que o dispositivo que se encontrava no papel de contenção começou a ter falhas, e essas falhas ameaçavam imóveis, que são imóveis que são imóveis União. Isso é símbolo do poder político-administrativo do Brasil que está aqui. Aquelas cenas estavam sendo vistas por todo o mundo, mas não é só isso: havia também o risco para as pessoas.

Então, qual era a primeira opção? Força Nacional de Segurança. A Força Nacional de Segurança, que seria o adequado, se encontrava no Rio de Janeiro, como se encontra no Rio Grande do Norte, como se encontra em vários Estados. E a Força Nacional de Segurança, para quem não sabe, é uma força modular, ou seja, é composta por tarefa. Se nós precisamos de 500 homens no Pará, pegamos gente de São Paulo, de Minas, de Pernambuco e compomos, modularmente, aquela força.

A Força Nacional de Segurança real é um batalhão de 200 homens aqui, estacionados aqui. O restante é feito, Agripino, modularmente, em função de uma determinada tarefa. E eu acho que isso é uma debilidade. E, permitam-me dizê-lo, o Brasil precisa ter algo a exemplo da Guarda Nacional dos Estados Unidos, que é para não empregar, como estamos empregando, excessivamente, Forças Armadas neste tipo de papel. Mas, por enquanto, como não temos isso estruturado, o que nos resta é exatamente...

Então, isso não foi uma decisão, vamos dizer assim – eu quero, não quero, faço, não faço –; foi imposição da realidade. Aquilo não poderia continuar, não poderia continuar. E eu volto a dizer: a orientação que foi dada – e está escrita e disponível aqui aos senhores – foi de ser absolutamente defensivo, praticamente não ultrapassar o meio-fio e proteger prédios e pessoas. Ponto. Não nos envolvemos, e não havia ordens para se envolver em nenhum tipo... Isso continuava com a PM, mas é óbvio que se liberou a PM de proteger os imóveis e de proteger os servidores para cuidar exatamente da manutenção da ordem. Então, essa foi a composição ou, pelo menos, aquilo que foi feito e como foi feito. Então, Senador, aproveitando para explicar.

E vou lhe dizer mais: com toda franqueza, as Forças Armadas não gostam de fazer isso. Não gostam de exercer esse papel. E não é um problema de hoje ou daqui, e, sim, porque elas não são preparadas e treinadas para isso. E elas correm um risco extraordinário. Os senhores têm ideia do que é, para um comandante militar, saber que militares atiraram contra brasileiros? Não gostam, agora vão cumprir, cumprirão sempre, porque disciplinas e hierárquicas que são.



E lhe digo mais uma coisa. Aproveito para dizer aos senhores aqui e, de certa forma, para dissipar certos fantasmas que possam existir. Quando me perguntam o dizem as Forças Armadas da crise que nós estamos vivendo, eu digo o seguinte – e peço a atenção os senhores: a mensagem das Forças Armadas é uma só, dentro da Constituição, tudo; fora da Constituição, nada, absolutamente nada. Forças Armadas hoje no Brasil são um ativo democrático de que este País dispõe, excepcional. Estão absolutamente voltadas para seus papéis e para suas funções.

É aquilo que eu digo. Há vários deles aqui que podem, inclusive, dar o testemunho. Esse não é um papel precípua que gostam de exercer. Agora exercerão, estritamente dentro da lei, estritamente de acordo com a Constituição, e nada, absolutamente, fora disso.

Com relação à questão do Brasil, o Brasil é um provedor de paz, gente. Agora o Brasil não pode confundir o que é uma nação pacífica e uma nação desarmada. O problema da elite brasileira, perdoem-me, e de parte da elite política é que Forças Armadas não dão voto. Essa é a verdade. E existem outras prioridades no País. E existem prioridades, como fome, como desemprego, como segurança, mas não se podem, ao mesmo tempo, esquecer as funções, tarefas e responsabilidades de Estado. As Forças Armadas têm um sentimento de orfandade, de que muitas vezes a elite do seu País, inclusive a elite política, não olha para elas com o papel que elas desempenham. Eu sei que, hoje, nestes tempos pós-modernos, falar em nacionalismo, em compromisso, em morrer pela Pátria, em Pátria acima de tudo é uma coisa meio que as pessoas acham: "Olha, e tal..." Não, não é, não. Para o militar, é à vera esse tipo de compromisso, Senador.

O que eu reclamo aqui é que nós tenhamos... Não que nós vamos nos transformar numa potência guerreira, não é nada disso, mas nós temos que ter a responsabilidade de garantir a capacidade operacional dessas Forças. Por quê? Porque o mundo está mudando. Eu procurei demonstrar aqui que o mundo está mudando, que o mundo está mudando com velocidade, que está crescendo a capacidade de conflito. O governança global internacional não corresponde ao momento em que nós estamos vivendo. E não é possível que um País com 209 milhões de habitantes, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 4,5 milhões de quilômetros quadrados de mar territorial possa ter a ilusão de que vai ser eternamente esse berço esplêndido. Isso não vai existir. E não se improvisam situações. Então, é isso que eu tento transmitir. E essa é a preocupação das nossas Forças com relação a isso.

Com relação à questão do orçamento, mais ou menos em 2008, em 2009, quando nós vivíamos aquela grande turbulência global internacional, o governo de então, o governo do Presidente Lula, tomou a decisão correta de ampliar o consumo e fazer exatamente o contraciclo. Os senhores devem se lembrar disso. Nesse momento, houve autorização para que as Forças Armadas iniciassem grandes projetos estratégicos. E foi iniciada a questão do submarino, foi tocada a questão do Gripen, do helicóptero, foram tocadas outras coisas mais. Só que essa janela fechou. E as Forças Armadas hoje estão com isso nas mãos.

Foram feitos investimentos de bilhões e bilhões de reais em cima desse processo. Não dá para desconsiderar tudo aquilo que foi investido, não dá para desconsiderar os contratos que há. O que se está fazendo? Delongando no tempo esses contratos, a um ponto até que complica a sua atualidade, a sua capacidade de inovação e tecnologia, e, ao mesmo tempo, fazendo uma revisão desses projetos estratégicos. A verdade é essencialmente essa. Nós vivíamos um momento, e essa janela se fechou. Foi dada a autorização... Nenhuma Força deflagra um projeto estratégico sem autorização governamental. Elas não fazem isso, são responsáveis, mas hoje a janela se fechou. Por isso, é tão importante esta discussão ser travada aqui no Senado, porque nós temos projetos que são essenciais não só para a defesa, mas para a melhoria da produtividade, para que eles possam continuar...

Com relação à questão do Centro de Lançamento de Alcântara, Senador Jorge Viana, uma das minhas primeiras preocupações foi exatamente mudar a governança, ou seja, havia muito cacique em cima dessa história. Neste momento, nós estamos com um projeto que entregamos à Ciência e Tecnologia e que vai desaguar na Casa Civil, exatamente para rever a governança, porque, do jeito que estava, não havia governança. Então, no Centro de Lançamento de Alcântara, temos que revisar a governança. Nós temos três problemas para resolver: revisar a governança, resolver o problema com todo o respeito às populações quilombolas que lá existem – já está encaminhado, inclusive, um termo



de ajuste de conduta na Casa Civil – e, efetivamente, tornar realidade esse processo como ele foi colocado aqui.

A questão do H-XBR. São 50 helicópteros, dos quais 26 já foram entregues. Evidentemente, esta recessão, esta crise que estamos vivendo impacta um projeto como esse. Eu estive recentemente com o Presidente da Helibras, que me dizia que ele teve que fazer um *downsizing*, ou seja, fazer uma redução grande, mas manteve o núcleo crítico de conhecimento, e que está assegurando isso. Nós fizemos um novo ajuste em termos de cronograma. Nós vamos ficar com algo bem abaixo do que era previsto, em torno de cinco helicópteros/ano, cinco ou seis, o que daria, se evidentemente a preocupação dele é manter isso. E, pelo menos até aqui, encontra-se mantido. E tentar vender, sobretudo... Essa linha do BNDES vai ser fundamental para nos alavancar nesse sentido. Ela é extremamente importante.

A questão do KC-390 eu já expliquei aqui. Existem, Senador, outros países, mas eu não me atrevo a citá-los por negociações comerciais que a própria Embraer faz. Eu quero lhe dizer que está indo bem, mas que não é o momento ainda de torná-los públicos. Talvez, mais adiante, a gente possa colocá-los.

Na questão dos projetos estratégicos, é verdade, 26, nós temos 91 bi pela frente de gastos a serem efetivamente feitos. Como nós vamos resolver isso? Eu peço que este Senado nos ajude e se debruce sobre essa questão para ver como vamos efetivamente encaminhá-la e efetivamente resolvê-la.

Com relação à questão do crime organizado, eu quero propor a esta Comissão uma reunião reservada para discutir esse tema. Pode ser hoje, mas também pode ser outro dia. Nós detemos informações que evidentemente, com todo o respeito, devem ficar apenas de conhecimento deste Senado. São informações reservadas que nós temos e que, embora não seja a minha área... Acho até que o Secretário Nacional da Senasp, Gal. Santos Cruz, deveria estar aqui conosco conversando sobre isso.

A verdade é que a segurança, lembrando e evitando certas percepções, hoje é uma questão de segurança nacional. É uma questão de segurança nacional. Eu tenho dito e repetido aqui, Senador Collor, que, quando o crime alcança... Vocês querem um exemplo fático disso? Nas eleições do ano passado, o Governador do Maranhão, Flávio Dino, tinha, digamos assim, obrigado o cumprimento da Lei de Execução Penal, e, em Pedrinhas, saiu um salve, como acontece, dizendo o seguinte: "Não vai haver eleição." Senador José Agripino, não vai haver eleição. E sabe o que foi que começou a fazer o crime organizado? A queimar escolas que eram postos de votação. Os senhores acham que isso é um ato criminoso apenas ou é um ato de aterrorizar populações e inibir um direito constitucional do cidadão? Então, é isto o que eu tento dizer: entendam que hoje nenhum governador consegue resolver esse problema. Aliás, ele foi levantado pelo Senador Jorge Viana, quando ele disse essencialmente é que escapa ao controle dele. Se vier um salve de São Paulo, de Presidente Prudente, ou vier de Mossoró, do Comando Vermelho, os senhores podem ter certeza... O que o governador vai fazer?

A Constituição de 1988 fez o quê? Descentralizou. Como antes, no regime anterior, havia unidade entre defesa e segurança pública, veio a descentralização e se colocaram aproximadamente 80% das responsabilidades com segurança pública com os Estados. A União ficou, digamos assim, residualmente, com a Polícia Federal, crimes de tráfico, isso, aquilo e aquilo outro. E o central ficou com os Estados.

O que os senhores estão vendo hoje? Duas coisas: primeiro, com a crise, uma incapacidade fiscal dos aparatos de segurança serem devidamente atendidos, ampliados e reforçados, uma crise monumental de colapso do sistema prisional; de outro lado, a nacionalização e a internacionalização do crime. Os senhores acham que algum governador tem condições de enfrentar isso? Por favor, não há a menor chance.

Nós estamos precisando, Senador, de realmente rever esse capítulo, o art. 144 da própria Constituição, a respeito dessa responsabilidade. Nós temos de rever isso, porque, de fato, hoje o caminhar... E outra coisa, não se esqueçam: nós temos dez países de fronteira; nós temos quatro países que são produtores de drogas. Nesses países... Preste atenção: a droga hoje faz parte do organismo econômico desses países; faz parte do organismo econômico desses países. Percebe? Então, hoje, por exemplo, uma cidade como o Rio de Janeiro é um *hub* em termos de exportação de drogas. E elas não



vêm por aqui. Os rios, toda a Amazônia... Os senhores peguem, por exemplo, a Amazônia. São todos rios, em grande medida, de penetração. E fazem, passa direto, vai embora. Então, essas são realidades com que nós temos de lidar. E nós temos de reagir nesse nível – na verdade, nos anteciparmos a esse nível, e não ficar com uma política de remendos, porque não dá mais. Já passou da hora de entender, Senador Agripino, que aquela realidade não é essa que está aí.

Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Ministro, apenas para complementar: é a droga que financia o contrabando de armas potentes que chegam também nesse *hub* que é o Rio de Janeiro, como aconteceu agora, recentemente. Uma coisa inacreditável o que está acontecendo.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Por que se deslocaram para a fronteira do Acre? Sabe por quê? Porque, no processo de paz da Colômbia, como também no que existe no Peru, uma parte das frentes – as Farc têm várias frentes –, a 1, a 17 e a 16, que ficam próximas, não entraram no processo de paz, porque estavam totalmente convertidas às drogas. Nós temos um processo de paz em que estão desmobilizando milhares de fuzis e armas. Nós temos um acordo com os colombianos de acompanharmos esse processo. Mas a verdade é que o recolhimento, Senador Cristovam, de armas tem sido a menor. E qual é a nossa preocupação? A preocupação é que nos primeiros meses deste ano você apreendeu – apreendeu –, no Rio de Janeiro, quase 300 fuzis. Quase 300 fuzis! Então, é hora, de fato – embora esta não seja a comissão afim com este tema –, de a gente se debruçar e encontrar respostas com relação a essa questão.

O Senador Agripino, em seguida. Primeiro, quero agradecer, como também aos demais, as palavras elogiosas, generosas do Senador e amigo. Permita-me agradecer, isso me deixa extremamente feliz e muito... E transfiro para as Forças. Senador, eu hoje trabalho com uma equipe excepcional, como eu nunca tive oportunidade de trabalhar. São profissionais, são honestos, são competentes, são dedicados e têm um compromisso com o País realmente insuperável. São exatamente os comandantes e, evidentemente, através deles, os seus comandados hoje nas Forças. É uma realidade com a qual a gente precisa se acostumar. Eu diria que nós temos Forças Armadas profissionais, democráticas, e dentre as mais bem preparadas do mundo. Eu falo de recursos humanos, especificamente – nós estamos precisando muito melhorar, em termos de equipamentos, o que nós temos.

Com relação à questão que dominou o debate aqui – e o Senador Cristovam também o apoiou –, vamos aos números. Nós temos, anualmente, 1,8 milhão jovens em condições, por idade, de se alistar. Não aproveitamos nem 5% disso: de 80 mil a 90 mil, mais ou menos 5%. Por quê? Limites orçamentários.

Para os senhores terem uma ideia, uma boa parte dos jovens que se alista hoje e que não é recepcionada pelas Forças fica triste, chora, e os pais vêm pedir, pelo amor de Deus, para que o recepcione as Forças Armadas. É inatacável a descrição que fez o Senador Cristovam e o senhor do que isso representa. Qual é o nosso problema? Problema orçamentário. Nós temos problema orçamentário. Nós poderíamos não dar um salto do dia para a noite para centenas de milhares, mas podemos ter uma progressão e uma adaptação a partir das Forças a isso. Isso é possível, isso seria desejável.

Eu não diria que temos condições de incorporar 1,8 milhão de jovens, porque isso, efetivamente, nós não temos como fazer. Mas poderíamos fazer outra coisa – é uma sugestão que faço – que seria criar o serviço civil voluntário. O serviço civil voluntário seria dado para aqueles que não prestassem, ou melhor, é claro, que prestassem, mas que não fossem aceitos poderíamos ter um serviço civil voluntário. Por que não? Aí, sim, as próprias Forças Armadas poderiam, de forma curta... Por exemplo, aquele que não se torna efetivamente prestador do serviço poderia trabalhar. Aliás, um dos grandes déficits que temos hoje no Brasil é a falta de um serviço voluntário, de um serviço nacional voluntário, de voluntariado. A sociedade tem o desejo de participar, mas não tem canais para fazê-lo. Essa poderia ser uma alternativa.



Agora, evidentemente, mudanças e ganhos em termos orçamentários para ampliar o número desses jovens seriam extraordinários. Isso seria extraordinário, isso seria muito bem-vindo. Estamos à disposição e vemos com ótimos olhos essa iniciativa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Ministro, faço só uma observação. Com a sua aquiescência, com o seu de acordo, com a permissão do Presidente,...

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Pois não!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... vou tomar a iniciativa de conversar com o Presidente da República. Vou convidar o Senador Cristovam para fazermos uma audiência com o Presidente para tratar desse assunto. Eu o reputo de tanta importância, que acho que vale a pena uma gestão nossa para tentar encontrar mais recursos para, progressivamente, aumentar o contingente de convocados.

Se V. Ex^a concorda com a ideia, se está de acordo com a ideia, quero lhe dizer que vou tomar a iniciativa e convidar, é claro, na companhia do Senador Cristovam e dos que mais quiserem acompanhar a ideia, para nos dirigirmos ao Presidente da República para tratar desse assunto, por entender que ele é de fundamental importância no campo social – é importante no campo social fundamentalmente – e na perspectiva de produção de gerações futuras de boa qualidade.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Eu não só me permito aplaudir, dizendo das nossas melhores expectativas dessa conversa dos Srs. Senadores com o Presidente da República, como também aproveito aqui, Sr. Presidente, com a devida vênias, para fazer também alguns convites. Eu gostaria de, primeiro, dizer que, sempre que tenho viajado – a Senadora Ana Amélia é testemunha aqui, foi uma agradabilíssima presença –, nas nossas viagens, prestígio o Parlamento, sobretudo no exterior, mas também aqui, internamente. Então, eu queria, Presidente, *data maxima venia*, que nós estabelecêssemos visitas dos Srs. Senadores a alguns desses projetos estratégicos. Eu queria levá-los à fronteira, eu queria levá-los a Itaguaí, eu queria levá-los para conhecer o projeto Gripen e o KC-390.

Enfim, eu gostaria de convidá-los, porque acho importantíssima a presença dos senhores, para verem com os próprios olhos isto que estamos falando aqui. Isso seria muito interessante. Também quero convidá-los, desde já, para quando as Forças Armadas brasileiras deixarem o Haiti, onde foram elemento de estabilidade, com sucesso, porque hoje deixam o país estável, não mais em guerra civil. Conto com a presença, Sr. Presidente, de representantes do Senado. É muito importante essa proximidade, só para não esquecer.

Prosseguindo, quero dizer ao Senador Cristovam: o senhor é o homem dos chapéus. (*Risos.*)

Não só esse, como muitos outros mais.

Quanto ao serviço militar, considero respondido.

Quanto ao elogio ao General Villas Bôas, eu não vou fazê-lo, porque ele vai ficar tão pimpão com isso! (*Risos.*)

Eu digo que não vou fazê-lo, mas é claro que vou fazê-lo. Mas é um excepcional, é um excepcional comandante. É um excepcional comandante, como homem público, como comandante, como pessoa. E volto a dizer: esse é o nível em que trabalho com a Marinha e com a Aeronáutica. São excepcionais! Realmente, fazem jus a esses elogios.

A questão da Base Industrial de Defesa eu considero... Não sei se, em alguma medida, foi respondida a nossa preocupação.

Com relação à Ucrânia, eu diria o seguinte: qual erro não repetir? Entregar a um só país, nem aos Estados, nem à Ucrânia. E há outras coisas, mas, essencialmente, a lógica é... E por isso é tão importante ter aquela ampliação de área, porque daria economicidade ao projeto.

O senhor sabia que a gente, ali, perde, ao ano, entre US\$1,2 bilhão e US\$1,5 bilhão? Nós perdemos!

Então, veja bem: a ideia é que você tenha ali cinco ou seis bases ou plataformas de lançamento, em países que queiram e que nos interessem, que nos ofereçam boas condições, inclusive o Brasil, já que a Embraer está interessada em encontrar parceiros para também ter uma plataforma de lançamentos. Por que isso é um mercado; isso é, essencialmente, um mercado.

Vocês sabem que a Índia lançou, recentemente, 114 nanossatélites em um único lançamento – 114 nanossatélites! Agora, para o senhor ter uma ideia, aquela base que eles têm lá encarece em 30% o lançamento. A nossa reduz em 30%, e nós estamos parados. Totalmente equipada, totalmente



estruturada, com tudo pronto; é só girar a chave! Então, nós precisamos nos entender sobre isso. Nós precisamos nos entender, e eu peço auxílio ao Presidente e aos senhores nesse sentido, mas, sobretudo, não cair nessa questão de entregar a um só, porque, por exemplo, existem outros países que querem, inclusive – e não vou aqui nominar –, ter acesso e ter o controle para inibir as nossas capacidades comerciais, para eliminar a competitividade, porque nós somos mais competitivos.

Com relação à GLO e Brasília, eu acho que, aqui, eu já efetivamente respondi.

Com relação às indagações da querida Senadora Ana Amélia, primeiramente quero agradecer as palavras e dizer, carinhosamente, que a senhora é suspeita... (Risos.)

... dada a amizade...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Todos são nesta sala.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – É verdade! Mas a senhora, particularmente, porque teve o prazer – e o nosso maior ainda – de ter feito uma viagem conosco que foi inesquecível, se me permite dizê-lo, a esse respeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero lhe dizer também, Ministro, com a licença do Presidente, que eu tive a experiência de ser convidada pelo Comando Militar da Amazônia a conhecer essa região cujos riscos V. Exª mencionou. Eu estive no Parque Nacional do Pico da Neblina, no Batalhão de Maturacá.

De fato, é um Brasil desconhecido de todos nós, desconectado... Aliás, agora conectado, porque estão sendo instalados cabos subaquáticos para fazer chegar a conexão até lá, uma região afastada de tudo, geográfica, física e também virtualmente.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E há jovens militares lá, como V. Exª disse. E existe um hospital de guarnição em São Gabriel da Cachoeira, que fica no alto Rio Negro, que é um hospital militar. E, não fosse aquele hospital, muita gente morreria lá por falta de socorro.

Há ambulâncias aéreas, da Força Aérea e do Exército também, que salvam as pessoas. Nós vimos! Fomos testemunhas disso. Mas há também uma deficiência de vários equipamentos.

Então, nós, os Parlamentares que fomos, fizemos uma emenda coletiva para comprar equipamentos para o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Que bacana!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, isso foi fruto de uma experiência, para mim, extraordinária: conhecer o Brasil que nós criamos e entender por que há tanta cobiça, tanto perigo e tanto risco naquela região.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Só para não esquecer, o Senador Jorge Viana, Presidente, colocou a questão das emendas. Quero designar – onde está o nosso Secretário-Geral, o Luna? Precisou sair? – o Luna e o Marcos para assessorar a Comissão, os dois, a esse respeito.

Agradeço a sugestão e a ação da Senadora e dos demais, passo adiante.

A questão do Sisfron já abordamos aqui, sobretudo agora estamos preocupados em fazer o mesmo, ou quase, com um custo menor, revendo as tecnologias. Está em curso, e devo ter uma reunião proximamente com o General Villas Bôas a esse respeito.

Defesa cibernética. Coberta de razão. Coberta de razão, tanto que estamos propondo um conselho nacional de defesa cibernética. Como primeiro passo para rever, temos hoje, de fato, dentro do Exército, que cuida disso – área nuclear é com a Marinha; a área espacial é com a Aeronáutica e a cibernética é com o Exército... Eu gostaria, inclusive, de convidá-los para uma reunião especificamente ou para uma visita ao centro cibernético, que é interessante de conhecer. Mas estamos aquém nisso, que tem crescido muito em termos de importância e de risco. Então, Senadora, em breve espero estar instalando e começando a desenvolver políticas a esse respeito.

Sobre a questão dos Estados Unidos, entendo que um país do tamanho do Brasil não tem que nem ceder, nem temer absolutamente nada. É um País soberano, independente. Os Estados Unidos são uma nação amiga, evidentemente é uma superpotência, uma nação poderosa, e temos evidentemente dissensos com os Estados Unidos, não resta a menor sombra de dúvida, em vários



aspectos, mas temos, realmente uma relação a ser preservada, e a nossa soberania não está em jogo e não está ameaçada por eles ou por quem seja quem for.

Sr. Presidente, agradecendo imensamente essa oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Fique à vontade. Não, não, eu já concluí. Não deixei, acho, de responder ninguém.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu gostaria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Posso ter dois minutos? Não mais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Claro, Senador.

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, quero pedir a V. Ex^a, Presidente, que me coloque na lista dos que vão viajar com o Ministro. Quero ir a esses pontos da fronteira, mas quero ir especialmente ao Haiti e vou dizer por quê.

Tive muita relação com o Haiti no tempo em que trabalhei no Banco Interamericano de Desenvolvimento. E fui visitar nossas tropas no momento mais difícil: eu tinha que andar de colete, dentro de um tanque, com capacete. Quando pedi e insisti para andar um pouco nas ruas, era com cinco ou seis soldados ao redor.

Durante essa visita, além de admirar muito o que estava sendo feito, conversei com um amigo meu chamado Magloire, que foi Presidente do Banco Central do Haiti, e ouvi dele a melhor definição, Senadora Ana Amélia, do papel das Forças Armadas brasileiras lá. O Magloire me disse que todo dia, quando acordava, acordava com raiva porque havia tropas brasileiras no Haiti. E todo dia, quando ia dormir, dormia tranquilo, porque sabia que havia Exército brasileiro lá.

Eu gostaria muito que o nome dele fosse incluído nessas solenidades para ver se ele vai continuar dormindo tranquilo sem a tropa. "Essa definição é formidável. Eu só me sinto incomodado de ter soldado estrangeiro do seu País ou de qualquer outro, mas, sem eles, estaríamos no caos." Isso mostra o papel das nossas Forças Armadas. E conseguiram fazer isso com a maior competência, recebendo o carinho da população – vi coisas pichadas a favor das tropas –, sem mortes.

Eu gostaria muito de ir dez ou doze anos depois com o senhor lá.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Hoje é o dia dos convites, não é? *(Risos.)*

Eu tive a oportunidade de refazer um pedaço do roteiro das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, na Itália. No dia em que os senhores fizerem esse roteiro, os senhores jamais vão se esquecer. E vou lhes dizer e antecipo: poucas vezes na vida os senhores vão se sentir tão emocionados. E nós não temos consciência disso.

Eu estive em Monte Castello, estive em Montese, estive em Stafolli, estive Pistoia, e em vários outros lugares. Mas por que os senhores se emocionarão? Pelo amor e pela gratidão dos italianos aos brasileiros. É impressionante.

Vou citar apenas um episódio. Eu estava em Porreta Terme, uma cidadezinha bem pequenininha, que era termas, onde o Mascarenhas de Moraes instalou o seu quartel general em um avanço sobre Monte Castello. Quando vou saindo da cidade, vem o prefeito, vem a população e me saúda, etc. Quando eu vou saindo e entro no carro, uma senhorinha bate à janela. Evidentemente, abriu a janela e disse: "Pois não." E ela disse: "Eu queria falar com o senhor." Eu desci do carro, e ela ato contínuo pegou na minha mão, Senadora Anastasia, nervosa, e disse: "Eu tinha que agradecer a vocês." Eu perguntei: "Por quê?" Ela disse: "Porque vocês salvaram a minha mãe, a mim e a minha família." Setenta e dois anos, Presidente!

Os brasileiros lá... Outros países foram lá libertar a Itália. Mas prestem atenção: a avaliação é tão positiva, dos brasileiros, que... Mingau quer dizer coisa boa? Se eu dissesse: "Cristovam é mingau", Cristovam é bom. *(Risos.)*



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quando eu estiver lá, o senhor me chame; aqui, não, por favor. (*Risos*.)

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – É para os senhores terem uma ideia. Quer dizer, é uma avaliação positiva. E eles dizem uma coisa – e eu fecho com isso – que é o seguinte: "Os outros países [a fome é aguda numa guerra] ou jogavam fora o excesso de comida, ou nos doavam; os brasileiros dividiam, compartilhavam."

Então, é uma visita que eu tenho certeza de que os senhores vão ter oportunidade de... O povo brasileiro sair daqui, atravessar um oceano, pegar aquela neve, um exército profissional, no alto, porque era a Linha Gótica, para o senhor ter uma ideia, Presidente, e conseguir... E, sobretudo, humanizar a relação como um povo, como os brasileiros. Aliás, é essa a nossa herança do Haiti, como o senhor refletiu ainda há pouco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ainda concluindo, tocando um pouco no serviço militar, eu gostaria de, antes de levar ao Presidente da República, ter uma conversa para ver como teria isso concreto, para não chegar lá falando genericamente.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO – Data e hora. Está convidado, e o Presidente também, para um almoço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Embora no texto em que proponho isso, no livro *A segunda abolição*, eu chame de serviço civil, confesso que insisto que se deva chamar de militar. É diferente um jovem dizer: "Eu estou fazendo um serviço civil." Ou dizer: "Eu estou fazendo um serviço militar." Há uma diferença na cabeça; um neurolinguista deve explicar isso. A questão da disciplina é diferente chamando de serviço civil ou chamando de serviço militar; serviço civil temos muito. Mas isso é um detalhe.

Eu quero lembrar que tenho visitado instituições. Estive no ITA na semana passada. Não no ITA, mas em uma reunião com estudantes do ITA, Senador Anastasia. O grande prazer que tive não foi só de ver aqueles jovens com pesquisas de ponta completamente, mas foi ver... Não sei se o senhor tem conhecimento, mas existe uma associação de ex-alunos do ITA. Essa associação, para cada um que se formou em algum ano – e havia lá gente que se formou em 1957, um velhinho –, tem um que chamam de "o focal". Esse focal é o encarregado de reunir outros da turma para conseguir apoio para o ITA. Eles conseguem dinheiro para o ITA, eles dão apoio. As universidades brasileiras precisavam aprender esse espírito de corpo do ITA.

Eu tenho visitado, aqui, o Colégio Militar, que é uma coisa impressionante. Um desses dias, eu consegui um ônibus, trouxe jovens de uma escola pública de Goiás e levei os meninos para visitarem o Colégio Militar. Eles não acreditavam, primeiro, que estavam no Brasil; depois, que estavam num colégio; depois, que estavam num colégio público, quando viam a organização, a comida, quando viam a banda de música, um balé que fizeram, os laboratórios. A gente precisa dessas experiências no Brasil. E estou com uma visita marcada à academia Aman.

Isso não substitui uma visita à fronteira e a esses trabalhos de ponta, mas o ITA... Eu creio que cada vez mais, Ministro, é preciso dar apoio àquela instituição. Aquilo dali é o futuro do Brasil e eles estão fazendo coisas que eu não sei porque não se dá maior divulgação. É realmente algo excepcional, nessa crise que a gente vive; e a capacidade de sobreviver nas dificuldades.

Essa ITAEx – é assim que eles chamam a associação dos ex-alunos – é algo que impressiona. E lamento que as nossas universidades não consigam fazer o mesmo e nem pensem em fazê-lo.

Eu quero dar aqui os meus parabéns a esses velhos do ITAEx!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de passar ao Sr. Ministro e a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão as perguntas que nos chegaram dos internautas, porque as nossas audiências são interativas. Pelo que eu vi aqui, muitas das perguntas, a maioria delas foi respondida, e as outras não são perguntas, são afirmações.

Gostaria de agradecer a participação do Douver Ferreira, de Minas Gerais; novamente do Douver Ferreira; do Garrett, o Dragão Branco, também de Minas Gerais; há participação de Ronan Camargo, de Mato Grosso do Sul, com duas participações; novamente do Ronan, de Mato Grosso do Sul; do Adriano Silva, do Rio de Janeiro; novamente do Garrett, o Dragão Branco, de Minas Gerais; do Irineu



Campagnucci, de Mato Grosso; do Márcio Gonçalves da Rosa, de Santa Catarina; e do Mauro Araújo Bezerra, de Alagoas.

Muito obrigado a todos vocês pela participação nesta audiência pública da manhã de hoje, lembrando apenas que alguns dos *e-mails* que nós recebemos estão com mais de 280 caracteres. Então, algumas das perguntas ficaram prejudicadas, porque têm mais de 280 caracteres. Eu gostaria de lembrar aos internautas que, por favor, sempre procurem enviar a sua colaboração, a sua contribuição para o sucesso das nossas audiências públicas interativas com no máximo 280 caracteres. Em relação aos convites aqui formulados por S. Ex^a Ministro Raul Jungmann, nós os anotamos. A Comissão, pelo que V. Ex^a pôde comprovar e anotar, tem o maior entusiasmo pelo trabalho realizado pelo Ministério da Defesa sob o seu comando. Tenho o maior interesse em conhecer essas unidades militares.

Fico muito feliz também de dizer, Ministro Jungmann, que, como Presidente da República, eu sou, até agora, quem mais visitou unidades militares no exercício da Presidência, incluindo aí os Presidentes do período militar. É claro que eles conheceram mais do que eu, mas, quando estiveram fora da Presidência; no exercício da Presidência, fui eu quem mais visitou unidades militares. E fiquei sempre muito orgulhoso do trabalho e da dedicação, que verifiquei *in loco*, dos integrantes das Forças Armadas em favor do Brasil.

Em relação aos convites que V. Ex^a faz a esta Comissão: eu os anotei, e nós entraremos em contato com V. Ex^a para estabelecermos um calendário para que possamos cumprir todas essas sugestões de visitas que V. Ex^a nos fez.

Em relação à questão das emendas, o senhor se referiu – não sei se são militares – ao Sr. Luna e ao Sr. Marcos...

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO (*Fora do microfone.*) – Gal. Marcos e Gal. Luna.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ah!, são dois generais, me desculpe: Gal. Marcos e Gal. Luna. Peço a V. Ex^a que, por gentileza, peça a eles que entrem em contato com o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão para a questão das emendas.

O SR. RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO (*Fora do microfone.*) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Se eles pudessem entrar em contato. O Senador Jorge Viana já não está aqui, porque foi chamado. Está bem?

Pode contar, Sr. Ministro, com o apoio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nessa questão de trabalhar pelo aumento dos recursos que são destinados às nossas Forças Armadas.

A questão do Haiti: sem dúvida, esse será um momento muito importante, muito importante – em agosto, agora –, com a desmobilização das Forças brasileiras no Haiti. S. Ex^a o Sr. Ministro acaba de convidar integrantes da Comissão para estarem lá presentes. Acredito que seja muito, muito importante.

Acho que, de nós, somente V. Ex^a, Senador Cristovam, lá esteve, e num momento mais agudo dos problemas lá vividos. Vamos assistir, portanto, aqueles Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que aceitarem esse convite. É um momento tocante, porque o trabalho executado pelas Forças Armadas no Haiti realmente é um trabalho que sempre é motivo de muito orgulho e muita emoção para nós.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Ministro, por sua presença, obrigado por sua brilhantíssima palestra. Obrigado aos oficiais generais aqui presentes, aos oficiais que vieram na companhia de V. Ex^a e a todos aqueles que nos acompanharam até agora.

Peço a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, um pouco mais de paciência para nós concluirmos a nossa agenda na segunda parte da reunião, que será de matéria deliberativa.

Obrigado, Ministro. (*Pausa.*)

Dando continuidade à segunda parte da nossa pauta deliberativa, item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de



Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião ocorrerá a leitura de relatório.

Indico S. Ex^a o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc*.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Antonio Anastasia, para a apresentação do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Ex^a acaba de apregoar, trata-se da indicação do Sr. José Antonio Gomes Piras para a função de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago. O referido diplomata é meu conterrâneo, já que nasceu na cidade de Além Paraíba, em Minas Gerais; graduou-se em Direito no Rio de Janeiro e posteriormente ingressou no Itamaraty. Fez carreira naquela instituição, tendo desempenhado suas funções na Secretaria de Estado, em diversas funções que são elencadas. No estrangeiro, serviu em Genebra, em Bogotá, na missão junto à União Europeia, na Embaixada em Bonn, na Alemanha, em Berlim também na Alemanha, em Tóquio, e, desde 2001, está no Consulado-Geral em Hamamatsu. É autor de artigos voltados especialmente para questões tecnológicas, tendo sido um deles editado, que foi exatamente o seu trabalho de pós-graduação.

O Ministério das Relações Exteriores, Sr. Presidente, anexou à mensagem presidencial informe sobre Trinidad e Tobago, inclusive indicando que as relações bilaterais entre o Brasil e aquela nação amiga tiveram início antes da independência trinitária, com a criação, em 1942, do Vice-Consulado do Brasil em Port of Spain, capital daquele país, como parte do esforço conjunto daquele aliado na guerra na Alemanha durante o nazismo, já que Port of Spain era importante sede de base naval americana.

A representação brasileira foi elevada à categoria de Consulado e, em 1965, à de Embaixada. As relações bilaterais, que se beneficiaram de várias visitas e encontros de alto nível nos últimos anos, foram sempre caracterizadas pela cordialidade e pela busca de cooperação. Em 2016 o Governo brasileiro realizou doação de 20 mil doses de vacina contra Influenza (trivalente H1N1) a Trinidad e Tobago, conforme solicitação recebida por intermédio da Embaixada daquele país em Brasília.

Setores como cooperação técnica e turismo apresentam acentuado potencial e muito podem contribuir para o adensamento do intercâmbio entre o Brasil e aquele país.

No que diz respeito ao intercâmbio bilateral, a balança comercial pende a favor de Trinidad e Tobago, que exporta para o Brasil produtos manufaturados, em especial produtos químicos. As exportações do Brasil para Trinidad e Tobago são compostas principalmente por produtos básicos, com destaque para minério de ferro e óleo bruto de petróleo. Entre 2012 e 2016, o intercâmbio comercial decresceu 66,7%, de US\$1,29 bilhão para US\$431 milhões. É uma famosa refinaria a de Trinidad e Tobago, que, certamente, justifica o valor alto desse comércio, exatamente em razão da questão do petróleo e do desaquecimento do preço do minério que nós exportamos para lá. O déficit da balança diminuiu nos últimos anos. Passamos de 89 milhões, em 2012, para 54 milhões, em 2016.

No tocante, Sr. Presidente, a acordos bilaterais assinados entre o Brasil e Trinidad e Tobago, cabe mencionar a convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre renda e para incentivar o comércio e investimentos bilaterais, bem como um acordo de cooperação técnica, estabelecendo um marco legal para início de atividades de cooperação no interesse de ambos os países.

A comunidade brasileira, informa o Itamaraty, radicada em Trinidad e Tobago é hoje reduzida, com apenas 50 nacionais registrados.

Diante do exposto, este é o relatório, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar, no momento oportuno, sobre a indicação presidencial, nada mais aduzindo no âmbito deste Relatório.

É o que faço, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar, assinado em Nay Pyi Taw, em 29 de julho de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Autoria, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Indico S. Ex^a Senador Cristovam Buarque, como Relator *ad hoc*. Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, a Presidência da República enviou essa Mensagem nº 350, de 3 de novembro de 2014, que submete ao Congresso Nacional o texto de acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar, que foi assinado em Nay Pyi Taw, em 29 de julho de 2013.

O acordo tem por objeto, nos termos do art. 1º, promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas partes. O art. 3º dispõe que os programas e projetos serão implementados por meio de ajustes complementares. O art. 4º fixa pauta para as reuniões. Há, também, prescrições no sentido de proteção dos documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste acordo.

O ato estabelece, por igual, que bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma parte à outra serão isentos de taxas. O ato internacional em análise vigorará, em conformidade com o art. 9º, por período de cinco anos.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para esta Comissão.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

A temática do acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral.

Tudo isso, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram...

Pela ordem, S. Ex^a o Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desculpe, eu achava que já estava no próximo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não. Desculpe! *(Risos.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o Relatório nº 20, de 2017, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2017.



A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.
Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), aprovado por meio de resoluções emanadas da VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Essa relatoria, Senador Cristovam, é uma relatoria que ficará inscrita nos trabalhos desta Comissão e do Senado Federal, pelos motivos que V. Exª irá colocar.

Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, como o senhor já, de certa maneira, tocou no assunto, eu lembro que eu li esse parecer na última reunião, eu creio que li, mas pedi um pouco para estudar, porque nós estávamos aqui discutindo a aprovação de um acordo que é de 1928. E eu fui atrás de saber o que é que houve nesse tempo, porque já está em vigor, o Governo brasileiro contribui regularmente e faz parte.

Fui informado de que o Ministério das Relações Exteriores esclareceu a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional e a ratificação pelo Poder Executivo do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que, embora já venha, reiteradamente, aprovando o pagamento das contribuições – o Congresso aprova, no orçamento –, por mais de 80 anos, mediante previsões orçamentárias ou por meio de créditos adicionais, o Ministério do Planejamento identificou a necessidade de adequação das contribuições ao instituto a normas mais recentes legais brasileiras que regem a elaboração. Por isso, o assunto voltou e nós estamos aqui debatendo.

E eu volto a dizer que somos pela aprovação devido à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 99 de 2017 e, no mérito, pela sua aprovação. E pela longevidade, também, da ação, antes mesmo da aprovação. Eu sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque. Mas há apenas um comentário: a explicação está bem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Meio ruinzinha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... disfarçada, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, está.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Aí o que aconteceu, no meu entender, foi que esses pagamentos foram sendo realizados sem a devida cobertura legal por parte do Congresso Nacional com a aprovação desse acordo. E, quando se deram conta de que tudo isso estava descoberto, fizeram, então, essa correção a tempo e hora. Eu acho que fica, de qualquer maneira, registrado que um acordo, um ato constitutivo assinado em fevereiro de 1928, ele somente chega agora ao Senado Federal, via Comissão de Relações Exteriores, para ter a sua aprovação por essa Comissão e posteriormente pelo Plenário desta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Creio que essa é a melhor explicação, é uma boa explicação. E quero aqui, dizendo – em tom de brincadeira ou não – que felizmente isso fica longe do Brasil, porque, se fosse aqui, algum procurador iria entrar na Justiça para pedir toda a contribuição nesses 80 anos de volta ao Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade. É verdade, Senador Cristovam.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª, o Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação, assinado em Brasília, em 2 de maio de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, para apresentação de seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa proposição veio ao Senado Federal, distribuída a esta Comissão, com o propósito de aprovarmos o Acordo importante de Cooperação Educacional entre dois países, o Brasil e o Camboja.

Quanto à constitucionalidade, compete ao Congresso Nacional, como todos nós sabemos. No tocante à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, também compete a nós.

No mérito, o ato internacional em tela visa a estimular o desenvolvimento educacional e científico, mediante a cooperação educacional e universitária entre os dois países.

Essa cooperação vai possibilitar o intercâmbio de docentes, técnicos, especialistas e pesquisadores de instituições de ensino superior e missões de ensino e pesquisa. Igualmente, estimula os discentes de graduação e pós-graduação a terem acesso aos programas em condições de igualdade aos estudantes nacionais.

Além disso, sistemas de financiamento, bolsas de estudos e outras facilidades educacionais poderão constar de futuros sistemas, envolvendo as instituições de ensino superior desses países.

Por fim, o tratado dispõe sobre regra típica, que determina sua entrada em vigor 30 dias após a última notificação de ratificação pela parte.

Trata-se, pois, de um acordo celebrado entre países no campo de educação, sempre proveitosos. E é inegável reconhecer seu valor.

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade e pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de exposição pelo Embaixador do Qatar acerca da crise diplomática que o país atravessa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador do Catar, o Sr. Mohammed Al-Hayki; 2. Embaixadora Lígia Maria Scherer, Diretora do Deptº do Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores - MRE.



Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. Em 22/06/2017, é lido o Requerimento.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de 2017.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 422, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, com a finalidade de receber a "Comenda Embaixador da Paz na Terra Santa" em reunião da Comunidade Internacional Brasil e Israel, a ser realizada entre os dias 21 a 30 de agosto de 2017, em Jerusalém, Israel.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Indico S. Exª a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc* desta matéria.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para apresentação do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Grata, Sr. Presidente.

Como V. Exª já mencionou, esse requerimento observa a regra regimental.

No mérito, há que se apoiar também autorização para esta missão, consubstanciada na participação numa missão junto à Comunidade Internacional Brasil e Israel, que se reunirá naquele país entre 21 e 30 de agosto do corrente ano. Na ocasião, o nosso colega receberá a Comenda de Embaixador da Paz na Terra Santa.

A iniciativa engloba-se nas modernas práticas da diplomacia parlamentar, em que são fomentadas as alianças e grupos parlamentares internacionais, os quais auxiliam de modo especial a política externa nos formatos tradicionais, desenvolvida pelos Poderes Executivos.

Complementando o requisito regimental, o Senador José Medeiros informa, em seu requerimento, que necessitará para os deslocamentos e para a missão se ausentar do Brasil entre 18 de agosto e 3 de setembro.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento 422, de 2017.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia, mas pela data que V. Exª citou que está no relatório, Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, o evento é de 21 a 30 de agosto, mas ele pede para se ausentar de 18, por conta do deslocamento até chegar lá – imagino isso –, a 3 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeito. Muito bem.

Coloco em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Requerimento nº 422, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.



O item extrapauta que foi apresentado logo no início da reunião de hoje é o item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, adotada em Kumamoto, Japão, em 10 de outubro de 2013.

Autoria:

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Autoria, Câmara dos Deputados.

Indico como Relatora *ad hoc* a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia para apresentação do relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Para fazer jus ao conceito de que na gestão passada V. Ex^a me chamava de Relatora *the flash*, farei esse relatório assim, já economizando, e vou direto à análise.

Análise.

Como já foi mencionado, a Convenção de Minamata traz uma série de medidas para conter as emissões antropogênicas de mercúrio, metal encontrado na natureza. Desse modo, entre outros aspectos do texto convencional, merecem destaque: I) proibição de mineração primária de mercúrio e eliminação gradual daquelas existentes; II) redução do uso do mercúrio em uma série de produtos e processos; III) promoção de medidas de controle das emissões na atmosfera, no solo e na água, bem como das atividades do setor de mineração artesanal e em pequena escala; IV) disposições sobre armazenamento provisório e eliminação do mercúrio convertido em resíduo e sobre os pontos de contaminação e temas sanitários.

Como bem salientado na exposição de motivos interministerial, o Decreto nº 97.507, de 13 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro, e dá outras providências, e o Decreto nº 97.364, de 10 de abril de 1989, que dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências, já dão importante respaldo jurídico interno para as disposições previstas na Convenção.

Ademais, cumpre registrar que a Comissão Nacional de Segurança Química, em março de 2011, criou o Grupo de Trabalho sobre Mercúrio, com o fim de discutir e propor estratégias, diretrizes, programas, planos, e encaminhar sugestões para a participação brasileira no Comitê Intergovernamental para preparação de instrumento global vinculante sobre mercúrio, que resultou no texto da Convenção de Minamata. A Conasq renovou o mandato do GT-Mercúrio de modo a cobrir período que deve se estender até a primeira conferência das partes (COP 1), a qual deverá ocorrer de 24 a 29 de setembro deste ano, visto que a convenção já obteve, no mês de maio último, o depósito do 50º instrumento de ratificação necessário para sua entrada em vigor.

Essa iniciativa, cabe ressaltar, nasceu de negociações entre o Ministério do Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Fundo Mundial para o Ambiente, a fim de desenvolver projeto para realização de inventário de fontes e emissões de mercúrio e diagnóstico da capacidade analítica nacional.

Em face de todo o exposto, verificamos que o Estado brasileiro se encontra em condições de confirmar o compromisso assumido quando da assinatura da Convenção de Minamata, na linha de nossa tradição diplomática de buscar a efetiva proteção ambiental e da saúde humana. Por essa razão e diante da premência da realização da primeira conferência das partes, faz-se mister a aprovação desse tratado pelo Congresso Nacional, a fim de viabilizar sua pronta ratificação.

Voto.



Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do relatório que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa, a fim de serem tomadas as devidas providências.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Dando segmento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras", convoco S. Ex^{as} as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, para a nossa próxima reunião, dia 3 de julho, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 8º Painel de debates sobre o tema: "Migração e refugiados, convidados indesejados ou oportunidade de desenvolvimento?"

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Consultor Tarciso Dal Maso Jardim, do Senado Federal; o Professor Doutor Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB); o Professor Doutor André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo (USP); e o Dr. Gabriel Gualano de Godoy, Oficial de Proteção do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), aqui no Brasil.

Não havendo nada a tratar e, mais uma vez, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, dos ilustres convidados e dos nossos internautas, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2017.

Às dezoito horas do dia três de julho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Hélio José, José Pimentel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de relato sobre o 7º Painel do Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 8º Painel – Migração e refugiados: convidados indesejados ou oportunidade de desenvolvimento? Os fluxos migratórios e suas consequências para os EUA e para a Europa. Divisões nas sociedades norte-americana e europeia. Restrições nos EUA e na Europa à imigração. A questão dos refugiados. A política migratória do atual Governo do EUA e o êxodo de cérebros. Perspectiva brasileira: oportunidades da inserção de estrangeiros para a economia e sociedade brasileiras. A nova lei de migração e a possibilidade de compra de terras brasileiras por estrangeiros: oportunidades de desenvolvimento ou ameaça à soberania? Participantes: Doutor Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal; Professor Doutor Renato Zerbini, Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB; Professor Doutor André de Carvalho Ramos, Professor da Universidade de São Paulo – USP; Senhor Gabriel Gualano de Godoy, Oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente registra e agradece a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. O Presidente concede a palavra a cada expositor para suas exposições. O Presidente registra questões apresentadas por internautas, recebidas via portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra aos expositores para considerações finais. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Sr. Ibrahim Alzeben, Embaixador do Estado da Palestina; Sr. Malek Twal, Embaixador do Reino Hashemita da Jordânia; Sr. Konstantine Sabiashvili, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Geórgia; Sr. Abbah Sidi Sidi, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Reino de Marrocos; Brigadeiro-do-Ar Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; Sra. Gisela Padovan, da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares – AFEPA, do Ministério das Relações Exteriores. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje vamos cumprir mais uma etapa do ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado mediante requerimento apresentado a esta comissão. Requerimento nº 1, de 2017, aprovado em 17 de março de 2017.

Hoje vamos tratar de um assunto extremamente importante para o momento que o mundo vivencia, que é a questão da migração. A esse fato, a esse problema que está sendo vivenciado pelo mundo em função dos refugiados, que estão buscando um lugar seguro para poder viver, temos que associar a nova Lei de Migração do Brasil. Essa Lei de Migração foi aprovada aqui na Comissão de Relações Exteriores, aprovada também em plenário e sancionada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Então, hoje nós temos uma nova Lei de Migração, extremamente atualizada. E um ponto importante a ser destacado em relação a essa lei é que ela tem origem no Parlamento, porque surgiu esse projeto de lei no Senado Federal, da autoria do Senador, hoje Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Então, é uma lei que foi aprovada por iniciativa parlamentar, o que não só acontecer com tanta periodicidade.

Então, o painel hoje tratará de "Migração e refugiados: convidados indesejados [como acham alguns], ou oportunidade de desenvolvimento [como entendem outros]?" – e dentre esses, eu me incluo.

Antes de iniciarmos, eu passaria à leitura do comunicado que relata o 7º Painel, acontecido duas semanas atrás. Esse último painel, o 7º, foi realizado no dia 19 de junho e abordou o tema "Brexit: quantos mais? O Crescimento dos nacionalismos e o futuro da União Europeia". Participaram como palestrantes o ex-Ministro Embaixador Celso Amorim, o Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes e o Prof. Dr. Klaus Dalgaard.

Segundo o Prof. Klaus Dalgaard, apesar de muitos analistas considerarem um referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia como sendo parte de uma tendência maior no mundo contra a globalização, o Brexit constitui um caso à parte, pois o Reino Unido sempre teve, em alguma medida, uma postura isolacionista perante o restante da Europa.

O professor lembrou que foi em 1972 que o Reino Unido se tornou membro da comunidade Europeia, junto com a Irlanda e a Dinamarca, sob o governo, a época o governo conservador de Edward Heath, e com oposição dos trabalhistas.

À medida que o projeto de integração europeu se aprofundava, explicou o Prof. Dalgaard, passando de uma simples união aduaneira com o mercado comum para um projeto de integração de cunho cada vez mais político-intervencionista, o descontentamento com a comunidade europeia surgiu dentro do Partido Conservador, sobretudo na ala mais próxima à ex-Ministra Thatcher.

Desde então, o partido tem uma forte característica eurocética, representada por cerca de um terço de seus Parlamentares, que defendem a saída do Reino Unido da União Europeia e a recuperação da soberania nacional como uma questão mais ideológica do que prática. Com a promessa de incluir um referendo sobre a permanência na União Europeia na proposta de governo, o ex-Primeiro-Ministro Cameron, segundo colocado no primeiro turno, conquistou o voto de boa parte da ala eurocética dos conservadores e foi eleito líder do partido em dezembro de 2015. Nas eleições de 2010, lembrou o Prof. Klaus, os conservadores não obtiveram a necessária maioria – eu falei 2015, por favor retifico, 2005 – absoluta e se viram forçados a formar um governo de coligação com o partido Liberal Democrata, historicamente pró-União Europeia, que exigiu a ação de não convocação do referendo.

Em janeiro de 2013, com sua popularidade em baixa e as pesquisas de opinião indicando uma provável derrota nas eleições seguintes, David Cameron fez a promessa eleitoral de um referendo sobre a permanência do Reino Unido, após renegociar novos termos de participação do país com a União Europeia. Contrariando as pesquisas, ele se reelegeu e conseguiu uma pequena maioria no Parlamento, não precisando mais da coligação com o partido Liberal Democrata para governar. Assim, não teve outra opção senão cumprir uma promessa de campanha.

Com alta participação de eleitores acima de sessenta anos, ressaltou o Prof. Klaus, cuja tendência foi votar a favor da saída, e relativamente baixa participação de jovens entre 18 e 24 anos,



que tendem a favorecer a permanência na União Europeia, o Brexit venceu por pequena margem, e David Cameron renunciou ao cargo de primeiro-ministro, assumindo sua Ministra do Interior, Theresa May.

Com sua popularidade em alta, Theresa May decidiu convocar eleições no meio do mandato, apostando em aumentar a sua maioria no Parlamento. O que não só lhe daria um claro mandato da população para continuar com a sua linha dura, mas também maior flexibilidade nas negociações com a União Europeia, não sendo mais refém da vontade da ala eurocética do seu partido. Deu errado, e May perdeu a sua já pequena maioria, apesar de os conservadores continuarem sendo o maior partido no Parlamento.

May encontra-se consideravelmente enfraquecida e à mercê da vontade não só da ala eurocética do Partido Conservador, mas também do partido da União Democrata, cujas exigências com relação ao Brexit incluem manter aberta a fronteira com a Irlanda, contrariamente à vontade daqueles que querem sair da União Europeia, e receber de Londres todo o apoio econômico que a Irlanda do Norte atualmente recebe de Bruxelas.

Caso o Reino Unido saia completamente do mercado comum e da união aduaneira, a União Europeia perderá o seu segundo maior contribuinte, o que exigirá ou um aumento da contribuição dos maiores países europeus ou uma redução do orçamento do bloco.

Previsões de que o voto pelo Brexit fortaleceria os movimentos eurocéticos no resto da União Europeia se mostraram falsas, afirmou o Prof. Klaus, pois pesquisas de opinião imediatamente após o referendo britânico mostraram uma expressiva queda de apoio a esses movimentos no resto do continente europeu. E partidos populistas como o Partido da Liberdade, de Geert Wilders, da Holanda, e a Frente Nacional, de Marine Le Pen, na França, não foram tão bem nas urnas quanto esperavam.

Para o Reino Unido, asseverou o professor, as consequências serão mais complicadas, pois diversos líderes europeus já deixaram claro que, com sua saída, não poderá ter acesso ao mercado comum se não aceitar a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas, a exemplo da Noruega.

Estudo do Institute for Fiscal Studies, citou o Prof. Klaus, prevê uma redução do crescimento econômico, equivalente a 70 bilhões de libras esterlinas anuais, com poucas chances de novos acordos de livre comércio compensarem essa grande perda. O Brexit também coloca um ponto de interrogação quanto ao futuro da Inglaterra e outras nações que compõem o Reino Unido, como a Irlanda do Norte e principalmente a Escócia, que teve 62% dos votos a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia e ameaça realizar um segundo referendo sobre a independência escocesa, com a ideia de que uma Escócia independente possa se tornar membro da União Europeia.

A Irlanda do Norte votou majoritariamente pela permanência do Reino Unido na União Europeia. E, mesmo que alguns partidos tenham sido a favor do Brexit, todos são contra fechar a fronteira com a República da Irlanda, o que faz parte do plano de Theresa May para controlar a imigração.

Por outro lado, lembrou o professor, o simples fato de Theresa May ter-se aliado a um partido que representa um dos extremos no antigo conflito norte-irlandês pode reacender as tensões entre católicos e protestantes, uma vez que o Acordo da Sexta-feira Santa requer neutralidade dos governos do Reino Unido e da República da Irlanda. Theresa May, avaliou o Prof. Klaus, saiu bastante enfraquecida da eleição, sem um forte mandato popular para ir adiante com as negociações de um Brexit duro, para o qual ela fez campanha, além de ser refém das vontades e exigências de um lado da ala eurocética de seu partido e, de outro lado, do partido da União Democrática norte-irlandês.

A grande ironia dessa tragédia britânica é que a melhor solução possível para o Reino Unido é um acordo interino pelo qual país assumiria o mesmo *status* que a Noruega: participação do mercado comum sob, exatamente, as mesmas condições econômicas legais e regulatórias em que o Reino Unido se encontra agora, mas com a crucial diferença de não ter representação nas decisões tomadas em nível internacional ou supranacional, enquanto ganha tempo para negociar um acordo mais detalhado que não lhe seja tão nocivo quanto à saída total da União Europeia, concluiu o Prof. Klaus Dalgaard.

O segundo palestrante, Prof. Guilherme Sandoval Góes, explicou que a ideia de Donald Trump do *America first* não é nova, pois já era essa a estratégia dos Estados Unidos no período entre guerras. Outro elemento importante para tentarmos entender o jogo geopolítico, segundo ele, é o sistema



yaltiano de poder, um sistema criado em Yalta, retirando do Estado nacional o poder de fazer a guerra, passando isso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É uma ironia achar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas realmente esteja ditando as normas de quando os países-membros, sobretudo do Conselho de Segurança, possam ou não fazer a guerra. Nem mais os parlamentos desses países estão sendo respeitados!

E, finalmente, há a ideia da tríade capitalista americana: essa tríade que tem os Estados Unidos, formando o bloco americano; a relação atlântica, formando o bloco europeu; e a própria relação com o Japão, que é o bloco asiático – enumerou o professor. E continua ele: quando acaba a Guerra Fria, a questão ideológica deixa de existir, e passa a predominar a questão econômica, com a supremacia do modelo liberal, a vitória da democracia e do capitalismo, perspectivas que simbolizam muito bem aquele momento de globalização. Diante dessa abertura no mercado mundial, só há duas posições, afirmou o Prof. Guilherme: ou o Estado está na cadeia transnacional de produção, e assim passa a ser um *global player*, ou ele é um mercado.

Apesar de não ser um ator central, o Brasil é, sim, um *player* que pode ser levado em consideração, porque é um dos poucos países que ainda têm empresas transnacionais. Lamentavelmente, disse o professor, ao invés de aumentarmos o nosso núcleo, essa empresa talvez esteja sendo desconstituída, reduzindo, portanto, esse núcleo.

Trump vem e faz o *America first*, desconstrói a tríade, abandona as alianças hemisféricas, afasta-se da *pax* americana, cria a questão do mercado interno *versus* o mercado mundial e vai fazer a fábrica dentro dos Estados Unidos. "Será que essa não é a saída que o estrategista americano [e ele se refere como estrategista americano ao Sr. Donald Trump] está vendo para enfrentar a competência chinesa?" Questionou o palestrante.

O Brexit vem exatamente nessa perspectiva, tem exatamente um dos elementos geopolíticos que vão circunscrever essa nova perspectiva geopolítica dos Estados Unidos. Os britânicos não vão poder abrir mão de estabelecer uma tarifa externa comum para negociar com o resto do mundo e não vão poder abrir mão da livre circulação de bens de capital e de mão de obra, até pelo próprio art. 50 do Tratado da União Europeia. Esse é um elemento fulcral dentro dessa perspectiva do Brexit, confirmou, concluiu o Prof. Guilherme.

Terceiro e último palestrante foi o Embaixador Celso Amorim. Para ele, o Brexit é muito específico em termos dos sentimentos que são oscilantes entre o Partido Trabalhista e o Partido Conservador, no Reino Unido, e também dos sentimentos da Europa com relação ao Reino Unido. O sentimento da Europa é misto, porque o Reino Unido sempre foi o que, em inglês, eles chamam de *odd man out*, quer dizer, ele é um pouquinho diferente, não só em função da insularidade física, mas também em função da relação atlântica, da relação privilegiada com os Estados Unidos.

Para além das perdas específicas comerciais que podem ocorrer, até que ponto a saída do Reino Unido representa ou não o enfraquecimento de uma estrutura de paz mundial, sobretudo de paz na Europa? Questionou o palestrante, o Ministro Celso Amorim. Continua ele: "Há muitas análises feitas, sobretudo na Inglaterra, dizendo que, com a União Europeia, finalmente tinha-se conseguido o que não se havia conseguido com duas guerras, isto é, a união da Europa sob a hegemonia de um país, no caso a Alemanha, que é o país mais poderoso. Por um lado, isso favorece a união, porque, em várias questões, o Reino Unido sempre votava de maneira um pouco diferente, inclusive em matéria de defesa comum".

A atitude do Presidente Trump, nas últimas reuniões de cúpula na Europa, levou a Chanceler Merkel, num misto de exclamação e insatisfação, a dizer: "Nós agora não podemos contar com os outros". Diz o Ministro, quer dizer, só podemos contar com os próprios europeus. Essa é uma mudança geopolítica de extrema importância, afirmou ele, assim como a ascensão da China, que, até facilitada pela atitude do Presidente americano, foi vista exercendo um *soft power*, que até então não tinha praticado.

Um presidente como o americano, que é a total ausência de *soft power*, de carisma, favoreceria um momento de esforço para aprofundar a integração sul-americana, considerou o palestrante, mas isso requer uma liderança, e o Brasil tem um papel muito grande a desempenhar nisso.

A grande diferença do Presidente americano para os Presidentes anteriores daquele país, considerou o palestrante, é que os outros, no uso unilateral do poder, procuravam pelo menos evitar



um confronto, não sair sozinho na frente, enquanto o Presidente americano atual, pelo menos no discurso, se coloca fora dessa situação.

Essa ordem internacional que aparentemente faliu, com o trumpismo e com o Brexit, era uma ordem impositiva em muitas coisas, que, quando chegava ao seu limite, apelava também para ações unilaterais, como aconteceu no Iraque e na Líbia.

Esse fim de ciclo, conclui o embaixador, tem que nos preparar para a abertura de outro ciclo, no qual a competição talvez continue a ser importante, porém com mais atenção à solidariedade, à cooperação entre os países, bem como a multipolaridade com multilateralismo.

Em resposta a questionamentos, o Prof. Guilherme Sandoval afirmou que não apenas no campo militar, mas no campo geopolítico, no campo econômico e no campo das relações internacionais propriamente ditas o grande jogo do século XXI vai ser entre a Otan e a Organização para Cooperação de Xangai. Uma aliança estratégica do triângulo nuclear – Índia, China e Rússia, que, conforme a doutrina Primakov, que foi Primeiro Ministro da Rússia, 1998/1999, quando era Presidente o Sr. Boris Yeltsin –, que foi prevista pelo Primakov – daí tendo o nome doutrina Primakov – desconstrói a hegemonia dos Estados Unidos e da sua aliança atlântica. A doutrina Trump não deixa de ser uma tentativa de desconstruir a doutrina Primakov – arrematou o professor.

O sucesso de Emanuel Macron é uma questão muito importante, argumentou ele, porque a França seria o elemento central no alargamento dos países que poderiam estar querendo deixar a União Europeia. E essa eleição da França em marcha confronta a ideia de desconstrução da União Europeia. Na opinião do Prof. Klaus Daalgard – aí já são os palestrantes respondendo a indagações formuladas pelos Senadores e pelos internautas –, se Trump vier a reduzir o que os Estados Unidos gastam em defesa na Otan para defender os países europeus, inevitavelmente, todos os países do bloco deverão aumentar o seu orçamento de defesa. Já uma Escócia, independente, tornando-se membro da União Europeia, uma Irlanda reintegrada e também membro da União Europeia, por enquanto, são possibilidades remotas demais para levar a sério – finalizou o Prof. Klaus.

E finalizo aqui a leitura desse comunicado dos principais trechos do painel passado, solicitando à Secretaria desta Comissão que dê, como lida, a íntegra desse comunicado agora lido.

Passando à pauta para a noite de hoje, como já dissemos, o tema é: Migração e refugiados: convidados indesejados ou oportunidade de desenvolvimento?"

Participam, como palestrantes, o Consultor Legislativo Tarciso Dal Maso Jardim, do Senado Federal; o Prof. Dr. Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UniCeub); o Prof. Dr. André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo (USP); e o Dr. Gabriel Gualano de Godoy, oficial da unidade de proteção no Brasil da Agência da ONU para Refugiados, o Acnur.

Gostaria de, em nome de todos os integrantes desta Comissão, desejar, aos nossos palestrantes, as boas-vindas, cumprimentá-los e solicitar que tomem assento à mesa. *(Pausa.)*

Gostaria de registrar e agradecer mais uma vez a presença, participando desta audiência pública, da Deputada Bruna Furlan, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Muito obrigado, Presidente Deputada Bruna Furlan pela sua presença e pelo prestígio que nos concede a esta série de painéis que estamos aqui realizando na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Gostaria de esclarecer aos senhores participantes da noite de hoje que terão 20 minutos para fazerem a sua exposição e, em seguida às suas falas, responder às perguntas que forem formuladas pelos Srs. e Sras Senadoras ou pelos nossos internautas que vêm tendo uma participação muito ativa em todas essas audiências que estamos realizando ao longo das semanas.

Quero lembrar aos nossos internautas que as perguntas, questionamentos, afirmações, considerações que venham a fazer devem, no máximo, serem colocadas dentro de 280 caracteres; acima de 280 caracteres o nosso sistema aqui não aceita e, portanto, a pergunta fica truncada, a observação fica truncada. Usem 280 caracteres. A participação de vocês é muito importante. Seja também, além da Internet pelo telefone do Alô Senado. Nós estaremos aqui recebendo sempre com muita atenção todos esses questionamentos que vierem a ser feitos.

Para iniciar, portanto, o painel da noite de hoje em que apresentamos alguns tópicos para servir apenas de sugestão aos palestrantes eu vou chamar o nosso primeiro convidado, Prof. Tarciso Dal Maso.



E gostaria de dizer que, dentre esses tópicos, estão para análise dos nossos palestrantes:

- 1) Os fluxos migratórios e suas consequências para os Estados Unidos da América e para a Europa; divisões nas sociedades norte-americana e europeia, restrições nos Estados Unidos e na Europa à imigração.
- 2) A questão dos refugiados.
- 3) A política migratória do atual Governo americano e o êxodo de cérebros.
- 4) Perspectiva brasileira: oportunidades da inserção do estrangeiro para a economia e a sociedade brasileiras.
- 5) A nova lei de imigração e a possibilidade de compra de terras brasileiras por estrangeiros: oportunidade de desenvolvimento ou ameaça à soberania?

Gostaria, portanto, como já disse, de passar a palavra ao Consultor Legislativo Tarciso Dal Maso Jardim para iniciar o painel da noite de hoje.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Boa noite a todos e a todas.

Muito obrigado, Presidente Fernando Collor, pela oportunidade do convite para falar de tema que me é bastante caro. Igualmente saúdo a todos os presentes da Mesa. Inicialmente à Deputada Bruna Furlan, de grande destaque no tema migratório, e aos queridos amigos, Dr. Renato Zerbini, André de Carvalho Ramos e Gabriel Godoy. É um grande prazer estar aqui com os senhores.

O tema "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?" está de maneira indissociável ligado à migração, embora a migração não seja um tema novo. Podemos dizer que até é um tema de permanência na história da humanidade. Somos nômadas por essência. Ao contrário, precisamos muito mais de esforço a fim de justificar limites fronteiriços, por exemplo.

Faço uma breve pausa para também saudar o Senador aqui presente.

Somos o que somos em razão desses movimentos de seres humanos.

Estive certa vez em um debate parisiense muito similar, que afeta o tema aqui presente, que se chamava "Os muros e o Direito Internacional". Isso foi em 2007. E lá apresentou – um diplomata local, de longa carreira, geógrafo que se chama Michel Foucher – um interessante livro chamado *Obsessão por Fronteiras*, e nós estávamos em um certo momento ainda embevecidos pelas perspectivas da União Europeia e ele, ao contrário, cheio de poréns e indicava, como geógrafo, uma pluralidade de formação de barreiras, linhas, muros.

A título de exemplo, fazendo um breve levantamento do estado atual da arte, poderíamos citar em Belfast, na Irlanda do Norte; a Linha Verde em Nicósia, no Chipre; o muro do Saara Ocidental também chamado de Marroquino; entre a Espanha e o Marrocos, ali nas cidades de Ceuta e Mellila; Botsuana e Zimbábue; o muro da Cisjordânia; o muro fronteiriço entre México e Estados Unidos, entre os mais famosos. Pela Rússia ou diante a Rússia também muros, limites e barreiras são projetadas ou executadas: Ucrânia, Lituânia. Até mesmo a Noruega se arroga de projetar algo em relação à Rússia. A Hungria também – e, aí, bastante associada com o tema migratório – faz lá o seu muro com a Sérvia e avança à Croácia e até com a perspectiva da Romênia; a Bulgária em relação à Turquia; o Paquistão com as suas linhas tanto com o Afeganistão, a Linha Duran, quanto na Caxemira com a Índia; as duas Coreias; a China com a Coreia do Norte; a Arábia Saudita também tem as suas, seja com o Iraque ou com o Iêmen; o Emirados Unidos com o Sultanato de Omã; e a barreira Kuwait em relação ao Iraque é de todos nós conhecida, até mesmo os fatores que levaram a fazê-la.

Então são tantas barreiras físicas, simbólicas, fitossanitárias, eletrônicas e políticas, e o Michael Foucher nos alertava à época: olha, atenção, porque a obsessão ainda segue sendo as fronteiras.

Pois bem, isso então seria uma espécie de mundialização negativa. Muitas vezes de forte conteúdo interno, que não é capaz de evitar a migração.

Os migrantes pagam um preço altíssimo em busca da sobrevivência ou para manter laços sociais ou com as suas famílias, enfim... Além disso, muitas vezes esses limites são artificiais do ponto de vista de antigas comunidades. Basta lembrar, por exemplo, como foram feitas as fronteiras coloniais africanas, com muito artificialismo em relação às comunidades pretéritas. Igualmente, muitas vezes essas barreiras ignoram forte integração transfronteiriça existente – agora o Presidente Trump está vendo, por exemplo, as reações da sua própria população a respeito da extensão do muro com o México, porque ela é, em grande parte, integrada –, para não mencionar que muitos movimentos são



refluxo de antigos domínios coloniais, ou de ações externas ou derivados de conflitos em que o País receptor causou ou participou. Há que se analisar se essa participação foi justa ou não.

O que virou a Líbia? Hoje é um mercado de escravo. Evidentemente não estou aqui demonstrando simpatia com o Kadafi, mas há consequências de ações tuteladas pelos países receptores.

Pela quantidade de muros também vemos que a situação não é uma questão europeia meramente, como muitas vezes nós a importamos. Ao contrário, a perspectiva inicial do migrante é uma busca dentro do seu próprio País, inicialmente, de uma localização dentro do seu próprio país – a Colômbia é um exemplo disso. Posteriormente vai para países vizinhos e, depois, locais em que mantém relações históricas com o seu País ou com uma história do migrante com seus amigos ou familiares, ou um País de destino que ele considere como promissor em seu imaginário.

Há muitos caminhos feitos pelos migrantes, e, dentro desse contexto, quem são eles? Muitas vezes são extremamente vulneráveis, ou pessoas pobres ou intermediários ou minorias, ou há uma fuga de cérebro, ou são investidores... É muito plural essa população e em grande número. E além disso há cenários muitas vezes incompreendidos, por exemplo, países que são ao mesmo tempo de imigração e de emigração.

E a Europa, apesar de nossa obsessão em relação a ela, ela não é necessariamente a mais atingida por esses fluxos todos, tampouco podemos incorporar alguns estigmas, feitos por alguns dirigentes europeus, como o próprio Primeiro-Ministro Húngaro, já que eu falei dos seus muros, de que "todos os terroristas são migrantes" – estou falando entre aspas. Esse fascínio pelos fatos europeus não pode nos levar a importar os seus dilemas e os seus equívocos.

Bebendo em fontes de doutrinadores do continente, como o Giddens, que escreveu o livro *Continente turbulento e poderoso: Qual o futuro da Europa?*, ele constata, fazendo uma autocrítica, que a própria Europa não advém de uma cultura autóctone; tampouco a Grécia o foi. E isso ao se falar de instituições e culturas. Se falarmos de religiões, por exemplo, em que há todo esse chamado conflito entre culturas religiosas, as religiões que lá se proliferam são todas do Oriente Médio. As monoteístas são do Oriente Médio; não são europeias por natureza. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo, inclusive, dialogam na sua construção. É artificial portanto essa ideia de que a Europa gestou completa e isoladamente sua própria cultura.

Há que se ter cuidado, portanto, com esse jogo de estigmas associados por vezes a lutas geopolíticas ou a radicalismos, sobretudo quando estamos em um mundo que é diferente. Não raro os doutrinadores que agora associam essa interligação cultural como a denotar comportamentos ainda não apreendidos – o mundo eletrônico, a internet, os *smartphones* eles estão inclusive quebrando mitos da doutrina migratória, como a completa integração da segunda geração, porque, como diz até mesmo Bauman, são solitários, mas em contato constante e influenciados por uma outra esfera de comunicação, ainda não devidamente apreendida.

Giddens, retornando, defende o imperialismo, um imperativo cosmopolita, ou seja, ele acredita que o caminho é o contato diário. Nem o isolamento das minorias étnicas – e aí é uma espécie de solução por gueto, por cidades migratórias – tampouco uma ideia de ignorar que as minorias simplesmente existem e jogá-las, por exemplo, em um republicanismo radical, como os franceses o fizeram – proíbem véu, proíbem qualquer sinal religioso. Essa é a defesa de Giddens.

Agora, Presidente Fernando Collor, o senhor já dirigiu o País e tal e não se ignora que é difícil para governantes e autoridades gerenciar isso. Há uma disposição de poder e recursos limitados, maneja-se sustentação política, enfrenta-se hostilizações entre as suas próprias comunidades internas e, não raras vezes, isso culmina em ódio racial. Igualmente não se esquece de que a imigração está sendo provocada também não só por uma série de conflitos armados, mas igualmente pelo Saskia Sassen menciona: um limite sistêmico de caráter econômico, social e biosférico.

E eu faço homenagem à sua política ambiental, Presidente. Ora, um terremoto no Haiti, e os haitianos estão aqui.

"Uma década perdida" – entre aspas, no Brasil, e suas derivações, mais de 13 milhões de brasileiros estão no exterior. Nós temos muito mais brasileiros no exterior do que estrangeiros aqui, no País.



Então, o fenômeno desencadeador da imigração é mais complexo do que possamos imaginar, portanto, o gerenciamento não é um muro; o gerenciamento é a ponte onde as pessoas conversam. Se não há capacidade de tudo fazer, que ao menos se tenha a capacidade de decidir com sabedoria o que se pode fazer.

E aí louvo a iniciativa que ocorreu, no Brasil, buscando um outro caminho para a questão migratória, que desembocou na Lei nº 13.445, a chamada Lei de Migração. Nós buscamos, finalmente, uma solução brasileira para a questão, apesar de uma influência midiática importando problemas alheios.

Um brasilianista, nos Estados Unidos, alertava muito; "Vocês falavam a nós, como Lesser, no seu Livro *A Invenção da Brasilidade*; vocês não discutem a relação da imigração com a formação ética, a sua composição. Vocês são essencialmente imigrantes. Vocês são essencialmente imigrantes".

Sobre essa integração de primeira geração, por exemplo, na última eleição presidencial, nós tivemos uma Presidente filha de búlgaros e outro, filho de libaneses, de primeira geração. Apesar de todos esses temas aqui, de tensionamento político, no Brasil, ninguém, absolutamente ninguém, pelo menos de que eu tenha conhecimento, usou: "Ah, filho de imigrante...". Não. Então, há uma integração, de fato, no Brasil, de primeira geração. Nós não temos, da mesma magnitude, esse problema europeu.

As nossas leis migratórias, contudo, todas, à exceção dessa nova, foram gestadas por governos bastante militarizados. Aí eu me refiro às grandes matrizes: à de Deodoro da Fonseca, à de Floriano Peixoto; depois, o Estado Novo, de Getúlio Vargas; depois, em 1969 e 1980. Mas o curioso é que elas, gestadas nesses períodos, elas permaneciam nos períodos intermediários. E havia uma grande dificuldade de mudar esses paradigmas que lá foram gestados. Que paradigmas? O paradigma, inicialmente, infeliz, escravocrata. Depois de uma busca de um imigrante ideal, que era o imigrante branco, europeu, e funcional, no sentido de ser dedicado a certo trabalho. O paradigma da burocratização, da criminalização da migração, da segurança nacional.

Esse, pela primeira vez, é um projeto – e estamos aqui diante da Deputada Bruna Furlan, que foi, na Câmara dos Deputados, Presidente da Comissão Especial para a Lei de Migração – que muda o paradigma. Que paradigma se constrói?

O paradigma, primeiro, em que claramente se definem as categorias mais diversas da migração, sem ignorar as realidades, como a do residente fronteiriço, com a preocupação de dialogar com *status* de proteção internacional, como o refúgio, apatridia, pessoas protegidas pelo Direito Internacional humanitário. Fixa, portanto, direitos e obrigações aos migrantes, colocando-os como sujeitos, adaptando a legislação brasileira à Constituição Federal de 1988. Por sete vezes, menciona o princípio de não discriminação, coloca a proteção do trabalhador dentro de um fluxo de pessoas, sem aqui – é importante lembrarmos – ignorar o brasileiro que sai. É uma lei que entende o fluxo migratório de pessoas que entram e de pessoas que saem. Há um capítulo para o emigrante brasileiro. Isso é didático, pedagógico, do ponto de vista de uma compreensão bastante original da legislação brasileira. Recondiciona, sem descaracterizar a natureza do visto, mas recondiciona – há um trabalho que é repassado ao Itamaraty, aqui representado, de vistos, de uma maneira modernizada.

Por exemplo, Presidente, antes o visto de turismo e o de negócios eram separados. A pessoa tinha que tirar dois vistos ou, muitas vezes, vinha com o visto turista para negociar. Não havia lógica. Novos vistos foram criados, como o de acolhida humanitária, tratamento de saúde, férias e trabalho. Modernizou-se isso. Quando a pessoa entra no Brasil, a gestão passa a ser interna. E aí se chama autorização de residência, o que irá gerir a vida do imigrante. Portanto, extinguindo-se, assim, o visto permanente.

E não descuida do fenômeno criminal. Não é verdade que houve um descuido criminal. Não. Há uma ampla preocupação com a identificação das pessoas, tirá-las da invisibilidade, o que, para a inteligência, é bastante estratégico. Há o art. 45, que nomina os impedimentos e também as autorizações. Isso culmina em medidas de repatriação, não concessão de vistos, não autorização de residência. Lá estão expostos. "Ah, perseguido pela Interpol"; "Ah, os criminosos internacionais ou os de crimes dolosos." Enfim, há todo um panorama que cuida do fenômeno criminal. A cooperação penal internacional de natureza penal também é aqui acrescida, além da chamada extradição, para a transferência internacional de presos. Há a transferência da execução da pena. Há todo um arcabouço em relação a isso.



Agora, o que não se faz? Não se criminaliza a migração. O ato de migrar não é criminalizado. É isso. O ato de migrar não é criminalizado. O que antes era crime se transforma em sanção administrativa ou em algum ato de deportação, que é uma medida igualmente administrativa. O único tipo penal da lei é para os chamados coiotes, que é aquele que lucra com a irregularidade migratória. Esse é o tipo penal da lei.

Além disso, há um outro caráter bastante importante. Nas medidas compulsórias de retirada – e elas existem: a repatriação, a deportação e a expulsão –, os termos que as condicionam são termos seguros, claros, objetivos; não são plurissignificativos como o Estatuto do Estrangeiro os punha: "Ah, expulsa, se a pessoa for inconveniente ou nociva." Não há clareza nisso. Então, vinculamos ao fenômeno criminoso: "Ah, cometeu crime ou não; está irregular; o visto venceu; não há documentação hábil." E mais: acrescido disso, os atos administrativos são fundamentados. Além disso, há o direito à defesa; além disso, há um procedimento administrativo ou judicial. Foi isso que nós trouxemos; nós fizemos um processo civilizatório para a migração.

Pois bem, Presidente, ao fazer essa leitura geral a respeito, preparando-me para este momento, eu casualmente deparei com umas aspas de Zygmunt Bauman, recentemente falecido. Um dos seus últimos livros era justamente sobre a migração e se chamava *Estranhos à Nossa Porta*. Veja se não escreveu ele para os nossos painéis – abro aspas:

A política da separação mútua e de manter distância, com a construção de muros em vez de pontes, contentando-se com 'câmaras de eco' à prova de som, em vez de linhas diretas para uma comunicação sem distorções (e, tudo considerado, lavando as mãos e manifestando indiferença sob o disfarce da tolerância) só leva [leva à quê?] à desolação da desconfiança mútua, do estranhamento e da exacerbação.

Com essas palavras, eu encerro a minha colocação.
Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Meus cumprimentos à brilhante exposição com que nos brindou o Prof. Tarciso Dal Maso Jardim, que é Consultor Legislativo do Senado da República. Aliás, aqui, mais uma vez, gostaria de fazer referência à excelência desse corpo de assessores legislativos que o Senado da República possui. Graças a eles, acredito que nós Senadores temos podido, ao longo do nosso mandato, realizar um trabalho com extrema eficiência, com extrema proficiência. Gostaria de, por intermédio do Prof. Dr. Tarciso, estender os nossos cumprimentos a todos os Consultores Legislativos do Senado.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Dr. Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

O SR. RENATO ZERBINI – Muito obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

É um prazer estar aqui, acompanhado da Deputada Bruna Furlan, e dos Srs. Senadores, dos meus queridos amigos de tantos anos de luta em prol dos direitos humanos – Prof. Tarciso Del Maso, Gabriel Godoy e André Ramos –, para uma discussão que é imponente na atualidade, Senador.

E aqui gostaria de fazer um resgate histórico em homenagem ao senhor, porque também sou atualmente um dos membros do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, que é o comitê que supervisiona o cumprimento pelos Estados do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, que, em conjunto com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com a Declaração Universal, conformam a Carta Internacional dos Direitos Humanos. E o senhor, como homem público, talvez seja um dos poucos que pode dizer que foi responsável pela internacionalização em um país tanto do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais quanto do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em 6 de julho de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

O SR. RENATO ZERBINI – O senhor traz para a normativa à Pátria a Carta Internacional dos Direitos Humanos, e, agora, tenho a honra de ser um dos 18 membros que, nas Nações Unidas, vigia o cumprimento pelos Estados.

À luz das inquietantes provocações, com as cinco perguntas a nós formuladas, gostaria de trazer também a experiência do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que é um órgão



independente, mas que trabalha em cooperação intensa tanto com o Acnur, que daqui a pouco nos brindará com a sua perspectiva, quanto com todas as agências das Nações Unidas, porque as perguntas são motivadoras.

A primeira delas é sobre migração e refugiados, dois dos temas que nós tratamos lá no Comitê: convidados indesejados ou oportunidade de desenvolvimento. Em uma resposta imediata, acho que ambas as respostas estariam corretas: convidados indesejados... Pelo menos, no diálogo com os Estados, quando estão ali, sempre dizem que são convidados inesperados; nós não estávamos esperando um fluxo massivo de pessoas, no caso dos solicitantes de refúgio. Muita gente imagina que os refugiados, conforme o Prof. Gabriel Godoy falará mais adiante, sempre se dirigem ao mundo desenvolvido, mas é o contrário. Compartilhamos o pouco que temos no mundo em desenvolvimento entre nós, na sua grande maioria. E a oportunidade de desenvolvimento sempre chega com esses migrantes, com esses refugiados.

O tratamento institucional que se vem dando é marcado por algo que o Prof. Tarciso Dal Maso muito bem destacou aqui em sua explanação acerca da nova Lei de Migração, que, conforme artigo que publiquei no *Correio Braziliense*, seria o principal legado humanitário do Congresso Nacional em 2017 – justamente essa nova Lei de Migração.

O Prof. Tarciso Dal Maso muito bem destacou que essa lei menciona sete vezes o princípio da não discriminação, que é o princípio basilar de todas as nossas falas, na noite de hoje – o Prof. André Ramos trará a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos também –, ali fincado.

O princípio da igualdade e da não discriminação possui um caráter fundamental para a salvaguarda dos direitos humanos, tanto no Direito interno como no Direito internacional. Essa obrigação de respeitar e garantir os direitos humanos vincula aos Estados, independentemente de qualquer circunstância ou consideração, inclusive a condição migratória das pessoas.

Em um país, em um Estado como o Brasil, que é parte de todos esses tratados internacionais de que nós falaremos nesta noite, não pode, em consequência desses tratados internacionais, constituir uma justificativa para privar a pessoa do desfrute e do exercício de seus direitos humanos.

Em realidade, nós veremos que o Brasil já possui um arcabouço normativo robusto. A nossa Lei de Refúgio, a Lei 9.474, de 1997, foi um modelo legislativo seguido por todos os países vizinhos aqui do Mercosul. Nós tivemos um processo de harmonização legislativa do Mercosul em matéria de refúgio com base na nossa legislação, somada à nova lei de estrangeiros, recentemente aprovada. Essa lei de estrangeiros nada mais faz do que trazer a contemporaneidade desses tratados internacionais de direitos humanos, os princípios da dignidade da pessoa humana emanados da Carta de 1988 à lei de estrangeiros. Então, o pilar normativo brasileiro com relação à temática migratória é robusto.

Nós temos um outro desafio, que é o desafio da integração. E aí o Estado brasileiro resolveu trilhar o caminho de destinar a esses estrangeiros que buscam o Brasil, seja em condição de solicitante de refúgio, de refugiados – e digo muito porque já tive a oportunidade e o grande prazer de servir ao Estado brasileiro como Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). No seu início, pude participar da elaboração da Lei de Refúgio, em 1997, e também participei de algumas discussões da lei de estrangeiros. O grande desafio atual é justamente o de integrar essas pessoas que aqui buscam em situações emergenciais, a que o Brasil não estava acostumado, como a recente questão dos venezuelanos no Norte do País.

Então, digo isso porque o compromisso do Estado brasileiro é um compromisso humanitário, de razão civilizatória; mas é um compromisso também derivado dos tratados internacionais já ratificados. E em consequência, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, por exemplo, claramente diz que não pode haver nenhum tratamento discriminatório com relação aos estrangeiros que estão em Território brasileiro.

Isso também foi reiterado, Senador, na recente Declaração de Nova Iorque sobre Refugiados e os Migrantes, aprovada recentemente, em 19 de setembro de 2016, que trouxe a Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas. Então a comunidade internacional está atenta a essa situação.

Muitas vezes, dado o imediatismo midiático, tendemos a pensar que a questão migratória afeta sobremaneira os países desenvolvidos. Nós vemos aqueles fluxos migratórios dirigindo-se desde a Síria para a Europa. Mas...



Prof. Gabriel Godoy poderá falar de sua recente experiência em Angola, na fronteira com o Sudão...

O SR. GABRIEL GUALANO DE GODOY – Uganda.

O SR. RENATO ZERBINI – Uganda, na fronteira com o Sudão do Sul.

Ali, de uma noite para a manhã seguinte, tiveram que montar um acampamento para solicitantes de refúgio, para um milhão de pessoas. Então não seremos nós, aqui no Brasil, a nos preocuparmos com acampamento para 10 mil, 50 mil vizinhos que buscam alguma outra realidade.

Isso, nós temos explicitamente relatado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, Senador Collor.

E eu gostaria aqui, creio que em primeira mão, de dizer que aprovamos recentemente uma declaração com relação às obrigações dos Estados com respeito aos refugiados e aos migrantes, em virtude do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em seu ponto 2, nós temos justamente a questão da acolhida dos refugiados e migrantes, as obrigações imediatas em virtude do Pidesc – nós gentilmente encurtamos o nome do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, falamos Pidesc.

Claramente essa declaração diz, em seu terceiro parágrafo, que todas as pessoas que se encontrem sob a jurisdição do Estado de que se trate devem desfrutar dos direitos contidos no Pidesc. Então, não somente nós, os brasileiros que aqui estamos, mas os estrangeiros que estão aqui momentaneamente, transitoriamente, ou escolhendo aqui montar a sua vida.

O Pidesc estabelece claramente que os direitos reconhecidos nele podem fazer-se efetivos de forma progressiva, até o máximo dos recursos de que disponha cada Estado-parte.

E aí há uma questão interessante para nós aqui, no Brasil, quando observamos um movimento massivo de pessoas: são as experiências já realizadas. Nós tivemos em 2010/2011 a questão dos haitianos que aqui chegaram. Tivemos uma coordenação interessante entre todos os entes, União, Estados e Municípios, em suas diferentes esferas, com a comunidade internacional, a Acnur, e a sociedade civil organizada. O Brasil já tem uma experiência que poderia servir de modelo, por exemplo, aos venezuelanos agora.

Digo isso porque o Comitê é ciente de que aos Estados deve ser concedida uma margem de apreciação para que eles possam adotar as medidas necessárias de acordo às suas realidades políticas e jurídicas para a acolhida desses migrantes que aqui estão.

Acabo de regressar de sessão do Comitê, que se reúne em Genebra. Nessas sessões, alguns Estados vão apresentar seu relatório de cumprimento dos pactos. E nessa sessão que se finalizou na última quinta-feira, nós tivemos, pela primeira vez no Comitê, Senador, a presença do Paquistão, que é um Estado bastante interessante – aqui no Brasil nós estamos acostumados a receber solicitações de refúgio de paquistaneses e outros. Qual não foi nossa surpresa ao perceber que no Paquistão há, talvez, quinze vezes mais refugiados do que aqui no Brasil, com solicitações diárias? Numa realidade religiosa e política bastante particular, eles buscam realizar uma acolhida para essas pessoas. Digo isso porque é uma ação em consequência desses compromissos internacionais celebrados pelo Paquistão.

Foi muito interessante, porque, logo após o Paquistão, nós tivemos a delegação oficial da Noruega, que é um Estado que não só recebe muitos solicitantes e refugiados, como também coopera internacionalmente, porque uma das outras obrigações, à luz do Pidesc, é o da cooperação internacional, no máximo das possibilidades de cada Estado, até o índice que foi desenvolvido pelas Nações Unidas na última década do século passado, que era de 0,7% do PIB.

Os problemas de acolhida da Noruega são diametralmente opostos aos nossos – cada um com seus problemas. O problema da Noruega é ver se vai colocar o refugiado em uma casa de 50m² ou de 70m², o que é bem diferente da nossa realidade aqui – não é, Embaixador? –, onde se trata de, dentro da melhor possibilidade, oferecer acolhida. Temos essa capacidade.

Quais são as obrigações básicas dos Estados, à luz do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, com relação à temática específica da migração?

O conteúdo mínimo essencial é que os direitos dessas pessoas que aqui chegam devem ser protegidos em todas as circunstâncias. Então, à luz daquelas cinco questões motivadoras desta nossa tertúlia noturna, esse conteúdo mínimo essencial já é satisfatório para iluminar o nosso caminho.

Alguns exemplos, Senador.



O CDESC já sublinhou anteriormente que os deveres de proteger contra a fome, garantir o acesso à água para satisfazer as necessidades básicas, garantir o acesso aos medicamentos essenciais, garantir o acesso a uma educação que cumpra com as normas mínimas em matéria de ensino para as crianças seriam obrigações básicas do Estado para com aqueles estrangeiros que adentram o seu território nacional e, em consequência, essas obrigações básicas não devem ser limitadas por motivo de nacionalidade ou condição jurídica dessas pessoas que aqui adentram.

Então, a questão está diretamente vinculada à dimensão da integração dos refugiados e dos migrantes no Estado parte. Para finalizar este primeiro momento da nossa tertúlia noturna: há um grupo, dentro desses migrantes que buscam os Estados nacionais, que merece uma atenção especial por parte do Comitê, que seria o dos chamados migrantes não documentados, indocumentados. Isso é interessante, porque, na atualidade, todos esses fluxos migratórios podem ser reunidos sob um conceito que é o da migração mista, são fluxos migratórios mistos. É o caso, por exemplo, da movimentação dos sírios rumo à Europa: ali vão todos aqueles que estão fugindo do conflito e são potenciais refugiados, solicitantes de refúgio, e, a esses, vão se somando outras nacionalidades no caminho, como paquistaneses e afegãos, que ali compõem o chamado fluxo migratório misto. Em consequência dessa realidade, alguns agrupamentos políticos tendem a dizer que esses fluxos, no caso da Europa, contribuem para a questão da integração de pessoas que não seriam bem-vindas, como o fenômeno dos terroristas etc. e tal.

Agora, as Nações Unidas são claras ao argumentar que tampouco essa argumentação deve ser maculada à luz do princípio da igualdade e não discriminação. Os Estados devem tomar todas as medidas de segurança necessárias para evitar que potenciais terroristas adentrem os seus territórios, e isso nós escutamos sempre dos Estados europeus. É interessante a argumentação deles perante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nós tivemos também, nessa sessão, a Holanda, e a argumentação foi clara nesse sentido: a preocupação com a segurança nacional. Agora a preocupação com a segurança nacional também não pode ser um fator impeditivo para o desfrute dos direitos humanos daqueles estrangeiros que buscam o território nacional.

E aí, apenas para fazer uma escada para subir o muro, já conectando com o nosso querido André Ramos, que se vai adentrar pela jurisdição interamericana, mencionar a Opinião Consultiva nº 18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que é um outro tratado internacional também que V. Exª bem internalizou no nosso Estado,...

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO ZERBINI – ...que argumenta que os trabalhadores migrantes não documentados têm não só os mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores migrantes documentados, como também dos nacionais dos Estados partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, como é o caso do Brasil.

Essas eram as minhas contribuições iniciais para o nosso debate, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), pela sua contribuição ao debate da noite de hoje.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo palestrante, Prof. Dr. André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo (USP), gostaria de registrar e agradecer a presença do Embaixador Ibrahim Alzeben, Embaixador do Estado da Palestina – obrigado pela sua presença –; do Embaixador Malek Twal...

É assim que se pronuncia? Twal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É o Embaixador da Jordânia em nosso País.

Agradeço também a presença do Ministro Conselheiro Dr. Konstantine Sabiashvili, da Embaixada da Geórgia; do Ministro Conselheiro Sidi Sidi Abbah, da Embaixada do Reino do Marrocos; do Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros, chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; e, mais uma vez, da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa



Nacional da Câmara dos Deputados. Ela foi uma das responsáveis diretas pelo êxito com que tramitou na Câmara dos Deputados e, portanto, no Congresso Nacional, o projeto de lei de autoria do Senador, hoje nosso Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, projeto de lei que trata da migração e que foi já transformado em lei, aprovado nesta Comissão, como disse anteriormente, e aprovado também pelo Plenário do Senado República. À Deputada Bruna Furlan o nosso preito de gratidão pela forma como se houve na exitosa condução desse projeto na Câmara dos Deputados. Agradeço também a presença da Embaixadora Gisela, que é da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores – muito grato à senhora pela presença aqui na noite de hoje.

Agora, sim, passo a palavra ao Prof. Dr. André de Carvalho Ramos para a sua contribuição a este nosso debate.

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Início cumprimentando V. Ex^a, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; cumprimento também a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados; cumprimento os professores presentes na mesa – Prof. Tarciso Jardim, Prof. Renato Zerbini, Prof. Gabriel Gordoy, todos colegas e amigos –; cumprimento todas as autoridades aqui presentes, os embaixadores já nominados, Senadores e membros da Comissão. Também cumprimento todos os presentes ao auditório e também os nossos funcionários.

Sr. Presidente, é um grande prazer estar aqui nesta Comissão tratando de um tema que, creio, é um dos grandes temas da atualidade. Se um Congresso como o brasileiro, uma democracia como a brasileira necessitam tratar, claro, dos temas da atualidade, do nosso curto ou curtíssimo prazo, também creio que é uma missão talvez daquelas mais intrincadas justamente legislar para décadas, ou seja, tratar de um tema que é relacionado em diversos planos da nossa sociedade e, por isso, claro, é um tema que exige reflexão.

Por isso, não somente após a legislação, a nova Lei de Migração – como aqui bem lembrada a participação da Deputada Bruna Furlan, a participação do Presidente Fernando Collor nesse processo –, mesmo após a edição da lei, creio que seja importante a continuidade, e esse ciclo de debates mostra isso, porque não se trata tão somente de um tema que pode depois ser esquecido, mas merece sempre reflexão.

Eu vou dividir aqui a minha fala, Sr. Presidente. Num primeiro momento, vou mostrar no que a temática das migrações, o que eu denomino mobilidade humana, interfere em diversos planos da vida social. Num segundo momento, vou tratar justamente de um dos planos – claro, se houver tempo necessário para tratar de todos esses planos –, que diz respeito justamente ao plano jurídico, que é aquilo que eu tento esclarecer na linha de pesquisa que eu tenho na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Direito, uma linha de pesquisa sobre mobilidade internacional humana.

Em primeiro lugar, em relação aos planos, mostrando a complexidade desse fenômeno da mobilidade humana, podemos destacar que há um plano que eu denomino plano geográfico. Não se trata de um fenômeno que interessa somente ao Brasil – é um plano doméstico, claro, que impacta o Brasil –, mas também impacta, porque é um fenômeno transfronteiriço, impacta as relações internacionais como um todo. Por isso, a importância – e creio que esse foi o motivo do convite – de pessoas que estão na própria militância internacional do Brasil, mostrando que, sim, o Brasil, como uma autoridade de Direito Internacional, deve influenciar na elaboração de normas internacionais, porque obviamente, isolado, o Estado brasileiro, claro, terá muito mais ônus do que em conjunto com outras nações para tratar da mobilidade humana, sem contar que não temos só o problema de um fluxo para o Brasil, mas temos hoje fluxos mistos: também o Brasil é uma fonte de emigração.

O segundo plano é um plano temporal. Não se trata, na questão das migrações, simplesmente de uma política Band-Aid, como eu denomino, ou seja, quando há uma eventual crise migratória, um problema, por exemplo, envolvendo Venezuela, Haiti, teríamos uma edição de uma norma específica. Temos que pensar o conjunto, temos que pensar a *big picture*, pensarmos, a longo prazo, o que queremos no tocante à regulação do fenômeno migratório. Mas não somente para esta legislatura: o que queremos para os próximos 50 anos? Há dados, Sr. Presidente, que são assustadores: determinados países do mundo vão ter uma diminuição demográfica sensível. Países que estão hoje



com 150 milhões, em 2050 vão ter 80 milhões de pessoas – isso obviamente é fruto da diminuição, claro, da natalidade, isso é em virtude do envelhecimento populacional, do número menor de nascimentos. E vai, claro, exigir uma visão sobre o que queremos ser em relação a fluxos migratórios em 2050. Então, essa visão é o que eu chamo de plano temporal.

Outro plano que eu entendo ser importante é o plano demográfico/previdenciário. Então, em virtude disso, os fluxos migratórios têm que ser levados em conta no tocante à análise da demografia dos países. Qual vai ser o papel dos fluxos migratórios para o Brasil em termos de demografia, já que também estamos também passando por esse fenômeno, pela diminuição das taxas de natalidade, envelhecimento da população? Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, o Congresso Nacional está avaliando uma reforma previdenciária justamente por isso. E o fenômeno migratório é hoje – tenho dito –, em várias partes do mundo, um ingrediente a mais nesse plano, que eu chamo de plano demográfico/previdenciário.

Um outro plano – são seis planos, prometo ser muito breve – eu chamo de histórico-cultural. Por quê? Porque obviamente temos que ter um tributo ao nosso passado. O Brasil é o que é hoje, uma democracia, um país multicultural, justamente pelo fenômeno migratório. E já foi aqui mencionado nas últimas eleições. Mas, é claro, essa nossa tradição merece respeito. O Brasil ganha ao respeitar as suas próprias origens. Nenhum país do mundo ganhou por repudiar o seu próprio passado. O Brasil tem um passado de fluxos migratórios. Então, eu chamo esse de plano histórico-cultural. Renegar as nossas próprias origens tem um preço.

O próximo plano, claro, é o plano que eu denomino plano social. Por quê? Porque tratar de migrações afeta a dimensão pessoal do Estado. Estamos tratando justamente da população que vive, tanto os que são nacionais, como os que não são nacionais, e, claro, das interações sociais entre esses grupos. Por isso, tratar as migrações – aquilo que já foi mencionado aqui – com humanismo e com compromisso ético também implica espelhar para a sociedade um Brasil que nós queremos. Então, há um plano social porque as pessoas estão interagindo. Não se trata somente de interação entre aqueles que estão regularmente no Território nacional. Todos interagem, e contribuem inclusive, pelos impressionantes tributos indiretos que temos.

Finalmente, aquilo que é minha especialidade, o plano jurídico. E por que o fenômeno migratório merece uma especial atenção no plano jurídico? Especialmente em nome da igualdade. Também isso é importante para uma democracia. Como tratamos aqueles que são mais vulneráveis é justamente o critério de avaliação da democracia e da existência de uma sociedade inclusiva. Por isso, quando afastamos aqueles que são mais vulneráveis, quando tratamos com xenofobia, com chauvinismo, justamente passamos uma imagem de um Estado que não quer incluir. Isso, entendo, não é uma mensagem que a nossa Constituição inicialmente queira passar. A nossa Constituição, cujo art. 1º, inciso III, fala da dignidade da pessoa humana, é uma Constituição que é muito cara a todos aqui presentes.

E mais: entendo que, justamente, pode ser um pouco o ovo da serpente, ou seja, tratando dessa maneira xenófoba e chauvinista aqueles que são mais vulneráveis – eu digo nas minhas aulas que a nacionalidade é a última barreira do universalismo: são pessoas, por exemplo, os estrangeiros indocumentados, que não têm sequer direito a voto, então, em tese, estariam à parte inclusive dos fluxos da democracia, das idas e vindas da democracia –, justamente passaríamos uma mensagem que não entendo a mais apropriada, que é justamente aquela mensagem de que aquele que está, em algum momento da sua vida, vulnerável não terá o apoio do Estado brasileiro. Ao contrário, se estendermos a proteção que o Estado brasileiro oferece numa linguagem de direitos, numa linguagem de igualdade, de inclusão, passamos uma mensagem de que o Estado brasileiro está em outro patamar, o Estado brasileiro, com todos os problemas de uma democracia ainda jovem...

Eu sempre digo nas minhas aulas – imaginem, eu dou aula, e é interessante: os anos não passam, porque, todo ano, eles têm 20, 21 anos, são todos meus alunos – que temos, claro, de controlar a nossa ansiedade – eu já fui também aluno, já tive 20, 21 anos e gostaria de que o Brasil se transformasse em meses, senão em dias –, olhar para passado e ter orgulho pelo que o Brasil já avançou em todos esses anos depois da Constituição de 1988.

Com isso, eu digo: o plano jurídico é uma batalha extremamente importante na análise do fenômeno migratório da chamada mobilidade humana. Por quê? Porque nós estaremos trazendo a



linguagem de direitos, a linguagem da igualdade, a linguagem da inclusão, para tratar aqueles que são os mais vulneráveis em uma sociedade, porque sequer vão ter, muitas vezes, o direito ao voto. Por isso, esse tratamento vai ser a régua com que nós seremos medidos, porque um tipo de Estado, que é um Estado inclusivo, que trata com dignidade a todas e todos, é o Estado que queremos, é um Estado que cumpre aquilo que a Constituição deseja.

Então, Sr. Presidente, não é tão somente uma visão na qual o Estado brasileiro, se assim proceder, tem um atendimento a essa população considerado adequado. Não. O Estado brasileiro também ganha, essa é a lógica. Tanto há uma lógica *pro homine* quanto há uma lógica de Estado. O Estado se qualifica. O Estado mostra que tem condições não só de atender aqueles que são majoritariamente dominantes em uma sociedade, mas que também olha aqueles que estão, naquele momento, vulneráveis. Por que naquele momento? Porque uma outra questão muito interessante para tratar, do ponto de vista jurídico, o fenômeno migratório, é o fato de que a segunda geração já é brasileira. É o *jus soli*: nasce no Brasil, já é brasileiro. Então, há uma rápida absorção. É um tema muito interessante nas Américas – para seguir um pouco a linha que V. Ex^a sugeriu aos palestrantes, mostrar um pouco o fenômeno na Europa, nos Estados Unidos. Isso, na Europa, é um pouco diferente, porque a Europa adota, na realidade, na grande maioria dos seus países, *jus sanguinis*. Ou seja, há uma grande dificuldade das novas gerações de fugir dos guetos, fugir da ausência da nacionalidade. Nas Américas, o fenômeno migratório tem um outro olhar, porque há uma rápida concessão da nacionalidade. Isso também mostra que a nossa tradição, juridicamente falando, é uma tradição que, pelas mãos da nacionalidade, pelas mãos do *jus soli*, ou seja, da obtenção da nacionalidade por parte daqueles que nascem no território brasileiro, mostra um desejo de inclusão.

Continuando, então, dentro desse ponto de vista, analisar hoje a mobilidade humana com foco no Brasil é uma tarefa que merece sempre este tipo de preocupação, de fragmentar a sua análise. Como eu me propus a analisar o plano jurídico, eu diria que, até a edição da lei de migração e, agora, a partir da lei de migração, nós temos um outro paradigma no Brasil... Novamente, vai existir, Deputada Bruna Furlan, um olhar histórico, como sempre ocorre, e tenho absoluta certeza de que esta Legislatura vai ser sempre lembrada, na visão das gerações futuras, como aquela Legislatura que pagou uma grande dívida desde a redemocratização, que era a revogação do Estatuto do Estrangeiro – impressionante, não é? Então, eu fico até emocionado de participar, mesmo que minimamente, desse processo. Daqui a 30 anos, vão olhar esta Legislatura e vão dizer: "Aquela Legislatura foi marcada pelo pagamento de uma dívida". E não é fácil, porque nós estamos vendo como foi resiliente o Estatuto do Estrangeiro, Senador. Foi resiliente. Podemos dizer tudo, podemos ter críticas, mas podemos dizer que foi resiliente e sobreviveu bem depois da queda de outros diplomas que foram elaborados no âmbito da ditadura militar. Então, desde 1981 até o dia de hoje, a Lei nº 6.815 sobreviveu. Esta Legislatura vai merecer esse destaque positivo aos olhos da história, mas até aquele momento histórico, o Brasil, por outro lado, já mostrava que queria se dissociar desse tratamento, que era baseado na segurança nacional, era baseado na desconfiança, era baseado na restrição de direitos. Chegava ao ponto, Senador, de aquele estrangeiro, mesmo aqui residente, mesmo regularmente documentado no Brasil, ter restrições sobre a sua liberdade de expressão – é algo que chama muito a atenção –, criminalizando, restringindo o estrangeiro pelo mero fato de ser estrangeiro. Isso foi terminado com a Lei de Migração.

Entretanto, Sr. Presidente, parte importante da lei – isso é interessante que se diga – já tinha sua semente na Constituição e nos tratados internacionais. Então, é muito importante que se diga que a Lei de Migração vai, na realidade, cumprir mandamentos constitucionais e internacionais que o próprio Poder Judiciário brasileiro já reconhecia. Então, também é outro ponto que deve se salientar: a sensibilidade do Congresso Nacional em entender que parte do espírito da nova lei, um espírito de respeito ao universalismo, indivisibilidade, interdependência dos direitos humanos, não discriminação, como foi aqui citado, já estava na Constituição, já estava sendo refletido em precedentes judiciais.

Por exemplo, Senador, vários tribunais regionais federais já reconheciam benefícios sociais a estrangeiros. O próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu o benefício social representado pelo benefício estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social, o benefício aos estrangeiros, com um acórdão da lavra do Ministro Marco Aurélio. Já havia, então, um reconhecimento de que a Constituição outorgava uma linguagem de direitos, a Constituição determinava a igualdade.



Por outro lado, também os tratados internacionais de direitos humanos, cujo processo de incorporação V. Ex^a tão bem conhece e dos quais participou, exigiam essa igualdade, exigiam que a condição migratória não fosse um fator de exclusão, que aquele que estivesse no território nacional fosse tratado com dignidade, com respeito a seus direitos básicos. Isso inclui direito à educação, direito à saúde, isso inclui direitos civis.

Isso, Sr. Presidente, encontrou grande repercussão na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Apenas um parêntese: não é aqui o meu tema, mas a jurisprudência da Corte Interamericana é um fator importantíssimo na tomada de decisão por parte de todos os Poderes aqui no Brasil, porque ela interpreta e dá a palavra final sobre o real alcance e sentido dos comandos da Convenção Americana de Direitos Humanos, que é um tratado que o Brasil celebrou em 1992, um tratado que tem uma característica que é possuir um órgão judicial internacional, a cuja jurisdição o Brasil se submete desde 1998. E mais: é um tratado que, ao estabelecer esses parâmetros mínimos de proteção de direitos, faz o Estado brasileiro ganhar. O Estado brasileiro ganha muitíssimo ao se integrar a esses sistemas internacionais de direitos humanos. Ganha no tratamento a todas e todos feito de acordo com os parâmetros internacionais; ganha porque estabelece um chamado *soft power*, um poder diante de Estados que não respeitam esses direitos. Há aquilo que o Prof. Celso Lafer, na USP, diz: nesse mundo de polaridades indefinidas, há um diálogo com muitos Estados, que é o diálogo de proteção de direitos humanos, mesmo que alguns Estados desenvolvidos, democracias maduras, passem por conjunturas de pânico. E, neste momento, o Brasil pode exercer uma liderança – conjunturas de pânico, que já foram aqui mencionadas, terrorismo, eventuais crises econômicas internas que levam a práticas de xenofobia. Isso tudo a jurisprudência da Corte Interamericana mostra que é inaceitável. Aquele migrante, não importa sua condição migratória, tem o direito ao devido processo legal – e a nossa legislação reconhece isso –, tem o direito de não ser discriminado em relação, por exemplo, a direitos trabalhistas, o que é um problema, obviamente, porque aquele que está indocumentado em um Estado muitas vezes tem receio de se socorrer dos sistemas de proteção laboral, por motivo óbvio, porque está em uma situação de irregularidade, e gera com isso uma visibilidade do fenômeno migratório.

Outro ponto importante que eu entendo que a Lei de Migração vai gerar é que nós vamos conhecer melhor os migrantes. A lei fala de bancos de dados, de estatísticas. Nós temos grandes dificuldades, em virtude dessa invisibilidade, até de traçar políticas públicas, com que o Congresso Nacional tanto se preocupa. Temos dificuldade.

Eu me recordo, Presidente, que uma das minhas primeiras iniciativas em relação à mobilidade humana foi em um seminário no Tribunal Regional Federal da 3^a Região. Convidei o Prof. Guido Soares, que estava vivo ainda, o antigo titular de Direito Internacional Público da USP. Nós, na época, tínhamos dificuldade de saber até o número de migrantes. O departamento, na época, era o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Hoje é Departamento de Migrações. Tinha dados muito precários e, obviamente – a Deputada Bruna Furlan é do meu Estado, o Estado de São Paulo, e bem conhece – há setores da cidade de São Paulo que têm uma forte influência migratória, e nas estatísticas eles não existiam. É como se uma parte de São Paulo não existisse nas estatísticas.

Isso vai – entendo – também se transformar. Conhecer esse fenômeno migratório, tratar com igualdade, faz com que essas pessoas saiam da sua invisibilidade e passem a ser atores importantes, até porque – e aí vem um outro ponto importante – contribuem muitíssimo para o desenvolvimento nacional. Não se trata de entender, Sr. Presidente, que esse fenômeno migratório é um fenômeno sobre o qual devemos ter, por exemplo, suspeita, receio – estamos passando por uma crise econômica no Brasil, será que isso não vai impactar nossa crise de empregos? Em geral, Sr. Presidente, a história ensina que nenhuma nação ganha em tratar mal, em rechazar a mobilidade humana. Nenhuma nação ganha, a história ensina isso. V. Ex^a colocou, como uma das provocações, a chamada drenagem de cérebros. Vários países, e mesmo o Brasil, aproveitam-se sempre de ofertar boas condições.

O fenômeno migratório, claro, é complexo, e não é possível, como já foi dito aqui, estereotipar, criar rótulos, mas se vê desde a migração de pessoas que buscam acolhimento, de que o Prof. Gabriel vai falar, que é o refugiado, até os investimentos estrangeiros, que é a migração daquela hiper mobilidade da sociedade contemporânea. Essa hiper mobilidade tem, claro, um tratamento também perante a lei. Isso tudo gera benefícios na tributação indireta, nos fluxos culturais, no



aperfeiçoamento do Estado brasileiro, com o Estado brasileiro se sofisticando, mostrando que é plural o suficiente para abarcar todas as realidades. Mal ou bem, bem ou mal, nós somos a décima economia do mundo e temos que ter o preparo de tratar o fenômeno migratório com sofisticação, aceitando justamente aquilo de que a lei trata, que é uma desburocratização, várias oportunidades, várias janelas.

Sr. Presidente, os migrantes se apresentam aqui, no Brasil, também de maneira multifacetada. Aqui não vou entrar no tema do Prof. Gabriel, mas há os apátridas que buscam a nacionalidade, há os refugiados que buscam o acolhimento, como eu chamo, e há os migrantes em geral que buscam somente igualdade. Eu entendo que isso é muito pouco, pelo ganho que o Brasil recebe. O Brasil recebe, dentro desses planos que eu comentei, desde o plano demográfico, o plano histórico-cultural, o plano temporal... Vamos pensar no futuro, não vamos pensar... É claro que nós vamos ter crises econômicas – esperamos que a nossa termine rápido –, é cíclico. V. Ex^a, com toda a sua experiência, reconhece. São ciclos. O próprio capitalismo passa por ciclos. A teoria dos ciclos, salvo engano, é dos anos 20 do século XX. Isso não pode servir de baliza para legislações de pânico. Este tipo de legislação – Lei de Migração, jurisprudência na Corte Interamericana – é farol de fôlego para os próximos 50 anos. Eu entendo que isso é aquilo com que um Congressista mais se satisfaz. É claro que, eventualmente, é necessário aprovar uma legislação de curtíssimo prazo. Até as próprias medidas provisórias revelam urgência, necessidade de atuação rápida, mas uma legislação de longuíssimo prazo é sempre muito bem-vinda.

Para terminar, Sr. Presidente, faço uma análise dos pontos que V. Ex^a mencionou no começo: os fluxos migratórios e suas consequências para os Estados desenvolvidos, Estados Unidos e Europa. Eu diria que foram consequências benéficas ao extremo. Sair, como alguns políticos desses países entendem, dessa globalização humana, que são os fluxos transfronteiriços, é um prejuízo para esses próprios países. Entendo até que a população local perceberá.

Vou dar um dado concreto. A Alemanha, em geral, diminui a sua população em 200 mil pessoas por ano, Sr. Presidente. Então, nós temos um dado concreto: a Alemanha não cresce, ela diminui. Só que agora, no último censo, há uma indicação de que a população alemã cresceu em 600 mil pessoas, com migrações, pelo fluxo de refugiados, especialmente da Síria, como já foi aqui mencionado. Então, há um dado concreto, que é uma diminuição, inclusive do mercado capitalista, com a Alemanha cada vez com menos pessoas. Obviamente, isso gera impactos na sua sociedade de consumo.

Então, eu diria que isso tende a ser reconhecido a longo prazo por essas mesmas sociedades, que podem passar, eventualmente, por derrotas e vitórias de alguns políticos xenófobos, mas, ao longo prazo, entendo que, ao contrário, as sociedades europeia e norte-americana perceberão os ganhos.

V. Ex^a fez uma pergunta a respeito da questão dos refugiados no mundo. O Prof. Gabriel vai mencionar isso, mas entendo que, por parte do Brasil, nós temos a oferecer justamente uma lei que eu creio ser daquelas leis de que o Congresso tem que se orgulhar, a Lei 9.474, de 1997, uma lei também para os próximos 50 anos – eu usei essa expressão um pouco mais jovial. Entendo que o Brasil, é claro, deve se organizar e buscar uma estrutura administrativa que seja mais compatível com a abertura que a lei trouxe, mas, com absoluta certeza, a lei é vista hoje como uma lei de primeiríssimo nível no mundo, especialmente porque não faz aquela segregação, aqueles campos administrativos, que não são prisões, Sr. Presidente, mas têm grades e guardas armados. Então, não há essa segregação, e ela mostra o espírito de acolhida que é a tônica da questão dos refugiados.

O êxodo de cérebros, Sr. Presidente. O Brasil sofreu muito. Eu sou da geração da diáspora. Eu vou fazer aqui uma confissão do bem: eu cheguei a pensar em sair da faculdade e ir para o exterior e, eventualmente, voltar ao Brasil para visitar os parentes, mas decidi ficar no Brasil, sou extremamente feliz. Fiz a opção correta, mas reconheço que vários colegas da São Francisco, daquela época, da década perdida, estão na diáspora brasileira no exterior, fazem parte desse capítulo da Lei de Migração sobre os emigrantes. Eu digo que nós temos que nos preparar para não sofrer mais isso e temos que aproveitar esse fluxo positivo da lei para oferecer condições nas universidades públicas ou privadas. E a lei traz facilidades... Foram muito discutidas as dificuldades de uma universidade pública em trazer um professor convidado, um professor visitante. Isso é muito bom, Sr. Presidente, é uma troca perfeita participarmos de redes. Eu entendo que para isso o Brasil está preparado. Agora, é claro, é fornecer a implementação.



Sr. Presidente, V. Ex^a ainda fez uma pergunta sobre a Lei de Migração e as perspectivas, oportunidades de inserção de estrangeiros. Entendo que as condições estão nela previstas. A grande discussão que se dava em relação ao investimento estrangeiro era justamente a burocracia, os diversos guichês, a existência daquilo que o pano de fundo da lei antiga, que era de desconfiança, de segurança nacional, gerava: "O estrangeiro que vem aqui ocupar empregos, que vem aqui 'saquear'" – vamos colocar assim, entre aspas – "o Brasil". É, claro, uma visão que é o contrário do que é a prática. A prática é que estão aqui conosco para uma sociedade multicultural. Eu creio que a nova lei fornece essas bases, Sr. Presidente.

Qual é o risco? Sendo bem claro, o risco é não termos autoridade nacional migratória, sendo que nós temos ainda que utilizar a lei para reestruturar, mas isso é uma tarefa que incumbe ao Poder Executivo. Então, vamos utilizar esse paradigma para que toda a estrutura administrativa atual, agora, a partir da regulamentação da lei, o que, pelo que sei, está a franco vapor no Executivo, seja, mesmo sem autoridade nacional migratória, condizente com o espírito da lei. Que se desburocratize, que se evite a multiplicidade de guichês, que tenhamos algo claro para o empresariado, que, muitas vezes, enfrenta *gaps* educacionais, tem que trazer determinado perfil de trabalhador que não encontra – e isso tem que ser feito de maneira ágil, porque os seus competidores nesse mercado global são ágeis. Então, é necessário também auxiliar as empresas brasileiras. Por isso, eu digo que isso é oportunidade – respondendo a provocação de V. Ex^a –, não é ameaça à soberania, pelo contrário.

Vou terminar, Sr. Presidente, pois devo já estar na generosidade de V. Ex^a quanto ao prazo.

Devo dizer que os países que tentaram – a literatura jurídica mostra isto –, nos últimos cem anos, estabelecer o chamado Estado fortaleza, em que, hoje, metaforicamente, estaríamos criando muros, que, às vezes, são concretos, fracassaram. As sociedades se movem, os governantes querendo ou não. A história da humanidade é uma história de fluxos. Nós não estaríamos onde estamos – em todos os continentes, com a pujança da humanidade – se não fossem esses fluxos. As sociedades se movem. Cabe ao Estado reconhecer isso, cabe ao Estado, com uma política pública favorável à sociedade, adaptar-se a isso, oferecendo as melhores condições e recebendo, então, as vantagens desses fluxos, que é uma sociedade multicultural, uma sociedade inclusiva, uma sociedade preparada, Sr. Presidente, o que é interessante...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS – Mais 30 segundos, Sr. Presidente.

É uma sociedade preparada para o século XXI. É interessante... Em virtude da minha cátedra, eu tenho visitado alguns Estados e tenho percebido, Sr. Presidente, que alguns Estados estão no século XX. Alguns Estados ainda pensam que são ilhas, querem que os antigos vínculos sejam mantidos e não entendem onde estão agora as novas articulações de poder. E as articulações de poder, neste momento do nosso século, o século XXI, são articulações multiculturais, são articulações que não se reduzem só a um determinado país, pois há vários outros surgindo, disputando espaços. Esse multiculturalismo nos habilita a conversar, a dialogar com esses outros Estados. Então, esta é outra faceta, Sr. Presidente, que entendo ser benéfica para o Estado brasileiro: nos sofisticarmos também nessa articulação institucional.

Agradeço a V. Ex^a e à Deputada Bruna Furlan pelo convite. Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço ao Prof. Dr. André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo, pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Dr. Gabriel de Godoy, Oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Tem a palavra V. S^a.

O SR. GABRIEL GUALANO DE GODOY – Boa noite. Muito obrigado.

Ex^{mo} Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer pelo convite. É uma satisfação e uma honra estar aqui com o senhor.

Gostaria de saudar a Ex^{ma} Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, os demais Parlamentares, Senadores presentes e os colegas de painel, Dr. Tarciso Jardim, Dr. Renato Zerbini, Dr. André de Carvalho Ramos, todos doutrinadores, atores e



parceiros nessa luta pelos direitos humanos dos migrantes e refugiados aqui no Brasil. Quero dizer que, do ponto de vista do Sistema ONU, é uma alegria poder participar desse diálogo. Saúdo também, especialmente, o Embaixador Ibrahim, da Palestina, o Embaixador Malek, da Jordânia, o Ministro Konstantine, da Geórgia, o Ministro Conselheiro Sidi Sidi, do Marrocos, a Embaixadora Gisela e o Brigadeiro Maurício Medeiros.

Gostaria de falar rapidamente em três partes. Em primeiro lugar, fazer uma breve abordagem sobre o cenário global em relação à situação da migração forçada; em segundo lugar, um recorte sobre o nosso cenário nacional; em terceiro lugar, colocar algumas sugestões do ponto de vista do Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

Em primeiro lugar, quando falamos sobre construir muros ou pontes e quando se pensa no dilema da migração internacional, é muito importante pensar no seguinte: de certa forma, a resposta que nós damos ao estrangeiro dentro de si é o que vai marcar a resposta que é dada do estrangeiro diante de si. Então, quando falamos em nosso nome próprio, dizemos quem nós somos e revelamos qual é a nossa identidade, há sempre alguma marca no nosso próprio nome que veio de fora, que é estrangeira. O sobrenome de todos nós, se voltarmos às origens, chega a alguém que veio de fora, que é estrangeiro. De certa forma, a marca da estrangeiridade está na gênese da nossa própria identidade. Se isso vale para nós como sujeitos, vale também, de certa forma, para o nosso próprio País. Hoje em dia, o nosso País se vê novamente diante da sua própria história, que é autonarrada como uma história de migração. E é preciso pensar novamente até que ponto o Brasil vai poder continuar sendo aberto aos estrangeiros, não somente formado por eles.

Esse é um tema concreto, que se coloca não somente pelos novos fluxos migratórios que recebemos. Foi mencionado aqui o caso dos haitianos e também, agora, na Região Norte, o caso de venezuelanos. E, mais especificamente, talvez de modo bastante simbólico e paradigmático, a migração de indígenas da etnia guaraú, que saem do delta do Vale do Orinoco e solicitam refúgio muitas vezes em Pacaraima ou em Boa Vista.

Isso coloca um dilema e revela de certa forma uma espécie de mal-estar na hora de responder a essa questão, quase como se houvesse hoje um certo mal-estar da hospitalidade.

Estamos pensando no cenário global, falando, enfim, dos últimos números que o Acnur publicou, no dia 20 de junho, Dia Mundial do Refugiado. Já são 65 milhões e 600 mil seres humanos forçados a se deslocar por conta de conflitos armados e graves violações de direitos humanos. Esse é o maior número da história desde a II Guerra Mundial.

Então, justamente o esforço feito por diferentes países para responder às consequências do nazifascismo, que construiu uma tentativa de política cosmopolita representada pela Organização das Nações Unidas, hoje tem um novo teste. Se, de um lado, pôde-se construir, depois da II Guerra Mundial, todo o regime do direito internacional dos refugiados, a adoção de uma convenção globalmente válida que define quem é o refugiado e quais as obrigações dos países partes desse tratado em relação a essas pessoas que fogem de uma situação de perseguição e demandam proteção de um outro país, hoje a comunidade internacional se vê diante de uma interrogação: em que medida esse regime segue válido para lidar com as novas situações de deslocamento forçado?

Acredito que esteja junto com todos aqueles que me antecederam. Creio que esta é uma oportunidade de reafirmar um pouco a longevidade e os parâmetros que esse regime oferece para lidar com as diferentes situações que nós temos enfrentado. Vou fazer um recorte específico sobre esse campo.

De certa forma, quando se fala que são mais de 65 milhões de pessoas forçadas a se deslocar, se tentarmos imaginar o que isso representa, significa que basicamente a cada três segundos uma pessoa se desloca à força da sua casa e é obrigada a deixar o seu lar por conta de uma situação de perseguição ou de violação grave de direitos humanos. Isso significa que uma em cada 113 pessoas no mundo está deslocada à força e equivale, basicamente, à população inteira do Reino Unido, para termos uma dimensão. Só o número de refugiados, nesse universo de 65 milhões e 600 mil, equivale a 22 milhões e 500 mil. E há 40 milhões e 300 mil pessoas deslocadas internamente, dentro das fronteiras do próprio país. Até dezembro de 2016, foram dois milhões e 800 mil pedidos de refúgio submetidos a diferentes países. Mais da metade dos refugiados vem principalmente de três países. Por volta de 55% dos refugiados do mundo vêm da Síria, do Sudão do Sul ou do Afeganistão.



Também é muito importante pensar que, quando se fala em refúgio no mundo, a maior parte dos refugiados se desloca para o país vizinho ao país em conflito, país vizinho ao seu país de origem. Portanto, 84% dos refugiados no mundo hoje pedem proteção a um país pobre, a um país em desenvolvimento. Eles não vão nem para os Estados Unidos nem para os países europeus. Então é preciso reorientar um pouco e voltar às estatísticas e aos dados para fazer uma análise mais completa sobre esse fenômeno.

É claro que muitos países têm se deparado com um aumento, digamos assim, da porcentagem de pedidos de refúgio. Então há um crescimento do número de pedidos de proteção internacional, mas esse incremento é muito mais dramático nos países vizinhos aos países em conflito. Isso também vale de certa forma para o Brasil.

É claro que, quando pensamos no cenário internacional, deveríamos pensar também, para responder melhor a essa pergunta, quais são as causas que geram o deslocamento forçado. Aí muitos países têm uma responsabilidade importante, e é preciso debater esses temas politicamente.

Aí muitos países têm uma responsabilidade importante, e é preciso debater esses temas politicamente. Resolver esse tema passa também por resolver as causas que geram o deslocamento forçado no mundo.

Como oficial de proteção do Acnur, meu trabalho é lidar com as consequências; não trabalho com o porquê.

Acabo de retornar de Uganda, onde construímos um assentamento para refugiados do Sudão do Sul, um país de 34 milhões de habitantes que já tem mais de 1,2 milhão de refugiados. Quando pensamos no Brasil, que é um país de 200 milhões de habitantes e que faz fronteira com dez países, sabemos que é um país que abriga somente 9.552 refugiados. Isso significa que a porcentagem de refugiados diante do tamanho da nossa população é de 0,005%. Então, quando se fala na invasão ou na crise dos refugiados no Brasil, é uma crise da própria percepção, de certa forma.

Desse modo, é importante colocar o debate em perspectiva e ter a dimensão de que o número de solicitações de refúgio, de fato, aumentou. A nossa avaliação é a de que aumentou, de 2015 para 2016, em 12% o número de pedidos de refúgio. Mas, se retornarmos à época em que Dr. Renato era o Coordenador-Geral do Comitê Nacional para Refugiados, o Brasil decidia 500 pedidos de refúgio por ano. Hoje, o Brasil recebe por volta de 80 solicitações de refúgio por mês.

A Lei nº 9.474, de 1997, que completa 20 anos, é uma lei que, provavelmente, continuará a ser uma referência nos próximos 20 anos, mas a estrutura da Administração Pública para responder a essa demanda e para definir a Política Nacional de Atenção aos Imigrantes e aos Refugiados se tornou deficitária, porque a Administração responde com um orçamento e com um pessoal que calcula um fluxo de 500 pessoas por ano, mas tem de decidir algo em torno de 80 pedidos de refúgio por mês. Há um passivo enorme de solicitações de refúgio pendentes, e há novas pessoas chegando para solicitar refúgio e proteção internacional ao Estado brasileiro. Isso coloca um desafio adicional para o Ministério da Justiça, para a Polícia Federal, para o Ministério das Relações Exteriores e para a sociedade local, que acolhe essas pessoas no dia a dia.

É importante notar que, por exemplo, dos refugiados no Brasil, a maioria vem de dois países. Até o ano passado, grande parte dos pedidos de refúgio aceitos era de refugiados vindos da Síria, de um lado, e da República Democrática do Congo, de outro. E os solicitantes de refúgio que tiveram maior número de pedidos eram justamente venezuelanos. Houve um aumento de 300% do número de pedidos de refúgio de cidadãos da Venezuela.

Esses sistemas são importantes, porque precisam informar a resposta que o Estado brasileiro dará a essa situação. Hoje, é preciso enfrentar a própria capacidade do Comitê Nacional para os Refugiados de processar essas solicitações de refúgio e decidi-las de maneira justa e eficiente, de acordo com os parâmetros do devido processo legal, da nossa legislação e da própria Constituição da República, que já foram consagrados no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos pela decisão da Corte Interamericana no caso Pacheco Tineo. Isso significa que, para o futuro, é fundamental fortalecer o orçamento do Conare, é fundamental a contratação de mais oficiais de elegibilidade, e é fundamental que haja um banco de dados que possa ser compartilhado com as outras estruturas do Estado brasileiro responsáveis, de certa forma, pela gestão da política migratória.



Hoje em dia, o que acontece é que o solicitante de refúgio pede refúgio numa delegacia da Polícia Federal; esse procedimento é encaminhado para Brasília, para o Comitê Nacional para os Refugiados, no âmbito do Ministério da Justiça; e há um colegiado que decidirá o pedido de refúgio.

Agora, se a delegacia da Polícia Federal de Pacaraima não tem nem tinta para imprimir o pedido de refúgio que um cidadão da Venezuela quer submeter, como pensaremos que será possível a estrutura que, enfim, precisa responder a esse aumento percentual de solicitações de refúgio, que, em números absolutos, é pequeno, mas que já testa os limites da estrutura atual? Então, esse é um desafio para o nosso País.

De outro lado, a Lei de Migração, que acaba de ser aprovada, que contou com o apoio de V. Ex^{as}, traz grandes possibilidades e ainda algumas tarefas de casa. É preciso finalizar o processo de regulamentação dessa lei. Agora, essa lei traz algumas questões exemplares. Se, de um lado, não foi possível a proposição de uma autoridade migratória civil por falta de iniciativa do Poder Executivo, de outro lado, também ainda não foi possível se resolver a situação da regularização daquelas pessoas que ainda estão sem documentação. Então, esse tema acabou sendo vetado pela Presidência da República e retorna, agora, como outro projeto da Câmara dos Deputados, do Deputado Orlando Silva. Então, é outro debate que foi vencido, mas que retorna para a apreciação do Congresso Nacional.

Quero salientar dois aspectos que me parecem fundamentais: de um lado, a nova Lei de Migração, que coloca o papel do visto humanitário como uma possibilidade de abertura de se pensar um sistema de proteção humanitária complementar para responder aquelas situações que ainda eram, de certa forma, cinzentas no âmbito da dogmática mais restrita do Direito Internacional – quer dizer, o refúgio ambiental, entre outras, outras situações de migração forçada que não eram abarcadas literalmente pela Convenção de 1951 de proteção aos refugiados, mas que podem encontrar, agora, um instrumento à disposição do Estado brasileiro para regularização e acolhimento dessa população –; e também o art. 26, que trata da população apátrida. Esse é um assunto com o qual nós contribuímos, estivemos junto da comissão de especialistas, que o Dr. André e o Dr. Tarciso integraram. Nós levamos esse tema. Esse tema foi acolhido, ingressou no art. 26 da nova Lei de Migração, a Lei nº 13.445, de 2017, e precisa ser regulamentado, para que exista, agora, um procedimento de determinação da condição de apátrida.

Então, isso coloca alguns temas que começam a tocar em pautas que podem ser também, agora, já de competência do próprio Congresso Nacional. Existem outros diplomas que estão sob apreciação dos Parlamentares e que podem ser analisados também, que têm ligação com essa situação. O próprio projeto de um novo Código Penal tem um elemento importante, e o Brasil vai precisar responder não só como vai elaborar essa espécie de mal-estar da hospitalidade, mas em que medida vai ser possível ou não a própria criminalização da hospitalidade.

Dentro do novo projeto de Código Penal – estou falando do PLS 236 –, estava previsto todo o Título XV, que era já intitulado com o próprio título "Dos Crimes Relativos a Estrangeiros". Então, aí já se abre uma discussão: em que medida as penas ali previstas são penas que promovem, de certa forma, a doutrina do Direito Penal do autor? Quando se fala em crimes relativos aos estrangeiros, o que está sendo punido com mais severidade é uma ação cometida por um estrangeiro. Quer dizer, não é uma punição por conta de algo que foi cometido por aquela pessoa, mas é uma punição agravada pelo fato de aquela pessoa ser estrangeira. Então, pune-se por quem a pessoa é, não pelo que a pessoa fez. Aí nós temos um problema, um problema sério que acho que é preciso reparar. Isso, por exemplo, acontece com a situação da falsidade ideológica, que já é prevista no Código Penal e que encontra no PLS 236 uma pena mais grave. E, agora, passa-se a tutelar outro bem jurídico, que é o bem jurídico da segurança nacional. Então, isso é desnecessário.

Em outros artigos, criou-se um problema potencial para entidades que trabalham com imigrantes e refugiados, que é o fato de, por trabalharem com pessoas indocumentadas, poderem estar expostos a uma situação de colaboração com essas pessoas e, portanto, serem confundidos com criminosos. Então, é preciso tomar essa cautela na hora de se pensar o novo Código Penal.

Desse modo, entrando um pouco nas propostas, em primeiro lugar, é preciso agora, que já se aprovou a nova Lei de Migração, rememorar que continua aqui, em trâmite na Casa, a finalização do rito de ratificação da convenção da ONU sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e de seus familiares, de 1990. Então, é uma grande oportunidade para o Congresso Nacional. Ele está aqui, na



Casa. Quanto ao número, foi enviada uma mensagem, a Mensagem 696, de 2010, do Executivo, no Dia internacional do Migrante. O Poder Executivo a encaminhou para o Congresso Nacional, para que fosse finalizado o rito de incorporação da convenção. Então, é uma grande oportunidade aqui, agora, no momento em que a Casa adota sua nova Lei de Migração, com uma principiologia de direitos humanos, como foi aqui mencionado pelo Dr. Tarciso, pelo Dr. Renato e pelo Dr. André, de participar e de aderir à convenção da ONU sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e de seus familiares.

Outra sugestão é que, quando se debate o orçamento, é preciso olhar com atenção para o pedido do Ministério da Justiça, quando se solicita o incremento do orçamento do Comitê Nacional para os Refugiados. Aqui, acho que existe uma justificativa pertinente para o aumento de pessoal, de recursos financeiros e de recursos humanos e para a adoção de uma base de dados que possa permitir ao Estado brasileiro traçar com mais precisão a sua Política Nacional para Migração e para Refúgio.

De outro lado, parece-me importante o Projeto de Lei nº 7.876, de 2017, do Deputado Orlando Silva, que recoloca o tema da situação de regularização migratória, que foi retirado do projeto da nova Lei de Migração.

E, de certa forma, como mencionou o Prof. André, há uma questão que precisará ser enfrentada, que é o projeto de emenda à Constituição do Senador e agora Ministro Aloysio Nunes, que é a PEC 25, de 2012, que coloca o tema dos próprios direitos políticos, do direito de voto para estrangeiros. Esse é um tema que continua aberto para o debate.

Enfim, o tema do Título XV do projeto do novo Código Penal precisaria ser revisto em função desse tipo que acaba homenageando uma teoria do autor, e não do fato. Então, acho que se pode revisar esse Título XV.

Por fim, em nome do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, nós gostaríamos de aproveitar esta iniciativa para estender à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a possibilidade de interagir com outros Parlamentares, no marco dos congressos que temos feito com a União Parlamentar Internacional, sobre a erradicação da apatridia. Nós queremos que o Brasil seja o primeiro país a evitar completamente a apatridia nas Américas.

Então, o Brasil, que já aderiu à Convenção de 1954, que já aderiu à Convenção de 1961, agora, ao adotar a Lei de Migração, assim que finalizar o procedimento de determinação da condição de apátrida, vai passar a ter uma das melhores referências na proteção das pessoas apátridas, aquelas pessoas que não têm nacionalidade nenhuma, porque não conseguem adquirir uma nacionalidade por um defeito na aquisição de nacionalidade. Aqui, no nosso País, como a nossa Constituição, no art. 12, já garante a aquisição da nacionalidade brasileira, tanto pelo critério do *jus soli* quanto pelo critério do *jus sanguinis*, nós temos um bom exemplo para dar para outros Parlamentares no mundo.

Então, acredito que aí há um aspecto interessante. O Parlamento brasileiro, o nosso Senado e a nossa Câmara dos Deputados, poderia compartilhar os bons exemplos que foram adotados aqui nas legislações votadas recentemente.

Então, ficam aqui os pontos de observação do Acnur como uma recomendação e uma contribuição para este debate, que continua. E quero crer que, para ser aprofundado, pode contar também no futuro com a participação dos próprios migrantes e refugiados no Brasil.

Eu queria terminar com uma pequena história, que, talvez, ilustre o porquê de eu concordar com as opiniões que me antecederam dos painelistas que também acreditam que essa é uma grande oportunidade para nós.

Eu acabei de atuar no caso de uma refugiada síria no Brasil que também é apátrida. Ela trabalha para uma empresa, na verdade, um grande fazendeiro brasileiro, que vende gado e cavalos no exterior. Ela atua como tradutora e auxilia esse fazendeiro a vender seus cavalos no mercado dos Emirados Árabes Unidos. Então, é interessantíssimo. Quer dizer, para que, por exemplo, um segmento do nosso negócio pudesse ser bem-sucedido em outros continentes, foi preciso também contar com a colaboração, no caso, dessa refugiada apátrida para atuar como tradutora e alcançar novos mercados. Esse é um exemplo pequeno, mas nós vemos isso em vários outros ramos da nossa atividade comercial, como, por exemplo, na venda de carne e de frango para o exterior, principalmente para alcançar o mercado que consome carne halal. Então, são muitos migrantes refugiados que trabalham nos abatedouros brasileiros para permitir que o abate seja feito de acordo com o rito halal. Então, é uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico do País.



Existem outras histórias que nos tocam. No ano passado, nós vimos na Rio 2016 o time olímpico de refugiados. Havia dois judocas da República Democrática do Congo que hoje vivem no Rio de Janeiro e que são treinados pelo técnico brasileiro de judô.

Agora, para citar um exemplo mais recente da República Democrática do Congo, nós temos um jovem rapaz que estuda Medicina na UFMG, chamado Louison Mbombo. Ele escreveu um projeto que está concorrendo a um prêmio da Unesco, e o projeto dele, como estudante de Medicina na UFMG, é uma estratégia de diminuição de risco de morte de crianças por malária numa das cidades mais pobres da RDC, que é a cidade de Gungu. Então, esse jovem refugiado no Brasil, que estuda hoje numa universidade brasileira, é uma das pessoas que têm um dos projetos sociais que poderá receber um prêmio da própria Unesco. Isso é uma alegria não só para a universidade brasileira, para a nossa Academia, mas também para o nosso País e, de certa forma, para uma política de refugiados que se oriente pelo acolhimento, pelo acolhimento da própria hospitalidade.

Com isso, termino minha contribuição, agradecendo o tempo a V. Ex^a.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem!

Muito obrigado, Dr. Gabriel Gualano de Godoy, que é Oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Eu gostaria agora que V. S^{as}, por gentileza, anotassem as perguntas que são formuladas pelos nossos internautas. Vou lê-las em sequência e, depois, pediria a observação de V. S^{as} a elas.

Diz Andreia Amorim Campos, do Acre, Senador Jorge Viana: "É importante salientar a nova lei e o que a difere da anterior. A falta de informação compromete o entendimento. O enfoque publicitário seria bem-vindo, assim como políticas públicas que gerem oportunidades de emprego, saúde e habitação."

Do Distrito Federal, Rodolfo Baigorri diz: "Não é possível que os Conselhos de Classe não elaborem provas para avaliarem o grau de conhecimento dos refugiados em suas respectivas áreas profissionais?" É uma interrogação.

De Goiás, Sérgio Alberto Bastos da Paixão pergunta: "O Brasil tem capacidade de dar o mínimo de dignidade e de proteção para os integrantes de uma imigração em grande escala proveniente da Venezuela e do Oriente?"

E há outra pergunta de Sérgio Alberto Bastos da Paixão, de Goiás: "As leis brasileiras estão prevendo o direito dos imigrantes de ideologias radicais seguirem seus comportamentos sociais e religiosos culturalmente revolucionários para um País amplamente ocidental e cristão?" É o que pergunta ele.

Outra indagação é vinda de Pernambuco, de Gleyson Nascimento Lima: "É bom ter em vista a real capacidade do País quanto ao número de estrangeiros que podemos receber. A política de 'portas abertas' não vai ajudar em nada, fora o momento difícil que já vive a nossa população e os cuidados a tomar com o terrorismo [...]."

Diz Suely Bernardes, do Rio Grande do Sul: "Nosso País foi muito ajudado por imigrantes no passado, idos atrás. Vivemos um momento crítico na nossa própria história e na civilização mundial. Mal podemos sustentar nosso povo. É preciso fechar [segundo ela] muito mais as fronteiras [...]."

De São Paulo, Artur Alvim Cury diz: "Não devemos jamais rejeitar os migrantes e refugiados. O mundo é um só, não podemos criar barreiras a isso. Países ricos exploram os países pobres. Logicamente, quem reside em países mais empobrecidos sempre irá migrar para países enriquecidos. Isso se chama luta pela sobrevivência."

Outra pergunta vem de São Paulo, de Pablo Henrique: "Abrir as portas e incluir os refugiados nos nossos planos de desenvolvimento é uma questão, além de política, ética. Devemos utilizar essa oportunidade para dar o exemplo ao mundo de como, mesmo em situações de crise, os governos podem agir de forma benevolente e inteligente."

Há uma última pergunta de Marta Goulart: "Nossas fronteiras já estão mais que escancaradas, entra qualquer um. É possível, sim, uma lei de migração que respeite nossa cidadania e nossos direitos como cidadãos. Mas aquele que quer a cidadania brasileira deve respeitar as leis e a Constituição, como qualquer um de nós. Deveres, primeiro."



Essas são as indagações. Eu gostaria também de registrar e agradecer, mais uma vez, a presença de S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; a presença do Senador Ministro José Pimentel; a presença de S. Ex^{as} os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Muito obrigado a todos os senhores pela participação neste nosso painel.

Agora, para responder às perguntas, vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Gabriel Gualano de Godoy, que é Oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

O SR. GABRIEL GUALANO DE GODOY – Muito obrigado, Ex^{mo} Senador Fernando Collor.

Eu gostaria de agradecer pelas questões que nos permitem, de certa forma, rearticular algumas das contribuições colocadas aqui durante este debate.

Em primeiro lugar, concordo com a afirmação que coloca que, de certa forma, a migração como um todo, em geral, sempre foi um movimento e uma estratégia de sobrevivência da própria espécie. Então, precisamos também encará-la, de certa forma, sob esse ângulo.

Também concordo com a afirmação de que a cidadania brasileira, de certa forma a aquisição de nacionalidade, precisa também garantir uma contrapartida, uma espécie de adesão à nossa comunidade política, ou seja, um respeito às nossas leis, aos deveres que as pessoas têm, enfim, ao cumprimento de suas obrigações por residir em nosso País.

Em relação à questão de uma certa política de portas abertas *versus* perigo do terrorismo, acho que é importante mencionar que os refugiados são os primeiros a serem as vítimas do terrorismo. Os refugiados não são os terroristas de hoje. Na verdade, eles são as primeiras pessoas que fogem do terrorismo e buscam proteção internacional. Então, é fundamental perceber isso.

De outro lado, é preciso também dizer que a própria lei brasileira de refúgio e a convenção da ONU de proteção aos refugiados têm não só as cláusulas de inclusão, na definição de refugiado, mas também as cláusulas de exclusão. Aquelas pessoas que cometeram grave delito comum no país de origem, aquelas pessoas que cometeram crimes contra a paz, crimes contra os princípios das Nações Unidas, genocídio, crimes de guerra, não serão reconhecidas como refugiados. Então, o sistema de proteção é para as vítimas dos conflitos armados, para as vítimas de violações graves de direitos humanos, e não para perpetradores de violência. Em relação à questão de o Brasil ser um País ocidental e cristão, isso é verdade, mas, por outro lado também, é preciso compreender um pouco, com mais densidade, a característica da nossa própria população, que é diversa, que é uma população bastante heterogênea. Inclusive, há uma parcela expressiva da nossa população que professa também outras crenças e culturas. Quer dizer, os próprios povos originários do nosso continente têm outra cosmologia, outra cosmovisão.

Então, muitas vezes, esses temas que, de certa forma, nunca foram trabalhados operam como um retorno do recalcado. Hoje em dia, então, quando se veem os novos estrangeiros, retorna um pouco aquele mal-estar original com os estrangeiros internos do nosso próprio continente.

Parece-me que o ponto fundamental é garantir... O nosso próprio ordenamento jurídico já prevê quais são os direitos e deveres dos estrangeiros residentes no Brasil e também quais são os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado. No caso do refugiado, isso é muito claro. O art. 1º da Lei 9.474 diz que a pessoa, para ser reconhecida como refugiada, tem de cruzar uma fronteira internacional e precisa ter fundado o temor de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. E a lei brasileira ainda garante outra possibilidade, que é a pessoa deixar o país de origem por fugir de uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. Então, para esses casos é que estamos falando em reconhecimento da condição de refugiado.

A proteção como apátrida é só para aquelas pessoas que não são reconhecidas como nacionais por nenhum país, de acordo com a legislação desses Estados. Então, a pessoa que terminou como apátrida por não adquirir a cidadania de nenhum lugar deveria poder ser protegida por um Estado com *status* específico.

A legislação, a nova Lei de Migração, coloca uma nova principiologia, terminando com o problema anterior que o próprio Estado brasileiro tinha, que era a impossibilidade, inclusive, de regularizar aquele estrangeiro que estava indocumentado, porque o Estatuto do Estrangeiro impedia,



restringia muito as possibilidades de mobilidade humana. Num contexto de uma sociedade e uma economia globalizadas, não faz sentido amarrar as próprias mãos do Estado para um processo de regularização migratória.

Então, acredito que a orientação da nova legislação, a proposta que o Congresso Nacional ofereceu para o Poder Executivo vai auxiliar a construção de uma política nacional de migração e refúgio. E acredito que as perguntas mostram como é importante o debate com a sociedade, que nós podemos aprofundar esse diálogo social e que esse diálogo vai ser ainda mais frutífero se nós pudermos também contar com o ponto de vista, para além das contribuições dos representantes da nossa sociedade, dos nossos Parlamentares, também dos próprios migrantes, refugiados e apátridas que vivem no Brasil, porque isso ilumina um pouco realidades que, às vezes, ficam ocultas e que não são muito bem conhecidas, porque, na verdade, o número de refugiados e apátridas no Brasil, como eu mencionei, é muito pequeno. Nós falamos hoje de 9.552 refugiados reconhecidos pelo Estado brasileiro. São muito poucos os refugiados no Brasil. É importante também permitir, de certa forma, um mecanismo de escuta social que permita a essas pessoas relatarem um pouco o seu próprio processo de integração, para iluminar algumas outras soluções que podem ser adotadas para aperfeiçoar a resposta que o nosso Estado tem dado a essa população.

Eu terminaria dizendo que existem, sim, iniciativas, como aqui a mencionada de conselhos de classe, que podem facilitar processos de adesão por parte de refugiados no Brasil ou de outros estrangeiros, para que eles voltem a praticar o seu ofício aqui, nosso País. Nós tivemos alguns casos de médicos refugiados que puderam ingressar no Mais Médicos. Nós temos, por exemplo, universidades brasileiras que têm flexibilizado seu critério de admissão para permitir ou o ingresso por meio de entrada específica para refugiados ou o reingresso facilitado. Por exemplo, acaba de ser lançada, num festival internacional de cinema que aconteceu em Curitiba, a história de Lucia, uma refugiada síria, que estudava Arquitetura em Damasco, que veio para o Brasil e pediu refúgio, que foi reconhecido. Hoje, ela reingressou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná.

Então, existem várias soluções sendo pensadas pela Academia e por órgãos de classe que podem facilitar a inserção dessas pessoas na nossa sociedade, na nossa economia, nos nossos sistemas de educação. Eu acredito que isso contribui. O Dr. André mencionou este fato: há uma troca de saberes, que é bastante profícua. E os próprios empresários que têm empregado refugiados mencionam a grande capacidade de resiliência, o domínio das línguas e como isso também serve de incentivo para os próprios colegas de trabalho brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Dr. Gabriel de Godoy.

Ele, como já dissemos, é Oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Passo a palavra ao Prof. Dr. Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

O SR. RENATO ZERBINI – Obrigado, Ex^{mo} Senador Fernando Collor.

São todas questões bastante interessantes.

Em consequência às respostas do nosso estimado Gabriel Godoy, eu gostaria de aprofundar um pouco mais naquela indagação acerca de se o Brasil tem condições de dar dignidade aos imigrantes. Eu creio que sim. Creio que sim, o Brasil tem uma história de acolhimento bastante profícua. Institucionalmente, o Estado brasileiro, independentemente de seus governos de turno, tem, dentro de suas características institucionais e normativas, tentado responder às demandas que vão surgindo. A população brasileira é bastante acolhedora. A escolha, em geral, aos imigrantes pela perspectiva do Estado brasileiro foi de oferecer a eles as mesmas condições oferecidas aos nacionais com relação aos programas de integração. Esse é um elemento bastante importante, que ilumina essa afirmação da dignidade oferecida aos estrangeiros que aqui estão. Demorará um pouco mais, um pouco menos, mas sempre haverá oportunidade da integração, o que me leva também a navegar pela questão dos extremismos religiosos que alguns podem carregar consigo.

Aproveitando a resposta do nosso estimado Gabriel de Godoy, aqui, no Brasil, nós também temos o sincretismo religioso, que se adapta muito bem a essa condição e que mostra aos estrangeiros a possibilidade de enxergar novos horizontes. Nós aprendemos muito com algumas experiências com



os muçulmanos e com os islâmicos nesse sentido. Desse modo, acho que o Brasil já tem uma experiência bastante importante.

Essas eram as respostas que eu gostaria de agregar ao já dito pelo nosso estimado Gabriel de Godoy.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço ao Prof. Dr. Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Passo agora a palavra ao Dr. Prof. Tarciso Dal Maso Jardim.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Obrigado, Presidente Collor.

Agradeço igualmente as perguntas dirigidas pelos internautas.

Saúdo o Senador Jorge Viana, pela sua presença e resistência a nos escutar.

Dentre todas essas perguntas, vemos que há certa divisão de perspectivas. Mas curioso foi que, recentemente, numa pesquisa do Datafolha, a grande maioria da população brasileira – apontam-se até 70% – tem tolerância com a vinda de novos imigrantes, inclusive os de origem pobre. Então, há no Brasil, sim, um grande campo para a recepção migratória.

Dentre as perguntas, só para pontuar melhor o que foi dito, primeiro, a relação entre migração e religião na história brasileira é riquíssima. Inicialmente, no primeiro ciclo de vinda de estrangeiros, infelizmente de maneira violatória dos direitos humanos, criminosa, que foi o tráfico de pessoas vindas da África, nós tivemos toda uma resistência às religiões de origem africana, que depois, gradativamente foram sendo até assimiladas de maneira sincrética. Em um segundo passo, também havia um controle para a vinda de protestantes. Muitos imigrantes diziam que eram católicos, falseando a sua verdadeira religião, para virem. Gradativamente, começaram a aceitar – e aí a vinda de alemães foi pedagógica nesse sentido – pessoas de outras correntes também do cristianismo. Isso nós superamos no século XIX. Os japoneses vieram com suas religiões, também gradativamente aceitas. E os muçulmanos também têm aqui o seu lugar e não são poucos. Nós não temos, na nossa composição final, após as grandes correntes migratórias – vieram mais de cinco milhões de imigrantes até 1970, por aí –, uma grande conflituosidade de caráter religioso. Gradativamente, foi sendo aceito esse convívio religioso. Isso marca a nossa história migratória.

Sobre a capacidade de bem receber, saliento também recente pesquisa – mas é claro que é apenas uma amostragem – que diz que eles são poucos, no sentido comparativo. Saem mais brasileiros do que vêm estrangeiros ao Brasil. Isso não podemos ignorar. Vamos fechar as portas também para os brasileiros saírem? Vamos fechar as portas? É isso?

A diplomacia sempre terá um grande papel no gerenciamento desses conflitos. A solidariedade entre os Estados-membros do Brasil também é muito importante. Sabemos – aqui está um ilustre Senador do Estado do Acre – que há um impacto dessas vindas migratórias em pequenas cidades do Norte. E é preciso haver uma solidariedade entre os Estados para bem gerirem a questão.

Agora, qual a política pública em relação a isso? Este Congresso Nacional... É preciso dizer que, pela primeira vez na história brasileira, uma lei migratória nasce no Congresso Nacional. Ela é de origem do Senado Federal, de um Senador da República. É uma lei que assume um caráter suprapartidário, que é defendida por vários matizes partidários, e isso não é irrelevante. É essa origem que quebra com antigos paradigmas. Isto foi feito: legislou-se devidamente em matéria migratória. Já havia a legislação também de refúgio. Essa iniciativa, que veio inicialmente do Senador Aloysio e que obteve grande êxito, é o primeiro passo.

Agora, há uma vasta regulamentação dessa lei, uma vasta regulamentação. Posteriormente, deve haver uma reestruturação administrativa, já que essa lei foi feita não só com os desafios da criação de uma primeira lei migratória de origem parlamentar, mas também andando entre vícios de iniciativa, interesses corporativos e a impossibilidade de reestruturar administrativamente. Isso cabe ao Executivo. Esse seria outro passo. Uma vez reestruturado, é preciso capacitar os agentes. A Procuradoria da República já tem uma bela iniciativa de estudar a Lei de Migração. A DPU tem de fazer o mesmo, como também a Polícia Federal. Há um grande esforço de capacitação. Posteriormente, é preciso avaliar o perfil migratório, com uma grande pesquisa de dados, e isso deve estar interligado entre os Estados-membros. Depois, é preciso gerir em todos os aspectos do ponto de vista migratório, analisando todos os perfis do migrante, do investidor ao que vem da Venezuela, que nem sempre são enquadrados na categoria de refúgio. É preciso lembrar que muitos refugiados solicitaram refúgio



mesmo não tendo essa qualidade clássica de refugiado, porque não havia outra brecha legislativa para eles virem. E agora temos a acolhida humanitária.

Por fim, Sr. Presidente, falo sobre a questão da segurança, que sempre nos permeia, sobre o terrorismo. Ora, o terrorismo foi tratado, inclusive, nesta Comissão, foi incluído nesta Comissão, na lei, mesmo antes de ele ter sido tipificado. Sempre houve uma preocupação em separar as questões da migração de quem comete crime internacional. Esta Comissão, eu me recordo, já colocou esse crime no projeto que saiu daqui e foi para a Câmara, desde o início, mesmo antes da tipificação. A tipificação do crime de terrorismo veio depois.

Há um impedimento no art. 45 da Lei de Migração, que impede a estada ou a vinda de estrangeiros até mesmo acusados, respondendo a processo por terrorismo. Então, há um cuidado, sim, com o tema. Não podemos dizer que a Lei de Migração fechou os olhos ao fenômeno da criminalidade. Volto a dizer: o que a Lei de Migração fez foi rechaçar esse paradigma, que ficou para trás, do Código Penal, mencionado pelo Gabriel, que, sim, colocava lá um rol de tipos penais que, na realidade, estavam sendo inspirados pelo antigo Estatuto do Estrangeiro. Se notarmos bem, nesse projeto de Código Penal, replicava-se o Estatuto do Estrangeiro e, de certa maneira, até o piorava, no sentido de agravamento de penas e de configuração. Uma discussão de um Código Penal após a Lei de Migração, evidentemente, terá de rever esse capítulo dedicado ao estrangeiro. Não tenho a menor dúvida quanto a isso. É uma discussão que parou.

Enfim, Presidente, parece-me que é preciso estudarmos melhor a história migratória brasileira, é preciso vermos como o Brasil se desenvolveu, a partir da lógica migratória, com o convívio entre religiões, com a maneira como foi, aos poucos, superando ranços relacionados a tratamento de matéria de segurança, de políticas públicas, de integração.

Recentemente, veio a esta Comissão o General Villas Bôas, que, indagado sobre o Haiti – ele é um grande entusiasta do Haiti –, disse: "Ah, estamos saindo de lá, mas só lamento, porque deveríamos ter aproveitado mais essa integração com o Haiti, trazendo haitianos para cá, para fomentar uma elite cultural, a partir das nossas universidades. Precisaríamos ter integrado mais." Sempre há tempo. Sempre há tempo.

Com isso, eu me despeço.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Tarciso Dal Maso Jardim.

Passo a palavra, finalizando o nosso painel da noite de hoje, ao Prof. Dr. André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo.

O SR. ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Novamente cumprimento V. Ex^a e também renovo os cumprimentos a todos os presentes, ao Senador Jorge Viana e às demais autoridades. Sr. Presidente, é muito interessante essa abertura aos internautas, àqueles que nos veem e que interagem com esta Comissão. Eu posso resumir as dúvidas e as angústias desses nossos internautas que mandaram as perguntas em duas grandes categorias que a Comissão de Especialistas e a sociedade como um todo externam a respeito de qualquer tipo de modificação envolvendo legislação de migrações. As dúvidas seriam, então, postas em duas grandes categorias, e a primeira categoria seria, como já foi tão bem mencionado pelos colegas anteriores, relativa à própria segurança pública. Aqui alguns dos nossos ouvintes falaram, por exemplo, de política de portas abertas, de terrorismo. Então, há, sim – deve-se respeitar –, uma angústia, uma dúvida envolvendo segurança pública. E há uma segunda dúvida, que também tem de se respeitar, dentro uma categoria que eu generalizo, que envolve segurança econômica. Então, nós temos aí, é claro, sempre, aquele medo do outro, o medo da inovação, daquilo que venha a ser uma modificação de legislação.

Quanto à segurança pública, tal qual os demais que me antecederam, eu estou convencido de que a Lei de Migração e as demais leis brasileiras estabelecem um arcabouço de proteção, até porque, Sr. Presidente, obviamente, quem pratica crime não é migrante ou nacional, mas é aquele que viola as leis brasileiras. Ou seja, não há nenhuma discriminação em nenhum tipo de relação automática entre uma nacionalidade estrangeira ou apátrida e a prática de crime. Isso é, obviamente, um preconceito. Uma sociedade do século XXI inclusiva tem de abandonar isso.



Então, creio que posso passar com absoluta convicção a quem nos assiste que, em primeiro lugar, não só a lei estabelece, como aqui já mencionado, uma série de precauções na avaliação do ingresso migratório, como também a própria legislação interna que existe leva, sim, à punição tanto de nacionais como de estrangeiros que praticam crime, sendo que a nacionalidade nesse ponto deve ser afastada. Não é a questão da nacionalidade.

É preciso saber, em primeiro lugar, se temos leis penais suficientes, e entendo que sim. Em segundo lugar, temos de saber se nossa estrutura de segurança, por exemplo, nas fronteiras é adequada. Aí entendo que não, Sr. Presidente. Mas não é só uma questão envolvendo questões migratórias; pode envolver tráfico de seres humanos, pode envolver tráfico de armas, tráfico de drogas etc. Então, entendo que é uma questão que está *a latere* da questão migratória. Há uma variável independente. Qual é a variável independente? Que nós, sim, temos de ter uma política pública de reforço, de fortalecimento do controle das fronteiras, mas isso não é algo específico de uma legislação migratória.

E quanto à segurança econômica, Sr. Presidente? Entendo as angústias neste ambiente de crise não só no Brasil. É o que mais impulsiona as chamadas conjunturas de pânico, a xenofobia, o chauvinismo. Há eventuais setores que aproveitam essa angústia para ter esse tipo de discurso. Mas eu diria àqueles que nos estão assistindo que há um grande remédio para isso tudo: para a eventual dúvida se esses migrantes irão ou não ocupar postos de trabalho, a solução é dar os mesmos direitos, para que aquele que emprega não tenha o incentivo de contratar o migrante justamente porque ele não terá direitos trabalhistas. Isso vai vulnerar os direitos dessa pessoa. Por isso, pode-se oferecer menos, pode haver uma jornada de trabalho extenuante, com condições de trabalho degradantes, porque se sabe que essa pessoa está em situação de invisibilidade e não vai eventualmente procurar os serviços públicos de apoio.

Isso tudo só pode ocorrer dentro de um ambiente de igualdade, de inclusão. E, nesse ponto, creio que a Lei de Migração atualizou e muito. Ela gera visibilidade e vai gerar justamente uma igualdade entre os trabalhadores.

Por isso, entendo – não só dentro de uma perspectiva em que o Brasil ganha muitíssimo com essas pessoas, porque não só estão no mercado de trabalho, mas estão auxiliando o nosso desenvolvimento social e cultural – que fornecer direitos, especialmente em relação à regularização migratória, em relação ao exercício de direitos trabalhistas e de direitos sociais como tudo, é estratégico para o próprio trabalhador brasileiro. Isso é estratégico. Negar esses direitos eventualmente a migrantes implicaria não na sua eliminação – isso é impossível, pois as sociedades se movem –, mas simplesmente na sua inserção no mercado clandestino, com poucos direitos, recebendo pouco, não tendo assegurado o seu mínimo. Isso, sim, gera uma competição desleal.

Então, é necessário que também... Eu entendo a angústia, mas entendo que, em uma sociedade inclusiva, protegem-se os direitos de todos, com muito mais eficiência, com muito mais eficácia.

Sr. Presidente, sendo muito direto, essas duas angústias merecem respeito. Entendo que, sim, os Parlamentares e a sociedade brasileira como um todo têm de entender essas angústias e que elas foram muito bem enfrentadas pela nova lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. André Ramos.

Passo a palavra, pela ordem, a S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu só queria cumprimentar todos e pedir desculpas, porque tive de entrar e sair, porque são sempre muitas reuniões.

Mas acho importante estarmos nesta Comissão, trazendo um tema tão apropriado e atual. Talvez, esse seja o grande desafio que o mundo enfrenta nestes tempos, neste começo de século e de milênio. São impressionantes as cenas, as reportagens. É um tema muito complexo, porque já foi mais bem tratado há cem anos, eu acho, pelo nosso País, inclusive.

Mas eu só queria, além de cumprimentá-lo, porque acho que isso enriquece e nos ajuda... O Brasil acabou de tomar uma atitude – isto foi dito aqui –, inclusive, por iniciativa do próprio Congresso,



de fazer uma nova lei, que gerou polêmica. Alguns colegas não a aceitaram, mas acho que foi um passo importante que demos dentro daquilo que era possível. Acho que o Brasil ficou bem melhor para lidar com essa problemática agora. Mas faço uma observação sobre o quanto esse tema é desafiador. Quando a gente mira um pouco o mundo árabe, principalmente os países de maior prosperidade, a gente vê que eles estão fazendo exatamente o contrário do que o Brasil está propondo. Agora, eles estão até se desentendendo. Catar, os Emirados Árabes Unidos, Abu Dhabi, Dubai, enfim, conseguem fazer uma verdadeira segregação entre sua população nativa e os demais. Para se proteger, eles usam todo tipo de argumento. Mas os direitos daqueles que são nativos são absolutamente diferentes dos direitos dos que lá estão. Com isso, para todos que estão naqueles países, apesar da prosperidade econômica, principalmente, e de outros indicadores, fica ali sempre uma espécie de guilhotina: se fizerem qualquer coisa... Inclusive, eles se defenderam muito das Primaveras Árabes assim, fortalecendo os nativos e tirando todos os direitos de quem lá vive e já está, há tempos, inclusive, tendo filhos no país.

Vejam como o mundo trabalha isso. A Europa já faz o contrário do que se está buscando aqui e do que eles fazem lá. Então, era só para reforçar também que é um tema que merece que fiquemos bem atentos a ele.

Dizem também que, quando parte daquela população do sudeste da Ásia, se não for bem acolhida, resolver também mudar de posição geográfica no Planeta, a gente poderá ter desafios ainda maiores, porque eles ganhariam uma escala exponencial. Alguns falam, inclusive, disto: se, no Oriente Médio, houver alguns ciclos de baixa econômica, que deixem de absorver, poderá haver isso, como já existe hoje.

Então, para mim, como Vice-Presidente da Comissão, como membro da Comissão, é importantíssimo a gente poder ouvir, receber algumas mensagens de estudiosos do tema.

Eu queria parabenizar o Presidente e, é claro, a Deputada Bruna, que nos prestigia também aqui com sua presença, ela que preside uma comissão que tem esse mesmo propósito, essa mesma missão, na Câmara dos Deputados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, a quem gostaria de agradecer, mais uma vez, pela presença sempre constante nos trabalhos que esta Comissão, da qual é o Vice-Presidente, vem realizando.

Quero agradecer também a presença de S. Ex^a o Senador e Ministro José Pimentel; de S. Ex^a o Senador Paulo Paim; de S. Ex^a o Senador Hélio José, bem como da Deputada Bruna Furlan, que, como disse aqui há pouco o Senador Jorge Viana, é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e foi uma das responsáveis pelo bom andamento do projeto da Lei de Migração que hoje nós temos no Brasil.

Expresso o reconhecimento ao trabalho de V. Ex^a por parte de toda esta Comissão, Deputada Bruna Furlan.

Também quero agradecer a presença do Embaixador Ibrahim Alzeben, Embaixador da Palestina no Brasil; do Embaixador Malek Twal, Embaixador da Jordânia no Brasil; do Ministro-Conselheiro Konstantine Sabiashvili, da Embaixada da Geórgia; do Ministro-Conselheiro Abbah Sidi Sidi, da Embaixada do Reino do Marrocos; do Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica.

Quero agradecer a todos os nossos internautas que participaram ativamente da reunião na noite de hoje.

Quero agradecer, mais uma vez, a participação daqueles que hoje abrilhantaram o nosso painel com suas exposições, os nossos palestrantes, começando pelo Consultor Legislativo Prof. Tarciso Dal Maso Jardim; Prof. Dr. Renato Zerbin; Prof. Dr. André de Carvalho Ramos e Dr. Gabriel de Godoy.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de V. S^{as}, informo que o 9º Painel ocorrerá no próximo dia 7 de agosto, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "Meio Ambiente e Relações Internacionais: o Brasil como ator global". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Prof. Marcelo Dias Varella, do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), instituição a que eu gostaria mais de uma vez de agradecer, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores do Senado, pela participação, pela presença sempre



dos seus acadêmicos nos nossos debates; o Ex^{mo} Sr. Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; o jornalista Fernando César Mesquita, fundador e primeiro Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião de deliberação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PLDO 2018, agendada para amanhã, terça-feira, dia 4 de julho, às 15h, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Boa noite!

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2017.

Às quinze horas do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Romero Jucá, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Inicia-se a apreciação da **PAUTA – Deliberação de Emendas ao PLDO 2017**. Reunião destinada à deliberação das emendas ao PLN 001/2017–CN (PLDO 2017/LDO 2018), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Jorge Viana. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para proferir o seu Relatório. Resultado: Aprovado. Esta Comissão aprova as seguintes Emendas: **Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas**: Emenda n. 1: 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, Quantidade Meta: 2; Emenda n. 2: 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, Quantidade Meta: 15; e **Emendas ao texto da Lei**: Emenda n. 3: Item 64, Aditiva; Emenda n. 4: Item 64, Aditiva; Emenda n. 5: Item 64, Aditiva; Emenda n. 6: Item 64, Aditiva; Emenda n. 7: Item 32, Modificativa; Emenda n. 8: Item 64, Aditiva; Emenda n. 9: Item 64, Aditiva; Emenda n. 10: Item 64, Aditiva; Emenda n. 11: Artigo 17, inciso XIV, Modificativa; Emenda n. 12: Item 64, Aditiva; Emenda n. 13: Item 64, Aditiva; Emenda n. 14: Item 64, Aditiva; Emenda n. 15: Item 64, Aditiva; Emenda n. 16: Item 64, Aditiva; Emenda n. 17: Artigo 52, inciso VI, Aditiva; Emenda n. 18: Artigo 52, inciso VI, Aditiva. As emendas aprovadas são encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata pela Comissão. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 001/2017, do Congresso Nacional, usualmente conhecido por Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. A relatoria é de S. Exª o Senador Jorge Viana.

Algumas observações.

Em 29 de junho de 2017, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste Colegiado. Rememoramos que a abertura do prazo aconteceu no dia 29 de junho de 2017 e o encerramento ocorreu no dia 3 de julho de 2017, portanto, ontem, às 18 horas. Foram apresentadas 126 emendas, abrangendo as emendas de inclusão de metas e as emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Quero agradecer a profícua contribuição dos integrantes desta Comissão pelo empenho que tiveram na elaboração das relevantes propostas de alteração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O relatório é pela aprovação das emendas de inclusão de meta: 14XJ – aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC-390; propostas 11 a 19, 25 e 29 e 147F – implantação de sistema de defesa cibernética para defesa nacional; propostas 125 e 126 e todas as emendas de texto, conforme especificado no relatório.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor de Mello, primeiro quero agradecer a designação para trabalhar o relatório que diz respeito às emendas para 2017.

Apresento, nesta sessão extraordinária, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências”.

Na condição de Relator, apresento o resultado, que é, nada mais nada menos, a reunião de todas as colaborações apresentadas pelos colegas Senadoras e Senadores que compõem esta Comissão.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram apresentadas 126 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional. Dentre as propostas apresentadas, 58 buscam incluir ações no Anexo de Prioridades e Metas e 68 referem-se ao texto do projeto.

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até duas emendas para elaboração do Anexo de Prioridades e Metas – nos últimos três exercícios financeiros, o limite foi de três emendas; é bom que se registre que agora teremos apenas duas. O referido Parecer Preliminar estabelece, ainda, que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto – por isso que separamos emendas de texto e emendas que tratam de prioridades e metas.

Dentre as 58 propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas (que tem a limitação de apenas duas) há emendas que não dizem respeito às competências regimentais desta Comissão, razão pela qual serão inadmitidas. Enquadram-se nessa situação as propostas 1 a 10 e 56 do Senador Acir Gurgacz, as quais tratavam de:

- a) construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional;
- b) construção e adequação de trechos rodoviários;
- c) elaboração de projetos para adequação de travessias urbanas;
- d) adequação da infraestrutura aeroportuária;
- e) construção de ponte sobre o Rio Madeira;
- f) fiscalização dos serviços de transporte rodoviário; e
- g) dragagem de manutenção e serviços de sinalização e balizamento em portos.



As propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas relacionadas às competências regimentais desta Comissão, no total de 47 – excluindo as que acabei de mencionar –, apontam para 11 ações distintas, todas do Ministério da Defesa. Impende registrar que houve a apresentação de diversas propostas coincidentes, havendo inclusive a repetição de sugestões por parte do mesmo parlamentar. As 10 ações objeto de propostas foram:

- a) Aquisição de Cargueiro Tático Militar, o KC-390;
- b) Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar (Projeto KC-X);
- c) Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte;
- d) Construção de Submarino de Propulsão Nuclear;
- e) Construção de Submarinos Convencionais;
- f) Aquisição de Blindados Guarani;
- g) Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020;
- h) Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;
- i) Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares;
- j) Tecnologia Nuclear da Marinha; e
- k) Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional.

Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas duas emendas, decidimos priorizar as propostas mais adequadas às necessidades dos órgãos envolvidos. Dessa forma, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam no Anexo de Prioridades e Metas as seguintes ações:

- Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 (ação do Comando da Aeronáutica); e
- Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional (ação do Comando do Exército).

Então, essas duas propostas.

Eu fiz questão de entrar em contato com o Ministério da Defesa, e a proposta que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresenta, da implantação do Sistema de Defesa Cibernética para a defesa nacional, é da maior importância e envolve as três Forças. Elas vão estar todas concentradas em um mesmo espaço, e isso é prioritário.

Só neste ano, houve dois grandes ataques cibernéticos no mundo. O último foi a menos de dez dias e com grandes prejuízos. Isso é só o início do que se chama de guerra cibernética, e acho que a Comissão de Defesa Nacional – neste caso valendo mais a prerrogativa de defesa nacional – toma uma medida muito acertada ao atender essa prioridade do Ministério da Defesa, que, de certa forma, atende às três Forças, apesar de ter como referência um espaço que foi adquirido a partir de um acordo, de um convênio que foi feito, e em que o Exército vai estar, obviamente, um pouco mais à frente. Mas fui informado de que as três Forças estarão atendidas com essa proposta de emenda.

É importante relembrar as ações que foram indicadas por esta Comissão como prioridades em exercícios financeiros anteriores. Eu não sei, Sr. Presidente, se eu teria de fazer a leitura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É bom? Faço a leitura então – estou me referindo à LDO de 2017.

- Construção de Submarino de Propulsão Nuclear (ação do Comando da Marinha);
- Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron (ação do Comando do Exército);
- Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior (ação do Ministério das Relações Exteriores);

LDO 2016 – propostas encaminhadas por esta nossa Comissão:

- Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;
- Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e
- Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior.

Em 2015:

- Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;



- Aquisição de Blindados Guarani; e
 - Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior (ação do Ministério das Relações Exteriores).
- Meu voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas. Ao Anexo de Prioridades e Metas, pelo maior valor proposto para as metas das seguintes ações:

- Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390. Propostas 11 a 19, 25 e 27; e

- Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional. Propostas 125 e 126 – uma é de minha autoria; a outra, do Senador Randolfe.

Ao Anexo III do texto, as propostas que ressalvam do contingenciamento as seguintes despesas:

- Propostas 85, 92 e 93: Benefícios aos servidores civis e militares, empregados e seus dependentes relativos ao auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e aos auxílios transporte, funeral e natalidade;

- Propostas 60 a 65: Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;

- Propostas 86, 94 e 95: Aquisição de blindados Guarani;

- Proposta 87, 96 e 97: Auxílio-moradia no exterior;

- Propostas 66 a 70: Aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins - Projeto FX-2;

- Propostas 78 a 84: Investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

- Propostas 71 a 77: Desenvolvimento e aquisição do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas - Projeto KC-X;

- Propostas 100 a 103: Despesas relacionadas à Segurança Nacional;

- Propostas 88, 98 e 99: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;

- Proposta 89: Manutenção do sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional e de registro de estrangeiro;

- Propostas 104 a 108: Reestruturação da Estação Brasileira na Antártica;

- Propostas 109 a 112: Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e Programa Nuclear da Marinha (PNM); e

- Propostas 113 a 117: Projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo Decreto 6.703/2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

Ao texto do Corpo da Lei, são estas as propostas:

- Art. 52, inciso VI, (artigo que dispõe sobre as programações autorizadas a serem executadas caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2017), para incluir autorizações relativas a:

- Propostas 118 a 121. Ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia; e ações em andamento, decorrentes de projetos que contribuem para a consecução de objetivos relacionados ao incremento da Base Industrial de Defesa, à Segurança ou à defesa do País; e

- Propostas 122 a 124. Concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas.

- Art. 17, inciso XIV (artigo que dispõe sobre o valor máximo para pagamento de diária em território nacional).

- Propostas 57 a 59 e 90.

Sala de Comissões, 4 de julho de 2017.

Senador Fernando Collor, Presidente; e eu, como Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

As emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como da presente reunião, para que sejam encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com as emendas aprovadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria cumprimentar, Sr. Presidente Fernando Collor, o Relator, o Senador Jorge Viana.

Mesmo que eu não tenha apresentado emenda relativa à defesa cibernética, quero me associar a essa emenda, que é extremamente relevante, principalmente depois daquela exposição feita pelo General Eduardo Villas Bôas, Comandante do Exército, depois ratificada pela exposição, também brilhante, do Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Então, o acolhimento de uma das emendas que diz respeito aos caças eu queria agradecer, bem como em relação ao avião de carga. Queria também agradecer o acolhimento dos textos de redação do que foi apresentado ao Orçamento por esta Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, passo a palavra ao Relator, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, primeiramente queria cumprimentar a colega, Senadora Ana Amélia, com quem estive em visita a Gavião Peixoto, ao ITA, onde pudemos ver de perto o protótipo que estava sendo construído. Havia ali todo um conjunto de engenheiros, de engenheiras, de profissionais trabalhando em um dos mais modernos cargueiros do mundo, produzido por brasileiros, com tecnologia desenvolvida pela nossa Embraer.

Acho muito importante a apresentação de emendas. Há outros colegas, mas V. Ex^a foi a autora dessa emenda. E até devo registrar que ficou entre as duas que foram escolhidas para serem priorizadas conforme se estabelece. E só são duas: uma foi relativa ao KC-390; a outra para dar condições ao Ministério da Defesa, ao Exército, à Aeronáutica e à Marinha poderem ajudar o Brasil nessa guerra, que é algo que chega com a modernidade e que pouco conhecemos, mas que tem um poder de destruição terrível, pois afeta o funcionamento de hospitais, matando pessoas.

Houve dois grandes episódios no mundo este ano. O serviço de previdência social no Acre foi afetado. Isso porque eles entram nos grandes sistemas para provocar grandes prejuízos. Então, como, no Brasil, um dos maiores sistemas é o da previdência, de controle, enfim, eles entraram ali e o prejuízo é incalculável. Há gente querendo se tratar, outros querendo seguro, outros querendo receber o seu dinheiro. Enfim, é algo com que se procura sempre causar o maior dano para poder ganhar importância e receber, às vezes, recursos, enfim, chantagear. Há todo tipo de situação.

Eu estava falando com o Presidente Fernando Collor que participei de uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia – fui autor do requerimento – para discutirmos um pouco os desafios da nova internet, desse mundo que está interativo o tempo inteiro, e ouvi de um representante da Cisco, um dos expositores, uma informação que me chocou. Ele falou: "É tão grave o conjunto de pessoas no mundo inteiro tentando entrar nos sistemas para destruí-los, ou mostrar a fragilidade deles, ou se apropriar deles, rompendo o sistema de segurança". E ele falou algo assim, Senadora, Sr. Presidente e todos que nos acompanham: o número de tentativas de causar danos nos sistemas, sejam pessoais, sejam públicos, é maior do que o número de consultas feitas no Google por dia.

Então, veja, eu não sei quantos bilhões de consultas são feitas ao Google por dia, eu só sei que são bilhões de consultas; todo mundo consulta. Ele falou que o número de tentativas de quebrar sistemas de segurança, seja do telefone privado de alguém, seja da conta bancária, enfim, todo tipo, é



maior do que o número de acessos, de consultas ao Google. Então é algo gravíssimo, é algo importante.

No evento de Barcelona... Veja só, eu fui convidado para um evento, Sr. Presidente, que era o lançamento da plataforma de segurança da Telefônica. Eu estava em um evento da Mobile World, ao qual eu vou todo ano. É uma área da qual estou procurando estar muito próximo, porque é a modernidade total que está ali. Convidaram-me, e eu fui. Estava lá toda a direção, o *staff* da Telefônica, uma das maiores companhias operadoras do mundo. E falaram: "Bem, agora vamos apresentar a nossa plataforma de segurança". Aí entrou um rapaz de tênis, calça jeans – lembro-me como se fosse hoje –, um gorro na cabeça, uma camisa listrada com outra por dentro, parecendo um filho ou um sobrinho da gente, cabeludo, e, do palco, falou: "Eu queria cumprimentar todos os *hackers*. Eu sou o diretor de segurança da Telefônica."

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Que coisa impressionante!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era um *hacker*. (Risos.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro! Primeiro ele cumprimentou não o chefe dele, mas os *hackers* do mundo inteiro. E falou: "Eu sou o diretor..."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – *Be careful!* (Risos.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... eu tinha uma empresa, eu trabalhava com essa empresa. Montei uma empresa para testar os sistemas de segurança. Eu ganhava dinheiro com isso. Eu entrava e mostrava que era frágil e cobrava para dar mais segurança. Mas eles compraram a minha empresa. Eles são bons de fazer negócio para eles e ruins para mim, me contrataram e ficaram com minha empresa. Minha empresa valia 30 milhões [sei lá, por 30 milhões, não sei mais por quanto ele vendeu, falou lá um valor], mas agora vale mais de 300 milhões, uma empresa de segurança."

Então, a coisa mais séria que há hoje é isso, e nós estamos aqui na Comissão de Defesa Nacional aprovando essa emenda. Tomara que ela seja recepcionada. Eu sou membro da CMO, vou estar lá trabalhando para tentar sensibilizá-los; farei isso lá, em nome da Comissão. Mas acho que estamos lidando com algo muito importante. Todos nós estamos reféns disso aqui, no controle para as campanhas, para tudo – nos Estados Unidos foi assim –, e tudo isso está diretamente ligado ao que a gente chama de guerra cibernética.

Por isso, é muito importante essa decisão na Comissão, e tenho a satisfação de ter sido Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Sr. Presidente, essa explicação do Senador Jorge Viana. Eu, na ânsia de falar... Claro, nós somos aqui clínicos gerais, então nós temos dois projetos da indústria aeroespacial que são da maior relevância: o caça, que é o Gripen, e o KC-390, que é um avião de carga que supera, e muito, o famoso Hercules em versatilidade, em economicidade, operacionalidade, rapidez, tudo. É um projeto genial e, para nós, que somos brasileiros, pensar que essa é uma tecnologia... Como disse o Senador, nós visitamos... É extraordinária, Presidente Collor, essa aeronave de carga, como também o Gripen, que eu ainda não conheci – mas conheci uma empresa que fornece os radares para esse caça, empresa que está em Porto Alegre, na minha capital. Veja só, o piloto de um caça trabalha de luvas, como o piloto de Fórmula 1. O painel desse caça vai ser extremamente revolucionário, vai ser por sistema de *touch*. Então, para fazer isso, com a luva de couro, ou de outros materiais... Ela tem uma sensibilidade e, digamos, um peso diferente da mão. Então, eles estão desenvolvendo essa sensibilidade para que ela seja absolutamente adequada ao uso da luva. Isso está sendo feito em Porto Alegre. Quero trazer isso como um certo conforto para nós, brasileiros. Ficamos muito agoniados com essa crise, mas há muitas coisas boas acontecendo.

É muito importante essa questão da defesa cibernética, Senador Jorge e Presidente Collor. Não é consolo, mas o mundo todo foi pego, eu acho, de surpresa com essa, digamos, capacidade dos *hackers* internacionais de entrarem em todos os sistemas – entraram na Nasa, nos sistemas do Pentágono, entraram no Brasil, nas contas da Merkel, da Dilma, de todo mundo. Então, isso, de fato, é um desafio para a humanidade, para a ciência.

Para terminar, eu só lamento profundamente que os nossos gênios, as nossas cabeças, as nossas inteligências, massas cinzentas melhores na área de ciência e tecnologia, estejam indo embora. Nós



temos que fazer tudo para que eles não vão embora. Como se diz: mude o país, não mude de país. Eu também acho que temos de nos preocupar com essa fuga de cérebros que são especialistas nessa área, para que um dia, Senador Jorge Viana, um cara cabeludo e de gorro diga, em bom português: "Eu sou *hacker*", e ele faça a contrarrevolução e o contra-ataque aos que vierem tentar atacar os sistemas do Serpro, os sistemas da Dataprev – a Dataprev, que foi atingida no Acre.

Foi muito rico o relatório, e nós estamos sintonizados com as necessidades e os desafios do nosso tempo e do nosso País.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Jorge Viana, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não posso deixar de fazer um brevíssimo registro, já que estão os dois aqui, agradecendo à Senadora Ana Amélia, que fez a leitura *ad hoc* de um relatório que eu tinha feito sobre a Convenção de Minamata.

Eu estava falando com o Presidente Collor... É bom constar dos *Anais* aqui... Eu queria dar o meu depoimento sobre algo muito importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está fazendo na gestão do Senador Fernando Collor, algo em que nós estamos procurando dar uma colaboração, nós três. Eu fui autor do relatório, V. Exª o leu, e ele pautou a matéria extrapauta.

Olhe, para que se tenha uma ideia, Senadora Ana Amélia, agora, nos dias 26 a 29 de setembro, vai ocorrer a primeira convenção... Vai acontecer a COP sobre mercúrio...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está no relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...em Genebra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está no relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós vamos ter a primeira COP, convenção das partes, 120 países são signatários. Depois do Acordo do Clima, é o maior acordo já feito no mundo pela gravidade que implica a evaporação de mercúrio, o mau uso de mercúrio para a saúde pública, para o meio ambiente, para tudo. Então, o mundo, que nunca tinha encontrado um consenso, encontrou dois grandes.

E essa aprovação que nós fizemos aqui, que é o primeiro item da pauta hoje do plenário, vai permitir que o Brasil participe da primeira COP. Se nós não tivéssemos votado aqui, o Brasil não participaria. Veja que situação! Por quê? Porque desde 2013, quando foi feito esse acordo, essa convenção – o Brasil foi um dos protagonistas dela –, ficou na Câmara. Eles tinham uma expectativa de que fosse votado antes da outra COP, porque as autoridades brasileiras tinham receio de que a primeira COP se realizasse sem a participação do Brasil. O Brasil é um dos maiores emissores de gases que vêm por meio do mau uso do mercúrio, e isso tem uma ligação direta com a concentração de gases que leva ao risco da mudança do clima.

Então, vejam, com o garimpo que a gente tem, o garimpo ilegal, venda, comércio ilegal de mercúrio, mau uso, pondo em risco... E tudo está vinculado com água. Veja, na Amazônia mesmo, nós temos garimpos nos rios usando mercúrio, contaminando a água, o solo e a atmosfera, e matando pessoas. Já saíram várias reportagens. O número de pessoas contaminadas por mercúrio – porque vai para o peixe, e vem num processo de cadeia alimentar até chegar à gente – é gravíssimo.

E acho que a Comissão de Relações Exteriores – faço questão de ressaltar – aprovou isso com celeridade, porque o Presidente, na hora em que ele entendeu e tomou conhecimento, falou: "Não, faço isso extrapauta!" Então, nós estamos fazendo com que o Brasil se reabilite num tema em que nós devemos muito, mas estamos procurando ser uma referência positiva para o mundo.

O trabalho certamente vai melhorar bastante. Hoje eu me reuni com membros do Ministério do Meio Ambiente, pessoas que são apaixonadas por isso, mas que não sabiam a quem recorrer mais. Então, nós pegamos algo cujo prazo estava vencendo – poderia ser votado no segundo semestre, mas o Brasil ficaria fora da primeira convenção das partes sobre mercúrio, que vai ocorrer em Genebra – e, com o trabalho da Comissão, nós estamos garantindo a presença brasileira. Tomara que se encontre uma solução nessa COP 1 do Mercúrio em Genebra, para que a gente não siga... Especialmente na minha região, há um número grande de pessoas pobres que nem sabe que está se contaminando com aquilo: estão se alimentando de peixe e, em consequência, estão adquirindo algo que é para a vida



inteira. A própria ex-Senadora Marina tem uma forte suspeita de que sofreu contaminação por mercúrio, e é algo difícil de ser detectado, de curar, de tratar, é uma coisa muito complexa.

Então, parabenizo V. Ex^a e agradeço.

Hoje eu espero fazer uma referência a isso no plenário para que o Brasil possa tomar conhecimento da importante decisão que a Comissão de Relações Exteriores tomou habilitando o Brasil a participar dessa primeira COP sobre mau uso, ou uso, de mercúrio no mundo inteiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Meus agradecimentos, mais uma vez, a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, Relator das emendas da Comissão que serão encaminhadas agora à Comissão Mista de Orçamento para 2018.

Meus agradecimentos à Senadora Ana Amélia, que foi a Relatora *ad hoc* desse importante projeto a que se referiu há pouco o Senador Jorge Viana, sobre a questão do mercúrio, que hoje, ainda no primeiro item da pauta, será votada no plenário do Senado. E pedimos a todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras que estejam presentes para ouvir as palavras que serão proferidas por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que foi o autor da iniciativa de nós trazeremos aqui, ao Plenário desta Comissão, para receber a sua aprovação, como foi feita na reunião anterior.

Convocação.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 6, quinta-feira, depois de amanhã, neste plenário. Nessa reunião será realizada sabatina com o Sr. José Antonio Gomes Piras, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago, e deliberação de matérias relativas a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2017.

Às nove horas do dia seis de julho de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Hélio José, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. EXTRAPAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que “Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC, destinada a tratar do tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”. Aprovado. Usam a palavra os Senadores Pedro Chaves, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, e Antonio Anastasia. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, Relator da Operação Lava Jato, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil.” Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, para tratar dos impactos sobre a fiscalização e resgate aéreo resultantes da falta de verbas destinadas à Polícia Rodoviária Federal.” Aprovado. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2017, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.” Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago, com 10 (dez) votos favoráveis. O Presidente convida o Embaixador, a ser sabatinado nesta reunião, a tomar assento à mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador, que está à mesa, para fazer sua exposição. É aberto o processo de votação. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Sr. Jorge Luis Mendes, Encarregado de Negócios da Embaixada da República de Guiné-Bissau; Embaixador Mauricio Carvalho Lyrio, indicado para a Embaixada do Brasil no México; e a Senhora Gisela Padovan,



Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPA. Usam a palavra os Senadores Antonio Anastasia e Ana Amélia. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para resposta aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2017, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às dez horas e quarenta e cinco minutos reassume-a o Senador Jorge Viana. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2017, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos. ” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014. Designado relator “ad hoc” o Senador Jorge Viana e lido o relatório, fica aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 4) REQUERIMENTO Nº 457 de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha, que “Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do RISF, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, em viagem técnica ao Equador, no período de 16 a 20 de agosto de 2017, precisamente à região de Guayaquil juntamente de equipe técnica e órgãos relacionados à matéria, como Ministério do Meio Ambiente, Codevasf, Embrapa, Sebrae, Fiema, Ufma e Uema.” Designada relatora a Senadora Ana Amélia é lido o relatório, que fica aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 496 de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que “Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do RISF, autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, em viagem ao Reino do Marrocos, no período de 19 a 26 de julho de 2017, em decorrência de convite subscrito pelo presidente da “Chambre des Conseillers” daquele país. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, ausência do País no mesmo período. ” Designado relator o Senador Jorge Viana é lido o relatório, que fica aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JORGE VIANA

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bom dia. Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República. Cumprimentando o Senador Anastasia, todos os que nos auxiliam aqui e convidados também, iniciamos esta reunião.



Faço a leitura do Requerimento nº 21.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC, destinada a tratar do tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, sempre presente aqui junto com o Senador Anastasia. Eu estou abrindo a reunião, fazendo a leitura do Requerimento nº 21, de autoria do Presidente da Comissão, que hoje não pôde presidir esta reunião. Ele me pediu que, na condição de Vice-Presidente, estivesse aqui, apresentando, extrapauta, o requerimento de autoria do Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, para que, na condição de convidado, o Embaixador Roberto Azevêdo, brasileiro ilustre e Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, possa estar presente aqui na Comissão, em uma audiência pública para falar das perspectivas comerciais do atual cenário de relações exteriores.

Faremos, obviamente, a apreciação do requerimento, de acordo com o Regimento. Inclusão do item extrapauta. Considerando solicitação feita pelo Sr. Senador Fernando Collor de Mello, e nos termos do *caput* do art. 4º do Ato 7, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matérias extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para inclusão, na pauta da presente reunião, do Requerimento 21, de 2017/CRE, que requer a realização da citada audiência pública.

Cumprimento também o Senador Pedro Chaves e faço, antes de iniciar a leitura de alguns comunicados, aqui um breve comentário sobre uma situação que diz respeito a esta Comissão. Já combinei, inclusive, com o Presidente, Senador Fernando Collor.

Nós estamos vivendo uma situação muito grave e séria que diz respeito ao funcionamento da Polícia Federal e, com o comunicado da Polícia Rodoviária Federal de ontem, também uma grave situação de falta de recursos nessas duas instituições.

A Polícia Rodoviária Federal tornou público um comunicado de que vai suspender uma série de serviços que ela presta nas estradas, no País inteiro, mudar o horário de funcionamento, inclusive, para funcionar apenas das 9h às 13h, a parte administrativa, e suspender serviços como escolta de cargas especiais, resgate aéreo nas rodovias e um conjunto de outras ações, com redução da presença de carros e viaturas nas rodovias fazendo a fiscalização, por falta de recursos. É um comunicado oficial.

Hoje eu tomei cuidado de me inteirar. Já há uma manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de que vai procurar a liberação de recursos junto ao Ministério da Justiça, mas estou reproduzindo essa informação apenas para, através da Rádio, da TV Senado e como Presidente em exercício desta Comissão, solicitar o empenho imediato do Ministério do Orçamento e também do Ministério da Justiça para que resolva essa situação.

Nós estamos saindo de uma situação grave, que ainda não está plenamente resolvida, em relação à falta de recursos para a Polícia Federal para a emissão de passaporte.

Ontem – eu também sou membro da Comissão Mista de Orçamento – foi aprovada uma suplementação para a Polícia Federal, na reunião da CMO, que agora depende da aprovação na sessão do Congresso, que deve, segundo o Presidente Eunício, ocorrer na próxima semana, para que essa suplementação possa dar a devida garantia para emissão de passaporte e outros serviços da Polícia Federal.

Mas, agora, nos deparamos com o problema com a Polícia Rodoviária Federal. E hoje há matérias nos jornais. E eu passo a fazer um brevíssimo resumo.



A Polícia Rodoviária Federal anunciou medidas de adequação ao corte do orçamento. Eu devo dizer que esse corte do orçamento ocorreu de maneira a contingenciar 44% do orçamento da Polícia Rodoviária Federal, segundo informações. E eles estão fazendo a suspensão de policiamento aéreo, de resgate com helicóptero, a redução de deslocamento de carros em patrulhamento, a suspensão de serviços de escolta de cargas de grande porte, a desativação de algumas unidades operacionais e o atendimento ao público prioritariamente das 9h da manhã às 13h.

Segundo nota divulgada nessa quarta-feira, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério da Justiça estão negociando com o Ministério do Planejamento a recomposição do orçamento.

E o apelo que nós fazemos aqui é para que haja uma imediata recomposição desses serviços, que são essenciais. Imaginem. Nós tratamos aqui com o Comandante do Exército, com o Ministro da Defesa, nas duas últimas audiências, e constatamos a dificuldade que temos de fazer vigilância, de fazer fiscalização em 16 mil quilômetros de fronteira no nosso País. Uma desativação, mesmo que seja de alguns serviços ou que seja temporária da Polícia Rodoviária Federal, é muito grave, porque, nas nossas rodovias, temos tráfico de armas, tráfico de drogas. O nosso País é um país continental e isso não pode de jeito nenhum.

O Planejamento declarou que as receitas públicas tiveram desempenho fraco – todos nós sabemos que está havendo uma redução da arrecadação – para cumprir as metas fiscais.

Foi necessário um contingenciamento de 42 bilhões, no ano – esse contingenciamento é geral –, que afetou uma série de serviços essenciais. Eu, sinceramente, aqui, na condição de presidir, independentemente de posição de apoio ou não ao Governo, mas, sinceramente, penso que é muito importante que haja uma diferenciação entre serviços que são essenciais e serviços que podem, sim, sofrer algum contingenciamento.

Antes de iniciar as leituras, pede aqui, pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

Eu passo a ela e depois ao Senador Pedro Chaves.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente desta reunião, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, eu fui Relatora aqui, no Senado, do reajuste salarial para os policiais rodoviários federais e para os policiais federais também.

Conheço a situação difícil, porque inclusive aquela taxa de serviço de fronteira que é devida, o adicional de fronteira para os policiais rodoviários federais, policiais fiscais federais e agropecuários, não foi votada, não está sendo paga a esses servidores. E é exatamente na área mais vulnerável, como disse V. Ex^a: na área de fronteira.

Eu estive em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, e apenas três policiais rodoviários federais, dois homens e uma mulher, trabalhavam no posto. Perguntei a um deles, no encontro que tive, qual era a maior incidência de crimes. É o que lá, no Rio Grande do Sul, é uma palavra muito comum, abigeato, que é o roubo de gado, porque ali é a fronteira. Essa situação se agrava quanto menor for a fiscalização. Passam entre os países, por dentro dos campos, cortando cercas, abatendo também animais, às vezes de genética muito apurada, e aumentando o prejuízo. Além disso, o descaminho, o contrabando e também o contrabando de armas, naquela região, que é uma região, digamos, pacífica, do ponto de vista da relação com os uruguaios. Dizem que Santana do Livramento é uma cidade com dois bairros: um bairro ao sul, que é o Uruguai, e um bairro ao norte, que é o Brasil.

Portanto, em nome também da categoria... Eu hoje, pela manhã, vi que estão disponíveis R\$50 milhões para o custeio das atividades, que serão agora limitadas em alguns gastos, fazendo apenas a parte mais emergencial de socorro às vítimas no trânsito.

Mas eu queria fazer uma ponderação a V. Ex^a, já que foi apresentado um requerimento extrapauta do Sr. Presidente, Senador Fernando Collor. Eu também gostaria de submeter aos colegas e a V. Ex^a um requerimento extrapauta convidando o General Etchegoyen, que é o responsável pela segurança institucional. Embora o motivo do meu requerimento, Presidente Jorge Viana, seja para tratar daquelas questões relacionadas à Abin e a uma eventual bisbilhotice em relação a alguns órgãos, eu acrescentaria essa questão da segurança, porque, como nós vimos aqui no depoimento do Ministro Raul Jungmann e no depoimento do Ministro Comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, nesta Comissão, ficaram muito claros os problemas da fragilidade em relação à segurança nacional.



A segurança nacional que eu digo é aquela segurança pública em função da aquisição do tráfico de drogas, influenciando especialmente na Região Norte do País e também na região de fronteira. A questão do contrabando e do tráfico de armas influi sobre isso.

Penso que é oportuno, em função do relato de V. Exª e dessa situação da limitação orçamentária, que seria prudente submetermos extrapauta esse requerimento e votá-lo na próxima semana, para que o General Sérgio Westphalen Etchegoyen esteja aqui presente.

É um requerimento extrapauta que apresentei à Secretaria. Submeto aos colegas o acolhimento desta sugestão de convidar o General para estar nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia, e, como o fiz em relação ao requerimento de autoria do Senador e Presidente desta Comissão, Fernando Collor, cuja leitura e encaminhamento já fiz, conforme o Regimento da Casa determina, para que ele possa ser incluído extrapauta, eu pretendo fazer o mesmo com o requerimento que V. Exª apresenta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria...

O Senador Pedro Chaves pede pela ordem.

Em relação a essa situação por que passa a Polícia Rodoviária Federal – eu acho que tem todo o sentido ser levada em conta aqui nesta Comissão, que é de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, nós temos uma situação muito delicada porque a Polícia Rodoviária Federal cumpre um papel fundamental.

Nós já tivemos crise parecida em 2007, com falta de recursos. A saída deles da fiscalização das estradas implica aumento de acidentes, aumento do tráfico de drogas, de armas. Imagine não haver resgate aéreo, que é tão importante quando pessoas sofrem acidentes nas rodovias, por falta de recursos para combustível! É uma situação muito grave. Nós temos mais de 40 mil mortes no trânsito.

Eu queria – não sei se seria razoável e também não sei, Senadora Ana Amélia, se deixamos aqui para o próprio Presidente titular decidir – apresentar como requerimento, e poderíamos fazê-lo até em conjunto. Tivemos aqui o Ministro, sobre cuja vinda vou fazer referência, Raul Jungmann, da Defesa, e os Ministros das Forças todas. O mais grave problema que temos é o de orçamento.

Nós nos comprometemos. Eu fui Relator e fiz as duas emendas da Comissão, que aprovamos ainda anteontem, para tentar socorrer aquelas instituições que trabalham com a Defesa Nacional. Eu sugeriria que nós trouxéssemos aqui o Ministro do Planejamento, em algum momento, para que pudéssemos discutir com ele esses contingenciamentos, esses recursos, qual a programação que temos para que a Polícia Rodoviária Federal, para que a Polícia Federal, para que as Forças Armadas, para que o Ministério da Defesa possam ter os recursos necessários.

Nós sabemos que estamos vivendo um período de queda de receita e de crise econômica, mas é preciso fazer escolhas, e alguns serviços são essenciais. Acho que os serviços da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal são essenciais. Estamos vivendo uma verdadeira guerra urbana. Foram mais de 60 mil assassinatos no ano passado. Isso nós debatemos aqui

Outra sugestão é de que, também junto com esse requerimento da Senadora Ana Amélia, que tem muita pertinência, aprovássemos um outro, cuja data ficaria obviamente aberta, para que debatêssemos aqui, depois das audiências que fizemos, como está a programação de execução orçamentária ligada a órgãos e instituições vinculados a esta Comissão.

Tão somente isso, como convite, obviamente. E sei que o Ministro do Planejamento não se negaria a vir aqui falar das razões por que há mais ou menos cortes para uma área do que para outra.

Eu, então, faria aqui só para...

Ouçó o Senador Pedro Chaves e, depois, faço o encaminhamento dos dois requerimentos.

Senador Flexa em seguida.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom-dia!



Na mesma linha da Senadora Ana Amélia, eu tenho gravíssimo problema em Mato Grosso do Sul. Eu fui procurado pelo Superintendente Luiz Alexandre, há mais ou menos 15 dias, sobre esse contingenciamento de 44%. Isso foi traumático. Não há recurso nem para pagar energia elétrica, que era R\$900,00 e baixaram para R\$500,00.

Eles, inclusive, além do tráfico de drogas e do tráfico de armas, por causa do Paraguai e da Bolívia, têm, ainda, o problema com as comunidades indígenas, que ocupam, às vezes, estradas, e a Polícia Rodoviária Federal é quem faz este trabalho de retirar os indígenas, quando estão insatisfeitos, das estradas. Tiveram de fechar postos, há contrabando. Então, é gravíssima a situação mesmo.

Eu quero me solidarizar com a Ana Amélia e com a Presidência no sentido de a gente enviar todos os esforços. Acho que a Polícia Rodoviária Federal é fundamental para harmonizar e pacificar essas coisas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Pedro Chaves, e passo, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, que nos dá a honra de sua presença aqui sempre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Jorge Viana, acho que esse tema tão bem colocado aqui pela Senadora Ana Amélia preocupa a todos nós.

Já estive pelo menos duas vezes com dois Ministros da Justiça, em reunião com o Superintendente nacional da Polícia Rodoviária, para que pudéssemos fazer uma correção, Senadora Ana Amélia. Por exemplo, no meu Estado, alguns anos atrás, em torno de 2010, 2011, nós tínhamos 21 postos da Polícia Federal; estão reduzidos para 10.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A situação é igual no Rio Grande do Sul. E esses três, só para complementar, Presidente, que citei, em Sant'Ana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, atendem não só esta cidade Rivera, que é a cidade uruguaia, mas têm de atender à região. Então, se houver um acidente grave em uma cidade próxima de Sant'Ana do Livramento, em Dom Pedrito, por exemplo, ou uma outra cidade, um vai ter de sair dali, e ficarão só dois; vai sair um e uma viatura. Então, veja só: descobre totalmente a região de fronteira.

É realmente muito sério o que está acontecendo em relação à Polícia Federal, apenas para complementar o que V. Ex^a está dizendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A essa época era em torno de 420 policiais; hoje, estão reduzidos a 310. Ou seja, reduziram o efetivo e, em consequência disso, fecharam os postos.

O que acontece? Em uma região como a nossa da Amazônia, Senador Jorge Viana... Em 2013, foi aprovada uma lei e que até não foi regulamentada, Senador Anastasia, Senador Pedro Chaves, pela qual foi criado o adicional de fronteira e também para áreas de difícil fixação. Então, o que acontece na Amazônia, no Acre, no Pará? A pessoa faz o concurso para ir para o Estado do Pará. Chega lá, passa o estágio probatório, pede transferência de volta. O fluxo migratório desses que estavam no Pará – olhem que interessante – é ir para o Paraná, Saíam do Pará e iam para o Paraná. Temos, então, a Amazônia completamente aberta em suas fronteiras, em suas estradas. Há o contrabando de drogas e de armas, que entram pelas fronteiras e circulam pelas estradas ou pelos rios sem nenhum policiamento hoje.

Então, é importante, primeiro, regulamentar o adicional de fronteira. Não é possível que não haja a possibilidade de haver essa regulamentação até para que, nessas áreas de difícil fixação, haja algo que justifique ou leve o policial a querer ficar na Região. Senão, vamos ficar sempre desguarnecidos.

Acho importantíssimo, Senadora Ana Amélia, que possamos ouvir aqui o Superintendente Nacional...é superintendente nacional, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Diretor-Geral da Polícia Rodoviária sobre essa questão, que é extremamente importante para o nosso País e para a nossa Região Amazônica, Senador Jorge.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo a palavra para o Senador Anastasia, que tem vasta experiência de gestão – foi governador, é uma referência – para que possa fazer uma manifestação. Em seguida, vamos dar sequência ao que está programado para esta reunião.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, V. Ex^a sempre com o coração generoso, típico dos acrianos. Saúdo as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Sr. Presidente, quero corroborar com aquilo que V. Ex^a coloca acerca da necessidade dessa audiência. Acho que é importante. Assisti aqui a todos os comandos militares que vieram com o Ministro da Defesa, e a ponderação deles foi a seguinte: pior do que a falta de recursos é a imprevisibilidade do recurso, porque, ainda que seja pouco, pelo menos, que seja certo. Ele está pouco e incerto, portanto, é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Chega até o fim do ano?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...que torna o planejamento impossível para organizações e instituições que são muito bem planejadas e hierarquizadas. Então, de fato, essa iniciativa de V. Ex^a recebe o meu aplauso.

Só acrescento, para eu não me alongar na questão da Polícia Rodoviária Federal, quando fui Secretário Executivo do Ministério da Justiça, há quase 20 anos, já havia um desbalanceamento da questão dos efetivos. O que o Senador Flexa Ribeiro diz é verdade: há uma concentração no Paraná. Minas Gerais tem a maior malha rodoviária federal do Brasil e é o Estado que tem o menor número de policiais por quilômetro, nas estradas. Também há lá um sofrimento grande, e, com essa crise, pior ainda.

Então, mais uma vez, manifesto aqui o meu apoio a essa ponderação de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ponho em apreciação, dando prosseguimento a uma norma puramente regimental e de funcionamento... Considerando a solicitação feita pela Senadora Ana Amélia, também por mim e penso que pelos demais Senadores, para que possamos ter essa audiência, estou aqui fazendo a apresentação deste requerimento para termos a presença também do Ministro do Planejamento.

Estamos em julho, e a Polícia Federal já não tem mais recursos para emitir passaporte; estamos em julho, e a Polícia Rodoviária Federal já não tem mais recursos para comprar gasolina para os carros, não tem mais condições de fazer a fiscalização nas rodovias. Então, vamos ter que separar e dar algo que possa ser previsível para que haja, nos 12 meses do ano, serviços que são essenciais, algo como aprovar suplementação na CMO, como fizemos ontem. Agora vamos ter que fazer uma reunião extraordinária para aprovar o da Polícia Rodoviária Federal. Não sei mais quantos serviços essenciais virão.

Mas está aqui o requerimento da Senadora Ana Amélia para que possamos ter aqui a presença do General Etchegoyen, a fim de trazer esclarecimentos – isso aqui é um convite, certamente – sobre questões, que foram tornadas públicas, de eventual intromissão entre poderes.

É, pois, muito pertinente a solicitação da Senadora Ana Amélia, pois essa audiência, certamente, trará os esclarecimentos necessários.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e o Ministro do Supremo Tribunal



Federal Luiz Edson Fachin, Relator da Operação Lava Jato, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

O outro requerimento propõe que se convide o Ministro do Planejamento a vir discutir aqui os recursos necessários para os órgãos e instituições afins ao trabalho da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Sei que, com isso, nós estaríamos dando uma tranquilidade, pelo menos a mínima necessária, para todos os que atuam na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, que fazem um trabalho tão importante no nosso País.

Considerando a solicitação, portanto, do Srs. Senadores e Senadoras que aqui subscrevem esses dois documentos e com base nos termos do caput do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores, que versa sobre situações extraordinárias para a inclusão de matérias extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para a inclusão, na pauta da presente reunião, do Requerimento nº 21, de autoria da Senadora Ana Amélia, que todos nós apoiamos, e do requerimento de minha autoria que os colegas Senadores também subscrevem.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, para tratar dos impactos sobre a fiscalização e resgate aéreo resultantes da falta de verbas destinadas à Polícia Rodoviária Federal.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Passo, então, aos Comunicados da Presidência.

Audiência com o Ministro da Defesa.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de debater ações, programas, projetos e desafios da Pasta Ministerial da Defesa, realizou, na quinta-feira, dia 29 de junho, audiência pública com a participação do Ex^{mo} Sr. Raul Jungmann, Ministro da Defesa.

"O Ministério da Defesa tem três grandes eixos", afirmou o Ministro Jungmann: o primeiro está relacionado à defesa do Brasil, dos interesses e do patrimônio nacional, núcleo central da missão do Ministério e também das Forças Armadas; o segundo tem a ver com a questão democrática, com a garantia dos Poderes constitucionais e, obviamente, da democracia; o terceiro eixo é a garantia da lei e da ordem no Estado brasileiro quando em situação extraordinária e de descontrole.

Eu vou fazer apenas um apanhado de alguns aspectos importantes da exposição do Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

"Da ausência de ameaças concretas e reais decorre essa espécie de esquizofrenia na nossa elite" – disse o Ministro da Defesa, o Ex^{mo} Sr. Raul Jungmann – "que almeja nos transformar em algo que, nesse caminho, não nos defrontaremos com a vontade de outras nações. Deflui disso a baixa atenção que as elites brasileiras dão à Forças Armadas". Exatamente por esse motivo de não estarmos em guerra com ninguém há uma certa incompreensão sobre o papel das Forças Armadas e da defesa nacional.

"Mas, de improviso, não se constroem esquadras, tão pouco exércitos ou aviação", alertou ele.

É uma ressalva importante, porque há, sim, por parte de uma parcela importante da sociedade, uma falta de compreensão do papel que a Defesa, as Forças Armadas precisam seguir desempenhando em um país importante como é o nosso, com mais de 200 milhões de habitantes e com essa extraordinária dimensão territorial. E, às vezes, essa falta de compreensão leva a decisões de não valorizar o orçamento, de não valorizar o papel dessa base que dá as garantias de funcionamento do nosso País.



"Vivemos há 147 anos sem nenhuma guerra interestatal, e não temos essa perspectiva", disse ele. "Mas isso não é dádiva divina imutável. Daí a necessidade de manter a capacidade operacional das Forças Armadas."

Relacionando as principais ameaças à defesa nacional, o Ministro destacou a dependência tecnológica no campo militar. "Os custos humanos da guerra estão caindo assimetricamente", disse ele, "superpotências desenvolvem tecnologias, a exemplo de drones, que permitem uma redução do risco próprio, e esse *gap* tecnológico aumentando faz com que essas potências, reduzidos os seus custos de guerra, possam bancar certas aventuras para manter seus interesses. Outra ameaça que está para chegar é a militarização do espaço. Plataformas a partir do espaço, com letalidade, com capacidade e com precisão, serão realidade em breve", asseverou o Ministro.

É fato concreto que estamos vendo, agora mesmo, na Síria, drones atuando. Quer dizer, aumenta-se a capacidade bélica, mas diminui-se a presença humana. Eu vejo isso como um agravamento ainda da situação, que já é, por si só, de qualquer confronto armado.

"Peço ao Sr. Presidente desta Casa que organize um grande seminário sobre o tratado de não proliferação nuclear", disse o Ministro Jungmann. "A verdade é que nenhuma das três pernas do TNP (desnuclearização, transferência de tecnologia e redução de presença ou de possibilidades atômicas) funcionou a contento", disse o Ministro. "A escassez mundial de recursos naturais, a exemplo da água, é uma ameaça evidente, assim como o terrorismo", citou o palestrante. "Achamos que não temos nada a ver com isso, mas nas Olimpíadas tivemos que prender um grupo que estava exatamente preparando uma ação nesse sentido. Hoje, o chamado neoterrorismo é absolutamente difuso", asseverou ele. Arregimentação, treinamento, é tudo feito pela internet.

Referindo-se ao crime organizado transnacional, o palestrante informou que, de 2014 a 2016... E eu faço uma ressalva, porque um dos aspectos importantes daquela audiência, sobre a qual faço um breve relato aqui hoje, é sobre o deslocamento dos núcleos de mando do crime organizado no Brasil. Veja o que diz o Ministro da Defesa na sua palestra sobre o crime organizado transnacional. Informou o Ministro: "De 2014 a 2016, o PCC se internacionalizou e pulou de 3 mil para 13 mil presos militantes". Entre 2014 e 2016, o PCC pulou de três mil presos militantes – observem estes números – para 13 mil presos militantes. E nós sabemos que eles estão instalados em presídios do Norte e do Nordeste do País, quando antes estavam só na Região Sudeste.

Segundo o Ministro, "dos dez países fronteiriços com o Brasil, quatro são produtores de drogas". E as facções, que já têm controle do consumo e da distribuição, estão partindo para o controle da produção – isso é algo que merece destaque. "Quando isso acontecer, está fechado o cartel", disse ele – e esse cartel desafia o Estado.

Líderes presos continuam no controle, porque as comunicações entre o comando do crime e os que estão lá fora continuam. "Precisamos cortar essas comunicações", afirmou o Ministro da Defesa Raul Jungmann, "rever como elas se dão através de familiares e através dos advogados", que, em número impressionante, estão hoje ligados ao PCC.

Cumprimentando aqui o Senador Fernando Bezerra, quero dizer que acho que esse capítulo merece um destaque. Houve um deslocamento das organizações do crime organizado para o interior do País, para regiões próximas de países produtores de drogas. Eles, que estavam já muito relacionados com a distribuição, com o comércio, agora, com o transporte... E há uma leitura, uma observação do Ministro da Defesa, de que eles estão querendo se apropriar da produção de drogas. Isso é algo muito grave e merece bastante reflexão.

Projetos de alta tecnologia estratégicos para a área de defesa exigem longa maturação. A representação gráfica do orçamento da Defesa, que, em 2016 foi de aproximadamente US\$23,6 bilhões, 1,3% do PIB, conforme mostrou o Ministro, é uma espécie de senoidal. Isso gera imprevisibilidade, como disse o Senador Anastasia. Vejam bem o que diz o Ministro: que virou uma senoidal, porque são US\$23,6 bilhões, 1,3% do PIB. Isso gera imprevisibilidade que complica e joga projetos estratégicos muito lá para frente, com reflexos negativos sobre a capacidade operacional das Forças Armadas. Foi exatamente isso que o Senador Anastasia falava, que nós estamos nos deparando agora com uma crise na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal.

Em 2008 e em 2009 houve autorização governamental e as Forças Armadas iniciaram grandes projetos estratégicos, como o dos submarinos, do Gripen, dos helicópteros e outros mais. Essa janela



se fechou, conforme disse o Ministro, e as Forças Armadas hoje estão com isso nas mãos. "Foram feitos investimentos de bilhões e bilhões de reais em cima desse processo. Não dá para desconsiderar tudo aquilo que foi investido, não dá para desconsiderar os contratos que há." Nós temos o caso dos helicópteros lá em Itajubá, nós temos o caso do Gripen, que é o caça, nós temos o caso do KC-390, do submarino de propulsão nuclear, enfim, um conjunto de projetos estratégicos que precisam ter continuidade.

Ainda no Governo Dilma [diz o Ministro], foi estabelecido que projetos estratégicos não teriam contingenciamento. Não teriam, mas têm [afirmou o Ministro].

O Ministério da Defesa, em termos individuais, é o maior contratante de tecnologia e de inovação no Brasil. Os produtos de defesa, entre outros resultados, incorporam tecnologias inovadoras, ampliam investimentos que transbordam para outros segmentos, gerando produtos exportáveis de alto valor agregado, aprimoram a formação de técnicos e geram empregos de alto nível [enumerou ele].

Ele fala também: O KC-390, destacou o palestrante, é o melhor cargueiro tático existente hoje, no mundo, e vai substituir, na prática, o Hercules, um dos aviões que mais serviço prestou até aqui, no mundo inteiro; e já tem a primeira encomenda firme de Portugal.

O satélite geostacionário é o primeiro satélite totalmente sob controle do Brasil, o que significa um salto em termos de soberania e de tecnologia, inclusive nas questões das comunicações militares, na questão ambiental e governamental, que agora terão criptografia verde e amarela.

A Base de Alcântara, talvez a melhor base do Hemisfério para lançamento de foguetes, totalmente equipada e pronta, com possibilidade de gerar 1,2 bilhões a 1,5 bilhões ao ano, de ingressos e divisas, está totalmente parada, informou o Ministro.

Então, são situações gravíssimas.

Eu cumprimento o Presidente desta Comissão e todos que a compõem – eu faço parte – por termos feito essas audiências, porque nos deram clareza de projetos fundamentais que precisamos garantir.

Cabe, tanto ao Governo como à oposição, entender que esse é um projeto nacional, um Projeto de Estado, disse o Ministro.

Na nova concepção, vamos trabalhar com os chineses, com os russos, com os Estados Unidos, com os brasileiros.... Seja com quem for. Ninguém será monopolisticamente dono disso, até porque dono é o Brasil e os brasileiros. Ele se refere ao uso da base de lançamento de Alcântara.

Atividades subsidiárias são aquelas que evidentemente não estão no núcleo central da preocupação de nossas Forças Armadas e remetem à cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, utilidade pública, interesse social, que também tem a ver com o papel de polícia que as Forças Armadas Exercem nas nossas fronteiras.

O destaque, afirmou ele, o Ministro, é a Operação Carro-Pipa, o maior programa de distribuição de água do mundo, que atende a quatro milhões de nordestinos abrangendo quase 900 Municípios que receberam água em 79 mil cisternas, envolvendo aproximadamente oito mil pipeiros, com roteiro de cada caminhão seguido por GPS e todas as fontes de abastecimento certificadas ao custo de R\$1,1 bilhão.

Outro projeto belíssimo, considerou o Ministro, é a Amazônia conectada. E é fato. Esse aqui é um dos projetos que o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolvem, e é liderado pelo Exército brasileiro.

Aliás, eu queria fazer uma ressalva aqui, de público, agradecendo as manifestações que a mim foram feitas pelo Comandante do Exército, General Villas Bôas, que esteve aqui e foi absolutamente extraordinário na sua explanação, na sua brasilidade, e não sei se sou merecedor dos elogios que a mim ele dirigiu ontem, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Mas o Programa Amazônia Conectada é um projeto que vem e é liderado pelo Exército brasileiro. E foi feito aqui um destaque pelo Ministro da Defesa que visa à colocação de 7.800km de cabos de fibra ótica nos rios da Amazônia. Primeiro, vai quebrar o isolamento daquelas populações; e, segundo, vai levar informação, educação e, no futuro, também energia. Já foram lançados 900km, que vão de Manaus a Tefé. Isso é fundamental.



Eu sou o que está responsável pela relatoria da avaliação do programa de internet de qualidade, ou seja, banda larga no Brasil. E esse projeto do Exército merece toda a atenção, especialmente por estar sendo desenvolvido o Amazônia Conectada, na Amazônia, que é um patrimônio, é uma vantagem comparativa que o nosso País tem.

Sigo com a leitura do relatório, que traz um resumo da apresentação do Sr. Ministro da Defesa nesta Comissão.

Por determinação do Presidente da República, lembrou o palestrante, fizemos varredura em mais de dez presídios, dentro dos quais, foram encontradas 4.203 armas brancas, em uma população carcerária de 12 mil apenados, o que significa que um em cada três está armado. Ou seja, foram quatro mil armas, 12 mil apenados. Então, significa que um em cada três está armado nos presídios brasileiros. Há rádio transmissor, tesoura, televisão, celular, o que se imaginar, sendo inafastável a percepção de que os sistemas carcerários de alguns Estados são lenientes com o crime organizado, conclui ele.

Eu passo, então, aqui para uma parte final.

Nas diretrizes operacionais que estão emitidas, asseverou o Ministro Jungmann, está expresso claramente que as Forças Armadas foram empenhadas para a segurança do patrimônio e imóveis da União e de uso especial. Ele se refere à ação que houve aqui na Esplanada dos Ministérios quando da penúltima greve geral. Elas ficaram lá para garantir os imóveis federais e a integridade das pessoas e dos serviços e dos servidores, afirmou o Ministro. O Presidente da Câmara pediu Força Nacional de Segurança, mas o efetivo não era suficiente, pois só havia por volta de 200 homens disponíveis, quando, disse ele, segundo os militares afeitos ao tema, era necessário algo como a 1.500, a 1.800 homens, que se faziam necessários. Evidentemente, não havia outra saída.

O Ministro, inclusive, aqui assumiu que coube a ele o erro de fazer a interpretação errada da solicitação. Como me havia sido dito que o Presidente da Câmara dos Deputados havia pedido, eu, então, falei, o erro foi meu, admitiu o palestrante. Na verdade, acabei cometendo uma ilação com o ruído em termos de comunicação, e ele deu uma interpretação equivocada e assumiu isso aqui sobre a solicitação do Presidente da Câmara dos Deputados.

Questionado quanta à falta de promoção do KC-390, o Ministro relatou que sua recente estada na Suécia, que está em processo de modernização do seu Hércules, e outros países estão em ampla negociação e que ele mantém reserva sobre o andamento dessas negociações. Com relação ao crime organizado, afirmou o Ministro que quer propor a esta Comissão uma reunião reservada para discutir esse tema, inclusive com o Secretário Nacional de Segurança Pública, General Santos Cruz, pois hoje é uma questão de segurança nacional. Eu achei isso da maior importância, e há uma disposição do Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, de fazermos essa reunião reservada, que entendemos – já conversamos com ele – que deva ocorrer na própria sede do Ministério da Defesa.

Eu determino, solicito ao Secretário da Comissão dar como lido o relato na íntegra.

Eu peço também para incluir na íntegra o comunicado do panorama internacional, porque temos hoje uma antecipação da reunião, que é uma continuidade da de ontem, e ela começa logo mais. E nós temos aqui uma sabatina para fazer. Eu peço que possa ser incluído também na nossa ata, diretamente, o relato internacional de hoje, pelo menos citando as situações gravíssimas que estamos vivendo. Por exemplo, há uma discussão entre Estados Unidos, o mundo inteiro e a Coreia do Norte, com o lançamento de mísseis de longo alcance na Coreia do Norte, mais um lançamento que foi tido como bem-sucedido. Isso, obviamente, acende um alerta no mundo sobre um eventual conflito envolvendo Coreia do Norte, Estados Unidos e outros países. Eu também queria fazer um registro de que o nosso relato trata hoje também do posicionamento do Presidente Macron, que reuniu as duas Casas legislativas e apresentou um conjunto de propostas de mudanças da maior importância, para que também se faça reflexão do que a França, uma das mais antigas Repúblicas, onde foi a base do surgimento da República, faz com uma reunião cheia de simbologia do novo Presidente Macron. Ele, no Palácio de Versailles, reuniu as duas Casas legislativas e apresentou um conjunto de mudanças que merecem destaque nesse comunicado internacional, que estará disponibilizado na íntegra.

Antes de iniciarmos, eu faço um último comunicado aqui que também veio extrapauta e que é muito importante. É um comunicado que vem através da Força Aérea, do Governo Federal. Isso também envolve agenda do Ministro Raul Jungmann, depois de sua vinda aqui na Comissão. A Força Aérea assume o controle do primeiro satélite brasileiro. Não tem importância só lançar satélite, pois só



tem sentido quando quem lança também tem o controle dele. O dia 5 de julho de 2017 foi um dia histórico para o campo de defesa do País, pois uma videoconferência realizada na sede do Comando de Operações Aeroespaciais (Comae), em Brasília, deu início às operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

A ação, que marcou o primeiro enlace da Operação Ostium, por meio desse satélite geoestacionário, foi realizada pelo Ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, do Comandante do Comando de Operações Especiais, Tenente-Brigadeiro Gerson Nogueira e demais autoridades, que estiveram em Vilhena, Rondônia, para inauguração da transmissão de satélite.

O satélite foi lançado no dia 4 de maio, a partir da Guiana Francesa, passou por uma fase de ajuste e exatamente no dia 5 de julho, o Brasil assumiu o controle desse satélite.

E vale o registro desse comunicado.

Agradeço a presença do Senador Hélio José, do Senador José Pimentel. Quanto aos demais, já os havia citado.

Passamos à primeira parte da pauta.

Item 1:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 29/06/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Eu peço à Secretaria que possa fazer com que o Embaixador se faça presente, o Embaixador José Antonio Gomes, a quem devemos nossas boas-vindas.

Cumprimento-o.

Seja bem-vindo, Embaixador.

Eu passo, agora, a palavra ao Sr. Embaixador, pelo tempo de 20 minutos – mas, obviamente, a critério dele –, para que ele possa fazer a sua exposição sobre a indicação para esse posto.

Seja bem-vindo.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS – Muito obrigado. Muito agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, ao Senador Fernando Collor, ao meu Relator, Senador Flexa Ribeiro, e ao meu Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia.

Eu permito-me agradecer igualmente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ex^{mo} Sr. Ministro das Relações Exteriores pela indicação do meu nome à alta consideração do Senado.

Eu vou procurar fazer um resumo o mais objetivo possível, para que nós possamos trocar ideias, termos perguntas e respostas.

No caso de Trinidad e Tobago, país para o qual eu fui indicado, tem uma população de 1,3 milhão, a segunda maior do Caribe. É um país rico em recursos naturais e apresenta um dos maiores índices de PIB *per capita* da América Latina: US\$18,1 mil, em 2015.

Entre 2000 e 2007, esse país cresceu 8% ao ano e está sofrendo uma recessão econômica, desde então, com o recuo do PIB de 2009 a 2012 e uma retomada pequena em 2013. Em 2014, novo corte de



1%; 2,1%, em 2015; e um recuo novamente de 2,8%, em 2016. Prevê-se uma retomada em 2017, mas muito pequena, de 0,3%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, e, provavelmente, em 2018, um crescimento de 3,8% – são dados do Fundo Monetário.

A economia de Trinidad e Tobago, Sr. Presidente, é baseada predominantemente na produção de petróleo e de gás natural, setores que atraem considerável volume de investimentos de países estrangeiros. A produção do petróleo representa 40% do PIB e 80% das suas exportações. Porém, isso atinge apenas 5% da força de trabalho. Em 2013, Trinidad e Tobago chegou a ser o sexto maior exportador mundial de gás liquefeito.

O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, com um sistema financeiro estável e bem regulado.

Em termos de renda *per capita*, o país se beneficia da terceira maior renda das Américas, atrás dos Estados Unidos e do Canadá, isso se nós utilizarmos o índice da paridade e do poder de compra, algo como US\$32 mil.

Com alto poder aquisitivo, a população local possui uma capacidade de consumo que é maior do que qualquer outra de país latino-americano.

Os parceiros investidores de Trinidad e Tobago são principalmente os Estados Unidos, o Reino Unido e o Canadá, pelo fato de terem coincidência de idiomas, uma diáspora trinitária nesses países, um relacionamento e uma relevância econômica.

Os Estados Unidos são os principais parceiros comerciais, respondendo por 33% das importações e 44% das suas exportações.

Os principais investidores são os próprios Estados Unidos, com estoque de US\$8,7 bilhões, seguidos do Reino Unido, com US\$3,27 bilhões; Canadá, com US\$897 milhões; Itália, com US\$810 milhões; e Países Baixos, com US\$529 milhões.

As suas forças militares têm como fornecedores principais as indústrias de defesa norte-americanas e britânicas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Embaixador, eu peço só... Nós temos um certo problema aí... Não é nenhuma indelicadeza...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu queria pedir pela ordem, Sr. Presidente. Peço a fineza, se V. Ex^a estiver de acordo, exatamente em razão da abertura dos trabalhos, se puder, abrir já o painel para votação mesmo durante a exposição do eminente Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É. Sem prejuízo... Eu peço desculpas, mas, sem prejuízo, peço a Secretaria que possa abrir o painel, e nós seguimos com a exposição do Sr. Embaixador. E, obviamente, os colegas que têm compromisso – nós funcionamos com várias comissões ao mesmo tempo – já podem votar.

Retorno à exposição.

O SR. JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS – Muito obrigado, Senador.

No caso dos Estados Unidos, é importante ressaltar a adoção, a realização do acordo, a assinatura do acordo Status of Forces Agreement, que permite aos Estados Unidos assegurar uma presença de tropas estado-unidenses no Caribe e sinaliza o interesse de construir um cinturão de segurança no Caribe.

A partir da década de 90, a exploração do petróleo naturalmente tem causado um esgotamento de reservas e, por isso, Trinidad e Tobago tem gradativamente suplantado essa dependência e transferido para o gás natural as suas principais exportações. Em razão do desenvolvimento da tecnologia do gás de xisto, Trinidad e Tobago tem buscado encontrar novos parceiros, exportando agora para o Chile, para a Argentina e para o próprio Brasil, que tem se tornado um mercado significativo para o gás liquefeito.

O comércio das *commodities*, como sabemos, é responsável direto por 80% das exportações, mas, com a deterioração dos preços do gás e do petróleo, isso tem impactado negativamente a balança de pagamentos e, nesse contexto, há um entendimento do Governo de Trinidad e Tobago na necessidade de redução da vulnerabilidade externa – e isso através de uma maior diversificação da



atividade econômica. E, entre os setores com maior potencial para investimentos, sempre aparece a agricultura, o turismo e a tecnologia da informação.

Atualmente, o Governo de Trinidad e Tobago tem procurado se dedicar à criação de um *hub* energético; ao invés de procurar simplesmente exportar matéria-prima, está procurando importar e depois exportar o gás através de uma mistura da produção local e de importações. Isso vai facilitar... Nesse sentido, entram, nesses números, os hidrocarbonetos que foram recentemente encontrados, descobertos na Guiana e no Suriname e também o acordo assinado com a Venezuela de importação de gás do Campo de Dragón.

A área de serviços em Trinidad e Tobago, então, vai ser mais beneficiada com essas descobertas, antevendo-se a possibilidade de um crescimento significativo dessas exportações a partir desse processamento industrial. Isso agregaria valor às exportações.

Em termos de política externa, Trinidad e Tobago é principalmente atuante na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe e também demonstra a sua prioridade para o Caricom pelo fato de que o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser denominado Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Caricom, o que revela essa prioridade para o mercado caribenho, o mercado comum.

O atual Governo tenciona ampliar as relações com a América Latina, América do Sul, América Central, também com países da África e da Ásia.

Cabe notar, nesse sentido, que as escolas locais estão cada vez mais adotando o ensino do idioma espanhol. Trinidad e Tobago também privilegia o relacionamento com a China, que tem atuado como grande protagonista, e sobretudo da OEA é um membro desde 1967. Desde então, firmou com a organização 12 acordos, com destaque para o acordo da área de educação e da luta contra a corrupção.

Na OEA, Trinidad e Tobago é um dos Estados mais atuantes, muitas vezes assumindo uma liderança do Caricom.

Srs. Senadores, as relações entre Brasil e Trinidad e Tobago são muito antigas, vêm antes mesmo da Independência do Brasil. Em 1942 tivemos um Vice-Consulado em Port of Spain. Essa representação foi elevada a partir de 1965 à condição de Embaixada, três anos depois da Independência. E Trinidad e Tobago foi o primeiro país anglófono do Caribe com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas.

A intensificação desse relacionamento entre Brasil e Trinidad e Tobago a partir da década passada insere-se num processo mais amplo de aproximação político-econômica com o Caribe. Entre as iniciativas que contribuem para essa aproximação, cabe destacar a I Cúpula Brasil/Caricom de abril de 2010, quando se conseguiu reunir, aqui em Brasília, dez chefes de Governo dos 14 chefes de Governo do Caricom.

As relações bilaterais dos últimos anos destacam as últimas visitas, que foram de alto nível. O Chanceler brasileiro manteve encontro com o então Chefe de Governo de Trinidad e Tobago em 2011. A ex-Presidente Dilma Rousseff manteve, em duas oportunidades, contatos, reuniões com o Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago, em 2012, à margem da Cúpula de Cartagena, e, em 2014, durante o final da Copa do Mundo de Futebol. E ainda, em 2013, houve uma reunião entre os dois chanceleres.

Brasil e Trinidad celebraram, em 2008, um memorando de entendimento para cooperação no setor de energia. Isso deixou de funcionar em 2014, mas há interesse na retomada desse Memorando de Entendimento. Também, em 2008, assinaram um acordo de serviços aéreos, acordo que tem sido discutido no âmbito da Anac, de forma a continuar a ser homologado.

As importações entre procedentes de Trinidad e Tobago são limitadas a três produtos: amoníaco, álcoois cíclicos e gás de petróleo. E as exportações são concentradas principalmente em minério de ferro; porém, são mais diversificadas, incluem outros produtos.

Uma das atividades mais importantes que nós temos com relação a Trinidad e Tobago é o relacionamento na área agrícola ou as perspectivas de cooperação na área agrícola através da atuação com a ABC. Eu ressalto que, em 2011, houve a ideia de se estabelecer uma fazenda modelo, que seria criada em Trinidad e Tobago, com apoio da Embrapa. Isso envolveria algo como US\$5 milhões. Mas a Embrapa teve dificuldades em levar adiante, tecnicamente, o tema pelas diferenças físicas e geográficas entre os países. Nesse sentido, essa cooperação passaria a ser substituída por uma iniciativa Brasil/Caricom de fortalecimento de capacidades e competências em agropecuária.



Eu imagino que essa situação vá prosperar, mas encontra sempre certa dificuldade do lado brasileiro por motivo de contingenciamento de recursos.

Nós temos um relacionamento importante na área educacional. Nós últimos anos, algo como 22 estudantes trinitários estiveram no Brasil no âmbito do Programa Estudantes-Convênio.

Também foi instalada uma Academia Diplomática em Trinidad e Tobago que serviria à Caricom. Nesse sentido, foi acertada uma perspectiva de cooperação entre o Instituto Rio Branco e a própria Academia Diplomática de Trinidad e Tobago.

Em razão de dificuldades técnicas, esse assunto deve andar, mas como esse relacionamento vai ser a partir principalmente de conferências a distância, há dificuldades administrativas e técnicas para implementá-lo. Mas as perspectivas são ótimas.

Com relação à cooperação humanitária, o Brasil doou, em fevereiro de 2016, 20 mil doses de vacinas contra a influenza.

Aqui registro a importância de Trinidad e Tobago para o Brasil e para a América Latina e mesmo para vários países do mundo. Trata-se de um país geopoliticamente estratégico, economicamente forte, muito rico em recursos naturais e muito atuante e ativo no âmbito do Caricom.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS – Não é à toa que conta com a quantidade enorme de embaixadas, pelo menos 32 embaixadas residentes, e uma dezena de consulados gerais, além de quatro representantes de instituições, de quatro organismos, e sede da Associação dos Estados Caribenhos.

Termino aqui essa primeira exposição e me coloco à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Sr. Embaixador José Antonio Gomes Piras, e pergunto se alguns colegas, Senadora Ana Amélia, Senador Lasier, que estava aqui há pouco...

Eu passo, então, a palavra, mas antes faço um brevíssimo registro da presença do Sr. Jorge Luiz Mendes, encarregado de negócios da Embaixada da República da Guiné-Bissau. Seja bem-vindo.

Faço um registro – que é importante, sim – da presença do Embaixador Maurício Lírio, de quem eu tenho a honra de fazer o relatório, indicado para a Embaixada do Brasil no México. Seja bem-vindo.

E, claro, sempre registro – e, na pessoa dela, todos que trabalham no Ministério das Relações Exteriores – a presença da Gisela, que representa aqui o Ministério das Relações Exteriores, pela Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores. É nossa colega de trabalho aqui.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, caro Senador Anastasia, caro Embaixador Antonio Gomes Piras, eu queria desejar ao senhor muito boa sorte. Teria muitas coisas a indagar, inclusive uma curiosidade que foi um brasileiro, Ricardo Moratelli, da Fiocruz Mata Atlântica, que identificou uma variedade de morcegos que vive somente na ilha de Tobago, a *Myotis attenboroughi*. Foi descrita em uma publicação do periódico *Journal of Mammalogy*.

Também há questões relacionadas às operações de paraísos fiscais, o próprio relatório feito pelo seu antecessor, Embaixador Paulo Sérgio Traballi Bozzi.

Mas o senhor está vindo do Japão, uma distância enorme, não é só a distância física, mas também a distância do ponto de vista do seu desafio diplomático nesse novo comando da Embaixada do Brasil em Trinidad e Tobago.

Então, quero desejar ao senhor muito boa sorte e estreitar as relações. Sou do Rio Grande do Sul, tudo que estiver ao alcance de V. Ex^a para ajudar o meu Estado nos produtos em que nós temos excelência – soja, vinhos de qualidade, carne de qualidade –, estamos lá dispostos. E desejo ao senhor um sucesso.

Deixo de fazer perguntas em função – como disse antecipadamente o Senador Jorge Viana – da nossa agenda que hoje está comprimida. Já começou a sessão extraordinária do Senado, que vai terminar impreterivelmente às 13h. Então, cumprimento o senhor, desejando sucesso mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a manifestação da Senadora Ana Amélia. Nós estamos, inclusive, com problema de quórum.



Precisamos ainda de dois colegas votando. Vamos aguardar um pouco. Exatamente por conta disso a Senadora Ana Amélia fez referência. Temos vários Senadores na Casa e, daqui a pouco, certamente virão nos ajudar a concluir esta reunião.

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero igualmente cumprimentar o Embaixador José Antonio, que, salvo engano, é meu conterrâneo, mineiro, de Além Paraíba. Não é isso? Além Paraíba é uma cidade que nós, mineiros, devíamos chamar de Aquém Paraíba, porque os fluminenses é que chamam de Além Paraíba, por estar além do rio que faz a fronteira entre Minas e o Estado do Rio de Janeiro.

Mas quero cumprimentá-lo. Tive a oportunidade de ler o relatório, na ausência do Senador Flexa, e percebi, de fato, a competência, a qualidade de V. Ex^a, especialmente em serviços prestados ao Itamaraty, durante uma longa carreira, que ultimou no Japão, inclusive, com documentos, livros e estudos acadêmicos escritos sobre o Japão, que é uma sociedade muito diferente da nossa. Certamente V. Ex^a se debruçou muito sobre o estudo daquela realidade. Mas, agora, como disse a Senadora Ana Amélia, V. Ex^a está designado para uma realidade diferente, mais próxima da nossa até, que é Trinidad Tobago.

Eu queria indagar de V. Ex^a uma curiosidade, porque basta olhar o mapa que estava aqui há instantes, vemos que Trinidad Tobago, as duas ilhas, está praticamente dentro da Venezuela. Não sei qual a proximidade, não sei quantos quilômetros está da costa da Venezuela, mas é muito próximo. Eu queria saber se V. Ex^a tem conhecimento de qual é a posição de um país que, como no relatório oral V. Ex^a aqui colocou, é um país estável, economicamente desenvolvido, terceira renda *per capita* das Américas, atrás dos Estados Unidos e do Canadá, tem uma situação consolidada, uma tradição inglesa, da colônia, da democracia, ou seja, com um padrão diferenciado, e está tão próximo da Venezuela. Como Trinidad Tobago está vendo e recebendo?

Porque, se nós do Brasil estamos recebendo, especialmente em Roraima, uma situação gravíssima, que já foi objeto aqui de discussão nesta Comissão, inclusive pelo próprio Senador Jorge Viana, nosso Presidente, de uma imigração desmedida e até perigosa para o País, imaginem em Trinidad Tobago, muito mais próximo e com riquezas assim à flor da pele, como se diz.

Então, quero saber se V. Ex^a tem conhecimento de uma posição do governo de Trinidad Tobago em relação à situação venezuelana: se há proximidade, se há afastamento, se estão tomando alguma medida em relação a uma situação tão crítica de um vizinho deles, grande, populoso e muito próximo, praticamente colado e com certeza com uma dependência antiga.

É a indagação que faço a V. Ex^a.

Muito obrigado, Embaixador. E também desejo muitas felicidades à frente do vosso posto em Port of Spain.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo a palavra ao Sr. Embaixador, para que possa obviamente comentar e responder às duas indagações que foram apresentadas pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra V. S^a.

O SR. JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS – Gostaria muito de agradecer à Senadora Ana Amélia por suas palavras, pela simpatia e pelo relacionamento, pelas ideias que tem sobre Trinidad Tobago. De fato, Trinidad Tobago tem essa riqueza de fauna e de flora e é um dos grandes polos que deveria ser mais desenvolvido turisticamente pelos governos. Eu vou procurar me interessar sobre esse tema e depois posso lhe transmitir algumas informações que eu conseguir.

Eu queria destacar que lá no Japão acabo de receber o Governador do Rio Grande do Sul. Ele participou como palestrante no nosso Seminário Econômico do Brasil, que realizamos uma vez por ano.

Eu queria também agradecer inicialmente ao Senador Antonio Anastasia, que eu já sabia que era mineiro há muito tempo. Então, é uma honra que ele seja mineiro também. Da mesma forma, eu nasci em Além Paraíba e fui para o Rio de Janeiro ainda pequeno, mas sempre volto a Além Paraíba, para rever os meus familiares que estão lá.



Sobre esse relacionamento de Trinidad e Tobago com a Venezuela, eles são muito próximos de fato. Trinidad e Tobago está quase encostado no nordeste da Venezuela e existe um canal estreito de mar – não é canal, é um braço de mar – que separa ambos os países.

Eles têm vários acordos. Eles têm uma quantidade de temas que estão sempre em negociação entre os dois países. Há uma preocupação sobre o petróleo, sobre exploração de petróleo, e, em vários temas, eles estão, a todo o tempo, em contato.

Nós temos essa preocupação em atrair o interesse de Trinidad e Tobago no âmbito da OEA, para contar com a contribuição de Trinidad e Tobago junto às votações de apoio às ideias de ajuda, apoio à Venezuela, nas atuais circunstâncias.

Trinidad e Tobago, na verdade, tem, no âmbito da OEA, se absteve em muitas votações ou votado contrariamente a uma atuação contra a Venezuela. Então, é uma atuação que temos que acompanhar de perto. Essa é uma outra importância da OEA, da atuação de Trinidad e Tobago no âmbito da OEA. É um parceiro fundamental. Podemos contar com ele no sentido de obter a ajuda deles para uma atuação em favor da superação dos problemas que estão acontecendo na Venezuela. No momento, Trinidad e Tobago tem se absteve nas votações da OEA sobre esses temas, mas é um assunto em evolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não sei se os colegas... Só estamos aguardando o Senador Pedro Chaves, porque ele fez algo: ele votou e não registrou presença; o contrário, ele registrou presença e não votou. Mas ele está chegando. **A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia propor, se o Regimento permite, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, com a presença inclusive do nosso Embaixador, que, para agilizar os procedimentos, fizéssemos, se possível, uma interrupção. Ele fica aguardando, porque já respondeu, imagino, as perguntas do Senador Anastasia, que é a nossa enciclopédia nesta Comissão e em outras. Quero dizer-lhes que, se fosse possível, eu tenho a relatoria da indicação de uma diplomata, e poderíamos fazer porque está dentro do mesmo campo das relações exteriores. Posso ler. O Embaixador nos dá o prazer da sua presença, mantendo-se aqui, vendo que é uma indicação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Enquanto isso, virá mais um. Aí encerramos e, então, fica tudo completo, se for possível do ponto de vista regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É possível sim.

Eu queria, pedindo a compreensão do Embaixador – nós estamos com o Conselho de Ética reunido, e vários outros colegas vão para lá –, fazer a apreciação dos três requerimentos. Nós faríamos a apreciação. Eu me manteria aqui, aguardando apenas a chegada, porque houve esse contratempo: o colega deu presença, e a votação não estava aberta. Ele e o Senador Armando pediram para aguardar um pouquinho porque estão chegando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o voto do Senador Gladson Cameli, como do Bloco...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas o dele não conta, porque ele é suplente e não conta, que é exatamente o seu e o do Senador Lasier.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente, não contou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, com a compreensão de todos e atendendo a essa sugestão da Senadora Ana Amélia, antes de transformarmos a reunião em secreta e darmos prosseguimento, ou fazer aberta, como sempre solicitamos, eu queria pôr em apreciação...

Acabou de chegar. Nem será necessário.

Eu queria pôr em apreciação, então, os três requerimentos que foram apresentados extrapauta. Atendendo o requerimento, eu fiz a leitura antes do início desta reunião. Um é de autoria do Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão. Quanto aos dois outros, um é de autoria da Senadora Ana



Amélia, para que possamos ter aqui a vinda do General Etchegoyen para esclarecimento de questões ligadas à Abin e outros poderes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a questão também da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A área de segurança. E um outro, que nós subscrevemos, de minha autoria e coautoria de vários colegas, que propõe a vinda do Ministro do Planejamento para esclarecer sobre orçamentos para a Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para as Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Para as Forças Armadas e Ministério da Defesa. É um convite. Obviamente, nós faremos na forma de convite. Ponho em apreciação os três requerimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas me associar à sua iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – e, como é pertinente a esta Comissão, incluir no orçamento também para o Ministério das Relações Exteriores, porque nós temos defesa e relações exteriores. Eu acho que isso também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Perfeito, cobriria bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, cobre bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, fica incluído esse adendo muito pertinente da Senadora Ana Amélia no terceiro requerimento, que vamos fazer um convite para o Ministro Dyogo Oliveira, do Planejamento, se fazer presente aqui para tratarmos de contingenciamento de recursos: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ministério da Defesa, Exército, Marinha, Aeronáutica. Inclua-se aí o Ministério de Relações Exteriores. Eu acho que é muito pertinente para que se tenha uma política de prioridades por parte de todo e qualquer contingenciamento. No passado, inclusive na época do Governo da Presidente Dilma – eu fiz a leitura aqui, o Ministro reconheceu –, não se podia fazer contingenciamento para projetos estratégicos. Nós devemos encontrar alguma medida, como bem colocou aqui o Senador Anastasia, que, às vezes, é só estabelecer a previsão que vamos ter dos recursos para o ano inteiro. Todos vão ter que se adequar.

Agora, quando não há previsão, e você chega ao mês de julho, início do mês de julho, e não há recurso para a Polícia Federal imprimir passaporte, isso é um vexame para o País. Tem que haver uma solução para isso.

Agora, hoje a notícia de que a Polícia Rodoviária Federal se ausenta das rodovias, deixa de fiscalizar. Isso é um presente para aquilo que nos preocupa: crime organizado, ação de criminosos, como bem colocou a Senadora Ana Amélia, inclusive em fronteira.

Já há poucos policiais. Sem a mobilidade – transporte aéreo ou de carro –, essa é uma situação que é inaceitável. E nós aqui queremos só ser parte da solução, por isso estamos propondo.

Então, em apreciação os três requerimentos.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC, destinada a tratar do tema “A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das Relações Exteriores”.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria:



Relatório:**ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2017
- Não terminativo -**

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, Relator da Operação Lava Jato, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2017
- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, para tratar dos impactos sobre a fiscalização e resgate aéreo resultantes da falta de verbas destinadas à Polícia Rodoviária Federal.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria:

Relatório:

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Ficam aprovados. E obviamente o calendário das audiências será feito a partir do Presidente desta Comissão, Fernando Collor, e da programação, da agenda que temos de audiência na Comissão. Passo, então, já que há quórum agora suficiente, para a conclusão dessa sabatina.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que é só apuração de votos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já não havendo mais oradores inscritos, declaro, então – o processo de votação já tinha sido aberto – encerrada a votação e pergunto se podemos fazer a apreciação, sem ter que transformar esta sessão em secreta. *(Pausa.)*

Então, se há concordância, se não há nenhuma manifestação contrária, faço a apreciação e solicito à Secretaria que proceda à apuração dos votos, por gentileza.

Então, são 10 votos SIM; NÃO, nenhum voto.

Fica confirmada a indicação do Sr. José Antonio Gomes Piras, indicado para a Embaixada do Brasil em Trinidad e Tobago, com o voto unânime dos Senadores e Senadoras presentes a esta sessão.

Quero cumprimentar o Embaixador, desejar sorte a ele e agradecer a exposição que V. Ex^a fez para todos nós aqui.

Eu faço só a leitura de um relatório. Peço à Senadora Ana Amélia...

Passamos à segunda parte deliberativa da pauta, o item 1.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2017**

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1- Nesta Reunião ocorrerá a leitura de relatório.

Eu peço, por gentileza, que faça a leitura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta reunião, o relatório que o Itamaraty encaminha, com a biografia da indicada, Maria Elisa Teófilo de Luna, é distribuído a todos os Srs. Senadores e Senadoras. Vou, então, fazer uma breve leitura desse relatório.

Ela é nascida no Rio de Janeiro, no dia 23 de janeiro de 1952, e graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1974. Fez o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1980.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1981 e Segunda-Secretária em 1987. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 1992; a Conselheira em 1999; Ministra de Segunda Classe em 2007. Em 2012, foi para o Quadro Especial da Carreira e, no mesmo ano, ascendeu à Ministra de Primeira Classe.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Milão e Assunção; Assessora Internacional do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Conselheira, cedida ao Secretariado-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no Consulado-Geral em Lisboa; Conselheira na Embaixada no Panamá; Chefe da Divisão da África; Ministra-Conselheira na Embaixada em Bruxelas; Embaixadora em Dakar; Cônsul-Geral em Montreal.

A República de Gana é uma república presidencialista, com parlamento unicameral e com instituições democráticas em consolidação. O país conta com população de cerca de 26 milhões de habitantes. Foi a primeira nação da África subsaariana a tornar-se independente, o que ocorreu em 1957.

Após sucessivos governos autoritários, na década de 1990, realizaram-se duas eleições diretas e pluripartidárias, tendo Gana se tornado um dos poucos países politicamente estáveis da África Ocidental.

Brasil e República de Gana estabeleceram relações diplomáticas em 1960, ano em que foi criada a Legação do Brasil em Acra, a qual se tornou embaixada no ano seguinte. Na sequência, em 1962, Gana abriu embaixada no Brasil. Na África Ocidental, Gana é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil, sendo que, no início deste século, as relações bilaterais ganharam novo impulso, refletido na troca de visitas de alto nível que ocorreram de 2005 a 2015.

De 2006 a 2015, o comércio bilateral de bens entre Brasil e Gana sofreu decréscimo de 0,6%. O intercâmbio bilateral, com tradicional saldo favorável para o Brasil, evoluiu de US\$ 218 milhões em 2006 para US\$ 217 milhões em 2017. Em 2006, não é? No ano de 2011, o comércio bilateral alcançou a cifra de US\$ 446,9 milhões, mas perdeu dinamismo desde então, com sinais de recuperação no período de janeiro a outubro do ano passado.

Os principais grupos de produtos exportados do Brasil para Gana em 2015 foram: açúcar, móveis, partes de móveis e construções pré-fabricadas, carnes e miudezas comestíveis máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e, no que diz respeito às importações de Gana, o cacau em bruto representou 99% do total das aquisições brasileiras em 2015. Além do cacau, as modestas aquisições de cobre e manufaturas de cobre detêm participação de 0,6%.



No campo dos investimentos, além da notória atuação de grandes construtoras brasileiras, há que se registrar a presença de empresas brasileiras no setor de agricultura, com destaque para a Usibras e Brazil Agrobusiness.

O documento do Ministério das Relações Exteriores, sobre a cooperação técnica entre os dois países, mais especificamente do Programa Mais Alimentos Internacional, dá notícia de limitações para a execução dos projetos em razão de restrições orçamentárias, tema de que tratamos aqui há pouco.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório a não ser desejar boa sorte e aprovar o voto favorável à indicação da Srª Maria Elisa Teófilo de Luna para ser a Embaixadora do Brasil na República de Gana.

Esse é o voto, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e cumprimento a V. Exª.

Ponho em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que queira discutir, concedo então vista coletivas nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido o Senador Anastasia para assumir a Presidência, porque sou o Relator do próximo item. Eu faria a relatoria, e logo encerráremos... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Nesta Reunião ocorrerá a leitura de relatório.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, não vou fazer referência ou apresentação porque V. Exª acaba de fazê-lo.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. No caso, apreciamos a indicação, e tenho a honra de ser o Relator, do Sr. Maurício Carvalho Lyrio, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos. Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre essa indicação.

O indicado é filho de José Carlos Alves Lyrio e Maria da Glória Carvalho Lyrio, tendo nascido em 18 de abril de 1967, no Rio de Janeiro/RJ. Graduiu-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ, em 1989, e obteve o título de Mestre em Relações Internacionais, também pela Pontifícia Universidade Católica, em 1994.

Em 1993, ingressou no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Tornou-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo-Secretário (1999), a Primeiro-Secretário (2003), a Conselheiro (2007), a Ministro de Segunda Classe (2010) e a Ministro de Primeira Classe (2016). Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete (2008-2010); Assessor Especial do Ministro de Estado (2010-2011); Chefe do Gabinete do Ministro de Estado (2016-2017) e Assessor na Secretaria-Geral, a partir de 2017.



Eu faço aqui um pequeno destaque: em sua atuação como agente público exatamente nesse período a serviço do Estado brasileiro, transitou com profissionalismo da função de Chefe da Assessoria de Imprensa do Ministro Celso Amorim no governo do Presidente Lula a Chefe de Gabinete do Ministro José Serra no atual governo.

Faço questão de fazer essa ressalva a partir da conversa que tive com ele porque entendo – já tivemos casos nada republicanos – que não podemos confundir as coisas. É o caso clássico desse profissional diplomata. Eles estão para servir o Estado brasileiro. Trabalham com um governo, trabalham com outro governo, e assim devem ser tratados todos que compõem o Itamaraty. Acho que essa é uma pedagogia importante de ser ressaltada aqui. Por isso, eu fiz a ressalva no meu relatório. Ele ocupou funções muito delicadas, especiais, que só são dadas a bons profissionais e de confiança. Então, é a confiança profissional que tem que prevalecer no caso de profissionais do Itamaraty, que nos representam, a todos.

Então, em missões no Exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Washington, de 1999 a 2002; na Embaixada em Buenos Aires, de 2002 a 2005; na Embaixada em Pequim, de 2005 a 2007; e na Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, de 2011 a 2013.

Em 2010, concluiu, com louvor, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese: "A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos".

Recebeu um número grande de condecorações – que aqui não vou fazer a apreciação – e tem uma vasta publicação em espaços relevantes, dentro e fora do Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre os Estados Unidos do México. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece amplo leque de informações sobre o país, com destaque para as relacionadas com o intercâmbio comercial entre os dois Estados.

Eu, obviamente, não vou fazer referência aos dados sobre a importância da relação Brasil-México e sobre a importância do México; obviamente, vamos ter isso muito bem trabalhado na sabatina, que ocorrerá aqui, e eu não vou me adiantar com os dados que tenho presentes.

Por isso, diante do exposto e para cumprir... Falo aos integrantes desta Comissão que possuímos, então, elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É este o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação

Há designação *ad hoc* do eminente Presidente em exercício, Senador Jorge Viana, com relatório pela aprovação da matéria.

Desse modo, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Esse é um Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014, ainda tendo,



como Presidente da República, a Presidente Dilma Rousseff, e que trata, obviamente, nessa cooperação na área de defesa, de um projeto estratégico, em que apreciamos a produção do Gripen.

Eu passo, então, a um brevíssimo resumo do relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2017, da Câmara dos Deputados, decorrente de Mensagem Presidencial nº 414, de 15 de outubro de 2015, que propõe aprovar o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Estocolmo.

Após, obviamente, de ter passado pela Câmara dos Deputados, de acordo com os termos da exposição de motivos assinado pelo então Ministro de Relações Exteriores e pelo então Ministro da Defesa o tratado deverá constituir marco importante na cooperação bilateral na área de defesa. Contribuirá, ademais, para o estabelecimento de novo patamar de relacionamento entre os dois países.

Passo à análise.

No mérito, este acordo internacional com dez artigos é de grande valia, sobretudo por envolver país com quem consolidamos, na prática, fortes relações na área de defesa, após a Força Aérea Brasileira ter assinado contrato de compra de 36 caças Gripen NG com a empresa sueca Saab por US\$5,4 bilhões americanos em outubro de 2014.

Ademais, o presente tratado, de acordo com seu art. 10, atualiza e substitui o Memorando de Entendimento entre Brasil e Suécia sobre cooperação em assuntos relativos à defesa, assinado em São Paulo, 7 de julho de 2000, e seu Anexo Aditivo.

Não foi fazer a leitura plena, porque penso que este relatório do Senador José Agripino, que tenho a honra de fazer a relatoria *ad hoc*, já é público.

Eu concludo, Sr. Presidente, com meu voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e por ser constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2017.

É o voto que apresento, pedindo a V. Ex^a que possamos dar aqui urgência, para que logo possa chegar a esse acordo. Temos um compromisso na Comissão de sempre tratar os acordos internacionais, os tratados com celeridade, tendo em vista que, normalmente, por conta de um processo regimental na Câmara dos Deputados, os acordos demoram bem mais naquela Casa legislativa e são tratados com celeridade aqui no Senado.

Esse é o meu voto, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 112, incluindo o pedido, se houver aquiescência do Plenário, de urgência, conforme solicitado pelo próprio Relator, Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência, igualmente.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 457, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do RISF, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, em viagem técnica ao Equador, no período de 16 a 20 de agosto de 2017, precisamente à região de Guayaquil juntamente de equipe técnica e órgãos relacionados à matéria, como Ministério do Meio Ambiente, Codevasf, Embrapa, Sebrae, Fiema, Ufma e Uema.

Autoria: Senador Roberto Rocha



Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Senador Antonio Anastasia, que preside a sessão, vou direto ao voto, que tem, precisamente, cinco linhas.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 457, de 2017, e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para seu processamento em Plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal, desejando boa sorte ao Senador Roberto Rocha.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, favorável ao Requerimento nº 457, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

A inclusão de um item extrapauta, considerando o parágrafo único do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, da CRE, que versa sobre inclusão extrapauta de requerimentos de autorização para desempenhar missão no exterior, inclui o seguinte item extrapauta:

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 496, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do RISF, autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, em viagem ao Reino do Marrocos, no período de 19 a 26 de julho de 2017, em decorrência de convite subscrito pelo presidente da “Chambre des Conseillers” daquele país. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, ausência do País no mesmo período.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, vou fazer como a colega Senadora Ana Amélia. É um requerimento e já foi descrito por V. Exª.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 496, de 2017, e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para seu processamento em Plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Então, o voto é favorável pelo encaminhamento da matéria aprovada, no caso se ser aprovada pelos colegas, para a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Requerimento nº 496, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao eminente Senador Jorge Viana.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passamos, então, à conclusão desta reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria fazer uma proposição. Fui informada, pelas assessorias do Ministério de Segurança Institucional da Presidência da República, de que convite ou convocação Nós, por hábito e praxe, não fazemos convocação, mas fazemos convites para as autoridades. Acho que é uma relação mais adequada, e todos têm atendido.

Tive casos em que, pela ausência do Ministro durante quatro ou cinco convites não atendidos, fizemos uma convocação. Mas essa não é a situação do General, que nem sequer ainda recebeu a comunicação. Então, a assessoria do Ministério – e penso procedente por economia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Processual.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...processual e também do próprio trabalho.

Fui informada de que há, na Comissão de Direitos Humanos, requerimentos – então, que a Presidência da CRE, no caso, o nosso Senador ou V. Exª, façam também – para que seja conjunta, porque imagino que os temas são os mesmos em relação à questão da Abin e, agora, acrescidos dessa questão do orçamento.

O Ministro Etchegoyen é o que responde também, junto com o comando do Ministério da Defesa, por essas questões relacionadas à estabilidade institucional e de segurança pública do nosso País. Como reconheceram aqui as autoridades do Ministério da Defesa, isso está hoje em uma situação que representa muita preocupação. É um tema, deveria ser, de prioridade nacional. Então, se for possível, acho que esse procedimento seria mais adequado, às vésperas até da decisão do nosso recesso parlamentar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu já havia anunciado, mas é importante fazer a ratificação de que estamos, então, apresentando requerimentos de convite tanto para o Ministro do Planejamento como para o Ministro de Segurança Institucional, General Etchegoyen.

Eu submeto, então, à deliberação do Plenário os três requerimentos que nós apreciamos antes, no início desta reunião, a saber: Requerimentos de nºs 21, 22 e 23, de 2017-CRE.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, os Requerimentos de nºs 21, 22 e 23.

Eu passo agora ao encerramento, convocando para a próxima reunião.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 13, quinta-feira, neste plenário.

Informo também que não teremos a sessão de debates na próxima segunda-feira, como normalmente ocorre. Repito: na próxima segunda-feira, não teremos a sessão de debates.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Thieres Pinto. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Raimundo Lira, Ângela Portela, Paulo Rocha e Otto Alencar. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2016** que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015** que altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** A matéria é reencaminhada ao relator, Senador Lasier Martins, para análise da emenda oferecida em turno suplementar. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8 de 2017 - Não Terminativo** – que requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-163, no trecho de Cuiabá (MT) a Miritituba (PA). **Autoria:** Senador Wellington Fagundes e outros. **Resultado:** O requerimento é aditado pelo Senador Wellington Fagundes para incluir o trecho Rondonópolis-Cuiabá, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro e aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9 de 2017 - Não Terminativo** – que requer a realização de diligências por esta Comissão, nos dias 11 e 12 de maio, na BR 435, nos municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena; e na BR 174, entre os municípios de Vilhena e Juína, para debater as obras dessas rodovias e da ferrovia entre Sapezal/MT e Porto Velho/RO. **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11 de 2017 - Não Terminativo** – que requer a realização de audiência pública para debater os resultados da sanção da Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

131, de 2015, que alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13 de 2017 - Não Terminativo** – que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater ações de investimentos por parte do Bando Nacional do Desenvolvimento em Infraestrutura, com foco no setor de saneamento básico. **Autoria:** Senador Roberto Muniz e outros. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Presidência comunica o recebimento de carta da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros, entidade sediada em Santo André, São Paulo. A associação protesta contra a possibilidade de prorrogação por mais 70 anos, sem processo de licitação, dos prazos de autorização e concessão para exploração de áreas portuárias, entre as quais a localizada no Porto de Santos. Segundo a associação, essa demanda teria sido formalizada junto ao Governo Federal pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários. Além de protestar sobre a eventual adoção dessa prorrogação, a carta sugere a abertura de um foro de discussão com as entidades representativas do setor e os agentes públicos envolvidos no processo.

Cópias desse documento encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Temos, na primeira parte, a sabatina.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: 1. Em 28/03/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em atendimento ao art. 383 do RISF;

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Marcelo Vinaud Prado, indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). *(Pausa.)*

Agradeço e registro a presença de todo o time da ANTT que se faz presente hoje na nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura, acompanhando o Dr. Jorge Bastos, que também se faz presente, Diretor-Geral da ANTT.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo ao indicado que o tempo destinado à exposição será de 20 a 25 minutos, com tolerância de cinco minutos.

Ao final da exposição, a palavra será concedida às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar o indicado, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Marcelo Vinaud, indicado para a ANTT.

Mais uma vez, seja bem-vindo a esta Comissão, Dr. Marcelo!

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. S^a já foi conduzido e, agora, está sendo sabatinado para a sua recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Seja bem-vindo!

V. S^a dispõe de 20 a 25 minutos.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

Senhoras e senhores, bom dia!

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e de agradecer a Sua Excelência pela mensagem enviada ao Senado Federal com a minha indicação para a recondução ao cargo de diretor.

Cumprimento o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, a quem agradeço pelo encaminhamento da indicação a esta Comissão.

Cumprimento o Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Eduardo Braga, a quem também gostaria de agradecer pelo pronto encaminhamento do rito que permitiu o momento desta sabatina.

Cumprimento o Sr. Relator da minha indicação, Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente desta Comissão, a quem agradeço pela presteza em tornar disponível o parecer da relatoria para avaliação dos demais membros da Comissão.

Cumprimento também as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes, os diretores e colegas da Agência Nacional de Transportes Terrestres aqui presentes, os demais presentes e também os telespectadores que nos assistem pela TV Senado e pela internet.

Em 24 de junho de 2015, tive o privilégio de ser sabatinado por esta douta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal para ocupar o cargo de diretor da ANTT, agência da qual sou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

servidor efetivo desde 2005. Naquela ocasião, tive oportunidade de apresentar minha trajetória acadêmica, técnica e profissional, bem como de discorrer sobre minhas experiências como servidor público e gestor, as quais julgo terem sido de grande valia durante minha atuação no mandato de diretor.

Neste momento em que pleiteio a recondução ao cargo, pretendo centrar minha explanação no relato de ações concretas que vêm sendo orquestradas pela ANTT no sentido de dar cumprimento à sua missão institucional, notadamente no que diz respeito a tornar disponível adequada infraestrutura de transportes terrestres para a sociedade. Posso afirmar que estou e estarei diretamente envolvido e comprometido com essas ações, tanto como diretor quanto como servidor de carreira da agência.

Início mencionando, especificamente, o desenvolvimento do planejamento estratégico da agência, que, para o ciclo atual, é composto por 16 objetivos estratégicos desdobrados em 31 iniciativas, entre as quais encontram-se, por exemplo, os programas de outorga de novas concessões rodoviárias e ferroviárias e a melhoria do processo de fiscalização de ambos os setores.

Em função dessas iniciativas estratégicas, a ANTT elaborou e vem implementando seu planejamento regulatório, ação que executa com o auxílio da aplicação de ferramentas voltadas à melhoria da qualidade regulatória. Em suma, temos procurado não apenas planejar a atuação do órgão nos campos tático e operacional como também temos envidado esforços no sentido de assegurar que as ações regulatórias sejam adequadamente planejadas e dotadas da mais alta qualidade técnica.

Nesse âmbito, destacamos a existência da Agenda Regulatória da ANTT, a adoção da Análise de Impacto Regulatório como requisito para edição de atos normativos para o setor e o fomento à participação social efetiva e de qualidade no processo regulatório.

Falando especificamente da Agenda Regulatória, podemos dizer que se trata de instrumento de planejamento que indica os projetos prioritários que podem alterar o mercado regulado, seus objetivos e cronograma de implementação. A Agenda Regulatória propicia, portanto, maior segurança ao setor regulado e aos usuários na medida em que dá publicidade ao planejamento regulatório da agência, possibilitando a ampliação de prestação de contas do controle e da participação social e conferindo previsibilidade à atuação regulatória.

A Agenda Regulatória da ANTT é composta de cinco eixos temáticos, dentre os quais destacamos dois afetos a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura: um voltado especificamente à exploração da infraestrutura rodoviária federal e outro dedicado ao transporte ferroviário de cargas. Esses dois eixos comportam 16 temas a serem desenvolvidos no biênio 2017/2018, que, vale destacar, estão perfeitamente alinhados com as iniciativas estratégicas anteriormente mencionadas.

No eixo temático concernente à exploração da infraestrutura rodoviária federal, temos vários temas sendo trabalhados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O primeiro deles é a análise de risco em concessões rodoviárias. Essa iniciativa busca debater os riscos a que estão sujeitas as outorgas realizadas pela ANTT, a possibilidade de aprimoramento dos novos instrumentos de outorga e se não há desequilíbrio entre a remuneração e os riscos assumidos pelas concessionárias. O objetivo é desenvolver metodologia para agenciamento e análise de riscos relacionados aos projetos de concessões rodoviárias, compreendendo os processos de identificação, de avaliação, de análise e de monitoramento de riscos, desde a concepção do projeto de investimento até a sua efetiva operação.

Outra ação importante é a designação de Organismos de Avaliação de Conformidade no âmbito dos projetos de infraestrutura das concessões rodoviárias reguladas pela ANTT. Essa iniciativa busca desenvolver um modelo de habilitação de empresas com experiência no processo de avaliação de conformidade dos projetos de infraestrutura relativos aos contratos de concessões rodoviárias outorgados. O objetivo é aumentar o nível de qualidade dos projetos de infraestrutura por meio da melhoria dos procedimentos de análise e aprovação, garantindo maior harmonia com as normas técnicas e requisitos estabelecidos pela ANTT.

Outra ação a ser citada é o desenvolvimento da metodologia de cálculo do tecnicamente chamado Fator X. Essa iniciativa pretende desenvolver mecanismos regulatórios que visam a replicar o efeito dos ganhos de produtividade do concessionário, ou seja, o que ele consegue ter de ganho de eficiência, e a repartir isso com a tarifa, com a modicidade tarifária – é exatamente como ocorreria caso o agente regulado operasse em um mercado competitivo –, ou seja, parametrizar o Fator X e repassá-lo ao usuário, através da métrica para apuração dos ganhos de eficiência e produtividade.

Outra ação relevante é a revisão sobre o conceito de Polos Geradores de Tráfego, critérios para elaboração, apresentação e análise de estudos e projetos. Essa iniciativa busca estabelecer, por meio de resolução da ANTT, procedimentos padronizados para elaboração, apresentação e análise de estudos e projetos relacionados aos polos geradores de tráfego nas rodovias federais concedidas, debatendo a consolidação e a revisão de todos os normativos em um único instrumento, diminuindo a quantidade de pedidos de revisão de estudos.

O objetivo é minimizar os impactos negativos, principalmente quanto ao nível de serviço da rodovia e à segurança dos usuários, bem como melhorar a definição das competências dos agentes envolvidos, padronizar a elaboração, a apresentação e a análise de estudos e de projetos, além de garantir critérios técnicos para os estudos e projetos dos polos geradores de tráfego e de definir, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos e técnicos que abordam o tema, promovendo isonomia no tratamento dado às concessionárias e a terceiros.

Essa ação tem a ver com uma situação corriqueira na ANTT, que são os pedidos de inclusão de pequenas obras e de grandes obras. O sentido é dar maior transparência. Há um mecanismo para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

analisar esses pedidos e para dar o retorno adequado tanto a quem está pedindo quanto a quem vai ter de executar a obra.

Há uma ação de revisão que trata de infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual. Essa iniciativa busca promover a revisão da Resolução ANNT nº 4.071, de 2013, que trata das infrações sujeitas às penalidades de advertência...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, com a permissão do Dr. Marcelo Vinaud...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É só uma questão de procedimento, Dr. Marcelo. Eu queria pedir a palavra pela ordem rapidamente. Depois, V. Exª continua a sua exposição.

Eu queria pedir para abrir o painel, pois há muitas comissões, e os Senadores estão vindo e votando. O relatório já é de conhecimento. V. Exª já fez o relatório na semana passada, e todos já conhecem o currículo do indicado. Creio que todos já estão aptos a votar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Atendendo ao seu pedido, peço para abrir o painel de votação, para que possamos iniciar a votação.

Obrigado, Senador Raupp.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Outra ação que está em discussão, promovida pela Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, é a metodologia para reversibilidade de bens e impostos das concessões ao poder concedente. Cabe esclarecer que, com o iminente fim das concessões da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, esse tema ganha importância estratégica para o sucesso das futuras concessões rodoviárias.

Já no eixo temático concernente ao transporte ferroviário de cargas, são verificadas importantes ações em andamento, tais como a adequação dos procedimentos para registro de acidentes ferroviários, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de informação de acidentes bem como permitir a adequada análise dessas informações, com o intuito de mitigar riscos de acidentes no futuro.

Há uma ação de revisão da resolução ANTT que trata dos procedimentos para a obtenção de autorização para execução de obras na malha objeto da concessão. Essa iniciativa busca promover a revisão da Resolução ANTT nº 2.695, de 2008, a fim de disciplinar, de forma mais eficiente, os procedimentos a serem adotados no âmbito das concessões de serviços públicos de transporte ferroviário, para a obtenção das autorizações de atividades, projetos e investimentos, o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acompanhamento da sua implementação e seu respectivo recebimento. O objetivo é conferir maior celeridade e eficiência aos procedimentos de autorização de atividades, projetos e investimentos no âmbito do transporte ferroviário concedido, fomentando os investimentos no setor e reduzindo os custos administrativos da ANTT. Espera-se, também, criar mecanismos para acompanhamento e recebimento de atividades, projetos e investimentos, com vista a conferir segurança jurídica ao ambiente regulatório.

Outra ação importante é a revisão da resolução que trata da operação de direito mútuo de passagem e de tráfego mútuo. Essa iniciativa busca promover a revisão dos procedimentos relativos ao compartilhamento da infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais, com o objetivo de permitir a realização do compartilhamento da infraestrutura com os operadores ferroviários independentes.

Outra ação é a de revisão da resolução ANTT que trata das metas de produção por trecho e das metas de segurança. Essa iniciativa busca adequar a Resolução ANTT nº 3.696, de 2011, para promover melhoria de procedimentos bem como adequá-la ao novo contexto de metas por trecho e às disposições relativas à apuração e aplicação de penalidades. O objetivo é promover a harmonização de dispositivos de normativo anterior com o atual contexto das outorgas de transporte ferroviário e adequar dispositivos vigentes à realidade operacional da ferrovia.

Outra ação é a revisão da resolução que trata do Plano Trienal de Investimento das concessões ferroviárias, previsto em contrato. Essa iniciativa busca revisar os procedimentos para apresentação dos Planos Trienais de Investimento no âmbito das concessões de transporte ferroviário de cargas, debatendo mecanismos para conferir maior eficiência e efetividade ao instrumento regulatório. O objetivo é incrementar a governança regulatória e reduzir a assimetria de informações no setor regulado.

Há a ação de revisão da Resolução ANTT nº 4.348, de 2014, que trata da prestação de serviços por Operador Ferroviário Independente (OFI). Essa iniciativa busca promover a revisão do disciplinamento da prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura por detentores de delegação para prestação de serviços ou exploração da infraestrutura de transportes terrestres, debatendo formas de adequar o regulamento às atuais políticas públicas sobre a compra e venda de capacidade operacional nas ferrovias e como deve se dar a negociação do acesso ao sistema ferroviário federal.

Além das iniciativas de regulação envolvendo as concessões rodoviárias e ferroviárias, é importante destacar também que o processo regulatório da agência está cada vez mais calçado nas boas práticas regulatórias, de forma que essa agenda regulatória cujas ações relatei é implementada com enorme grau de transparência e com fortalecimento cada vez maior de participação social. É possível a qualquer interessado acompanhar o desenvolvimento do tema e preparar-se de maneira tempestiva e adequada para participar ativamente dos processos de participação social. Em outras palavras, são





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

previamente disponibilizados os estudos e fundamentos que nortearão as ações regulatórias e são concedidos aos interessados oportunidades e múltiplos canais de comunicação para manifestarem seus pontos de vista, suas demandas e seus entendimentos acerca daquela matéria.

É inegável que uma ação regulatória construída com a participação ativa de todos os agentes por ela abrangidos – usuários, mercado regulado ou entidades governamentais – terá mais chance de ser bem-sucedida no alcance de seus propósitos, na medida em que permite a incorporação das demandas e expectativas sociais e de mercado no planejamento e gestão regulatórios.

Ainda nesse intuito de assegurar maior qualidade de suas ações, adotou-se recentemente na ANTT a obrigatoriedade de realização da Análise de Impacto Regulatório em todos os procedimentos constantes da agenda regulatória citada.

Convém esclarecer que a Análise de Impacto Regulatório constitui uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte da diretoria na escolha da melhor opção regulatória quanto à edição de atos normativos e decisórios. Por meio dessa valorosa ferramenta, são cumpridas as etapas de instrução processual de forma organizada, possibilitando que seja explicitado o problema que se pretende solucionar e que sejam discutidos e sopesados os impactos das possíveis ações a serem adotadas. Ao final, o que se obtém com a adoção da Análise de Impacto Regulatório é uma ação mais efetiva, que implica menor custo regulatório ao mercado.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Estou terminando, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quero só pedir para o pessoal que está lá no fundo que fique um pouco mais em silêncio, para que a gente possa ouvir o nosso visitante.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – A utilização das ferramentas de Análise de Impacto Regulatório tem nos ajudado muito a refletir sobre eventuais efeitos adversos das nossas ações regulatórias e orientado a adoção da opção mais adequada a cada situação.

Também estão sendo promovidas ações no sentido de capacitar a agência para monitorar os resultados efetivos de suas ações regulatórias, verificando, na prática, quais foram os impactos observados e identificando eventuais oportunidades de redesenho das ações regulatórias, não apenas em função desses impactos, mas também por força de alterações não previstas no ambiente econômico, político e social do País. Será possível, então, corrigir o rumo das nossas iniciativas com base em um rígido processo de acompanhamento e de avaliação, fechando, assim, o chamado ciclo regulatório.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalmente, cabe ressaltar que todas as iniciativas de aprimorar o desempenho da regulação e da fiscalização da ANTT dentro do universo regulado visam, primordialmente, ao fiel cumprimento da legislação vigente e ao fiel cumprimento dos contratos de concessão sob a tutela da agência reguladora, estabelecendo, assim, um marco de segurança institucional e jurídica para todos os entes regulados e provendo para a sociedade o valor da cidadania em forma de serviços de transportes terrestres adequados.

É por estar comprometido com o desenvolvimento e com a efetivação desses pilares da regulação de serviços de concessão de infraestrutura que eu me submeto à avaliação desta Comissão, entendendo que tenho muito a contribuir no cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição das Senadoras e dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero me inscrever para fazer perguntas ao nosso sabatinado, ao nosso Diretor Dr. Vinaud.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador! V. Ex^a está com a palavra, é o primeiro inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Marcelo Vinaud, que é, de fato, uma pessoa que, ao longo do seu primeiro mandato, demonstrou muito compromisso e muito competência, procurando bem orientar as ações do DNIT. Ele tem merecido o reconhecimento não só dos Parlamentares do Senado Federal, mas também de todo o Congresso Nacional.

Há depoimentos muito favoráveis de governadores de Estado. Quero dar um testemunho do apreço que o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, tem pelo Dr. Vinaud. Há muitas propostas e projetos que ainda precisam ser concretizados em Pernambuco, como é o caso do Arco Metropolitano, da conclusão da BR-101, da ampliação da BR-232, da duplicação da BR que vai de São Caetano a Garanhuns. O fato é que todos reconhecem a competência, o zelo, o cuidado e a dedicação com que o Dr. Marcelo Vinaud tem se desincumbido de sua missão como diretor da nossa ANTT.

Na realidade, eu trouxe aqui três perguntas para encaminhar à apreciação do Dr. Vinaud. Passo, na sequência, a fazer essas indagações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A ANTT, Dr. Marcelo, já hoje responde por 21 concessões de rodovias, totalizando quase dez mil quilômetros de extensão. Essa malha tende a ser expandida nos próximos anos, ampliando o desafio da ANTT na fiscalização e na regulação. Isso aponta para a necessidade de fortalecimento da agência nos próximos anos. Eu indago: quais os principais desafios a serem enfrentados pela agência? Ela possui recursos e estrutura suficientes para cumprir sua missão institucional?

A segunda pergunta decorre dessa primeira. Tendo em vista as dificuldades de alocação de recursos no Orçamento, com a necessidade crescente de realização de investimentos para o crescimento econômico poder ser retomado, tudo aponta para que novos leilões de concessão de infraestrutura de transportes terrestres sejam realizados. Quais são as expectativas para essas novas concessões?

Aí vem a nossa cobrança de Pernambuco em relação às concessões que poderão ser feitas em relação ao Arco Metropolitano, em relação à BR-232, em relação à BR de São Caetano até Garanhuns. São três grandes pleitos fundamentais para o desenvolvimento do Estado que estão em estudo pelo Governo Federal. Eu gostaria de saber se, nesses estudos preliminares, a ANTT já identifica a viabilidade para que essas três possíveis novas concessões possam ser oferecidas ao mercado.

Finalmente, indago quais os principais pontos da agenda legislativa da ANTT hoje e como esta Casa poderia contribuir para aumentar a demanda por investimento de infraestrutura terrestre no Brasil, ou seja, quais são os gargalos que são identificados pela ANTT para atrair, digamos, o maior interesse dos investidores de concessão, seja no Brasil, seja fora do Brasil, para que a gente possa, através do instrumento da concessão, de fato, atender a essa demanda crescente de melhoria, qualificação e ampliação da nossa malha rodoviária terrestre, que é uma exigência cada vez maior, tendo em vista a ampliação da nossa frota e o crescimento da nossa economia.

Portanto, são essas três perguntas que deixo para o nosso Diretor da ANTT, Dr. Marcelo Vinaud. Eu o cumprimento, mais uma vez, pelo desempenho com que se houve durante o seu primeiro mandato. E, agora, certamente, contará com o apoio desta Casa para um segundo mandato à frente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) –
Muito obrigado, Senador Fernando Coelho.

Se os Srs. Senadores concordarem, nós vamos ouvir três Senadores e depois ouviremos a resposta do nosso sabatinado.

Passo a palavra ao Senador Hélio José para fazer suas colocações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar S. Ex^a o Presidente Senador Acir Gurgacz, os demais Senadores aqui presentes e o nosso querido Marcelo Prado, colega de profissão, servidor público concursado de alto gabarito e responsabilidade. Quero cumprimentar aqui também o Jorge e toda a diretoria da ANTT.

Quero dizer, Marcelo, que temos plena confiança no seu trabalho, na sua formação, na sua experiência – foi duríssimo o concurso público que você, outros colegas e eu enfrentamos para entrar para trabalhar – e na desenvoltura com que você vem fazendo o seu trabalho ao longo do tempo.

Consequentemente, nem quero fazer perguntas, porque estou contemplado com as perguntas que foram aqui colocadas pelo Bezerra e pelos demais colegas. Quero só desejar-lhe sucesso e dizer que, aqui, no gabinete 19 da Ala Teotônio Vilela, você conta com um amigo, com um parceiro, com um colega de profissão. Que você continue honrando cada vez mais a nós, os analistas de infraestrutura, nesse trabalho importante que você desenvolve na ANTT!

Obrigado. Sucesso lá!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio.

Com a palavra, agora, o Senador Wilder Moraes para fazer suas colocações.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também cumprimento o Marcelo Prado, cumprimento toda a diretoria da ANTT.

Seguindo as mesmas orientações do nobre colega Hélio José, o nosso Estado de Goiás também se sente muito acolhido pela sua pessoa na ANTT e por toda a diretoria.

Quero desejar-lhe sucesso. Conte com nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, quero saudá-lo, em nome de todos os companheiros da Comissão.

Também saúdo o Marcelo, que hoje está aqui na condição de sabatinado, mas com a experiência já de vir para uma recondução.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero cumprimentar o Jorge Bastos, o Mário, que está aí, a diretoria. Enfim, aqui está toda a retaguarda do Marcelo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Ele está aqui bem apoiado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Está muito bem apoiado. Isso é sinal de que ele vem fazendo um bom trabalho.

A gente tem acompanhado esse trabalho na ANTT. É claro que uma recondução traz a experiência de quem já viveu. Como ele é uma pessoa da casa, acredito mais ainda que ele poderá ajudar muito, principalmente neste momento, que, creio, é o momento de maior dificuldade, porque estamos nessa situação em que continuamos com a insegurança jurídica.

Quanto as concessões que foram feitas, infelizmente, Sr. Presidente, essas concessões estão todas com dificuldades. É importante a gente relatar quais são essas dificuldades. Por isso, sou autor de uma PEC, exatamente para que, no Brasil, a concessão seja uma política de Estado, e não uma política de governo. Não se pode, por quórum não qualificado, mudar uma regra do jogo. Caso contrário, a cada governo, pode-se, de acordo com o ministro, com a sua visão, ou com a do próprio Presidente, mudar aquilo que contratualmente já está pactuado por 25 anos, por 30 anos.

Hoje nós vivemos essa questão das concessões no Brasil, de modo geral com problemas, principalmente em relação aos financiamentos. Houve uma expectativa à época – e eu me lembro bem, porque participei, efetivamente, das audiências nesta Casa –, muitas audiências foram feitas, e os ministros também sempre disseram que problema de recurso não haveria. Ou seja, o BNDES financiaria as concessionárias, inclusive com uma carta, não de obrigação, mas uma carta-compromisso, que foi elaborada à época dos contratos.

Quero aqui colocar, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, que é claro que, no Brasil, nós temos hoje o nosso transporte calcado principalmente no meio rodoviário, e isso causa um prejuízo muito grande para a população brasileira, porque o número de acidentes no Brasil é algo impressionante. Há mais mortes no trânsito brasileiro do que em muitas guerras mundo afora, exatamente porque nossas estradas estão abarrotadas, e a maioria delas não são estradas duplicadas. Por isso a nossa ansiedade e o apoio aqui da Comissão de Infraestrutura no sentido de que possamos agilizar essas concessões.

Quero falar especificamente da concessão da BR-163 no meu Estado. O Presidente conhece isso muito bem, porque também estamos lutando para a concessão da BR-364. A nossa concessão, a concessão da BR-163, é da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis. Aí é onde ela recebe a sobreposição da BR-364. Logo mais na frente, na Serra de São Vicente, recebe também a sobreposição





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

na BR-070, até Posto Gil, e lá elas se dividem novamente. Portanto, parte da BR-364 também está nessa concessão. Daí ela vai até Sinop, a BR-163.

Quando começaram as obras da concessão, com a chegada, com a batida do martelo, eu me lembro bem de que os nossos três Senadores de Mato Grosso, eu, o Senador José Medeiros, o Senador Blairo Maggi, à época, aqui também na Comissão, todos nós estávamos apoiando e aplaudindo. Quando começaram as obras, exatamente na presença da Presidente Dilma, na época, como Presidente da República, quando foi inaugurar o terminal da Ferronorte em Rondonópolis, a gente suscitou a discussão para, inclusive, as obras começarem de sul para norte. E começaram as obras, Sr. Presidente, em ritmo extremamente acelerado, com mais de mil máquinas novinhas lá trabalhando. Foi o maior volume de aplicação de massa asfáltica da história do Brasil.

Portanto, aquilo representava uma esperança muito grande. Principalmente no caso do trecho de Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil. Dada essa sobreposição das três BRs, nós temos ali o maior volume de acidentes frontais do Brasil, segundo a Polícia Rodoviária Federal. Não vou deixar de repetir isso aqui porque é uma forma também de chamarmos a atenção da própria população que nos assiste e das autoridades. Lá a gente diz que é um trem de pneu, ou seja, é muita carreta, uma atrás da outra.

Nesta semana, eu vi o filme de uma nova carreta que foi autorizada no Brasil, com 16 eixos. É algo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E com cem toneladas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Cem toneladas!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cem toneladas, 16 eixos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E não são cem toneladas, não; são 99,9 toneladas, para o pessoal não pensar que é zero.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem aquela fominha, não é? São cem toneladas oficialmente, e espero que não a coloquem, essa tal de fominha, porque aí será um problema sério.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Essa carreta de 16 eixos, então, é muito mais longa, o que representa muito mais possibilidades... Qualquer veículo pequeno que for aventurar-se numa travessia, o risco será maior ainda.

Ou seja, a indústria está se modernizando, o Brasil está autorizando a modernização e as licenças – a ANTT, inclusive, as autorizou –, mas as estradas nossas não são compatíveis com o ritmo de modernização. A grande maioria dessas estradas não está em condição ideais para a trafegabilidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No caso da BR-163, aquilo representava uma esperança. O Mato Grosso é um Estado que cada vez mais aumenta sua produção. A gente tem registrado os maiores índices de produtividade do mundo. Repito aqui: o Mato Grosso hoje tem capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil em termos de agropecuária, porque nós ainda temos muitas fronteiras agrícolas. Só na região do Araguaia, Sr. Presidente, são aproximadamente cinco milhões de hectares disponíveis para a agricultura, sendo que desses não chega à metade o que está hoje já em agricultura. Ou seja, há muita área. Só essa região tem condições de produzir tudo o que produz o Brasil.

Sr. Presidente, como estamos em processo de votação, se V. Ex^a quiser me chamar a atenção pelo tempo, não há problema porque eu já votei. Não sei quantas pessoas V. Ex^a pretende ainda...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Já há o quórum para apurar a votação, mas não é esse o ponto. Vamos debater...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas eu acho que é bom, o Marcelo merece mais votos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E também precisa nos contemplar com essas informações que V. Ex^a coloca neste momento, que são importantes para as nossas estradas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas não quero aqui também abusar. V. Ex^a tem todo o direito de me cortar, porque já estou excedendo realmente no tempo. Estou querendo contextualizar uma situação, Sr. Presidente.

Então, na BR-163, tudo aquilo representava uma esperança. O produtor fez sua parte, aumentou muito a produção. Até conseguimos também inverter um pouco da saída da carga através dos portos do Arco Norte, principalmente Miritituba. Isso até aliviou a parte sul. Se não fosse isso, aí, sim, estaríamos no caos.

Mas o mais importante que quero colocar aqui, Sr. Presidente, é que a concessionária hoje passa por todas as dificuldades, não só a concessionária de Mato Grosso, mas todas elas. Por exemplo, para a de Mato Grosso do Sul o BNDES também não liberou os recursos necessários; pelo que sei, liberou parte do recurso ponte, e não 100%. No caso Mato Grosso, além de não liberar nada do recurso ponte, ou melhor, além de não liberar nada do recurso definitivo, a longo prazo, só liberou parte do recurso ponte – a mesma coisa se deu no Mato Grosso do Sul – e já está cobrando juro. A empresa tem de fazer um investimento alto, e essa empresa, é claro, pertence ao grupo Odebrecht, que está em todas essas situações. Essa concessão pertence também ao Brasil e ao Mato Grosso, independentemente de quem sejam os sócios.

E aí é importante a gente estar... Já estive no BNDES em muitos momentos cobrando. O BNDES colocou uma posição tácita: não vai liberar recurso enquanto não mudar o controle acionário. Tudo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

bem, só que lá nós temos uma concessão que está vigente. Parte das obras foi feita, inclusive atendendo de acordo com o prazo da concessão, só que a manutenção, em função disso, está totalmente parada. Aí isso começa a causar uma revolta na população, com razão, porque quem está pagando um pedágio não pode passar por buraco na estrada, e temos alguns trechos...

Fui até informado agora pelo Diretor-Geral, Dr. Jorge, que um trecho de Cuiabá a Rosário estava atrasado, e, como o DNIT não tinha recursos, passou-se esse trecho para a concessionária. Agora, voltou o trecho para o DNIT. Felizmente, esse trecho está licitado já. Então, isso abre a possibilidade de que o DNIT tome uma providência o mais rapidamente possível. Mas lá, devido ao volume de carretas, é incrível o que acontece! Levamos o Diretor-Geral lá. Em 15 dias, 30 dias depois, a estrada estava praticamente acabada, devido ao volume dessas carretas.

Então, o nosso apelo aqui, Sr. Presidente, é no sentido de que, primeiro, não dá para esperar, a meu ver, a mudança do controle acionário. Se formos esperar por isso, em quanto tempo isso vai acontecer? Não sei se o Marcelo consegue responder isso. Acredito que nem ele tenha condições de responder, porque é uma negociação que vai acontecer entre empresas. Daí, Sr. Presidente, vem a nossa preocupação com a manutenção dessa estrada.

No Estado do Pará, houve uma interrupção por causa de um atoleiro por uma semana, e foi um caos no Brasil. O Presidente da República diretamente fez uma interferência. Nessa região, não pode acontecer isso.

Acredito, Sr. Presidente, que o pior é a desmoralização do sistema concessionário no Brasil, porque, quando você paga um pedágio, você o está pagando para estar em uma estrada boa, mas, além disso, está pagando serviços, como guincho, médicos, paramédicos, telefone a tantos metros, ou seja, todo um serviço que é prestado pela concessionária.

Então, Sr. Presidente, quero aqui trazer essa preocupação, porque nós também somamos com a Bancada de Rondônia e queremos ver a concessão da BR-364, que é importante para Mato Grosso, é importante para Rondônia, é importante para o Brasil. Se nós desmoralizarmos o sistema, se isso acontecer, quem vai acreditar em fazer uma nova concessão da BR-364, indo para Porto Velho, e em qualquer alternativa que teremos?

Então, quero me somar à angústia de V. Ex^a, que, em muitos momentos, tem falado, repetido, mostrado e lutado por essas obras da concessão, pela necessidade de fazer a concessão, como também a concessão da Ferrogrão, que é também uma importante ferrovia. Temos de fazer a intermodalidade, ou seja, hidrovias, ferrovias, estradas e tudo mais.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, ler três perguntas que foram feitas através da assessoria e que acho importante registrar. Acho que há tempo para o Marcelo respondê-las.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual o papel da ANTT no desenvolvimento do Arco Norte? Minha pergunta está relacionada ao fato de que produtores e indústrias da região têm investido pesadamente nos últimos anos em terminais do Arco Norte, que engloba Norte e Nordeste do País. A solução de mais esse gargalo, acesso aos portos do Arco Norte, irá beneficiar em especial os produtores de grãos do norte de Mato Grosso, os maiores produtores do Brasil, mas também, é claro, Rondônia, Pará, todo mundo.

Está é a segunda pergunta: quanto à rodovia BR-163, produtores, exportadores e caminhoneiros continuam enfrentando muitas dificuldades para escoar mercadorias. Grãos, fibras, proteína animal e algodão estão entre os principais produtores que passam pelo tortuoso trajeto. Pergunto: o que a ANTT, em conjunto com o Ministério dos Transportes, pode fazer para que esse gargalo logístico possa ser amenizado, ou melhor, para que esse gargalo possa ser resolvido em definitivo?

Faço a terceira e última pergunta. Em Mato Grosso, a BR-163 está concedida à iniciativa privada, sob a concessão da Rota do Oeste. São 850km que cortam 19 Municípios, entre Itiquira, na divisa de Mato Grosso do Sul, e Sinop, no total da extensão. A Rota do Oeste é responsável pela duplicação de 450km, e os outros 400km são de responsabilidade do DNIT. Pergunto: a concessionária vem cumprindo os prazos estabelecidos junto à ANTT? Falo dos prazos da construção, porque, às vezes, a população não conhece o que está previsto nos compromissos da concessionária. É claro, como eu falei aqui, que a manutenção, infelizmente, não está ali. Mas, em relação aos prazos, minha pergunta se deve ao fato de que a concessionária deveria cumprir o plano de duplicação nos primeiros cinco anos da concessão iniciada em março de 2014.

E ainda faço esta pergunta: a continuidade estaria sofrendo com atraso devido a problemas com financiamentos e licenças ambientais? Qual a sua visão sobre essa questão específica?

Faço ainda, é claro, esta pergunta: se o Ministério Público, através de uma ação, suspender a cobrança do pedágio, como ficará, em médio prazo, essa situação? Quem vai fazer a manutenção da estrada? O DNIT não tem contrato de manutenção, fora esse trecho de Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil – falo do contrato de obra e manutenção. Para o restante, não existe contrato; é da concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se isso acontecer e se for feita uma nova licitação, Sr. Presidente, com certeza, até fazer a licitação, nós vamos demorar mais quase um ano. Então, essa é a minha preocupação, e acho que é a preocupação também dos usuários.

Ainda, só concluindo, quero aqui deixar meu testemunho também do papel e da importância das agências, principalmente da Antaq, que é uma agência só com três diretores. A ANTT tem cinco diretores, não é isso?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cinco.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – São cinco diretores. Penso, Sr. Presidente, que temos até de apoiar que essas duas agências tenham mais estrutura, porque o quadro de funcionários ainda é muito pequeno diante do tamanho do Brasil e da necessidade de atuação na fiscalização, na prevenção e em tudo mais.

Ontem, eu vi uma matéria sobre a questão da carta-frete. Então, para a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador, o seu tempo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ...fiscalizar tudo isso não é fácil – não digo para a ANTT.

Então, fica aqui o nosso apoio no sentido de estruturação.

Quero parabenizar o Dr. Marcelo. Tenho certeza da sua competência. Ele vai estar agora com o mandato de quatro anos e vai ter muito mais tempo de planejar e de fazer, devido a essa necessidade, o fortalecimento da agência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Antes de passar a palavra para o Marcelo Vinaud, também faço duas colocações ao Dr. Marcelo, para que S. S^a possa responder a todos de uma única vez, já que não há mais ninguém inscrito.

Falo sobre o transporte irregular que existe no País. São empresas clandestinas, piratas, que põem em risco a vida de muitas pessoas. Há empresas, inclusive, que, às vezes, possuem liminar, mas que não cumprem o regimento ou não cumprem as leis da ANTT. E, ao não cumprirem a fiscalização, sem o acompanhamento da agência, essas empresas realmente põem em risco o sistema e põem em risco a vida de muitas pessoas. O que a ANTT está fazendo para coibir essa situação? As empresas piratas estão completamente sem autorização; para algumas, inclusive, há essa questão da liminar, mas elas não obedecem às leis da ANTT, causando um desequilíbrio econômico entre as empresas que estão autorizadas e que, ao estarem autorizadas, pagam os impostos devidos, seguem o regimento e o regulamento da ANTT e, é claro, têm um custo maior por isso, por terem uma qualidade melhor da frota de ônibus etc.

Outra situação é relativa à concessão da BR-364. Qual o modelo que está sendo pensado para a duplicação da BR-364 e para a concessão? Entendemos que, com a dragagem do Rio Madeira, que será





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

feita este ano, haverá um aumento muito grande do transporte de grãos entre Porto Velho e Itaquiara, através da hidrovía do Madeira. Automaticamente, como toda essa produção chega a Porto Velho através da BR-364, também será duplicado o transporte de grãos, de produção agropecuária que chegará a Porto Velho. Então, pergunto: qual o modelo que está sendo feito para a concessão? Há um prazo já, embora já tenhamos marcado uma audiência pública em Porto Velho no dia 28 para discutir esse tema?

Eu gostaria que V. S^a avançasse um pouco em relação a isso, pois, nesta semana, anteontem, passei na BR-364 e constatei que ela está completamente esburacada. E há uma coisa interessante: serviços foram realizados há um ou dois anos, mas hoje a BR-364 está completamente destruída, toda esburacada entre Pimenta Bueno e Cacoal principalmente, e, entre Ouro Preto e Ariquemes, não é diferente. A situação é gravíssima, temos de ter uma emergência inclusive para iniciar a restauração antes da concessão. Não dá para aguardar a concessão para consertar a BR-364.

São essas duas questões que peço a V. S^a que responda. Passo a palavra a V. S^a para dar as respostas, com o tempo que quiser para responder a todos os Senadores.

Obrigado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

Primeiramente, agradeço a deferência dos Senadores e espero ter um desempenho à altura caso eu seja reconduzido ao meu próximo mandato.

Eu gostaria de comentar as colocações do Senador Fernando Bezerra quanto à infraestrutura da ANTT e aos recursos que ela tem disponíveis para realizar sua missão, quanto às expectativas que temos para as novas concessões e à nossa agenda legislativa, vamos assim dizer.

A agência é uma autarquia especial, que tem 15 anos, ou seja, é uma entidade muito nova, que, na minha visão, tem uma responsabilidade muito grande na medida em que a estrutura de transportes no País vem sendo concedida. O Senador colocou que temos 10 mil km, mas eu gostaria de corrigir, dizendo que, após a segunda e terceira etapa, passamos de 4 mil km para 14 mil km, mantendo a mesma estrutura interna tanto de fiscalização quanto de apoio à regulação.

Esse fato, embora tenhamos nos empenhado em sermos mais eficientes, principalmente com as questões que relatei na minha leitura, na organização da agenda regulatória bem como na transparência dos processos, é sempre muito difícil, na medida em que temos cada vez mais trabalho e em que os recursos estão limitados praticamente ao último concurso que nós tivemos em 2010. É impossível fazer regulação e fiscalização sem pessoas, por mais que se invista em tecnologia. A ANTT tem trabalhado nisso, tem feito grandes investimentos na parte de fiscalização, principalmente na fiscalização rodoviária, em termos de tecnologia, mas nós precisamos de cabeças pensantes e precisamos também evoluir na medida em que os desafios aumentam.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como novos desafios em termos de concessão de rodovias, nós temos agora a iniciativa do Governo, especificamente da Secretaria do Programa de Parcerias e Novos Investimentos, o PPI, onde várias infraestruturas foram agora validadas para concessão. Isso representa um desafio, dada a vivência que nós temos das últimas concessões, principalmente da terceira etapa.

Quanto à questão da agenda legislativa, neste momento nós temos um projeto de lei, que está em tramitação, que busca reforçar o papel institucional das agências, inclusive garantindo recursos. Então, aproveito o momento para pedir o apoio desta Comissão no sentido de olhar para as agências e de lhes dar apoio em termos de recursos e de pessoal técnico e qualificado, porque os desafios vêm aumentando, a situação macroeconômica do País varia, e nós não temos, hoje, os recursos adequados, na minha visão, para cumprir a tarefa como nós gostaríamos, embora haja empenho. Tenho que aqui ressaltar que a ANTT detém hoje um quadro técnico de excelente qualidade. Não falo isso por pertencer a ele, não, mas por acompanhar o trabalho dos meus colegas no dia a dia.

Já entrando aqui nas questões colocadas pelo Senador Wellington Fagundes, posso dizer, Senador, que realmente as concessões da terceira etapa tiveram...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Antes de V. S^a responder as minhas perguntas, como já estava aqui, eu quero registrar também a presença do Sr. Sérgio Lobo, que é diretor da ANTT, assim como eu já havia citado o Sr. Mário Rodrigues, a Sr^a Elizabeth Braga, que também estão aqui. E cito ainda, principalmente e em primeira ordem, a presença daquela manda no nosso Diretor Marcelo, que é a Sr^a Fernanda Valim, que está ali prestando muita atenção e, com certeza, apoiando S. S^a neste momento. Por isso, preferi falar, para que a emoção possa lhe trazer ainda mais inspiração.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado, Senador.

As concessões da terceira etapa, realmente, sofreram problemas de financiamento e também com as condições macroeconômicas que levaram, a gente pode dizer, a um descompasso no cumprimento dos contratos.

Sendo objetivo, o custo de propriedade, hoje, de se alterar esses contratos, para o País e para o usuário, seria bastante alto. Creio eu que a melhor solução, hoje, seria um caminho de reprogramação dessas obras, no sentido de dar maior viabilidade ou condições para as empresas que ali estão atuando. Contudo, definir isso não é papel da ANTT. Essa é uma questão de política pública.

Como coloquei na minha explanação, a ANTT tem de prezar o bom cumprimento dos contratos, gerando segurança jurídica ao concessionário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entendo que esse assunto esteja sendo discutido no Governo. Ele deve ser prontamente encaminhado, porque não só a concessão da BR-163, que está hoje com a Rota do Oeste, como também as outras concessões estão em dificuldade, mesmo as que conseguiram algum financiamento com o BNDES.

Há de se observar também que a condição de financiamento sempre foi um risco das concessionárias. Essa é uma questão que deveria ter sido observada desde sempre no Plano de Negócios. Embora a ANTT seja sensível à questão e esteja atenta, buscando soluções, nessa questão, a concessionária tem de buscar oferecer à agência reguladora soluções dentro do escopo do contrato e tem de buscar junto ao Governo, que determina as políticas públicas, caminhos adequados, para que possamos encontrar soluções.

O grande problema é que, se hoje essas concessões forem devolvidas e forem novamente à licitação, o custo de propriedade para fazer isso é muito alto em termos de tempo e de recursos. Lembro que não são rodovias que estão prontas para serem analisadas e concedidas. São rodovias que hoje estão com o concessionário lá. Isso envolve a saída do concessionário. Então, o custo de propriedade desse tipo de ação e o custo regulatório são muito altos. Nós entendemos que o Governo está sensível a essa situação e tem procurado a agência no sentido de obter orientação técnica. A agência está se movendo também, dentro da sua competência e dentro dos limites do contrato, no sentido de tentar resolver isso. Acredito que deve haver um deslinde ainda neste semestre.

Quanto à questão do Arco Norte que o Senador colocou, a ANTT tem desenvolvido estudos tanto na parte de cooperação internacional quanto com outras entidades, notadamente a Antaq, o Ministério dos Transportes e o DNIT, no sentido de prover melhorias no Arco Norte, porque é de entendimento técnico que as três vertentes do Arco Norte – a Ferrovia Norte-Sul; a hidrovía do Tapajós, com a possível implementação da Ferrogrão, a BR-163; e a hidrovía do Madeira, principalmente após a dragagem, tornando o fluxo de navegação mais perene – vão compor, sim, o corredor estratégico do futuro da produção de grãos do País, sem tirar nenhuma importância hoje da rodovia que atende ao Porto de Santos, que é muito importante para o País e que, durante muito tempo ainda, vai ser uma opção estratégica. Mas o desenvolvimento do Arco Norte, tecnicamente, quase por gravidade, é a saída mais adequada. A ANTT está atenta a isso, tem promovido diversos estudos e discussões com a Antaq e com o Ministério dos Transportes.

Nós acreditamos que, por meio das informações técnicas oferecidas ao Governo, principalmente no que concerne aos corredores e aos gargalos, teremos concessões adequadas. Acredito que a BR-364, em pouco tempo, a partir do momento em que os estudos estiverem finalizados, também deve ser contemplada nesse cenário, para viabilizar o corredor do Arco Norte, que hoje, como o Senador Wellington bem colocou, está sendo feito na raça. Trata-se hoje da operação em Miritituba e da operação rodoviária na BR-163, que hoje está sob a tutela do DNIT.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bem, Senador, em relação ao transporte rodoviário de passageiros, eu estou há 12 anos na ANTT, mas eu sou oriundo desse mercado, trabalhei em empresas na iniciativa privada, na parte de transporte rodoviário de passageiros, de cargas e logística. E a questão do transporte pirata, mesmo o transporte pirata travestido em operações acobertadas por liminares, é um problema sério no País. A ANTT tem uma batalha incansável contra esse tipo de transporte. Para isso, além de ações de inteligência voltadas a operar a fiscalização da maneira mais eficiente possível, há também campanhas junto com a Polícia Rodoviária Federal e com outras entidades de conscientização do passageiro quanto ao problema sério que é a utilização desse transporte, porque isso não envolve simplesmente a passagem mais barata. Nós temos notícias de duas semanas atrás de que uma criança de 11 anos foi sequestrada em Ipameri, Goiás, e foi levada para Oeiras, no Piauí. O sequestrador utilizou-se de transporte pirata para chegar até essa cidade. Então, não há nenhum tipo de controle. Toda essa rede de transporte que aparentemente parece simplesmente oferecer um serviço de baixa qualidade, sem segurança e barato, na realidade, promove uma série de outras consequências que são indesejáveis para a sociedade hoje.

A ANTT está atenta a essa questão. Nós estamos implantando um sistema nas empresas regulares que é um monitoramento chamado Monitriip, no qual nós vamos obter o posicionamento de todos os ônibus interestaduais em tempo real. O que isso traz de melhoria quanto ao transporte pirata? O ponto que detecta o transporte regular, formal, também verifica que ali houve a passagem de um veículo não regular. Com isso, o trabalho da inteligência vai ser muito mais efetivo no sentido de poder interromper essas viagens.

Nós estamos trabalhando também – não citei isto no eixo da Agenda Regulatória – na questão de uma resolução de perdimento desses veículos utilizados – isso tem previsão legal – para esse transporte irregular, no sentido de realmente limitar a atuação do pirata, atacando diretamente no bolso dele. A agência tem observado isso. Isso é foco da nossa agenda regulatória.

Contamos com o apoio do Legislativo. Sabemos que V. Ex^a milita nessa área, para que haja um transporte mais adequado no País. A ANTT tem sido incansável nessa fiscalização, nós temos trabalhado nisso. Eu pessoalmente, que vim da área e entendo essa problemática bem, procuro apoiar todas essas ações sempre que possível.

Voltando à questão da BR-364, os estudos estão sendo finalizados. É importante que haja uma sinalização de políticas públicas quanto à priorização dessa concessão. Realmente, nós trabalhamos junto com a Antaq, em todas essas questões que envolvem o transporte multimodal, para entender como essa operação é dada. E a questão da dragagem do Rio Madeira realmente traz uma importância maior para a BR-364.

Bom, eu tecnicamente acredito que deve, sim, haver alguma proposta de concessão à medida que esse corredor se estabeleça.

Acho que, a princípio, seria isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Sr. Marcelo Vinaud por suas explicações.

Lembro aos nossos Senadores, aos nossos pares, que entendo que os diretores das agências não devem ter indicações políticas; é importante que sejam pessoas do quadro, que conheçam a agência, que conheçam o trabalho. V. S^a já foi indicado pelo governo anterior e é indicado novamente por este outro Governo, o que mostra que não há interferência política, mas, sim, a meritocracia. Eu entendo que isso é importante para o nosso País. Todos aqui estão apoiando essa sua indicação exatamente por conta desse fato.

Como o Senador Flexa está na frente, eu passo a palavra a S. Ex^a e, depois, ao Senador Wilder. Pois não Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu posso ceder a vez para o Wilder. Pelo menos, eu vou aprender: você vai falar e eu aprendo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Os jovens têm preferência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É o seu caso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, nosso indicado à Direção da ANTT, Marcelo Prado, Srs. Senadores, eu tive que me ausentar para ir à CMA, que estava em processo de votação para a eleição do Presidente e instalação de seus trabalhos, mas esse processo foi adiado. Ouvi a exposição do Senador Wellington Fagundes sobre a 163.

A 163, todos nós sabemos, é uma rodovia que começa em Cuiabá e termina em Santarém. Então, o Pará complementa o traçado da 163 para que sirva de escoamento para a produção dos grãos do norte de Mato Grosso. Além disso, hoje o Pará já está participando também da produção de grãos em três polos.

Eu perguntaria o seguinte. O Dr. Marcelo fez, ainda agora, uma observação sobre o Arco Norte. O Pará hoje é, eu diria, cobiçado, por todos aqueles que querem exportar a sua produção, como porto de maior proximidade com os mercados consumidores – depois de Vila do Conde, é o mais próximo dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, indo pelo Canal do Panamá. Todos os portos estão se deslocando para o Pará. Hoje deve haver... Além dos que já estão em funcionamento em Vila do Conde, que já está saturado inclusive, há outros em Miritituba, em Santarenzinho e na própria cidade de Santarém.

Agora, é importante que o Governo dê prioridade à 163. É lamentável que essa rodovia, de tamanha importância para o Brasil – não é nem para o Pará; é para o Brasil –, não seja priorizada. Faltam 170km para ser concluída.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em uma ocasião em que eu estava com o Presidente Temer, eu disse a ele: "Presidente, o senhor pode passar para a História sendo o Presidente que completou a 163 e a entregou em todo o seu trajeto. De Cuiabá até Santarém está pavimentada, faltam 170km, priorize, faça agora neste ano a metade, e a outra metade inaugure até o final de 2018."

O que vimos há algum tempo, e não estamos livres de repetir, foram aquelas imagens com quilômetros de carretas e de bitrens na 163, porque um pequeno trecho estava atolando os carros, não passavam. Aí, mobilizou-se todo o sistema de segurança, de apoio, DNIT, Governo do Estado do Pará, que teve que ir para lá garantir a trafegabilidade.

Os caminhoneiros, dois deles, fizeram uma declaração – ouvi, Senador Acir – de que estavam se recusando a fazer frete pela 163. Eles estavam preferindo ir para o Sul e voltar, naquela incongruência de voltar para trás para depois vir para frente de novo. Iam para Paranaguá e Santos e, além de estarem sufocados, aumentava-se a distância para levar aos mercados consumidores.

Como o Senador Wellington falou, em Mato Grosso, há uma parte já concedida, inclusive com a duplicação do trecho. No Pará, também existe a possibilidade de haver uma concessão para a estrada. Não sei como será feita, porque é preciso, ali, fazer várias ações. Na passagem dos trechos urbanos, tanto na sede dos Municípios, como foi em Novo Progresso, como foi nos Distritos que temos, tais como Castelo de Sonhos e Moraes Almeida, tem que se fazer a segregação da rodovia.

Fiz um projeto, e aprovamos em primeiro turno, semana passada, definindo que, em todas as rodovias federais, quando atravessarem a sede dos Municípios ou de Distritos, tem que haver a segregação da rodovia, fazer postas laterais para que não haja acidentes, perda de vidas.

Então, perguntaria ao Dr. Marcelo: como se encontra hoje a concessão do trecho do Estado do Pará da 163? Ele está avançando?

Agora, temos também no Pará, e tenho estado frequentemente na ANTT, Senador Acir – aqui saúdo todos os diretores da agência, em nome do Presidente Jorge Bastos – para tratar da ferrovia. Temos uma ferrovia, projetada pelo Governo do Pará e Fepasa, que liga Santana do Araguaia, lá embaixo, no limite com o Tocantins, ao Porto de Vila do Conde, passando por Marabá. Essa ferrovia está sendo estruturada, já existe um consórcio interessado em participar da PPP para a concessão do trecho, inicialmente, que vai de Marabá a Vila do Conde. Em uma segunda etapa, ligaria Santana a Marabá, complementando.

Existe uma ferrovia – todos nós conhecemos –, a Norte-Sul, que também tem um trecho ligando Açailândia a Vila do Conde. Nós mantivemos entendimentos tanto com a ANTT quanto com o Governo, com o Ministro Moreira Franco, e ele retirou o trecho da Norte-Sul entre Açailândia e Vila do Conde, passando a adotar, no programa do Governo, a Fepasa, a ferrovia estadual. Então, basta ao Governo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal conceder 48km, ligando Açailândia à Fepasa, para, com isso, ser feita a interligação de toda a Norte-Sul com o porto de Vila do Conde, que é o destino final.

Então, eu perguntaria também a V. S^a se na ANTT foi feito esse estudo e se lá se chegou também a essa mesma posição em relação à Secretaria que trata dos investimentos privados do Ministro Moreira Franco.

Por último, Senador Acir Gurgacz, eu faria um pedido a V. Ex^a: como já se encontra na Secretaria da Comissão a mensagem com a indicação do Dr. Francisval Mendes para compor a Diretoria da Antaq, então, se possível, que V. Ex^a indicasse o relator para essa mensagem, a fim de que fosse feita a leitura do relatório e, em seguida, a sabatina do Dr. Francisval Mendes. A Antaq tem três diretores e, hoje, está com apenas dois. Desse modo, nem deliberar ela pode, e os processos todos estão suspensos.

Assim, eu pediria a V. Ex^a que designasse logo o relator para que a gente possa, na reunião da próxima semana, ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Flexa Ribeiro. Eu falarei com o Presidente Eduardo Braga para que ele possa designar o relator para a matéria o mais rápido possível. O Senador Eduardo Braga continua...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O Senador Eduardo Braga, que chega hoje à tarde, continua convalescendo da cirurgia a que foi submetido na semana passada; porém, assim que chegar, deverá resolver essa questão e designar o relator, o mais rápido possível.

Passo a palavra ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também, na mesma linha do nosso Senador Flexa, quero dizer da importância da indicação do Sr. Francisval Mendes. A Antaq, que só tem três diretores, está só com dois. Assim, fica também o registro dessa solicitação para que o nosso Presidente designe o relator dessa indicação.

Eu tive que sair para a CMA também, Marcelo, mas deixo aqui os meus elogios a você, goiano que é.

Nós temos, hoje, um projeto, capitaneado pelo nosso Governador, juntamente com o Governador do Distrito Federal, que é o trem, o famoso Trem-Pequi, que liga Goiânia a Brasília, passando por Anápolis. Então, tivemos a oportunidade de, há menos de um mês, fazer uma visita a toda a Diretoria da ANTT, e o que a gente tem é que está sendo feito o termo de referência para fazer uma consulta pública





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e colocar isso em votação. Então, Senador Acir, vai ficar muito fácil você nos visitar em Goiás, principalmente no meu aniversário agora. Quero ver se, até no ano que vem, a gente consegue fazer esse trem.

A segunda indagação é relativa à questão da licitação da Ferrovia Norte-Sul. Está havendo agora a licitação dessa concessão. Quero saber também se isso está previsto para este ano.

Eram essas as minhas perguntas, Marcelo. Os votos dos goianos você sabe qual é, devido ao seu talento e à sua competência, com certeza. E é de carreira.

Como bem disse o nosso Presidente, nas indicações, há aprovação política, mas, no seu caso, isso se dá pela meritocracia, pelo fato de você ter capacidade. Então, meu voto é para que você permaneça e nos ajude muito, para que possamos tirar nosso Trem-Pequi do papel e fazer o desenvolvimento da infraestrutura no nosso Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wilder Moraes.

Passo a palavra ao Senador Elmano Férrer, para fazer suas colocações.

Aguardamos, então.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Estão em uma reunião do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Estão numa reunião do Bloco...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... o Senador Elmano Férrer e o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Elmano!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Ex^a está com a palavra, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone.*) – Para falar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O senhor pediu para fazer a sua inscrição aqui. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Era para marcar a frequência. Estou brincando, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, está bem.

Não havendo mais quem queira fazer questionamentos, passo a palavra ao Dr. Marcelo Vinaud.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Primeiramente, sobre as questões colocadas pelo Senador Flexa Ribeiro, quero dizer que a questão da BR-163 é uma questão que a gente considera um pouco controversa no sentido do planejamento do Arco Norte. Lembro que, no PNL (Plano Nacional de Logística e Transportes), editado pelo governo da época, de 2011 para 2012, essa rodovia era considerada uma rodovia de ligação, ou seja, existia já uma concepção do que seria hoje a Ferrogrão, e essa rodovia serviria como uma rodovia de apoio, e não como uma rodovia com a finalidade com que ela é utilizada hoje, para o transporte intensivo rodoviário de grãos, para o transporte rodoviário de cargas.

Essa concepção mudou já no final do outro governo. Considerou-se que seria viável – foi a primeira iniciativa que nos foi passada, que foi passada para o órgão regulador – tomá-la como uma rodovia passível de concessão. Nós iniciamos os estudos. Os estudos foram elaborados, mas sempre considerando a questão da Ferrogrão. Dentro desse contexto, os estudos, no primeiro momento, não mostraram viabilidade. Esses estudos foram interrompidos.

Tecnicamente, entendo que a manutenção da via hoje é a única saída existente. Por mais que a Ferrogrão esteja no plano e seja prioridade do Governo, e hoje é também prioridade da agência no sentido de dar encaminhamento aos estudos e a audiências públicas... A ferrovia inicia no Porto de Miritituba e Santarenzinho, que é o mais adequado. Ou seja, a gente entende que, mesmo levando dez anos para se construir a ferrovia, a cada 100km que forem concebidos, ela já passa a atender e a propiciar a diminuição do fluxo de veículos na BR-163. Não há como hoje se viver ou se propiciar o transporte via Miritituba sem a BR-163.

Da parte da ANTT, nós temos toda a condição de retomar os estudos, porém isso depende de uma iniciativa de política pública, de priorização, no caso, do Governo, para que ela volte a constar da nossa lista de concessões a serem realizadas. Pessoalmente – conheço a região, trabalhei na região, na iniciativa privada, antes de estar na ANTT –, entendo que é primordial que ela seja mantida de maneira adequada.

A questão da Fepasa, como, no caso, é uma ferrovia de iniciativa estadual, a ANTT tem acompanhado os estudos. Inclusive, no nosso grupo que estuda transporte multimodal existem iniciativas de estudo para integração modal das ferrovias, no sentido de dar maior viabilidade e transporte adequado. A questão é que hoje não há uma priorização do Governo em relação a essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

interligação. Nós aguardamos, então, uma iniciativa nesse sentido para que os estudos possam ser feitos.

A questão já colocada pelo Senador Wilder, o Trem do Pequi. Eu sou goiano, tenho minha preferência, embora seja uma preferência pessoal. A ANTT está empenhada em fechar o termo de referência para que haja a audiência pública. Essas tratativas estão céleres junto ao Estado de Goiás. Nós acreditamos que ainda este semestre nós tenhamos essa audiência pública.

Quanto à questão da Norte-Sul, que também foi colocada, a área técnica da ANTT está terminando os estudos, em consonância com a PPI. A audiência pública, com toda a documentação técnica, está prevista agora para maio. Nós temos bastante confiança de que vamos cumprir esse prazo.

A princípio seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Marcelo Vinaud.

Pois não, Senador Elmano. Agora V. Ex^a está pronto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Agora estou pronto. É apenas uma solicitação que queria fazer a V. Ex^a, no sentido de designar relator para a indicação do Dr. Francisval para a Antaq.

É uma indicação que está aqui há mais de 30 dias, e nós gostaríamos de fazer essa solicitação, considerando também que o Rio Parnaíba, um rio que já foi navegável. Quando nós fomos Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, fizemos um estudo desse rio para examinar a viabilidade de um resgate da navegação, estudo feito por uma instituição japonesa, Jica, através de uma outra subsidiária dela.

Então, nós temos interesse nessa questão. Daí por que solicitamos de V. Ex^a a designação de um relator para a indicação do Dr. Francisval para a Antaq.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Eu já fui informado aqui pelo nosso universitário-mor, assim batizado pelo Garibaldi Alves, de que hoje à tarde o Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Braga, estará aqui e deverá despachar no sentido de nomear o relator para essa importante missão, que é ser o Diretor da Antaq. Já está aqui a indicação e creio que a partir de amanhã nós já saberemos quem é o relator e poderemos, enfim, a partir daí, ter o relatório lido e a sabatina feita aqui na Comissão de Infraestrutura.

Não havendo mais quem queira se posicionar, vamos encerrar a votação, abrir o painel e proclamar o resultado.

Foram 15 votos SIM, nenhum voto NÃO.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por unanimidade, a matéria vai ao plenário do Senado Federal para seguimento de tramitação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, tradicionalmente a gente tem buscado dar celeridade aqui a esses processos. Eu quero, inclusive, parabenizar a Comissão, até o Senador Garibaldi Alves, porque, quando começamos, sob a sua Presidência, nós tínhamos muitas agências incompletas... A interinidade traz uma certa indefinição, às vezes, nas decisões das agências.

Então, como tem acontecido aqui, eu gostar de pedir a V. Ex^a, como Presidente, a possibilidade de enviar ainda hoje para o plenário, porque poderíamos votar ainda hoje. Foi consenso, ou seja, todos votaram favoravelmente. Se pudéssemos enviar ainda hoje para o plenário, eu acho que daríamos celeridade também a essa indicação, ou seja, a sua nomeação em definitivo.

Mas também quero que fazer um apelo a V. Ex^a em relação à Antaq. Como já foi falado por esses companheiros, a Antaq é a única agência só tem três diretores. Com dois diretores, não há o voto de minerva. Com isso, fica mais complexo fazer qualquer deliberação e o Presidente tem que fazer isso *ad referendum* acho que não é bom para o melhor funcionamento.

Inclusive, conversei já com o Senador Eduardo Braga, mas ele estava com problema de saúde. Claro, vamos não só torcer, mas fazer as nossas preces aqui para que ele possa realmente se recuperar. Pela informação que tivemos, ele deve estar hoje... V. Ex^a já colocou isso. Caso ele não possa estar, V. Ex^a poderia pedir autorização para que se faça essa indicação. Tenho certeza de que o Senador Braga quer fazer o mais rápido possível também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como é uma indicação do meu Partido – ele é do Mato Grosso e já se falou tanto aqui dos portos do Arco Norte, da questão da nossa infraestrutura –, eu acho que é fundamental essa indicação, porque há muitas concessões, muitos projetos principalmente com relação ao Arco Norte. Mas, na verdade para o Brasil todo, para o setor portuário é fundamental que a gente dê agilidade às renovações de concessões, às prorrogações. É muita demanda – como eu já disse aqui – para as agências, principalmente para a ANTT e para a Antaq. Quanto à Antaq, não sei se é menor ou maior, mas, na importância, acho que as duas são quase iguais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Nós levaremos essa demanda ao Presidente Eduardo Braga. É importante que se coloque que todas as agências estão completas com a indicação de Marcelo Vinaud e da Antaq. São as duas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

únicas diretorias que faltam para deixar todas as agências 100% completas com as suas diretorias. Então, levaremos também esse pleito ao Senador Eduardo Braga.

A matéria estará, meia hora depois do término desta reunião, na Presidência, à disposição para ser votada ainda hoje, se o nosso Presidente Eunício concordar. Falaremos também com o Presidente Eunício para que ele possa colocar em pauta hoje – e peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que nos ajudem a conversar com o Senador Eunício –, em votação hoje à tarde ainda...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E nós queremos. Teremos agora a reunião de Líderes, e V. Ex^a, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso. Estaremos lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos pedir a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A urgência está concedida, e vamos levar ao Presidente.

Agradeço a presença do nosso amigo e colega, Dr. Marcelo Vinaud Prado, desejando-lhe sucesso. Acredito que a votação não será diferente no plenário, já que tivemos aqui a unanimidade, sinal de que o seu trabalho tem sido reconhecido por todos aqui do Senado Federal.

Também agradeço a presença de todos os funcionários da agência, além dos Diretores Sérgio Lobo, Mário Rodrigues, Elizabeth Braga e também do Diretor-Geral Dr. Jorge Bastos. Saúdo a presença da Sr^a Fernanda Valim, que é esposa do Marcelo.

Desejamos sucesso, Marcelo, e que você continue nessa toada. Tecnicamente falando, a ANTT precisa de muita ação, e o Brasil precisa dessas ações da Agência Nacional de Transporte Terrestre. Parabéns pela sua votação! Essa unanimidade aqui representa, de fato, o seu trabalho até aqui feito à frente da Diretoria da agência. Parabéns!

Vamos para a segunda parte da nossa reunião da Comissão de Infraestrutura.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- 1. Em 28/03/2017 foi aprovado o substitutivo oferecido ao projeto;*
- 2. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;*
- 3. Nos termos do artigo 282 do RISF, não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.*

A matéria encontra-se em turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

Em 3/4 foi apresentada Emenda nº 2, de autoria do Senador Valdir Raupp, que ainda não recebeu parecer do Relator.

A matéria será encaminhada ao Relator, Senador Lasier Martins, para que seja oferecido relatório sobre a Emenda nº 2.

Com a ausência do Relator, nós não temos o que fazer. Nós temos que enviar essa emenda ao Relator para que ele possa proferir o seu relatório. Portanto, na próxima reunião deliberativa da Comissão, serão feitas as votações nominais do substitutivo em turno suplementar e também da Emenda nº 2.

Assim será feito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Acir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu só quero informar a V. Ex^a, aos meus pares e ao Relator que conversei com o Senador Valdir Raupp sobre a emenda que ele apresentou. De nossa parte, não há nada contrário à aceitação da emenda. A questão, como V. Ex^a disse, é na próxima semana o Relator acatar a emenda do Senador Valdir Raupp para que nós possamos, então, votar em segundo turno o projeto, que é muito importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estava tratando, agora mesmo, com o indicado para Diretor da Antaq dessa necessidade de se fazer a segregação das rodovias federais quando atravessam os núcleos urbanos dos Municípios, sede dos Municípios, ou Distritos nesses Municípios. É isto que o projeto define que seja obrigatório: ao ser construída uma rodovia federal, que se faça essa segregação.

Então, a emenda do Senador Valdir Raupp só acrescenta isso ao projeto para que fique sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Item nº 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-163, no trecho de Cuiabá (MT) a Miritituba (PA).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros

Consulto o Autor ou alguns dos Senadores presentes se gostariam de se manifestar sobre o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aprovado o requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não; para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós estamos aqui andando rápido, mas não faltará tempo, e eu lhe dou a palavra para discutir sem nenhum problema. Só queria aproveitar a presença dos senhores para aprovarmos o requerimento, e continuamos a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É pela aprovação!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem problema. V. Exª tem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É pela aprovação. Eu só quero parabenizar o Senador Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero parabenizar o Senador Wellington por propor que seja feita uma diligência para que possamos, trafegando pela BR de Cuiabá até Santarém, verificar o estado em que ela se encontra. Isso é muito importante, Senador Wellington, até porque a 163 está, como se diz, na ordem do dia, é motivo, como falei ainda há pouco, de matérias nos jornais da televisão e impressos.

Eu gostaria, se o Senador permitisse, de subscrever o requerimento em conjunto com o Senador Wellington Fagundes, porque a BR-163 une muito mais agora os Estados de Mato Grosso e Pará, porque estão umbilicalmente ligados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da minha parte, só ajuda e reforça esse requerimento, Sr. Presidente.

Eu gostaria de convidar, inclusive, V. Exª, porque é da região também. Rondônia, Pará, Mato Grosso, temos todos o mesmo objetivo, que é aumentar a produção, aumentar a riqueza da região.

Na BR-163, tivemos esse problema do atoleiro. Acho que daqui a 60 dias cessam as chuvas, mas temos que ir lá também para averiguar o andamento das obras de asfaltamento, porque, senão, no ano que vem, poderemos ter problemas iguais. Por isso, é importante a presença da Comissão de Infraestrutura, e faço questão já de convidar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu farei questão de estar presente.

Faço também uma colocação, Senador Wellington e Senador Flexa. Uma questão que precisamos avaliar novamente ou continuar sua discussão é a qualidade do asfalto que está sendo feito no País. Com relação à BR-364, já fizemos diligências, estivemos juntos, com o Senador Raupp junto conosco, os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Deputados Federais, o Diretor-Geral do DNIT, e olhem: foi feita uma restauração da BR-364 entre Pimenta Bueno, e Cacoal, e Ji-Paraná, e Ouro Preto. Não aguentou uma chuva até hoje. Vêm as águas, vem uma chuva, e parece que é de açúcar aquele asfalto que fizeram nesse trecho. Então, é preciso bater nessa tecla, porque o dinheiro é gasto, o investimento é feito, e o trabalho não é recebido conforme o planejamento e o projetado.

Temos aqui hoje essa demanda da BR-163, a demanda, de novo, da BR-364. É todo ano, e todo ano são investidos milhões para a restauração.

Convido, entendo que é oportuno, para visitarmos outro trecho da BR-163 que está sendo feito com concreto. Entendo que é importante a nossa visita também a esse trecho da BR-163, no Estado do Paraná, para que possamos fazer com que nossas estradas do Norte sejam feitas com aquela qualidade de serviço, a do asfalto de concreto, dando uma garantia de 20 anos sem problemas na estrada.

Entendo que é importante a nossa visita para constatar *in loco* a qualidade do serviço que está sendo feito na BR-163. Que essa qualidade seja vista também na BR-163, no Norte, e na BR-364. Vou fazer o levantamento detalhado do local para que possamos fazer essa diligência da nossa Comissão.

Convido os Srs. Senadores, para que a gente possa fazer a visita à BR-163, no Norte, e à BR-163, no Sul, para que a gente possa seguir com a construção das nossas rodovias, mas com outra qualidade. Não dá para aceitar o que está sendo feito ou o que foi feito na BR-364. Foram gastos milhões, e está lá o serviço malfeito.

Nós debatemos essa questão na Comissão de Serviços de Infraestrutura quando o Presidente Collor estava presidindo esta Comissão. Foram feitas diligências, foram refeitas as obras. Também quando o Presidente Garibaldi a estava presidindo, nós fizemos as diligências, mas não se resolveu o problema. Os buracos estão em toda a BR-364, inclusive nas áreas que já foram feitas e refeitas. Ela não aguentou uma chuvarada. Estamos saindo das chuvas na Amazônia, não saímos ainda. Continua chovendo. Está no final a chuva, mas os buracos estão... Está impraticável o trânsito na BR-364.

E aí se coloca a culpa nos caminhões, como se os caminhões não fossem objeto da construção das estradas. V. Exª colocou aqui, há pouco, a autorização de um novo caminhão de 16 eixos, com capacidade de transportar cem toneladas. Isso não implica a questão de estragar as rodovias, pois é feito o balanceamento. Por isso, ele tem cem toneladas e 16 eixos, para que haja uma melhor distribuição e não afetar, assim, as rodovias. Precisamos que haja uma melhor qualidade das rodovias. Esse é o grande ponto.

Convido todos, então, a fazerem essa visita a esse outro trecho da BR-163.

Vamos ao item 3.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pode-se votar já. Quero fazer uma consideração em cima dessas posições aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de diligências por esta Comissão, nos dias 11 e 12 de maio, na BR-435, nos Municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena; e na BR-174, entre os Municípios de Vilhena e Juína, para debater as obras dessas rodovias e da ferrovia entre Sapezal/MT e Porto Velho/RO.

Autoria: Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz e outros.

Consulto se algum dos Senadores gostaria de se manifestar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, da mesma forma, essa estrada tem uma importância muito grande para Mato Grosso, porque ela vai interligar uma vasta região, que será uma nova fronteira agrícola.

O trecho de Juína a Vilhena, ou de Vilhena a Juína, do lado de Rondônia, já está asfaltado. Agora, na nossa região, falta asfaltar um pequeno trecho. Nós conseguimos recuperar essa estrada há quatro ou cinco anos. Ela estava totalmente intrafegável. Estava totalmente intrafegável! E o abastecimento de Juína se dá muito através de Vilhena, principalmente no que diz respeito a combustível e tudo o mais.

A BR-174 foi federalizada no ano passado, ou melhor, no governo passado e também está no PAC. Foi um trabalho que fizemos de forma bastante intensa. Nós conseguimos colocá-la no PAC. O governo do Estado, num convênio, está ultimando os projetos, para que essa estrada também seja asfaltada. Então, a BR-174, de Juína a Colniza, está nesse processo. Agora, de Juína a Vilhena, ela é fundamental, e eu gostaria, inclusive, de fazer também, de subscrever esse requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aí, Sr. Presidente, como tratamos aqui sobre tudo o que se refere a estradas, eu quero aqui mostrar à nossa população – se a TV puder pegar aqui; não sei –, Senador Flexa, isso, que foi o que aconteceu anteontem, na BR-158, que liga também a região do Araguaia ao Pará. O Pará está todo asfaltado, só não as pontes, as pontes estão com problema. Está asfaltado, faltando as pontes, e isso por questão ambiental. No Mato Grosso, temos muitas estradas nessa situação. Faz-se o asfalto, e as pontes continuam de madeira. Olhem só a situação que fica uma ponte nessas condições!

Então, está intrafegável hoje a BR-158, e, claro, com o rio passando pela estrada. Temos todos os problemas. Por isso, é importante que a questão do desmatamento seja feita com todo o critério, para não acontecerem problemas como esse.

E aí, Sr. Presidente, quanto esse bom exemplo que V. Ex^a acabou de citar da questão do pavimento rígido em concreto, nesse requerimento, eu gostaria de aproveitar, porque, ao visitar a BR-163 em Mato Grosso, nós temos esse bom exemplo. O trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, na verdade, são três trechos: Rondonópolis-Jaciara; de Jaciara à Serra de São Vicente, este trecho... A Serra de São Vicente, no passado, já foi feita em concreto; agora, de Jaciara até a Serra de São Vicente, que foi licitada por RDC (Regime Diferenciado de Contratações), isso é importante que a população saiba, nesse sistema, cabe à empresa fazer o projeto executivo e encontrar a melhor solução para que se faça uma estrada de melhor qualidade.

Esse foi um avanço que tivemos, porque, no passado, o Tribunal de Contas ia lá, averiguava. Se a empresa conseguisse um processo tecnológico, digamos, mais moderno e conseguisse diminuir o preço, o Tribunal queria retirar o lucro da empresa, porque ela havia conseguido aplicar uma tecnologia melhor. Hoje, não. Com RDC, cabe à empresa encontrar a melhor solução, inclusive o melhor preço para ela, ou seja, ela tem um preço definido, ela tem que fazer uma estrada naquelas condições, mas ela pode melhorar a estrada, desde que o preço não aumente. E é o que aconteceu nesse trecho de Rondonópolis a Jaciara. A construtora que ganhou por RDC, ela está fazendo toda a restauração em concreto, ao mesmo preço da licitação.

Então, se houver tecnologia, se houver competência, é possível fazer uma estrada com melhores condições. O que V. Ex^a mencionou: claro que há problema também quanto ao material. Lá nós temos uma fábrica de cimento nova, aliás, duas fábricas, e, como aumentou muito o preço do asfalto, então, encontrou-se essa alternativa. Inclusive, o trecho também de Serra de São Vicente a Cuiabá deverá essa mesma empresa assumir, e também a proposta é que se faça em concreto.

Então, seria uma boa alternativa para que a Comissão também conhecesse *in loco*. E é importante dizer ao mesmo preço da licitação oriunda dá para fazer a capa em asfalto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sugiro que nós façamos uma emenda nesse seu pedido para fazermos essa visita na 163, que já está, em que já foi aplicado esse cimento rígido...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Está encostado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É próximo e depois passamos à 163, mais ao norte, onde precisa ser executada obra.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, se V. Ex^a aceitar e o Senador Wellington, queria fazer, queria aditar mais um trecho para nós irmos visitar.

É incompreensível a falta de atenção do Governo com as estradas federais no meu Estado. O Pará hoje é a rota de escoamento, como falei anteriormente, que aumenta a competitividade da produção de grãos do nosso País. Mas nós não queremos, Senador Wellington... Antigamente se dizia ver o apito do trem passando; hoje, acho que o trem nem apita mais. Então, não queremos ficar assistindo nem o trem nem as carretas passando pelo Estado do Pará sem que seja trazido algum benefício para o Estado, para que o Estado possa acelerar seu desenvolvimento econômico e social.

Então, a BR-158 e a BR-155 no Estado do Pará, outro eixo de exportação para o leste do Pará, encontram-se em estado deplorável. Quero aqui falar em nome daqueles que produzem no sul do Pará, dos Prefeitos e Vereadores que estão mobilizados todo o tempo, 24 horas, para que a BR-158 e a BR-155 possam ser recuperadas e tenham trafegabilidade. Essas pontes que o Senador Wellington mostrou, no Pará, são chamadas de pontes assassinas, porque ocorrem acidentes com carretas e com perda de vidas. É lamentável isso!

Com relação ao que V. Ex^a comentou, V. Ex^a tem toda razão sobre a questão da qualidade da pavimentação dessas estradas. Isso pode acontecer por dois motivos. Primeiro, pelo dimensionamento da plataforma não ter sido feito levando-se em consideração o tipo de transporte que iria trafegar. Hoje, trafegam bitrens que levam 80 toneladas de grãos nessas estradas. Então, tem-se de ver se o pavimento foi dimensionado para isso.

Segundo, é a qualidade do serviço executado. Para isso, o Senador Wellington falou do RDC, mas chegou a ser feito – e acho que por aí deveriam caminhar as contratações... A contratação feita pelo DNIT teria de ser para execução do pavimento e sua manutenção por cinco anos, ou seja, a empresa que fizesse a pavimentação responderia pela qualidade do serviço durante cinco anos, porque, se houvesse algum rompimento, se abrisse alguma cratera, ela teria a obrigação contratual de corrigir. Aí, ela pensaria duas vezes se faria um serviço de qualidade para que, ao longo dos cinco anos, não tenha manutenção dispendiosa ou se voltaria ao longo desse tempo recuperando tudo aquilo que fez com qualidade inferior. Acho que poderíamos tentar isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queria aditar, então, que nós possamos fazer uma diligência na BR-155 e na BR-158. Assim, cobriríamos, Senador Wellington, todos os possíveis eixos de escoamento da produção nas rodovias federais que ligam o Mato Grosso ao Pará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Eu entendo que esta inclusão deve ser feita no item 2, na visita da BR-163.

Estamos em discussão... Estamos discutindo o Requerimento nº 9, nos dias 11 e 12, para visita nos Municípios de Pimenteiras e Cerejeiras, que são coisas que não dão para serem mantidas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Acho que é impraticável, por causa da região. O que o Senador Flexa está propondo é à 158,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exato.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que liga a região do Araguaia ao Pará, porque ela é fundamental. Acho que seria melhor um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Entendo que não é compatível, porque as distâncias, quando se fala do Amazonas, da Região Norte...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Fale isso para Brasil, Presidente! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Na Região Norte, as distâncias são muito grandes. O Pará é muito grande. O Mato Grosso também é muito grande em extensão realmente, e as dificuldades são muito grandes.

Sugiro, realmente, que façamos outro requerimento, Senador Flexa, para que façamos uma diligência especificamente na 158. Aí, teremos tempo; senão, não haverá condições de fazermos todas as visitas ao mesmo tempo.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, coloco em votação o requerimento para visitarmos Vilhena, Colorado Oeste, e a 174, Vilhena a Juína, e também a discussão da ferrovia entre Sapezal e Porto Velho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Agora, sim, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e aos colegas também.

Estava aqui ouvindo atentamente a explanação de V. Ex^a, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Flexa, e isso me preocupa muito. Considero muito acertado o que estamos tratando. E V. Ex^a é proponente de um requerimento para que se faça a audiência pública, para que faça a visita, e eu o subscrevi aqui com o Presidente Eduardo Braga.

Agora, vejo que a situação acontece na 163 e em outras rodovias importantes, como colocou o Senador Flexa Ribeiro. Aquilo que V. Ex^a trouxe sobre a BR-364 é gravíssimo. Estamos falando da rodovia que dá acesso do Mato Grosso para Rondônia, de Rondônia para o Acre. Sem ela, comprometemos o abastecimento daquela parte mais ocidental da Amazônia. É muito grave.

E o custo, hoje, do transporte já está influenciando muitíssimo. O Brasil tem uma queda de inflação; na nossa Região, não. E a queda é por demanda; diminuiu a demanda. No nosso caso, o custo de transporte pesa muito em todas as mercadorias e encarece tanto os produtos que exportamos quanto os que precisamos importar.

Estou fazendo um levantamento fotográfico da situação da BR-317 e da 364 no Acre. Entre Sena Madureira, Feijó, Manoel Urbano, especialmente estas últimas, Feijó-Tarauacá e Tarauacá-Cruzeiro do Sul, a situação é de absoluta calamidade. Há um risco enorme de a BR-364, que já foi pavimentada, virar a 319, ou seja, desaparecer, ser fechada exatamente no período em que o DNIT abre um escritório no Acre, que era algo que buscávamos. Quer dizer, agora temos representação do DNIT no Acre, e a estrada nunca esteve tão ruim.

No geral, acho, sinceramente, que moramos numa região que chove muito. V. Ex^a disse: "Como é que acontece aquilo com aquele asfalto?" Ficam pessoas, às vezes, sem conhecimento da causa, fazendo denúncias, colocando as coisas por um viés errado, mas, se não tivermos um planejamento mínimo do DNIT, do Ministério dos Transportes, para fazer as ações no tempo certo, vão jogar dinheiro fora, vão jogar dinheiro fora, porque mexer com terraplanagem, num período errado, na Amazônia, não vai funcionar; a capa asfáltica vai derreter, e vamos ter só mais gasto de recursos.

O que me estranha é o fato de o Governador Tião Viana tinha trabalhado a liberação – R\$250 milhões. Depois, entram outros políticos no meio, querendo tomar benefícios. Passa-se o período adequado para se fazer a licitação. Quando esta sai, é período de chuva; e nós temos um risco agora de a BR-364 ter desbarrancamento, ter interrupção.

Estou referindo-me à parte do Acre. Estou fazendo um levantamento detalhado, fotográfico, para que possamos fazer uma denúncia consistente. E o apelo é um só: o DNIT precisa – não estamos falando de dez rodovias; estamos falando, pelo menos, de duas ou três, que são fundamentais na região – fazer





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um planejamento. Às vezes, até com menos recursos, mas, com mais planejamento, é possível dar uma melhor trafegabilidade a ela.

Volto a repetir: às vezes, vão-se gastar menos recursos, mas, se se gastar mais tempo no planejamento, vamos conseguir atravessar os períodos de excesso de chuva. Choveu na região de Rio Branco este ano 1,4 mil milímetros em três meses. Onde acontece isso? Não há rua ou rodovia que resista. Uma rodovia, como a 317, na região de Assis Brasil, Epitaciolândia, Brasileia, Xapuri, Rio Branco, o acesso de Rio Branco até o aeroporto, que também está precisando de uma atenção para Sena Madureira, que vai a Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, não pode passar por aquilo.

Então, estou aqui fazendo um apelo, uma cobrança, e vou trazer a denúncia para o DNIT, no sentido de que a chegada do escritório ao Acre parece até que piorou a situação.

Quero apoiar o representante do DNIT; quero colocar-me à disposição, mas precisamos mudar, porque a BR-317, especialmente a BR-364, não aguenta mais um inverno como foi esse – chamamos de inverno o período de chuvas –; não aguenta mais um período de chuva como esse, porque ela vai ser interdita por absoluta irresponsabilidade do Governo Federal, dos gestores públicos, que não estão levando em conta todo o investimento feito. Sem manutenção, o investimento será levado pelas águas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem colocado, Senador Jorge Viana. São duas questões importantes: é a época de se executar e que tipo de serviço vai ser executado. Não podemos colocar na Região Amazônica, onde há uma chuva diferente, um clima diferente – muita chuva e muito sol – a mesma qualidade com que é feito em São Paulo, no Paraná, no Nordeste. São questões diferentes, e temos tecnologia para isso.

Agora, é preciso que se estude e planeje adequadamente, para que se coloque, ali na nossa região, um asfalto diferente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, um material diferente. Talvez a solução seja o concreto, o pavimento rígido, para que a gente possa ter um retorno, porque não dá para aceitar que, todo ano, seja refeita a nossa rodovia. Todo ano, são gastos milhões de reais, para se fazer o mesmo serviço.

Na esteira do que foi dito pelo Senador Flexa Ribeiro, entendo que todos os contratos tenham a garantia do construtor. Essa garantia tem de ser executada. O contrato com defeito não é simplesmente fazer a rodovia, sem a garantia do serviço que foi feito. Há, sim, garantia do serviço que foi executado. O serviço tem de ser executado através do DNIT.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fica aqui a nossa colocação, um pedido ao DNIT, no sentido de que as empresas reexecutem o serviço malfeito, porque não dá para entender como uma rodovia pode aguentar apenas uma chuvarada. Não é aceitável, porque foram gastos ali alguns milhões de reais nos últimos anos. Temos que ter essa providência. Fica aqui o nosso pedido ao DNIT. Ontem de manhã, eu estive no DNIT, mas infelizmente não encontrei nenhum diretor do DNIT para debater esse assunto da BR-364, essa situação lamentável em que ela está.

Nós esperamos que, no dia 28 de abril, nós tenhamos esse debate, em Porto Velho, junto com o Diretor-Geral do DNIT, para que algo seja feito, em caráter de emergência, com relação à BR-364 não só no Estado de Rondônia, mas também no Estado do Acre, como muito bem colocou o Senador Jorge Viana.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater os resultados da sanção da Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2015, que alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em votação o requerimento.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos um requerimento extrapauta do Senador Flexa Ribeiro, o Requerimento nº 13, de 2017.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater ações de investimentos por parte do Bando Nacional do Desenvolvimento em Infraestrutura, com foco no setor de saneamento básico.

Autoria: Senador Roberto Muniz e outros

Para tanto, sugerimos que sejam convidados: Dr^a Maria Sílvia Bastos Marques, Presidente do BNDES; Dr. Roberto Tavares, Presidente da Aesbe; Dr. Gilberto Peralta, Presidente da ABDIB; Dr. Santiago Crespo, Presidente da ABCON; e Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil.

Subscrevem aqui o Senador Roberto Muniz, o Senador Flexa Ribeiro e também o Senador Eduardo Braga, que faz parte do requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para completar, nós aprovamos aqui o requerimento que V. Ex^a, o Senador Wellington e o Senador Eduardo Braga subscreveram, sobre a audiência para tomarmos conhecimento da conclusão do estudo de viabilidade da ferrovia ainda com parâmetros chineses. Ficou aprovado, mas, como nós vamos ter convidados estrangeiros, eu estou compatibilizando para que não haja despesa para o Senado a presença deles, no Brasil, agora em abril, e não necessariamente precisa ser no dia e no horário em que a Comissão se reúne, eu queria fazer um apelo à Secretaria, no sentido de que encontrássemos uma data compatível com a presença desses convidados de fora – porque eles é que precisam –, para que não haja custo algum para o Senado e, assim, se possa fazer a audiência, que é, no fundo, uma solicitação da Frente Parlamentar, que apoia a ferrovia. Então, eu consultaria os colegas da Coordenação – essa seria uma ideia – sobre o dia que seria mais adequado para que pudéssemos estar aqui, aproveitando...

Tive uma audiência com o Embaixador chinês, e os técnicos chineses estarão aqui durante o mês de abril. Então, seria muito importante... Sei que regimentalmente há prerrogativa, quando há convidados estrangeiros. Acho que seria possível compatibilizar.

Eu só queria fazer um apelo para que, com a Secretaria da Comissão e com a Presidência, pudéssemos achar um melhor momento para fazermos, ainda em abril, essa audiência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu sugiro a V. Ex^a que indique o dia. Entendo que seria mais prático V. Ex^a se reunir com os convidados e nos indicar qual é o dia ideal para que possamos fazer essa audiência pública, pois ela é de importância muito grande para todos nós. Então, sugiro que V. Ex^a indique qual é o dia apropriado, tendo em vista...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... a importância dos convidados para essa audiência pública. Então, já devolvo para V. Ex^a a indicação dos dias possíveis para fazermos essa audiência.

Antes de encerrarmos, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 11 de abril, terça-feira próxima... *(Pausa.)*

Antes, em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Roberto Muniz e do Senador Eduardo Braga.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Agora, sim, antes de encerrarmos, convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 11 de abril, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a presença dos nobres Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia seis de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Roberto Muniz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Raimundo Lira, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Ana Amélia e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Otto Alencar, Wilder Moraes e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 18/2017, de autoria do Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Debater ações que visem à solução do impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do Estado do Amazonas. **Participante:** Fernando Coelho Filho, Ministro de Estado de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 18/2017, de autoria do Senador Eduardo Braga, e RQI 22/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. **Finalidade:** Debater ações que visem à solução do impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do Estado do Amazonas. **Participantes:** Edvaldo Luís Risso, Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia; Jorge Celestino Ramos, Diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras; Francisco Romario Wojcicki, Diretor Presidente da Amazonas Energia - Distribuição; Wady Charone Júnior, Diretor Presidente da Amazonas Energia - Geração e Transmissão; Edvaldo Alves Santana, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE); Carlos Eduardo Gonzales Baldi, Diretor de Geração da Eletrobras; Luiz Henrique Hamann, Diretor de Distribuição da Eletrobras. Leandro Caixeta Moreira, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/06>

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Convido S. Exª o Ministro de Minas e Energia, nosso amigo Fernando Coelho, para compor a Mesa.

Explico aos membros da nossa Comissão que, tendo em vista a organização, esta audiência pública será dividida em três fases. A primeira fase, com o Ministro Fernando Coelho Filho, que fará um diagnóstico do setor elétrico e do setor de minas e energia do País. Falará não apenas do diagnóstico, mas das suas propostas e dos avanços. Logo a seguir, teremos uma audiência pública que tratará mais especificamente da questão da Região Norte, mais precisamente do Estado do Amazonas. E como teremos um número de participantes elevado, nós dividiremos a Mesa em duas etapas, com quatro participantes em cada uma das etapas, para que possamos atender com conforto e com, vamos dizer assim, respeito à participação de cada um dos convidados.

Mas a primeira etapa será comandada pelo nosso eminente Ministro Fernando Coelho Filho, que, com certeza, tratará de temas importantes, que, no decorrer do debate, nós poderemos adentrar. Entre eles, a questão da sobrecontratação de energia existente hoje no nosso País, as questões dos investimentos nas energias alternativas, os investimentos em linha de transmissão, as perspectivas do mercado de minas e energia no Brasil, as perspectivas com relação à questão do gás da Bolívia, que tem sido discutido permanentemente pelo empresariado e pelo setor especializado do mercado, bem como outras questões que com certeza surgirão ao longo desta demanda.

No entanto, antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, eu quero aqui, de público, agradecer duas interferências e duas ações que o Ministro, após conversa conosco, gentil, em nosso gabinete, adotou. Uma delas, com relação à questão da linha de 138kV, na Região Norte do País, o que abre uma possibilidade muito grande. Isso é um esforço, Bertol, que se vem fazendo há muito tempo no setor,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tendo em vista as dificuldades de investimentos daquelas distribuidoras. E o outro diz respeito à questão dos sistemas isolados dos isolados, em que também, há pelo menos dois anos e meio, vinham-se buscando alternativas para que pudéssemos encontrar soluções de financiamento para implementação de energia para esses setores, que são absolutamente isolados e que, sem novas tecnologias e tecnologias híbridas, seriam praticamente impossíveis de serem assistidos com geração de energia permanente.

Feitas essas duas colocações, passaremos a palavra ao Sr. Ministro, que terá, portanto, o seu tempo à disposição para a sua exposição, pelo tempo que desejar, lembrando que hoje temos CAE, será uma votação muito importante e muitos dos nossos membros também são membros da CAE. Portanto, sem querer diminuir, ao contrário, destacando esta superterça-feira no Congresso Nacional e no País, afinal hoje teremos também a manifestação, o começo, a manifestação inicial do Tribunal Superior Eleitoral com relação ao processo de cassação da chapa Dilma/Temer. Esta é, sem dúvida nenhuma, uma das audiências mais aguardadas pelo Senado da República no dia de hoje.

Vou passar a palavra, mas antes eu quero também destacar aos companheiros que nos acompanham pelas mídias do Senado da República e que queiram participar desta audiência pública que poderão fazê-lo enviando perguntas e comentário por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Passo, portanto, a palavra para o Sr. Ministro Fernando Coelho Filho.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, queria dizer, primeiro, as palavras de agradecimento pelo convite, a oportunidade de vir ao Senado da República fazer parte desta audiência pública, que tem como objetivo central, no seu segundo momento, tratar do fornecimento de gás ao Estado do Amazonas. E, de forma muito gentil, o Presidente da Comissão abriu este espaço, e eu prometerei ser o mais breve possível, para fazer, primeiro, um diagnóstico e uma síntese das ações que estão sendo planejadas, as já executadas e as que estão sendo planejadas pelo Governo Federal para o ano de 2017 e de 2018.

Queria cumprimentar todos os Senadores, o Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Pedro Chaves, a Senadora Ana Amélia. Agradeço pela presença e apoio de sempre na pauta do Ministério de Minas e Energia.

Eu fiz uma rápida apresentação e eu entendo, vocês me perdoem, mas vou passando de forma bem rápida. Na verdade, isso é só uma premissa inicial, e eu tenho dito sempre que o setor energético e mineral, no caso, os setores do Ministério de Minas e Energia são fundamentais para a retomada do crescimento econômico. E o crescimento não se dará sem antes passar por essa áreas, seja pela atração e pelo potencial de atração de investimentos na geração – vamos ver aí alguns números que foram mobilizados já, ao longo deste ano, na geração, na transmissão, na distribuição de energia elétrica –, seja por todo o poder de mobilização da indústria de óleo e gás, em todas as suas cadeias, no *upstream*,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

no *downstream*, no *midstream*, seja pela capilaridade da produção de biocombustíveis, e também com um peso muito importante à nossa área mineral da nossa parte.

Eu queria pedir perdão e registrar a presença de todos os que me acompanham: o Diretor Jorge Celestino, que é Diretor de Abastecimento e Gás da Petrobras; os Diretores da Eletrobras, Carlos Baldi, Diretor de Geração; Luiz Henrique Hamann, Diretor de Distribuição. Cumprimento todos que fazem a nossa agência de energia elétrica, a EPE, e o próprio Ministério de Minas e Energia, de todas as Secretarias, de Geologia e Mineração, de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Secretaria de Óleo, Gás e Biocombustíveis e Secretaria de Energia Elétrica.

Quando chegamos – e usando a palavra que o Presidente Michel Temer utiliza com muita frequência, de poder reinstitucionalizar os poderes –, nós também procuramos replicar isso no setor, a reinstitucionalização do setor, da relação entre o Ministério e as agências, as empresas públicas debaixo do Ministério. O Ministério de Minas e Energia tem as duas maiores, ou duas das maiores empresas públicas do País, a Eletrobras e a Petrobras, que enfrentavam e ainda enfrentam uma série de dificuldades, mas nós estamos aí, agora chegando ao final de um longo período de recessão econômica. No cenário internacional, durante esses últimos anos, nós tivemos a crise no preço do minério de ferro, nós tivemos o preço do barril de petróleo, que chegou a bater US\$110, caindo para baixo dos US\$30, hoje voltando para o patamar de US\$50, US\$55, e tudo isso comprometeu de forma muito severa a financiabilidade desses grandes projetos.

Tivemos também, pela recessão em que o País se encontrava, os recursos públicos cada vez mais escassos, as empresas estatais com pouquíssima ou quase nenhuma capacidade de investimento, e, logo na partida, colocamos aqui, que foi algo bastante positivo para o setor e para as nossas empresas, a nova Lei das Estatais, que foi aprovada aqui, pelo Congresso, logo, se não me engano, nos primeiros 60, 90 dias de Governo. Tudo isso possibilitou uma recuperação de forma muito célere das empresas. Só para vocês terem uma ideia, em um ano de Governo do Presidente Michel Temer, as ações da Eletrobras chegaram a valorizar 66%, de forma também muito semelhante comportaram-se as ações da Petrobras, dos bancos públicos.

Cumprimento o Senador Roberto Muniz.

E essa foi uma lei de melhoria na nossa governança, que teve um impacto bastante aprovado, digamos assim, pelos mercados. Nós nos encontrávamos com nossas ações em Nova York também em processo de deslistamento. Conseguimos relistar, o Governo assumiu uma série de compromissos, e tudo isso contribuiu para a retomada da confiança.

O Senador Eduardo Braga falou, e ele conhece bem este problema: o baixo consumo, fruto da recessão econômica, gerou o fenômeno da sobrecontratação pelas distribuidoras de energia elétrica. Esse problema tinha sido quase que solucionado no final do ano passado, mas ele voltou, neste primeiro semestre, com muita força. Estamos tomando algumas medidas, como já foram tomadas no ano





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

passado para poder aliviar essa carga das distribuidoras. E a nossa expectativa é com a retomada do crescimento do PIB, que nós possamos diminuir essa sobrecontratação ainda neste ano.

Casando também com anos seguidos, sequenciais de regime de baixa hidrologia, nós temos os nossos maiores reservatórios no Nordeste. E aqui, quem é do Nordeste sabe que nós estamos aí há seis anos seguidos de baixa hidrologia. Os reservatórios do Sudeste, que ainda têm também algum poder de reservação, encontram-se em uma situação um pouco mais confortável, mas também não é lá grandes coisas. E as nossas grandes usinas, que foram construídas recentemente – uma decisão que o País tomou –, são, em sua grande maioria, usinas a fio d'água. Nós não temos esse poder todo de reservação.

Tarifa de energia pressionada por encargos setoriais e indenizações. Nisso também eu não quero entrar aqui no mérito de se foi certo ou errado, mas o fato é que foi concedida, ao longo de muitos anos, uma série de subsídios para diversos setores. E eu até julgo bastante meritórios esses subsídios; o problema é que ficou pesado demais para o consumidor brasileiro arcar com essa conta. Para vocês terem uma ideia, o Senador Roberto Muniz, lá da Bahia, paga, na conta dele da distribuidora da Bahia, mais subsídios do que ele paga de distribuição, que é o que acontece com todos nós aqui. Nós vimos a conta de desenvolvimento energético, que começou com um orçamento bastante modesto, chegar à casa de R\$18 bilhões, R\$19 bilhões, e isso foi um peso muito grande e sempre pressionando a tarifa.

A gente tem, com razão, a pressão das indústrias, que falam da perda de competitividade, a inadimplência aumentando, seja pelo preço que subiu, seja pelo quadro de recessão. Isso também é um desafio muito grande.

O setor elétrico – e aí a judicialização é basicamente no setor elétrico –, que sempre foi um setor bem estruturado, estável, com regras claras, a agência reguladora forte, passou a ser um setor onde todos recorreram para a judicialização para poder ter resguardado o seu direito. E essa é hoje uma das questões bastante sensíveis que ameaçam toda a liquidez ou boa parte da liquidez do setor elétrico. Há uma série de iniciativas entre a agência, a Aneel – e aqui eu quero registrar e agradecer a parceria –, o Ministério e todos os entes, para que nós, em uma mesa de diálogo, o que nem sempre é fácil, possamos encontrar situações para que tiremos da esfera judicial.

Incertezas sobre mudança no marco legal adiaram investimentos no setor mineral. Em 2012, 2013, o governo passado mandou para o Congresso uma proposta de alteração do marco legal da nossa lei da mineração, coincidiu com a recessão econômica do País e coincidiu também com a queda do preço dos minérios de ferro. Se você pegar os investimentos em mineração no Brasil, nós temos visto que, ano após ano, o investimento tem se reduzido. E não vou nem falar de Austrália, África do Sul, países que estão muito na nossa frente, mas países aqui, no nosso entorno, como Equador, Peru – também não vou nem falar de Chile, que está muito na nossa frente na área mineral –, tomaram iniciativas no sentido de poder desburocratizar e acelerar essa recepção e atração de investimentos no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

setor mineral. Então, aí claramente mostra-se também que algo precisa ser feito para que a mineração no Brasil possa deslançar.

Para vocês terem uma ideia, das quatro maiores mineradoras do mundo, só a Vale está no Brasil, por ser brasileira, e há uma outra que tem uma participação em um empreendimento com a Vale. Então, precisamos fazer uma série de mudanças no nosso entendimento, para que o Brasil possa ser, cada vez mais, destino do setor de mineração do mundo.

Alguns princípios que nós adotamos como Governo, para poder nortear todas as mudanças que nós estamos implementando e tentando implementar. Acima de tudo, respeito aos contratos. Isso é uma marca do País. Mesmo durante o período da ditadura militar, o Brasil sempre respeitou os seus contratos.

Estamos buscando, cada vez mais, e fruto da lei que foi aprovada pelo Congresso, das estatais, dos conselhos de administração, bastante eficientes, mostrar também no setor público a eficiência na gestão.

A questão da racionalidade econômica, de você poder de fato deixar aquele empreendimento se sustentar pela lógica econômica financeira dele.

No passado, o Governo era obrigado a tomar muitos desses riscos, quando a iniciativa privada não queria, digamos assim, investir. Um empreendimento não era atrativo o suficiente, então, colocavam-se as empresas estatais para poder ir para aquele negócio. Mesmo assim não era suficiente, e aí você colocava uma taxa de juros diferenciada. Mesmo assim não era suficiente, você colocava os fundos de pensão para também fazer parte. E nós temos uma série de empreendimentos que têm taxas internas de retorno inferiores a 2%, a 3%, e nenhuma empresa privada toma uma decisão de um investimento desse.

Nós estamos também botando essa premissa como um ponto crucial para a tomada de decisão de investimento das empresas públicas. É evidente que empresa pública tem algumas missões aonde não chega o capital privado, que é uma universalização, que é poder levar uma energia a um local mais remoto. Mas esse é o papel da empresa enquanto empresa de Estado. Mas ela também tem que visar a rentabilidade dos seus capitais. Todas as duas, tanto a Eletrobras, como a Petrobras, têm capital minoritário privado, e a gente tem que zelar pelo interesse de todos.

Isonomia entre agentes – a gente também já vem falando aqui da reinstitucionalização dos *players* do setor – e muito diálogo e transparência nas ações do Ministério. Nós temos buscado, com todas as associações, com todas as empresas, sejam públicas ou privadas, ir ao limite sempre no diálogo, Senador Valdir Raupp, no diálogo entre Ministério e essas empresas do setor.

Objetivos. Alocação adequada dos riscos entre os agentes – poder de fato separar o que é risco do negócio e o que não é risco do empreendedor. Isso é algo que no Brasil muitas vezes se confunde e,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para que a gente possa garantir a tranquilidade na tomada de investimentos, principalmente do setor privado, porque a gente ainda vive uma escassez do investimento público, isso é uma premissa bastante cara para os investidores.

Melhoria no ambiente de investimentos pela redução da insegurança jurídica e da instabilidade regulatória. A gente tem procurado, como eu falei, respeitar os contratos, melhorar o diálogo e todo o ambiente que o Brasil vem trabalhando, para poder, com a votação e a aprovação de uma série de medidas que o Governo vem tocando, em parceria com o Congresso Nacional, melhorar esse ambiente para a tomada de investimentos.

Segurança energética a preços competitivos. Esse é o objetivo do Ministério de Minas e Energia. Nós não estamos mais querendo dosar o ganho de quem quer que seja, nós não temos preconceito com nenhuma taxa interna de retorno.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – É decisão do investidor poder escolher qual negócio ele vai fazer ou não fazer. O que cabe ao Governo e ao Ministério é poder ter serviços de qualidade a preços competitivos. Esse é o nosso papel.

Desburocratização e simplificação dos processos administrativos. Eu acho que esse é um desafio de toda a máquina pública no País. A gente tem ainda muito que precisa avançar. Eu fiz uma citação numa apresentação que fiz na Câmara dos Deputados e faço aqui. Eu acho que isso vale para todas as áreas, mas me permitam: na área de mineração nós precisamos avançar na questão do DNPM, particularmente, que é uma estrutura bastante defasada para a realidade do País. E há aí algumas propostas de que eu vou falar um pouco mais à frente.

Promoção da produtividade, da eficiência e da inovação. Esse é um desafio também da máquina pública. Muitas vezes, pela estabilidade e por ser público, as pessoas tendem a se acomodar com o que é mais fácil. Pessoas brilhantes, de certa capacidade, mas neste ambiente que a gente vive no País, de pessoas avessas ao risco, diante de todo um cenário de questionamento, muitas vezes a gente inibe aquelas pessoas de poder ter uma iniciativa ou tomar uma decisão que pode melhorar em muito os nossos processos.

E por último, o restabelecimento do preço como sinal econômico na guia das decisões de investimento. A gente falou aqui, no eslaide passado: é justamente o empreendimento por si só se sustentar do ponto de vista econômico financeiro para os seus acionistas, e não utilizarmos de nenhum truque para poder tornar aquilo mais atrativo.

Setor elétrico. O que já foi, digamos assim, feito ao longo desse um ano. A Lei 13.360, que foi a medida provisória que o Congresso aprovou no ano passado, a 765, já foi o primeiro sinalizador...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – ... no sentido de reafirmar a eficiência e a racionalidade econômica na atração de investimentos para o setor elétrico. Ali, naquela medida, foi feita uma série de iniciativas, como a renovação de concessões de pequenas centrais hidrelétricas e grandes hidrelétricas sob uma nova modelagem. Foi pensada ali também uma série de outras alternativas que melhoraram o ambiente do ponto de vista da racionalidade e da governança do setor.

Sobre a descontração, o Presidente, no final do ano, assinou o Decreto 8.828, que dá maior flexibilidade para a gestão de contratos de energia pelas distribuidoras. Então, eles tinham uma obrigatoriedade de comprar, no ano seguinte, um percentual bastante elevado, se não me engano, 95% da energia contratada no ano anterior. Nós flexibilizamos isso, e isso foi responsável pelo fato de a sobrecontratação ser um problema muito menor no final e no começo do ano, como foi.

Evidentemente, no primeiro semestre, no final do segundo semestre e começo do primeiro semestre, a economia não reagiu da forma que nós esperávamos. Esse assunto voltou agora à pauta, mas numa intensidade muito menor do que aconteceu no final de 2015 e começo de 2016.

E autoriza também a Aneel a implementar a tarifa binômia para consumidores de baixa tensão, em linha com as melhores práticas internacionais. Na verdade, a gente vai ter oportunidade, eu acho, de falar um pouco mais à frente. Eu uso sempre uma analogia que me fizeram, e eu acho muito apropriada, com o telefone celular. O telefone celular, quando começou, era feito para fazer ligação. Hoje o telefone celular faz uma série de coisas, inclusive ligação. E as distribuidoras de energia elétrica, num futuro muito próximo, vão ser responsáveis por uma série de serviços, inclusive vender energia. Então, o papel da distribuidora no futuro vai ser muito mais da infraestrutura, porque seja pessoa jurídica ou pessoa física, ela vai ter a capacidade de gerar sua própria energia, de escolher de quem vai comprar a energia – isso num futuro que a gente tem que perseguir. A tarifa binômia é justamente você saber o que é que você está pagando de fato, o que é fio e o que é energia dentro da sua conta.

E o Ministério fez uma consulta pública. Se não me engano, acho que ainda está publicada no *site*, foi uma grande consulta pública sobre o modelo de comercialização, enfim, um grande debate que foi feito ouvindo a todos.

No setor elétrico, no ano passado, em setembro, nós chegamos a realizar um pequeno leilão de compra de energias renováveis. Nós tínhamos previsto para o ano passado esse de setembro, que foi realizado, se não me engano, em vinte e pouco de setembro. Ele contratou trinta projetos, entre PCH e CGH, somando 180MW de potência instalada, que serão responsáveis por R\$1 bilhão, R\$1,1 bilhão de investimento. Nós tínhamos previsto um leilão no final do ano, de renováveis também, basicamente solar e eólica, que nós tivemos que cancelar, e eu vou ter a oportunidade de logo mais falar sobre ele.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Todavia, projetos tinham sido contratados pelo Governo ao longo dos últimos anos, que serão responsáveis, em 2017, por 5 mil megawatts que entrarão em operação. Isso representa 3,3% da nossa capacidade, dos quais 25% é eólica; 10%, solar e 61% de fonte hidráulica.

Só para lembrar esse tópico, isso mostra o nosso compromisso com a ampliação da nossa matriz, sempre lastreada em fontes renováveis.

E muitas vezes as pessoas falam: "Mas não está havendo leilão; nós não temos risco de, no futuro, ficar sem abastecimento?" Até o ano de 2022 nós já temos contratados pelo Governo 21.277MW, a fim de garantir energia para a retomada do crescimento. Então, essas contratações já tinham sido feitas no passado, e essa energia vai entrando ano após ano, de forma que garante aí o abastecimento energético do País para os próximos anos.

O Senador falou agora do leilão de sistemas isolados. Foi o leilão que foi realizado agora no mês de maio. Foi um grande sucesso, 55 localidades atendidas no interior do Estado do Amazonas, a potência total a ser instalada, aproximadamente 300MW de energia, e os investimentos de R\$982 milhões para esses investimentos. E o mais importante, nós abrimos espaço para que novas soluções fossem apresentadas...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – ... nós aumentamos a competitividade desses sistemas. Para vocês terem uma ideia, no passado, a média de projetos cadastrados para cada localidade era de um ou dois projetos; nós tivemos lotes que chegaram a ter 25 ou 26 projetos disputando. Isso foi responsável por um deságio médio de aproximadamente 30%, 28%. Isso, ao longo do contrato, para o consumidor brasileiro, é uma economia de mais de R\$5 bilhões.

Setor de transmissão: eu acho que esse foi um setor em que o Governo mexeu logo de cara, e respondeu bastante rápido. Nós, quando chegamos, havia um leilão, se não me engano, marcado para julho. O Governo chegou dia 12 de maio. Nós jogamos esse leilão para agosto. Com o edital já na rua, nós retiramos o edital da rua, fizemos uma ampla discussão com a Aneel, com o TCU, reformulamos os editais do leilão de transmissão e conseguimos, já no leilão de outubro e no leilão de março, colocar aproximadamente 23,5 mil quilômetros de linha de transmissão, aproximadamente 17% da nossa rede atual. Nós temos aí, após a revisão do modelo, que é o RAP, o retorno anual permitido para os empreendimentos, que o leilão de outubro contou com 87,5% dos lotes arrematados, com um deságio médio de 12% e investimento, em cinco anos, de R\$11,6 bilhões.

E aqui não tem Eletrobras. Estão 100% privados esses investimentos. E no leilão agora, que realizamos em abril, 88,6% dos lotes arrematados, com deságio médio ainda maior de 36,5% e investimentos de R\$12,7 bilhões. Para vocês terem ideia, a média dos últimos leilões realizados pelo Governo era de 45% a 55% dos lotes que eram "bidados". Nós subimos isso para acima de 85%. O





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deságio médio era algo em torno de 2%, 2,5%. Nós subimos também o deságio médio desses leilões. Os dois leilões, nós estamos com obras em aproximadamente 24 Estados do País. Então, é algo bastante difundido, e 100%, como eu falei, de empresas privadas, que serão responsáveis por esse investimento que vai chegar próximo a R\$25 bilhões só na área de transmissão nesses próximos cinco anos.

Agora, no segundo semestre, em outubro, nós deveremos ter outro leilão também de linha de transmissão, com investimentos próximos a R\$10 bilhões.

Ano passado, nós também conseguimos avançar na privatização da Celg Distribuição, que é a Companhia Elétrica do Estado de Goiás. Esse processo já estava bastante avançado no Ministério de Minas e Energia quando nós chegamos. Foi um valor bastante expressivo. Houve um ágio de 28% no negócio. Nisso nós somos sócios com o Estado de Goiás: 51% da Eletrobras e 49% do Estado de Goiás. Isso rendeu, aproximadamente, R\$1,1 bilhão para cada um dos parceiros no negócio, começando, assim, um processo de eficiência dos processos das distribuidoras da Eletrobras, que têm um desafio muito grande. Quem conhece a realidade e sabe, infelizmente, são as distribuidoras ainda que prestam serviço bastante precário. A gente tem trabalhado na questão de melhorar a eficiência do serviço prestado por essas empresas. Quem arrematou a Celg D foi o grupo italiano Enel, que já é dono da distribuição nos Estados do Ceará e Rio de Janeiro.

O Programa Luz para Todos. Também retomamos o programa de universalização do setor elétrico. Universalização não quer dizer que todas as casas do Brasil terão. Eu sei. Eu sou do Estado que foi o primeiro a ser universalizado, Pernambuco, e nós ainda temos algumas residências que são passíveis de ligação. Mas, dentro de um planejamento que foi feito pelo Governo Federal, dentro do orçamento que nós temos, até 2018, esses são os Estados que precisam ser universalizados, com exceção da Bahia, Senador Roberto Muniz. Ali é a Bahia, que tem o maior volume, R\$600 milhões para aproximadamente 49 mil ligações, mas sabemos que há ainda muito mais para ser feito na Bahia. E vamos ter que lutar atrás de recursos.

Isso aqui são só investimentos OGU, porque nisso entra um pedaço do OGU, mas as distribuidoras também colocam um pedaço para poder ajudar na universalização. Desses Estados, nós já demos a ordem de serviço do Tocantins, Pará e Mato Grosso. Esses três já foram assinados com as distribuidoras. Nós estamos trabalhando...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – ... tanto na liberação do recurso como nos convênios com as próprias distribuidoras para que possamos avançar nesses demais contratos com esses Estados que estão aí listados.

Passando, agora – e tentando acelerar –, para a área de óleo, gás e biocombustíveis, nós tivemos, durante o nosso Governo, a votação da lei do pré-sal, a lei do operador único, que retira da Petrobras a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

obrigatoriedade de ser exploradora no polígono do pré-sal. E nós entendemos que essa medida vai dar à Petrobras uma flexibilidade muito maior de poder fazer, agora, de fato, dentro do seu plano de negócios, quais áreas fazem mais sentido econômico para ela, e não penaliza o País. Nós precisamos dessa produção, nós precisamos desses *royalties*, nós precisamos desse óleo, e não necessariamente nós precisamos estar esperando a Petrobras para saber quando ela quer ou não explorar aquela área. Então, veio essa lei do operador único do pré-sal, que será testada, pela primeira vez, dia 27 de outubro, com o segundo e o terceiro leilão de rodadas do pré-sal. Dessas duas áreas, houve oito áreas ofertadas. A Petrobras já exerceu seu direito de preferência em três delas. As outras cinco serão ofertadas ao mercado normalmente. E, nessas três em que a Petrobras tem o direito de preferência, mesmo assim, poderá haver uma disputa. Pode ser que alguém faça uma oferta maior do que a da Petrobras. Então, para a União, para o povo brasileiro, vai levar a área quem pagar mais.

Atendendo a uma demanda também da indústria não só de óleo e gás, mas, principalmente, das indústrias de equipamentos, nós estabelecemos um calendário de rodadas de leilão. No passado, havia uma queixa muito grande de que as empresas não tinham tempo suficiente para poder se preparar para fazer os *bids* dos bônus de assinatura para negócio no Brasil.

Nós agora anunciamos as rodadas de 2017. Nós já realizamos a primeira rodada de campos terrestres, que foi realizada agora em maio. Foram nove áreas ofertadas, e oito foram arrematadas: Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, áreas terrestres. Em setembro, nós temos a rodada que é o nosso pós-sal, áreas de concessão, que serão ofertadas em 27 de setembro. Em outubro, a segunda e a terceira rodadas de áreas do pré-sal. Por que duas de pré-sal no ano de 2017? A segunda são áreas unitizáveis, são áreas que já foram concedidas no passado, mas, quando da exploração, esse campo se estendeu para além da área concedida. Então, como essa área que ainda não foi concedida é da União, nós estamos também colocando a oferta dessas áreas. E a terceira rodada, aí sim, são áreas novas do pré-sal que serão ofertadas para as empresas. Eu não vou lembrar agora aqui quais dessas a Petrobras exerceu o direito. Acho que foi Cabo Frio Oeste. Depois, o Jorge pode lembrar. E também anunciamos os leilões das áreas de 2018 e 2019, para que as empresas possam saber quando haverá leilão e possam se organizar.

Aí a gente volta para o que nós entendemos que é o apropriado. São três leilões por ano: um de áreas terrestres, um de áreas do pós-sal e um de áreas do pré-sal. Então, já temos anunciadas as rodadas de 2018 e também a área de 2019. É evidente, a gente sabe, que 2019 cabe ao próximo governo, mas a gente achou por bem lançar. Eu tenho para mim que 2017, 2018 será um sucesso tão grande que o próximo governo manterá essa política de calendário de leilões com certa antecedência para que as empresas possam se organizar.

Nós tomamos algumas ações – algumas delas aqui o Senador Cidinho conhece; o Senador Roberto Muniz teve a oportunidade de estar no lançamento de uma delas também –, que foram justamente o Ministério não ser tão reativo, nós procurarmos o setor e planejarmos o futuro. Nós brincamos sempre





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que ficamos cuidando de uma agenda de UTI, sempre resolvendo problema, e não planejamos para frente.

Por isso, na área de petróleo, gás e biocombustíveis, nós lançamos quatro iniciativas: Gás para Crescer, que é como nós podemos utilizar o gás natural, de fato, como um fator de melhorar a competitividade da nossa indústria...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – ... e ampliar esse mercado de gás natural no Brasil. Hoje nós somos ainda importador de gás e caminhamos para o ano de 2021, 2022, 2023 para podermos ser autossuficientes em gás. Nós precisamos ampliar o nosso mercado consumidor, aproveitando este momento agora de desinvestimento da Petrobras. A Petrobras já se desfez de alguns ativos de transporte. Muitos Estados da Federação já estão anunciando a venda de suas participações em empresas de distribuição de gás. E, aumentando também a nossa produção, temos expectativa de que o gás deixe de ser um gargalo e passe a ser um fator. E nós queremos transformar isso, de fato, num fator de competitividade para a nossa indústria.

Nós temos a revisão também do contrato Brasil-Bolívia, que vence em 2019. Para vocês terem ideia, o contrato do Gasbol é 31 milhões de metros cúbicos por dia. Há um campo do pré-sal, o campo de Pão de Açúcar, que vai entrar em operação em 2021. Só ele tem capacidade de produzir 15 milhões de metros cúbicos por dia. Então, haverá muito gás sendo ofertado, ainda mais com a volta dos leilões. Então, mais áreas vão sendo descobertas. E precisamos saber o que vamos fazer com todo esse gás, porque o gás está numa oferta grande no mundo todo, e não achar que vamos passar, de uma hora para outra, a ser exportador de gás. Isso também será uma consequência, mas nós temos ainda muito destino para o gás dentro do Brasil.

RenovaBio é um programa de biocombustíveis, basicamente etanol e biodiesel. Todo mundo fala – e, de fato, é algo de que devemos nos orgulhar –, desse nosso pioneirismo na área de biocombustíveis, mas, se nós não mandarmos o sinal correto, a iniciativa privada não irá investir nesse setor. Nós produzimos, ano passado, 28 bilhões de litros de etanol e assumimos compromissos com a COP 21 de poder, até 2030, produzir 50 bilhões de litros, só que, se ficarmos sentados, essa produção não duplicará. Nós temos que fazer uma série de iniciativas. E o RenovaBio tem contado com a participação do Fórum Sucroenergético, da Unica, dos produtores do Nordeste e dos produtores também de biodiesel para que o Governo dê a sinalização correta de que, de fato, essa é uma prioridade.

Reate é um programa bastante importante para o País como um todo – basicamente para a Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e alguns outros Estados –, que é a revitalização da indústria de exploração terrestre de áreas. Para vocês terem ideia, o primeiro campo comercial de petróleo no Brasil vai fazer 76 anos este ano, no Município de Candeias, na Bahia, e produz ainda hoje. Mas a produção brasileira de óleo e gás *onshore*, terrestre, com um território do nosso tamanho, é menor que a do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Equador, é menor que – eu não vou falar nem da Argentina, porque agora a Argentina tem a descoberta de Vaca Muerta, que é um campo bastante considerável – a de países infinitamente inferiores em extensão. Então, a gente precisa revitalizar essa indústria.

Há uma série de iniciativas sobre mudança no percentual de royalties desses campos, aproveitando também a oportunidade do desinvestimento da Petrobras nessa área, para que possamos incentivar esses produtores independentes, porque muitas vezes uma plataforma no pré-sal brasileiro que custa US\$5,5 bilhões tem um impacto, sem dúvida alguma. Mas muitas vezes um investimento de R\$20 milhões, R\$30 milhões, R\$40 milhões no interior da Bahia tem um poder de mobilização e de transformação daquela região muito grande, que muitas vezes é até maior para a economia local.

Então, esse é um programa em que temos muita expectativa.

Combustível Brasil, nós lançamos em Pernambuco esse programa no começo do ano. E não foi lançado em Pernambuco porque o Ministro é pernambucano. Foi lançado em Pernambuco porque lá está sendo construída a Refinaria do Nordeste, que é o parque de refino mais novo da Petrobras.

A Petrobras, no passado, tinha se comprometido a construir 1,2 milhão de capacidades de refino de barris por dia, com as refinarias *premium* do Maranhão, do Ceará e com a própria Refinaria do Nordeste. O fato é que só está pronto hoje o primeiro trem. Hoje, se não me engano, tem 110 mil barris e caminha agora para 115 mil barris/dia a Refinaria do Nordeste, tendo o seu primeiro trem concluído.

Hoje nós temos um déficit no processamento de óleo de aproximadamente 400 mil, 430 mil barris/dia. Como a nossa produção tende a ampliar com as novas áreas, nós vamos continuar exportando óleo cru e vamos trazer de volta óleo importado, óleo processado importado.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Então, aqui chega também com a oportunidade de desinvestimento – o Jorge pode falar com mais propriedade falar depois –, mas a experiência muito exitosa que a Petrobras tem de parcerias múltiplas na área de exploração em produção pode ser replicada também para a área do refino.

Para vocês terem uma ideia, hoje, no refino, 96% do refino brasileiro está concentrado na mão da Petrobras. Então, a ideia é podermos ter, no futuro, um cenário também de muito mais competitividade.

Só caminhando para o encerramento, falo um pouco de mineração, sobre o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira. Na verdade, esse é o projeto que foi para o Congresso em 2003, que falava de toda uma mudança de marco regulatório. E o que nós falamos sempre com os investidores é que não existe marco regulatório bom ou ruim. O que é ruim para a tomada de decisão do investimento é você não saber qual marco você vai ter, porque, com marco, você faz as suas contas e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

você toma a sua decisão de investimento. A insegurança de não saber qual marco vai vigorar é o que deixa o investidor bastante inseguro.

Nós estamos propondo – está em fase final de discussão com a Casa Civil para que possamos fechar, primeiro, dentro do Governo – a criação da Agência Nacional de Mineração. É único setor do Ministério que ainda não tem agência reguladora. Nós temos a Agência Nacional do Petróleo, a Agência Nacional de Energia Elétrica, e a nossa expectativa é poder ter também a Agência Nacional de Mineração.

Há que haver a revisão da CFEM para que possamos simplificar os processos arrecadatários e estabelecer, no nosso entendimento – evidentemente, isso vai ser fruto de deliberação do Congresso e pode mudar –, uma outra realidade na prática da CFEM. Vocês podem questionar: "Mas, Ministro, vai aumentar, então, o percentual?" Em alguns casos, vai, sim, aumentar o percentual. Em outros, vai reduzir o percentual. Por exemplo, areia, agregados, brita, que são importantes para a construção civil, terão o percentual reduzido.

Minério de ferro, a nossa expectativa... O Minério de ferro corresponde a 65%, 70% do que o Brasil arrecada de CFEM e terá um percentual um pouco elevado. Ouro, se aumenta um pouco. Diamante, também se aumenta um pouco. Mas, se você pegar a média dos países mineradores do mundo, as nossas alíquotas estarão dentro de um patamar muito próximo do que é praticado mundo afora.

Alterações. Nós entendemos que o nosso código atual, que está vigente, apesar de ser de 1967, é um código suficiente. Nós estamos propondo 22 ou 23, se não me engano, alterações e modernizações. Só para vocês terem uma ideia, quando aconteceu o desastre da Samarco, a multa que está no nosso código ainda está estipulada em Ufir para que possa ser paga. Então, há uma série de atualizações e correções que precisam ser feitas.

Há aqui um último ponto que nós também estamos debatendo.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – O Senador Fernando Bezerra tem um projeto sobre isso, mas temos ainda discussões com a Defesa. Trata-se de poder liberar a faixa de fronteira para a produção mineral por empresas nacionais ou estrangeiras. É uma ilusão acharmos que, proibindo, nós estamos protegendo a fronteira. O que há de garimpo ilegal, de atividades ilegais que acontecem lá é em quantidade muito grande. Você pode falar: "Mas, Ministro, a faixa de fronteira são só 150km." Vezes 12 mil e alguma coisa, nós estamos falando do 13º país do mundo em extensão territorial. E há muita riqueza nessa área que o Estado brasileiro está deixando de perceber por nós não estarmos lá. E, no nosso entendimento, quando a atividade econômica chega, ajuda na defesa, ajuda na segurança nacional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos, na mineração também, cuidando de fazer leilão junto com a Receita Federal. A Receita Federal já tem um *software* que é bastante conhecido de todos.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Quando ela apreende bens, ela leva para um leilão eletrônico. Então, nós estamos querendo utilizar esse mesmo *software* para fazer leilão de aproximadamente 20 mil áreas que estão em disponibilidade, na mão do DNPM. Vamos acabar com aquela história de quem chegou primeiro. Nós vamos fazer um leilão de quem dá mais por aquela área, e isso aumenta quanto o Governo tem a receber.

Estamos querendo implementar a outorga *on-line* no DNPM. Falando aqui da desburocratização, para vocês terem uma ideia, há processos no DNPM que já têm cartão fidelidade diamante de tanto viajar para Pará, Brasília, vai, volta, Minas Gerais. E a nossa ideia é também colocar outorga *on-line* nesses processos.

E a extinção da Reserva Nacional do Cobre. Há uma área que não é muito expressiva para o tamanho do País, mas tem um potencial muito grande na área de ouro, cobre, níquel e fosfato. Essa reserva foi criada em 1984, se não me engano.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Ou um pouco antes, mas foi no final do governo militar sob a alegação de poder proteger o cobre. Na verdade, há muito mais ouro, níquel e fosfato do que cobre nessa área. Nós temos, só dentro da reserva, mapeadas 50 pistas de pouso clandestinas de garimpos que operam dentro dessa reserva. Então, a ideia mesmo é podermos extinguir a reserva. E, enquanto não se permite a produção, nós vamos derrubar as outorgas que foram feitas depois da criação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Na divisa do Amapá com o Pará, numa área de 46 mil quilômetros quadrados. Aí, podemos também incentivar o investimento nessa área.

Só para encerrar, nós temos, dentro do PPI... Essa é uma experiência que nós estamos fazendo, pequena, mas eu acho que vai ser muito exitosa.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – A CPRM, que é a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Governo, é uma companhia de pesquisa. E nós encontramos nela mais de 400 áreas com mineral identificado, que estão lá na prateleira. Então, nós pegamos as áreas que estavam mais avançadas e estamos colocando para oferta pública sob leilão. Aqui não vai se arrecadar muita coisa, mas é um volume considerável. Se não me engano, R\$50 milhões a R\$60 milhões nas quatro áreas. Mas isso vai





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

levar quem arrematar as áreas a poder fazer um investimento da exploração. E leva também investimento para essas quatro localidades.

Há uma série de programas que estão sendo tocados pela CPRM, basicamente no Nordeste. Como a CPRM tem muitos conhecimentos do subsolo, há aquele grande programa de barragens subterrâneas e uma série de outras iniciativas que estão sendo feitas.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Nós estamos catalogando esse banco de dados da CPRM para disponibilizar e ser, de fato, um grande atlas de toda essa informação.

Depois do acidente da Samarco, existe esse novo instrumento de fiscalização de barragem. Era uma vistoria por ano. Passamos para duas vistorias por ano, se não me engano. E há agora um fluxo de informação. Entre as barragens, nós devemos ter 650 barragens de rejeitos catalogadas no DNPM que estão sob monitoramento, para evitar o que aconteceu na Samarco.

Esse é o último eslaide.

Para a retomada do crescimento econômico, é imprescindível a promoção de investimentos no setor energético e mineral. A atração de novos investimentos exige reformas legais e infralegais que busquem a melhoria do ambiente de negócio.

Eu, como membro da Casa aqui ao lado, não podia deixar de reconhecer o papel do Legislativo como espaço para que a gente possa debater esses modelos para ajudar o desenvolvimento do País e ser, de fato, o indutor principal da interlocução entre o Governo e a sociedade.

Em linhas gerais, Senadores, Senador Eduardo Braga, passando pelas três áreas – elétrica, óleo e gás e biocombustíveis e mineração –, esses são os pontos que nós, digamos assim, atacamos e conseguimos diagnosticar e em que estamos com entregas bastante prontas. É evidente que há uma série de outras ações que vêm sendo tocadas pelas empresas diretamente.

Enfim, se houver alguma dúvida, eu espero estar à altura de tentar responder ao questionamento dos senhores.

Estamos bastante animados com essa perspectiva na área do setor de minas e energia de poder dar contribuição na retomada do desenvolvimento do nosso País, gerando aquilo que mais precisamos neste momento, que é emprego e renda para a nossa gente.

Por isso eu queria agradecer ao senhor a oportunidade de estar aqui, nesta manhã, na Comissão de Infraestrutura do Senado.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao eminente Ministro a apresentação, eu gostaria de propor ao Plenário, como sempre, como tradição, que, como autor do requerimento, eu seja o primeiro orador. Mas, antes de poder fazer as indagações a S. Ex^a o Ministro, proponho obedecer a algo que creio que todos do plenário estejam de acordo, que é sempre atender aquele que, em última análise, é o nosso patrão, o eleitor, que já está participando pelo e-Cidadania.

Como esta é uma audiência pública que trata sobre o Amazonas, primeiro o Michel Maciel, do Amazonas, que diz o seguinte: "O fornecimento de energia no Estado do Amazonas é uma questão de soberania nacional e social, devido à complexidade de nossa logística. Na maioria das vezes, a energia gasta por uma distante comunidade ribeirinha nem paga o custo de levar energia até aquela área remota."

Como privatizar uma empresa com essa característica?

Fabio Quadros Farias, do Pará – do nosso Flexa, que ainda há pouco acho estava por aqui: "Primeiramente, privatiza tudo! É a solução mais moral, viável e descentralizadora que o Governo pode tomar!" É o comentário.

Artur Alvim Cury, São Paulo: "Privatizar jamais! Beneficia empresários e gera mais desemprego! Valorização da Petrobras e estatização, concursos públicos!"

Ficam aqui as perguntas já recebidas pelo e-Cidadania.

Mas, Sr. Ministro, eu busquei ficar bastante atento à colocação de V. Ex^a e à proposta apresentada pelo Ministério, mas algumas dúvidas ficaram para mim, e eu gostaria de ouvir V. Ex^a.

Em que pese a questão da sobrecontratação ter sido tangenciada pela apresentação de V. Ex^a, a grande redução e a prática que o Ministério adotou no novo Governo foi a suspensão dos leilões de reserva. Com a suspensão dos leilões de reserva, obviamente diminuiu-se o ritmo de contratação. Por outro lado, o que percebemos é que o nível de emprego e renda gerado pela indústria da energia eólica, da energia solar e a permanência dos contratos realizados em governos, inclusive anteriores aos governos recentes, em função da crise de energia que tivemos no final da década de 90, com apagão em todo o País... Não seria o caso de haver uma análise sobre indenização de rescisão de contrato para a retomada de leilões e assim assegurar a contratação de energia nova, limpa, mais eficiente, mais barata, que traria resultados para o sistema e para o setor elétrico como um todo?

A questão dos atrasos nas linhas de transmissão e a questão da Abengoa, que é uma empresa responsável pela linha de transmissão de Belo Monte até o Centro-Sul do País, que tem grande responsabilidade pela segurança energética nos próximos anos e os atrasos de obras nas linhas de transmissão, como estão essas questões nesse exato momento?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Exª fez uma afirmação de que o Luz para Todos vem sendo feito com recurso orçamentário da União.

A informação que esta Comissão tem é de que o LPT está na CDE, com recursos da CDE, oriundos da tarifa de energia elétrica, portanto, não oriundos do Orçamento da União. São esses, portanto, recursos líquidos, importantes para o Estado da Bahia, para o Estado do Pará, para o Estado do Amazonas e para outros Estados que, como V. Exª mesmo disse, têm grandes e sérias preocupações com relação à questão de energia.

Eu pediria para colocar um pequeno filminho que nós temos aqui, Ministro.

Essa é a usina a gás que está sendo construída pelo Ministério de Minas e Energia e pela Amazonas Energia no Estado do Amazonas. Essa usina, inclusive, é uma das mais modernas que o Brasil possui e que está sendo comissionada em função de liminar conseguida pela Amazonas Energia, para que a Petrobras possa fornecer gás para o comissionamento dessa energia, em função de que há um endividamento entre a Petrobras, a Amazonas Energia e Eletrobras que se arrasta há alguns anos, com a participação da Aneel.

Qual a opinião de V. Exª e qual a posição do Ministério com relação à solução para o fornecimento de gás, que é da própria Nação brasileira e produzida em Urucu, para que nós possamos ter a solução com relação a essa importante usina, que é um grande investimento feito pelo Ministério?

Queria fazer apenas mais duas perguntas, porque quero dar participação aos nossos companheiros Senadores. V. Exª colocou muito bem a questão do gás do pré-sal. A minha pergunta é: como está sendo equacionado o transporte do gás do pré-sal entre a plataforma de produção e o continente? Ele será feito por gasoduto? Se será feito por gasoduto, qual o planejamento para construção desse gasoduto? Se será feito por petroleiros, de que forma será feito? É importante saber quais seriam os portos em que esse gás seria despachado, porque isso tem impacto inclusive nos investimentos.

Queria ouvir um pouco de V. Exª sobre a questão do conteúdo nacional, porque creio que V. Exª conseguiu, ao chegar ao Ministério... Já havia sido aprovado, aqui no Senado da República, com a participação do Ministério de Minas e Energia, àquela altura comandado pela nossa equipe, a mudança com relação ao pré-sal. Um relatório, inclusive, com substitutivo do Senador Ricardo Ferraço, com a participação de vários Senadores em um projeto de lei do Senador José Serra, que acabou sendo aprovado pela Câmara já na gestão do Governo do Michel Temer. No entanto, sobre a questão do conteúdo nacional, parece-me que o debate e a discussão continuam pendentes.

E gostaria de ouvir também de V. Exª a questão dos critérios para a unitização dos reservatórios do pré-sal, porque esses critérios serão fundamentais para a definição da relação entre a Petrobras e os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

parceiros privados nesses poços – como o Carcará, por exemplo – que têm uma grande área de unitização e participação privada e pública.

No mais, cumprimentar V. Ex^a pela contribuição, para que, encerrada a participação de V. Ex^a, eu possa passar a palavra aos Srs. Senadores, que terão perguntas a V. Ex^a.

Com a palavra o Ministro Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Quería agradecer as perguntas.

Vou começar, Senador, pela ordem que me fez, com o Michel, sobre o fornecimento da energia do Amazonas. Essa é uma pergunta recorrente que nós recebemos de como se vai privatizar, se não dá lucro suficiente, se isso não deveria ficar na mão, de fato, do Estado.

Primeiro, privatizar não visa atender só a um problema da empresa Eletrobras, que hoje detém a distribuição, mas também de poder atender à população. Nós recebemos uma série de questionamentos das Bancadas federais, de lideranças políticas, federações de indústria, empresários que se queixam, e com razão, da qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Para vocês terem uma ideia, em alguns desses locais remotos de que nós falamos aqui, o custo da energia na geração chega a mais de R\$1.200, R\$1.300 por megawatts. Nós vamos privatizar a distribuição; a geração continua sob esses contratos que há, que são subsidiados ou são bancados por CDE, enfim, por uma série de outros mecanismos que não estarão dentro, inicialmente, do processo de privatização. E, para melhorar não só o fornecimento, mas também a questão do custo dessa geração, há uma série de iniciativas e de investimentos que precisam ser feitos na redução da perda, na redução de furtos, na melhoria do transporte dessa energia, que nós vamos ter a oportunidade, acredito eu, de ver acontecendo com um *player* privado tomando conta dessas distribuidoras.

Para vocês terem uma ideia, há um Estado do Brasil que gasta 10% do seu PIB por ano – não gasta, porque isso é custeado por todos os consumidores do Brasil –, tem um custo aproximadamente de 10% do seu PIB, por ano, só para poder gerar energia. Isso estrangula o crescimento de um Estado por não ter o fornecimento adequado de energia elétrica.

Tenho plena convicção de que temos uma agência forte e que vai, como já faz com as outras distribuidoras, regular uma política de investimentos nesses Estados, que vai regular também a remuneração desses ativos por parte dos *players* que, porventura, venham a ser os concessionários. E se assume, quando de um contrato desse, perante a agência fiscalizadora, uma série de compromissos, de investimentos que têm que ser feitos ao longo de x períodos e que vão assegurar o fornecimento da energia elétrica para essas situações.

Eu sei que, como está, é muito, muito precário o fornecimento de energia para essa população a um preço muito caro a todos, principalmente aos moradores desses Estados. E a nossa expectativa é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que a gente possa fazer, assim como conseguimos com o Estado de Goiás fechar um bom acordo num processo licitatório que assegura investimentos ao longo dos próximos anos para o Estado de Goiás, que a gente possa replicar isso para os outros Estados. No Pará, aconteceu recentemente, e uma série de outras distribuidoras.

O Fábio, do Pará, e o Arthur, de São Paulo, falam de privatizar tudo, de privatização. Não se trata de privatizar tudo. Vou dar o exemplo da Petrobras. Ela tem um plano de desinvestimento, porque é preciso, ela tem necessidade de caixa para poder fazer frente ao seu endividamento. E, depois, a Petrobras é uma empresa de exploração e produção de petróleo, em muitas vezes, seja pela euforia do preço do petróleo, seja por outra orientação que teve no passado, confundiu-se entre empresa de produção e exploração e uma empresa de desenvolvimento, onde tudo teria que ter uma participação da Petrobras.

Eu sinceramente não estou dizendo nem que está certo ou que está errado, mas, dentro da realidade atual do preço do petróleo, em que o preço do barril oscila entre 50 e 55 e o um custo de produção está em torno de US\$35, US\$38, há margens muito pequenas para esse tipo, digamos assim, de empreitada fora do seu *business* principal.

Então, nós estamos tocando um plano de privatização na Petrobras sim, nós estamos fazendo alguns desinvestimentos na Eletrobras sim, para poder arcar com dívidas que nós temos de curtíssimo prazo. Muitas vezes se fala da relação da dívida a Petrobras, porque de fato em volume é muito maior, mas, se você pegar a relação dívida *versus* EBITDA, o da Eletrobras é maior do que a da Petrobras. Em números absolutos, evidentemente que a da Petrobras é muito maior, mas o da Eletrobras enquanto relação é bem maior. Tem-se reduzido, é verdade, mas ainda há uma distância bastante grande para chegar dentro de uma situação confortável, digamos assim, para poder receber financiamentos a preços mais competitivos.

Fruto de todo esse esforço que vem sendo feito, a Petrobras conseguiu uma capitalização de aproximadamente de US\$4 bilhões, se não me engano, recentemente, a preços, a custo muito mais competitivo do que vinha sendo realizado nos últimos três, quatro anos. Isso mostra que as empresas vêm melhorando o perfil de sua dívida, fruto de todo esse esforço que vem sendo feito.

Aquilo que não for da atividade principal das empresas, de fato, nós vamos desmobilizar, até para que o serviço prestado na ponta ao consumidor seja de melhor qualidade. E naquilo que é o foco de atuação da empresa, nós vamos concentrar os nossos esforços, para que possamos melhorar ainda mais essa nossa prestação de serviço.

Então, não se trata única e exclusivamente de privatizar por privatizar, mas sim de melhorar o nosso processo e melhorar também o fornecimento dos serviços que são feitos à população.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre a contratação de que o Senador Eduardo Braga aqui falou, de fato, quando nós cuidamos, no ano passado, com esse decreto da desobrigação do percentual de contratação que era feito pelas distribuidoras, isso ajudou bastante. Nós, quando cancelamos o leilão de energia de reserva no final do ano passado, nós não tínhamos ainda, digamos assim, todo o panorama, até pela governança dos números. Nós recebemos a revisão da carga uma semana antes da realização do leilão, e se mostrou ali que apontava para um cenário, no futuro, de uma sobrecontratação ainda bastante elevada. E essa sobrecontratação ou essa energia que estava sendo contratada em nome do consumidor brasileiro, evidentemente, seria cobrada em algum momento, e nós achamos por bem não realizar no final do ano.

Neste começo de ano, já foi feita uma série de iniciativa que está apontando para que, neste segundo semestre, a gente tenha sim uma necessidade de contratação para poder atender a política de renováveis, para poder atender uma série de outras demandas que nós temos, mas dentro de uma lógica que foi feita. E qual é? Através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, junto com a Aneel, os mecanismos de descontratação foram bastante positivos nessa realização dos últimos leilões, foi descontratado mais de um giga de energia.

Nós estamos lançando – e já está em consulta pública, se não me engano pela agência – um modelo de descontratação de energia de reserva. São projetos que não entrarão em operação ou, se entrarem, os consumidores seriam chamados a pagar por eles no momento que nós não estamos precisando. Então, esses empreendedores pagarão um prêmio para poderem sair desse contrato. Esse prêmio será revertido para abater essa conta de desenvolvimento energético, diminuir o impacto que ela tem sobre a tarifa. Então, de fato, isso é algo que entendemos que, primeiro, vai limpar a pilha do planejamento para que possamos fazer novos contratos, que serão factíveis, que serão entregues no futuro; e também, jogando mais para frente, quando esperamos que, em 20, 21 possamos ter a economia respondendo da forma que esperamos que ela vai responder, que voltemos a ter a demanda de energia.

Então, nós temos sim a necessidade – eu que sou do Nordeste sei o quão é importante essa indústria de renováveis para o Nordeste brasileiro, basicamente Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí, até mais que Pernambuco – principalmente da eólica. Nós estamos reorganizando todo o sistema de contratação, de fazer de fato, como disse, a alocação dos custos, o que tem que estar em reserva, o que não tem que estar em reserva.

Depois de muitos semestres consecutivos, aponta-se para uma necessidade de energia por parte das distribuidoras já agora deste segundo semestre para frente. Isso também ajuda na política de contratação.

Então, eu tenho convicção de que nós vamos conseguir superar essa pressão da indústria, que é legítima, e eu entendo, mas sempre fazendo a expansão – eu tenho reafirmado isso – do nosso parque gerador lastreado de políticas renováveis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Eduardo Braga falou também sobre algo que nós já estamos estudando, mas ainda não está fechado. Lá atrás, quando da crise energética que o Brasil viveu em 2001/2002, foi contratada uma série de energias de usinas térmicas a óleo combustível, a óleo diesel. Hoje em dia, essas térmicas quase que não estão sendo chamadas a rodar, ou, quando são, a um preço muito alto. E estamos estudando o fato de poder encerrar esse contrato de forma evidentemente amigável, pagando para que esses contratos sejam desfeitos. Isso também abre mais espaço para que possamos substituir essas térmicas a óleo combustível por energia mais limpa e mais eficiente.

Atrasos de linhas de transmissão. Esse é um problema que de fato nós temos, mas não é específico, digamos assim, do setor de transmissão no Brasil. Eu acho que ferrovia, rodovia, empreendimentos privados, todos eles têm sofrido nos processos de obtenção de licenciamento. O Governo vem trabalhando em um projeto, como um todo, que possa simplificar esse processo.

Eu digo sempre, nas reuniões que nós temos, no Núcleo de Infraestrutura, que, independentemente da resposta, o importante é ter uma resposta. O que você não pode é ter dois, três, quatro anos de um processo sem receber um sim ou um não de um órgão ambiental. Ninguém quer fazer nada por cima do meio ambiente, ninguém quer desrespeitar nenhum tipo de legislação, mas nós precisamos fazer o quanto antes.

Vou dar aqui um exemplo emblemático, que é o linhão Manaus-Boa Vista. Esse linhão já deveria para estar pronto há muito tempo e não está pronto por conta de autorização da Funai. O custo dessa obra hoje é de R\$1,3 bilhão, Senadora Ana Amélia, e o custo de economia com a implementação dela seria de R\$1,5 bilhão por ano; então, ela se paga no primeiro ano, uma coisa inédita. Nós conseguimos ainda a obtenção dessa licença para poder construir essa obra. Isso, de fato, tem sido um gargalo.

A gente tem feito, dentro do Ministério de Minas e Energia, uma mesa com os vencedores dos últimos dois leilões, com a presença do Ibama, de todos esses órgãos, para que a gente possa estar ali funcionando como uma sala de situação, para estarmos prontamente ajudando nessas interfaces dentro do Governo para acelerar esse processo.

O caso Abengoa trouxe, de fato, muito problema, principalmente, como o Senador falou, para o escoamento da energia de Belo Monte. Nós estávamos, no caso, a Agência, notificando para poder reliciar, decretar a caducidade desses lotes e reliciar essas linhas. No meio do caminho, houve uma decisão da Justiça, se não me engano, do Rio de Janeiro, que paralisou tudo. Nós estamos com a AGU tentando trazer isso aqui para Brasília, porque nós entendemos que isso é competência daqui de Brasília, para que a gente possa derrubar essa liminar e continuar com o processo de caducidade. A expectativa nossa era levar, no segundo semestre, para relicitação. Não sei se vamos ter tempo hábil, porque depende de vencer essa etapa judicial.

Na questão do Luz para Todos, de fato, quando eu falei AGU, está previsto no orçamento recurso da CDE, temos aproximadamente R\$2 bilhões, para que se possa fazer essa universalização. Quando eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

falei da Bahia, é porque a informação que a gente tem do comitê gestor é de que o volume é muito superior ao que já está previsto para esses dois anos. Mas, Senador Roberto Muniz e Deputado João Carlos Bacelar, a nossa expectativa é poder assinar essa ordem de serviço de R\$600 milhões, para que, no caso, a Coelba, que fica responsável pelas obras, possa tocar o quanto antes e entregar essas 49 mil ligações. Aí, sim, a gente vai poder ver quantas faltam para universalizar também o Estado da Bahia.

Mauá 3, se não me engano, entrou em operação semana passada, em modo de teste, o comissionamento da usina. Eu não tive oportunidade ainda de visitar, mas quero ir.

De fato, nós estamos numa disputa, no bom sentido, com a Petrobras, porque os acionistas da Petrobras hoje estão sendo também pressionados pelos acionistas minoritários e todos os órgãos de controle. Não é pouca coisa, mas a dívida que a Eletrobras contraiu com a BR Distribuidora, por conta do fornecimento, chegou, se não me engano, a R\$14, R\$15, R\$16 bilhões, e a Petrobras cortou o fornecimento. Nós estamos dialogando com a direção da empresa para fazer um tipo de pagamento pré-pago, para que a gente não consiga fazer com que esse débito aumente ainda mais. Daqui para frente, digamos assim, está bastante equacionado com a empresa, mas a empresa tem necessidade de receber legitimamente os recursos do passado. A Eletrobras não tem hoje a solução para esse volume todo. Mantemos uma discussão também com a Agência para ver o que daquilo é aceito dentro da conta de desenvolvimento energético, essa fiscalização que vem sendo feita pela CCE, pela Aneel, e agora também com o acompanhamento da Eletrobras, para que a gente possa comprovar o volume de gás e de energia que vem sendo gerado, para que nós tenhamos direito a esse recurso, para poder pagar a empresa.

Hoje, de fato, ela está sob uma liminar, e isso tem garantido o fornecimento e dado um tempo para a gente poder encontrar uma solução que não temos ainda para esse passivo. Não temos porque o valor hoje de bolsa, eu não vi ultimamente, da Eletrobras, de todos os seus ativos, deve estar beirando os R\$27, R\$28 bilhões. Só essa dívida com a BR Distribuidora é metade do valor da empresa. Nós estamos negociando a transferência de alguns ativos, a Petrobras tem relutado, já há terceiros que topam assumir alguns ativos da Eletrobras e parte da dívida. Então, para essa solução, o para frente está bastante avançado, e para essa dívida do passado não haverá uma única solução.

A solução que chegaram para nos dar é: coloca na tarifa, para que todo mundo possa pagar. Nós entendemos que isso não é mais solução. A tarifa já tem muita pressão – o Edvaldo está aqui e sabe disso. Enquanto uma das associações, nós estamos desafiados a encontrar outra solução dentro da própria Eletrobras, com apoio da Petrobras, para que a gente consiga avançar nessa solução.

Sobre o gás do pré-sal, eu tive semana retrasada a oportunidade de visitar a P-66, que é a plataforma mais distante da costa Brasil, a 290km. É uma plataforma que é 65% da Petrobras e vai chegar a uma produção de 150 mil barris diários, um espetáculo de engenharia, ao sul do Campo de Lula, que vem sendo tocado pelas equipes da Petrobras. Os transbordos são feitos de duas formas:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

através de navios-tanques, que recebem essa produção, ou através das rotas. Há a Rota 3 chega ao Rio de Janeiro, a Itaboraí, e a previsão da Rota 4, que é para chegar a Santos, ainda sob discussão. Mas todo esse sistema de transbordo dessa produção já está sendo parte feito, parte estudado. Nesse caso específico, só 65% do óleo são da Petrobras. Nesse caso, é óleo. Eles vão, se não me engano, reinjetar o gás. Os outros 35% são de parceiros privados, que, muitas vezes, tiram da plataforma e já dão o destino que bem entendem.

Nós temos alguns terminais de regaseificação do gás na costa que estão sendo passíveis também de parcerias pela Petrobras. Eu entendo que, quando nós conseguirmos avançar, principalmente, na questão tributária do fluxo do gás entre os Estados, nós vamos ter muita demanda para que esse gás possa circular mais livremente. O Sul mesmo – está aqui a Senadora Ana Amélia – tem uma demanda enorme de gás natural, os três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina. Inclusive, havia a previsão para um terminal de GNL no Estado do Rio Grande do Sul, no passado. Quando se tornar mais simples essa pacificação tributária, pelo menos na questão do gás natural, eu entendo que, pelo preço muito competitivo do gás natural no mercado internacional, nós vamos ter a nossa costa dotada de outra infraestrutura para recepção não só do gás produzido no Brasil, mas também do gás importado, que, como falei, está a preços bastantes competitivos.

Conteúdo nacional. Isso é atribuído ao Ministério de Minas e Energia. Eu entendo essa atribuição, mas a decisão foi tomada pelo Pedefor. Do Pedefor participam Minas e Energia, BNDES, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Planejamento, Fazenda, uma série de ministérios, e essa decisão foi tomada por unanimidade no Pedefor. Nós aqui discutimos bastante com a indústria. Eu particularmente recebi diversas vezes não só as indústrias de óleo e gás, dos operadores, mas também as indústrias de equipamentos e de máquinas e entendemos o pleito da indústria. Quando foi mudada a política de conteúdo local, onde temos o maior ponto de divergência é nas plataformas, nos FPSOs, como são chamados. Se não me engano, eles queriam um percentual 5% maior, e o percentual final ficou 5% a menos. Nós entendemos. E isso foi fruto de discussão, eu estive na Fiesp, na Firjan, na CNI, com diversas associações, Abimaq, Abespetro, e uma série de outras empresas, individualmente, tratando desse tema.

A política de conteúdo local que nos trouxe até aqui foi uma política de conteúdo local muito, muito exitosa, porém, essa política gerou também uma série de distorções para as quais não temos solução ainda. Por exemplo, nós temos da Agência Nacional do Petróleo pedidos de *waiver*, que são perdões de multa, de aproximadamente R\$60, R\$70 bilhões. Com a nova política de conteúdo local, nós estamos acabando com a figura do *waiver*, nós reduzimos, sim, o percentual de obrigatoriedade de conteúdo local, porém aquele percentual terá de ser cumprido na sua totalidade, porque os *waivers* não serão mais permitidos nessas novas contratações pela agência.

No nosso entendimento, com uma política de leilões regulares, com um percentual muito mais exequível e, de novo, o que acho que é mais importante para as empresas brasileiras: no passado, havia





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um operador único. Todas elas eram obrigadas a fazer contratações com a Petrobras; hoje em dia, as empresas brasileiras não vão contratar mais com a Petrobras, vão contratar com grandes empresas multinacionais, que têm outro ritmo de tomada de decisão, outro ritmo de governança, e vão legar às nossas empresas um grau de competitividade muito maior.

Eu ouvi do ministro do petróleo norueguês, que me falou: "Ministro, nós acertamos na política de conteúdo local. No meu entendimento, a política de conteúdo local tinha que começar alta até se tornar inexistente, para poder emancipar a indústria". E ela hoje se tornou, na Noruega, bastante competitiva, mas as empresas que foram explorar, na Noruega, quando saíram de lá para a costa da África, para o Golfo do México e para outras fronteiras, também levaram essas empresas. E eu espero que isso possa acontecer aqui no Brasil.

Nós temos grandes descobertas para serem feitas no País. A nova fronteira, na África, é Moçambique. Nós estamos a uma distância imbatível de Moçambique. Uma grande empresa fez uma descoberta superior a um bilhão de barris, aqui na Guiana Francesa, e nós também estamos a uma distância imbatível dessa nova descoberta. Se conseguirmos dotar as nossas empresas de um grau de competitividade que nós já temos em muitos ramos, não são todas, mas nós já temos em muitas áreas – outras teremos num futuro muito breve –, vamos desenvolver, aqui no País, um *cluster* de *suppliers* de *offshore* em óleo e gás naval muito competitivo para essa indústria mundo afora. Então, só para dar uma política dessa de conteúdo local.

Na questão da unitização, a regra que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética, presidido pelo Ministério de Minas e Energia, mas com a participação de todos esses ministros, foram analisadas essas áreas, como eu falei, que já tinham sido concedidas, como Carcará, Sapinhoá, Tartaruga Mestiça e Gato do Mato – acho que são essas quatro áreas que foram concedidas no passado – e foram identificadas áreas de óleo ou de reservatório que se estenderam para além. Nós pegamos essas áreas e unitizamos. Separamos e estamos levando a leilão, só que essas áreas unitizáveis não responderão a essa política de conteúdo local. Vale ressaltar que responderão pela política de conteúdo local do campo quando foi licitado. Um exemplo: se determinada área foi na rodada dois, três, aquele campo daquela área da unitização será também responsável pela política de conteúdo local daquela mesma área. Foi ofertado agora o direito de preferência. A Petrobras, se não me engano, exerceu uma delas.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – E todas as outras serão colocadas a leilão no mercado, o que deverá ser realizado no mês de outubro. Essas áreas têm definido pelo CNPE o bônus de assinatura que cada empresa deve dar e o percentual mínimo em óleo que é colocado no leilão. Aí, dentro dessa disputa, quem oferecer o maior percentual de óleo para a União fica com a área.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente Eduardo Braga, eu não faço parte da Comissão de Infraestrutura, presidida por V. Ex^a, mas são apenas dois registros. Um para pedir licença a V. Ex^a, como Senador do Amazonas, para ir à sua terra, a Manaus, porque fui convidada pelo Exército para visitar São Gabriel da Cachoeira e também Manaus. Então, peço licença a V. Ex^a para que esta Senadora vá a sua base.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A senhora conhecerá uma das regiões mais belas do Brasil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que bom, Senador. Então, já estou com o visto no meu passaporte pronto para chegar lá.

Outro registro é apenas um agradecimento ao Ministro Fernando Coelho Filho, com quem na quinta-feira, com o Presidente da Comissão Pró-Energia da Assembleia do Rio Grande do Sul, Deputado Frederico Antunes, falamos sobre a relevância de um acordo de transferência da construção das linhas de transmissão da Eletrosul, que está integrada à Eletrobras. Hoje, precisamente hoje – por isso estou aqui – também a Eletrobras comunica ao mercado essa operação. A transferência é para Shanghai Electric, uma das grandes potências de energia da China. É um investimento de R\$3,3 bilhões para as linhas de transmissão no meu Estado do Rio Grande do Sul. Isso vem do leilão da Aneel nº 4, de 2014. Como V. Ex^a falou na abertura desta audiência, apesar da crise, o País está andando, e as iniciativas de Governo, como V. Ex^a fazer aqui esta audiência, têm todo um significado de que estamos cumprindo com o nosso dever.

Também quero cumprimentar o Ministro, agradecendo a questão do RenovaBio para adição, porque há mais de duas unidades inteiramente ociosas de produção de biodiesel no Rio Grande do Sul e também no País.

Finalmente, fiquei muito animada com a oferta dos quatro blocos da CPRM, incluindo aqui o carvão de Candiota, do meu Estado.

Muito obrigada, Presidente. Este é o registro, com o agradecimento ao Ministro Fernando Bezerra Coelho, que tão rapidamente incluiu a questão da Eletrobras na nossa demanda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – De nada.

Antes de passarmos a palavra ao primeiro orador inscrito, eu queria apenas agradecer as respostas do Ministro e destacar que, no caso dessa situação do Amazonas, Ministro – eu sei que daqui a pouco V. Ex^a vai se ausentar e nós continuaremos a audiência pública com os técnicos –, é preciso lembrar que esse passivo com a Petrobras, Charone, deu-se ao longo dos anos, em função, Jorge Celestino, de glosas que foram feitas sobre a conta CCC – glosas essas que estabeleceram esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

parâmetro em referência à eficiência em regiões completamente distintas da Amazônia brasileira, Sr. Ministro, e isso tem penalizado grandiosamente.

V. Ex^ª ainda há pouco falou que era possível fazer a privatização porque, ao se privatizar, se buscaria separar a geração da distribuição. No caso do Amazonas, no interior do Estado, geração e distribuição são a mesma coisa, porque nós temos nada mais, nada menos do que cento e poucas usinas que geram óleo diesel no interior do Estado do Amazonas, juntamente com uma distribuição. Ora, a meu juízo, para que nós possamos chegar à privatização em unidades como a do Amazonas, a de Roraima e a do Amapá...

E lamentavelmente aqui não temos nenhum Senador de Roraima nem do Amapá para atestar o que digo. O Amapá, inclusive, é um Estado exportador de energia, porque possui quatro hidrelétricas, mas não tem linhas de 138kV, não tem subestações de 69 nem de 138, e a rede de baixa tensão está ultrapassada e sem nenhuma manutenção. Ora, privatizar essas empresas significa praticamente negar aos brasileiros que vivem nas regiões isoladas, no interior da Amazônia, ter acesso ao século XX e ao século XIX. A mudança entre o século XVIII e o século XIX é exatamente o acesso à energia elétrica.

Se nós fizermos a privatização sem resolvermos esses problemas e sem resolvermos um problema que foi gerado nos últimos 10, 12, 15 anos – às vezes, até mais, no caso desse passivo com a Petrobras, em que o contrato de financiamento de CCT 1 e CCT 2 já estava em elaboração e foi excluído pela Agência Nacional de Energia Elétrica –, isso traz graves e sérios problemas, a ponto de essa usina estar funcionando sob liminar e a usina de Aparecida também estar funcionando sob regime de liminar. É óbvio que isso será discutido daqui a pouco. Quero dar o acesso aos Srs. Senadores para a participação, e não quero monopolizar esse debate, mas apenas para deixar claro: no Amazonas, um Estado com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, com uma situação completamente distinta, é preciso que haja uma sensibilidade por parte do MME, por parte da Aneel, por parte da Eletrobras e por parte, obviamente, do Governo brasileiro, sob risco de penalizar os brasileiros que vivem no interior do Amazonas, que vivem no Amapá e que vivem no Estado de Roraima.

Feito este registro, Sr. Ministro, eu quero passar a palavra ao eminente Vice-Presidente desta Comissão, Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente, Eduardo Braga.

Ministro Fernando Coelho Filho, seja bem-vindo à nossa Comissão.

O meu questionamento é mais ou menos na mesma linha do que falou o nosso Presidente. Rondônia, hoje, sabidamente, é um dos grandes produtores de energia do nosso País, só que essa energia é praticamente toda exportada e passa por cima dos Municípios, Presidente; e os Municípios





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não têm essa energia. É o caso da região da BR-429, ligando Presidente Médici a Costa Marques, Chupinguaia, no sul do Estado, Jaru, Ariquemes para Burity, Campo Novo, Machadinho D'Oeste. E agora há pouco me passou uma mensagem o prefeito de Nova Mamoré, dizendo que o Distrito de Nova Dimensão está em uma situação bastante complicada, pois a energia está chegando lá muito baixa, e não está tocando os resfriadores de leite, o maquinário para as agroindústrias. Há uma indústria importante de ração instalada em Nova Dimensão, mas ela não consegue tocar por falta de energia.

Então, a minha pergunta, o meu questionamento é como está a contratação desses linhões para essas regiões do Estado de Rondônia, ligando ao Linhão do Madeira, que sai de Porto Velho e vai direto a Araranguá.

Outro questionamento é com relação à Usina Tabajara. Tabajara, também muito conhecida por todos que trabalham...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Araraquara é o linhão.

Agora, a Usina Tabajara, que já é bastante conhecida por todos os técnicos do Ministério. Essa usina hidrelétrica, segundo informações, já foi licitada. Não sei em que pé está agora a questão do licenciamento ambiental, acredito que seja essa a questão. Segundo informações, o consórcio formado pela Eletronorte, Queiroz Galvão e Furnas iria realizar a obra e administrar o empreendimento. Então, só uma posição com relação a essa questão.

São esses os dois questionamentos. Embora sejam só dois, eles têm uma influência grande em todo o Estado de Rondônia. Esses linhões do interior – é praticamente todo o interior do Estado que precisa dessa energia que, infelizmente... Felizmente, porque temos as usinas de Jirau e Santo Antônio.

É claro que temos de ter um espaço de tempo para construir esses linhões no interior, mas é um momento importante. E é sabido por todos nós que a energia produzida em Rondônia é exportada, mas nós precisamos também levar energia ao interior do nosso Estado. Eram esses os dois questionamentos, e um pedido especial com relação a Nova Dimensão. É uma questão de urgência, eu diria de emergência, até, para que a Eletronorte possa resolver essa questão de Nova Dimensão, que está trazendo muito prejuízo a toda a população. Só no Distrito de Nova Dimensão moram mais de 5 mil pessoas, fora a região rural, que é muito forte e importante na produção de alimentos, na produção de leite e também na industrialização.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, se me permitir, o que eu vou perguntar ao Ministro é do meu Estado e vai dentro da linha do Senador Acir, para a economia de...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu ouço a plenária. Não havendo quem tenha alguma colocação em contrário, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, o Senador Acir foi muito feliz na sua abordagem.

Eu queria cumprimentar o Ministro e dar as boas-vindas aqui ao Senado Federal. Um ministro jovem, mas com uma experiência vasta e muito dinâmico. Já estive em Rondônia inaugurando obras e com certeza vai voltar em breve, mas está percorrendo todo o País.

Sobre as linhas de transmissão, a gente tem trabalhado junto, nessa questão, com o Senador Acir, com o Senador Ivo Cassol, com a Bancada federal de Rondônia, e já foram disponibilizados 320 milhões, se não me falha a memória, para licitar; o Ministério de Minas e Energia, a Eletrobras e a Aneel, num total de quinhentos e poucos milhões, mas já foram liberados para licitação 320 milhões. E a primeira linha a ser licitada será aquela de Presidente Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques – uma região isolada, ainda, que não tem energia das linhas de transmissão, como o Senador Acir acabou de dizer. Elas passam por cima e não distribuem para algumas regiões de Rondônia.

A segunda, ou terceira, ou quarta linha, porque são quatro que ainda estão faltando... Eram cinco; a de Itapuã do Oeste já foi concluída, foi inaugurada, que era uma das cinco linhas que estavam faltando, mas temos ainda a de Jaru a Machadinho, passando ali por Theobroma, Anari e Machadinho D'Oeste, que é onde vai sair a Usina Tabajara.

Eu queria perguntar ao Ministro também, porque já deram tantas informações. Quando o Presidente Eduardo Braga era Ministro ele deu uma data, que era 2015 ou 2016. Isso passou já vai para dois anos, e não aconteceu. Aí, outro dia eu estive com o Secretário-Executivo, o Pedrosa, e ele disse que o leilão seria no final deste ano. Agora, outro grupo esteve com o Ministro e já disse que é em 2019, ouviu, Senador Acir? Não é nem 2017, nem 2018 – é 2019. Eu disse: meu Deus do céu, já faz tanto tempo que esse projeto está pronto, com o projeto ambiental pronto! O Ibama – eu estive com a Suely, Presidente do Ibama, e ela me garantiu que terminaria, para o leilão do final do ano agora, do quarto trimestre, a licença ambiental. Ela se responsabilizou comigo de entregar essa licença ambiental antes do final do ano, se por acaso o Ministério quiser fazer o leilão ainda neste ano. Mas eu pediria que, se não der para este ano, pelo menos no primeiro trimestre do ano que vem; mas não deixar para 2019, que ficaria muito ruim.

Agora, voltando às linhas de transmissão, nós temos Buritis, que o Senador acabou de falar; Monte Negro-Buritis, saindo de Ariquemes; Campo Novo; e a quarta linha, que seria lá na Ponta do Abunã, de Porto Velho a Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre, quase na divisa com o Acre. Essas são as quatro linhas que estão faltando: de Médici a Costa Marques, de Jaru a Machadinho, de Ariquemes a Buritis, e de Porto Velho a Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, agradeço ao Ministro, e eu pediria prioridade tanto na licitação, que eu sei que já está em andamento – aqui está o presidente das nossas federalizadas, das distribuidoras, mas iriam estar o da Ceron, o da Eletrobras Rondônia, o Hamann –, e a agilização nessa questão das licitações das linhas e no leilão da Usina Tabajara.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Por favor, Ministro.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e agradecer pelas palavras.

De fato, acho que a gente está chegando muito próximo a uma resolução dessa questão do lote A, que será responsável pela escoação de boa parte de energia do Rio Grande do Sul, possibilitando que, com a conclusão dela, o Rio Grande do Sul possa voltar ao *status*, a participar de novos leilões de energia, seja ela térmica ou renovável.

Para dar uma informação que eu já dei à Senadora Ana Amélia, quando da visita dela na última quinta-feira, a expectativa agora, nesse acordo entre a Shanghai Electric e a Eletrosul é se formar uma SPE, onde tudo que foi feito até então representaria participação da Eletrosul nessa SPE, e a Shanghai Electric assumiria o investimento restante, que é superior a R\$3 bilhões, para a conclusão dessa obra.

Sobre o RenovaBio, a Senadora também falou da realidade de duas fábricas de biodiesel, no Estado do Rio grande do Sul, que estão paralisadas. Só para vocês terem uma ideia, pela queda do consumo de combustível no Brasil, apesar de estarmos hoje praticando a mistura do B8, o volume – basicamente de soja é feito o nosso biodiesel, que vem sendo esmagado para o B8 –, pela queda do consumo, é do tamanho do B5, na época que o tínhamos, se não me engano. Então, há um pleito de antecipação desse percentual de mistura.

O Senador Cidinho também é um lutador nessa área. Nós estamos discutindo com a Anfavea a questão dos testes. O certo é que já temos a antecipação de que em março do ano que vem deveria ser o B9 e já será o B10. A nossa expectativa é de que consigamos antecipar o B9 para em algum momento nesse segundo semestre, o que ainda é passível de uma série de discussões com a indústria de veículos. A nossa expectativa é de que possamos dar essa notícia, mas estamos trabalhando para antecipar a mistura o quanto antes.

Senador Acir Gurgacz e Senador Valdir Raupp, acho que as perguntas são similares ou complementares. Eu, de fato, tive a oportunidade de ir ao Estado de Rondônia no final do ano passado, a Porto Velho, particularmente na inauguração da Usina de Jirau. Sobre essa pergunta, Senador, já a recebi de uma Deputada do Estado de Rondônia, de Deputados do Amapá, de Deputados do Pará, que toda vez questionam sobre os seus Estados serem produtores de energia e haver uma série de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

problemas para que a população daquele Estado tenha acesso à energia. Ou, muitas vezes, é uma energia mais barata do que a praticada.

Eu também sou de um Estado – aqui eu e o Senador Roberto Muniz – em que tivemos todas as nossas usinas do sistema hidrelétrico colocadas em cotas e distribuídas para o Brasil inteiro. É uma energia mais barata que nós temos praticada no Brasil, hoje. A cota das usinas da Chesf deve estar sendo praticada em torno de R\$38 o megawatt. Todas essas quotas foram disponibilizadas com os consumidores do Brasil.

Eu dou sempre a resposta-padrão. De fato, a concessão é um bem da União. Então, não é em detrimento de um Estado contra o outro; mas o importante é que a gente possa solucionar isso. Conseguimos agora a edição de um decreto pelo Presidente, que possibilita a utilização de recursos da CCC para financiar essas obras. Em muitos casos, como as empresas Ceron e a própria Eletronorte, para a financiabilidade dessas obras, tendo em vista a economia que essas obras trarão ao sistema, nós conseguimos, dentro do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico), com apoio da agência, do ONS e da EPE também, a utilização desses recursos. Então, já há boa parte garantida para a realização dessas licitações. Nós vamos apertar a Eletronorte e também, no caso do Estado de Rondônia, a Ceron para correr com essas obras.

No caso de Nova Dimensão, eu vou pegar a fundo e me comprometo a dar uma ligada para o senhor depois.

Sobre a Usina de Tabajara, eu recebi já do Prefeito da cidade, já recebi de Parlamentares essa demanda. A informação que eu tenho é que ela não foi à licitação. De fato, os estudos estão sendo concluídos. E a promessa do Ibama é receber, de fato, neste ano ainda, a conclusão dos processos ambientais. É uma obra que vai requerer muitos recursos financeiros para a execução dela. Recebendo a liberação da licença do Ibama ainda neste ano, a expectativa é, sim, em 2018, lançar o edital de licitação dessa obra. Então, estamos trabalhando com esse cenário para, recebendo a liberação até o final deste ano, podermos concluir esse processo e iniciar a sua licitação no ano de 2018, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Primeiro trimestre, Ministro?

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Vamos correr para poder fazer o quanto antes. Não me aperte aqui, não, pois eu não sei se eu consigo lhe entregar no primeiro trimestre, mas, tendo tudo no ano de 2017, corremos para poder fazer o quanto antes e poder chegar em 2018 com essa notícia já, que não atende só ao Estado de Rondônia, mas ao sistema elétrico nacional como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Ministro, pelas suas colocações. Aguardamos que consigamos ver essa licitação com relação a Tabajara em 2018, assim como os nossos linhões do interior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dando sequência aos inscritos, passo a palavra ao Senador Hélio José. Estou seguindo aqui a ordem de inscrição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar S. Ex^a o Sr. Ministro Fernando Coelho, cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, e cumprimentar os colegas do Ministério de Minas e Energia e os demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Ministro, é importante saber a quanto andam os projetos de energia renovável no nosso Ministério. Eu gostaria de saber... Sabemos o tanto que foi importante o Proinfa para hoje sermos âncora na questão da energia eólica. Como anda a questão da energia solar, fotovoltaica? Como estão os projetos? O que há de novidade? A quanto andam, por exemplo, os valores dos leilões? E o que podemos fazer para melhorar a possibilidade de ampliar essa importante fonte energética num País como o nosso que tem uma solimetria, uma radiação muito grande e que não pode ficar a reboque nessa questão com relação ao mundo.

Com relação ao aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos, principalmente dos orgânicos, o Ministério anda investindo, fazendo grupo de estudo? Como é que está? Há alguma previsão de leilões? Como anda esse setor?

No setor nuclear, no nosso programa nacional de energia, havia previsão de construção de três, quatro ou cinco, se não me engano, usinas nucleares até 2050. Eu quero saber como anda a questão de Angra 3, como está a questão de todos os processos, se terminam ou não, como é que ficam. E qual a previsão de entrada desses novos projetos? Como podemos discutir? Como é que o Ministério está fazendo para discutir a questão da segurança? Hoje, todo mundo sabe que, na energia nuclear, cada vez mais, ampliam-se os cuidados com a segurança; cada vez mais, ela nos permite poder defendê-la sem ter culpa, porque é uma energia boa e barata, e o Brasil é um dos grandes produtores mundiais de urânio. Nós precisamos fazer desenvolvimento industrial neste País e temos que saber utilizar o que temos de potencial.

Está aqui ao meu lado nosso nobre Senador Roberto Muniz, que sabe que Caetité, no interior da Bahia, é uma das maiores produtoras de urânio deste País. Ela poderia muito bem suprir esta crise que, por exemplo, eu ouvi aqui os colegas de Rondônia colocando. A compreensão é a de que uma subestação é muito cara para poder fazer uma abaixadora nesses Municípios por onde o linhão passa. O centro de carga está no Sudeste, nas grandes cidades e coisa tal. Para o linhão, tem que se fazer uma abaixadora, ficando a inviável a construção do linhão.

Precisaríamos ver fontes alternativas para bem atender a esses setores. Daí é que nós poderíamos ver se, combinado com as fontes renováveis, com a questão da eólica, com os novos projetos... No caso específico de Rondônia, eu não sei como é a endometria, mas eu acho que as energias solar, fotovoltaica, heliotérmica e com aproveitamento de biomassa talvez fossem formas de amenizar a situação dessas cidades, que têm tido esse grave problema que os nossos nobres Senadores Acir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gurgacz e Valdir Raupp têm apontado. Realmente, é difícil. É incompreensível para o eleitor do Estado saber que produz tanta energia e que ficam lá ficar à mercê da falta de energia. O sistema é interligado. Ele poderia pensar: "Por que eu ficar sem?" É porque, muitas vezes... É como no Nordeste brasileiro: a Chesf tem um sistema em que é longínqua uma cidade da outra, com linhas de subestação de 69, uma tensão baixa, que causa uma perda maior do sistema, em que, conseqüentemente, a tensão chega muito baixa à ponta. Muitas vezes, como lá em que vocês que estão tendo problemas de subtensão, as coisas não funcionam direito.

Eu lembro que, quando eu estava no projeto do Meio Norte, no Piauí, na cidade de Luzilândia – eu sempre gosto de dar este exemplo –, 300 casas do Minha Casa, Minha Vida não podiam funcionar, simplesmente porque, se ligassem, apagava o resto todo da cidade de Luzilândia. Ficavam lá as casas prontas, mas sem ligarem na rede.

Eu acho que projeto combinado, nobre Ministro, principalmente no Nordeste, com tanta fonte de energia solar e também da própria biomassa, com aproveitamento do lixo... Eu tenho com conversado com a Caixa Econômica, com o Ministério das Cidades dizendo que é inconcebível nós financiarmos grandes assentamentos, projetos da Minha Casa, Minha Vida, sem hoje colocar um combinado, com energia solar, aproveitamento da biomassa, fazendo um conjugado. De noite, utiliza-se a biomassa orgânica, gera-se energia; durante o dia, há a fotovoltaica para poder garantir a energia. Também pode-se pensar em algum sistema de baterias. É necessário.

Eu fiz todo um estudo nesta Casa no ano passado, que, inclusive, vou disponibilizar ao Ministério provavelmente na semana que vem ou na outra, em que ouvimos todos os setores envolvidos. Inclusive, o Ministério esteve em todas as rodadas aqui. Foi uma pena V. Exª não ter podido estar aqui em uma das rodadas. Nós fizemos todo um apanhado com relação às energias renováveis. Eu fui Presidente da Comissão da Medida Provisória 735, e nós discutimos também ampliações importantes nas PCHs, tanto no período de concessão de 30 para 60, quanto nas CGHs, aumentando de 3 megas para 5 megas.

Eu quero saber de V. Exª como é que esse trabalho, esse nosso feito aqui na Medida Provisória 735, que já se tornou lei, está viabilizando novos projetos nesse setor tão importante para poder também garantir energia nessas pontas que têm problemas, Acir. No pequeno curso de rio, podemos fazer uma pequena hidroelétrica, uma PCH ou uma CGH, e resolver esse grave problema. Fica mais barato que ter que fazer uma subestação abaixadora num lugar onde há pouca demanda de carga para ser alimentada. Então, precisamos fazer esse conjugado. E o Ministério deve estar pensando sobre tudo isso.

Eu me coloco, mais uma vez, à disposição para colaborar com o setor elétrico nacional.

Eu quero falar com V. Exª que vou lhe fazer um convite. Sou Presidente da Comissão Senado do Futuro, junto com nosso nobre Senador Dalirio Beber, e vamos fazer um painel de discussão sobre a modernização e a necessária utilização do nosso carvão mineral e dos nossos recursos de carvão,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

principalmente porque empregam uma mão de obra em Santa Catarina e na Região Sul do País. Eu gostaria que V. Ex^ª, no momento oportuno – vou mandar com antecedência, estou vendo com Dalirio Beber o melhor momento –, estivesse junto conosco, para ver como nós vamos superar os graves problemas que esse setor enfrenta hoje, principalmente em Santa Catarina.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra, agora, o Senador Roberto Muniz.

Na sequência, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Jorge Viana e o Senador Cidinho.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente, eu queria saudar o Ministro Fernando Coelho pelo seu trabalho, saudar também o Presidente em exercício, Senador Acir Gurgacz, e dizer que é uma honra muito grande para esta Casa, Ministro, receber um jovem com tanta competência e, em tão pouco tempo, com a capacidade de assimilar questões tão importantes e fundamentais para o desenvolvimento do Estado brasileiro. A diversidade de assuntos que o Ministério que V. Ex^ª está ocupando abrange requer realmente uma dedicação muito grande. Eu tenho certeza de que essa dedicação tem gerado frutos para o País.

Eu posso aqui, de público, ser testemunho, na sua passagem pelo Estado da Bahia, da importância do lançamento do Reate, que revitaliza os poços terrestres *onshore*. Isso tem sido para o Estado, sem sombra de dúvida, um alento e uma sinalização de retomada principalmente da região do Recôncavo Baiano, que estava esquecido, e esses investimentos podem trazer de volta os empregos que poderão ser gerados nessa região.

A primeira pergunta é como está o planejamento para esse programa diretamente no Recôncavo Baiano.

A segunda pergunta, Ministro, a gente tem visto na mídia, algo que nos deixa feliz, mas, de alguma maneira, um pouco preocupados, que é a questão da internacionalização do setor de infraestrutura no Brasil. A cada instante, a gente percebe que mais empresas internacionais estão vindo com muita força, comprando empresas nacionais. E sempre ouvimos, lá atrás... Acho que V. Ex^ª ainda estava muito jovem quando a gente dizia que o setor de infraestrutura – e principalmente o de energia, minas – era um setor estratégico. E vivemos sob o pensamento de que esse setor estaria sob o comando do Estado – não vai se perder o comando do Estado –, mas que estariam sendo realizados esses investimentos principalmente pelas empresas estatais. E gente hoje percebe a chegada muito forte dessas empresas.

Eu queria fazer uma pergunta com o seguinte foco: quais são as ações que o Ministério e V. Ex^ª têm pensado para proteger os interesses nacionais? Como podemos ter esse debate sobre a proteção dos interesses nacionais?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Faço até um paralelo com quando se falava da telefonia, à época em que se privatizou a telefonia. Algumas empresas internacionais chegaram e houve uma coisa muito importante naquela época em que usávamos o telefone público, no setor de telecomunicação. E a chegada do telefone público é o mesmo de como se chegasse agora a internet banda larga. Naquela época, um telefone público era, sem sombra de dúvida, o maior acontecimento em algumas regiões do Estado brasileiro, em regiões remotas. E naquela época se conseguiu instituir, nos contratos, aquela ideia de que seria de responsabilidade das empresas colocar uma quantidade de telefones públicos à medida que fossem cumprindo aquele contrato.

Eu percebo que hoje a gente tem um pouco dessa preocupação, colocada até pelo nosso Presidente da Comissão, o Senador e ex-Ministro, que conhece muito dessa área, Senador Eduardo Braga. E muitas pessoas ficam dizendo que, se nós privatizarmos, será que chegará a energia para essas comunidades mais carentes? O senhor colocou aqui a questão do Programa Luz para Todos, que tem permitido isso em todo o País. Então, quais são as atitudes, as ações que podem gerar a garantia de que os interesses nacionais serão preservados na infraestrutura?

O senhor traz uma questão que acho muito importante que é esse novo momento da judicialização dessas querelas dentro do sistema de energia, que está tirando da margem, do leito natural que seria a regulação, esse local para esse debate. A que ponto essa judicialização pode gerar mais ainda uma insegurança jurídica? E como a gente pode dar mais poder à regulação, para que exerça com mais força e finalize o processo dentro do setor, sem buscar o auxílio do Judiciário?

A gente está percebendo que, se os setores de infraestrutura seguirem o que está acontecendo na política brasileira, Senador Acir... Hoje, se você quiser saber o que vai acontecer na política, à tarde, em vez de ligar a TV Senado, porque muitos estão nos assistindo agora, é melhor ligar na Justiça, porque lá estão sendo decididos os destinos da política do nosso País. Então, precisamos ter um pouco de cuidado sobre isso. O senhor levantou essa questão, que eu queria que o senhor explorasse um pouco mais, porque isso vai dar segurança jurídica.

Quanto à questão dos leilões de reserva, o senhor foi muito claro em relação às energias renováveis. O Estado da Bahia, como V. Ex^a observou, é um dos que mais têm capacidade em termos de geração de energia eólica. Conseguimos construir uma cadeia produtiva muito relevante no nosso Estado. E o senhor colocou uma coisa importante: há necessidade de política de leilões regulares. Isso para o setor de energia eólica é fundamental.

O que está acontecendo? As empresas embarcaram no chamamento do Estado brasileiro e no Governo do Estado da Bahia. As empresas investiram. E vocês sabem que as empresas internacionais, quando investem aqui, têm um olhar de longo prazo. Quando se conversa com essas empresas que investiram – "Pode haver; haverá, mas depende de..." –, tira-se a segurança no investimento. E, como o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresário não é local, ele começa a não acreditar mais no País, que vinha com uma política regular de leilões, e, de repente, há uma mudança.

Já pegando a carona do levantamento que o Senador e ex-Ministro Eduardo Braga fez, temos muita coisa para substituir, não só como reserva, mas como substituição da termelétrica.

E quero trazer também um debate que considero fundamental, Ministro. O maior amigo dos rios brasileiros é a energia eólica, que hoje é 7%. O que nós estamos fazendo é drenar a vida dos nossos rios para gerar energia. Precisamos pensar um pouco à frente, porque o custo da energia também tem que ser pensado em longo prazo, para que depois não matem os nossos rios e fiquemos à disposição das termelétricas. Creio que seja o momento nesse planejamento de se entender que, apesar de ser mais barata a energia hidráulica, ela precisa, em algum instante, ser substituída por energias de outras matrizes renováveis até que tenhamos uma regularização das chuvas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Ex^a me permite só um aparte para contribuir?

O que, Ministro, o Senador Roberto Muniz coloca é uma inquietude. Por exemplo, no Rio São Francisco, nós temos quantas hidrelétricas? Seis?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com as quatro de Paulo Afonso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Seis. Não é isso?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sim. PA-1, PA-2, PA-3, PA-4, Sobradinho, Xingó, Itaparica...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, são sete?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Muito bem.

Imagine se nós tivéssemos, ao longo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E Três Marias também.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E Três Marias. São oito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Muito bem, são oito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Imagine se nós tivéssemos um pequeno encargo de serviço nessas hidrelétricas para a recomposição de mata ciliar e de nascentes do Rio São Francisco, que estamos transpondo, e não têm água.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, V. Ex^ª antecipou a minha pergunta. (*Risos.*)

Qual é a questão? É essa possibilidade do leilão. E eu queria que o senhor pudesse realmente confirmar a existência desse próximo leilão, porque isso está deixando aflita toda a cadeia para saber se acontecerá nesse semestre.

Segundo, há uma questão que foi colocada sobre se a Chesf poderia fazer um trabalho de revitalização do Rio São Francisco. Isso poderia responder a essa questão. O que o Senador Eduardo está colocando é que, em vez de se fazer de maneira pontual, através de um programa, estabeleça-se essa junção entre gerar energia e gerar vida para o rio. Vamos precisar realmente colocar de pé uma política pública estável.

Outra questão diz respeito aos resíduos sólidos, à geração de energia através de resíduos sólidos. O Ministério de Energia precisa ser protagonista nessa discussão. Não dá para ficar essa discussão internalizada no Ministério do Meio Ambiente. É uma necessidade dos grandes centros urbanos, que não sabem mais o que fazer com o lixo e não têm mais onde colocar. Estamos desperdiçando mais uma possibilidade de matriz energética. Essa é outra questão.

Para finalizar, Ministro e Presidente, sei do carinho, do trabalho e do esforço que o Senador Hélio José tem feito na luta pela carreira dos analistas e dos especialistas. Nós votamos, aqui no Senado, Presidente, a MP nº 765. E quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela sensibilidade de ter incluído essas duas carreiras, que são fundamentais para tudo o que estamos falando aqui. Não adianta ter boas ideias se não tivermos as pessoas que têm a mão na massa dentro dos Ministérios.

O que nós estamos ouvindo é que há possibilidade de o Presidente vetar os arts. 32, 33 e 34. Então, eu queria aproveitar a sua presença aqui, Ministro; a de todos os nossos Senadores aqui presentes; a do Deputado Jonga, que é Deputado do Estado da Bahia, João Carlos Bacelar, para dizer que é de fundamental importância, para que possamos ver tudo isso que foi planejado ser patrocinado por essa mão de obra qualificada, cerrar fileiras, estarmos juntos, para pedir ao Presidente Temer para não vetar esses três artigos, porque isso vai desestruturar e desmotivar uma carreira fundamental para que isso tudo aconteça.

Então, quero conchamar para que estejamos juntos nessa luta, é claro, sob o comando e a liderança do nosso Senador Hélio José, que é o representante real dessa carreira.

Agradeço, Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vamos ouvir o Senador Flexa.

Em seguida, o Ministro responderá aos três Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, só um minutinho.

Reafirmo as palavras do nosso nobre Senador Roberto.

O Presidente da República me garantiu que não vai vetar, porque esse foi um acordo que ele fez comigo na Exposição de Motivos 223. Já era para ter sido resolvido. Resolvemos aqui na Comissão e aprovamos na Câmara dos Deputados e no Senado. Mas o apelo do nosso nobre Senador Roberto... É importante que V. Ex^a – sabendo que temos de 40% a 45% de evasão nessa carreira, sabendo da importância da infraestrutura nacional para os 15 Ministérios – também faça essa solicitação. É muito importante para a gente e para o nosso nobre Presidente.

Sr. Presidente, não é puxando a sardinha para sua brasa não, porque eu perguntei do Brasil inteiro e me esqueci de perguntar do Norte. Aí, você chegou aqui e me lembrou de que eu tinha as perguntas do Norte do Brasil para fazer ao Ministro.

Então, rapidamente. Ministro, eu, quando estava no Ministério de Minas e Energia, fiz todo o estudo de viabilidade, quer dizer, analisei, estudei e aprovei a linha Manaus-Boa Vista. O importante linhão, que ficou suspenso por muitos anos, a que V. Ex^a encaminhou solução. Eu queria saber, em detalhes, como é que anda essa situação real agora, porque é uma área totalmente antropizada. Não havia nenhum tipo de problema em fazer esse linhão, e estava havendo esse litígio com a Funai.

E é importante saber também, na linha Tucuruí-Macapá-Manaus, como é que anda o fluxo. Como é que está essa linha hoje já inaugurada? Como é que está em relação à questão do alívio de Manaus, se esse fluxo está positivo ou se está negativo? Qual é o estudo de viabilidade realmente econômica da operação do linhão até Manaus – a linha Tucuruí-Macapá-Manaus? Como anda a operação dessa linha? O que isso aliviou quanto àquela poluição enorme que havia sobre Manaus e àquela pressão sobre o óleo cru ser queimado nas usinas?

Eu queria saber também sobre o impasse entre a Cigás e a Petrobras, se isso prejudicará o fornecimento de gás natural para o parque termelétrico e para as indústrias daquele Estado, no caso, o Amazonas. Qual o preço praticado pela Petrobras para a venda de gás natural à Cigás? Qual o montante da dívida da Companhia de Gás do Amazonas junto à Petrobras?

Estou falando rápido para ganhar tempo, porque eu já fiz minha fala e também porque eu tinha esquecido as coisas do Norte aqui.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone.*) – É melhor trazer escrito isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sobre a capacidade ociosa do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, se há. Como vamos utilizar essa capacidade? E como será a operação financeira – já fiz essa pergunta – para viabilizar a linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus? Foi a primeira pergunta que fiz a V. Ex^ª.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu só queria, antes de passar a palavra, esclarecer que, em seguida, nós continuaremos a audiência pública com os representantes das áreas técnicas. Questões como volume de gás, capacidade ociosa de gasoduto, etc., com certeza, serão abordadas de forma bastante clara.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Ministro Fernando Bezerra Coelho Filho, Srs. Senadores, não é em todas audiências públicas que temos o privilégio de ter na Presidência um ex-Ministro de Minas e Energia e a presença do atual Ministro de Minas e Energia. Quero fazer minhas as palavras do Senador Roberto Muniz com relação à competência do Ministro Fernando, que, de forma tão rápida, assimilou todos os problemas e soluções para esse Ministério, que é, sem sombra de dúvida, se não o mais importante, um dos mais importantes para o nosso País. Mas, assim como tem o Ministério de Minas e Energia o potencial que é necessário para o desenvolvimento do País, tem também enormes entraves que têm que ser vencidos.

Ministro, eu teria aqui alguns questionamentos para fazer a V. Ex^ª. Primeiro, com relação à questão da cobrança de tarifa bandeira vermelha, bandeira verde ou amarela – a verde é livre de taxaço – para os Estados que são exportadores de energia. Há alguns anos, a Senadora Sandra Braga fez uma emenda numa medida provisória, apresentamos com ela e defendemos. Conseguimos que ela fosse incluída no projeto da medida provisória e sancionada pelo Presidente. E livrava os Municípios desses Estados que não estavam interligados ao Sistema Nacional de serem taxados com bandeira vermelha, porque eles não estavam, evidentemente, sendo responsáveis pela utilização da energia térmica. Mas só isso não é suficiente. Eu dizia à Senadora Sandra, Senador Eduardo Braga, que aquilo era o mínimo que nós poderíamos fazer naquele momento, porque não conseguiríamos avançar mais. Mas o justo seria que os Estados exportadores de energia – como é o meu Estado do Pará – tivessem todo seu território livre dessa taxaço a mais.

Aqui foi dito pelo Senador Acir Gurgacz, com relação ao linhão de energia lá em Rondônia, que passa... Isso já aconteceu e acontece ainda em alguns Municípios. O linhão passa, você ouve o zumbido da energia, e não há energia rebaixada para atender aqueles que estão necessitando para poderem administrar e desenvolver o seu Município.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Evidentemente que, ao longo desses anos todos – e isso começo no governo de Almir Gabriel, que fez o linhão, levando energia de Tucuruí para Santarém, para o Tramoeste, que deu condições de desenvolvimento firme –, hoje está esgotado, tem-se que fazer um segundo linhão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Foi licitado. Já houve vencedor. Então, pronto, vai ser o segundo linhão para dar mais energia para aquela região.

Aí, eu perguntaria a V. Ex^a – e vou continuar na questão dos linhões – se não seria justo retirar desses Estados exportadores a taxaço a mais de bandeira para aqueles Municípios todos, não só dos não ligados ao Sistema Nacional, mas de todos eles, por ser um Estado exportador.

Ainda nos linhões. Belo Monte está gerando energia, mas temos conhecimento de que os linhões não estão concluídos. Então, tinham capacidade de distribuir a energia gerada por duas turbinas. Se foi mantido, o cronograma já deve estar com umas quatro em operação. Então, não está sendo possível distribuir essa energia. Quando isso vai ser sanado? Por que esse atraso? Talvez seja um dos responsáveis por essa falta de energia.

Ainda na questão do linhão. O meu Estado, lamentavelmente, ainda tem alguns Municípios – e não são poucos – que não têm energia firme de Tucuruí ligada ao Sistema Nacional. Ainda, sexta-feira que passou, estive com o Governador Simão Jatene, em Soure, na Ilha do Marajó. Levamos energia firme para Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, três Municípios. Com esses três, já são nove Municípios da Ilha do Marajó com energia firme.

Estamos, junto à distribuidora – a Celpa, que está fazendo o trabalho –, no entendimento de levar também fibra ótica. Com o linhão, já devemos levar a internet em banda larga a todos esses Municípios, resgatando um ponto de maior importância do desenvolvimento da Ilha do Marajó. Até 2019, todos os Municípios da Ilha do Marajó vão estar interligados com o Sistema Nacional.

Um outro ponto importante, Ministro, ainda no linhão. O Senador Eduardo Braga, quando Ministro, aprovou um decreto em que, para a Amazônia, as linhas de 138kV passariam à responsabilidade do Sistema Nacional, tirando das distribuidoras a necessidade de fazer esses linhões que não têm resposta econômica. Por exemplo, no meu Estado – e foi atendido por esse decreto –, era um linhão de 200km que iria levar energia para o oeste do nosso Estado, Crepurizão e Crepurizinho, duas áreas de mineração lá no Oeste, no Tramoeste, mas esse linhão não tem energia suficiente para ser levada ao Distrito de Moraes Almeida. Eu queria perguntar a V. Ex^a se esse linhão não entrou nesse último leilão. Qual é a previsão de que ele possa ser incluído e de que tenhamos a possibilidade de levar energia para essa região do Estado do Pará?

Um outro questionamento. Vou sair um pouco da área de energia; vou para a questão da mineração. Nós estamos aqui, Ministro, lutando há oito anos, mais ou menos, com relação à questão do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

novo código de mineração. Eu fiz um projeto. Meu Estado é um Estado penalizado e não é atendido nas suas necessidades pela União. O nosso Estado tem 35% da sua economia não tributada, que é a exploração de minérios. A CFEM, que é a *royalty* da mineração, não dá ao Estado, diferentemente do petróleo... Quem dera que a mineração tivesse a mesma distribuição que tem do petróleo, porque, aí, daria condições ao Estado para fazer frente ao aumento das demandas de saúde, de educação, de segurança, que são acrescidas pela instalação desses projetos. Quando entram em operação, nem 10% do efetivo das pessoas para mão de obra de instalação ficam na operação. Não há como, Ministro! Nós esperamos por três anos que o Governo encaminhasse o projeto, três ou quatro anos. E está há três ou quatro anos na Câmara dos Deputados, e não avança. O apelo que faço a V. Ex^a é para repartir o projeto. Vamos tratar da CFEM, que é pontual, que vai resolver o problema dos Estados mineradores, fazendo uma taxação que seja justa para a sociedade, porque, quando se atende o Estado ou o Município, atende-se a sociedade, e também para as empresas mineradoras. Ninguém tem a intenção de inviabilizar a operação das mineradoras; muito pelo contrário, queremos fortalecê-la, mas temos que atender a população desses Estados e Municípios.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Jorge Viana para sua participação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador e colega Eduardo Braga, Presidente da Comissão, ex-Ministro, lembrando que isso é importante, porque V. Ex^a conhece bem o assunto.

Quero dar boas-vindas ao Ministro Fernando Coelho Filho e aproveitar este momento, desta audiência pública, para trazer aqui os interesses do Acre e do povo acreano.

Sr. Ministro, quero muito pedir a V. Ex^a que fale a quantas andam as obras do linhão que visam levar a energia gerada nas usinas hidrelétricas do Madeira, que já chegaram a Rio Branco. Agora, foi resolvido, inclusive, um problema seriíssimo que tínhamos, de apagões. Fizemos audiências públicas na Assembleia, e eu fui o proponente; o Ministro, à época, Eduardo Braga, orientou; o próprio Ildo, que está aqui presente, participou. E conseguimos ter uma melhora pelo menos na qualidade da energia que chega ao Acre, na região de Rio Branco e alguns Municípios onde já há interligação.

O Governador Tião Viana tem lutado muito – eu pude tentar ajudar também um pouco – para que se siga com o linhão até Cruzeiro do Sul. São mais 680 km. A primeira etapa seria Rio Branco-Feijó e, depois, Feijó-Cruzeiro do Sul. Não tenho informações mais recentes e gostaria que V. Ex^a pudesse trazer qual é a expectativa que se tem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que estou trazendo esse argumento? Porque, agora mesmo, no dia 27 de maio, Ministro – 27 de maio! –, Cruzeiro do Sul, que é a segunda cidade do Acre, mais Mâncio Lima, Rodrigues Alves e a cidade de Guajará, no Amazonas, ficaram cinco horas sem energia. Ora, ninguém pode imaginar o tamanho do prejuízo para uma cidade grande, polo, como é Cruzeiro do Sul, ficar cinco horas sem energia, sem aviso. Houve prejuízo para o cidadão, para as pessoas, porque o pouco que têm de eletroeletrônicos em casa ficam comprometidos, quando não perdem. O comércio todo, as atividades todas, parou tudo. Isso foi no dia 27 de maio agora, um sábado. Fiz requerimento a V. Ex^a, pedindo informação. Temos também entrado em contato com a própria Aneel no sentido de ver que medidas está adotando nesse caso, porque é a agência que pode vir – inclusive a Rita está aqui. Quero um comentário, porque a notícia que havia – não vou reproduzir ou confiar em notícia de rua – era de que não havia combustível. Achei estranho, acho que essa não deve ter sido a razão principal. Por quê? Porque participei de uma inauguração, há pouco mais de dois anos, de um grande centro de armazenagem de combustível em Cruzeiro do Sul, feito pela Petrobras, e não quero crer que possa ter havido alguma coisa parecida. Mas o certo é que houve o prejuízo e até hoje claramente não foi dada uma satisfação para a opinião pública, pelo menos não tenho conhecimento disso. Esse é um aspecto também importante.

E aí, Sr. Ministro, quero também trazer uma preocupação. Veja, estamos queimando – sou Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas aqui, no Senado, uma Comissão Mista – combustível fóssil em vários Municípios do Estado ainda. Essa linha de transmissão vai limpar a nossa matriz energética, vai fazer com que possamos ter um Estado que reduza drasticamente suas emissões. Conseguimos reduzir desmatamento, o Governador Tião Viana tem feito um trabalho importante. Agora, estamos buscando segurança para o fornecimento de energia. Com a linha de transmissão, com energia limpa, podemos avançar bastante e trazer a geração de energia do Acre, à exceção de quatro Municípios isolados – Santa Rosa, Jordão, Taumaturgo e Porto Walter –, os outros 18 Municípios do Acre estariam interligados, com geração de energia limpa.

O que quero falar, em nome de quem vive nas regiões do interior do Acre, em Cruzeiro do Sul, é que temos lá...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... o combustível mais caro do Brasil, como o QAV, da aviação. Um litro de gasolina custa, em Cruzeiro do Sul, mais de R\$4,70. É muito injusto com a população. O óleo diesel custa mais de R\$4,20. Não há outro espaço assim, V. Ex^a é do Nordeste. Quer dizer, sendo do Norte ou do Nordeste, você tem que pagar adicional para ser brasileiro? Ter custo a mais por estar cuidando de uma região, como a Amazônia, como faz o povo de Cruzeiro do Sul? Quer dizer, entra Ministro, sai Ministro, entra governo, sai governo, e não se tem uma equalização mínima razoável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esses dados que estou trazendo aqui são de uma pesquisa da Agência Nacional do Petróleo feita há três dias. É 4,70 o preço da gasolina em Cruzeiro do Sul. O GLP, o gás que as pessoas usam para o transporte... Porque lá, a vida é nos rios. O Senador e ex-Ministro Eduardo Braga sabe do que estamos falando. As pessoas viajam cinco, seis dias para chegar em casa. E o que elas têm é um custo a mais, um adicional por serem brasileiros e viverem na Amazônia.

Eu queria um comentário, queria que V. Ex^a, se possível, cobrasse da ANP acerca das políticas que podemos fazer. Já tivemos política de compensação, com a conta CCC de combustível – a Aneel também trata disso –, que faz compensação. Agora, não é justo! Ou, então, vamos ter que ter brasileiros de primeira categoria, de segunda e de terceira. E acho que, se fosse para ser assim, o da Amazônia teria que ser o de primeira, porque é quem vive no maior sacrifício, quem cuida do nosso patrimônio. Pode-se dizer que é um heroísmo viver naquela região.

A última questão que quero pedir a V. Ex^a: li em um jornal, anunciado por um colega Parlamentar... Agora é assim, não temos mais política de governo. Com esse negócio de Governo fraco, na UTI, ele vai se entregando a cada dia para as Bancadas, para os que conseguem arregimentar alguns votos, e vão destruindo o Brasil em troca de votações que o Governo tem que vencer naquela semana. Isso é um desastre! É isso que dá um governo ilegítimo. E o povo paga caro por isso.

Outro dia, ouvi um político do Acre dizendo que vai levar o senhor lá para resolver o problema do Luz para Todos. Ora, o Luz para Todos é um programa fantástico criado pelo Presidente Lula, que tirou da escuridão milhões de famílias, milhões de brasileiros, mas ele tem um problema final – e concluo, Sr. Presidente – na Amazônia, os isolados dos isolados. Como resolver isso? Porque a proposta é de universalização. E aí não anda, porque fica mais difícil.

Eu sei que, passou de 5km a linha de transmissão, já não compensa mais economicamente. Eu compreendo, vivo na Amazônia, sei o que é isso. Falei várias vezes: "Se tiverem que levar combustível para gerar energia, a linha de transmissão não vai funcionar." Como se vai levar cinco, seis dias em um rio?

Então, temos que ter modelos diferentes. Isso não é passe de mágica que se resolve trocando Ministros. Isso será resolvido trocando modelo, pensando em energia de biomassa somada à energia solar. Associando as duas, porque só a solar não dá conta. Só a solar não dá conta. E digo mais: se tiver que levar combustível, vai levar seis, sete dias, e isso não funciona nas aldeias.

Então, era isto que eu queria pedir a V. Ex^a: por favor, dê uma atenção especial para o Luz para Todos, principalmente na Amazônia, na cabeceira dos rios. Estou falando de Cruzeiro do Sul, Taumaturgo, Porto Walter, Feijó, Tarauacá, Jordão, Santa Rosa e Manoel Urbano, porque, nos outros Municípios, já avançamos muito, já avançamos bastante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E falo, Ministro, V. Ex^a é novo, conhece o assunto, pode chamar um grupo e encontrar uma solução para o isolado do isolado, para que aquele que mora mais distante e que deve ser tratado com mais amor e carinho por ser um brasileiro diferenciado possa ter acesso à geração de energia, porque lá não é para acender luz, é para cuidar dos alimentos para que eles não estraguem. Então, é algo de primeira necessidade.

Obrigado a V. Ex^a e obrigado ao Presidente Eduardo Braga pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Jorge Viana, antes de passar a palavra ao último Senador inscrito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Ex^a retornou, perdão. V. Ex^a tinha se inscrito, mas tinha saído, e voltou.

Quero fazer um comentário. Exatamente pensando no sistema isolados dos isolados, ainda quando Ministro, assinamos um decreto com a Presidenta Dilma, viabilizando a implantação de programas que eram híbridos, com energia solar, biomassa e até mesmo com óleo diesel...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... para as áreas onde não havia biomassa, em pequenas vilas, e esse decreto precisava de uma normatização. E, recentemente, acabou sendo editado um novo decreto que trata da fonte de financiamento pela conta CCC e pela CDE. Creio que o Ministro vai falar sobre isso, e, daqui a pouco também, com os técnicos, falaremos.

Passo a palavra ao Senador Cidinho, pedindo desculpas ao Senador, porque S. Ex^a tinha se inscrito, tinha se ausentado, e eu iria passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, dei uma saída, fui à CAE, estamos atentos à aprovação do relatório da reforma trabalhista hoje. O Senador Jorge Viana até começou bem aqui o seu pronunciamento, mas, ao final, começou a dar uma variada. Mas é um grande amigo.

Eu queria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Isso, porque fiz críticas ao Governo?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, apenas para dizer a você que o Governo, apesar da crise, está andando, está funcionando; as coisas estão acontecendo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Ah!, desculpe.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – E eu queria parabenizar o Ministro Fernando Coelho, porque, todas as vezes em que nós o procuramos, fomos muito bem atendidos. E já fui lá com o pessoal do setor do biodiesel, do setor do etanol, do setor elétrico. É um jovem que está antenado e, hoje, aqui, na sua apresentação, ele pôde demonstrar isso. E passou por todas as áreas que o seu Ministério desenvolve, que são bastante complexas, e está antenado com todas as situações. Parabéns, Ministro! Isso que é bom da jovialidade: a pessoa ter essa disposição, essa vontade. Isso nos enche de orgulho e nos motiva.

Eu queria ainda fazer o registro de que nós estamos na Semana do Meio Ambiente – ontem foi o Dia Internacional do Meio Ambiente –, e nós tivemos, ainda na semana passada, o Presidente americano declarando a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. E eu queria dizer que esta seria uma oportunidade única, como foi colocado aqui, para o Brasil sair na frente.

Nós temos aí o RenovaBio, praticamente pronto para ser anunciado. Todo o setor de etanol do Brasil aguarda o anúncio do RenovaBio, assim como o setor de biodiesel. Essa seria uma oportunidade para mostrar ao Brasil e ao mundo que o Governo brasileiro está preocupado com a questão das emissões de gases poluentes.

Então, eu queria sugerir a V. Ex^a que, juntamente com o Presidente Michel Temer, nesta oportunidade, o quanto antes, anunciassem o RenovaBio, com a edição da medida provisória, que já está pronta. Ainda mais: quanto antes nós pudermos anunciar o B9, já que não é possível para julho, mas que seja para a partir de setembro e o B10 para a partir de março, seria muito importante não só para a questão ambiental, mas também para a questão econômica.

Nós temos várias usinas de biodiesel, hoje, onde foram investidos alguns milhões de reais, que estão paradas, porque a demanda do biodiesel, em função da crise acentuada, é menor do que quando o B5 e o B6 foram anunciados. Então, é necessário que o Governo, neste momento em que nós temos uma supersafra de soja, quando nós temos a oportunidade de fazer com que essa soja fique no nosso País, no mercado interno, fazendo óleo para o biodiesel, fazendo farelo para a ração... Isso é muito mais interessante do que nós exportarmos e, ainda, podemos produzir gás renovável.

Então, essa é a minha sugestão e o meu pedido de que se faça isso o quanto antes. Seria muito importante para a economia e também um sinal para o meio ambiente do Brasil e do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Braga; Ministro Fernando Coelho; sobre esse primeiro assunto que eu trago aqui, ainda que V. Ex^a não tenha a resposta de pronto, eu gostaria de fazer uma indagação sobre duas hidrelétricas no meu Estado. Refiro-me, inicialmente, à Usina de Couto Magalhães, na cidade de Alto Araguaia. Eu já estive uma vez no Ministério para falar sobre isso. O potencial dessa hidrelétrica foi leiloadado num pregão, no Rio de Janeiro, ainda no Governo Dante de Oliveira e, até hoje, não se avançou. À época, disseram que era devido a exigências de parte do Ibama, que havia requerido o EIA/RIMA de todo o rio. Pelas informações que tenho, já foi feito esse EIA/RIMA. Assim, eu gostaria de saber em que pé está essa situação e o que nós podemos fazer para agilizar, visto que essa hidrelétrica é tida como aquela de menor impacto ambiental e com alta capacidade de geração de energia. E essa hidrelétrica teve os seus estudos iniciados há 30, 40 anos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr. Ministro, foi criada em Mato Grosso uma empresa, fruto de uma fusão de investimentos de vários fundos de pensão, a PCH FIP, empresa de energia PCH FIP, que desenvolveu projetos lá no Rio Juruena, onde construiu cinco hidrelétricas. Essa empresa PCH FIP é de caráter totalmente público, já que todos os recursos são provenientes de fundos de pensão. Há uma pequena participação de recursos privados.

Essas construções, todas elas, se deram sob a gestão de uma empresa chamada Infra. Para a nossa surpresa, no ano passado, o Governo resolveu mudar essa gestora por outra chamada Vinci Partners. E, agora, também a gente não sabe mais sobre o andamento. E isso é extremamente importante, porque essas hidrelétricas todas são no mesmo rio, um rio com bastante queda, também com baixo impacto ambiental, com excelente custo, em uma região que está se desenvolvendo agora também com a construção da MT-100, que liga a região sul do Mato Grosso ao Araguaia. É a região de Guiratinga, cidade bem próxima à Rondonópolis, minha cidade natal. Então, neste momento, além de gerar energia, gera um volume de empregos muito importante para a nossa região. Assim, eu gostaria, se possível, de uma resposta oficial do Ministério a respeito.

Eu tenho aqui algumas perguntas que foram feitas pela Consultoria. Talvez sejam até para os outros responderem, mas já vou deixá-las registradas de público. Questões sugeridas ao Ex^{mo} Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho: o Governo Federal é acionista controlador dos dois elos dessa cadeia que aqui discutimos, de um lado, a Petrobras, como fornecedora de gás natural para a empresa responsável pela distribuição desse insumo aos consumidores interessados e, de outro lado, da Eletrobras, que ainda é responsável pela gestão da Amazônia Energia. Em sendo o Ministério de Minas e Energia a pasta responsável pela supervisão das empresas envolvidas nesse imbróglio, quais ações efetivas têm sido adotadas para a resolução do conflito posto em debate?

A Petrobras tem sido responsável pelo abastecimento de gás natural na Região Norte, uma vez que detém os ativos de produção e transporte desse insumo. A política de preços do gás natural adotada pela empresa foi modificada nos últimos anos de forma a ser realista com as diversas formas de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

abastecimento no mercado, a citar, Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol); terminais marítimos de regaseificação integrados à malha de transporte, que atendem basicamente as cidades costeiras banhadas pelo Atlântico; e campos de produção nas bacias sedimentares brasileiras. Todavia, ao se observar apenas a Região Norte, vê-se um conjunto de ativos não integrante desse grupo de infraestrutura, mas com tratamento similar. Ao que parece, o gás natural barato produzido na Bacia do Solimões é vendido como se seu preço fosse ponderado pelo custo da aquisição do gás natural liquefeito. Dito isso, indago ao Diretor de Refino e Gás Natural, Sr. Jorge Celestino Ramos: qual a política de preços da Petrobras para o gás natural produzido no Amazonas? É a mesma metodologia aplicada ao gás da malha de transporte integrada? Não seria o caso de se estabelecer uma política específica para a Região Norte, que tanto carece de investimentos?

Por fim, rememoro que o Congresso Nacional tem se debruçado e despendido esforços no sentido de reduzir o custo ao consumidor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos diversos subsídios cruzados nela embutidos. Ao Sr. Leandro Caixeta Moreira indago: quais ações tem sido tomadas pela agência para colocar em prática as ações do Parlamento sobre a redução da Conta de Desenvolvimento Energético? E, ainda, peço ao senhor, se possível, que faça algum comentário sobre a Usina de Cuiabá, a termoeletrica de Cuiabá. Como está a situação agora e qual o futuro dela? Se tem futuro ou se não tem futuro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Um minuto, Sr. Ministro.

Parabenizando o Senador Wellington, eu concederia um minuto a mais ao Senador Flexa, que precisa ainda colocar uma questão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só um minuto, Presidente, Senador Roberto Muniz, primeiro para fazer justiça aqui. Eu quero fazer um registro sobre a fala do Senador Jorge Viana.

Luz para Todos foi o apelido dado ao Programa Luz no Campo, criado no Governo Fernando Henrique Cardoso pelo grande Senador e Ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho, de saudosa memória, companheiro nosso aqui no Senado Federal.

Então, inicio fazendo justiça, até porque isso ficará para a História. Então, as versões do fato que são criadas por esse desgoverno que levou o Brasil, nesses 13 anos e meio, à situação em que nós nos encontramos... É preciso que o Brasil inteiro saiba a verdade, e a verdade é essa: Luz para Todos é um apelido, como, de resto, todos os programas que deram certo nesse Governo foram rebatizados e continuados a partir do programa do Fernando Henrique.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fui criado, Ministro Fernando Coelho Filho, aprendendo com meu pai a não chamar os outros pelo apelido, mas pelo nome de batismo. Então, eu chamo o programa de Luz no Campo, não de Luz para Todos.

Mas eu queria colocar a V. Ex^a, Ministro, que aqui nós participamos de três Comissões ao mesmo tempo. Aqui ao lado, está a Comissão de Meio Ambiente, onde se realiza uma audiência pública para debater a exploração de petróleo na Amazônia. Mais ao lado, está a CAE, discutindo a questão da reforma trabalhista. Então, nós temos de estar acompanhando.

Mas, com relação a essa audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, que trata da exploração de petróleo na Amazônia, queria fazer uma indagação a V. Ex^a, que, na sua fala, abordou a questão do licenciamento ambiental. Neste caso, a empresa que ganhou o bloco que fica no Arco Norte, na foz do Amazonas, que, como eu disse, é de interesse para o Amapá e para o Pará, está na iminência de desistir, em função de que sua matriz, que, parece-me, fica na França – a empresa é francesa, a total –, está cobrando, porque estão disponibilizados milhões de dólares para iniciarem a obra, mas eles não conseguem a licença há vários anos. Faz três ou quatro anos que eles estão tentando obter a licença, mas não estão conseguindo. Na audiência solicitada pelo Senador Capiberibe, nós vamos fazer o contraponto. Por isso, estou aqui antenado também.

Então, eu queria que V. Ex^a pudesse dizer de que forma o Governo brasileiro pode ajudá-la a tirar a licença, para iniciar a obra.

O meu Estado tem muita riqueza. Deus é brasileiro e paraense, e não pode ter deixado de colocar petróleo lá, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Flexa, eu queria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu pediria a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É claro! Antes de lhe passar a palavra, eu queria pedir a razoabilidade dos Srs. Senadores, porque...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, vou usar a metade do tempo do colega. A verdade é dita bem rapidamente, não tem de ser justificada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A gente tem a oportunidade de ouvir o Ministro e de fazer um debate muito grande. Fizeram algumas perguntas, algumas questões, que poderão ser respondidas por outras pessoas, por outros participantes da Mesa, que terão a possibilidade de aprofundar cada questão técnica que foi colocada e levantada para cada região.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para uma explicação pessoal.) – É o meu propósito. Fiz perguntas, como os demais colegas, importantíssimas para o meu Estado; outros colegas as fizeram para os seus.

Quero só colocar um ponto de divergência, que é parte da nossa vida. Tenho muito respeito pelo colega Flexa, mas, obviamente, são coisas completamente distintas. Entendo que o Partido dele tem tido certa crise de identidade desde o resultado das eleições de 2014. Entrou com uma ação que vai ser julgada hoje, e, agora, a ação é contra eles mesmos. É uma espécie de feitiço contra o feiticeiro.

Mas, essencialmente, sobre o tema em voga aqui, quero dizer que são coisas distintas. Fui Prefeito e Governador e sempre valorizei o trabalho feito pelo Presidente Fernando Henrique. Na última grande inauguração que fiz no governo dele, eu a organizei como Governador do PT, dez dias antes de ele sair. Então, não tenho nenhum problema de tratar dessas questões.

Mas o Luz no Campo não tem absolutamente nada a ver com o Luz para Todos, é insignificante com relação ao Luz para Todos. Ele era pago, a começar daí. Ele era pago! Por isso, chamava-se Luz no Campo, pois era só para quem já tinha dinheiro. Os pequenos produtores, as pessoas que ali viviam, milhões de famílias só puderam ser atendidos com o Luz para Todos, que pegou algo que está na nossa conta de luz e transformou aquilo em política pública. A diferença é brutal. Não tem absolutamente nada a ver uma coisa com a outra. Isso tem de ficar bem claro, mas já está registrado na História. É só pegar os números e pedir para o próprio Ministro falar quantas pessoas foram alcançadas com o Luz no Campo e quantas pessoas, milhões de famílias, foram alcançadas com o Luz para Todos. A diferença é brutal em relação ao programa também: um era pago, e o outro era custeado por toda a sociedade brasileira na sua conta de luz, fazendo chegar luz aos irmãos que viviam há séculos na escuridão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, agora, passo a palavra ao Ministro Fernando Coelho Filho, para que possa fazer as considerações e responder a tantas questões. Não sei se o senhor teve a oportunidade de começar a juntar...

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Senador Jorge Viana, se o senhor me permitir, vou começar pelo começo. Aqui, o Senador Hélio José fez uma série de questionamentos. Vou tentar, Senador, responder a todos.

Quanto às energias renováveis, acho, de fato, que esse é o futuro, pela potencialidade que temos. Nós encontramos o País numa situação muito desafiadora do ponto de vista da contratação de energia. Se você pegar os últimos anos, verá que nós vínhamos experimentando um crescimento econômico muito diferente do crescimento dos últimos três ou quatro anos. E, quando há um crescimento do PIB, há pelo menos duas ou três vezes aquele percentual para o consumo de energia. Então, foi feita, ao longo desses últimos anos, uma série de contratações de energia, e se dava para contratar todo tipo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fonte, o que atendia a demanda, digamos assim, de todos. Infelizmente, vínhamos de três anos consecutivos de crescimento negativo, e isso nos colocou numa situação em que o consumo caiu bastante e em que temos muita energia contratada.

Como, no Brasil, nós temos essa situação de energia de reserva, muitas vezes é difícil explicar para a população o que é que você está falando de bandeira vermelha e de energia sobrando. Na verdade, há muitos contratos, não muita energia. Há muitos contratos. Você faz a energia, você faz um contrato de reserva da energia, e sempre é chamado, ao final, o consumidor para pagar. E, dentro da lógica econômica de não colocar o consumidor para ser o responsável por isso toda vez, para bancar essa conta, estamos tentando reorganizar o que é que, de fato, tem de ir para a reserva e o que é que, de fato, tem de estar no lastro, na base dessa energia.

Estamos projetando, sim – aqui já estou respondendo a uma pergunta do Senador Roberto Muniz, que preside agora a Comissão –, para o segundo semestre, leilões de energias renováveis. Estamos aguardando as respostas de alguns mecanismos de descontração, que o Governo vem fazendo, seja através da CCEE e da Aneel ou pelo próprio Ministério. A nossa expectativa é a de que possamos conseguir, ao final do ano, um volume de energia descontração que dê condições para que contratemos energia nova e energia limpa, podendo atender ao crescimento da matriz, seja por energia eólica, seja por energia solar e também por energia térmica mais limpa.

Por que digo isso? Com a situação que temos hoje nos reservatórios do Nordeste – sou da margem do Rio São Francisco e sei a situação em que se encontra o Rio São Francisco e a Barragem de Sobradinho hoje –, precisamos ter uma energia firme, que possa entrar para auxiliar a energia solar ou a energia eólica, até porque uma energia firme é que irá ajudar a expansão das energias renováveis. Para se ter uma ideia, se você pegar um mapa de geração do Nordeste, você verá que é impressionante, pois você consegue, um dia, gerar 10 mil megawatts, mas, a depender da semana, no dia seguinte, a geração cai para 1,5 mil megawatts ou 2 mil megawatts, por conta de chuva na costa. Como nós não temos água no reservatório, para poder soltar e estabilizar o sistema, nós estamos fazendo essa estabilização hoje com a energia vinda do Norte do País ou do Sudeste ou, então, estamos gerando energia térmica a um preço muito mais alto, e queremos substituir isso por energia térmica mais barata e mais limpa. Então, respondendo, nós vamos continuar incentivando e ampliando a nossa matriz lastreada nas renováveis.

Quanto a resíduos sólidos, nós estamos nesse debate. Na verdade, nós nos juntamos ao BNDES e ao Ministério das Cidades para poder encontrar uma solução para a geração de energia oriunda de resíduos sólidos. O grande desafio é a destinação do lixo. Em algumas cidades, já há um modelo de concessão de 20 anos ou de mais tempo, que possibilita ao investidor fazer o investimento de uma usina térmica a biogás e colocar essa energia no sistema. Já há alguns aterros em situação mais avançada, e estamos discutindo com o BNDES a possibilidade de, talvez, se os estudos estiverem todos concluídos, ainda no final do ano, fazermos alguns projetos pilotos. Mas você sempre esbarra na insegurança do investidor de tomar a decisão, de fazer a usina naquele local, pois, por alguma razão, a prefeitura pode





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não colocar mais ali aquele resíduo. Isso é algo que, através do sistema de concessão, se ele estiver bem amarrado juridicamente, dá ao investidor segurança. A Diretoria de Infraestrutura do BNDES tem conversado muito conosco, junto com o Ministério das Cidades, para que possamos, quem sabe, ainda em 2017, fazer um primeiro projeto, fazer alguns projetos pilotos iniciais.

Quanto à Angra 3, temos alguns desafios. Isso até foi capa de jornal nesses últimos dias. A Eletrobras está tomando a decisão de poder, de fato, tocar a obra, porque é mais vantajoso terminar do que abandonar a obra. E é difícil você explicar para a população como é que você deixa aquela quantidade de recursos lá investidos sem que haja uma conclusão. O fato é que não temos, nem na Eletrobras nem no Governo, recursos suficientes para terminar esses investimentos.

Estamos conversando com diversos parceiros. Já recebemos propostas de empresas multinacionais as mais diversas. Como a Constituição proíbe que o capital privado possa manusear e operar combustível nuclear no País, a ideia seria montar uma SPE, uma PPP, em que a Eletronuclear entra com o que já tem investido e se responsabiliza pela operação e manutenção da usina e em que um ou outro parceiro privado vem com os recursos necessários para a conclusão da obra. Assim, nós colocaremos Angra 3 para funcionar. A nossa expectativa é a de que, até o final deste ano, possamos colocar de pé todo esse arcabouço jurídico legal que dê segurança para o investidor, para ele poder tomar essa decisão.

Eu não tinha esta informação, eu a obtive depois que cheguei ao Ministério: nós brasileiros da Eletronuclear somos os melhores operadores de usina nuclear do mundo, somos um dos melhores. Enquanto a média do fator de capacidade do mundo gira em torno de 89%, de 91% ou de 92%, das nossas usinas gira entre 93% e 96% de aproveitamento, que são índices bastante satisfatórios.

Sobre a expansão, Senador Hélio José, quero dizer que, de fato, o Governo brasileiro tinha projetado mais cinco usinas, tomando, inclusive, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe e, se não me engano, o Triângulo Mineiro como locais apropriados para a instalação futura dessas usinas. Do ponto de vista pessoal, entendo que, estrategicamente, para o País é importante descentralizarmos. Num país do tamanho do Brasil, as únicas três usinas nucleares estão localizadas no mesmo *site*, e acho que esse é um erro estratégico. Mas isso terá de ser feito num modelo de parcerias, até porque não vejo, num horizonte próximo, a Eletrobras com recursos suficientes para tocar, do início ao fim, um projeto de usina nuclear. Isso é algo para ser debatido, entendo, pelo próximo governo. Este Governo vai focar seus esforços em poder, de fato, endereçar a questão da solução de Angra 3, em que há uma energia firme dentro do centro de carga, da qual estamos precisando bastante.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ministro, faço só um complemento para o Brasil todo, que nos está ouvindo: a grande preocupação em torno de Angra 3 é que compramos uma tecnologia alemã muitos anos atrás, e, hoje, modernizou-se muito a questão da segurança com relação à exploração de energia nuclear. Então, como V. Ex^a está verificando essa situação? A retomada da obra e a definição da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

obra, creio, hoje, não podem ser feitas mais naqueles padrões da época do gás, quando comparamos àquela questão.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – De fato, o contrato, se não me engano, do parceiro tecnológico já tem 30 anos. Temos investido na usina basicamente na obra. Eram dois grandes contratos: o contrato de engenharia e o contrato de montagem de equipamentos. Esse segundo contrato é que está sob discussão; inclusive, sob investigação estão os dois. E, dentro de uma nova parceria estratégica – evidentemente, algumas adequações já foram feitas para o projeto inicial –, isso precisa ser trabalhado. Esses parceiros internacionais já têm ido visitar o *site* da obra de Angra 3. No fundo, no fundo, Senador, há três ou quatro empresas que mexem com essa tecnologia no mundo: a dos americanos; a dos franceses, que já têm uma parceria muito grande com os japoneses; a dos russos e a dos chineses. Então, dentro desse escopo, estamos vendo o que já existe ou o que eles estão dispostos a fazer de adequação no projeto, para poder casar dentro do que já foi investido e para podermos ter uma usina que gere confiabilidade ao sistema, mas que, acima de tudo, seja segura para os operadores.

Aqui foi falado da questão de sistemas isolados. Nós, nesse último leilão dos sistemas isolados, abrimos o prazo para a apresentação de propostas, para que fossem apresentadas soluções além daquela que já conhecemos, que é a solução de energia térmica. Então, foram apresentadas algumas soluções de energia solar, de bateria, de biomassa, apesar de elas não terem ido para o BID. Acho que, por insegurança dos investidores, eles não tomaram a decisão de ir, mas já há, digamos assim, bastante massa crítica pensando e disposta a fazer esse investimento.

Inclusive, nós conseguimos com o Ministério do Meio Ambiente e com o BNDES, através do Fundo Clima, uma linha de financiamento para projetos de sistemas isolados que utilizassem a substituição do diesel por energia renovável. E uma parte do financiamento será feita com recursos do Fundo Clima. Aí haveria taxas de juros de 1% ao ano, bastantes competitivas, para justamente estimular. Acho que, se a gente continuar perseguindo isso, dando oportunidade às alternativas renováveis, a gente vai poder, aos poucos, fazer essa substituição.

Falei em MP 765, mas era a MP 735. O senhor foi o Presidente da Comissão com o Deputado José Carlos Aleluia. Nós, de fato, possibilitamos as prorrogações da PCH e da CGH. Se não me engano, as primeiras começam a vencer no ano que vem e estariam aptas a isso. Então, a informação que temos é a de que elas irão exercer esse direito. Inclusive, há um grande debate sobre a renovação da usina da Cesp, em São Paulo, que já quer fazer a renovação sobre a nova lei da MP 735. Então, é bastante positiva, no nosso entendimento, a aprovação pelo Congresso da medida provisória.

O pessoal da Petrobras pode falar depois em relação às disputas com a distribuidora do gás da Amazonas. A dívida de que falei da Eletrobras com a Petrobras chegou a algo em torno de R\$14 bilhões, de R\$15 bilhões, mas eles também podem dar mais detalhes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre o linhão Manaus-Boa Vista, nós estamos fazendo, por determinação do Governo e do Presidente, uma reorganização dentro dessa SPE. Era uma SPE de uma empresa privada com a Eletronorte. Passou muito tempo, e não se conseguiu ainda a autorização da Funai. E isso já vem desde o governo passado. Nós estamos tentando obter essa autorização da Funai. A Eletronorte não tem os recursos para fazer essa obra. Nós conseguimos, via autorização em decreto presidencial, a utilização dos recursos, via CCC, para a execução dessa obra, que, como falei aqui hoje, está estimada em R\$1,3 bilhão. E a economia que essa obra em funcionamento trará ao sistema por ano será de R\$1,5 bilhão. Então, ela se paga no primeiro ano, além de dar ao Estado de Roraima uma qualidade no atendimento muito melhor do que a que ela tem hoje. Hoje, dependemos da linha que vem da Venezuela, de Guri. A Venezuela enfrenta problemas muito sérios também, o que, conseqüentemente, tem impactado o fornecimento. E, através de alguns sistemas isolados que basicamente também são sistemas movidos a óleo combustível, a nossa expectativa é a de poder diminuir sua utilização com a chegada do linhão.

Nós já tiramos e estamos tirando dessa SPE o parceiro privado, fazendo a troca acionária com a Eletrobras, em outras participações com a Eletronorte. E a ideia é a de que a responsabilidade pela obra do linhão Manaus-Boa Vista seja 100% da Eletronorte, para que a gente possa tocar. Por quê? Devido ao histórico dessa obra, se a gente relicionar, muito dificilmente aparecerá alguém para poder tocar esse projeto. Então, essa é uma obra que vamos tocar 100% pelo Governo.

Qualquer outra dúvida com relação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ministro, o senhor me permite?

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – É lógico!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Nessa mesma linha, os Municípios de Itacoatiara, de Silves e de Itapiranga, no Estado do Amazonas, estão em frente ao Linhão de Tucuruí, com uma subestação de 230kV já pronta há pelo menos quatro anos, faltando apenas a questão da linha de 138kV e das subestações rebaixadoras. E o *payback* dessa linha é de sete meses, porque substituirá óleo combustível com potência da ordem de 50MW a 60MW nessas cidades. Portanto, seria importante colocar entre as prioridades, a exemplo dos linhões de Boa Vista, de Cruzeiro do Sul, de Rondônia também e até mesmo do Pará, a questão de Itacoatiara, que é fundamental pelo bom senso. E creio que esse é um dos pontos a serem abordados ainda na segunda etapa desta nossa audiência pública.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Correndo aqui, para poder responder ao Senador Roberto Muniz, nós lançamos, no começo do ano, o Reate. De fato, há uma série de debates. A última reunião, se não me engano, foi feita no Rio Grande do Norte, com representantes da indústria.

Está sendo colhida, Senador, uma série de iniciativas pelas associações e pelas empresas, para poder tornar mais atrativa a exploração *onshore*. Essas iniciativas, tanto a do gás, como a do Reate e a do RenovaBio, de que eu vou falar, respondendo ao Senador Cidinho, serão apresentadas ao CNPE. Na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quinta-feira, há uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética, em que vamos apresentar aos outros membros o que foi feito nesse primeiro semestre e, com essa apresentação, quais são os próximos passos. Mas o debate tem sido muito intenso, com um *feedback* bastante positivo.

Sobre aquisições de ativos por empresas estrangeiras, de fato, nós somos uma economia aberta e nós enfrentamos duas situações que têm possibilitado o aumento da entrada de capital estrangeiro. Primeiro, há uma fragilidade momentânea, acredito eu, das empresas de infraestrutura do País, que eram as grandes detentoras de ativos na área de infraestrutura e de energia e que passam por problemas os mais diversos, como vocês estão acompanhando. E, depois, o câmbio tem também ajudado muito no investimento de empresas estrangeiras.

O que estamos fazendo particularmente no setor de energia para podermos preservar o nosso interesse? Nós vamos ter preservado o papel do País quanto mais forte tivermos a participação da Eletrobras. Não dá para vermos uma Eletrobras sendo diluída pelos seus parceiros; não dá para você ver uma Eletrobras, digamos assim, que, no passado, era objeto de desejo de parceria numa SPE, começar a ser evitada por parceiros privados, por não cumprir suas obrigações de aportes. Nós estamos justamente focando a atuação da Eletrobras. Assim como a Petrobras está focando a exploração e a produção de óleo e de gás, a Eletrobras pode focar seus negócios na distribuição e geração de energia daqui em diante. Evidentemente, ela só vai conseguir fazer isso se ela tiver uma situação mais saudável. A Eletrobras chega a ter custo de financiamento de 18% ao ano, e isso é insustentável para uma empresa de infraestrutura. Nós temos ativos que têm taxa interna de retorno no papel de menos de 2%, de 2,5% – isso se dá no papel, mas, quando se for fazer essa obra, certamente será menos –, e tudo isso tira valor da companhia.

Consequentemente, entendo que, com o fortalecimento da empresa, se nós conseguirmos implementar tudo o que está em curso, possivelmente a Eletrobras, no ano de 2018, já poderá fazer parte de novo dos leilões de expansão de geração e de transmissão do País, aumentando, aí, sim, sua participação na nossa matriz energética e nas linhas de transmissão, resguardando, digamos assim, o interesse. Mas acredito que, pela solidez que temos no nosso marco regulatório do setor de energia e pela qualidade, independentemente de quem quer que esteja ocupando o corpo técnico das nossas agências – no caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, temos um sistema extremamente sólido, bem regulado –, poderemos evitar qualquer tipo, digamos assim, de investida internacional que possamos ter no futuro.

Só quero dar uma resposta. Isto não foi perguntado, mas, nos Estados dos senhores, falou-se muito sobre renováveis. Nós retomamos o plano de investimento da Chesf. A Chesf, quando nós chegamos, possuía 111 obras paralisadas; concluímos, no ano passado, 30 delas e vamos terminar, entre 2017 e 2018, 81 outras obras. Eu sei que, no sudoeste da Bahia, há um problema de fornecimento, na região de Luís Eduardo Magalhães e de Barreiras, em que, principalmente na época da irrigação, a energia cai bastante. Nós estamos concluindo algumas subestações naquela região, como Igaporã III,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

lembro aqui, e linhas de transmissão também. E, na cidade de Casa Nova, há o projeto Casa Nova II e III, que são dois parques eólicos. Nós estamos, possivelmente, na próxima semana, assinando R\$184 milhões de financiamentos com Banco do Nordeste, para a conclusão dessas duas obras, o que é de fundamental importância.

Quanto à judicialização do setor, se pegarmos todos os problemas que o setor elétrico tem, possivelmente para este ano estamos falando de aproximadamente R\$90 bilhões. Estamos falando do problema de RBSE, estamos falando do problema de GSF, do problema de CDE, de uma série de problemas que há.

Dentro da reinstitucionalização de que eu tanto falei, da melhoria do ambiente de diálogo, nós estamos ainda distantes desse acordo, mas nós já estamos na mesma mesa, pelo menos, todos sentados, conversando, dialogando com o bom senso de todos, para que possamos, cada vez mais, tirar da esfera judicial e trazer para o diálogo, evidentemente respeitando o interesse de cada parte.

Nós queremos também, Senador Roberto Muniz, assim como fizemos com a área de óleo e gás, anunciar uma política e um calendário de leilões permanentes, mas, para que isso possa ser uma realidade, precisamos arrumar, no nosso entender, a casa. É por isso que estamos fazendo, como falei, todos os mecanismos de descontração. Aí, possivelmente, no final do ano, haverá a realização dos primeiros leilões. Poderemos anunciar leilões não só A-3 e A-5. Essa foi também uma conquista da MP 735, que possibilita que hoje o Governo faça leilões de A-1 até a A-7. Então, a gente tem toda essa flexibilidade de poder escalar a contratação dessa energia, dando ao setor, principalmente às indústrias de equipamentos – sei que a Bahia as tem, assim como Pernambuco, Ceará e São Paulo –, a previsibilidade de que ele precisa.

Sobre a questão do rio – isto chegou a sair no passado no jornal –, esse assunto foi provocado pela Casa Civil do Governo. É uma ideia que estamos debatendo. Seria como você pegar recursos oriundos dessas usinas do Rio São Francisco e reverter o investimento delas em recarga do próprio rio dentro do programa Novo Chico. Nós estamos colocando como sendo recursos que fiquem assegurados e garantidos para a recarga do rio. Nada tenho contra investimento em eficiência de irrigação e em saneamento básico das cidades que fazem parte da bacia, mas esses recursos que porventura possam vir dessas usinas nós estamos querendo focar e garantir que eles fiquem protegidos para a recarga do rio. A gente ainda está debatendo esse assunto no Governo, mas possivelmente nós vamos conseguir avançar.

Sobre resíduos sólidos eu já falei quando respondi à questão do Senador Hélio José.

Sobre a questão da medida provisória dos analistas de infraestrutura, eu tenho falado com os que nos ajudam a carregar o piano, digamos assim, dentro do Ministério de Minas e Energia. Temos feito gestões junto ao Ministério do Planejamento e na Casa Civil, para que possamos, dentro de um acordo, ver prosperar a sanção dessa medida provisória.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – São analistas especialistas.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – São analistas especialistas. Eu havia anotado só analistas aqui.

O Senador Flexa Ribeiro falou de bandeiras tarifárias. Com essa pergunta, meia-volta, nós nos deparamos. Eu entendo que é difícil, principalmente para nós que somos políticos e fazemos política, explicar como o Amapá, Rondônia e o Pará produzem energia hidrelétrica, que é mais barata, e estão submetidos às bandeiras. Respondendo, como respondi ao Senador Acir Gurgacz, como pela lei esse bem é da União, não do Estado, isso é compartilhado com todos.

Acho que temos de avançar – já sofri muito e estou sofrendo – na questão da água. Sou de um Estado nordestino que está vendo uma obra de infraestrutura levando água para o Rio Grande do Norte quando há pessoas em Pernambuco, próximas ao rio, que também não têm ainda acesso. É mais ou menos a mesma coisa alguém que vê uma grande hidrelétrica como Tucuruí, com o linhão passando a dois ou três mil quilômetros de distância, e não consegue acessar.

A gente tem avançado na questão dos leilões. Falo que a mudança na política dos leilões foi um sucesso, porque, quanto mais sucesso tem um leilão, mais linhas são entregues. Realizar um leilão em que só 40% ou 50% davam certo não era bom ou ruim para o Governo, mas era ruim para a população.

A do Tramo Oeste já tinha ido, se não me engano, duas vezes para leilão. Na última vez, uma empresa ganhou, teve dificuldades financeiras e devolveu a concessão. Agora, conseguimos, no último leilão, que o lote fosse vencido por uma empresa que, tenho convicção, vai entregar a obra. Foi vencido pela própria Equatorial, que é acionista majoritária da Celpe e tem todo o interesse na melhoria do fornecimento da região de Santarém.

Sobre o linhão de Crepurizinho, de que o senhor falou, vou pegar mais informações. Sinceramente, não as tenho aqui de cabeça para poder lhe dar.

Sobre mineração, concordo com o senhor em gênero, número e grau. A nossa ideia é dividir o projeto em pelo menos dois ou três. Na questão da CFEM, nós não estamos mudando a distribuição do percentual entre Estados, União e Municípios. Entendemos que não é o momento para fazer esse debate, pela necessidade de todos os entes, desde o ente federal até o Município, mas, com a mudança da alíquota, nossa expectativa é dobrar a arrecadação da CFEM. Então, todo mundo receberá mais recursos.

O senhor questionou sobre Belo Monte. A casa de força de Pimental já tem seis turbinas funcionando, que geram 230MW de energia, e a casa de força principal já tem cinco turbinas de 600MW, e a sexta já está em comissionamento. Nós só vamos enfrentar estrangulamento por conta do escoamento pelo atraso da obra da Abengoa na oitava máquina. Quando ela entrar em produção, vamos começar a ter algum tipo de restrição. Hoje, nós estamos produzindo em Belo Monte *flat*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3.300MW. Se acontecer tudo dentro do cronograma, em fevereiro de 2018 a gente começa a enfrentar algum tipo de restrição no escoamento dessa energia. O problema da Abengoa a gente vem discutindo com a Justiça e com a AGU, para ver como a gente consegue liberar esses lotes para retomar esses investimentos.

Sobre a foz do Amazonas, o que o senhor falou é muito verdadeiro. Há especialistas que acreditam que, naquela nossa margem equatorial, há outro pré-sal brasileiro. Eu, particularmente, estou muito animado com essa possibilidade, até porque, na Guiana inglesa, se não me engano, já foi descoberto um reservatório superior a um bilhão de barris. E, para aqueles que acreditam na tese de que o mundo era todo unido e, depois, se dividiu, se pegarmos a parte da foz do Amazonas e a parte da Guiana e juntarmos com a da África, colamos com a Nigéria. É um quebra-cabeça em que se junta com a Nigéria, que tem reservas de gás e óleo bastante consideráveis.

Estamos conversando com três empresas que basicamente operam na foz do Amazonas: Petrobras, BP e Total. A Petrobras, se não me engano, lidera um campo, e o outro é liderado pela Total. Nós temos conversado com o Ibama, com a parte de licenciamento *offshore*, que fica no Rio de Janeiro, e também com as empresas para acelerar a obtenção da licença, mas já estamos também cuidando – e foi aprovado pelo CNPE – da prorrogação dessas áreas, para que possam continuar os investimentos. Só a Total terá o compromisso de fazer oito poços, cada qual custando US\$70 milhões, sem entrar na parte de produção, mas apenas na área exploratória. Acho que aquela região do Brasil, sem dúvida, vai viver um *boom* muito grande dessa indústria de óleo e gás.

Eu acho que eram essas as colocações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ministro...

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Ex^a me permite, Presidente?

(Pausa.)

Com relação à questão da exploração no Arco Norte, a preocupação que me foi passada é a de que a matriz da Total, se não resolverem a questão da licença ambiental, vai retirar os recursos para investimento e devolver a concessão de exploração do leilão. Esse é um ponto.

Outro ponto é relativo à CFEM. É importante, Ministro, além de, no mínimo, dobrar a alíquota – comparativamente, a Austrália ainda fica com quase metade –, também mudar a base de cálculo. Não pode continuar pelo valor líquido; tem de ser pelo valor bruto da *commodity*.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Está sendo mudado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Porque aí termina a judicialização do processo, fica sempre colocando coisa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Essa é uma das propostas. O texto ainda não foi fechado dentro do Governo, mas a proposta do Ministério de Minas e Energia é a de mudar também a base de cálculo da CFEM.

Sobre a decisão particular da empresa, eu tenho conversado eles, e a gente tem procurado correr para fazer a entrega das licenças. Estou muito animado. Eles, evidentemente, estão pressionando o Governo, o que é legítimo, e nós estamos correndo para fazer a entrega das licenças, para que eles possam iniciar as atividades lá o quanto antes.

Sobre a CFEM, esqueci de mencionar, não só há aumentos da arrecadação, mas muda também a base de cálculo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu apresentei um projeto nessa linha há seis ou sete anos, e ele não anda. V. Ex^a poderia apoiar o projeto, e a gente caminharia logo do meio do caminho para frente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Ministro, há uma pergunta minha também.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Sim. Há ainda perguntas dos Senadores Jorge Viana, Cidinho e Wellington Fagundes. Vamos acelerar.

Senador Jorge Viana, na linha Rio Branco-Cruzeiro do Sul, há um impasse: a SPE, da qual a Eletronorte é uma das acionistas com a Funai, entrou em um processo de judicialização. As empresas enfrentaram problemas e dificuldades financeiras, não conseguindo tocar. Estamos tentando retomar isso, mas eles entraram na Justiça para não perderem a concessão. Isso está em uma grande discussão. Infelizmente, descambou para a área judicial, mas posso pegar depois mais informações com o pessoal da Eletronorte e com os parceiros e passar para o senhor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se o Sr. Presidente Eduardo me permite, quero só ajudar um pouco.

Eu acho que V. Ex^a colocou de forma bem clara. De fato, as empresas que estavam trabalhando não têm mais condições e judicializaram. É muito importante que o senhor ponha na sua prioridade encontrar algo, obviamente, legal que possa acontecer.

Só na questão ambiental, na questão da Funai, passamos com a BR-364 por dentro de aldeias, na minha época de governo, sempre fazendo bons entendimentos e acordos com os índios. Eu acho que isso pode ser resolvido facilmente. É só tratar os índios com respeito e, obviamente, o meio ambiente também. Eu acho que o problema maior está nas empresas, em achar empresas que façam isso, porque a BR já passa, o linhão está à margem da BR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Se me permite, Ministro e Senador, o problema está mais nas condições contratuais, porque estão defasadas, do que nas empresas. Estamos falando de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eletronorte, uma das empresas mais rentáveis do setor elétrico, porque não sofreu os impactos da MP 579.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a tem razão do ponto de vista estatal, mas é a empresa que ganhou a concorrência que entrou em um processo de extrema dificuldade financeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O.k., mas ali o grande problema, não só nesse contrato, como no contrato do linhão de Boa Vista, é a questão contratual, porque os preços estão defasados em função de mais de cinco ou seis anos.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – No caso do linhão Manaus-Boa Vista, foi feito, ainda pela empresa, no passado, um pedido de replanilhamento dessa obra. Nós estamos conversando com o Tribunal de Contas e até estamos dispostos a dar o replanilhamento da obra para poder tocar o investimento, mas nós só queremos fazer isso com a anuência, no caso de Manaus-Boa Vista, da Funai, para que não façamos todo esse esforço e, mesmo assim, não consigamos avançar, pelo problema já conhecido. Sem dúvida nenhuma, pode ser também a mesma solução que pode ser dada para essa situação.

A gente sabe que a chegada da linha de transmissão, trazendo energia firme e muito mais limpa, tem grande importância para o desligamento de térmicas. Eu debatorei com a ANP essa questão do preço do combustível no Estado do Acre. Também sou do interior de Pernambuco, a gente tem base em Suape, tem base na Bahia, e na minha cidade, particularmente, o preço é também muito mais elevado. Eu acho que é válido esse debate dentro da agência, para que a gente possa fazer isso.

Eu não vou entrar aqui no debate sobre quem é ou quem não é. Apesar de conhecer pouco o Senador Jorge Viana, tenho profunda admiração por ele, até porque também vim de um Estado que começou isso com o Governador Miguel Arraes lá atrás, desde muito tempo. Apesar de esta ser uma Casa política, vou deixar o debate político para outro momento, respeitando as posições, evidentemente, de cada um. Eu recebi uma missão para poder ajudar a animar e reanimar o setor mineral e energético brasileiro e estou procurando me dedicar a ele com total afinco, mas estamos dispostos a ajudar, independentemente de qualquer posição político-partidária, até porque venho de uma família que faz política há muito tempo e sei que, na política, as coisas são muito dinâmicas.

Senador Cidinho, o RenovaBio, como eu falei, vai ser apresentado no CNPE na quinta-feira, para todos os ministérios.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – O Acre está aqui, na última apresentação. Não sei se já passei aqui... Não está nessa, porque isso vai ser feito por lá. Dos isolados dos isolados, nós fizemos agora o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

primeiro leilão, mas foram 100%, se não me engano, as localidades da Amazônia, e nós vamos fazer Pará, Acre e...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ministro, é a terceira vez já que o senhor toca nesse assunto. Quando ele fala dos isolados dos isolados, não é o produtor independente de energia. Na realidade, são os isolados dos isolados do Luz para Todos.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Ah, está bem! Eu estava achando que era de geração de energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, há um decreto, que foi assinado por mim, na época com a Presidenta Dilma, e agora, com esse último decreto do Presidente Michel Temer com V. Ex^ª, V. Ex^ª pode acessar esses recursos. Havia algumas pendências ainda que estavam dependendo... O Risso está aqui, da Secretaria Executiva, e, daqui a pouco, no debate, ele vai ser questionado para detalhar exatamente essa questão, para destravar os isolados dos isolados.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Isso, é o Decreto 9.047.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Só que são situações distintas: os produtores independentes de energia, para os quais houve o leilão, que foi muito bem-sucedido, e os isolados dos isolados do Luz para Todos, sobre os quais tenho certeza de que, daqui a pouco, vamos ter um debate bastante técnico sobre esse tema.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO – Só quero responder ao Senador Cidinho. O RenovaBio será apresentado no CNPE para os outros ministérios no dia 8. Mostraremos em que pé nós estamos, para continuarmos a avançar. Inclusive, ontem, o Secretário Márcio Félix estava na Fiesp, fazendo uma apresentação do programa para a federação, e a nossa ideia é poder tocar toda aquela pauta que a gente vem debatendo.

O Senador Wellington Fagundes fez uma série de perguntas. Sobre a Couto Magalhães, o contrato foi extinto, e a concessão foi devolvida para a União. Essa é a informação que tenho, posso conseguir mais e depois passar à assessoria do Senador.

Sobre esse investimento feito por um fundo de infraestrutura, particularmente, a informação que tenho é a de que a Vinci Partners é uma pessoa jurídica. Eu não sei em que pé está isso hoje, mas também posso pegar uma informação e dar uma resposta sobre o *mix* de gás. De fato, o nosso gás natural, hoje, é oriundo de um *mix*: uma parte vem do Gasbol, Brasil-Bolívia, uma parte é de produção nossa, e outra parte vem de GNL, acessando os nossos terminais na costa, no Ceará, na Bahia e no Rio de Janeiro. E a Petrobras faz um *mix* de preços dentro de toda essa produção, do custo de cada gás, para poder fazer essa entrega.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De novo, o Gás para Crescer está debatendo tudo isso. Ontem eu recebi a Abegás, Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás, para entender como vai ficar esse mercado após alguns movimentos que estão acontecendo. A Petrobras desmobilizou os gasodutos do Sudeste, que é a grande malha de transporte de gás; os Estados também estão vendendo parte de suas participações nas distribuidoras estaduais. Temos de avançar no Confaz, eu falei aqui já sobre a questão da pacificação tributária do transporte do gás, de como isso vai ser feito. Com isso tudo acontecendo, nós vamos ter um preço de gás, entendo eu, muito mais competitivo e muito mais realista.

Sobre Petrobras, Amazonas e energias, acho que vocês vão ter oportunidade de falar logo mais

Sobre a UTE Cuiabá, é uma usina termelétrica – aqui há pessoas que têm muito conhecimento sobre ela – que tem um gasoduto direto com a Bolívia. Ela não depende do Gasbol. Eles têm trabalhado para conseguir, com o governo boliviano, uma cota de gás, mas o governo boliviano tem suas obrigações assumidas com Petrobras, com Argentina e com diversos países e tem resistido. Eles têm feito o trabalho de conseguir o gás – se não me engano, são 2,2 milhões de metros cúbicos/dia para poder rodar uma termelétrica de aproximadamente 500MW de potência de energia, que é o que ela tem lá. Fora disso, não tenho mais informação também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ministro, eu queria talvez contribuir. Pelas informações que nós temos, a Petrobras, hoje, não está trazendo o volume total de gás que ela tem contratado com o Gasbol. Essa usina, portanto, poderia receber parte desse gás porque há uma pequena conexão, etc. No entanto, essa usina – chama-se Usina Mário Covas – acaba de ser envolvida em denúncias, etc., o que acaba dificultando, e não sei como isso vai ser desdobrado. No entanto, é uma usina bastante interessante, foi construída pela Enron lá atrás e depois adquirida pelo Grupo JBS. Não sei que desdobramentos futuros isso vai ter, mas, na realidade, nós temos hoje gás sobrando, porque a Petrobras não traz a totalidade do gás que ela tem para trazer no Gasbol. **O SR. FERNANDO COELHO FILHO** – O Diretor Jorge Celestino pode falar com mais propriedade depois. De fato, na maioria do tempo, desses últimos meses, não temos trazido, mas, em alguns dias, tem-se, digamos assim, puxado muito próximo da sua totalidade. Os bolivianos pedem à Petrobras uma previsibilidade do que será puxado de gás no futuro. Sinceramente, esse não é o contrato que nós assinamos com eles, nós assinamos um *take or pay*. Eu entendo os bolivianos querendo essa previsibilidade, que é muito difícil de dar, mas se for, digamos, possível colocar mais esse ativo para poder rodar, evidentemente, nós vamos contribuir, porque isso dá mais segurança ao sistema. Inclusive, os Estados, principalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, têm tentado conversar diretamente com a Bolívia para usar esse gasoduto, que é privado, para ser uma fonte de alimentação para as empresas estaduais de gás, porque ele tem certa capacidade, e essa capacidade seria suficiente para gerar a usina e – se não me engano, lá é a MT Gás – disponibilizar esse gás para a empresa estadual. São conversas que o Governador Pedro Taques e sua equipe têm mantido com nosso time da área de óleo e gás e com a Petrobras para tentar equacionar essa solução.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho, Senador Presidente, que minha lista foi respondida. Evidentemente, o time do Ministério vai continuar aqui com a parte que diz respeito mais especificamente à geração no Amazonas, mas nós estamos à disposição, no Ministério de Minas e Energia, para tentar solucionar algo que possa não ter ficado esclarecido aqui no dia de hoje. Tenho recebido muitos dos senhores já em audiência, mas estou à disposição para que possamos, na medida das nossas possibilidades, atender aos anseios dos Estados de V. Ex^{as}.

Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Quero cumprimentar o Ministro Fernando Coelho Filho e agradecer sua presença. Cumprimento-o também pela forma bastante democrática com que participou do debate, trazendo informações bastante importantes para esta Comissão.

Muito obrigado, Ministro.

Vamos, então, à segunda etapa da nossa audiência pública.

Convido para participar da reunião o Dr. Edvaldo Luís Risso, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Jorge Celestino Ramos, Diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras; o Dr. Carlos Eduardo Gonzalez Baldi, Diretor de Geração da Eletrobras; o Dr. Luiz Henrique Hamann, Diretor de Distribuição da Eletrobras; o Dr. Francisco Romário Wojcicki, Diretor-Presidente da Amazonas Energia – Distribuição; o Dr. Wady Charone Júnior, Diretor-Presidente da Amazonas Energia – Geração e Transmissão; Leandro Caixeta Moreira, assessor da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Edvaldo Alves Santana, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Eu gostaria de esclarecer que esta é uma Mesa eminentemente técnica, para tratarmos de um assunto que foi abordado várias vezes aqui com o Ministro.

Eu acho que, por razões práticas, para o uso dos microfones, alguns dos convidados poderiam ficar na bancada. Aí ficaria, eu acho, compatível com o número de microfones à mesa. Aí nós poderíamos, então, dar uma dinâmica à reunião. Todos se considerem, portanto, à mesa.

Eu queria dizer que, em função do número elevado de participantes desta Mesa, tendo em vista que é um tema complexo... Trata-se, basicamente, de um tema que diz respeito a uma questão sobre a qual falamos superficialmente com o Ministro. Diz respeito à Amazonas Energia, à Eletrobras, à Petrobras e à Aneel e ao fornecimento de combustível para a Amazonas GT, bem como para a Amazonas Distribuição. A Amazonas GT tem a questão do gás. O contrato do gás, inclusive, é uma das questões importantes a serem discutidas. Durante boa parte do ano de 2016 e do ano de 2017, inclusive, a Usina de Aparecida ficou sem fornecer energia à cidade de Manaus, tendo em vista o não fornecimento do gás. Há também essa questão do pagamento antecipado do fornecimento de combustível para a Amazonas Energia e para a Amazonas GT, o que tem causado grandes dificuldades.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso tudo precisa ter uma equação que possa efetivamente trazer uma solução de médio e longo prazos, porque a solução de curto prazo está sendo mantida em função de liminares que são concedidas e que, vez por outra, acabam sendo cassadas pela Justiça, o que produz uma insegurança energética para o setor muito grande e tem trazido apagões permanentes para a cidade de Manaus, em função da instabilidade existente num linha de três mil quilômetros que traz energia de Tucuruí até Manaus e das grandes descargas elétricas oriundas da Floresta Amazônica.

Eu queria propor aos senhores palestrantes um procedimento para sermos objetivos, para que possamos... Pelo que estou contando aqui, são oito palestrantes. Se dermos cinco minutos a cada um, estamos falando de nada mais nada menos do que quarenta minutos de participação para podermos apresentar o problema.

O problema básico é esse, mas há outra questão que é importante esclarecer, principalmente no que diz respeito ao Ministério, através do Dr. Risso, que é a questão dos sistemas isolados dos isolados, em relação à qual ainda há pouco o Senador Jorge Viana fez colocação. Acho que o Dr. Risso pode dar uma contribuição sobre o tema, porque estes não são os casos de produtores independentes de energia.

Portanto, nós vamos começar passando a palavra ao Ministério de Minas e Energia, por cinco minutos, para que o Dr. Risso possa fazer a sua apresentação, e assim sucessivamente.

O SR. EDVALDO LUÍS RISSO – Senador Eduardo Braga, inicialmente, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública. Na verdade, é um tema muito importante para a Região Amazônica, e sou testemunha do seu incansável trabalho no Ministério para aquela região, principalmente com ações voltadas para o atendimento a Manaus, para a integração de alguns Municípios do interior do Amazonas ao Sistema Interligado Nacional, para o Programa Luz para Todos e para os isolados dos isolados. E, agora, como Presidente desta importante Comissão, tenho certeza de que sua contribuição será ainda maior.

Quero cumprimentar os colegas do setor e cumprimentar todos os presentes nesta reunião.

O Ministro fez uma apresentação bem ampla de quais são as ações que o Ministério está tocando e também, tão importante quanto as ações, de quais são os princípios que estão norteando a condução desse trabalho. Tenho certeza absoluta de que esse tema complexo também terá o balizamento, a fundamentação desses princípios que o Ministro tão bem expôs.

Quero pedir a permissão ao Presidente da Comissão, até por uma questão de não se fazer um monopólio... Como o Ministério já fez aqui um amplo pronunciamento, e como nós estamos, Presidente, diante de atores muito mais importantes nesse processo desse tema específico da audiência, eu queria pedir sua permissão para nós, no caso do Ministério de Minas e Energia, deixarmos os atores principais – Petrobras, Eletrobras e, provavelmente, Aneel – fazerem essa exposição para a contextualização do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

problema. Ficaríamos, sim, prontos para o debate, mas deixaríamos que eles fizessem a apresentação da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Conversando com o nosso Luiz Henrique, que representa a Eletrobras, e com o Baldi, que também representa aqui a Eletrobras, eles entenderam que deveriam ceder parte do seu tempo, tanto o Luiz Henrique quanto o Baldi, para o Charone e o Romario poderem apresentar a problemática da Amazonas Energia, tanto da distribuição quanto da geração, para que o Jorge Celestino e o companheiro da Aneel, o Leandro, possam também responder, bem como o companheiro da Abrace.

Então, creio que seria interessante ouvirmos a Amazonas Energia, que vai colocar a problemática, ouvirmos a Petrobras, que vai colocar a problemática, através do Jorge Celestino, e aí, sim, ouvirmos a Aneel e a Abrace, para podermos dar continuidade ao ciclo.

Passo a palavra, então, ao Dr. Romario, para que faça, em nome a Amazonas Energia – Distribuição, por dez minutos, a colocação dos problemas.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Eu trouxe uma apresentação.

Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga e agradecer a oportunidade aos demais colegas da Mesa.

Vou ser rápido aqui. Eu trouxe uma série de transparências e vou escolher algumas aqui. Rapidamente, vou passá-las. Essa tela que estou trazendo ilustra basicamente as usinas a gás natural. Eu as identifiquei com essa cor diferencial. Mauá 3 é a nova e está ligada em 230kV. Nós nos estamos esquecendo da Rocha, que também está ligada em 230kV. E temos aqui o Bloco, ligado em 69kV. Em especial, vou destacar Mauá 3 e Aparecida.

Nesse caso, estou demonstrando que essa geração a gás natural em 69kV está diretamente no centro de carga e que, neste momento, temos algumas limitações de transmissão e de transformação. Há a impossibilidade de eu desligar o Bloco 3 e Aparecida para poder fazer o atendimento via Mauá Nova, sob o ponto de vista da transformação de 230kV, para chegar a 138kV ou a 69kV ou então para chegar ao consumidor em 13,8kV.

A próxima tela que escolhi para mostrar diz respeito ao crescimento. Basicamente, em laranja, está a carga. Eu trouxe, em 2013, em 2014 e em 2015, o que está em azul, que é a importação do SIN. Mostra-se claramente a importação do SIN trazendo a maior energia pelo sistema interligado. A Nota Técnica nº 34 do ONS, de abril, mostra que Manaus é dependente dessa interligação, mas a importação tem de se limitar a 45%. Portanto, a recomendação do próprio ONS é de gás simultâneo para Aparecida,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mauá Bloco 3 e Mauá 3 enquanto não houver a transformação e não houver basicamente as condições de recepção dessa energia. Então, essa é a condição que leva ao atual momento.

Sobre os blecautes acontecidos, não respeitando... Eu trouxe aqui essa tela, mas vou passar rapidamente. No dia 29, houve uma nova ocorrência no Sistema Mauá, com um corte de 450MW, com a atuação do Erac, já com os efeitos do ONS, ou seja, lá já estavam Aparecida e Bloco 3 gerando. Portanto, não deu um blecaute, como vejo aqui nas outras datas aí apontadas com blecaute proporcional a essa importação que estava muito elevada.

Eu trago aqui duas telas, rapidamente. Em vermelho, é o fluxo de Manaus no momento; em azul, é basicamente o que aconteceu na ocorrência, ou seja, era para estar no azul, que é o limite operativo de 45%, mas a importação vinha no vermelho. Naquele momento, no dia 31, então, houve um blecaute, lembrando que nesse momento não tínhamos a geração a gás de Aparecida e estávamos na iminência de corte de gás no Bloco 3.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Isso representou um corte de carga de quantos por cento na cidade de Manaus?

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – De 100%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ou seja, uma cidade...

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Houve um blecaute.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ...de 2,2 milhões de habitantes ficou em blecaute durante quantas horas?

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – No mínimo... Bom, na recomposição, de três a cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ou seja, Manaus, uma cidade de 2,2 milhões de habitantes, durante três a quatro horas, ficou em blecaute absoluto no dia 30.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Ela vai recompondo aos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Aos poucos.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – E aí...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas ficou em blecaute a cidade com 2,2 milhões de habitantes durante três horas.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Eu trouxe mais esta tela aqui, que mostra que isso já vem do mês dez. Em vermelho está o fluxo de Manaus; em azul, o limite operativo. Ou seja, a gente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sempre vinha trabalhando numa insegurança sob o ponto de vista técnico, até que, no dia 31, houve a ocorrência, efetivamente, do blecaute.

Eu trago aqui, basicamente, essa tela onde a própria nota técnica do ONS diz o seguinte: "O sistema de 69kV não atende ao critério N para Ponta de 2017". Eu tenho de manter algumas condições. Primeiro, estamos licitando as subestações novas, que até coloquei em cinza, Centro e Distrito 3, e as ampliações estão neste momento sendo feitas. Ponta do Ismael, Cachoeirinha, Marapatá e Cachoeira Grande nós estamos ampliando, e, em Mauá 3, estamos colocando um transformador a mais, que é o quarto transformador, que deve ficar pronto em fevereiro de 2018.

Nesse caso, tenho essas subestações em linha de sobrecarga. Por isso, a geração do Bloco 3 e de Aparecida se faz necessária – basicamente, Aparecida e Bloco 3 –, em função do gás natural. Aparecida estava cortada desde julho, e o Bloco 3 iria ser cortado a partir de abril para atender a usina de Mauá Nova. Portanto, não é possível acontecer... O próprio ONS recomenda que não há como fazer o corte de carga, o corte da geração em Aparecida e no Bloco 3.

Só escolhi essa tela porque é emblemática. Deixe-me voltar aqui. Toda a geração em laranja é a gás; a geração, em preto, é em diesel; e a verde, obviamente, é hidráulica.

Quanto à geração interna, o ONS fala que tem de haver uma geração interna bastante forte. Estou colocando 100% da geração interna. Esse gráfico mostra que, com uma carga de 1.250MW, atendendo a 846MW de geração interna, trabalho na área verde, que é na área do Erac (Esquema Regional de Alívio de Carga), ou seja, não vou ter blecaute. O Dr. Edvaldo Santana conhece bem essa matéria.

Na realidade, estou cortando Aparecida neste primeiro tempo, mas já tinha cortado desde julho. Fui para a área de risco, ou seja, tenho uma carga a atender e não tenho geração interna. Quando eu ia cortar Mauá Bloco 3, piorou; eu iria mais para dentro ainda da região de colapso. Portanto, se houvesse qualquer problema na linha ou qualquer problema ao longo das subestações, eu estaria dentro da área vermelha.

E aqui eu tenho uma condição melhor. Qual é a condição melhor? Eu tenho Mauá 3 operando e basicamente, nessa condição, estarei sempre dentro do verde, ou seja, dentro do Erac, operando de forma conservadora.

Vou passar mais para frente e falar sobre o gás agora. Como está a questão atual do gás?

A Amazonas Distribuidora tem um contrato com a Cigás. A linha azul é o contrato de compra e venda de gás. A linha verde é a linha de fornecimento de gás natural. A linha azul é o contrato de compra e venda. E a linha preta é a dos contratos de venda de energia. A gente pode ver que a Amazonas está ligada diretamente à Cigás. Eu não enxergo a Petrobras, eu enxergo a Cigás. Meus contatos são feitos com a Cigás, que tem a linha verde de fornecimento de gás natural para o interior, para a Amazonas GT e para os PIES, nesse montante. Eu peguei o montante de uma fotografia. Existem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contratos de compra e venda de energia entre o PIE e a Amazonas GT. Eu recebo, então, a energia basicamente dos fornecedores. E a Eletrobras faz o processamento da conta pelo fundo, hoje, pela CCE.

Vou pular algumas aqui e vou partir diretamente para esse gráfico. Esse gráfico mostra o volume contratado *versus* volume realizado *versus* volume previsto. Aquela curva lá em cima em preto representa a quantidade de gás original de contrato, que é de $5,50\text{mm}^3/\text{dia}$. Em 2016, a Cigás fez a opção, 80 mil, e reduziu a responsabilidade da Amazonas, de $5,50\text{mm}^3/\text{dia}$ para $5,42\text{mm}^3/\text{dia}$, que é aquela curva em marrom. A parte vermelha é o *take or pay*, ou seja, o que tenho de consumir ao longo do ano é a curva de gás em vermelho. E a curva verde é a curva do consumo realizado, que caiu em 2016.

O consumo de Aparecida caiu; ela se representa ali naquele ponto de inflexão. A partir de 2016, a partir daquele ponto – estamos projetando para 2017 agora, para o final e o início de 2017 –, há, então, de 2017 a 2019, testes e operação de Mauá 3, quer dizer, fico dentro da banda de consumo, ou seja, volto a consumir mais do que o *take or pay*. Em 2018, entra em operação a UTE Coari, que entrou no leilão dos PIEs agora e que vai entrar lá em 2018. Estou já prevendo o consumo dele. Em 2019, entra o Ciclo Combinado, que também está contabilizado.

A gente pode perceber que, em 2020, na curva, há o término dos contratos de compra e venda de energia de Aparecida e de Mauá, e eu deixo de consumir gás. Em 2025, os PIEs, basicamente, saem também, pois terminam seus contratos, e a minha curva aqui...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI – ...cai para algo abaixo de $2,47\text{mm}^3/\text{dia}$, ou seja, isso está mostrando que temos de fazer novas térmicas para o consumo do gás. Temos de fazer novos investimentos, inclusive, para atendimento da capacidade de geração dentro do Sistema Manaus.

Eu trouxe aqui os preços. Todo mundo perguntou sobre os preços quando conversaram na audiência do Ministro.

Eu trouxe o preço do gás natural reajustado em 30 de outubro, que está valendo até outubro de 2017, que é de R\$1,47 por metro cúbico o da Amazonas GT, assim distribuídos: R\$1,13 por metro cúbico, sendo 19% de *commodities*; 78% de transportes; 3% de margem, num total de 77%. E os tributos correspondem a 23% para o preço da Amazonas GT.

A diferença da Amazonas GT para os PIEs é que há o ramal termelétrico, que foi financiado para a Cigás. Então, ele tem esse retorno através dos PIEs, e esta é a composição: 18% de *commodities*, 74% de transporte, 3% de margem e 5% do ramal termelétrico, num total 77%.

As usinas do interior estão aí também representadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A diferença entre a participação dos tributos é que, na Zona Franca, há alguns benefícios, Senador.

Para finalizar, eu trouxe aqui a tabela do transporte contratual x regulatório. Eu queria dizer que, em 2016, através da tarifa, a Aneel me colocou o preço do gás tabelado entre a Aneel e a ANP. Foi feita uma resolução homologatória, e o preço foi retroativo a 2009. Em 2009, o preço do regulador era R\$12,04 por milhão de BTU, enquanto o contrato era na ordem de R\$14,99 por milhão de BTU. De lá para cá, a gente deveria praticar os valores que estão na coluna da direita, e o contrato, então, é o contrato. Por isso, dá essa diferença toda ao longo do tempo, o que, de fato, dá esse tamanho da nossa dívida em função dessa decisão.

Quero destacar aqui que, em 29/3/2017, em sede de apelação, um despacho do Desembargador Kássio garantiu a aplicação das condições contratuais entre a Amazonas Distribuidora e a Petrobras, no tocante ao preço do gás natural, afastando o entendimento da Aneel acima exposto, ou seja, voltamos a praticar o valor do contrato.

Por último, já para encerrar, eu trouxe aqui os CCDs. A gente sabe que, depois da MP 579, da Lei 12.783 e da CDE, enfim, houve atraso nos pagamentos, o que gerou os CCDs, que estão aí. São três CCDs: o primeiro é de óleo; o segundo, de óleo com datas definidas e parcelas definidas; e, depois, houve um CCD do gás. É o Contrato de Confissão de Dívida (CCD).

Para frente, nós estamos pagando praticamente em dia, o que é uma das condições que a própria agência nos coloca como distribuidor designado. Mas nós temos o problema do passado e temos problemas a negociar, e, de fato, tem de ser discutido como essa dívida pode ser paga.

Na realidade, a Amazonas não está participando diretamente. É a Eletrobras que está conduzindo. Eu simplesmente sou um usuário do produto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Dr. Charone.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Boa tarde!

Primeiramente, Senador Eduardo Braga, agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Eu também vou pular bastante coisa para poder ir logo ao objetivo final.

Estou colocando aqui em termos de potência instalada. De potência instalada em Manaus, nós temos um total de 1.016MW, e houve uma demanda em 2016, como coloquei aí, de 1.457MW. Isso implica que temos de receber energia do Sistema Interligado. Então, a média está em torno de 540MW de energia que a gente recebe da interligação, com uma linha de transmissão que passa pela floresta e que tem 1.800km de extensão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos sujeitos a muitos desligamentos. Só para dar uma ideia, em 2016, tivemos seis desligamentos dessa linha de transmissão, houve seis interrupções em 2016. Em 2017, já tivemos sete interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Somente em 2017, foram sete interrupções?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Sete interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ou seja, mais do que em 2016.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Mais do que em 2016. Então, veja que, a partir do tempo em que ela está em operação, está apresentando mais desligamentos. Esse é um detalhe para chamar a atenção aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas esse desligamento se dá em função do desligamento de Aparecida e do terceiro bloco ou...

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Não, não! Isso é só na linha de interligação de Tucuruí a Manaus, que traz uma média de fluxo de 540MW. O que isso significa? Para trazer um fluxo de 540MW, há, com certeza, toda vez em que se interromper a linha, a atuação de Esquema de Alívio de Carga para evitar um blecaute total. Em alguns momentos, não segura, e há um blecaute total, que foi o caso que o Dr. Romario acabou de colocar.

Nós estamos sempre em Manaus constantemente sujeitos a situações de Esquema de Alívio de Carga – 340MW, 400MW de saída de carga, 270MW, 600MW. Então, Manaus tem sofrido muito com cada interrupção que existe no Sistema Interligado. Ou seja, a confiabilidade cai em termos de atendimento e de continuidade, mas há um esquema especial que evita o blecaute.

O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI (*Fora do microfone.*) – Desde que haja geração interna.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Desde que haja geração interna – isso é muito importante. Mas vamos lá.

Deixem-me falar sobre a Nova Geração Térmica. Essa está em pleno comissionamento. Ontem, chegamos a 100MW, gerando em teste e comissionamento. É uma usina *top* de linha, talvez uma das melhores que a gente tem no Brasil, que está em fase de teste e comissionamento no momento.

Para isso, nós estamos tendo gás em função de uma liminar. Senão, a gente não poderia fazer esse teste e comissionamento. Já seria bastante danoso isso.

É uma usina de 570,4MW para um montante de consumo de 2.484.000m³/dia; para 517MW, são 2.300.000m³/dia. São alguns detalhes técnicos dessa usina.

Confiabilidade do sistema. Isso eu quero destacar um pouco mais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Romário apresentou uma curva, e eu vou apresentar de outra forma um pouco, observando o crescimento da carga em Manaus. Manaus tem um crescimento de carga que chegou a 12% ao ano. E somente quando tivemos recessão, um aspecto do País, ela teve uma queda – em 2016 – de carga. Vê-se claramente que aí houve uma queda de demanda.

Essa curva em azul é o máximo de fluxo permitido para se evitar apagão em Manaus. Então, nós temos uma curva azul aí. Se nós estivermos com uma curva vermelha, isso significa que faltou algo para se poder manter aquele patamar naqueles limites. Então, aquela curva em vermelho está destacando o fluxo verificado devido ao corte de Aparecida, que deixou Manaus em uma situação extremamente frágil em confiabilidade. Ou seja, exigiu-se um fluxo a mais do sistema interligado. Também houve a ausência das locadoras, que estavam em plena contratação. Esses foram dois fatores que contribuíram muito para aquela curva ser tão grave assim. E isso implica um adicional de incremento de térmica, já mostrado aí nesse gráfico.

Todos os relatórios técnicos da ONS mostram, claramente, uma situação de baixa confiabilidade a partir do momento em que começa a haver menos geração térmica em Manaus. Então, para se aumentar a confiabilidade, teria de haver mais máquinas térmicas. Daí a importância da UTE Mauá 3.

Ora, a Mauá 3 é uma usina que a para Manaus uma confiabilidade muito boa. Daria a Manaus a confiabilidade de não operar o Esquema de Alívio de Carga acima do terceiro estágio; até o segundo. Então, basicamente, seria baixa a carga, se tivesse que ser desligada. E ela entra em operação – está previsto – em julho de 2017 a dezembro de 2018. Em julho já começa a primeira máquina, prevista para operação comercial. Pretendemos ter a segunda logo em seguida, em julho mesmo ou então no início de agosto já. E o ciclo fechado a vapor, a nossa construtora – nós estamos pressionando para ser antes – está prevendo para fevereiro de 2018. Então, em fevereiro de 2018, teria de ser essa usina em ciclo fechado.

De julho a dezembro de 2018, então, nós teremos uma máquina que gera energia elétrica e que vai garantir para Manaus o que o povo precisa, que é maior respeito. É muito vulnerável a situação de Manaus. Isso não é adequado. Isso deixa uma situação muito ruim para quem está no setor elétrico justamente vendo essa situação de fragilidade. Então, nesse momento, a entrada dessa máquina é o elemento principal, eu diria, não de faturamento, mas de garantir uma confiabilidade no sistema elétrico, para dar a Manaus uma condição mais adequada.

E, de janeiro de 2019 a dezembro de 2043, essa usina já possui contratos vendidos no Leilão A - 5. Ela possui isso.

Termos de garantia de pagamento do gás. O pagamento do gás natural diretamente ao fornecedor pela CCEE, no item 1, de julho de 2017 a dezembro de 2018; e nós temos também, de janeiro de 2019 a dezembro de 2043, o pagamento do gás natural diretamente ao fornecedor pela CCEE.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nesse ponto, nós temos um termo de pagamento garantido, que passa diretamente da CCEE para o fornecedor.

Era isso o que eu queria mais destacar dessa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria passar a palavra para a Petrobras, ao Dr. Jorge Celestino, por igual tempo, porque creio que o Dr. Jorge Celestino vai apresentar questões importantes, tanto com relação ao suprimento de gás como também do óleo combustível, já que nós temos também o problema de compra de óleo diesel, de forma antecipada, por parte da distribuidora, o que tem causado grandes problemas.

Inclusive, alguns Municípios do interior do Estado do Amazonas – o Dr. Romário não apresentou – têm sofrido racionamento, Dr. Risso e Dr. Luiz Henrique. Quero chamar a atenção do diretor de distribuição da Eletrobras e do Secretário Executivo do Ministério, porque vários Municípios do interior do Estado do Amazonas têm sofrido racionamento de energia por falta de capacidade financeira da Amazonas Energia de honrar esses pagamentos antecipados à Petrobras.

Portanto, eu queria ouvir da Petrobras, Dr. Celestino, as dificuldades com relação a essa questão dos CCDs e as dificuldades com relação à questão do óleo diesel e do gás, tendo em vista que isso significa segurança energética para uma população de quase 4,5 milhões de habitantes, que é a população do Estado do Amazonas.

Com a palavra o Dr. Jorge.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Ex^{mo} Senador Eduardo Braga, para a gente é bom estar aqui esclarecendo as questões levantadas por esta Comissão.

Eu conheço razoavelmente bem o Estado do Amazonas, onde vivi grande parte da minha carreira. Conheço o desafio que é suprir esse Estado, tanto de combustíveis líquidos como de combustíveis na forma de gás natural, e realmente o desafio de dar segurança energética, além de tornar os modelos de negócios competitivos, ofertando para a sociedade um combustível na sua forma mais segura de suprimento e também na sua forma mais competitiva. Eu tive a oportunidade de viver alguns momentos extremamente relevantes da história do Amazonas, como o do racionamento de energia em 1997, quando tivemos que desenvolver uma série de medidas alternativas para suprimento daquela cidade.

Com relação ao caso concreto que a gente está tratando nesta Comissão, primeiramente, eu vou falar um pouco sobre o gás, mostrando como a Petrobras entende esse problema.

Não vou passar por todos os eslaides.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse modelo de negócios foi desenvolvido em substituição a um suprimento de combustíveis líquidos que tinham custos elevados não só para os moradores do Estado do Amazonas, mas também para a sociedade brasileira como um todo, via subsídio da conta de combustíveis. E, a partir desse descobrimento de uma fonte energética com preço bem competitivo no Estado do Amazonas, desenvolveu-se um modelo Eletrobras e Petrobras que iria fornecer combustível a preços mais competitivos, e isso foi feito. Esse é o modelo, essa é a cadeia de valor do negócio. Você tem um gasoduto de quase 700 quilômetros, com uma distribuição acoplada a um parque termelétrico, que viabilizaria o uso desse gás.

Esse modelo foi feito. Sobre as tarifas, já foi mostrado aqui pela Amazonas Energia: quando você olha a formação da tarifa, 77% dessa tarifa é o custo de transporte. Para construir um gasoduto dessa magnitude na selva amazônica – nós fizemos esse empreendimento –, a ANP calculou a tarifa em cima de um investimento de R\$4,2 bilhões, a preços de 2009, 2010, e com uma TIR (Taxa Interna de Retorno) do negócio de 10,5%. É uma taxa de retorno bem competitiva. E, com qualquer premissa que desequilibrasse desse modelo de negócio, o valor presente líquido positivo do projeto poderia dar valores presentes líquidos negativos.

E mais ou menos esse negócio foi montado em cima de um modelo regulatório, em que parcela do custo da geração vinha da conta CCC e CDE. Então, esse era o modelo; a gente não precisa detalhar aqui. Há especialistas – estou aqui com o Rodrigo, que é o Gerente Executivo de Gás Natural – e, se a gente precisar aprofundar essa discussão, a gente pode aprofundar. Mas, uma vez montado esse modelo, uma vez calculadas as tarifas e os subsídios, dada a competitividade do projeto e das tarifas que a gente estava colocando, qualquer descolamento dessas premissas poderia levar o projeto a não performar economicamente.

E esse aqui é o resumo da tarifa. A Eletrobras já apresentou, a Amazonas Energia já apresentou um resumo do contrato, e o preço do gás – parcela Petrobras, que a Petrobras enxerga – é aquele preço de gás ali, que é um preço bem competitivo quando você compara mesmo com o óleo combustível, mesmo com geração a diesel.

Ocorre que o cálculo da tarifa de transporte calculada pela ANP foi feito em cima de premissas que previam a entrada de um conjunto de térmicas a gás para permitir operação do gasoduto cheio. Então, a tarifa é calculada em cima de uma vazão constante; é assim que ela é calculada. Dado que isso não ocorreu, foi negociada com a Eletrobras uma rampa e um ajuste na tarifa. Isso foi feito e consta de um dos aditivos do contrato.

Na nossa visão, então, esse era o contrato e esse foi o modelo, e o modelo olhava que isso deveria ficar de pé para que os resultados econômicos para os dois lados fossem adequados. Ao longo do tempo, uma série de desequilíbrios financeiros ocorreram nos contratos, que também não vale a pena detalhar aqui – os aportes da União, limitação do volume de gás, limitação de preço, que foi





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desconsiderada pela CDE no último aditivo, algumas questões de comprovação de custos pela Eletrobras –, que levaram a um desequilíbrio econômico do contrato, que hoje... Só para a gente ir logo para o final, hoje a gente está falando em contas a receber do setor elétrico da ordem de 17 bilhões. Então, os acionistas minoritários do sistema Petrobras quando olham isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas aí tem óleo também?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Aí tem óleo; aí tem óleo e gás. Aqui tem óleo e gás. E aí tem todo o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E aí é o sistema Eletrobras, não é só a Amazonas Energia.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Sistema Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E quantos por cento disso é Amazonas Energia?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Eu diria em torno de 13 bilhões devem ser...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Setenta por cento.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – São 70%.

Então, o que a gente está falando é como a gente equaciona essa dívida para que os administradores consigam criar um ambiente de negócios que seja sustentável no longo prazo, dado que a gente tem uma riqueza que precisa ser explorada, dado que a gente pode ter uma fonte de combustível muito competitiva para o sistema do Amazonas. Em outras palavras, é disso que a gente está falando: como é que a gente constrói esse modelo para que dê segurança para todos os agentes.

Essas são algumas medidas que a gente, como administradores, por dever diligente, por probidade administrativa, não pode se furtar a buscar ações, da mesma forma que, do lado da Eletrobras, a gente entende isso claramente, na hora que a Eletrobras entra com uma medida protegendo o direito dos seus acionistas. São as formas que os administradores têm de cumprir o seu dever de fidúcia, e é isso que a gente vem mantendo, buscando construir um diálogo com a Eletrobras, mas também não podemos abrir mão de buscar e resguardar os interesses dos acionistas da Petrobras.

Essa é a solução proposta que a gente entende que a gente precisa caminhar no sentido de criar um arcabouço regulatório que permita que a gente coloque de novo esse contrato e esse negócio em pé. Essa é...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E por esse arcabouço não se viabiliza, Jorge?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Eu, particularmente, Senador, tenho discutido isso há um ano e três meses. Eu pessoalmente tenho me dedicado a esse assunto. Eu sei que não é um assunto fácil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que a gente precisa do apoio desta Casa também, para que a gente consiga construir um modelo que se faça sustentável. Tenho discutido pelo menos de 15 em 15 dias com a Eletrobras, com a Aneel, com os vários agentes do setor para que a gente consiga...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E há uma proposta?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – No último mês isso deu uma parada em função de toda a conjuntura, mas existe uma proposta sendo buscada junto ao Ministério de Minas e Energia, através de resoluções, ou alguma coisa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Porque até aqui nenhum fato novo foi apresentado. O que a Petrobras está mostrando é o que nós já sabemos há muito tempo: que, em que pese o CCD I e o CCD II, que havia sido aprovado – e aí nós vamos ouvir a Aneel, porque creio que houve impasses junto à Aneel, e nós precisamos entender que impasses são esses –, a intenção deste debate público é que possamos ter um encaminhamento para uma solução definitiva de médio e longo prazos, porque a solução hoje está baseada numa liminar e, se ela cair, vamos ter um *blackout* na cidade de Manaus, como já aconteceu no dia 30 ou 31, e isso vai se repetir constantemente.

Portanto, a ideia é: qual a proposta para que possamos construir essa situação. Não sei se o Dr. Baldi quer fazer alguma colocação. Se não, ouvimos a Aneel e, em seguida, passamos a palavra ao Dr. Baldi.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Só queria, primeiro, justificar a ausência aqui dos diretores da agência. Terça-feira é o dia da nossa reunião pública ordinária da diretoria, então a nossa diretoria está agora reunida e decidindo os temas lá da agência.

Aqui, trouxemos uma apresentação que traz um panorama geral do fornecimento de energia no Estado do Amazonas.

O primeiro ponto que quero destacar é que, por decisão da assembleia de acionistas da Eletrobras, a empresa não teve a sua concessão renovada, então hoje ela está designada pelo Ministério de Minas e Energia para prestar o serviço de distribuição. Esse modelo de designação já está regulado pela agência.

Se formos pensar que, numa balança, de um lado está a continuidade, a adequação do serviço para o consumidor, para viabilizar isso, a Aneel autorizou que fossem aplicados os reajustes, ou seja, uma tarifa adequada. Voltou aos repasses da CCC e CDE mesmo que a empresa ainda tivesse alguma inadimplência intrassetorial, para que ela tivesse condição de prestar o serviço. Além disso, calculamos um empréstimo que vem sendo feito com recurso da RGR para dar uma condição mínima para que a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresa faça pelo menos investimentos em reposição de ativos, pague as suas contas. E, pensando no consumidor, a empresa tem que entregar uma melhora dos indicadores de continuidade do serviço, para fazer jus a essa equação econômico-financeira.

Do outro lado da balança, temos que pensar numa solução definitiva. Pela Constituição, a designação tem que ser substituída por uma licitação para uma contratação de um novo concessionário. Para isso, a agência também já aprovou a minuta do contrato de concessão que vai ser utilizada nessa licitação, tem cobrado de todas as designadas a adimplência com as obrigações intrassetoriais e a redução de perdas e dos custos operacionais, que são talvez os dois pontos nos quais a empresa está mais longe dos referenciais regulatórios de eficiência e, por essa razão, não tem a rentabilidade e a capacidade de investimento de uma distribuidora de energia elétrica. Para isso, foi exigido um termo de compromisso dos dirigentes e sócios controladores, um plano de prestação, e a agência faz reuniões mensais de monitoramento e analisa os relatórios trimestrais.

Aqui, muito rapidamente, a empresa tem conseguido ficar adimplente com as obrigações intrassetoriais. Na nossa visão, Petrobras não é intrassetorial. Intrassetorial é contrato de compra e venda de energia, transmissão de energia, encargos setoriais.

A perda sendo o grande problema. A empresa tem tido dificuldade de reduzir o nível de perda. Hoje 43% da energia que é injetada na rede do Estado é perdida, não é fatorada. Temos cobrado melhora, a empresa tem mostrado ações que tendem a gerar resultados até o fim do período de designação.

Com relação à continuidade, aqui estou olhando o indicador interno, o que está sob a gestão da distribuidora, ou seja, não há interrupção de transmissão, não há interrupção de geração. O que a gente quer ver é se a empresa está melhorando a gestão interna. E tem melhorado, sim, tanto na quantidade quanto na duração dos indicadores, e isso está dentro do projetado e tende a alcançar os referenciais que a Aneel tem cobrado durante o período de designação.

Na nossa visão, a perpetuação desse modelo é insustentável, os recursos da RGR que têm financiado essa atividade são limitados e vão acabar em algum momento, a empresa designada hoje não tem acesso a mercado financeiro e a continuar designada não terá condição sequer de pagar os empréstimos da RGR. Então, a atribuição é do poder concedente de conduzir o processo de licitação para contratação de novo concessionário, mas nós enxergamos nessa contratação mais qualidade para o consumidor, mais eficiência operacional, quantidade menor de perdas, o que tende a resolver uma série dos pontos que estão sendo aqui colocados. Para isso, a agenda da desverticalização é fundamental, o que passa por resolver aqui a questão toda dos contratos feitos de compra de combustíveis.

Com relação ao atendimento a sistemas isolados, a agência fez, no dia 19 de maio último, um leilão de sistemas isolados em que, na nossa visão, foi um sucesso, porque a modicidade tarifária foi alcançada por meio da competição – houve muita competição no leilão, houve um deságio médio de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

28% no preço, o que implica, em Valor Presente Líquido, uma economia para o consumidor Brasil, para o consumidor CCC, de R\$5,3 bilhões, com relação ao preço-teto desses leilões. Esses foram os lotes B e A1, e já houve o leilão do lote A. Então, esses leilões não têm glosa nem repasse, ou seja, o preço que é definido no leilão, no processo competitivo, é o preço que a CCC vai embolsar. Então, resolve uma série de questões que estão colocadas e traz investimentos que hoje a empresa, seja a distribuidora seja a geradora do grupo, não tem condições de fazer – são investimentos muito vultosos.

Entrando um pouco, aqui, na questão da fiscalização que a Aneel está fazendo da CCC, é bom resgatar um pouco o princípio do fundo. A ideia dele é subsidiar a produção de energia elétrica em sistemas isolados. A razão para isso é que o custo da geração é fundamentalmente termoeletrica, e alocar esse custo somente àquela população tornaria a tarifa simplesmente impagável. Então, esse é um custo que é rateado e pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, porque a Aneel reconhece o orçamento da CCC dentro do orçamento da CDE.

Quanto que isso custa hoje? Hoje, a diferença entre o custo da geração dos sistemas isolados e o ACR-Médio, que é uma *proxy* do custo médio de geração no sistema interligado, está no valor de R\$5 bilhões.

Quanto ao resultado da fiscalização preliminar da Aneel, o que a gente fez? A gente tentou substituir o gestor do fundo, pegar as informações passadas por todos os beneficiários, processar à luz das leis, decretos e resoluções – porque existem algumas limitações de eficiência, de preço, etc. –, para chegar no valor que deveria ter sido repassado. A gente bate isso com o que efetivamente foi repassado e há uma diferença a ser acertada junto ao fundo, por excesso de repasse. No resultado, de novo, preliminar: R\$3,7 bilhões.

E, aqui, quero só fazer um pequeno paralelo. A agência não cria eficiência: ela segue as diretrizes que estão colocadas na Lei da CCC, que diz claramente que o reembolso se deve à geração de energia elétrica em sistemas isolados. Então, não havendo capacidade para se gerar energia, a legislação não permite que a agência repasse o reembolso da CCC, dado que não há nem capacidade instalada para consumir a quantidade que está contratada entre as empresas.

Então, a Aneel foca muito no primeiro nível, ou seja, entre o fundo e o beneficiário. O beneficiário tem ampla liberdade para buscar a compra de combustível. E, para isso... E aí há um pouco da teoria de regulação, que é aplicada para vários regulamentos: se a distribuidora tem o monopólio da prestação do serviço e ela define preço, certamente esse preço não é o preço justo. Então, a agência atua no sentido de limitar o preço e impor algum nível de eficiência no processamento do combustível, porque, sem isso, o consumidor estaria desprotegido da ação do monopolista. Então, esse é o conceito por trás.

Quanto aos limites de preço que nós estamos impondo, é o valor da ANP, e a ANP não é na capital, é em cada localidade do interior. O preço do gás também é definido pela Agência Nacional do Petróleo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação às quantidades, são eficiências normais de máquina. Aí não é mais uma particularidade de interior, de capital... É a máquina mesmo. Ela tem que ter uma eficiência mínima no processamento do óleo e do combustível.

Esses resultados ainda são preliminares. A Amazonas Energia e Eletrobras já apresentaram manifestação na agência, as áreas técnicas estão debruçadas integralmente sobre essas manifestações, e pretendemos, ainda durante o mês de junho, ter uma posição definitiva da agência, com relação à matéria, para dar clareza a todos de qual a posição da agência e, eventualmente, alguma alteração de política pública.

Olhando um pouco... Ampliando um pouquinho para CDE, saindo um pouquinho da CCC: nós temos um orçamento muito caro da CDE. O setor elétrico, hoje, tem uma série de subsídios. A CCC representa aproximadamente um terço do orçamento total da CDE – 5 bilhões contra 15 bilhões. Enquanto o Tesouro Nacional participou do orçamento, ou seja, havia recursos da União, isso era muito pouco questionado. O valor pago pelo consumidor final era muito baixo, para uma quantidade enorme de subsídios. Em função da perda...

(Soa a campanha.)

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – ... de capacidade da União de aportar, a conta, para o consumidor final, ficou muito cara. Hoje, o consumidor está pagando R\$12 bilhões em CDE por ano, sendo a CCC uma parte representativa. Então, isso gerou uma série de questionamentos administrativos e judiciais, o que torna claro que o papel da agência é limitado, no sentido de interpretar o que a legislação prevê. E, hoje, o que é que nós temos? Um cenário de judicialização total da CDE. São mais de 54 processos judiciais, 34 liminares já concedidas... Questionam-se carvão, indenizações, contrato de gás, estrutura tarifária, rateio, etc. Essa decisão vem subindo em instâncias. O STJ passou isso para o STF decidir, está pendente essa decisão lá no STF... Somente uma ação da Fiesp, que questiona, dentre outros itens, exatamente o contrato de gás... Nós estamos falando de mais de 130 mil beneficiários que vão pagar menos CDE, porque a Justiça entende que a Aneel não pode repassar, com a legislação atual, esses custos para o consumidor final.

Se essas ações continuarem, nós estamos falando de um impacto aproximado de mais de 5 bilhões na arrecadação pro fundo, o que vai tornar o fundo insolvente e, aí, sim, nós vamos ter um problema generalizado.

Então, o problema não é simples.

Agradeço a oportunidade de participarmos da discussão, para tentar achar uma solução, mas eu queria deixar claro que, mesmo que a Aneel decidisse repassar o que, na nossa visão, não pode, o repasse não aconteceria, em função de uma série de contestações judiciais em que vários juízes do País





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e tribunais superiores já entendem que a agência não tem competência para pagar custo de combustível que não esteja associado à geração de energia em sistemas isolados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria, apenas, Dr. Leandro, chamar a atenção porque parte do problema pode ser solucionada com a contratação dos produtores independentes de energia, porque aí não teríamos a questão da glosa, e isso aceleraria, e muito, o para frente com relação a todas essas questões.

Quanto ao último leilão efetivamente bem sucedido, até agora não sei se há alguma judicialização do último leilão; houve um leilão anterior que está judicializado; até onde eu sei apenas a Aneel entrou no polo ativo da ação; desconheço que o Ministério de Minas e Energia ou a Eletrobras tenha entrado no polo ativo; essa questão está pendente sob condição de liminar; portanto, eu acho que, um, acelerar a contratação desse leilão que, pelo que sei, não tem judicialização resolveria, eu acho, dois terços do problema para frente com relação a óleo diesel no Amazonas *versus* Amazonas Energia. Dois, ver se encontra uma solução para judicialização do primeiro lote, porque eu acho que, se a minha memória não me falha, ela está sob liminar já há quase um ano – se não for um ano. E não se tem notícias de que ações a AGU, o Ministério de Minas e Energia ou a própria Eletrobras estejam atuando no sentido de cassar essa liminar. Sei que a Aneel entrou e está atuando, mas, parece-me, que não tem sido suficiente a ação da Aneel, porque já dura um ano. Isso resolveria a questão do contrato de combustível e da glosa, portanto daquelas diferenças que continuam se projetando e olhando para o futuro. Essa é uma questão.

A outra questão, eu acho – e aí é importante dizer isso ao Ministro que está aqui representado pelo Secretário-Executivo: é inexorável que, na Amazônia – e o Jorge Celestino conhece bem, o Henrique que já dirigiu empresa na Amazônia sabe disso –, tenhamos uma conta de subsídio de combustível para gerar energia, senão, como você mesmo colocou, a conta é impagável se nós formos tratar com o custo real. Portanto aí há uma questão de proposta de regulação, ou seja, tem de ter uma proposta de regulação, a elaboração de uma medida provisória que trate especificamente deste tema para equacioná-lo, sob pena de nós termos um colapso absoluto.

Nós estamos, seguramente, há dois anos indo para o limite com relação a essa questão. E aquele gráfico que você apresentou ainda há pouco, que mostra...

Mais um para trás.

Mais um.

Mais um.

Esse!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mostra... Veja que essa questão do reembolso pela Eletrobras volta a ser crescente. Se olhar de 2015 para a frente, ela volta a ser crescente. A entrada dos PIS, na minha opinião, poderá fazer com que essa curva reverta, mas há outra questão que é questão de regulação mesmo. Se não for proposta pela Aneel e pelo Ministério de Minas e Energia uma nova medida provisória que trate essa regulação, nós vamos ter um problema gravíssimo. Nós estamos falando de mais de seis ou sete milhões de brasileiros que poderão correr o risco de viver uma situação de blecaute constante, como nós temos visto. O Charone relatou, ainda há pouco, que só este ano aconteceram sete blecautes... Não foram blecautes, na realidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Foram cortes de carga em Manaus, *versus* uma quantidade menor no ano de 2016, parte em função do desligamento de Aparecida, até que, ao entrar com a liminar, esses desligamentos, obviamente, diminuíram.

Então, há, na minha opinião – e é isto que eu quero colocar aqui; pena que a diretoria da Aneel não esteja presente, mas sei do papel que o Leandro tem dentro da Aneel... Se não houver uma decisão, Risso, é eminente...

Está aqui o Dr. William, que é Diretor de Operações da Eletronorte, está aqui o Dr. Paiva, que já presidiu a Amazonas Energia... A situação, Henrique, é grave e pode colapsar de verdade, e essa situação com a Petrobras vem se arrastando de uma forma...

Portanto, eu acho que, se não houver uma pressão política por parte do sistema para que a União edite uma medida provisória que equalize isso, que normatize isso e que se estabeleça a regra para se ter o fornecimento de energia dentro de bases sustentáveis, isso vai se inviabilizar.

Eu quero passar a palavra ao Baldi, e logo depois vamos ouvir a Abrece, para que, com o posicionamento da Eletrobras, nós possamos ter essa compreensão. Agora, acho que a Aneel tem aí uma questão que pode acelerar, que é o contrato desses PIS, que vai reduzir boa parte do problema futuro, e há uma questão de regulação que precisa ser equacionada.

Por favor, Dr. Baldi.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade.

Eu pedi para o Romário e para o Charone falarem primeiro porque vai dar a orientação de que eu preciso.

Nossa relação com a Petrobras nesse contrato, apesar de as divergências serem aí de R\$16 bilhões, na realidade, a gente concorda com quase todos os pontos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Basicamente, o histórico desse contrato...

Vou me ater, primeiramente, à questão do gás e depois sobre a questão do Fundo Setorial.

Esse contrato de gás teve origem lá num termo de compromisso assinado em 2004 e foi um contrato assinado em 2006 e que teve o efetivo início do suprimento a partir de 2010. Como foi colocado tanto pelo Charone quanto pelo Romário, ele é um contrato que tem um *take or pay* de 80% e um *ship or pay* de 100%. Essa é a forma da indústria fazer esse tipo de contrato. Então, a modelagem que foi feita à época, quando da assinatura desse contrato, em 2006, justamente previa isto: para poder a Petrobras arcar com os investimentos tanto na exploração quanto no transporte, foi feito um contrato que tem um *ship* de 100% e um *take* de 80% em média anual.

Bom; quando esse contrato entrou em operação ele era um contrato subsidiado, é um contrato subsidiado pela CCC. Como foi colocado pelo Celestino, ele prevê uma rampa e essa rampa realmente se efetivou e, diga-se de passagem, contrato esse que foi reconhecido pela Aneel e está registrado na agência. Esse é um contrato que refletia uma relação equilibrada entre as partes – Eletrobras e Petrobras. Era um contrato que atendia a ambos os negócios. Era equilibrado pelo lado da Petrobras, com a taxa de retorno que o Celestino acabou de colocar, e era um contrato equilibrado pelo lado da Eletrobras.

Bom, em função de não terem se materializado alguns investimentos com relação a térmicas, a Aneel passou a entender que a CCC ... E isso para mim é só modificação de um posicionamento da agência, mas eu tenho discutido isso bastante internamente na agência e ela entende que não. A Aneel passou a entender que não deveria remunerar em cima da capacidade do gasoduto, e, sim, em cima da capacidade instalada. O que isso acarreta? Isso acarreta um *gap* de 1,5 milhão/m³ diários. Ao acarretar esse *gap* de 1,5 milhão/m³ diários, eu passo a ter um *ship or pay* não mais em cima de 5,5 milhões, mas em cima de 4 milhões. Então, isso simplesmente trouxe um desequilíbrio ao contrato de tal forma que, hoje, aqueles R\$3.7 bilhões que a Aneel acabou de apresentar representam alguma coisa da ordem de R\$1,7 bilhão.

O que a gente precisa é dar os instrumentos necessários à Aneel para que ela traga o entendimento original do contrato para a realidade; quer dizer, remunerar 100% do *ship* e 80% do *take* em cima do valor originalmente contratado entre Petrobras e Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Dr. Baldi, permita-me fazer uma pergunta, ou seja, quais são esses instrumentos que a Aneel necessita para poder retomar às bases originais?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALEZ BALDI – Senador, para mim isso já está na origem desse contrato. Mas a Aneel hoje entende que por ter uma capacidade instalada menor do que a capacidade do gasoduto, através da CCC, ela estaria onerando o consumidor, o que realmente é um fato, porque você tem aí um gás não consumido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A forma de equacionar isso de forma definitiva é aumentar a potência instalada, é trazer uma potência instalada para patamares próximos ao consumo dos 5,5 milhões. Isso resolverá o futuro de forma definitiva. Só que até lá há um contrato que está vigente e a Aneel, de alguma forma, precisa reconhecer que esse contrato, quando foi assinado, previa um incremento de potência que não se materializou. É fato, mas a Petrobras e a Eletrobras não têm responsabilidade sobre isso; pelo contrário, na conversão das usinas a óleo para gás, só na conversão, a CCC, por ano, economiza alguma coisa da ordem de R\$1,2 bilhão – só no converter, em função da melhoria da eficiência e do custo do combustível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Perfeito.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Então, veja, se eu fizer isso de 2010 a 2016, eu tenho economia superior a R\$6 bilhões para a CCC. Por outro lado, eu estou com um contrato desequilibrado desse mesmo período em R\$1,7 bilhão; e, se a gente perpetuar isso para o futuro, até o final do contrato em 2030, isso são mais R\$8 bilhões.

Então, o contrato, que, originalmente, era um contrato 100% equilibrado, onde as duas partes – não estou falando de combustível líquido, estou falando só de gás –, por uma interpretação... Eu tenho como interpretação, já o regulador acha que não, que isso não está claro. Mas, por uma interpretação divergente do regulador, isso está trazendo um desequilíbrio para esse contrato. Então, a solução para frente é a gente colocar projetos térmicos que gerem, que consumam esse excedente de gás, esse 1,5 bilhão de m³/dia, com o que Manaus passaria de ser importador a exportador de energia.

Agora, a gente precisa resolver... Isso aí você vai conseguir resolver em três anos; você não vai conseguir hoje equacionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não menos que três anos. Isso é projeto para A - 5 não é para A - 3.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – A - 3 ou A - 5. Mas, até lá, a gente tem que dar uma solução porque há um *gap* de 1,5 milhão de m³/dia hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E qual a solução?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A solução hoje era ser remunerado conforme o contrato através da CCC.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E a forma para fazer a remuneração conforme o contrato através da CCC, se a ANEEL não reconhece, é qual?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Eventualmente uma medida provisória.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, o que eu quero te chamar atenção é exatamente isso. É que, veja, essa discussão vem se arrastando com a ANEEL já há algum tempo, e eu não vejo mais como isso não ser encaminhado no Ministério como uma proposta – e acho que a Eletrobras precisa formalizar isso...

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Mas essa proposta está sendo analisada pelo Ministério. A solução hoje que o Ministério pretende dar para esse problema é justamente através dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, eu acho que essa é uma questão que precisa ser feita e tem de ter prazo para ser feita, porque nós estamos sobrevivendo por uma liminar, essa liminar é instável, porque ela pode, a qualquer momento, cair, e, ao cair, ela trará, obviamente, um colapso de fornecimento de energia.

Agora, ao mesmo tempo, nos leilões que o Ministério tem que voltar a fazer... Eu continuo a dizer que nós ainda carregamos alguns contratos que foram feitos no passado com custos altos, porque são de tecnologia antiga etc. e tal, acabaram suspendendo os leilões de A - 3 e A - 5, o que, em certa medida, impede a Eletrobras ou alguém da iniciativa privada, a apresentar termelétrica a gás para pendurar na rede de transmissão do Amazonas e vender isso para o Brasil.

Eu acho que a solução, no médio prazo, para não onerar o consumidor, é exatamente tirar a energia cara, que está onerando o consumidor, colocar a energia barata, equilibrar a conta CCC (Conta Consumo de Combustíveis) e, aí, é um ganha-ganha para todos os lados. Não sei o que a Eletrobras tem de informação sobre isso.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Com relação a essa questão da medida provisória, isso já vem sendo tratado. Isso foi uma solução que inclusive já foi discutida com a presença da própria Petrobras.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Já foi discutido com o ministério, e é uma solução inclusive desenhada dentro do próprio ministério. Então, a gente está caminhando para que se dê esse conforto para a agência e para que se torne esse contrato Petrobras/Eletrobras um contrato equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E tem prazo para isso?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Bom, aí o ministério teria que se manifestar sobre isso, mas, que eu saiba, isso está sendo tratado, e imagino que isso, no curto prazo, venha a ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O Ministério tem algo a acrescentar?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDVALDO LUÍS RISSO – O ministério vem trabalhando, vem acompanhando e vem monitorando toda essa negociação e está trabalhando em algumas soluções. É claro que temos sempre de enxergar o lado da empresa, pelo resultado empresarial, mas, sobretudo, e acima de tudo, o lado do consumidor.

Quando eu fiz, na minha abertura, aquela rápida exposição em que disse que o Ministro expôs uma série de ações, e, suportando essas ações, por trás, alguns princípios, entendemos que o modelo de simplesmente adotar 5, 10, 17 bilhões e jogar para o consumidor pagar não tem uma coerência. Entendemos, sim, que o problema é complexo, que o problema precisa de uma solução rápida, mas não é transferindo toda a conta para o consumidor, no entendimento do ministério.

Veja bem, Presidente, nós estamos trabalhando, temos uma solução em vista, isso está sendo compartilhado dentro do ministério. Em alguns momentos, temos trabalhado com a Eletrobras, com a Petrobras, mas nós entendemos também que essa solução tem um caráter mais futuro, e nós temos uma preocupação também com a visão passado. E, nesse ponto, na visão passado, eu acho que todos têm de ter concessões. Eu acho que, indistintamente, uma opinião nossa, agência, Petrobras e Eletrobras têm de convergir para concessões a fim de chegar a um ponto de equilíbrio, em que preserve a questão empresarial Eletrobras/Petrobras e preserve a questão do regulador na defesa dos consumidores.

Então, tem um tratamento para o futuro, sim, em curso. O ministério está estudando, mas, sobre a questão passada, é importante que os principais atores cheguem a um ponto de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Bem, mas enquanto isso, temos quatro ou seis milhões de brasileiros com insegurança energética, tendo graves e sérios prejuízos.

Portanto, seria interessante que, nesta audiência, pudéssemos ter, Dr. Celestino, Dr. Baldi, Dr. Luiz Henrique, uma percepção de do que faremos em relação a essa questão, porque pelo que está me colocando o Dr. Risso, a pretensão do Ministério é editar uma medida provisória olhando para o futuro, enquanto que o grande problema que eu vejo... Até porque olhando para o futuro, com a entrada dos produtores independentes – e nós vimos isso no gráfico ainda há pouco –, com a entrada da Usina Mauá 3 e talvez com mais uma ou duas ações, estará resolvido o problema.

Agora, nós temos um passivo de R\$17 bilhões, dos quais R\$13 bilhões são no Amazonas, e que no entendimento do Governo, e eu concordo, esse problema não foi gerado pelo consumidor. Não foi o consumidor que gerou esse problema. E portanto, teríamos que ter um horizonte.

Há algum horizonte que se possa colocar em relação a essa matéria?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Bom, com relação a essa questão do fundo setorial, voltando agora para a parte dos combustíveis, tirando ali daqueles 3,7 o 1,7 do gás, a Eletrobras, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Amazonas Distribuidora e o Fundo Setorial CCC apresentaram questionamentos à nota técnica. Isso já foi apresentado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – À nota técnica da Aneel?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Isso.

Isso já foi apresentado há mais ou menos uns 30 dias. Semana passada houve uma reunião, eu acho que bastante produtiva, entre os técnicos, tanto da agência, quanto do fundo setorial, e, aparentemente, nós esclarecemos a maioria das dúvidas.

Então a Aneel está hoje produzindo o relatório final e a gente espera que, na realidade, esse valor negativo de 3,7 se torne positivo em cima dos argumentos que nós apresentamos.

Bom, equacionada essa questão do Fundo Setorial CCC, que na realidade lastreia as confissões de dívida com a Petrobras, a gente entende que o passado poderia ser destravado em função desse entendimento da agência. Agora temos que aguardar qual será o posicionamento da agência com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Há alguma perspectiva, Dr. Leandro?

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Bom, só um comentário geral aqui sobre vários pontos que foram falados, sobre a atuação da agência.

Sobre o último leilão, havia, sim, uma liminar concedida pelo Desembargador Souza Prudente, mas o próprio consórcio que havia judicializado desistiu. Essa desistência já foi homologada pela Justiça, e, portanto, a Aneel já pode homologar e adjudicar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, é? Essa notícia é boa. Ou seja, o leilão do ano...

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Não, esse agora, o último.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, esse último?

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Havia uma liminar, que caiu, e a Aneel... De acordo com o nosso cronograma, está em fase de análise de recursos etc., e, em 7 de julho, a homologação e a adjudicação dos resultados do último leilão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, o.k.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Do resultado anterior, a liminar está com o Desembargador Kássio Nunes Marques. A agência já despachou com ele, já explicou todo o processo, a correção do processo de licitação que foi feito, mas ele ainda não decidiu. Então, vamos procurar, sim, o Ministério,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a Eletrobras etc., para pensar uma estratégia jurídica mais efetiva, para que a gente consiga uma decisão que libere aquele lote, e que a gente possa adjudicar e começar os investimentos e a substituição por piso em todo o interior do Estado do Amazonas.

Com relação ao contrato de gás, até a fala agora, aqui, do representante da Eletrobrás mostra bem a problemática. Ele diz o seguinte: fiz um contrato com a Petrobras que estava equilibrado entre as duas partes. Até aí, não tem razão nenhuma para alguma intervenção do regulador, é um negócio entre particulares. Eles podem pactuar o que eles bem entenderem, preços, quantidades etc. Quando vai passar para a tarifa, aí, sim, o regulador tem que olhar, na medida em que avalia se o contrato foi feito numa quantidade eficiente, o preço eficiente etc., e a ANP e a Aneel, conjuntamente, definem algumas regras com base na legislação para o repasse para o consumidor.

E também foi pontuado o seguinte: previa-se ali uma rampa. Talvez, se essa rampa tivesse sido efetivamente feita, a gente nem estaria aqui discutindo, porque a Aneel teria reconhecido a quantidade conforme a rampa que foi pactuada e que deveria ter sido feita, mas não foi feita e hoje a gente está aqui com uma... Mas quem paga por isso? Essa é a discussão, claro, do passado. É o consumidor que tem pagar por isso, um acordo que foi feito e não foi cumprido, ou quem deixou de fazer a térmica é que deve arcar com isso? Esse é o grande ponto. Hoje, a legislação prevê que o consumidor só pague pela geração de energia no sistema isolado e não por um acordo que foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – ... de uma instalação de uma térmica que eventualmente não foi.

Então, só para entender, assim, o papel da agência e porque que hoje a legislação não nos dá ampla e irrestrita liberdade para simplesmente reconhecer.

Com relação aos CCDs, os CCDs foram um Contrato de Confissão de Dívida entre fundo e beneficiários e é exatamente esse ponto, talvez, que a fiscalização está tentando checar, se aqueles CCDs tinham lastro. Ou seja, não tem na legislação a possibilidade de o fundo confessar alguma dívida que não seja associada aos usos da CCC, de geração em sistema isolado. O gestor do fundo à época fez uma conta inicial, fez essa repactuação, nós estamos agora checando se efetivamente tinham lastro os CCDs que foram feitos e, aí, os resultados ainda são preliminares, mas, pelo que a gente viu, na verdade foi repassado mais até do que deveria, o que mostra que não deveria, no caso, Amazonas, se confirmada a preliminar, não teria lastro para os CCDs que foram feitos.

O gráfico também, que o Romário mostrou, mostra o seguinte: agora, a gente vai entrar num período em que tem capacidade instalada para consumir o gás todo, mas que isso é temporário, não é, Romário? A gente está falando de 2022, 2023, pelo seu gráfico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, assim, de fato, tem que ter uma solução de planejamento para preservar essa questão de ter capacidade para consumir, para que a gente não volte a discutir isso no futuro. Vamos discutir o passado, concordando com o que V. Ex^a coloca, e quando a gente fala no passivo de R\$17 bilhões, que foi falado aqui, que é o que está, acho que, contabilizado nos balanços com relação à Petrobras, o contrato de gás, para a gente ter uma ideia de que, assim, têm muitos outros problemas nesse histórico e não o contrato de gás, a gente está falando de 1,7%. Então, nós estamos falando de 10% disso daí. É o que está em discussão com relação ao contrato de gás, o resultado da nossa fiscalização.

Então, tem uma série de outras coisas que estão contabilizadas entre Petrobras e Eletrobrás que dizem respeito a outras matérias que não o contrato de gás, que responde por...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ou seja, desses 17, 1,7 é...

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Um ponto sete é contrato de gás. Então, nós estamos falando de vários outros passivos aí que não...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, têm muitas outras coisas que não são o gás...

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Que não são explicadas por esse contrato de gás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... que não são explicadas pelo contrato de gás e que acabam indo, para a opinião pública pelo menos, como se fosse em função desse contrato de gás e devem ser outras questões.

Agora, o Dr. Baldi tocou aqui num ponto que era importante ouvir a percepção da Aneel, ou seja, de que, em resposta à nota técnica da Aneel, tanto a Eletrobrás, quanto a Amazonas Energia apresentaram argumentações ou contra-argumentações que tornariam azul, por exemplo, a diferença no fundo CCC. Se isso for uma perspectiva viável, é uma sinalização importante, porque isso destravaria a garantia da viabilidade do CCD I, CCD II etc. – não sei se até o III –, garantiria uma estabilidade para que a insegurança energética começasse a reduzir.

Você tem alguma posição sobre o tema?

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Amazonas Energia é uma empresa que tem uma posição patrimonial sabidamente muito negativa. É da ordem de menos 9 bilhões o passivo ao descoberto. Os recursos que foram trazidos à Aneel têm, sim, o potencial de diminuir muito o valor negativo, mas eles não têm o potencial de criar um ativo junto ao fundo do tamanho do valor do ativo que está registrado na contabilidade. Então, a gente vai ter, sim, um descasamento entre passivo com a Petrobras e, eventualmente, se tudo for provido, ativo junto ao fundo setorial. Vai continuar com um descasamento entre passivo e ativo nessa relação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas a agência está debruçada *full time* na área de regulação da geração, fiscalização financeira, fiscalização da geração. Fizemos, sim, uma boa reunião com os gestores do fundo explicando os repasses que fizeram, os conceitos que usaram e as premissas. Todas as áreas participaram. E, ainda durante o mês de junho, a gente quer ter a conclusão nas áreas técnicas da agência sobre o resultado final dessa fiscalização, cabendo aí um recurso para a diretoria colegiada, mas eu tenho uma posição definitiva nas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O.k.

Dr. Baldi, queria complementar mais alguma coisa também?

Por favor, Dr. Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE HAMANN – Senador, muito obrigado pela participação. Cumprimento todos os presentes. É só para complementar alguma coisa que o Baldi já tenha feito, assim como o Romário e o Charone também. A gente vê essa situação toda com muita preocupação. Eu acho que não se deve perder de vista que o gasoduto foi uma política pública do Governo Federal. Ele não foi exatamente um acordo entre duas empresas para operacionalizar um bloco de gás. O contrato entre Petrobras e Eletrobras existe – obviamente, existe –, mas ele foi feito para viabilizar uma política pública do Governo Federal, que era a implantação do gasoduto, a exploração do gás e a viabilização de uma energia elétrica mais barata para os consumidores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E mais limpa.

O SR. LUIZ HENRIQUE HAMANN – E mais limpa, com todos os benefícios atrelados a ela. Obviamente que nos programas, quando são feitos, os planejamentos têm dificuldade em serem implementados. A própria Eletrobras passou por uma série de dificuldades financeiras. Nós tivemos planos de licenciamento, uma série de outros motivos que não tornaram, obviamente, factível a implantação das térmicas necessárias para consumir o gás que foi definido dos 5,5 milhões. Então, isso tudo traz ônus para todos os participantes. Trouxe ônus para a Petrobras, que amarga no não recebimento, trouxe ônus para a Eletrobras, que, obviamente, não pagou, e para o próprio consumidor. Quer dizer, é uma operação em que, infelizmente, todos acabaram perdendo alguma coisa.

Agora, com relação ao relatório que o Dr. Leandro fez, as colocações – e, obviamente, eu entendo o posicionamento da agência –, as explicações dadas, digamos, pela Eletrobras e pela Eletrobras Distribuição Amazonas são claras. Existe uma série de dificuldades de entendimento da própria Aneel e uma série de não reconhecimentos, inclusive o não reconhecimento de instalações de geração implantadas no Amazonas. Há um desconhecimento total acerca de instalações de geração.

Então, acho que – obviamente a Aneel está fazendo as análises dela com todo direito, é uma réplica do que nós colocamos – esse assunto tem que ser abordado com toda a serenidade possível, porque fizemos o Sistema Eletrobras, fizemos os investimentos que poderiam ter sido feitos lá no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Amazonas como nas demais áreas em que ela atua nas outras seis distribuidoras. Nós não temos esse problema única e exclusivamente, hoje, no Amazonas; temos um problema na Eletroacre, cujo relatório também está sendo aguardado e vai ser discutido da mesma forma.

Agora, vivemos hoje, sim, na Amazonas Distribuição, um momento ímpar, muito bem colocado pelo Dr. Leandro. Somos hoje uma empresa designada a prestar o serviço da distribuição, não somos mais concessionários de distribuição. Nós hoje recebemos um empréstimo, e, na verdade, não é uma complementação de tarifa, é um empréstimo em que a Eletrobras está se endividando, na ordem de R\$68 milhões/mês, para poder operar e manter o sistema nos níveis mínimos, nos padrões mínimos de qualidade definidos pela agência. E estamos atendendo, estamos, a duras penas – a equipe da Amazonas tem feito um excelente trabalho – chegando lá.

Perdas: há um ligeiro ajuste para fazermos, mas os demais índices, Senador, estão todos em conformidade. É um esforço sobre-humano: o Dr. Willamy e o Dr. Paiva, que convivem ali, sabem o quanto é difícil você operar e manter um sistema do tamanho e da complexidade que é o Sistema Manaus, justamente dificultado ainda mais pela falta de investimentos. Os investimentos foram, obviamente, objeto de cortes pelo Governo em função das dificuldades que o Brasil enfrenta, já enfrentou há muitos anos e acho que vai enfrentar mais um pouco.

Então, finalizo dizendo o seguinte: nós estamos fazendo, o sistema Eletrobras está fazendo o que pode para manter a energia nos lares, nas indústrias do Estado do Amazonas. Essa glosa retroativa que foi feita dos três pontos, dos 5,5 milhões para 4 milhões de m³/dia, obviamente onerou e está repercutindo no número que a Aneel apontou de 3,7 bilhões.

Então, entendo que a medida provisória de que estamos falando e a ação que deve permear esse processo todo devem olhar para a frente, mas também olhar para o que ficou para trás, porque acho que não pode ser ou não deve ser imputada única e exclusivamente à Eletrobras a responsabilidade por isso.

Nós seguimos, sim, implantamos, em comum acordo com a Petrobras, uma política pública. E eu gostaria que isto ficasse bem claro: que foi a implantação e a viabilização do gasoduto. Apenas isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria passar a palavra ao Dr. Edvaldo, em nome da Abrace.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Obrigado, Senador.

Eu só tenho dois eslaides. Alguém poderia me passar?

Só são dois eslaides.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui é um histórico...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O controle remoto do eslaide, por favor.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Alguns números são curiosos.

Aqui, eu fiz a evolução da CCC desde que ela foi criada. Ela foi criada com a Lei de Itaipu, a Lei nº 5.899, de 1973. Depois ela foi evoluindo até chegar em 2009, quando houve a Lei nº 12.111, que foi a grande mudança, a lei que tratou da interligação dos sistemas isolados, que é uma lei de 2009.

Vocês querem olhar os números? Lá em 1998, a CCC era na casa de R\$1 bilhão e era para todo o Brasil. Aí, em 2002, cresceu – são números atualizados –: R\$2,9 bilhões. E quem olhar aqui os números mais atuais, de 2012 até 2017, verá que cresceu um pouco mais em 2015. E, se compararmos com o crescimento da receita total da distribuidora, que passou, em 2002, de quarenta e poucos bilhões para, hoje, em torno de cento e quarenta, verá que a CCC até não cresceu mais do que a receita total das distribuidoras. O problema é que hoje era para ser praticamente zero, porque os sistemas, pelo menos por lei, já estão interligados.

Isso até me preocupou na apresentação, tanto na do Romario quanto na do Charone, quando eles mostraram que a linha que interliga – não sei se ela está restrita a 600MW...

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI (*Fora do microfone.*) – Mais do que isso.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI (*Fora do microfone.*) – Uma questão de estabilidade elétrica

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Mas qual é a capacidade de transporte da linha?

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI (*Fora do microfone.*) – É de 1,8 mil.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Ela não consegue entregar 1,8 mil porque... O Sistema Manaus já consegue receber 1,8 mil?

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI (*Fora do microfone.*) – Não é questão de recebimento: a questão é o que existe entre o que está sendo gerado e o que está sendo...

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI (*Fora do microfone.*) – A questão da estabilidade elétrica é que falta. Da geração local...

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Tudo bem.

O que eu quero dizer é que, inclusive na apresentação de vocês, o princípio é que o sistema interligado complementa e geramos internamente quando deveria ser o contrário. Senão, não precisaria construir a linha.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fico com pena de os consumidores do Amazonas, hoje, estarem com blecaute e acharem – eu fui diretor da Aneel, por oito anos – que é por incompetência nossa, porque não conseguimos mandar fazer um leilão para uma linha que pudesse transportar tudo que precisasse para um sistema interligado. Mas eu vi que não foi.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Aí é uma questão elétrica diferente. Uma coisa é você ter a capacidade de transmissão...

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – O.k. Eu conheço o sistema. Eu sei o tema desde o histórico. Então, o Sistema Manaus, principalmente, não tem ainda a capacidade para receber toda a energia do sistema interligado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não, não é isso. De novo, você está equivocado.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Então, por que limita?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não, é pelo seguinte: como você só tem um bipolo e você funciona num sistema N – 1 sobre 3 mil quilômetros de Floresta Amazônica, onde há descargas eletromagnéticas muito fortes e não temos a *expertise* de transporte de linha de transmissão sobre floresta e nem o nosso sistema de proteção é suficiente para o volume de intercorrências climáticas que acontecem nessa extensão, se tirássemos toda a geração da ponta da linha, qualquer oscilação levaria 10, 5, 20, 30, 40 vezes por dia a blecaute a cidade de Manaus.

Portanto, o senhor, que foi diretor da Aneel, ao fazer essa afirmação, precisa entender que, por questão de estabilidade da segurança energética, temos que ter na ponta dessa carga... A não ser que eu tenha não um bipolo, mas dois bipolos, três bipolos, para que eu tenha um sistema de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente, um anel fechado. Se eu tivesse, por exemplo, o bipolo que vem de Tucuruí-Belo Monte e um bipolo que vem de Santo Antônio-Jirau, pela 319,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... fechando um *hub* em Manaus, aí nós resolveríamos o problema e não precisaríamos ter térmicas penduradas no sistema.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – O.k. Então vale a minha primeira conclusão: a linha foi mal planejada, mal construída, mal leiloada, porque não interligou o sistema, pois está se precisando sempre de muita geração térmica.

Eu fico com pena, mesmo, do consumidor de Manaus, porque ele está pagando uma conta que não era para ele pagar – que são os blecautes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Dr. Edvaldo, nós somos engenheiros, não somos?

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – O.k.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Então, vamos lá: na realidade, antes de interligar, já existia geração interna capaz de atender, o.k.?

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Sim.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Então, se houvesse alguma perturbação interna, haveria geração. Se você tirar 100% da geração e vier pela linha, qualquer perturbação na linha – porque a linha não está estabilizada, pelo que ouvi aqui, foram sete oscilações –, a linha abre. Se eu não tenho nenhuma geração interna, tenho instabilidade. Portanto, cai a frequência, e todo mundo vai para o saco, vamos dizer assim.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Isso eu entendi.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJICKI – Então, o que eu estou dizendo é que não dá para eliminar 100% da geração interna. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E uma outra questão que é importante colocar aqui para o Edvaldo, como representante do consumidor, é que, se boa parte daquela conta CCC diminuiu, é porque houve a interligação, pois você produzir energia elétrica para 4,5 milhões de brasileiros, tudo à base de óleo diesel, aquela curva não teria reduzido, aquela curva teria crescido.

O que está acontecendo hoje é que, em alguns momentos, a linha chega a transferir 1 mil MW para a cidade de Manaus, mas, em função da instabilidade do sistema, como ele não é um anel fechado, você precisa ter geração na ponta da linha para poder estabilizar o sistema.

Agora, a maior explicação para o senhor, para o consumidor e para qualquer um de que esse sistema de interligação tem ajudado é essa curva decrescente da CCC. E quando interligar Boa Vista e o Estado de Roraima – nós estamos falando, aproximadamente, de 700 mil pessoas que também têm 100% hoje da sua geração a óleo diesel – a conta CCC vai regredir.

Então, o início da sua fala foi muito interessante – e eu fiquei até entusiasmado –, porque, quando você colocou que o crescimento do faturamento das distribuidoras não é proporcional ao crescimento da CCC, mostrou exatamente que, com o sistema de construção de hidrelétricas e o sistema de construção de bipolo e tripolo, melhoramos muito as linhas. Por exemplo, o polo do Madeira, em que há hoje já um sistema N – 2, que dá muito mais estabilidade; e agora as interligações com a hidrelétricas aqui do Sul. Existe sistema no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina em que melhoramos muito a confiabilidade em sistemas de N – 2, N – 3, o que dá confiabilidade para o sistema, e você vai desligando carga de térmicas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E outra coisa: em 20015 a CCC foi muito alta porque faltou água nos reservatórios. E, como faltou água nos reservatórios, ligaram-se muitas térmicas. E, ao ligarem-se muitas térmicas, obviamente que a conta CCC teve que ser pressionada para que as térmicas correspondessem à recomposição dos reservatórios de muitas das hidroelétricas que aconteceram. Mas, por favor, o senhor ainda está com a palavra.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – As explicações que eu tenho para algumas coisas são outras.

Mas, infelizmente, em 2015, as térmicas do sistema interligado, quando acontecem despachos fora do dado médio, são pagas pelos consumidores. O crescimento tem outras razões. E o decréscimo de 2016 são as ações da Abrace, aqueles milhares de consumidores que foram beneficiados com ações na Justiça.

Se, em 2017, a Eletrobras for bem-sucedida em todos os preços na Aneel, o valor volta, aumenta mais um R\$3 bilhões, o que significa que esses valores são todos por enquanto.

Assim, de qualquer maneira, quero dizer que não está crescendo tanto como está crescendo a receita da distribuidora, mas é uma CCC para atender cada vez menos carga, porque estou comparando com uma época em que Rondônia não era interligada e em que o Acre não era interligado. As capitais de Rondônia e do Acre respondem por 80% de todo o Estado do Acre e Rondônia, assim como Manaus. Então, é uma coisa que está se interligando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – No Acre, sim. Rondônia, não.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Tudo bem.

Está-se interligando. E a CCC, em termos reais, comparando com a carga, está aumentando.

Agora, o problema do gás. Acho que o problema do gás – isso já foi bem colocado, inclusive, por todos aqui, pela Aneel inclusive – não é o problema maior. O problema do gás é um problema gravíssimo, mas não é o problema maior dentro de todo esse contexto.

Eu até não entendo como é que, num ambiente em que o custo da térmica, o preço da térmica é tão elevado, o sistema interligado está disposto a pagar um preço altíssimo, maior do que aquele que está ali, por uma térmica. E tem 1,5 milhão de metros cúbicos sobrando. É só colocar máquinas lá, porque o sistema é interligado, e vender isso para o sistema interligado. Por isso, não estou entendendo porque a solução para o gás tem de passar necessariamente por uma medida provisória, que passa a conta para o consumidor. Há soluções que podem vir sem precisar necessariamente de uma medida provisória.

Como eu disse, só tenho dois eslaides.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Edvaldo, você me desculpe. Só para eu aproveitar você aqui.

Quais seriam as soluções, por exemplo, que não passariam...

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Pela medida provisória?

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – É. Para aproveitar esse gás.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – É colocar uma máquina – vocês mesmo disseram – e expandir a usina. Ou seja, alguém coloca uma máquina. Não precisa ser esse dono que está lá.

O SR. CARLOS EDUARDO GONZALES BALDI – Subsidiado pela CCC, não?

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Não. Não precisa ser. O sistema não está interligado? Ele vende no leilão. O preço que vi aí é competitivo com os preços atuais, a menos que eu esteja enganado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Só que ninguém constrói uma térmica em menos de A -3 ou A -5.. Tem de haver um *gap* aí.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Alguém falou em dois, três anos. Eu não vejo isso como um problema impossível para resolver um problema gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sim. Claro.

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Sim. Por isso que é uma solução adicional.

Hoje temos alguns estresses no setor elétrico. Eu fiquei aqui hoje desde cedo. E sobre tudo isso foi falado. Veja que os mais graves, todos envolvem o Governo ou o Grupo Eletrobras. São os estresses. Quanto ao setor elétrico, se apagar isso e tiver tudo isso resolvido, o setor elétrico não tem grandes estresses. Não precisaria de grandes soluções para resolver todos esses problemas.

Tirando a tarifa, porque envolve o Governo e todo mundo, o resto...

Então, o que fazer? Eu acho que uma medida provisória para tentar resolver tudo e simplesmente repassar a conta para o consumidor, embora eu reconheça que o problema do consumidor de Manaus é grave. Acho que não podia haver um problema elétrico tão grave quanto esse. Deve ser resolvido. Mas não há que se querer repassar todos esses custos para o consumidor, até porque a Aneel não pode pegar 1,5 de metros cúbicos de gás e repassar para o consumidor, repassar para a CCC sem que essa energia seja gerada. Os caras vão presos, Os órgãos de controle, alguém vai denunciar e os órgãos de controle vão mandar em cima dos diretores da Aneel. Eles não têm tanta autonomia para fazer isso.

Portanto, acho que a solução existe; acho o Governo, a sociedade a Eletrobras, a Aneel esperam muito para resolver. Não podiam esperar até chegar a esse ponto. Eu acho que esse problema já foi





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

identificado desde antes de eu sair da Aneel. Eu fui o primeiro relator, ou o segundo, desse processo de contração desse gasoduto lá em 2008, 2009. Ficou pendente lá, porque não se chegava a uma solução.

Então, é ruim, depois de tanto tempo, não ter resolvido e a coisa ter se agravado, e o consumidor de Manaus está sendo prejudicado e a sociedade de uma maneira geral.

Então, acho que o consumidor, do lado de cá, é quem paga a conta. Confesso que me senti muito bem representado pela Aneel, porque apresentou tecnicamente o problema, e o Ministério, porque disse: "Olha, o problema existe, mas não vamos simplesmente passar a conta para o consumidor".

Eu acho que é assim mesmo. Eu tenho que discutir com a sociedade, talvez a medida provisória seja uma saída. Mas uma saída a qualquer custo não acaba com a judicialização. É impossível, o consumidor não está disposto a ficar pagando conta só porque alguém acha que tem que resolver a qualquer custo o problema da Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu só queria fazer uma colocação ao Edivaldo. Como representante dos consumidores, os consumidores do Amazonas também estão sob sua representação. Também os consumidores de Roraima, do Acre, de Rondônia e do Amapá também estão sob a sua representação.

O que eu acho é que uma medida provisória elencando essas medidas que aí estão...

Por exemplo, indenização das transmissoras é em função da MP 579. A MP 579 criou essa situação, porque estava previsto que seriam feitas essas indenizações com recursos do Tesouro. Os recursos do Tesouro não apareceram, e o que aconteceu é que acabou tendo de se fazer um realismo tarifário. A Aneel fez os cálculos das indenizações que ficaram aquém dos valores que as proprietárias das linhas de transmissão entenderam. A parte não controversa foi indenizada, está na tarifa. A parte controversa é que está judicializada. Mas a parte não controversa está indenizada, já está na tarifa.

Lamentavelmente, era para ser feita pelo Tesouro, mas o Tesouro não honrou. Da mesma forma o sistema Eletrobras teve uma perda gigantesca de faturamento, que desequilibrou a Eletrobras profundamente, por causa da MP 579, que acabou fazendo uma coisa que, sob o meu aspecto... E eu disse isso durante a época em que eu era Ministro, até fizemos medida provisória no sentido inclusive de corrigir algumas situações decorrentes da 579, por exemplo, o redesenho do GSF. Se não fosse a Medida Provisória, parece-me, 663 – eu não me lembro do número da medida provisória, que criou um redesenho do GSF –, o GSF tinha explodido na conta do consumidor de uma forma violenta.

Portanto, acho que precisamos, sim, de uma medida provisória; precisamos discutir essa questão. Saímos dessa audiência pública com duas colocações. Uma de que a Aneel, até o final do mês de junho, tem na área técnica uma posição definitiva com relação à CCC, com relação às glosas, e com relação às questões que foram apresentadas a ela, que, segundo o Dr. Baldi, traz uma expectativa positiva, o que é um alento. Segundo, a Comissão de Infraestrutura passará a ter um papel de cobrança junto ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Governo. Aqui, nesta Comissão de Infraestrutura, por exemplo, falamos, na exposição do ministro – por questão até de respeito, não quisermos adentrar na discussão do que está acontecendo na Usina Mário Covas – que esta Comissão tem essa competência para começar a adentrar em questões que precisam ser explicadas.

Agora, o que não dá é que não seja editada uma medida provisória que não esteja equacionada com a situação do sistema Eletrobras com a Petrobras porque quem fica pendurado em uma situação de absoluta insegurança energética é o consumidor – esse está em uma situação gravíssima, seja o consumidor do Amazonas, seja o consumidor do Acre, de Rondônia, de Roraima, do Amapá. O do Amapá, coitado, está vivendo em uma situação igual ou pior do que a nossa porque ele tem as usinas hidrelétricas e não tem como abastecer porque não tem capacidade financeira na Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá. A CEA não tem capacidade de investir nas subestações e nas linhas de transmissão de 138kV e, depois, de 69kV para poder chegar ao centro consumidor na baixa tensão.

Então, acho que, concluindo – a não ser que alguém queira fazer mais alguma colocação –, podemos sair daqui com alguns compromissos: por parte da Aneel, de que, em junho, ela terá uma posição. E eu gostaria de solicitar à Aneel que a Comissão de Infraestrutura fosse comunicada da sua posição com relação ao tema. E, com relação ao Ministério de Minas e Energia, pedir ao Ministério que nos dê uma previsibilidade com relação à questão da edição da medida provisória e da proposta de texto da medida provisória, para que possamos atuar junto ao Governo Federal para que essa medida provisória...

O Governo vem editando medidas provisórias permanentemente, e essa medida provisória é uma medida que tem impacto sobre um número considerável de brasileiros. Eu diria que em torno de seis a sete milhões de brasileiros estarão sendo beneficiados com essa ação.

Concordo: essa conta não deve ser paga pelo consumidor, mas, em última análise, o será. Por quê? Porque, na medida provisória, se for colocado com recurso do Tesouro o pagamento do que for ajustado, será através de tributos, e os tributos são pagos por todos nós; se for pela Petrobras, o principal acionista da Petrobras é o povo brasileiro porque é a União a principal acionista da Petrobras, portanto, novamente, através de tributos, nós vamos ter que ser onerados; Se for pela Eletrobras, também o principal acionista é a União. Portanto, mais uma vez, é o cidadão brasileiro que será onerado.

Portanto, gostaríamos de ter informações, por parte do Ministério, do andamento desta medida provisória. Eu sei que a Dr^a Marta deve estar aqui acompanhando. Esta é uma questão prioritária, Dr^a Marta, e eu gostaria que a senhora, como assessora parlamentar, informasse ao Ministro que essa é uma questão que vamos cobrar permanentemente aqui nesta comissão. E isso estabelecerá, inclusive, a forma da relação entre a Comissão de Infraestrutura e o Ministério de Minas e Energia doravante.

Dr. Romário pede uma complementação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI – Senador, por favor. Obrigado.

Esse imbróglcio do gás se reflete agora no óleo diesel, porque tudo o que está acontecendo no gás e não fecha está dependendo de todos esses trabalhos de fechamento dessas contas. No óleo diesel, não há o contrato. A Petrobras não editou o contrato. A Petrobras exige garantia. A Petrobras que eu digo é a BR. A BR exige garantia, a BR exige outras condições. Eu sou obrigado a pagar adiantado, depositado, sem nota fiscal, sem nada. Depois que entra no caixa da BR é que libera o óleo para o interior. Quer dizer, eu estou irregular lá. E aí, quando a gente senta com o nosso representante lá, ele diz: "A informação que tenho é de que eu não posso tocar o processo, porque há uma peleja maior".

Então, chama o pregão. O pessoal não comparece, ou, quando comparece, exige garantias e, de fato, o processo não existe. Em contrapartida, sou obrigado a fazer o quê? Uma despesa de licitação de 500 e tantos milhões, em que eu vou lá fazer emergencialmente e, em seis meses, vou lançar um novo pregão. Mas eu sei que, enquanto não resolver o problema interno, a Petrobras não vai participar do pregão, e há grande chance disso. E isso traz um problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu sinceramente gostaria de fazer uma ponderação à Petrobras. E, mais, a Petrobras não participa do pregão. Quando a Amazonas Energia vai contratar emergencialmente, a Petrobras se sente ferida no seu direito, entra em juízo para impedir a contratação, ou seja, este é um jogo, Edvaldo, em que o consumidor é penalizado triplamente, porque, em função de uma situação que não foi construída pelo consumidor, a BR Distribuidora acaba exigindo pagamento antecipado sem nota fiscal, sem isso, sem aquilo. Se há pregão, a Petrobras não participa. Se o pregão não se realiza por uma ação ou uma injunção da Petrobras e há uma contratação emergencial, a Petrobras judicializa para evitar a contratação para contratar-se novamente da Petrobras com pagamento antecipado para que o ciclo continue o mesmo. Quer dizer, isso está chegando à casa do absurdo. A verdade dos fatos é que há um desrespeito total com relação aos brasileiros que estão vivendo esta situação.

O SR. FRANCISCO ROMARIO WOJCICKI – E, nessa DL, Senador, se o senhor me permite, houve até uma situação interessante para os consumidores, Dr. Edvaldo: a diferença entre o que foi feito na apuração para fazer a despesa de licitação entre a BR e entre quem de fato participou (Atem Equador, a Ipiranga BR) era de 30 milhões a menor para quem ganhou. Quem ganhou foi a Atem. Então, a diferença entre esses seis meses era de 30 milhões, o preço da Petrobras estava superior. De fato, fizemos a DL, chamou e ganhou por uma diferença de 30 milhões. Vamos contratar por seis meses para fazer um novo pregão, mas fica impedido em função dessa colocação que acabei de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Acho que há três encaminhamentos aqui: acho que há um encaminhamento para a Petrobras, acho que há um encaminhamento para a Aneel, acho que há um encaminhamento para o MME.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação à Eletrobras, acho que o MME poderia sentar-se com a Eletrobras. Já que há gás sobrando no Amazonas e existe linha de transmissão, não há por que não se estabelecer leilão para se produzir energia desse gás, já que há uma discussão nesse momento para o consumidor pagar um gás e não é gerada energia, ou seja, por que não gerar, como disse o Edvaldo – eu acho que ele tem toda razão –, essa energia o mais rapidamente possível? Eu acho que esse é um dever de casa para a Eletrobras e para o MME.

Por fim, eu pergunto ao Sr. Edvaldo: quer fazer alguma colocação?

O SR. EDVALDO ALVES SANTANA – Muito rapidamente, porque eu só trouxe dois eslaides.

Veja bem, o Ministro falou aqui hoje de manhã que a dívida da Amazonas Energia está em torno de 50% do patrimônio líquido (PL) da Eletrobras olhando a bolsa ontem. Eu até olhei ali rapidamente, é até um pouquinho mais que isso, mas fiz outras comparações. Se somar a dívida das outras geradoras, Eletronorte, tal, tal, somando tudo, é um pouco maior do que isso, o que significa que a Amazonas Energia está levando a Eletrobras a uma situação muito complicada, não há explicação.

Há dois anos, eu estive fora do Brasil dando aula, então tive que explicar em um ano a subcontratação, por que o consumidor teve que pegar um empréstimo de 25 bilhões por causa da subcontratação. No ano seguinte, tive que falar sobre a sobrecontratação. Eu saí da aula achando que os caras não tinham entendido o que eu tinha falado. Eu acho que eles não entenderam mesmo e pensei: "Nunca mais vão me chamar, porque o cara vem aqui, em um ano, e fala em subcontratação e, 12 meses depois, ele fala o contrário?" Eu acho que vai ser difícil alguém explicar que a Eletrobras pode estar em situação financeira ruim, e está, por causa de uma dívida da Amazonas Energia. Essa é uma coisa muito complicada para explicar.

É só isso.

Para concluir, isso mostra o quanto é difícil a situação. O senhor tem razão: a situação é difícilíssima mesmo, tem que haver uma solução. A nossa dúvida é se a solução tem que ser mais conta para o consumidor, mas reconhecemos que a situação é perigosíssima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu só acho que não podemos mais deixar de reconhecer que esta é uma situação que precisa ter uma solução e precisamos encaminhar essa solução definitivamente.

Eu, como Presidente da Comissão de Infraestrutura por mais um ano e meio, que é o que me garante o meu mandato de Senador, quero dizer que é importante para o Ministério levar esse tema e tratar esse tema com a importância que ele tem, não apenas pelos aspectos do consumidor, mas por tudo que já foi dito aqui em relação a impacto na Eletrobras, a impacto no próprio setor elétrico e na situação da Amazonas Energia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero agradecer a participação e a presença de todos, esperando que recebamos do Ministério, da Eletrobras e da Aneel as informações durante o mês de junho.

Muito obrigado. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a sessão.

E convoco uma nova sessão para a próxima terça-feira, às 9h da manhã.

(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia treze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Jorge Viana, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Graziotin, Vicentinho Alves, Armando Monteiro e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Justifica ausência o Senador Hélio José (RQM 164/2017). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015 - Não Terminativo** - que "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016 - Não Terminativo** - que "Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela rejeição da matéria. **ITEM 3 - OFÍCIO "S" Nº 25, de 2017 - Não Terminativo** - que "Encaminha o relatório sobre o andamento dos empreendimentos e demais ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, referente ao ano de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.334, de 2016." **Autoria:** Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo** - que "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2/S, oferecida em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo** - que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo** - que "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo** - que "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2017** que "Requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28 de 2017** que "Requer, em aditamento ao RQI nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29 de 2017** que "Requer a realização de audiência pública para debater a recente decisão de suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da rodovia BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO)." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** O requerimento é lido, aditado para inclusão de convidados e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/13>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicado.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 430, de 2017, por meio do qual a Presidência do Tribunal de Contas da União comunica o recebimento de expediente desta Comissão, que encaminhou, em 16 de maio, o Requerimento nº 23/2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, no qual é solicitada a realização, "com abrangência nacional, de auditoria no Serviço Social do Transporte (Sest) e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) para verificar o efetivo cumprimento das finalidades para as quais tais entidades foram criadas, bem como, se constatadas as irregularidades, promover a responsabilização dos gestores desses entes".

A Presidência do TCU acrescenta que o requerimento da Comissão, autuado como Processo TC 014.452/2017-0, será tratado com a devida urgência e tramitação preferencial, já tendo sido remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo para adoção das providências pertinentes.

Foi remetida cópia desse documento ao gabinete do Senador e cópias adicionais encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Eu entendo que é importante o acompanhamento do TCU com relação ao Sest/Senat, até porque houve vários indícios de desvio de função, de verbas, pessoas foram presas dentro do Sest/Senat, em Brasília, e nós precisamos ter um acompanhamento mais amíúde do que acontece lá, tendo em vista o fechamento da unidade do Sest/Senat, em Porto Velho e em Ji-Paraná.

Há uma determinação judicial para que o Sest/Senat seja reaberto em Porto Velho e recontratados os funcionários e essa ordem judicial não foi cumprida pelo Sest/Senat. Por isso, nós, então, enviamos um pedido para o TCU que faça uma fiscalização para ver se tudo que está acontecendo está sendo feito dentro do que manda estritamente o regimento e as leis.

Um assunto que eu faço questão de abordar hoje aqui na Comissão de Infraestrutura é com relação à nossa BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. É uma estrada muito importante para a interligação da Amazônia, mas, em especial, para Rondônia, para Porto Velho, pois a população de Porto Velho tem uma ligação muito forte com Manaus. Há um trânsito de pessoas muito grande entre Porto Velho e Manaus. A produção de hortifrutigranjeiros que é produzida em Porto Velho precisa da estrada para chegar até Manaus, pois, em contrário, precisamos fazer esse transporte em balsas e essas balsas levam de cinco a sete dias para fazer o transporte entre Porto Velho e Manaus. De modo que essas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mercadorias totalmente perecíveis não podem ficar mais do que 24 horas em trânsito. Então, para nós, de Rondônia, essa rodovia é a maior importância. Nós tivemos, em 2015, um longo debate com o Ibama, com o Ifam, com o DNIT, com o IPAAM, conseguimos chegar a um acordo e foi autorizada a manutenção da BR-319; ou seja, chegou-se à conclusão de que para a manutenção não se precisa de licença ambiental, pois a estrada já existe. É apenas a manutenção da BR, a manutenção das pontes. Foram feitas as licitações, foram dadas as ordens de serviços, as empresas se instalaram e começaram a trabalhar.

É evidente que nas épocas de chuva, paralisa o serviço.

E novamente, neste ano de 2017, as empresas se mobilizaram, de posse da ordem de serviço do Governo, uma ordem serviço do DNIT, começaram a trabalhar no dia 1º de junho. Quatro equipes se mobilizaram, fazendo seus acampamentos, mobilizando pessoas, máquinas, e começaram a trabalhar.

E surpreendentemente, no dia 2 de junho, recebem um embargo. O Juiz da 7ª Vara da Justiça Federal do Amazonas embargou novamente, em caráter liminar, as obras de manutenção da BR-319, atendendo a uma ação do Ministério Público. É um ato, eu diria, até de irresponsabilidade. Eu comparo isso ao desperdício de dinheiro, à perda de recursos, comparado à corrupção brasileira. É a mesma coisa. Dinheiro está sendo gasto, está sendo desperdiçado, e as pessoas não estão podendo ter acesso a essas obras, pessoas que moram em Realidade, em Manicoré, em Humaitá, e principalmente a população de Porto Velho, que não consegue ter acesso até a cidade de Manaus, não só para visitar muitos parentes, porque há uma ligação muito forte entre as famílias que moram em Porto Velho e Manaus, mas para transportar o seu produto, a sua produção de hortifrutigranjeiros.

É uma situação bastante delicada, e os serviços de manutenção dessa parte central da rodovia, que é do quilômetro 250 ao quilômetro 655, estavam sendo feitos pelo DNIT, para permitir o trânsito seguro nessa rodovia, que liga Porto Velho a Manaus. E também fica comprometida a fiscalização do Ibama, há preocupação com o meio ambiente, pois os fiscais não podem ter acesso aos possíveis desmatamentos ilegais, às possíveis retiradas ilegais de madeira, pois os fiscais não têm acesso a esse trecho ou a essas localidades em que porventura possa estar acontecendo alguma ilegalidade.

Então é um motivo de muita preocupação de todos nós, e contabilizamos mais uma obra paralisada depois de iniciada. Mais uma obra paralisada no meio da sua execução. Não é uma obra cujo licenciamento estava sendo discutido, ou o início da obra; estava no meio da obra, no meio do serviço. Já tinham reiniciado. O serviço começou em 2015, paralisou durante a época das chuvas, agora nós estamos na janela da seca da Amazônia e nós não estamos tendo essa oportunidade de ver as obras em continuidade. Reiniciaram as obras dia primeiro, e dia 2 já houve uma paralisação por uma liminar da 7ª Vara da Justiça Federal do Amazonas, provocada pelo Ministério Público, que não tem o menor conhecimento da importância dessa BR, de como vivem as pessoas e de como, nas cidades de Manicoré e Humaitá, no distrito de Realidade, da importância que isso tem para Porto Velho. Realmente é um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

atraso muito grande para o nosso País essas coisas acontecerem. Mais uma obra dentro das mais de cinco mil obras paralisadas no nosso País.

Agora temos mais uma.

Fica aqui o nosso apelo ao DNIT, para que o DNIT possa retirar esse embargo e reiniciar novamente essa obra, que é da maior importância para todos nós.

É bom lembrar que essa é a segunda vez que a 7ª Vara da Justiça Federal do Amazonas embarga as obras de manutenção da BR-319. O primeiro embargo ocorreu em outubro de 2015, na véspera da diligência que realizamos por meio da Comissão de Infraestrutura, na rodovia, entre 26 e 29 de outubro de 2015. Esse embargo foi derrubado no dia 18 de novembro de 2015 pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que suspendeu a liminar proferida pela 7ª Vara. Na época, após a decisão do desembargador, o Ibama retirou o embargo da obra e transferiu a competência pelo licenciamento ao Ipaam. Foi celebrado um termo de cooperação entre o Ipaam, o Ibama e o DNIT, para assegurar o licenciamento ambiental e a continuidade das obras de recuperação em toda a extensão da BR-319 no Estado do Amazonas.

As obras autorizadas foram: recomposição mecanizada de aterro, recomposição do revestimento primário, limpeza lateral, roçada manual, reforma de pontes de madeira, substituição de pontilhões de madeira por bueiros e substituição de bueiros metálicos rompidos. Porém, segundo o relatório de vistoria do Ibama, que serviu de base para o Ministério Público Federal do Amazonas solicitar o embargo da BR-319, foram realizadas atividades de exploração de jazidas e áreas de empréstimos e bota-fora, a supressão de 200ha de vegetação, além de intervenções em áreas de preservação permanente.

A população de Porto Velho, Humaitá, distrito de Realidade, Careiro Castanho e Manaus e todos os Municípios e distritos que dependem da BR-319 estão em mobilização pela retomada das obras. Assim como a OAB, a Fieam, a Fiero, a Fecomércio e todas as forças políticas e econômicas de Rondônia e do Amazonas estão mobilizadas para reverter a decisão do Juiz da 7ª Vara.

Além de reverter essa decisão, que já foi derrubada uma vez pelo desembargador, precisamos retomar a discussão sobre o processo de licenciamento para a pavimentação definitiva da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Aliás, de Porto Velho a Humaitá já está asfaltada; é entre Humaitá e Castanho, porque de Castanho até Manaus também está asfaltada. A reconstrução dessa BR é estratégica para Rondônia, para toda a Amazônia e para o nosso País. Por isso vamos continuar insistindo e trabalhando para que a reconstrução dessa rodovia seja realizada. Entendo que é um trabalho importante desta Comissão. Peço sempre apoio aos nossos pares, para que a gente possa rever a retomada dessa obra tão importante para o nosso Estado e para toda a nossa Amazônia.

Senador Flexa Ribeiro, prazer tê-lo conosco na nossa manhã. Temos hoje a CAS, que está convocando já os Senadores para discutir a reforma trabalhista, por isso o nosso quórum aqui está um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pouco baixo hoje. A concorrência ou a disputa dos Senadores pelas comissões é muito grande, principalmente com um tema tão importante, que é a reforma trabalhista. Por isso, nós estamos com prejuízo hoje da presença dos Senadores.

Mas consulto o Senador Flexa se gostaria de usar o tempo para utilizar sobre algum tema que gostaria de abordar. Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom dia, Presidente Senador Acir Gurgacz. Bom dia a todos os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado. V. Ex^a tem toda a razão, nós vamos iniciar, através do Relator, Senador Ferraço, na CAS, a leitura de seu relatório da reforma trabalhista.

O relatório do Senador Ferraço é o mesmo que já foi apresentado na CAE. Teve um debate bastante intenso lá e, ao final, aprovado e encaminhado à CAS. Acredito que nós teremos nessa leitura algo menos conflituoso do que foi na CAE porque já foi debatido, é questão só de rito processual de passar na CAS e na CCJ, depois a plenário.

Ontem o PSDB reuniu a sua executiva ampliada, com a participação dos governadores, de prefeitos de capitais, dos presidentes dos diretórios regionais e deliberou permanecer participando do Governo do Presidente Temer, até porque é um ato de responsabilidade para com o nosso País.

O PSDB sempre se coloca, Senador Acir Gurgacz, a favor do Brasil, a favor do Brasil. Então, vamos manter a participação, o apoio às reformas, mas sempre, eu diria, em vigilância permanente, acompanhando dia a dia a evolução dos fatos para, se necessário, o Presidente Tasso Jereissati chamar uma nova reunião como a de ontem, para que possamos rever a posição que foi tomada.

Hoje, como V. Ex^a disse, estamos com o quórum aqui na Comissão de Infraestrutura bastante prejudicado, mas esta Comissão, eu tenho dito sempre, tem um papel da maior importância para o nosso País, que é a questão da logística. Hoje o Brasil sofre ainda por não ter condições de competitividade da nossa produção a partir do piso da fábrica ou do portão da fazenda, vamos dizer assim.

Até aí, o empresário brasileiro, os trabalhadores brasileiros mantêm uma competitividade que eu diria ímpar em nível mundial, mas, ao sair para os mercados consumidores, aí nós temos um problema muito sério das nossas estradas, dos nossos portos, das nossas ferrovias, em implantação algumas delas.

Ainda hoje, eu li, vindo aqui ao Senado, que a Secretaria do Programas de Parceria de Investimentos e o Ministério dos Transportes irão iniciar as audiências para a concessão do trecho da Norte-Sul, que vai de Palmas até praticamente São Paulo, que seria o trecho final da Norte-Sul, se não considerarmos o mais importante de todos, que é o que liga a ferrovia ao porto. Porque uma ferrovia tem que terminar exatamente no ponto de escoamento da produção.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, esse trecho que vai ligar Açailândia ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará, será feito integrando a Norte-Sul por uma ferrovia paraense, a Fepasa, que está sendo trabalhada no sentido também de participar mais à frente do investimento privado. Inclusive, ela já teve a sua inscrição feita no projeto da China, do Fundo China, que uma semana atrás ocorreu em São Paulo.

V. Ex^a aí sempre fala da rodovia 364, como nós falamos da 163, como nós falamos da Transamazônica, que lamentavelmente se estendem por décadas e não são concluídas. A 163 tem tudo para ser concluída até o próximo ano, espero que o seja. Faltam em torno de 180km, 190km.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se não houver nenhum embargo também novamente, como acabamos de receber um embargo para a manutenção da BR-319. No meio da sua obra, tem um embargo provocado pelo Ministério Público, uma liminar do juiz paralisando uma obra e aumentando a estatística das obras paralisadas no Brasil.

Já me perguntaram por várias vezes: será que é o *lobby* das balsas que fazem o transporte de Belém a Manaus ou de Porto Velho a Manaus que não deixa essa estrada ser reaberta? Eu sempre contestei. Eu entendo que não, mas, quanto mais o tempo passa, a minha ideia acaba mudando e me dá margem a pensar que o *lobby* das embarcações, das empresas de navegação, que fazem o transporte fluvial e transportam os nossos caminhões de Porto Velho a Manaus, de Belém a Manaus, talvez esteja sendo forte demais.

Então, espero que não aconteça também na BR-163, que é da maior importância para o País. É importante para o Estado do Pará? É. É importante para o Mato Grosso? É também, mas o Brasil precisa dessas rodovias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Ex^a tem toda a razão. A 163 é importante para o Brasil porque ela vai permitir o escoamento da safra de grãos do Norte de Mato Grosso pelo caminho natural, que é seguir para o Porto de Vila do Conde, que é o porto hoje geograficamente mais próximo dos mercados consumidores.

O Senador Roberto Muniz representa com muita competência aqui o Estado da Bahia e ele entende e sabe disso, é defensor também, como V. Ex^a, de que possamos concluir a 163.

Sexta-feira, nós vamos iniciar com o Governador Geraldo Alckmin, o Senador José Aníbal, o Governador Simão Jatene e o Governador Pedro Taques, de Mato Grosso, nós sairemos de Santarém com uma visita ao Porto da Cargill, em Santarém, iremos para Itaituba visitar os portos de Miritituba, uma dezena de portos sendo construídos lá e, depois, percorreremos a 163 até Sinop.

O Governador Geraldo Alckmin fez questão de fazer esse percurso, até para tomar conhecimento da realidade da 163, pois ela já produz um resultado hoje, escoando já uma grande parte dessa safra. Tivemos um congestionamento de 50km há um mês e pouco em função desses 180km, 190km que ainda estão na terra, não estão pavimentados. O Governador Geraldo Alckmin, então, mostrou o desejo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e vai fazer esse percurso de carro, o que é muito importante. Se todos os brasileiros pudessem fazê-lo, com certeza nós teríamos 200 milhões de aliados para que essa estrada fosse concluída.

Já vamos ter a Ferrogrão. Eu sempre digo que há muitos anos, sete ou oito anos atrás, quando o Senador Eliseu Resende foi Relator do Plano Nacional de Viação, nós colocamos uma emenda para que pudesse ficar no Plano Nacional de Viação a ferrovia de... Fizemos de Cuiabá a Santarém. A Ferrogrão vai de Sinop a Miritituba. Espero que seja estendida até Santarém.

O Senador Valdir Raupp depois foi, também, o Relator no plenário e admitiu a emenda que hoje faz parte do Plano Nacional de Viação e que vai se tornar realidade proximamente porque há um interesse enorme, principalmente dos chineses, em fazer essa ferrovia porque só a safra de grãos de Mato Grosso já dá carga suficiente para a viabilidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos também ao PSDB pela decisão de recorrer do resultado do TSE. Eu entendo que é importante essa decisão, apenas ouvi pela imprensa, mas transmita ao Presidente Tasso Jereissati os nossos cumprimentos. Entendo que é uma boa medida e nós realmente precisamos combater a corrupção no Brasil, é uma coisa que não se pode deixar como está.

Com prazer passo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente Acir Gurgacz, meu amigo Flexa, Senador, quero dizer que é uma honra estarmos aqui hoje, um dia importante, porque é a segunda votação da CAS da reforma trabalhista. Então, nós estamos em um momento muito especial desta Casa e especial na política brasileira.

Eu queria aproveitar este instante para parabenizar a Editora Lumen Juris e os organizadores Guilherme Gomes Luna, Luiz Felipe Pinto Lima Graziano e Rodrigo de Pinho Bertocelli pelo lançamento do livro *Saneamento Básico*.

Esse livro foi lançado na quinta-feira passada, no dia 8 de junho de 2017, às 18h30, no Shopping JK Iguatemi, lá em São Paulo. Tive a oportunidade de lá estar e parabenizar também o apoio recebido pelo Instituto Trata Brasil, pela OAB, pela Abcon e pelo Sindcon.

Então, é um livro que tem como programa básico tratar de assuntos fundamentais do saneamento, muitas propostas, a questão dos próximos desafios que o saneamento enfrenta, desde a questão da regulação, a questão do financiamento, o novo desenho que o BNDES está tentando fazer, o Governo Federal, para atrair mais investimentos privados, a tentativa de buscar novos parceiros, a questão também – que é muito importante, que precisará ser tratada aqui em algum momento, na comissão desta Casa – das regiões metropolitanas, a questão do poder concedente, dentre muitos, e da possibilidade de ter uma agência reguladora Nacional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O saneamento é, sem sombra de dúvida, um setor da infraestrutura que é muito jovem em relação à regulação dos outros setores. Então, eu quero parabenizar a todos que participaram, a todos que escreveram. Posso destacar aqui pessoas importantíssimas como Augusto Dal Pozzo, Arthur Lima Guedes, Massami Uyeda Junior, Renan Facchinatto, diversas pessoas, e Wladimir Ribeiro. São pessoas que são muito conhecidas no setor de saneamento e que puderam constituir uma obra importante que passa a ser um marco.

Mas queria, também, aproveitar para parabenizar o Ministro de Minas e Energia, que esteve aqui, Fernando Coelho, dizendo a ele que estamos realmente muito otimistas em relação ao futuro leilão de energias renováveis, que ele se comprometeu, aqui nesta Casa, de no segundo semestre fazer. Isso trouxe um alento lá para o Estado da Bahia, para o Nordeste, já que grande parte da cadeia produtiva do setor de energia eólica – as grandes indústrias de equipamento para a confecção dos cataventos – está instalada no Estado da Bahia. Ficamos felizes porque isso, sem sombra de dúvida, dá uma garantia de investimento para o setor, trazendo segurança para que todos que lá atrás acreditaram no Governo brasileiro, quando foram conclamados, os empresários que acreditaram no Governo brasileiro foram conclamados para apostar em uma energia renovável e eles têm a convicção de que tendo os leilões terão investimentos e tendo investimentos poderão manter o quadro de funcionários, poderão manter o funcionamento das suas indústrias no Brasil, e isso, para nós, é muito importante. E também, por uma questão muito clara.

Nós estamos vivendo, Presidente, uma dificuldade muito grande em todos os rios que têm o uso, apesar de ser multiuso, mas o uso intenso da água para geração de energia, eu penso que no momento em que nós começamos a avançar numa energia alternativa, a energia oriunda dos rios, a energia hidráulica, através das hidrelétricas, nós podemos, com essa energia eólica, fotovoltaica, diminuir o uso das águas dos nossos rios, tornando os nossos rios mais perenes.

Então, é muito importante que esse programa de substituição da matriz energética seja mantido no Brasil, porque isso vai facilitar para que nós possamos ter de volta os nossos rios com vida e trazendo qualidade de vida para as populações ribeirinhas e também à grande parte da população brasileira, que, no interior dos nossos Estados, convive com a questão da seca, mas sobrevive através de adutoras oriundas desses grandes rios brasileiros.

Então, essas são duas coisas que eu queria destacar. Também destaco, Presidente, que o senhor colocou a questão dos embargos. Esse é um tema que nós precisamos até qualificar um pouco mais neste debate aqui na Casa. Nós tivemos, no ano passado, uma subcomissão que foi feita para assuntos de finalização das obras até R\$10 milhões, o Presidente era o Senador Wilder, e acho que o Vice-Presidente era o Senador Hélio José. Esse debate se iniciou fazendo com que nós identificássemos, Senador Flexa, quais eram os gargalos para que essas obras pudessem continuar. E eu acho que nós precisamos rever o funcionamento dessas instituições quando no olhar para essas obras que são prioritárias para o nosso País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que é um debate muito importante para o Estado brasileiro. Sempre fica essa dúvida que o senhor traz aqui. Em todos os locais, Senador Elmano, nós vemos obras estruturantes pararem através da ação, e ação às vezes muito pertinentes do Ministério Público ou do próprio Executivo através das instituições de meio ambiente, ou até das instituições do Ministério do Trabalho, mas é importante a gente dar uma olhada no que levou, quais foram os fatos geradores para que essas obras e esses investimentos fossem paralisados.

Eu acho que nós poderíamos tentar fazer aqui um estudo, a Casa fazer um estudo, para evoluir, já que fizemos a primeira etapa para obras até R\$10 milhões, o que está acontecendo com as obras, principalmente as obras de grande porte que são obras estruturantes no País, obras que têm interesse regional, como V. Ex^{as} estavam falando sobre a rodovia, a questão da Transamazônica, outras obras que nós precisamos ter a capacidade – já para finalizar – de dizer que a obra que não finaliza não é investimento. O sistema de água em que a água não chega na torneira do cidadão, isso não é investimento.

Só será investimento quando a água chegar. Se o esgoto não estiver tratado, isso não é investimento, é custo para o Estado. A estrada que para na sua etapa inicial, fazendo só a terraplenagem, ou fazendo as estradas e não fazendo as pontes, ela não tendo o uso, a sua finalidade cumprida, isso não é um investimento. Nós precisávamos aproveitar esta Comissão e fazer um relatório permanente dessas grandes obras destacando quais são os motivos, as motivações de paralisação dessas obras já que a falta de recursos nos fará, por algum tempo, no Brasil, priorizar não o início de novas obras, mas, principalmente, a finalização das obras já existentes.

Então, acho que essa é uma pauta interessante. Deve haver já grande parte do que eu estou solicitando aqui na Casa levantada. Acho que nós poderíamos pedir aos nossos – como dizia o Senador Garibaldi, aos nossos universitários – competentes técnicos daqui da Casa que fizessem uma apresentação desses investimentos que estão paralisados no País.

É uma sugestão para a gente dar continuidade, já que a gente fez isso até obras de dez milhões, a gente dar continuidade a este olhar mais apurado para a finalização das obras, principalmente as obras estruturantes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Fica aqui o nosso pedido aos nossos consultores para estudar o que nós podemos fazer com relação a esse embargo da BR-319, pois não é o início de uma obra. Essa obra foi inaugurada em 1976. Ela está em manutenção – manutenção – não é uma reconstrução.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fica aqui um pedido aos nossos consultores para ver o que nós podemos fazer em relação a essa questão da BR-319.

O item 1 foi retirado de pauta a pedido do relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015

- Não terminativo -

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. *Pela aprovação, com uma emenda.*
2. *Votação simbólica.)*

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente, queria secundar as palavras do nosso companheiro Roberto Muniz. Inclusive, participei na quinta-feira e na sexta próximas passadas de uma missão parlamentar, uma missão institucional à Amazônia, ao Comando Militar do Exército na Amazônia. Ouvi, em São Gabriel da Cachoeira, reclamação dessa natureza. Inclusive vinha no carro ouvindo o pronunciamento de V. Exª com relação à 319, à 163, à 230, que é a Transamazônica, Cabedelo até quase que a fronteira com o Amazonas. Ou seja, é um drama que traduz a falta de planejamento e prioridades estratégicas no nosso País. Isso é uma constante histórica em todos os governos.

Eu vi aqui, nós tivemos o início da Transamazônica, que liga Cabedelo, em João Pessoa, até próximo à fronteira com o Peru, uma obra iniciada em 1974. Já estamos falando numa outra Transoceânica, de várias outras, e não se estabelece uma prioridade. Este País padece, como eu sempre digo e repito, de planejamento, planejamento de longo prazo, planejamento estratégico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E eu senti no Comando Militar da Amazônia, em reuniões que nós tivemos, e em Cachoeira – aliás, São Gabriel da Cachoeira –, e na fronteira lá, perto do Pico da Neblina, do Pelotão de Fronteira, em Área de Proteção Ambiental, aonde nós chegamos. É uma deterioração, um caos na formulação de políticas, execução, acompanhamento e avaliação em nosso País.

Isso não só se traduz na União, também é uma constante nos Estados-membros da Federação e em algumas capitais, aliás, em todas as capitais do País.

Então, procede a colocação feita pelo nobre Deputado Roberto Muniz. Isso traduz também uma falta de planejamento no Executivo. Isto é, nós outros temos que fiscalizar, que os Ministros setoriais de qualquer área dizer o porquê. Creio que seja a missão nossa fiscalizadora e acompanhadora desses projetos nacionais de desenvolvimento em áreas de saneamento, de estradas, comunicação, transporte, enfim...

Mas lamentamos, porque uma obra paralisada é um prejuízo. Teremos de iniciar a Transamazônica novamente. Então, eu reputo da mais alta importância a colocação feita.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Ex^a imagina a dificuldade que é deslocar maquinários, equipamentos, pessoas. Fazer alojamentos ao longo da BR 319, onde não há moradores, não há energia elétrica. Há todo um custo para se instalarem ali os acampamentos.

E monocraticamente uma pessoa manda paralisar uma obra, com um embargo, através de um pedido do Ministério Público. Não há planejamento que dê conta de uma situação como essa.

Digo isso só para colaborar com V. Ex^a.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive, nós estivemos a BR 307, que liga o Município de São Gabriel da Cachoeira, paralisada. Uma corporação militar, o Batalhão de Engenharia de Construção do Comando Militar do Exército, paralisado com todos os equipamentos. Uma obra parada.

Sabemos que aquilo é feito em gabinetes refrigerados, em áreas tão distantes, por aqueles que não conhecem aquela realidade.

Vi, de outra parte, a revolta do General Comandante daquele Batalhão de Infantaria de Selva. A revolta, o descontentamento, a perplexidade diante de um embargo dessa natureza, enquanto a população está morrendo porque não tem como chegar à cidade.

É realmente lamentável. Creio que algo deva ser feito, sobretudo no estabelecimento de prioridades, antes de iniciar novas obras. Aquelas que foram iniciadas há 30, 35 anos devem ser prioritárias, porque é um prejuízo muito grande para a Nação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estou só corroborando. Ouvi o pronunciamento, através do rádio, de V. Ex^a, secundando as palavras do nosso companheiro Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado Senador Elmano.

Nessa nesta linha, nós temos um projeto que está sendo debatido e foi lindo na CCJ, que diz o seguinte: que não se poderá paralisar nenhuma obra já licenciada em andamento. Que se conclua a obra e se tiver que fazer compensações, que se façam, mas não paralisem mais obras.

Depois do licenciamento feito, da licitação feita e do início da obra já executado. É possível não deixar dar o licenciamento, mas depois do licenciamento feito, da obra iniciada, que não se paralise mais, porque é um desperdício de dinheiro, é uma falta de consideração com a população brasileira, que paga os seus impostos, precisa da obra e não a tem para o seu benefício.

O desperdício não é só pelo dinheiro que não está sendo utilizado e pela mobilização da empresa que foi feita, mas o custo maior é pela população que não tem a obra à sua disposição, que precisa da sua obra, como muito bem falou o Senador Elmano. São pessoas que precisam utilizar uma Rodovia para tratamento de saúde, para os filhos irem para escola, para o ir e vir da população brasileira.

Com prazer, paço a palavra para o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, ontem mesmo, no Estado de São Paulo, na Fiesp, eu, V. Ex^a, o Governador Confúcio Moura, do nosso Estado, e todo o estafe da Secretaria de Fazenda, o Secretário da Secretaria da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil, do desenvolvimento econômico, todos em um evento na Fiesp, levando o Estado de Rondônia para o Brasil e para o mundo, porque foi organizado pelo *Valor Econômico*, que está fazendo uma série de rodadas com alguns Estados, e ontem foi a vez de Rondônia se apresentar na Federação das Indústrias de São Paulo, tentando levar investidores para o Estado de Rondônia, dada a potencialidade do nosso Estado.

E com a realização da sexta edição da Rondônia Rural Show, uma feira de negócios já na sexta edição que está entre as 10 maiores feiras de negócios do Brasil... Estou falando tudo isso para chegar na 319.

Você imagina um centro como Manaus, com 3 milhões habitantes, com mais de 400 indústrias, não ter uma ligação por terra praticamente com o resto do País, é só por água. A 319 era essa ligação que já foi no passado, mesmo com carga limitada única. Mesmo com carga limitada, com todas as preocupações com o meio ambiente, o planejamento que foi feito para ela quase como uma estrada parque, com passagem para os animais via terrestre, com telas fazendo as laterais e passarelas para alguns tipos de animais também passarem. Esse é o projeto mais bonito que eu já vi para uma rodovia no meio da selva que está sendo desenvolvido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E como é que se pode agora embargar uma obra, como V. Ex^a disse, depois de licenciada, depois de implantada há mais de 40 anos. A BR-319 foi implantada há mais de 40 anos.

Eu fui de carro em 1981 – estamos falando de 36 anos aproximadamente –, de Porto Velho a Manaus em um Fiat Uno, aquele Fiat 147, ainda. Eu e um casal de amigos fomos para Manaus, ficamos lá e depois voltamos.

A estrada estava até razoavelmente boa. Havia asfalto em grandes partes dela, hoje ela tem pouco asfalto. Há pouco asfalto no meio, naqueles 400 quilômetros. Naquela época tinha porque ela foi toda asfaltada.

Agora, nós temos asfalto de Porto Velho a Humaitá, o que dá algo em torno de 170 ou 180 quilômetros, e de Castanho até Manaus, o que dá mais quantos? Mais 200? Mais 100 quilômetros? E há um trecho no meio, de aproximadamente de 450 quilômetros, sem asfalto.

E o DNIT já estava lá fazendo a recuperação, inclusive consertando as pontes, reconstruindo algumas pontes que tinham caído, com contrato já; e, agora, veio o embargo do Ministério Público.

O Ibama já tinha – justiça seja feita – liberado; o Ibama se comprometeu com a gente. A Presidente esteve aqui algumas vezes e se comprometeu e realmente cumpriu. A parte do Ibama foi cumprida; licenciou a obra. Agora, veio o Ministério Público Federal pedindo o embargo... Uma juíza, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Um juiz? Um juiz federal deu liminar embargando a obra.

O que nós temos que fazer agora? Nós temos que recorrer. O DNIT deve estar recorrendo, e nós temos que ajudar. Se for preciso, temos que ir ao Tribunal Federal aqui, em Brasília – acho que da 1^a Região. Vamos lá conversar.

Houve uma época, lá em Rondônia, em que nós ficamos 18 anos com a estrada também embargada – 18 anos –, só que atravessava uma ponta de 17 quilômetros dentro de uma reserva estadual, uma reserva extrativista estadual. Aí, quando deu a grande enchente de 2014, ficou tudo isolado, o Acre, Guajará-Mirim, Nova Mamoré... E nós viemos aqui, e o desembargador concedeu liminar autorizando a abrir os 17 quilômetros que estavam embargados há tanto tempo.

Hoje está lá a estrada, com todos os cuidados, é claro, porque passa por aquele pedaço de parque, mas a Estrada Parque, que liga Buritis a Nova Mamoré e Guajará-Mirim, está funcionando, está aberta; para às 6h da tarde. Há alguns critérios, como o de às 18h parar tudo naquela estrada.

Então, a 319, como uma rodovia já implantada, com todos esses cuidados ambientais, eu acho que deveria ser liberada. É inadmissível a capital de um Estado não ter acesso...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É, também. Não ter acesso para Manaus, não ter acesso para Roraima, podendo se ligar a outro país, a Venezuela.

E nós estamos falando de um Estado que é quase um terço do Território nacional – quase não, eu acho que é um terço do Território nacional o Estado do Amazonas – e que preserva 98% das suas florestas. Eu não estou falando de um Estado que já está devastado, que vai passar no meio da única reserva, da única selva que existe ainda, não. O Estado do Amazonas preserva 98% das suas florestas.

Quando chega ao contexto nacional, nós vamos para 60% praticamente de preservação, dada a Amazônia Legal – são os nove Estados que compõem a Amazônia Legal, que preservam ainda 83%, aproximadamente 83% da Floresta Amazônica. Será que nós não temos direito de ter um caminho, uma estrada ligando Porto Velho a Manaus?

Então, pode contar comigo nessa empreitada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Raupp.

É importante que se diga que as Bancadas federais de Rondônia e do Amazonas estão unidas para a liberação dessa rodovia.

Bom, continuando os nossos trabalhos, vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 425, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
2. Matéria constou da pauta de 30/05/2017, quando foi retirada de pauta a pedido do Relator.
3. Após análise, matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr^s e Srs. Senadores, como V. Ex^a já leu a ementa, o PLS nº 8.001, de 1990, tem o objetivo de aumentar a participação dos Municípios na compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, referentes a usinas hidrelétricas com reservatórios no Município de Ferreira Gomes, no Amapá.

O autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 425, de 2016, que altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, é o Senador Randolfe Rodrigues, que justifica a proposição em razão de prejuízos ambientais provocados pelas usinas hidrelétricas cujos reservatórios situam-se no Município de Ferreira Gomes.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão e às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Em face da Resolução nº 3, de 4 de abril de 2017, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para recriar a Comissão de Meio Ambiente com novas atribuições, é possível que, futuramente, haja alteração no encaminhamento desta matéria.

Por fim, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Sr. Presidente, a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração elétrica está prevista na Constituição, sendo devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios quando essa exploração ocorre em seus territórios, bem como a órgãos da administração direta da União.

De acordo com as leis que regulam esse dispositivo constitucional, 6,25% do valor da energia produzida são distribuídos entre os entes favorecidos na seguinte proporção: 45% para os Estados, 45% para os Municípios e 10% para órgãos da administração direta da União. Há ainda uma parcela adicional, de 0,75% do valor da energia produzida, que é destinada ao Ministério do Meio Ambiente.

A aprovação do PLS aumentaria a fatia que cabe ao Município de Ferreira Gomes e ao Município vizinho de Porto Grande de 45% para 80%, em detrimento da fatia que cabe ao Estado do Amapá, que seria reduzida de 45% para apenas 10%.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Constituinte originário foi sábio ao criar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração elétrica como contrapartida aos impactos ambientais, sociais e econômicos que decorrem dos empreendimentos hidrelétricos. As regras de compensação fixadas pelo Legislador são genéricas. Isto é, se aplicam a todos os Estados, Distrito Federal e Municípios que sejam afetados pela utilização de recursos hídricos. É uma decisão correta, tendo em vista que as razões que fundamentam o pagamento dessa compensação, a menos de alguma variação local ou regional, são comuns.

Assim, não parece razoável que um caso específico – o caso dos Municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande – por mais graves que sejam os efeitos apontados, mereça tratamento diferenciado no texto da lei. Tal tratamento poderia, inclusive, vulnerar o princípio da isonomia previsto na Constituição Federal.

Além da questão constitucional apresentada, a proposição, ao reduzir a parcela da compensação que caberia ao Estado do Amapá, reduziria também os recursos estaduais que poderiam ser empregados em ações de mitigação dos impactos causados pelas hidrelétricas em outros Municípios amapaenses cujos territórios não foram inundados pelos reservatórios desses empreendimentos. É a situação em que se enquadra, por exemplo, o Município de Cutias do Araguari, no Estado do Amapá, onde o assoreamento do rio, surgido após a instalação das hidrelétricas, impede a ocorrência da pororoca, fenômeno natural que anteriormente atraía muitos turistas.

Então, o projeto PLS 425, de 2016, do Senador Randolfe Rodrigues, como foi lido aqui na análise e no relatório, pretende alterar o percentual da distribuição para Estados, Municípios e União, hoje de 45% e 10%, aumentando a participação do Município. Lamentavelmente, a intenção dele foi importante para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá, mas não há como se aprovar um projeto desses porque quebra a isonomia em relação ao restante dos Municípios brasileiros que têm em seu território usinas hidrelétricas.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) 425, de 2016. Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Nós iríamos para a votação se tivéssemos o quórum de 12 Senadores; infelizmente temos só 9. Estamos aguardando. Vamos retirar de pauta neste momento, aguardando o quórum para votação.

Passamos ao item 3, também não terminativo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha o relatório sobre o andamento dos empreendimentos e demais ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, referente ao ano de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.334, de 2016.

Autoria: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

Votação simbólica.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer para a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senadores, o relatório tem seis páginas. Nós estamos em cima da hora da reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu faço parte, mas vamos tentar ler, iniciando pela análise do relatório.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

O relatório ora analisado trata das principais ações e trabalhos no âmbito da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal, até 31 de dezembro de 2016.

Além das ações do PPI, tendo em vista que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos assumiu as atribuições do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (GGP), o relatório também relata as ações das parcerias público-privadas do período de 2013 a 2015, conforme previsto no art. 14, §5º, da Lei nº 11.079, de 2004, e as Resoluções nº 7, de 10 de maio de 2016, e nº 8, de 26 de dezembro de 2016.

Inicialmente, com o fito de alcançar os objetivos do PPI, o CPPI, que é a comissão, editou a Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, que estabeleceu diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. De acordo com o relatório, a referida Resolução nº 1 contém diretrizes extraídas do debate técnico entre Governo,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as agências reguladoras, os órgãos de controle e o mercado, e busca conferir segurança jurídica, estabilidade regulatória, além de promover a modernização da governança necessária à criação do ambiente propício à concretização dos investimentos privados.

Ademais, ainda de acordo com o relatório, a resolução fixou normas de governança inspiradas nas melhores práticas internacionais, voltadas à otimização da utilização dos recursos humanos nos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, por meio da homogeneização de procedimentos básicos, regras e diretrizes relacionadas aos procedimentos de licitação e celebração de contratos de parceria.

O CPPI qualificou, em sua primeira reunião realizada em 13 de setembro de 2016, 34 empreendimentos para integrarem o programa. Destes, onze são na área de transporte; dezanove na área de energia, petróleo e gás e mineração; um de venda de ativos; e três de saneamento.

Na área de transporte foram eleitos os aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza; terminais de combustíveis de Santarém (STM 04 e 05); terminal de trigo do Rio de Janeiro; as rodovias BR-364 e 365, Goiás/Minas Gerais, e BR-101, 290, 386 e 448, Santa Catarina/Rio Grande do Sul; as ferrovias EF-151, em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins – Norte-Sul, EF-170, em Mato Grosso e Pará – Ferrogrão, e EF-334 na Bahia – FIOF.

Na área de energia, petróleo e gás e mineração, foram eleitos 19 empreendimentos, quais sejam: Companhia Energética de Goiás; quarta rodada de licitações de campos marginais de petróleo e gás natural (campos terrestres) sob o regime de concessão; décima quarta rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de concessão; segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis); direitos minerários de fosfato de Miriri, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba; direitos minerários de cobre, chumbo e zinco de Palmeirópolis, no Estado de Tocantins; direitos minerários de carvão de Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul; direitos minerários de cobre de Bom Jardim de Goiás, no Estado de Goiás; Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; Boa Vista Energia S.A. e as concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular e da área sob sua atual responsabilidade temporária; Companhia de Eletricidade do Acre e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; Companhia Energética de Alagoas e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; Companhia de Energia do Piauí e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; Centrais Elétricas de Rondônia S.A. e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica da qual era titular; e Concessões de geração das usinas hidrelétricas de São Simão, Volta Grande, de Miranda, de Pery e de Agro Trafo.

Na área de Saneamento, foram incluídas a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae); a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd); e a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Também foi retomado o processo de desestatização do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex).

No que tange à execução do PPI, ainda em 2016 foi leiloada a Companhia Energética de Goiás. Em 2017, já foram leiloados, conforme havia sido previsto no relatório, todos os quatro aeroportos e os terminais de combustíveis de Santarém e o terminal de trigo do Rio de Janeiro.

Na área de petróleo e gás natural, também em 2017, já foi realizado o leilão para a concessão de nove campos marginais em bacias sedimentares dos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Espírito Santo (corresponde à quarta rodada de licitações de campos marginais de petróleo e gás natural).

O relatório aponta que os compromissos previstos para o ano de 2016, com foco na criação do programa e aperfeiçoamento legal, foram atendidos e que o ano de 2017 será focado no monitoramento e inovação em políticas, bem como nos leilões. O ano de 2018 será focado na consolidação do programa e nos leilões.

Dentro das frentes que visam a incrementar a interlocução com agentes do mercado e da sociedade civil, o relatório destaca a realização sistemática de encontros e de eventos destinados a promover o PPI e a trocar experiências.

Para ampliar a competitividade dos leilões, há a informação de que diversas iniciativas foram executadas mirando operadores e investidores de outros países. Em conjunto com órgãos finalísticos, a Secretaria do Programa Privado de Investimentos participou de *roadshows* em diversos países.

O relatório tece também algumas considerações sobre desafios que as empresas que vencerem as licitações dos empreendimentos de parceria terão de enfrentar para levantar os recursos para materialização dos investimentos requeridos. Cita as condições atuais mais restritivas de financiamento anunciadas pelo BNDES, até então principal agente financiador de infraestrutura no País.

Dentro dessa perspectiva, e a fim de propiciar maior participação da iniciativa privada, foi editado o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, que permite às empresas participantes do PPI (Programa Privado de Investimentos) emitir debêntures incentivadas.

Com o fito de viabilizar o aporte nos principais projetos de PPI de recursos em moeda estrangeira, há também atuação da SPPI, em conjunto com órgãos da Administração Federal, no sentido de estudar e desenvolver mecanismos para minimizar risco cambial sobre esses recursos nos contratos de parceria.

É estudada também a possibilidade de adoção de gatilhos contratuais condicionados à obtenção, pelos concessionários, dos financiamentos para os projetos.

Quanto à divulgação de informações, a SPPI informa a consolidação da página da internet do PPI, denominada "Projeto Crescer".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como já dito anteriormente, além das ações do PPI, há também o Relatório de Desempenho dos Contratos de Parcerias Público-Privadas Federais.

O relatório trata do contrato de concessão administrativa celebrado entre os membros do Consórcio Datacenter, firmado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, e a GBT S.A. Concessionária de Infraestrutura Predial e de Serviços de TI, único contrato do tipo PPP em execução.

A duração do contrato é de 15 anos. O investimento na construção do Complexo totaliza R\$330.654.573 e as despesas com serviços de gerenciamento, manutenção e operação da infraestrutura predial totalizam R\$776.148.090.

Voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor do Ofício "S" nº 25, de 2017, e proceda ao seu posterior arquivamento.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senado Elmano Férrer.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o relatório do Relator Elmano Férrer.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Voltando ao item 2 da pauta, que já foi lido e discutido, agora para votação.

O relatório do Senador Flexa Ribeiro é pela rejeição.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Flexa Ribeiro, pela rejeição, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, portanto, o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Vamos agora ao item extrapauta, da Senadora Vanessa Grazziotin.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 10****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29, de 2017****- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública para debater a recente decisão de suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da rodovia BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros Nos termos do §2º do art. 58 da Constituição Federal, e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão, para debater a recente decisão de suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Para tanto sugerimos sejam convidados representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia.

Também sugeri – e já consta aqui, Senadora Vanessa Grazziotin – convite ao juiz, Dr. Hiram Armênio Xavier Pereira, que concedeu a liminar, embargando a obra. Eu entendo que a presença do Ex^{mo} Juiz nessa audiência seria da maior importância para ele ter conhecimento do que pensa o Ibama, o DNIT, a Fiero, a Fieam. E também a presença do Ministério Público Federal do Amazonas, que pediu esta liminar.

É o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin e de minha autoria, com todos esses convidados.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro quero cumprimentar V. Exª, que, já na abertura dos trabalhos desta Comissão de Infraestrutura, levantou mais uma vez essa problemática relativa à BR-319.

É lamentável que isso ocorra – e agora com tanta frequência. Há pouco tempo, pouquíssimo tempo, a BR, da mesma forma, sofreu embargo nas obras de manutenção. Veja do que nós estamos falando: somente obras de manutenção, que servem principalmente para dar segurança às pessoas que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por lá transitam. Uma obra de manutenção não permite qualquer interferência nova, ou seja, a BR não pode ser asfaltada, o material da ponte que porventura tenha caído não pode ser substituído por um material mais resistente, melhor, tem que ser exatamente o mesmo. Se é de madeira, só pode ser recuperada a ponte de madeira. E novamente o embargo.

Da vez anterior, nós fomos... Aliás, o Senador Acir Gurgacz, que é um conhecedor, porque é do ramo, da área, dirigiu um ônibus quase que a estrada inteira. E nós andamos, viajamos da capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, até Manaus, de ônibus. E também com representantes dos segmentos ambientais. E a gente ia parando para ver, com o relatório do Ibama em mãos, quais eram os cursos d'água que estavam obstruídos, quais eram os locais onde a vegetação estava sendo subtraída. E o que nós vimos foi que a realidade não era aquilo que estava no relatório.

Então, a gente tem algumas informações – eu não quero aqui antecipar, porque ainda carecem de averiguação, verificação –, mas dizem que o próprio relatório, que passou essa nova decisão, é um relatório antigo, não um relatório novo. Enfim, prejudica-se toda uma região.

Então, eu o cumprimento, Senador, porque V. Ex^a iniciou a reunião levantando esse aspecto. Concordo com a sugestão que V. Ex^a faz e deixo bem claro já: eu acho que isso poderia constar do requerimento, do convite, que fosse. Nós estamos convidando representante do Ministério Público e do Poder Judiciário – convidar. Se eles não quiserem falar, não carecem de falar. Mas se eles entenderem, como nós entendemos, de fundamental importância participar desse diálogo, desse debate, isso é muito importante.

Encaminhar o convite tanto ao Ministério Público quanto ao Poder Judiciário é uma providência muito boa, sim, porque complementa o requerimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Entendo que se o nobre juiz tem a disposição de assinar o embargo, não custaria nada para ele vir aqui e debater conosco, debater com o Ministério Público, debater com o Ibama, debater com o DNIT a importância dessa BR e as causas que o levaram a dar essa liminar.

Portanto, em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que eu também subscrevi.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Como as outras matérias são terminativas, nós precisaríamos de um quórum de 12 presenciais. E nós não temos 12 presenciais.

Quanto às matérias não terminativas, nós conseguimos avançar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria de marcar uma data para essa audiência pública. Sugiro para a próxima terça-feira, dia 20 de junho.

Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores concordam com a data permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a data para a audiência pública. Confirmada para o dia 20, próxima terça-feira, para que possamos debater esse tema.

Solicito aos nossos técnicos, como bem disse o nosso querido amigo e ex-Presidente Garibaldi Alves, aos nossos universitários, que providenciem hoje ainda os convites para que possamos realizar. Realizaremos, na próxima terça-feira, esse debate, que é da maior para o Estado de Rondônia, para os Estados do Amazonas e de Roraima e para todo o nosso País, sobre a reabertura da BR-319.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo aos Senadores que participaram e fizeram com que pudéssemos aprovar os requerimentos e os temas não terminativos nesta manhã.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Ivo Cassol, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Eduardo Lopes e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Moraes, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 29/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Acir Gurgacz. **Finalidade:** Debater a recente decisão de suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da Rodovia BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO). **Participantes:** Halpher Luiggi Mônico Rosa, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Jônatas Souza da Trindade, Diretor de Licenciamento Ambiental em Exercício do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Marcelo Thomé da Silva de Almeida, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO; Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Saleh Hamdeh, Representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30 de 2017** que: "requer realização de Diligência in loco, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no estado do Amazonas, a fim de apurar as razões que têm impedido a conclusão das obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319, que interliga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), mais especificadamente no trecho compreendido entre os quilômetros 250 e 655,7 da BR-319, nominado 'segmento central' ou 'do meio'." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Roberto Muniz, Valdir Raupp, Ivo Cassol e Flexa Ribeiro, além do Deputado Federal Remídio Monai. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/20>

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicado da Presidência.

Audiência pública interativa.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos convidados.

Os cidadãos que queiram participar da audiência podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800 612211. Repetindo, o endereço é www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 612211.

Esta reunião destina-se a debater a recente decisão de suspensão da licença de instalação para manutenção e conservação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Esta audiência pública será realizada em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2017, de minha autoria e de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Para iniciarmos, convido para que tomem assento à mesa os nossos convidados: Halpher Luiggi Mônico Rosa, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Seja bem-vindo, Halpher. Muito obrigado pela presença.

Jônatas Souza da Trindade, Diretor de Licenciamento Ambiental em exercício do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Marcelo Thomé da Silva de Almeida, da Fiero, do Estado de Rondônia.

Saleh Hamdeh, representante da FIEAM.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo aos convidados que o tempo para as exposições será de 15 minutos.

Antes de passar a palavra, Senadora Vanessa, faço um breve relato e já coloco aqui as minhas perguntas para anteciparmos e irmos direto ao ponto, para que nós não tornemos essa audiência cheia de rodeios, pois precisamos de objetividade, clareza e resultado nas nossas ações, enquanto aguardamos o nosso Presidente, Senador Eduardo Braga, que está em trânsito de Manaus para Brasília e daqui a pouco estará conosco presidindo a nossa Comissão de Infraestrutura.

As questões centrais dessa reunião são as seguintes:

Após a celebração do termo aditivo ao TAC, entre o DNIT e o Ibama, e o licenciamento da obra pelo Iphan, em 2016, houve algum descumprimento por parte do DNIT desse TAC?

Essa é a primeira pergunta. Não é para responder agora, é só para que fique registrado.

Considerando que já havia uma decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Cândido Ribeiro, expedida em 17 de novembro de 2015, derrubando a liminar do juiz da 7ª Vara Federal do Amazonas, que embargava as obras de manutenção, do quilômetro 250 ao 655, expedida em 27 de outubro de 2015, gostaria de saber quais são ou se há fatos novos que possam fundamentar a concessão de nova liminar expedida em 10 de maio de 2017.

Na sentença, encontramos apenas referências à vistoria realizada pelo Ibama, em 2015, que fundamentou a primeira liminar já derrubada pela instância superior, ou seja, pelo TRF da 1ª Região, mostrando que as obras de manutenção recomeçaram no dia 1º de junho de 2017. Por que essa decisão do juiz, assinada no dia 10 de maio de 2017, portanto, antes da retomada das obras, foi enviada ao DNIT e divulgada aos órgãos de imprensa apenas no dia 10 de junho, um mês depois de ter sido proferida?

Além do julgamento antecipado e sem fundamento, pois todas as provas documentais são de 2015 e já tinham sido derrubadas por instância superior, a notificação da decisão após a retomada das obras só causou mais prejuízos ao erário e principalmente à população, pois a mobilização das máquinas e trabalhadores foi em vão; as máquinas foram mobilizadas, as pessoas foram mobilizadas e depois chegou essa notificação.

Considerando que todos os objetos das duas liminares já tinham sido analisados pela 1ª Região e que o termo aditivo celebrado com o TAC, objeto central dessa liminar, também tinha sido acordado com base na decisão do desembargador, resta apenas o argumento de que o termo aditivo extrapola a alegada intenção de mera manutenção, invadindo o âmbito de implantação da rodovia sem licenciamento adequado?

Pergunto ao Ibama e ao DNIT se o termo aditivo foi, em algum momento, desrespeitado e com base em que documentos e evidências pode ser feita essa constatação, sendo que os termos de manutenção estão bem claros e estavam sendo cumpridos?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os contratos com as empresas responsáveis pela manutenção abrangem a execução de alguma intervenção da rodovia, que possa ser caracterizada como implantação, ou seja, algo além da manutenção?

Essas são as perguntas que deixo em aberto para que os senhores possam responder.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, pergunto à Senadora Vanessa Grazziotin se gostaria de fazer a intervenção antes, para nos anteciparmos?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente. Se V. Exª me permite, acho que essas perguntas iniciais, que V. Exª fez dão bem o rumo das apresentações dos órgãos, que teremos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E deixaria meus questionamentos para depois.

Entretanto, pergunto a V. Exª, Senador Acir, que convidamos, até por sua sugestão, o representante do Ministério Público Federal, o ideal seria a presença do próprio procurador que ingressou com a ação e do Poder Judiciário, para participarem dessa audiência pública, tendo claro que foi um convite, e eu não vejo nenhum dos representantes, nem do Ministério Público, nem do Poder Judiciário.

Então, questiono V. Exª se mandaram justificativa, porque temos a ausência, que é lamentável. Acho que essas perguntas que V. Exª faz, que são estritamente técnicas, deveriam ser dirigidas ao Ministério Público. Então, faço este questionamento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem lembrado, Senadora Vanessa Grazziotin. De fato, nós pedimos que fossem convidados tanto o Ministério Público quanto o juiz, Dr. Hiram Armênio Xavier Pereira, que deu a liminar embargando as obras. Ambos não puderam comparecer. O Dr. Hiram está de férias – portanto, não pôde interrompê-las –, e o Ministério Público alegou que não tem recursos para comprar a passagem aérea para vir de Manaus para Brasília, o que é uma coisa muito importante, muito séria. Uma obra de um valor altíssimo como esse, um debate de alto interesse da população amazonense, rondoniense, da população amazônica, e o Ministério Público não tem essa condição financeira de comprar uma passagem. Se eu tivesse sabido, eu teria pedido ao Presidente do Senado que enviasse uma passagem ao Ministério Público. Mas nós recebemos essa informação ontem, e ela chegou até mim hoje pela manhã. Senão, eu teria realmente pedido ao Presidente do Senado que enviasse uma passagem para que o Ministério Público pudesse comparecer a esta audiência, que realmente é da maior importância.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essas foram as justificativas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se me permite, pedindo desculpas desde já, mas acho que é fundamental que V. Exª também... Eu lamento a ausência desses dois segmentos muito importantes. Afinal de contas, esta audiência acontece por conta disso, de uma petição do Ministério Público e de uma decisão do Poder Judiciário, e aqui nós temos técnicos à mesa que falarão sobre o assunto.

V. Exª comunica que esta audiência pública é interativa. Então, se é interativa, qualquer pessoa em qualquer lugar do Brasil pode acessá-la pela internet. Então, eu gostaria, Presidente, que V. Exª determinasse à nossa Secretaria que, se pudesse, fizesse um contato agora tanto com o juiz quanto com o procurador por telefone para que eles, se puderem, acompanhem a audiência pública pela internet e se manifestem. Não sei se isto é possível por voz, mas, se não for possível por voz, pode ser por escrito, e aí V. Exª colocaria, porque é muito importante a manifestação deles.

Então, faço esta sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. É uma boa sugestão, Senadora. Vamos pedir aos nossos consultores para que façam os contatos devidamente para que nós possamos ouvir tanto o juiz quanto o Ministério Público Federal do Amazonas, e lembramos que também, além da internet, nós estamos ao vivo pela TV Senado e também pela Rádio Senado, canais por onde os nossos convidados podem participar e assistir a toda esta audiência pública.

Vamos iniciar, então, as falas.

Eu gostaria de ouvir a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Eu passo a palavra ao Dr. Saleh Hamdeh para que faça as suas colocações, a quem agradeço a presença conosco.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença da Fieam na nossa audiência.

O SR. SALEH HAMDEH – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz. Bom dia, Senadora Vanessa Grazziotin, demais Senadores e Senadoras.

Em nome do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Antonio Silva, quero cumprimentar todos. Agradecer pelo convite desse importante e recorrente debate. E vou concentrar aqui a minha apresentação nas questões técnicas que dizem respeito às indústrias do Estado do Amazonas.

Primeiro, eu queria mostrar como é que está a evolução do faturamento da indústria lá na Zona Franca de Manaus. Nós podemos perceber aí que, nos últimos cinco anos, tivemos uma queda de aproximadamente U\$16 bilhões de faturamento. A evolução dos empregos. Tivemos aí também, nos últimos cinco anos, a queda de aproximadamente 35 mil empregos diretos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alguns modais que nós temos hoje lá, de escoamento da nossa produção. Temos um modal aéreo, de aproximadamente três dias de trânsito. Temos um modal rodofluvial, que é o mais aplicado hoje para a indústria, que é o mais utilizado. Ele é um modal que segue fluvial até Belém e, de Belém, ele desce rodoviário até São Paulo, Sul, Sudeste. E ele leva uma média de quinze dias aí de trânsito.

E temos hoje a cabotagem que leva em média vinte dias. A questão é a saída de navios, que passa por toda a Costa brasileira, do Nordeste e chegando ao Sul e Sudeste. Um pouco da cabotagem, que era uma alternativa que poderia ser interessante, mas tem as suas limitações. A cabotagem hoje tem uma frequência de saída duas vezes por semana. Temos duas empresas que operam; e ela passa – como eu disse – por toda a Costa e vai parando em toda a Costa. Por isso, ela tem um trânsito médio um pouco mais elevado.

Falar um pouco das premissas que levam um investidor realmente a se instalar em alguma localização do País ou em alguma... Quais são os fatores importantes que a gente avalia realmente para poder tomar essa decisão. Em primeiro lugar, a mão de obra, porque é extremamente importante você ter uma mão de obra adequada, qualificada, disponível; você ter uma logística também adequada. Uma logística com uma malha viária suficiente, de boa qualidade, com frequências de navios, frequências de voos, com estradas de qualidade. São os *facilities*, que a gente chama, que são a infraestrutura de fábrica. Qualidade de vida da região, da cidade, do local onde se está estudando o investimento. Os custos operacionais: energia, telecomunicação, burocracia, enfim.

As questões mercadológicas são proximidade do centro consumidor, a burocracia, a infraestrutura regulatória. Enfim, é uma questão também avaliada. E a questão da legislação, que é da legislação tributária, meio ambiente, governamental e incentivos fiscais. A gente vai se concentrar, logicamente, no tema da audiência, que é a questão logística, que é hoje realmente um dos principais gargalos que nós temos hoje na indústria do Amazonas.

Falar um pouco do paradigma que a gente tem hoje de competitividade, que tem aí surgido com uma agressividade muito forte no mercado e que realmente tem tirado alguns investimentos não só da Zona Franca como do Brasil como um todo, que são as oportunidades de negócio que o Paraguai tem apresentado. Isso é do Ministério da indústria e Comércio do Paraguai. A forma como eles estão apresentando é bastante agressiva, e eu digo agressiva no bom sentido, tá? Eles estão... Realmente, são legítimas as colocações e as oportunidades que eles oferecem.

Um estudo da Fiesp mostra, dentro do mesmo tema de paradigmas de competitividade, que é o estudo que a Fiesp levantou do custo Brasil e do custo do Paraguai hoje para uma produção, então nós podemos perceber que o custo no Paraguai é metade do custo brasileiro hoje para a indústria de transformação. O que ele apresenta, que são os acessos aos mercados atrativos, que ele diz que estão a 1.300km do centro consumidor brasileiro, logicamente que ele não tem mercado consumidor no Paraguai, então toda essa política que se apresenta é voltada, de fato, para o grande mercado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

consumidor do Mercosul, que é o Brasil, onde ele detalha – eu não vou me alongar muito, mas ele detalha dentro das oportunidades que são oferecidas, e ele detalha muito quais são as malhas viárias, quais são as alternativas, qual é o tempo de trânsito que eles têm hoje para chegar no mercado consumidor brasileiro. Comparativamente com o que a gente tem hoje no Amazonas, é infinitamente melhor.

E aqui, as questões da análise logística que traz realmente a discussão da BR-319:

Facilidade de acesso – hoje nós não temos na indústria do Amazonas;

Distância das rodovias, a nossa malha – não existe malha no Amazonas, praticamente se concentra naqueles modais que eu apresentei lá atrás;

Qualidade das estradas – se não temos estradas, não temos qualidade nas estradas;

Infraestrutura de portos e aeroportos;

Disponibilidade de voo e frequência de navios – a gente sabe que isso também, para a nossa região, é bastante limitado.

Algumas considerações finais, que aí, sim, eu queria entrar, de fato, na importância da BR-319 para a indústria do Amazonas.

O faturamento da Zona Franca caiu 43,31%, em dólar, nos últimos cinco anos;

Foram fechados aproximadamente 30 mil postos de trabalho diretos, com uma estimativa de mais cem mil indiretos;

Esses dois fatores, esses dois primeiros tópicos, podem se confundir um pouco com a crise que a gente está vivendo, mas, de fato, a crise tem um impacto, mas o que a gente tem olhado, o que temos visto nos diagnósticos que elaboramos é que não é só realmente a crise que tem impactado nos investimentos da Zona Franca de Manaus. Nós podemos avaliar pelo terceiro tópico, que diz:

Os investimentos fixos estão estagnados nos últimos 10 anos – nos últimos dez anos, nós não temos setores novos implantados na indústria, nós não temos segmentos novos, nós não temos indústrias novas. Muito pelo contrário, o que a gente tem é a manutenção do que já tinha lá nos últimos 40, 50 anos que já se instalaram.

Ou seja, nós não estamos percebendo nenhuma atratividade para novos setores e novos segmentos se instalarem no polo industrial.

A Zona Franca é o único modelo socioeconômico, na Amazônia brasileira, que comprovadamente exerce papel de indutor de desenvolvimento, aliviando, com isso, a pressão por desmatamento. Não somos nós que estamos falando isso. Isso foi comprovado através de estudos que foram elaborados com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

metodologias validadas e que demonstram que o modelo socioeconômico da Zona Franca de Manaus alivia a pressão por desmatamento. Como você tem um modelo econômico implantado, a população que lá habita não precisa invadir a floresta, ou seja, não precisa desmatar a floresta para o seu sustento. Então, o modelo econômico tem se mostrado eficiente e eficaz para a preservação da Amazônia. Isso é demonstrado naquilo que a gente realmente tem de preservação no Estado do Amazonas.

Não quero aqui dizer que os demais Estados da Amazônia estão desmatando, não é isso. Quero concentrar-me no fato de que o modelo econômico lá implantado tem aliviado essa pressão. Logicamente, os Estados vizinhos, ao não terem uma política pública para o desenvolvimento socioeconômico da sua população, buscam alternativas. Isso é natural da razão humana.

A BR-319 é um elemento importante de competitividade do setor produtivo da região. Nós precisamos de alternativas. Se nós quisermos realmente nos tornar um polo competitivo, precisamos de alternativas para escoar a nossa produção e para receber a nossa matéria prima.

Os nossos concorrentes – não digo concorrentes de empresas, mas os concorrentes de países vizinhos – estão realmente promovendo os seus investimentos, fazendo a sua lição de casa, e os resultados estão aparecendo.

A BR-319 é uma discussão antiga na região e que realmente faria alguma diferença para escoar e para melhorar um pouco as alternativas. Não digo na questão de custos, talvez, mas na questão de termos alternativas de poder chegar ao mercado consumidor com outro modal.

O que a gente percebe é que o esvaziamento da Zona Franca de Manaus, na nossa visão, pode colocar em risco a preservação da floresta. Colocar em risco como? Como já falei, se realmente não houver um modelo, o esvaziamento pode levar a alternativas de desmatamento, a alternativas de se buscar o sustento através da floresta.

Para finalizar, na nossa opinião, na nossa visão, não é realmente a BR-319 que pode causar algum tipo de impacto no desmatamento. Essa é uma visão, logicamente, que talvez tenha um contraponto, contrariedades. Mas, na nossa opinião, o que realmente preserva e cuida da floresta são políticas públicas adequadas para a população da região, são investimentos em tecnologia de qualidade e a presença do Estado. Isso sim vai preservar a floresta. Não vai ser ao custo do sacrifício da população que lá existe, da população que lá habita, ao custo do atraso daquela população que nós vamos preservar a floresta, que nós vamos manter a floresta em pé.

Então, era isso o que a gente queria trazer. Essa era a mensagem que a gente queria trazer, na expectativa, realmente, de que esse debate não seja mais recorrente, que a gente possa realmente seguir em frente com essas políticas de desenvolvimento, o que é mais necessário para a população que habita aquela região.

Muito obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Saleh.

De fato, nesse mundo globalizado, nós precisamos diminuir o custo Brasil, e é de fundamental importância para o industrial de Manaus que possamos ter um produto mais competitivo. E o modal de transporte através da BR-319, com certeza, vai diminuir o custo, para levar esses produtos a outros países, através de rodovias, ligando Porto Velho, de Porto Velho indo até o sul do País.

E, de fato, se nós quisermos preservar a floresta, temos de cuidar de quem cuida da floresta; darmos condições para que essas pessoas possam cuidar das florestas.

Muito obrigado pela sua participação e por suas palavras.

Passo a palavra à Dr^a Janete Carvalho, da Funai, para que possa fazer as suas colocações, já agradecendo a sua presença junto conosco.

A SR^a MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer o convite para participação nesta Mesa, informar que estamos representando o Presidente Franklímberg Freitas, que gostaria de estar aqui, e informar que a Funai está sempre à disposição para os debates e para tentarmos encontrar soluções, naquilo em que cabe a participação da Funai, nos processos de licenciamento ambiental, visando a proteger e promover os direitos dos povos originários do País.

Até a minha fala vai ser breve, porque, sobre o TAC da conservação, a Funai não tem o componente indígena envolvido na questão, mas é importante que estejamos aqui para prestar os esclarecimentos necessários em relação ao processo de licenciamento, se surgirem esses questionamentos. Justamente no TAC e no objeto específico da audiência, não há o componente indígena, mas estamos trabalhando em conjunto com o Ibama e com o DNIT, para que possamos colocar o processo de licenciamento da BR-319 como um todo, andando, para que possamos concluir esse processo.

Estamos à disposição para os esclarecimentos de que precisarem. Minha fala vai ser bem breve, justamente por conta do objeto da audiência.

Está bom?

Obrigada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. Por favor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada. É porque, de fato, nesta pendência que estamos discutindo agora, não há qualquer envolvimento da Funai. Entretanto, para o processo de licenciamento da recuperação da BR, porque estamos aqui falando da manutenção...

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...porque essa foi embargada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós temos um segundo ponto...

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Tem a pavimentação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem esse que é para a recuperação, a repavimentação, uma BR que já foi inaugurada há 40 anos.

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ela não é nova. Enfim, mas foi exigido um novo processo de licenciamento, e, até onde nós temos informações, estão no aguardo estudos que neste momento estão sendo feitos pela Funai, porque a complementação que foi solicitada – está aqui o DNIT – diz respeito à possível interferência de algumas populações indígenas dos arredores.

Então, se a senhora teria, pelo menos, como nos informar rapidamente.

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Claro! Então, na verdade, no processo de licenciamento, os estudos devem ser feitos pelo DNIT. A Funai atua, vamos dizer assim, como um órgão suplementar ao Ibama na análise de impactos. Então, foi emitido um termo de referência, para que verificar se há ou não impactos nas comunidades indígenas, e aí fazemos a análise para o processo seguir e a gente subsidiar o Ibama.

Nós estamos no aguardo desses estudos que estão sendo elaborados pelo DNIT.

A gente está em contato permanente com o DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Segundo informações, já foram contratados pelo DNIT.

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Para que não haja atrasos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O DNIT faz um estudo, passa à Funai e a Funai analisa o estudo...

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – E subsidia o Ibama.

A SRª PRESIDENTE (Maria Janete Albuquerque de Carvalho) – E subsidia o Ibama, e ambos construiremos a nossa BR-319.

A SRª MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agradeço a presença e passo a palavra ao nosso amigo Marcelo Thomé, da Fiero, do Estado de Rondônia.

Muito obrigado pela presença junto conosco nessa audiência que é muito importante para a Amazônia, em especial para o nosso Estado de Rondônia.

Com a palavra Marcelo Thomé.

O SR. MARCELO THOMÉ DA SILVA DE ALMEIDA – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, em nome do qual eu cumprimento todos os Senadores presentes. Cumprimento a Mesa também.

A discussão em torno da BR-319 e a suspensão de sua recuperação eu percebo que é uma oportunidade para que a gente definitivamente construa, a partir de um diálogo franco, uma solução que atenda a todas as dimensões que envolvem essa rodovia, uma rodovia, como disse a Senadora Vanessa, que foi inaugurada há mais de 40 anos, é um eixo modal importante de integração nacional para garantir o direito constitucional das populações de dois Estados brasileiros, que estão desarticulados da malha viária, Amazonas e Roraima, além do impacto econômico que essa rodovia como modal logístico trará para o Estado de Rondônia.

Então, a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia entende que a obra de maior relevância de impacto econômico no curto prazo é a recuperação, a plena recuperação da BR-319, porque nos permitirá acessar em 10 horas um mercado consumidor de dois milhões e meio de pessoas, obviamente, além do Estado de Roraima, e a possibilidade de consolidação de um eixo de exportação pela Venezuela.

Senador, o que a gente precisa construir é o diálogo entre as entidades afetas ao processo para que a gente encontre uma solução definitiva, afinal de contas, o DNIT já investiu, eu não sei o número certo, R\$80 milhões, R\$100 milhões em estudos, e estuda de novo, e faz um novo estudo, e a cada ciclo de estudos há uma nova condicionante, há um novo olhar sobre as exigências, e não é possível que a gente leve anos para encontrar uma solução para resolver esse problema da BR-319.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fica aqui o apelo do setor produtivo do Estado de Rondônia para que, o mais rapidamente possível, encontremos uma solução definitiva, não só para recuperação dela, agora, essa manutenção da estrada, mas como a plena restauração, com o asfaltamento, para que a gente definitivamente zere esse déficit com a população dos Estados do Amazonas e de Roraima e crie esse eixo logístico que é da maior importância para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) –
Muito obrigado ao Marcelo, da Fiero.

Antes de passar a palavra ao Ibama e ao DNIT, nós tínhamos uma prioridade aqui que é ouvir os nossos internautas. É importante eu já passar a vocês a imagem que as pessoas têm do que acontece na BR-319.

Quem participa é o Robson Eládio da Silva, de Minas Gerais: Suspende a manutenção, qual o motivo, aliás, qual o objetivo? Deixar que a coisa se deteriore, e o custo se elevar cada vez mais. O que precisamos é, sim, de investimentos em infraestrutura para gerar empregos, e as riquezas voltarem a circular neste País."

O David Rocha, do Amazonas: "Toda esta obra já era para ter sido pronta há 20 anos, mas as verbas são destinadas aos bolsos dos corruptos. O Exército deve ficar com obras do Estados." Essa é a visão do David Rocha, do Amazonas.

O Mario, do Rio Grande do Sul: "Não entendo por que cancelar obras tão importantes para o País. Se não houvesse corrupção, já teríamos essas estradas."

Jainara Gomes dos Santos, do Rio Grande do Norte: "O estado das nossas estradas é péssimo. E a Transamazônica, terminaram?"

Sr. Muller de Oliveira Melo, do Amazonas: "Até quando ficaremos isolados do Brasil por interesses de alguns? É o direito de ir e vir que nos é roubado. Temos que fazer essa rodovia o mais rápido possível e passar por cima de interesses de empresários que estão lucrando com a não construção dessa rodovia! BR-319 pronta já!"

É a participação dos nossos internautas. Agradeço a participação.

Passo a palavra ao Dr. Jônatas Souza da Trindade, que representa o Ibama, já agradecendo a sua presença junto conosco nesta audiência pública.

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer o convite. O Ibama está sempre aberto a discutir e a apresentar os esclarecimentos que se façam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

necessários. Agradecer à equipe do Ibama também, que colaborou e formatou a apresentação que ora vou apresentar aqui nesta audiência pública.

A apresentação está um pouco longa. Então, eu prefiro tratar de forma mais expedita alguns aspectos e apresentar os aspectos que são objeto do debate aqui nesta audiência. Eu vou apresentar alguns mapas, um histórico do processo rapidamente no Ibama, o termo de acordo e compromisso e o termo aditivo, algumas peculiaridades, empreendimentos e região, a necessidade do estudo de impacto ambiental e algumas questões entendidas como cruciais para o empreendimento para a região.

No que tange à ação judicial, a adoção de uma medida cautelar pelo juízo do Amazonas é referida, principalmente, ao trecho do meio, que está destacado em vermelho, do quilômetro 259 ao quilômetro 655, que é a parte que se encontra em leito natural. Parte da floresta, a floresta avança bastante e deteriorou essa rodovia ao longo do tempo. Então, o objeto dessa medida foi em decorrência do entendimento – pelo menos isso foi me passado pela diretora, que esteve em audiência com o juiz... O entendimento é que houve um fracionamento do licenciamento. Há esse entendimento de que haveria ocorrido esse fracionamento do licenciamento por conta dos segmentos, além dos aspectos inerentes à própria condição do trecho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E houve esse fracionamento?

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Não, não houve esse fracionamento. É isso que a diretora conversou com o juiz e explicou que o processo tem fases distintas exatamente por conta da condição da rodovia. Os segmentos B, A e C são segmentos que têm uma condição de manutenção ou de condição do asfalto melhor do que o trecho do meio, que já não tem mais asfalto. Então, não houve um fracionamento, houve simplesmente uma condução diferenciada, em separado, dos trechos exatamente porque eles se encontram em condições diferentes.

O Ibama, mediante a decisão, apresentou embargos de declaração para entender um pouco melhor a decisão judicial, para clarificar um pouco essa decisão, porque o Ibama não entendeu essa decisão da forma como ela foi adotada. Então, o Ibama já entrou com os embargos de declaração. E, na semana passada, os advogados da Procuradoria Federal do Ibama estavam discutindo com a Procuradoria Federal da União para ver qual é a estratégia de defesa do licenciamento e desse termo de compromisso, desse aditivo ao termo de compromisso.

Apertei errado.

Só para contextualizar, a região é uma região que atualmente se encontra cercada por unidades de conservação federais e estaduais, e por territórios indígenas. Se vocês observarem na figura, existe um *buffer* de 40km. Ou seja, a partir do eixo, existe um *buffer* de 40km que é o que determina a Portaria Interministerial nº 60, que é a área considerada área de influência de uma rodovia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aí vocês podem observar as diversas unidades de conservação em verde, e os territórios indígenas em roxo – ou um azul para lilás.

Uma outra figura do trecho, também do meio, apresenta alguns projetos de assentamento mais ao norte e algumas áreas arrecadadas, que são áreas de possíveis projetos de expansão formalizados ou em vias de formalização pelo Incra.

O histórico é um histórico bastante complexo e robusto, de bastante tempo: a construção da rodovia na década de 70; essa intensa degradação da rodovia por falta de manutenção que provocou a interrupção da trafegabilidade da rodovia em alguns trechos; em 2005, foram constatadas obras irregulares para pavimentação e outras melhorias sem o devido estudo e licenciamento devido; foram formalizados sete autos de infração, embargos do Ibama, além de propositura de ações civis públicas, com a paralisação das obras e necessidade de EIA; em 2007, foi firmado o Termo de Acordo e Compromisso entre Ibama e DNIT na Câmara de Conciliação da AGU, e esse TAC dividia os segmentos exatamente pela condição de trafegabilidade da rodovia.

Vou pular um pouquinho no tempo: em 2008, foi estabelecida uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente, a de nº 295, que criou um GT exatamente pensando na questão das políticas públicas, na forma de agir e de viabilizar uma construção de uma rodovia em meio a uma floresta, a uma matriz florestal tão preservada como era na região, e exatamente com a propositura de medidas preventivas para impedir o desmatamento na região. Em relação ao histórico do licenciamento, o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) foi devolvido duas vezes, exatamente porque não contemplava todo o escopo que estava previsto no termo de referência acordado entre Ibama e DNIT. E a terceira versão apresentou falhas exatamente pela antiguidade do licenciamento. Isso gerou a necessidade de um novo diagnóstico e de levantamento de outros impactos que não foram identificados no estudo.

Em 2013... Esse processo ficou parado de 2009 a 2013, sem uma maior movimentação, e em 2013 foram reiniciadas essas tratativas para regularização da rodovia como um todo. Então, foi emitido um novo TR exatamente para balizar esse novo EIA. Em 2015, em vistoria, foram observadas obras na rodovia com licenças emitidas pelo Estado. Legalmente, compete ao Ibama o licenciamento desse empreendimento, então foram promovidos novos embargos e multas, e foi feito um termo aditivo ao TAC. Em 2017 foi emitida uma licença de instalação, a 1.111, de 2016, para garantir a manutenção e conservação em leito natural dos quilômetros 250 a 655. Essa licença de instalação é exatamente para isto: para garantir a manutenção desse leito natural no trecho do meio.

O Ibama entende que a manutenção desse trecho é importante tanto para a trafegabilidade como para o meio ambiente, pois, a partir do momento em que você não tem manutenção, você tem geração de processos erosivos, por falta do disciplinamento das águas pluviais, as águas das chuvas, e a questão de estruturas acessórias a essas estruturas de contenção de sedimentos, que precisam de uma manutenção para evitar um impacto ambiental na região. Então, o Ibama entende que é necessário esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tipo de licença exatamente para haver uma manutenção da rodovia, enquanto se discute a viabilidade ambiental desse empreendimento com todos os aspectos inerentes a esse tipo de empreendimento que se vá levar para a região.

Em 2017, com a decisão judicial, o Ibama indicou a suspensão tanto da licença de instalação como do termo aditivo ao TAC.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É revogação, não é?

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – É revogação, porque foi uma decisão. Houve a revogação no Judiciário do termo aditivo ao TAC, e o Ibama, então, comunicou ao DNIT e ao Ministério Público que, em atendimento à decisão, estava suspendendo, cancelando tanto a licença como o termo aditivo.

Então, reiterando, em maio de 2017, por decisão judicial, foi anulado o termo aditivo ao termo de acordo celebrado entre Ibama e DNIT. Diante da decisão, o Ibama informou ao MPF e ao DNIT a suspensão da LI por meio dos ofícios 85 e 86, datados de 7 de junho – é bem recente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas recorreu, não é?

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – O Ibama está recorrendo; vai recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vai ou já foi?

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Não, ele entrou com um embargo de declaração e está montando uma estratégia para recorrer. Eu não consegui conversar com a Procuradoria. Estava havendo uma discussão entre procuradorias para ver como seria a forma de atuação, mas já estão montando uma estratégia para entrar com a defesa do licenciamento em si.

Há algumas peculiaridades, eu vou falar rapidamente: a diversidade de ecossistemas – é um ambiente bem sensível do ponto de vista ambiental; a heterogeneidade desses ambientes – são regiões do interflúvio entre o Madeiras o Purus, que apresentam diferentes impactos e diferentes soluções de engenharia. Não existe um padrão para essa obra.

Vai ser uma obra com diversas complexidades de medidas mitigadoras de controle que o DNIT vai ter que implementar, vai ter que trabalhar. Tem a questão de regularização e estruturação das UCs, especialmente de uso sustentável, porque muitas delas são transpassadas por essa rodovia. Então, tem essa complexidade, essa necessidade de autorização, conforme a Resolução nº 428, pelo ICMBio, no caso das Unidades de Conservação federais, ou pelo órgão estadual de meio ambiente, no caso das unidades estaduais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Algumas ameaças: a principal preocupação do Ibama é em relação a ocupações por ações desordenadas nessas áreas, principalmente em relação ao desmatamento. A gente sabe que na construção de uma rodovia, quando você pavimenta uma rodovia dessa, ela gera diversas espinhas de peixe, que são desmatamentos laterais da rodovia. E tem algumas peculiaridades do empreendimento.

Retornando ao que já tinha sido falado, a intensa degradação por falta de manutenção e conservação do leito estradal, a questão já de ocorrência de desmatamentos e ocupações irregulares em áreas de preservação permanente e do assoreamento e/ou aterramento de rios e igarapés, exatamente por essa falta de manutenção, o que tem resultado em danos ambientais e redução da trafegabilidade.

Aí são fotos de vistorias mostrando o assoreamento de igarapés da região exatamente por execução de obras sem autorização e de forma inapropriada. O Termo de Acordo e Compromisso entre Ibama e DNIT prevê esses diversos segmentos. E a preocupação maior é evitar o agravamento desses processos erosivos e assoreamentos com a paralisação das obras.

Aí uma imagem de satélite trabalhada, mostrando um pouco da evolução do desmatamento na área de influência. Vocês podem verificar que o desmatamento em 2013 e 2014 foi bastante intensificado em relação aos demais períodos. Por exemplo, no período de desmatamento de 2004 a 2012, se considerado num contexto, há um agravamento desse desmatamento na região.

Imagens mostrando pontualmente o desmatamento. Indo ao Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, o termo aditivo não permite a pavimentação das obras, podendo o DNIT realizar apenas obras de recomposição de aterro, recomposição de revestimento primário, limpeza lateral, roçada, reforma, recomposição, reconstituição e reposição de pontes de madeira e substituição de bueiros metálicos rompidos. Ou seja, é só manutenção mesmo. Nada de obras de intervenção maiores, porque esse termo aditivo não permite esse tipo de obra.

A questão do estudo de impacto, já contei o histórico, que não atendeu o termo de referência, por não ter cumprido o critério de sazonalidade e os requisitos técnicos mínimos estabelecidos no termo de referência, subamostragem de diversas áreas, o que implicou na necessidade de um novo EIA, com um novo termo de referência em decorrência do prazo legal, porque, a partir do momento em que o tempo corre, se esse estudo ficar muito antigo, ele deixa de ser uma representação de um diagnóstico local, ele deixa de ser um retrato da localidade.

Então, algumas questões cruciais para reflexão com o novo EIA ainda não entregue ao Ibama. A gente vai precisar averiguar essa viabilidade, considerando as vulnerabilidades da área, os impactos que vão decorrer desse empreendimento, quais medidas mitigadoras são necessárias.

O DNIT vai ter que trabalhar bastante na questão das tecnologias de engenharia disponíveis, para...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – ...gerar o mínimo de impacto possível. E dentro da viabilidade, a gente analisa, logicamente, os benefícios e os custos ambientais da instalação de um empreendimento desse na condição de uma rodovia operando, considerando que é uma área geograficamente isolada e que contém atributos ambientais e sociais a serem preservados, ou se propõem alternativas tecnológicas mais viáveis.

Para a gestão governamental devem ser avaliados os problemas associados à rodovia, principalmente em relação à estruturação e regularização fundiária das unidades de conservação, territórios indígenas e assentamentos, um planejamento intergovernamental que é importante, como bem falado aqui na audiência, e uma presença forte do Estado exatamente para evitar esse desmatamento.

Aí é preciso pensar em alternativas, soluções de engenharia que sejam possíveis de serem implementadas na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Jônatas da Trindade.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Antes de passar a palavra ao nobre colega Senador, é importante a sua participação utilizando as redes sociais, por isso, cada vez que chega aqui alguma participação, eu faço questão de proceder à leitura.

Elon Ferreira de Moraes, do Mato Grosso, diz o seguinte: "Enquanto a obra fica paralisada, o que já foi feito se deteriora e o custo se eleva. A quem interessa? Dê ao povo o direito de ir e vir com o mínimo de conforto e tirando o isolamento de uma região tão rica". Esse é o comentário do Elon Ferreira de Moraes, do Mato Grosso.

Marcos César Silveira, do Amazonas, diz o seguinte: "Essa rodovia é muito importante para o Estado do Amazonas. Se uma obra de manutenção já está complicado, imagine o término dessa obra. Acho que falta vontade política para realizar essa obra, principalmente por parte dos políticos". Esses são os comentários que chegaram.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero começar, Sr. Presidente, dando o meu bom dia e parabenizando V. Ex^a por esta audiência, saudando todos os nossos convidados e as Senadoras e Senadores aqui presentes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já aproveitando essa manifestação do companheiro do Amazonas, da terra da minha querida Vanessa, esta tão nobre representante daquele Estado, que representa muito bem não só o Estado do Amazonas mas o Brasil como um todo, como Senadora, naturalmente essa culpa não é dos políticos não. Nós estamos aqui exatamente nesta reunião tentando buscar uma solução. A culpa é exatamente da burocracia, desses diversos brasis num só Brasil.

O Ibama puxa para um lado, é o freio de mão do desenvolvimento, tem hora que... Olha que vou falar com vontade. A Funai – eu sou nascido numa comunidade indígena – atrapalha o desenvolvimento. Vejam essas ONGs compostas por esse monte de calças sujas, muitos deles defendendo até a liberação da maconha, isso sim é a destruição do País, vêm travando, imaginem... Eu nasci ali naquela região.

Uma estrada dessa, viu, Jônatas, dentro do Amazonas, é um pingo d'água no oceano, um pingo d'água no oceano. Aí fazem esse aparato de coisas, como se estivessem destruindo o meio ambiente, como se estivessem prejudicando a selva amazônica, como se isso estivesse prejudicando, destruindo toda a Amazônia uma estrada que já foi construída.

São pequenas recuperações. Se você passar a uma certa altura por via aérea, você nem vê essa estrada. Aquilo ali é um pingo d'água. Agora, para a população do Amazonas como um todo, o Estado do Amazonas, Rondônia, Roraima e todos os que compõem a Região Norte, é fundamental.

Roraima, meu Estado, está isolado pelas vias aéreas. Só há uma empresa fazendo um voo de Manaus para Boa Vista, o que é um absurdo! A estrada à meia noite é fechada. É o único Estado albergado do País. Quinhentas mil pessoas... Às 16h é recolhido. Recolhe e passa uma corrente no Waimiri Atroari. Aí não passa mais. Passam materiais perecíveis, os ambientalistas, a polícia; mas o cidadão, a carga normal estão fora. Às 18h desce a corrente, que abre às seis horas. Aí soltam os presos. O que é isso? Que Brasil é esse? A Constituição brasileira vem sendo rasgada a todos os momentos, a todos os instantes, por órgãos do próprio Governo que não se entendem!

Esse prejuízo de que o companheiro do Mato Grosso falou sabe quem paga, companheiro? Quem paga é você, o cidadão brasileiro, com seu imposto, com seu trabalho, com seu suor! Não sai do bolso dos tecnocratas, não sai do bolso daqueles que estão atrapalhando o desenvolvimento do Brasil, não! Sai do bolso do brasileiro, do trabalhador, desse que já está sacrificado, que está aí penalizado. É daí que sai esse recurso!

Então, é um absurdo o que estamos vendo com essa BR-319! Não poderia nem se estar discutindo isso aqui. Isso é num encontro tecnocrata entre os órgãos, fazendo os acertos e deixando a coisa andar. Agora, anda um minuto, para dois; anda um minuto, para dez anos; anda um minuto, para vinte anos! É muito difícil. Aí a culpa é dos políticos.

Acabamos de ver a concepção da população de que culpados são os políticos. Os políticos são culpados de tudo. Os políticos que atrapalham tudo. Não! Muito pelo contrário. Se não fosse a política,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as decisões eram tomadas pelo autoritarismo, como estão sendo tomadas. É o político, sim, que está abrindo esses entraves, essas burocracias bobas que no fim – não estão prejudicando o meio ambiente, não estão prejudicando a mata, não estão prejudicando absolutamente nada – estão presas a pequenos detalhes. Então, eu lamento profundamente.

Pedi a fala, Sr. Presidente, porque estou indo ao Ministério da Agricultura exatamente para resolver um problema do Ibama, porque agora o Ibama resolveu, juntamente com todos os ambientalistas do Brasil, invadir os criatórios das aves combatentes. Estão invadindo sem nem saber o que estão fazendo. Então, no Ministério da Agricultura estamos criando um manual de manejo de criação, para evitar... Mais de três milhões de brasileiros serão desempregados.

Tratam o cidadão como se fosse marginal. Tratam o trabalhador como se fosse marginal. E o marginal está solto. Tivemos 59 mil homicídios, que são 10% da população do meu Estado, no ano. Quer dizer, a polícia, os órgãos ambientais em vez de estarem ligados em desenvolver este País que está vivendo uma crise, pois é hora de todos darem as mãos e se unirem, estão aí com essa burocracia.

Então, fica aqui o meu protesto, Sr. Presidente, a esses órgãos. Eu acho que é hora de desburocratizar, é hora de olhar para frente, é hora de olhar para o Brasil, é hora de olhar pela Amazônia tão sofrida e que tanto tem contribuído com a Nação brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota, pelas suas colocações.

Aguardávamos aqui, ansiosamente, Dr. Halpher, a sua participação, para ver, de fato, o que o DNIT está fazendo para reverter todo esse processo para que nós possamos ver novamente as máquinas trabalhando na BR-319. Muito obrigado pela sua presença.

Representando aqui o DNIT, passo a palavra ao Dr. Halpher para fazer as suas colocações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes, Presidente, se V. Exª me permitir, eu só gostaria de fazer um registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... para que não paire qualquer tipo de dúvida.

Na realidade, temos os órgãos governamentais, inclusive, representantes da sociedade e não estamos aqui discutindo um problema entre eles, um problema entre os órgãos, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Para não pairar qualquer tipo de dúvida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao engenheiro Halpher.

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Cumprimentando todos, cumprimento o Senador Acir Gurgacz, presidindo aqui a Comissão. Cumprimento a Senadora Vanessa Graziotin, de lá do Estado do Amazonas, onde a estrada se localiza. Cumprimentando o Senador Valdir Raupp, cumprimento todos os Senadores, toda a Bancada aqui no Senado Federal e todos os colegas.

Pretendo ser muito objetivo, até porque a apresentação do Ibama foi clássica, principalmente na parte da diagramação histórica. Foi muito isso que aconteceu, Senador.

Uma coisa muito importante que a gente precisa registrar aqui e que o Senador Telmário relatou é que o momento da discussão, das diferenças entre os órgãos já passou. Esse momento ficou para trás quando nós assinamos o termo de compromisso e quando nós assinamos o termo aditivo de compromisso, o aditamento ao termo de compromisso. Por que eu estou dizendo isso? Porque está tudo ali, está tudo relatado. O entendimento entre DNIT, Ibama, Funai, órgãos ambientais estaduais, isso já está definido. O que nós estamos fazendo agora é simplesmente dar andamento àquelas questões.

Aí, até surpreende ao DNIT o objeto dessa decisão judicial. Permita-me ler aqui, Senador, rapidamente, o que é que o DNIT está fazendo na BR-319, no trecho do meio, obedecendo ao que foi pactuado com o Ibama. Vou ler aqui.

1) Recomposição mecanizada de aterro, ou seja, é pegar lá na estrada onde está faltando, um pouquinho de argila ou de terra, ir lá e recompor – não mexe em nada - o que foi levado pela chuva. Não mexe em nada em termos ambientais.

2) Recomposição do revestimento primário. Isso não é asfalto, não é nada. É uma camada superior que nós colocamos oriunda e retirada de empréstimos autorizados ambientalmente para que a gente possa recompor a estrada todo ano e deixá-la trafegável.

3) Limpeza lateral. É fazer uma limpeza lateral, a três metros – apenas três metros – de cada lado, da via da estrada da BR-319, sem afetar qualquer área ou qualquer questão de meio ambiente, inclusive os corpos hídricos.

Vale ressaltar, Senador, que em rodovias já implementadas e pavimentadas o que nós estamos discutindo aqui é feito numa faixa que varia de 60m a 100m de largura. Lá na BR-319, contando a estrada, nós estamos fazendo em 16m de largura. Então, a atuação é sistematicamente restrita e obediente ao que foi pactuado com o Ibama. Outra coisa: estamos fazendo a roçada nesses três metros. Estamos reformando pontes de madeira. Nós nem sequer estamos substituindo as pontes de madeira





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por pontes de concreto; estamos reformando as pontes de madeira, utilizando inclusive madeira autorizada, madeira de reflorestamento.

Substituição de pontilhões de madeira deterioradas por bueiros. Então, há um pontilhão. O que é um pontilhão? É uma pontezinha de sete metros de comprimento, e substituímos por bueiro, não danifica nada o meio ambiente. E, por fim, sobre os bueiros metálicos que se encontram rompidos, vamos lá e recuperamos o bueiro metálico, não fazemos nada que vá além do que já havia na plataforma, no corpo estradal ao longo do trecho do meio da BR-319.

Então, deixa-nos até bastante surpresos essa decisão judicial, porque esses serviços são os mínimos necessários para conseguirmos manter um mínimo de trafegabilidade em um trecho que tem cerca de 600km. E é fundamental que isso seja dito, por quê? Porque estamos no mês de junho, e quem é residente, quem é morador, quem conhece o meio ambiente e conhece o regime hídrico na Amazônia sabe que estamos entrando naquilo que chamamos janela hídrica, que é quando temos o período menor de chuvas e conseguimos trabalhar com mais qualidade e mais celeridade para manter o trecho trafegável, inclusive preparando o trecho para o período de chuvas, que vai começar em outubro.

Se não conseguirmos trabalhar agora, a tendência é de que, quando chegar o final do ano, a BR-319 esteja em uma situação muito mais delicada tanto para a trafegabilidade quanto, inclusive, para o meio ambiente, porque aí estaremos com os bueiros obstruídos, o que pode levar a um rompimento de pista que carrearia material, aí sim, para dentro do corpo hídrico e depois floresta adentro. Então, temos um problema sério que, se não tratarmos agora – estou citando um caso – teremos: um, problema de trafegabilidade gravíssimo quando chegar o final do ano com seu regime de chuvas; dois, isso pode inclusive ser agravado, criando um problema ambiental. Então, é fundamental que esses serviços mínimos que foram pactuados pelo DNIT com o Ibama sejam restabelecidos,

Outro ponto, e a apresentação do Dr. Jônatas foi muito esclarecedora nesse sentido, é que nos surpreendeu a questão da decisão judicial sobre o licenciamento fracionado. O licenciamento lá já não é fracionado mais. Foi fracionado à época em que o órgão ambiental estadual licenciou. Desde que o Ibama avocou para si essa questão, em 2016, ele emitiu uma licença que estamos chamando de Licenciamento Ambiental Unificada, a LAU, justamente porque não é fracionada. Se ela é unificada é porque não é fracionada. É uma licença ambiental unificada. Inclusive já foi pedido pelo DNIT, e o Ibama já renovou a licença, que é anual. O Ibama já renovou essa licença para o ano de 2017, até abril, se não me falha a memória, de 2018.

Então, nos surpreendeu essa questão envolvendo a discussão do fracionamento porque estamos fazendo uma licença unificada. Por outro lado, também está pactuado no termo de compromisso, embora não conste da licença – e isso é relevante que seja dito –, que não está autorizado nenhum serviço envolvendo pavimentação de rodovias. Nenhum! Não há nenhuma movimentação no trecho do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

meio, inclusive prevista na licença ambiental; nenhuma movimentação feita pelo DNIT nos seus cinco contratos de conservação.

Já investimos mais de R\$42 milhões, oriundos desses contratos, e não há nenhuma ação, hoje, envolvendo pavimentação de rodovia. Ou seja, está sendo cumprido tudo aquilo que foi pactuado entre o órgão rodoviário e o órgão ambiental.

Então, realmente, eu, particularmente, fiquei surpreso com a decisão judicial envolvendo esses aspectos, porque, no final das contas, isso pode acarretar, primeiramente, um prejuízo ao usuário da estrada, que não terá a estrada trafegável, e, no limite, pode acarretar um prejuízo ambiental.

A gente sabe que o Ministério Público e a Justiça têm se esforçado e querem, claro, proteger todo o bioma da Amazônia, querem proteger, inclusive, a população e, de uma forma geral, que a obediência às regras e à legislação seja feita, mas, nesse caso específico, essa decisão não acarretará, na minha visão, um benefício à sociedade, mas um prejuízo à sociedade.

Então, com base nisso, o DNIT, inclusive, já entrou com o pedido de suspensão da concessão de tutela antecipada junto ao TRF para que a gente possa, efetivamente, avançar nessa discussão com o Poder Judiciário – e a gente sabe que, nesse caso, conta, sim, com o apoio do Ibama e conta também com o apoio da Funai –, porque esses serviços mínimos precisam ser executados.

Outro ponto que a gente não pode deixar de citar é que, nesse mesmo pacto que os órgãos ambientais e o órgão rodoviário fizeram – no caso, o órgão rodoviário DNIT –, nós, finalmente, conseguimos contratar um estudo de impacto ambiental que contempla todas essas questões relatadas aqui pelo Jônatas, previamente declaradas no termo de referência do Ibama. Então, os estudos de impacto ambiental já estão quase concluídos. A única coisa que nós estamos aguardando agora é a conclusão dos estudos indígenas, que precisam ser incorporados aos estudos de impacto ambiental. Os estudos indígenas já estão contratados pelo DNIT e, como disse aqui a Janete, da Funai, eles serão objeto de uma análise também pela Funai.

A partir daí, nós teremos os elementos ambientais consolidados para que a gente possa partir para a efetiva pavimentação da rodovia BR-319, que, como foi dito aqui, é a única ligação terrestre da capital do Amazonas, do Estado de Roraima e, inclusive, de uma grande parte do Caribe com o Brasil.

Então, há um aspecto ambiental importante, sim, mas há um aspecto econômico e social muito importante. São oito os Municípios atravessados pela BR-319; são pessoas que moram lá; pessoas que, como dito aqui, vivem da floresta e que, inclusive, entendem que devem preservar a floresta como fonte de renda.

Se não houver, primeiro, projetos econômicos que incentivem as pessoas a não desmatarem e, segundo, caminhos, estradas, portos, aeroportos e ferrovias definidos dentro de um contexto





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ambiental, poderá alguém não optar pela BR-319, optar por outro caminho, abrir outra frente de desmatamento, para fazer outra estrada. A partir daí, é criado outro problema ambiental.

Então, é fundamental que a pactuação que hoje existe entre o DNIT, o Ibama, a Funai e os órgãos ambientais estaduais continue. E está indo bem. Quero relatar a esta Comissão que está indo bem esse entendimento. Os estudos continuam. E deve ser restabelecida a condição do DNIT de atuar de maneira mínima, mas fundamental nesses quase 600 quilômetros de BR-319 que não estão pavimentados, mas que precisam estar trafegáveis durante o período de seca e precisam ser preparados para o momento em que houver um regime hídrico mais forte no meio amazônico.

O que fica aqui, Senadores, é um pedido do Departamento. Primeiro, fica a informação do Departamento de que, hoje, depois de muitas divergências, a atuação está sendo muito boa, está sendo harmônica, em conjunto com os órgãos ambientais. Os estudos estão avançando. E há um pedido para que trabalhem juntos e possamos esclarecer ao Ministério Público, à Justiça Federal, as ações que o DNIT vem realizando, as ações que o Ibama vem realizando, as ações que a Funai vem realizando nesse segmento, para que possamos, minimamente, dar a trafegabilidade necessária a esse segmento tão importante da nossa malha rodoviária federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Halpher.

Só para deixar claro, em algum momento o DNIT deixou de cumprir aquilo que foi acordado no TAC e o que foi autorizado no licenciamento em 2016, Dr. Halpher?

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Não, em nenhum momento, deixou de cumprir. Os nossos contratos, os contratos que o DNIT tem nesse segmento estão, por contrato, limitados a essas ações. Eventualmente, se há algum problema – e não me recordo aqui de haver um problema maior –, o Ibama nos alerta, e a gente toma as providências necessárias.

É o que eu falo, Senador: finalmente, depois de muitos anos, nós conseguimos estabelecer um entendimento adequado com o órgão ambiental e vamos tocando o serviço. Existe um cronograma hoje...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E está tudo dentro daquilo que foi combinado no TAC?

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Tudo está dentro do TAC.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Temos de deixar claro isso, porque é importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Há um cronograma estabelecido para a gente, inclusive, concluir os estudos ambientais agora, em 2017, junto com os estudos indígenas, para, finalmente, a gente partir para o licenciamento, para o projeto e para a pavimentação desse trecho da BR-319.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Halpher.

Passamos, então, a palavra aos nossos Senadores e Senadoras.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentá-lo por estarmos aqui realizando uma audiência tão importante.

Quero lamentar a realização desta audiência, porque houve mais uma intervenção, e estamos aqui, coletivamente, tentando entender o porquê desse embargo, o porquê da solicitação do Ministério Público, o porquê do embargo pela Justiça, do deferimento do Poder Judiciário à solicitação do Ministério Público, haja vista que não há nenhum fato novo.

Eu quero dizer que eu lamento estarmos aqui debatendo sobre uma decisão judicial, porque eu também, como uma cidadã, ciente dos meus deveres e das minhas obrigações, sou daquelas que defende que decisão judicial não se discute; cumpre-se. E foi cumprida a decisão judicial tanto por parte do Ibama, quanto por parte do DNIT. O que nós precisamos discutir é o mérito da decisão e se, de fato, existe a procedência.

Aí muitos poderiam dizer: "Não, mas essa questão tem que ser discutida estritamente nos autos, no âmbito do Poder Judiciário." E eu venho aqui e digo: não! E por uma razão muito simples, por tudo, inclusive, que se depreende lendo, Srs. Senadores, a decisão judicial, a gente percebe que isso é mais uma decisão política do que jurídica. Eu digo isso sem temor algum.

Questionado que foi o Superintendente do Ibama, no meu Estado do Amazonas, sobre isso, questionado que foi pela imprensa, o Dr. Leland, que é um servidor de carreira do Instituto do Ibama, sobre o porquê de isso ter acontecido, se havia indicativos ou denúncias por parte do Ibama de irregularidades sendo praticadas pelo DNIT, ele disse: "Não, não há nada."

Agora, todo mundo sabe por que acontece isso, porque não há interesse em interligar a Amazônia Ocidental a outras regiões. Nós sabemos que essa é a velha polêmica: não deixar que haja essa interligação. O que eles não querem e com o que não concordam é com a BR. Agora, não pode ser utilizado um instrumento tão importante, tão fundamental na parametrização, ou seja, nas relações da vida das pessoas, do Estado com as pessoas, que é o Poder Judiciário, para alcançar esse objetivo político.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu entrei em contato, conversei por telefone com o Dr. Rafael. E o Dr. Rafael é o Procurador que ajuizou ação, uma ação civil pública. E, inclusive, há um questionamento tanto por parte do Ibama, quanto por parte do DNIT, sobre se esse seria um instrumento correto, porque não seria; deveria ser uma ADPF, que é uma ação de descumprimento, visto não haver fatos novos, nenhum. E o Dr. Rafael nos sugere – e eu vou acatar, apesar da ausência dele aqui – que façamos um encontro em Manaus, Senadora Acir, que façamos uma reunião em Manaus. Vamos a Manaus, então. E a minha sugestão é de que façamos isso ainda esta semana, ou quinta ou sexta-feira, dependendo da agenda dos Srs. Senadores. Aí seria importante que todos nós estivéssemos em Manaus para dialogar, mostrar a nossa boa vontade de dialogar com o Poder Judiciário e dialogar com o Ministério Público.

E eu lamento muito, mas eu não tenho como deixar de ler, porque toda a argumentação que leva o juiz a tomar a decisão favorável à petição do Ministério Público é baseada em fatos e na ação do ano de 2015, nos relatórios do Ibama do ano de 2015.

O Senador Roberto me perguntou: "Quanto tempo, Senadora, levou para Ibama, Ipaam e DNIT se acertarem e chegaram ao estágio em que chegaram?" Muito anos, foram muitos anos. Até agora, nós não chegamos, esses órgãos não chegaram a um acordo ainda sobre a recuperação da BR, ainda não, porque houve uma solicitação de complementação dos estudos que está sendo feita. Não chegamos a esse termo, mas tudo está sendo encaminhado para tal.

E nós o que queremos?

Os dois lados, nós queremos a possibilidade do desenvolvimento da região com a possibilidade da defesa do meio ambiente. Nós sabemos e nos vangloriamos muito disto, o representante da Fieam falou aqui: o Estado do Amazonas seja o mais preservado da Amazônia, não porque o nosso Governador, Senador Flexa, seja melhor que o Governador do Estado do Pará ou do Estado de Rondônia, é que a nossa alternativa para o desenvolvimento é a Zona Franca.

Essa BR foi inaugurada na década de 70, ela não trouxe nem causou a série de impactos que outras BRs da época causaram, por uma série de fatores e uma série de razões; não vale a pena colocar sobre a mesa. Mas, enfim, esses estudos de impacto ambiental EIA/RIMA para recuperação da BR estão sendo realizados ainda dentro do máximo cuidado. Várias áreas já foram demarcadas, várias áreas de proteção ambiental. Nós estamos na luta para que o Exército Brasileiro instale ali um batalhão. E para que o Exército Brasileiro instale um batalhão ali? Porque é importante a presença do Exército! Isso afugenta aquele que desmata ilegalmente, aquele que agride o meio ambiente. Então, é importante que isso tudo seja feito.

Mas, voltando aqui ao assunto desse embargo, veja, num determinado momento, o que está escrito:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Necessário atentar que a demanda se refere a possível implantação da rodovia, velada sob a alegação de mera manutenção, sem a realização de prévio EIA-RIMA [isso está escrito pelo juiz], com prejuízos ao meio ambiente e indevida delegação de atribuições a autoridade estaduais; nesse sentido, qualquer procedimento pendente junto ao Ibama, e mesmo a Licença de Instalação trazida às fls. [...] não têm o condão de afastar a pretensão trazida à inicial.

Ou seja, ele está dizendo aqui que estão usando de um subterfúgio para a implantação da rodovia. A rodovia existe. A BR-319 já foi totalmente asfaltada! Mas isso é o que está escrito aqui nos autos.

Mais adiante: "No caso dos presentes autos, verifico que a prova dos fatos alegados é eminentemente documental, já havendo oportunizado sua juntada aos autos." Mas essas provas documentais se referem a 2015, a documentos, relatórios de 2015, fase que já foi ultrapassada. Referem-se a 2015. Mais adiante, sobre o mérito, quando fala sobre o mérito: "Como verificado, o cerne da demanda consiste em analisar se meios irregulares (como, por exemplo, a delegação de licenciamento ao órgão ambiental estadual) foram utilizados como esQUIVA [novamente, esQUIVA] ao regular processo de licenciamento [...]".

Isso tudo já foi discutido lá atrás. O Ibama abraçou o licenciamento feito pelo Ipaam. isso já foi decidido lá atrás, e tudo continua, nada foi mudado, absolutamente nada.

"Cinge-se a presente análise à conferência da legalidade dos expedientes utilizados, apontados pelo MPF como atalhos indevidos ao regular licenciamento ambiental de mencionadas obras." Ou seja: "Tal licenciamento [...] é questionado pelo MPF na presente demanda, ao indicar que seria indevido o fracionamento [...] [isso nós já discutimos], sendo toda a obra de atribuição do Ibama [...]".

Já discutimos e vimos que não há absolutamente nada. "[...] segundo o requerente, apresentar-se-ia o licenciamento estadual como forma de burla ao procedimento legal, além das atividades de mera conservação estarem obrigando à efetiva implantação da rodovia em estrito prejuízo ao meio ambiente".

Então, veja, eu poderia ler partes e partes daqui, porque o eixo que levou a uma decisão favorável do juiz federal de primeira instância foi o que de há um subterfúgio sendo utilizado, que há uma burla, que alguém está tentando enganar o Brasil e o meio ambiente e que caberia, nesse caso, ação civil pública.

Eu não quero discutir aqui do ponto de vista jurídico, porque eu não acho que o que está aqui como justificativa seja jurídico; eu acho que o que está aqui é político e de alguém que é contrário à implantação da BR. E, se alguém é contrário à implantação da BR, é contrário à própria integração





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nacional – e temos aqui o Ministro da Integração Nacional. Agora, dizer que, porque temos uma floresta, estamos impedidos de nos ligarmos ao nosso próprio País...

Nós temos a BR-174, que nos liga à Venezuela, à América do Norte, à América Central e não pode ser ligado o Amazonas a Roraima e a Rondônia, que já está interligada, por conta de quê? Da fronteira agrícola? É claro que nós temos de ter esses cuidados, mas é exatamente para isso que está acontecendo o EIA/RIMA.

Todos os canais de televisão nos últimos tempos mostraram inúmeras matérias – todos! – sobre a BR-319. É uma BR que, queiram ou não queiram, existe e pela qual pessoas trafegam, pessoas vão e vêm. Quando a gente fala em carga, obviamente ninguém vai querer transportar motocicleta pela BR-319, porque nós temos o rio que é muito mais vantajoso do ponto de vista econômico. Agora, aquilo que se produz em termos de produtos alimentares lá no Estado de Rondônia não pode ser transportado para o meu Estado, para que a gente acesse? Se não pode ser transportado, vamos fazer com que o próprio Amazonas produza, faça a produção que vem de outros Estados.

Enfim, Senador Acir, eu não tenho questionamento, porque acho que V. Ex^a amarrou tão bem a nossa audiência pública que claro está que aqui nós estamos em uma luta. Não queremos confrontar o Ministério Público – deixo bem claro –, não quero confrontar o Poder Judiciário, mas nós temos de ter a oportunidade de dizer o que está acontecendo. E o que está acontecendo não só é prejudicial a toda gente, ao povo que vive naquela Amazônia Ocidental; é prejudicial às finanças públicas, às finanças públicas, repito.

Aqui, em determinado momento ele diz: "Ademais não se vislumbrou possível, nos autos, a realização de conciliação entre as partes". Isso foi escrito pelo juiz, mas como assim, se chegamos aonde chegamos exatamente por conciliação, por obediência à lei e por...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Existe um TAC, inclusive.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Existe um TAC, um termo de ajustamento de conduta. Esse é o acordo. Esse TAC não foi questionado por ninguém, a não ser pelo Ministério Público, sem apresentação de nenhum fato novo, absolutamente nenhum fato novo, sem nenhuma provocação de nenhum órgão ambiental. Mas paralisou, e isso custa dinheiro, porque desmobilizar e mobilizar uma obra custa muito dinheiro.

Senador Acir, concluo minha participação aqui dizendo que, se V. Ex^a me permite, o Senador Eduardo Braga está a caminho e brevemente chegará, o que é importante, porque o Presidente desta Comissão é do Estado do Amazonas e tem também todo interesse. Eu vou me ausentar um pouco para dialogar com o Procurador, ver quando podemos marcar este nosso encontro lá, ao passo em que faríamos o convite para que todos estivéssemos lá num outro debate, porque, quanto mais rápido





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

resolvermos essa pendência, melhor para o Brasil, melhor para todos nós, para a segurança de muita gente que por lá trafega, e até para as finanças públicas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cabe uma pergunta, se V. Ex^a me permite: quem vai pagar essa conta, esse prejuízo que nós estamos tendo? Há, primeiro, o prejuízo de não ter a estrada e, segundo, o prejuízo da mobilização, de maquinário, de pessoas, instalação de acampamentos etc. e tal, de paralisar a obra no meio do caminho. Então fica esta pergunta: quem vai pagar essa conta?

Agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Senador Roberto Muniz para as suas colocações.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Acir, Presidente da Comissão, estava no carro ouvindo as palavras do nosso Dr. Halpher, do DNIT, e de outros participantes da Mesa, como a Dr^a Janete.

Eu não sou da região – todos sabem que sou da Bahia –, mas uma coisa me saltou aos olhos. É que eu perguntei à Senadora Vanessa quanto tempo levaram para chegarem a esse consenso. Eu peguei aqui o histórico – queria aproveitar e agradecer ao Dr. Jônatas por trazer esse histórico –, que mostra muito claramente – gostaria que vocês o colocassem na tela – números muito importantes.

Na década de 70, a rodovia foi construída; em 76, ela foi inaugurada; em 2005, houve obras irregulares para pavimentação e outras melhorias sem estudos e o licenciamento devido; em 2006, acontece o embargo do Ibama. Nós estamos em 2017: são quase 12 anos em que o Governo Federal discute com ele próprio, uma discussão que não leva a lugar nenhum. Quem paga esses 12 anos de inatividade do comércio naquela região? Quem é o responsável?

Aí eu queria perguntar ao senhor, Dr. Halpher, do DNIT, e ao Sr. Jônatas, do Ibama: 12 anos são suficientes para se chegar a um acordo? Ou isso também não foi longo demais? O que nós estamos vendo no Brasil é isso, e a responsabilidade cai onde? Na política. A responsabilidade é da política.

Então, se é da política, vamos discutir. Vamos agora começar, Senador Acir, a discutir essas questões. Se fosse em qualquer empresa privada, os funcionários teriam todos sido demitidos. Se não conseguimos chegar a um acordo durante 11 anos é porque alguma coisa errada está acontecendo. É incapacidade, falta de recursos, instabilidade no trabalho? O que está havendo? O que houve?

Eu não fico surpreso, Senador Ivo, não fico surpreso, Senadores aqui presentes, Senador Flexa, que o Ministério Público também queira botar um salzinho nesse problema, porque o que nós estamos vendo agora, Presidente Acir, é que, para fazer valer a existência das instituições no Brasil, elas precisam criar obstáculos para que a sociedade entenda que a sua função está sendo realizada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, em vez de nós estarmos juntos na busca de soluções, nós estamos separados encontrando problemas. "Eu encontrei um problema maior que o seu." Mas você não pode se unir a mim para solucionar esse problema? "Não, eu preciso é colocar mais um obstáculo, porque só assim a sociedade vai sentir a necessidade da minha existência." E, com isso, nós estamos criando esse emaranhado.

Eu teria uma vergonha muito grande de participar disso. Perdoem-me; eu teria uma vergonha muito grande. Passar 12 anos e não conseguir fazer um acordo. E depois ficar reclamando de quem olha esse processo, que deve ser um mundo de papel – e aqui não quero justificar o Ministério Público nem a Justiça, nada disso. Eu só quero dizer que eles estão fazendo a mesma coisa que vocês fizeram durante 12 anos. E isso está sendo feito não é na BR, não! Está sendo feito no Brasil o tempo todo. Em todos os locais, é isto aí: é o fluxograma; são as necessidades; é um emaranhado legal que surge aqui desta Casa, que surge do Poder Legislativo, que estabelece uma quantidade de leis que muitas vezes é inexequível... Então, nós temos uma parcela. Eu acho que a política tem uma parcela, o Legislativo tem uma parcela, mas a gente não pode achar que isso aqui é normal. Nós não podemos nos acomodar. E isto tem sido a realidade aqui na nossa Casa: verificar que todo processo que chega tem essa duração.

Só que os agentes econômicos não aguardam. Os agentes econômicos, o capital para ser investido não aguarda; ele vai buscar outro local. Não pode Manaus ser a capital de um Estado e não ter a sua ligação rodoviária, sem sombra de dúvida. Isso seria fato para se fazer um decreto de emergência. É uma emergência! Isso não é algo que se possa colocar para amanhã.

Então, o que nós precisamos – só quero finalizar – é perguntar: será que nós não demoramos muito? Será que todas as necessidades e tudo que foi solicitado pelo Ibama tinha razoabilidade, doutor? Tudo que o DNIT fez, Dr. Jônatas, não era suficiente? Será que há uma razoabilidade, um bom senso neste País? Será que a gente não consegue encontrar esse bom senso?

E a Justiça está indo na mesma toada. É óbvio que o Ministério Público e a Justiça encontram um mar aberto, um campo aberto para trabalhar o que for necessário, o que for possível para colocar também um pilarzinho dele para amanhã, daqui a dez anos, nós estarmos aqui discutindo, e eles dizerem: "olhe, em 2018 aconteceu isso, e agora, em 2027, nós estamos aqui e finalmente conseguimos fazer". É uma obra que não é abrir uma picada, não é uma nova implantação de rodovia. Eu não sou da região – perdoem-me –, mas isso aflige o País, porque esse é um modelo que está voltando sempre a esta Casa e a gente precisa, Presidente, dar um ponto e um basta para que a gente possa refundar o País em outros princípios.

Todas as instituições são fundamentais para o Brasil, todas elas. Mas elas têm de ter espírito público. Espírito público é: essa obra foi realizada em 1970. Não dá para voltar atrás. Não dá para darmos marcha a ré na história. A história caminha para a frente.

E é por isso que há um pouco de indignação na minha fala. A indignação não é só pela região. É porque nós estamos convivendo com esse modelo de desenvolvimento que não vai levar a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desenvolvimento nenhum. O nosso Brasil caminha a passos curtos, enquanto o mundo está avançando, por questões como esta aqui.

Então, é só isso que eu queria perguntar a vocês: será que haveria algo que pudesse diminuir esse tempo, para que nós não tenhamos que repetir essa mesma fórmula em outros projetos?

E queria, Presidente, só para finalizar, dizer que entendemos o Ministério Público e a Justiça quando eles tomam essa posição por uma questão simples. Eles precisam também colocar um obstaculozinho para poder ter relevância na sociedade. Então, só podemos encarar assim. Já que vocês chegaram a um acordo e eles não acharam que esse acordo era suficiente, algo de novo eles devem trazer, para que a sociedade possa aplaudi-los.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu acabei de conversar com o Procurador. E todos sabem que vivemos um momento muito delicado no Amazonas, porque estamos em plena campanha eleitoral. No próximo dia 6 de agosto, teremos o primeiro turno das eleições estaduais. Então, as datas também, para nós, não são fáceis. Lá também, tanto o Poder Judiciário como o Ministério Público têm alguns problemas. Mas a sugestão, Senador, é que fosse na sexta-feira à tarde.

Então, eu questiono V. Exª se poderia ser na sexta-feira à tarde. Já há sobre a mesa um requerimento também de nossa autoria, Senador Acir, para fazer também uma diligência. E a diligência seria exatamente essa nossa ida lá para debater o assunto.

Então, sexta-feira seria uma boa data?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Da nossa parte, é excelente sexta-feira.

O DNIT já confirma a presença.

O Ibama... É possível estar sexta-feira em Manaus?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE (*Fora do microfone.*) – Devo confirmar com a Presidente. Mas tenho como conseguir uma resposta rápida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Enquanto nós terminamos aqui, se o senhor puder ligar para a Presidente e nos dar a resposta, seria importante.

Antes de passar a palavra ao Senador Raupp, temos algumas participações aqui.

O Sr. Pedro Fernandes, do Amazonas, diz o seguinte: "O IBAMA-AM expediu renovação de autorização de manutenção em abril recente. Em junho/17, é emitida nova sentença liminar embargando tal manutenção. Como entender essa incoerência, pois se a autorização foi emitida, é sinal de que não há fatos novos que impactem o meio ambiente."

Essa é a colocação do Pedro Fernandes, do Amazonas. Aliás, uma boa colocação feita pelo Pedro.

O mesmo Pedro fala o seguinte: "O MPF e o IBAMA não consideram a BR 319 sob o aspecto social, pois ignoram as pessoas que vivem nos municípios do interior do Amazonas que estão isoladas sem acesso aos bens e serviços do Estado. São cidadãos expatriados em sua própria Pátria; é o Estado ausente e omissivo."

É a única rodovia do país em que o IBAMA exige o EIA/RIMA para a recuperação, pois ela existe desde 1976. A questão é política e não mais ambiental, pois toda a rodovia é cercada de reservas e unidades de conservação, bastando efetivar tais unidades e realizar a fiscalização."

Muito obrigado, Pedro Fernandes, pela sua participação.

Dando sequência, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para as suas colocações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, em nome do Marcelo Thomé de Almeida, Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, e do Diretor Executivo do DNIT, Halpher Luiggi, vou cumprimentar os demais convidados da Mesa.

Acho que a Vanessa e o Presidente já debateram aqui onde é que se tem que atacar. Eu vejo que a licença ambiental foi conseguida. Não prevaleceu em função de uma ação proposta pelo Ministério Público Federal e acolhida pelo Juiz Federal do Amazonas. Então, tem que atacar agora nessas duas áreas: no Ministério Público Federal e na Justiça Federal.

Nós tivemos problema semelhante a esse lá em Rondônia – e o Senador Ivo Cassol conhece muito bem – e demoramos dezoito anos para conseguir passar com uma estrada numa ponta de 17 quilômetros de uma reserva estadual. Só quando houve uma enchente histórica, em 2014 – e desde o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

início das medições de enchentes na Amazônia, não se tinha notícia de uma enchente tão grande como a de 2014 –, quando ficou isolado o Acre, pela 364, e a cidade de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

Aí nós viemos com o Governador e com a Bancada Federal, e o Desembargador, de quem não me lembro o nome agora, se sensibilizou e derrubou a liminar do Juiz Federal e do Ministério Público de Rondônia e autorizou abrir a estrada. A estrada está aberta até hoje e funciona até as 18 horas. Durante o dia, ela fica dando acesso. Ela serviu no momento da enchente, naquele momento de agonia e de desespero, mas continua a funcionar. Quer dizer não foi mais fechada.

Havia até uma proposta do Governador para asfaltar e transformá-la em uma estrada parque. Ela já é uma estrada parque, mas, com a sua pavimentação, ela ficaria um pouco mais sinalizada. E eu vejo que com a 319 havia essa mesma intenção, de transformá-la numa estrada parque. Todos os critérios foram observados, o projeto foi feito – é aquele meio ali que já foi pavimentado, e hoje não está mais pavimentado. Então, é difícil de se trabalhar. Trabalha, trabalha, e, quando dá um passo para frente, dá dois para trás. Foi uma luta para fazer com que o Ibama licenciasse, autorizasse o DNIT a trabalhar. O DNIT iniciou os trabalhos e agora vem o Ministério Público Federal e a Justiça Federal e mandam parar tudo novamente.

Por sorte, eu estava olhando o mapa aqui com a Dr^a Janete, que trabalha na Funai, e ela não corta nenhuma reserva indígena, porque seria outro problema quando conseguisse resolver o problema na Justiça Federal, no Ministério Público Federal, haveria o embargo da Funai. Então, por sorte, parece que não tem, pelo que eu vi aqui. Ela corta alguns parques nacionais. Algumas reservas foram criadas, inclusive, depois. Esses parques nacionais foram criados depois da implantação da estrada, o que também não deveria afetar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É. Esses parques foram criados agora no Governo Lula. O Parque Mapinguari, o Parque Balata-Tufari e outros foram criados recentemente, coisa de oito, dez anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Talvez a gente devesse eliminar os parques. Aí nós estaríamos legais. Talvez essa seja a solução para o Brasil.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu sou favor até de que, se houver áreas ainda devolutas da União, que se criem mais parques nacionais, mais reservas indígenas, até para poder chegar àquele ponto do desmatamento zero na Amazônia, que eu defendo. Há um projeto em andamento, já tive outro projeto, parte do qual foi incorporada ao novo Código Florestal, do desmatamento zero. Agora, o Senador Jorge Viana, que estava aqui agora há pouco, está relatando outro projeto meu que trata do desmatamento líquido zero. O que é o desmatamento líquido zero? Que não aumente mais. Se tiver que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conceder algum tipo de desmatamento para a agricultura familiar, que possa ser compensado de outra forma. E ainda há muitas áreas para compensar. Então, esse seria o desmatamento líquido zero. Agora, até aí, impedir uma estrada que já está há mais de 40 anos servindo a vários Estados: Rondônia, Amazonas, Roraima e até dando a outros países... E se não houvesse a Hidrovia do Madeira? E no período do verão, com os bancos de areia. Já faz dez anos que a gente tenta uma dragagem e não consegue. Agora parece que vai começar uma dragagem na Hidrovia do Madeira. Mas há períodos do ano que não há como dar vazão à navegação, porque os bancos de areia impedem.

Então, a 319 é uma rodovia importante. Que se tenha todos os cuidados ambientais, que se tenha todo o cuidado de proteção, que se criem mais reservas para compensar um pequeno impacto. Mas o Amazonas preserva entre 97% e 98% das suas florestas. Então, não será essa travessia daquele trecho do meio, porque as outras pontas estão... E não adianta. O que têm que fazer o Ibama e outros órgãos ambientais é cuidar, é fiscalizar, porque não adianta apenas impedir a manutenção da BR-319. Isso não vai evitar a invasão. Você vê que aquelas duas pontas ali estão entrando ali onde está asfaltado até Humaitá, um pouco mais, lá do outro lado. As pessoas estão ali. Mesmo na rodovia, da forma que está, as pessoas estão entrando também e vão entrar. Acho que até entram com menos risco de fiscalização, de serem pegos da rodovia abandonada do que se ela estivesse em funcionamento, com o Ibama e as Secretarias Ambientais estaduais trafegando com facilidade para poder fiscalizar. Então, eu acho que nós temos de resolver isso agora na Justiça. Essa audiência pública é boa para instruir, mas não vai resolver muita coisa, porque o que dava para resolver na área ambiental já foi resolvido. Agora vai ter que resolver na área da Justiça.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pelas suas colocações.

Uma boa lembrança, Senador Raupp: essas reservas foram criadas após a implantação da BR-319 nos anos 70. Muito obrigado pelas suas colocações.

Passo a palavra agora ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento também os demais colegas Senadores e Senadoras, os nossos convidados, o Marcelo, representando nossa indústria e comércio do Estado de Rondônia.

Eu fico triste porque nós, representantes, Senadores, que temos obrigação de resolver os problemas políticos... Na década de 70 – o Senador Raupp há pouco disse e é verdade –, eu tinha um caminhão Chevrolet na época. Eu fazia o trajeto de Porto Velho a Manaus para levar banana. Eu saía 6h da manhã, 5h da manhã, de Porto Velho, 6h da tarde, eu estava em Manaus. E, no tempo das águas de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rondônia, eu ia para Boa Vista, trabalhava lá. E aí, sim, no meio havia um trecho de reserva indígena, Raupp, que era entre Manaus e Roraima. Então, lá havia, já estava criado, e havia estrada que passava no meio, havia controle. Mas, no trecho da BR-319 de Porto Velho a Manaus, não havia nada, tudo foi criado posteriormente, tudo foi criado depois.

E, aí, alguém diz o seguinte: qual é o interesse de que essa BR-319 não saia? Há vários interesses. Primeiro, há os interesses dos ambientalistas de fachada. O que é o ambientalista de fachada? Ele cria dificuldade para vender facilidade. Ninguém faz nada de graça. Esqueça essa conversa de que o cara defende a Amazônia de graça. Dificulta para que se crie estrutura...

Quanto custa ao DNIT cada projeto, cada trabalho, para vocês organizarem? Veio o Ibama, em 2006, e meteu a taca. Quanto custou? Aí, pergunto ao Governo...

Não, gente, vocês que estão em casa me assistindo, é para nós, para a população. É o povo brasileiro que paga essa conta. Nada! Pode cuidar.

O que dentro do setor público está acontecendo hoje? Eu fui prefeito, fui governador, e hoje estou aqui como Senador. O que acontece em muitos órgãos públicos? Há gente de sobra. Nós estamos hoje na informatização, no mundo globalizado, em que você, dentro do computador, tem toda a estrutura de que precisava antes. Eu pergunto: diminuiu o quadro de funcionários dentro dos setores? Não. Se facilitar, ainda há um técnico, um especialista que quer outro especialista, que quer outro para contratar outro para cuidar do outro. Essa é a pura realidade. É esse o preço que o Brasil paga hoje na crise que vivemos.

Aí, alguém diz: "Cassol, e você está com saudade?" Estou com saudade, sim. Estou com saudade dos milicos. Estou com saudade do Exército brasileiro. Podem falar o que quiserem. Hoje, quem está preso somos nós. Hoje, a ditadura está em cima de nós, povo brasileiro. Nos quatro cantos do Brasil, não se pode mais andar, é assalto, é roubo, é assassinato. E aí os direitos humanos defendem quem? Defendem o bandido. Morre um policial e não tem ninguém para defendê-lo.

E a BR-319 é só isso? Não, gente, tem mais coisa por trás disso. É o interesse financeiro, Raupp. É o interesse financeiro dos donos dessas empresas que fazem Manaus – Porto Velho. Eles não têm interesse, e aí eles fomentam por trás. Resultado: aí entra...

Aí alguém diz: "Ah, mas o Procurador entrou, o juiz deu a liminar". Olha, gente, desculpe a expressão que vou usar, mas esta Casa nossa, o Congresso Nacional está muito devagar, para não dizer que é frouxo. Nós vivemos dando tiro no nosso pé. E agora, mais uma vez, o pepino cai para nós. Quem faz essas leis? Fomos nós que fizemos as leis, gente! Aí, muitas vezes, a gente bota... Há uma lei aqui, uma decisão, mas simplesmente tem juiz que pega e copia exatamente o que o promotor fez. Ele só fez uma cópia e meteu o ferro para frente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, nós precisamos responsabilizar todos os setores. Precisamos responsabilizar até o fiscal do Ibama que faz uma multa que não tenha procedência, como também lá na Funai e em qualquer outro lugar.

Vou dar um exemplo, Senador Raupp, Senador Acir. Nós temos um trecho, entre em São Miguel e Seringueira, que, por causa do IPHAN, está parado lá há seis, oito anos. E não há outro lugar para passar a estrada a não ser que se passe pela lua ou pelas nuvens. É lá! Para que desmatar mais? Aí criam embaraço, criam dificuldade para termos que pagar e o DNIT ter que contratar as pessoas. E é tudo esquema! É tudo esquema! Não adianta dizer que não.

Desculpe-me o Governo. O governo é incompetente quando os próprios órgãos do governo não se entendem entre si. Eu, quando era governador, era o que menos mandava. Eu mandava uma vez; na segunda vez, eu demitia quem não obedecia. E não queria nada fora da lei. E há governo que manda, manda, manda, mas ninguém obedece. O fato de o próprio Governo não se entender não dá para aceitar, não consigo entender, não dá para entender.

Outra coisa, quando falo que esse Congresso nosso é devagar ou frouxo, por que o Governo Federal e o Congresso já não fizeram uma lei para que todas as obras estruturantes deste País sejam de interesse nacional? E o resto cumpra, de cima para baixo e de baixo para cima. Por que não foi feito isso?

Então, essa crise que vivemos hoje é uma crise institucional, uma crise moral, uma crise de corrupção e está em todos os lugares. E quem está pagando a conta é você que está me assistindo, são vocês que estão em casa me ouvindo. Somos nós que estamos pagando a conta, gente, isso é o custo Brasil. Não dá para aceitar! Enquanto outros países não fazem preservação, não cuidam, nós cuidamos. Ora, não sou contra a questão de preservação ambiental, sou a favor, mas tem que ter critério e tem que ter regras, é muito claro isso. O que não pode é o Ibama vir e colocar a multa, coloca a placa – há um exemplo que aconteceu tempos atrás – e aí vem o outro lado para poder facilitar. Por que o Governo, entre eles, não se entende e define o que eles querem para frente?

A 319 é uma obra de interesse de Rondônia? Não. É uma obra de interesse nacional, é uma obra de interesse do Amapá, de Roraima, do Amazonas, não temos outra interligação. Se, na década de 70, de 80, podíamos sair lá do Rio Grande do Sul e ir lá para a Venezuela de carro, hoje você não consegue a não ser de avião ou de barco parte do caminho.

Então, estamos regredindo, estamos andando para trás, não dá para entender. Desculpe-me quem deu a liminar, desculpe-me quem entrou, mas tem tanta coisa para fazer. É mais fácil você buscar o entendimento dos órgãos responsáveis e buscar a solução do que cada um vir botar um pouquinho e ninguém tira, ninguém participa e aí um fica deixando para o outro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E outra coisa, sabe o que está acontecendo hoje no Brasil, Sr. Presidente? Todo mundo tem medo de colocar a caneta, todo mundo tem medo de assinar porque depois acaba recebendo um processo. Está em todo lugar assim, dentro do Ibama é assim, dentro da Funai é assim, mas para vir colocar a cabeça todo mundo bota, mas para poder assinar, para poder ajudar para tirar, aí todo mundo se esquivava, todo mundo sai fora. Nós precisamos de segurança jurídica, Senador Raupp, Senador Acir, Senador Flexa, e não temos.

Em nosso Brasil, no que vivemos hoje, não temos segurança jurídica, por quê? Por uma razão muito simples, qualquer um denuncia qualquer um de nós, e nós é que temos que provar que somos inocentes. O DNIT está fazendo uma obra, o cara vai lá e meta a taca no diretor, e ele tem que se defender e pagar com o dinheiro próprio. O próprio Governo não dá segurança para quem está executando na frente.

Então, desculpem-me pessoal, mas está todo mundo borrado, está todo mundo sujo no meio do caminho. Não sujo pelas coisas erradas, mas com medo de se borrar nas calças. E aí, meu chefe, isso é ruim, porque nós, ao mesmo tempo que estamos em um momento de crise nacional, vemos que as nossas instituições são fortes, elas são boas, e temos que simplificar as leis. E esta Casa, na hora em que tiver a coragem, vai pegar todas as obras estruturantes...

Vou dar um exemplo para vocês aqui. Como era aqui em Brasília antigamente para sairmos daqui para o aeroporto? Eu perdia avião porque lá embaixo, lá naquela passarela que passava no eixão ou no eixinho, não sei, não podia fazer a terceira pista porque havia calango de um lado, calango do outro. Não sei se aquilo era do Ibama ou de quem quer que seja, mas não autorizavam para fazer a terceira pista, gente. Pelo amor de Deus onde é que nós estamos? Com tanta terra que temos para compensar, com tanto lugar que temos para reflorestar. Pega o Estado de Santa Catarina, quando saí de lá o pessoal estava reflorestando, hoje é o Estado que produz madeira para o Brasil inteiro.

Então, não temos que nos preocupar se derrubou um alqueire a mais ou um alqueire a menos, nós temos que ter a responsabilidade de compensar. Você pode tirar de um lado e compensar do outro, é fácil fazer isso. Não, mas no meio do caminho tem uma trava que vem aqui criar problema, e, ao mesmo tempo, você tem que dar o dobro do outro lado.

Então, é inadmissível ficar da maneira que está, infelizmente. Essa questão política tem que ser resolvida, tem que se ter coragem e fazer um projeto que venha do Presidente para cá, colocando todas as obras estruturantes. Qualquer pista que quisermos duplicar no Brasil, qualquer pista, mesmo quando já há a pista e outro lugar para você fazer do lado, mas, até você conseguir essa licença para fazer aquele pedaço do lado, meu Deus do céu, é um parto, mas um parto de elefante e, se facilitar, de gigante. É essa burocracia que o povo brasileiro paga.

Desculpem-me todas as pessoas responsáveis que estão aqui, vocês não são culpados e nem eu sou culpado, nós somos vítimas deste sistema. Essas leis foram criadas no passado para dificultar um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

governo ou outro e da mesma maneira estamos aqui hoje. Hoje está todo mundo querendo ver o PMDB e o Michel morto, até tempos atrás todo mundo queria ver o PT morto e o que estava junto com o PT morto. Por que esse povo não começa a pensar em um Brasil maior? E em um Brasil melhor?

E a questão política, ano que vem cada um estará em um poleiro, cada um estará em um planque xingando a mãe do outro, mas as leis são de interesse nacional.

Então, por isso que vou falar para vocês, estou com saudade da década dos militares. Eu era moleque naquela época, mas ouvi o meu pai falar, não é por questão de nada, mas uma coisa pode ter certeza ou o pessoal fazia ou dizia porque não fez. Hoje, infelizmente, ninguém faz e fica do jeito que está.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, só para constar, há um projeto de minha autoria dizendo o seguinte, que todas as obras estruturantes do País, de prioridades do Brasil, têm que ser feitas, independente das questões ambientais, fazendo as compensações necessárias, pois obras de interesse nacional não podem paralisar, não podem deixar de ser feitas. É de interesse nacional, é interesse do povo, tem que ser feita. E se façam as compensações ambientais, pois as compensações ambientais são passíveis de obras, como V. Ex^a muito bem colocou.

Peço apoio aos nossos nobres Senadores para que a gente possa aprovar esse projeto, que eu entendo que é da maior importância.

Eu agradeço, também, a presença da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, entidade que foi criada para defender a BR-319. Muito obrigado pela sua presença aqui e que também vem nessa audiência questionar os seguintes pontos, que eu passo a ler.

Primeiro, o Ministério Público Federal embargou a manutenção baseando-se em uma licença de 2015 e não de 2017.

Segundo ponto, os questionamentos relacionados aos impactos ambientais não se sustentam com a criação de 28 unidades de conservação e parques nacionais.

Ponto três, para concluir, sugerimos um termo de ajustamento de conduta entre União, Estados e Municípios para a governança da rodovia.

Muito obrigado aos associados da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319 pela sua presença e pela sua existência. Continuem nessa batalha, contem com o nosso apoio e agradeço o apoio de vocês a esta causa que é de todos nós. Nós, de Rondônia, do Amazonas, de Roraima e de todo o povo brasileiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dando sequência, eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para fazer as suas colocações antes de ouvirmos novamente o DNIT e o Ibama.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, nossos convidados, representantes da Federação das Indústrias do Amazonas, de Rondônia; a Funai, o DNIT e o Ibama.

Presidente, eu vou usar da palavra aqui primeiro para me solidarizar com os companheiros que lutam há décadas pelo asfaltamento da BR-319. Eu acompanho isso também, porque no Pará nós sofremos a mesma contingência que os outros Estados da Amazônia também sofrem.

O Senador Ivo Cassol fez apologia, aqui, do regime militar. Eu não chegaria a tanto. Acho que podemos, sim, reconhecer o que foi feito em especial pela Amazônia. Eu digo, sem nenhum risco de estar cometendo engano, que foi o governo, o regime à época da revolução que mais olhou para a Amazônia. Nenhum outro, de lá para cá, teve um projeto de desenvolvimento para a nossa região. Ainda agora, a Senadora Vanessa se referiu ao Amazonas, que optou, induzido pelo Governo Federal, de fazer o desenvolvimento da capital, Manaus; fazer um polo industrial em Manaus, deixando o Estado intocável, como reserva da floresta. É o que ocorre em Manaus hoje. O Amazonas se resume a Manaus e tem pouca vitalidade nos demais Municípios.

O Pará é o inverso disso. É o modelo de desenvolvimento exatamente o inverso disso aí. Não é que queira derrubar suas florestas, não é isso, não! Nós temos no Estado do Pará 76% do território coberto por reservas de todo tipo: ambientais, indígenas... A maior reserva ambiental que existe no Brasil é uma reserva estadual do Pará. Ou seja, o Governador que propôs a criação da reserva. Isso mostra a preocupação que o povo paraense tem com a manutenção da floresta, deixando para as próximas gerações também a condição de continuar convivendo com a floresta como está.

Agora, Senador Acir Gurgacz, é inconcebível que em função disso nós sejamos engessados na Amazônia. É isso que acontece. Aí eu me pergunto... Sei que não é coisa do representante do Ibama, Dr. Jônatas, e nem da Funai, Dr^a Janete, mas às vezes eu me pergunto se esses dois órgãos não trabalham contra o desenvolvimento do Brasil, "da Amazônia"? Coloco o Brasil como o geral, mas a Amazônia em especial.

De quem é o interesse por esse engessamento? Nosso? Interno? Daqueles que habitam a Amazônia? Negativo. Não é nosso, não. A responsabilidade nós temos de preservar... Eu não gosto do termo preservar, porque preservar é você colocar no armário e deixar lá só para ficar sendo visitado, olhado. Não! Nós vamos conservar a Amazônia.

O que a gente vê, lamentavelmente, são os dois órgãos trabalhando por imposição, por pressão das ONGs internacionais. São artistas mandando pedidos para o Presidente da República, para nós, e vamos ter que fazer do Brasil aquilo que eles acham lá de fora. E eu tenho dito sempre, Senador Acir,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que venham para o Brasil, são bem-vindos, venham para cá, vamos lá conviver com o caboclo que está lá no meio do mato em pleno século XXI, que não sabe o que é energia elétrica, não sabe o que é água tratada, não sabe o que é saneamento, mas ele tem a mesma vontade de ter a qualidade de vida que nós outros temos. Ou acha que o caboclo lá do Pará, lá da margem do Rio Amazonas não quer ter a mesma vida que tem um brasileiro da Avenida Paulista? Lógico que quer. Só que não deixam.

É preciso destruir a floresta? Não. Não é preciso destruir a floresta. Nós temos no Pará, e aqui já foi falado, Senador Acir, um compromisso, um pacto de desmatamento zero – desmatamento zero! Nós temos no Pará um Município que, em vinte anos, transformou-se completamente. Há vinte anos, o Município de Paragominas – e eu convivi com isso – era conhecido como Paragobala de tanto que era violento o Município, e havia destruição da cobertura florestal à vontade. Hoje, vinte anos depois, é modelo de desenvolvimento para o Brasil. E a população de lá fala com orgulho, e já chama hoje não é Paragobala; é Paragoparis de tão bom que está o Município. Mudou de bala para Paris. E eles sentem orgulho disso. Por quê? Porque o projeto que foi lá implantado obteve aquilo que é mais importante: a vontade e o apoio da sociedade. A sociedade tomou para si esse projeto.

Há um episódio lá segundo o qual um proprietário de uma área tinha a licença para desmatar os 20% que lhe são permitidos pela lei, pelo Código Florestal, e a sociedade disse: "Não. Você não vai desmatar. O nosso pacto é desmatamento zero" e o proprietário disse: "Mas eu tenho a área, como é que eu não posso desmatar?", "Não vai porque a lei permite, mas nós aqui não permitimos". E não desmatou. É disto que precisamos: a sociedade assumir o compromisso. Não são leis, lamentavelmente, porque o Ibama faz o que quer fazer, a Funai faz o que quer fazer, e aí ficam conflitos como esse da 319. Nós estamos falando de algo de quarenta anos atrás.

No Pará, nós temos a Santarém-Cuiabá, nós temos a Transamazônica. São estradas que foram pensadas lá na década de 1970 pelos governos militares e que até hoje se arrastam. Qual o custo dessas estradas? Ninguém sabe. Mas quem paga a conta somos nós, os brasileiros, nós pagamos essa conta. E aí vamos adiante. O Decreto 1.164, de 1971, declarava indispensáveis, para a segurança e o desenvolvimento do nosso País, cem quilômetros de cada lado das rodovias implantadas e, pior, projetadas, quer dizer, se chegasse aqui e passasse um risco no mapa e dissesse: "Olha, aqui nós vamos fazer uma rodovia não sei quando"... A partir daí, cem quilômetros de um lado e cem quilômetros do outro, no eixo da rodovia, estavam federalizados. Existe algum interesse de tornar a Amazônia impossibilitada no seu desenvolvimento? Não. Está aí o tal Decreto 1.164, de 1971.

O Pará tem 11,284 milhões de quilômetros quadrados. E aí eu tenho aqui uma matéria que diz o seguinte: "Entre agosto de 2015 e julho de 2016 (calendário oficial para medir o desmatamento), a Amazônia perdeu 7.989km² de floresta, a maior taxa desde 2008". Em 2008 foi de em torno de 5 mil quilômetros quadrados. Eles já começam dizendo que, em 2015, houve um aumento de 60% de desmatamento, mas passou de 5 mil para pouco mais de 7 mil quilômetros quadrados. Continua:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

... segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipaam) a partir de dados oficiais divulgados pelo Governo Federal no fim do ano passado. O desmatamento no período equivale à derrubada de 128 campos de futebol por hora de floresta, segundo a entidade.

Olha a comparação que fazem! Cento e vinte e oito campos de futebol por hora! Isto é para colocar na cabeça dos brasileiros que nós estamos praticando um genocídio com a floresta.

O perfil fundiário dos responsáveis pela devastação teve pouca variação em relação aos últimos anos: a maior derrubada ocorreu nas propriedades privadas (35,4%), seguida de assentamentos (28,6%)...

Este último é um dos maiores motivadores de desmatamento. Antigamente, na época do "homens sem terra para terras sem homens", aqui, na década de 70, o brasileiro era deslocado para o Pará. Lá, ele recebia um lote do Incra. Para ele ter o título da terra, ele tinha que desmatar 50%. O próprio Governo Federal o obrigava a desmatar 50%, sob pena de não ter sua área regularizada. "Mas eu não quero desmatar. Eu quero fazer manejo". Naquele tempo acho que nem se falava em manejo. "Não, não pode. Você só vai ter o título quando tiver..." Aí, ele queria um financiamento, mas, como não tinha o título da terra, não tinha o financiamento. São os problemas que começam a aparecer.

Aí vai: "... áreas sem informação..."

Só quero chegar aqui ao Pará.

Pronto.

"Em números absolutos, o Estado que mais desmatou foi o Pará, 3.025km² de floresta a menos; seguido de Mato Grosso, que perdeu 1.508km²".

Ou seja, nós estamos falando de 3,5 mil quilômetros quadrados para 1,284 milhão de quilômetros quadrados. Então, é para desmatar isso? Não! Não é para desmatar isso aí! Desmatamento tem que ser zero.

Eu tenho um projeto, todos nós da Amazônia temos projetos, vários, tramitando aqui, e eles não andam, porque os governos não deixam andar. Não é o que está aí, não. Os outros todos não deixam andar. Então, o que vejo aqui? O que vejo aqui é essa dificuldade de a 319 ser completada em sua pavimentação, e isso é uma excrescência porque, primeiro, a estrada está aberta, já foi trafegável. Dizia-me o Senador Raupp que já foi pavimentada lá trás, totalmente pavimentada. Quer dizer, não deixaram fazer a conservação. Aí o que vai acontecer? Já foi embora o pavimento e vai ter que ser feita nova estrada. Gente, pelo amor de Deus! Onde vamos parar com um negócio desse que liga, que dá uma saída para Manaus? Manaus está ilhada, só tem saída pelo rio. A 319 seria a saída, por estrada, de Manaus para chegar no centro consumidor de Manaus. A produção industrial de Manaus vai vir pelo rio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em contêiner, e é feito o transbordo em Belém para carretas que se deslocam para o Sul do Pará ou saí por Rondônia também. Agora, não deixam fazer a estrada, o caminho por Rondônia deve estar intrafegável.

Eu realmente não vejo, Senador Acir, qual a motivação do Ibama e da Funai de não darem a licença para que a estrada seja retomada, para que seja refeita a sua pavimentação. Quero dizer que lá no Pará, nós, agora mesmo, estamos com um problema. A imprensa bate de todo jeito.

Isso que foi dito aqui é uma verdade. Todos os conflitos que temos no Pará e, acho que nos outros Estados também, é que essas áreas de conservação, de reserva, tanto indígena quanto ambientais, foram criadas depois que a população estava lá. Por exemplo, essa a que estou me referindo aqui, a Flona de Jamaxim e o Parque Nacional de Jamaxim foram criados em 2006. As pessoas estão lá há 30 anos. Aí queremos resolver o problema dessas pessoas que estão lá? Não podemos, não podemos, eles já estão lá.

A melhor forma de você proteger, de você conservar é dando CPF para as pessoas que estão lá. Então, quando o Ibama vai lá multar, ele sabe quem está multando, ele sabe quem é o proprietário daquela área, ele tem as condições de fazer aquilo que a questão ambiental lhe permite, seja uma APA, uma Flona. Em um parque não pode fazer nada, mas em Flona e a APA, sim. Então, eles sabem que vão fazer e, se passarem daquela autorização que têm, vão ser multados, mas vão ser multados os proprietários.

Então, temos que regularizar essa área. Mas há a gente que já está lá. O mal que poderia ser feito já foi feito, já foi feito. Não adianta. Se a gente fosse reclamar do Ibama e da Funai aqui nós íamos ficar o resto do dia. Eu falo um pedaço, o Senador Acir fala outro, o Senador Raupp fala outro, a Senadora Vanessa outro, o Senador Ivo Cassol outro e os Senadores do Pará, os outros que não estão aqui, também fariam, o Paulo Rocha e o Jader, porque isso é um canto de um tom só de todos nós.

Então, minha gente, sou um crítico do Ibama e da Funai. Acho que temos que preservar, sou a favor da conservação da floresta, sou a favor. Acho que temos que ter um pacto como tem Paragominas. O Estado do Pará pegou o modelo de Paragominas e o estendeu para todo o Estado: Municípios sustentáveis. Começou com Municípios verdes a agora com Municípios sustentáveis. Programas como esses – é importante que seja colocado – são de difícil parceria com os Municípios. É preciso fazer esse convencimento da sociedade para que possa dar certo, como deu em Paragominas.

Agora, não dá para a gente ficar querendo fazer as coisas sob o bastão da multa, da queimada. Lá em Rondônia deve ser a mesma coisa. O Ibama vai lá e queima um trator de R\$1,5 milhão. Ele toca fogo. Gente, por que é que vocês tocam fogo? Está irregular, apreendam o trator e doem para uma prefeitura, para ela fazer benefícios para a população. Não queimem, não queimem porque isso custa dinheiro e dinheiro o Brasil não tem. Nós somos pobres e metidos a ricos. É uma situação incontrollável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas tem o meu apoio, Senador Acir, para que a gente possa, lutando, fazer com que a BR-319 se torne uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. REMÍDIO MONAI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Registro a presença...

O SR. REMÍDIO MONAI – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Um momento, por favor.

Registro a presença, em nosso plenário, do Deputado Federal Remídio Monai, de Roraima. Pergunto se gostaria de usar a palavra.

O SR. REMÍDIO MONAI – Pequenas palavras, por favor

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. REMÍDIO MONAI – Sr. Presidente, quero dizer que sou solidário a essa batalha que V. Ex^a tem com a questão da BR-319.

A título de informação, hoje saí de Roraima, de casa, à meia-noite e vim chegar às 6h30min aqui em Brasília. Tive, ontem, de comprar uma passagem para um cidadão que precisava vir urgentemente para cá. A passagem custou R\$2,7 mil. Não vou entrar no mérito da questão porque já foi bastante discutida.

Quero lamentar a ausência do Ministério Público porque seria muito importante o Ministério Público estar aqui ouvindo essas colocações, mas creio que ouvirão pela internet ou depois vão ver de alguma forma o que foi tratado aqui.

Roraima é isolada, como já disse aqui o Senador Telmário Mota, porque não se poder sair. Depois das 18h, a reserva Waimiri Atroari é fechada. Roraima tem dificuldades na saúde muito grandes. Nós temos, em Porto Velho, o Hospital do Câncer de Barretos, que poderia atender a população de Roraima, e que às vezes passa um ano dependendo de um TFD para um tratamento em Barretos, um Tratamento Fora do Domicílio. As pessoas, sem condições, às vezes, acabam morrendo por causa disso. Se nós tivéssemos a BR - 319 funcionando, as pessoas poderiam ir em seus próprios carros até Porto Velho,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

essas pessoas poderiam ir de ônibus, porque as passagens são mais baratas. Infelizmente, eles não têm essa opção.

Roraima foi prejudicada com a questão das demarcações indígenas porque hoje quase 70% das áreas estão demarcadas. Da Raposa Serra do Sol as pessoas foram retiradas através de um TAC, o Governo se comprometendo a assentar as pessoas, o que, até hoje, não fez. E essa seria uma ação para o Ministério Público. Seria uma ação para o Ministério Público essas pessoas que passam um ano dependendo de um TFD para saírem do Estado para tratamento. Seria uma ação para o Ministério Público a questão da reserva indígena Waimiri fechar sem que haja uma portaria que diga que aquela reserva tem que ser fechada à noite.

Mas as ONGs lá fecham, e assim fica. Então, é lamentável que o Ministério Público não esteja aqui presente para ouvir isso. Eu queria acrescentar algo: o Ibama diz que a preocupação é de formar espinha de peixe naquela região. Mas, ali, ficou aberto duas décadas, e isso não aconteceu. E por que que não aconteceu? Aquela região é uma região, um baixão, uma área de alagadiço, uma área de terra fraca, e nunca se interessaram por aquilo, porque, se assim fosse, as pessoas tinham desmatado naquela época e tinham entrado.

Então, sei que os agentes públicos, com medo de prevaricar, às vezes acabam agindo em excesso. Como já foi dito aqui, somos nós que criamos, então, às vezes, com medo de prevaricar, acabam excedendo no zelo, mas eu acho que o bom senso poderia prevalecer nessas questões. Por exemplo, cito o caso do Estado de Roraima, e eu quero me somar ao Estado do Amazonas e aos outros Estados: Roraima tem uma ligação, ali, com o Caribe, que poderia melhorar muito a situação da população, mas, como já foi dito aqui também, a quem interessa isso? A Fiesp, por exemplo, não tem interesse, talvez, na questão dessa BR. Então, é por isso que talvez isso não aconteça.

Então, obrigado pela oportunidade, e lamento, mais uma vez, o Ministério Público não estar aqui para ouvir essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado. Passo a palavra ao Jônatas Souza da Trindade, do Ibama, para fazer as suas considerações finais.

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Primeiro, agradeço novamente o convite.

Quero expor que o Ibama não é contra nem a favor, *a priori*, de nenhum empreendimento. Muito pelo contrário, ele trabalha do ponto de vista técnico para avaliar aquela viabilidade ambiental, nos termos da legislação. É uma preocupação constante dar segurança jurídica, técnica em relação aos procedimentos de licenciamento, que são bastante complexos e envolvem um número considerável de normas e leis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Realmente, é um trabalho desafiador e diário para tratar do licenciamento ambiental. Não é um procedimento fácil, é um procedimento administrativo muito complexo. Em 2010, a gente fez um levantamento, mais ou menos, de normas que incidiam sobre o licenciamento ambiental e, se eu não estiver errado, era algo em torno de 300 normas, naquela época, que incidiam sobre o licenciamento ambiental. Então, é a complexidade de se lidar com o licenciamento, com os vários vieses com que temos que lidar, eles tornam o licenciamento um tema complexo e desafiador realmente. Eu acho que a gente tem que buscar formas de simplificar esse licenciamento, sem perder a qualidade ambiental, com a cautela e o cuidado em relação ao controle ambiental que deve ser dado ao licenciamento.

Com a questão que foi colocada em relação a essa demora, eu também não concordo. Eu acho que não é por aí a demora de um licenciamento. Acho que o licenciamento tem que ter um prazo razoável. Acho que o que aconteceu nesse histórico não é refletido no tempo do licenciamento. Muito pelo contrário, houve em 2007 a assinatura de um termo de acordo e compromisso, ou seja, em 2007 já havia um termo de acordo. O Ibama entende que o procedimento administrativo adotado em relação à licença de instalação é um procedimento adequado, que cumpre a função de ter o controle devido – e isso é acompanhado junto ao DNIT – de ser um instrumento de acompanhamento e fiscalização. A licença ambiental é o instrumento que o Ibama detém para poder fazer com que um empreendimento ocorra da melhor forma possível.

Podemos citar exemplos de empreendimentos que são referência, tanto do ponto de vista nacional, como internacional, que são licenciados pelo Ibama. O Ibama, em relação ao que tem feito, tem louvado do ponto de vista administrativo e técnico. Eu dou exemplo de um projeto que amadureceu na discussão técnica entre os órgãos envolvidos: é o S11D, que é um projeto de ferro no Pará. É um dos maiores projetos e vai se tornar o maior projeto de ferro do mundo. Ele tem importância do ponto de vista estratégico de acompanhamento, por estar inserido dentro de uma floresta nacional. Ele serve de exemplo para vários estudiosos, exemplo de evolução de projeto, um projeto do ponto de vista ambiental melhor, um projeto melhor. E é isto que a gente tenta fazer no dia a dia no nosso processo de licenciamento: melhorar o projeto, ver um projeto que seja ambientalmente melhor.

Em relação ao que foi colocado, do ponto de vista jurídico, como externei, acerca do embargo: o Ibama apresentou embargos de declaração exatamente para entender a decisão judicial, exatamente porque, a partir desse entendimento do embargo, é que o Ibama vai entrar com as medidas judiciais cabíveis.

Então, o esclarecimento do embargo é importante para que o Ibama possa esclarecer ao Judiciário que o rito e o que está sendo adotado não significa, como foi colocado, uma implantação velada da rodovia, uma rodovia que já existe em condição precária, mas que existe.

Então, na verdade, o procedimento é para que se dê condição de trafegabilidade e, no futuro próximo, com o licenciamento, se avalie essa viabilidade de pavimentar essa rodovia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acerca da fala do Senador Flexa Ribeiro em relação ao decreto que declara indispensáveis os cem quilômetros de rodovia, projetada para uma federalização, acho que o entendimento na época era exatamente de ter maior cuidado com essa região, pela sensibilidade ambiental da região, e isso, de uma certa forma, ela tem sido superada, foi superada há tempo atrás com o estabelecimento dessas unidades de conservação.

E outro aspecto que é importante é que o Ibama é um órgão que está sempre aberto a discutir. Ele é um órgão bastante transparente e, cada vez mais, busca essa transparência. Agora, recentemente, com a implementação do sistema eletrônico de informação, em que, em pouco tempo, o processo de licenciamento ambiental – naquilo em que não há sigilo industrial, algum tipo de sigilo – vai estar totalmente disponível na internet, exatamente para se ter um acompanhamento maior, uma transparência maior desse processo.

O Ibama, o tempo todo, discute com os empreendedores, em especial com o DNIT, que está aqui, à Mesa, exatamente para ter esse ganha-ganha no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de dar maior garantia jurídica no procedimento, porque somos bastante rigorosos em relação ao procedimento exatamente para ter a garantia de que o procedimento não vá ser contestado ou, se for contestado na Justiça, tenhamos o respaldo técnico e jurídico suficiente, e, do ponto de vista ambiental, com ganhos em relação ao que é projetado, ao que é oferecido como projeto para o Ibama.

Eu acho que é isso que eu gostaria de colocar em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Jônatas.

Passo a palavra, para suas considerações, a Marcelo Thomé de Almeida, Presidente da Fiero, presente aqui, conosco.

O SR. MARCELO THOMÉ DA SILVA DE ALMEIDA – Obrigado, Senador. Eu acho que a iniciativa da discussão é oportuna. Eu o parabenizo por isso. Como já foi bastante bem tratada essa questão da importância da articulação ou da interligação dos dois Estados ao Território nacional, isso, na minha visão, deve preponderar sobre a questão ambiental, tendo o respeito e preservadas ou conservadas todas as condicionantes ambientais que envolvem a questão.

Só uma informação para ilustrar a importância econômica dessa rodovia para a produção de Rondônia: grande parte do pescado produzido em Rondônia é vendido para Manaus. E esse transporte é feito em caminhões que não são refrigerados, haja vista que eles são transportados pelas balsas. Leva três ou quatro dias para acessar o mercado de Manaus. Metade da carga é gelo. Do contrário, se pudéssemos levar essa produção pela rodovia, 100% da carga seria peixe, e em dez horas esse produto estaria disponível para os consumidores em Manaus. Haveria custo menor e uma qualidade maior. Isso aumenta a competitividade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, em definitivo, um dos fatores que mais destrói a competitividade da produção nacional é a infraestrutura logística pífia de que dispomos no Brasil. Então, é inaceitável que, de fato, continuemos discutindo, e por 12 anos, o reasfaltamento dessa rodovia tão importante para o Brasil. Acho que a gente está em um momento muito auspicioso, a fim de concluir esse processo.

Parabéns, Senador, pela iniciativa. A Fiero se ombréia nessa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Marcelo, representando a Fiero, pela sua presença aqui conosco neste debate.

Passo a palavra ao Saleh, representando a Fieam para suas considerações, já agradecendo, mais uma vez, a sua presença conosco.

O SR. SALEH HAMDEH – Apenas para agradecer o convite, Sr. Presidente, e nos colocar à disposição para esse debate, sempre que necessário, ficando na expectativa, realmente, de que todos esses entraves sejam superados e que a BR-319 seja uma realidade, porque é um direito da população que ali reside, e que a gente possa virar essa página.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a passo à Dr^a Janete Carvalho, representando a Funai.

A SR^a MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO – Mais uma vez, vou ser superconcisa para agradecer o convite e informar que a Funai continua sempre à disposição. O trabalho da Funai não é fácil, porque trabalhamos para proteger os direitos das populações originárias do Brasil. Infelizmente lamento alguns dados equivocados que foram falados ao longo da audiência, que demonstram um pouco de, talvez, desconhecimento do que é o trabalho da Funai.

A Funai não é um órgão licenciador, não é um órgão de infraestrutura. Nós temos que proteger e promover os direitos povos indígenas. Só lamento e deixo a Funai à disposição para esses esclarecimentos sobre a função e o papel da Funai nessas obras de infraestrutura. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pela sua presença. É importante a participação da Funai nesses debates, até para explicar para a população brasileira qual é exatamente a função da Funai.

Passo a palavra ao Dr. Halpher para fazer as suas colocações.

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Cumprimentando o Senador, cumprimento a todos. Foi uma honra participar dessa audiência pública. Entendo que ela foi esclarecedora, sob quaisquer pontos de vista da evolução que já tivemos no andar da repavimentação, como disse bem a Senadora Vanessa Grazziotin, da BR-319. É verdade, demoramos doze anos, um pouco menos talvez, para chegarmos a um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entendimento. Mas esse entendimento chegou, as diretrizes estão aí. O que a gente precisa agora é cumprir aquilo que pactuamos. Então, concluo apenas fazendo esta solicitação: nos deixem concluir aquilo que pactuamos.

De resto, agradeço, Senador. O DNIT se encontra à disposição, tem sempre tentado, na medida das suas possibilidades, atender de forma harmônica ao Ibama, à Funai, ao IPHAN e todos os órgãos ambientais estaduais, municipais. E, nesse contexto de restrição econômica, é muito importante que tenhamos cada real disponibilizado no orçamento do DNIT, que ele seja muito bem e melhor aplicado, e a rodovia BR-319 faz parte dessa prioridade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Halpher.

Faço um registro e igualmente um agradecimento ao Presidente da nossa Comissão, Senador Eduardo Braga, que tem dado todo o apoio para que possamos trabalhar na reabertura e no reinício da manutenção da BR-319. Senador Eduardo Braga, como Presidente desta Comissão, Senador do Amazonas, tem dado total apoio a esta Comissão e também ao DNIT, ao Ibama, à Funai para que a gente possa rever as máquinas trabalhando lá na BR-319. Então, nossos agradecimentos ao nosso Presidente e Senador Eduardo Braga.

Há um requerimento sobre a mesa, antes de concluir os nossos trabalhos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, de 2017

- Não terminativo -

Requer realização de Diligência in loco, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no estado do Amazonas, a fim de apurar as razões que têm impedido a conclusão das obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319, que interliga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), mais especificadamente no trecho compreendido entre os quilômetros 250 e 655,7 da BR-319, nominado 'segmento central' ou 'do meio'.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu agradeço a presença de todos. Agradeço a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, que está conosco. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, mais uma vez, da mesma forma como iniciei, quero concluir cumprimentando. E, Senador Acir, apenas dizendo que, então, já aprovamos o requerimento. Deveremos estar lá na sexta-feira e...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sexta-feira estamos lá.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... para fazermos uma mobilização porque creio que essa deve ser uma discussão principalmente entre membros integrantes, obviamente, dos órgãos que estão correlacionados com o fato, do Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

E seria importante que fizessemos o convite, Senador Acir, através desta Comissão em que V. Ex^a atua como Vice-Presidente, a todos os Deputados Federais, além dos Senadores, os Deputados Federais, que também são daquela Região.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida. O Ibama confirmou a presença, estará lá conosco na sexta-feira à tarde para essa reunião com o Ministério Público de lá.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Poderíamos fazer na Assembleia Legislativa. O que V. Ex^a acha? Temos vários auditórios menores porque é como se fosse uma reunião de trabalho, não?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pode ser. É uma reunião de trabalho, realmente é uma reunião para chegarmos a um acordo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agora, seria importante o Judiciário...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, sim. Agora a Comissão também fará...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se ele, se está de férias, eu não sei...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Ministério Público confirma. O Poder Judiciário tem um substituto, se não está o da 7ª Vara.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vamos fazer o devido convite para sexta-feira. A que horas, Senadora Vanessa? Está marcado o horário?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, é à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – À tarde.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aí ficamos de fazer o acerto do horário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem! Então, está marcada essa reunião com membros desta diligência, desta Comissão de Infraestrutura. Vamos convidar os Deputados Federais do Estado de Rondônia, do Estado do Amazonas, do Estado de Roraima, os devidos Senadores também dos Estados e os membros desta Comissão. Já confirmado o DNIT, já confirmado o Ibama também com a presença.

Agradeço a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 08 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Vanessa Graziotin, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Wilder Moraes, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2/S, oferecida em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista da matéria ao Senador Acir Gurgacz. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Designado relator ad hoc o Senador Fernando Bezerra Coelho, lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado relator ad hoc o Senador Elmano Férrer, lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2017** que: "Requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Resultado:** Requerimento lido. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28 de 2017** que: "Requer, em aditamento ao RQI nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Requerimento lido. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31 de 2017** que: "Requer audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a fim de discutir as intenções do governo federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), seguida da venda de suas partes e concessão em blocos do sistema aeroportuário" **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Requerimento lido. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32 de 2017** que: "Requer informações ao Ministério dos Transportes - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Requerimento lido. Fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho e Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/27>

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de nós entrarmos para a Ordem do Dia, temos alguns comentários a fazer.

No dia 28 de abril deste ano, nós realizamos, em Porto Velho, uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura do Senado para discutir com os técnicos do Governo e com a população de Rondônia o projeto da duplicação da BR-364, no Estado de Rondônia, o modelo de concessão e a participação do Governo Federal no contorno norte de Porto Velho, a chamada Rodovia Expresso.

Nessa audiência, o Ministério dos Transportes e o DNIT assumiram o compromisso de publicar, em até 30 dias, o resultado da análise do Procedimento da Manifestação de Interesse, o PMI, para a concessão da rodovia. O PMI é o documento por meio do qual o Governo vai contratar a empresa ou as empresas interessadas em elaborar a minuta do modelo de concessão e o projeto de duplicação da BR-364 de Porto Velho até Comodoro.

É bom lembrar que, quanto a esse compromisso de 2015, feito ainda no governo anterior, até hoje não temos notícia do resultado desse PMI. Foi um compromisso assumido antigamente, e, até agora, não conseguimos avançar. Por isso a importância daquela audiência pública que nós fizemos em Porto Velho.

Outro compromisso que o Governo Federal assumiu com Rondônia foi a licitação do projeto de duplicação e a concessão da BR-364 até dezembro deste ano de 2017.

Além disso, o DNIT assumiu o compromisso de iniciar as obras do novo Crema, Contratação, Restauração e Manutenção, que já está licitado. É uma obra importante na BR. E, em alguns trechos, já iniciaram o Crema. Já há máquinas trabalhando em alguns pontos da BR, mas ainda em poucos pontos da BR.

Entendo que o estabelecimento dessas metas foi o grande resultado dessa audiência. E estamos acompanhando diariamente os trabalhos do Governo para que essas metas sejam cumpridas à risca, pois esse compromisso foi assumido com a população de Rondônia.

Portanto, vamos apresentar requerimento de informações para que o DNIT e o Ministério dos Transportes nos informem sobre a real situação atual do projeto de duplicação e concessão da BR-364.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós tivemos aqui também, na penúltima semana, audiência pública sobre a BR-319. E no mesmo dia, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Hilton Queiroz, suspendeu, no dia 2, a liminar do Juiz da 7ª Vara Federal do Amazonas que embargou as obras de manutenção da BR-319.

Ele acatou o recurso do DNIT, e as obras de manutenção devem ter sido já retomadas já na semana passada. Com isso, não realizamos a reunião prevista para sexta-feira, dia 23, com os representantes do Ministério Público Federal do Amazonas e da 7ª Vara da Justiça Federal lá na cidade de Manaus, pois já havia perdido o objeto, o embargo já havia sido resolvido.

Temos uma outra situação que é importante nós debatemos sobre a BR-319 – e aí eu peço para nossa equipe fazer o requerimento – para que a gente possa ter junto com a obra a fiscalização: a fiscalização do Ibama, fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, a fiscalização da ANTT, para que não haja excessos, principalmente de peso, porque é uma rodovia que foi construída para o transporte de um limite de peso, e é preciso que esse limite seja respeitado, sob pena de nós termos as pontes novamente danificadas.

Então, é importante a fiscalização da ANTT, da Polícia Rodoviária Federal e também do Ibama para que não haja nenhuma irregularidade com relação a algum tipo de desmatamento ilegal, algo que venha prejudicar o meio ambiente.

Eu entendo que esse posto de fiscalização é da maior importância para o Estado de Rondônia, para o Estado do Amazonas. Enfim, para a Amazônia como um todo. Isso pode ser feito na cidade de Humaitá com saída para Manaus e também na chegada de Manaus. Mas o ponto ideal para isso é exatamente em Humaitá, onde é o início desta estrada chamada Meio; é exatamente o meio da BR-319. Começa em Humaitá e vai até o Castanho.

Então esse Meio precisa ter um reforço de fiscalização. Nós sempre argumentamos que um dos benefícios da estrada aberta é a presença do Estado. Então, agora nós temos a estrada sendo aberta; portanto, nós precisamos da presença do Estado na fiscalização, pois, até onde a gente sabia ouvia dizer, quando há alguma irregularidade em relação ao desmatamento ou à retirada de madeiras por pessoas que não têm autorização, todo esse transporte é feito pelos rios e não, pela estrada.

A estrada é uma forma de fiscalizar, de fazer a fiscalização e inibir a presença desse tipo de feitos que não são importantes para o nosso Estado de Rondônia, para o Estado do Amazonas. Ou seja, para toda a Amazônia. A presença do Estado é de fundamental importância.

Então, peço para os nossos consultores que façamos um pedido de fiscalização para a ANTT, para a Polícia Rodoviária Federal e para o Ibama, para que possam, juntos, fazer um posto de fiscalização, para que possamos ter o total controle de tudo aquilo que é transportado pela BR-319, dando nós uma demonstração de que queremos a estrada aberta, mas que não queremos nenhuma irregularidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A estrada, além de beneficiar todas as pessoas que moram ao longo da BR-319, de beneficiar, principalmente, também, as pessoas que moram em Porto Velho, os nossos produtores, principalmente o pequeno produtor, a agricultura familiar, que produz o hortifrutigranjeiro e que quer transportar para a cidade de Manaus, nós também temos a responsabilidade com o meio ambiente. Não queremos que nada venha a afetar o meio ambiente da Amazônia e não queremos que, em um futuro próximo ou não tão próximo assim, alguém venha argumentar que foi a abertura da BR-319 que causou um desequilíbrio ambiental nessa região. Por isso, a importância de nós utilizarmos essa BR, uma BR importante para a produção, para quem mora na região, mas que é importante também para a fiscalização.

Agradeço a presença do Senador Raupp.

Senador, nós estaremos, na sexta-feira, em Porto Velho, com o nosso Superintendente do DNIT, Valter Casimiro, entregando a BR-425, uma ligação importante, um trabalho grande da Bancada. V. Ex^a esteve junto conosco, nós tivemos um trabalho grande para conseguirmos fazer com que a BR-425 pudesse ser refeita e, na sexta-feira, vamos, juntamente com o Diretor Geral do DNIT, entregar para a população essa rodovia. Por muito tempo, as pessoas sofreram naquela ligação de Guajará-Mirim até a BR-364, e hoje ela está totalmente refeita, com a duplicação ali em Nova Mamoré também feita, com alguns problemas para resolver na cidade de Nova Mamoré.

Já conversamos com o Prefeito, por várias vezes tivemos reuniões com o Valter, e será uma oportunidade de revermos essa situação na cidade de Nova Mamoré, com relação aos contornos, à travessia. É um momento importante.

Então, estaremos em Porto Velho, com V. Ex^a e com o Diretor Geral do DNIT.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente desta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Acir Gurgacz, que preside neste momento em função da ausência do Senador Eduardo Braga, que está em campanha para Governador no Estado do Amazonas – e estou torcendo para que ele ganhe. V. Ex^a deve saber por que também: é um sentido duplo, não é?

Além disso, há o compromisso de que, se ele ganhar a eleição no Amazonas, eu assumo a Presidência desta Comissão. Isso foi acordado lá atrás. Mas V. Ex^a vai presidir, com certeza, muitas vezes, também. Mesmo que ele vença as eleições lá, V. Ex^a vai continuar presidindo a reunião por muitos momentos. Sempre tem feito isso. Fez isso na Comissão de Agricultura e, agora, aqui, na Comissão de Infraestrutura.

Sei que já foi anunciado, mas queria também agradecer a presença do Prefeito de Ji-Paraná, Jusualdo Pires, que está aqui, neste momento, no auditório desta Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mais tarde, teremos uma audiência no Ministério das Cidades, e convido V. Ex^ª, que é da cidade de Ji-Paraná, para nos acompanhar às 16h30, numa audiência com Bruno Araújo, para tratar da infraestrutura, habitação, drenagem na cidade de Ji-Paraná, nossa segunda cidade do Estado de Rondônia.

Então, seja bem-vindo, Prefeito Jesualdo Pires, que foi reeleito pelo seu trabalho, pelo relevante serviço prestado à cidade de Ji-Paraná.

V. Ex^ª falou de todas as rodovias, das nossas BRs federais em Rondônia. Eu fico muito feliz que, quanto à BR-319, tenha sido mais uma vez resolvido aquele embargo da Justiça Federal pelo Ministério Público Federal e da Justiça Federal. Foi uma luta fazer com que o Ibama licenciasse. Nós trouxemos, acho que uma ou duas vezes, a Presidente do Ibama a esta comissão para poder conseguir a licença ambiental. Depois da licença ambiental obtida, veio o embargo da Justiça Federal. As coisas não são fáceis mesmo, sempre com muita luta, com muita dificuldade. Mas eu espero que a BR-319 volte a ser o que já foi antes há 30, 40 anos, uma rodovia toda pavimentada e com trânsito permanente entre Porto Velho e Manaus.

Da mesma forma, a BR-364 é uma BR diferenciada. Eu queria muito que a BR-364 ficasse um dia como a BR-425 está hoje. É lógico que não vai ficar para sempre também do jeito que está hoje. Ela foi recém-restaurada. Daqui a quatro, cinco anos, vai ter problema também novamente, como todas as rodovias na Amazônia, onde o solo não é muito firme, pois a tendência é ter problema com três, quatro anos depois da sua construção. Assim foi com a BR-364 e com todas as BRs.

Mas na BR-425 foi feito um serviço de qualidade. Foi feita uma restauração por uma empresa de Rondônia. Temos que elogiar o trabalho da empresa. Além de ser uma empresa de Rondônia, uma empresa nova que não tinha ainda feito nenhuma obra nacional de vulto como a BR-425 e agora já ganhou. É importante que as empresas do Estado comecem a vencer certames licitatórios, porque ela já ganhou, agora, um trecho ali entre Presidente Médici e Jaru e já está fazendo um asfalto com a mesma qualidade da 425. Eu já passei lá. Eu passo toda semana, até porque eu tenho uma neta em Ouro Preto. Mas não só por isso. Eu passo de carro de Porto Velho, até de ônibus também. Desci de ônibus sexta-feira à noite de Porto Velho a Rolim de Moura. Já tinha descido esse dia para Ouro Preto. Desci sexta-feira de Porto Velho a Rolim de Moura à meia-noite. Cheguei às sete horas da manhã a Rolim. Ou de ônibus ou de carro, eu tenho passado com certa frequência pela BR-364. E aquele trecho que a Rondônia, o nome da empresa, Rondônia Rural, a antiga Madecom...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É Rondônia Transporte? É Rondônia Transporte que fez a obra de Guajará-Mirim até Abunã, a BR-425, do Sr. Lucídio, está agora já recapeando com asfalto usinado e alargando a pista, fazendo quase que um acostamento como se fosse também asfalto usinado. Daria para fazer até uma duplicação. De Ouro Preto a Jaru, se pintassem as faixas, já daria para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fazer uma espécie de duplicação, deixar só uma sinalização no meio, daria para fazer duas faixas cada lado, de tão larga que está ficando a estrada e tudo com asfalto usinado. Então, é essa qualidade que nós queremos na BR-364, se todos os lotes forem feitos como vai ficar o lote de Médici a Jarú, que é o lote dessa empresa.

Agora já fico preocupado, porque, lá de Vilhena, da divisa de Mato Grosso até perto de Pimenta Bueno, já aconteceu uma licitação e não entrou. Eu estive lá semana passada. Fui a Colorado do Oeste, à feira agropecuária, e não há nada. Não há serviço nenhum. Eu não vi. Inclusive, o trevo de Vilhena para Colorado está todo esburacado ainda, da mesma forma em que estava naquele em que dia que nós fomos para aquela expedição lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É, esse é um dos grandes problemas que nós temos, Senador Raupp. Algumas empresas... No caso de Vilhena a Pimenta Bueno, se não me falha a memória, é a segunda vez que a empresa ganha a licitação e não inicia a obra.

No passado, três anos atrás mais ou menos, uma empresa ganhou licitação e não começou. Passaram-se dois anos, e renunciou ao contrato. Não só da 364, mas também a mesma empresa ganhou para fazer a manutenção da 435, que liga Cerejeiras a Cavalca.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ali até fez um serviço mais ou menos. Ali na BR-435 ela fez, pelo menos de Vilhena a Colorado, parece que estava fazendo Colorado a Cerejeiras, estava mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aí, paralisou. Paralisou e abandonou o serviço tanto da 435 e não começou a 364. Só para colocar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É um grande problema esse problema de empresa. Aliás, a 425, quando essa empresa lá do Sr. Lucídio pegou, ela era a terceira colocada. A primeira não quis entrar, a segunda não quis entrar, e o DNIT chamou a terceira. Então, quando uma empresa ganha uma obra e não entra, tem que chamar imediatamente a segunda. Se houver expediente legal para isso, tem que chamar imediatamente a segunda ou a terceira para ver se a obra acontece.

A 429, agora eu passo para a 429. É uma rodovia também um tanto secundária porque ela vai de Médici a Costa Marques, mas ficou uma obra boa também, não há um buraco. Eu passei lá agora para Seringueiras, São Francisco, e só há as pontes que estão sendo encabeçadas. As pontes de alvenaria já todas construídas, as quinze pontes. E estão encabeçando as pontes, em alguns trechos que o Iphan impediu e, agora, já liberou.

Então, até o final do ano, é possível que a BR-429 esteja completa, concluída, para a gente inaugurar também, assim como vamos inaugurar na sexta-feira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu louvo aqui a atitude do Diretor Geral do DNIT, Valter Casimiro, porque ele já foi várias vezes a Rondônia. Já havia ido antes, representando o DNIT e o Dr. Tarcísio, que até já saiu, mas uns dois anos atrás, no início do lançamento da obra. E depois já passou ao Valter Casimiro, que foi visitar a ponte de Abunã. Descemos em Guajará-Mirim e viemos de carro até a ponte do Abunã, percorrendo todo o trecho da 425. Então, é uma estrada que teve a presença constante do DNIT, tanto da Superintendência de Rondônia como do Diretor Geral do DNIT e dos diretores aqui de Brasília.

Então, eu espero que realmente o DNIT comece a trabalhar com mais afinco nessas restaurações e construções também, como o Anel Norte. O Arco Norte, de que V. Ex^a falou aí, é uma obra importante, que dá acesso a terminais portuários. E seria o desvio da cidade, porque hoje a Avenida Jorge Teixeira está como a BR-319. É uma intercessão da BR-364 com a BR-319. E todas as carretas de soja passam ali, quase mil carretas de soja, por dentro da cidade, pelo centro de Porto Velho. E, com a Arco Norte, poderia ser desviado esse trânsito pesado de dentro da cidade de Porto Velho.

Então, são obras importantes. Algumas para iniciar e outras para restaurar. Nós sabemos que há hoje uma dificuldade financeira muito grande. O País ainda não começou a crescer como deveria estar crescendo, devido à crise política e econômica, mas é importante que o DNIT não perca o foco nessas restaurações para poder deixar as nossas estradas mais trafegáveis. E a BR-364 é um corredor; se ela ficar esburacada, há prejuízo de vidas, inclusive de seres humanos. Vira e mexe, há acidentes com vítimas fatais, o que não pode mais acontecer em um momento deste.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É, de fato, estamos em meio a uma crise séria econômica, Senador Raupp, mas, com relação à BR-364, as verbas estão garantidas. É um trabalho que fizemos na Bancada para que houvesse o recurso para a manutenção da BR-364, assim como também da BR-319, cujo serviço já foi reiniciado.

E nós tivemos sempre a presença do Diretor Geral do DNIT em Rondônia, tanto na 425, na 429, na 364 e na 319 também. E nós temos esse grande desafio, que é ligar Nova Mamoré à BR-364 por dentro, passando por Campo Novo e Buriti. Esse é o nosso grande desafio próximo – próximo porque a 364 sempre é a principal rodovia do Estado e da Amazônia.

Mas também tão importante quanto é essa rodovia a 080, assim era chamada e deve mudar de nome, que liga Ariquemes, Buriti, Campo Novo e Nova Mamoré e que também liga a Rio Branco, no Acre, e nos dá uma economia de mais ou menos 200km para quem vai ao Acre, passando por dentro e não tendo que ir até Porto Velho.

Então, uma economia no transporte muito grande e tendo uma alternativa a mais, como na época das chuvas que aconteceram e alagaram parte da BR-364. Naquela época, a alternativa foi exatamente fazer essa abertura. Um trabalho grande da Bancada federal, junto com o Governador Confúcio Moura,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com o que conseguimos romper aquela barreira para abrir aquela estrada, que liga hoje até Nova Mamoré.

Mas a presença do DNIT sempre foi constante junto conosco. Naquela diligência que nós fizemos de Porto Velho a Manaus, V. Ex^a foi junto também, junto com o Valter Casemiro, e a Senadora Vanessa Graziotin, e passamos por Humaitá. A presença da equipe do DNIT é muito atuante no nosso Estado, na Amazônia, enfim. Isso demonstra a importância que tem hoje esse Arco Norte, que é a nova saída, a nova alternativa de exportação do nosso País. À exportação de grãos, principalmente aqueles que nós produzimos no nosso Estado de Rondônia e do que é produzido no Estado do Mato Grosso também, a alternativa hoje mais barata para exportação é via Arco Norte, é exatamente via Porto Velho, onde se faz a exportação via hidrovia do Madeira.

Ouçõ V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Na verdade, só para contribuir, a 080, na verdade, se inicia no Mato Grosso e tem um trecho importante para nós que é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Colniza, né?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Colniza. Liga à 174, que vai... Nós fizemos uma expedição há poucos dias também de Vilhena a Juína, que pude acompanhar como membro. V. Ex^a não conseguiu ir, e fui representando a Comissão de Infraestrutura a uma audiência pública em Vilhena e outra em Juína, percorrendo a 174 de Vilhena até Juína. Há a possibilidade também de asfaltamento daquela rodovia. Eu asfaltei, quando Governador, 20km, que foi quase até a divisa do Mato Grosso. E, de lá para cá, não fizeram mais nada. Infelizmente, estamos retomando agora.

Mas de Colniza a Machadinho, que seria a 080, e o trecho de Machadinho a Ariquemes o Governador já está concluindo. Este ano, no mais tardar no ano que vem, até o final do governo, do segundo mandato do Governador Confúcio Moura, ele conclui. São 150km, quer dizer, do Bec até Machadinho já está pavimentada, naquela rodovia que vai de Jaru. Então, de Ariquemes ao 5 Bec, interligando a Machadinho, vai ficar completamente pavimentada até o ano que vem. O Governador tem o compromisso de concluir essa obra, que faz parte da 080. Futuramente, poderá ser federalizada; hoje ainda é estadual, de Ariquemes até Machadinho, mas futuramente poderá ser uma BR federal também, saindo do Mato Grosso, passando por Machadinho, Ariquemes, Monte Negro, Buritis, que deriva de Campo Novo, um trecho da 421.

Campo Novo sempre fica meio chateado, porque agora o acesso é por Buritis, mas existe acesso de Campo Novo para Buritis também. Então, acaba não ficando isolado Campo Novo porque tem acesso, asfalto. O Governador está terminando o asfalto de Montenegro a Campo Novo e pode fazer um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acesso até Buritis. E, de Buritis, sai para Nova Mamoré e Guajará-Mirim, que é a Estrada Parque, como V. Exª estava se referindo.

Então, essa estrada de Machadinho até Buritis, Nova Mamoré, também é uma ligação importante do nosso Estado. Nós vamos continuar trabalhando. Eu fui à Deputada Marinha, que tem trabalhado muito no projeto da 080, que é essa interligação do Mato Grosso à Machadinho do Oeste, Machadinho à Ariquemes, Ariquemes à Buritis, Buritis à Nova Mamoré e Guajará-Mirim. E, na ponte, em que nós colocamos 30 milhões, no orçamento. O Senador Eduardo Braga, que é o presidente desta Comissão, atendendo a um pedido nosso, alocou 30 milhões no Orçamento deste ano – ele foi o Relator do Orçamento deste ano – para iniciar, para licitar a ponte binacional de Guajará a Guaramirim. É a continuidade desta BR-080, atravessando... Do outro lado, claro, aí vai Riberalta, Santa Cruz, La Paz, aos Portos de Arica e Iquique. Vai ser uma saída interessante para o Brasil também.

Essa ponte binacional é um compromisso do Brasil, e o Lula falou que ia cumprir. Mandou fazer o projeto e não começou a obra, mas, pelo menos, mandou fazer o projeto. E o projeto já está pronto. O projeto de engenharia foi feito, refeito e, hoje, está prontinho para ser licitado, o que já foi um avanço. Se a gente conseguir licitar este ano – falava ontem no Ministério do Planejamento, para os técnicos do Ministério –, mesmo que não termine neste Governo, não vai terminar mesmo neste Governo – como a Ponte do Abunã, que foi licitada no Governo passado, mas vai terminar agora, possivelmente no ano que vem. Então, se começam em um governo obras grandes e se terminam em outro.

Essa ponte binacional é um compromisso do Brasil há 115 anos, de 1902, do Tratado de Petrópolis; e a Bolívia cobra essa ponte binacional ao Brasil. E, agora, já que a Bolívia autorizou os estudos da usina binacional, de Cachoeira Ribeirão, lá perto de Nova Mamoré e Guajará, é o momento de o Brasil dar essa contribuição à Bolívia e construir essa ponte, iniciá-la, mesmo que demore cinco, oito, dez anos. O importante é que, se houvesse sido começada há dez anos, estaria terminando agora, como a Ponte do Abunã, que começou e está sendo concluída.

Então, é com muita alegria, Presidente, Senador Acir Gurgacz, que compareço a esta Comissão para discutir as questões de infraestrutura do Brasil, mas, sobretudo, do nosso Estado, do Estado de Rondônia, para contribuir.

Eu sei que V. Exª tem-se dedicado por onde passa, como Prefeito, como Senador, já no segundo mandato, participando de muitas comissões, sendo Líder da Bancada. Eu falo nas minhas andanças, lá em Rondônia, que V. Exª tem nos surpreendido positivamente aqui no Senado Federal. Um empresário de sucesso, que assume um cargo aqui no Senado e tem engrandecido a Bancada Federal de Rondônia. E toda a Bancada tem trabalhado.

Eu, esse ano, só para concluir, assumi, indicado pelo meu Partido, a relatoria setorial de transporte. É a primeira relatoria da Comissão de Orçamento que coube à Bancada do PMDB, aqui no Senado, e eu fui indicado para assumir. Já assumi, já estou trabalhando, já temos reunião hoje à tarde,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vai haver todas as semanas e quero colocar-me à disposição da Comissão de Infraestrutura, para trabalharmos em conjunto para alocarmos os recursos lógicos, para o Brasil – tenho que relatar o Brasil inteiro, mas vamos puxar uma pontinha mais lá para o Estado de Rondônia, para as nossas BRs federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Essa relatoria é muito importante. É a relatoria sobre o Orçamento de 2018. Então, não tenho dúvida de que fará um bom trabalho, como sempre o fez, priorizando as obras importantes para o nosso País.

Eu falava há pouco sobre a concessão da BR-364. E eu entendo que não há outro caminho senão a concessão para a terceirização da manutenção e da duplicação da BR-364, para que possa ser pedagiada e duplicada, mas eu faço alguns comparativos. Como, por exemplo, algumas rodovias no Brasil estão pedagiadas com valores astronômicos – R\$14, R\$15 por pedágio, por praça –, e não é isso que nós queremos para o Estado de Rondônia. Para caminhões, vai a R\$19, R\$20 por eixo. Não é isso que nós queremos para o nosso Estado de Rondônia. Nós queremos como é, por exemplo, entre Curitiba a Florianópolis: pedágio de R\$1,8, R\$2, R\$2,5. Esse é o pedágio verdadeiro. Agora, há alguns pedágios no Brasil que estão excessivamente caros.

E nós temos que aproveitar a oportunidade, quando vencerem esses pedágios, para que não haja renovação; que haja uma nova licitação, e não se dê continuidade a esses contratos e se faça uma licitação nova, ganhe quem ganhar, evidentemente. Na licitação, ninguém sabe qual é o resultado, mas o que não pode, no meu entendimento, é haver uma renovação desses contratos. E esperamos que, em Rondônia, na 364, também nós tenhamos um pedágio justo. Não podemos ter um pedágio que não seja justo, é evidente, mas não podemos ter um preço excessivamente caro, como o é em algumas rodovias brasileiras.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só mais uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Nós estamos apanhando um pouquinho lá em Rondônia, agora no sul do Estado, Presidente Acir, porque nós estamos defendendo a duplicação da BR como um todo. E eu quero deixar muito claro, vou falar sempre lá em Rondônia: da divisa do Mato Grosso ou de Comodoro, que é a região da soja, de onde sai, deságua, os Municípios ali de Sapezal, Campo Novo do Parecis e outros ali, que seguem para Porto Velho. Então, o projeto de duplicação no projeto de estudo e viabilidade, o EVTE, que foi feito, é de Comodoro a Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Comodoro a Porto Velho. A Candeias, na verdade, não é? Porque Candeias já está duplicada até Porto Velho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Até Candeias, até Porto Velho.

Nós temos falado que, talvez, o trecho primeiro a ser duplicado seria de Pimenta Bueno a Ariquemes, que é o trecho onde há mais fluxo de veículos, até por causa da quantidade de cidade naquele meio. Já começou a haver ciúme lá no sul, lá em Vilhena, em Colorado. Então, vamos deixar bem claro que a gente defende toda a duplicação da BR. Se puder começá-la simultaneamente com trechos – e acho que isso é possível até – de Comodoro a Vilhena, a Pimenta Bueno; de Porto Velho a Ariquemes, a Jaru; enfim, todo o trecho ali do meio da BR, seria muito importante, mas é claro que, como há os gatilhos – eu chamo de gatilhos –, vai priorizar alguns lotes em primeiro plano, e aí é que a gente tem falado que esses lotes seriam de Pimenta Bueno a Jaru, porque é o trecho onde há mais confluência de rodovias estaduais, de cidades fora do eixo da BR, onde dá um movimento maior. Contudo, a prioridade é a BR inteira, duplicá-la inteira, e Vilhena não estará esquecida de maneira nenhuma da duplicação. Aliás, a travessia urbana mais bonita de Rondônia é a de Vilhena, não é? V. Ex^a trabalhou, eu trabalhei, quase todos nós trabalhamos, e os Donadon trabalharam muito também. Hoje a prefeita lá é Rosani Donadon, do nosso Partido, e a travessia urbana de Vilhena é um *show*, é a travessia mais bonita depois da de Ji-Paraná. Só não tem viaduto, a de Vilhena; a de Ji-Paraná talvez seja mais moderna porque tem um viaduto, mas a travessia urbana de Vilhena é um *show*, e ela teve o trabalho de todos nós.

Então, Vilhena não estará nunca esquecida pela Bancada Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida, a duplicação é da BR como um todo. Agora, tem de começar por algum canto, não pode começar em toda a sua extensão. E começará, com certeza, onde há um fluxo maior de veículos, sejam eles de carga ou de passeio, que é exatamente entre esse trecho de Pimenta Bueno a Ariquemes, mas a duplicação de Vilhena a Pimenta Bueno também é de fundamental importância.

Nós temos, então, alguns itens para apreciarmos, mas não temos quórum para votar.

V. Ex^a gostaria de usar da palavra, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria também aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com prazer, pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...já que não temos quórum, para também manifestar a minha alegria, como manifestou aqui o nosso companheiro, em relação à travessia urbana de Vilhena.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na realidade, o Ministro Maurício Quintella, na semana passada, me ligou para informar que o Ministério dos Transportes já está contratando os projetos para, se possível ainda no segundo semestre, implementar as duas travessias urbanas da cidade de Petrolina, que vão ficar tão bonitas quanto a de Vilhena, porque nós vamos dispor, nessas travessias urbanas, de seis viadutos.

Esse é realmente um trabalho de infraestrutura que a cidade de Petrolina já estava reclamando, tendo em vista o grande número de veículos que circulam no perímetro urbano da cidade, proveniente da estrada que nos liga a Recife e da estrada que faz a travessia de Salvador, via Juazeiro a Petrolina, na direção do Piauí. Portanto, são duas intervenções muito importantes que vão dar outra perspectiva sob o ponto de vista da mobilidade urbana na cidade de Petrolina.

Eu queria aqui fazer o registro do empenho, do compromisso e da priorização que foram conferidos pelo Ministério dos Transportes para que, agora em julho – estamos aguardando o agendamento da visita do Sr. Ministro Maurício Quintella à nossa cidade, Petrolina – sejam anunciadas essas duas grandes intervenções.

Portanto, quero também me associar a esta alegria aqui, na Comissão de Infraestrutura, pelas conquistas que estão sendo alcançadas no âmbito da infraestrutura, sobretudo daquela que fica a cargo do DNIT, que é o órgão responsável por essas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Essas duplicações nas cidades ajudam a mobilidade e a segurança das pessoas. Em Petrolina hoje deve haver muitos acidentes na rodovia que atravessa a cidade. A duplicação não é só uma nova obra, mas uma nova mentalidade sobre a maneira de se fazer a obra: com toda a segurança, tanto para que os pedestres possam ter locais para fazerem as travessias como para a segurança dos automóveis. Isso ajuda muito a população dos nossos Estados.

Então, vamos para a leitura dos projetos de lei. Nós não temos quórum para votar, mas nós temos quórum para fazer as leituras.

Nós temos o item 2, que é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp para fazer a leitura do seu relatório, que é pela aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 11, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

A proposição possui apenas dois artigos. O art. 1º acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com a determinação da aplicação do percentual mínimo de 5% (cinco pontos percentuais) do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada Cide-Combustíveis, em cada exercício, em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

Vou direto à análise.

Nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, como é o caso do PLS nº 11 de 2013, dentre outros assuntos. Por se tratar de decisão terminativa, a Comissão de Infraestrutura deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendemos que o PLS nº 11, de 2013, está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, incluído entre as atribuições do Congresso Nacional, e não incorpora matéria de iniciativa privativa da Presidência da República. Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, não sendo necessários ajustes ou correções.

Quanto ao mérito, concordamos com o nobre proponente quando destaca que os recursos da Cide-Combustíveis vêm, historicamente, sendo retidos no Tesouro Nacional para a composição de superávits primários, ainda que seja notória a imensa dificuldade com que lidam os governos municipais e estaduais relativamente a investimentos em modos de transporte coletivos. Em consequência, multiplicam-se os meios de transporte individual, resultando na formação cotidiana de engarrafamentos quilométricos.

Para mitigar essa situação, o PLS 11, de 2013, determina a aplicação de parcela da Cide-Combustíveis na expansão da infraestrutura de modos de transporte coletivos ou não motorizados, sem dúvida mais eficientes sob o ponto de vista ambiental, sendo, portanto, altamente oportuno e meritório.

Todavia, compartilhamos da visão do Senador Dalirio Beber, antigo Relator da matéria, no sentido de que somente a União seja obrigada a aplicar um percentual mínimo da arrecadação da Cide-Combustíveis, e com o Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que esse percentual seja aumentado de 5% para 10%. Acreditamos que assim haverá uma significativa aplicação de recursos em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados, contribuindo de forma decisiva para se mitigar o problema do caos urbano em decorrência de engarrafamentos quilométricos, cuja principal razão é o excesso de meios de transportes individuais.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Eu peço vista desse projeto. Eu gostaria de fazer um estudo mais aprofundado, pois é um tema importante – como todos são, é evidente. Eu tenho um conhecimento amplo sobre essa questão de transporte coletivo e faço questão de pedir vista para poder discutir melhor esse tema, agradecendo ao Senador Raupp pela leitura.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passamos ao item 3, que é o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- 1. Matéria tem parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente, com uma emenda de redação.*
- 2. A matéria constou da pauta desta Comissão em 30/05 e 13/06/2017, sendo adiada a apreciação.*
- 3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Pergunto ao Senador Fernando Bezerra se pode fazer a relatoria *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Nobre Senador Fernando Bezerra para fazer a leitura do relatório que foi apresentado à matéria no dia 25 de maio de 2017.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 291, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda. A matéria pretende regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

O projeto altera o inciso I do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de junho de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a cobrança, de forma separada, dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. A proposição ainda acrescenta um inciso ao § 1º do art. 29 para condicionar a cobrança dos serviços públicos de saneamento básico à efetiva prestação do serviço, observando-se, para os serviços de esgotamento sanitário, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

proporcionalidade entre a cobrança e os níveis de tratamento e de disposição final dos esgotos coletados.

Finalmente, o projeto acrescenta um parágrafo ao art. 45 da Lei nº 11.445, de 2007, para impor multa administrativa ao incorporador, construtor ou proprietário de edificação permanente urbana que se omita ou se recuse a conectá-la à rede pública de esgotamento sanitário, desde que previamente notificado a fazê-lo.

Na justificação da proposição, o Senador Cyro Miranda argumenta que o sistema vigente de cobrança de tarifas desses serviços, previsto na Lei nº 11.445, de 2007, tem contribuído para o quadro atual de baixo atendimento dos serviços de esgotamento sanitário, em comparação com o abastecimento de água.

Nesse regime, a cobrança pelos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pode ser estabelecida “para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente”. Na prática, cobra-se pelo esgotamento o mesmo valor cobrado pela água, o que induz o prestador do serviço a economizar no tratamento e disposição final dos resíduos.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a matéria recebeu parecer favorável, com uma emenda de técnica legislativa. Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deliberar terminativamente sobre o projeto. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre a matéria. Em se tratando de decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição insere-se na competência da União para “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”, nos termos do art. 21, XX, da Constituição Federal. Ainda, não há reserva de iniciativa em favor de outros Poderes nessa matéria. A técnica legislativa é adequada, tendo a emenda da Comissão de Meio Ambiente corrigido a única impropriedade existente.

No mérito, concordamos com a argumentação do autor no sentido de que a cobrança conjunta dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário desestimula a expansão da cobertura da rede de coleta de esgoto e o nível adequado de tratamento dos dejetos, especialmente tendo em vista que a imensa maioria dos municípios não instituiu a regulação dos serviços demandada pela Lei nº 11.445, de 2007. Nesse contexto, o valor cobrado dos usuários não guarda qualquer relação necessária com os custos do serviço efetivamente prestado, o que torna desinteressante – para as empresas do setor de saneamento – a coleta e o tratamento do esgoto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda conforme a justificação da matéria, predomina a cobrança conjunta, mesmo que os níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgotos sejam precários. Isso resulta na cobrança pelas concessionárias de esgotamento sanitário de um serviço nem sempre prestado. Pretende-se superar esse problema ao condicionar a cobrança à efetiva prestação, observada sua proporcionalidade com os níveis de tratamento e disposição final dos esgotos coletados.

Finalmente, para evitar um dos eventuais impactos negativos da cobrança em separado, o projeto impõe uma multa administrativa àqueles que não conectarem a edificação permanente urbana à rede pública de esgotamento sanitário.

Entendemos, no entanto, que mais importante que a cobrança em separado do abastecimento de água e do esgotamento sanitário é a discriminação dos custos relativos a cada serviço. A cobrança do esgotamento isolada do abastecimento de água exigiria a instalação de hidrômetros nas tubulações de esgoto, o que acarretaria custos adicionais e enfrentaria dificuldades técnicas decorrentes da ausência de pressurização. Além disso, impediria que o inadimplemento desse serviço fosse apenas com o corte do abastecimento de água, o que poderia causar sérios problemas de financiamento do serviço. Nesse sentido apresentamos emenda substitutiva destinada a exigir não a cobrança, mas o cálculo da tarifa em separado, preservado, assim, o objetivo maior do projeto, que é a indução ao tratamento das águas residuárias.

A obrigação de conectar a edificação à rede de esgotamento sanitário, quando existente, decorre do próprio conceito de “lote”, nos termos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Essa lei define lote como “o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe” (art. 2º, § 4º). A infraestrutura básica, por sua vez, é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação (art. 2º, § 5º).

Não se admite que a ocupação urbana possa ocorrer sem adequado esgotamento sanitário, sob pena de se colocar em risco a saúde pública e a proteção do meio ambiente. A multa que o projeto pretende instituir para o proprietário de edificação que se recuse a conectá-la à rede de esgotamento reforça essa vinculação da casa à cidade, que é essencial ao desenvolvimento urbano.

A implantação de redes de infraestrutura tem um custo de investimento que precisa ser amortizado, além de custos fixos de manutenção que independem do consumo dos usuários. Além disso, a disponibilidade das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário valoriza os terrenos por elas servidos. Não é justo, portanto, que alguns proprietários se evadam do pagamento desses custos, seja mantendo seus lotes ociosos, seja recusando-se a conectar as edificações construídas às redes de infraestrutura, onerando assim os proprietários adimplentes com a obrigação de conectar suas unidades à rede pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Neste sentido, propomos, no substitutivo apresentado, que os proprietários de lotes sejam obrigados a pagar pela disponibilidade do serviço independentemente da conexão das suas edificações às redes de infraestrutura existentes. Tal medida não apenas contribuirá para assegurar condições adequadas de salubridade e proteção ambiental, mas também desestimulará a retenção especulativa de áreas urbanizadas, promovendo, assim, uma ocupação do solo mais eficiente e sustentável.

Por fim, explicitamos que a conexão à rede de esgoto deve ser feita de forma adequada, e que a multa administrativa pela recusa ou omissão em conectar sua edificação à rede não exime o proprietário de responsabilidade pelos danos ambientais causados.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013, e da Emenda nº 1 – CMA, com a seguinte emenda substitutiva – aqui me dispenso de ler o substitutivo porque já é do conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, por nos fazer essa relatoria *ad hoc*.

Lembro às senhoras e aos senhores que precisamos de quórum qualificado para a votação.

Em discussão, o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Sugiro vista coletiva para que se possa mantê-lo, como os outros projetos que aqui estão, aguardando quórum qualificado para que se possa fazer a devida votação.

Temos também o item 5.

Peço a gentileza do Senador Elmano Férrer de fazer a leitura *ad hoc*.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Otto Alencar.

Relatoria: Senador Wilder Morais.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. *Matéria constou da pauta de 30/05 e de 13/06/2016, ocasiões em que teve sua apreciação adiada.*

2. *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer para proferir o seu relatório como Relator *ad hoc* já agradecendo a gentileza de S. Ex^ª.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Relatório ao PLS nº 365, de 2016.

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2016, de autoria do Senador Otto Alencar, que propõe a inclusão do art. 17-A na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para tornar obrigatória aos concessionários e permissionários de distribuição de energia elétrica a aposição de informações destacadas do consumo da unidade consumidora, em comparação com o consumo médio da região onde habita.

O PLS em análise foi despachado a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

O autor da matéria sustenta que a aprovação do PLS implementará/promoverá práticas de eficiência energética na medida em que viabilizará que as faturas de energia elétrica tragam explicitamente a comparação do gasto de cada unidade com o gasto médio da vizinhança, bem como com o gasto médio dos consumidores mais econômicos, o que estimulará a melhoria dos padrões de consumo.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão a análise de matérias atinentes às suas atribuições, em especial a assuntos correlatos ao regramento do setor energético.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 365, de 2016, tendo em vista que: i) compete privativamente à União legislar sobre energia, a teor do disposto no art. 22, inciso IV, da CF; ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam violação de cláusulas pétreas; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto: i) possui o atributo da generalidade; ii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) se afigura dotado de potencial de coercitividade; iv) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; v) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

No mérito, trata-se de matéria de inegável valor para o que se pretende nesta Comissão, qual seja, propor medidas para incentivo à eficiência energética. O presente projeto de lei vai no sentido da Lei nº 10.295, de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, cujo norte é a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente, e a obrigação do Poder Executivo de desenvolver mecanismos que promovam a eficiência energética nas edificações construídas no País, com o estabelecimento dos indicadores de consumo específico de energia ou de eficiência energética. Nesse sentido, a coleta/divulgação de informações é meio necessário para se atingir as metas de eficiência e fornecer as informações para embasar a elaboração dos indicadores necessários; e a alteração proposta pelo PLS em questão contribui para o preenchimento de tal lacuna.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação.

É esse, Sr. Presidente, o relatório elaborado pelo Senador Wilder Moraes, lido nesta oportunidade por nós outros por solicitação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer, por proferir o relatório *ad hoc*.

No caso desse projeto também, nós precisamos de quórum qualificado. Sugiro vista coletiva para que possamos apreciá-lo na próxima semana.

Eu acredito que nós já tenhamos aqui oito itens prontos para votar, o que poderemos fazer na próxima reunião, quando teremos quórum.

Esta semana a discussão maior vai estar por conta da reforma trabalhista, que já está sendo debatida, ou será debatida daqui a pouco, na CCJ, Comissão de Constituição e Justiça. Com audiência pública hoje e votação amanhã, estaremos discutindo aprovação e qual o voto que vai ser aprovado. Se não me falha a memória, são quatro votos em separado com relação à reforma trabalhista. Temos que aprovar um deles, é evidente, mas a discussão será ampla, e cada Senador, dos quatro, irá debater e defender o seu voto com relação a essa reforma, que é importante, é uma atualização trabalhista de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que o Brasil precisa. É importante que haja esse debate e que se aprove em definitivo um desses quatro votos para que possamos avançar com relação às leis trabalhistas brasileiras.

Como nós ainda não conseguimos votos para aprovar os relatórios, faço a leitura dos requerimentos.

Temos o Requerimento nº 31/2017.

Nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja realizada, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, audiência pública para discutir as intenções do Governo Federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com direito à venda de suas partes e possibilidade de concessão em blocos do sistema aeroportuário. Para tanto, proponho sejam convidados:

- o Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa;
- o Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Sr. Ronaldo Bento Trad;
- o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Sr. Rodrigo Spader;
- a Srª Presidente do Sindicato dos Aeroviários do Amazonas (SINDAMAZON), Alcilene da Silva Amâncio; e
- o Sr. Diretor-Presidente da Companhia MAP Linhas Aéreas, Marcos Pacheco.

O requerimento é assinado pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Como nós não temos quórum, também vamos aguardar para que possamos fazer a votação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Requer audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a fim de discutir as intenções do governo federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), seguida da venda de suas partes e concessão em blocos do sistema aeroportuário.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 7





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, de 2017**- Não terminativo -**

Requer, em aditamento ao RQI nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Observações: *Matéria constou da pauta de 13/06/2017, ocasião em que teve sua apreciação adiada.*

Também aguardaremos o quórum qualificado.

Requerimento nº 12, de 2017.

Requeiro, com base no que dispõe o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes, e que, consecutivamente, possam ser indicados pelo ilustre Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos regimentais. A subcomissão em comento permanecerá dedicada a estudar e a acompanhar o setor de mineração brasileiro, a realizar diagnósticos dos problemas, com suas causas e efeitos, e a apresentar soluções técnico-operacionais e aperfeiçoamentos na política setorial da mineração, bem como a formular proposições de competência do Poder Legislativo.

O Requerimento, assinado pelo Senador Wilder Morais, também aguardará quórum.

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Eu estou olhando ali o painel para ver se conseguimos alcançar o quórum para a votação dos requerimentos: ainda não, faltam 2 Senadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Requer informações ao Ministério dos Transportes - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério dos Transportes – Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364.

O Ministério dos Transportes publicou em 10/06/2015, onze editais para chamamento público que autoriza empresas privadas a promoverem estudos técnicos e de viabilidade para execução de obras no modal rodoviário.

Entre eles, o Edital nº 6/2015 – republicado Edital nº 5/2016 – referente à concessão e duplicação da BR-364/RO/MT, trecho de Comodoro a Porto Velho.

Considerando que ocorreram diversas prorrogações nos prazos para entrega do resultado da análise do PMI para a concessão da BR-364, sendo que o último prazo era de 19 de abril de 2017, solicitamos informações atualizadas à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – Ministério dos Transportes.

O requerimento é de minha autoria, para que a gente possa saber e receber informações do Ministério dos Transportes sobre a concessão e a duplicação da BR-364.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos nobres Senadores que aqui participaram desta nossa reunião.

Também agradeço a presença do nosso Prefeito Municipal de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, que nos dá a honra da sua presença em nossa comissão nesta manhã, esperando que no ano que vem S. Ex^a esteja aqui, em 19, participando junto conosco das atividades no Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Elmano Férrer, ao Senador Valdir Raupp, pela sua presença, e aos demais Senadores – Senador Ronaldo Caiado,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Paulo Rocha, Senadora Regina Sousa, Senador Lasier Martins, Senador Vicentinho Alves – pelas suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar e Wilder Moraes. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2/S, oferecida em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2017** que: "Requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28 de 2017** que: "Requer, em aditamento ao RQI nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31 de 2017** que: "Requer audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a fim de discutir as intenções do governo federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), seguida da venda de suas partes e concessão em blocos do sistema aeroportuário" **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jorge Viana, aditado, para incluir entre os convidados um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32 de 2017** que: "Requer informações ao Ministério dos Transportes - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento de informações à Mesa do Senado Federal. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33 de 2017** que: "Requer que seja convidado o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para prestar esclarecimentos acerca da exploração de portos organizados e de instalações portuárias." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Alterado pela autora, para converter a convocação em convite para audiência pública, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n. 33/2017-Cl, que entre os assuntos tratados pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil a convite do Senado Federal, sejam debatidos também as ferrovias FIOL, Transnordestina e Biocênica." **Autoria:** Senador Roberto Muniz e outros. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Ivo Cassol, Romero Jucá e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/04>

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Senador Fernando Bezerra, Senador Roberto Muniz, faço um balanço sobre a nossa ida a Guajará-Mirim, na última sexta-feira, dia 30, com o Diretor-Geral do DNIT, Engenheiro Valter Casimiro, quando houve a inauguração, a entrega oficial da restauração da BR-425, que liga Guajará-Mirim, passando por Nova Mamoré e chegando até o entroncamento da BR-364, que liga Rio Branco do Acre e também Porto Velho. No nosso caso, a ligação mais importante é a de Guajará-Mirim a Porto Velho.

Não foi refeita essa rodovia. Durante muitos anos, sempre aquela discussão sobre quando começaria e uma disputa muito forte para que se reiniciasse logo aquele trabalho. Então, a união da Bancada Federal, os Senadores, os Deputados Federais conseguimos todos essa união e conseguimos, junto ao Governo Federal, a restauração da BR-425.

Uma coisa interessante é que demorou anos para iniciar, três ou quatro anos para concluir, e após a conclusão, aquela obra já faz parte do ambiente da sociedade, já faz parte da fotografia do Estado, já não é mais tão importante, porque já foi feita. E a população, como todos nós, entende que se foi feita a obra, está feita. Isso é uma coisa do passado. E é assim que realmente é. Você tem uma luta grande e depois uma conquista. Depois dessa conquista, isso já foi conquistado e feito. Agora, temos outras demandas, outros desafios a vencer.

Um desafio que colocamos naquele momento, na reunião feita na Câmara Municipal de Nova Mamoré e depois na Câmara Municipal de Guajará-Mirim, é o asfaltamento que liga, agora, Nova Mamoré a Buritis, Campo Novo e Ariquemes, que encurta em 200km a viagem de quem estaria no interior do Estado de Rondônia indo para Guajará-Mirim, evitando passar por Porto Velho, adiantando a viagem em mais de três horas. É um novo desafio que nós temos.

Então, estivemos lá juntamente com o Senador Raupp, a Deputada Marinha, o Deputado Luiz Cláudio, o Senador Ivo Narciso; e também o Diretor-Geral do DNIT; o Miguel de Souza, que é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

representante do Ministério dos Transportes, assim como o Superintendente Sérgio Mamanny, que é Superintendente dos Estados de Rondônia e Acre. Foi uma visita importantíssima, porque também visitamos o Trevo do Roque, que na cidade de Porto Velho está em construção há muito tempo. Essa obra começou, paralisou, recomeçou, paralisou, foi aquela confusão, e agora o DNIT assumiu e está em regime de finalização, uma importante obra para o Estado de Rondônia e para a nossa capital.

Portanto, a vinda do Diretor-Geral do DNIT a Rondônia sempre é muito importante, pois acompanha de perto as obras e tem um conhecimento amplo, não fica aquela coisa fria, só de papel, de processo, e passa a entender melhor a importância dessas obras de infraestrutura, para todo o País, mas, nesse caso, especialmente para o Estado de Rondônia. E ele está andando bastante, tanto é que hoje está em Santa Catarina, em Chapecó, como nos dizia; estará com o Maldaner fazendo um trabalho de vistoria também nas obras.

Eu entendo ser importante o Diretor-Geral visitar todas as obras do País. No seu Estado, Pernambuco, Senador Fernando Bezerra; no nosso Estado de Rondônia, em Santa Catarina, em todos os lugares. Onde há uma obra do DNIT é importante o Diretor-Geral acompanhar.

Eu até dizia para ele que o que me preocupa é a dificuldade de locomoção do Diretor-Geral do DNIT. Ele deve estar sempre viajando em voos de carreira, o que causa um atraso muito grande. Eles têm uma mobilização anual de mais ou menos R\$8 bilhões a R\$10 bilhões, não podem pegar carona nos jatinhos das empreiteiras, o que seria muito ruim, mas não têm um meio de locomoção próprio. Eu entendo que seria necessário. É uma ferramenta de trabalho um meio de transporte específico para o DNIT, a fim de que eles possam fazer esses acompanhamentos. Não é visita, não é passeio, é um importantíssimo trabalho o DNIT acompanhar todas as obras que estão acontecendo no País, diante da necessidade de ampliá-las ainda mais.

Então, foi um importante final de semana. Estivemos com o Governador Confúcio Moura também em Porto Velho, reinaugurando o Cláudio Coutinho, Senador Raupp, com a presença do Ministro do Esporte. O Ginásio Cláudio Coutinho foi inaugurado inicialmente pelo Governador Jorge Teixeira, depois de um tempo fechou e ficou 12 anos parado. Depois de 12 anos fechado, o principal ginásio de esportes da nossa capital teve uma revitalização, uma moderna reestruturação, para fazer par com vários outros ginásios de esportes do País, podendo receber eventos nacionais e internacionais oficiais muito importantes. A inauguração foi dia 30, na sexta-feira à noite, em Porto Velho.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, antes de iniciar minha fala, gostaria de, mais uma vez – já fiz isso ontem, lá do meu Estado –, externar os nossos sentimentos pelo falecimento do ex-governador Ângelo Angelim, que sucedeu Jorge Teixeira que construiu tanto em Rondônia.

O Prof. Ângelo Angelim, Deputado, Constituinte do nosso Estado, foi inclusive o Relator da primeira Constituição estadual de Rondônia, depois de se ter transformado em Estado, e foi o primeiro governador, na época eleito pela Assembleia Legislativa do Estado, quando não tínhamos ainda eleição, pois a primeira foi em 1986, com a eleição de Jerônimo de Santana, que também já faleceu. E começo a ficar preocupado, porque eu também fui governador logo depois do Angelim e do Jerônimo. Mas esse fim é a única coisa certa que nós temos na vida; uma das poucas coisas certas é a morte.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ontem, o governador Ângelo Angelim, que tratava de um câncer em São Paulo, veio a óbito. Então, quero aqui externar os nossos mais profundos sentimentos à família, à Prof^a Elisabeth, sua esposa, e a todos os filhos, familiares e amigos por essa perda do nosso governador Ângelo Angelim.

Quanto à visita, mais uma vez, do Diretor do DNIT à Rondônia, realmente, cada vez que uma autoridade importante – e creio que todas são importantes – vai a um Estado... Eu sei, porque quando fui governador, toda vez que ia a um Município, sempre levava alguma coisa: ia inaugurar uma obra, ou lançar uma obra, ou visitar uma obra, ou participar de um evento importante. Então, é muito bom quando as autoridades federais se deslocam até os nossos Estados. Sempre levam alguma coisa boa. E, quando não levam muita coisa, são cobrados e daquelas cobranças acabam saindo também coisas boas.

Então, a ida do Diretor do DNIT a Rondônia já por algumas vezes tem rendido frutos importantes para o Estado. Dessa vez, como V. Ex^a já falou, o viaduto do Trevo do Roque já está inaugurado, o da dois e meio está em obras, o da Campos Sales logo, logo deverá se iniciar, das travessias urbanas de Porto Velho; e a reinauguração da BR-425, que leva o nome de Isaac Bennesby, ilustre engenheiro já falecido, tanto é que a rodovia levou o seu nome. Nós trabalhamos, na Câmara e no Senado, para aprovar a denominação da Rodovia 425 de Engenheiro Isaac Bennesby, que foi prefeito de Guajará-Mirim, e um prefeito arrojado que começou a fazer asfalto; a rodovia era toda de terra e ele fez em torno de 60km de asfalto, com as máquinas da prefeitura. Ele era meio arrojado, para não dizer meio doido, porque fez convênio até com a Bolívia para levar as máquinas e fazer asfalto na Bolívia, na cidade gêmea de Guajará-Mirim. E hoje Guajará está numa situação muito difícil, com muita saudade do ex-prefeito e engenheiro Isaac Bennesby.

Essa rodovia BR-425, rodovia Engenheiro Isaac Bennesby, tem uma importância muito grande não só para Guajará-Mirim e Rondônia, mas para a Bolívia. E ontem, em Rondônia, iniciou-se um grande seminário de integração Bolívia-Brasil. Eu estive lá no Palácio do Governo e no auditório do Tribunal de Contas do Estado, na abertura desse seminário, que trata de integração comercial. Ali estava a universidade da Bolívia, a Universidade Federal de Rondônia. Havia uma integração comercial, cultural, econômica, enfim, é uma integração muito importante.

A Bolívia começou a transportar os seus produtos pelo porto de Porto Velho. É também a inversão que já fizemos do Mato Grosso para os portos do Sul do País, que hoje estão levando para Porto Velho, Rondônia e Mato Grosso. Agora, a Bolívia descobriu essa rota, então, essa rodovia está servindo para escoar produtos da Bolívia para Porto Velho, para os portos de Porto Velho e Manaus, o que é uma coisa muito importante.

Ademais, Sr. Presidente, digo que passei também na BR-364, como passo todas as semanas, quando não de carro, de ônibus. De Porto Velho para o interior do Estado, eu tenho percorrido seis, sete, até oito cidades por final de semana. Trabalhamos aqui durante a semana, e no final de semana percorremos... Essa é a nossa vida. Tem sido a minha vida e creio que a de todos os senhores, nos últimos tempos. Estou há 35 anos na vida pública. A gente não faz outra coisa a não ser trabalhar aqui no meio da semana e percorrer as cidades, os Municípios do nosso Estado nos finais de semana.

E passei na BR-364, de Porto Velho até Cacoal, que dá mais ou menos uns 500km. Aliás, até Pimenta, porque fui no velório do esposo da Lúcia Teresa, o Tião, que faleceu também no sábado à tarde. Eu fui lá no domingo de manhã. Então, para entrar para Espigão tem Pimenta Bueno. Na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

verdade, eu fui de Porto Velho a Pimenta Bueno. Minha viagem era Cacoal, mas depois eu tive de estender até Espigão do Oeste, entrando em Pimenta Bueno.

A estrada está melhorando bastante! Aquele trecho entre Jaru e Ouro Preto, que era o trecho mais complicado, já está com alargamento da pista, com asfaltamento usinado, daria quase para duplicar. Com pouca coisa, acho que com 0,5m, 1m de cada lado a mais que abrisse, daria para já fazer uma duplicação da nossa BR, naquele trecho mais crítico, entre Ouro Preto e Jaru.

Vi também serviços da terceira faixa no morro da balança, perto de Ouro Preto, entre Ji-Paraná e Ouro Preto. Então, acredito que se as outras empresas... Nós temos que cobrar agora, do Diretor do DNIT e do Ministério dos Transportes, que as empresas que pegam as obras entrem, como aquela entrou; a que fez a 425 e já terminou. Uma obra de 180 milhões, de quase 200km de asfalto usinado e também com alargamento de pista e com acostamento, uma obra digna mesmo, de qualidade. E está fazendo o mesmo serviço nesse outro trecho, que é de Presidente Médici a Jaru.

Então, se todas as empresas pegassem a obra com a determinação que está pegando aquela empresa Rondônia Transportes, que é uma empresa de Rondônia... As outras empresas deveriam ter vergonha, até, e se espelhar no trabalho que aquela empresa está fazendo em Rondônia, executando um serviço de qualidade e em ritmo acelerado, como está fazendo aquela empresa.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu me somo a V. Exª nos pêsames à família do nosso saudoso amigo Ângelo Angelim, que nos deixou ontem. De fato, foi um importante governador na nossa história, que deixa um legado para o Estado de Rondônia com o seu trabalho, principalmente na cidade de Vilhena, onde ele viveu durante todo o tempo em que esteve em Rondônia; uma parte como governador em Porto Velho, e no mais sempre no Município de Vilhena. Então, também os nossos pêsames a toda a família do ex-governador Ângelo Angelim.

Com prazer, ouço o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, eu também gostaria de manifestar o meu reconhecimento ao trabalho do Diretor-Geral do DNIT, engenheiro Valter Casimiro, pelo seu cuidado, sua atenção, sua energia, sua determinação de procurar acompanhar as intervenções que vêm sendo realizadas pelo Governo Federal, através desse importante órgão. Gostaria, inclusive, de destacar que estamos na expectativa de ter a confirmação da visita do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, na companhia do Diretor-Geral, Dr. Valter Casimiro, à minha cidade, Petrolina, possivelmente agora, no final do mês de julho, início do mês de agosto, quando deveremos dar a ordem de serviço para uma importante obra que será tocada pelo DNIT, que são as obras de travessia urbana dentro da cidade de Petrolina, das BRs que ligam a Bahia ao Piauí e a BR que liga Petrolina a Recife, atravessando duas importantes avenidas urbanas em Petrolina: a Sete de Setembro e a Honorato Viana. Portanto, reconheço o apoio que o DNIT, através aqui, de Brasília, e da Superintendência do órgão em Pernambuco, tem prestado para que essa intervenção possa ser incluída dentro do Avançar, que deverá ser brevemente lançado pelo Governo Federal, entre as obras prioritárias.

Quero aproveitar este início da nossa reunião para dizer que – acho que é muito importante – temos acompanhado aqui, nesta Comissão, a manifestação dos companheiros do Norte, sobretudo de V. Exª e do Senador Valdir Raupp, falando das intervenções em infraestrutura não só na área





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

rodoviária, mas na área ferroviária. E, como representantes da Região Nordeste, temos as nossas preocupações, as nossas expectativas e as nossas solicitações para que o Governo Federal possa, cada vez mais, empenhar-se no sentido de destravar obras que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento regional.

Refiro-me aqui a duas importantes obras ferroviárias que significam muito para o desenvolvimento da economia do Nordeste brasileiro, em particular dos Estados da Bahia e de Pernambuco. A primeira delas é a obra da Fiol. Inclusive, tivemos oportunidade aqui, durante uma audiência pública, de verificar os estudos da denominada Ferrovia Transoceânica, que poderá ligar o Centro-Oeste e o Norte do País com o Pacífico. Vimos aqui os estudos feitos pelas autoridades chinesas, que indicam que uma das possibilidades de escoamento da produção de grãos de Rondônia, do Mato Grosso e de toda essa região produtora do Brasil seria ligar a Norte-Sul com a Fiol, ou seja, fazer a ligação com a Fiol. Portanto, seria importante que esta Casa pudesse – e evidentemente vou ouvir aqui o Senador Roberto Muniz, representante da Bahia – saber como andam essas tratativas para, digamos assim, acelerar as obras de implantação da Fiol e, sobretudo, a construção do novo porto do Nordeste, que é o porto que fica no entorno de Ilhéus, o novo Porto Sul, da Bahia, que é muito importante para a economia regional.

Também venho, mais uma vez, aqui reclamo e peço providências para ver avancem as obras da Transnordestina. Parece que há uma caveira de burro enterrada nesse empreendimento. Ele começou desde a época do governo Fernando Henrique Cardoso, se arrasta, portanto, há mais de 16 anos, e não conseguimos concluir essa importante obra ferroviária, que liga o centro de produção, na região norte do Piauí aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará. A obra encontra-se praticamente paralisada, e é importante que possamos assistir à sua retomada. Eu, na realidade, não mais acredito que essa obra possa ser concluída dentro do atual escopo. Acho que o Governo faria melhor se pudesse, de fato, solicitar a cada cidade do contrato e concluir a obra como obra pública através da Valec, para que pudéssemos rapidamente fazer avançar a ferrovia, que está praticamente pronta, desde Eliseu Martins até a cidade de Arcoverde, em Pernambuco, faltando o trecho de Arcoverde até a ligação com o Porto de Suape. E também é ligar na direção de Pecém. As obras no Estado do Ceará, nos últimos dois anos, foram aceleradas, mas agora já se encontram em um ritmo muito fraco. Portanto, essa ferrovia era para ser entregue agora, no ano de 2018, no trecho Eliseu Martins-Suape e, em 2019, no trecho de Salgueiro até Pecém. Isso está atrasado, e não temos sequer um cronograma de quando essa obra será concluída.

Mas quero aqui, nesta Comissão, colocar a nossa preocupação para que esses dois empreendimentos ferroviários possam, de fato, merecer toda a oportunidade, toda a atenção, todo o espaço dentro do orçamento federal. Assim, poderíamos concluir esses empreendimentos. Não dá mais para ficar aguardando providências em relação à Fiol e à Transnordestina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra agora, por ordem de inscrição, ao Senador Roberto Muniz, da Bahia.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Acir, acho que a fala do Senador Fernando Bezerra é muito pertinente para o dia de hoje. Recebemos ontem, o Brasil todo, uma notícia, acho, que nos traz algum alento, que foi o superávit da balança





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comercial. Temos percebido que, às vezes, queremos acabar a crise de uma vez. Acho que dificilmente vamos conseguir isso, a não ser dando pequenos passos.

É importante a sua fala, porque, quando vamos visitar os números desse superávit, vemos que o grande indicador que trouxe esse superávit foi a supersafra da soja. Ela se soma ao crescimento dos preços das *commodities*, mas a supersafra da soja é, sem sombra de dúvida, a grande boa notícia que o Brasil está experimentando. E isso está nos dando a oportunidade de termos um superávit recorde, quase R\$36 bilhões, R\$37 bilhões. Então, é um crescimento enorme tanto da safra da soja, mas a ele se somam outros produtos importantes, como o minério de ferro, petróleo, automóveis, celulose. A safra da soja nos dá a oportunidade de perceber que olhar o transporte de carga no Brasil e enxergar através de um pensamento multimodal nos permitirá fazer com que esse crescimento da balança comercial seja sustentado. É claro que, no nosso horizonte, temos alguns pontos de controle, porque não sabemos ainda a dimensão dos impactos da Operação Carne Fraca e do fechamento do mercado americano; não sabemos se isso vai se abater sobre outros contratos de exportação que o Brasil tem. Mas, apesar deste momento, Sr. Presidente, estamos tendo um crescimento saudável na exportação de carne.

Então, acho que o que o Senador Fernando Bezerra traz é um olhar sobre a estratégia de crescimento do País. Acho que as ferrovias no Brasil são as veias e as artérias que podem ligá-lo ao mundo. É tirar a produção do interior do nosso País, do rico interior do nosso País, e fazer com que essa carga chegue com menor preço, com menor custo Brasil aos portos brasileiros, e assim alcançar outros países e ampliar ainda mais essa balança comercial. Isso na verdade – é difícil as pessoas entenderem – quer dizer geração de renda e de emprego.

É óbvio que esse crescimento da exportação, apesar do crescimento da importação... Sabemos que a importação está um pouco subdimensionada pela crise interna que temos. Então, a capacidade de o povo brasileiro importar produtos diminuiu. E o que preocupa mais do que isso é que, quando olhamos o indicador de importação, a queda da importação de máquinas e equipamentos também se fez de forma abrupta, ou seja, na verdade, não estamos importando algo que poderá nos dar essa sustentabilidade no futuro.

Então, são alguns indicadores que precisamos unir. E toda essa fala do Senador Fernando Bezerra, da articulação das ferrovias, da Ferrovia Norte-Sul com a Fiol e a do Porto Sul, entendemos como um complexo multimodal muito importante para o centro e o Centro-Oeste brasileiro. E mais do que isso: vimos aqui a intenção muito clara de empresas chinesas participarem desse momento, estabelecerem uma parceria clara com o Brasil. Temos avançado muito nas conversas com os grupos chineses através do Governo do Estado da Bahia, do Governador Rui Costa e do Vice-Governador João Leão, para que essa obra se torne uma realidade, já que quase 70% da Fiol já está concluída.

Então, quero finalizar a minha fala, aproveitando a presença aqui da Senadora Vanessa Grazziotin – vi que S. Ex^a fez uma solicitação para que fosse debatida aqui na nossa Comissão a Lei dos Portos –, dizendo que acho, Senadora, que V. Ex^a traz e amplia esse debate que foi iniciado hoje de manhã para uma dimensão maior ao trazer o Ministro Maurício Quintella para esse debate. Se pudermos, em vez de convocá-lo, vamos convidá-lo para isso. E quero pedir a autorização de V. Ex^a, se assim os Senadores concordarem, para que possamos ampliar e discutir, de forma simultânea, o multimodal, que é tão importante para a agricultura do País. E hoje podemos comemorar que não é só





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a agricultura, mas para a balança comercial do Brasil. Era uma sugestão que eu queria colocar aqui para que os Senadores apreciem. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

De fato é uma sugestão de toda a Comissão, creio, dos demais Senadores, transformar essa convocação em convite, como é tradicional. A primeira ação é um convite para que o Ministro venha participar da nossa Comissão, fazendo um debate importante, que é o debate dos portos.

Nesse sentido, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Antes de entrar no assunto do requerimento que está para análise sobre a mesa, quero cumprimentar a todos e a V. Exª por este primeiro momento de debates aqui. Na realidade, é um pequeno expediente, as breves comunicações, em que todos levantam as preocupações em relação à questão da infraestrutura. É um debate importante, porque é o que tem norteado os trabalhos desta Comissão, não é?

Em relação à BR-319, V. Exª tem sido, ao lado do Senadores Raupp e Eduardo... Não sei se já foi feita a comunicação oficial aqui nesta Comissão, já que esta Comissão tem sido muito importante inclusive na conquista das vitórias que temos obtido: é que, exatamente no dia em que realizamos aquele debate público, aquela audiência pública, no final da tarde, início da noite, o Presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) 1, sob cuja jurisdição está o Estado do Amazonas, proferiu uma decisão anulando a decisão de embargo feita pela primeira instância, pela Justiça Federal de primeira instância, ou seja, trata-se de uma vitória importante. Entretanto, Senador Acir, até agora as obras não retornaram – está tudo pronto – por conta da falta de alguns documentos que têm que ser expedidos pelo Ibama. Então, quero fazer aqui um requerimento verbal a V. Exª que, como Presidente da Comissão, transmita ao Senador Eduardo Braga que o comunicado já chegou.

Vivemos um momento muito delicado lá no Estado do Amazonas também. Não bastasse a sensibilidade do cenário político nacional, no Estado do Amazonas, o Governador foi cassado. A decisão do TSE foi pela realização de novas eleições. Todos os partidos políticos realizaram as suas convenções. São nove candidatos ao governo do Estado do Amazonas. A campanha eleitoral está em pleno curso.

Aí, o Ministro Lewandowski, na semana passada, concede uma liminar interrompendo o processo eleitoral, uma liminar confusa, que, pela forma como foi redigida, o Governador cassado reassumiria o posto. Tanto que, no dia seguinte, ele teve que fazer uma errata, uma correção na redação da sua decisão, para dizer que o Governador não assumia, que apenas ele estava suspendendo o processo eleitoral.

Vejam: no julgamento do TSE, foram três Ministros do Supremo que votaram a favor da realização das eleições diretas. Então, ficamos, não só aqueles que têm o envolvimento direto com as eleições, mas o Estado todo, o setor produtivo em que V. Exª atua fortemente, as pessoas, todos ficamos, assim, em uma situação de insegurança. Não sabemos. Então, o Senador Eduardo Braga vive esse dilema. O que nós queremos, agora, é que tudo seja resolvido imediatamente, que seja dada uma palavra final: teremos eleição ou não teremos eleição. Isso porque nós não podemos ficar em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

compasso de espera, trabalhando com medidas provisórias, medidas que, a qualquer hora, a qualquer momento, podem ser modificadas.

Mas, enfim, retomando o assunto, V. Ex^a poderia conversar com o Presidente para que conversasse diretamente com a Presidente do Ibama – e poderíamos, qualquer um de nós, fazer isso, mas acho muito mais simbólico que seja a Presidência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura –, pedindo agilidade, uma vez que são somente questões burocráticas.

Quero cumprimentar V. Ex^a e agradecer a todos pelo apoio que sempre tivemos nesta Comissão nos pleitos que se referem à BR-319.

E, por fim, são dois requerimentos que eu tenho sobre a Mesa. Apesar de os dois citarem o nome do Ministro, nós entendemos – eu, pelo menos, continuo a entender – que são duas coisas diferenciadas, com objetivos diferentes: um requerimento é para a realização de uma audiência pública, que conta com vários outros convidados, para a qual, geralmente, apesar de o Ministro estar convidado, S. Ex^a manda um representante. É uma audiência pública para dialogar especificamente sobre a situação da Infraero, dos aeroportos, até porque, se aeroporto é um problema que afeta toda a Nação, para nós é um gargalo essencial. Eu não diria tanto em Rondônia, mas, no Estado do Amazonas, as nossas estradas são os céus, são os rios.

E já há uma decisão, embora não tenha sido batido o martelo, mas que se desenvolve muito, tanto que hoje a *Folha de S. Paulo* traz uma matéria muito grande a respeito, no sentido de que o Governo Federal quer a extinção da Infraero até 2018 – até 2018! – e a privatização dos aeroportos, inclusive do aeroporto de Manaus, que, hoje, é o mais lucrativo da Infraero por conta da movimentação de cargas. Nós só perdemos para Guarulhos, para Campinas – neste caso, às vezes, sim; às vezes, não. Depois, fica o Rio de Janeiro ou Manaus no *ranking* do transporte de cargas.

Como houve a privatização dos demais, com a participação... Obviamente, há uma participação acionária da Infraero, mas o aeroporto exclusivamente da Infraero mais lucrativo é o de Manaus. E eles estão querendo privatizar o aeroporto de Manaus. Isso é um crime de lesa-pátria! Primeiro, porque está na Amazônia; segundo, porque, na maior parte dos 61 Municípios do interior, nós não temos aeroportos.

A Infraero cuida de três aeroportos no Estado: Manaus; Tabatinga, que fica na tríplice fronteira, uma região que tem o maior problema de tráfico de drogas no Brasil, uma região que fica na fronteira Brasil, Colômbia e Peru; e o aeroporto de Tefé, para onde, também por ser um espaço geopolítico, econômica e até para o tráfico importante, o Exército tem se transferido com muita força, isto é, tem ampliado cotidianamente a sua presença lá. Os demais aeroportos são cuidados pelos Municípios, mas são aeroportos inexistentes – inexistentes! Eles sequer existem. E, aí, querem privatizar o de Manaus?! Por que não pensar em outro modelo? Fica-se com o de Manaus público e todo aquele lucro que o Aeroporto Eduardo Gomes gera seria canalizado para o interior. Nós falamos muito e temos muito orgulho em dizer que o Amazonas é o Estado de maior preservação ambiental, por conta da Zona Franca, mas nós não conseguimos usufruir desses benefícios.

Enfim, esse eu mantenho, porque, aqui, a gente coloca como convidado também o Sindicato Nacional, a gente coloca os representantes das empresas regionais, que estão se acabando no Brasil inteiro. Acho que foi em Roraima que uma mesma empresa teve, em 15 dias, o segundo acidente com mortes. Não sei se é de Roraima ou de onde é uma empresa aérea. Eu vi no noticiário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; não é do Amazonas não aquela empresa.

É a segunda queda de um avião regional em 15 dias, com mortes, ou seja, acidentes fatais, de uma mesma empresa.

Então, esse aqui fica. Aqui já está feito o convite.

O outro, na realidade, nós colocamos para convocar o Ministro para discutir sobre o Decreto nº 9.048, que trata da regulamentação da exploração dos portos organizados.

Eu recebo o apelo e o pleito com muita responsabilidade e vou acatar o apelo que se faz para que transformemos a convocação em convite, mas, Presidente, precisamos marcar data, porque é assim que a gente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; porque, daí, o Ministro vem e fala daquilo que a gente perguntar, porque, daí, é uma vinda dele.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; para colocar, tudo bem.

O Senador Roberto solicita que, além disso aqui, seja incluído que ele fale também das ferrovias...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone.*) – Em especial da Fiol.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E que toque também na Infraero. Claro! Não há problema algum. Eu acho que esse é o tema central. Então, seria importante também que tivéssemos uma data marcada para a vinda, porque é assim que nós temos procedido em todas as Comissões. Se não vem, a gente transforma o convite em convocação.

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa, V. Exª sabe que nós sempre procuramos colocar datas para que a gente possa atender as necessidades e os pedidos dos Srs. Senadores.

Eu peço à assessoria do Ministro, que aqui está, para fazer uma ligação ao Ministério para confirmar a data. Se possível, que seja para a semana que vem, quando o Ministro a possa vir a esta Comissão de Infraestrutura para debatermos esses assuntos.

Então, antes de terminarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma audiência em que se convida o Ministro para falar de portos e ferrovias. Mas eu pediria ao Senador Roberto Muniz que fizesse a solicitação por escrito para que a gente possa anexar a esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pedido da Senadora Vanessa Grazziotin. E a outra seria uma audiência pública com a presença de várias pessoas.

Eu entendo que a mais importante é a vinda do Ministro, sozinho ou com a sua equipe, evidentemente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Claro! É separado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... para que a gente possa fazer esse amplo debate sobre a questão dos portos e das ferrovias – e, com certeza, estará contemplada a ferrovia até Porto Velho, que é muito importante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Só lembrando, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que nós já estamos hoje no dia 4 de julho. Nós temos a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, só semana que vem, só semana que vem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ou na primeira semana de agosto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, aí não dá! Não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois é. Por isso que estou pedindo agora para a assessoria que ligue...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito! Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... para o Ministério, para que possam nos informar se é possível realizarmos essa audiência na semana que vem, nessa semana que entra.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para uma explicação pessoal.) – Sr. Presidente, como estão sendo especificadas aqui as ferrovias, eu queria acrescentar também a nossa Bioceânica, sobretudo o trecho de Mato Grosso a Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A Ferrovia Bioceânica seria incluída também no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, são três as ferrovias.

Eu peço a gentileza dos Srs. Senadores para colocarem isso no papel, para que a gente possa aprovar, ainda que daqui a pouco...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com prazer, ouço o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, bom dia!

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, bom dia!

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós temos um problema sério em Mato Grosso do Sul, onde as empresas que estão realmente fazendo as grandes rodovias estão se esquecendo das passagens, estão dividindo as cidades ao meio. E não há forma de passar. Há que se fazer um túnel ou uma rotatória. Divide-se totalmente a cidade, como acontece, na verdade, em Guia Lopes, como acontece na cidade de Nova Alvorada do Sul, em Ponta Porã. São acidentes gravíssimos, porque não há passagens.

Não sei se eu recorro ao DNIT, se eu recorro a esta Comissão. Gostaria da opinião de V. Ex^a em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Pedro Chaves.

V. Ex^a pode fazer um requerimento através da Comissão ou diretamente ao DNIT. Se o fizer através da Comissão, será votado e nós enviaremos ao DNIT. Também poderemos fazer uma visita ao DNIT, levando essas demandas que são realmente, importantes. A rodovia é importante, mas nós não podemos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, mas nós não podemos, ao trazer uma solução, criar outros problemas ou efeitos colaterais.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com relação à Senadora Vanessa Grazziotin, informo também que haverá uma expedição, na semana que vem, de várias pessoas, principalmente da imprensa – Rede TV, Rede Globo, Bandeirantes, Record e SBT – e de vários empresários, fazendo esse percurso de Porto Velho a Manaus. Então, espero que, até lá, o Ibama já tenha resolvido essa questão. A informação que chegou até mim é a de que as empresas já estão se mobilizando e iniciando os trabalhos de restauração da BR-319.

Ficará muito ruim se, na semana que vem, quando haverá essa expedição de vários empresários rondonienses e de pessoas da imprensa, toda a imprensa do Estado de Rondônia e do Amazonas... Aliás, depois, eu peço aos nossos assessores que também façam um requerimento para que eu possa participar dessa expedição, pelo menos por um dia. É preciso que se faça esse requerimento – e isso acontecerá nos dias 11, 12 e 13 – para que a gente possa chegar lá e ver as máquinas trabalhando. Seria uma decepção muito grande para todos nós, após tantas discussões, chegarmos lá com essa expedição e encontrarmos as máquinas paralisadas ainda. Então, eu espero que nós possamos encontrar, ao longo da BR-319, as máquinas roncando os seus motores – sem fumaça, se possível, porque não queremos nenhum problema com relação ao meio ambiente –, trabalhando a pleno vapor.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pela ordem.) – Eu queria apenas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazer um comentário. Primeiro, eu ouvi aqui o nosso representante Fernando Bezerra tratar da travessia urbana de Petrolina. Em um passado não muito distante, as rodovias passavam em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Petrolina, no centro da cidade, e ele, agora, como nós outros do Piauí, estamos lutando pelas travessias urbanas. Mas, em decorrência do que o nosso Senador Pedro Chaves sugere aqui, levanto também essa questão das travessias. É inconcebível que isso esteja acontecendo. Daí eu voltar a insistir na questão do planejamento.

Isso é impossível. O senhor veja que, nesta mesma reunião, um Senador de Pernambuco trata da travessia urbana do que foi feito erradamente há 50 anos e que continua a ser feito em outras regiões. Fui prefeito de Teresina, uma cidade de quase 1 milhão de habitantes, e, até agora, estamos lutando para tirar duas rodovias do perímetro urbano da cidade. É inconcebível que isso esteja acontecendo. Em muitas pequenas cidades do Piauí, que estão na rota de rodovias federais, tanto da 343, quanto da 316, estamos lutando agora por travessias urbanas, que, inclusive, fazem parte de uma atividade do DNIT. Agora, é inconcebível, meu caro Senador Pedro Chaves, o que está acontecendo. Isso é contraditório. É impossível continuarmos sem um planejamento da área urbana, sobretudo com vista à mobilidade de quem lá reside.

Então, eu acho pertinente a observação de V. Ex^a, que, no meu entendimento, tem de ser levada diretamente não ao Ministro dos Transportes, porque essa é uma questão operacional, mas ao DNIT, que faz o seu planejamento na área de engenharia. Então, é esse o tipo de coisa que está acontecendo em nosso País. É inconcebível persistirmos num erro que data de mais de 50 anos.

Eu queria só cumprimentá-lo e dizer que compartilho da sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Pois não; pela ordem, com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, nós tivemos a informação aqui de que o Ministro Maurício Quintella só poderia estar aqui no segundo semestre. Eu acho que, já que a Senadora Vanessa Grazziotin fez um gesto – e toda a Casa – de transformar o requerimento de convocação em um convite, seria de bom-tom que ele tivesse também esse apreço pelo Senado Federal. Eu acho que isso faz parte do bom convívio na democracia.

Então, eu acho que se abre mão, chega-se a uma unidade e, ao mesmo tempo, encontra-se um caminho mais fácil, até porque, deixando para o segundo semestre, tantas coisas podem acontecer até lá, sobretudo neste mundo em que, a cada dia, uma nova coisa abala o Governo, e a gente pode, talvez, não ter a possibilidade de ouvi-lo aqui no começo do próximo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

Eu não recebi essa informação, mas, de qualquer forma, faço um apelo ao Ministério dos Transportes para que o Ministro possa vir na semana que vem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eles estão "retelefonando", vamos dizer assim. Eles estão fazendo uma nova ligação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A assessoria do Ministro está dizendo que seria na primeira semana de agosto. Nós queremos que seja





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

na semana que vem, nessa semana que entra, porque vem o recesso e, depois do recesso, as coisas se modificam; os assuntos serão, com certeza, diferentes em 1º de agosto. Por isso, a importância de termos o Ministro aqui na semana que vem.

Por gentileza, faça uma ligação. Eu falo, enquanto nós prosseguimos no debate, com o Ministério, de preferência com o Ministro, para explicar a ele da importância...

Senador Ivo Cassol, eu estou com um pedido aqui do Senador Wellington Fagundes, que fez uma questão de ordem antes de V. Exª chegar. Então, atendendo...

Por favor, Senador Wellington Fagundes.

Na sequência, V. Exª terá a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu acho muito oportuna a vinda do Ministro Maurício aqui a esta Comissão, até porque houve muita especulação misturando, a meu ver, alhos com bugalhos, porque, com aquela questão do envolvimento do Deputado Rocha Loures, dentro de uma operação, concomitantemente, discutia-se a questão desse decreto que prevê a prorrogação tanto dos portos privados quanto dos portos públicos.

Eu quero dizer que, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, fomos convidados a participar de um grupo de trabalho. Foram 39 reuniões para redundar na feitura desse decreto. Essas reuniões, Sr. Presidente, foram todas abertas, reuniões transmitidas pela internet, com a participação de todas as entidades: ANTT, Advocacia-Geral da União, a presença da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, enfim, várias entidades, como também as entidades representativas do setor. Por isso, lá estava a Frente Parlamentar de Logística, a ABTP e outras entidades que fazem parte da área do setor. Houve muitas discussões.

Trago aqui a minha grande preocupação, Sr. Presidente, até porque temos no meu Estado a concessão da BR-163, com quase 1.600km, que atingem o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso. No Mato Grosso do Sul, quem está executando ou pelo menos estava executando era a CCR, e, no Mato Grosso, quem está executando é a Rota Oeste, uma empresa ligada à Odebrecht, portanto envolvida na Lava Jato. Mas parte dessa obra, a metade mais ou menos do trecho está sendo construída diretamente pelo próprio DNIT, no meio do trecho, exatamente entre Rondonópolis e Cuiabá.

No ano passado, tivemos o DNIT parando as obras por falta de recurso, e a empresa, num ritmo muito acelerado. Os contratos de longo prazo ficaram para que o BNDES liberasse esses recursos. Enquanto isso, faziam um empréstimo-ponte.

O que acontece? Já no final do ano passado, o BNDES não liberou o dinheiro praticamente para ninguém, nem no caso do Mato Grosso, em que estava uma empresa nessas condições, nem no Mato Grosso do Sul, em que estava uma empresa que não tinha nenhum envolvimento na Operação Lava Jato. Isso é, a meu ver, descumprimento de contrato. Quando se fizer uma concessão de longo prazo, se não tivermos uma política de Estado muito clara, ficamos numa política de governo que, de acordo com governo de plantão, a situação muda. Aqui, especificamente, é uma situação.

O que estamos prevendo, para quando formos trabalhar esse decreto dos portos, é exatamente para dar condições para que, nesse momento de crise, o País possa buscar investimentos de longo prazo. Inclusive, nós temos uma PEC que está tramitando aqui na Casa e até hoje não foi votada que é exatamente para definir isso. Não pode ser de acordo com o Presidente de plantão daquele momento, naquele mandato, que se mudam as regras de um contrato que vai demorar, que vai transcender muitos governos. Para o investimento que chegar ao País devem ser dadas garantias a obras, como





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ferrovias, hidrovias, estradas concessionadas de 25, 50, 70 anos e tem de haver, além do prazo, o cumprimento das regras que devem ser muito bem claras.

Eu falei, agora há pouco, com o Ministro Maurício sobre a possibilidade de ele estar aqui o quanto antes possível. Ele me alegava que, na semana que vem, está impossível a vinda dele. Não sei se já conseguiram a ligação novamente. Seria para falar de todos esses termos, de todas essas matérias. Já que é para falar de concessão, eu entendo que tem de falar de todas as concessões, de portos, de aeroportos.

E eu gostaria, se possível, de ser também um subscritor desse requerimento, solicitando a vinda, junto com ele, do Tribunal de Contas e até do pessoal das associações das concessionárias, se possível, para que tenhamos todos os lados para falar. Creio que teríamos uma audiência com muito mais informações. O que está acontecendo no Brasil? Por que essas obras estão paradas? Por que não está saindo um financiamento? Aqui não se trata apenas e tão somente de concessões de empresas que estejam porventura envolvidas nesta ou naquela operação. Nós queremos saber da infraestrutura do País como um todo, os aeroportos, as rodovias, as ferrovias. Todos os modais estão interconectados; aliás, devem estar interconectados.

Por isso, eu queria saber se é possível também ser subscritor, ampliando e solicitando a presença principalmente do Tribunal de Contas e das empresas da área, nesse caso em que se está falando dos portos, que serão renovação dos atuais... Então, a ABCR e a ABTP.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Wellington.

Peço a V. Ex^a que faça essa solicitação por escrito para que possamos anexá-la ao pedido.

Antes de passar a palavra ao Senador Ivo Narciso Cassol, eu saúdo a nossa aniversariante do dia, Senadora Regina Sousa. Nossos cumprimentos, felicitações, muita saúde, paz e alegria à nossa aniversariante do dia, hoje, aqui na Comissão de Infraestrutura. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Presidente, Senador Acir, e demais colegas Senadores.

Sobre a discussão quanto à questão da presença do Ministro, quero lembrar aos nobres colegas que temos só uma semana. Depois, teremos o nosso recesso parlamentar. E, como eu sei que todos os Ministros têm uma agenda apertada, acho que, por mais que tenhamos interesse em discutir aqui o problema de infraestrutura nacional – e, com certeza, para nós, quanto antes melhor –, não podemos esquecer que é melhor desempenharmos o papel da boa vizinhança a simplesmente aprovarmos um requerimento para que a pessoa compareça, porque, sim, ele é convidado. Então, por mais que eu saiba que temos pressa, queria pedir a compreensão dos colegas Senadores, porque o Ministro nunca colocou dificuldades para poder atender...

Só um minutinho, assessor, por gentileza, senão você fala mais alto do que o Senador aqui.

Eu queria a compreensão dos nobres colegas. Já ocupei o cargo de governador e, como Senador da República, por mais que queiramos a presença do Ministro, temos de lembrar que eles são Ministros do Brasil e há toda a infraestrutura brasileira. Já fizeram a agenda antecipadamente e fica difícil mudá-la. A população dos quatro cantos do Brasil quer a presença do Ministro.

Nós, o Senador Acir, Senador Raupp e eu, estivemos na última sexta-feira com o Diretor estivemos na última sexta-feira com o Diretor Nacional do DNIT no nosso Estado de Rondônia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estivemos no Trevo do Roque, na construção do viaduto, que era um pesadelo no passado, e nós conseguimos tornar realidade...

Esses nossos assessores aqui... Eu queria pedir a gentileza, meus assessores...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Por gentileza, colaborem conosco porque os Senadores aqui não estão ocupando o cargo. O assessor fala mais alto do que o Senador! Desculpe, eu não quero ser ignorante, mas assim também não dá, não é? O pessoal está nos assistindo em casa.

Senador Acir, nosso Presidente, eu só queria dizer que recebemos o Diretor Nacional do DNIT. Estamos concluindo a obra do Trevo do Roque e é importante viabilizarmos o restante dos recursos para fazer aquela travessia que vai para o Hospital João Paulo II. Nós temos de fazer os aterros. O viaduto de Porto Velho está pronto. Aquela foi uma obra que começou na época no governo do PT, lá atrás, do Roberto Sobrinho. Infelizmente, fizeram uma quantidade de erros, deu prejuízo; veio outro prefeito, que era o Mauro Nazif, e também pisou na bola, não deu conta nem de concluir o projeto. Aí foi devolvido o projeto ao DNIT, que o refez.

Estávamos discutindo, Senador Pedro Chaves e demais Senadores, a questão das marginais. Não é justo o povo de Porto Velho ficar pagando o preço que pagou no tempo das águas com barro, com atoleiro, e, no tempo da seca, com poeira. Nós estivemos lá. Essa obra é fundamental para o desenvolvimento e progresso da nossa capital de Rondônia.

Também quero agradecer ao Dr. Walter, ao Ministro e à toda equipe do DNIT, ao Sérgio, de Rondônia; ao Deputado Luiz Cláudio; aos demais Deputados. A Deputada Marinha esteve presente também. Os demais Deputados – o Nilton Capixaba não foi –, mas toda a Bancada federal e a do Senado.

Nós inauguramos na última sexta-feira quatro dos cinco, entre a BR-364 e Guajará-Mirim, passando por Nova Mamoré. No Município de Nova Mamoré, o Diretor Nacional do DNIT foi homenageado como cidadão de Nova Mamoré, do vale da região de Nova Mamoré. Ao mesmo tempo, nós estivemos na cidade de Guajará-Mirim. Quero mandar um abraço para o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio, para o Prefeito de Guajará-Mirim e toda a equipe. Tivemos a oportunidade, Presidente, de inaugurar aquele trecho de Guajará-Mirim a Nova Mamoré e de Nova Mamoré até a BR-364.

Precisamos urgentemente de concluir aquele trecho da BR-364 da entrada de Guajará-Mirim até Porto Velho. É importante a conclusão dessa obra por parte do DNIT.

Além disso, eu queria também agradecer ao DNIT. Lá atrás, eu fiz uma solicitação, fizemos uma cobrança ao DNIT. Quando iam começar os estudos da Rodovia da BR Isaac Bennesby, que tem o nome do ex-prefeito de Guajará-Mirim pelos trabalhos que ele fez na época, foi incluída a duplicação até a Unir. Quem ganhou com isso foram os acadêmicos e a população de Guajará-Mirim. Eu fico feliz, porque não toda a Bancada federal de Roraima participou, mas ela esteve representada, agradecendo ao Deputado Luiz Cláudio, que sempre foi um grande parceiro, um defensor dentro do DNIT, junto conosco, para tornar isso realidade.

Portanto, quero aqui mandar um abraço à população de Guajará-Mirim, em nome do Paulo do Varejão, em nome do Miguel Sena, em nome da Dorinha de Nova Mamoré, do Prefeito, dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vereadores, enfim, de toda a comunidade da BR-425. É uma alegria ter participado disso. Como Senador da República, trabalhamos integralmente, independentemente de qual partido, com um só propósito: não perder um recurso, R\$1 que vá para o Estado de Rondônia, especialmente para a infraestrutura dessas nossas rodovias.

Fico feliz com isso e vou continuar defendendo e trabalhando para que possamos ter um Brasil melhor, com certeza, e com uma Rondônia também cada vez melhor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Ivo.

Passo a palavra ao nobre Senador que acabou de registrar presença agora, ajudando o quórum, Senador Romero Jucá. Na sequência, o Senador Jorge Viana.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu vim aqui até a Comissão fazer dois registros: primeiro, o Governo não tem nenhum tipo de problema em trazer aqui seus Ministros para debater e expor o que está fazendo, até porque o resultado do trabalho deste Governo é muito bom, haja vista o resultado do crescimento industrial anunciado hoje. Só quero registrar que o Ministro dos Transportes, que está à disposição para vir aqui, na próxima semana, tem um compromisso fora. Portanto, se não houver recesso, ele poderá vir depois; se houver recesso, poderá vir na primeira semana de agosto.

Então, eu queria registrar que espero que o processo seja transformado em convite, até porque a votação será simbólica. Não há número para votar matematicamente o requerimento. É palpável que não há aqui quórum para a votação nominal, mas não vamos impedir o convite, se for convite e se for dentro do critério do calendário do Ministro.

V. Ex^a sabe que o prazo para fazer inclusive convocação é de 30 dias. Não se dá uma semana aqui. Não é a oposição que vai marcar aqui a data que Ministros virão. Quem vai marcar a data é todo mundo, num consenso.

Eu queria fazer essa ponderação com V. Ex^a para que pudéssemos votar um convite ao Ministro, que virá mostrar o excelente trabalho que está fazendo, os avanços que está tomando na área de transportes, e, portanto, importante para essa reunião e para a Comissão de Infraestrutura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Bom, pelo menos nós sabemos como trazer o Líder do Governo à Comissão. (Risos.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E nós estamos trabalhando aqui para um convite. O nosso intuito é debater com o Ministro. Não é a oposição, são os Senadores que querem a presença do Ministro para conversar, para ver como andam as coisas, na maior pacificação. Não há nenhum estresse com relação à vinda do Ministro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, se for rápido, porque o Senador Jorge Viana está...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem.) – É muito rápido. Se V. Exª me permite, poderia dar uma cópia do requerimento, porque já fizemos a alteração. Houve um pedido e eu, como autora do requerimento, aceitei. O que estamos ponderando – inclusive o Senador Acir vai conversar com o Ministro ao telefone – é para que ele venha na semana que vem. É apenas isso. Estamos dialogando com ele. Não queremos marcar data para ninguém aqui, mas queremos debater. Achamos que é importante, todos que estamos aqui. Inclusive, pedimos a ajuda do Líder do Governo para que nos auxilie em trazê-lo na semana que vem para ele mostrar esse trabalho maravilhoso e discutir questões que ainda não estão decididas no Governo. E, se demormos, podemos perder a grande oportunidade de mostrar e dar ao Ministro a nossa opinião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Presidente, e os demais colegas Senadores e Senadoras.

Acho que é importante a manifestação do Líder do Governo. Só acho que ele está exagerando um pouco nesse otimismo em relação ao País. No mais, acho que ele, como um bom operador do Regimento da Casa, está nos ajudando a fazer, porque a intenção de fato já havia sido aceita pela autora. Havia até um entendimento com V. Exª de transformar a vinda do Ministro em um convite. Agora, é bom que venha logo porque há muita gente duvidando de quanto tempo dura este Governo, e os esclarecimentos que nós queremos são para agora.

Agora, eu entendo que há um calendário muito apertado até o recesso, temos que respeitar isso, mas eu faço um apelo ao Líder do Governo: se for possível, que o Ministro venha. A questão de portos, aeroportuária é fundamental nesta Comissão. E o propósito não é expor o Ministro. Eu nunca fiz isso, e não vou fazer agora, ainda mais num momento de dificuldade, mas para a Comissão eu acho que é importante a presença de um dos Ministros de uma das áreas que tem mais afinidades com as atribuições da Comissão. Então, fica o reforço.

E acho que até a mediação do Líder do Governo pode nos ajudar a ter esse calendário estabelecido ainda esta semana. Se é possível contar com o Ministro agora, antes do recesso, ou se, lamentavelmente, só vamos poder contar depois do recesso. E ele está se preparando, já na primeira oportunidade, logo após o recesso, ou seja, os primeiros 15 dias, duas semanas.

Eu queria, Sr. Presidente, também fazendo referência ao requerimento, outro requerimento da Senadora Vanessa, cumprimentá-la pelo requerimento, mas queria ver se seria possível haver um adendo, porque eu queria subscrever esse requerimento. Ela requer audiência pública no âmbito desta Comissão, a fim de discutir as intenções do Governo Federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), seguida da venda de suas partes e concessões em blocos do sistema aeroportuário.

Eu penso que seria muito importante, além de discutirmos e termos essa audiência, termos aqui a Anac (Agência Nacional da Aviação Civil), porque nós teríamos, Sr. Presidente, a oportunidade de ouvir o posicionamento da Infraero, mas também da agência reguladora que trata dessa questão, que hoje é um problemão no Brasil. O transporte aéreo no Brasil é caro, com limitações especialmente para o Norte e o Nordeste. Eu não me canso de denunciar, a situação se agrava com o passar do tempo. Fui





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

agora, estive em Cruzeiro do Sul. Você pagar de Rio Branco a Cruzeiro do Sul passagem aérea de quase R\$4 mil para 50 minutos de voo é um absurdo, e a Gol estava cobrando isso.

Existe a ideia do Projeto Céu Aberto também, de abrir para companhias aéreas, inclusive abrir o percentual do capital dessas companhias ou do capital estrangeiro nas companhias aéreas, e a Europa não faz isso, os Estados Unidos não fazem isso. Eu acho que nós temos que aumentar a concorrência no Brasil, porque é impossível, nós temos quase o monopólio de algumas empresas, porque são quatro empresas, Senador Ivo, mas elas se dividem: uma cuida de uma região; outra cuida de outra. E eu acho que nós termos a concorrência aumentada é muito importante, mas nós também temos que ver como fazer isso, porque o Brasil parece que em algumas horas eu acho que está à venda, Senadora Vanessa, está à venda, e vendendo no pior momento. Nós estamos vivendo uma situação terrível para o empresário, para o trabalhador, para o Governo, para a prefeitura e, nessa hora,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vende o filé e fica com o osso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... o Governo estimula esse tipo de situação.

Então, eu acho que, no caso de companhia aérea, é muito importante termos a concorrência, ampliarmos a concorrência, mas nós não podemos perder a noção de que um país precisa ter também companhias aéreas com bandeira nacional, porque isso acontece no mundo inteiro.

E a última coisa, Sr. Presidente, então, se a Senadora autora concordasse, eu gostaria de acrescentar a vinda da Anac...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Jorge, para que V. Exª possa continuar, V. Exª já conversou comigo, eu aceito. Eu só peço desculpas, porque vou ter que sair, porque está começando a posse, no MEC, do Reitor da Universidade Federal do Estado do Amazonas, e eu me comprometi de estar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, aceito o adendo de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

E eu espero que possamos fazer, porque é muito importante termos aqui não só a Infraero, mas termos a Anac também se posicionando sobre isso, a agência que trata da regulação de companhias aéreas, do funcionamento de toda a sistemática de transporte aéreo no Brasil.

E, por último, Sr. Presidente, eu sei que ontem tivemos o final dos prazos para apresentação de emendas aqui. Eu sei também que V. Exª, empenhado com outros colegas da região... O nosso problema na BR-364 é gravíssimo – gravíssimo! – de manutenção, de duplicação em alguns lugares, e, no caso do Acre, de reconstrução de alguns trechos. Trabalhei, 15 anos atrás, 17 anos atrás, na BR, e hoje a falta de recursos – o Senador Wellington estava falando ainda há pouco – é situação em que ou atuamos conjuntamente, não só a Bancada do Acre, mas nós temos que atuar junto à Bancada na região toda, pegar Mato Grosso, Rondônia e Acre, fazendo uma ação coordenada, para ganharmos muito mais força, muito mais peso nesse processo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos mexendo agora nas emendas de metas para a LDO. E eu, particularmente, apresentei três propostas: uma, BR-364; outra, BR-317, que sai do Amazonas, Boca do Acre, e vai até Assis Brasil; e outra por Calha Norte, procurando trabalhar o apoio para Ramais.

Eu espero – nós vamos tratar disso depois de amanhã, salvo engano, nós vamos ter uma sessão extraordinária amanhã mesmo –, amanhã, que haja uma sensibilização, e poderemos aqui, quem sabe, fazer uma ação coordenada, para que a gente possa ter uma ação estratégica. Eu estou na Comissão Mista de Orçamento – V. Ex^a também, o Senador Acir, inclusive, estava acumulando a Vice-Presidência – e vou ceder um espaço para o colega de Bloco Senador Acir, para que a gente possa estar mais forte e presente lá. Mas eu queria dizer que, em nome da população do meu Estado, me sinto na obrigação de trabalhar, e trabalhar intensamente, como fizemos ontem, hoje e toda semana, para ser um pouco a voz, ser a expressão da necessidade dos que vivem nos 22 Municípios do Acre.

Então, a proposta de trabalhar a infraestrutura de Ramais é uma ação que a gente quer fazer junto ao Governo do Estado, o Governador Tião Viana e as 22 Prefeituras. E não tenho dúvida de que, se fizer uma pergunta para o povo do Acre, passando pelos Prefeitos e o Governador, haverá um consenso entre priorizarmos recursos para BR-317 e a BR-364, além obviamente de Ramais.

Era isso, Sr. Presidente.

Amanhã, eu espero estar aqui. E que tenhamos aqui uma ação coordenada, especialmente em relação à BR-364, com a Bancada de Rondônia, do Mato Grosso e do Acre, agindo juntos, trabalhando juntos, para que a gente possa fazer com que uma das regiões mais importantes do Brasil tenha a mínima e necessária infraestrutura, Sr. Presidente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Jorge Viana.

De fato, nós precisamos dessa união da Bancada, Senador Wellington, para que a gente possa ajudar a resolver os problemas de infraestrutura da Região Norte, especialmente quanto à 364, à 319, enfim, são tantas, à 163, são tantas, à 317, são tantas obras importantes.

Agora, nesse momento de fazer as emendas para a LDO, Senador Elmano, o Relator-Geral diminuiu de quatro para duas emendas para todas as Comissões, e isso faz com que a gente evidentemente tenha uma dificuldade maior em escolher quais as demandas nós colocaremos como emenda da Comissão de Infraestrutura, pois tínhamos quatro opções, e agora passamos a ter apenas duas opções de emendas para a LDO. Mas vamos trabalhar e atender aquelas que tiverem a maioria das indicações dos nobres Senadores.

Bom, vamos, então, agora, com o quórum habilitado, para a aprovação dos nossos requerimentos.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Requer audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, a fim de discutir as intenções do governo federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), seguida da venda de suas partes e concessão em blocos do sistema aeroportuário





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. *Requerimento lido em 27/06/2017 e adiada a sua apreciação.*

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja realizada, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública para discutir as intenções do Governo Federal em privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com direito à venda de suas partes e possibilidade de concessão em blocos do sistema aeroportuário. Para tanto proponho sejam convidados: o Ministro Maurício Quintella; o Diretor Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea), Sr. Ronaldo Bento Trad; o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Sr. Rodrigo Spader; a Presidente do Sindicato dos Aeroviários do Amazonas (Sindamazon), Sr^a Alcilene da Silva Amâncio; o Diretor Presidente da Companhia MAP Linhas Aéreas, Sr. Marcos Pacheco; e representante da Anac, a pedido do Senador Jorge Viana.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Onde está aí a inclusão das minhas sugestões. Vão ser feitas mesmo, ou não? Ela também acatou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós temos outro requerimento para trazer o Ministro. Nós vamos lê-lo e, quando lermos, falaremos sobre esse assunto.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para prestar esclarecimentos acerca da exploração de portos organizados e de instalações portuárias.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

O convite para o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Lessa, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do Decreto 9.048, de 10 de maio de 2017, que regulamentou a exploração de portos organizados e de instalações portuários. Nesse requerimento, nós temos também o requerimento para que entre no assunto tratado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a convite do Senado Federal, seja debatido também sobre as ferrovias Fiol, Transnordestina e Bioceânica. Nesse requerimento, é possível colocar o seu pedido.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O nosso assessor aqui me informa que não seria interessante trazer outras pessoas junto com o Ministro. O Ministro viria sozinho para falar de todos os temas. Nós deveríamos, então, marcar uma audiência pública específica, para tratar de outros temas, com a presença de representantes do Ministro, para debatermos detalhadamente outros temas. Então, sugiro a V. Ex^a que nós façamos outro requerimento e façamos outra audiência pública para debater este assunto.

Então, com relação a este convite ao Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, consulto os Senadores.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, aí está com data a ser marcada por ele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Está com data a ser marcada por ele. Estou aguardando ainda uma posição do Ministério para saber se poderá vir na semana que vem ou em agosto. Então, aguardo a marcação de data.

Apenas para a aprovação do requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam e o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o convite para o Ministro dos Transportes.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Requer informações ao Ministério dos Transportes - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. *Requerimento lido em 27/06/2017 e adiada a sua apreciação.*

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério dos Transportes, Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da BR-364.

O Ministério dos Transportes publicou em 10/6/2015, 11 editais para chamamento público que autoriza empresas privadas a promoverem estudos técnicos e de viabilidade para execução de obras no modal rodoviário.

Entre eles, o Edital nº 6/2015, republicado Edital nº 5/2016, referente à concessão e duplicação da BR-364/RO/MT, trecho de Comodoro (MT) a Porto Velho (RO).

Considerando que ocorreram diversas prorrogações nos prazos para entrega do resultado da análise do PMI para a concessão da BR-364, sendo que o último prazo era de 19 de abril de 2017,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

solicitamos informações atualizadas à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, Ministério dos Transportes.

De minha autoria.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. *Requerimento lido em 27/06/2017 e adiada a sua apreciação.*

Requeiro, com base no que dispõe o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes, e que, consecutivamente, possam ser indicados pelo ilustre Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), nos termos regimentais. A Subcomissão em comento permanecerá dedicada a estudar e a acompanhar o setor de mineração brasileiro, a realizar diagnósticos dos problemas, com suas causas e efeitos, e a apresentar soluções técnico-operacionais e aperfeiçoamentos na política setorial da mineração, bem como a formular proposições de competência do Poder Legislativo.

Requerimento este do Senador Wilder Moraes.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RQI nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório:**Observações:**

1. *Matéria constou da pauta de 13/06/2017, ocasião em que teve sua apreciação adiada.*
2. *Requerimento lido em 27/06/2017 e adiada a sua apreciação.*

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que, na audiência pública destinada a debater a duplicação e restauração da BR-364/Rondônia e da BR-163, seja incluído o Secretário-Executivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

A qualificação para implantação de um empreendimento, por meio de concessão e sua inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), depende da aprovação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) nos termos do art. 7º, combinado com o art. 4º, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Portanto, é fundamental conhecermos a posição deste Conselho.

Proponente, Senador Wellington Fagundes.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Por fim, agradecendo a presença dos nobres Senadores que estiveram conosco desde a manhã de hoje, convoco nossa próxima reunião a realizar-se amanhã, dia 5 de julho, quarta-feira, às 11h, neste plenário, para apreciação das emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, a nossa LDO; às 11h da manhã, amanhã, para discutirmos as emendas da LDO.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos Senadores e das Senadoras nesta nossa reunião da Comissão de Infraestrutura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia seis de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Romero Jucá, Valdir Raupp, Regina Sousa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Wellington Fagundes, Lindbergh Farias, Ronaldo Caiado e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Antonio Carlos Valadares. É registrada a presença do Deputado Federal Leonardo Monteiro. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDR 22/2017, de autoria do Senador Paulo Rocha. Finalidade: Discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que planeja promover demissão de funcionários e reduzir sua rede de atendimento e de serviços nos estados e municípios. Participantes: Guilherme Campos Júnior, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Rodolfo Manoel Marques do Amaral, Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ANATECT; José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares; Jailson Mário dos Santos Pereira, Presidente da Associação dos Analistas de Correios do Brasil; José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores dos Correios e Jesuíno de C. Caffé Filho, Presidente da Federação dos Aposentados, Aposentáveis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos - Faaco. Resultado: Realizada. Usam da palavra o Deputado Federal Leonardo Monteiro; o Senhor Ariosvaldo Alves Figueiredo – Presidente do Conselho do Postalís; o Senhor Elias Diviza – Presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo; o Senhor Paulo André - Diretor do Sindicato dos Correios do Pará; o Senhor Moisés Gonçalves – Diretor da FENTECT e o Senhor Robson Silva, Presidente do Sindicato dos Correios de Minas Gerais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/06>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

Quero entrar, logo em seguida, na audiência pública que nós convocamos, mas antes eu queria que os Senadores e as Senadoras aprovassem a ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ao iniciar o expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* da Casa.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que planeja promover demissões de funcionários e reduzir sua rede de atendimento e serviços nos Estados e Municípios. Esse requerimento foi de minha autoria, e, pela concessão da nossa Presidenta, fui autorizado a presidir esta reunião.

Vamos aos nossos convidados.

Guilherme Campos Júnior, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. *(Palmas.)*

Guilherme, como todo mundo sabe, foi nosso colega de Congresso Nacional.

O Sr. Rodolfo Manoel Marques do Amaral, Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. *(Palmas.)*

José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares. *(Palmas.)*

Sr. Jailson Mário dos Santos Pereira, Presidente da Associação dos Analistas de Correios do Brasil. *(Palmas.)*

Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios. *(Palmas.)*

Sr. Jesuíno de Carvalho Caffé Filho – Caffé Filho é um nome... *(Pausa.)*

Eu vou ler aqui a justificativa do meu requerimento.

Considerada uma das instituições com maior credibilidade no Brasil, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma empresa centenária, com missão social definida na Constituição Brasileira e com uma capilaridade de grande relevância para a integração nacional e o desenvolvimento regional, em especial na Região Amazônica, onde desempenha relevante papel.

Sob o argumento de equilibrar as contas da instituição, o Governo Federal vem anunciando a intenção de, além de privatizar, quebrar o monopólio postal, fato que vem gerando preocupações nos funcionários, em razão do plano de demissão voluntária, em vias de ser implantado, e das mudanças no plano de saúde de seus trabalhadores, os quais recebem alguns dos menores salários das empresas públicas do nosso País. Além disso, os usuários dos serviços da instituição serão os maiores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prejudicados com a redução da sua rede de atendimento e de serviço nos Municípios, o que poderá gerar prejuízos principalmente para as Regiões Norte e Nordeste, onde os moradores das comunidades mais distantes da capital dependem desse tipo de serviço de entrega de correspondência ou do Banco Postal para recebimento dos benefícios sociais.

Diante da relevante função social que a ECT cumpre em nossa sociedade e das medidas que vêm sendo tomadas no desmonte da instituição, solicito aos nobres pares apoio ao requerimento da audiência pública nesta Comissão, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento de um serviço postal público e de qualidade tão importante para o nosso País.

Eu tenho tranquilidade de dirigir esta audiência pública e falar diretamente ao colega. Fomos Deputados juntos e tivemos uma atividade parlamentar intensa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É uma questão regimental e publicação aqui da nossa TV Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que planeja promover demissão de funcionários e reduzir a sua rede de atendimento e de serviço nos Estados e Municípios.

Já composta a Mesa, vamos dar início a nossa reunião.

Queria só falar ao colega, ex-colega e agora Presidente da instituição. Ele sabe, eu conheço muito a responsabilidade, o senso público do Guilherme. Fomos colegas e atuamos muito juntos em algumas situações que estavam postas para nós, na época, no Congresso Nacional.

Colega, tenho uma ligação muito forte com os Correios porque, quando eu cheguei aqui, em 1991, na época ainda do governo Collor, eu fui autor de duas leis – que transformaram em leis – de anistia para os "grevistas dos Correios", na época, o termo que a gente usava.

Os companheiros foram muito combativos no processo de grandes greves que o sindicato e a Federação promoveram e houve uma perseguição muito forte aos grevistas naquela época, tanto que eu logrei aprovar duas leis conhecidas como Paulo Rocha I e Paulo Rocha II.

Eu tenho essa relação muito forte com a empresa e principalmente com a base, daí a minha preocupação em promover esta audiência pública. Naturalmente que todos aqui têm o seu papel. Há, principalmente, a responsabilidade maior do Guilherme, que... Desculpe-me falar dessa forma, ele vai entender, fomos colegas e fomos até bastante companheiros aqui em algumas atividades em que atuamos juntos, mas eu sei da sua responsabilidade, agora, como Presidente, com o compromisso de tocar uma empresa tão importante para o Brasil, que ele bem conhece.

Então, as regras aqui. Nós vamos dar dez minutos para cada convidado. No entanto, serei mais benevolente no tempo com o Presidente, uma vez que ele precisará de mais tempo talvez para expor suas ideias, suas posições.

Com a palavra, Sr. Guilherme Campos Júnior, Presidente dos Correios.

Fique à vontade, Presidente.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, obrigado pela oportunidade de estar presente nesta importante Comissão do Senado para nós podermos falar a respeito de todas as ações promovidas dentro dos Correios, da nossa relação importante com todos os representantes dos trabalhadores que aqui estão conosco, nesta Mesa, nesta audiência pública. Dou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

minha saudação a todos aqueles que já foram previamente referenciados. Agradeço aqui a presença dos Vice-Presidentes Darlene; Heli; o Vice-Presidente da CorreiosPar... O Henrique Dourado; o Chefe de Gabinete, Miguel Martinho e nosso assessor especial, Deputado Federal, Geraldo Thadeu.

Presidente, é uma grande honra poder estar com essa missão junto a uma empresa tão importante, tão querida pelos brasileiros, que sintetiza muito do espírito do Brasil. A sua presença nacional e a sua capilaridade tornam os Correios uma empresa única, com 354 anos de história. Na sua síntese, na sua gênese, uma empresa de comunicação, e de comunicação com a tecnologia disponível a sua época. E, lá nos primórdios, a comunicação através das correspondências, correspondência impressa e correspondência escrita, mas através da correspondência, da carta. A carta assim o foi até final do século passado.

Outras tecnologias vieram substituir as correspondências, primeiro a telefonia, que evoluiu de uma maneira significativa nos últimos dez, vinte anos, e toda a tecnologia digital, que alterou não somente como nos comunicamos, mas o nosso próprio dia a dia, alterou toda a sociedade, e os Correios não estão fora dessa sociedade.

Porém, Presidente, os Correios, que nasceram como uma empresa de comunicação, também nasceram como uma empresa pública, detendo o monopólio postal. Isso permitiu que ela chegasse hoje a esse tamanho, com essa presença. E, pelo impacto dessas novas tecnologias, impacto esse que no mundo postal tem uma grande representatividade, aqui no Brasil e no mundo, outras alternativas para a sua atuação são necessárias para que os Correios possam permanecer por mais outros 354 anos. A necessidade de se adaptar, a necessidade de se adequar a essa nova realidade é fundamental.

Todos os grandes serviços postais do mundo passaram por essa mudança, por essa transformação, há bem mais tempo. E cada país achou a sua transformação mais adequada para sua realidade. Nós aqui, no Brasil, também vamos achar a nossa. Mas, há uma constatação total, a constatação da queda do volume de objetos postais referentes ao monopólio. Isso altera muito o trabalho da empresa, altera muito as finanças da empresa. Saúdo também a presença do Ari, Presidente do Conselho do Postal, que aqui também nos prestigia. Muito obrigado, Ari.

Tudo isso que é necessário ser promovido não o foi há pelo menos dez anos, aqui, no Brasil. E o impacto dessa falta de adaptação ao novo mundo está sendo sentido hoje, principalmente nos dois últimos anos, pelo resultado da empresa, resultado muito preocupante, resultados da ordem de R\$2 bilhões de prejuízo, que impactam de uma maneira muito séria as finanças da empresa. Tudo isso vem acontecendo, e nós, desde o momento em que tivemos a honra de sermos indicados pelo Ministro Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, e nomeados pelo Presidente Temer, temos a missão de recuperação dos Correios.

E, neste momento, nos cabe um esclarecimento, que é, inclusive, um dos temas da convocação desta audiência pública, é a questão da privatização. Nem o Presidente Michel Temer, nem o Ministro Kassab e nem este Presidente que aqui está desejamos e achamos que é viável a privatização dos Correios. Em nenhum momento foi colocado, foi pontuado dessa forma.

Tem que dar tudo errado para que a solução dos Correios seja pelo caminho da privatização, pelas suas singularidades, pelas suas características. Esse trabalho está presente nos 5.570 Municípios do País, o que dá aos Correios uma característica totalmente diferenciada das empresas públicas do País, essa característica de integração nacional, essa capilaridade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Saúdo aqui a chegada do Deputado Leonardo Monteiro, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios. Agradeço pelo prestígio da presença.

Essa singularidade, essa característica dos Correios torna muito difícil uma possível privatização. Pelo cenário atual, duvido que aparecesse algum interessado nessa privatização. Um exemplo disso nós tivemos na empresa, no que tange ao Banco Postal. O Banco Postal, todos aqui sabem, mas muitos daqueles que não sabem e nos ouvem, é hoje operado pelos Correios, sendo os Correios os correspondentes bancários do Banco do Brasil. Isso foi num processo de disputa com aquele que antecedeu o Banco do Brasil, que foi o Banco Bradesco. E, nesse processo de disputa, o Banco do Brasil fez uma oferta muito forte, muito representativa, levou os serviços, que terminariam, pelo contrato, no dia 30 de novembro.

Presidente, Senador Paulo Rocha, imagine o senhor que quanto a essa oferta de trabalhar como correspondente bancário no Banco Postal, não houve nenhuma empresa no Brasil que quisesse entrar na disputa pelo Banco Postal – o Banco Postal, que hoje representa em mais de 1,7 mil cidades do País a única atividade do setor financeiro daquela cidade, ninguém lá está presente, ninguém, ninguém do setor financeiro está, somente o correspondente bancário do Banco do Brasil, através dos Correios e do Banco Postal. Imagine o senhor se nós não fôssemos ao Presidente – primeiro ao Ministro, depois ao Presidente Temer – e ele, com a sua sensibilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – ... não tivesse promovido, junto ao Banco do Brasil, uma prorrogação do contrato para que os serviços pudessem ser prestados? Isso deu uma sobrevida ao Banco Postal. Quando se poderia imaginar que não haveria proponentes numa disputa do Banco Postal? Para você ver como é que estava a nossa situação. Só para lembrar que uma coisa é aquilo que se pensa internamente e outra coisa é aquilo que está em andamento no mundo lá fora, como é que o mercado se posta, como é que têm que ser as iniciativas de nossa empresa. Desde o início, essa missão de recuperação da empresa – fazendo ajustes extremamente desgastantes na relação com os funcionários – tem ajustes que em nada nos dão prazer promover, porque cortar custos significa cortar em todas as áreas.

E, graças a essa postura de se cortar as despesas, nós, desde outubro do ano passado, mais precisamente dia 5 de outubro, promovemos aí um congelamento dentro do nosso orçamento e evitamos um aumento de despesas, no ano de 2016, da ordem de R\$1,5 bilhão. Isso foi extremamente expressivo e importantíssimo pela manutenção da saúde financeira da empresa, só para dizer de uma ação muito contundente.

Paralelamente a isso, eliminação de funções que são funções gratificadas dentro da folha, com vários níveis de serviço, o que promoveu uma economia representativa. Promovemos uma mudança significativa na política comercial da empresa, com foco no cliente, com a concentração das atividades, e, desde novembro do ano passado, conjuntamente com a consultoria contratada para redesenhar a empresa, preparando para aquilo que foi apresentado há praticamente 15 dias, que é a nova estrutura dos Correios, uma estrutura focada no negócio, aproveitando sinergias, eliminando níveis hierárquicos, aproximando quem está na operação de quem está na direção, eliminando superposição de áreas e promovendo um enxugamento expressivo na estrutura, eliminando mais de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

400 posições de gerência, mais de 20 departamentos, e aí, por cascata, por toda empresa. Tudo isso vem acontecendo para que nós revertamos esse cenário de prejuízos.

Juntamente a isso, veio o Plano de Desligamento Incentivado focado naqueles funcionários da empresa já aposentados pelo INSS, com mais de 55 anos e mais de 15 anos de contribuição ao Postalis. Desse elenco, dos 117 mil funcionários da empresa, nós temos aí 17 mil que podem ser encaixados dentro dessas prerrogativas. Tivemos uma adesão, até agora, da ordem de 7 mil funcionários. Essa posição do PDI é muito importante para que nós consigamos dar uma aliviada no custo operacional de pessoal da empresa, porque o custo de pessoal dentro da empresa, somando salário e benefícios, é da ordem de mais de 60%. E não existe nenhuma empresa congênera a nossa pelo mundo que possa fazer frente a todos esses desafios com uma representatividade tão alta da folha de pagamento nos custos da empresa. O PDI é um primeiro passo, vamos avaliar até meados deste mês de quanto vai ser adesão ao PDI. Correto, Ari, até que dia? Dezesesseis?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Até hoje? Hoje é o último dia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Dia 6 é o último dia para adesão? E a saída até o dia 16. Então, temos esse prazo para que nós possamos fazer uma avaliação do impacto do PDI...

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – ... na necessidade da empresa. Já estou encerrando, Sr. Presidente.

E não fica descartada, vindo aqui ao segundo ponto que foi colocado na convocação desta audiência pública, a possibilidade de uma demissão motivada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O senhor precisa de mais tempo?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – De só mais dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concedo-lhe mais três minutos.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Há a possibilidade de uma demissão motivada. Isso não é segredo, não faz parte de nenhum plano maligno, mas, em função da necessidade da empresa, pode ser colocado em pauta.

Cabe aqui também, Presidente, deixar bem claro que, com todas essas mudanças que estão ocorrendo, nós estamos fazendo todo o trabalho consertando o carro, e o carro está andando. Estamos trocando pneu, consertando motor, consertando suspensão, consertando freios, com o carro andando, e o reflexo disso tudo nós teremos daqui para o final do ano, lembrando que o resultado da empresa neste primeiro quadrimestre é um resultado que muito nos preocupa. Nós registramos, pelos números preliminares, um prejuízo da ordem de R\$800 milhões, sendo que, desses R\$800 milhões, R\$600 milhões se referem a pagamentos do plano de saúde, o nosso Postal Saúde. Daí vem a nossa preocupação com o resultado daqui para o final do ano. A nossa meta é virar este ano com lucro, sair deste cenário de prejuízo, para que os Correios possam ter sustentabilidade e possam ter a sua saúde





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

financeira restabelecida. É uma grande empresa, é uma empresa fantástica, composta por funcionários comprometidos, que sabem e conhecem os seus serviços, que precisam de ajustes, e estamos promovendo esses ajustes e temos a certeza de que vai dar certo.

Vou encerrar, Presidente, com as palavras de uma funcionária dos Correios que se aposentou, que aderiu ao PDI e que fez a seguinte colocação na sua saída: "Eu sou muito feliz por ser funcionária dos Correios. Tudo que tenho na vida consegui pelo meu trabalho nos Correios. E peço a vocês que fiquem, que não deixem a peteca cair, porque dos Correios vocês vão tirar o seu salário, a sua subsistência, e vão garantir também o salário e a subsistência de todos aqueles que se aposentarem. Por isso, a responsabilidade daqueles que ficam é duplicada: é por vocês e por todos aqueles que contribuíram com a empresa durante toda a vida."

Muito obrigado pela oportunidade. Sempre que o Senado houver por bem que nós devemos participar de uma audiência pública, nós estaremos à disposição.

Mais uma vez, obrigado pela deferência, Senador Paulo Rocha.

Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, peço-lhe uma informação inicial: já daria para informar o percentual de adesão ao PDI?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Hoje, é da ordem de 7 mil, de um pouquinho mais de 7 mil, no acumulado. É da ordem de 7 mil, não é? É da ordem de 7 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Passo a palavra ao Sr. José Aparecido Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT).

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Boa tarde a todos!

Obrigado, Senador Paulo Rocha, por ter dado oportunidade à FINDECT de participar também desta audiência pública.

Primeiramente, Presidente, gostaríamos de construir aqui uma ideia do que são os Correios.

Hoje, os Correios têm 354 anos, e posso falar, com muita tranquilidade, dos 40 anos em que trabalho nessa empresa. Não é de hoje! Passamos, aqui dentro, pelo período militar e, como o senhor bem disse, por perseguições políticas, por demissões – houve mais de 30 mil demissões nessa empresa –, para trazeremos a empresa para onde ela veio e também para trazeremos esse Acordo Coletivo de Trabalho que os trabalhadores hoje têm nos Correios.

Infelizmente, as gestões políticas que passam pelos Correios só têm feito mal à nossa empresa, no seguinte sentido: a prioridade na empresa, primeiro, é acomodar os apadrinhados políticos, independentemente do cargo e da função. Hoje, até supervisor está sendo substituído por um indicado político, para receber algo em torno de R\$900, o que é um absurdo. Há algum tempo, eles só queriam os cargos de R\$20 mil ou de R\$30 mil, mas, hoje, estão pegando qualquer coisa, por causa do enxugamento que vem. Mas alguma coisa eles continuam beliscando.

Deputado Leonardo, obrigado também. O senhor, que é da Frente Parlamentar, já nos convidou. Ressalto o trabalho que o senhor tem feito para nos ajudar, desde sempre, não é de agora.

Agradeço ao Daniel Almeida também.

Gostaríamos de registrar essa situação.

Presidente Paulo Rocha, eu gostaria de colocar para o senhor que, hoje, os Correios... Há algum tempo, a direção da empresa falava que o problema dos Correios era o absenteísmo. Não, o problema





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não é o absenteísmo. O problema é a doença e a escravidão com que estão sofrendo dentro dos Correios hoje os trabalhadores. Há o trabalho escravo. Já não chega a peculiaridade do trabalho dos carteiros, que é um trabalho muito difícil. Os atendentes estão sofrendo assalto todos os dias. Só no mês passado, houve mais de 40 assaltos nas agências de Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade! Pode falar.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Está bem, beleza.

Eu gostaria de registrar aqui que, se o percentual hoje dos salários dos Correios é de 60%, isso não se dá porque os salários aumentaram, mas porque se deixou de elevar os valores da tarifa por dois anos. Se a tarifa tivesse sido reajustada em 2013 e em 2014, podem ter certeza de que a folha de pagamentos não ia corresponder a 60%, não, mas ia corresponder a algo em torno de 45%. Não é possível defasar mais ainda um salário de R\$1,5 mil, só se ganharmos salário mínimo nos Correios! Então, acho que estamos na contramão aí. Não podemos concordar com essa situação.

Por outro lado, estamos, nos últimos cinco anos, com patrocínio esportivo. Só das confederações são R\$500 milhões! Em 2014, em 2015 e em 2016, a empresa investiu nas Olimpíadas R\$300 milhões.

Aqui está a ata, Senador. Eu gostaria de passar para o senhor o documento do patrocínio. É uma ata da própria diretoria da empresa: R\$300 milhões das Olimpíadas.

O Governo levou da empresa R\$3 bilhões de dividendos acima do que deveria ser passado para a empresa. Esses R\$3 bilhões também estão fazendo falta no caixa da empresa hoje.

Em 2014, a empresa fez um PDI em que gastou R\$490 milhões.

Hoje, os Correios, só com assaltos e com atrasos de entrega de correspondência por falta de funcionários, têm gastado R\$300 milhões ao ano. Esse é um prejuízo muito grande também.

Infelizmente, há algum tempo, a empresa alterou a sua marca. A gente só perdia a marca para o Banco Itaú. Trocaram a marca mais conhecida do Brasil e gastaram quase R\$50 milhões!

Vemos que, com pessoas de fora da empresa, com pessoas indicadas de fora da empresa, que são em torno de 40 pessoas, é gasto quase R\$1 milhão por mês, o que é um absurdo também! A empresa tem 117 mil trabalhadores. Não é possível que nela não haja profissionais com condições de administrar a nossa empresa!

Por outro lado, Senador, eu gostaria de colocar também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Eu sou assim, gosto de observar o ambiente. (*Risos.*)

Por outro lado, Senador... Mas está tranquilo. Estou dentro do meu tempo. É melhor falar pouco e falar com fundamento, com conceito, do que ficar divagando aqui, porque isso não leva a nada.

Por outro lado, temos aqui também a tabela salarial dos Correios com uma diferença astronômica: um carteiro ganha R\$1,4 mil, recebe R\$800 ou R\$900 líquidos por mês, e o maior salário da empresa hoje é de R\$48 mil. Duvido que haja uma empresa em que um ganha R\$1 mil e em que outro ganha R\$50 mil! Eu gostaria que quem ganha R\$50 mil desse lucro para a empresa. Aí você teria de pagar R\$100 mil para esses gestores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por outro lado também, nós temos aqui a substituição de pessoas técnicas por cargos políticos dentro da empresa. Hoje... Não, vou falar aqui de maio de 2013. Do que ocorre hoje nem quero falar, porque deve ser algo astronômico! A empresa, no mês de maio de 2013, gastou R\$5,8 milhões em funções, ou seja, são funções de pessoas que trabalham tecnicamente na empresa e que são substituídas por apadrinhados políticos. Assim, a gente perde no conhecimento e na parte financeira também.

Então, essa é a nossa situação.

Eu gostaria de falar do plano de saúde, do nosso plano de saúde. Tenho 40 anos de empresa. Só agora, depois de 38 anos, o problema do nosso salário, da folha de pagamentos dos Correios, diz respeito ao plano de saúde? São R\$2 bilhões! Há dois anos, ele era gerido pelos Recursos Humanos da empresa e custava R\$700 milhões! Por que foi para R\$2 bilhões? Temos de abrir essa caixa-preta, para vermos se realmente estamos gastando isso. Ou nos estão adoecendo, ou estamos sendo tão maltratados, que estamos todos doentes, ou há alguma coisa errada. Não é possível que passe de R\$700 milhões para R\$2 bilhões o plano de saúde, em questão de três anos! É só porque mudou a gestão, não é porque estamos usando, não!

Eu gostaria de dizer que vamos lutar, até o último momento, para defender o nosso plano de saúde, do jeito que conseguirmos, com esses anistiados. O próprio Senador Paulo Rocha fez duas anistias aqui. Nós lutamos – houve 30 mil demissões – para termos esse plano de saúde e o vale alimentação, porque não temos salário.

Tenho até medo, pois, se a gente perder esse plano de saúde, aí não vai haver funcionário. Quem vai trabalhar por mil reais e fazer um trabalho desse que fazemos em qualquer cidade do País?

Há outra questão. Estou dentro do tempo ainda, não é?

Eu gostaria só de colocar também a nossa questão do Postalís. O senhor sabe que levaram R\$7 bilhões do Postalís? Nós, os empregados, estamos pagando R\$3,5 bilhões. E vamos pagar os outros R\$3,5 bilhões? O dinheiro vai sair da caixa da empresa e vai faltar para a assistência médica, para a folha de pagamentos, para a segurança nas agências. Então, esses R\$7 bilhões sumiram, e nós estamos correndo atrás. Mas quem falou que vamos recuperar esses R\$7 bilhões?

Então, hoje, estão faltando R\$20 bilhões no caixa da empresa, e não é porque os funcionários não estão trabalhando, não! Cada carteiro, hoje, produz R\$200 mil por ano para os Correios. Vamos falar que ele ganha três vezes mais do que ele ganha, R\$5 mil; vamos dizer que ele custa R\$5 mil em encargos sociais. Durante 13 meses, contando com o décimo terceiro salário, ele vai ganhar R\$60 mil. E os outros R\$140 mil estão onde? Onde está o dinheiro dos Correios?

Então, precisamos saber direitinho como isso está, precisamos abrir a caixa-preta. Vamos ver o que há dentro dos Correios, onde foi investido o dinheiro, se ele está sendo investido, para não se colocar a culpa no nosso plano de saúde, para não nos deixarmos mais doentes.

A pior situação que existe hoje, Presidente, Senador Paulo Rocha, é a situação nossa. Hoje, os Correios são um campo devastado. Acabaram com os Correios. Hoje, a pior situação, o pior de todos os casos nossos...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – ... só para encerrar, é a situação da insegurança dos trabalhadores dos Correios, com as ameaças de demissão. Queremos ter paz, queremos que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

parem de falar na imprensa, nos meios de comunicação, nos meios sociais, que os Correios vão ser privatizados, que está sendo feito um plano em que se vão demitir os funcionários dos Correios! Deixem-nos em paz, para fazermos o nosso trabalho! A população está esperando o serviço dos Correios chegar lá. Já não chega este monte de assaltos que estamos sofrendo no dia a dia? Já não chega esta insegurança que estamos tendo, com arma na cabeça?

E ainda ameaça, ainda faz esse terrorismo e esse assédio moral, a própria direção dos Correios! A empresa, por um lado, valoriza, dizendo que somos exemplo, que temos orgulho. Nós temos orgulho. Eu tenho, sim, orgulho de trabalhar por 40 anos nesta empresa aqui! Carreguei mala, entreguei carta, coloquei mala nas costas, trabalhei no balcão. Sou técnico dos Correios, conheço os Correios.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Conheço muito os Correios! Mas eu gostaria de deixar registrada aqui a decepção que nós estamos tendo nos Correios hoje. E a culpa não é dos trabalhadores, podem ter certeza! A culpa é da má gestão e do que está acontecendo no País hoje.

Obrigado. *(Palmas.)*

Eu gostaria aqui, Senador, de entregar para o senhor este que é o projeto de fidelização dos Correios. Nós podemos arrecadar R\$42 bilhões por ano para salvar os Correios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, José Aparecido.

Dando continuidade, vamos passar a palavra ao Sr. Jailson dos Santos Pereira, Presidente da Associação dos Analistas de Correios do Brasil.

O SR. JAILSON MÁRIO DOS SANTOS PEREIRA – Meus cumprimentos ao Presidente Paulo Rocha, meu conterrâneo! Aqui, agradeço a participação.

Também meus cumprimentos a toda a sociedade paraense!

Agradeço também a participação do Sr. Presidente dos Correios, Guilherme Campos; dos dirigentes das federações sindicais, dos sindicatos filiados e das associações; e, é claro, da alta administração dos Correios. Está aqui o nosso Vice-Presidente, a Darlene, o Chefe de Gabinete Miguel.

Agradeço também a presença do Ex^{mo} Deputado Federal Leonardo Monteiro, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios, que tem estado conosco em todas as horas.

Faço meu agradecimento também ao Deputado Federal Francisco Alencar e a todos os cidadãos brasileiros que estão conosco em defesa dos Correios.

A ECT tem por princípio prestar seus serviços em todo o Território nacional, porque cumpre a missão posta pela Constituição Federal independentemente das características geográficas e sociais. Isso guarda uma relação direta com o nosso Pacto Federativo. Por isso, nós entendemos que a ECT é instrumento e peça essencial da Administração, por intermédio da qual a União exerce suas obrigações constitucionais e legais no que se refere ao serviço postal em todo o Território Federal.

Nós somos o grande integrador da economia nacional. Atuamos em mais de 5,5 mil Municípios. Destes, 30% das cidades do Brasil só possuem os Correios para acesso bancário. Esse é um dado do Banco Central de dezembro de 2013.

Segundo a Associação Amazonense dos Municípios (AAM), no Estado do Amazonas, os Correios são a única instituição federal presente em 61 Municípios, garantindo o direito constitucional da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

universalidade do serviço postal. Ora, são 2,5 milhões de atendimentos por dia em sua rede de atendimento, são 6.470 agências próprias e 1.002 agências franqueadas.

Nós temos, como atuação, regular os preços do mercado concorrencial, o de encomendas, por exemplo, e garantir preços de serviços reduzidos para localidades afastadas e de pouca viabilidade econômica. Por isso, estamos nesta Comissão, para verificar, inclusive, os impactos regionais. Nós empregamos 115 mil pessoas e permitimos o sustento de quase 400 mil pessoas, contadas aí suas famílias diretas.

Ora, nossa intenção é preservar esse patrimônio. Nós queremos que os Correios sejam fortalecidos como entidade pública, proporcionando a garantia da cidadania plena à população brasileira.

Apresentamos, então, uma proposta substanciada e reafirmada pela Corte Suprema, visando ao reconhecimento pelo Governo de que os Correios são uma autarquia federal. A ECT é um ente da União federativa cuja natureza é de autarquia, que usufrui dos privilégios de Fazenda Pública. Portanto, não estamos falando aqui de uma empresa de cunho puramente financeiro. Para exemplificar, o Ministro Carlos Velloso, em resolução do Supremo, disse o seguinte: "Não tenho dúvida em afirmar que a ECT está abrangida pela imunidade tributária recíproca (Constituição federativa, art. 150, inciso VI), ainda mais se considerarmos que presta ela serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, que é o serviço postal." Portanto, amigos, de acordo com nossa jurisprudência do nosso pretório Supremo Tribunal, como está firmado em dezenas de julgamentos, a ECT goza de imunidade tributária recíproca e de outros privilégios que a Constituição e a lei asseguram aos entes da Administração Direta e às autarquias e fundações públicas, em razão de que sua natureza é de autarquia.

Essa ambiguidade aparente histórica surgiu já durante a criação dos Correios, porque os Correios não foram simplesmente criados, mas houve uma transformação do antigo DCT para a então ECT durante o regime militar. Ora, naquele momento, o Parlamento, por força do Ato Institucional nº 5, estava, então, em licença, estava cerceado de sua expressão. Portanto, os Correios acumularam tanto as características de autarquia como também as de empresa pública. Agora, a história mostra o sucesso dessa empresa, e nisso sou solidário, inclusive, vamos dizer assim, aos nossos patriotas militares. Contudo, nós, hoje, temos de refletir acerca da continuidade da empresa.

Mais do que uma empresa de cunho meramente financeiro, ela é também uma prestadora de serviços públicos e atende, sim, à parcela da sociedade brasileira mais pobre, às pessoas que não têm sequer acesso ao banco. Pergunte se o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os bancos privados possuem agência em todos os Municípios. E, se não a possuem, por que não a possuem? É porque não dá lucro. Evidentemente, se os Correios focassem tão somente o lucro, se essas agências nos lugares remotos fossem fechadas e se suas unidades fossem desativadas, a empresa teria, sim, lucro. Mas o prejuízo social seria muito grande, seria insuportável para a Nação, porque ela tem, sim, este dever de Fazenda Pública, este dever, sim, de União.

Nós queremos apresentar aqui algumas soluções. A solução definitiva, na visão administrativa que temos, é que os Correios deveriam, sim, ser alçados a autarquia. Isso faria com que houvesse a corresponsabilidade do Governo Federal com a empresa, com os empregados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O serviço de fidelização das postagens de todas as entidades públicas já traria uma receita anual de R\$20 bilhões a R\$40 bilhões. Portanto, não estaríamos falando aqui de déficits ou de crise financeira, tão somente com a fidelização de um serviço de que a própria União necessita.

Nós temos, sim, inteligência logística para fazer uma das maiores operações logísticas de livros didáticos do mundo. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi a única operadora logística nas Olimpíadas, o maior evento esportivo do mundo. Portanto, ninguém vai me convencer de que os nossos serviços são ruins e não têm capacidade de atender à União, aos Estados e aos Municípios. Recentemente, foi criada nos Correios a Vice-Presidência de Governo, que vem exatamente atender a esta parcela, a este segmento da União.

Quero aqui dizer que, em relação ao serviço de correspondente bancário, os Correios poderiam ampliar para todos os segmentos do setor financeiro o atendimento, e não somente ser apenas um banco. Isso mitigaria os riscos ao negócio. É uma bandeira que já defendo há mais de uma década.

Quanto à questão do recálculo da conta pós-emprego, temos insistido que o déficit orçamentário dos Correios pode ser reequacionado, desde que a conta pós-emprego seja revista. Isso já impacta, de imediato, num número de R\$1 bilhão, o déficit. Então, o déficit não é de R\$2 bilhões anuais, mas é de R\$1 bilhão para menos. Isso impacta significativamente as negociações, inclusive as relativas aos planos de saúde.

Nós desejamos que ocorra o aporte de R\$6 bilhões, repassados à União a título de antecipação dos dividendos.

Esse repasse dos dividendos foi o que efetivamente esvaziou a capacidade da empresa de fazer a sua liquidação em curto prazo. Entendemos que a direção deve ser regida pelos empregados.

E aqui eu vou até abrir um parêntese: até acredito que a Presidência dos Correios possa, sim, ser exercida por uma personalidade pública, um Deputado Federal, mas, no geral, meus amigos, alguém que tem que ter qualificação profissional, tem que ser empregado de carreira.

Nós devemos garantir a universalização dos serviços postais, com a manutenção do funcionamento das agências. E aqui existe um ponto fundamental: quando nós garantimos os serviços postais, estamos, sim, pagando – literalmente pagando! – pelo desenvolvimento nacional dos cofres da entidade dos Correios. É para isso que nós queremos chamar a atenção da sociedade.

Esta empresa trabalha na logística, em todas as operações de distribuição deste País. Se esta cadeia produtiva for quebrada, as consequências não serão mitigadas em curto prazo; haverá crise e, inclusive, crise política.

(Soa a campanha.)

O SR. JAILSON MÁRIO DOS SANTOS PEREIRA – E, para finalizar, eu quero aqui fazer um apelo, como fiz na audiência pública, na Câmara dos Deputados, a todas as autoridades públicas, aos Deputados Federais, aos Senadores, às lideranças de entidades: que possam nos dar as mãos, porque a nossa causa não é tão somente pelo nosso emprego. Eu poderia falar aqui do meu emprego – eu preciso sustentar duas crianças, manter a minha casa, e isso já seria digno de toda a minha luta –, mas é também pelo País, pela economia dos Estados, pela economia das regiões pobres deste País, que não possuem nem sequer agência bancária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E quero, para finalizar, pedir a toda a família cristã que dê as mãos neste momento, porque nós não passamos apenas por uma crise, uma reflexão acerca dos Correios; não é apenas isto. Nós estamos imersos num contexto maior...

(Soa a campanha.)

O SR. JAILSON MÁRIO DOS SANTOS PEREIRA – ... que é a nossa República, e nós precisamos dar as mãos para que a nossa sociedade permaneça coesa – coesa e respeitosa.

Nós vivemos num país maravilhoso. Eu me orgulho de ser brasileiro, eu me orgulho de ser paraense, e quero contar às minhas filhas que fiz parte desta luta e que nós, mesmo nas diferenças, caminhamos unidos. Quando nós ouvimos falar aqui em desemprego, em demissões, certamente que incomoda, mas nós temos as soluções. Basta que nós abramos nossos olhos e abracemos as nossas responsabilidades: as responsabilidades nacionais, as responsabilidades no nosso trabalho, as responsabilidades com a nossa família.

Agradeço. E desejo a cada um dos senhores e senhoras boa tarde e que o Senhor Deus abençoe a todos e dê a cada um sabedoria para todas as suas decisões no dia a dia!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Jailson.

Eu queria justificar talvez a ausência de Senadores e Senadoras. Hoje nós temos uma concorrência muito grande, porque, na Comissão ao lado, que é a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), está sendo discutido, debatido e vai à votação o projeto da tal reforma trabalhista. Então, todo mundo está voltado para lá e concentrado nas questões de lá, e por isso a ausência aqui.

Em virtude disso há um controle maior lá na porta. Não sei por quê, nesses momentos, não me perguntem por quê, mas, nesses momentos, há esse controle mais rígido. No entanto, eu já providenciei, porque há alguns companheiros de vocês que querem entrar. E devem entrar mais uns 15, que é o que comporta, pelo que está colocado, e os companheiros devem chegar.

Essas audiências públicas também têm uma interação via internet. O pessoal que está nos assistindo acaba fazendo essa interação aqui. Então, por exemplo, o Sr. Carlos Roberto, do Distrito Federal, diz para o Presidente: "Sr. Presidente dos Correios, nenhuma empresa sobrevive sem o comprometimento dos seus colaboradores e, haja vista toda a pressão que os mesmos estão sofrendo pela demissão sem motivo, qual será o plano para motivá-los a construir uma empresa melhor?"

Edson Barbosa Nunes, de Minas Gerais: "Os Correios prestam serviços de grande valor e com eficiência sempre esperada por todos os brasileiros, sendo uma organização que funciona muito bem na atualidade brasileira e deve aumentar o efetivo e estrutura."

Dando continuidade, o nosso José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação. O senhor dispõe de dez minutos, inicialmente.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Obrigado, Senador Paulo Rocha. Nós, da FENTECT, temos orgulho de militar com você, por tudo o que você fez e tem feito pela nossa categoria, principalmente quanto ao caso das leis da anistia, e sempre esteve do lado dos trabalhadores. Então, nós queremos prestar essa homenagem e dizer que temos muito orgulho de ter um Senador do seu nível aqui, dentro desta Casa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero também cumprimentar Jesuíno, Rodolfo, Jailson, Presidente Guilherme Campos, Gandara, nosso Deputado Leonardo Monteiro, todos os companheiros nossos de direção sindical, dirigentes sindicais que estão aqui, todos os aposentados, todos os trabalhadores, e dizer que, para nós, mais uma vez, é um momento importante. Eu acho que esta já é a sexta audiência pública, a primeira no Senado, com esta oportunidade de debater sobre os Correios.

A gente tem tido uma dificuldade muito grande de compreender este momento, porque, até outro dia, os Correios estavam sendo preparados para ser uma empresa de classe mundial, rumo a 2020. Com a questão do golpe, mudou-se a tônica da empresa, e veio um outro Presidente que já disse que a empresa está quebrada. E, agora, nós estamos aqui, na gestão do Guilherme Campos, em que os trabalhadores, a cada dia, são surpreendidos com essa questão de demissão.

E quero começar a minha fala, dizendo que escuto a CBN e vejo que o Presidente sempre está na CBN Campinas – parece até que os Correios têm um convênio com a CBN Campinas –, e toda hora, na CBN Campinas, é: "Vai demitir." "Vai demitir trabalhador." "Vai demitir trabalhador." E, nas nossas famílias, ficam todos preocupados. A minha esposa já perguntou para mim várias vezes: "O que está acontecendo com os Correios? Vão quebrar mesmo? Será que vocês vão continuar trabalhando na empresa? Estou preocupada."

E quantos pais de família trabalhadores dos Correios hoje não estão preocupados com a situação da empresa? Situação essa que nós, trabalhadores, rebatemos com estudo do Dieese, com vários estudos feitos pelos trabalhadores. Observando os números da empresa, a gente não acredita que uma empresa que, até 2012, 2013, tinha caixa, hoje, não tem recurso.

E aí não tem recurso por quê? Por causa de superávit primário feito pelo Governo Federal; como falou o Gandara aqui, porque não se aplicaram os reajustes nas tarifas, porque o Governo fazia controle de inflação. Isso hoje está fazendo falta no caixa da empresa e tem causado todo esse caos.

Aí a gente entra para a questão do pós-emprego e do nosso plano de saúde. Toda hora, a gente ouve, a direção dos Correios e o Presidente falam muito isso, que, se colocarem a cobrança ou se fecharem o plano de saúde dos trabalhadores, os Correios passam a operar, saem da crise, saem do déficit e passam a dar lucro. E esses benefícios foram conquistados ao longo de mais de 354 anos, pela luta dos trabalhadores, um legado daqueles que passaram por essa empresa e que deixaram para nós. E nós não vamos, de maneira alguma, abrir mão desses nossos benefícios.

E aí é importante dizer que uma direção de uma empresa do tamanho dos Correios, tão importante, deveria trabalhar a motivação dos seus servidores, deveria trabalhar, pensar a empresa do ponto de vista do futuro, deveria pensar: "Como eu vou motivar o meu trabalhador a melhorar o nosso dia a dia, a trabalhar com aquela firmeza?" Porque eu digo assim: "Com que nós vamos...?" Eu acordo, vou para os Correios, ligo o rádio, e está lá: "Os Correios estão quebrados. Vamos tirar benefícios. Vamos, em audiência, se não fizerem isso, nós vamos demitir." Qual a motivação que eu tenho para ir trabalhar, acordar todo dia e ir trabalhar nos Correios se, todo dia, o meu emprego está ameaçado?

Então, para nós, é importante dizer para o Presidente aqui e para a direção dos Correios, que está aqui, os três Vice-Presidentes que estão aqui: a gente deveria pensar a motivação dos servidores, como os trabalhadores vão ter motivação, porque as medidas de reestruturação são medidas que só cortam o direito dos trabalhadores.

Primeiro, você apresenta novos serviços para a sociedade. E, nos Correios, a gente tem orgulho da marca Sedex. Foi uma marca que foi criada, que deu certo. As pessoas pensam nos Correios,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pensam no Sedex, pensam na maior marca, pensam no carteiro. Mas hoje o carteiro anda na rua e, se não tomar cuidado, há lugar em que ele é agredido, porque a correspondência não está chegando em dia. Então, nós somos uma das maiores empresas deste País. E aí: plano de demissão voluntária, não tem substituição de trabalhadores.

Então, ou a empresa e a direção dos Correios pensam a empresa de uma maneira a apresentar novos serviços para a sociedade brasileira, porque nós somos prestadores de serviços, ou nós vamos estar fadados a fazer um debate aqui sobre diminuir o tamanho da empresa e principalmente retirar direitos dos trabalhadores. E aí não há nenhum trabalhador que tenha um tempo nos Correios... Eu tenho 20 anos de Correios; o Gandara tem 40; há trabalhadores aqui com 50; outros com 15; outros com 10. E quem trabalha nos Correios gosta de trabalhar nos Correios.

Ou a gente compreende isso, ou as direções que vêm compreendem isso e chamam os trabalhadores para debater a saída dessa crise, ou a gente está fadado a fazer esse enfrentamento que a gente está fazendo no dia a dia. Porque crise não é só nos Correios; o País passa por crise, vários países passam por crise. Então, quando a gente pensa em falar assim, é porque, senão, nós ficamos no nosso mundo, achando que são só os Correios que estão em crise. E a gente continua produzindo, e a gente continua passando todos os dias nas ruas deste País, continua nos locais mais difíceis deste País, fazendo a nossa entrega porta a porta.

Então, faço um apelo aqui ao Presidente Guilherme Campos, para debater com as representações sindicais o modelo de Correios, porque não é dessa forma ou com as medidas que estão sendo tomadas que nós vamos resolver o problema dos Correios. Mais de 100 milhões – e aí não é só na sua gestão, não –, mas, na sua gestão, já saíram uns 40 milhões para a consultoria. Nós temos, hoje, mais de 108 mil trabalhadores, gente que está saindo, gente aposentada, pessoas que pensaram esta empresa, que criaram grandes marcas dentro dessa empresa, e hoje estão lá encostadas; hoje a pessoa não é chamada mais a raciocinar e a pensar uma saída para a empresa. E essa missão não é minha; essa missão é do Presidente da empresa, de chamar os trabalhadores a esse nível de comprometimento, para as pessoas voltarem a acreditar naquilo que elas fazem.

Então, a gente tem um papel importante nesse cenário, mas a empresa precisa andar, a empresa precisa melhorar. E aí, Presidente, não é indo à imprensa falar que vai demitir, ou que vai cortar direitos, ou que vai acabar com o plano de saúde, ou que, se os trabalhadores não aceitarem, vai retirar os direitos dos trabalhadores, que se vai conseguir resolver isso. Eu acho que o plano de fidelização dos serviços postais, que o Governo Federal... No momento em que o País discute corrupção, no momento em que o País discute uma série de fatores em relação ao favorecimento de empresas privadas, a gente vê os Correios com a preferência muito mais de passar serviços do que de melhorar seus serviços.

Então, o Governo Federal, mesmo se fidelizar com os Correios... Eu não digo os 40 bilhões, Gandara, que estão nesse projeto...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – ... mas 10 bilhões, 8 bilhões já resolveriam o problema dos Correios hoje. Se o Governo repassasse o que retirou dos Correios, já resolveria o problema dos Correios hoje. E capital político você tem para isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que aqui a gente tem a Frente Parlamentar também, que pode nos ajudar nessa discussão, tem o apoio do Senador Paulo Rocha. Agora, eu acho que a gente precisa transformar essas audiências públicas num projeto ou num documento que tenha eco tanto na sociedade, como dentro desta Casa, e principalmente, concordando o Governo ou não com isto: a gente está falando de uma empresa de mais de 354 anos que nós não queremos que seja privatizada ou que seja entregue ao capital privado, porque, diga-se de passagem, se for aberta a privatização dos Correios, você pode deixar o papel do monopólio, que é importante para os Correios, porque ainda representa 50% da receita para o Estado, deixando as regiões mais longínquas para o Estado fazer, mas, quanto ao filé, nas grandes capitais, há interesse, sim, as empresas privadas vão entrar, sim, como já entram.

A gente só tem 23% do mercado de encomendas, do mercado de *e-commerce*, com o tamanho que tem a empresa, com a logística que tem a empresa. O que está faltando? O que está faltando para a gente aumentar e ampliar o mercado? O que está faltando? São respostas que a gente precisa ouvir por parte da direção dos Correios. O que está faltando?

Talvez esteja faltando motivação; talvez esteja faltando mais diálogo; talvez esteja faltando você discutir sobre a cadeia produtiva hoje na empresa; talvez esteja faltando a gente discutir a entrega pela manhã em todo o Brasil; talvez você discuta na cadeia produtiva o tombo da carga. Porque você precisa... Se o cara entrar de manhã, fizer a entrega dele de manhã, e à tarde ele preparar o serviço para o outro dia, eu tenho certeza de que o trabalhador, todos eles vão produzir muito mais do que como hoje se encontra: entrega-se pela manhã num lugar; entrega-se à tarde no outro.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Você não tem uma regularidade da carga.

Então, é importante, Presidente, se debruçar sobre pequenos detalhes que, às vezes, estão passando despercebidos, e que poderiam ser uma solução para a empresa. Mas, repito, primeiro a gente cria soluções para aumentar a receita, para melhorar o dia a dia da empresa; depois, você vai pensar nessas medidas que estão sendo adotadas hoje. Agora, não, a empresa está vindo com medidas primeiro de cortar, retirar direitos, e aí depois apresentar soluções: "A gente tem essa solução, tem essa e tem aquela." Jamais nós, como trabalhadores e representantes dos trabalhadores, iremos aceitar.

Então, para encerrar, quero agradecer, mais uma vez, Paulo Rocha.

E os trabalhadores vão continuar mobilizados, e vamos dar a resposta, e não vamos aceitar nenhum direito a menos para os trabalhadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, José Rivaldo.

Comentários via eletrônica, aqui na interação.

Vinícius Fernandes Reis, de Minas Gerais – viu Deputado? –: "Essa crise é culpa do monopólio estatal. O livre mercado deve não só ser favorecido, como também incentivado, afinal, isso beneficiaria não só os funcionários e consumidores de tais serviços, mas, sim, a população como um todo. Os Correios devem ser privatizados 'pra ontem!'"

Esse comentário é do Carlos Roberto, do Distrito Federal: "Sr. Presidente dos Correios, caso a União não tivesse sacado quase R\$6 bilhões dos Correios nos últimos seis anos e se a empresa tivesse implementado as medidas de incentivo à receita nesse período, essa situação poderia ser diferente?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Os Correios não podem ser privatizados!! Têm que ser valorizados, precisam de mais funcionários e de concurso público urgente, mas sabemos que está em curso! Essa empresa é patrimônio dos brasileiros assim como a Petrobras! Diminuir rede de atendimentos e funcionários é um absurdo!"

Com a palavra o Sr. Rodolfo Manoel Marques do Amaral, Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O SR. RODOLFO MANOEL MARQUES DO AMARAL – Primeiramente, boa tarde a todos e a todos aqui presentes!

Boa tarde ao companheiro Leonardo Monteiro, Presidente da Frente Parlamentar! Estava lembrando para o Senador Paulo Rocha que a Frente Parlamentar é mista; o companheiro representa lá no Congresso e, aqui no Senado, o nobre Senador Paulo Rocha representa.

Também quero agradecer a presença do Carlos Clei, representando o Amazonas; do Paulo André, Presidente do Sindicato do Pará. E aqui também há duas pessoas importantes, o Ademir e o Enxuto, dois aposentados recentes, um pouquinho mais, que sempre deram muita força à nossa empresa, como assim os demais.

Eu quero só relatar aqui que nós estamos, como Rivaldo mencionou, na quinta audiência pública. Nós tivemos audiências públicas no Congresso Nacional, em que trabalhamos ações a serem feitas. E, nelas, gerou-se um projeto de lei, Paulo Rocha, e esse projeto de lei foi subscrito por vários... Foi encaminhado pela Maria do Rosário, do PT, do Rio Grande do Sul, e subscrito pelo Leonardo, pelo Décio Lima e por outros e outros Deputados do PDT, por vários Deputados, colocando a empresa como uma empresa preferencial na questão de logística.

Já foi aqui debatido o tema sobre isso, mas é bom enfatizar que nós tínhamos que verificar se o projeto de lei é mais rápido no Congresso ou no Senado, para nós podermos efetivamente fazer valer esse projeto de lei, para que não só garanta a preferência na discussão da logística, porque o monopólio era obrigação do Estado – e, quando eu falo do Estado, é da União, dos Estados, dos Municípios –, como garanta uma renda, uma receita para a empresa no valor de... Há alguns dados aqui que falam de 20 bilhões, e chega-se até a 67 bilhões, pelo trabalho feito pelo anterior Vice-Presidente da empresa, o Carrion, num debate que foi feito com as entidades.

Então, a importância deste momento aqui é que este debate já foi muito aprofundado, esses temas foram muito levantados. E aí já existe essa ideia, Paulo, e eu acho que tem que se verificar, na Frente Parlamentar, o que é mais célere, para que nós pudéssemos implementar isso aqui e também já verificar.

Não vou ser repetitivo. Houve erros de contabilidade, porque, quando se fazem os Correios classe mundial, o que foi proposto na antiga gestão, subentende-se também que há uma recomendação internacional, que é a questão do pós-emprego. Então, foi feito, na contabilidade da empresa, foi incluído o pós-emprego, gerando 1,5 bilhão de déficit na empresa. Na realidade, é um déficit atuarial, futuro, mas que tem que ser lançado efetivamente e anualmente.

E a proposição até do Jailson é que se refaça essa revisão, porque nós estamos verificando que a empresa não está na classe mundial ainda; vai se encaminhar para isso. Esperamos. E, com isso, efetivamente na questão contábil de 2017, poderia não existir mais essa revisão.

O fato em que eu queria focar aqui e que é o tema que foi proposto pelo Senador Paulo Rocha aqui é uma preocupação muito grande, e aí não inclui somente os funcionários, porque quanto a essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

questão debatida aqui das demissões, todas as entidades, conjuntamente, são contrárias à forma. Nós temos que debater outras formalizações para isso. E não é só cortar despesa, é também implementar através de política de receita, como foi feito com a PL e outras ações. Nós temos que discutir a questão de fechamento de agências.

Eu sou do Estado do Amazonas, e a Região Norte, nesse contexto, tem um prejuízo muito grande na questão de fechamento de agências, porque há locais, como você fala, em que praticamente só existem correios como único sistema bancário. Falamos sobre isso com o Presidente Guilherme, que até levantou a questão de reavaliação num debate, anteriormente, na Câmara. Porém, temos que implementar essa forma porque essa questão de fechamento de agências implica uma coisa importante, que é o debate aqui da Casa, pois nós estamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional.

A empresa é diferenciada, tem uma ação social muito forte porque integraliza o País, é de integração regional. O desenvolvimento regional passa por isso. Os Correios... Isso nós vivenciamos quando fui diretor, há locais que, se não existir Correios, as pessoas saem de sua localidade, por quilômetros e quilômetros... Alguns que recebiam o salário mínimo tinham que pagar praticamente 30% do seu salário com transporte. Chegando lá, elas mesmas compravam naquela mesma localidade os alimentos, e toda a economia se localizava em outro local diferente daquele.

Então, acho que é um crime que nós cometemos, Presidente, fechando agências. Então, nós, desde o início, estamos discutindo que não se fechem agências, busquem-se alternativas. E nós, desde o início, estamos falando, nós propomos o seguinte. Já escrevemos aqui, já entregamos em mão ao Presidente 22 proposições nossas, já tínhamos passado anteriormente ao Senador Paulo Rocha as nossas proposições, a Anita estava recebendo lá, nós dizemos o seguinte: temos que universalizar. O Governo tem uma meta de universalização. Essa meta de universalização é que garantiu a isenção tributária da empresa. Foi essa meta, porque é do art. 21 da Constituição. Nós não podemos ter meta de universalização e não termos... E o Governo faz a contraposição quando ele e o STF definiram como isenção tributária.

Então, essa discussão aqui tem que ser feita por outra vertente. Nos locais deficitários, buscar uma forma para isso. E nós estamos propondo desde o início uma criação de um fundo, Paulo, no sentido de as operadoras públicas e privadas também participarem, como é o Fust. Você participou desse debate profundamente, anteriormente, na área de telecomunicações. Não há condições que as empresas... Hoje as empresas concorrentes nossas, DHL, FedEx e outras, ficam num mercado que está desregulamentado. Nesse mercado, elas fazem o que bem entendem. E aí é uma competitividade, porque lembramos que monopólio são cartas, os agrupados, e boletos bancários. O resto não é, o resto é concorrência. E para mantermos a concorrência, temos que ter também uma política de preço. Então, eu vejo que nós não podemos sair daqui sem nada. Acho que nós temos que – e estamos trabalhando bastante – afunilar essas posições. Nós estamos propondo aqui, nós, da ANATECT, chamar todas as entidades e fazer um seminário para debater esse problema e apresentar aqui, no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, ao Ministro das Comunicações, ao Presidente da empresa, o pensar. Pode haver divergências, mas temos que unificar, porque estamos defendendo um dos maiores patrimônios públicos do País, que são os Correios.

E, para isso, temos que fazer algumas ações. Uma delas é que não dá para fazer mais uma política da empresa comercial como está. Não podemos falar, Senador Paulo Rocha, que fazer um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

valor, porque eu não estou falando de tarifa e de preço igual em todo o País. Há suas particularidades, sua regularização. Nós temos que dar autonomia aos Estados para poderem fazer políticas comerciais que garantam uma rentabilidade maior, uma lucratividade maior para a empresa.

E aí nós determinamos aqui, em conversas anteriores, sobre a necessidade de sentarmos, o Rivaldo, o Gandara, o Jailson, o Jesuíno, os que aposentaram e que daqui pouco vão falar, e outras entidades aqui presentes. Nós temos que sentar para buscar as alternativas corretas e efetivas para a empresa.

Não é verdade que a empresa está acabada, como é lembrado aqui em algum discurso. Não é só a questão da demissão, nós verificamos que, para pagar o superávit primário, Paulo, o último governo tirou 6 bilhões a mais dos Correios. Ele tem que devolver. Tem que devolver aos Correios. Não dá mais para a gente fazer uma política de simplesmente conter custo só em cima do trabalhador...

(Soa a campanha.)

O SR. RODOLFO MANOEL MARQUES DO AMARAL – ... como está sendo feito ali na reforma trabalhista ou na reforma da previdência. Está errado o modelo. A ótica está errada.

Então, nós estamos propondo a criação do fundo, uma política comercial mais arrojada, a participação no mercado internacional. Nós sempre defendemos isso. E a política da regulamentação do setor postal brasileiro.

E, para entendermos, e peço carinhosamente ao Presidente, já falei a ele isso da última vez, que nós observemos as grandes dificuldades quando se trata de fechamento de agências, só para reiterar aqui. Ataca, Paulo, os menos favorecidos. Uma empresa social, uma empresa com caráter, pela capilaridade, de setor bancário como a nossa, nós não podemos virar as costas para as pessoas mais pobres deste País. Está errada essa forma.

E eu proponho que se saia daqui também com uma posição mais ampla...

(Soa a campanha.)

O SR. RODOLFO MANOEL MARQUES DO AMARAL – ... pelo fim do fechamento de agências. Encerrar esse período aqui – para concluir – e nós caminhamos juntos, com unidade, para garantir esse grande patrimônio público, que são os Correios, feito pelos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, pela sociedade brasileira, que respeita muito os Correios. E nós somos claramente contra a privatização, a favor dos Correios como empresa pública e de qualidade e em defesa intransigente deste País, desta Nação.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos. E vamos à luta, companheiros e companheiras.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Rodolfo.

Passo a palavra ao Jesuíno de Carvalho Caffé Filho, mas, antes, o Regimento me permite, porque é uma audiência pública, e, portanto, eu vou dar chance aos nossos convidados da plateia também fazerem uma intervenção de três minutos. Queria que o secretário providenciasse.

Primeiro, vou dar a palavra ao nosso Deputado, Presidente da Frente Parlamentar, para que faça também sua intervenção por cinco minutos, após o Jesuíno, e vou abrir para mais um diretor, Presidente, que poderia ajudar a intervir aqui, à escolha da diretoria, mais o Presidente do Postalís e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais três companheiros do plenário que queiram se inscrever. Três minutos para cada um podem ajudar.

Com a palavra o Jesuíno de Carvalho, Presidente dos aposentados.

O SR. JESUÍNO DE C. CAFFÉ FILHO – Boa tarde a todos.

Presidente Paulo Rocha, demais componentes da Mesa, Deputado, nossos colegas ecetistas e aposentados, primeiro, eu gostaria de dizer que nós assinamos embaixo de todas essas colocações feitas pelos nossos parceiros representantes das diversas federações.

Aqui se falou muito em idade, idade de trabalho. A Faaco, que sempre está em todos os movimentos, representa os aposentados dos Correios. Os representantes que fazem parte da Faaco fazem parte também da história bonita e grandiosa dos Correios.

Eu, por exemplo, perguntado hoje quanto tempo eu tenho de Correios, diria que tenho 57 anos, porque me aposentei dos Correios com 46 anos de trabalho e continuei vivendo os Correios, diariamente, nas associações e na federação de aposentados dos Correios.

Eu tinha um amigo aposentado que faleceu recentemente e que me dizia constantemente: "Acordo sempre às 5h da manhã. Escovo os dentes, faço barba, tomo banho e visto-me para ir ao trabalho. Só então eu percebo que sou aposentado, que não estou mais nos Correios; estou fora dos Correios. Essa empresa sempre foi a minha paixão." Agora, todos nós, esses apaixonados, sofremos com a propalada situação em que a empresa se encontra e não conseguimos dormir com todas essas situações e, muito mais de perto, com tudo que diz respeito ao plano de saúde. Para que ele fosse estendido aos aposentados, foi uma luta de mais de dez anos, e muitos quedaram no caminho. Hoje, a situação nos cai na cabeça como uma bomba.

Sofremos com o equacionamento dos déficits no Postalís, sendo descontados valores superiores a um quarto do benefício, com reflexos imensamente negativos na manutenção da nossa família.

Muitas ações, agora, estão sendo encaminhadas pela direção da empresa e foram amplamente discutidas, colocadas aqui, como suspensão de férias, demissões imotivadas, fechamento das unidades e, mais ainda, implantação de uma nova estrutura, que é uma surpresa para todos os empregados e que, com certeza, provocará muito mais de tudo aquilo que já falamos aqui, de forma negativa.

Essa situação desastrosa em que colocaram a empresa que ajudamos a construir e que é considerada como uma das instituições mais identificadas com o povo brasileiro e presente nos mais longínquos pontos do Brasil não permite que fiquemos parados, que é o motivo que nos remete à busca pelo Parlamento, Senadores e Deputados, para que, unidos, possamos salvar os Correios, uma organização orgulho de todo o povo brasileiro.

Nós, como aposentados, sofremos, a cada dia, com aquilo que ajudamos a construir e que vemos desabar ladeira abaixo.

Acreditamos, como todos os outros, que é possível, sim, que essa empresa se revigore; volte a ser, sim, orgulho do povo brasileiro, a empresa melhor do Brasil, e possamos também alcançar lá fora, de forma internacional, esse reconhecimento.

Para isso, concordo com tudo o que foi dito, que é preciso que seja um trabalho conjunto. Ou seja, que a empresa não coloque de forma açodada e particular tudo aquilo que ela quer fazer e que,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

possa, sim, discutir com as federações dos trabalhadores para que seja um trabalho realmente de todos, que seja valorizado exatamente o seu maior patrimônio, que são os seus funcionários.

Por isso, contamos com tudo isso e que saia realmente daqui algo definitivo para que essas coisas todas aconteçam em favor dos aposentados dos Correios, dos empregados dos Correios, da família ecetista em geral, mas principalmente do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pelo menos dois ou três companheiros já falaram que daqui tem que sair uma posição definitiva.

Eu vou explicar para vocês que aqui nós estamos em uma audiência pública, e a própria Comissão não tem nenhuma autoridade para deliberar sobre algumas coisas, uma vez que nós vivemos no Brasil, num poder que é presidencialista. Portanto, por ser uma empresa pública estatal, o Presidente da República, embora a gente questione que ele é ilegítimo, é quem tem todo o poder no comando e que transfere naturalmente para o Presidente da empresa todo o processo de gerir a empresa e decidir os rumos dela.

Então, aqui a gente está cumprindo o papel da chamada representação popular para trazer para cá esse debate e colocar em xeque aquilo com que a gente concorda ou não e processar um debate político. E aí vai depender do debate político, das sensibilidades e dos compromissos.

Há um mineiro aqui, Leonardo.

Eduardo Alves Oliveira: "Os Correios são uma empresa pública de direito privado. E isso fica bem claro. A empresa está passando por necessidade e é totalmente correta a demissão de funcionários. Além de tudo, eles têm FGTS, o que já justifica a possibilidade de demissão. Senão, qual motivo teria?"

Com a palavra o nosso Deputado Leonardo.

Por cinco minutos, Leonardo. Se quiser mais...

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Pode ser. Obrigado.

Quero rapidamente cumprimentar toda a Mesa, o Senador Paulo Rocha, parabenizá-lo pela audiência pública aqui no Senado. Conhecemos a história do Paulo Rocha desde quando era Deputado lá junto conosco na Câmara, seu compromisso em defesa dos Correios. Agora faz parte conosco da Frente Parlamentar Mista, Deputados e Senadores, em defesa dos Correios. Quero também cumprimentar o Guilherme Campos, Presidente dos Correios. Temos tido vários encontros, como foi dito, nesses últimos meses, várias audiências públicas lá na Câmara. Terça-feira passada transformamos o plenário da Câmara numa comissão geral. Praticamente toda a Mesa estava quase toda lá numa discussão sobre a situação dos Correios. Saúdo o Gandara, o Rivaldo, o Rodolfo, o Jesuíno e o Jailson, o Robson, que é Presidente dos Trabalhadores dos Correios lá em Minas Gerais e, em nome dele, todos os demais dirigentes aqui presentes, todos os funcionários dos Correios.

Quero, Paulinho, ser bem rápido porque são várias pessoas que estão presentes aqui. É importante elas se manifestarem. Vieram de outros Estados e são funcionários dos Correios.

Queria dizer também deste sentimento que tenho percebido cada vez mais. Isso que foi dito aqui é verdade. Na minha cidade, por exemplo, há um companheiro que se chama Adalto Carteiro, é conhecido como Adalto Carteiro e ele usa amarelo – é lógico – no serviço e, em qualquer dia da semana, sábado e domingo em que você encontrar com ele, ele também estará de camisa amarela, não com o símbolo dos Correios, mas o tecido que ele usa é amarelo. As pessoas vestem a camisa dos Correios. Isso às vezes por fora e por dentro também de coração. Tenho percebido isso em toda a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discussão que nós temos feito sobre a recuperação dos Correios. A vontade dos servidores dos Correios é contribuir para a recuperação dos Correios. Há esse sentimento forte.

Também percebo isto aqui na Câmara dos Deputados, com a grande maioria dos Deputados com quem a gente conversa. Queria até registrar a presença do Geraldo Thadeu, que foi Deputado Federal junto conosco, hoje é auxiliar do Presidente e foi nosso Prefeito lá em Minas Gerais. Então, eu percebo que há um sentimento entre o conjunto dos Deputados, sobretudo dos Deputados que compõem a Frente Parlamentar, de a gente buscar uma alternativa concreta por meio da qual a gente possa garantir que os Correios continuem sendo empresa pública, estatal e prestadora de serviço à nossa população, pela sua capilaridade, como foi dito aqui, presente em todos os municípios do nosso País e, em alguns Municípios, em localidades importantes.

Hoje, de manhã, tive uma audiência com o nosso Presidente. A cidade, o bairro onde eu moro era uma estação ferroviária, bem distante da realidade da parte central da cidade. Em torno dessa estação ferroviária, formou-se um grande bairro, que, hoje, é o maior bairro da cidade, com quase 40 mil habitantes; aliás, depois de Governador Valadares, a maior cidade da região é o Bairro de Santa Rita. Quer dizer, como se fala em fechar uma agência numa região dessas?

Muito antes de eu ser Vereador e durante o tempo em que fui Vereador, o nosso orgulho era haver uma agência dos Correios lá; o maior orgulho da população era haver uma agência dos Correios lá. Então, há certas coisas...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO MONTEIRO – ... que tem um simbolismo muito grande. Isso tem que ser considerado.

Eu queria, Paulinho... É lógico que, como o Senador Paulo Rocha disse, aqui não dá para a gente adotar uma posição definitiva, mas eu acho que a gente poderia, no final desta audiência pública – até porque já houve várias audiências na Câmara, uma comissão geral, e a audiência pública, hoje, no Senado, com várias propostas concretas, como o Rodolfo disse aqui e como vários outros colocaram, o Gandara –, montar aqui uma espécie de grupo de trabalho, inclusive com o auxílio da assessoria técnica da Câmara e do Senado, para a gente poder concluir essas propostas.

O que há de sugestão de projeto? O que a gente poderia inclusive traduzir em projeto para entrar no Senado, se for mais rápida a tramitação, ou na Câmara, além desse que a Maria do Rosário já encaminhou? Quer dizer, a gente poderia montar um grupo de trabalho, Paulinho, no sentido de nós, Deputados e Senadores, juntamente com a direção dos Correios, inclusive com as assessorias, com as entidades do movimento sindical, sintetizarmos essas propostas. O que a gente poderia encaminhar e o que, sendo encaminhado, salvaria os Correios, viabilizaria os Correios, do ponto de vista técnico, financeiro, político, para que os Correios continuassem essa empresa pública e estatal? Esse parece ser o desejo de todos, quando a gente vê a manifestação nas audiências públicas; inclusive o próprio Presidente também defende que os Correios continuem sendo uma empresa pública.

Então, a minha sugestão é esta: que a gente possa montar um grupo de trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO MONTEIRO – ... para implementar essas sugestões e essas propostas no sentido de viabilizar os Correios.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu quero dar boa tarde e cumprimentar o Deputado Leonardo Monteiro e o nosso Senador Paulo Rocha, autor da presente audiência. Cumprimento também o Deputado Guilherme Campos, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; o Sr. Rodolfo Manoel Marques do Amaral, Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares; Jailson Mário dos Santos Pereira, Presidente da Associação dos Analistas de Correios do Brasil; o Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores dos Correios; e o Sr. Jesuíno Caffé Filho, Presidente da Federação dos Aposentados, Aposentáveis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos.

Segundo, quero pedir a compreensão de vocês, meus caros trabalhadores e trabalhadoras e convidados à Mesa.

A audiência, repito, é uma iniciativa do Senador Paulo Rocha, subscrita por todos que integram a Comissão de Desenvolvimento Regional, que eu presido nesta Casa.

Eu gostaria de estar aqui desde o início, mas não foi possível, tendo em vista que, neste exato momento, desde as 10h da manhã, nós estamos travando uma batalha no plenário vizinho no que diz respeito ao Projeto de Lei 38, de 2016, que trata de mudanças na legislação trabalhista. Nós consideramos que, se for aprovado, esse projeto representará um retrocesso, do ponto de vista social, sem limites, pelo quanto ele vai agravar mais ainda a crise nos planos político, econômico e social. (*Palmas.*)

O projeto inclusive tem impacto sobre a vida dos Correios, como se não bastassem os problemas que os Correios já andam enfrentando neste exato momento.

Infelizmente, para se ter uma ideia, o projeto de lei que trata de mudanças na legislação trabalhista está alterando 97 dispositivos da legislação trabalhista e modificando mais outros 125 dispositivos de um conjunto de legislação que diz respeito à vida do trabalhador, porque não é só a CLT que está sendo desmontada. O projeto de lei na Câmara é tão virulento que eles avançaram também em cima do FGTS, eles avançaram também em cima do Regime Jurídico Único dos servidores e eles avançaram também em cima da questão da terceirização e do contrato temporário.

Infelizmente, meu caro Guilherme, todos os estudos que foram feitos mostram claramente que esse projeto de lei não tem absolutamente nada de modernização. Ele não vem absolutamente para contribuir no sentido de afirmar os direitos dos trabalhadores, de melhorar as relações de trabalho, as condições de trabalho. Muito pelo contrário, ele vem na direção de retirar direitos, de precarizar as condições de trabalho, tanto o é que, repito, foram feitos estudos que mostraram que o projeto, tal como chegou aqui da Câmara, vai retirar mais de 201 direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do País – 201 prejuízos.

No TST, por exemplo, há 27 Ministros, e 17 estiveram aqui fazendo um apelo aos Senadores para que não aprovassem esse projeto tal como veio da Câmara, além de entidades jurídicas, como a Anamatra, a ANPT e a OAB, e várias outras entidades; as centrais sindicais, nem se fala; e as federações das quais vocês fazem parte.

Eu quero aqui colocar o seguinte: é lamentável! O Senador Ferraço simplesmente fez ouvido de mercador, tapou os ouvidos, não levou em consideração nenhuma das observações – não é, Senador





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Paulo? – que essas entidades fizeram, instituições as mais respeitadas. Infelizmente, o Senador, neste momento, está abdicando do seu papel de Senador da República que deveria modificar esse relatório, até porque ele próprio reconhece que há alguns itens, no projeto que veio da Câmara, que são danosos aos trabalhadores, como o trabalho intermitente, como a questão da jornada de 12 por 36, como a questão da gestante e lactante, como a questão do trabalho especial das mulheres. Mesmo assim, o que o Relator está fazendo neste exato momento? Simplesmente abdicando do seu papel de Senador, quer dizer, constringendo o Senado, como Casa Revisora. Ele está abrindo mão de tudo isso e limitando-se a simplesmente recomendar ao Presidente da República que veto alguns artigos – e um Governo moribundo como está sendo este!

Então, não podia aqui deixar de fazer essas considerações, pelo quanto vamos continuar lutando, porque, repito, essa proposta de mudança na legislação trabalhista, como disse a Erundina, não é só uma desgraça não; ela é amaldiçoada pelo quanto ela fere a dignidade e a cidadania dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque, repito, não vem na direção de gerar emprego, de melhorar as condições de trabalho. Nada disso! Ela vem na direção de simplesmente ampliar o lucro dos patrões, das empresas, às custas da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, enfraquecendo o papel do sindicato e, na verdade, acabando até, na prática, com a Justiça do Trabalho.

Mas quero aqui dizer a vocês que, quando o Senador Paulo Rocha trouxe aqui o tema, que é discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no que diz respeito a este momento em que ela vive hoje – esse plano de demissão de funcionários, redução da sua rede de atendimento e de serviços nos Estados e Municípios –, quero dizer, meu caro Presidente Guilherme, que esta Comissão tinha mais é que abrir essas portas.

Por quê? Porque esta é uma Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Não há como negar o que representa a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para o desenvolvimento nacional e para o desenvolvimento regional. Não estamos aqui falando de uma empresa qualquer. É a única empresa do Governo Federal que está presente em todos os municípios do Brasil. Não é verdade?

Qual é o cidadão ou a cidadã brasileira que, desde que nasce, carrega consigo aquele carinho com relação à questão dos Correios? É uma empresa que já tem passado por várias dificuldades, é verdade. É uma das empresas mais antigas e reconhecidas por seus serviços em nosso País. Por isso, costumamos dizer que ela não é uma empresa só do Governo, mas um patrimônio do povo brasileiro, e um patrimônio vital para a economia dos maiores e dos menores municípios do nosso País. Qual é a cidadezinha que não tem, de repente, a presença dos Correios?

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nenhuma, Presidente Guilherme. Nenhuma! E o quanto é importante a presença dos Correios, pela função social exatamente que ele exerce!

Então, é neste sentido que me somo aqui ao Senador Paulo Rocha, fazendo um apelo para que não mexam com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Não mexam com essa empresa, no sentido de privatizá-la. (*Palmas.*)

Ela já passou por várias ameaças como esta.

Na época dos governos tucanos, vivemos momentos muito difíceis, mas conseguimos sustar o processo de privatização dos Correios. E é o que esperamos exatamente agora, neste exato momento, porque, ao invés do projeto de privatização, nós queremos avançar para que ela seja 100% pública e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

queremos todos fazer com que ela seja uma empresa de qualidade, com eficiência, com respeito à população cada vez.

Termino, Presidente Guilherme e demais companheiros, aqui também deixando a minha preocupação com relação à questão do Rio Grande do Norte, porque temos para lá, neste exato momento, a previsão de se fecharem nove agências. Pelo amor de Deus, não façam isso não! As agências serão fechadas em Natal e em Mossoró. Segundo informações que nos chegaram, esta medida faz parte do plano anunciado pelo Governo Federal.

Há o problema do desligamento incentivado, que já foi dito aqui.

Enfim, queremos aqui também chamar a atenção para o prejuízo que poderá ocorrer se tivermos também o fechamento de agências de correios comunitárias localizadas em comunidades rurais de até 500 habitantes, pelo quanto essas agências funcionam em parceria com as prefeituras, que repassam as correspondências para a população rural.

Então, Paulinho, chamaria V. Ex^a novamente aqui, mas quero aqui saudar esta audiência, dizendo o quanto é importante, neste momento, o papel dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios, a quem quero homenagear – os carteiros, seus dirigentes, seus gestores – porque vocês são a alma dos Correios. São vocês que carregam essa empresa com muito amor, com muita dedicação, com muita paixão. Mais uma vez, o papel de vocês é fundamental, essencial, para fazer o debate com a sociedade, para alertar a sociedade.

É isso que estamos fazendo aqui agora, com a presença do Presidente, que já me disse que não é a favor de maneira nenhuma da privatização. Esperamos, Sr. Guilherme, que a presidência e a direção da empresa, de fato, sejam um aliado para valer nesta luta, para que, repito, os Correios não tomem esse rumo, que é o da privatização, porque isso não fará bem ao Brasil de maneira nenhuma.

Então, saúdo e quero aqui deixar, em meu nome e em nome do Senador Paulo Rocha, as portas da Comissão de Desenvolvimento Regional abertas, escancaradas, para continuarmos aqui de mãos dadas nesta boa causa, que é, ao invés de privatizar, a empresa Correios cada vez mais forte, cada vez mais presente em todo o Brasil, cada vez mais cumprindo a sua função social e cada vez mais respeitada pelo povo brasileiro.

Sejam todos bem-vindos e bem-vindas!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vamos dar continuidade, embora, como já disse, tenhamos essa responsabilidade na CAE por termos voto lá e, portanto, estaremos com essa preocupação também lá.

Mas gostaria de dizer o seguinte: vou passar a palavra a cinco companheiros do plenário e começar com o Presidente do Postalís, Presidente do Conselho Deliberativo, Areovaldo, por três minutos improrrogáveis.

Pode sentar-se.

O SR. AREOVALDO ALVES DE FIGUEIREDO – Quero cumprimentar, então, toda a Mesa na pessoa do Senador Paulo Rocha e dizer, Senador, que a melhor forma de controlarmos uma entidade é aumentarmos o grau de transparência, qualificar as pessoas que ali estão.

Nesse sentido, estou acompanhado aqui do Rivaldo, que é meu colega de Conselho Deliberativo, e do Santana, que também é meu colega de Conselho Deliberativo. E esta tem sido a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

grande tarefa nossa: aumentar a transparência para poder controlar melhor todas as nossas ações da nossa Diretoria Executiva.

Estou com um franco trabalho, para recuperar 5 bilhões do BNY Mellon. Houve agora uma visita aos Estados Unidos. Neste banco, que é devedor nosso, foi feito um grande trabalho para poder recuperar esse valor, que é significativo. Isso vai diminuir muito todo o gasto que tem sido feito com o Postalís, para pagarem uma série de novos recolhimentos dos empregados. Temos também RTSA, que é o reconhecimento de uma dívida antiga, que está em debate dentro da direção da empresa, o que significa muito para nós.

Estamos num processo agora de eleição para dois dirigentes, eleição direta para a diretoria do instituto. Isso também é importante. E todos os mecanismos de controle, como gerência de aplicação, gerência de risco, aumento na auditoria; são ações concretas que temos feito para poder melhorar essa atuação do Conselho Deliberativo, que é o órgão máximo, que acompanha, junto com o Conselho Fiscal, todas as aplicações.

Acho que tem sido exemplar hoje esse controle. O resultado começa a ser importante. Hoje, por exemplo, temos uma aplicação em título público, títulos da dívida, quando os juros começaram a não mais dar a meta atuarial, a diretoria nos pediu para autorizar uma aplicação num valor maior. Então, o Conselho Deliberativo, fazendo todas as avaliações e variáveis, autoriza a aplicar até 30%.

Enfim, acho que é esse o trabalho que estamos fazendo, mas reconhecendo que o que nos preocupa mesmo é o final, os trabalhadores que estão lá na ponta, cento e poucos mil trabalhadores, que acabam pagando muito alto com o recolhimento extra para o Postalís.

Estamos trabalhando para eliminar erros de aplicações, que hoje estão deflotando, que hoje estão dando negativas. Na sequência, estamos garantindo que isso não vai acontecer mais nessa parceria de gestão entre a diretoria, a patrocinadora e os mecanismos de controle que nós temos lá.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente do Sindicato de São Paulo, Elias Cesário, o Diviza, por três minutos.

O SR. ELIAS CESÁRIO – Primeiramente, boa tarde à Mesa, ao Gandara, ao Rivaldo, ao Presidente dos Correios. Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Rocha, por essa atitude, ao companheiro aqui da Anatec, a todos que estão aqui, e logicamente aos companheiros que são trabalhadores dos Correios. Tenham todos uma boa-tarde aqui.

Gostaria de falar sobre a questão dos Correios. Sei que o tempo é curto, mas acredito ainda nessa empresa, como funcionário dela. Neste mês, dia 22 de junho, faço 25 anos, como trabalhador aqui nesta empresa. Acredito que a culpa não é nossa. Como disse anteriormente no Senado, a culpa não é dos trabalhadores dos Correios, mas, sim, das más gestões que vieram, há anos a fio, desde que entrei para essa empresa. Muitos fizeram uma má gestão. E hoje estão querendo colocar a culpa nos trabalhadores. Isso não existe!

Então, quero dizer aqui, aos trabalhadores da Cidade de São Paulo e da região de Sorocaba: nós iremos lutar até o fim. Acredito também que todos os companheiros da FENTECT também estarão nessa luta até o fim junto conosco, porque nós somos trabalhadores dos Correios. Todos que estão aqui da gestão – acredito que muitos de vocês também – têm o interesse que essa empresa continue pública e de qualidade. Acredito que a Mesa está na mesma situação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Presidente, eu gostaria que V. S^a voltasse, de fato, todos os direitos que tínhamos antes: a questão das férias, a questão do abono pecuniário, a questão das transferências que agora foram barradas. Eu gostaria que você voltasse a essa questão das transferências, porque hoje muitos companheiros em todo o País estão sofrendo com essa situação. Temos companheiros hoje que venderam as suas propriedades para irem para os seus Estados e não estão conseguindo por isso. Então eu quero já deixar esse apelo aqui a você, Presidente – eu gostaria de ser ouvido, como eu ouvi todos –, que fosse revogada essa circular da questão das transferências. E logicamente eu gostaria de ver essa empresa novamente no lugar dela, que é um lugar de excelência, como nós sempre tivemos em 350 anos.

E no dia 12 de junho convido a todos e a todas que estão aqui, pois em São Paulo também iremos fazer, lá na Assembleia Legislativa, o mesmo que estamos fazendo aqui, às 19 horas. Então, se vocês puderem, eu gostaria que comparecessem à Assembleia Legislativa. Quem é da cidade de São Paulo estará lá, mas você, Presidente, que já foi convidado, e a todos que estão aqui.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, companheiro Elias.

Paulo André, Diretor do Sindicato dos Correios do Pará.

O SR. PAULO ANDRÉ SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Rocha, e parabenizar o Senador Paulo Rocha pela audiência, porque é de suma importância esse debate. E a gente traz esse debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em função da realidade que a gente vive hoje nos Correios.

A gente tem hoje um projeto instituído pela empresa que se chama Correios 2020, que agora já transformaram em Correios 2030, que é o processo de reestruturação.

A empresa escolheu, Senador, a forma mais perversa de transformar essa empresa numa empresa internacional e competitiva – de tentar transformar –, com a ameaça em cima do trabalhador e com a retirada de direitos – que o senhor bem conhece, porque constituiu duas leis que anistiarão trabalhadores que lutaram no passado para que esses direitos nós tivéssemos hoje. Então, a empresa, infelizmente, a direção da empresa escolheu a forma mais perversa, que é essa ameaça de privatização, que é a retirada e a implementação de mensalidade no nosso plano de saúde.

O companheiro Rivaldo foi feliz na sua fala no sentido de trazer à tona também a autoestima do trabalhador. O nosso trabalhador, embora seja lutador, embora cumpra com seus deveres no dia a dia, ele está tendo a sua autoestima... Os Correios tentam, dessa forma, destruir a autoestima do nosso trabalhador, porque ele acorda todos os dias com a ameaça da demissão, com a ameaça do fechamento de agências no interior.

E o senhor conhece a nossa região tão bem quanto eu. Cidades do oeste do Pará, que são abandonadas pelo Governo do nosso Estado, e cidades da Ilha do Marajó, que são abandonadas pelo Governo do nosso Estado, muitas delas só têm os Correios como agente integrador. Os Correios fomentam, inclusive, a economia daquela cidade, porque é lá que os funcionários aposentados recebem os seus salários, é lá que é pago o Bolsa Família. Então, muitos dos benefícios, inclusive do Governo Federal, municipal, estadual, são pagos nas agências dos Correios.

Em Altamira, por exemplo, onde está em construção Belo Monte, os funcionários da usina recebiam seus salários pela agência dos Correios, porque as outras instituições que existiam lá, como o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, as agências bancárias não quiseram aceitar fazer o pagamento dos funcionários da Usina de Belo Monte. E quem foi lá e disse: nós queremos fazer o pagamento desses trabalhadores? Foram os Correios, pela responsabilidade que a empresa tem de integração das cidades mais longínquas dos nossos Estados com os outros Municípios.

Eu acho que o Presidente da empresa, Guilherme Campos, tem outras alternativas do que lançar as ameaças constantes em cima dos nossos trabalhadores.

A Deputada Maria do Rosário lançou um projeto de fidelização dos serviços da Casa com os Correios – eu acho que é um ponto positivo –, para que a gente possa fazer o aumento de caixa, arrecadar. O movimento sindical, os trabalhadores também têm propostas que a direção da empresa poderia ouvir. O Governo Federal poderia nos ouvir também e devolver, senão tudo, mas parte daquilo que recebeu nos últimos anos dos ativos dos Correios, dos quase 6 bilhões de recursos que foram passados dos Correios para o Governo Federal. Finalizando, acho que há outras alternativas que não essas de ameaças ao trabalhador todos os dias com demissão, com fechamento de agência.

E, o que é pior, o fechamento das agências do interior vai desagregar o ambiente familiar, porque, em muitos dos casos, parte da família do trabalhador dos Correios já tem a sua constituição também naquela cidade, com o seu emprego, com a sua casa. Vão ser separados entes familiares, e isso não está sendo pensado pelos Correios. Também queremos que os Correios pensem essa questão social dentro da nossa empresa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, companheiro.

Moisés Gonçalves, São Paulo.

O SR. MOISÉS GONÇALVES – Boa tarde aos companheiros e companheiras de federação, dirigentes de sindicato, Senador Paulo Rocha, em nome de quem saúdo todos da Mesa.

Presidente, nós entendemos que todo o processo de privatização de uma empresa passa pelo convênio médico. Então, a gente entende que esse processo e esse ataque iminente hoje da direção dos Correios aos trabalhadores está deixando os trabalhadores fadigados, trabalhadores que antes trabalhavam sossegados nesta empresa, reconhecida pela população, reconhecida por nós trabalhadores que doamos nosso sangue dia a dia para construir esta empresa como uma grande empresa, em que a população sempre esteve representada e que sempre foi respeitada. A gente não pode aceitar que o senhor, a todo momento, vá a um veículo de comunicação e ataque os trabalhadores e ataque essa empresa.

Por que eu falo isso? Porque, Presidente, chega à base, aos trabalhadores e desmotiva; porque a todo momento os trabalhadores estão perdendo, como o companheiro Diviza falou, a motivação por ter as férias deles cortadas. Ele se programou durante todo o ano e aí chega o momento de ele descansar e ele tem o benefício dele cortado, que é a questão das férias.

Assim como o companheiro Rivaldo deixou muito claro, a gente não foge da discussão, a gente quer sentar e discutir a empresa, sim, para que essa empresa não vá para o buraco, porque este é o papel que a gente não vai admitir de maneira alguma: que essa empresa – por que tantos dos nossos companheiros tombaram na luta, os nossos companheiros que foram demitidos, muitos deles hoje estão demitidos, estão fora da empresa – vá para o buraco por uma política de não compreensão daqueles que estão, igual diz o senhor, no carro quebrado, mas a todo momento está consertado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E essa empresa não é um carro quebrado, não. Essa empresa é uma carreta que merece respeito e credibilidade por aquelas pessoas que lá são colocadas, que não são aquelas que estão dia a dia doando o seu suor e sua credibilidade junto com essa empresa para fortalecer cada dia mais essa empresa.

Então, eu creio que não foi o que V. S^a quis passar para nós, que essa empresa é um carrinho. Mas digo ao senhor que, atrás dessa carreta que eu disse que é chamada Empresa Brasileira de Correios, na carroceria, existem 115 mil trabalhadores, que não vão aceitar nenhum tipo de ataque e, em nenhum momento, essa empresa ser privatizada. Será 100% pública e de qualidade. Foi assim que os Correios foram criados e é assim que tem que ser, para devolver à população, àquelas pessoas que acreditam nessa empresa todo o nosso carinho e o nosso respeito.

Assim fica aqui a minha fala e muito obrigado a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Robson Silva, Presidente do Sindicato dos Correios de Minas Gerais.

O SR. ROBSON GOMES SILVA – Agora vai falar um mineiro.

Quero saudar o Senador Paulo Rocha, toda a Mesa, todo o Plenário. Senador, o senhor ainda vai ter que fazer muitas leis para anistiar a gente, porque está bem claro para a gente que o enfrentamento vai ser muito vigoroso daqui para frente. Registro que, embora a gente esteja em um sistema presidencialista, hoje nós estamos vivendo num Estado de exceção, cuja Presidente foi deposta por meio de um golpe, e o golpe avança a passos largos contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

Uso a tribuna aqui como espaço para denunciar que o processo que está sendo colocado dentro dos Correios é um processo covarde, de sucateamento, para privatizar a maior empresa pública do País, na qual toda a população brasileira não deposita só sua confiança, mas os seus sonhos de um dia receberem as correspondências em casa. E aí a gente tem que ser bem preto no branco aqui, bem firme e dizer que a operação criada para fechar as agências dos Correios é para beneficiar as agências franqueadas, entregar as agências comerciais num momento em que se diz que está passando por uma crise, fechar o principal lugar onde entra o dinheiro dos Correios, fechar agências que são superavitárias e de que a população precisa.

Outras pessoas já disseram que os Correios são de responsabilidade do Governo Federal, têm um papel social dentro da Constituição, e nós temos que considerar isto aqui. Dizer que existe um déficit dentro da empresa nós sinceramente não acreditamos. Existem até várias declarações controversas da própria direção da empresa sobre o problema do déficit, mas o que a gente quer é que abram as contas da empresa com comissões de trabalhadores para poder averiguar a situação.

Como os companheiros já disseram, o plano de saúde antes gastava R\$700, R\$800 milhões por ano; agora gasta R\$2,100 bilhões. Um cabide de emprego criado para ajudar no sucateamento dessa empresa.

Nós só vamos sensibilizar os dirigentes dessa empresa quando milhares de trabalhadores estiverem nas ruas, porque os trabalhadores, Senador, nunca ganharam nada de graça, sempre lutaram para ter tudo o que eles têm hoje. E, se há o plano de saúde e se há uma agência em cada cidade deste País, é porque os trabalhadores desta empresa lutaram muito para garantir um atendimento de excelência e qualidade para a população.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quero saudar a todos aqui e dizer que nós vamos lutar juntos, ombro a ombro, com todos os companheiros que estão aqui para manter os Correios públicos. E privatização, Senador, a gente acredita que é coisa de ladrão, não é para beneficiar a população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, companheiros e companheiras.

Eu queria caminhar para a finalização desta audiência pública.

Como eu digo para vocês, nós estamos na iminência da votação na CAE sobre a questão da chamada reforma trabalhista.

Queria agradecer a presença de todos. Vou retomar a palavra à Mesa para quem dela quiser fazer uso, a começar pelo Presidente, e dizer o seguinte: há reclamações dos companheiros que não conseguiram entrar e há reclamações também do pessoal que queria se manifestar via internet, mas ficou difícil por causa da CAE, que está funcionando.

De qualquer maneira, o pessoal está entrando em contato aqui, e a nossa Secretaria da Comissão vai ficar responsabilizada para depois remeter para a direção dos Correios as manifestações deste debate e também para os companheiros do Sindicato e da Federação, para que tomem conhecimento da intervenção.

Companheiros trabalhadores dos Correios que estão lá nos Estados também tentaram intervir via comunicação de Internet.

Eu queria dizer o seguinte, principalmente para aqueles que lutaram pela democracia do nosso País: é muito ruim para o patriotismo, até para aqueles que têm esse sentimento patriota que uma empresa como esta, os Correios, patrimônio do povo brasileiro, fique ao sabor dos governos. Significa que a gente ainda falta consolidar mais ainda a democracia, para que realmente a estrutura de Estado seja a serviço do povo, a serviço dos brasileiros. É o caso dos Correios, que sempre ficaram ao sabor desse processo. Por exemplo, na época da ditadura militar, os Correios foram usados – e muito – para a violação dos direitos da liberdade, inclusive como perseguição contra aqueles que lutavam contra o Estado autoritário. Dizem até que o SNI participava muito via Correios na violação dos direitos ou da liberdade daqueles que se contrapunham ao poder da época.

Houve toda uma luta – aqui há muitos, todos da nossa geração – contra a Ditadura Militar, para construir a democracia do nosso País, a chamada democratização e depois conquistar governos democráticos para poder usar a estrutura do Estado para o bem-estar social de todos, avanços nas políticas públicas para todos, uma economia que desse oportunidade para todos, que distribuisse renda, etc. Nós conquistamos isso.

Há uma questão que eu acho que perpassa este debate aqui: quanto àqueles que lutaram para inserir na Constituição brasileira um conjunto de avanços por causa do processo democrático, uma coisa que a gente conquistou lá foi a questão da possibilidade, mediante as conquistas inseridas na Constituição, de um Estado social do Brasil. E uma das coisas que nós pusemos lá – e infelizmente a gente não conseguiu – foi, na questão da terra, a função social da terra. Mas nós conseguimos inserir o conceito na função social da empresa.

Então, é o que acontece com os Correios. Não só tem uma função econômica, que tem um papel fundamental inclusive na economia local e principalmente nas economias das cidades pequenas, mas tem também uma função social na própria economia do País, porque diminuir o tamanho dos Correios tem uma repercussão numa cadeia, como aconteceu, por exemplo, no ataque à





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Petrobras com as justificativas de combater a corrupção – é verdade que havia corrupção lá na Petrobras –, mas não desmontar uma estrutura, por exemplo, na indústria naval. Há um desmonte, portanto, dos avanços que nós conquistamos. E está claro que há um desmonte do Estado social que nós estávamos construindo. Podem gostar ou não dos governos anteriores, mas nós estávamos construindo um Estado social, valorizando e, inclusive, fortalecendo a economia nacional.

Então, nossa tendência era construir empresas fortes – e nós temos condições para isso – para serem inclusive multinacionais, avançar no mercado internacional, quer nossas grandes construtoras, nossa indústria mineral com a nossa Vale e a própria Petrobras. Na área do campo, o agronegócio avançou muito mais na questão da exportação de produtos de alimentação para os países que têm problema de produção. Esse era o processo de avanço que estávamos construindo no Estado social. De novo, com o golpe e com a instalação do Governo Temer, volta a fazer o País perder sua soberania perante a economia mundial e, ao contrário, tentam implantar de novo o tal do neoliberalismo. Aí vem esse papo de diminuição de custo, como se fosse o salário do trabalhador o culpado pelo desenvolvimento. Ao contrário, nós já demonstramos que, quanto mais salário, mais dinheiro e terra na mão do povo, mais consumo há e mais perspectiva de produção industrial, de produção, etc.

Então, parece-me que essa visão de reduzir os Correios e adaptar ao momento da economia, ao contrário, deveríamos era investir mais nos Correios para alavancar mais o processo de desenvolvimento no País. (*Palmas.*)

Então, naturalmente, temos aqui visões diferentes daqueles que estão agora governando o País. Então, só com grande mobilização...

E há mais, Presidente. Há uma coisa aqui que vem, quando a gente debate com os trabalhadores: vê-se que a solução está dentro dos próprios trabalhadores dos Correios. Os trabalhadores dos Correios não são os culpados pelo processo, se houve em algum momento prejuízo etc e tal. Eu acho que nós temos que ver do ponto de vista de que os trabalhadores são a própria solução. Veja que as intervenções aqui dos nossos dirigentes sindicais e dos próprios companheiros não foram no sentido arraigado da defesa do corporativismo porque se está perdendo o emprego. Ao contrário, foi no sentido de dar solução. Vieram várias propostas aqui no sentido de buscar a solução. Até o processo da contabilidade, etc e etc.

Então eu acho que essa é a qualificação do debate. Não é pecado também defender o corporativismo, os interesses da corporação e o próprio emprego. Claro que não é pecado. Mas eu estou dizendo que não é isso o que move o processo aqui, porque, além da defesa dos interesses corporativos, aqui há um interesse de ter uma empresa, porque é uma empresa pública, do povo brasileiro, é um patrimônio. E é assim que eu acho que os nossos dirigentes dos Correios atuais e os nossos dirigentes do Governo têm que ver, para poder processar isso.

Por isso que esses debates que a gente chama para cá é para tentar colocar a nu o debate, que não pode ser fechado em torno só ali da direção ou da própria corporação, quer seja da diretoria ou dos trabalhadores, mas tem-se que discutir com o povo brasileiro uma questão tão importante, que é patrimônio do nosso País e que tem uma importância fundamental para o desenvolvimento.

O Presidente, na sua intervenção, disse, como exemplo, que os bancos não se interessaram pelo banco Postalís. É óbvio que o sistema financeiro brasileiro ou internacional não se interessa por um banco que vai prestar serviço no varejo, social... É óbvio. O Itaú, o Santander, não sei quem mais aí, todos poderosos do sistema financeiro, só querem o filé, que é o financiamento, um banco que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

financia, que ganha altos lucros no financiamento, nos empréstimos, etc. Agora montar um banco para poder cumprir a tarefa lá de receber pagamento de luz, pagar salário de funcionário ou pagar os ganhos sociais, em que nós avançamos, como o Bolsa Família, é um banco... Por isso que foi só o Banco do Brasil que se interessou.

Então, só para dizer que vocês não imaginam – eu não sei se o pessoal de São Paulo ou o de Minas têm a dimensão; eu acho que têm, os companheiros pelo menos – a dimensão do que seja uma agência dos Correios lá dentro da Amazônia, na ribeirinha ou na Ilha do Marajó, como já foi referenciado pelo companheiro ali. Entendeu? Ela tem uma importância não só social, mas econômica, porque ali ela faz girar a economia do comércio local, etc.

Então é com esse compromisso, com essa consciência que eu acho que a gente deve debater a importância e o papel dos Correios no nosso País.

Passo a palavra ao Presidente.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Muito bem, Senador Paulo Rocha. Obrigado pela oportunidade de estar aqui falando pelos Correios do Brasil.

Quero agradecer a intervenção de cada um dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e dizer que todos nós estamos no mesmo barco, todos nós estamos dentro da mesma missão, que é a recuperação da empresa.

Vou concordar com o Moisés que colocou ali que os Correios não é um carrinho. Não é um carrinho mesmo. Eu errei quando comparei os Correios como um carro. Também não é uma jamanta. Os Correios são um grande transatlântico. Os Correios são uma empresa de uma dimensão muito grande, e qualquer ação para ter reflexo demora a ter o resultado. E nós estamos consertando o transatlântico com ele andando. Estamos sim. O transatlântico está indo na sua rota, mas precisando de consertar as avarias.

Todos têm razão quando reclamam da situação dos Correios. Todos! Os trabalhadores, a direção, os clientes... Mas muita coisa aconteceu. E como empresa pública, obviamente, para cada Governo, como foi dito, existe um norte.

De 2007 a 2013, também como foi dito aqui, houve uma retirada do caixa da empresa, a título de antecipação de dividendos, da ordem de R\$ 6 bilhões. De 2007 a 2013.

Todas as ações que aconteceram na empresa foram ações que passaram por todas as instâncias dela. A empresa tem o seu Conselho com representante de empregados, tanto o administrativo quanto o fiscal. Nas suas subsidiadas, a Postalís tem o seu Conselho, com participação dos empregados, Administrativo e o Conselho Deliberativo e Fiscal.

Postal Saúde: lá, na direção, só podem trabalhar funcionários dos Correios. E lá só trabalham funcionários dos Correios.

E nos conselhos existe a participação dos funcionários dos Correios. Então todo mundo participou da gestão da empresa ao longo desse período. Todos! E esses números que são apresentados por nós são números que refletem o passado e são números que, por mais que não se concorde, passaram por todas as instâncias internas da empresa e por todos os órgãos de controle da República: TCU, Ministério da Transparência, Ministério Público. E tudo aquilo que possa ser contestado e possa ser deliberado com uma atenção especial está sendo feito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Rocha, eu tomei como um norte dentro da gestão deixar aquilo que depende de fiscalização aos órgãos competentes da República para isso. A nossa missão é daqui para frente. Retrovisor tem um caminhão de instituições para tomar conta disso.

E quando é colocado que nós fazemos um assédio moral, nós fazemos uma chantagem com os trabalhadores da empresa, por trazer esses números a público, por trazer a realidade da empresa a público, se for essa a leitura quando se traz a realidade, se for essa a leitura quando se traz a real situação da empresa, então eu estou fazendo chantagem, então eu estou fazendo realmente um assédio em relação aos trabalhadores. Mas, é a verdade. É a verdade! E todos os órgãos que estão aí estão comprovando essa realidade.

Nós só conseguimos resolver um problema quando sabemos da existência dele, quando nós podemos trabalhar para resolvê-lo. Ficar negando o problema é que nós vamos resolver. Postalis tem sim um problema muito sério do passado e, como foi colocado aqui pelo Presidente do Conselho Deliberativo, tem a ver com o banco BNY Mellon, aplicações da ordem de R\$ 5 bilhões. Também foi tudo no Governo passado, em gestões passadas, com todos os representantes presentes.

Plano de saúde. Com razão! Têm razão mesmo em estarem discutindo o aumento do custo do Plano de Saúde. Concordo com vocês, é um aumento impensável nisso tudo. Realmente, em um plano de saúde onde se atende o trabalhador, seus descendentes, filhos, cônjuges, ascendentes, pais, sai-se de uma situação em que se tinha os seus 117 mil trabalhadores na ativa, mais trinta e poucos mil na aposentadoria, 140 mil trabalhadores, para uma situação de um plano de saúde de 140 mil vidas, em que o financiamento é feito de que forma? Noventa e três por cento são da empresa e 7%, do trabalhador. Mostrem um plano de saúde igual a esse no País, na iniciativa privada ou no setor público! Me mostrem! Me mostrem um igual a esse.

Infelizmente, pegando o exemplo nos anos recentes... Infelizmente, pegando o exemplo dos anos recentes...

Senador, eu aguardo aqui em silêncio e pacientemente a intervenção de cada um dos Senhores. Da minha parte não é problema. Se quiser se manifestar, deixo a critério do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, tem a palavra, Presidente.

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Muito obrigado.

Sobre o plano de saúde, o que nós temos – e é uma realidade. Quem quiser, pode discutir com os órgãos de controle –, dos números apresentados pela empresa: em 2015, a empresa teve um prejuízo de R\$2,1 bilhões, o plano de saúde participou com R\$1,6 bilhão – não: 2016, R\$2,1 bilhões, R\$1,6 bilhão. Neste ano de 2017, ainda com números preliminares, o prejuízo também vai ser da ordem de R\$2 bilhões, e o custo do plano de saúde é da ordem de R\$1,8 bilhão. No primeiro quadrimestre, também com números preliminares, um prejuízo de R\$800 milhões, e participação no plano de saúde em R\$600 milhões.

E existe, sim... Depois da tentativa de um acordo na comissão paritária constituída o ano passado que se reuniu a partir de outubro e finalizou em abril, da tentativa da construção de uma alternativa para o plano de saúde, não foi possível, não chegamos a esse acordo. Atualmente está em processo de mediação no TST, e a empresa formulou a sua proposta – e vou repetir a proposta formulada pela empresa: a empresa assume 100% da saúde do seu trabalhador na ativa e aposentado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É a proposta que está formulada lá, e não existe nenhuma outra proposta, que eu saiba, por parte dos trabalhadores, neste momento.

(Manifestação da plateia.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – O nosso Ministro Relator está tentando mediar essa situação, nós estamos conversando, e eu sou pela construção de um acordo.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Sou mesmo – estou aqui e falo francamente com os senhores –, para poder achar uma saída para o plano de saúde, porque, do jeito que está, o plano de saúde vai representar a morte da empresa. E eu não estou dramatizando.

Nós temos certeza de que os Correios têm solução. Temos certeza que os Correios podem, sim, continuar garantindo essa participação nacional, garantindo a sua presença nacional. Nós constatamos que, infelizmente, Senador Paulo Rocha, as pessoas que mais defendem a manutenção das agências dos Correios não o faz por aquilo a que os Correios são obrigados, pela legislação, pela Constituição em garantir, que é a universalização dos serviços postais. As pessoas querem os Correios é por causa do banco postal. É um dos serviços importantes que os Correios prestam, mas, infelizmente, só com o banco postal, só com a atividade postal, nós não conseguimos rentabilizar e viabilizar a presença dos Correios em diversas localidades.

Precisamos, sim, aumentar nossa gama de serviços. Fica aqui a sugestão e o pedido à frente, ao Senador, para que haja uma aceleração no processo de serem usados os Correios brasileiros como o grande balcão de atendimento do Governo Federal, por convênio com os governos estaduais e municipais, para que nós potencializemos essa nossa presença.

Não precisamos inventar mais nada. Os Correios já estão lá. Os Correios já estão lá e, com isso, têm condição de melhorar a sua participação. A participação dos Correios, também como prestador de serviços aos órgãos públicos. Nessa reestruturação, foi dedicada uma área dos Correios só para pensar como aumentar a participação dos Correios, e serem usados, aí sim, com esse novo arcabouço legal, dando preferência aos Correios no processo de fidelização. É um projeto de lei que começou com o Deputado André Figueiredo, perpassa agora com a Deputada Maria do Rosário. É muito importante. Muito importante mesmo.

E volto a repetir, para encerrar, Presidente, agradecendo aí a benevolência com o tempo: nós não estamos em barco diferente, não. Nós estamos no mesmo barco. Precisamos achar a fórmula para que os Correios possam, cada vez mais, estarem presentes, fortes, cada vez mais representando uma empresa que é do carinho de todos os brasileiros. Todo brasileiro gosta dos Correios.

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME CAMPOS JÚNIOR – Todo brasileiro sente um grande apreço, principalmente pela figura do carteiro, que aponta, que é aquele que aparece. A imagem que as pessoas têm dos Correios é do carteiro, do mensageiro, entregando a carta, entregando a encomenda, presente no dia a dia das pessoas.

E nós vamos virar esse jogo. Esse jogo está começando a ser virado, a proposta de reestruturação está em implementação. Várias ações estão sendo feitas, sim, com o transatlântico em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

curso. E vai dar certo. Vamos repetir as palavras da D. Alexandrina: "Vocês, que ficam na empresa, vocês têm uma dupla responsabilidade por nós, que estamos saindo, e por vocês todos que estão na empresa".

Não vamos deixar a peteca cair, e vai dar certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Jesuíno Caffé Filho. Dois minutos.

O SR. JESUÍNO DE C. CAFFÉ FILHO – Eu, inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Federação dos Aposentados, que eu represento, parabenizar diversos aposentados que estão aqui presentes, e dizer, sim, que nós estamos nesse transatlântico, mas com muito medo de que ele afunde. E é preciso, sim, que se veja, de uma forma mais completa, que, para ele não afundar, é preciso que quem está dentro dele, trabalhando, os trabalhadores sejam convidados a participar desse conserto do furo de um lado, do furo do outro. Não seja feito esse conserto apenas, sem que ninguém saiba onde foi que tamparam o buraco. Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Jailson.

O SR. JAILSON MÁRIO DOS SANTOS PEREIRA – Quero ratificar aqui as propostas que apresentei pela Associação dos Analistas de Correios do Brasil, de que seja revisto o cálculo do pós-emprego, o cálculo atuarial, que tem um impacto no déficit contábil da empresa de pelo menos R\$1 bilhão. Em conjunto com a frente parlamentar, que seja viabilizado o aporte de suplementação orçamentária, que já foi solicitado pelos Correios na gestão do nosso Presidente Guilherme Campos, da ordem de R\$3,9 bilhões.

Que os movimentos sindicais, os movimentos sociais, de maneira geral, possam refletir acerca da necessidade de a empresa ser transformada efetivamente em uma autarquia – isso já é um pensamento jurídico bastante maduro – e que possamos, em conjunto, debater sempre, compreendendo que devemos nos respeitar uns aos outros.

E nisto, como dirigente de associação, eu quero aqui externar o agradecimento à alta direção dos Correios pela liberação dos dirigentes que estão aqui presentes, incluindo a mim mesmo, e expressar a minha gratidão à frente parlamentar, ao Senador Paulo Rocha, ao Deputado Federal Leonardo Monteiro e a todos esses que têm caminhado conosco e que, sabendo que construiremos a história – a história é construída assim: geração após geração – e que aprenderemos que, mesmo que eventualmente tenhamos que consertar um curso deste transatlântico, nós o faremos, mas unidos, evitando, assim, o desemprego, evitando assim o caos social.

Muito obrigado, boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Com a palavra Rodolfo Amaral.

O SR. RODOLFO MANOEL MARQUES DO AMARAL – Obrigado pelo espaço, Senador Paulo Rocha, a quem agradeço não só por agora. Historicamente, você sempre foi um aliado nosso, em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todos os momentos mais difíceis, não só de anistia, nas proposições aqui no Congresso Nacional, na época como Deputado, depois como Senador, abrindo esta porta aqui, que é importante.

Não vou ser repetitivo, porque nós já discutimos aqui. Eu vou até reiterar, Paulo: se há uma necessidade, o que que é mais célere, se é no Congresso Nacional ou se é aqui no Senado Federal, a proposta de fidelização ou preferência da logística do Governo, não só do Governo Federal, mas dos governos estaduais, dos governos municipais, que hoje usam toda a estrutura com as concorrentes dos Correios? Então, nós queremos ter preferência nesse momento. Como falei anteriormente, em torno de R\$20 bilhões a R\$60 bilhões seriam gerados de receita para a empresa e facilitaria, efetivamente, o crescimento e a universalização dos Correios, reiterando que a universalização foi reiterada no STF, quando deu isenção tributária para a gente poder fazer essa dita universalização.

No mais, nós vamos conversar.

Uma proposição foi feita por algumas entidades de nós fazermos um grande seminário sobre os Correios que nós queremos e, junto com todas as entidades, tirar um documento a ser entregue ao Congresso Nacional – ao Senado e à Câmara –, ao Ministro, ao Presidente dos Correios, pensando, num olhar de construção, mas uma construção efetiva. Nós não queremos aqui dividir; muito pelo contrário, nós queremos unificar, para salvar não só os Correios, não o correio como correio, mas salvar os Correios como esse patrimônio público que garante vidas a pais e mães de família nesse País todo, está certo?

Muito obrigado, estamos na luta novamente e continuamos na luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

José Rivaldo, Secretário-Geral da Federação.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Quero fazer as considerações finais aqui, iniciando dizendo que nós não estamos no mesmo barco que o Presidente dos Correios está, porque o barco em que ele está é o barco que tira direito dos trabalhadores e, em hipótese alguma, nós vamos aceitar tirar direito dos trabalhadores. *(Palmas.)*

Em segundo lugar, não há nenhuma empresa, realmente, que faça um convênio de saúde igual ao nosso, mas também, diga-se de passagem, nas empresas em que você paga convênio médico, as pessoas têm salário para pagar convênio médico. No caso dos carteiros, o Presidente sabe disto, o cara não tem condições de pagar um plano familiar para ter o convênio médico. Portanto, ao longo da vida toda, você trabalhou na empresa tendo um plano de saúde; não é agora que você vai abrir mão dele. Deixou de ter salário para ter plano de saúde.

Então, assim, é fácil vir aqui agora, diante de uma crise apontada pela empresa, que não abre os números da Postal Saúde para os trabalhadores entenderem como funciona a Postal Saúde. Nem a direção da Postal Saúde, na comissão paritária, teve a coragem de abrir os números, de fato, da Postal Saúde, alegando informação sigilosa.

Então, assim, neste barco, nós não estamos como trabalhador.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – No barco que quer recuperar a empresa, aí os trabalhadores estão. Mas não nessa ótica de nós concordarmos que a empresa está quebrada e, portanto, os trabalhadores vão pagar a conta, porque a empresa tem um papel social.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É incrível que você só fala na questão do lucro da ECT, e esquece a razão de como a empresa foi criada. A empresa tem um papel fundamental de integração no País. Se o Governo Federal quisesse, a gente teria o Banco Postal; não seríamos prestadores de serviço bancário, não. O Correio atuava como banco, e não há banco que dá prejuízo. Só banco que tem picareta que quer fraudar as pessoas. Mas banco dá lucro.

Nós estamos presentes em todo o País. E 1.060 cidades não têm nem banco. Aí você tem credibilidade, pois o nome dos Correios é grande, e a gente não aproveita dessa credibilidade para transformar isso em receita.

Então, assim, nesse barco, Presidente, que tira direitos dos trabalhadores, nós não estamos, não; no barco de recuperar a empresa, os trabalhadores estão dispostos a ir sim e fazem isso todos os dias, diga-se de passagem.

Quero finalizar aqui com essas palavras e agradecer ao Senador Paulo Rocha pela Audiência Pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a palavra o Presidente Gandara.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Bom, Presidente, Paulo Rocha, o Rivaldo acabou de colocar o que nós falamos aqui no começo. Parece que a gente tapa um ouvido e só ouve o que a gente quer ouvir.

Nós não queremos ouvir mais que a empresa está na situação que está por causa da ausência nos Correios, por causa do plano de saúde dos Correios. A situação está na situação que está porque gastaram bilhões de reais no patrocínio, porque levaram seis bilhões de dividendos da empresa, porque gastaram sete bilhões no Postal. Então, vamos juntar esses bilhões aí, e essa empresa sobrevive financeiramente por mais dez anos tranquilamente.

O que nós queremos hoje é repatriar o dinheiro que o Governo levou para os Correios, dar uma estabilidade, fazer com que os trabalhadores estejam motivados, que tirem suas férias normalmente, que voltem os pagamentos das férias dos empregados, que parem de ameaçar o nosso plano de saúde.

O que nós vamos fazer agora?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Nós fizemos uma greve de oito dias pelo plano de saúde nosso; nós vamos fazer uma de oitenta agora para não tirarem o plano. Não adianta! Não adianta! Ninguém vai tirar o plano de saúde nosso em cima de trinta mil demissões que nós tivemos ao longo do tempo.

Então, o que nós temos que fazer gente? Preparar para a luta, para a guerra, porque o Presidente entrou há um ano e, daqui a seis meses, ele vai sair. Eu tenho quarenta! Eu visto a camisa desta empresa e vou continuar vestindo. Aí vêm falar que o cara tem que sair porque está aposentado?! Eu tenho quarenta anos de empresa e tenho quarenta e cinco anos de registro de carteira, tenho 58 de idade, porque eu registrei com 13 anos, e não me vejo acordando às cinco horas da manhã varrendo calçada, que é o que faz o aposentado. Eu quero continuar produzindo! Eu quero continuar trabalhando! Não é pelo dinheiro, não! É que eu sou uma pessoa útil. Ninguém pode passar por esta vida sem fazer nada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu acho que nós temos, sim, que valorizar o ser humano, valorizar o patrimônio, valorizar esse pessoal antigo, que tem o *know how* dos Correios. E a gente só vai salvar os Correios se investir no trabalhador e não tirar direitos dos trabalhadores.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Então, gente, é estar preparado para a luta aí. Vamos enfrentar essa luta, vamos fazer a nossa pauta de reivindicação e vamos recuperar toda a credibilidade dos Correios.

Nós estamos neste barco. Nós vamos recuperar os Correios. Não vamos deixar tirar nenhum direito nosso, porque são trinta mil demissões. Nós não podemos... Há a lei Paulo Rocha I, a Paulo Rocha II, e agora, pelo jeito, está vindo a Lei Paulo Rocha III. O homem tem de continuar em evidência. Nós temos de continuar votando nele para ele continuar aqui, no Senado, porque alguém tem que defender a gente. Está certo, gente? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa parte aí não estava combinada, hein!

É o seguinte: estou falando aqui para os dois Presidentes, do Sindicato e da Federação. Nesse campo, pelo que estou entendendo, existem algumas iniciativas do Parlamento, e nós podemos ajudar a alavancar essas saídas aí. Nós nos colocamos à disposição. Inclusive, eu me coloco à disposição de me sentar com vocês dois, e nós buscamos na iniciativa que cabe a nós. As outras lutas de direitos, de avanços e de conquistas são papéis do sindicato. Vocês têm mais é que ir para cima e lutar, seja qual Presidente for.

Agradecemos a disposição de todos os convidados estarem aqui presentes. Infelizmente, não foi possível dar a fala para todo mundo. Eu sei que os companheiros ali atrás queriam dar umas cutucadas aqui, mas não deu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Convido a todos para que vão em paz e que continuem a luta, porque o papel principal é nós resgatarmos a democracia do nosso País. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Romero Jucá, Dário Berger, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Paulo Paim, Lindbergh Farias e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Humberto Costa, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional". Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Adiado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de visitas técnicas desta Comissão às obras de integração das bacias do Rio São Francisco nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. A autora apresenta a programação das visitas e das audiências; ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Irajá Abreu. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico." Autoria: Deputado Capitão Augusto. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas do relator. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo - que: "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses." Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/07>

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Senadora Regina, temos dois requerimentos em pauta para serem apreciados na reunião de hoje, mas eu vou passar para a fase de apresentação de projetos.

Como a Senadora Regina está presente, vou conceder a palavra a ela para que faça a leitura do seu parecer, mesmo considerando que nós não temos quórum ainda para tratar de projetos de caráter terminativo. Entretanto, podemos adiantar já a matéria, Senadora Regina, com a leitura do seu relatório.

Só um momentinho, Senadora Regina, por favor.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015

- Terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Regina, para fazer a leitura do seu parecer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Srª Presidente, é um relatório muito simples, porque o assunto também é muito simples. A gente percebe que os trabalhadores constroem aquele mundo de casas e às vezes moram muito mal, moram em ocupações. A gente acha que tem que resolver também o problema de habitação dessas pessoas. Muitos deles nem sabem que podem se inscrever e podem disputar uma casa daquelas.

Vou passar ao relatório.

O projeto em análise acrescenta o §7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para determinar que os empreendimentos habitacionais produzidos com recursos do Programa destinem 5% (cinco por cento) das unidades produzidas para atender, preferencialmente, aos trabalhadores da construção civil.

A autora, Senadora Vanessa Grazziotin, considera que os trabalhadores da construção civil, “exatamente os que ajudam a construir o sonho da casa própria”, são pouco beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, possivelmente por “desconhecimento dos caminhos da burocracia”.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição foi distribuída exclusivamente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre a matéria. Em se tratando de decisão terminativa, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverão ser analisados.

A proposição diz respeito à política habitacional, que, nos termos do art. 23, IX, da Constituição Federal, é uma competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Não há reserva de iniciativa em favor de outros Poderes. A técnica legislativa é adequada.

No mérito, somos favoráveis à iniciativa. Como bem aponta a Senadora Vanessa Grazziotin, autora do projeto, as exigências burocráticas do Programa Minha Casa, Minha Vida impedem que segmentos manifestamente carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados.

No caso dos trabalhadores da construção civil, essa exclusão é particularmente perversa, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa. Apesar do grande alcance social do programa, ainda encontramos entre os trabalhadores da construção civil amplas parcelas desassistidas, residindo em condições precárias.

O projeto vem corrigir essa injustiça, reservando preferencialmente a esses profissionais 5% das unidades a serem produzidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2015.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria.

A apreciação, Senadora Regina, ficará adiada, uma vez que é necessário para votação o chamado quórum qualificado.

Vou voltar agora para a fase, Senadora Regina, dos requerimentos. Antes, comunico que o Senador João Alberto pediu retirada do item 9. Passamos agora imediatamente à fase aqui destinada aos requerimentos.

O primeiro requerimento é de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que trata de propor a realização de audiência pública nesta Comissão, em data a ser agendada, com a finalidade de debater “O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional”. Como o Senador não está, nós vamos transferir a apreciação do requerimento para a próxima sessão.

Senadora Regina, eu pediria que V. Exª assumisse a Presidência da Mesa para eu fazer a apreciação do próximo item, que é de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de visitas técnicas desta Comissão às obras de integração das bacias do Rio São Francisco nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para encaminhar seu requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina. Esse requerimento, Senadora Regina, deriva exatamente de uma importante audiência pública que a nossa Comissão realizou aqui no mês de abril, quando contou com a presença dos bispos do Nordeste, dos bispos lá do meu Estado, por exemplo, D. Mariano, de Mossoró, D. Antônio, de Caicó, D. Jaime, lá de Natal, contou com a presença de uma representação das Assembleias Legislativas do meu Estado, o Rio Grande do Norte, da Paraíba, com a representação também da sociedade civil, representantes dos sindicatos de trabalhadores, do empresariado também, ligado ao setor rural, e tivemos aqui a presença do Ministro Helder Barbalho.

Naquele momento, o foco daquela audiência, Senadora Regina, era exatamente a obra do São Francisco, obra essa que, graças aos governos Lula e Dilma, o Nordeste tem praticamente concluída. Digo "praticamente" porque V. Exª sabe que a obra não foi concluída ainda. Dilma entregou com 94% de conclusão. Entretanto, ela não foi concluída. Daí a razão daquela audiência: para ouvir o Ministro, para cobrar do Ministro, para cobrar do Governo a conclusão da obra.

O Ministro Helder Barbalho veio aqui, fez uma explanação. Naquela ocasião ele tinha uma visão muito otimista, Senadora Regina, sobre a obra do Eixo Norte, que naquele momento encontrava-se paralisada em função de problemas licitatórios que houve com a empresa. A empresa tinha abandonado a obra, portanto foi necessário fazer todo um processo licitatório novamente. Ele tinha uma visão otimista, achava que essas pendências de natureza burocrática, judicial, seriam equacionadas rapidamente e a obra seria retomada. Disse ele, naquela ocasião, que achava que isso aconteceria até num prazo máximo de 15 dias.

Entretanto, não foi isso que aconteceu. Simplesmente esses problemas não foram equacionados e, para a senhora ter uma ideia, a obra continua parada. Daí a angústia nossa, a preocupação nossa, principalmente dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e o Ceará, porque a obra não foi retomada. Diria mais à senhora: que a preocupação e a angústia do Rio Grande do Norte ainda são maiores, Senadora Regina, porque, de certa forma, as águas já chegaram a parte de Pernambuco – a senhora acompanhou lá, quando da ida do Presidente Lula –, já chegaram também a parte da Paraíba, mas ao Rio Grande do Norte as águas do São Francisco ainda não chegaram. Elas vão entrar por duas vertentes: pelo Rio Piranhas-Açu e pelo chamado Ramal do Apodi. O Rio Grande do Norte está totalmente excluído, até o presente momento, da questão do São Francisco – repito –, porque não chegou água por nenhuma vertente, por nenhum lado. Ao Ceará, as águas também não chegaram ainda, mas a previsão é chegar também lá ao Ceará.

O fato é que, diante de um tema de tanta relevância social como esse, a que foi que esta Comissão de Desenvolvimento Regional se propôs? Propôs-se a acompanhar e a fiscalizar exatamente essas obras, e é isso que nós estamos fazendo e que nós vamos fazer. Por isso, esse requerimento, Senadora Regina, está em consonância – repito – com a audiência de abril, quando eu já dizia – é bom ver as notas taquigráficas –, eu já aprovei a realização de visitas técnicas e de audiências públicas, sim,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

inclusive nos Estados contemplados, nos Estados que serão beneficiados pelas águas do São Francisco. Dizia, naquela ocasião, que esta audiência pública, Senadora Regina, tem sobretudo um caráter mobilizador. Por isso que nós trouxemos novamente este requerimento ora aqui em discussão.

Eu quero concluir dizendo a V. Ex^a da programação que nós estamos apresentando para a realização dessas visitas técnicas, dessas audiências através do requerimento ora aqui em discussão.

A programação é a seguinte. Nós estamos colocando o assunto do comunicado que nós enviamos para os convidados: convite para a Caravana das Águas, que é o nome que nós estamos dando a essa programação. "Cumprimentando-o cordialmente, informo que, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, foi aprovado [...]". Aí menciono a questão do requerimento. Faço aqui também referências que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, para a realização dessas audiências públicas com o objetivo de avaliar a retomada e o andamento das obras físicas do Eixo Norte e do Ramal do Apodi, que beneficiam os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, Pernambuco e Ceará e também as obras sociais derivadas do Projeto de Integração do São Francisco... E aqui destaco ainda, Senadora Regina, para efeito de conhecimento, que, no ano de 2016, uma comitiva da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil realizou uma caravana para acompanhar os empreendimentos hídricos que compõem o Projeto de Integração do São Francisco. Portanto, nos dias 19 e 20 de junho, em parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, da Paraíba e outras Assembleias, além de audiências públicas, serão realizadas visitas técnicas nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, de acordo com a programação em anexo intitulada Caravana das Águas: pela retomada das obras do Eixo Norte e viabilização do canal do Ramal do Apodi.

Aqui está a programação, Senadora Regina. Será nos dias 19 e 20. Nós vamos começar às 8h lá em Terra Nova. É o início da Caravana das Águas. Por que em Terra Nova? Porque foi exatamente onde parou a obra. Para a senhora ter ideia, faltam apenas seis quilômetros. Só que o Rio Grande do Norte está dependendo desses seis quilômetros. Se não forem concluídos, o Rio Grande do Norte vai ficar totalmente de fora, bem como boa parte da Paraíba, Ceará, Pernambuco, etc.

Então, nós vamos começar às 8 horas em Terra Nova; 10 horas, Jati e Ceará, visita técnica à Barragem de Jati; 15 horas, São José de Piranhas, visita técnica à Barragem Boa Vista; 16 horas, Cajazeiras. Nós vamos fazer uma visita técnica à Barragem de Caiçara. Às 17 horas, vamos fazer um ato público lá em Cajazeiras, na Praça do Trabalhador, ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras. No dia seguinte, a Caravana das Águas procede, dessa vez aí com a realização de duas audiências públicas em Pau dos Ferros. Vai ser lá no *campus* avançado da UERN, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E nós encerraremos a programação em Caicó, que é a cidade polo da região do Seridó, com audiência pública lá no auditório também do Centro de Ensino Superior do Seridó, que é ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Portanto, esta é a nossa programação. Dias 19 e 20, repito, iniciando em Terra Nova, Pernambuco, e terminando no Rio Grande do Norte, em Pau dos Ferros, e em Caicó, no dia 20. Caravana das Águas pela retomada das obras do Eixo Norte e a construção do Ramal do Apodi.

E encerro, Senadora Regina, dizendo que esse é um evento evidentemente de caráter suprapartidário, como deve ser. Nós esperamos contar não só com toda a Bancada Federal aqui do Nordeste – toda a Bancada Federal do meu Estado já foi convidada, todos os Estados do Nordeste, as assembleias legislativas, os governadores, os prefeitos, os vereadores, a Igreja, os bispos do Nordeste estão confirmando presença, não só do meu Estado como da Paraíba, do Ceará –, com a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

representação da sociedade civil, sem dúvida nenhuma, com a presença importante dos sindicatos de trabalhadores rurais, da Contag, bem como também com a representação do empresariado ligado principalmente ao setor rural.

É isso, Senadora Regina. Enfim, considero que, ao realizar mais essa jornada de visita de audiências, e agora seguida de visitas técnicas, em prol dessa obra do São Francisco, nós estamos nada mais, nada menos do que cumprindo o nosso dever, repito, pela importância que tem essa obra. E dizer aqui, claro, da nossa alegria, porque, se não fosse o Presidente Lula, esse sonho não seria realidade. Não é, Senadora Regina?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza. É uma obra de alcance social muito grande que precisa ser concluída, porque resolve o problema da água de muitos Municípios nossos que sofrem com a seca.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a decisão desta Comissão.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os demais itens serão transferidos para a próxima reunião.

Quero, Senadora Regina, só aprovar aqui a ata rapidinho.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* junto com as notas taquigráficas.

Convoco os Senadores e as Senadoras para a reunião da CDR a realizar-se na próxima quarta-feira, 14 de junho, às 9 horas, com a presença de S. Exª o Sr. Bruno Araújo, Ministro de Estado das Cidades, que comparecerá à Comissão para apresentar as ações da pasta do Ministério das Cidades para os próximos dois anos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. O Senador Hélio José justificou sua ausência em função de missão oficial autorizada pelo RQM 164/2017. Registra-se a presença dos deputados federais Miguel Haddad, Leopoldo Meyer, Eduardo Cury, Marcus Pestana, Izalci Lucas, Paulo Teixeira, Vitor Lippi e Izaque Silva. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDR 3/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Finalidade: Apresentar as ações do Ministério das Cidades para os próximos dois anos. Participante: Bruno Araujo, Ministro das Cidades. Resultado: Realizada. Usam da palavra os senadores Ataídes Oliveira, Paulo Bauer e Paulo Rocha; e os deputados federais Izalci Lucas, Vitor Lippi e Paulo Teixeira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/14>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* da nossa Casa.

Quero, inicialmente, pedir aos Senadores Anastasia, Flexa e Ataídes que tragam até a mesa o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Cidades, Bruno Araujo, que estará conosco hoje, nos termos do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58 da Constituição Federal.

Ministro Bruno, seja bem-vindo.

S. Ex^a vem hoje à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para apresentar as ações da Pasta do Ministério das Cidades para os próximos dois anos.

Quero registrar a presença, além dos mencionados Senadores Ataídes, Flexa e Anastasia, dos Deputados Federais Miguel Haddad, Leopoldo Meyer, Eduardo Cury, Marcus

Temos aqui a presença também de dirigentes do Ministério das Cidades: Sr. Marco Aurélio de Queiroz, Secretário-Executivo; Sr^a Maria Henriqueta Arantes, Secretária Nacional da Habitação; Sr. Daniel Duarte, Diretor de Produção Habitacional; Sr^a Diana da Motta, Diretora de Planejamento e Gestão Urbana; e o Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Quero registrar também uma delegação aqui representando o ConCidades, Conselho das Cidades.

Sr. Ministro, quero inicialmente dizer que é com muito prazer que estamos cumprindo um dos deveres essenciais da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é ouvir dos Ministérios, cujos temas de trabalho são sensíveis e pertinentes à nossa Comissão, quais são suas prioridades, suas metas e seus planos, Senador Anastasia, para as políticas públicas no próximo biênio. Assim, já vieram aqui o Ministro da Integração Regional, Ministro Helder, e o Ministro do Turismo. Agora, V. Ex^a, Ministro Bruno. Posteriormente, virá o Ministro dos Transportes.

Consideramos, sem dúvida nenhuma, que, para a temática do desenvolvimento regional, a presença do Ministério das Cidades é extremamente estratégica, pelo impacto e pela importância que têm essas políticas para o desenvolvimento regional, que começam pelos Municípios e passam pelos Estados.

A vinda do Ministro Bruno era esperada não apenas por querermos cumprir esse dever de ofício, mas justamente porque, nos últimos 14 anos, o Ministério das Cidades cumpriu tarefas importantíssimas e executou públicas na sociedade.

Falar sobre o Ministério das Cidades é, nesse sentido, falar sobre o que os brasileiros podem esperar das políticas de habitação social, de mobilidade urbana, de desenvolvimento urbano; é falar sobre o direito à cidade, saneamento básico, o Minha Casa, Minha Vida, sobre participação social, já que o Ministério é sede de um dos principais conselhos participativos e um dos mais capilares do Governo Federal, o ConCidades, entre algumas outras ações.

Em 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida foi criado com dois objetivos principais. O primeiro deles era, evidentemente, enfrentar o déficit habitacional das camadas populares no Brasil; e o segundo, claro, aquecer o mercado brasileiro e gerar emprego.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O programa foi criado em 2009, mas desenvolvido e implementado principalmente entre 2010 e 2016. Até abril de 2016, foram mais de 4,2 milhões de habitações contratadas, das quais 2,7 milhões foram entregues. O programa foi estruturado sobre faixas, que equivaliam às rendas dos beneficiários e das beneficiárias. A faixa 1, que compreendia renda mensal de até R\$2,35 mil e onde se concentra o maior déficit, recebeu seis de cada dez unidades construídas.

Houve muitos rumores na imprensa de que a faixa 1 acabaria e de que a reestruturação recente do programa aumentaria os benefícios das faixas de renda maiores.

A vinda do Ministro das Cidades aqui hoje pode nos dizer, inclusive, quais são os planos do Ministério para a faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, essa que é essencial para nós, para aqueles e aquelas que estão preocupados com o desenvolvimento regional e para a sociedade brasileira.

Ressalto aqui, Sr. Ministro, aquilo que é do conhecimento de V. Ex^a: o Brasil ainda tem um déficit habitacional gigantesco. Claro que esse déficit diminuiu em decorrência – o senhor reconhece – de uma política exitosa, como o foi o Minha Casa Minha Vida, na medida em que o Minha Casa Minha Vida, gestado e concebido no Governo do Presidente Lula, tinha como foco principal exatamente atender as famílias de baixa renda, até porque o déficit se concentra exatamente aí.

O déficit era de mais de seis milhões de moradias, ou seja, a falta de moradias era de mais de sete milhões. Diminuiu, mas nós temos de ter foco, porque, repito, quem precisa de casa no Brasil é quem não tem condições, de maneira nenhuma, de adquirir a sua casa. Portanto o Minha Casa, Minha Vida tinha um foco voltado para as famílias de baixa renda, a chamada faixa 1. Daí por que é importante ouvir V. Ex^a hoje aqui com relação à chamada faixa 1.

Quero colocar aqui que outro fato essencial para o desenvolvimento regional é o saneamento básico. Digo essencial não apenas porque é considerado pela ONU como direito humano, mas porque assegura saúde, bem-estar e redução da mortalidade infantil. Há estudos que mostram que, para cada real investido em saneamento pelo Governo Federal, a sociedade economiza um real no gasto com saúde. É uma conta que todos nós conhecemos, a chamada conta linear. Uma vez que é uma política pública essencial para assegurar saúde, em especial a redução da mortalidade infantil, Ministro, queremos que seja feita, e V. Ex^a deve fazê-la. Como andam os investimentos em curso no que diz respeito à política de saneamento básico em todo País pelo quanto nós sabemos ela precisa avançar?

Por fim, Ministro, como já falei a V. Ex^a, temos aqui uma representação do Conselho Nacional das Cidades, que é um conselho, como V. Ex^a também tem conhecimento, dos mais representativos, ao lado do Conselho Nacional de Educação, pela capilaridade que tem em todo País. Ele cumpre um papel importantíssimo, porque é o conselho que faz a ponte com a sociedade, com a comunidade. Foi uma conquista muito importante que veio no bojo da criação do Ministério das Cidades, uma conquista importante dos nossos governos, dos governos do PT. Nasceu o Conselho das Cidades e nasceu a Conferência Nacional das Cidades, repito, dando ao Estado brasileiro uma condição extremamente importante e especial, Senador Anastasia, que é o diálogo com a sociedades, que é a participação da sociedade civil.

Sabemos que a participação social é essencial na política pública. É ela que dá o tom da urgência e da necessidade. É ela que nos ajuda a entender melhor quais são os problemas de quem lida direta e diariamente com o tema. É ela, principalmente, que nos ajuda nos bons diagnósticos e na construção de boas soluções. É aquele ditado popular: se for para errar que se erre com o povo, porque o bom é acertar com o povo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso, compartilhamos das preocupações da sociedade civil e queremos aqui conversar com o Ministro com relação ao que está programado para o ConCidades e também para Conferência Nacional das Cidades.

Feitas essas considerações iniciais, mais uma vez, agradeço a presença do Ministro Bruno, que conheço da época em que fomos Deputados.

Rapidamente, Ministro, quero passar às mãos de V. Ex^a um documento acerca dessa polêmica com relação ao Conselho Nacional das Cidades bem como da sua composição. V. Ex^a recebeu recentemente um ofício da Procuradora Deborah Duprat em que ela pede esclarecimentos a V. Ex^a acerca do Decreto 9.076, assinado no dia 7 de junho por V. Ex^a, que adiou para 2019 a 6^a Conferência Nacional das Cidades, que aconteceria agora em 2017, retirou do ConCidades a competência de convocá-la e organizá-la, conforme previsto no Decreto 5.790, de 2006, e, de forma grave, revogou todos os dispositivos que estabeleciam as regras e competências da Conferência Nacional das Cidades, inclusive o que dispunha sobre a eleição, durante a conferência, dos membros do ConCidades. Isso que gera, a nosso ver, uma indefinição sobre os atuais mandatos e a forma de escolha dos futuros conselheiros.

A Conferência Nacional das Cidades tem previsão legal na Lei 10.257, de 2001, o chamado Estatuto das Cidades, como importante instrumento de participação e de gestão democrática. Em suas cinco edições, cumpriu um papel essencial na implementação de direitos como moradia, saneamento, infraestrutura urbana, mobilidade, lazer, entre outros.

O adiamento da 6^a Conferência Nacional das Cidades consideramos um retrocesso inaceitável para o enfrentamento dos desafios cada vez maiores na gestão democrática das cidades e uma ofensa direta aos direitos de cada cidadã e de cada cidadão brasileiros.

Ministro, como já coloquei para V. Ex^a, é claro que, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, estou à disposição para que possamos mediar o diálogo. Desde já deixo aqui patente, registrado o nosso apelo para que esse decreto possa ser revisto. Entendo que o caminho mais adequado para tratar desse tema é o diálogo. E V. Ex^a já vai receber terça-feira a representação do Conselho das Cidades.

Aproveito a presença de V. Ex^a aqui para dizer que nós vamos realizar uma nova audiência pública só para discutir a questão da Conferência Nacional das Cidades e do Conselho das Cidades, com a presença da sociedade civil, de V. Ex^a e dos diretores do seu Ministério, repito, com o intuito de que possamos preservar aquilo que consideramos sagrado, essencial, inclusive para o êxito da política pública, que é a participação da sociedade civil.

Nesse sentido, sei que o senhor sabe e reconhece que a conferência não trata de um tema qualquer, de uma agenda qualquer. Ela é a agenda mais importante do seu Ministério, permita-me dizer, pelo quanto ela tem de programática e pelo quanto ela tem de mobilizadora. Quanto mais a gente envolver os diversos segmentos da sociedade maiores serão as chances de o Governo acertar no foco e no alcance das suas políticas.

Eu não quero me alongar. Gostaria só que o senhor me permitisse fazer uma foto com os membros do Conselho das Cidades, entregando esse documento. Pode ser?

O SR. BRUNO ARAUJO (*Fora do microfone.*) – Claro. Com prazer.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, peça que venha aqui uma representação do conselho. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Ministro.

De praxe, damos meia hora, Ministro, mas, evidentemente, se V. Ex^a precisar de mais tempo, fique à vontade.

O SR. BRUNO ARAUJO – Bom dia a todos! Bom dia, Senadora Fátima, Presidente da Comissão, na pessoa de quem cumprimento os Senadores, agradecendo a presença do Senador Ataídes e do Senador Anastasia.

Cumprimento os Deputados Federais Vitor Lippi, o Deputado Pestana, o Deputado Eduardo Cury, o Deputado Izalci, os demais membros desta Comissão e da Comissão da Câmara dos Deputados.

Quero dizer, Senadora, que para mim é motivo sempre de muita honra voltar para minha Casa. Mesmo na condição de Ministro de Estado, antes dela, a minha alma é de congressista, sendo o Congresso o local em que me sinto absolutamente à vontade.

Eu quero, desde já, só fazer um registro: a reunião da Comissão que a senhora vai marcar para que possamos discutir o ConCidades vai ser muito bem-vinda por parte do Ministério. Vamos destacar uma equipe nossa para participar.

É importante registrar que não há nenhum fato novo em relação ao ocorrido. O Governo da Presidente Dilma, em 2015, publicou também dispositivo que adiou uma conferência por razões próprias, específicas. Não há nenhuma inovação em relação ao que aconteceu neste momento. E há outros elementos que, tenho certeza, vão ficar muito claros e que, pelo contrário, vão fortalecer o debate democrático. Apesar de a democracia representativa ser o *status* democrático escolhido por nós, onde a representação direta das cidades se dá pelos Prefeitos, a sociedade civil organizada tem um papel fundamental na discussão das políticas públicas. Tenho certeza de que, a partir de terça-feira, e com a sequência das reuniões a ser montada, vamos avançar nessa discussão.

O Ministério das Cidades, de forma muito genérica, é responsável por toda política de habitação no País. Além dela, a política de saneamento, incluídas todas as questões de abastecimento, de macrodrenagem, de resíduos sólidos – um campo que todos sabem ser imenso da área de saneamento e que ainda é, talvez, o índice que mais depõe, talvez seja o campo da infraestrutura nacional que mais depõe contra o *status* de quem se propõe a ser uma importante economia mundial. São índices que ainda envergonham a Nação brasileira –, toda a parte de desenvolvimento urbano, toda questão da complexidade da mobilidade urbana – que afeta, de modo especial, os grandes centros, e mais de 80% da população brasileira vivem nas cidades –, além da política de organização do sistema dos DETRANs, através do Denatran.

Passamos à habitação.

O objetivo nosso, a partir de maio, era fazer com que a questão da habitação não fosse tratada só do ponto de vista quantitativo, que é importante, mas que tivesse um grande foco do ponto de vista qualitativo. Que nós pudéssemos tratar do ambiente com o orgulho de ter a casa própria, a satisfação do pertencimento à comunidade e a garantia de bens e serviços prestados pelo Estado.

Dentro dos projetos de políticas habitacionais promovidas pelo Estado há décadas, há aspectos positivos e aspectos negativos. A gente ressalta como aspecto positivo nessas questões a diminuição do déficit habitacional, a proteção social e a geração de emprego e renda com o volume de investimentos que o Estado brasileiro faz na política de habitação. Como pontos negativos, o grau de degradação, vandalismo e violência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ficou claro, ao longo do tempo, que o programa, apesar de fazer um importante avanço do ponto de vista quantitativo, hoje gerou verdadeiras áreas de segregação. Há conjuntos habitacionais que foram apartados do tecido urbano da sociedade, Senador Anastasia, desconectados do provimento dos serviços básicos que empreendimentos precisam entregar à população, apartados de comércio, de UPAs, de escolas, dos equipamentos sociais mínimos para atender esse conjunto.

Nós temos a interferência... Digo interferência do Estado brasileiro, porque, no momento em que comemoramos a entrega de conjuntos habitacionais de cinco mil unidades, estamos falando de 25 mil pessoas. E o Estado brasileiro interferir em uma área para a construção de um ambiente significa que o Estado brasileiro está construindo um ambiente maior do que boa parte dos Municípios brasileiros.

Se pegarmos como exemplo algum empreendimento dos que vamos entregar em pouco tempo em Caruaru ou em Campina Grande de mais de quatro mil unidades e com 16, 20 mil pessoas, será maior do que 30%, 40% dos Municípios daqueles Estados. Então, é uma intervenção dramática no tecido urbano daqueles Municípios que recebem, que comemoram e festejam obviamente a importância da habitação, mas há a questões que precisam ser cuidadas ao longo do tempo.

E quero dizer que, de tudo que nós temos lido a respeito, de acadêmicos, urbanistas, arquitetos, em relação a essas áreas que se transformaram em áreas de segregação pela distância do empreendimento, pela falta de equipamentos sociais, de tudo que tem sido escrito a respeito disso, eu tenho tido oportunidade de andar o Brasil inteiro e posso garantir aos senhores que o que eu tenho visto é mais grave do que se lê. Então, o grande desafio do Ministério na área de habitação foi restabelecer regras, e nós vamos falar mais à frente, no sentido de permitir que essas habitações novas integrem a comunidade que recebe o sonho da casa própria a um novo ambiente de qualidade dessas moradias.

O desafio do Programa Minha Casa, Minha Vida é ir além das experiências anteriores, como eu disse: precisamos oferecer mais moradias para atenuar o déficit habitacional e precisamos também garantir qualidade de vida aos moradores.

Para superar os desafios, é preciso enfrentar algumas questões que vão ser relatadas aqui à frente. Primeiro, a forte crise herdada. É importante dizer que nós recebemos um programa com uma série de meses atrasados, construtoras que vinham quebrando no Brasil, gerando desemprego, com obras paralisadas, que vão ser detalhadas à frente. Recuperar economia e gerar empregos; fornecer eficiência à gestão. Quando eu digo fornecer eficiência à gestão é que, além da transparência, um programa que envolve mais de 5 bilhões por ano não tinha nenhum modelo, nenhuma peça tecnológica de gestão que permitisse à sociedade brasileira conhecer por georreferência onde foram os investimentos, onde estão, quanto custaram, quem construiu, qual foi o tempo de construção, ou seja, um conjunto de informações que, democratizadas, permite não só o planejamento do Governo, mas à sociedade e pesquisadores participarem, colaborando com o programa.

Criar novos programas complementares ao Minha Casa, Minha Vida. Nós vamos detalhar a necessidade do Cartão Reforma e da regularização fundiária. Não bastava só prover habitação a quem não tinha, mas também não esquecer dos brasileiros de renda mais baixa que, com esforço, ao longo dos anos, conseguiram construir residências precárias e que precisavam ter o olho do Estado, com a participação do Cartão Reforma, além de pensar na regularização fundiária, que é um dos grandes dramas urbanos deste País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Integrar as ações do Ministério.

Vejamos os compromissos do Minha Casa, Minha Vida primeiro, para nós termos uma compreensão do ponto de vista financeiro, Senadora.

Logo no dia 12 de maio, quando assumimos o Ministério, quando começamos a ser procurados por Senadores, aliás, governadores e prefeitos do País inteiro, eu comecei a ouvir tratar números que não pareciam críveis. Levou mais de uma semana para nós consolidarmos as informações, porque, como eu disse, o conjunto de informações, de ferramentas para consolidar informações ainda é muito aquém da necessidade do Estado brasileiro pelo tamanho dos investimentos. Para a senhora ter uma ideia, vou dar três exemplos. O número de contratos no PAC firmado com os prefeitos brasileiros e os governadores brasileiros na área de saneamento – contratos firmes, assinados, comunicados nos Municípios, festejados nos Municípios –, na área de saneamento, equivalia a 40 anos do limite orçamentário do Ministério das Cidades.

O número de contratos assinados com os governadores e prefeitos no Brasil na área de mobilidade – pavimentação, paralelepípedos, BRTs, metrô – equivaliam a 71 anos do limite orçamentário do Ministério das Cidades.

Na área de contenção de encostas, o número de contratos assinados com prefeitos pelo Brasil, ao longo do Brasil inteiro, equivalia a 77 anos do limite orçamentário do Ministério das Cidades.

Então, é sob esse aspecto e nesse quadro caótico, do ponto de vista econômico-financeiro, que nós assumimos o Ministério no sentido de pensarmos qual o caminho. E a primeira decisão foi: não adiantava o Ministério das Cidades ser um grande indutor de investimento, prestador de serviço, um grande contratador... O sinônimo de contratador, para que seja respeitado, é ser bom pagador. Não haveria nenhuma hipótese de dar seguimento a isso se não fosse reconstruída toda a equação. Para os senhores terem uma ideia, nós temos centenas – centenas – de contratos de mais de R\$100 milhões com R\$ 1.000 de empenho. Aqui nós não temos o eslaide específico, mas, se eu não me engano, o número que nós tínhamos o ano passado... Os senhores conhecem o jargão que se consolidou no País ao longo do tempo, do ponto de vista contábil, quando a Federação brasileira deixou de pagar seus compromissos dentro do mesmo ano e criou os "restos a pagar". Isso se transformou em algo clássico na cultura nossa. Nós encontramos em restos a empenhar R\$80 bilhões.

Então, é sob esse caos que nós passamos a ter que chamar prefeitos e governadores para uma conversa muito franca e ter que restabelecer isso, adotando critérios, Senador Cristovam, do que era factível. A prioridade em estabelecer as obras não eram as obras de que Estado ou de que Município, mas quais eram as obras factíveis de serem concluídas com menos recursos e serem entregues à população com funcionalidade para que se pudesse com clareza tirar aquelas obras da intempérie, do tempo, sol e chuva, muitas vezes paralisadas.

O Ministério das Cidades teve uma clara preocupação com a governança. Trabalhamos ao longo de 2016 para adquirir o equilíbrio financeiro, e eu poderia resumir, hoje, dizendo que nós viramos o ano não tendo, nas mais de 450, 500 mil unidades habitacionais construídas do Programa Minha Casa, Minha Vida no Brasil, Deputado Lippi, uma única fatura atrasada com um único construtor no País.

As obras que estão em execução, todas elas, do PAC – de mobilidade, saneamento, todas elas – têm hoje um pagamento firme e seguro, todas as obras em execução. Qual foi o milagre? O milagre, primeiro, foi cancelar, no final do ano, um volume importante de obras que eram inexecutáveis, que eram absolutamente impossíveis de fazer por questões físicas, questões técnicas, questões





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

orçamentárias. E, a partir daí, fizemos todo um planejamento, com um nível de conversa muito franco com governadores e prefeitos, fomos montando um planejamento.

Além disso, nós pudemos pegar, como referência, um grande desequilíbrio – cumprimento o Deputado Paulo Teixeira – entre, digamos, a democratização dos recursos da Federação.

Por exemplo, se eu pegar aqui o Estado do Presidente da Comissão análoga a esta Comissão de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da minha Casa original, a Câmara dos Deputados, o Estado natural dele, o Espírito Santo: o Espírito Santo recebia, por exemplo, mensalmente, de obras do PAC, Deputado Izalci, algo como R\$930 mil nos últimos anos. E há Estados no Nordeste que recebiam, durante muitos anos, mais de R\$45 milhões por mês. Então, do ponto de vista federativo, havia um grande desequilíbrio na chegada do recurso federal entre os mais diversos Estados da Federação. O Estado da Senadora Fátima Bezerra tinha uma média de desembolso de R\$15 milhões e outros Estados no Nordeste chegavam a mais de R\$50 milhões.

Nós procuramos e demos publicidade, através de uma portaria, criando critérios que estabeleçam modelo de pagamento de forma a democratizar da melhor forma possível a distribuição desses recursos do PAC.

Voltando ao déficit habitacional brasileiro: 6 milhões de residências; 5,3 milhões delas urbanas e 753 mil rurais. O déficit habitacional em habitação precária é de 836 mil unidades, em coabitação familiar é de quase 2 milhões de unidades, em ônus excessivo de aluguel, 3 milhões, e no adensamento de domicílios alugados, 366 mil unidades.

Vinculada à pirâmide demográfica nossa, no eslaide seguinte nós podemos ver a demanda de domicílios brasileiros: ela vai reduzindo ano a ano, até chegar no ano 2040 em algo estimado como 1,688 milhão. Está aliado a isso um programa que segue, o programa do Estado brasileiro do Minha Casa, Minha Vida, e o movimento demográfico brasileiro.

Voltando ao diagnóstico do Minha Casa, Minha Vida, no ano pré-eleitoral se contrataram 400 mil unidades habitacionais na faixa 1, que é a faixa que atende a população brasileira mais pobre. No ano eleitoral foram 132 mil unidades; em 2015, aquelas 1,1 mil unidades que os senhores veem nada mais são do que resíduo contratual de 2014; na prática, 2015 é zero. Então, determinou-se a construção de unidades do Minha Casa, Minha Vida no ano pré-eleitoral, 2013; determinaram-se 132 mil unidades no ano eleitoral, em 2014, e o programa parou em 2015/2016. Há duas semanas, nós determinamos a contratação das primeiras 25,7 mil unidades habitacionais com investimentos de R\$2 bilhões em praticamente todos os Estados da Federação brasileira menos Centro-Oeste, que não chegou com suas propostas a tempo hábil para essa decisão. E o ano de 2016, de maio a dezembro, foi um ano de toda a organização e administração para que nós pudéssemos retomar o programa.

Então, além das 25,7 mil unidades que o País acompanhou agora, que geram 30 mil empregos diretos, com R\$2 bilhões de investimentos, nós encontramos 60 mil unidades habitacionais paralisadas no País, por falta de pagamento, construtoras quebradas, uma série de hipóteses. Dessas 60 mil, nós retomamos praticamente 34 mil unidades. Além disso, nós autorizamos novas 14 mil unidades habitacionais, que foram retiradas de obras que os governadores e prefeitos tinham de saneamento e mobilidade – eles não conseguiam tocar essas obras de infraestrutura, tinham que atender a população. Nós chamamos isso para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, de maio para cá, nós contratamos e autorizamos 34 mil novas unidades habitacionais de retomada, 25,7 mil





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

unidades habitacionais que começam do zero, além de 14 mil unidades habitacionais cuja migração autorizamos. Saimos de uma posição de zero em 2015 para um volume mais expressivo.

Mais ainda. Falei aqui sobre as 60 mil paralisadas: são 34 mil já retomadas na prática.

E os prazos de pagamento? O programa chegou a ter 4 meses de atraso de pagamento, mas nós geramos os prazos de fatura e elevamos para... Em 2017, as medições são apresentadas por pequenas, médias e grandes empresas, e todas recebem sua fatura dentro do mesmo mês.

O programa ainda tem muito o que melhorar. Primeiro eu preciso aqui ressaltar, Senadora, que as críticas no sentido de aprimorar o programa serão a este governo, ao próximo, a quem vier, porque acho que é obrigação da Administração Pública ter o desafio de melhorar. Vale, sim, ressaltar a importância do programa, da criação do programa, de existir uma política habitacional desse volume e desse porte para atender a população.

A fase em que nós entramos agora é a de permitir que as regras que são especificadas possam atender melhor a população. O que temos a melhorar? A avaliação quantitativa é positiva, os moradores do Minha Casa, Minha Vida estão satisfeitos com as condições da moradia da "porta para dentro" e com as condições de infraestrutura que fazem parte dos recursos que o programa aporta. O programa dá dinheiro para pavimentação, para iluminação, para esgoto, para essa infraestrutura, além do que dá para o próprio empreendimento.

Qual é a parte da insatisfação, do nível de insatisfação? É da porta para fora, aquilo que comentei aqui: o acesso ao comércio, ao trabalho, equipamentos, aos serviços públicos.

O que nós fizemos este ano? A nossa meta de contratação é de cem mil unidades no Minha Casa, Minha Vida na faixa 1, construídas por empresas; 70 mil construídas por entidades urbanas e entidades rurais, 35 mil de cada uma delas; e de 400 mil unidades com os recursos financiados pelo FGTS, da faixa 2, 3 e da faixa 1,5.

É importante ressaltar que tiramos do papel, montamos o planejamento, e é uma faixa muito exitosa, que, aliás, devia ser objeto de preocupação no Congresso Nacional, tanto dessa comissão na Câmara quanto no Senado, porque a faixa 1,5 gera uma relação muito decente entre Estado e cidadão. Ela recebe um grande subsídio do Governo, um importante subsídio. Isso permite que as prestações, que estão girando em torno de R\$300 a R\$400, possam ser acessíveis para uma grande parte da população, gera para ela a possibilidade econômica de pagar prestações e gera, junto a essa população atendida, digamos, uma relação de pertencimento e de muita responsabilidade em relação ao seu imóvel.

É importante dizer, dentro desse contexto, o que nós fizemos para aprimorar a decisão de como nós íamos atender a faixa 1 do programa.

Nós estabelecemos em norma: nós não construímos mais conjuntos habitacionais com mais de 500 unidades. Isso porque se demonstrou, no Rio de Janeiro e em outras regiões do País, quando os empreendimentos eram empreendimentos imensos, que eles eram economicamente atrativos para o crime, para as milícias, o que virou um problema grave em muitos empreendimentos pelo Brasil afora. Nós determinamos este ano que os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida vão ser atendidos com a chamada demanda fechada, com o deslocamento de uma população de risco, populações inteiras de áreas insalubres se deslocando para aquele empreendimento.

Dentre os problemas do Minha Casa, Minha Vida, havia, além do deslocamento geográfico, uma comunidade que não se conhecia. Quando fazemos o deslocamento de uma comunidade inteira, uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comunidade que conviveu ao longo dos anos com uma mesma vizinhança, esse impacto é reduzido, porque é uma comunidade que conviveu e compartilhou da mesma relação ao longo dos anos. A ideia é que o deslocamento inteiro dela gere menos impacto para essa população. Nós determinamos um aumento das vias, separação de vias entre os condomínios, estabelecemos, como critério, mais pontos para os empreendimentos que estão próximos de UPAs, de escolas, dos equipamentos sociais. O resultado disso – visitamos os primeiros terrenos onde vão ser construídas algumas das 25 mil unidades autorizadas –, vê-se nitidamente, é que aquelas unidades habitacionais estão recebidas dentro do tecido urbano. Não é mais...

Acho que o Deputado ali pode dar um testemunho sobre Sorocaba. O empreendimento fica a quantos quilômetros da cidade? Acho que a uns 6 quilômetros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO ARAUJO – Mais do que isso, afastado do centro urbano.

E, agora, as próprias na modalidade FAR ... Muitas das empresas – é importante dizer – talvez não tenham acreditado no rigor com que nós estabelecemos. Vou dar alguns números para os senhores: de cada 100 projetos apresentados por empresas para essa nova rodada de contratação do FAR, 61 não foram enquadrados, 61 já foram desenquadrados na Caixa Econômica Federal. Ou seja, só 39 dos 100 ficaram aptos a poderem ser selecionados, porque estavam na lógica anterior, de que parte do resultado poderia ser absorvido na escolha de terreno mais barato. Não! A proposta agora é fornecer mais qualidade a quem recebe.

As opiniões dos moradores: 64% preferem a moradia atual do que a anterior. Parece um número grande, mas não é, porque quem recebe um empreendimento quase 90% subsidiado pelo Estado, um apartamento novo, e não vai... Esse número tem que ir para mais de 90% para demonstrar o tamanho do investimento que o Estado brasileiro faz. Além disso, 70,5% apontaram que sentem falta de um quintal. Esse é um dado relevante. Por isso, quanto mais se puder optar por empreendimentos horizontais, melhor. E há a preocupação com a falta de segurança, que tem sido um componente importante. Transporte público é outro componente extremamente mal avaliado nessas preocupações, assim como a falta de correios, telefone público, acesso aos equipamentos sociais.

É importante lembrar que nós ficamos com um passivo de mais de R\$500 milhões: equipamentos que estavam vinculados a contratos de empreendimentos e, pela falta de recursos... Trabalhou-se para terminar os empreendimentos, mas de muitos deles é preciso cuidar para entregar o equipamento de educação, a creche.

Nós estamos num diálogo com o Ministro Mendonça para, a partir de 2018, poupar o Ministério das Cidades de utilizar os recursos para a construção de escolas – ele deve focar a habitação. É óbvio que escola tem de ser construída pela pasta que tem os recursos específicos para isso, que é o Ministério da Educação, senão amanhã o Ministério das Cidades também estará obrigado a aplicar dinheiro em hospital e em delegacia, o que não cabe em seu escopo. Nós temos de construir um processo de integração com os demais ministérios para pulverizar esses recursos.

São 77% com reclamações na área de comércio e, na área de segurança, 61%. Na análise do Ministério da Transparência, 49% reclamam de falhas na execução do projeto; 30%, trincas e fissuras; 29%, de infiltração; 17%, de vazamentos. Isto é algo que nós estamos construindo com a Caixa num programa de fiscalização: para que haja mais rigor em relação a isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já que estamos falando em percentuais, vale também uma referência quanto ao Programa Minha Casa, Minha Vida: enquanto na faixa 2, na faixa 3 e na faixa 1,5 o índice de inadimplência é índice de mercado – 2%, 2,5%, 3% –, Senador Paulo Rocha, no Minha Casa, Minha Vida da faixa 1, que tem 90% de subsídios do Tesouro Nacional e o contemplado assume 10% do pagamento do imóvel ao longo de 10 anos, a inadimplência vai para mais de 30%. Nós estamos falando de prestações, Senadora, de R\$80, R\$90, R\$100. Então, se estabeleceu a cultura de que, porque é do Estado, não se paga. Sabe-se que, se não se paga a prestação de um eletrodoméstico ou de outro produto, há um problema maior. Nós temos de entrar num processo educativo no sentido de mostrar que essa contraprestação precisa ser cumprida. Talvez, do ponto de vista econômico, tenha menos importância para o programa, mas isso é importante sob o ponto de vista de estabelecer, digamos, uma relação mais apropriada entre o beneficiário e o Estado.

Diagnóstico.

Inadimplência: 33% com parcelas vencidas. As soluções de mitigação estão sendo trabalhadas e a elas dedicamos especial atenção, seja por meio de programas complementares, seja pela exigência de mais qualidade na habitação entregue, como foi dito.

O processo de recuperação do Minha Casa, Minha Vida tem os seguintes pilares.

Realismo fiscal: nós não autorizamos no Ministério das Cidades, sob esta gestão, uma única obra se não tivermos um fluxo de planejamento financeiro firme para 2017 e 2018; mais integração com os parceiros da iniciativa privada: cobrança de correlação de responsabilidades.

E, aí, nós não estamos falando só dos maiores do Brasil, que correspondem a algo entre 30% e 40% da construção no País, mas cuidando também da atenção aos chamados formiguinhas, que correspondem a 30% das construções. São milhares e milhares de pequenos construtores que tiveram um tratamento, digamos, mais inadequado ao longo do ano passado, mas nós reajustamos isso nessa relação da Caixa com eles, e hoje eles ajudam colaborando com a pulverização de obras pelo Brasil.

Recomenda-se, ainda, o reajuste dos valores e tetos mais altos para todas as faixas do programa.

Nós determinamos que o Minha Casa, Minha Vida, na faixa 1, pode chegar, sim, a qualquer Município brasileiro.

(Soa a campanha.)

O SR. BRUNO ARAUJO – Havia uma vedação para os Municípios com menos de 50 mil habitantes, mas todos os Municípios estão habilitados agora. Nós, nas regras, determinamos que os Municípios que já tiveram mais de 50% do déficit atendido...

Este ano o foco está naqueles que foram menos atendidos. Pegamos os Municípios menores brasileiros, elevamos o preço do imóvel, o preço de construção, para que pudesse haver uma atração maior para o Minha Casa, Minha Vida. Permitimos a possibilidade de elevar para até R\$9 mil a faixa para inscrição no programa, ainda que, ao longo do ano, tenhamos pegado parte desses recursos e transferido para fortalecer novamente as faixas menores do programa.

O Minha Casa, Minha Vida nunca parou. Foram 736 mil unidades entregues ao longo de 2016. Neste momento, mais de 500 mil unidades – o número está atualizado – foram construídas neste País, todas com pagamentos em dia. São R\$70 bilhões entre financiamentos e investimentos.

Eu já falei sobre as metas para este ano: de 600 mil unidades, obviamente fazendo fluxo e acompanhando o contingenciamento estabelecido ao longo deste ano para fechar de forma simétrica





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com o contingenciamento até o mês de dezembro. Nós já contratamos, este ano, 25,7 mil na faixa 1. Nas próximas semanas virão novas contratações pelo FDS, pelo PNHHR e novamente pelo FAR Empresas. A faixa 1,5 segue na meta; a faixa 2 e a faixa 3 seguem também, neste momento, dentro da meta.

As novas regras para empresas e Municípios.

Municípios e empresas, para serem atendidos, não podem ter obras paralisadas. Então, quem apresenta proposta de construir no Minha Casa, Minha Vida... O Município que esteja com obras paralisadas ou empresas que estejam com obras paralisadas não têm prioridade nesse atendimento. Isso é feito para estimular aqueles que cuidaram da boa governança, acompanharam de perto as suas obras. Como eu disse, empresa com obra paralisada fica desenquadrada do programa.

A inexistência de unidades concluídas e legalizadas há mais de 60 dias com ociosidade superior a 5%. Ou seja, nós temos Municípios que têm obras entregues, inauguradas, e com ociosidade no empreendimento. Se há ociosidade, não há necessidade de demanda e, portanto, nós não atendemos também esses Municípios – nós temos Município no País que tinha déficit habitacional de mil famílias e foram construídas 11 mil unidades habitacionais, no Maranhão.

Municípios já atendidos com unidades habitacionais que somam mais de 50% do déficit habitacional também não participam neste momento do programa. A ideia é que nós possamos cuidar dos Municípios que, de fato, estão mais necessitados em relação ao déficit.

As novas regras exigem mais qualidade, transparência, novos critérios. Qualquer brasileiro acessa, pela internet, neste momento, quais foram os empreendimentos atendidos, o Município, a construtora que vai fazer e o valor da obra, tudo com absoluta transparência.

Os empreendimentos são menores – como disse antes, 500 unidades –, exigem-se ruas entre os edifícios e paisagismo. Na minha região e na da Senadora Fátima há empreendimentos no Semiárido, sol de 40 graus meio-dia, sem uma árvore, com uma criança andando um quilômetro ou dois quilômetros para pegar um ônibus sob o sol incandescente. Então, há a determinação de paisagismo, de árvores. Hoje, nos empreendimentos, ele é feito com muito rigor para fornecer a qualidade de sustentável ao empreendimento.

Acessibilidade: critérios como proximidade de escola, bancos e correios. A tentativa nossa é que, antes de nós gastarmos dinheiro com equipamentos sociais, a escolha do terreno permita que aqueles equipamentos já existam e, que, no máximo, tenhamos que investir dinheiro na ampliação de uma escola, na ampliação de uma UPA, mas não na construção inteira de uma unidade de forma prioritária.

Infraestrutura urbana básica e, como disse antes, os Municípios com menos de 50 mil habitantes. Os critérios para enquadramento: a regionalização, Municípios com elevado déficit têm prioridade no atendimento do programa; avaliação do porte do empreendimento em relação ao tamanho da cidade, uma correlação nesse sentido; uma estrutura prévia de água encanada, iluminação, viária, rede de esgoto e pavimentação. Isso poupa recursos nossos no provimento desses itens, ou na exigência do Município, do Estado; o atendimento do maior número de Municípios no Território nacional: pulverizar da melhor forma possível. Os senhores já podem ver nestas primeiras 25,7 mil que houve um atendimento pulverizado por todo o País.

A prioridade das famílias. Quem é que vai ser atendido no ano de 2017 no Minha Casa, Minha Vida? Famílias em áreas de risco, em áreas insalubres, desabrigadas, pessoas com deficiências, famílias chefiadas por mulheres, famílias com bebês vítimas de microcefalia e idosos. Esse é o conjunto, essa é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a concentração, esse é o foco do atendimento ao longo de 2017 – como disse, com a chamada demanda fechada, tentando deslocar toda uma vizinhança, toda uma sociedade para o mesmo empreendimento.

A seleção feita agora gera 30 mil empregos diretos. São 25.664 unidades em 122 empreendimentos, com R\$2 bilhões de investimentos. Dentro dos programas complementares para sustentar o programa de políticas públicas habitacionais no Brasil, o Congresso Nacional presenteou o País agora, de fato, com uma inovação, uma revolução na posição de regularização fundiária. O Brasil vai ter a possibilidade de, nos próximos anos, corrigir grande parte desse grande problema. Entregar o título de propriedade significa o sentimento de pertencimento, a garantia de segurança jurídica, a possibilidade de transferência aos herdeiros, o acesso ao crédito, o fato de o que era posse poder virar financiamento para a recuperação do próprio imóvel, para financiar o estudo de um filho, poder investir num negócio. Isso significa a chegada de bens e serviços públicos regularizados – no futuro, a regularização de tributos. O que o Congresso fez agora – e nos próximos dias deve haver a sanção da lei – é algo que pode revolucionar. E é importante dizer que o Congresso confirmou também uma iniciativa nossa de criar, no Direito brasileiro, o chamado direito de laje. Então, em situações como essa, nós vamos poder fazer o registro cartorial de cada um dos andares, de modo a adequar a lei a uma realidade fática brasileira.

Então, dentro desse conjunto de integração, nós podemos fazer: o Minha Casa, Minha Vida revigorado – aí nós vemos um conjunto, na cidade do Recife, que recebeu o nome do ex-Governador Eduardo Campos –; o Cartão Reforma, que atende as unidades habitacionais que ali estão com condições de receber ajuda para melhorar o grau de precariedade que olhava para outros cidadãos brasileiros que recebiam imóvel novo, mas, de alguma forma, ali na parte mais alta, tinham investido, ao longo do tempo, suas economias para construir um imóvel e agora podem receber a mão do Estado brasileiro, com o Programa Cartão Reforma; e o programa de regularização fundiária, que permite um grande avanço nessa questão no País.

Nós estamos preparando, para os próximos meses, o novo portfólio do aluguel social.

O aluguel social passa pela ideia de agregar aos portfólios de habitação a possibilidade de nós fazermos um chamamento à iniciativa privada, por exemplo, dizendo da necessidade no Estado brasileiro de um empreendimento em uma cidade satélite de Brasília de 500 unidades habitacionais com tal configuração, onde nós garantimos, ao preço de x reais o metro quadrado, o aluguel durante 30 anos desse empreendimento. Nós podemos, com menos recursos, produzir mais unidades habitacionais e permitir, com o aluguel social, que nós possamos ter um fluxo maior de famílias – entregar uma unidade a uma família constituída com o filho em escola que anos depois vai para a universidade e vira um profissional liberal e que, 15 anos depois, tira a família daquele imóvel para ascender socialmente e libera esse imóvel para outra família. Então, o aluguel social é algo que está em processo de elaboração dentro desse portfólio de proteção da habitação do Estado brasileiro.

Na área de mobilidade urbana, são R\$70 bilhões em investimentos em 80 Municípios – é mais concentrado o investimento em mobilidade. O maior empreendimento neste momento é o metrô de Salvador, que este ano consumiu, do Governo Federal, mais de R\$500 milhões. No VLT do Rio de Janeiro foram feitos investimentos também muito expressivos nesse sentido.

Ainda na área de mobilidade, nós estamos lançando nas próximas semanas R\$3,7 bilhões de recursos do FGTS para atender os Municípios brasileiros. Municípios de zero a São Paulo poderão ter





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acesso a esses recursos na área de pavimentação, calçadas, ciclovias, sinalização, estações, terminais, tudo o que tiver a ver com mobilidade, com recursos de 6% ao ano de FGTS, com quatro anos de carência, 20 anos de financiamento.

Ainda na área de financiamento, nas próximas semanas, o Avançar Cidades, na área de saneamento, com R\$2,2 bilhões para abastecimento de água, manejo de águas pluviais, macrodrenagem, estudos, projetos, desapropriação também envolvida nisso, os Municípios também de zero à cidade de São Paulo acessando esses recursos, que podem chegar a R\$200 milhões. Abaixo de R\$5 milhões ficam livres de análise por parte do Tesouro Nacional. Há grande expectativa por parte dos Municípios e Estados pela liberação desses recursos.

De modo geral é isso, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Aos membros do ConCidades, a toda a assessoria que nos acompanha, quero dizer que esse é o esforço que foi imprimido ao Ministério das Cidades para devolver sobretudo uma posição de relação de maior confiança entre os prefeitos e governadores que acompanham nossas ações para, de modo específico, podermos entregar um serviço com mais qualidade à população. Ainda falta muito, há muito a se fazer, e essa é uma responsabilidade a ser seguida por todos os governos que virão, em um processo constante de aperfeiçoamento.

Agradeço a V. Ex^a. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimos o Ministro Bruno pela sua apresentação.

Vamos imediatamente passar a palavra aos Senadores.

Quero registrar a presença aqui do Deputado Paulo Teixeira, do Deputado Júlio Lopes, do Deputado João Paulo, do Deputado Izaque Silva, de São Paulo, e do Deputado Vitor Lippi.

Eu indagaria aos Srs. Senadores, para que a gente possa organizar aqui, se os Senadores desejam fazer uso da palavra – Senador Ataídes, Senador Paulo Bauer.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Podemos falar no tempo regimental de cinco minutos?

Eu sugeriria, Ministro, que V. Ex^a pudesse ir anotando aí. Está certo?

Com a palavra o Senador Ataídes, pelo tempo regimental de cinco minutos. Depois, o Senador Paulo Bauer.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão, e parabéns também V. Ex^a por ter agendado esta belíssima audiência.

Quero cumprimentar o jovem Ministro Bruno Araújo, que nos deu aqui uma verdadeira aula.

Nós sabemos da enorme responsabilidade que V. Ex^a assumiu diante desta grande pasta, porque os Municípios do nosso País são extremamente carentes em todas as áreas de responsabilidade dessa pasta, como asfalto, saneamento, manejo do lixo, Programa Minha Casa, Minha Vida, e tantas outras. Agora também há o problema fundiário.

É interessante, Ministro, Sr^a Presidente, eu tenho muita dificuldade em elogiar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – muita dificuldade!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muita dificuldade! *(Risos.)*

Mas não há como negar e devo parabenizá-lo por esse belo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Eu venho, Senadora Fátima, de família extremamente pobre. Hoje, graças a Deus, sou um homem bem-sucedido nos negócios, mas até os 28 anos de idade não consegui dar uma casa para o meu pai.

Nesta semana, Ministro, eu estava inaugurando, entregando 40 casas em uma pequena cidade do nosso Estado e pude ver a felicidade daquelas famílias recebendo aquela casa. Então, não tenho como não parabenizar o ex-Presidente Lula por esse belíssimo programa.

Mas, lamentavelmente, conforme V. Ex^a colocou, Ministro Bruno, estava realmente mal administrado, estava uma catástrofe. Fazia-se o fato político: mais de 60 mil obras paralisadas, retomadas agora, 34 mil casas. Eu sou Presidente de uma Comissão de Obras Paralisadas aqui no Senado Federal. Isso realmente é lamentável.

Não tenho, Ministro, perguntas a fazer, porque ficou muito clara a palestra e a apresentação de V. Ex^a. Eu realmente ratifico: tive uma belíssima aula, bem como os nossos assessores que aqui também estão.

A respeito dessa pesquisa em que os moradores disseram que queriam um quintal eu já havia falado para a ex-Presidente Dilma, quando fui convidado por ela a ir a uma cidade nossa, Araguaína, no Tocantins. Lá, quando nós estávamos entregando mil unidades, eu disse-lhe: "Presidente, por que nós não podemos incluir nesse programa uma cerca viva para designar ali um limite de quintal e dar a essas famílias mais privacidade?" Ela até comprou a ideia. Mas, lamentavelmente, Ministro, eu vi V. Ex^a colocando a respeito da arborização. O meu Estado também é muito quente, V. Ex^a conhece...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já estou concluindo, Sr^a Presidente.

Já estão plantando realmente as árvores, mas eu sugeriria essa cerquinha viva. Ela realmente vai beneficiar muito, vai trazer muito conforto e privacidade, e o custo é baixíssimo. Eu acho que dá para esses construtores incluírem também essa cerca viva.

Esse Aluguel Social é de extrema importância, é de bom alvitre. Espero que esse programa seja implantado o mais breve possível, assim como esse investimento em mobilidade urbana.

Em relação à parte fundiária, essa medida provisória recentemente aprovada aqui, no Congresso Nacional, V. Ex^a colocou muito bem os benefícios que isso trará não só a esses beneficiários, pessoas que estão há 20, 30 anos no seu terreno, na sua casinha, e não têm a propriedade de direito. Além disso, vai trazer recursos para os Municípios etc.

Fico muito feliz, Ministro Bruno, de ter hoje V. Ex^a diante desta grande pasta. Não tenho dúvida nenhuma de que, com esse trabalho que V. Ex^a iniciou, botando a casa em ordem, V. Ex^a vai fazer e está fazendo uma grande gestão. E, tendo as minhas dúvidas, com certeza, vou bater lá em sua parte para tirá-las.

A princípio o Estado de Tocantins já lhe agradece bastante e agradece bastante esse programa criado pelo governo do PT, que já beneficiou milhares de famílias no nosso Estado do Tocantins e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

milhares de famílias Brasil afora. Eu só quero parabenizá-lo e pedir a Deus que continue lhe dando sabedoria e saúde para que V. Ex^a continue administrando bem esta pasta.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Ataídes.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Bauer, quero ressaltar que, diferenças políticas ou ideológicas à parte, é importante o reconhecimento que o Senador Ataídes faz aqui, até porque contra fatos não há argumentos, ele próprio fala da sua história.

De fato, Senador Ataídes, só quem nunca teve direito de ter na mão a chavinha da sua casa própria sabe o que significa um programa dessa natureza. E, veja, acho que é importante, é grandeza, por exemplo, a gente reconhecer o mérito dessa política por ter sido a primeira política de natureza habitacional no País a olhar exatamente para quem não tinha casa. Não é que não existissem políticas voltadas para diminuir o déficit habitacional no Brasil. O problema é que as políticas, com exceção dos anos 80, dos chamados conjuntos habitacionais, infelizmente, não tinham como foco exatamente quem não tinha casa, quem não tinha condições, de maneira nenhuma, de comprar a sua casinha.

O mérito do Minha Casa, Minha Vida é exatamente este. E é nesse sentido que a gente fica atento para que o programa não perca o seu foco, de acordo com os dados que o Ministro acabou de apresentar aqui. Diminuímos o déficit habitacional no Brasil, mas ele ainda é gigantesco – 6 milhões! E onde é que está a maioria desse déficit? Exatamente nas famílias de baixa renda. É a esse estrato que o Estado tem que se voltar como garantidor dos direitos sociais fundamentais da pessoa humana. E não existe um direito mais sagrado do que, por exemplo, o direito à habitação. A dignidade começa por ali, por você, de repente, botar o pé no chão exatamente da sua casa.

Eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Bauer dizendo, Ministro, que uma das imagens que eu guardo e que mais me emociona era quando eu ia lá no processo de construção do Minha Casa, Minha Vida e, depois, Senador, no momento da entrega das casas. Era impossível não ver o brilho especial nos olhos daquelas mulheres. Era impossível não ver, porque era a sensação do pertencimento, de repente, ela ali pegando a chave e podendo dizer: é minha! Agora é minha!

Outra coisa: é claro que o programa, sem dúvida nenhuma, precisa de aperfeiçoamento; isso é constante. Agora, também devo dizer aqui, Ministro, que uma coisa que sempre observei era a infraestrutura necessária aos empreendimentos. E V. Ex^a sabe, até porque continua atento a isso, que, para se liberar as construções do Minha Casa, Minha Vida, todos aqueles condicionantes do ponto de vista de infraestrutura urbana teriam que estar assegurados – o esgoto, a limpeza, a questão da iluminação. Depois, os equipamentos públicos.

Eu, como professora, cada vez que eu ia ao Rio Grande do Norte, a Parnamirim, a São Gonçalo, a todos as regiões do Estado, a primeira coisa que eu perguntava, Deputado Izalci, Deputado Paulo Teixeira, era o seguinte: "Diga uma coisa: cadê a creche? Cadê a escola? Cadê o posto de saúde?" E sempre o que estava apresentado lá concretamente era, sem dúvida nenhuma, a instalação desses equipamentos.

Mas, de fato, é um programa de um valor humano inquestionável. Por isso mesmo que esse programa tem que continuar, com os aperfeiçoamentos que se façam necessários. Mas ele é um imperativo do ponto de vista de promover a cidadania do povo brasileiro no campo da habitação.

Eu passo imediatamente a palavra ao Senador Paulo Bayer, Líder do PSDB aqui no Senado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senadora. É Bauer, com "u". (*Risos.*)

Com "y" é a aspirina. (*Risos.*)

Não se sinta ofendida. É muito comum aqui, em Brasília, e principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, as pessoas terem dificuldade na pronúncia do nome de origem germânica. Aliás, aqui, no Brasil, dizem <Bauer>. Na Alemanha, não existe o <er> pronunciado quando se trata de nome próprio, seria <Bauh>.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que a gente gosta tanto do brasileiro, que a gente está abrasileirando o nome. (*Risos.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pois não. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senadora.

Ministro Bruno Araújo, como Líder da Bancada do PSDB, eu compareço aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional, primeiro, para saudar V. Exª e cumprimentá-lo por estar aqui atendendo ao convite da Comissão de apresentar perante Senadores e Deputados as ações que o Ministério das Cidades desenvolve.

Quero aqui me associar às palavras do Senador Ataídes, que aqui muito bem já se manifestou. E não o fez isoladamente, com certeza, o pensamento dele é o pensamento de toda a Bancada do PSDB. E diria a V. Exª que, sem dúvida nenhuma, o seu trabalho como Ministro é digno de todos os elogios e louvores não só pelo Partido PSDB, o qual V. Exª integra, mas de todos aqueles da Administração Pública Federal.

Eu já ouvi do próprio Presidente Michel Temer palavras muito positivas a respeito do trabalho que V. Exª desenvolve. E vimos também, nos eventos que V. Exª realizou Brasil a fora e também aqui na capital federal, que a sua linha, a sua forma de conduzir o Ministério está de acordo com o que precisamos fazer para vencer as dificuldades do nosso País, principalmente para ajudar as Administrações municipais a realizarem obras estruturantes e obras que beneficiem a comunidade e a população, bem como as ações do Ministério em favor e em benefício daqueles menos favorecidos que precisam de habitação ou que, tendo habitação, precisam de habitação melhor.

Eu diria a V. Exª que vivemos uma fase, um período crítico, em que a contenção do déficit público se faz necessária e acontece por conta da PEC do teto, que foi votada no ano passado pelo Congresso, e também pela dificuldade de vermos e constatarmos a economia aquecer no curto prazo e de imediato. O processo é lento. A gente sabe que já há notícias positivas, de PIB positivo, de crescimento da atividade econômica, o que certamente vai aumentar e melhorar a arrecadação pública e vai diminuir também os juros. Por isso mesmo a expectativa é de que o Ministério comandado por V. Exª, bem como os demais, comecem a ter mais recursos.

Mas é importante dizer, Deputado Izalci, que aqui está ao meu lado e que é um grande Deputado da nossa Bancada na Câmara Federal, que, mesmo com a carência de recursos, mesmo com a administração do déficit público, V. Exª, Ministro Bruno Araújo, no Ministério, tem conseguido realizar muito e fazer grandes parcerias com governos de Municípios e de Estados Brasil a fora.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu cumprimento V. Exª pela idealização e implantação do Cartão Reforma, que é uma coisa muito positiva, bem como pela continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida. Inclusive, em Santa Catarina, pude presenciar, ao lado de V. Exª, a inauguração de um grande conjunto habitacional no Município de Palhoça.

E faço aqui apenas uma observação. Certamente V. Exª não conseguirá, pelo tempo que ainda temos da gestão Temer, realizar esta obra, mas é preciso que nós tenhamos no Brasil um plano efetivo, para a próxima década ou para as próximas duas décadas, para o saneamento básico. O saneamento básico é um grande problema. E devo registrar aqui que se o meu Estado é visto com um dos mais desenvolvidos do País, com o melhor nível de IDH, de educação, de empregabilidade, de dinamismo econômico, etc., mas há um número que Santa Catarina lamenta ter que mencionar – nós somos o penúltimo no Brasil em saneamento básico.

Portanto, é preciso muito investimento. E nós não estamos preocupados em ter investimento com dinheiro público, nós não estamos querendo sugar dinheiro do Governo Federal para fazer obras nos Municípios de Santa Catarina. Eu falei "política de saneamento". O Ministério das Cidades precisa desenhar uma política de saneamento para o Brasil. Porque vou dizer a V. Exª: eu sou filho de uma cidade chamada Jaraguá do Sul, grande polo industrial de Santa Catarina. Essa cidade fica ao lado do Rio Itapocu, que é um dos rios de Santa Catarina que têm, proporcionalmente, o maior volume de água, porque é um rio curto, de 40 e poucos quilômetros, que atende a quatro cidades, tem uma caixa profunda de curso d'água e nasce em grandes montanhas. As nascentes que formam o rio estão muito próximas do mar, portanto, a 40 quilômetros.

Veja V. Exª: o primeiro Município, que se chama Corupá, recebe água das cachoeiras, das nascentes, e quase não precisa tratá-la; consome a água e joga o esgoto no rio. A cidade de Jaraguá, 15, 20 quilômetros à frente, toma água do Rio Itapocu, trata tudo de novo e despeja outra vez a água no mesmo rio – os restos, os poluentes, as águas poluídas etc. Guaramirim, que fica mais 15 quilômetros à frente, capta a água do mesmo rio, limpa tudo outra vez, consome e despeja. E lá, na cidade de Barra Velha, que já fica na beira do mar, eles tomam a água do rio outra vez, tratam de novo e despejam quase que na área da foz do rio. Quatro tratamentos absolutamente desnecessários em um trecho de 40 quilômetros. Se tivéssemos uma única adutora tomando água lá na serra, nós teríamos água limpa para todos e não teríamos todo o custo.

Quer dizer, isto é fazer o País do futuro. E eu digo que V. Exª, sem dúvida nenhuma, tem qualificação, tem competência e liderança para empreender e comandar um processo como esse.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos passar a palavra ao Ministro, brevemente, por dois minutos apenas, para tecer algumas considerações. Em seguida, vou passar a palavra ao Senador Paulo Rocha. E, apesar de o Regimento não permitir, vou facultar a palavra aos três Parlamentares.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exª não quer fazer as considerações depois de mim?

O SR. BRUNO ARAUJO – Eu ia fazer, Senador, e tinha até combinado com a Senadora... Nós combinamos ao meio-dia, porque nós temos que ir ao Rio Grande do Sul para acompanhar um pouco o episódio que houve das enchentes lá e inaugurar um empreendimento. Mas eu pedi só para falar antes de V. Exª para complementar o Senador Paulo Bauer, agradecendo primeiro as elogiosas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

palavras do Senador Ataídes. E, tecendo um comentário rápido, o Senador Ataídes está correto, complementando a Senadora Fátima.

Precisamos ter clareza, em relação ao Minha Casa, Minha Vida, da coisa mais importante. O ponto central do Minha Casa, Minha Vida é termos a consciência tranquila de que estamos entregando o imóvel da faixa certa à pessoa certa. Esta é a grande questão da política habitacional. O que não pode é, na faixa 1, muitas vezes, a gente entregar uma chave, Deputado Paulo, botar o olho de lado e ver a pessoa pegando uma chave, entrando em um carro zero quilômetro e saindo para a rua. Essa é uma coisa que desmoraliza a vida pública e o programa. Então, temos que encaixar cada faixa para cada necessidade da população, para fazer política habitacional com P maiúsculo. Esse é um comentário agradecendo a referência de V. Ex^a.

Eu pedi para comentar a fala do Senador Paulo Bauer, agradecendo as palavras de S. Ex^a também. S. Ex^a não tinha chegado ainda e fiz um comentário. Nada desmoraliza mais este País do ponto de vista de infraestrutura do que os números nossos de saneamento. Esqueçam a Embraer, com a inovação tecnológica; esqueçam a Petrobras, com inovação tecnológica na área de perfuração de poços; esqueçam a Embrapa; esqueçam a capacidade da Vale do Rio Doce. Com dados como esse de saneamento, o Brasil vai continuar se envergonhando de si próprio.

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO ARAUJO – Eu vejo as pessoas dizerem: "Olha, o Brasil passa vergonha quando apresenta..." Não, tem que passar vergonha para dentro, com os números de saneamento.

É uma matéria extremamente complexa, porque, vejam só, os donos do saneamento são os mais de cinco mil Municípios, que entregam a 27 empresas estatais. Porque, no Governo Federal, quem faz saneamento em Município de mais de 50 mil habitantes é o Ministério das Cidades; quem faz em Municípios abaixo de 50 mil habitantes é o Ministério da Saúde, a Funasa. Nos Municípios, onde a iniciativa privada funciona em um Município só, está regulado. Quando ela atende a dois Municípios, há Estado que diz que não é o Município que regula, que é o Estado que regula. Ou seja, nós temos uma verdadeira balbúrdia do ponto de vista de governança, de insegurança jurídica.

Então, o Ministério das Cidades está preparando uma primeira colaboração, junto com a Presidência da República, junto com a Casa Civil, junto com a área da saúde. Nós estamos preparando, para submeter à apreciação do Congresso Nacional, uma medida provisória que tende a dar um sistema mais regulado, mais organizado, mais apropriado, mais seguro para os próximos anos. Mas é um grande desafio, que se pode iniciar com o trabalho em torno de uma medida provisória que está sendo preparada para vir ao Congresso.

Era esse o comentário, colaborando com V. Ex^a.

Desde já, se a Presidente me permite, eu ouço o Senador Paulo Rocha.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Imediatamente, vamos passar a palavra ao Senador Paulo Rocha.

Mas só faço um registro aqui, Ministro: no ano de 2015, a política selecionada pela Comissão de Desenvolvimento Regional para avaliação foi o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Ao final, foram feitas várias recomendações, houve várias iniciativas, e uma delas foi a apresentação – encontra-se, inclusive, tramitando no Congresso Nacional – de uma emenda à Constituição para incluir entre os direitos sociais o direito ao saneamento básico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

Em seguida, passarei a palavra, imediatamente, aos Parlamentares.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Srª Presidenta...

O SR. PAULO TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Se é Bauer, é bom! (*Risos.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Não! Se é Bayer, é bom! Se é Bauer, é melhor ainda! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha, por cinco minutos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Fátima Bezerra, Presidenta, esta é uma das boas audiências públicas que o Congresso faz.

Quero saudar o nosso Ministro, meu caro Bruno.

Reputo também o Minha Casa, Minha Vida como um dos melhores e maiores projetos de dignidade e cidadania que os nossos governos, ultimamente, têm feito, além de outros, como os projetos para o nosso Nordeste e para o Norte. Ressalto a importância do Luz para Todos e de tantas outras políticas que mexem diretamente com a dignidade e com a cidadania do nosso cidadão brasileiro. Os cidadãos brasileiros, talvez, fossem os mais esquecidos pelas políticas públicas, pelos governos etc. Esses programas vão ao encontro dessa autoestima, da necessidade de haver autoestima num Brasil tão rico, mas com um povo tão pobre, tão abandonado pelas políticas públicas.

Eu queria também saudá-los por esta audiência, porque se tenciona logo levantar a questão da disputa política, que, às vezes, coloca por terra programas tão importantes como esses. Às vezes, o próprio Ministro vem aqui para uma audiência pública, e a sua turma já se prepara aqui para se defender dos ataques. Acho que a democracia que a gente conquistou no País pode criar essa condição.

Meu caro Bruno, mesmo que a gente questione a forma como o Governo Temer chegou, a gente tem de ter responsabilidade, como homem público, como representante do povo, de tratar dos processos que fazem bem ao País. Percebo, pela sua apresentação, que V. Exª está com a consciência de dar continuidade a um programa tão importante. Quando V. Exª se propôs a corrigir alguns problemas que existem e que existiam, é óbvio, isso nos dá o nível de sua responsabilidade com essa questão. Acho que essa consciência é muito importante, como V. Exª expôs no processo.

Eu queria comentar, até porque acompanhei muito isso, a forma como V. Exª está querendo corrigir algumas coisas que estão aí. Primeiro, a questão da integração dos vários Ministérios é fundamental, porque essa questão não é de responsabilidade... Muitas políticas públicas não são de responsabilidade específica daquele Ministério, mas é preciso haver essa transversalidade com a educação, com a saúde etc. e tal.

Mas também tenho uma preocupação muito grande com as prefeituras. Nos últimos tempos, principalmente do governo Lula para cá, criaram-se muitas políticas via municipalidade, o que acaba pesando o custeio para os nossos Municípios. No Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, principalmente nos condomínios horizontais da faixa 1...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É óbvio que, pelo fato de exigir grandes terrenos, geralmente, nas áreas urbanas, o terreno fica mais afastado. Aí se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

demanda um conjunto de políticas públicas municipais que precisam ser complementadas referentes a transporte, à própria via de acesso ao conjunto etc. Isso tem de se resolver. Eu sei que muitos conjuntos ficaram parados porque a prefeitura não fazia a via de dois, três ou cinco quilômetros, uma via que era de responsabilidade da prefeitura.

Depois, acho que nós deveríamos – é coisa mais do movimento social, de se organizar em associação – criar uma forma de incentivar, logo imediatamente, uma associação com alguma relação de autoridade, de políticas, para poderem, digamos assim, os próprios moradores tomar conta de um patrimônio que eles estão recebendo. Digo isso porque, depois, por causa da necessidade de se ampliar ou de se montar um pequeno comércio, vai se descaracterizando a própria planta bonita que é feita arquitetonicamente. Vai se descaracterizando a planta, com puxados, com comércio, e fica uma coisa desorganizada. Acho que a gente poderia pensar numa ideia de também vincular uma autoridade, com convênios, para ver quem toma conta da segurança, para fazer uma política municipal que envolvesse a Guarda Municipal e as associações, algo que acabaria dando autoridade, também a partir da organização, valorizando, digamos assim, a organização das associações. Acho que isso ajudaria muito essas questões.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por fim, quero dizer que vi também sua preocupação em avançar em outra coisa importante que o nosso governo fez, que foi a criação do Ministério das Cidades. As nossas cidades, cá para nós, ao longo de séculos, foram maltratadas, foram mal pensadas, foram mal administradas. Parece que há cidades que não foram feitas para a gente morar.

Então, acho que deveria ser uma preocupação sua – sei que está no programa do Governo – a questão do planejamento urbano. De que forma se podem valorizar ou qualificar mais os nossos gestores municipais para pensarem no planejamento urbano, na ampliação das cidades? Inclusive, se forem bem planejadas, diminui-se o custo futuro da nova gestão do Estado brasileiro.

Por fim, eu queria também chamar a atenção, na questão da integração dos Ministérios, para a chamada travessia urbana. Não sei se isto ocorre em São Paulo, mas, nas nossas cidades, as BRs, geralmente, passam por cidadezinhas, que vão sendo criadas ao longo das BRs. Então, Paulo, mata-se muita gente. No trânsito dessas travessias urbanas nas BRs, morre muita gente, por falta de organização ali não só do trânsito, mas também da própria travessia. Acho que a associação entre Ministério das Cidades e Ministério dos Transportes, que tem responsabilidade nisso – no DNIT, há um plano para esse negócio de travessia urbana –, essa integração, que pode fazer com que o Ministério das Cidades entre com o planejamento e com que o Ministério dos Transportes entre com a infraestrutura, com a construção de passarelas, vai resolver muito os problemas dessas travessias urbanas em BRs que atravessam cidades muito importantes. Se se fizer um levantamento, veremos que muitas cidades importantes do nosso País estão à beira das BRs. Há essa preocupação, porque é muito alto o índice de morte nas travessias urbanas.

Por fim, temos um questionamento. Não vou fazer esse questionamento, porque o nosso Deputado Paulo vai questioná-lo, mas eu queria parabenizá-lo por esse cuidado que V. Ex^a tem em dar continuidade a programas tão importantes para a modernização e a melhoria das nossas cidades, do nosso setor urbano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Chamou a atenção o Senador Paulo Bauer para o negócio do saneamento, que também deve ser pauta sua. E há questão dos lixões nas nossas cidades, do chamado Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Há até uma obrigação. O prazo para as prefeituras era até 2014, mas ele acabou não se cumprindo, e não sei para quando foi adiado.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa deve ser uma preocupação de todos nós, dando prioridade a essa questão dos lixões nas nossas cidades.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha.

Imediatamente, agora, passo a palavra ao Deputado Izalci, ao Deputado Vitor Lippi e ao Deputado Paulo Teixeira.

Eu pediria a V. Ex^{as} que, se pudessem, fizessem suas manifestações num espaço de três minutos, em função do tempo que nos é dado aqui.

Com a palavra o Deputado Izalci, do PSDB, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS – Primeiro, quero registrar aqui a nossa alegria, a nossa satisfação e o nosso orgulho de ter o nosso Ministro Bruno Araujo conduzindo essa Pasta, destacando-se, principalmente, pelo planejamento, pela responsabilidade e pelo profissionalismo.

Nós acompanhamos bem o que aconteceu nos últimos anos com relação à política habitacional. Realmente, ficou muito clara na apresentação a forma como foi utilizado esse programa, de uma forma meio incorreta, sem planejamento, sem responsabilidade fiscal, principalmente. Prometeu-se muito, mas não se concluíram muitas coisas. Em Brasília mesmo, eu participei de algumas inaugurações recentemente. E, como disse o Ministro, há populações de 10 mil ou de 15 mil pessoas que estão sendo assentadas, mas não há escola, posto de saúde, comércio, transporte. Então, quero aqui ressaltar essa característica de V. Ex^a no planejamento nas novas unidades, preocupando-se com isso, porque, realmente, não dá para simplesmente jogar as pessoas da forma como se fazia antes. V. Ex^a tem corrigido isso. Quero parabenizá-lo por isso.

Outra coisa importantíssima é que nós precisamos preservar as nossas empresas. Quantos empresários investiram e depois não receberam? Há orçamento, mas não há financeiro. Então, essa atitude de estar em dia com os compromissos assumidos é fundamental para a credibilidade de qualquer programa de qualquer governo.

É evidente que eu não poderia deixar aqui de ressaltar a minha satisfação de ter presidido a MP 759, que foi uma medida que deu dignidade, que deu escritura para pessoas que, há anos, há 40 anos...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS – Quando foi fundada Brasília, vieram para cá pessoas para produzir. Aqui não havia nada, só havia o Cerrado. Agora, quando estão produzindo – há uma produtividade muito boa, talvez uma das melhores do Brasil –, querem especular com isso aqui, no DF.

A medida provisória deu, de certa forma, dignidade e um preço justo para que essas pessoas pudessem ter a escritura de propriedades que, há anos e anos, aqui mesmo... Não é só a área rural. Há cidades como Planaltina com 150 anos, e, em vários bairros, elas não tinham escritura. Em Arapoanga,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

há quase cem mil pessoas, e não há uma escritura. O mesmo ocorre no Paranoá, em todas as cidades do DF. Ou seja, da mesma forma que temos cem milhões de habitantes no Brasil, em Brasília a metade da população mora em áreas irregulares.

Portanto, talvez, seja uma das medidas mais importantes que votamos aqui nos últimos tempos. E fizemos mais: nós libertamos as pessoas. Não se trata de mantê-las no cabresto, com populismo. Você dá a escritura, e elas têm a responsabilidade de manter a área, inclusive preservando a área ambiental. A área que é rural tem de ser mantida como rural. Não há nenhum incentivo... Daqui para frente, temos de regularizar o consolidado. Então, eu o parabeno pela ousadia.

Assim fizemos também com a reforma do ensino médio, feita através de uma medida provisória, que tem prazo. O Brasil não podia mais esperar a regularização disso.

Então, fiz questão de estar aqui, Ministro Bruno, para demonstrar minha admiração pelo seu trabalho. É um orgulho muito grande para o PSDB tê-lo como representante do Governo fazendo esse belo trabalho que V. Ex^a demonstrou para nós por meio da sua apresentação.

Parabéns pelo trabalho de V. Ex^a!

O SR. BRUNO ARAUJO – Muito obrigado.

Eu queria só pedir licença para a Senadora, porque este registro eu deveria ter feito desde o início: um agradecimento pessoal em nome do Ministério e do País pela forma com que V. Ex^a conduziu a Presidência da MP 759, que, como foi dito, é realmente um marco no sentido de estabilizar a vida de milhões de brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra agora o Deputado Vitor Lippi, do PSDB de São Paulo.

O SR. VITOR LIPPI – Obrigado.

Primeiro, quero parabenizar a nossa Senadora pela ótima iniciativa, pela oportuna iniciativa.

Quero cumprimentar o nosso brilhante Ministro Bruno.

Cumprimento os nossos Deputados Izalci e Paulo Teixeira.

Eu queria salientar, na verdade, Senadora Fátima Bezerra, algumas questões, primeiro a importância do aperfeiçoamento de um programa relevante, que é o Minha Casa, Minha Vida, que agora passa com grande responsabilidade por aqui, para se fazer uma adequação do que realmente é contratado e do que é possível ser feito, trazendo credibilidade ao programa, podendo pagar as empreiteiras. Hoje, acho que ficou uma mancha no Brasil com o número de obras paradas. Acho que não podemos mais ter isso. Isso traz um grande descrédito, um grande prejuízo econômico e social ao Brasil. V. Ex^a, com muita competência, conseguiu adequar o orçamento aos contratos, para que não voltem a acontecer as obras paradas no Brasil.

Outra questão absolutamente fundamental é a sensibilidade de V. Ex^a, quando cria este programa que, pela primeira vez na história do Brasil, está sendo visto como prioridade de governo, que é a regularização fundiária. Como foi dito aqui, esse é um dos temas sociais mais importantes neste País e estava excluído da agenda política. V. Ex^a resgatou isso, pensando naqueles brasileiros que moram em áreas irregulares, porque não conseguiram, obviamente, comprar, porque não tinham condições, em locais já regularizados. Isso significa mais da metade da população brasileira. Essas pessoas ficam excluídas do desenvolvimento adequado, ideal, porque essas regiões em que não há a regularização fundiária também acabam não recebendo investimentos privados. Os bancos, os supermercados, as empresas, as indústrias não se instalam...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. VITOR LIPPI – ... em local onde não há a regularização da terra. Por quê? Porque, primeiro, isso traz insegurança jurídica para esses investidores, para esses setores comerciais, econômicos, industriais, empresariais; segundo, eles não conseguem financiamento porque estão instalados em áreas irregulares. Vejam vocês como isso compromete gravemente a evolução, o desenvolvimento e a valorização dessas regiões.

Há outra questão fundamental: o morador. Particpei em Sorocaba de um programa de regularização fundiária e sei como era difícil, porque foram criadas muitas leis. Agora, V. Exª teve a competência de reduzir, de simplificar e de tornar o custo menor. Eu me lembro de que, em Sorocaba, nós tínhamos um custo de R\$2 mil ou de R\$3 mil em cada local e de que isso demorava anos. O nosso esforço era hercúleo para conseguir beneficiar alguns. E V. Exª, com muita qualidade e competência, conseguiu reduzir em dez vezes o custo, talvez para R\$200 ou para R\$300. E o melhor é que reduziu o prazo: algo que demorava três, quatro e até cinco anos para ser feito ou que, muitas vezes, era impossível de ser feito é agora feito em meses. Ou seja, agora, as prefeituras terão, efetivamente, condição de avançar, para ajudar. Esse é um trabalho conjunto da prefeitura e dos moradores.

Acredito que, assim, vamos dar um grande passo, um passo fundamental, para que essas regiões sejam valorizadas; para que o patrimônio desses brasileiros seja valorizado, porque eles terão a segurança de, na hora da venda, poder efetivamente receber o valor justo por aquele imóvel; para que eles possam transferi-lo para seus filhos e ter essa segurança; para que eles possam receber financiamento dos bancos, porque vão morar agora numa área regular; para que eles possam efetivamente, se tiverem hoje um negócio ou um comércio, obter financiamento.

Portanto, essa é uma revolução. Isso vai possibilitar uma grande transformação, com muito pouco, com muito poucos recursos financeiros. Mas, com muita sensibilidade, trazendo grande impacto social, nós vamos dar uma grande contribuição para melhorar a qualidade de vida, para dar dignidade e cidadania a esses mais de cem milhões de moradores. Fico muito orgulhoso por isso.

Meus cumprimentos! Parabéns pelo seu trabalho!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passo a palavra, imediatamente, ao Deputado Paulo Teixeira, também de São Paulo, do PT.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Início, parabenizando V. Exª pela excelente iniciativa e também pela possibilidade de abertura, para que nós Deputados pudéssemos falar nesta audiência.

Cumprimento também o Ministro Bruno Araujo, nosso colega na Câmara Federal, com quem tive a honra de ser contemporâneo, ele como Líder do PSDB, eu como Líder do PT. Acho que produzimos muitos fatos positivos para o Brasil.

Eu, inicialmente, Ministro Bruno Araujo, quero dizer que acho que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi desenhado corretamente para que a habitação chegasse à população de mais baixa renda. Por isso, foi importante o registro do Senador Ataídes Oliveira, com o elogio que fez ao Lula. Acho que ele deveria ser estendido também à então Ministra da Casa Civil e depois Presidente da República, Dilma Rousseff, e à Inês Magalhães, que ajudaram a desenhar esse programa.

Esse programa foi desenhado também por outros atores. Ele foi desenhado pelos movimentos sociais, ele foi desenhado pelos empresários, ele foi desenhado pelos arquitetos e pelos engenheiros,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

naquela arquitetura institucional que foi o Conselho das Cidades. Quero aqui também dizer que participei, que Zezéu Ribeiro participou, como vários outros Parlamentares. A Fátima era, então, Deputada. Mas o Conselho foi muito importante para desenhar esse programa e era composto por empresários, por movimentos sociais e conselhos profissionais.

Acho que o desafio hoje do Programa Minha Casa, Minha Vida é o de inseri-lo nas cidades. Acho que a maneira de inseri-lo é com um diálogo muito forte com os Municípios e, eventualmente, com um programa de compra de terra e também de diminuição das unidades.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – Às vezes, você pode encaixar um ou dois prédios no tecido urbano.

Sobre a inadimplência, não sei se foi feito um trabalho junto aos moradores, porque, na situação de desemprego, o morador pode suspender o seu contrato, para o saldo ir para o fim do contrato. Talvez, tenha de haver uma preocupação também, porque pode não ser uma inadimplência pura e simples, mas uma situação de desemprego.

O segundo tema, do qual quero falar para V. Ex^a, é o aluguel social. Há um projeto de lei tramitando na Câmara sobre o aluguel social. Vou fazer um diálogo sobre isso.

O terceiro tema que quero discutir, que me moveu a vir aqui, refere-se à Conferência das Cidades.

Eu sei que houve um diálogo, mediado pela Senadora Fátima Bezerra, mediado pelo Deputado Givaldo, que vai resultar em uma audiência terça-feira lá no Ministério das Cidades. E aqui haverá uma audiência,...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma audiência pública.

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... e na Câmara teremos também uma audiência pública com o objetivo de tentar garantir a Conferência das Cidades para este ano.

Por que isso é importante? Porque eles são um ator decisivo na construção das políticas urbanas no Brasil. Quem compõe a Conferência das Cidades? Os empresários. Quem compõe a Conferência das Cidades? Os arquitetos, os engenheiros, as demais categorias e os movimentos sociais, que, inclusive, desenharam o que eu acho o mais avançado programa dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, que é o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, que não tem problema de segurança, em que a inadimplência é menor e cujas habitações são maiores.

Então, o nosso apelo, Ministro Bruno, é para a realização da Conferência das Cidades neste ano. Jogá-la para 2019 é quase que jogá-la para uma situação em que V. Ex^a não terá governabilidade, porque será outra gestão. Acho fundamental fazer em 2017, porque dali todo o País e V. Ex^a, o Estado, podem, digamos, tomar as melhores discussões, os melhores resultados dessa vibração que é a vida nas cidades e suas representações.

Então, o que se pede? Estão aqui presentes a Central de Movimentos Populares, a Conam, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o CAU, o IAB, o MTST. O que se pede? Em primeiro lugar, que, nessa reunião da terça-feira, àqueles conselheiros que venham seja concedida a passagem, porque eles são conselheiros, estão dentro da estrutura. Segundo, que se reveja esse decreto para que a conferência aconteça neste ano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu só quero levantar uma questão: no momento da aprovação do Orçamento, no final do ano passado, o Deputado Afonso Florence negociou com o Senador Romero Jucá que, para a aprovação do Orçamento, se realizassem e se colocassem no Orçamento os recursos para a realização da conferência neste ano. Então, isso foi acordado com o Senador Romero Jucá àquela época. Eu participei daquela negociação e fui eu quem colocou esse ingrediente para o Deputado que então representava a Minoria, Afonso Florence, negociar a aprovação do Orçamento.

Portanto, o nosso pedido, Ministro, é que para a continuidade – que V. Ex^a indicou tão bem – do programa se pudesse também fazer a continuidade do sistema. O sistema prevê a realização da Conferência das Cidades neste ano de 2017, e acho que ela vai enriquecer, inclusive, a sua intervenção, porque é no momento em que V. Ex^a é Ministro.

Então, o nosso pedido é esse, para a revisão desse decreto de 7 de junho de 2017, que adiou para 2019 a 6ª Conferência Nacional das Cidades, prevista para o ano de 2017. Nós queremos aqui apelar a V. Ex^a para realizar essa conferência e dizer que V. Ex^a será o maior beneficiário dela, tendo em vista a riqueza das contribuições, a diversidade dos atores, porque todos que interferem sobre as cidades – prefeitos, governadores, empresários, movimentos sociais e profissionais – estarão ali...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO TEIXEIRA – ... para sugerir as políticas de aperfeiçoamento dos programas das cidades.

Então, esse é o nosso pedido a V. Ex^a, o nosso apelo a V. Ex^a para que nós possamos reverter esse decreto.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Ministro Bruno, antes de passar-lhe a palavra para suas considerações finais, observo que o Deputado Paulo Teixeira aqui expressa com muita clareza o apelo que fizemos já no início a V. Ex^a.

Portanto, reafirmo: terça-feira haverá uma audiência pública...

O SR. PAULO TEIXEIRA – Na Câmara, parece que o Deputado Givaldo Vieira vai... Será dia 28. Dia 28 na Câmara, e aqui no Senado...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui no Senado, nós já vamos marcar a data da audiência pública, cujo tema, cujo foco vai ser exatamente este: a questão da conferência, a questão do ConCidades.

Mais uma vez faço eco ao que o Deputado Paulo Teixeira já colocou: temos a expectativa, Ministro, de que realmente prospere o diálogo e que essa portaria possa ser revista. Ganha o Brasil com a realização da Conferência Nacional das Cidades este ano. É o Brasil que vai ganhar, pela riqueza que ela tem, por quanto a conferência simboliza do debate programático e da mobilização da sociedade. Quem ganha é a sociedade, quem ganha é exatamente o Brasil com a realização da conferência. Eu tenho muita expectativa de que V. Ex^a terá a devida sensibilidade e de que, através do diálogo, nestes próximos dias, nós possamos equacionar isso com a revogação do decreto. Inclusive, esse é o apelo que está sendo feito também através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Por fim, Ministro, antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu gostaria também de passar às suas mãos, através de um ofício, algumas demandas do Rio Grande do Norte. Com relação a Natal, a nossa capital, que V. Ex^a conhece, eu faria aqui dois registros pedindo atenção especial ao projeto de saneamento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

integrado nos bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul e também na comunidade Novo Horizonte. No caso de Nossa Senhora da Apresentação, isso ainda vem dos governos Dilma, do PAC 1; do governo Lula e Dilma. O projeto, orçado no valor de 136 milhões, foi retomado, mas o Ministério liberou apenas 10% desse valor, e a prefeitura expressa toda a preocupação no sentido de agilizar a liberação dos recursos dessa obra, levando em consideração, inclusive, o esgotamento sanitário em curso lá em Natal, que V. Ex^a está acompanhando.

Permita-me dizer também da alegria nossa por essa conquista fundamental para Natal. Natal está caminhando para ser uma das capitais cem por cento saneadas, Senador Paulo Rocha. Cem por cento! Por dever de justiça, digo que esse projeto foi concebido no governo Lula e no governo da Presidenta Dilma, e os recursos foram assegurados. Enfim, o projeto é uma conquista do nosso governo e está tendo continuidade, nós temos aqui que reconhecer, através da gestão de V. Ex^a, com a liberação dos recursos etc., que nós esperamos que não sofra atraso de maneira nenhuma.

Mas a minha reivindicação aqui é com relação ao saneamento integrado de Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Novo Horizonte. E reforço: não estou tratando aqui de um bairro qualquer de Natal; estou tratando de uma das regiões de maior densidade populacional do Rio Grande do Norte, a chamada Zona Norte. Para o senhor ter uma ideia, a Zona Norte de Natal tem uma população maior, Deputado Paulo Teixeira, do que a segunda cidade do Rio Grande do Norte, que é Mossoró, que V. Ex^a inclusive conhece bem.

Então, fica o nosso apelo, porque esse saneamento integrado significa dignidade, significa cidadania. Saneamento integrado, como o próprio nome já diz, Deputado Vitor Lippi, fala da drenagem, fala do esgotamento sanitário, fala da pavimentação, fala dos equipamentos públicos. Então, fica o nosso apelo para que o Ministério possa olhar com bastante atenção a questão da liberação dos recursos. Igualmente no que se refere a Novo Horizonte.

Quanto ao VLT também, Ministro, me permita fazer um apelo especial a V. Ex^a. Essa é uma luta que me toca muito também, porque, desde o início do governo do Presidente Lula, eu, como Deputada, me empenhei muito nessa batalha. E colhemos os primeiros frutos, porque, ainda no governo da Presidenta Dilma, os primeiros VLTs começaram a chegar a Natal. Eu confesso que, toda vez que vou a São Paulo, me dá uma inveja danada, quando entro naquele metrô de São Paulo, porque é eficiente. E, quando chegava a Natal, na nossa CBTU, via os vagões, o "trem do grude", como a gente chama, caindo aos pedaços, mas, mesmo assim, cumprindo um papel fundamental do ponto de vista do deslocamento, do ponto de vista da mobilidade urbana. Daí o nosso sonho de que pudéssemos implementar o processo de modernização do sistema de trens urbanos. E esse sonho começou a se tornar realidade, Deputado Paulo Teixeira, ainda no governo da Presidenta Dilma. Os primeiros vagões chegaram, e o projeto integrado de fazer com que o VLT em Natal não faça mais só o deslocamento Zona Norte-Ribeira, mas integre todas as regiões de Natal, inclusive o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, de que V. Ex^a já tem conhecimento, está pronto. É um projeto muito bem feito, tecnicamente, extremamente elogiado, e o orçamento também já está previsto.

Dessa forma, fica o meu apelo aqui, em nome da população de Natal, a V. Ex^a para que dê atenção ao VLT de Natal no sentido da liberação de recursos. Ele está travado. Os novos vagões que estava previsto chegarem a Natal não chegaram, estão travados. Eu sei que houve, claro, problemas de contingenciamento de recursos – eu sei de tudo isso –, problemas inclusive com a empresa, mas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fica o meu apelo. Do mesmo jeito que o senhor disse aqui que está acompanhando o metrô de Salvador e o VLT do Rio também, acompanhando a questão da liberação, fica o meu apelo para que realmente se dê toda a atenção ao VLT de Natal para que essa obra possa ser concluída pelo tanto que ela significa de avanço e de melhoria da qualidade de vida do povo de Natal e de toda a Grande Natal no que diz respeito à mobilidade urbana.

Com a palavra o Ministro Bruno para as suas considerações.

O SR. BRUNO ARAUJO – Agradeço a V. Ex^a, Senadora.

Acho que vale uma consideração: há algumas semanas, há poucos meses, nós entregamos novos vagões lá. Foi um investimento de R\$12 milhões, agora, pela CBTU.

Acho que a CBTU Rio tem a encomenda de novos empreendimentos. O que é preciso, de fato, é realmente afinar uma relação com o governo estadual, com todo o processo, para que se acompanhe de perto o interesse nesse incremento do VLT. Como eu disse, o VLT é um investimento altíssimo. São dois dos maiores os que nós fazemos hoje no Rio e em Salvador, na região metropolitana de Salvador. E eu convido V. Ex^a, com o governador, com as prefeituras envolvidas – porque nós de fato não temos tido essa demanda dentro do Ministério –, convido V. Ex^a a mobilizar essa estrutura das autoridades dos governos locais para que possamos dar uma atenção a esse tema.

No caso do saneamento, V. Ex^a reforça uma posição. Nós estamos dando importante atenção a Natal. Há demandas fortes do Prefeito e do Governador em relação ao saneamento. Não recordo o nome das localidades, mas a principal demanda do Prefeito Carlos Eduardo está sendo atendida pelo Ministério, e a principal demanda do Governador Robinson Faria também vem sendo atendida com repasse do Ministério.

Eu verei se essas localidades são integradas nessa área. Não me recordo pelo nome...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor me permita... São estas áreas mesmo: a da comunidade de Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Novo Horizonte. Agora, precisamente em relação a Nossa Senhora da Apresentação, que fica na Zona Norte, a observação que coloco aqui é do ponto de vista de agilidade de liberação de recursos.

Em relação ao VLT, vou dizer logo aqui a V. Ex^a: sinte-se desde já convidado, porque nós vamos promover uma audiência pública aqui com a presença de todos esses atores para a gente tentar agilizar a questão do VLT de Natal.

O SR. BRUNO ARAUJO – Pode contar conosco.

Então, qual é a recomendação – e aí o Brasil nos assiste, o Rio Grande do Norte – para essas obras que estão autorizadas? Se essa obra está dentro do conjunto das obras que estão autorizadas, para pagar nós só precisamos de medição. Então, é construir, medir, mandar a fatura para aquele senhor que está ali, o Marco Aurélio, que é o Secretário Executivo, e ele providencia o pagamento dentro do mesmo mês.

Deputado Paulo Teixeira, nós temos grande apreço pelo conselho, pela conferência. Nós estamos prontos aqui, e o Secretário Marco Aurélio vai acompanhar esses dois convites. Acho que valem duas informações principais. A primeira, que eu dei aqui, é de que o adiamento desse grande encontro já foi feito pela Presidente Dilma em 2015, da mesma forma, com resolução da Presidente. Houve um adiamento por mais de um ano, e, a partir daqui, a gente faz todas as considerações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que o ponto principal, Deputado Paulo Teixeira, para todos nós compartilharmos, é entendermos que uma conferência nacional com essa importância precisa de adesão, e adesão democrática. Para os senhores terem uma ideia, dos 26 Estados e o Distrito Federal, só quatro realizaram as suas conferências no prazo estipulado pelo regimento. Ou seja, em um encontro nacional dessa dimensão, de 27 Estados federados, só quatro Estados terem se preparado demonstra que, para a conferência, nós precisamos de um processo de construção interna para voltar a envolver todos e dar o que todos nós cobramos, substância democrática na participação desse conjunto. Quero compartilhar que nós vamos estar no dia 23, o Ministério vai recebê-los, e vamos mostrar como está sendo construído o cronograma para que nós possamos, juntos, ampliar essa participação democrática além de quatro Estados e estender para os demais Estados da Federação.

O nosso ex-prefeito de Sorocaba, Deputado Vitor Lippi, a quem eu agradeço a referência, foi um dos Parlamentares que mais nos estimularam, mostrando a importância do que significava o ativo da regularização fundiária, o que fez em Sorocaba com muito esforço. Se estivesse à frente da prefeitura hoje, com esse modelo que foi aprovado pelo Congresso Nacional, teria feito 10, 15 vezes mais. Mas ficou a sua colaboração lá e a colaboração no processo de discussão. O Deputado Vitor Lippi é um dos Parlamentares que mais ajuda a pensar planejamento urbano, desenvolvimento urbano neste País. Agradeço a referência.

O Deputado Izalci – eu fiz ali para interromper – foi fundamental na construção da presidência dessa MP 759 por acreditar e por saber que ela tem um impacto diferenciado em toda a região do Distrito Federal. Agradeço a referência a Izalci, um dos Deputados nossos mais atuantes.

Quero registrar a fala do Senador Paulo Rocha. É fundamental a integração dos ministérios. Como eu disse, não tem sentido, nessa questão de governança, nesse processo constante de aprimoramento, nós usarmos dinheiro da habitação do Ministério das Cidades para construir escolas. Não pelo mérito da escola – escola talvez seja mais importante do que habitação, do que hospital, do que qualquer outra coisa –, mas nós temos dinheiro constitucional dentro do Ministério da Educação para integrar a educação, acompanhando as obras do Ministério das Cidades, bem como para integrar saúde, acompanhando a construção de UPAs, de forma paralela, de forma concomitante, acionando obras do Minha Casa, Minha Vida, e integrar com os demais ministérios. Esse é um processo de construção que eu acho que, inclusive, a Dr^a Henriqueta precisa, com os colegas secretários nacionais, na área de construção de UPAs, dentro de saúde, e com o Ministério da Educação começar a compartilhar uma operação casada dos demais ministérios.

Eu vou pedir ao Denatran que acompanhe com o Ministério dos Transportes a questão tratada pelo Senador Paulo Rocha em relação às vias federais e estaduais que passam nos centros urbanos. Esse é um problema que caracteriza, sobretudo, Estados de dimensão territorial imensa, como é o caso do Pará. Há aspectos mais importantes nessa região, e nós vamos fazê-lo.

No mais, eu quero, Senadora, agradecer a atenção do convite desta Comissão, que eu interpreto praticamente como uma reunião conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados, e agradecer a atenção pelo tempo, pelo deslocamento nosso ao Rio Grande do Sul.

Quero dizer que sempre, obviamente, todos nós temos clareza das nossas transitoriedades, mas a minha transitoriedade, como Ministro, ainda é muito maior. Sinto-me mais permanentemente Parlamentar do que Ministro de Estado, o que facilita muito o diálogo nosso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero me colocar à disposição e agradecer a oportunidade de poder retornar à minha Casa, o Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a presença do Ministro Bruno.

Rapidamente, Ministro, passo às suas mãos o ofício sobre as demandas do Rio Grande do Norte, acrescentando aqui a questão do Minha Casa, Minha Vida na cidade de Ceará-Mirim, na cidade de Parnamirim, que são demandas em curso. E, como também já solicitei a V. Exª, eu gostaria de informações acerca das obras e convênios do Ministério das Cidades com os Municípios e o Governo do Rio Grande do Norte.

Passo às suas mãos também o documento que foi entregue, junto comigo e representantes do ConCidades, sobre a temática da conferência.

Agradeço a presença dos Parlamentares, Senadores e Deputados, de toda a equipe do Ministro e dos demais convidados e convidadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional". A autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." A autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." A autoria: Deputado Irajá Abreu. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico." A autoria: Deputado Capitão Augusto. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional." A autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro." A autoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 - Não Terminativo - que: "Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 31 de 2017 que: "Convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para apresentar, em audiência pública, no dia 2 de agosto de 2017, as ações do Ministério para retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi que fazem parte do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco, após a assinatura da ordem de serviço do dia 20/06/2017, bem como o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e demais obras complementares." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. Observações: Serão apresentados, também, o "Programa de Revitalização do Rio São Francisco e demais obras complementares", acrescentados durante a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/28>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados.

Informo que o Senador Hélio José justificou a sua ausência nas reuniões entre os dias 12 e 16 de junho, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento, por estar em missão oficial à República da China.

Comunico também o recebimento do Aviso nº 376-Seses-TCU, de 1º de junho de 2017, que encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão 1.126, de 2017, proferido nos autos do Processo nº 020.416/2016-4, que trata de consolidação de auditorias operacionais nas Centrais Elétricas Brasileiras e suas subsidiárias de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de avaliar os processos de gestão e controle, a qualidade dos serviços prestados e a higidez econômico-financeira das companhias.

O documento original encontra-se disponível na Secretaria de Apoio à Comissão para consulta das Senadoras e Senadores interessados. Além disso, encontra-se publicado, na internet, na área destinada à CDR, no portal das comissões do sítio do Senado Federal.

Comunica ainda que nos dias 19 e 20 de junho foi realizado o primeiro evento externo da Comissão de Desenvolvimento Regional em 2017, denominado Caravana das Águas. Foram visitadas as obras de integração das bacias do São Francisco nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, bem como realizados eventos públicos e audiências.

Aproveito para agradecer a participação das Senadoras e Senadores integrantes desta Comissão no evento, visualizando *in loco* o andamento e a situação dessas obras de enorme relevância para o Nordeste brasileiro.

Acerca disso, eu quero aqui só acrescentar, Senadora Regina, que, de fato, a Caravana das Águas foi extremamente importante e – por que não dizer? – extremamente exitosa, pelo quanto ela envolveu a sociedade civil e os agentes políticos. Foi uma caravana muito extensa, e nós fizemos questão de começar exatamente lá em Terra Nova, em um ponto em que a obra se encontra paralisada, chamado Eixo Norte 1. De lá nós saímos, adentramos o Ceará, lá na barragem de Jati, depois em São José de Piranhas, na Paraíba, e de lá chegamos ao Rio Grande do Norte, onde, na terça-feira, realizamos as audiências públicas em Pau dos Ferros pela manhã e em Caicó na parte da tarde.

Quero aqui dizer que o Ministério da Integração Nacional, a nosso pedido, disponibilizou técnicos para nos acompanhar, e eu quero aqui agradecer a participação do coordenador da obra, o engenheiro José Henrique, bem como dos demais técnicos – Bruno, Eduardo. Foram todos extremamente competentes e participaram de toda a caravana.

No segundo dia falei com o Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional e com o Ministro, ocasião em que eles nos comunicaram a excelente notícia, que foi a derrubada da liminar através de parecer da Ministra Cármen Lúcia, o que nós celebramos na Caravana das Águas, porque um dos objetivos principais dessa Caravana das Águas era a mobilização para sensibilizar o Poder Judiciário, além da cobrança de celeridade do Governo Federal para as medidas exequíveis, mas o foco central era resolver o processo da judicialização.

Então, a caravana contribuiu, sem dúvida nenhuma, porque trouxe o clamor da sociedade. Foi muito bonito. Por onde a gente passava, as pessoas se agregavam à programação. Lá, na Paraíba, nós fizemos uma celebração com a presença da igreja, do Bispo de Cajazeiras, D. Fernando de Sales, e de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um dos Arcebispos do meu Estado, D. Antônio. Enfim, repito, o que se viu foi um interesse muito grande por parte da sociedade civil e dos agentes políticos – movimentos sociais, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, a Articulação do Semiárido, os sindicatos de trabalhadores rurais.

A igreja, volto a dizer, mais uma vez, teve um papel muito protagonista, participando intensamente. Em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, onde realizamos a primeira audiência – para os senhores e as senhoras terem ideia –, de um universo de cerca de 55 Municípios, havia mais de 40 prefeitos e prefeitas presentes – só para vocês terem uma ideia da representatividade do evento –, além de vereadores, enfim, lideranças as mais diversas.

Fizemos questão, Senadora Regina, de realizar esses eventos nas universidades – em Pau dos Ferros, foi no auditório da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; em Caicó, foi no auditório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – para também envolver, cada vez mais, a academia, as universidades pelo quanto elas têm de compromisso e de papel a desempenhar na promoção do desenvolvimento econômico e social do nosso País e das nossas regiões.

Encerrando, quero dizer que celebramos assim. Foi muito extensa a caravana: mais de 1,8km nós rodamos. O Senador Humberto Costa participou conosco do início da caravana lá, em Pernambuco; no meu Estado, o Deputado Federal Beto Rosado.

Quero aqui, mais uma vez, fazer um agradecimento especial à Assembleia Legislativa do meu Estado na pessoa do Deputado Fernando Mineiro. Em nome dele, quero saudar os demais Deputados da Assembleia do Rio Grande do Norte que participaram intensamente, assim como os da Paraíba. Em nome do Deputado Jeová Campos, quero saudar a Assembleia Legislativa da Paraíba, o Deputado Renato Gadelha e os demais Deputados que participaram intensamente também de toda essa programação.

Agora, quero dar conhecimento aos senhores e às senhoras que nós estamos apresentando hoje um requerimento para a realização de uma audiência pública, para dar continuidade ao debate do São Francisco. Quero inclusive dizer que já fizemos contato com o Ministro Hélder Barbalho. Essa audiência vai ser realizada no dia 2 de agosto. Vamos convidar todos os atores novamente, com a presença do Ministro, as assembleias, as igrejas, a representação da sociedade civil, para que, no dia 2 de agosto, o Ministro possa aqui fazer um balanço do andamento das obras, uma vez que a obra foi retomada com a derrubada da liminar – a obra foi retomada nessa segunda-feira. O Ministro inclusive tenciona fazer uma visita à obra. O fato é que, no dia 2 de agosto, a presença do Ministro aqui vai ensejar que ele possa fazer um balanço, com dados mais precisos, de quando é que essa obra realmente será concluída – nós esperamos que seja o quanto antes, e não em 12 meses –, bem como permitirá que conversemos sobre as obras complementares – por exemplo, o Ramal do Apodi. Isso é essencial. Se o Ramal do Apodi não for construído, o São Francisco vai chegar pela metade no Rio Grande do Norte, assim como o São Francisco não chegaria jamais ao Rio Grande do Norte sem que o Eixo Norte 1 do São Francisco fosse retomado e concluído, assim como, por exemplo, o Sertão da Paraíba seria totalmente excluído.

Então, nós queremos aqui conversar com o Ministro – já dialogamos sobre isso – sobre o Ramal Mossoró-Apodi, uma obra orçada em torno de dois bilhões. Nós reiteramos nessas audiências públicas, Senadora Regina, o compromisso de destinar uma das emendas de comissão para o Ramal do Apodi, assim como emendas de bancada. O Ministério já apresentou o projeto do Executivo e, dia 2, isso será objeto de debate com o Ministério da Integração Nacional para que a gente possa avançar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cada vez mais do ponto de vista de garantir a construção do Ramal do Apodi, assim como outras reivindicações nossas – conclusão de Oiticica, do sistema do Seridó. E é preciso tratar também, Senadora Regina, de um item fundamental: o Programa de Revitalização do São Francisco. Não basta só retomar a obra, é preciso cuidar da vida desse rio, o que passa pela revitalização, pela questão de recuperação do rio, das nascentes, pela questão do saneamento ambiental, pela questão do tratamento dos resíduos sólidos.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e votação de matérias – se tivermos quórum.

Eu quero passar agora a palavra à Senadora Regina.

Item 9: o Senador João Alberto, que era o Relator original, nos solicitou que designássemos a Senadora Regina Relatora *ad hoc*, o que fazemos agora com muita alegria.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2017
- Não terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 12ª Reunião (07/06/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).

Concedo a palavra à Senadora Regina para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É um projeto de lei do Senador Elmano Férrer.

Eu acho que pouca gente sabe, mas a Codevasf tem um "p": "Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba". O Rio Parnaíba é um rio nordestino que une – muita gente diz que separa; eu gosto de dizer que une – o Piauí e o Maranhão. Eu sei que há a revitalização do São Francisco, mas é um rio que também está sofrendo os efeitos da questão ambiental, da questão climática, da questão do esgoto das cidades, que são muitas. Então, já era tempo de haver um projeto nessa linha também de revitalização do Parnaíba, até para a Codevasf incluir na sua pauta também – tem um "p"; ninguém mexeu na sigla, mas é "Desenvolvimento do São Francisco e do Parnaíba".

Este projeto não é terminativo. As pessoas podem... Mas eu vou ler o relatório, porque o Senador Elmano, que é o autor, pediu.

Então, o relatório.

Em análise nesta Comissão encontra-se o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que tem por objetivo instituir normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

A proposição contém oito artigos.

O art. 1º define o objetivo da lei que se pretende criar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 2º relaciona os princípios para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O art. 3º determina que as ações relacionadas à revitalização da Bacia Hidrográfica do Parnaíba devem se alinhar aos objetivos de aumentar a oferta para o atendimento da demanda dos recursos hídricos, de fomentar o uso racional dos recursos hídricos, de ampliar e recuperar a cobertura vegetal das áreas legalmente protegidas associadas à conservação dos recursos hídricos, de expandir a prestação dos serviços de saneamento básico, de promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos e de monitorar a quantidade e qualidade da água, o desmatamento, o processo de erosão, os níveis de poluição e assoreamento dos leitos dos mananciais.

O art. 4º enumera as ações consideradas prioritárias para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. O parágrafo único do artigo estabelece quais das ações previstas serão desenvolvidas pelo Poder Público, em todos os níveis, de forma articulada, com planejamento, organização e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.

O art. 5º determina que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à conservação dos recursos hídricos. O parágrafo único deste artigo define o que são consideradas áreas degradadas relacionadas à conservação dos recursos hídricos para os efeitos desta lei.

O art. 6º estabelece que o Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e a ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O art. 7º diz que os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.

Por fim, o art. 8º apresenta a cláusula de vigência.

Na justificativa ao PLS, o autor lembra que o Rio Parnaíba é o principal da região, com 1.485 km de extensão, e fala sobre a importância da bacia hidrográfica desse rio, uma das 12 grandes regiões hidrográficas do território brasileiro, com uma área de 344.112 km².

O autor também aponta os principais problemas sofridos pelo Rio Parnaíba: o desmatamento, o assoreamento provocado pelo processo erosivo e pela ocupação desordenada de suas margens, a poluição resultante dos despejos de esgotos domésticos e industriais sem tratamento, assim como o uso de defensivos agrícolas nas lavouras.

Após destacar a importância de se buscarem soluções para os problemas apontados, o autor lembra da necessidade de se propor normas gerais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em que sejam estabelecidos princípios, objetivos e ações prioritárias com o objetivo de orientar e disciplinar as ações a serem realizadas na gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, contribuindo para a implantação de um processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Análise.

De acordo com o art. 104-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios. Nesta Comissão será analisado o mérito da proposição quanto aos seus possíveis impactos sobre o desenvolvimento regional. A avaliação quanto aos aspectos regimentais e de constitucionalidade, legalidade e adequação orçamentária caberão à CMA, que deverá se pronunciar em caráter terminativo sobre a matéria.

Assim, com relação ao desenvolvimento regional, a proposição apresenta-se oportuna e meritória. A Bacia do Rio Parnaíba já integra a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), merecendo a atenção dessa conceituada empresa pública encarregada de promover o desenvolvimento e a revitalização das Bacias dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim por meio da utilização sustentável dos recursos naturais dessas bacias hidrográficas.

A proposição em análise procura definir princípios para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e estabelecer objetivos que servirão de referência para a realização das ações relacionadas à revitalização da bacia hidrográfica.

A previsão de que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica sejam aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à conservação dos recursos hídricos revela a preocupação com a sustentabilidade das atividades humanas na Bacia do Parnaíba, aspecto essencial para o desenvolvimento econômico e social da região afetada.

Entendemos que a proposição contribui de forma relevante para o aprimoramento da utilização racional dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, servindo para balizar a atuação da Codevasf e demais entidades responsáveis pela gestão desses recursos, de modo a buscar o desenvolvimento da região de maneira equilibrada e sustentável.

A relevância da proposição fica evidente ao se levar em consideração o fato de que a escassez de recursos hídricos é um dos principais gargalos ao desenvolvimento da região em que está inserida a Bacia Hidrográfica do Parnaíba.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2017.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Bom, Senadora Regina, primeiro quero cumprimentá-la – e cumprimentar o Senador Elmano pela autoria, bem como o Senador João Alberto pelo relatório inicial – pelo mérito do projeto, muito importante, e só reforçar que a questão do Rio Parnaíba se soma à questão do Rio São Francisco. Vamos fazer, sem dúvida nenhuma, esse debate, e esta Comissão aqui tem de exercer o seu papel, Senadora Regina, que é de monitoramento, de acompanhamento, de avaliação dessas políticas.

A questão da revitalização do São Francisco, que o Senador Valadares também tem já destacado muito, é fundamental, porque, se não houver vida, não vai poder dar vida às pessoas.

O programa já foi anunciado, um programa no valor de quase R\$7 bilhões, e eu quero aqui, mais uma vez, reafirmar como Presidente deste Colegiado, junto com vocês: nós vamos trazer esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

programa para debate dentro desta Comissão. Vamos trazer para debate, vamos chamar os organismos, tanto o Governo Federal como a ANA, Senador Valadares, a sociedade civil, os comitês de bacias. Dessa forma, a Comissão, sem dúvida nenhuma, estará dando uma grande contribuição, Senadora Regina, na cobrança para que o programa, de fato, seja executado.

Não adianta ter meta muito bonita, intenção muito bonita e não sair do papel. O problema do saneamento dos Municípios é grave, a questão do tratamento dos resíduos sólidos é grave, e essas prefeituras não têm um tostão – um tostão –, de maneira nenhuma, e muito menos os Estados têm condições de garantir recursos financeiros às prefeituras para que esses projetos sejam executados, pois são fundamentais para evitar a poluição.

Mas, em face de nós não termos...

Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Estou marcando presença aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deu aí?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, em face disso, nós vamos deixar aberta a discussão e vamos deixar a deliberação sobre o requerimento para a próxima semana.

As matérias constantes da pauta de hoje ficam adiadas para a próxima semana.

Desde já, quero aqui aproveitar a presença da nossa...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero um minutinho, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Um minutinho, Presidente. Eu quero só anunciar que – hoje não há quórum; eu ia apresentar hoje – vou apresentar requerimento para a gente fazer o debate desse projeto, uma audiência pública de revitalização do Parnaíba, na próxima reunião, trazendo especialistas no Rio Parnaíba – há muita gente que estuda o Rio Parnaíba.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Antecipando: a Senadora pode contar com o meu voto quanto à revitalização do Rio Parnaíba, que sofre impactos semelhantes aos do Rio São Francisco.

Como falou a nossa Presidente, o Governo Federal lançou um projeto chamado Novo Chico para revitalizar o rio, mas, infelizmente, nós não estamos vendo ações efetivas em torno dessa questão. Aliás, a crise hídrica se acentua nas regiões banhadas pelo Rio São Francisco, a exemplo do que está acontecendo com os projetos de irrigação dos vários Estados que recebem as águas do Velho





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Chico. Nós fomos informados, inclusive, que a ANA proibiu o uso de águas do Rio São Francisco para projetos de irrigação. Isso significa um grande impacto na economia regional, uma vez que muitos projetos de infraestrutura hídrica, como o de Petrolina, como o de Sergipe, como o da Bahia, como o de Alagoas, que recebem o benefício dos usos múltiplos das águas do Rio São Francisco, vão ter prejuízos incomensuráveis com a adoção dessas medidas drásticas adotadas para prevenir a falta de volume de água para movimentar as turbinas das hidrelétricas.

Se o Governo tivesse tomado os devidos cuidados ao longo desses anos – não só este Governo, mas também os governos anteriores, a começar por Fernando Henrique Cardoso –, nós não estaríamos vivendo essa crise hídrica terrível ao longo do nosso rio, o Rio da Integração Nacional, o Rio São Francisco. Projetos foram aprovados, inclusive uma PEC de nossa autoria que destinava 1% das receitas líquidas da União em benefício do Rio São Francisco, para revitalizar o rio, mas, lamentavelmente, apesar de o Senado tê-la aprovado, a Câmara Federal... É hoje, é amanhã, é hoje, é amanhã, passaram-se os anos, e a PEC está ainda na gaveta da Mesa da Câmara dos Deputados, sem nenhuma resolução.

Acredito, Sr^a Presidente Fátima Bezerra, que esse projeto de revitalização, se for levado à frente, não ficar apenas no papel, vai minorar a situação, mas essa situação só vai ser resolvida daqui a muitos e muitos anos, em governos sucessivos, porque um governo só não poderá cobrir as omissões daqueles que governaram este País ao longo de tantos anos e deixaram acontecer essa tragédia anunciada da falta de água para movimentar não só as turbinas, mas também a economia das regiões banhadas pelo Velho Chico.

Então, eu quero dizer a V. Ex^a que, em se tratando de revitalização, seja do Parnaíba, seja do Rio São Francisco, esta Casa contará com o meu apoio.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Valadares.

Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer a leitura do item 8, que é um projeto cuja relatoria é do Senador Telmário Mota. Embora nós não tenhamos quórum ainda, eu acredito que seria interessante...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ...fazermos a leitura do projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De acordo, Senadora Ângela. Tem a palavra V. Ex^a para que possa fazer a relatoria do...

Só um momento, Senadora Ângela.

Eu quero, Senadora Regina, Senadora Lídice e Senador Valadares, antes de conceder a palavra à Senadora Ângela para a leitura do item 8, já comunicar aos senhores que, na próxima quarta-feira, nós vamos deliberar sobre a questão das emendas a que esta Comissão tem direito na Lei de Diretrizes





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Orçamentárias, bem como sobre todos os itens remanescentes da pauta de hoje que não forem apreciados.

Com a palavra a Senadora Ângela Portela para proferir o relatório do item 8, que trata do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de autoria do Senador Telmário Mota.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016****- Não terminativo -**

Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Em exame na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 189, de 2016, do Senador Telmário Mota, que autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para produtores rurais do Estado de Roraima.

O art. 1º autoriza a concessão de rebate de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2015 por produtores rurais do Estado de Roraima com risco do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ou da União, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a regulamentação do benefício.

O art. 2º, por sua vez, estabelece condições para a concessão de bônus de adimplência de até 50% sobre cada parcela vincenda paga até a data de vencimento, em substituição ao bônus de adimplência contratual, caso haja renegociação da operação de crédito rural.

De acordo com a Proposta, para ser elegível aos benefícios de que tratam os arts. 1º e 2º, a operação de crédito deve ter sido contratada ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como estar em situação de inadimplência na data de publicação da lei a que der origem o PLS nº 189, de 2016.

O art. 3º dispõe que os custos decorrentes dos rebates e do bônus de adimplência de que trata o PLS serão suportados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), quando as respectivas operações forem lastreadas por recursos do Fundo, ou pela União, nos demais casos.

O art. 4º autoriza o CMN a definir bônus de adimplência de até 50% para as operações do grupo "A" do Pronaf e o art. 5º, por fim, estabelece a vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na Justificação do PLS, o autor lembra que a estiagem sofrida por municípios do Estado de Roraima trouxe prejuízos aos produtores rurais, comprometendo a capacidade de pagamento dos mutuários do Pronaf e, por consequência, resultando na elevação dos índices de inadimplência nessas operações de crédito. Dessa forma, o Projeto propõe uma solução que visa a incentivar a renegociação das dívidas rurais dos grupos "A" e "A/C" do Pronaf para as operações contratadas até dezembro de 2015 no Estado de Roraima.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à CDR, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições que versem sobre políticas de desenvolvimento regional, assim como incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Os grupos "A" e "A/C" do Pronaf, contemplados pelos benefícios previstos no PLS em análise, abrangem, nos termos do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, os assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Conforme já assinalado nesta Comissão, são conhecidas as dificuldades financeiras dos agricultores familiares de diversas regiões, sobretudo quando suas lavouras restam assoladas por adversidades climáticas, lamentavelmente cada vez mais frequentes em nosso País. O PLS é, portanto, meritório, pois dá solução ao caso específico dos produtores do Estado de Roraima, que amargaram, em 2015, a pior estiagem no período de 17 anos naquele Estado.

O relatório anteriormente apresentado perante a CDR pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, mas que não chegou a ser votado na Comissão, apontou, contudo, para a existência de dificuldades quanto à estimativa do impacto fiscal da medida proposta pelo PLS e para o fato de que o Poder Executivo poderia promover a renegociação sem a necessidade de Lei. Além disso, no referido relatório, alega-se que a matéria estaria prejudicada em virtude da promulgação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que resultou da conversão da Medida Provisória (MPV) nº 733, de 14 de junho de 2016, e que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural.

No que tange à escassez de dados oficiais a impedir a estimativa do impacto fiscal de medidas semelhantes à do PLS, situação que, aliás, já foi bem caracterizada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, entendemos que esse fato não constitui óbice à aprovação do PLS, pois é necessário que se leve em consideração uma característica singular dos projetos de lei que tratam da renegociação de créditos rurais: o fato de que as informações relativas a essas operações estão protegidas pelo sigilo bancário de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Dessa forma, apenas o Conselho Monetário Nacional (CMN) – órgão do Poder Executivo com competência normativa em relação ao crédito rural, nos termos do art. 4º da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural –, com o assessoramento do Banco Central do Brasil (BACEN) em suas deliberações, tem condições práticas de adequar a operacionalização das normas legais do crédito rural à disponibilidade orçamentária e financeira da política de crédito rural.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mesmo nos projetos de iniciativa do Poder Executivo pode-se observar que o momento da verificação do cumprimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em matérias que tratam da renegociação de operações de crédito rural, é o da operacionalização da norma, e não o de sua elaboração. A título de exemplo, na Exposição de Motivos (EM) nº 00084/2016-MF, de 14 de junho de 2016, e que acompanha a MPV nº 733, de 2016, o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, afirma o seguinte:

8. No que se refere ao cumprimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, cumpre informar que o Poder Executivo atentar-se-á para o limite orçamentário e financeiro no momento de estabelecer as condições para adesão e ressarcimento, por ocasião da edição dos decretos de regulamentação previstos na presente proposta.

A solução adotada no caso da MPV, e que também é aplicável ao PLS em comento, viabiliza o processo legislativo e atende à finalidade da LRF. Entendimento diverso, no sentido de se exigir a estimativa de impacto fiscal previamente à operacionalização da norma, no caso de medida relativa à renegociação de operações de crédito, resultaria na total impossibilidade de se legislar acerca de crédito rural no País, o que, acredito, não está de acordo com o princípio democrático de nossa Constituição, pois significaria subtrair do debate legislativo esse relevante tema da vida pública.

Superada essa questão, também não podemos concordar com o argumento de que a promulgação da Lei nº 13.340, de 2016, deu resposta ao problema para o qual o PLS em análise pretende oferecer solução. Embora a Lei nº 13.340, de 2016, possa beneficiar, em tese, o público-alvo do PLS nº 189, de 2016, as condições de elegibilidade aos benefícios previstas em ambos instrumentos são bastante distintas no que concerne à data de contratação das operações de crédito rural a serem beneficiadas.

Enquanto o PLS visa a permitir a concessão de rebate para liquidação e de bônus de adimplência para renegociação de operações contratadas até dezembro de 2015, a Lei nº 13.340, de 2016, contempla apenas as operações contratadas até 31 de dezembro de 2011. Além disso, para obter os percentuais mais elevados de rebate e de bônus de adimplência – respectivamente 85% e 70%, para os municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) –, é necessário que a operação contra tenha sido contratada até 31/12/2006.

Verifica-se, assim, que as medidas previstas na Lei nº 13.340, de 2016, são bastante distintas daquelas que o PLS em análise pretende implementar, o que afasta a tese de prejudicialidade.

Por fim, entendemos que o fato de já haver embasamento legal para que o Poder Executivo tome a iniciativa de renegociar as dívidas de que trata o PLS, com fundamento no art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, não obsta o prosseguimento do presente PLS, pois, ainda que o Poder Executivo promova eventual renegociação, a aprovação do PLS nº 189, de 2016, teria o condão de dar maior segurança aos mutuários quanto ao direito subjetivo à obtenção das condições favoráveis para a renegociação e a liquidação de que trata o Projeto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota.

Era esse o nosso voto e o nosso parecer, Srª Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos agora à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser apreciada em decisão terminativa.

Parabenizo o Senador Telmário pela autoria e a Senadora Ângela pela relatoria.

Vamos agora, rapidamente, aqui, Senadora Ângela, deliberar sobre duas pautas, para que nós possamos ir à CCJ, que vai dar início aos seus trabalhos – acontece daqui a pouco a discussão da reforma trabalhista.

Nós queremos agora colocar em votação projeto de lei de autoria do ilustre Senador Elmano Férrer.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2017

- Não terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 12ª Reunião (07/06/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).

Foi nomeada Relatora *ad hoc* a Senadora Regina Sousa, também do Piauí.

Já foi feita a leitura do relatório, Senador Elmano. Já foi feita também a fase destinada à discussão.

E agora, com muita alegria, eu coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria, ou seja, do programa que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Meio Ambiente para ser apreciada em decisão terminativa.

Parabenizo o Senador Elmano pela autoria e os Senadores Relatores: Senador João Alberto e a Senadora Regina.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Fátima, pela ordem. A senhora me permite?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, concedo já a palavra a V. Exª.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero também colocar, como extrapauta, requerimento de nossa autoria para que seja convidado o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Hélder Barbalho, para apresentar em audiência pública nesta Comissão, no dia 2 de agosto de 2017, as ações do Ministério voltadas para a retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi e outras obras complementares do projeto de integração das bacias do São Francisco.

**EXTRAPAUTA
ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 31, de 2017
- Não terminativo -**

Convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para apresentar, em audiência pública, no dia 2 de agosto de 2017, as ações do Ministério para retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi que fazem parte do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco, após a assinatura da ordem de serviço do dia 20/06/2017, bem como o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e demais obras complementares.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

É bom deixar claro aqui que não é só a retomada da obra, não é só o Ramal do Apodi, é o programa de revitalização também do São Francisco, é o canal do Piancó, em Coremas, e outras complementares do São Francisco.

Já mantivemos contato com o Ministro e ficou acertado, portanto, o calendário do dia 2 de agosto.

Peço o apoio dos nossos pares para a inclusão do requerimento extrapauta. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, por favor, assumo aqui a Presidência.

Senador Telmário, concedo já a palavra a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em votação o item extrapauta.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, para apresentar, em audiência pública, no dia 2 de agosto de 2017, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para a retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi, que fazem parte do projeto de integração das bacias do São Francisco, após a assinatura da ordem de serviço assinada no dia 20 de junho de 2017.

É o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Ângela.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Senadora Fátima, primeiro, muito obrigado. V. Exª sabe que eu não faço parte desta Comissão, mas é que hoje há um projeto nosso aqui que é muito importante para o nosso Estado.

O jornal de credibilidade e de maior circulação no nosso Estado, que é a *Folha de Boa Vista*, trouxe uma matéria que diz assim: "A seca e as queimadas decorrentes da estiagem no Estado de Roraima têm causado inúmeros prejuízos a produtores rurais [em consequência, à economia local]. De acordo com os dados do Sistema de Informação Dinâmica do Banco do Amazonas..." E ontem eu conversei com o presidente do Basa e falava sobre esse assunto. Ele disse que realmente há essa grande inadimplência porque houve um grande prejuízo aos produtores. Então, a gente fez esse projeto com base nisso.

E eu quero aqui agradecer aos meus pares essa aprovação.

Muito obrigado a todos, especialmente à Senadora Ângela Portela, porque sempre é assim... Eu sempre digo que o mal vai sendo derrotado pelo bem, e esse é um projeto para o bem do nosso povo. E é muito importante, Senadora Ângela, tê-la como a Relatora, conhecedora profunda que é da nossa situação, principalmente do homem do campo, dos mais humildes, dos trabalhadores. E V. Exª sempre usou esse mandato para defender a economia do nosso Estado, o crescimento, para defender os mais necessitados, as mulheres. Ninguém defendeu tanto as mulheres com bons projetos como V. Exª.

É por isso que hoje você lidera todas as pesquisas em nosso Estado. Eu queria dizer – talvez você nem esteja sabendo – que ontem foi fechada uma pesquisa e você realmente volta a brilhar. Isso mostra que Deus não tira a estrela de quem brilha com honestidade. Então, fico feliz da vida, porque hoje sou Senador por três razões: primeiro, Deus quis; o povo aceitou; e você me deu oportunidade – Fátima gosta disso.

Fátima, muito obrigado. Obrigado a todos.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nobre Senadora... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Telmário, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que fico muito feliz com esta notícia que você acaba de nos dar aqui: a Senadora Ângela liderando as pesquisas lá para a reeleição ao Senado, pelo papel importante que a Senadora Ângela tem desempenhado aqui no Senado na luta em prol do desenvolvimento regional, da agenda de luta das mulheres, da cidadania em geral.

Concedo agora, com muito prazer, a palavra ao Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Quería, nesta oportunidade, fazer meus agradecimentos aos nossos pares pela aprovação do nosso projeto de revitalização do Rio Parnaíba.

Ao tempo em que, por um lado, lamento não ter sido ele lido pelo nosso Relator, o João Alberto, que está se recuperando de um problema de saúde, por outro lado ressalto que fiquei muito feliz por ter o projeto lido pela nossa companheira de Bancada, a nossa Regina. O interesse maior pela leitura através do nosso João Alberto é porque o Rio Parnaíba une o Piauí e o Maranhão, daí a importância que nós tínhamos manifestado de que a leitura fosse feita por um Senador do Maranhão, mas ficamos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito felizes pelo fato de a leitura ter sido feita aqui, *ad hoc*, pela nossa companheira Regina, que tem lutado muito, que tem tido como uma de suas bandeiras a revitalização do Parnaíba.

Eu estava vindo para cá de uma audiência, Presidente, e vi a manifestação do nosso Senador Antonio Valadares, que externava a preocupação dele em relação ao Rio São Francisco. Eu acho que nós temos que ter uma preocupação com o futuro, ou seja, eu creio que as bacias hidrográficas do Nordeste devem ser interligadas com a Bacia Hidrográfica da Amazônia. Isso poderá ser feito com o Rio Tocantins desaguando no Velho Chico.

Lembro-me de que, em 2015, havia uma grande preocupação com a necessidade de água nos reservatórios, cujo volume estava aquém do necessário para girar as turbinas, sobretudo em Sobradinho, e também com a área de 70 mil hectares plantados e irrigados do Vale do São Francisco – especialmente Juazeiro, na Bahia, e Petrolina já tinham necessidade. Quer dizer, estando em comissão voltada para o desenvolvimento regional, eu creio que nós devemos pensar nisso. Essa é uma questão que eu reputo da mais alta relevância, inclusive devo propor, através de um requerimento a ser apresentado proximamente, uma audiência pública para que nós possamos trazer alguns especialistas para retomarmos essa questão relacionada à transposição das águas da Amazônia, através do Rio Tocantins, para o Velho Chico.

Creio que essa deva ser uma preocupação constante nossa, porque a água que está sendo transposta do São Francisco para as bacias hidrográficas do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que no princípio do projeto equivalia a 800 metros cúbicos por segundo, foi reduzida a 28 metros por segundo, algo insuficiente até para o consumo humano em capitais como Fortaleza, Natal, João Pessoa, Campina Grande etc. É questão de planejamento. Temos que retomar essa questão pensando não no curto prazo, mas especialmente no longo prazo.

Queria agradecer os nossos companheiros e companheiras pela aprovação nesta Comissão do projeto de revitalização do Rio Parnaíba.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Elmano, mais uma vez parablenizo V. Exª.

Essas iniciativas que V. Exª está apresentando são extremamente importantes, a realização da audiência pública. A Senadora Regina também se posicionou, e certamente os senhores vão fazê-la em conjunto. E tudo isso se soma à prioridade que nós elencamos nesta Comissão, neste ano de 2017, que foi a questão da infraestrutura hídrica. Nós, inclusive, a elencamos como a política pública que vai ser avaliada por esta Comissão. Essas iniciativas, repito, são muito bem-vindas, porque fortalecem cada vez mais o trabalho da Comissão. É o São Francisco, é o Parnaíba, enfim, nós nos debruçamos sobre um tema estruturante e vital, Senador Elmano, para as pessoas, que é a questão da água e do próprio desenvolvimento.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima quarta-feira, lembrando mais uma vez que teremos, no primeiro momento, a definição das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à LDO e, depois, uma reunião deliberativa sobre os projetos que constavam da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pauta de hoje. Além disso, Senador Elmano, na próxima semana vamos apresentar um vídeo sobre a Caravana das Águas, realizada semana passada.

Bom dia a todos e todas.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE JUNHO DE 2017.

Às quatorze horas e seis minutos do dia sete de junho de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, do Senador Cidinho Santos e do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Ivo Cassol, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Maranhão, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Hélio José, Lindbergh Farias, Eduardo Lopes e Lídice da Mata e dos Deputados Sergio Souza, Hélio Leite, Luiz Cláudio e Dagoberto Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência faz o registro da matéria do Correio Braziliense “Produção de soja e de milho impulsionam crescimento” e do Lançamento do Plano Safra 2017/2018 pelo Governo Federal. Após os breves registros, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 14, de 2017, de autoria do Senador Cidinho Santos, destinada a apresentar o Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a participação do Sr. Guilherme Marques – Diretor do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Décio Coutinho – Consultor de Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Representante do Setor Privado Brasileiro no Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa (GIEFA); Sr. Antonio Carlos Carvalho – Diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), representante do Sr. Normando Corral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO); Sra. Daniella Soares de Almeida Bueno – Diretora Técnica do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT). Os Senadores Ivo Cassol, Waldemir Moka e Cidinho Santos e os Deputados Sérgio Souza (PMDB/PR) – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Dagoberto Nogueira (PDT/MS) e Luiz Cláudio (PR/RO) fazem



uso da palavra. O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, solicita o encaminhamento de sugestões para melhoria do Plano Estratégico 2017–2026 do Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até o dia 22 de junho de 2017, prazo limite para o recebimento das sugestões dos senhores parlamentares, concedido pelo Sr. Guilherme Marques – Diretor do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/06/07>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE JUNHO DE 2017.

Às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ivo Cassol, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Romero Jucá, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, José Medeiros, José Pimentel, Wilder Moraes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 672/SE/CNS/GM/MS, subscrito pela Sra. Neide Rodrigues dos Santos, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, encaminhando a Recomendação nº 022, de 9 de junho de 2017, para que mantenha a obrigatoriedade na informação em relação à presença de transgênicos na rotulagem dos alimentos, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015; e o Ofício nº 519/SSL-2017, subscrito pelo Deputado Márcio Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, encaminhando Nota de Repúdio à Superintendência da Polícia Federal e o afastamento sumária e demissão a bem do serviço público dos agentes e todos os servidores envolvidos na “Operação Carne Fraca”, constante do Requerimento nº 80/2017, de iniciativa do Deputado Estadual Luiz Afonso Sefer. Após a leitura do expediente, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta de deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2015 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do PLC 34/2015 com a emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista do processo, solicitada pelos Senadores Waldemir Moka e Regina Sousa, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2017 – Não Terminativo – EMENTA: Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade. Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLC 7/2017. Resultado: A Comissão aprova o relatório, do Senador Valdir Raupp, favorável ao PLC 7/2017 e aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de urgência para apreciação do Projeto. ITEM 5: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2016 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLC 63/2016. Observações: O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, designa o Senador Waldemir Moka relator "ad hoc", em substituição ao Senador Elmano Férrer. Resultado: A Comissão aprova o relatório, do Senador Waldemir Moka, favorável ao PLC 63/2016 e aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de urgência para apreciação do Projeto. EXTRAPAUTA ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2017 – EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 12/2017, que seja convidado para a Audiência Pública o Sr.



Benedito Fortes de Arruda - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. O Senhor Presidente retira da pauta de deliberação o ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2017, e o ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2017, a pedido dos Senhores Relatores, respectivamente, Senador Cidinho Santos e Senador Valdir Raupp, para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Cumprimento, mais uma vez, os amigos aqui presentes, a nossa equipe da CRA, o nosso Senador Moka e, em nome deles, os demais colegas.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, será dada como aprovada. *(Pausa.)*

Aprovada.

Também quero agradecer a constante participação, além da do Senador Moka, do Senador Raupp.

Comunico o recebimento do Ofício nº 672, de 2017, de 14 de junho do corrente ano, subscrito pela Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde, Drª Neide Rodrigues dos Santos, o qual encaminha a Recomendação nº 22, de 9 de junho de 2017, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, para que mantenha a obrigatoriedade da informação em relação à presença de transgênicos na rotulagem de alimentos, assunto objeto do item nº 1, do PLC nº 34, de 2015 (PL nº 4.148, de 2008, na Câmara dos Deputados), da pauta de hoje desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Informo o recebimento do Ofício nº 519, de 2017, do Deputado Estadual Márcio Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que encaminha nota de repúdio ao Superintendente da Polícia Federal pelo afastamento sumário e demissão a bem do serviço público dos agentes e de todos os servidores envolvidos na Operação Carne Fraca.

Isso aqui é só para informar que foi recebido o ofício do Deputado Estadual Márcio Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. É nossa obrigação aqui ler o ofício recebido, a sugestão, mas eu quero dizer aos meus nobres Senadores e também ao Deputado que mandou o Ofício nº 519 que nós temos várias instâncias, como o Poder Judiciário. Não cabe a nós aqui, cabe ao Ministério, cabe aos fiscais competentes e primeiramente à Polícia Federal... Portanto, por mais que tenhamos recebido aqui o ofício, infelizmente nós não podemos tomar essa medida, porque somos o Poder Legislativo. Posso estar equivocado, mas entendo que é dessa maneira. Portanto, por mais que haja a sugestão da demissão e afastamento dessa operação, a gente só espera que, nas próximas operações, quando acontecerem, se verifique mais, para que seja preservado o interesse nacional.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

A primeira matéria...

Como o Senador Raupp está presente, vamos inverter a pauta – se o Senador Raupp permitir. Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do PLC 7/2017.

Observações:

1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, Sr^s e Srs. Senadores, vem a exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2017 (PL nº 2.677, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Evair Vieira de Melo, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Composta por cinco artigos, a proposição visa a elevar o padrão de qualidade do cacau brasileiro por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização do produto em categoria superior. As características físicas, químicas e sensoriais do cacau, de acordo com processos



de análise e certificação reconhecidos pelo Poder Público, devem ser observadas para que se considere a categoria superior desse produto.

O PLC foi distribuído apenas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Ao examinar o PLC nº 7, de 2017, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária observa determinações do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Entendemos que o PLC em análise atende aos critérios de constitucionalidade e juridicidade. No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o Projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No que tange ao mérito, a proposição objetiva elevar o nível do cacau brasileiro, o qual já é, atualmente, um dos mais apreciados no mercado internacional. Para tanto, estabelece a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade, observando diretrizes específicas, tais como: a) a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores; b) o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas do País para a produção de cacau de qualidade superior; e c) a articulação e a colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado, entre outras.

O desenvolvimento sustentável da produção, com participação do Poder Público e da iniciativa privada, demonstra ser uma das prioridades da proposição. Além disso, cumpre ressaltar que o conjunto de diretrizes estabelecidas não apenas tem o objetivo de garantir o equilíbrio entre produção e meio ambiente, mas, inclusive, o de proporcionar melhores condições de trabalho a segmentos da agricultura familiar que se dedicam à cacauicultura nacional – como a agricultura familiar é responsável por boa parte dos empregos existentes no meio rural do Brasil, constata-se que as medidas elencadas podem contribuir, decisivamente, para proporcionar maior dinâmica à economia do País.

Sr. Presidente, tendo em vista que o cacau é hoje uma cultura muito importante em diversos Estados brasileiros, sobretudo no nosso Estado de Rondônia – Rondônia, Bahia, Espírito Santo e Pará são os Estados maiores produtores de cacau, e Rondônia está inserida nesse contexto –, este é um projeto muito importante.

Na Ceplac de Rondônia – inclusive eu vou ter uma palestra na antiga escola da Ceplac, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) –, em Ariquemes, os técnicos da Ceplac e da Emater estão trabalhando muito para melhorar cada vez mais as lavouras de cacau, a qualidade do cacau, para a sua expansão. Neste momento está em expansão a lavoura cacauera no Estado de Rondônia.

Voto.

Por essas razões, diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Raupp.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu pediria urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, favorável ao projeto.

Há solicitação de urgência para o Plenário. Indago aos colegas se concordam com o requerimento de urgência. *(Pausa.)*

Aprovado também o requerimento de urgência para o Plenário.



Portanto, o Senador Raupp está correto em seu relatório, em seu voto, uma vez que não é só a Bahia hoje que é um grande produtor de cacau, o Estado de Rondônia também é, especialmente porque nós temos esses novos viveiros em que a Embrapa está produzindo cacau – por exemplo, na cidade de Ouro Preto e em outras cidades –, com resistência à vassoura-de-bruxa e outras pragas. Então, da mesma maneira que temos o café Conilon, nós temos hoje também o cacau que é especial, e temos que agregar em cima da diversidade maiores valores e maiores resultados.

Então, fica aprovada também em regime de urgência essa matéria, que será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos ao item 4, que é da relatoria do Senador Raupp. Trata-se do Projeto de Lei nº 44, de 2017, que é terminativo. Portanto, nós só vamos lê-lo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço a retirada desse projeto, porque está sendo encaminhada pelo Governo uma medida provisória que substituirá esse projeto e que, creio, será mais eficaz e mais eficiente e tratará do assunto com maior agilidade. Então, peço a retirada do projeto de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está retirado de pauta o item 4.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2017

- Terminativo -

Autoriza a concessão de rebates e a repactuação e liquidação de dívidas rurais a operações de crédito rural contratadas em municípios do Estado de Minas Gerais afetados pela seca.

Autoria: Senador Zeze Perrella

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação do PLS 44/2017.

Observações: 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.)

Vamos ao item 1.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu queria consultar o Senador Moka se ele poderia ser o Relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que há um projeto que entrou na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É o item 5, que trata do PLC 63, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É. O Relator é o Senador Elmano Férrer. Se V. Exª concordasse – pode ser que o Senador Cidinho chegue aqui a tempo de relatar o projeto dele, que é o constante do item 1 –, eu relataria esse. E, se depois de eu relatar esse item, o Senador Cidinho ainda não tiver chegado aqui, aí passaríamos a analisar o projeto cujo relatório é do Senador Cidinho Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senador Moka, a sua propositura é fundamental, é importante.

Portanto, aguardo o Relator do item 1 e, ao mesmo tempo, coloco em pauta o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

Autoria: Deputado Alceu Moreira

Relatoria: Senador Elmano Férrer



Relatório: pela aprovação do PLC 63/2016.

Observações: 1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, para que possa ler o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, passo, então, à leitura do relatório. Faço questão de citar o grande Senador do Piauí Elmano Férrer. Estou aqui apenas na condição de Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do seu relatório.

Submete-se à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2016 (Projeto de Lei nº 7.083, de 2014, na origem), que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

O PLC nº 63, de 2016, é composto por oito artigos.

O art. 1º apresenta o objetivo da futura lei, relacionado à produção de polpa e suco de frutas em estabelecimento familiar rural, ainda que esse pertença à cooperativa ou associação composta exclusivamente por agricultores familiares. Considera-se estabelecimento familiar rural de produção de polpa e de suco de frutas o localizado em área rural que esteja sob a responsabilidade de agricultor familiar ou empreendedor familiar rural que atenda ao disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

De acordo com o art. 2º, a produção de polpa e suco de frutas em estabelecimento familiar rural deve ser feita com matéria-prima produzida exclusivamente no estabelecimento familiar rural e em quantidade máxima estabelecida para cada produto, conforme norma regulamentadora.

O art. 3º, por sua vez, estabelece que a produção, a padronização e o envase da polpa ou suco de frutas devem ser realizados exclusivamente no estabelecimento familiar rural, adotando-se os preceitos das Boas Práticas de Fabricação e sob a supervisão de responsável técnico habilitado. De igual modo, a comercialização dos produtos deve ser feita diretamente ao consumidor final na sede do estabelecimento familiar rural, em local mantido por associação de produtores, em feiras livres de produtores rurais ou para programa oficial de aquisição de alimentos, utilizando-se nota do talão do Produtor Rural. Todas essas atividades não devem estar sujeitas ao disposto no art. 335 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O art. 4º prevê que o procedimento para o registro do estabelecimento e os requisitos de rotulagem dos produtos serão simplificados, na forma do regulamento. De acordo com o art. 5º, por sua vez, os estabelecimentos familiares rurais, a produção de polpa e suco de frutas e os produtos obtidos devem atender aos requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos na legislação pátria vigente – o descumprimento do disposto na futura lei sujeita o infrator às sanções administrativas previstas no art. 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

O art. 6º dispõe sobre as regras de rotulagem dos produtos oriundos dos estabelecimentos familiares rurais de que trata o PLC nº 63, de 2016. No que diz respeito ao registro, à padronização, à classificação e, ainda, à inspeção e à fiscalização da produção e do comércio dos sucos produzidos, a proposição, em seu art. 7º, acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, a fim de prever que a execução dessas atividades de inspeção e fiscalização poderá ser objeto de convênios, ajustes ou acordos celebrados com órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 8º dispõe sobre a cláusula de vigência da futura lei.

O PLC em análise foi distribuído apenas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Não foram apresentadas emendas ao Projeto no prazo regimental.

Sr. Presidente, agora passo diretamente ao voto.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 63, de 2016.

O Relator, insisto em dizer, é o Senador Elmano Férrer, e eu apenas e tão somente aqui sou o Senador nomeado *ad hoc* por V. Exª.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Em discussão...

Só para aproveitar aqui e agradecer a participação, a presença do Senador Cidinho, que representa muito bem aqui, nesta Casa, o nosso grande Ministro Blairo Maggi, que, mais uma vez, está no exterior levando a nossa produção para poder agregar mais valor às atividades da agricultura e pecuária. Agradeço também a participação sempre da nossa Senadora pelo Piauí, pelo Brasil, Regina Sousa. É uma alegria tê-los aqui junto.

Em discussão...

Só vou aproveitar a palavra para falar da questão desse projeto sobre a produção de polpa. Senador Moka, eu tenho a propriedade no Município de Santa Luzia, onde eu moro, e eu tenho lá 680 pés de cupuaçu, faço a polpa de cupuaçu. Só poucos desses 680 estão produzindo para o gasto da minha casa, dos meus filhos e das empresas – levamos esse suco natural, assim como o de goiaba, que também fazemos. Também plantei mais de 600 pés de graviola. A polpa de graviola é uma polpa que previne também o câncer – pelo menos são pesquisas que eu li – e estou usando. Tenho plantado mais de 18 mil pés de açaí, para tirar também a polpa do açaí. Talvez o pessoal até estranhe: "Poxa, a atividade do Senador Ivo Cassol, de repente, é só como Senador. "Não, eu também me entretenho nos finais de semana.

Tenho o pessoal que cuida da minha sede, de tudo, da família, e, ao mesmo tempo, há, ao redor do lago, todo esse plantio: tanto tem cupuaçu, como graviola, açaí e pupunha, estou plantando mais de dez mil pés de pupunha. Aqui, em Brasília, há um tempo, uns três ou quatro anos – está aqui o Júlio, pessoal meu, o assessor Cláudio –, enfim, fiquei o final de semana aqui e acabei trepando nessas árvores de Ipê, Senador Raupp, para poder tirar muda de Ipê Branco. Temos, lá no Estado de Rondônia, Ipê Roxo. Passavam os caras por baixo e a placa do carro de Senador do lado e o Senador trepado – mas trepado na árvore de Ipê, gente... *(Risos.)*

Eu estava lá tirando a semente, porque eu estava com um litro cortado por cima, com a varinha tirando a semente e caindo dentro. Eu levei e fiz o viveiro, onde plantei mais de 30 mil pés de Ipê Roxo, Ipê Branco, Ipê Amarelo e de Jacarandá, que peguei daqui e levei para lá. Estou plantando tanto no lago das usinas, como também no lago da minha fazenda.

Então, só para reforçar esse projeto pela minha produção, mas principalmente para os pequenos produtores rurais que têm a dificuldade de colocar o seu produto no mercado com o mesmo sistema de fiscalização para esses grandes produtores que estão aí, em vários locais do País, centralizados. Então, com isso, vem diminuir a burocracia e, ao mesmo tempo, colocar no comércio local ou na região todo esse produto que pode ser consumido com fiscalização, quando o próprio Estado ou Município vai ficar fazendo a obrigação mínima de controle.

Então, portanto, meus parabéns pelo voto, pelo Senador Elmano Férrer, que deu esse relatório. Portanto, continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém para discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Elmano Férrer, lido pelo Senador Moka, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada...

V. Ex^a vai pedir urgência?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quero, a pedido da assessoria do Deputado Federal Alceu Moreira...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço também ao Deputado Alceu Moreira pela iniciativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Um grande projeto. Alceu Moreira é realmente um Deputado brilhante, muito competente, muito eficiente.

Peço a V. Ex^a para que pudéssemos votar um requerimento de pedido de urgência.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senador Moka, vamos colocar em votação o pedido de urgência por uma razão muito simples. Nós, no Estado de Rondônia, temos a Emater. E, na época em que fui governador, incentivamos muito a Emater com vários programas que tínhamos. E distribuímos até sementes de fruticultura, hortaliças, enfim, de tudo que havia, para fortalecer. Isso facilita para a própria Emater não só no Estado de Rondônia, mas em outros postos da Emater no Brasil, ou algum outro nome que assume em outros Estados – não é Cidinho, Senador Raupp? – para ajudar essas pequenas famílias, porque eles é que estão diretamente envolvidos com essas pessoas.

Portanto, coloco em votação o requerimento de urgência, com o parecer favorável de todos os Senadores.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica aprovada a urgência e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Portanto, está aprovado e será remetido.

Vamos ao item 4. Desculpem-me. Ao item 1, do nobre colega Cidinho.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação do PLC 34/2015 com a emenda que apresenta.

Observações:

1- *A matéria foi apreciada pela CCT, com Parecer contrário ao Projeto.*

2- *A matéria será encaminhada à apreciação da CAS e CMA, após a deliberação da CRA.*

Deputado Luis Carlos Heinze, um grande Deputado do Rio Grande do Sul, para quem mando um abraço; estive ontem com ele. Além disso, ele é do nosso partido, mas não é por causa disso que estamos colocando em votação. Percebi só agora que é de autoria dele.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Heinze é, sem dúvida nenhuma, um dos grandes Parlamentares da Câmara dos Deputados – sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E grande defensor do produtivo da agricultura, do agronegócio.

Com a palavra o Senador Cidinho Santos para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento o Senador Moka pelo relatório do projeto anterior e também pela respectiva aprovação.

Relatório.

Submete-se à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei da Câmara (PLC) no 34, de 2015, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Constituído de dois artigos, o art. 1º altera a redação do art. 40 da Lei nº 11.105, de 2005, no sentido de estabelecer que os rótulos dos alimentos e dos ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, oferecidos em embalagem de consumo final, que contenham ou sejam produzidos a partir de organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados com presença superior a 1% (um por cento) de sua composição final, detectada em análise específica, conforme regulamento, deverão informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento.

Três parágrafos são propostos e complementam o *caput*.



O § 1º estatui que a informação em questão deve constar nos rótulos dos alimentos embalados na ausência do consumidor, bem como nos recipientes de alimentos vendidos a granel ou *in natura* diretamente ao consumidor, devendo ser grafada, em destaque, de forma legível, utilizando-se uma das seguintes expressões, conforme o caso, “(nome do produto) transgênico” ou “contém (nome do ingrediente) transgênico”.

O § 2º estabelece que aos alimentos que não contenham organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem “livre de transgênicos”, comprovada a total ausência, no alimento, de organismos geneticamente modificados, por meio de análise específica. O § 3º proposto, por sua vez, dispõe que a informação de que trata o § 1º deverá atender ao tamanho mínimo de letra definida no Regulamento Técnico de Rotulagem Geral de Alimentos Embalados. O art. 2º do PLC nº 34, de 2015, trata da cláusula de vigência.

Inicialmente, a proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Posteriormente, o Requerimento nº 548, de 2015, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), solicitou, nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que fosse ouvida, também, essa Comissão.

Aprovado o Requerimento mencionado, o PLC foi distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues na CCT, para relatar. Em seguida, foi aprovado o Requerimento nº 42/2015 – CCT, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Aloysio Nunes Ferreira, propondo a realização de Audiência Pública conjunta com a CMA, com vistas a instruir o Projeto. Foram realizadas duas audiências em 11 e 12 de agosto de 2015.

Na CCT foi aprovado, em 13 de outubro de 2015, relatório de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição do Projeto. Neste mesmo momento, apresentou-se o Requerimento nº 1.174, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que requereu a oitiva desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre a presente matéria.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

Com respeito ao mérito do PLC nº 34, de 2015, cumpre esclarecer alguns aspectos importantes a respeito do tema. Um organismo geneticamente modificado é aquele submetido a técnicas laboratoriais que, de alguma forma, modificaram seu genoma. Por sua vez, um organismo transgênico é aquele submetido a técnica específica de inserção de um trecho de DNA de outra espécie. Assim, o transgênico é um tipo de OGM, mas nem todo OGM é um transgênico. Devido à relação existente entre esses termos, frequentemente, eles são utilizados de forma equivocada como sinônimos.

Para entendermos a polêmica que envolve a proposição em análise, é importante destacar que, a despeito dos alimentos transgênicos serem uma realidade há mais de 15 anos no mundo, ainda não há registros de que sua ingestão cause danos diretos à saúde humana. Não obstante, cumpre destacar que essa tecnologia apenas acelera artificialmente, mediante técnicas de engenharia genética, mudanças genéticas que poderiam levar décadas num processo de melhoramento genético convencional, ou centenas de anos num processo de seleção natural. A incompreensão sobre a importância e a natureza dos avanços da Ciência leva contingentes de críticos, por motivos ideológicos ou religiosos, a se posicionarem contra tais avanços.

Importa ainda resgatar a evolução recente do marco regulatório da biossegurança no Brasil. Foi a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, que ficou conhecida como Lei de Biossegurança, que regulamentou os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabeleceu normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados e autorizou o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).



Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, e posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001.

Porém, tanto a Lei de Biossegurança quanto o Decreto não trataram da questão da rotulagem de alimentos derivados de OGM ou transgênicos. Aliás, na Lei de Biossegurança não é utilizado o termo "transgênico". Sua introdução via PLC pode ensejar insegurança jurídica, uma vez que o conceito de "transgênico" não está estabelecido na Lei e nem é proposto pelo PLC.

Assinale-se ainda que a rotulagem de alimentos é tratada pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos. Além de normas sobre rotulagem, o Decreto-Lei citado trata do registro e do controle dos alimentos, dos aditivos, dos padrões de identidade e qualidade, da fiscalização, dos procedimentos administrativos, das infrações e penalidades, e dos estabelecimentos. Mas, naturalmente, o capítulo que trata da rotulagem não aborda a ocorrência de transgênicos, tecnologia inexistente à época da edição do Decreto-Lei. A Proposição em análise não optou por alterar este Decreto-Lei, mas sim a atual Lei de Biossegurança.

Diferentemente do que tem sido apregoado, a primeira norma a disciplinar a rotulagem de alimentos embalados que contivessem ou fossem produzidos com organismo geneticamente modificado foi o Decreto nº 3.871, de 18 de julho de 2001, que impunha tal informação a alimentos com presença de OGM acima do limite de 4 % do produto. Esse Decreto (que não fazia nenhuma referência à Lei nº 8.974, de 1995) estabelecia que o rótulo deveria apenas apresentar uma das seguintes expressões: "(tipo do produto) geneticamente modificado" ou "contém (tipo de ingrediente) geneticamente modificado". Para alimentos constituídos de mais de um ingrediente, os níveis de tolerância estabelecidos deveriam ser aplicados para cada um dos ingredientes considerados, separadamente, na composição do alimento. Os Ministérios da Justiça; da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Saúde e da Ciência e Tecnologia eram os responsáveis pela fiscalização e pelo controle das informações fornecidas aos consumidores.

O Decreto nº 3.871, de 2001, foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, ainda em vigor, que busca regulamentar o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados. O art. 1º do Decreto reitera os propósitos explicitados na ementa, mas o art. 2º e seguintes passam a tratar apenas de OGMs transgênicos. Conforme este art. 2º, "na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de 1% do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto". Trata-se de percentual ainda menor que os 4% anteriormente estipulados pelo revogado Decreto nº 3.871, de 2001.

O estabelecimento de um limite de tolerância é importante, pois é quase impossível garantir a total segregação dos produtos agrícolas, no caso, convencionais ou transgênicos, podendo haver algum grau de mistura, considerada aceitável e inevitável. Não obstante, não encontramos explicação para a redução, aparentemente aleatória, do percentual de 4% para 1%, nos decretos de 2001 e 2003. No Japão, por exemplo, é obrigatória a rotulagem para produtos com 5% ou mais.

Impende destacar que, conforme o §1º do art. 2º do decreto atualmente em vigor, tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou *in natura*, no rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal e em conjunto com o símbolo a ser definido mediante ato do Ministério da Justiça, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: "(nome do produto) transgênico", "contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s)" ou "produto produzido a partir de (nome do produto) transgênico".

Em outubro de 2003, o Poder Executivo encaminhou projeto de lei ao Congresso, transformado na Lei nº 11.105, de 2005, que revogou sua antecessora, a Lei nº 8.974, de 1995. A Lei de Biossegurança atual é regulamentada pelo Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005.

O art. 40 da atual Lei de Biossegurança dispõe que os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou



derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento, ou seja, o Decreto nº 5.591, de 2005. Este, por sua vez, definiu, no art. 91, que tal informação será tratada na forma de decreto específico, recepcionando, assim, o Decreto nº 4.680, de 2003.

O PLC nº 34, de 2015, em análise altera a redação do art. 40 da Lei de Biossegurança para que ela própria, e não o decreto, regulamente a informação sobre presença de ingredientes transgênicos nos alimentos. Concordamos com tal medida.

Espera-se que o regulamento que tratará da análise específica mencionada no artigo proposto a atribuirá à competência de órgãos públicos de vigilância sanitária, que atuarão por meio de amostragens da matéria-prima utilizada pela agroindústria de alimentos. Isso é importante, uma vez que o custo da análise laboratorial é elevado e a sua realização demandará esforço orçamentário do Poder Público. Alternativamente, o Poder Público poderá estabelecer taxas a serem pagas pela indústria de alimentos, para custear as análises em laboratórios privados credenciados. Acreditamos que o regulamento também tratará da frequência com que tais análises deverão ser realizadas, não sendo cabível que todas as partidas e cargas de alimentos ou de matéria-prima a ser utilizada na sua fabricação sejam, necessariamente, analisadas quanto à ocorrência de transgênicos. É a fiscalização por amostras que deve avaliar se os fornecedores de alimentos ou matéria-prima para sua fabricação estão cumprindo a legislação quanto à rotulagem e embalagem.

Um §1º é proposto à nova redação do art. 40 e define a obrigatoriedade da grafia das expressões "(nome do produto) transgênico" ou "contém (nome do ingrediente) transgênico", nos rótulos dos alimentos e dos ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, oferecidos em embalagem de consumo final, que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados. Hoje, tais expressões são determinadas apenas por força do Decreto nº 4.680, de 2003.

Também, de forma acertada, o §2º proposto ao art. 40 da Lei de Biossegurança faculta aos alimentos que não contenham organismos geneticamente modificados a rotulagem "livre de transgênicos", desde que comprovada a total ausência no alimento de organismos geneticamente modificados, por meio de análise específica.

O §3º proposto estabelece que a informação sobre a natureza transgênica do produto deverá atender ao tamanho mínimo de letra definida no "Regulamento Técnico de Rotulagem Geral de Alimentos Embalados", contido na Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Não vemos, aqui, problema de técnica legislativa, pois o projeto faz referência genérica ao regulamento, e não à resolução, que pode ser revogada ou substituída.

Por fim, contrariamente à posição exarada no parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, não consideramos nociva ao direito do consumidor à informação o fim da obrigatoriedade da aposição do símbolo "T".

Segundo o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, o Código de Defesa do Consumidor:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Portanto, em nosso entendimento, a alteração legislativa proposta pelo PLC nº 34, de 2015, não afronta o Código de Defesa do Consumidor, porquanto institui em lei a obrigatoriedade da grafia das expressões "(nome do produto) transgênico" ou "contém (nome do ingrediente) transgênico", nos rótulos dos alimentos que tais características.

Adicionalmente, como já afirmamos, não se verifica, por estudos científicos, que alimentos transgênicos causem mal à saúde humana. Por outro lado, há alimentos que contêm glúten, lactose, gorduras trans, ou mesmo sal ou açúcar em quantidades tais que agravam males conhecidos, como hipertensão, obesidade ou diabetes. Nem por isso a sociedade tem demandado símbolos destacados



(G, para glúten, L, para lactose, ou GT, para gorduras trans) que alertem para a existência de tais ingredientes nos alimentos, bastando a menção por escrito. Portanto, ao contrário do difundido em muitos veículos de comunicação, o PLC mantém a obrigatoriedade da informação clara, ostensiva e em língua portuguesa, conforme demandado pelo art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, sobre a eventual natureza transgênica do produto.

Propomos, por fim, a correção da ementa do PLC nº 34, de 2015, para explicitar o objetivo da proposição, como exige o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, evitando assim a chamada “ementa cega”. Por se tratar de emenda de redação, não alterando o mérito do projeto, apenas tal modificação não ensejará o retorno do PLC à análise da Câmara dos Deputados.

Meu voto: diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, com a emenda a seguir apresentada.

EMENDA CRA Nº , DE 2016

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento.”

Para concluir, Presidente, a intenção do projeto é manter o consumidor informado, por exemplo, quando houver, na composição de 1 litro de leite... Se a vaca tiver ingerido um farelo de soja, o que se está pretendendo é que se coloque no litro de leite um T bem grande, como se fosse uma caveira: naquele leite, porque a vaca comeu farelo de soja, o consumidor tem que tomar atenção. Da mesma forma, um frango, no pacote, tem que ter um T bem grande se a ração daquele frango teve soja transgênica acima de 1%.

Então, isso aí, para nós, que participamos do comércio internacional, que queremos cada vez mais avançar o trabalho que o Ministro Blairo Maggi tem feito para poder cada vez mais ocupar mercado, é como pegarmos um produto nosso de exportação e nós mesmos, na embalagem nossa, colocarmos um selo, desvalorizando nosso produto, quando deveria ser o contrário, dizer que nosso produto é produzido dentro nas melhores técnicas sanitárias, ambientais.

A intenção do projeto era justamente essa, e entendo que totalmente diferente daquilo que se propõe ao Brasil, que é valorizar cada vez mais nossos produtos e oferecer não só aos consumidores nossos, internos, brasileiros, mas também aos de fora, produtos de qualidade, com segurança alimentar.

Por isso, o meu voto é favorável ao projeto do Deputado Luis Carlos Heinze e contra essa questão de colocar o t grande na embalagem dos produtos brasileiros.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Cidinho.

Vamos colocar em discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, peço vista do projeto. Como é terminativo, ele não iria mesmo ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Na verdade, ele não é terminativo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Este não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então peço vista do projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fica concedida vista coletiva.

Agora vamos ao item 3, Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2017, que é terminativo.

Pergunto ao Relator, Senador Cidinho, porque me informaram que V. Exª iria pedir a retirada de pauta, se permanece a retirada de pauta ou se podemos lê-lo.



O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer a retirada de pauta para fazer algumas correções no meu relatório. É um projeto da Senadora Rose de Freitas sobre a questão de cultivares, um tema bastante polêmico, e eu queria fazer um aperfeiçoamento no meu relatório e apresentá-lo na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Deferida a retirada de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação do PLS 32/2017.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.)

Quero agradecer a presença do nosso colega Senador Elmano. O Senador Moka muito bem o representou no voto do projeto que deu condições para o produtor familiar de polpa de frutas.

Quero agradecer-lo pelo seu voto e por sua participação.

Há um requerimento na mesa.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 12/2017, que seja convidado para a Audiência Pública o Sr. Benedito Fortes de Arruda - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Em votação.

Quem concorda? (Pausa.)

Aprovado.

Ao mesmo tempo, antes de encerrarmos esta reunião...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria só fazer uma observação em relação à audiência pública.

Já houve mais de uma vez, e V. Ex^a estava presente também, em que muitas vezes o proponente da audiência pública não comparece a ela. É uma situação muito estranha e muito indelicada. Acho que, quando for marcar esta data, temos de ter a garantia de quem está propondo de que vai comparecer. E, se ele não comparecer, a audiência pública tem de ser cancelada, porque é uma falta de respeito para com as pessoas que vêm aqui o proponente da audiência pública não estar presente.

Eu queria propor isso, ouvindo evidentemente o Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A propositura do Senador Moka é fundamental e importante, porque traz a responsabilidade, especialmente quando se marca audiência pública, para aquele Senador que, de alguma maneira, busca complementar a relatoria do seu projeto como também entender as demais interpretações da



legislação. Essa situação deixa-nos Presidente e demais colegas em uma sinuca de bico, como se chama, a não ser quando for caso de doença. Essa é outra situação.

Mas têm acontecido aqui audiências que são marcadas, aprovado o requerimento. Eu, como Presidente, vou ser muito franco: se meus colegas solicitarem audiência e de repente não participarem dela, deixando-nos em uma situação difícil, nos próximos requerimentos deles eu vou reprovar todos. Será o meu voto. E, para colocar em pauta, eu já peço aqui o contrário. Não é por nada, mas por uma questão... Para que ele também possa nos dar subsídios para fortalecer muito mais. Porque cada um de nós Senadores é Relator de vários projetos diferentes, e cada Senador quer para si o entendimento máximo daquele projeto, daquela relatoria que ele está na verdade exercendo. Portanto, a presença é importante para que possamos ser, nessa situação, mais produtivos.

Senador Elmano com a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também queria acompanhar a proposição do nosso companheiro Moka. Creio que isso não caracteriza, digamos, uma responsabilidade com quem propõe uma audiência pública. E é uma desconsideração, primeiro, aos convidados, bem como aos participantes dessa audiência. Então, eu acompanho e considero oportuna essa proposição do nosso companheiro Moka.

De outra parte, eu queria agradecer ao Moka pela leitura do nosso parecer, do nosso relatório, que é da mais alta importância para o pequeno produtor, o produtor familiar, sobretudo no aspecto de agregar mais valores à sua renda na pequena propriedade, porque, ao transformarmos frutas em polpas, em sucos, nós estamos agregando e valorizando cada vez mais a pequena produção e a agricultura familiar, em síntese.

Então, eu queria agradecer a leitura feita pelo nosso companheiro Moka.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Elmano. Com certeza, esse projeto vem ao encontro de incentivar e dar também diversificação na produção da agricultura familiar, facilitando a comercialização do seu produto.

Antes...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Senadora.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ainda sobre a proposta do Senador Moka, é justo que se faça porque quem pede uma audiência pública certamente está querendo subsídio para alguma coisa. Então, não se justifica não estar presente, porque o autor é que sabe o que quer perguntar, o que quer abordar.

Lá na Comissão de Direitos Humanos, inclusive, eu passo a Presidência, sempre, para quem propôs. Eu abro exceção, mas passo a Presidência para quem propôs a audiência. É o autor que vai conduzir os trabalhos, porque foi ele que pediu. Então, eu acho que a gente podia adotar isso também aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está certo.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Faça uma consulta: vai estar presente? Vai poder ser... Na hora de marcar o dia, marca-se sempre de comum acordo com a pessoa que pediu a audiência, sabendo que é ela que vai presidir. Aí, ela tem a obrigação de estar na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza. Como Presidente desta Comissão, eu sempre tenho colocado à disposição, nas mãos dos Senadores e das Senadoras, a propositura do requerimento para audiência pública para que se adapte o melhor dia.

A exemplo disso, nós teremos aqui, na próxima semana, no dia 28, próxima quarta-feira, às 14h, a realizar-se uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 12, do Senador Flexa



Ribeiro – que já está de acordo, combinado já com o próprio Senador –, que se destina a instruir o Projeto de Lei (PLS) nº 650, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

Portanto, é importante a presença dos Senadores, porque, como acabei de falar – V. Exª tem razão, Senadora Regina Sousa, e o Senador Moka e o Senador Elmano também –, caso contrário, a gente fica em uma situação de bico, porque quem está com o projeto em mãos não somos nós, é o Relator. É ele que tem que estar aqui para poder tirar as dúvidas e fechar o seu entendimento naquela relatoria.

E a gente fica aqui, muitas vezes, em uma situação constrangedora. E nisso aí vocês podem contar comigo, porque eu jogo duro, não vou poupar, não. Aqueles colegas que vêm aqui, marcam audiência e não participam... Para não os constranger em nível nacional, os próximos requerimentos deles simplesmente serão rejeitados aqui, e acabou, para evitar essa situação. Mas tenho certeza de que haverá a compreensão de todos para nos ajudar. Sei que os outros colegas têm também, no mesmo horário, muitas vezes, outros compromissos fora daqui. Mas já que solicitaram audiência pública, então é fundamental priorizarem a solicitação que fizeram e que esta Comissão aprovou.

Há mais algum requerimento para lermos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não havendo mais nada a tratar, como o Nordeste está em festa, porque é a Festa de São João, e muitos Senadores daquela região têm que ir para lá – não é, Senadora Regina? –, vão se deslocar, e nós do Norte não somos diferentes, também temos festas juninas, portanto, fica encerrada a reunião.

Agradeço o carinho especial de todos os Senadores e Senadores, bem como dos nossos telespectadores, que nos acompanham nos quatro cantos do Brasil.

Um abraço. Obrigado. Até a próxima reunião, se Deus permitir. E vou almoçar, porque ainda não almocei e sou filho de Deus também.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minuto.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE JUNHO DE 2017.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, José Medeiros, Ana Amélia, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Hélio José, Magno Malta e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 0336/2017-krp, subscrito pelo Vereador Diego Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Taubaté, no Estado de São Paulo, encaminhando a Moção nº 048/2017, de repúdio à violência perpetrada por disputas por terra no Brasil, em especial nos casos registrados no mês de abril. A Presidência comunica, ainda, a visita do Embaixador da República do Azerbaijão no Brasil, Senhor Elkhan Polukhov, quando se pode tratar das Relações Políticas e Econômicas entre o Brasil e Azerbaijão, que têm se desenvolvido proficuamente ao longo dos últimos anos, segundo dados do Itamaraty que demonstram que o Comércio Bilateral cresceu mais de cinco vezes ao longo dos últimos 10 anos. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, após consultar o Plenário da Comissão e os senhores convidados Anderson Furlan Freire da Silva - Juiz Federal Titular da 5ª Vara do Tribunal Regional Federal de Maringá-PR, e Décio Coutinho - Consultor de Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), adia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 12, de 2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 18, de 2017, de autoria do Senador Ivo Cassol, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 650/2015 e o Projeto de Lei do Senado nº 677/2015, que dispõem sobre a proteção e defesa do bem-estar dos animais; a criação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (SINAPRA), do Conselho Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (CONAPRA) e do Estatuto dos Animais, em razão da ausência justificada do Senador Flexa Ribeiro, relator dos Projetos de Lei do Senado 650 e 677/2015 e autor do requerimento da audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE JULHO DE 2017.

Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Ivo Cassol, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Ângela Portela, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Hélio José, Lindbergh Farias, Vicentinho Alves e Roberto Muniz. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Lasier Martins e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 – PLDO 2018, que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 84 Emendas de Inclusão de Meta e 10 Emendas ao Texto da Lei, totalizando 94 Emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Waldemir Moka, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: **Emenda nº 1-DE META: Ação 20Y6: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Acréscimo de meta: 1.500 – Produto: Pesquisa desenvolvida (unidade); Emenda nº 2-DE META: Ação 20ZV: Fomento ao Setor Agropecuário - Acréscimo de meta: 1.200 - Produto: Projeto apoiado (unidade); Emenda nº 3-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 4- AO TEXTO: Emenda modificativa - Anexo III - Item 64; Emenda nº 5- AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 6-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 7-AO TEXTO: Emenda aditiva – Anexo III - Item 64; Emenda nº 8-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 9-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 10-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 11-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64; Emenda nº 12-AO TEXTO: Emenda aditiva - Anexo III - Item 64;** O Senhor Presidente coloca em votação a Ata da presente reunião, que é aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Boa tarde, senhoras e senhores!

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência dos nobres colegas, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Mensagem nº 120/2017, da Presidência da República), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências", da LDO 2018.

Esclareço que foram apresentadas 94 emendas, sendo dez emendas de texto e 84 de inclusão de metas.

Com a palavra o nosso grande parceiro, companheiro de todas as horas, Senador pelo Mato Grosso do Sul e pelo Brasil, Senador Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, Senador Ivo Cassol, nós, como V. Exª já disse, recebemos 84 emendas de inclusão ou de metas e dez de texto. As emendas de texto serão todas acatadas, uma vez que serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento, quando da análise do texto que irá compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Coube a este Relator escolher um critério da Lei de Diretrizes Orçamentárias, este ano, em que cada Comissão permanente teria duas emendas de metas, e foram apresentadas 84. Qual o critério a ser usado por este Relator? A nossa Comissão é de agricultura. Evidentemente, nós tínhamos que destinar uma emenda à Comissão de Agricultura, e dentre aquelas que fossem destinadas à Comissão de Agricultura, aquelas que tivessem o maior número de Senadores apoiando. E para uma segunda emenda, o critério de números de Senadores apoiadores.

Nesse sentido, nós estamos apresentando duas emendas, dentro desses critérios, que foram apresentadas pelo Senador Ivo Cassol, agropecuária sustentável, ação e fomento ao setor agropecuário. Romero Jucá, Elmano Férrer, Lúcia Vânia, Cidinho Santos, Ana Amélia e Waldemir Moka. Essa seria a emenda que contemplaria o Ministério da Agricultura.

A segunda emenda vai beneficiar a Embrapa. Essa emenda foi proposta pelos Senadores Elmano Férrer, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Ana Amélia, Lasier Martins, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Cidinho Santos, Dário Berger, José Medeiros, Ivo Cassol e Waldemir Moka.

São essas as duas emendas que, num critério que me pareceu o mais democrático e o mais justo possível, que é a quantidade de apoiadores, este Relator submete à Comissão. As emendas – conforme já disse e repito – de texto serão todas submetidas à Comissão Mista de Orçamento.

É claro que eu poderia ler todo o relatório, mas acho perfeitamente dispensável, uma vez que o que importa são as duas emendas e os critérios usados para que essas duas emendas pudessem ser incluídas.

Quero, antes de encerrar, primeiro, agradecer à minha assessora Erika, que está sempre aqui conosco, e dois grandes técnicos, o João Henrique Pederiva e o Joaquim Ornelas – o João Pederiva parece ser da agricultura mesmo, porque é bem grandão.

Esses dois técnicos atuaram dentro desse critério que eu já havia colocado e combinado com V. Exª, qual seja, o critério do número de apoiadores. Assim, nenhum Senador pode reclamar, porque as emendas foram exatamente... Eu deixo aqui, Sr. Presidente, o espelho das emendas que foram enviadas, para que não haja nenhuma dúvida do critério que foi utilizado.

Estão aqui as emendas que chegaram até esta Relatoria. E, dentro desse critério, repito, uma foi para o Ministério da Agricultura; ganhou a Agropecuária Sustentável. A ação é "Fomento ao Setor Agropecuário", que contou aqui, na verdade, com um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete apoiadores. Isso, na agricultura. E, para a Embrapa, a segunda emenda contemplada, houve um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze apoiadores.



São essas as duas emendas que submeto à Comissão de Agricultura para que a gente possa encaminhar à Comissão Mista de Orçamento como sugestão desta Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Relator.

Antes de colocar em discussão... Quando o Senador Moka falava dos técnicos, da equipe aqui, do João, eu fiquei pensando, lembrando... Houve uma época em que se dizia o seguinte: "Plante, que o João garante!" Automaticamente me veio em mente aqui. Eu ia até brincar com o Senador Moka e dizer: plante, que o João aqui com certeza garante que vai para o Orçamento.

Com imensa alegria, Senador Moka, quero aqui agradecer esse carinho especial.

Em discussão.

Ao mesmo tempo, quero dizer que é com imensa alegria que discutimos essa matéria. Fico feliz, Senador Moka, que, com a "Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias", vários Senadores estão sendo contemplados: o Senador Elmano, o Senador e nosso Relator Waldemir Moka, os Senadores Acir e Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia, Senador Lasier, Senadora Lúcia Vânia, Senador Eduardo Amorim, Senador Cidinho, Senador Dário Berger, Senador José Medeiros e também este Senador que vos fala, o Presidente da Comissão, Senador Ivo Cassol.

E a outra emenda, de "Fomento ao Setor Agropecuário", é também uma imensa alegria. Está junto com as demais, mas é encabeçada por uma emenda minha, do Ivo Cassol, com uma emenda do Senador Waldemir Moka, do Senador Romero Jucá, do Senador Elmano Férrer, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Cidinho Santos e da Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA.

Passo à votação da ata da presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a ata desta reunião permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Será feita a comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JULHO DE 2017.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Ivo Cassol, Cidinho Santos, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Gladson Cameli e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, declara aberta a reunião, comunicando o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 562-GP/TCU, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 1198/2017 prolatado nos autos do TC 016.633/2016-4, que trata de Monitoramento do Acórdão 450/2014 e do Acórdão 20/2015, relativos à auditoria no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC); Ofício nº 1.198/17/CE/DAP, subscrito pelo Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano (PSDB/PR), Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhando expediente com o objetivo de que medidas sejam tomadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a decisão de subtrair perguntas do questionário que possibilita a elaboração do Censo Agropecuário 2017, nas questões que servem para caracterizar a agricultura familiar. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, adia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 13, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 337/2008, que “altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos”, em razão da ausência justificada da Senadora Rose de Freitas, relatora do Projeto de Lei do Senado 337/2008 e autora do requerimento da presente audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Fátima Bezerra, Romero Jucá, Paulo Paim e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2016 - Terminativo** - que: "Cria a obrigação de os serviços de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados atenderem também ligações provenientes de linhas móveis." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação, com ajuste redacional para inserir a numeração dos Art. 1º, 2º e 3º do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 5 - OFÍCIO "S" Nº 42, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2015, de que trata o PDC 650/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., no município de Capão da Canoa - RS." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo sobrestamento do Ofício "S" nº 42 de 2015 nos termos do art. 335 do Regimento Interno do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senado Federal, e pela aprovação de novo Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.”. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 6 - OFÍCIO "S" Nº 8, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Editora e Gráfica Ecco Ltda." **Autoria:** Editora e Gráfica Ecco Ltda.. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** O Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. (...) Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Feita a leitura do requerimento pelo Senador Pedro Chaves, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 11 de 2017** que: "REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para inclusão de representante do Ministério do Planejamento na audiência pública para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Feita a leitura do requerimento pelo Senador Pedro Chaves, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouroândia, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cidade de Centenário, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO - ACRCEAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibareta, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOTÍCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à OCAM COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE GARARU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gararu, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, de 2015 -**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EDUCATIVA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO ARTHUR CATALDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 325, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga à autorização a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – FUFSS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE BAIXIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/07>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Começo, a pedido do Senador Cristovam Buarque, retirando dois projetos que ele ia relatar, que é o item 1 e também o item 25. Todos dois têm como Relator o Senador Cristovam Buarque.

Também pede para retirar o item 9 o Senador Omar Aziz.

Eu ia relatar o item 4 (PLS nº 5, de 2017), e também vou retirá-lo de pauta para reexame, já que estamos aqui tratando da modificação do Fust, e esse projeto tem uma relação direta com as modificações que pretendemos fazer no Fust, de acordo com aquilo que apresentei aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Autoria: Deputado João Colaço

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta.

Observações:

- 1) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2017 e 05/04/2017;
- 2) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 05/04/2017, a pedido do relator, para reexame;
- 3) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação, com ajuste redacional para inserir a numeração dos Art. 1º, 2º e 3º do Projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade.

Observações:

1) *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 03/05/2017, 10/05/2017 e 31/05/2017;*

2) *A matéria foi retirada das pautas das reuniões dos dias 03/05/2017 e 10/05/2017, a pedido do relator.*

)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pela ordem.) – Salvo melhor juízo, dos Senadores presentes, eu relato o item nº 5 da pauta. E, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de fazê-lo, porque também sou relator na Comissão de Assuntos Sociais. Todos nós sabemos aqui a ginástica que temos de fazer para cumprir esses compromissos. Então, se fosse possível, eu gostaria de lê-lo. Acho que não é um projeto polêmico, é um projeto tranquilo, e é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Waldemir Moka. V. Ex^a tem a palavra para relatar o item 5, não terminativo.

ITEM 5
OFÍCIO "S" Nº 42, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2015, de que trata o PDC 650/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., no município de Capão da Canoa - RS.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nº 42 de 2015 nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de novo Requerimento de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.”

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para proferir parecer.) – O item 5, na verdade, trata sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 13/2015, remetido ao Senado por meio do Ofício "S" nº 42, de 2015 (Ofício nº 70, de 2015, na Câmara dos Deputados), que comunica ter sido autorizada a transferência indireta do controle societário para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Empresa Camponense de Radiodifusão AM Ltda., no Município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, vou direto à análise porque ela retrata bem.

O Requerimento nº 709, de 2016, desta Comissão, solicitava, em seus itens:

I - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão.

Sr. Presidente, eu estou lendo isto aqui porque, na verdade, da vez passada, eu pedi ao Ministério das Comunicações uma série de informações que eles fizeram, e agora me parece, realmente... Pelo menos, nossa assessoria aqui diz que, com as novas informações, o projeto está apto a ser votado.

Prossigo:

II - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

A Nota Informativa nº 33/2017-SEI-MCTIC trouxe elementos que atendem aos itens I, II e IV do requerimento.

Com relação ao item III, embora a Nota Informativa nº 33/2017-SEI-MCTIC indique que encaminharia anexo para comprovar a nacionalidade dos participantes no capital social da entidade, esse material não foi localizado na documentação.

Dessa maneira, a apreciação da matéria ainda carece de algumas das informações anteriormente solicitadas.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 42, de 2015.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requerimento nº , de 2017

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" nº 42, de 2015:

- comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sr. Presidente, isso porque a nossa legislação não permite o controle por pessoas estrangeiras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, fica...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O voto é: em função disso, eu devolvo ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está devolvendo ao Ministério...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para que ele anexe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... porque as informações não foram suficientes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Isso. Das quatro pedidas, eles atenderam três. Porém, faltou uma que, a meu juízo e da Assessoria, impede que o projeto tenha tramitação regular.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Foi lido o relatório. A Comissão fica aguardando quórum para votação do relatório proferido pelo nobre Senador Waldemir Moka.

Nós temos aqui mais três projetos não terminativos, cujos relatores não estão presentes: são dois do Senador Jorge Viana e um do Senador João Alberto. Peço ao Senador Flexa Ribeiro que relate o item 6, pelo Senador João Alberto, eleito ontem pela décima vez Presidente da Comissão de Ética. O Vice-Presidente é o Senador Pedro Chaves. E foi por aclamação. O João Alberto é bom de voto!

ITEM 6
OFÍCIO "S" Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Editora e Gráfica Ecco Ltda.

Autoria: Editora e Gráfica Ecco Ltda.

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para proferir parecer.) – Item 6, Presidente.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática tem, sob apreciação, comunicação acerca de alteração de controle societário da Editora e Gráfica Ecco Ltda., encaminhada pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 8, de 2017.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, entre outras atribuições, examinar questões atinentes à comunicação e à imprensa.

O art. 222 da Constituição Federal estabelece que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Nesse mesmo sentido, o art. 2º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina que:

Art. 2º A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

De acordo com as informações encaminhadas, a empresa passou a ter como principal acionista a Srª Alessandra Andrade Vieira Mejia, com o controle de 60% de suas quotas. Os demais 40% permaneceram sob a propriedade do Sr. Cláudio Eduardo de Andrade Vieira. Ambos os sócios são, segundo o documento, brasileiros natos.

Verifica-se, portanto, que estão atendidos os requisitos legais e constitucionais que tratam da matéria.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 8, de 2017, que comunica a alteração de controle societário da Editora e Gráfica Ecco Ltda.

Sr. Presidente, este é o voto do Relator, Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc*, aguarda-se também votação.

Peço ao Senador Pedro Chaves que relate o item 7, que é de relatoria do Senador Jorge Viana. Depois, se possível, o Senador Flexa Ribeiro relata o item 8.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10,
de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. (...)

Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 17/05/2017.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para proferir parecer.) – Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica.

Nos últimos quinze anos, especialmente nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, o número de pesquisadores – mestres e doutores – formados no País quadruplicou. Também houve aumento do número de universidades públicas. Com isso, a produção científica brasileira saltou de menos de 1% do total mundial para cerca de 2,5% – crescimento superior à média global.

Mas ainda há muito a se avançar. Mesmo sendo uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil não aparece entre os cinquenta países mais competitivos. Em dois *rankings* que levam em consideração a capacidade de inovação, o País encontra-se atrás de norte-americanos, europeus, asiáticos, africanos e vizinhos latino-americanos. No IMD World Competitiveness Scoreboard 2015, o Brasil ocupa a 56ª posição entre 61 países pesquisados. No World Economic Forum Global Competitiveness Report 2015-2016, o Brasil ocupa a 75ª posição entre 144 países, sendo o último colocado entre os BRICS.

Para estimular o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.243, de 2016, da qual o Senador Jorge Viana foi o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Contudo, recentemente, a comunidade científica brasileira deixou de ter motivos para comemoração. Nesse sentido, a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, levou inquietação aos pesquisadores no Brasil em razão do congelamento, por 20 anos, dos investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico. Para o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, “se continuarmos na situação atual por mais 20 anos será mortal; vamos voltar ao *status* de colônia extrativista. Na verdade, não digo nem 20 anos. Se forem cinco, já será extremamente complicado”.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos últimos dias, esse quadro sombrio para a pesquisa científica nacional foi ainda mais agravado com o corte orçamentário de 44% para o orçamento da área da ciência. No último dia 3 de abril, a prestigiada revista *Nature*, uma das mais conceituadas revistas de divulgação científica do mundo, publicou matéria sobre o recente corte, que pinta um quadro de total desmonte da ciência no Brasil.

Conforme as informações veiculadas por essa grande revista internacional, “os cientistas brasileiros ficaram horrorizados com uma redução de 44% no orçamento federal de ciência, anunciado pelo Governo do País em 30 de março. Depois de anos de austeridade, os pesquisadores temem que o último corte dramático destrua a ciência do País”.

Com efeito, além da extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia como pasta autônoma e da extinção do programa Ciência sem Fronteiras, os cientistas do Brasil se defrontam, agora, com um drástico corte orçamentário que comprometerá projetos científicos de grande monta.

Conforme o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, “o novo orçamento é uma bomba atômica contra a ciência brasileira”. Ele adverte que os cortes prejudicarão a pesquisa e o desenvolvimento nas próximas décadas.

Ainda conforme a matéria da revista, a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência escreveu, de forma preventiva, cartas ao Presidente Temer e ao Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, alertando sobre o impacto de um corte potencial em um já apertado orçamento científico, mas suas advertências não foram levadas em consideração. “O Governo agiu sem ouvir o Estado. Mostra uma miopia absoluta”, disse Nader.

Em nosso entendimento, são fatos gravíssimos que mostram, de fato, uma visão míope e tacanha sobre um setor que é absolutamente vital para a competitividade da economia brasileira.

Em face do exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da audiência pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes:

1. Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
2. Sr. Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências;
3. Sr^a Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
4. Sr. Fernando Peregrino, Presidente da Confies; e
5. Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias.

Sala da Comissão, Senador Pedro Chaves *ad hoc*, no lugar do Senador Jorge Viana.

É o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador. Eu queria agradecer a V. Ex^a e dizer que esse requerimento foi retirado da pauta no dia 17 de maio. O autor, Senador Jorge Viana, que faz esse requerimento... Nós já tivemos aqui outro requerimento do Senador Jorge Viana para fazer o debate sobre a questão da banda larga, política pública escolhida para este ano, mas não tivemos quórum naquela época. O requerimento está lido.

O item 8 versa sobre o mesmo tema. É outro requerimento do Senador Jorge Viana. Eu pediria ao Senador Pedro Chaves, que já está lendo, que apenas complementasse. Pode dar até como lido porque versa sobre o mesmo assunto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É o mesmo assunto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O assunto é o mesmo, mas aqui ele coloca...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Requeiro, em termos regimentais, aditamento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... o corte no Orçamento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É um aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, V. Ex^a pode ler o item 8 também.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para inclusão de representante do Ministério do Planejamento na audiência pública para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 17/05/2017.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

Lidos os dois itens, 7 e 8, ficamos aguardando quórum para votação.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu tenho dois pareceres e, como tenho audiência na Comissão de Educação, gostaria de antecipar. São os itens nºs 19 e 28, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foram lidos esses. O item 19 já foi lido.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – São os itens 19 e 28.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O nº 19 já foi lido.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Já foi considerado lido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, passo a palavra a V. Ex^a para ler o item 28.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2016

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE BAIXIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para proferir parecer.) – Obrigado.

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2016 (nº 178, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará.

Relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 36, de 2016 (nº 178, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Análise da matéria.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2016, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório do Senador Pedro Chaves, ficamos aguardando também quórum para votação. Os relatores dos outros itens que constam na pauta não estão presentes. São itens terminativos, e nós não temos quórum.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou inclusive hoje pedir uma conversa com o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, para discutir essa questão da permanente falta de quórum aqui na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quero agradecer, de pronto, a presença sempre constante dos Senadores Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Pedro Chaves e da Senadora Lídice, que não está aqui hoje, mas que sempre está presente.

De alguma forma, vou tentar uma mobilização para votarmos. Vários itens foram lidos, várias matérias foram lidas. Estamos aqui discutindo e vamos discutir um projeto que é super importante para o momento do Brasil, que é a modificação da aplicação dos recursos do Fust e do Fistel e do outro fundo. Estamos com uma deficiência muito grande na área de internet, de banda larga e de telefonia móvel. Há que se fazer outros investimentos nesse sentido.

Eu tinha aqui relatado o Projeto nº 79, e depois foi requisitada sua discussão no plenário do Senado Federal. Até hoje, o Presidente não pautou essa matéria, e acredito que esta é uma Comissão super importante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, em todos os sentidos. Como tal, vou conversar com o Presidente para que haja uma revisão, e os partidos e os blocos possam indicar Senadores que tenham interesse em participar mais ativamente, como têm participado V. Ex^{as}, nas reuniões que temos feito ao longo deste primeiro semestre de 2017.

Quero agradecer a todos e declarar encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 25 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e vinte e um minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 5/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o futuro da radiodifusão comunitária e quais as medidas que precisam ser tomadas para garantir a sobrevivência das entidades e os serviços prestados. **Participantes:** Sr. Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Rádio Comunitária e Fiscalização - MCTIC; Sr. Ronaldo Martins, Coordenador Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Abraço DF; Sr. Marcus Vinicius Paolucci, Assessor Técnico da Presidência da ANATEL; Sr. Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Abraço Brasil; Sr. Paulo Miranda, Diretor da TV Comunitária DF. Sr. Rodrigo Cruz Gebrim, Representante MCTIC. Usaram da palavra também os Senhores Wilmar Lacerda, Francisco Monteiro, Julimar Gonçalves, Guarda Jânio, Wantuir Galvão, Mateus Moura, Paulo Melo e Dida Macflay. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/22>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Humberto Costa, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, José Pimentel, Ângela Portela, José Medeiros, Vicentinho Alves, Magno Malta e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 9 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro da previdência social brasileira e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nos próximos 50 anos, para tanto devem ser convidados, representantes da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), representantes da Central do Servidor, a Pública, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes da Força Sindical, representantes da Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), representantes da União Geral de Trabalhadores (UGT), representantes da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representantes da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), representantes de sindicatos de servidores públicos, representante do Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representante do Ministério do Trabalho, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP), representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos, representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), representantes da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representantes da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP/CNBB), representantes da representantes de centros de pesquisa e universidades, representantes de fundações e institutos de partidos políticos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro das carreiras de servidores públicos no Brasil, o que é necessário se fazer para valorizar os profissionais do Estado e qual o papel do funcionalismo público no futuro do país, para tanto devem ser convidados, representantes da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Central do Servidor, a Pública, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes da Força Sindical, representantes da Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), representantes da União Geral de Trabalhadores (UGT), representantes da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representantes da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), representantes de sindicatos de servidores públicos, representante do Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), representantes de centros de pesquisa e universidades, representantes de fundações e institutos de partidos políticos."

Autoria: Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pela Comissão Senado do Futuro Audiência Pública o futuro das rádios e televisões comunitárias e a cobrança pela transmissão de obras musicais, para tanto devem ser convidadas rádios comunitárias, representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), a administração do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), representante do Ministério da Cultura e representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro da inovação e da produção científica e tecnológica no Brasil, convidando para tanto representantes de universidades brasileiras, representantes de centros de pesquisa e inovação, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), representantes das sociedades científicas, representantes das associações de pós-graduação, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), representante do Ministério da Educação e representantes de entidades sindicais patronais e de trabalhadores." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro dos meios de transporte do Brasil e o direito à locomoção e à mobilidade urbana, para tanto devem ser convidados representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), representantes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), representantes de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

universidades e centros de pesquisa, representantes do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), representantes da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP/CNBB), representantes do Instituto Pólis, representantes do Ministério das Cidades, representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, representantes da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), representantes da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (ABIFER), representantes da Associação de Engenheiros Ferroviários (AENFER), representantes da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra), representantes do Sindicato Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra Sindical), representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), representantes da Associação dos Metroviários do Distrito Federal – ASMETRÔ-DF, representantes da Associação Rodas da Paz, representantes de associações de defesa do uso de bicicletas, representantes de associações e movimentos de usuários de transportes públicos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8 de 2017** que: "Em aditamento ao Requerimento da Comissão Senado do Futuro número 06 de 2017, aprovado em 26 de abril, de autoria do senador Hélio José, solicito que seja convidado o senhor Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), para participar do ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, sobre o uso do carvão, do urânio e de recursos naturais renováveis e o futuro da produção energética brasileira." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 28 de junho de 2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Antes de começar os itens da pauta, queria comentar que tivemos o privilégio da vida, a graça da vida que Deus nos dá e só ele pode nos tirar. Nesta semana, foi aniversário do nosso colega e assessor Ivônio. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os servidores desta Comissão e dizer que é com muita satisfação que estamos aqui hoje para este trabalho.

Dando continuidade, vamos o item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro da previdência social brasileira e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nos próximos 50 anos, para tanto devem ser convidados, representantes da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), representantes da Central do Servidor, a Pública, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes da Força Sindical, representantes da Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), representantes da União Geral de Trabalhadores (UGT), representantes da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representantes da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), representantes de sindicatos de servidores públicos, representante do Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representante do Ministério do Trabalho, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP), representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos, representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), representantes da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representantes da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP/CNBB), representantes da representantes da representantes de centros de pesquisa e universidades, representantes de fundações e institutos de partidos políticos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Hélio José

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para realização deste importante painel de debate sobre a previdência nos próximos 50 anos.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro das carreiras de servidores públicos no Brasil, o que é necessário se fazer para valorizar os profissionais do Estado e qual o papel do funcionalismo público no futuro do país, para tanto devem ser convidados, representantes da Central do Servidor, a Pública, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes da Força Sindical, representantes da Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), representantes da União Geral de Trabalhadores (UGT), representantes da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representantes da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), representantes de sindicatos de servidores públicos, representante do Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), representantes de centros de pesquisa e universidades, representantes de fundações e institutos de partidos políticos.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pela Comissão Senado do Futuro Audiência Pública o futuro das rádios e televisões comunitárias e a cobrança pela transmissão de obras musicais, para tanto devem ser convidadas rádios comunitárias, representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), a administração do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), representante do Ministério da Cultura e representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Autoria: Senador Hélio José

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro da inovação e da produção científica e tecnológica no Brasil,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

convidando para tanto representantes de universidades brasileiras, representantes de centros de pesquisa e inovação, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), representantes das sociedades científicas, representantes das associações de pós-graduação, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), representante do Ministério da Educação e representantes de entidades sindicais patronais e de trabalhadores.

Autoria: Senador Hélio José

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater o futuro dos meios de transporte do Brasil e o direito à locomoção e à mobilidade urbana, para tanto devem ser convidados representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), representantes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), representantes de universidades e centros de pesquisa, representantes do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), representantes da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP/CNBB), representantes do Instituto Pólis, representantes do Ministério das Cidades, representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, representantes da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), representantes da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (ABIFER), representantes da Associação de Engenheiros Ferroviários (AENFER), representantes da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra), representantes do Sindicato Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra Sindical), representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), representantes da Associação dos Metroviários do Distrito Federal – ASMETRÔ-DF, representantes da Associação Rodas da Paz, representantes de associações de defesa do uso de bicicletas, representantes de associações e movimentos de usuários de transportes públicos.

Autoria: Senador Hélio José

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Quero registrar aqui a presença honrosa da nossa Senadora Maria do Carmo Alves, do importante Estado de Sergipe, a quem quero agradecer muito pela presença. Um abraço à senhora.

Deixo claro, nossa nobre Senadora, que esta Comissão visa a discutir o futuro deste País. Então, a senhora, que é uma visionária, esposa de um grande Governador de Estado como João Alves, aqueles assuntos caros ao Estado de Sergipe e ao Brasil, se a senhora quiser que a gente discuta aqui em painéis de debate, a senhora, por favor, pode fazer o requerimento que vamos encaminhar.

Muito obrigado, nobre Senadora.

Requerimento para inclusão extrapauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão de requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está incluído o requerimento extrapauta.

Requerimento nº 8, de 2017.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em aditamento ao Requerimento da Comissão Senado do Futuro número 06 de 2017, aprovado em 26 de abril, de autoria do senador Hélio José, solicito que seja convidado o senhor Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), para participar do ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, sobre o uso do carvão, do urânio e de recursos naturais renováveis e o futuro da produção energética brasileira.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Estou subscrevendo este requerimento, devido à ausência momentânea do Senador Dalirio Beber.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Queria deixar claro que a Comissão Senado do Futuro está na sua 6ª Reunião. Já fizemos debates importantes na Comissão relativos à crise hídrica, fizemos debates importantes sobre o processo democrático em nosso País, fizemos debate importante sobre a questão da radiodifusão e sobre o futuro das rádios comunitárias no nosso País. Foram debates altamente esclarecedores. Estamos, de uma forma ou outra, consolidando esta importante Comissão, esta importante fonte de debate, todas as quintas-feiras, ao final do dia, para que o Brasil possa discutir, debater temas fundamentais para o futuro do nosso País.

Geralmente, estamos fazendo um ciclo de debates a cada 15 dias. Devemos realizar outro antes do recesso, na semana que vem, não é, Ivônio?

Qual é o próximo debate previsto, Raymundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – E, antes da virada do recesso, qual vamos fazer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos tentar organizar um. Se nós não conseguirmos fechar até a virada do recesso... Eu queria designar que a Comissão faça todo o esforço possível para realizarmos um debate antes da virada do recesso, na outra semana, seja da democracia, seja do Ecad, seja um segundo debate sobre a crise hídrica – poderíamos fazer uma segunda rodada de debate sobre a crise hídrica. Mas que tenhamos aqui o compromisso de tentar organizar um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

debate nesta Comissão tão importante antes do recesso, no dia 15. Então, antes do dia 15, ao final da terça, da quarta ou da quinta, queremos realizar um debate, preferencialmente na quinta-feira, sobre o tema democracia, cujo o requerimento está devidamente aprovado, ou, preferencialmente, sobre o tema da crise hídrica. Nós poderíamos convidar, conforme elencado no requerimento de convocação, outros atores. Podemos sentar com a assessoria para definir cinco ou seis convidados.

Fico agradecido à assessoria, agradecido à Comissão e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que garantiram a realização desta reunião e agradecido ao Brasil.

A Comissão Senado do Futuro está fazendo a sua tarefa: discutir o Brasil, discutir Brasília e o futuro de todos nós.

Um forte abraço.

Como não há nada mais para discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Foi avisado pelo assessor Raymundo, Secretário da Comissão, que estará aberto o prazo para emendas à LDO, a partir de sexta-feira, para os nobres Senadores e Senadoras interessados em apresentar propostas. Eu, com certeza, apresentarei as cinco propostas que a Comissão tem o direito de apresentar.

Queria que o Ivônio e a assessoria já trabalhassem nessas propostas.

E todos os demais Senadores e Senadoras que queiram contribuir com alguma proposta que fiquem à vontade para encaminhar à Secretaria da Comissão, a partir do dia 2 até o dia 5.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não. Até segunda-feira, a Comissão estará aceitando de qualquer Senador encaminhamento. Até o final do dia 3, qualquer Senador ou Senadora da Comissão Senado do Futuro tem o direito de fazer apresentação de propostas para a LDO.

Como há uma reunião obrigatória para aprovar a proposta, quero retificar: até segunda-feira, até as 18h, há possibilidade de apresentar propostas. E a reunião para ratificar ou decidir será na próxima terça-feira ou, excepcionalmente, na quarta-feira.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a se debater neste momento, declaro encerrada a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Obrigado, Raymundo. Obrigado a todos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e doze minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Wellington Fagundes, Ângela Portela, José Medeiros, Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Regina Sousa e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Dalirio Beber e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de emendas da LDO. Finalidade:** Deliberação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao PLN 1 de 2017 - LDO 2018. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Davi Alcolumbre. Ficaram aprovadas as Emendas de meta 1- Fomento a Política Produtiva e inovação Tecnológica, Ação 20ZR e 2 referente a implantação de projeto solar para geração de energia elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos, e LT associada, Ação 14NC, com os Códigos de programas 2025 e 2033 respectivamente. Aprovadas as Emendas de texto nº 3, aditiva que acrescenta artigo 4º - A, que aumenta a complementação da União para o FUNDEB; Emenda nº 4, aditiva que acrescenta o artigo 65 ao anexo III, Emenda nº 5, aditiva, que trata do sistema integrado de monitoramento de fronteiras – SISFRON, e Emenda nº 6, aditiva que acrescenta artigo após o artigo 35 que se refere a reajuste de aposentados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/04>

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de junho de 2017.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Item 1: Deliberação das sugestões de emenda a ser apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao PLN 1 de 2017 – LDO de 2018.

Foram apresentadas sugestões de emendas por esta Presidência e pelos nobres Senadores Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Paulo Paim.

Com a palavra o nosso nobre Relator, Senador Valdir Raupp; *ad hoc*, o nosso nobre Relator, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo direto à leitura do relatório, já que fui designado por V. Ex^a para fazer a leitura em nome do Senador Valdir Raupp, membro desta Comissão.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1, de 2017-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018.

A futura lei de diretrizes orçamentárias para 2018 (LDO 2018) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o Projeto da LDO 2018 (PLDO 2018) contempla, além do texto principal da lei, um conjunto de anexos que tratam de temas diversos, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

exemplo de metas e riscos fiscais, despesas isentas de eventual limitação de empenho e objetivos da política macroeconômica.

De acordo com as normas de tramitação da PLDO 2018, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução 1, de 2006-CN, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), disciplinado nos arts. 85 e 86 da referida resolução, esta Comissão Senado do Futuro (CSF) tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor da emenda coletiva.

Em geral, as regras para a apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO estão delineadas na parte especial do Parecer Preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes podem ser categorizadas em três grupos: 1) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, de inclusão de ação ou de acréscimo de metas, limitadas ao máximo de duas emendas (item 2.2.1- b do Parecer Preliminar); 2) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, de cancelamento de meta, sem limite de número (item 2.2.2 do Parecer Preliminar); 3) Emendas de texto, também sem quantidade máxima (item 2.1.4 do Parecer Preliminar).

Vale destacar, também, que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas as emendas de Comissão Permanente que estiverem acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e que sejam restritas às respectivas competências regimentais. Segundo o item 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, “à Comissão Senado do Futuro compete promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões”.

Encontram-se sob análise desta Comissão quatro propostas de emenda de texto, e 3 (três) propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo 1. Não foram apresentadas emendas propondo cancelamento de meta.

Análise.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que se refere às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa a tal modalidade de emenda, somos pela apresentação de todas as propostas admissíveis oferecidas pelos nobres pares. Em relação às Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, como elas são limitadas ao máximo de duas emendas e foram apresentadas duas emendas, entendemos também que todas devem ser acolhidas.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do Orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação, por esta Comissão, das emendas de texto de nºs 1 a 4 do quadro abaixo, relativo a emendas ao texto da lei:

Emenda nº 1, do Senador Cristovam Buarque, aditiva ao corpo da lei, art. 4-A: Fundeb - aumento da complementação da União.

Emenda nº 2, do Senador Cristovam Buarque, aditiva ao Anexo III – item 64, dispositivo art. 65: manutenção e desenvolvimento do ensino; evitar contingenciamento.

Emenda nº 3, do Senador Wellington Fagundes, aditiva ao Anexo III – dispositivo item 64-A: Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.

Emenda nº 4, do Senador Paulo Paim, aditiva ao corpo da lei, dispositivo art. 35: reajuste dos aposentados/GFIP.

Ademais, somos pela apresentação das seguintes emendas de acréscimo ou inclusão de meta ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2018.

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Emenda nº 1, do Senador Hélio José, Código 2025: política produtiva e inovação tecnológica, acréscimo de meta 10.

Emenda nº 2, do Senador Hélio José, Código 2033, Código de ação 14NC: implantação do projeto solar para geração de energia elétrica, a partir de painéis Fotovoltaicos e de LT associada, acréscimo de meta 30.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2017.

Presidente: Senador Hélio José.

Relator ad hoc: Senador Davi Alcolumbre, que está relatando a matéria encaminhada pelo Senador Hélio José. Anexo I.

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Da autoria do Senador Hélio José: política produtiva e inovação tecnológica

Emenda nº 2, do Senador Hélio José: implantação de projeto solar de geração de energia elétrica a partir de painéis fotovoltaicos.

Emenda nº 3, do Senador Paulo Paim: fiscalização e obrigação trabalhista e inspeção em segurança e saúde do trabalho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Emendas ao texto...

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço a V. Ex^a.

O relatório está em discussão.

Aqui nesta Comissão procuramos acatar todas as emendas que aqui foram encaminhadas pelos nobres Senadores Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cristovam.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Só para fazer uma referência, que foi orientada pela assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, como a Comissão poderia apresentar apenas duas e foram apresentadas três, a emenda que não foi acolhida é a emenda de S. Ex^a o Senador Paulo Paim, que é a Emenda de código 2071. Portanto, as emendas a serem apresentadas de acordo com o relatório são: a política produtiva inovação tecnológica e o projeto solar de geração de energia elétrica, sendo rejeitada a terceira emenda, em virtude da resolução.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Excelência.

Então, quero só relatar que os nobres Senadores Wellington Fagundes, Cristovam e Paulo Paim encaminharam emendas de texto, que foram acatadas. As emendas de meta foram três, sendo duas acatadas e uma rejeitada.

Em discussão. O relatório está em discussão.

Há alguém que queira discutir?

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de provocar apenas uma discussão. Não sei se V. Ex^a pretende organizar este ano ainda aquele congresso do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k..





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se nós teríamos como, no âmbito ainda dessa questão orçamentária, colocar algum recurso para que a gente pudesse organizar esse congresso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k..

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – No ano passado, tivemos um congresso internacional ao qual V. Ex^a esteve lá presente e foi muito bom. E eu acredito que, se a gente desse continuidade, seria bom.

Agora temos de discutir inclusive onde colocar esse recurso. Talvez até com, se não for o caso de ser aqui, emendas individuais dos membros da Comissão, com cada um colocando apenas uma janela...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... a cargo do próprio Ministério do Turismo ou de outra área, Cultura, que V. Ex^a entender.

Mas é apenas uma sugestão aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Maravilha.

Eu gostaria que V. Ex^a sugerisse na CMO, no caso, para a gente colocar essa emenda da Comissão – essa para poder realizar, além das três demais, porque nós teremos três –, da realização daquele importante congresso que V. Ex^a dirigiu.

Vamos trabalhar juntos nessa questão. Estou disponível para a gente poder sentar e construir, nobre Senador Wellington Fagundes.

Nobre Senador Davi Alcolumbre, muito obrigado.

Não havendo quem queira discutir mais, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Resultado: aprovação do relatório.

As emendas passam a constituir emendas da Comissão do Senado do Futuro e serão encaminhadas para a Comissão Mista de Orçamento.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e dezoito minutos do dia seis de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a importância do servidor público para o desenvolvimento nacional. **Participantes:** Sr. Paulo Roberto, Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF); Sr. Pedro Egídio A. Oliveira, Diretor Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINDIFISCO NACIONAL (representante de: Cláudio Márcio O. Damasceno, Presidente do SINDIFISCO); Sr. João domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) (representante de: Ibrahim Yusef Mahmud Ali-Presidente do SINDIRETA); Sr. Oton Pereira Neves, Coordenador do Sindicato do Servidores Públicos Federais no DF; Sr. Ely Maranhão Fº, Diretor Jurídico do Sindilegis (representante de: Petrus Elesbão Presidente do Sindilegis). Sr. Charles Alcântara (representante de: Pública - Central do Servidor). O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ainda para Lineu Mazano, Secretário-Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Sr. Petrus Elesbão Presidente do SINDILEGIS, Prof. Avelina da Fundação Educacional DF, a advogada Iara Bastos Cavalcante e Helena Vilela do TCU, **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/06>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta minutos do dia treze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes; presentes ainda os senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Romero Jucá, Paulo Paim e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão e Cidinho Santos. Justifica ausência o Senador Hélio José: missão oficial no exterior. O Senhor Presidente comunica o recebimento do seguinte documento da Coordenação Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas: Carta FNCBH Nº 38/2017, de 14 de março de 2017, que encaminha a Moção nº 50/2016, de 8 de julho de 2016, para recomendar ao Congresso Nacional, dentre outras instituições listadas, a criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos. Faz, na sequência, a leitura de e-mail do Sr. Junnius Marques Arifa, Secretário de Controle Externo da SecexAmbiental do Tribunal de Contas da União, para convidar ao evento "Sustentabilidade na Administração Pública" e o IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário, de 20 a 22/6. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2013 - Não Terminativo - que: "Torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CMA (SUBSTITUTIVO). ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental." Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos." Autoria: Deputado Jerônimo Goergen. Relatoria: Sen. Pedro Chaves. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2014 - Não Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a conceder empréstimos subsidiados a empresas ou pessoas jurídicas que desejem adquirir bicicletas ou construir bicicletários para o uso dos funcionários, entre outras coisas." Autoria: Senador Fleury. - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2014 - que: "Autoriza o Poder Executivo a conceder empréstimos subsidiados a empresas ou pessoas jurídicas que desejem adquirir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

bicicletas ou construir bicicletários para o uso dos funcionários, entre outras coisas". Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, contrário ao PLS 317 de 2014 e ao PLS 383 de 2014, que tramitam em conjunto. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Sen. José Medeiros (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, contrário ao Projeto. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CMA. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Sen. Roberto Muniz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CMA. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 - Terminativo - que: "Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas nº 1 a 13-CRA. Resultado: Adiado. ITEM 11 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. TRAMITA EM





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 – “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos”. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2014 - Terminativo - que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR." Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Paulo Lopes Varella Neto." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Roberto Muniz. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 23 de 2017 – Não Terminativo - que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública destinada a debater a poluição provocada pela Jari Celulose, decorrente de suas operações com despejo de poluentes no Rio Jari, com convidados que serão informados oportunamente. Além disso, requeremos à CMA, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização de diligência de auditoria ambiental para averiguar a emissão de poluentes pela Jari Celulose, através do acionamento do IBAMA ou contratação de empresa especializada." Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Roberto Muniz, Cristovam Buarque e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/13>



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia! Bom dia aos servidores, a todos e a todas que nos acompanham, Senadores, assessores.

Havendo número regimental, declaramos aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião, realizada no dia 06/06/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Alguns comunicados que a Comissão de Meio Ambiente recebeu.

Comunico para conhecimento dos membros o recebimento do seguinte documento:

- Da Coordenação-Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, a Carta FNCBH nº 38/2017, de 14 de março de 2017, que encaminha a Moção nº 50/2016, de 8 de julho de 2016, para recomendar ao Congresso Nacional, dentre outras instituições listadas, a criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos.

O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por e-mail. Não havendo manifestação no prazo de sete dias, será arquivado.

Segundo comunicado.

Vou fazer a leitura de um e-mail que o Tribunal de Contas da União encaminhou com o convite para o evento Sustentabilidade na Administração Pública, que vai ocorrer do dia 20 a 22 de junho deste ano. O Tribunal de Contas da União realizará nesta Capital, nos dias 20 a 22 de junho de 2017, sob a coordenação conjunta desta Casa e do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios o evento: "Sustentabilidade na Administração Pública" e o IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário.

Esse encontro tem como objetivo apresentar os resultados da auditoria realizada pelo TCU (Acórdão nº 1.056/2017-TCU-Plenário) na temática da sustentabilidade, além das iniciativas de outras instituições que se destacam no planejamento e implementação de ações de sustentabilidade.

Espera-se que os debates contribuam para elevar o grau de comprometimento dos diversos atores envolvidos no processo, sensibilizando a Administração Pública Federal para o seu papel na implementação das ações de sustentabilidade. Diante da relevância do assunto e com a finalidade de permitir o agendamento necessário, tenho a satisfação de formalizar o convite a V. Exª para participar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do aludido seminário, contando com sua presença na mesa de abertura do evento, às 9h30 da manhã – das 9h30 às 11h –, do dia 20 de junho, ao tempo que solicito o apoio da divulgação deste evento.

Ressalto que o convite assinado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União será enviado em breve. As inscrições serão gratuitas e abertas a todos os interessados, podendo ser realizadas no endereço eletrônico, conforme e-mail em anexo.

Junnius Marques Arifa, Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental) do Tribunal de Contas da União.

O e-mail foi encaminhado a todos os gabinetes de todos os Senadores. Se algum Senador ou Senadora desejar participar do evento, para o compor a Mesa ou simplesmente participar do evento, esta Presidência designará S. Ex^a representando esta Comissão.

O evento: Sustentabilidade na Administração Pública e o IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário, dos dias 20 a 22.

Feito o comunicado do convite do Tribunal de Contas da União.

Antes de avançarmos na pauta, passo, pela ordem, para o Senador Roberto Muniz, para fazer uma proposição.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria solicitar a possibilidade de inversão da pauta para apreciarmos o item 19, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria de consultar os Senadores que concordam com a inversão da pauta proposta pelo Senador Roberto Muniz. Estão de acordo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir.) – Eu estou de acordo, mas eu queria saber se essa inversão pode ser a partir do primeiro item, para eu poder fazer o meu. A não ser que seja muito urgente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É só um requerimento que o Senador Roberto Muniz apresentou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito, perfeito, perfeito.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Seria a leitura do relatório. Seria a leitura do relatório, mas veja só, a priori eu queria destacar que o Senador Cristovam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque está recebendo um prêmio nobel da paz na Comissão de Educação. Ele foi o autor do convite e hoje é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Eu acho... Se o senhor não se importar, eu gostaria de retirar a minha questão de ordem, em favor dessa luta que o Cristovam tem no Brasil junto à educação dos nossos jovens.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ele retira, e logo depois do item nº 1, sobre o que eu quero ler o meu relatório, já passam para ele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso. Nós poderíamos propor, como inversão de pauta, do item 19 para o item 2º, após o relatório de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pode ser assim?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Os Senadores que concordam com a inversão de pauta do item 19, que passará a constar como item nº 2 da pauta, permaneçam como se encontram.

Está aprovada inversão da pauta, do item 19 ao item 2ª. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Está aprovada a inversão da pauta do item 19 para o item 2.

Passamos agora para a pauta. Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2013

- Não terminativo -

Torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. Em 3/6/2014 a matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto;
2. Em 2/12/2015 a matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo).

Decisão não terminativa.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Relator da matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que está em exame aqui na Comissão de Meio Ambiente é um projeto do Deputado Antonio Bulhões, que torna obrigatório o rastreamento de carga nuclear ou radioativa durante o seu transporte. Ou seja, algo fundamental para a segurança de todos nós.

No art. 1º, o seu projeto obriga a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos. O art. 2º prevê a vigência da futura lei na data de sua publicação, o que é óbvio.

O autor justifica que, apesar da vasta regulamentação infralegal sobre material nuclear e radioativo, nenhuma norma exige o efetivo controle do tal material a partir de seu despacho para transporte.

E lembra que já houve caso de um veículo de transporte de equipamentos radioativos roubado na Via Dutra, no Rio de Janeiro. E lembra também – e eu aqui vivi isso, na época, como reitor da UnB – o descarte indevido do Césio-137, em Goiânia, em 1987, que provocou mortes, destruições e tanto sofrimento, que até hoje permanece.

A matéria já tramitou na Comissão de Ciência, Tecnologia e na Comissão de Infraestrutura, em que foi aprovado um substitutivo. E em virtude do Requerimento nº 61, de 2017, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o projeto foi enviado à instrução desta Comissão.

Nenhuma emenda foi apresentada. Por isso, eu aqui digo que o projeto atende à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto à técnica legislativa, corroboramos o argumento da Comissão de Infraestrutura de que o transporte de material nuclear é matéria da Lei nº 6.189, de dezembro de 1974.

Por outro lado, entendemos que a redação do projeto deve ser mantida conforme o texto aprovado na Câmara dos Deputados, para deixar claro que se trata de mera emenda de redação àquela lei. A alteração proposta pela Comissão de Infraestrutura, para expressar a competência regulamentadora não é necessária, pois o art. 2º já prevê tal atribuição.

No mérito, friso que os materiais radioativos são absolutamente nocivos ao ser humano, a outras formas de vida e à natureza em geral. Conforme ressaltou a Comissão de Infraestrutura, é inegável o mérito de procurar proteger a sociedade dos riscos de acidentes nucleares. A proposição em tela





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

promove a preservação do meio ambiente equilibrado e saudável, por aumentar a segurança do transporte de materiais radioativos e nucleares.

Por isso, o meu voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto.

Lembrando que a emenda da CAE altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para tornar obrigatória a autorização desse mecanismo, e o art. 11 Lei nº 6.189 passa a vigorar com a seguinte redação – a inclusão de um parágrafo único –:

Art. 11.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança." Com base nisso, Sr. Presidente, reafirmo o meu voto favorável.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador José Medeiros. Em discussão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu queria sugerir também, Sr. Presidente, Sr. Relator... Geralmente essas cargas, quando levadas, quando furtadas, acabam tendo o veículo levado. E segundo a nota técnica que me passaram, se se colocar o rastreador no próprio invólucro da carga, devido à questão do material nuclear, pode haver interferência no rastreamento. Por isso, seria importante ter o rastreador no veículo para fazer o rastreamento dessas cargas.

Então, não sei... Como o texto diz "rastreamento da carga", eu não sei se estaria subentendido que seria o veículo. Acho que seria importante a gente fazer uma emenda de redação deixando claro que o veículo seria rastreado nesses casos de transportes de produtos nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só rapidamente, Presidente, para parabenizar o Senador Cristovam pelo relatório.

Estava aproveitando para conversar com o Senador José Medeiros. Eu ainda fico surpreso com o processo legislativo no Brasil, porque a gente precisar dizer que uma carga com tamanha capacidade





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de criar um problema para sociedade... quer dizer, você precisar fazer uma lei para dizer o que é óbvio. Como pode trafegar qualquer tipo de produto nuclear ou radioativo que não tenha a rastreabilidade?

Então, a gente está em um momento em que o alimento, os animais, a pecuária já discutem isso: rastreabilidade. Quer dizer, a gente tem a nossa internet aí, nós estamos rastreados, com o GPS à disposição, e a gente precisa dizer ao País que uma carga com tamanha capacidade de criar um problema que pode ser insolúvel, em algum instante, precisa da necessidade de ter a rastreabilidade como obrigatória.

Eu fico muito preocupado, sabe amigo Cristovam, porque a gente precisa repensar os princípios do País, a gente... Isso não seria, ao meu modo, uma matéria da necessidade de uma lei. Mas eu sei que essa é a cultura vigente no País. Quero parabenizar quem propôs esse projeto de lei e também o seu relatório, mas sempre colocando que precisamos repensar o País, para que possamos ter as instituições, com seus custos tão altos, focadas em questões de relevância maior.

Não dizendo que não é relevante. É relevante pela necessidade desse vazio legislativo, mas, sem sombra de dúvidas, isso deveria ser obrigatório, para a ação efetiva das empresas que fazem o transporte, como um fato de proteção ao seu trabalhador, ao seu patrimônio e, principalmente, à população que estaria, caso isso não aconteça, à mercê de um evento fortuito, de um problema na carga e que, através desse acidente, pudesse criar problemas para a população brasileira.

Então, quero parabenizar pelo relatório e sempre registrar que a gente precisa refundar essas bases no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, em relação ao Senador Roberto, eu quero dizer o seguinte: de fato não deveria ser necessário haver leis para que as pessoas cumprissem suas obrigações. E hoje quase todo mundo põe rastreamento no seu celular, para, se perder, saber onde está. Acontece que, no caso de uma carga nuclear, o efeito não é que o dono da carga a perdeu, o efeito é que quem estiver ao redor vai sofrer consequências terríveis, como morte, a exemplo do caso do Césio 137, em Goiânia. Então, Senador Roberto, creio que não seriam necessárias leis para se fazer aquilo que é quase uma obrigação moral, mas ainda é preciso, porque as empresas necessitam reduzir gastos e terminam, por descuido ou por não perceberem, mesmo na literatura, as coisas que acontecem pelo mundo. Por isso, a ideia do Deputado Bulhões, que parabenizo.

Quanto ao Senador Medeiros, o problema, Senador, é que não se quer acompanhar apenas durante o tempo em que carga estiver no caminhão; mesmo depois do desembarque da carga, dentro da fábrica, onde ela circula na fábrica? Qual é o lixo e onde ele vai ser jogado? O que aconteceu com o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Césio 137 foi que o jogaram no lixo e algumas pessoas catadoras de lixo viram as pedrinhas brilhando, azulzinhas, bonitas, e levaram para casa. Uma menina foi a primeira a falecer, depois outros e outros.

Então, a ideia é que a carga seja monitorada, e não apenas o transporte na rodovia. Por isso, eu gostaria de manter como está a ideia no projeto do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão o relatório proposto pelo Senador Cristovam Buarque.

Como observação, essa matéria, no dia 3 de junho de 2014, foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto. No dia 2 de dezembro de 2015, a matéria foi apreciada pela Comissão de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo).

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2013, nos termos da Emenda nº 2-CMA (Substitutivo).

A matéria vai ao plenário, para prosseguimento da tramitação.

Passamos para o próximo item.

Foi aprovada a inversão da pauta; o item 19 na pauta original passa a ser apreciado.

ITEM 19

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Paulo Lopes Varela Neto.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Muniz





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Leitura do relatório nos termos do art. 383 do RISF.

A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Roberto Muniz, para a leitura do seu relatório. A matéria está com o Relator para a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Agradeço a todos os Senadores aqui, que possibilitaram a inversão da pauta.

Chega ao exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA), a Mensagem (MSF) nº 35, de 2017 (Mensagem nº 175, de 30 de maio de 2017, na origem), em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga decorrente do final do mandato do Sr. Paulo Lopes Varella Neto.

O objeto da MSF nº 35, de 2017, cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, que atribui a esta Câmara Alta a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Acompanham a Mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O curriculum vitae do indicado, anexado à mensagem, registra que o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Sr. Ricardo de Andrade teve duas passagens pela ANA. Na primeira delas, de fevereiro de 2003 a março de 2005, exerceu os cargos de Superintendente Adjunto e de Gerente Executivo da Unidade de Gerenciamento do componente “Gestão de Recursos Hídricos e Estudos e Projetos”, do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semiárido Brasileiro, chamado à época de Proágua Semiárido.

Em sua segunda passagem pela Agência, iniciada em maio de 2007, começou como assessor de um dos diretores da agência, na área temática de Planejamento, Gestão e Capacitação. Em março de 2009





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

assumiu o cargo de Superintendente de Implementação de Programas e Projetos, no qual permaneceu até esta data. Na condição de superintendente, o Sr. Ricardo de Andrade exerceu as seguintes funções. Ele foi substituto de Diretor da ANA, de julho a agosto de 2009 e de dezembro de 2009 a janeiro de 2010. Foi Coordenador da Unidade de Gerenciamento do componente "Gestão de Recursos Hídricos", do Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Proágua Nacional), de março de 2009 a abril de 2012; e também foi Coordenador da Unidade de Preparação do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interágua), de outubro de 2009 a abril de 2012.

Ainda como superintendente da ANA, o indicado acumula, no momento, as seguintes atribuições: Coordenador, desde abril de 2012, da Unidade de Gerenciamento do Interágua, programa financiado pelo Banco Mundial; Coordenador Nacional, desde maio de 2015, do Projeto Amazonas: ação regional da área de recursos hídricos, desenvolvida pela ANA, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Coordenador Nacional, desde agosto de 2015, do projeto Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas (GEF Amazonas), projeto financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF), no âmbito da OTCA e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Coordenador do Comitê Executivo da ANA, vinculado ao Gabinete do Diretor-Presidente da Agência, para apoiar a organização do 8º Fórum Mundial da Água, desde novembro de 2016; Diretor Executivo do 8º Fórum Mundial da Água, desde novembro de 2016 – e salienta que o Fórum acontecerá em 2017 aqui, em Brasília.

O currículo do indicado também relaciona, além dos cargos exercidos na ANA, vasta experiência em instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com atuação em áreas comuns às da Agência. No setor público, seu trabalho se deu na União e também no Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Em sua experiência internacional, cabe destaque à participação no Comitê de Governadores do Conselho Mundial da Água. O Sr. Ricardo de Andrade foi Governador-Substituto de novembro de 2009 a novembro de 2015, quando foi eleito Governador titular, com mandato até 2018.

Na argumentação escrita anexada à Mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do RISF, o indicado ressalta sua larga experiência na gestão de recursos hídricos, demonstrada ao longo de mais de vinte anos de serviços prestados na área.

Nos demais documentos anexados, o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade declara: (1) não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (2) não ter participado, em qualquer tempo, como sócio proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatório anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como réu ou autor; e (5) ser ocupante de cargo de Superintendente de Implementação de Programas e Projetos na Agência Nacional de Águas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além das informações anexadas à MSF nº 35, de 2017, cabe mencionar o amplo reconhecimento que o indicado tem entre as mais importantes entidades brasileiras sem fins lucrativos que lidam com a gestão dos recursos hídricos e com a regulação de serviços públicos. Esse reconhecimento está expresso em manifestações encaminhadas ao Ministro de Estado do Meio Ambiente em apoio à indicação do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade para a diretoria da ANA. Tais manifestações foram exaradas pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) e Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar).

Nas manifestações mencionadas, foram destacados a competência técnica, a capacidade de gestão, a larga experiência e o reconhecimento internacional do indicado.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Conforme a alínea "c" do mesmo dispositivo, o Portal e-Cidadania já dispõe de espaço dedicado ao recebimento de informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas que serão submetidas ao exame do Relator, com vista ao seu aproveitamento na arguição. Os cidadãos interessados em contribuir podem fazê-lo no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, na área de eventos interativos, ou por telefone, ligando para o Alô Senado, através do número 0800-612211.

A arguição do candidato estava prevista para a próxima terça-feira, dia 20 de junho, às 11h30, no horário estabelecido pela Comissão de Meio Ambiente, horário de rotina, só que, na semana que vem, eu fui informado pela Secretaria que a Comissão de Assuntos Sociais irá debater a questão relacionada à reforma trabalhista praticamente no mesmo horário, com tema que está sendo muito debatido no Senado Federal, acompanhado pela sociedade brasileira. E eu queria propor, para que nós não competíssemos na sabatina do indicado para a Agência Nacional de Águas, para o Relator e para o plenário desta Comissão, que nós excepcionalmente fizéssemos a reunião, na semana que vem, da sabatina, mas, na quarta-feira, já que, na terça-feira, mesmo que a Comissão de Assuntos Sociais demore debatendo a questão, a gente ficaria, na quarta-feira, sem uma concorrência do tamanho da...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Que horas é a CCJ?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Tudo bem, é às 9h.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, eu queria propor para os Senadores desta Comissão, especialmente para o Relator, que nós pudéssemos fazer excepcionalmente reunião da Comissão de Meio Ambiente, na próxima semana, mas na quarta-feira, às 9h da manhã. Se todos os Senadores concordarem, fica confirmada, convocada a reunião da CMA para a próxima semana, no dia 21, às 9h, quarta-feira, para fazermos a sabatina do indicado para a Agência Nacional de Águas, Sr. Ricardo Medeiros de Andrade.

Com a presença do Relator do item 4 da pauta, que é também uma matéria não terminativa, nós passamos para o item 4.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2014

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a conceder empréstimos subsidiados a empresas ou pessoas jurídicas que desejem adquirir bicicletas ou construir bicicletários para o uso dos funcionários, entre outras coisas.

Autoria: Senador Fleury

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2014

- Não Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a conceder empréstimos subsidiados a empresas ou pessoas jurídicas que desejem adquirir bicicletas ou construir bicicletários para o uso dos funcionários, entre outras coisas.

Autoria: Senador Wilder Morais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. As matérias ainda serão apreciadas pela CAE, em decisão terminativa.

Concedemos a palavra ao Relator da matéria, Senador José Medeiros, para a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a eu passo direto à análise do projeto, tendo em vista que o relatório praticamente foi sintetizado por V. Ex^a.

Nos termos do inciso II do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão, entre outras atribuições, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, inclusive ao controle da poluição, tema a que as proposições em análise estão diretamente vinculadas.

De fato, o uso da bicicleta como meio de transporte traz inúmeros benefícios à população e ao Planeta. Portanto, quanto ao mérito, estamos de acordo com os pareceres apresentados pelos Relatores anteriores.

Entretanto, ainda que a decisão terminativa sobre os PLS em análise tenha sido atribuída à CAE, cumpre-nos registrar que consideramos as proposições inconstitucionais, por violarem a reserva de iniciativa do Poder Executivo.

A concessão de financiamento por meio do BNDES ou por outra instituição financeira; bem como a atribuição para criar o Selo de Sustentabilidade em Mobilidade Urbana, por meio do Ministério do Meio Ambiente ou por outro órgão, estão inseridas nas matérias de competência privativa do Presidente da República, estabelecidas no art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República.

A natureza autorizativa da matéria não contorna a inconstitucionalidade. Nesse sentido, destacamos que o Parecer nº 903, de 2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conclui que devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de autoria parlamentar que veiculem autorização para a adoção de medida administrativa da competência privativa de outro Poder.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do PLS nº 317, de 2014 e do PLS nº 383, de 2014.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação os projetos PLS nº 317, de 2014, e PLS nº 383, de 2014, que tramitam em conjunto, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 317, de 2014, e 383, de 2014.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação.

Item 5. Eu gostaria de solicitar ao Senador José Medeiros que fizesse a leitura do relatório do Senador Paulo Rocha como Relator ad hoc da matéria, já que está em decisão não terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015

- Não terminativo -

Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, que fará a leitura do relatório ad hoc da presente proposição.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Como Relator.) – A proposição contém dois artigos. O art. 1º do PLS altera a redação do inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, para incluir, entre as hipóteses de autorização do levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada ao FGTS, a necessidade pessoal cuja urgência e gravidade decorram de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desastre natural, ocasionado ou não pela ação humana, ou crime ambiental de larga proporção. O art. 2º estabelece que a lei decorrente da aprovação da proposição entrará em vigor na data da sua publicação.

A matéria foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 749, de 2015.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente e correlatos, como a proteção e defesa civil, nos termos do art. 102-F, caput e inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal. Considerando que a matéria será analisada em caráter terminativo na CAS, será feita apenas análise de mérito nesta Comissão.

O PLS em exame propõe que se permita o saque da conta do FGTS vinculada ao trabalhador no caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural, ocasionado ou não pela ação humana, conforme disposto em regulamento, ou crime ambiental de larga proporção. Atualmente, a legislação admite o acesso a esses recursos em caso de desastre natural, caso o trabalhador resida nas áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal, reconhecidamente, em situação de emergência ou em estado de calamidade pública e atenda aos demais requisitos do art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Cumpra observar que o art. 14, §1º, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, determina que "é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade". Portanto, no caso de desastre causado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção, cabe ao empreendedor fornecer todos os meios e recursos para atender às necessidades primeiras dos afetados, aparte de posterior reparação civil relativa aos danos causados. Isso foi observado, por exemplo, no caso do rompimento da barragem de Fundão sob responsabilidade da Samarco, a qual teve de prestar serviços de abastecimento de água potável à população, providenciar alojamentos, entre outras providências.

Além disso, existe estruturada a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012), que estabelece ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres, sejam naturais, sejam tecnológicos (causados pela ação humana). Com relação às ações de resposta, sob responsabilidade dos Municípios (art. 8º da PNPDEC), destacamos as seguintes:

- organizar e administrar abrigos provisórios [...];
- promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos [...];





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações [...]; e

- prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Uma das fontes de recursos para atender às demandas dos afetados pelo desastre é o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. O reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Governo Federal é condição para acessá-los. De acordo com o art. 1º do Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994, que regulamenta o Funcap, os recursos desse fundo podem ser utilizados para: suprimento de alimentos, água potável, medicamentos, material de primeiros socorros, artigos de higiene, roupas e agasalhos, utensílios domésticos etc.

Observa-se, portanto, que no caso de desastres naturais incumbe ao Poder Público, de posse dos instrumentos, mecanismos e recursos, atender às necessidades básicas da população afetada. Na hipótese de desastres tecnológicos, haverá uma cooperação do Poder Público com o agente privado que deu causa ao desastre, no intuito de prover aos afetados condições dignas de sobrevivência.

Nesse contexto, embora consideremos que a preocupação do autor é legítima, ao pretender viabilizar o acesso a recursos do FGTS por aqueles atingidos por desastres tecnológicos, não nos parece justificável criar mais hipóteses de saques ao combalido FGTS, principalmente, porque já existe política pública e fundo destinados a esse fim. Caso fosse aprovada a proposição, seria lesado o patrimônio do trabalhador com encargos que não são de sua responsabilidade, além de desvirtuar as finalidades precípuas do FGTS que são habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Assim, entendemos que o PLS nº 749, de 2015, não é meritório e, por isso, opinamos pela rejeição da matéria.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 749, de 2015.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pela CAE e CDR, essa última em decisão terminativa.

Solicito ao Senador Dário Berger que faça a leitura, como Relator ad hoc, da relatoria do Senador Benedito de Lira ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger, como Relator ad hoc, para a leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, O PLS no 129, de 2016, autoriza o Poder Executivo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro, e é composto por três capítulos.

O Capítulo I autoriza o Poder Executivo federal a criar áreas denominadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET).

O Capítulos II estabelece que será instituído, por Decreto, o Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (CAET).

O Capítulo III enuncia disposições gerais, entre elas: as regras para a operação dos prestadores de serviços autorizados a operar em AET; as sanções legais decorrentes de infrações; que a lei resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação; a revogação da Lei no 513, de 20 de dezembro de 1977.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição foi enviada às Comissões de Meio Ambiente, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Na CMA não foram apresentadas emendas ao PLS no 129, de 2016.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, o autor afirma que, para aumentar a competitividade do Brasil no setor de turismo, torna-se necessária a criação das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), com regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com benefícios tributários e administrativos e com procedimento simplificado para licenciamento ambiental. Desse modo, consideramos a proposição benéfica para o desenvolvimento do setor de turismo em nosso País.

Todavia, notamos que estabelecer um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental coloca em risco a própria competitividade do setor, pois boa parte da atração exercida sobre o turista estrangeiro decorre da presença de um meio ambiente equilibrado em nossas floresta e praias. E é justamente o processo de licenciamento ambiental que assegura a preservação desse meio ambiente.

Além disso, observamos que o projeto coloca em risco a segurança do transporte marítimo determinada pela Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, por causa da dispensa de licença ou de autorização dos órgãos federais. Notamos também que essa dispensa do licenciamento ou da autorização inviabiliza também o próprio licenciamento ambiental, por torná-lo desnecessário.

Finalmente, incumbe alterar a expressão “órgãos federais” no inciso II do art. 8º do PLS nº 129, de 2016, para “poder público”, pois somente o Presidente da República pode determinar as funções dos órgãos federais.

Portanto, recomendamos a aprovação do PLS no 129, de 2016, com duas emendas para suprimir o licenciamento ambiental simplificado e a dispensa de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes pela proteção do meio ambiente e segurança do transporte marítimo.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CMA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Suprima-se o inciso I do art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº -CMA

Dê-se ao inciso II do art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerado como inciso I, a seguinte redação:

“Art. 8º.....”

I – dispensa de licença ou de autorização do poder público, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional, de salvaguarda da vida humana, de segurança da navegação, de prevenção à poluição e de proteção ao meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e.....”

É o relatório, Sr. Presidente, que submeto a V. Exª e aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA>

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017

- Não terminativo -

Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria vai ainda à apreciação da CI, em decisão terminativa.

Também uma matéria não terminativa.

Solicito ao Senador Roberto Muniz que seja o Relator ad hoc desta proposição.

O relatório do Senador Roberto Rocha é pela aprovação, com duas emendas de redação que apresenta.

Uma observação: após a apreciação da CMA, a matéria seguirá à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista – pode ser vista coletiva – desse projeto. Indago a V. Ex^a se seria necessário, primeiramente, fazer a leitura ou se eu já peço vista antecipadamente. Nós poderíamos eliminar, suprimir a leitura do projeto. Não sei exatamente o que diz o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nós temos que fazer a leitura do relatório primeiro para, em seguida, V. Ex^a solicitar vista.

Vou conceder a palavra ao Senador Roberto Muniz, ad hoc, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Senador Presidente, submeto-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS), do Senador Hélio José, nº 107, de 2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A iniciativa modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida por empreendimentos híbridos que utilizem fontes renováveis. Para tanto, acrescenta um inciso IV ao §5º do art. 2º da lei.

Inserem-se ainda dois parágrafos – o §6º-A e o §6º-B – no mesmo artigo, para definir empreendimento híbrido como aquele que utiliza mais de uma fonte de energia e estabelecer que empreendimentos de geração existentes com fonte renovável podem elevar sua garantia física com o acréscimo de capacidade de geração de energia elétrica a partir de outros tipos de fontes renováveis.

A cláusula de vigência estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Após esta Comissão, o PLS nº 107, de 2017, seguirá para apreciação terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

No prazo regimental não foram oferecidas emendas.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos hídricos, temas tangenciados pelo PLS nº 107, de 2017, que estamos analisando.

Em sua justificção, o autor da proposição faz menção ao Acordo de Paris, assinado pelo Brasil em 2015, cujo objetivo principal é a adoção de medidas para manter o aumento da temperatura média global a bem menos de 2°C acima dos níveis de emissões anteriores à Revolução Industrial, idealmente limitando esse aumento a 1,5°C, no máximo.

Um dos principais elementos do Acordo é a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), um instrumento voluntário proposto por cada país, que traz objetivos concretos e prazos determinados, a serem periodicamente revistos e redimensionados, com vistas à redução das emissões de gases causadores de efeito estufa.

A NDC brasileira trata especificamente, entre outras frentes, do setor de energia. Nesse âmbito, um de seus objetivos é alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição de nossa matriz energética em 2030. Isso implicará expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, para uma participação de 28% a 33% até 2030 e expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis, além da energia hídrica, no fornecimento de energia elétrica para, ao menos, 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Difícilmente alcançaremos esses índices sem a participação de usinas híbridas. Por isso, é preciso permitir que tais usinas sejam inseridas no rol daquelas aptas a fazer parte de leilões de energia elétrica, juntamente com as usinas de fonte única, renováveis ou não.

Consideramos, portanto, o PLS em questão não apenas meritório, mas, sobretudo, necessário, pois contribuirá para que o País honre seus compromissos de redução de emissões de gases causadores de efeito estufa e assuma o protagonismo que lhe cabe em âmbito internacional na utilização de fontes renováveis e limpas de energia.

Cabe-nos apenas propor emendas de redação para que o texto da proposição se coadune com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 107, de 2017, com as seguintes emendas de redação:

Emenda nº 1-CMA (de redação)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2017:

“Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º

.....

§ 5º

.....

II -

III -

IV - energia elétrica proveniente de empreendimentos híbridos com fontes renováveis.

.....

§ 6º-A. Entendem-se como empreendimentos híbridos aqueles que utilizam mais de um tipo de fonte de geração de energia elétrica.

§ 6º-B. Empreendimentos de geração existentes com fonte renovável ficam autorizados a elevar sua garantia física com o acréscimo de capacidade de geração de energia elétrica a partir de outros tipos de fontes renováveis.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....' NR)"

Emenda nº 2-CMA (de redação)

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2017, grafe-se a palavra “lei” com inicial maiúscula.

Então, Sr. Presidente, eu sou também favorável à aprovação dessa proposta do Senador Hélio José, porque confere ao Brasil um estímulo à produção de energia renovável e estabelece a possibilidade de se fazer o uso simultâneo de energias renováveis com custos diferenciados, ou seja, tende-se a trazer a diminuição dos custos da produção dessa energia. E isso nos levará, no futuro, à possibilidade, primeiro, de termos energia mais barata, energia que chegue à população, principalmente às pessoas mais carentes, com um custo mais baixo; também à possibilidade de ter menor custo para o uso da energia na produção das nossas indústrias, o que é importante; e, principalmente, Senadores, à possibilidade de substituição, pela energia renovável, especificamente a eólica, a biomassa e a solar, da energia hidráulica, em que se retira água dos nossos rios. E em tempos de seca, que estamos vivenciando em diversas regiões do nosso País, isso tem sido uma prática, uma necessidade. Então, podemos minorar isso, ao mesmo tempo da substituição dessas energias renováveis pela energia termoelétrica.

Este é o meu voto, é o nosso relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Considerando a manifestação do Relator ad hoc, Senador Roberto Muniz, que é engenheiro, conhecedor da área, e que já faz uma manifestação preliminar de apoio ao projeto do Senador Hélio José, e considerando que esta matéria não é terminativa aqui na CMA, que ela irá daqui para a Comissão de Infraestrutura, então nós teremos ainda a oportunidade de fazer uma nova discussão na Comissão de Infraestrutura, razão pela qual eu retiro o pedido de vista e deixo para analisar e discutir o projeto mais aprofundadamente na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O Senador Dário Berger retira o pedido de vista.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2017, com as Emendas nºs 1 e 2 da CMA.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) – lá, sim, em decisão terminativa – para prosseguimento da tramitação.

Informo à Comissão que os itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 são todos matérias com decisão terminativa. Portanto, não temos possibilidade de fazer a votação desses itens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Fora do microfone.) – Excelência, não sou membro desta Comissão, não tenho a honra de trabalhar com V. Ex^a nesta Comissão, mas me permita fazer verbalmente um requerimento aqui, nesta Comissão, e solicitar que o requerimento seja subscrito por V. Ex^a na condição de membro e Presidente da Comissão. No último final de semana, eu e V. Ex^a estivemos visitando a região sul do Estado do Amapá, a chamada região do Vale do Jari. Dentre as visitas que fizemos, estivemos no Município de Vitória do Jari e recebemos uma grave crítica, uma grave denúncia do prefeito e dos vereadores daquele Município, por conta, segundo eles, de eventos de poluição causados pela fábrica de celulose Jari Celulose, eventos que têm comprometido a saúde dos moradores do Município de Vitória do Jari.

Adianto a V. Ex^a que estarei encaminhando, escrito por mim e contando que seja subscrito também por V. Ex^a, um requerimento a esta Comissão de Meio Ambiente para que realize, conforme foi solicitado pelo prefeito de Vitória do Jari e pelos vereadores daquele Município, uma auditoria ambiental sobre a emissão de poluentes por parte da Jari Celulose, que beneficia a celulose naquele Município. Eu o considero urgente e, por isso, me adiantei para antecipar isso a V. Ex^a. Eu considero urgente esse requerimento por conta da gravidade da denúncia que recebemos sábado e domingo últimos em visita àquele Município.

Agradeço a deferência de V. Ex^a no sentido de que se dê o quanto antes a apreciação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Concordo plenamente com a propositura feita por V. Ex^a.

Estivemos mesmo no final de semana no sul do Estado do Amapá e, em todas as reuniões de que participamos, ouvimos a população, os empresários e os trabalhadores sobre essa situação dramática que vive a região do Vale do Jari em função da poluição que está sendo produzida pela empresa Jari Celulose, especialmente no Município de Vitória do Jari. A fábrica fica em frente ao Município, do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outro lado do rio, já no Estado do Pará, mas as consequências ambientais de sua atuação são sentidas no Estado do Amapá.

Consulto os Senadores se podemos incluir essa matéria como item extrapauta, a matéria sugerida pelo Senador Randolfe e que será assinada por mim como autor do requerimento.

Aqueles Senadores que concordam com a inclusão extrapauta da propositura apresentada pelo Senador Randolfe e apoiada por mim permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inclusão de requerimento extrapauta assinado por mim e pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O requerimento será numerado pela Comissão de Meio Ambiente. O requerimento é de autoria minha e do Senador Randolfe Rodrigues.

Gostaria de colocar em votação o requerimento proposto pelo Senador Randolfe, nos moldes apresentados pelo Senador Randolfe Rodrigues. Colocamos em votação esse requerimento, que diz respeito à fábrica da Jari Celulose, referente a uma audiência pública e à contratação de uma consultoria ambiental para fazer um estudo adequado e verificar in loco a situação do processamento de minério feito por aquela indústria.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública destinada a debater a poluição provocada pela Jari Celulose, decorrente de suas operações com despejo de poluentes no Rio Jari, com convidados que serão informados oportunamente. Além disso, requeremos à CMA, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização de diligência de auditoria ambiental para averiguar a emissão de poluentes pela Jari Celulose, através do acionamento do IBAMA ou contratação de empresa especializada.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e de minha autoria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como estava dizendo, os itens até o de nº 18 são todos com decisão terminativa. Portanto, nós não temos quórum para deliberar sobre essas proposições.

Agradeço aos Senadores que participaram da nossa reunião, aos assessores, à nossa Consultoria, e também agradeço aos Senadores que tiveram a possibilidade de fazer a leitura ad hoc de algumas matérias importantes para darmos encaminhamento e fazermos com que esta Comissão possa produzir frutos e que a gente possa, aqui nesta Comissão, exercer o papel de cada um Senador e cada uma Senadora que faz parte deste colegiado. Então, agradeço aos Senadores que se propuseram a fazer a relatoria das matérias ad hoc.

Já que não temos mais item não terminativo para tratar, portanto, nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Meio Ambiente.

(Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Telmário Mota; presentes ainda os senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Romero Jucá, Ivo Cassol, Wilder Moraes e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: Indicação de autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Paulo Lopes Varella Neto." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Roberto Muniz. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável à indicação do nome do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, com 13 (treze) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/21>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 13/06/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Realizaremos nesta reunião arguição pública e votação secreta sobre a indicação do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, de acordo com a Mensagem do Senado Federal nº 35, de 2017.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "F", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Sr. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga do Sr. Paulo Lopes Varella Neto.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Muniz

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *espaço para informações sobre o indicado ou perguntas a ele direcionadas:*
<http://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoaudiencia?id=11136>

Na última reunião, o Senador Roberto Muniz, presente nesta reunião, fez a leitura de seu relatório, e esta Presidência concedeu vista coletiva aos membros, nos termos regimentais.

Conforme foi comunicado anteriormente, consta da pauta desta reunião que os cidadãos interessados na arguição pública podem encaminhar informações sobre o indicado e perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidania, e do Alô Senado, no telefone 0880-612211.

Convido o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade a tomar assento à Mesa, por gentileza.

Enquanto fazemos a arguição, os Senadores que queiram já podem registrar seu voto na urna eletrônica localizada na cabine lateral do plenário, à minha direita.

Está aberto o processo de votação, que será feito por escrutínio secreto e eletrônico, sendo vedado reclamar ou justificar o voto, ou melhor, perdão, declarar ou justificar o voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Passo a palavra ao indicado, para que faça uma breve exposição.

V. Sª dispõe de dez minutos para fazer sua exposição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE – Ex^{mo} Sr. Presidente eventual da Comissão de Meio Ambiente, Senador Valdir Raupp; Ex^{mos} Srs. Senadores; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, inicialmente, eu gostaria de registrar meus agradecimentos ao Senador Roberto Muniz pelo relato da mensagem que submete meu nome para apreciação desta Comissão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

É com muita honra, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que me apresento a esta Comissão de Meio Ambiente na condição de indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e pelo Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Honra-me também a manifestação de apoio ao meu nome dirigida ao Ex^{mo} Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sr. José Sarney Filho, da Associação Brasileira de Agências de Regulação, que congrega 51 agências federais, estaduais e municipais de regulação, e de três das mais importantes associações profissionais brasileiras que se dedicam aos vários aspectos dos recursos hídricos no País: a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos e a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas.

Entendo que minha indicação se deva à experiência que tive o privilégio de adquirir ao longo de mais de 20 anos dedicados à gestão de recursos hídricos, nos setores público e privado, 12 dos quais desempenhados na Agência Nacional de Águas. Essa experiência teve início em 1995, na Subsecretaria de Recursos Hídricos e Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento e Finanças do Estado do Rio Grande do Norte, na gestão do então Governador Garibaldi Alves Filho. A partir de 2003, passei a integrar o quadro da ANA, na condição de Gerente Executivo do Proagro Semiárido, de Assessor da Diretoria, de Superintendente Adjunto e de Superintendente da Superintendência de Implementação de Programas e Projetos.

Essas oportunidades profissionais foram fundamentais para a formação e a consolidação de uma visão mais abrangente da complexa tarefa de gestão de recursos hídricos no Brasil, com especial destaque para o Semiárido nordestino. São inegáveis os avanços que se verificaram nas últimas décadas, ainda que haja muito a ser feito.

Com base nessa vivência, eu gostaria de aproveitar esta ocasião em que me apresento a V. Ex^{as} para expor alguns pontos que considero fundamentais que sejam conduzidos pela Agência Nacional de Águas frente aos cenários climáticos e ambientais que se desenham para os próximos anos em todo o País, em especial para a Região Nordeste, uma das mais vulneráveis em se tratando do tema da água.

Deixo registrados minha absoluta concordância e meu orgulho pessoal de fazer parte da atual configuração da ANA e das inúmeras iniciativas que vêm sendo desencadeadas por seu corpo de dirigentes e de técnicos. A agência, desde sua criação, teve a enorme vantagem de contar, tanto em seu corpo técnico como no de dirigentes, com os mais renomados e experientes nomes do País no campo das águas, o que permitiu que sua atuação fosse destacada e significasse um ponto de inflexão no âmbito do gerenciamento dos recursos hídricos no País.

Nunca é demais mencionar que o Brasil conta com um acervo extraordinário de rios e coleções de águas doces, que respondem por um significativo percentual do total de água doce do Planeta. Embora essa distribuição não se observe de forma equitativa, a criatividade dos mecanismos de gestão de recursos hídricos, associados à excelência da engenharia brasileira, tem trabalhado no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sentido de superar essas diferenças, oferecendo cada vez mais um cenário de segurança hídrica aos habitantes de todas as regiões.

Não obstante, as evidências das mudanças do clima têm nos lembrado, de forma recorrente, que isso ainda não basta. Quando olhamos para o futuro, faz-se necessário redobrar o esforço para que consigamos oferecer qualidade de vida e efetivo desenvolvimento a todos os brasileiros. Se lembrarmos que estamos por ingressar no sétimo ano de seca na Região Nordeste sem que tenhamos evidência de que esse quadro climático venha a se arrefecer a curto prazo, concluímos que a tarefa de gerir crises hídricas no País se torna cada vez mais importante. Esse cenário nos lembra de que é preciso insistir na busca constante de informações hidrológicas cada vez mais fidedignas, com uma distribuição espacial adequada, para oferecer suporte aos estudos e aos projetos de engenharia de que tanto carece o nosso País. O objetivo de modernizar as práticas, procedimentos e os processos da rede hidrometeorológica nacional deve estar sempre presente. É desse processo que resultará o aperfeiçoamento dos dados e das informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. O conhecimento profundo da hidrologia, associado à percepção das alterações climáticas que se passam pelo mundo, será o instrumento de que se valerão os tomadores de decisão para a prevenção e adaptação às crises hídricas que certamente virão. A esse respeito, cabe mencionar a experiência da gestão de crises que a ANA teve oportunidade de vivenciar, que teve seu ápice na crise do Sistema Cantareira, que afetou o abastecimento da região metropolitana de São Paulo. E as atuais crises da região do Semiárido nordestino, da Bacia do Rio São Francisco e do Distrito Federal vêm mostrando a todos nós que, além do conhecimento hidrológico, é fundamental haver um planejamento adequado para a gestão das nossas bacias hidrográficas.

Nesse contexto, lembro às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que o Plano Nacional de Segurança Hídrica vem sendo elaborado, em parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas, e tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País: barragens, sistemas adutores, canais, eixos de integração, intervenções estruturantes de natureza estratégica e de relevância regional para o horizonte de 2035. Ademais, a ANA tem elaborado diversos planos de bacia que trazem no seu escopo não apenas um melhor conhecimento sobre ocupação, disponibilidades, demandas hídricas, problemas e vulnerabilidades, mas também a definição de prioridades de investimento e de ações de gestão de recursos hídricos que atendam às necessidades dos diferentes usos das águas e auxiliem os diferentes usuários de recursos hídricos a superar as adversidades observadas com as condições climáticas atuais e nos cenários climáticos ainda menos favoráveis no longo prazo. É fundamental apoiar e fortalecer a continuidade dessas ações até agora empreendidas pelas áreas técnicas da ANA.

Há de se buscar também mecanismos de gestão mais flexíveis que permitam aos órgãos gestores condições de atuar com a antecedência que essas situações exigem. Nesse aspecto, cabe ressaltar as linhas de apoio...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE – ...da ANA voltadas ao fortalecimento dos órgãos gestores integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, os órgãos gestores estaduais, os comitês de bacias hidrográficas, os colegiados institucionais. Dentre as iniciativas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

destacam-se os programas de apoio e incentivo à atuação dos órgãos gestores estaduais, por meio de pagamento por resultado.

No campo das águas, a legislação e as normas existentes vêm, cada vez mais, oferecendo possibilidades de inserção de mecanismos econômicos que podem, em grande parte dos casos, com enormes vantagens, substituir os instrumentos de comando e controle por procedimentos mais criativos e exequíveis. Como exemplo, o conceito do pagamento por serviços ambientais surge como alternativa eficaz de apoio ao cumprimento das leis e normas existentes. Para isso, no entanto, faz-se necessário criar nas instituições públicas o aparato jurídico-institucional e a assistência técnica requeridos para apoiar os diferentes setores e atores sociais.

A ANA vem mostrando, por meio de iniciativas como o Programa Produtor de Água, que é plenamente factível sua aplicação no âmbito das bacias hidrográficas brasileiras. Ações que incluem revitalização de áreas degradadas, estímulo a programas de pagamento por serviços ambientais, gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, proteção de áreas de recarga de aquíferos, proteção de nascentes, reuso e uso racional das águas, desassoreamento são iniciativas que nos parecem que devam ser estimuladas em todo o Território nacional, em especial nas bacias críticas. Iniciativas como essas merecem prosperar para que ofereçam aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos melhores condições e novas opções para cumprir com suas atribuições e responsabilidades institucionais.

No que se refere ao contexto internacional, também merecem destaque os esforços que vêm sendo empreendidos no sentido do fortalecimento da cooperação internacional no campo da água. As iniciativas levadas a cabo pelo Governo brasileiro têm permitido ampliar o nosso protagonismo na agenda internacional.

Nesse particular, cabe mencionar a parceria da ANA com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que tem permitido estabelecer programas de cooperação técnica aos países parceiros, em especial no eixo Sul-Sul, países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, países membros da Organização de Tratados da Cooperação Amazônica e países membros da Conferência dos Diretores Ibero-Americanos de Água.

Outro aspecto relevante é o protagonismo exercido pelo Brasil, que, sob a liderança do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Distrito Federal, obteve a condição de organizar o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado no período de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília. Será a primeira vez que esse evento, o maior sobre água do mundo, com cerca de 30 mil participantes de 150 países, será realizado no Hemisfério Sul. O País terá, portanto, uma enorme responsabilidade na sua organização, no momento em que a cidade de Brasília será a Capital Mundial da Água.

Eventos como as edições do Fórum Mundial da Água são fundamentais para conhecermos e discutirmos quais tendências de abordagem sobre a temática da água vêm sendo adotadas em diferentes partes do mundo e quais poderão servir de exemplo e inspiração para os problemas que enfrentamos. Permitem, ainda, uma reflexão conjunta sobre as políticas públicas que interagem com a água, o que nos parece fundamental para dar consistência e coerência às ações de governo.

Nesse sentido, a ANA vem liderando uma discussão com os diversos segmentos da sociedade, com vistas à identificação e ao estabelecimento de uma agenda propositiva para o aperfeiçoamento da política e do sistema institucional de recursos hídricos. Essa discussão servirá como uma plataforma adicional para a qualificação da participação brasileira no 8º Fórum Mundial da Água, oportunidade





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

especial para o País fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos. Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com espírito de colaboração e de reconhecimento pelos avanços alcançados nos últimos anos de atuação da ANA que me coloco à disposição de V. Ex^{as} para oferecer o melhor de mim e de minha experiência no honroso cargo de dirigente da Agência Nacional de Águas.

Neste momento, o mais importante da minha vida profissional, por estar em frente da possibilidade de servir ao País no cargo de Diretor da ANA, eu gostaria de registrar meus agradecimentos a esta Comissão de Meio Ambiente, na pessoa do seu Presidente, Senador Davi Alcolumbre; à Direção da ANA, na pessoa do seu Diretor-Presidente Vicente Andreu; e aos meus colegas do corpo técnico e administrativo da agência, com quem convivo por mais de 12 anos. Eu gostaria ainda de agradecer a possibilidade que me está sendo dada de substituir o Diretor Paulo Lopes Varella Neto, que tanto contribuiu com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Por fim, mas não menos importante, eu gostaria de agradecer à minha esposa, Cláudia; à minha filha, Ana Carolina; e ao meu filho, Leonardo, por vezes sacrificados pelo entusiasmo profissional que nos move nesta fascinante jornada na organização do sistema de gestão de recursos hídricos do País, pelo apoio incondicional dado a mim nessa trajetória.

Agradeço ao meu pai, Dalton Melo de Andrade, e à minha mãe, Ione, pelos exemplos de vida, honradez e respeito ao próximo, que levarei por toda a minha vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. S^a.

Eu queria agradecer a presença, neste plenário, do Presidente da ANA, Sr. Vicente Andreu Guillo. Seja bem-vindo ao plenário da Comissão de Meio Ambiente!

Pergunto ao Relator se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço que depois me inscreva.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone.*) – Pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Está inscrito o Senador Jorge.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, como o Senador Jorge Viana terá de fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça, eu passo a minha vez a ele. Logo depois, posso fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que o Sr. Félix chegou e já apagou a luz. (*Risos.*)

É ele que sempre acende a luz. O Senado, o Brasil, está tudo invertido.

Eu queria, cumprimentando V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que preside esta sessão, fazer um registro e apenas um cumprimento ao Dr. Ricardo Medeiros de Andrade pela exposição. Eu o conheço, sei que nós vamos ter um reforço na Agência Nacional de Águas por sua seriedade, capacidade, profissionalismo. É bom que o Senado entenda. Eu sei que esta semana, ou estes dias, ou estes tempos, são tempos difíceis. Nós estamos funcionando em uma situação que não é de normalidade, como os senhores podem ver, porque senão este auditório estaria repleto de Senadores e de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadoras, porque, se há um tema que hoje precisa receber atenção, que precisa ter uma boa discussão, é a questão da água, é a segurança hídrica.

Ao meu lado, está o dirigente maior da Agência Nacional de Águas, esse profissional que é muito respeitado Brasil a fora e também fora do Brasil, Dr. Vicente Andreu.

No ano que vem, vamos ter, pela primeira vez – este também foi um esforço de muitos –, a realização do maior evento que há no mundo para se discutir essa temática. É uma temática que pode ser discutida pelos diferentes aspectos. Eu até gostaria, mesmo que eu não esteja aqui, que V. S^a pudesse abordar o assunto nesse sentido. Hoje um dos temas mais importantes que temos no mundo, o maior acordo global feito, é o Acordo do Clima. Se nós quisermos discutir o Acordo do Clima, nós teremos de discutir também água, regime de chuvas, agricultura, economia de baixo carbono. Se quisermos também discutir as mais graves mazelas que a humanidade vive, temos de discutir água, porque há um universo enorme de habitantes deste Planeta que não têm direito a acesso à água, ou seja, correm risco de vida, porque sem água não há vida.

Há a questão dos refugiados também. Muitos dos conflitos que vivemos hoje, com mais de 65 milhões de pessoas perambulando pelo mundo sem pátria, sem casa, também têm uma relação direta com essa temática.

Obviamente, um aspecto também muito importante é a própria saúde pública. Eu queria, inclusive, pôr esta pergunta: de que maneira a Agência Nacional de Águas, independentemente de suas atribuições mais diretas, pode nos ajudar a entender e a explicitar quantos brasileiros nós temos, em um País que tem 12% da água doce do Planeta... Obviamente, ela também tem uma distribuição muito delicada. Isso não significa dizer que nós temos fartura de água. Como sabemos, estamos vivendo racionamento aqui em Brasília. Na região das nascentes, ou seja, na região das águas, temos racionamento. Este é o Brasil. São Paulo viveu um drama. A maior cidade que nós temos na América Latina viveu o drama – estamos falando da Grande São Paulo – do racionamento de água. Essa é, a partir de agora, uma ameaça permanente, até que se encontre uma maneira de se tirar boa parte da população brasileira desse risco.

Então, eu queria perguntar: quantos brasileiros nós temos ainda sem acesso à água de boa qualidade? Há o problema de brasileiros que não têm acesso à água, mas estou falando de boa qualidade, porque água de boa qualidade é sinônimo de saúde. Nós temos um gravíssimo problema, que é a falta de saneamento básico e, obviamente, a falta de acesso à água de boa qualidade.

Enquanto nós não alcançarmos isso, certamente vamos ter um conjunto de mazelas, de doenças, porque somos um País tropical, temos 20% da biodiversidade do mundo, do reino animal e vegetal, mas também microbiótico. E, às vezes, não entendemos que, num país como o nosso, os cuidados com a saúde têm de ser muito maiores, porque, se 20% de todos os organismos vivos estão por aqui, certamente também vêm junto as doenças, as epidemias, as endemias, enfim, tudo isso vem junto.

A gente não entende que exatamente por ser um País tropical nós precisamos ter uma água que possa ser universalizada para a nossa população, mas acompanhada de boa qualidade. Os médicos falam disto, os sanitaristas falam disto: na hora em que nós alcançarmos isso, nós mudaremos o patamar de saúde no nosso País, certamente com redução drástica dos gastos que nós temos com orçamento de saúde. Nunca se discute isso. Quer dizer, se se fizer investimento em água, nós vamos diminuir gastos na ponta, na saúde pública, porque a quantidade de doenças diarreicas e outras





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

doenças que vêm em decorrência, a maioria delas, da água de má qualidade é um absurdo, levando à morte crianças e danificando, inclusive, a formação de muitas.

Então, eu queria só deixar aqui registrado que o nosso País, não sei se por uma aparente abundância de chuvas, de reservatórios... Agora mesmo, na Amazônia, estamos fazendo uma coisa muito bacana, Senador Raupp, no seu Estado: eu não uso a criação de peixes; não estamos criando peixes, estamos manejando água para a produção de proteína. No Acre, o Governador Tião Viana tem feito um trabalho extraordinário nessa área, e Rondônia avançou muito. E isso faltava! Nós temos de aprender a manejar a nossa floresta e a manejar água. E, agora, quando estamos manejando água, estamos aumentando a rentabilidade por hectare e a possibilidade de sermos exportadores importantes não só de carne de bois, de porcos, de aves, mas de pescado, não mais a partir de pesca predatória nos rios, mas a partir de criatórios, o que, volto a dizer, é nada mais, nada menos manejo de água, aproveitando a água de chuvas, aproveitando a água de córregos e de nascentes, com reservação, com o manejo dela, levando à produção de alimentos.

Água é isto: sinônimo de vida e de prosperidade. Agora, lamentavelmente, não é que o Senado não valorize isso, mas é que o Brasil inteiro ainda não tem o grau de consciência da importância da água, da importância de manejarmos melhor esse recurso que é tão importante para a vida.

Quando não cuidamos das florestas, quando não cuidamos desse conjunto que compõe a nossa biodiversidade, pomos em risco a água. Há os rios aéreos. A chuva que cai na Amazônia é parte desse manejo da água, que sai dos oceanos e vai para lá. Uma parte é absorvida, outra parte evapora, e se vai mantendo o equilíbrio do clima.

Eu sou Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso. Tento, a todo tempo aqui, com os eventos – já fizemos vários eventos, inclusive em parceria com esta Comissão de Meio Ambiente –, ver se encontramos esse nível de consciência necessário para lidarmos com a adequada valorização de políticas para a segurança hídrica, para fortalecer a Agência Nacional de Águas, para fortalecer as políticas que garantam saúde e boa qualidade de vida para nossa população.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Enquanto passo a palavra para o Senador Roberto Muniz, Relator do indicado, eu convidaria o Senador Dário Berger, Presidente do nossa Comissão de Orçamento, para presidir a reunião, para que eu possa votar. Se puder ficar na Presidência até o final, eu agradeço, porque tenho de ir à CCJ.

Com o voto do Senador Dário Berger e com meu voto, já praticamente dá para abrir o painel, na hora em que o Senador encerrar. Já temos quórum suficiente para abrir a votação.

Obrigado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar o Dr. Ricardo pela apresentação do seu próprio currículo, que tive a honra de relatar.

Quero dizer que é uma alegria muito grande poder levar aos cargos mais altos daquela instituição, da ANA, um nordestino, um potiguar, um homem que viveu e sabe a dor e a delícia de ser nordestino.

Eu acho que os últimos anos, Dr. Ricardo, têm sido muito pedagógicos para o Brasil sobre a água. Eu sou do tempo em que se dizia que a falta de água era culpa dos coronéis. Eu sou do tempo em que se dizia que a política no Nordeste era comprada, nos seus votos, nos seus rincões mais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

longínquos, através de um copo d'água. E as pessoas que lá estavam se sentiam brasileiros menores, brasileiros esquecidos, porque, além de não terem responsabilidade por onde nasceram, eles eram olhados sempre por todos os brasileiros que não conhecem o Semiárido do nosso País como indulgentes.

Parece que Deus trouxe a dor para igualar os homens. Hoje o Brasil todo conhece a palavra "racionamento" de água. O Brasil hoje convive com palavras... Até o Sul, Senador Dário, e o Sudeste, grandes potências deste País, começam a entender que nem tudo a mão do homem pode construir e que também nem toda responsabilidade pode ser colocada nas mãos do homem, porque temos outros aspectos que precisam ser avaliados. Eu acho que a falta d'água tem unido o Brasil, todas as regiões.

Quero aqui, Presidente, aproveitar e destacar o trabalho do senhor, Presidente Vicente Andreu, e da sua equipe, da ANA, por esse esforço monumental de trazer para o topo da agenda política o debate sobre o uso múltiplo da água e dos recursos hídricos do Brasil.

Então, é fato que a gente precisa inaugurar um novo tempo, um novo tempo. A água precisa estar acessível em quantidade e em qualidade para todos os brasileiros.

Ficou ouvindo muito sobre isso, Dr. Ricardo, e até filmes existem trazendo que a água será o maior conflito da Terra, que a falta de água gerará um conflito. E há alguns números que são importantes: 75% dos Estados-membros da ONU compartilham águas, bacias e rios; 270 bacias no mundo são compartilhadas e matam a sede de 40% da população mundial.

Eu, diferentemente de muitas pessoas que acham que a água vai ser o motivo de uma guerra mundial, tenho a convicção de que a água será o motivo da paz. Será pela necessidade da água, Senador Dário Berger, que nós seremos obrigados a sermos humanos, a compartilharmos dificuldades e a encontrarmos caminhos. Não encontro na água esse ente, esse produto que separará nações, Senador Jorge Viana, nem comunidades. Será através do diálogo em torno da água que vamos aproximar os povos e construir um novo futuro. Tenho essa convicção.

Por isso, também coaduno com a expectativa do Senador Jorge Viana sobre a vinda do Fórum Mundial da Água. Que ele seja uma plataforma de discussão em 2018! Quero saudar o Dr. Paulo Sales, da Adasa, que aqui está. Brasília será a sede, será a Capital Mundial da Água. Independentemente do fato de estar faltando água ou de não termos água, o objetivo é debater, em 2018, a possibilidade de termos água perenemente para todos os brasileiros e para todas as populações no mundo.

Então, a primeira questão era essa. Eu gostaria que o senhor colocasse essa dimensão do Fórum Mundial e falasse um pouco sobre a diplomacia e a gestão da água. Esse debate vai avançar no mundo, principalmente quanto às bacias hidrográficas que têm correlação com territórios em diversos países de forma simultânea.

Outra questão que eu queria destacar aqui, Dr. Ricardo, é a questão da crise hídrica. É muito claro para a gente que o regime de chuvas, a alteração climática, é uma realidade com a qual vamos ter de conviver. Mas o que fazer com mais eficiência, com mais foco, na questão da revitalização dos rios, da manutenção da calha desses rios, para que os rios não morram?

O maior patrimônio que esse Brasil tem é o seu povo e o seu meio ambiente. Tudo o mais depende deles. Não há um Brasil sem povo e sem meio ambiente. Então, nós acreditamos no desenvolvimento sustentável, sustentado por uma política pública que dê oportunidade para o uso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

múltiplo da água, mas que também gere a possibilidade de fazer a manutenção desse patrimônio ambiental que são os rios brasileiros.

Nessa esteira, como podemos garantir o futuro? Como é que podemos ter a certeza de que vamos legar para a população futura esses rios, que são o patrimônio deste País?

Todas as vezes que me perguntam o que é sustentabilidade, Senador Jorge... Como tenho várias filhas estudando, Vicente, tenho de dizer a elas: "Sustentabilidade é se você receber algo do seu pai e entregar para os seus filhos algo melhor do que eu lhe entreguei." Se a gente fizer isso, essa será uma atividade sustentável para a sociedade.

Então, o que precisamos é ter essa responsabilidade. O que podemos fazer para que o futuro seja garantido? Quais são as métricas? Eu queria pedir a paciência dos nossos Senadores, porque precisamos ter métricas claras, para que possamos, a partir de vários mandatos da ANA, saber que o futuro do Brasil tem sustentabilidade. É muito importante, Presidente, que a gente encontre essas métricas que estabeleçam esse futuro, Senador Dário. Isso é algo que importa muito, principalmente porque temos uma base de produção energética muito focada na energia hidrelétrica. Grande parte da nossa energia... Só chegamos a 7% de energia eólica agora. E as energias renováveis podem substituir aos poucos a energia termoelétrica e, quem sabe, no futuro, a hidráulica.

Eu digo sempre, e as pessoas ficam brincando, que a energia eólica é a maior amiga dos rios. Quando a gente tem energia eólica, a gente não precisa sangrar os rios brasileiros. Essa disputa pela vazão entre ter de produzir energia e fazer com que o rio fique à mingua é, sem sombra de dúvida, um trabalho estratégico da ANA, que precisa ser mais valorizado pela sociedade.

Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a questão dos usos múltiplos. E, para finalizar, como podemos avançar em uma política pública de serviços ambientais, estimulando os brasileiros, os Estados e os Municípios a abraçarem a bandeira da economia verde, fazendo com que os mecanismos de preservação sejam também mecanismos econômicos?

Diante de tantas perguntas, só quero dizer uma coisa, Dr. Ricardo, que digo a todos que por aqui passam e que têm a oportunidade de estar numa sabatina: não se envaideça pelas palmas que o senhor está recebendo hoje, mas, sim, pelas que receber quando o senhor sair, que foi o que aconteceu com o Dr. Paulo Varella. Então, coloque isso como um mantra, como um caminho a ser seguido, porque as palmas de hoje não serão as mesmas se você fracassar. Então, é importante você estabelecer as palmas na sua saída.

Então, eu queria parabenizá-lo pela sua história, pelo seu trabalho, pela força que toda a sua equipe deu para que você chegasse aqui.

Quero destacar aqui o Ministro Sarney Filho, que foi uma pessoa importante no entendimento do posicionamento de diversas instituições que apoiaram o seu nome.

Também destaco o papel do Senador Garibaldi, que acompanha a sua trajetória profissional por muitos anos.

Quero dizer a todos que essa assunção sua, se assim a Casa permitir, será de grande valia para o meio ambiente e, principalmente, acho, para a valorização da ANA. Parabéns!

O SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE – Senador Jorge Viana, Senador Roberto Muniz, fico muito feliz e muito emocionado com todas as manifestações que os senhores trazem neste momento. Quero dizer que os desafios que nós temos para a gestão de recursos hídricos são enormes e foram muito bem apresentados pelos senhores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria dizer, Senador Jorge Viana, que o problema do abastecimento e da garantia do acesso à água de qualidade e em quantidade no momento certo, necessário, talvez, seja o grande desafio que nós temos. A ANA tem trabalhado muito fortemente no sentido de apoiar as iniciativas que melhorem o monitoramento da qualidade da água, que garantam a água de boa qualidade para o abastecimento, mas isso não tem sido suficiente. Talvez, outros instrumentos precisem ser implementados.

Nós temos trabalhado muito fortemente também, Senador Roberto Muniz, com a questão do pagamento do serviço ambiental. O Programa Produtor de Água hoje está presente nas sete principais regiões metropolitanas no País, ofertando, parcialmente – isto precisa ser dito –, água de qualidade para o abastecimento humano. É o caso, por exemplo, do Distrito Federal, que tem um programa na Bacia do Pípiripau, que abastece toda a região do Sobradinho, que, parece-me, não tem enfrentado uma crise com tanta intensidade como a que tem sido vista na região do Descoberto.

É inconcebível que cidadãos habitantes da Região Norte precisem de água de chuva para ter abastecimento, para ter água potável. Vivem em cima de rios, mas não podem captar água desses rios pela má qualidade das águas. Isso é inconcebível.

A oportunidade que vamos ter de trazer para Brasília em 2018 experiências internacionais, que serão apresentadas das mais diversas regiões do mundo e que poderão ser replicadas, é outro momento muito relevante. Eu, particularmente, não acredito em coincidências, mas o 8º Fórum Mundial da Água traz no seu conceito dois aspectos extremamente relevantes. O primeiro deles, Senador Roberto Muniz, é a ideia de compartilhar a água, mas compartilhar a água no sentido de compartilhar boas práticas, experiências, cooperações internacionais, experiências exitosas em todo o mundo, que possam ser expandidas, que possam ser replicadas nas diferentes regiões.

Acompanho o seu entendimento no sentido de que a água não será um divisor, mas unirá populações no sentido de uma melhor convivência em busca de paz e de saúde para todos.

Além disso, o 8º Fórum também traz, no seu conceito, a sustentabilidade, que é um conceito muito presente nas iniciativas brasileiras, que precisam ser também mostradas ao mundo, para demonstrar como se pode fazer gestão de recursos hídricos com sustentabilidade.

Eu queria também aqui seguir o seu sábio conselho. Quero dizer, como o senhor mesmo mencionou, que tenho a alegria e tive a sorte de ter uma equipe muito competente, que me ajudou. Falo não só da equipe que está abaixo de mim, mas também dos líderes, como o exemplo do Senador Garibaldi, que nos permitiu trabalhar, que confiou na equipe. Lembro-me de que, quando iniciamos o trabalho, no Rio Grande do Norte, passamos por três fases. A primeira fase, a da concepção, éramos sonhadores, e o Senador acreditou. Quando começamos a implementar o sistema de infraestrutura de compartilhamento de bacias hidrográficas, os sistemas adutores, fomos taxados de irresponsáveis, porque diziam: aquilo tudo ficará inconcluso, serão elefantes brancos. E não é que tudo terminou e ainda hoje opera? E, graças a esse esforço que o Senador fez, o Estado tem tido um impacto minimizado. Essa equipe hoje é considerada doida porque conseguiu fazer.

Então, tenho não só uma boa equipe abaixo de mim, mas também uma boa equipe acima de mim, que acredita. Na Agência Nacional de Água, tivemos a sorte de contar com o Dr. Vicente, com a Gisela, com o Lotufo, com o Ney, acreditando na equipe técnica, apoiando a equipe técnica, e a minha presença aqui é um sinal disso. Isso também nos dá essa alegria e essa coragem de enfrentar os desafios.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem!

Consulto o Senador Garibaldi Alves se gostaria de usar a palavra.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Depois de ser tão elogiado, tenho de agradecer, a despeito de dizer ao meu conterrâneo Ricardo que eu, naquele tempo, tinha idade para sonhar. Hoje, não posso ter a mesma disposição e os mesmos sonhos. Mas quero frisar aqui que a ANA é uma das agências reguladoras mais acreditadas. Posso dizer isso ao Senador Roberto Muniz, aos outros diretores da ANA que aqui estão.

Eu gostaria que aqui estivesse Paulo Varella, que foi outro sonhador e que compôs, até pouco tempo, a Diretoria da ANA. Na verdade, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, esse conterrâneo meu é preparado, competente. Daí por que eu e o Senador Roberto Muniz nos enfileiramos para que eu pudesse compor a Diretoria da ANA e ter a difícil missão de substituir Paulo Varella. Mas, como adjunto dele, como diretor adjunto, ele já provou que está à altura do desafio.

Então, Ricardo, eu quero lhe dizer que estou aqui absolutamente tranquilo de que você vai realizar uma grande gestão. E vai ter pela frente esse desafio ainda maior de ser o coordenador do Fórum Mundial da Água, que vai ser realizado proximamente aqui.

Eu fico muito feliz em dar este depoimento diante dos Senadores que aqui estão. Estou vendo ali o Senador Jorge Viana, estou vendo agora o nosso conterrâneo, Senador José Medeiros, conterrâneo de Caicó.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Esse povo está tomando conta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Se vocês não tiverem cuidado, nós vamos avançar mais. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Do Acre não passa, não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Onde há água é no Amazonas dele, muita água, não é, Senador Jorge Viana? Lá não falta água. No Nordeste...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Podemos negociar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Vamos negociar, podemos fazer uma transposição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Ela é feita pelos rios aéreos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Então, eu queria agradecer aos Senadores que aqui vieram, atendendo a uma convocação, a um apelo que eu fiz, na certeza de que, Ricardo, você vai honrar o Rio Grande do Norte à frente de uma diretoria da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Ouvindo agora o nosso grande Líder Garibaldi Alves e considerando que nós já atingimos o quórum, consulto os Srs. Senadores se todos já votaram. E, se todos já votaram, eu vou proclamar o resultado. (*Pausa.*)

Então, está encerrado o processo de votação.

Solicito que a Secretaria realize a apuração dos votos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Foi apresentado o seguinte resultado: votaram SIM 13 Senadores; nenhum Senador votou NÃO.

Portanto, está aprovada a indicação do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). (*Palmas.*)

A matéria agora vai ao Plenário do Senado Federal.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, os pareceres sobre escolha de autoridades serão incluídos em série no final da Ordem do Dia.

Eu só queria acrescentar aqui a minha satisfação, primeiro, por ter concluído os trabalhos da Comissão e, em segundo lugar, por ter recebido uma recomendação expressa do Senador Garibaldi Alves para que eu aqui estivesse para poder ouvir V. S^a e participar dessa escolha, que, na minha opinião, é muito importante. Talvez, seja uma das funções mais relevantes da atualidade aqui no Brasil.

V. Ex^a e nós todos temos um grande desafio, mas, acima de tudo, uma grande responsabilidade, porque os desafios estão intimamente ligados à responsabilidade. Não adianta estabelecermos desafios se não tivermos a responsabilidade necessária para enfrentar os problemas, as barreiras e os obstáculos e continuar avançando.

Só nos tempos atuais, na minha opinião, é que esse tema tem merecido a atenção que o deveria ter distinguido há muito tempo. Talvez, Senador Garibaldi Alves, tenha sido preciso acompanhar a crise hídrica na maior cidade do Brasil para despertar nos brasileiros a verdadeira consciência desse bem inestimável, desse bem vital para a existência humana, porque nada é mais importante para o ser humano do que a água. Sem água, não existe vida. Então, dessa maneira, acho que essa frase sintetiza a importância deste nosso encontro.

A responsabilidade é de todos nós, mas é, acima de tudo, do senhor, Dr. Ricardo de Medeiros Andrade, que agora vai ter, certamente, tendo sido aprovado pelo Plenário do Senado Federal, a grande responsabilidade de continuar esse trabalho, ampliando metas, buscando, sobretudo, a sustentabilidade com que todos nós sonhamos, não se esquecendo nunca de que nós somos humanos e, como humanos, precisamos de água para viver.

Dito isso, não havendo mais nada a tratar, consulto, então...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Concedo, ainda, antes de concluir, a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu queria destacar a unanimidade, que aumenta a responsabilidade do meu conterrâneo. Eu queria destacar a presença aqui da equipe dele da ANA, que está aí na retaguarda, dando total apoio à indicação dele.

Eu queria agradecer a presença de Wellington Fagundes, que é outro contemplado, porque lá há muita água; no Mato Grosso do Sul, há até o Pantanal.

Eu quero, neste instante, dizer a todos: Ricardo, valeu! Agora, é com V. S^a. Vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – É isso aí.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como é que é, Senador Garibaldi? Engana o nome, mas não mata o homem? Como é?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Mate o homem, mas não erre o nome.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vou fazer aqui uma correção, porque, na verdade, sou do Mato Grosso. O Mato Grosso do Sul é o nosso irmão, é o filho que o Mato Grosso produziu, o que foi bom para os dois Estados.

Mas eu queria aproveitar, Sr. Presidente, com a presença do Dr. Ricardo, para dizer que, inclusive, estamos relatando os serviços ambientais, ou seja, as compensações ambientais, aqui na Comissão, como política pública deste ano.

V. S^a, inclusive, colocou na sua fala, na sua apresentação, essa questão. E será muito importante um trabalho conjunto. Nós pretendemos trabalhar junto com a ANA nessa política pública.

Mas é importante dizer dessa unanimidade. V. S^a colocou aqui o seu currículo, toda a sua experiência. Mas, realmente, o homem aqui que tem o prestígio e que nos convocou e invocou, é importante registrar, foi o Senador Garibaldi. Então, o compromisso do placar de nenhum voto contrário, é claro, foi demonstrado aqui pela sua história de vida e pela sua experiência. Mas, assim como o Senador cobrou que a sua responsabilidade é dobrada, a do Senador é redobrada ainda, porque ele sempre se colocou como um homem apaixonado pelas mulheres e, agora, tem uma ANA para cuidar totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pois não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Aí acho que você está fazendo uma troca, e não é de nome.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – É um trocadilho, então.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – É troca de preferência.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Garibaldi, só quero fazer um registro para finalizar. Já que falamos tanto do Rio Grande do Norte, eu quero pedir que ele tenha um carinho especial também pela Bahia, é óbvio, mas pelo Rio Grande do Norte, em especial pela cidade Pedro Avelino, que é governada pela Prefeita Neide Suely, que é minha prima. E lá nasceu meu pai. Então, quero deixar isso aqui registrado, Senador Dário, porque é importante.

Se o senhor tiver um olhar para o seu Estado, não se esqueça da cidade de Pedro Avelino.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu agradeço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu acho que eu cometi um ato falho aqui, porque o Senador Garibaldi aqui enalteceu o Pantanal, a riqueza do Pantanal. Lá há o Mar de Xaraés.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – E eu descobri que V. Ex^a estudou em Mato Grosso do Sul. Foi ou não foi?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu fiz o segundo grau e a universidade federal exatamente em Mato Grosso do Sul. Mas eu não posso cometer essa gafe e deixar de registrar que, em Mato Grosso também, nós temos ali grande parte do Pantanal, com todas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as suas belezas naturais. E, é claro, essa questão da preservação dos mananciais é extremamente importante. O Pantanal é uma região nova, uma região baixa, que sofre todo o impacto da agricultura na área alta. Portanto, a ANA tem esse papel, sim, com certeza, de fazer todo o trabalho de pesquisa, proteção, enfim. Mas aproveito esta oportunidade em que os brasileiros estão aqui nos assistindo para convidar todos para que realmente conheçam o Pantanal. Lá nós temos um empreendimento do Sesc Pantanal, numa área de mais de cem mil hectares de preservação ambiental, com várias universidades presentes e com um hotel com toda a infraestrutura. Então, acho que seria uma oportunidade, inclusive, para que a nossa Comissão pudesse conhecer, juntamente com a ANA, sim, até um trabalho de pesquisa que é feito.

Ontem, ouvi uma discussão sobre a continuidade das obras da transposição do Rio São Francisco. O Senador Otto chamava a atenção para a importância da política de preservação do rio, porque, em uma obra como aquela, tão gigantesca, se não tivermos também a preservação das cabeceiras, com certeza haveremos de ter problema no futuro.

Há essa questão da água potável. O Brasil ainda é uma das maiores reservas de água potável do mundo, mas já temos problemas na cidade de Manaus, que está praticamente toda cercada de água e está com problemas sérios de coleta de água para a população, dada a contaminação existente. O trabalho da ANA, com certeza, é fundamental também nessa área da preservação, da política de preservação ambiental.

Eu o parabeno aqui, agora, sem nenhuma brincadeira. Tudo que aqui se falou se dá exatamente pelo prestígio do Senador Garibaldi, e a questão familiar, na verdade, é apenas um registro para que se sinta mais ainda comprometido com o trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Agradeço ao Senador Garibaldi Alves.

Agradeço ao Senador Roberto Muniz e o cumprimento pelo seu relatório. Foi o Relator da indicação do Dr. Ricardo Medeiros de Andrade.

Cumprimento V. 5ª também por essa conquista aqui, pela unanimidade dos votos que conquistou na Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço aos demais amigos e amigas que participaram desta audiência pública.

Dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Aírton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Presentes ainda os Senadores José Pimentel, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Lídice da Mata, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe e Cristovam Buarque. A Presidência comunica que, para atender ao calendário estabelecido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, as emendas ao PLN nº 1 de 2017-CN (PLDO 2018) deverão ser apresentados pelos membros à Secretaria da Comissão até a próxima segunda-feira, dia 3 de julho, às 17 horas. A deliberação das emendas será realizada na reunião seguinte, na terça-feira, dia 4 de julho, às 11h30. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental." Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos." Autoria: Deputado Jerônimo Goergen. Relatoria: Sen. Pedro Chaves. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). Resultado: Retirado de pauta para reexame. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Usa da palavra o Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/27>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 13/06/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica que, para atender ao calendário estabelecido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, as emendas ao PL nº 1, de 2017, e também o PLDO 2018 deverão ser apresentados pelos membros à Secretaria da Comissão até a próxima segunda-feira, dia 3 de julho, às 17 horas. A deliberação das emendas será realizada na próxima reunião, na terça-feira, dia 4 de julho, às 11h30.

Convido também os Senadores a estarem presentes para que façamos um esforço concentrado, de modo a deliberar sobre os vários projetos terminativos que temos prontos para a pauta.

Quanto ao item 1: "A S. Exª, Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado: Sr. Presidente, solicito a retirada de pauta do PLC nº 105, de 2014, do qual sou Relatora, para reformulação do parecer. Atenciosamente, Senadora Ângela Portela, PT, Roraima."

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Deputado Weliton Prado

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta

Observações:

1. *Constou da pauta em 30/5/2017 e 13/06/2017.)*

Consulto o Senador Paulo Rocha se gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, a maioria dos projetos são terminativos e está evidente a falta de quórum, até porque esta semana, como a anterior, vai haver problema de quórum em todas as áreas, tendo em vista que o conjunto de Senadores prioriza as atividades culturais e festivas que estão acontecendo nas várias regiões. Naturalmente que hoje, esta semana, o centro do debate aqui no Senado é a reforma trabalhista, por isso há o quórum todo voltado para a CCJ.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria aproveitar, já que não há quórum e com certeza V. Ex^a vai suspender a reunião, para chamar atenção principalmente sobre nós dois. Eu acho que, Senador Wellington, nós Senadores da Amazônia deveríamos... Inclusive, dei essa sugestão ontem no plenário da Casa, durante o debate em que estávamos eu, Jorge Viana e o Senador Raupp. Nós deveríamos fazer um fórum. Já funcionou aqui. Eu também já organizei lá na Câmara Federal, quando era Deputado, um fórum dos Parlamentares da Amazônia, para discutirmos os problemas a partir da visão da Amazônia, porque é o que todo mundo discute aqui. Na visão da Amazônia, falam da questão ambiental, da questão inclusive internacional, que envolve a Amazônia.

Agora mesmo está havendo uma manobra – o termo é manobra, no bom sentido – do Exército. E dizem que o exército americano está também querendo entrar por lá para fazer manobras, em função do embate que há com a Venezuela.

Quando se trata da nova geografia comercial internacional, o Poder central, inclusive desde a época do governo Dilma, criou o chamado Arco Norte, no qual V. Ex^a tem trabalhado muito, que é a questão da exportação usando a Amazônia, porque está estrategicamente no centro geográfico mundial em relação ao Mercado Comum Europeu, ao mercado norte-americano e ao mercado asiático.

Em se tratando de produção de energia, busca-se, na Amazônia, a produção de energia limpa, porque lá há riqueza hídrica, que é hoje uma das principais energias; é a riqueza da produção de energia hídrica, que, no caso a Amazônia – principalmente o meu Estado –, tem grande potencial de produzir.

Nós deveríamos reforçar a nossa força política para dialogar não só com o Governo central, mas com os nossos parceiros do centro-sul do País, que é o setor mais desenvolvido da nossa região, do nosso País, e a Amazônia deveria se colocar aqui não com uma visão, como querem alguns parceiros do centro-sul, que nos veem apenas como uma colônia, ou com potencial de matéria-prima, de produção de energia, mas, afinal, nós queremos desenvolver a Amazônia também. Então, precisamos ter poder de barganha. Com a nossa força política, se nos juntarmos, teremos poder de barganha para incluir a Amazônia, pela sua importância no desenvolvimento nacional, naturalmente com desenvolvimento sustentável e respeito ao meio ambiente, principalmente à biodiversidade de um bioma que tem complicações, pois dentro da própria Amazônia há problemas.

V. Ex^a é mais do bioma do Pantanal, dentro da Amazônia Legal, e nós somos mais do bioma da Bacia do Rio Amazonas. Então, eu queria incentivar V. Ex^a, que tem cumprido um papel muito importante nessa questão da infraestrutura, dos portos, da briga pela ferrovia, para transformar a BR-163 em um grande corredor de exportação usando o potencial da Bacia do Rio Amazonas, principalmente do Tapajós, para fazer o escoamento do grão, etc. Com certeza o Pará não quer apenas ser entreposto do desenvolvimento do centro-sul do País.

Então, seria fundamental criarmos um fórum, que tem a ver com esta Comissão, com a Comissão da Agricultura, tem a ver com a de Infraestrutura e com a logística, etc. Eu convido e incentivo que a gente se junte para criar um fórum – quem sabe a Bancada da Amazônia? – para discutir esses problemas.

Ao enfrentar um debate como esses que estão na pauta, que tenhamos uma posição unitária, no sentido das mudanças e do arcabouço legal, quando se trata por exemplo da questão ambiental. Não se pode passar só uma visão do centro-sul e cobrar que a Amazônia continue imaculada, com





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

árvore em pé. Você sabe que os 20 milhões de brasileiros que moram na Amazônia não vão viver só da árvore em pé. É fundamental que a gente pense conjuntamente em um projeto de desenvolvimento, e que esses valores da Amazônia tenham poder de barganha para incluí-la no processo de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Paulo, eu concordo perfeitamente. Acho que cada região tem as suas especificidades, principalmente a Amazônia Legal. No nosso caso, o Mato Grosso, todo Estado está na Amazônia Legal, mas com três biomas: temos o Pantanal, o Cerrado e ainda toda a região da floresta amazônica, na região norte de Mato Grosso.

Para nós, que estamos trabalhando em conjunto aqui, tanto V. Ex^a como o Senador Flexa e outros tantos Senadores do Mato Grosso, é fundamental, até para que possamos mostrar para o Brasil e para o mundo essas especificidades e as nossas necessidades. Por exemplo, discutimos aqui a questão dos portos do Arco Norte, principalmente e também a questão da ferrovia do Ferrogrão. Votamos aqui uma medida provisória. O Presidente viajou para o exterior. Agora, o questionamento é tirar os recursos do Fundo Amazônia, porque haveria qualquer possibilidade de que, com a Ferrogrão, haveria algum impacto sobre a questão da reserva do Jamanxim e outras questões. A Primeira Ministra da Noruega questionou isso, mas, na verdade, às vezes, lá fora não se sabe o quanto é preservada a Amazônia.

Eu sempre tenho dito aqui que a Amazônia não vai ser preservada com isolamento. O amazônida, aquele que está lá, que foi para lá, principalmente pelo chamamento à época do governo militar, no sentido de integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia, essas pessoas estão lá e precisam de condições, não só para sua sobrevivência mas para o seu desenvolvimento. Então, nós, do Mato Grosso, apoiamos todas essas iniciativas de infraestrutura, principalmente no Estado do Paraná, a conclusão da BR-163, que para nós de Mato Grosso era um sonho e felizmente já está pronta, no Mato Grosso, e pouco falta para concluir no Estado do Pará. Essa estrada é fundamental porque não fosse – aliás, também os portos do Arco Norte – o Porto de Miritituba o que seria do Mato Grosso e, principalmente, da BR-163, indo para São Paulo, ou da BR-364, também da mesma forma? Quantas vidas são ceifadas anualmente nos acidentes de trânsito nas nossas estradas? Entre Rondonópolis e Cuiabá, digo e é comprovado pela Polícia Rodoviária Federal que há o maior volume de acidentes frontais do Brasil. Um acidente frontal normalmente representa perda de vida. Por quê? Porque são milhares de carretas em uma estrada não duplicada totalmente ainda, e, quando um veículo pequeno vai ultrapassar, a possibilidade de acidente é muito grande. Além disso, a estrada não comporta esse volume de carga que já é produzido hoje na região norte de Mato Grosso.

Então aquilo que é solução para o Pará também é solução para Mato Grosso e para o Brasil. Da mesma fora, essa Ferrogrão é necessária. Claro que temos que observar toda a questão dos impactos ambientais, o desenvolvimento socioeconômico ambiental.

Daqui a pouco, estará no Bloco Parlamentar Moderador, de que sou líder, a convite nosso, o Presidente do Basa. Quero aqui, inclusive, convidá-lo, caso possa estar lá conosco na reunião, a partir do meio-dia.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – No Bloco Moderador. Então, ele já está lá exatamente para esclarecer o papel do Basa, como banco de desenvolvimento da Região Amazônica. O BNDES resolveu praticamente estancar a liberação de recursos. Depois de fazer a liberação de recursos de forma desordenada, de repente, estancou, sendo que, na Amazônia, poucos recursos, proporcionalmente, foram investidos.

Temos a rodovia que parou em Rondonópolis. Nós, de Mato Grosso, entendemos que ela não deve parar em Rondonópolis; ela deve continuar, chegar a Cuiabá, ir até o nortão de Mato Grosso e encontrar-se com a Ferrovia Ferrogrão. Imaginem quando pudermos ter interligados o Porto de Miritituba com o Porto de Santos e até, quem sabe, o Porto de Itaqui, no Maranhão. Isso, estrategicamente, é uma necessidade para o País.

Então, essas questões todas precisam ser discutidas do ponto de vista, principalmente, do Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, proporcionalmente, o volume de Deputados Federais é pequeno em relação ao tamanho da região, porque temos ainda uma população pequena. O meu Estado, Estado de Mato Grosso, tem 900.000km² com três milhões e pouco de habitantes. Sempre tenho dito que o Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo o que o Brasil produz hoje de produtos agropecuários, sem falar nas reservas minerais. E a região do Araguaia, que também é divisa com o Pará pela 158, tem, só aquela região, mais de 4 milhões de hectares abertos, prontos para produzir, sem impacto ambiental, mas precisando de infraestrutura. Precisa de mais estradas, ferrovias, interligação daquela região com a Ferrovia Ferronorte.

Portanto, aquela região, que é nova fronteira agrícola, Senador Pedro Chaves – aproveito para anunciar que, daqui a pouco, vamos ter a reunião com o Presidente do Basa lá no nosso Bloco Moderador – pode produzir, essa região do Araguaia, tudo que produz o Estado de Mato Grosso – só essa região. Então, imaginem tudo isso vindo como produção para o Brasil. E ainda, mesmo assim, temos mais de 60% da área preservada, com o Pantanal, com a Região Amazônica e uma parte do Cerrado.

Então, Senador Pedro, o Senador Paulo propõe aqui que criemos um fórum dos Senadores da Região Amazônica para discutir as nossas relações, as nossas necessidades, e é exatamente nessa linha que aqui estamos. Claro, vamos encaminhar isso ao Presidente, mas creio que seria uma iniciativa não só desta Comissão, mas de todos os Parlamentares da Região Amazônica. Então, da minha parte, concordo e vejo a necessidade porque sei que aqui, no Senado, temos um peso muito maior. Juntamos todos os Estados da Região Amazônica e podemos nos juntar com os do Centro-Oeste, já que Mato Grosso faz parte das suas regiões. Ai, sim, teremos uma força muito grande aqui, no Senado Federal. Pode contar comigo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O que me incomoda muito é que todo mundo vende a Amazônia, inclusive lá fora, como se fosse uma grife.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O cara foi lá para a Noruega, e parece que é uma grife. Aliás, esse Fundo Amazônia foi criado – briguei na época, inclusive, tinha mais influência porque era nosso governo – e acabou sendo administrado pelo BNDES, quando eu defendia que fosse administrado pelo Banco da Amazônia; já que era um fundo amazônico, seria mais adequado. Os nossos próprios técnicos do Banco da Amazônia são mais preparados para fazer as avaliações e as análises de investimento na questão do Fundo da Amazônia,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que tem essa visão de fortalecer os empreendimentos de desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, mas com capacidade de agregar os processos produtivos em uma região tão importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – E principalmente com o viés de banco de desenvolvimento, porque o banco comercial tem o viés de emprestar para quem tem garantias. O banco de desenvolvimento, não; ele tem que buscar o talento das pessoas, tem que buscar um artesão, alguém que chega com um projeto inovador, tem que buscar e incentivar porque é assim que promovemos o desenvolvimento principalmente em uma Região como a nossa que, como já dissemos, é tão vasta, tão grande, com suas especificidades, com os problemas ambientais, que devem ser olhados, pelo banco de desenvolvimento social, com o "s" do social.

Quando chegou a Ferrovia Ferronorte no meu Estado de Mato Grosso, a primeira cidade foi Alto Taquari. Então, não se previa nada desse impacto socioeconômico ambiental. Chegam, de repente, duas mil pessoas para trabalhar em uma cidade pequena. A prefeitura tem que fornecer saúde, educação, área social, e a prefeitura não está preparada para isso. O Banco emprestou, mas também vira as costas. É um projeto empresarial e não pode ser feito assim.

Com a chegada de uma obra tão grande, seja uma hidrelétrica, seja qualquer obra, tem que estar também dentro do projeto a previsão da questão socioeconômica ambiental.

Senador Pedro, já estamos encerrando, mas tínhamos um projeto de sua relatoria. Se V. Ex^a quiser ainda relatar...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de retirar de pauta esse projeto porque vou aprofundar um pouco alguns pontos ainda conflitantes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.
(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.

Autoria: Deputado Jerônimo Goergen

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo)

Observações:

1. Em 30/11/2016, a matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo);

2. Constatou da pauta em 30/05/2017 e 13/06/2017.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nada mais havendo a tratar, vamos dar por encerrada a reunião, convidando os Senadores Paulo e Pedro para encontrar o Presidente do Banco da Amazônia lá no Bloco Moderador.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)





ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a presidência do senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos senadores Hélio José, Valdir Raupp, Dário Berger, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Graziotin, Cidinho Santos, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Romero Jucá, Paulo Paim e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Após dispensa de leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, pelo Plenário, passa-se à apreciação da pauta: discussão e votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências". O senador Davi Alcolumbre faz a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunica o recebimento de 7 (sete) propostas de emenda, todas elas destinadas a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades. Encerrada a discussão, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 2 (duas) emendas seguintes de inclusão de meta: Nº 1 | AÇÃO: **20W6**, GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | META: 100; Nº 2 | AÇÃO: **20M4**, PROMOÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS RURAIS SUSTENTÁVEIS | META: 2. Assume a presidência o Senador Davi Alcolumbre e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Com a aprovação do Plenário, nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

